ESTADO DO CEARÁ

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ELETRÔNICO

Ano XV • Edição 3433 • Fortaleza, quarta-feira, 13 de novembro de 2024

Caderno 2: Judiciario

Fortaleza, Ano XV - Edição 3433 | EDITADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DES. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES
PRESIDENTE

DES. HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO
VICE-PRESIDENTE

DESA. MARIA EDNA MARTINS
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

TRIBUNAL PLENO

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes - Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria Edna Martins
Des. Mário Parente Teófilo Neto
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Desa. Lira Ramos de Oliveira
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Carneiro Lima
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro
Des. Carlos Augusto Gomes Correia
Des. José Evandro Nogueira Lima Filho
Desa. Maria Ilna Lima de Castro
Desa. Rosilene Ferreira Facundo
Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino
Desa. Silvia Soares de Sá Nóbrega
Des. André Luiz de Souza Costa
Des. Everardo Lucena Segundo
Desa. Vanja Fontenele Pontes
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves
Des. Benedito Helder Afonso Ibiapina
Des. Djalma Teixeira Benevides
Des. Francisco Jaime Medeiros Neto
Desa. Cleide Alves de Aguiar
Des. Marcos William Leite de Oliveira
Desa. Maria Regina Oliveira Câmara
Des. Paulo de Tarso Pires Nogueira
Des. Francisco Lucídio de Queiroz Júnior
Dr. Cid Peixoto do Amaral Neto - Juiz Convocado
Dra. Elizabete Silva Pinheiro - Juíza convocada
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

ÓRGÃO ESPECIAL

(Reuniões às quintas-feiras com início às 14h)

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes - Presidente
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Desa. Maria Edna Martins
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Des. Francisco Carneiro Lima
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino
Desa. Vanja Fontenele Pontes - Convocada
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves - Convocada
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às últimas terças-feiras de cada mês, com início às 14h)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha – Presidente
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Durval Aires Filho
Des. Francisco Gladyson Pontes
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro
Dra. Elizabete Silva Pinheiro - Juíza convocada
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às segundas-feiras com início às 14h)

Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Durval Aires Filho
Des. Inácio de Alencar Cortez Neto
Desa. Lisete de Sousa Gadelha - Presidente
Des. José Tarcílio Souza da Silva
Secretária - Dra. Naiana Rocha Frota Philomeno Gomes

2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 14h)

Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Francisco Gladyson Pontes
Desa. Maria Iraneide Moura Silva
Des. Luiz Evaldo Gonçalves Leite
Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves - Presidente
Secretária - Dra. Ismenia Nogueira Alencar Bitencourt

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

(Reuniões às segundas-feiras com início às 14h)

Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. Washington Luis Bezerra de Araújo - Presidente
Des. Francisco Luciano Lima Rodrigues
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Desa. Joriza Magalhães Pinheiro
Dra. Elizabete Silva Pinheiro - Juíza convocada
Secretário - Dr. David Aguiar Costa

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às últimas segundas-feiras de cada mês, com início às 09h)

Des. Emanuel Leite Albuquerque - Presidente
Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Des. Carlos Augusto Gomes Correia
Des. José Evandro Nogueira Lima Filho
Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga
Des. André Luiz de Souza Costa
Des. Everardo Lucena Segundo
Des. Djalma Teixeira Benevides
Des. Francisco Jaime Medeiros Neto
Desa. Cleide Alves de Aguiar
Des. Marcos William Leite de Oliveira
Desa. Maria Regina Oliveira Câmara
Des. Paulo de Tarso Pires Nogueira
Des. Francisco Lucídio de Queiroz Júnior
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 14h)

Des. Emanuel Leite Albuquerque
Des. Francisco Mauro Ferreira Liberato - Presidente
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Des. Carlos Augusto Gomes Correia
Desa. Maria Regina Oliveira Câmara
Secretária - Dra. Jennifer Queiroz Lima

2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 09h)

Des. Carlos Alberto Mendes Forte
Des. Paulo Airton Albuquerque Filho
Desa. Maria de Fatima de Melo Loureiro
Desa. Jane Ruth Maia de Queiroga
Des. Everardo Lucena Segundo – Presidente
Secretária - Dra. Kátia Cilene Teixeira

3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às quartas-feiras com início às 09h)

Des. Raimundo Nonato Silva Santos
Desa. Cleide Alves de Aguiar – Presidente
Des. Marcos William Leite de Oliveira
Des. Paulo de Tarso Pires Nogueira
Des. Francisco Lucídio de Queiroz Júnior
Secretária - Dra. Lorena Monteiro de Oliveira

4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

(Reuniões às terças-feiras com início às 09h)

Des. Francisco Bezerra Cavalcante
Des. José Evandro Nogueira Lima Filho - Presidente
Des. André Luiz de Souza Costa
Des. Djalma Teixeira Benevides
Des. Francisco Jaime Medeiros Neto
Secretária - Dra. Marina Figueiredo Braga

SEÇÃO CRIMINAL

(Reuniões às últimas segundas-feiras de cada mês, com início às 14h)

Des. Mário Parente Teófilo Neto - Presidente
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Desa. Lira Ramos de Oliveira
Des. Francisco Carneiro Lima
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Des. Sérgio Luiz Arruda Parente
Desa. Maria Ilna Lima de Castro
Desa. Rosilene Ferreira Facundo
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino
Desa. Silvia Soares de Sá Nóbrega
Desa. Vanja Fontenele Pontes
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves
Des. Benedito Helder Afonso Ibiapina
Dr. Cid Peixoto do Amaral Neto - Juiz Convocado
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

1ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 14h)

Des. Mário Parente Teófilo Neto - Presidente
Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães
Desa. Lira Ramos de Oliveira
Des. Francisco Carneiro Lima
Desa. Silvia Soares de Sá Nóbrega
Secretária - Dra. Larissa Sales Sacramento

2ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às quartas-feiras com início às 14h)

Des. Sérgio Luiz Arruda Parente
Desa. Maria Ilna Lima de Castro
Desa. Vanja Fontenele Pontes - Presidente
Des. Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
Des. Benedito Helder Afonso Ibiapina
Secretária - Dra. Ana Amélia Feitosa Oliveira

3ª CÂMARA CRIMINAL

(Reuniões às terças-feiras com início às 09h)

Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Des. Henrique Jorge Holanda Silveira
Desa. Rosilene Ferreira Facundo
Desa. Andréa Mendes Bezerra Delfino - Presidente
Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves
Dr. Cid Peixoto do Amaral Neto - Juiz Convocado
Secretário - Dr. José Welligton de Oliveira Lobo

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

(Reuniões às 2as e 4as segundas-feiras, com início às 17h)

Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes - Presidente
Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto
Desa. Maria Edna Martins
Desa. Lisete de Sousa Gadelha
Desa. Marlúcia de Araújo Bezerra
Desa. Maria do Livramento Alves Magalhães
Des. José Ricardo Vidal Patrocínio
Secretário - Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial

DESPACHO

Nº 0637683-43.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Nelson Fernandes Rocha - Paciente: Bruno Trigueiro da Silva - Impetrado: Secretário de Administração Penitenciária do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante de tal circunstância, declino da competência para apreciar o presente habeas corpus, determinando a imediata e urgente remessa dos autos à distribuição para que promova a reclassificação do feito, procedendo em seguida à regular distribuição às Câmaras de Direito Criminal. Intime-se, com a urgência que o caso requer. Expedientes necessários para imediata redistribuição, dando-se baixa no acervo dessa unidade judiciária. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Nelson Fernandes Rocha (OAB: 29851/CE)

DESPACHO

Nº 0446171-11.2000.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Maria das Graças Almeida Valente - Impetrante: Branca Gifoni Sales Rodrigues - Impetrante: Maria Idalba Bastos de Oliveira - Impetrado: Sra.secretaria de Administracao do Estado do Ceara - Impetrado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Tendo em vista o trânsito em julgado do presente feito, conforme certidão de fls. 531, intime-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, informarem se possuem algo a requerer. Decorrido o mencionado prazo, permanecendo as partes inertes, arquive-se com as cautelas de praxe. Forta - Advs: Ernandes Nepomuceno de Oliveira (OAB: 1937/CE) - Jose Alexandre de Sousa Junior (OAB: 9091/CE) - Francisco Lairton Alves Fernandes (OAB: 10293/CE) - Gerardo Rodrigues de Albuquerque Filho (OAB: 4622/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0637899-04.2024.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Vanessa Almeida Campos - Impetrado: Governador do Estado do Ceará - Impetrada: Secretária de Saúde do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Desta forma, notifiquem-se as autoridades coatoras para que, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentem suas informações, nos termos do art. 7º, I, da Lei 12.016/09. Cientifique-se o órgão de representação judicial do Estado do Ceará, oportunizando-lhe o ingresso no feito, nos termos do art. 7º, II, da Lei 12.016. Escoado o prazo em tela com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários, com urgência. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. - Advs: Victor Almeida Campos (OAB: 32956/CE)

DESPACHO

Nº 0627386-74.2024.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Maria das Graças Sa Roriz Fonteles - Impetrante: Ana Lucia Sá Roriz Lima - Impetrante: Lais de Sá Roriz - Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Impetrado: Governador do Estado do Ceará - Interessado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, com fulcro no art. 6º, § 5º, da Lei nº 12.016/2009 c/c art. 485, inciso VI, do CPC, DENEGO A SEGURANÇA requestada no writ of mandamus, extinguindo o processo sem resolução de mérito, por absoluta incompetência deste Órgão Especial para processar e julgar a presente ação mandamental. Sem honorários, visto que incabíveis na espécie, conforme as Súmulas 512 do STF e 105 do STJ. Transcorrido in albis o prazo para interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado e após, remeta-se o feito ao arquivo, com baixa no sistema. Expedientes necessários. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Fortaleza, data e hora da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Relatora - Advs: Georgia Campos Teles da Silva (OAB: 18141/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0629942-59.2018.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Francisca Rochaa de Almeida - Impetrante: Marcia Maria Silva de Souza - Impetrante: Mylena Rocha de Souza - Impetrante: Mercia Maria Silva de Souza - Impetrante: Francisco Wilson Silva de Souza Junior - Impetrado: Governador do Estado do Ceará - Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Impetrado: Secretário da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Considerando os fatos de o pedido de habilitação ter sido deferido pelo então Relator (fls. 621/627) e o aclaratório julgado prejudicado (processo nº 0629942-59.2018.8.06.0000/50002, fls. 64/68), em virtude da perda superveniente do interesse recursal do embargante, ante a constatação da correção, de ofício, do erro material (fl.610, autos principais), impõe-se a determinação de intimação dos herdeiros, a fim de que providenciem, no prazo de 10 (dez) dias, os dados e documentos previstos na Resolução nº 14/2023 do Órgão Especial. Encaminhe-se o feito à Secretaria Judiciária, após a juntada dos documentos acima indicados, para formalização do procedimento administrativo que objetiva a expedição do precatório, nos termos da Resolução nº 14/2023 do Órgão Especial, sem embargo da atualização dos cálculos até a data da respectiva efetivação. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVESRelatora - Advs: Evandro Ferreira Monte (OAB: 9734/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 8502436-75.2021.8.06.0026 - Recurso Administrativo - Fortaleza - Recorrente: José Admilson Gomes Pereira - Recorrente: Lindalva Maria da Cruz Ferreira - Recorrido: Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público

Estadual - À Secretaria Judiciária para que retifique o cadastro das partes no presente feito, indicando como parte recorrida o Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará. Empós, intime-se o magistrado José Sarquis Queiroz, Juiz de Direito da 1ª Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza, oportunizando-lhe a prestação das informações que entender cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias, na qualidade de interessado no presente recurso administrativo. Expedientes necessários. - Advs: José Admilson Gomes Pereira (OAB: 3967/AP) - Lindalva Maria da Cruz Ferreira (OAB: 26301/PA)

PAUTA DE JULGAMENTO

Órgão Especial
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 41

SERÁ JULGADO, NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2024, A PARTIR DAS 14H, O SEGUINTE PROCESSO, INDICADO PELO RELATOR, EM CONFORMIDADE COM AS RESOLUÇÕES Nº 08/2018 (DJE 28/06/2018), 04/2020 (DJE 20/08/2020) E 10/2020 (DJE 06/11/2020) DO TRIBUNAL PLENO DO TJCE. OS ADVOGADOS QUE ESTIVEREM APTOS A REALIZAR SUSTENTAÇÃO ORAL, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DESTE SODALÍCIO, DEVEM REQUERER A INSCRIÇÃO ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO REQUERIDA, MEDIANTE E-MAIL **nucleocolegiados.segerjud@tjce.jus.br** E UTILIZAR A FERRAMENTA TECNOLÓGICA ADOTADA PELO COLEGIADO.

1 – **0000767-06.2022.2.00.0806** – **Reclamação Disciplinar**. Reclamante: C. de J. do E. do C.. Reclamado: D. S. S. L.. Advogada: Lucia Rodrigues Sacramento Lorosa (OAB/RJ 51.679). Terceiro Interessado: A. C. d. M.. Advogados: Robson Halley Costa Rodrigues (OAB/CE 27.422), Rebecca Araujo Rosa Moura (OAB/CE 36.137), Pedro Henrique Soares Matias (OAB/CE 48.087) e Luiz Eduardo Santos e Silva (OAB/CE 47.552) Relator(a): MARIA EDNA MARTINS.

Fortaleza, 13 de novembro de 2024.

NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

ACÓRDÃOS DA VICE- PRESIDÊNCIA

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0007472-33.2019.8.06.0167/50002 - Agravo Interno Cível - Sobral - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Edilma Ferreira Torres Paulo - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. TESE 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO E INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ, ANTES DO ADVENTO DE NORMA LOCAL, DE PAGAR PISO SALARIAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, COM AMPARO NA LEI 12.994/2014.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ACÓRDÃO CAMERÁRIO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL RECONHECEU A PROCEDÊNCIA DA CAUSA POR MÚLTIPLOS FUNDAMENTOS: (I) A LEI FEDERAL 12.994/2014 INSTITUIU O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL E AS DIRETRIZES PARA O PLANO DE CARREIRA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, ALTERANDO A REDAÇÃO ORIGINAL DA LEI 11.350/2006; (II) EM 18/06/2014, COM A PUBLICAÇÃO DA CITADA NORMA NO DIÁRIO OFICIAL, PASSOU A VIGORAR O TEXTO DO ART. 9º-A, §1º, DA LEI 11.350/2006, QUE FIXOU O PISO SALARIAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS EM R$ 1.014,00 (MIL E QUATORZE REAIS) MENSAIS; (III) PORTANTO, SERIA DEVIDO AO ESTADO DO CEARÁ O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL ESTIPULADO NO MENCIONADO DIPLOMA LEGAL, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, DESDE A DATA DE SUA VIGÊNCIA, EM JUNHO DE 2014, TENDO EM VISTA QUE SE TRATA DE NORMA AUTOAPLICÁVEL E COM EFEITO IMEDIATO; (IV) CONFORME DECIDIDO PELO STF NA ADI 4.167/DF, NÃO HAVERIA FALAR EM INCONSTITUCIONALIDADE DOS DISPOSITIVOS PRESENTES NA LEI 12.994/2014, TENDO EM VISTA QUE A UNIÃO LEGISLOU SOBRE O PISO SALARIAL, EXERCENDO SUA COMPETÊNCIA PRIVATIVA (ART. 22, I, DA CF/1988), GARANTINDO COMPLEMENTO DE ATÉ 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO) DO PISO, A TÍTULO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ART. 9º-C, §3º, DA SUPRACITADA LEI.4. NA ESTEIRA DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA, A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL: I - É CONSTITUCIONAL A APLICAÇÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, INSTITUÍDO PELA LEI 12.994/2014, AOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DOS ENTES SUBNACIONAIS, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 198, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 63/2010 E 120/2022, CABENDO À UNIÃO ARCAR COM OS ÔNUS DA DIFERENÇA ENTRE O PISO NACIONAL E A LEGISLAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL; II - ATÉ O ADVENTO DA LEI 9.646/2022, A EXPRESSÃO `PISO SALARIAL´ PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CORRESPONDE À REMUNERAÇÃO MÍNIMA, CONSIDERADA, NOS TERMOS DO ART. 3º, INCISO XIX, DA LEI 8.629/2014, SOMENTE A SOMA DO VENCIMENTO DO CARGO E DA GRATIFICAÇÃO POR AVANÇO DE COMPETÊNCIAS.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.021 E 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TEMA

1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF , SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0007472-33.2019.8.06.0167/50002, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Rejane Feitosa de Norões Milfont (OAB: 31966/CE)

Nº 0007545-05.2019.8.06.0167/50001 - Agravo Interno Cível - Sobral - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Maria da Conceição Lima - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ, ANTES DO ADVENTO DE NORMA LOCAL, DE PAGAR PISO SALARIAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, COM AMPARO NA LEI 12.994/2014.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ACÓRDÃO CAMERÁRIO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL RECONHECEU A PROCEDÊNCIA DA CAUSA POR MÚLTIPLOS FUNDAMENTOS: (I) A LEI FEDERAL 12.994/2014 INSTITUIU O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL E AS DIRETRIZES PARA O PLANO DE CARREIRA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, ALTERANDO A REDAÇÃO ORIGINAL DA LEI 11.350/2006; (II) EM 18/06/2014, COM A PUBLICAÇÃO DA CITADA NORMA NO DIÁRIO OFICIAL, PASSOU A VIGORAR O TEXTO DO ART. 9º-A, §1º, DA LEI 11.350/2006, QUE FIXOU O PISO SALARIAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS EM R$ 1.014,00 (MIL E QUATORZE REAIS) MENSAIS; (III) PORTANTO, SERIA DEVIDO AO ESTADO DO CEARÁ O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL ESTIPULADO NO MENCIONADO DIPLOMA LEGAL, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, DESDE A DATA DE SUA VIGÊNCIA, EM JUNHO DE 2014, TENDO EM VISTA QUE SE TRATA DE NORMA AUTOAPLICÁVEL E COM EFEITO IMEDIATO; (IV) CONFORME DECIDIDO PELO STF NA ADI 4.167/DF, NÃO HAVERIA FALAR EM INCONSTITUCIONALIDADE DOS DISPOSITIVOS PRESENTES NA LEI 12.994/2014, TENDO EM VISTA QUE A UNIÃO LEGISLOU SOBRE O PISO SALARIAL, EXERCENDO SUA COMPETÊNCIA PRIVATIVA (ART. 22, I, DA CF/1988), GARANTINDO COMPLEMENTO DE ATÉ 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO) DO PISO, A TÍTULO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ART. 9º-C, § 3º, DA SUPRACITADA LEI.4. NA ESTEIRA DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA, A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL: I - É CONSTITUCIONAL A APLICAÇÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, INSTITUÍDO PELA LEI 12.994/2014, AOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DOS ENTES SUBNACIONAIS, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 198, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 63/2010 E 120/2022, CABENDO À UNIÃO ARCAR COM OS ÔNUS DA DIFERENÇA ENTRE O PISO NACIONAL E A LEGISLAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL; II - ATÉ O ADVENTO DA LEI 9.646/2022, A EXPRESSÃO `PISO SALARIAL´ PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CORRESPONDE À REMUNERAÇÃO MÍNIMA, CONSIDERADA, NOS TERMOS DO ART. 3º, INCISO XIX, DA LEI 8.629/2014, SOMENTE A SOMA DO VENCIMENTO DO CARGO E DA GRATIFICAÇÃO POR AVANÇO DE COMPETÊNCIAS.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.021 E 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TEMA 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF , SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0007545-05.2019.8.06.0167/50001, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Rejane Feitosa de Norões Milfont (OAB: 31966/CE)

Nº 0054503-78.2021.8.06.0167/50003 - Agravo Interno Cível - Sobral - Agravante: Francisca Valdenia Silva Linhares - Agravado: Município de Sobral - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE 1.150 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO E INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SABER SE SERIA APLICÁVEL AO CASO O TEMA 1.150 DO STF, PORQUANTO PATENTE A OFENSA AOS ARTS. 5º, XXXVI, E 41 DA CF/1988; 9II) SABER SE A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019 RESGUARDOU A SITUAÇÃO DE QUEM SE APOSENTOU ANTERIORMENTE, QUE SERIA O CASO DOS AUTOS (ART. 6º DAQUELE NORMATIVO).III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ACÓRDÃO CAMERÁRIO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL DESTACOU QUE, NOS TERMOS DO ART. 35, V, DA LEI MUNICIPAL 38/1992 (ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS) E DO ART. 10 DA LEI MUNICIPAL 2.104/2021, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SOBRAL, OCORRE A AUTOMÁTICA VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO EM FUNÇÃO DA APOSENTADORIA, A QUAL SE DEU DE FORMA VOLUNTÁRIA (A PEDIDO DO SERVIDOR), TENDO O ÚLTIMO NORMATIVO RESTABELECIDO EXPRESSAMENTE A REGRA PREVISTA NA PRIMEIRA ANTES.4. SALIENTOU QUE DEVIDO À PREVISÃO LEGAL ACIMA E DA INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO, A EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES QUE VOLUNTARIAMENTE SE APOSENTARAM CONSTITUIRIA ATO VINCULADO, SENDO DESNECESSÁRIA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÉVIO À DECLARAÇÃO DE VACÂNCIA DO CARGO.5. NA ESTEIRA DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA, A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 1.150 DA REPERCUSSÃO GERAL, NÃO SE APLICANDO O TEMA 606 DO STF.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.6. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.021 E 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TEMAS 606 E 1.150 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF , SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0054503-78.2021.8.06.0167/50003, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB: 17508/CE) - Procuradoria Geral do Município de Sobral

Nº 0231555-11.2020.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Criminal - Fortaleza - Agravante: Italo Moreira dos Santos - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE REPETITIVA 190 O STJ. AGRAVO INTERNO. MANUTENÇÃO DA SÚMULA 231 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL, DIANTE DO RECONHECIMENTO DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ACÓRDÃO CAMERÁRIO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL CONSIDEROU QUE O RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA NÃO PODERIA REDUZIR A PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL.4. NA ESTEIRA DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA, A PRETENSÃO DE SE ESTABELECER A PENA INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL, POR EFEITO DE ATENUANTES, ENCONTRA IMPEDIMENTO NA TESE REPETITIVA 190 DO STJ: O CRITÉRIO TRIFÁSICO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA, TRAZIDO PELO ART. 68 DO CÓDIGO PENAL, NÃO PERMITE AO MAGISTRADO EXTRAPOLAR OS MARCOS MÍNIMO E MÁXIMO ABSTRATAMENTE COMINADOS PARA A APLICAÇÃO DA SANÇÃO PENAL.5. NO MESMO SENTIDO, VEJA-SE A TESE 158 DA REPERCUSSÃO GERAL: CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA NÃO PODE CONDUZIR À REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL.6. A 3ª SEÇÃO DO STJ, EM 14.08.2024, DESPROVEU OS RESPS N. 2.057.181/SE, N. 2.052.085/TO E N. 1.869.764/MG, NOS QUAIS O MINISTRO ROGÉRIO SCHIETTI (RELATOR) HAVIA PROPOSTO A REVISÃO DO ENUNCIADO 231 DA SÚMULA DAQUELA CORTE SUPERIOR (INFO 823), O QUAL RESTOU MANTIDO.7. A AFETAÇÃO PELO STJ DO TEMA REPETITIVO 1.194, PARA FINS DE APRECIAR OS EFEITOS JURÍDICOS DA CONFISSÃO DO ACUSADO NA FIXAÇÃO DA PENA, NÃO ABRANGE A MATÉRIA DISCUTIDA NOS PRESENTES AUTOS (POSSIBILIDADE DE ESTABELECÊ-LA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL), MAS SIM O SEGUINTE: DEFINIR SE EVENTUAL CONFISSÃO DO RÉU, NÃO UTILIZADA PARA A FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO JULGADOR, NEM EM PRIMEIRO NEM EM SEGUNDO GRAU, AUTORIZA O RECONHECIMENTO DA ATENUANTE PREVISTA NO ART. 65, III, D, DO CÓDIGO PENAL.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.8. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ART. 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 158 DA REPERCUSSÃO GERAL; STJ, TESE REPETITIVA 190; SÚMULA 231; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 0217751-39.2021.8.06.0001/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 27/07/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 0022919-43.2017.8.06.0034/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 27/07/2023.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0231555-11.2020.8.06.0001/50000, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0266625-21.2022.8.06.0001/50001 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Jucie Ferreira da Silva - Agravado: Banco Honda S/A - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. CERTIFICAR O IMEDIATO TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA. BAIXA DOS AUTOS.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ EM DISCUSSÃO DUAS QUESTÕES: (I) SABER SE HOUVE A DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA EM VIRTUDE DA ABUSIVIDADE DOS ENCARGOS CONTRATUAIS; (II) SABER SE EXISTE DE TÍPICO CONTRATO DE ADESÃO E VIOLAÇÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. CONFIGURA ERRO GROSSEIRO A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INADMITE RECURSO ESPECIAL SEM ENVEREDAR PELO EXAME DO SEU MÉRITO COM AMPARO EM TEMA REPETITIVO OU DE REPERCUSSÃO GERAL.4. NÃO SE AFIGURA PROCESSUALMENTE ACEITÁVEL QUE SE BUSQUE OBSTAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA MEDIANTE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS INCABÍVEIS.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM DETERMINAÇÃO PARA CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA, IMEDIATAMENTE APÓS A PUBLICAÇÃO DO PRESENTE ACÓRDÃO, BAIXANDO OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.021, 1.030, §2º, E 1.042.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:- ERRO GROSSEIRO: STJ, AGINT NO ARESP N. 1.963.780/PR, REL. MIN. MOURA RIBEIRO, 3ª TURMA, J. 26/9/2022; RCL N. 38.421/RS, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, J. 12/2/2020.TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL 0105061-64.2015.8.06.0167/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 13/07/2023; AGRAVO INTERNO CÍVEL 0050376-94.2021.8.06.0168/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 30/01/2023; AGRAVO INTERNO CÍVEL 0050289-41.2021.8.06.0168/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 30/01/2023.- IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS INCABÍVEIS COM O FITO DE PROTRAIR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA:STF, ARE 948.931 AGR-ED-EDV-AGR-ED, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, PLENÁRIO, J. 04/04/2018; ARE 837.803/PR-AGR-EDV-AGR-ED, REL. MIN. ROSA WEBER, PLENÁRIO, DJE 23/2/17; ARE 791.825/SP-AGR-EDVED, REL. MIN. LUIZ FUX, PLENÁRIO, DJE 05/09/2016. ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0266625-21.2022.8.06.0001/50001, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, COM DETERMINAÇÃO PARA CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA, IMEDIATAMENTE APÓS A PUBLICAÇÃO DO PRESENTE ACÓRDÃO, BAIXANDO OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE) - Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB: 35877/DF)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0023286-10.2018.8.06.0171/50003 - Agravo Interno Cível - Tauá - Agravante: Stefania Maria de Alcântara Dimas - Agravante: Carlos Renato Gonçalves Rosendo - Agravante: Simoni Loiola Lima - Agravante: Antonia Valmeira Lima Sales - Agravante: Patia Bezerra de Paula Cavalcante - Agravante: Eduardo Sampaio Andrade - Agravante: Antonia Jessica Gaspar do Nascimento - Agravante: Luzia Ferreira da Silva - Agravante: Neira Kelly Ferreira Bezerra Lima - Agravante: Valberto Gaspar do Nascimento - Agravante: Joao Paulo Cidrao Cavalcante Mota - Agravante: Michely Rosena Barreto Paiva - Agravante: Antonia Maria Pereira da Silva - Agravante: Ana Regina Pires da Costa - Agravante: Francihilda Gonçalves Bizerra Gomes - Agravante:

Emanuel Bezerra Costa - Agravante: Antonia Edinalda da Silva - Agravante: Antonia Nayde Karine Ferreira de Sousa - Agravante: Elizangela Fernandes da Silva - Agravante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Tauá - Agravante: Lorena Agnelle Oliveira Gonçalves - Agravante: Antonia Mirigna Rodrigues - Agravante: Luiza Marcela Sales Ferreira - Agravante: Viviany Eloi da Silva - Agravante: Maria Josivania Rodrigues Cavalcante Queiros - Agravante: Vanderlandi Gonçalves da Silva - Agravante: Lidiana Gonçalves da Silva - Agravante: Wanderley Carlos Batista Junior - Agravante: Francisca Inacio Gomes - Agravante: Aneuma Sousa Amorim - Agravante: Luis Alberto Xavier de Oliveira - Agravante: Darliane Gaspar de Loiola - Agravante: Luiza Gleiri Rodrigues Gomes - Agravante: Islandia Karen Gonçalves da Silva - Agravante: Leandro Alexandre Feitosa Antunes - Agravante: Maria Lidiane de Souza Moura - Agravante: Maria Raquel de Almeida - Agravante: Ana Claudia Pessoa de Carvalho - Agravante: Ana Maria Oliveira de Sousa - Agravante: Emanuela Alves da Silva Loiola - Agravante: Sonia Monteiro dos Santos - Agravante: Regina Celia Pereira de Macena - Agravante: Antonia Arlene Rosena de Amorim - Agravante: Maria Gerlane de Souza - Agravante: Kilvia Lima Marinho - Agravante: Gabriela Modesto Melo - Agravante: Roberto William Oliveira Santos - Agravante: Manoel Sobreira Mota Neto - Agravante: Janes Siqueira de Sousa Gonçalves - Agravante: Francisca Vanessa Moreira - Agravante: Layla Fernanda Gaspar do Nascimento - Agravante: Cristiane de Sousa Oliveira - Agravante: Luiz Carlos do Nascimento - Agravante: Lislania Souza Rodrigues - Agravante: Gleidivany Marques de Sousa - Agravante: Marciana Moreira Pinto Teixeira - Agravante: Maria Edneide Gomes Loiola - Agravante: Tamires Rolim Gonçalves - Agravante: Simone Chaves de Sousa - Agravante: Wesley Carvalho de Sousa - Agravante: Mirlandia Siqueira Araujo - Agravante: Valquerlandia Morais da Silva Noronha - Agravante: Maria Selma de Mendonça - Agravante: Janaina Feitosa Silva - Agravante: Cicera Maria Alves - Agravante: Marceliany Silva Farias - Agravado: Município de Tauá - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. TESES 660 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ UMA QUESTÃO EM DISCUSSÃO: (I) SABER SE O ACÓRDÃO CAMERÁRIO VIOLOU OS ARTS. 5º, XXXVI, DA CF/1988 E, COM ISSO, SE SERIA APLICÁVEL AO CASO O TEMA 660 DO STF.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ARESTO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL SALIENTOU QUE O ACORDO EXTRAJUDICIAL CELEBRADO ENTRE OS LITIGANTES NÃO FOI HOMOLOGADO EM JUÍZO, NÃO HAVENDO FALAR EM ATO JURÍDICO PERFEITO (ART. 5º E XXXVI, DA CF/1988 E ART. 6º DA LINDB), E QUE, EMBORA O MAGISTÉRIO MUNICIPAL TENHA DIREITO ADQUIRIDO AO PAGAMENTO DE ABONO DESDE A EDIÇÃO DA LEI MUNICIPAL 2.550/2020, DEVERIM SER APLICADOS OS CRITÉRIOS CONSTANTES NA LEI MUNICIPAL 2.679/2022 E NA LEI FEDERAL 14.235/2022, UMA VEZ QUE ESSES DIPLOMAS TERIAM EFICÁCIA PROSPECTIVA E INCIDEM SOBRE SITUAÇÕES PENDENTES, O QUE É O CASO, POIS A LEGISLAÇÃO LOCAL NÃO DISPUNHA, DE FORMA MINUDENTE, SOBRE OS CRITÉRIOS DO PAGAMENTO DO ABONO, O QUE, PRESUME-SE, OCORRERIA COM O PLANO DE APLICAÇÃO DOS PRECATÓRIOS (ART. 3º DA LEI MUNICIPAL 2.550/2020), NUNCA EDITADO.4. DESTACOU, AINDA, QUE A NEGATIVA DE HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTABULADO PELOS LITIGANTES NÃO REPRESENTOU OFENSA AO SISTEMA MULTIPORTAS DE JUSTIÇA (ART. 3º, § 3º, DO CPC), POR MEIO DO QUAL SE BUSCAM MÉTODOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS, PORQUANTO O ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU ENCONTRA-SE CONSONANTE A ORIENTAÇÃO DO TRIBUNAL A QUO, PROFERIDA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, NO SENTIDO DE QUE, POR SE TRATAR DE DIREITO INDISPONÍVEL, SERIA NECESSÁRIA PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGAL EXPRESSA, AO PASSO QUEA LEI MUNICIPAL 2.550/2020, EMBORA HOUVESSE RECONHECIDO O DIREITO AO PAGAMENTO DE ABONOS, NÃO PERMITIU EXPRESSAMENTE AO MUNICÍPIO DISPOR LIVREMENTE JUNTO AOS INTERESSADOS E BENEFICIÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO, MORMENTE PORQUE NÃO HOUVE A EDIÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS PRECATÓRIOS.5. A ARGUIDA VIOLAÇÃO AO ART. 5º, XXXVI, DA CF/1988, ESBARRA NO ÓBICE DA OFENSA REFLEXA AO TEXTO CONSTITUCIONAL, HAJA VISTA QUE, PARA AFASTAR A CONCLUSÃO A QUE CHEGOU ESTE E. TJCE, TERIAM QUE SER REAPRECIADOS OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO ENCARTADOS NOS AUTOS, BEM ASSIM A APLICAÇÃO DE NORMA PROCESSUAL CIVIL E DE LEGISLAÇÃO LOCAL MUNICIPAL, ATRAINDO A INCIDÊNCIA DA TESE 660 DA REPERCUSSÃO GERAL.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO._____ LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CF/1988, ART. 5º, XXXVI; CPC, ART. 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 660 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF, SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0023286-10.2018.8.06.0171/50003, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB: 15320/CE) - Antonio Francivaldo de Oliveira (OAB: 46199/CE) - Camila Vasconcelos Brito de Urquiza (OAB: 16821/CE) - Procuradoria Geral do Município de Tauá

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0010414-56.2019.8.06.0064/50000 - Agravo Interno Criminal - Caucaia - Agravante: André Martins Teixeira - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. NULIDADE DA BUSCA DOMICILIAR E, POR CONSEGUINTE, DAS PROVAS DELA DECORRENTES, INVIABILIZANDO A CONDENAÇÃO DO RÉU.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ARESTO OBJETO DO RECURSO EXCEPCIONAL ASSENTOU QUE A POLÍCIA MILITAR RECEBEU UMA DENÚNCIA ANÔNIMA NO SENTIDO DE QUE O RÉU TRAFICARIA DROGAS E PORTARIA ARMA DE FOGO EM DETERMINADA RESIDÊNCIA, O QUE MOTIVOU O DESLOCAMENTO DA GUARNIÇÃO ATÉ O LOCAL, COM O FITO DE EFETUAR DILIGÊNCIAS PARA ESCLARECER A NOTÍCIA DE FATO. AO SE APROXIMAREM DO IMÓVEL, OS AGENTES AVISTARAM UMA PESSOA EMPREENDENDO FUGA EM DIREÇÃO A UM MATAGAL PRÓXIMO, NÃO TENDO SIDO POSSÍVEL ALCANÇÁ-LO.4. DESTACOU, ADEMAIS, QUE DROGAS EMBALADAS, BALANÇA DE PRECISÃO E DINHEIRO EM ESPÉCIE FORAM ENCONTRADOS NO IMÓVEL AO LADO DE UMA CNH EM NOME DO ACRIMINADO.5. A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL: A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL SÓ É LÍCITA, MESMO EM PERÍODO NOTURNO, QUANDO AMPARADA EM FUNDADAS RAZÕES, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS “A POSTERIORI”, QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CIVIL E PENAL DO AGENTE OU DA AUTORIDADE, E DE NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS.IV. PARTE DISPOSITIVA E

TESE.6. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.030, I, §2º, E 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0010414-56.2019.8.06.0064/50000, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0027316-21.2015.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Criminal - Fortaleza - Agravante: João Alex da Rocha Ferreira - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. NULIDADE DA BUSCA DOMICILIAR E, POR CONSEGUINTE, DAS PROVAS DELA DECORRENTES, INVIABILIZANDO A CONDENAÇÃO DO RÉU.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ACÓRDÃO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL ASSENTOU QUE, A PAR DA PERMANÊNCIA DO CRIME DE TRÁFICO, OS POLICIAIS EM PATRULHA RECEBERAM DENÚNCIA ANÔNIMA DA OCORRÊNCIA DO CITADO DELITO EM UMA RESIDÊNCIA, E AO VERIFICAREM TAL FATO OBSERVARAM MOVIMENTAÇÃO NÃO USUAL. AO ADENTRAREM NO LOCAL ENCONTRARAM DROGAS DENTRO DE UMA MOCHILA (CRACK), BEM COMO APETRECHOS UTILIZADOS NA PRÁTICA DO TRÁFICO DE ENTORPECENTES E DETERMINADA QUANTIA EM DINHEIRO.4. A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL: A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL SÓ É LÍCITA, MESMO EM PERÍODO NOTURNO, QUANDO AMPARADA EM FUNDADAS RAZÕES, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS “A POSTERIORI”, QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CIVIL E PENAL DO AGENTE OU DA AUTORIDADE, E DE NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CF, ART. 5º, XI; CPC, ART. 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF, SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0027316-21.2015.8.06.0001/50000, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0731576-37.2014.8.06.0001/50001 - Agravo Interno Criminal - Fortaleza - Agravante: Antônio Gilson de Sousa Queiroz - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. NÃO APLICAÇÃO DA TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL, UMA VEZ QUE O INGRESSO DOMICILIAR NÃO FOI PRECEDIDO DE FUNDADAS RAZÕES, TAMPOUCO DE INVESTIGAÇÃO PRÉVIA.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ARESTO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL ASSENTOU QUE OS POLICIAIS, AO INVESTIGAREM DENÚNCIAS DE QUE DETERMINADA RESIDÊNCIA SERVIRIA PARA GUARDAR ARMAS E DROGAS, BEM COMO DE PONTO DE ENCONTRO DE PESSOAS QUE PRATICAVAM O CRIME DE SAIDINHA BANCÁRIA, VISUALIZARAM O RÉU FAZENDO A ENTREGA DE UMA CAIXA, E QUE, APÓS ABORDÁ-LO, ESTE CONFESSOU QUE O CONTEÚDO DAQUELA SERIA MACONHA, OCASIÃO EM QUE SEGUIRAM PARA O IMÓVEL, NO QUAL ENCONTRAVAM-SE 23KG DE MACONHA, 90KG DE UM PÓ BRANCO UTILIZADO PARA AUMENTAR A QUANTIDADE DE DROGAS E PARA A FABRICAÇÃO DO CRACK, MUITA MUNIÇÃO, UM RIFLE, TRÊS CARREGADORES, TELEFONES CELULARES E UMA MOTOCICLETA. 4. A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL: A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL SÓ É LÍCITA, MESMO EM PERÍODO NOTURNO, QUANDO AMPARADA EM FUNDADAS RAZÕES, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS “A POSTERIORI”, QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CIVIL E PENAL DO AGENTE OU DA AUTORIDADE, E DE NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS.IV. PARTE DISPOSITIVA.5. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CF, ART. 5º, XI; CPC, ARTS. 1.030, I, §2º, E 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0731576-37.2014.8.06.0001/50001, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0025085-16.2018.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Criminal - Fortaleza - Agravante: Talison da Silva Martins - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE REPETITIVA 993 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. AVALIAR SE A REVOGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO, ESTABELECIDA PELO JUÍZO DE 1º GRAU, TERIA AFRONTADO A TESE REPETITIVA 993 DO STJ E A SV 56.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ARESTO OBJETO DO RECURSO EXCEPCIONAL APONTOU QUE O RÉU FOI CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 121, § 2º, I DO CP, AO CUMPRIMENTO DA

PENA DE 16 (DEZESSEIS) ANOS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA INICIALMENTE NO REGIME FECHADO, E QUE NÃO SERIA O CASO DE SER TRANSFERIDO AO REGIME ABERTO ANTES DO PERÍODO PREVISTO (26.9.2025), SEM NEM SEQUER INICIAR O CUMPRIMENTO DE PENA NO REGIME SEMIABERTO, E COM PRIMAZIA AOS(ÀS) DETENTOS(AS) QUE COMETERAM DELITOS MENOS GRAVES, BEM ASSIM OS(AS) QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO SIMILAR HÁ MAIS TEMPO, OS(AS) QUAIS TERÃO PREFERÊNCIA DE SAÍDA ANTECIPADA.4. RESSALTOU QUE NÃO SE CONFIGURARIA ISONÔMICA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, POR ORA, AO APENADO, EM DETRIMENTO DAQUELES QUE ESTÃO MAIS PRÓXIMOS DE RECEBER O BENEFÍCIO DA PROGRESSÃO, ALÉM DO QUE O REEDUCANDO NÃO SE ENCONTRARIA EM QUAISQUER DAS SITUAÇÕES QUE ENSEJAM A ADOÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR HUMANITÁRIA, COMO SE DEPREENDE DO ART. 117 DA LEP.5. NA ESTEIRA DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA, A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA EXARADA PELO E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE REPETITIVA 993 DO STJ E À TESE 423 DA REPERCUSSÃO GERAL.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.6. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ART. 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 423 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF, SÚMULA 279; STJ, TESE REPETITIVA 993; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0025085-16.2018.8.06.0001/50000, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0054613-71.2013.8.06.0001/50001 - Agravo Interno Criminal - Fortaleza - Agravante: Marcílio Alves Feitosa - Agravado: Ministério Público Estadual - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESES 339 E 660 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SABER SE SERIA APLICÁVEL AO CASO O TEMA 660 DO STF; (II) SABER SE O TEMA 339 DO STF INCIDIRIA AO CASO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ARESTO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL, APÓS ANALISAR DETIDAMENTE OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PRESENTES NOS AUTOS, REJEITOU AS PRELIMINARES DE NULIDADE PROCESSUAL - PRONÚNCIA SEM ALEGAÇÕES FINAIS DO RÉU, INVERSÃO DA ORDEM DOS DEPOIMENTOS E IRREGULARIDADE DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA POR FALTA DA DECISÃO DE SUA AUTORIZAÇÃO E AUSÊNCIA DE TRANSLITERAÇÃO INTEGRAL DAS MÍDIAS -, E, NO MÉRITO, ATESTOU A VALIDADE DO COMPARTILHAMENTO DA PROVA MENCIONADA, BEM COMO HAVER DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA PARA A PRONÚNCIA DO RÉU (ART. 413 DO CPP) PELO CRIME PREVISTO NO ART. 121, §2º, I E IV, DO CP (POR DUAS VEZES), REJEITANDO AS TESES DEFENSIVAS DE IMPRONÚNCIA (ART. 413, §1º, DO CPP), DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA (ART. 415, I, II E III, DO CPP) E DE RETIRADA DAS QUALIFICADORAS, A SEREM APRECIADAS COM PRIMAZIA PELO CONSELHO DE SENTENÇA.4. O STF, PARA OS FINS DA TESE 339 DA REPERCUSSÃO GERAL E DO ART. 93, IX, DA CF/1988, CONSIDERA SER FUNDAMENTADO O ARESTO QUE POSSUA MOTIVAÇÃO SUFICIENTE, AINDA QUE CONCISA, SEM APRECIAR OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES E AS PROVAS EXISTENTES NOS AUTOS, NÃO PRECISANDO NEM MESMO QUE SEJAM CORRETOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. ASSIM, EVENTUAIS VÍCIOS NA PRESTAÇÃO JUDICIAL DEVEM SER DISCUTIDOS SOB O VIÉS DE VIOLAÇÃO AO ART. 619 DO CPP, A ISSO NÃO SE PRESTANDO A VIA EXTRAORDINÁRIA.5. A ARGUIDA VIOLAÇÃO AO ART. 5º, LIV E LV, DA CF/1988, ESBARRA NO ÓBICE DA OFENSA REFLEXA AO TEXTO CONSTITUCIONAL, HAJA VISTA QUE, PARA AFASTAR A CONCLUSÃO A QUE CHEGOU ESTE E. TJCE, TERIAM QUE SER REAPRECIADOS OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO ENCARTADOS NOS AUTOS, BEM ASSIM A APLICAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS RELACIONADOS À PROVA PROCESSUAL PENAL E À PRONÚNCIA E CONDENAÇÃO DOS RÉUS, ATRAINDO A INCIDÊNCIA DA TESE 660 DA REPERCUSSÃO GERAL.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CF/1988, ARTS. 5º, LIV E LV, E 93, IX; CPC, ART. 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESES 339 E 660 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF, SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7; TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL 0049426-19.2015.8.06.0064/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 23/11/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 1034091-60.2000.8.06.0001/50001, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 27/07/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 0162785-97.2019.8.06.0001/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 18/05/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 0544931-69.2012.8.06.0001/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 08/12/2022; TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL 0140295-52.2017.8.06.0001/50001, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 20/07/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL 0183951-25.2018.8.06.0001/50003, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 29/06/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 0065122-90.2015.8.06.0001/50001, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 29/06/2023; TJCE, AGRAVO INTERNO CRIMINAL 0050922-48.2021.8.06.0137/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 29/06/2023.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0054613-71.2013.8.06.0001/50001, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Ércio Quaresma Firpe (OAB: 56311/MG) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0036512-20.2015.8.06.0064/50001 - Agravo Interno Criminal - Caucaia - Agravante: S. J. B. de O. - Agravado: M. P. do E. do C. - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. CERTIFICAR O IMEDIATO TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA. BAIXA DOS AUTOS.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ EM DISCUSSÃO DUAS QUESTÕES: (I) SABER SE O CANCELAMENTO DA SÚMULA 174 DO STJ, QUE VEM OCASIONANDO O AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA, CONSTITUIRIA MATÉRIA UNICAMENTE DE DIREITO; (II) SABER SE HOUVE CONTRARIEDADE A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL (ART. 147, DO CP, ARTS. 5º, I, E 7º, I, DA LEI 1.340/2006).III. RAZÕES DE DECIDIR:3. CONFIGURA ERRO GROSSEIRO A INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INADMITE RECURSO ESPECIAL SEM ENVEREDAR PELO EXAME DO SEU MÉRITO COM AMPARO

EM TEMA REPETITIVO OU DE REPERCUSSÃO GERAL.4. NÃO SE AFIGURA PROCESSUALMENTE ACEITÁVEL QUE SE BUSQUE OBSTAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA MEDIANTE A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS INCABÍVEIS. IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO, COM DETERMINAÇÃO PARA CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA, IMEDIATAMENTE APÓS A PUBLICAÇÃO DO PRESENTE ACÓRDÃO, BAIXANDO OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.021, 1.030, §2º, E 1.042. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:- ERRO GROSSEIRO: STJ, AGINT NO ARESP N. 1.963.780/PR, REL. MIN. MOURA RIBEIRO, 3ª TURMA, J. 26/9/2022; RCL N. 38.421/RS, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, J. 12/2/2020. TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL 0105061-64.2015.8.06.0167/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 13/07/2023; AGRAVO INTERNO CÍVEL 0050376-94.2021.8.06.0168/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 30/01/2023; AGRAVO INTERNO CÍVEL 0050289-41.2021.8.06.0168/50000, REL. DES. VICE-PRESIDENTE, ÓRGÃO ESPECIAL, J. 30/01/2023.- IMPOSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS INCABÍVEIS COM O FITO DE PROTRAIR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA:STF, ARE 948.931 AGR-ED-EDV-AGR-ED, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, PLENÁRIO, J. 04/04/2018; ARE 837.803/PR-AGR-EDV-AGR-ED, REL. MIN. ROSA WEBER, PLENÁRIO, DJE 23/2/17; ARE 791.825/SP-AGR-EDVED, REL. MIN. LUIZ FUX, PLENÁRIO, DJE 05/09/2016.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0036512-20.2015.8.06.0064/50001, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, COM DETERMINAÇÃO PARA CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CAUSA, IMEDIATAMENTE APÓS A PUBLICAÇÃO DO PRESENTE ACÓRDÃO, BAIXANDO OS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Fabrício de Sousa Campos (OAB: 9983/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0191641-71.2019.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Criminal - Fortaleza - Agravante: Maria Thaís Paiva Freitas - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ UMA QUESTÃO EM DISCUSSÃO (I) SABER SE TERIA HAVIDO NULIDADE DA BUSCA PESSOAL DE UM DOS RÉUS, EM CUJO APARELHO CELULAR FORAM OBTIDAS INFORMAÇÕES QUE ENSEJARAM ACESSO DOMICILIAR, E, POR CONSEGUINTE, DAS PROVAS DELA DECORRENTES, INVIABILIZANDO A CONDENAÇÃO DOS RÉUS.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ARESTO OBJETO DO RECURSO EXCEPCIONAL ASSENTOU QUE UM DOS RÉUS SE NEGOU A OBEDECER ORDEM DE PARADA DOS POLICIAIS EM FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, O QUAL ESTAVA NA CONDUÇÃO DE UMA MOTOCICLETA, CONSTITUINDO FUNDADA SUSPEITA À BUSCA PESSOAL E VEICULAR, NÃO SE VISUALIZANDO A EXISTÊNCIA DE ARBITRARIEDADE, ALÉM DE TER SIDO PERMITIDO O ACESSO AO APARELHO CELULAR DO ACRIMINADO, CUJAS INFORMAÇÕES LEVARAM À BUSCA DOMICILIAR EM QUE FORAM ENCONTRADAS AS DROGAS E DEMAIS OBJETOS.4. ESSA SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL: A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL SÓ É LÍCITA, MESMO EM PERÍODO NOTURNO, QUANDO AMPARADA EM FUNDADAS RAZÕES, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS “A POSTERIORI”, QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO, SOB PENA DE RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR, CIVIL E PENAL DO AGENTE OU DA AUTORIDADE, E DE NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CF/1988, ART. 5º, XI; CPP, ARTS. 240, §2º, E 244 DO CPP; CPC, ART. 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TESE 280 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF, SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0191641-71.2019.8.06.0001/50000, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0436170-61.2000.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Matheus Cintra Bezerra - Agravado: Banco Bradesco S/A - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por maioria. - EMENTA: AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO FEITO ATÉ O JULGAMENTO DO TEMA 1.255 DO STF. INAPLICABILIDADE DO TEMA A PRESENTE LIDE. DEMANDA ENTRE PARTICULARES. APLICAÇÃO EXCLUSIVA DO TEMA A CASOS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É DEVEDORA DE HONORÁRIOS. VALOR DE CAUSA NÃO EXORBITANTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO POR MAIORIA. REVOGAÇÃO DA ORDEM DE SUSPENSÃO. RETORNO AO ÓRGÃO CAMERÁRIO PARA JULGAMENTO DO RECURSO APELATÓRIO. I. CASO EM EXAMEAGRAVO INTERNO INTERPOSTO POR MATHEUS CINTRA BEZERRA CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 0436170-61.2000.8.06.0001, ATÉ O JULGAMENTO DO TEMA 1.255 DO STF, VERSANDO SOBRE A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃODISCUTE-SE A APLICABILIDADE DO TEMA 1.255 DO STF À LIDE EM QUESTÃO, ESPECIFICAMENTE SE O SOBRESTAMENTO DO FEITO É NECESSÁRIO, CONSIDERANDO QUE A CONTROVÉRSIA ENVOLVE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ENTRE PARTICULARES E NÃO COM A FAZENDA PÚBLICA.III. RAZÕES DE DECIDIR3.1 A ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ INDICA QUE O TEMA 1.255 REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A CASOS EM QUE A FAZENDA PÚBLICA É DEVEDORA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.3.2 A SITUAÇÃO EM EXAME ENVOLVE APENAS LITIGANTES PRIVADOS, O QUE AFASTA A APLICAÇÃO DO REFERIDO TEMA.3.3 ALÉM DISSO, O VALOR DA CAUSA (R$127.547,13) NÃO SE REVELA EXORBITANTE, INVIABILIZANDO A EXTENSÃO DO ENTENDIMENTO SOBRE A FIXAÇÃO EQUITATIVA DE HONORÁRIOS.3.4 A DECISÃO ANTERIOR DE SOBRESTAMENTO FOI CONSIDERADA TERATOLÓGICA, UMA VEZ QUE NÃO SE AJUSTA AO OBJETO DA CONTROVÉRSIA.IV. DISPOSITIVOAGRAVO INTERNO CONHECIDO E PROVIDO, DETERMINANDO O AFASTAMENTO DA ORDEM DE SOBRESTAMENTO E O RETORNO DOS AUTOS AO ÓRGÃO CAMERÁRIO PARA REAPRECIAÇÃO DO RECURSO APELATÓRIO.ACÓRDÃO: VISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS ESTES AUTOS, EM QUE FIGURAM COMO PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES MEMBROS DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR MAIORIA, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE DESEMBARGADOR VISTOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTEDESEMBARGADOR VISTOR . - Advs: Matheus Cintra Bezerra (OAB: 14849/CE) - João Paulo Arruda Barreto Cavalcante (OAB: 22880/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0007715-74.2019.8.06.0167/50001 - Agravo Interno Cível - Sobral - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Maria Lucila Marques Lino - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO E INADMISSIBILIDADE. TESE 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA A PARTE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO AO ESTADO DO CEARÁ, ANTES DO ADVENTO DE NORMA LOCAL, DE PAGAR PISO SALARIAL AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, COM AMPARO NA LEI 12.994/2014.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O ACÓRDÃO CAMERÁRIO OBJETO DA SÚPLICA EXCEPCIONAL RECONHECEU A PROCEDÊNCIA DA CAUSA POR MÚLTIPLOS FUNDAMENTOS: (I) A LEI FEDERAL 12.994/2014 INSTITUIU O PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL E AS DIRETRIZES PARA O PLANO DE CARREIRA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, ALTERANDO A REDAÇÃO ORIGINAL DA LEI 11.350/2006; (II) EM 18/06/2014, COM A PUBLICAÇÃO DA CITADA NORMA NO DIÁRIO OFICIAL, PASSOU A VIGORAR O TEXTO DO ART. 9º-A, §1º, DA LEI 11.350/2006, QUE FIXOU O PISO SALARIAL DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS EM R$ 1.014,00 (MIL E QUATORZE REAIS) MENSAIS; (III) PORTANTO, SERIA DEVIDO AO ESTADO DO CEARÁ O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL ESTIPULADO NO MENCIONADO DIPLOMA LEGAL, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, DESDE A DATA DE SUA VIGÊNCIA, EM JUNHO DE 2014, TENDO EM VISTA QUE SE TRATA DE NORMA AUTOAPLICÁVEL E COM EFEITO IMEDIATO; (IV) CONFORME DECIDIDO PELO STF NA ADI 4.167/DF, NÃO HAVERIA FALAR EM INCONSTITUCIONALIDADE DOS DISPOSITIVOS PRESENTES NA LEI 12.994/2014, TENDO EM VISTA QUE A UNIÃO LEGISLOU SOBRE O PISO SALARIAL, EXERCENDO SUA COMPETÊNCIA PRIVATIVA (ART. 22, I, DA CF/1988), GARANTINDO COMPLEMENTO DE ATÉ 95% (NOVENTA E CINCO POR CENTO) DO PISO, A TÍTULO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, NOS TERMOS DO ART. 9º-C, § 3º, DA SUPRACITADA LEI; (V) NÃO HÁ AFRONTA AO PACTO FEDERATIVO, UMA VEZ QUE A AUTONOMIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DE QUAISQUER ENTES FEDERATIVOS NÃO OS COLOCA ACIMA DA LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL PÁTRIA.4. NA ESTEIRA DA DECISÃO MONOCRÁTICA ORA IMPUGNADA, A SITUAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA ESPOSADA POR ESTE E. TJCE ADEQUA-SE PERFEITAMENTE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO ART. 1.030, I, DO CPC, À TESE 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL: I - É CONSTITUCIONAL A APLICAÇÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, INSTITUÍDO PELA LEI 12.994/2014, AOS SERVIDORES ESTATUTÁRIOS DOS ENTES SUBNACIONAIS, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 198, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A REDAÇÃO DADA PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 63/2010 E 120/2022, CABENDO À UNIÃO ARCAR COM OS ÔNUS DA DIFERENÇA ENTRE O PISO NACIONAL E A LEGISLAÇÃO DO ENTE MUNICIPAL; II - ATÉ O ADVENTO DA LEI 9.646/2022, A EXPRESSÃO `PISO SALARIAL´ PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS CORRESPONDE À REMUNERAÇÃO MÍNIMA, CONSIDERADA, NOS TERMOS DO ART. 3º, INCISO XIX, DA LEI 8.629/2014, SOMENTE A SOMA DO VENCIMENTO DO CARGO E DA GRATIFICAÇÃO POR AVANÇO DE COMPETÊNCIAS.IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.5. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 1.021 E 1.030.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, TEMA 1.132 DA REPERCUSSÃO GERAL; STF , SÚMULA 279; STJ, SÚMULA 7.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO AGRAVO INTERNO N. 0007715-74.2019.8.06.0167/50001, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Rejane Feitosa de Norões Milfont (OAB: 31966/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200206-45.2022.8.06.0057/50000 - Agravo Interno Cível - Caridade - Agravante: Wagner de Sousa Damasceno - Agravante: Funerária Paraíso Eterno Eireli - Agravado: SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO CEARÁ - Des. VICE PRESIDENTE TJCE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ORDEM DE RECOLHIMENTO DO PREPARO EM DOBRO. AUSÊNCIA. DESERÇÃO. INEXISTÊNCIA DE RECURSO POSTERIOR. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE ORDENOU O RECOLHIMENTO EM DOBRO DO PREPARO RECURSAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SABER SE PODERIA TER SIDO APRECIADO O RECURSO ESPECIAL ANTES DO JULGAMENTO DO AGRAVO INTERNO CONTRA A ORDEM DE RECOLHIMENTO DO PREPARO; (II) SABER SE FOI DEMONSTRADO NOS AUTOS QUE A PESSOA JURÍDICA RECORRENTE NÃO TERIA CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS, NOS TERMOS DA SÚMULA 481 DO STJ, E QUE A PESSOA FÍSICA, ATUALMENTE, PASSARIA POR GRAVE CRISE FINANCEIRA.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. ANTES DA INTERPOSIÇÃO DESTE AGRAVO INTERNO HOUVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL, POR DESERÇÃO, DE SORTE QUE QUALQUER INSURGÊNCIA DEVERIA SE VOLTAR CONTRA ESSE ÚLTIMO DECISÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 1.042 DO CPC, O QUE NÃO OCORREU.4. A PROLAÇÃO DO ATO JUDICIAL ACIMA MENCIONADO ACARRETOU NA CONSOLIDAÇÃO DA DESERÇÃO, DEVENDO SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO NO PRESENTE MOMENTO PROCESSUAL, NOS TERMOS DO ART. 493 DO CPC.5. A PAR DISSO, NÃO SE PUGNOU NO RECURSO ESPECIAL PELO DEFERIMENTO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA, MAS ERRONEAMENTE INFORMOU TER DEIXADO DE RECOLHER O PREPARO POR OSTENTAR AQUELE BENEFÍCIO, O QUE NÃO CONDIZIA COM A REALIDADE, HAJA VISTA QUE, CONFORME APONTOU A DECISÃO ORA AGRAVADA, O ARESTO CAMERÁRIO CASSOU A GRATUIDADE DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU, SENDO CONSENTÂNEA A ORDEM DE RECOLHIMENTO EM DOBRO DO PREPARO RECURSAL, NOS TERMOS DO ART. 1.007, §4º, DO CPC, SOB PENA DE DESERÇÃO, AO FINAL PROCLAMADA. IV. PARTE DISPOSITIVA E TESE.6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE CITADA: CPC, ARTS. 493, 1.007, §4º, 1.030 E 1.042.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO RESP 1.794.596/MG, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, 2ª TURMA, J. 07.11.2019; STJ, AGINT NO ARESP 1.229.342/SP, REL. MIN. LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), 4ª TURMA, J. 16.08.2018; STJ, AGINT NO ARESP 1.142.653/RS, REL. MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO, 4ª TURMA, J. 07.12.2017.ACÓRDÃOACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO ÓRGÃO ESPECIAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NOS AUTOS DO

AGRAVO INTERNO N. 0200206-45.2022.8.06.0057/50000, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO DE CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. . - Advs: Diego Albuquerque Lopes (OAB: 26053/CE) - Adriano Marcelo Thomaz (OAB: 23811/CE)

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE

DESPACHO

Nº 0789507-95.2014.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: R. M. A. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, e diante da possível incongruência do acórdão prolatado aos termos do Tema 1202 do STJ, determino o encaminhamento dos autos à 1ª Câmara Criminal para análise de eventual juízo de retratação, nos termos do artigo 1.030, inciso II, do CPC/2015. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Paulo César Barbosa Pimentel (OAB: 9165/CE) - Ivan de Castro Paula Júnior (OAB: 8159/CE) - Ministério Público do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0126357-24.2016.8.06.0001/50002 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Zenite de Sousa Rocha - Agravado: José Rocha Magalhães Filho - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto: (a) nos termos do art. 1.021, §2º, do CPC, dou provimento unipessoal ao agravo interno, para efetuar retratação parcial da decisão monocrática recorrida (fls. 902-906 do Processo n. 0126357-24.2016.8.06.0001) e, assim, desconstituir a negativa de seguimento do recurso extraordinário. (b) escoado sem manifestação o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado deste recurso interno, efetuando sua integração aos autos do Processo n. 0126357-24.2016.8.06.0001. (c) ultimada essa providência, renove-se a conclusão do Processo n. 0126357-24.2016.8.06.0001 a esta Vice-Presidência, diante da existência do agravo em recurso extraordinário de fls. 919-927 daqueles autos. Intimem-se. Publique-se. Expedientes necessários. Cumpra-se. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Zenite de Sousa Rocha - Carlos Henrique da Rocha Cruz (OAB: 5496/CE)

Nº 0189988-73.2015.8.06.0001/50002 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Itaú Unibanco S/A - Agravado: Representações Ipamerina Ltda - Agravado: Éber Domingos Pinto - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo Interno (Art. 1.021, CPC/2015) Em cumprimento à delegação contida no art. 5°, inciso I, da Portaria n° 05/2020 (DJE de 9/11/2020), e tendo em vista a(s) interposição de AGRAVO INTERNO, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores intima a(s) parte(s) agravada(s) para manifestaçãosobre o recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme disposto no § 2° do art. 1.021, do Código de Processo Civil e art. 268 do Regimento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Clarissa Dias Machado (OAB: 230641/RJ) - Renato Faig Torres Pinto da Rocha (OAB: 170097/RJ) - Gabriel Oliveira de Melo (OAB: 221770/RJ) - Rafael Barroso Fontelles (OAB: 119910/RJ) - Jorge Martins de Lima (OAB: 15407/CE)

DESPACHO

Nº 0050257-79.2021.8.06.0089 - Apelação Criminal - Icapuí - Apelante: A. C. N. - Apelante: M. dos N. de A. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Advs: Gabriela Costa de Queiroz (OAB: 46631/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0050257-79.2021.8.06.0089 - Apelação Criminal - Icapuí - Apelante: A. C. N. - Apelante: M. dos N. de A. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Gabriela Costa de Queiroz (OAB: 46631/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0050257-79.2021.8.06.0089 - Apelação Criminal - Icapuí - Apelante: A. C. N. - Apelante: M. dos N. de A. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 6 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Gabriela Costa de Queiroz (OAB: 46631/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0215691-93.2021.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara de Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza - Apelante: Abraão Monteiro Santos Representado Por Cleane Maria Monteiro dos Santos - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0215691-93.2021.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara de Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza - Apelante: Abraão Monteiro Santos Representado Por Cleane Maria Monteiro dos Santos - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0215691-93.2021.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara de Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza - Apelante: Abraão Monteiro Santos Representado Por Cleane Maria Monteiro dos Santos - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0215691-93.2021.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara de Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza - Apelante: Abraão Monteiro Santos Representado Por Cleane Maria Monteiro dos Santos - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0259914-68.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Ilmar Ferreira Marques - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0259914-68.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Ilmar Ferreira Marques - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC e no TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0020893-55.2009.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Município de Mombaça - EMENTA: CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA. SENTENÇA QUE DECLARA INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. ARGUIÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO ART. 108 DO REGIMENTO INTERNO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REMESSA AO ÓRGÃO ESPECIAL. 1. Cuidam os presentes autos de remessa e apelação cível interposta pelo Estado do Ceará, contra sentença da lavra do MM. Juiz Titular da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza/CE, que julgou procedente a ação de cobrança manejada pelo Município apelado para reconhecer a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 10.367/79ICMS e, em consequência, condenar o Estado ao pagamento do valor de R$ 1.591.300,86 (um milhão, quinhentos e noventa e um mil, trezentos reais e oitenta e seis centavos), tudo corrigido segundo o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 2. O presente caso envolve a discussão acerca da titularidade sobre a arrecadação do ICMS, pois entende o Município de Mombaça ser proprietário de vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Desta forma, o Estado do Ceará não poderia diferir ou conceder benefício tributário sobre a sua cota parte. 3. Nessa esteira de pensamento, a Lei Estadual nº 10.367/79 seria inconstitucional por ferir o disposto no inciso IV, do art. 158 da CF/88, em especial o seu artigo 5º, o qual, segundo a sentença vergasta, estaria previsto o diferimento como instrumento de incentivo fiscal. Corroborando a tese defendida na vestibular e referendada no decisum, o Supremo Tribunal Federal também decidiu em repercussão geral no mesmo sentido. 4. CONSTITUCIONAL. ICMS. REPARTIÇÃO DE RENDAS TRIBUTÁRIAS. PRODEC. PROGRAMA DE INCENTIVO FISCAL DE SANTA CATARINA. RETENÇÃO, PELO ESTADO, DE PARTE DA PARCELA PERTENCENTE AOS MUNICÍPIOS. INCONSTITUCIONALIDADE. RE DESPROVIDO. I - A parcela do imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a que se refere o art. 158, IV, da Carta Magna pertence de pleno direito aos Municípios. II - O repasse da quota constitucionalmente devida aos Municípios não pode sujeitar-se à condição prevista em programa de benefício fiscal de âmbito estadual. III - Limitação que configura indevida interferência do Estado no sistema constitucional de repartição de receitas tributárias. IV - Recurso extraordinário desprovido. (RE 572762, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 18/06/2008, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-167 DIVULG 04-09-2008 PUBLIC 05-09-2008 EMENT VOL-02331-04 PP-00737). 5. Assim, como a constitucionalidade do mencionado diploma normativo estadual foi atacada por fundamento em face do dispositivo constitucional, deve-se aplicar o art. 108 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. 6. Arguição aceita para submeter a questão ao Órgão Especial. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação nº 0020893-55.2009.8.06.0001, em que figuram as partes acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 5ª Câmara Cível do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da arguição de inconstitucionalidade incidental para submeter a questão ao Órgão Especial. Fortaleza, 04 de novembro de 2015. FRANCISCO BARBOSA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Francisco Charles Nunes de Carvalho (OAB: 19301/CE) - Procuradoria Geral do Município de Mombaça - Alexsandro Pessoa Azevedo (OAB: 12398/CE)

Nº 0020893-55.2009.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Município de Mombaça - Diante do exposto:

(a) determino a suspensão da presente causa, que se encontra em fase de recurso extraordinário, até que a Corte Suprema julgue as irresignações acima identificadas (representativas da controvérsia), com amparo no art. 1.036, §1º, do CPC. (b) faça-se a devida vinculação. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Francisco Charles Nunes de Carvalho (OAB: 19301/CE) - Procuradoria Geral do Município de Mombaça - Alexsandro Pessoa Azevedo (OAB: 12398/CE)

Nº 0020893-55.2009.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Município de Mombaça - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Extraordinário Tendo em vista a interposição de Recurso Extraordinário, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 21 de abril de 2023 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Anastacio Jorge Matos de Sousa Marinho (OAB: 8502/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Francisco Charles Nunes de Carvalho (OAB: 19301/CE) - Procuradoria Geral do Município de Mombaça - Alexsandro Pessoa Azevedo (OAB: 12398/CE)

DESPACHO

Nº 0005662-20.2019.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Priscila Amanda da Silva Dutra - Apelado: Município de Crato - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0005662-20.2019.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Priscila Amanda da Silva Dutra - Apelado: Município de Crato - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0005662-20.2019.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Priscila Amanda da Silva Dutra - Apelado: Município de Crato - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0209626-19.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0209626-19.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0209626-19.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0904828-81.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Espólio de Franscisco Rodrigues da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0904828-81.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Espólio de Franscisco Rodrigues da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0904828-81.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Espólio de Franscisco Rodrigues da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a, do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se.

Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0133775-47.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Alexandre Henrique Almeida Brasil - Apelada: Maria Célia Martins Pereira - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 11 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Rafael Leite Torrens (OAB: 18956/CE) - Ricardo Lima Moreira Borges (OAB: 18181/CE) - José Vidal Pessoa (OAB: 24891/CE) - Francisco Nazareno Avelino de Lima (OAB: 9854/CE)

Nº 0161637-61.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Paulo Rui Martins Amarante - Apelado: Carlos Lincoln Carvalho de Sousa - Advs: Jean Fábio de Aguiar Costa (OAB: 22393/CE) - Kennedy Ferreira Lima (OAB: 10914/CE)

Nº 0161637-61.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Paulo Rui Martins Amarante - Apelado: Carlos Lincoln Carvalho de Sousa - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Jean Fábio de Aguiar Costa (OAB: 22393/CE) - Kennedy Ferreira Lima (OAB: 10914/CE)

Nº 0162184-62.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: U. F. - S. C. M. LTDA. - Apelada: Y. de S. M. R. P. M. de S. R. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Na forma do art. 1.021, §2º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), intime-se a parte agravada para se manifestar sobre o Recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Expedientes legais. Fortaleza, 4 de junho de 2019. DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA Relatora - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0162184-62.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: U. F. - S. C. M. LTDA. - Apelada: Y. de S. M. R. P. M. de S. R. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0162184-62.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: U. F. - S. C. M. LTDA. - Apelada: Y. de S. M. R. P. M. de S. R. - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 29 de julho de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0177821-82.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Amil - Assistência Médica Internacional S/A - Apelado: Rosa Maria Muniz Ponce de Leão - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do art. 1.030, V, do Código de Processo Civil. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Paulo Roberto Vigna (OAB: 173477/SP) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0224994-63.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: U. do C. - F. das S. C. M. do E. do C. LTDA. - Apelada: L. H. O. R. P. A. C. H. B. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE) - Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE) - Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE) - Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE) - Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE) - Pedro Luiz Carneiro de Abrantes (OAB: 41295/CE)

DESPACHO

Nº 0000097-85.2008.8.06.0063 - Apelação Cível - Catarina - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Apelada: Antonia Lileide Nogueira - Apelada: Antonia Lilalva de Holanda - Apelado: Francisco Júnior Domingues Nogueira - Apelada: Maria Lilai Nogueira de Araújo - Apelada: Lúcia Domingues Nogueira Monesi - Apelada: Maria Lila Nogueira Moreira - Apelado: Dorgivan Domingues Nogueira - Apelada: Antonia Lizieide Domingues Nogueira Montana - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Antonio Daudet Gondim Barreto (OAB: 3171/CE) - Jorge Luís Pereira (OAB: 11443/CE) - Cláuver Renne Luciano Barreto (OAB: 16641/CE) - Marcus Vinícius Cruz Cordeiro (OAB: 18316/CE) - Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE)

Nº 0000097-85.2008.8.06.0063 - Apelação Cível - Catarina - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Apelada: Antonia Lileide Nogueira - Apelada: Antonia Lilalva de Holanda - Apelado: Francisco Júnior Domingues Nogueira - Apelada: Maria Lilai Nogueira de Araújo - Apelada: Lúcia Domingues Nogueira Monesi - Apelada: Maria Lila Nogueira Moreira

- Apelado: Dorgivan Domingues Nogueira - Apelada: Antonia Lizieide Domingues Nogueira Montana - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Antonio Daudet Gondim Barreto (OAB: 3171/CE) - Jorge Luís Pereira (OAB: 11443/CE) - Cláuver Renne Luciano Barreto (OAB: 16641/CE) - Marcus Vinícius Cruz Cordeiro (OAB: 18316/CE) - Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE)

Nº 0191362-56.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Apelado: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 11 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB: 15320/CE) - Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE) - Ted Luiz Rocha Pontes (OAB: 26581/CE)

Nº 0287053-24.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Apelado: Carlos Roberto Rosendo - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) - Valdecir Rabelo Filho (OAB: 19462/ES)

Nº 0287053-24.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Apelado: Carlos Roberto Rosendo - Advs: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) - Valdecir Rabelo Filho (OAB: 19462/ES)

DESPACHO

Nº 0143504-97.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: R. A. M. - Apelado: E. C. M. - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Nestor Sousa Facundo (OAB: 18505/CE) - Carlos Eduardo Pinheiro da Silva (OAB: 18107/CE) - Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (OAB: 18971/CE)

Nº 0158747-13.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Apelado: Antonio Roberto da Costa Genuca Júnior - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 11 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE) - Maria do Desterro Teixeira Cabral (OAB: 28736/CE)

Nº 0195248-34.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: SPARTEX - Sobral Produtora de Artefatos Têxteis Indústria e Comércio Ltda - EPP - Apelante: Regina Cláudia Mendes Pamplona - Apelante: Eugênio Cezar Perdigão Pamplona - Apelado: Francisco José Andrade Silveira - Advs: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE) - Nelson Bruno do Rego Valença (OAB: 15783/CE) - Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE) - André Rodrigues Parente (OAB: 15785/CE) - Manoel Osvaldo Florêncio Batista (OAB: 3776/CE)

Nº 0195248-34.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: SPARTEX - Sobral Produtora de Artefatos Têxteis Indústria e Comércio Ltda - EPP - Apelante: Regina Cláudia Mendes Pamplona - Apelante: Eugênio Cezar Perdigão Pamplona - Apelado: Francisco José Andrade Silveira - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE) - Nelson Bruno do Rego Valença (OAB: 15783/CE) - Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE) - André Rodrigues Parente (OAB: 15785/CE) - Manoel Osvaldo Florêncio Batista (OAB: 3776/CE)

Nº 0200849-66.2023.8.06.0154 - Apelação Cível - Quixeramobim - Requerente: Rosivaldo de Oliveira da Silva - Requerido: Banco Pan S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Antônio Adolfo Alves Nogueira (OAB: 30698/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0200849-66.2023.8.06.0154 - Apelação Cível - Quixeramobim - Requerente: Rosivaldo de Oliveira da Silva - Requerido: Banco Pan S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 6 de agosto de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Antônio Adolfo Alves Nogueira (OAB: 30698/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0200849-66.2023.8.06.0154 - Apelação Cível - Quixeramobim - Requerente: Rosivaldo de Oliveira da Silva - Requerido: Banco Pan S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Antônio Adolfo Alves Nogueira (OAB: 30698/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0200849-66.2023.8.06.0154 - Apelação Cível - Quixeramobim - Requerente: Rosivaldo de Oliveira da Silva - Requerido: Banco Pan S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Em virtude do exposto, inadmito o recurso especial, nos termos

do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Antônio Adolfo Alves Nogueira (OAB: 30698/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0207499-69.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Hapvida Assistência Médica S/A - Apelada: Sada Sacamoto Kato - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Yuri Kubrusly de Miranda Sá (OAB: 38343/CE)

Nº 0207499-69.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Hapvida Assistência Médica S/A - Apelada: Sada Sacamoto Kato - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Yuri Kubrusly de Miranda Sá (OAB: 38343/CE)

DESPACHO

Nº 0050364-85.2021.8.06.0037 - Apelação Cível - Ararenda - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Apelada: Francisca Maria de Sousa Nascimento Lima - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 11 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE) - João Paulo Gomes Dias (OAB: 20746/CE) - Jorge da Silva Gomes (OAB: 36225/CE) - Tharrara Norens de Sousa Rodrigues (OAB: 44987/CE)

Nº 0056036-90.2021.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: GV Imóvel Ltda. - Apelado: Cerâmica Brasileira CERBRAS Ltda. - Apelado: Marcos Antônio Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construcao Eireli - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Leandro de Araújo Sampaio (OAB: 32509/CE) - José Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE)

Nº 0056036-90.2021.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: GV Imóvel Ltda. - Apelado: Cerâmica Brasileira CERBRAS Ltda. - Apelado: Marcos Antônio Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construcao Eireli - Advs: Leandro de Araújo Sampaio (OAB: 32509/CE) - José Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE)

Nº 0249317-40.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Apelada: Maria Celcia Martins - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Erick Freitas Medeiros de Oliveira (OAB: 16419/CE)

DESPACHO

Nº 0053050-04.2021.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária - Maracanaú - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0053050-04.2021.8.06.0117 - Apelação / Remessa Necessária - Maracanaú - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0062689-32.2017.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0062689-32.2017.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0062689-32.2017.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado:

Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0192781-43.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: G. A. T. R. P. M. Y. A. T. - Apelado: E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0192781-43.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: G. A. T. R. P. M. Y. A. T. - Apelado: E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0192781-43.2019.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: G. A. T. R. P. M. Y. A. T. - Apelado: E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0254582-23.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Maria do Socorro Silva - Apelado: Estado do Ceará - Advs: Maria Carmelita da Silva - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0254582-23.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Maria do Socorro Silva - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Maria Carmelita da Silva - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0254582-23.2020.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Maria do Socorro Silva - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Maria Carmelita da Silva - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0156445-45.2016.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Luzanira Ferreira de Sousa - Apelado: Estado do Ceará - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0156445-45.2016.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Luzanira Ferreira de Sousa - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0156445-45.2016.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Luzanira Ferreira de Sousa - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0009158-15.2018.8.06.0064 - Apelação / Remessa Necessária - Caucaia - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da

Comarca de Caucaia - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0009158-15.2018.8.06.0064 - Apelação / Remessa Necessária - Caucaia - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0009158-15.2018.8.06.0064 - Apelação / Remessa Necessária - Caucaia - Remetente: Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 8007004-04.2023.8.06.0001 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Kalebe de Sousa Paulino - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: André Felipe Cordeiro Braga (OAB: 17301/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 8007004-04.2023.8.06.0001 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Kalebe de Sousa Paulino - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: André Felipe Cordeiro Braga (OAB: 17301/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 8007004-04.2023.8.06.0001 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Kalebe de Sousa Paulino - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 13 de setembro de 2024 Coordenador(a)/ CORTSUP - Advs: André Felipe Cordeiro Braga (OAB: 17301/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0003215-93.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apte/Apdo: Luciene Menezes Cavalcante de Brito - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0003215-93.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apte/Apdo: Luciene Menezes Cavalcante de Brito - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0003215-93.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apte/Apdo: Luciene Menezes Cavalcante de Brito - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a, do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0231855-70.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0231855-70.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do

Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0231855-70.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0200664-66.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Quixeramobim - Apelante: Francisco Wilson Rodrigues de Sousa - Apelante: Zineuda Bernardo de Sousa - Apelado: Ministério Público Estadual - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB: 38829/CE) - Francisco Adriano Brito Aguiar (OAB: 42962/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200664-66.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Quixeramobim - Apelante: Francisco Wilson Rodrigues de Sousa - Apelante: Zineuda Bernardo de Sousa - Apelado: Ministério Público Estadual - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB: 38829/CE) - Francisco Adriano Brito Aguiar (OAB: 42962/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200664-66.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Quixeramobim - Apelante: Francisco Wilson Rodrigues de Sousa - Apelante: Zineuda Bernardo de Sousa - Apelado: Ministério Público Estadual - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB: 38829/CE) - Francisco Adriano Brito Aguiar (OAB: 42962/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200664-66.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Quixeramobim - Apelante: Francisco Wilson Rodrigues de Sousa - Apelante: Zineuda Bernardo de Sousa - Apelado: Ministério Público Estadual - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recursos Especial e Extraordinário Tendo em vista as interposições de Recursos Especial e Extraordinário, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões aos recursos, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 13 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB: 38829/CE) - Francisco Adriano Brito Aguiar (OAB: 42962/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0002456-32.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelado: Estado do Ceará - Apelante: Francisco Rômulo de Souza Filho - Apelado: Município de Crato - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato

Nº 0002456-32.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelado: Estado do Ceará - Apelante: Francisco Rômulo de Souza Filho - Apelado: Município de Crato - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato

Nº 0002456-32.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelado: Estado do Ceará - Apelante: Francisco Rômulo de Souza Filho - Apelado: Município de Crato - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato

DESPACHO

Nº 0639543-16.2023.8.06.0000 - Revisão Criminal - Fortaleza - Requerente: M. J. L. B. - Requerido: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Advs: José Heleno Lopes Viana (OAB: 1485/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0639543-16.2023.8.06.0000 - Revisão Criminal - Fortaleza - Requerente: M. J. L. B. - Requerido: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recursos Especial e Extraordinário Tendo em vista as interposições de Recursos Especial e Extraordinário, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões aos recursos, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 30 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: José Heleno Lopes

Viana (OAB: 1485/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0639543-16.2023.8.06.0000 - Revisão Criminal - Fortaleza - Requerente: M. J. L. B. - Requerido: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, inadmito o presente recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: José Heleno Lopes Viana (OAB: 1485/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0639543-16.2023.8.06.0000 - Revisão Criminal - Fortaleza - Requerente: M. J. L. B. - Requerido: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: José Heleno Lopes Viana (OAB: 1485/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0000591-40.2018.8.06.0049 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Felipe de Sousa Mota - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Jonatas Coutinho Campelo (OAB: 30878/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0000591-40.2018.8.06.0049 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Felipe de Sousa Mota - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Jonatas Coutinho Campelo (OAB: 30878/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0000591-40.2018.8.06.0049 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Felipe de Sousa Mota - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 19 de setembro de 2024 Coordenador(a)/ CORTSUP - Advs: Jonatas Coutinho Campelo (OAB: 30878/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0052425-50.2017.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0052425-50.2017.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0052425-50.2017.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0005489-51.2018.8.06.0064 - Apelação / Remessa Necessária - Caucaia - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Manoel Barbosa da Mota - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0005489-51.2018.8.06.0064 - Apelação / Remessa Necessária - Caucaia - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia - Apelante: Estado do Ceará - Apelado: Manoel Barbosa da Mota - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0053679-74.2020.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apte/Apdo: Banco Santander (Brasil) S/A - Apte/Apdo: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apte/Apdo: Caio Roosevelt da Costa Ferreira - Advs: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 41218A/CE) - Carlos Washington Ferreira de Moura (OAB: 42083/CE)

Nº 0053679-74.2020.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apte/Apdo: Banco Santander (Brasil) S/A - Apte/Apdo: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apte/Apdo: Caio Roosevelt da Costa Ferreira - Ante o exposto, nos termos do artigo 1.030, I, alínea b, do CPC, nego seguimento ao recurso especial em relação ao tópico seguro prestamista (TEMA 973, STJ); e o inadmito no tocante aos demais capítulos. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 41218A/CE) - Carlos Washington Ferreira de Moura (OAB: 42083/CE)

Nº 0053679-74.2020.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apte/Apdo: Banco Santander (Brasil) S/A - Apte/Apdo: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apte/Apdo: Caio Roosevelt da Costa Ferreira - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de agosto de 2024 Coordenador(a)/ CORTSUP - Advs: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 41218A/CE) - Carlos Washington Ferreira de Moura (OAB: 42083/CE)

DESPACHO

Nº 0022143-74.2019.8.06.0001 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Ministério Público do Estado do Ceará - Agravado: Francisco Jhonatan Martins dos Santos - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Victor de Alencar Gomes Magalhães (OAB: 43284/CE)

DESPACHO

Nº 0113491-47.2017.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Maria do Carmo Ferreira Rocha - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso extraordinário, com amparo no artigo 1.030, inciso I, a do CPC, por aplicação do TEMA 1002 da repercussão geral. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0113491-47.2017.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Remetente: Juiz de Direito da 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza - Apelante: Maria do Carmo Ferreira Rocha - Apelado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0221368-07.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: D. P. do E. do C. - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0221368-07.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: D. P. do E. do C. - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0221368-07.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: D. P. do E. do C. - Apelado: Estado do Ceará - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0001586-23.2000.8.06.0166 - Recurso em Sentido Estrito - Senador Pompeu - Recorrente: Carlos Alberto da Silva Araújo - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 11 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Antônio Jorge Vitor Júnior (OAB: 30918/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001586-23.2000.8.06.0166 - Recurso em Sentido Estrito - Senador Pompeu - Recorrente: Carlos Alberto da Silva Araújo - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Antônio Jorge Vitor Júnior (OAB: 30918/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001586-23.2000.8.06.0166 - Recurso em Sentido Estrito - Senador Pompeu - Recorrente: Carlos Alberto da Silva Araújo - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Antônio Jorge Vitor Júnior (OAB: 30918/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0011928-02.2020.8.06.0293 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: J. N. de S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 20 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Francisco Jocélio Lourenço de Oliveira (OAB: 46030/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0011928-02.2020.8.06.0293 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: J. N. de S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Advs: Francisco Jocélio Lourenço de Oliveira (OAB: 46030/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0011928-02.2020.8.06.0293 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: J. N. de S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea “b”, do Código de Processo Civil, quanto ao pleito de desclassificação do crime de estupro de vulnerável para o de importunação sexual; e o inadmito, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, relativamente ao restante da insurgência. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicada no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Francisco Jocélio Lourenço de Oliveira (OAB: 46030/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0224035-63.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0224035-63.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apelado: Estado do Ceará - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0005424-83.2013.8.06.0047 - Apelação Criminal - Baturité - Apelante: Antonio José Gomes Farias - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 19 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0005424-83.2013.8.06.0047 - Apelação Criminal - Baturité - Apelante: Antonio José Gomes Farias - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0005424-83.2013.8.06.0047 - Apelação Criminal - Baturité - Apelante: Antonio José Gomes Farias - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0006285-55.2019.8.06.0113 - Apelação Criminal - Jucás - Apelante: A. G. de O. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 19 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Francisco José de Sousa Palácio (OAB: 11063/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0006285-55.2019.8.06.0113 - Apelação Criminal - Jucás - Apelante: A. G. de O. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos

legis: M. P. E. - Advs: Francisco José de Sousa Palácio (OAB: 11063/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0006285-55.2019.8.06.0113 - Apelação Criminal - Jucás - Apelante: A. G. de O. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Francisco José de Sousa Palácio (OAB: 11063/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0051731-81.2017.8.06.0071 - Apelação / Remessa Necessária - Crato - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Crato - Apelante: Domicila Xenofonte de Morais - Apelado: Estado do Ceará - Apelado: Município de Crato - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Mércia Maria Xenofonte Morais - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato

Nº 0051731-81.2017.8.06.0071 - Apelação / Remessa Necessária - Crato - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Crato - Apelante: Domicila Xenofonte de Morais - Apelado: Estado do Ceará - Apelado: Município de Crato - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Mércia Maria Xenofonte Morais - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato

Nº 0051731-81.2017.8.06.0071 - Apelação / Remessa Necessária - Crato - Remetente: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Crato - Apelante: Domicila Xenofonte de Morais - Apelado: Estado do Ceará - Apelado: Município de Crato - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de agosto de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Mércia Maria Xenofonte Morais - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Município de Crato

Nº 0056903-12.2014.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apte/Apdo: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Apelado: M. G. S. - Custos legis: M. P. E. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE) - Josie Monte Coelho Carvalho (OAB: 20258/CE) - Marcos Vinícius de Oliveira Costa (OAB: 28531/CE)

Nº 0056903-12.2014.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apte/Apdo: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Apelado: M. G. S. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial, com amparo no artigo 1.030, inciso I, b, do CPC/15. Publique-se e intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza, data/hora indicadas pelo sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE) - Josie Monte Coelho Carvalho (OAB: 20258/CE) - Marcos Vinícius de Oliveira Costa (OAB: 28531/CE)

Nº 0056903-12.2014.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apte/Apdo: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Apelado: M. G. S. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, nego seguimento ao presente recurso extraordinário, nos termos do art. 1.030, I, a, do CPC, em razão de o acórdão impugnado se encontrar em plena consonância com o julgamento de recurso sob a sistemática de repercussão geral (TEMA 1002 do STF). Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, sob as cautelas de praxe. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE) - Josie Monte Coelho Carvalho (OAB: 20258/CE) - Marcos Vinícius de Oliveira Costa (OAB: 28531/CE)

Nº 0056903-12.2014.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apte/Apdo: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Apelado: M. G. S. - Custos legis: M. P. E. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE) - Josie Monte Coelho Carvalho (OAB: 20258/CE) - Marcos Vinícius de Oliveira Costa (OAB: 28531/CE)

Nº 0056903-12.2014.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apte/Apdo: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Apte/Apdo: Estado do Ceará - Apelado: M. G. S. - Custos legis: M. P. E. - Em observância ao disposto no art. 1.023, § 2º do Novo Código de Processo Civil, intime-se o embargado para se manifestar sobre o recurso. Expedientes necessários. Fortaleza, 13 de agosto de 2024. JUÍZA CONVOCADA ELIZABETE SILVA PINHEIRO - PORTARIA 1550/2024 Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE) - Josie Monte Coelho Carvalho (OAB: 20258/CE) - Marcos Vinícius de Oliveira Costa (OAB: 28531/CE)

DESPACHO

Nº 0211078-45.2012.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: José Acênio Sousa Filho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Alysson Aragão de Aguiar (OAB: 27083/CE) -

Kauan Duarte Gondim dos Santos (OAB: 49777/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0211078-45.2012.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: José Acênio Sousa Filho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 12 de outubro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Alysson Aragão de Aguiar (OAB: 27083/CE) - Kauan Duarte Gondim dos Santos (OAB: 49777/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0211078-45.2012.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: José Acênio Sousa Filho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Alysson Aragão de Aguiar (OAB: 27083/CE) - Kauan Duarte Gondim dos Santos (OAB: 49777/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0014638-58.2021.8.06.0293 - Apelação Criminal - Caucaia - Apelante: Lucas Gabriel Silva Oliveira - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0014638-58.2021.8.06.0293 - Apelação Criminal - Caucaia - Apelante: Lucas Gabriel Silva Oliveira - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0014638-58.2021.8.06.0293 - Apelação Criminal - Caucaia - Apelante: Lucas Gabriel Silva Oliveira - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 26 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0251941-91.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Cleberson da Silva Matos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0251941-91.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Cleberson da Silva Matos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0251941-91.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Cleberson da Silva Matos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 12 de outubro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0201566-28.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Aracati - Apelante: Vitor Emanuel de Oliveira Maia - Apelante: Rafael Amaro Batista - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: José Ribamar de Lima (OAB: 47315/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201566-28.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Aracati - Apelante: Vitor Emanuel de Oliveira Maia - Apelante: Rafael Amaro Batista - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: José Ribamar de Lima (OAB: 47315/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201566-28.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Aracati - Apelante: Vitor Emanuel de Oliveira Maia - Apelante: Rafael Amaro Batista - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 30 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: José Ribamar de Lima (OAB: 47315/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0237277-89.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Haronildo Guedes dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Maria de Fátima Alves Teixeira (OAB: 6841/CE) - Alberto Hermógenes Sampaio Moreira (OAB: 26166/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0237277-89.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Haronildo Guedes dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Maria de Fátima Alves Teixeira (OAB: 6841/CE) - Alberto Hermógenes Sampaio Moreira (OAB: 26166/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0237277-89.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Haronildo Guedes dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 19 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Maria de Fátima Alves Teixeira (OAB: 6841/CE) - Alberto Hermógenes Sampaio Moreira (OAB: 26166/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0088231-51.2006.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: José Carlos Godeiro Costa - Apelado: Carlos Almir Mendes Balata - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 12 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE) - Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE) - Diego Parente de Freitas (OAB: 31347/CE) - Carlos Rodrigo Mota da Costa (OAB: 14751/CE) - Fernanda Rochelle Silveira Silva da Costa (OAB: 19220/CE)

DESPACHO

Nº 0280040-52.2021.8.06.0051 - Recurso em Sentido Estrito - Boa Viagem - Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará - Recorrido: Célio Roberto da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0280040-52.2021.8.06.0051 - Recurso em Sentido Estrito - Boa Viagem - Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará - Recorrido: Célio Roberto da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, inadmito o presente recurso especial, nos termos do artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Transcorrido, in albis, o prazo recursal, sem necessidade de nova conclusão, certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora indicadas no sistema. Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO Vice-Presidente - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0280040-52.2021.8.06.0051 - Recurso em Sentido Estrito - Boa Viagem - Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará - Recorrido: Célio Roberto da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Recurso Especial Tendo em vista a interposição de Recurso Especial, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) recorrida(s) para, querendo, apresentar(em) contrarrazões ao recurso, em cumprimento ao disposto no art. 1030 do CPC, combinado com o art. 271 do mesmo diploma legal. Fortaleza, 20 de setembro de 2024 Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0138862-47.2016.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: VIP Imobiliária Ltda. - Apelado: Giovanni Battista Ragni - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 11 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE) - Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE) - Paulo Anderson Ximenes Garcia (OAB: 13483/RN) - José Heleno Lopes Viana (OAB: 1485/CE) - Augusto Cesar de Sousa Lima (OAB: 4236/CE)

DESPACHO

Nº 0198127-14.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Teletrica Engenharia Ltda - Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s)

interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 12 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Daniel Holanda Leite (OAB: 13714/CE) - Rodrigo Freire Carvalho (OAB: 22886/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Valeska Tayane Gonçalves Moraes (OAB: 37394/CE)

DESPACHO

Nº 0015837-80.2005.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Centro Empresarial Del Paseo - Apelado: Companhia Energética do Ceará - COELCE - TERMO DE INTIMAÇÃO Interposição de Agravo (Art. 1.042, CPC/2015) Tendo em vista a(s) interposição(ões) de AGRAVO(S), em cumprimento ao disposto no art. 1042, § 3º, do Código de Processo Civil, a Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores abre vista à(s) parte(s) agravada(s) para oferecer(em) resposta(s) ao(s) recurso(s). Fortaleza, 12 de novembro de 2024. Coordenador(a)/CORTSUP - Advs: Francisco Irapuan de Paiva Campos (OAB: 2148/CE) - Marcelo Ildefonso Campos (OAB: 15568/CE) - Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE) - Silvia Cunha Saraiva Pereira (OAB: 3792/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Augusto Celio Pereira da Silva (OAB: 8266/CE) - Moacir Augusto Meyer de Albuquerque (OAB: 9864/CE) - Sylvia Vilar Teixeira Benevides (OAB: 11633/CE) - Ana Vladia Pinheiro Lima Brasileiro (OAB: 12523/CE) - Williane Gomes Pontes Ibiapina (OAB: 12538/CE) - Fúlvio Emerson Gonçalves Cavalcante (OAB: 13094/CE) - Gerusa Nunes de Sousa (OAB: 13481/CE) - Ana Claudia de Castro Pires (OAB: 13811/CE) - Kamille Craveiro Cunto (OAB: 13910/CE) - Aline Maria Fernandes de Albuquerque Ibiapina (OAB: 12722/CE) - Francisco Firmo Barreto de Araujo (OAB: 24766/CE) - Silvia Regina de Oliveira Vilardi (OAB: 12531/CE) - Marcia Maria Maia (OAB: 12761/CE) - Ticiane Juca Araujo (OAB: 90000/CE) - Francisco Roberto Ribeiro Costa Filho (OAB: 90000/CE) - Ciro Alexandre de Carvalho (OAB: 90000/CE) - Sheila Dantas Bandeira de Melo (OAB: 14439/CE) - Rodrigo Guimaraes Pinto Nogueira (OAB: 14413/CE) - Rafael Freire de Arruda (OAB: 14403/CE) - Helanzia de Araujo Xavier Wichmann (OAB: 14948/CE) - Eveline Pereira de Queiroz Uchôa (OAB: 15373/CE) - Felipe Nogueira Fernandes (OAB: 15512/CE) - Julia Cardoso Rocha Saraiva Teixeira (OAB: 15544/CE) - Daniele Jucá Silveira (OAB: 15566/CE) - Livia Lopes Pinheiro Gaspar (OAB: 16431/CE) - Renina Paula Ribeiro Maynard Araujo (OAB: 16421/CE) - Rafael Carneiro de Castro (OAB: 17275/CE) - David Bruxel de Vasconcelos (OAB: 17218/CE) - Juliana Maria Mavignier Militão Braga (OAB: 17770/CE) - Francisco Wellington Bastos Chagas (OAB: 17255/CE) - Francisco Fernando Antonio Albuquerque Lima (OAB: 17658/CE) - Ilana Amaro Mota (OAB: 17784/CE) - Marília Moreira Moura Alencar Gomes (OAB: 17935/CE) - Thiago Lins Coelho Fonteles (OAB: 18130/CE) - Marcus Vinicius Custodio Pereira (OAB: 18459/CE) - Marcus Felipe Frota Fontenele (OAB: 18574/CE) - Alessandra Maria Donadon (OAB: 18965/CE) - Edésio do Nascimento Pitombeira Filho (OAB: 19319/CE) - Hilana Barreto Torquato Gomes (OAB: 19310/CE) - Anne Caroline Bento de Araujo Mendonça (OAB: 19654/CE) - Natália da Silva Almeida Soares (OAB: 19791/CE) - Catarina Arruda Maia (OAB: 20093/CE) - Dirceu Sampaio Medeiros (OAB: 20129/CE) - Heloisa Alves Rocha (OAB: 20307/CE) - Christiano Oliveira de Aguiar Santos (OAB: 20486/CE) - Vanessa Paula de Almeida Araujo (OAB: 171839/SP) - Camila Brasileiro Bezerra Pereira (OAB: 20731/CE) - Wilson Emmanuel Pinto Paiva Neto (OAB: 238470/CE)

Seção de Direito Público

DESPACHOS - Seção de Direito Público

DESPACHO

Nº 0634482-82.2020.8.06.0000 - Reclamação - Fortaleza - Reclamante: Ítalo Carneiro Linhares - Reclamado: Terceira Turma Recursal do Estado do Ceará - Interessado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, com arrimo no art. 485, inciso IV do Código de Processo Civil, NÃO CONHEÇO da presente reclamação, extinguindo-a sem resolução do mérito. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), data e hora indicadas no sistema. JUÍZA CONVOCADA ELIZABETE SILVA PINHEIRO - PORTARIA 1550/2024 Relatora - Advs: Maria Sylvia Carneiro Linhares - Monica Maria Vieira Aderaldo (OAB: 12546/CE) - Rafaela Vale Cavalcante (OAB: 21320/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0634672-40.2023.8.06.0000 - Ação Rescisória - Aquiraz - Autora: Sabrina Maia Marques Gomes - Réu: Município de Aquiraz - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO À luz do art. 10 do Código de Processo Civil, manifestem-se as partes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, contado em dobro para o Município de Aquiraz, a respeito do art. 118 da Lei Orgânica do Município de Aquiraz e seu eventual impacto no julgamento desta Ação Rescisória. Isso se justifica porque, embora a sentença não tenha feito alusão expressa ao mencionado dispositivo, o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz baseou-se na premissa de que “a autora ocupou o cargo comissionado de coordenadora (referência DNS-4) do período de 16 de fevereiro de 2009 até 01 de agosto de 2018, ou seja, por 05 anos, 07 meses e 21 dias, mas que tal exercício se deu de modo não contínuo”. (grifo nosso) Intime-se a autora por DJ e o Poder Público através do Portal Eletrônico. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Relatora - Advs: Raimundo Herbeson Peroba Tavares (OAB: 42073/CE) - Procuradoria Geral do Município de Aquiraz

DESPACHO

Nº 0625473-57.2024.8.06.0000 - Ação Rescisória - Autor: Alfredo Domingos da Rocha Neto - Réu: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - DESPACHO Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias úteis, informarem se pretendem produzir outras provas, especificando-as e justificando sua necessidade, sob pena de preclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Relatora - Advs: Lúcio Martins Borges Filho (OAB: 22676/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0634910-59.2023.8.06.0000 - Ação Rescisória - Uruburetama - Autora: Janaina Patricio Meneses - Réu: Município de Tururu - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, extingo a ação rescisória sem resolução de mérito, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 76, VIII, do RITJCE e no art. 330,

inc. III c/c art. 485, I, do Código de Processo Civil. De logo, fica a promovente advertida da possibilidade de aplicação de multa, caso interponha agravo declarado manifestamente improcedente ou inadmissível, por decisão unânime do órgão colegiado (art. 1.021, §4º, do CPC). Transcorrido in albis o prazo recursal, certifique-se o trânsito e arquivem-se os autos, com a devida baixa no acervo processual deste gabinete. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Relatora - Advs: Mauro Geovane de Lima Carneiro (OAB: 47921/CE) - Procuradoria Geral do Município de Tururu

PAUTA DE JULGAMENTO

Seção de Direito Público
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 11

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2024, A PARTIR DAS 14H, OS SEGUINTES PROCESSOS, INDICADOS PELOS RELATORES DESTE COLEGIADO. OS ADVOGADOSQUE ESTIVEREM APTOS A REALIZAR SUSTENTAÇÃO ORAL, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DESTE SODALÍCIO, DEVEM REQUERER A INSCRIÇÃO ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO REQUERIDA, MEDIANTE EMAIL: NUCLEOCOLEGIADOS.SEGERJUD@TJCE.JUS.BR.

0622407-06.2023.8.06.0000 - **Ação Rescisória** - Fortaleza/14ª Vara da Fazenda Pública. Autor: Rochael Alves Cavalcante. Advogado: Carlos Augusto Custódio Lima (OAB: 15552/CE). Réu: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA

0625222-73.2023.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Embargante: Município de Tracunhaém - PE. Advogado: José Rodrigo da Silva (OAB: 33960/PE). Embargado: Aviões do Forró Gravações e Edições Musicais Ltda. Advogado: Maria Manuella Dantas Freitas (OAB: 42803/CE). Advogada: Mirella Dantas Freitas (OAB: 46148/CE). Advogado: Antonio Joaquim Ribeiro Júnior (OAB: 28712/PE). Advogado: Rubens Martins de Oliveira Filho (OAB: 30566/CE). Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA

0625561-66.2022.8.06.0000/50002 - **Embargos de Declaração Cível** - Quixadá/1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Embargante: Maria de Fatima Pires de Melo. Advogado: Romero de Sousa Lemos (OAB: 12257/CE). Embargado: Município de Banabuiú. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Banabuiú. Relator(a): LISETE DE SOUSA GADELHA

0636076-97.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/2ª Câmara Direito Público. Embargante: Silveline Silva Leal. Embargante: Gildene Maia de Sousa. Embargante: Júlio César da Costa Santos. Embargante: Susiane da Costa Silva. Embargante: Felipe Araújo de Oliveira. Advogado: Júlio César Rodrigues Silva (OAB: 30293/CE). Embargado: Município de Itapajé. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Itapajé. Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

0638643-33.2023.8.06.0000 - **Ação Rescisória** - Fortaleza/4ª Vara da Fazenda Pública. Autora: Maria Jose de Sales Andrade. Autora: Vera Lucia Moreira Braga. Autor: Roberto Flavio de Holanda Cavalcante. Autor: Regina Fatima Caminha Barbosa Galvao. Autor: Raimundo Marcelo Carvalho da Silva. Autor: Paulo Jorge Coelho Simoes. Autora: Maria Nivea Barrocas Alexandre. Autor: Agueda Maria Frota Ribeiro. Autor: Maria Dido Moraes Ribeiro. Autor: Maria de Fatima Melo de Souza. Autora: Maria Cacilda Diniz. Autor: Leila Marilia Cavalcante Coelho. Autor: Francisco Celio Chagas de Pontes. Autor: Fernando Antonio Sales Rocha. Autor: Artur Nunes Torres de Melo. Advogado: Gabriel Garcia de Carvalho (OAB: 42300/CE). Advogado: Rafael Cronje Mateus (OAB: 42280/CE). Réu: Município de Fortaleza. Procuradora: Procuradoria do Município de Fortaleza. Relator(a): JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA

Total de processos a julgar: 13

Fortaleza, 12 de novembro de 2024.

NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

1ª Câmara de Direito Público

DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Público

DESPACHO

Nº 0624910-68.2021.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Ministério Público do Estado do Ceará - Embargado: Construtora Mota Machado Ltda. - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO Vistos hoje. Em obediência ao disposto no art. 1.023, § 2º, do CPC, intime-se a parte Embargada para que, no prazo legalmente previsto, manifeste-se acerca do presente inconformismo. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 07 de novembro de 2024. Desa. Lisete de Sousa Gadelha Relatora - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Édson Menezes da Nóbrega Filho

(OAB: 15937/CE) - Manoel Leandro de Norões Milfont (OAB: 3176/CE) - Ramiro Souza de Norões Milfont (OAB: 14806/CE)

2ª Câmara de Direito Público

DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Público

DESPACHO

Nº 0637440-02.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: J. M. M. M., R. P. L. E. B. M. - Agravado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, não conheço do agravo de instrumento, o que faço monocraticamente, com fundamento no art. 932, inc. III, do CPC. Publique-se. Intimem-se. Comunique-se ao Juízo de origem acerca do teor desta decisão, destacando-se a observância dos exatos termos das decisões proferidas por esta Corte de Justiça no Agravo de Instrumento n.º 0628514-32.2024.8.06.0000. Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito e arquivem-se os autos, com a devida baixa no acervo processual deste gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Relatora - Advs: Ingrid Vanylle Santos Silva Nunes (OAB: 13376/MA) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

PAUTA DE JULGAMENTO

2ª Câmara Direito Público
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 399

SERÃO JULGADOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2024, ÀS 14H:00 NA SALA DE SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO. OS SEGUINTES PROCESSOS INDICADOS PELOS RELATORES DESTE COLEGIADO. OS ADVOGADOS QUE ESTIVEREM APTOS A REALIZAR SUSTENTAÇÃO ORAL, NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DESTE SODALÍCIO, DEVEM REQUERER A INSCRIÇÃO ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO REQUERIDA, MEDIANTE EMAIL: ISMENIANA@TJCE.JUS.BR.

1 - **0215123-43.2022.8.06.0001** - **Apelação / Remessa Necessária** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Remetente: Juiz de Direito da 27ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU). Apelado: Marcos Antonio Xavier Pinto. Advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC). Advogado: Maykon Felipe de Melo (OAB: A1399/AM). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

2 - **0159879-42.2016.8.06.0001/50002** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/14ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargada: Francisca Helenilda Santos Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

3 - **0128037-73.2018.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU). Apelado: Gessie Gomes da Costa. Advogado: Fernando Alves Pereira (OAB: 26210/CE). Advogada: Mariana Barros Santos Correia (OAB: 34231/CE). Advogada: Fernanda Estanislau Alves Pereira (OAB: 35090/CE). Relator(a): FRANCISCO GLADYSON PONTES

7 - **0268890-59.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Luis Gustavo Moreira de Oliveira. Advogada: Sandra da Silva Coelho (OAB: 22712/CE). Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU). Apelado: Luis Gustavo Moreira de Oliveira. Advogada: Sandra da Silva Coelho (OAB: 22712/CE). Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

8 - **0629043-51.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/5ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravada: Maria Expedita da Silva. Advogado: Leonardo Pessoa de Aguiar (OAB: 27928/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

9 - **0470349-35.2011.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Procurador: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU). Embargado: Jose Freitas Daniel. Advogado: Wilson Capibaribe Weyne Junior (OAB: 13539/CE). Advogada: Aline Lima Reis (OAB: 16487/CE). Relator(a): MARIA IRANEIDE MOURA SILVA

16 - **0050530-59.2021.8.06.0121** - **Apelação / Remessa Necessária** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê. Apte/Apdo: Daniele Vasconcelos Cordeiro. Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Apte/Apdo: Município de Senador Sá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Sá. Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

17 - **0206078-36.2023.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Município de Juazeiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Juazeiro do Norte. Apelada: A. V. R. da S. R. P. A. R. G.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

18 - **0001001-24.2019.8.06.0127** - **Apelação Cível** - Monsenhor Tabosa/Vara Única da Comarca de Monsenhor Tabosa. Apelante: Jose de Sousa Magalhaes. Advogada: Antonia Ivone Barros Martins (OAB: 7791/CE). Advogada: Francisca Larissa Pereira Macêdo (OAB: 41521/CE). Apelado: Ministério Público Estadual. Repr. Legal: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

19 - **0011227-94.2023.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Município de Juazeiro do Norte. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Juazeiro do Norte. Apelado: Amanda Oliveira Guimarães. Advogada: Joice do Nascimento Alves (OAB: 38811/CE). Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

20 - **0011923-81.2014.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. Advogada: Denise Sa Vieira Carrá (OAB: 14978/CE). Advogada: Silvia Maria Farias de Castro E Silva (OAB: 11027/CE). Advogado: Schubert de Farias Machado (OAB: 5213/CE). Advogada: Maria José de Farias Machado (OAB: 4924/CE). Advogado: Hugo de Brito Machado Segundo (OAB: 14066/CE). Apelado: Município de Itapipoca. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Itapipoca. Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

22 - **0050306-58.2020.8.06.0121** - **Apelação / Remessa Necessária** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê. Apte/Apdo: Francisca Evilânia Sousa Gomes. Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Apte/Apdo: Município de Senador Sá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Sá. Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

23 - **0051283-50.2020.8.06.0121** - **Apelação / Remessa Necessária** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê. Apte/Apdo: Maria Edgleuma Gomes Vascoincelos. Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Apte/Apdo: Município de Senador Sá. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Senador Sá. Relator(a): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

25 - **0000035-60.2017.8.06.0150** - **Apelação / Remessa Necessária** - Tauá/2ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Remetente: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Quiterianópolis. Apelante: Município de Quiterianópolis. Procurador: Procuradoria Geral do Município de Quiterianópolis. Apelada: Iraneide Loiola da Silva Soares. Advogado: Mário de Souza Soares (OAB: 33045/CE). Relator(a): TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES

Total de processos a julgar: 31

Fortaleza, 13 de novembro de 2024.

ISMÊNIA NOGUEIRA ALENCAR BITENCOURT

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

3ª Câmara de Direito Público

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Público

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0002450-65.2017.8.06.0069 - Apelação Cível - Coreaú - Apelante: Município de Coreaú - Apelada: Rebeca Silva de Souza Perna - Des. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA IRREGULAR. CONFIGURAÇÃO. NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. VÍNCULO NULO DESDE A ORIGEM. DIREITO À PERCEPÇÃO DE FGTS. ÚNICO VALOR DEVIDO AO TRABALHADOR NO PRESENTE CASO. TEMAS 191 E 916 DO STF. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REFORMA DE OFÍCIO QUANTO A DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL POSTERGADA PARA A FASE DE LIQUIDAÇÃO DO JULGADO E DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, PARA CONDENAR A MUNICIPALIDADE AO ADIMPLEMENTO DAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS A TÍTULO DE FGTS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E, FÉRIAS REMUNERADAS ACRESCIDAS DE UM TERÇO, REFERENTES AOS PERÍODOS LABORADOS PELA REQUERENTE. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR SE A AUTORA/APELADA, ADMITIDA NO SERVIÇO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE COREAÚ/CE NO PERÍODO DE 02/02/2015 A 05/04/2017, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO, POSSUI DIREITO ÀS VERBAS DE FÉRIAS, ALÉM DO TERÇO, 13º SALÁRIO E FGTS, BEM COMO SE DEVE INCIDIR SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA EM RELAÇÃO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O TEMA 612 DO STF DEFINIU QUE, PARA QUE SE CONSIDERE A VALIDADE DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, DEVEM ESTAR PRESENTES OS SEGUINTES REQUISITOS: A) OS CASOS EXCEPCIONAIS ESTEJAM PREVISTOS EM LEI; B) O PRAZO DE CONTRATAÇÃO SEJA PREDETERMINADO; C) A NECESSIDADE SEJA TEMPORÁRIA; D) O INTERESSE PÚBLICO SEJA EXCEPCIONAL; E) A NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO SEJA INDISPENSÁVEL, SENDO VEDADA A CONTRATAÇÃO PARA OS SERVIÇOS ORDINÁRIOS PERMANENTES DO ESTADO, E QUE DEVAM ESTAR SOB O ESPECTRO DAS CONTINGÊNCIAS NORMAIS DA ADMINISTRAÇÃO.4. DIANTE DO CARÁTER EXCEPCIONAL DO REFERIDO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL, CABE AO ENTE PÚBLICO CONTRATANTE DEMONSTRAR CABALMENTE A PRESENÇA

DOS SEUS PRESSUPOSTOS AUTORIZATIVOS, O QUE NÃO OCORREU NA HIPÓTESE DOS AUTOS. ADEMAIS, A PRÓPRIA NATUREZA DAS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELA PARTE AUTORA CHEFE DE DIVISÃO CORROBORAM EM CONCLUIR PELA IMPOSSIBILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO INSTITUTO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, VISTO QUE SE TRATA DE SERVIÇO ORDINÁRIO DE NECESSIDADE PERMANENTE.5. NÃO HOUVE DEMONSTRAÇÃO IDÔNEA DE NECESSIDADE DE ATENDIMENTO A INTERESSE PÚBLICO EXCEPCIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DA AUTORA NA FUNÇÃO INDICADA, CUJA NECESSIDADE, COMO DITO, É DE NATUREZA PERMANENTE E ROTINEIRA EM QUALQUER MUNICÍPIO.6. SENDO IRREGULAR A CONTRATAÇÃO DESDE A ORIGEM, DELA NÃO DECORREM EFEITOS JURÍDICOS VÁLIDOS EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES CONTRATADOS, COM EXCEÇÃO DO DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO, SE HOUVER, E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FGTS. NESSE SENTIDO, NÃO SE APLICA À HIPÓTESE DOS AUTOS A TESE JURÍDICA FIXADA NO TEMA 551/STF, A QUAL DEVE SER UTILIZADA EM CONTRATAÇÕES ORIGINARIAMENTE REGULARES, O QUE NÃO É O CASO. APLICAÇÃO, PORTANTO, DO TEMA 916 DO STF.7. A PARTIR DE UM COTEJO ENTRE AS VERBAS REQUESTADAS PELA REQUERENTE NA EXORDIAL E AS CONCEDIDAS NA SENTENÇA, NÃO SE CHEGA À CONCLUSÃO DE QUE A EDILIDADE DECAIU DE PARTE MÍNIMA DO PEDIDO, MAS SIM DE QUE HOUVE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, COM CERTA EQUIVALÊNCIA, DEVENDO AS DESPESAS SEREM PROPORCIONALMENTE DISTRIBUÍDAS ENTRE AS PARTE, A TEOR DO ART. 86, CAPUT, DO CPC.8. POR SER MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, DEVE SER REFORMADO DE OFÍCIO A SENTENÇA QUANTO AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS POSTERGADOS PARA FASE DE LIQUIDAÇÃO, BEM COMO ALTERAÇÃO DOS CONSECTÁRIOS LEGAIS.IV. DISPOSITIVO E TESE9. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. TESE DE JULGAMENTO: “EM RAZÃO DE CONTRATAÇÃO NULA DESDE A ORIGEM DE TRABALHADOR TEMPORÁRIO, SOMENTE SÃO DEVIDAS AS VERBAS REFERENTES AO RECOLHIMENTO DE FGTS”. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ARTS. 37, II, IX, E §2º DA CF; ART. 19-A DA LEI Nº 8.036/1990; ARTS. 39, §3º, 85, § 4º, II, 86, 373, II, DO CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF RE 765320/RG, MINISTRO RELATOR(A): TEORI ZAVASCKI, TRIBUNAL PLENO, JULGADO EM 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJE-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016; STF RE 1.066.677/MG, TRIBUNAL PLENO, RELATOR: MIN. MARCO AURÉLIO; REDATOR DO ACÓRDÃO: MIN. ALEXANDRE DE MORAES; DJ 22/05/2020; APELAÇÃO CÍVEL- 0052175-81.2021.8.06.0069, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA IRACEMA MARTIS DO VALE, 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 11/12/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 12/12/2023; AGRAVO INTERNO CÍVEL - 0000390-49.2018.8.06.0178, REL. DESEMBARGADOR(A) FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, 1ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 16/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/09/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0015009-07.2017.8.06.0117, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 09/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/09/2024; AGRG NO RESP: 1386100 RS 2013/0165578-8, RELATOR: MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DATA DE JULGAMENTO: 11/02/2020, PRIMEIRA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 14/02/2020. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUESRELATOR . - Advs: Procuradoria Geral do Município de Coreaú - Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE) - Felipe Fonteles de Sousa (OAB: 33649/CE)

Nº 0149177-03.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Central de Recuperação de Créditos Ltda. - Apelado: Coordenador da Administração Tributária da Secretaria Estadual da Fazenda Pública -SEFAZ/CE - Des. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE TARIFAS TUST E TUSD. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. CAUSA MADURA. ART.1.013, §3, I DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.I. CASO EM EXAME1.APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR CENTRAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS LTDA. (CRC) CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, O MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO DO COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (CATRI).2.AÇÃO OBJETIVANDO O RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DO ICMS SOBRE ENCARGOS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, REFERENTES ÀS TARIFAS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (TUST) E DISTRIBUIÇÃO (TUSD), PARA CESSAR A COBRANÇA A PARTIR DA IMPETRAÇÃO.3.SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA DECLAROU A EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM BASE NA AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO (ART. 330, III, C/C ART. 485, VI, CPC).4. A IMPETRANTE APELOU, SUSTENTANDO A ADEQUAÇÃO DA VIA, POIS A DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL ENTRE AS TURMAS DO STJ NÃO É SUFICIENTE PARA AFASTAR OS REQUISITOS DE PROCESSAMENTO DO WRIT. ASSIM COMO, DEFENDE A ILEGITIMIDADE DA COBRANÇA DO ICMS SOBRE TUST E TUSD, PLEITEANDO A CONCESSÃO DE LIMINAR EM TUTELA DE EVIDÊNCIA OU, SUBSIDIARIAMENTE, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.5. CONTRARRAZÕES DA APELADA, DEFENDENDO A LEGALIDADE DA COBRANÇA E REQUERENDO A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO6.HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SE O MANDADO DE SEGURANÇA É ADEQUADO PARA DISCUTIR A INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE AS TARIFAS TUST E TUSD; (II) A LEGALIDADE DA INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE ESSAS TARIFAS.III. RAZÕES DE DECIDIR7. O MANDADO DE SEGURANÇA É VIA ADEQUADA PARA DISCUTIR A COBRANÇA DE ICMS SOBRE TUST E TUSD, DESDE QUE O CONTRIBUINTE COMPROVE O DIREITO LÍQUIDO E CERTO COM DOCUMENTOS, COMO FATURAS DE ENERGIA. NO PRESENTE CASO, A IMPETRANTE APRESENTOU FATURAS DEMONSTRANDO A COBRANÇA IMPUGNADA, O QUE PERMITE O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO MÉRITO DESTE.8. A CONTROVÉRSIA SOBRE A INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE TUST E TUSD FOI RESOLVIDA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) NO JULGAMENTO DO RESP N° 1.692.023/MT (TEMA 986), FIRMANDO A TESE DE QUE ESSAS TARIFAS INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DO ICMS, QUANDO LANÇADAS COMO ENCARGOS NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA.9. A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DESSA DECISÃO BENEFICIA APENAS CONSUMIDORES COM TUTELAS CONCEDIDAS ATÉ 27/03/2017, O QUE NÃO SE APLICA AO CASO DOS AUTOS, ONDE NÃO HÁ TUTELA DE URGÊNCIA VIGENTE.10. A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 198/2022, QUE EXCLUI AS TARIFAS TUST E TUSD DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS, ESTÁ SUSPENSA POR LIMINAR DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADI 7195/DF), NÃO ALTERANDO O JULGAMENTO DO PRESENTE CASO.11. PORTANTO, A COBRANÇA DO ICMS SOBRE TUST E TUSD É LEGÍTIMA, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ NO TEMA 986 E PRECEDENTES DESTA CORTE.IV. DISPOSITIVO E TESE12. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, PARA ANULAR A SENTENÇA E, COM FULCRO NO ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC, JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DA IMPETRANTE QUANTO À EXCLUSÃO DO ICMS SOBRE AS TARIFAS TUST E TUSD. TESE DE JULGAMENTO: “AS TARIFAS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

(TUST) E DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD) INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DO ICMS, CONFORME FIXADO NO TEMA 986 DO STJ."DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 155, II; LEI COMPLEMENTAR Nº 87/96, ART. 2º, INCISO I, ART. 13, § 1º, II, 'A'; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 1.013, § 3º, IJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP 1.692.023/MT (TEMA 986); STF, ADI 7195/DF; TJCE - (APELAÇÃO CÍVEL - 00656583820178060064, RELATOR(A): MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, 2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 31/07/2024); TJCE - (APELAÇÃO CÍVEL - 00106224020198060064, RELATOR(A): WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO, 3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 21/05/2024).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, PARA ANULAR A SENTENÇA E, COM FULCRO NO ART. 1.013, § 3º, I, DO CPC, DENEGAR A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR..FORTALEZA, DATA E HORA INDICADOS PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUESRELATOR . - Advs: Rafael Victor Albuquerque Rodrigues de Lima (OAB: 27628/CE) - Thiago Nogueira Pinho (OAB: 29302/CE) - Antônio Carlos Ventura Fradique Accioly (OAB: 37278/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0200114-03.2023.8.06.0067 - Apelação / Remessa Necessária - Chaval - Apelante: Jodeal Oliveira de Alcântara - Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Barroquinha-ce - Apelante: Câmara de Vereadores do Município de Barroquinha - Apelado: Ronny Araújo de Carvalho - Des. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CONHECIDAS E DESPROVIDAS. - EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EX-PREFEITO. AUSÊNCIA DE DEFESA PRÉVIA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARROQUINHA. EX-GESTOR INFORMADO SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO E A DATA DO JULGAMENTO DO PARECER PRÉVIO DO TCE EM MENOS DE 24 HORAS ANTES DA SESSÃO. INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. NULIDADE. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA, JODEAL OLIVEIRA DE ALCÂNTARA, EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHAVAL NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR IMPETRADO POR RONNY ARAÚJO DE CARVALHO, VEREADOR DO MUNICÍPIO DE BARROQUINHA, CONTRA ATO ADMINISTRATIVO IMPUTADO AO ORA APELANTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM AFERIR A INOBSERVÂNCIA DO DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA DO EX-PREFEITO, SR. ADEMAR PINTO VERAS, QUE NÃO FOI NOTIFICADO PARA APRESENTAR DEFESA PRÉVIA NA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARROQUINHA, ALÉM DE TER SIDO INFORMADO SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO E A DATA DO JULGAMENTO DO PARECER PRÉVIO DO TCE EM MENOS DE 24 HORAS ANTES DA SESSÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O JULGAMENTO DAS CONTAS DO GESTOR MUNICIPAL (DE GOVERNO OU DE GESTÃO) É DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA CÂMARA MUNICIPAL, QUE O FAZ CONTANDO COM PARECER OPINATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS.4. NO PROCEDIMENTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DE CONTROLE PARLAMENTAR DAS CONTAS DO GESTOR MUNICIPAL, É IMPRESCINDÍVEL QUE A DELIBERAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES SOBRE AS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO OBSERVE AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PRECEDENTES STF E TJCE.IV. DISPOSITIVO E TESE5. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.TESE DE JULGAMENTO: "A VIOLAÇÃO DO DIREITO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, QUE TEVE SUAS CONTAS JULGADAS SEM A OPORTUNIDADE DE SE DEFENDER, FERE O DEVIDO PROCESSO LEGAL, RESULTANDO NA NULIDADE DO JULGAMENTO."_____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 5º, LV E ART. 31, §§ 1º E 2°, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF. PLENÁRIO. RE 729.744/MG, REL. MIN. GILMAR MENDES, JULGADO EM 10/8/2016, REPERCUSSÃO GERAL - TEMA 157; STF - RE 848.826, RELATOR(A): ROBERTO BARROSO, RELATOR(A) P/ ACÓRDÃO: RICARDO LEWANDOWSKI, TRIBUNAL PLENO, JULGADO EM 10/08/2016, REPERCUSSÃO GERAL - TEMA 835; STF - RE: 414.908/MG, RELATOR: MIN. AYRES BRITTO, DATA DE JULGAMENTO: 16/08/2011, SEGUNDA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE-200 DIVULG 17-10-2011 PUBLIC 18-10-2011 EMENT VOL-02609-01 PP-00054; TJ-CE - APL: 00002969720058060068 CE 0000296-97.2005.8.06.0068, RELATOR: PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 1ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 30/01/2017.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA REMESSA NECESSÁRIA E DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUESRELATOR . - Advs: Rildo Eduardo Veras Gouveia (OAB: 26162/CE) - Jorge Umbelino da Silva (OAB: 23626/CE)

RETIFICAÇÃO

Nº 0051014-11.2020.8.06.0121 - Apelação / Remessa Necessária - Massapê - Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê - Apte/Apdo: Regina Cunha de Andrade - Apte/Apdo: Município de Senador Sá - Des. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. JUÍZO NEGATIVO DE RETRATAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. - EMENTA: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA EFETIVA MUNICIPAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS. TESE AUTORAL DE RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, REJEITANDO A PRETENSÃO AUTORAL NESTE PONTO. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA PROMOVENTE. ACÓRDÃO QUE NÃO ALTEROU A SENTENÇA EM RELAÇÃO AO TEMA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO ATÉ JULGAMENTO DO TEMA 1109 PELO STJ. RETORNO DOS AUTOS A ESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO. CONFORMIDADE DO ACÓRDÃO COM O TEMA 1109. JUÍZO NEGATIVO DE RETRATAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. I. CASO EM EXAME01. TRATA-SE DE REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES INTERPOSTAS CONTRA SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE DETERMINOU A ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA PARA FRUIÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO E IMPLANTAÇÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DEVIDO PELO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ, DEVOLVIDOS PARA POSSIBILITAR EVENTUAL JUÍZO DE RETRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 1.030, II, DO CPC.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO02. A CONTROVÉRSIA DEVE SER ANALISADA À LUZ

DA DECISÃO DO TEMA 1109, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO, EM QUE O STJ, AO APRECIAR OS RECURSOS ESPECIAIS 1.925.192/RS, 1.925.193/RS E 1.928.910/RS, DE RELATORIA DO MINISTRO SÉRGIO KUKINA, FIXOU A SEGUINTE TESE: "NÃO OCORRE RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO (ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL), A ENSEJAR O PAGAMENTO RETROATIVO DE PARCELAS ANTERIORES À MUDANÇA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA, QUANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INEXISTINDO LEI QUE, NO CASO CONCRETO, AUTORIZE A MENCIONADA RETROAÇÃO, RECONHECE ADMINISTRATIVAMENTE O DIREITO PLEITEADO PELO INTERESSADO."III. RAZÕES DE DECIDIR03. A DECISÃO DO STJ EM SEDE DO MENCIONADO TEMA REPETITIVO Nº 1109 EXIGE A EXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA AUTORIZAR A RENÚNCIA TÁCITA DA PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL PELA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, QUANDO RECONHECE O DIREITO PLEITEADO. 3.1. A TESE DE RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO INVOCADA PELA PARTE AUTORA FOI AFASTADA NA SENTENÇA E NO ACÓRDÃO RECORRIDO, ENCONTRANDO-SE EM CONFORMIDADE COM O TEMA 1109 DO STJ, NÃO HAVENDO, PORTANTO, NECESSIDADE DE RETRATAÇÃO. IV. DISPOSITIVO E TESE04. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO. ACÓRDÃO RATIFICADO.TESE DE JULGAMENTO: "INAPLICÁVEL AO PRESENTE CASO A CONCLUSÃO DA CORTE SUPERIOR CONTIDA NO TEMA 1.109, DEVENDO SER MANTIDA, EM JUÍZO NEGATIVO DE RETRATAÇÃO, A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO À INSURGÊNCIA DA PARTE APELANTE QUANTO AOS VALORES RETROATIVOS DEVIDOS A TÍTULO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO PELO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ/CE ANTE A INEXISTÊNCIA DE LEI QUE AUTORIZE A RENÚNCIA TÁCITA DA PRESCRIÇÃO.".DISPOSITIVOS E JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL; ART. 1.030, II, DO CPC; STJ, TEMA REPETITIVO 1109; TJCE, APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA - 0050329-67.2021.8.06.0121, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 09/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/09/2024; APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA - 0050389-40.2021.8.06.0121, REL. DESEMBARGADOR(A) INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, 1ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 16/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO:17/09/2024; TJ-DF 0748135-30.2023.8.07.0000 1858622, RELATOR: ROMULO DE ARAUJO MENDES, DATA DE JULGAMENTO: 13/05/2024, CÂMARA DE UNIFORMIZAÇÃO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 04/06/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM REFUTAR O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, MANTENDO-SE O ACÓRDÃO IMPUGNANDO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUESRELATOR . - Advs: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE) - Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE) - Procuradoria Geral do Município de Senador Sá - Daniel Francisco Lopes Neto (OAB: 38023/CE)

Nº 0051090-35.2020.8.06.0121 - Apelação / Remessa Necessária - Massapê - Apte/Apdo: Antonio Helio Marques Ibiapina - Remetente: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Massapê - Apte/Apdo: Município de Senador Sá - Des. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. JUÍZO NEGATIVO DE RETRATAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. - EMENTA: JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.030, II, DO CPC. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR EFETIVO MUNICIPAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS. TESE AUTORAL DE RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA, REJEITANDO A PRETENSÃO AUTORAL NESTE PONTO. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA PARTE PROMOVENTE. ACÓRDÃO QUE NÃO ALTEROU A SENTENÇA EM RELAÇÃO AO TEMA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO ATÉ JULGAMENTO DO TEMA 1109 PELO STJ. RETORNO DOS AUTOS A ESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO. CONFORMIDADE DO ACÓRDÃO COM O TEMA 1109. JUÍZO NEGATIVO DE RETRATAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. I. CASO EM EXAME01. TRATA-SE DE REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES INTERPOSTAS CONTRA SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA QUE DETERMINOU A ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA PARA FRUIÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO E IMPLANTAÇÃO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO DEVIDO PELO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ, DEVOLVIDOS PARA POSSIBILITAR EVENTUAL JUÍZO DE RETRATAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 1.030, II, DO CPC.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO02. A CONTROVÉRSIA DEVE SER ANALISADA À LUZ DA DECISÃO DO TEMA 1109, FIRMADO SOB A SISTEMÁTICA DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO, EM QUE O STJ, AO APRECIAR OS RECURSOS ESPECIAIS 1.925.192/RS, 1.925.193/RS E 1.928.910/RS, DE RELATORIA DO MINISTRO SÉRGIO KUKINA, FIXOU A SEGUINTE TESE: "NÃO OCORRE RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO (ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL), A ENSEJAR O PAGAMENTO RETROATIVO DE PARCELAS ANTERIORES À MUDANÇA DE ORIENTAÇÃO JURÍDICA, QUANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INEXISTINDO LEI QUE, NO CASO CONCRETO, AUTORIZE A MENCIONADA RETROAÇÃO, RECONHECE ADMINISTRATIVAMENTE O DIREITO PLEITEADO PELO INTERESSADO."III. RAZÕES DE DECIDIR03. A DECISÃO DO STJ EM SEDE DO MENCIONADO TEMA REPETITIVO Nº 1109 EXIGE A EXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA PARA AUTORIZAR A RENÚNCIA TÁCITA DA PRESCRIÇÃO PREVISTA NO ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL PELA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA, QUANDO RECONHECE O DIREITO PLEITEADO. 3.1. A TESE DE RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO INVOCADA PELA PARTE AUTORA FOI AFASTADA NA SENTENÇA E NO ACÓRDÃO RECORRIDO, ENCONTRANDO-SE EM CONFORMIDADE COM O TEMA 1109 DO STJ, NÃO HAVENDO, PORTANTO, NECESSIDADE DE RETRATAÇÃO.IV. DISPOSITIVO E TESE04. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NEGATIVO. ACÓRDÃO RATIFICADO.TESE DE JULGAMENTO: "INAPLICÁVEL AO PRESENTE CASO A CONCLUSÃO DA CORTE SUPERIOR CONTIDA NO TEMA 1.109, DEVENDO SER MANTIDA, EM JUÍZO NEGATIVO DE RETRATAÇÃO, A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO À INSURGÊNCIA DA PARTE APELANTE QUANTO AOS VALORES RETROATIVOS DEVIDOS A TÍTULO DE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO PELO MUNICÍPIO DE SENADOR SÁ/CE ANTE A INEXISTÊNCIA DE LEI QUE AUTORIZE A RENÚNCIA TÁCITA DA PRESCRIÇÃO.".DISPOSITIVOS E JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL; ART. 1.030, II, DO CPC; STJ, TEMA REPETITIVO 1109; TJCE, APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA - 0050329-67.2021.8.06.0121, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 09/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/09/2024; APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA - 0050389-40.2021.8.06.0121, REL. DESEMBARGADOR(A) INACIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, 1ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DO JULGAMENTO: 16/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO:17/09/2024; TJ-DF 0748135-30.2023.8.07.0000 1858622, RELATOR: ROMULO DE ARAUJO MENDES, DATA DE JULGAMENTO: 13/05/2024, CÂMARA DE UNIFORMIZAÇÃO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 04/06/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM REFUTAR O JUÍZO DE RETRATAÇÃO, MANTENDO-SE O ACÓRDÃO IMPUGNANDO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTE.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUESRELATOR . - Advs: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE) - Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE) - Procuradoria Geral do Município de Senador Sá

Nº 0204433-67.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Espólio de Ricardo Nunes Candido - Apelado: Município de Fortaleza - Des. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. VÍNCULO REMUNERATÓRIO INDEXADO AO SALÁRIO MÍNIMO. SENTENÇA TRABALHISTA TRANSITADA EM JULGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 04. HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO APÓS FALECIMENTO DO AUTOR. NULIDADE DE ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES AO ÓBITO. INAPLICABILIDADE DOS TEMAS 733 E 360 DO STF. NÃO HÁ ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA EM RAZÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO.I. CASO EM EXAME1 - RICARDO NUNES CÂNDIDO AJUIZOU AÇÃO ORDINÁRIA CONTRA O MUNICÍPIO DE FORTALEZA, ALEGANDO DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL TRABALHISTA QUE LHE GARANTIRA O DIREITO AO PISO DE SEIS SALÁRIOS MÍNIMOS, PLEITEANDO A CORREÇÃO DOS PROVENTOS APÓS FEVEREIRO DE 2009.2 - A SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO, ENTENDENDO QUE A SÚMULA VINCULANTE 04 DO STF IMPEDE A VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO COMO INDEXADOR DE REMUNERAÇÃO.3 - O AUTOR INTERPÔS RECURSO DE APELAÇÃO, ALEGANDO QUE A DECISÃO NÃO PODERIA SER AFETADA PELA SÚMULA, POIS A SENTENÇA TRABALHISTA TRANSITOU EM JULGADO ANTES DA EDIÇÃO DA SÚMULA. ASSIM COMO, A SUPERVENIENTE APOSENTADORIA DESTE, AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI N°13.655/2018, BEM COMO A DEFINITIVA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPATÓRIA CONCEDIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0622957-16.2014.8.06.0000, LEVARAM A PERDA DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO.4 - DURANTE A TRAMITAÇÃO DO RECURSO, O AUTOR FALECEU EM 11/01/2020, ANTES DA APRECIAÇÃO DEFINITIVA DO APELO. A COMUNICAÇÃO DO ÓBITO OCORREU SOMENTE EM 26/11/2021, APÓS O JULGAMENTO DO RECURSO E PENDENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.5 - FOI REQUERIDA A NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS APÓS O FALECIMENTO DO AUTOR, COM A CONSEQUENTE HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO, REPRESENTADO PELA INVENTARIANTE, CONFORME DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFERIDA ÀS P. 304/305 DOS AUTOS.6 - O TRIBUNAL CONHECEU O RECURSO, ACOLHEU O PEDIDO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS APÓS O FALECIMENTO DO AUTOR E, APÓS A HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO, JULGA NOVAMENTE O RECURSO DE APELAÇÃO, MANTENDO A DECISÃO ORIGINAL QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO DO AUTOR.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO8 - HÁ QUATRO QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SABER SE A VINCULAÇÃO DO PISO SALARIAL AO SALÁRIO MÍNIMO, CONFORME SENTENÇA TRABALHISTA ANTERIOR À SÚMULA VINCULANTE 04, DEVE SER MANTIDA APÓS A MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO DO AUTOR PARA O ESTATUTÁRIO; (II) SABER SE OS ATOS PROCESSUAIS REALIZADOS APÓS O FALECIMENTO DO AUTOR SÃO NULOS; (III) A INAPLICABILIDADE DOS TEMAS 733 E 360 DO STF AO CASO CONCRETO; E (IV) SABER SE A DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUE CONCEDEU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, ESTABILIZARIA A DEMANDA.III. RAZÕES DE DECIDIR9 - O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ATRAVÉS DA SÚMULA VINCULANTE 04, DETERMINOU QUE O SALÁRIO MÍNIMO NÃO PODE SER UTILIZADO COMO INDEXADOR DE BASE DE CÁLCULO PARA SERVIDORES PÚBLICOS.10 - A TRANSIÇÃO DE REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO IMPLICA NA PERDA DE QUALQUER DIREITO ADQUIRIDO A REAJUSTES SALARIAIS CONFORME O REGIME ANTERIOR, DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA NO RE 780665.11- O PRINCÍPIO DA COISA JULGADA NÃO PREVALECE SOBRE NORMAS CONSTITUCIONAIS QUE VEDAM A UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA FINS DE INDEXAÇÃO DE REMUNERAÇÃO, CONFORME O ART. 7º, IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.12 - QUANTO À NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS APÓS O FALECIMENTO DO AUTOR, A JURISPRUDÊNCIA É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE O ÓBITO DA PARTE PROVOCA A SUSPENSÃO AUTOMÁTICA DO PROCESSO (OPE LEGIS), NOS TERMOS DO ART. 313, I, DO CPC. A HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO E O RECONHECIMENTO DO ÓBITO POSSUEM NATUREZA DECLARATÓRIA, RETROAGINDO À DATA DO FALECIMENTO, O QUE TORNA NULOS OS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES A ESSA DATA, CONFORME PRECEDENTES DO STJ (RESP 1029832/DF E RESP 465.580/RS).13 - O TEMA 733 DO STF ESTABELECE QUE A DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE OU CONSTITUCIONALIDADE DE UMA NORMA PELO STF NÃO IMPLICA AUTOMATICAMENTE A RESCISÃO OU REVISÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ANTERIORES QUE ADOTARAM ENTENDIMENTO DIFERENTE. NO ENTANTO, ESSE ENTENDIMENTO É INAPLICÁVEL AO PRESENTE CASO, POIS A TRANSIÇÃO DE REGIME JURÍDICO INTRODUZIU UMA NOVA BASE NORMATIVA QUE AFASTOU A INDEXAÇÃO DOS SALÁRIOS AO SALÁRIO MÍNIMO, NÃO HAVENDO DIREITO ADQUIRIDO QUANTO AO REGIME ANTERIOR.14 - DA MESMA FORMA, O TEMA 360 DO STF, QUE TRATA DA PRESERVAÇÃO DA COISA JULGADA EM SITUAÇÕES DE VANTAGENS REMUNERATÓRIAS ADQUIRIDAS ANTES DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO, TAMBÉM É INAPLICÁVEL, UMA VEZ QUE O ART. 17 DO ADCT EXPRESSAMENTE AFASTA O DIREITO ADQUIRIDO A REMUNERAÇÕES OU VANTAGENS QUE CONTRARIAM O TEXTO CONSTITUCIONAL, INCLUINDO DECISÕES PROFERIDAS ANTERIORMENTE.15 - POR FIM, A DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUE CONCEDEU A TUTELA PROVISÓRIA, NÃO ESTABILIZOU A DEMANDA, POIS A DECISÃO FINAL EM PRIMEIRA INSTÂNCIA FOI EM SENTIDO CONTRÁRIO, E A TUTELA FOI REVOGADA, NÃO PRODUZINDO EFEITOS PERMANENTES. A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA É MEDIDA PROVISÓRIA, E SUA REVOGAÇÃO CONFIRMA A IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA PRINCIPAL.IV. DISPOSITIVO E TESE16 - RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO, ACOLHIDO O PEDIDO DE NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS POSTERIORES AO FALECIMENTO DO AUTOR, E, APÓS A HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO, O RECURSO FOI DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: “A VINCULAÇÃO DE REMUNERAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO É VEDADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SENDO INAPLICÁVEL MESMO EM CASOS DE DECISÃO JUDICIAL ANTERIOR À SÚMULA VINCULANTE 04, ESPECIALMENTE APÓS A TRANSIÇÃO DO REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. O FALECIMENTO DA PARTE IMPLICA SUSPENSÃO IMEDIATA DO PROCESSO, TORNANDO NULOS OS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS APÓS O ÓBITO, CONFORME ART. 313, I, DO CPC. OS TEMAS 733 E 360 DO STF SÃO INAPLICÁVEIS QUANDO A MUDANÇA DE REGIME JURÍDICO AFASTA O DIREITO À VINCULAÇÃO DE PROVENTOS AO SALÁRIO MÍNIMO. A DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, QUE CONCEDEU TUTELA ANTECIPADA, NÃO ESTABILIZA A DEMANDA QUANDO A TUTELA FOI POSTERIORMENTE REVOGADA NA DECISÃO FINAL DE MÉRITO.”_____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 7º, IV; CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 313, I ; ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ART. 17JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: ADCT, ART. 17; RE 780665 AGR/CE, STF; SÚMULA VINCULANTE 04, STF; RESP 1029832/DF, STJ; RESP 465.580/RS, STJ; TEMA 733 DO STF - RE 730462; TEMA 360 DO ST; ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DESPROVER O RECURSO DE APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADOS PELO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUESRELATOR . - Advs: Augusto César Pereira da Silva (OAB: 5069/CE) - Ana Luisa Lima Candido Picanço - Procuradoria do Município de Fortaleza

DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Público

DESPACHO

Nº 0635178-79.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: A. V. N. T. R. P. A. M. da S. N. - Agravado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - DISPOSITIVO Diante do exposto, com arrimo nos fundamentos de fato e de direito acima explicitados, e por tudo o mais que consta nos autos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO ora pleiteado pela agravante. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar resposta no prazo legal (CPC, art. 1.019, inciso II). Após, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para emissão de parecer (CPC, art. 1.019, inciso III). Expedientes Necessários. Local, data e hora informados pelo sistema. JUÍZA CONVOCADA ELIZABETE SILVA PINHEIRO - PORTARIA 1550/2024 Relatora - Advs: Maria Victória das Chagas Lima (OAB: 96742/PR) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0635180-49.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: J. P. N. T. R. P. A. M. da S. N. - Agravado: Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - DISPOSITIVO Diante do exposto, com arrimo nos fundamentos de fato e de direito acima explicitados, e por tudo o mais que consta nos autos, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO ATIVO ora pleiteado pela agravante. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar resposta no prazo legal (CPC, art. 1.019, inciso II). Após, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para emissão de parecer (CPC, art. 1.019, inciso III). Expedientes Necessários. Local, data e hora informados pelo sistema. JUÍZA CONVOCADA ELIZABETE SILVA PINHEIRO - PORTARIA 1550/2024 Relatora - Advs: Maria Victória das Chagas Lima (OAB: 96742/PR) - Rodrigo Otávio das Chagas Lima (OAB: 61863/PR) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

PAUTA DE JULGAMENTO

3ª Câmara Direito Público
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 46

SERÃO JULGADOS, NA SESSÃO ORDINÁRIA HÍBRIDA DESIMPEDIDA, NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2024, A PARTIR DAS 14 HORAS, EM SALA PRESENCIAL, NO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA, E VIRTUAL, PELA PLATAFORMA TEAMS, OS SEGUINTES PROCESSOS INDICADOS PELOS RELATORES DESTE COLEGIADO. AS INSCRIÇÕES DE SUSTENTAÇÃO ORAL DEVERÃO SER SOLICITADAS ATÉ O ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO REQUERIDA, MEDIANTE CONTATO DISPONIBILIZADO PELA SECRETARIA DA CÂMARA (DAVIDCOSTA@TJCE.JUS.BR), NOS TERMOS DO ART. 3º DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 04/2020, ALTERADO PELO ART. 1º DA RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 10/2020 DO TJCE. FICAM AS PARTES E OS SEUS RESPECTIVOS ADVOGADOS CIENTES, POR MEIO DESTE EDITAL, DE QUE OS PROCESSOS QUE FOREM SUBMETIDOS AO SISTEMA DE VOTO PROVISÓRIO, COM VOTAÇÃO UNÂNIME E QUE NÃO TIVEREM DESTAQUE, TERÃO SEUS JULGAMENTOS TORNADOS DEFINITIVOS, NOS TERMOS DOS VOTOS DOS RESPECTIVOS RELATORES, COM A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO EM SEGUIDA AO TÉRMINO DA SESSÃO.

1 - **0124499-65.2010.8.06.0001/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/13ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Clara Cerise Costa Andrade. Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Advogado: José Frota Carneiro Neto (OAB: 19603/CE). Embargado: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

2 - **0157042-77.2017.8.06.0001/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/8ª Vara da Fazenda Pública. Embargante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Embargado: Amisterdan de Lima Ximenes. Advogado: Francisco Érico Carvalho Silveira (OAB: 16881/CE). Advogado: Matheus Andrade Braga (OAB: 40495/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

3 - **0002717-18.2015.8.06.0098/50000** - **Agravo Interno Cível** - Itapajé/2ª Vara Cível da Comarca de Itapajé. Agravante: Estado do Ceará. Procurador: Procuradoria Geral do Estado do Ceará. Agravada: G. de S. S.. Agravado: Y. G. S. de S. R. P. G. de S. S.. Agravada: G. de S. S. R. P. G. de S. S.. Advogado: Rodrigo Corrêa Rodrigues da Silva (OAB: 22174/CE). Relator(a): MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES

Total de processos a julgar: 3

Fortaleza, 12 de novembro de 2024.

DAVID AGUIAR COSTA

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

Seção de Direito Privado

DESPACHOS - Seção de Direito Privado

DESPACHO

Nº 0630389-81.2017.8.06.0000 - Ação Rescisória - Ubajara - Autor: João Ribeiro Lima & Cia Ltda. - Réu: Massa Falida da Brasfood Laboratórios S/A - Após, intime-se o Réu, por seus advogados, no prazo de 15 (quinze) dias, para complementar a regularização da representação processual, uma vez que o substabelecimento à fl. 1.358 encontra-se desacompanhado do instrumento procuratório que outorgou poderes aos advogados substabelecentes. Em seguida, no mesmo prazo, intime-se o Autor para requerer o que entender de direito. Expedientes Necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Antônio Gurjão Marques Filho (OAB: 2980/CE) - Manoel Mateus Júnior (OAB: 17180/CE) - Priori Capital - Diogo Menta Bello (OAB: 96050/PR) - Aguinaldo Ribeiro Júnior (OAB: 56525/PR) - Felipe Lollato (OAB: 19174/SC) - ADEMAR NITSCHKE JÚNIOR (OAB: 39272/PR)

DESPACHO

Nº 0630242-84.2019.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: C R Pinheiro Representações Ltda - Embargante: Cláudio Régis Pinheiro - Embargante: Cristiane Martins Eleutério - Embargado: Real Moto Peças Ltda - Diante do contexto, deixo de conhecer deste segundo recurso de Embargos de Declaração, eis que manifestamente inadmissíveis. Publique-se e intimem-se. Decorrido o prazo, arquivem-se estes autos. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Thiago Emanuel Alexandrino de Oliveira (OAB: 17028/CE) - João Gomide de Sousa Neto (OAB: 145433/MG) - Rogério Bento de Figueiredo (OAB: 80572/MG)

Nº 0630242-84.2019.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: C R Pinheiro Representações Ltda - Embargante: Cláudio Régis Pinheiro - Embargante: Cristiane Martins Eleutério - Embargado: Real Moto Peças Ltda - Certifica-se o encaminhamento do ato abaixo para disponibilização no Diário da Justiça Eletrônico, com o teor: Diante do exposto, conheço os embargos de declaração, e dou-lhes provimento para, saneando as apontadas omissões, revigorar o curso/andamento da demanda rescisória, com o consequente emprego de efeito modificativo. Após o decurso do prazo recursal, inclua-se a rescisória em pauta de julgamento, eis que trata de matéria exclusivamente de direito, e prescinde da produção de provas. Publique-se e intimem-se. Intimem. Expedientes Necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Thiago Emanuel Alexandrino de Oliveira (OAB: 17028/CE) - João Gomide de Sousa Neto (OAB: 145433/MG) - Rogério Bento de Figueiredo (OAB: 80572/MG)

DESPACHO

Nº 0637916-40.2024.8.06.0000 - Ação Rescisória - Autora: LUCIANA KELLER BAIMA QUEIROZ - Réu: BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S/A - Réu: Banco do Brasil S/A - Réu: Companhia de Seguros Aliança do Brasil S/A - Isto posto, intime-se a requerente, nos termos do art. 99, §2º, do Código de Processo Civil, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar declaração do imposto de renda referente aos três últimos exercícios e outros documentos atualizados que comprovem a impossibilidade de pagar as custas processuais, sob pena de indeferimento do pedido. Expedientes necessários. Fortaleza, 12 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Francinaria Santiago Ferreira (OAB: 27966/CE)

1ª Câmara de Direito Privado

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara de Direito Privado

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201311-49.2023.8.06.0113 - Apelação Cível - Jucás - Apte/Apdo: Francisca de Farias Vidal - Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso interposto pelo Banco Bradesco S/A, para, no mérito, dar-lhe provimento, julgando prejudicado o recurso manejado por Francisca de Farias Vidal, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA, PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. REJEITADAS. PESSOA IDOSA E NÃO ALFABETIZADA. ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE ASSINATURA A ROGO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. ASSINATURA DA FILHA DA CONTRATANTE, COMO TESTEMUNHA. AUXÍLIO DE PESSOA ALFABETIZADA E DE CONFIANÇA. COMPROVANTE DE REPASSE DO CRÉDITO. RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONHECIDO E PROVIDO. APELO DA AUTORA PREJUDICADO. SENTENÇA REFORMADA INTEGRALMENTE.I. CASO EM EXAME1. RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA CONSUMERISTA PARA I) CONDENAR O REQUERIDO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO MONTANTE DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS); II) NA RESTITUIÇÃO À AUTORA, NA FORMA SIMPLES E TAMBÉM DOBRADA, DOS VALORES QUE TENHAM SIDO DESCONTADOS DO BENEFÍCIO; II) PARA DECLARAR NULO O NEGÓCIO JURÍDICO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM EXAMINAR SE É OU NÃO VÁLIDO O CONTRATO QUESTIONADO, BEM COMO SE OS DESCONTOS EFETUADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA CONFIGURARAM ATO ILÍCITO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ALÉM DISSO, É DE SE VERIFICAR SE É DEVIDA A RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DA CONSUMIDORA, E SE DEVE OCORRER NA FORMA SIMPLES OU EM DOBRO. ADEMAIS, DEVE-SE VERIFICAR SE É CABÍVEL A MANUTENÇÃO OU MINORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. O BANCO DEMANDADO COLACIONOU A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (VIA DO BANCO), BEM COMO SEUS DOCUMENTOS PESSOAIS E DAS TESTEMUNHAS SIGNATÁRIAS, ALÉM DO COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA CONTA DE TITULARIDADE DA AUTORA. 4. A AUTORA É PESSOA NÃO ALFABETIZADA, SITUAÇÃO COMPROVADA PELA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL ACOSTADA ÀS FLS. 29/30. O BANCO DESATENDEU O COMANDO NORMATIVO, AO DEIXAR DE COLHER A ASSINATURA

DA PESSOA ROGADA, ENTRETANTO RELEVANTE DESTACAR QUE UMA DAS TESTEMUNHAS É FILHA DA CONTRATANTE, DE MODO QUE SE DEPREENDE QUE A AUTORA TEVE AUXÍLIO DE PESSOA ALFABETIZADA E DE CONFIANÇA, NO CASO, A PRÓPRIA FILHA DA REQUERENTE, NO MOMENTO DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO EM APREÇO.5. SENDO ASSIM, CONCLUI-SE PELA REGULARIDADE DO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, VEZ QUE DEMONSTRADOS A ANUÊNCIA DA CONSUMIDORA SOBRE OS DESCONTOS REALIZADOS E O RECEBIMENTO DO CRÉDITO, NÃO SE OBSERVANDO NA ESPÉCIE QUAISQUER INDÍCIOS DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU FRAUDE, NÃO TENDO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COMETIDO QUALQUER ILÍCITO CAPAZ DE ENSEJAR REPARAÇÃO CIVIL.6. DIANTE DO PROVIMENTO DO RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, O APELO MANEJADO PELA AUTORA RESTA PREJUDICADO. IV. DISPOSITIVO7. RECURSO INTERPOSTO PELO BANCO CONHECIDO E PROVIDO. APELO DA PROMOVENTE PREJUDICADO. SENTENÇA REFORMADA INTEGRALMENTE.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO PROMOVIDO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, E JULGAR PREJUDICADO O APELO DA PROMOVENTE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Igor Bandeira Pereira Leite (OAB: 42107/CE) - Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA)

Nº 0633669-50.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Tianguá - Agravante: J. B. A. de C. R. P. M. P. de C. M. - Agravado: Bruno de Alencar Alcântara - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE ALIMENTOS. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DE MENOR COM NECESSIDADES ESPECIAIS (TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA). MAJORAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE OBSERVADO. SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA DO ALIMENTANTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.I. CASO EM EXAMEAGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR J.B.A. DE C., REPRESENTADO POR SUA GENITORA, CONTRA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ CE, QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DO MENOR, PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NO VALOR DE 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO, PLEITEANDO-SE A MAJORAÇÃO PARA 4 (QUATRO) SALÁRIOS MÍNIMOS EM RAZÃO DAS NECESSIDADES ESPECIAIS DO MENOR E DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DO GENITOR.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOA QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS FIXADOS PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU ATENDEM AO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DO MENOR E OS SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA DO ALIMENTANTE, OU SE DEVEM SER MAJORADOS CONFORME PLEITEADO.III. RAZÕES DE DECIDIRA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS VISA GARANTIR A SUBSISTÊNCIA DIGNA E O BEM-ESTAR DO ALIMENTANDO, INCLUINDO DESPESAS COM MORADIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS CUIDADOS ESSENCIAIS, ESPECIALMENTE QUANDO ENVOLVE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.NO CASO CONCRETO, O MENOR É PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), COM NECESSIDADE DE TRATAMENTOS ESPECÍFICOS, COMO ACOMPANHAMENTO POR FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL E PSICÓLOGO, O QUE DEMANDA DESPESAS SUPERIORES.OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS TÊM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES IMEDIATAS DO ALIMENTANDO, SENDO PASSÍVEIS DE REVISÃO APÓS DILAÇÃO PROBATÓRIA. O AUMENTO PARA 2,5 (DOIS VÍRGULA CINCO) SALÁRIOS MÍNIMOS É ADEQUADO, CONSIDERANDO AS DESPESAS COMPROVADAS PELA GENITORA DO MENOR E OS INDÍCIOS DE CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE.OS SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA DO ALIMENTANTE, COMO FOTOGRAFIAS EM VIAGENS E O USO DE VEÍCULO DE LUXO, SOMADOS À AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA, INDICAM POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO MAIOR DO QUE A INICIALMENTE FIXADA.O AGRAVADO NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR SUA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O VALOR MAJORADO, NÃO APRESENTANDO ELEMENTOS QUE INFIRMEM A DECISÃO ANTECIPATÓRIA PROFERIDA NESTE RECURSO QUE FIXOU OS ALIMENTOS EM 2,5 SALÁRIOS MÍNIMOS.IV. DISPOSITIVO E TESEAGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA MAJORAR OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS PARA 2,5 (DOIS VÍRGULA CINCO) SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS, ATÉ DECISÃO DE MÉRITO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.TESE DE JULGAMENTO:O VALOR DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS DEVE CONSIDERAR O BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE, ESPECIALMENTE QUANDO O ALIMENTANDO POSSUI NECESSIDADES ESPECIAIS QUE EXIGEM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS.SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA E AUSÊNCIA DE PROVA DA IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE JUSTIFICAM A MAJORAÇÃO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS, ENQUANTO NÃO CONCLUÍDA A FASE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 227; CC, ART. 1.694, §1º; CPC, ART. 4º; LEI DE ALIMENTOS Nº 5.478/68.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-CE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0627517-20.2022.8.06.0000, REL. DES. DURVAL AIRES FILHO, J. 30.05.2023; TJ-CE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0626645-34.2024.8.06.0000, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, J. 24.07.2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, RESTANDO PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Yvonette de Figueiredo Correia Castelo (OAB: 18874/CE) - Gracyele Siqueira Nunes Nogueira (OAB: 45626/CE) - Paulo André Pedroza de Lima (OAB: 43277/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0050927-84.2021.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Sofia Damasceno de Castro - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DESCONTOS DE TARIFAS REFERENTES A CESTA DE SERVIÇOS BANCÁRIOS. APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL PELO BANCO REQUERIDO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR BANCO BRADESCO S/A, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROFERIDA ÀS FLS. 78/81 PELO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ/CE, QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS AJUIZADA POR SOFIA DAMASCENO DE CASTRO EM DESFAVOR DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RECORRENTE.2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM VERIFICAR SE HOUVE REGULAR CONTRATAÇÃO DO PACOTE DE TARIFA BANCÁRIA POR PARTE DA AUTORA E, EM SENDO A RESPOSTA NEGATIVA, SE CABE REPARAÇÃO CIVIL.3. CITADA, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ADUZIU QUE A CONTRATAÇÃO DA CESTA BANCÁRIA OCORREU REGULARMENTE, CONFORME AS NORMAS DO BANCO CENTRAL. INCLUSIVE JUNTOU AOS AUTOS A CÓPIA DO CONTRATO (FLS. 52/62), NA QUAL CONSTA A EXPRESSA ANUÊNCIA DA CONSUMIDORA RELATIVA AO PACOTE DE SERVIÇO (FL. 59) E, PORTANTO, A ADESÃO POR MEIO DE SUA ASSINATURA (FL. 61), CUJA AUTENTICIDADE NÃO FOI QUESTIONADA EM NENHUM MOMENTO.4. IMPORTA OBSERVAR QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ, ORA RECORRENTE, SUSTENTA EM SUAS RAZÕES RECURSAIS QUE HOUVE TÃO SOMENTE UMA ALTERAÇÃO NA NOMENCLATURA DA CESTA DE SERVIÇOS, DE “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” PARA “CESTA FÁCIL ECONÔMICA”, NA DATA DE 01.07.2014. TOMANDO POR BASE ESSA ALEGAÇÃO E A CONFRONTANDO COM O ACERVO PROBATÓRIO PRESENTE NOS AUTOS, É POSSÍVEL VERIFICAR QUE A MESMA APRESENTA FUNDAMENTO, UMA VEZ QUE, DE FATO, CONSTATA-SE, DA ANÁLISE DO EXTRATO DA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA DE FL. 65, APENAS UMA MUDANÇA NO TÍTULO DOS DESCONTOS EFETUADOS NAS DATAS DE 13.06.2014 E 15.07.2014, SENDO MANTIDO O VALOR COBRADO, QUAL SEJA, R$ 14,70 (QUATORZE REAIS E SETENTA CENTAVOS).5. ASSIM, ENTENDO QUE NÃO FICOU CONFIGURADA A PRÁTICA ABUSIVA QUANTO À CONTRATAÇÃO DA CESTA DE SERVIÇOS, UMA VEZ QUE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR A EFETIVA CONCORDÂNCIA DA DEMANDANTE/APELADA COM A ADESÃO AO NEGÓCIO. 6. ANTE A REGULARIDADE DA COBRANÇA DAS TARIFAS BANCÁRIAS, NÃO HÁ QUE FALAR NA OCORRÊNCIA DE ATO ILÍCITO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, E, POR CONSEQUÊNCIA, EM DANO CAPAZ DE ENSEJAR O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES DO TJCE.7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO, PARA LHE DAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE) - Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE)

Nº 0200007-56.2023.8.06.0067 - Apelação Cível - Chaval - Apelante: Antonio Vieira Ramos - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Antonio Vieira Ramos - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA RECURSAL DO BANCO PROMOVIDO PARA QUE SEJA RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ÚLTIMO DESCONTO DENTRO DO PRAZO QUINQUENAL. PRESCRIÇÃO REJEITADA. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR PARA QUE O BANCO PROMOVIDO SEJA CONDENADO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DESCONTOS EM VALORES INEXPRESSIVOS. VALOR QUE NÃO COMPROMETEU A SUBSISTÊNCIA DO AUTOR. MERO ABORRECIMENTO. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM EXAMINAR SE OS DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AUTOR FORAM APTOS A ENSEJAR A OCORRÊNCIA DE DANO MORAL INDENIZÁVEL, BEM COMO A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS INDEVIDAMENTE HÁ MAIS DE 05 (CINCO) ANOS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.2. ANALISANDO OS AUTOS, É POSSÍVEL AFERIR QUE O ÚLTIMO DESCONTO OCORREU EM 5 DE JANEIRO DE 2022 E QUE A PRESENTE DEMANDA FOI AJUIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 2023. PORTANTO, NÃO HÁ QUE FALAR EM PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, IMPONDO-SE A REJEIÇÃO DA TESE ARGUIDA NO RECURSO INTERPOSTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.3. O DANO MORAL SOMENTE OCORRE QUANDO HOUVER LESÃO A BEM QUE INTEGRA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE, COMO A HONRA, A DIGNIDADE, A INTIMIDADE, A IMAGEM, E O BOM NOME, COM BASE NO QUE SE INFERE DOS ARTS. 1º, INCISO III, E 5º, INCISOS V E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NESSA PERSPECTIVA, “A VERIFICAÇÃO DO DANO MORAL NÃO RESIDE EXATAMENTE NA SIMPLES OCORRÊNCIA DO ILÍCITO, DE SORTE QUE NEM TODO ATO DESCONFORME O ORDENAMENTO JURÍDICO ENSEJA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. O IMPORTANTE É QUE O ATO ILÍCITO SEJA CAPAZ DE IRRADIAR-SE PARA A ESFERA DA DIGNIDADE DA PESSOA, OFENDENDO-A DE MANEIRA RELEVANTE.” (AGRG NO RESP 1.269.246/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 20/05/2014, DJE DE 27/05/2014).4. NO CASO EM TELA, OS DESCONTOS QUESTIONADOS SE DERAM EM VALORES INEXPRESSIVOS, NÃO ULTRAPASSANDO O VALOR DE R$ 17,75 (DEZESSETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME SE OBSERVA DA ANÁLISE DOS EXTRATOS BANCÁRIOS ÀS FLS. 09/69. NESSE CENÁRIO, NÃO SE OLVIDA QUE A SITUAÇÃO POSSA EVENTUALMENTE TER TRAZIDO ALGUM ABORRECIMENTO AO CONSUMIDOR, CONTUDO, NÃO FOI CAPAZ DE ATINGIR VALORES FUNDAMENTAIS DO SER HUMANO, TRATANDO-SE DE MEROS ABORRECIMENTOS A QUE SE ESTÁ SUJEITO NA VIDA EM SOCIEDADE. PORTANTO, ENTENDO QUE AGIU DE FORMA ACERTADA O DOUTO MAGISTRADO A QUO AO JULGAR IMPROCEDENTE O PLEITO AUTORAL DE CONDENAÇÃO DA PARTE REQUERIDA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO EM QUESTÃO.5. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS RECURSOS INTERPOSTOS, PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Rayla Maria Oliveira Carneiro (OAB: 41039/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200419-55.2023.8.06.0109/50000 - Embargos de Declaração Cível - Jardim - Embargante: Maria de Fatima da Silva - Embargado: Banco Bradesco S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TARIFAS BANCÁRIAS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA. ART. 85, § 8º-A DO CPC. APLICAÇÃO DO VALOR MÍNIMO ESTABELECIDO NA TABELA DA OAB/CE. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO OBRIGATÓRIA. PRECEDENTES DO STJ. CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO INEXISTENTES. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO

EM EXAME 1. TRATA-SE DE RECURSO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO ANULATÓRIA DE TARIFAS BANCÁRIAS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA ORA EMBARGANTE, E NEGOU PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO PELO BANCO, REFORMANDO A SENTENÇA APENAS PARA READEQUAR OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, ARBITRANDO-OS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA, NO VALOR DE R$ 1.000,00 (MIL REAIS), DE ACORDO COM O ART. 85, § 8º, DO CPC.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. O RECURSO VISA A ELIMINAR POSSÍVEL CONTRADIÇÃO / OMISSÃO EXISTENTE NA DECISÃO COLEGIADA, POR NÃO TER CONSIDERADO A NOVA REDAÇÃO DO ART. 85, § 8º-A, DO CPC, AFIRMANDO-SE, NESTE CASO, QUE A OAB/CE FIXA O VALOR MÍNIMO DE 60 UAD'S PARA O TIPO DE AÇÃO EM ANÁLISE, TOTALIZANDO, NO MÍNIMO, O VALOR DE R$ 9.552,60 (NOVE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS), QUE SE MOSTRA SUPERIOR A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA.III. RAZÕES DE DECIDIR 3. DE FATO, O § 8º-A DO ART. 85 DO CPC DISPÕE QUE "NA HIPÓTESE DO § 8º DESTE ARTIGO, PARA FINS DE FIXAÇÃO EQUITATIVA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, O JUIZ DEVERÁ OBSERVAR OS VALORES RECOMENDADOS PELO CONSELHO SECCIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS OU O LIMITE MÍNIMO DE 10% (DEZ POR CENTO) ESTABELECIDO NO § 2º DESTE ARTIGO, APLICANDO-SE O QUE FOR MAIOR."4. SOBRE O TEMA, A TERCEIRA SEÇÃO DO STJ, NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.322/SC, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS (TEMA Nº 984), FIRMOU ENTENDIMENTO SEGUNDO O QUAL "AS TABELAS DE HONORÁRIOS ELABORADAS UNILATERALMENTE PELOS CONSELHOS SECCIONAIS DA OAB NÃO VINCULAM O MAGISTRADO NO MOMENTO DE ARBITRAR O VALOR DA REMUNERAÇÃO A QUE FAZ JUS O DEFENSOR DATIVO QUE ATUA NO PROCESSO PENAL; SERVEM COMO REFERÊNCIA PARA O ESTABELECIMENTO DE VALOR QUE SEJA JUSTO E QUE REFLITA O LABOR DESPENDIDO PELO ADVOGADO."5. AINDA QUE O CASO EM APREÇO NÃO TRATE DE DEFENSOR DATIVO, ESTE RELATOR ADOTA O MESMO ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE AS TABELAS ELABORADAS PELOS CONSELHOS SECCIONAIS DA OAB NÃO VINCULAM O MAGISTRADO PARA DETERMINAÇÃO DO QUANTUM DEVIDO A TÍTULO DE HONORÁRIOS, PODENDO FIXAR OUTRO VALOR SE CONSIDERAR DESPROPORCIONAL A QUANTIA ESTABELECIDA NA TABELA.6. COM ISSO, TENHO QUE A REDAÇÃO ACRESCENTADA AOS PARÁGRAFOS DO ART. 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ESPECIFICAMENTE O § 8º-A, NÃO IMPÕE A APLICAÇÃO IRRESTRITA DOS VALORES CONTIDOS NA TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB, VISTO QUE O PRÓPRIO TEXTO NORMATIVO PRESCREVE QUE O JUIZ DEVE APENAS OBSERVAR OS VALORES NELA RECOMENDADOS.7. POSTO ISSO, ADSTRITO AOS PONTOS ESCLARECIDOS ANTERIORMENTE, INEXISTE VÍCIO DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO A SER SANADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, POIS, ALÉM DE NÃO HAVER CONTRADIÇÃO INTERNA NO JULGADO, O INCONFORMISMO DA PARTE COM RELAÇÃO À INTERPRETAÇÃO DADA PELO ÓRGÃO JUDICANTE NÃO SE CONFUNDE COM VÍCIO DE OMISSÃO, DE MODO QUE OS PRESENTES EMBARGOS NÃO MERECEM ACOLHIMENTO. IV. DISPOSITIVO8. RECURSO DESPROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADO O ACÓRDÃO EMBARGADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE) - Cicero Augusto Pereira Bezerra (OAB: 48681/CE) - Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE)

Nº 0200419-55.2023.8.06.0109/50001 - Embargos de Declaração Cível - Jardim - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargada: Maria de Fatima da Silva - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TARIFAS BANCÁRIAS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA. AUSÊNCIA DE ERRO MATERIAL OU OMISSÃO. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO EXARADO PELA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, QUE, NOS DA AÇÃO ANULATÓRIA DE TARIFAS BANCÁRIAS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO ORA EMBARGANTE, E DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE EMBARGADA, REFORMANDO A SENTENÇA APENAS PARA READEQUAR OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, ARBITRANDO-OS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA, NO VALOR DE R$ 1.000,00 (MIL REAIS), DE ACORDO COM O ART. 85, § 8º, DO CPC.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. O RECURSO VISA A ELIMINAR POSSÍVEL OMISSÃO / ERRO MATERIAL EXISTENTE NA DECISÃO COLEGIADA, POR TER FIXADO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SOBRE O VALOR DA CAUSA E NÃO SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR 3. AO ANALISAR O DECISUM, VERIFICA-SE, DE PLANO, QUE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NÃO FORAM FIXADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA, VISTO QUE, NA REALIDADE, SEU ARBITRAMENTO OCORREU POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA.4. LOGO, FICA DEMONSTRADO QUE NÃO HOUVE ERRO MATERIAL / OMISSÃO NO QUE DIZ RESPEITO AO ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS, DADO QUE REFERIDA VERBA FOI ESTABELECIDA DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DE GRADAÇÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, RELEVANDO A INSUBSISTÊNCIA DOS EMBARGOS OPOSTOS. IV. DISPOSITIVO 5. RECURSO DESPROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADO O ACÓRDÃO EMBARGADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA) - Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE) - Cicero Augusto Pereira Bezerra (OAB: 48681/CE)

Nº 0200444-10.2023.8.06.0096 - Apelação Cível - Ipueiras - Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A - Apte/Apdo: Bradesco Seguros S/A - Apte/Apdo: Antonio Lopes da Silva - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C DANO MORAL E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTO INDEVIDO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM MANTIDO. RECURSOS DESPROVIDOS. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTOS CONTRA SENTENÇA PROLATADA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS/CE, QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C DANO MORAL E REPETIÇÃO DE INDÉBITO, JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PLEITOS AUTORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM VERIFICAR A REGULARIDADE DA COBRANÇA DENOMINADA "BRADESCO SEG - RESID/

OUTROS" E, EM SENDO A RESPOSTA NEGATIVA, AVALIAR SE É CABÍVEL REPARAÇÃO CIVIL.III. RAZÕES DE DECIDIR 3. EM ANÁLISE DOS FÓLIOS PROCESSUAIS, CONSTATA-SE QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO COMPROVOU A EXISTÊNCIA DO SUPOSTO CONTRATO OU DE QUALQUER OUTRO ELEMENTO DE PROVA CAPAZ DE DEMONSTRAR A LEGITIMIDADE DOS DESCONTOS. ASSIM, NÃO HÁ ELEMENTOS DE CONVICÇÃO APTOS A CARACTERIZAR O LIVRE CONSENTIMENTO DO CONSUMIDOR COM RELAÇÃO AOS DESCONTOS IMPUGNADOS, O QUE IMPLICA NA ILEGITIMIDADE DAS COBRANÇAS PELA AUSÊNCIA DE ATO VOLITIVO, ELEMENTO ESSENCIAL À CONVALIDAÇÃO DO COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES (ARTS. 104, E INCISOS, E 107, DO CÓDIGO CIVIL). 4. POR TAIS RAZÕES, CONSIDERO IMPOSITIVO MANTER A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DAS COBRANÇAS E A DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. 5. SOBRE A DEVOLUÇÃO DO INDÉBITO, O ATUAL ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É NO SENTIDO DE QUE "A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 42 DO CDC) INDEPENDE DA NATUREZA DO ELEMENTO VOLITIVO DO FORNECEDOR QUE COBROU VALOR INDEVIDO, REVELANDO-SE CABÍVEL QUANDO A COBRANÇA INDEVIDA CONSUBSTANCIAR CONDUTA CONTRÁRIA À BOA-FÉ OBJETIVA" (STJ. CORTE ESPECIAL. EARESP 676608/RS), HAVENDO MODULAÇÃO DOS EFEITOS QUANTO À INCIDÊNCIA DESSA TESE, QUE DEVE SER APLICADA SOMENTE AOS DESCONTOS OCORRIDOS EM DATADA POSTERIOR À PUBLICAÇÃO DO MENCIONADO ACÓRDÃO, QUAL SEJA 30.03.2021. 6. COM EFEITO, AO CONSTATAR QUE O DESCONTO OCORREU NO DIA 27 DE ABRIL DE 2023, CONFORME EXTRATO BANCÁRIO ANEXADO AOS AUTOS, DEVE SER MANTIDA A RESTITUIÇÃO EM DOBRO. 7. É CEDIÇO QUE O ARBITRAMENTO DOS DANOS MORAIS É ORIENTADO PELA GRAVIDADE DO FATO LESIVO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SUBJETIVIDADE DO OFENDIDO, SABENDO-SE, AINDA, QUE SUA AVALIAÇÃO PECUNIÁRIA AINDA É OBJETO DE DISCUSSÕES DOUTRINÁRIAS, UMA VEZ QUE INEXISTE DISPOSITIVO LEGAL QUE ESTABELEÇA CRITÉRIOS OBJETIVOS EM RAZÃO DA SUA PRÓPRIA NATUREZA.8. NO CASO EM TELA, EM DECORRÊNCIA DA FALHA DO SERVIÇO BANCÁRIO, OBSERVO QUE HOUVE UM DESCONTO NO VALOR DE R$ 199,50 EM PREJUÍZO DO CONSUMIDOR, E, APESAR DE SE TRATAR DE UM DESCONTO ÚNICO, NÃO SE REFERE A UMA QUANTIA DESPREZÍVEL, DE MODO QUE O CONSUMIDOR VIU-SE DESPROVIDO DE UM VALOR IMPORTANTE, REPRESENTANDO, DE FATO, UM DESFALQUE FINANCEIRO CAPAZ DE ENSEJAR ABALO SIGNIFICATIVO À SUA SUBSISTÊNCIA, E, POR CONSEQUÊNCIA, UM FORTE IMPACTO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, APTO A CONFIGURAR UM DANO INDENIZÁVEL.9. NESSA ORDEM DE IDEIAS, E ATENTO AO COTEJO DOS SEGUINTES FATORES: NÍVEL ECONÔMICO DO AUTOR DA AÇÃO, SOFRIMENTO DA VÍTIMA E O PORTE ECONÔMICO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CONSIDERO ADEQUADO MANTER O QUANTUM FIXADO PELO JUÍZO SINGULAR NO VALOR R$ 1.500,00 (TRÊS MIL REAIS), COM JUROS DE MORA A PARTIR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ), FRENTE AO QUADRO FÁTICO DELINEADO NOS AUTOS, SENDO CONDIZENTE COM O IMPORTE ESTABELECIDO PELA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE EM SITUAÇÕES SEMELHANTES.IV. DISPOSITIVO 10. RECURSOS DESPROVIDOS. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS DE APELAÇÃO, PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHES PROVIMENTO, MANTENDO-SE INALTERADA A SENTENÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE) - Kelvi Aparecido dos Santos Junior (OAB: 48520/CE)

Nº 0629259-12.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Crato - Agravante: Banco BMG S/A - Agravada: Raimunda Fernandes da Silva - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. DECISÃO QUE CONCEDEU A TUTELA E SUSPENDEU OS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PROMOVENTE. REQUISITOS DO ART. 300 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PREENCHIDOS. POSSIBILIDADE DE REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO FIXADA EM PATAMAR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO, TODAVIA, DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE CONCEDEU A TUTELA DE URGÊNCIA PARA DETERMINAR QUE O DEMANDADO BANCO BMG S/A SUSPENDA IMEDIATAMENTE A EFETIVAÇÃO DOS DESCONTOS CORRESPONDENTES AO CONTRATO N° 18782751, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), EM BENEFÍCIO DA REQUERENTE, LIMITADA, INICIALMENTE, AO VALOR DE R$ 10.000,00.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A DISCUSSÃO EM ANALISAR SE PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC QUE AUTORIZEM A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA. 3. REQUER O AGRAVANTE QUE SEJA EXCLUÍDO OU REDUZIDO O VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE MULTA, BEM COMO SE PROCEDA À ALTERAÇÃO DA PERIODICIDADE.III. RAZÕES DE DECIDIR4. TEM-SE QUE A PROBABILIDADE DO DIREITO SUSTENTADO PELA CONSUMIDORA, ORA AGRAVADA, NO PROCESSO ORIGINÁRIO, RESULTA DO NÃO RECONHECIMENTO DO SUPOSTO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. NESSE CONTEXTO, NÃO HÁ COMO EXIGIR DA PARTE RECORRIDA PROVA QUANTO A FATOS NEGATIVOS.5. POR OUTRO LADO, TROUXE A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA AS FATURAS DO CARTÃO DE CRÉDITO DA AUTORA, NAS QUAIS SE PODE OBSERVAR QUE A AGRAVADA NÃO VEM UTILIZANDO O CARTÃO DE CRÉDITO, O QUE CORROBORA, EM PRINCÍPIO, COM O QUE FOI ALEGADO NA EXORDIAL. MUITO EMBORA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RECORRENTE ALEGUE QUE A OPERAÇÃO SE DEU POR LIVRE ADESÃO DO CONSUMIDOR, NÃO VISLUMBRO, NESTE MOMENTO PRELIMINAR, A REGULARIDADE DA SUPOSTA CONTRATAÇÃO, SENDO RELEVANTE DESTACAR QUE AO RECORRIDO CABIA TRAZER AOS AUTOS O CONTRATO ASSINADO PELA AUTORA E DEIXOU DE FAZÊ-LO. 6. A QUANTIA DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) POR DIA, LIMITADA A R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO, MOSTRA-SE RAZOÁVEL, VEZ QUE FIXADA EM CONSONÂNCIA COM O CARÁTER PEDAGÓGICO E COERCITIVO DAS ASTREINTES, ESPECIALMENTE DIANTE DO PORTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RECORRENTE.7. O PATAMAR ARBITRADO PELO JUÍZO SINGULAR É RAZOÁVEL E PROPORCIONAL AO OBJETO DA AÇÃO, NÃO CARECENDO, ASSIM, DE REFORMA, INCLUSIVE EM RELAÇÃO À PERIODICIDADE DA MULTA, DADO O TETO FIXADO E PORQUE AS ASTREINTES, COMO DITO ACIMA, PODEM SER REVISTAS A QUALQUER TEMPO, A FIM DE SE EVITAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA PARTE OU MESMO PARA FORÇAR O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. IV. DISPOSITIVO8. RECURSO CONHECIDO, TODAVIA, DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066/CE) - Maria Ani Sonally de Lima (OAB: 38804/CE)

Nº 0633669-50.2023.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Tianguá - Agravante: Bruno de Alencar Alcântara - Agravado: J. B. A. de C. R. P. M. P. de C. M. - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE ALIMENTOS. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DE MENOR COM NECESSIDADES ESPECIAIS (TEA - TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA). MAJORAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE OBSERVADO. SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA DO ALIMENTANTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.I. CASO EM EXAMEAGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR J.B.A. DE C., REPRESENTADO POR SUA GENITORA, CONTRA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ CE, QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DO MENOR, PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NO VALOR DE 1,5 (UM VÍRGULA CINCO) SALÁRIO MÍNIMO, PLEITEANDO-SE A MAJORAÇÃO PARA 4 (QUATRO) SALÁRIOS MÍNIMOS EM RAZÃO DAS NECESSIDADES ESPECIAIS DO MENOR E DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DO GENITOR.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOA QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS FIXADOS PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU ATENDEM AO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DO MENOR E OS SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA DO ALIMENTANTE, OU SE DEVEM SER MAJORADOS CONFORME PLEITEADO.III. RAZÕES DE DECIDIRA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS VISA GARANTIR A SUBSISTÊNCIA DIGNA E O BEM-ESTAR DO ALIMENTANDO, INCLUINDO DESPESAS COM MORADIA, SAÚDE, EDUCAÇÃO E OUTROS CUIDADOS ESSENCIAIS, ESPECIALMENTE QUANDO ENVOLVE CRIANÇAS OU ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.NO CASO CONCRETO, O MENOR É PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), COM NECESSIDADE DE TRATAMENTOS ESPECÍFICOS, COMO ACOMPANHAMENTO POR FONOAUDIÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL E PSICÓLOGO, O QUE DEMANDA DESPESAS SUPERIORES. OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS TÊM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS NECESSIDADES IMEDIATAS DO ALIMENTANDO, SENDO PASSÍVEIS DE REVISÃO APÓS DILAÇÃO PROBATÓRIA. O AUMENTO PARA 2,5 (DOIS VÍRGULA CINCO) SALÁRIOS MÍNIMOS É ADEQUADO, CONSIDERANDO AS DESPESAS COMPROVADAS PELA GENITORA DO MENOR E OS INDÍCIOS DE CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE.OS SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA DO ALIMENTANTE, COMO FOTOGRAFIAS EM VIAGENS E O USO DE VEÍCULO DE LUXO, SOMADOS À AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA, INDICAM POSSIBILIDADE DE CONTRIBUIÇÃO MAIOR DO QUE A INICIALMENTE FIXADA.O AGRAVADO NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR SUA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O VALOR MAJORADO, NÃO APRESENTANDO ELEMENTOS QUE INFIRMEM A DECISÃO ANTECIPATÓRIA PROFERIDA NESTE RECURSO QUE FIXOU OS ALIMENTOS EM 2,5 SALÁRIOS MÍNIMOS.IV. DISPOSITIVO E TESEAGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA MAJORAR OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS PARA 2,5 (DOIS VÍRGULA CINCO) SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS, ATÉ DECISÃO DE MÉRITO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.TESE DE JULGAMENTO:O VALOR DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS DEVE CONSIDERAR O BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE, ESPECIALMENTE QUANDO O ALIMENTANDO POSSUI NECESSIDADES ESPECIAIS QUE EXIGEM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS.SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA E AUSÊNCIA DE PROVA DA IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE JUSTIFICAM A MAJORAÇÃO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS, ENQUANTO NÃO CONCLUÍDA A FASE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 227; CC, ART. 1.694, §1º; CPC, ART. 4º; LEI DE ALIMENTOS Nº 5.478/68.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-CE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0627517-20.2022.8.06.0000, REL. DES. DURVAL AIRES FILHO, J. 30.05.2023; TJ-CE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0626645-34.2024.8.06.0000, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, J. 24.07.2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, RESTANDO PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Gracyele Siqueira Nunes Nogueira (OAB: 45626/CE) - Paulo André Pedroza de Lima (OAB: 43277/CE) - Yvonette de Figueiredo Correia Castelo (OAB: 18874/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000306-88.2018.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Maria Vilanir Pereira Gomes - Apelado: Banco Bradesco S/A e outro - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE DESCONTO INDEVIDO CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO E DANOS MORAIS. DESCONTOS EFETUADOS NA CONTA CORRENTE DA CONSUMIDORA. LEGITIMIDADE ATIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO, CONFORME JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO C. STJ (AERESP 676.608/RS). DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA PROLATADA ÀS FLS. 158/162, QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE NULIDADE DE DESCONTO INDEVIDO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO E DANOS MORAIS, JULGOU PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM RAZÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS REQUERIDOS.II. A QUESTÃO A SER DECIDIDA CONSISTE EM ANALISAR A LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO NA AÇÃO EM QUE SE DISCUTE OS DESCONTOS EFETUADOS NA CONTA CORRENTE DA PROMOVENTE SOB A RUBRICA PSERV. EM CASO DE SER RECONHECIDA SUA LEGITIMIDADE, DEVE SER ANALISADA SUA RESPONSABILIDADE, MEDIANTE DETERMINAÇÃO DE DEVOLUÇÃO EM DOBRO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.III. (I) DE ACORDO COM O CDC, O BANCO TEM RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NA CADEIA DE CONSUMO, CONFORME ARTS. 7º, PARÁGRAFO ÚNICO, E 25, § 1º, DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. COM BASE NISSO, O BANCO É CONSIDERADO PARTE LEGÍTIMA PARA RESPONDER POR EVENTUAIS DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR, UMA VEZ QUE VIABILIZOU AS TRANSAÇÕES QUESTIONADAS PELA AUTORA. ADEMAIS, CONSTATOU-SE QUE O BANCO NÃO COMPROVOU A ANUÊNCIA DA CONSUMIDORA PARA OS DESCONTOS QUESTIONADOS; (II) VERIFICADO QUE HOUVE DESCONTOS INDEVIDOS NA CONTA QUE A PROMOVENTE MANTÉM JUNTO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CONSTATA-SE A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS, ENSEJANDO SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RAZÃO DA NATUREZA DA ATIVIDADE POR ELA DESENVOLVIDA, CONFORME INTELIGÊNCIA DO ART. 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR; (III) O ATUAL ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É NO SENTIDO DE QUE “A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 42 DO CDC) INDEPENDE DA NATUREZA

DO ELEMENTO VOLITIVO DO FORNECEDOR QUE COBROU VALOR INDEVIDO, REVELANDO-SE CABÍVEL QUANDO A COBRANÇA INDEVIDA CONSUBSTANCIAR CONDUTA CONTRÁRIA À BOA-FÉ OBJETIVA." (STJ. CORTE ESPECIAL. EARESP 676608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, JULGADO EM 21/10/2020). NO REFERIDO JULGADO, TAMBÉM RESTOU DECIDO QUE A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO DEVE SER APLICADA APENAS ÀS COBRANÇAS INDEVIDAS REALIZADAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DAQUELE ACÓRDÃO, OU SEJA, 30/03/2021; (IV) A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É ASSENTE NO SENTIDO DE QUE SE TRATA DE MERO ABORRECIMENTO O DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE VALORES INCAPAZES DE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA DA PARTE. PORTANTO, NO CASO CONCRETO, EM QUE OS DESCONTOS NA CONTA BANCÁRIA DA PROMOVENTE OCORRERAM EM VALORES INEXPRESSIVOS, DE R$ 23,50, ENTENDE-SE QUE NÃO HÁ DANO MORAL INDENIZÁVEL, POIS A CONSUMIDORA NÃO FICOU DESPROVIDA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA SOLVER SUAS DESPESAS ORDINÁRIAS, INCLUSIVE, É DE SE OBSERVAR QUE NÃO HOUVE SEQUER COMPROVAÇÃO NESSE SENTIDO.IV. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA LHE DAR PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Antônio Lucas Camelo Morais (OAB: 24571/CE) - Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0014047-12.2017.8.06.0043 - Apelação Cível - Barbalha - Apelante: Alzeni Marcolino dos Santos - Apelado: Balneário do Caldas S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. ANÁLISE DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR AUSÊNCIA DE DESPACHO SANEADOR E DE OPORTUNIDADE PARA A PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS, BEM COMO JULGAMENTO ANTECIPADO DE MÉRITO SEM PRÉVIO ANÚNCIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.I. CASO EM EXAME: 1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO, JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTORAL E ACOLHEU O PEDIDO CONTRAPOSTO DO RÉU, DETERMINANDO A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL LOCADO NO PRAZO DE 15 DIAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 57 E 63, §1°, DA LEI N° 8.245/91.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: 2. A QUESTÃO A SER DECIDIDA CONSISTE EM ANALISAR SE HOUVE CERCEAMENTO DO DIREITO À AMPLA DEFESA DA AUTORA DEVIDO À AUSÊNCIA DE DESPACHO SANEADOR E DE OPORTUNIDADE PARA A PRODUÇÃO DE PROVAS, O QUE LEVARIA À NULIDADE DA SENTENÇA E AO RETORNO DOS AUTOS PARA DILAÇÃO PROBATÓRIA.III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. A SENTENÇA RECORRIDA FOI PROFERIDA IMEDIATAMENTE APÓS A RÉPLICA DA AUTORA, SEM POSSIBILITAR-LHE A PRODUÇÃO DAS PROVAS REQUERIDAS, ESPECIALMENTE DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS ESSENCIAIS PARA ELUCIDAR A EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. O TRIBUNAL DESTACOU QUE A CONDUÇÃO DO PROCESSO DEVE RESPEITAR OS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E DA COOPERAÇÃO, ASSEGURANDO ÀS PARTES O DIREITO À PRODUÇÃO DE PROVAS RELEVANTES E AO EXERCÍCIO PLENO DA AMPLA DEFESA. COM BASE NA ANÁLISE DOS AUTOS E NA AUSÊNCIA DE SANEAMENTO DO PROCESSO, CONCLUIU-SE PELA NULIDADE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUIZ DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, DETERMINANDO O RETORNO DOS AUTOS PARA QUE SE PROCEDA À FASE PROBATÓRIA.IV. DISPOSITIVO E TESE: 4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA ANULAR A SENTENÇA E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, COM ABERTURA DE FASE PROBATÓRIA E SANEAMENTO DO PROCESSO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, ANULANDO A SENTENÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Filipe Menezes Santana Bezerra (OAB: 283680/CE) - Andeise Silva Farias Nogueira (OAB: 35332/CE) - Thomaz Antônio Nogueira Barbosa (OAB: 20787/CE)

Nº 0200100-67.2022.8.06.0127 - Apelação Cível - Monsenhor Tabosa - Apelante: Gerarda Maria Torres - Apelado: Banco BMG S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO. NÃO APRECIAÇÃO DO REQUERIMENTO PARA PRODUÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO DO PEDIDO NA DECISÃO SANEADORA. ERROR IN PROCEDENDO. TEMA 1061 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.1. A DECISÃO SANEADORA É O MOMENTO PROCESSUAL ADEQUADO PARA APRECIAÇÃO DAS PROVAS REQUERIDAS PELAS PARTES E PARA DELIMITAR OS FATOS CONTROVERTIDOS, ASSIM COMO PARA DISTRIBUIR O ÔNUS PROBATÓRIO, DE ACORDO COM O ART. 357 DO CPC, AO QUE NÃO PROCEDEU O JUÍZO SINGULAR.2. PELO QUE SE OBSERVA, O JUÍZO SINGULAR INVOCOU, NA SENTENÇA, A REGRA DO ART. 355, INCISO I, DO CPC, NO SENTIDO DE QUE NÃO HAVIA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, POR ENTENDER QUE AS JÁ PRODUZIDAS SERIAM SUFICIENTES, AINDA QUE NÃO HOUVESSE DECISÃO SANEADORA APRECIANDO OS PEDIDOS DE PRODUÇÃO DE PROVA APRESENTADOS PELO CONSUMIDOR (FLS. 238/239).3. NO CONTEXTO DOS AUTOS, ESTOU CONVENCIDO DE QUE NÃO PODERIA TER SIDO DISPENSADA A PRODUÇÃO DE PROVAS NEM JULGADO O FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAVA, POIS SE FAZIA NECESSÁRIA A DILAÇÃO PROBATÓRIA SOBRE O CONTEXTO FÁTICO DA DEMANDA A FIM DE ESCLARECER AS NUANCES DA CONTRATAÇÃO. SEM TAIS INFORMAÇÕES, NÃO SE PODE JULGAR O FEITO DE FORMA ANTECIPADA.4. IMPÕE-SE O ACOLHIMENTO DA ALEGAÇÃO DA CONSUMIDORA SOBRE CERCEAMENTO DE DEFESA, TORNANDO-SE NECESSÁRIA A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS PARA QUE O JUÍZO DE ORIGEM POSSA APURAR MELHOR OS FATOS DEDUZIDOS PELO CONSUMIDOR EM RÉPLICA.5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO PARA LHE DAR PROVIMENTO, A FIM DE DECRETAR A NULIDADE DA SENTENÇA E, POR CONSEQUÊNCIA, DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Francisco Laécio de Aguiar Filho (OAB: 23633/CE) - João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066/CE) - Banco BMG S/A

Nº 0232139-73.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Hapvida Assistência Médica S/A - Apelado: Rafael

Bruno Pereira da Silva - Apelado: Bruno Ravi Costa Silva representado por Isabelle da Costa Jerônimo - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPETIÇÃO DO INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO A SAÚDE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA OPERADORA DE SAÚDE. EMBORA A APELANTE NÃO NEGUE A COBERTURA MULTIDISCIPLINAR SOLICITADA PELO AUTOR-APELADO (PORTADOR DE TEA), ELA (RÉ-APELANTE) VEM DIFICULTANDO A REALIZAÇÃO CONTÍNUA DA TERAPIA, AO CANCELAR DIVERSAS CONSULTAS, POR PROBLEMAS DE SOBRECARGA NA AGENDA DOS PROFISSIONAIS DA REDE E POR FALTA DE VAGAS NO DENOMINADO 'GRUPO TEA'. ILEGALIDADE DA CONDUTA DA OPERADORA RÉ, DIANTE DO QUE DETERMINAM AS RESOLUÇÕES NORMATIVAS DE NºS 465/2021 E 566/2022, DA ANS. DEVER DE COBERTURA A SER CUMPRIDO PELA RECORRENTE. DANO MORAL CARACTERIZADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO, PORÉM, QUE PRECISA SER REDUZIDO PARA R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A FIM DE SE ADEQUAR AOS PRECEDENTES DESTE COL. COLEGIADO. DESCUMPRIMENTO DE LIMINAR. ORDEM DE DEPÓSITO DO VALOR DAS ASTREINTES. BLOQUEIO DA QUANTIA DE R$90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS) EM CONTA DA OPERADORA DE SAÚDE. DESCUMPRIMENTO QUE OCORREU, MAS CUJO IMPORTE ORDENADO EXCEDE EM MUITO O OBJETO PRINCIPAL DO LITÍGIO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DESSE QUANTUM. MINORAÇÃO PARA R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITALFRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUERELATOR . - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Thais Lopes de Aquino (OAB: 38719/CE) - Francisco Adailson Barbosa Torres (OAB: 45514/CE) - Roberto Queiroz Rocha (OAB: 35766/CE)

Nº 0630597-21.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Gil de Aquino Farias - Agravado: Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. POSTERIOR JULGAMENTO DE MÉRITO DO RECURSO PRINCIPAL. PERDA DO OBJETO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO INTERNO QUE OBJETIVA A REFORMA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA POR ESTA RELATORIA, QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO MANEJADO PELO AGRAVANTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM AVALIAR SE PRESENTES OS REQUISITOS PARA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. III. RAZÕES DE DECIDIR3. EM CONSULTA AOS AUTOS PRINCIPAIS (AGRAVO DE INSTRUMENTO), OBSERVA-SE QUE ESTA E. PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO JÁ PROFERIU JULGAMENTO DE MÉRITO, NO SENTIDO DE CONHECER DO RECURSO, TODAVIA, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO. 4. DIANTE DISSO, VERIFICA-SE QUE HOUVE PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DESTE AGRAVO INTERNO, EIS QUE A DECISÃO RECORRIDA FOI SUBSTITUÍDA PELO JULGAMENTO FINAL DO RECURSO PRINCIPAL.IV. DISPOSITIVO5. PERDA DO OBJETO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM JULGAR PREJUDICADO O PRESENTE RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE) - Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE) - Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE) - José Frota Carneiro Neto (OAB: 19603/CE) - Walter de Agra Junior (OAB: 8682/PB) - Thiago Giullio de Sales Germoglio (OAB: 14370/PB) - Rebeca Moreira Faustino de Almeida (OAB: 19550/PB) - Diego Franklim dos Anjos Lima (OAB: 25013/PB) - Ana Karolynne de Araujo Neves dos Anjos (OAB: 20712/PB) - Jeffte de Araújo Costa (OAB: 220690/RJ) - Cícera Ericênia Alves Pereira (OAB: 27632/PB) - Cristine Bronzeado Ferreira (OAB: 23059/PB) - Diane Adelaide Medeiros (OAB: 28804/PB)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200084-44.2024.8.06.0095 - Apelação Cível - Ipu - Apelante: Dometilia Soares Ferreira - Apelado: UNASPUB - União Nacional de Auxílio Aos Servidores Públicos - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS DANOS MORAIS E DO PORCENTUAL FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DESCONTOS EFETUADOS EM VALOR INEXPRESSIVO. MERO ABORRECIMENTO. PERTINÊNCIA DO ARBITRAMENTO SOB O CRITÉRIO DA EQUIDADE. HONORÁRIOS ÍNFIMOS. ART. 85, § 8, DO CPC. JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL A PARTIR DO EVENTO DANOSO - TERMO INICIAL JÁ APLICADO EM SENTENÇA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NESSE PONTO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.1. O CERNE DA CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM EXAMINAR SE É PERTINENTE A MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO PELO JUÍZO A QUO, SE O TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE OCORRER DESDE O EVENTO DANOSO E SE É CABÍVEL A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS NA SENTENÇA RECORRIDA.2. O DANO MORAL SOMENTE OCORRE QUANDO HOUVER LESÃO A BEM QUE INTEGRA OS DIREITOS DA PERSONALIDADE, COMO A HONRA, A DIGNIDADE, A INTIMIDADE, A IMAGEM, E O BOM NOME, COM BASE NO QUE SE INFERE DOS ARTS. 1º, INCISO III, E 5º, INCISOS V E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NESSA PERSPECTIVA, "A VERIFICAÇÃO DO DANO MORAL NÃO RESIDE EXATAMENTE NA SIMPLES OCORRÊNCIA DO ILÍCITO, DE SORTE QUE NEM TODO ATO DESCONFORME O ORDENAMENTO JURÍDICO ENSEJA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. O IMPORTANTE É QUE O ATO ILÍCITO SEJA CAPAZ DE IRRADIAR-SE PARA A ESFERA DA DIGNIDADE DA PESSOA, OFENDENDO-A DE MANEIRA RELEVANTE." (AGRG NO RESP 1.269.246/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 20/05/2014, DJE DE 27/05/2014).3. IN CASU, VÊ-SE QUE OS DESCONTOS QUESTIONADOS SE DERAM EM VALORES INEXPRESSIVOS, VARIANDO ENTRE R$ 53,98 (CINQUENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) E R$ 57,75 (CINQUENTA E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), CONFORME SE OBSERVA DA ANÁLISE DO HISTÓRICO DE CRÉDITOS DO INSS ÀS FLS. 18/24. DESSA FORMA, ENTENDE-SE QUE AS SUBTRAÇÕES FORAM EM VALORES INEXPRESSIVOS, EIS QUE NÃO FORAM CAPAZES DE DEIXAR A AUTORA/APELANTE DESPROVIDA DE RECURSOS

FINANCEIROS PARA SOLVER SUAS DESPESAS ORDINÁRIAS. 4. NÃO HÁ MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DISCUTIDA, ESTABELECIDA NA ORIGEM EM R$ 1.000,00 (MIL REAIS). À MÍNGUA DE RECURSO DA PARTE REQUERIDA/APELADA QUANTO A ISSO, DEVE SER MANTIDA A CONCLUSÃO EXPOSTA PELO IL. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, PORQUANTO VEDADA A REFORMATIO IN PEJUS. 5. CONSIDERANDO QUE O JULGADOR FIXOU OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, A QUAL SE CONSUBSTANCIA EM R$ 1.000,00 (MIL REAIS), A VERBA HONORÁRIA CORRESPONDERIA AO VALOR NOMINAL DE R$ 100,00 (CEM REAIS). AINDA QUE OS AUTOS NÃO TRATEM DE CAUSA COMPLEXA, OS PARÂMETROS UTILIZADOS PELO ÓRGÃO JUDICANTE RESULTA EM MONTANTE, DE FATO, IRRISÓRIO. ASSIM, CONSIDERANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CASO (EFETIVO TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO, O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA (DE BAIXA COMPLEXIDADE E NATUREZA REPETITIVA - ART. 85, §2º, I A IV, E §8º, DO CPC), BEM COMO AO FATO DE QUE HOUVE JULGAMENTO ANTECIPADO DA DEMANDA, CONSIDERO PERTINENTE A FIXAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, RAZÃO PELA QUAL OS ARBITRO NO PATAMAR DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS).6. POR FIM, QUANTO AO PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE A INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS SE DÊ A PARTIR DO EVENTO DANOSO, OBSERVO QUE NÃO HÁ MOTIVO PARA TAL IRRESIGNAÇÃO, HAJA VISTA QUE A SENTENÇA RECORRIDA JÁ DETERMINOU QUE OS JUROS SE APLIQUEM DESSA FORMA. VERIFICA-SE, PORTANTO, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL NESTE PONTO.7. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: William Kleber Gomes de Sousa Lima (OAB: 28587/CE)

Nº 0200148-60.2023.8.06.0169 - Apelação Cível - Tabuleiro do Norte - Apelante: Maria Viana Guerreiro - Apelante: Banco Pan S/A - Apelada: Maria Viana Guerreiro - Apelado: Banco Pan S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar provimento ao apelo interposto por Maria Viana Guerreiro e dar parcial provimeto ao recurso manejado pelo Banco Pan S/A, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA/NULIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. REJEITADAS. ALTERAÇÃO UNILATERAL DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. PERDA DA MARGEM CONSIGNÁVEL NÃO COMPROVADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA DOBRADA. MANUTENÇÃO. DESCONTOS ÍNFIMOS. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. REFORMA. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.1. O CERNE DA CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM EXAMINAR SE É OU NÃO VÁLIDO O CONTRATO QUESTIONADO, BEM COMO SE OS DESCONTOS EFETUADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA CONFIGURARAM ATO ILÍCITO POR PARTE DA PROMOVIDA. ALÉM DISSO, É DE SE VERIFICAR SE É DEVIDA A RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DA CONTA BANCÁRIA DA CONSUMIDORA, E SE DEVE OCORRER NA FORMA SIMPLES OU EM DOBRO. ADEMAIS, DEVE-SE VERIFICAR SE É O CASO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DE SEU QUANTUM, SEM OLVIDAR PELO DEFERIMENTO OU NÃO PARA COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES.2. A RELAÇÃO ENTRE AS PARTES É CONSUMERISTA, UMA VEZ QUE A PARTE AUTORA É DESTINATÁRIA FINAL DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, E A ATIVIDADE BANCÁRIA É CONSIDERADA SERVIÇO PARA OS FINS LEGAIS.3. EM SUAS RAZÕES, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ÀS FLS. 273/274, ALEGA QUE A NUMERAÇÃO INDICADA NA INICIAL (309819071-7_0002) FAZ REFERÊNCIA A UMA NOVA AVERBAÇÃO REALIZADA PELA FONTE PAGADORA (INSS) COM O OBJETIVO DE LIQUIDAR O SALDO REMANESCENTE QUE SE ENCONTRAVA VENCIDO EM DECORRÊNCIA DA PERDA SUPERVENIENTE DA MARGEM CONSIGNÁVEL DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. 4. ANALISANDO DETIDAMENTE OS TERMOS DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, VERIFICA-SE A EXISTÊNCIA DE PERMISSIVO EXPRESSO QUE JUSTIFIQUE A CONDUTA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, CONTUDO, OS ARGUMENTOS DA INSTITUIÇÃO SOBRE A POSSÍVEL PERDA DE MARGEM CONSIGNÁVEL NÃO SE SUSTENTAM, VISTO QUE NADA TROUXE AOS AUTOS PARA CORROBORAR COM SUA TESE DEFENSIVA NO QUE DIZ RESPEITO À INEXISTÊNCIA DE MARGEM CONSIGNÁVEL.5. LOGO, PORQUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO SE INCUMBIU DE DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DAS EXCLUDENTES (INEXISTÊNCIA DE DEFEITO E CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO), AGIU DE FORMA ACERTADA O D. MAGISTRADO A QUO, AO DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO QUESTIONADO.6. CONSTATA-SE QUE O CONTRATO IMPUGNADO TEVE COMO DATA DE PRIMEIRO DESCONTO EM JANEIRO DE 2023 E O FIM EM MAIO DE 2023, CONFORME EXTRATO DO INSS DE FL. 12. PORTANTO, CONSIDERANDO QUE OS VALORES DESCONTADOS OCORRERAM APÓS 30 DE MARÇO DE 2021, A RESTITUIÇÃO DAS QUANTIAS SE DARÁ EM DOBRO, CONFORME DEVE SER APURADO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (EARESP N. 676.608/RS). QUANTO AO PEDIDO PARA COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES, RESTA INDEFERIDO, VISTO QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO APRESENTOU NENHUM DOCUMENTO IDÔNEO QUE DEMONSTRASSE A EFETIVA TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA CONTA DE TITULARIDADE DA CONSUMIDORA.7. AUSENTE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE OS DESCONTOS ULTRAPASSARAM OS MEROS ABORRECIMENTOS, IMPÕE-SE DEIXAR DE CONDENAR A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.8. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Carlos Eduardo Celedônio (OAB: 18628/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0202332-29.2023.8.06.0091 - Apelação Cível - Iguatu - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelada: Maria Socorro Silva de Souza - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRELIMINARES: PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E INÉPCIA DA INICIAL.

REJEIÇÃO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO COMPROVOU A REGULARIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA CONTA DE TITULARIDADE DA CONSUMIDORA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO MANTIDA NA FORMA SIMPLES. VEDAÇÃO A REFORMATIO IN PEJUS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. O CERNE DA CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM EXAMINAR SE É OU NÃO VÁLIDO O NEGÓCIO JURÍDICO QUESTIONADO, BEM COMO SE OS DESCONTOS EFETUADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA CONFIGURARAM ATO ILÍCITO POR PARTE DA PROMOVIDA. ALÉM DISSO, É DE SE VERIFICAR SE É DEVIDA A RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DA CONTA BANCÁRIA DA CONSUMIDORA, E SE DEVE OCORRER NA FORMA SIMPLES OU EM DOBRO. ADEMAIS, DEVE-SE VERIFICAR SE É O CASO DE MANUTENÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.2. NESSE CONTEXTO, INCUMBE RESSALTAR QUE A RELAÇÃO ENTRE AS PARTES É, DE FATO, CONSUMERISTA, UMA VEZ QUE A AUTORA APELADA É A DESTINATÁRIA FINAL DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ, ORA APELANTE, SEM OLVIDAR QUE A ATIVIDADE BANCÁRIA É CONSIDERADA SERVIÇO PARA OS FINS LEGAIS.3. RESTOU EVIDENCIADA A FALTA DE CONSENTIMENTO DA CONSUMIDORA NO QUE SE REFERE À CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO, O QUE IMPLICA DIRETAMENTE NA INVALIDADE DO CONTRATO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ATO VOLITIVO, ELEMENTO ESSENCIAL À CONVALIDAÇÃO DO COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES (ARTS. 104, E INCISOS, E 107, AMBOS DO CÓDIGO CIVIL).4. PARA SE EXIMIR DA RESPONSABILIDADE DE INDENIZAR O CONSUMIDOR, O BANCO TERIA QUE COMPROVAR A REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, COM BASE NAS MEDIDAS CABÍVEIS PARA EVITAR QUALQUER TIPO DE FRAUDE, SOB PENA DE ARCAR COM OS PREJUÍZOS DECORRENTES DE EVENTUAL FALHA DO SERVIÇO PRESTADO, SABENDO-SE QUE, CONFORME ENTENDIMENTO SUMULADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM OBJETIVAMENTE PELOS DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS (SÚMULA 479 DO STJ).5. LOGO, PORQUE A INSTITUIÇÃO APELANTE NÃO SE INCUMBIU DE DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DAS EXCLUDENTES (INEXISTÊNCIA DE DEFEITO E CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR OU DE TERCEIRO), AGIU DE FORMA ACERTADA O D. MAGISTRADO A QUO, AO CONDENÁ-LA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E DETERMINAR A DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS.6. OBSERVA-SE QUE A CONSUMIDORA APELADA NÃO INTERPÔS RECURSO, OPORTUNIDADE QUE TERIA PARA DISCUTIR O QUE FORA DECIDIDO PELO JUÍZO DE ORIGEM. DESSA FORMA, COMO O RECURSO FOI INTERPOSTO EXCLUSIVAMENTE PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, NÃO SE ADMITE QUE A SITUAÇÃO DO APELANTE SEJA PIORADA EM VIRTUDE DO JULGAMENTO DE SEU PRÓPRIO RECURSO, DEVENDO A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO PERMANECER FIXADA NA FORMA SIMPLES, EVITANDO, ASSIM, A REFORMATIO IN PEJUS EM RELAÇÃO AO DESCONTO EVENTUALMENTE POSTERIOR A 30 DE MARÇO DE 2021.7. QUANTO AO PEDIDO PARA COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES, VERIFICA-SE QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO APRESENTOU COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA CONTA DE TITULARIDADE DA CONSUMIDORA APELADA. DESSA FORMA, ENTENDO QUE É O CASO DE INDEFERI-LO.8. ASSIM, COM O ADVENTO DAS PARCELAS MENSAIS DO EMPRÉSTIMO RECONHECIDAMENTE NULO, NO VALOR DE R$ 75,68 (SETENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), OCORREU, DE FATO, UM ABALO À SUBSISTÊNCIA DA CONSUMIDORA APELADA, GERANDO, POR CONSEQUÊNCIA, IMPACTO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. ASSIM, NO CASO EM COMENTO, CONSIDERANDO O VALOR DO EMPRÉSTIMO, OBSERVO QUE A QUANTIA FIXADA EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) É CONDIZENTE E RAZOÁVEL COM AS PREMISSAS EXPOSTAS ACIMA, AMOLDANDO-SE AO PATAMAR MÉDIO DOS PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NÃO MERECENDO, PORTANTO, QUALQUER REPARO.9. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE) - Francisco Everton Bezerra Lopes (OAB: 44908/CE)

Nº 0250041-73.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargada: Silvanira Castro de Oliveira - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONTRADIÇÃO NA ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. INOCORRÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO DA 1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0250041-73.2022.8.06.0001, INTERPOSTO PELO ORA EMBARGANTE.2. NO ACÓRDÃO EMBARGADO, ENTENDEU-SE QUE A APELADA, ORA EMBARGADA, FOI PRIVADA DE PARCELA SIGNIFICATIVA DE SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (39%), SOFRENDO ESTA ABALO DIRETO NOS SEUS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS, POSTO QUE TEVE SUA CAPACIDADE DE PROVER O PRÓPRIO SUSTENTO COMPROMETIDA. AO CONTRÁRIO DO QUE ALEGA O EMBARGANTE, O ACÓRDÃO NÃO AFIRMA QUE “O DANO MATERIAL EM SI ENSEJARIA REPARAÇÃO EM ESFERA MORAL”, MAS SIM QUE O VALOR ELEVADO DOS DESCONTOS INDEVIDOS COMPROMETERAM A SUBSISTÊNCIA DA EMBARGADA, ENSEJANDO A OCORRÊNCIA DE DANO MORAL.3. O QUANTUM MANTIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS É CONDIZENTE E RAZOÁVEL COM AS PECULIARIDADES DO CASO, AMOLDANDO-SE AO PATAMAR MÉDIO DOS PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NÃO MERECENDO, PORTANTO, QUALQUER REPARO.4. NÃO HÁ QUE FALAR EM VÍCIO DE CONTRADIÇÃO A SER SANADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO, SABENDO-SE QUE EVENTUAL INCONFORMISMO OU DIVERGÊNCIA DE INTERPRETAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO ÓRGÃO JULGADOR NÃO AUTORIZA, POR SI SÓ, A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ APRECIADA.5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Maria do Socorro Quirino da Cunha (OAB: 11544/CE)

Nº 0634113-83.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: E. C. da C. - Agravado: E. F. da C. - Agravada: R. M. da C. - Agravada: E. C. da C. - Agravada: E. F. da C. F. - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. CURATELA PROVISÓRIA. NOMEAÇÃO DA ESPOSA

DO INTERDITANDO COMO CURADORA. ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS PARA AFASTAMENTO DA PRIORIDADE LEGAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAMEAGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR E.C. DA C. CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DO JUÍZO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA DE FORTALEZA CE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO Nº 0245409-67.2023.8.06.0001, QUE NOMEOU A ESPOSA DO INTERDITANDO COMO CURADORA PROVISÓRIA, COM BASE NA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL.A AGRAVANTE, FILHA DO INTERDITANDO, PLEITEIA A CURATELA PROVISÓRIA DO GENITOR, ALEGANDO QUE DETÉM A "CURATELA DE FATO" E DENUNCIANDO SUPOSTOS MAUS-TRATOS E INTERESSE FINANCEIRO POR PARTE DA ESPOSA DO INTERDITANDO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃOHÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE É CABÍVEL AFASTAR A PREFERÊNCIA LEGAL ESTABELECIDA NO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL, QUE ATRIBUI AO CÔNJUGE A CURATELA DO INTERDITANDO; E (II) ANALISAR SE A AGRAVANTE APRESENTOU ELEMENTOS SUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A SUA NOMEAÇÃO COMO CURADORA PROVISÓRIA EM DETRIMENTO DA ESPOSA DO INCAPAZ.III. RAZÕES DE DECIDIRO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU FUNDAMENTA A DECISÃO NA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL, QUE CONFERE AO CÔNJUGE NÃO SEPARADO JUDICIALMENTE OU DE FATO O DIREITO À CURATELA DO OUTRO, SALVO PROVA DE MOTIVOS GRAVES QUE POSSAM COMPROMETER O BEM-ESTAR DO INCAPAZ.A DECISÃO RECORRIDA OBSERVA QUE NÃO HÁ ELEMENTOS ROBUSTOS NOS AUTOS QUE JUSTIFIQUEM O AFASTAMENTO DA ESPOSA DO INTERDITANDO DA CURATELA PROVISÓRIA, CONSIDERANDO QUE EVENTUAIS ACUSAÇÕES ENTRE AS PARTES NÃO FORAM COMPROVADAS DE FORMA SUFICIENTE.A REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOCIAL, POSTERIOR À NOMEAÇÃO DA CURADORA PROVISÓRIA, CONCLUI QUE A ESPOSA DO INTERDITANDO EXERCE OS CUIDADOS NECESSÁRIOS, QUE A RESIDÊNCIA ESTÁ EM BOAS CONDIÇÕES E QUE O INTERDITANDO APRESENTA BOM ESTADO DE HIGIENE E CUIDADOS ADEQUADOS.O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU SE MANIFESTA PELO DESPROVIMENTO DO AGRAVO, DESTACANDO QUE O ESTUDO SOCIAL CORROBORA A MANUTENÇÃO DA ESPOSA COMO CURADORA PROVISÓRIA E QUE A AGRAVADA APRESENTOU LAUDO DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL, AFASTANDO AS ALEGAÇÕES DE INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DO ENCARGO.JURISPRUDÊNCIA DO TJCE APONTA QUE A CURATELA PROVISÓRIA DEVE RESPEITAR O MELHOR INTERESSE DO INCAPAZ E QUE A NOMEAÇÃO DO CURADOR DEVE PRIVILEGIAR A ESTABILIDADE E O CONTEXTO FAMILIAR DO INTERDITANDO, OBSERVANDO A ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA NA AUSÊNCIA DE RAZÕES SUFICIENTEMENTE GRAVES PARA SUA FLEXIBILIZAÇÃO.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:A ORDEM DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDA NO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL PARA A CURATELA DEVE SER RESPEITADA, SALVO PROVA DE MOTIVOS SÉRIOS E GRAVES QUE JUSTIFIQUEM A PRETERIÇÃO DO CÔNJUGE.A DEMONSTRAÇÃO DE BOM ESTADO DE CUIDADOS E DE ADAPTAÇÃO DO INCAPAZ À ATUAL SITUAÇÃO, CORROBORADA POR ESTUDO SOCIAL, CONSTITUI FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DO CÔNJUGE COMO CURADOR PROVISÓRIO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ART. 1.775; CPC, ART. 300; CPC, ART. 749, PARÁGRAFO ÚNICO; LEI Nº 13.146/2015, ART. 87.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0631590-40.2019.8.06.0000, REL. DES. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, J. 03.11.2021.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Rodger Raniery Holanda Costa (OAB: 29708/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0215603-36.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Giovanna Mota Camara - Apelado: Roberto Gomes Osório - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. ADULTERAÇÃO DO ROSTO DE PESSOA RETRATADA EM MATERIAL PUBLICITÁRIO. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE IMAGEM. SOPESAMENTO ENTRE PRINCÍPIOS. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. ABALO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NÃO CONSTATADO. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 23ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA, QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER, JULGOU IMPROCEDENTE OS PLEITOS AUTORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO A SER DECIDIDA CONSISTE EM DETERMINAR SE HOUVE RESPONSABILIDADE CIVIL DO RECORRIDO POR DIVULGAR, DE FORMA ADULTERADA E SEM AUTORIZAÇÃO, IMAGEM DA APELANTE EM REDES SOCIAIS, VIOLANDO O DIREITO DE IMAGEM PROTEGIDO PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º, X) E PELO CÓDIGO CIVIL (ARTS. 20 E 21).III. RAZÕES DE DECIDIR3. É CEDIÇO QUE A RESPONSABILIDADE CIVIL TEM COMO PRESSUPOSTO O EXAME DOS SEGUINTES ELEMENTOS: I) CONDUTA CULPOSA (IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPERÍCIA); II) EFETIVA LESÃO / DANO; E III) NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SUPOSTO DANO E O ATO ILÍCITO, EM CONSONÂNCIA AO DISPOSTO NOS ARTS. 186, 187 E 927 DO CÓDIGO CIVIL. NA ESPÉCIE, A RESPONSABILIDADE CIVIL TEM RELAÇÃO PRECÍPUA COM A TUTELA DOS BENS JURÍDICOS VINCULADOS AO DIREITO DE IMAGEM, COM PROTEÇÃO DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. 4. A PARTE AUTORA / APELANTE ALEGA TER CEDIDO O DIREITO DE IMAGEM PARA DIVERSAS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DA CONSTRUTORA CAMERON, O QUE, DO PONTO DE VISTA JURÍDICO, FAZ SURGIR UMA GAMA DE DIREITOS E DEVERES MUTUAMENTE CONSIDERADOS DENTRO DO CONTEXTO DA RELAÇÃO CONTRATUAL EXISTENTE ENTRE O(A) CEDENTE E O(A) CESSIONÁRIO(A), COM AMPARO NA LEGISLAÇÃO QUE REGULA A MATÉRIA.5. OCORRE QUE, NO CASO EM APREÇO, A CAUSA DE PEDIR DESTA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA NÃO TEM RELAÇÃO PROPRIAMENTE COM A AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, POIS, SEGUNDO RELATADO PELA PARTE AUTORA / APELANTE, O SUPOSTO IMPACTO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DECORRERIA DA ADULTERAÇÃO DE SUA IMAGEM CONTIDA NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA. OU SEJA, O DANO MORAL VINDICADO NESTA AÇÃO NÃO SE DEVE AO FATO DE EXISTIR UMA REPRODUÇÃO INDEVIDA (NÃO AUTORIZADA) DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA, POIS, DO PONTO DE VISTA COMERCIAL E DA FINALIDADE A QUAL SE DESTINA A PUBLICIDADE, A DISSEMINAÇÃO DA PROPAGANDA NAS REDES SOCIAIS DE TERCEIROS, EVIDENTEMENTE, REPRESENTARIA UM BENEFÍCIO AOS ANUNCIANTES. 6. A BEM DA VERDADE, O PLEITO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, NESTE CASO, TEM CONEXÃO COM O ATO DE DISTORCER / ADULTERAR A IMAGEM DA PESSOA REPRESENTADA NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA COMO GAROTA PROPAGANDA, ASPECTO EM RELAÇÃO AO QUAL RESIDE A CONTROVÉRSIA TRAVADA ENTRE AS PARTES. 7. ATENTO AO QUADRO FÁTICO DELINEADO

NESTE PROCESSO, PARA VISUALIZAR A CARACTERIZAÇÃO DOS REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL ATRIBUÍDA AO RÉU / APELADO, DEVE-SE PERQUIRIR O SOPESAMENTO ENTRE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DA INVIOLABILIDADE DO DIREITO DE IMAGEM, SEM ESTABELECER, EM ABSTRATO, QUALQUER ORDEM HIERÁRQUICA ENTRE TAIS DIREITOS FUNDAMENTAIS, POIS CABE AO JULGADOR SOPESAR A COLISÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS COM BASE NOS PRESSUPOSTOS DE ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE, AVALIANDO QUAL DELES DEVE PREVALECER NO CASO CONCRETO.8. EM VISTA DISSO, A TEOR DAS MANIFESTAÇÕES DIVULGADAS NAS REDES SOCIAIS DO RÉU / APELADO, ESPECIFICAMENTE A ADULTERAÇÃO DO ROSTO DA GAROTA PROPAGANDA EXPOSTA NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA CONSTRUTORA CAMERON, NÃO VISLUMBRO SITUAÇÃO COM CAPACIDADE DE VIOLAR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PARTE AUTORA / RECORRENTE, SOBRETUDO PORQUE O ATO VOLITIVO QUE MOTIVOU A ADULTERAÇÃO DO MATERIAL PUBLICITÁRIO NÃO POSSUÍA VÍNCULO DIRETO COM A INTENÇÃO DE DESONRAR OU ACHINCALHAR A IMAGEM DA MODELO FOTOGRÁFICA RETRATADA NA PROPAGANDA, DADO QUE SE PRETENDIA, EM VERDADE, ENALTECER A INSATISFAÇÃO DO RÉU / APELADO COM AS PRÁTICAS COMERCIAIS DA CONSTRUTORA CAMERON (ANUNCIANTE).9. MUITO EMBORA A PARTE AUTORA / APELANTE INSISTA EM AFIRMAR QUE O USO ADULTERADO DE SUA IMAGEM TERIA IMPACTADO NEGATIVAMENTE OS ATRIBUTOS DA HONRA E DA BOA FAMA, SABE-SE QUE, AO ADMITIR O USO DA PRÓPRIA IMAGEM PARA FINS PUBLICITÁRIOS - PROVAVELMENTE COM A INTENÇÃO DE TORNÁ-LA PÚBLICA MEDIANTE UM AJUSTE CONTRATUAL COM OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS -, A PESSOA RETRATADA COMO MODELO FOTOGRÁFICA ASSUME OS RISCOS INERENTES À DIVULGAÇÃO DE SUA IMAGEM ASSOCIADA A QUEM A UTILIZA (ANUNCIANTE) NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA.10. AINDA QUE OS DIREITOS DA PERSONALIDADE SEJAM INTRANSFERÍVEIS E IRRENUNCIÁVEIS, O CASO NÃO EXPRIME SITUAÇÃO APTA A CARACTERIZAR UM EFETIVO ABALO À IMAGEM OU À HONRA DA PARTE APELANTE, CUJA FIGURA, COMO PESSOA, NÃO ERA O ALVO PRINCIPAL DAS CRÍTICAS E PROVOCAÇÕES QUE REFLETIAM A INSATISFAÇÃO DO RÉU / APELADO NO QUE SE REFERE AO DESEMPENHO DA CONSTRUTORA CAMERON (ANUNCIANTE), O QUE AFASTA, PORTANTO, O ANIMUS INJURIANDI. ALIADO A ISSO, INEXISTE IMPACTO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE QUANDO SEQUER É POSSÍVEL IDENTIFICAR, COM FACILIDADE, A IMAGEM DE QUEM SERIA RETRATADO NO MATERIAL PUBLICITÁRIO, POIS, CONFORME ILUSTRADO NOS AUTOS, A MODELO FOTOGRÁFICA TEVE O ROSTO COMPLETAMENTE ADULTERADO.11. NESSE AZO, AO PONDERAR O CONTEXTO FÁTICO E OS ELEMENTOS DE PROVA COLIGIDOS AO FEITO, NÃO AFIGURO CARACTERIZADOS OS REQUISITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL, POIS, SOMADA À AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO COMETIDO PELO RÉU / APELADO, JÁ QUE A SITUAÇÃO NÃO É CAPAZ DE JUSTIFICAR A PREVALÊNCIA DO DIREITO DE IMAGEM EM DETRIMENTO DO DIREITO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO - O QUAL, DIGA-SE, NÃO TEVE VINCULAÇÃO DIRETA COM O OBJETIVO DE AVILTAR A IMAGEM DA ORA RECORRENTE -, NÃO SE VISLUMBRA A CONFIGURAÇÃO DE UM DANO RELEVANTE E CATEGÓRICO PARA SOBREPUJAR O(S) INTERESSE(S) JURÍDICOS DO SUPOSTO OFENSOR. IV. DISPOSITIVO12. RECURSO DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO-SE INALTERADA A SENTENÇA RECORRIDA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Raimundo de Lavor Neto (OAB: 13141/CE) - Elano Aguiar Correia Mota (OAB: 20979/CE) - Danilo Régis Correia Mota (OAB: 13171/CE) - Fernando Luís Melo da Escóssia (OAB: 6569/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000394-17.2019.8.06.0028 - Apelação Cível - Acaraú - Apelante: Maria Eloíza dos Santos - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C PLEITO INDENIZATÓRIO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIA DA AUTORA ANALFABETA. BANCO RÉU NÃO REALIZOU A JUNTADA DE CONTRATO VÁLIDO, AUSÊNCIA DE DIGITAL APOSTA, ASSINATURA DE TERCEIRO A ROGO E DE TESTEMUNHAS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA. REPETIÇÃO INDÉBITO DETERMINADO NA SENTENÇA EM CONFORMIDADE COM A MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECISÃO CONTIDA NO EARESP Nº 676.608/RS. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES PARA OS DESCONTOS INDEVIDOS ANTERIORES AO DIA 30/03/2021 E EM DOBRO AOS ULTERIORES.SENTENÇA MANTIDA NO PONTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 3.000,00. VALOR CONDIZENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, PELO INPC, A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ) E DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54/STJ). SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO PARA, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO.FORTALEZA, DATA E HORA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0625300-33.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Acaraú - Agravante: Carlos Alberto dos Santos Costa - Agravado: Distrito de Irrigação do Perímetro Baixo Acaraú - Dibau - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, liminar revogada, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO POSSESSÓRIA. RETOMADA DE ÁREA DE RESERVA LEGAL OCUPADA INDEVIDAMENTE POR BENEFICIÁRIO DE LOTE RURAL. IMÓVEL ABRANGIDO PELO PERÍMETRO ADMINISTRADO PELO DISTRITO DE IRRIGAÇÃO, DETENTOR DOS PODERES DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A ÁREA, CONFORME CONTRATO DE CESSÃO DE USO CELEBRADO COM O DNOCS. LEGITIMIDADE ATIVA PARA PLEITEAR AS MEDIDAS POSSESSÓRIAS DIANTE DA CONSTATADA OCUPAÇÃO IRREGULAR PELO PARTICULAR. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE DETERMINOU A IMEDIATA DESOCUPAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. LIMINAR REVOGADA.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU EM FAVOR DA PARTE AUTORA, DIBAU - DISTRITO DE IRRIGAÇÃO DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ, A REINTEGRAÇÃO DE POSSE RELATIVA A IMÓVEL RURAL DE DOMÍNIO PÚBLICO E QUE CONSTITUI ÁREA DE RESERVA AMBIENTAL, CEDIDO PARA USO À EMPRESA AUTORA A PARTIR DE UM CONTRATO DE CESSÃO FIRMADO COM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE

OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS) EM 2015.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO:(I) A LEGITIMIDADE DO DISTRITO DIBAU PARA PLEITEAR A REINTEGRAÇÃO DE POSSE, CONSIDERANDO O CARÁTER DE BEM PÚBLICO DO IMÓVEL.(II) SE A OCUPAÇÃO POR PARTICULAR DE IMÓVEL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL PODE PREVALECER SOBRE A CESSÃO DE USO FORMALMENTE OUTORGADA PELO DNOCS.III. RAZÕES DE DECIDIR3.1 A NARRATIVA DA PETIÇÃO INICIAL DO AUTOR-AGRAVADO APRESENTA DENSIDADE JURÍDICA E, CONCATENADA COM A DOCUMENTAÇÃO QUE A INSTRUI, ASSUME RELEVÂNCIA PROBATÓRIA, NA MEDIDA EM QUE DEMONSTRA, COM SUFICIENTE SEGURANÇA, QUE O RÉU-AGRAVANTE, MUITO EMBORA TITULAR DE LOTE AGRÍCOLA, OBJETO DE ASSENTAMENTO LOCALIZADO NA ABRANGÊNCIA DO PERÍMETRO BAIXO ACARAÚ, AVANÇOU SOBRE ÁREAS ADJACENTES DE RESERVA LEGAL, EXPLORANDO-AS IRREGULARMENTE POR MEIO DE UM PLANTIO IRRIGADO DE COQUEIROS, PROCEDENDO, INCLUSIVE, COM OSTENSIVA RECALCITRÂNCIA EM FAZER CESSAR A OCUPAÇÃO E INTERVENÇÃO INDEVIDAS.3.2. NA CONDIÇÃO DE LEGÍTIMA CESSIONÁRIA, TEM A ENTIDADE ASSOCIATIVA O PODER-DEVER DE EXERCER A PLENA ADMINISTRAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, INCLUSIVE E NOTADAMENTE PARA PLEITEAR, NA INSTÂNCIA JUDICIÁRIA, A INTERDIÇÃO E CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES INDEVIDAMENTE PRATICADAS PELO RÉU-AGRAVANTE NOS ESPAÇOS DE RESERVA LEGAL.3.3. A ARGUIÇÃO DE POSSE ANTERIOR, DESTITUÍDA, PORÉM, DE AMPARO LEGAL, NÃO TEM O REALCE QUE LHE BUSCA EMPRESTAR O RÉU-AGRAVANTE, POIS NÃO TEM O CONDÃO DE PREVALECER SOBRE O TÍTULO LEGÍTIMO DO DISTRITO, QUE FIRMOU CONTRATO DE CESSÃO DE USO COM O DNOCS, AUTORIZANDO-SE-LHE A POSSE E A ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS.3.4 A SÚMULA 619 DO STJ ESTABELECE QUE A OCUPAÇÃO INDEVIDA DE BEM PÚBLICO CONFIGURA MERA DETENÇÃO, INSUSCETÍVEL DE PROTEÇÃO POSSESSÓRIA.3.5. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ REFORÇA QUE A BOA-FÉ ALEGADA PELO PARTICULAR NÃO JUSTIFICA A POSSE IRREGULAR, SENDO INADMISSÍVEL A REGULARIZAÇÃO DE USO PRIVADO EM ÁREA PÚBLICA SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA.4. RECURSO DESPROVIDO. LIMINAR REVOGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDA A TURMA JULGADORA DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER E DESPROVER O AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO, NA CONFORMIDADE DO VOTO PROFERIDO PELO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Antônio Marcos dos Santos Costa (OAB: 33302/CE) - Carlos Filipe Cordeiro D'ávila (OAB: 22570/CE) - Anna Shelida de Sousa Teixeira (OAB: 44766/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0634452-08.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Cedro - Agravante: Banco Itaú Consignado S/A - Agravada: Valmira Bezerra da Silva - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. IMPUGNAÇÃO DO CONTRATO PELO AUTOR. PERÍCIA GRAFOTÉCNICA DETERMINADA PELO JUÍZO A QUO. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE ARCAR COM O PAGAMENTOS DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 429, II, DO CPC ETEMA 1061/STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA AO EXAME DE QUEM É O ÔNUS DE ARCAR COM O PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS DA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA A SE REALIZAR NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS.2. A REGRA DO ART. 95 DO CPC DEVE SER INTERPRETADA CONJUNTAMENTE COM O ART. 429, II DO MESMO DIPLOMA LEGAL, O QUAL PRECONIZA QUE CABE À PARTE QUE PRODUZIU O DOCUMENTO O ÔNUS DE PROVAR A SUA AUTENTICIDADE. NESSE SENTIDO, O TEMA 1061, DO STJ EXTERNA QUE: "NA HIPÓTESE EM QUE O CONSUMIDOR/AUTOR IMPUGNAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA CONSTANTE EM CONTRATO BANCÁRIO JUNTADO AO PROCESSO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CABERÁ A ESTA O ÔNUS DE PROVAR A SUA AUTENTICIDADE."3. DESSE MODO, TENDO O CONTRATO EM DISCUSSÃO, SIDO PRODUZIDO/CONFECCIONADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, INCUMBE A ESTA COMPROVAR A AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO E, POR VIA DE CONSEQUÊNCIA, ARCAR COM OS HONORÁRIOS PERICIAIS EXIGIDOS PARA A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA.4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO PRESERVADA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Á UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA E. RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA) - Lázaro Victor de Sousa (OAB: 40334/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201198-96.2024.8.06.0166 - Apelação Cível - Senador Pompeu - Apelante: Francisca Soares da Silva - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. SENTENÇA COM INDEFERIMENTO DE EXORDIAL E EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. FRACIONAMENTO DE DEMANDAS SIMILARES. RISCO DE DECISÕES CONFLITANTES. PRECEDENTES DESTA CÂMARA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE) - Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE) - Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA)

Nº 0201758-37.2023.8.06.0113 - Apelação Cível - Jucás - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Antonio Alves Oliveira - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO OU NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA PROCEDENTE. BANCO APELANTE NÃO TEVE ÊXITO EM PROVAR A VALIDADE DO

CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. DANO MORAL IN RE IPSA. CABÍVEL. MONTANTE INDENIZATÓRIO ARBITRADO NO PRIMEIRO GRAU DE FORMA PROPORCIONAL AO DANO SOFRIDO. MANUTENÇÃO DO VALOR. DEVOLUÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES, E EM DOBRO EM RELAÇÃO AOS DESCONTOS EVENTUALMENTE REALIZADOS APÓS 30/03/2021. CONSONÂNCIA COM A TESE FIRMADA NO E A RESP 676.608/RS - APLICAÇÃO DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O CERNE DA CONTROVÉRSIA CONSISTE EM ANALISAR SE HOUVE OU NÃO FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO PELO CONSUMIDOR ANTONIO ALVES OLIVEIRA COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, BEM COMO, SE CONSTATADA TAL CIRCUNSTÂNCIA, SERÁ DEVIDA A CONDENAÇÃO DO BANCO AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. 2. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR A REGULARIDADE DO CONTRATO EM DISCUSSÃO, NÃO LOGRANDO ÊXITO EM PROVAR QUE O MESMO FORA CELEBRADO DE ACORDO COM A LEI, POIS NÃO COMPROVOU O REPASSE DOS VALORES PARA A PARTE TIDA COMO BENEFICIÁRIA.3. OCORRENDO DESCONTOS INDEVIDOS, OCORRE A CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS, SENDO QUE, NO CASO EM TELA, CABÍVEL A MANUTENÇÃO DO VALOR ARBITRADO PELO JUIZ A QUO NA QUANTIA DE R$ 3.000,00, EM VIRTUDE DA DECISÃO RESPEITAR OS PARÂMETROS APLICADOS POR ESTA CORTE E TER SIDO PROFERIDA COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. 4. COMPROVADA A SUPRESSÃO INDEVIDA DE VALORES NO BENEFÍCIO DA APELADA, RESTA CONFIGURADO O PREJUÍZO FINANCEIRO E O DEVER DE RESSARCIMENTO, E, DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ, A RESTITUIÇÃO DEVE SER DE FORMA SIMPLES EM RELAÇÃO AOS DESCONTOS OCORRIDO ANTES DE 30/03/2021, SENDO A DEVOLUÇÃO EM DOBRO, APÓS ESSA DATA.5. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA ASSINATURA ELETRÔNICA.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE) - Cícera Gomes Bezerra (OAB: 34828/CE)

Nº 0634979-57.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Crateús - Agravante: Maria Dorinha Pereira - Agravado: Banco Bradesco S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DESFAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. IMPROPRIEDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO ART. 6º,III, DO CDC. CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. DESNECESSIDADE DE COMPARECIMENTO DO AUTOR À SEDE DO JUÍZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. FORMALISMO EXAGERADO. PRECEDENTES DESTE TJCE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. TUTELA RECURSAL CONFIRMADA. ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDA A TURMA JULGADORA DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Márcio Emanuel Fernandes de Oliveira (OAB: 53206A/CE) - Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE)

RETIFICAÇÃO

Nº 0227536-25.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Lucifátima Santos de Castro da Silva - Apelado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA MULTIPLICADA PELO NÚMERO DE UNIDADES AUTÔNOMAS. ÚNICO HIDRÔMETRO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. LICITUDE DA COBRANÇA. RECURSO NÃO PROVIDO.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA LUCIFÁTIMA SANTOS DE CASTRO DA SILVA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. A SENTENÇA DA 19ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA, DESFAVORÁVEL AO AUTOR, JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO ANULATÓRIA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO, CONSIDERANDO O NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA OU À REPETIÇÃO DO INDÉBITO. POSTERIOR ACÓRDÃO DESSA RELATÓRIA REPUTOU COMO ILÍCITA A COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA MULTIPLICADA PELO NÚMERO DE UNIDADES AUTÔNOMAS, SITUAÇÃO EM QUE A CAGECE INTERPÔS RECURSO ESPECIAL, FACE À REVISÃO DO TEMA 414 DO STJ.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOHÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR A LEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA POR ECONOMIA EM IMÓVEL COM ÚNICO HIDRÔMETRO; (II) DECIDIR SE O ACÓRDÃO RECORRIDO ESTÁ EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ NO TEMA 414, REVISTO RECENTEMENTE.III. RAZÕES DE DECIDIRO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), NO JULGAMENTO DO TEMA 414, FIRMOU O ENTENDIMENTO DE QUE É LÍCITA A COBRANÇA DA TARIFA MÍNIMA POR UNIDADE AUTÔNOMA (ECONOMIA) EM CONDOMÍNIOS COM ÚNICO HIDRÔMETRO, DESDE QUE RESPEITADA A FRANQUIA DE CONSUMO PARA CADA UNIDADE E APLICADA UMA TARIFA PROGRESSIVA PARA CONSUMO EXCEDENTE.A REVISÃO DO ACÓRDÃO É NECESSÁRIA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA ATUAL, QUE ADMITE A COBRANÇA MÍNIMA POR ECONOMIA EM TAIS SITUAÇÕES, CONFORME DECIDIDO NO RESP N. 1.937.887/RJ.EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, RECONHECE-SE A LICITUDE DA COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA PELA CONCESSIONÁRIA, CONFORME METODOLOGIA DE CÁLCULO VIGENTE E OS RECENTES PRECEDENTES DO STJ.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO NÃO PROVIDO. PEDIDO AUTORAL JULGADO IMPROCEDENTE.TESE DE JULGAMENTO:É LÍCITA A COBRANÇA DA TARIFA MÍNIMA DE ÁGUA E ESGOTO POR CADA UNIDADE AUTÔNOMA (ECONOMIA) EM IMÓVEL COM ÚNICO HIDRÔMETRO, CONFORME PREVISTO NO TEMA 414 DO STJ, DESDE QUE APLICADA A TARIFA PROGRESSIVA SOBRE O CONSUMO EXCEDENTE.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 1º, III; CPC/2015, ART. 1.030, II; LEI 11.445/2007, ARTS. 22, 23 E 29.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP N. 1.937.887/RJ, REL. MIN. PAULO SÉRGIO DOMINGUES, 1ª SEÇÃO, J. 20.06.2024.JUÍZO DE CONFORMAÇÃO/RETRATAÇÃO EXERCIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. PLEITO AUTORAL MANTIDO IMPROCEDENTE.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR

FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATORELATOR/PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR . - Advs: Pedro Eugênio Oliveira Coelho (OAB: 26406/CE) - José César de Aquino Oliveira (OAB: 9550/CE) - Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0008369-87.2019.8.06.0126/50000 - Embargos de Declaração Cível - Mombaça - Embargante: Francisco Vicente da Silva - Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO À MANUTENÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECONHECIMENTO. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO DO ACÓRDÃO. MULTA FIXADA DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DO ART. 80, INCISO II, DO CPC. AUTOR QUE ALTEROU A VERDADE DOS FATOS. RELAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA POR LAUDO PERICIAL. MANTIDA A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200164-41.2024.8.06.0084 - Apelação Cível - Guaraciaba do Norte - Apelante: Maria Eliane da Silva Ribeiro - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Banco Bradesco S/A - Apelada: Maria Eliane da Silva Ribeiro - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, dar provimento ao apelo de Maria Eliane da Silva Ribeiro e negar provimento ao apelo do Banco Bradesco S/A, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE CONEXÃO. PROCESSO SUPOSTAMENTE CONEXO CUJO POLO ATIVO É PESSOA DISTINTA DA AUTORA DA PRESENTE AÇÃO. PRELIMINAR REJEITADA. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO DO DIREITO AUTORAL. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRAZO PRESCRICIONAL QUE COMEÇA A SER CONTADO DA DATA DO ÚLTIMO DESCONTO. LAPSO TEMPORAL NÃO DECORRIDO. PREJUDICIAL REJEITADA. MÉRITO: DESCONTOS DE TARIFAS BANCÁRIAS, EM RELAÇÃO AOS QUAIS NÃO SE COMPROVOU RELAÇÃO CONTRATUAL PRÉVIA. CONTRATAÇÕES ILÍCITAS. DANOS MATERIAIS CARACTERIZADOS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO APENAS PARA OS DESCONTOS EFETUADOS EM DATA POSTERIOR AO DIA 30/03/2021. OS DESCONTOS ANTERIORES A 30.03.2021 DEVEM SER RESTITUÍDOS NA FORMA SIMPLES. DECISÃO DE 1º GRAU EM CONFORMIDADE COM A MODULAÇÃO DE EFEITOS DO EARESP 676608/RS. DANOS MORAIS. DESCONTOS NÃO DESPREZÍVEIS CONSIDERANDO OS RENDIMENTOS DA AUTORA. CONDENAÇÃO FIXADA NA ORIGEM EM R$ 2.000,00. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO PARA O VALOR DE R$ 3.000,00, CONDIZENTE COM A EXTENSÃO DO DANO E ÀS DIRETRIZES DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. TERMO INICIAL NA DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA N. 54 DO STJ. RECURSOS CONHECIDOS. APELAÇÃO INTERPOSTA PELA AUTORA PROVIDA. RECURSO DO PROMOVIDO DESPROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DOS RECURSOS PARA, REJEITANDO AS QUESTÕES PREJUDICIAL E PRELIMINAR SUSCITADAS, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE RÉ, BEM COMO DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATORELATOR/PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR . - Advs: Antônio Rodrigues de Souza (OAB: 39497/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0201447-75.2023.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelada: Antonia Marcia Arrais Rolim Peixoto - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO/ANULAÇÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO C/ RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. NÃO ACOLHIDA. PRELIMINAR DE IMPUGNAÇÃO A JUSTIÇA GRATUITA. NÃO ACOLHIDA. DEVOLUÇÃO 30 DIAS APÓS ENCERRAMENTO DO CONSÓRCIO. PRECEDENTES DO STJ. DESCABIMENTO DA MULTA CONTRATUAL E CLÁUSULA PENAL. CORREÇÃO MONETÁRIA A CONTAR DE CADA DESEMBOLSO. SÚMULA Nº 35 DO STJ. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATORELATOR/PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR . - Advs: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA) - Carlos Alberto Ferreira de Alencar (OAB: 11074/CE) - Ádila Milfont Mourão (OAB: 42173/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200736-65.2024.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Francisca Paz de Alencar - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FIRMADO POR PESSOA ANALFABETA. AUSÊNCIA DE ASSINATURA A ROGO. NULIDADE CONTRATUAL. RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. A PARTE AUTOR, IDOSA E ANALFABETA, INTERPÔS O RECURSO BUSCANDO A NULIDADE DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, A RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOHÁ TRÊS

QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO SEM A DEVIDA ASSINATURA A ROGO; (II) DEFINIR SE HÁ DIREITO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS EM RAZÃO DE CONTRATO NULO; (III) DETERMINAR SE OS DESCONTOS INDEVIDOS CONFIGURAM DANO MORAL PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIRA ASSINATURA A ROGO, NOS TERMOS DO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL, É REQUISITO ESSENCIAL PARA A VALIDADE DE CONTRATOS FIRMADOS POR PESSOAS ANALFABETAS, DEVENDO SER ACOMPANHADA DA ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. A AUSÊNCIA DESSA FORMALIDADE TORNA O CONTRATO NULO.A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO, FALHANDO EM DEMONSTRAR A ASSINATURA A ROGO, O QUE INVALIDA O CONTRATO.QUANTO À REPETIÇÃO DO INDÉBITO, OS VALORES DESCONTADOS ANTES DE 30/03/2021 DEVEM SER RESTITUÍDOS DE FORMA SIMPLES, E OS POSTERIORES A ESSA DATA, EM DOBRO, CONFORME MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP Nº 676.608/RS.NÃO HÁ CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL, UMA VEZ QUE OS DESCONTOS REALIZADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, EMBORA INDEVIDOS, FORAM DE VALOR ÍNFIMO (R$ 33,00), O QUE NÃO ULTRAPASSA O MERO DISSABOR.IV. DISPOSITIVO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP Nº 1862324/CE, REL. MIN. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJE 18/12/2020; STJ, EARESP Nº 676.608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, DJE 30/03/2021; TJ-CE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201078-47.2022.8.06.0029, REL. DES. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA, J. 19/06/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE) - Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200071-39.2024.8.06.0097 - Apelação Cível - Iracema - Apelante: Pedro Soares Sobrinho - Apelado: Banco Itaú Consignado S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESPACHO PARA COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE POR SUSPEITA DE DEMANDA PREDATÓRIA. EXTINÇÃO DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL E DEFEITO NA REPRESENTAÇÃO. ART. 485, IV DO CPC. VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APLICAÇÃO DO ART. 76, DO CPC. PETIÇÃO INICIAL ACOMPANHADA DE PROCURAÇÃO AD JUDICIA. INTIMAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATO PERSONALÍSSIMO. OMISSÃO INTIMAÇÃO POR ADVOGADO. IMPRESCINDIBILIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL COM ADVERTÊNCIA DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO FEITO. ART. 485, § 1° DO CPC. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA DA PARTE. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. DIANTE DA SITUAÇÃO PROPOSTA PELA PETIÇÃO INICIAL, EM QUE OS FATOS NARRADOS EVIDENCIAM A VIOLAÇÃO DO DIREITO DA PARTE AUTORA, SE FAZ PRESENTE SEU INTERESSE DE AGIR, CONSUBSTANCIADO PELA PRETENSÃO DE FAZER CESSAR A LESÃO AO DIREITO E DE OBTER A REPARAÇÃO DOS DANOS SUPOSTAMENTE CAUSADOS PELA PARTE PROMOVIDA, AO TEMPO EM QUE, EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 5°, INCISO XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O ART. 3°, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, LHE É ASSEGURADO O DIREITO DE TER SUA DEMANDA PROCESSADA E JULGADA PELO PODER JUDICIÁRIO, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE PRÉVIA TENTATIVA DE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DO CASO, MOTIVO PELO QUAL REJEITO A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO.2. NO CASO DOS AUTOS, O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, SUSPEITANDO TRATAR-SE DE POSSÍVEL DEMANDA PREDATÓRIA, DETERMINOU A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA COMPARECER PESSOALMENTE À SECRETARIA DA VARA PARA APRESENTAR DOCUMENTO PESSOAL DE IDENTIFICAÇÃO, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA, RATIFICAR A OUTORGA DA PROCURAÇÃO AO ADVOGADO E OS PEDIDOS VEICULADOS NA AÇÃO, FLS. 28/29, COM FUNDAMENTO NA RECOMENDAÇÃO Nº 01/2019/NUMOPEDE/CGJCE, ATUALIZADA PELA RECOMENDAÇÃO Nº 01/2021/NUMOPEDE/CGJCE, DATADA DE 10/03/2021.3. A PARTE AUTORA APRESENTOU A INICIAL ACOMPANHADA CÓPIA DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DO AUTOR, FLS. 08/09, CÓPIA DOS DOCUMENTOS PESSOAIS DE IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR, FLS. 07 E PROCURAÇÃO AD JUDICIA CONCEDENDO PODERES ESPECIAIS AO ADVOGADO CONSTITUÍDO HÁ MENOS DE TRÊS MESES DA PROPOSITURA DA AÇÃO.4. NÃO OBSTANTE AS MEDIDAS TOMADAS PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU ESTEJAM APARADAS PELO PODER GERAL DE CAUTELA, NOS TERMOS DO ART. 139 DO CPC, ESPECIALMENTE QUANDO HÁ INDÍCIOS DE LIDES TEMERÁRIAS EM AÇÕES SIMILARES, OBSERVO QUE A AÇÃO ESTÁ DEVIDAMENTE INSTRUÍDA COM A PROCURAÇÃO CONFERIDA AO ADVOGADO, RAZÃO PELA QUAL NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PRESUNÇÃO DE IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO, SOBRETUDO EM DESFAVOR DA PARTE HIPOSSUFICIENTE. POR ESSE MOTIVO, ENTENDO QUE HOUVE VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APLICAÇÃO DO ART. 76 DO CPC COMO FUNDAMENTO PARA EXTINÇÃO DO PROCESSO POR FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL, ENQUANTO QUE OS ELEMENTOS OS AUTOS EVIDENCIAM A LEGÍTIMA CONSTITUIÇÃO DO ADVOGADO PELA PARTE AUTORA.5. EMBORA O AUTOR TENHA COMPARECIDO ESPONTANEAMENTE NA SECRETARIA DA VARA, UMA VEZ QUE O ATO QUE LHE É EXIGIDO É DE NATUREZA PERSONALÍSSIMA, OU SEJA, QUE SOMENTE ELE MESMO PODE PRATICAR, CABERIA AO JUIZ, ANTES DE EXTINGUIR O FEITO, DETERMINAR A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO E SUA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA SUPRIR A FALTA, COM EXPRESSA ADVERTÊNCIA SOBRE A POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO § 1°, DO ART. 485, DO CPC, SOB PENA DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA DA PARTE E VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL.6. ALÉM DISSO, OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS FORNECIDOS PELA PARTE, INCLUINDO A ASSINATURA RECENTE DA PROCURAÇÃO, JUNTAMENTE COM A FALTA DE EVIDÊNCIAS CONCRETAS DE LITIGÂNCIA PREDATÓRIA, INDICAM QUE NÃO É JUSTIFICÁVEL INVOCAR, DE FORMA GERAL, A RECOMENDAÇÃO Nº 01/2019/NUMOPEDE/CGJCE COMO OBSTÁCULO AO ACESSO À JUSTIÇA GARANTIDO PELO ARTIGO 5º, XXXV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ,POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA ASSINATURA ELETRÔNICA.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Francisco Regios Pereira

Neto (OAB: 25034/CE) - Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA)

Nº 0621538-43.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Oi S/A - Em Recuperação Judicial - Agravado: Cláudio Salomão - Agravado: João Carlos de Mayrinck - Agravado: Dathys Tecnologia Ltda - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU PEDIDO DE DESBLOQUEIO DE VALORES INFERIORES A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS PROVENIENTES DA APOSENTADORIA DO EXECUTADO. PEDIDO DE BLOQUEIO MENSAL E PARCIAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO DEVEDOR. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO.I. CASO EM EXAMEAGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR OI S/A CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DA 11ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA CE, NOS AUTOS DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, QUE DETERMINOU O DESBLOQUEIO DE VALORES DE APOSENTADORIA DO EXECUTADO CLÁUDIO SALOMÃO, POR SEREM IMPENHORÁVEIS.O AGRAVANTE PLEITEIA A PENHORA MENSAL DE ATÉ 30% DOS RENDIMENTOS DO AGRAVADO PARA SATISFAÇÃO DA DÍVIDA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOA QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR SE É ADMISSÍVEL A PENHORA PARCIAL DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO AGRAVADO, CONFORME PLEITEADO EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, AINDA QUE TAL PEDIDO NÃO TENHA SIDO SUSCITADO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIRO PEDIDO DE PENHORA MENSAL SOBRE OS RENDIMENTOS DO AGRAVADO CONSTITUI INOVAÇÃO RECURSAL, POIS NÃO FOI FORMULADO NO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, SENDO VEDADA A ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO SUBMETIDA PREVIAMENTE AO JUÍZO A QUO, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.A JURISPRUDÊNCIA É PACÍFICA NO SENTIDO DE QUE A INTRODUÇÃO DE NOVAS QUESTÕES EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, NÃO DEBATIDAS NA DECISÃO ORIGINÁRIA, IMPEDE O CONHECIMENTO DO RECURSO, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.IV. DISPOSITIVO E TESEAGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.TESE DE JULGAMENTO:O AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PODE SER CONHECIDO QUANDO A MATÉRIA NELE SUSCITADA NÃO TENHA SIDO OBJETO DE DECISÃO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 883, IV; CPC, ART. 1.022, II E III.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:TJ-CE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0004294-36.2015.8.06.0161, REL. DES. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, J. 08.03.2023, 1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.TJ-CE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0627049-22.2023.8.06.0000, REL. DESª. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, J. 05.09.2023, 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.TJ-CE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0636931-42.2022.8.06.0000, REL. DESª. MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, J. 08.02.2023, 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - ANA MANUELA OLIVEIRA NEPOMUCENO (OAB: 67467/DF) - Carlo Leonardo Fernandes Serpa (OAB: 201195/RJ)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0006542-49.2019.8.06.0091 - Apelação Cível - Iguatu - Apelante: A. A. G. - Apelada: I. M. A. da S. - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS. REVELIA DA PARTE RÉ. PRESUNÇÃO RELATIVA DOS FATOS ALEGADOS. AUSÊNCIA DE PROVAS DOCUMENTAIS MÍNIMAS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO MANTIDA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAMERECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR A.A.G. CONTRA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PROFERIDA EM AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CUMULADA COM PARTILHA DE BENS, AJUIZADA CONTRA I.M.A. DA S., NA QUAL O APELANTE BUSCA O RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL E A PARTILHA DE BENS ADQUIRIDOS NA CONSTÂNCIA DA ALEGADA UNIÃO.O APELANTE ARGUMENTA QUE A REVELIA DA RÉ DEVERIA IMPLICAR A PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS, AO QUE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU NÃO ACOLHEU, JULGANDO A AÇÃO IMPROCEDENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃOHÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DETERMINAR SE A REVELIA DA RÉ IMPLICA AUTOMATICAMENTE A PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS PELO AUTOR, EM ESPECIAL NO RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DE BENS; E (II) DEFINIR SE A AUSÊNCIA DE PROVAS DOCUMENTAIS MÍNIMAS OBSTA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL E O DEFERIMENTO DA PARTILHA DE BENS.III. RAZÕES DE DECIDIRA REVELIA NÃO GERA PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS EM AÇÕES DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, UMA VEZ QUE ESSA PRESUNÇÃO É RELATIVA E SUJEITA A CONTRADIÇÃO COM AS PROVAS DOS AUTOS OU À AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS.CONFORME O ART. 345, IV, DO CPC, A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DECORRENTE DA REVELIA NÃO SE APLICA QUANDO OS FATOS ALEGADOS SÃO INVEROSSÍMEIS OU CARECEM DE COMPROVAÇÃO MÍNIMA. NAS AÇÕES DE UNIÃO ESTÁVEL, É INDISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DA CONVIVÊNCIA PÚBLICA, CONTÍNUA E COM O OBJETIVO DE CONSTITUIR FAMÍLIA, REQUISITOS QUE NÃO SE PRESUMEM.NAS AÇÕES QUE ENVOLVEM DIREITOS DE NATUREZA PESSOAL E PATRIMONIAL, COMO O ESTADO CIVIL E O REGIME DE BENS, O JUIZ DEVE ANALISAR COM CAUTELA AS ALEGAÇÕES DO AUTOR, ESPECIALMENTE NA AUSÊNCIA DE PROVAS DOCUMENTAIS QUE INDIQUEM A EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL E DE PATRIMÔNIO COMUM.A AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM O CONVÍVIO MARITAL E A CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO CONJUNTO IMPOSSIBILITA O RECONHECIMENTO JUDICIAL DA UNIÃO ESTÁVEL E A CONSEQUENTE PARTILHA DE BENS, CONFORME JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:A REVELIA EM AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL NÃO GERA PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE VERACIDADE DOS FATOS, SENDO NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO MÍNIMA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL.A AUSÊNCIA DE PROVAS DOCUMENTAIS QUE DEMONSTREM A CONVIVÊNCIA PÚBLICA, CONTÍNUA E COM OBJETIVO DE CONSTITUIÇÃO DE FAMÍLIA IMPEDE O RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL E DA PARTILHA DE BENS, MESMO QUE A PARTE RÉ TENHA SIDO REVEL.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 345, IV, E 373, I; CC, ART. 1.723.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-CE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0017940-51.2017.8.06.0062, REL. DES. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, J. 25.06.2024; TJ-CE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003923-90.2015.8.06.0155, REL. DESª MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, J. 19.07.2022.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE

JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Danilson de Carvalho Passos (OAB: 20322/CE) - Bergson Gomes Bezerra (OAB: 5969/CE)

Nº 0200391-98.2023.8.06.0170 - Apelação Cível - Tamboril - Apelante: Maria Salete Santos Andrade - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. CONTRATO BANCÁRIO DECLARADO NULO. DESCONTO INDEVIDO. DANO MORAL MANTIDO EM VALOR MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. RESTITUIÇÃO DO DÉBITO EM DOBRO, E SIMPLES PARA EVENTUAIS DESCONTOS ANTERIORES A 30/3/2021. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAMETRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARIA SALETE SANTOS DE ANDRADE CONTRA SENTENÇA DAS PP. 73/77 PROFERIDA PELA VARA ÚNICA DE TAMBORIL/CE, NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO PROMOVIDA EM FACE DE BANCO BRADESCO S.A, ORA APELADO.QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR SE O DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ENSEJA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL; (II) DETERMINAR A MODALIDADE DE RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO, CONSIDERANDO A APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 42 DO CDC E A MODULAÇÃO DE EFEITOS; (III) EXAMINAR PLEITO RECURSAL DE MAJORAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. O DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, QUANDO NÃO COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA DA PARTE OU NÃO AFETAR SIGNIFICATIVAMENTE OS DIREITOS DE PERSONALIDADE, CONFIGURA-SE COMO MERO ABORRECIMENTO, NÃO ENSEJANDO REPARAÇÃO POR DANO MORAL, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ (AGINT NO ARESP Nº 2.157.547).A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL DEPENDE DA DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA À HONRA, IMAGEM OU INTEGRIDADE PSÍQUICA DO INDIVÍDUO, NÃO SENDO PRESUMIDA EM CASOS DE DESCONTOS INDEVIDOS DE BAIXO IMPACTO FINANCEIRO, ESPECIALMENTE QUANDO A PARTE NÃO COMPROVA PREJUÍZO EXTRAPATRIMONIAL SIGNIFICATIVO. ENTRETANTO, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS, ENTENDO QUE A CONDENAÇÃO DO BANCO PROMOVIDO AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS DEVERÁ SER MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS, PERMANECENDO INALTERADO O QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO NA ORIGEM.NO CASO EM APREÇO, O MAGISTRADO DE ORIGEM FOI CORRETO AO DETERMINAR A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES EFETIVAMENTE DESCONTADOS QUANTO AO CONTRATO EM QUESTÃO EM ACERTADA APLICAÇÃO DO PRECEDENTE ACIMA CITADO HAJA VISTA QUE OS DESCONTOS FORAM REALIZADOS APÓS A DATA DE 30/3/2021. DE TODA SORTE, PONTUO QUE NA HIPÓTESE DE OCORRÊNCIA DE DESCONTOS ANTERIORES A ESSA DATA, A RESTITUIÇÃO DEVERÁ SER NA FORMA SIMPLES, INCIDINDO NO CASO O MESMO PRECEDENTE.POR FIM, QUANTO AO TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O VALOR DA INDENIZAÇÃO, EM SITUAÇÕES COMO A OBSERVADA, OS JUROS DE MORA SÃO DEVIDOS DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO, EM ATENÇÃO À SÚMULA 54 DO STJ, POR SE TRATAR DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL.POR SUA VEZ, A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE, DE FATO, A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO, CONFORME A SÚMULA 362 DO STJ.RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS : CDC, ART. 42.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE RELEVANTE : (AGRG NO RESP 1.269.246/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM20/05/2014, DJE DE 27/05/2014); (AGINT NO ARESP N. 2.157.547/SC, RELATOR MINISTRO RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 12/12/2022, DJE DE 14/12/2022.); (APELAÇÃO CÍVEL - 0201226-63.2023.8.06.0113, REL. DESEMBARGADOR(A) JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 13/03/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 13/03/2024); (EARESP 676.608/RS, REL. MINISTRO OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, JULGADO EM 21/10/2020, DJE 30/03/2021); SÚMULAS 54 E 362 DO STJ. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS EXATOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE) - Edgar Belchior Ximenes Neto (OAB: 23791/CE) - Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE)

Nº 0200419-86.2024.8.06.0055 - Apelação Cível - Canindé - Apelante: Antonia Barros - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. FRACIONAMENTO DE DEMANDAS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. ABUSO DO DIREITO DE DEMANDAR. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR ANTONIA BARROS CONTRA SENTENÇA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ/CE QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS, AJUIZADA CONTRA O BANCO BRADESCO S.A., EXTINGUINDO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO COM BASE NOS ARTS. 330, III, E 485, VI, DO CPC, EM RAZÃO DO FRACIONAMENTO INDEVIDO DE DEMANDAS. A APELANTE ALEGOU QUE AS AÇÕES TRATAM DE CONTRATOS DISTINTOS E, PORTANTO, NÃO HÁ CONEXÃO QUE JUSTIFIQUE A REUNIÃO DOS PROCESSOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE O FRACIONAMENTO DAS DEMANDAS AJUIZADAS PELA AUTORA CARACTERIZA ABUSO DO DIREITO DE DEMANDAR; E (II) ESTABELECER SE HÁ INTERESSE DE AGIR NA PROPOSITURA DE AÇÕES ANULATÓRIAS DE DÉBITO ENVOLVENDO CONTRATOS DISTINTOS, MAS COM A MESMA PARTE RÉ E PEDIDOS SEMELHANTES.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O FRACIONAMENTO DE DEMANDAS IDÊNTICAS, AINDA QUE RELACIONADAS A CONTRATOS DISTINTOS, CONSTITUI ABUSO DO DIREITO DE DEMANDAR, NOS TERMOS DO ART. 187 DO CÓDIGO CIVIL, AO EXCEDER OS LIMITES DA BOA-FÉ PROCESSUAL.4. O ART. 55, § 3º, DO CPC/2015 IMPÕE A REUNIÃO DE AÇÕES QUE POSSUAM IDENTIDADE DE PARTES, CAUSA DE PEDIR E PEDIDOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO, COM O OBJETIVO DE EVITAR DECISÕES CONFLITANTES, AINDA QUE OS CONTRATOS SUBJACENTES SEJAM DIFERENTES.5. O INTERESSE DE AGIR PRESSUPÕE A NECESSIDADE DE UMA ÚNICA AÇÃO PARA RESOLVER O CONFLITO DE FORMA EFICIENTE, SENDO DISPENSÁVEL O AJUIZAMENTO DE MÚLTIPLAS DEMANDAS SOBRE O MESMO TEMA CENTRAL, QUAL SEJA, A ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.6. A MANUTENÇÃO DA

SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL PRESERVA A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E EVITA SOBRECARGA DESNECESSÁRIA DO JUDICIÁRIO, PROMOVENDO A ECONOMIA PROCESSUAL.IV. DISPOSITIVO E TESE7. RECURSO DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. O FRACIONAMENTO DE AÇÕES ENVOLVENDO CONTRATOS DISTINTOS COM A MESMA PARTE RÉ E FUNDAMENTOS SEMELHANTES CARACTERIZA ABUSO DO DIREITO DE DEMANDAR.2. A AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR JUSTIFICA A EXTINÇÃO DO PROCESSO QUANDO A DEMANDA PODERIA SER RESOLVIDA EM UM ÚNICO FEITO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 6º, 17, 55, § 3º, 330, III, E 485, VI; CC, ART. 187. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200679-24.2024.8.06.0166, REL. DES. MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 04.09.2024.TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200958-10.2024.8.06.0166, REL. DES. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 02.10.2024.TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200423-04.2023.8.06.0203, REL. DES. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16.10.2024.TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200826-50.2024.8.06.0166, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16.10.2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDA A TURMA JULGADORA DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA, NA CONFORMIDADE DO VOTO PROFERIDO PELO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Igor Bandeira Pereira Leite (OAB: 42107/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0225553-20.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Batista da Silva - Apelado: Banco Itaú Consignado S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA IMPROCEDENTE. OFENSA À DIALETICIDADE. AFASTADA. CONTRATO DE REFINANCIAMENTO COM ASSINATURA ELETRÔNICA. AUTENTICAÇÃO POR BIOMETRIA FACIAL. VALORES CREDITADOS NA CONTA DE TITULARIDADE DA PARTE AUTORA. AUSÊNCIA DE FRAUDE E DE DANOS MORAIS. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE RECONHECEU A VALIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, CELEBRADO POR MEIO ELETRÔNICO, ENTRE A AUTORA/APELANTE E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ/APELADA, AUTORIZANDO OS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO APELANTE.QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR A VALIDADE DA CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E DOS REFINANCIAMENTOS SUBSEQUENTES, E (II) ESTABELECER SE É CABÍVEL A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E A REPETIÇÃO DO INDÉBITO.O BANCO RECORRENTE ATENDE AO ÔNUS PROBATÓRIO QUE LHE INCUMBE (ART. 373, II, CPC), AO APRESENTAR DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO, INCLUINDO RELATÓRIOS DE ASSINATURA ELETRÔNICA E REGISTROS DE ANUÊNCIA DA CONSUMIDORA, CONTENDO INCLUSIVE FOTO E AUTENTICAÇÕES ELETRÔNICAS COM BIOMETRIA FACIAL.A JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL ENTENDE QUE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NOS TERMOS DO CDC, É APLICÁVEL QUANDO O CONSUMIDOR ENFRENTA DIFICULDADES EM COMPROVAR A INEXISTÊNCIA DE UMA RELAÇÃO CONTRATUAL. NO PRESENTE CASO, ENTRETANTO, O BANCO APRESENTOU AS ASSINATURAS E A ANUÊNCIA DA APELANTE, AFASTANDO A IRREGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO.NÃO HÁ NOS AUTOS QUALQUER EVIDÊNCIA DE QUE O APELANTE TENHA SIDO VÍTIMA DE FRAUDE, COAÇÃO OU ASSALTO QUE POSSA TER COMPROMETIDO SEU CONSENTIMENTO, DE MODO QUE NÃO ATENDEU AOS TERMOS DO ART. 373, I, CPC, ÔNUS QUE SOMENTE À AUTORA INCUMBE.A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA MOSTRA QUE OS CONTRATOS FIRMADOS ELETRONICAMENTE APRESENTAM INFORMAÇÕES CLARAS E PRECISAS, SENDO A LEITURA EXPLICATIVA E COM DESTAQUE, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 54-D, I, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDORA APELANTE, DECLARA EM SEU DEPOIMENTO O HÁBITO DE REALIZAR EMPRÉSTIMOS E CONFIRMA QUE SEMPRE CONTOU COM O ACOMPANHAMENTO DE UM PARENTE NAS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS, O QUE REFORÇA A PRESUNÇÃO DE CIÊNCIA ACERCA DAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS.ASSIM, CONCLUI-SE QUE A CONTRATAÇÃO DE REFINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FOI REALIZADA PELA APELANTE POR MEIO ELETRÔNICO, MEDIANTE LEITURA DA BIOMETRIA FACIAL DA CONSUMIDORA E DE AUTENTICAÇÕES ATRAVÉS DE TOKENS E LINKS DE VALIDAÇÃO, AFASTANDO A HIPÓTESE ALEGADA PELA RECORRENTE DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR.PORTANTO, A SENTENÇA NÃO MERECE REFORMA, ANTE A COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE REFINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO PELA VIA VIRTUAL PELA PARTE RECORRENTE E O BANCO ITAÚ CONSIGNADO S/A.RECURSO DESPROVIDO.O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO POR MEIO ELETRÔNICO É VÁLIDO E GERA EFEITOS, DESDE QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COMPROVE A ANUÊNCIA DO CONSUMIDOR E A INCIDÊNCIA DO CONTRATO.A MERA ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DOS TERMOS DO CONTRATO, POR PARTE DO CONSUMIDOR ALFABETIZADO, SEM EVIDÊNCIAS DE FRAUDE, NÃO CONFIGURA CIRCUNSTÂNCIA CAPAZ DE INVALIDAR A CONTRATAÇÃO.A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NOS TERMOS DO CDC NÃO DESONERA O CONSUMIDOR DE DEMONSTRAR MINIMAMENTE A EXISTÊNCIA DE VÍCIO OU DEFEITO NA RELAÇÃO CONTRATUAL QUE JUSTIFICARIA A REPARAÇÃO DE DANOS. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE RELEVANTE : (APELAÇÃO CÍVEL - 0201227-38.2022.8.06.0160, REL. DESEMBARGADOR(A) CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 10/05/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 10/05/2023); (APELAÇÃO CÍVEL - 0202113-16.2022.8.06.0167, REL. DESEMBARGADOR(A) EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 17/05/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/05/2023); (APELAÇÃO CÍVEL - 0294113-48.2022.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 27/03/2024).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS EXATOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0282351-35.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria de Fátima de Sousa Carvalho - Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE DANOS MATERIAIS E

MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CONTRATADO ELETRONICAMENTE. ASSINATURA DIGITAL E BIOMETRIA FACIAL. COMPROVAÇÃO DE DEPÓSITO DOS VALORES NA CONTA DA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE ILICITUDE OU ABUSIVIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO INTERPOSTA POR MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA CARVALHO CONTRA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 39ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA, EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, AJUIZADA EM FACE DO BANCO SANTANDER S/A. A AUTORA ALEGA INEXISTÊNCIA DE CONTRATO VÁLIDO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E PLEITEIA A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO AJUSTE E A CONDENAÇÃO DO BANCO AO PAGAMENTO DE DANOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR SE HÁ EVIDÊNCIAS DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR OU ILÍCITA POR PARTE DO BANCO SANTANDER S/A NO AJUSTE DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, MEDIANTE ASSINATURA DIGITAL E AUTENTICAÇÃO POR BIOMETRIA FACIAL, ALÉM DA COMPROVAÇÃO DO DEPÓSITO DOS VALORES NA CONTA DA AUTORA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A RELAÇÃO ENTRE AS PARTES CONFIGURA RELAÇÃO DE CONSUMO, APLICANDO-SE AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, INCLUSIVE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DA AUTORA, CONFORME ART. 6º, VIII, DO CDC, E A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR, COM BASE NA SÚMULA 297 DO STJ.4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA APRESENTA PROVA DOCUMENTAL DA CONTRATAÇÃO, INCLUINDO CONTRATO ASSINADO DIGITALMENTE, COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DOS VALORES PARA A CONTA DA AUTORA E DEMAIS DOCUMENTOS PROBATÓRIOS QUE DEMONSTRAM A REGULARIDADE DO AJUSTE.5. A CONTRATAÇÃO POR MEIO DE ASSINATURA DIGITAL E AUTENTICAÇÃO BIOMÉTRICA É VÁLIDA E REGULARMENTE ACEITA NO ORDENAMENTO JURÍDICO, NÃO HAVENDO INDÍCIOS DE FRAUDE OU ABUSO NA RELAÇÃO CONTRATUAL.6. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS CONFIRMAM A VALIDADE DE CONTRATOS CELEBRADOS POR VIA ELETRÔNICA COM AUTENTICAÇÃO BIOMÉTRICA, QUANDO COMPROVADO O DEPÓSITO DO VALOR NA CONTA DE TITULARIDADE DO CONSUMIDOR E A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE ILICITUDE.IV. DISPOSITIVO E TESE7. RECURSO DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO POR MEIO ELETRÔNICO COM ASSINATURA DIGITAL E BIOMETRIA FACIAL É VÁLIDO QUANDO DEMONSTRADO O DEPÓSITO DOS VALORES EM CONTA DE TITULARIDADE DO CONSUMIDOR, AUSENTE PROVA DE ILICITUDE OU ABUSO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC, ARTS. 2º, 3º E 6º, VIII; CPC, ART. 373, II.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201488-50.2023.8.06.0133, REL. DES. MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA, J. 09/10/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200236-94.2023.8.06.0041, REL. DES. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, J. 04/09/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201058-97.2023.8.06.0101, REL. DES. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, J. 03/04/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Rosedson Lôbo Silva Júnior (OAB: 44580A/CE) - Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200043-78.2024.8.06.0030 - Apelação Cível - Aiuaba - Apelante: Antonia Rodrigues de Araujo - Apelado: Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos- AMBEC - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR ÍNFIMO. MERO ABORRECIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA AUTORA, EM QUE BUSCA A CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DE DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, NO VALOR DE R$ 45,00 MENSAIS, EQUIVALENTES A APROXIMADAMENTE 3% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE.A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE O DESCONTO INDEVIDO DE VALOR REDUZIDO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA CONFIGURA DANO MORAL INDENIZÁVEL, OU SE SE TRATA DE MERO ABORRECIMENTO, INSUFICIENTE PARA GERAR O DEVER DE REPARAÇÃO.A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL EXIGE QUE O ATO ILÍCITO OFENDA DE MANEIRA RELEVANTE UM BEM JURÍDICO INTEGRANTE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, COMO A HONRA, A DIGNIDADE OU A INTIMIDADE, NOS TERMOS DOS ARTS. 1º, III, E 5º, V E X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTABELECE QUE O DANO MORAL NÃO SE CONFIGURA POR MEROS ABORRECIMENTOS OU DISSABORES COTIDIANOS, DEVENDO EXISTIR PREJUÍZO SIGNIFICATIVO QUE COMPROMETA O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO OU A DIGNIDADE DO OFENDIDO.O DESCONTO INDEVIDO NO VALOR DE R$ 45,00 MENSAIS É CONSIDERADO ÍNFIMO, E SUA OCORRÊNCIA NÃO FOI SUFICIENTE PARA ATINGIR OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DA AUTORA DE MODO A JUSTIFICAR A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, CARACTERIZANDO-SE APENAS COMO MERO ABORRECIMENTO, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO STJ.ESTA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO ADOTA O ENTENDIMENTO DE QUE DESCONTOS DE PEQUENO VALOR, AINDA QUE INDEVIDOS, NÃO SÃO APTOS A ENSEJAR REPARAÇÃO POR DANO MORAL, UMA VEZ QUE NÃO REPRESENTAM AFRONTA SIGNIFICATIVA À DIGNIDADE DA PESSOA.RECURSO DESPROVIDO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGRG NO RESP 1.269.246/RS, REL. MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, J. 20.05.2014, DJE 27.05.2014; STJ, AGINT NOS EDCL NO RESP 1.948.000/SP, REL. MIN. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, J. 23.05.2022, DJE 23.06.2022; TJ-CE, APELAÇÃO CÍVEL 0200409-23.2024.8.06.0029, REL. DES. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, J. 30.10.2024, DJE 31.10.2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Antônio Liude Elias da Silva (OAB: 36529A/CE) - Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB: 290089/SP)

Nº 0200472-42.2024.8.06.0031 - Apelação Cível - AltoSanto - Apelante: Francisca Lima Paulino - Apelado: Itaú Administradora de Consórcios Ltda - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ORDEM DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA NA SECRETARIA DA VARA. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO INTERPOSTA

CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 485, IV, E 76, §1º, I, DO CPC/2015, SOB O ARGUMENTO DE QUE A PARTE AUTORA, MESMO INTIMADA, NÃO REGULARIZOU A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. O JUÍZO DE ORIGEM EXIGIU O COMPARECIMENTO PESSOAL DA AUTORA À SECRETARIA DA VARA PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS COMO CONDIÇÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO QUE VISAVA A DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO DECORRENTE DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO (CONTRATO Nº 587844440), O RESSARCIMENTO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR A ADEQUAÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA, CONSIDERANDO O NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS PELA PARTE AUTORA, À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO E DO LIVRE ACESSO À JUSTIÇA.AS NORMAS PROCESSUAIS (CPC, ARTS. 319 E 320) EXIGEM APENAS A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA AÇÃO, NÃO SENDO OBRIGATÓRIO O COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUALIZADO OU O COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS DE IDENTIFICAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA ADMISSÃO DA PETIÇÃO INICIAL.A EXIGÊNCIA DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DE PROCURAÇÃO, POR NÃO ESTAR PREVISTA EM LEI, CONFIGURA EXCESSO DE FORMALISMO E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA.A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FORMALIDADES QUE NÃO INFLUENCIAM A ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA COMPROMETE A FINALIDADE DO PROCESSO E FERE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO ACESSO À JUSTIÇA.RECURSO PROVIDO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0050014-10.2021.8.06.0066, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, J. 09/08/2023; TJCE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0632516-45.2024.8.06.0000, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, J. 23/10/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0200470-72.2024.8.06.0031, REL. DES. JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, J. 02/10/2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE)

Nº 0200475-94.2024.8.06.0031 - Apelação Cível - AltoSanto - Apelante: Francisca Lima Paulino - Apelado: Itaú Administradora de Consórcios Ltda - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ORDEM DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA NA SECRETARIA DA VARA. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 485, IV, E 76, §1º, I, DO CPC/2015, SOB O ARGUMENTO DE QUE A PARTE AUTORA, MESMO INTIMADA, NÃO REGULARIZOU A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. O JUÍZO DE ORIGEM EXIGIU O COMPARECIMENTO PESSOAL DA AUTORA À SECRETARIA DA VARA PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ORIGINAIS COMO CONDIÇÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO QUE VISAVA A DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO DECORRENTE DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO (CONTRATO Nº 633025391), O RESSARCIMENTO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR A ADEQUAÇÃO DA SENTENÇA EXTINTIVA, CONSIDERANDO O NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS PELA PARTE AUTORA, À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO E DO LIVRE ACESSO À JUSTIÇA.AS NORMAS PROCESSUAIS (CPC, ARTS. 319 E 320) EXIGEM APENAS A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À PROPOSITURA DA AÇÃO, NÃO SENDO OBRIGATÓRIO O COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUALIZADO OU O COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS DE IDENTIFICAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA ADMISSÃO DA PETIÇÃO INICIAL.A EXIGÊNCIA DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DE PROCURAÇÃO, POR NÃO ESTAR PREVISTA EM LEI, CONFIGURA EXCESSO DE FORMALISMO E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA.A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO POR FORMALIDADES QUE NÃO INFLUENCIAM A ANÁLISE DO MÉRITO DA DEMANDA COMPROMETE A FINALIDADE DO PROCESSO E FERE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO ACESSO À JUSTIÇA.RECURSO PROVIDO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0050014-10.2021.8.06.0066, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, J. 09/08/2023; TJCE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0632516-45.2024.8.06.0000, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, J. 23/10/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0200470-72.2024.8.06.0031, REL. DES. JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, J. 02/10/2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200256-88.2023.8.06.0040 - Apelação Cível - Assaré - Apelante: José Alves do Carmo - Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE RESTITUIÇÃO E REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS MENSAIS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AUTOR, A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO CONAFER. OS DOCUMENTOS DE FLS. 24/65 COMPROVAM OS REFERIDOS DESCONTOS NO PERÍODO DE ABRIL/2020 A ABRIL/2023, CUJOS VALORES VARIAM DE R$ 20,90 (VINTE REAIS E NOVENTA CENTAVOS) A R$ 26,04 (VINTE E SEIS REAIS E QUATRO CENTAVOS). INEXISTÊNCIA DE PROVA DA RELAÇÃO JURÍDICA. ATO ILÍCITO CONFIGURADO. DESCONTOS COM VALORES SIGNIFICATIVOS CONSIDERANDO O VALOR DO BENEFÍCIO DA PARTE. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM FIXADO CONSIDERANDO OS PARÂMETROS ADOTADOS POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA PARA CASOS SIMILARES (R$ 3.000,00 - TRÊS MIL REAIS). RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES DESDE EVENTO DANOSO (SÚMULA 54/STJ). CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ). RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A C O R D A A PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA REFORMAR EM PARTE A SENTENÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE) - Suellen Natasha Pinheiro Correa (OAB: 22554/CE) - Adauto Carneiro de França Neto (OAB: 23234/CE) - Rodolpho Eliano França (OAB: 28274/CE) - Hudson Alves de Oliveira (OAB: 50314/GO) - Djessy Narriman de Almeida Rocha (OAB: 24309/PB)

Nº 0201666-54.2024.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Joana Aurelia Leal dos Santos Monteiro - Apelado: Banco do Brasil S.A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP. TEMA 1.150. LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL CONFIGURADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRESCRIÇÃO. PRAZO DECENAL. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL E INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL REJEITADAS. I) LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. TEMA REPETITIVO N° 1150 DO STJ.II) A LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO BANCO DO BRASIL (TEMA 1150), DEFINE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA APRECIAR A CONTROVÉRSIA. PRECEDENTES. III) PRESCRIÇÃO. O STJ PACIFICOU, AINDA, O ENTENDIMENTO DE QUE “A PRETENSÃO AO RESSARCIMENTO DOS DANOS HAVIDOS EM RAZÃO DOS DESFALQUES EM CONTA INDIVIDUAL VINCULADA AO PASEP SE SUBMETE AO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL PREVISTO PELO ARTIGO 205 DO CÓDIGO CIVIL”, ALÉM DE QUE “O TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL É O DIA EM QUE O TITULAR, COMPROVADAMENTE, TOMA CIÊNCIA DOS DESFALQUES REALIZADOS NA CONTA INDIVIDUAL VINCULADA AO PASEP” . NO CASO CONCRETO, A RECORRENTE OBTEVE ACESSO AO EXTRATO DA SUA CONTA PASEP AOS 07/02/2024 (FLS. 26/27), E AJUIZOU A PRESENTE AÇÃO EM 10.05.2024, PORTANTO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PRESCRIÇÃO.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.A C O R D A A PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E DAR-LHE PROVIMENTO PARA ANULAR A SENTENÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Victor Luciano Pierre de Farias (OAB: 24478/CE) - Sheylla Maria Lima de Sousa Furtado (OAB: 47489/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0008557-51.2019.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Antonia Rodrigues Cordeiro - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP. ALEGAÇÃO DE DESFALQUES E INCORREÇÃO NA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. PRELIMINARES: ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL E INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. REJEIÇÃOI) LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. TEMA REPETITIVO N° 1150 DO STJ.II) A LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO BANCO DO BRASIL (TEMA 1150), DEFINE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA APRECIAR A CONTROVÉRSIA. PRECEDENTES. MÉRITO: JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. NÃO CABIMENTO. NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 DO TJCE. CÁLCULOS COMPLEXOS. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. ERROR IN PROCEDENDO. PRECEDENTES DO TJCE.SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. RECURSO PREJUDICADO.A C O R D A A PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E, DE OFÍCIO, ANULAR A SENTENÇA E JULGAR PREJUDICADO O EXAME DO MÉRITO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Francisco de Moraes Lima (OAB: 11724/PB) - Vicente Ferrer de Castro Alencar (OAB: 37168/CE) - John Mirickley Alencar Carvalho (OAB: 34104/CE) - Cinthia Raquel Silva de Carvalho (OAB: 34994/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

Nº 0052848-05.2020.8.06.0071/50000 - Embargos de Declaração Cível - Crato - Embargante: Banco do Brasil S/A - Embargada: Filomena Maria de Alencar Linard - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PASEP. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. EMBARGOS REJEITADOS.I - CASO EM EXAME.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR BANCO DO BRASIL S/A CONTRA ACÓRDÃO QUE, EM APELAÇÃO CÍVEL, DETERMINOU O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER RELATIVA À GESTÃO DE VALORES DEPOSITADOS NO PASEP, AFASTANDO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL COM BASE NO TEMA 1150 DO STJ. O EMBARGANTE ALEGA CONTRADIÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR A MATÉRIA, ARGUMENTANDO A EXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE HÁ CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, EM RELAÇÃO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR A AÇÃO ENVOLVENDO O PASEP, DIANTE DO INTERESSE DA UNIÃO NO CASO.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. NÃO HÁ CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, VISTO QUE A DECISÃO HARMONIZA-SE COM AS PREMISSAS ADOTADAS E COM A JURISPRUDÊNCIA, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À LEGITIMIDADE DO BANCO DO BRASIL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA AÇÃO RELATIVA A FALHAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADOS AO PASEP (TEMA 1150 DO STJ).4. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) ESTABELECEU QUE, NAS AÇÕES REFERENTES À MÁ GESTÃO DO PASEP, O BANCO DO BRASIL POSSUI LEGITIMIDADE PARA RESPONDER, QUANDO A DEMANDA TRATA DE SAQUES INDEVIDOS OU FALTA DE APLICAÇÃO DE RENDIMENTOS, SEM QUE HAJA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA UNIÃO NO POLO PASSIVO.5. A VIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PERMITE O REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA, SENDO ESSA A REAL INTENÇÃO DO EMBARGANTE, QUE BUSCA REDISCUTIR QUESTÕES JÁ APRECIADAS E FUNDAMENTADAS NO ACÓRDÃO ANTERIOR.6. NÃO HÁ QUALQUER OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO JULGADO, CONFORME OS REQUISITOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15, SENDO INCABÍVEL A

MODIFICAÇÃO DA DECISÃO POR MEIO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS.7. A JURISPRUDÊNCIA É PACÍFICA AO AFIRMAR QUE O ÓRGÃO JULGADOR NÃO PRECISA SE MANIFESTAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELAS PARTES, APENAS SOBRE AQUELES NECESSÁRIOS PARA A SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA.IV. DISPOSITIVO E TESE.8. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.TESE DE JULGAMENTO:O BANCO DO BRASIL POSSUI LEGITIMIDADE PASSIVA PARA RESPONDER POR FALHAS NA GESTÃO DE CONTAS VINCULADAS AO PASEP, SEM A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA UNIÃO NO POLO PASSIVO, CONFORME DECIDIDO NO TEMA 1150 DO STJ.EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SE PRESTAM AO REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA, SALVO NAS HIPÓTESES DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP Nº 1.799.343/SP, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, J. 24.08.2022 (TEMA 1150).
ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.
FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP) - Édson Almino Félix Filho (OAB: 34540/CE) - Emília Feitosa Batista (OAB: 35746/CE)

Nº 0162449-35.2015.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Simmer Construções e Montagens Ltda - Agravado: JMS Cunha Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por maioria. - EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DOS CONTRATOS ESCRITOS. AUSÊNCIA DE PROVA DE CONTRATOS OU ADITIVOS VERBAIS. NULIDADE DOS TÍTULOS RECONHECIDA NA AÇÃO CONEXA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. A RÉ/AGRAVANTE NEGOU A CONTRATAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA COBRANÇA, SOB O ARGUMENTO DE QUE QUITOU INTEGRALMENTE A LOCAÇÃO E OS SERVIÇOS EFETIVAMENTE CONTRATADOS E REALIZADOS PELA PARTE AUTORA, ATRIBUINDO A EMISSÃO DOS TÍTULOS EM COBRANÇA, À SUPOSTA CONDUTA ARTIFICIOSA DA AUTORA/AGRAVADA, EM SE PRECAVER DE UM POSSÍVEL PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES COBRADOS A MAIS, EM DECORRÊNCIA DE MEDIÇÃO DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRÁS QUE APUROU A EFETIVAÇÃO DA TERRAPLANAGEM EM VOLUME INFERIOR AO QUE FOI PACTUADO.2. NA RELAÇÃO TRAVADA ENTRE AS PARTES, À MEDIDA QUE SE FAZIA NECESSÁRIO O ACRÉSCIMO DE NOVAS LOCAÇÕES OU SERVIÇOS, FORAM FORMALIZADOS CONTRATOS ESCRITOS EM TRÊS MOMENTOS DISTINTOS, COM AS SUAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES, PRAZOS E VALORES, REPOUSANDO NOS AUTOS OS COMPROVANTES DE DEPÓSITOS E CHEQUES UTILIZADOS PARA PAGAMENTO, MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS AOS RESPECTIVOS CARTÓRIOS APÓS O RECEBIMENTO DAS INTIMAÇÕES DE PROTESTO, NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENVIADA À AGRAVADA.3. NÃO HÁ VEROSSIMILHANÇA OU QUALQUER EXPLICAÇÃO RAZOÁVEL PARA QUE AS PARTES TENHAM ALTERADO A FORMA DE CONTRATAÇÃO ANTERIORMENTE ADOTADA EM TRÊS OCASIÕES (ESCRITA), PASSANDO A CELEBRAR DOIS NOVOS CONTRATOS DE MANEIRA TÃO INFORMAL (À MÍNGUA DE CONTRATAÇÃO ESCRITA, E-MAILS, MENSAGENS OU OUTRO ELEMENTO APTO AO CONVENCIMENTO).4. A PARTE RÉ/AGRAVANTE, AO AJUIZAR A AÇÃO ANULATÓRIA CONEXA E, POSTERIORMENTE, CONTESTAR A AÇÃO DE COBRANÇA, DEMONSTROU DOCUMENTALMENTE QUAIS CONTRATOS FORAM FIRMADOS COM A AUTORA/AGRAVADA E OS RESPECTIVOS PAGAMENTOS EM VALOR EQUIVALENTE, FAZENDO PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES, DESINCUMBINDO-SE DE SEU ÔNUS PREVISTO NO ART. 373, DO CPC/2015, AO TEMPO EM QUE A AUTORA/AGRAVADA NÃO SE DESINCUMBIU DO QUE SERIA O SEU ÔNUS.5. RECONHECIMENTO DA NULIDADE DAS NOTAS FISCAIS NºS 260 E 261, QUE NÃO SE APLICA À NOTA FISCAL Nº 266, NO VALOR DE R$ 7.600,00 (SETE MIL E SEISCENTOS REAIS), REFERENTE À LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA ATÉ 09/05/2014, A QUAL, NÃO TENDO SIDO OBJETO DA AÇÃO ANULATÓRIA, ENCONTRA RESPALDO NO TERCEIRO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, CUJO ADICIONAL AO PERÍODO LOCATIVO RESTOU FORMALIZADO ATRAVÉS DO E-MAIL CONSTANTE NOS AUTOS, SEM QUE TAL COBRANÇA TENHA SIDO ADEQUADAMENTE REFUTADA PELA RÉ/AGRAVANTE.6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO DE COBRANÇA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR MAIORIA DE VOTOS, SEGUINDO A TÉCNICA DO ART. 942 DO CPC/2015, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR DESIGNADO PARA LAVRAR O ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR / RELATOR DESIGNADO . - Advs: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE) - Vasques Advogados Associados S/S (OAB: 730/CE) - Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE) - Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE)

Nº 0200613-45.2024.8.06.0101 - Apelação Cível - Itapipoca - Apelante: Francisco Alberto Silva - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP. ALEGAÇÃO DE DESFALQUES E INCORREÇÃO NA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. PRELIMINARES: ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL E INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. REJEIÇÃOI) LEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. TEMA REPETITIVO N° 1150 DO STJ.II) A LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO BANCO DO BRASIL (TEMA 1150), DEFINE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA APRECIAR A CONTROVÉRSIA. PRECEDENTES. MÉRITO: JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. NÃO CABIMENTO. NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 DO TJCE. CÁLCULOS COMPLEXOS. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. ERROR IN PROCEDENDO. PRECEDENTES DO TJCE.SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. RECURSO PREJUDICADO.A C O R D A A PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL E, DE OFÍCIO, ANULAR A SENTENÇA E JULGAR PREJUDICADO O EXAME DO MÉRITO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Hércules Saraiva do Amaral (OAB: 13643B/CE) - Nei Calderon (OAB: 33485/CE)

Nº 0201284-90.2024.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Maria Alves Gomes - Apelado: Banco BMG S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme

acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE CONTRATO C/C DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PARTE AUTORA ALEGA QUE, POR INDUÇÃO A ERRO, CELEBROU CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO (RMC). CONTRATAÇÃO REGULAR. CIÊNCIA DO TIPO DE OPERAÇÃO. CÉDULAS COM CLÁUSULAS ESCRITAS COM CARACTERES EM DESTAQUE, CONFORME LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA. DANOS MORAIS E MATERIAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATORELATOR/PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR . - Advs: Garibalde Uchoa de Albuquerque (OAB: 22179/CE) - João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066A/CE)

Nº 0210565-57.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apelado: Sandro Antonio Ferreira Tavares - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. RECURSO NÃO CONHECIDO.I. CASO EM EXAME1.APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO INVESTIMENTO S/A., CONTRA SENTENÇA DA 16.ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA(CE), QUE CANCELOU A DISTRIBUIÇÃO O FEITO E JULGOU EXTINTO O PROCESSO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOA QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR SE O RECURSO INTERPOSTO PELOS APELANTES ATENDE AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, COM A DEVIDA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA RECORRIDA.III. RAZÕES DE DECIDIRO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE EXIGE QUE A PARTE RECORRENTE IMPUGNE DE FORMA CLARA E ESPECÍFICA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA, O QUE NÃO FOI OBSERVADO PELOS APELANTES, QUE LIMITARAM-SE A REPRODUZIR OS TERMOS DA CONTESTAÇÃO SEM CONFRONTAR OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA.A FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA IMPOSSIBILITA A ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL, CONFORME PREVISÃO DO ART. 932, III, DO CPC, QUE DETERMINA O NÃO CONHECIMENTO DE RECURSO INADMISSÍVEL OU QUE NÃO TENHA IMPUGNADO ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO.JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TJCE, STJ E STF REFORÇA A NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE PARA A ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS, SENDO APLICÁVEIS AS SÚMULAS 43 DO TJCE, 182 DO STJ E 283 DO STF.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO NÃO CONHECIDO.TESE DE JULGAMENTO:A APELAÇÃO CÍVEL QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA DEVE SER CONSIDERADO INADMISSÍVEL, EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, CONFORME PREVISTO NO ART. 932, III, DO CPC.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 700, I, E 932, III; RITJCE, ART. 76, XIV.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, SÚMULA Nº 43; STJ, SÚMULA Nº 182; STF, SÚMULA Nº 283.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA ASSINATURA ELETRÔNICA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATORRELATÓRIO . - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE) - Bruno Boyadjian Sobreira (OAB: 38828/CE)

Nº 0627849-21.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravado: José Augusto Menezes da Silveira - Agravado: Maria Lúcia de Castro Silveira - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO INTERNO CÍVEL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARCIALMENTE ACOLHIDA. RECURSOS DE PARTE A PARTE. ILEGITIMIDADE ATIVA A SER DIRIMIDA NO RECURSO DO BANCO. SE CONFIRMADA, É CAUSA DE EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, VI, CPC/2015. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. NA ORIGEM, EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PARCIALMENTE ACOLHIDA PARA RECONHECER A ILEGITIMIDADE ATIVA DO BANCO BRADESCO S/A E DETERMINAR A INTIMAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ PARA INGRESSAR NO FEITO COMO TITULAR DO CRÉDITO.2. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELOS EXCIPIENTES, SUSTENTANDO QUE A ILEGITIMIDADE ATIVA CONDUZ, POR APLICAÇÃO LITERAL DO ART. 485, VI, DO CPC/2015, À EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, SENDO INCABÍVEL A INTIMAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ PARA INGRESSAR NOS AUTOS.3. A ILEGITIMIDADE ATIVA DO BANCO BRADESCO S/A FOI OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0628005-09.2021.8.06.0000, E ALI QUE DEVERÁ SER CONCENTRADA E DIRIMIDA A DISCUSSÃO SE ESSA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DETÉM OU NÃO A LEGITIMIDADE NECESSÁRIA PARA PROSSEGUIR COM A EXECUÇÃO.4. SE HOUVER O RECONHECIMENTO DEFINITIVO DA ILEGITIMIDADE ATIVA DO BANCO BRADESCO S/A (ATRAVÉS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0628005-09.2021.8.06.0000), A EXECUÇÃO FICARÁ EXTINTA, NOS TERMOS DO ART. 485, VI, DO CPC/2015, SEM A POSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ PARA INGRESSAR NO FEITO.5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR / RELATOR . - Advs: Ana Lúcia Antinolfi (OAB: 25812/RS) - Clayton Möller (OAB: 21483/RS) - Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS) - José Ribamar de Sousa Filho (OAB: 24136/CE) - Emmanuel Emerson Santos Albuquerque (OAB: 25364/CE) - José Jussieu Alcântara Oliveira Júnior (OAB: 30203/CE)

Nº 0870614-64.2014.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Simmer Construções e Montagens Ltda - Agravado: JMS Cunha Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por maioria. - EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE PROTESTO C/C REPARAÇÃO DE DANOS. NULIDADE RECONHECIDA. DANOS MATERIAIS NÃO COMPROVADOS. ANOTAÇÃO PREEXISTENTE EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. REPARAÇÃO DE DANOS AFASTADA. CANCELAMENTO DO PROTESTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. A AGRAVANTE ALEGA QUE FIRMOU 03 (TRÊS) CONTRATOS ENVOLVENDO A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM POR EMPREITADA, PELA AGRAVADA, TENDO ADIMPLIDO INTEGRALMENTE O VALOR PREVISTO NESTES CONTRATOS, NEGANDO A CONTRATAÇÃO ADICIONAL QUE

TERIA ENSEJADO OS PROTESTOS DOS RESPECTIVOS TÍTULOS, DAÍ QUE OS CONSIDERA INDEVIDOS, PASSANDO A PLEITEAR O SEU CANCELAMENTO E A REPARAÇÃO DOS DANOS SUPOSTAMENTE SOFRIDOS.2. NA RELAÇÃO TRAVADA ENTRE AS PARTES, À MEDIDA QUE SE FAZIA NECESSÁRIO O ACRÉSCIMO DE NOVAS LOCAÇÕES OU SERVIÇOS, FORAM FORMALIZADOS CONTRATOS ESCRITOS EM TRÊS MOMENTOS DISTINTOS, COM AS SUAS RESPECTIVAS CONDIÇÕES, PRAZOS E VALORES, REPOUSANDO NOS AUTOS OS COMPROVANTES DE DEPÓSITOS E CHEQUES UTILIZADOS PARA PAGAMENTO, MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS AOS RESPECTIVOS CARTÓRIOS APÓS O RECEBIMENTO DAS INTIMAÇÕES DE PROTESTO, NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENVIADA À AGRAVADA.3. NÃO HÁ VEROSSIMILHANÇA OU QUALQUER EXPLICAÇÃO RAZOÁVEL PARA QUE AS PARTES TENHAM ALTERADO A FORMA DE CONTRATAÇÃO ANTERIORMENTE ADOTADA EM TRÊS OCASIÕES (ESCRITA), PASSANDO A CELEBRAR DOIS NOVOS CONTRATOS DE MANEIRA TÃO INFORMAL (À MÍNGUA DE CONTRATAÇÃO ESCRITA, E-MAILS, MENSAGENS OU OUTRO ELEMENTO APTO AO CONVENCIMENTO).4. A PARTE AUTORA/AGRAVANTE, AO AJUIZAR A AÇÃO E DEMONSTRAR DOCUMENTALMENTE QUAIS CONTRATOS FORAM FIRMADOS COM A RÉ/AGRAVADA E OS RESPECTIVOS PAGAMENTOS EM VALOR EQUIVALENTE, FEZ PROVA MÍNIMA DE SUAS ALEGAÇÕES, DESINCUMBINDO-SE DE SEU ÔNUS PREVISTO NO ART. 373, I, DO CPC/2015, AO TEMPO EM QUE A RÉ/AGRAVADA NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS PREVISTO NO ART. 373, II, DO CPC/2015.5. RECONHECIMENTO DA NULIDADE DOS TÍTULOS, PORÉM SEM CONDENAÇÃO EM REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS, POIS AUSENTE INDIVIDUALIZAÇÃO DA LESÃO OU EFETIVA COMPROVAÇÃO DO DANO EMERGENTE. A EXISTÊNCIA DE OUTRAS ANOTAÇÕES DA AUTORA/AGRAVANTE EM CADASTRO DE INADIMPLENTES, AFASTA A REPARAÇÃO POR DANO MORAL, CONFORME O TEMA 922/STJ, RESSALVADO O DIREITO AO CANCELAMENTO DAS ANOTAÇÕES ORIUNDAS DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO NºS 260 E 261.6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO ANULATÓRIA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR MAIORIA DE VOTOS, SEGUINDO A TÉCNICA DO ART. 942 DO CPC/2015, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR DESIGNADO PARA LAVRAR O ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR / RELATOR DESIGNADO . - Advs: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE) - Vasques Advogados Associados S/S (OAB: 730/CE) - Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE) - Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0010845-70.2012.8.06.0053 - Apelação Cível - Camocim - Apelante: PC Comércio e Servicos Ltda - Apelado: José Miguel Jurado Martin - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO. SENTENÇA A QUO DE PROCEDÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DEMORA EXCESSIVA E INJUSTIFICADA, DE CERCA DE UM MÊS, NO CONSERTO DE VEÍCULO USADO. DANOS MATERIAIS: RECORRENTE QUE TELEFONOU AO AUTOR CHAMANDO-O A RECEBER O CARRO JÁ REPARADO, QUANDO NA VERDADE O SERVIÇO AINDA NÃO ESTAVA CONCLUÍDO. DESPESAS DO DESLOCAMENTO ENTRE A RESIDÊNCIA DO APELADO (EM CAMOCIM) ATÉ A OFICINA (EM FORTALEZA), QUE DEVEM SER COMPENSADAS. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO MATERIAL PELA DIFERENÇA DO CUSTO PAGO ENTRE OS ORÇAMENTOS INICIAL E FINAL QUE DEVE SER REJEITADO, JÁ QUE O AUTOR NÃO PROVOU QUE A TROCA DAS PEÇAS INDICADAS PELA OFICINA (E PROVADAS MEDIANTE NOTA FISCAL) ERA DESNECESSÁRIA OU QUE ESTAVAM EM VALOR SUPERFATURADO. APELADO QUE, ADEMAIS, RECONHECE QUE, AO FINAL DE TUDO, O CARRO FICOU REPARADO. O SERVIÇO RESTOU PRESTADO COM SUCESSO, LOGO O VALOR EXIGIDO PELA OFICINA DEVE SER ADIMPLIDO. DANOS MORAIS: EXISTÊNCIA DE DEMORA JUSTIFICADA NO CONSERTO DO CARRO USADO. CENÁRIO QUE NÃO TRADUZ DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ABALO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO PROMOVENTE. MERO ABORRECIMENTO. REFORMA DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM UNANIMIDADE DE VOTOS, POR CONHECER E PROVER EM PARTE O RECURSO.FORTALEZA, 16 DE OUTUBRO DE 2024RELATOR . - Advs: Francisco Evandro Paz (OAB: 18370/CE) - Magnum Kit Willer Queiroz Almada (OAB: 28072/CE)

Nº 0052848-05.2020.8.06.0071/50000 - Embargos de Declaração Cível - Crato - Embargante: Banco do Brasil S/A - Embargada: Filomena Maria de Alencar Linard - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PASEP. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. EMBARGOS REJEITADOS.I - CASO EM EXAME.1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR BANCO DO BRASIL S/A CONTRA ACÓRDÃO QUE, EM APELAÇÃO CÍVEL, DETERMINOU O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER RELATIVA À GESTÃO DE VALORES DEPOSITADOS NO PASEP, AFASTANDO PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO BANCO DO BRASIL COM BASE NO TEMA 1150 DO STJ. O EMBARGANTE ALEGA CONTRADIÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR A MATÉRIA, ARGUMENTANDO A EXISTÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE HÁ CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, EM RELAÇÃO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR A AÇÃO ENVOLVENDO O PASEP, DIANTE DO INTERESSE DA UNIÃO NO CASO.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. NÃO HÁ CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, VISTO QUE A DECISÃO HARMONIZA-SE COM AS PREMISSAS ADOTADAS E COM A JURISPRUDÊNCIA, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À LEGITIMIDADE DO BANCO DO BRASIL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA AÇÃO RELATIVA A FALHAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADOS AO PASEP (TEMA 1150 DO STJ).4. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) ESTABELECEU QUE, NAS AÇÕES REFERENTES À MÁ GESTÃO DO PASEP, O BANCO DO BRASIL POSSUI LEGITIMIDADE PARA RESPONDER, QUANDO A DEMANDA TRATA DE SAQUES INDEVIDOS OU FALTA DE APLICAÇÃO DE RENDIMENTOS, SEM QUE HAJA NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA UNIÃO NO POLO PASSIVO.5. A VIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PERMITE O REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA, SENDO ESSA A REAL INTENÇÃO DO EMBARGANTE, QUE BUSCA REDISCUTIR QUESTÕES JÁ APRECIADAS E FUNDAMENTADAS NO ACÓRDÃO ANTERIOR.6. NÃO HÁ QUALQUER OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO JULGADO, CONFORME OS REQUISITOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15, SENDO INCABÍVEL A MODIFICAÇÃO DA DECISÃO POR MEIO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS.7. A JURISPRUDÊNCIA É PACÍFICA AO AFIRMAR

QUE O ÓRGÃO JULGADOR NÃO PRECISA SE MANIFESTAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS APRESENTADOS PELAS PARTES, APENAS SOBRE AQUELES NECESSÁRIOS PARA A SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA.IV. DISPOSITIVO E TESE.8. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.TESE DE JULGAMENTO:O BANCO DO BRASIL POSSUI LEGITIMIDADE PASSIVA PARA RESPONDER POR FALHAS NA GESTÃO DE CONTAS VINCULADAS AO PASEP, SEM A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DA UNIÃO NO POLO PASSIVO, CONFORME DECIDIDO NO TEMA 1150 DO STJ.EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SE PRESTAM AO REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA, SALVO NAS HIPÓTESES DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC/15.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP Nº 1.799.343/SP, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, J. 24.08.2022 (TEMA 1150).
ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.
FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP) - Édson Almino Félix Filho (OAB: 34540/CE) - Emília Feitosa Batista (OAB: 35746/CE)

Nº 0274672-47.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. QUEIMA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS POR FALHA DA ORA APELANTE. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NEXO DE CAUSALIDADE CONFIGURADO. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. PARTE AUTORA SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER RECURSO, PORÉM PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUERELATORRELATÓRIO . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB: 135753/RJ)

Nº 0537131-10.2000.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Júlia Maria Oliveira Acioly - Embargante: Vânia Lúcia Garcia de Holanda - Embargado: Banco do Brasil S/A - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DEBATIDA E DECIDIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CINGE-SE A PRESENTE DEMANDA QUANTO AO NÃO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.2. COM EFEITO, RESTOU ACERTADAMENTE DECIDIDO QUANDO DO JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO: "(…) 7. DAI QUE, NÃO TENHO COMO CONVALIDAR A AFIRMAÇÃO FEITA NA SENTENÇA DE QUE O PROCESSO TERIA FICADO PARALISADO POR QUASE 6 (SEIS) ANOS SE, DENTRO DESSE INTERVALO, O PODER JUDICIÁRIO TAMBÉM CONTRIBUIU PARA A MOROSIDADE DO FEITO POR QUASE 3 (TRÊS) ANOS. 8. NO MAIS, É DE SE VER QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA APELANTE REQUEREU, POSTERIORMENTE, A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS NOS SISTEMAS BACENJUD, INFOJUD E RENAJUD (FL. 115 E 141), REQUEREU A CITAÇÃO DA PARTE AINDA NÃO CITADA EM DIVERSOS ENDEREÇOS (FL. 124, 157 E 255/258). 9. EM ARREMATE: NÃO SE VISLUMBRA, DA ANÁLISE DO TRÂMITE PROCESSUAL, QUE O BANCO APELANTE, EXCLUSIVAMENTE, TENHA DEMONSTRADO DESÍDIA NÃO HAVENDO, PORTANTO, CONDUTA CAPAZ DE MOTIVAR O DECRETO PRESCRICIONAL LEVADO A EFEITO PELA SENTENÇA."3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUERELATOR . - Advs: Francisco Olivando Paiva de Souza (OAB: 25620/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0623688-02.2020.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: NEQTA Transportes - EIRELI - Agravado: Expresso Guanabara Ltda. - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO E INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL REJEITADA. INTERLOCUTÓRIA NO PROCESSO MATRIZ QUE CONCEDEU A TUTELA DETERMINANDO QUE A AGRAVANTE SE ABSTIVESSE DE REALIZAR O TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO REGULAR. INSURGÊNCIA DA EMPRESA. INDEFERIMENTO. CONFIGURAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS, EXCLUSIVO DE EMPRESAS DELEGATÁRIAS. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITALFRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUERELATOR . - Advs: Flávio de Souza Senra (OAB: 222294/SP) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000391-74.2018.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Marilde Mesquita Barbosa - Apelado: Banco Bradesco S/A - Apelado: Bradesco Previdência e Seguros S/A - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. APELAÇÃO CÍVEL. DESCONTOS COM TITULAÇÕES DE "PAGTO COBRANÇA BRADESCO VIDA PREV - SEG VIDA",

"TARIFA BANCARIA CESTA B. EXPRESSO" E "TARIFA BANCARIA CESTA B EXPRESSO 1", DIRETAMENTE EM CONTA DA AUTORA. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO AUTORAL. RECURSO DA AUTORA. DESCONTOS EFETIVADOS. INSTRUMENTOS CONTRATUAIS E/OU QUAISQUER OUTRAS DOCUMENTAÇÃOS COMPROBATÓRIAS DA CELEBRAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS IMPUGNADOS NÃO JUNTADOS PELO RÉU. ART. 373, II, CPC. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CARACTERIZADOS (ART. 14 DO CDC E SÚMULA 479/STJ). REPARAÇÃO DEVIDA. RESTITUIÇÃO SIMPLES NO CASO. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STJ NO JULGAMENTO PROFERIDO NO EARESP DE N° 676608/RS. DANOS MORAIS PRESUMÍVEIS (IN RE IPSA). CONDENAÇÃO DA PROMOVIDA AO PAGAMENTO DE R$5.000,00(CINCO MIL REAIS). PRECEDENTES. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 54 E 362 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA NA ÍNTEGRA. 1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA QUANTO AO RECONHECIMENTO, OU NÃO, DA EXISTÊNCIA E/OU DA VALIDADE DOS DESCONTOS COM TITULAÇÕES DE "PAGTO COBRANÇA BRADESCO VIDA PREV - SEG VIDA", "TARIFA BANCARIA CESTA B. EXPRESSO" E "TARIFA BANCARIA CESTA B EXPRESSO 1", QUE GERARAM OS DESCONTOS EM CONTA DA PROMOVENTE INDICADA NA INICIAL, SENDO DESCONHECIDOS POR ELA E, LADO OUTRO, DEFENDIDO PELO RÉU. 2. RELAÇÃO JURÍDICA CONSUMERISTA ENTRE OS LITIGANTES, SENDO A AUTORA DESTINATÁRIA FINAL DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA REQUERIDA, CONSOANTE INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, § 2º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR C/C A SÚMULA Nº 297/STJ. 3. NO CASO, A AUTORA, CONSUMIDORA IDOSA, AFIRMOU POSSUIR CONTA JUNTO AO BANCO RÉU, POR MAIS DE 05(CINCO) ANOS, CONTUDO, OBSERVOU VÁRIOS DESCONTOS EM SUA CONTA CORRENTE, COM AS DESCRIÇÕES "PAGTO COBRANÇA BRADESCO VIDA PREV - SEG VIDA", "TARIFA BANCARIA CESTA B. EXPRESSO" E "TARIFA BANCARIA CESTA B EXPRESSO 1", SITUAÇÃO COMPROVADA PELOS EXTRATOS ACOSTADOS NOS AUTOS. POR SEU TURNO, O RÉU NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR A INEXISTÊNCIA DE DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CONSEQUENTEMENTE DESCONSTITUIR A PRETENSÃO DA AUTORA. NÃO FORAM JUNTADOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO OU QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS DE PROVAS QUE PERMITISSEM AFERIR QUE OS DESCONTOS SE REFEREM, DE FATO, À CONTRATAÇÕES REALIZADAS PELA PROMOVENTE, ASSIM, A IRREGULARIDADE DOS DESCONTOS, APTOS A INVALIDAR TAIS RETIRADAS E ENSEJAR A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO E A REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS, BEM COMO A RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU. 4. A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO DEVERÁ SE DAR DE FORMA SIMPLES, PORQUANTO HOUVERAM DESCONTOS PRÉVIOS AO MARCO TEMPORAL, CONSOANTE ENTENDIMENTO DO STJ NO JULGAMENTO PROFERIDO NO EARESP DE N° 676608/RS.5. A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS EM FACE DE DESCONTOS NÃO CONHECIDOS PELA PARTE, DEVE SER ESTIPULADA NO PATAMAR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), À LUZ DOS PRECEDENTES DESTA EGRÉGIA CÂMARA E CORTE DE JUSTIÇA, COM INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, PELO INPC, A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ) E DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54/STJ), TUDO ACRESCIDO DOS ENCARGOS SUCUMBENCIAIS, A SER APURADO EM REGULAR LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. 6. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTORA, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE) - Antonio Lucas Camelo Morais (OAB: 24571/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0050954-25.2021.8.06.0114 - Apelação Cível - Lavras da Mangabeira - Apelante: Josefa Machado de Araujo Cavalcante de Sousa - Apelado: Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. PRELIMINAR ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES: IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE DA JUSTIÇA. REJEITADA. LEGITIMIDADE DO DÉBITO NÃO COMPROVADA PELA ASSOCIAÇÃO. AUSÊNCIA DO CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS IDENTIFICADOS E ARBITRADOS EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.TRATA-SE DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, AJUIZADA POR APOSENTADA QUE TEVE DESCONTOS INDEVIDOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, A TÍTULO DE "CONTRIBUIÇÃO AAPB", SEM A DEVIDA FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, DECLARANDO A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO E CONDENANDO A PARTE RÉ À DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. INCONFORMADA, A AUTORA INTERPÔS APELAÇÃO, PLEITEANDO, AINDA, A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS.PRELIMINAR: A BENESSE DA JUSTIÇA GRATUITA FOI CONCEDIDA À AUTORA POR MEIO DE DESPACHO, CONTRA O QUAL A PROMOVIDA NÃO APRESENTOU INSURGÊNCIA EM CONTESTAÇÃO, CONFORME PRECEITUA O ART. 100 DO CPC, RESTANDO, ASSIM, PRECLUSA A QUESTÃO.4. NESSA PERSPECTIVA, RECONHECIDA A ABUSIVIDADE DOS DESCONTOS E CARACTERIZADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, RESTA CONFIGURADO O ATO ILÍCITO, O DANO MORAL E O DEVER DE INDENIZAR, UMA VEZ QUE OS FATOS ULTRAPASSARAM O MERO ABORRECIMENTO DO DIA A DIA5. DANOS MORAIS: CONFIGURADOS OS DANOS MORAIS EM RAZÃO DOS DESCONTOS INDEVIDOS DECORRENTES DE CONTRATO NULO, QUE AFETARAM DIRETAMENTE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, COMPROMETENDO SEU SUSTENTO. A INDENIZAÇÃO FOI ARBITRADA EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, COM A INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, PELO INPC, DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO E DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, TUDO CONSOANTE SÚMULAS 43, 54 E 362 DO STJ; 6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃOVISTO, RELATADO E DISCUTIDO O PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA-CE, DATA E HORA INDICADOS NO SISTEMA.DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Renato Alves de Melo (OAB: 29801/CE) - Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB: 42362/CE) - Giovanna Lis do Prado Aguirre (OAB: 105729/PR)

Nº 0200327-19.2023.8.06.0096 - Apelação Cível - Ipueiras - Apelante: Banco Santander (Brasil) S/A - Apelante: Antônio

Alves Ferreira - Apelado: Antônio Alves Ferreira - Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR REJEITADA. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. TERMO A QUO. CINCO ANOS A PARTIR DO ÚLTIMO DESCONTO. AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE REPASSE. APRESENTAÇÃO DE IMPRESSÃO DE TELA. DOCUMENTO UNILATERAL SEM VALOR PROBANTE. CONTRATAÇÃO ILÍCITA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP 676.608. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ PARA OS DESCONTOS EFETUADOS EM DATA POSTERIOR AO DIA 30/03/2021. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 3.000,00. VALOR CONDIZENTE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DOS RECURSOS PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP) - Kelvi Aparecido dos Santos Junior (OAB: 48520/CE)

Nº 0200408-37.2023.8.06.0170 - Apelação Cível - Tamboril - Apte/Apdo: Raimundo Bezerra de Souza - Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram do recurso interposto pelo Banco Bradesco Financiamentos S/A, para, no mérito, dar-lhe provimento, ficando prejudicado o recurso manejado por Raimundo Bezerra de Souza, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO OU NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. REFINANCIAMENTO. CONTRATO ASSINADO DIGITALMENTE. AUTORIZAÇÃO MEDIANTE BIOMETRIA FACIAL. DEPÓSITO DO CRÉDITO NA CONTA BANCÁRIA DO AUTOR. COMPROVAÇÃO. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO. APELO DO RÉU PROVIDO. RECURSO DA PROMOVENTE PREJUDICADO. SENTENÇA REFORMADA INTEGRALMENTE. I. CASO EM EXAME1. RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA CONSUMERISTA PARA I) CONDENAR O REQUERIDO EM DANOS MORAIS, NO MONTANTE DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS); II) NA RESTITUIÇÃO AO AUTOR, DE FORMA DOBRADA, OS VALORES QUE TENHAM SIDO DESCONTADOS DO BENEFÍCIO; III) PARA DECLARAR NULO O NEGÓCIO JURÍDICO.II.QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM VERIFICAR A VALIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO Nº 819991301, CONFORME DELINEADO NA PETIÇÃO INICIAL, CELEBRADOS ENTRE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E A PARTE AUTORA, BEM COMO O CABIMENTO DE RESTITUIÇÃO EM DOBRO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. ANALISANDO OS FÓLIOS DESTA PASTA PROCESSUAL, TEM-SE QUE O BANCO JUNTOU CÓPIA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO QUESTIONADO, ASSINADO DIGITALMENTE, BEM COMO COMPROVOU A TRANSFERÊNCIA DO VALOR REMANESCENTE DA CONTRATAÇÃO PARA CONTA DE TITULARIDADE DO DEMANDANTE. ADEMAIS, FORA JUNTADO AOS AUTOS O CERTIFICADO DE ASSINATURAS (FL. 129/130), NO QUAL CONSTAM A SELFIE DO CONSUMIDOR E O ID DA BIOMETRIA, DO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO, PARA FINS DE VALIDAÇÃO DO ACERTO CONTRATUAL. 4. VALE RESSALTAR QUE AO TRATAR DE CONTRATOS FORMALIZADOS POR MEIO ELETRÔNICO, O COMUM ACORDO ENTRE AS PARTES, OU APENAS O CONSENTIMENTO DO CONTRATANTE, DÁ-SE POR INTERMÉDIO DE MECANISMOS DE SEGURANÇA QUE BUSCAM VALIDAR A AQUIESCÊNCIA DAS PARTES AOS TERMOS DO CONTRATO, COMO A ASSINATURA ELETRÔNICA, POR MEIO DA QUAL SE UTILIZAM COMBINAÇÕES DE CÓDIGOS QUE PERMITEM EXTRAIR O ACEITE ENTRE O EMISSOR E O RECEPTOR, A EXEMPLO DE SENHAS, AÇÕES ESPECÍFICAS, E-MAIL OU NÚMERO DE TELEFONE.5. SENDO ASSIM, CONCLUI-SE PELA REGULARIDADE DO CONTRATO DE REFINANCIAMENTO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, VEZ QUE DEMONSTRADOS A ANUÊNCIA DO CONSUMIDOR SOBRE OS DESCONTOS REALIZADOS E O RECEBIMENTO DO CRÉDITO, NÃO SE OBSERVANDO NA ESPÉCIE QUAISQUER INDÍCIOS DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU FRAUDE, NÃO TENDO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COMETIDO QUALQUER ILÍCITO CAPAZ DE ENSEJAR REPARAÇÃO CIVIL.6. EM VISTA DO PROVIMENTO DO RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, RESTA PREJUDICADO O APELO DO AUTOR. IV. DISPOSITIVO7. RECURSO DO PROMOVIDO CONHECIDO E PROVIDO. APELO DO PROMOVENTE PREJUDICADO. SENTENÇA REFORMADA INTEGRALMENTE. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO PROMOVIDO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, E JULGAR PREJUDICADO O APELO DO PROMOVENTE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE) - Daniel Farias Tavares (OAB: 24902/CE) - Francisco Rudinei Soares de Souza (OAB: 23240/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200558-19.2024.8.06.0029/50000 - Agravo Interno Cível - Acopiara - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravada: Maria Madalena de Jesus - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE EMPRÉSTIMO PESSOAL C/C DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE COBRANÇA ABUSIVA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO NÃO APRESENTADO. TAXA DE JUROS LIMITADA À TAXA MÉDIA DE MERCADO DIVULGADA PELO BACEN. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, VISANDO A REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DA PARTE AGRAVADA, REFORMANDO A SENTENÇA PARA JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS NA AÇÃO REVISIONAL DE EMPRÉSTIMO PESSOAL C/C DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO, DETERMINANDO A FIXAÇÃO DA TAXA DE JUROS CONFORME A MÉDIA DE MERCADO.2. EM SUAS RAZÕES, DEFENDEU A REFORMA DA DECISÃO MONOCRÁTICA, ARGUINDO, EM APERTADA SÍNTESE, QUE AS TAXAS DE JUROS FORAM EXPLÍCITAS, TENDO A AUTORA CONCORDADO COM A COBRANÇA AO FIRMAR O REFERIDO CONTRATO. CONTINUA AFIRMANDO QUE NÃO SE PODE DIZER ABUSIVA A TAXA DE JUROS SÓ COM BASE NA ESTABILIDADE ECONÔMICA DO PAÍS, DESCONSIDERANDO TODOS OS DEMAIS ASPECTOS QUE COMPÕEM O SISTEMA FINANCEIRO E OS DIVERSOS COMPONENTES DO CUSTO FINAL DO DINHEIRO EMPRESTADO, TAIS COMO O CUSTO DE CAPTAÇÃO, A ALTA TAXA DE RISCO, OS CUSTOS ADMINISTRATIVOS, DENTRE

OUTROS.3. DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DA CORTE SUPERIOR (RESP 1.061.530/RS), PARA QUE OS JUROS CONTRATADOS SEJAM CONSIDERADOS ABUSIVOS DEVE RESTAR DEMONSTRADO NOS AUTOS QUE AS TAXAS ESTIPULADAS NO INSTRUMENTO CONTRATUAL SE DISTANCIAM DE FORMA ACINTOSA DA MÉDIA DE MERCADO, PORQUANTO NÃO É QUALQUER DESVIO DESTA MÉDIA QUE CARACTERIZA O ABUSO E AUTORIZA O AFASTAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS DO CONTRATO.4. REALIZADA PESQUISA NO SITE NO BANCO CENTRAL DO BRASIL, OBSERVA-SE QUE A TAXA MÉDIA DE JUROS DAS OPERAÇÕES À BENEFICIÁRIO DO INSS, NO MÊS DE JUNHO/2023, FOI DE 1,88% AO MÊS E 25/09% AO ANO. 5. NO PRESENTE CASO, O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO FOI CELEBRADO ENTRE AS PARTES EM JUNHO DE 2023 (FL. 44). TODAVIA, A AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL IMPOSSIBILITA A AFERIÇÃO DA TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS ESTABELECIDA, RAZÃO PELA QUAL DEVE-SE APLICAR A LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO FIXADA PELO BACEN. TAL MEDIDA SE FAZ NECESSÁRIA ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAR A REGULARIDADE DA TAXA PACTUADA, ESPECIALMENTE QUANTO A EVENTUAL ABUSIVIDADE, EM CONFORMIDADE COM A ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA6. DESSA FORMA, NO CASO CONCRETO, PATENTE A ABUSIVIDADE QUANTO AOS JUROS REMUNERATÓRIOS, CAPAZ DE ENSEJAR A REVISÃO DO CONTRATO. À VISTA DISSO, JUSTIFICA-SE A INTERVENÇÃO JUDICIAL PARA LIMITAR A TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS À MÉDIA DE MERCADO DO PERÍODO. 7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTO, RELATADO E DISCUTIDO O PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADOS NO SISTEMA. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Lana Barbosa de Melo (OAB: 50323/CE)

Nº 0202807-82.2023.8.06.0091/50000 - Agravo Interno Cível - Iguatu - Agravante: Banco Itaú Consignado S/A - Agravada: Maria Marcelina de Almeida - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PARCIAL PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. PREJUDICIAL DE MÉRITO: PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. NECESSIDADE DE PERÍCIA DATILOSCÓPICA. ÔNUS DA PROVA SOBRE AUTENTICIDADE DA DIGITAL. NULIDADE DO CONTRATO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS MANTIDA EM R$ 5.000,00. REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES. COMPENSAÇÃO DE VALORES JÁ CONCEDIDA EM SEDE DE APELAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS APELATÓRIOS INTERPOSTOS, ACRESCENTANDO À SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, A CONDENAÇÃO DA REQUERIDA EM DANOS MORAIS E A REALIZAÇÃO DE COMPENSAÇÃO CASO SEJA COMPROVADA A EFETIVA TRANSFERÊNCIA DE VALOR PARA A PARTE CONSUMIDORA. INSURGE-SE A AGRAVANTE DEFENDENDO A VALIDADE DO CONTRATO, REQUERENDO A EXCLUSÃO DOS DANOS MORAIS OU A MINORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO NA ORIGEM, COMPENSANDO-SE OS VALORES TRANSFERIDOS PARA A CONTA BANCÁRIA DA CONSUMIDORA.PREJUDICIAL DE MÉRITO: O ÚLTIMO DESCONTO EFETUADO PELO ENTE FINANCEIRO, REFERENTE AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO N° 577172382, ACONTECEU EM OUTUBRO/2020. LOGO, O AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO ANO DE 2023 OCORREU ANTES DO DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL DO ART. 27, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, QUE INSTITUIU A PRESCRIÇÃO EM 05 (CINCO) ANOS. DO EXAME DETIDO DOS AUTOS, OBSERVA-SE QUE A CONSUMIDORA PUGNARA, DE FORMA EXPRESSA E INTUITIVA, A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PAPILOSCÓPICA, POIS NÃO RECONHECERA A VALIDADE DE SUA DIGITAL INSERIDA NO CONTRATO JUNTADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.DESTACA-SE O ENTENDIMENTO DO STJ, FIRMADO NO TEMA REPETITIVO DE N° 1061, QUE “NA HIPÓTESE EM QUE O CONSUMIDOR/AUTOR IMPUGNAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA CONSTANTE EM CONTRATO BANCÁRIO JUNTADO AO PROCESSO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CABERÁ A ESTA O ÔNUS DE PROVAR A AUTENTICIDADE (CPC, ARTS. 6º, 369 E 429, II)”.NO CASO, O JUÍZO A QUO, AO INTIMAR O ENTE FINANCEIRO PARA SE MANIFESTAR A RESPEITO DO DESEJO DE PRODUZIR A PROVA PERICIAL REQUERIDA PELA CONSUMIDORA, ATENDEU À LÓGICA CONSOLIDADA PELA CORTE CIDADÃ NO TEMA REPETITIVO RETRO. CONTUDO, DIANTE DO MANIFESTO DESINTERESSE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM PRODUZIR TAL PROVA, ÔNUS QUE LHE CABIA, NOS TERMOS DO ART. 429, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, RESTOU CONFIGURADO O DEFEITO NO SERVIÇO PRESTADO, NÃO TENDO O BANCO PROCEDIDO COM AS CAUTELAS DEVIDAS PARA A CONTRATAÇÃO COM A AUTORA, ASSUMINDO O RISCO LESIVO E GERANDO O DEVER DE INDENIZAR. NOTE-SE QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO PROVOU A OCORRÊNCIA DAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADES PREVISTAS NO § 3º DO ART. 14 DO CDC. 7. DANOS MORAIS: CONFIGURADOS OS DANOS MORAIS EM RAZÃO DOS DESCONTOS INDEVIDOS DECORRENTES DE CONTRATO NULO, QUE AFETARAM DIRETAMENTE O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, COMPROMETENDO SEU SUSTENTO. A INDENIZAÇÃO FOI MANTIDA EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), COM A INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, PELO INPC, DESDE A DATA DO ARBITRAMENTO E DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, TUDO CONSOANTE SÚMULAS 43, 54 E 362 DO STJ. TAL QUANTIA NÃO DESTOA DO IMPORTE HABITUALMENTE RECONHECIDO NAS CÂMARAS DE DIREITO PRIVADO DESTE TRIBUNAL, PRINCIPALMENTE QUANDO OBSERVADO A EXPRESSIVA DETERIORAÇÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DA CONSUMIDORA.8. COMPENSAÇÃO DE VALORES: NO QUE CONCERNE AO PEDIDO DE COMPENSAÇÃO DO VALOR PAGO EM FAVOR DA AUTORA, ESTE JÁ FOI CONCEDIDO PELO ENTÃO RELATOR DO CASO AO PROFERIR A DECISÃO MONOCRÁTICA, CARECENDO, PORTANTO, DE INTERESSE A PRETENSÃO RECURSAL DO RÉU NESSE ÚNICO PONTO.9. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTO, RELATADO E DISCUTIDO O PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA-CE, DATA E HORA INDICADOS NO SISTEMA.DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ) - Rodrigo Sampson Vilarouca de Freitas Leite (OAB: 39524/CE)

Nº 0202937-64.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Maria Zilma Henrique - Apelante: Banco Pan S/A - Apelado: Banco Pan S/A - Apelada: Maria Zilma Henrique - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram

do recurso do Banco Pan S/A, para, no mérito, dar-lhe provimento e julgaram prejudicado o apelo de Maria Zilma Henrique, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. TERMO A QUO. CINCO ANOS A PARTIR DO ÚLTIMO DESCONTO. ASSINATURA NÃO RECONHECIDA PELA PROMOVENTE. DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. LAUDO PERICIAL CONFIRMANDO A FALSIFICAÇÃO DA ASSINATURA. CONTRATAÇÃO ILÍCITA. DANOS PATRIMONIAIS CONFIGURADOS. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO EM OBSERVÂNCIA À MODULAÇÃO DE EFEITOS NO ÂMBITO DO EARESP 676.608/RS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO PARA OS DESCONTOS EFETUADOS APÓS 30/3/2021. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DESCONTOS DE PARCELAS ÍNFIMAS. MERO ABORRECIMENTO. RECURSOS CONHECIDOS, SENDO O DA PARTE RÉ PROVIDO E O DA PARTE AUTORA PREJUDICADO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DOS RECURSOS PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ, DANDO COMO PREJUDICADO O RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Antonio Euberlan Rodrigues Lima (OAB: 40660/CE) - Douglas Viana Bezerra (OAB: 21587/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0205511-13.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Fátima Ribeiro Teixeira - Apelado: Banco BMG S/A - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram dos recursos, para, no mérito, dar provimento ao apelo de Fátima Ribeiro Teixeira e negar provimento ao apelo do Banco BMG S/A, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA JULGADA PROCEDENTE. CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONSUMIDOR INDUZIDO A ERRO PARA FIRMAR MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO VIA CARTÃO DE CRÉDITO NO LUGAR CONVENCIONAL. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO QUE DEMONSTRAM VERACIDADE DA ALEGAÇÃO AUTORAL. CARTÃO NÃO UTILIZADO PARA FAZER COMPRAS. CRÉDITO DISPONIBILIZADO NA CONTA DO AUTOR QUE NÃO TEM O CONDÃO, POR SI SÓ, DE CONVALIDAR O NEGÓCIO JURÍDICO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO CLARA E ADEQUADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. VÍCIO DE VONTADE CONFIGURADO. NULIDADE DO CONTRATO E DEVER DE INDENIZAR QUE SE IMPÕE. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES, E EM DOBRO EM RELAÇÃO AOS DESCONTOS EVENTUALMENTE REALIZADOS APÓS 30/03/2021. DANOS MORAIS EXISTENTES. FIXAÇÃO NO VALOR DE R$3.000,00(CINCO MIL REAIS). COMPENSAÇÃO DO VALOR TRANSFERIDO. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDO PARA A AUTORA E DESPROVIDO PARA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO APELO DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, E PROVER O RECURSO DA PARTE AUTORA, REFORMANDO-SE EM PARTE A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.
FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO
PRESIDENTE DESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Fernando Moreira Drummond Teixeira (OAB: 108112/MG)

Nº 0473428-56.2010.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Kovr Seguradora S/A - Apelado: Bernardo Castro da Costa - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO EM QUALQUER GRAU DE JURISDIÇÃO E NÃO SUJEITA À PRECLUSÃO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA POR INVALIDEZ. PRAZO DE UM ANO, CONFORME TESE FIRMADA NO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA Nº 2 DO STJ. TERMO INICIAL SE DÁ NO MOMENTO DA CIÊNCIA DA RECUSA DA COBERTURA SECURITÁRIA. VERTENTE SUBJETIVA DA ACTIO NATA. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE DE ARGUIR A AUSÊNCIA DE CIÊNCIA DA INCAPACIDADE LABORAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA RECONHECER A PRESCRIÇÃO. 1.APESAR DE NÃO ARGUIDA NA CONTESTAÇÃO E NÃO APRECIADA NA SENTENÇA, A QUESTÃO ALUSIVA À PRESCRIÇÃO É PASSÍVEL DE RECONHECIMENTO DE OFÍCIO, POR SER QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA, PODENDO SER SUSCITADA EM QUALQUER GRAU DE JURISDIÇÃO, NÃO SE SUJEITANDO, PORTANTO, À PRECLUSÃO. PRECEDENTES DO STJ. ADEMAIS, A TEMÁTICA FOI DEVIDAMENTE CONTRAPOSTA PELA PARTE ADVERSA NAS CONTRARRAZÕES, MOTIVO PELO QUAL FOI DEVIDAMENTE OBSERVADO O CONTRADITÓRIO EFETIVO.2.O PRAZO PRESCRICIONAL É DE 1 (UM) ANO (ART. 206, §1º, INCISO II, ALÍNEA “B”, DO CÓDIGO CIVIL). A RESPEITO DO TEMA, A TESE FIRMADA NO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA Nº 2 PREVÊ QUE: “É ÂNUO O PRAZO PRESCRICIONAL PARA EXERCÍCIO DE QUALQUER PRETENSÃO DO SEGURADO EM FACE DO SEGURADOR - E VICE-VERSA - BASEADA EM SUPOSTO INADIMPLEMENTO DE DEVERES (PRINCIPAIS, SECUNDÁRIOS OU ANEXOS) DERIVADOS DO CONTRATO DE SEGURO, EX VI DO DISPOSTO NO ARTIGO 206, § 1º, II, “B”, DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 (ARTIGO 178, § 6º, II, DO CÓDIGO CIVIL DE 1916)”.3.O CÓDIGO CIVIL PREVÊ QUE A PRETENSÃO DEVE SER INSTAURADA DA CIÊNCIA DO FATO GERADOR, NÃO FLUINDO PELA SIMPLES OCORRÊNCIA DO ACIDENTE, PORQUANTO TAL MISTER GERARIA SITUAÇÃO INCONGRUENTE, EM QUE O LAPSO PARA BUSCAR O JUDICIÁRIO SERIA INICIADO ANTES MESMO DA APRECIAÇÃO PELA VIA ADMINISTRATIVA. PARTINDO DESSA PREMISSA, INTERPRETA-SE O DISPOSITIVO PELA VERTENTE SUBJETIVA DA ACTIO NATA, RAZÃO PELA QUAL O MARCO INICIAL É O MOMENTO DA CIÊNCIA DA RECUSA DA COBERTURA SECURITÁRIA. ENTENDIMENTO DO STJ.4.AINDA QUE SE CONSIDERE QUE A PRETENSÃO TERIA INÍCIO A PARTIR DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE, E NÃO DA NEGATIVA DA SEGURADORA, COMO DISPOSTO NO ENUNCIADO SUMULAR Nº 278 DO STJ, TAL MISTER SERIA MAIS PREJUDICIAL AINDA À PARTE AUTORA, POSTO QUE A CONCESSÃO DE SUA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ SE DEU EM MOMENTO ANTERIOR À NEGATIVA ADMINISTRATIVA.5.DIANTE DA OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, RESTA INEXEQUÍVEL A TESE DA PARTE DE QUE NÃO TINHA CIÊNCIA DE SUA INCAPACIDADE LABORAL, SOB PENA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. NESSE SENTIDO, PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE.6.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARARELATORA . - Advs: Nathália Satzke Barreto Duarte (OAB: 393850/SP) - André Pissolito

Campos (OAB: 261263/SP) - André Rodrigues Chaves (OAB: 55925/RS) - Antônio Carlos Fernandes Pinheiro (OAB: 22941/CE) - Vitoria Maria Diniz Gomes (OAB: 49267/CE)

Nº 0634113-83.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: E. C. da C. - Agravado: E. F. da C. - Agravada: R. M. da C. - Agravada: E. C. da C. - Agravada: E. F. da C. F. - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INTERDIÇÃO. CURATELA PROVISÓRIA. NOMEAÇÃO DA ESPOSA DO INTERDITANDO COMO CURADORA. ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS PARA AFASTAMENTO DA PRIORIDADE LEGAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAMEAGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR E.C. DA C. CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DO JUÍZO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA DE FORTALEZA CE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE INTERDIÇÃO Nº 0245409-67.2023.8.06.0001, QUE NOMEOU A ESPOSA DO INTERDITANDO COMO CURADORA PROVISÓRIA, COM BASE NA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL.A AGRAVANTE, FILHA DO INTERDITANDO, PLEITEIA A CURATELA PROVISÓRIA DO GENITOR, ALEGANDO QUE DETÉM A “CURATELA DE FATO” E DENUNCIANDO SUPOSTOS MAUS-TRATOS E INTERESSE FINANCEIRO POR PARTE DA ESPOSA DO INTERDITANDO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃOHÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE É CABÍVEL AFASTAR A PREFERÊNCIA LEGAL ESTABELECIDA NO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL, QUE ATRIBUI AO CÔNJUGE A CURATELA DO INTERDITANDO; E (II) ANALISAR SE A AGRAVANTE APRESENTOU ELEMENTOS SUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A SUA NOMEAÇÃO COMO CURADORA PROVISÓRIA EM DETRIMENTO DA ESPOSA DO INCAPAZ.III. RAZÕES DE DECIDIRO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU FUNDAMENTA A DECISÃO NA ORDEM DE PREFERÊNCIA DO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL, QUE CONFERE AO CÔNJUGE NÃO SEPARADO JUDICIALMENTE OU DE FATO O DIREITO À CURATELA DO OUTRO, SALVO PROVA DE MOTIVOS GRAVES QUE POSSAM COMPROMETER O BEM-ESTAR DO INCAPAZ.A DECISÃO RECORRIDA OBSERVA QUE NÃO HÁ ELEMENTOS ROBUSTOS NOS AUTOS QUE JUSTIFIQUEM O AFASTAMENTO DA ESPOSA DO INTERDITANDO DA CURATELA PROVISÓRIA, CONSIDERANDO QUE EVENTUAIS ACUSAÇÕES ENTRE AS PARTES NÃO FORAM COMPROVADAS DE FORMA SUFICIENTE.A REALIZAÇÃO DE ESTUDO SOCIAL, POSTERIOR À NOMEAÇÃO DA CURADORA PROVISÓRIA, CONCLUI QUE A ESPOSA DO INTERDITANDO EXERCE OS CUIDADOS NECESSÁRIOS, QUE A RESIDÊNCIA ESTÁ EM BOAS CONDIÇÕES E QUE O INTERDITANDO APRESENTA BOM ESTADO DE HIGIENE E CUIDADOS ADEQUADOS.O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SEGUNDO GRAU SE MANIFESTA PELO DESPROVIMENTO DO AGRAVO, DESTACANDO QUE O ESTUDO SOCIAL CORROBORA A MANUTENÇÃO DA ESPOSA COMO CURADORA PROVISÓRIA E QUE A AGRAVADA APRESENTOU LAUDO DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL, AFASTANDO AS ALEGAÇÕES DE INCAPACIDADE PARA O EXERCÍCIO DO ENCARGO.JURISPRUDÊNCIA DO TJCE APONTA QUE A CURATELA PROVISÓRIA DEVE RESPEITAR O MELHOR INTERESSE DO INCAPAZ E QUE A NOMEAÇÃO DO CURADOR DEVE PRIVILEGIAR A ESTABILIDADE E O CONTEXTO FAMILIAR DO INTERDITANDO, OBSERVANDO A ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA NA AUSÊNCIA DE RAZÕES SUFICIENTEMENTE GRAVES PARA SUA FLEXIBILIZAÇÃO.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:A ORDEM DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDA NO ART. 1.775 DO CÓDIGO CIVIL PARA A CURATELA DEVE SER RESPEITADA, SALVO PROVA DE MOTIVOS SÉRIOS E GRAVES QUE JUSTIFIQUEM A PRETERIÇÃO DO CÔNJUGE.A DEMONSTRAÇÃO DE BOM ESTADO DE CUIDADOS E DE ADAPTAÇÃO DO INCAPAZ À ATUAL SITUAÇÃO, CORROBORADA POR ESTUDO SOCIAL, CONSTITUI FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DO CÔNJUGE COMO CURADOR PROVISÓRIO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ART. 1.775; CPC, ART. 300; CPC, ART. 749, PARÁGRAFO ÚNICO; LEI Nº 13.146/2015, ART. 87.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0631590-40.2019.8.06.0000, REL. DES. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, J. 03.11.2021.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Rodger Raniery Holanda Costa (OAB: 29708/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200296-21.2023.8.06.0121 - Apelação Cível - Massapê - Apelante: Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda. - Apelante: Maria Celeste do Nascimento Pascoa - Apelada: Maria Celeste do Nascimento Pascoa - Apelado: Agibank Corretora de Seguros Sociedade Simples Ltda. - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE SEGURO. INSTRUMENTO CONTRATUAL FIRMADO COM ANALFABETO. ARTIGO 595 DO CPC. AUSÊNCIA DE ASSINATURA A ROGO. CONTRATAÇÃO ILÍCITA. DANOS MATERIAIS CONFIGURADOS. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP 676.608. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ PARA OS DESCONTOS EFETUADOS EM DATA POSTERIOR AO DIA 30/03/2021. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DESCONTOS DE PARCELAS IRRISÓRIAS. MERO ABORRECIMENTO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DOS PRESENTES RECURSOS PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATORELATOR/PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB: 357590/SP) - Daniel Farias Tavares (OAB: 24902/CE) - Antonio Maurício Rodrigues Quariguasi (OAB: 36692/CE)

Nº 0200611-15.2023.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Antonio Oliveira Viana - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADAS. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONTRATO NÃO APRESENTADO. PEDIDO DE REDUÇÃO DOS DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. VALOR ARBITRADO EM CONFORMIDADE AO ENTENDIMENTO DESTA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL BUSCA A REFORMA DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU COM VISTAS A AFASTAR A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, BEM COMO PARA SEJAM EXCLUÍDOS OU REDUZIDOS OS DANOS MORAIS ARBITRADOS.II.

QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM PERQUIRIR O ACERTO OU DESACERTO DA SENTENÇA IMPUGNADA, A QUAL JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL QUE CONSISTIA NA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO REFERENTES A UM EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, BEM COMO A REPETIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS DA CONTA BANCÁRIA DO APELANTE, ALÉM DA REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DA RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRANÃO HÁ DÚVIDA DE QUE O FORNECEDOR RESPONDE, OBJETIVAMENTE, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES, SOMENTE EXCLUÍDA SUA RESPONSABILIDADE NAS HIPÓTESES PREVISTAS NO §3º DO ART. 14 DO CDC. NO CASO EM ANÁLISE, OS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O FEITO DEMONSTRAM A EFETIVAÇÃO DOS DESCONTOS NA CONTA-CORRENTE DO DEMANDANTE REFERENTES AO SUPOSTO CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO.NOUTRO GIRO, O BANCO DEMANDADO NÃO SE PREOCUPOU EM JUNTAR AOS AUTOS CÓPIA DO SUPOSTO CONTRATO ENTABULADO, O QUE DEMONSTRARIA A CIÊNCIA DO APELADO SOBRE OS TERMOS DO NEGÓCIO CELEBRADO DE FORMA A LEGITIMAR OS DESCONTOS DA ANUIDADE.ASSIM, INDEPENDENTEMENTE DA ANÁLISE DA CULPA, VERIFICA-SE, NO CASO EM APREÇO, A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, QUE DESÁGUA NA RESPONSABILIZAÇÃO OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENDO ACERTADA A SENTENÇA QUE A CONDENOU A REPARAR OS DANOS MORAIS E MATERIAIS EXPERIMENTADOS PELO CONSUMIDOR.4. DA IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DOS DANOS MORAIS.CONSIDERANDO A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, A CAPACIDADE ECONÔMICA DAS PARTES, A EXTENSÃO DO DANO, O CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO DA INDENIZAÇÃO, BEM COMO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, ENTENDO QUE A QUANTIA FIXADA PELO MAGISTRADO A QUO, QUAL SEJA, R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS), SE MOSTRA SUFICIENTE, RAZOÁVEL E PROPORCIONAL À REPARAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL SOFRIDO. IV. DISPOSITIVO5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC, ARTS. 6, III, 14, §3º E 42, PARÁGRAFO ÚNICO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-CE - AC 0018063-80.2019.8.06.0029, REL. MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, J. 05/12/2018; STJ - RESP 1199782/PR, REL. MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, J.24/08/2011; STJ. CORTE ESPECIAL. EARESP 676608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, JULGADO EM 21/10/2020ACÓRDÃO VISTO, RELATADO E DISCUTIDO O PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARARELATORA . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - David Barbosa Azevedo (OAB: 40472/CE)

Nº 0204706-10.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Maria Domingos da Conceição - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DESCONTOS INDEVIDOS. DANOS MORAIS FIXADOS EM R$ 500,00. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO DO VALOR ARBITRADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I - CASO EM EXAME.1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARIA DOMINGOS DA CONCEIÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, CONDENANDO O BANCO BRADESCO S/A A RESTITUIR VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE E A PAGAR R$ 500,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. O RECURSO OBJETIVA EXCLUSIVAMENTE A MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADO EM R$ 500,00 DEVE SER MANTIDO OU MAJORADO, TENDO EM VISTA OS ARGUMENTOS DA PARTE RECORRENTE SOBRE A DESPROPORÇÃO FRENTE AO PODERIO ECONÔMICO DO BANCO RÉU.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. O DANO MORAL É CARACTERIZADO QUANDO O ATO ILÍCITO ATINGE A DIGNIDADE DA PESSOA, CAUSANDO ABALO PSICOLÓGICO OU OFENSA À HONRA. NO ENTANTO, A MERA OCORRÊNCIA DE UM ILÍCITO, COMO DESCONTOS INDEVIDOS, NÃO GERA AUTOMATICAMENTE O DIREITO À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL RELEVANTE.4. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É FIRME AO ESTABELECER QUE DESCONTOS INDEVIDOS DE PEQUENA MONTA, QUE NÃO COMPROMETEM A SUBSISTÊNCIA DO CONSUMIDOR OU NÃO AFETAM SEUS DIREITOS DE PERSONALIDADE, CARACTERIZAM MERO ABORRECIMENTO, NÃO ENSEJANDO REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS.5. NO CASO CONCRETO, NÃO HÁ ELEMENTOS QUE DEMONSTREM PREJUÍZO EXTRAPATRIMONIAL SIGNIFICATIVO, COMO ABALO À SUBSISTÊNCIA OU INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES, CAPAZES DE JUSTIFICAR A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.6. O VALOR DE R$ 500,00 SE MOSTRA ADEQUADO À SITUAÇÃO FÁTICA, ATENDENDO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, ALÉM DE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CÂMARA.IV. DISPOSITIVO E TESE.7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. O DANO MORAL DECORRENTE DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PEQUENA MONTA, QUE NÃO COMPROMETAM A SUBSISTÊNCIA DO CONSUMIDOR NEM ATINJAM SUA DIGNIDADE DE FORMA RELEVANTE, CARACTERIZA MERO ABORRECIMENTO E NÃO JUSTIFICA A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.2. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE OBSERVAR A PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, CONSIDERANDO A SITUAÇÃO CONCRETA E OS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, V E X; CC/2002, ARTS. 186 E 927; CDC, ART. 6º, VI.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO ARESP 2.157.547/SC, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, 4ª T., J. 12/12/2022; STJ, AGINT NO RESP 1.948.000/SP, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, 4ª T., J. 23/05/2022; STJ, RESP 2.160.992/SP, REL. MIN. MARCO BUZZI, DJE 19/09/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE) - Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200369-80.2024.8.06.0113 - Apelação Cível - Jucás - Apelante: Maria Lucia Ferreira - Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme

acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE DÉBITO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, I, DO CPC. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO ACESSO À JUSTIÇA E DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO.I - CASO EM EXAME. 1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, UMA AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE DÉBITO PROPOSTA CONTRA O BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. A AUTORA ALEGOU DESCONTOS INDEVIDOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DECORRENTES DE EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO. O JUÍZO DE ORIGEM DETERMINOU A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL PARA A JUNTADA DE DOCUMENTOS BANCÁRIOS E PESSOAIS, CONSIDERANDO QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS ERAM INSUFICIENTES PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. A SENTENÇA FOI PROFERIDA COM BASE NO ART. 485, I, DO CPC, APÓS A AUTORA NÃO CUMPRIR TEMPESTIVAMENTE A DETERMINAÇÃO DE EMENDA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SE OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PELO JUÍZO DE ORIGEM ERAM DE FATO INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO; E (II) SE A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO VIOLOU OS PRINCÍPIOS DO ACESSO À JUSTIÇA E DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUÍDA COM OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO, CONFORME ART. 320 DO CPC. ENTRETANTO, A EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE NÃO SÃO ESSENCIAIS À VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO, MAS APENAS ÚTEIS À INSTRUÇÃO PROBATÓRIA, CONFIGURA FORMALISMO EXCESSIVO.4. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) ESTABELECE QUE APENAS DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS E SUBSTANCIAIS À CAUSA DE PEDIR SÃO INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. 5. DOCUMENTOS COMO EXTRATOS BANCÁRIOS, EXIGIDOS NO PRESENTE CASO, CONFIGURAM PROVA QUE PODE SER PRODUZIDA AO LONGO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, NÃO JUSTIFICANDO O INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.6. A AUTORA INSTRUIU A INICIAL COM OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS, COMO PROCURAÇÃO, DOCUMENTOS PESSOAIS, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E HISTÓRICO DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, CUMPRINDO, ASSIM, OS REQUISITOS DOS ARTS. 319 E 320 DO CPC. A DECISÃO QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM MÉRITO FERE O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL (ART. 5º, XXXV, DA CF).7. A EXTINÇÃO DO PROCESSO COM BASE EM FORMALISMO EXACERBADO CONTRARIA O PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO, CONFORME PRECEITUADO PELO ART. 4º DO CPC.IV. DISPOSITIVO E TESE.8. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.TESE DE JULGAMENTO:OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO SÃO AQUELES QUE COMPROVAM A CAUSA DE PEDIR E A LEGITIMIDADE DAS PARTES, NÃO SENDO EXIGÍVEL, PARA O RECEBIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, A JUNTADA DE DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM MERO MEIO DE PROVA.A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS FORMAIS VIOLA OS PRINCÍPIOS DO ACESSO À JUSTIÇA E DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, XXXV; CPC/2015, ARTS. 319, 320, 485, I, E 4º.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGRG NO AGRG NO RESP 1513217/CE, REL. MIN. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ª TURMA, JULGADO EM 27.10.2015; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0201900-02.2023.8.06.0029, REL. DES. JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, JULGADO EM 04.10.2023.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Luiza Mércia Freire Corrêa (OAB: 43656/CE) - Carlos Alberto Baiao (OAB: 34767/CE)

Nº 0200574-44.2023.8.06.0049 - Apelação Cível - Beberibe - Apelante: Banco Pan S/A - Apelado: Cleonice Nogueira da Silva - Des. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ASSINATURA NÃO RECONHECIDA. IMPUGNAÇÃO DE VERACIDADE. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEMA Nº 1.061 DO STJ. CONTRATAÇÃO ILÍCITA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. DESCONTOS DE PARCELAS ÍNFIMAS. MERO ABORRECIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS MEMBROS DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR/RELATOR . - Advs: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE) - Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE)

Nº 0204706-10.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Maria Domingos da Conceição - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DESCONTOS INDEVIDOS. DANOS MORAIS FIXADOS EM R$ 500,00. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO DO VALOR ARBITRADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I - CASO EM EXAME.1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARIA DOMINGOS DA CONCEIÇÃO CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, CONDENANDO O BANCO BRADESCO S/A A RESTITUIR VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE E A PAGAR R$ 500,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. O RECURSO OBJETIVA EXCLUSIVAMENTE A MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DEFINIR SE O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADO EM R$ 500,00 DEVE SER MANTIDO OU MAJORADO, TENDO EM VISTA OS ARGUMENTOS DA PARTE RECORRENTE SOBRE A DESPROPORÇÃO FRENTE AO PODERIO ECONÔMICO DO BANCO RÉU.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. O DANO MORAL É CARACTERIZADO QUANDO O ATO ILÍCITO ATINGE A DIGNIDADE DA PESSOA, CAUSANDO ABALO PSICOLÓGICO OU OFENSA À HONRA. NO ENTANTO, A MERA OCORRÊNCIA DE UM ILÍCITO, COMO DESCONTOS INDEVIDOS, NÃO GERA AUTOMATICAMENTE O DIREITO À INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL RELEVANTE.4. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É FIRME AO ESTABELECER QUE DESCONTOS INDEVIDOS DE PEQUENA MONTA, QUE NÃO COMPROMETEM A SUBSISTÊNCIA DO CONSUMIDOR OU NÃO AFETAM SEUS DIREITOS DE PERSONALIDADE, CARACTERIZAM MERO ABORRECIMENTO, NÃO ENSEJANDO REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS.5. NO CASO CONCRETO, NÃO HÁ ELEMENTOS QUE DEMONSTREM PREJUÍZO EXTRAPATRIMONIAL SIGNIFICATIVO, COMO ABALO À SUBSISTÊNCIA OU INSCRIÇÃO EM CADASTROS DE

INADIMPLENTES, CAPAZES DE JUSTIFICAR A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.6. O VALOR DE R$ 500,00 SE MOSTRA ADEQUADO À SITUAÇÃO FÁTICA, ATENDENDO AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, ALÉM DE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CÂMARA.IV. DISPOSITIVO E TESE.7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. O DANO MORAL DECORRENTE DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PEQUENA MONTA, QUE NÃO COMPROMETAM A SUBSISTÊNCIA DO CONSUMIDOR NEM ATINJAM SUA DIGNIDADE DE FORMA RELEVANTE, CARACTERIZA MERO ABORRECIMENTO E NÃO JUSTIFICA A MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.2. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE OBSERVAR A PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, CONSIDERANDO A SITUAÇÃO CONCRETA E OS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, V E X; CC/2002, ARTS. 186 E 927; CDC, ART. 6º, VI.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO ARESP 2.157.547/SC, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, 4ª T., J. 12/12/2022; STJ, AGINT NO RESP 1.948.000/SP, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, 4ª T., J. 23/05/2022; STJ, RESP 2.160.992/SP, REL. MIN. MARCO BUZZI, DJE 19/09/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UMA DE SUAS TURMAS E POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIARELATOR . - Advs: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE) - Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0009006-38.2019.8.06.0126 - Apelação Cível - Mombaça - Apelante: Luís Amaral Castelo - Apelado: Banco BNP Paribas Brasil S/A - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, DECORRENTE DE CARTÃO DE CRÉDITO COM MARGEM CONSIGNÁVEL. MATÉRIA INCONTROVERSA. APELAÇÃO COM RELAÇÃO AO VALOR A TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESTITUIÇÃO SIMPLES NO CASO. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STJ NO JULGAMENTO PROFERIDO NO EARESP DE N° 676608/RS. DANOS MORAIS PRESUMÍVEIS (IN RE IPSA). FIXAÇÃO NO PATAMAR DE R$5.000,00(CINCO MIL REAIS). APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.1 - TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA POR CONSUMIDORA EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NO CASO, O REFERIDO ÉDITO JUDICIAL DECLAROU A NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO, REFERENTE A EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, DECORRENTE DE UM CARTÃO DE CRÉDITO COM MARGEM CONSIGNÁVEL, CONDENANDO A APELANTE À RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES, SEM CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS.2 - NOS TERMOS DO ART. 14, CAPUT E §3°, DO CDC, O DEVER DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM REPARAR EVENTUAIS DANOS PROVOCADOS A TERCEIROS, DECORRENTES DE SUA ATIVIDADE NO MERCADO DE CONSUMO, PAUTA-SE PELA RESPONSABILIDADE OBJETIVA COM FUNDAMENTO NA TEORIA DO RISCO DO EMPREENDIMENTO, SENDO ENTÃO DESPICIENDA A COMPROVAÇÃO DA CULPA DO PRESTADOR NO CASO.3 - APELAÇÃO QUE VISA ATACAR O QUANTUM CONDENATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS E MATERIAL, SENDO INCONTROVERSA A DISCUSSÃO ACERCA DA REGULARIDADE CONTRATUAL, VISTO QUE NÃO ATACADA PELA VIA DE APELAÇÃO.4 - NOS TERMOS DO EARESP DE N° 676608/RS, JULGADO PELO STJ, A RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS, NO PRESENTE CASO, DEVE SE DAR DE FORMA SIMPLES, PORQUANTO HOUVERAM DESCONTOS ANTERIORES AO MARCO TEMPORAL ESTABELECIDO PELA CORTE SUPERIOR, O QUE ATRAIRIA A SUA COMPENSAÇÃO NA FORMA EXCLUSIVAMENTE SIMPLES. NO MAIS, DEVE INCIDIR CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, A PARTIR DE CADA DESCONTO INDEVIDO (SÚMULA N° 43, DO STJ) E JUROS DE MORA DESDE O EVENTO DANOSO (SÚMULA N° 54, DO STJ E ART. 398, DO CÓDIGO CIVIL)5 - O CASO EM TESTILHA EVIDENCIA MANIFESTA VIOLAÇÃO A DIREITOS DA PERSONALIDADE DA CONSUMIDORA. COMO BEM RESSALTA A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE DE JUSTIÇA, É INEQUÍVOCA A OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE NATUREZA EXTRAPATRIMONIAL, PORQUE JÁ É CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DE QUE OS DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO POR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, SEM O PRÉVIO CONSENTIMENTO DO INTERESSADO À SUA CONTRATAÇÃO, CARACTERIZA-SE UM DANO PRESUMÍVEL (IN RE IPSA).6 - VERIFICA-SE A NECESSIDADE DE REPARAÇÃO DA CONSUMIDORA, PELO DANOS CAUSADOS PELA REQUERIDA, DE MODO QUE FIXO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS NA IMPORTÂNCIA DE R$5.000,00(CINCO MIL REAIS). INCIDEM CORREÇÃO MONETÁRIA, PELO INPC, NOS TERMOS DA SÚMULA N° 362, DO STJ, OU SEJA A PARTIR DE SEU ARBITRAMENTO, ENQUANTO QUE OS JUROS DE MORA DEVEM SER CALCULADOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO, CONSOANTE O ENUNCIADO N° 54, DA MESMA CORTE SUPERIOR E O ART. 398, DO CÓDIGO CIVIL.7 - APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.ACÓRDÃO VISTO, RELATADO E DISCUTIDO O PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.
FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO
PRESIDENTE DESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE)

Nº 0051468-17.2021.8.06.0101/50001 - Agravo Interno Cível - Itapipoca - Agravante: Banco Itaú Consignado S/A - Agravada: Maria Dalva de Sousa - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA MAJOROU OS DANOS MORAIS PARA ADEQUÁ-LOS AOS VALORES COTIDIANAMENTE ARBITRADOS POR ESTA E. CORTE. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO INTERNO MOVIDO POR BANCO ITAÚ CONSIGNADO S/A EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO A APELAÇÃO INTERPOSTA PELA AGRAVADA, MAJORANDO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS DE R$2.000,00 (DOIS MIL REAIS) PARA R$5.000,00 (CINCO MIL REAIS).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR SE O QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO SE MOSTROU ADEQUADO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DO DANO MORAL.NO QUE CONCERNE AO VALOR ESTABELECIDO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR

DANOS MORAIS, IMPERIOSO PONDERAR OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE COM OS OBJETIVOS NUCLEARES DA REPARAÇÃO, CONSISTENTES, POR UM LADO, EM CONFERIR UM ALENTO AO OFENDIDO, ASSEGURANDO-LHE UM CONFORTO PELAS OFENSAS E PELO DESESPERO EXPERIMENTADO, E, POR OUTRO, REPREENDER O OFENSOR POR SEU DESPREZO PARA COM OS DIREITOS ALHEIOS E AS OBRIGAÇÕES INERENTES À SUA CONDIÇÃO, SEJA DE FORNECEDOR, PRODUTOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS. DESSE MODO, PARA ATINGIR O OBJETIVO DE COIBIR QUE O PROMOVIDO VENHA REPETIR A CONDUTA ILÍCITA, BEM COMO EVITAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO PROMOVENTE, VERIFICA-SE QUE O CÁLCULO ARBITRADO PELO MAGISTRADO DA INSTÂNCIA DE ORIGEM, FIXADO EM R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), DESTOOU DO IMPORTE HABITUALMENTE RECONHECIDO NAS CÂMARAS DE DIREITO PRIVADO DESTE TRIBUNAL, SENDO SUA MAJORAÇÃO DEVIDA. NÃO SE TRATA UNICAMENTE DE RESSARCIR MONETARIAMENTE A PARTE PREJUDICADA PELA HUMILHAÇÃO, DOR OU SOFRIMENTO, MAS COMPENSAR TODAS ESSAS SENSAÇÕES, REDIMINDO, DE ALGUMA FORMA, AS CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DO ILÍCITO PRATICADO PELO BANCO, UMA VEZ QUE A CONSUMIDORA É APOSENTADA E NECESSITA CLARAMENTE DE SEUS PROVENTOS PARA SOBREVIVER.ISTO POSTO, A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MAJOROU OS DANOS MORAIS PARA ADEQUÁ-LO AOS VALORES COTIDIANAMENTE APLICADOS POR ESTA E. CORTE NÃO MERECE QUALQUER RETOQUE. IV. DISPOSITIVO4. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 1.021.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-CE - AC - 0162700-14.2019.8.06.0001, REL. DES. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE J. 04/07/2024;ACÓRDÃOVISTO, RELATADO E DISCUTIDO O PRESENTE RECURSO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESA. MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARARELATORA . - Advs: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA) - Anderson Barroso de Farias (OAB: 19623/CE)

Nº 0152857-25.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Banco BMG S/A - Embargada: Ivone de Souza Moreira - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM ACÓRDÃO DE APELAÇÃO CÍVEL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA HIERARQUIA DA NORMA CONTIDA NO ART. 85, DO CPC. INCIDÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP: 1746072/PR. NECESSIDADE DE CONSIDERAR PARA O CASO O VALOR DA CONDENAÇÃO PARA FINS DE ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS.I. CASO EM EXAME1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL ONDE O EMBARGANTE BUSCA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS TENDO O VALOR DA CONDENAÇÃO COMO PARÂMETRO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. EM SÍNTESE, REQUER O RECORRENTE SEJA DADO PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO SENTIDO DE SANAR A CONTRADIÇÃO E FIXAR O VALOR DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO E NÃO SOBRE O VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 85, § 2º DO CPC/15.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIADE FATO, AO REFORMAR A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU E INVERTER A SUCUMBÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, O ACÓRDÃO EMBARGADO NÃO OBSERVOU QUE OS HONORÁRIOS HAVIAM SIDO ARBITRADOS COM BASE NO VALOR DA CAUSA, O QUE SE MOSTROU COERENTE, UMA VEZ QUE ALI NÃO HOUVE CONDENAÇÃO.A VIGENTE ORDEM PROCESSUAL PROMOVEU EXPRESSIVAS MUDANÇAS NA DISCIPLINA DA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NA SENTENÇA DE CONDENAÇÃO DO VENCIDO. POR IMPOSIÇÃO LEGAL, INCLUSIVE, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ TEM-SE POR ORDEM DE PREFERÊNCIA: (I) PRIMEIRO, QUANDO HOUVER CONDENAÇÃO, DEVEM SER FIXADOS ENTRE 10% E 20% SOBRE O MONTANTE DESTA (ART. 85, § 2º); (II) SEGUNDO, NÃO HAVENDO CONDENAÇÃO, SERÃO TAMBÉM FIXADOS ENTRE 10% E 20%, DAS SEGUINTES BASES DE CÁLCULO: A) SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO PELO VENCEDOR (ART. 85, § 2º); OU B) NÃO SENDO POSSÍVEL MENSURAR O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO, SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA (ART. 85, § 2º); POR FIM, C) HAVENDO OU NÃO CONDENAÇÃO, NAS CAUSAS EM QUE FOR INESTIMÁVEL OU IRRISÓRIO O PROVEITO ECONÔMICO OU EM QUE O VALOR DA CAUSA FOR MUITO BAIXO, DEVERÃO, SÓ ENTÃO, SER FIXADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA (ART. 85, § 8º). IV. DISPOSITIVO4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 1.022.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - RESP: 1746072 PR 2018/0136220-0, RELATOR: MINISTRA NANCY ANDRIGHI, DATA DE JULGAMENTO: 13/02/2019, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 29/03/2019.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES RECURSOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS OPOSTOS, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATODESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARARELATORA . - Advs: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE) - José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE)

Nº 0200460-73.2024.8.06.0113 - Apelação Cível - Jucás - Apelante: Antonia dos Santos Silva - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INSURGÊNCIA DA AUTORA. ANUIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO. CONTRATO NÃO APRESENTADO. PARTE RÉ NÃO COMPROVOU A REGULARIDADE DA AVENÇA. ART. 373, II, DO CPC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EFETIVAÇÃO DOS DESCONTOS DEMONSTRADA. PREJUÍZO DE ORDEM MATERIAL CONFIGURADO. RESTITUIÇÃO MISTA. ENTENDIMENTO DO STJ NO JULGAMENTO PROFERIDO NO EARESP DE N° 676608/RS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. DESCONTOS DE VALORES IRRISÓRIOS. SITUAÇÃO QUE SE ENQUADRA NOS CASOS DE MERO ABORRECIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA CONFIRMADA.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA AUTORA, CONTRA SENTENÇA (FLS. 134/141) QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS NO SENTIDO DE ANULAR A CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO E CONDENAR A PROMOVIDA À RESTITUIÇÃO MISTA DO INDÉBITO.2. EM APERTADA SÍNTESE, EM SEU APELO (FLS. 144/153), A PARTE AUTORA BUSCA O RECONHECIMENTO DOS DANOS MORAIS. POR SEU TURNO, EM CONTRARRAZÕES (FLS. 157/165) A DEMANDADA MANIFESTOU-SE PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO. 3. QUANTO AO MÉRITO, RECONHECIDA A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CONSUMERISTA ENTRE OS LITIGANTES, SENDO A AUTORA DESTINATÁRIA FINAL DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA REQUERIDA, CONSOANTE

INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, § 2º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR C/C A SÚMULA Nº 297/STJ.4. NO CASO, A AUTORA, CONSUMIDORA IDOSA (FLS. 20/21), COMPROVOU A EXISTÊNCIA DOS DESCONTOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, BEM COMO A AUTORIA DESSES, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DOS EXTRATOS DE FLS. 28/44. POR SUA VEZ, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEIXOU DE APRESENTAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL, PORTANTO, NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR A INEXISTÊNCIA DE DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CONSEQUENTEMENTE DESCONSTITUIR A PRETENSÃO DA AUTORA, A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 373, II, DO CPC. EVIDENCIADA, ASSIM, A EXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO, APTA A INVALIDAR O CONTRATO, BEM COMO ENSEJAR A RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU E A RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO.5. NOS TERMOS DO EARESP DE N° 676608/RS, JULGADO PELO STJ, A RESTITUIÇÃO DOS DESCONTOS NO PRESENTE CASO, DEVE SE DAR DE FORMA MISTA, PORQUE OS DESCONTOS OCORRIDOS NA DATA A PARTIR DO MARCO TEMPORAL (30/03/2021) DEVEM SER COMPENSADOS EM DOBRO, JÁ OS ANTERIORES, DE MANEIRA SIMPLES. NO MAIS, DEVE INCIDIR CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, A PARTIR DE CADA DESCONTO INDEVIDO (SÚMULA N° 43, DO STJ) E JUROS DE MORA A PARTIR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA N° 54, DO STJ E ART. 398, DO CÓDIGO CIVIL)), A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. 6. NO TOCANTE AOS DANOS MORAIS, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA PERCEBEU DESCONTOS INDEVIDOS DE ANUIDADE COM MAIOR VALOR CORRESPONDENTE A R$ 19,25 (DEZENOVE REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), PERFAZENDO, DESSA FORMA O TOTAL DE 1,4% (UM VÍRGULA QUATRO POR CENTO) DE SEUS PROVENTOS MENSAIS DURANTE O ANO DE 2023 (R$ 1.320,00). NESSE ÍNTERIM, NÃO TENDO A PARTE AUTORA LOGRADO ÊXITO EM COMPROVAR QUE AS DEDUÇÕES ANTES MENCIONADAS OCASIONARAM RISCOS CONCRETOS À SUA SUBSISTÊNCIA, OU QUE HOUVE A INSCRIÇÃO INDEVIDA DE SEU NOME EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, TRATA-SE O PRESENTE CASO, PORTANTO, DE UM MERO ABORRECIMENTO.7. A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, IN TOTUM, É, PORTANTO, MEDIDA IMPOSITIVA.8. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS EM QUE LITIGAM AS PARTES ACIMA NOMINADAS, ACORDA A TURMA JULGADORA DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA/CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Maria Aline Teixeira Duarte (OAB: 42289/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0200697-93.2024.8.06.0053 - Apelação Cível - Camocim - Apelante: Maria do Socorro Mendes - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. DESFALQUES. PASEP. TEMA REPETITIVO N° 1150 DO STJ. AUTORA TOMOU CIÊNCIA DA DIVERGÊNCIA AO REALIZAR SAQUE EM 2012. INGRESSOU COM A AÇÃO EM 2024. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL. PRESCRIÇÃO DECENAL CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS. 1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA AUTORA, CONTRA SENTENÇA (FLS. 140/144) QUE EXTINGUIU O FEITO EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DECENAL.2. EM APERTADA SÍNTESE, EM SEU APELO (FLS. 147/155), A PARTE AUTORA ALEGA QUE SÓ TEVE CIÊNCIA DO DESFALQUE NO ANO DE 2023 (PASEP - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO), QUANDO EFETIVOU A RETIRADA DE EXTRATO. POR SEU TURNO, EM CONTRARRAZÕES (FLS. 159/167) A DEMANDADA REAFIRMOU QUE A PRESCRIÇÃO TEM COMO PRAZO INICIAL A DATA DO SAQUE. 3. PASSANDO À ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO, CUMPRE DESTACAR A INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 189 DO CÓDIGO CIVIL, QUE CONSAGRA O PRINCÍPIO DA ACTIO NATA, O QUAL ASSEVERA QUE A PRESCRIÇÃO SÓ COMEÇA A CORRER APÓS A EFETIVA LESÃO DO DIREITO, ASSIM, A PRESCRIÇÃO TEM INÍCIO QUANDO O TITULAR DO DIREITO SUBJETIVO VIOLADO OBTÉM PLENA CIÊNCIA DA LESÃO E DE TODA A SUA EXTENSÃO (STJ. AGINT NO ARESP1500181/SP, 3ª TURMA. REL. MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, J. 22.06.21)4. NA SITUAÇÃO FÁTICA POSTA EM DESLINDE, RESTOU COMPROVADO QUE, NO DIA 20/08/2012, HOUVE O SAQUE DO VALOR DE R$ 611,70 (SEISCENTOS E ONZE REAIS, SETENTA CENTAVOS), REFERENTE AO PASEP A QUE TINHA DIREITO A APELANTE (FLS. 47), SENDO REFERIDA DATA EM QUE A RECORRENTE TOMOU CIÊNCIA DO NUMERÁRIO E DO EVENTUAL DESFALQUE - E NÃO A DATA EM QUE OBTEVE OS EXTRATOS BANCÁRIOS DE FLS. 45-47, DE MODO QUE O PRAZO PRESCRICIONAL FINDOU EM 20/08/2022, ENQUANTO QUE A PRESENTE AÇÃO SOMENTE FOI AJUIZADA EM 10/06/2024, 11(ONZE) ANOS APÓS O CONHECIMENTO DO FATO. 5. LOGO, A APELANTE INGRESSOU COM O PLEITO APÓS O PRAZO DECENAL DISPOSTO NO ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL, RESTANDO, PORTANTO, PRESCRITA SUA PRETENSÃO.6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS EM QUE LITIGAM AS PARTES ACIMA NOMINADAS, ACORDA A TURMA JULGADORA DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA/CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: José Amilton Araújo Dourado (OAB: 47001/CE) - Nei Calderon (OAB: 33485/CE)

Nº 0275915-60.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Francisco Clerton Ferreira e Silva - Apelado: Oi S/A - Em Recuperação Judicial - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PERDAS E DANOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO DO AUTOR. TELEFONIA. INSCRIÇÃO NO ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO POR DÍVIDA INDEVIDA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. DANO IN RE IPSA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 385 DO STJ. QUANTUM FIXADO. PRECEDENTES TJ/CE. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 54 E 362 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA CONVERTIDA EM INTEGRAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO AUTOR, CONTRA SENTENÇA (FLS. 1381/1386) QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO INICIAL NO SENTIDO DE DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO CONTRATO IMPUGNADO NA PEÇA INICIAL E O CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO REFERENTE AOS DÉBITOS PROVENIENTES DO NEGÓCIO JURÍDICO (TELEFONIA MÓVEL).2. EM APERTADA SÍNTESE, EM SEU APELO (FLS. 1394/1409), A PARTE AUTORA ALEGA QUE O DANO MORAL EM RAZÃO DA INSCRIÇÃO INDEVIDA É PRESUMIDO. POR SEU TURNO, EM CONTRARRAZÕES (FLS. 1413/1422) A DEMANDADA REAFIRMOU A INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL. 3. NO CASO EM ANÁLISE, A PARTE AUTORA LOGROU ÊXITO EM DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU

DIREITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 373, I, DO CPC, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DA ANUÊNCIA DA PARTE PROMOVENTE EM CONTRATAR OS SERVIÇOS FORNECIDOS PELA PROMOVIDA. DESTARTE, RECONHECE-SE A INEXISTÊNCIA DA DÍVIDA. 4. QUANTO AO PLEITO DE RESPONSABILIZAÇÃO DA EMPRESA, RESPONSÁVEL POR TAL CONDUTA, EM REPARAR O DANO EXTRAPATRIMONIAL SOFRIDO PELO PROMOVENTE QUE ALÉM DE RECEBER COBRANÇAS INDEVIDAS, TEVE O SEU NOME INSCRITO EM CADASTRO DE MAUS PAGADORES EM 2018 (EM RELAÇÃO AO DÉBITO AQUI IMPUGNADO), CONFORME SE OBSERVA À FL. 16, SENDO AS OUTRAS INSCRIÇÕES POSTERIORES À REFERIDA DATA. 5. LOGO, NÃO HAVENDO NEGATIVAÇÃO DO NOME DO AUTOR ANTERIOR À RESTRIÇÃO AO CRÉDITO AQUI QUESTIONADA, NÃO TEM APLICAÇÃO A SÚMULA 385 DO STJ, SENDO PRESUMIDOS OS DANOS MORAIS SOFRIDOS PELO AUTOR (IN RE IPSA).6. EM RELAÇÃO AO QUANTUM DEVIDO, DEVE SER FIXADO EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), À LUZ DOS PRECEDENTES DESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA, COM INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, PELO INPC, A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ) E DE JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54/STJ).7. DESTARTE, CONHEÇO DO RECURSO E DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO PARA CONDENAR A PROMOVIDA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ) E JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS A PARTIR DO EVENTO DANOSO, NOS TERMOS DA SÚMULA 54/STJ, MANTENDO A SENTENÇA NOS DEMAIS TERMOS, INCLUSIVE, A TUTELA DE URGÊNCIA DE FLS. 23/24. POR DERRADEIRO, TENDO EM VISTA O PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR, CONVERTO A SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA EM INTEGRAL, EM DESFAVOR DA DEMANDADA, EM RAZÃO DA SUCUMBÊNCIA MÍNIMA, BEM COMO MAJORO O VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS PARA 20 % (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO. 8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA CONVERTIDA EM INTEGRAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS MAJORADOS EM GRAU RECURSAL.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS AUTOS EM QUE LITIGAM AS PARTES ACIMA NOMINADAS, ACORDA A TURMA JULGADORA DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA/CE, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA RELATORA . - Advs: Helderson Barreto Martins (OAB: 7525/SE) - Rômulo Marcel Souto dos Santos (OAB: 16498/CE)

Nº 0889248-11.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Antônio Bezerra de Macedo - Apelada: Emanuele Silva Vidal de Negreiros - Des. MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUES. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA. CONCESSÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM APURAR A PRESCRIÇÃO DA COBRANÇA DE TÍTULO EXECUTIVO, BEM COMO O CABIMENTO DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA AO EMBARGANTE/APELANTE.2. ANALISANDO EMBARGOS MONITÓRIOS, VERIFICA-SE QUE SUAS RAZÕES NÃO VENTILARAM AS MESMAS TESES LANÇADAS NO RECURSO DE APELAÇÃO DO RECORRENTE, O QUE, PODERIA CONFIGURAR UMA INOVAÇÃO EM GRAU RECURSAL, VISTO QUE NÃO FOI SUBMETIDA À ANÁLISE DO MAGISTRADO PRIMEVO A ARGUIÇÃO DA PRESCRIÇÃO REFERENTE AO CHEQUE ATACADO. 3. NO ENTANTO, EM SE TRATANDO DE PRESCRIÇÃO, A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É FIRME NO SENTIDO DE QUE SE TRATA DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA E, PORTANTO, PODE SER SUSCITADA A QUALQUER TEMPO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, NÃO ESTANDO SUJEITA À PRECLUSÃO. ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.4. ANALISANDO A DATA DO VENCIMENTO DO TÍTULO EXECUTIVO IMPUGNADO, BEM COMO A DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA, DENOTA-SE QUE NÃO ASSISTE RAZÃO AO RECORRENTE, VISTO QUE PARTIU DA PREMISSA EQUIVOCADA DE QUE O PRAZO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA SERIA DE 2 (DOIS) ANOS APÓS A CONSUMAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DO CHEQUE, QUANDO O PRAZO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA, EM FACE DO CHEQUE PRESCRITO E SEM FORÇA EXECUTIVA É DE CINCO ANOS, A CONTAR DO DIA SEGUINTE AO DA DATA DA EMISSÃO, COMO PREVÊ A SÚMULA 503 DO STJ.5. COM RELAÇÃO AO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA PERQUIRIDA PELO APELANTE, COMO NÃO HÁ ELEMENTOS CONCRETOS QUE CONTRARIEM SUA NARRATIVA, TAMPOUCO O APELADO ENVIDOU ESFORÇOS PARA DESCONSTITUÍ-LA, OS DOCUMENTOS APRESENTADOS EM SEDE RECURSAL REVELAM-SE SUFICIENTES PARA DEMONSTRAR A INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS, O DEFERIMENTO DA BENESSE PLEITEADA É MEDIDA DE RIGOR.6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO APELO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO , NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DO DOCUMENTO.DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARARELATORA . - Advs: Livio Soares Gomes (OAB: 9102/CE) - Sávio Soares Gomes Júnior (OAB: 30564/CE) - Flavia Moreira Barros (OAB: 30735/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0006667-20.2018.8.06.0166 - Apelação Cível - Senador Pompeu - Apte/Apdo: Banco do Brasil S/A - Apte/Apdo: Luiz Gonzaga da Silva - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSOS DE APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. ALEGAÇÃO DE PACTUAÇÃO ELETRÔNICA. AUSÊNCIA DE ASSINATURA OU AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO (373, II, DO CPC). DANO MATERIAL CONFIGURADO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES NA FORMA SIMPLES. DESCONTOS ANTES DE MARÇO DE 2021. DANO MORAL DEVIDO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO CRITÉRIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. SENTENÇA CONFIRMADA.1. O DOUTO MAGISTRADO SINGULAR JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS, DECLARANDO NULO O CONTRATO EM QUESTÃO (Nº 791037125), DETERMINANDO QUE O BANCO/PROMOVIDO PROCEDA À RESTITUIÇÃO, DE FORMA SIMPLES, DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AUTOR ATÉ 30/03/2021 E NA FORMA DOBRADA DOS POSTERIORES, E AINDA, CONDENANDO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DA QUANTIA

DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), A TÍTULO DE DANOS MORAIS, COM A DEVIDA COMPENSAÇÃO ENTRE EVENTUAIS VALORES DEPOSITADOS EM FAVOR DO AUTOR.2. A DIALÉTICA JURÍDICA ACARRETA A INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 373 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, QUE BEM DISTRIBUI O ÔNUS PROBATÓRIO. CONFORME DISPÕE O ARTIGO 373, INCISO I E II, DO CPC, CABE À PARTE AUTORA A DEVIDA COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO INVOCADO E A PARTE RÉ, PROVAR A EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DA AUTORA.3. NO CASO CONCRETO, É FORÇOSO RECONHECER QUE HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, CAUSANDO DANOS DE ORDEM MORAL E MATERIAL AO PROMOVENTE/APELADO, VISTO QUE, APESAR DO BANCO/RECORRENTE ANEXAR OS DOCUMENTOS DE FLS. 171/176, COMO FORMA DE COMPROVAR A EFETIVA PACTUAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO EM DISCUSSÃO, TRATA-SE DE PROVA PRODUZIDA UNILATERALMENTE PELA ENTIDADE BANCÁRIA, COM PRECÁRIO OU NENHUM VALOR PROBATÓRIO, E QUE, MESMO ASSIM, NÃO COMPROVA, COM SUFICIENTE CONVICÇÃO, DE QUE FOI O AUTOR/APELADO QUEM, DE FATO, PACTUOU A REFERIDA AVENÇA.4. É CEDIÇO QUE PARA A CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA TER VALIDADE JURÍDICA, É PRECISO O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ESSENCIAIS, DENTRE OS QUAIS O CONSENTIMENTO DO CONSUMIDOR MEDIANTE A APOSIÇÃO DE ASSINATURA ELETRÔNICA OU DIGITAL, COM TODAS AS NUANCES PARA GARANTIR A AUTENTICIDADE E A INTEGRIDADE DOS DOCUMENTOS ASSINADOS, COMO GEOLOCALIZAÇÃO, REGISTRO DO ENDEREÇO DE IP, SENHA PESSOAL DO USUÁRIO, DENTRE OUTROS, O QUE NÃO OCORREU NO CASO. 5. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/RECORRENTE DETENTORA DA TECNOLOGIA EMPREGADA EM SEUS SERVIÇOS POSSUÍA CONDIÇÕES DE DEMONSTRAR TECNICAMENTE QUE O AUTOR/RECORRIDO PROCEDEU A SUPOSTA CONTRATAÇÃO, MAS DE TAL ÔNUS NÃO SE DESINCUMBIU.6. ASSIM, DEMONSTRADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFIGURADO ESTÁ O ILÍCITO CIVIL, O QUAL ENSEJA PRONTA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS, NOS TERMOS DO ART. 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.7. DANO MORAL - SOBRE O DANO MORAL, ENXERGO QUE É EVIDENTE A PERTURBAÇÃO SOFRIDA PELO AUTOR/APELADO, EM DECORRÊNCIA DO OCORRIDO, AO VER SEQUENCIAIS DE DESCONTOS NO SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE AUTORIZAÇÃO DA PRÁTICA DESTE ATO E TAMPOUCO, CONFORME OS ELEMENTOS EXISTENTES NOS AUTOS, PROVA DE QUE HOUVE A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL COM O BANCO/APELANTE.8. FIXAÇÃO - FATORES - PARA QUANTIFICAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE SE LEVAR EM CONTA, DENTRE OUTROS FATORES, A EXTENSÃO DO DANO, AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS ENVOLVIDOS E O SOFRIMENTO DA VÍTIMA. NESSA ORDEM DE IDEIAS, ATENTO AO COTEJO DESSES FATORES E AINDA, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS VALORES DESCONTADOS, CONSIDERO CONSENTÂNEO O QUANTUM FIXADO PELO DOUTO MAGISTRADO SINGULAR NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), FRENTE AO QUADRO FÁTICO DELINEADO NOS AUTOS, PORQUE NÃO SE ENTREMOSTRA EXAGERADO NEM INSIGNIFICANTE, UMA VEZ QUE RAZOÁVEL E PROPORCIONAL À OFENSA PERPETRADA.9. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.A C Ó R D Ã OACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DE AMBOS OS RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE RELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP) - Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE)

Nº 0200032-14.2022.8.06.0032 - Apelação Cível - Amontada - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: Maria Fátima Marreira - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA E DE RECEBIMENTO DO NUMERÁRIO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES NA FORMA DOBRADA. DESCONTO APÓS MARÇO DE 2021. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.1. O DOUTO MAGISTRADO SINGULAR JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA PRESENTE DEMANDA, DECLARANDO A NULIDADE DO CONTRATO EM DISCUSSÃO, CONDENANDO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NA DEVOLUÇÃO DOBRADA DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, E AINDA, AO PAGAMENTO DA QUANTIA DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS.2. A DIALÉTICA JURÍDICA ACARRETA A INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 373 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, QUE BEM DISTRIBUI O ÔNUS PROBATÓRIO. CONFORME DISPÕE O ARTIGO 373, INCISO I E II, DO CPC, CABE À PARTE AUTORA A DEVIDA COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO INVOCADO E A PARTE RÉ, PROVAR A EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DA AUTORA.3. DESSE MODO, TENDO A AUTORA/APELADA COMPROVADO A EXISTÊNCIA DE DESCONTOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (FLS. 18), EM FAVOR DO BANCO/RECORRENTE, RECAIRIA SOBRE A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA O ÔNUS DE COMPROVAR A REGULARIDADE DO CONTRATO E A LEGITIMIDADE DAS COBRANÇAS REALIZADAS, O QUE NÃO OCORREU.4. NO CASO CONCRETO, É FORÇOSO RECONHECER QUE HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, CAUSANDO DANOS DE ORDEM MORAL E MATERIAL A PROMOVENTE/APELADA, PORQUANTO APRESENTA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/RECORRENTE DOCUMENTOS (FLS. 93/95), INDICANDO QUE SUPOSTAMENTE HOUVE UMA PORTABILIDADE DE CRÉDITO CONSIGNADO, CONTUDO, TRATA-SE DE PROVA PRODUZIDA UNILATERALMENTE PELA ENTIDADE BANCÁRIA, COM PRECÁRIO OU NENHUM VALOR PROBATÓRIO, E QUE, MESMO ASSIM, NÃO COMPROVA, COM SUFICIENTE CONVICÇÃO, DE QUE FOI A AUTORA/APELADA QUEM, DE FATO, PACTUOU A REFERIDA AVENÇA.5. DE IGUAL MODO, TAMBÉM NÃO CONSEGUIU PROVAR QUE O VALOR SUPOSTAMENTE CONTRATADO FOI VERDADEIRAMENTE DEPOSITADO EM CONTA DE TITULARIDADE DA REQUERENTE/APELADA. É QUE, EMBORA O BANCO/RECORRIDO ARGUMENTE QUE O CONTRATO EM LITÍGIO DECORRE DA PORTABILIDADE DE CRÉDITO PROVENIENTE DE UM EMPRÉSTIMO ANTERIOR JUNTO AO BANCO PAN, TAL ARGUMENTO CARECE DE APRESENTAÇÃO DE PROVA DOCUMENTAL, FALHANDO, PORTANTO, EM DEMONSTRAR A EFETIVA APLICAÇÃO DO REFERIDO VALOR EM FAVOR DA PARTE AUTORA/RECORRIDA OU EM RELAÇÃO AO BANCO DE ORIGEM DO CONTRATO PRIMORDIAL.6. ASSIM, QUANDO DEMONSTRADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO BANCO, CONFIGURADO ESTÁ O ILÍCITO CIVIL, CONFERINDO DAÍ AO LESADO A DEVIDA REPARAÇÃO DOS DANOS SOFRIDOS, NOS TERMOS DO ART. 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.7. REPETIÇÃO DO INDÉBITO - CONSIDERANDO A MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECISÃO CONTIDA NO EARESP Nº 676.608/RS, OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA REQUERENTE/APELADA, DEVERÃO SER RESTITUÍDOS EM DOBRO, VISTO QUE, CONFORME EXTRATO (FLS.18),

OCORRERAM APÓS A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO EM QUE FIXADO O PRECEDENTE (30/03/2021)8. DANOS MORAIS - SOBRE O DANO MORAL, ENXERGO QUE É EVIDENTE A PERTURBAÇÃO SOFRIDA PELA AUTORA, EM DECORRÊNCIA DO OCORRIDO, AO VER OS DESCONTOS NO SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE AUTORIZAÇÃO DA PRÁTICA DESTE ATO E TAMPOUCO, CONFORME OS ELEMENTOS EXISTENTES NESTES AUTOS, PROVA DE QUE HOUVE A CORRETA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/APELANTE.9. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A C Ó R D Ã OACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE RELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 33485/CE) - Armando Barroso de Farias (OAB: 15123/CE) - Anderson Barroso de Farias (OAB: 19623/CE)

Nº 0201744-14.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Francisca Antonia da Silva Pereira - Apelado: Banco Pan S/A - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AUTORA COM RELAÇÃO AOS DANOS MORAIS E PEDIDO DE RESTITUIÇÃO EM DOBRO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSTRUMENTO CONTRATUAL FIRMADO COM PESSOA ANALFABETA. ART. 595 DO CPC. AUSÊNCIA DE ASSINATURA A ROGO. IRREGULARIDADE INSANÁVEL. VÍCIO DE FORMALIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. MODULAÇÃO TEMPORAL. ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ. DANO MORAL DEVIDO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.1. ENTENDEU O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU EM ACOLHER PARCIALMENTE OS PEDIDOS AUTORAIS DECLARANDO NULO O NEGÓCIO JURÍDICO OBJETO DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CITADO NA INICIAL (Nº 343754864), E AINDA, CONDENANDO O BANCO/ PROMOVIDO A RESTITUIR, DE FORMA SIMPLES, OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, DESACOLHENDO, NO ENTANTO, O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, AO ARGUMENTO QUE, AUSENTE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE O INDÉBITO NÃO ULTRAPASSOU MEROS ABORRECIMENTOS.2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA RECURSAL CINGE-SE EM ANALISAR SE O BANCO/APELADO DEVE SER CONDENADA A TÍTULO DE DANOS MORAIS EM RAZÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA/RECORRENTE, REFERENTE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, BEM COMO, SE A RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DEVE OCORRER EM DOBRO.3. NO CASO CONCRETO, É FORÇOSO RECONHECER QUE HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, CAUSANDO DANOS DE ORDEM MORAL E MATERIAL A PROMOVENTE/RECORRENTE, VISTO QUE, EMBORA A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA/RECORRIDA TENHA PROCEDIDO A JUNTADA DO SUPOSTO INSTRUMENTO CONTRATUAL (FLS. 175/184), O PACTO ESTÁ EIVADO DE VÍCIO DE FORMALIDADE, PORQUANTO, NÃO HÁ NESTE A ASSINATURA A ROGO, FORMALIDADE INDISPENSÁVEL À VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.4. POIS BEM. DEFINIDO A NULIDADE DO CONTRATO EM QUESTÃO - INCLUSIVE NÃO HÁ INSURGÊNCIA NESTE PONTO, CUMPRE VERIFICAR OS DEMAIS PEDIDOS. 5. REPETIÇÃO DO INDÉBITO - CONSIDERANDO A MODULAÇÃO TEMPORAL DOS EFEITOS DA DECISÃO CONTIDA NO EARESP Nº 676.608/RS, SOMENTE OS VALORES DESCONTADOS APÓS A DATA DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO EM QUE FIXADO O PRECEDENTE (30/03/2021), DEVERÃO SER RESTITUÍDOS EM DOBRO, OS DEMAIS DESCONTOS, PROCEDIDOS ANTERIORMENTE, DEVERÃO SER RESTITUÍDOS DE FORMA SIMPLES.6. DANO MORAL - SOBRE O DANO MORAL, ENXERGO QUE É EVIDENTE A PERTURBAÇÃO SOFRIDA PELA REQUERENTE/RECORRENTE EM DECORRÊNCIA DO OCORRIDO, AO VER OS DESCONTOS INDEVIDOS NO SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE AUTORIZAÇÃO DA PRÁTICA DESTE ATO E TAMPOUCO, CONFORME OS ELEMENTOS EXISTENTES NESTES AUTOS, PROVA DE QUE HOUVE A CORRETA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/APELADA.7. FIXAÇÃO - FATORES - PARA QUANTIFICAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE SE LEVAR EM CONTA, DENTRE OUTROS FATORES, A EXTENSÃO DO DANO, AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS ENVOLVIDOS E O SOFRIMENTO DA VÍTIMA. NESSA ORDEM DE IDEIAS, ATENTO AO COTEJO DESSES FATORES, E AINDA, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS VALORES DESCONTADOS, ARBITRO O QUANTUM INDENIZATÓRIO NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), FRENTE AO QUADRO FÁTICO DELINEADO NOS AUTOS, PORQUE NÃO SE ENTREMOSTRA EXAGERADO NEM INSIGNIFICANTE, UMA VEZ QUE RAZOÁVEL E PROPORCIONAL À OFENSA PERPETRADA. 8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.A C Ó R D Ã OACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR, PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE RELATOR . - Advs: Antônio Ferreira Bezerra (OAB: 26246/CE) - Domingos Maria Bezerra Júnior (OAB: 27346/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0211267-03.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco RCI Brasil S/A - Apelado: Mayra Lourdes da C Vasconcelos - Des. JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar provimento ao apelo do Banco RCI Brasil S/A e dar provimento ao apelo de Mayra Lourdes da C Vasconcelos, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSOS SIMULTÂNEOS DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. RECONVENÇÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. COBRANÇA DE SEGURO PRESTAMISTA. VENDA CASADA CONFIGURADA. PREVISÃO DA SEGURADORA CONTRATADA NO PRÓPRIO CONTRATO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO APARTADO. COBRANÇA ABUSIVA. TEMA 972 DO STJ. PRECEDENTES DO TJCE. TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO EFETIVA DO SERVIÇO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO. EARESP 676.608/RS. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ CONHECIDO E PROVIDO.1. TRATAM-SE OS AUTOS DE RECURSOS SIMULTÂNEOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTOS POR MAYRA LOURDES DA C VASCONCELOS E POR BANCO RCI BRASIL S/A, OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROFERIDA ÀS FLS. 122/131, PELO JUÍZO DA 32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, PROPOSTA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRA A PARTICULAR, E PARCIALMENTE PROCEDENTE A RECONVENÇÃO.2. CONSOANTE

RELATADO, O CERNE DA CONTROVÉRSIA EM GRAU RECURSAL CONSISTE EM ANALISAR A LEGALIDADE OU NÃO DA COBRANÇA, NO ÂMBITO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 20038397254, DO SEGURO PRESTAMISTA E DE TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM.3. SOBRE O TEMA, TEM-SE QUE O SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA TEM POR OBJETIVO GARANTIR O PAGAMENTO DE UMA INDENIZAÇÃO AO ESTIPULANTE NO CASO DA OCORRÊNCIA DE UM DOS EVENTOS COBERTOS PELA GARANTIA CONTRATADA. O ASSUNTO FOI OBJETO DE RECURSO REPETITIVO JUNTO AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE FIRMOU O ENTENDIMENTO DE QUE "O CONSUMIDOR NÃO PODE SER COMPELIDO A CONTRATAR SEGURO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OU COM SEGURADORA POR ELA INDICADA" (TEMA 972, RESP 1639320/SP, MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, JULGADO EM 12.12.2018). 4. NO ÂMBITO DO PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA DECLARAR INVÁLIDA A PACTUAÇÃO DO SEGURO PRESTAMISTA, APÓS ANÁLISE MINUCIOSA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, VERIFICO QUE, EMBORA HAJA AS OPÇÕES "SIM" E "NÃO" QUANTO À CONTRATAÇÃO DO REFERIDO SEGURO NA CLÁUSULA "VI - ESPECIFICAÇÃO DO CRÉDITO" (FL. 57), EXISTE EXPRESSA PREVISÃO, DENTRE AS CLÁUSULAS INEGOCIÁVEIS DO CONTRATO, DA SEGURADORA, QUAL SEJA, A "CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A". ASSIM, OBSERVA-SE QUE O CONTRATO DE SEGURO NÃO PROMOVEU LIVRE ESCOLHA À CONSUMIDORA SOBRE A SEGURADORA, NEM FOI FIRMADO EM INSTRUMENTO DE ADESÃO PRÓPRIO, EM APARTADO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, O QUE CONFIGURA VENDA CASADA E TORNA, POR CONSEGUINTE, SUA COBRANÇA ABUSIVA. PRECEDENTES DO TJCE. A PROPÓSITO, O PRÓPRIO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PREVÊ QUE A ADESÃO AO SEGURO PRESTAMISTA DEVE OCORRER EM INSTRUMENTO DIVERSO, POR PROPOSTA DE ADESÃO, O QUE NÃO RESTOU OBSERVADO PELO BANCO.5. ADEMAIS, O AUTOR, EM SUAS RAZÕES RECURSAIS, ALEGA A REGULARIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM PRESENTE NO CONTRATO, DECLARADA ILEGAL PELO D. JUÍZO A QUO. NESSE ASPECTO, VALE DESTACAR O JULGAMENTO DO TEMA 958 PELO SUPERIOR TRIBUNAL DO JUSTIÇA, NO RESP 1.578.553/SP, NO QUAL RESTOU CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO DA TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM, RESSALVADO O RECONHECIMENTO DE ABUSIVIDADE DA COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO EFETIVAMENTE PRESTADO E A POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA ONEROSIDADE EXCESSIVA, EM CADA CASO CONCRETO. NA HIPÓTESE EM TELA, NÃO HOUVE A COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DO BEM, HAJA VISTA, A INEXISTÊNCIA, NOS AUTOS, DE QUALQUER TERMO OU DOCUMENTO NESSE SENTIDO, APTO A JUSTIFICAR TAL COBRANÇA. LOGO, HÁ DE SE RECONHECER QUE, DE FATO, HOUVE COBRANÇA INDEVIDA NO CASO CONCRETO NO QUE SE REFERE À TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM, CONSOANTE OPORTUNAMENTE DECIDIDO PELO MAGISTRADO SENTENCIANTE.6. RESTANDO RECONHECIDA A ILEGALIDADE DOS DESCONTOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO DO SEGURO PRESTAMISTA E À TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM, NASCE PARA A RECONVINTE O DIREITO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS. A PROPÓSITO, A DISCUSSÃO QUANTO ÀS HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DA REPETIÇÃO EM DOBRO PREVISTA NO ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CDC, FOI APAZIGUADA E DECIDIDA PELO C. STJ NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL (EARESP 676.608/RS), RESULTANDO NO ENTENDIMENTO DE QUE A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO SEJA APLICADA APENAS ÀS COBRANÇAS INDEVIDAS REALIZADAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DAQUELE ACÓRDÃO, OU SEJA, 30/03/2021. É O CASO DOS AUTOS.7. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS, PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO DA PARTE AUTORA E DAR PROVIMENTO AO APELO DA PARTE RÉ, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIORELATOR . - Advs: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0212744-95.2023.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Banco do Brasil S/A - Embargada: Maxmiliana Augusto Pinheiro Mota - Des. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. PASEP. ACÓRDÃO QUE ANULOU A SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE PROVA. EMBARGANTE QUE ALEGA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. EXERCITANDO O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL QUANTO AO RECURSO INTERPOSTO, VERIFICO O NÃO ATENDIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS EXTRÍNSECOS E INTRÍNSECOS QUE COMPÕEM O REFERIDO CRIVO, ESPECIFICAMENTE AQUELE QUE DIZ COM A REGULARIDADE FORMAL DO RECURSO - O QUE CONDUZ A UM JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE E, ASSIM, AO NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.2. É QUE, EMBORA O ACÓRDÃO COMBATIDO FAÇA REFERÊNCIA À LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO BANCO DO BRASIL S/A PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA PRESENTE DEMANDA, COM BASE NO TEMA REPETITIVO 1150, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, OBSERVO QUE A DISCUSSÃO TRAVADA NA DECISÃO OBJURGADA DIZ RESPEITO AO ERROR IN PROCEDENDO POR PARTE DO DOUTO JUÍZO SENTENCIANTE QUE JULGOU O MÉRITO DA AÇÃO DE FORMA PREMATURA, UMA VEZ QUE A MAGISTRADA A QUO NÃO DETÉM "CONHECIMENTO TÉCNICO CONTÁBIL PARA REALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DETERMINAÇÃO PRECISA DOS EVENTUAIS VALORES DEVIDOS, O PROCESSO DESAFIA MAIOR INSTRUÇÃO (...)." E QUE "DE ACORDO COM INTELIGÊNCIA DO ART. 370, CAPUT, DO CPC, A DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE PROVAS É PRERROGATIVA DO JULGADOR, PODENDO, EM BUSCA DA APURAÇÃO DA VERDADE E DA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE PROVAS EM DIREITO ADMITIDAS (...)."3. NO ENTANTO, PELA ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS, NÃO VISUALIZEI A IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS INVOCADOS NA DECISÃO RECORRIDA, MAS SOMENTE ALEGADO QUANTO A ILEGITIMIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO. POR CERTO, DEVERIA A EMBARGANTE TER REBATIDO COM ARGUMENTAÇÃO A DECISÃO POSTA NO ACÓRDÃO, LEVANTANDO, EM SUAS RAZÕES RECURSAIS, QUESTÕES JURÍDICAS CAPAZES DE ALTERAR O RESULTADO DA CONCLUSÃO DESTE COLEGIADO, OU SEJA, MOTIVOS SUFICIENTES A AFASTAR A ANULAÇÃO DA SENTENÇA PROLATADA PELO DOUTO JUÍZO PRIMEVO, POR ERROR IN PROCEDENDO, QUE RESULTOU, AINDA, NA PREJUDICIALIDADE DA ANÁLISE MERITÓRIA DO APELO MANEJADO PELA PARTE AUTORA/EMBARGADA.4. RECURSO NÃO CONHECIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NÃO CONHECER DO PRESENTE RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOREXMO. SR. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUERELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP) - Michelle Quintino Rodrigues (OAB: 15117/CE) - Jeferson Cavalcante de Lucena (OAB: 18340/CE)

DESPACHO

Nº 0000587-94.2009.8.06.0056/50001 - Agravo Interno Cível - Capistrano - Agravante: José Edilberto de Oliveira - Agravado: Banco Volkswagen S/A - Assim, diante das razões acima delineadas e em observância ao disposto no art. 932, III, do CPC/2015 e no art. 76, XIV, do RITJCE, deixo de conhecer do presente recurso, uma vez que manifestamente prejudicado pela perda superveniente do interesse recursal do recorrente. Expedientes necessários. Decorrido o prazo, baixem-se os autos deste acervo. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE) - Aldenira Gomes Diniz (OAB: 20837/CE)

Nº 0041709-24.2013.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: Naiana Paula de Azevedo Pontes - Apelante: Jose de Pontes Neto - Apelado: CLX Participações Ltda - Apelado: Antonio Cleitivan Mota Luciano - Custos legis: Ministério Público Estadual - Vistos, etc. Suspendo o processo pelo prazo de 60 (sessenta) dias, tal como solicitado às fls. 392-393. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA Relatora - Advs: Carlos Alberto de Paiva Viana (OAB: 10135/CE) - Antônio Luiz Paiva Viana (OAB: 5439/CE) - Francisco José Fonseca Mota (OAB: 3404/CE) - Aline Gurgel Mota Ferreira Gomes (OAB: 18704/CE)

Nº 0200059-16.2022.8.06.0058/50001 - Agravo Interno Cível - Cariré - Agravante: Eva Carlos Souza Rodrigues - Agravado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Daí se verifica a necessidade de ajuste na distribuição deste Agravo Interno, para que seja redistribuído à competência da douta Vice-Presidência desta Eg. Corte, e encaminhado ao fluxo da Coordenadoria de Recursos aos Tribunais Superiores, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis. Expedientes necessários, cumprindo-se com brevidade. Fortaleza, 09 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior (OAB: 21594/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

Nº 0200180-93.2023.8.06.0095 - Apelação Cível - Ipu - Apelante: Francisco Savio Lima Freitas - Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Dessa forma, havendo manifestação da recorrente acerca do seu desinteresse no julgamento do mérito do recurso interposto, resta configurado fato impeditivo ao seguimento deste recurso pela perda superveniente do objeto. Pelo exposto, ante a declaração de falta de interesse recursal, com fundamento no art. 998 do CPC/2015 e artigo 76, inciso VI, do RITJCE, homologo a desistência pleiteada e nego seguimento ao recurso. Após o decurso de prazo, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Dirceu Antônio Brito Jorge (OAB: 21648/CE) - Maritzza Fabiane Lima Martinez de Souza O. Rossiter (OAB: 44562/CE) - Marizze Fernanda Lima Martinez de Souza Pacheco (OAB: 44561/CE) - Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB: 44565A/CE)

Nº 0210821-68.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Adriane Cavalcante Fabrício - Apelado: José Genival Batista de Lima - Ante exposto, DEIXO de conhecer do recurso, porquanto manifestamente deserto. Publique-se. Expedientes necessários. Decorrido o prazo, dê-se baixa e volvam-se à origem. Fortaleza, data conforme assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Felipe Brasil Coutinho (OAB: 45970/CE) - Jose George Candido Rolim (OAB: 18562/CE)

Nº 0622984-23.2019.8.06.0000/50006 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: João Mamede Soares Braga - Embargado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, não conheço deste recurso, em razão da perda superveniente do objeto, condenando ainda o embargante ao pagamento de multa processual no importe de 1% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce (OAB: 9698/CE) - Diego Granja Pearce (OAB: 29366/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

Nº 0622984-23.2019.8.06.0000/50006 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: João Mamede Soares Braga - Embargado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO Intime-se a parte embargada para, no prazo legal, ofertar contrarrazões ao recurso interposto, nos termos do artigo 1.023, §2º, do CPC/2015. Após, voltem-me conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce (OAB: 9698/CE) - Diego Granja Pearce (OAB: 29366/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

Nº 0624229-93.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Itapipoca - Agravante: Banco BMG S/A - Agravado: Maria das Dores da Silva Pinto - Custos legis: Ministério Público Estadual - Por todo o exposto, com fulcro no art. 932, inciso III, do CPC e no art. 76, inciso XIV, do RITJCE, DEIXO DE CONHECER deste Agravo de Instrumento por considerá-lo manifestamente prejudicado, em face da perda do seu objeto. Intimem-se. Empós, proceda-se ao arquivamento e respectiva baixa em meu acervo. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Eugênio Costa Ferreira de Melo (OAB: 103082/MG) - Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE)

Nº 0625398-86.2022.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Agravado: Narcelio Rodrigues de Souza - DESPACHO Intime-se a parte agravante para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls. 26 e apresentar novo endereço para citação da parte recorrida. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Gustavo Rodrigo Góes Nicoladeli (OAB: 8927/SC) - Rodrigo Frassetto Goes (OAB: 30962/CE) - Elisiane de Dornelles Frassetto (OAB: 33645/CE)

Nº 0626986-60.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Agravado: João Luís Holanda Gadelha Representado Por Adélia Maria Holanda Silva - Diante do acima exposto, nos termos do artigo 932, inciso III, CPC, deixo de conhecer do presente recurso em face da perda superveniente de seu objeto,

o que torna PREJUDICADO o exame da irresignação. Decorrido o prazo legal, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Expedientes necessários. Fortaleza, data conforme assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Luiz Gadelha Rocha Neto (OAB: 10604/CE)

Nº 0628487-49.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Manoel Gonçalves de Sousa - Agravado: Banco BMG S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Assim, diante das razões acima delineadas e em observância ao disposto no art. 932, III, do CPC/2015 e no art. 76, XIV, do RITJCE, deixo de conhecer do presente recurso, uma vez que manifestamente prejudicado pela perda superveniente do seu objeto. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE)

Nº 0629241-88.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Francisco Vieira da Silva - Agravado: Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto, pelas razões fático-jurídicas acima esboçadas, CONHEÇO do recurso de agravo de instrumento, para, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, para anular a decisão atacada e determinar o retorno dos autos ao juízo da 28ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Comunique-se, com urgência, ao d. juízo de primeiro grau sobre o teor desta decisão, a fim de que adote as providências cabíveis ao seu cumprimento Expedientes necessários Fortaleza, data da assinatura digital,. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE) - Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP)

Nº 0630169-39.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Quixadá - Agravante: Marcelo dos Santos Marcílio - Agravada: MARIA MARTA DA SILVA DIAS - Diante do exposto, em respeito aos princípios da eficiência (art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal) e da celeridade processual, na medida em que inviabiliza o prosseguimento de recurso manifestamente prejudicado ante os termos acima esposados, hei por bem negar seguimento ao presente agravo de instrumento, pelo disposto no art. 932, III, do Código Processual Civil de 2015 e no art. 76, XIV do RITJCE/2016. Oficie-se ao MM. Juízo de Origem, dando-lhe conhecimento da presente decisão. Publique-se. Intimem-se. Em seguida, não se manifestando as partes no prazo legal, arquivem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Mário Cézar Silveira Silva (OAB: 33714/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0634230-45.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Santa Quitéria - Agravante: Rita Carlos de Sousa - Agravante: Maria de Fátima Carlos de Sousa Ferreira - Agravada: Antônia Roberlândia Pereira Negreiros - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, em juízo de retratação, CONHEÇO do recurso de agravo interno para DAR-LHE PROVIMENTO, no sentido de anular a decisão monocrática de fls. 160/170, e determinar o regular processamento do recurso de agravo de instrumento. Publique-se. Intimem-se. Em seguida, não se manifestando as partes no prazo legal, arquivem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB: 17508/CE) - Jorge Martins de Lima (OAB: 15407/CE) - Felipe Gomes Cavalcante (OAB: 18292/CE)

Nº 0635224-68.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Agravante: Ministério Público Estadual - Agravado: GERALDO GABRIEL FEREIRA DE LIMA - Agravado: MAILON IVO RODRIGUES SIQUEIRA - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, com fundamento no art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, DEFIRO, em sede liminar, o pedido de internação provisória dos adolescentes G. G. F. de L. e M. I. R. S., pelo prazo inicial de 45 dias, prorrogável nos termos da lei, como medida de proteção da ordem pública e da integridade das investigações. Autorizo, ainda, as medidas de busca e apreensão e de quebra de sigilo telefônico e telemático dos representados, fundamentais para o prosseguimento das investigações e para a colheita de provas adicionais que reforcem a participação dos adolescentes no ato infracional e em possíveis atividades de organização criminosa. Comunique-se, de imediato, ao i. Magistrado na origem para adoção dos expedientes cabíveis ao cumprimento das medidas ora autorizadas, com a urgência necessária, observando-se as disposições do ECA e as garantias fundamentais dos adolescentes durante o cumprimento das diligências. Intime-se o Ministério Público para ciência e demais providências. Processo que deve tramitar sob segredo de justiça. Insiram-se as tarjas correspondentes. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora no sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0635464-57.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Russas - Agravante: AMANDA SUCUPIRA NOGUEIRA - Agravado: WESTERLEY RAIMUNDO RIBEIRO MIRANDA - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, com base em um juízo de cognição sumária, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso, pois ausentes os requisitos dispostos no art. 995, parágrafo único, do CPC. Remeta-se ofício ao douto juízo de primeiro grau, informando-lhe o teor da presente decisão, em atendimento ao preceito do art. 1.019, I, do Código Processual Civil, para os devidos fins. Intime-se a parte agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, prazo de 15 dias, conforme o inciso III do ar. 1.019 do CPC. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis os respectivos prazos, venham os autos à nova conclusão. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Lycya Rejane Moreira Nunes (OAB: 48607/CE)

Nº 0636357-48.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: João Alberto Matias Costa - Agravado: TV Norte do Ceará Ltda - Agravado: Espólio de Francisco Danilo Marinho Cordeiro - Agravado: Edson Queiroz Neto - Agravado: Abelardo Gadelha Rocha Neto - Agravado: Espólio de José Edilmar Norões Coêlho - Agravado: Ricardo Andrade Melo - Agravado: Francisco José Fontenele de Azevedo - Agravado: José Eden Barbosa Peixoto - Agravado: Gerardo de Magela Vasconcelos Arruda - Dessa forma, com fulcro nos artigos 998 do Código de Processo Civil e do art. 76, VI, no Regimento Interno desta Corte de Justiça, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO PRESENTE RECURSO. Destaco que a competência para a expedição dos referidos ofícios é do Juízo de origem. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. Com efeito, por todo o exposto, homologo a desistência pleiteada, ao tempo em que nego seguimento à presente interposição. Publiquem. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS

AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Clovis Ricardo Caldas da Silveira Mapurunga (OAB: 4203/CE) - Manoel Leandro de Norões Milfont (OAB: 3176/CE) - Ramiro Souza de Norões Milfont (OAB: 14806/CE) - Édson Menezes da Nóbrega Filho (OAB: 15937/CE) - Paulo Otavio Mota Correia (OAB: 12090/CE) - Rômulo Linhares Ferreira Gomes (OAB: 17508/CE) - Renata Holanda de Azevedo (OAB: 27356/CE) - Ronald Feitosa Aguiar Filho (OAB: 24986/CE) - Volney Limeira Lobo (OAB: 22012/CE)

Nº 0636563-62.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Ipu - Agravante: Francisco Savio Lima Freitas - Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Pelo exposto, ante a declaração de falta de interesse recursal, com fundamento no art. 998 do CPC/2015 e artigo 76, inciso VI, do RITJCE, homologo a desistência pleiteada e nego seguimento ao recurso. Após o decurso de prazo, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Dirceu Antônio Brito Jorge (OAB: 21648/CE) - Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB: 44565A/CE) - Marizze Fernanda Lima Martinez de Souza (OAB: 44561A/CE) - Maritzza Fabiane Lima Martinez de Souza O. Rossiter (OAB: 44562A/CE)

Nº 0636696-07.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Caucaia - Agravante: Jamille Costa de Arruda - Agravado: Universidade Anhanguera - UNIDERP - Agravado: Editora e Distribuidora Educacional S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Assim sendo, presentes os requisitos autorizadores; DEFIRO o pedido de tutela antecipada recursal e, via de consequência, determino que as Agravadas adotem as providências necessárias, no desiderato da emissão do Certificado de Conclusão de curso da aluna JAMILLE COSTA DE ARRUDA ou Declaração de Conclusão de Curso, impreterivelmente, até o dia 13/11/2024, véspera da assunção da agravante ao cargo público alcançado, sob pena de multa diária, de R$ 2.000,00 (dois mil reais), limitada a 15 (quinze) dias, a ser revertida em favor da Agravante. Outrossim, em que pese o Município de Caucaia/CE não compor o polo passivo da demanda de origem; porém, considerando as peculiaridades do caso concreto e a fortaleza dos requisitos autorizadores da tutela recursal, ora concedida, determino, inclusive em conta ao pedido manejado pela Agravante, e via reflexa, a intimação da referida pessoa jurídica de direito público para que aceite Declaração de Conclusão de Curso, enquanto pendente o Certificado de Conclusão, ou em não aceitando, reserve a vaga da Agravante pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, medida ora adotada em reverência aos princípios da efetividade e da dignidade da pessoa humana. Resta ressalvado que o Município de Caucaia/CE, querendo, poderá ingressar na demanda de origem caso em que a competência para o julgamento do presente Agravo será deslocada para a competente Câmara. Intime-se, COM URGÊNCIA, a parte agravada, pessoalmente e por Advogados, se já existirem, do inteiro teor do presente decisório, assim como para, querendo, manifestar-se sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil. Intime-se o Município de Caucaia/CE, pessoalmente, do inteiro teor da presente decisão. Oficie-se ao juízo de origem, comunicando-o desta decisão. Escoado o prazo para contrarrazões, encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADORA MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA Relatora - Advs: Luana Gomes Pereira (OAB: 65671/GO) - Vokton Jorge Ribeiro Almeida (OAB: 11425/BA)

Nº 0637567-37.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Ipueiras - Agravante: VALDEMAR CAMELO FILHO - Agravado: Banco Bradesco S/A - A ser assim, concedo a antecipação da tutela pretendida para suspender os descontos realizados na conta seu benefício previdenciário, sob pena de multa diária no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais). Publique-se. Intime-se pessoalmente a parte agravada para dar cumprimento à decisão, bem como para, querendo, responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias, juntando a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, CPC/2015). Comunique-se ao nobre Juízo de origem sobre o teor desta decisão. Findo o prazo, venham conclusos os autos. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Luiz Fernando Pontes de Sousa (OAB: 18270/CE)

Nº 0637619-33.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: L. B. C. - Agravado: G. A. M. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Tendo em vista que não há pedido de tutela antecipada recursal, determino a imediata intimação da parte agravada para que se manifeste sobre o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. Após, considerando a existência de interesse de menor, abra-se vista dos autos ao Parquet, permitindo-lhe sua intervenção, em consonância com o art. 1.019, III, do Código de Processo Civil, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias. Ultimadas tais providências ou transcorridos in albis os respectivos prazos, venham os autos conclusos para julgamento. Demais expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator - Advs: Anna Regina Almeida de Magalhães (OAB: 24727/CE) - Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB: 13909/CE) - Germano Andrade Marques (OAB: 19944/CE)

Nº 0637774-36.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Várzea Alegre - Agravante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda. - Agravado: Diego Teixeira de Carvalho - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, indefiro a liminar requestada. Comunique-se, e de imediato, ao Juízo de origem, cientificando-o acerca da presente decisão, pela integralidade de seu teor. Intime-se a parte agravada para, querendo, responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias, juntando a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, CPC/2015). Em seguida, transcorrido o prazo para contrarrazões, remetam-se os presentes autos à manifestação da douta Procuradoria de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE) - José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE) - Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE) - Ednéia Dias Teixeira - Marilac Abreu de Freitas Monteiro (OAB: 22424/CE)

DESPACHO

Nº 0637286-81.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Agravado: COSAMPA-Projetos e Construções Ltda. - Recebo o presente agravo de instrumento em seu plano formal, sem prejuízo de reavaliação dos pressupostos de admissibilidade. Não se vislumbra a perspectiva de dano iminente e grave ou irreparável se não enfrentada desde logo a matéria. Diante disso, intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso interposto no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil, facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente. Expedientes necessários. - Advs: José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB: 273843/SP) - Rafael Pereira de Souza (OAB: 11144/CE)

DESPACHO

Nº 0050327-19.2020.8.06.0126/50000 - Embargos de Declaração Cível - Mombaça - Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Embargada: Antônia Aprígio Fernandes - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a quem de direito a fim de oportunizar a apresentação de contrarrazões. Expedientes necessários. Forta - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE)

Nº 0620419-47.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Lucas Oliveira da Silva - Agravado: Banco Bradesco S/A - Agravado: Vitor Ariel Mendonça da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto e fundamentação apresentada, CONHEÇO do presente Agravo de Instrumento para, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, confirmando a decisão que antecipou a tutela recursal, restando deferida a pretensão busca de ativos financeiros via SISBAJUD nas contas vinculadas ao CPF 429.869.048-23, pertencente a Vítor Ariel Mendonça da Silva. Comunique-se ao Juízo. Expedientes necessários. Fortaleza CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Maria Suellen Carvalho Leite (OAB: 28188/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0635782-40.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: NORMA MARIA RAPOSO - Agravante: RONALDO DA SILVA RAPOSO - Agravante: RAMON DA SILVA RAPOSO - Agravante: RINALDO DA SILVA RAPOSO - Agravado: Shopping Center Iguatemi S/A - Ante o exposto, considerando a fundamentação apresentada, NÃO CONHEÇO do presente agravo de instrumento, por ser manifestamente inadmissível, conforme disciplina o inciso III, do artigo 932, do CPC. Comunique-se o juízo. Expedientes necessários. Decorrido o prazo sem recurso, arquivem-se os autos. Fortaleza - CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Michele Naiane Fernandes Marinho (OAB: 34158/CE) - Renata Dantas de Oliveira Mercadante (OAB: 15484/CE)

Nº 0638075-17.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A - Agravado: Agropecuária Vitamais Ltda. - Agravado: Ecofertil Agropecuária Ltda - Agravado: Ecofertil Incorporações Imobiliárias Ltda - Agravado: Herickson Gustavo Carlos Rocha - Agravado: Ricardo Cezar Carlos Rocha - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, homologo a desistência manifestada pela agravante, extinguindo o feito sem apreciação do mérito, com fulcro no artigo 76, VI, do RITJCE. Fica revogada a decisão de fls. 1.784/1.793. Proceda-se com as atualizações necessárias no sistema, em razão da substituição processual deferida neste decisum. Expedientes necessários. Fortaleza CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Rafael de Almeida Abreu (OAB: 19829/CE)

Nº 0638075-17.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A - Agravado: Agropecuária Vitamais Ltda. - Agravado: Ecofertil Agropecuária Ltda - Agravado: Ecofertil Incorporações Imobiliárias Ltda - Agravado: Herickson Gustavo Carlos Rocha - Agravado: Ricardo Cezar Carlos Rocha - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO Intime-se o agravante BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, por seu advogado constituído neste recurso para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre a petição e documentos de fls. 1.816/1.834. Expedientes necessários. Fortaleza CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Rafael de Almeida Abreu (OAB: 19829/CE)

DESPACHO

Nº 0201758-37.2023.8.06.0113 - Apelação Cível - Jucás - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Antonio Alves Oliveira - Advs: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE) - Cícera Gomes Bezerra (OAB: 34828/CE)

DESPACHO

Nº 0636731-69.2021.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Lorenna Cardoso Pessoa - Agravada: Érika Maria Abelém Ximenes - Diante do exposto, reconheço a perda do objeto do presente recurso, dando-o por prejudicado, com fundamento no artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015. Após o trânsito em julgado, arquive-se com a devida baixa na distribuição. Publique-se e intimem-se. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE) - Jose Itoni de Couto Rocha Filho (OAB: 25995/CE) - Fernanda Barroso de Castro (OAB: 24695/CE) - Wagner de Souza Lopes (OAB: 26712/CE)

DESPACHO

Nº 0633205-60.2022.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: PSP Incorporações Imobiliárias e Participações Ltda - Embargado: MLAR Jacarey Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda - Diante de todo o exposto, conheço dos Embargos de Declaração, porém nego-lhe provimento, condenando ainda o embargante ao pagamento de multa processual no importe de 1% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: Nathalia Damasceno da Costa E Silva Ervedosa (OAB: 18892/CE) - Thiago de Castro Pinto Lopes (OAB: 16272/CE) - Clóvis Macêdo Matoso Vilela Lima (OAB: 31549/CE)

DESPACHO

Nº 0000671-58.2014.8.06.0044 - Apelação Cível - Barreira - Apelante: Francisco Henrique E. Thomaz - Apelado: Universal Unica do Caju Ltda - Do exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do presente recurso, por deserção, na forma do art. 1.007, §4º, do CPC/2015. Expedientes Necessários. Decorridos os prazos, dê-se baixa no acervo deste gabinete. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Fabiano Silva Tavora (OAB: 15800/CE) - Francisco Helder Alves do Nascimento (OAB: 8638/CE)

DESPACHO

Nº 0040259-51.2007.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelada: Maria de Fátima Santana Neves - Diante do exposto, homologo o acordo celebrado entre as partes, conforme cláusulas constantes no termo de fls. 320-322, que passam a fazer parte desta decisão, e extingo o feito com fundamento no artigo 76, VI, do RITJCE. Informo que eventuais levantamentos de depósitos judiciais devem ser realizados em primeira instância. Expedientes necessários. Decorrido o prazo, remetam-se os autos à instância de origem para cumprimento do acordo. Fortaleza CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA Relator - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Aline de Carvalho Cavalcante (OAB: 15142/CE)

Nº 0636833-86.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Vânia Maria da Costa Gomes - Agravado: Hapvida Assistência Médica S/A - Ante o exposto, com base no art. 76, XIV, do RITJCE e do art. 1.019, caput, c/c 932, III, do Código de Processo Civil, NÃO CONHEÇO do presente Agravo de Instrumento. Comunique-se ao nobre Juízo de origem o inteiro teor desta decisão, COM URGÊNCIA, para fins de que tome ciência da existência do processo nº 0252077-20.2024.8.06.0001, distribuído aos 17/07/2024 e atualmente em curso na 10ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, no qual a agravante postula o custeio pela Operadora de Saúde, Hapvida Assistência Médica Ltda, do tratamento medicamentoso com Bisaliv Power Full 1:100 - Cbd 20mg/Ml, Thc < 0,3% - Frasco 30ml e Bisaliv Power Full 20:1 - THC 20mg/ml, CBD 1mg/ml(30ML). Decorrido o prazo recursal, arquive-se com baixa no acervo deste Gabinete. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas no sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO Relator - Advs: Luis Gustavo Fernandes Bezerra (OAB: 484150/SP) - Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE)

PAUTA DE JULGAMENTO

1ª Câmara Direito Privado
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 43

SERÃO JULGADOS, EM SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2024, A PARTIR DAS 14H, OS PROCESSOS A SEGUIR RELACIONADOS. AQUELES QUE DESEJEM SOLICITAR APENAS PREFERÊNCIA NA ORDEM DO JULGAMENTO OU PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL, DENTRO DOS TERMOS REGIMENTAIS, DEVEM REQUERÊ-LAS À CÂMARA. AS SUSTENTAÇÕES ESTÃO SENDO REALIZADAS, EM REGRA, NO FORMATO PRESENCIAL, TENDO EM VISTA DETERMINAÇÃO DO RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS. AS SUSTENTAÇÕES POR VIDEOCONFERÊNCIA DEVEM SEGUIR O DISPOSTO NO ART. 937, §4º DO CPC E RESOLUÇÃO Nº 10/2020 DO PLENO DO TJCE, SENDO NECESSÁRIO SEU REQUERIMENTO ATÉ O FINAL DO EXPEDIENTE DO DIA ÚTIL ANTERIOR AO DA SESSÃO (18H) COM COMPROVANTE RESIDENCIAL OU PROFISSIONAL A SER ENVIADO PARA A CÂMARA PELO E-MAIL: SEC.1CDIREITOPRIVADO@TJCE.JUS.BR AS SUSTENTAÇÕES PRESENCIAIS TAMBÉM PODEM SER REQUERIDAS PREVIAMENTE POR E-MAIL ATÉ O PRAZO ANTERIORMENTE MENCIONADO. APÓS O MESMO, AS SUSTENTAÇÕES ORAIS PRECISARÃO SER SOLICITADAS PRESENCIALMENTE PELO ADVOGADO ATÉ ANTES DO INÍCIO DA SESSÃO, CONFORME REGIMENTO INTERNO. PROCESSOS QUE NÃO POSSUAM DESTAQUE SERÃO JULGADOS EM BLOCO. QUAISQUER ESCLARECIMENTOS: WHATSAPP: (085)98219-8378; E-MAIL: SEC.1CDIREITOPRIVADO@TJCE.JUS.BR

1 - **0043985-44.2012.8.06.0167/50002** - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Beira Rio Turismo Ltda.. Advogado: José Amaury Batista Gomes Filho (OAB: 12095/CE). Embargado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Gerson Sampaio Gradvohl (OAB: 15485/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

2 - **0107394-94.2018.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Agravante: Idibra Participações Ltda.. Advogado: Nestor Sousa Facundo (OAB: 18505/CE). Advogado: Carlos Eduardo Pinheiro da Silva (OAB: 18107/CE). Advogada: Kessianny da Silva Freitas (OAB: 37076/CE). Agravado: Condominio Greenlife 3 Residence. Advogado: Manoel Otávio Pinheiro Filho (OAB: 24440/CE). Advogado: Caio Flávio da Silva Gondim (OAB: 25265/CE). Advogada: Raphael Beserra da Fontoura (OAB: 26002/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

3 - **0109267-95.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Apelante: Hospital Batista Memorial. Advogado: Helder Braga Arruda Junior (OAB: 37228/CE). Apelado: Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda. Apelado: Cândido Pinheiro Koren de Lima. Apelada: Ana Christina Fontoura Koren de Lima. Advogado: José Amaury Batista Gomes Filho (OAB: 12095/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

4 - **0168487-58.2018.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Agravante: Damião Firmino dos Santos. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Agravado: Mercantil do Brasil Financeira S/A. Advogado: Igor Maciel Antunes (OAB: 74420/MG). Advogado: Julliana Mayra de Castro Pereira (OAB: 184700/MG). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

5 - **0008181-37.2014.8.06.0137/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Pacatuba/2ª Vara da Comarca de Pacatuba. Embargante: Brasilseg Companhia de Seguros. Advogado: Leonardo Gonçalves Costa Cuervo (OAB: 44416/CE). Embargada: Vitoria Denise Santos Pinto representada por Elaine do Amaral Santos. Embargada: Dafne Santos Pinto representada por Elaine do Amaral Santos. Embargada: Maria Gisele Santos Pinto representada por Elaine do Amaral Santos. Embargada: Jenifer Santos Pinto representada por Elaine do Amaral Santos. Embargada: Elaine do Amaral Santos. Embargado: Diego da Silva Dantas representado por Maria Katiane Ferreira da Silva. Embargada: Daiane da Silva Dantas representada por Maria Katiane Ferreira da Silva. Embargada: Maria Katiane Ferreira da Silva. Embargado: Espolio de Denisio Dantas Pinto. Advogado: Élio da Silva Marques (OAB: 13114/CE). Repr. Legal: Elaine do Amaral Santos. Advogada: Lílian Paiva Cidrão Marques (OAB: 13115/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

6 - **0050143-03.2021.8.06.0167/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Embargado: Thales

Emanuel Fernandes Tavares. Advogado: Thales Emanuel Fernandes Tavares (OAB: 31253/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

7 - **0176917-72.2013.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Apelante: Francisco José da Silva de Oliveira. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Apelado: Moura Empreendimentos e Negócios Imobiliários Ltda.. Advogado: Rafael Silveira Lopes (OAB: 19237/CE). Advogado: Rafael Leite Torrens (OAB: 18956/CE). Advogado: Ricardo Lima Moreira Borges (OAB: 18181/CE). Advogado: Valdener Vieira Milfont (OAB: 32537/CE). Advogada: Ana Jacqueliny de Paiva Firmino (OAB: 52301/CE). Advogada: Raquel Jorge de Sena Lopes (OAB: 45163/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

8 - **0051031-74.2021.8.06.0133/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Nova Russas/2º Vara da Comarca de Nova Russas. Embargante: Bradesco Vida e Previdência S/A. Advogada: Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB: 130291/SP). Embargado: Vicente de Paulo Torres Chaves. Advogado: Marcos Antônio de Carvalho Lima (OAB: 39704/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

9 - **0193143-50.2016.8.06.0001/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Embargada: Sueli de Fátima Ferreira da Silva. Advogada: Carolina Barreto Alves Costa Freitas (OAB: 21484/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

10 - **0254326-80.2020.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Embargante: Condomínio Porto de Iracema Residence. Advogado: Francisco Olivando Paiva de Souza (OAB: 25620/CE). Advogado: Ronald Torres de Oliveira (OAB: 16310/CE). Embargado: Francisco Jean Lessa Andrade. Advogada: Elisângela Maria Mororó (OAB: 26067/CE). Advogada: Edirlândia Alves Magalhães (OAB: 26709/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

11 - **0051346-28.2012.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Apelante: Marcos Aurelio Saboia Leitão. Advogado: Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE). Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Advogada: Thais Timbo Bezerra (OAB: 37364/CE). Advogado: Pedro Vasco Dantas Oliveira (OAB: 23682/CE). Apelada: Teresa Maria Sousa dos Santos. Advogado: Paulo Teles da Silva (OAB: 4945/CE). Advogada: Georgia Campos Teles da Silva (OAB: 18141/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

12 - **0240796-09.2020.8.06.0001/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Flávio Sousa Farias. Advogado: Flávio Sousa Farias (OAB: 18571/CE). Advogado: Carlos José Evangelista de Castro (OAB: 12202/CE). Embargada: Anésia Veras da Silveira Evangelista. Advogado: Carlos José Evangelista de Castro (OAB: 12202/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

13 - **0110705-93.2018.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Embargante: GEAP Autogestão em Saúde. Advogado: Eduardo da Silva Cavalcante (OAB: 24923/DF). Embargado: Espólio de Roselene Silva Avelino de Lima. Admº Provisório: Francisco Nazareno Avelino de Lima (OAB: 9854/CE). Advogado: José Vidal Pessoa (OAB: 24891/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

14 - **0211381-10.2022.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Mercadinho Irmãos Gêmeos Ltda Me. Advogado: Handrei Ponte Sales (OAB: 33647/CE). Embargada: Ana Livia Gomes da Silva, registrado civilmente como Boniek Gomes da Silva. Advogado: Rafael Albuquerque de Souza (OAB: 43160/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

15 - **0201924-09.2022.8.06.0112/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Juazeiro do Norte/3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Embargante: Davi Xavier de Andrade Benjamin Representado Por Francisco Adailton Benjamin. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Embargado: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

16 - **0111248-62.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Apelante: Antonia Fatima Pereira Barbosa. Advogada: Samia Waleska Pereira Barbosa de Carvalh (OAB: 8428/CE). Apelante: Francisco Jose Pereira Barbosa. Apelante: Sandra Waneska Pereira Barbosa. Apelante: Samia Waleska Pereira Barbosa de Carvalh. Apelado: Francisco Gualbernei Alves de Andrade. Advogada: Renata Andrade Pinheiro (OAB: 10064/CE). Advogado: Elisberg Francisco Bessa Lima (OAB: 17078/CE). Advogado: Francisco de Assis Filgueira Mendes Junior (OAB: 27149/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

17 - **0436700-65.2000.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Embargante: Espólio de Antonio Pitombeira Fernandes de Carvalho. Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Advogado: José Frota Carneiro Neto (OAB: 19603/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Daiany Mara Ribeiro Paiva (OAB: 16942/RS). Advogado: Filipe Augusto da Costa Albuquerque (OAB: 20587/CE). Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

18 - **0633215-70.2023.8.06.0000/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Embargante: Vicente de Paulo Militão Albano. Advogado: Elano Mesquita Medeiros (OAB: 27380/CE). Advogado: Felipe Mesquita Medeiros (OAB: 28784/CE). Embargado: Arnóbio de Andrade Lima. Advogado: Lívio Cavalcante de Arruda Neto (OAB: 9976/CE). Embargado: P&E Construções Ltda. Advogado: Vinícius Barbosa Damasceno (OAB: 8277/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

19 - **0146159-42.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Ciro Ferreira Gomes. Advogado: Hélio Parente de Vasconcelos Filho (OAB: 6102/CE). Advogado: André Garcia Xerez Silva (OAB: 25545/CE). Apelado: Gaudencio Gonçalves de Lucena. Advogado: Anderson Queiroz Costa (OAB: 32535/CE). Advogado: João Victor Oliveira Freire (OAB: 43757/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

20 - **0009967-84.2016.8.06.0028/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Acaraú/2ª Vara da Comarca de Acaraú.

Embargante: Banco do Brasil S.A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: Valdeci José Moraes. Embargada: Izabel Romana Muniz Freitas. Embargado: José Avelar Vasconcelos. Embargada: Maria José do Nascimento. Embargada: Maria Solange de Souza. Advogado: José Newton Freitas Filho (OAB: 15833/CE). Advogada: Leniz Serra Affonso de Carvalho Filha (OAB: 37263/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

21 - **0621964-21.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/9ª Vara de Família. Agravante: D. C. T.. Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE). Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogado: Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE). Advogado: Lucas Costa de Pinho Pessôa (OAB: 38619/CE). Agravada: M. de Q. R. G.. Advogada: Lincoln Mattos Magalhães (OAB: 15053/CE). Advogada: Gabriela Martins Carmo (OAB: 36362/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

22 - **0623105-75.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Agravante: Isadora de Paula Sousa de Andrade. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

23 - **0623105-75.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Isadora de Paula Sousa de Andrade. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

24 - **0200189-72.2023.8.06.0057** - **Apelação Cível** - Caridade/Vara Única da Comarca de Caridade. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelado: Ana Lúcia Ferreira do Nascimento. Advogada: Francisca Claudia Lima Belarmino (OAB: 46765/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

25 - **0200984-55.2022.8.06.0173** - **Apelação Cível** - Tianguá/2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá. Apelante: Antonio Manoel dos Santos. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

26 - **0201378-40.2022.8.06.0051** - **Apelação Cível** - Boa Viagem/2ª Vara da Comarca de Boa Viagem. Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Apelada: Maria Caetano Matias. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

27 - **0200700-61.2023.8.06.0157** - **Apelação Cível** - Reriutaba/Vara Única da Comarca de Reriutaba. Apelante: Manoel Oliveira Rodrigues. Advogado: Antonio Vandervan Ximenes (OAB: 45047/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

28 - **0200880-95.2023.8.06.0151** - **Apelação Cível** - Quixadá/2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Apelante: Francisco Afonso de Souza. Advogado: Hárnesson Carneiro de Lima (OAB: 21656/CE). Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Advogada: Iasmin Diener Brito (OAB: 67755/DF). Advogado: Hudson Alves de Oliveira (OAB: 50314/GO). Advogada: Djessy Narriman de Almeida Rocha (OAB: 24309/PB). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

29 - **0271851-70.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/22ª Vara Cível. Apelante: Everaldo Francisco de Moura. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogada: Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

30 - **0201358-39.2023.8.06.0043** - **Apelação Cível** - Barbalha/2ª Vara Cível da Comarca de Barbalha. Apte/Apdo: José Batista Filho. Advogado: José Belo Neto (OAB: 41135/CE). Advogada: Larissa Queiroz Pereira (OAB: 50326/CE). Apte/Apdo: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

31 - **0051203-04.2021.8.06.0040** - **Apelação Cível** - Assaré/Vara Única da Comarca de Assaré. Apelante: Telefônica Brasil S/A. Advogado: José Alberto Couto Maciel (OAB: 513/DF). Apelado: José Nunes da Silva. Advogada: Francisca Joselia Esmeraldo de Oliveira (OAB: 16690/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

32 - **0200325-42.2022.8.06.0045/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Barro/Vara Única da Comarca de Barro. Embargante: Zurich Minas Brasil Seguros S/A. Advogado: Antonio Chaves Abdalla (OAB: 30742/CE). Embargado: José Wellithon Batista Zacarias. Advogado: Alexandre Felipe de Sousa Lima (OAB: 35292/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

33 - **0050179-84.2020.8.06.0036** - **Apelação Cível** - Aracoiaba/Vara Única da Comarca de Aracoiaba. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Apelado: Espolio de Carlucio Neri Lima. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

34 - **0630070-69.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/7ª Vara de Família. Agravante: ERICA ALBUQUERQUE DE SALES. Advogado: Eduardo Albuquerque da Silva (OAB: 35175/CE). Agravado: LINDALVA MARCELINO LIMA MENDONÇA. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

35 - **0631814-02.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Agravante: TQS Engenharia Ltda ME. Advogada: Andréa Vale Spazzafumo (OAB: 14130/CE). Agravado: Coffee Break Serviços de Alimentação Ltda. Advogada: Mariana Cunha Lustosa (OAB: 6045/CE). Advogado: Witalo Ronner Cabral Sales (OAB: 24859/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

36 - **0632432-44.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Agravante: Empreendimento Educacional Maracanaú Ltda - UNIFAMETRO. Advogado: Aloisio Pereira Neto (OAB: 13167/CE). Agravado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

37 - **0632563-19.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Agravante: Martha Maria de Albuquerque Montenegro. Advogado: Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE). Agravado: Claro Comercio e Serviços de Cinefotosom Ltda. Advogado: Miguel Agostinho Marques da Costa (OAB: 2124/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

38 - **0632628-14.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Agravada: Angelina Maria Passos. Advogado: Marcelo de Sa Cortez (OAB: 32099/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

39 - **0202047-65.2024.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Banco Honda S/A. Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE). Apelado: Francisco Albani Alves Albuquerque. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

40 - **0633886-59.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Agravante: Miriam de Fatima Flores de Carvalho. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Agravado: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 29481A/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

41 - **0200627-05.2022.8.06.0067/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Embargante: Unimed Clube de Seguros. Advogado: Luiz Felipe Conde (OAB: 310799/SP). Embargado: Antonio Teixeira da Silva. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

42 - **0635631-74.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Agravante: José Alves de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Banco Pan S/A. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

43 - **0201711-16.2023.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia. Apelante: T. dos S. A.. Advogado: Antônio Augusto Moreira Silva (OAB: 7025/CE). Apelado: J. R. S. M.. Apelada: M. I. F. L. M.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

44 - **0202766-37.2023.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Maracanaú. Apelante: F. J. P. L. e M. G. L.. Advogado: Adams David Pereira Chaves (OAB: 39338/CE). Apelada: T. K. C. B. L.. Advogada: Rocelle Cardoso Mendes (OAB: 44007/CE). Advogada: Wyllane Andrade Camurça (OAB: 42919/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

45 - **0287182-92.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Ademir Fioravante Panato. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

46 - **0050594-12.2020.8.06.0119** - **Apelação Cível** - Maranguape/1ª Vara Cível da Comarca de Maranguape. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: José Leandro de Oliveira Castro. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

47 - **0001396-72.2019.8.06.0173** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara de Família. Apelante: A. F. R. da S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelada: M. E. P. da S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

48 - **0119264-39.2018.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/22ª Vara Cível. Apelante: Mariana Cavalcante Feitosa. Advogado: Luis Feitosa de Macedo E Silva (OAB: 30527/CE). Advogada: Rosa Sardônica Cavalcante (OAB: 45942/CE). Apelado: Adriana Karine da Silva Sousa. Advogado: Carlos Edilberto Morais (OAB: 27690/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

49 - **0579999-03.2000.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Apelante: Finasa Administração e Planejamento S/A. Advogada: Daiany Mara Ribeiro Paiva (OAB: 16942/RS). Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Apelado: Paulo Augusto Gurgel do Amaral. Advogado: Luis Alberto Burlamaqui Correia (OAB: 10752/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

50 - **0210752-07.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Núcleos de Justiça 4.0/Núcleo de Justiça 4.0 - DPVAT. Apelante: Francisco Gomes Sousa. Advogada: Najma Maria Said Silva (OAB: 28394/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Rostand Inácio dos Santos (OAB: 37246A/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

51 - **0206006-28.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Núcleos de Justiça 4.0/Núcleo de Justiça 4.0 - DPVAT. Apelante: Paulo Sergio Ferreira da Costa. Advogada: Najma Maria Said Silva (OAB: 28394/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 11735A/MA). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

52 - **0262593-02.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: A. L. C. S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

53 - **0234098-45.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: F. L. S. de O.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

54 - **0206015-58.2023.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Francisco Thiago da Silva Pinto. Advogado: Alysson Gleydson Alencar de Meneses (OAB: 40939/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

55 - **0636971-53.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Hapvida Assistência Médica S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Agravado: FRANCISCA OLIVEIRA DO VALE. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

56 - **0636972-38.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Maria Idilva Ramos Studart. Advogado: João Aurelio Ponte de Paula Pessoa (OAB: 15196B/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

57 - **0232767-28.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apelante: Rafael Gustavo Simon. Advogado: João Augusto Silva Salles (OAB: 112962/RS). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Banco C6 S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Apelado: Itaú Unibanco S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

58 - **0205050-28.2024.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral. Apelante: A. M. da S. F.. Apelante: J. E. dos S. L.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Apelado: M. P. E.. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

59 - **0234656-56.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Maria Jesus Macambira de Franca. Advogado: Thiago Cesar Tinoco Oliveira de Vasconcelos (OAB: 10451/RN). Apelado: Banco do Brasil S.A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

60 - **0265924-89.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Apelante: Custódio Dantas da Silva. Advogada: Maria Graziela Vasconcelos Souza Pimentel (OAB: 42775/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Leonardo Fialho Pinto (OAB: 108654/MG). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

61 - **0234140-94.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Apelante: Maria Celia Ferreira Sacramento. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Apelado: Banco Pan S.a.. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

62 - **0637019-12.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE). Agravada: REGINA STELA LEÃO JOCA. Advogado: Daniel Sucupira Barreto (OAB: 17070/CE). Advogada: Juliana Carlos Nobrega (OAB: 28401/CE). Advogada: Mariana Karbage Nogueira Praxedes (OAB: 51207/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

63 - **0204712-09.2023.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelada: Maria de Nazaré do Nascimento. Advogado: Francisco Wallyson da Costa Góis (OAB: 40963/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

64 - **0200269-45.2023.8.06.0151** - **Apelação Cível** - Quixadá/2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Francisco Marinaldo Alves Gomes. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

65 - **0200705-46.2023.8.06.0137** - **Apelação Cível** - Pacatuba/2ª Vara da Comarca de Pacatuba. Apelante: Leda Oliveira Teixeira. Advogado: Flávio Henrique Pontes Pimentel (OAB: 18523/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

66 - **0637103-13.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento**. Agravante: DAYLANE CARVALHO DE AMORIM. Advogada: Christina Sabrinna Coelho Saldanha (OAB: 46584/CE). Agravada: SABRYNNE OLIVEIRA DA SILVA. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

67 - **0232651-56.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Crusoe Foods, Indústria, Importação e Exportação Ltda.. Advogado: Edgar Bruno de Lima Chaves (OAB: 24544/CE). Advogado: Fernando Alfredo Rabello Franco (OAB: 11990/CE). Apelado: Maersk Brasil Brasmar Ltda.. Advogado: João Paulo Alves Justo Braun (OAB: 184716/SP). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

68 - **0637185-44.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Sobral/1ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Agravante: Caixa Seguradora S/A. Advogado: Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB: 28240/PE). Agravado: Espólio de Maria Helena Cela Magalhães Pinto. Inventariante: João Rodrigues Pinto Neto. Advogado: George Aguiar Dias (OAB: 15596/CE). Advogado: Francisco Kleristom Farias Cardoso (OAB: 15884/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

69 - **0637305-87.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Agravante: Hd Mais Desenvolvimento de Sites Ltda.. Advogada: Juliana Vasconcelos Rodrigues dos Santos (OAB: 28567/CE). Agravado: Pleimec Solution - Comércio de Equipamentos Tecnológicos Ltda EPP. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

70 - **0503994-51.2011.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Francisco Debbie Roque. Advogado: Jerônimo Correia de Oliveira (OAB: 18067/CE). Apelado: Maria Gerarda Nascimento de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

71 - **0246939-09.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/2ª Vara de Família. Apelante: G. L. S. A.. Advogada: Karisa Carolina Teixeira de Sousa (OAB: 18162/CE). Advogado: Glauber Furtado Teixeira (OAB: 9635/CE). Apelado: L. L.. Apelado: L. de S. L. L.. Repr. Legal: Isabella Lomônaco Bernardo. Advogado: Murilo Figueiredo Oliveira Gonçalves (OAB: 27833/CE).

Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

72 - **0269120-38.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/28ª Vara Cível. Apte/Apdo: Fabiola Rosany Baia Aguiar. Advogada: Renata Maria Maia Rosendo (OAB: 232628/RJ). Advogada: Talita Helga Maia Grun (OAB: 36419/CE). Apte/Apdo: Hapvida Assistência Médica S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

73 - **0637413-19.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Agravante: Nayane de Aguiar Machado. Advogado: João Aurélio Ponte de Paula Pessoa (OAB: 15196/CE). Agravado: Raimundo Cosmo da Silva. Advogado: Pedro Brandão Neto (OAB: 29826/CE). Relator(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

74 - **0630756-08.2017.8.06.0000/50002** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/1ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará. Embargante: Banco Sistema S/A. Advogado: Eduardo Frediani Duarte Mesquita (OAB: 259400/SP). Embargado: Inave S/A - Indústria e Navegação. Embargado: Antônio Gil Fernandes Bezerra. Embargada: Elisa Maria Gradvhol Bezerra. Advogado: Stélio Braga Magalhães (OAB: 20088/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

75 - **0097056-81.2006.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Apelante: Pueri Indústria e Comércio de Confecções S/A. Apelante: Marcelo Sampaio de Menezes. Apelante: Francisco Kubrusly Neto. Advogado: Francisco Evandro Paz (OAB: 18370/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Ana Lúcia Antinolfi (OAB: 25812/RS). Advogado: Clayton Möller (OAB: 21483/RS). Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

76 - **0632352-51.2022.8.06.0000/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Embargante: JEBC Empreendimento Imobiliário Ltda. Advogado: Rodrigo Ribeiro Antunes (OAB: 37178/CE). Embargado: João Evangelista da Ponte. Advogado: Karlos Roneely Rocha Feitosa (OAB: 23104/CE). Embargado: CCB -Construtora Castelo Branco Empreendimentos Imobiliarios Ltda.- EIRELI- em Recuperação Judicial. Advogado: Tiago Asfor Rocha Lima (OAB: 16386/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

77 - **0014147-96.2016.8.06.0173** - **Apelação Cível** - Tianguá/2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá. Apelante: Tereza Nascimento de Lima. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Rodrigo Scopel (OAB: 40004/RS). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

78 - **0200291-54.2023.8.06.0038/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Araripe/Vara Única da Comarca de Araripe. Embargante: José Marçal de Carvalho Junior. Advogado: Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE). Advogado: Cicero Augusto Pereira Bezerra (OAB: 48681/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

79 - **0201389-25.2022.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Priscilla Silva Holanda. Advogado: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce (OAB: 9698/CE). Advogado: Diego Granja Pearce (OAB: 29366/CE). Embargado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

80 - **0002260-83.2018.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Ivonede Ferreira de Menezes. Advogado: Jean Michel Ribeiro Ferreira (OAB: 13428/CE). Apelado: João Evangelista da Silva Neto. Advogado: Renan Moreno Timbó (OAB: 22723/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

81 - **0038996-47.2011.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Ivonede Ferreira de Menezes. Advogado: Jean Michel Ribeiro Ferreira (OAB: 13428/CE). Apelado: Agnaldo Garrido Martinez. Advogado: José Maria Farias Gomes (OAB: 6756/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

82 - **0621534-69.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Agravante: Maria Monteiro Santos. Advogado: Antonio Gleudson Souza Rodrigues (OAB: 29283/CE). Agravado: Massa Falida do Banco Comercial Bancesa S/A. Advogado: Carlos Eduardo de Lucena Castro (OAB: 10666/CE). Advogada: Maria Suellen Carvalho Leite (OAB: 28188/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

83 - **0255907-62.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Gemma Galgani Lima Camelo. Advogado: Luis Élson Férrer de Almeida Paulino (OAB: 13234/CE). Apelado: Eduardo da Silva Santos. Advogada: Cristiane de Melo Leite Sampaio (OAB: 25780/CE). Apelada: Mafra Muniz Ferreira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

84 - **0202955-59.2023.8.06.0167/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Imada Serviços Médicos Ltda. Advogado: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce Filho (OAB: 19596/CE). Embargado: Associação Santa Casa de Misericórdia de Sobral - Hospital do Coração. Advogada: Aline Angelim Morais Dias (OAB: 20317/CE). Advogada: Savia da Silva Angelim (OAB: 27330/CE). Advogado: Jéssica Ferreira da Silva (OAB: 41170/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

85 - **0200081-50.2022.8.06.0163/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - São Benedito/2ª Vara da Comarca de São Benedito. Embargante: SEREDE- Serviços de Rede S.A. Advogada: Daniela Galvão da Silva Rêgo Abduche (OAB: 92540/RJ). Embargada: Micheline Maria Rodrigues de Oliveira. Advogada: Yara Karla Rodrigues de Paiva (OAB: 29661B/CE). Advogado: Antônio Wellington Carvalho Viana (OAB: 49034/CE). Advogado: Franci Paulo Isaías Araújo (OAB: 30734/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

86 - **0050679-51.2020.8.06.0166** - **Apelação Cível** - Senador Pompeu/2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Apelante: Alexsandra de Sousa da Silva. Advogada: Lilian Vidal Pinheiro (OAB: 340877/SP). Advogado: Giovanna Barroso Martins da Silva (OAB: 478272/SP). Apelado: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Henrique José Parada Simão

(OAB: 221386/SP). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

87 - **0624457-68.2024.8.06.0000/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/5ª Vara de Família. Embargante: F. de A. F.. Advogado: Alexandre França Magalhães (OAB: 13817/CE). Advogada: Gabriela Nascimento Lima (OAB: 13105/CE). Embargada: Karla Souza de Almeida. Embargado: K. S. de A.. Embargada: L. S. de A.. Embargada: L. S. de A.. Advogada: Deila Thaíse Maia Lima (OAB: 41770/CE). Advogado: Igor Cesar Menezes da Costa (OAB: 41927/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

88 - **0231337-80.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Apelante: Tania Maria Andrade Barros. Advogado: Ítalo Farias Braga (OAB: 35020/CE). Advogada: Jamila Araújo Serpa (OAB: 37573/CE). Advogado: Daniel Maia (OAB: 19409/CE). Advogado: Wladimir Albuquerque D'Alva (OAB: 17437/CE). Apelado: Caixa Seguradora S/A. Advogado: Neumayer de Sousa Maia (OAB: 6241/CE). Advogado: Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB: 28240/PE). Advogado: Carlos Antônio Harten Filho (OAB: 19357/PE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

89 - **0626202-83.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Agravante: Dayani Duarte de Vasconcelos. Advogada: Dayani Duarte de Vasconcelos (OAB: 43590/CE). Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

90 - **0626791-75.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Horizonte/2ª Vara da Comarca de Horizonte. Agravante: HORILAV Processamento Textil Ltda.. Agravante: WE Processamento Textil Ltda.. Advogado: José Mauricio Moreira Cavalcante Filho (OAB: 17550/CE). Agravado: ENZILAV Processamentos Texteis Ltda.. Advogado: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce Filho (OAB: 19596/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

91 - **0627653-46.2024.8.06.0000/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Embargante: SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda.. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Embargado: Ciro Gomes Magalhães. Advogado: Antônio Carlos Fernandes Pinheiro (OAB: 22941/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

92 - **0051350-75.2020.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Espólio de João Bezerra Filho. Advogado: Francisco Edival Lucena de Oliveira (OAB: 23468/CE). Apelada: Maria de Fatima Mota do Nascimento. Advogado: Roger Madson Silveira Monteiro (OAB: 16177/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

93 - **0203523-31.2023.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Apelada: Letícia Maria Miranda Farias. Advogado: Talles Corrêa do Nascimento (OAB: 41349/CE). Advogado: Silvio Ulysses Sousa Lima (OAB: 22501/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

94 - **0050785-73.2021.8.06.0070** - **Apelação Cível** - Crateús/2ª Vara Cível da Comarca de Cratéus. Apelante: Rosalina Rodrigues Campelo. Advogado: Francisco Vieira Sales Neto (OAB: 21906/CE). Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

95 - **0201784-88.2023.8.06.0160/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Santa Quitéria/2ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargada: Maria Magalhães Mendes. Advogado: Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE). Advogado: Antônio Fabrício Martins Sampaio Silva (OAB: 43412/CE). Advogado: Gustavo Muniz Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 2481/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

96 - **0630265-54.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Senador Pompeu/2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: A. L. B. C., R. P. P. B. B.. Advogada: Erijessica Pereira da Silva Araújo (OAB: 14920/RN). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

97 - **0149737-76.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara de Família. Apelante: G. de M. B.. Advogada: Francisca Marnia Chaves Rabelo (OAB: 38127/CE). Testemunha: Francisca Verônica de Freitas. Testemunha: Maria Carmelia dos Santos. Testemunha: Anacler Pimentel Bezerra. Apelada: G. F. do A. B.. Advogado: Igor Oliveira Uchôa (OAB: 26660/CE). Apelada: L. do A. B.. Apelado: E. I. F. do A. B.. Apelado: F. B. N.. Apelado: I. L. do A. B.. Apelado: I. L. do A. B.. Testemunha: Rosângela R. Sousa de Oliveira. Testemunha: Tiago José de Sousa. Testemunha: Alysson Marinho Mouta. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

98 - **0200274-33.2022.8.06.0109** - **Apelação Cível** - Jardim/Vara Única da Comarca de Jardim. Apelante: Cristhian Luiz de Oliveira. Advogado: Alan Pereira Mourão (OAB: 21899/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 35635A/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

99 - **0200069-71.2023.8.06.0043/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Barbalha/1ª Vara Cível da Comarca de Barbalha. Embargante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Embargado: José Vieira da Silva. Advogada: Ariel Taveira Farias (OAB: 47952/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

100 - **0282941-12.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Gabriel Maia Siqueira de Oliveira. Advogado: Victor Saldanha Fontenele (OAB: 16535/CE). Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

101 - **0631520-47.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Agravante: H. A. M. S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Agravada: M. M. S. R. P. R. L. M.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

102 - **0200338-38.2023.8.06.0067** - **Apelação Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Apelado: Maria Célia Costa da Silva. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

103 - **0200188-44.2022.8.06.0115/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Limoeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte. Embargante: Carbomil Química S/A. Advogado: Heber Quinderé Júnior (OAB: 4328/CE). Embargado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

104 - **0243700-02.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Marderson de Freitas Fagundes. Advogado: Filipe Autran Cavalcante Araujo (OAB: 23912/CE). Apte/Apdo: UBER do Brasil Tecnologia Ltda.. Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB: 30086A/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

105 - **0200900-30.2024.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Eruana Honório Leite de Oliveira. Advogado: Jerônimo Moreira Gomes (OAB: 22865/CE). Advogado: Francisco Adelmo Medeiros Damasceno (OAB: 50627/CE). Apelado: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP). Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

106 - **0632329-37.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Mimos da mamãe Indústria e Comércio de Enxovais Ltda. Advogado: Diego Albuquerque Lopes (OAB: 26053/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

107 - **0632845-57.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Tauá/2ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Antonia Simone dos Santos Ferreira. Advogado: Afonso Arthur de Oliveira Coelho (OAB: 48172/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

108 - **0053521-35.2021.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Espólio de Cícero Januário da Silva. Inventariante: Francisca Janelene Januário da Silva. Advogada: Larissa Queiroz Pereira (OAB: 50326/CE). Advogado: José Belo Neto (OAB: 41135/CE). Apelado: CARDIF do Brasil Vida e Previdência S/A. Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE). Apelado: Banco Votorantim S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

109 - **0200394-71.2023.8.06.0067** - **Apelação Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Apelado: Francisco Ferreira de Lima. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

110 - **0272123-64.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Jose Tamboril Barroso. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: FACTA Financeira S/A. Advogado: Paulo Eduardo Silva Ramos (OAB: 54014/RS). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

111 - **0201217-28.2024.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: João Pedro Sobrinho. Advogado: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE). Advogado: Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE). Apelado: APDAP PREV - Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas. Advogado: Daniel Gerber (OAB: 39879/RS). Advogada: Joana Goncalves Vargas (OAB: 75798/RS). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

112 - **0050779-56.2020.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Banco Votorantim S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: Francisco Roberto de Sousa Freire. Advogada: Zulmira Costa Goes de Oliveira (OAB: 4182/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

113 - **0256077-68.2021.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/12ª Vara de Família. Apelante: J. C. de M.. Def. Público: D. P. - V. S.. Apelada: B. L. S.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

114 - **0200425-03.2023.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Bruno Vasconcelos Silveira. Advogado: Alan Pereira Mourão (OAB: 21899/CE). Advogado: Eduardo Henriques Freire (OAB: 21901/CE). Apelado: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A. Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 30773/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

115 - **0634340-39.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Icó/2ª Vara Cível da Comarca de Icó. Agravante: WASKA JEIMES FERREIRA BEZERRA ME. Advogado: Bruno Boyadjian Sobreira (OAB: 38828/CE). Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Ricardo Lopes Godoy (OAB: 77167/MG). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

116 - **0634471-14.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: CLOTILDE PASSOS DE SOUZA. Advogada: Rafaelly Oliveira Freire dos Santos (OAB: 40439/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

117 - **0200583-83.2022.8.06.0067** - **Apelação Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Apelante: Francisco Veras de Lima. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Apelante: Bradesco Vida e Previdência S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

118 - **0200453-21.2024.8.06.0133** - **Apelação Cível** - Nova Russas/2º Vara da Comarca de Nova Russas. Apelante: Francisco

Gomes da Silva. Advogado: Vinicius Brendo de Sousa Viana (OAB: 50172/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

119 - **0289167-33.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apelante: Jose Osvaldo Barbosa. Advogada: Nádia Maria Sarmento Guedes (OAB: 32488/CE). Apelado: Banco do Brasil S.A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

120 - **0050209-43.2020.8.06.0126** - **Apelação Cível** - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Apelante: Noemia Vieira da Silva. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Apelado: Banco Itaucard S/A. Apelado: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

121 - **0200929-19.2024.8.06.0114** - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Apelante: Raimundo Alves Bertoldo. Advogado: José Newton Ferreira de Medeiros Filho (OAB: 24754/CE). Advogado: Lázaro Victor de Sousa (OAB: 40334/CE). Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

122 - **0201381-46.2023.8.06.0055** - **Apelação Cível** - Canindé/1ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Apelante: Maria José Pinto. Advogado: Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282A/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

123 - **0200455-95.2024.8.06.0066** - **Apelação Cível** - Cedro/Vara Única da Comarca de Cedro. Apelante: Carlos Paulo da Silva. Advogado: Cássio Robson de Almeida Bezerra (OAB: 25660/PB). Advogado: Rodrigo Sampson Vilarouca de Freitas Leite (OAB: 39524/CE). Apelado: Paraná Banco S/A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

124 - **0244421-12.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apelante: Rosangela Sobreira Alves. Advogado: Marcos Martins dos Santos Neto (OAB: 20087/CE). Advogada: Samia Maria Oliveira Ribeiro (OAB: 7585/CE). Advogado: Ticiano Cordeiro Aguiar (OAB: 19255/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

125 - **0201212-59.2023.8.06.0055** - **Apelação Cível** - Canindé/1ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Apelante: Maria José Pinto. Advogado: Antônio Fabrício Martins Sampaio Silva (OAB: 43412/CE). Apelado: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

126 - **0201303-62.2023.8.06.0084** - **Apelação Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apelante: Tereza Marciano de Oliveira Sousa. Advogado: Luiz Miller Reis Santos (OAB: 44380/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

127 - **0186604-63.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Apelante: SBS Participações S/A. Advogado: João Rafael de Farias Furtado (OAB: 17739/CE). Advogado: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE). Curador Esp.: Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública (OAB: 1111A/CE). Apelante: FORTCASA Incorporadora e Imobiliária Ltda.. Advogado: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE). Apelada: Margarida Maria Morais. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

128 - **0200432-52.2024.8.06.0066** - **Apelação Cível** - Cedro/Vara Única da Comarca de Cedro. Apelante: Maria Tereza da Conceição. Advogado: Lucas Freitas Viana (OAB: 27345/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

129 - **0001085-14.2019.8.06.0066** - **Apelação Cível** - Cedro/Vara Única da Comarca de Cedro. Apelante: Francisco Dialo Vieira Gomes. Advogado: Luiz Gonzaga dos Santos Neto (OAB: 23997/CE). Advogado: José Newton Ferreira de Medeiros Filho (OAB: 24754/CE). Repr. Legal: Dejanio da Silva Gomes. Apelado: Isaac Sousa Lima. Advogado: Joao Goncalves de Oliveira (OAB: 5573/CE). Advogado: Silvio Ulysses Sousa Lima (OAB: 22501/CE). Apelado: Tokio Marine Seguradora S/A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

130 - **0201404-70.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: FACTA Financeira S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Advogado: Luiz Augusto Abrantes Pequeno Júnior (OAB: 23178/CE). Advogado: Francisco Ítalo Carneiro Fontenele (OAB: 53094/CE). Advogado: Jurema Abrantes Pequeno Vasconcelos (OAB: 52326/CE). Apelado: Josefa Oliveira da Silva. Advogado: Ruan Carlos da Silva Soares (OAB: 43870/CE). Advogado: Adriano Silva Lima (OAB: 47780/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

131 - **0238400-54.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apte/Apdo: Antonio Kauã Lemos Bertulino. Advogado: Jonathan Bezerra dos Santos (OAB: 34128/CE). Advogado: Diego Victor Lobo Silveira (OAB: 25815/CE). Apte/Apdo: FACTA Financeira S/A. Advogado: Paulo Eduardo Silva Ramos (OAB: 54014/RS). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

132 - **0215976-23.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Apelante: Manoel Coelho da Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

133 - **0200258-36.2024.8.06.0133** - **Apelação Cível** - Nova Russas/2º Vara da Comarca de Nova Russas. Apelante: Raimundo Nonato da Silva Neto. Apelante: Maria Tainá Freitas de Melo. Advogado: Victor Carlos Madeiro (OAB: 32928/CE). Advogada: Monique Mendes de Melo Carvalho (OAB: 32927/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

134 - **0053368-83.2020.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Armadillo

Burguer & Grill. Advogada: Marianna Gueiros de Mello (OAB: 26792/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

135 - **0210665-12.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: Fernando Moreira Drummond Teixeira (OAB: 108112/MG). Apelado: Francisco Antonio Rodrigues. Advogada: Dayse Suyane Sampaio do Vale (OAB: 24898/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

136 - **0241340-94.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/23ª Vara Cível. Apelante: Supermercado Cometa Ltda. Advogada: Mara Thays Maia Ferreira (OAB: 19462/CE). Apelado: FRANCISCO NAILSON DA SILVA. Advogada: Cintia Cordeiro Nogueira dos Santos (OAB: 39280/CE). Advogada: Maria Cristina Cândido Rocha Barros Leal (OAB: 40747/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

137 - **0108056-24.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Fretcar - Transporte Urbano e Metropolitano Ltda.. Advogado: Fábio José de Oliveira Ozório (OAB: 8714/CE). Apelado: Eva Maria Silva Pereira. Advogada: Jessica Silveira Rodrigues (OAB: 35686/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

138 - **0200206-58.2024.8.06.0127** - **Apelação Cível** - Monsenhor Tabosa/Vara Única da Comarca de Monsenhor Tabosa. Apelante: Tânia Rocha Magalhães. Advogado: Diego Rodrigues Bezerra Pedrosa (OAB: 38129/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Repr. Legal: Banco do Brasil S.A. Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

139 - **0200582-25.2024.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelada: Maria Erlania da Silva Santos. Advogado: Juarez Marques de Medeiros Neto (OAB: 42709/CE). Relator(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

140 - **0030928-90.2012.8.06.0091** - **Apelação Cível** - Iguatu/2ª Vara da Comarca de Iguatu. Apte/Apdo: Joaci Soares Bezerra. Advogada: Alique Rachel Alves Pereira (OAB: 17581/CE). Advogada: Mirna de Lima Barboza (OAB: 24206/CE). Advogado: James Pedro da Silva (OAB: 24083/CE). Apte/Apdo: Caixa Seguradora S/A. Advogado: Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB: 28240/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

141 - **0622302-97.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Agravante: Melquisedeck Dias do Espírito Santo. Agravante: Oolibama de Fátima Dias do Espírito Santo. Advogado: Magno Aguiar Câmara (OAB: 17413/CE). Agravado: Edifício Van Gogh. Advogada: Joana Carvalho Brasil (OAB: 14892/CE). Advogada: Fabrizia Pimentel Bezerra Portela (OAB: 34824/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

142 - **0184430-86.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Maria Lucinete Oliveira de Freitas. Advogado: Henrique de Paula Machado (OAB: 19864/CE). Advogado: Tobias Araújo Nazário (OAB: 25005/CE). Apelado: José Antonio Oliveira de Freitas. Advogado: Luiz Gonzaga Moura de Sousa (OAB: 8256/CE). Advogado: Luiz Gonzaga Moura de Sousa Filho (OAB: 32597/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

143 - **0170444-65.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/23ª Vara Cível. Apelante: SPE Fortaleza Shopping S/A. Apelante: Administradora North Shopping Jóquei Ltda. Apelante: SPE Andrios Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Leonardo Santini Echenique (OAB: 249651/SP). Advogado: Rodrigo Trimont (OAB: 231409/SP). Advogado: Igor Góes Lobato (OAB: 307482/SP). Apelado: Sima Alimentos Eireli - Me. Apelado: M&s Distribuidora de Alimentos Ltda. Advogado: Giuliano Pimentel Fernandes (OAB: 14241/CE). Advogado: Pedro Henrique Bezerril Miranda Fontenele (OAB: 27526/CE). Advogado: Marcus Vinícius de Almeida (OAB: 33806/CE). Advogada: Tatiana Oliveira Plutarco Fontes (OAB: 37583/CE). Advogado: Carolina Evangelista Guimarães (OAB: 41859/CE). Advogada: Thais Carneiro Medeiros (OAB: 46135/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

144 - **0871531-83.2014.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Gerson Sampaio Gradvohl (OAB: 15485/CE). Advogada: Bruna Malveira Ary Mota (OAB: 29379/CE). Apelado: João Teixeira Júnior. Advogada: Jeritza Gurgel Holanda Rosario Dias (OAB: 13130/CE). Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Advogada: Melissa Pereira Guara (OAB: 27710B/CE). Advogado: Joserisse Hortencio dos Santos Maia Alencar (OAB: 23981/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

145 - **0226190-05.2022.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Embargado: Zilcar Rabelo da Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

146 - **0844214-13.2014.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Apelante: João Teixeira Júnior. Advogada: Jeritza Gurgel Holanda Rosario Dias (OAB: 13130/CE). Advogada: Melissa Pereira Guara (OAB: 27710B/CE). Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: José Valdo de Melo Júnior (OAB: 10461/CE). Advogado: Liana Maria Veloso Costa de Carvalho (OAB: 5752B/PI). Advogado: Gerson Sampaio Gradvohl (OAB: 15485/CE). Advogado: Eurivaldo Cardoso de Brito (OAB: 16196/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

147 - **0001550-53.2018.8.06.0035/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Aracati/1ª Vara Cível da Comarca de Aracati. Embargante: R. F. dos S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Embargada: L. V. da S. F. R. P. J. da S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

148 - **0884866-72.2014.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/23ª Vara Cível. Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. Advogada: Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE). Embargada: Terezinha da Silva Neves. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

149 - **0280003-77.2020.8.06.0142** - **Apelação Cível** - Tauá/2ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Apelante: Francisco Valdemy Acioly Guedes. Apelante: Instituto de Formação de Teológica (FACEDI). Advogado: Francisco Valdemízio Acioly Guedes (OAB:

12068/CE). Advogado: Ricardo Rocha Lopes da Costa (OAB: 39729/CE). Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

150 - **0203423-36.2023.8.06.0001/50001** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Somar Comunicação e Marketing Ltda. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

151 - **0636133-47.2023.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Aquiraz/1ª Vara Cível da Comarca de Aquiraz. Agravante: João Degnardo da Silva Santos. Advogado: Antonio Gleudson Souza Rodrigues (OAB: 29283/CE). Agravado: Espólio de Mauro Rodrigues Barbosa. Repr. Legal: Francisco Fábio Leite Braga. Advogada: Andressa Azambuja Freire da Silva (OAB: 39381/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

152 - **0220189-67.2023.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Rui Cesar Ribeiro de Sousa. Advogada: Eliennay Gomes Alves (OAB: 30314/CE). Advogada: Aline Maciel Lima Gomes (OAB: 36005/CE). Embargado: Cristiano Carvalho de Paula. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

153 - **0135651-32.2018.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Apte/Apdo: Francisco Luciano Teixeira Pereira. Advogado: André Pinto Peixoto (OAB: 17284/CE). Advogado: Mário dos Martins Coelho Bessa (OAB: 15254/CE). Apte/Apdo: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Weltton Rodrigues Loiola (OAB: 14683/CE). Advogado: Gerson Sampaio Gradvohl (OAB: 15485/CE). Advogado: Edmilson Barbosa Francelino Filho (OAB: 15320/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

154 - **0200831-71.2023.8.06.0113/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Embargada: Luiza Chagas da Silva. Advogado: Igor Bandeira Pereira Leite (OAB: 42107/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

155 - **0144441-39.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apelante: TV Cidade de Fortaleza Ltda. Advogado: Ademar Mendes Bezerra Júnior (OAB: 15786/CE). Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Apelante: TV Jangadeiro Ltda. Advogado: José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (OAB: 4040/CE). Advogada: Camille da Escóssia Lima (OAB: 33973/CE). Advogado: Raphael Ayres de Moura Chaves (OAB: 16077/CE). Apelada: Raylane dos Santos Cury (Representado(a) por sua Mãe) EDNILDA DOS SANTOS,. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

156 - **0021394-05.2016.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Partifib Projetos Imobiliarios Maracanau Ltda. Advogado: Julio Nicolau Filho (OAB: 105694/SP). Apelado: Emerson Clementino de Brito. Advogada: Andreza Maria Mano Vidal (OAB: 17493/CE). Advogado: Gustavo Sampaio Brasilino de Freitas (OAB: 17106/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

157 - **0623495-45.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Agravante: Rita de Cassia de Souza Cirino. Advogado: Fernando Leonel da Silveira Pereira (OAB: 46009/CE). Agravado: Aldairton Carvalho Sociedade de Advogados. Advogado: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB: 16045/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

158 - **0623495-45.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Agravante: Aldairton Carvalho Sociedade de Advogados. Advogado: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB: 16045/CE). Agravada: Rita de Cassia de Souza Cirino. Advogado: Fernando Leonel da Silveira Pereira (OAB: 46009/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

159 - **0227254-16.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: E. A. de S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

160 - **0272012-17.2022.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Embargante: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG Brasil Multicarteira (Fundo PCG-Brasil). Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 5836/TO). Embargado: Francisco Cícero do Carmo de Oliveira. Advogado: Helderson Barreto Martins (OAB: 7525/SE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

161 - **0210698-36.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. Advogada: Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE). Apelada: Alessandra Liz Magalhaes Alves. Advogado: Leônidas Furtado Braga Filho (OAB: 25401/CE). Advogado: Antenor Alves de Sousa Júnior (OAB: 28221/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

162 - **0625530-75.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - São Benedito/2ª Vara da Comarca de São Benedito. Agravante: Raimundo Viana do Nascimento. Advogado: Carlos Águila Maciel (OAB: 20622/CE). Agravante: Guiomar Ferreira do Nascimento. Agravante: Francisco Sales Isaias de Medeiros. Agravante: Maria Nazaré da Luz. Agravante: Erley Ferreira do Nascimento. Agravante: Francisco Genário Alves dos Santos. Agravante: Carlos Alberto Isaías de Medeiros. Agravante: Antonio Pereira do Nascimento. Agravante: Wagner Rodrigues Medeiros. Agravante: Maria Ducilene Alves. Agravante: Antônio Elias Ferreira de Medeiros. Agravante: Roberto Isaías de Medeiros. Agravante: Maria Dalva Alves de Medeiros. Agravante: Antonio Rodrigues de Medeiros. Agravante: Agemiro Medeiros Silva. Agravante: Raimundo Nonato dos Santos. Agravado: Leonardo Isaías Fontão. Agravado: Jailson Isaías de Medeiros. Agravado: Maria Aparecida Isaías de Medeiros. Agravada: Helena Rodrigues de Medeiros. Agravada: Girlane Isaías de Matos. Agravado: Pedro Raimundo de Medeiros. Agravada: Raimunda Lima da Silva. Agravado: Raimundo Oliner Viana de Medeiros. Agravado: Vicente Bezerra de Melo. Advogada: Cecília Paiva Sousa (OAB: 36528/CE). Advogado: Adilson José Paulo Barbosa (OAB: 10320/BA). Advogado: Péricles Martins Moreira (OAB: 39162/CE). Agravado: Airton Ferreira Medeiros. Agravado: Leoclécio Soares Fontão. Agravado: Gesson Ferreira de Medeiros.

Agravado: Francisco Viana de Medeiros. Agravado: Francisco Gean Ferreira de Medeiros. Agravada: Maria da Paz Isaías de Medeiros. Agravado: Cicero Ferreira de Medeiros. Agravada: Carla Maria Isaías de Medeiros. Agravada: Antonia Evany Isaías de Medeiros. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

163 - **0200075-20.2024.8.06.0051** - **Apelação Cível** - Boa Viagem/2ª Vara da Comarca de Boa Viagem. Apte/Apdo: José Maria Pereira da Silva. Advogado: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

164 - **0625959-42.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Agravante: Premium Condomínio Clube. Advogada: Talita de Farias Azin (OAB: 31662/CE). Advogado: Tales Italo Vieira Lopes (OAB: 47883/CE). Agravado: Bruna Isabela Boto Saboia Cabral. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

165 - **0627244-70.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/14ª Vara de Família. Agravante: D. Q. O.. Agravante: M. Q. B. S., R. P. D. Q. O.. Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE). Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Advogado: Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE). Advogada: Olga Paiva Bezerra Vasques (OAB: 33397/CE). Advogado: Lucas Costa de Pinho Pessôa (OAB: 38619/CE). Advogado: Paulo Henrrique Gomes da Silva (OAB: 38701/CE). Advogada: Isabella Alcoforado Campos (OAB: 41102/CE). Advogada: Mariana Baratta Monteiro Guerra Osterno (OAB: 45980/CE). Advogado: Valdemar Vicente de Souza Neto (OAB: 35374/CE). Agravado: C. B. S.. Advogada: Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE). Advogado: Raphael Ayres de Moura Chaves (OAB: 16077/CE). Advogada: Danielle de Melo Pires e Souza (OAB: 25989/CE). Advogada: Camille da Escóssia Lima (OAB: 33973/CE). Advogada: Beatriz Chaves Bittencourt de Albuquerque (OAB: 44118/CE). Advogado: Sérgio Bruno Araújo Rebouças (OAB: 18383/CE). Advogado: Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Júnior (OAB: 27722/CE). Advogado: Felinto Alves Martins Filho (OAB: 18918/CE). Advogada: Alessandra Palo Di San Marzano (OAB: 41089/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

166 - **0627244-70.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/14ª Vara de Família. Agravante: C. B. S.. Advogada: Danielle de Melo Pires e Souza (OAB: 25989/CE). Advogada: Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE). Advogada: Alessandra Palo Di San Marzano (OAB: 41089/CE). Agravada: D. Q. O.. Agravada: M. Q. B. S., R. P. D. Q. O.. Agravada: M. Q. B. S., R. P. D. Q. O.. Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE). Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Advogado: Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE). Advogada: Olga Paiva Bezerra Vasques (OAB: 33397/CE). Advogado: Lucas Costa de Pinho Pessôa (OAB: 38619/CE). Advogado: Paulo Henrrique Gomes da Silva (OAB: 38701/CE). Advogada: Isabella Alcoforado Campos (OAB: 41102/CE). Advogada: Mariana Baratta Monteiro Guerra Osterno (OAB: 45980/CE). Advogado: Valdemar Vicente de Souza Neto (OAB: 35374/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

167 - **0627328-71.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/14ª Vara de Família. Agravante: C. B. S.. Advogada: Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE). Advogado: Raphael Ayres de Moura Chaves (OAB: 16077/CE). Advogada: Danielle de Melo Pires e Souza (OAB: 25989/CE). Advogada: Camille da Escóssia Lima (OAB: 33973/CE). Advogada: Beatriz Chaves Bittencourt de Albuquerque (OAB: 44118/CE). Advogado: Sérgio Bruno Araújo Rebouças (OAB: 18383/CE). Advogado: Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Júnior (OAB: 27722/CE). Advogado: Felinto Alves Martins Filho (OAB: 18918/CE). Advogada: Alessandra Palo Di San Marzano (OAB: 41089/CE). Agravada: D. Q. O.. Agravada: M. Q. B. S., R. P. D. Q. O.. Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE). Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Advogado: Diego Monteiro Maciel Lima (OAB: 24142/CE). Advogada: Olga Paiva Bezerra Vasques (OAB: 33397/CE). Advogado: Lucas Costa de Pinho Pessôa (OAB: 38619/CE). Advogado: Paulo Henrrique Gomes da Silva (OAB: 38701/CE). Advogada: Isabella Alcoforado Campos (OAB: 41102/CE). Advogada: Mariana Baratta Monteiro Guerra Osterno (OAB: 45980/CE). Advogado: Valdemar Vicente de Souza Neto (OAB: 35374/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

168 - **0256777-44.2021.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Manoel Rony Santos da Silva. Advogada: Dayane Dorneles Pereira e Silva Fernandes (OAB: 40815/CE). Apelado: Adtalem Educacional do Brasil S/A. Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 32405A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

169 - **0628169-66.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Sobral. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: André Nieto Moya (OAB: 235738/SP). Agravado: Antônio Jadilson Lima Pereira. Advogado: Abraão Lincoln Sousa Ponte (OAB: 30395/CE). Advogado: Dênio de Souza Aragão (OAB: 27990/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

170 - **0628276-13.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Agravante: Juciene Maria de Arruda Pinto. Advogado: Daniel Braga Albuquerque (OAB: 28282/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Advogada: Daiany Mara Ribeiro Paiva (OAB: 16942/RS). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

171 - **0200994-88.2022.8.06.0112/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Embargante: Paulo David Pinheiro de Sousa. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Embargado: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogado: Shalon Michaelli Angelo Tavares (OAB: 24016/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

172 - **0204395-45.2022.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Eldorado Representações Comerciais Ltda ME. Advogado: João Gustavo Magalhães Fontenele (OAB: 15502/CE). Apelado: Francisco Soares da Silva. Apelado: Umiracema de Sousa Costa Soares. Advogado: Paulo José Gomes Mota (OAB: 26136/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

173 - **0251652-95.2021.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/32ª Vara Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Apelado: Irandir de Sousa Rodrigues. Advogado: Dracon dos Santos Tamyarana de Sá Barreto (OAB: 13704B/CE). Advogado: Cristiano Queiroz Arruda (OAB: 28114/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

174 - **0628577-57.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Jaguaruana/Vara Única da Comarca de Jaguaruana. Agravante: ELIAS PESSOA DE LIMA. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Agravado: BANCO BMG S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 17023/BA). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

175 - **0201131-28.2024.8.06.0071** - **Apelação Cível** - Crato/2ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Vitor Emanuel Bispo Batista. Repr. Legal: Maria Aparecida Bispo Batista. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público Estadual. Testemunha: David Mikael do Nascimento Silva. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

176 - **0055950-22.2021.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia. Apelante: N. M. M. F.. Advogada: Nayana Mendes Moreira. Advogada: Emilia Lopes (OAB: 16111/RN). Apelado: S. A. G. F. F.. Advogado: Antônio Luiz Paiva Viana (OAB: 5439/CE). Advogado: Francisco Joatan Almeida Andrade (OAB: 5548/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

177 - **0629026-15.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/3ª Vara de Sucessões. Agravante: João Jorge Vieira. Advogado: Reginaldo Sales Hissa (OAB: 5830/CE). Agravado: Espólio de Maria Dulce Vieira. Inventariante: Jorge Vieira (OAB: 8365/CE). Advogada: Ilnah Cláudia de Freitas Clementino (OAB: 9021/CE). Advogado: Clístenes January de Freitas Clementino (OAB: 29830/CE). Advogado: Carlos Magno de Freitas Clementino (OAB: 29831/CE). Advogado: Jean Jackson de Oliveira Sampaio (OAB: 43743/CE). Advogado: Cesar Augusto Borges (OAB: 13677/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

178 - **0233965-37.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apelante: Maria Dias de Souza. Advogada: Lílian Paiva Cidrão Marques (OAB: 13115/CE). Advogado: Élio da Silva Marques (OAB: 13114/CE). Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Banco Hyundai Capital Brasil S/A. Advogado: Bruno Henrique Goncalves (OAB: 50541A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

179 - **0200316-84.2022.8.06.0076/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - FariasBrito/Vara Única da Comarca de Farias Brito. Embargante: Joao Afonso de Carvalho. Advogado: Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE). Advogado: Cicero Augusto Pereira Bezerra (OAB: 48681/CE). Embargado: Banco BMG S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

180 - **0200259-55.2024.8.06.0154** - **Apelação Cível** - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Apelante: Antonio Cosmo da Silva. Advogado: Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 29481A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

181 - **0200211-96.2024.8.06.0154** - **Apelação Cível** - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Apelante: Boa Vista Serviços S/A. Advogado: Hélio Yazbek (OAB: 168204/SP). Apelado: Francisco das Chagas Saraiva Magalhães. Advogado: Victor Almeida Saraiva (OAB: 43606/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

182 - **0489253-06.2011.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Liana Maria Pinto Firmeza. Advogado: Julio Cesar Ribeiro Maia (OAB: 6584/CE). Apelado: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A. Advogada: Tânia Vainsencher (OAB: 20124/PE). Apelado: Associação Atlética Banco do Brasil de São Paulo - AABB/SP. Advogado: Maurício Lourenço Cantagallo (OAB: 253122/SP). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

183 - **0108250-92.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Maria Neuma de Brito Nazaré. Advogada: Carolina Barreto Alves Costa Freitas (OAB: 21484/CE). Apelado: Meu Lar São Gerardo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.. Advogado: Denival Alves Correa Filho (OAB: 22396/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

184 - **0202407-81.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apelante: Icatu Fundo Multipatrocinado - Icatu FMP. Advogado: Maria inês Caldeira Pereira da Silva (OAB: 114798/RJ). Apelado: Espólio de Francisco Carlos da Silva Almeida. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

185 - **0056847-50.2021.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Francisco Lineu de Sousa Filho. Advogado: Francisco Edilson Pires Braga (OAB: 31748/CE). Apelado: Algar Telecom S/A. Advogado: Fernando Moreira Drummond Teixeira (OAB: 108112/MG). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

186 - **0271626-84.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: Cooperativa Mista Roma Ltda.. Advogado: Cristiano Rego Benzota de Carvalho (OAB: 166149/SP). Apelado: José Airton Fausto Silva. Advogada: Andressa Fernandes Lima (OAB: 47997/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

187 - **0128199-83.2009.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: Tv Cidade de Fortaleza Ltda. Advogado: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE). Apelado: Emanuel William dos Reis Silva. Advogado: João Ricardo Pinho (OAB: 33315/CE). Advogada: Lígia Samara Albuquerque Pinto (OAB: 22902/CE). Advogado: Diego Victor Lobo Silveira (OAB: 25815D/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

188 - **0123886-30.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Gessila Samanta Nunes Martins Lopes. Advogado: Thiago Andrade Dias (OAB: 33988/CE). Apelado: CCB Brasil S/A - Crédito, Financiamentos e Investimentos. Advogado: Daniel Becker Paes Barreto Pinto (OAB: 185969/RJ). Apelado: (Quality Car) Renan Almeida e Silva Junior-me. Advogado: Marcos Igor Morais Ponte (OAB: 39988/CE). Advogado: Aldir Movwad Abbas Lessa (OAB: 40722/CE). Apelado: Delta Capital Intermediacoes Financeiras Ltda. Advogado: Andre Teixeira da Cruz (OAB: 26971/CE). Advogada: Larissa Pinheiro Loureiro (OAB: 24923/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

189 - **0630463-91.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Agravante: Thaiane Priscila Almeida Rodrigues. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa

Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

190 - **0274927-05.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/32ª Vara Cível. Apelante: Adriana Campani. Advogado: Alan Pereira Mourão (OAB: 21899/CE). Advogado: Eduardo Henriques Freire (OAB: 21901/CE). Apelado: Banco RCI Brasil S/A. Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

191 - **0003851-16.2013.8.06.0045** - **Apelação Cível** - Barro/Vara Única da Comarca de Barro. Apelante: Marcio Vanderlei de Oliveira. Advogado: Ramsés Vitorino Duarte (OAB: 25877/CE). Apelada: Flavia Izabelle Maranhao Pereira. Advogada: Maria Eulânia Silva Araújo (OAB: 26963/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

192 - **0035416-88.2013.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Antonio Hermano dos Santos. Advogada: Cíntia Vieira Pereira Bringel (OAB: 20569/CE). Advogado: Danilo Bringel Sampaio (OAB: 33248/CE). Apelado: Francisco Gil Cruz Alencar. Apelado: Elda Maria Nogueira Alencar. Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Advogada: Gabriella Moura de Farias (OAB: 30534/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

193 - **0201416-96.2022.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Lusia de Araújo Costa. Advogado: Matheus Braga Barbosa (OAB: 31840/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

194 - **0024163-83.2016.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Lucio Flavio Nunes. Advogado: Demitrius Bruno Farias Valente (OAB: 31283/CE). Apelante: Camila Maria de Freitas Oliveira. Apelado: Janio Maciel Azevedo. Advogado: Fabiano Giovani de Oliveira (OAB: 19466/CE). Advogada: Cristiane Dantas Goncalves de Oliveira (OAB: 46255/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

195 - **0005439-18.2014.8.06.0047** - **Apelação Cível** - Baturité/1ª Vara Cível da Comarca de Baturité. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Ag. de Baturité/ce. Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Apelado: Fabiola Maria Sampaio Victor. Advogado: Rinaldo Nogueira Braga (OAB: 14896/CE). Advogado: Taffarel Deibson Lopes Silveira (OAB: 25016/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

196 - **0200186-34.2023.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Vilma Neide Rabelo Borges. Advogado: Sérgio Silva Costa Sousa Filho (OAB: 25955/CE). Apelado: Novum Maracanaú Empreendimento Imobiliário - Spe Ltda.. Apelado: Tetra Incorporações Ltda.. Advogado: Mozart Gomes de Lima Neto (OAB: 16445/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

197 - **0256992-49.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes. Apelado: Davi Jose dos Santos de Lima. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

198 - **0200202-40.2024.8.06.0056** - **Apelação Cível** - Capistrano/Vara Única da Comarca de Capistrano. Apelante: Maria Neide Silvestre da Silva. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelado: Banco Safra S/A. Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 33640A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

199 - **0200195-48.2024.8.06.0056** - **Apelação Cível** - Capistrano/Vara Única da Comarca de Capistrano. Apelante: Maria Neide Silvestre da Silva. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelado: Banco Safra S/A. Advogado: Eduardo Chalfin (OAB: 33640A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

200 - **0200203-25.2024.8.06.0056** - **Apelação Cível** - Capistrano/Vara Única da Comarca de Capistrano. Apelante: Maria Neide Silvestre da Silva. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: João Vitor Chaves Marques (OAB: 30348/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

201 - **0201807-61.2023.8.06.0151** - **Apelação Cível** - Quixadá/1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Apelante: Veronica Maria Oliveira Nascimento. Advogado: Hárnesson Carneiro de Lima (OAB: 21656/CE). Advogado: Davi Costa Pordeus (OAB: 22270/CE). Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

202 - **0200550-69.2024.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/2ª Vara Cível. Apelante: José Roberto da Silva. Advogado: Pedro Henrique dos Passos Sousa (OAB: 45231/CE). Advogado: Francisco Claudio Freire Caetano (OAB: 45306/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

203 - **0632672-33.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Antonio Edson Melo da Silva Junior. Advogada: Dayse Suyane Sampaio do Vale (OAB: 24898/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

204 - **0200600-77.2022.8.06.0178** - **Apelação Cível** - Uruburetama/2ª Vara da Comarca de Uruburetama. Apelante: Antonio Rodrigues Magalhães. Advogado: Abelardo Augusto Nobre Neto (OAB: 24901/CE). Apelado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. Advogada: Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

205 - **0200323-48.2024.8.06.0095** - **Apelação Cível** - Ipu/Vara Única da Comarca de Ipu. Apelante: Maria Erlene Sousa de Araújo. Advogado: Denilson Antonio Martins Costa (OAB: 22505/CE). Advogado: Juliana Aragão (OAB: 50831/CE). Advogado: Luiz Felipe Camelo Gabriel (OAB: 39640/CE). Apelado: UNASPUB - União Nacional de Auxílio Aos Servidores Públicos. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

206 - **0201890-55.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Maria

Auxiliadora Soares. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Advogado: Francisco Augusto Oliveira Paes de Andrade (OAB: 38088/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

207 - **0200007-98.2024.8.06.0171** - **Apelação Cível** - Tauá/1ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Apelante: Antonio Oliveira Silva. Advogado: Igor Bandeira Pereira Leite (OAB: 42107/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

208 - **0163773-21.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Maria Aparecida Maia. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Advogado: Paulo Suderlan Raulino Girão (OAB: 21111/CE). Advogada: Maria Lucimara Saraiva Lemos (OAB: 36683/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

209 - **0200549-82.2024.8.06.0053** - **Apelação Cível** - Camocim/2ª Vara da Comarca de Camocim. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelada: Maria Helena Ferreira Dasmaceno. Advogada: Marillia Trévia Monte Silva (OAB: 35126/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

210 - **0219157-90.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apelante: Armando Nascimento da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 18694/ES). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

211 - **0270355-06.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Hapvida Assistência Médica S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Apelada: Maria Elis Hilario Otaviano. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

212 - **0200416-44.2024.8.06.0084** - **Apelação Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apelante: Bradesco Seguros S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: José de Sousa Macedo. Advogado: Diego de Carvalho Rodrigues (OAB: 19646/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

213 - **0634197-50.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Agravante: Givaldo Bezerra Brandão. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Agravado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Lourenço Gomes Gadêlha de Moura (OAB: 21233/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

214 - **0200143-53.2023.8.06.0067** - **Apelação Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: Francisco Apoliano da Rocha. Advogado: Victor Parente Ponte (OAB: 26078/CE). Advogado: Artur Parente Ponte (OAB: 27882/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

215 - **0202489-91.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066A/CE). Apelado: Francisco Assis Almeida. Advogado: Garibalde Uchoa de Albuquerque (OAB: 22179/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

216 - **0203646-70.2023.8.06.0071** - **Apelação Cível** - Crato/2ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Maria Marinete Feitosa. Advogado: Jose Augusto Rodrigues Cavalcanti (OAB: 27333/CE). Apelado: BINCLUB - Serviços de Administração e de Programas de Fidelidade Ltda. Advogado: Daniel Gerber (OAB: 39879/RS). Advogada: Sofia Coelho Araujo (OAB: 40407/DF). Advogada: Joana Goncalves Vargas (OAB: 75798/RS). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

217 - **0050651-02.2020.8.06.0096** - **Apelação Cível** - Ipueiras/Vara Única da Comarca de Ipueiras. Apelante: Onofre Marques de Sousa. Advogado: Luiz Fernando Pontes de Sousa (OAB: 18270/CE). Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Apelado: Onofre Marques de Sousa. Advogado: Luiz Fernando Pontes de Sousa (OAB: 18270/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Advogado: Igor Maciel Antunes (OAB: 74420/MG). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

218 - **0201834-51.2023.8.06.0084** - **Apelação Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apelante: Maria Aldenora de Sousa Carvalho Amaral. Advogado: William Kleber Gomes de Sousa Lima (OAB: 28587/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

219 - **0202001-39.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: José Tadeu de Oliveira. Advogada: Marília da Conceição Rodrigues Rosendo (OAB: 48218/CE). Advogado: Stênio Andriola Almeida Gonçalves (OAB: 49393A/CE). Apelante: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Apelado: José Tadeu de Oliveira. Advogada: Marília da Conceição Rodrigues Rosendo (OAB: 48218/CE). Advogado: Stênio Andriola Almeida Gonçalves (OAB: 49393A/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

220 - **0201954-21.2023.8.06.0173** - **Apelação Cível** - Tianguá/2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá. Apte/Apdo: Maria de Fátima de Azevedo Silva. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

221 - **0200413-77.2023.8.06.0067** - **Apelação Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelada: Maria Helena Ferreira. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

222 - **0201498-57.2023.8.06.0113** - **Apelação Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Apelante: Luiz José da Silva.

Advogado: Antonio Euberlan Rodrigues Lima (OAB: 40660/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

223 - **0217217-27.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelada: Raquel Silva de Paula Lima. Advogada: Tallita Sara Oliveira Ribeiro (OAB: 47188/DF). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

224 - **0050561-26.2021.8.06.0171** - **Apelação Cível** - Tauá/1ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Apelante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS). Apelado: Geronimo Ferreira da Silva. Advogado: Antônio Moreira Cavalcante (OAB: 30385/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

225 - **0254792-69.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Carolina Freitas Cardeal de Araújo. Advogado: Francisco Welton Linhares Demétrio de Souza (OAB: 10250/CE). Apelado: Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro Ltda.. Advogado: EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA (OAB: 45242A/CE). Apelado: UNIMED Fortaleza Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

226 - **0200095-56.2024.8.06.0036** - **Apelação Cível** - Aracoiaba/Vara Única da Comarca de Aracoiaba. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apte/Apdo: Adail Alves da Silva. Advogado: Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

227 - **0201546-40.2024.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Cícera Lidiana Alves Ferreira. Advogada: Rainily Garrido Brexio (OAB: 28177/CE). Advogado: George Wayne de Oliveira Gurgel (OAB: 34204/CE). Apelado: EAGLE - Sociedade de Crédito Direto S.A. Advogado: Daniel Gerber (OAB: 39879/RS). Advogada: Joana Goncalves Vargas (OAB: 75798/RS). Advogada: Sofia Coelho Araujo (OAB: 40407/DF). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

228 - **0292200-31.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Marineide Gabriel dos Santos. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF). Apelado: Banco Bradescard S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

229 - **0200248-58.2023.8.06.0090** - **Apelação Cível** - Icó/1ª Vara Cível da Comarca de Icó. Apte/Apdo: Joseli Batista da Silva. Advogado: Frankes Claudio Roseno Gomes (OAB: 46693/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Relator(a): JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO

230 - **0620161-52.2014.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Crato/1ª Vara. Agravante: GFG Cosméticos Ltda. Advogado: Flavio Alexandre Sisconeto (OAB: 149408/SP). Advogado: Arthur Ferreira Guimarães (OAB: 184028/SP). Agravado: Francisco Airton Macedo. Advogado: Erinaldo Félix Costa (OAB: 9452/CE). Advogado: Luciano Cartaxo Paiva (OAB: 15309B/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

231 - **0006314-77.2016.8.06.0124/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Milagres/Vara Única da Comarca de Milagres. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 114904/SP). Advogado: Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 2683A/RJ). Embargada: Maria Bia Belem Morais. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

232 - **0622389-92.2017.8.06.0000/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Francisco Tavares Filho. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

233 - **0622389-92.2017.8.06.0000/50002** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Francisco Tavares Filho. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

234 - **0531118-92.2000.8.06.0001/50003** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/24ª Vara Cível. Agravante: MBM Seguradora S/A. Advogado: Eric Gleidston Falcão Lins (OAB: 21975/BA). Advogado: Thiago Bonavides Borges da Cunha Bitar (OAB: 19880/CE). Advogado: Bruno Almeida Mota (OAB: 22751/CE). Agravada: Maria Edeltrudes de Freitas Amaral. Repr. Legal: Maria Virgínia Amaral Puget. Advogado: Francisco José Colares Filho (OAB: 4421/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

235 - **0030443-45.2007.8.06.0001/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/8ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: Crispim Francisco de Souza. Advogado: Antonio Mesquita Cavalcante (OAB: 9575/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

236 - **0040729-82.2007.8.06.0001/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/8ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Paulo César Cavalcanti. Advogada: Renata Franco Cavalcanti (OAB: 21121/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

237 - **0040687-97.2012.8.06.0117/50000** - **Agravo Interno Cível** - Maracanaú/2ª Vara Cível. Agravante: Banco Pan S/A. Advogado: Norberto Targino da Silva (OAB: 166595/SP). Advogada: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649A/CE). Advogado: Ricardo Alexandre Peresi (OAB: 35960/CE). Agravado: Francisco Wilson Bezerra. Advogado: Gerlano Araújo Pereira da Costa (falecido) (OAB: 9544/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

238 - **0042871-25.2008.8.06.0001/50001** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Agravante: WSG Representações Ltda - ME. Advogado: Tarciano Capibaribe Barros (OAB: 11208/CE). Advogado: Sérgio Luis Tavares Martins (OAB: 14259/

CE). Advogada: Carolina Colares Barros de Assis (OAB: 18438/CE). Advogado: Frederico Peters de Pinho (OAB: 21454/CE). Advogado: Volney Limeira Lobo (OAB: 22012/CE). Advogado: Auricélio Leite e Silva Júnior (OAB: 28425/CE). Advogado: José Pereira de Araújo Júnior (OAB: 27744/CE). Advogada: Ianna Karla Araújo Matos (OAB: 33031/CE). Advogada: Lígia Navarro Veras de Albuquerque (OAB: 36054/CE). Agravado: Tintas Hidracor S/A. Advogado: Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

239 - **0089851-93.2009.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Agravante: Raimundo Ivan Joventino de Deus. Advogada: Vanessa Fernandes Costa Landim Saraiva (OAB: 26381/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

240 - **0631848-84.2018.8.06.0000/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Quixeramobim/1ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Embargante: Associação Atlética Banco do Brasil - AABB Quixeramobim. Advogado: Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE). Advogada: Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE). Embargado: Antônio Édipo de Almeida Lemos Assistido Por Maria José de Lima. Advogado: Lucas Brito de Oliveira (OAB: 32979/CE). Advogado: Renilson Gomes de Sousa (OAB: 32980/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

241 - **0019161-05.2010.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelada: Maria Ireni Palácio Duarte. Advogado: Keller Matias Franco (OAB: 13761/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

242 - **0142948-42.2008.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda. Advogado: Rubens Emídio Costa Krischke Júnior (OAB: 25189A/CE). Apelado: Manoel Martins Barroso. Advogado: Clailson Cardoso Ribeiro (OAB: 13125/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA. Revisor(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

243 - **0210208-92.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Companhia Docas do Ceará -CDC. Advogada: Rebeca Alves Soares Guimarães (OAB: 17279/CE). Advogado: Alexsandro Silva Araujo (OAB: 26509/CE). Advogado: João Carvalho Quixadá Neto (OAB: 20511/CE). Apelado: V. Castro & Companhia Ltda. Advogado: Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE). Advogado: Manuel Gomes Filho (OAB: 3252/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA. Revisor(a): EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE

244 - **0180539-23.2017.8.06.0001/50001** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: Luciano Sérgio Dias Felício. Advogada: Andrea Manuela Gomes Brauna de Matos Oliveira (OAB: 29888/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

245 - **0006214-55.2006.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Agravante: Maria do Socorro de Aguiar Ramos. Advogado: Andre Mota Fernandes Vieira (OAB: 10042/CE). Advogado: Sanzio Teixeira de Paula (OAB: 11683/CE). Advogado: Luiz Ronaldo Pereira Ribeiro (OAB: 6109/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

246 - **0138015-11.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Apelante: Hapvida Assistência Médica Ltda.. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Apelado: Med Rim Serviços Médicos Ltda. Advogado: Bento Adriano Monteiro Duailibi (OAB: 5452/MS). Advogada: Camila Cavalcante Bastos (OAB: 16789/MS). Advogado: Douglas Barros de Figueiredo (OAB: 20590/MS). Advogada: Jessica Barbieri Fernandes (OAB: 19464/MS). Advogada: Kátia Regina Bernardo Claro (OAB: 17927/MS). Advogado: Matheus Saiyd Bellé (OAB: 18543/MS). Advogada: Thamires Rios Brito (OAB: 17360/MS). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

247 - **0014647-57.2017.8.06.0035** - **Apelação Cível** - Aracati/1ª Vara da Comarca de Aracati. Apelante: Maria das Graças Barbosa da Cruz. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF). Apelado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

248 - **0152967-63.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Apelante: Marcos Antônio Rodrigues de Albuquerque. Advogado: Roni Furtado Borgo (OAB: 7828/ES). Advogada: Nathália Guilherme Benevides Borges (OAB: 28463/CE). Apelado: Múltipla Crédito, Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Fernando Augusto Correia Cardoso Filho (OAB: 14503/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

249 - **0198121-07.2015.8.06.0001/50001** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Agravante: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravado: Onofre de Sousa Falcão. Advogado: Diego Rodrigues e Silva Falcão (OAB: 31744/CE). Advogado: Sérgio Ellery Santos Girão (OAB: 15154/CE). Advogado: Josberto dos Santos Garcez (OAB: 15672/CE). Advogada: Sabrina Rodrigues Girão Nogueira Ellery (OAB: 17055/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

250 - **0185131-13.2017.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Agravante: Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Medido do Rio de Janeiro Ltda.. Advogado: Eduardo Lopes de Oliveira (OAB: 80687/RJ). Agravada: Maria José Lopes da Silva. Advogado: Luiz Gonzaga Nogueira Filho (OAB: 23482/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

251 - **0633773-47.2020.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Agravante: Alvorada Combustível Ltda. Agravante: Elane Cristina Nogueira do Nascimento. Advogada: Renata Martins Dias D'ávila (OAB: 34587/CE). Agravada: Iêda Fernandes de Oliveira. Advogada: Jacy Chagas Pinto (OAB: 10336/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

252 - **0635437-16.2020.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Sobral/1ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Agravante:

Diageo Brasil Ltda. Agravante: Ypióca Industrial de Bebidas S/A. Advogado: Cristiano Rodrigo Del Debbio (OAB: 173605/SP). Advogada: Lucia Ancona Lopez de Magalhaes Dias (OAB: 209216/SP). Advogada: Maria Fernanda Saab (OAB: 346025/SP). Agravado: Bendiz Indústria de Bebidas Ltda. Advogado: Francisco Eudes Alves Ferreira (OAB: 9428/PI). Advogado: Marcelo Augusto Cavalcante de Souza (OAB: 16161/PI). Advogado: Wando Santos da Silva (OAB: 13286/PI). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

253 - **0131560-64.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Apelante: Diretório Regional do Partido Progressista no Ceará,. Apelante: Padre José Linhares Ponte. Apelante: Maria das Graças Albuquerque. Apelante: Marcos Antônio Tavares. Apelante: Rodrigo Nogueira Diogo de Siqueira. Apelante: Tarcílio Assis de Mesquita Ciríaco. Apelante: Antonio José Aguiar Albuquerque. Apelante: Etevaldo Nogueira Filho. Apelante: Eugênio Rabelo. Apelante: Júlio César Araujo Costa. Apelante: Alex Sanford Rangel Xerez. Advogado: Herman Ted Barbosa (OAB: 10001/DF). Advogada: Lise Reis Batista de Albuquerque (OAB: 25998/DF). Advogado: Liliane Silva Sousa (OAB: 36267/DF). Apelado: Comissão Executiva Nacional do Partido Progressista - PP. Advogado: Herman Ted Barbosa (OAB: 10001/DF). Advogado: Liliane Silva Sousa (OAB: 36267/DF). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

254 - **0212404-35.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Raul Lopes Albuquerque Araujo. Advogado: Kamila Cardoso de Souza Ribeiro (OAB: 29545B/CE). Advogada: Suyane Frota Lôbo (OAB: 18969/CE). Apelado: B2W Viagens e Turismo Ltda. Advogado: Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 31478A/CE). Apelado: Tam Linhas Aéras S.A.. Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 30773/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

255 - **0010871-67.2017.8.06.0126/50000** - **Agravo Interno Cível** - Mombaça/1ª Vara da Comarca de Mombaça. Agravante: Francisca de Sousa Pedrosa. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

256 - **0005703-05.2017.8.06.0120/50001** - **Agravo Interno Cível** - Marco/Vara Única da Comarca de Marco. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: Fábio Regiani Basseto. Agravada: Carmem Malta do Carmo Zopell. Agravado: Luis Alberto de Oliveira. Agravado: Agrotriangulo Comercial Ltda - ME. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

257 - **0622524-65.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Reriutaba/Vara Única da Comarca de Reriutaba. Agravante: Leila Maria Mororó Farias. Advogada: Amanda Alves Braga (OAB: 37594/CE). Advogado: Yago Braga Macedo (OAB: 43121/CE). Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogada: Sandra Mara Tavares Lavor (OAB: 8831/CE). Advogado: Antônio Leite Tavares (OAB: 1838/CE). Advogado: João Leite Mendonça Tavares (OAB: 29500/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

258 - **0622699-59.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Juazeiro do Norte/3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Agravante: José Ernesto Parente de Alencar. Advogado: Nerildo Machado (OAB: 20982/CE). Agravado: Móveis Carraro Ltda. Advogado: Ricardo Ferreira Valente Filho (OAB: 33987A/CE). Advogado: Ricardo Ferreira Valente (OAB: 6433/CE). Advogado: José Lucas Crispim Campos (OAB: 29669/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

259 - **0036141-48.2011.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Otavio Cesar Pontes Coutinho. Advogada: Carolinne Coelho de Castro Coutinho (OAB: 17924/CE). Apelado: Araripe Veiculos Ltda. Advogado: Paulo Roberto Uchoa do Amaral (OAB: 6778/CE). Advogada: Maria do Socorro Freire (OAB: 4977/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

260 - **0406912-39.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: M. de F. M. A.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

261 - **0626923-40.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Agravante: Advocacia e Consultoria Rafael Pordeus. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE). Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Filho (OAB: 3432/CE). Agravado: Falkland Tecnologia Em Telecomunicações S.a. Advogada: Cristian Mintz (OAB: 136652/SP). Advogado: João Guilherme Correia Facó Bezerra (OAB: 35142/CE). Advogado: Rodolfo Gaeta Arruda (OAB: 220966/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

262 - **0180482-39.2016.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Agravante: Pedro Marcos de Oliveira Silva. Agravante: Maria Isabel de Oliveira Silva. Advogado: Carlos Gomes Ibiapina (OAB: 17435/CE). Advogado: Rafael Ferreira Lima (OAB: 42059/CE). Agravado: Lindeybergh Barroso Silva. Advogado: Pericles Maia de Figueiredo (OAB: 7631/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

263 - **0628355-94.2021.8.06.0000/50001** - **Agravo Interno Cível** - Itapipoca/1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Agravante: José Rodrigues de Sousa. Advogada: Sílvia Raquel Moura Souto (OAB: 27364/CE). Agravado: Ailton Rodrigues de Sousa. Advogado: Matheus Bruno Teixeira Alves (OAB: 35403/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

264 - **0007610-55.2018.8.06.0160** - **Apelação Cível** - Santa Quitéria/2ª Vara da Comarca de Santa Quitéria. Apelante: Gilvan Soares da Silva -ME. Advogado: João Paulo Júnior (OAB: 11081/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 35179/CE). Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 35180A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

265 - **0004266-45.2014.8.06.0083** - **Apelação Cível** - Guaiuba/Vara Única da Comarca de Guaiuba. Apelante: E. da S. M.. Advogada: Silvia S. Nogueira (OAB: 7914/CE). Apelado: L. N. F.. Apelada: M. E. do N. F.. Apelado: B. O. F.. Advogado: Flávio Frota Silva Guimarães (OAB: 22488/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

266 - **0104407-51.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Antonio Jorge Barbosa dos Santos.

Apelante: Regina Célia Gomes dos Santos. Apelante: Maria Judite Barbosa Santos. Advogada: Michele Naiane Fernandes Marinho (OAB: 34158/CE). Apelado: Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social - FACHESF. Advogado: Eric Moraes de Castro e Silva (OAB: 18400/PE). Advogado: Matheus Mendes Cordeiro (OAB: 48895/PE). Advogada: Gabriela Misseno Tenório de Vasconcelos (OAB: 47640/PE). Advogado: Flávia de Carvalho Silva (OAB: 49107/PE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

267 - **0252546-08.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apelante: Paulo Cesar Candido. Advogado: Weliton Rodrigues de Freitas Junior (OAB: 133053/MG). Apelado: Godaddy Serviços Online do Brasil Ltda. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

268 - **0012286-78.2018.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Adailton Fortuna Figueiredo Júnior. Advogado: Francisco Salas Melo Macedo Cavalcante (OAB: 16226/CE). Advogado: Silas Oliveira Cavalcante (OAB: 25763/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

269 - **0886756-46.2014.8.06.0001/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Embargante: Massa Falida de Porto Freire Engenharia e Incorporação Ltda. Advogada: Lívia Luzia de Sousa Paiva Mendonça (OAB: 24672/CE). Embargado: Diego Dias Alves Lemos. Advogada: Patricia da Costa Lourenço (OAB: 20878/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

270 - **0000823-30.2019.8.06.0142** - **Apelação Cível** - Tauá/1ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Apte/Apdo: Edo Manoel de Abreu. Advogado: Douglas Teixeira de Souza (OAB: 23749/CE). Apelada: Maria Luisa Pires Rabelo. Apelado: João Rabelo da Silva. Advogado: Vanaldo Nóbrega Cavalcante (OAB: 205057/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

271 - **0185034-47.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: Ceará Sporting Club. Advogado: Rafael Vieira Ferreira (OAB: 43050/CE). Advogado: Gabriel Vale Bedê (OAB: 25389/CE). Apelado: Federação das Associações de Atletas Profissionais - FAAP. Advogada: Carline Silva Leal (OAB: 56462/DF). Advogado: José Cácio Tavares da Silva (OAB: 6708/DF). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

272 - **0000902-22.2013.8.06.0044/50000** - **Agravo Interno Cível** - Barreira/Vara Única Vinculada de Barreira. Agravante: Silvana Arruda de Souza Bandeira. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

273 - **0007345-44.2016.8.06.0121** - **Apelação Cível** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Apelante: Francisco Ronaldo Pontes Vasconcelos. Advogado: Beethoven Fernandes Lopes (OAB: 25818/CE). Apelado: João Julio Soares Barbosa. Advogado: Rafael Pereira Ponte (OAB: 21510/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

274 - **0477041-84.2010.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Apelado: VRM Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

275 - **0625271-51.2022.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Agravante: Marcus Vinícius Cavalcanti Soares. Advogado: Marcus Vinícius Cavalcanti Soares Júnior (OAB: 17073/CE). Advogado: Giuliano Cavalcanti Soares (OAB: 20437/CE). Agravado: luiz fortunato gois. Agravada: Francisca Irene de Gois. Agravado: Marcelino da Silva Gois. Agravado: Antonio Marcos da Silva Gois. Agravada: Francileide Silva da Costa. Agravado: José Maria Mariano de Gois. Agravado: Francisco Irene Gois. Agravada: Maria Gois Silva. Agravada: Rita Mariano de Gois. Agravado: Francisco Nogueira de Gois. Agravado: Raimundo Nogueira Gois. Agravado: Antônio Carvalho Gois. Agravado: Pedro Bento da Silva. Agravado: José Fortunato da Silva. Agravado: Manoel Fortunato da Silva. Agravado: José Claudio Fortunato da Silva. Agravada: Angela Maria Fortunato da Silva. Agravado: Aloísio Fortunto Gois. Agravada: Maria das Graças Lima da Silva. Agravada: Lidiane Lima da Silva Castro. Agravada: Maria do Carmo Lima da Silva. Agravada: Lígia Lima da Silva. Agravado: Orlando Gomes Gois. Agravada: Maria Fortunato da Silva. Agravado: Amancio Ernesto da Silva. Agravada: Raimunda Ernesto da Silva. Agravado: Francisco Erivaldo da Silva. Agravada: Rosineide Ernesto da Silva. Agravada: Roseane Ribeiro da Silva. Agravada: Erineide Ribeiro da Silva. Agravado: Gerciano Ribeiro da Silva. Agravado: Lauro Ernesto da Silva. Agravada: Terezinha Ernesto da Silva. Agravado: Francisco Carvalho Gois. Agravado: Antonio Carvalho Gois. Agravado: Edimar Carvalho Gois. Agravada: Maria Gois Silva. Agravada: Rita Mariano de Gois. Agravado: Francisco Nogueira Gois. Agravado: Raimundo Nogueira Gois. Advogado: Francisco Valdeni da Silva (OAB: 11101/CE). Advogada: Fatima Lucia Campelo Conrado Correia Lima (OAB: 4450/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

276 - **0097887-72.2015.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: José Edson Sampaio. Advogado: Pedro Ivan Couto Duarte (OAB: 5457/CE). Advogada: Ana Maria Rodrigues da Fonseca (OAB: 11882/CE). Advogado: Francisco Eldo de Sousa (OAB: 13330/CE). Apelado: Raimundo Antônio de Macedo. Apelada: Maricoeli Gonçalves de Macêdo. Advogada: Mariana Gomes Pedrosa Bezerra (OAB: 19348/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

277 - **0092684-55.2007.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Apelante: MBC Comercio de Madeiras Ltda. Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Apelado: Madeireira Rio Branco Ltda. Advogado: Carlos Henrique Araújo Santiago (OAB: 20966/CE). Advogado: David Aires Araújo (OAB: 18177/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

278 - **0005710-62.2015.8.06.0121** - **Apelação Cível** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Apelante: Francisco Ronaldo Pontes Vasconcelos. Advogado: Beethoven Fernandes Lopes (OAB: 25818/CE). Apelado: João Julio Soares Barbosa. Advogado: Rafael Pereira Ponte (OAB: 21510/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

279 - **0084019-79.2009.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Eb Construçoes Ltda. Advogado: Fabio Gentile (OAB: 18498B/CE). Advogada: Uinie Caminha (OAB: 12236/CE). Advogado: Marley Campelo Serra (OAB: 30611/CE). Apelado: Vvvm Cursos de Idiomas (wizard). Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

280 - **0000086-02.2004.8.06.0094** - **Apelação Cível** - Ipaumirim/Vara Única da Comarca de Ipaumirim. Apelante: Francisco Vicente Neto. Advogado: Francisco Geovane Bernardo de França (OAB: 21179/CE). Apelado: Vicência Maria de Jesus. Apelado: José Ferrera de Sousa. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

281 - **0004418-93.2014.8.06.0083** - **Apelação Cível** - Guaiuba/Vara Única da Comarca de Guaiuba. Apelante: E. da S. M.. Advogada: Deusia Nogueira Lopes (OAB: 4655/CE). Apelada: F. de F. O. A.. Advogado: Flávio Frota Silva Guimarães (OAB: 22488/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

282 - **0241530-57.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/28ª Vara Cível. Apelante: Francisco Paulo da Silva Filho. Advogado: Francisco Jose Cardoso Chagas (OAB: 9594/CE). Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

283 - **0161140-08.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Apelante: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF. Advogado: Rafael Buzzo de Matos (OAB: 220958/SP). Advogado: Vinícius de Melo Morais (OAB: 273217/SP). Advogado: Igor Henry Bicudo (OAB: 222546/SP). Apelado: Oton Fernandes Mesquita Júnior. Def. Público: Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública (OAB: 1111A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

284 - **0004739-12.2017.8.06.0120** - **Apelação Cível** - Marco/Vara Única da Comarca de Marco. Apelante: Carlos Cesar Meneses. Advogado: Miguel Alan Moreira (OAB: 46910/CE). Apelado: Manuel Braga Araújo. Advogado: Francisco Wesley de Vasconcelos Silveira (OAB: 28843/CE). Advogado: Edson Brito de Chaves (OAB: 28842/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

285 - **0210530-83.2013.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Apelante: Solange Maria Veras Castro Bezerra Melo. Advogado: Felipe Antônio de Castro Bezerra Morais Melo (OAB: 33905/CE). Apelada: Dayse Maria Vasconcelos Cardoso. Advogado: Alcimar Nogueira de Moura (OAB: 8499/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

286 - **0005945-27.2014.8.06.0133** - **Apelação Cível** - Nova Russas/2º Vara da Comarca de Nova Russas. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Tarcísio Rebouças Porto Júnior (OAB: 7216/CE). Advogado: Walmar Carvalho Costa (OAB: 6210/CE). Advogado: Magno Cesar Praça (OAB: 17601/CE). Advogado: Daniel de Pontes Alves (OAB: 27871/CE). Apelado: P H Sousa Material de Construçao. Advogado: Vinícius Pinheiro Melo (OAB: 24353/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

287 - **0262239-16.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apte/Apdo: Yara Laiany de Oliveira Cruz. Apte/Apdo: Antônio Alexandre da Silva Neto. Advogado: José César de Aquino Oliveira (OAB: 9550/CE). Apte/Apdo: Hapvida Assistência Médica Ltda.. Apte/Apdo: Hospital Antônio Prudente Ltda. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

288 - **0000434-06.2018.8.06.0037** - **Apelação Cível** - Ararenda/Vara Única da Comarca de Ararendá. Apelante: Francisca de Paula Lima. Advogado: José Valdônio Costa (OAB: 10901/CE). Apelada: Maria Zilmar de Paula Rodrigues. Advogado: Antônio Agamenon Lopes de Souza (OAB: 24295/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

289 - **0028388-74.2010.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: José Sérgio Dantas Lopes (OAB: 10534/CE). Apelado: Marineide Lopes Pereira - ME. Apelado: Marineide Lopes Pereira. Apelado: Cícero Pereira de Oliveira. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

290 - **0247411-15.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/2ª Vara de Família. Apelante: A. C. S. P.. Advogada: Rayanna Oliveira Lima (OAB: 35123/CE). Advogado: Francisco Railson Feitosa da Silva (OAB: 41033/CE). Advogada: Iara Soraya E Silva Sousa (OAB: 32434/CE). Apelada: F. N. da S.. Advogado: José Vicente de Oliveira Filho (OAB: 36317/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

291 - **0000993-26.2018.8.06.0113** - **Apelação Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Apelante: F. S. de S. A.. Advogada: Pâmela Samara de Oliveira Albuquerque Mendes (OAB: 38082/CE). Advogado: Francisco José de Sousa Palácio (OAB: 11063/CE). Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

292 - **0051230-96.2021.8.06.0133** - **Apelação Cível** - Nova Russas/2º Vara da Comarca de Nova Russas. Apte/Apdo: Maria Aurirleide Ximenes de Souza. Advogada: Lara Cibelle Ximenes Lustosa Barreto (OAB: 33003/CE). Apte/Apdo: Maria Regina Alves de Oliveira. Advogada: Flávia Negreiros Pedrosa (OAB: 33804/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

293 - **0620689-71.2023.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/1ª Vara de Família. Agravante: B. A. F.,. Advogada: Stephanie do Espirito Santo (OAB: 184656/MG). Agravado: N. A. C. F. R. P. J. A. P. C.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

294 - **0179051-04.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Apelante: Ana Raquel Cirilo Lima. Advogado: Rogério Magno Costa Barbosa (OAB: 28624/CE). Apelado: Pedra Azul Construções Ltda. Advogado: Carlos Alberto de Araújo (OAB: 3061/RN). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

295 - **0152283-70.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil

S/A. Advogado: Claudio Chaves Arruda (OAB: 13162/CE). Advogada: Teresa Noemi de Alencar Arraias Duarte (OAB: 3869/CE). Apelado: Centro de Medicina Fisioterapia e Estetica Osvaldo Noroes Ltda e outros. Advogado: Francisco Welton Linhares Demétrio de Souza (OAB: 10250/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

296 - **0218067-52.2021.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/8ª Vara de Família. Apelante: L. M. S.. Advogado: Guilherme Pinto de Aguiar (OAB: 30452/CE). Apelante: A. V. S. de S.. Apelante: M. L. G. M.. Apelado: F. E. da S. M.. Advogada: Ana Lígia Peixe Laranjeira (OAB: 7300/CE). Advogada: Maria Gilvania Brilhante Araujo (OAB: 34944/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

297 - **0625613-28.2023.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/23ª Vara Cível. Agravante: Fundação Sistel de Seguridade Social. Advogado: João André Sales Rodrigues (OAB: 19186/PE). Agravado: Leon Gomes de Oliveira. Agravada: Liduina Helena de Lima. Agravado: Raimundo Nonato de Lima. Agravada: Vera Lúcia Alves Benigno. Advogado: Minervino de Castro Neto (OAB: 8162/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

298 - **0115259-42.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apte/Apdo: Hospital São Carlos S/A. Advogada: Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa (OAB: 8667/CE). Apte/Apdo: Unimed Mossoró - Cooperativa de Trabalhos Médicos. Advogado: Elano Rodrigues de Figueiredo (OAB: 13400/CE). Advogado: José William Nepomuceno Fernandes de Almeida (OAB: 7323/RN). Apelada: Maria Liceuda Pereira Jalles. Advogado: Maria Luana Teodózio Lucena (OAB: 16704/RN). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

299 - **0449593-88.2000.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Apelante: Maria José Ferreira Dourado. Advogada: Maria Neile Vieira Soares (OAB: 8669/CE). Advogado: Ernani Augusto Moura Coelho (OAB: 18368/CE). Advogada: Márcia Maria Vieira de Sá (OAB: 23751/CE). Apelado: José Albertino de Moraes Filho. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: José Messias Barreto. Apelado: Vivência Lustosa Moraes. Apelado: Antonio Correia de Alencar. Apelado: Maria Carvalho de Alencar. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

300 - **0626465-52.2023.8.06.0000/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Coreaú/Vara Única da Comarca de Coreaú. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: Armando Fontenele de Albuquerque. Embargado: Francisco Creudes de Albuquerque. Embargado: Manuel Portela de Albuquerque. Embargada: Maria das Graças de Souza. Embargada: Maria do Livramento Teles. Embargada: Socorro Maria Albuquerque. Advogado: José Newton Freitas Filho (OAB: 15833/CE). Advogado: Cairo de Sousa Vasconcelos (OAB: 29712/CE). Advogada: Maria Vanessa Mateus Noronha (OAB: 29918/CE). Advogada: Michelle Mateus Noronha Teles (OAB: 22169/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

301 - **0043266-28.2013.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Antônio Leite Tavares (OAB: 1838/CE). Advogada: Sandra Mara Tavares Lavor (OAB: 8831/CE). Advogado: João Leite Mendonça Tavares (OAB: 29500/CE). Apelado: MM Sousa Angelim ME. Apelada: Mirane Maria Sousa Angelim. Advogado: Yuri Osterno Prado (OAB: 23264/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

302 - **0237471-89.2021.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: MD CE Theberge Construções SPE Ltda.. Advogada: Emília Moreira Belo (OAB: 23548/PE). Apelada: Karine Lima de Sousa. Advogado: Jonathan Bezerra dos Santos (OAB: 34128/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

303 - **0035463-81.2012.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Carlos Antônio Silva Paixão. Advogado: Ivá da Paz Monteiro Filho (OAB: 21407/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 35635A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

304 - **0200556-64.2022.8.06.0176** - **Apelação Cível** - Ubajara/Vara Única da Comarca de Ubajara. Apelante: S. C. de S.. Advogada: Érica Neves Mariano (OAB: 47531/DF). Apelada: M. de F. A. P.. Advogado: José Olivar Fernandes Soares Filho (OAB: 29104/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

305 - **0126348-96.2015.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: Clarus Industrial Ltda. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Banco do Brasil S.a.. Advogado: Adriano Fernandes Neto (OAB: 356127/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

306 - **0200220-65.2023.8.06.0163/50000** - **Agravo Interno Cível** - São Benedito/2ª Vara da Comarca de São Benedito. Agravante: Joana Rodrigues Costa. Advogado: Dênio de Souza Aragão (OAB: 27990/CE). Advogado: Abraão Lincoln Sousa Ponte (OAB: 30395/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

307 - **0013002-26.2019.8.06.0035** - **Apelação Cível** - Aracati/2ª Vara Cível da Comarca de Aracati. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Claúdio Takeshi Matsuoka-ME. Apelado: Júlio Akira Matsuoka. Apelado: Mikiko Furusawa Matsuoka. Apelada: Maria Neli Rodrigues Matsuoka. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

308 - **0224758-48.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Varjota Empreendimentos Ltda. Advogado: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE). Apelado: Victor Alves Neto. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

309 - **0635535-93.2023.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Agravante: NG3 Fortaleza Consultoria e Serviços Administrativos Ltda. Advogado: Rilker Rainer Pereira Botelho (OAB: 43487/CE). Agravado: Antônio Neurisberg Milhome Romulo. Advogado: Francisco Helder Barros Citó Cavalcante (OAB: 44736/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

310 - **0297097-05.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Dairo de Moura Carvalho. Advogada: Maria de Lourdes Agostinho Bernardo de Oliveira (OAB: 10706/CE). Apelado: Empresa Brasileira de Lançamentos Ltda.. Advogada: Giovanna Abreu Cerqueira (OAB: 38634/CE). Advogado: Francisco Felipe de Alencar Vieira (OAB: 39014/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

311 - **0635679-67.2023.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Agravante: José Elson Damasceno. Advogado: Raphael Guilherme Sampaio Forte (OAB: 37376/CE). Agravado: Lojas Americanas S/A. Advogado: Rodrigo Etienne Romeu Ribeiro (OAB: 85211/RJ). Advogada: Krishna D'avila Dutra (OAB: 182495/RJ). Advogado: Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 13058A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

312 - **0415232-93.2010.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Célia Maria Araújo Morais Correia. Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Apelado: Massa Falida de Advisor Gestão de Ativos S/A. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Advogada: Maytê Tavares Sigwalt de Araújo Coelho (OAB: 20249B/CE). Apelado: Márcio Morais Correia Gonçalves. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

313 - **0052171-67.2021.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Antonia Laene Rodrigues de Oliveira. Advogado: Renan Barros Guedes (OAB: 27989B/CE). Advogada: Nathália Alves de Lima (OAB: 20796/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

314 - **0005546-59.2019.8.06.0153** - **Apelação Cível** - Iguatu/2ª Vara Cível da Comarca de Iguatu. Apelante: Daniela Ribeiro de Araújo. Advogada: Eurijane Augusto Ferreira (OAB: 16326/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

315 - **0255589-45.2023.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/8ª Vara Cível. Agravante: Francisco Jefferson Jardelino dos Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Banco GM S/A. Advogado: Humberto Graziano Valverde (OAB: 13908/BA). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

316 - **0638041-42.2023.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Agravante: Geilda de Carvalho Oliveira. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

317 - **0005634-23.2019.8.06.0113** - **Apelação Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Apelante: Francisco Sousa da Silva. Advogada: Eurijane Augusto Ferreira (OAB: 16326/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

318 - **0203896-14.2022.8.06.0112/50000** - **Agravo Interno Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Agravante: Mauricio da Silva Patricio. Advogado: Diego Albuquerque Lopes (OAB: 26053/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: João Bandeira Feitosa (OAB: 38016/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

319 - **0621850-82.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Camocim/2ª Vara da Comarca de Camocim. Agravante: Benildo Gregório dos Santos. Advogado: Carlos Afonso Rocha Quixadá Pereira (OAB: 31162/CE). Agravado: Luciano da Silva Carneiro. Advogado: Victor Parente Ponte (OAB: 26078/CE). Advogado: Artur Parente Ponte (OAB: 27882/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

320 - **0621850-82.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Camocim/2ª Vara da Comarca de Camocim. Agravante: Benildo Gregório dos Santos. Advogado: Carlos Afonso Rocha Quixadá Pereira (OAB: 31162/CE). Agravado: Luciano da Silva Carneiro. Advogado: Victor Parente Ponte (OAB: 26078/CE). Advogado: Artur Parente Ponte (OAB: 27882/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

321 - **0238507-69.2021.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Agravante: Jorge Baia Adminstração de Imóveis LTDA. Agravante: Jorge Nazareno de Menezes Baia. Advogada: Tamilis Fátima Vicente Matos (OAB: 37487/CE). Agravado: Daniele Cândido Holanda Reis. Advogado: João Régis Pontes Rego (OAB: 6105/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

322 - **0000195-14.2016.8.06.0088/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Quixadá/1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Embargante: Banco Pan S/A. Advogado: Gilvan Melo Sousa (OAB: 16383/CE). Embargada: Maria Lopes Lemos. Advogado: Francisco Ramon Holanda dos Santos (OAB: 24164/CE). Advogado: Felipe Nunes Mendes (OAB: 34064/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

323 - **0624844-83.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Agravante: Pemalex Indústria e Comércio Ltda.. Advogado: Eduardo Pragmácio de Lavor Telles (OAB: 2331/CE). Advogado: Alisson Felipe de Sousa Sales (OAB: 42149/CE). Agravado: Associação dos Advogados do Banco do Nordeste do Brasil - ASABNB. Advogado: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

324 - **0200294-72.2023.8.06.0114** - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apte/Apdo: Francireni da Silva Alves. Advogado: Renato Alves de Melo (OAB: 29801/CE). Advogada: Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB: 42362/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

325 - **0200432-15.2023.8.06.0122** - **Apelação Cível** - Mauriti/Vara Única da Comarca de Mauriti. Apelante: Francisca Regina da Conceição. Advogado: Gláucio Cavalcante de Lima (OAB: 34157/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

326 - **0201038-65.2022.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Fabiano Bandeira Holanda Me. Advogado: Bruno Medeiros Durao (OAB: 152121/RJ). Apelado: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 16018A/CE). Advogado: Amândio Ferreira Tereso Júnior (OAB: 23189A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

327 - **0203162-92.2023.8.06.0091** - **Apelação Cível** - Iguatu/1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu. Apelante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Advogada: Daniella Almeida da Silva (OAB: 47415/CE). Apelada: Glaucia Maria Montenegro Antunes Dias. Advogado: Antonio Franco Almada Azevedo (OAB: 20964/CE). Advogada: Paula Mendonça Alexandre de Freitas (OAB: 24038/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

328 - **0903205-79.2014.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apelante: Espolio de Otavio Bezerra de Siqueira. Advogado: José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE). Admº Provisório: Cosmo Bezerra Siqueira. Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

329 - **0625636-37.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Romicélia Oliveira Marques. Advogado: Beatriz Oliveria Bezerra (OAB: 40218/CE). Advogada: Romaria Oliveira Marques (OAB: 5829/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

330 - **0209392-32.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelada: Maria Fernanda Borges da Silva Oliveira. Advogado: Rinauro Carneiro Rolim (OAB: 7708/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

331 - **0050818-72.2021.8.06.0067** - **Apelação Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Apte/Apdo: Joana Eduardo de Oliveira Souza. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

332 - **0245872-43.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Golden Construções Ltda. Advogado: Fábio José de Oliveira Ozório (OAB: 8714/CE). Apelado: Mario Tadokoro. Advogada: Cíntia Serrano Correia (OAB: 256511/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

333 - **0626698-15.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Cedro/Vara Única da Comarca de Cedro. Agravante: Antonio Ferreira de Amorim. Advogada: Amanda Kelly Rocha de Oliveira (OAB: 42814/CE). Advogado: José Amarilo Sampaio (OAB: 4788/CE). Agravado: Banco BMG S/A. Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 32401/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

334 - **0202630-13.2023.8.06.0029/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargada: Maria Risalva Rodrigues. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

335 - **0627269-83.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravada: Maria Soxorro Alencar da Silva. Advogado: Rafael Leite Torrens (OAB: 18956/CE). Advogado: Ricardo Lima Moreira Borges (OAB: 18181/CE). Advogado: Valdener Vieira Milfont (OAB: 32537/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

336 - **0200225-09.2023.8.06.0092** - **Apelação Cível** - Independência/Vara Única da Comarca de Independência. Apelante: Luiza Izídio Cavalcante. Advogado: Anna Ronneria Lacerda Souza (OAB: 62386/DF). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 21714/PE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

337 - **0627371-08.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Agravante: Roberto Miguel Mesquita da Silveira. Advogado: Fábio Eduardo Sousa Costa (OAB: 30612/CE). Agravado: Niway Brasil Ltda. Advogada: Carolina Melo Guilherme (OAB: 27437/CE). Advogado: Juan Pablo Colera Vidal (OAB: 26718/CE). Advogada: Vanessa Martinez Fanego (OAB: 27322/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

338 - **0627371-08.2024.8.06.0000/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Embargante: Roberto Miguel Mesquita da Silveira. Advogado: Fábio Eduardo Sousa Costa (OAB: 30612/CE). Embargado: Niway Brasil Ltda. Advogada: Carolina Melo Guilherme (OAB: 27437/CE). Advogado: Juan Pablo Colera Vidal (OAB: 26718/CE). Advogada: Vanessa Martinez Fanego (OAB: 27322/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

339 - **0230289-81.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Apelante: Giane da Silva Pereira. Advogada: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE). Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Dênio Moreira de Carvalho Júnior (OAB: 41796/MG). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

340 - **0050696-52.2021.8.06.0037** - **Apelação Cível** - Crateús/1ª Vara Cível da Comarca de Cratéus. Requerente: Francisco Francielson Rodrigues. Advogado: Nixon Marden de Castro Sales (OAB: 26310/CE). Requerida: Maria Roclandes de Sousa. Advogado: Ítalo Sampaio Siqueira (OAB: 33990/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

341 - **0243694-92.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apelante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Apelado: Francisco Jevaldo de Oliveira. Advogado: Ulisses Ribeiro Neto (OAB: 9426/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

342 - **0050203-63.2020.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Geraldo Nunes Pereira. Advogada:

Dominik Barros Brito Ferreira (OAB: 37479/CE). Advogado: Lucas Ribeiro Guerra (OAB: 39861/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Soc. Advogados: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

343 - **0136729-95.2017.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Adriana Martins Queiroz. Advogado: Alexandre Barbosa Costa (OAB: 30098/CE). Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

344 - **0628893-70.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/32ª Vara Cível. Agravante: Ganne Avila Pinto. Advogado: Breno Morais Dias (OAB: 21695/CE). Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 35635A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

345 - **0628927-45.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Agravante: José Carlos Batista Pinho. Advogado: Janio Bonfim Matos (OAB: 34954/CE). Agravado: Condomínio Residencial Itapoan I. Advogado: Juarez Furtado Themótheo Neto (OAB: 24408/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

346 - **0203908-49.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apte/Apdo: Francisco José Dantas de Souza. Advogado: Ruan Carlos da Silva Soares (OAB: 43870/CE). Advogado: Adriano Silva Lima (OAB: 47780/CE). Apte/Apdo: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

347 - **0002479-50.2017.8.06.0123** - **Apelação Cível** - Sobral/3ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 32401A/CE). Apelada: Maria Lausa Duarte Coelho. Advogado: Sandy Severiano dos Santos (OAB: 326720/CE). Advogado: Luis Paulo Mendes Oliveira (OAB: 354230/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

348 - **0200058-45.2024.8.06.0160** - **Apelação Cível** - Santa Quitéria/2ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Apelante: Antonia Conceição do Nascimento. Advogado: Manuelito Melo Magalhães (OAB: 41127/CE). Apelado: Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL. Advogado: Paulo Antônio Müller (OAB: 50564A/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

349 - **0200476-79.2024.8.06.0031** - **Apelação Cível** - AltoSanto/Vara Única da Comarca de Alto Santo. Apelante: Francisca Lima Paulino. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Apelado: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

350 - **0204531-16.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Perpetua Vitor da Silva. Advogado: Jakson Rodrigues de Souza (OAB: 36809/CE). Advogado: Lucas Palmeira Dantas (OAB: 37626/CE). Advogado: Maykson Alves Clemente (OAB: 36788/CE). Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Advogado: Hudson Alves de Oliveira (OAB: 50314/GO). Advogada: Djessy Narriman de Almeida Rocha (OAB: 24309/PB). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

351 - **0200872-91.2023.8.06.0160** - **Apelação Cível** - Santa Quitéria/2ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Apelante: Vitoria Maria Barboza Paula Mororó. Advogado: Leonardo Torres Mesquita (OAB: 40549/CE). Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Bruno Henrique Gonçalves (OAB: 131351/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

352 - **0201091-86.2023.8.06.0166** - **Apelação Cível** - Senador Pompeu/2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelada: Maria Gorete Rodrigues. Advogado: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE). Advogado: Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

353 - **0200780-57.2023.8.06.0114** - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Apelante: Cicera Bento de Andrade. Advogada: Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB: 42362/CE). Advogado: Renato Alves de Melo (OAB: 29801/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

354 - **0201593-06.2023.8.06.0043** - **Apelação Cível** - Barbalha/1ª Vara Cível da Comarca de Barbalha. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Apte/Apdo: Francisco Antonio da Silva. Advogado: Joao Henrique Eloi de Melo (OAB: 50332A/CE). Advogado: Maria Clara de Macedo Soares (OAB: 53174/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

355 - **0269788-09.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior (OAB: 87929/RJ). Apelada: Wladia Mirla Lopes Pinheiro. Advogado: Francisco Assis Paiva de Medeiros Neto (OAB: 19829/RN). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

356 - **0004904-93.2016.8.06.0120** - **Apelação Cível** - Marco/2ª Vara da Comarca de Marco. Apelante: Carlos Jarbas Rocha Neves. Advogado: José Newton Freitas Filho (OAB: 15833/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

357 - **0050342-29.2021.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Raimunda Moreira Rodrigues. Advogado: Anderson Barroso de Farias (OAB: 19623/CE). Advogado: Wesley Marinho Cordeiro (OAB: 27577B/CE). Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

358 - **0200473-27.2024.8.06.0031** - **Apelação Cível** - AltoSanto/Vara Única da Comarca de Alto Santo. Apelante: Francisca Lima Paulino. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Relator(a): CARLOS

AUGUSTO GOMES CORREIA

359 - **0630997-35.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Morada Nova/1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova. Agravante: Solange Maria Rodrigues Gomes. Advogado: Antônio Luiz Mota de Melo Júnior (OAB: 24789/CE). Agravado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

360 - **0202564-26.2024.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Eurenice Castro de Oliveira. Advogado: Cassio Jose de Souza (OAB: 35348/PA). Apelado: Itaú Unibanco Holding S/A. Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

361 - **0200525-21.2023.8.06.0043** - **Apelação Cível** - Barbalha/2ª Vara Cível da Comarca de Barbalha. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

362 - **0234154-15.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Samuel Jacob da Silva Neto Me. Advogado: Hiago Marques de Brito (OAB: 45656/CE). Apelado: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Advogada: Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE). Advogado: Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE). Advogada: Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE). Advogado: Yago Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 43102/CE). Advogada: Judith Martins Lemos Neta (OAB: 43146/CE). Advogada: Daniella Almeida da Silva (OAB: 47415/CE). Advogado: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

363 - **0201853-02.2023.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Beneficiência Camiliana do Sul. Advogada: Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa (OAB: 8667/CE). Apelada: Ana Paula Silva Costa. Soc. Advogados: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

364 - **0201012-33.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: José Antonio Lima. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Soc. Advogados: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Advogado: Gilvan Melo Sousa (OAB: 16383/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

365 - **0119709-23.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apte/Apdo: Francisco Hélio Coelho de Oliveira. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apte/Apdo: Banco Mercantil do Brasil Financeira S/A - Credito Financiamento e Investimentos. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

366 - **0204587-23.2023.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/1ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Francisco das Chagas Paiva Rodrigues. Advogada: Cintia Cavalcante da Silveira (OAB: 48401/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

367 - **0200175-39.2023.8.06.0041** - **Apelação Cível** - Aurora/Vara Única da Comarca de Aurora. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Apelada: Francisca Furtado. Advogado: Cícero Roberto dos Santos Lima (OAB: 40131/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

368 - **0200238-08.2024.8.06.0113** - **Apelação Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Apelante: Francisco Sabino dos Santos. Advogado: Igor Bandeira Pereira Leite (OAB: 42107/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

369 - **0201724-62.2023.8.06.0113** - **Apelação Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Apelante: Antonio Rodrigues Martis. Advogado: Ruan Carlos da Silva Soares (OAB: 43870/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

370 - **0200220-33.2024.8.06.0130** - **Apelação Cível** - Mucambo/Vara Única da Comarca de Mucambo. Apelante: José Francisco dos Santos. Advogado: Francisco Alves Linhares Neto (OAB: 36353/CE). Apelado: Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - AAPB. Advogada: Priscila Rocha de Araújo Bastos (OAB: 22006/CE). Advogada: Luzi Timbó Sancho (OAB: 44990/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

371 - **0200421-23.2024.8.06.0066** - **Apelação Cível** - Cedro/Vara Única da Comarca de Cedro. Apelante: Elieuda Silva Alves. Advogado: Cássio Robson de Almeida Bezerra (OAB: 25660/PB). Advogado: Rodrigo Sampson Vilarouca de Freitas Leite (OAB: 39524/CE). Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A e outro. Advogada: Giovanna Morillo Vigil Dias Costa (OAB: 91567/MG). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

372 - **0233336-63.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: F. M. R. L.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

373 - **0200795-80.2023.8.06.0096** - **Apelação Cível** - Ipueiras/Vara Única da Comarca de Ipueiras. Apelante: Maria Rodrigues da Silva. Advogado: Samoel de Sousa Martins (OAB: 38329/CE). Apelado: SEBRASEG Clube de Benefícios Ltda.. Advogado: Leandro Christovam de Oliveira (OAB: 33083/ES). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

374 - **0205169-41.2023.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia. Apelante: T. H. X.. Advogada: Ana Gabriela Cordeiro de Sousa (OAB: 42943/CE). Apelado: J. C. de M. X.. Advogada: Lucilandia Teixeira de Souza (OAB: 37831/CE). Apelada: R. F. de M.. Advogada: Lucilandia Teixeira de Souza (OAB: 37831/CE). Testemunha: Débora Madeira Pedro da Silva. Testemunha: Erlândia Teixeira de Souza. Testemunha: Francisco de Assis da Silva

Lira. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

375 - **0009774-86.2018.8.06.0032** - **Apelação Cível** - Amontada/Vara Única da Comarca de Amontada. Apelante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Marcio Louzada Carpena (OAB: 46582/RS). Apelada: Raimundo Hortencio Vidal. Advogada: Janaina Santos Pinto (OAB: 25435/CE). Advogada: Maria Jocleia Batista Paixao (OAB: 31794/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

376 - **0050726-75.2020.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/2ª Vara Cível. Apelante: URBPLAN Desenvolvimento Urbano S/A - Em Recuperação Judicial. Advogado: José Frederico Cimino Manssur (OAB: 194746/SP). Apelante: Lagoa Parque Empreendimentos Imobiliários - SPE Ltda.. Advogado: Diego Azeredo Lorencini (OAB: 12198/ES). Apelante: SP-55 Empreendimentos Imobiliários Ltda.. Apelado: Paulo Teles de Lima. Advogado: Pedro Ítalo Araújo Ramos (OAB: 41694/CE). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

377 - **0203013-41.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apelante: Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno. Apelante: Luiz Carlos Freire Lima. Advogado: Matheus Nunes de Sá (OAB: 43293/CE). Apelado: TAP Transportes Aéreos Portugueses S/A. Advogado: Gilberto Raimundo Badaró de Almeida Souza (OAB: 22772/BA). Advogado: Renata Malcon Marques (OAB: 24805/BA). Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

378 - **0203246-15.2023.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/1ª Vara Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: José Estevam Soares Vieira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

379 - **0020618-22.2003.8.06.0000/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: José Airton Matos Feijão. Advogado: José Magno Campos Pinto (OAB: 1044/CE). Advogado: Fábio Carvalho Leite (OAB: 15113/CE). Advogada: Ana Carolina Bezerra Lopes Pinto (OAB: 10659/CE). Advogada: Priscila Rocha de Araújo Bastos (OAB: 22006/CE). Advogado: José Tarcisio Luz (OAB: 2835/CE). Advogado: Luis Flavio Martins Pinto (OAB: 7570/CE). Embargado: Banco do Brasil S.a. Advogado: Paulo dos Santos Neto (OAB: 3604/CE). Advogado: Deodato José Ramalho Júnior (OAB: 3645/CE). Advogado: Miguel Oscar Viana Peixoto (OAB: 3648/CE). Advogado: Raimundo Ernandes de Sena (OAB: 4179/CE). Advogado: Francisco da Ponte Lopes (OAB: 5242/CE). Advogado: José Dácio de Menezes Moreira (OAB: 6005/CE). Advogado: Walmar Carvalho Costa (OAB: 6210/CE). Advogado: Francisco Siredson Tavares Ramos (OAB: 6649/CE). Advogado: Adail Colares Tavora (OAB: 6675/CE). Advogado: Francisco José Gomes da Silva (OAB: 7013/CE). Advogado: Walter Correia Lima Filho (OAB: 7588/CE). Advogado: Jorge Alberto Carvalho Mota (OAB: 8143/CE). Advogado: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE). Advogado: José Tavares Moreira (OAB: 8481/CE). Advogado: Rafael Angelo Lot Junior (OAB: 8908/CE). Advogado: Francisco das Chagas Feitosa (OAB: 9453/CE). Advogada: Maria Socorro de Oliveira e Silva (OAB: 9668/CE). Advogado: Miguel de Castro Neto (OAB: 12384/CE). Advogado: João Otávio de Noronha (OAB: 35179/MG). Advogado: Miguel Goncalves Pinheiro Brasil Neto (OAB: 3522/CE). Advogado: Lúcio Flávio Ferreira Pimentel (OAB: 11734/CE). Advogada: Milene Fernandes de Oliveira (OAB: 12803/CE). Estagiário: Cristiano do Nascimento Nogueira. Estagiário: Jose Fernandes Vieira Junior (OAB: 90000/CE). Advogada: Luiza Maria de Araujo Mestres (OAB: 14632/CE). Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Embargado: Banco do Brasil S/A. Relator(a): CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA

380 - **0038641-95.2015.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: José Guerreiro Chaves Neto. Advogado: José Guerreiro Chaves Neto (OAB: 22256/CE). Apelante: Braco Construtora Ltda.. Advogado: Sebastião Aguiar da Cruz (OAB: 14454/CE). Apelado: Posco Engenharia e Construção do Brasil Ltda.. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA. Revisor(a): FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO

381 - **0011238-11.2013.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/3ª Vara da Comarca de Itapipoca. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelada: Luciana Coelho dos Santos. Advogada: Cleudivânia Braga Veras (OAB: 21560/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

382 - **0124236-23.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara de Família. Apelante: R. A. de A.. Def. Público: Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (OAB: EC). Apelante: J. P. A. de A. R. P. S. H. A. P.. Advogado: Pedro Robston Quariguasi Vasconcelos (OAB: 15700/CE). Advogada: Suzy Anne Catonho de Brito (OAB: 14575/CE). Advogado: Cristiano Porto Linhares Teixeira (OAB: 21937/CE). Advogada: Bruna Leite de Matos Sousa (OAB: 28675/CE). Apelado: R. A. de A.. Advogado: João Henrique Dummar Antero (OAB: 17110/CE). Advogada: Rafaela Pinheiro Barbosa Pinto (OAB: 24871/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

383 - **0137426-48.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara de Família. Apelante: C. S. M. V.. Advogada: Magda Gomes de Matos (OAB: 28151/CE). Apelado: A. O. C.. Advogado: Luis Antonio Amorim (OAB: 3257/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

384 - **0107305-34.2015.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apte/Apdo: R. da S. S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apte/Apdo: C. W. M. O.. Advogado: Luiz Felipe de Lima Souza (OAB: 20894/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

385 - **0863508-51.2014.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Apelante: Nathalia Freitas Silveira. Advogada: Nathalia Freitas Silveira (OAB: 22482/CE). Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Carlos Fernando de Siqueira Castro (OAB: 93274/MG). Advogado: Edson Fernandes Júnior (OAB: 146156/SP). Advogado: Fernando José de Barros Freire (OAB: 138200/SP). Soc. Advogados: Siqueira Castro - Advogados (OAB: 262/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

386 - **0637072-95.2021.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/5ª Vara de Sucessões. Agravante: Espolio Dimitri Maia Fontoura Cruz. Inventariante: Janayna Cassia de Alencar Lima Fontoura Cruz (OAB: 16311/CE). Advogado: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB: 3183/CE). Advogado: Carlos Augusto Quezado Santos (OAB: 36159/CE). Agravado: Ian Vitor Lima

Fontoura Cruz. Advogado: Davi Pinheiro Sampaio (OAB: 24839/CE). Advogado: Gustavo Carvalho de Sequeira (OAB: 16137/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

387 - **0048694-25.2014.8.06.0112** - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Google Brasil Internet Ltda.. Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 30773/CE). Apelado: José Duarte Pereira Júnior. Advogada: Carise Dias Rosa (OAB: 27772/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

388 - **0622879-41.2022.8.06.0000/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Campos Sales/Vara Única da Comarca de Campos Sales. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: Construtora Silvani Ltda.. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

389 - **0633534-72.2022.8.06.0000/50002** - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Rosa de Souza Lopes. Advogado: José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

390 - **0896601-05.2014.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara de Família. Apelante: G. C. L.. Apelante: Maria Rejane de Lima Lemos. Def. Público: D. P. do E. do C.. Apelado: C. Y. de L. L., R. P. E. de L. L.. Soc. Advogados: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

391 - **0000276-51.2018.8.06.0036** - **Apelação Cível** - Aracoiaba/Vara Única da Comarca de Aracoiaba. Apte/Apdo: Marcos Antonio da Silva. Apte/Apdo: Eulina Bessa da Silva. Advogado: Felipe Augusto Barbosa Pinheiro (OAB: 21512/CE). Apte/Apdo: Maria do Carmo Ferreira de Oliveira. Advogado: Kleberson Loureiro Paz Firmino (OAB: 34620/CE). Advogado: Thales de Oliveira Machado (OAB: 29558/CE). Advogado: Eduardo Pragmácio de Lavor Telles (OAB: 2331/CE). Advogado: Hélio das Chagas Leitão Neto (OAB: 7855/CE). Advogada: Christiane do Vale Leitão (OAB: 10569/CE). Advogada: Aline Moura de Queiroz (OAB: 33009/CE). Advogado: Alisson Felipe de Sousa Sales (OAB: 42149/CE). Advogada: Ana Caroline Santos Abreu (OAB: 48458/CE). Advogado: Débora Maria Martins (OAB: 48687/CE). Advogado: Hélio das Chagas Leitão (OAB: 45510/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

392 - **0200025-68.2023.8.06.0167/50002** - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Claro S/A. Advogada: Paula Maltz Nahon (OAB: 51657/RS). Embargada: Elenice Leandro do Nascimento. Advogada: Carolina Rocha Botti (OAB: 422056/SP). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

393 - **0630550-81.2023.8.06.0000/50001** - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 114904/SP). Advogado: Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP). Embargada: Suzana Gurgel do Vale. Advogado: Rafael Mota Reis (OAB: 27985/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

394 - **0200824-24.2022.8.06.0175/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Embargante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Embargada: Rute Ingridi Barbosa Barroso. Advogado: Mackson Braga Barbosa (OAB: 31841/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

395 - **0198937-47.2019.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/9ª Vara de Família. Agravante: W. K. H. L.. Advogada: Anna Virgínia Pereira Lemos de Freitas (OAB: 39799/CE). Agravado: Conrado Timbó Rodrigues Junior. Advogada: Maria Gláucia Morais de Oliveira (OAB: 16721/CE). Advogada: Mayara de Andrade Santos Travassos (OAB: 23879/CE). Advogado: Marcelo Gonçalves Viana (OAB: 28461/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

396 - **0200550-98.2023.8.06.0151/50000** - **Agravo Interno Cível** - Quixadá/1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Agravante: Marlene Nobre de Oliveira. Advogado: Johnnata Nobre de Sena (OAB: 48662/CE). Agravado: Banco BMG S/A. Advogado: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

397 - **0467790-08.2011.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Carlos Henrique Cunto Lima. Advogado: José Mauro de Melo Escórcio (OAB: 13687B/CE). Advogada: Ana Maria Forte Escórcio (OAB: 32143/CE). Apelado: Geraldo Cadarco. Advogado: Augusto Ranieri Brito (OAB: 9532/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

398 - **0636668-73.2023.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/16ª Vara Cível. Agravante: Clea Neila Girão Furtado. Advogado: José Helder Diniz Neto (OAB: 36727/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

399 - **0157549-04.2018.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/9ª Vara de Família. Agravante: D. C. T.. Advogada: Roberta Duarte Vasques (OAB: 14140/CE). Advogado: Eugênio Duarte Vasques (OAB: 16040/CE). Advogada: Mariana Bizerril Nogueira (OAB: 18624/CE). Agravada: M. de Q. R. G.. Advogada: Maria Eliane Carneiro Leão Mattos (OAB: 5305/CE). Advogada: Maria Cecilia Pinheiro Nogueira (OAB: 32522/CE). Advogada: Lincoln Mattos Magalhães (OAB: 15053/CE). Advogado: Wilber Augusto Silveira de Souza (OAB: 26279/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

400 - **0200916-13.2023.8.06.0160** - **Apelação Cível** - Santa Quitéria/1ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelada: Maria Vilma Fernandes Magalhães. Advogada: Sabline Araújo do Nascimento (OAB: 44583/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

401 - **0621833-46.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Agravante: Nayana Leite de Aguiar Pinheiro. Advogada: Claudyanna Bastos de Oliveira Schatz (OAB: 27866/CE). Agravado: Condominio Geribá. Advogado: Daniel Sucupira Barreto (OAB: 17070/CE). Advogada: Juliana Carlos Nobrega (OAB: 28401/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

402 - **0159807-55.2016.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Apelante: Ceará Diesel S/A. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Cecilia Santos Castilho ME. Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

403 - **0008596-77.2019.8.06.0126/50000** - **Agravo Interno Cível** - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Agravante: Francisco Assis Pedrosa. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

404 - **0200140-71.2023.8.06.0173** - **Apelação Cível** - Tianguá/1ª Vara Cível da Comarca de Tianguá. Apelante: Maria das Merces Neves de Oliveira. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

405 - **0202275-15.2022.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Érica dos Santos Moura. Advogada: Maria Narcisa Pereira Teixeira (OAB: 45273/CE). Advogado: Vicente Taveira da Costa Neto (OAB: 30021/CE). Apelado: Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo. Apelado: Noailles Magalhães Barros Pinheiro. Advogada: Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa (OAB: 8667/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

406 - **0278421-09.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apte/Apdo: Mara Cinthia Coelho Cavalcante. Advogado: Gustavo Daga (OAB: 38531/CE). Apte/Apdo: Condomínio Edificio Pranayama. Advogado: Deygles Luiz Peixoto Rodrigues (OAB: 43729/CE). Advogada: Jessica Nunes Braga (OAB: 32605/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

407 - **0624419-56.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/4ª Vara de Família. Agravante: Nilton de Araújo Pereira. Advogado: Lucas Moura Torres de Melo (OAB: 42225/CE). Agravado: A. H. de P. P. R. P. A. de P.. Advogada: Sara Neide Bastos Vasconcelos (OAB: 19686/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

408 - **0200169-07.2023.8.06.0114** - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Apelante: Maria Aparecida Gomes de Lima Silva. Advogada: Isadora Albernaz Roberto de Carvalho (OAB: 35545/CE). Advogado: Wrialle Yugo Bezerra Caldas (OAB: 45143/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

409 - **0625060-44.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Agravante: Raimundo Monteiro da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

410 - **0200152-10.2023.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: A. M. R. P.. Advogado: Weslley Conrado dos Santos (OAB: 439758/SP). Apelado: P. C. R.. Advogado: Cedric Darwin Andrade de Paula Alves (OAB: 146556/SP). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

411 - **0625455-36.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Agravante: Genius Clube de Benefícios. Advogado: Thalles Rangel Alves Lopes (OAB: 166693/MG). Agravado: Francisco de Assis Felix de Sousa. Advogado: Eder Cavalcante Rodrigues (OAB: 18999/CE). Advogado: Fábio da Costa Alves (OAB: 20134/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

412 - **0625455-36.2024.8.06.0000/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Agravante: Genius Clube de Benefícios. Advogado: Thalles Rangel Alves Lopes (OAB: 166693/MG). Agravado: Francisco de Assis Felix de Sousa. Advogado: Eder Cavalcante Rodrigues (OAB: 18999/CE). Advogado: Fábio da Costa Alves (OAB: 20134/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

413 - **0163259-05.2018.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara de Família. Apelante: M. F. P. A.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Apelante: M. P. N. do N.. Apelado: F. M. N. do N.. Advogado: Wilson Marques de Matos (OAB: 14837/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

414 - **0397933-06.2010.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Condominio Edificio Comandante Vital Rolim. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Apelado: Josweliton Silva Santos. Advogado: Sebastião Aguiar da Cruz (OAB: 14454/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

415 - **0627407-50.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Agravante: Novum Caucaia G9 Empreendimentos Imoibiliários SPE Ltda.. Advogado: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE). Agravado: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda.. Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB: 30086A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

416 - **0237195-92.2020.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Adriano Lima Cunha. Soc. Advogados: Francisca Rosânia Silva de Sousa (OAB: 35679/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

417 - **0200520-04.2022.8.06.0182** - **Apelação Cível** - Viçosa do Ceará/2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará. Recorrente: Francisca Araujo Vieira. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Recorrente: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

418 - **0200863-14.2023.8.06.0166** - **Apelação Cível** - Senador Pompeu/2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelada: Aline Pinheiro Martins. Advogado: Elvis Albano Cavalcante (OAB: 33207/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

419 - **0200284-91.2024.8.06.0114** - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da

Mangabeira. Apelante: João Carneiro Neto. Advogado: Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE). Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

420 - **0222982-42.2024.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: C. K. S. dos S.. Apelante: G. P. de S. S.. Advogado: Marcio Monteiro Viana (OAB: 12870/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

421 - **0264702-23.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Apelante: Maria Sandra dos Santos Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: BANCO BMG S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

422 - **0279787-83.2022.8.06.0001/50000** - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Agravada: Valdice Vasconcelos Braga. Advogado: Guilherme de Freitas Rodrigues (OAB: 45359/CE). Advogado: Roberto Henrique Girão (OAB: 27795/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

423 - **0011096-87.2017.8.06.0126/50000** - **Agravo Interno Cível** - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Agravante: José Gonçalves de Sousa. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Agravado: Banco Votorantim S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

424 - **0055870-58.2021.8.06.0064** - **Apelação Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Raimundo Praciano de Castro. Advogado: João dos Santos Mendonça (OAB: 18230B/RN). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

425 - **0200631-62.2024.8.06.0167/50000** - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargado: Antonio Estevão da Silva. Advogado: Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior (OAB: 21594/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

426 - **0200240-96.2022.8.06.0161** - **Apelação Cível** - Santana do Acaraú/Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú. Apelante: Banco BMG S/A. Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 30071A/CE). Apelada: Maria Solidade da Frota. Advogado: José Maria Sabino (OAB: 16088/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

427 - **0050602-61.2020.8.06.0095** - **Apelação Cível** - Ipu/Vara Única da Comarca de Ipu. Apelante: José Alves da Silva. Advogado: Bruno Mesquita Mourao Teles (OAB: 39368/CE). Advogado: Pedro Alves de Freitas Neto (OAB: 39442/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes. Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

428 - **0004032-55.2016.8.06.0063** - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Elias Pereira da Silva. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Advogado: Rafael de Lacerda Campos (OAB: 74828/MG). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

429 - **0200350-51.2024.8.06.0056** - **Apelação Cível** - Capistrano/Vara Única da Comarca de Capistrano. Apelante: Maria Eliane Alves da Silva. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

430 - **0200349-66.2024.8.06.0056** - **Apelação Cível** - Capistrano/Vara Única da Comarca de Capistrano. Apelante: Maria Eliane Alves da Silva. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

431 - **0192326-78.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Apelante: Maria Leda da Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

432 - **0244352-48.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: Ayslan Marques Vieira. Advogado: Vandré Vinicius de Oliveira Bandeira (OAB: 41313/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Serasa S/A. Advogada: Maria do Perpétuo Socorro Maia Gomes (OAB: 37937/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

433 - **0200331-97.2024.8.06.0071** - **Apelação Cível** - Crato/1ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Antonio Fonte da Silva. Advogado: Joao Henrique Eloi de Melo (OAB: 50332A/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

434 - **0202819-13.2023.8.06.0151** - **Apelação Cível** - Quixadá/1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Apelante: Manoel Ferreira Freitas. Advogado: Francisco Ramon Holanda dos Santos (OAB: 24164/CE). Advogado: Felipe Nunes Mendes (OAB: 34064/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

435 - **0292154-42.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes. Apelada: Gildervânia de Sousa Alves. Advogada: Gabrielly de Sousa Alves (OAB: 48014/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

436 - **0247000-64.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: Olivia Tibúrcio da Silva. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 32401A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

437 - **0200102-43.2024.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Aristides Silva

Gadelha. Advogado: Abraão Lincoln Sousa Ponte (OAB: 30395/CE). Advogado: Dênio de Souza Aragão (OAB: 27990/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

438 - **0200084-22.2024.8.06.0167** - **Apelação Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Aristides Silva Gadelha. Advogado: Abraão Lincoln Sousa Ponte (OAB: 30395/CE). Advogado: Dênio de Souza Aragão (OAB: 27990/CE). Apelado: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

439 - **0267490-10.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Apelante: Lucca Paica Kiodi. Advogada: Carolina Pinto Marzagao (OAB: 22522/CE). Apelado: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A. Advogado: Flavio Igel (OAB: 306018/SP). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

440 - **0202524-51.2023.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Expedito Fernandes das Neves. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ). Apelado: Expedito Fernandes das Neves. Advogado: Rodolfo Pereira Teixeira (OAB: 45449/CE). Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogado: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

441 - **0200951-49.2024.8.06.0091** - **Apelação Cível** - Iguatu/1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu. Apelante: Raimundo Porfirio da Silva. Advogada: Antônia Bianca Morais Torres (OAB: 42286/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 32401A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

442 - **0200313-08.2024.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: José Cleonildo Tavares. Advogado: Leonardo Alves de Albuquerque (OAB: 44942/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

443 - **0635021-09.2024.8.06.0000** - **Agravo de Instrumento** - Eusebio/2ª Vara Cível da Comarca de Eusébio. Agravante: S. de P. S. F.. Advogada: Maria da Conceição Farias Martins (OAB: 32373/CE). Agravada: L. T. S. F.. Advogada: Ana Maria Tauchmann Rocha Moura (OAB: 22389/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

444 - **0270981-59.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Apelante: José Lins Alencar Júnior. Advogado: Edson José Sampaio Cunha Filho (OAB: 6512/CE). Apelado: Banco do Brasil S.a.. Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

445 - **0294786-41.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/28ª Vara Cível. Apelante: Maria Izabel Bezerra Farias. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

446 - **0201416-28.2024.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Carlos Alberto Carneiro Montenegro. Advogado: Albérico Teixeira de Matos (OAB: 5692/CE). Apelado: Ativos S/A - Securitizadora de Créditos Financeiros. Advogado: Marcos Délli Ribeiro Rodrigues (OAB: 44762A/CE). Advogado: Marcos Délli Ribeiro Rodrigues (OAB: 5553/RN). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

447 - **0200119-08.2024.8.06.0029** - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: João Duarte da Silva. Advogado: Adriano Silva Lima (OAB: 47780/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

448 - **0012946-63.2011.8.06.0070** - **Apelação Cível** - Crateús/2ª Vara Cível da Comarca de Cratéus. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Ricardo Lopes Godoy (OAB: 77167/MG). Apelado: Antonio Franco Neto. Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

449 - **0050423-60.2020.8.06.0182** - **Apelação Cível** - Viçosa do Ceará/2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará. Apelante: Maria de Fatima de Souza de Carvalho. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Apelado: Maria de Fatima de Souza de Carvalho. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

450 - **0202021-08.2023.8.06.0101** - **Apelação Cível** - Itapipoca/1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Jose Matias Lima. Advogado: Matheus Braga Barbosa (OAB: 31840/CE). Apelado: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. Advogado: João Paulo Gomes Dias (OAB: 20746/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

451 - **0111134-26.2019.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Apte/Apdo: Condomínio Portal do Bouganinville Ii. Advogado: Felipe Leonardo Macedo Teixeira (OAB: 22881/CE). Apte/Apdo: Época Engenharia Importação e Comércio Ltda.. Advogado: Clóvis Ricardo Caldas da Silveira Mapurunga (OAB: 4203/CE). Advogada: Luma da Costa Marques (OAB: 36044/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

452 - **0276228-21.2022.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Maick Ferreira Alves Cruz. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: Banco Santander S/A. Advogado: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB: 39748/DF). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

453 - **0204687-94.2024.8.06.0117** - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Antonio Sergio Gomes Beviláqua. Advogada: Elvira Maria de Lima (OAB: 33374/CE). Advogado: Francisco Jorge Pereira (OAB: 46837/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

454 - **0212697-24.2023.8.06.0001** - **Apelação Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Apelante: Geyson de Sousa Magalhaes. Advogado: Helderson Barreto Martins (OAB: 7525/SE). Apelado: Fundo de Investimento em Direitos Créditorios Não Padronizados - FIDC NPL I. Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 41218A/CE). Relator(a): MARIA REGINA OLIVEIRA CAMARA

Total de processos a julgar: 454

Fortaleza, 12 de novembro de 2024.

JENNIFER QUEIROZ LIMA

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

2ª Câmara de Direito Privado

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 2ª Câmara de Direito Privado

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000699-30.2018.8.06.0062 - Apelação Cível - Cascavel - Apelante: N. de C. S. - Apelada: R. L. da C. - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C FIXAÇÃO DE GUARDA, ALIMENTOS E DIVISÃO DE BENS. DEMANDA PARCIALMENTE PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DO RÉU QUANTO AOS ALIMENTOS COM O FIM DE MINORÁ-LOS. INTEMPESTIVIDADE ARGUIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO.I. CASO EM EXAME1. O CERNE DA MATÉRIA RECURSAL RESIDE NA ANÁLISE DA RAZOABILIDADE DOS ALIMENTOS FIXADOS PELA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU NO PATAMAR DE 40% (QUARENTA POR CENTO) DO SALÁRIO-MÍNIMO, ALMEJANDO A PARTE RÉ A SUA MINORAÇÃO PARA 20% (VINTE POR CENTO).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER: (I) SE O RECURSO DE APELAÇÃO É TEMPESTIVO; (II) CASO SUPERADA A PRELIMINAR, SE O VALOR FIXADO A TÍTULO DE ALIMENTOS ATENDE AOS PARÂMETROS LEGAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A APELAÇÃO INTERPOSTA DEPOIS DE ENCERRADO O PRAZO FIXADO NO ART. 1.003, § 5º, DO CPC, É INTEMPESTIVA, O QUE IMPÕE O SEU NÃO CONHECIMENTO, IMPOSSIBILITANDO A ANÁLISE DO MÉRITO RECURSAL.4. EM OUTRAS PALAVRAS, A TEMPESTIVIDADE CONSTITUI REQUISITO EXTRÍNSECO DE ADMISSIBILIDADE, E A SUA AUSÊNCIA IMPÕE O NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. SIGNIFICA DIZER QUE, AFERIDA A INTEMPESTIVIDADE DA APELAÇÃO, PORQUANTO A INTERPOSIÇÃO SE DEU FORA DO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS (CPC, ART. 1.003, § 5º), FICA IMPOSSIBILITADO O CONHECIMENTO RECURSAL.5. DEVERAS, A INTEMPESTIVIDADE É MATÉRIA QUE PODE SER ARGUIDA TANTO PELAS PARTES QUANTO DE OFÍCIO, POR SE TRATAR DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, NÃO DEVENDO SER CONHECIDO O RECURSO APRESENTADO APÓS O DECURSO DO PRAZO LEGAL PARA SUA INTERPOSIÇÃO.6. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, CONFORME CERTIDÃO DE PÁG. 156, A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA NO DJE OCORREU EM 9/1/2024, EM NOME DA ADVOGADA REPRESENTANTE PROCESSUAL DO APELANTE, TENDO O PRAZO RECURSAL INICIADO EM 22/1/2024 E FINDADO EM 14/2/2024.7. CONTUDO, O RECURSO EM APREÇO APENAS FOI PROTOCOLADO EM 16/6/2024, A DESTEMPO, PORTANTO, O QUE JUSTIFICA A CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO DE PÁG. 157. COM EFEITO, É FORÇOSO RECONHECER A AUSÊNCIA DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL, PRESSUPOSTO INAFASTÁVEL PARA QUE A INSTÂNCIA SUPERIOR POSSA EXAMINAR O MÉRITO.9. DESSE MODO, A INTERPOSIÇÃO DA APELAÇÃO ULTRAPASSOU O PERÍODO LEGAL FIXADO, E FOI, INCLUSIVE, ANOTADO NO SISTEMA O TRÂNSITO EM JULGADO (PÁG. 157). É INTEMPESTIVO E, NESSE CONTEXTO, INADMISSÍVEL O RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO DEPOIS DE TRANSCORRIDO O PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 1.003, § 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.10. ASSIM, COMO A APELAÇÃO FOI INTERPOSTA DEPOIS DE ENCERRADO O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PREVISTOS NO ART. 1.003, § 5º DO CPC, É INVIÁVEL O CONHECIMENTO DO MÉRITO RECURSAL, DADA A INADMISSIBILIDADE DA APELAÇÃO POR AUSÊNCIA DE REQUISITO EXTRÍNSECO.11. DIANTE DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL, APLICO O DISPOSTO NO ART. 85, § 11, DO CPC, PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS FIXADOS NA ORIGEM NO PATAMAR DE 10% (DEZ POR CENTO).IV. DISPOSITIVO12. RECURSO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, NÃO CONHECER DO RECURSO DIANTE DA INTEMPESTIVIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Andrezza Queirós Bezerra (OAB: 33859/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0000812-63.2024.8.06.0000 - Conflito de competência cível - Fortaleza - Suscitante: Juiz de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza - Suscitado: Juiz de Direito da 37ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - Interessado: E. A. de C. - Interessada: M. D. da S. A. - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA (SUSCITANTE). JUÍZO DA 37ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA (SUSCITADO). CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO AUTÔNOMA E DE NATUREZA PATRIMONIAL. VARA ESPECIALIZADA. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E INDERROGÁVEL. CONEXÃO COM AÇÃO EM TRÂMITE NA VARA COMUM. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA O SUSCITADO.1. A CONTROVÉRSIA DO PRESENTE INCIDENTE CONSISTE EM SABER SE O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 0247529-20.2022.8.06.0001 DEVE TRAMITAR PERANTE O JUÍZO QUE GEROU O TÍTULO EXECUTADO (3ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE FORTALEZA/CE) OU NAQUELE (37ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/

CE) EM QUE HOUVE A PROPOSITURA DE OUTRA DEMANDA EXECUTIVA CONTRA A MESMA DECISÃO JUDICIAL EXECUTADA (PROCESSO Nº 0217542-36.2022.8.06.0001). 2. O FATO DE O TÍTULO EXEQUENDO SER ORIUNDO DE SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA NÃO ATRAI PARA ESTE A PREVENÇÃO EM RELAÇÃO ÀS EXECUÇÕES POSTERIORMENTE MANEJADAS CONTRA REFERIDO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL.3. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, AJUIZADO DE FORMA AUTÔNOMA E DE NATUREZA EXCLUSIVAMENTE PATRIMONIAL, NÃO ESTÁ ENTRE AS HIPÓTESES DE ATUAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA, CONFORME SE EXTRAI DO ART. 54 DA LEI ESTADUAL Nº 16.397/2017.4. DADA A INDERROGABILIDADE DA COMPETÊNCIA ABSOLUTA (ART. 54 E 62 DO CPC), MOSTRA-SE DESCABIDA A PERMANÊNCIA DO PROCESSO Nº 0247529-20.2022.8.06.0001 PERANTE A VARA ESPECIALIZADA, SOB PENA DE INDEVIDO ALARGAMENTO DO SEU ÂMBITO DE COMPETÊNCIA.5. É CLARA A CONEXÃO ENTRE AS EXECUÇÕES MOVIDAS POR ESTEVAM ALVES DE CARVALHO (0247529-20.2022.8.06.0001) E MARIANE DIAS DA SILVA ARRUDA (0217542-36.2022.8.06.0001), TENDO EM VISTA A IDENTIDADE DA CAUSA DE PEDIR (ART. 55, CAPUT, DO CPC), POR VERSAREM SOBRE A MESMA SENTENÇA.6. AMBAS DEVEM TRAMITAR PERANTE O JUÍZO SUSCITADO (37ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE), O QUAL INCLUSIVE JÁ FOI RECONHECIDO, EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA ANTERIOR (0002365-19.2022.8.06.0000), COMO COMPETENTE PARA JULGAR O PROCESSO CONEXO AO QUE ORA SE ANALISA. 7. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO E PROVIDO, A FIM DE DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 37ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE PARA APRECIAR E JULGAR A DEMANDA Nº 0247529-20.2022.8.06.0001.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EMVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA Nº 0000812-63.2024.8.06.0000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA, PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 37ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, ORA SUSCITADO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Bruno de Vasconcelos Coelho (OAB: 32446/CE) - Pâmyla Sales Bastos (OAB: 37137/CE) - Beatriz Sales Bastos (OAB: 41723/CE)

Nº 0001251-82.2019.8.06.0151 - Apelação Cível - Quixadá - Apelante: M. de A. P. M. - Apelado: C. G. M. - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL E PARTILHA DE BENS. ACORDO HOMOLOGADO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DO ACORDO. ALEGADA FRAUDE E DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL NO ATO DE PARTILHA. OMISSÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR MARIETA DE ALENCAR PINTO GOULART CONTRA SENTENÇA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ/CE, EM AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL E PARTILHA DE BENS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, AJUIZADA CONTRA CIRO GOMES MAGALHÃES. A SENTENÇA EXTINGUIU A EXECUÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 924, II, DO CPC, SOB O FUNDAMENTO DE QUE A OBRIGAÇÃO ESTARIA SATISFEITA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR SE HOUVE OMISSÃO NA SENTENÇA QUANTO AO PEDIDO DE ANULAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DO SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL DO INSTITUTO EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO DE QUIXADÁ LTDA., POR SUPOSTA FRAUDE NA TRANSFERÊNCIA DE COTAS SOCIAIS; E (II) AVALIAR A NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM PARA ANÁLISE DE POSSÍVEL DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. É NULA A SENTENÇA QUE NÃO ANALISOU O PEDIDO DE ANULAÇÃO DA CLÁUSULA CONTRATUAL, ALEGADAMENTE FRAUDULENTA, O QUE IMPLICA EM PREJUÍZO DIRETO AO ACORDO DE PARTILHA, CONTRARIANDO O DISPOSTO NO ART. 489 DO CPC, O QUE GERA NULIDADE POR OMISSÃO.4. A OMISSÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU IMPEDE A ANÁLISE DA QUESTÃO EM SEDE RECURSAL, POIS A APURAÇÃO DA ALEGADA FRAUDE E DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL DEMANDA PRODUÇÃO DE PROVAS, CUJA APRECIAÇÃO É COMPETÊNCIA DA INSTÂNCIA ORIGINÁRIA, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO E VEDAÇÃO À SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.5. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS APONTAM QUE A FALTA DE APRECIAÇÃO DE FATO RELEVANTE E CONSTITUTIVO DO DIREITO DA PARTE PODE CONFIGURAR CERCEAMENTO DE DEFESA, IMPONDO A CASSAÇÃO DA SENTENÇA PARA GARANTIR O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.IV. DISPOSITIVO E TESE:6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. O JUÍZO DEVE ANALISAR DE FORMA COMPLETA OS PEDIDOS FORMULADOS NA ORIGEM, SOB PENA DE NULIDADE DA SENTENÇA POR OMISSÃO.2. A APURAÇÃO DE ALEGAÇÕES DE DILAPIDAÇÃO PATRIMONIAL EM PARTILHA DE BENS DEVE OCORRER NA INSTÂNCIA ORIGINÁRIA, ASSEGURANDO-SE O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 489 E 924, II.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJMG, AC Nº 10396170015756001, REL. DES. ADRIANO DE MESQUITA CARNEIRO, J. 16.06.2021; TJSP, AC Nº 2184295-51.2017.8.26.0000, REL. DES. REBELLO PINHO, J. 05.03.2018.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Bruno Luis Magalhães Ellery (OAB: 24636/CE) - Francisco Madson Pinheiro do Nascimento (OAB: 39964/CE)

Nº 0003541-29.2019.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Maria da Conceição Sousa Sales - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. SERVIÇO “MORA CRED PESS”. DESCONTOS INDEVIDOS EM CONTA CORRENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVIDO. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR MARIA DA CONCEIÇÃO SOUSA SALES CONTRA A SENTENÇA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ/CE, QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS EM AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS MOVIDA CONTRA BANCO BRADESCO S/A. A AUTORA QUESTIONA DESCONTOS REALIZADOS EM SUA CONTA BANCÁRIA, DECORRENTES DO SERVIÇO “MORA CRED PESS”, ALEGANDO AUSÊNCIA DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO E PEDINDO A DEVOLUÇÃO DOS VALORES, ALÉM DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM

DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR A REGULARIDADE DOS DESCONTOS EFETUADOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NA CONTA DA APELANTE; (II) ESTABELECER SE HOUVE DANO MORAL PASSÍVEL DE INDENIZAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. AS PARTES CONFIGURAM-SE COMO CONSUMIDOR E FORNECEDOR, APLICANDO-SE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ARTS. 2º E 3º). 4. A COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS DEVE ESTAR PREVISTA EM CONTRATO OU SER AUTORIZADA PREVIAMENTE, CONFORME RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.919/2010, ART. 1º. NO CASO, NÃO FOI DEMONSTRADA A ANUÊNCIA DA CONSUMIDORA PARA O SERVIÇO "MORA CRED PESS". 5. INEXISTE PROVA NOS AUTOS DE QUE A APELANTE TENHA CONTRATADO OU AUTORIZADO O SERVIÇO "MORA CRED PESS", CARACTERIZANDO FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CONDUTA ILÍCITA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.6. A AUSÊNCIA DE CONTRATO VÁLIDO E A REALIZAÇÃO DOS DESCONTOS INDEVIDOS CARACTERIZAM A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR, CONFORME PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS (TJCE, APELAÇÃO CÍVEL 0000146-91.2018.8.06.0123 E TJCE, APELAÇÃO CÍVEL 00300634120198060085).7. A DEVOLUÇÃO DO VALOR COBRADO INDEVIDAMENTE DEVE OCORRER NA FORMA SIMPLES ATÉ 30/03/2021, E EM DOBRO PARA OS DESCONTOS POSTERIORES A ESSA DATA, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ NO EARESP 676608/RS.8. O DANO MORAL ESTÁ CONFIGURADO, POIS OS DESCONTOS INDEVIDOS ULTRAPASSAM O MERO ABORRECIMENTO, SENDO DEVIDA INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R$5.000,00, CONFORME PARÂMETROS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.IV. DISPOSITIVO E TESE:9. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. A COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS SEM AUTORIZAÇÃO OU CONTRATAÇÃO EXPRESSA CARACTERIZA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ENSEJANDO RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. 2. O DANO MORAL É CONFIGURADO QUANDO DESCONTOS INDEVIDOS CAUSAM PREJUÍZOS AO CONSUMIDOR, SENDO DEVIDA A REPARAÇÃO PECUNIÁRIA._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 373, II; CDC, ARTS. 6º, VIII, 42, PARÁGRAFO ÚNICO; CC, ART. 186; RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.919/2010, ART. 1º.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, EARESP 676608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, J. 21/10/2020; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL 0000146-91.2018.8.06.0123; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL 00300634120198060085.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0007296-54.2019.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: Artecon Construções Ltda - Apelado: J V Lima Projetos e Serviço Eireli Me - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE PROVA DA QUITAÇÃO DO DÉBITO. ÔNUS DO RÉU. RECURSO IMPROVIDO.1. O CERCE DO PRESENTE RECURSO CINGE-SE EM ANALISAR SE A RECORRIDA REALMENTE PRESTOU OS SERVIÇOS APONTADOS NA EXORDIAL E SE ELA RECEBEU OU NÃO A REMUNERAÇÃO POR ISSO.2. POIS BEM. PARA QUE SEJA AFERIDA A REGULARIDADE DA COBRANÇA APRESENTADA É NECESSÁRIO A JUNTADA DE DOCUMENTAÇÃO ADEQUADA PARA TANTO. NESSE MISTER, COMPULSANDO-SE OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A PARTE APELADA SE DESINCUMBIU DE ÔNUS DE COMPROVAR A CONSTITUIÇÃO DE SEU DIREITO, CUMPRINDO ASSIM O DISPOSTO NO ARTIGO 373, I, DO CPC.3. ISSO PORQUE, A PARTE AUTORA ACOSTOU O ORÇAMENTO (FL. 31), O PROJETO DESENVOLVIDO (FLS. 33/36), A ART EXPEDIDA (FL. 38), ACOMPANHADA DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO REALIZADO PELA PARTE DEMANDADA (FL. 56), BEM COM A ENTREGA DE CÓPIA AO MUNICÍPIO DE SOBRAL (FL. 55) PARA APROVAÇÃO.4. OBSERVA-SE, PORTANTO, QUE A RELAÇÃO NEGOCIAL EXISTENTE ENTRE OS LITIGANTES RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADA, FATO CORROBORADO PELO REGISTRO DE CONVERSAS ELETRÔNICAS APRESENTADOS ÀS FLS. 22/30, QUE DEIXOU CLARO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ARQUITETÔNICOS, BEM COMO A INADIMPLÊNCIA DO DEMANDADO, QUE A TODO MOMENTO SE ESQUIVA DO COMPROMISSO ALEGANDO QUE TINHA OUTROS GASTOS, NUNCA DANDO PRAZO PARA RESOLVER A SUA PENDÊNCIA FINANCEIRA.5. COM EFEITO, EMBORA A MERA REPRODUÇÃO DAS MENSAGENS, POR SI SÓ, NÃO TORNE IRREFUTÁVEL O SEU CONTEÚDO, A PARTE APELANTE NÃO APRESENTOU NENHUM ELEMENTO PARA DESCONSTITUÍ-LAS.6. ASSIM, CABIA AO CONTESTANTE O ÔNUS DE PROVAR OS FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DO AUTOR, CONFORME PREVISÃO DO ART. 373, INCISO II, DO CPC, O QUE, COMO REGISTRADO PELO JULGADOR MONOCRÁTICO, NÃO OCORREU NOS PRESENTES AUTOS, MOTIVO PELO QUAL A SENTENÇA MERECE SER MANTIDA.7. RECURSO IMPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DO RECURSO Nº 0007296-54.2019.8.06.0167, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Caio Frota Rodrigues (OAB: 21933/CE) - Lucas Frota Rodrigues (OAB: 29383/CE) - Tales Jorge Mesquita (OAB: 40805/CE) - Alex Osterno Prado (OAB: 23048/CE) - Mayara Gomes Cajazeiras (OAB: 32862/CE) - Carlos Oliveira Rodrigues (OAB: 36276/CE)

Nº 0047475-61.2018.8.06.0071 - Apelação Cível - Crato - Apelante: Francisco Soares de Abreu - Apelante: Edmar Justino de Almeida - Apelante: Marly da Silva Almeida - Apelado: Cicero Alves Monteiro - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, dar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. JUÍZO POSSESSÓRIO. PRELIMINAR AFASTADA. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. ÔNUS DA AUTORA DE PROVAR O FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO, CONFORME ART. 373, I, DO CPC. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS.I. CASO EM EXAME:1. EM SUA EXORDIAL, ADUZ A PARTE AUTORA/APELADA (CÍCERO ALVES MONTEIRO) QUE É POSSUIDORA DO IMÓVEL HÁ CERCA DE 30 (TRINTA) ANOS, SENDO ESTE DE PROPRIEDADE DE SEU IRMÃO (FRANCISCO ALVES MONTEIRO) QUE ADQUIRIU O REFERIDO IMÓVEL EM VIRTUDE DE LOTEAMENTO DO TERRENO PELO PROPRIETÁRIO O IMÓVEL OSMAR TISTUARTE, TODAVIA, NÃO DETÉM O DOCUMENTO DO TERRENO. 2. SEGUE HISTORIANDO QUE CUIDA DO TERRENO CULTIVANDO ÁRVORES FRUTÍFERAS, ALÉM DE CRIAR GALINHAS, SENDO ESTA A SUA FONTE DE SUBSISTÊNCIA. DESTACA QUE, NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2017, OS REQUERIDOS, EDMAR E FRANCISCO, INSTALARAM UMA CERCA NO TERRENO SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA. EM RAZÃO DISSO, REQUER QUE SEJA CONCEDIDA A REINTEGRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA POSSE DE FORMA DEFINITIVA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:3.

CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM DEFINIR SE A PARTE AUTORA FAZ JUS À PROTEÇÃO POSSESSÓRIA REQUERIDA.III. RAZÕES DE DECIDIR4. EM CONFORMIDADE COM O ART. 561, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, INCUMBE AO AUTOR PROVAR: A SUA POSSE; A TURBAÇÃO OU O ESBULHO PRATICADO PELO RÉU; A DATA DA TURBAÇÃO OU DO ESBULHO E A CONTINUAÇÃO DA POSSE, EMBORA TURBADA, NA AÇÃO DE MANUTENÇÃO, OU A PERDA DA POSSE, NA AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO.5. ADEMAIS, A LEGISLAÇÃO É CLARA AO ESTABELECER QUE PARA QUE SE POSSA EXERCER A TUTELA POSSESSÓRIA, CUMPRE AO INTERESSADO FAZER PROVA DOS REQUISITOS SUPRATRANSCRITOS, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DO PEDIDO POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO (ART. 373, INCISO I, DO CPC). OU SEJA, É PRESSUPOSTO FUNDAMENTAL, PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO POSSESSÓRIA, A PROVA DA EXISTÊNCIA ANTERIOR DA POSSE PELO AUTOR E DO ESBULHO PRATICADO PELO RÉU.6. NA HIPÓTESE TELANTE, EMBORA A PARTE AUTORA ALEGUE SER POSSUIDORA DO IMÓVEL HÁ CERCA DE 30 (TRINTA) ANOS, O QUE SE DENOTA É QUE OS ÚNICOS DOCUMENTOS JUNTADOS POR SI FORAM 2 (DUAS) FOTOGRAFIAS E UM BOLETIM DE OCORRÊNCIA NARRANDO O SUPOSTO ESBULHO REALIZADO PELOS RÉUS. ADEMAIS, EMBORA TENHA HAVIDO A OITIVA DA TESTEMUNHA EVANDRO TAVARES PEREIRA, ESTE SOMENTE ALEGOU QUE HAVIA PLANTAÇÕES EM TODO O TERRENO, SEM SABER PRECISAR O TAMANHO DESTE E, MAIS ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ RESPEITO À PARTE MURADA, INFORMOU QUE DESCONHECE SE O REQUERENTE REALIZAVA PLANTAÇÃO OU OUTRA ATIVIDADE.7. EM CONTRAPARTIDA, AS TESTEMUNHAS DOS REQUERIDOS ALEGARAM QUE, AO CONTRÁRIO DO ALEGADO NA INICIAL, A PARTE AUTORA NÃO EXERCE E NÃO EXERCEU A POSSE DE FATO SOBRE A ÁREA EM DISCUSSÃO. INCLUSIVE, AS TESTEMUNHAS RELATAM QUE FIZERAM SERVIÇOS NO TERRENO A MANDO DO REQUERIDO, TENDO A TESTEMUNHA ANTONIO WELLINGTON MARTINS DE ALMEIDA, DITO QUE FOI CHAMADO PELO PROPRIETÁRIO EDMAR PARA FAZER A CERCA, HÁ CERCA DE 11 ANOS. 8. TECIDAS AS CONSIDERAÇÕES PRECEDENTES E REPORTANDO-SE À ANÁLISE DO CASO EM TELA, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA NÃO COMPROVOU A POSSE ANTERIOR, TAMPOUCO O ESBULHO PRATICADO PELA REQUERIDA. PRIMEIRO PORQUE AS IMAGENS COLACIONADAS NÃO COMPROVAM A POSSE DO AUTOR QUANTO À ÁREA OBJETO DA LIDE. SEGUNDO PORQUE O REGISTRO DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA NÃO COMPROVA SEUS FATOS CONSTITUTIVOS, POIS ERA NECESSÁRIO DEMONSTRAR O ESBULHO POR OUTROS MEIOS PROBATÓRIOS, O QUE NÃO FOI REALIZADO PELA AUTORA.9. NESSE PÓRTICO, NÃO RESTADA DEMONSTRADA A POSSE ANTERIOR, NÃO HÁ DE SE FALAR TAMBÉM EM OCORRÊNCIA DE ESBULHO. PORTANTO, CONSIDERANDO QUE A REQUERENTE NÃO COMPROVOU A POSSE ANTERIOR DO IMÓVEL, NEM POR CONSEQUÊNCIA, A OCORRÊNCIA DO ESBULHO, A REFORMA DA SENTENÇA É MEDIDA QUE SE IMPÕE, DEVENDO O PLEITO AUTORAL SER JULGADO TOTALMENTE IMPROCEDENTE.IV. RAZÕES DE DECIDIR8. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS, REFORMANDO A SENTENÇA PARA JULGAR O PLEITO AUTORAL TOTALMENTE IMPROCEDENTE.9. ANTE A SUCUMBÊNCIA, CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, ESTES ÚLTIMOS FIXADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, CUJA EXIGIBILIDADE FICA SUSPENSA, POSTO SER BENEFICIÁRIA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS RECURSOS DE APELAÇÃO Nº 0047475-61.2018.8.06.0071 PARA DAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Antônio Odilauro Ribeiro Ferreira (OAB: 27514/CE) - Jefferson Luiz Alves Marinho (OAB: 27515/CE) - Joana Sara Coelho de Morais (OAB: 36688/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará - EVANDRO TAVARES PEREIRA - FRANCISMEIRO CRUZ DE LIMA - LUIZ ADRIANO VIEIRA DOS SANTOS

Nº 0063292-60.2016.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Apelado: Regina Lúcia de Sousa do Nascimento - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TAXA SELIC. POSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.1. NÃO ASSISTE RAZÃO A APELANTE, POIS SUA PRETENSÃO RECURSAL NÃO ENCONTRA RESPALDO, POIS O ACÓRDÃO EMBARGADO APLICOU, DE FORMA DEVIDA, A TAXA SELIC COMO FATOS ÚNICO PARA TAXA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.2. CUMPRE DESTACAR QUE A CORREÇÃO MONETÁRIA EXPRESSA A ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA MOEDA, NÃO TENDO, POIS INTUITO REMUNERATÓRIO OU PUNITIVO, MAS A FUNÇÃO DE RECUPERAR O PODER DE COMPRA, REPONDO AS PERDAS INFLACIONÁRIAS.3. NESSE MISTER O CÓDIGO CIVIL, NO ARTIGO 884, ASSIM DISPÕE: AQUELE QUE, SEM JUSTA CAUSA, SE ENRIQUECER À CUSTA DE OUTREM, SERÁ OBRIGADO A RESTITUIR O INDEVIDAMENTE AUFERIDO, FEITA A ATUALIZAÇÃO DOS VALORES MONETÁRIOS.4. CONTUDO, A UTILIZAÇÃO DA SELIC (SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA) COMO ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA COBRADA IMPÕE A EXCLUSÃO DA CUMULAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA, POIS NA ALUDIDA TAXA OS ÍNDICES JÁ ESTÁ ENGLOBADOS, DEVENDO, DESSA FORMA, SER ELA APLICADA DE FORMA EXCLUSIVA, COMO DE FATO SE DEU NOS PRESENTES AUTOS..5. RECURSO IMPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0063292-60.2016.8.06.0064, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE) - Marcus Helton Carneiro (OAB: 20293/CE)

Nº 0138033-95.2018.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Massa Falida de Cameron Construtora Ltda. - Apelada: Katryne Kelly Oliveira de Gusmão - Apelado: Claudir Monteiro Júnior - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA MASSA FALIDA DE CAMERON CONSTRUTORA LTDA. CONTRA SENTENÇA DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS POR KATRYNE KELLY OLIVEIRA DE GUSMÃO E CLAUDIR MONTEIRO JÚNIOR EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. A SENTENÇA CONDENOU SOLIDARIAMENTE A CONSTRUTORA E A CIBRASEC A PAGAREM R$ 10.000,00 A

CADA AUTOR A TÍTULO DE DANOS MORAIS, BEM COMO INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES CORRESPONDENTE A 0,5% DO VALOR DO IMÓVEL POR MÊS DE ATRASO NA ENTREGA DO BEM.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ CINCO QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E LUCROS CESSANTES DEPENDE DE COMPROVAÇÃO EFETIVA DO PREJUÍZO; (II) SE É APLICÁVEL O PRINCÍPIO DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO EM RAZÃO DE SUPOSTA INADIMPLÊNCIA RECÍPROCA; (III) QUAL O TERMO FINAL DOS LUCROS CESSANTES; (IV) SE O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL ENSEJA A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS NA AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO GRAVE DE DIREITOS DE PERSONALIDADE; E (V) SE HOUVE INCOERÊNCIA NOS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA O CÁLCULO DOS DANOS MATERIAIS, EM AFRONTA AO ART. 489 DO CPC.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. DEFERE-SE À APELANTE O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA, EM RAZÃO DE SUA CONDIÇÃO DE MASSA FALIDA, COM BASE NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA QUE ADMITE O BENEFÍCIO DIANTE DA AUSÊNCIA DE ATIVOS SUPERIORES AO PASSIVO FINANCEIRO.4. A INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES PRESCINDE DE COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA DO PREJUÍZO QUANDO SE TRATA DE ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL, UMA VEZ QUE O DANO PELA IMPOSSIBILIDADE DE USO É PRESUMIDO, CONFORME ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO.5. A ALEGAÇÃO DE INADIMPLEMENTO RECÍPROCO É REJEITADA, POIS NÃO HÁ COMPROVAÇÃO DE QUE OS AUTORES DESCUMPRIRAM OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. O ATRASO NA OBRA, DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA, AFASTA A APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.6. O TERMO FINAL DOS LUCROS CESSANTES FOI CORRETAMENTE FIXADO COMO A DATA DA ENTREGA DAS CHAVES AO COMPRADOR, MOMENTO EM QUE O IMÓVEL SE TORNA DISPONÍVEL PARA USO, EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE.7. O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA CONSTRUTORA CONFIGURA OFENSA QUE EXTRAPOLA O MERO DISSABOR, JUSTIFICANDO A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DADA A FRUSTRAÇÃO E O ABALO SOFRIDOS PELOS CONSUMIDORES EM RAZÃO DO ATRASO NA ENTREGA DO BEM.8. A FIXAÇÃO DOS LUCROS CESSANTES EM 0,5% SOBRE O VALOR DO IMÓVEL POR MÊS DE ATRASO É CONSIDERADA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL, SENDO PRÁTICA CORRENTE NO MERCADO IMOBILIÁRIO, NÃO HAVENDO INCOERÊNCIA NOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO ADOTADOS.IV. DISPOSITIVO E TESE:9. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. A INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES EM CASO DE ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL PODE SER PRESUMIDA, DISPENSANDO A COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA DO PREJUÍZO.2. A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO NÃO SE APLICA QUANDO O ATRASO NA OBRA É DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA.3. O TERMO FINAL DOS LUCROS CESSANTES EM ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL É A DATA DA ENTREGA DAS CHAVES AO COMPRADOR.4. O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL PODE CONFIGURAR DANO MORAL QUANDO A FRUSTRAÇÃO CAUSADA PELO ATRASO EXTRAPOLA O MERO DISSABOR.5. A FIXAÇÃO DOS LUCROS CESSANTES EM 0,5% DO VALOR DO IMÓVEL POR MÊS DE ATRASO É PROPORCIONAL E ADEQUADA AO MERCADO IMOBILIÁRIO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, X; CC, ARTS. 186, 403 E 927; CPC, ARTS. 489 E 487, I.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJMG, AI 10000220998181001, REL. DES. BAETA NEVES, J. 15.02.2023; TJPR, AI 0022162-36.2021.8.16.0000, REL. DES. JOSÉ RICARDO ALVAREZ VIANNA, J. 16.08.2021; TJSP, APELAÇÃO CÍVEL 1004729-41.2022.8.26.0597, REL. DES. RICARDO NEGRÃO, J. 29.08.2023; TJBA, APL 0531236-36.2016.805.0001, REL. DES. IVANILTON SANTOS DA SILVA, J. 04.11.2020; TJDF, APELAÇÃO CÍVEL 0702045-19.2018.8.07.0006, REL. DES. ANA CANTARINO, J. 08.08.2019.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Carlos Eduardo de Lucena Castro (OAB: 10666/CE)

Nº 0154896-34.2015.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: José Valmir de Paiva - Apelado: Fábio Trindade Silva - Apelado: Hospital de Olhos Leiria de Andrade S/S Ltda - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - PROCESSO: 0154896-34.2015.8.06.0001 - APELAÇÃO CÍVELAPELANTE: JOSÉ VALMIR DE PAIVA. APELADOS: FÁBIO TRINDADE SILVA E HOSPITAL DE OLHOS LEIRIA DE ANDRADE S/S LTDA. CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALEMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL E SUBJETIVA DO PROFISSIONAL. CONDUTA ILEGAL. NÃO VERIFICADA. MÉDICO QUE NÃO REALIZOU O PROCEDIMENTO. RESPONSABILIDADE DO HOPISTAL QUE SE LIMITA, NO CASO, AO FORNECIMENTO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS AUXILIARES ADEQUADOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS E À SUPERVISÃO DO PACIENTE. FATOS NÃO APONTADOS PELO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AÇÃO INDENIZATÓRIA AJUIZADA POR JOSÉ VALMIR DE PAIVA EM DESFAVOR DE FÁBIO TRINDADE E HOSPITAL DE OLHOS LEIRIA DE ANDRADE S/S, OBJETIVANDO REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS EM RAZÃO DE SUPOSTO ERRO MÉDICO.2. FOI PROFERIDA SENTENÇA JULGANDO IMPROCEDENTE O PELITO AUTORAL, CONTRA O QUAL O DEMANDANTE INTERPÔS APELAÇÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO3. O CERNE DA CONTROVÉRSIA ESTÁ EM VERIFICAR A RESPONSABILIDADE DOS DEMANDADOS POR POSSÍVEL ERRO MÉDICO EM CIRURGIA DE CATARATA REALIZADA PELO AUTOR.III. RAZÕES DE DECIDIR4. OBSERVA-SE QUE NESTA DEMANDA SE TEM DE UM LADO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE MÉDICO-HOSPITALARES E DO OUTRO O AUTOR CARACTERIZADO COMO CONSUMIDOR FINAL, EXISTINDO, PORTANTO, UMA RELAÇÃO DE CONSUMO, NOS TERMOS DO ART. 2º E 3º DO CDC. PRECEDENTE DO STJ.5. EM SE TRATANDO DE FATO DO SERVIÇO, O ART. 14 DO CDC PREVÊ A REGRA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. É “SUFICIENTE QUE O CONSUMIDOR DEMONSTRE O DANO OCORRIDO (ACIDENTE DE CONSUMO) E A RELAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE O DANO E O PRODUTO ADQUIRIDO (NEXO CAUSAL)” (GARCIA, LEONARDO DE MEDEIROS. DIREITO DO CONSUMIDOR. 8. ED. REV., AMPL. E ATUAL. SALVADOR : EDITORA JUSPODIVM, 2014, P. 112).6. O ÔNUS DA PROVA NOS CASOS DE FATO DO SERVIÇO OPERA OPE LEGIS EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 14, §3º, DO CDC. EXCEÇÃO À RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DE SERVIÇO É O CASO DE PROFISSIONAIS LIBERAIS, EM QUE É NECESSÁRIA A DEMONSTRAÇÃO DE CULPA, CONFORME ART. 14, §4º, DO CDC.7. A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR, TOCANTE À RESPONSABILIDADE CIVIL DOS HOSPITAIS, ESTÁ FIRMADA NO SEGUINTE SENTIDO: ‘(I) AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS DIRETAMENTE PELO COMPLEXO HOSPITALAR LIMITAM-SE AO FORNECIMENTO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS AUXILIARES ADEQUADOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS E À SUPERVISÃO DO PACIENTE, HIPÓTESE EM QUE A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO (POR ATO PRÓPRIO) EXSURGE SOMENTE EM DECORRÊNCIA DE DEFEITO NO SERVIÇO PRESTADO (ARTIGO 14, CAPUT, DO CDC); (II) OS ATOS TÉCNICOS PRATICADOS PELOS MÉDICOS, SEM VÍNCULO DE EMPREGO OU SUBORDINAÇÃO COM O HOSPITAL, SÃO IMPUTADOS AO PROFISSIONAL PESSOALMENTE, EXIMINDO-SE A ENTIDADE HOSPITALAR DE

QUALQUER RESPONSABILIDADE (ARTIGO 14, § 4º, DO CDC); E (III) QUANTO AOS ATOS TÉCNICOS PRATICADOS DE FORMA DEFEITUOSA PELOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE VINCULADOS DE ALGUMA FORMA AO HOSPITAL, RESPONDEM SOLIDARIAMENTE A INSTITUIÇÃO HOSPITALAR E O PROFISSIONAL RESPONSÁVEL, APURADA A SUA CULPA PROFISSIONAL. NESSE CASO, O HOSPITAL É RESPONSABILIZADO INDIRETAMENTE POR ATO DE TERCEIRO, CUJA CULPA DEVE SER COMPROVADA PELA VÍTIMA DE MODO A FAZER EMERGIR O DEVER DE INDENIZAR DA INSTITUIÇÃO, DE NATUREZA ABSOLUTA (ARTIGOS 932 E 933 DO CÓDIGO CIVIL), SENDO CABÍVEL AO JUIZ, DEMONSTRADA A HIPOSSUFICIÊNCIA DO PACIENTE, DETERMINAR A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (ARTIGO 6º, INCISO VIII, DO CDC)' (RESP 1.145.728/MG, REL. P/ ACÓRDÃO MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 28.06.2011, DJE DE 08.09.2011)." (STJ, AGINT NOS EDCL NO ARESP 1937242/RJ, TERCEIRA TURMA, RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, JULGADO EM 20/11/2023, DJE DE 22/11/2023).8. QUANTO AO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO EM DECORRÊNCIA DA CATARATA, CONSTA COMO "MÉDICO" NEWTON ANDRADE JÚNIOR E COMO "SOLICITANTE" JUSVANIA PATRÍCIA LEAL TEIXEIRA (PÁG. 23). POSTERIORMENTE FOI REALIZADO NOVO PROCEDIMENTO DE "VITRECTOMIA POSTERIORI", TENDO COMO MÉDICO O CORRÉU FÁBIO TRINDADE E COMO "SOLICITANTE" NEWTON ANDRADE JÚNIOR. DESSA FORMA, INCABÍVEL IMPUTADOR AO CORRÉU FÁBRIO TRINDADE POSSÍVEIS ERROS MÉDICOS QUANDO DA CIRURGIA DE CATARATA, POSTO QUE SEQUER PARTICIPOU DO PROCEDIMENTO. INEXISTINDO CONDUTA, NÃO SE PODE FALAR EM RESULTADO E MUITO MENOS EM NEXO CAUSAL.9. POR CONSEQUÊNCIA, TAMBÉM NÃO SE PODE IMPUTAR AO CORRÉU HOSPITAL DE OLHOS LEIRIA DE ANDRADE S/S A RESPONSABILIDADE POR ERRO MÉDICO, ESTA VERIFICÁVEL MEDIANTE CULPA, NOS TERMOS ACIMA EXPOSTOS, POIS O PROFISSIONAL QUE REALIZOU A CIRURGIA NÃO É PARTE DA DEMANDA, SENDO IMPOSSÍVEL VERIFICAR SUA CULPA SEM O DEVIDO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.10. TAMBÉM NÃO SE PODE IMPUTAR AO HOSPITAL DE OLHOS LEIRIA DE ANDRADE S/S A RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS DIRETAMENTE PELO COMPLEXO HOSPITALAR, COMO O FORNECIMENTO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS AUXILIARES ADEQUADOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS E À SUPERVISÃO DO PACIENTE, NOS TERMOS DO ENTENDIMENTO DO STJ ANTERIORMENTE CITADO, FATOS QUE SEQUER FORAM ARGUIDOS PELO AUTOR, QUE SE LIMITOU A AFIRMAR A EXISTÊNCIA, EM TESE, DE ERRO MÉDICO NA CIRURGIA DE CATARATA.IV. DISPOSITIVO.11. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 2º DO CDC; ART. 3º DO CDC; ART. 14 DO CDC; ART. 927 DO CC; ART. 85, CAPUT, §§ 1º, 2º E §11, DO CPCJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - AGINT NO RESP: 1616060 SC 2016/0193749-9, DATA DE JULGAMENTO: 12/12/2022, T4 - QUARTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 16/12/2022; STJ, RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.628 DF, RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 3ª. T., 05 DE SETEMBRO DE 2013 - DATA DO JULGAMENTO; STJ, AGINT NOS EDCL NO ARESP 1937242/RJ, TERCEIRA TURMA, RELATOR: MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, JULGADO EM 20/11/2023, DJE DE 22/11/2023; STJ - AGINT NO ARESP: 1933556 DF 2021/0207736-4, RELATOR: RAUL ARAÚJO, DATA DE JULGAMENTO: 28/11/2022, T4 - QUARTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 01/12/2022; STJ - AGRG NO RESP: 1362240 DF 2013/0006499-7, RELATOR: MINISTRO SIDNEI BENETI, DATA DE JULGAMENTO: 05/08/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 01/09/2014; TJ-CE - AC: 00107149220158060117 MARACANAÚ, RELATOR: CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, DATA DE JULGAMENTO: 01/02/2023, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 03/02/2023; TJ-CE - AC: 00014277720028060112 JUAZEIRO DO NORTE, RELATOR: MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, DATA DE JULGAMENTO: 19/04/2023, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 19/04/2023; TEMA REPETITIVO 1059 DO STJ.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER O RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Francisco Chagas Cidrão Rocha (OAB: 6477/CE) - Pedro Victor Freire Guerra Reginaldo (OAB: 34865/CE) - Lucas Vale Menescal (OAB: 18779/CE) - Fernanda Harumi Hirata (OAB: 24281/CE)

Nº 0179724-55.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Júlio César Lourenço de Oliveira - Embargada: Sandra Maria Oliveira Pereira - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM PEDIDO DE PAGAMENTO DE ALUGUEIS EM ATRASO COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO. ENFRENTAMENTO DE TODA A MATÉRIA MERITÓRIA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. MERO INCONFORMISMO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 18, TJCE. PRECEDENTES DO STJ E STF. MANUTENÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I. CASO EM EXAME:1. TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO, FLS. 512-520 DOS AUTOS PRINCIPAIS, QUE NEGOU PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA PELO ORA EMBARGANTE, MANTENDO-SE INALTERADA A SENTENÇA QUE DETERMINOU O DESPEJO DO RÉU/APELANTE DO IMÓVEL, E O CONDENOU NO PAGAMENTO DOS ALUGUERES EM ATRASO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A CONTROVÉRSIA DO PRESENTE RECURSO É LIMITADA A ANALISAR SE O ACÓRDÃO PROFERIDO ESTÁ EIVADO DAS OMISSÕES APONTADAS PELO EMBARGANTE: (I) INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO LOCATÍCIA, ESTANDO O IMÓVEL EM NOME DA AUTORA, MAS INDICADO EM INVENTÁRIO DE SEU COMPANHEIRO FALECIDO; (II) NÃO EXIGIR MAIOR RIGOR PROBATÓRIO, RECONHECENDO UM CONTRATO DE LOCAÇÃO VERBAL COM FUNDAMENTO EM PROVAS TESTEMUNHAIS FRÁGEIS; (III) CONDENAÇÃO DA EMBARGADA EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, EM DECORRÊNCIA DA NEGATIVA DO PLEITO DE CONDENAÇÃO DO APELANTE EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. III. RAZÕES DE DECIDIR:3. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SERVEM PARA REPARAR OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO; INEXISTINDO ESSES VÍCIOS, DEVE O RECURSO SER REJEITADO, COM A CONSEQUENTE MANUTENÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO RECORRIDA.4. NÍTIDA INTENÇÃO DE REDISCUTIR A MATÉRIA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DOS VÍCIOS A JUSTIFICAR O MANEJO DA PRESENTE MODALIDADE RECURSAL, VISTO QUE AS OMISSÕES ALEGADAS NÃO FORAM CONFIGURADAS. 5. INEXISTÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE DO JULGADOR SE MANIFESTAR EXAUSTIVAMENTE SOBRE TODOS OS PONTOS ARGUIDOS PELAS PARTES, SE ENTENDER SEREM IRRELEVANTES À FORMAÇÃO DE SUA CONVICÇÃO, INCAPAZES DE MODIFICAR O ENTENDIMENTO. PRECEDENTES DO STJ.6. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUTIR, NA PRESENTE SEDE RECURSAL, QUESTÕES JÁ APRECIADAS E DECIDIDAS PELO JULGADO EMBARGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 18 DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA.IV. DISPOSITIVO E TESE:7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC: ART. 1.022; CF/1988: ART. 93, IX JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: SÚMULA Nº 18 DO TJCE.; STJ - AGINT NO ARESP: 2044897 RJ 2021/0402731-0, DATA DE JULGAMENTO: 27/06/2022, T4 - QUARTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 01/07/2022; STF, AI 794790 AGR, RELATOR(A): MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, SEGUNDA TURMA, JULGADO EM

28/02/2012, DJE 09-03-2012, PUBLIC 12-03-2012ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0179724-55.2019.8.06.0001/50000 PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Alexandre Barbosa Costa (OAB: 30098/CE) - Francisco Eliesio Lima Lessa (OAB: 33403/CE) - Francisco Wisney Pinheiro (OAB: 29721/CE) - Francisco Everardo Lemos Bezerra (OAB: 38512/CE)

Nº 0200354-71.2023.8.06.0073 - Apelação Cível - Croatá - Apelado: Antonio Simplicio Filho - Apelante: Banco Bradesco S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANO MORAL. COBRANÇA INDEVIDA DE ANUIDADE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR FIXADO. PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. A CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM SABER SE É DEVIDO DANO MORAL EM DECORRÊNCIA DA COBRANÇA INDEVIDA DE ANUIDADE DE CARTÃO DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR E QUAL O VALOR CORRETO A SER APLICADO PARA A REPARAÇÃO DO DANO EVENTUALMENTE CAUSADO. 2. AO CONTRÁRIO DO QUE DEFENDE O RECORRENTE, AS COBRANÇAS INDEVIDAMENTE EFETUADAS EM CONTA PESSOAL DO RECORRIDO NÃO PODEM SER ENCARADAS COMO MERO DISSABOR, NA MEDIDA EM QUE A MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO ACARRETOU EFETIVA SUPRESSÃO PATRIMONIAL, O QUE TRAZ INAFASTÁVEL DANO MORAL À PARTE ADVERSA. 3. ESSA CIRCUNSTÂNCIA GANHA AINDA MAIS RELEVO SE SE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO QUE O APELADO É PESSOA IDOSA, CUJA PRINCIPAL FONTE DE RENDA É BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, CONFORME SE OBSERVA DOS EXTRATOS TRAZIDO AOS AUTOS.4. NESSAS CONDIÇÕES, A SUBTRAÇÃO INDEVIDA DE QUALQUER VALOR DA CONTA PESSOAL DO CONSUMIDOR CONFIGURA LESÃO RELEVANTE, APTA A JUSTIFICAR A REPARAÇÃO AO DIREITO DA PERSONALIDADE VIOLADO. 5. EM ANÁLISE DETALHADA DOS AUTOS, ENTENDO SER RAZOÁVEL E PROPORCIONAL A APLICAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA PELO JUÍZO A QUO NO VALOR DE R$3.000,00(TRÊS MIL REAIS), VISTO QUE ATENDE ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO, CONSIDERANDO A NATUREZA DA CONDUTA E AS CONSEQUÊNCIAS DO ATO, ALÉM DE ESTAR DENTRO DO LIMITE COMUMENTE APLICADO EM PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA. 6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200354-71.2023.8.06.0073, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Diego de Carvalho Rodrigues (OAB: 19646/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200507-40.2022.8.06.0041/50000 - Embargos de Declaração Cível - Aurora - Embargante: Banco Daycoval S/A - Embargada: Francisca Francilda Pinto Batista - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE. REPETIÇÃO DE INDÉBITO FIXADA EM CONFORMIDADE COM A MODULAÇÃO DOS EFEITOS PELO STJ. EARESP N. 676.608 RS. RECURSO REPETITIVO. FIXAÇÃO DA DATA DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA RELATIVO AOS DANOS MORAIS. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA EXTRAPATRIMONIAL. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 54 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E REFORMOU INTEGRALMENTE A SENTENÇA, DECLARANDO A INVALIDADE DO CONTRATO OBJETO DA LIDE E A INEXISTÊNCIA DOS DÉBITOS REFERENTES AO MESMO; CONDENANDO O RÉU A RESTITUIR AS PARCELAS DESCONTADAS ATÉ 30 MARÇO DE 2021 NA FORMA SIMPLES, E EM DOBRO AS PARCELAS DESCONTADAS APÓS MARÇO DE 2021; CONDENANDO O RÉU, AINDA, AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS, A SER CORRIGIDO MONETARIAMENTE PELO INPC A CONTAR DO ARBITRAMENTO E ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS, DESDE O EVENTO DANOSO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR SE O ACÓRDÃO EMBARGADO TERIA SIDO OBSCURO QUANTO CONDENAÇÃO À REPETIÇÃO DE DÉBITO EM DOBRO, SOB O ARGUMENTO DE QUE O ART. 42 DO CDC SERIA INAPLICÁVEL AO CASO DOS AUTOS, POIS EM MOMENTO ALGUM TERIA SIDO COMPROVADA A MÁ-FÉ DO BANCO PROMOVIDO; BEM COMO SE TERIA SIDO OBSCURO QUANTO A FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS RELATIVOS À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS A PARTIR DO EVENTO DANOSO, QUANDO TERIA QUE TER SIDO FIXADO A PARTIR DO ARBITRAMENTO, UMA VEZ QUE A SITUAÇÃO DOS AUTOS EXIGIRIA A APLICAÇÃO DA SÚMULA 362 DO STJ E NÃO DA SÚMULA 54.III. RAZÕES DE DECIDIR3. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS ESTRITOS TERMOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO CABÍVEIS CONTRA QUALQUER DECISÃO QUE CONTENHA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.4. O EMBARGANTE ALEGA, PRIMEIRAMENTE, QUE O ACÓRDÃO TERIA SIDO OBSCURO QUANTO A CONDENAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA À REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO, SOB O ARGUMENTO DE QUE EM MOMENTO ALGUM TERIA SIDO COMPROVADA A MÁ-FÉ DO BANCO PROMOVIDO E QUE O ART. 42 DO CDC NÃO SE APLICARIA AO CASO DOS AUTOS. ENTRETANTO, DA ANÁLISE DO ACÓRDÃO EMBARGADO VERIFICO QUE INEXISTE QUALQUER OBSCURIDADE A SER ESCLARECIDA, POIS A MATÉRIA RELEVANTE PARA A RESOLUÇÃO DO CASO FOI DEVIDAMENTE PONDERADA, AO DETERMINAR QUE A RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS ATÉ 30 MARÇO DE 2021 DEVE OCORRER NA FORMA SIMPLES, E EM DOBRO A DAS PARCELAS DESCONTADAS APÓS MARÇO DE 2021, ACASO EXISTENTE, EM ESTRITA CONSONÂNCIA A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP N. 676.608/RS PELO STJ, SEGUNDO O QUAL, O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA FOI REFORMULADO DE MODO A RECONHECER O DIREITO À RESTITUIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO, EM APLICAÇÃO AO ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO DO CDC, EM RELAÇÃO À COBRANÇA INDEVIDA DE VALORES REFERENTES A SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS, INDEPENDENTEMENTE DA DEMONSTRAÇÃO DE MÁ-FÉ DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, POIS AS COBRANÇAS INDEVIDAS DESTA NATUREZA CONSTITUI CONDUTA CONTRÁRIA À BOA-FÉ OBJETIVA EM SI MESMA.5. DA MESMA FORMA, NÃO EXISTE QUALQUER OBSCURIDADE A SER ESCLARECIDA EM RELAÇÃO À DATA DE INÍCIO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS SOBRE

O VALOR ARBITRADO PARA COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS, UMA VEZ QUE A SÚMULA 362 DO STJ SE REFERE AO TEMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E NÃO DE JUROS DE MORA, DE MODO QUE NÃO HÁ QUALQUER INCOMPATIBILIDADE DA APLICAÇÃO SIMULTÂNEA DAS SÚMULAS 362 E 54 DO STJ. NESSE CONTEXTO, AS DISPOSIÇÕES DO ACÓRDÃO ESTÃO EM PERFEITA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELAS REFERIDAS SÚMULAS, POIS A OBRIGAÇÃO DE PAGAR INDENIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS FOI DECORRENTE DA COBRANÇA INDEVIDA ORIUNDA DA INEXISTÊNCIA DE CONTRATO VÁLIDO E QUE, POR SE TRATAR DE OBRIGAÇÃO DE NATUREZA EXTRACONTRATUAL, DEVE SER OBSERVADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 54 DO STJ, SEGUNDO A QUAL OS JUROS MORATÓRIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO E A INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE OCORRER A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ). LOGO, NÃO HÁ QUALQUER OBSCURIDADE A SER ESCLARECIDA.6. VERIFICO, ASSIM, QUE O OBJETIVO DOS ACLARATÓRIOS EM QUESTÃO É, NA VERDADE, REDISCUTIR A MATÉRIA DE MÉRITO PARA ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO, COM FUNDAMENTO EM ASPECTOS FÁTICOS E JURÍDICOS DO MÉRITO, O QUAL JÁ FOI AMPLAMENTE ANALISADO E DECIDIDO NO ACÓRDÃO, O QUE NÃO É POSSÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NESSE SENTIDO, É CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO A INADEQUAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO.7. EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA TAMBÉM CONSOLIDOU SEU POSICIONAMENTO SOBRE A MATÉRIA ATRAVÉS DO ENUNCIADO DA SÚMULA N° 18 DO TJCE, SEGUNDO O QUAL OS ACLARATÓRIOS QUE TÊM POR INTUITO A REDISCUSSÃO DO MÉRITO DEVEM SER REJEITADOS.IV. DISPOSITIVO E TESE8. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE. 2. REPETIÇÃO DE INDÉBITO FIXADA EM CONFORMIDADE COM A MODULAÇÃO DOS EFEITOS PELO STJ NO JULGAMENTO DO EARESP N. 676.608/RS. 3. FIXAÇÃO DA DATA DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA RELATIVO AOS DANOS MORAIS A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CONFORMIDADE COM A SÚMULA 54 DO STJ._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ART. 1.022, CPC; ART. 42, P.U., CDC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: (STJ, EARESP 676.608/RS, REL. MINISTRO OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, J. 21/10/2020, DJE. 30/03/2021); SÚMULAS 54 E 362 DO STJ; (STJ, EDCL NO AGRG NO AG: 1429542 SC 2011/0297090-6, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, J. 16/06/2015, SEGUNDA TURMA, DJE. 05/08/2015); SÚMULA 18 DO TJCE.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Thanara Paulino de Almeida (OAB: 30081/CE)

Nº 0200823-83.2023.8.06.0052/50000 - Embargos de Declaração Cível - Brejo Santo - Embargante: Genilda da Silva Pereira Gomes - Embargado: Banco Bradesco S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C PEDIDOS INDENIZATÓRIOS. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. RECURSO FUNDAMENTADO EM ASPECTOS FÁTICOS E JURÍDICOS DO MÉRITO DA APELAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRADOS POR EQUIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. CUIDA-SE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS INTERPOSTOS POR GENILDA DA SILVA PEREIRA GOMES, EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA E. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO (FLS. 171/181), QUE REFORMOU A SENTENÇA PRIMEVA, PARA JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O EMBARGANTE DISCUTE O QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS E SUA ADEQUAÇÃO AO CASO CONCRETO E O VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. COM RELAÇÃO AO DANO MORAL ARBITRADO, A QUESTÃO FORA DEVIDAMENTE ANALISADA NOS AUTOS, DE MODO QUE O PRESENTE RECURSO DECORRE DE MERO INCONFORMISMO DA PARTE EMBARGANTE.4. QUANTO OS HONORÁRIOS, ASSISTE PARCIAL RAZÃO À RECORRENTE. DE ANÁLISE, VERIFICA-SE QUE, EM QUE PESE O PROVEITO ECONÔMICO NA PRESENTE AÇÃO NÃO TENHA SIDO IRRISÓRIO, OS HONORÁRIOS DECORRENTES DESTE O SÃO, TOTALIZANDO POUCO MAIS QUE R$ 100,00 (CEM REAIS). TAL VALOR É INCOMPATÍVEL COM A O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO, BEM COMO A DIGNIDADE DA ADVOCACIA. 5. DESSE MODO, LEVANDO-SE EM CONTA O VALOR IRRISÓRIO DA CONDENAÇÃO, É RAZOÁVEL A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS DE FORMA EQUITATIVA NO VALOR DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS) EM FAVOR DO CAUSÍDICO DA PARTE AUTORA, NOS TERMOS DO ART. 85, § 8º DO CPC, LEVANDO EM CONTA A DIFICULDADE DO TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO DA PARTE VENCEDORA E A COMPLEXIDADE DA CAUSA E EM CONFORMIDADE COM OS VALORES ARBITRADOS POR ESTA CORTE.6. DESTACA-SE QUE NÃO SE OLVIDA QUE À DATA DE PROLAÇÃO DO ACÓRDÃO, JÁ ESTAVA EM VIGOR A NOVA REDAÇÃO DO ART. 85, § 8º-A, DO CPC, INTRODUZIDA PELA LEI Nº 14.365/22. CONFORME ESSE DISPOSITIVO, PARA A FIXAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, O JUIZ DEVE SEGUIR OS VALORES RECOMENDADOS PELO CONSELHO SECCIONAL DA OAB OU O LIMITE MÍNIMO DE 10% ESTABELECIDO NO §2º DO MESMO ARTIGO, APLICANDO-SE O MAIOR VALOR. 7. TODAVIA, O JUIZ NÃO ESTÁ COMPELIDO A SEGUIR A TABELA DE HONORÁRIOS DA OAB PARA ARBITRAR OS VALORES DE SUCUMBÊNCIA. DESTARTE, O ARTIGO 85, § 8-A, DO CPC, DEVE SER INTERPRETADO CONSOANTE O PRINCÍPIO DE LIVRE CONVENCIMENTO FUNDAMENTADO, PREVISTO NO ART. 131 DO CPC. PRECEDENTE DO STF.IV. DISPOSITIVO5. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, TÃO SOMENTE PARA ARBITRAR OS HONORÁRIOS DE FORMA EQUITATIVA, NO MONTANTE DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), CONFORME ART. 85, §8, DO CPC.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO ACLARATÓRIO Nº 0200823-83.2023.8.06.0052/50000 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE) - Cicero Augusto Pereira Bezerra (OAB: 48681/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200823-83.2023.8.06.0052/50001 - Embargos de Declaração Cível - Brejo Santo - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargado: Genilda da Silva Pereira Gomes - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C PEDIDOS INDENIZATÓRIOS. DANOS MATERIAIS. EARESP N. 676.608/RS. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E

OBSCURIDADE. RECURSO FUNDAMENTADO EM ASPECTOS FÁTICOS E JURÍDICOS DO MÉRITO DA APELAÇÃO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO ACLARATÓRIO INTERPOSTO POR BANCO BRADESCO S/A, EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA E. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, EM (FLS. 171/181), QUE REFORMOU A SENTENÇA A QUO, JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A DEMANDA A VERIFICAR A NECESSIDADE DE FAZER CONSTAR QUE A RESTITUIÇÃO EM DOBRO SEM COMPROVAÇÃO ESPECÍFICA DA MÁ-FÉ SE DARÁ APENAS PARA DESCONTOS OCORRIDOS A PARTIR DE 04/2021, NOS TERMOS FIXADOS NO EARESP Nº 676.608/RS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. NO CASO DOS AUTOS, CONFORME DELIMITADO NA DECISÃO, O ÚNICO DESCONTO REALIZADO OCORREU EM MAIO DE 2022, DATA POSTERIOR AO JULGADO DO PARADIGMA. PORTANTO, DESNECESSÁRIA A ALTERAÇÃO PLEITEADA.IV. DISPOSITIVO4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS DE Nº 0200823-83.2023.8.06.0052/50001, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE) - Cicero Augusto Pereira Bezerra (OAB: 48681/CE)

Nº 0201022-08.2023.8.06.0052 - Apelação Cível - Brejo Santo - Apelante: Manoel Sebastião de Sousa - Apelado: Banco Pan S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C PEDIDO DE CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS NO BENEFÍCIO DA PARTE AUTORA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO COMPROVADA. CONTRATO VÁLIDO E REGULAR. REALIZAÇÃO DE COMPRAS PELO AUTOR. REGULARIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. DESCONTOS DEVIDOS. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. CONDUTA LÍCITA. INEXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO CIVIL. DANOS MATERIAL E MORAL NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I. DO CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL, INTERPOSTO POR MANOEL SEBASTIÃO DE SOUSA, EM FACE DE BANCO PAN S/A, CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU O FEITO IMPROCEDENTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. O CERNE DA LIDE RESIDE NA ANÁLISE DA ALEGADA INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, DA ILEGALIDADE DOS DESCONTOS EFETUADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, DA EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DA PARTE PROMOVIDA PELOS EVENTUAIS DANOS MATERIAIS E MORAIS CAUSADOS. III. RAZÕES DE DECIDIR:3. DA ANÁLISE DO CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA COMPROVOU A EXISTÊNCIA DOS DESCONTOS REALIZADOS EM SUA CONTA PELO BANCO PROMOVIDO, EM RAZÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. 4. POR SEU TURNO, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PROMOVIDA OBTEVE ÊXITO EM COMPROVAR A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO (FLS. 123/158, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO), FIRMADO POR MEIO ELETRÔNICO, ATINENTE AO CONTRATO IMPUGNADO, CONSTANDO A ASSINATURA ELETRÔNICA DA PARTE DEMANDANTE, SUA FOTOGRAFIA E DEMAIS DADOS ASSECURATÓRIOS DE AUTENTICIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO (DATA/HORA, GEOLOCALIZAÇÃO) E, POR FIM, TENDO DEMONSTRADO A UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO PELO AUTOR (FLS. 102/122).5. MOSTROU-SE, PORTANTO, ACERTADA A SENTENÇA DE PISO QUE, AO SOPESAR O CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONSIDEROU QUE A PARTE PROMOVIDA SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DA PARTE AUTORA, NA FORMA DO ART. 373, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONSIDERANDO QUE AS PROVAS DOCUMENTAIS APRESENTADAS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA SÃO APTAS A EVIDENCIAR A EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA CONTRATUAL ENTRE AS PARTES E A LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.6. PORTANTO, É LÍCITA A CONDUTA DO BANCO PROMOVIDO QUE EFETUA AS COBRANÇAS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, NO ESTRITO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. 7. NÃO PROSPERA, POIS, A PRETENSÃO RECURSAL DE VER RECONHECIDA A EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE REPARAR DANOS MATERIAIS E MORAIS, UMA VEZ QUE A CONDUTA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RECORRIDA É CALCADA NA LEGITIMIDADE E LICITUDE DA COBRANÇA, AO PASSO QUE É DEVER DA CONTRATANTE A QUITAÇÃO DO DÉBITO.III. DISPOSITIVO8. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.9. MAJORO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 12% (DOZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, EM FAVOR DO ADVOGADO DA PARTE RECORRIDA, OBSERVADO O LIMITE DO PERCENTUAL PREVISTO NO ART. 85, §2º, DO CPC. NO ENTANTO, MANTENDO A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE EM RAZÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, NOS TERMOS DO ART. 98, §3 DO CPC. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0201022-08.2023.8.06.0052 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Júnior Sousa Aguiar (OAB: 38185/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE)

Nº 0201540-96.2023.8.06.0084/50000 - Embargos de Declaração Cível - Guaraciaba do Norte - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargado: José da Silva Ribeiro - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECONHECIDA A OMISSÃO QUANTO A FIXAÇÃO DA DATA DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA RELATIVOS AOS DANOS MORAIS. OBRIGAÇÃO DE NATUREZA EXTRAPATRIMONIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO. SÚMULA 362 DO STJ. JUROS MORATÓRIOS DE UM POR CENTO AO MÊS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA SUPRIR A OMISSÃO.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO AUTOR, REFORMANDO A SENTENÇA PARA CONDENAR O RÉU A RESTITUIR AS PARCELAS DESCONTADAS ATÉ 30 MARÇO DE 2021 NA FORMA SIMPLES, E EM DOBRO AS PARCELAS DESCONTADAS APÓS MARÇO DE 2021; BEM COMO A PAGAR UMA INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR SE O ACÓRDÃO EMBARGADO TERIA SIDO OMISSÃO QUANTO A FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA RELATIVOS À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS ESTRITOS TERMOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO CABÍVEIS

CONTRA QUALQUER DECISÃO QUE CONTENHA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.4. DA ANÁLISE DO ACÓRDÃO EMBARGADO, VERIFICO QUE, DE FATO, HOUVE REFORMA DA SENTENÇA PARA CONDENAR A PARTE PROMOVIDA A PAGAR INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS, MAS NADA DISPÔS SOBRE O TERMO INICIAL DA INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA SOBRE A REFERIDA CONDENAÇÃO, RAZÃO PELA QUAL RECONHEÇO A EXISTÊNCIA DE OMISSÃO A SER SUPRIDA.5. EM RELAÇÃO À OBRIGAÇÃO DE PAGAR INDENIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DA COBRANÇA INDEVIDA ORIUNDA DA INEXISTÊNCIA DE CONTRATO, NÃO HÁ QUALQUER DÚVIDA QUANTO À SUA NATUREZA DE OBRIGAÇÃO EXTRACONTRATUAL, MOTIVO PELO QUAL, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ, DEVE SER OBSERVADA A INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA, COM BASE NO INPC, A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ) E JUROS MORATÓRIOS À RAZÃO DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, A PARTIR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ).6. DESTACO QUE O DISPOSTO NO ARTIGO 407 DO CÓDIGO CIVIL É INAPLICÁVEL À HIPÓTESE EM QUESTÃO, POIS, ALÉM DE SE REFERIR AO INADIMPLEMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, NÃO TRATA DA FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS, MAS APENAS ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DO SEU PAGAMENTO, AINDA QUE NÃO SE ALEGUE O PREJUÍZO. DESSE MODO, À OBRIGAÇÃO DE PAGAR INDENIZAÇÃO PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS DECORRENTE DA COBRANÇA INDEVIDA ORIUNDA DA INEXISTÊNCIA DE CONTRATO VÁLIDO, POR SE TRATAR DE OBRIGAÇÃO DE NATUREZA EXTRACONTRATUAL, DEVE SER OBSERVADA A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 54 DO STJ, SEGUNDO A QUAL OS JUROS MORATÓRIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO.7. ASSIM, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO MERECEM PROVIMENTO QUANTO AO RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DA OMISSÃO, QUE DEVE SER SUPRIDA COM A FIXAÇÃO, EM RELAÇÃO À INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS, DA INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ) E JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54 DO STJ).IV. DISPOSITIVO E TESE8. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. FIXAÇÃO DA DATA DE INCIDÊNCIA DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS DE MORA RELATIVOS AOS DANOS MORAIS. 2. INCIDÊNCIA DAS SÚMULA 54 E 362 DO STJ. 3. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO. 4. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ART. 1.022, CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: SÚMULAS 54 E 362 DO STJ.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Gustavo Catunda Pires (OAB: 48845/CE)

Nº 0202110-11.2024.8.06.0064/50000 - Embargos de Declaração Cível - Caucaia - Embargante: F. W. da S. M. - Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO. PERSONALIDADE DO ADOLESCENTE. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE OUTRAS INFRAÇÕES GRAVES. ATO INFRACIONAL PRATICADO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA A PESSOA. DESCUMPRIMENTO REITERADO E INJUSTIFICÁVEL DE MEDIDA ANTERIORMENTE IMPOSTA. MATÉRIA DEVIDAMENTE PONDERADA. TESE DEFENSIVA INSUFICIENTE PARA AFASTAR A APLICAÇÃO EXCEPCIONAL DA MEDIDA DE SEMILIBERDADE. PRETENSÃO DE REANÁLISE DE PROVAS. INCONFORMIDADE COM O RESULTADO DO JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO EMBARGANTE E MANTEVE A SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO EM DESFAVOR DO ADOLESCENTE E IMPÔS A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR SE ACÓRDÃO EMBARGADO TERIA SIDO OMISSO QUANTO A APRECIAÇÃO DAS TESES DEFENSIVAS DE EXCEPCIONALIDADE DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE LIBERDADE E DE QUE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO ADMITEM A APLICAÇÃO DE LIBERDADE ASSISTIDA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS ESTRITOS TERMOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO CABÍVEIS CONTRA QUALQUER DECISÃO QUE CONTENHA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.4. O EMBARGANTE ALEGA TER HAVIDO OMISSÃO DO ACÓRDÃO QUANTO A APRECIAÇÃO DA TESE DEFENSIVA DE EXCEPCIONALIDADE DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DE LIBERDADE, DE INTERNAÇÃO E DE SEMILIBERDADE, SOB O ARGUMENTO DE QUE ELAS SÓ PODERIAM SER APLICADAS QUANDO NENHUMA OUTRA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA MENOS GRAVOSA NÃO SE MOSTRAR MAIS ADEQUADA À PLENA RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE INFRATOR, CONFORME OS ARTS. 121 E 122, § 2º, DO ECA. CONTUDO, DA ANÁLISE DO ACÓRDÃO EMBARGADO, VERIFICO QUE INEXISTE OMISSÃO A SER SUPRIDA, POIS A MATÉRIA RELEVANTE E IMPRESCINDÍVEL PARA A RESOLUÇÃO DO CASO FOI DEVIDAMENTE PONDERADA, DE FORMA CLARA E INEQUÍVOCA, AO DISPOR QUE A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE IMPÔS A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE SE DEU, EXATAMENTE, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA AUTORIZADORAS DA APLICAÇÃO EXCEPCIONAL DA MEDIDA RESTRITIVA DE LIBERDADE, PREVISTAS NO ART. 122, I, II E III DO ECA, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO A PERSONALIDADE DO ADOLESCENTE, QUE COMETEU O ATO INFRACIONAL POR REITERAÇÃO DE INFRAÇÕES GRAVES ANÁLOGAS AOS CRIMES DE ROUBO, MEDIANTE GRAVE AMEAÇA E EM DESCUMPRIMENTO INJUSTIFICÁVEL DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA ANTERIORMENTE IMPOSTA.5. VERIFICO, ASSIM, QUE O OBJETIVO DOS ACLARATÓRIOS EM QUESTÃO É, NA VERDADE, REDISCUTIR A MATÉRIA DE MÉRITO PARA ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIXADO NO JULGAMENTO, COM FUNDAMENTO EM ASPECTOS FÁTICOS E JURÍDICOS DO MÉRITO, O QUAL JÁ FOI AMPLAMENTE ANALISADO E DECIDIDO NO ACÓRDÃO, O QUE NÃO É POSSÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NESSE SENTIDO, É CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO A INADEQUAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO.6. DESTACO QUE INEXISTE OMISSÃO PELO SIMPLES FATO DE A FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA UTILIZADA PELA DECISÃO NÃO SER A PRETENDIDA PELA PARTE VENCIDA, POIS, O JULGADOR NÃO ESTÁ ADSTRITO AOS ARGUMENTOS, NOMES JURÍDICOS E ARTIGOS DE LEI INDICADOS PELAS PARTES, NEM OBRIGADO A REBATER, UM A UM, TODOS OS ARGUMENTOS TRAZIDOS PELAS PARTES EM DEFESA DA TESE QUE APRESENTARAM. “DEVE APENAS ENFRENTAR A DEMANDA, OBSERVANDO AS QUESTÕES RELEVANTES E IMPRESCINDÍVEIS À SUA RESOLUÇÃO” (STJ, AGINT NOS EDCL NO RESP 1701974/AM, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, J. 23/08/2018, DJE. 16/11/2018).IV. DISPOSITIVO E TESE7. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. TESE DE JULGAMENTO: 1. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE ROUBO. 2. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES GRAVES. 3. ATO INFRACIONAL PRATICADO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU VIOLÊNCIA A PESSOA.

4. DESCUMPRIMENTO REITERADO E INJUSTIFICÁVEL DE MEDIDA ANTERIORMENTE IMPOSTA. 5. CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS QUE AUTORIZAM A APLICAÇÃO DE MEDIDA DE SEMILIBERDADE._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ART. 1.022 DO CPC; ARTS. 121 E 122, I, II E III DO ECA.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: (STJ, EDCL NO AGRG NO AG: 1429542 SC 2011/0297090-6, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, J. 16/06/2015, DJE. 05/08/2015); (STJ, AGINT NOS EDCL NO RESP 1701974/AM, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, J. 23/08/2018, DJE. 16/11/2018).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR. FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202526-92.2023.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: E. P. de A. F. - Apelado: E. P. de A. N., R. N. A. P. G. K. K. S. L. - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. REVISIONAL DE ALIMENTOS. APELAÇÃO CÍVEL. ALEGADA IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA DE ARCAR COM MONTANTE JÁ ESTABELECIDO. NÃO COMPROVAÇÃO DE SITUAÇÃO QUE JUSTIFIQUE A REDUÇÃO DO VALOR DA VERBA ALIMENTÍCIA FIXADA EM ACORDO FIRMADO RECENTEMENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. DESCABIMENTO, DIANTE DO IMPROVIMENTO DA APELAÇÃO. MANUTENÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA EM FACE DE SENTENÇA QUE NOS AUTOS DA AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS COM PEDIDO CONTRAPOSTO, JULGOU OS PEDIDOS IMPROCEDENTES, MANTENDO-SE OS ALIMENTOS ANTERIORMENTE FIXADOS EM COMUM ACORDO PELAS PARTES, NO PERCENTUAL DE 20% DOS RENDIMENTOS DO APELANTE. O RECURSO TEM POR OBJETO A REFORMA DA SENTENÇA, PARA REDUÇÃO DOS ALIMENTOS PARA 1,7 SALÁRIOS-MÍNIMOS, DIANTE DA ALEGADA INSOLVÊNCIA DO AUTOR. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA A VERIFICAR SE ESTÃO PRESENTES OS REQUISITOS PARA DETERMINAR A REVISÃO DA VERBA ALIMENTÍCIA DEVIDA PELO APELANTE PARA O APELADO, DE 20% (VINTE POR CENTO) DE SEUS RENDIMENTOS PARA 1,7 SALÁRIOS MÍNIMOS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. OS ALIMENTOS SÃO PRESTAÇÕES IMPOSTAS POR LEI, COM A FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES BÁSICAS DAQUELE QUE NÃO POSSUI CAPACIDADE DE PROVER A SUA PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA, DEVENDO ABRANGER OS DIVERSOS ASPECTOS QUE ASSEGURAM UMA VIDA MINIMAMENTE DIGNA, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, MORADIA, EDUCAÇÃO, VESTIMENTAS E ASSISTÊNCIA À SAÚDE. 4. A ESTIPULAÇÃO DOS ALIMENTOS DEVE OBEDECER AO QUE DISPÕE O ART. 1.694, § 1º DO CÓDIGO CIVIL: O TRINÔMIO POSSIBILIDADE X NECESSIDADE X PROPORCIONALIDADE, A CARGO DE AMBOS OS GENITORES, DE FORMA A ADEQUAR AS NECESSIDADES DO ALIMENTANDO E CAPACIDADE FINANCEIRA DO(S) ALIMENTANTE(S). 5. NO CASO, O APELADO É MENOR DE IDADE, PORTANTO, SUAS NECESSIDADES SÃO PRESUMIDAS, PORQUANTO INCAPAZ DE PROVER O PRÓPRIO SUSTENTO. 6. VALOR DOS ALIMENTOS FOI FIXADO MEDIANTE ACORDO ENTRE AS PARTES, NO ANO DE 2022, PORTANTO, OS FATOS QUE PERMITIRIAM EVENTUAL REDUÇÃO DOS ALIMENTOS DEVEM SER POSTERIORES A ESTA DATA, TENDO EM VISTA QUE NÃO CONSTA NENHUM INDÍCIO MÍNIMO DE QUE O AUTOR DA AÇÃO FORA LUDIBRIADO PARA FIRMAR TAL ACORDO. 7. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE INSOLVÊNCIA. CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CONTRAÍDOS ANTES DA FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS E CUJAS PARCELAS VÃO REDUZINDO DE VALOR AO LONGO DOS MESES, INEXISTINDO QUALQUER PROVA DE QUE TAIS EMPRÉSTIMOS SÃO DESTINADOS AO CUSTEIO DE DÍVIDAS ORIUNDAS DO MATRIMÔNIO, ÔNUS QUE CABIA AO APELANTE, E TAIS QUESTÕES SÃO DECORRENTES DA PARTILHA DE BENS QUE NÃO FOI CONCRETIZADA QUANDO DO DIVÓRCIO. 8. APELANTE TAMBÉM AFIRMA QUE POSSUI GASTOS COM SUA SAÚDE, GERANDO GASTOS ROTINEIROS COM CONSULTAS PARTICULARES E REMÉDIOS, MAS TAMBÉM NÃO COMPROVA TAIS AFIRMAÇÕES. DIAGNÓSTICOS ANTERIORES À FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS CUSTOS. 9. CONFORME DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS ACOSTADA, APÓS OS DESCONTOS DA PENSÃO, SINDICATO, PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL E EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, AINDA RESTA QUANTIA CONSIDERÁVEL AO APELANTE, NÃO SENDO DEMONSTRADA INSOLVÊNCIA. 10. ÔNUS DA PROVA ACERCA DE EVENTUAL IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM A VERBA ALIMENTAR ESTIPULADA É DO ALIMENTANTE QUE PUGNA PELA REVISÃO DO VALOR FIXADO, SENDO NECESSÁRIO COMPROVAR A MODIFICAÇÃO NA SITUAÇÃO FINANCEIRA OU DIMINUIÇÃO DAS NECESSIDADES DO ALIMENTADO, O QUE NAO FOI CONCRETIZADO NO CASO. 11. QUANTIA ANTERIORMENTE FIXADA, MEDIANTE ACORDO ENTRE AS PARTES NO ANO DE 2022, AINDA SE MOSTRA JUSTA, RAZOÁVEL E ADEQUADA AS CIRCUNSTÂNCIAS EM CONCRETO, ATENDENDO-SE, PORTANTO, AO TRINÔMIO NORTEADOR DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR, NÃO RESTANDO COMPROVADA MODIFICAÇÃO DA CAPACIDADE DO ALIMENTANTE.12. ACERCA DO PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO, INCABÍVEL NA ESPÉCIE, CONSIDERANDO QUE OS PLEITOS DO APELO FORAM REJEITADOS. SENTENÇA PERMANECE PRODUZINDO SEUS EFEITOS IMEDIATAMENTE, CONFORME ART. 1.012, § 1º, II DO CPC.13. MANTENHO A SUCUMBÊNCIA FIXADA NA SENTENÇA, RESTANDO SUSPENSA A COBRANÇA, EM RAZÃO DA GRATUIDADE CONFERIDA. IV. DISPOSITIVO E TESE14. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. _____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS CF/1988: ART. 227; CC: ART. 1.694, CAPUT E § 1º; ART. 1.695.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0202526-92.2023.8.06.0167 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Fabrício Ponte Gomes (OAB: 27794/CE) - Lourrany Monte Muniz (OAB: 41467/CE) - Leidiane Josue da Silva (OAB: 45135/CE) - Mayara Kelly Sales Morais Sanders (OAB: 44614/CE)

Nº 0202630-55.2023.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil - SINAB - Apelado: Maria Geneceuda Vieira Marques - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIARIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CONTRATAÇÃO ONLINE. VIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE BIOMETRIA FACIAL E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIDADE. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. DESCABIMENTO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO EO DOBRO. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, EM QUE A PARTE AUTORA AFIRMA QUE FOI SURPREENDIDA COM DESCONTOS INDEVIDOS EM SEU BENEFÍCIO

PREVIDENCIÁRIO, NÃO RECONHECENDO RELAÇÃO JURÍDICA FIRMADA JUNTO AO SINDICATO RÉU, RAZÃO PELA QUAL PUGNA PELA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA, REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO E DANOS MORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR SE OS DESCONTOS REALIZADOS PELA APELANTE, NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE APELADA, A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, SÃO DEVIDOS OU NÃO, EM DECORRÊNCIA DA ADESÃO DA APELADA AO REGIME SINDICAL PROPOSTO PELA APELANTE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A RELAÇÃO DOS AUTOS SE CONFIGURA COMO RELAÇÃO DE CONSUMO, CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, E 3º, § 2º, AMBOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC), E PORTANTO, A ANÁLISE DA LIDE SERÁ FEITA SEGUINDO AS REGRAS CONSUMERISTAS. 4. APESAR DA AUTORA ALEGAR QUE OS DESCONTOS SÃO INDEVIDOS, POR NÃO TER FIRMADO RELAÇÃO JURÍDICA COM A PARTE APELANTE E ADERIDO AOS SERVIÇOS, O SINDICATO RÉU ACOSTOU EM SUA DEFESA, ÀS FLS. 98-107, INSTRUMENTO CONTRATUAL ASSINADO PELA PARTE AUTORA, MEDIANTE BIOMETRIA FACIAL E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, INCLUSIVE COM GEOLOCALIZADOR, FIRMADO EM MARÇO DE 2023.5. PARTE AUTORA NÃO IMPUGNOU A VALIDADE DE TAIS DOCUMENTOS, POSTO QUE NÃO APRESENTOU RÉPLICA À CONTESTAÇÃO, E AINDA, É POSSÍVEL CONSTATAR QUE O DOCUMENTO PESSOAL APRESENTADO NA INICIAL, FLS. 18, É O MESMO COLACIONADO PELA PARTE APELANTE, NAS FLS. 106-107, CORROBORANDO COM A LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO REALIZADA. 6. PRECEDENTES RECENTES DESTA CORTE QUE SE POSICIONAM PELA REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO FEITA MEDIANTE BIOMETRIA FÁCIL E DOCUMENTOS PESSOAIS.7. AINDA QUE NÃO HOUVESSE RELAÇÃO DE CONSUMO, PARTE APELANTE COMPROVOU QUE OS DESCONTOS FORAM FEITOS DE FORMA REGULAR, MEDIANTE PRÉVIA CONTRATAÇÃO, ATENDENDO AO ÔNUS QUE LHE CABIA, NA QUALIDADE DE RÉ, ATESTANDO FATO EXTINTIVO, IMPEDITIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO ALEGADO NA INICIAL, NOS TERMOS DO ART. 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.8. VÁLIDO O NEGÓCIO JURÍDICO FIRMADO, POIS AS PROVAS DOS AUTOS EVIDENCIAM QUE OS DESCONTOS REALIZADOS NO BENEFÍCIO DA PARTE AUTORA FORAM LÍCITOS, EM DECORRÊNCIA DE CONTRATO EXISTENTE E REGULARMENTE FIRMADO, RESTANDO AUSENTE QUALQUER ATO ILÍCITO PRATICADO POR PARTE DA APELANTE, QUE AGIU EM EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO, EM ESTRITO CUMPRIMENTO AOS TERMOS PACTUADOS.9. SENTENÇA DEVE SER REFORMADA INTEGRALMENTE, DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO, ANTE À REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E DOS DESCONTOS REALIZADOS, SENDO INVIÁVEL A CONDENAÇÃO DA PARTE APELANTE NA REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO, E EM DANOS MORAIS, PELOS MOTIVOS ACIMA ELENCADOS. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA, OBSERVADA A SUSPENSÃO DE SUA EXIGIBILIDADE, DIANTE DA GRATUIDADE CONCEDIDA.10. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.IV. DISPOSITIVO11. RECURSOS DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC: ART. 2º E ART. 3º. CC: ART. 186; ART. 927.JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0229049-23.2024.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 09/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/10/2024; TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0200450-73.2024.8.06.0066, REL. DESEMBARGADOR(A) CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 16/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/10/2024ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0202630-55.2023.8.06.0112 PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142/CE) - Maria Mattos Landim Sampaio (OAB: 41406/CE)

Nº 0204397-39.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: CNIP - Comércio Nacional de Iluminação Pública Ltda. - Apelado: Rafael Kaiser Vasconcelos Maciel - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PLEITO DE APLICAÇÃO DOS ENCARGOS CONTRATUAIS ATÉ O ADIMPLEMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. ENCARGOS CONTRATUAIS INCIDENTES ATÉ O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA. APÓS O AJUIZAMENTO INCIDE CORREÇÃO MONETÁRIA PELOS ÍNDICES OFICIAIS E JUROS DE MORA LEGAIS. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA AÇÃO MONITÓRIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. NO PRESENTE CASO, A PARTE APELANTE AJUIZOU AÇÃO MONITÓRIA PARA COBRANÇA DE DÉBITO VENCIDO E NÃO PAGO, APLICANDO-SE OS ACRÉSCIMOS CONTRATUAIS AO VALOR JÁ INDICADO NA PETIÇÃO INICIAL (PLANILHA ANEXA).2. O JUÍZO A QUO JULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO, CONVERTENDO O MANDADO INICIAL EM EXECUTIVO, CONDENANDO A PARTE APELADA AO PAGAMENTO DE R$ 98.469,00 (NOVENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS) E DETERMINANDO A INCIDÊNCIA DE JUROS DE 1% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA SEGUNDO O IPCA, A PARTIR DO VENCIMENTO DA DÍVIDA.3. A PARTE APELANTE INSURGE-SE ARGUMENTANDO QUE DEVEM SER APLICADOS OS CONSECTÁRIOS CONTRATUAIS. CONTUDO, NÃO ASSISTE RAZÃO AO APELO EM TELA. EXPLICO.4. DE INÍCIO, OPORTUNO ESCLARECER QUE A AÇÃO MONITÓRIA É PROCEDIMENTO ESPECIAL DO PROCESSO DE CONHECIMENTO, REGULADO NOS ART. 700 A 702 DO CPC (1.102-A, 1.102-B E 1.102-C, CPC -73), CUJA RAZÃO DE SER É CONCEDER AO CREDOR A OPORTUNIDADE DE, MUNIDO DE PROVA ESCRITA REPRESENTATIVA DE UM CRÉDITO, VALER-SE DE TUTELA JURISDICIONAL ABREVIADA PARA OBTER TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. FORMADO O TÍTULO JUDICIAL, SUA COBRANÇA SEGUIRÁ EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, PORQUE, NÃO OBSTANTE A MONITÓRIA SER PROCEDIMENTO ESPECIAL, AINDA É AÇÃO DE CONHECIMENTO.5. A PRIORI, CUMPRE INFORMAR QUE O VALOR APRESENTADO NA PEÇA INICIAL JÁ SE ENCONTRAVA ATUALIZADO COM A APLICAÇÃO DOS ENCARGOS CONTRATUAIS PACTUADOS. ADEMAIS, SABE-SE QUE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POSSUI ENTENDIMENTO DE QUE A DECISÃO QUE CONVERTE O MANDADO INICIAL EM MANDADO EXECUTIVO AO FINAL DA FASE DE CONHECIMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL:"A DECISÃO QUE CONSTITUI, DE PLENO DIREITO, O TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, CONVERTENDO O MANDADO INICIAL EM EXECUTIVO NÃO CONFERE EXECUTIVIDADE AO DOCUMENTO APRESENTADO NA INICIAL DA MONITÓRIA; AO REVÉS, ELA RECONHECE QUE É DEVIDA A OBRIGAÇÃO NELE SUBSCRITA E NA FORMA COM QUE FORA APRESENTADO NA INICIAL DA MONITÓRIA (QUANTUM), CONSTITUINDO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL" (RESP Nº 1120051/PA - REL. MIN. MASSAMI UYEDA - 3ª TURMA - DJE 14-09-2010).6. PORTANTO, NÃO SE TRATA DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NA RELAÇÃO JURÍDICA PRIVADA, POSTO QUE, CONFORME EXPLICADO ALHURES, O DOCUMENTO QUE EMBASA A MONITÓRIA NÃO POSSUI EFICÁCIA EXECUTIVA, QUE SÓ É OBTIDA AO FINAL DA FASE DE CONHECIMENTO COM A FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.7. POR ESTES MOTIVOS, OS ENCARGOS MORATÓRIOS APÓS FORMAÇÃO DO TÍTULO DEVEM SER APLICADOS CONFORME ESTABELECIDOS EM LEI, E NÃO MAIS AQUELES PREVISTOS NO CONTRATO. EM ARREMATE, NÃO SE DESCONHECE DO PRECEDENTE NO JULGAMENTO DO RESP

646.320/SP, QUE INDICOU QUE O TERMO FINAL PARA INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS CONTRATUAIS SE DÁ NA DATA DO EFETIVO PAGAMENTO DA DÍVIDA, NO ENTANTO, ESTE É APLICÁVEL EM EXECUÇÕES DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS, O QUE EVIDENTEMENTE NÃO É O CASO.8. DITO DE OUTRA FORMA, A DECISÃO QUE CONVERTE O MANDADO MONITÓRIO EM EXECUTIVO NÃO CONFERE EXECUTIVIDADE AO DOCUMENTO QUE DEU ORIGEM À AÇÃO MONITÓRIA. EXISTE, NA REALIDADE, A CONSTITUIÇÃO DE UM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL (SENTENÇA). É A MESMA SITUAÇÃO QUE OCORRE NA AÇÃO DE COBRANÇA.9. POR ESTA RAZÃO, CONCLUI-SE QUE OS ENCARGOS CONTRATUAIS INCIDEM SOMENTE ATÉ A DATA DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA, QUANDO, ENTÃO, PASSAM A INCIDIR OS ENCARGOS LEGAIS.10. INSTA ESCLARECER QUE O JULGADOR MONOCRÁTICO AGIU COM ACERTO, JÁ QUE NAS AÇÕES MONITÓRIAS OS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDEM DESDE O VENCIMENTO DA DÍVIDA, COM BASE NOS ARTIGOS 394 E 397 DO CÓDIGO CIVIL.11. NO PRESENTE CASO DOS AUTOS, A SENTENÇA RECORRIDA CONVERTEU A PROVA ESCRITA EM TÍTULO JUDICIAL COM BASE NÃO NO VALOR NOMINAL DO DÉBITO, MAS NO VALOR JÁ ATUALIZADO, SITUAÇÃO QUE AFASTA A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS CONSECTÁRIOS A PARTIR DO VENCIMENTO DE CADA PRESTAÇÃO, CONFORME OS PRECEDENTES DESTA CORTE, POIS COM ISSO OCORRERIA INCIDÊNCIA DE BIS IN IDEM, O QUE LEVARIA UMA DAS PARTES AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.12. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Francisco José de Castro Gomes Dias (OAB: 32559/CE)

Nº 0207527-13.2022.8.06.0064 - Apelação Cível - Caucaia - Apelante: Heine Edvard Myklebust - Apelada: Maria Liliane Alves - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE. JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PARCELAMENTO DAS CUSTAS. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. OS ARGUMENTOS E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELO RECORRENTE NÃO PERMITEM ALTERAR O PRONUNCIAMENTO JUDICIAL APELADO EM RELAÇÃO AO INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA.2. A DESPEITO DA PRESUNÇÃO LEGAL DE HIPOSSUFICIÊNCIA DA PESSOA FÍSICA, EXISTEM ELEMENTOS QUE LEVAM CONCLUIR QUE A DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS NÃO SE MOSTROU INFUNDADA.3. É FATO QUE, NOS TERMOS DO ART. 98, CAPUT, DO CPC, A PESSOA ESTRANGEIRA RESIDENTE NO PAÍS POSSUI DIREITO À JUSTIÇA GRATUITA, MAS PARA TANTO DEVE PREENCHER OS REQUISITOS LEGAIS. 4. HAVENDO FUNDADA DÚVIDA ACERCA DAS ALEGAÇÕES DO APELANTE, MOSTRA-SE POSSÍVEL O NÃO ACOLHIMENTO DA BENESSE POSTULADA, NA FORMA DO ART. 99, §2º, DO CPC.5. O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, EM RESPEITO AO CONTRADITÓRIO, OPORTUNIZOU QUE O RECORRENTE RECOLHESSE AS CUSTAS (FL.45), PORÉM NÃO O FAZ, O QUE CULMINOU NA SENTENÇA EXTINTIVA. 6. PARA ASSEGURAR O ACESSO À JUSTIÇA, É POSSÍVEL A AUTORIZAÇÃO DO PARCELAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, CONFORME DISPÕE O ART. 98, §6º, DO CPC.7. À LUZ DA RESOLUÇÃO DE Nº 23/2019 DO ÓRGÃO ESPECIAL, QUE REGULAMENTA O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, VERIFICA-SE SER ADMISSÍVEL O PARCELAMENTO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS EM 6 PARCELAS IGUAIS, MENSAIS E SUCESSIVAS.8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EMVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0207527-13.2022.8.06.0064, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Daniel Sousa Paiva (OAB: 16205/CE)

Nº 0218228-62.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Francisco Jailson Silva Lopes - Apelado: Reserva Administradora de Consórcio Ltda. - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES E DANOS MORAIS. APELAÇÃO. CONTRATO DE CONSÓRCIO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. PROMESSA DE CONTEMPLAÇÃO IMEDIATA. NÃO COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DE CONTEMPLAÇÃO EXPRESSA. DESISTÊNCIA CONTRATUAL. PENALIDADES DECORRENTES DE UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE DA IMEDIATA RESTITUIÇÃO DE VALORES. RESTITUIÇÃO DOS VALORES PAGOS APÓS ENCERRAMENTO DO GRUPO. CONTRATO DE CONSÓRCIO VÁLIDO E REGULAR. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO OU CLÁUSULA ABUSIVA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. A PARTE AUTORA/APELANTE MANEJOU A PRESENTE AÇÃO PLEITEANDO A RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO, COM A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DE TODOS OS VALORES PAGOS, BEM COMO INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O CERNE DA QUESTÃO RESIDE NA LEGALIDADE DO CONTRATO DE CONSÓRCIO FIRMADO ENTRE AS PARTES E SE HOUVE ATO ILÍCITO, CLÁUSULA ABUSIVA, OU INDUÇÃO A ERRO DO CONTRATANTE. NO CASO EM APREÇO, O APELANTE BUSCAVA COMPRAR UM VEÍCULO QUANDO FIRMOU CONTRATO DE CONSÓRCIO, PROCEDENDO O PAGAMENTO DE SINAL NO MONTANTE DE R$ 4.880,48, PORÉM, ALEGA QUE DESCONHECIA O SISTEMA DE CONSÓRCIO E ENTENDEU QUE RECEBERIA O VEÍCULO APÓS O PAGAMENTO DO SINAL, O QUE NÃO OCORREU.III. RAZÕES DE DECIDIR3. NO REFERENTE AO VALOR DA CAUSA, TRATANDO-SE DE AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/ RESTITUIÇÃO DE VALORES, O VALOR SERÁ O MONTANTE DAS PARCELAS ATÉ ENTÃO PAGAS, AS QUAIS SE PRETENDE A RESTITUIÇÃO, QUE É R$ 15.540,80 (QUINZE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E OITENTA CENTAVOS).4. QUANTO À REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO, A PRIORI, DESTACA-SE QUE NÃO HÁ DE SE FALAR NA OCORRÊNCIA DE INDUÇÃO A ERRO DO CONSUMIDOR, ORA APELANTE, ISSO PORQUE, COMPULSANDO OS AUTOS, NÃO HÁ COMPROVAÇÃO MÍNIMA DE QUE O FUNCIONÁRIO TERIA AFIRMADO QUE O CLIENTE RECEBERIA O CARRO DE IMEDIATO, ADEMAIS, O CONTRATO EXPLICA COMO FUNCIONA O SISTEMA DE CONSORCIO, E COMO SE DARIA A POSSÍVEL CONTEMPLAÇÃO DO VEÍCULO.5. ADEMAIS, NO INSTRUMENTO PACTUADO ENTRE AS PARTES, ESPECIFICAMENTE À FL. 22, CONSTA QUE A CONTEMPLAÇÃO NÃO OCORRERIA A

TEMPO CERTO, O QUAL PREVÊ EXPRESSAMENTE E ISOLADAMENTE AS DECLARAÇÕES DO CONTRATANTE DE QUE: "A CONTEMPLAÇÃO OCORRERA SOMENTE POR SORTEIO OU LANCE, CONFORME CLÁUSULA CONTRATUAL DEFINIDA EM MEU REGULAMENTO. DOU CIÊNCIA E FÉ, TANTO CIVIL QUANTO CRIMINALMENTE, QUE NÃO RECEBI QUALQUER PROMESSA DE CONTEMPLAÇÃO IMEDIATA OU COM DATA PRÉ-FIXADA; COM ALGUM DETERMINADO VALOR DE LANCE, OU ALGUMA VANTAGEM EXTRA DADA POR OUTREM, E QUE TODAS AS INFORMAÇÕES POR MIM PRESTADAS, TANTO ESCRITO QUANTO VERBAL SÃO VERDADEIRAS ASSUMINDO, DE LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE FODAS OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DESTES CONTRATO E REGULAMENTO".6. NO MAIS, É CEDIÇO QUE O CONSÓRCIO É UM CONTRATO DE RISCO QUE A CONTEMPLAÇÃO NÃO OCORRE A TEMPO CERTO, VISTO QUE DEPENDE DE SORTEIO OU LANCE. O ART. 22 DA LEI Nº 11.795/2007 TAMBÉM PREVÊ QUE, EM CASO DE EXCLUSÃO DE CONSORCIADO, OS VALORES PAGOS DEVERÃO SER RESTITUÍDOS EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO OU ANTES, NO CASO DE CONTEMPLAÇÃO DE SUA COTA EM SORTEIO, O QUE AFASTA A PRETENSÃO DE IMEDIATA RESTITUIÇÃO DE VALORES.7. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA JÁ FIRMOU ENTENDIMENTO, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO (TEMA 312), NO SENTIDO DE QUE "É DEVIDA A RESTITUIÇÃO DE VALORES VERTIDOS POR CONSORCIADO DESISTENTE AO GRUPO DE CONSÓRCIO, MAS NÃO DE IMEDIATO, E SIM EM ATÉ TRINTA DIAS A CONTAR DO PRAZO PREVISTO CONTRATUALMENTE PARA O ENCERRAMENTO DO PLANO."8. DESSE MODO, NÃO HÁ COMO PREVALECER A FORMA DE RESTITUIÇÃO IMEDIATA, COMO PLEITEIA O RECORRENTE, MOTIVO PELA QUAL, A RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO PELO DESISTENTE SERÁ FEITA SOMENTE NA OPORTUNIDADE DA CONTEMPLAÇÃO DA SUA COTA, OU, EVENTUALMENTE, AO FINAL DO GRUPO.9. NÃO HÁ QUE SE FALAR NA POSSIBILIDADE DE RESCISÃO DO CONTRATO SEM CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS, ASSIM COMO NÃO RESTOU CONFIGURADO O DANO MORAL.10. FINALMENTE, AUSENTE CONDUTA ILÍCITA DO CONTRATANTE, DESCABE FALAR EM INCIDÊNCIA DE DANO MORAL.IV. DISPOSITIVO11. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.12. EM RAZÃO DO DESPROVIMENTO DO RECURSO, MAJORO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBÊNCIAS PARA 12% (DOZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 85, §§ 2 E 11, DO CPC. NO ENTANTO, MANTENDO A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE EM RAZÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA DEFERIDA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, CONFORME ART. 98, DO CPC.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0218228-62.2021.8.06.0001 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Eduardo Barreto Perdigao Filho (OAB: 18783/CE) - Daniela Nalio Sigliano (OAB: 184063/SP)

Nº 0220825-04.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: R. V. L. - Apelada: B. K. de O. R. L. - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. PARTILHA DE BENS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA DA POSSE OU PROPRIEDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. A CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM SABER SE OS BENS ARROLADOS PELA PARTE RECORRIDA NA AÇÃO DE DIVÓRCIO DEVEM SER PARTILHADOS.2. OS BENS E DIREITOS COM INDISCUTÍVEL EXPRESSÃO ECONÔMICA ADQUIRIDOS PELOS CÔNJUGES DURANTE A CONSTÂNCIA DA SOCIEDADE CONJUGAL SÃO PASSÍVEIS DE DIVISÃO, AINDA QUE NÃO ESTEJA COMPROVADA A PROPRIEDADE FORMAL SOBRE ELES, BASTANDO PARA TANTO AO MENOS O EXERCÍCIO DE DIREITO POSSESSÓRIO DESPIDO DE MÁ-FÉ.3. AS PARTES NÃO CUMPRIRAM SEUS RESPECTIVOS ÔNUS PROBATÓRIOS PARA FINS DE DEMONSTRAR A POSSIBILIDADE DE PARTILHA DOS OBJETOS ARROLADOS NO PROCESSO.4. O VEÍCULO VOLKSWAGEN FOX, ANO 2008, ESTÁ EM NOME DE TERCEIRO ESTRANHO AO PROCESSO, CONFORME DOCUMENTO DE FL.202. A MOTOCICLETA, OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (FL.203), NÃO SE ENCONTRA EM NOME DE NENHUM DOS EX-CONSORTES.5. É INCONTROVERSO NOS AUTOS QUE NENHUMA DAS PARTES POSSUI A PROPRIEDADE DOS IMÓVEIS CONSTANTES NOS ITENS "C" E "D", REMANESCENDO SABER, PORTANTO, SE EXISTE PROVA DO EXERCÍCIO DE DIREITO POSSESSÓRIO. 6. AS TESTEMUNHAS NÃO FORAM CLARAS QUANTO AO FATO DE O IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA TEOFREDO GOIANO Nº 69 ALTOS, CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS, FORTALEZA/CE TER SIDO ADQUIRIDO PELAS PARTES NA CONSTÂNCIA DA SOCIEDADE CONJUGAL.7. EM RELAÇÃO A CASA COM PONTO COMERCIAL E FRUTOS DE SEU ALUGUEL (PONTO COMERCIAL), SITUADA NA RUA TEOFREDO GOIANO, Nº 75, CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS, FORTALEZA/CE, CONSTAM APENAS REGISTROS FOTOGRÁFICOS E INFORMAÇÕES DE DECLARANTE, OS QUAIS SE AFIGURAM INSUFICIENTES PARA FORMULAR UM JUÍZO ACERCA DO DOMÍNIO OU POSSE EXERCIDO PELAS PARTES.8. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0220825-04.2021.8.06.0001, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Nathalia Roberto Goncalves (OAB: 31432/CE) - Bruna de Freitas Costa Santos (OAB: 39289/CE)

Nº 0222565-26.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Apelado: Kurt Eberle - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. FORNECIMENTO DE ÁGUA. FATURAS COM VALORES EXORBITANTES. VAZAMENTO NÃO EVIDENCIADO. REFATURAMENTO INCORRETO. DANOS MORAIS REDUZIDO. I. RAZÕES DE DECIDIR1. O VÍNCULO ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES É REGIDO PELAS NORMAS DA LEI CONSUMERISTA, POR SE TRATAR DE RELAÇÃO DE CONSUMO, UMA VEZ QUE O BANCO RÉU FIGURA NA CONDIÇÃO DE FORNECEDOR DE PRODUTOS E SERVIÇOS, AO PASSO QUE A PARTE AUTORA SE ADÉQUA À CONDIÇÃO DE CONSUMIDORA, PERFAZENDO-SE DESTINATÁRIA FINAL NA CADEIA DE CONSUMO, A TEOR DO QUE DISPÕEM OS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº 8.078/90.2. RESSALTE-SE QUE AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS OU AQUELAS CONSTITUÍDAS SOB QUALQUER OUTRA FORMA DE EMPREENDIMENTO, ESTÃO OBRIGADAS A FORNECER SERVIÇOS ADEQUADOS, EFICIENTES, SEGUROS E, QUANTO AOS ESSENCIAIS, CONTÍNUOS (ART. 3º, § 2º, E 22, DO CDC).3. CUIDA-SE, NA ORIGEM, DE AÇÃO ORDINÁRIA QUE CONTESTA DUAS COBRANÇAS NO VALOR DE R$ 9.515,38 (NOVE MIL, QUINHENTOS E QUINZE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS) E R$ 757,97 (SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), EMITIDAS PELA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ -

CAGECE, POR CONSIDERÁ-LAS EXORBITANTES, EM COMPARAÇÃO COM O HISTÓRICO DE CONSUMO DA UNIDADE EM QUESTÃO. 4. APÓS ANÁLISE MINUDENTE DOS AUTOS VERIFICA-SE QUE À FL. 93 HÁ INFORMAÇÃO DE QUE NÃO FORAM ENCONTRADOS VAZAMENTOS VISÍVEIS OU OCULTOS, BEM COMO SEM VAZAMENTO NO KIT CAVALETE LACRE 5752204. ADEMAIS, À FL. 94, CONSTA A INFORMAÇÃO DE QUE O CONSUMO MÉDIO DO CLIENTE É DE 10M³ E FOI FATURADO, NA COMPETÊNCIA DE 04/2022, O CONSUMO DE 229M³. NA MESMA FL. 94, HÁ A INFORMAÇÃO DE QUE AS FATURAS POSTERIORES, 05/2022 E 06/2022, FORAM FATURADAS COM VOLUMES ABAIXO DE 10M³, COM A SEGUINTE AFIRMAÇÃO: "VOLTOU A MÉDIA DO SEU CONSUMO ANTERIOR". CONSTA AINDA A SOLICITAÇÃO DO FATURAMENTO DA COMPETÊNCIA DE 04/2022 NO VALOR REFERENTE A 34M³, SENDO DUAS VEZES O CONSUMO PRESUMIDO, CONFORME REGRA DE VAZAMENTO OCULTO. ADEMAIS, VERIFICA-SE QUE À FL. 98, ESTÃO EXPOSTAS AS CONTAS DO CLIENTE QUE VARIAM ENTRE R$ 45,20 (QUARENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS) A R$ 48,20 (QUARENTA E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS). NOTA-SE QUE NO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO APELADO CONSTA QUE A FATURA DO MÊS 04/2022 FOI REFATURADA PARA O VALOR R$ 548,96 (QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS), VALOR ESTE QUE NÃO CONDIZ COM O CONSUMO MÉDIO DO CLIENTE. 5. NA DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA PELA PRÓPRIA APELANTE, FLS. 89/97, É EXPRESSO QUE NÃO HÁ VAZAMENTOS OCULTOS E O REFATURAMENTO DO CONSUMO DE 04/2022 FOI REALIZADO EM 34M³, SOB O ARGUMENTO DA PRESENÇA DE VAZAMENTO OCULTO, OU SEJA, MÉDIA ACIMA DO VERIFICADO NOS DEMAIS MESES. 6. NOTADAMENTE OS VALORES COBRADOS DESTOAM COMPLETAMENTE DAS DEMAIS FATURAS DOS MESES ANTERIORES. 7. ESPECIFICAMENTE NO QUE CONCERNE AOS DANOS MORAIS, É POSSÍVEL DEFINI-LOS COMO O PREJUÍZO OU SOFRIMENTO QUE VIOLA DIREITO PERSONALÍSSIMO DA VÍTIMA, COMO A HONRA E SUA DIGNIDADE. NÃO OCORRE LESÃO FÍSICA OU PATRIMONIAL, MAS SIM UM PREJUÍZO A ESFERA SUBJETIVA DESSE INDIVÍDUO.8. NA DEMANDA APRESENTADA, O AUTOR RECEBEU COBRANÇAS INDEVIDAS COM VALORES EXORBITANTES. PARA TENTAR RESOLVER O ENTRAVE, ASSUMIU OS MEIOS EXTRAJUDICIAIS QUE ESTAVAM AO SEU ALCANCE, NÃO OBSTANTE, A RÉ PERMANECEU NA SUA POSTURA INARREDÁVEL COM RELAÇÃO AO PROBLEMA.9. SOPESANDO-SE TODAS AS CONSIDERAÇÕES ACIMA FEITAS, ATENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO EM QUESTÃO E AO CARÁTER PEDAGÓGICO DA PRESENTE INDENIZAÇÃO, REDUZO O VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) A TÍTULO DE DANOS MORAIS, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE E DE ACORDO COM OS PARÂMETROS FIXADOS POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA EM CASOS ANÁLOGOS.10. PELO EXPOSTO, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, REFORMANDO A SENTENÇA APENAS REDUZIR O QUANTUM INDENIZATÓRIO PARA O VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), COM CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, A PARTIR DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362/STJ), E JUROS DE MORA DE 1% A.M A INCIDIR A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO, (SÚMULA 54/STJ).II. DISPOSITIVO E TESE11. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: João Paulo Gomes Dias (OAB: 20746/CE) - Erica de Sousa Silva (OAB: 26892/CE)

Nº 0226576-35.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: J. L. da S. - Embargada: L. M. P. da S. - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Anna Regina Almeida de Magalhães (OAB: 24727/CE) - Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB: 13909/CE) - Elen Almeida Moreira (OAB: 45076/CE) - Luiza Magdalena Wanderley de Castro Dantas (OAB: 25436B/CE) - José Dirkson de Figueiredo Xavier (OAB: 6949/CE)

Nº 0241808-53.2023.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multsegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado - Embargada: Lindete Oliveira do Nascimento - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DOCUMENTO CREDNET LIGHT NÃO EMITIDO POR ÓRGÃO OFICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAR PREEXISTÊNCIA DE NEGATIVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO AUTORAL. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO, FLS. 479-489 DOS AUTOS PRINCIPAIS, QUE DEU PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA, CONDENANDO O RÉU NO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA PARTE RÉ ACERCA DE NEGATIVAÇÃO DE SEU NOME. PARTE EMBARGANTE ALEGA VÍCIOS NO JULGADO, NOTADAMENTE AUSÊNCIA DE ANÁLISE SOBRE O DOCUMENTO CREDNET LIGHT, QUE DESCARACTERIZARIAM A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR SE O ACÓRDÃO PROFERIDO RESTOU EIVADO DOS VÍCIOS APONTADOS NAS RAZÕES RECURSAIS, QUAIS SEJAM: (I) OMISSÃO ACERCA DAS IMPUGNAÇÕES FEITAS AO DOCUMENTO CREDNET LIGHT, VEZ QUE NÃO DEMONSTRA QUAIS AS DATAS DE INSERÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, INFORMANDO SOMENTE A DATA DO DÉBITO, O QUE IMPOSSIBILITA A VERIFICAR A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 385 DO STJ, DIANTE DA PREEXISTÊNCIA OU NÃO DE LEGÍTIMA INSCRIÇÃO; (II) CONTRADIÇÃO ACERCA DO TERMO INICIAL DOS JUROS, POR NÃO EXISTIR COMPROVAÇÃO DA DATA DA NEGATIVAÇÃO, DEVENDO INCIDIR A PARTIR DO ARBITRAMENTO; (III) CONTRADIÇÃO, AO INDICAR QUE A EMBARGANTE NÃO ESTARIA CIENTE DA CESSÃO DO CRÉDITO, CONSIDERANDO AS SÚMULAS 359 E 404 DO STJ, BEM COMO, OMISSÃO ACERCA DO ENTENDIMENTO DO STJ SOBRE SITUAÇÕES SEMELHANTES. III. RAZÕES DE DECIDIR:3. COMPULSANDO MELHOR OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE O DOCUMENTO DE FLS. 22/23 SE TRATA DE UMA CONSULTA AO CPF PELO CREDNET LIGHT, SISTEMA QUE NÃO É OFICIAL E NÃO VEM SENDO CONSIDERADO APTO A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEGATIVAÇÃO DE NOME DOS CONSUMIDORES. 4. DOCUMENTO QUE APONTA INFORMAÇÕES ACERCA DE PENDÊNCIAS FINANCEIRAS EXISTENTES NO SISTEMA INTERNO DO CREDOR EM NOME DA AUTORA, E NÃO ANOTAÇÃO NEGATIVA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES, PORTANTO, NÃO ENSEJA PAGAMENTO DE DANOS MORAIS.5. EXISTÊNCIA DE MAIS DUAS PENDÊNCIAS FINANCEIRAS, NÃO SE

CONSTATANDO A DATA DE CADA UMA, NÃO SENDO POSSÍVEL VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE LEGITIMA INSCRIÇÃO PREEXISTENTE, NOS TERMOS DA SÚMULA 385 DO STJ:6. DIANTE DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA, PELA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO OFICIAL QUE A DEMONSTRE, BEM COMO PELA EXISTÊNCIA DE MAIS DE UMA PENDÊNCIA FINANCEIRA APONTADA NO DOCUMENTO COLACIONADO, E IMPOSSIBILIDADE DE ATESTAR QUAL A DATA DE CADA UMA, NÃO HÁ COMO CONFIGURAR DANOS MORAIS NO CASO, NÃO HAVENDO INDÍCIOS MÍNIMOS NEM PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO AUTORAL. PRECEDENTES.7. PREJUDICADOS OS DEMAIS FUNDAMENTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, VEZ QUE A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS FOI REFORMADA. 8. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PARA 15%, RESTANDO SUSPENSA A COBRANÇA, DIANTE DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA DEFERIDA À PARTE AUTORA.IV. DISPOSITIVO E TESE:9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS._____JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: STJ: SÚMULA 385.TJ-SP: AP CÍVEL: 1007336-29.2023.8.26.0100 SÃO PAULO, RELATOR: JÚLIO CÉSAR FRANCO, DATA DE JULGAMENTO: 13/12/2023, 22ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 13/12/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0241808-53.2023.8.06.0001/50000 PARA DAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA) - Halison Rodrigues de Brito (OAB: 44462A/CE)

Nº 0252545-18.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: M. J. M. M. de O. - Apelado: J. D. L. de O. - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO C/C PARTILHA DE BENS. POSSIBILIDADE DE PARTILHA DE BENS AINDA QUE SEM COMPROVAÇÃO DA PROPRIDADE. ALEGAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEL ADQUIRIDA NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA POSSE ALEGADA. IMPOSSIBILIDADE DE PARTILHA, SOB PENA DE PREJUDICAR TERCEIROS ALHEIOS AO FEITO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA EM FACE DE SENTENÇA QUE NOS AUTOS DA AÇÃO DE DIVÓRCIO C/C PARTILHA DE BENS, JULGOU OS PEDIDOS PARCIALMENTE PROCEDENTES, MAS ENTENDEU PELA IMPOSSIBILIDADE DE PARTILHA DO IMÓVEL, ANTE À AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DO REFERIDO BEM E DA PROPRIEDADE. INCONFORMADA, A APELANTE ALEGA QUE O BEM DEVE SER PARTILHADO, VEZ QUE INEXISTE DOCUMENTAÇÃO FORMAL, MAS FOI ADQUIRIDA A POSSE NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO, DEVENDO SER REFORMADA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA, TÃO SOMENTE, EM AVALIAR A POSSIBILIDADE DE PARTILHA DE BEM INDICADO NA INICIAL, APÓS O DIVÓRCIO DECRETADO EM SENTENÇA, SOB O ARGUMENTO DE QUE A POSSE TERIA SIDO ADQUIRIDA NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. III. RAZÕES DE DECIDIR3. APELANTE SE LIMITA A ADUZIR QUE O IMÓVEL NÃO POSSUI DOCUMENTAÇÃO LEGAL, MAS SUA POSSE FORA ADQUIRIDA NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO E NÃO SÃO SOMENTE AS PROPRIEDADES CONSTITUÍDAS REGULARMENTE QUE COMPÕEM A PARTILHA DE BENS, INCLUINDO-SE TUDO QUE POSSUI EXPRESSÃO ECONÔMICA E FOI ADQUIRIDO NA VIGÊNCIA DO MATRIMÔNIO.4. É CERTO QUE NA VIGÊNCIA DO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL, SÃO COMUNICADOS TODOS OS BENS ADQUIRIDOS DURANTE O CASAMENTO, E QUE A SIMPLES AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PROPRIEDADE NÃO IMPEDE QUE HAJA A PARTILHA DO BEM, DESDE QUE SEJA COMPROVADA A POSSE, QUANDO NÃO EXISTIR DOCUMENTAÇÃO REGULAR.5. ENTRETANTO, COMO QUALQUER DIREITO PLEITEADO, É NECESSÁRIO QUE HAJA MÍNIMOS INDÍCIOS DE PROVA ACERCA DOS FATOS ALEGADOS, O QUE NÃO OCORREU NO CASO, VEZ QUE A INICIAL VEIO TOTALMENTE DESACOMPANHADA DE DOCUMENTOS ACERCA DESSA AQUISIÇÃO DA POSSE, NÃO EXISTINDO NENHUM INDÍCIO DE QUE A TENHA SIDO ADQUIRIDA PELAS PARTES NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO.6. ASSIM, INEXISTINDO PROPRIEDADE, CABERIA À AUTORA COMPROVAR OU TRAZER QUALQUER INDÍCIO MÍNIMO ACERCA DA ALEGADA AQUISIÇÃO DA POSSE NA VIGÊNCIA DO CASAMENTO, PARA QUE FOSSE POSSÍVEL REALIZAR A PARTILHA, PORÉM, EM ANÁLISE DOS AUTOS, SE CONSTATA QUE A APELANTE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 373, I, DO CPC, HAVENDO SIMPLES AFIRMATIVA NA INICIAL, INVIABILIZANDO A PRETENSA PARTILHA.7. AINDA, TENHO COMO TEMERÁRIA A PARTILHA DE UM IMÓVEL QUE NÃO POSSUI DOCUMENTAÇÃO, TENDO SIDO APRESENTADO UM RECIBO DE TRANSFERÊNCIA DE POSSE E PROPRIEDADE EM NOME DE TERCEIRO, QUE NÃO PERTENCE À LIDE E PODE SER PREJUDICADO8. DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE PROVAS MÍNIMAS ACERCA DA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL DESCRITO NA INICIAL OU DE EXERCÍCIO DE POSSE DURANTE O CASAMENTO, BEM COMO A POSSIBILIDADE DE ATINGIR DIREITOS DE TERCEIROS, ENTENDO QUE A SENTENÇA DEVE SER MANTIDA.9. INEXISTE, AINDA, PREJUÍZO AO DIREITO MENCIONADO PELA APELANTE, QUE PODE INGRESSAR NA VIA ADEQUADA PARA DISCUTIR A ALEGADA POSSE, E POSTERIORMENTE, SE COMPROVADA, REQUERER A PARTILHAIV. DISPOSITIVO10. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. _____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC: ART. 271; ART. 1.227; ART. 1.196; ART. 1.204 ART. 271 DO CPC: ART. 373, I;PRECEDENTES RELEVANTES CITADOS: STJ - RESP N. 1.739.042/SP, RELATORA MINISTRA NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 8/9/2020, DJE DE 16/9/2020ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0252545-18.2023.8.06.0001, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: D. P. do E. do C. - D. P. - V. S.

Nº 0253176-59.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Faculdade Maurício de Nassau de Fortaleza - Apelado: Francisco Ítalo Soares Neto - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. IMPEDIMENTO DE COLAÇÃO DE GRAU ANTERIORMENTE DEFERIDO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EVIDENCIADA. IMPEDIDO DE PARTICIPAÇÃO DA CERIMÔNIA, NO MOMENTO DO ATO, POR NÃO TER REALIZADO EXAME DO ENADE. CULPA EXCLUSIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, QUE NÃO REGULARIZOU A SITUAÇÃO DO ALUNO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DE FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO DO AUTOR. REDUÇÃO DOS DANOS MORAIS. DESCABIMENTO. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA E RAZOÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, EM QUE A PARTE AUTORA AFIRMA QUE FOI IMPEDIDA DE COLAR GRAU NO DIA DA CERIMÔNIA, MESMO TENDO RECEBIDO CONFIRMAÇÃO ANTERIORMENTE, POR PARTE DA

INSTITUIÇÃO DE ENSINO, DE QUE ESTAVA APTO A FAZÊ-LO, E JÁ TINHA SIDO APROVADO EM UMA PÓS GRADUAÇÃO JUNTO AO SENAC, QUE NÃO PÔDE FINALIZAR A MATRÍCULA, PELA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAR DA COLAÇÃO DE GRAU. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, CONDENANDO A APELADA NO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). RECURSO DE APELAÇÃO DA RÉ, PUGNANDO PELA REFORMA DA SENTENÇA, SOB ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E SE MANTIDOS, NECESSIDADE DE SEREM REDUZIDOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM AVALIAR SE HÁ RESPONSABILIDADE DA EMPRESA RÉ EM INDENIZAR A PARTE AUTORA, COM PAGAMENTO DE DANOS MORAIS, DIANTE DA ALEGADA FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFIGURADA PELA IMPOSSIBILIDADE DE COLAR GRAU COM SUA TURMA, AO CHEGAR NA CERIMÔNIA, VEZ QUE RECEBEU CONFIRMAÇÃO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE QUE ESTAVA APTO A COLAR GRAU, FATO QUE INVIABILIZOU SUA MATRÍCULA EM PÓS GRADUAÇÃO. III. RAZÕES DE DECIDIR3. A RELAÇÃO DOS AUTOS SE CONFIGURA COMO RELAÇÃO DE CONSUMO, CONFORME DISPOSTO NOS ARTIGOS 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, E 3º, § 2º, AMBOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC), E PORTANTO, A ANÁLISE DA LIDE SERÁ FEITA SEGUINDO AS REGRAS CONSUMERISTAS. 4. CONSTATADA FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, O FORNECEDOR RESPONDE DE FORMA OBJETIVA POR EVENTUAIS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES, OU SEJA, INDEPENDENTEMENTE DE CULPA, CONFORME ELENCADO NO ART. 14 DO CDC, E AINDA. ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL.5. AUTOR COMPROVOU OS FATOS ALEGADOS, DE QUE FOI IMPEDIDO DE PARTICIPAR DA CERIMÔNIA E NÃO COLOU GRAU COM SUA TURMA, APESAR DE TER RECEBIDO A CONFIRMAÇÃO PRÉVIA POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, SOB O ARGUMENTO CONTRADITÓRIO DE QUE NÃO ESTAVA APTO PARA COLAR GRAU EM RAZÃO DE SUA DOCUMENTAÇÃO ESTAR INCOMPLETA E POR NÃO TER REALIZADO A PROVA DO ENADE, O QUE EVIDENCIA A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA APELANTE, VEZ QUE JÁ HAVIA DEFERIDO A COLAÇÃO DO ALUNO.6. AINDA, O AUTOR TAMBÉM COMPROVOU QUE NÃO FOI INCLUÍDO NO REGISTRO DE INSCRIÇÃO NO ENADE COMO CONCLUINTE, NÃO REALIZANDO A PROVA POR ESTE MOTIVO, E QUE ESSA INCLUSÃO, CONFORME DETERMINA O INEP, É OBRIGAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, FATO COMPROVADO PELO CONTATO REALIZADO JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, ACOSTADO AOS AUTOS.7. FATOS ALEGADOS FORAM RATIFICADOS PELA OITIVA DAS TESTEMUNHAS EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, QUE CORROBORARAM COM AS ALEGAÇÕES AUTORAIS, TANTO DE QUE O AUTOR FOI IMPEDIDO, NA HORA DA CERIMÔNIA, DE PARTICIPAR DO ATO, QUANTO DE QUE CABERIA À INSTITUIÇÃO DE ENSINO REGULARIZAR A SITUAÇÃO DO AUTOR ACERCA DA REALIZAÇÃO DO ENADE. 8. CONFIGURADA CULPA EXCLUSIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO APELANTE, VEZ QUE O AUTOR NÃO FOI INFORMADO ACERCA DA NECESSIDADE DE REALIZAR O ENADE, DEIXOU DE COLAR GRAU COM SUA TURMA, NA DATA INICIALMENTE PREVISTA, TENDO SUAS EXPECTATIVAS LEGÍTIMAS FRUSTRADAS E VIVENCIADO TRANSTORNOS QUE ULTRAPASSAM O MERO DISSABOR. 9. POR SUA VEZ, A PARTE APELANTE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS DE DEMONSTRAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO ALEGADO NA PETIÇÃO INICIAL, NEM MESMO EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PREVISTAS NO CDC, VEZ QUE TODA A SITUAÇÃO OCORREU POR SUA CULPA EXCLUSIVA. 10. FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDER DE FORMA OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS AO AUTOR, INDEPENDENTE DE CULPA, CONSTATADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.11. VALOR FIXADO NA ORIGEM, R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), É JUSTO E RAZOÁVEL NO CASO CONCRETO, DEVENDO SER RESSALTADO QUE NÃO SÓ O AUTOR FOI INFORMADO QUE ESTARIA APTO A COLAR GRAU, COMPARECEU À CERIMÔNIA E FOI IMPEDIDO DE PARTICIPAR DO ATO COM TODA SUA TURMA, SÓ COLOU GRAU 7 MESES DEPOIS E AINDA, PERDEU A MATRÍCULA QUE ESTAVA REALIZANDO NA PÓS-GRADUAÇÃO. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL E DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS.12. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PARA 15% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.IV. DISPOSITIVO13. RECURSOS DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC: ART. 14, CAPUT E § 3º; CC, ART. 186; ART. 927. JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: TJ-CE - AC: 00029387720188060071 CRATO, RELATOR: CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, DATA DE JULGAMENTO: 22/03/2023, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/03/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0253176-59.2023.8.06.0001 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Adenauer Moreira (OAB: 16029/CE) - Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB: 10591/CE) - Ana Leticia Costa Ribeiro (OAB: 50079/CE)

Nº 0255899-51.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: Jose Alves Nunes - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO REJEITADA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATO APRESENTADO. NEGATIVA DA AUTENTICIDADE DA ASSINATURA. AUSÊNCIA DE REQUISIÇÃO DE PROVA PERICIAL PELA PARTE PROMOVIDA. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. TEMA REPETITIVO N. 1061 DO STJ. AUTENTICIDADE DA ASSINATURA NÃO COMPROVADA. INEXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. CONDUTA ILÍCITA. RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO CONFORME A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP N. 676.608/RS PELO STJ. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA DE PESSOA IDOSA E HIPOSSUFICIENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO FIXADA EM QUANTIA PROPORCIONAL E NÃO EXACERBADA. VALOR MANTIDO. COMPROVADA A TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA CONTA DO CONSUMIDOR. DIREITO À DEVOLUÇÃO OU COMPENSAÇÃO ASSEGURADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA PELO RÉU, BANCO DO BRASIL S/A, CONTRA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA (P. 270/277), QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AJUIZADA POR JOSÉ ALVES NUNES, APÓS TER CONSIDERADO QUE A PARTE PROMOVIDA NÃO OBTEVE ÊXITO EM COMPROVAR A LEGITIMIDADE DA CONTRATAÇÃO, DECLARANDO A NULIDADE DO CONTRATO DE N. 882788959 E DO DÉBITO CORRESPONDENTE AO MESMO, CONDENANDO O BANCO PROMOVIDO A RESTITUIR OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES E A PAGAR INDENIZAÇÃO DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR, PRELIMINARMENTE, SE HOUVE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DO AUTOR; A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO QUESTIONADO PELA PARTE AUTORA E, CONSEQUENTEMENTE, A LEGALIDADE DOS DESCONTOS E A EXISTÊNCIA DE

RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E, SUBSIDIARIAMENTE; A EXISTÊNCIA DO DIREITO DO BANCO PROMOVIDO RECEBER DE VOLTA O VALOR DISPONIBILIZADO PELO EMPRÉSTIMO OU DE COMPENSÁ-LO COM O DA CONDENAÇÃO E A ADEQUAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA A INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS E DATA DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DE INÍCIO, REGISTRO QUE NÃO PROSPERA A PRETENSÃO RECURSAL DA PARTE PROMOVIDA QUANTO A INCIDÊNCIA DOS ARTS. 189, 203, 204, 205 E 206, DO CÓDIGO CIVIL, PARA APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE 3 (TRÊS) ANOS, POIS, EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, NO QUAL A PARTE AUTORA BUSCA A REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A REGRA A SER APLICADA É A PREVISTA NO ART. 27, DA LEI N° 8.078/1990, QUE FIXA O PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 (CINCO) ANOS.4. ANALISANDO O CASO EM QUESTÃO, VERIFICA-SE QUE A AÇÃO FOI AJUIZADA EM 21/08/2023 E, CONFORME A PROVA DOCUMENTAL ACOSTADA À P. 47, O ÚLTIMO DESCONTO REFERENTE ÀS PRESTAÇÕES DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO N. 882788959 OCORREU EM JUNHO DE 2022. PORTANTO, O AJUIZAMENTO DA AÇÃO OCORREU ANTES DO DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 (CINCO) ANOS. LOGO, VERIFICANDO-SE QUE NÃO HOUVE PRESCRIÇÃO QUANTO A PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DECORRENTE DE DESCONTOS INDEVIDOS REALIZADOS DA CONTA BANCÁRIA DO AUTOR, REJEITO A PRELIMINAR DE DECADÊNCIA.5. EM SE TRATANDO DE AÇÃO BASEADA EM UMA RELAÇÃO DE CONSUMO, É APLICÁVEL A LEI N° 8.078/1990 E A SÚMULA 297 DO STJ, QUANTO A RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA, BASEADA NA TEORIA DO RISCO, INDEPENDENTEMENTE DE CULPA, E DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FACE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, AINDA MAIS QUANDO O OBJETO DA LIDE DISCUTE A INEXISTÊNCIA OU NULIDADE DE NEGÓCIOS JURÍDICOS RELACIONADOS A CONTRATOS BANCÁRIOS, EM QUE DEVE SER IMPUTADO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A JUNTADA DOS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO PELO CONSUMIDOR, POIS, EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DESEMPENHADA, DEVEM SER OBRIGATORIAMENTE POR ELA MANTIDOS.6. NESSE CONTEXTO, EM AÇÕES CUJA QUESTÃO CONTROVERTIDA É A NEGATIVA DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM O BANCO PROMOVIDO, É ÔNUS DA PROVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COMPROVAR A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO E APRESENTAR AOS AUTOS O INSTRUMENTO CONTRATUAL, A FIM DE QUE SEJA SUBMETIDO À ANÁLISE DE EXISTÊNCIA E VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, ASSIM COMO A COMPROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DO EMPRÉSTIMO PARA A CONTA DO CONSUMIDOR.7. NO CASO DOS AUTOS, NÃO OBSTANTE O BANCO PROMOVIDO TENHA APRESENTADO UM CONTRATO NOS AUTOS, O AUTOR APRESENTOU RÉPLICA NEGANDO TER CELEBRADO O NEGÓCIO JURÍDICO E IMPUGNANDO A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO APESENTADO. NESSE CONTEXTO, CONSIDERANDO A TESE FIRMADA SOB O RITO DE RECURSO REPETITIVO, SOB O TEMA N. 1.061 DO STJ (RESP. 1.846.649-MA), SEGUNDO A QUAL, “NA HIPÓTESE EM QUE O CONSUMIDOR/AUTOR IMPUGNAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA CONSTANTE EM CONTRATO BANCÁRIO JUNTADO AO PROCESSO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CABERÁ A ESTA O ÔNUS DE PROVAR A AUTENTICIDADE (CPC, ARTS. 6º, 369 E 429, II)”, O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU DETERMINOU SUA INTIMAÇÃO PARA MANIFESTAR INTERESSE NA PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS, SOB PENA DE PRECLUSÃO, E ESTA DEIXOU DE REQUERER A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL.8. ALÉM DO ÔNUS DE COMPROVAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA DO CONTRATO SEJA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, A REALIZAÇÃO DA PROVA TÉCNICA RESTOU INVIABILIZADA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE SEU REQUERIMENTO PELA PARTE PROMOVIDA, NÃO OBSTANTE TENHA SIDO INTIMADA PARA ESSE FIM, RAZÃO PELA QUAL O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, ACERTADAMENTE, ENCERROU A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA E, CONSIDERANDO QUE A PARTE PROMOVIDA NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DA PARTE AUTORA, NA FORMA DO ART. 373, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DIANTE DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO N. 882788959, DECLAROU A NULIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA CONTRATUAL E DOS DÉBITOS, AINDA MAIS QUE A ELA SE IMPUNHA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, CALCADO NO ART. 6°, INCISO VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.9. OS DESCONTOS REALIZADOS NA CONTA DA PARTE AUTORA, EM RAZÃO DE CONTRATO NULO OU INEXISTENTE, CONFIGURAM FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E AS COBRANÇAS INDEVIDAS CONSTITUEM ATO ILÍCITO, NA MEDIDA EM QUE A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DEIXOU DE AGIR COM O CUIDADO NECESSÁRIO PARA O REGULAR DESENVOLVIMENTO DE SUA ATIVIDADE, CAUSANDO OS DANOS E RESULTANDO, POR VIA DE CONSEQUÊNCIA, NA OBRIGAÇÃO DE REPARÁ-LOS, NA FORMA DOS ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL.10. DESSE MODO, ESTANDO COMPROVADO NOS AUTOS OS DESCONTOS INDEVIDOS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, EM RAZÃO DE CONTRATO DECLARADO NULO, O DANO MATERIAL É CERTO, ASSIM COMO A OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE REPARÁ-LOS POR MEIO DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES, EM CONFORMIDADE COM A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO EARESP N. 676.608/RS PELO STJ. 11. OUTROSSIM, ESTANDO COMPROVADO NOS AUTOS QUE HOUVE A TRANSFERÊNCIA DOS VALORES DO EMPRÉSTIMO PARA A CONTA DA PARTE AUTORA (P. 126), DEVE SER ASSEGURADO O DIREITO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA À DEVOLUÇÃO DO REFERIDO VALOR OU DE COMPENSÁ-LO COM O MONTANTE DA CONDENAÇÃO, POIS, UMA VEZ CONDENADA A INDENIZAR OS DANOS MATERIAIS E MORAIS, A INCORPORAÇÃO DESSA QUANTIA AO PATRIMÔNIO DA PARTE AUTORA RESULTARIA NO SEU ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, O QUE É EXPRESSAMENTE VEDADO PELO ART. 884 DO CÓDIGO CIVIL.12. EM RELAÇÃO À EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS, HÁ DE SE CONSIDERAR QUE A CONDUTA DA PARTE PROMOVIDA QUE ATRIBUI O ÔNUS DE UM SERVIÇO CUJA AUTENTICIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO FOI COMPROVADA, AUFERINDO LUCRO POR JUROS E TARIFAS DECORRENTES DA COBRANÇA INDEVIDA DE 61 (SESSENTA E UMA) PRESTAÇÕES DE R$ 85,55 (OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), DESCONTADA DIRETAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, REDUZINDO DE FORMA REITERADA, MÊS A MÊS, A CAPACIDADE DE SUBSISTÊNCIA DE PESSOA IDOSA E HIPOSSUFICIENTE, EXTRAPOLA O MERO DISSABOR E MOSTRA-SE POTENCIALMENTE LESIVA À HONRA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, CAPAZ DE GERAR OS ABALOS PSICOLÓGICOS ALEGADOS, POIS, EM CASOS COMO ESTE, O SIMPLES ACONTECIMENTO FATO, DADA A NATUREZA E GRAVIDADE DA CONDUTA ILÍCITA, É SUFICIENTE PARA GERAR O DANO MORAL EM SI MESMO, SENDO PRESCINDÍVEL A PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS.13. VERIFICO, NESSE SENTIDO, QUE A QUANTIA FIXADA PELO JUÍZO A QUO, EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), SE DEU EM CONSIDERAÇÃO ÀS PECULIARIDADES INDIVIDUALIZADAS DO CASO CONCRETO, MOSTRANDO-SE ADEQUADA E PROPORCIONAL À REPARAÇÃO DO DANO MORAL SOFRIDO, POIS, NÃO FOI ARBITRADO EM QUANTIA EXCESSIVA A JUSTIFICAR A PRETENSÃO DE REDUZI-LA. ENTENDO, PORTANTO, QUE O VALOR APLICADO NA SENTENÇA ATENDE A FUNÇÃO COMPENSATÓRIA DA INDENIZAÇÃO, EM PROPORÇÃO À GRAVIDADE DO DANO; GARANTE O CARÁTER PUNITIVO-PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO SEM INCORRER EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA PARTE; ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM A CONDIÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA E A CAPACIDADE ECONÔMICA DO OFENSOR. ALÉM DISSO, DESTACO O ENTENDIMENTO DO STJ NO SENTIDO DE QUE A INSTÂNCIA REVISORA SOMENTE DEVERÁ ATUAR PARA REVISAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

FIXADOS EXCEPCIONALMENTE QUANDO TIVEREM SIDO ARBITRADOS EM VALOR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS. IV. DISPOSITIVO E TESE14. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. NEGATIVA DA AUTENTICIDADE DA ASSINATURA EM CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. 2. ÔNUS DA PROVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 3. TEMA REPETITIVO N. 1061 DO STJ. 4. COMPROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE VALORES DO EMPRÉSTIMO PARA A CONTA DO CONSUMIDOR. 5. DIREITO À COMPENSAÇÃO. 6. DANOS MORAIS FIXADOS EM QUANTIA RAZOÁVEL._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ARTS. 6°, INCISO VIII E 27, DO CDC; ART. 373, INCISO II, DO CPC; ARTS. 186, 884 E 927 DO CC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: STJ, SÚMULA 297; STJ, TEMA REPETITIVO N. 1.061; (STJ, AGINT NO AGINT NO ARESP N. 1.844.878/PE, REL. MIN. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, J. 13/12/2021, DJE. 15/12/2021); (STJ, AGINT NO ARESP N. 1.214.839/SC, REL. MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, J. 26/2/2019, DJE. 8/3/2019).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 33485/CE) - Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP) - Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE) - Lidiani Correia de Arruda (OAB: 35980/CE)

Nº 0258321-33.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Eutália Digna Teles Rocha - Apelado: Banco BMG S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. IMPRESCINDÍVEL A DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO. ART. 1.013 DO CPC. EXAME PERICIAL NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO PELA APRECIAÇÃO SUBJETIVA DO MAGISTRADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE DA SENTENÇA RECONHECIDA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO. I. CASO EM EXAME1. O CERNE DA LIDE RESIDE NA ANÁLISE DA EXISTÊNCIA E VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO QUESTIONADO PELA PARTE AUTORA E, CONSEQUENTEMENTE, DA LEGALIDADE DOS DESCONTOS E DA EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO PRINCIPAL CONSISTE EM VERIFICAR A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA QUANDO QUESTIONADA A AUTENTICIDADE DE ASSINATURA EM CONTRATO BANCÁRIO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. EM AÇÕES QUE DISCUTEM A EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA E AUTENTICIDADE DE ASSINATURA CONTRATUAL, DEVE SER OPORTUNIZADA A PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL, SOB PENA DE CERCEAMENTO DE DEFESA E VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.4. O MAGISTRADO, NÃO POSSUINDO CONHECIMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS PARA AFERIR A AUTENTICIDADE DE ASSINATURA, NÃO PODE SUBSTITUIR A PERÍCIA GRAFOTÉCNICA POR APRECIAÇÃO SUBJETIVA QUANDO ESTA FOR CRUCIAL PARA DETERMINAR A EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO CONTRATUAL.IV. DISPOSITIVO5. RECURSO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO, COM DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, LIV E LV; CPC, ARTS. 1º, 3º, 7º, 9º, 355, 429, II, 464, § 1º, I, II E III; CDC, LEI Nº 8.078/1990.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, TEMA REPETITIVO N. 1061.TJ-CE. APELAÇÃO CÍVEL - 0200844-72.2024.8.06.0101, REL. DESEMBARGADOR(A) JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 30/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 30/10/2024 ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, RECONHECER A NULIDADE DA SENTENÇA DE OFÍCIO E NÃO CONHECER DO RECURSO POR ESTAR PREJUDICADO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: João Guimarães da Silva (OAB: 32963/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0258779-21.2020.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Aluízio Alves de Souza - Embargante: CSR - Construções e Serviços Rodoviários Ltda - Em Recuperação Judicial - Embargado: Ticket Soluções HDFGT S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUPRESSÃO DE GARANTIAS FIDEJUSSÓRIAS. EXTENSÃO DE EFEITOS APENAS A CREDORES QUE TENHAM ANUÍDO COM A SUPRESSÃO.ALEGAÇÃO DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. ENFRENTAMENTO DE TODA A MATÉRIA MERITÓRIA. ACÓRDÃO EM CONSSONÂNCIA COM PRECEDENTES DO STJ. MERO INCONFORMISMO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 18, TJCE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I. CASO EM EXAME:1. TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO, FLS. 678-685 DOS AUTOS PRINCIPAIS, QUE NEGOU PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA PELOS ORA EMBARGANTES, MANTENDO-SE INALTERADA A SENTENÇA QUE REJEITOU OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DO COOBRIGADO. PRETENDIAM OS APELANTES A REFORMA DA SENTENÇA, SOB ARGUMENTO DE QUE HÁ CLÁUSULA NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE SUPRESSÃO DA GARANTIA FIDEJUSSÓRIA PRESTADA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A CONTROVÉRSIA DO PRESENTE RECURSO É LIMITADA A ANALISAR SE O ACÓRDÃO PROFERIDO ESTÁ EIVADO DE VÍCIOS APONTADOS PELO EMBARGANTE, AO ADUZIR QUE É CONTRADITÓRIO, POR PERMITIR A CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO, MESMO QUANDO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PREVÊ, EXPRESSAMENTE, SUPRESSÃO DE GARANTIAS FIDEJUSSÓRIAS.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SERVEM PARA REPARAR OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO; INEXISTINDO ESSES VÍCIOS, DEVE O RECURSO SER REJEITADO, COM A CONSEQUENTE MANUTENÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO RECORRIDA.4. ALEGA O EMBARGANTE QUE EXISTE CONTRADIÇÃO, UMA VEZ QUE FOI DETERMINADO O PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO MESMO QUANDO EXISTE PREVISÃO EXPRESSA NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DEVIDAMENTE APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, QUE ESTARÃO DESOBRIGADOS DE RESPONDER PELOS CRÉDITOS ORIGINAIS OS AVALISTAS, FIADORES E COOBRIGADOS DA EMPRESA RECUPERANDA, SENDO A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA NESSE SENTIDO, E APLICANDO TAL PREVISÃO A TODOS OS CREDORES. 5. ACÓRDÃO É JUSTAMENTE PAUTADO NESSA PECULIARIDADE DO CASO, DE QUE EXISTE A ALUDIDA PREVISÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, PORÉM, AINDA QUE CONSTE TAL PREVISÃO NO PLANO, O STJ JÁ POSSUI ENTENDIMENTO PACIFICADO SOBRE O TEMA, COM TESE FIRMADA NO SENTIDO DE QUE A SUPRESSÃO DE GARANTIA APENAS AFETA O CREDOR QUE COM ELA TENHA ANUÍDO. RESP 1.794.209/SP. 6. TEMA ESTÁ DISPOSTO DE FORMA CLARA NO ACÓRDÃO, SEM NENHUMA CONTRADIÇÃO COM O ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ.7. NÍTIDA

INTENÇÃO DE REDISCUTIR A MATÉRIA. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DOS VÍCIOS A JUSTIFICAR O MANEJO DA PRESENTE MODALIDADE RECURSAL, VISTO QUE AS CONTRADIÇÕES ALEGADAS NÃO FORAM CONFIGURADAS. 8. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUTIR, NA PRESENTE SEDE RECURSAL, QUESTÕES JÁ APRECIADAS E DECIDIDAS PELO JULGADO EMBARGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 18 DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IV. DISPOSITIVO E TESE:9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC: ART. 1.022; CF/1988: ART. 93, IX JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: TJCE: SÚMULA Nº 18; STJ: RESP 1794209/SP, REL. MINISTRO RICARDOVILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, JULGADO EM12/05/2021, DJE 29/06/2021; STF, AI 794790 AGR, RELATOR(A): MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, SEGUNDA TURMA, JULGADO EM 28/02/2012, DJE 09-03-2012, PUBLIC 12-03-2012ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0258779-21.2020.8.06.0001/50000 PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Rafael de Almeida Abreu (OAB: 19829/CE) - Jerônimo de Abreu Júnior (OAB: 5647/CE) - Mario de Freitas Macedo Filho (OAB: 31192/SC)

Nº 0259077-76.2021.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Larisse Silveira Pinho Dias - Embargado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 85, §2, DO CPC. RECURSO PROVIDO.1. SEGUNDO O ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CABEM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUANDO HOUVER OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO, SENTENÇA OU ACÓRDÃO, OU AINDA QUANDO O MAGISTRADO OU ÓRGÃO COLEGIADO TENHA OMITIDO APRECIAÇÃO EM RELAÇÃO À MATÉRIA SOBRE A QUAL DEVERIA SE PRONUNCIAR, PORQUE SUSCITADA PELAS PARTES.2. EM ANÁLISE DO PRESENTE CADERNO PROCESSUAL, VERIFICA-SE QUE DEVEM SER ACOLHIDAS AS RAZÕES TRAZIDAS À BAILA, POIS QUANDO DA REFORMA DA SENTENÇA, EM SEDE DE RECURSO DE APELAÇÃO, RESTOU OMISSO O DECISUM QUANTO À FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM DESFAVOR DA EMPRESA EMBARGADA, RAZÃO PORQUE PASSA-SE À SUA VALORAÇÃO.3. EM RELAÇÃO À TÉCNICA DE ARBITRAMENTO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DISPÕE O SEGUINTE:ART. 85. A SENTENÇA CONDENARÁ O VENCIDO A PAGAR HONORÁRIOS AO ADVOGADO DO VENCEDOR.(...)§ 2º OS HONORÁRIOS SERÃO FIXADOS ENTRE O MÍNIMO DE DEZ E O MÁXIMO DE VINTE POR CENTO SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, DO PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO OU, NÃO SENDO POSSÍVEL MENSURÁ-LO, SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, ATENDIDOS:I - O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;II - O LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO;III - A NATUREZA E A IMPORTÂNCIA DA CAUSA;IV - O TRABALHO REALIZADO PELO ADVOGADO E O TEMPO EXIGIDO PARA O SEU SERVIÇO.4. DA ANÁLISE DO DISPOSTO NO ART. 85, §2º DO CPC, OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS SOMENTE SERÃO FIXADOS SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL MENSURAR O VALOR DA CONDENAÇÃO OU O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO NA DEMANDA, RAZÃO PORQUE, LEVANDO-SE EM CONTA OS PARÂMETROS ESTABELECIDOS, TEM-SE COMO JUSTO E ADEQUADO SUA FIXAÇÃO EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0259077-76.2021.8.06.0001/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Frederico Peters de Pinho (OAB: 21454/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

Nº 0260480-12.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Nathalia Siny Cordeiro Marinho Maciel - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Nathalia Siny Cordeiro Marinho Maciel - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram dos recursos, para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. FINANCIAMENTO BANCÁRIO. TAXAS DE JUROS EXPRESSAMENTE PREVISTA NO CONTRATO. AUSÊNCIA DE EFETIVA DEMONSTRAÇÃO DE SIGNIFICATIVA DISCREPÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE E DE ABUSIVIDADE. CONTRATAÇÃO DE SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA NÃO OPCIONAL. VENDA CASADA CONFIGURADA. VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA DA VONTADE. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA SUCUMBÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE APELAÇÕES MUTUAMENTE INTERPOSTAS PELAS PARTES, CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO DE COBRANÇA, RECONHECENDO A LEGALIDADE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS PACTUADAS QUANTO AOS JUROS APLICADOS E AS TARIFAS COBRADAS, PORÉM, RECONHECENDO A ILEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO PRESTAMISTA E DETERMINANDO SUA EXCLUSÃO DO MONTANTE DO DÉBITO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR SE HÁ ALGUMA ILEGALIDADE: I) EM RELAÇÃO AOS JUROS COBRADOS E QUANTO A FORMA DE CAPITALIZAÇÃO, PONDERANDO SE EXISTE OBRIGATORIEDADE DA LIMITAÇÃO DOS JUROS AO PERCENTUAL DE 1% A.M. (UM POR CENTO AO MÊS); II) QUANTO AS COBRANÇAS DE TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO, DE TARIFA DE CADASTRO, DE TARIFA DE SERVIÇO DE TERCEIROS E DE COMISSÃO DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO; III) NA CONTRATAÇÃO DO SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA. SUBSIDIARIAMENTE, EM ANALISAR SE HOUVE EQUÍVOCO QUANTO A DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DA ANÁLISE DOS ELEMENTOS DE PROVAS DOS AUTOS, SOBRETUDO O INSTRUMENTO CONTRATUAL ACOSTADO ÀS P. 18/25, VERIFICA-SE A EXPRESSA PREVISÃO DE TAXA JUROS EFETIVA MENSAL DE 3,27% E TAXA DE JUROS EFETIVA ANUAL DE 47,1262% E IOF NO VALOR DE R$ 228,11 (DUZENTOS E VINTE E OITO REAIS E ONZE CENTAVOS). PERCEBE-SE, DESSA FORMA, QUE OS TERMOS DO CONTRATO SÃO DE FÁCIL IDENTIFICAÇÃO, ESTÃO EXPRESSAMENTE PREVISTOS E DE COMPREENSÃO ACESSÍVEL AO HOMEM MÉDIO.4. ALÉM DAS TAXAS DE JUROS APLICADAS AO CONTRATO ESTAREM EXPRESSAMENTE PREVISTAS, VERIFICA-SE QUE A PARTE RÉ ALEGA GENERICAMENTE A ILEGALIDADE DOS JUROS, POIS NÃO APRESENTA NENHUM ELEMENTO DE PROVA CONCRETO DE QUE OS JUROS FIXADOS NO CONTRATO SEJA SIGNIFICATIVAMENTE DISCREPANTE DA TAXA MÉDIA APLICADA NO MERCADO PARA CONTRATOS SIMILARES E NO MESMO PERÍODO, RAZÃO PELA QUAL É CORRETA A SENTENÇA AO RECONHECER A LEGALIDADE DOS JUROS CONTRATADOS, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PROVAS DOS

FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS E EXTINTIVOS DO DIREITO DA PARTE AUTORA, QUE DEMONSTRASSE A EXISTÊNCIA DE TORNA ABUSIVA DA COBRANÇA.5. SEGUNDO O ENTENDIMENTO SEDIMENTADO PELO STJ, “PARA QUE SE RECONHEÇA ABUSIVIDADE NO PERCENTUAL DE JUROS, NÃO BASTA O FATO DE A TAXA CONTRATADA SUPLANTAR A MÉDIA DE MERCADO, DEVENDO-SE OBSERVAR UMA TOLERÂNCIA A PARTIR DAQUELE PATAMAR, DE MODO QUE A VANTAGEM EXAGERADA, JUSTIFICADORA DA LIMITAÇÃO JUDICIAL, DEVE FICAR CABALMENTE DEMONSTRADA EM CADA CASO” (STJ, AGINT NO ARESP N. 2.312.659/RS, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, J. 5/6/2023, DJE 7/6/2023), O QUE NÃO ACONTECEU NO PRESENTE CASO.6. EM RELAÇÃO À PERIODICIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS, RESSALTO QUE A QUESTÃO FOI SUBMETIDA A JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS PELO STJ, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DOS RESP 1.046.768/RS, RESP 1.003.530/RS, E RESP 973.827/RS, JULGADOS EM 08/08/2012, (DJE 24/09/2012), SENDO PACIFICADO O ENTENDIMENTO DE QUE INEXISTE ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM PRAZO INFERIOR AO ANUAL, QUANDO HOUVER EXPRESSA PREVISÃO NO CONTRATO NESTE SENTIDO, CONFORME AUTORIZA A MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.170-36/2001. ESSE ENTENDIMENTO FOI, INCLUSIVE, CONVERTIDO EM ENUNCIADO DAS SÚMULAS 539 E 541 DO STJ, DE MODO QUE, ESTANDO EXPRESSAMENTE PREVISTO NO CONTRATO EM QUESTÃO, NÃO SE VERIFICA NENHUMA ILEGALIDADE A ESTE RESPEITO.7. DESTACO AINDA QUE TAMBÉM É MATÉRIA PACIFICADA PELO STJ, ATRAVÉS DOS TEMAS REPETITIVOS N. 24 E 25, RESPECTIVAMENTE, QUE “AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO SE SUJEITAM À LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS ESTIPULADA NA LEI DE USURA (DECRETO 22.626/33), SÚMULA 596/STF” E QUE “A ESTIPULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% AO ANO, POR SI SÓ, NÃO INDICA ABUSIVIDADE”. DESSE MODO, NÃO MERECE PROVIMENTO A PRETENSÃO DA PARTE PROMOVIDA DE QUE SE IMPONHA A LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS LIVREMENTE CONTRATADOS PELAS PARTES AO PERCENTUAL DE 1% A.M. (UM POR CENTO AO MÊS) OU A 12% A.A. (DOZE POR CENTO AO ANO).8. POR CONSEGUINTE, HAVENDO EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL SOBRE OS JUROS APLICADOS AO CONTRATO, A PERIODICIDADE DA CAPITALIZAÇÃO E A AUSÊNCIA DE EFETIVA DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE SIGNIFICATIVA DISCREPÂNCIA EM RELAÇÃO À TAXA MÉDIA APLICADA NO MERCADO FINANCEIRO, VERIFICO O ACERTO DA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU AO CONSTATAR QUE NÃO HOUVE ABUSIVIDADE DOS JUROS INCIDENTES NO CONTRATO, DE MODO QUE NÃO SE JUSTIFICA A INTERVENÇÃO JUDICIAL PARA REVISÃO DA TAXA APLICADA.9. OUTRO PONTO SUSCITADO NA APELAÇÃO DA RÉ DIZ RESPEITO A SUPOSTA ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO, DE TARIFA DE CADASTRO, TARIFA DE SERVIÇO DE TERCEIROS E COMISSÃO DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO, CONTUDO, O QUE SE OBSERVA É A PARTE PROMOVIDA NÃO APRESENTOU NENHUMA PROVA NOS AUTOS DE QUE TENHA HAVIDO A COBRANÇA DE TAIS TARIFAS. DO OUTRO LADO, OS TERMOS DO CONTRATO OBJETO DA LIDE EVIDENCIAM QUE NÃO HÁ NENHUM INDICATIVO DE QUE AS MENCIONADAS TARIFAS COMPONHAM O CÁLCULO DO DÉBITO. TRATA-SE, PORTANTO, DE PRETENSÃO DEDUZIDA COM BASE EM MERAS ALEGAÇÕES DESACOMPANHADA DE PROVAS. LOGO, VERIFICANDO-SE QUE O CONTRATO NÃO ESTABELECEU A INCIDÊNCIA DAS TARIFAS MENCIONADAS PELA RÉ E QUE NÃO HOUVE COMPROVAÇÃO DE QUE AS MESMAS TENHAM SIDO COBRADAS, O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU PROCEDEU CORRETAMENTE AO DECIDIR QUE NÃO HÁ QUALQUER ILEGALIDADE DO CONTRATO NESSE PONTO.10. NO QUE DIZ RESPEITO À ALEGAÇÃO DE VENDA CASADA QUANTO A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PROTEÇÃO FINANCEIRA, É CERTO QUE A TESE FIRMADA EM JULGAMENTO DE RECURSO REPETITIVO PELO STJ, NO TEMA REPETITIVO N. 972, ESTABELECEU O ENTENDIMENTO DE QUE O CONSUMIDOR, NA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS BANCÁRIOS, NÃO PODE SER COMPELIDO A CONTRATAR SEGURO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OU COM SEGURADORA POR ELA INDICADA. NESSE CONTEXTO, DA ANÁLISE DO CONTRATO EM QUESTÃO É POSSÍVEL CONCLUIR A ILEGALIDADE DA CLÁUSULA QUE ESTABELECEU O SEGURO FICOU BASTANTE EVIDENTE NESTE CASO, QUANDO SE VERIFICA QUE A CONTRATAÇÃO SE DEU NO PRÓPRIO CORPO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, SEM QUE FOSSE DADA A OPÇÃO DE ESCOLHA AO CONSUMIDOR ENTRE CONTRATAR OU NÃO O SERVIÇO. DESSE MODO, FICANDO CONSTATADA QUE O SERVIÇO DE SEGURO NÃO FOI OFERTADO AO CONSUMIDOR COMO OPCIONAL E QUE ESTE, PARA OBTER A CONTRATAÇÃO DO FINANCIAMENTO, NÃO TINHA OUTRA ALTERNATIVA QUE NÃO A DE ADERIR AO SEGURO, FICA EVIDENTE A EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS NOS AUTOS QUE INFIRMEM A AUTONOMIA DA VONTADE DO CONSUMIDOR NA CONTRATAÇÃO DE SEGURO PRESTAMISTA. LOGO, É ACERTADO O ENTENDIMENTO DA SENTENÇA AO RECONHECER QUE HOUVE CONFIGURAÇÃO DE VENDA CASADA NO CASO EM QUESTÃO.11. VERIFICO, PORTANTO, O ACERTO DA SENTENÇA AO JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE A OS PEDIDOS INICIAIS, AO RECONHECER A INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE QUANTO AOS JUROS REMUNERATÓRIOS APLICADOS E A SUA CAPITALIZAÇÃO, MAS RECONHECENDO A ILEGALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE IMPÔS À RÉ A CONTRATAÇÃO DO SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA, DETERMINADO A DEDUÇÃO DO VALOR SEGURO E DOS ENCARGOS A ELE CORRESPONDENTE DO DÉBITO. NESSE SENTIDO, NÃO OBSTANTE A INADIMPLÊNCIA DA RÉ TENHA DADO CAUSA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA SUCUMBIU DE PARTE DO PEDIDO AO SER RECONHECIDA A ILEGALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL DE SEGURO E DE SUA COBRANÇA, LOGO, OBSERVO QUE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU PROCEDEU EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AO ART. 86 DO CPC AO DISTRIBUIR PROPORCIONALMENTE O ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA ENTRE AS PARTES, RAZÃO PELA QUAL A SENTENÇA DEVE SER INTEGRALMENTE MANTIDA.IV. DISPOSITIVO E TESE12. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS.TESE DE JULGAMENTO: 1. LEGALIDADE DAS TAXAS DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. 2. VENDA CASADA DE SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. 3. DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA SUCUMBÊNCIA._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ART. 86, CPC. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: STF, SÚMULA 596; STJ, SÚMULAS 539 E 541; STJ, TEMAS REPETITIVOS 24, 25 E 972; (STJ, AGINT NO ARESP N. 2.312.659/RS, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, J. 5/6/2023, DJE 7/6/2023); (STJ, AGINT NO RESP N. 1.930.618/RS, REL. MIN. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, J. 25/4/2022, DJE 27/4/2022); (STJ, RESP N. 1.639.320/SP, REL. MIN. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, J. 12/12/2018, DJE 17/12/2018); (STJ, AGINT NO RESP N. 2.095.900/SP, REL. MIN. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, J. 11/12/2023, DJE 15/12/2023); (STJ, AGINT NO RESP N. 1.924.440/SP, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, J. 16/8/2021, DJE 19/8/2021).ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: João Pereira do Rego Neto (OAB: 10199/CE) - Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE)

Nº 0267322-08.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: M Luz Comercio de Combustíveis Ltda. - Apelado: Ponta Administradora de Consórcios Ltda - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram

do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE QUITAÇÃO DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANO MORAL. CONSÓRCIO DE VEÍCULO. ADIMPLEMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA. NÃO COMPROVADO. ÔNUS QUE COMPETIA A AUTORA. ART. 373, I, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE O CREDOR RECEBER VALOR DIVERSO DO QUE LHE CABE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO MERECE ACOLHIMENTO, UMA VEZ QUE A MATÉRIA DISCUTIDA É PASSÍVEL DE COMPROVAÇÃO TÃO SOMENTE POR MEIO DE PROVA DOCUMENTAL, SENDO A PROVA TÉCNICA, EM RAZÃO DA PRÓPRIA NATUREZA DA DEMANDA, TOTALMENTE PRESCINDÍVEL. O NÃO ACOLHIMENTO DO PLEITO DE MARCAÇÃO DE TENTATIVA DE AUTOCOMPOSIÇÃO É INSUFICIENTE PARA VIOLAR O DIREITO DE DEFESA, PRINCIPALMENTE PELA AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À ALEGANTE, JÁ QUE ESSE ATO PODE SER PRATICADO POR INICIATIVA DAS PARTES, A QUALQUER TEMPO, INCLUSIVE APÓS A SENTENÇA. 2. É ÔNUS DA APELANTE COMPROVAR QUE ADIMPLIU TOTALMENTE O DÉBITO OBJETO DE DISCUSSÃO NOS AUTOS, NA FORMA DO ART. 373, I, DO CPC.3. O EXTRATO DO CONSORCIADO (FLS.179/181), ATUALIZADO EM 09/10/2023, INFORMA QUE HÁ UM SALDO DEVEDOR DA APELANTE DE R$222.924.61(DUZENTOS E VINTE E DOIS MIL, NOVECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), ALÉM DO ADIMPLEMENTO DA QUANTIA DE R$622.642,19(SEISCENTOS E VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS), O QUE PERFAZ UM DÉBITO TOTAL DE R$845.566,80(OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E OITENTA CENTAVOS). 4. A PRETENSÃO DA RECORRENTE DE ENCERRAR A OBRIGAÇÃO NEGOCIAL POR MEIO DO PAGAMENTO DA QUANTIA DE R$710.000,00(SETECENTOS E DEZ MIL REAIS) NÃO ESTÁ ALINHADA COM O QUE FORA ESTABELECIDO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO.5. A FORMA DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO BEM DE REFERÊNCIA E DA CARTA DE CRÉDITO CONSTOU EXPRESSAMENTE DO CONTRATO (FLS.18/53 E 142/177), NOTADAMENTE NA CLÁUSULA 6, MOTIVO PELO QUAL A DIFERENÇA DE VALORES APONTADAS NO APELO NÃO CONFIGURA PRÁTICA ABUSIVA, MAS SIM DECORRÊNCIA LÓGICA DOS TERMOS EXPRESSAMENTE PACTUADOS.6. PELO PRINCÍPIO DO PACTA SUNT SERVANDA E VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO, COROLÁRIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA, COMPETE AS PARTES CUMPRIR AS CONDIÇÕES ANUÍDAS.7. O CREDOR NÃO É OBRIGADO A ACEITAR PAGAMENTO EM VALOR MENOR OU MAIOR DO QUE LHE É EFETIVAMENTE DEVIDO.8 DADO QUE A QUANTIA QUE A RECORRENTE PRETENDE PAGAR NÃO É APTA A SALDAR A SUA DÍVIDA COM O APELADO, A RECUSA DESSE ÚLTIMO É LEGÍTIMA, RAZÃO PELA QUAL O PRONUNCIAMENTO QUESTIONADO DEVE SER MANTIDO.9. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0267322-08.2023.8.06.0001, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, E NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 60 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Paulo Roberto Uchoa do Amaral (OAB: 6778/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0274746-09.2020.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Manuela Nery de Morais - Embargado: New Company Participações Ltda - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR MANUELA NERY DE MORAIS CONTRA ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA EMBARGANTE. A EMBARGANTE ALEGA CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO QUANTO À COMPROVAÇÃO DA QUITAÇÃO DO IMÓVEL E A NEGATIVA DE OUTORGA DE ESCRITURA PÚBLICA, APESAR DA QUITAÇÃO. SUSTENTA QUE A ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL NÃO FOI REALIZADA POR FALHA DA EMPRESA VENDEDORA E QUE, SEM A ESCRITURA, NÃO PÔDE CUMPRIR OBRIGAÇÕES COMO O PAGAMENTO DE IPTU. AO FINAL, REQUER O PROVIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR OS SUPOSTOS VÍCIOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DETERMINAR SE O ACÓRDÃO RECORRIDO APRESENTA OS VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE ALEGADOS PELA PARTE EMBARGANTE, DE MODO A JUSTIFICAR A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A DECISÃO EMBARGADA NÃO APRESENTA OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO, POIS ANALISOU DETALHADAMENTE TODAS AS TESES NECESSÁRIAS PARA A RESOLUÇÃO DA LIDE.4. A ADOÇÃO DE ENTENDIMENTO DIVERSO DO PRETENDIDO PELA PARTE NÃO CARACTERIZA OMISSÃO SANÁVEL POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.5. O ARTIGO 1.022 DO CPC PREVÊ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APENAS PARA SANAR OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO, OU CORRIGIR ERRO MATERIAL, HIPÓTESES QUE NÃO SE APLICAM AO CASO EM EXAME.6. O ACÓRDÃO ANALISOU E FUNDAMENTOU ADEQUADAMENTE A CONCLUSÃO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, INCLUSIVE QUANTO À ALEGAÇÃO DE QUITAÇÃO E À AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS PRÉVIAS À OUTORGA DA ESCRITURA.7. A CONTRADIÇÃO PASSÍVEL DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É APENAS AQUELA INTERNA À DECISÃO, NÃO SE CONFIGURANDO DIVERGÊNCIA ENTRE O ENTENDIMENTO DO ACÓRDÃO E AS ALEGAÇÕES DA PARTE.8. O RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO É CABÍVEL PARA REDISCUTIR O MÉRITO DA DECISÃO DESFAVORÁVEL À PARTE, MAS APENAS PARA ESCLARECER PONTOS OBSCUROS OU CONTRADITÓRIOS, O QUE NÃO OCORREU NO PRESENTE CASO.9. CONFORME A SÚMULA Nº 18 DO TJCE, SÃO INCABÍVEIS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE TENHAM POR FINALIDADE ÚNICA O REEXAME DA MATÉRIA.IV. DISPOSITIVO E TESE:10. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. A ADOÇÃO DE ENTENDIMENTO CONTRÁRIO AO INTERESSE DA PARTE NÃO CONFIGURA OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE SANÁVEL POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SE PRESTAM À REDISCUSSÃO DO MÉRITO DECIDIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 1.022 E 373, I E II; CÓDIGO CIVIL, ARTS. 476, 490 E 1.418.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, EDCL Nº 0902110-14.2014.8.06.0001, REL. DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, J. 08/09/2021; TJCE, EDCL Nº 0101995-07.2006.8.06.0001, REL. DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, J. 08/09/2021; STJ, EDCL NO AGINT NO ARESP 1827049, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, J. 14/03/2022.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Norberto Ribeiro de Farias Filho (OAB: 10939/CE) - Sayonara Brasil Carvalho de Farias (OAB: 48694/CE) - Walberton Higino Prado de Sousa (OAB: 23258/CE)

Nº 0280983-25.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Apelada: Maria de Fatima da Silva - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CORTE INDEVIDO DO SERVIÇO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA. SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO ABORRECIMENTO. SERVIÇO PÚBLICO DE CARÁTER ESSENCIAL. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM ARBITRADO EM PATAMAR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. O CERNE DA MATÉRIA RECURSAL RESIDE NA ANÁLISE DA CONDUTA PRATICADA PELA CONCESSIONÁRIA APELANTE, A QUAL EFETUOU O CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA NA UNIDADE CONSUMIDORA DA AUTORA PELO PERÍODO DE TRÊS DIAS, BEM COMO SE, TAL FATO, REDUNDOU EM RESPONSABILIDADE CIVIL E DEVER DE INDENIZAR DA RÉ POR DANO MORAL. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER SE: (I) A CONDUTA DO AGENTE ARRECADADOR, EM NÃO REPASSAR, EM TEMPO HÁBIL, A INFORMAÇÃO A RESPEITO DO ADIMPLEMENTO, EXCLUIU O NEXO DE CAUSALIDADE; (II) O VALOR DO DANO MORAL FIXADO PELO JUÍZO A QUO DEVE SER MINORADO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O PONTO NODAL DA MATÉRIA RECURSAL RESIDE NA ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL PELO DANO MORAL ALEGADO PELA AUTORA QUE DECORREU DO CORTE INDEVIDO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NA UNIDADE CONSUMIDORA Nº 1303406.4. O CORTE INDEVIDO DE ENERGIA ELÉTRICA CAUSA EFETIVAMENTE DANO MORAL, UMA VEZ QUE O SERVIÇO POSSUI CARÁTER ESSENCIAL.5. A INTERRUPÇÃO, MESMO QUE POR UM CURTO PERÍODO, ACARRETA TRANSTORNOS SIGNIFICATIVOS PARA O CONSUMIDOR. NESSE CONTEXTO, O DANO MORAL É CONSIDERADO IN RE IPSA, OU SEJA, DECORRE AUTOMATICAMENTE DO INDEVIDO CORTE, SEM A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO SOFRIDO PELO CONSUMIDOR.6. NO CASO, A AUTORA ENCONTRAVA-SE COM TODAS AS FATURAS DE ENERGIA PAGAS EM DIA E, AINDA ASSIM, A EMPRESA REALIZOU A INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO DEVIDO A EQUÍVOCOS ADMINISTRATIVOS, SUSTENTANDO A CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO, AO ARGUMENTO DE QUE O AGENTE ARRECADADOR NÃO REPASSOU, EM TEMPO HÁBIL, A INFORMAÇÃO A RESPEITO DO ADIMPLEMENTO.7. TAL EXCLUDENTE DO NEXO DE CAUSALIDADE NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE CIVIL E O DEVER DE INDENIZAR DA CONCESSIONÁRIA REQUERIDA, POIS, AINDA ASSIM E NESTE CONTEXTO, NÃO HOUVE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DA CONSUMIDORA, NECESSÁRIA PARA A EFETIVAÇÃO DO CORTE.8. DE FATO, MESMO EM CASOS DE ATRASO NO PAGAMENTO, A EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO DEVE COMUNICAR PREVIAMENTE O CORTE, CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 356 DA RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000/2021.9. CONFIGURAÇÃO DE CIRCUNSTÂNCIA DELINEADORA DE ILÍCITO CIVIL A ENSEJAR A REPARAÇÃO PELOS DANOS MORAIS IMPUTADOS NA ORIGEM.10. COTEJANDO-SE OS ELEMENTOS PROBANTES TRAZIDOS AO FEITO, E CONSIDERANDO O HISTÓRICO DE ARBITRAMENTO EFETUADO PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS EM SITUAÇÕES DE ENVERGADURA SIMILAR, TEM-SE QUE O VALOR DO DANO MORAL DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) É RAZOÁVEL E PROPORCIONAL, DEVENDO SER MANTIDA A SENTENÇA PROFERIDA NO PRIMEIRO GRAU.11. DIANTE DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL, APLICO O DISPOSTO NO ART. 85, § 11, DO CPC, PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS FIXADOS NA ORIGEM NO PATAMAR DE 10% (DEZ POR CENTO). IV. DISPOSITIVO12. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, NO SENTIDO DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Leandro de Araújo Sampaio (OAB: 32509/CE)

Nº 0620493-77.2018.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravado: Pedro Paulo Pinheiro Ferreira - Agravado: Simone Maria Piorski Ferreira - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL. LEILÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO. PROCEDIMENTO DOS ARTS. 26 E 27 DA LEI N.º 9.514/97 NÃO OBSERVADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU PEDIDO LIMINAR PARA SUSPENDER LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DOS DEVEDORES QUANTO ÀS DATAS DOS LEILÕES.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CINGE-SE EM AVALIAR: (I) A EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A SUSPENSÃO DO LEILÃO EXTRAJUDICIAL DO BEM OBJETO DOS AUTOS; E (II) A REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 9.514/97.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO COMPROVOU O CUMPRIMENTO DO ART. 27, § 2º-A, DA LEI Nº 9.514/97, QUE EXIGE A COMUNICAÇÃO AOS DEVEDORES DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAIS DOS LEILÕES DO IMÓVEL DADO EM GARANTIA.4. NÃO HOUVE DEMONSTRAÇÃO DO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À NOTIFICAÇÃO PESSOAL DOS DEVEDORES ANTES DA REALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO POR EDITAL, CONFORME EXIGÊNCIA JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADA.5. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSIDERA IMPRESCINDÍVEL A INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR ACERCA DA DATA DO LEILÃO EXTRAJUDICIAL, TENDO EM VISTA A POSSIBILIDADE DE PURGAÇÃO DA MORA ATÉ A ARREMATAÇÃO.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: LEI Nº 9.514/97, ARTS. 26, 27 E 27, § 2º-ACPC, ART. 300JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, AI 0631852-48.2023.8.06.0000, REL. DES. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 31/01/2024TJCE, AGINT NO AI 0636405-12.2021.8.06.0000, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 01/02/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Pedro Felipe Moreira da Rocha Vasconcelos (OAB: 22912/CE) - Fabiano Landim Soares (OAB: 22913/CE)

Nº 0627395-36.2024.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: M. de S. M. - Embargada: I. de S. M. - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE GUARDA UNILATERAL C/C ALIMENTOS. ACÓRDÃO QUE MANTEVE DECISÃO QUE ESTABELECEU PROVISORIAMENTE A

GUARDA UNILATERAL À AUTORA E FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DO MENOR. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO QUE CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA EMBARGANTE, MANTENDO A DECISÃO QUE DEFERIU A TUTELA ANTECIPADA PLEITEADA PELA PARTE AUTORA, ESTABELECENDO PROVISIORIAMENTE A GUARDA UNILATERAL À AUTORA (AVÓ DO ADOLESCENTE) E FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS PARA A PROMOVIDA EM FAVOR DO MENOR NO PERCENTUAL DE 2,5 SALÁRIOS MÍNIMOS NACIONAIS VIGENTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM VERIFICAR SE HÁ OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO À POSSIBILIDADE DE ARBITRAMENTO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. INEXISTE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO, TENDO SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO AO CONCLUIR PELA ADEQUAÇÃO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS AO ADOLESCENTE DE 16 (DEZESSEIS) ANOS, NÃO SE PROJETANDO, NA ESPÉCIE, PROVA DE QUE A ORA EMBARGANTE NÃO TENHA CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA SUPRI-LOS. 4. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONSTITUEM VIA ADEQUADA PARA REDISCUSSÃO DO MÉRITO E REFORMA DA DECISÃO JUDICIAL, CONFORME SÚMULA 18 DO TJCE.IV. DISPOSITIVO 5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Isabelle Novais de Arêa Leão (OAB: 47772/CE) - Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB: 3183/CE) - Francisco Cláudio Bezerra de Queiroz (OAB: 8023/CE)

Nº 0628281-35.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Caucaia - Agravante: Rossini de Matos Esmeraldo - Agravante: Glaydes Maria Sindeaux Esmeraldo - Agravado: Paulo Sergio Valdivino da Penha - Agravada: Artemilde Conde Gois da Penha - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. TUTELA DE URGÊNCIA. DECISÃO QUE DETERMINOU O DEPÓSITO EM JUÍZO DE PARTE DOS VALORES PAGOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA. PERCENTUAL DE RETENÇÃO DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU O DEPÓSITO JUDICIAL DE 90% DOS VALORES PAGOS PELO PROMITENTE COMPRADOR, ALÉM DA ABSTENÇÃO DE INCLUSÃO DO NOME DOS AUTORES EM CADASTROS DE INADIMPLENTES E SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS REFERENTES AO CONTRATO EM DISCUSSÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM ANALISAR SE É DEVIDA A REFORMA DA DECISÃO QUE DETERMINOU O DEPÓSITO JUDICIAL DO VALOR CORRESPONDENTE A 90% DOS PAGAMENTOS FEITOS PELA PARTE AUTORA EM AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ CONSOLIDOU O ENTENDIMENTO DE QUE É POSSÍVEL A RETENÇÃO DE APENAS 10% A 25% DOS VALORES PAGOS NOS CONTRATOS CELEBRADOS ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.786/18 (LEI DO DISTRATO IMOBILIÁRIO), SENDO LEGÍTIMA A PRETENSÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, INDEPENDENTEMENTE DA CULPA.4. A DETERMINAÇÃO DO DEPÓSITO JUDICIAL DE 90% DOS VALORES PAGOS ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O PERCENTUAL DE RETENÇÃO FIXADO PELO STJ, CONSTITUINDO GARANTIA DE RESTITUIÇÃO AO FINAL DO PROCESSO.IV. DISPOSITIVO5. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 300, CAPUT.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, SÚMULA 543STJ, AGINT NOS EDCL NO AGINT NOS EDCL NO ARESP 1884664/SP, REL. MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, J. 25/04/2022STJ, AGINT NO ARESP 1681022/SP, REL. MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, J. 28/03/2022ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Tiago Batista Rebouças (OAB: 14477/CE) - José Vidal Pessoa (OAB: 24891/CE) - Francisco Nazareno Avelino de Lima (OAB: 9854/CE)

Nº 0631333-39.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Agravante: Banco Santander (Brasil) S/A - Agravado: ALBERTO PIVA CAMPANA - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PESQUISA DE ATIVOS FINANCEIROS VIA SISBAJUD. UTILIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE REITERAÇÃO AUTOMÁTICA DE ORDENS DE BLOQUEIO. NECESSIDADE DA ADOÇÃO DA DILIGÊNCIA. ACOLHIMENTO DO PEDIDO. PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO. ART. 6º DO CPC. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.I. CASO EM EXAME E QUESTÃO EM DISCUSSÃO1. TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, CONTRA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0154619-13.2018.8.06.0001, QUE DENEGOU O PLEITO DE UTILIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA CONHECIDA COMO “TEIMOSINHA” PARA FINS DE LOCALIZAÇÃO E BLOQUEIO DE VALORES POR MEIO DO SISBAJUD.II. RAZÕES DE DECIDIR2. NÃO VISLUMBRO, NAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS, MOTIVO RAZOÁVEL PARA A NÃO ADOÇÃO DA NOVEL TECNOLOGIA, QUE VISA EXATAMENTE PROPORCIONAR O EFETIVO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DESTA FUNÇÃO JUDICIÁRIA E, CONSEQUENTEMENTE, APRIMORAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 3. DEVERAS, COM A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE BUSCA DE ATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO SISBAJUD, NOVA FERRAMENTA DESENVOLVIDA PARA SUBSTITUIR O BACENJUD, A IMPLEMENTAÇÃO DE FUNCIONALIDADES MAIS AVANÇADAS SE TORNOU POSSÍVEL. DENTRE ESSAS, CABE DESTAQUE PARA O MECANISMO DE REITERAÇÃO AUTOMÁTICA DE ORDENS DE BLOQUEIO, QUE PERMITE A REALIZAÇÃO DE PENHORA ON-LINE DE VALORES SEM A NECESSIDADE DE EMISSÃO SUCESSIVA DE ORDENS, PARA UMA ÚNICA DECISÃO JUDICIAL, BASTANDO AO JUIZ INFORMAR A QUANTIDADE DE REITERAÇÕES DESEJADAS, ATÉ O BLOQUEIO DA QUANTIA COBRADA. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL.4. CUMPRE DESTACAR, ADEMAIS, QUE A EXECUÇÃO EM EXAME ESTÁ TRAMITANDO DESDE AGOSTO DE 2018, SEM QUE SE TENHA ADOTADO QUALQUER MEDIDA EFETIVA PARA A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO.III. DISPOSITIVO5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA AUTORIZAR A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE REITERAÇÃO AUTOMÁTICA DE ORDENS DE BLOQUEIO DO SISTEMA DE BUSCA DE ATIVOS DO PODER JUDICIÁRIO SISBAJUD. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0631333-39.2024.8.06.0000 PARA DAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA

SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Flávio Neves Costa (OAB: 153447/SP)

Nº 0631935-30.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Paulo Ferreira da Silva - Agravado: Banco do Brasil S/A - Agravado: Banco BMG S/A - Agravado: Banco Bradesco S/A e outro - Agravado: Realize Credito, Financiamento e Investimento S.A. - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NO SCR. DÍVIDA PAGA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR PAULO FERREIRA DA SILVA CONTRA DECISÃO DA 17ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE QUE INDEFERIU PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS. O AGRAVANTE ALEGA QUE, APESAR DE TER QUITADO SUAS DÍVIDAS, SEU NOME PERMANECE COM ANOTAÇÃO NEGATIVA NO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CRÉDITO (SCR), O QUE ESTARIA RESTRINGINDO SUA CAPACIDADE DE OBTER CRÉDITO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SE O AGRAVANTE COMPROVOU A QUITAÇÃO DOS DÉBITOS ALEGADOS PARA FUNDAMENTAR A RETIRADA DA ANOTAÇÃO NO SCR; (II) SE É POSSÍVEL A CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA SEM A NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA PARA APURAR A LEGALIDADE DA MANUTENÇÃO DO NOME NO SISTEMA DE CRÉDITO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A ALEGAÇÃO DO AGRAVANTE SOBRE O PAGAMENTO DOS DÉBITOS NÃO ESTÁ ACOMPANHADA DE COMPROVANTES SUFICIENTES QUE DEMONSTREM A QUITAÇÃO DAS DÍVIDAS MENCIONADAS.4. A ANÁLISE ACERCA DA ADEQUAÇÃO DA INSCRIÇÃO DO NOME DO AGRAVANTE NO SCR EXIGE DILAÇÃO PROBATÓRIA, O QUE É INCOMPATÍVEL COM A CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA.5. A AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO EM OUTROS CADASTROS DE INADIMPLENTES, COMO SPC OU SERASA, NÃO COMPROVA, POR SI SÓ, A ILEGALIDADE DA ANOTAÇÃO NO SCR.6. PRECEDENTES INDICAM QUE O SCR TEM NATUREZA RESTRITIVA DE CRÉDITO, PORÉM A SUA MANUTENÇÃO OU EXCLUSÃO DEPENDE DA ANÁLISE APROFUNDADA DA SITUAÇÃO FÁTICA, NÃO SENDO VIÁVEL DECISÃO LIMINAR NESTE PONTO.IV. DISPOSITIVO E TESE:7. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. A CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA QUE VISA À EXCLUSÃO DE ANOTAÇÃO NO SCR EXIGE COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DOS DÉBITOS E NÃO PODE SER CONCEDIDA SEM DILAÇÃO PROBATÓRIA QUANDO HOUVER DÚVIDA SOBRE A LEGITIMIDADE DA INSCRIÇÃO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 300, 1.016 E 1.017; RESOLUÇÃO CMN Nº 5.037/2022, ART. 15, PARÁGRAFO ÚNICO, II.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206187-16.2022.8.06.0167, REL. DES. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, J. 07.02.2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200031-87.2023.8.06.0066, REL. DES. PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA, J. 28.02.2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0494942-31.2011.8.06.0001, REL. DES. MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA DE QUENTAL, J. 02.02.2022. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM UNANIMIDADE, PARA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Débora Pinheiro de Araújo Caldas (OAB: 43696/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE) - Paulo Eduardo Prado (OAB: 182951/SP) - Júlio César Goulart Lanes (OAB: 21994A/CE)

Nº 0632101-62.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Trairi - Agravante: Lusobrás Incorporações Investimentos e Administração Ltda - Agravado: Livia, registrado civilmente como Wlysses Fontenele Longo - Agravado: Antônio Gustavo Fontenele dos Santos - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. EMENDA À INICIAL. AMPLIAÇÃO DO POLO PASSIVO. DETERMINAÇÃO ATENDIDA. AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO PELO JUÍZO SINGULAR. VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. COMPULSANDO OS AUTOS DE ORIGEM, VERIFICA-SE QUE FOI PROFERIDO O DESPACHO DE FLS. 24/25, DETERMINANDO QUE OS AGRAVADOS PROCEDESSEM COM A EMENDA À INICIAL PARA INCLUIR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA A VENDEDORA DOBEM OBJETO DA LIDE.2. NA SEQUÊNCIA, OS AGRAVANTES APRESENTARAM A EMENDA À INICIAL (FLS. 28/31), ATENDENDO AO COMANDO JUDICIAL, PARA REQUERER A INCLUSÃO DE ELIANA BESSA FONTENELE NO POLO PASSIVO DA DEMANDA, APRESENTANDO A QUALIFICAÇÃO.3. OCORRE QUE, NOTADAMENTE, A EMENDA À INICIAL, DE AMPLIAÇÃO DO POLO PASSIVO DA DEMANDA, NÃO FOI APRECIADO PELO JUÍZO A QUO, TENDO, POSTERIORMENTE, APENAS PROFERIDO A DECISÃO DE FLS. 112/114, EM QUE AFASTA A FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO, DANDO PROSSEGUIMENTO À LIDE, MESMO RESTANDO PENDENTE A ANÁLISE DA EMENDA APRESENTADA PELOS AGRAVADOS.4. IN CASU, PODE-SE INDICAR A OCORRÊNCIA DO INSTITUTO INDICADO PELO BROCARDO NEMO POTEST VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM, DESDOBRAMENTO DA BOA-FÉ OBJETIVA, PREVISTA NO ART. 422 DO CÓDIGO CIVIL, O QUAL SUSTENTA A IMPOSSIBILIDADE DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO NAS RELAÇÕES.5. TAL POSTULADO PROÍBE QUE QUALQUER DAS PARTES OU MESMO O JUIZ ADOTE NA LINHA DO TEMPO COMPORTAMENTOS CONTRADITÓRIOS ENTRE SI, OU SEJA, QUE O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU DETERMINE A EMENDA À INICIAL PARA A INCLUSÃO DE PARTE NO POLO PASSIVO DA DEMANDA E, ATENDIDO SEU COMANDO, DÊ CONTINUIDADE AO TRÂMITE PROCESSUAL DEIXANDO DE APRECIAR O PETICIONAMENTO.6. DESSE MODO, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE O JUÍZO SINGULAR ANALISE A EMENDA À INICIAL APRESENTADA PELOS RECORRIDOS, DE MODO A PROCEDER COM O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO.7. NO TOCANTE À ALEGAÇÃO À DECADÊNCIA AFASTADA, ASSISTE RAZÃO À RECORRENTE, POSTO QUE NÃO PODERIA O JUÍZO A QUO AFASTAR A ALEGAÇÃO DE DECADÊNCIA QUANDO PENDENTE A PRODUÇÃO DE PROVA PARA AFERIR A NULIDADE DE DOCUMENTO QUE APARTE AFIRMA SER FALSO.8. DESSE MODO, APENAS APÓS O JULGAMENTO DO INCIDENTE DE FALSIDADE DE DOCUMENTO PODE SER ANALISADA A DECADÊNCIA.9. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0632101-62.2024.8.06.0000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Thais Carneiro Medeiros (OAB: 46135/CE) - Paulo Sérgio Santos Bezerra (OAB: 40863/CE)

Nº 0633332-27.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: NORDESTE COMERCIAL DE ALUMÍNIO & PETRÓLEO LTDA - Agravado: Raízen S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO. VALIDADE. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. DEVIDO. AGRAVO IMPROVIDO.1. NOS TERMOS DO ART. 63 DO CPC, AS PARTES PODEM MODIFICAR A COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E DO TERRITÓRIO, ELEGENDO, DE COMUM ACORDO, ONDE SERÁ PROPOSTA A EVENTUAL AÇÃO PARA DIRIMIR DIREITOS E OBRIGAÇÕES ORIUNDAS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE ELAS, RESULTANDO DA LIBERDADE CONTRATUAL.2. AQUI, AO MENOS EM COGNIÇÃO SUMÁRIA, PERCEBE-SE QUE A DECISÃO RECORRIDA NÃO MERECE REFORMA, UMA VEZ QUE ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A QUAL RECONHECE A POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA NULIDADE DA CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO ESTIPULADA EM CONTRATO DE ADESÃO, CONTANTO QUE ESTEJA CONFIGURADA A VULNERABILIDADE OU A HIPOSSUFICIÊNCIA DO ADERENTE OU O PREJUÍZO NO ACESSO À JUSTIÇA. EM OUTRAS PALAVRAS, O AFASTAMENTO DA CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO SOMENTE É POSSÍVEL QUANDO RESTAR CARACTERIZADO OBSTÁCULO NO ACESSO AO JUDICIÁRIO, EM RAZÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DA ADERENTE, O QUE NÃO SE VERIFICA NOS AUTOS.3. OCORRE QUE, COMO BEM RESSALTADO NA DECISÃO COMBATIDA, A DIFERENÇA DE CAPITAL SOCIAL ENTRE AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS LITIGANTES, POR SI SÓ, NÃO INDICA A EXISTÊNCIA DE DIFICULDADE DE ACESSO À JUSTIÇA POR PARTE DA AGRAVANTE, BEM COMO O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA A COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ NÃO IMPLICARÁ DIFICULDADES DE QUAISQUER ORDEM À DEFESA DA RECORRENTE.4. NOS TERMOS DA SÚMULA 335 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: “É VÁLIDA A CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DO FORO PARA PROCESSOS ORIUNDOS DO CONTRATO”.5. A PREVISÃO CONTRATUAL DE NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL, NA FORMA DO ART. 190 DO CPC (ITEM 14.1.), SERVIU APENAS PARA REFORÇAR A NECESSIDADE DE CUMPRIMENTO DAS REGRAS ESTABELECIDAS NA CLÁUSULA QUATORZE, DA QUAL, ALIÁS, FAZ PARTE A DE FIXAÇÃO DE ELEIÇÃO DE FORO (ITEM 14.2.).6. DESTA FORMA, PERCEBE-SE QUE NÃO ESTÁ DEMONSTRADO, NESTE MOMENTO, INCORREÇÃO NO DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA, VISTO QUE A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA PRESENTE QUESTÃO É DETERMINADA POR CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO EXPRESSAMENTE PREVISTA NO CONTRATO DE REVENDA DE COMBUSTÍVEIS PACTUADO ENTRE AS PARTES (FLS. 54/83). 7. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 063332-27.2024.8.06.0000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Hercules Saraiva do Amaral (OAB: 13643/CE) - Leonardo Montenegro Cocentino (OAB: 32786/PE)

Nº 0633548-85.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: MG Seguros, Vida e Previdência S/A - Agravado: Juracy Moreira de Sousa - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCONTO EM CONTA BANCÁRIA.. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE DOS DESCONTOS QUE DEPENDE DE REGULAR INSTRUÇÃO PROVATÓRIA. MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE. VALOR RAZOÁVEL. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR BMG SEGURADORA S/A, ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DE MG SEGUROS, VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CONTRA DECISÃO QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E REPARAÇÃO DE DANOS AJUIZADA POR JURACY MOREIRA DE SOUSA, CONCEDEU A TUTELA DE URGÊNCIA PRETENDIDA, PARA DETERMINAR QUE O RECORRENTE SUSPENDA AS COBRANÇAS, NO PRAZO DE 10 DIAS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), LIMITADA AO VALOR DA CAUSA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) A ANÁLISE DA SUPOSTA REGULARIDADE DAS COBRANÇAS QUESTIONADAS NA DEMANDA; E (II) A ANÁLISE DA SUPOSTA DESPROPORCIONALIDADE DO VALOR DA MULTA, BEM COMO SUA PERIODICIDADE.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. IN CASU, OBSERVA-SE QUE OS ARGUMENTOS E OS DOCUMENTOS COLACIONADOS AOS AUTOS NÃO PERMITEM FORMULAR UM JUÍZO DE PROBABILIDADE ACERCA DA EXISTÊNCIA DO DIREITO ALEGADO PELA AGRAVANTE, VEZ QUE NÃO HÁ NOS AUTOS DOCUMENTAÇÃO APTA A COMPROVAR COM EXATIDÃO A REGULARIDADE DOS DESCONTOS EFETUADOS NOS PROVENTOS DO RECORRIDO.4. ADEMAIS, A CONTINUIDADE DOS DESCONTOS CONFIGURA O DENOMINADO PERIGO DE DANO INVERSO, DADA A NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. ASSIM, NÃO SE MONSTRA RAZOÁVEL INFLIGIR DESCONTOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DE PESSOA QUE AFIRMA NÃO TER CONTRATADO QUALQUER SERVIÇO OFERECIDO PELA AGRAVANTE.5. COM EFEITO, A QUESTÃO POSTA EM ANÁLISE SE MOSTRA COMPLEXA, E CERTAMENTE DEMANDA UMA MAIOR INSTRUÇÃO PROBATÓRIA, COM A REALIZAÇÃO DE PROVAS MAIS ESPECÍFICAS PARA UMA ANÁLISE MAIS APROFUNDADA E ADEQUADA ACERCA DA OCORRÊNCIA DA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E/OU FRAUDE, DE MODO QUE A MEDIDA MAIS PRUDENTE ERA MESMO A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS, COMO BEM DECIDIDO PELO JUÍZO A QUO.6. QUANTO AO VALOR DA MULTA ARBITRADA, VÊ-SE QUE A DECISÃO GUERREADA FOI PROFERIDA DE FORMA ESCORREITA E EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE DE JUSTIÇA, AO DETERMINAR A SUSPENSÃO DOS DESCONTOS REALIZADOS NOS PROVENTOS DO AUTOR, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R$ 500,00 (QUINHENTOS REAIS), LIMITADO AO VALOR DA CAUSA.7. EM RELAÇÃO À PERIODICIDADE DE INCIDÊNCIA DA MULTA, NÃO SE VERIFICA QUE A INCIDÊNCIA DIÁRIA DA MESMA RESTA DESARRAZOADA, TENDO EM VISTA QUE A OBRIGAÇÃO A SER CUMPRIDA TRATA-SE DE SUSTAÇÃO DE ALEGADOS DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AUTOR, FUNCIONANDO A MULTA COMINATÓRIA COMO PROPULSOR DE QUE O MANDAMUS SEJA CUMPRIDO COM BREVIDADE.IV. DISPOSITIVO:8. RECURSO DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Rafael Ramos Abrahão (OAB: 151701/MG) - Filipe Brayan Lima Correia (OAB: 28241/CE)

Nº 0857934-47.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: MWN Comercial de Alimentos Ltda. - Apelante: Marco Antônio Moura - Apelante: Neusa Fernandes Moura - Apelante: Marco Antônio Moura Filho - Apelante: Camila Vieira

Nunes - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. NÃO INCIDÊNCIA DO CDC. ABUSIVIDADE CONTRATUAL NÃO COMPROVADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO MERECE ACOLHIMENTO, UMA VEZ QUE A MATÉRIA EM DISCUSSÃO É EMINENTEMENTE DE DIREITO, SENDO DISPENSÁVEL A PRODUÇÃO DE PROVA TÉCNICA. 2. A FALTA DE MANIFESTAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS NÃO CAUSA PREJUÍZO AOS APELANTES, EM RAZÃO DA PRÓPRIA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CASO. 3. NÃO INCIDE AQUI O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E, POR CONSEQUÊNCIA, A BENESSE PROCESSUAL DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ISSO PORQUE O NEGÓCIO JURÍDICO OBJETO DA AÇÃO TINHA POR FINALIDADE O FOMENTO AO CAPITAL DE GIRO DE PESSOA JURÍDICA DEMANDADA, MOTIVO PELO QUAL NÃO SE PODE DIZER QUE OS RECORRENTES SEJAM EQUIPARADOS A CONSUMIDOR, NEM MESMO NUMA INTERPRETAÇÃO MITIGADA DA TEORIA FINALISTA/SUBJETIVA.4. O RECORRIDO ATENDEU SEU ÔNUS PROBATÓRIO AO APRESENTAR OS CONTRATO E EXTRATO CONTENDO O SALDO DEVEDOR. OS RECORRENTES, POR SUA VEZ, NÃO FIZERAM PROVA DO PAGAMENTO INTEGRAL DA QUANTIA COBRADA PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, MUITO MENOS DA ABUSIVIDADE CONTRATUAL. 5. O MESMO NEGÓCIO JURÍDICO OBJETO DO PROCESSO JÁ FOI ANALISADO POR ESTA CORTE, NOS AUTOS DE AÇÃO REVISIONAL PROPOSTA PELOS ORA RECORRENTES (PROCESSO Nº 0854636-47.2014.8.06.0001), OCASIÃO EM QUE TAMBÉM SE AFASTOU À ABUSIVIDADE CONTRATUAL. 6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0857934-47.2014.8.06.0001, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, E NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE OUTUBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Carlos Henrique Spessoto Persoli (OAB: 138630/SP) - Juliana de Carvalho Vianna (OAB: 333450/SP) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0027555-69.2008.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Apelado: Trendy Comércio e Indústria de Confecções e Calçados Ltda - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. REGULAR INTIMAÇÃO DA PARTE. AUSÊNCIA. EXPEDIENTE EQUIVOCADO. RECURSO PROVIDO.1. VERIFICA-SE QUE O JUÍZO A QUO DETERMINOU, EM 15 DE JANEIRO DE 2021, ATRAVÉS DE CARTA PRECATÓRIA, A INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE PARA SE MANIFESTAR, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, SOBRE A CERTIDÃO EXPEDIDA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA À FL. 278, QUE CERTIFICOU A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, ORA RECORRIDA.2. OCORRE QUE O ATO FOI EXPEDIDO DE FORMA EQUIVOCADA, POIS CONSTA NO MANDADO A DETERMINAÇÃO DE INTIMAÇÃO DA EMPRESA EXECUTADA (FL. 289). DESSA MANEIRA, ASSISTE RAZÃO AO BANCO RECORRENTE, POIS RESTOU CONFIGURADO O ERRO IN PROCEDENDO, DEVENDO, POIS A SENTENÇA VERGASTADA SER REFORMADA.3. ASSIM, VÊ-SE QUE A DECISÃO GUERREADA FOI PROFERIDA SEM OBSERVAR OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, POIS NÃO HOUVE INTIMAÇÃO PESSOAL OU MESMO ATRAVÉS DE ADVOGADO REGULARMENTE CONSTITUÍDO PARA SE MANIFESTAR SOBRE A NÃO INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA E REQUERER O QUE FOR DE DIREITO.4. APELO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EMVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0027555-69.2008.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE) - Enísio Cordeiro Gurgel (OAB: 2656/CE)

Nº 0049730-74.2016.8.06.0034 - Apelação Cível - Aquiraz - Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A - Apte/Apdo: Favo S/A - Empreendimentos e Participações - Apte/Apdo: Construtora Colmeia S/A - Apte/Apdo: Consórcio Condomínio Golfville II - Apte/Apdo: Brisa Empreendimentos Imobiliários Ltda - Apte/Apdo: Flavio Gleyton Teixeira Lima - Apte/Apdo: Ingrid Cavalcante Moreira Lima - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. CLÁUSULA ARBITRAL. NULIDADE. RELAÇÃO CONSUMERISTA. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA E OUTORGA DE ESCRITURA DEFINITIVA. INVERSÃO DE CLÁUSULA PENAL. RESPONSABILIDADE DAS CONSTRUTORAS E AGENTE FINANCEIRO. LUCROS CESSANTES. MULTA MORATÓRIA. SÚMULA Nº 308/STJ. TEMA 970 E 971 VINCULANTES DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL MANTIDO. RECURSOS CONHECIDOS MAS DESPROVIDOS.I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÕES INTERPOSTAS POR BANCO BRADESCO S.A, FAVO S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, CONSTRUTORA COLMEIA S.A., CONSÓRCIO GOLFVILLE II, BRISA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., E APELO ADESIVO POR FLÁVIO GLEYTON TEIXEIRA LIMA E INGRID CAVALCANTE MOREIRA LIMA, CONTRA SENTENÇA QUE, EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REVISÃO CONTRATUAL, CANCELOU HIPOTECA SOBRE IMÓVEL, DECLAROU A NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E CONDENOU AS RÉS AO PAGAMENTO DE MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA OBRA E NA OUTORGA DE ESCRITURA DEFINITIVA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ CINCO QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE O BANCO BRADESCO DEVE SER EXCLUÍDO DO POLO PASSIVO POR ALEGADA ILEGITIMIDADE; (II) SE É VÁLIDA A CLÁUSULA ARBITRAL INSERIDO NO CONTRATO DE ADESÃO; (III) ESTABELECER SE É CABÍVEL A INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL EM FAVOR DOS COMPRADORES E A CONDENAÇÃO DAS CONSTRUTORAS PELO ATRASO; (IV) DETERMINAR SE CABE A CUMULAÇÃO DA MULTA MORATÓRIA COM LUCROS CESSANTES; E (V) VERIFICAR A VALIDADE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS QUE ESTIPULAM PENALIDADE SOMENTE AO COMPRADOR, EXCLUINDO AS CONSTRUTORAS.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. O BANCO BRADESCO É PARTE LEGÍTIMA NO POLO PASSIVO, POIS INTEGROU A CADEIA DE FORNECIMENTO E PARTICIPOU DO CONTRATO, SENDO RESPONSÁVEL PELA HIPOTECA INCIDENTE SOBRE O IMÓVEL, CONFIGURANDO-SE A SUA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DECORRENTE DAS RELAÇÕES DE CONSUMO (CADEIA

DE FORNECIMENTO).4. A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM É INAPLICÁVEL, CONSIDERANDO-SE A HIPOSSUFICIÊNCIA DOS CONSUMIDORES E A NULIDADE DESTA PREVISÃO EM CONTRATO DE ADESÃO, CONFORME O ART. 51 DO CDC E ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO TJCE.5. A INVERSÃO DA CLÁUSULA PENAL EM FAVOR DOS ADQUIRENTES É CABÍVEL, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ (TEMA 971), APLICANDO-SE A MULTA DE 2% SOBRE O VALOR DO IMÓVEL CUMULADA COM JUROS DE 1% AO MÊS PELO ATRASO NA ENTREGA DA OBRA E OUTORGA DA ESCRITURA (FATO INCONTROVERSO).6. NÃO É PERMITIDA A CUMULAÇÃO DE MULTA MORATÓRIA COM LUCROS CESSANTES, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ (TEMA 970), POR CONFIGURAREM "BIS IN IDEM".7. A CLÁUSULA PENAL QUE ESTIPULA PENALIDADE APENAS AO COMPRADOR É NULA, DEVENDO SER INVERTIDA EM PROL DOS ADQUIRENTES, CONFORME PRECEDENTES DO STJ.8. A FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR A TÍTULO DE LUCROS CESSANTES SOMENTE É POSSÍVEL SE A CLÁUSULA PENAL NÃO SERVIR PARA REPARAR O PREJUÍZO SUPORTADO PELA PARTE ADQUIRENTE. IN CASU, NÃO RESTOU COMPROVADA A DESPROPORÇÃO DOS VALORES ATRIBUÍDOS A TÍTULO DE CLÁUSULA PENAL, SITUAÇÃO QUE ACARRETA A REJEIÇÃO DO PLEITO FORMULADO PELOS ADQUIRENTES.9. A HIPOTECA EXISTENTE NÃO PODE SER OPOSTA AOS ADQUIRENTES DE BOA-FÉ, SENDO APLICÁVEL AO CASO O TEOR DA SÚMULA Nº 308 DO STJ.10. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL REALIZADO EM SENTENÇA MANTIDA, MORMENTE A COMPROVAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NA PROPORÇÃO DE 10% DO ÔNUS PARA OS PROMOVENTES/APELANTES E 90% DO ÔNUS PARA AS PROMOVIDAS/APELANTES.IV. DISPOSITIVO E TESE:11. RECURSOS CONHECIDOS MAS DESPROVIDOS.TESE DE JULGAMENTO:1. O AGENTE FINANCEIRO QUE PARTICIPA DA CADEIA CONTRATUAL PODE SER RESPONSABILIZADO SOLIDARIAMENTE EM RELAÇÕES DE CONSUMO.2. CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS DE ARBITRAGEM EM CONTRATOS DE ADESÃO CONSUMERISTAS SÃO NULAS QUANDO NÃO HÁ PARIDADE ENTRE AS PARTES, EM ESPECIAL EM RELAÇÕES DE CONSUMO.3. A CLÁUSULA PENAL ESTIPULADA EXCLUSIVAMENTE EM DESFAVOR DO COMPRADOR PODE SER INVERTIDA PARA PENALIZAR A CONSTRUTORA EM CASO DE INADIMPLEMENTO. 4. A CUMULAÇÃO DE MULTA MORATÓRIA COM LUCROS CESSANTES É VEDADA POR CONFIGURAREM "BIS IN IDEM". 5. A FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR A TÍTULO DE LUCROS CESSANTES NÃO É POSSÍVEL QUANDO NÃO SE COMPROVA INADEQUAÇÃO DO VALOR ATRIBUÍDO À CLÁUSULA PENAL FIXADA EM FAVOR DOS ADQUIRENTES.6. A HIPOTECA FIRMADA ENTRE CONSTRUTORA E AGENTE FINANCEIRO NÃO TEM EFICÁCIA CONTRA O ADQUIRENTE DO IMÓVEL._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, XXXII; CC, ARTS. 421, 422, 475; CDC, ART. 14; SÚMULA 308 DO STJ.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP 1635428/SC, REL. MIN. LUIS FELIPE SALOMÃO, J. 13.12.2018 (TEMA 970); STJ, RESP 1498484/DF, REL. MIN. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, J. 13.12.2018 (TEMA 971); TJCE, PROC. 0144247-73.2016.8.06.0001, REL. DES. HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, J. 10.08.2022.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS PRESENTES RECURSOS, MAS PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: João Paulo Arruda Barreto Cavalcante (OAB: 22880/CE) - Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE) - Pedro Felipe Rolim Militão (OAB: 25091/CE) - José Feliciano de Carvalho Júnior (OAB: 4100/CE) - Rafael Florêncio Ramalho Batista (OAB: 17334/CE) - Jeferson Cavalcante de Lucena (OAB: 18340/CE)

Nº 0050374-25.2021.8.06.0104 - Apelação Cível - Itarema - Apelante: Vitória Régia Santos de Sousa - Apelado: NU Pagamentos S/A - Apelado: Lojas Americanas S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. "GOLPE DO BOLETO FALSO". INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE AS EMPRESAS RECORRIDAS E O DANO ALEGADO. CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR VITÓRIA RÉGIA SANTOS DE SOUSA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS EM AÇÃO AJUIZADA CONTRA LOJAS AMERICANAS S.A. E NU PAGAMENTOS S.A., EM RAZÃO DE FRAUDE NO PAGAMENTO DE BOLETO BANCÁRIO PARA COMPRA DE TELEVISOR ATRAVÉS DE PLATAFORMA ONLINE. A APELANTE ALEGA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS RÉS E REQUER A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DETERMINAR SE AS EMPRESAS RECORRIDAS SÃO RESPONSÁVEIS PELOS DANOS SOFRIDOS PELA APELANTE EM DECORRÊNCIA DE FRAUDE NA EMISSÃO E PAGAMENTO DE BOLETO FALSO; (II) AVALIAR SE HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELAS RECORRIDAS QUE JUSTIFIQUE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. AS PARTES ENVOLVIDAS CONFIGURAM-SE COMO CONSUMIDOR E FORNECEDORES, APLICANDO-SE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ESPECIALMENTE QUANTO À RESPONSABILIDADE OBJETIVA PREVISTA NO ART. 14 DO CDC.4. A FRAUDE FOI PERPETRADA POR TERCEIROS, FORA DO AMBIENTE CONTROLADO PELAS EMPRESAS RECORRIDAS, CARACTERIZANDO FATO DE TERCEIRO E FORTUITO EXTERNO, ROMPENDO O NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DAS RÉS E O DANO SOFRIDO PELA APELANTE.5. A APELANTE, AO REALIZAR O PAGAMENTO DE BOLETO FALSO, NÃO ADOTOU OS CUIDADOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS, COMO VERIFICAR A AUTENTICIDADE DO BENEFICIÁRIO DO PAGAMENTO. FOI CONSTATADO QUE O BENEFICIÁRIO DO BOLETO ERA UMA PESSOA DISTINTA DAS RÉS, EVIDENCIANDO A CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA.6. NO CASO DA NU PAGAMENTOS S.A., NÃO É POSSÍVEL RESPONSABILIZÁ-LA PELA FRAUDE, UMA VEZ QUE O BOLETO NÃO FOI EMITIDO POR ESSA INSTITUIÇÃO E O CANCELAMENTO DO PAGAMENTO, AINDA QUE REALIZADO, NÃO PODERIA SER REVERTIDO EM TEMPO REAL, CONFORME ALEGOU A APELANTE.7. PRECEDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE) CORROBORAM O ENTENDIMENTO DE QUE, EM SITUAÇÕES DE GOLPES DE BOLETO FALSO, A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS É AFASTADA QUANDO CONFIGURADA A CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR E AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL, CONFORME O PRESENTE CASO.IV. DISPOSITIVO E TESE:8. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO. TESE DE JULGAMENTO:1. A FRAUDE PERPETRADA POR TERCEIRO ("GOLPE DO BOLETO FALSO") CONSTITUI FATO DE TERCEIRO E FORTUITO EXTERNO, ROMPENDO O NEXO CAUSAL E AFASTANDO A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS RECORRIDAS. 2. O CONSUMIDOR TEM O DEVER DE VERIFICAR A AUTENTICIDADE DAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS REALIZADAS, SENDO RESPONSÁVEL PELOS DANOS DECORRENTES DA INOBSERVÂNCIA DESSE DEVER._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC, ART. 14, §3º, II; CPC, ART. 487, I.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0201275-60.2023.8.06.0160, REL. DES. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, J. 07/08/2024. TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0200406-17.2023.8.06.0122, REL. DES. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, J. 03/07/2024. TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0221545-68.2021.8.06.0001, REL. DES. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO,

J. 19/06/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Vitória Régia Santos de Sousa (OAB: 45476/CE) - Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB: 117417/SP) - Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 228213/SP)

Nº 0096115-34.2006.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Renzo Dainelli - Apelado: Airton Jose da Silva Coelho - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUERES E ENCARGOS CONTRATUAIS. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEL. NATUREZA PESSOAL. PROVA DA PROPRIEDADE DISPENSADA. FALTA DE PAGAMENTO. RESCISÃO CONFIGURADA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A CONTROVÉRSIA RECURSAL CONSISTE EM SABER SE O JUÍZO A QUO AGIU CORRETAMENTE AO JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELO ORA RECORRENTE, POR ENTENDER QUE ESTE NÃO CUMPRIU MINIMAMENTE SEU ÔNUS PROBATÓRIO.2. ANALISANDO O CONJUNTO PROBATÓRIO, ENTENDO QUE A SENTENÇA RECORRIDA MERECE REFORMA, VISTO QUE OS DOCUMENTOS APRESENTADOS COMPROVAM QUE O RECORRENTE SE DESINCUMBIU DEVER DE PROVA, AO PASSO QUE O RECORRIDO NÃO TROUXE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO PRIMEIRO, A TEOR DO ART. 373 DO CPC. 3. A DEMANDA ESTÁ ADSTRITA À RELAÇÃO LOCATÍCIA DE AUTOMÓVEIS FIRMADA EXPRESSAMENTE POR AMBAS AS PARTES DO PROCESSO, CONFORME CONTRATOS TRAZIDOS ÀS FLS.13/22. NÃO CABE AQUI DISCUTIR A PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS LOCADOS, ATÉ PORQUE O CONTRATO DE LOCAÇÃO POSSUI NATUREZA PESSOAL, E NÃO REAL, PODENDO O LOCADOR SE CONFUNDIR OU NÃO COM O PROPRIETÁRIO DA COISA LOCADA. 4. O RECORRIDO EM MOMENTO ALGUM NEGA TER CONTRATADO COM O RECORRENTE OU MESMO DEMONSTRA TER ADIMPLIDO O VALOR DO ALUGUERES, LIMITANDO-SE A DIZER QUE OS VEÍCULOS ESTÃO EM NOME DE TERCEIROS, O QUE NÃO AFASTA A VALIDADE DO NEGÓCIO EM QUESTÃO. 5. AUSENTE PROVA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO NO CONTRATO, PELO PRINCÍPIO DO PACTA SUNT SERVANDA E VEDAÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO, COROLÁRIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA, COMPETE AS PARTES CUMPRIR AS CONDIÇÕES ANUÍDAS.6. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EMVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0096115-34.2006.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Sérgio Adriano Ribeiro Sobreira (OAB: 14096/CE) - Ethel Rosa Sudario (OAB: 10570/CE) - Mariana Alves Santos (OAB: 35946/CE) - Eva Patricia Ferreira Lima Abreu (OAB: 14034/CE) - Fernando Antonio Maciel de Queiroz (OAB: 13753/CE)

Nº 0180409-09.2012.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Expresso Guanabara Ltda. - Apelado: Solange Alves Teixeira Gouveia - Apelado: Gamatur Passagens e Turismo Ltda - Apelado: Sandra Lúcia de Araújo Freire - Apelado: Rosangela Alves Teixeira - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INSTRUMENTO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA ASSINADA PELOS SIGNATÁRIOS. DOCUMENTO PARTICULAR SEM ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. VIA EXECUTIVA INADEQUADA. DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE EXECUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE ACOLHEU A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E EXTINGUI A AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, RECONHECENDO A AUSÊNCIA DE EXECUTORIEDADE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA SEM ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR SE EXISTEM OUTROS ELEMENTOS NOS AUTOS QUE PERMITAM A MITIGAÇÃO DA EXIGÊNCIA DA ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS NO DOCUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA QUE FUNDAMENTA A AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. NO CASO DOS AUTOS, A EMPRESA EXEQUENTE AJUIZOU UMA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL FUNDADA EM DOCUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA ASSINADO EXCLUSIVAMENTE POR ELA E PELO EXECUTADO, SEGUNDO O QUAL A DEVEDORA TERIA ASSUMIDO UM DÉBITO DE R$ 8.443,73 (OITO MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS).4. SEGUNDO O ART. 783 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, A AÇÃO EXECUTIVA DEVE FUNDAR-SE SEMPRE EM TÍTULO EXECUTIVO DE OBRIGAÇÃO CERTA, LÍQUIDA E EXIGÍVEL. POR SUA VEZ, CONFORME O ART. 784, III DO CPC, PARA QUE O DOCUMENTO PARTICULAR SEJA RECONHECIDO COMO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, O MESMO DEVE ESTAR ASSINADO PELO DEVEDOR E POR 2 (DUAS) TESTEMUNHAS.5. CONTUDO, DA ANÁLISE DOS AUTOS DA AÇÃO EXECUTIVA, VERIFICA-SE QUE A EXECUÇÃO ESTÁ LASTREADA EM DOCUMENTO PARTICULAR SEM ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS (P. 35), OU SEJA, ESTÁ AMPARADA EM DOCUMENTO ESCRITO QUE NÃO CONSTITUI TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DESSE MODO, DIANTE DA AUSÊNCIA DE EXECUTORIEDADE, A AÇÃO DE EXECUÇÃO CONSTITUI VIA PROCESSUAL INADEQUADA PARA SE EXIGIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO NÃO FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL, DEVENDO A CREDORA VALER-SE DE AÇÃO ORDINÁRIA PARA CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.6. DESTACO O ENTENDIMENTO FIRMADO PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ NO SENTIDO DE QUE O INSTRUMENTO PARTICULAR DE RECONHECIMENTO E CONFISSÃO DE DÍVIDA SEM ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS NÃO ATENDE O REQUISITO DO ART. 585, II DO CPC E NÃO CONSTITUI TÍTULO EXECUTIVO.7. RESSALTO, AINDA, QUE A CÓPIA DO RECONHECIMENTO DA FIRMA NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA, NÃO É SUFICIENTE PARA MITIGAR A EXIGÊNCIA DAS ASSINATURAS DAS TESTEMUNHAS E SUPLANTAR A EXIGÊNCIA LEGAL DO ART. 784, II DO CPC.8. VERIFICO, PORTANTO, O ACERTO DA SENTENÇA QUE ACOLHEU A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E EXTINGUI A AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, RECONHECENDO A AUSÊNCIA DE EXECUTORIEDADE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA SEM ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS E DA INADMISSIBILIDADE DO PROCESSAMENTO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO NÃO EXEQUÍVEL PELA VIA EXECUTIVA, UMA VEZ QUE ENCONTRA-SE EM CONFORMIDADE

COM ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STJ, CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO APLICADA AO CASO E A PRÓPRIA ANÁLISE DO INSTRUMENTO PARTICULAR, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER INTEGRALMENTE MANTIDA.IV. DISPOSITIVO E TESE9. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. 2. DOCUMENTO PARTICULAR SEM ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ARTS. 585, II, 783 E 784, III, DO CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: (STJ, AGRG NO ARESP N. 83.779/PR, REL. MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, J. 23/2/2016, DJE 2/3/2016); (STJ, EDCL NO AG N. 1.386.597/MS, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, J. 16/5/2013, DJE 25/6/2013).ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE) - Luan Felipe Camargo de Souza (OAB: 48611/GO)

Nº 0200057-10.2023.8.06.0091 - Apelação Cível - Iguatu - Apelante: João Everton Alves - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA IMPROCEDENTE. PERÍCIA MÉDICA. PROFISSIONAL SEM ESPECIALIZAÇÃO EM TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA. INEXISTÊNCIA DE EXCLUSIVIDADE. PROFISSIONAL DEVIDAMENTE CADASTRADO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS. RECURSO IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AÇÃO DE CONHECIMENTO PELO RITO COMUM PERSEGUINDO INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR DE R$ 9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), A TÍTULO DE SEGURO DPVAT, EM RELAÇÃO AO ACIDENTE DE TRÂNSITO SOFRIDO PELA PARTE AUTORA EM 08/06/2020, AINDA QUE TENHA RECEBIDO ADMINISTRATIVAMENTE DA PARTE RÉ A QUANTIA DE R$ 2.531,25 (DOIS MIL, QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) PELO SINISTRO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER SE O FEITO FOI INSTRUÍDO DE FORMA ADEQUADA PARA FINS DE JULGAMENTO DO MÉRITO OU SE DEVE A SENTENÇA SER ANULADA E DETERMINADO O RETORNO DOS AUTOS PARA A ORIGEM COM O FITO DE QUE SE REALIZE NOVA PERÍCIA COM MÉDICO ESPECIALIZADO EM ORTOPEDIA OU TRAUMATOLOGIA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O SEGURO DPVAT CONSISTE EM INDENIZAÇÃO DEVIDA EM CASOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, CAUSADO POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, AS PESSOAS TRANSPORTADAS OU NÃO, EM CASOS DE MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, E POR DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES, NOS VALORES ESPECIFICADOS PARA CADA SITUAÇÃO PELA LEI Nº 6.194 /1974.4. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, O LAUDO PERICIAL, PÁGS. 194/196, APONTA QUE O PUNHO DIREITO DO AUTOR FOI ACOMETIDO DE FORMA PARCIAL E INCOMPLETA, NO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO).5. SIGNIFICA DIZER QUE, COM BASE NA LEI Nº 6.194/1974, O PERCENTUAL A SER APLICADO É DE 50% (CINQUENTA POR CENTO), REPERCUSSÃO MÉDIA, EM RELAÇÃO AO SEGMENTO ACOMETIDO, APURANDO-SE COMO DEVIDO AO AUTOR O VALOR DE R$ 1.687,50 (MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS). 6. LOGO, A PARTE AUTORA JÁ RECEBEU QUANTIA SUPERIOR AO QUE LHE ERA DEVIDO, MOTIVO PELO QUAL A DEMANDA FOI ACERTADAMENTE JULGADA IMPROCEDENTE PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.7. POIS BEM. A APELAÇÃO ESTÁ FUNDADA NA ALEGAÇÃO DE QUE O MÉDICO QUE REALIZOU A PERÍCIA NÃO CONTAVA COM ESPECIALIZAÇÃO EM TRAUMATOLOGIA OU EM ORTOPEDIA. EVIDENTEMENTE, NÃO LHE ASSISTE RAZÃO, POIS SEU PEDIDO CARECE DE FUNDAMENTO LEGAL E, ATÉ MESMO, DE RAZOABILIDADE.8. O MÉDICO QUE REALIZOU A PERÍCIA CONTA COM A QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA PARA ESTAR CADASTRADO NO SIPER-TJCE, NÃO CABENDO À A PARTE APELANTE IMISCUIR-SE NO MÉRITO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS PERITOS PELO PODER PÚBLICO.9. ALÉM DISSO, O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA EMITIU PARECER Nº 08/96 COM O SEGUINTE TEOR: “NENHUM ESPECIALISTA POSSUI EXCLUSIVIDADE NA REALIZAÇÃO DE QUALQUER ATO MÉDICO. O TÍTULO DE ESPECIALISTA É APENAS PRESUNTIVO DE UM PLUS DE CONHECIMENTO EM UMA DETERMINADA ÁREA DA CIÊNCIA MÉDICA”.10. NA MESMA LINHA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CFM Nº 1.845/2008, A PERÍCIA MÉDICA É RECONHECIDA COMO ÁREA DE ATUAÇÃO COMUM A TODAS AS ESPECIALIDADES MÉDICAS, NÃO SENDO, EM REGRA, IMPRESCINDÍVEL A NOMEAÇÃO DE MÉDICO ESPECIALISTA.11. DISSO DECORRE O ENTENDIMENTO DE QUE NÃO SE PODE EXIGIR A REALIZAÇÃO DE NOVO EXAME POR PROFISSIONAL COM OUTRAS QUALIFICAÇÕES, ASSIM COMO A INSATISFAÇÃO DAS PARTES EM RELAÇÃO ÀS CONCLUSÕES DO LAUDO PERICIAL (OU POR ELE TER DADO RESULTADO NÃO DESEJADO), DE PER SI, NÃO É MOTIVO PARA DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA.12. DIANTE DA SUCUMBÊNCIA RECURSAL, APLICO O DISPOSTO NO ART. 85, § 11, DO CPC, PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS FIXADOS PELA SENTENÇA NO PATAMAR DE 10% (DEZ POR CENTO), OS QUAIS FICAM COM A EXIGIBILIDADE SUSPENSA, DADO O DEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA EM BENEFÍCIO DA PARTE APELANTE (CPC, ART. 98, §§ 2º E 3º).IV. DISPOSITIVO13. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, NO SENTIDO DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Sérgio Ueiler Rodrigues Lopes (OAB: 75767/RS) - Alexandre Hendler Hendler (OAB: 59891/RS) - Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE)

Nº 0200063-52.2023.8.06.0047/50000 - Embargos de Declaração Cível - Baturité - Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Embargado: José Airton Clarindo da Silva - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NÃO DEMONSTRADOS. MERA REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. NÃO MERECEM PROSPERAR OS PRESENTES ACLARATÓRIOS, PORQUE PRETENDEM, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, REDISCUTIR MATÉRIA DE FATO E DE DIREITO JÁ AMPLAMENTE APRECIADA NA DECISÃO ATACADA.2. A SIMPLES ANÁLISE DA EMENTA DO JULGADO RECORRIDO É SUFICIENTE PARA REFUTAR OS ARGUMENTOS LEVANTADOS NOS EMBARGOS OPOSTOS.3. A INSATISFAÇÃO DO RECORRENTE FOI OBJETO DE ABORDAGEM DIRETA NO ACORDÃO RECORRIDO. OS ACLARATÓRIOS SE LIMITAM A REBATAR QUESTÕES JÁ AMPLAMENTE DECIDIDAS, NÃO TRAZENDO OBJETIVAMENTE QUALQUER INDICATIVO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.4. MESMO QUE A EMBARGANTE ACHE INJUSTO O NÃO PROVIMENTO DO SEU RECURSO, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SÃO ADEQUADOS PARA REVISAR OS FUNDAMENTOS VISTOS E

RESOLVIDOS, NOTADAMENTE QUANDO NÃO SE VISLUMBRA VÍCIOS NO JULGAMENTO, TRATANDO-SE, NO CASO, DE MERO DESCONFORTO COM O RESULTADO FINAL DO PROCESSO. 5. ATÉ QUANDO MANEJADOS COM O FIM DE OBTER O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DEVEM SE ATER ÀS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O QUE, DE FATO, NÃO OCORRE NA ESPÉCIE. 6. COMO O RECURSO NÃO SE PRESTA PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA, DADO O DISPOSTO NA SÚMULA 18 DO TJ/CE: "SÃO INDEVIDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE TÊM POR ÚNICA FINALIDADE O REEXAME DA CONTROVÉRSIA JURÍDICA JÁ APRECIADA", INEXISTE RAZÃO QUANTO À PRETENSÃO DE RETOQUE.7. APESAR DO DESACOLHIMENTO DO DIREITO INVOCADO PELA PARTE RECORRENTE, O INSTRUMENTO APRESENTADO NÃO SE AFIGURA MERAMENTE PROTELATÓRIO, SOBRETUDO POR SE TRATAR DE MEIO IDÔNEO E LEGAL DE INSURGÊNCIA, INTERPOSTO SEM EXTRAPOLAÇÃO DAS DIRETRIZES NORMATIVAS. 8. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0200063-52.2023.8.06.0047/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: 27988/CE) - Patricia Barbosa Mota (OAB: 43364/CE) - Débora Quitéria Oliveira Vieira (OAB: 39591/CE)

Nº 0201288-03.2023.8.06.0114/50000 - Embargos de Declaração Cível - Lavras da Mangabeira - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargado: Vicente Serafim da Silva - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. NULIDADE DE ALGIBEIRA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA ANTERIORMENTE NÃO SUBMETIDA A APRECIAÇÃO DESSA INSTÂNCIA CONSTITUI, EM REGRA, VERDADEIRA INOVAÇÃO RECURSAL. 2. O EMBARGANTE ALEGA VÍCIO NA SUA CITAÇÃO PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, PORÉM SEQUER APRESENTOU APELAÇÃO NESSE SENTIDO OU MESMO FALOU SOBRE TAL QUESTÃO EM CONTRARRAZÕES AO RECURSO DO EMBARGADO. ALÉM DO MAIS, DEIXOU DE INTERPOR AGRAVO DE INSTRUMENTO, NO MOMENTO OPORTUNO, DA DECISÃO QUE RECONHECEU A SUA REVELIA. 3. EMBORA A NULIDADE LEVANTADA SEJA MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA QUE PODE SER RECONHECIDA ATÉ MESMO DE OFÍCIO, ENTENDO QUE SUA INVOCAÇÃO APENAS EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, TÃO SOMENTE NA SEGUNDA INSTÂNCIA, CONFIGURA NÍTIDA NULIDADE DE ALGIBEIRA.4. ATÉ QUANDO MANEJADOS COM O FIM DE OBTER O PREQUESTIONAMENTO, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DEVEM SE ATER ÀS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O QUE, DE FATO, NÃO OCORRE NA ESPÉCIE.5. COMO O RECURSO OPOSTO NÃO SE PRESTA AO FIM A QUE ELE SE DESTINA, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS QUE O JUSTIFIQUE, SEU DESACOLHIMENTO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, COM BASE NA SÚMULA 18 DO TJ/CE.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0201288-03.2023.8.06.0114/50000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Renato Alves de Melo (OAB: 29801/CE) - Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB: 42362/CE)

Nº 0217937-62.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Agripina Xaxa da Silva - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL. PARTE QUE NÃO CUMPRIU DILIGÊNCIA DETERMINADA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO DO ENDEREÇO DO REQUERIDO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO REGULAR VÁLIDOS. ART. 485, IV DO CPC. EXTINÇÃO DEVIDA. RECURSO IMPROVIDO.1. COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE FOI EXARADA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE FL. 125 DETERMINANDO A INTIMAÇÃO DA PARTE APELANTE PARA PROVIDENCIAR, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, O ENDEREÇO DO PROMOVIDO OU REQUERER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CITAÇÃO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE NO ART. 485, IV DO CPC. 2. ENTRETANTO, A PARTE APELANTE DEIXOU DE APRESENTAR AS INFORMAÇÕES EXIGIDAS, O QUE ACARRETOU A EXTINÇÃO DA DEMANDA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.3. A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA RECONHECE QUE, DE ACORDO COM O ARTIGO 239 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, NÃO TENDO A PARTE AUTORA INDICADO O ENDEREÇO DA PARTE CONTRÁRIA PARA CITAÇÃO, O FEITO CARECE DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDOS, O QUE IMPLICA SUA EXTINÇÃO.4. ASSIM, NÃO MERECEM ACOLHIDA OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELO APELANTE, TENDO ESTE INCORRIDO EM MORA PROCESSUAL. PORTANTO, NÃO DEVE O PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL TRANSPOR OS LIMITES DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.5. DESSA MANEIRA, A SENTENÇA ATACADA FOI PROLATADA DE FORMA ESCORREITA, COMO SE INFERE, A PARTE TEVE A OPORTUNIDADE DE ATENDER AO COMANDO JUDICIAL NO SENTIDO DE FORNECER ENDEREÇO ATUALIZADO DO REQUERIDO PARA FINS DE CITAÇÃO, PORÉM NÃO CUMPRIU COM O SEU DEVER LEGAL. 6. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO DE APELAÇÃO DE Nº 0217937-62.2021.8.06.0001, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Maria Socorro Araújo Santiago (OAB: 1870/CE)

Nº 0235678-81.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Janete Bezerra da Silva - Apelado: Latam Airlines Group S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO MAS NÃO PROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. RECURSO DE APELAÇÃO

INTERPOSTO POR JANETE BEZERRA DA SILVA CONTRA SENTENÇA DA 34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS FORMULADOS EM FACE DE LATAM AIRLINES GROUP S.A., DECORRENTES DE ALEGADO EXTRAVIO DEFINITIVO DE BAGAGEM.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PARTE DA COMPANHIA AÉREA DEVIDO AO ALEGADO EXTRAVIO DA BAGAGEM DA APELANTE; E (II) DETERMINAR SE É CABÍVEL A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM RAZÃO DOS FATOS ALEGADOS. III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A RESPONSABILIDADE DAS COMPANHIAS AÉREAS NO TRANSPORTE DE BAGAGENS É OBJETIVA, CONFORME O ARTIGO 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC), SENDO DISPENSADA A COMPROVAÇÃO DE CULPA PARA QUE HAJA REPARAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.4. APESAR DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO CONSUMIDOR, CONFORME O ARTIGO 6º, VIII, DO CDC, TAL INVERSÃO NÃO DESOBRIGA O AUTOR DE APRESENTAR PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, CONFORME ARTIGO 373, I, DO CPC.5. NO CASO CONCRETO, A APELANTE NÃO APRESENTOU COMPROVANTES DE QUE DESPACHOU A BAGAGEM NO CHECK-IN, TAMPOUCO PROVAS DOS ITENS ALEGADAMENTE EXTRAVIADOS, O QUE INVIABILIZA O RECONHECIMENTO DO DANO E A INDENIZAÇÃO PRETENDIDA.6. A PROPOSTA DE INDENIZAÇÃO EM FORMA DE VOUCHER PELA COMPANHIA AÉREA, BASEADA NA RESOLUÇÃO Nº 400 DA ANAC, ARTIGO 32, REFORÇA QUE HOUVE TENTATIVA DE SOLUÇÃO, MAS SEM COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS, NÃO SE PODE ACOLHER O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO.7. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS INDICAM QUE, MESMO EM RELAÇÕES DE CONSUMO, É NECESSÁRIO QUE O CONSUMIDOR PRODUZA PROVA MÍNIMA DOS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO PARA QUE O PEDIDO INDENIZATÓRIO SEJA ACOLHIDO.IV. DISPOSITIVO E TESE:8. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO. TESE DE JULGAMENTO: 1. O CONSUMIDOR, MESMO EM CASOS DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, DEVE PRODUZIR PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO PARA PLEITEAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 2. A SIMPLES ALEGAÇÃO DE EXTRAVIO DE BAGAGEM SEM COMPROVAÇÃO MÍNIMA DE SEU DESPACHO OU CONTEÚDO NÃO GERA DIREITO À INDENIZAÇÃO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, XXXII; CDC, ARTS. 2º, 3º, 6º, VIII, 14; CPC, ART. 373, I; RESOLUÇÃO Nº 400/ANAC, ART. 32.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0204797-68.2015.8.06.0001, REL. DES. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, J. 04.02.2020; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL Nº 0055470-70.2016.8.06.0112, REL. DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, J. 15.12.2021.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: SABRINA LUMERTZ WEBBER (OAB: 116477/RS) - Fernando Rosenthal (OAB: 146730/SP)

Nº 0236107-77.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Warlley Gomes de Morais - Apelado: Ministério Público Estadual - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APELAÇÃO CÍVEL. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. HIPÓTESE QUE ENSEJA A APLICAÇÃO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO DIANTE DA GRAVIDADE DO ATO PRATICADO. RECURSO DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR WARLLEY GOMES DE MORAIS CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A REPRESENTAÇÃO APRESENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (121, § 2º, II E VII, C/C 14, II, DO AMBOS DO CP).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SE RESTOU DEMONSTRADO QUE O APELANTE AGIU EM LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA; E (II) SE A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO FOI APLICADA CORRETAMENTE. III. RAZÕES DE DECIDIR:3. DA ANÁLISE DETIDA DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE AS PROVAS PRODUZIDAS DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL SÃO SUFICIENTES E ROBUSTAS PARA COMPROVAR A MATERIALIDADE E A EFETIVA AUTORIA DO REPRESENTADO, ORA RECORRENTE, NA PRÁTICA DO ATO INFRACIONAL, OBJETO DA REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO.4. NO TOCANTE AO ARGUMENTO DE LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA, AS ALEGAÇÕES RECURSAIS NÃO MERECEM PROSPERAR, SOBRETUDO PORQUE NÃO HÁ NOS AUTOS PROVA CAPAZ DE DEMONSTRAR QUE HOUVE SITUAÇÃO AMEAÇADORA PRODUZIDA PELA VÍTIMA APTA A JUSTIFICAR A ATITUDE DO REPRESENTADO, QUE A PARTIR DE UMA SIMPLES INDAGAÇÃO, O ADOLESCENTE, INSTANTANEAMENTE, SACOU A ARMA E EFETUOU OS DISPAROS.5. DESSA FORMA, COMPROVADA A PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, PASSA-SE À ANÁLISE DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA IMPOSTA.6. COM EFEITO, A LEI Nº 8.069/90, CHAMADA DE ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, TEM COMO FINALIDADE MAIOR A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, INCLUSIVE COM A PREVISÃO DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA CAPAZ DE CONSCIENTIZAR O INFRATOR QUE A SUA CONDUTA DISCREPA DA ORDEM JURÍDICA CRIADA PELO MEIO SOCIAL COMO ORIENTADORA DO COMPORTAMENTO DOS INDIVÍDUOS. DAÍ A NECESSIDADE DE SUPORTAR AS CONSEQUÊNCIAS DO ATO PRATICADO, O QUE SE CONSUBSTANCIA ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA PROPORCIONAL À INFRAÇÃO COMETIDA.7. LOGO, COMPULSANDO DETIDAMENTE OS AUTOS, OBSERVA-SE QUE A REPRIMENDA APLICADA SE MOSTRA ADEQUADA PARA A RESSOCIALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO MENOR, SOBRETUDO PORQUE O ATO INFRACIONAL FOI PRATICADO COM VIOLÊNCIA À PESSOA, O QUE REVELA A NECESSIDADE DE UM ACOMPANHAMENTO MAIS PRÓXIMO POR PARTE DO ESTADO.8. ASSIM, AGIU COM ACERTO O MAGISTRADO A QUO AO APLICAR A MEDIDA DE INTERNAÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 112, INCISO VI, E ARTS. 121 E 122, INCISO I, DO ECA.IV. DISPOSITIVO.11. RECURSO DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0624927-02.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravado: DJONI DE ARAUJO NEVES - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA

DE URGÊNCIA. EXCLUSÃO DE ANOTAÇÃO NO SERASA. FRAUDE BANCÁRIA. MULTA DIÁRIA. RAZOABILIDADE.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU A EXCLUSÃO DE ANOTAÇÃO NO SERASA, COM FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA DE R$ 500,00, LIMITADA A R$ 50.000,00, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM DETERMINAR: (I) SE ESTÃO PRESENTES OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA PARA EXCLUSÃO DA ANOTAÇÃO; E (II) SE O VALOR DA MULTA DIÁRIA FIXADA OBSERVA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA, ANTE A PROBABILIDADE DO DIREITO EVIDENCIADA PELOS INDÍCIOS DE FRAUDE BANCÁRIA E O PERIGO DE DANO DEMONSTRADO PELOS PREJUÍZOS ÀS ATIVIDADES COMERCIAIS DO AUTOR.4. A MULTA DIÁRIA (ASTREINTES) POSSUI NATUREZA COERCITIVA, NÃO COMPENSATÓRIA OU INDENIZATÓRIA, SENDO SEU VALOR PASSÍVEL DE MODIFICAÇÃO PELO JUIZ, NOS TERMOS DO ART. 537, §1º DO CPC, CASO SE MOSTRE INSUFICIENTE OU EXCESSIVA.5. O VALOR FIXADO NÃO SE MOSTRA DESPROPORCIONAL, CONSIDERANDO QUE SEU OBJETIVO É GARANTIR O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, NÃO PODENDO SER REDUZIDO A PATAMAR QUE TORNE MAIS VANTAJOSO O DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS:CPC, ART. 300, CAPUT E §3ºCPC, ART. 537, §1º, I E IIACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR, QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA E HORA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Djoni de Araujo Neves Filho (OAB: 35973/CE) - Italo Mota Sampaio (OAB: 23352/CE) - Danielle de Farias Oliveira (OAB: 26779/CE)

Nº 0624972-06.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Tianguá - Agravante: Davi da Silva Lira - Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. DESCRIÇÃO DO BEM NO CONTRATO. SUFICIÊNCIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. COMPROVAÇÃO DA MORA.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO EM AÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, SOB ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO COMPLETA DO BEM NO CONTRATO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM DETERMINAR: (I) SE A DESCRIÇÃO DO BEM NO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA É SUFICIENTE PARA SUA IDENTIFICAÇÃO; E (II) SE HOUVE REGULAR CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O CONTRATO APRESENTA ELEMENTOS MÍNIMOS SUFICIENTES PARA IDENTIFICAÇÃO DO BEM (MODELO, VERSÃO, ANO), SENDO IRRELEVANTE A AUSÊNCIA DE PLACA E RENAVAM, ESPECIALMENTE PORQUE O AGRAVANTE NÃO É TERCEIRO NA RELAÇÃO CONTRATUAL E TEM PLENA CIÊNCIA DO VEÍCULO ALIENADO.4. A COMPROVAÇÃO DA MORA EM CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SE PERFECTIBILIZA COM O ENVIO DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL AO ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO, SENDO DISPENSÁVEL A PROVA DO RECEBIMENTO PELO DESTINATÁRIO, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ NO TEMA 1.132.5. NÃO É EXIGÍVEL QUE O CREDOR PROCURE NOVO ENDEREÇO DO DEVEDOR, CABENDO A ESTE INFORMAR EVENTUAL ALTERAÇÃO.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS:DECRETO-LEI Nº 911/1969, ART. 1º, “D”DECRETO-LEI Nº 911/1969, ART. 2º, §2ºDECRETO-LEI Nº 911/1969, ART. 3ºJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:STJ, SÚMULA Nº 72STJ, RESP Nº 1.951.888/RS, TEMA 1.132STJ, RESP Nº 1.951.662/RS, TEMA 1.132ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO E PREJUDICAR O AGRAVO INTERNO INTERPOSTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR, QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA E HORA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Rogério Pereira Dantas (OAB: 21220/CE) - Rosângela da Rosa Correa (OAB: 205961/SP)

Nº 0624972-06.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Tianguá - Agravante: Davi da Silva Lira - Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. DESCRIÇÃO DO BEM NO CONTRATO. SUFICIÊNCIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. COMPROVAÇÃO DA MORA.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DEFERIU LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO EM AÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, SOB ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO COMPLETA DO BEM NO CONTRATO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM DETERMINAR: (I) SE A DESCRIÇÃO DO BEM NO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA É SUFICIENTE PARA SUA IDENTIFICAÇÃO; E (II) SE HOUVE REGULAR CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O CONTRATO APRESENTA ELEMENTOS MÍNIMOS SUFICIENTES PARA IDENTIFICAÇÃO DO BEM (MODELO, VERSÃO, ANO), SENDO IRRELEVANTE A AUSÊNCIA DE PLACA E RENAVAM, ESPECIALMENTE PORQUE O AGRAVANTE NÃO É TERCEIRO NA RELAÇÃO CONTRATUAL E TEM PLENA CIÊNCIA DO VEÍCULO ALIENADO.4. A COMPROVAÇÃO DA MORA EM CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA SE PERFECTIBILIZA COM O ENVIO DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL AO ENDEREÇO INDICADO NO CONTRATO, SENDO DISPENSÁVEL A PROVA DO RECEBIMENTO PELO DESTINATÁRIO, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ NO TEMA 1.132.5. NÃO É EXIGÍVEL QUE O CREDOR PROCURE NOVO ENDEREÇO DO DEVEDOR, CABENDO A ESTE INFORMAR EVENTUAL ALTERAÇÃO.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS:DECRETO-LEI Nº 911/1969, ART. 1º, “D”DECRETO-LEI Nº 911/1969, ART. 2º, §2ºDECRETO-LEI Nº 911/1969, ART. 3ºJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:STJ, SÚMULA Nº 72STJ, RESP Nº 1.951.888/RS, TEMA 1.132STJ, RESP Nº 1.951.662/RS, TEMA 1.132ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NEGAR PROVIMENTO AO

AGRAVO DE INSTRUMENTO E PREJUDICAR O AGRAVO INTERNO INTERPOSTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR, QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA E HORA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Rogério Pereira Dantas (OAB: 21220/CE) - Rosângela da Rosa Correa (OAB: 205961/SP)

Nº 0631580-20.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Agravante: Itaú Unibanco Holding S/A - Agravado: DIEGO DE AQUINO BATISTA - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO EM FASE POSTULATÓRIA (CITAÇÃO). DECISÃO DO PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU A BUSCA DE ENDEREÇO DA PARTE RÉ NOS SISTEMAS SISBAJUD, RENAJUD E INJOFUD. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A APLICATIVOS. BUSCA DE ENDEREÇO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DO PROVIMENTO JURISPRUDENCIAL E DA COOPERAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS DO PROCESSO. RECURSO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO EM FASE POSTULATÓRIA EM QUE O AUTOR ALMEJA A BUSCA DE ENDEREÇO DO RÉU, PARA FINS DE CITAÇÃO, POR MEIO DE SISTEMAS POSTOS À DISPOSIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER A POSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO, COM O FIM DE LOCALIZAR O ENDEREÇO DO RÉU, EM COOPERAÇÃO À PARTE AUTORA: (I) REALIZAR CONSULTA NOS SISTEMAS SISBAJUD, RENAJUD E INFOJUD PARA A REFERIDA FINALIDADE; (II) EXPEDIR OFÍCIOS AOS APLICATIVOS IFOOD, UBER, RAPPI E 99TAXI PARA O MESMO ESCOPO, ISSO COM ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COM APOIO NOS ARTS. 6º, 139, II E IV, E 256 DO CPC.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A CONTROVÉRSIA RECURSAL RESUME-SE EM AFERIR SE MERECE REFORMA A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU O PEDIDO DE CONSULTA AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM VISTAS A IDENTIFICAR O ENDEREÇO DO RECORRIDO.4. EM VISTA DE EXISTIR A DIFICULDADE, EM ALGUNS CASOS, DO AUTOR NÃO ENCONTRAR O RÉU PARA QUE O PROCESSO SEJA TRIANGULARIZADO, NÃO HÁ NENHUM ÓBICE LEGAL PARA QUE O JULGADOR, PODENDO FAZER, UTILIZE AS FERRAMENTAS QUE O PODER JUDICIÁRIO DISPONIBILIZA PARA ENCONTRAR O RÉU COM O FITO DE SATISFAZER A PRETENSÃO AUTORAL BUSCADA, PELO CONTRÁRIO, O CPC FOI PROMULGADO COM RICA PARTE PRINCIPIOLÓGICA RELACIONADA À COOPERAÇÃO ENTRE OS ENVOLVIDOS, INCLUINDO OS MAGISTRADOS.6. CONFORME ORIENTAÇÃO JÁ SEDIMENTADA DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A PESQUISA EM REGISTROS OFICIAIS É SIMPLES PROVIDÊNCIA NÃO CONDICIONADA AO ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PELA PARTE CREDORA E QUE PRIVILEGIA A CELERIDADE/EFETIVIDADE/ECONOMIA PROCESSUAL, SEM ONERAR EM DEMASIA A SERVENTIA JUDICIAL.7. EM RELAÇÃO À EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS AOS APLICATIVOS DE SERVIÇOS E DE ENTREGAS, DESTACO, DESDE LOGO, O ART. 319, § 1º, DO CPC, O QUAL PREVÊ, CASO O AUTOR NÃO DISPONHA DE INFORMAÇÕES RELATIVAS À CORRETA IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PARTE DEMANDADA, PODERÁ REQUERER AO JUIZ A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS À SUA OBTENÇÃO.8. COM EFEITO, MALGRADO SEJA ÔNUS DO AUTOR DILIGENCIAR PARA LOCALIZAR O ENDEREÇO DO RÉU, PODE ELE DISPOR DA COLABORAÇÃO DO JULGADOR, A FIM DE VIABILIZAR O ANDAMENTO DO FEITO.9. DO COTEJO DOS AUTOS DA AÇÃO DE ORIGEM, EXTRAI-SE QUE, DE FATO, O BANCO AGRAVANTE JÁ REALIZOU VÁRIAS TENTATIVAS DE LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO PARA APREENSÃO DO VEÍCULO, SENDO TODAS INÓCUAS.10. ASSIM, MANTENDO-SE O MESMO RACIOCÍNIO ACERCA DOS SISTEMAS SISBAJUD, RENAJUD E INFOJUD, TENHO POR ACEITÁVEL O PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A EMPRESAS, VEZ QUE O CPC ADMITE DILIGÊNCIAS PELO JUÍZO NO INTUITO DE LOCALIZAÇÃO DO ATUAL PARADEIRO DO RÉU, A FIM DE EFETIVAR SUA CITAÇÃO COM BASE NO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO PREVISTA NO ART. 6º DO CPC, QUE ESTABELECE QUE "TODOS OS SUJEITOS DO PROCESSO DEVEM COOPERAR ENTRE SI PARA QUE SE OBTENHA, EM TEMPO RAZOÁVEL, DECISÃO DE MÉRITO JUSTA E EFETIVA".IV. DISPOSITIVO11. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, NO SENTIDO DE A ELE DAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB: 248970/SP)

Nº 0632909-67.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Ipu - Agravante: Maria Júlia Gomes da Silva - Agravado: Francisco José de Carvalho e Silva Júnior - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA DEFERIDA. MULTA COMINATÓRIA. INSURGÊNCIA DA PARTE BENEFICIADA QUANTO AO VALOR FIXADO NA ORIGEM PELO DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA. ASTREINTE PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE OBJETIVA A REANÁLISE, ALMEJANDO A MAJORAÇÃO, DO VALOR ARBITRADO PELO JUÍZO A QUO, A TÍTULO DE ASTREINTES, AO TEMPO EM QUE CONCEDEU A TUTELA DE URGÊNCIA PERSEGUIDA NA DEMANDA DE ORIGEM E EM CARÁTER ANTECIPADO, NESTES TERMOS: "EM RAZÃO DISSO, CONCEDO, LIMINARMENTE, A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA VINDICADA NA EXORDIAL E, COM ISSO, DETERMINO À REQUERIDA QUE ALTERE A LOCALIZAÇÃO DA CÂMERA DE SEGURANÇA, FILMANDO SOMENTE A VIA PÚBLICA, NO PRAZO DE 03 DIAS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) POR DIA, LIMITADOS A R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)".II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM ANALISAR SE A MULTA COMINATÓRIA APLICADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA É PROPORCIONAL E RAZOÁVEL, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA DEFERIDA, COM INCIDÊNCIA DIÁRIA DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), LIMITADA AO VALOR TOTAL DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).III. RAZÕES DE DECIDIR3. ASTREINTES, TAMBÉM CONHECIDAS COMO MULTAS COMINATÓRIAS, SÃO SANÇÕES DE NATUREZA PROCESSUAL PREVISTAS NO ART. 537 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ESSAS MULTAS SÃO UTILIZADAS COMO UMA TÉCNICA DE COERÇÃO PARA COMPELIR O DEVEDOR A CUMPRIR UMA OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER, SENDO IMPOSTAS PELO JUIZ INDEPENDENTEMENTE DE REQUERIMENTO DA PARTE INTERESSADA.4. A PRETENSÃO RECURSAL OBJETIVA A MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO PARA A MULTA COMINATÓRIA DELINEADA PELO JUÍZO A QUO POR OCASIÃO DO DEFERIMENTO DE PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA EM PROL DA PARTE AGRAVANTE.5. NO QUE SE REFERE À QUANTIA FIXADA (MULTA DIÁRIA), PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO, NA ORDEM DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) DIÁRIOS, ATÉ O LIMITE DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), ENTENDO QUE TAL PATAMAR SE ENCONTRA DE ACORDO COM A RAZOABILIDADE E A PROPORCIONALIDADE, COMO MEIO DE SE FAZER CUMPRIR O DECISUM, DE MODO QUE EVITA O ESVAZIAMENTO DAS ASTREINTES; BEM PONDERADO, AINDA, A CAPACIDADE FINANCEIRA DA PARTE AGRAVADA E A NATUREZA DO DIREITO ENVOLVIDO.6.

DESTACA-SE QUE A MULTA DIÁRIA NÃO POSSUI NATUREZA COMPENSATÓRIA OU INDENIZATÓRIA, E SIM, CARÁTER COERCITIVO. COM EFEITO, ATENDENDO-SE O COMANDO JUDICIAL, O QUE NÃO É UMA OPÇÃO, MAS UM DEVER, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM INCIDÊNCIA DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES, NÃO HAVENDO, DESSE MODO, QUALQUER DANO OU ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.7. ADEMAIS, A JURISPRUDÊNCIA DO STJ TEM SE FIRMADO NO SENTIDO DE QUE A DECISÃO QUE COMINA MULTA NÃO PRECLUI E NÃO FAZ COISA JULGADA, PODENDO SER REDUZIDA OU MAJORADA A POSTERIORI, QUANDO SE MOSTRAR NECESSÁRIO, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS.8. POR OUTRO LADO, NÃO É POSSÍVEL ATENDER AO PLEITO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM FIXADO PARA UM VALOR QUE O DESTINATÁRIO DA ORDEM ENTENDA JUSTO, DANDO-LHE A POSSIBILIDADE DE AVALIAR QUAL ALTERNATIVA SERIA ECONOMICAMENTE MAIS VIÁVEL; CUMPRIR A OBRIGAÇÃO OU ARCAR COM A MULTA.9. ASSIM, TENDO EM VISTA O OBJETO DA LIDE E SUA PERSECUÇÃO NA ORIGEM, A IMPORTÂNCIA DA MULTA COMINATÓRIA FIXADA EM R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) DIÁRIOS, ATÉ O LIMITE DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), APRESENTA-SE EM HARMONIA COM OS PARADIGMAS DELIMITADOS POR NOSSA ORDEM JURÍDICA PROCESSUAL, NÃO HAVENDO RAZÃO PARA A MAJORAÇÃO. IV. DISPOSITIVO10. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, NO SENTIDO DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Carlos Renato Martins Torres (OAB: 22541/CE) - Audizio Emanuel Paiva Mororó (OAB: 21639/CE) - Lorena Fortuna Cirqueira (OAB: 38477/CE)

Nº 0633061-18.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Iguatu - Agravante: Associação dos Advogados do Banco do Nordeste do Brasil - ASABNB - Agravado: Indara A da Silva Maquinas Me (Atualmente Facchini Maquinas e Implementos Ltda) - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEMANDA ORIGINAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE HONORÁRIOS. DECISÃO DO PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PESQUISA NO SISTEMA SNIPER E DE INSCRIÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS POR MEIO DA CNIB. MEIOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DO CREDOR VISANDO A SATISFAÇÃO DE SEU DIREITO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE RESPEITADO. PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DO PROVIMENTO JURISDICIONAL E DA COOPERAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS DO PROCESSO. RECURSO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM QUE, NA ORIGEM, FOI DENEGADO O REQUERIMENTO DE PESQUISA DE BENS NO SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DE ATIVOS (SNIPER), BEM COMO A INSCRIÇÃO DE EVENTUAIS BENS DA PARTE AGRAVADA COMO INDISPONÍVEIS POR MEIO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB). II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER A POSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO AUTORIZAR: (I) A CONSULTA NO SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - SNIPER, O QUAL AGILIZA E FACILITA A INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA LOCALIZAÇÃO DE BENS E ATIVOS; (II) A UTILIZAÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB) DE FORMA SUBSIDIÁRIA, APÓS O ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COM APOIO NO ART. 139, II E IV, DO CPC.III. RAZÕES DE DECIDIR3. SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - SNIPER. O PRIMEIRO PONTO A SER ANALISADO NESTE RECURSO GIRA EM TORNO DA POSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO AUTORIZAR, NO BOJO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO, CONSULTA NO SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - SNIPER, O QUAL AGILIZA E FACILITA A INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA LOCALIZAÇÃO DE BENS E ATIVOS.4. NO CASO DOS AUTOS, A REALIZAÇÃO DE CONSULTA NO SOBREDITO SISTEMA É MEDIDA DE DIREITO POSSÍVEL DE SER REALIZADA, UMA VEZ QUE ATENDE AS EXIGÊNCIAS DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA CELERIDADE, E ENSEJARIA UMA POSTURA COOPERATIVA DO JUÍZO A QUO.5. A DECISÃO HOSTILIZADA, A SEU TURNO, DENEGOU A PESQUISA.6. NO CASO CONCRETO, RESTARAM FRUSTRADAS AS PESQUISAS DE BENS RELACIONADAS VIA SISTEMAS SISBAJUD, RENAJUD E INFOJUD, O QUE MOTIVOU O PLEITO DE REALIZAÇÃO DE CONSULTA NO SNIPER.7. É RELEVANTE ANOTAR QUE A MEDIDA POSTULADA TRATA-SE DE SIMPLES PROVIDÊNCIA NÃO CONDICIONADA AO ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PELA PARTE CREDORA E QUE PRIVILEGIA A CELERIDADE/EFETIVIDADE/ECONOMIA PROCESSUAL, SEM ONERAR EM DEMASIA A SERVENTIA JUDICIAL.8. DE RIGOR, POIS, A REFORMA DA DECISÃO PARA DEFERIR A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA SNIPER COM O FIM DE LOCALIZAR OS BENS DA PARTE AGRAVADA.9. CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - CNIB. O SEGUNDO PONTO NODAL DO RECURSO CONSISTE NA UTILIZAÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB) DE FORMA SUBSIDIÁRIA, APÓS O ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COM APOIO NO ART. 139, II E IV, DO CPC.10. NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NO ART. 2º DO PROVIMENTO Nº 39/2014 DO CNJ, A CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - CNIB TEM POR FINALIDADE NÃO SOMENTE A DIVULGAÇÃO DAS ORDENS DE INDISPONIBILIDADE, COMO MECANISMO DE CONSULTA, MAS IGUALMENTE A RECEPÇÃO DAS ORDENS PARA A DECRETAÇÃO: “DE INDISPONIBILIDADES QUE ATINJAM PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO INDISTINTO, ASSIM COMO DIREITOS SOBRE IMÓVEIS INDISTINTOS, E A RECEPÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE LEVANTAMENTO DAS ORDENS DE INDISPONIBILIDADE NELA CADASTRADAS”.11. CONSOANTE O PROVIMENTO Nº 39/2014 DO CNJ, O SISTEMA FOI INSTITUÍDO TENDO EM VISTA A “NECESSIDADE DE RACIONALIZAR O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E OS ÓRGÃOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO, VISANDO CELERIDADE E EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO”.12. DEVERAS, A UTILIZAÇÃO DO CNIB DE FORMA SUBSIDIÁRIA, APÓS O ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COMO NO CASO DOS AUTOS, ENCONTRA APOIO NO ART. 139, II E IV DO CPC, E NÃO VIOLA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE OU DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR.13. DEVE-SE, PORTANDO, AUTORIZAR A DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE EVENTUAIS BENS PERTENCENTES A PARTE AGRAVADA POR MEIO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB).IV. DISPOSITIVO14. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, NO SENTIDO DE A ELE DAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE) - Antônio Emanuel Araújo Oliveira (OAB: 20528/CE) - Francisco Edmilson Alves Araujo Filho (OAB: 27970/CE)

Nº 0633715-05.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Eneida Maria Martins Said - Agravado: Mais Agência - Mais Soluções Imobiliárias Inteligentes Ltda - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202

- Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DILIGÊNCIAS. SISBAJUD. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA CELERIDADE. AGRAVO PROVIDO.1. NO PRESENTE CASO, PARECEM RAZOÁVEIS E RELEVANTES AS ALEGAÇÕES DA PARTE AGRAVANTE, POIS, COMPULSANDO OS AUTOS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, VÊ-SE QUE A DECISÃO GUERREADA FOI PROFERIDA SEM OBSERVAR OS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE, EFETIVIDADE E DEVIDA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.2. FAZ-SE OPORTUNO DESTACAR QUE A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA RECONHECE DE FORMA AMPLA A POSSIBILIDADE DAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS ACESSAREM OS SISTEMAS E PLATAFORMAS PARA BUSCA DE DADOS IMPRESCINDÍVEIS AO REGULAR PROCESSAMENTO E JULGADO DAS DEMANDAS JUDICIAS, A EXEMPLO DA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 139, INCISO IV E ARTIGO 830, AMBOS DO CPC.3. DESSE MODO, TEM-SE QUE, FRUSTRADAS AS TENTATIVAS DE CITAÇÃO, COMO OCORREU NO FEITO DE ORIGEM, INEXISTEM ÓBICES À APLICAÇÃO DAS PREVISÕES ACOSTADAS NOS DISPOSITIVOS SUPRAMENCIONADOS.4. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DA AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0633715-05.2024.8.06.0000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 6 DE OUTUBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Edson Antônio Cruz Santana (OAB: 13548/CE)

Nº 0633802-58.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Leiryanne Rabelo Morais - Agravado: Safra Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. LIMINAR DEFERIDA. MORA CARACTERIZADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR LEIRYANNE RABELO MORAIS CONTRA DECISÃO QUE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO AJUIZADA PELO SAFRA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, DEFERIU O PEDIDO LIMINAR, ANTE A COMPROVAÇÃO DA MORA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA EM RAZÃO DAS SUPOSTAS COBRANÇAS ABUSIVAS NO CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. NO PRESENTE CASO, NÃO SE VISLUMBRA PLAUSIBILIDADE JURÍDICA A ENSEJAR O PROVIMENTO DO RECURSO, NA MEDIDA EM QUE O ARTIGO 2º, §2º, DO DECRETO-LEI Nº 911/1969 PREVÊ QUE PARA A CONCESSÃO DA BUSCA E APREENSÃO É NECESSÁRIO QUE SEJA COMPROVADA A MORA DO DEVEDOR, O QUE OCORREU NO CASO EM COMENTO.4. OBSERVA-SE QUE, NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO FIRMADO COM O RECORRIDO, CONSTA O MESMO ENDEREÇO DAQUELE EM QUE FOI REALIZADA A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, RAZÃO PELA QUAL REPUTA-SE COMO VÁLIDA.5. INSTA SALIENTAR QUE, PARA A COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, É DISPENSÁVEL A SUA NOTIFICAÇÃO PESSOAL, BASTANDO QUE SEJA COLACIONADA AOS AUTOS CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO E ENVIADA AO ENDEREÇO FORNECIDO NO CONTRATO, NÃO SE EXIGINDO QUE A CARTA SEJA RECEBIDA PELO DEVEDOR FIDUCIÁRIO, COMO NO CASO DOS AUTOS.6. NESTE SENTIDO, CUMPRE DESTACAR QUE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO RESP 1.951.888/RS E DO RESP 1.951.662/RS APROVOU A SEGUINTE TESE NO TEMA 1.132: “PARA A COMPROVAÇÃO DA MORA NOS CONTRATOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, É SUFICIENTE O ENVIO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL AO DEVEDOR NO ENDEREÇO INDICADO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL, DISPENSANDO-SE A PROVA DO RECEBIMENTO, QUER SEJA PELO PRÓPRIO DESTINATÁRIO, QUER POR TERCEIROS.”.7. ADEMAIS, A DECISÃO ATACADA SE LIMITOU A ANALISAR A COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR REQUESTADA NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO FUNDADA NO DECRETO-LEI Nº. 911/69.8. AINDA QUE FOSSE CABÍVEL O CONHECIMENTO DA MATÉRIA, AS RAZÕES RECURSAIS TAMBÉM NÃO MERECERIAM ACOLHIMENTO, SOBRETUDO PORQUE A SEGUNDA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ), SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS (TEMA 1.040), ESTABELECEU QUE, NA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DISCIPLINADA PELO DECRETO-LEI 911/1969, A ANÁLISE DA CONTESTAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIANTE DEVE OCORRER SÓ APÓS A EXECUÇÃO DA MEDIDA LIMINAR.9. DESSA FORMA, FAZ-SE A DISTINÇÃO (“DISTINGUISHING”) DO PRECEDENTE INDICADO PELA PARTE AGRAVANTE ÀS FLS. 12/19, POIS NO CASO EM DISCUSSÃO AINDA NÃO HOUVE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO.IV. DISPOSITIVO:10. RECURSO DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Marilia Araujo Gomes (OAB: 23089/CE) - Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 45429A/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000289-21.2018.8.06.0175 - Apelação Cível - Trairi - Apelante: Bandeirantes Comércio de Material de Construção EIRELI - Apelada: Francicleide Soares de Souza - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE LOTE. INADIMPLÊNCIA DA COMPRADORA INCONTROVERSA. RESCISÃO CONTRATUAL POR CULPA EXCLUSIVA DA COMPRADORA. RESTITUIÇÃO PARCIAL DOS VALORES PAGOS. RETENÇÃO MANTIDA EM 20% (VINTE POR CENTO) DOS VALORES PAGOS. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE CADA DESEMBOLSO, PELO INCC, ATÉ O AJUIZAMENTO DA AÇÃO E PELO INPC, EM SEQUÊNCIA. JUROS DE MORA DESDE O TRÂNSITO EM JULGADO. DANO MORAL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. MERO ABORRECIMENTO. NÃO RECONHECIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1..TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA PELA RÉ CONTRA SENTENÇA QUE, NOS AUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTO, JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS DEDUZIDOS NA PETIÇÃO INICIAL, PARA DECRETOU A RESILIÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, E CONDENOU A PROMOVIDA A RESTITUIR, EM FAVOR DA PROMOVENTE, 80% (OITENTA POR CENTO) DOS VALORES PAGOS, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, A CONTAR DO DESEMBOLSO DE CADA PARCELA, E JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, DESDE A CITAÇÃO, ALÉM DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL FIXADO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), CORRIGIDO PELO INPC DESDE O ARBITRAMENTO E JUROS LEGAIS DE

1% AO MÊS DESDE A CITAÇÃO.2. DEVOLVEU-SE AO TRIBUNAL A REPERCUSSÃO DO DISTRATO PELO INADIMPLENTO DA COMPRADORA QUANTO AO PERCENTUAL DE RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS, BEM COMO A INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS.3. RESTOU INCONTROVERSO NOS AUTOS QUE A PROMITENTE COMPRADORA DEIXOU DE EFETUAR O PAGAMENTO DAS PARCELAS, NO PRAZO AJUSTADO, TORNANDO-SE INADIMPLENTE. 4. A RESTITUIÇÃO DE VALORES DECORRENTE DA RESCISÃO CONTRATUAL DEVE SER PARCIAL, NOS TERMOS DA SÚMULA 543, DO STJ: "NA HIPÓTESE DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL SUBMETIDO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DEVE OCORRER A IMEDIATA RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO PROMITENTE COMPRADOR - INTEGRALMENTE, EM CASO DE CULPA EXCLUSIVA DO PROMITENTE VENDEDOR/CONSTRUTOR, OU PARCIALMENTE, CASO TENHA SIDO O COMPRADOR QUEM DEU CAUSA AO DESFAZIMENTO." 5. A SEGUNDA SEÇÃO DO COLENDO STJ, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RESP 1.723.519/SP, CONSOLIDOU O ENTENDIMENTO DE QUE, NA RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, POR DESISTÊNCIA DO COMPRADOR, ANTERIOR À LEI 13.786/2018, DEVE PREVALECER O PERCENTUAL DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DE RETENÇÃO, TAL COMO DEFINIDO NO JULGAMENTO DOS EAG 1.138.183/PE, POR SER MONTANTE ADEQUADO E SUFICIENTE PARA INDENIZAR O CONSTRUTOR DAS DESPESAS GERAIS E DO ROMPIMENTO UNILATERAL DO CONTRATO.6. CONTUDO, NA HIPÓTESE EM QUE A RESCISÃO DO CONTRATO OCORRERA ANTE O INADIMPLEMENTO DA PROMITENTE COMPRADORA, POR INICIATIVA DA PROMITENTE VENDEDORA, É ILEGAL, POR INFRINGÊNCIA AOS ARTIGOS 51, IV, E 53 DO CDC, A RETENÇÃO INTEGRAL DO VALOR PAGO, SENDO LEGÍTIMO, ENTRETANTO, A RETENÇÃO DE PARTE DESSE VALOR, LIMITADO A 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) E DESDE QUE NÃO SUPERE O LIMITE CONTRATUALMENTE PREVISTO.7. NA ESPÉCIE, O CONTRATO PREVÊ NA "CLÁUSULA 9.1 A)" EM CASO DE RESCISÃO CONTRATUAL A DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS TERÁ DEDUÇÃO DE 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE OS VALORES PAGOS, A TÍTULO DE RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, ENCARGOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS, ALÉM DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS CALCULADO SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO, A TÍTULO DE FRUIÇÃO CASO O COMPRADOR JÁ TENHA SIDO EMITIDO NA POSSE (FL. 23).8. DESTARTE, VERIFICA-SE A EXISTÊNCIA DE PARTICULARIDADE, QUAL SEJA A CLÁUSULA CONTRATUAL, QUE JUSTIFICA A IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO, PELA PROMITENTE VENDEDORA, DO PATAMAR EQUIVALENTE A 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DOS VALORES EFETIVAMENTE DESEMBOLSADOS PELA PROMITENTE COMPRADORA AO LONGO DA CONTRATAÇÃO.9. PORTANTO, O PERCENTUAL DE RETENÇÃO DE 20% FIXADO NA SENTENÇA É SUFICIENTE PARA RESSARCIR A APELANTE EVENTUAIS PREJUÍZOS, MORMENTE EM FACE DA AUSÊNCIA DE POSSE EFETIVA E MORADIA NO IMÓVEL, POR SE TRATAR DE TERRENO NÃO EDIFICADO DE DESTINAÇÃO RESIDENCIAL, QUE SEQUER PODERIA SER UTILIZADO PELAS RÉS PARA AUFERIR LUCRO COM OUTRAS ATIVIDADES. 10. DANO MORAL. A REVENDA IRREGULAR DE LOTE OBJETO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA PELA VENDEDORA A TERCEIROS, CUJA PROMITENTE COMPRADORA DEIXOU DE EFETUAR OS PAGAMENTOS, EMBORA TENHA CAUSADO TRANSTORNOS E ABORRECIMENTOS, NÃO OFENDEU SEUS DIREITOS DE PERSONALIDADE. SENTENÇA REFORMADA.11. EM RAZÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, O ÔNUS SUCUMBENCIAL DEVE SER REDISTRIBUÍDO NA PROPORÇÃO DE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) EM DESFAVOR DA PROMOVIDA E 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) EM DESFAVOR DA AUTORA, ATENTANDO PARA A GRATUIDADE DE JUSTIÇA CONCEDIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DA APELAÇÃO E DAR PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITALEVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Abel Carlos de Sousa Coutinho (OAB: 26114/CE) - Maria de Fatima Almeida de Castro (OAB: 14663/CE)

Nº 0149454-19.2017.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Thiago Ijano Borges Lima - Apelado: SOBI Empreendimentos Imobiliários Ltda - Apelado: Fortalece Empreendimentos Imobiliários Ltda - Apelado: OI Negócios Imobiliários Ltda. - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL POR CULPA DA DEMANDADA. ATRASO NA ENTREGA DO BEM. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS PELO AUTOR NA FORMA DA SÚMULA 543 DO STJ DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA VENDEDORA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. FRUSTRAÇÃO DA EXPECTATIVA DE MORADIA QUE ULTRAPASSA O MERO ABORRECIMENTO. MANUTENÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO FIXADO NA SENTENÇA. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I - CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM VERIFICAR O ACERTO DA R. SENTENÇA DO D. JUÍZO A QUO QUANTO A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS, NO MONTANTE DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).II - NO PRESENTE CASO, APONTANDO A CULPA DA CONSTRUTORA PELO ATRASO NA ENTREGA DO EMPREENDIMENTO, PREVISTO EM CONTRATO PARA DEZEMBRO DE 2015 (INFRAESTRUTURA) E DEZEMBRO DE 2016 (ÁREA DE LAZER), E JÁ HAVENDO ULTRAPASSADO O PRAZO DE TOLERÂNCIA DE 180 DIAS, SEM PERSPECTIVAS QUANTO A ENTREGA DO EMPREENDIMENTO, O AUTOR REQUEREU A RESCISÃO DO CONTRATO, COM A DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. A SENTENÇA JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS, CONDENANDO AS PROMOVIDAS A INDENIZAR O AUTOR EM DANOS MOAIS ARBITRADOS EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) - 299/311.III - A CULPA EXCLUSIVA DA APELANTE PELA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL, ALIADA À PERDA DO INTERESSE DA PARTE AUTORA NA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, TORNA PLENAMENTE CABÍVEL A RESCISÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO NOS TERMOS DO ART. 475 DO CC/2002, DEVENDO AQUELE QUE DEU CAUSA À RESOLUÇÃO CONTRATUAL, NA HIPÓTESE, A PARTE VENDEDORA, PROCEDER À DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES COMPROVADAMENTE PAGOS PELO EMPREENDIMENTO, COM ACRÉSCIMO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS MORATÓRIOS. IV - DESTARTE, NÃO PROSPERA O PEDIDO DE REFORMA SOBRE A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ARBITRADOS NA ORIGEM. O NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO MORAL SOFRIDA PELA APELADA AO NÃO RECEBER O IMÓVEL, FOI SOBEJAMENTE COMPROVADO ATRAVÉS DA PROVA DOCUMENTAL ANEXADA AOS AUTOS. ATÉ O AJUIZAMENTO DA DEMANDA, MAIS DE 12 MESES APÓS A DATA PREVISTA (12/2015), AS OBRAS DE INFRAESTRUTURA NÃO HAVIAM FINALIZADO, CONFORME FOTOGRAFIAS ACOSTADAS ÀS FLS. 83/86.V - NO QUE TANGE À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, RESTARAM CONFIGURADOS OS REQUISITOS, VISTO O ATRASO SUPERIOR A 12 MESES APÓS O PRAZO DE TOLERÂNCIA, CONFORME ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. NO CASO EM APREÇO, ENTENDE-SE COMO RAZOÁVEL OS DANOS SEREM FIXADOS NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), COM INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PRECEDENTES.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APRESENTADO PARA, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO, DE ACORDO COM

O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITALEVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Raimundo Bezerra Furtado (OAB: 19055/CE) - Pedro Victor Freire Furtado (OAB: 42467/CE) - Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE)

Nº 0200332-65.2022.8.06.0067 - Apelação Cível - Chaval - Apelante: Francisco Carlos Fernandes dos Santos - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Francisco Carlos Fernandes dos Santos - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. CONDUTA ILÍCITA. RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL. CONFIGURADO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.I. CASO EM EXAME: 1. REMEMORANDO O CASO DOS AUTOS, A PARTE AUTORA AFIRMA, ÀS FLS. 01/10, QUE O BANCO PROMOVIDO REALIZOU DESCONTOS INDEVIDOS, REFERENTES A SERVIÇOS BANCÁRIOS NÃO CONTRATADOS, DENOMINADOS COMO “TARIFA BANCÁRIA CESTA EXPRESSO 1”. O CERNE DA LIDE RESIDE NA ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE PRÉVIA CIENTIFICAÇÃO DA CONSUMIDORA SOBRE AS TARIFAS COBRADAS PELOS SERVIÇOS BANCÁRIOS E DA EXISTÊNCIA DE PROVA DA EFETIVA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO QUE ENSEJOU AS COBRANÇAS; BEM COMO DA EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PROMOVIDA PELOS EVENTUAIS DANOS MATERIAIS E MORAIS ALEGADOS PELA REQUERENTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM (I): AVALIAR A PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DO DIREITO; (II): ANALISAR A EXISTÊNCIA E MENSURAR O DANO CONFIGURADO; (III): DANOS MORAIS; (IV): AVERIGUAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. III. RAZÕES DE DECIDIR:3.DADO QUE O ÚLTIMO DESCONTO REFERENTE À TARIFA BANCÁRIA OCORREU NO MÊS ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO, AS PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO E DE DECADÊNCIA DO DIREITO NÃO PODEM SER CONSIDERADAS.4. ANALISANDO-SE O CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA COMPROVOU A EXISTÊNCIA DOS DESCONTOS EM SUA CONTA, REALIZADOS PELO BANCO PROMOVIDO, REFERENTE ÀS TARIFAS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS OBJETO DA LIDE (TARIFA BANCÁRIA CESTA BRADESCO EXPRESSO 1), FLS. 31/96. POR SEU TURNO, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PROMOVIDA, ORA RECORRENTE, OFERECEU CONTESTAÇÃO (FLS. 128/158) SEM APRESENTAR NENHUMA PROVA DE QUE A PARTE AUTORA TIVESSE SOLICITADO E CONTRATADO OS REFERIDOS SERVIÇOS QUESTIONADOS NOS AUTOS, NEM DE QUE TENHA SIDO PREVIAMENTE CIENTIFICADA SOBRE AS TARIFAS COBRADAS PELOS SERVIÇOS BANCÁRIOS CORRESPONDENTES. 5. OS DESCONTOS REALIZADOS NA CONTA DA PARTE AUTORA, EM RAZÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS NÃO SOLICITADOS, CONFIGURAM FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E AS COBRANÇAS INDEVIDAS CONSTITUEM ATO ILÍCITO, NA MEDIDA EM QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEIXOU DE AGIR COM O CUIDADO NECESSÁRIO PARA O REGULAR DESENVOLVIMENTO DE SUA ATIVIDADE, CAUSANDO OS DANOS E RESULTANDO, POR VIA DE CONSEQUÊNCIA, NA OBRIGAÇÃO DE REPARÁ-LOS, NA FORMA DOS ARTS. 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL.6. ANALISANDO O CASO CONCRETO E CONSIDERANDO O HISTÓRICO DE ARBITRAMENTO EFETUADO PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS EM SITUAÇÕES DE ENVERGADURA SIMILAR, TEM-SE QUE O VALOR DE CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS EM R$4.000,00 (QUATRO MIL) SE APRESENTA DE TODO MODO RAZOÁVEL, UMA VEZ QUE NÃO IMPLICA ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA PARTE AUTORA, CUMPRE COM SEU CARÁTER PEDAGÓGICO E SE MOSTRA ADEQUADA AO CASO E PROPORCIONAL À REPARAÇÃO DO DANO MORAL SOFRIDO. IV: DISPOSITIVO:RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DOS RECURSOS DE APELAÇÃO, PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE) - Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE) - Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA)

Nº 0266212-71.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Elisaldo Batista Lima - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM DANO MORAL. GOLPE DO MOTOBOY. FALHA NA SEGURANÇA DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE (INEXIGIBILIDADE) DE NEGÓCIO JURÍDICO, CUMULADA COM INDENIZATÓRIA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O APELANTE BUSCA VER RECONHECIDA A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR POR FRAUDE PRATICADA POR TERCEIROS, QUE OBTIVERAM O SEU CARTÃO E SENHA DE USO PESSOAL PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS. ALEGA QUE DEVEM SER ANULADAS AS COMPRAS E RECONHECIDO O DEVER DE INDENIZAR PELA FALHA NA SEGURANÇA BANCÁRIA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AO FORNECEDOR DE SERVIÇO COMPETE A GARANTIA DE SEGURANÇA CONTRA OS RISCOS DO SERVIÇO. BANCO RESPONDE OBJETIVAMENTE PELO FORTUITO INTERNO PRATICADO POR TERCEIROS. RECONHECIDA A FALHA NA SEGURANÇA, É DEVIDA INDENIZAÇÃO PELO DANO MORAL, SOBRETUDO QUANDO HÁ NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR PELA COBRANÇA INDEVIDO. IV. DISPOSITIVO 4. CONHECIDA E PROVIDA._____DISPOSITIVOS CITADOS: CDC, ART. 6; CC, ART. 186.PRECEDENTES CITADOS: TJ-CE, AP Nº 0151793-77.2019.8.06.0001, REL. JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, J. 09/12/2023.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0629607-30.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Jaguaribe - Agravante: Banco Pan S/A - Agravado: ANTONIO ANJO BESERRA MARTINS - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DIALETICIDADE. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA À APRECIAÇÃO DO JUÍZO A QUO. TEMA REPETITIVO 1040/STJ. CONSTITUIÇÃO DE MORA. TEMA 1132 STJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I - CASO EM EXAME:1.TEM O PRESENTE RECURSO COMO ORIGEM UMA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, EMBASADA NO DECRETO-LEI Nº 911/1969. O DOUTO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, DETERMINOU A EMENDA DA INICIAL PARA JUNTADA DE PROVA DE NOTIFICAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE MORA.II - QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2.

A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM SABER SE A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NO CASO EM COMENTO FOI O SUFICIENTE PARA CONSTITUIÇÃO DE MORA DO DEVEDOR.III- RAZÕES DE DECIDIR:3. DECISÃO DE TEMA REPETITIVO 1132 DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NA QUAL "PARA A COMPROVAÇÃO DA MORA NOS CONTRATOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, É SUFICIENTE O ENVIO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL AO DEVEDOR NO ENDEREÇO INDICADO NO INSTRUMENTO CONTRATUAL, DISPENSANDO-SE A PROVA DO RECEBIMENTO, QUER SEJA PELO PRÓPRIO DESTINATÁRIO, QUER POR TERCEIROS."4. ASSIM, PRESENTES OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA PLEITEADA, QUAIS SEJAM: APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO E COMPROVAÇÃO DA MORA, POR MEIO DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA PARA O ENDEREÇO CONSTANTE NO CONTRATO AVENÇADO ENTRE AS PARTES, A MANUTENÇÃO DA DECISÃO A QUO É MEDIDA IMPOSITIVA.IV - DISPOSITIVO:RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0629607-30.2024.8.06.0000 PARA, NESTA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649A/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0203560-10.2022.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Apelado: José Reginaldo Ferreira da Silva - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES. AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DOS INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA AFASTADA. EMPRESAS DISTINTAS.III. RAZÕES DE DECIDIR1. CONFORME SE DEPREENDE DOS AUTOS, RESTA INCONTROVERSO QUE O AUTOR TEVE SEU NOME NEGATIVADO PELO SERASA EM 25/09/2018, PELO VALOR DE R$ 251,27 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS) COM NÚMERO DE CONTRATO 01710729/103/2018- UN-MTN, TENDO COMO CREDORA A APELANTE CAGECE.2. CONTUDO, NÃO HÁ CONTRATO OU TERMO ASSINADO, FÍSICA OU DIGITALMENTE, PELO REQUERENTE, TAMPOUCO HÁ PROVA DE SEU CONSENTIMENTO, COMO É FEITO ATRAVÉS DE FOTOS DE DOCUMENTOS PESSOAIS, DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA.3. DESSA FORMA, ENTENDO QUE SE O RÉU NÃO LOGROU COMPROVAR A CONTENTO A CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO EM QUESTÃO; E AINDA ASSIM EFETUOU A NEGATIVAÇÃO. AGIU, PORTANTO, DE FORMA NEGLIGENTE E DEVE RESPONDER PELA INCLUSÃO DO NOME DO AUTOR NO SERASA. 4. DESSA MANEIRA, CLARAMENTE SE OBSERVA QUE O FATO CAUSOU À PARTE AUTORA GRAVAME QUE SOBEJA A ESFERA DO ABORRECIMENTO.5. DESSE MODO, ATENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO EM QUESTÃO E AO CARÁTER PEDAGÓGICO DA PRESENTE INDENIZAÇÃO, TENDO EM VISTA AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS E SEM PREMIAR O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, TEM-SE QUE A QUANTIA FIXADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA A TÍTULO DE DANOS MORAIS, QUAL SEJA, R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) É PROPORCIONAL E RAZOÁVEL, RAZÃO PELA QUAL NÃO MERECE REFORMA.6. PASSO A ANÁLISE DA APELAÇÃO AUTORAL QUANTO A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE AS EMPRESAS RÉS.7. IMPERA A APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ALUDIDO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 7º DO CDC, DEVENDO AS REQUERIDAS RESPONDEREM SOLIDARIAMENTE PELOS DANOS CAUSADOS AO CONSUMIDOR. 8. CONTUDO, CONFORME DISPOSIÇÃO DO ARTIGO 264 DO CÓDIGO CIVIL, A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA SOMENTE PODE SER IMPOSTA QUANDO HOUVER UMA OBRIGAÇÃO COMUM ENTRE AS PARTES. PARA QUE EXISTA CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA, É NECESSÁRIO QUE AMBAS AS RÉS ESTEJAM VINCULADAS AO MESMO FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO OU QUE TENHAM ATUADO DE MANEIRA CONJUNTA PARA O EVENTO DANOSO.9. RECURSO ESPECIAL Nº 2344478 - SP (2023/0118865-9).10. NO PRESENTE CASO, VERIFICA-SE QUE A TELEFÔNICA BRASIL S/A E A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ CAGECE NÃO POSSUEM NENHUMA RELAÇÃO JURÍDICA OU FÁTICA QUE AS CONECTE DE FORMA DIRETA NO QUE TANGE À OBRIGAÇÃO PLEITEADA PELO AUTOR. AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS SÃO COMPLETAMENTE DISTINTAS, NÃO HAVENDO ELEMENTOS QUE INDIQUEM A EXISTÊNCIA DE UMA CAUSA COMUM QUE PUDESSE JUSTIFICAR A SOLIDARIEDADE ENTRE AS RÉS.11. PORTANTO, A PRETENSÃO DE CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA ENTRE AS RÉS NÃO ENCONTRA RESPALDO NA LEGISLAÇÃO, UMA VEZ QUE NÃO SE EVIDENCIA A PARTICIPAÇÃO CONJUNTA EM ATO ILÍCITO OU CAUSA COMUM QUE PUDESSE GERAR TAL RESPONSABILIDADE.12. DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO DOS RECURSOS, MAS NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DA CAGECE E DOU PROVIMENTO AO RECURSO AUTORAL PARA AFASTAR A CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA PLEITEADA, DEVENDO CADA EMPRESA RESPONDER INDIVIDUALMENTE, CONFORME SUA PARTICIPAÇÃO NOS FATOS E NOS LIMITES DE SUA RESPONSABILIDADE, NO VALOR DE R$ 5.000.00 (CINCO MIL REAIS). HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MAJORADOS PARA 22% (VINTE E DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 85, §11 DO CPC.IV. DISPOSITIVO E TESE13. APELAÇÕES CONHECIDAS. RECURSO AUTORAL PROVIDO E RECURSO DO RÉU DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS RECURSO, MAS NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE RÉ E DAR PROVIMENTO AO RECURSO AUTORAL.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE) - Victor Diego Soares de Almeida (OAB: 21415/CE) - Fabiana Melo Feijão (OAB: 14918/CE) - Sheila Dantas Bandeira de Melo (OAB: 14439/CE) - Jose Araujo de Pontes Neto (OAB: 21693/CE) - Jader Matos Cavalcante Filho (OAB: 24654/CE) - Kênia Rios de Lima (OAB: 21769/CE) - João Paulo Gomes Dias (OAB: 20746/CE) - Elisa Dinah Cruz Sobreira (OAB: 45630/CE)

Nº 0237286-51.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: NG3 Fortaleza Consultoria e Serviços Administrativos Ltda - Apelada: Maria Liduina Cardoso Cruz - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. PUBLICIDADE ENGANOSA RECONHECIDA. DANO MORAL DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS EM AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. APELANTE CONTROVERTE A LEGALIDADE DO CONTRATO. AFIRMA QUE NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E QUE A PUBLICIDADE E OFERTA SÃO LEGÍTIMAS. ATRIBUI À CONSUMIDORA

A CULPA PELO EVENTO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A PUBLICIDADE ENGANOSA É AQUELA CAPAZ DE CONDUZIR O CONSUMIDOR A ERRO, AINDA QUE CONTENHA AFIRMAÇÕES VERDADEIRAS. A PELANTE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEUS ÔNUS DE DEMONSTRAR A LEGITIMIDADE DA PUBLICIDADE E OFERTA DE CONSULTORIA PARA REDUÇÃO DE PARCELAS DE FINANCIAMENTO COM TERCEIROS, O QUE IMPLICOU INCLUSIVE EM BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO DA CONSUMIDORA. RESCISÃO DEVIDA. DANO CONFIGURADO. PRECEDENTES.IV. DISPOSITIVO 4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS CITADOS: ART. 6º, CDC. PRECEDENTES CITADOS: TJ-PR - APL: 00080989720208160083 FRANCISCO BELTRÃO 0008098-97.2020.8.16.0083 (ACÓRDÃO), RELATOR: ROBERTO PORTUGAL BACELLAR, DATA DE JULGAMENTO: 12/02/202ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.FORTALEZA,DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Rilker Rainer Pereira Botelho (OAB: 49547/GO) - Adriana Paula da Silva (OAB: 42773/CE)

Nº 0263823-16.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Stone Insituição de Pagamentos S.a. - Apelado: MOR Comércio de Equipamentos Esportivos Informatica e Construção Ltda - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NA INTIMAÇÃO. INOCORRÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À MULTA E AO MONTANTE A TÍTULO DE ASTRIENTES. PARCIAL PROVIMENTO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, EXTINGUINDO-A, COM MANUTENÇÃO DE ASTRIENTES FIXADAS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O APELANTE ALEGA NULIDADE NA INTIMAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DA DECISÃO, BEM COMO QUE É INDEVIDO O PAGAMENTO. SUBSIDIARIAMENTE, CONTESTA A APLICAÇÃO DAS ASTREINTES E SEU MONTANTE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. CONFORME DEMONSTRADO NOS AUTOS, HOUVE REGULAR INTIMAÇÃO DO PATRONO INDICADO PELA PRÓPRIA PARTE PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO. RECORRENTE QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE DEMONSTRAR O DESACERTO NA DECISÃO, POIS O VALOR DEVIDO ENCONTRA-SE LASTREADO VALOR CERTO E EXIGÍVEL. VALOR DAS ASTREINTES QUE SE MOSTRA EXCESSIVO. REDUÇÃO DO VALOR DEVIDO. PRECEDENTES.IV. DISPOSITIVO4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, PARA FIXAR A REDUÇÃO DO LIMITE DAS ASTRIENTES._____DISPOSITIVOS CITADOS: ART. 373. I E II.PRECEDENTES CITADOS: TJ-CE, AI 06250955320148060000, REL. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, J. 08/02/2017ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER, PORÉM DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.FORTALEZA,DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB: 14326A/CE) - Mirlene Fernandes de Barros (OAB: 49581/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0042660-47.2012.8.06.0001 - Apelação Cível - Núcleos de Justiça 4.0 - Apelante: Massa Falida de Oboé Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Apelado: Sprinter Chemical Industrial Ltda - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JULGAMENTO DE PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. NULIDADE DA EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO. ÔNUS DO CREDOR.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA MASSA FALIDA DE OBOÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU OS PRESENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO AJUIZADOS POR SPRINTER CHEMICAL INDUSTRIAL LTDA, POR ENTENDER QUE DECLARAR EXTINTA E EXECUÇÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A PRESENTE APELAÇÃO VISA À REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO, DECLARANDO NULA A EXECUÇÃO E CONDENANDO A EMBARGADA NOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. PRELIMINAR DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA: A PARTE RECORRENTE, MASSA FALIDA DE OBOÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, REQUER A CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA COM BASE NO ARGUMENTO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS E POR ESTAR A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.4. ACERCA DISSO, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, AO TRATAR DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, DISPÕE EM SEU ART. 98 QUE “A PESSOA NATURAL OU JURÍDICA, BRASILEIRA OU ESTRANGEIRA, COM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA PAGAR AS CUSTAS, AS DESPESAS PROCESSUAIS E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS TEM DIREITO À GRATUIDADE DA JUSTIÇA, NA FORMA DA LEI”.5. NO CASO DOS AUTOS, TEM-SE QUE A APELANTE LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ALEGADA, EM ANÁLISE AO DECISUM DO MAGISTRADO PROLATOR DA FALÊNCIA DO APELANTE (FLS. 221/223), VERIFIQUEI QUE A GRATUIDADE DA JUSTIÇA FORA POR ELE CONCEDIDA COM FULCRO NOS DOCUMENTOS DE FLS. 100524-100529 DOS AUTOS DA FALÊNCIA (PROCESSO N.0158450-45.2013.8.06.0001), OS QUAIS DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE PASSIVO QUE ULTRAPASSA QUE ULTRAPASSA E MUITO O PATRIMÔNIO LÍQUIDO, SITUAÇÃO QUE EVIDENCIA A HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DA RECORRENTE, APTA A COMPROVAR A SUA CONDIÇÃO DE NECESSIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.6. MÉRITO: NO CASO EM APREÇO, A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 737325615, NÃO OSTENTA QUALQUER IRREGULARIDADE QUE A MACULE, PREENCHENDO, POIS, OS REQUISITOS ESSENCIAIS À SUA CONSTITUIÇÃO. TODAVIA, OS PRESENTES EMBARGOS FORAM JULGADOS PROCEDENTES AO FUNDAMENTO DE QUE O ENTE FINANCEIRO NÃO COMPROVOU A DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO EM FAVOR DA DEVEDORA, ÔNUS QUE LHE COMPETIA.7. DE ACORDO COM ART. 28 DA LEI Nº 10.931/2004, “A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO É TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E REPRESENTA DÍVIDA EM DINHEIRO, CERTA, LÍQUIDA E EXIGÍVEL, SEJA PELA SOMA NELA INDICADA, SEJA PELO SALDO DEVEDOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DEMONSTRADO EM PLANILHA DE CÁLCULO, OU NOS EXTRATOS DA CONTA CORRENTE, ELABORADOS CONFORME PREVISTO NO § 2º”.8. DESSA FORMA, EMBORA A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO POSSUA FORÇA EXECUTIVA, É NECESSÁRIO QUE ATENDA AOS REQUISITOS PREVISTOS NA REFERIDA LEI PARA QUE SEJA CONSIDERADA LÍQUIDA E EXIGÍVEL. PRECEDENTE DO STJ, FIRMADO EM JULGAMENTO REPETITIVO.9. NA ESPÉCIE, DA ANÁLISE DOS EXTRATOS JUNTADOS PELO CREDOR, ORA APELANTE, VERIFICA-SE QUE, AO CONTRÁRIO DO QUE ALEGOU, NÃO HOUVE DEMONSTRAÇÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO EM FAVOR DO EMBARGANTE, ORA APELADO, NOS MOLDES PACTUADOS NO TÍTULO EXEQUENDO.10. A EMBARGANTE ANEXOU O EXTRATO DE SUA CONTA REFERENTE AO PERÍODO ENTRE 25/06/2011 E 15/08/2011, QUE INCLUI A DATA

DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO, FIRMADA EM 05/07/2011. NESTE EXTRATO, NÃO É POSSÍVEL VERIFICAR A DISPONIBILIZAÇÃO DO CRÉDITO MENCIONADO (FL. 40).11. PORTANTO, NÃO SENDO POSSÍVEL CONFIRMAR A EFETIVA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO POR PARTE DA DEVEDORA, A EXECUÇÃO SE MOSTRA NULA, POIS NÃO CORRESPONDE A UMA OBRIGAÇÃO CERTA, LÍQUIDA E EXIGÍVEL, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 803, I, DO CPC.IV. DISPOSITIVO12. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.13. MAJORO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 12% (DOZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, OBSERVADO O PREVISTO NO ART. 85, §§2º E 11, DO CPC.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0042660-47.2012.8.06.0001 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Maytê Tavares Sigwalt de Araújo Coelho (OAB: 20249/CE) - Francisco Antônio Costa Nogueira - Hélio Montenegro Coelho de Albuquerque (OAB: 6419/CE)

Nº 0111313-57.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: SOBI Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: José Denes Pinheiro Silva - Embargada: Andressa dos Santos Passos - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. DESCONTO EM CONTA BANCÁRIA DO AUTOR/ EMBARGADO. RECURSO QUE IMPUGNA A EXISTÊNCIA DOS DANOS MORAIS. REDISCUSSÃO DO JULGADO. SÚMULA Nº 18 DO TJCE. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO DO RECURSO, ENSEJANDO A APLICAÇÃO DE MULTA EQUIVALENTE A 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.026, § 2º, DA LEI PROCESSUAL CIVIL.- A FUNÇÃO PROCESSUAL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É A DE INTEGRAR O JULGADO, SANANDO EVENTUAIS VÍCIOS DE OMISSÃO, ERRO MATERIAL, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE, NÃO SENDO POSSÍVEL A OPOSIÇÃO DESTE RECURSO PARA REDISCUTIR A DECISÃO JUDICIAL.- O EMBARGANTE ALEGA QUE O ACÓRDÃO É OMISSO NO TOCANTE À CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL, TODAVIA, OS ELEMENTOS CONFIGURADORES DO DANO MORAL FORAM ABORDADOS EXPRESSAMENTE NO ACÓRDÃO EMBARGADO. - NO CASO CONCRETO, INEXISTE A OMISSÃO NO QUE PERTINE A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL, MAS A PRETENSÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. - A PRETENSÃO DE REVOLVER OS QUESTIONAMENTOS DEVIDAMENTE APRECIADOS NO ACÓRDÃO A QUO ENFRENTA O DISPOSTO NA SÚMULA Nº 18 DO TJ/CE.- MERAMENTE PROTELATÓRIA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA O FIM DE REPETIR A CONCLUSÃO ADOTADA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, NÃO SERVINDO, PARA ESTE PROPÓSITO, APLICANDO-SE EM DESFAVOR DA RECORRENTE A MULTA PROCESSUAL ARBITRADA EM 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, COMO PREVÊ O ART. 1.026, § 2º, DO CPC.- O PROPÓSITO DE PREQUESTIONAR TEMAS JÁ ABORDADOS NO ACÓRDÃO E A MENÇÃO À SÚMULA Nº 98 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO SERVEM DE ESCUDO PARA AFASTAR A APLICAÇÃO DE MULTA PROCESSUAL QUANDO O RECURSO É UTILIZADO SEM A FINALIDADE PREVISTA NO ART. 1.022 DO C. DE PR. CIVIL.RECURSO CONHECIDO E NÃO ACOLHIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, MAS PARA NÃO OS ACOLHER, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS NO SISTEMA. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0200043-54.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Transportadora Rápido Soares Ltda - Apelado: Joaquim Sampaio Garcia - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. PRESCRIÇÃO. PRAZO DE 3 (TRÊS) ANOS. ART. 206, §3º, I, DO CC. OCORRÊNCIA. DÉBITOS ANTERIORES A 07/10/2010 ALCANÇADOS PELA PRESCRIÇÃO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. TRANSAÇÃO REALIZADA. DEMANDADO QUE ASSUMIU A RESPONABILIDADE PELA QUITAÇÃO DOS DÉBITOS DE ITPU. NÃO CUMPRIMENTO. DESPEJO DEVIDO. FATOS POSTERIOS ALHEIOS À CAUSA DE PEDIR QUE NÃO PODEM SER OPOSTOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO VERIFICADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA DE ENCARGOS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA MANEJADA POR JOAQUIM SAMPAIO DA SILVA EM DESFAVOR DA TRANSPORTADORA RÁPIDO SOARES LTDA.2. FOI PROFERIDA SENTENÇA JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PELITO AUTORAL, CONTRA O QUAL O DEMANDANTE INTERPÔS APELAÇÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO3. O CERNE DA QUESTÃO ESTÁ EM VERIFICAR A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO E, CASO NEGATIVA, A EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA (DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL) APTA A ENSEJAR O DESPEJO.III. RAZÕES DE DECIDIR4. DISPÕE O CC, EM SEU ART. 206, §3º, I, QUE PRESCREVE EM TRÊS ANOS “A PRETENSÃO RELATIVA A ALUGUÉIS DE PRÉDIOS URBANOS OU RÚSTICOS”. SEGUNDO O ENTENDIMENTO DO STJ, A PRESCRIÇÃO, NESSE CASO, ENGLOBA TANTO OS ALUGUERES COMO OS ENCARGOS ACESSÓRIOS. PRECEDENTE DO STJ.5. EMBORA A SENTENÇA NÃO TENHA DEBATIDO ACERCA DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO, “A JURISPRUDÊNCIA DO STJ É FIRME NO SENTIDO DE QUE A PRESCRIÇÃO É MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA E, PORTANTO, PODE SER SUSCITADA A QUALQUER TEMPO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, NÃO ESTANDO SUJEITA À PRECLUSÃO” (STJ - AGINT NO RESP: 1598978 RS 2016/0119490-5, RELATOR: MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, DATA DE JULGAMENTO: 07/12/2020, T4 - QUARTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 14/12/2020). A TESE DA PRESCRIÇÃO FOI ARGUIDA EM APELAÇÃO, PERFECTIBILIZANDO O CONTRADITÓRIO A PARTIR DAS CONTRARRAZÕES, QUE NÃO APRESENTOU QUALQUER CAUSA SUSPENSIVA OU INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO EXISTENTE EM MOMENTO ANTERIOR À PROPOSITURA.6. AÇÃO PROPOSTA EM 07/10/2013. PRESCRIÇÃO DOS ALUGUÉIS E OS RESPECTIVOS ASSESSÓRIOS, INCLUINDO IPTU, CASO DEVIDO, VENCIDOS ANTERIORMENTE A 07/10/2010 E NÃO PAGOS.7. APESAR DAS DIVERGÊNCIAS ACERCA DOS IMÓVEIS LOCADOS E O PERÍODO CORRESPONDENTE, NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO REALIZADA RESTOU CONFESSADO O DÉBITO DE IPTU, E AS PARTES CONVENCIONARAM ACERCA DA RESPONSABILIDADE DO PAGAMENTO.8. PASSADOS MAIS DE UM ANO ENTRE A AUDIÊNCIA REALIZADA E A SENTENÇA PROLATADA, INEXISTE NOS AUTOS PROVA DE QUE O DEMANDADO TENHA CUMPRIDO SUA PARTE DO ACORDO.9. O ATRASO DE ALUGUERES, SUA ELEVAÇÃO, A RECURSA EM RECEBÊ-LO OU O ATRASO NO PAGAMENTO DE DEMAIS ENCARGOS OCORRIDOS APÓS A PROPOSITURA DA DEMANDA NÃO PODE DAR AZO AO DESPEJO, POIS ALHEIOS À CAUSA DE PEDIR, SOB PENA DE INDEVIDO TUMULTUAMENTO PROCESSUAL.10. A ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO OU DE ALÍQUOTAS POR PARTE DA PREFEITURA, OU QUALQUER OUTRO ATO QUE IMPLIQUE NA MAJORAÇÃO DO IPTU, MORMENTE OCORRIDAS APÓS O AJUIZAMENTO DA DEMANDA, NÃO PODEM SER OPOSTAS AO

LOCADOR COMO CAUSA PARA O NÃO CUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO REALIZADA, QUE PREVÊ A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE IMPOSTOS, POIS TRATA-SE DE FATO DO PRÍNCIPE, SOBRE O QUAL O LOCADOR NÃO POSSUI INGERÊNCIA.11. APESAR DE NÃO TER SIDO JUNTADO CONTRATO DE LOCAÇÃO ACERCA DOS IMÓVEIS EM QUESTÃO (UNIDADES 3003 E 3005), O DEMANDADO ASSUMIU, EM AUDIÊNCIA, A RESPONSABILIDADE PELA QUITAÇÃO DO IPTU. NOS TERMOS DO ART. 374, II, DO CPC, NÃO DEPENDEM DE PROVA OS FATOS AFIRMADOS POR UMA PARTE E CONFESSADOS PELA PARTE CONTRÁRIA.12. "PARA A CARACTERIZAÇÃO DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, É NECESSÁRIA A DEMONSTRAÇÃO DE INTENÇÃO MALICIOSA E DE PREJUÍZO À PARTE CONTRÁRIA" (TJ/CE, APELAÇÃO CÍVEL - 0501303-64.2011.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 02/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 02/10/2024), O QUE NÃO SE OBSERVA NO CASO, NOTADAMENTE DIANTE DA MANUTENÇÃO DA ORDEM DE DESPEJO.IV. DISPOSITIVO.13. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 206, §3º, I, DO CC; ART. 373 DO CPC; ART. 374, II, DO CPC; ART. 86, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - AGINT NO ARESP: 1714826 SC 2020/0141832-8, RELATOR: MINISTRO MOURA RIBEIRO, DATA DE JULGAMENTO: 29/03/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 06/04/2021; STJ - AGINT NO RESP: 1598978 RS 2016/0119490-5, RELATOR: MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, DATA DE JULGAMENTO: 07/12/2020, T4 - QUARTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 14/12/2020; TJ-CE - APL: 02034388320158060001 CE 0203438-83.2015.8.06.0001, RELATOR: MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, DATA DE JULGAMENTO: 28/08/2019, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 28/08/2019; TEMA REPETITIVO 1059 DO STJ. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER O RECURSO, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Andrine Oliveira Nunes (OAB: 15647/CE) - José Osmar Celestino Júnior (OAB: 33490/CE) - Nazinha Garcia Franco (OAB: 14954/CE)

Nº 0200388-11.2023.8.06.0117 - Apelação Cível - Maracanaú - Apelante: Hospital Antônio Prudente Ltda. - Apelado: Francisco Astrogildo da Silva Monteiro - Apelado: Iara Cavalcante Arruda - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSENCIA DE EMENDA À INICIAL DETERMINADA. PENDÊNCIA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO, QUE NÃO OBSTA ATRAMITAÇÃO REGULAR DO FEITO NA ORIGEM. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA EM FACE DE SENTENÇA QUE NOS AUTOS DA AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA PELO APELANTE, EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, DIANTE DA AUSÊNCIA DE EMENDA À INICIAL PARA INDICAÇÃO DO POLO PASSIVO CORRETO DA AÇÃO, APÓS REGULAR INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, COM TRANSCURSO DO PRAZO SEM MANIFESTAÇÃO. INCONFORMADO, O APELANTE ALEGA QUE HOUVE DECISÃO SURPRESA, QUE ESTÁ DOTADA DE NULIDADE, FERINDO-SE O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, DEVENDO SER REFORMADA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR SE O PROCESSO FOI EXTINTO CORRETAMENTE NA ORIGEM, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, AINDA QUE PENDENTE DE JULGAMENTO AGRAVO DE INSTRUMENTO SEM EFEITO SUSPENSIVO, INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA E SE TAL DECISÃO FERE PRINCÍPIOS DA NÃO SURPRESA, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. OS RECURSOS, COMO REGRA GERAL, NÃO IMPEDEM A EFICÁCIA DA DECISÃO. O AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO TEM EFEITO SUSPENSIVO. 4. APELANTE QUE SE LIMITOU A INTERPOR AGRAVO DE INSTRUMENTO, RECEBIDO SEM EFEITO SUSPENSIVO, QUANDO AINDA ESTAVA EM CURSO O PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE A DECISÃO QUE DETERMINOU A EMENDA À INICIAL. 5. A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINOU A EMENDA À INICIAL, SOB PENA DE EXTINÇÃO, ESTAVA PLENAMENTE VIGENTE QUANDO HOUVE O TRANSCURSO DO PRAZO SEM MANIFESTAÇÃO POR PARTE DO APELANTE. ASSIM, NÃO ATENDIDO O COMANDO JUDICIAL DE EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL, CORRETA A EXTINÇÃO DO PROCESSO.6. DESCABIDA A ALEGAÇÃO DE DECISÃO SURPRESA, POIS A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA ANTERIORMENTE DEIXOU EXPRESSO QUE O NÃO ATENDIMENTO DAS PROVIDÊNCIAS LEVARIA À EXTINÇÃO DO FEITO, E A PARTE APELANTE NÃO CUMPRIU O COMANDO JUDICIAL, DEIXANDO TRANSCORRER O PRAZO, SEM SEQUER APRESENTAR JUSTIFICATIVA, COMO INFORMAR QUE INTERPÔS O RECURSO OU AINDA, REQUERER DILAÇÃO DO PRAZO. 7. NÃO VERIFICADA OFENSA AOS ARTS. 9ª E 10º DO CPC, VEZ QUE A PARTE TINHA CIÊNCIA DE QUE O NÃO ATENDIMENTO DA DECISÃO LEVARIA À EXTINÇÃO DO PROCESSO, SENDO DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO ACERCA DA DECISÃO QUE NÃO CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, VISTO QUE JÁ REALIZADA PELO JUÍZO DE SEGUNDO GRAU. 8. AFASTADA TESE DE NULIDADE NA SENTENÇA SOB O ARGUMENTO DE QUE DESCUMPRIU-SE PRECEITO DE PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS, POIS A INTIMAÇÃO ACERCA DA DECISÃO PROFERIDA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO CABIA AO JUÍZO EM QUE O RECURSO TRAMITOU, NA SEGUNDA INSTÂNCIA, E FOI DEVIDAMENTE REALIZADA, NÃO SENDO NECESSÁRIO QUE O JUÍZO DE ORIGEM CONCEDA NOVO PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO APÓS A MERA JUNTADA AOS AUTOS. 9. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, UMA VEZ QUE A PARTE AUTORA FOI REGULARMENTE INTIMADA PARA EMENDAR A INICIAL E MESMO ASSIM, PERMANECEU INERTE, CIENTE DE QUE TAL CONDUTA LEVARIA À EXTINÇÃO DO FEITO. 10. A EXISTÊNCIA DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, RECEBIDO SEM EFEITO SUSPENSIVO, NÃO OBSTA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO NA ORIGEM, NÃO IMPEDINDO, INCLUSIVE, QUE O PROCESSO SEJA SENTENCIADO, COMO OCORRIDO, SEM QUE SE CONFIGURE DECISÃO SURPRESA OU OFENSA AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO TJCE E DEMAIS TRIBUNAIS PÁTRIOS. 11. CORRETA EXTINÇÃO DA AÇÃO, TENDO EM VISTA QUE O POLO PASSIVO DA AÇÃO NÃO FOI INDICADO DA FORMA CORRETA, COMO EXIGE O ART. 319, II DO CPC, AINDA QUE O JUÍZO DE ORIGEM TENHA CONCEDIDO PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 321 DO CPC, NÃO ATENDIDO PELA PARTE AUTORA, SENDO O CASO DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, COM FUNDAMENTO NO ART. 485, I E 330, IV, DO CPC, COMO FEZ O JUÍZO DE ORIGEM, DE FORMA IRRETOCÁVEL.12. DESCABIDO AINDA, FALAR EM NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE PESSOALMENTE POR ABANDONO DA CAUSA, POIS A SENTENÇA NÃO EXTINGUIU O FEITO COM ESSE FUNDAMENTO.IV. DISPOSITIVO E TESE13. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. _____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC: ART. 9º; ART. 10º; ART. 319; ART. 320; ART. 330; ART. 485; ART. 995.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0200388-11.2023.8.06.0117 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE)

Nº 0200757-93.2022.8.06.0099 - Apelação Cível - Itaitinga - Apelante: Aluisio Isidorio do Nascimento - Apelado: Cooperativa Mista Roma Ltda. - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INVALIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE VONTADE. INDUÇÃO DO CONSUMIDOR A AQUISIÇÃO DE CONSÓRCIO, SUPONDO TRATAR-SE DE FINANCIAMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO QUE REVELAM VÍCIO DE VONTADE. PRÁTICA ABUSIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INVALIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM INDENIZATÓRIA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O APELANTE SUSTENTA QUE HÁ VÍCIO DE VONTADE NA AQUISIÇÃO DE CONSÓRCIO, POR HAVER INDUÇÃO A CRER QUE SE TRATAVA DE VENDA DE VEÍCULO FINANCIADO. CONTROVERTEM AS PARTES A VALIDADE DO NEGÓCIO E A OCORRÊNCIA DE DANO MORAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO REVELAM VÍCIO NA FORMAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO, CONSIDERADO O ELEVADO VALOR PAGO A TÍTULO DE ENTRADA E PELAS DECLARAÇÕES DO REPRESENTANTE DA EMPRESA, LEVANDO O CONSUMIDOR A CRER QUE ESTAVA CONTRATANDO FINANCIAMENTO E NÃO CONSÓRCIO. A BOA-FÉ E REALIDADE DAS TRATIVAS PREVALECEM, EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS, AO FORMALISMO CONTRATUAL, À LUZ DO DISPOSTO NOS ARTS. 112 E 113 DO CC. PRECEDENTES.IV. DISPOSITIVO 4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO._____DISPOSITIVOS CITADOS: ART. 6, CDC; ARTS. 112 E 113, CC.PRECEDENTES CITADOS: TJ-SP - AC: 10747152120228260100, REL. FRANCISCO GIAQUINTO, J. 24/07/2023; TJ-DF 07003936520218070004 1433923, REL. LEILA ARLANCH, J. 25/05/2022. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Alysson Gleydson Alencar de Meneses (OAB: 40939/CE) - Cristiano Rego Benzota de Carvalho (OAB: 166149/SP)

Nº 0261552-05.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Apelado: Valter Moreira Júnior - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM DANOS MORAIS. LIGAÇÃO DE ENERGIA. PRAZO REGULAMENTAR DESCUMPRIDO DE FORMA INJUSTIFICADA. DANO MORAL CONFIGURADO. MONTANTE ADEQUADO. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.I. CASO EM EXAME: 1. TRATA-SE DE DEMANDA NA QUAL AUTOR SOLICITOU ACRÉSCIMO DE CARGA ELÉTRICA, TENDO EM VISTA AS DIVERSAS QUEDAS DE ENERGIA EM SUA RESIDÊNCIA E NÃO TEVE SEU PLEITO ATENDIDO PELA PRESTADORA DE SERVIÇO, PROPONDO, PORTANTO, AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, QUE FORA JULGADA PROCEDENTE. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABE (I) SE HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PARTE DA FORNECEDORA; (II) SE FORA CONFIGURADO ATO ILÍCITO RESULTANTE EM RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL.III. RAZÕES DE DECIDIR: 3. A CONCESSIONÁRIA LIMITA-SE A ALEGAR QUE NUNCA HOUVE SOLICITAÇÃO POR PARTE DO AUTOR PARA O ACRÉSCIMO DE CARGA E QUE TAL FEITO SERIA UMA NECESSIDADE INDIVIDUALIZADA, SEM, CONTUDO, COMPROVAR O FATO ALEGADO. 4. TENDO EM VISTA A NOTÓRIA RELAÇÃO CONSUMERISTA, CABERIA A FORNECEDORA DE ENERGIA COMPROVAR A CIÊNCIA DA AUTORA A CERCA DA AUSÊNCIA DE SOLICITAÇÃO, ALÉM DA INDIVIDUALIDADE DO SERVIÇO SOLICITADO, NOS MOLDES DO ART. 6º, INCISO VIII DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO ART. 373, II DO ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.5. NO QUE DIZ RESPEITO À APLICAÇÃO DE DANO MORAL, NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO, A RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR É OBJETIVA, INDEPENDENDO DA COMPROVAÇÃO DE DOLO OU CULPA, NOS TERMOS DO §6º DO ART. 37 DA CF/88. 6. ALÉM DO NOTÓRIO DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº 414/2010 DA ANEEL, O EXCESSO DE TEMPO SEM A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DENOTA A CONDUTA ABUSIVA DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, O QUE REFORÇA A LESIVIDADE À HONRA INERENTE AO DANO MORAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO ADEQUADAMENTE FIXADO EM R$ 4.000,00 (QUATRO MIL). V. DISPOSITIVO:7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO NOS AUTOS DOS PROCESSOS Nº 0261552-05.2021.8.06.0001 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0266007-76.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Cristina Cysne Rocha - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO. ALVARÁ JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO REGISTRADO EM NOME DE MENOR IMPÚBERE. AUFERIMENTO DE ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS (IPI E ICMS). CONDIÇÃO FIRMADA NA SENTENÇA: DEPÓSITO DO VALOR DA VENDA EM CONTA POUPANÇA DA INFANTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.691 DO CÓDIGO CIVIL.- NA VIA DE ALVARÁ JUDICIAL, A SENTENÇA AUTORIZOU A ALIENAÇÃO DE VEÍCULO REGISTRADO EM NOME DA AUTORA, ORA APELANTE, MENOR IMPÚBERE, ADQUIRIDO MEDIANTE ADEQUAÇÃO ÀS LEGISLAÇÕES FEDERAIS E ESTADUAL QUE CONCEDEM ISENÇÃO FISCAL PARA DEFICIENTES FÍSICOS QUANTO AOS IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS.- O RECURSO TEM O PROPÓSITO DE RETIRAR A CONDIÇÃO FIRMADA NA SENTENÇA, PROPONDO-SE A DESTINAR O VALOR DA VENDA DO BEM À AQUISIÇÃO DE OUTRO QUE NÃO COMPROMETA O ORÇAMENTO FAMILIAR, EM PRAZO RAZOÁVEL.- O ART. 1.691 DO CÓDIGO CIVIL DISPÕE QUE "NÃO PODEM OS PAIS ALIENAR, OU GRAVAR DE ÔNUS REAL OS IMÓVEIS DOS FILHOS, NEM CONTRAIR, EM NOME DELES, OBRIGAÇÕES QUE ULTRAPASSEM OS LIMITES DA SIMPLES ADMINISTRAÇÃO, SALVO POR NECESSIDADE OU EVIDENTE INTERESSE DA PROLE, MEDIANTE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO JUIZ".- O PRODUTO DA VENDA DO VEÍCULO QUE FOI ADQUIRIDO E ESTÁ REGISTRADO EM NOME DA APELANTE DEVE REVERTER EM SEU BENEFÍCIO, MEDIANTE DEPÓSITO EM CONTA POUPANÇA DA SUA TITULARIDADE OU COM A AQUISIÇÃO DE OUTRO BEM DE VALOR IGUAL OU SUPERIOR, COM A FINALIDADE DE PRESERVAR O MELHOR INTERESSE DO MENOR.RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE

FILHORELATOR . - Advs: Antônio Valdez Souza de Oliveira (OAB: 46061/CE) - Marisley Pereira Brito (OAB: 8530/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0050370-36.2020.8.06.0067 - Apelação Cível - Chaval - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Júnior Fabricio de Sousa - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO. INEXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR REDUZIDO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, EM QUE A PARTE AUTORA AFIRMA QUE TEVE CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO EM SEU NOME, MAS NÃO REALIZOU TAL CONTRATAÇÃO, OCASIONANDO O REGISTRO DE VEÍCULO DE TERCEIRO NO NOME DO AUTOR, BEM COMO REGISTRO DE DÉBITOS DE IPVA, JUNTO AO DETRAN SP, FATO QUE LHE CAUSOU INÚMEROS TRANSTORNOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA AÇÃO, CONDENANDO A APELADA NO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), DESAFIADA POR APELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, QUE VISA REFORMA PARA QUE NÃO HAJA CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS, OU SE MANTIDA A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR, QUE O VALOR SEJA REDUZIDO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM VERIFICAR SE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ORA APELANTE, PRATICOU ATO ILÍCITO, QUAL SEJA, CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO EM NOME DO AUTOR, SEM SUA ANUÊNCIA, APTO A ENSEJAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, BEM COMO SUA QUANTIFICAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. NAS RAZÕES RECURSAIS, A APELANTE NÃO REFUTOU O ENTENDIMENTO FIRMADO NA SENTENÇA ACERCA DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, OU SEJA, DE QUE FOI FIRMADO MEDIANTE FRAUDE, NÃO TENDO SIDO APRESENTADA DEFESA CONDIZENTE COM OS FATOS NARRADOS, MUITO MENOS DOCUMENTOS QUE ATESTASSEM A CONTRATAÇÃO REGULAR. 4. RESTA CONSOLIDADO O ENTENDIMENTO DE QUE NÃO HOUVE CONTRATAÇÃO REGULAR DO FINANCIAMENTO DE Nº 55810057429392655, VEZ QUE A APELANTE NÃO COMPROVOU A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, POIS EM SUA DEFESA, NÃO APRESENTOU O REFERIDO CONTRATO E NEM JUNTOU QUALQUER DOCUMENTO OU PUGNOU PELA REALIZAÇÃO DE PROVAS, NO MOMENTO OPORTUNO. 5. A RELAÇÃO DISCUTIDA NOS AUTOS É REGIDA PELO CDC, RESPONDENDO O FORNECEDOR DE SERVIÇOS DE FORMA OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES. SÚMULA 479 DO STJ.6. RESTOU COMPROVADO O ATO ILÍCITO PRATICADO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA APELANTE, O DANO E O NEXO DE CAUSALIDADE, CONFIGURADOS PELA INEXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO VÁLIDA DO FINANCIAMENTO, AUSÊNCIA DE CAUTELA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO REALIZAR O CONTRATO SEM OS DEVIDOS REQUISITOS, RESTANDO EVIDENTE A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO APELANTE.7. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE, ALÉM DE NÃO TER DEMONSTRADO A REGULARIDADE DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO, NÃO COMPROVOU A INCIDÊNCIA DE NENHUMA DAS EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PREVISTAS NO § 3º DO ART. 14 DO CDC, RESTANDO CONFIGURADA A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. 8. ATO ILÍCITO QUE OCASIONOU O REGISTRO DE UM VEÍCULO EM NOME DO APELADO, JUNTO AO DETRAN-SP, COM DÉBITOS DE IPVA, DE FORMA TOTALMENTE DESCABIDA, VISTO QUE O APELADO NUNCA FOI PROPRIETÁRIO DO REFERIDO VEÍCULO, TENDO SIDO O REGISTRO ORIUNDO DA FRAUDE CHANCELADA PELO APELANTE, COMO CONSIGNADO NA SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS AÇÃO MOVIDA PELA PARTE AUTORA EM FACE DO DETRAN-SP.9. ASSISTE RAZÃO AO APELANTE ACERCA DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS, VEZ QUE SE MOSTRA EXCESSIVO, DIANTE DA ANÁLISE DA GRAVIDADE E EXTENSÃO DO DANO. 10. A INDENIZAÇÃO DEVE SER SUFICIENTE PARA COMPENSAR A VÍTIMA PELO DANO SOFRIDO E, AO MESMO TEMPO, SANCIONAR O CAUSADOR DO PREJUÍZO, DESESTIMULANDO A PRÁTICA DA CONDUTA ILÍCITA, SENDO O VALOR PAUTADO TANTO NO CARÁTER PEDAGÓGICO, QUANTO COMPENSATÓRIO, CONSIDERANDO A CONDUTA DO OFENSOR, O GRAU DA LESÃO, A SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL DAS PARTES LITIGANTES, ALÉM DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, NÃO PODENDO OCASIONAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. 11. VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS, R$ 10,000,00 (DEZ MIL REAIS), DEVE SER REDUZIDO, A FIM DE MELHOR SE ADEQUAR AO CASO EM APREÇO E À JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL, RAZÃO PELA QUAL FIXO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). PRECEDENTES.IV. DISPOSITIVO12. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC: ART. 14, CAPUT E § 3º; CC, ART. 186; ART. 927. JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: SÚMULA 479 STJ.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0050370-36.2020.8.06.0067 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Rafael Rodrigues Saldanha (OAB: 34796/CE)

Nº 0050993-64.2021.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Bruna Lima de Oliveira - Apelado: COOPERFORTE - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltda - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINARES DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECUSAL E DE IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA. MÉRITO. ANÁLISE QUANTO À TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS MONITÓRIOS. I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO CONTRA A SENTENÇA QUE NÃO CONHECEU DOS EMBARGOS MONITÓRIOS OPOSTOS NA ORIGEM EM RAZÃO DA SUA INTEMPESTIVIDADE. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM: I) ANALISAR SE O RECURSO DE APELAÇÃO NÃO MERECE SER CONHECIDO POR TER VIOLADO O PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL; II) AFERIR SE A RECORRENTE FAZ JUS À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA EM SEDE RECURSAL; III) VERIFICAR SE HOUVE EQUÍVOCO DO JUÍZO DE ORIGEM QUANTO À DATA DE INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PARA A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS MONITÓRIOS E, POR CONSEGUINTE, AFERIR SE ESTES SÃO TEMPESTIVOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. NÃO HÁ VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL QUANDO A RECORRENTE REFUTA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO CONTRA A QUAL SE IRRESIGNA E DECLINA AS RAZÕES PELAS QUAIS PRETENDE VÊ-LA REFORMADA, JÁ QUE, ASSIM PROCEDENDO, ATENDE AO DISPOSTO NO ART. 1.010, INCISO III, DO CPC. 4. A NORMA PROCESSUAL ESTABELECE QUE A GRATUIDADE JUDICIÁRIA DEVE SER CONCEDIDA À PESSOA NATURAL OU JURÍDICA

COM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA PAGAR AS CUSTAS, AS DESPESAS PROCESSUAIS E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E QUE HÁ PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO FIRMADA POR PESSOA NATURAL. NÃO HAVENDO ELEMENTOS CAPAZES AFASTAR A PRESUNÇÃO POSTA, É DE RIGOR A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ÀQUELE QUE POSTULA.5. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DISPÕE QUE O RÉU PODERÁ OPOR EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS, CUJO INÍCIO SE DARÁ DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO CUMPRIDO, QUANDO A CITAÇÃO SE DER POR OFICIAL DE JUSTIÇA. A JUNTADA DA CITAÇÃO DA RECORRENTE DO INTEIRO TEOR DA AÇÃO MONITÓRIA OCORREU EM 15 DE MARÇO DE 2023, DE MODO QUE O PRAZO PARA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS FINDOU EM 05 DE ABRIL DE 2023. NO ENTANTO, A DEFESA SOMENTE FOI APRESENTADA NO DIA POSTERIOR, QUAL SEJA, 06 DE ABRIL DE 2023, NÃO SENDO, PORTANTO, TEMPESTIVA.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 702.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - AC: 0106117-06.2015.8.06.0112, REL. DES. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 04/09/2018.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Thyara Pinto Barreto de Sousa (OAB: 26200/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

Nº 0141118-89.2018.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Sompo Seguros S/A - Embargado: Comercial Ibiapina Ltda - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL RECONHECIDO. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE APENAS INVERTEU A SEQUÊNCIA DE CONTAS DE SUBTRAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INDENITÁRIO TOTAL DEFINIDO. INTEGRALIZAÇÃO SEM MODIFICAÇÃO DO JULGADO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME E QUESTÃO EM DISCUSSÃO:1. SUSTENTA O EMBARGANTE QUE HÁ ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO POR TER CONSIDERADO PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO NO REFERENTE AO VALOR DEPOSITADO DE R$ 2.289.975,97, QUANDO, NA VERDADE, O VALOR DEPOSITADO FOI DE R$ 2.585.738,29. II. RAZÕES DE DECIDIR:2. DISPÕE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, EM SEU ART. 1.022 QUE "CABEM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA QUALQUER DECISÃO JUDICIAL PARA: I - ESCLARECER OBSCURIDADE OU ELIMINAR CONTRADIÇÃO; II - SUPRIR OMISSÃO DE PONTO OU QUESTÃO SOBRE O QUAL DEVIA SE PRONUNCIAR O JUIZ DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO; III - CORRIGIR ERRO MATERIAL".3. NOTA-SE QUE O ACÓRDÃO APENAS INVERTEU A SEQUÊNCIA DE CONTAS DE SUBTRAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INDENITÁRIO TOTAL DEFINIDO, SEM QUE, CONTUDO, TENHA ALTERADO O SALDO REMANESCENTE, QUE CONTINUA O MESMO.4. DESSA FORMA, OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DEVEM SER ACOLHIDOS APENAS PARA QUE SEJA RECONHECIDO O ERRO MATERIAL QUANTO À INDICAÇÃO DO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE E DO MONTANTE DEPOSITADO JUDICIALMENTE, NO ENTANTO, MANTENDO-SE O VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVIDA.III. DISPOSITIVO5. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, TÃO SOMENTE PARA RECONHECER O ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO, COM A INTEGRALIZAÇÃO DESTE JULGADO NOS TERMOS SUPRA, SEM MODIFICAÇÃO DO JULGADO.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0141118-89.2018.8.06.0001/50000 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Fábio Alexandre de Medeiros Torres (OAB: 91377/RJ) - Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE)

Nº 0179654-48.2013.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Diego Cruz Cidrão - Apelado: Ezedequias Torquato Freitas - Apelada: Maria Cleide Torquato Pereira - Apelado: Tor4 Comércio e Serviços Ltda ¿ EPP - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - PROCESSO: 0179654-48.2013.8.06.0001 - APELAÇÃO CÍVELAPELANTE: DIEGO CRUZ CIDRÃO. APELADOS: MARIA CLEIDE TORQUATO PEREIRA, EZEDEQUIAS TORQUATO FREITAS E TOR4 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ¿ EPPEMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE. DEMANDA AJUIZADA CONTRA PESSOA JURÍDICA. CITAÇÃO DIRECIONADA AOS SÓCIOS. AUTONOMIA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 49-A DO CC. POSSIBILIDADE DE A EMPRESA SER CITADA NA PESSOA DE SEU SÓCIO-ADMINSITRADOR. PRECEDENTES. NECESSIDADE DE O MANDADO SER DIRIGIDO À PESSOA JURÍDICA, NÃO AO SÓCIO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE OS AUTOS DE AÇÃO MONITÓRIA AJUIZADA POR DIEGO CRUZ CIDRÃO EM DESFAVOR TOR4 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, TENDO COMO CERNE DÍVIDA RECLAMADA PELO REQUERENTE O QUAL ADUZ SER CREDOR DA EMPRESA REQUERIDA, PELA QUANTIA NOMINAL DE R$ 30.445,00 (TRINTA MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS), PAGAMENTO EFETUADO ATRAVÉS DE CHEQUES. FOI PROFERIDA SENTENÇA JULGANDO EXTINTO O PROCESSO EM RAZÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS SÓCIOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O CERNE DA QUESTÃO ESTÁ EM VERIFICAR O ACERCO DO JUÍZO QUE ACOLHEU EMBARGOS MONITÓRIOS E EXTINGUIU O PROCESSO EM RAZÃO DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS EMBARGANTES.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DIANTE DOS RESULTADOS NEGATIVOS EM SE CITAR A EMPRESA DEMANDADA, FOI EXPEDIDO NOVO MANDADO CITATÓRIO DIRIGIDA À RÉ TOR4 COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. EPP (PÁG. 88), À SUA SÓCIA MARIA CLEIDE TORQUATO PEREIRA (PÁG. 86) E AO SÓCIO EZEDEQUIAS TORQUATO FREITAS (PÁG. 87). OS MANDADOS DIRIGIDOS AOS SÓCIOS MARIA CLEIDE TORQUATO PEREIRA E EZEDEQUIAS TORQUATO FREITAS RETORNARAM COM RESULTADO POSITIVO (PÁGS. 92 E 95), E O DIRECIONADO À EMPRESA COM RESULTADO NEGATIVO (PÁG. 89).4. O JUÍZO DE PISO SE EQUIVOCOU AO ELABORAR OS MANDADOS DE PÁGS. 86 E 87, DIRIGIDOS AOS SÓCIOS, PORQUANTO DEVERIA TER SIDO DIRIGIDO À PESSOA JURÍDICA RÉ.5. NOS TERMOS DO ART. 242 DO CPC, "A CITAÇÃO SERÁ PESSOAL, PODENDO, NO ENTANTO, SER FEITA NA PESSOA DO REPRESENTANTE LEGAL OU DO PROCURADOR DO RÉU, DO EXECUTADO OU DO INTERESSADO".6. ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AO INTERPRETAR O ART. 242 DO CPC, FIRMOU O ENTENDIMENTO DE QUE "REFOGE AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE OBSTAR A CITAÇÃO NA PESSOA DO REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA, QUANDO ESSA NÃO FOR ENCONTRADA, POIS, AINDA QUE O ENDEREÇO DA SEDE SOCIAL DA EMPRESA FOSSE ENCONTRADO, A CITAÇÃO SE DARIA NA PESSOA DAQUELE OU MESMO NA DE UMA DE SEUS SÓCIOS, POR FORÇA DA TEORIA DA APARÊNCIA, SENDO A PESSOA JURÍDICA MERA FICÇÃO LEGAL, REALIZANDO SEUS ATOS ATRAVÉS DELES" (TJ-CE - AI: 06279775120158060000 CE 0627977-51.2015.8.06.0000, RELATOR: LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, DATA DE JULGAMENTO: 08/08/2018, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO:

09/08/2018).7. NO ENTANTO, A POSSIBILIDADE DE A PESSOA JURÍDICA SER CITADA NA PESSOA DE SEU SÓCIO NÃO INIBE QUE O MANDADO SEJA DIRECIONADO À PRÓPRIA PESSOA JURÍDICA, A NOTADAMENTE SE A EMPRESA, POR SI SÓ, NÃO CONSTITUI ADVOGADO E NÃO COMPARECE AOS AUTOS, CONDUTA QUE SUPRIRIA EVENTUAL NULIDADE OU AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. NO CASO A EMPRESA DEMANDADA NÃO COMPARECEU AO PROCESSO E O MANDADO RECEBIDO PELOS SÓCIOS NÃO FOI DIRECIONADO À SOCIEDADE, DE MODO QUE NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR TER SE CONCRETIZADA A CITAÇÃO QUANTO A ELA.8. A NECESSIDADE DE O MANDADO SER DIRIGIDO À PRÓPRIA PESSOA JURÍDICA, E NÃO A SEU SÓCIO OU ADMINISTRADOR, MORMENTE QUANDO QUALIFICADO COMO "REQUERIDO" NO MANDADO, DAR-SE PELO FATO DE QUE PERSONALIDADE JURÍDICA NÃO SE CONFUNDE COM A PERSONALIDADE NATURAL DE SEUS SÓCIOS E/OU ADMINISTRADORES.9. NÃO É CABÍVEL A TESE DE RECONHECIMENTO COMO INCONTROVERSA A QUANTIA DE R$ 62.735,53 (SESSENTA E DOIS MIL, SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS), NOTADAMENTE PORQUE, DIANTE DA SEPARAÇÃO ENTRE SÓCIO E SOCIEDADE, NÃO PODE AQUELE, EM NOME PRÓPRIO, RECONHECER DÍVIDA DESTA.V. DISPOSITIVO.10. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 17 DO CPC; ART. 242 DO CPC; ART. 49-A DO CC. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, REL. MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, POR UNANIMIDADE, JULGADO EM 17/09/2019, DJE 20/09/2019; TJ-CE - AI: 06279775120158060000 CE 0627977-51.2015.8.06.0000, RELATOR: LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, DATA DE JULGAMENTO: 08/08/2018, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 09/08/2018; TJ-CE - AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0639054-76.2023.8.06.0000 FORTALEZA, RELATOR: JOSE EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, DATA DE JULGAMENTO: 18/06/2024, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 19/06/2024; STJ - AGINT NO ARESP: 1418198 SP 2018/0337486-1, RELATOR: MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DATA DE JULGAMENTO: 01/07/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 02/08/2019.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER O RECURSO, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Tarasio Campelo Borges (OAB: 26484/CE) - Lucas Esteves Borges (OAB: 26950/CE) - Juliana Santos de Paiva (OAB: 396267/SP)

Nº 0200234-53.2022.8.06.0173 - Apelação Cível - Tianguá - Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Apelada: Maria do Carmo dos Santos Souza - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. SEGURO COBRADO NA FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. ÔNUS DA PROVA QUANTO À EXISTÊNCIA DE CONTRATO AUTÔNOMO E AUTORIZAÇÃO DA CONSUMIDORA: ARTS. 428, I, E 429, II, DA LEI DE RITOS. CONTESTAÇÃO QUE NÃO APRESENTA PROVA A RESPEITO DA PACTUAÇÃO OU DA CULPA DE TERCEIROS. RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 14 DO CÓDIGO CONSUMERISTA. INDEPENDÊNCIA DO ELEMENTO VOLITIVO. PRECEDENTE UNIFORMIZADOR DA INTERPRETAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL: EARESP Nº 678.808/RS. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES E EM DOBRO, OBEDECENDO O MARCO TEMPORAL DEFINIDO PELO TRIBUNAL DA CIDADANIA. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA DESDE O EVENTO DANOSO. APLICAÇÃO DO ART. 398 DO CÓDIGO CIVIL E DA SÚMULA Nº 54 DO STJ.- A APELAÇÃO DEVOLVE À ANÁLISE DO TRIBUNAL TEMÁTICAS ATINENTES A AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO QUANTO AO LANÇAMENTO E COBRANÇA DE PARCELAS ATINENTES A SEGURO, CONSTANTES DA FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DA AUTORA.- A RECORRENTE PROVOU A EXISTÊNCIA DE CONTRATO OU DE AUTORIZAÇÃO DA CONSUMIDORA PARA EFETIVAR AS COBRANÇAS A TÍTULO DE SEGURO E, SEQUER, QUE SE DESTINAM À SEGURADORA NOMINADA NAS SUAS RAZÕES, ÔNUS QUE LHE COMPETIA POR FORÇA DOS ARTS. 428 E 429 DA LEI DE RITOS, POSTO QUE A AUTORA NÃO RECONHECE A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO QUE É ARRECADADO NA SUA FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA.- A CONTESTAÇÃO APRESENTADA NOS AUTOS NÃO TROUXE PROVA NO SENTIDO DE QUE EXISTE, DE FORMA VÁLIDA, O CONTRATO DE SEGURO E, DE IGUAL FORMA, QUE A PROMOVENTE AUTORIZOU DA COBRANÇA DO SEGURO.- EXISTENTE A RELAÇÃO DE CONSUMO ENTRE A AUTORA E A ENEL, RESIDE A RESPONSABILIDADE DESTA ÚLTIMA QUANDO AO LANÇAMENTO E COBRANÇA DE ACESSÓRIO SOBRE O QUAL RECAI O LITÍGIO, CONSTATADA A FALHA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE QUE TRATA O ART. 14 DO CDC, AFASTANDO-SE AS EXCLUDENTES DE ILICITUDE PREVISTAS NO RESPECTIVO § 3º.- NO QUE SE REFERE À ALEGADA INEXISTÊNCIA DE MÁ-FÉ PARA A RESTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS E PAGOS SEM LASTRO CONTRATUAL OU AUTORIZAÇÃO FORMAL DA AUTORA, TEM-SE QUE A OBRIGAÇÃO DE RESTITUIR AS QUANTIAS INDEPENDEM DO ELEMENTO VOLITIVO DO FORNECEDOR QUE EFETUOU A COBRANÇA INDEVIDA, COMO SE CONSTATA DO JULGAMENTO DO EARESP Nº 676.808/RS, QUE DEFINIU, DE IGUAL FORMA, O MARCO TEMPORAL PARA A DEVOLUÇÃO SIMPLES E EM DOBRO DE VALORES ARRECADADOS DO CONSUMIDOR DE FORMA ILEGAL, ESTANDO A SENTENÇA EM CONFORMIDADE COM A CONCLUSÃO ADOTADA PELO TRIBUNAL DA CIDADANIA.- COMO SE TRATA DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL, POSTO QUE INEXISTENTE O VÍNCULO CONTRATUAL QUE SUPORTE A COBRANÇA A TÍTULO DE SEGURO COBRADO NA FATURA DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, OS JUROS DE MORA OBEDECEM À TUTELA DO ART. 398 DO CC, SEGUNDO O QUAL, "NAS OBRIGAÇÕES PROVENIENTES DE ATO ILÍCITO, CONSIDERA-SE O DEVEDOR EM MORA, DESDE QUE O PRATICOU", E À SÚMULA Nº 54 DO STJ: "OS JUROS MORATÓRIOS FLUEM A PARTIR DO EVENTO DANOSO, EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL" (CORTE ESPECIAL, JULGADO EM 24/9/1992, DJ DE 1/10/1992, P. 16801.). INAPLICÁVEL O DISPOSTO NO ART. 240 DO CPC PARA O FIM DE DEFINIR O MARCO INICIAL DOS JUROS DE MORA COMO SENDO A DATA DA CITAÇÃO.- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MAJORADOS PARA 15% SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO, COMO PREVÊ O § 11 DO ART. 85 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO E DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS NO SISTEMA.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Sâmia Prado de Carvalho (OAB: 41125/CE)

Nº 0202160-58.2022.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Vila Juá Negócios Imobiliários Spe Ltda. - Apelado: José Regimilson Marques da Silva - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

APLICAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL POR CULPA DA DEMANDADA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO VERIFICADA. ALEGAÇÃO GENÉRICA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ATRASO VERIFICADO. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES PAGOS PELO AUTOR NA FORMA DA SÚMULA 543 DO STJ DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA VENDEDORA. DANOS MORAIS. CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO FIXADO NA SENTENÇA. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I - TRATAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA COM O PROPÓSITO DE REFORMA DE SENTENÇA, NOS AUTOS DA AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL E DECLAROU RESCINDIDO O CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL PARA ENTREGA FUTURA FIRMADO ENTRE AS PARTES, POR CULPA EXCLUSIVA DA REQUERIDA, COM A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES EFETIVAMENTE PAGOS PELOS ADQUIRENTES, E CONDENOU A RÉ EM DANOS MORAIS, NO MONTANTE DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). II - CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM VERIFICAR SE HOUVE ATRASO INJUSTIFICÁVEL NA ENTREGA DO IMÓVEL OBJETO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E A SUA REPERCUSSÃO NO PEDIDO DE DISTRATO QUANTO A RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS, BEM COMO SE HOUVE DANO MORAL INDENIZÁVEL.III - CONFORME ASSENTOU O JUÍZO A QUO, A PROMOVIDA NÃO COMPROVOU O CUMPRIMENTO DA OBRA NO PRAZO PREVISTO NO CONTRATO (30/09/2020), NEM MESMO ATÉ O MOMENTO DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. MESMO CONSIDERANDO O PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS PARA ENTREGA, EXTENSÃO PERMITIDA NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA, RESTA EVIDENCIADO UM ATRASO DE MAIS DE 12 MESES E, PORTANTO, A CULPA DA RÉ PELA RESCISÃO CONTRATUAL. IV - A CULPA EXCLUSIVA DA APELANTE PELA INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL, ALIADA À PERDA DO INTERESSE DA PARTE AUTORA NA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, TORNA PLENAMENTE CABÍVEL A RESCISÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO NOS TERMOS DO ART. 475 DO CC/2002, DEVENDO AQUELE QUE DEU CAUSA À RESOLUÇÃO CONTRATUAL, NA HIPÓTESE, A PARTE VENDEDORA, PROCEDER À DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES COMPROVADAMENTE PAGOS PELO EMPREENDIMENTO, COM ACRÉSCIMO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS MORATÓRIOS. CONFORME O ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 543 DO STJ: “SÚMULA 543 NA HIPÓTESE DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL SUBMETIDO AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DEVE OCORRER A IMEDIATA RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO PROMITENTE COMPRADOR INTEGRALMENTE, EM CASO DE CULPA EXCLUSIVA DO PROMITENTE VENDEDOR/CONSTRUTOR, OU PARCIALMENTE, CASO TENHA SIDO O COMPRADOR QUEM DEU CAUSA AO DESFAZIMENTO.” V - O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RESP 1599511/SP, SOB A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS, RECONHECEU A VALIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL QUE TRANSFERE AO PROMITENTE-COMPRADOR A OBRIGAÇÃO DE PAGAR A COMISSÃO DE CORRETAGEM, DESDE QUE PREVIAMENTE INFORMADO O PREÇO TOTAL DA AQUISIÇÃO DA UNIDADE AUTÔNOMA, COM O DESTAQUE DO VALOR DA COMISSÃO DE CORRETAGEM (TEMA 938). VI. NO PRESENTE CASO, VERIFICA-SE QUE O CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES NÃO ESPECIFICOU OS VALORES ADIMPLIDOS A TÍTULO DE COMISSÃO DE CORRETAGEM, DE FORMA QUE NÃO É POSSÍVEL A RETENÇÃO DE QUANTIA SOB ESSE TÍTULO, PORQUANTO DEVEM SER PRESTIGIADOS OS PRINCÍPIOS BASILARES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ASSEGURANDO O DIREITO BÁSICO DE INFORMAÇÃO PARA QUE NÃO EXISTAM DÚVIDAS SOBRE O PRODUTO OU SERVIÇO CONTRATADO (FLS. 20/26). VII - TAMBÉM NÃO PROPEPERA O PEDIDO DE REFORMA SOBRE A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ARBITRADOS NA ORIGEM. O NEXO CAUSAL ENTRE A LESÃO MORAL SOFRIDA PELA APELADA AO NÃO RECEBER O IMÓVEL. ATÉ O AJUIZAMENTO DA DEMANDA, MAIS DE 12 MESES DEPOIS DA DATA PREVISTA AS OBRAS NÃO HAVIAM FINALIZADO.VIII - NO QUE TANGE À INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, RESTARAM CONFIGURADOS OS REQUISITOS, VISTO O ATRASO APÓS O PRAZO DE TOLERÂNCIA, CONFORME ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL. NO CASO EM APREÇO, ENTENDE-SE COMO RAZOÁVEL OS DANOS SEREM FIXADOS NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), COM INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO ARBITRAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PRECEDENTES. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APRESENTADO PARA, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO, DE ACORDO COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITALEVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE) - Bianca Grangeiro Fernandes (OAB: 38661/CE)

Nº 0206076-51.2023.8.06.0117 - Apelação Cível - Maracanaú - Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Apelada: Luciana Magalhaes de Castro Antero - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL, PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUMENTO EXORBITANTE EM CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA. APELANTE NÃO COMPROVOU EXISTÊNCIA DE FATO EXTINTIVO, MODIFICATIVO OU IMPEDITIVO DO DIREITO DA APELADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CIVIL OBJETIVANDO A REFORMA A SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE OS PEDIDOS AUTORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS CONSIDERADAS ABUSIVAS DESCONTADA PELA ENEL A CONSUMIDORA.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. DIANTE DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO AUMENTO EXPRESSIVO NO CONSUMO DE ENERGIA DA PROMOVENTE, NÃO HÁ ALTERNATIVA SENÃO DECLARAR QUE A RECORRENTE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR OS FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO AUTORAL (ARTIGO 373, II, DO CPC), MOSTRANDO-SE, POR OUTRO LADO, COMO INDISCUTÍVEIS OS VALORES ELEVADOS NA FATURA DE ENERGIA DO AUTOR.IV. DISPOSITIVO E TESE4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO, MAS NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO E. RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Jonathas Ferreira Bonfim Neto (OAB: 38120/CE)

Nº 0255335-77.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Lucia de Fatima Damasceno - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO RELACIONADA AOS SALDOS, ACRÉSCIMOS ILEGAIS, SAQUES E À DIFERENÇA DE VALORES NA CONTA VINCULADA DO PASEP DA AUTORA/RECORRENTE. SENTENÇA QUE RECONHECEU O JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE

DESPACHO SANEADOR. CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL: NECESSIDADE. NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 DO TJCE. ERROR IN PROCEDENDO.- A PETIÇÃO INICIAL REMETE À APRECIAÇÃO DO JUDICIÁRIO LITÍGIO QUE ENVOLVE A RESPONSABILIDADE DO BANCO DO BRASIL S/A QUANTO À MÁ GESTÃO DOS VALORES DEPOSITADOS NO PROGRAMA PIS/PASEP, PUGNANDO PELA RESTITUIÇÃO DAS DIFERENÇAS NA CONTA VINCULADA, RESULTANTE DA UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL QUANDO DO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 1.150 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.- A SENTENÇA PROCEDEU AO JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO SEM, ANTES, FIXAR OS PONTOS CONTROVERTIDOS EM DESPACHO SANEADOR E DEIXANDO DE ANALISAR PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL, CERCEANDO A DEFESA DA AUTORA, VIOLANDO OS ARTS. 357, 369 E 370 DA LEI Nº 13.105/2015.- A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL LOCAL ENTENDE QUE É NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL CONTÁBIL PARA APURAR O ACERTO OU O DESACERTO DO BANCO DO BRASIL S/A EM REMUNERAR AS CONTAS VINCULADAS AO PASEP, SE HOUVE RESGATES INDEVIDOS E SE OCORREU FALHA QUE LHE SEJA ATRIBUÍVEL, CONTABILIZANDO EVENTUAIS DANOS MATERIAIS E MORAIS.- A DECISÃO DE MÉRITO NÃO LEVOU EM CONSIDERAÇÃO O DISPOSTO NAS ORIENTAÇÕES ADVINDAS DA NOTA TÉCNICA Nº 04/2024 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NÃO PROFERIU O DESPACHO SANEADOR PARA FIXAR OS PONTOS CONTROVERTIDOS DA LIDE, MORMENTE QUANTO À REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL, CONSIDERANDO A POUCA LEGIBILIDADE DOS EXTRATOS BANCÁRIOS MICROFILMADOS (FLS. 26 E SEGUINTES), SENDO NECESSÁRIO DEMONSTRAR A "LEGITIMIDADE DOS CÁLCULOS COM O RESPECTIVO ÍNDICE APLICADO" E A EXISTÊNCIA DOS ALEGADOS SAQUES INDEVIDOS E DA ERRÔNEA APLICAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA, MOSTRANDO-SE PREMATURO O ENCERRAMENTO DA FASE PROBATÓRIA.- PLAUSÍVEL QUE O REITOR DO FEITO PROCEDA À ANÁLISE DA "POSSIBILIDADE DE EVENTUAL INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NOS MOLDES DO ART. 373§ 1º, CPC" E FIXE "OS PONTOS CONTROVERTIDOS DA LIDE, DETERMINANDO QUE AS PARTES ESPECIFIQUEM AS PROVAS PARA DEMONSTRAR: 1) LEGITIMIDADE DOS CÁLCULOS COM O RESPECTIVO ÍNDICE APLICADO; 2) A INDICAÇÃO ESPECÍFICA DO DANO MORAL SOFRIDO, UMA VEZ QUE NÃO SE COGITA DA MODALIDADE PRESUMIDA", COMO CONSTA DA NOTA TÉCNICA Nº 04/2024 DO TJCE.RECURSO PREJUDICADO. SENTENÇA ANULADA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM RECONHECER A NULIDADE DA SENTENÇA, JULGADO PREJUDICADA A APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Whenry Hawlysson Araújo Silveira (OAB: 37107/CE) - Larissa de Alcântara Cruz (OAB: 33401/CE) - Nei Calderon (OAB: 33485/CE)

Nº 0259625-33.2023.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Luisa Maria Silva de Almeida - Embargado: Banco Pan S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DIREITO CIVIL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO DO JULGADO. INSUBSISTÊNCIA. PEDIDO EXPRESSO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 18 DO TJCE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I CASO EM EXAME E QUESTÃO EM DISCUSSÃO1. NO CASO DOS AUTOS, O EMBARGANTE ADUZ A OCORRÊNCIA DE OMISSÃO DO JULGADO POR NÃO TER RECONHECIDO A IRREGULARIDADE DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. II RAZÕES DE DECIDIR2. O QUE SE DENOTA É QUE, EM VERDADE, O ACÓRDÃO FORA DEVIDAMENTE CLARO QUANTO À REGULARIDADE DA COBRANÇA, EM CONFORMIDADE COM OS ENUNCIADOS DE SÚMULA Nº 539 E 541, DO STJ.3. TAL QUESTÃO FORA ESGOTADA NA ANÁLISE DO RECURSO APELATÓRIO, DE MODO QUE NÃO SUBSISTISTE QUALQUER HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 1.022 QUE JUSTIFIQUE A INTEGRALIZAÇÃO OU CORREÇÃO DO JULGADO ATACADO.4. COADUNANDO-SE COM ESTE ENTENDIMENTO, A MATÉRIA É OBJETO DO ENUNCIADO DA SÚMULA N° 18 DESTE ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SEGUNDO O QUAL OS ACLARATÓRIOS QUE TÊM POR INTUITO A REDISCUSSÃO DO MÉRITO DEVEM SER REJEITADOSIII DISPOSITIVO:5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO ACLARATÓRIO Nº 0259625-33.2023.8.06.0001/50001 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Paulo Roberto Lopes Júnior (OAB: 46673/CE) - Sérgio Schulze (OAB: 7629/SC)

Nº 0633021-36.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Iguatu - Agravante: Associação dos Advogados do Banco do Nordeste do Brasil - ASABNB - Agravado: Ducol Dunas Construções Ltda. - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEMANDA ORIGINAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE HONORÁRIOS. DECISÃO DO PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PESQUISA NO SISTEMA SNIPER E DE INSCRIÇÃO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS POR MEIO DA CNIB. MEIOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DO CREDOR VISANDO A SATISFAÇÃO DE SEU DIREITO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE RESPEITADO. PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DO PROVIMENTO JURISDICIONAL E DA COOPERAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS DO PROCESSO. RECURSO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM QUE, NA ORIGEM, FOI DENEGADO O REQUERIMENTO DE PESQUISA DE BENS NO SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DE ATIVOS (SNIPER), BEM COMO A INSCRIÇÃO DE EVENTUAIS BENS DA PARTE AGRAVADA COMO INDISPONÍVEIS POR MEIO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER A POSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO AUTORIZAR: (I) A CONSULTA NO SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - SNIPER, O QUAL AGILIZA E FACILITA A INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA LOCALIZAÇÃO DE BENS E ATIVOS; (II) A UTILIZAÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB) DE FORMA SUBSIDIÁRIA, APÓS O ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COM APOIO NO ART. 139, II E IV, DO CPC.III. RAZÕES DE DECIDIR3. SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - SNIPER. O PRIMEIRO PONTO A SER ANALISADO NESTE RECURSO GIRA EM TORNO DA POSSIBILIDADE DE O PODER JUDICIÁRIO AUTORIZAR, NO BOJO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO, CONSULTA NO SISTEMA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS - SNIPER, O QUAL AGILIZA E FACILITA A INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL NA LOCALIZAÇÃO DE BENS E ATIVOS.4. NO CASO DOS AUTOS, A REALIZAÇÃO DE CONSULTA NO SOBREDITO SISTEMA É MEDIDA DE DIREITO POSSÍVEL DE SER REALIZADA, UMA VEZ QUE ATENDE AS EXIGÊNCIAS DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA CELERIDADE, E ENSEJARIA UMA POSTURA COOPERATIVA DO JUÍZO A QUO.5. A

DECISÃO HOSTILIZADA, A SEU TURNO, DENEGOU A PESQUISA.6. NO CASO CONCRETO, RESTARAM FRUSTRADAS AS PESQUISAS DE BENS RELACIONADAS VIA SISTEMAS SISBAJUD, RENAJUD E INFOJUD, O QUE MOTIVOU O PLEITO DE REALIZAÇÃO DE CONSULTA NO SNIPER.7. É RELEVANTE ANOTAR QUE A MEDIDA POSTULADA TRATA-SE DE SIMPLES PROVIDÊNCIA NÃO CONDICIONADA AO ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PELA PARTE CREDORA E QUE PRIVILEGIA A CELERIDADE/EFETIVIDADE/ECONOMIA PROCESSUAL, SEM ONERAR EM DEMASIA A SERVENTIA JUDICIAL.8. DE RIGOR, POIS, A REFORMA DA DECISÃO PARA DEFERIR A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA SNIPER COM O FIM DE LOCALIZAR OS BENS DA PARTE AGRAVADA.9. CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - CNIB. O SEGUNDO PONTO NODAL DO RECURSO CONSISTE NA UTILIZAÇÃO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB) DE FORMA SUBSIDIÁRIA, APÓS O ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COM APOIO NO ART. 139, II E IV, DO CPC.10. NOS TERMOS DA PREVISÃO CONTIDA NO ART. 2º DO PROVIMENTO Nº 39/2014 DO CNJ, A CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS - CNIB TEM POR FINALIDADE NÃO SOMENTE A DIVULGAÇÃO DAS ORDENS DE INDISPONIBILIDADE, COMO MECANISMO DE CONSULTA, MAS IGUALMENTE A RECEPÇÃO DAS ORDENS PARA A DECRETAÇÃO: “DE INDISPONIBILIDADES QUE ATINJAM PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO INDISTINTO, ASSIM COMO DIREITOS SOBRE IMÓVEIS INDISTINTOS, E A RECEPÇÃO DE COMUNICAÇÕES DE LEVANTAMENTO DAS ORDENS DE INDISPONIBILIDADE NELA CADASTRADAS”.11. CONSOANTE O PROVIMENTO Nº 39/2014 DO CNJ, O SISTEMA FOI INSTITUÍDO TENDO EM VISTA A “NECESSIDADE DE RACIONALIZAR O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E OS ÓRGÃOS PRESTADORES DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO, VISANDO CELERIDADE E EFETIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E EFICIÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO DELEGADO”.12. DEVERAS, A UTILIZAÇÃO DO CNIB DE FORMA SUBSIDIÁRIA, APÓS O ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS ORDINÁRIAS, COMO NO CASO DOS AUTOS, ENCONTRA APOIO NO ART. 139, II E IV DO CPC, E NÃO VIOLA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE, PROPORCIONALIDADE OU DA MENOR ONEROSIDADE AO DEVEDOR.13. DEVE-SE, PORTANDO, AUTORIZAR A DECRETAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE EVENTUAIS BENS PERTENCENTES A PARTE AGRAVADA POR MEIO DA CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB).IV. DISPOSITIVO14. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, NO SENTIDO DE A ELE DAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Francisco Dias de Paiva Filho (OAB: 15324/CE) - Francisco Tácido Santos Cavalcanti (OAB: 8978/CE) - Danilson de Carvalho Passos (OAB: 20322/CE) - João Gerson Fernandes Duarte (OAB: 23201/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0053317-46.2021.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Jose Willame Carlos - Apelado: Banco Finasa S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR. PRETENSÃO DE REVISIONAR A TAXA DE JUROS MENSAL PREVISTA NO INSTRUMENTO CONTRATUAL. PRECEDENTES UNIFORMIZADORES ADOTADOS NOS RECURSOS ESPECIAIS Nº 1.061.530/RS E 1.821.182/RS. TEMA REPETITIVO Nº 27 DO STJ. ABUSIVIDADE E ILEGALIDADE DAS TAXAS DE JUROS NÃO RECONHECIDAS NA VIA JUDICIAL. COMPARAÇÃO ENTRE A TAXA CONTRATADA QUE NÃO ENSEJA ABUSIVIDADE. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. INTELIGÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 539 E 541 DO STJ. CUMULAÇÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA COM ENCARGOS REMUNERATÓRIOS E DE MORA E TARIFAS DE CADASTRO E DE AVALIAÇÃO DO VEÍCULO NÃO PRESENTES NO CONTRATO: NÃO CONHECIMENTO. SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA. CONTRATAÇÃO EM INSTRUMENTO EM SEPARADO. PREVISÃO DE CANCELAMENTO. AFASTAMENTO DA MORA. INDEVIDO. - NO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.061.530/RS, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PACIFICOU, DENTRE OUTRAS TESES, AS SEGUINTES: “AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO SE SUJEITAM À LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS ESTIPULADA NA LEI DE USURA (DECRETO 22.626/33), SÚMULA 596/STF”, “A ESTIPULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% AO ANO, POR SI SÓ, NÃO INDICA ABUSIVIDADE”, “SÃO INAPLICÁVEIS AOS JUROS REMUNERATÓRIOS DOS CONTRATOS DE MÚTUO BANCÁRIO AS DISPOSIÇÕES DO ART. 591 C/C O ART. 406 DO CC/02”, E, POR FIM, “É ADMITIDA A REVISÃO DAS TAXAS DE JUROS REMUNERATÓRIOS EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS, DESDE QUE CARACTERIZADA A RELAÇÃO DE CONSUMO E QUE A ABUSIVIDADE (CAPAZ DE COLOCAR O CONSUMIDOR EM DESVANTAGEM EXAGERADA - ART. 51, §1º, DO CDC) FIQUE CABALMENTE DEMONSTRADA, ANTE ÀS PECULIARIDADES DO JULGAMENTO EM CONCRETO”.- QUANDO DA APRECIAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.821.182/RS, O TRIBUNAL DA CIDADANIA PONTUOU QUE “O CARÁTER ABUSIVO DA TAXA DE JUROS CONTRATADA HAVERÁ DE SER DEMONSTRADO DE ACORDO COM AS PECULIARIDADES DE CADA CASO CONCRETO, LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO CIRCUNSTÂNCIAS COMO O CUSTO DA CAPTAÇÃO DOS RECURSOS NO LOCAL E ÉPOCA DO CONTRATO; O VALOR E O PRAZO DO FINANCIAMENTO; AS FONTES DE RENDA DO CLIENTE; AS GARANTIAS OFERTADAS; A EXISTÊNCIA DE PRÉVIO RELACIONAMENTO DO CLIENTE COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA; ANÁLISE DO PERFIL DE RISCO DE CRÉDITO DO TOMADOR; A FORMA DE PAGAMENTO DA OPERAÇÃO, ENTRE OUTROS ASPECTOS”.- OS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO EM ANÁLISE, SOBRETUDO AS TAXAS DE JUROS REMUNERATÓRIOS NELE ESTIPULADAS, ESTÃO SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SÚMULA Nº 267 DO STJ), CUJOS ARTS. 6º, V E VIII, E 51, IV, PREVEEM QUE “SÃO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR: V - A MODIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS QUE ESTABELEÇAM PRESTAÇÕES DESPROPORCIONAIS OU SUA REVISÃO EM RAZÃO DE FATOS SUPERVENIENTES QUE AS TORNEM EXCESSIVAMENTE ONEROSAS”, SENDO DEVIDA A “FACILITAÇÃO DA DEFESA DE SEUS DIREITOS, INCLUSIVE COM A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, A SEU FAVOR, NO PROCESSO CIVIL, QUANDO, A CRITÉRIO DO JUIZ, FOR VEROSSÍMIL A ALEGAÇÃO OU QUANDO FOR ELE HIPOSSUFICIENTE, SEGUNDO AS REGRAS ORDINÁRIAS DE EXPERIÊNCIAS” E, POR FIM, QUE “SÃO NULAS DE PLENO DIREITO, ENTRE OUTRAS, AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS RELATIVAS AO FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS QUE: IV - ESTABELEÇAM OBRIGAÇÕES CONSIDERADAS INÍQUAS, ABUSIVAS, QUE COLOQUEM O CONSUMIDOR EM DESVANTAGEM EXAGERADA, OU SEJAM INCOMPATÍVEIS COM A BOA-FÉ OU A EQÜIDADE”. POR SUA VEZ, O § 1º DO ART. 51 DO CDC PRESUME “EXAGERADA, ENTRE OUTROS CASOS, A VANTAGEM QUE: I - OFENDE OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA JURÍDICO A QUE PERTENCE; II - RESTRINGE DIREITOS OU OBRIGAÇÕES FUNDAMENTAIS INERENTES À NATUREZA DO CONTRATO, DE TAL MODO A AMEAÇAR SEU OBJETO OU EQUILÍBRIO CONTRATUAL; III - SE MOSTRA EXCESSIVAMENTE ONEROSA PARA O CONSUMIDOR, CONSIDERANDO-SE A NATUREZA E CONTEÚDO DO CONTRATO, O INTERESSE DAS PARTES E OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS PECULIARES AO CASO”.- AVALIANDO TODOS OS REQUISITOS EXPOSTOS NA JURISPRUDÊNCIA E NA LEGISLAÇÃO ACIMA TRANSCRITOS, ADOTANDO

REGAS ORDINÁRIAS DE EXPERIÊNCIAS, CONSTATO QUE NÃO RESTA PROVADA A ABUSIVIDADE DA TAXA DE JUROS CONTRATADA QUE PERMITIRIA A SUA LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DO MERCADO, POSTO QUE, A DIFERENÇA ENTRE AMBAS NÃO IMPORTA EM SIGNIFICATIVO EXCESSO QUE ENSEJE A INTERVENÇÃO NA LIBERDADE DE CONTRATAR PREVISTA NO ART. 421 DO CÓDIGO CIVIL.- A TAXA MENSAL CONTRATADA É DE 1,66% E DE 21,84% AO ANO, ENQUANTO A TAXA MÉDIA PRETENDIDA PELO AUTOR É DE 1,20% AO MÊS, INFERIOR EM 0,46% AO MÊS, NÃO ENSEJANDO EXCESSIVIDADE.- O AUTOR NÃO DEMONSTROU QUE AS PECULIARIDADES DO CONTRATO FIRMADO JUSTIFICAM A REDUÇÃO DA TAXA DE JUROS CONTRATADA PELA TAXA MÉDIA, LIMITANDO-SE A POSTULAR A SUBSTITUIÇÃO DO ENCARGO MEDIANTE O COTEJO ENTRE TAIS TAXAS, DE FORMA LINEAR. O ENCARGO DA PROVA, NESTE PONTO, NÃO PODE SER INVERTIDO, HAVENDO PRECEDENTES DO TRIBUNAL DA CIDADANIA QUE ENTENDEM POSSÍVEL QUE OS JUROS REMUNERATÓRIOS SUPEREM UMA VEZ E MEIA, O DOBRO OU ATÉ O TRIPLO DA MÉDIA DO MERCADO. NO CASO CONCRETO, A TAXA DE JUROS ANUAL ESTÁ COMPREENDIDA NO INTERVALO ENTRE UMA VEZ E UMA VEZ E MEIA A INDICADA COMO MÉDIA DO MERCADO.- POSSÍVEL A CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS, ATENTANDO-SE PARA O DISPOSTO NAS SÚMULAS Nº 539 E 541 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PARA A TESE ADOTADA NO JULGAMENTO DO TEMA Nº 33 DE REPERCUSSÃO GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NÃO RESTOU DEMONSTRADA A AMORTIZAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS PELO MÉTODO PRICE OU, AINDA QUE ASSIM TENHA OCORRIDO, QUE CAUSOU ONEROSIDADE EXCESSIVA, NÃO HAVENDO RAZÃO JURÍDICA PARA INTERVIR NA LIVRE VONTADE DAS PARTES NO MOMENTO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, COMO PRESCREVEM OS ARTS. 421 E 421-A DO CÓDIGO CIVIL. ADEMAIS, ESTE TEMA ESTÁ DIRECIONADO À CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS REMUNERATÓRIOS, QUE NÃO FOI CONSIDERADA ILEGAL.- A CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO QUE GUARNECE OS AUTOS INFORMA A CONTRATAÇÃO DE SEGURO PRESTAMISTA, CONTRATADO EM INSTRUMENTO EM SEPARADO, MAS QUE RESTOU FIRMADO MEDIANTE OPÇÃO DO CONSUMIDOR, NO VALOR DE R$ 693,66.- A ILEGALIDADE DE TAL CONTRATAÇÃO NÃO É AUTOMÁTICA, AINDA QUE O JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 972 PELO STJ TENHA FIXADO A TESE NO SENTIDO DE QUE “NOS CONTRATOS BANCÁRIOS EM GERAL, O CONSUMIDOR NÃO PODE SER COMPELIDO A CONTRATAR SEGURO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OU COM SEGURADORA POR ELA INDICADA”.- O ELEMENTO VOLITIVO NO QUAL O AUTOR SUPORTA A TESE DE VENDA CASADA DO SEGURO PRESTAMISTA QUE CONSTA DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO ASSENTIDO EM OPÇÃO EXPRESSA, NÃO LEVA, DA SIMPLES ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE, CONCLUIR PELA SUA ILEGALIDADE, CONFIGURADO QUE O CONSUMIDOR TEVE A OPÇÃO DE NÃO O CONTRATAR.- A PROPOSTA DE ADESÃO, ASSINADA EM SEPARADO, CONTÉM EXPRESSA OPÇÃO DE CANCELAMENTO, PREVENDO, NESTE CASO, A RESTITUIÇÃO PROPORCIONAL DOS VALORES ADIMPLIDOS ATÉ ENTÃO, O QUE AFASTA A ABUSIVIDADE PRETENDIDA PELA AUTORA.- NO CASO CONCRETO, AS CIRCUNSTÂNCIAS OBJETIVAS NÃO PERMITEM RECONHECER A ILEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO DE PROTEÇÃO FINANCEIRA.- NÃO É POSSÍVEL AFASTAR A MORA CONTRATUAL E REPETIR INDÉBITO QUANDO OS ACESSÓRIOS DA CONTRATAÇÃO NÃO FORAM JULGADOS NULOS.- MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, NOS TERMOS DO ART. 85, § 11, DA LEI PROCESSUAL CIVIL, OBRIGAÇÃO QUE CONTINUA SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA DE EXIGIBILIDADE.RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, TODAVIA, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Luiz Iatagan Cavalcante Rocha (OAB: 25680/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0200179-78.2024.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Antonia Liete de Oliveira - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFA BANCÁRIA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. CONDUTA ILÍCITA. DESCONTOS INDEVIDOS EM QUATRO PRESTAÇÕES DE PEQUENO VALOR. QUANTIA INCAPAZ DE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA. POTENCIALIDADE LESIVA INSUFICIENTE PARA CAUSAR DANOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, HONRA E DIGNIDADE. MERO ABORRECIMENTO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DECLARANDO NULA AS COBRANÇAS DAS TARIFAS BANCÁRIAS E CONDENANDO O RÉU A RESTITUIR OS DESCONTOS INDEVIDOS, MAS INDEFERINDO O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE NA ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO BANCO PROMOVIDO EM DECORRÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A CONDUTA E O DANO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. NÃO OBSTANTE A CONDUTA DA PARTE PROMOVIDA QUE ATRIBUI O ÔNUS DE UM SERVIÇO NÃO CONTRATADO E PROMOVE DESCONTOS INDEVIDOS DIRETAMENTE DA CONTA DA PARTE AUTORA SEJA, EM REGRA, POTENCIALMENTE LESIVA À HONRA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, EM DECORRÊNCIA DO SIMPLES ACONTECIMENTO DO FATO, DEVO DESTACAR QUE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU PROCEDEU COM ACERTO AO CONCLUIR QUE, EM SE TRATANDO DE APENAS QUATRO DESCONTOS DE PEQUENOS VALORES, DOS QUAIS DOIS SÃO DE QUANTIA ÍNFIMA DE R$ 3,33 (TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) E DE R$ 1,31 (UM REAL E TRINTA E UM CENTAVOS), A DIMINUIÇÃO EXPERIMENTADA É INCAPAZ DE COMPROMETER A SUBSISTÊNCIA E A POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA É INSUFICIENTE PARA CAUSAR ABALOS À HONRA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, NÃO EXTRAPOLANDO O MERO DISSABOR.4. ASSIM, ATENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, ENTENDO QUE A POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA DA PARTE PROMOVIDA QUE REALIZA O DESCONTO INDEVIDO DE QUATRO PRESTAÇÕES DE PEQUENO VALOR, SENDO UMA DE R$ 46,57 (QUARENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS), OUTRA DE R$ 48,59 (QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS) E OUTRAS DUAS NA QUANTIA ÍNFIMA DE R$ 3,33 (TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS) E DE R$ 1,31 (UM REAL E TRINTA E UM CENTAVOS), É INSUFICIENTE PARA COMPROMETER A CAPACIDADE DE SUBSISTÊNCIA DA PARTE AUTORA E PARA CAUSAR DANOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, À HONRA E À DIGNIDADE, NÃO PASSANDO DE UM MERO ABORRECIMENTO. RAZÃO PELA QUAL, DIANTE DO ACERTO DA SENTENÇA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS, O RECURSO DA PARTE AUTORA NÃO MERECE PROVIMENTO.IV. DISPOSITIVO E TESE5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. MERO DISSABOR. 2. DESCONTOS DE PEQUENOS VALORES. 3. POTENCIALIDADE LESIVA INSUFICIENTE PARA

COMPROMETER A CAPACIDADE DE SUBSISTÊNCIA E PARA CAUSAR DANOS AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE._____ JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: (STJ, AGINT NOS EDCL NO RESP N. 1.948.000/SP, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, J. 23/5/2022, DJE 23/6/2022); (STJ, AGINT NO ARESP N. 1.354.773/MS, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, J. 2/4/2019, DJE 24/4/2019).ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Marcosorrite Gomes Alves (OAB: 38659/CE) - Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE)

Nº 0208408-14.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: NU Pagamentos S/A - Apelada: Maria Neiva Bezerra Sampaio - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. SENTENÇA PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. GOLPE BANCÁRIO. TRANSFERÊNCIA IRREGULAR E FRAUDULENTA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ. DANO MATERIAL E MORAL DEVIDOS. MINORAÇÃO DO DANO MORAL. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. O CERNE DA MATÉRIA RECURSAL RESIDE NA ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA PARTE RÉ PELAS TRÊS TRANSFERÊNCIAS IRREGULARES E FRAUDULENTAS EFETUADAS EM BENEFÍCIO DE RAIMUNDO NONATO BERNARDO VIANA (CPF 111.275.113-0), NA QUANTIA TOTAL DE R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER SE: (I) HOUVE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA PELA FRAUDE, O QUE EXCLUIRIA O NEXO DE CAUSALIDADE DA CONDUTA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ; (II) O VALOR DO DANO MATERIAL E MORAL FIXADOS PELO JUÍZO A QUO DEVEM SER MANTIDOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS RESPONDEM OBJETIVAMENTE PELOS DANOS CAUSADOS POR FRAUDES OU DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS, NA MEDIDA EM QUE TAL RESPONSABILIDADE DECORRE DO RISCO DO EMPREENDIMENTO, CARACTERIZANDO-SE COMO FORTUITO INTERNO.4. A PROPÓSITO, TEMOS A SÚMULA Nº 479 DO STJ: “AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM OBJETIVAMENTE PELOS DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS”.5. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, É INCONTROVERSO (CPC, ART. 374, III) QUE FORAM REALIZADAS TRÊS TRANSFERÊNCIAS, VIA PIX, EM 29/5/2023, NOS VALORES DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) E DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), EM BENEFÍCIO DE RAIMUNDO NONATO BERNARDO VIANA, QUE A AUTORA DESCONHECE.6. COMO VISTO, AS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS TÊM O DEVER DE DILIGÊNCIA, MORMENTE EM RELAÇÃO ÀS OPERAÇÕES ATÍPICAS NAS CONTAS BANCÁRIAS DE SEUS CLIENTES, NÃO DANDO AZO O REPASSE AO CONSUMIDOR DO DANO DECORRENTE DA FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.7. POR OUTRO LADO, A PARTE RÉ NADA COMPRAVA PARA ALTERAR OS FATOS, NÃO SE DESINCUMBINDO NO SEU ÔNUS PROBATÓRIO (CPC, ART. 373, II), NO SENTIDO DE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO E EXTINTIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA.8. ADEMAIS, DEVE-SE PONDERAR QUE A FACILIDADE PARA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS POR MEIO DE APLICATIVOS É O QUE FOMENTA E FACILITA A PERFECTIBILIZAÇÃO DE FRAUDES, NÃO TENDO A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEMONSTRADO QUE AGIU COM CELERIDADE AO SER QUESTIONADA PELA AUTORA SOBRE AS TRANSAÇÕES BANCÁRIAS IRREGULARES.9. COM EFEITO, NO QUE TOCA À RESPONSABILIDADE POR ATOS PRATICADOS POR TERCEIROS FRAUDADORES OU CRIMINOSOS, A INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, NO EXERCÍCIO DE SUA ATIVIDADE, ASSUME O RISCO INERENTE A ESTE TIPO DE OCORRÊNCIA, NÃO SE PODENDO ACOLHER TESE DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.10. DESSE MODO, DEVE A PARTE RÉ RESPONDER OBJETIVAMENTE PELO DANO MATERIAL E MORAL PELO FORTUITO INTERNO RELATIVO À FRAUDE PRATICADA POR TERCEIROS, SENDO O PRIMEIRO A DEVOLUÇÃO SIMPLES DA QUANTIA DAS TRANSFERÊNCIAS, CONFORME FIXADO NA SENTENÇA.11. O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVE SER FIXADO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, LEVANDO-SE EM CONTA O GRAU DE CULPA E A EXTENSÃO DO DANO CAUSADO, BEM COMO A SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS PARTES E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO EVENTO DANOSO.12. COTEJANDO-SE OS ELEMENTOS PROBANTES TRAZIDOS AO FEITO, E CONSIDERANDO O HISTÓRICO DE ARBITRAMENTO EFETUADO PELOS TRIBUNAIS PÁTRIOS EM SITUAÇÕES DE ENVERGADURA SIMILAR, TEM-SE QUE O VALOR DO DANO MORAL DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) É DESPROPORCIONAL, MOTIVO PELO QUAL O MINORO PARA R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), QUANTIA MAIS RAZOÁVEL PARA O CASO EM ANÁLISE, DEVENDO SER REFORMADA A SENTENÇA NESTE ASPECTO.13. DEIXO DE APLICAR O DISPOSTO NO ART. 85, § 11, DO CPC, DADO O PARCIAL PROVIMENTO DA APELAÇÃO.IV. DISPOSITIVO14. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, NO SENTIDO DE A ELE DAR PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Socorro Maia Gomes (OAB: 21449/PE) - Maria do Perpétuo Socorro Maia Gomes (OAB: 37937/CE) - Lailson Pereira Soares (OAB: 49874/CE)

Nº 0275922-52.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelada: Francisca Pereira da Cruz - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO E AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR AFASTADAS. DEMANDADA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA E VALIDADE DO CONTRATO. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. NECESSIDADE DE RESPEITO AO MARCO FIXADO PELO STJ. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANO MORAL.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A RECORRENTE SUSTENTA PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL E DE PRESCRIÇÃO. NO MÉRITO, ALEGA QUE EXISTEM PROVAS DE QUE A CONSUMIDORA REALIZOU OS EMPRÉSTIMOS MENCIONADOS. POR ISSO, SUSTENTA A VALIDADE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS E PEDE A REFORMA DA SENTENÇA. CONTROVERTEM AS PARTES A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. PRELIMINARES AFASTADAS, HAJA VISTA A RELAÇÃO DE CONSUMO E O TRATO CONTINUADO DAS PRESTAÇÕES, RAZÃO PELA QUAL INCIDE O PRAZO DE 5 ANOS PREVISTO NO CDC A CONTAR DE CADA ATO ILÍCITO EFETUADO. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE VIA ADMINISTRATIVA

PARA ACESSAR O PODER JUDICIÁRIO. NO MÉRITO, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO CUMPRIU SEU ÔNUS DE PROVAR A EXISTÊNCIA E VALIDADE DOS CONTRATOS. EM RELAÇÃO À REPETIÇÃO DO INDÉBITO, VERIFICA-SE QUE HÁ DESCONTOS EFETUADOS ANTES DA DATA PARADIGMA FIXADA NO (EARESP N.º 600.663/RS). PORTANTO SOMENTE SÃO DEVIDOS EM DOBRO OS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS APÓS 30.03.2021. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.IV. DISPOSITIVO 4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO._____DISPOSITIVOS CITADOS: CPC, ART. 373, I.PRECEDENTES CITADOS: TJ-CE, AC Nº 00509490320218060114, REL. JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, J. 26/04/2023 ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM FORTALEZA,DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Samuel Fonseca de Carvalho (OAB: 48670/CE)

Nº 0630924-63.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Condomínio Edifício Euclides Alves - Agravada: Vilma Alves da Costa Silva - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. INSURGÊNCIA EM FACE DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. CONDOMÍNIO. ENTENDIMENTO FIRMADO SOB A BALIZA DA SÚMULA N. 481 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.I - CASO EM EXAME:1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE NEGOU PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, EM AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS.II - QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA CINGE-SE À AVERIGUAÇÃO DO ATENDIMENTO, PELA PESSOA JURÍDICA RECORRENTE, DOS REQUISITOS PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIAL GRATUITA EM SEDE DE AÇÃO DE COBRANÇA, NOS MOLDES ENTABULADOS NO ART. 98 E 99 DO CPC.III - RAZÕES DE DECIDIR:3. APESAR DE SER PRESUMIDAMENTE VERDADEIRA QUANDO ALEGADA POR PESSOA NATURAL, TRATANDO-SE DE PESSOA JURÍDICA, CABE AO INTERESSADO COMPROVAR QUE, EFETIVAMENTE, NÃO TEM CONDIÇÕES FINANCEIRAS PARA ARCAR COM AS DESPESAS DO PROCESSO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 481 DO STJ.4. NO CASO DOS AUTOS, LIMITOU-SE O AGRAVANTE A DEFENDER QUE NÃO DETÉM FINALIDADE LUCRATIVA, VINDO A ARRECADAR SOMENTE OS VALORES PROVENIENTES DAS COTAS CONDOMINIAIS PARA FINS DE MANUTENÇÃO DAS ÁREAS COMUNS, MEDIANTE RATEIO POR FRAÇÃO IDEAL, RESSALTANDO QUE HAVENDO INADIMPLÊNCIA POR PARTE DOS CONDÔMINOS RESTARIA FRUSTRADA QUALQUER POSSIBILIDADE DE O CONDOMÍNIO CUSTEAR AS DESPESAS PROCESSUAIS, NÃO REPUTANDO LEGÍTIMO O REPASSE DAS DESPESAS AO CONDÔMINOS ADIMPLENTES POR MEIO DE COTAS CONDOMINIAIS EXTRAORDINÁRIAS. 5. PARA AS NECESSIDADES EXTRAORDINÁRIAS - DENTRE ELAS CUSTEAR HONORÁRIOS DE ADVOGADO E EXPENSAS PROCESSUAIS - ESTABELECEM AS CONVENÇÕES, COMO EXIGIDO PELO INCISO I DO ART. 1.334 DO CITADO CÓDIGO, A COBRANÇA DE COTA EXTRA PARA O ATENDIMENTO DESSAS SITUAÇÕES NÃO ALBERGADAS NO ORÇAMENTO. DELINEADOS OS CONTORNOS DA INSURGÊNCIA, É CERTO QUE NÃO PROSPERA A PRETENSÃO RECURSAL.IV - DISPOSITIVO:6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO, NO SENTIDO DE A ELE NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO E DO VOTO DO RELATOR QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Talita de Farias Azin (OAB: 31662/CE)

Nº 0903132-10.2014.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: D & A Indústria e Comércio de Embalagens Ltda EPP - Apelante: André Ferreira Aguiar - Apelante: Sanny Teresa Ximenes Aguiar - Apelante: André Ribeiro Garcia - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E DE CARÊNCIA DE AÇÃO. RECURSO QUE É MERA REPRODUÇÃO LITERAL DA CONTESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. SENTENÇA MANTIDA. I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇAII. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O APELANTE ALEGA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E CARÊNCIA DE AÇÃO, ALEGANDO A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA DEMANDA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. SENTENÇA DEVIDAMENTE FUNDAMENTA E QUE ENFRENTOU TODOS OS ARGUMENTOS DEDUZIDOS NA DEFESA. RAZÕES RECURSAIS APRESENTADAS EM CÓPIA LITERAL DA CONTESTAÇÃO, SEM QUE HAJA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA O DECISUM. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. PRECEDENTES.IV. DISPOSITIVO 4. RECURSO NÃO CONHECIDO._____DISPOSITIVOS CITADOS: ART. 1.010; ART. 932, CPC.PRECEDENTES CITADOS: TJ-CE - AC: 02811466820228060001 FORTALEZA, RELATOR: EVERARDO LUCENA SEGUNDO, DATA DE JULGAMENTO: 15/02/2023. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM NÃO CONHECER DO RECURSO.FORTALEZA,DATA DA ASSINATURA DIGITAL. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Fábio José de Oliveira Ozório (OAB: 8714/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0053597-98.2017.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Joseildo Alves de Souza - Apelada: Maria Aparecida Leite - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO DE USUCAPIÃO. SENTENÇA QUE RECONHECEU O ABANDONO DA CAUSA, COM AMPARO NO ART. 485, III, DO CPC. DESPACHO INTIMANDO O AUTOR, POR MEIO DO SEU ADVOGADO PARA JUNTAR PROVA A RESPEITO DA POSSE MANSA, PACÍFICA, ININTERRUPTA E DOTADA DE ANIMUS DOMINI. PRAZO DECORRIDO. DETERMINAÇÃO PARA A INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR PARA, NA FORMA DO § 1º DO ART. 485 DA LEI DE RITOS, MANIFESTAR INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO, SANANDO O VÍCIO, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO. CARTA REMETIDA PARA O ENDEREÇO INFORMADO NOS AUTOS. INTIMAÇÃO FICTA. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM A INFORMAÇÃO “DESCONHECIDO”. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 77, V, E 274, § ÚNICO, DA LEI PROCESSUAL CIVIL. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO ANGULARIZADA. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 240 DO STJ E § 6º DO ART. 485 DO CPC.I - O ABANDONO DA CAUSA DECORRE DA INÉRCIA DA PARTE EM PRATICAR OS ATOS PROCESSUAIS QUE

LHES SÃO DIRECIONADOS, OCASIONANDO PARALISAÇÃO INDEVIDA NO CURSO DA LIDE, CONFORME DISPÕE O ART. 485, II E III, DO CPC, EXIGINDO-SE, ANTES, QUE SEJA INTIMADA PESSOALMENTE PARA SUPRIR A FALTA, NA FORMA DO SEU § 1º E O REQUERIMENTO DA CONTRAPARTE (§ 6º DO ART. 485 DA LEI DE RITOS).- INTIMADO O AUTOR POR MEIO DO SEU ADVOGADO PARA JUNTAR "APRESENTAR OS DOCUMENTOS QUE ENTENDER CAPAZES DE COMPROVAR A POSSE MANSA, PACÍFICA, ININTERRUPTA E DOTADA DE ÂNIMO DE DONO, PELO LAPSO TEMPORAL ELENCADO EM EXORDIAL, TANTO DOS REQUERENTES QUANTO DOS ANTIGOS POSSUIDORES", O PRAZO PROCESSUAL DECORREU SEM MANIFESTAÇÃO, JUSTIFICANDO A DETERMINAÇÃO DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO PROMOVENTE/APELANTE PARA SUPRIR A FALTA, INDICANDO INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DO FEITO.- A CARTA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO REQUERENTE FOI REMETIDA PARA O ENDEREÇO INFORMADO NOS AUTOS, O MESMO DO IMÓVEL USUCAPIENDO, E DEVOLVIDA COM A INFORMAÇÃO "DESCONHECIDO", SENDO VÁLIDA, CONSOANTE DISPÕEM OS ARTS. 77, V, E 274, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI PROCESSUAL CIVIL.- A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ENTENDE QUE "É DEVER DA PARTE E DO SEU ADVOGADO MANTER ATUALIZADO O ENDEREÇO ONDE RECEBERÃO INTIMAÇÕES (ART. 77, V, DO CPC/2015), SENDO CONSIDERADA VÁLIDA A INTIMAÇÃO DIRIGIDA AO ENDEREÇAMENTO DECLINADO NA PETIÇÃO INICIAL, MESMO QUE NÃO RECEBIDA PESSOALMENTE PELO INTERESSADO A CORRESPONDÊNCIA, SE HOUVER ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA NESSA LOCALIZAÇÃO (ART. 274, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/2015) 2. NO CASO, A INTIMAÇÃO PESSOAL DA EXEQUENTE FOI INVIABILIZADA POR FALTA DO ENDEREÇO CORRETO, MOTIVO PELO QUAL FOI EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO" (AGINT NO RESP N. 1.800.035/SC, REL. MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 21/10/2019, DJE DE 28/10/2019.)- AUSENTE A ANGULARIZAÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL, E DESNECESSÁRIO O REQUERIMENTO DO PROMOVIDO PARA POSSIBILITAR O ABANDONO DA CAUSA, NÃO SE APLICANDO AO CADO O DISPOSTO NA SÚMULA Nº 240 DO STJ E NO § 6º DO ART. 485 DO CPC.RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS NO SISTEMA. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Jose Camilo Neto (OAB: 27264/CE) - Isaque Sobreira Camilo Teles de Menezes (OAB: 33605/CE)

Nº 0264532-85.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Rodolfo Magalhães Seródio - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA. PEDIDO DE PAGAMENTO DEVIDAMENTE INSTRUÍDO, COM CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS À MONITÓRIA. TENTATIVA DE OPOSIÇÃO AO PAGAMENTO POR MEIO DOS EMBARGOS. ALEGAÇÕES GENÉRICAS DE ABUSIVIDADE CONTRATUAL. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. SENTENÇA MANTIDA. I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE APEDIDO FORMULADO EM AÇÃO MONITÓRIA E REJEITOU OS RESPECTIVOS EMBARGOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. APELANTE QUE APRESENTA ALEGAÇÕES GENÉRICAS SOBRE A ABUSIVIDADE CONTRATUAL SEM ESPECIFICAR QUAIS CLÁUSULAS CONTROVERTE E QUAL O VALOR QUE ENTENDE CORRETO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AÇÃO MONITÓRIA PROPOSTA COM CUMPRIMENTO DE SEUS REQUISITOS LEGAIS. AUTOR QUE APRESENTOU DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA, COM CONTRATO BANCÁRIO ASSINADO ELETRONICAMENTE. EMBARGOS À MONITÓRIA FUNDADOS EM ALEGAÇÕES GENÉRICAS ACERCA DE SUPOSTA ABUSIVIDADE CONTRATUAL, SEM COTEJO COM PROVA DE FATO DA ALEGADA ABUSIVIDADE. SENTENÇA MANTIDA. PRECEDENTES.IV. DISPOSITIVO 4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS CITADOS: CPC, ART. 700.PRECEDENTES CITADOS: TJ-CE - AC: 01757452720158060001, REL. FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, J. 13/04/2022ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER, PORÉM PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE) - Nei Calderon (OAB: 114904/SP)

Nº 0268092-98.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Iranilda Silva Pereira - Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SUSPENSÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL. INSURGÊNCIA ACERCA DO VALOR DO DANO MORAL FIXADO. RAZOABILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA IRRISÓRIOS. NÃO OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54, STJ. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO NOS AUTOS DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A APELANTE AUTORA DA AÇÃO PRETENDE A MAJORAÇÃO DO VALOR DE DANO MORAL FIXADO NA ORIGEM, EM VIRTUDE DA DEMORA NO RESTABELECIMENTO DA SUSPENSÃO DE SERVIÇO ESSENCIAL, SUSTENTANDO A APLICABILIDADE DA TEORIA DO DESESTÍMULO. BUSCA, AINDA, A ELEVAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, SOB O ARGUMENTO DE QUE O MONTANTE ARBITRADO SERIA IRRISÓRIO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO QUE REVELAM A RAZOABILIDADE DO VALOR ARBITRADO. DANO INDENIZÁVEL QUE NÃO SE PRESTA AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, MAS À REPARAÇÃO DE DANO. MONTANTE FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS EM MONTANTE RAZOÁVEL, EM RESPEITO AOS LIMITES ESTABELECIDOS EM LEI. JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54, STJ.IV. DISPOSITIVO:4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, PARA FIXAR OS JUROS DE MORA INCIDENTES A PARTIR DO EVENTO DANOSO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Thaíse Franco Pavani (OAB: 402561/SP) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

Nº 0626906-96.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Mobilecomm Comércio e Serviços Ltda. - Agravado: MOBS2 Comércio e Serviços Ltda - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO.

IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DO ANDAMENTO DA EXECUÇÃO ATÉ O JULGAMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM DETERMINAR SE OS EMBARGOS À EXECUÇÃO INTERPOSTOS NA ORIGEM TERIAM O CONDÃO DE SUSPENDER O ANDAMENTO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. III. RAZÕES DE DECIDIR3. NOS TERMOS DO ART. 919, § 1º, DO CPC, A CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EXIGE, CUMULATIVAMENTE, O REQUERIMENTO DO EMBARGANTE, A PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA E A GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA, DEPÓSITO OU CAUÇÃO SUFICIENTES.4. A AUSÊNCIA DE GARANTIA DO JUÍZO, SEJA POR PENHORA, DEPÓSITO, CAUÇÃO OU SEGURO GARANTIA, IMPEDE A ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO, SENDO INSUFICIENTE A PRESENÇA DOS DEMAIS REQUISITOS LEGAIS.5. NÃO DEMONSTRADA EXCEPCIONALIDADE QUE JUSTIFIQUE A MITIGAÇÃO DA EXIGÊNCIA LEGAL DE GARANTIA DO JUÍZO PARA FINS DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO PARA AFASTAR A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 919, CAPUT E § 1º. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, AI 0632007-17.2024.8.06.0000, REL. DES. JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 18/09/2024TJCE, AGINT 0621137-44.2023.8.06.0000, REL. DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 31/05/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Wellington Lucas Azevedo Santana (OAB: 40210/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0638546-33.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Cascavel - Agravante: Francisca Maria Inácio da Silva - Agravante: Francisco Inácio da Silva - Agravante: Francisco Augusto Inácio da Silva - Agravante: Francisco José Inácio da Silva - Agravante: Francisca Vera Inácio da Silva Costa - Agravante: José Evangelista Vitoriano Costa - Agravado: Gildo da Silva Filgueiras - Agravado: Manoel Pereira Maia - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. PROVA DA SUA DESTINAÇÃO COMO RESIDÊNCIA DO AGRAVADO. IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE, EM SEDE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, ACOLHEU IMPUGNAÇÃO À PENHORA E DETERMINOU A DESCONSTITUIÇÃO DA CONSTRIÇÃO SOBRE IMÓVEL RESIDENCIAL DO EXECUTADO, RECONHECENDO SUA CONDIÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CINGE-SE EM DETERMINAR: (I) SE HÁ PROVA SUFICIENTE DA DESTINAÇÃO DO IMÓVEL COMO RESIDÊNCIA DO EXECUTADO; E (II) SE É POSSÍVEL A MITIGAÇÃO DA PROTEÇÃO LEGAL DO BEM DE FAMÍLIA EM RAZÃO DA ORIGEM DA DÍVIDA ESTAR RELACIONADA AO PRÓPRIO IMÓVEL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DEMONSTRA QUE O EXECUTADO RESIDE NO IMÓVEL PENHORADO DESDE JUNHO DE 2022, SENDO ESTE SEU ÚNICO BEM IMÓVEL, CONFORME CERTIDÃO DOS AUTOS, PREENCHENDO OS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTS. 1º E 5º DA LEI Nº 8.009/90 PARA CARACTERIZAÇÃO DO BEM DE FAMÍLIA.4. NÃO SE APLICA A EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, V, DA LEI Nº 8.009/90, POIS O IMÓVEL NÃO FOI DADO EM GARANTIA REAL DO DÉBITO PERSEGUIDO, SENDO QUE O TÍTULO JUDICIAL, AO CONVERTER A OBRIGAÇÃO DE ENTREGA DO BEM EM PERDAS E DANOS, NÃO FIXOU QUALQUER GARANTIA SOBRE O IMÓVEL.IV. DISPOSITIVO5. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.DISPOSITIVOS LEGAIS RELEVANTES CITADOS:- LEI Nº 8.009/90, ARTS. 1º, 3º, V, E 5ºJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:- TJCE, AI 0625147-97.2024.8.06.0000, REL. DES. JOSE EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 25/06/2024- TJCE, AI 0640490-07.2022.8.06.0000, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 29/11/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EMINENTE DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Rogério Carneiro Rolim (OAB: 10769/CE) - Rinauro Carneiro Rolim (OAB: 7708/CE) - Yuri Ferreira de Medeiros (OAB: 32023/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201324-92.2023.8.06.0163 - Apelação Cível - São Benedito - Apelante: Banco BMG S/A - Apelado: Francisco Wilson de Sousa Negreiros - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE ASSINATURA NO CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO INTERPOSTA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRA SENTENÇA QUE DECLAROU A NULIDADE DE CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO, DETERMINOU A REPETIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS E CONDENOU AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. HÁ QUATRO QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) ANALISAR A PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA DO RECURSO; (II) VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES DIANTE DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA NOS CONTRATOS; (III) ANALISAR O CABIMENTO DA REPETIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS; E (IV) AVALIAR A CONFIGURAÇÃO DE DANOS MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. REJEITA-SE A PRELIMINAR SUSCITADA, POIS O RECURSO PONTUOU ADEQUADAMENTE OS TEMAS CENTRAIS DA IRRESIGNAÇÃO E IMPUGNOU AS PARTICULARIDADES DA SENTENÇA, AINDA QUE DE MODO CONCISO.4. O CONTRATO APRESENTADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA POSSUI VÍCIO FORMAL DE NULIDADE EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO CLIENTE, NÃO COMPROVANDO A LEGITIMIDADE DO PACTO CONTRATUAL.5. CABÍVEL A REPETIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ NO EARESP N. 676.608/RS, POR SE TRATAR DE COBRANÇA POSTERIOR A 30/03/2021.6. CONFIGURADO O DANO MORAL PELA REALIZAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, CONDUTA QUE EXTRAPOLA O MERO DISSABOR E É POTENCIALMENTE LESIVA À HONRA E DIGNIDADE DA PESSOA.IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ DISPOSITIVOS LEGAIS RELEVANTES CITADOS: CDC, ART. 14; CC, ARTS. 186, 398 E 927; CPC, ART. 373, I E

II.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, EARESP 676.608/RS, REL. MINISTRO OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, J. 21/10/2020, DJE 30/03/2021; TJ-CE, AC 02000448220228060111, REL. EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 15/03/2023.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0201324-92.2023.8.06.0163 PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282A/CE) - Marcos Henriques de Azevedo (OAB: 32494/CE)

Nº 0630026-50.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Francisca Luiza Gomes Mendes Correia - Agravado: Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. TUTELA DE URGÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC. SUSPENSÃO DOS DESCONTOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENSÃO DE DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, SOB FUNDAMENTO DE AUSÊNCIA DE URGÊNCIA POR SE TRATAR DE DESCONTO INICIADO EM 2020.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM VERIFICAR: (I) A PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA DE URGÊNCIA PARA SUSPENSÃO DOS DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO; E (II) A PROPORCIONALIDADE ENTRE OS DANOS POTENCIALMENTE CAUSADOS ÀS PARTES.III. RAZÕES DE DECIDIR3. PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC, TENDO EM VISTA A PROVA DOS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E A AFIRMAÇÃO DA PARTE AUTORA DE NÃO TER CONTRATADO O EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.4. A NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E A DESPROPORCIONALIDADE ENTRE OS DANOS POTENCIALMENTE CAUSADOS ÀS PARTES JUSTIFICAM A CONCESSÃO DA TUTELA, CONSIDERANDO QUE EVENTUAL PREJUÍZO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PODE SER REVERTIDO EM CASO DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.IV. DISPOSITIVO5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 300. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, AGI 0631166-22.2024.8.06.0000, REL. DES. JOÃO EVERARDO MATOS BIERMANN, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 04/09/2024.TJCE, AGI 0627295-81.2024.8.06.0000, REL. DES. JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 28/08/2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Débora Cassiano França Cirne (OAB: 45579/CE) - Ana Jade Leoncio Catunda (OAB: 51332/CE) - Carlos Renato Rodrugues Albuquerque (OAB: 108925/RJ)

Nº 0632410-83.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Maria Enelir Miranda de Figueiredo - Agravado: Banco Bradesco S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - DIREITO PRIVADO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TUTELA DE URGÊNCIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. SUPERENDIVIDAMENTO. PROVIMENTO PARCIAL.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU TUTELA DE URGÊNCIA EM AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NA QUAL SERVIDORA PÚBLICA APOSENTADA PLEITEIA A LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, ALEGANDO COMPROMETIMENTO EXCESSIVO DE SEUS RENDIMENTOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO CONSISTE EM DETERMINAR: (I) SE ESTÃO PRESENTES OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA; E (II) SE É CABÍVEL A LIMITAÇÃO DOS DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO AO PERCENTUAL DE 35% DOS VENCIMENTOS DA SERVIDORA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. VERIFICADA A PROBABILIDADE DO DIREITO E O PERIGO DE DANO, TENDO EM VISTA QUE OS DESCONTOS ULTRAPASSAM A MARGEM CONSIGNÁVEL LEGALMENTE ESTABELECIDA, COMPROMETENDO A SUBSISTÊNCIA DA AGRAVANTE.4. O LIMITE DE 35% PARA CONSIGNAÇÕES FACULTATIVAS EM FOLHA DE PAGAMENTO, PREVISTO EM LEI, DEVE SER OBSERVADO PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA E DO MÍNIMO EXISTENCIAL.5. CONFIGURADA SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO NOS TERMOS DA LEI N. 14.181/2021, UMA VEZ QUE AS PARCELAS MENSAIS DAS DÍVIDAS SUPERAM A METADE DA REMUNERAÇÃO RECEBIDA.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA LIMITAR OS DESCONTOS A 35% DA REMUNERAÇÃO LÍQUIDA DA RECORRENTE, APÓS DEDUZIDOS OS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS._____DISPOSITIVOS LEGAIS RELEVANTES CITADOS:- CPC, ART. 300- LEI Nº 8.112/1990, ART. 45, §§ 1º E 2º- LEI Nº 10.820/2003, ART. 1º, § 1º- LEI Nº 14.181/2021- CE/1989, ART. 154JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:- TJCE, AI 0634757-26.2023.8.06.0000, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 17/04/2024- TJCE, AI 0634820-51.2023.8.06.0000, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 17/04/2024ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA CONFERIR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EMINENTE DESEMABARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Pablo Ricardo Silva de Araújo (OAB: 45018/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0010146-51.2006.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A - Apte/Apdo: Emília Pimentel Madeira Barros Pontes - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram parcialmente do recurso do Banco, para, nesta extensão no mérito, negar-lhe provimento, recurso da Autora conhecido e parcialmente provido, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS. CONHECIMENTO PARCIAL DO APELO DO BANCO POR SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA EM RELAÇÃO A UMA DAS MATÉRIAS SUSTENTADAS. FRAUDE BANCÁRIA. EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DE CHEQUES POR TERCEIROS. FORTUITO INTERNO. SÚMULA Nº 479 DO STJ. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM MAJORADO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO SIMPLES. AUSÊNCIA DE PROVA DA MÁ-FÉ. RECURSO DO BANCO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA

CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS PELA AUTORA E PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONTRA A SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NO ÂMBITO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CINGEM-SE: I) ANALISAR SE O RECURSO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVE SER CONHECIDO NA ÍNTEGRA; II) VERIFICAR SE A DECISÃO DEVE SER INTEGRALMENTE REFORMADA ANTE A INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO BANCO PELO ILÍCITO SOFRIDO PELA AUTORA; III) AFERIR SE OS DANOS MORAIS SÃO CABÍVEIS E QUAL DEVE SER A SUA EXTENSÃO; IV) PERQUIRIR SE A REPETIÇÃO DO INDÉBITO DEVE SER MANTIDA EM SUA FORMA SIMPLES OU DEVE SER FIXADA EM DOBRO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O RECURSO DE APELAÇÃO DO BANCO BRADESCO S.A. DEVE SER CONHECIDO EM PARTES, UMA VEZ QUE A MATÉRIA RELATIVA À COMPENSAÇÃO DE VALORES NÃO FOI DEBATIDA NA INSTÂNCIA ORIGINÁRIA, O QUE IMPEDE A ANÁLISE PELO ÓRGÃO AD QUEM, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.4. EMBORA ALEGUE AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE PELO ILÍCITO SOFRIDO PELA AUTORA, AS PROVAS DOS AUTOS EVIDENCIAM A EXISTÊNCIA DE FALHA NOS SISTEMAS DE SEGURANÇA DO BANCO, POIS TERCEIRO ESTRANHO À RELAÇÃO JURÍDICA TEVE ACESSO AOS SEUS DADOS E UTILIZOU DE CHEQUES VINCULADOS À SUA CONTA BANCÁRIA. PARA O CASO, APLICA-SE O DISPOSTO NA SÚMULA Nº 429 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, SEGUNDO A QUAL: “AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM OBJETIVAMENTE PELOS DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS”.5. CONSTATADO O ILÍCITO E A RESPONSABILIDADE DO DEMANDADO, A AUTORA FAZ JUS À DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DEBITADOS DE SUA CONTA BANCÁRIA, O QUAL, APESAR DA IRRESIGNAÇÃO DESTA, DEVE OCORRER DE FORMA SIMPLES, POIS OS DESCONTOS OCORRERAM ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO PARADIGMA EARESP Nº 676.608/RS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E NÃO HÁ PROVAS DE MÁ-FÉ.6. CABÍVEL A REPARAÇÃO DA REQUERENTE POR DANOS MORAIS, TENDO EM VISTA QUE A EMISSÃO DE 20 (VINTE) CHEQUES POR TERCEIRO, A COMPENSAÇÃO DE ALGUNS DELES, O PROTESTO DE TÍTULO PERANTE O TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO E A NECESSIDADE DE SE VALER DO PODER JUDICIÁRIO POR MEIO DE PROCESSO QUE TRAMITA HÁ 17 (DEZESSETE) ANOS ULTRAPASSAM A ESFERA DO MERO DISSABOR.7. NO QUE SE REFERE AO QUANTUM INDENIZATÓRIO, ATENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO E AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, BEM COMO AOS PRECEDENTES DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM CASOS ANÁLOGOS, O VALOR DEVE SER MAJORADO PARA R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), O QUAL SE REVELA MAIS ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS EXPERIMENTADAS PELA VÍTIMA.IV. DISPOSITIVO8. RECURSO DO BANCO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ARTS. 186 E 927; CDC, ART. 42, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - EARESP N. 676.608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, J. 21/10/202; TJCE - AC: 0200527-45.2022.8.06.0101, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 10/07/2024; TJCE - AC: 0200196-95.2022.8.06.0058, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 02/10/2024; TJCE - AC: 0233818-11.2023.8.06.0001, REL. DES.ª MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 09/10/2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO DO BANCO BRADESCO S.A. E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO E CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO PELA AUTORA PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Joel Pimentel Madeira Barros (OAB: 14075/CE) - Eunice Leal de Oliveira (OAB: 4997/CE) - Marcelo Leal de Oliveira (OAB: 10030/CE)

Nº 0201502-89.2022.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Banco C6 S/A - Apelada: Euride Maria Marques da Silva - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. APLICAÇÃO DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM SUA FORMA SIMPLES E DOBRADA. DANOS MORAIS CABÍVEIS. VALOR FIXADO NA ORIGEM QUE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO PROPOSTA PELA AUTORA, DECLARANDO A INEXISTÊNCIA O DÉBITO COBRADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E CONDENANDO ESTA A RESTITUIR, DE FORMA SIMPLES E DOBRADA, OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE, BEM COMO A REPARAR OS DANOS MORAIS SOFRIDOS PELA VÍTIMA, NO VALOR CORRESPONDENTE A R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS). II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM I) VERIFICAR É DEVIDA A REPETIÇÃO EM DOBRO OS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA; E II) ANALISAR SE SÃO CABÍVEIS DANOS MORAIS PELO ILÍCITO, BEM COMO SE O VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) FIXADO PELO JUÍZO DE ORIGEM ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS APÓS A DATA DE 30 DE MARÇO DE 2021 INDEPENDENTE DA DEMONSTRAÇÃO DE MÁ-FÉ DO FORNECEDOR, BASTANDO TÃO SOMENTE A PRÁTICA DE CONDUTA CONTRÁRIA À BOA-FÉ OBJETIVA. 4. A EFETIVAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONFIGURA DANO MORAL IN RE IPSA, PRESCINDINDO, PORTANTO, DA DEMONSTRAÇÃO DO DANO PELA VÍTIMA DO EVENTO.5. O VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS) PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SOFRIDOS EM RAZÃO DO ILÍCITO PRATICADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO EFETUAR DESCONTOS EM CONTA BANCÁRIA RELATIVAMENTE A DÍVIDA INEXISTENTE ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE E AOS PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ARTS. 186 E 927; CDC, ART. 42.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - EARESP N. 676.608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, J. 21/10/2020; TJCE - AC: 0202996-87.2022.8.06.0158, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 20/03/2024; TJCE - AC: 0200648-80.2023.8.06.0055, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 28/02/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE) - Lívio Martins Alves

(OAB: 15942/CE)

Nº 0629095-47.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Amil - Assistência Médica Internacional S/A - Agravada: Maria Nereide Virino de Lima - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CANCELAMENTO UNILATERAL DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINOU A MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA À BENEFICIÁRIA. PACIENTE EM TRATAMENTO DE MOLÉSTIA GRAVE. TEMA Nº 1.082/STJ. CAUÇÃO INEXIGÍVEL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DETERMINOU À AGRAVANTE A CONTINUIDADE DE COBERTURA DE TRATAMENTO MÉDICO REALIZADO PELA AGRAVADA ATÉ A ALTA DO TRATAMENTO MÉDICO QUE REALIZA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM: I) ANALISAR A LEGITIMIDADE PASSIVA DA AGRAVANTE; II) VERIFICAR SE A ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS DEVE COMPOR A LIDE ORIGINÁRIA; III) DECIDIR SE EVENTUAL LEGALIDADE NO CANCELAMENTO UNILATERAL DO PLANO DE SAÚDE JUSTIFICA A REFORMA DA DECISÃO QUE DETERMINOU A MANUTENÇÃO DE COBERTURA AO TRATAMENTO MÉDICO REALIZADO PELA AGRAVADA ATÉ O DESLINDE DA DEMANDA NA ORIGEM; E IV) INVESTIGAR SE DEVE SER EXIGIDA CAUÇÃO PARA REPARAR EVENTUAIS DANOS SUPORTADOS PELA AGRAVANTE EM DECORRÊNCIA DA MANUTENÇÃO DA MEDIDA ATACADA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A ILEGITIMIDADE PASSIVA SUSTENTADA PELA AGRAVANTE FOI ANALISADA PELO JUÍZO DE ORIGEM, O QUE PERMITE A APRECIAÇÃO NESTE ÓRGÃO AD QUEM. APESAR DAS RAZÕES POSTAS, A OPERADORA DE SAÚDE COMPÕE A CADEIA DE FORNECEDORES EM CONJUNTO COM A ADMINISTRADORA DO PLANO DE SAÚDE, DE MODO QUE AMBAS SÃO LEGITIMADAS PARA RESPONDER PELOS DANOS SUPORTADOS PELA BENEFICIÁRIA EM CASO DE CANCELAMENTO INDEVIDO DO CONTRATO. LOGO, A IRRESIGNAÇÃO NÃO MERECE PROSPERAR.4. NO QUE SE REFERE AO PLEITO DE INCLUSÃO DA ADMINISTRADORA DO PLANO DE SAÚDE NA LIDE ORIGINÁRIA, VERIFICA-SE QUE O LITISCONSÓRCIO JÁ RESTOU FORMADO, TENDO ESTA, INCLUSIVE, APRESENTADO AS SUAS CONTRARRAZÕES.5. EMBORA A OPERADORA ARGUMENTE QUE O CANCELAMENTO DO PLANO DE SAÚDE DECORREU DA RESCISÃO DO CONTRATO FIRMADO COM A ADMINISTRADORA E QUE PROCEDEU COM AS NOTIFICAÇÕES DEVIDAS, ESTANDO A SUA CONDUTA, PORTANTO, EIVADA DE LEGALIDADE, AS PROVAS DOS AUTOS EVIDENCIAM QUE A AGRAVADA ESTÁ EM TRATAMENTO MÉDICO DE MOLÉSTIA GRAVE E NÃO HÁ PROVAS DE SUA INADIMPLÊNCIA. 6. SEGUNDO A TESE FIRMADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 1082, “A OPERADORA, MESMO APÓS O EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO À RESCISÃO UNILATERAL DE PLANO COLETIVO, DEVERÁ ASSEGURAR A CONTINUIDADE DOS CUIDADOS ASSISTENCIAIS PRESCRITOS A USUÁRIO INTERNADO OU EM PLENO TRATAMENTO MÉDICO GARANTIDOR DE SUA SOBREVIVÊNCIA OU DE SUA INCOLUMIDADE FÍSICA, ATÉ A EFETIVA ALTA, DESDE QUE O TITULAR ARQUE INTEGRALMENTE COM A CONTRAPRESTAÇÃO DEVIDA”. 7. NESSES TERMOS, DIFERENTEMENTE DO QUE ARGUMENTA A AGRAVANTE, A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA COMBATIDA NÃO MERECE REPAROS, UMA VEZ QUE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA POSTULADA FORAM DEVIDAMENTE SATISFEITOS PELA AGRAVADA.8. EM CONTRAPONTO, NÃO SE VERIFICA PREJUÍZO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO QUE POSSA SER SUPORTADO PELA AGRAVANTE, EM ESPECIAL, DADA A CONTRAPRESTAÇÃO QUE É DEVIDA POR PARTE DA AGRAVADA.9. NÃO SE MOSTRA CABÍVEL A CAUÇÃO POSTULADA PELA AGRAVANTE, POIS, PARA ALÉM DE A AGRAVADA SER HIPOSSUFICIENTE, O QUE AUTORIZA A SUA DISPENSA, NOS TERMOS DO ART. 300, § 1º, DO CPC, A SUA IMPOSIÇÃO CRIARIA FUNDADO OBSTÁCULO À MATERIALIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE. IV. DISPOSITIVO10. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: TEMA REPETITIVO Nº 1.082/STJJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - AI: 0628473-65.2024.8.06.0000, REL. DES.ª FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS - PORT. 2075, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 25/09/2024; TJCE - AC: 0211874-21.2021.8.06.0001, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 13/03/2024; TJCE - AC: 0149439-84.2016.8.06.0001, REL. DES. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 11/06/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Paulo Roberto Vigna (OAB: 173477/SP) - Marília Bastos Araújo de Andrade (OAB: 49489/CE)

Nº 0632966-22.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Maria de Nazaré Lima Gadelha - Agravado: SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO CEARÁ - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ORDEM DE PENHORA DE 30% (TRINTA POR CENTO) DOS SALÁRIOS DA EXECUTADA/ AGRAVANTE. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DA BASE DE INCIDÊNCIA PARA OS SEUS RENDIMENTOS LÍQUIDOS. PROVAS DO COMPROMETIMENTO DE SUA SUBSISTÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE DEFERIU A PENHORA MENSAL DO VALOR CORRESPONDENTE A 30% (TRINTA POR CENTO) DE SEUS RENDIMENTOS MENSAIS PARA A SATISFAÇÃO DE DÉBITO JUNTO AO AGRAVADO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM VERIFICAR: I) SE É DEVIDA A CONCESSÃO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA À AGRAVANTE; II) SE É POSSÍVEL A PENHORA DE PARCELA DA PENSÃO POR ELA RECEBIDA PARA A SATISFAÇÃO DE DÉBITO PERSEGUIDO PELO AGRAVADO; E III) SE O VALOR CORRESPONDENTE A 30% (TRINTA POR CENTO) DOS RENDIMENTOS MENSAIS COMPROMETE A SUA SUBSISTÊNCIA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. DE INÍCIO, O AGRAVADO, EM SUAS CONTRARRAZÕES, IMPUGNA A GRATUIDADE JUDICIÁRIA CONCEDIDA À AGRAVANTE. APESAR DOS SEUS RENDIMENTOS NÃO SEREM DE BAIXA MONTA, VERIFICA-SE QUE SATISFAZ DESPESAS QUE COMPROMETEM DE SOBREMANEIRA O VALOR RECEBIDO, O QUE EVIDENCIA A IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM CUSTAS E DEMAIS DESPESAS PROCESSUAIS. LOGO, A MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO É DEVIDA.4. A QUANTIA PENHORADA DA AGRAVANTE, DE FATO, ESTÁ COMPREENDIDA NA PROTEÇÃO LEGAL PREVISTA NO ART. 833, INCISO IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SENDO, PORTANTO, IMPENHORÁVEL. NO ENTANTO, A CORTE ESPECIAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM ENTENDIDO QUE, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, É POSSÍVEL RELATIVIZAR A IMPENHORABILIDADE DAS VERBAS PARA O PAGAMENTO DE DÍVIDA NÃO ALIMENTAR, DESDE QUE SEJA PRESERVADO VALOR QUE ASSEGURE A SUBSISTÊNCIA DIGNA DO DEVEDOR E SUA FAMÍLIA E QUE OUTROS MEIOS DE EXECUÇÃO NÃO TENHAM SIDO EFICAZES PARA SALDAR O DÉBITO.5. NO

CASO CONCRETO, O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU DETERMINOU A CONSTRIÇÃO DE 30% (TRINTA POR CENTO) DO RENDIMENTO DA AGRAVANTE, O QUE CORRESPONDE A R$ 2.325,78 (DOIS MIL, TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS). TODAVIA, O VALOR REPRESENTA PARCELA CONSIDERÁVEL DA QUANTIA LÍQUIDA PERCEBIDA, QUE ATINGE O VALOR DE R$ 4.606,44 (QUATRO MIL, SEISCENTOS E SEIS REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), CONSIDERADOS OS DESCONTOS LEGAIS E PARCELAS RELATIVAS A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. CONSIDERANDO SOMENTE AS DESPESAS QUE A AGRAVANTE SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR, VERIFICA-SE QUE HÁ COMPROMETIMENTO DE SUA SUBSISTÊNCIA.6. NÃO SE VERIFICA ÓBICE PARA A CONTINUIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA FIXADA PELO JUÍZO DE ORIGEM, MAS O PERCENTUAL ARBITRADO DEVE INCIDIR SOBRE OS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DA AGRAVANTE, OBSERVADOS OS DESCONTOS LEGAIS E DAS PARCELAS RELATIVAS AOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS, DE MODO A GARANTIR, DE UM LADO, O DIREITO DO EXEQUENTE DE RECEBER O QUE LHE É DEVIDO E, DO OUTRO, A SUBSISTÊNCIA DA AGRAVANTE.IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 833, INCISO IV, DO CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - ERESP N. 1.874.222/DF, REL. MIN. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, J. 19/4/2023; TJCE - AI: 0640380-08.2022.8.06.0000, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 10/07/2024; TJCE - AI: 0637897-05.2022.8.06.0000, REL. DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 01/02/2023.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Cecília Parente Pinheiro (OAB: 19065/CE) - Antônio Roque de Albuquerque Júnior (OAB: 22463/CE)

Nº 0633888-29.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Francisca Glaucia Rebouças de Melo - Agravado: Banco Pan S/A - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO BANCÁRIO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. OPÇÃO DE ESCOLHA DO FORO PELO AUTOR. ESCOLHA ALEATÓRIA. POSSIBILIDADE DE DECLÍNIO DE OFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO QUE DECLINOU DA COMPETÊNCIA DA 27ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA PARA PROCESSAR E JULGAR AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO BANCÁRIO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AJUIZADA EM DESFAVOR DO BANCO PAN S.A., DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS PARA A COMARCA DE BELA CRUZ/CE, DOMICÍLIO DA AUTORA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM AVALIAR A VALIDADE DA DECISÃO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA REALIZADA PELO JUÍZO DE ORIGEM EM FAVOR DA COMARCA DE BELA CRUZ/CE, VISTO QUE A PARTE RECORRENTE ALEGA A POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO NO DOMICÍLIO DO RÉU OU ONDE ESTE POSSUA AGÊNCIA OU SUCURSAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DISPÕEM SOBRE A FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL, ESTABELECENDO QUE, EM SE TRATANDO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, A AÇÃO PODE SER PROPOSTA NO DOMICÍLIO DO AUTOR, NO DOMICÍLIO DO RÉU, NO LOCAL DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO OU NO FORO DE ELEIÇÃO CONTRATUAL.4. CONTUDO, A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE DE JUSTIÇA É NO SENTIDO DE QUE A ESCOLHA ALEATÓRIA DO FORO, SEM JUSTIFICATIVA PLAUSÍVEL E PORMENORIZADA, CONFIGURA PRÁTICA ABUSIVA QUE AUTORIZA O DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA DE OFÍCIO PELO JUÍZO, A FIM DE RESGUARDAR O PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA DO CONSUMIDOR.5. COM EFEITO, A LEI N. 14.879/2024, INCLUIU O § 5º AO ART. 63 DO CPC, SEGUNDO O QUAL "O AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM JUÍZO ALEATÓRIO, ENTENDIDO COMO AQUELE SEM VINCULAÇÃO COM O DOMICÍLIO OU A RESIDÊNCIA DAS PARTES OU COM O NEGÓCIO JURÍDICO DISCUTIDO NA DEMANDA, CONSTITUI PRÁTICA ABUSIVA QUE JUSTIFICA A DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE OFÍCIO". IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO, MANTENDO-SE INALTERADA A DECISÃO QUE DECLINOU A COMPETÊNCIA PARA O FORO DO DOMICÍLIO DA AUTORA, NA COMARCA DE BELA CRUZ/CE.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 46 E 53 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ART. 101, I, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ART. 63, § 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.879/2024). JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL - 0001017-92.2024.8.06.0000, REL. DESEMBARGADORA JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, TJCE, JULGADO EM 16/10/2024.AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0634700-71.2024.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, TJCE, JULGADO EM 02/10/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM, POR UNANIMIDADE DOS VOTOS, CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0132939-40.2016.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Zuleica Carneiro Leão do Nascimento - Apelado: Banco BMG S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. MÉRITO. DISCUSSÃO QUANTO À VALIDADE DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FIRMADO COM PESSOA QUE SE QUALIFICA COMO ANALFABETA.I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS PELA RECORRENTE, NÃO RECONHECENDO O DIREITO À REPETIÇÃO DE INDÉBITO E REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS, POR REPUTAR VÁLIDO O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO OBJETO DE DISCUSSÃO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO 2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM I) VERIFICAR SE O BANCO BMG S.A. É PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA AÇÃO E II) SE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS À VALIDADE DE CONTRATO FIRMADO COM PESSOA QUE SE QUALIFICA COMO ANALFABETA FORAM PREENCHIDOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O BANCO BMG S.A. FAZ PARTE DO CONGLOMERADO ECONÔMICO QUE CONSTITUIU O BANCO ITAÚ BMG S.A.. DESSE MODO, CONSTITUI PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURAR NO POLO ATIVO DA AÇÃO E PARA RESPONDER SOLIDARIAMENTE POR EVENTUAIS DANOS CAUSADOS À CONSUMIDORA.4. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

PREVISTA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO EXONERA A PARTE VULNERÁVEL DA RELAÇÃO JURÍDICA DE COMPROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO, MAS APENAS PERMITE QUE O FAÇA POR MEIO DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. 5. NÃO SENDO APRESENTADO QUALQUER ELEMENTO DE PROVA ACERCA DA CONDIÇÃO DE PESSOA ANALFABETA DA CONTRATANTE, ESPECIALMENTE QUANDO A PRETENSÃO FORMULADA NÃO SE FUNDA NA INEXISTÊNCIA DO CONTRATO, MAS NA SUA INVALIDADE POR NÃO TEREM SIDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELA NORMA CIVIL PARA A REGULARIDADE DO ATO, É DE RIGOR A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ART. 595.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - AC: 0018017-07.2018.8.06.0133, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 25/09/2024; TJCE - AC: 0174771-48.2019.8.06.0001, REL. DES. FRANCISCA FRANCY MARIA DA COSTA FARIAS- PORT. 2075, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 02/10/2024; TJCE - AC: 0184554-98.2018.8.06.0001, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 09/10/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Marcos Martins Albuquerque (OAB: 20448/CE) - Joao Vicente Leitão (OAB: 21155/CE) - Rodrigo Scopel (OAB: 40004/RS) - Eugênio Costa Ferreira de Melo (OAB: 103082/MG)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0006461-06.2018.8.06.0166/50000 - Embargos de Declaração Cível - Senador Pompeu - Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Embargado: Francisco Félix do Nascimento - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO NULA. PRETENSÃO DE CORRIGIR OMISSÃO NO ACÓRDÃO: PERMITIR A COMPENSAÇÃO DO VALOR DEPOSITADO NA CONTA-CORRENTE DO AUTOR/EMBARGADO SOB A ÓTICA DO ART. 425, V, DO CPC. DISPOSITIVO NÃO SUSCITADO NA APELAÇÃO E NAS CONTRARRAZÕES. TELA DE COMPUTADOR. AUSÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA OU ELETRÔNICA NA TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DISPONÍVEL (TED). QUESTIONAMENTO ABORDADO NO ACÓRDÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. SÚMULA Nº 18 DO TJCE. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO DO RECURSO, ENSEJANDO A APLICAÇÃO DE MULTA EQUIVALENTE A 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.026, § 2º, DA LEI PROCESSUAL CIVIL.- A FUNÇÃO PROCESSUAL DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É A DE INTEGRAR O JULGADO, SANANDO EVENTUAIS VÍCIOS DE OMISSÃO, ERRO MATERIAL, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE, NÃO SENDO POSSÍVEL A OPOSIÇÃO DESTE RECURSO PARA REDISCUTIR A DECISÃO JUDICIAL.- A EMBARGANTE PRETENDE MODIFICAR O ACÓRDÃO PARA PERMITIR A COMPENSAÇÃO COM O VALOR QUE TERIA DEPOSITADO NA CONTA-CORRENTE DO RECORRIDO.- TEMA EXPRESSAMENTE JURISDICIONADO NO ACÓRDÃO, QUE CONCLUIU INEXISTIR PROVA DA NULIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DA APOSENTADORIA DO AUTOR, DE QUE TAL VALOR FOI DEPOSITADO NA SUA CONTA-CORRENTE E, MUITO MENOS, SOBRE A UTILIZAÇÃO DE TAL VALOR, NÃO SENDO VÁLIDA, PARA TANTO, A APOSIÇÃO DE TELA DE COMPUTADOR CONSTANTE À FL. 173, UMA VEZ QUE NÃO COMPROVA O INGRESSO DO NUMERÁRIO NA CONTA BANCÁRIA DA PARTE, COMO EXPRESSO NO ACÓRDÃO. NÃO SE HÁ FALAR QUE A NORMA DO ART. 425, V, DO CPC, SEQUER VENTILADA NA APELAÇÃO E NAS CONTRARRAZÕES (FLS. 285/293 E 413/419) FORMULADAS PELO EMBARGANTE IMPÕE O RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DA TRANSFERÊNCIA DO VALOR DE QUINHENTOS REAIS PARA A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO AUTOR E, TAMBÉM, POR NÃO SE REVESTIR TAL PROVA DA NATUREZA DE EXTRATO DIGITAL DE BANCOS DE DADOS PRIVADOS.- MERAMENTE PROTELATÓRIA A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA O FIM DE REPETIR A CONCLUSÃO ADOTADA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, NÃO SERVINDO, PARA ESTE PROPÓSITO, APLICANDO-SE EM DESFAVOR DA RECORRENTE A MULTA PROCESSUAL ARBITRADA EM 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, COMO PREVÊ O ART. 1.026, § 2º, DO CPC.RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO ACOLHIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER E REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE)

Nº 0202115-04.2019.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Maria Marismar de Sousa Marques - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - PROCESSO: 0202115-04.2019.8.06.0001/50000 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVELEMBARGANTE: MARIA MARISMAR DE SOUSA MARQUES. CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALEMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. NÃO VERIFICADAS. TESE GENÊRICA DE CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. IRREGULARIDADE FORMAL. NÃO CONHECIMENTO. PRECEDENTES. TESE DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO QUE EXPRESSAMENTE SE MANIFESTOU ACERCA DO PONTO CONSIDERADO OMISSO. REDISCUSSÃO DA CAUSA EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIO NÃO VERIFICADO. INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA/TERCEIROS. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE EFEITO MODIFICATIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR MARIA MARISMAR DE SOUSA MARQUES EM FACE DE ACÓRDÃO ÀS PÁGS. 143 152, EM QUE SE ALEGA A EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. DISCUTE-SE O CABIMENTO, NO CASO, DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ESTÃO PREVISTAS NO ART. 1.022 DO CPC4. NO CASO, ALEGA A EMBARGANTE, GENERICAMENTE, A EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, SEM INDICAR NO QUE ELA CONSISTE, VIOLANDO O PRINCÍPIO DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NÃO MERECE CONHECIMENTO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO FAZEM REFERÊNCIA CLARA E DIRETA AOS VÍCIOS ENSEJADORES DO RECURSO, POR CONSTITUIR IRREGULARIDADE FORMAL. PRECEDENTES.5. QUANTO À ALEGA OMISSÃO EM RELAÇÃO À POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO ENTRE HERDEIROS, TAMBÉM NÃO A VERIFICO, POIS O ACÓRDÃO DEIXOU CONSIGNADO QUE “A JURISPRUDÊNCIA ADMITE A USUCAPIÃO DE IMÓVEL CONSTITUINTE DE ACERVO HEREDITÁRIO POR HERDEIRO EM FACE DOS DEMAIS, DESDE QUE PREENCHIDOS

OS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA DA PROPRIEDADE DO BEM IMÓVEL, NA FORMA DISPOSTA PELO ART. 1.238 DO CÓDIGO CIVIL". PORÉM, NO CASO, A "RECORRENTE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS QUE LHE É ATRIBUÍDO", QUAL SEJA DE "REQUERER A CITAÇÃO DO ESPÓLIO POR MEIO DO INVENTARIANTE OU, SE NÃO HOUVER INVENTÁRIO, A DOS HERDEIROS, SOB PENA DE NULIDADE", TUDO NOS TERMOS DECIDIDOS NO ACÓRDÃO.6. A EMBARGANTE, SOB O PRETEXTO DE OCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO E OMISSÃO, PRETENDE, NA VERDADE, REDISCUTIR A MATÉRIA, O QUE É INCABÍVEL EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 18 DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA.7. "OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONSTITUEM MEIO IDÔNEO A SANAR EVENTUAL ERROR IN JUDICANDO, NÃO LHES SENDO ATRIBUÍVEL EFEITOS INFRINGENTES CASO NÃO HAJA, DE FATO, OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO, CONFORME PONTUA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE" (STJ, AGINT NO RESP 1336998/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 12/11/2019, DJE 26/11/2019).8. NÃO MERECE CONHECIMENTO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO FAZEM REFERÊNCIA CLARA E DIRETA AOS VÍCIOS ENSEJADORES DO RECURSO, POR CONSTITUIR IRREGULARIDADE FORMAL.9. "A ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE, DESACOMPANHADA DE QUALQUER CORRELAÇÃO ARGUMENTATIVA COM OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO EMBARGADO, É INSUFICIENTE PARA ENSEJAR O CONHECIMENTO DOS ACLARATÓRIOS, DEPENDENTES DA CONCRETA ABORDAGEM DE DEFEITOS MERECEDORES DE INTEGRAÇÃO PELO RECURSO EM COMENTO, QUE TEM FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA" (TJ-CE - EMBDECCV: 01555811220138060001 FORTALEZA, RELATOR: LISETE DE SOUSA GADELHA, DATA DE JULGAMENTO: 22/05/2023, 1ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2023).10. DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA OU TERCEIROS, ANTE A AUSÊNCIA DE EFEITOS INFRINGENTES NO CASO (ART. 1.023, §2º, DO CPC). PRECEDENTE.IV. DISPOSITIVO.11. RECURSO NÃO CONHECIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 1.022 DO CPC; ART. 1.023, §2º, DO CPC; ART. 926 DO CPC; E ART. 927 DO CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-AM - AI: 40013746320218040000 AM 4001374-63.2021.8.04.0000, RELATOR: WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO, DATA DE JULGAMENTO: 26/07/2021, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, DATA DE PUBLICAÇÃO: 02/08/2021; TJ-SP - AI: 21868454820198260000 SP 2186845-48.2019.8.26.0000, RELATOR: JOÃO BATISTA VILHENA, DATA DE JULGAMENTO: 30/12/2021, 17ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 30/12/2021; TJ-PR - AGV: 00533077620228160001 APUCARANA 0053307-76.2022.8.16.00001 (ACÓRDÃO), RELATOR: LUIZ CARLOS GABARDO, DATA DE JULGAMENTO: 30/01/2023, 15ª CÂMARA CÍVEL, DATA DE PUBLICAÇÃO: 30/01/2023; TRT-12 - AIAP: 00012226220185120050, RELATOR: MARI ELEDA MIGLIORINI, 5ª CÂMARA; STJ - EDCL NO AGINT NOS EDCL NO ARESP: 1666728 RS 2020/0038286-0, RELATOR: MINISTRO SÉRGIO KUKINA, DATA DE JULGAMENTO: 08/03/2021, T1 - PRIMEIRA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 11/03/2021; STJ - EDCL NO AGINT NO ARESP: 1868440 RJ 2021/0099185-9, RELATOR: MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES, DATA DE JULGAMENTO: 14/02/2022, T2 - SEGUNDA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 16/02/2022; STJ - EDCL NO AGRG NO ARESP: 1636599 SP 2019/0377356-0, RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER, DATA DE JULGAMENTO: 18/08/2020, T5 - QUINTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 26/08/2020; TJ-CE - EMBDECCV: 01555811220138060001 FORTALEZA, RELATOR: LISETE DE SOUSA GADELHA, DATA DE JULGAMENTO: 22/05/2023, 1ª CÂMARA DIREITO PÚBLICO, DATA DE PUBLICAÇÃO: 23/05/2023; SÚMULA Nº 18 DO TJ/CE; STJ, AGINT NO RESP 1336998/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 12/11/2019, DJE 26/11/2019; STF, 1ª TURMA, EMB.DECL. NA EXTRADIÇÃO 1.570 DISTRITO FEDERAL, RELATOR:MIN. LUIZ FUX, J. 18/10/2019; STJ - AGINT NO ARESP: 1606763 SP 2019/0316811-2, RELATOR: MOURA RIBEIRO, DATA DE JULGAMENTO: 12/06/2023, T3 - TERCEIRA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 14/06/2023.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM NÃO CONHECER O RECURSO.FORTALEZA, 22 DE OUTUBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Eliennay Gomes Alves (OAB: 30314/CE) - Aline Maciel Lima (OAB: 36005/CE) - Raquel Colares Rodrigues (OAB: 36821/CE)

Nº 0624558-08.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: R. M. B. P. - Agravado: C. L. de F. - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APRESENTAÇÃO INTEMPESTIVA DO ROL DE TESTEMUNHAS. PRAZO FIXADO PELO JUIZ COM AMPARO NO ART. 357, § 4º, DO CPC. PRECLUSÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DECLAROU PRECLUSA A POSSIBILIDADE DE A AGRAVANTE APRESENTAR O SEU ROL DE TESTEMUNHAS, EM VIRTUDE DO DESCUMPRIMENTO DO PRAZO ESTABELECIDO COM AMPARO NO ART. 357, § 4º, DO CPC.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CONSISTE EM VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ROL DE TESTEMUNHAS APÓS O DECURSO DO PRAZO FIXADO PELO JUIZ DA CAUSA COM AMPARO NO ART. 357, § 4º, DO CPC, MAS ANTES DA DATA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O AGRAVO DE INSTRUMENTO POSSUI HIPÓTESES DE CABIMENTO TAXATIVAMENTE DESCRITAS NO ART. 1.015 DO CPC. NO ENTANTO, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA RECONHECEU A POSSIBILIDADE DE SEU MANEJO QUANDO VERIFICADA A URGÊNCIA DE APRECIAÇÃO DA MATÉRIA E INUTILIDADE DO DEBATE SOMENTE POR OCASIÃO DA INTERPOSIÇÃO DE EVENTUAL RECURSO DE APELAÇÃO. POR VERSAR SOBRE MATÉRIA RELATIVA À PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL, CUJA APRECIAÇÃO TARDIA PODERIA OCASIONAR DEMASIADO PREJUÍZO PROCESSUAL, O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM APREÇO DEVE SER ADMITIDO.4. A NORMA PROCESSUAL ESTABELECE QUE, CASO TENHA SIDO DETERMINADA A PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL, O JUIZ FIXARÁ PRAZO COMUM NÃO SUPERIOR A 15 (QUINZE) DIAS PARA QUE AS PARTES APRESENTEM O SEU ROL DE TESTEMUNHAS.5. QUANDO A PARTE, APESAR DE DEVIDAMENTE INTIMADA, DEIXA DE CUMPRIR O ATO PROCESSUAL NO PRAZO ASSINALADO, DEVE SER RECONHECIDA A IMPOSSIBILIDADE DE SUA PRÁTICA EM MOMENTO POSTERIOR, TENDO EM VISTA QUE O PRAZO ESTABELECIDO NO ART. 357, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL É PRECLUSIVO E HÁ NECESSIDADE DE PROMOVER O TRATAMENTO IGUALITÁRIO ENTRE AS PARTES.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 357, § 4º, DO CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - AGINT NO RESP N. 1.912.502/SP, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, J. 15/8/2022; TJMG - AC: 1.0000.24.168155-0/001, REL. DES.ª MARIA DOLORES GIÓVINE CORDOVIL (JD CONVOCADA), CÂMARA JUSTIÇA 4.0 - CÍVEL PRI, J. 15/07/2024; TJSP - AC: 1035132-05.2017.8.26.0100; REL. DES. REBELLO PINHO; 20ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO; FORO CENTRAL CÍVEL - 40ª VARA CÍVEL; J. 26/04/2022; TJPR - AI: 0040403-58.2021.8.16.0000, REL. DES.ª IVANISE MARIA TRATZ MARTINS; 12ª CÂMARA CÍVEL, J. 03.11.2021.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO

ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Suyane Saldanha de Paula Lima (OAB: 22774/CE) - Debora da Costa Canafistula (OAB: 34874/CE) - Francisco Taumaturgo de Araujo Neto (OAB: 20150/CE) - Francisco Cleriston Martins de Menezes (OAB: 36328/CE) - Gledson Rodrigues Landim (OAB: 20445/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201695-65.2023.8.06.0160 - Apelação Cível - Santa Quitéria - Apelante: Francisca Rodrigues Freire - Apelado: Banco C6 Consignado S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. DANO MORAL IN RE IPSA. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO. COMPENSAÇÃO DE VALORES DEVIDA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PROVA DO DEPÓSITO DE NUMERÁRIO. RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TAXA SELIC. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA AUTORA EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO POR ELA PROPOSTA, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO COBRADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E CONDENANDO ESTA A RESTITUIR OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE. NA MESMA OCASIÃO, A DECISÃO AINDA FIXOU DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) E RECONHECEU O DIREITO DO BANCO PROMOVIDO DE COMPENSAR O NUMERÁRIO DEPOSITADO EM CONTA BANCÁRIA DA RECORRENTE POR OCASIÃO DO NEGÓCIO COM O MONTANTE DA CONDENAÇÃO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CONSISTEM EM I) ANALISAR SE A AUTORA FAZ JUS À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA EM SEDE RECURSAL; II) VERIFICAR SE É CABÍVEL A MAJORAÇÃO DOS DANOS MORAIS ARBITRADOS NA ORIGEM; III) DISCUTIR SE MERECE REFORMA O RECONHECIMENTO DO DIREITO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE COMPENSAR VALORES EVENTUALMENTE DISPONIBILIZADOS NA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA COM O MONTANTE DA CONDENAÇÃO; E III) DEFINIR O TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA EM RELAÇÃO AOS DANOS MORAIS E MATERIAIS E SE É POSSÍVEL A UTILIZAÇÃO DA TAXA SELIC.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DISCIPLINA QUE A GRATUIDADE JUDICIÁRIA DEVE SER CONCEDIDA À PESSOA NATURAL OU JURÍDICA COM INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS PARA PAGAR AS CUSTAS, AS DESPESAS PROCESSUAIS E OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, BEM COMO ESTABELECE A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA DECLARAÇÃO FIRMADA POR PESSOA NATURAL. NO CASO CONCRETO, NÃO HÁ ELEMENTOS CAPAZES INFIRMAR A HIPOSSUFICIÊNCIA ALEGADA PELA RECORRENTE, SENDO DEVIDO, PORTANTO, A CONCESSÃO DA BENESSE REQUESTADA NESTA SEDE RECURSAL. 4. A REALIZAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONFIGURA DANO MORAL IN RE IPSA, PRESCINDINDO, PORTANTO, DA DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO. A FIXAÇÃO DE REPARAÇÃO NO VALOR DE R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) NÃO SE REVELA RAZOÁVEL E PROPORCIONAL PARA FAZER FACE AOS DANOS SUPORTADOS PELA VÍTIMA, SENDO CABÍVEL A SUA MAJORAÇÃO PARA R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), POR SER AQUELE QUE MELHOR SE COADUNA COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO.5. A COMPENSAÇÃO DE VALORES CONSTITUI MEDIDA QUE VISA EVITAR O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DE QUALQUER DAS PARTES, DE MODO QUE DEMONSTRADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA O CRÉDITO DE NUMERÁRIO EM CONTA BANCÁRIA DA AUTORA, É DEVIDO O RECONHECIMENTO DO DIREITO DE COMPENSÁ-LO COM O VALOR DA CONDENAÇÃO, NÃO MERECENDO AMPARO O PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO QUE O ACOLHEU.6. EM CASO DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL, OS JUROS DE MORA SOBRE OS DANOS MATERIAIS DEVEM INCIDIR A PARTIR DA DATA DE CADA DESEMBOLSO, AO PASSO EM QUE, SEM SE TRATANDO DE DANOS MORAIS, DEVEM SER APLICADOS A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE, RESPECTIVAMENTE, A PARTIR DA DATA DO EFETIVO PREJUÍZO E DA DATA DO ARBITRAMENTO. LOGO, NÃO É PASSÍVEL DE REFORMA A DECISÃO QUE APLICA CORRETAMENTE OS ENTENDIMENTOS FIXADOS.7. A TAXA SELIC NÃO DEVE SER UTILIZADA EM SUBSTITUIÇÃO AOS JUROS DE MORA E À CORREÇÃO MONETÁRIA, UMA VEZ QUE REPRESENTA A AGLUTINAÇÃO DOS REFERIDOS CONSECTÁRIOS LEGAIS, PRESSUPONDO QUE FLUAM SIMULTANEAMENTE. ESTES, EM CONTRAPONTO, POSSUEM TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DISTINTO, NÃO PODENDO SER TRATADOS DE MANEIRA UNITÁRIA.IV. DISPOSITIVO8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ARTS. 186 E 927.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - AC: 0201757-13.2023.8.06.0029, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16/10/2024; TJCE - AC: 0200930-24.2023.8.06.0151, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16/10/2024; TJCE - AC: 0201710-68.2023.8.06.0084, REL. DES.ª JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 09/10/2024; TJCE - AC: 0200598-94.2023.8.06.0171, REL. DES.ª MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16/10/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Manuelito Melo Magalhães (OAB: 41127/CE) - Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0001350-45.2018.8.06.0100 - Apelação Cível - Itapajé - Apelante: Maria Eura Mateus - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO E DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA QUE SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS DE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE CONTRATAÇÃO VÁLIDA AO TERMO DE OPÇÃO À CESTA DE SERVIÇOS. ART. 373, II, CPC. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL FACE À SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO E DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. A APELANTE VEM A JUÍZO PARA QUESTIONAR A POSSÍVEL ILEGALIDADE DOS DESCONTOS REALIZADOS PELO BANCO RÉU EM SUA CONTA, REFERENTES À CONTRATAÇÃO DE SUPOSTAS TAXAS DE SERVIÇOS. ALEGA A INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO, PLEITEIA A DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS E SUSTENTA QUE O BANCO RÉU TEM O DEVER DE INDENIZÁ-LA PELOS SUPOSTOS DANOS MORAIS SOFRIDOS.III.

RAZÕES DE DECIDIR:3. NO CASO EM QUESTÃO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS NORMAS APLICADAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, HOUVE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NO QUAL O BANCO APELADO DESINCUMBIU-SE DE COMPROVAR COM ÊXITO A VALIDADE CONTRATAÇÃO DA AUTORA QUE ADERIU AO TERMO DE OPÇÃO À CESTA DE SERVIÇOS, OBJETO DA PRESENTE LIDE.IV. DISPOSITIVO:4. RECURSO RECONHECIDO E DESPROVIDO, MANTENDO A SENTENÇA PROFERIDA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO E. RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Sarah Camelo Morais (OAB: 37288/CE) - Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201489-85.2023.8.06.0084 - Apelação Cível - Guaraciaba do Norte - Apte/Apdo: Maria Neide de Lima Rodrigues - Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso do Banco para, no mérito, negar-lhe provimento, e recurso da parte Autora conhecido e provido, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS. COBRANÇA DE TARIFA BANCÁRIA INTITULADA “CESTA B. EXPRESSO I”. RECURSO DO RÉU. ANÁLISE QUANTO À REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E DA POSSIBILIDADE REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. RECURSO DO AUTOR. DISCUSSÃO QUANTO AO CABIMENTO DE DANOS MORAIS.I. CASO EM EXAME1. RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS CONTRA A SENTENÇA QUE RECONHECEU A IRREGULARIDADE DE COBRANÇA DE TARIFA INTITULADA “CESTA B. EXPRESSO” EFETIVADA NA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA, ANTE A AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO, TENDO SIDO DETERMINADO QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESTITUÍSSE, DE FORMA SIMPLES E DOBRADA, OS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS. NA OCASIÃO, O JUÍZO DESACOLHEU O PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES POSTAS EM DISCUSSÃO CINGEM-SE EM I) VERIFICAR SE OS DESCONTOS RELATIVOS ÀS TARIFAS BANCÁRIAS SÃO, DE FATO, ILEGÍTIMAS; II) ANALISAR SE É DEVIDA A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DEBITADOS DA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA QUANDO NÃO COMPROVADA A MÁ-FÉ DO FORNECEDOR; E III) PERQUIRIR SE A AUTORA DEVE SER INDENIZADA POR DANOS MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ESTABELECE QUE CONSTITUI PRÁTICA ABUSIVA ENVIAR OU ENTREGAR AO CONSUMIDOR, SEM SOLICITAÇÃO PRÉVIA, QUALQUER PRODUTO OU SERVIÇO. ADEMAIS, A RESOLUÇÃO Nº 3.919/2010 DO BANCO CENTRAL DO BRASIL DISPÕE QUE A CONTRATAÇÃO DE PACOTES DE SERVIÇOS DEVE SER EFETIVADA POR MEIO DE CONTRATO ESPECÍFICO. LOGO, COMETE ILICITUDE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE EFETIVA DESCONTOS EM CONTA BANCÁRIA RELATIVOS A SERVIÇOS QUE NÃO FORAM COMPROVADAMENTE CONTRATADOS PELO TITULAR, ATRAINDO, POR CONSEGUINTE, O DEVER DE RESTITUIR OS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS.4. NÃO MERECE REPARO A SENTENÇA DETERMINA A DEVOLUÇÃO SIMPLES DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS ATÉ 30 DE MARÇO DE 2021 E, EM DOBRO, RELATIVAMENTE ÀQUELES EFETIVADOS APÓS ESTA DATA, UMA VEZ QUE GUARDA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO EXARADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO EARESP Nº 676.608/RS, SEGUNDO O QUAL A DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE DE CONTA BANCÁRIA APÓS A DATA DE 30 DE MARÇO DE 2021 INDEPENDE DE MÁ-FÉ DOS FORNECEDORES QUE OS COBROU, BASTANDO A MERA PRÁTICA DE CONDUTA CONTRÁRIA À BOA-FÉ.5. A EFETIVAÇÃO DE DESCONTOS RELATIVOS A SERVIÇO NÃO COMPROVADAMENTE CONTRATADOS PELO TITULAR EM CONTA NA QUAL RECEBE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO CONFIGURA DANO MORAL IN RE IPSA, PRESCINDINDO, PORTANTO, DA DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO, SENDO DEVIDA A FIXAÇÃO DA REPARAÇÃO QUANDO O VALOR OBJETO DE COBRANÇA NÃO SE REVELAR ÍNFIMO.6. CONSIDERANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS APURADAS NO CASO CONCRETO E OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, O VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) SE REVELA SUFICIENTE PARA REPARAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EXPERIMENTADAS PELA VÍTIMA E ATENDER AO CARÁTER PEDAGÓGICO DA INDENIZAÇÃO.IV. DISPOSITIVO7. RECURSO DO BANCO CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ART. 186 E 927; CDC, ART. 39, III; RESOLUÇÃO Nº 3.919/2010, ART. 8º.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - EARESP N. 676.608/RS, REL. MIN. OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, J. 21/10/2020; TJCE - AC:0200376-11.2022.8.06.0059, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16/10/2024; TJCE - AC: 0202701-15.2023.8.06.0029, REL. DES.ª JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 09/10/2024; TJCE - AC: 0200376-11.2022.8.06.0059, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 16/10/2024; TJCE - AC: 0200146-81.2024.8.06.0096, REL. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 02/10/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DO BANCO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO E CONHECER DO RECURSO DA AUTORA PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Antônio Rodrigues de Souza (OAB: 39497/CE) - Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0203249-40.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apte/Apdo: Maria do Socorro Uchôa - Apte/Apdo: Banco Pan S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso do Banco demandado para, no mérito, negar-lhe provimento, recurso da Autora provido, conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÕES CÍVEIS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PARTE AUTORA ANALFABETA. CONTRATO EIVADO DE VÍCIO FORMAL. AUSÊNCIA DA ASSINATURA A ROGO E DAS TESTEMUNHAS. INOBSERVÂNCIA À EXIGÊNCIA DO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. NULIDADE DO CONTRATO. COMPENSAÇÃO INDEVIDA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES QUANTO ÀS PARCELAS DESCONTADAS ANTES DE 30/03/2021 E EM DOBRO QUANTO AOS DESCONTOS POSTERIORES (EARESP 676.608/RS). DANOS MORAIS DEVIDOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADAI. CASO EM EXAME1. APELAÇÕES CÍVEIS EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CONTROVERTEM AS PARTES A EXISTÊNCIA E VALIDADE

DO NEGÓCIO JURÍDICO, BEM COMO O DEVER DE INDENIZAR POR DANO MORAL. ALEGA O DEMANDADO, EM PRELIMINAR A OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR3.INOCORRE PRESCRIÇÃO NA ESPÉCIE, OBSERVADO O PRAZO DE 05 ANOS PREVISTO NO CDC E A NATUREZA SUCESSIVA DAS PRESTAÇÕES INDEVIDAMENTE COBRADAS.4. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO ENTRE AS PARTES E, ASSIM, VERIFICAR SE HOUVE CONDUTA ILÍCITA DECORRENTE DE COBRANÇAS E DESCONTOS EFETUADOS CAPAZES DE ENSEJAR O DEVER DE REPARAÇÃO.5. DOS AUTOS, INFERE-SE QUE A PARTE AUTORA SE DESINCUMBIU DO SEU ÔNUS PROBATÓRIO, VEZ QUE DEMONSTROU QUE SOFREU DESCONTOS EM SUA CONTA BANCÁRIA.6.DA ANÁLISE DO CONTRATO ACOSTADO AOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE HÁ APENAS A APOSIÇÃO DA DIGITAL DO CONTRATANTE, AUSENTE DA ASSINATURA A ROGO E DAS ASSINATURAS DE DUAS TESTEMUNHAS, REQUISITO ESSENCIAL PARA A DEVIDA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. ADEMAIS, MESMO O DOCUMENTO COLACIONADO POR OCASIÃO DO RECURSO, CARECE ELE DA COMPLETA QUALIFICAÇÃO DAS TESTEMUNHAS NO DOCUMENTO ASSINADO.7. SOPESANDO-SE TODAS AS CONSIDERAÇÕES ACIMA FEITAS, ATENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO EM QUESTÃO, TENDO EM VISTA AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS E SEM PREMIAR O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, FIXO A QUANTIA DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, COM JUROS DE MORA DE 1% A.M A INCIDIR A PARTIR DA DATA DO EVENTO DANOSO (SÚMULA 54/STJ) E A CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC, A PARTIR DO ARBITRAMENTO (SÚMULA 362 DO STJ).IV. DISPOSITIVO8. RECURSO DO BANCO DEMANDADO DESPROVIDO; RECURSO DA AUTORA PROVIDO, PARA FIXAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR PELO DANO MORAL.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS RECURSOS, PARA DAR PROVIMENTO AO APELO DA AUTORA E FIXAR O DEVER DE INDENIZAR POR DANOS MORAIS; DESPROVIDO O RECURSO DO BANCO DEMANDADO.FORTALEZA,DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Leonardo Alves de Albuquerque (OAB: 44942/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0002821-35.2013.8.06.0177 - Apelação Cível - Umirim - Apelante: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Apelada: Maria José Verçosa de Souza - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUSTIÇA GRATUITA. DEFERIDA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PESSOA ANALFABETA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PROVA DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. COMPENSAÇÃO DE VALORES DEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA MASSA FALIDA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, AJUIZADA POR MARIA JOSÉ VERÇOSA DE SOUZA. A SENTENÇA RECORRIDA DECLAROU A NULIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO Nº 481372253, CELEBRADO COM PESSOA ANALFABETA, E CONDENOU A DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, BEM COMO AO PAGAMENTO DE R$ 1.000,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM VERIFICAR: (I) A VALIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO COM PESSOA ANALFABETA SEM A DEVIDA FORMALIDADE EXIGIDA PELO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL; (II) O DIREITO À RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS E À COMPENSAÇÃO DE VALORES PAGOS; E (III) A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. DA JUSTIÇA GRATUITA. O APELANTE ANEXOU SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 1071548-40.2015.8.26.0100, EM QUE FOI DECRETADA SUA FALÊNCIA (FLS. 141), DEMONSTRANDO QUE O TOTAL DO ATIVO CORRESPONDE AO TOTAL DO PASSIVO, IMPOSSIBILITANDO O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. DESSA FORMA, ENTENDE-SE QUE A PARTE RECORRENTE COMPROVOU SATISFATORIAMENTE O PREJUÍZO QUE AS CUSTAS PROCESSUAIS PODEM VIR A CAUSAR AO SEU ORÇAMENTO FINANCEIRO. ISTO POSTO, DEFIRO A GRATUIDADE DE JUSTIÇA, DISPENSANDO O RECORRENTE DO PAGAMENTO DO PREPARO RECURSAL.4. DA IRREGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO: A PARTE AUTORA, PESSOA ANALFABETA, NÃO TERIA CELEBRADO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO REGULARMENTE. O BANCO APELANTE, CONTUDO, NÃO APRESENTOU O INSTRUMENTO CONTRATUAL VÁLIDO, CONFORME EXIGIDO PELO ART. 373, II, DO CPC. A AUSÊNCIA DO CONTRATO E A PROVA DOS DESCONTOS INDEVIDOS IMPÕEM O RECONHECIMENTO DA NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO, NOS TERMOS DO ART. 166, IV, DO CÓDIGO CIVIL.5. DESTACA-SE QUE SE TRATANDO DE RELAÇÃO DE CONSUMO, APLICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NOS TERMOS DO ART. 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, IMPONDO À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA O DEVER DE APRESENTAR PROVA DA REGULARIDADE DO CONTRATO, O QUE NÃO FOI FEITO, JUSTIFICANDO A DECLARAÇÃO DE NULIDADE.6. DOS DANOS MORAIS: A CONDUTA DO BANCO, AO DESCONTAR VALORES INDEVIDOS DIRETAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, PESSOA IDOSA E HIPOSSUFICIENTE, CARACTERIZA DANO MORAL. O VALOR ARBITRADO EM R$ 1.000,00 SE MOSTRA ADEQUADO AO CASO, ATENDENDO AO CARÁTER COMPENSATÓRIO E PEDAGÓGICO DA MEDIDA.7. DA COMPENSAÇÃO DOS VALORES: CONFORME COMPROVADO NOS AUTOS, OS VALORES EFETIVAMENTE TRANSFERIDOS AO AUTOR A TÍTULO DE MÚTUO DEVEM SER COMPENSADOS COM A INDENIZAÇÃO DEVIDA, INCIDINDO CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO.IV. DISPOSITIVO:5. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, TÃO SOMENTE PARA DETERMINAR A COMPENSAÇÃO DOS VALORES TRANSFERIDOS A TÍTULO DE MÚTUO, EM ATENÇÃO À VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.6. DEIXO DE MAJORAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS EM RAZÃO DO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO ART. 85, §11 DO CPC E DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ (RESP 1.539.725).ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0002821-35.2013.8.06.0177 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Victor Jerônimo Maia de Oliveira (OAB: 32411/CE) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE) - Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB: 327026/SP) - Carla da Prato Campos (OAB: 156844/SP) - Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 31478/CE) - Roberval Ruscelino Pereira Pequeno (OAB: 25959/CE)

Nº 0036882-02.2018.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelado: José Felipe Sobrinho - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL. NULIDADE DO CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. DANOS MATERIAIS NA FORMA SIMPLES. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. QUANTUM MINORADO. COMPENSAÇÃO DOS VALORES DE MÚTUO INDEVIDA.I. CASO EM EXAME 1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C PEDIDOS INDENIZATÓRIOS, MOVIDA POR JOSÉ FELIPE SOBRINHO. A INSTITUIÇÃO APRESENTOU RECURSO APELATÓRIO (FLS. 282/285), ONDE DEFENDE QUE O NEGÓCIO JURÍDICO FOI REALIZADO DE FORMA REGULAR, PELO O QUE PEDE A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2 CINGE-SE A DEMANDA A VERIFICAR A LEGALIDADE DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO Nº 775177040, NEGOCIADO POR PESSOA ANALFABETA, BEM COMO, CONSEQUENTEMENTE, O DEVER DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS EXTRAPATRIMONIAIS DECORRENTES DA CONDUTA. III. RAZÕES DE DECIDIR3 EM AÇÕES CUJA QUESTÃO CONTROVERTIDA É A NEGATIVA DE QUE TENHA CELEBRADO COM O BANCO PROMOVIDO, CABE À PARTE AUTORA COMPROVAR MINIMAMENTE OS FATOS CONSTITUTIVOS DE SEU DIREITO (ART. 373, I, CPC), NOTADAMENTE OS DESCONTOS REALIZADOS PELA INSTITUIÇÃO EM SEUS PROVEITOS, O QUE FEZ POR MEIO DE DOCUMENTO EMITIDO PELO INSS, COM HISTÓRICO DE CONSIGNAÇÕES, CONSTANDO O CONTRATO DE Nº 775177040, ORA IMPUGNADO. À INSTITUIÇÃO DEMANDA, COMPETE COMPROVAR OS FATOS EXTINTIVOS MODIFICATIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO DO AUTOR (ART. 373, II). NESSE CENÁRIO, VERIFICO QUE A DEMANDADA APESENTOU CONTESTAÇÃO (FLS. 90/101), DESCOMPANHADA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE COMPROVASSE A EXISTÊNCIA E VALIDADE DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO PELA AUTORA.4 - DESSE MODO, DIANTE DAS EVIDÊNCIAS DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO DA PARTE AUTORA, MOSTROU-SE ACERTADA A SENTENÇA DE PISO QUE, AO SOPESAR O CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS, CONSIDEROU QUE O BANCO PROMOVIDO NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DE TAIS DIREITOS, NA FORMA DO ART. 373, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E DECLAROU A NULIDADE DE RELAÇÃO JURÍDICA CONTRATUAL E DOS DÉBITOS REFERENTE AO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO IMPUGNADO AINDA MAIS QUE A ELA SE IMPUNHA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, CALCADO NO ART. 6°, INCISO VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.5 QUANTO O DANO MATERIAL, DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS, VERIFICO QUE O JUÍZO CONDENOU A INSTITUIÇÃO, ÚNICA RECORRENTE, À RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES, O QUE DEVE SER MANTIDO AINDA QUE HAJAM DESCONTOS POSTERIORES AO JULGAMENTO DO PARADIGMA, RESPEITO À VEDAÇÃO DE REFORMA EM PREJUÍZO DO RECORRENTE.6 QUANTO AO DANO MORAL, HÁ DE SE CONSIDERAR QUE A CONDUTA DA PARTE PROMOVIDA, QUE ATRIBUI O ÔNUS DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADO AUFERINDO LUCRO SOBRE JUROS E TARIFAS DECORRENTES DE UM EMPRÉSTIMO NÃO CONTRATADO, POR MEIO DE COBRANÇA INDEVIDA DESCONTADA DIRETAMENTE DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA, REDUZINDO DE FORMA REITERADA, MÊS A MÊS, A CAPACIDADE DE SUSTENTO DE PESSOA IDOSA E HIPOSSUFICIENTE, EXTRAPOLA O MERO DISSABOR E MOSTRA-SE POTENCIALMENTE LESIVA À HONRA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.7 RELATIVAMENTE AO QUANTUM, CONSIDERANDO AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, ENTENDO QUE A QUANTIA ARBITRADA PELO JUÍZO A QUO, R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), SE MOSTRA EXCESSIVA EM RELAÇÃO AO PADRÃO DE CONDENAÇÕES EM CASOS SEMELHANTES. DESTE MODO, MINORO A CONDENAÇÃO PARA R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), ADEQUADA AO CASO, POIS NÃO PODE SER CONSIDERADA EXCESSIVA, NEM CONSTITUI QUANTIA IRRISÓRIA. IV. DISPOSITIVO8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDOACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0036882-02.2018.8.06.0029 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Marcos Bonieck Oliveira Lima (OAB: 34411/CE)

Nº 0483022-94.2010.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Condominio Bosque das Damas - Apelado: Carlos Alberto Melo da Silva - Apelado: Valdenice Cavalcante da Silva - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. REMESSA DE OFÍCIO. RECURSO PREJUDICADO.1. INICIALMENTE CUMPRE ANALISAR AS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA.2. COMPULSANDO OS AUTOS, OBSERVA-SE QUE OS RECORRIDOS AJUIZARAM A PRESENTE DEMANDA PUGNANDO PELOS DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTE DO FALECIMENTO POR ELETROPLESSÃO DO SEU FILHO, FUNCIONÁRIO DA EMPRESA EMPREITEIRA PAULISTA LTDA., NO MOMENTO QUE DESEMPENHAVA SUAS ATIVIDADES LABORATIVAS PERANTE O CONDOMÍNIO RECORRENTE. OBSERVA-SE, POIS, QUE A AÇÃO TEM COMO CAUSA ACIDENTE DE TRABALHO.3. ESCLAREÇA-SE, QUE ATUALMENTE A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES É PACÍFICA, DEFININDO SER DA JUSTIÇA DO TRABALHO A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE AÇÕES DESSA ESPÉCIE, DESDE QUE A SENTENÇA NÃO TENHA SIDO PROFERIDA ANTES DA PROMULGAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004, QUE EMPREENDEU DIVERSAS REFORMAS NO PODER JUDICIÁRIO.4. RESSALTE-SE, POR OPORTUNO, QUE A COMPETÊNCIA MATERIAL É DE NATUREZA ABSOLUTA, PODENDO SER RECONHECIDA A QUALQUER TEMPO OU GRAU DE JURISDIÇÃO. 5. ISTO POSTO, RECONHEÇO, DE OFÍCIO, A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO EM COMENTO E, EM CONSEQUÊNCIA, DECLARO NULA A SENTENÇA E TODOS OS ATOS DECISÓRIOS PROFERIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 113, §2º, DO CPC, E DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA DO TRABALHO DE 1º GRAU DA 7ª REGIÃO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0483022-94.2010.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM RECONHECER, DE OFÍCIO, A INCOMPETÊNCIA DESTA JUSTIÇA ESTADUAL, DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA DO TRABALHO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR .

Nº 0630904-72.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Canindé - Agravante: Vania Maria Teixeira Soares - Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE RELATIVA. DÍVIDA CONTRAÍDA PARA REFORMA DO IMÓVEL. EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, II, DA LEI 8.009/90. ORDEM DE PREFERÊNCIA DA PENHORA. FLEXIBILIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. AGRAVO INTERNO INTERPOSTO POR VANIA MARIA TEIXEIRA SOARES CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE LIMINAR EM AGRAVO DE INSTRUMENTO, VISANDO SUSPENDER A PENHORA DE IMÓVEL RESIDENCIAL SUPOSTAMENTE CARACTERIZADO COMO BEM DE FAMÍLIA, EM EXECUÇÃO MOVIDA PELO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. A AGRAVANTE ALEGA A IMPENHORABILIDADE DO BEM POR TRATAR-SE DE IMÓVEL FAMILIAR, ALÉM DE INVOCAR A FALTA DE OBSERVÂNCIA DA ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA DE PENHORA E REQUERER O EFEITO ATIVO RECURSAL.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE A DÍVIDA CONTRAÍDA PARA REFORMA DO IMÓVEL RESIDENCIAL SE ENQUADRA COMO EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA, CONFORME O ART. 3º, II, DA LEI 8.009/90; E (II) VERIFICAR SE HOUVE VIOLAÇÃO À ORDEM DE PREFERÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS, CONFORME O ART. 835 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTABELECE QUE A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA NÃO É ABSOLUTA, PERMITINDO EXCEÇÕES NOS CASOS PREVISTOS NO ART. 3º DA LEI 8.009/90, INCLUINDO DÍVIDAS CONTRAÍDAS PARA AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO OU REFORMA DO PRÓPRIO IMÓVEL, QUE JUSTIFICAM A PENHORA.4. O STJ INTERPRETA O ART. 3º, II, DA LEI 8.009/90 COMO ABRANGENTE PARA DÍVIDAS DECORRENTES DE CONTRATOS DESTINADOS A REFORMAS NO IMÓVEL RESIDENCIAL, CONSIDERANDO QUE TAIS DESPESAS ESTÃO INTRINSECAMENTE LIGADAS AO USO DO BEM COMO MORADIA.5. A ORDEM DE PREFERÊNCIA PREVISTA NO ART. 835 DO CPC NÃO É RÍGIDA E PODE SER FLEXIBILIZADA EM PROL DA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO E DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. O DEVEDOR TEM A OBRIGAÇÃO DE INDICAR OUTROS BENS OU MEIOS EXECUTIVOS MENOS GRAVOSOS, O QUE NÃO FOI FEITO PELA AGRAVANTE NO PRESENTE CASO.6. A CONSTRIÇÃO SOBRE O IMÓVEL FAMILIAR MOSTRA-SE ADEQUADA, CONSIDERANDO A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE MEIOS ALTERNATIVOS PARA GARANTIR O DÉBITO EXEQUENDO E A RECUSA DA DEVEDORA EM ADIMPLIR OU GARANTIR O PAGAMENTO DA DÍVIDA.IV. DISPOSITIVO E TESE:7. RECURSO CONHECIDO MAS DESPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA PODE SER AFASTADA QUANDO A DÍVIDA DECORRE DE CONTRATO DESTINADO À REFORMA DO IMÓVEL, CONFORME EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 3º, II, DA LEI 8.009/90.2. A ORDEM DE PREFERÊNCIA DOS BENS PENHORÁVEIS DO ART. 835 DO CPC PODE SER FLEXIBILIZADA COM BASE NO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE, DESDE QUE O EXECUTADO NÃO INDIQUE MEIOS ALTERNATIVOS MAIS EFICAZES E MENOS GRAVOSOS._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: LEI 8.009/90, ARTS. 1º E 3º, II; CPC, ARTS. 805 E 835.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP 1976743/SC, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, 08.03.2022; STJ, RESP 2.082.860-RS, REL. MIN. NANCY ANDRIGHI, 06.02.2024; STJ, AGINT NO ARESP 2093748/CE, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, 27.03.2023; STJ, AGINT NO ARESP 1650911/SP, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, 21.09.2020.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM UNANIMIDADE, PARA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE)

Nº 0631806-25.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multsegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado - Agravado: Eduardo Fekete Sobrinho - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA SISBAJUD. “TEIMOSINHA”. POSSIBILIDADE. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PRINCÍPIO BOA-FÉ PROCESSUAL. AGRAVO PROVIDO.1. COMPULSANDO OS AUTOS DO PROCESSO DE ORIGEM, VÊ-SE QUE RESTOU INDEFERIDA A UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE “TEIMOSINHA” PARA A EFETIVAÇÃO DO BLOQUEIO EM CONTA DO RÉU, POR ENTENDER O MAGISTRADO QUE NÃO HÁ POSSIBILIDADE JURÍDICA DE UTILIZAÇÃO DO SISTEMA SISBAJUD DA FORMA PRETENDIDA, EIS QUE GERARIA TUMULTO PROCESSUAL DESNECESSÁRIO.2. EXTRAI-SE DOS FUNDAMENTOS DO JUÍZO A QUO O PEDIDO LIMINAR FOI INDEFERIDO PORQUE A UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE “TEIMOSINHA” DE PENHORA ON LINE RESULTA NUM ACRÉSCIMO EXORBITANTE NO VOLUME DO CADERNO PROCESSUAL, TUMULTUANDO O FEITO, BEM ASSIM PORQUE A AUSÊNCIA DE FUNÇÃO DE ALERTA AUTOMÁTICO DE BLOQUEIO EXIGIRIA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA SECRETARIA DA VARA AO PROCESSO, O QUE SE MOSTRA IMPRATICÁVEL.3. CONTUDO, CUMPRE RESSALTAR QUE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA ANUNCIOU, DENTRE AS NOVAS FUNCIONALIDADES DO SISBAJUD, A PLATAFORMA “TEIMOSINHA”, QUE VISA A PERMITIR AOS JUÍZES AS CHAMADAS REPLICAÇÕES DE PENHORA, PERMITINDO A RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL DE BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. POR MEIO DA REFERIDA FERRAMENTA, É POSSÍVEL ACELERAR O PROCEDIMENTO EXECUTIVO E EVITAR A DESNECESSÁRIA REITERAÇÃO DAS CONSULTAS.4. ATUALMENTE, SE UM JUIZ DETERMINA A PENHORA ELETRÔNICA EM CONTA, O SISTEMA VAI BLOQUEAR O VALOR DO SALDO NO MOMENTO DA AÇÃO. UMA HORA APÓS O BLOQUEIO, O DEVEDOR JÁ PODE OPERAR A CONTA, SEM, TEORICAMENTE, CORRER RISCOS DE UMA NOVA PENHORA. ASSIM, COM O USO DA FERRAMENTA “TEIMOSINHA” EVITA-SE QUE O EXECUTADO, EM CONDUTA MANIFESTAMENTE ABUSIVA, GERENCIE OS DIAS EM QUE PODE OU NÃO MOVIMENTAR SUA CONTA BANCARIA, EM AFRONTA À BOA-FÉ PROCESSUAL.5. O NOVO SISBAJUD PERMITE QUE OS MAGISTRADOS PROGRAMEM COBRANÇAS REPLICADAS ATÉ QUE A JUSTIÇA CONSIGA REALIZAR A AÇÃO DE PENHORA COMPLETA, DE ACORDO COM O QUE DETERMINA O PROCESSO RELATIVO AO CASO. ASSIM, AO REVÉS DO QUE CONSTA NO DECISUM AGRAVADO, A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA NÃO DEMANDA MAIOR ATIVIDADE DO JUÍZO, NA MEDIDA EM QUE AS REITERAÇÕES DE CONSULTA SE DÃO DE MODO AUTOMÁTICO PELO PERÍODO PROGRAMADO.6. PORTANTO, O OBJETIVO DA FERRAMENTA DISPONIBILIZADA PELO SISBAJUD É JUSTAMENTE FACILITAR A LOCALIZAÇÃO DE VALORES E ATIVOS FINANCEIROS, COM VISTAS A SATISFAZER O CRÉDITO DO EXEQUENTE DE FORMA RECORRENTE, GARANTINDO MAIOR CELERIDADE E EFETIVIDADE À DEMANDA JUDICIAL.7. NESSA PERSPECTIVA, OS BLOQUEIOS EM ATIVOS FINANCEIROS NÃO CONFIGURAM MEDIDA EXCEPCIONAL, AO REVÉS, A PRÓPRIA EXISTÊNCIA DA DÍVIDA AUTORIZA O ACIONAMENTO DO ROBÔ PARA QUE HAJA REPLICAÇÕES DA PENHORA, INDEPENDENTEMENTE DE MOTIVAÇÃO OU FUNDAMENTAÇÃO DE ALTERAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO DEVEDOR, COMO SUSCITADO PELO JUÍZO A QUO.8. ADEMAIS, A UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA PRESTIGIA

O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO CONSAGRADO NO ART. 6º DO CPC, SEGUNDO O QUAL: "TODOS OS SUJEITOS DO PROCESSO DEVEM COOPERAR ENTRE SI PARA QUE SE OBTENHA, EM TEMPO RAZOÁVEL, DECISÃO DE MÉRITO JUSTA E EFETIVA."9. DESSA FORMA, TODOS, INCLUSIVE O JUIZ, DEVEM COLABORAR PARA A SOLUÇÃO DA LIDE COM EFETIVIDADE E EM TEMPO RAZOÁVEL. QUANTO MAIS COOPERAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS PROCESSUAIS HOUVER, MELHOR SERÁ A QUALIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.10. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DA AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0631806-25.2024.8.06.0000, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Rodrigo Rodrigues dos Santos (OAB: 405595/SP)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0004063-96.2019.8.06.0119 - Apelação Cível - Maranguape - Recorrente: TATHIANA LUCIA GUEDES BRANDAO - Recorrente: DIEGO GUEDES BRANDÃO - Recorrido: Banco do Brasil S/A - Recorrido: Companhia de Seguros Aliança do Brasil S/A - Recorrido: BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS S/A - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA. DOENÇA PREEXISTENTE. MÁ-FÉ DA SEGURADA. OMISSÃO DOLOSA DE INFORMAÇÕES. NEGATIVA DE COBERTURA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR TATHIANA LUCIA GUEDES BRANDÃO E DIEGO GUEDES BRANDÃO CONTRA SENTENÇA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE/CE, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA AJUIZADA CONTRA BANCO DO BRASIL S/A E COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL. A SENTENÇA CONSIDEROU CORRETA A NEGATIVA DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA COM FUNDAMENTO NA PREEXISTÊNCIA DE DOENÇA NÃO DECLARADA PELA SEGURADA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ TRÊS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR SE HOUVE CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE; (II) DEFINIR SE A NEGATIVA DE COBERTURA SECURITÁRIA PELA ALEGAÇÃO DE DOENÇA PREEXISTENTE É VÁLIDA À LUZ DA ALEGADA MÁ-FÉ DA SEGURADA; E (III) ESTABELECER SE AS EMPRESAS APELADAS DEVERIAM SER CONDENADAS AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE EXAMES PRÉVIOS POR PARTE DA SEGURADORA NÃO INVALIDA A NEGATIVA DE COBERTURA QUANDO COMPROVADA A MÁ-FÉ DO SEGURADO, CONFORME DISPÕE A SÚMULA Nº 609 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.4. A SEGURADA OMITIU, NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO, INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE SUA CONDIÇÃO DE SAÚDE, ESPECIFICAMENTE O DIAGNÓSTICO DE CÂNCER PULMONAR, CONHECIDO DESDE 2015, O QUE CONFIGURA MÁ-FÉ E AFASTA O DEVER DE COBERTURA SECURITÁRIA.5. OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS DEMONSTRAM QUE A SEGURADA ESTAVA EM TRATAMENTO CONTÍNUO PARA DOENÇA GRAVE (CARCINOMA DE PULMÃO), QUE EVOLUIU ATÉ SEU ÓBITO, SITUAÇÃO EXPRESSAMENTE EXCLUÍDA PELA CLÁUSULA CONTRATUAL DE "RISCOS EXCLUÍDOS".6. NÃO HÁ CERCEAMENTO DE DEFESA, POIS O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE OCORREU COM BASE EM PROVAS DOCUMENTAIS SUFICIENTES PARA A ANÁLISE DOS FATOS E DAS ALEGAÇÕES DAS PARTES, INEXISTINDO NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE NOVAS PROVAS.7. A NEGATIVA DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA FOI LEGÍTIMA, POIS AMPARADA EM CLÁUSULAS CONTRATUAIS E NA MÁ-FÉ CONFIGURADA PELA OMISSÃO DOLOSA DA SEGURADA, QUANTO À DOENÇA PREEXISTENTE, A FIM DE BURLAR CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA DE SINISTRO.8. INEXISTEM FUNDAMENTOS PARA A CONDENAÇÃO DAS RÉS EM DANOS MORAIS, UMA VEZ QUE A NEGATIVA DE PAGAMENTO DECORRE DE CLÁUSULA CONTRATUAL VÁLIDA E DE OMISSÃO DOLOSA DA SEGURADA, NÃO HAVENDO ABUSO OU ARBITRARIEDADE POR PARTE DAS SEGURADORAS.IV. DISPOSITIVO E TESE:9. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO:1. A NEGATIVA DE COBERTURA SECURITÁRIA É VÁLIDA QUANDO O SEGURADO OMITE DOLOSAMENTE DOENÇA PREEXISTENTE AO TEMPO DA CONTRATAÇÃO DO SEGURO, A FIM DE BURLAR CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE COBERTURA DE SINISTRO, AINDA QUE NÃO SE TENHA EXIGIDO A REALIZAÇÃO DE EXAMES PRÉVIOS PELA SEGURADORA.2. A MÁ-FÉ DO SEGURADO COMPROVADA POR OMISSÃO DE PATOLOGIA GRAVE E CONHECIDA, QUANDO TAL CONDIÇÃO AFETA O RISCO COBERTO, LEGITIMA A EXCLUSÃO DE COBERTURA NOS TERMOS DA CLÁUSULA CONTRATUAL DE "RISCOS EXCLUÍDOS"._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC/2015, ART. 487, I; ART. 98, § 3º; CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR; CC, ART. 206, § 1º, II, B.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: SÚMULA Nº 609/STJ; TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0097933-16.2009.8.06.0001, REL. DES. FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 21/07/2021. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Fellipe Régis Botelho Gomes Lima (OAB: 29406/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Maurício Marques Domingues (OAB: 175513/SP)

Nº 0201549-71.2023.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Hapvida Assistência Médica S/A - Apelado: Alcides Alan Portela da Silva - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DESCONTO INDEVIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO. DANO MORAL. PREJUÍZO COMPROVADO. APELO IMPROVIDO.1. A PRETENSÃO RECURSAL CONSISTE EM SABER SE É POSSÍVEL ISENTAR DE RESPONSABILIDADE A EMPRESA RECORRENTE DA OBRIGAÇÃO DISCUTIDA NA DEMANDA, POIS ALEGA QUE NÃO POSSUI GERÊNCIA SOBRE OS DESCONTOS REALIZADOS NO CONTRACHEQUE DO RECORRIDO. CONTUDO, REFERIDA TESE NÃO MERECE PROSPERAR, EIS QUE, CONFORME DOCUMENTOS COLACIONADOS O CONTRATO TINHA COMO OBJETIVO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM PRESTADOS PELA EMPRESA RECORRENTE AO APELADO.2. COM BASE NAS NORMAS CONSUMERISTAS, EXISTE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE AS EMPRESAS QUE COMPÕEM A CADEIA DE FORNECIMENTO DO SERVIÇO, COMO NO CASO EM QUESTÃO.3. ADEMAIS, PROVADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, POIS MANTEVE DESCONTOS NA FOLHA DE PAGAMENTO DO RECORRIDO QUANDO JÁ CONSTAVA O CONTRATO CANCELADO, O

QUE ACARRETOU DE FORMA DIRETA O PREJUÍZO SUPORTADO PELO APELADO, NECESSÁRIO SE FAZER O SEU RESSARCIMENTO, CONFORME ESTABELECIDO EM SENTENÇA.4. COM EFEITO, CABE AO CONTESTANTE O ÔNUS DE PROVAR OS FATOS MODIFICATIVOS, EXTINTIVOS E IMPEDITIVOS DO DIREITO DO AUTOR, CONFORME PREVISÃO DO ART. 373, INCISO II, DO CPC. NO PRESENTE CASO, NÃO RESTARAM DEVIDAMENTE COMPROVADAS AS ALEGAÇÕES RECURSAIS, POIS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS SÃO BASTANTES PARA DAR CONCRETUDE À SUPOSTA AO PLEITO EXORDIAL, DEVENDO A SENTENÇA SER MANTIDA, INCLUSIVE EM TOTAL RESPEITO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.5. POR FIM, CUMPRE DESTACAR QUE O ATO ILÍCITO PRATICADO GEROU DANO MORAL IN RE IPSA, A SER INDENIZADO PELA EMPRESA RECORRENTE, RAZÃO PORQUE O VALOR FIXADO PELO JULGADOR MONOCRÁTICO É RAZOÁVEL E DEVE SER MANTIDO..6. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 0201549-71.2023.8.06.0112, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE OUTUBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Thiago Bezerra Tenório da Silva (OAB: 36631/CE)

Nº 0221769-98.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Fabiano Soares da Silva - Apelada: Lidia Bruna de Souza Façanha da Silva - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM MÓVEL C/C DANO MATERIAL. NULIDADE DA CITAÇÃO POSTAL. AUSÊNCIA DE ENTREGA DIRETA AO DESTINATÁRIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E DOS ATOS PROCESSUAIS SUBSEQUENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR FABIANO SOARES DA SILVA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO POR LIDIA BRUNA DE SOUZA FAÇANHA DA SILVA EM AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE BEM MÓVEL, CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, DETERMINANDO A REINTEGRAÇÃO DEFINITIVA DA POSSE E CONDENANDO O RÉU AO PAGAMENTO DE R$10.322,65, ACRESCIDOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS, ALÉM DE CUSTAS E HONORÁRIOS. O APELANTE ALEGOU NULIDADE DA CITAÇÃO POSTAL, REALIZADA SEM OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) DEFINIR SE A CITAÇÃO POSTAL REALIZADA NO PROCESSO É VÁLIDA, CONSIDERANDO A AUSÊNCIA DE ENTREGA DIRETA AO APELANTE, E (II) DETERMINAR SE A NULIDADE DA CITAÇÃO IMPLICA NA ANULAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS SUBSEQUENTES, INCLUINDO A SENTENÇA QUE JULGOU O RÉU À REVELIA.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A CITAÇÃO POSTAL DE PESSOA FÍSICA DEVE SER REALIZADA DIRETAMENTE AO DESTINATÁRIO, CONFORME O ART. 248, CAPUT E §1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SENDO EXIGIDA A ASSINATURA DO CITANDO NO AVISO DE RECEBIMENTO PARA QUE O ATO SEJA CONSIDERADO VÁLIDO.4. O ATO CITATÓRIO NO CASO CONCRETO É NULO, POIS O AVISO DE RECEBIMENTO, ALÉM DE ILEGÍVEL, FOI ASSINADO POR TERCEIRO, PESSOA ESTRANHA AO PROCESSO, SEM COMPROVAÇÃO DE QUE O RÉU TENHA TOMADO CIÊNCIA DA CITAÇÃO, EM VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 238 E 242 DO CPC.5. A NULIDADE DA CITAÇÃO IMPLICA NA NULIDADE DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS SUBSEQUENTES, INCLUINDO A SENTENÇA QUE DECRETOU A REVELIA DO RÉU, COM FUNDAMENTO NO ART. 280 DO CPC.6. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ORIENTA QUE, PARA A VALIDADE DA CITAÇÃO POSTAL DE PESSOA FÍSICA, É INDISPENSÁVEL A ASSINATURA DO CITANDO NO AVISO DE RECEBIMENTO, SOB PENA DE NULIDADE, CONFORME PRECEDENTES INDICADOS.IV. DISPOSITIVO E TESE:7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. A CITAÇÃO POSTAL DE PESSOA FÍSICA É INVÁLIDA QUANDO REALIZADA SEM A ENTREGA DIRETA AO DESTINATÁRIO, DEVENDO CONSTAR A ASSINATURA DESTE NO AVISO DE RECEBIMENTO, SOB PENA DE NULIDADE.2. A NULIDADE DA CITAÇÃO IMPLICA NA ANULAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS SUBSEQUENTES, INCLUINDO A SENTENÇA PROFERIDA À REVELIA DO RÉU._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 238, 242, 248, §1º, E 280; CF/1988, ART. 5º, LV.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO ARESP N. 2.489.589/PR, REL. MIN. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, J. 19/8/2024; STJ, AGINT NO ARESP N. 2.544.921/RJ, REL. MIN. MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, J. 13/5/2024; STJ, AGINT NO ARESP N. 2.023.670/SP, REL. MIN. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, J. 16/5/2022.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Iasmim Vieira Lopes Carneiro (OAB: 48565/CE)

Nº 0284135-47.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Thays da Silva Morais Sousa - Apelado: Vega S/A Transporte Urbano - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE EM ÔNIBUS DE TRANSPORTE URBANO. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO ILÍCITO. DEVER DO AUTOR QUE INDEPENDE DA INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. PRECEDENTE STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES NÃO MERECE ACOLHIMENTO, POIS A RECORRENTE COMBATEU POR MEIO DE SEUS ARGUMENTOS OS CAPÍTULOS DA SENTENÇA QUE, NA SUA CONCEPÇÃO, DEVEM SER REFORMADOS.2. A RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO, ORA RECORRIDA, É DE NATUREZA OBJETIVA, NA FORMA DO ART. 37, §6º, DA CF C/C ART. 14 DO CDC.3. NA LINHA DO QUE FICOU DECIDIDO NA ORIGEM, REALMENTE A APELANTE NÃO CONSEGUIU COMPROVAR MINIMAMENTE O DIREITO POR ELA INVOCADO. MESMO COM A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, CUMPRE AO CONSUMIDOR DEMONSTRAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO.4. OS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHARAM A INICIAL NÃO DEIXAM DÚVIDA ACERCA DA OCORRÊNCIA DA LESÃO SOFRIDA PELA CONSUMIDORA (FLS.15/21). ENTRETANTO, O BOLETIM DE OCORRÊNCIA (FL.13) E FOTOGRAFIA CONTENDO A NUMERAÇÃO (35405) DO ÔNIBUS NO QUAL TERIA ACONTECIDO O ACIDENTE (FL.14) SÃO BASTANTE FRÁGEIS PARA INDICAR QUE ESTE FATO TENHA SE DESENROLADO EM COLETIVO DA EMPRESA RECORRIDA.5. AUSENTE PROVA DE ILÍCITO PERPETRADO PELA PESSOA JURÍDICA APELADA, TEM-SE AUSENTE O DEVER DE INDENIZAR. 6. AINDA QUE ESTIVESSEM PRESENTES ELEMENTOS MÍNIMOS DO DIREITO ALEGADO, O NEXO CAUSAL RESTARIA EXCLUÍDO, VISTO QUE A RECORRIDA COMPROVOU QUE O COLETIVO INDICADO PELA RECORRIDA NÃO ESTAVA NO LOCAL EM

QUE ESTA AFIRMA TER SOFRIDO DANO. 7. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0284135-47.2022.8.06.0001, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: Jully Anne Menezes do Nascimento (OAB: 37683/CE) - Isadora Maria Siqueira Nascimento (OAB: 46872/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200751-68.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Francisco Gonçalves Costa - Apelado: Banco Pan S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZATÓRIA. DEMANDADO FORNECEDOR QUE SE DESINCUMBIU DE APRESENTAR PROVAS SUFICIENTES DA EXISTÊNCIA E REGULARIDADE DO NEGÓCIO. SENTENÇA MANTIDA. I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL EM FACE DE DECISÃO QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. APELANTE QUE PRETENDE A REFORMA DA DECISÃO PARA QUE SEJA RECONHECIDA A NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO ALEGADAMENTE NÃO CONTRATADO, ALÉM DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA QUE AFIRMA A LEGITIMIDADE DOS DESCONTOS REALIZADOS EM VIRTUDE DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AINDA QUE SE TRATE DE RELAÇÃO DE CONSUMO, COM POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, REFERIDO CRITÉRIO DE VALORAÇÃO DA PROVA NÃO IMPLICA IMPOSSIBILIDADE DE DEFESA AOS FORNECEDORES DE SERVIÇO. BANCO DEMANDADO QUE APRESENTOU CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO QUAL CONSTAM SUFICIENTES ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR, COMO SUA GEOLOCALIZAÇÃO, SELFIE E DOCUMENTOS PESSOAIS. IV. DISPOSITIVO 4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS CITADOS: CPC, ART. 373.PRECEDENTES CITADOS: TJ-CE, AC Nº 00501602820218060203, REL. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, J. 01/02/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER PARA DESPROVER O RECURSO.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE) - Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE) - Gilvan Melo Sousa (OAB: 16383/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0006654-85.2012.8.06.0051 - Apelação Cível - Boa Viagem - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelada: Lucia Dalva Magalhães Lima - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE CONTRATO ASSINADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADA. COBRANÇA ILEGAL. CONDUTA ILÍCITA. RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DESCONTOS INDEVIDOS. REPETIÇÃO DO INDÉBITO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. MINORADO. COMPENSAÇÃO DE VALORES. INDEVIDA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR BANCO BRADESCO S/A CONTRA SENTENÇA QUE CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C PEDIDOS INDENIZATÓRIOS, MOVIDA POR LUCIA DALVA MAGALHÃES LIMA CONTRA A INSTITUIÇÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A DEMANDA A VERIFICAR A OCORRÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DE INFORMAÇÃO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUANDO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO Nº 560206658, BEM COMO SE, EM DECORRÊNCIA DO MESMO, É DEVIDA INDENIZAÇÃO À PARTE DEMANDANTE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A PRIORI, É IMPORTANTE DESTACAR QUE O CASO DOS AUTOS É DISTINTO DAQUELES EM QUE SE DISCUTE CONTRATAÇÃO FIRMADA POR PESSOA ANALFABETA, ONDE É IMPERIOSA A OBSERVÂNCIA DA FORMALIDADE PREVISTA NO ART. 595 DO CC/02, QUE PREVÊ A ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL A ROGO POR TERCEIRO, COM A SUBSCRIÇÃO DE DUAS TESTEMUNHAS. TAL FORMALIDADE NÃO ATINGE OS ANALFABETOS FUNCIONAIS, COMO ALEGA SER A PARTE AUTORA. APESAR DISTO, PERMANECE DO DEVER DE INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR, QUE ADUZ NÃO TER TIDO ESCLARECIMENTOS ADEQUADOS QUANTO AO NEGÓCIO JURÍDICO QUE VIRIA A PRATICAR, TAMPOUCO RECEBIDO CÓPIA DO CONTRATO.4. TAL QUESTÃO SERIA FACILMENTE DIRIMIDA COM A JUNTADA DO CONTRATO AOS AUTOS, VISTO QUE ASSINATURA E VISTO DO AUTOR COMPROVARIAM A PLENA CIÊNCIA DE TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS. DESTAQUE-SE QUE NÃO ESTÁ SENDO DISCUTIDA A CONTRATAÇÃO, MAS A CIÊNCIA, POR PARTE DO APELADO, DOS DEVIDOS TERMOS AVENÇADOS. DEMAIS DISSO, NOTE-SE QUE O CONTRATO INICIALMENTE REALIZADO EM FEVEREIRO DE 2010 POSSUIA PREVISÃO DE INÍCIO DOS DESCONTOS EM MARÇO DE 2010 E TÉRMINO PARA MARÇO DE 2015. APESAR DISTO, FOI EXCLUÍDO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM DEZEMBRO DE 2010, CONFORME DOCUMENTO COLACIONADO PELA PARTE AUTORA (FL.24). ASSIM, PAIRA SOBRE A CONTRATAÇÃO DÚVIDA MAIS QUE RAZOÁVEL QUANTO SUA LEGALIDADE. 5. OS DESCONTOS CESSARAM EM MOMENTO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DO EARESP 676.608 (30/03/2021) DESTE MODO, DEVIDA A MANUTENÇÃO DA DETERMINAÇÃO DE RESTITUIÇÃO SIMPLES DOS VALORES QUE TENHAM SIDO DESCONTADOS INDEVIDAMENTE.6. QUANTO O DANO MORAL, EM ATENÇÃO AO CASO CONCRETO, ONDE A PARTE DEMANDANTE PRETENDIA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, MAS NÃO FOI DEVIDAMENTE INFORMADO DOS TERMOS DESTE, O QUE DIMINUI O DANO EM RELAÇÃO ÀQUELES CASOS ONDE O CONTRATO DECORRE DE FRAUDE PROPRIAMENTE DITA, NÃO VÍCIO QUANTO AO TERMOS, TENHO QUE A CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) APRESENTA-SE EM DESCOMPASSO COM A EXTENSÃO DO DANO SOFRIDO. ASSIM, MINORO O QUANTUM PARA R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS), DE TODO MODO RAZOÁVEL AOS ELEMENTOS DO CASO.IV. DISPOSITIVO 7. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO..ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO

PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO Nº 0006654-85.2012.8.06.0051 PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF) - José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE)

Nº 0202279-19.2022.8.06.0112/50000 - Embargos de Declaração Cível - Juazeiro do Norte - Embargante: Luzia Bevenuto Araújo Neta - Embargado: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Des. VILMA FREIRE BELMINO TEIXEIRA - PORTARIA 2435/202 - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE FORNECIMENTO DE BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA PARA USO DOMICILIAR. ALEGADA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO CONHECIDO MAS IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR LUZIA BEVENUTO DE ARAÚJO NETA CONTRA ACÓRDÃO QUE, AO JULGAR APELAÇÃO INTERPOSTA PELA UNIMED DO CARIRI - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA., REFORMOU A SENTENÇA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE FORNECIMENTO DE BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA PARA USO DOMICILIAR. A EMBARGANTE SUSTENTA A EXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO, ALEGANDO OMISSÃO E CONTRADIÇÃO AO NEGAR COBERTURA AO TRATAMENTO PRESCRITO, CONSIDERADO ESSENCIAL PARA SUA SAÚDE, CONFORME RECOMENDAÇÃO MÉDICA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) VERIFICAR SE O ACÓRDÃO INCORREU EM OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO AO NEGAR A COBERTURA DO TRATAMENTO SOLICITADO, CONFORME ALEGADO PELA EMBARGANTE; E (II) DEFINIR SE O RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É ADEQUADO PARA SANAR EVENTUAIS VÍCIOS NO JULGAMENTO DO ACÓRDÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. A DECISÃO EMBARGADA ESTÁ PLENAMENTE FUNDAMENTADA E COERENTE, NÃO HAVENDO OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO, UMA VEZ QUE AS QUESTÕES NECESSÁRIAS À SOLUÇÃO DA LIDE FORAM INTEGRALMENTE ANALISADAS NO ACÓRDÃO.4. O RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PREVISTO NO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DESTINA-SE A SANAR OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL, E NÃO A REDISCUTIR O MÉRITO DA DECISÃO OU SUBSTITUIR O JULGAMENTO JÁ REALIZADO.5. O ACÓRDÃO EMBARGADO ABORDOU DE FORMA DETALHADA A QUESTÃO DA COBERTURA DE SAÚDE, APLICANDO A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE RECONHECE O CARÁTER TAXATIVO DO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS, COM POSSIBILIDADE DE COBERTURA EXCEPCIONAL APENAS QUANDO PREENCHIDOS REQUISITOS ESPECÍFICOS, O QUE NÃO SE VERIFICOU NO CASO CONCRETO.6. A NEGATIVA DE COBERTURA PARA O USO DOMICILIAR DA BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA FOI FUNDAMENTADA COM BASE NA LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS, INCLUINDO A LEI Nº 14.454/2022, DE MODO QUE O TRATAMENTO PRETENDIDO NÃO SE AMOLDA ÀS HIPÓTESES DE OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO, VEZ QUE BOMBA DE INFUSÃO DE INSULINA SE ENQUADRA NA HIPÓTESE DE USO DOMICILIAR, NÃO SE ADEQUANDO À COBERTURA DEVIDA PELO PLANO DE SAÚDE.7. AS ALEGAÇÕES DA EMBARGANTE CONFIGURAM MERO INCONFORMISMO COM A DECISÃO DESFAVORÁVEL, NÃO SE ENQUADRANDO NAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, CONFORME ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO E A SÚMULA Nº 18/TJCE, QUE VEDA O USO DO RECURSO PARA REDISCUSSÃO DO MÉRITO.IV. DISPOSITIVO E TESE:8. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. A OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE QUE AUTORIZA O MANEJO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE A VÍCIOS QUE COMPROMETAM A COMPREENSÃO OU COMPLETUDE DO JULGAMENTO, NÃO ABRANGENDO O MERO INCONFORMISMO DA PARTE COM A DECISÃO PROFERIDA.2. A NEGATIVA DE COBERTURA DE TRATAMENTO DOMICILIAR POR PLANO DE SAÚDE ESTÁ AMPARADA NO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS (EXEMPLIFICATIVO CONDICIONADO), SENDO O TRATAMENTO EXCLUÍDO DO ROL DE COBERTURA OBRIGATÓRIA, CONFORME PARÂMETROS ESTABELECIDOS EM LEI E NA JURISPRUDÊNCIA._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC/2015, ART. 1.022; LEI Nº 9.656/1998, ART. 10 E ART. 12; LEI Nº 14.454/2022.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, ERESP N. 1.886.929/SP E ERESP N. 1.889.704/SP; AGINT NO ARESP N. 2.128.830/GO, REL. MIN. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, J. 18.09.2023, DJE 20.09.2023; TJCE, SÚMULA Nº 18.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTERELATOR . - Advs: João Claudino de Lima Júnior (OAB: 25357/CE) - Gilbene Calixto Pereira Claudino (OAB: 34688A/CE) - Shalon Michaelli Angelo Tavares (OAB: 24016/CE) - Marília Barbosa de Oliveira (OAB: 34374/CE)

Nº 0469400-11.2011.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Teresa Maria Tobella Chardon - Apelante: José Eduardo Tobella Chardon - Apelante: Daniel Tobella Chardon - Apelado: Espólio de Francisco Martins de Lima - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por maioria. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. FALECIMENTO DO AUTOR ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. SUCESSÃO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. NULIDADE INSANÁVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM AFERIR SE A MM. JUÍZA DE PRIMEIRO GRAU AGIU CORRETAMENTE AO JULGAR EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DA MORTE DO AUTOR ANTERIORMENTE À PROPOSITURA DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POSTERIORMENTE CONVERTIDO EM EXECUÇÃO DEFINITIVA.2. COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A AÇÃO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA FOI PROTOCOLADA EM 07/04/2011, NO NOME DE JOSÉ TOBELLA CIVIL, POR ADVOGADO CUJA PROCURAÇÃO LHE FOI OUTORGADA EM 20/08/2002 (FL. 33), TODAVIA, O AUTOR/EXEQUENTE FALECEU EM 19/07/2006.3. RESSALTE-SE QUE, MESMO APÓS O TRANSCURSO DE MAIS DE QUATRO ANOS DO ÓBITO DO AUTOR, O CAUSÍDICO CONTINUOU PETICIONANDO SEM COMUNICAR SEU ÓBITO, TENDO, INCLUSIVE, APRESENTADO OPOSIÇÃO AOS EMBARGOS E CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL, APESAR DE NÃO POSSUIR MAIS PODERES PARA TAL PROCEDER.4. OS HERDEIROS ALEGAM QUE O INVENTÁRIO DO “DE CUJUS” FORA PROCESSADO NA ESPANHA E QUE NA AÇÃO EM TELA O FALECIDO CONTINUOU NO POLO ATIVO EM RAZÃO DE UM DOS HERDEIROS NÃO POSSUIR CADASTRO DE PESSOA FÍSICA NO BRASIL. CONTUDO, TAL INFORMAÇÃO DIVERGE DA CONSTANTE NO DOCUMENTO DE FLS. 372, ONDE A HERDEIRA TERESA MARIA TOBELLA CHARDON EM DECLARAÇÃO DATADA DE 23/01/2007 CONFIRMA E NOMEIA DE FORMA EXPRESSA E FORMAL O SR. DJALMA FERREIRA GUERRA COMO ADMINISTRADOR PROVISÓRIO DE ESPÓLIO DE JOSÉ TOBELLA CIVIL.4. ADEMAIS, NÃO SE VISLUMBRA NOS AUTOS

QUALQUER CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA ACERCA DA DATA DO ÓBITO, COMO FORMA DE JUSTIFICAR A INFORMAÇÃO TARDIA, TAMPOUCO HÁ PROVAS DE QUE O ADVOGADO DA PARTE EXEQUENTE NÃO TINHA CONHECIMENTO DO ÓBITO DO DEMANDANTE.5. NO CASO EM EXAME, A MORTE DO AUTOR NÃO OCORREU NO CURSO DO PROCESSO, COMO FORMA DE ATRAIR A SITUAÇÃO PROCESSUAL DESCRITA NOS ARTS. 110 E 313, I, AMBOS DO CPC. AO REVÉS, A MORTE É ANTERIOR À PROPOSITURA DA DEMANDA, O QUE TORNAM INEXISTENTES ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS A PARTIR DA DATA DO ÓBITO, INCLUINDO A PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL, FULMINANDO A EXISTÊNCIA DO PROCESSO JUDICIAL, HAJA VISTA A AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, RELATIVO À CAPACIDADE DE SER PARTE.6. ASSIM, O VÍCIO VERIFICADO É AFETO À PRÓPRIA EXISTÊNCIA VÁLIDA DO PROCESSO, O QUAL, POR COROLÁRIO LÓGICO, PRECEDE À ANÁLISE DA NECESSIDADE DE SUSPENSÃO PROCESSUAL PARA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL, NA FORMA REQUERIDA PELOS HERDEIROS AUTOR.6. EM VISTA DESSES FATOS, ENTENDO QUE NÃO SE VERIFICA A BOA-FÉ OBJETIVA COMO FORMA DE AUTORIZAR, IN CASU, A HABILITAÇÃO DO ESPÓLIO OU DOS SUCESSORES DE PESSOA QUE JÁ FALECIDA À ÉPOCA DO AFORAMENTO DA AÇÃO EXECUTIVA, BEM COMO A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS, NOS TERMOS DO ART. 689, DO CÓDIGO CIVIL.7. O PRINCÍPIO DE PRIMAZIA PELA DECISÃO DE MÉRITO DEVE SER INTERPRETADO EM CONJUNTO COM AS DEMAIS NORMAS PROCESSUAIS, NÃO PODENDO INCIDIR A QUALQUER CUSTO, SOB PENA DE VIOLAÇÃO DO PRÓPRIO DIREITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL.8. DESSE MODO, AUSENTES OS PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, RELATIVO À CAPACIDADE POSTULATÓRIA, IMPÕE-SE A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR MAIORIA, EM CONHECER DA APELAÇÃO CÍVEL E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO E. RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Adenauer Moreira (OAB: 16029/CE) - Joyce Lima Marconi Gurgel (OAB: 10591/CE) - Francisco Martins de Lima Filho - Dorivaldo Luis Vasconcelos de Araújo (OAB: 17361/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0050304-25.2021.8.06.0066 - Apelação Cível - Cedro - Apelante: Raimundo Bosane Gomes - Apelada: Niracelma Ferrerira de Souza - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. PRELIMINAR DE CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. REJEITADA. MÉRITO. PLEITO DE EXTINÇÃO DO FEITO EM RAZÃO DA REGULARIZAÇÃO INTEMPESTIVA DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. TESE RECHAÇADA. VIABILIDADE À LUZ DO ART. 76, CAPUT, DO CPC. VÍCIO PROCESSUAL SANADO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DO MÉRITO (ART. 6º, CPC). SERVIÇO DE REFORMA DE IMÓVEL. ALEGAÇÃO DE MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NÃO COMPROVAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME:1. TRATA-SE DE AÇÃO MONITÓRIA PROMOVIDA POR NIRACELMA FERREIRA DE SOUZA, PARA A COBRANÇA DE VALORES DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RELATIVOS À CONSTRUÇÃO/REFORMA DE CASA, EM DESFAVOR DE RAIMUNDO BOSANE GOMES, VISANDO O RECEBIMENTO DOS VALORES NÃO PAGOS EM SUA INTEGRALIDADE. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA NA VERIFICAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, APTA A AFASTAR A RESPONSABILIDADE DO REQUERIDO AO PAGAMENTO DO INSTRUMENTO PACTUADO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. PRELIMINAR: PLEITO DE CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA: DIANTE DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS ÀS FLS. 108/109 A CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MOSTRA-SE DISPENSÁVEL, SOB PENA DE "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". 4. MÉRITO: A PRIORI, O RECORRENTE PUGNA PELA EXTINÇÃO DO FEITO EM RAZÃO DE TER HAVIDO A APRESENTAÇÃO DE PETIÇÃO INTEMPESTIVA PARA A REGULARIZAÇÃO DO POLO ATIVO. TODAVIA, O QUE SE DENOTA É QUE, A DESPEITO DO DECURSO DO PRAZO, HOUVE O CUMPRIMENTO INTEGRAL DA DETERMINAÇÃO, NA FORMA DO ART. 76, CAPUT, DO CPC.5. NESSE SENTIDO, CONFORME RECONHECIDO EM SENTENÇA, POR SE TRATAR DE VÍCIO PROCESSUAL SANÁVEL, JÁ SUPERADO, O FEITO DEVE PROSSEGUIR EM VIRTUDE DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DO MÉRITO (ART. 6º, DO CPC).6. NO MAIS, ALEGA O RECORRENTE A NECESSIDADE DE JULGAMENTO IMPROCEDENTE DA AÇÃO MONITÓRIA PORQUE O SERVIÇO PRESTADO NÃO FOI FINALIZADO E O MATERIAL UTILIZADO FOI DE PÉSSIMA QUALIDADE, TRAZENDO GRANDES TRANSTORNOS E PREJUÍZOS FINANCEIROS AO APELANTE,7. TODAVIA, CONSTAM NOS AUTOS PROVAS SUFICIENTES DE QUE OS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS. TENDO A APELADA SE DESINCUMBIDO DO SEU ÔNUS DE COMPROVAR SATISFATORIAMENTE OS FATOS ALEGADOS, POR SUA VEZ, DEIXOU A APELANTE DE FAZER O MESMO, POIS NÃO APRESENTOU INDÍCIOS SUFICIENTES DA INOCORRÊNCIA OU FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO OU FUNDAMENTO DO QUESTIONAMENTO DO VALOR COBRADO, RESTRINGINDO-SE A JUNTAR AS IMAGENS ÀS FLS. 55/72.8. PORTANTO, DA ESCORREITA ANÁLISE DOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A APELANTE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR QUALQUER FATO CAPAZ DE ENSEJAR SUA IRRESPONSABILIDADE DO PAGAMENTO DO VALOR TRAZIDO À BAILA OU EVENTUAL ERRO NA APURAÇÃO DO VALOR QUE DEVE PAGAR.IV. DISPOSITIVO:9. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.10. MAJORO OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 12% (DOZE POR CENTO) SOBRE MONTANTE FIXADO PELO JUÍZO A QUO, OBSERVADO O LIMITE DO PERCENTUAL PREVISTO NO ART. 85, §2º, DO CPC. ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0050304-25.2021.8.06.0066, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR (ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Gildásio Oliveira Pinheiro (OAB: 7681/CE) - Maisa Vitorio de Oliveira (OAB: 22197/CE)

Nº 0200048-91.2024.8.06.0130 - Apelação Cível - Mucambo - Apelante: Maria Marques Alves - Apelado: Banco Pan S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. DESCONTOS INDEVIDOS ORIGINADOS DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC) EFETIVADOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA DESDE NOVEMBRO DE 2019, PERDURANDO DESDE ENTÃO. TUTELA DE URGÊNCIA DENEGADA NA ORIGEM. REVELIA. NULIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), EM ATENÇÃO AOS PRECEDENTES DO ÓRGÃO JULGADOR EM ACÓRDÃOS ANÁLOGOS. PROVA DOS AUTOS QUE NÃO LEVA À EXASPERAÇÃO DO ARBITRAMENTO

DA REPARAÇÃO MORAL, COMO POSTULADO NO APELO PARA DEZ MIL REAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO INDEVIDA ANTE O PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO. TEMA REPETITIVO Nº 1.059 DO STJ.- A SENTENÇA RECONHECEU INEXISTENTE O CONTRATO QUE AUTORIZARIA OS DESCONTOS MENSAIS EFETUADOS NA APOSENTADORIA DO APELANTE A TÍTULO DE CARTÃO DE CRÉDITO COM RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL EFETIVADOS DESDE O MÊS DE NOVEMBRO DE 2019, CUJO MONTANTE MENSAL INICIAL EQUIVALIA A R$ 45,69, QUE COMEÇARAM NO MÊS DE NOVEMBRO DE 2019, DETERMINOU A RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES E EM DOBRO DO MENCIONADO VALOR, DE ACORDO COM O MARCO TEMPORAL ERIGIDO NO JULGAMENTO DO EARESP Nº 676.608/RS E CONDENOU A REQUERIDA AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS NO IMPORTE DE DOIS MIL REAIS.- A FIXAÇÃO DOS DANOS MORAIS MOSTRA-SE RAZOÁVEL EM TRÊS MIL REAIS, CONSIDERANDO QUE OS DESCONTOS OCORREM DESDE NOVEMBRO DE 2019 E QUE PERDURAM DESDE ENTÃO, INEXISTINDO PROVA NOS AUTOS SUFICIENTE PARA EXASPERAR A QUANTIA POSTULADA NAS RAZÕES APELATIVAS (R$ 10.000,00).- A APLICAÇÃO DO ART. 85, § 11, DO CPC EM FACE DO PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO NÃO ENSEJA A CONDENAÇÃO DA CONTRAPARTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS OU A MAJORAÇÃO DESTES, POSTO QUE O MENCIONADO DISPOSITIVO LEGAL PERMITE O AUMENTO DA VERBA PROFISSIONAL EM HIPÓTESES, QUE FORAM SISTEMATIZADAS NA JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADORA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANDO DO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 1.059, OCASIÃO NA QUAL RESTOU FIRMADA A SEGUINTE TESE: “A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA PREVISTA NO ART. 85, § 11, DO CPC PRESSUPÕE QUE O RECURSO TENHA SIDO INTEGRALMENTE DESPROVIDO OU NÃO CONHECIDO PELO TRIBUNAL, MONOCRATICAMENTE OU PELO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE. NÃO SE APLICA O ART. 85, § 11, DO CPC EM CASO DE PROVIMENTO TOTAL OU PARCIAL DO RECURSO, AINDA QUE MÍNIMA A ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E LIMITADA A CONSECTÁRIOS DA CONDENAÇÃO”.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO E PROVER-LHE EM PARTE, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior (OAB: 21594/CE) - Edson Brito de Chaves (OAB: 28842/CE) - Francisco Dimas Araújo Cisne Filho (OAB: 48001/CE) - Ana Luisa Melo Alves (OAB: 51438/CE) - Philippe Robert de Lima Freires (OAB: 52141/CE) - Patricia Ellen Arcanjo Vicente (OAB: 31719/CE) - Gerardo Ferreira da Ponte (OAB: 32343/CE)

Nº 0200494-31.2023.8.06.0130 - Apelação Cível - Mucambo - Apelante: Maria Helena de Sousa Silva - Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. DESCONTOS INDEVIDOS DE PARCELAS DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA NÃO CONTRATADA OU AUTORIZADO PELA AUTORA A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2022, PERDURANDO DESDE ENTÃO. TUTELA DE URGÊNCIA DENEGADA NA ORIGEM. NULIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), EM ATENÇÃO AOS PRECEDENTES DO ÓRGÃO JULGADOR EM ACÓRDÃOS ANÁLOGOS. PROVA DOS AUTOS QUE NÃO LEVA À EXASPERAÇÃO DO ARBITRAMENTO DA REPARAÇÃO MORAL, COMO POSTULADO NO APELO PARA DEZ MIL REAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO INDEVIDA ANTE O PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO. TEMA REPETITIVO Nº 1.059 DO STJ.- A SENTENÇA RECONHECEU INEXISTENTE O CONTRATO QUE AUTORIZARIA OS DESCONTOS MENSAIS EFETUADOS NA APOSENTADORIA DA APELANTE, DEPOSITADOS NA SUA CONTA BANCÁRIA, TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA, CUJO MONTANTE MENSAL EQUIVALE A R$ 24,24, TIVERAM INÍCIO NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2022, DETERMINOU A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DO MENCIONADO VALOR E CONDENOU A REQUERIDA AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS NO IMPORTE DE MIL REAIS.- A FIXAÇÃO DOS DANOS MORAIS MOSTRA-SE RAZOÁVEL EM TRÊS MIL REAIS, CONSIDERANDO QUE OS DESCONTOS OCORREM DESDE FEVEREIRO DE 2022 E QUE PERDURAM DESDE ENTÃO, INEXISTINDO PROVA NOS AUTOS SUFICIENTE PARA EXASPERAR A QUANTIA POSTULADA NAS RAZÕES APELATIVAS (R$ 10.000,00).- A APLICAÇÃO DO ART. 85, § 11, DO CPC EM FACE DO PROVIMENTO PARCIAL DA APELAÇÃO NÃO ENSEJA A CONDENAÇÃO DA CONTRAPARTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS OU A MAJORAÇÃO DESTES, POSTO QUE O MENCIONADO DISPOSITIVO LEGAL PERMITE O AUMENTO DA VERBA PROFISSIONAL EM HIPÓTESES, QUE FORAM SISTEMATIZADAS NA JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADORA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANDO DO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 1.059, OCASIÃO NA QUAL RESTOU FIRMADA A SEGUINTE TESE: “A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA PREVISTA NO ART. 85, § 11, DO CPC PRESSUPÕE QUE O RECURSO TENHA SIDO INTEGRALMENTE DESPROVIDO OU NÃO CONHECIDO PELO TRIBUNAL, MONOCRATICAMENTE OU PELO ÓRGÃO COLEGIADO COMPETENTE. NÃO SE APLICA O ART. 85, § 11, DO CPC EM CASO DE PROVIMENTO TOTAL OU PARCIAL DO RECURSO, AINDA QUE MÍNIMA A ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E LIMITADA A CONSECTÁRIOS DA CONDENAÇÃO”.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO E PROVER-LHE EM PARTE, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS NO SISTEMA.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior (OAB: 21594/CE) - Patricia Ellen Arcanjo Vicente (OAB: 31719/CE) - Edson Brito de Chaves (OAB: 28842/CE) - Francisco Dimas Araújo Cisne Filho (OAB: 48001/CE) - Ana Luisa Melo Alves (OAB: 51438/CE) - Philippe Robert de Lima Freires (OAB: 52141/CE) - Gerardo Ferreira da Ponte (OAB: 32343/CE)

Nº 0200545-33.2023.8.06.0133/50000 - Embargos de Declaração Cível - Nova Russas - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargado: Antonio Barbosa da Silva - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. NULIDADE DA CITAÇÃO ARGUIDA EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE PROCESSUAL ABSOLUTA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PEDIDO DE INTIMAÇÃO EM NOME DE UM DOS ADVOGADOS HABILITADOS. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART ART. 272, § 5º, DO CPC. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. RECUSO CONHECIDO E PROVIDO. I. CASO EM EXAME:1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, POIS A APELANTE TERIA SIDO SUPOSTAMENTE OMISSA EM PROVIDENCIAR AS DILIGÊNCIAS QUE LHE CABIAM QUANDO NÃO RECOLHEU AS CUSTAS

DO OFICIAL DE JUSTIÇA PARA QUE SE PROCEDESSE À CITAÇÃO DA CONTRAPARTE, ENSEJANDO NA APLICAÇÃO DO ART. 485, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. DEFENDE O EMBARGANTE, EM SUMA, QUE A SENTENÇA É NULA DADA A FALHA NA CITAÇÃO DE SEU PATRONO PARA O COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA E APRESENTAÇÃO DE CITAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR:3. CEDIÇO QUE A CITAÇÃO É O ATO PELO QUAL A PARTE CONTRÁRIA TOMA CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE UM PROCESSO PROPOSTO CONTRA SI E OPORTUNIZA A SUA PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO NOS AUTOS. É CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO PROCESSO EM RELAÇÃO AO REQUERIDO E, ALÉM DISSO, REQUISITO DE VALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS QUE LHE SEGUIREM (ARTIGO 239, CPC). CUMPRINDO DESTACAR TAMBÉM QUE HÁ NULIDADE ABSOLUTA QUANDO AUSENTE A CITAÇÃO DA PARTE, PODENDO ESTA SER DECLARADA A QUALQUER TEMPO E GRAU DE JURISDIÇÃO.4. COMPULSANDO OS AUTOS, OBSERVA-SE QUE ANTES MESMO DA CITAÇÃO O REQUERIDO APRESENTOU PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA ÀS FLS. 22/23, COM PEDIDO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA AO ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR (OAB/CE Nº 17.314), NO ENTANTO, O REFERIDO PATRONO HABILITADO NÃO FOI DEVIDAMENTE INTIMADO PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO/, SENDO O DESPACHO PARA COMPARECIMENTO EM AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO EM 19/06/2023 (FL. 129), DIRECIONADO APENAS PARA O AUTOR E DIRETAMENTE PARA O BANCO.5. EM RAZÃO DISSO, A PARTE REQUERIDA, ORA APELANTE, RESTOU PREJUDICADA POR NÃO TER COMPARECIDO AO ATO E, CONSEQUENTEMENTE, NÃO TENDO APRESENTADO A CONTESTAÇÃO.6. DEVERAS, O ART. 272, §§ 2º E 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, SÃO EXPRESSOS NAS CONDIÇÕES DE NULIDADE NO QUE TANGE À INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, DISPOSITIVOS ESTES QUE ASSEGURAM, POR MEIO DO REPRESENTANTE LEGAL, PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA.7. CONCLUI-SE, PORTANTO, QUE O PATRONO DA APELANTE TOMOU A MEDIDA QUE DELE ERA ESPERADA. O DESCUIDO QUE ACARRETOU NO DESACERTO DA INTIMAÇÃO FERE O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO, DE MODO A NÃO OPORTUNIZAR ÀS PARTES REALIZAÇÃO DE ATO IMPRETERÍVEL AO DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO, CONSEQUENTEMENTE, MACULANDO O DEVIDO PROCESSO LEGAL, NÃO HAVENDO OUTRA MEDIDA A SER IMPOSTA SENÃO A NULIDADE DA SENTENÇA IMPUGNADA.IV. DISPOSITIVO:8. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA DECLARAR A NULIDADE DA CITAÇÃO DO RÉU/EMBARGANTE E, EM CONSEQUÊNCIA, ANULAR O ACÓRDÃO, DECLARANDO-SE, AINDA, A NULIDADE DO PROCESSO, A PARTIR DO ATO CITATÓRIO, DETERMINANDO-SE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM SEUS ULTERIORES TERMOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0200545-33.2023.8.06.0133/50000, PARA DAR-LHE PROVIMENTO NOS TERMOS DO VOTO DO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Tales Levi Santana de Morais (OAB: 41842/CE)

Nº 0220084-56.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Geni Rabelo - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO EM AÇÃO ORDINÁRIA. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESPACHO DETERMINANDO A EMENDA DA INICIAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM ANÁLISE DO MÉRITO. PEÇA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DOS ARTS. 319 E 320 DO CPC. JUNTADA DE EXTRATOS BANCÁRIOS. DOCUMENTOS NÃO ESSENCIAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. TESES REPETITIVAS Nº 411 E 1.061 DO STJ.- TRATA-SE DE FEITO JUDICIAL NO QUAL A AUTORA NÃO RECONHECE A LICITUDE DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, NO QUAL A JUÍZA DA CAUSA DETERMINOU A EMENDA DA INICIAL, PARA QUE JUNTASSE OS EXTRATOS BANCÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO ENVOLVIDO NA CONTRATAÇÃO.- AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO, EIS QUE, O DESPACHO QUE DETERMINOU A EMENDA DA INICIAL NÃO É ATACÁVEL POR AGRAVO DE INSTRUMENTO E NÃO SE INSERIU NA MITIGAÇÃO DO ROL TAXATIVO OBJETO DO TEMA REPETITIVO Nº 988 DO STJ, SENDO MATÉRIA APTA À DEVOLUÇÃO NA VIA APELATIVA.- OS ART. 319 E 320 DA LEI PROCESSUAL CIVIL DETERMINAM QUE A PETIÇÃO INICIAL DEVE SER INSTRUÍDA COM DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO, SENDO ELES “OS QUE COMPROVAM A OCORRÊNCIA DA CAUSA DE PEDIR” (RESP N. 1.040.715/DF) E “OS DOCUMENTOS QUE DIZEM RESPEITO ÀS CONDIÇÕES DA AÇÃO OU A PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, BEM COMO OS QUE SE VINCULAM DIRETAMENTE AO PRÓPRIO OBJETO DA DEMANDA” (RESP N. 1.262.132/SP).- OS EXTRATOS BANCÁRIOS DA PROMOVENTE NÃO SÃO DOCUMENTOS ESSENCIAIS, EMBORA POSSAM SER REQUISITADOS DIRETAMENTE PELO JUÍZO PROCESSANTE PARA EFEITO DE PROVA DO FATO ALEGADO NA EXORDIAL OU DO FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR, OU SEJA, QUANDO DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E NOS TERMOS DA TESE EXPOSTA NO JULGAMENTO DO TEMA REPETITIVO Nº 441 PELO STJ (“É CABÍVEL A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO CONSUMIDOR PARA O FIM DE DETERMINAR ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS A EXIBIÇÃO DE EXTRATOS BANCÁRIOS, ENQUANTO NÃO ESTIVER PRESCRITA A EVENTUAL AÇÃO SOBRE ELES, TRATANDO-SE DE OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE LEI E DE INTEGRAÇÃO CONTRATUAL COMPULSÓRIA, NÃO SUJEITA À RECUSA OU CONDICIONANTES, TAIS COMO O ADIANTAMENTO DOS CUSTOS DA OPERAÇÃO PELO CORRENTISTA E A PRÉVIA RECUSA ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM EXIBIR OS DOCUMENTOS, COM A RESSALVA DE QUE AO CORRENTISTA, AUTOR DA AÇÃO, INCUMBE A DEMONSTRAÇÃO DA PLAUSIBILIDADE DA RELAÇÃO JURÍDICA ALEGADA, COM INDÍCIOS MÍNIMOS CAPAZES DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DA CONTRATAÇÃO, DEVENDO, AINDA, ESPECIFICAR, DE MODO PRECISO, OS PERÍODOS EM QUE PRETENDA VER EXIBIDOS OS EXTRATOS”). - DEVIDA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, QUER PELA VIGÊNCIA DO ART. 6º, VIII, DO CDC, QUER PELA TESE PACIFICADA NO TEMA REPETITIVO Nº 411 DO TRIBUNAL DA CIDADANIA.RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER E PROVER A APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INFORMADAS NO SISTEMA.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE) - Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE)

Nº 0227618-22.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Apelado: Egídio Correia da Fonseca - Apelada: Valdísia Maria de Oliveira da Fonseca - Des. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CÍVEL, PROCESSUAL CÍVEL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER LIMINAR. CORTE INDEVIDO DE ENERGIA ELÉTRICA. FATURAS ADIMPLENTES. AUTORES IDOSOS. AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. ILICITUDE DA CONDUTA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO

SERVIÇO PÚBLICO. DEVER DE INDENIZAR. SERVIÇO PÚBLICO DE CARÁTER ESSENCIAL. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PRECEDENTES DO TJCE. I. RAZÕES DE DECIDIR1. A CONTROVÉRSIA RECURSAL DIZ RESPEITO AO QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS DECORRENTE DO CORTE INDEVIDO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA EMPRESA DEMANDADA.2. ASSIM, EM VIRTUDE DO PRINCÍPIO TANTUM DEVOLUTUM QUANTUM APPELLATUM, O TRIBUNAL SOMENTE PODE CONHECER, EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO, A MATÉRIA EFETIVAMENTE IMPUGNADA NO RECURSO DE APELAÇÃO, CONSEQUÊNCIA DO PRINCÍPIO DEVOLUTIVO EXPRESSO NO ART. 1013 DO CPC. DESSA FORMA, DETER-SE-Á ANÁLISE, APENAS, DAS IMPUGNAÇÕES EFETIVAMENTE REALIZADAS PELO RECORRENTE.3. APLICA-SE AO CASO AS NORMAS DA LEI CONSUMERISTA, UMA VEZ QUE O VÍNCULO ESTABELECIDO ENTRE AS PARTES CONFIGURA RELAÇÃO DE CONSUMO, A TEOR DO QUE DISPÕEM OS ARTIGOS 2º E 3º DA LEI Nº 8.078/90.4. RESTOU INCONTROVERSO NOS AUTOS QUE A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA SE DEU DE FORMA INDEVIDA, UMA VEZ QUE A PROMOVIDA NÃO CONSEGUIU DEMONSTRAR QUE HAVIA DÉBITO ATIVO E ATUAL APTO A SUBSIDIAR O REFERIDO CORTE. NO CASO DOS AUTOS, RESTOU CONFIGURADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, IMPONDO À RÉ O DEVER DE INDENIZAR OS PREJUÍZOS DELA DECORRENTES, QUE SE MOSTROU CONFIRMADA PELAS PRÓPRIAS ALEGAÇÕES DOS APELANTES, UMA VEZ QUE OS AUTORES ESTAVAM ADIMPLENTES COM AS FATURAS.5. NO QUE CONCERNE AOS DANOS MORAIS, CEDIÇO QUE O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA É CONSIDERADO SERVIÇO ESSENCIAL, INDISPENSÁVEL AO BEM-ESTAR DOS SERES HUMANOS, PORTANTO, O SEU CORTE ILEGAL ACARRETA A REPARAÇÃO DOS DANOS.6. CONFORME JÁ DECIDIU O STJ A SUSPENSÃO ILEGAL DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO DISPENSA A COMPROVAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO, UMA VEZ QUE O DANO MORAL NESSES CASOS OPERA-SE IN RE IPSA, EM DECORRÊNCIA DA ILICITUDE DO ATO PRATICADO . (AGRG NO ARESP 239.749/RS, REL. MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, JULGADO EM 21/08/2014, DJE 01/09/2014)7. A FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO DEVE LEVAR EM CONTA NÃO SÓ AS CONDIÇÕES PESSOAIS DO OFENSOR E DA VÍTIMA, MAS TAMBÉM OS MOTIVOS, CONSEQUÊNCIAS E DEMAIS ELEMENTOS QUE PERMEIAM O EVENTO E SEUS REFLEXOS, SEM IMPLICAR EM ENRIQUECIMENTO DESMEDIDO E SEM CAUSA.8. SOPESANDO-SE TODAS AS CONSIDERAÇÕES ACIMA FEITAS, ATENTO ÀS PECULIARIDADES DO CASO EM QUESTÃO E AO CARÁTER PEDAGÓGICO DA PRESENTE INDENIZAÇÃO, TENDO EM VISTA AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS E SEM PREMIAR O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, TEM-SE QUE A QUANTIA FIXADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, QUAL SEJA, R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS É DESPROPORCIONAL, DEVENDO SER REFORMADO.9. ASSIM, ENTENDO QUE ASSISTE RAZÃO EM PARTE AO RECORRENTE, MOTIVO PELO QUAL REFORMO A VERBA INDENIZATÓRIA PARA R$ 10.000 (DEZ MIL REAIS), EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE, DIANTE DO CASO ESPECÍFICO, BEM COMO OS PARÂMETROS FIXADOS POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA EM CASOS ANÁLOGOS, SENDO R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA CADA AUTOR. 10. RESSALTE-SE QUE É FACULTADO AO JULGADOR FIXAR O PERCENTUAL A SER PAGO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS, OBSERVANDO-SE, CONTUDO, ALGUNS CRITÉRIOS, A EXEMPLO DO GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL, LUGAR DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, NATUREZA E IMPORTÂNCIA DA CAUSA, ENTRE OUTROS ASPECTOS. CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 85 §2º DO ART. CPC, OBSERVA-SE QUE O PRESENTE FEITO NÃO CONTÉM MATÉRIA DE NATUREZA E IMPORTÂNCIA DIFERENCIADAS, QUE JUSTIFIQUE O PERCENTUAL MÁXIMO PRETENDIDO.11. PELO EXPOSTO, EM CONSONÂNCIA COM OS EXCERTOS JURISPRUDENCIAIS ACIMA MENCIONADOS, CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVEL, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, PARA MINORAR A CONDENAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA O VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), SENDO R$ 5.000,00 (CINCO MIL) PARA CADA AUTOR.II. DISPOSITIVO E TESE12. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO E. RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL.EVERARDO LUCENA SEGUNDOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHORELATOR . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - João Nogueira Ponte Jucá Filho (OAB: 33761/CE) - Melkzedec Teixeira da Fonseca (OAB: 25503/CE)

Nº 0267683-25.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Valquiria de Castro Fernandes - Apelado: Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos- AMBEC - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COBRANÇA INDEVIDA. CONTRIBUIÇÃO AMBEC. FILIAÇÃO NÃO COMPROVADA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA DE PESSOA IDOSA E HIPOSSUFICIENTE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADA EM QUANTIA PROPORCIONAL E NÃO IRRISÓRIA. VALOR MANTIDO. AUSÊNCIA DE ERRO NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA O CASO DE APELAÇÃO INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, APÓS TER CONSIDERADO QUE A RÉ NÃO OBTEVE ÊXITO EM COMPROVAR A FILIAÇÃO DA AUTORA À ASSOCIAÇÃO DA PROMOVIDA, CONDENANDO-A A PAGAR INDENIZAÇÃO DE R$ 1.800,00 (MIL E OITOCENTOS REAIS) PARA COMPENSAÇÃO PELOS DANOS MORAIS; A RESTITUIR OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES E AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE NA ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU E DA EXISTÊNCIA DE ERRO NA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. APÓS NÃO TER CONSEGUIDO COMPROVAR DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE A AUTORA TIVESSE EFETIVAMENTE SE FILIADO À ASSOCIAÇÃO PROMOVIDA, A RÉ FOI CONDENADA A RESTITUIR OS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE NA FORMA SIMPLES E A PAGAR INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS CAUSADOS À AUTORA QUE, INCONFORMADA COM O VALOR FIXADO, APELOU ALEGANDO QUE A QUANTIA É INSUFICIENTE PARA REPARAÇÃO DOS DANOS, BEM COMO A NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.4. EM RELAÇÃO À QUANTIFICAÇÃO DO DANO MORAL, PONTUA-SE QUE, AO TEMPO EM QUE DEVE SER ARBITRADO DE MODO A IMPEDIR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, DEVE SER SUFICIENTE PARA QUE SIRVA DE LIÇÃO PEDAGÓGICA, A FIM DE EVITAR QUE O ILÍCITO SE REPITA, BEM COMO PARA PRESTAR À VÍTIMA UMA SATISFAÇÃO PELOS SOFRIMENTOS E ABALOS SUPORTADOS.5. VERIFICO, NESSE SENTIDO, QUE A QUANTIA FIXADA PELO JUÍZO A QUO, EM R$ 1.800,00 (MIL E OITOCENTOS REAIS), SE DEU EM CONSIDERAÇÃO ÀS PECULIARIDADES INDIVIDUALIZADAS DO CASO CONCRETO, MOSTRANDO-SE ADEQUADA E PROPORCIONAL À REPARAÇÃO DO DANO MORAL SOFRIDO, POIS, NÃO FOI ARBITRADO EM QUANTIA IRRISÓRIA A

JUSTIFICAR A PRETENSÃO DE MAJORÁ-LA. ENTENDO, PORTANTO, QUE O VALOR APLICADO NA SENTENÇA ATENDE À FUNÇÃO COMPENSATÓRIA DA INDENIZAÇÃO, EM PROPORÇÃO À GRAVIDADE DO DANO; GARANTE O CARÁTER PUNITIVO-PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO SEM INCORRER EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DA PARTE; ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM A CONDIÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA E A CAPACIDADE ECONÔMICA DO OFENSOR. ALÉM DISSO, DESTACO O ENTENDIMENTO DO STJ NO SENTIDO DE QUE A INSTÂNCIA REVISORA SOMENTE DEVERÁ ATUAR PARA REVISAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADOS EXCEPCIONALMENTE QUANDO TIVEREM SIDO ARBITRADOS EM VALOR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS.6. TENDO A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU RESULTADO EM CONDENAÇÃO LÍQUIDA E CERTA, CORRESPONDENTE AO PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO PELA PARTE E, NÃO SENDO ESTE IRRISÓRIO, É IMPOSITIVA A CONDENAÇÃO DOS HONORÁRIOS COM BASE NO VALOR DA CONDENAÇÃO, NA FORMA DO ART. 85, § 2° DO CPC.7. OBSERVO, NESSE CONTEXTO, QUE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU APLICOU CORRETAMENTE AOS PARÂMETROS LEGAIS PARA FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, MENSURANDO-O DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS E DENTRO DO PERCENTUAL ESTABELECIDO PELO ARTIGO 85, § 2° DO CPC, NÃO HAVENDO RAZÕES PARA ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL FIXADO NA SENTENÇA.IV. DISPOSITIVO E TESE8. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.TESE DE JULGAMENTO: 1. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA A INTERVENÇÃO EXCEPCIONAL DA INSTÂNCIA REVISORA PARA A MODIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS QUANDO FIXADOS EM QUANTIA NÃO IRRISÓRIA PELO JUÍZO SINGULAR. 2. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS._____LEGISLAÇÃO RELEVANTE: ART. 85, § 2º, CPC.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE: (STJ, AGINT NO ARESP N. 1.214.839/SC, REL. MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, J. 26/2/2019, DJE 8/3/2019).ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA (CE), DATA INDICADA NO SISTEMA.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR . - Advs: Ilma Maria da Silva Bessa (OAB: 30443/CE) - Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB: 290089/SP)

Nº 0632923-85.2023.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: José Cruz Marinho - Embargado: Ítalo Felipe Freire de Oliveira - Des. EVERARDO LUCENA SEGUNDO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO SOBRE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE.I. CASO EM EXAME1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO QUE MANTEVE DECISÃO DETERMINANDO A ENTREGA DO DOCUMENTO ÚNICO DE TRANSFERÊNCIA (DUT) COMO DESDOBRAMENTO DE ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE SOBRE ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A CONTROVÉRSIA CONSISTE EM DETERMINAR SE: (I) HOUVE OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO À ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS (ART. 476 DO CC/02 E ART. 1º, I DA LEI 11.649/2008); E (II) SE É CABÍVEL A UTILIZAÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. INEXISTE OMISSÃO NO ACÓRDÃO, QUE ANALISOU EXPRESSAMENTE TODA MATÉRIA NECESSÁRIA AO DESLINDE DA CAUSA, INCLUSIVE QUANTO À IMPOSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO AO PAGAMENTO INTEGRAL DAS PARCELAS, ANTE A AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ACORDO HOMOLOGADO.4. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONSTITUEM RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA, SENDO INADMISSÍVEIS QUANDO UTILIZADOS COM O PROPÓSITO DE PROVOCAR O REEXAME DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA.5. O JULGADOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A RESPONDER TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES QUANDO JÁ TENHA ENCONTRADO FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA PROFERIR A DECISÃO, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DO STJ.IV. DISPOSITIVO6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 489, §1ºCPC, ART. 1.022, I, II, IIICTB, ART. 123, I, §1ºCTB, ART. 124, IIIJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA:STJ, EDCL NO MS 21.315/DF, REL. MIN. DIVA MALERBI, PRIMEIRA SEÇÃO, J. 8/6/2016TJCE, SÚMULA Nº 18ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS EM QUE SÃO PARTES AS ACIMA INDICADAS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR QUE PASSAM A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA E HORA DA ASSINATURA DIGITAL.DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDORELATOR(ASSINADO DIGITALMENTE) . - Advs: Elaine de Lucena Nascimento (OAB: 26839/CE) - Patricia Carneiro do Nascimento Rodrigues (OAB: 31006/CE)

DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Privado

DESPACHO

Nº 0000812-63.2024.8.06.0000 - Conflito de competência cível - Fortaleza - Suscitante: Juiz de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza - Suscitado: Juiz de Direito da 37ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - Interessado: E. A. de C. - Interessada: M. D. da S. A. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Advs: Bruno de Vasconcelos Coelho (OAB: 32446/CE) - Pâmyla Sales Bastos (OAB: 37137/CE) - Beatriz Sales Bastos (OAB: 41723/CE)

Nº 0000812-63.2024.8.06.0000 - Conflito de competência cível - Fortaleza - Suscitante: Juiz de Direito da 3ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza - Suscitado: Juiz de Direito da 37ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza - Interessado: E. A. de C. - Interessada: M. D. da S. A. - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO 1. Compulsando os autos, verifica-se a ausência de manifestação do juiz suscitado. Tendo em vista tal fato, determino a sua notificação para que no prazo de 10 (dez) dias preste as informações cabíveis, conforme preceitua o art. 954 do CPC, in verbis: Art. 954. Após a distribuição, o relator determinará a oitiva dos juízes em conflito ou, se um deles for suscitante, apenas do suscitado. Parágrafo único. No prazo designado pelo relator, incumbirá ao juiz ou aos juízes prestar as informações. 2. Empós, abra-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer, nos temos do art. 956 do CPC Fortaleza, 26 de julho de 2024. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Bruno de Vasconcelos Coelho (OAB: 32446/CE) - Pâmyla Sales Bastos (OAB: 37137/CE) - Beatriz Sales Bastos (OAB: 41723/CE)

Nº 0203595-28.2024.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: Município de Sobral - Apelada: Anne Crisiele Lima Sousa - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, declino da competência para processar e julgar o presente recurso apelatório e determino a remessa deste caderno digital para distribuição a um dos doutos Desembargadores integrantes das Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDO Relator (assinado digitalmente) - Advs: Procuradoria Geral do Município de Sobral - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0291532-32.2000.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Carlos Roberto Pereira Aguiar - Apelado: Geoteste Ltda. - Apelado: Construtora Estrela Ltda - Apelado: Condominio Green Star - DESPACHO Intimem-se as partes apeladas, Geoteste Ltda. e Condominio Green Star, para apresentarem contrarrazões, no prazo legal. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Jose Guarani Martins de Lira (OAB: 3159/CE) - Sérgio Augusto Sales Ximenes Ávila (OAB: 16391/CE) - Renato Santos Pinheiro (OAB: 74/PE) - Renato Santos Pinheiro Filho (OAB: 14455/PE) - Ricardo Linhares Mendonca (OAB: 9245/CE) - David Ribeiro de Souza Belem (OAB: 8911/CE) - Thiago Figueiredo Fujita (OAB: 18776/CE) - Marcos Antônio Cabral Feitosa Filho (OAB: 20062/CE) - Moacir Alencar de Aguiar (OAB: 9800/CE)

Nº 0628387-36.2020.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Maria Luíza Gurgel Bayde - Embargado: Espólio de Salim Bayde Filho - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, julgo desprovido os Embargos de Declaração, pois devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado (STJ - EDcl no REsp: 1746789 RS 2018/0139758-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 01/10/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/10/2018). Sem honorários recursais (STJ - EDcl no AgInt no AREsp: 1953597 SC 2021/0249542-1, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 21/03/2022, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/03/2022). Publique-se. Demais expedientes de estilo Fortaleza, 7 de novembro de 2024 PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator(a) - Advs: Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira (OAB: 10144/CE) - Layre Maria Bayde Ribeiro - Marcos Venicius Matos Duarte (OAB: 15358/CE)

Nº 0632119-83.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: R. M. H. - Agravada: S. R. de A. H. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, por vislumbrar a presença dos requisitos indispensáveis para o deferimento da medida prevista nos arts. 300, caput, e 1.019, caput e inciso I, do Código de Processo Civil, defiro parcialmente a antecipação da tutela recursal para fixar os alimentos provisórios devidos no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente. O pagamento da verba deverá ocorrer mediante depósito mensal na conta da genitora, na forma indicada no decisum ora impugnado. Comunique-se ao douto Juízo de origem (art. 1.019, inciso I, do CPC). Intimem-se. Após, ouça-se a douta Procuradoria Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDO Relator (assinado digitalmente) - Advs: José Holanda de Lima Júnior (OAB: 42087/CE) - Luiz Gonzaga Moura de Sousa (OAB: 8256/CE) - Luiz Gonzaga Moura de Sousa Filho (OAB: 32597/CE) - Bianca Luzia Felix Normando (OAB: 33391/CE)

Nº 0635724-37.2024.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Cível - Embargante: Larissa Rifane de Oliveira - Embargado: Banco Volkswagen S/A - Isto posto, não conheço dos embargos de declaração. Expediente necessário. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator(a) - Advs: Igo Maciel de Oliveira (OAB: 28222/CE)

Nº 0637077-15.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Cível - Fortaleza - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: J. C. M. da S. - Impetrado: Juiz de Direito do Plantão Judiciário Cível da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Por todo o exposto, ausentes os requisitos necessários, indefiro o pedido de liminar. Comunique-se e requisitem-se informações ao Juízo impetrado. Após, ouça-se a douta Procuradoria Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR EVERARDO LUCENA SEGUNDO Relator (assinado digitalmente) - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0639686-05.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: R. V. A. V. - Agravada: L. M. R. - Custos legis: Ministério Público Estadual - 8. Assim, em obediência à regra do disposto no artigo art. 998 do CPC, julgo PREJUDICADO o presente agravo de instrumento, em face do pedido de desistência ajuizado pelo recorrente. 9. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Rafael Diniz Campelo Bezerra (OAB: 24948/CE) - José Alcy Pinheiro Neto (OAB: 28290/CE) - A. M. C. de B. P. (OAB: 14179/CE)

Nº 0639686-05.2023.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: R. V. A. V. - Agravada: L. M. R. - Custos legis: Ministério Público Estadual - 2. Em atenção à petição de fl.164, determino a intimação da parte recorrida no endereço informado na referida petição, para apresentar contrarrazões, tudo em observância ao contraditório e a ampla defesa. 3. Expedientes necessários. Fortaleza, 22 de maio de 2024. DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator - Advs: Rafael Diniz Campelo Bezerra (OAB: 24948/CE) - José Alcy Pinheiro Neto (OAB: 28290/CE) - A. M. C. de B. P. (OAB: 14179/CE)

DESPACHO

Nº 0159915-16.2018.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Fortalece Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: Júlio Moreira de Souza - Intime-se a parte contrária, na pessoa do seu patrono para, no prazo de 5 (cinco) dias, responder o recurso (art. 1.021, § 2º do CPC). Expedientes Necessários. - Advs: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE) - Raimundo Nonato Holanda Costa (OAB: 4988/CE) - Juliana Mara Lima de Oliveira Soares (OAB: 32851/CE) - Leandra Almeida Cruz Holanda Costa (OAB: 25775/CE)

Nº 0206806-71.2013.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda - Embargante: Espólio de Ricardo Eugênio Boechat - Embargada: Maria Socorro Moreira de Figueiredo - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a embargada para, querendo, apresentar manifestação: art. 1.024, § 2º, do CPC. Expediente necessário. Fortaleza, 6 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator - Advs: Veruska Cruz Seibel Boechat - Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE) - Flávio Jacinto da Silva (OAB: 6416/CE) - Mirelle Gomes Nunes (OAB: 36660/CE)

Nº 0284383-76.2023.8.06.0001/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravada: Maria do Socorro Campelo Bessa - Intime-se a parte contrária, na pessoa do seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder o recurso (art. 1.021, § 2º do CPC). Expedientes Necessários. - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Gilberto Siebra Monteiro (OAB: 6004/CE)

Nº 0627555-61.2024.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Embargado: Wagner Carneiro - Intime-se a parte contrária, na pessoa do seu patrono para, no prazo de 5 (cinco) dias, responder o recurso (art. 1.021, § 2º do CPC). Expedientes Necessários. - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Marcos Antônio dos Santos Góis (OAB: 17083/CE)

Nº 0632278-26.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: G. N. A. A. R. P. A. K. N. A. A. - Agravante: G. N. A. A. R. P. A. K. N. A. A. - Agravado: F. A. R. A. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se o agravado para, querendo, apresentar manifestação: art. 1.021, § 2º, do CPC. Expediente necessário. Fortaleza, 6 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO Relator - Advs: Gabriela Martins Carmo (OAB: 36362/CE) - Marcus Danny Paz Braz (OAB: 10918/CE) - Milena Barbosa Montoril (OAB: 18345/CE)

DESPACHO

Nº 0023211-79.2007.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: A. J. S. M. - Embargado: P. L. C. da S. - Custos legis: M. P. E. - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Lucas Rafael Benício Lopes (OAB: 33727/CE) - Carlos Alberto da Silva (OAB: 30055/CE)

Nº 0129032-86.2018.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Margarida Maria Amaral de Paula - Embargado: Isaias Pimentel Filho - Embargado: Emilia Pimentel de Paula - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: José Natan Bezerra Lima Júnior (OAB: 12492/CE) - Jairo Fernandes de Almeida Neto (OAB: 6985/CE)

Nº 0195316-13.2017.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Fortalece Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: Francisco Felipe Peters de Pinho - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE) - Tarciano Capibaribe Barros (OAB: 11208/CE)

Nº 0201498-18.2023.8.06.0029/50000 - Embargos de Declaração Cível - Acopiara - Embargante: Banco Pan S/A - Embargado: Ivo Gonçalves Batista - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: João Vitor Chaves Marques (OAB: 30348/CE) - Modesto Rodrigues de Oliveira Filho (OAB: 17890/CE)

Nº 0201688-31.2024.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Carla Romeu Sant Anna - Embargado: Tim S/A - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Lucas de Holanda Carneiro (OAB: 45777/CE) - Christianne Gomes da Rocha (OAB: 37188A/CE)

DESPACHO

Nº 0636694-37.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Antonio Deusdete Lobo - POSTO ISSO, firme nos propósitos acima delineados, defiro o pedido de efeito suspensivo no presente Agravo de Instrumento, até ulterior julgamento. Intime-se a parte agravante do teor da decisão. Quanto a parte agravada, intime-se para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo de 15 (quinze dias), nos termos do art. 1.019, II, do CPC. Informe-se o juízo de origem sobre o teor da decisão. Expedientes Necessários. Fortaleza, 30 de outubro de 2024 DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP) - José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE)

Nº 0636845-03.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Agravada: JESSYKA SILVEIRA LIMA FERREIRA - Custos legis: Ministério Público Estadual - DIANTE DO EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo requestado nos autos do presente Agravo de Instrumento, mantendo in totum a decisão monocrática vergastada. Intime-se a agravada para fins do artigo 1.019, II, do CPC e, após, dê-se vista à Douta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará. Oficie-se o Juízo de Origem. Fortaleza, 30 de outubro de 2024 DESEMBARGADORA MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO Relatora - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Roberta Facundo Araujo (OAB: 33610/CE)

DESPACHO

Nº 0202290-27.2021.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Francisco das Chagas de Lima Dantas - Embargante: Lidiane Vieira de Queiroz - Embargado: Idibra Participações Ltda - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE) - Nestor Sousa Facundo (OAB: 18505/CE) - Carlos Eduardo Pinheiro da Silva (OAB: 18107/CE) - Guilherme Otávio de Castro Luciano (OAB: 45550/CE)

Nº 0250347-42.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: D&G Comércio de Auto Peças Ltda. - Embargado: Francisco Ivan Pereira Cassemiro - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Igor César Leite Pereira Martins (OAB: 30345/CE) - Rômulo Braga Rocha (OAB: 24632/CE)

DESPACHO

Nº 0200899-80.2023.8.06.0158/50000 - Embargos de Declaração Cível - Russas - Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Embargado: Reginaldo Rodrigues Feitosa - Embargada: Vandenia Martins Feitosa - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: José Inácio Rosa Barreira (OAB: 8151/CE) - Manuella de Mesquita Guimaraes (OAB: 23167/CE) - Edson Manuel Feijo Guimaraes (OAB: 3082/CE)

Nº 0202481-25.2023.8.06.0091/50000 - Embargos de Declaração Cível - Iguatu - Embargante: Paraná Banco S/A - Embargado: Náurio Alves Vieira - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Marissol Jesus Filla (OAB: 17245/PR) - Jhonny Ricardo Tiem (OAB: 73072/BA)

Nº 0220886-25.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Silvânia Oliveira Rodrigues - Embargado: Francisco Alves Rodrigues - Intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar suas contrarrazões recursais (art. 1.023, §2º, do CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital. Desembargador Everardo Lucena Segundo Relator (assinado digitalmente) - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Monaliza Barbosa Gondim (OAB: 45803/CE)

3ª Câmara de Direito Privado

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Privado

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0206860-85.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Ruy Flávio de Perucchi Novais - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR DE INDEFERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA NÃO ACOLHIDA. GOLPE DA MÃO FANTASMA. AFASTADA TESE DE FORTUITO EXTERNO. PRECEDENTE DO STJ. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. RECURSO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE UMA APELAÇÃO CÍVEL QUE BUSCA MODIFICAR A SENTENÇA DA 10ª VARA CÍVEL DE FORTALEZA, QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO CENTRAL A SER ANALISADA É SE A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU FOI CORRETA AO INDEFERIR O PEDIDO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS DA PARTE RÉ, E SE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA É RESPONSÁVEL PELA MOVIMENTAÇÃO ATÍPICA NA CONTA BANCÁRIA DO AUTOR.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEVE SER RESPONSABILIZADA PELOS PREJUÍZOS SOFRIDOS PELA CORRENTISTA POR NÃO TER IMPLEMENTADO MEDIDAS DE SEGURANÇA ADEQUADAS PARA PREVENIR O USO FRAUDULENTO DE SEUS CANAIS, PROTEGER OS DADOS DO CLIENTE E DETECTAR TRANSAÇÕES ATÍPICAS.4. NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 2.052.228 - DF, O STJ, SOB A RELATORIA DA MINISTRA NANCY ANDRIGHI, RECONHECEU A RESPONSABILIDADE OBJETIVA DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA POR DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES. A MINISTRA DESTACOU QUE FRAUDES BANCÁRIAS DEVEM SER ANALISADAS À LUZ DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E DA CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE OS DIREITOS DOS IDOSOS, LEVANDO EM CONTA A HIPERVULNERABILIDADE DOS CONSUMIDORES. A FALTA DE MECANISMOS DE VERIFICAÇÃO PARA TRANSAÇÕES SUSPEITAS CARACTERIZA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, GERANDO RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO.5. IMPÕE-SE A CONDENAÇÃO DA PARTE REQUERIDA À DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE TRANSFERIDOS PARA CONTAS DE TERCEIROS. DESSA FORMA, É NECESSÁRIO DECLARAR A NULIDADE DAS OPERAÇÕES REALIZADAS, RECONHECENDO A IRREGULARIDADE E ASSEGURANDO A DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS VALORES SUBTRAÍDOS DO AUTOR, GARANTINDO A RESTAURAÇÃO DE SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA AO ESTADO ANTERIOR À FRAUDE.6. COM BASE NAS PREMISSAS PREVIAMENTE EXPOSTAS E LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO OS PRECEDENTES DESTA CORTE EM CASOS SEMELHANTES, O VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) É O MAIS ADEQUADO PARA O PRESENTE CASO.IV. DISPOSITIVO7. APELAÇÃO CÍVEL PROVIDA.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ARTS. 2º, 3º E 14.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: RECURSO ESPECIAL Nº 2.052.228 - DF (2022/0366485-2)ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Cícero Wagner de Almeida Pinheiro Júnior (OAB: 38081/CE) - Victor Hugo Menezes Vieira (OAB: 42358/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201236-38.2022.8.06.0115 - Apelação Cível - Limoeiro do Norte - Apelante: S. K. V. R. B. - Apelada: K. da S. A. - Apelado: A. E. V. A. - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento

conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - DIREITO CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. ALIMENTOS. PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR. NECESSIDADE, POSSIBILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME 1. APELAÇÃO CÍVEL OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA ALIMENTÍCIA FORMULADA EM AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS AJUIZADO PELA PARTE ORA APELADA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO POSTA EM DISCUSSÃO CINGE-SE A SABER SE É POSSÍVEL A REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR FIXADA PELO JUÍZO SENTENCIANTE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. QUANTO AO PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR, DESTACO QUE DOIS FATORES SÃO PRIMORDIAIS NA FIXAÇÃO DO VALOR DOS ALIMENTOS: A POSSIBILIDADE DO OBRIGADO E A NECESSIDADE DO BENEFICIADO, TENDO COMO VETOR O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.4. NA AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS, SEJA PARA AUMENTAR OU PARA REDUZIR O VALOR ARBITRADO, É ÔNUS DO PROMOVENTE A COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DO VALOR DA PENSÃO ALIMENTÍCIA, UMA VEZ QUE SE TRATA DE FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO. 5. DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS SE PODE ATESTAR QUE HOUVE TANTO ALTERAÇÃO DAS NECESSIDADES DO INFANTE, COMO TAMBÉM INCREMENTO NA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE, COMO BEM DISCIPLINOU A SENTENÇA COMBATIDA.6. ASSIM, INEXISTINDO PROVAS QUE DEMONSTREM A IMPOSSIBILIDADE DE O APELANTE ADIMPLIR O ENCARGO ALIMENTAR, TAMPOUCO QUE OS ALIMENTOS FIXADOS DESBORDAM-SE À NECESSIDADE DO ALIMENTADO, DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA POR MELHOR PRESERVAR A MANTENÇA DA INFANTE.IV. DISPOSITIVO 7. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ARTS. 1.694, §1º, E 1.699; CPC, ART. 373, I, E 1.012, §3º, I E II.JURISPRUDÊNCIAS RELEVANTES CITADAS: APELAÇÃO CÍVEL - 0200724-80.2023.8.06.0160, REL. DESEMBARGADOR(A) JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 27/03/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 27/03/2024; STJ - RESP 986.541/RS, REL. MINISTRO MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 07/10/2008, DJE 28/10/2008.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA/CE, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADORA CLEIDE ALVES DE AGUIAR PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Leandro Tárcito de Souza Silva (OAB: 45871/CE) - Pedro Julião Bandeira Régis Júnnior (OAB: 34772/CE) - D. P. do E. do C.

Nº 0201585-71.2023.8.06.0029/50000 - Agravo Interno Cível - Acopiara - Agravante: Banco Bradesco S/A - Agravado: Antônio Luciano de Oliveira - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AUSÊNCIA DE CONTRATO VÁLIDO A JUSTIFICAR OS DESCONTOS. PESSOA ANALFABETA. AUSÊNCIA DE ASSINATURA A ROGO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. PLEITO DE RESTITUIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO JÁ CONTEMPLADO NA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DAS APELAÇÕES INTERPOSTAS PELO AGRAVANTE E PELA PARTE AUTORA, MAS APENAS DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DESTA ÚLTIMA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A POSSIBILIDADE DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA, QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO BANCO, ORA AGRAVANTE, NO QUAL PUGNOU PELA NULIDADE DE SUA CITAÇÃO, ALÉM DE TER REQUERIDO O RECONHECIMENTO DA INAPLICABILIDADE DA REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO E SUSTENTADO A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL E DO NEXO CAUSAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. COMPULSANDO OS AUTOS, NOTA-SE NA CERTIDÃO DE FL. 185 QUE DECORREU O PRAZO LEGAL E NADA FOI APRESENTADO PELO RÉU, EMBORA TENHA SIDO DETERMINADA A CITAÇÃO DESTE, CONFORME DESPACHO DE FL. 181, PARA CONTESTAR, POR MEIO DE COMUNICAÇÃO ENCAMINHADA VIA SISTEMA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO ELETRÔNICO DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA, CONFORME O QUE ESTIPULA O ART. 5.º, §3.º, DA LEI Nº 11.419/06, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ QUE SE FALAR EM IRREGULARIDADE DA CITAÇÃO.4. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO CUMPRIU SATISFATORIAMENTE COM A OBRIGAÇÃO QUE LHE CABIA DE COMPROVAR NOS AUTOS A REGULARIDADE DOS DESCONTOS QUESTIONADOS, UMA VEZ QUE TROUXE AOS AUTOS A CÓPIA DO SUPOSTO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES, NO QUAL SE VERIFICA SOMENTE A APOSIÇÃO DE DIGITAL E A ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS, SEM QUE HAJA A ASSINATURA A ROGO, EM NOTÓRIA MÁCULA AO ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL. 5. INEXISTINDO CONTRATO VÁLIDO FIRMADO ENTRE AS PARTES, VERIFICA-SE A CONDUTA ILÍCITA A JUSTIFICAR O DEVER DE REPARAR OS DANOS SUPORTADOS PELA PARTE AUTORA. 6. DESCABEM CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA FORMA DE RESTITUIÇÃO DE VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE, UMA VEZ QUE A PRETENSÃO RECURSAL JÁ SE ENCONTRA AMPARADA NA SENTENÇA RECORRIDA, QUE DETERMINOU QUE A RESTITUIÇÃO SE DÊ DE FORMA SIMPLES.IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 5.º, §3.º, DA LEI Nº 11.419/06; ART. 6º, VIII, DO CDC; ART. 373 DO CPC; ART. 595 DO CÓDIGO CIVIL.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO INTERNO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE OUTUBRO DE 2024CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Domingos Maria Bezerra Júnior (OAB: 27346/CE) - Antônio Ferreira Bezerra (OAB: 26246/CE)

Nº 0629434-06.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Francisco Privino do Nascimento - Agravado: Banco BMG S/A - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO DE ORIGEM. REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA NÃO DEMONSTRADOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. AGRAVO DE INSTRUMENTO OBJETIVANDO A REFORMA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA PELO JUÍZO DO PRIMEIRO GRAU QUE INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA FORMULADO NA INICIAL PARA SUSPENDER OS DESCONTOS REFERENTES AO CONTRATO OBJETO DA LIDE ORIGINÁRIA.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO POSTA EM DISCUSSÃO CINGE-SE A ANALISAR A EXISTÊNCIA OU NÃO DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES A JUSTIFICAR OS DESCONTOS REFERENTES À MENSALIDADE DE SÓCIO NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AUTOR.III. RAZÕES DE DECIDIR3. VERIFICA-SE QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

TROUXE AOS AUTOS DO PROCESSO DE ORIGEM A CÓPIA DO CONTRATO EM DISCUSSÃO, JUNTO COM A CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO AGRAVANTE E COMPROVAÇÃO DE REPASSE DOS VALORES PARA CONTA DE TITULARIDADE DA PARTE ORA RECORRENTE.4. TAIS PROVAS TORNAM FRÁGIL A ALEGAÇÃO DO AGRAVANTE, QUANTO À NEGATIVA DA CONTRATAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. COM EFEITO, REFERIDOS DOCUMENTOS APARENTEMENTE DEMONSTRAM QUE O RECORRENTE NÃO SÓ CONTRATOU O EMPRÉSTIMO, COMO PERMITIU EXPRESSAMENTE OS DESCONTOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. 5. ASSIM, EM UM JUÍZO DE MERA COGNIÇÃO SUMÁRIA, VERIFICO QUE RESTA COMPROMETIDA A PRESENÇA DA PLAUSIBILIDADE DO DIREITO ALEGADO, VEZ QUE AS PROVAS POR ORA PRODUZIDAS MILITAM EM FAVOR DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NO SENTIDO DA VALIDADE DO CONTRATO.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 300.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0638635-27.2021.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 15/06/2022, DATA DA PUBLICAÇÃO: 15/06/2022.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA/CE, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADORA CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Luís Gustavo Toledo Martins (OAB: 309241/SP) - Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0571019-47.2012.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: R. de O. - Apelado: Y. C. O. - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA:DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. ALIMENTOS PROVISÓRIOS FIXADOS EM R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) E CONFIRMADOS EM SENTENÇA. PEDIDO DE REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. APELANTE NÃO COMPROVOU DE FORMA CONTUNDENTE A SUA INCAPACIDADE FINANCEIRA. TRINÔMIO POSSIBILIDADE - NECESSIDADE - PROPORCIONALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I CASO EM EXAME1.NO CASO EM APREÇO, INSURGE-SE O APELANTE CONTRA A SENTENÇA QUE FIXOU ALIMENTOS EM FAVOR DO APELADO NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS), PUGNANDO POR SUA MINORAÇÃO.II DISCUSSÃO DO CASO2. OS ALIMENTOS DEVEM SER FIXADOS NA PROPORÇÃO DAS NECESSIDADES DO ALIMENTADO E DOS RECURSOS DA PESSOA OBRIGADA, FICANDO A CARGO DO PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ ESTABELECER CRITÉRIO RAZOÁVEL DE FIXAÇÃO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO (DISPOSIÇÃO DO ART. 1.694, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL). DEVE-SE, PORTANTO, OBSERVAR O TRINÔMIO NECESSIDADE, POSSIBILIDADE E PROPORCIONALIDADE TANTO NO MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR DOS ALIMENTOS, COMO DA SUA REVISÃO.III RAZÕES DE DECIDIR3.A FIXAÇÃO DE ALIMENTOS NO VALOR CORRESPONDENTE A R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) EM FAVOR DE SEU FILHO, MOSTRA-SE RAZOÁVEL E PROPORCIONAL.4.ANALISANDO DETIDAMENTE OS AUTOS, O GENITOR/APELANTE NÃO DEMONSTROU SUA ALEGADA IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA PARA ARCAR COM O ENCARGO ALIMENTAR DO FILHO NA FORMA FIXADA PELO JUÍZO A QUO, DE MODO QUE NÃO MERECE REPARO A DECISÃO ORA COMBATIDA PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO.IV - DISPOSITIVO5.RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.JURISPRUDÊNCIAS CITADAS: AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0632121-53.2024.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) JOSE EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 01/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 01/10/2024; AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0625405-10.2024.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) CLEIDE ALVES DE AGUIAR, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 25/09/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Marcos da Silva Bruno (OAB: 14379/CE) - Thiago Maia Nunes (OAB: 17465/CE) - Denyson Sales do Nascimento Rios (OAB: 19995/CE) - Felipe Silveira Gurgel do Amaral (OAB: 18476/CE)

Nº 0626843-71.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Éder Paiva Viana - Agravada: Thais Alves Martinsviana - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - DIREITO CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O PERCENTUAL FIXADO PROVISORIAMENTE. NECESSIDADE, POSSIBILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I. CASO EM EXAME 1. AGRAVO DE INSTRUMENTO OBJETIVANDO A REFORMA DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA NOS AUTOS DE AÇÃO DE ALIMENTOS AJUIZADA EM FACE DO ORA RECORRENTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO POSTA EM DISCUSSÃO CINGE-SE EM VERIFICAR SE É POSSÍVEL A REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR FIXADA PROVISORIAMENTE PELO JUÍZO SENTENCIANTE.III. RAZÕES DE DECIDIR3. ACERCA DO PEDIDO DE REDUÇÃO DA VERBA ALIMENTAR, DESTACO QUE DOIS FATORES SÃO PRIMORDIAIS NA FIXAÇÃO DO VALOR DOS ALIMENTOS: A POSSIBILIDADE DO OBRIGADO E A NECESSIDADE DO BENEFICIADO, TENDO COMO VETOR O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.4. PRESUME-SE A NECESSIDADE DAS ALIMENTADAS. QUANTO ÀS POSSIBILIDADES DO ALIMENTANTE, PELOS DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS VERIFICO QUE O MESMO NÃO CONSEGUIU COMPROVAR A SUA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O PERCENTUAL DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS ARBITRADOS PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU.5. NA FASE EM QUE O PROCESSO SE ENCONTRA, DEVE PREVALECER O SUPERIOR INTERESSE DA CRIANÇA NO QUE SE REFERE AO CUSTEIO DAS SUAS DESPESAS ESSENCIAIS, SOBRETUDO PORQUE NÃO COMPROVADO A IMPOSSIBILIDADE DE PAGAR OS ALIMENTOS ANTERIORMENTE FIXADOS.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ART. 1.694, §1º E 1.695.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - AGRAVO DE INSTRUMENTO- 0635263-07.2020.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 24/03/2021, DATA DA PUBLICAÇÃO: 24/03/2021.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, MAS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA/CE, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADORA CLEIDE ALVES DE AGUIAR PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Matteo Basso Filho (OAB: 38321/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0147602-23.2018.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Embargado: Edifício Solaris - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO DA SÚMULA Nº18 DO TJCE. PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E DESPROVIDOS.I. CASO EM ANÁLISE1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO DA 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, QUE CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO PELO ORA EMBARGANTE COM O FITO DE REFORMAR A DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA NOS AUTOS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER SE HÁ OMISSÃO NO TOCANTE À APLICAÇÃO DAS LEIS Nº 11.445/2007 E Nº 8.987/95 E DA RESOLUÇÃO Nº 02/2006 DA ACFOR NO ACÓRDÃO OBJURGADO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SE PRESTAM À REDISCUSSÃO DA MATÉRIA, SENDO CABÍVEIS APENAS PARA SANAR OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL, CONFORME O ART. 1.022 DO CPC.4. A REDISCUSSÃO, POR MEIO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, DE QUESTÕES DE MÉRITO JÁ RESOLVIDAS CONFIGURA PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO RESULTADO DO DECISUM, TRADUZINDO MERO INCONFORMISMO COM O TEOR DA DECISÃO EMBARGADA. OS ACLARATÓRIOS, CUJO OBJETIVO É A INTEGRAÇÃO DA DECISÃO EMBARGADA, NÃO SERVEM COMO MEIO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ JULGADA (SÚMULA 18 DO TJCE).IV. DISPOSITIVO6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA NEGAR-LHES PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA-CE, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS RELATOR . - Advs: Maria Rachel de Andrade Costa (OAB: 14437/CE) - João Victor de Oliveira Barreto (OAB: 37477/CE)

Nº 0202324-52.2022.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: Jose Wellington Araujo Moura - Apelado: Bradesco Saúde S/A - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. CANCELAMENTO UNILATERAL. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RESTABELECIMENTO. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA CONTRA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, QUE JULGOU IMPROCEDENTE OS PEDIDOS FORMULADOS NA PRESENTE AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, POR ENTENDER QUE O CANCELAMENTO UNILATERAL OCORREU DE FORMA VÁLIDA, EM CONFORMIDADE COM AS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO: (I) SABER SE A RESCISÃO UNILATERAL DO PLANO DE SAÚDE SE DEU FORMA REGULAR E (II) EM SENDO IRREGULAR O CANCELAMENTO, SABER SE CABÍVEL A CONDENAÇÃO DA PROMOVIDA EM DANOS MORAIS.III. RAZÕES DE DECIDIR3. PARA A SUSPENSÃO OU O CANCELAMENTO UNILATERAL DO CONTRATO PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE, HÁ NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO ATÉ O QUINQUAGÉSIMO DIA DE INADIMPLEMENTO. TRATA-SE, PORTANTO, DE REQUISITO DE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DE QUEM É USUÁRIO DO PLANO DE SAÚDE.4. NO CASO, NÃO SE OBSERVA QUE A PARTE AUTORA FOI DEVIDAMENTE CIENTIFICADA DA POSSIBILIDADE DE RESCISÃO CONTRATUAL. ISSO PORQUE NÃO SE VERIFICA A EXISTÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, DE PRÉVIO AVISO DE CANCELAMENTO CONTRATUAL, DIRIGIDA AO CONSUMIDOR, NOS MOLDES ESTABELECIDOS PELA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À ESPÉCIE, A TORNAR LEGAL A RESCISÃO CONTRATUAL IMPUGNADA. DESSA FORMA, O RESTABELECIMENTO DO CONTRATO É MEDIDA IMPOSITIVA.5. QUANTO AO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INFERE-SE QUE A CONDUTA ABUSIVA DA SEGURADORA APELADA TRANSBORDOU O MERO ABORRECIMENTO, NATURALMENTE DERIVADO DA INDEVIDA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO, COM DESTAQUE AO FATO DE O AUTOR TER NECESSITADO DOS SERVIÇOS DO PLANO DE SAÚDE AO TEMPO DO CANCELAMENTO. NESSE DIAPASÃO, HAVENDO PREJUÍZO CONSIDERÁVEL À ESFERA EXTRAPATRIMONIAL DA PARTE AUTORA, MOSTRA-SE DEVIDA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.6. EM RELAÇÃO AO QUANTUM INDENIZATÓRIO, VERIFICA-SE QUE O COTEJO EFETUADO DA SITUAÇÃO FÁTICA COM OS REFERIDOS PARÂMETROS DESCRITOS PELA JURISPRUDÊNCIA MOSTRA-SE COMO ADEQUADO A FIXAÇÃO DO DANO MORAL EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: LEI Nº 9.656/98, ARTIGO 13.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO AGINT NO ARESP N. 2.404.980/SP. REL. MIN. MARIA ISABEL GALLOTTI. QUARTA TURMA. DJE: 13/05/2024 E AGINT NO ARESP N. 2.445.180/PA. REL. MIN. RAUL ARAÚJO. QUARTA TURMA. DJE: 19/04/2024. TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0219465-63.2023.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 17/07/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/07/2024 E APELAÇÃO CÍVEL - 0285303-84.2022.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) CLEIDE ALVES DE AGUIAR, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 07/08/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 07/08/2024).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Ana Maria Gomes Marinho (OAB: 25834/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0229154-97.2024.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Gabriel Izidio Cordeiro 03612234390 - Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. CONTRATO DE CRÉDITO E MÚTUO. PACTO ASSINADO PELAS PARTES. EXTRATOS BANCÁRIOS. DEMONSTRATIVOS DE DÉBITOS E DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA. PROVAS ESCRITAS HÁBEIS À INSTRUÇÃO DO FEITO. ARTIGO 700, §2º, I, DO CPC. DESNECESSIDADE DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. RITO ESPECIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO EMBARGANTE VISANDO A REFORMA DA SENTENÇA DE ORIGEM QUE JULGOU PROCEDENTE PEDIDO VEICULADO AÇÃO MONITÓRIA AJUIZADA PELO ORA APELADO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA RECURSAL EM ANALISAR SE DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA QUE REJEITOU OS

EMBARGOS MONITÓRIOS E JULGOU PROCEDENTE PEDIDO EM AÇÃO MONITÓRIA, ENTENDENDO POR SUFICIENTE PARA COMPROVAR A PRETENSÃO AUTORAL O ACERVO PROBATÓRIO COLIGIDO AO FEITO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A AÇÃO MONITÓRIA CONSISTE EM PROCEDIMENTO DE COGNIÇÃO SUMÁRIA, DE RITO ESPECIAL, QUE OBJETIVA ALCANÇAR DE FORMA ANTECIPADA O TÍTULO EXECUTIVO, SEM A DEMORA DO PROCESSO DE CONHECIMENTO QUE NECESSITA DE SENTENÇA MERITÓRIA TRANSITADA EM JULGADO, PARA QUE ENTÃO SEJA INICIADA A FASE EXECUTIVA. 4. POSTAS ESTAS CONSIDERAÇÕES, O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU COMPREENDEU QUE O AUTOR COMPROVOU FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO, ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, PORQUANTO A PROVA DOCUMENTAL ANEXADA DEMONSTROU, A CONTENTO, A EXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO. 5. ISSO PORQUE A PRESENTE AÇÃO MONITÓRIA FOI INSTRUÍDA COM CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA - PESSOA JURÍDICA DEVIDAMENTE ASSINADO, EXTRATO DE PARCELAMENTO DA DÍVIDA, EXTRATO BANCÁRIO DA CONTA-CORRENTE DO AUTOR E DEMONSTRATIVO DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA (FLS. 166/201).6. ESSES DOCUMENTOS SÃO SUFICIENTES PARA INSTRUIR A DEMANDA, POIS O CONTRATO ESTÁ DEVIDAMENTE ASSINADO PELAS PARTES E CONTÉM OS DADOS E CONDIÇÕES DO NEGÓCIO JURÍDICO, BEM COMO NOS DEMONSTRATIVOS CONSTAM OS VALORES ANTECIPADOS AO CLIENTE E A EVOLUÇÃO DO DÉBITO DE CADA UM DELES, COM O DETALHAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS MENSAIS E ANUAIS APLICADOS, ALÉM DOS JUROS MORATÓRIOS, DE MODO A ESCLARECER COMO SE CHEGOU AO MONTANTE DEVIDO. ALÉM DISSO, OS EXTRATOS DA CONTA BANCÁRIA REVELAM QUE OS VALORES FORAM EFETIVAMENTE LIBERADOS EM PROL DA PESSOA JURÍDICA E QUE ELA SE BENEFICIOU DELES (FLS. 183).7. PORTANTO, IMPÕE-SE DESTACAR QUE OS DEMONSTRATIVOS DE DÉBITO DISCRIMINAM AS TAXAS DE JUROS INCIDENTES, BEM COMO OS ENCARGOS DE INADIMPLEMENTO, INFORMANDO A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA, DE FORMA QUE SE REVELAM APTOS A INSTRUIR A PRETENSÃO MONITÓRIA, EM CUMPRIMENTO AO PRECEITUADO PELO ARTIGO 700, §2º, I E §4, DO CPC.8. DESSA FORMA, AS PLANILHAS E OS EXTRATOS APRESENTADOS PELO CREDOR, ACOMPANHADOS DA CÓPIA DO CONTRATO, SÃO SUFICIENTES PARA PROMOVER A AÇÃO MONITÓRIA, NOS TERMOS DO ART. 700 DO CPC E DA SÚMULA 247 DO C. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, QUE ESTIPULA: “O CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, ACOMPANHADO DO DEMONSTRATIVO DE DÉBITO, CONSTITUI DOCUMENTO HÁBIL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO MONITÓRIA”. 9. POR FIM, A AÇÃO MONITÓRIA POSSUI PROCEDIMENTO ESPECIAL, DISCIPLINADO PELOS NORMATIVOS INSCULPIDOS NOS ARTIGOS 700 A 702 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ONDE NÃO HÁ PREVISÃO PARA DESIGNAÇÃO PRÉVIA DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA, NOS TERMOS DO ART. 334, DO CPC, CONFORME EQUIVOCADAMENTE ALEGA O APELANTE. TODAVIA, COMO JÁ RESSALTADO, AS PARTES, QUERENDO, PODEM REALIZAR ACORDO EM QUALQUER FASE DO PROCESSO. IV. DISPOSITIVO10. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 700 E SEGUINTES.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO ARESP N. 2.065.671/MG, RELATOR MINISTRO RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 20/6/2022, DJE DE 1/7/2022; APELAÇÃO CÍVEL - 0007254-54.2015.8.06.0099, REL. DESEMBARGADOR(A) PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 21/08/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 21/08/2024ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Zacharias Augusto do Amaral Vieira (OAB: 40855/CE) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0249476-46.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Apelado: Francisco George Barros Leal Júnior - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. SERVIÇO DE HOME CARE. FORNECIMENTO DAS TERAPIAS NECESSÁRIAS. EXTENSÃO DO TRATAMENTO HOSPITALAR. CONCESSÃO. APLICAÇÃO CDC. SÚMULA 608 DO STJ. OFENSA. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. ARTIGO 47 DO CDC. COMPETÊNCIA DO MÉDICO RESPONSÁVEL. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA. DIREITO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO TJCE. DANO MORAL MINORADO PARA R$5.000,00.I CASO EM EXAME1. O PLANO DE SAÚDE DEMANDADO INTERPÔS RECURSO DE APELAÇÃO SUSTENTANDO QUE NÃO EXISTE OBRIGAÇÃO LEGAL OU CONTRATUAL DE FORNECER O SERVIÇO PLEITEADO. POR OUTRO LADO, A AUTORA DEFENDE FAZER JUS, TENDO EM VISTA QUE A INTERNAÇÃO DOMICILIAR PRESSUPÕE TODOS OS CUIDADOS QUE RECEBERIA A PACIENTE EM AMBIENTE HOSPITALAR.2. NO CASO DOS AUTOS, A APELADA, 63 ANOS DE IDADE, DIAGNOSTICADA COM A ENCEFALOPATIA HIPOXICOISQUÊMICA GRAVE, NECESSITANDO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR, ATRAVÉS DO SERVIÇO DENOMINADO UNIMED LAR, FACE ENCONTRAR-SE EM ESTADO VEGETATIVO, COMPLETAMENTE DEPENDENTE PARA A REALIZAÇÃO DE QUALQUER ATIVIDADE DA VIDA DIÁRIA.II QUESTÃO EM DISCUSSÃO3. EM QUE PESE A ALEGAÇÃO DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE, DE QUE NÃO ESTARIA LEGAL E CONTRATUALMENTE OBRIGADA À COBERTURA DE TRATAMENTO HOME CARE, A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA DOMINANTE, INCLUSIVE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, É NO SENTIDO DE QUE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE IMPEÇA A INTERNAÇÃO DOMICILIAR COMO ALTERNATIVA À INTERNAÇÃO HOSPITALAR SE MOSTRA ABUSIVA.III- RAZÕES DE DECIDIR 4. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE ENGLOBA AINDA, ALÉM DOS MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DOMICILIAR ADEQUADO, OS RELACIONADOS À ALIMENTAÇÃO E MEDICAÇÃO PRESCRITOS POR MÉDICO, SENDO DEVIDO, NO CASO, O CUSTEIO DA MEDICAÇÃO E INSUMOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DA PACIENTE.5. É PACÍFICO O ENTENDIMENTO NO STJ E NESTE TJCE AINDA QUE NÃO HAJA PREVISÃO CONTRATUAL PARA O FORNECIMENTO DO TRATAMENTO NA FORMA PERSEGUIDA, CERTO É QUE, EM HAVENDO PREVISÃO DE COBERTURA MÉDICA DA DOENÇA PELO PLANO DE SAÚDE, O TRATAMENTO INDICADO DEVE SER O RECOMENDADO PELO MÉDICO ESPECIALISTA.IV - DISPOSITIVO6. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NOS EDCL NO RESP 1733827/MA, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 25/02/2019, DJE 01/03/2019; TJ/CE; APELAÇÃO Nº 0622398-54.2017.8.06.0000; RELATORA: DESA. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO; COMARCA: FORTALEZA; ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO; DATA DO JULGAMENTO: 05/07/2017. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM EM CONHECER DO RECURSO, PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Marcelo Augusto Fernandes

da Silva (OAB: 25905/CE) - Augusto César Pereira da Silva (OAB: 5069/CE)

Nº 0293103-66.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Apelada: Maria Erivanda Moura Sales de Oliveira - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSO CIVIL E CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. SERVIÇO DE HOME CARE. EXTENSÃO DO TRATAMENTO HOSPITALAR. CONCESSÃO. APLICAÇÃO CDC. SÚMULA 608 DO STJ. OFENSA. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. ARTIGO 47 DO CDC. COMPETÊNCIA DO MÉDICO RESPONSÁVEL. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA. DIREITO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO TJCE. SENTENÇA MANTIDA.I CASO EM EXAME1. O PLANO DE SAÚDE DEMANDADO INTERPÔS RECURSO DE APELAÇÃO SUSTENTANDO QUE NÃO EXISTE OBRIGAÇÃO LEGAL OU CONTRATUAL DE FORNECER O SERVIÇO PLEITEADO. POR OUTRO LADO, A AUTORA DEFENDE FAZER JUS, TENDO EM VISTA QUE A INTERNAÇÃO DOMICILIAR PRESSUPÕE TODOS OS CUIDADOS QUE RECEBERIA A PACIENTE EM AMBIENTE HOSPITALAR.II QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. EM QUE PESE A ALEGAÇÃO DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE, DE QUE NÃO ESTARIA LEGAL E CONTRATUALMENTE OBRIGADA À COBERTURA DE TRATAMENTO HOME CARE, A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA DOMINANTE, INCLUSIVE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, É NO SENTIDO DE QUE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE IMPEÇA A INTERNAÇÃO DOMICILIAR COMO ALTERNATIVA À INTERNAÇÃO HOSPITALAR SE MOSTRA ABUSIVA.III- RAZÕES DE DECIDIR 3. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE ENGLOBA AINDA, ALÉM DOS MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DOMICILIAR ADEQUADO, OS RELACIONADOS À ALIMENTAÇÃO E MEDICAÇÃO PRESCRITOS POR MÉDICO, SENDO DEVIDO, NO CASO, O CUSTEIO DA MEDICAÇÃO E INSUMOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DA PACIENTE.4. É PACÍFICO O ENTENDIMENTO NO STJ E NESTE TJCE AINDA QUE NÃO HAJA PREVISÃO CONTRATUAL PARA O FORNECIMENTO DO TRATAMENTO NA FORMA PERSEGUIDA, CERTO É QUE, EM HAVENDO PREVISÃO DE COBERTURA MÉDICA DA DOENÇA PELO PLANO DE SAÚDE, O TRATAMENTO INDICADO DEVE SER O RECOMENDADO PELO MÉDICO ESPECIALISTA.IV - DISPOSITIVO5. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDAJURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NOS EDCL NO RESP 1733827/MA, REL. MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 25/02/2019, DJE 01/03/2019; TJ/CE; APELAÇÃO Nº 0622398-54.2017.8.06.0000; RELATORA: DESA. MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO; COMARCA: FORTALEZA; ÓRGÃO JULGADOR: 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO; DATA DO JULGAMENTO: 05/07/2017. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - Ana Claudia Madeiro Facanha (OAB: 13650/CE)

Nº 0631654-74.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Pacajus - Agravante: DEIVSON PEIXOTO LIMA - Agravado: DEIVSON PEIXOTO LIMA FILHO - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - PROCESSO: 0631654-74.2024.8.06.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTOAGRAVANTE: DEIVSON PEIXOTO LIMA. AGRAVADO: DEIVSON PEIXOTO LIMA FILHO. CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUALEMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS. OBSERVÂNCIA AO TRINÔMIO NECESSIDADE-POSSIBILIDADE-PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO. JUÍZO DE SUMÁRIA COGNIÇÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESPROVIMENTO. I. CASO EM EXAME1. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO OBJETIVANDO A REFORMA DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA PELO JUÍZO DO PRIMEIRO GRAU QUE FIXOU OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS A SEREM PAGOS EM FAVOR DO INFANTE NO VALOR CORRESPONDENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL VIGENTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CINGE-SE A ANALISAR SE OS ALIMENTOS PROVISÓRIOS MERECEM REDUÇÃO PARA O VALOR CORRESPONDENTE A 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A PRESTAÇÃO ALIMENTAR VISA ASSEGURAR AO ALIMENTANDO O NECESSÁRIO PARA A SUA MANUTENÇÃO, ENTENDIDA EM SENTIDO AMPLO, PROPORCIONANDO-LHE OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA. A QUANTIA DEVE ATENDER ÀS SUAS NECESSIDADES VITAIS BÁSICAS, NOS PADRÕES E POSSIBILIDADES DE CADA FAMÍLIA EXCLUSIVAMENTE, NÃO SENDO A PENSÃO MEIO DE FORMAÇÃO DE PATRIMÔNIO, MAS DE SUBSISTÊNCIA.4. OS ALIMENTOS DEVEM SER FIXADOS NA PROPORÇÃO DAS NECESSIDADES DO ALIMENTADO E DOS RECURSOS DA PESSOA OBRIGADA, FICANDO A CARGO DO PRUDENTE ARBÍTRIO DO JUIZ ESTABELECER CRITÉRIO RAZOÁVEL DE FIXAÇÃO, SEGUNDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO (DISPOSIÇÃO DO ART. 1.694, §1º, DO CÓDIGO CIVIL). DEVE-SE, PORTANTO, OBSERVAR O TRINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE/PROPORCIONALIDADE TANTO NO MOMENTO DA FIXAÇÃO DO VALOR DOS ALIMENTOS, COMO DA SUA REVISÃO.5. RESTOU-SE COMPROVADO QUE O ALIMENTADO FOI DIAGNOSTICADO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-ASPERGER, SENDO NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO MULTIPROFISSIONAL COM PSICÓLOGO, TERAPEUTA OCUPACIONAL E PSICOPEDAGOGO, ALÉM DE USO CONTÍNUO DE MEDICAÇÃO, CONFORME LAUDOS MÉDICOS, DE FORMA QUE SE PRESUME A NECESSIDADE DO INFANTE. 6. NÃO HÁ O DETALHAMENTO DA REAL RENDA DO ALIMENTANTE, INEXISTINDO AS INFORMAÇÕES ACERCA DA FONTE PAGADORA, DE RENDIMENTOS NÃO TRIBUTÁVEIS E DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE BENS E/OU DIREITOS. AINDA, COM RELAÇÃO AOS DEMAIS FILHOS, CUMPRE RESSALTAR QUE O RECORRENTE NÃO INFORMA O VALOR DO AUXÍLIO FINANCEIRO PRESTADO AOS MESMOS, SENDO CERTO QUE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ENTENDE QUE A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA FAMÍLIA OU O AUMENTO DA PROLE, POR SI, NÃO INDUZ A REVISÃO DOS ALIMENTOS PRESTADOS A OUTRO FILHO, RESTANDO NECESSÁRIO COMPROVAR QUE DE FATO OCORREU MUDANÇA NEGATIVA NA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE.7. APÓS A EVENTUAL INSTRUÇÃO PROBATÓRIA A OCORRER NA DEMANDA DE ORIGEM, CASO A ORA PARTE RECORRENTE COMPROVE QUE A PENSÃO ALIMENTÍCIA ARBITRADA PROVISORIAMENTE DESTOA DO TRINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE/PROPORCIONALIDADE, PRÓPRIO À TEMÁTICA DISCUTIDA NAS AÇÕES DE ALIMENTOS, CABERÁ AO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU A COMPETENTE ANÁLISE DA POSSIBILIDADE OU NÃO DE ALTERAÇÃO DO VALOR ARBITRADO. IV. DISPOSITIVO8. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO._____ DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CC, ART. 1.694, §1º; CPC, ART. 300. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO ARESP N. 1.618.149/SP, RELATOR MINISTRO RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 24/8/2020, DJE DE 15/9/2020; TJCE, AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0625920-45.2024.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 30/07/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 30/07/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Agnes Saraiva Bezerra (OAB: 25419/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0200108-24.2023.8.06.0090 - Apelação Cível - Icó - Apelante: Maria Moreira Felismino de Araújo - Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. ORIGEM DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. VALOR DA INDENIZAÇÃO REDIMENSIONADO. SENTENÇA REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO ADVERSANDO A SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.2. A PARTE AUTORA DEFENDE A REFORMA DA SENTENÇA OBJETIVANDO, FUNDAMENTALMENTE, VER MAJORADO O VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA PELOS DANOS MORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO3. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA, UNICAMENTE, EM ANALISAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.III. RAZÕES DE DECIDIR4. DA ANÁLISE DOS AUTOS, CONSTATA-SE QUE SE DEU POR CARACTERIZADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS PELA EMPRESA DEMANDADA, QUE NÃO DEMONSTROU A REGULARIDADE NA INSCRIÇÃO DO NOME DA PROMOVENTE NO CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO, DEIXANDO, INCLUSIVE, DE APRESENTAR OS CONTRATOS QUE TERIAM ORIGINADO A DÍVIDA CAUSADORA DA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA.5. O VALOR DA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS, FIXADO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU EM R$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS), SE REVELA DESPROPORCIONAL.6. CONSOANTE PARÂMETROS ADOTADOS NA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA CASOS SEMELHANTES, A QUANTIA DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) SE REVELA RAZOÁVEL E SUFICIENTE A REPARAR O DANO EXPERIMENTADO, SEM REPRESENTAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, AO MESMO TEMPO EM QUE SERVE PARA DESESTIMULAR A REITERAÇÃO DE PRÁTICAS DESSA NATUREZA.IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, REFORMANDO A SENTENÇA FIXAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0200479-89.2022.8.06.0100, REL. DESEMBARGADOR(A) PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 09/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/10/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0207390-94.2023.8.06.0064, REL. DESEMBARGADOR(A) FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 08/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 08/10/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0028622-58.2018.8.06.0053, REL. DESEMBARGADOR(A) FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 11/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 11/09/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NA CONFORMIDADE DA ATA DE JULGAMENTO, POR DELIBERAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Daiana Ferreira de Alencar Diógenes (OAB: 25162/CE) - Antônio Cleto Gomes

Nº 0246470-60.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Darci Couras Barroso - Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE CORTE NO FORNECIMENTO OU INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL NÃO EVIDENCIADO. SENTENÇA PRESERVADA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO ADVERSANDO A SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA EM AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS.2. A PARTE AUTORA DEFENDE A REFORMA DA SENTENÇA OBJETIVANDO A INTEGRAL PROCEDÊNCIA DO PLEITO EXORDIAL, COM A CONDENAÇÃO DA EMPRESA RÉ EM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO3. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR SE A CONDUTA DA PARTE DEMANDADA EM COBRAR INDEVIDAMENTE A AUTORA ACARRETA DANO MORAL INDENIZÁVEL.III. RAZÕES DE DECIDIR4. NÃO OBSTANTE O FORNECEDOR DE SERVIÇOS RESPONDA, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE CULPA, PELA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES POR DEFEITOS RELATIVOS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME PREMISSA DO ART. 14 DO CDC, NO PRESENTE CASO NÃO RESTOU COMPROVADO O DANO MORAL SUPORTADO PELA RECORRENTE, AFINAL A MERA COBRANÇA INDEVIDA, POR SI SÓ, SEM QUE HAJA QUALQUER GRAVAME NO NOME DO CONSUMIDOR OU CORTE NO FORNECIMENTO DE SUA ENERGIA ELÉTRICA, NÃO ACARRETA SOFRIMENTO OU ABALO PSÍQUICO A ENSEJAR O DANO EXTRAPATRIMONIAL. IV. DISPOSITIVO5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC, ART. 14.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGRG NO RESP 1.269.246/RS, REL. MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, JULGADO EM20/05/2014, DJE DE 27/05/2014; AGINT NO RESP 1655212/SP, REL. MINISTRO RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, JULGADO EM 19/02/2019, DJE 01/03/2019; TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL - 0200324-03.2022.8.06.0160, REL. DESEMBARGADOR(A) CLEIDE ALVES DE AGUIAR, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 16/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/10/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0154240-72.2018.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 09/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 13/10/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0200526-23.2022.8.06.0178, REL. DESEMBARGADOR(A) MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 04/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 04/09/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NA CONFORMIDADE DA ATA DE JULGAMENTO, POR DELIBERAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Filipe Sales Rodrigues (OAB: 37303/CE) - Antônio Cleto Gomes

Nº 0629987-53.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Juazeiro do Norte - Agravante: Antônio Marcos Rodrigues de Amorim - Agravante: Maria Ivaneide Santos Amorim - Agravado: Canaã Empreendimentos Ltda. - EPP - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE. PLEITO LIMINAR DEFERIDO.

INCONFORMISMO DA PARTE DEMANDADA/AGRAVANTE. CONTROVÉRSIA QUANTO AO NEGÓCIO JURÍDICO. ALEGAÇÃO DE FRAUDE. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR DE IMISSÃO DE POSSE. PLEITO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA- CONCEDIDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA, PELO JUÍZO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE, NOS AUTOS DA AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE Nº 0207443-62.2022.8.06.0112, QUE DEFERIU O PEDIDO DE IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE DO IMÓVEL OBJETO DA AÇÃO EM FAVO DA ORA AGRAVADA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. OS AGRAVANTES SUSTENTAM A EXISTÊNCIA DE DECISÃO JUDICIAL ANTERIOR QUE SUSPENDEU A EFICÁCIA DA CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA RELATIVA AO CONTRATO DO IMÓVEL, DE MODO QUE NÃO PODERIA TER OCORRIDO O LEILÃO JUDICIAL QUE TRANSFERIU O OBJETO DA LIDE PARA A PARTE ORA AGRAVADA. III. RAZÕES DE DECIDIR3. IMPORTA PONTUAR QUE, QUANDO TRATAMOS DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS E SOBRE AS RESPECTIVAS RESTRIÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS INERENTES AOS BENS, A OPOSIÇÃO CONTRA TERCEIROS PARA SER POSSIBILITADA, PRECISA SER PÚBLICA, COM REGISTRO, POR EXEMPLO NA MATRÍCULA DO IMÓVEL. 4. ASSEVERA A PARTE AGRAVANTE QUE HAVIA DECISÃO ANTERIOR A PROFERIDA PELO JUÍZO DE PISO SUSPENDENDO A EFICÁCIA DA CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EXISTENTE NO CONTRATO FIRMADO ENTRE A RECORRENTE E O BANCO BRADESCO S/A. PONTUA-SE QUE, ANALISANDO AS PROVAS, ATÉ ENTÃO ACOSTADAS AOS AUTOS, EM ESPECIAL ÀS PROVA CONTIDAS ÀS PÁGS. 145/150 E 187/195, NÃO SE VISLUMBRA QUALQUER REGISTRO DE IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERÊNCIA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL OBJETO DA LIDE, DE MODO QUE A EXISTÊNCIA DA REFERIDA DECISÃO DE SUSPENSÃO, NÃO PODE SER OPOSTA CONTRA TERCEIRO, SOB PENA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ CONTRATUAL. IV. DISPOSITIVO.5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 373.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: (APELAÇÃO CÍVEL - 0255755-77.2023.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 16/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 16/10/2024) ;AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0637151-74.2021.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 28/08/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 28/08/2024) ; (APELAÇÃO CÍVEL - 0200563-33.2021.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 21/08/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 22/08/2024) ; (AGRAVO DE INSTRUMENTO - 0629599-24.2022.8.06.0000, REL. DESEMBARGADOR(A) FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 25/04/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 25/04/2023) . ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO APENAS PARA CONCEDER A JUSTIÇA GRATUITA PLEITEADA, MANTENDO-SE A DECISÃO SINGULAR EM TODOS OS SEUS DEMAIS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE) - Francisco Evandro Fernandes de Almeida (OAB: 8340/CE)

Nº 0630689-33.2023.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Barbalha - Agravante: João Pereira da Silva - Agravado: Banco Santander (Brasil) S/A - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO. INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA. PLEITO DE RESTAURAÇÃO DO VALOR DAS ASTREINTES AO PATAMAR DE R$ 50.000,00. VALOR EXORBITANTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA DAR-LHE PROVIMENTO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA EM ANALISAR A RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE DO VALOR DAS ASTREINTES E SE SUA REDUÇÃO FOI ADEQUADA ÀS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. IN CASU, VERIFICA-SE QUE NOS AUTOS ORIGINÁRIOS O LIMITE DO VALOR DAS ASTREINTES FOI ESTIPULADO NO PATAMAR DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), MOTIVO PELO QUAL O BANCO SANTANDER S/A INTERPÔS AGRAVO DE INSTRUMENTO, REQUERENDO A REDUÇÃO DA REFERIDA MULTA, PLEITO ESTE QUE FOI PROVIDO, CONFORME DECISÃO MONOCRÁTICA ÀS FLS. 93/102, NA QUAL FOI DETERMINADO O TETO DA MULTA NO PATAMAR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).4. IRRESIGNADO, O AUTOR INTERPÔS O PRESENTE AGRAVO INTERNO, ÀS FLS. 01/08, ARGUMENTANDO QUE A SENTENÇA QUE DETERMINOU A RETIRADA DO SEU NOME JUNTO AO SPC FOI PROFERIDA EM 09/09/2021, MAS A RETIRADA SÓ SE PROCEDEU EM 26/01/2023, O QUE IMPACTOU SUA VIDA PESSOAL E FINANCEIRA, UMA VEZ QUE SEU NOME RESTOU NEGATIVADO DURANTE 504 DIAS.5. EM QUE PESE A ALEGAÇÃO DA PARTE RECORRENTE, VERIFICA-SE QUE O ENTÃO JUIZ CONVOCADO QUE PROFERIU A DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVADA AGIU ACERTADAMENTE AO REDUZIR O PATAMAR DAS ASTREINTES, UMA VEZ QUE O LIMITE DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) EXTRAPOLOU O VALOR ESTIPULADO POR ESTE CORTE DE JUSTIÇA EM CASOS SEMELHANTES.IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: ART. 537, § 1°, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO INTERNO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Igor Otoni Amorim (OAB: 35340/CE) - Allan Dyógenes de Sá Sampaio (OAB: 44287/CE) - Lourenço Gomes Gadêlha de Moura (OAB: 21233/PE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0007288-53.2017.8.06.0036 - Apelação Cível - Aracoiaba - Apte/Apdo: Banco do Brasil S/A - Apte/Apdo: Luis Lairton da Silva - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINAR DE CONEXÃO. JULGAMENTO DOS SUPOSTOS PROCESSOS CONEXOS. REJEIÇÃO. ALEGAÇÃO AUTORAL DE DESCONTOS INDEVIDOS EM CONTA BANCÁRIA APÓS A QUITAÇÃO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL. NÃO COMPROVAÇÃO DOS DESCONTOS INDEVIDOS. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. AUSENTE DEVER DE INDENIZAR. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO. SENTENÇA REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL

FORMULADA NA PRESENTE AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, AJUIZADA POR LUIS LAIRTON DA SILVA EM DESFAVOR DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. O AUTOR PRETENDE MAJORAR O MONTANTE INDENIZATÓRIO DO DANO MORAL E O RÉU PRETENDE A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES EM DISCUSSÃO SÃO AS SEGUINTES: (I) PRELIMINAR DE CONEXÃO; (II) OCORRÊNCIA OU NÃO DE DESCONTOS APÓS A QUITAÇÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO HAVIDO ENTRE AS PARTES; (III) CONFIGURAÇÃO OU NÃO DE ATO ILÍCITO E DEVER DE REPARAR OS DANOS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. PRELIMINAR DE CONEXÃO: AS DEMANDAS EM REFERÊNCIA JÁ FORAM JULGADAS E ENCONTRAM-SE, INCLUSIVE, ARQUIVADAS DEFINITIVAMENTE, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM CONEXÃO. PRELIMINAR REJEITADA4. O BANCO DEMANDANDO COMPROVOU QUE O CONTRATO Nº 829359793, INFORMADO NA INICIAL, CONSISTE EM CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR NA MODALIDADE CRÉDITO PESSOAL SEM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO, TENDO COMO NOME DO PRODUTO “BB CRÉD SALÁRIO”, E FOI QUITADO NO MÊS DE MARÇO DE 2017.5. OS EXTRATOS BANCÁRIOS APRESENTADOS PELO BANCO RÉU DEMONSTRAM QUE OS DESCONTOS SOB A RUBRICA “PGTO BB CRÉDITO SALÁRIO” SOMENTE OCORRERAM ATÉ O MÊS DE MARÇO DE 2017, OU SEJA, A PARTIR DO MÊS DE ABRIL DE 2017 NÃO OCORREU MAIS NENHUM DÉBITO SOB A REFERIDA RUBRICA.6. PERCEBE-SE QUE, COM RELAÇÃO AO EMPRÉSTIMO DENOMINADO “BB CRÉD SALÁRIO”, DE Nº 829359793, OS DESCONTOS CESSARAM NA DATA ASSINALADA NO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES.7. NA EXORDIAL E NA RÉPLICA APRESENTADAS PELO DEMANDANTE SEQUER HÁ A DESCRIÇÃO DOS SUPOSTOS DESCONTOS INDEVIDOS E OS RESPECTIVOS VALORES, LIMITANDO-SE A ADUZIR QUE SOFREU DÉBITOS DE FORMA INDEVIDA ANTE A QUITAÇÃO DO CONTRATO Nº 829359793.8. APESAR DE A DEMANDA VERSAR SOBRE RELAÇÃO CONSUMERISTA, CABE AO AUTOR PROVAR MINIMAMENTE O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO, O QUE NÃO OCORREU NA ESPÉCIE.9. NÃO SE VISLUMBRA ATO ILÍCITO PRATICADO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DE FORMA QUE NÃO SE JUSTIFICA A CONDENAÇÃO DO BANCO EM REPARAR OS DANOS MORAIS E MATERIAIS PRETENDIDOS PELO AUTOR.IV. DISPOSITIVO10. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. RECURSO ADESIVO PREJUDICADO. _____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC, ARTS. 2º, 3º E 14; CC, ARTS. 186 E 927; CPC, ARTS. 55 E 373.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, AGRAVO INTERNO CÍVEL - 0276519-55.2021.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, 1ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 20/09/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 20/09/2023ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO CÍVEL PARA DAR-LHE PROVIMENTO, E JULGAR PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE) - José Souza de Oliveira (OAB: 35914/CE)

Nº 0141726-05.2009.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Ágape Transportadora Turistica Ltda Me - Apelada: Jacqueline Cordeiro de Goes - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ATROPELAMENTO DE PEDESTRE POR ÔNIBUS DE TURISMO. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. RECURSO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO ORDINÁRIA, CONDENANDO A PARTE APELANTE AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO POSTA EM ANÁLISE CINGE-SE EM VERIFICAR SE HÁ RESPONSABILIDADE CIVIL DA EMPRESA APELANTE PELOS DANOS DECORRENTES DO ATROPELAMENTO DA PARTE AUTORA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. COMO CEDIÇO, A RESPONSABILIDADE CIVIL EM DECORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO, COMO REGRA, É SUBJETIVA, DEVENDO SER DEMONSTRADO, PORTANTO, A AÇÃO OU A OMISSÃO VOLUNTÁRIA, A NEGLIGÊNCIA OU A IMPRUDÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO DO DEVER DE INDENIZAR EM RAZÃO DE ATO ILÍCITO. TAMBÉM É NECESSÁRIO QUE NÃO TENHA OCORRIDO NENHUMA CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL.4. APÓS ANÁLISE DAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A PARTE AUTORA COMPROVOU A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE E AS CONSEQUÊNCIAS - TETRAPARESIA ESPÁTICA E ALTERAÇÕES COGNITIVAS. ENTRETANTO, NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE PROVAR A CULPA DO MOTORISTA DA EMPRESA PELO ACIDENTE. AS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS, NOS LEVAM A CONCLUIR QUE O ACIDENTE OCORREU POR CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA, COMO ALEGADO PELA EMPRESA APELANTE. 5. EMBORA A PARTE AUTORA TENHA IMPUGNADO O LAUDO PERICIAL PELO FATO DE TER SIDO REALIZADO APÓS A RETIRADA DA VÍTIMA DO LOCAL, AUSÊNCIA DE FOTOGRAFIA E OITIVA DE TESTEMUNHAS, NÃO SOLICITOU A REALIZAÇÃO DE OUTRA PERÍCIA JUDICIAL. LIMITOU-SE A APRESENTAR PROVA TESTEMUNHAL NA TENTATIVA DE COMPROVAR A RESPONSABILIDADE DO MOTORISTA PELO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO E A AUSÊNCIA DE SOCORRO À VÍTIMA. 6. AS TESTEMUNHAS OUVIDAS EM JUÍZO NÃO PRESENCIARAM O ACIDENTE, APENAS NARRARAM FATOS OUVIDOS DE OUTRAS PESSOAS, SENDO MUITO VAGA A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CORRETA ANÁLISE DA DINÂMICA DO ACIDENTE ENVOLVENDO A AUTORA. 7. APÓS O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO EM AUDIÊNCIA NÃO FOI SOLICITADO PROVA COMPLEMENTAR OU INTERPOSTO RECURSO. 8. A PARTE AUTORA NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE PROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO NO QUE SE REFERE A CULPA DO MOTORISTA PELO ACIDENTE EM RAZÃO DE IMPRUDÊNCIA, NEGLIGÊNCIA OU IMPERÍCIA. NÃO HÁ PROVA DE QUE NÃO OBSERVOU A VELOCIDADE LIMITE DA VIA OU QUE NÃO PRESTOU SOCORRO ADEQUADO. POR OUTRO LADO, O LAUDO PERICIAL REALIZADO PELA PEFOCE ATESTOU QUE O ACIDENTE OCORREU POR CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA.IV. DISPOSITIVO.9. RECURSO PROVIDO. DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS:CF, ART. 5º, INCISO X; CC, ARTS. 186 E 927; CPC, ART. 373, I.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: APELAÇÃO CÍVEL - 0718256-08.2000.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 26/04/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 28/04/2023; APELAÇÃO CÍVEL - 0122367-20.2019.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 02/08/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 02/08/2023. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Matheus Anderson Bezerra Ximenes (OAB: 26624/CE) - Janaina Cordeiro Goes - Vicente de Paulo Freitas de Oliveira (OAB: 12698/CE) - Joana Rodrigues Cruz Santos (OAB: 40776/CE) - Felipe Monteiro Andrade Araújo (OAB: 35708/CE) - Anna Lígia da Costa Santos Vieira (OAB: 43574/CE) - Lídia Lemos da Silva (OAB: 43214/CE)

Nº 0200302-42.2023.8.06.0084/50000 - Agravo Interno Cível - Guaraciaba do Norte - Agravante: Bradesco Seguros S/A - Agravada: Francisca de Fatima Silva de Sousa - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C DANO MORAL E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. COBRANÇA REFERENTE A SERVIÇO NÃO CONTRATADO. DANO MORAL EVIDENCIADO. VALOR DA INDENIZAÇÃO MAJORADO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. RECURSO DESPROVIDO. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE AGRAVO INTERNO ADVERSANDO DECISÃO MONOCRÁTICA NOS AUTOS DA AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE/INEXISTÊNCIA CONTRATUAL, C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO POSTA EM ANÁLISE CINGE-SE EM VERIFICAR SE ESTÁ CORRETA A DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO DO BANCO E DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA AUTORA TÃO SOMENTE PARA MAJORAR OS DANOS MORAIS PARA O VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).RAZÕES DE DECIDIR3. O BANCO AGRAVANTE NÃO LOGROU ÊXITO EM CUMPRIR O ÔNUS DE COMPROVAR A EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA EM QUESTÃO, ABSTENDO-SE DE APRESENTAR NOS AUTOS QUALQUER DOCUMENTAÇÃO QUE SUSTENTASSE A ALEGADA CONTRATAÇÃO.4. DIANTE DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO AGRAVANTE, CONCLUI-SE QUE HOUVE ABUSO DE DIREITO, RESULTANDO EM PREJUÍZOS À PARTE AGRAVADA, O QUE GERA A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR PELOS DANOS DECORRENTES DOS DESCONTOS INDEVIDOS.5. CONSIDERANDO QUE O DESCONTO EM QUESTÃO NOS AUTOS OCORREU APÓS A PUBLICAÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA NO EARESP 676608/RS (30/03/2021), A REPETIÇÃO DO INDÉBITO NO PRESENTE CASO DEVE SER REALIZADA EM DOBRO. 6. DIANTE DA OCORRÊNCIA DE DANO MORAL PRESUMIDO, DECORRENTE DOS DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PROMOVENTE, O VALOR DA INDENIZAÇÃO EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) SE MOSTRA SUFICIENTE PARA DESENCORAJAR A REINCIDÊNCIA DE CONDUTA POR PARTE DO BANCO AGRAVANTE E, AO MESMO TEMPO, PROPORCIONAR UMA COMPENSAÇÃO ADEQUADA PELO DANO MORAL SOFRIDO PELA AUTORA/AGRAVADA.DISPOSITIVO7. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CDC, ART. 14.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ - EARESP 676608/RSACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO INTERNO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024DESEMBARGADORA CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Diego de Carvalho Rodrigues (OAB: 19646/CE)

Nº 0205735-06.2022.8.06.0167 - Apelação Cível - Sobral - Apelante: GEORGIA INGRED FONTELES DE MORAIS - Apelado: Unimed de Sobral - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PLANO DE SAÚDE. INDICAÇÃO DE FISIOTERAPIA MOTORA PELO MÉTODO THERASUIT. PACIENTE COM MÚLTIPLAS ENFERMIDADES E PARALISIA CEREBRAL. RECUSA DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE EM DAR COBERTURA AO TRATAMENTO. FALTA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA DO MÉTODO. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DESCABIMENTO DO PLEITO AUTORAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS PARA DETERMINAR QUE A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE RÉ FORNEÇA O TRATAMENTO PELO MÉTODO THERASUIT.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. O CERNE DA CONTROVÉRSIA CINGE-SE A ANALISAR SE A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE DETÉM O DEVER COBRIR O TRATAMENTO THERASUIT, O QUAL FOI PRESCRITO PELO MÉDICO ASSISTENTE DO AUTOR.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 465/2021 DA ANS, HOJE VIGENTE, DISPÕE, NO ART. 17, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, QUE É PERMITIDA A EXCLUSÃO DE COBERTURA PARA TRATAMENTO CLÍNICO OU CIRÚRGICO EXPERIMENTAL, ASSIM CONSIDERADO PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM, PELO CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA - CFO OU PELO CONSELHO FEDERAL DO PROFISSIONAL DE SAÚDE RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO.4. NO SISTEMA E-NATJUS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ, HÁ ALGUMAS NOTAS TÉCNICAS ACERCA DO PROCEDIMENTO THERASUIT. DESTAQUE PARA A RECENTE Nº NOTA TÉCNICA Nº 164439, ELABORADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, QUE AVALIOU A EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA COM MÉTODO THERASUIT QUE "NÃO HÁ EVIDÊNCIAS CONCLUSIVAS QUE INDIQUEM UMA SUPERIORIDADE DEFINITIVA DO MÉTODO THERASUIT EM RELAÇÃO À FISIOTERAPIA TRADICIONAL NO TRATAMENTO DA PARALISIA CEREBRAL."5. O REFERIDO MÉTODO E SUAS VARIAÇÕES SÃO RECONHECIDOS PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA COMO EXPERIMENTAIS, CUJA NEGATIVA DO PLANO DE SAÚDE EM FORNECÊ-LOS, COM BASE NA AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO ROL DA ANS E DA MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS, MOSTRA-SE CORRETA.6. NESSE SENTIDO, A JURISPRUDÊNCIA VEM SENDO REVISTA, DE FORMA A NÃO MAIS ENTENDER COMO ABUSIVA A EXCLUSÃO DO TRATAMENTO PLEITEADO. A TERCEIRA E A QUARTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TÊM ENTENDIDO QUE O PLANO DE SAÚDE NÃO ESTÁ OBRIGADO A CUSTEAR AS TERAPIAS CONHECIDAS COMO THERASUIT E PEDIASUIT, SEJA POR SEREM CONSIDERADAS EXPERIMENTAIS, SEJA POR DEMANDAREM ÓRTESES NÃO LIGADAS A ATO CIRÚRGICO (ART. 10, I E VII, DA LEI Nº 9.656/1998).7. NÃO MERECE ACOLHIMENTO A PRETENSÃO AUTORAL DE COMPELIR A OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE AO CUSTEIO DO TRATAMENTO DA INFANTE ATRAVÉS DO MÉTODO THERASUIT.IV. DISPOSITIVO8. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E NÃO PROVIDA. _____DISPOSITIVO RELEVANTE CITADO: LEI Nº 9.656/1998, ART. 10, I E VII.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, AGINT NO RESP N. 2.139.815/CE, RELATOR MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 2/9/2024, DJE DE 6/9/2024; STJ, AGINT NO RESP N. 2.104.811/SP, RELATOR MINISTRO MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 19/8/2024, DJE DE 22/8/2024; STJ, AGINT NO AGINT NO ARESP N. 2.341.968/RN, RELATOR MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, JULGADO EM 3/6/2024, DJE DE 6/6/2024; STJ, AGINT NO RESP N. 2.120.877/SE, RELATOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, JULGADO EM 20/5/2024, DJE DE 23/5/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0123386-61.2019.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 25/09/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0054232-06.2020.8.06.0167, REL. DESEMBARGADOR(A) FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 25/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 25/09/2024; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0225759-05.2021.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 28/08/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 28/08/2024. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO CÍVEL PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO

RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Rafael Pereira Ponte (OAB: 21510/CE) - Antônio Lourenço Tomás Arcanjo (OAB: 5616/CE) - Ana Adília Rodrigues (OAB: 44912/CE) - Yago Carneiro Azevedo (OAB: 44733/CE)

Nº 0627421-68.2023.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Agravada: Josineide Tavares de Mendonça - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE EMPRÉSTIMO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DEFERIDO PELO JUÍZO DE ORIGEM. ART. 300 DO CPC. PROBABILIDADE DE DIREITO E PERIGO DE DANO VERIFICADOS EM FAVOR DA PARTE AUTORA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE AGRAVO INTERNO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA, PELO ENTÃO RELATOR DO FEITO, DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA, NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0627421-68.2023.8.06.0000.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O PONTO CENTRAL DA QUESTÃO RESIDE EM ANALISAR A CORREÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA COM EFEITO SUSPENSIVO EM FAVOR DA PARTE AGRAVANTE. A PARTE RECORRENTE, EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, BUSCAVA GARANTIR QUE OS DESCONTOS NA CONTA CORRENTE DA PARTE AUTORA, REFERENTES AO CONTRATO CONTESTADO JUDICIALMENTE, NÃO FOSSEM SUSPENSOS, BEM COMO QUE O NOME DA PARTE AUTORA NÃO FOSSE EXCLUÍDO DOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A PARTE AGRAVADA DEMONSTROU O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO NA INICIAL E PERIGO DE DANO GRAVE.4. NESTE CONTEXTO, EMBORA UM CONTRATO TENHA SIDO APRESENTADO NOS AUTOS PRINCIPAIS, SURGIRAM DÚVIDAS QUANTO À AUTENTICIDADE DA ASSINATURA NO DOCUMENTO DE EMPRÉSTIMO. TAL QUESTÃO ESTÁ PENDENTE DE RESOLUÇÃO NA DECISÃO JUDICIAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA, PODENDO, INCLUSIVE, DEMANDAR UMA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA PARA VERIFICAR A VERACIDADE DA ASSINATURA. 5. A CONTINUIDADE DOS DESCONTOS CONFIGURA O DENOMINADO PERIGO DE DANO INVERSO, DADA A NATUREZA ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. DESSA FORMA, NÃO SE MOSTRA RAZOÁVEL INFLIGIR DESCONTOS NOS PROVENTOS DE PESSOA QUE AFIRMA NÃO TER CONTRATADO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. IV. DISPOSITIVO6. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, ART. 300.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: N/AACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO AGRAVO INTERNO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0005568-03.2015.8.06.0107 - Apelação Cível - Jaguaribe - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: Roberto Cesar Rizzo ME - Apelado: Roberto Cesar Rizzo - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO PARA DESCONTO DE TÍTULOS. AUSÊNCIA DE BORDERÔS E TÍTULOS SUPOSTAMENTE NÃO ADIMPLIDOS. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO FEITO. MANUTENÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARIBE, QUE ACOLHEU A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E EXTINGUIU O FEITO EXECUTÓRIO POR AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES EM DISCUSSÃO SÃO AS SEGUINTES: (I) CABIMENTO OU NÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE; E (II) CONFIGURAÇÃO OU NÃO DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. O CABIMENTO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE EXIGE A OBSERVÂNCIA DE DOIS REQUISITOS, QUAIS SEJAM, A MATÉRIA INVOCADA DEVE SER DE ORDEM PÚBLICA, POSSIBILITANDO O CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO, E A DECISÃO INDEPENDA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.4. A MATÉRIA SUSCITADA PELA PARTE EXECUTADA, QUAL SEJA DA INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL A EMBASAR O FEITO EXECUTÓRIO, SE TRATA DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO, INCLUSIVE, PELO MAGISTRADO, E NÃO DEPENDE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. ASSIM, VIÁVEL A UTILIZAÇÃO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE COMO MEIO DE DEFESA.5. O TÍTULO EXECUTIVO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO EXECUTIVO, SENDO, PORTANTO, REQUISITO DA PETIÇÃO INICIAL EXECUTIVA, OU MELHOR, REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE ESPECÍFICO DO PROCEDIMENTO EXECUTIVO, E NÃO BASTA QUE EXISTA O TÍTULO, IMPONDO-SE, AINDA, QUE A OBRIGAÇÃO POR ELA REPRESENTADA SEJA CERTA, LÍQUIDA E EXIGÍVEL.6. AS CÓPIAS DO CONTRATO PARA DESCONTO DE TÍTULOS FIRMADO ENTRE AS PARTES E DO DEMONSTRATIVO DE CONTA VINCULADA NÃO REVELAM A EXIGIBILIDADE, A CERTEZA E A LIQUIDEZ, NÃO SENDO JUNTADOS OS BORDERÔS OU OS TÍTULOS SACADOS OU DESCONTADOS, LIMITANDO-SE O EXEQUENTE A APRESENTAR APENAS UM DOCUMENTO UNILATERAL QUE MENCIONA A SUPOSTA EXISTÊNCIA DE TAIS TÍTULOS.7. NÃO RESTANDO COMPROVADOS OS ATRIBUTOS DO TÍTULO EXECUTIVO, DESCABE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTÓRIO, NÃO MERECENDO REFORMA A SENTENÇA ORA IMPUGNADA.IV. DISPOSITIVO8. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E NÃO PROVIDA._____DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ARTS. 786 E 803.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP 1110925/SP, REL. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, JULGADO EM 22/04/2009, DJE 04/05/2009; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL - 0005567-18.2015.8.06.0107, REL. DESEMBARGADOR(A) MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 14/06/2022, DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/06/2022, TJMG, APELAÇÃO CÍVEL 1.0000.24.078605-3/001, RELATOR(A): DES.(A) EVANGELINA CASTILHO DUARTE , 14ª CÂMARA CÍVEL, JULGAMENTO EM 21/03/2024, PUBLICAÇÃO DA SÚMULA EM 21/03/2024; TJGO, PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO, AGRAVO DE INSTRUMENTO 5124185-33.2022.8.09.0000, REL. DES(A). DESEMBARGADORA NELMA BRANCO FERREIRA PERILO, 4ª CÂMARA CÍVEL, JULGADO EM 02/08/2022, DJE DE 02/08/2022; TJSP, APELAÇÃO CÍVEL 1007709-62.2020.8.26.0004; RELATOR (A): WALTER BARONE; ÓRGÃO JULGADOR: 24ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO; FORO REGIONAL IV - LAPA - 1ª VARA CÍVEL; DATA DO JULGAMENTO: 31/03/2022; DATA DE REGISTRO: 31/03/2022. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA APELAÇÃO CÍVEL PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Andressa Kelly do Nascimento Almeida (OAB: 356301/SP) - Adriano Fernandes Neto (OAB: 356127/SP) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Haroldo Gutemberg Urbano Benevides (OAB: 28242/CE)

Nº 0200048-68.2023.8.06.0052 - Apelação Cível - Brejo Santo - Apelante: Rita Roberto dos Santos - Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelada: Rita Roberto dos Santos - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. SUPRESSIO E VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. CONTRATO NÃO APRESENTADO. DESCONTOS INDEVIDOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MONTANTE INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. JUROS DE MORA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES DEBITADOS. RECURSO DO BANCO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO OBJETIVANDO A REFORMA DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO, QUE ULGOU PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL FORMULADA NA PRESENTE AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO.II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO2. AS QUESTÕES EM DISCUSSÃO SÃO AS SEGUINTES: (I) INOVAÇÃO RECURSAL QUANTO ÀS ALEGAÇÕES DE SUPRESSIO E VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM; (II) SE FOI COMPROVADA A CONTRATAÇÃO ENTRE AS PARTES; (III) SE OS DESCONTOS NA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA CAUSARAM DANOS MORAIS; (IV) SE O MONTANTE INDENIZATÓRIO MERECE ALTERAÇÃO; (V) SE AS QUANTIAS DEBITADAS DEVEM SER RESTITUÍDAS; E (VI) QUAL É O TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA SOBRE A INDENIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS. III. RAZÕES DE DECIDIR3. INOVAÇÃO RECURSAL: OS ARGUMENTOS SOBRE A OCORRÊNCIA DOS INSTITUTOS DA SUPRESSIO E DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM NÃO FORAM ADUZIDOS COMO MATÉRIA DE DEFESA EM CONTESTAÇÃO, DE FORMA QUE NÃO CABE A APRECIAÇÃO POR PARTE DESSE ÓRGÃO COLEGIADO, SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.4. IMPÕE-SE RECONHECER QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO CUMPRIU SATISFATORIAMENTE COM A OBRIGAÇÃO QUE LHE CABIA DE COMPROVAR NOS AUTOS A REGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO QUE ACARRETOU O DESCONTO QUESTIONADO, UMA VEZ QUE NÃO TROUXE AO PROCESSO O CONTRATO QUE ORIGINOU OS DÉBITOS NA CONTA BANCÁRIA DA AUTORA, OS DOCUMENTOS PESSOAIS DA SUPOSTA CONTRATANTE E NEM O COMPROVANTE DE TRANSFERÊNCIA DA QUANTIA ALEGADAMENTE PACTUADA.5. A RESTRIÇÃO INDEVIDA DO PATRIMÔNIO DA AUTORA CAUSOU-LHE CONSIDERÁVEL ABALO MORAL E SOFRIMENTO QUE MERECE SER REPARADO, AFIGURANDO-SE A QUANTIA DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS), FIXADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, SUFICIENTE PARA REPARAR A PARTE DEMANDANTE PELO DANO MORAL SUPORTADO, RESTANDO RAZOÁVEL E PROPORCIONAL À OFENSA SOFRIDA, ALÉM DE DETER CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO AO OFENSOR, NÃO MERECENDO REFORMA A SENTENÇA QUANTO AO PONTO.6. DEVEM SER RESTITUÍDOS DE FORMA SIMPLES OS DESCONTOS INDEVIDOS OCORRIDOS ANTES DE 30 DE MARÇO DE 2021, E EM DOBRO AQUELES REALIZADOS APÓS A REFERIDA DATA.7. TRATANDO-SE DE RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL, OS JUROS DE MORA SOBRE DANOS MORAIS DEVEM INCIDIR A PARTIR DO EVENTO DANOSO.IV. DISPOSITIVO8. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO BANCO PARCIALMENTE CONHECIDA E NÃO PROVIDA. APELAÇÃO CÍVEL DA AUTORA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DA APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELO BANCO PARA, NA PARTE CONHECIDA, NEGAR PROVIMENTO E CONHECER DA APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA PELA AUTORA PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Gláucio Cavalcante de Lima (OAB: 34157/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200372-68.2023.8.06.0081 - Apelação Cível - Granja - Apelante: Maria Juliete Gomes - Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE EMPRÉSTIMO EM FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA - CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. VALOR DA INDENIZAÇÃO REDIMENSIONADO. SENTENÇA REFORMADA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO ADVERSANDO A SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS E RESTITUIÇÃO DE VALORES.2. A PARTE AUTORA DEFENDE A REFORMA DA SENTENÇA OBJETIVANDO, FUNDAMENTALMENTE, VER MAJORADO O VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA PELOS DANOS MORAIS. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO3. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA, UNICAMENTE, EM ANALISAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.III. RAZÕES DE DECIDIR4. DA ANÁLISE DOS AUTOS, CONSTATA-SE QUE SE DEU POR CARACTERIZADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS PELA EMPRESA DEMANDADA, QUE NÃO DEMONSTROU A REGULARIDADE NA COBRANÇA, NA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA DA DEMANDANTE, REFERENTE A EMPRÉSTIMO QUE AFIRMA A AUTORA NÃO TER CONTRATADO, DEIXANDO A RÉ, DESSA FORMA, DE APRESENTAR OS CONTRATOS QUE TERIAM ORIGINADO A DÍVIDA IMPUGNADA.5. O VALOR DA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS, FIXADO PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU EM R$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS), SE REVELA DESPROPORCIONAL.6. CONSOANTE PARÂMETROS ADOTADOS NA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA CASOS SEMELHANTES, A QUANTIA DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS) SE REVELA RAZOÁVEL E SUFICIENTE A REPARAR O DANO EXPERIMENTADO, SEM REPRESENTAR ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, AO MESMO TEMPO EM QUE SERVE PARA DESESTIMULAR A REITERAÇÃO DE PRÁTICAS DESSA NATUREZA.IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, REFORMANDO A SENTENÇA FIXAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE - APELAÇÃO CÍVEL - 0201032-95.2023.8.06.0070, REL. DESEMBARGADOR(A) JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 09/10/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 09/10/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0227828-73.2022.8.06.0001, REL. DESEMBARGADOR(A) PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA - PORT. 2696/2023, 3ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 17/04/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 17/04/2024; APELAÇÃO CÍVEL - 0050909-77.2021.8.06.0160, REL. DESEMBARGADOR(A) FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, DATA DO JULGAMENTO: 28/02/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 28/02/2023.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 3ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, NA CONFORMIDADE DA ATA DE JULGAMENTO, POR DELIBERAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS

TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024CLEIDE ALVES DE AGUIARPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOSRELATOR . - Advs: Davi Muniz Sociedade Indivual de Advocacia (OAB: 4135/CE) - Davi Portela Muniz (OAB: 32573/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Privado

DESPACHO

Nº 0004998-18.2016.8.06.0063 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: Marieta Alves Feitosa - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Atento a tudo quanto exposto, hei por bem CONHECER DA APELAÇÃO interposta pela requerente para DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, consoante o disposto no art. 932, inciso IV, do CPC, ao escopo de reformar a sentença para: a) condenar o banco requerido à restituição dos descontos indevidamente realizados no benefício previdenciário da parte requerente de forma simples se efetuados antes de 30/03/2021 ou em dobro se após esse marco, em razão do EAREsp 676.608/RS, devidamente atualizados, com correção monetária pelo indexador oficial à época de cada desembolso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, e com a compensação delineada no dispositivo sentencial; b) condenar o banco requerido ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com incidência dos juros moratórios à base de 1% ao mês a partir do evento danoso e da correção monetária pelo indexador oficial a partir da data de seu arbitramento; d) e condenar o banco requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência à base de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, CPC. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA Relator - Advs: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200379-67.2022.8.06.0090 - Apelação Cível - Icó - Apelante: Banco Bradesco S/A - Apelado: Afonso de Castro Custódio - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, CONHEÇO DA PRESENTE APELAÇÃO e DENEGO-LHE PROVIMENTO, consoante o disposto no art. 932, inciso IV, do Código de Processo Civil, e, por consectário, condeno a parte recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários de sucumbência à base de 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, a teor do art. 85, §§ 2º e 11, da norma processual civil. Decorrido o prazo recursal sem que nada tenha sido apresentado, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA Relator - Advs: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE) - Kléber Rocha Pordeus Gonçalves (OAB: 25582/PB)

Nº 0200945-60.2022.8.06.0043 - Apelação Cível - Barbalha - Apelante: Benedito Pereira Vieira - Apelado: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, com fundamento nos arts. 926 c/c 932 do CPC, conheço do recurso de apelação para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a sentença combatida. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Reginaldo Gomes dos Santos (OAB: 33067A/CE) - Shalon Michaelli Angelo Tavares (OAB: 24016/CE) - Marília Barbosa de Oliveira (OAB: 34374/CE)

Nº 0201120-75.2023.8.06.0154 - Apelação Cível - Quixeramobim - Apelante: Antonia Duarte da Silva - Apelado: Banco Itaú Consignado S/A - Por todos os argumentos supramencionados, no exercício do poder-dever insculpido na norma do art. 932, inciso V, do CPC, em harmonia com os excertos jurisprudenciais supracitados, CONHEÇO do Recurso de Apelação para, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem para que se proceda à dilação probatória necessária, com a intimação da instituição financeira para que junte aos autos o referido contrato de empréstimo consignado com a devida guia do depósito do valor contratado, caso necessário, a produção de perícia grafotécnica e, ao final, prolação de novo julgamento. Publique-se. Expedientes necessários. Decorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, dia e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA Relator - Advs: Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0203550-71.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Jaquelyne Honorato Torres de Matos - Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A - Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Assim, considerando o teor das súmulas do STJ, acórdãos proferidos pela Corte Superior em julgamento de recursos repetitivos, bem como a jurisprudência consolidada neste Tribunal de Justiça, conheço do recurso para, nos termos do art. 932, inciso IV, e art. 926, todos do CPC, negar-lhe provimento. Por consequência, majoro os honorários advocatícios para 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, ficando suspensa a sua exigibilidade enquanto perdurar a situação de miserabilidade da parte promovente, conforme o art. 98, § 3º, do CPC, haja vista o deferimento da gratuidade judiciária. Expediente necessário. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Isabelle Sousa Martins (OAB: 8146/RN) - Bruno Henrique Gonçalves (OAB: 131351/SP)

Nº 0203604-92.2023.8.06.0112 - Apelação Cível - Juazeiro do Norte - Apelante: Marcos George de Lima Almeida - Apelado: Banco Pan S/A - Assim, considerando o teor da jurisprudência consolidada neste Tribunal de Justiça e na Corte Superior, conheço do presente recurso para, nos termos do art. 932, incisos IV e V, e art. 926, todos do CPC, dar-lhe parcial provimento, reformando a sentença para limitar os juros remuneratórios à taxa média divulgada pelo Banco Central para a mesma modalidade de contrato, na época da contratação, observada a restituição em dobro dos valores pagos a maior, com juros e correção monetária na forma acima exposta, bem como para, em consequência, reconhecer a inexistência de mora do devedor. Com o presente resultado, observada a sucumbência recíproca, devem os honorários de sucumbência, fixados em 10% sobre o valor da condenação, ser rateados igualmente entre as partes, devendo cada uma delas pagar metade (50%) ao patrono da parte adversa, observada a ressalva prevista no art. 98,§ 3º, do CPC, haja vista a gratuidade deferida em favor da parte autora. Expediente necessário. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Adriano Santos de Almeida (OAB: 237726/RJ) - Bruno Medeiros Durao (OAB: 152121/RJ) - Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 23649A/CE)

Nº 0216053-27.2023.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Apelada: Maria Veronica de Freitas - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, com fundamento nos arts. 926 c/c 932 do CPC, conheço do recurso de apelação para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a sentença combatida. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0222382-60.2020.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Condomínio Residencial Parque Messejana - Apelada: Maria Cleide dos Santos Marinho - Apelado: Francisco Marinho dos Santos - Apelada: Bruna dos Santos Varela - Diante do exposto, homologo o pedido de desistência do recurso, com esteio nas disposições dos artigos 932, inciso III, e 998, todos do Código de Processo Civil, e artigo 76, XIV, do Regimento Interno desta Corte de Justiça. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos nesta instância recursal. Expedientes necessários. Fortaleza, . DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Danny Memória Soares (OAB: 30539/CE) - Francisco Lindomar dos Santos - José Glauco Ribeiro Pereira (OAB: 22527/CE) - Bento Pereira da Silva Neto (OAB: 5977/CE)

Nº 0264137-25.2024.8.06.0001 - Apelação / Remessa Necessária - Fortaleza - Apelante: Município de Fortaleza - Apelada: Vitoria Barroso Chaves Batista - Diante do exposto, com fundamento no art. 15, inciso I, alínea a, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, declino da competência para processar e julgar a presente apelação cível, determinando a remessa dos autos à distribuição para uma das Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Procuradoria do Município de Fortaleza - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0278433-23.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Maciel de Morais - Apelado: Banco Safra S/A - Isto posto, considerando que a pretensão recursal não preenche os requisitos contidos no art. 1.010, incisos I e II, do CPC, deixo de conhecer do presente recurso, fazendo-o nos termos do art. 932, inciso III, do CPC. Expediente necessário. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE)

Nº 0285504-76.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Vitoriano Supermercado Ltda (Mercadinho Vitoriano) - Apelado: Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto, em decorrência da ausência de provas da incapacidade financeira da empresa Vitoriano Supermercado Ltda (Mercadinho Vitoriano), INDEFIRO o pedido de gratuidade judiciária, determinando que a parte apelante efetue o pagamento das custas do recurso, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 99, § 7º, do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Carlos Samuel de Gois Araújo (OAB: 29852/CE) - Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE)

Nº 0622446-66.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Uruburetama - Agravante: Joicilane Sales Barroso de Freitas - Agravante: Josenildo Sales Barroso - Agravado: BRIC Development Brasil Ltda. - Custos legis: Ministério Público Estadual - Isto posto, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil e do art. 76, XIV, do Regimento Interno deste Sodalício, não conheço deste recurso por estar prejudicado. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Felipe Braga Ávila (OAB: 38455/CE) - Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE) - Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE) - Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE)

Nº 0631530-91.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Antônio Virgílio Dias Henriques - Agravado: Diógenes Cruz Rolim Esmeraldo - Diante de todo o exposto, evidenciada a perda superveniente do interesse recursal em virtude do julgamento do recurso principal, julgo prejudicado, pela perda do objeto, o presente agravo interno, tudo com respaldo no art. 1.019, caput, c/c o art. 932, III (segunda figura), ambos do CPC/15, e, ainda, com fundamento no art. 76, XIV (segunda figura), do RITJ/CE (DJ-e 1º/08/2016). Publique-se. Expedientes necessários. Decorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, dia e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA Relator - Advs: João Vicente Lavieri (OAB: 113174/SP) - Paulo Nogueira Pizzo (OAB: 104549/SP) - João Marcos Sales (OAB: 28252/CE)

Nº 0631530-91.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Diógenes Cruz Rolim Esmeraldo - Agravado: Antônio Virgílio Dias Henriques - Ante o exposto, no exercício do poder-dever insculpido na norma do art. 932, inc. III, do CPC, julgo extinto o presente Agravo de Instrumento, bem como o Agravo Interno, sem resolução de mérito, em razão da ausência de interesse de agir, porquanto se encontra prejudicado, por superveniência de fato modificativo dos pedidos agravados. Publique-se. Expedientes necessários. Decorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa e arquive-se. Fortaleza, dia e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA Relator - Advs: João Marcos Sales (OAB: 28252/CE) - João Vicente Lavieri (OAB: 113174/SP) - Paulo Nogueira Pizzo (OAB: 104549/SP)

Nº 0632603-98.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Icó - Agravante: Luis Gustavo dos Santos Rodrigues Moisés - Agravado: CICERO NUNES MOISES - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a Tutela de Urgência requestada. Intimem-se as partes da presente decisão. Ocasião em que será intimada a parte agravada para apresentar ¿ querendo ¿ contrarrazões ao presente Instrumento, no prazo legal, conforme previsto no art. 1.019 do CPC. Comunique-se ao juízo originário. Expedientes necessários.Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA Relator - Advs: FRANCISCA CLEILDA DOS SANTOS RODRIGUES - Pedro Felipe da Silva Barbosa (OAB: 48562/CE) - Keivyla Késia Teixeira Pereira Batista (OAB: 49952/CE) - Mário Kleber Batista de Oliveira (OAB: 49964/CE)

Nº 0634498-94.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Agravante: PATRÍCIA CIPRIANO ALVES - Agravante: RAVI CIPRIANO MACÊDO VIANA e - Agravante: RAYSSA CIPRIANO MACÊDO VIANA, - Agravado: Joao Viana da Silva - Fortaleza, data e hora da assinatura digital. DESEMBARGADOR MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA Relator - Advs: PATRÍCIA CIPRIANO ALVES - PATRÍCIA CIPRIANO ALVES - George Wayne de Oliveira Gurgel (OAB: 34204/CE) - Rainily Garrido Brexio (OAB: 28177/CE)

Nº 0636039-65.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Caucaia - Agravante: Condomínio Viva Vida Caucaia - Agravado:

Rocelio Mario Paiva de Oliveira - Agravada: Angela Sousa de Oliveira - Isto posto, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil e do art. 76, XIV, do Regimento Interno desta Corte, NÃO CONHEÇO deste recurso por estar prejudicado. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Danny Memória Soares (OAB: 30539/CE)

Nº 0636965-46.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Aracati - Agravante: C. A. da S. S. - Agravado: J. C. da S. S. R. P. K. A. da S. V. - Isto posto, nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil e do art. 76, XIV, do Regimento Interno desta Corte, NÃO CONHEÇO deste recurso por estar prejudicado. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: José Thiago Souza de Oliveira (OAB: 39198/CE) - Lycya Rejane Moreira Nunes (OAB: 48607/CE)

Nº 0637258-16.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Marcia Tatiane Loureiro Silva - Agravante: Marilia Loureiro Figueiredo Barreto - Agravado: Jailson Muniz Macedo - Diante do exposto, com fundamento no art. 932 c/c art. 926 do CPC, conheço do Agravo de Instrumento para negar-lhe provimento. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Antônio Carlos Magalhães (OAB: 12992/RN) - Jose Lucas Araújo de Sousa (OAB: 50727/CE)

Nº 0637359-53.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - São Benedito - Agravante: CÍCERO DE SOUSA TEIXEIRA - Diante do exposto, com fundamento nos arts. 926 c/c 932 do CPC, conheço do recurso de Agravo de Instrumento para dar-lhe provimento no sentido de deferir o pedido de justiça gratuita em favor da parte recorrente. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0027857-44.2021.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Francisco Francieudo Lins - Embargado: CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A - Embargado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Francisco Francieudo Lins (OAB: 6982/CE) - Pedro Soares Maciel (OAB: 238777/SP) - Bernardo Rohden Pires (OAB: 384725/SP)

DESPACHO

Nº 0027857-44.2021.8.06.0001/50002 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - Embargante: CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A - Embargado: Francisco Francieudo Lins - Embargado: Francieudo Lins Advocacia - Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Pedro Soares Maciel (OAB: 238777/SP) - Bernardo Rohden Pires (OAB: 384725/SP) - Marcelo Mota Gurgel do Amaral (OAB: 12392/CE)

Nº 0027857-44.2021.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Francieudo Lins Advocacia - Embargante: Marcelo Mota Gurgel do Amaral - Embargado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - Embargado: CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A - Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Marcelo Mota Gurgel do Amaral (OAB: 12392/CE) - Pedro Soares Maciel (OAB: 238777/SP) - Bernardo Rohden Pires (OAB: 384725/SP)

DESPACHO

Nº 0203921-83.2022.8.06.0158/50000 - Agravo Interno Cível - Russas - Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Embargada: Eduarda Vilka Gomes Ribeiro - Custos legis: Ministério Público Estadual - Cuida-se de Agravo Interno interposto pela Seguradora Líder dos Consórcios so Seguro DPVAT S/A, em face de decisão monocrática proferida por esta relatoria (fls. 266/274, e-SAJSG). Em atenção ao devido processo legal (contraditório e ampla defesa), determino a intimação da parte recorrida, a fim de, querendo, resistir à pretensão recursal, conforme art. 1.021, § 2º do CPC/2015, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 32405A/CE) - Maria José Maia (OAB: 17304/CE)

Nº 0226419-28.2023.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Embargada: Maria Eunice de Oliveira Morais - Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) - Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE)

Nº 0231416-59.2020.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Rejane Sousa Noronha Figueiredo - Embargada: Maria Nádia de Oliveira Campos Noronha - Embargado: João Felipe de Oliveira Campos Aguiar - Embargada: Maria Suely Lima da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: José Helder Diniz Neto (OAB: 36727/CE) - Igor de Carvalho Ramos (OAB: 23688/CE)

DESPACHO

Nº 0231416-59.2020.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Apelante: Maria Nádia de Oliveira Campos Noronha - Apelante: Maria Suely Lima da Silva - Apelante: João Felipe de Oliveira Campos Aguiar - Embargada: Rejane Sousa Noronha Figueiredo - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte recorrida para, querendo e no prazo legal, apresentar contrarrazões aos embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, data registrada no sistema. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Igor de Carvalho Ramos (OAB: 23688/CE) - Andressa Melo Alves Costa (OAB: 23878/CE) - Laura Lima Passos (OAB: 25044/CE) - José Helder Diniz Neto (OAB: 36727/CE) - Baltazar Pereira da Silva Júnior (OAB: 20829/CE)

DESPACHO

Nº 0637288-51.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Cível - Iguatu - Impetrante: ANTONIO AUDERILO ANDRE DA SILVA - Custos legis: Ministério Público Estadual - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu - Destarte, não havendo que se falar em ameaça ilegal à liberdade do paciente, vez que não houve a demonstração da alegada quitação do débito alimentar da causa e, por conseguinte, do constrangimento ilegal afirmado na vestibular, revelando-se, ainda, inexistente a presença de qualquer indício de teratologia no decreto prisional, indefiro o pedido liminar em habeas corpus. Ciência imediata à autoridade coatora que deverá prestar as informações de estilo (art. 255, caput, RITJ/CE). Ato contínuo, remetam-se os autos à PGJ para emissão de parecer. Expedientes necessários e urgentes. Fortaleza, 12 de novembro de 2024. FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR Desembargador Relator - Advs: Artur Moreira Martins (OAB: 41351/CE)

PAUTA DE JULGAMENTO

3ª Câmara Direito Privado
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 43

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, AOS DIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024, OS SEGUINTES PROCESSOS:

0022271-12.2010.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/20ª Vara Cível. Agravante: Movement Fomento Comercial Ltda. Advogado: André Pinto Peixoto (OAB: 17284/CE). Advogado: Mário dos Martins Coelho Bessa (OAB: 15254/CE). Advogado: Cícero Alcântara Ribeiro de Andrade (OAB: 19790/CE). Agravado: Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo. Advogado: Francisco Coutinho Chaves (OAB: 13767/CE). Agravado: Guarany Participação e Representação Ltda.. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

Total de processos a julgar: 461

Fortaleza, 13 de novembro de 2024.

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

3ª Câmara Direito Privado
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 43

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, AOS DIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024, OS SEGUINTES
PROCESSOS:

CONTATO OU REQUERIMENTO: (85) 981653891 OU SEC.3CDIREITOPRIVADO@TJCE.JUS.BR
PARA SUSTENTAÇÃO ORAL É PRECISO INFORMAR NOME DO ADVOGADO, OAB, PROCESSO E PARTE QUE REPRESENTA.

0000166-33.2009.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Maria Aparecida Balbino. Repr. Legal: Francisco Gonçalves de Aquino. Advogado: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE). Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espólio de Cícero Emericiano da Silva. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: Marco Antônio Duarte Sabiá (OAB: 17761/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0000214-55.2007.8.06.0049 - **Apelação Cível** - Beberibe/2ª Vara da Comarca de Beberibe. Apelante: Bradesco Seguros S/A. Advogada: Clarissa de Melo Cavalcante (OAB: 19722/CE). Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Apelado: Jose Ivan Cardoso da Silva. Advogado: Francisco de Assis da Silva Junior (OAB: 23232/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0000540-96.2007.8.06.0022 - **Apelação Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Apelante: Banco Itaucard S/A. Advogado: Mariana Barros Mendonça (OAB: 103751/MG). Advogado: Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB: 16780/BA). Apelado: Maria Elias Soares. Advogado: Joaquim Miguel Goncalves (OAB: 6059/CE). Advogada: Fabrizia Elias Soares Alves (OAB: 14757/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0000545-20.2018.8.06.0124 - **Apelação Cível** - Milagres/Vara Única da Comarca de Milagres. Apte/Apdo: Rádio Onda Sul FM. Advogado: José Erivaldo Oliveira dos Santos (OAB: 6964/CE). Advogado: José Aciro Lacerda (OAB: 12631/CE). Apte/Apdo: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0000572-54.2009.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Jose Sabino dos Santos. Advogado: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE). Advogada: Patricia Lucas Maia (OAB: 32012/CE). Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espólio de Cicero Emericiano. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: Marco Antônio Duarte Sabiá (OAB: 17761/CE). Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0000573-39.2009.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Maria Zeni de Souza. Advogado: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE). Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espólio de Cícero Emericiano da Silva. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Advogada: Gabriella Moura de Farias (OAB: 30534/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0000574-24.2009.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Vicente Jurandy Brito Pinto. Advogado: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE). Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espólio de Cícero Emericiano da Silva. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Advogada: Gabriella Moura de Farias (OAB: 30534/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0000690-38.2010.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/1ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Antônio Aécio Araújo. Embargada: Francisca Mirian Craveiro Araujo. Advogado: Jose Marques Araujo (OAB: 1840/CE). Advogado: Luiz Alberto de Araujo Filho (OAB: 35797/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0000732-79.2009.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Antonio Jose de Sousa Neto. Advogado: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE). Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espólio de Cícero Emericiano da Silva. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Advogada: Gabriella Moura de Farias (OAB: 30534/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0000734-49.2009.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Luyane Nadhia Rodrigues Duarte. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espólio de Cícero Emericiano da Silva. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Advogada: Gabriella Moura de Farias (OAB: 30534/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0001008-33.2024.8.06.0000 - **Conflito de competência cível** - Fortaleza/18ª Vara de Família. Suscitante: Juiz de Direito da 18ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 15ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Interessada: L. M. G. T.. Advogada: Luiza Miralva Gomes Timbó (OAB: 49824/CE). Interessado: C. S. G. T. M.. Interessada: J. C. da S.. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0001052-37.2012.8.06.0044/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Barreira/Vara Única Vinculada de Barreira. Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Embargada: Mirian Alves Pereira Andrade. Advogado: Jose Orisvaldo Brito da Silva (OAB: 21292/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0001173-80.2024.8.06.0000 - **Conflito de competência cível** - Fortaleza/5ª Vara de Família. Suscitante: J. de D. da 5 V. de F. da C. de F.. Suscitado: J. de D. da 1 V. de F. da C. de F.. Interessada: J. P. da S.. Advogado: Ronaldo Pereira Gondim (OAB: 9662/RN). Interessado: F. de A. S. R.. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0001335-24.2019.8.06.0203/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Ocara/Vara Única da Comarca de Ocara. Embargante: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Embargada: Maria Angelita da Silva. Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Advogada: Suellen Natasha Pinheiro Correa (OAB: 22554/CE). Advogado: Adauto Carneiro de França Neto (OAB: 23234/CE). Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 28274/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0002298-74.2018.8.06.0071/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Crato/1ª Vara Cível da Comarca de Crato. Embargante: Maria Elia Leite Moreira. Advogada: Ana Tâmara Pereira Soares (OAB: 37140/CE). Embargado: Romel Rairon Araújo Bantim - ME. Advogado: Petrúcio Monteiro de Souza (OAB: 28549/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0002471-43.2019.8.06.0175 - **Apelação Cível** - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Apelante: Bandeirantes Comércio de Material de Construção EIRELI. Advogado: Abel Carlos de Sousa Coutinho (OAB: 26114/CE). Apelado: Lourival Rodrigues de Sousa Filho. Advogada: Clarissa Ramos de Sousa (OAB: 45116/CE). Advogada: Larissa Ramos Sousa (OAB: 45623/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0003573-60.2010.8.06.0161/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Santana do Acaraú/Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú. Embargante: Rejane Cordeiro de Sousa. Advogado: Alberto Veras Carapeba Filho (OAB: 21021/CE). Embargado: Ezequiel Brioto Oliveira. Embargada: Maria Silvelena Souza Oliveira. Embargada: Raquel Sousa Oliveira. Embargada: Ariany Souza Oliveira. Embargada: Ruthiany Souza Oliveira. Advogado: Francisco Victor Vasconcelos (OAB: 21214/CE). Advogado: Lucas Mendes Cordeiro da Cruz (OAB: 35484/CE). Advogada: Raphaella de Vasconcelos (OAB: 26822/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0003765-81.2012.8.06.0109/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Jardim/Vara Única da Comarca de Jardim. Embargante: Antônio Guedes da Cruz Neto. Advogado: Igor Otoni Amorim (OAB: 35340/CE). Advogado: Allan Dyógenes de Sá Sampaio (OAB: 44287/CE). Embargado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0005788-44.2019.8.06.0112/50000 - **Agravo Interno Cível** - Juazeiro do Norte/3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Agravante: Jose Carlos da Silva. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Banco Itaucard S/A. Advogado: Antônio Braz da Silva (OAB: 23747/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0006723-83.2006.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Embargante: Vibra Energia S/A. Advogado: Leonardo Mendes Cruz (OAB: 401518/SP). Embargado: Guararapes Postos e Serviços Ltda. Embargado: Walmar Pinheiro Lima. Embargada: Julia Maria Farias Pinheiro. Advogado: Carlos Eduardo Miranda de Melo (OAB: 20433/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0008514-47.2016.8.06.0095/50000 - **Agravo Interno Cível** - Ipu/Vara Única da Comarca de Ipu. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: Alberi Francisco de Pinho. Agravado: Francisco Valderi Paiva. Agravado: Maria Uchoa Monteiro. Agravado: Maria Lucineide Castro Alves Almeida. Agravado: Luiz Alves de Morais. Agravado: Lucia Maria Farias Esmeraldo. Agravado: José Cesar Furtado. Agravado: Hamilton José Soares da Graça. Agravado: Olegário Alves de Souza. Agravado: Francisco Francimar Fernandes de Araújo. Agravado: Francisco de Assis Martins. Agravado: Francisco Aldo Ferreira de Araújo. Agravado: Edmilson Alves de Sousa. Agravado: Antonio Edmar Lopes. Advogado: Bruno Henrique Vaz Carvalho (OAB: 19341/CE). Advogado: Cairo de Sousa Vasconcelos (OAB: 29712/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0009267-03.2019.8.06.0126/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Embargante: Luisinha Martins de Oliveira Lima. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 182951/SP). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0009344-21.2015.8.06.0136 - **Apelação Cível** - Pacajus/2ª Vara da Comarca de Pacajus. Apelante: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 17023/BA). Apelada: Carmosita Pereira da Silva. Advogado: Francisco Eudásio da Silva (OAB: 31284/CE). Advogado: Fábio Coutinho Pereira (OAB: 24176/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0009656-79.2012.8.06.0175 - **Apelação Cível** - Trairi/Vara Única da Comarca de Trairi. Apelante: Central Eólica Guajirú S/A. Advogada: Priscila Leite Alves Pinto (OAB: 31491/CE). Apelado: José Sandro Teixeira de Oliveira. Advogado: Evandro Mario Matos Coelho (OAB: 17628/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0010144-32.2011.8.06.0090 - **Apelação Cível** - Icó/2ª Vara Cível da Comarca de Icó. Apte/Apdo: Banco BMG S/A. Advogado: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282A/CE). Apte/Apdo: José Mário de Vasconcelos. Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0010518-47.2020.8.06.0053/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Camocim/2ª Vara da Comarca de Camocim. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogada: Sara Avelino de Almeida (OAB: 413320/SP). Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Embargado: Luzardo Rocha de Oliveira. Advogado: Francisco Vieira Sales Neto (OAB: 21906/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0010895-93.2015.8.06.0117/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Maracanaú/2ª Vara Cível. Apelante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI. Advogada: Mizzi Gomes Gedeon (OAB: 40794A/CE). Embargado: Sâmya Graça Martins Brasil. Embargada: Sandra Graça Martins. Embargado: Silvia Graça Martins Hartel. Embargada: Simone Graça Martins. Embargado: Pitagoras Graça Martins. Advogada: Maria Heleniuce Carrilho de Arruda (OAB: 10922/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0011066-83.2011.8.06.0119 - **Apelação Cível** - Maranguape/1ª Vara Cível da Comarca de Maranguape. Apelante: Francisco Sidney Bezerra Carioca Neto. Advogado: Dejarino Costa dos Santos Filho (OAB: 13705/CE). Apelado: Francisco Sidney Bezerra Carioca Filho. Advogado: Aziz Manuel Farias Jereissati (OAB: 2062/CE). Advogado: Diego Marques Diogenes Cirino (OAB: 25278/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0013640-42.2017.8.06.0128 - **Apelação Cível** - Morada Nova/2ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova. Apelante: Raimundo Alves Maia. Advogada: Liana Clodes Bastos Furtado (OAB: 16897/CE). Apelado: Esperanza Transmissora de Energia S. A.. Advogado: Rossana Daly de Oliveira Fonseca (OAB: 3558/RN). Advogado: Mateus Pereira dos Santos (OAB: 6028/RN). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0013896-82.2017.8.06.0128 - **Apelação Cível** - Morada Nova/1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova. Apelante: Carlos Eduardo Mendonça. Advogada: Liana Clodes Bastos Furtado (OAB: 16897/CE). Apelado: Companhia Hidro Elétrica do Rio São Francisco - Chesf. Advogado: Junaldo Fróes Santos (OAB: 869/PE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0021928-55.2006.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Embargante: Jose Ivo Leitão de Lavor. Advogado: Djalma Barbosa dos Santos (OAB: 7483/CE). Advogada: Djeanne Furtado dos Santos (OAB: 14167/CE). Embargado: Pedro Paulo Serpa de Souza. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0021928-55.2006.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Embargante: Jose Ivo Leitão de Lavor. Advogado: Djalma Barbosa dos Santos (OAB: 7483/CE). Embargado: Pedro Paulo Serpa de Souza. Def.

Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0033504-90.2012.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Josefa de Lira Ferreira. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espolio de Cicero Emericiano da Silva. Advogado: Marco Antônio Duarte Sabiá (OAB: 17761/CE). Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0033505-75.2012.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Manoel Juraci de Sousa. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelado: Espolio de Cicero Emericiano da Silva. Advogado: Marco Antônio Duarte Sabiá (OAB: 17761/CE). Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0033619-14.2012.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: José Honorato Alves. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Advogado: Reginaldo Gonçalves de Macêdo (OAB: 11784/CE). Advogada: Patricia Lucas Maia (OAB: 32012/CE). Apelado: Espolio de Cicero Emericiano da Silva. Inventariante: Maria Martins Bezerra Emericiano. Advogado: Marco Antônio Duarte Sabiá (OAB: 17761/CE). Advogado: João Augusto Cruz Vieira da Cunha (OAB: 3538A/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0033744-79.2012.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/2ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Aelson de Sousa. Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelada: Antonia Eugenia de Oliveira. Advogado: Vladimir Macedo Cruz Cordeiro (OAB: 22761/CE). Advogada: Camila Pereira de Lucena Macedo (OAB: 23358/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0040362-58.2007.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Augusto Cesar Lima de Oliveira. Advogado: Carlos Alberto Sudario (OAB: 4080/CE). Advogado: Ethel Rosa Sudario (OAB: 10570/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0040868-34.2007.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargada: Adriana Maria Carneiro. Advogada: Elaine Maria Tavares Luz (OAB: 18754/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0042540-43.2008.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Apelado: Espólio de Rocivalda Camilo Barroso. Advogada: Mônica de Albuquerque de Almeida (OAB: 14786/CE). Advogado: Severino Moacir Barbosa Mariz Filho (OAB: 41214/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0045766-51.2014.8.06.0064 - **Apelação Cível** - Caucaia/1ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: Marcos Antonio Fernandes Araujo -ME. Advogada: Nair Elizze Guerra Araujo (OAB: 31608/CE). Apelado: Posco Engenharia e Construção do Brasil Ltda.. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0048411-43.2014.8.06.0163 - **Apelação Cível** - São Benedito/2ª Vara da Comarca de São Benedito. Apelante: Margarida Maria Correia Lopes. Advogado: Luiz Evandro Campos Gonzaga da Igreja (OAB: 20520/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Matheus de Paulo Pessoa (OAB: 38819/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050193-25.2020.8.06.0115 - **Apelação Cível** - Limoeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte. Apelante: Gerusa Alves dos Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050209-54.2020.8.06.0090/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Icó/1ª Vara Cível da Comarca de Icó. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogada: Sara Avelino de Almeida (OAB: 413320/SP). Advogado: Nei Calderon (OAB: 33485/CE). Embargado: Francisco Antonio dos Santos. Advogado: Clairton Oliveira (OAB: 16702/CE). Advogada: Elis Josefine Pereira Oliveira Pinheiro (OAB: 19411/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050218-11.2021.8.06.0145/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Pereiro/Vara Única da Comarca de Pereiro. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Embargado: Maria Alves dos Santos. Advogado: Manoel Rozembergue Carlos Dantas (OAB: 35655/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050322-18.2021.8.06.0043 - **Apelação Cível** - Barbalha/2ª Vara Cível da Comarca de Barbalha. Apte/Apdo: T. O. de S. A.. Advogada: Júlia Carleial Feijó de Sá (OAB: 25302/BA). Advogada: Danielle Ferreira de Souza (OAB: 39498/CE). Apte/Apdo: G. G. A.. Soc. Advogados: Êmily Soledad de Siqueira Miranda (OAB: 41361/CE). Advogada: Luiza Roberta Esmeraldo Mourão (OAB: 38833/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050348-56.2021.8.06.0159/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Saboeiro/Vara Única da Comarca de Saboeiro. Embargante: Francisco Leide de Oliveira. Advogado: Antonio Rozemir Dutra Pereira (OAB: 53614/SC). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050348-56.2021.8.06.0159/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Saboeiro/Vara Única da Comarca de Saboeiro. Embargante: Francisco Leide de Oliveira. Advogado: Antonio Rozemir Dutra Pereira (OAB: 53614/SC). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050374-90.2020.8.06.0126/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Mombaça/2ª Vara da Comarca de Mombaça. Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Francisco Vitor da Silva Filho. Advogado: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE). Relator(a): PAULO DE

TARSO PIRES NOGUEIRA

0050421-42.2020.8.06.0101/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Embargante: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ). Embargada: Maria Eliene Sousa Silva. Advogado: Wesley Marinho Cordeiro (OAB: 27577B/CE). Advogado: Anderson Barroso de Farias (OAB: 19623/CE). Advogado: Armando Barroso de Farias (OAB: 15123/CE). Advogada: Letícia da Silva Linhares (OAB: 42384/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050538-92.2021.8.06.0167/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/3ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Rita Ferreira de Oliveira. Advogada: Paloma Mourão Macedo Feijão Cavalcante (OAB: 25092/CE). Advogado: Jefferson de Oliveira Sá (OAB: 35357/CE). Embargado: Banco BMG S/A. Advogado: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050674-65.2021.8.06.0175/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Embargante: José Moreira Reis. Advogada: Thauane Cristina Fernandes de Souza (OAB: 42123/CE). Embargada: Katia Cristine Andrade. Embargada: Fabia Karine Andrade. Embargada: Kelia Cybelle Andrade. Advogada: Maria Filomena de Castro Maciel (OAB: 11671/CE). Advogada: Isabelle de Castro Maciel (OAB: 18323/CE). Advogado: Francisco Ferreira Maciel (OAB: 2582/CE). Advogado: Roberto Reial Linhares (OAB: 10128/CE). Embargada: Silvana Cláudia Silva Andrade Almeida. Embargada: Hanna Beatriz da Silva Andrade. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Embargada: Maria Madalena Marques Andrade. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050674-65.2021.8.06.0175/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Embargante: José Moreira Reis. Advogada: Thauane Cristina Fernandes de Souza (OAB: 42123/CE). Embargada: Maria Madalena Marques Andrade. Advogada: Maria Carmen de Holanda Cavalcante (OAB: 16136/CE). Advogado: Wilber Augusto Silveira de Souza (OAB: 26279/CE). Embargada: Katia Cristine Andrade. Embargada: Fabia Karine Andrade. Embargada: Kelia Cybelle Andrade. Advogada: Maria Filomena de Castro Maciel (OAB: 11671/CE). Advogado: Roberto Reial Linhares (OAB: 10128/CE). Advogada: Isabelle de Castro Maciel (OAB: 18323/CE). Advogado: Francisco Ferreira Maciel (OAB: 2582/CE). Embargada: Silvana Claudia Silva Andrade Almeida. Embargada: Hanna Beatriz da Silva Andrade. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Advogado: Raul Amaral Junior (OAB: 13371A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0050826-94.2020.8.06.0128 - **Apelação Cível** - Morada Nova/2ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova. Apelante: Distribuidora de Bebidas Galvão Ltda. Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0051039-83.2021.8.06.0090 - **Apelação Cível** - Icó/2ª Vara Cível da Comarca de Icó. Apelante: F. V. T. de F.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Apelado: M. P. E.. Testemunha: André Julião Gomes. Testemunha: Francisco Leonardo Holanda Lavor. Testemunha: Augusto Kenned Gonçalves de Almeida. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0051156-19.2020.8.06.0055/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Canindé/2ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Embargante: Rafael Ferreira Ideburque Leal. Advogado: Pedro João Carvalho Pereira Filho (OAB: 22155/CE). Embargado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0051382-30.2021.8.06.0171/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Tauá/1ª Vara Cível da Comarca de Tauá. Embargante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Advogado: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS). Embargado: Francisco Moreira de Arquino. Advogado: Antônio Moreira Cavalcante (OAB: 30385/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0051536-68.2021.8.06.0035 - **Apelação Cível** - Aracati/2ª Vara Cível da Comarca de Aracati. Apelante: M. P. E.. Apelada: A. G. da S.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Testemunha: Clara Ferreira de Oliveira. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0051811-06.2021.8.06.0071 - **Apelação Cível** - Crato/2ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Unimed Seguros Saúde S/A. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Apelada: Margarida Neide Bezerra. Repr. Legal: José Rommel Tavares Bezerra de Menezes. Advogado: Kauê Luna Fontes de Paiva Queiroz (OAB: 32168/CE). Advogado: Joao Paulo da Rocha Viana (OAB: 34334/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0052086-89.2020.8.06.0167/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Maracanaú/2ª Vara Cível. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogada: Sara Avelino de Almeida (OAB: 413320/SP). Embargado: José Iran Oliveira das Chagas. Advogado: Jose Ulisses de Lima Junior (OAB: 37086/CE). Advogada: Naíra Ximenes Lacerda (OAB: 29471/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0054548-29.2016.8.06.0112 - **Apelação Cível** - Juazeiro do Norte/3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Apelante: Banco Honda S/A. Advogado: Márcio Santana Batista (OAB: 43948/CE). Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE). Advogada: Eliete Santana Matos (OAB: 10423/CE). Apelado: Antonio dos Santos Siqueira. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0072201-04.2007.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Emmanuel Marques Holanda. Advogada: Emmanuela Braga Marques Curado (OAB: 13497/CE). Advogado: Jucie Ferreira de Medeiros (OAB: 18543B/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0101058-40.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara de Família. Apelante: P. J. C. P.. Advogada: Rebecca Ayres de Moura Chaves de Albuquerque (OAB: 10500/CE). Advogada: Danielle de Melo Pires e Souza (OAB: 25989/CE). Apelado: P.

P. A. P. R. P. H. de S. A.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0103338-52.2017.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Embargante: Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Fundação ASSEFAZ. Advogada: Poliana Lobo e Leite (OAB: 29801/DF). Embargado: Francisco de Sales Lima Filho. Advogada: Cristiane Pinheiro Diógenes (OAB: 13446/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0103645-55.2007.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Embargante: Associação Beneficente dos Subtenentes e Sargentos (ABSS-CE). Advogado: João Ernesto Vieira Cavalcante (OAB: 23103/CE). Embargado: Antônio Pereira Gondim. Advogado: Antônio Kevyn de Abreu Lopes (OAB: 44657/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0103645-55.2007.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargado: Associação Beneficente dos Subtenentes e Sargentos PM/BM-CE - A.B.S.S.. Advogado: João Ernesto Vieira Cavalcante (OAB: 23103/CE). Embargado: Antônio Pereira Gondim. Advogado: Teodorico Guimarães Neto (OAB: 11778/CE). Advogado: Antônio Kevyn de Abreu Lopes (OAB: 44657/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0108178-86.2009.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Embargada: Erika Kelly Silva Santiago. Advogada: Vanessa Fernandes Costa Landim Saraiva (OAB: 26381/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0119454-02.2018.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Embargante: Bruno Loiola Barbosa. Advogado: Thompson Mello Adamian (OAB: 41414/CE). Embargado: Tim Celular S/A. Advogado: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB: 14325/CE). Advogado: Rubens Emídio Costa Krisschke Júnior (OAB: 25189/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0123535-91.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apelante: Urbplan Desenvolvimento Urbano S/A. - Em Recuperação Judicial. Advogado: José Frederico Cimino Manssur (OAB: 194746/SP). Apelado: Edilson Portela Alves Filho. Advogado: Antenor Alves de Sousa Júnior (OAB: 28221/CE). Advogado: Leônidas Furtado Braga Filho (OAB: 25401/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0128620-63.2015.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/13ª Vara de Família. Embargante: M. J. L. de L.. Advogado: Flávio Jacinto da Silva (OAB: 6416/CE). Embargado: Marcos Augusto Pereira da Silva. Advogado: Fauzer Henrique Haidar Guimaraes (OAB: 26691/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0133569-91.2019.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Embargante: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Embargado: Antônio Atemário de Oliveira. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0140087-05.2016.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Embargante: Lagos Residence Empreendimentos Imobiliários Ltda.. Advogada: Amailza Soares Paiva (OAB: 2394/CE). Advogado: Paschoal de Castro Alves (OAB: 18692/CE). Embargada: Samia do Nascimento Ferreira Gomes. Advogado: Orion Ponte Ferreira Gomes (OAB: 20942/CE). Advogado: Francisco Antônio de Oliveira Barbosa (OAB: 27907/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0140159-89.2016.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/23ª Vara Cível. Apelante: Sabiaguaba Empreendimentos Turísticos e Construções Ltda.. Apelante: Imobiliária M.M. Ltda.. Advogado: Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE). Apelado: Francisco Erenildo Queiros. Advogado: Thiago Evangelista Cardoso (OAB: 39720/CE). Advogado: Everardo Lopes Lima (OAB: 40880/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0152197-02.2017.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Embargante: Francisca Franci de Sousa. Advogada: Débora Maria Cavalcante (OAB: 15482/CE). Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0152964-69.2019.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Embargante: Hapvida Assistência Médica S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Embargada: Elaine Frota. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0159139-79.2019.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/30ª Vara Cível. Embargante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Embargada: Maria Ana Paula Gouveia de Oliveira. Advogada: Mônica Almeida da Silva (OAB: 25813/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0159774-65.2016.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Advogado: Marcelo Oliveira Rocha (OAB: 113887/SP). Agravado: Maria Francisca Menezes. Advogado: Rodolpho Eliano França (OAB: 28274/CE). Advogado: Adauto Carneiro de França Neto (OAB: 232340/CE). Advogado: Luiz Guilherme Eliano Pinto (OAB: 21516/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0161560-13.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Apte/Apdo: Manhattan Beach Riviera Empreendimento Imobiliário Ltda.. Apte/Apdo: Manhattan Incorporação e Construção Ltda.. Advogado: Carlos Otávio de Arruda Bezerra (OAB: 5207/CE). Advogado: Adriano Pessoa Bezerra de Menezes (OAB: 16755/CE). Advogado: Francisco Erionaldo Cruz (OAB: 15205/CE). Apte/Apdo: Famiq Investimentos e Participações S/A. Advogado: Italo Jorge Bezerra Pinheiro (OAB:

26298/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogada: Maria Socorro Araújo Santiago (OAB: 1870/CE). Advogada: Roseany Araújo Viana Alves (OAB: 10952/CE). Advogada: Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB: 25586/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0178837-08.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apelante: Francisco Hermano Gomes Araruna. Advogado: Mackswel Mesquita Mororó Pinto (OAB: 25964/CE). Advogado: Pedro Eudes Pinto (OAB: 11202/CE). Advogado: Francisco Cláudio de Sousa (OAB: 34228/CE). Apelado: Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS. Advogada: Mizzi Gomes Gedeon (OAB: 40794A/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0180477-22.2013.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/18ª Vara de Família. Embargante: T. de O. da S.. Embargante: S. O. da S.. Embargante: S. O. da S.. Embargante: S. O. da S.. Embargante: S. O. da S.. Embargante: S. O. D.. Advogado: Ernesto de Pinho Pessoa Junior (OAB: 4659/CE). Embargada: M. de F. G. S.. Advogada: Natália de Oliveira Albuquerque (OAB: 11201/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0181621-89.2017.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Embargante: MRV Magis XIV Incorporações SPE Ltda.. Advogado: André Jacques Luciano Uchôa Costa (OAB: 80055/MG). Advogado: Leonardo Fialho Pinto (OAB: 108654/MG). Embargado: Rubevaldo da Silva Barros. Embargada: Giselly Bezerra Batista. Advogada: Joana Angélica Silva (OAB: 30162/CE). Advogado: Dário Crisley Fonseca Sampaio (OAB: 36800/CE). Advogada: Rayssa Uchoa Magalhães (OAB: 25573/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0185037-94.2019.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Embargante: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Embargado: Gilberto Facó Lima. Advogado: Marcelo Queiroz de Moraes (OAB: 25402/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0185541-13.2013.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Massa Falida de Cameron Construtora Ltda.. Advogado: Carlos Eduardo de Lucena Castro (OAB: 10666/CE). Adm. Judicial: Farias e Lucena Advogados e Associados S.C EPP. Apelado: Albaniza Camurça Queiroz. Advogado: Hércules Saraiva do Amaral (OAB: 13643B/CE). Advogada: Maria Liliane Pessoa de Oliveira (OAB: 37247/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0190978-25.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Núcleos de Justiça 4.0/Núcleo de Justiça 4.0 - DPVAT. Apelante: Glauberto Alves da Silva. Advogado: Marcelo Pereira Brandão (OAB: 26103/CE). Advogado: Thiago Saboya Pires de Castro (OAB: 24156/CE). Advogado: Bruno Pereira Brandão (OAB: 22013/CE). Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0197839-27.2019.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Embargante: Mucuripe Veículos - Comércio e Serviços Ltda.. Advogado: Juliana Menezes Nascimento (OAB: 43699/CE). Embargado: Aquliles de Avis Sarmento. Advogada: Luanna Cavalcante Pereira (OAB: 36551/CE). Advogado: Sérgio Aragão Quixadá Felício (OAB: 15377/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0197839-27.2019.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Embargante: Aquliles de Avis Sarmento. Advogada: Luanna Cavalcante Pereira (OAB: 36551/CE). Embargado: Mucuripe Veículos - Comércio e Serviços Ltda.. Advogado: Fernando Alfredo Rabello Franco (OAB: 11990/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0197839-27.2019.8.06.0001/50002 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Embargante: Aquliles de Avis Sarmento. Advogada: Luanna Cavalcante Pereira (OAB: 36551/CE). Embargado: Mucuripe Veículos - Comércio e Serviços Ltda.. Advogado: Fernando Alfredo Rabello Franco (OAB: 11990/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200005-27.2022.8.06.0098/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Irauçuba/Vara Única da Comarca de Iraucuba. Embargante: Maria Carneiro Braga. Advogado: Lucas de Sousa Araújo (OAB: 41645/CE). Embargado: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200030-45.2022.8.06.0161 - **Apelação Cível** - Santana do Acaraú/Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú. Apelante: M. P. E.. Apelado: M. R. E. M.. Advogada: Fernanda Maria Afonso Carneiro (OAB: 21627/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200042-70.2023.8.06.0049 - **Apelação Cível** - Beberibe/2ª Vara da Comarca de Beberibe. Apelante: J. R. G. O. F.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200070-30.2023.8.06.0181 - **Apelação Cível** - Várzea Alegre/Vara Única da Comarca de Várzea Alegre. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 45388A/CE). Apelado: Antonia Valdelúcia Bezerra Costa. Advogado: Antonio Rozemir Dutra Pereira (OAB: 53614/SC). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0200093-80.2023.8.06.0114/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Embargado: Roberto dos Santos. Advogada: Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB: 42362/CE). Advogado: Renato Alves de Melo (OAB: 29801/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200115-38.2023.8.06.0115/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Limoeiro do Norte/2ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte. Embargante: Banco C6 Consignado S/A. Advogada: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE). Embargado: Bernardo Anastacio Correia. Advogada: Janine Chaves Coelho Guerreiro (OAB: 14218/CE). Advogada: Sousanny Maria Nunes Maia Santos (OAB: 18191/PB). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200120-88.2023.8.06.0041 - **Apelação Cível** - Aurora/Vara Única da Comarca de Aurora. Apelante: J. L. dos S.. Advogado:

Fabio Junior Gonçalves (OAB: 18272/PB). Apelada: M. E. S. S.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200154-65.2022.8.06.0084/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargada: Maria Martins Correira. Advogado: Diego de Carvalho Rodrigues (OAB: 19646/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200160-34.2023.8.06.0053/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Camocim/2ª Vara da Comarca de Camocim. Embargante: Francisco Julião da Silva. Advogado: Vandeilson Araújo Dias (OAB: 47751/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200228-63.2023.8.06.0059/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Caririaçu/Vara Única da Comarca de Caririaçu. Embargante: Francisco Sales Filho. Advogado: Cicero Juarez Saraiva da Silva (OAB: 22078/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0200229-24.2023.8.06.0067/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Chaval/Vara Única da Comarca de Chaval. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargada: Rosinete Rodrigues de Brito. Advogado: Ronny Araújo de Carvalho (OAB: 39284/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200293-11.2024.8.06.0031/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - AltoSanto/Vara Única da Comarca de Alto Santo. Embargante: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 29481/CE). Embargado: Francisco Missias Sobrinho. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200299-18.2024.8.06.0031/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - AltoSanto/Vara Única da Comarca de Alto Santo. Embargante: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 29481/CE). Embargado: Francisco Missias Sobrinho. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200326-75.2024.8.06.0071 - **Apelação Cível** - Crato/1ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Itaú Seguros S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelada: Ana Maria Leite Pereira. Advogado: João Henrique Eloi de Melo (OAB: 53457/PE). Advogada: Maria Clara de Macêdo Soares (OAB: 53458/PE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0200362-83.2023.8.06.0029/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Embargante: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Embargada: Maria Sales Lopes de Lima. Advogada: Nathália Alves de Lima (OAB: 20796/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200380-03.2023.8.06.0095/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Ipu/Vara Única da Comarca de Ipu. Embargante: Maria Helena Rodrigues. Advogado: Denilson Antonio Martins Costa (OAB: 22505/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200380-03.2023.8.06.0095/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Ipu/Vara Única da Comarca de Ipu. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Embargada: Maria Helena Rodrigues. Advogado: Denilson Antonio Martins Costa (OAB: 22505/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200386-33.2024.8.06.0173 - **Apelação Cível** - Tianguá/2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá. Apelante: Iarley Lemos de Vasconcelos. Apelado: Ministério Público Estadual. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200388-46.2023.8.06.0073/50000 - **Agravo Interno Cível** - Croatá/Vara Única da Comarca de Croatá. Agravante: Banco BMG S/A. Advogado: Fernando Moreira Drummond Teixeira (OAB: 108112/MG). Agravado: Antonio Moacir de Oliveira. Advogado: Manuelito Melo Magalhães (OAB: 41127/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200394-17.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: VM Fernandes Comércio de Combustíveis Ltda.. Advogado: Fernando Augusto Correia Cardoso Filho (OAB: 14503/CE). Advogado: Francisco Gustavo Pinheiro Junior (OAB: 40022/CE). Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Advogada: Valeska Tayane Gonçalves Moraes (OAB: 37394/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200439-70.2023.8.06.0101 - **Apelação Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Apelado: M. de S. M. de M.. Advogado: Vito Gomes de Araújo (OAB: 35875/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200471-96.2023.8.06.0094/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Ipaumirim/Vara Única da Comarca de Ipaumirim. Embargante: Joana Alves dos Santos Souza. Advogado: Leonardo Alves de Albuquerque (OAB: 44942/CE). Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200472-81.2023.8.06.0094/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Ipaumirim/Vara Única da Comarca de Ipaumirim. Embargante: Joana Alves dos Santos Souza. Advogado: Leonardo Alves de Albuquerque (OAB: 44942/CE). Embargado: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200484-20.2023.8.06.0119 - **Apelação Cível** - Maranguape/1ª Vara Cível da Comarca de Maranguape. Apelante: F. R. P.. Advogado: Pedro Henrique Albuquerque Pereira (OAB: 47416/CE). Apelado: K. da S. P. R. P. R. S. da S. P.. Apelado: M. J. da S. P. R. P. R. S. da S. P.. Apelado: M. C. da S. P. R. P. R. S. da S. P.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200485-20.2023.8.06.0114 - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Apelante: Luis Pessoa de Araújo. Advogada: Jhyully Cavalcante Beserra Leite (OAB: 42362/CE). Advogado: Renato Alves de Melo (OAB: 29801/CE). Apelado: Bradesco Seguros S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0200537-75.2022.8.06.0041 - **Apelação Cível** - Aurora/Vara Única da Comarca de Aurora. Apelante: Valderlania Maria dos Santos. Advogado: Marcosorrite Gomes Alves (OAB: 38659/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200539-45.2022.8.06.0041 - **Apelação Cível** - Aurora/Vara Única da Comarca de Aurora. Apelante: Valderlania Maria dos Santos. Advogado: Marcosorrite Gomes Alves (OAB: 38659/CE). Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200540-69.2024.8.06.0167 - **Apelação Cível** - Sobral/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral. Apelante: Juan Pablo Pedrosa Cavalcante. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: Ministério Público Estadual. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200543-02.2023.8.06.0121/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Embargante: Francisco Conceição Ferreira. Advogado: Luiz Carlos Silva de Sousa (OAB: 43842/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200543-02.2023.8.06.0121/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Massapê/2ª Vara da Comarca de Massapê. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Francisco Conceição Ferreira. Advogado: Luiz Carlos Silva de Sousa (OAB: 43842/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200555-77.2023.8.06.0133/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Nova Russas/2º Vara da Comarca de Nova Russas. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargado: Joaquim Fernandes Sobrinho. Advogado: Vicenth Bruno Lima Scarcela (OAB: 30425/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200607-26.2022.8.06.0160/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Santa Quitéria/2ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Apelante: Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL. Advogado: Paulo Antônio Müller (OAB: 13449/RS). Embargado: José Gonçalves Soares. Advogado: Daniel Farias Tavares (OAB: 24902/CE). Advogado: João Afonso Parente Neto (OAB: 29387/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200637-59.2022.8.06.0096/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Ipueiras/Vara Única da Comarca de Ipueiras. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Embargada: Francisca Lima da Silva. Advogado: Kelvi Aparecido dos Santos Junior (OAB: 48520/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200653-89.2023.8.06.0124 - **Apelação Cível** - Milagres/Vara Única da Comarca de Milagres. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apte/Apdo: Maria do Socorro Ludugerio dos Santos. Advogado: Gláucio Cavalcante de Lima (OAB: 34157/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200708-36.2024.8.06.0114 - **Apelação Cível** - Lavras da Mangabeira/Vara Única da Comarca de Lavras da Mangabeira. Apelante: Francisco Belinho Filho. Advogado: Marcus André Fortaleza de Sousa (OAB: 19091/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200758-86.2022.8.06.0064 - **Apelação Cível** - Caucaia/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Caucaia. Apelante: K. O. da S.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200795-61.2023.8.06.0070 - **Apelação Cível** - Crateús/2ª Vara Cível da Comarca de Cratéus. Apelante: Helena Felix de Sousa. Advogado: Douglas Viana Bezerra (OAB: 21587/CE). Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Advogada: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200846-66.2022.8.06.0051 - **Apelação Cível** - Boa Viagem/2ª Vara da Comarca de Boa Viagem. Apelante: Banco Honda S/A. Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE). Apelado: Milton Cezar Rodrigues da Silva. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0200895-82.2022.8.06.0124/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Milagres/Vara Única da Comarca de Milagres. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Embargada: Cicera Domingos Simião. Advogada: Débora Belém de Mendonça (OAB: 34734/CE). Advogada: Maria Andrelina Lacerda Dias de Matos (OAB: 29738/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0201008-35.2023.8.06.0113/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Jucás/Vara Única da Comarca de Jucás. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Embargado: Benedito Ferreira Nobre. Advogado: Igor Bandeira Pereira Leite (OAB: 42107/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201049-26.2022.8.06.0084/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Jose Barbosa Moura. Advogado: William Kleber Gomes de Sousa Lima (OAB: 28587/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201083-30.2023.8.06.0160/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Santa Quitéria/2ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Embargada: Maria Luzia Lins.

Advogado: João Afonso Parente Neto (OAB: 29387/CE). Advogado: Daniel Farias Tavares (OAB: 24902/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201100-87.2022.8.06.0035/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Aracati/2ª Vara Cível da Comarca de Aracati. Embargante: Itapeva XII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Embargado: Hebert Richard Ferreira Terres. Advogado: Thiago Nunes Salles (OAB: 409440/SP). Advogada: Laís Benito Cortes da Silva (OAB: 415467/SP). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201114-49.2023.8.06.0128/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Morada Nova/1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova. Embargante: Raimundo Nonato de Freitas. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Embargado: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201149-10.2023.8.06.0160/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Santa Quitéria/1ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Embargado: Cicero Anastácio de Sousa. Advogado: Márcio Rodolfo Torres Catunda Magalhães (OAB: 46595/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201278-20.2023.8.06.0029/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Embargante: Maria Rodrigues Vieira. Advogado: Domingos Maria Bezerra Júnior (OAB: 27346/CE). Embargado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior (OAB: 87929/RJ). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201375-20.2023.8.06.0029/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Embargante: Ismael Pereira de Paula. Advogado: Domingos Maria Bezerra Júnior (OAB: 27346/CE). Advogado: Antônio Ferreira Bezerra (OAB: 26246/CE). Embargado: Banco Pan S/A. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201622-69.2023.8.06.0071 - **Apelação Cível** - Crato/1ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: S. Freire Incorporações EIRELI - ME. Advogado: Thalys Savyo Nunes Freire (OAB: 37806/CE). Advogado: Elias Saraiva dos Santos Bisneto (OAB: 38025/CE). Apelada: Maria Luiza Ferreira Pereira Bento. Advogado: Francisco Danilo Loiola (OAB: 45767/CE). Advogada: Fernanda Larissa da Silva Lima (OAB: 49252/CE). Advogado: Victor Hugo Cavalcante Torres (OAB: 44783/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0201680-04.2023.8.06.0029/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargado: João Alves da Silva. Advogado: Domingos Maria Bezerra Júnior (OAB: 27346/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0201730-85.2023.8.06.0043 - **Apelação Cível** - Barbalha/1ª Vara Cível da Comarca de Barbalha. Apelante: Jardins dos Ipês Empreendimentos Imobiliários ltda - ME. Advogado: João Gustavo Magalhães Fontenele (OAB: 15502/CE). Apelada: Maria Ione dos Santos Barbosa. Advogado: Aluisio Bento Filho (OAB: 10489/PB). Advogada: ARIANNE BENTO DE QUEIROZ (OAB: 25047/PB). Advogado: Thelio Farias (OAB: 9162/PB). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0201787-67.2023.8.06.0055 - **Apelação Cível** - Canindé/2ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Apelante: Maria das Graças Pires Rodrigues. Advogado: Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE). Advogado: Antônio Fabrício Martins Sampaio Silva (OAB: 43412/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogada: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0201843-59.2023.8.06.0101/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Itapipoca/2ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Embargante: Maria de Fatima Teixeira Rodrigues. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Embargado: Banco Agibank S/A. Advogado: Rodrigo Scopel (OAB: 40004/RS). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0202091-55.2022.8.06.0167 - **Apelação Cível** - Sobral/2ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Apelante: Aragão Comércio de Caminhões Eireli. Advogado: João Gustavo Magalhães Fontenele (OAB: 15502/CE). Apelado: Azul Companhia de Seguros Gerais. Advogado: Francini Veríssimo Auriemma (OAB: 186672/SP). Advogada: Cynthia Duarte Calabres (OAB: 313669/SP). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0202478-35.2012.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Embargante: Condominio Center Um. Advogado: Humberto Antônio Alves de Morais Mendonça (OAB: 15295/CE). Embargada: Maria Mercia de Menezes Okuhara. Advogado: Dirceu Antônio Brito Jorge (OAB: 21648/CE). Advogado: Carlos Alberto Saldanha Fontenele Junior (OAB: 14240/CE). Advogado: Bruno Marques de Lacerda Fontenele (OAB: 18494/CE). Advogada: Alexandra Castro Moreira de Almeida (OAB: 21607/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0202747-09.2022.8.06.0071 - **Apelação Cível** - Crato/2ª Vara Cível da Comarca de Crato. Apelante: Espólio de José Gilberto Mendonça. Inventariante: Ana Gabriela Teles Mendonça Pedrosa. Advogado: José Aderson Siebra Júnior (OAB: 35306/CE). Apelada: Thayná Menezes Xavier. Apelado: Sidney Siebra da Silva. Advogado: Francisco Queilton de Oliveira (OAB: 32832/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0202934-24.2022.8.06.0101/50000 - **Agravo Interno Cível** - Itapipoca/1ª Vara Cível da Comarca de Itapipoca. Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: 27988/CE). Agravado: Paulo Maykon da Costa Araujo. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0202969-69.2023.8.06.0029 - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Maria Arruda Bezerra. Advogado: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE). Advogado: Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE). Apelado:

Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0203366-39.2023.8.06.0091/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Iguatu/1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM). Embargado: Damião Pedro dos Santos. Advogado: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE). Advogado: Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0203383-07.2024.8.06.0167/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Sobral/3ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Embargante: Raimundo Ferreira da Silva. Advogado: Márcio Emanuel Fernandes de Oliveira (OAB: 53206A/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0203642-88.2022.8.06.0064/50000 - **Agravo Interno Cível** - Caucaia/2ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Agravante: H. P. e I. S/A. Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE). Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Agravado: ANA CLEIDE XAVIER SOUZA. Advogada: Vanessa Almeida de Souza Firmino (OAB: 192091/MG). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0205161-36.2022.8.06.0117 - **Apelação Cível** - Maracanaú/3ª Vara Cível. Apelante: Carlos Eduardo Barbosa de Almeida. Advogada: Gabriela Braccini Henriques (OAB: 111558/PR). Apelado: Banco Inter S/A. Advogada: Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0205358-54.2023.8.06.0117 - **Apelação Cível** - Maracanaú/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Maracanaú. Requerente: J. S. A.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0205471-65.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apelante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Apelado: Tokio Marine Seguradora S/A. Advogado: Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB: 309115/SP). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0205512-19.2023.8.06.0167 - **Apelação Cível** - Sobral/Vara Única da Infância e Juventude da Comarca de Sobral. Apelante: R. C. da S.. Apelante: A. G. N. S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: M. P. do E. do C.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0209030-98.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/34ª Vara Cível. Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece. Advogado: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE). Embargada: Maria José de Lima Pereira. Advogado: Anco Marcio de Azevedo Damasceno (OAB: 10831/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0210299-07.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogada: Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE). Apte/Apdo: Janayna Pimenta Moura. Advogada: Karla de Alcântara Nogueira Borges (OAB: 25244/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0210620-47.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Apelante: Seguro Segurança Ltda. Advogado: Manuel Luís da Rocha Neto (OAB: 7479/CE). Advogada: Amanda Arraes de Alencar Pontes (OAB: 32111/CE). Apelado: Hapvida Assistência Médica S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0212305-89.2020.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Apelante: Banco Votorantim S/A. Advogado: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066/CE). Embargada: Katharina Maria Lima de Albuquerque. Advogado: Breno Jose Rolim Chaves (OAB: 22171/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0214033-68.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/32ª Vara Cível. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 16018A/CE). Advogado: Amândio Ferreira Tereso Júnior (OAB: 23189A/CE). Apelado: Construtora e Incorporadora Livina Ltda.. Advogada: Matheus Cintra Bezerra (OAB: 14849/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0216947-37.2022.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/28ª Vara Cível. Apelante: H. A. M. LTDA.. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Apelado: P. L. F. A., R. P. F. C. F.. Advogado: Francisco Wisney Pinheiro (OAB: 29721/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0219126-41.2022.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: P. M. R.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Apelante: J. M. da S. M.. Apelado: M. P. E.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0219214-45.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara de Família. Apelante: M. de F. L. L.. Advogada: Georgia Campos Teles da Silva (OAB: 18141/CE). Apelado: F. O. D. B.. Advogada: Gina Vidal Marcilio Pompeu (OAB: 6101/CE). Advogada: Ana Gabriela Ferreira Falcao (OAB: 27790/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0221618-40.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Jessica Gomes Cadete. Advogada: Laís Benito Cortes da Silva (OAB: 415467/SP). Embargado: Mooz Soluções Financeiras Ltda. Advogado: Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB: 14326A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0221812-35.2024.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: J. W. R. de S.. Apelante: M. do N. S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelante: J. M.. Apelado: M. P. E.. Ministério Públ: Ministério Público Estadual (OAB: OO). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0223823-08.2022.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: E. K. S.. Def. Público:

D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0224409-11.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: M. P. E.. Apelado: J. V. G. da S.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0224624-55.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/14ª Vara de Família. Apelante: J. P. C. R.. Repr. Legal: Nayara Maria Silva Cavalcante. Advogado: Dilson Alves Prado (OAB: 39735/CE). Apelado: J. E. F. R.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0232513-89.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: J. N. da S.. Advogado: Francisco Marcelo Brandão (OAB: 4239/CE). Advogado: Francisco Marcelo Brandão (OAB: 4239/CE). Apelante: KAIQUE MOREIRA DA SILVA. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0233123-62.2020.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Embargante: Hapvida Assistência Médica Ltda.. Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE). Embargado: Bruno Barroso Martins. Advogado: José Ribamar Lima Filho (OAB: 27312/CE). Advogado: Hermano Monteiro Vieira (OAB: 36512/CE). Advogada: Hellen Joyce Xavier de Menezes Cavalcante (OAB: 33368/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0236457-07.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Núcleos de Justiça 4.0/Núcleo de Justiça 4.0 - DPVAT. Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Apelada: Maria Vitória Borges Garcez, Menor Impúbere Representada Por Sua Mãe Débora Lacerda Borges. Repr. Legal: Débora Lacerda Borges. Advogado: Alexandre Ferreira Leite Neto (OAB: 38054/CE). Advogado: Jeferson Cavalcante de Lucena (OAB: 18340/CE). Advogada: Virginia Torres Feitosa (OAB: 50655/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0237242-67.2000.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogada: Daiany Mara Ribeiro Paiva (OAB: 16942/RS). Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Advogado: Clayton Möller (OAB: 21483/RS). Advogado: Ana Lúcia Antinolfi (OAB: 25812/RS). Agravado: Curtumes Machado S/A - CURTMASA. Advogado: Marcellus Melo Silva (OAB: 15204/CE). Advogado: Emmanuel Emerson Santos Albuquerque (OAB: 25364/CE). Advogado: José Ribamar de Sousa Filho (OAB: 24136/CE). Advogado: José Jussieu Alcântara Oliveira Júnior (OAB: 30203/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0239480-19.2024.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Adolescente: Thiago Santos de Araujo. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0241813-80.2020.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Geocorr Gestora de Ativos Minerais e Ambientais Ltda. Advogado: Sanzio Teixeira de Paula (OAB: 11683/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0245285-84.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apelante: Sul América Companhia de Seguro Saúde. Advogado: Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB: 21678/PE). Apelada: Maria Sinharinha Gonçalves Neta. Advogado: Cícero Cordeiro Furtuna (OAB: 22014/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0247083-17.2022.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Andre Linhares Junior. Advogado: Daniel Lopes Linhares (OAB: 28366/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0247083-17.2022.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Andre Linhares Junior. Advogado: Daniel Lopes Linhares (OAB: 28366/CE). Embargado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0247083-17.2022.8.06.0001/50002 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Embargado: Andre Linhares Junior. Advogado: Daniel Lopes Linhares (OAB: 28366/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0250087-28.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: R. F. M.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0253516-37.2022.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Embargante: Vera Lúcia de Paula. Repr. Legal: Maria Silvia de Paula Resende. Advogado: Raimundo Rocha de Sousa Júnior (OAB: 6662/CE). Embargado: Hapvida Assistência Médica S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0257431-60.2023.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Boa Vista Serviços S/A. Advogado: Leonardo Drumond Gruppi (OAB: 163781/SP). Embargada: Maria Laura Marrocos da Silva. Advogado: Halison Rodrigues de Brito (OAB: 44462A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0263280-81.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara de Família. Apelante: P. S. S. A.. Advogada: Milena Barbosa Montoril (OAB: 18345/CE). Apelado: M. H. C. A.. Repr. Legal: Raquel Cabral da Silva. Advogado: Gerardo Romualdo da Silva (OAB: 34611/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0263375-48.2020.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Embargante: GEAP Autogestão em Saúde. Advogado: Eduardo da Silva Cavalcante (OAB: 24923/DF). Embargado: Francisco Iran Doth Sá. Advogado: Reno Porto Cesar Bertosi (OAB: 18902/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0267926-03.2022.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Francisca Farias Nogueira. Advogado: George Hidasi Filho (OAB: 39612/GO). Advogado: Evandro Moises Ferreira Filho (OAB: 12737/CE). Advogado: Luciano Henrique Soares de Oliveira Aires (OAB: 4699/TO). Advogado: João Deodato Cirino Diogenes Carvalho (OAB: 26009/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0268522-50.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Adolescente: D. de S. R.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0274590-84.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/28ª Vara Cível. Apelante: Gumercindo Jorge Oliveira da Silva. Advogado: Luiz Henrique Almeida Nogueira (OAB: 18911/CE). Advogada: Ana Cláudia Almeida Nogueira Picanço (OAB: 29929/CE). Apelado: Ceará Loteamentos Ltda.. Advogado: Raul Amaral Júnior (OAB: 13371A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0278324-72.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara da Infância e Juventude. Adolescente: M. dos S. de A.. Advogado: Marcelo Rodrigues da Silva (OAB: 35205/CE). Advogado: Lucas Marinho Junqueira (OAB: 50942/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0279728-95.2022.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Banco do Brasil S.A. Apelado: Lenildo da Silva Aguiar e outros. Advogada: Suhiane de Maria Gomes Silva (OAB: 38902/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0281243-34.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apelante: Julia Barra Netto Ferreira. Advogado: Heitor Ferreira Ximenes (OAB: 40943/CE). Apelado: NU Pagamentos S/A. Advogada: Maria do Perpétuo Socorro Gomes (OAB: 37937S/CE). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0281634-57.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE). Apelado: Maria Roberta Paula da Silva. Advogada: Rachel Philomeno Gomes Cavalcânti (OAB: 12083/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0282520-85.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/2ª Vara da Infância e Juventude. Apelante: M. P. E.. Apelado: W. G. P.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0286294-26.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apte/Apdo: Antônio Alexandre Feitosa. Advogado: Leal Tadeu de Queiroz (OAB: 46246A/CE). Apelado: Ativos S/A - Securitizadora de Créditos Financeiros. Advogado: Elói Contini (OAB: 35602A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0399056-39.2010.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Embargante: Companhia de Agua e Esgoto do Ceara - Cagece. Advogado: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE). Embargada: Maria Zita dos Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0458687-74.2011.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Apelada: Maria Neile de Oliveira Bezerra. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0483294-54.2011.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: White Martins Gases Industriais do Nordeste Ltda. Advogado: Ramon Siqueira Arneiro (OAB: 91660/PR). Apte/Apdo: Irmandade de Santa Casa de Misericordia de Sobral. Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0513789-81.2011.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Apelante: Joaquim Antonio Porto Frota. Advogada: Adelaide Maria Rodrigues Lopes (OAB: 9040/CE). Advogado: Waldery Magalhães Uchoa Neto (OAB: 9152/CE). Embargado: Construtora Colméia Ltda.. Advogado: Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE). Advogado: Pedro Felipe Rolim Militão (OAB: 25091/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0620649-89.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Agravante: Financeira Alfa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB: 163613/SP). Agravado: Carlos Roberto Jovelino. Advogado: Felipe Gantus Chagas da Silva (OAB: 119964/RS). Advogado: Bruno Rombaldi de Rose (OAB: 124154/RS). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0620649-89.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Agravante: Financeira Alfa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB: 163613/SP). Agravado: Carlos Roberto Jovelino. Advogado: Felipe Gantus Chagas da Silva (OAB: 119964/RS). Advogado: Bruno Rombaldi de Rose (OAB: 124154/RS). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0620949-17.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Crato/Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Crato. Agravante: S. L. C. M. R. P. A. M. da C.. Advogada: Ádria Oliveira da Silva (OAB: 36687/CE). Agravado: J. B. M. M.. Advogado: ALESSANDRO MARQUES MARTINS DE OLIVEIRA (OAB: 20326/MT). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0621187-36.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Agravante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogado: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE). Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE). Advogado: Yago Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 43102/CE). Advogada: Daniella Almeida da Silva (OAB: 47415/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Advogada: Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE). Advogada: Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE). Advogada: Judith Martins Lemos Neta (OAB: 43146/CE). Agravado: Gonçalo Soares Mourão. Advogada: Liana de Souza Fontenele (OAB: 33899/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO

PIRES NOGUEIRA

0623379-73.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Agravante: UNIMED Seguradora S/A. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/CE). Agravado: José Ulisses de Souza Melo. Advogado: Zacharias Augusto do Amaral Vieira (OAB: 40855/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0624344-17.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Agravante: Central Eólica São Jorge S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Agravado: Josue Estevao Dias e Esposa. Agravada: Joana Martins da Silva Dias. Advogado: José Luciano Júnior (OAB: 10160/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0624344-17.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Trairi/2ª Vara da Comarca de Trairi. Agravante: Central Eólica São Jorge S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Embargado: Josue Estevao Dias e Esposa. Embargada: Joana Martins da Silva Dias. Advogado: José Luciano Júnior (OAB: 10160/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0624925-32.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Agravante: Daniela Melo Fernandes. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0624925-32.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/2ª Vara Cível. Agravante: Daniela Melo Fernandes. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Advogado: Antônio Mitterran Conde de Oliveira (OAB: 31349/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0625964-64.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/4ª Vara de Família. Agravante: F. R. G. de M.. Advogado: Samuel Teixeira Viana (OAB: 39808/CE). Advogado: Rafael Teixeira Viana (OAB: 40875/CE). Advogada: Tatiana Teixeira Bastos (OAB: 39561/CE). Agravado: M. A. de O. M., R. P. M. O. da S.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0626480-84.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Sobral/1ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravada: Maria Gomes de Araújo. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0626480-84.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Sobral/1ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Agravante: Maria Gomes de Araújo. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravado: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0626598-36.2019.8.06.0000/50003 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/12ª Vara de Família. Embargante: M. R. S. L. D. B.. Advogado: Rafael Florêncio Ramalho Batista (OAB: 17334/CE). Advogado: José Feliciano de Carvalho Júnior (OAB: 4100/CE). Embargado: A. X. de F. J.. Advogada: Isabel de Andrade Ribeiro Oliveira (OAB: 15181/CE). Advogado: Abdias Júnio Cavalcante Oliveira (OAB: 7807/CE). Advogado: Cicero Carpegiano Leite Gonçalves (OAB: 17888/CE). Advogada: Ana Paula Menezes de Azevedo (OAB: 28275/CE). Advogada: Ana Beatriz Ricarte Gomes (OAB: 33972/CE). Advogada: Maria Olívia Ribeiro de Sousa (OAB: 28817/CE). Advogado: Gustavo Henrique Cavalcante de Amorim (OAB: 39343/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0626598-36.2019.8.06.0000/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/12ª Vara de Família. Embargante: A. X. de F. J.. Advogada: Isabel de Andrade Ribeiro Oliveira (OAB: 15181/CE). Advogado: Rolf Hanssen Madaleno (OAB: 11397/RS). Advogado: Abdias Júnio Cavalcante Oliveira (OAB: 7807/CE). Embargado: M. R. S. L. D. B. X.. Advogado: José Feliciano de Carvalho Júnior (OAB: 4100/CE). Advogado: Rafael Florêncio Ramalho Batista (OAB: 17334/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0627142-82.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: Carlos Miguel Fernandes Tavares. Repr. Legal: Carlos Alberto Coelho Tavares. Advogada: Sara Souza Cirne (OAB: 36425/CE). Advogado: Roberto Queiroz Rocha (OAB: 35766/CE). Advogada: Thais Lopes de Aquino (OAB: 38719/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0627602-79.2017.8.06.0000/50004 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/1ª Vara de Sucessões. Embargante: Espólio de Antônio de Castro Tavares. Inventariante: Teotônio Martins Tavares. Advogado: Nelson Bruno do Rego Valença (OAB: 15783/CE). Advogado: Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE). Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Advogado: André Rodrigues Parente (OAB: 15785/CE). Embargado: Delano Tavares Cruz. Advogado: Walmir Pereira de Medeiros Filho (OAB: 16977/CE). Advogado: Antônio Delano Soares Cruz (OAB: 8116/CE). Advogada: Jane Soares Cruz Cabral (OAB: 11581/CE). Advogada: Diana Farias de Albuquerque (OAB: 21031/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0627723-63.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Agravante: Condomínio Residencial Beverly Hills. Advogada: Flavia Pearce Furtado (OAB: 15818/CE). Agravado: Meck Engenharia EIRELI - ME. Advogada: Dalila Carlos de Castro (OAB: 41562/CE). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0628611-32.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/8ª Vara Cível. Agravante: Francisca Silva dos Santos. Advogado: Antônio Haroldo Guerra Lôbo (OAB: 15166/CE). Advogada: Jaqueline Freitas Bezerra (OAB: 52289/CE). Advogada: Larissa Ferreira Lôbo France (OAB: 39246/CE). Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 42900A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0628649-44.2024.8.06.0000/50001 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Agravante: H. A. M. S/A. Advogado: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Agravado: L. M. S. L. R. P. A. S. S.. Advogada: Jennifer Lima Castro (OAB: 50977/CE).

Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0628810-54.2024.8.06.0000 - **Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação**. Requerente: MARIA DE FÁTIMA LUCENA LIMA. Advogada: Camilly Maria Teles de Lima (OAB: 45674/CE). Requerido: Francisco Osmar Diógenes Baquit - Deputado Estadual. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0629693-35.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Limoeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte. Agravante: Xavier Transporte Ltda.. Advogada: Leila Nunes Goncalves e Oliveira (OAB: 89290/MG). Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogada: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 35179/CE). Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 35180A/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0630046-41.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Francisco José Teles Costa. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0630046-41.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Francisco José Teles Costa. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0630797-28.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Agravante: Unimed Vitória Cooperativa de Trabalho Médico. Advogado: Eugenio Guimaraes Calazans (OAB: 179766/RJ). Agravado: E. G. R. R. R. P. A. R. B. R.. Advogado: Pedro Paulo Harper Cox (OAB: 13516/RN). Advogado: Igor Ramon Silva (OAB: 14634/RN). Relator(a): RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS

0631237-24.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/7ª Vara de Família. Agravante: C. J. N.. Advogada: Rachel Philomeno Gomes Cavalcânti (OAB: 12083/CE). Advogado: Vanessa Alves Holanda (OAB: 41084/CE). Advogado: Matheus de Oliveira Brito (OAB: 45939/CE). Advogada: Thaís de Oliveira Nogueira (OAB: 40775/CE). Agravado: J. de D. da 7 V. de F. da C. de F.. Agravado: J. de D. da 3 V. de F. da C. de F.. Interessada: C. P. B. J.. Advogada: Anna Regina Almeida de Magalhães (OAB: 24727/CE). Advogada: Mabel de Carvalho Silva Portela (OAB: 13909/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0632151-25.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/5ª Vara de Família. Agravante: E. O. M.. Advogada: Doridelza Izabel de Vasconcelos Araújo (OAB: 26159/CE). Agravada: M. E. S. A.. Advogado: Wellington Rocha Leitão Filho (OAB: 6622/CE). Advogada: Bárbara Ozarina Rodrigues Barros (OAB: 29613/CE). Advogada: Bruna Laina Brasileiro Ramos (OAB: 27147/CE). Advogado: Edson José Sampaio Cunha Filho (OAB: 6512/CE). Advogado: Mateus Ramos Targino Facundo (OAB: 36820/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0632438-51.2024.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Embargante: Associação Petrobrás de Saúde - APS. Advogado: Ney José Campos (OAB: 44243/MG). Embargado: Jorge Alberto Sales de Lima. Advogado: Gustavo Albano Amorim Sobreira (OAB: 13552/CE). Advogado: Jorge Leite Chianca Filho (OAB: 31177/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0632466-19.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Francisco Cleonilton Gomes de Sousa. Advogado: Artur Rodrigues Lourenço (OAB: 35633/CE). Advogada: Beathriz Rodrigues Lourenço (OAB: 45718/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0632466-19.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento**. Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL. Advogado: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE). Agravado: Francisco Cleonilton Gomes de Sousa. Advogado: Artur Rodrigues Lourenço (OAB: 35633/CE). Advogada: Beathriz Rodrigues Lourenço (OAB: 45718/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0633634-56.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Independência/Vara Única da Comarca de Independência. Agravante: João Paulo Araújo da Silva. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0633634-56.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Independência/Vara Única da Comarca de Independência. Agravante: JOÃO PAULO ARAÚJO DA SILVA. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Osíris Antinolfi Filho (OAB: 22189/RS). Advogado: Matheus de Paulo Pessoa (OAB: 38819/CE). Advogada: Daiany Mara Ribeiro Paiva (OAB: 16942/RS). Advogado: Filipe Augusto da Costa Albuquerque (OAB: 20587/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0636738-61.2021.8.06.0000/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Embargante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargado: Carlos Miguel Gomes de Freitas Representado Por Daniel Oliveira de Freitas. Advogada: Dayane Oliveira de Freitas (OAB: 36505/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0636746-38.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Agravante: Mais Sabor Indústria e Comércio de Refrigerantes Ltda. - Eireli. Advogado: Rafael Diniz Campelo Bezerra (OAB: 24948/CE). Advogado: Vicente Martins Prata Braga (OAB: 19309/CE). Advogado: Roberto Lincoln de Sousa Gomes Júnior (OAB: 329848/SP). Advogado: Leon Simões de Mello (OAB: 29493/CE). Agravado: Meplast Distribuidora de Produtos Plásticos Ltda- EPP. Advogado: Paulo Soares Silva (OAB: 151545/SP). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0636746-38.2021.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/9ª Vara Cível. Agravante: Mais Sabor Indústria e Comércio de Refrigerantes Ltda. - Eireli. Advogado: Rafael Diniz Campelo Bezerra (OAB: 24948/CE). Advogado: Emanuel Rodrigo de Andrade Teles (OAB: 16461/CE). Agravado: Meplast Distribuidora de Produtos Plásticos Ltda- EPP. Advogado:

Paulo Soares Silva (OAB: 151545/SP). Advogada: Izabele Ariane Iduino Vieira (OAB: 10889/RN). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0637818-60.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/16ª Vara de Família. Agravante: I. B. de C. P.. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Agravado: J. A. de C. P.. Advogado: Fábio Moleiro Franci (OAB: 370252/SP). Advogado: Caio de Moura Lacerda dos Santos (OAB: 331743/SP). Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0637955-71.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Agravante: Regilanio da Silva Inacio. Advogado: Eliana Alves Santos (OAB: 48266/CE). Advogado: Álvaro Rodrigues da Silva (OAB: 49562/CE). Advogado: Antonio Wilton da Silva (OAB: 45748/CE). Advogado: Erick Santana Batista (OAB: 49457/CE). Agravado: Fabio Ferreira de Araujo Academia. Agravado: Promed Serviços de Equipamentos Médicos Ltda.. Agravado: Promed Fitness Machine. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0637955-71.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Juazeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte. Agravante: Regilanio da Silva Inacio. Advogado: Antonio Wilton da Silva (OAB: 45748/CE). Advogado: Eliana Alves Santos (OAB: 48266/CE). Advogado: Álvaro Rodrigues da Silva (OAB: 49562/CE). Advogado: Erick Santana Batista (OAB: 49457/CE). Agravado: Fabio Ferreira de Araujo Academia. Agravado: Promed Serviços de Equipamentos Médicos Ltda.. Agravado: Promed Fitness Machine. Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0638076-02.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Granja/2ª Vara da Comarca de Granja. Agravante: Maria do Socorro da Costa Barcelos. Advogado: Zacharias Augusto do Amaral Vieira (OAB: 40855/CE). Agravado: Kaoma Ferreira Silva. Agravado: K C Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Advogado: Antônio Emanuel Araújo Oliveira (OAB: 20528/CE). Advogado: Francisco Edmilson Alves Araujo Filho (OAB: 27970/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0638076-02.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Granja/2ª Vara da Comarca de Granja. Agravante: All Empreendimentos Ltda.. Repr. Legal: Lidianne Fernandes da Silva Lobo. Advogado: Francisco Edmilson Alves Araujo Filho (OAB: 27970/CE). Advogado: Antônio Emanuel Araújo Oliveira (OAB: 20528/CE). Agravada: Maria do Socorro da Costa Barcelos. Advogado: Zacharias Augusto do Amaral Vieira (OAB: 40855/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0831779-07.2014.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Embargada: Maria do Socorro Reis Lins. Advogada: Natália de Oliveira Albuquerque (OAB: 11201/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0893456-38.2014.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Embargante: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. Advogado: Aline Deda Machado Santana (OAB: 18830/BA). Embargado: Ademar Mendes Bezerra. Embargada: Maria Angelica Cardoso Mendes Bezerra. Advogado: Ademar Mendes Bezerra Júnior (OAB: 15786/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0909751-24.2012.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Apelante: Maria Nubia de Sousa Laurentino. Advogado: Fabio Almeida da Silva (OAB: 114042/RJ). Apelado: Lr Comercio de Madeiras Ltda. Relator(a): MARCOS WILLIAM LEITE DE OLIVEIRA

0917025-68.2014.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Apelado: José Martins Junior. Advogado: Mykael Arruda Azevedo (OAB: 27474/CE). Advogado: Edson Monteiro Jorge Maia (OAB: 29910/CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

0917043-89.2014.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/13ª Vara de Família. Apelante: J. E. A. B. (Representado(a) por sua Mãe). Repr. Legal: Maria Lecilda Aquino Mesquita. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Apelado: J. E. B.. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará (OAB: CE). Relator(a): PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA

Total de processos a julgar: 235

Fortaleza, 12 de novembro de 2024.

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

3ª Câmara Direito Privado
PAUTA DE JULGAMENTO

Número da Pauta: 43

SERÃO JULGADOS, NA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DESIMPEDIDA, AOS DIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2024, OS SEGUINTES
PROCESSOS:

CONTATO OU REQUERIMENTO: (85) 981653891 OU SEC.3CDIREITOPRIVADO@TJCE.JUS.BR
PARA SUSTENTAÇÃO ORAL É PRECISO INFORMAR NOME DO ADVOGADO, OAB, PROCESSO, E PARTE QUE REPRESENTA.

0001208-59.2009.8.06.0099 - **Apelação Cível** - Itaitinga/2ª Vara da Comarca de Itaitinga. Apelante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 16599A/CE). Apelado: Christovao Alves de Sousa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO

DE QUEIROZ JÚNIOR

0003507-65.2014.8.06.0056 - **Apelação Cível** - Capistrano/Vara Única da Comarca de Capistrano. Apelante: Francisca Maria Martins da Silva. Apelado: José Martins da Penha. Apelado: Francisco Wiara Saraiva Martins. Apelada: Maria das Gracas Saraiva Martins. Apelado: Judas Tadeu Martins da Penha. Advogado: Francisco Claudio Oliveira Silva Filho (OAB: 20613/CE). Advogada: Natasha Assumpcao Auto (OAB: 26493/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0004195-77.2018.8.06.0091/50000 - **Agravo Interno Cível** - Iguatu/4ª Vara da Comarca de Iguatu. Agravante: Jose Clenilton Alves Matias. Agravante: Zeneuda Clares Rodrigues. Agravante: Matias & Rodrigues Ltda ME. Advogado: Virgílio Paulino Soares (OAB: 6258/CE). Agravado: Banco do Brasil S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0009197-51.2013.8.06.0043 - **Apelação Cível** - Barbalha/1ª Vara da Comarca de Barbalha. Apelante: Marchet de Sá Barreto Callou. Advogado: Hobson Alves de Menezes (OAB: 20867/CE). Advogado: Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva (OAB: 16629/CE). Apelada: Maria do Socorro Grangeiro Feitosa. Advogada: Maria Alice dos Santos Pinto (OAB: 6913/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0009228-47.2006.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/27ª Vara Cível. Apelante: Agroágua Irrigação Ltda. Advogada: Maria do Socorro Siqueira Feitosa Carvalho (OAB: 5235/CE). Advogado: Joaquim Citó Feitosa Carvalho Neto (OAB: 20464/CE). Advogado: Maurício Feitosa Ferreira Lopes (OAB: 34136/CE). Apelado: CEQUIP Importação e Comércio Ltda. Advogado: Francisco Irapuan de Paiva Campos (OAB: 2148/CE). Advogado: José Alexandre Goiana de Andrade (OAB: 11160/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0011706-98.2012.8.06.0136 - **Apelação Cível** - Pacajus/2ª Vara da Comarca de Pacajus. Apelante: Valmir de Sousa Falcão. Advogada: Sanmara Bezerra Benicio (OAB: 21301/CE). Apelado: Agro-indústria e Comércio de Alimentos Frandel Ltda. Advogado: Leonardo Wandemberg Lima Batista (OAB: 20623/CE). Advogada: Silvia Régia Lopes Melo Mourão (OAB: 16615/CE). Apelada: Luciana Pereira Figueiredo. Apelado: Pedro José Philomeno Gomes Figueiredo. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0015352-08.2011.8.06.0151 - **Apelação Cível** - Quixadá/1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Advogado: Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB: 44565A/CE). Advogada: Maritzza Fabiane Lima Martinez de Souza O. Rossiter (OAB: 44562/CE). Advogada: Marizze Fernanda Lima Martinez de Souza (OAB: 44561A/CE). Apelada: Maria Carneiro da Silva Diógenes. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0039740-53.2013.8.06.0167/50000 - **Agravo Interno Cível** - Sobral/3ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Agravante: Raimundo Nonato Pereira Farias. Advogado: Oséas de Souza Rodrigues Filho (OAB: 21600/CE). Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Paulo Roberto Teixeira Trino Júnior (OAB: 87929/RJ). Advogado: Denis Barbosa de Oliveira (OAB: 29642/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0042853-82.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/2ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Massa Falida Sopesca - Sociedade de Pesca Ltda. Advogado: Jose Afonso de Oliveira (OAB: 3956/CE). Advogado: Claudio Josino da Costa (OAB: 1695/CE). Advogado: Alfredo Leopoldo Furtado Pearce (OAB: 9698/CE). Advogado: Gustavo Leal Mello da Silva (OAB: 10682/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0043169-17.2008.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apelante: Banco Inter S/A. Advogado: Thiago da Costa e Silva Lott (OAB: 101330/MG). Apelado: Unitêxtil - União Industrial Têxtil Ltda.. Advogado: Jose Alexandre de Sousa Junior (OAB: 9091/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0050020-28.2021.8.06.0030 - **Apelação Cível** - Aiuaba/Vara Única da Comarca de Aiuaba. Apelante: Maria Senhorinha de Andrade Alencar. Advogada: Luana Lucena da Silva (OAB: 30472/CE). Advogada: Maria Nair Vilma de Freitas (OAB: 29875/CE). Apelado: Francisco Alves Alencar. Advogada: Edênia Mara Araújo Siqueira (OAB: 23716/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0050106-42.2021.8.06.0145 - **Apelação Cível** - Pereiro/Vara Única da Comarca de Pereiro. Apelante: Gildivan Aquino Crisostomo. Advogado: Wedna de Lima Cavalcante Azevedo (OAB: 15498/RN). Advogada: Jokastra Maghaly Nogueira Aquino (OAB: 15345/RN). Apelado: Manoel Peixoto de Aquino. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0050114-75.2020.8.06.0170/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Monsenhor Tabosa/Vara Única da Comarca de Monsenhor Tabosa. Embargante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Nei Calderon (OAB: 114904/SP). Embargada: Francisca Ribeiro Souza. Advogado: Diego Rodrigues Bezerra Pedrosa (OAB: 38129/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0050214-91.2020.8.06.0182/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Viçosa do Ceará/2ª Vara da Comarca de Viçosa do Ceará. Apelante: João Felix da Silva. Advogado: Alberto Jeferson Rodrigues Teixeira (OAB: 43091/CE). Embargado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: João Thomaz Prazeres Gondim (OAB: 62192/RJ). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0050275-06.2020.8.06.0164 - **Apelação Cível** - São Gonçalo do Amarante/2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante. Apelante: Francisco Benedito Soares da Rocha. Advogado: Anderson Lima Silveira (OAB: 28652/CE). Advogada: Anelise Feitosa Girao (OAB: 30041/CE). Apelado: Planos Técnicos do Brasil Ltda. Advogado: Rodrigo Uchôa de Paula (OAB: 12925/CE). Advogado: Saulo Castelo Branco Bezerra de Menezes (OAB: 19050/CE). Advogado: Carlos José Feitosa Siebra Neto (OAB: 28196/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0051469-91.2020.8.06.0115 - **Apelação Cível** - Limoeiro do Norte/1ª Vara Cível da Comarca de Limoeiro do Norte. Apelante: P. D. N.. Advogado: José Lucas Daniel (OAB: 41864/CE). Apelada: A. S. da S. D. e outros. Advogado: Eduardo Chaves de Alencar (OAB: 30525/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0077604-85.2006.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Manoel Messias Rodrigues. Advogada: Maria Heleniuce Carrilho de Arruda (OAB: 10922/CE). Advogado: Alyrio Thalles Viana Almeida Lima (OAB: 34077/CE). Advogado: Carlos Rogério Alves Vieira (OAB: 23374/CE). Advogado: Francisco José Alves Teles (OAB: 12417/CE). Advogado: Germano Monte Palácio (OAB: 11569/CE). Advogado: José Wagner Matias de Melo (OAB: 17785/CE). Advogada: Josefa Bezerra de Lima (OAB: 9328/CE). Advogada: Lucilene Paula Ferreira (OAB: 6654/CE). Advogada: Olívia Maria Moreira de Farias (OAB: 16729/CE). Advogado: Jose Maria Elias Moita (OAB: 8729/CE). Apelado: Comitê Central do Partido dos Trabalhadores. Apelada: Luizianne Lins. Apelado: Marcus de Mesquita. Apelado: Humberto da Costa. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0085587-38.2006.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Casas Alves Comércio de Tintas e Vernizes Ltda. Apelante: José Cid Sousa Alves do Nascimento. Advogado: Clóvis Ricardo Caldas da Silveira Mapurunga (OAB: 4203/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Marco Roberto Costa Macedo (OAB: 16021/BA). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0086121-79.2006.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/36ª Vara Cível. Apelante: Petrobras Distribuidora S/A. Advogada: Dóris de Souza Castelo Branco (OAB: 18686/PE). Advogado: Leonardo Mendes Cruz (OAB: 25711/BA). Apelado: Comercial Vasconcelos Oliveira Ltda. Advogado: Carlos Alberto Carvalho Salviano (OAB: 10568/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0101732-18.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apte/Apdo: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI. Apte/Apdo: José Maria da Silva. Advogado: Gabriel Soares Cardoso Filho (OAB: 25201/CE). Advogado: José Jaziel Fernandes Dantas (OAB: 11988/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0120600-78.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/37ª Vara Cível. Apelante: Leusa da Silva Santos. Advogado: Raphael Mesquita de Carvalho Lopes (OAB: 46651/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0150863-59.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apelante: Record Engenharia Ltda. Advogado: Pedro Allan Lima Silva Thé (OAB: 32584/CE). Apelado: Claro S/A. Advogado: Fernando Augusto Correia Cardoso Filho (OAB: 14503/CE). Advogado: Rafael Gonçalves Rocha (OAB: 45497/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0152149-09.2018.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apelante: Roselene de Sousa Colares Lima. Advogado: Alexsandro de Castro Lima (OAB: 27174/CE). Advogada: Ariane Pessoa Santos (OAB: 35494/CE). Apelado: Realiza Administradora de Consórcios Ltda. Curador Esp.: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0161187-11.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apelante: Andressa Cavalcante da Silveira - ME (Pastelli D`Marias). Apelante: Andressa Cavalcante da Silveira. Advogado: João Victor de Oliveira Barreto (OAB: 37477/CE). Advogado: Daniel Jone Aragão Ribeiro Matos Pereira (OAB: 36268/CE). Apelado: Ifood.com Agência de Restaurantes Online S.A.. Advogado: Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB: 146791/SP). Advogada: Ihana Mara Costa Braga (OAB: 26568/CE). Advogado: Felipe de Carvalho Soares (OAB: 335936/SP). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0162628-37.2013.8.06.0001/50001 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Embargante: Carlson Gracie Junior. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Advogado: Nelson Bruno do Rego Valença (OAB: 15783/CE). Advogado: Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE). Advogado: André Rodrigues Parente (OAB: 15785/CE). Embargado: Joaquim Francisco do Nascimento. Advogado: Carlos Alberto Cavalcante Bandeira (OAB: 6863/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0162809-67.2015.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Tim Celular S.A. Advogada: Christianne Gomes Rocha (OAB: 20335/PE). Apelado: PSP Incorporações Imobiliárias e Participações Ltda. Apelado: Sim Administração e Comercio de Imoveis Ltda. Apelada: Ação - Administradora de Imóveis e Condomínios Ltda. Advogada: Nathalia Damasceno da Costa E Silva Ervedosa (OAB: 18892/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0164135-62.2015.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Apelante: Espólio de Alberto Costa Sousa Oliveira. Apelado: Rogério Pereira da Silva Rodrigues. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0165957-18.2017.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/13ª Vara Cível. Embargante: IREP-Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Embargada: Raysa Amaral Sales. Advogado: Ronaldo Nogueira Simões (OAB: 17801/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0177840-88.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Ivanildo Moraes dos Santos. Advogado: Abelardo Augusto Nobre Neto (OAB: 24901/CE). Apelado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0182609-13.2017.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/4ª Vara Cível. Apelante: Francisco Joeliton Moreira de Carvalho. Advogado: José Glauco Ribeiro Pereira (OAB: 22527/CE). Advogado: Bento Pereira da Silva Neto (OAB: 5977/CE). Apelado: Alessandro Invernizzi. Advogado: Djoni de Araujo Neves Filho (OAB: 35973/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0191514-75.2015.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Apte/Apdo: Home José Walter Empreendimentos Imobiliários Ltda.,. Advogado: Miguel Rocha Nasser Hissa (OAB: 15469/CE). Advogado: Rodrigo Macedo de Carvalho (OAB: 15470/CE). Advogado: Rui Barros Leal Farias (OAB: 16411/CE). Apte/Apdo: Elizângela Mesquita Martins. Apte/Apdo: Fellipe Alisson Peixoto Paiva. Advogado: William Holanda Lavor (OAB: 29770/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200130-90.2024.8.06.0173 - **Apelação Cível** - Tianguá/2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá. Apte/Apdo: Maria Lopes do Nascimento. Advogado: João Pedro Silvino de Carvalho (OAB: 45872/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200400-55.2024.8.06.0031 - **Apelação Cível** - AltoSanto/Vara Única da Comarca de Alto Santo. Apelante: Jose Izidorio da Silva. Advogado: Francisco Regios Pereira Neto (OAB: 25034/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB: 29481A/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200420-42.2022.8.06.0055 - **Apelação Cível** - Canindé/1ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Apelante: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: Bruna Marcela Freitas Vinhas. Advogada: Macilene Santos Andrade (OAB: 39474/CE). Advogada: Valdecimone Gomes Freire (OAB: 23242/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200431-44.2019.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Apelante: Valmir Augusto Bezerra. Advogado: Judicael de Almeida Nascimento (OAB: 33146/CE). Apelado: Antonio Nunes Ferreira Filho. Advogado: Francisco de Assis Oliveira Marinho (OAB: 3842/CE). Advogado: Ideraldo Luiz Beline Silva (OAB: 6396/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200439-58.2024.8.06.0029 - **Apelação Cível** - Acopiara/1ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Recorrente: Antonio Lolo da Silva. Advogado: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE). Advogado: Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE). Recorrido: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200462-98.2023.8.06.0203 - **Apelação Cível** - Ocara/Vara Única da Comarca de Ocara. Apelante: José Nunes de Souza. Advogado: Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200546-68.2023.8.06.0084 - **Apelação Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apte/Apdo: Francisco das Chagas Soares. Advogado: William Kleber Gomes de Sousa Lima (OAB: 28587/CE). Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200633-42.2022.8.06.0154/50000 - **Agravo Interno Cível** - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Agravado: Gilson Almeida Fernandes. Agravado: Tancredo Almeida Fernandes. Advogada: Mércia do Nascimento Vitor (OAB: 46844/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200723-77.2023.8.06.0166 - **Apelação Cível** - Senador Pompeu/2ª Vara da Comarca de Senador Pompeu. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314/CE). Apelado: Carlos Rufino da Silva. Advogada: Marília da Conceição Rodrigues Rosendo (OAB: 48218/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200798-16.2024.8.06.0091 - **Apelação Cível** - Iguatu/1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu. Apelante: Maria Chagas de Lima Gomes. Advogada: Antônia Bianca Morais Torres (OAB: 42286/CE). Advogado: Antônio Leandro Florentino Brito (OAB: 30694/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Fábio Frasato Caires (OAB: 29282A/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0200803-12.2022.8.06.0090/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Icó/1ª Vara Cível da Comarca de Icó. Embargante: Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A. Advogado: Ernando Garcia da Silva Júnior (OAB: 19253/CE). Embargado: Nilton Ferreira Silva. Advogado: Rian de Sousa Nicolau (OAB: 22794/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0201254-39.2022.8.06.0154 - **Apelação Cível** - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Apelante: W. C. de P.. Advogado: Rômulo de Oliveira Coelho (OAB: 19315/CE). Apelado: E. de J. A. de M.. Apelada: Y. A. de M.. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0201336-52.2023.8.06.0084 - **Apelação Cível** - Guaraciaba do Norte/Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte. Apelante: Francisco Soares Filho. Advogada: Maria Lúcia Melo Soares (OAB: 38523/CE). Advogado: Antônio Cláudio Lopes de Sousa (OAB: 24510/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Paulo Eduardo Prado (OAB: 24314A/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0201362-26.2022.8.06.0168 - **Apelação Cível** - Solonópole/2ª Vara da Comarca de Solonópole. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: Cicero Alves Rocha. Advogado: Douglas Viana Bezerra (OAB: 21587/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0201391-97.2022.8.06.0064/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Caucaia/3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Embargante: Martinho de Sousa Magalhaes. Advogado: Alan Pereira Mourão (OAB: 21899/CE). Embargado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Rafael Pordeus Costa Lima Neto (OAB: 23599/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0202630-05.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/7ª Vara de Família. Apelante: L. M. de S.. Advogado: Felipe Fernandes Rodrigues (OAB: 47312/CE). Apelado: P. R. M. de S.. Def. Público: D. P. do E. do C.. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0204696-63.2023.8.06.0029 - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Antonia Vieira Lima. Advogada: Anna Ronnéria Lacerda Souza (OAB: 45370B/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0204903-62.2023.8.06.0029 - **Apelação Cível** - Acopiara/2ª Vara Cível da Comarca de Acopiara. Apelante: Antonia Alves Teixeira Lima. Advogado: Antonio Euberlan Rodrigues Lima (OAB: 40660/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0206881-42.2015.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/29ª Vara Cível. Apelante: Aço Metetal - Industria de Móveis de Aço Jmn Ltda. Apelado: Portofino Imóveis Ltda. Advogado: Júlio Nogueira Militão Neto (OAB: 3144/CE). Advogado: Manuel Gomes Filho (OAB: 3252/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0206943-38.2022.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Maria Marlene Paz da Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0209666-98.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/26ª Vara Cível. Apelante: Riomar Fortaleza Norte S/A. Advogada: Beatriz Chaves Bittencourt de Albuquerque (OAB: 44118/CE). Apelado: Mara Gabriela Vieira da Silva - ME. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0216119-56.2013.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Apelante: Maria do Socorro Linhares Lages. Advogada: Micaeli Maria Campos Maciel (OAB: 39100/CE). Apelado: Condomínio Parque José de Alencar. Apelado: Júlio Augusto Nogueira Carneiro. Advogado: Carlos Renan Lopes Lima (OAB: 29871/CE). Advogada: Amanda Ingrid Cavalcante de Morais (OAB: 31954/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0219697-80.2020.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/5ª Vara Cível. Embargante: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Ricardo Negrão (OAB: 138723/SP). Embargada: Leda da Silva Santos. Embargado: Francisco Hilton de Oliveira Júnior. Advogado: Francisco Hilton de Oliveira Júnior (OAB: 24338/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0220833-10.2023.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/1ª Vara Cível. Embargante: Aymerr Quindere Sousa. Advogado: Enísio Cordeiro Gurgel (OAB: 2656/CE). Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Marcio Perez de Rezende (OAB: 77460/SP). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0228338-52.2023.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: Boa Vista Serviços S/A. Advogado: Hélio Yazbek (OAB: 168204/SP). Embargado: Marcely Viginier Amable Bernardo Sousa. Advogado: Halison Rodrigues de Brito (OAB: 44462A/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0229648-98.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apte/Apdo: Dayvis de Oliveira Lopes. Advogado: Dayvis de Oliveira Lopes (OAB: 14119/CE). Apte/Apdo: Elaine Cristina Guilherme de Moura. Apte/Apdo: Luiz Cláudio Ferreira Façanha Braga. Advogada: Luana Martins (OAB: 254333/SP). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0232115-16.2021.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/3ª Vara de Família. Embargante: J. M. P. V. F.. Advogado: José Márcio Teixeira Saraiva (OAB: 42353/CE). Embargado: M. V. M. V., R. P. T. M. M.. Embargada: L. M. V., R. P. T. M. M.. Embargado: L. M. V., R. P. T. M. M.. Advogado: Mateus de Oliveira Alcântara (OAB: 19583/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0236056-08.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/39ª Vara Cível. Apelante: Club Retro Restaurante Ltda- ME. Advogado: José Teles Bezerra Júnior (OAB: 25238/CE). Advogada: Carine Duarte Gonçalves (OAB: 44337/CE). Apelado: Sompo Consumer Seguradora S.a.,. Advogado: Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB: 23289/PE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0237531-96.2020.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Apelante: Audisleia Barroso Peixoto. Advogado: Gabriel Soares Cardoso Filho (OAB: 25201/CE). Advogado: José Jaziel Fernandes Dantas (OAB: 11988/CE). Apelada: Cheila Oliveira Lima Maia. Apelado: Paulo Henrique Maia. Advogada: Adriana Oliveira Pinto (OAB: 19140/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0239746-74.2022.8.06.0001/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/10ª Vara Cível. Agravante: Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda.. Advogada: Hévila Silva Fernandes de Oliveira (OAB: 36270/CE). Advogado: José Menescal de Andrade Júnior (OAB: 6018/CE). Advogado: Joaquim Rocha de Lucena Neto (OAB: 16042/CE). Advogado: Victor de Carvalho Rodrigues (OAB: 33232/CE). Advogado: Yago Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 43102/CE). Advogada: Daniella Almeida da Silva (OAB: 47415/CE). Advogado: Giovanni Paulo de Vasconcelos Silva (OAB: 8579/CE). Advogada: Achernar Sena de Souza (OAB: 29351/CE). Advogada: Judith Martins Lemos Neta (OAB: 43146/CE). Agravada: Antonia Karina Barroso Gouveia Cunha. Advogado: Caico Gondim Borelli (OAB: 24895/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0241804-16.2023.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/15ª Vara Cível. Embargante: Boa Vista Serviços S/A. Advogado: Hélio Yazbek (OAB: 168204/SP). Embargada: Lindete Oliveira do Nascimento. Advogado: Halison Rodrigues de Brito (OAB: 44462A/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0249420-42.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/21ª Vara Cível. Apelante: Raimunda de Sousa Silva. Advogado: Dácio Peres da Silva (OAB: 6472/CE). Apelado: Banco BMG S/A. Advogado: Eugênio Costa Ferreira de Melo (OAB: 103082/MG). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0272656-23.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/18ª Vara Cível. Apelante: Antonisia Oliveira da Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0275948-16.2023.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Apelante: Francisco João de Lira. Advogada: Renata França Lopes (OAB: 39968/CE). Advogado: José Wandemberg Chaves Maia Júnior (OAB: 45882/CE). Apelado: Itaú Unibanco S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0280822-15.2021.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/25ª Vara Cível. Apelante: Maria Rocicler da Silva. Advogada: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE). Apelado: Banco Pan S/A. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0351010-68.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/1ª Vara Cível. Apelante: Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil. Advogada: Aldenora de Arruda Pinheiro (OAB: 20372/CE). Advogada: Emanuelle Ferreira Gomes Silva Moura (OAB: 15067/CE). Advogada: Ruth Helena Silva Vasconcelos Pereira (OAB: 14974/CE). Advogado: Antonio Laerte Guedes Neto (OAB: 20638/CE). Advogado: Felipe Sorio Silva (OAB: 22019/CE). Advogado: Moises Batista de Souza (OAB: 149225/SP). Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 147020/SP). Advogada: Patrícia Nantes Marcondes do Amaral de Toledo Piza (OAB: 98124/SP). Advogada: Carla Milani Zanette (OAB: 194525/SP). Apelado: Gráfica e Editora VT Ltda. Advogada: Isabela de Souza Sobreira de Lavor (OAB: 13043/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0455964-82.2011.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Caucaia/3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia. Apelante: FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S/A. Advogada: Juliana de Abreu Teixeira (OAB: 13463/CE). Apelada: Maria José Castelo de Oliveira. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0519928-35.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Apelante: Massa Falida de Banfort - Banco Fortaleza S/A. Síndico: Olyntho de Rizzo Filho. Advogado: Olyntho de Rizzo Filho (OAB: 81210/SP). Apelado: Marcos Antônio Sancho de Sousa. Advogada: Verônica Sancho de Sousa (OAB: 3744/CE). Advogado: Mário Sousa de Sant` Anna (OAB: 25487/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0552535-81.2012.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/8ª Vara Cível. Apelante: Sérgio Maia Louchard. Advogado: Adriano Marcelo Thomaz (OAB: 238110/CE). Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE). Advogada: Giovanna Morillo Vigil Dias Costa (OAB: 91567/MG). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0579281-06.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Apelante: Luis Roberto Studart Soares Filho. Apelante: Oscar Akira Onoe. Apelado: Amândio Pereira de Sena Filho. Apelada: Maria Liduina Correia Leite. Apelado: Henrique Luis do Carmo e Sá. Advogada: Simony Oliveira do Nascimento (OAB: 23650/CE). Advogado: Stenio Goncalves Silva (OAB: 10727/CE). Apelado: Condominio Edificio Acapulco. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0622518-58.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/6ª Vara Cível. Agravante: Francisco da Silva Nascimento ME. Agravante: Raimunda Silva Cruz. Agravante: Francisco da Silva Nascimento. Advogado: Moysés Barjud Marques (OAB: 13496/CE). Advogado: Helson Lima Maia Júnior (OAB: 22455/CE). Agravado: Meridiano Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Multisegmentos ¿ Não Padronizado, J. Advogado: Raphael Bernardes da Silveira (OAB: 40542/PR). Advogado: Rangel da Silva (OAB: 41305/PR). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0627688-11.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/33ª Vara Cível. Agravante: Sapiranga Foodmall Administração e Eventos Ltda Me.. Advogado: Ricardo Márcio Clemente de Mello (OAB: 28753/CE). Advogado: Francisco Raul Félix Pinto (OAB: 27726/CE). Agravado: Eugênio Pacelli Lustosa da Costa. Advogado: Francisco Jackes Araujo (OAB: 10227/CE). Advogada: Fabíola da Silva Silvino (OAB: 41337/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0627713-24.2021.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Quixeramobim/2ª Vara da Comarca de Quixeramobim. Agravante: Pedro Batista da Costa. Agravante: Francisca Vitor da Costa. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravada: Espólio de Maria Magdalena Fernandes de Almeida. Inventariante: Fabiane Fernandes de Almeida. Advogado: Fábio Félix Fernandes (OAB: 19876/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0628444-15.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Francisco Daniel da Silva Cruz. Advogado: Paulo Roberto Lopes Júnior (OAB: 46673/CE). Advogado: Gabriel Marco Pimentel Archanjo de Oliveira (OAB: 41822/CE). Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0629941-64.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Agravante: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 30149/CE). Agravado: J. V. G. de O. R. P. A. P. G. da S.. Advogada: Maria Cristina Soares Rocha (OAB: 21404/CE). Advogado: Victor Saldanha Fontenele (OAB: 16535/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0629941-64.2024.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Agravante: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central. Advogado: Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB: 16983/PE). Agravado: J. V. G. de O. R. P. A. P. G. da S.. Advogada: Maria Cristina Soares Rocha (OAB: 21404/CE). Advogado: Victor Saldanha Fontenele (OAB: 16535/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0632639-43.2024.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível**. Agravante: Daniela de Araujo Lima. Advogado: Cristiano Kélio

de Lima Carvalho (OAB: 46875/CE). Agravado: Banco Toyota do Brasil S/A. Advogado: Denis Aranha Ferreira (OAB: 200330/SP). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0635978-44.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/11ª Vara de Família. Agravante: M. F. M.. Advogada: WANESSA NEVES LESSA ROMANHOL (OAB: 366259/SP). Agravada: Nara Regina Martins Saraiva. Advogado: João Carlos Ferreira (OAB: 9963/PI). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0636200-12.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: T. M. de A. R. P. R. dos S. M.. Advogado: Dracon dos Santos Tamyarana de Sá Barreto (OAB: 13704B/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0636200-12.2023.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Fortaleza/19ª Vara Cível. Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). Agravado: T. M. de A. R. P. R. dos S. M.. Advogado: Dracon dos Santos Tamyarana de Sá Barreto (OAB: 13704B/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0636978-79.2023.8.06.0000/50000 - **Agravo Interno Cível** - Fortaleza/3ª Vara Cível. Agravante: Clarice Martins Gomes. Advogado: Renan Barbosa de Azevedo (OAB: 23112/CE). Agravado: Gerardo Feitosa de Sousa Neto. Advogado: David Arison da Rocha Bezerra Cavalcante (OAB: 17939/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0638492-72.2020.8.06.0000 - **Agravo de Instrumento** - Sobral/3ª Vara Cível da Comarca de Sobral. Agravante: Raimundo Nonato dos Santos. Def. Público: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Agravada: Verônica Maria Cordeiro dos Santos. Agravado: Incorporadora MF Empreendimentos Imobiliários Ltda - Village Betânia. Agravado: Incorporadora Agropecuária Recanto Ltda (Incorporadora Andrade Menezes Engenharia). Agravada: Rosimeire de Sousa Lima. Advogado: Edder Sidney Paiva Vieira de Moraes (OAB: 36871/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0749607-96.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/11ª Vara Cível. Apelante: ADEJ - Associação Desportiva de Educação Juvenil Ltda. Advogada: Germana Vasconcelos de Alcantara (OAB: 14966/CE). Apelada: Elita Luzia de Andrade Medeiros e Almeida. Advogado: Rafael Victor de Andrade Medeiros e Almeida (OAB: 21027/CE). Advogada: Raissa Mara de Andrade Medeiros E Almeida Carvalho (OAB: 32600/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0756764-23.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/22ª Vara Cível. Apelante: Comercial Montenegro Ltda. Apelante: Renan Montenegro Braga. Apelante: Renan Montenegro Braga Filho. Advogada: Juliana Maria Mavignier Militão Braga (OAB: 17770/CE). Apelado: Eddy Robson Bezerra de Souza. Advogado: Julio de Assis Araujo Bezerra Leite (OAB: 12972/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0760043-17.2000.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/38ª Vara Cível. Apelante: Rose Mirian de Souza Medeiros. Advogado: José Nilson Farias Sousa Júnior (OAB: 14474/CE). Advogado: Rodrigo Gondim de Oliveira (OAB: 13859/CE). Advogado: Pedro Sório Silva (OAB: 18632/CE). Apelado: Fundacao dos Economiarios Federais Funcef. Advogado: Rafael Buzzo de Matos (OAB: 220958/SP). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0833939-05.2014.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/17ª Vara Cível. Apelante: Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S.A.. Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP). Apelado: Antônio Alves da Silva. Advogada: Luciana Aragao Aguiar Gurgel (OAB: 27279/CE). Advogada: Germana de Sousa Oliveira (OAB: 36121/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0838897-34.2014.8.06.0001/50000 - **Embargos de Declaração Cível** - Fortaleza/35ª Vara Cível. Embargante: Walter Mota Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.. Advogado: João Gustavo Magalhães Fontenele (OAB: 15502/CE). Embargado: Paulo Andrade Barbosa. Advogado: Ronaldo Cassimiro Lorenzen Pippi (OAB: 24424/CE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

0840184-32.2014.8.06.0001 - **Apelação Cível** - Fortaleza/31ª Vara Cível. Apelante: Eletra Indústria e Comércio de Medidores Elétricos Ltda. Advogado: Fabio Gentile (OAB: 18498B/CE). Advogado: Marley Campelo Serra (OAB: 30611/CE). Apelado: Transportadora Kelly Ltda. Advogado: Márcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE). Apelado: Banco Bradesco S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Relator(a): FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR

Total de processos a julgar: 324

Fortaleza, 12 de novembro de 2024.

Os processos que não forem julgados, por qualquer motivo, na data acima mencionada, terão seu julgamento adiado para a sessão subsequente, independentemente de nova intimação.

ATOS, EDITAIS, AVISOS E OUTROS EXPEDIENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) CLEIDE ALVES DE AGUIAR, Relator(a) do(a) Apelação

Cível nº 0117270-44.2016.8.06.0001 de Fortaleza, por distribuição legal etc..,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Intimação com prazo de 30 (TRINTA) dias, virem, ou dele notícias tiverem que, perante este Egrégio Tribunal de Justiça, foi interposto(a) o(a) Apelação Cível nº 0117270-44.2016.8.06.0001, em que figuram como Apelante: Maria José Cavalcante. E Apelado: Banco do Brasil S/A. C, e, ante o falecimento da Sra. Maria José Cavalcante, foi determinada a **INTIMAÇÃO** do espólio deste de cujus e/ou seus respectivos herdeiros, do teor do(a) despacho de pág. 237, conforme dispositivo que a seguir transcreve-se: **"(...) Intime-se, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, o espólio da de cujus, Sra. Maria José Cavalcante e/ou respectivos herdeiros, para que, em 15 (quinze) dias, manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 313, §2º, do CPC. ".** O presente Edital será publicado uma vez no Diário da Justiça. Dado e passado nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, aos 16 de setembro de 2024. [MRB]. Eu, JZMaciel, Coordenador do Núcleo de Execuções de Expedientes, mandei digitar e conferi**.**

CLEIDE ALVES DE AGUIAR
Desembargador(a) Relator(a)

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) CLEIDE ALVES DE AGUIAR, Relator(a) do(a) Apelação Cível nº 0007272-29.2017.8.06.0124 de Milagres, por distribuição legal etc..,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Intimação com prazo de 30 (TRINTA) dias, virem, ou dele notícias tiverem que, perante este Egrégio Tribunal de Justiça, foi interposto(a) o(a) **Apelação Cível nº 0007272-29.2017.8.06.0124**, em que figuram como Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. E Apelado: Manoel Eugenio da Silva, e, ante o falecimento do Sr. MANOEL EUGÊNIO DA SILVA, consoante menciona a petição e comprovante de págs. 151/154, foi determinada a **INTIMAÇÃO** do espólio do de cujus e/ou seus respectivos herdeiros, do teor do despacho de pág. 156, conforme dispositivo que a seguir transcreve-se: **"(...) Intime-se, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, o espólio do de cujus, MANOEL EUGÊNIO DA SILVA e/ou respectivos herdeiros, para que, em 15 (quinze) dias, manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 313, §2º, do CPC/15. ".** O presente Edital será publicado uma vez no Diário da Justiça. Dado e passado nesta Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, aos 3 de setembro de 2024. [MRB]. Eu, JZMaciel, Coordenador(a) do Núcleo de Execuções de Expedientes, mandei digitar e conferi.

CLEIDE ALVES DE AGUIAR
Desembargador(a) Relator(a)

4ª Câmara de Direito Privado

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 4ª Câmara de Direito Privado

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0011774-15.2014.8.06.0092 - Apelação Cível - Independência - Apelante: Manoel Sampaio Martins - Apelado: Banco do Brasil S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - APELAÇÃO CÍVEL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE ATIVA. DECISÃO PROFERIDA SEM PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DAS PARTES. CONFIGURAÇÃO DE DECISÃO SURPRESA. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO VIOLADO. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. PREJUDICADO O EXAME DO MÉRITO. APLICAÇÃO DO ART. 10 DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I. CASO EM EXAME: RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR MANOEL SAMPAIO MARTINS CONTRA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA/CE, QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO COM BASE NA ILEGITIMIDADE ATIVA, SEM DAR OPORTUNIDADE DE CONTRADITÓRIO À PARTE APELANTE.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: ANÁLISE SOBRE A NULIDADE DA SENTENÇA EM RAZÃO DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 10 DO CPC.III. RAZÕES DE DECIDIR: A SENTENÇA FOI PROFERIDA SEM QUE FOSSE DADA AO APELANTE A OPORTUNIDADE DE SE MANIFESTAR SOBRE A ALEGADA ILEGITIMIDADE ATIVA, CONFIGURANDO VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DECISÃO SURPRESA, SENDO NULA NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DA DOUTRINA ESPECIALIZADA.IV. DISPOSITIVO E TESE: RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO, COM A ANULAÇÃO DA SENTENÇA E RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA OPORTUNIZAR AO APELANTE A MANIFESTAÇÃO SOBRE A QUESTÃO DA ILEGITIMIDADE ATIVA. PREJUDICADO O EXAME DO MÉRITO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO E DAR-LHE PROVIMENTO, PARA ANULAR A SENTENÇA DE FLS. 580/582 E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA CONFORME O SISTEMA.FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTEDESEMBARGADOR RELATOR . - Advs: Rafael Mota Reis (OAB: 27985/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0051157-27.2021.8.06.0133 - Apelação Cível - Nova Russas - Recorrente: Francisco das Chagas Barbosa - Recorrido: Banco Santander (Brasil) S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito,

dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE RELAÇÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO COM REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. DESCONTOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ILICITUDE DOS DESCONTOS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO APLICADA NA ORIGEM. QUANTUM IRRISÓRIO. VALOR DA CONDENAÇÃO MAJORADO PARA UM VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. COMPENSAÇÃO DE VALORES. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.1. CINGE-SE A CONTROVÉRSIA APENAS EM TORNO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE REPARAÇÃO PELO DANO MORAL SUPORTADO PELA PARTE AUTORA, ORA APELANTE, EM DECORRÊNCIA DE DESCONTOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, REALIZADOS PELA REQUERIDA, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS.2. A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS REVESTE-SE COMO HIPÓTESE DE DANO IN RE IPSA. TRATA-SE, NITIDAMENTE, DE SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA A SEARA DO MERO ABORRECIMENTO OU DISSABOR DO COTIDIANO E QUE DISPENSA LARGA INVESTIGAÇÃO PROBATÓRIA, UMA VEZ QUE A APOSENTADORIA DO AUTOR É VERBA ALIMENTAR, DESTINADA AO SEU SUSTENTO BÁSICO, E QUALQUER DESCONTO INDEVIDO ALI REALIZADO CONFIGURA PRIVAÇÃO DO SEU PATRIMÔNIO.3. ALÉM DISSO, A INDENIZAÇÃO DEVE SER SUFICIENTE PARA COMPENSAR A VÍTIMA PELO DANO SOFRIDO E, AO MESMO TEMPO, SANCIONAR O CAUSADOR DO PREJUÍZO, DE MODO A EVITAR FUTUROS DESVIOS, REVESTINDO-SE DE CARÁTER EDUCATIVO. O VALOR INDENIZATÓRIO, NESTES CASOS, DEVE ASSEGURAR À PARTE OFENDIDA JUSTA REPARAÇÃO SEM, CONTUDO, INCORRER EM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. A INDENIZAÇÃO DEVE GUARDAR PROPORCIONALIDADE ENTRE O SOFRIMENTO SUPORTADO E AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO OFENSOR E DA VÍTIMA.4. APÓS A ANÁLISE DA EXTENSÃO E DA GRAVIDADE DO DANO MORAL, DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DAS PARTES E OBSERVANDO AS FINALIDADES SANCIONATÓRIA E REPARADORA DO INSTITUTO, CONCLUI-SE QUE A IMPORTÂNCIA FIXADA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA NÃO SE MOSTRA RAZOÁVEL E NÃO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM O ARBITRADO POR ESTA EG. CORTE EM DEMANDAS DESTE JAEZ. É QUE, EM CASOS COMO O DOS AUTOS, ESTA CORTE DE JUSTIÇA TEM ENTENDIDO COMO PONDERADA A INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS FIXADA EM R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).5. ASSIM, RESULTA PROPORCIONAL E RAZOÁVEL A MAJORAÇÃO PARA O VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), A TÍTULO DE DANOS MORAIS, VEZ QUE COMPATÍVEL COM A EXTENSÃO DOS DANOS SOFRIDOS PELA PARTE.6. QUANTO À COMPENSAÇÃO DE VALORES, O APELANTE NÃO ESCLARECEU A CONTENTO A QUE TÍTULO RECEBEU EM SUA CONTA BANCÁRIA O VALOR DE R$ 509,02 DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. POR ISSO É DE PREVALECER O ARGUMENTO EXPOSTO PELO JUIZ SENTENCIANTE QUANDO AFIRMOU QUE APESAR DOS PRINTS DE TELA DO SISTEMA INTERNO INFORMADO PELO BANCO CARECEREM DE VERACIDADE, POR TRATAR-SE DE PROVA UNILATERAL, O DOCUMENTO DE PÁGINA 540 DOS AUTOS COMPROVAVA QUE O REQUERENTE RECEBEU DO DEMANDADO AQUELA QUANTIA, E QUE ELA DEVERIA SER CONSIDERADA PARA FINS DE COMPENSAÇÃO NOS CÁLCULOS AO TEMPO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POSTERIORMENTE INGRESSADO.7. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA MAJORAR O QUANTUM DA CONDENAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Raul de Souza Martins (OAB: 29863/CE) - Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE)

Nº 0051849-76.2021.8.06.0084/50000 - Embargos de Declaração Cível - Guaraciaba do Norte - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargada: Raimunda Amaro Nepomuceno - Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CITAÇÃO ELETRÔNICA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS PROCESSUAIS. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODITIFICATIVOS.I. CASO EM EXAME1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR BANCO BRADESCO S/A CONTRA ACÓRDÃO QUE DESPROVEU SUA APELAÇÃO E DEU PROVIMENTO AO APELO AUTORAL, DETERMINANDO REPETIÇÃO DOBRADA DO INDÉBITO E CONDENAÇÃO POR DANOS MORAIS. O EMBARGANTE ALEGA OMISSÃO QUANTO À PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR FALTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO ADEQUADA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER SE HOUVE: (I) OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO À ANÁLISE DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA; E (II) NULIDADE DA CITAÇÃO ELETRÔNICA REALIZADA.III. RAZÕES DE DECIDIR 3. RECONHECEU-SE A OMISSÃO DO ACÓRDÃO QUANTO À ANÁLISE DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA, PROCEDENDO-SE AO SEU EXAME.4. A CITAÇÃO ELETRÔNICA FOI REALIZADA EM CONFORMIDADE COM O ART. 246, §1º DO CPC E ART. 5º, §3º DA LEI Nº 11.419/06, SENDO VÁLIDA A COMUNICAÇÃO PROCESSUAL REALIZADA ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO PARA EMPRESAS OBRIGADAS A MANTER CADASTRO NOS SISTEMAS DE PROCESSO ELETRÔNICO.5. A CITAÇÃO TÁCITA OCORREU EM RAZÃO DA NÃO EFETIVAÇÃO DA CONSULTA ELETRÔNICA NO PRAZO DE 10 DIAS CORRIDOS, NÃO HAVENDO IRREGULARIDADE NO PROCEDIMENTO ADOTADO.IV. DISPOSITIVO E TESE 6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS PARA SANAR A OMISSÃO, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS, REJEITANDO-SE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA.TESE DE JULGAMENTO: 1. A CITAÇÃO ELETRÔNICA DE EMPRESAS CADASTRADAS NO SISTEMA PROCESSUAL ELETRÔNICO É VÁLIDA E PREFERENCIAL, NOS TERMOS DO ART. 246, §1º DO CPC. 2. A NÃO CONSULTA AO SISTEMA ELETRÔNICO NO PRAZO DE 10 DIAS IMPLICA CITAÇÃO TÁCITA, SEM QUE ISSO CONFIGURE NULIDADE PROCESSUAL."DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC, ART. 246, §1º; LEI Nº 11.419/06, ART. 5º, §3º; CPC, ART. 344.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJCE, APELAÇÃO CÍVEL 0204712-78.2022.8.06.0117, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 04/10/2023; TJCE, APELAÇÃO CÍVEL 0200513-35.2023.8.06.0066, REL. DES. EVERARDO LUCENA SEGUNDO, 2ª CÂMARA DIREITO PRIVADO, J. 04/09/2024.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, A FIM DE SANAR A OMISSÃO APONTADA, PARA REJEITAR A PRELIMINAR SUSCITADA DE CERCEAMENTO DE DEFESA, UMA VEZ QUE NÃO HÁ QUALQUER NULIDADE A SER DECLARADA, MAS SEM QUALQUER EFEITO MODIFICATIVO AO ACÓRDÃO EMBARGADO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, QUE PASSA A INTEGRAR ESTE ACÓRDÃO.FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA.JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR DJALMA TEIXEIRA BENEVIDESRELATOR . - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - William Kleber Gomes de Sousa Lima (OAB: 28587/CE)

Nº 0200408-57.2024.8.06.0055 - Apelação Cível - Canindé - Apelante: Nilsa Justino Rodrigues Oliveira - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO RECONHECIDO. FRACIONAMENTO DE DEMANDAS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 330, III, E 485, VI, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL NÃO CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. PRECEDENTES TJCE.I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO RECONHECIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO PELO JUÍZO DE ORIGEM. ALEGADA FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR FRACIONAMENTO DE AÇÕES SIMILARES. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM RAZÃO DO FRACIONAMENTO DE DEMANDAS AJUIZADAS PARA DISCUTIR CONTRATOS DISTINTOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, COM O MESMO RÉU, E SE ESSE FATO CARACTERIZA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL OU CONEXÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR O INTERESSE PROCESSUAL DA PARTE AUTORA ESTÁ PRESENTE, UMA VEZ QUE CADA AÇÃO DISCUTE CONTRATOS DISTINTOS, CELEBRADOS EM MOMENTOS DIFERENTES, O QUE IMPEDE A REUNIÃO DOS PROCESSOS POR CONEXÃO. O FRACIONAMENTO DE DEMANDAS NÃO CARACTERIZA, POR SI SÓ, ABUSO DE DIREITO DE AÇÃO, NEM AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO HÁ RISCO DE DECISÕES CONTRADITÓRIAS, POIS CADA AÇÃO REFLETE RELAÇÕES JURÍDICAS PRÓPRIAS E INDIVIDUAIS. A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU VIOLA O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO (ART. 6º DO CPC) E DA INAFASTABILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL (ART. 5º, XXXV, DA CF). RESTOU CONFIGURADO ERROR IN PROCEDENDO PELO JUÍZO A QUO.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA POR ERROR IN PROCEDENDO. DETERMINADO O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO NA ORIGEM. TESE: O AJUIZAMENTO DE AÇÕES INDEPENDENTES PARA DISCUTIR CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DISTINTOS NÃO CARACTERIZA LITIGÂNCIA ABUSIVA, NEM AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, NÃO SE JUSTIFICANDO A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, PARA ANULAR A SENTENÇA DE ORIGEM DETERMINANDO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE RELATOR . - Advs: Antônio Fabrício Martins Sampaio Silva (OAB: 43412/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200584-91.2024.8.06.0166 - Apelação Cível - Senador Pompeu - Apelante: Maria de Fátima da Silva Garcia - Apelado: Banco BMG S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO DA INICIAL. FRACIONAMENTO DE AÇÕES SIMILARES. CONEXÃO. CONTRATOS DISTINTOS. INTERESSE DE AGIR EVIDENCIADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.1. TRATAM OS AUTOS DE APELAÇÃO INTERPOSTA PELA AUTORA MARIA DE FÁTIMA GARCIA DA SILVA NO INTUITO DE OBTER A REFORMA DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU/CE QUE JULGOU EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS MOVIDA PELA RECORRENTE EM DESFAVOR DE BANCO BMG S/A.2. DOS AUTOS, INFERE-SE QUE A AUTORA/APELANTE AJUIZOU VÁRIAS AÇÕES ANULATÓRIAS DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS CONTRA A MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (A EXEMPLO CITA-SE: 0200585-76.2024.8.06.0166, 0200584-91.2024.8.06.0166, 0200604-82.2024.8.06.0166), ALEGANDO, EM RESUMO, NÃO TER FIRMADO OS PACTOS RECLAMADOS, REQUERENDO A RESTITUIÇÃO DE VALORES ALÉM DA INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE.3. O INTERESSE PROCESSUAL DA PARTE AUTORA ESTÁ PRESENTE, UMA VEZ QUE CADA AÇÃO DISCUTE CONTRATOS DISTINTOS, CELEBRADOS EM MOMENTOS DIFERENTES, O QUE IMPEDE A REUNIÃO DOS PROCESSOS POR CONEXÃO. O FRACIONAMENTO DE DEMANDAS NÃO CARACTERIZA, POR SI SÓ, ABUSO DE DIREITO DE AÇÃO, NEM AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. NÃO HÁ RISCO DE DECISÕES CONTRADITÓRIAS, POIS CADA AÇÃO REFLETE RELAÇÕES JURÍDICAS PRÓPRIAS E INDIVIDUAIS. A DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU VIOLA O PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO (ART. 6º DO CPC) E DA INAFASTABILIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL (ART. 5º, XXXV, DA CF). RESTOU CONFIGURADO ERROR IN PROCEDENDO PELO JUÍZO A QUO. PRECEDENTES.4. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, REUNIDOS NA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO PRESENTE APELO PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DESTE RELATOR. FORTALEZA, 2 DE NOVEMBRO DE 2024PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Lívio Martins Alves (OAB: 15942/CE) - Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 10274A/AL)

Nº 0200637-05.2022.8.06.0114 - Apelação Cível - Lavras da Mangabeira - Apelante: Banco Itaú Consignado S/A - Apelada: Josefa Marco da Silva - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA DA AUTENTICIDADE DO CONTRATO. DANO MORAL CONFIGURADO (IN RE IPSA). MODULAÇÃO DOS EFEITOS PELO STJ (EARESP 676.608/RS). DEVOLUÇÃO EM DOBRO LIMITADA AOS PAGAMENTOS REALIZADOS APÓS 30/03/2021. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.I. CASO EM EXAME:RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELO BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A., EM FACE DE SENTENÇA QUE DECLAROU NULO O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CELEBRADO DE FORMA IRREGULAR E CONDENOU A INSTITUIÇÃO À DEVOLUÇÃO EM DOBRO DOS VALORES DESCONTADOS INDEVIDAMENTE E AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO:REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO E A RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DESCONTADOS, CONSIDERANDO A MODULAÇÃO DE EFEITOS DO STJ NO EARESP 676.608/RS, ALÉM DA DISCUSSÃO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL IN RE IPSA.III. RAZÕES DE DECIDIR:CONSTATADA A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELA AUSÊNCIA DE PROVA DA AUTENTICIDADE DO CONTRATO, QUE DEVERIA TER SIDO CORROBORADA POR PERÍCIA GRAFOTÉCNICA NÃO REALIZADA POR INÉRCIA DO BANCO. OS DANOS MORAIS SÃO PRESUMIDOS EM CASOS DE DESCONTOS

INDEVIDOS EM BENEFÍCIO DE NATUREZA ALIMENTAR, CONFIGURANDO DANO IN RE IPSA. A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU OBSERVOU ADEQUADAMENTE OS PARÂMETROS PARA A INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA, CONFORME SÚMULAS DO STJ. EM VIRTUDE DA MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DO STJ (EARESP 676.608/RS), A DEVOLUÇÃO EM DOBRO DEVE SER LIMITADA AOS PAGAMENTOS REALIZADOS APÓS 30/03/2021, MANTENDO-SE A DEVOLUÇÃO SIMPLES PARA OS VALORES ANTERIORES.IV. DISPOSITIVO E TESE:RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO PARA AJUSTAR A FORMA DE RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES PAGOS APÓS 30/03/2021, MANTENDO-SE OS DEMAIS TERMOS DA SENTENÇA, INCLUINDO A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E A CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS, MAJORADOS PARA 15% (QUINZE POR CENTO).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DO SISTEMA.FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Eny Angé Soledade Bittencourt de Araújo (OAB: 29442/BA) - Marcus André Fortaleza de Sousa (OAB: 19091/CE)

Nº 0200649-84.2023.8.06.0081 - Apelação Cível - Granja - Apelante: Teresa Sebastiao dos Santos - Apelado: Banco Bradesco S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO AUTORAL. COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO OU AUTORIZAÇÃO DO CONSUMIDOR. ÔNUS DO BANCO, ART. 373, II, DO CPC. APLICAÇÃO DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO NA FORMA SIMPLES E DOBRADA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS (EARESP N. 676608/RS). DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. I. CASO EM EXAMEAPELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA POR TERESA SEBASTIÃO DOS SANTOS CONTRA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO EM FACE DO BANCO BRADESCO S/A, NA QUAL A APELANTE PLEITEIA A REFORMA DA DECISÃO PARA FIXAÇÃO DE DANOS MORAIS NO IMPORTE DE R$3.000,00 (TRÊS MIL REAIS).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃOA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELA COBRANÇA INDEVIDA DE TARIFAS BANCÁRIAS EM CONTA DA AUTORA, BEM COMO A QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS MORAIS EM DECORRÊNCIA DA FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.III. RAZÕES DE DECIDIR3.1 CONSTATOU-SE A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO BANCÁRIO, VISTO QUE O BANCO NÃO APRESENTOU O CONTRATO QUE LEGITIMASSE AS COBRANÇAS E NÃO COMPROVOU A INEXISTÊNCIA DO DEFEITO NO SERVIÇO OU CULPA EXCLUSIVA DA AUTORA.3.2 OS DESCONTOS INDEVIDOS CAUSARAM DANOS MORAIS, QUE SÃO PRESUMÍVEIS, E A QUANTIA DE R$3.000,00 PLEITEADA NO RECURSO É AQUÉM DO QUE TEM DECIDIDO ESTE E. COLEGIADO, MAS, EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO E CONGRUÊNCIA, DEFERE-SE O ARBITRAMENTO DE TAL QUANTIA A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO DE ORDEM MORAL, CONFORME FORMULADO NA INSURGÊNCIA.IV. DISPOSITIVO E TESERECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. ACÓRDÃOVISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS ESTES AUTOS, EM QUE FIGURAM COMO PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO, TUDO NOS TERMOS DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Davi Muniz Sociedade Individual de Advocacia - Davi Portela Muniz (OAB: 32573/CE) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0200841-12.2023.8.06.0115 - Apelação Cível - Limoeiro do Norte - Apelante: Maria Neta Bandeira dos Santos - Apelado: Banco Pan S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR COBRANÇA INDEVIDA C/ C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO POR MEIO VIRTUAL COM AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA POR COLETA DE BIOMETRIA FACIAL E GEOLOCALIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE FRAUDE AUSÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, QUE CONDUZ À INOCORRÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR E DE REEMBOLSAR OS VALORES DESCONTADOS EM PROVENTOS DE APOSENTADORIA. CONTRATAÇÃO COMPROVADA. LICITUDE DOS DESCONTOS. COMPROVAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO VALOR DO MÚTUO PARA CONTA CORRENTE DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. I. CASO EM EXAME: 1. APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTA EM FACE DE SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE O FEITO. 2.A DEMANDA VERSA SOBRE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO COM NA MODALIDADE VIRTUAL. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO. 3. A CONTROVÉRSIA REVOLVE NO PLEITO DO APELANTE EM JUSTIFICAR A IRREGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO . III. RAZÕES DE DECIDIR: 4. O RECURSO DEVE PAUTAR-SE NA OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA, SOBRETUDO PELO NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO DO ARTIGO 373, II DO CPC. FUNDAMENTANDO A DECISÃO, A TÍTULO ILUSTRATIVO COM PRECEDENTES DESTA CORTE. 5. NA ESPÉCIE, A SENTENÇA SE ATENTOU AOS REQUISITOS DE DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. 6. AO DEIXAR DE COMPROVAR A FALHA NA CONTRATAÇÃO NA MODALIDADE VIRTUAL, O APELANTE ATRAIU ÔNUS PROBATÓRIO DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU, DEVENDO SER MANTIDA A DECISÃO, EM GRAU RECURSAL. IV. DISPOSITIVO E TESE: 7. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA TESE DE JULGAMENTO: “NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO DIANTE DA AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA DO ÔNUS PROBATÓRIO RELATIVO À SUPOSTA FRAUDE NA CONTRATAÇÃO.” A C Ó R D Ã O VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDA A 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. FORTALEZA/CE, NA DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE RELATOR . - Advs: Diego Thales de Sousa Moura (OAB: 39560/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0201754-92.2022.8.06.0029/50000 - Embargos de Declaração Cível - Acopiara - Embargante: Banco C6 Consignado S/A - Embargada: Francinete Moreira de Souza - Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES - Conheceram do recurso, para, no mérito,

dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. ERRO MATERIAL NA FIXAÇÃO. VALOR DA CONDENAÇÃO COMO BASE DE CÁLCULO.I. CASO EM EXAME1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO BANCO C6 CONSIGNADO S/A CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO À APELAÇÃO PARA MAJORAR A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PARA R$ 5.000,00. O EMBARGANTE APONTA ERRO NA BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, QUE FORAM FIXADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA QUANDO DEVERIAM INCIDIR SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DETERMINAR: (I) SE EXISTE CONTRADIÇÃO NO JULGADO QUANTO À BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS; (II) SE O VALOR DA CONDENAÇÃO, E NÃO O VALOR DA CAUSA, DEVE SER A BASE DE CÁLCULO PARA OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS QUANDO MENSURÁVEL O PROVEITO ECONÔMICO.III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A CONTRADIÇÃO QUE AUTORIZA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É A CONTRADIÇÃO INTERNA DO JULGADO, CARACTERIZADA POR PROPOSIÇÕES INCONCILIÁVEIS DENTRO DO PRÓPRIO TEXTO, O QUE NÃO SE VERIFICOU NO CASO.4. O CASO APRESENTA ERRO MATERIAL NA REDAÇÃO DO JULGADO, UMA VEZ QUE A SENTENÇA ORIGINALMENTE FIXOU OS HONORÁRIOS EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, SENDO ESTA A BASE CORRETA QUANDO MENSURÁVEL O PROVEITO ECONÔMICO.5. A CORREÇÃO DO ERRO MATERIAL NÃO IMPLICA EM EFEITO INFRINGENTE, POIS NÃO ALTERA AS PREMISSAS E CONCLUSÕES FUNDAMENTAIS DO JULGAMENTO.IV. DISPOSITIVO E TESE 6. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL.TESE DE JULGAMENTO: 1. OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER CALCULADOS SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO QUANDO HOUVER PROVEITO ECONÔMICO MENSURÁVEL.2. A CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL QUANTO À BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS NÃO CARACTERIZA CONTRADIÇÃO INTERNA DO JULGADO."DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 93, IX; CPC, ARTS. 85, §2º E §11, 1.022 JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: NÃO CITADA NO ACÓRDÃO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, A FIM DE SANAR O EQUIVOCO EXISTENTE, PARA QUE CONSTE A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PARA O PERCENTUAL DE 15% (QUINZE POR CENTO), SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. (ART. 85 §11º DO CPC)FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA.JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR DJALMA TEIXEIRA BENEVIDESRELATOR . - Advs: Fernanda Rafaella Oliveira de Carvalho (OAB: 32766/PE) - Domingos Maria Bezerra Júnior (OAB: 27346/CE) - Antônio Ferreira Bezerra (OAB: 26246/CE)

Nº 0202158-87.2023.8.06.0101 - Apelação Cível - Itapipoca - Apelante: José Roseno da Silva - Apelado: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO JULGADA IMPROCEDENTE NA ORIGEM. CRÉDITO PESSOAL. INCIDÊNCIA DO CDC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS QUANTO À ABUSIVIDADE DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE FAZER PROVA MÍNIMA DE SUAS ALEGAÇÕES. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATAM OS AUTOS DE RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR JOSÉ ROSENO DA SILVA CONTRA A SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA/CE QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO REVISIONAL MOVIDA PELO APELANTE EM DESFAVOR DE BANCO CREFISA S/A.2. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA AO FIRMAR A TESE RELATIVA AO TEMA 25, QUANDO DO JULGAMENTO DO RESP Nº 1.061.530/RS, ESTABELECEU O SEGUINTE: "A ESTIPULAÇÃO DE JUROS REMUNERATÓRIOS SUPERIORES A 12% AO ANO, POR SI SÓ, NÃO INDICA ABUSIVIDADE". 3. O CÓDIGO CIVIL DETERMINA EXPRESSAMENTE SER A REVISÃO CONTRATUAL MEDIDA EXCEPCIONAL, SENDO FUNDAMENTAL A PRESENÇA DE ELEMENTOS CONCRETOS APTOS A JUSTIFICÁ-LA. (INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 421-A, III)4. A COBRANÇA ACIMA DA MÉDIA DE MERCADO NÃO SIGNIFICA POR SI SÓ ABUSIVIDADE, POIS A REFERIDA TAXA MÉDIA SERVE APENAS COMO PARÂMETRO, O QUE NÃO SIGNIFICA QUE DEVA SER OBSERVADA ESTRITAMENTE, PENA DE SE ENGESSAR O MERCADO FINANCEIRO, POIS A FLUTUAÇÃO DOS JUROS FAZ PARTE DAS SUAS REGRAS.5. APESAR DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA TER SIDO DEFERIDA NOS AUTOS, ISSO NÃO AFASTOU DA PARTE AUTORA A OBRIGAÇÃO DE DEMONSTRAR MINIMAMENTE O ALEGADO, SOB PENA DE PREVALECER OS JUROS REMUNERATÓRIOS COBRADOS PELO BANCO TANTO EM RELAÇÃO ÀS CONTRATAÇÕES INCIDENTES EM CONTA CORRENTE COMO TAMBÉM EM RELAÇÃO AOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO VISANDO FINANCIAMENTO DE BENS.6. A ABUSIVIDADE DA PACTUAÇÃO DEVE SER CABALMENTE DEMONSTRADA NO CASO CONCRETO, TENDO EM VISTA QUE ALEGAÇÕES GENÉRICAS E NÃO PRECISAS OU MESMO NÃO ESPECÍFICAS ACABAM POR NÃO ALCANÇAR O DESIDERATO DA CONSTATAÇÃO A SER MINISTRADA PELO PODER JUDICIÁRIO, QUE NESTES CASOS NÃO PODE AGIR DE OFÍCIO. PRECEDENTES.7. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, REUNIDOS NA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO PRESENTE APELO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Flávio Vinícius Aparecido da Rocha Santos (OAB: 27038/MS) - Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS)

Nº 0203795-95.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Recorrente: Maria Helena Félix da Silva - Recorrido: Banco Bradesco S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA DE TARIFA EM CONTA, VENDA CASADA, COM PEDIDOS DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANOS MORAIS E MATERIAIS. IRRESIGNAÇÃO AUTORAL. COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO OU AUTORIZAÇÃO DO CONSUMIDOR. ÔNUS DO BANCO, ART. 373, II, DO CPC. APLICAÇÃO DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EVIDENCIADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO NA FORMA SIMPLES E DOBRADA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS (EARESP N. 676608/RS). DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. I. CASO EM EXAMERECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL INTERPOSTO POR MARIA HELENA FÉLIX DA SILVA EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA PELA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA/CE, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE COBRANÇA DE TARIFA EM CONTA, VENDA CASADA, COM PEDIDOS DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO E DANOS MORAIS E MATERIAIS, TENDO COMO PARTE APELADA

O BANCO BRADESCO S.A.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃODISCUTE-SE A REGULARIDADE DA COBRANÇA DE TARIFAS BANCÁRIAS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, BEM COMO A RESPONSABILIDADE POR DANOS MORAIS E MATERIAIS DECORRENTES DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E A PRESCRIÇÃO DOS DIREITOS PLEITEADOS PELA PARTE AUTORA.III. RAZÕES DE DECIDIR3.1 PRELIMINAR DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE REJEITADA, POIS A PARTE APELANTE DEMONSTROU O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE A SENTENÇA E O RECURSO.3.2 PREJUDICIAL DE MÉRITO POR PRESCRIÇÃO NÃO ACOLHIDA, POIS, EM RELAÇÃO À RELAÇÃO DE CONSUMO, APLICA-SE O PRAZO QUINQUENAL DO ART. 27 DO CDC, SENDO O PRAZO TRIENAL DO CÓDIGO CIVIL INAPLICÁVEL EM RAZÃO DA NATUREZA DA OBRIGAÇÃO.3.3 A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA É OBJETIVA, SENDO EVIDENTE A FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO AO NÃO COMPROVAR A REGULARIDADE DA COBRANÇA DAS TARIFAS.3.4 CONFIRMADA A NULIDADE DOS DESCONTOS, RECONHECE-SE A NECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS E A COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS, FIXANDO O VALOR DE R$5.000,00, CONSIDERANDO OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.IV. DISPOSITIVORECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. ACÓRDÃOVISTOS, DISCUTIDOS E RELATADOS ESTES AUTOS, EM QUE FIGURAM COMO PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO, TUDO NOS TERMOS DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA DA ASSINATURA DIGITAL. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Amanda Miguel Sousa (OAB: 43585/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0204912-24.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Apelante: José Ivan Rodrigues - Apelado: Banco Pan S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. ALEGAÇÃO DE NÃO CONTRATAÇÃO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. LITISPENDÊNCIA CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. TRATAM OS AUTOS DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR JOSÉ IVAN RODRIGUES, CONTRA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA QUE EXTINGUIU SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, EM RAZÃO DA LITISPENDÊNCIA, A AÇÃO ANULATÓRIA DE CONTRATO MOVIDA PELO RECORRENTE EM DESFAVOR DE BANCO PAN S/A2. É CEDIÇO QUE SE CONFIGURA A LITISPENDÊNCIA PELA OCORRÊNCIA DA TRÍPLICE IDENTIDADE ENTRE AS AÇÕES EM QUE ABRANGEM AS PARTES, A CAUSA DE PEDIR E OS PEDIDOS. CUMPRE ASSENTAR QUE A LITISPENDÊNCIA É CONDIÇÃO NEGATIVA PARA QUE SEJA LEVADA QUALQUER DEMANDA AO ESTADO-JUIZ, TENDO POR FINALIDADE EVITAR QUE HAJA UM SEGUNDO PROCESSO DESTINADO A TUTELAR A MESMA SITUAÇÃO JURÍDICA CUJO ENTORNO FOI DEMARCADO POR AÇÃO JÁ AJUIZADA, TENDO AINDA O INSTITUTO A IMPORTANTE FUNÇÃO DE EVITAR DECISÕES CONTRADITÓRIAS. 3. DA ANÁLISE DOS AUTOS, EXTRAI-SE QUE RESTOU DEVIDAMENTE COMPROVADO A OCORRÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA ENTRE A PRESENTE DEMANDA E O PROCESSO DE Nº 0204913-09.2023.8.06.0029, TENDO O JUÍZO PRIMEVO JULGADO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FULCRO NO ART. 485, V DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 4. O RECORRENTE, APESAR DE NÃO CONCORDAR COM TAL ENTENDIMENTO, LIMITOU-SE EM SUAS RAZÕES DE APELO APENAS ARGUMENTAR DE FORMA GENÉRICA QUE AS AÇÕES BUSCAM O QUESTIONAMENTO DE CONTRATOS DISTINTOS. APENAS ISSO!! PORÉM NÃO EXPLICITOU QUE CONTRATOS SERIAM ESSES, QUAIS OBJETOS ERAM TRATADOS EM TAIS INSTRUMENTOS DE AVENÇA. OU SEJA, FALTOU AO APELANTE UM MÍNIMO DE ARGUMENTAÇÃO CONVINCENTE A ENSEJAR A INEXISTÊNCIA DA TRÍPLICE IDENTIDADE DE AÇÕES, RAZÃO PELA QUAL É DE SE MANTER O COMANDO JUDICIAL ORA VERGASTADO.5. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, REUNIDOS NA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, À UNANIMIDADE, CONHECER DO PRESENTE APELO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024.PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Ericles de Olinda Bezerra (OAB: 41130/CE) - Túlio Alves Piancó (OAB: 42491/CE) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

Nº 0210332-31.2022.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Francisca das Chagas da Silva - Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A - Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CONTRATO BANCÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. CASO EM EXAME1. AUTORA AJUIZOU AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA CONTRA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ALEGANDO DESCONTOS INDEVIDOS EM SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO SEM A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA REQUERIDA PELA AUTORA, RAZÃO PELA QUAL A PROMOVENTE INTERPÔS RECURSO DE APELAÇÃO ALEGANDO CERCEAMENTO DE DEFESA. II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO 2. A QUESTÃO PRINCIPAL CONSISTE EM DETERMINAR: (I) SE HOUVE CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SEM A REALIZAÇÃO DA PERÍCIA GRAFOTÉCNICA REQUERIDA; E (II) A QUEM COMPETE O ÔNUS DA PROVA QUANTO À AUTENTICIDADE DA ASSINATURA EM CONTRATO BANCÁRIO IMPUGNADO PELO CONSUMIDOR.III. RAZÕES DE DECIDIR 3. A VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE ASSINATURA DEMANDA CONHECIMENTO TÉCNICO ESPECÍFICO QUE EXTRAPOLA A COMPETÊNCIA DO MAGISTRADO, SENDO IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA QUANDO EXPRESSAMENTE REQUERIDA PELA PARTE.4. CONFORME TEMA 1.061 DO STJ (RESP REPETITIVO Nº 1846649/MA), COMPETE À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA O ÔNUS DE PROVAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA QUANDO IMPUGNADA PELO CONSUMIDOR EM CONTRATO BANCÁRIO.5. O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO SEM A PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL REQUERIDA CONFIGUROU VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, NOS TERMOS DO ARTIGO 369 DO CPC/2015.IV. DISPOSITIVO E TESE 6. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.TESE DE JULGAMENTO: “1. É IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA QUANDO HOUVER IMPUGNAÇÃO EXPRESSA DA AUTENTICIDADE DE ASSINATURA EM CONTRATO BANCÁRIO.” “2. O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE SEM A PRODUÇÃO DA PROVA PERICIAL REQUERIDA CONFIGURA CERCEAMENTO DE DEFESA.”DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CF/1988, ART. 5º, LV; CPC/2015, ARTS. 369, 429, II. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STJ, RESP REPETITIVO Nº 1846649/MA (TEMA 1.061).ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO

PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR DJALMA TEIXEIRA BENEVIDESRELATOR . - Advs: José Idemberg Nobre de Sena (OAB: 14260/CE) - Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB: 28490/PE)

Nº 0282395-88.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: José Maria de Freitas - Apelado: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSUMIDOR. ATENDIMENTO AO CLIENTE. ALEGAÇÃO DE FALHA E MAUS-TRATOS. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OFENSA RELEVANTE OU ABALO PSICOLÓGICO INTENSO. NEXO CAUSAL NÃO CONFIGURADO. MERO DISSABOR COTIDIANO. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.I. CASO EM EXAME: RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR CONSUMIDOR QUE PLEITEIA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, ALEGANDO QUE SOFREU HUMILHAÇÕES E MAUS-TRATOS DURANTE ATENDIMENTO PRESTADO POR CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, COM ALEGAÇÃO DE FALHA RECONHECIDA PELA RÉ EM RESPOSTA VIA OUVIDORIA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: A POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL POR DANOS MORAIS EM VIRTUDE DE ATENDIMENTO SUPOSTAMENTE INADEQUADO, ENVOLVENDO SUPOSTO ABALO PSICOLÓGICO E A CARACTERIZAÇÃO DE ATO ILÍCITO E NEXO CAUSAL.III. RAZÕES DE DECIDIR: CONSTATOU-SE QUE NÃO HÁ PROVAS NOS AUTOS QUE DEMONSTREM TRATAMENTO OFENSIVO POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA QUE PUDESSE JUSTIFICAR A INDENIZAÇÃO PRETENDIDA. CONSIDEROU-SE, PORTANTO, QUE OS ALEGADOS TRANSTORNOS CONSTITUEM ABORRECIMENTOS PRÓPRIOS DA RELAÇÃO DE CONSUMO, SEM CONFIGURAREM DANO MORAL RELEVANTE. O RECONHECIMENTO DE FALHA ADMINISTRATIVA PELA RÉ NÃO IMPLICA A EXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO QUE GERE RESPONSABILIDADE CIVIL.IV. DISPOSITIVO E TESE: RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO.TESE: O MERO ABORRECIMENTO, SEM COMPROVAÇÃO DE ATO OFENSIVO OU LESÃO SIGNIFICATIVA À DIGNIDADE DO CONSUMIDOR, NÃO CONFIGURA DANO MORAL INDENIZÁVEL. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO, MAS PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, NA DATA DO JULGAMENTO.FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTEDESEMBARGADOR RELATOR . - Advs: Ricardo Ibiapina Lima (OAB: 6920/CE) - Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE)

Nº 0624404-87.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Nelcides Filho de Freitas - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANOS ECONÔMICOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA ORIUNDO DE AÇÃO COLETIVA. DECISÃO QUE REJEITOU A IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO. PRELIMINAR DE SUSPENSÃO AFASTADA. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL E LEGITIMIDADE ATIVA DE NÃO ASSOCIADOS. TEMAS PACIFICADOS PELO STJ. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO NA AÇÃO COLETIVA. PRECEDENTES DO STJ. PLANO VERÃO. POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DOS ÍNDICES DOS PLANOS SUBSEQUENTES. FATOR DE CORREÇÃO PACIFICADO PELO STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS E EXCESSO DE EXECUÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA.1. CUIDA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR BANCO DO BRASIL S/A EM FACE DE DECISÃO DO JUÍZO DE DIREITO DA 39ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU NOS AUTOS DE ORIGEM IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELO AGRAVANTE À LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA Nº 0891883-62.2014.8.06.0001 MOVIDA POR NELCIDES FILHO DE FREITAS. O TÍTULO JUDICIAL UTILIZADO PARA EMBASAR O PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA É A DECISÃO ORIUNDA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 1998.01.016798-9, PROPOSTA PELO IDEC EM FACE DO BANCO DO BRASIL S/A, QUE TRAMITOU NA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF.2. O TEMA 1169 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TRATA DA NECESSIDADE DE SE DEFINIR SE A LIQUIDAÇÃO PRÉVIA DO JULGADO É REQUISITO INDISPENSÁVEL PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO OBJETIVANDO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA GENÉRICA PROFERIDA EM DEMANDA COLETIVA. A ORDEM DE SUSPENSÃO NÃO É APLICÁVEL AO CASO PORQUANTO A LIQUIDAÇÃO JÁ OCORRERA. 3. QUANTO AO TEMA 685, O STJ JÁ FIRMOU SUA TESE E O ACÓRDÃO FOI PUBLICADO EM 14/10/2014. MESMO NÃO TENDO HAVIDO AINDA O TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO, A SISTEMÁTICA DO PROCESSAMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS ESTABELECIDA NO ARTIGO 1.036 E SEGUINTES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO PREVÊ O TRÂNSITO EM JULGADO COMO CONDIÇÃO PARA APLICAÇÃO DA TESE FIRMADA, BASTANDO APENAS A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO (INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 1.040 DO CPC). LOGO, NÃO HÁ MOTIVOS PARA SOBRESTAR O FEITO EM RAZÃO DA MATÉRIA VENTILADA NOS AUTOS. 4. QUESTÃO REFERENTE AO TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA JÁ FOI ENFRENTADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO JULGAMENTO DO RESP 1.370.899/SP, QUE PRODUZIU O TEMA 685 DO EMENTÁRIO DOS RECURSOS REPETITIVOS, E ASSIM DECIDIU: OS JUROS DE MORA INCIDEM A PARTIR DA CITAÇÃO DO DEVEDOR NO PROCESSO DE CONHECIMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUANDO ESTA SE FUNDAR EM RESPONSABILIDADE CONTRATUAL, CUJO INADIMPLEMENTO JÁ PRODUZA A MORA, SALVO A CONFIGURAÇÃO DA MORA EM MOMENTO ANTERIOR.5. A CORREÇÃO MONETÁRIA É UMA MERA RECOMPOSIÇÃO DO VALOR AQUISITIVO DA MOEDA EM RAZÃO DA INFLAÇÃO EM DETERMINADO PERÍODO. A JURISPRUDÊNCIA DO STJ ENTENDE NO SENTIDO DE NÃO CONSTITUIR OFENSA AOS INSTITUTOS DA COISA JULGADA E DA PRECLUSÃO A INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS SUBSEQUENTES NO CÁLCULO, MESMO NÃO TENDO SIDO DEBATIDA NO PROCESSO DE CONHECIMENTO, DE ACORDO COM A TESE FIRMADA NO TEMA 887 DO STJ, NO JULGAMENTO DO RESP N.º 1.392.245/DF, TRANSITADO EM JULGADO EM: 03/06/20206. QUANTO AOS ÍNDICES DE CORREÇÃO APLICÁVEIS, A QUESTÃO REFERENTE AOS PLANOS ECONÔMICOS JÁ SE ENCONTRA PACIFICADA PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COM O ADVENTO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DO RESP 1.107.201/DF (TEMAS 298, 299, 300, 301, 302), SOB A ÉGIDE DO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.7. COM O JULGAMENTO DO RESP Nº 1.391.198/RS, PROCESSADO EM SEDE DE RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA, FOI SEDIMENTADA A TESE DE QUE OS POUPADORES OU SEUS SUCESSORES DETÊM LEGITIMIDADE ATIVA TAMBÉM POR FORÇA DA COISA JULGADA, INDEPENDENTEMENTE DE FAZEREM PARTE OU NÃO DOS QUADROS ASSOCIATIVOS DO IDEC, DE AJUIZAREM O CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DA SENTENÇA COLETIVA PROFERIDA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA N. 1998.01.1.016798-9, PELO JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA/DF8. NO QUE TANGE À

ALEGADA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO PARA O TRÂMITE DO PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA APRESENTADO PELO AGRAVADO, NÃO HÁ MAIS QUALQUER CONTROVÉRSIA SOBRE A POSSIBILIDADE DE SER AJUIZADO TAL PLEITO NO FORO DO DOMICÍLIO DO POUPADOR, COMO NO CASO DOS AUTOS. NO SENTIDO DA COMPETÊNCIA DO FORO DE DOMICÍLIO DO POUPADOR, COMO ACIMA REFERIDO, A MATÉRIA RESTOU PACIFICADA EM SEDE DE ANÁLISE DO RECURSO REPETITIVO Nº 1.243.887-PR.9. A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE EXECUTAR INDIVIDUALMENTE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL PROVENIENTE DE JULGAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA É DE 5 (CINCO) ANOS, CONFORME ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA PROFERIDO NO RESP 1.237.643-PR, DECIDIDO SOB O RITO DO ARTIGO 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 10. IMPENDE DESTACAR QUE O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA EXECUTADA OCORREU EM 27/10/2009. LOGO O PRAZO FATAL DE CINCO ANOS PARA O INGRESSO DO PEDIDO INDIVIDUAL DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA FINDARIA EM 27/10/2014. NO CASO DOS AUTOS, O AUTOR PROTOCOLOU SEU PEDIDO EM 22/09/2014, AINDA NAS VÉSPERAS DO PRAZO FATAL. TORNA-SE ASSIM INCABÍVEL O RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA, RAZÃO PELA QUAL A PRELIMINAR ARGUIDA TAMBÉM DEVE SER REJEITADA.11. SOBRE A TAXA DE JUROS DE MORA A SER APLICADA NA ESPÉCIE, ESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA, IGUALMENTE, JÁ SE POSICIONOU COM AMPLA MAIORIA NO SENTIDO DE RECONHECER QUE, EM SE TRATANDO DE MORA RENOVADA PERIODICAMENTE ATÉ QUE SE QUITE A DÍVIDA, DEVE INCIDIR JUROS DE MORA À RAZÃO DE 0,5% AO MÊS ATÉ O DIA 10 DE MARÇO DE 2003, EM CONFORMIDADE COM O ART. 1.062 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916, PARA, A PARTIR DE ENTÃO, INCIDIR A TAXA DE JUROS DE 1% AO MÊS PREVISTA NO ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRECEDENTES.12. SOBRE POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO, NOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, DOS EXPURGOS RELATIVOS AOS PLANOS ECONÔMICOS SUBSEQUENTES, A TÍTULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA DO DÉBITO, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA FIRMOU A SEGUINTE TESE: “NA EXECUÇÃO DE SENTENÇA QUE RECONHECE O DIREITO DE POUPADORES AOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DECORRENTES DO PLANO VERÃO (JANEIRO DE 1989), INCIDEM OS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS POSTERIORES A TÍTULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA PLENA DO DÉBITO JUDICIAL, QUE TERÁ COMO BASE DE CÁLCULO O SALDO EXISTENTE AO TEMPO DO REFERIDO PLANO ECONÔMICO, E NÃO OS VALORES DE EVENTUAIS DEPÓSITOS DA ÉPOCA DE CADA PLANO SUBSEQUENTE.” (TEMA 891, RESP 1314478/RS, RELATOR LUIS FELIPE SALOMÃO, JULGADO EM 13/05/2015).13. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, EM QUE FIGURAM AS PARTES ACIMA REFERIDAS, ACORDAM OS SENHORES DESEMBARGADORES DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, A UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Nei Calderon (OAB: 114904/SP) - Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 14458/CE)

Nº 0625534-15.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Cedro - Agravante: Maria Josefa Lima de Sousa - Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C REPARAÇÃO DE DANOS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. APOSENTADO DO INSS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR DEMONSTRADA. CDC. INCIDÊNCIA. TEMA 1061 DO STJ. APLICAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.1. TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR MARIA JOSEFA LIMA DE SOUSA VISANDO A REFORMA DA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRO/CE QUE, NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0200227-23.2024.8.06.0066 (AÇÃO ORDINÁRIA), INDEFERIU A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM DESFAVOR DA PARTE AGRAVADA BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A.2. NOS CASOS PREVISTOS EM LEI OU DIANTE DA PECULIARIDADE DA CAUSA SUBMETIDA A APRECIAÇÃO, EM QUE SE VERIFICAR A IMPOSSIBILIDADE OU EXCESSIVA DIFICULDADE DE CUMPRIR O ÔNUS PROBATÓRIO, OU AINDA RELATIVAMENTE À MAIOR FACILIDADE DE OBTENÇÃO DA PROVA DO FATO CONTRÁRIO, O JUIZ PODERÁ DISTRIBUIR O ÔNUS PROBATÓRIO DE FORMA DIVERSA, DESDE QUE A PRÁTICA NÃO GERE ENCARGO IMPOSSÍVEL OU EXCESSIVAMENTE DIFÍCIL ÀQUELE A QUEM FOI ATRIBUÍDA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO DOS PARÁGRAFOS 1º E 2º, DO ARTIGO 373 DO CPC.3. O FATO DA PARTE AUTORA TER AJUIZADO A AÇÃO MUITO TEMPO APÓS OS DESCONTOS QUESTIONADOS NÃO TEM O CONDÃO DE, POR SI SÓ, DEMONSTRAR COMO AUSENTES OS REQUISITOS PARA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, AINDA MAIS CONSIDERANDO QUE A CONSUMIDORA NO PRESENTE CASO NEGA APENAS A REALIZAÇÃO DE UM DOS CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO. 4. AO JULGAR O TEMA REPETITIVO Nº 1.061, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA CONSIGNOU O SEGUINTE: “NA HIPÓTESE EM QUE O CONSUMIDOR/AUTOR IMPUGNAR A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA CONSTANTE EM CONTRATO BANCÁRIO JUNTADO AO PROCESSO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, CABERÁ A ESTA O ÔNUS DE PROVAR A AUTENTICIDADE (CPC, ARTS. 6º, 369 E 429, II)”. 5. NO CASO DOS AUTOS, POR SE TRATAR DE PESSOA IDOSA E DE POUCA INSTRUÇÃO, EVIDENCIA-SE A HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA DO AGRAVANTE. ADEMAIS, VERIFICA-SE A MAIOR FACILIDADE DO AGRAVADO DE APRESENTAR OS ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROVA DA REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO6. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, REUNIDOS NA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NO MÉRITO DAR-LHE PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERELATOR . - Advs: Cássio Robson de Almeida Bezerra (OAB: 25660/PB) - Thiago Barreira Romcy (OAB: 23900/CE)

Nº 0626506-82.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Manuelito Teixeira Carneiro Monteiro - Agravado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES - Julgado prejudicado o recurso sem resolução de mérito conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HOMOLOGAÇÃO DE CÁLCULOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.I. CASO EM EXAME1.AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE HOMOLOGOU CÁLCULOS APRESENTADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVANTE ALEGA QUE A DECISÃO IGNOROU CORREÇÃO MONETÁRIA DE 84,32% REFERENTE A MARÇO DE 1990, DETERMINADA EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2.A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM: (I) VERIFICAR A APLICABILIDADE DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE 84,32%

REFERENTE A MARÇO/1990 NOS CÁLCULOS HOMOLOGADOS; E (II) ANALISAR EVENTUAL AFRONTA À COISA JULGADA PELA NÃO APLICAÇÃO DO ÍNDICE.III. RAZÕES DE DECIDIR 3.APÓS A INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO, O JUÍZO DE ORIGEM DETERMINOU NOVA MANIFESTAÇÃO DA CONTADORIA SOBRE OS QUESTIONAMENTOS DO EXEQUENTE/AGRAVANTE, ESVAZIANDO O OBJETO RECURSAL. 4.A CONTADORIA MANIFESTOU-SE INFORMANDO A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO EXTRATO DE FEVEREIRO/1990 PARA REALIZAÇÃO DE NOVO CÁLCULO COM A INCIDÊNCIA DO ÍNDICE PLEITEADO.5.O ENCAMINHAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO SETOR TÉCNICO PELO JUÍZO ORIGINÁRIO JÁ CONTEMPLOU AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SANAR AS DÚVIDAS SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA QUESTIONADA.IV. DISPOSITIVO E TESE 6. RECURSO CONHECIDO E JULGADO PREJUDICADO.TESE DE JULGAMENTO: "1. A SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO QUE DETERMINA NOVA ANÁLISE TÉCNICA DOS CÁLCULOS PELA CONTADORIA JUDICIAL IMPLICA NA PERDA DO OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO QUE QUESTIONA A HOMOLOGAÇÃO ANTERIOR."DISPOSITIVOS RELEVANTES CITADOS: CPC/2015, ARTS. 932, III, 1.015 AO 1.020; RITJCE, ART. 76, XIV. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJ-CE - AI: 06290655620178060000 CE 0629065-56.2017.8.06.0000.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM UNANIMIDADE, JULGAR O PRESENTE RECURSO, PREJUDICADO, PELA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA INFORMADA PELO SISTEMA. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR DJALMA TEIXEIRA BENEVIDESRELATOR . - Advs: Daniel Sucupira Barreto (OAB: 17070/CE) - Lucas de Mello Ribeiro (OAB: 205306/SP) - Carlos Narcy da Silva Mello (OAB: 70859/SP)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0203450-32.2023.8.06.0029 - Apelação Cível - Acopiara - Recorrente: Josefa Rocha da Silva Rodrigues - Recorrido: Banco Crefisa S/A - Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTAPROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. 1. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DA IRRESIGNAÇÃO. TESE DE AFRONTA AO PRIMADO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. EXPOSIÇÃO CLARA DOS FUNDAMENTOS E DA PRETENSÃO RECURSAL. 2. MÉRITO. PROVA DE EXISTÊNCIA E VALIDADE DA PACTUAÇÃO. ASSINATURA ELETRÔNICA. VALIDADE. DISPONIBILIZAÇÃO DO VALOR. INEXISTÊNCIA DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ART. 85, § 11, DO CPC.PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. O APELO DA PARTE AUTORA É BASTANTE CLARO QUANTO À EXPOSIÇÃO DA CAUSA PETENDI, NÃO HAVENDO NENHUMA DIFICULDADE EM INTERPRETAR A INTENÇÃO DE OBTER E REVERSÃO DO JULGADO. ADEMAIS, MESMO NA HIPÓTESE ABSTRATA DE REPETIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPOSTOS NA INICIAL OU NA RÉPLICA, NÃO HAVERIA QUE SE VENTILAR DE IRREGULARIDADE HÁBIL A TORNAR O RECURSO INADMISSÍVEL, DESDE QUE FOSSE COMPREENSÍVEL O MOTIVO POR QUE SE DEMANDASSE PELA REFORMA DA SENTENÇA.MÉRITO. A DISCUSSÃO RECURSAL GIRA EM TORNO DA VALIDADE DE AVENÇA BANCÁRIA, ADUZINDO A DEMANDANTE QUE É IDOSA E RECEBE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO INSS, ESTANDO A SOFRER DESCONTOS INDEVIDOS EM SEU BENEFÍCIO COMO DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNÁVEL CUJA HIGIDEZ NÃO ESTARIA DEMONSTRADA, COMPROMETENDO SEU SUSTENTO E DE SUA FAMÍLIA. 4. RESTANDO COMPROVADA A INOCORRÊNCIA DE ATO ILÍCITO POR PARTE DO BANCO RECORRIDO, IMPERIOSO SE FAZ AFASTAR A INCIDÊNCIA DE DANOS MATERIAIS E MORAIS CAPAZES DE ENSEJAR O PAGAMENTO DE QUALQUER INDENIZAÇÃO, NOS TERMOS EM QUE PREVISTA PELO ART. 5º, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 6. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 4ª CÂMARA DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA, NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA.JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETODESEMBARGADOR RELATOR . - Advs: Ruan Carlos da Silva Soares (OAB: 43870/CE) - Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS)

DESPACHOS - 4ª Câmara de Direito Privado

DESPACHO

Nº 0201595-37.2023.8.06.0055/50000 - Agravo Interno Cível - Canindé - Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Agravada: Antonia Nanete Lobo de Oliveira - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE)

Nº 0285997-53.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multsegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado - Embargada: Débora da Silva - Ante o exposto, determino o sobrestamento do feito até o julgamento do TEMA 1264 pelo STJ, nos termos do art. 1.039 do CPC. Proceda-se à vinculação do tema. Expedientes necessários. Fortaleza, na data da assinatura digital. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTERelator - Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE - Advs: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 2097/AM) - Laís Benito Cortes da Silva (OAB: 45263A/CE)

Nº 0498053-23.2011.8.06.0001 - Apelação Cível - Núcleos de Justiça 4.0 - Apelante: Edilson Sousa Oliveira do Vale - Apelado: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Ante o exposto, com espeque nas ilações fáticas e nos argumentos fartamente coligidos, conheço do recurso interposto, para, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo inalterados os termos sentenciais. Em razão do desprovimento do recurso e por força do art. 85, § 11, do CPC, majoro os honorários advocatícios sucumbenciais para 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da causa, considerando, para tanto, os critérios previstos no art. 85, § 2º, do mesmo diploma legal, observada a suspensão em face da gratuidade deferida (art. 98 § 3º). Advirto as partes que na eventualidade de interposição de Agravo Interno em face da presente decisão, acaso este seja considerado manifestamente inadmissível ou improcedente em decisão unânime do órgão colegiado, poderá incidir a penalidade

de multa prevista no art. 1.021, § 4º do CPC/15. Publique-se. Intimem-se. Em seguida, ocorrendo a preclusão, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos à Vara de origem, observadas as formalidades legais. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Vinícius Pinheiro Melo (OAB: 24353/CE) - Tibério de Melo Cavalcante (OAB: 15877/CE)

Nº 0636447-56.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Tito Lívio Ramos Correia - Agravante: Liana Simao Maia - Agravado: Espólio de Francisco Corrêa de Araújo - Agravado: Espólio de Estela Ramos Corrêa - Posto isso, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL, até o deslinde final deste recurso. Oficie-se ao Juízo de primeiro grau, comunicando-lhe sobre os termos desta decisão e requisitando-lhe informações. Vista, após, ao Ministério Público. Empós, voltem-me os autos conclusos. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Desembargador Relator - Advs: Felipe Meton Holanda Cavalcanti de Albuquerque (OAB: 25515/CE) - Licinio Crasso Ramos Correa - Enio Pinheiro Corrêa (OAB: 31353/CE)

Nº 0637706-86.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Jijoca de Jericoacoara - Agravante: CARLOS WAGNER OLIVEIRA VASCONCELOS - Agravado: CAIO ALBUQUERQUE YASSUDA VASCONCELOS - Custos legis: Ministério Público Estadual - INDEFIRO, pois, nesse sentido, o pedido de antecipatória pleiteada na inicial do presente agravo de instrumento por entender inexistir no momento, além dos requisitos necessários, motivo para tanto. Notifique-se o juízo da causa desta decisão e para que apresente informações no prazo que lhe compete. Intime-se a parte adversa para se desejar, no prazo que lhe compete, apresentar contrarrazões. Empós, abra-se vista ao Ministério Público, para que o Parquet apresente sua manifestação. Por fim, venham-me os autos em conclusão. Expedientes necessários e urgentes. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Isabelle Thais Costa Silva (OAB: 39398/CE) - RENATA ALBUQUERQUE YASSUDA - Daivid Carvalho Geraldo (OAB: 25917B/CE)

Nº 0637914-70.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Guaraciaba do Norte - Agravante: Aldelino Furtado Lopes - Agravante: Aldir Furtado Lopes - Agravante: Alci Furtado Lopes - Agravante: Leila Furtado Lopes - Agravante: Alcélio Furtado Lopes - Agravante: Aldrira Furtado Lopes - Agravada: Antonia Cristina Santo de Sousa - Diante do exposto, declaro ausente qualquer prevenção desta relatoria para o feito, motivo pelo qual determino a imediata remessa dos autos ao setor de distribuição para que redistribua a presente ação por SORTEIO/EQUIDADE a relatoria de um Desembargador dentre as quatro Câmaras de Direito Privado desta corte. Cumpra-se com a urgência que o caso requer. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Ronkaly Antônio Rodrigues Paiva (OAB: 20195/CE) - Expedito Martins Marques Júnior (OAB: 34392/CE)

Nº 0864459-45.2014.8.06.0001/50001 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Empresa Transporte Rodoviários Uruburetama Ltda. - Embargado: Espólio de Raimundo Nonato Nogueira Elpídio - Custos legis: Ministério Público Estadual - Considerando que carece a este relator e à 4ª Câmara de Direito Privado competência para processar e julgar o recurso adversando à decisão de admissibilidade do Recurso Especial, determino a redistribuição dos autos e consequente conclusão ao d. Gabinete da Vice-Presidência para as providências cabíveis. Cumpra-se. Expedientes Necessários. Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Leandro de Sá Coelho Neto (OAB: 20073/CE) - Valéria Simões Elpídio - Mauro Fernando Monteiro da Silva (OAB: 19730A/CE)

DESPACHO

Nº 0635948-72.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Banco Itaú Consignado S/A - Agravado: Raimundo Alves da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - À vista do exposto, sem maiores digressões a fim de preservar o mérito da presente demanda, presentes os requisitos autorizadores, hei por bem INDEFERIR o pedido de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento. Comunique-se ao Juízo a quo acerca da presente decisão. Intime-se a Agravada, na forma do art. 1.019, II, do CPC, para, querendo, responder no prazo de 15 (quinze) dias. Após, intime-se o representante da Procuradoria Geral de Justiça para parecer. Por fim, tornem-me os autos conclusos. Fortaleza, data e hora indicadas pelo sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Relator - Advs: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 12407/BA) - Thais de Mendonça Angeloni (OAB: 25695/CE)

Nº 0636038-80.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Yolanda Guimarães Ferreira Gomes - Agravado: Banco do Brasil S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, e sem maiores digressões a fim de preservar o mérito da presente sublevação, hei por bem INDEFERIR o pedido liminar. Intime-se a parte Agravada para contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.019, inc. II, do CPC. Em seguida, dê-se vista dos autos à Procuradoria Geral de Justiça. Comunique-se ao Juízo a quo acerca da presente decisão. Intime-se e cumpra-se com a urgência que o caso requer. Por fim, tornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas pelo sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Relator - Advs: Maria Cristina Markan Ogrady - Antônio Carlos do Amaral (OAB: 55351/SP) - David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE)

DESPACHO

Nº 0637023-49.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: Tiago Chaves Odísio - Agravante: Luciana Almeida Lima - Agravada: Maria Sandra Braga Julião - ISSO POSTO, conheço e concedo parcialmente o pleito liminar, para determinar a suspensão da decisão vergastada apenas no tocante ao bloqueio automático ("teimosinha") nas contas dos Agravantes até o julgamento de mérito da presente irresignação. Remeta-se ofício ao Juízo de Origem, informando-lhe acerca da presente decisão. Intime-se a Agravada, para, havendo interesse, apresentar contrarrazões no prazo legal. Abra-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça para, entendendo ser o caso, apresentar manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 9 de novembro de 2024 FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Desembargador Relator - Advs: Marcele Caroline Maciel de Alencar (OAB: 18951/CE) - Luis Alberto Burlamaqui Correia (OAB: 10752/CE)

Nº 0637533-62.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: V. L. L. R. P. A. R. L. - Agravado: E. da S. L. - Custos legis: M. P. E. - DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de tutela antecipada de urgência, devendo o Agravado proceder, sem prejuízo dos alimentos in pecunia, ao pagamento in natura das despesas escolares da

menor, incluindo-se mensalidade, matrícula, fardamento e material escolar. Remeta-se ofício ao Juízo de Origem, informando-lhe acerca da presente decisão. Intime-se a parte agravada para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Abra-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça para, entendendo ser o caso, apresentar manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Desembargador Relator - Advs: Amanda Regino Lima - Gaudênio Santiago do Carmo (OAB: 20944/CE) - Rafaela Vale Cavalcante (OAB: 21320/CE)

DESPACHO

Nº 0637839-31.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Agravante: JOAO OSMAR PESSOA DE MELO - Agravado: Banco do Brasil S/A - Com base nas razões retro, DECIDO PELA CONCESSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO AO PRESENTE RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, COM SUPEDÂNEO NOS ART. 101, § 1º C/C ART. 1.019, INC. I, do Código Processual Civil, até ulterior decisão, de modo a preservar o mérito da presente sublevação. Intime-se a parte agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo estipulado no art. 1.019, inc. II, do CPC, facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente. Por fim, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários, inclusive a comunicação imediata desta decisão ao Juízo de origem, para as providências de seu mister, esclarecendo que a presente decisão não impede a marcha processual do feito na origem, mas apenas a extinção do mesmo em virtude do não recolhimento das custas iniciais até julgamento do presente recurso, cabendo à autoridade judicante decidir pela suspensão ou não do processo. Fortaleza, data e hora indicadas pelo sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Relator - Advs: Roni Furtado Borgo (OAB: 7828/ES)

DESPACHO

Nº 0050350-90.2021.8.06.0170/50000 - Embargos de Declaração Cível - Tamboril - Embargante: Maria Martins Jorge - Embargado: Moura Serviços de Apoio Administrativo Ltda - Intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso, nos termos do art. 1.023, §2°, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Francisco Gustavo Muniz de Mesquita (OAB: 31449/CE) - Francisco Rudinei Soares de Souza (OAB: 23240/CE) - Rafael Silveira Lopes (OAB: 19237/CE) - Rafael Leite Torrens (OAB: 18956/CE) - Ricardo Lima Moreira Borges (OAB: 18181/CE) - Valdener Vieira Milfont (OAB: 32537/CE) - Raquel Jorge de Sena Lopes (OAB: 45163/CE)

Nº 0255285-80.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Embargado: Condomínio América do Sul - Torre Venezuela - Intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso, nos termos do art. 1.023, §2°, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: José Alexandre Ximenes Aragão (OAB: 14456/CE) - Valeria Alves dos Santos Pereira (OAB: 15058/CE) - Diego dos Santos Lira Pereira (OAB: 35748/CE)

Nº 0632561-49.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Viação Siará Grande Ltda - Agravado: Wellington Santos de Sousa - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Rodrigo Silveira Lima (OAB: 19187/CE)

DESPACHO

Nº 0050772-83.2021.8.06.0067/50000 - Embargos de Declaração Cível - Chaval - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargada: Rozi Ferreira de Morais - Custos legis: Ministério Público Estadual - Cls, Em face dos efeitos infringentes dos Embargos em análise, abra-se vista à parte adversa para que presente manifestação, a teor do disposto no art. 1.023, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Roberto Dorea Pessoa (OAB: 12407/BA) - George Hidasi Filho (OAB: 39612/GO)

Nº 0200045-69.2022.8.06.0175/50000 - Embargos de Declaração Cível - Trairi - Embargante: Banco BMG S/A - Embargada: Teresa Correia de Sousa - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte embargada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso, nos termos do art. 1.023, §2°, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: João Francisco Alves Rosa (OAB: 37066/CE) - José Rocha de Paula Júnior (OAB: 40086/CE)

Nº 0201527-58.2022.8.06.0173/50001 - Agravo Interno Cível - Tianguá - Agravante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento - Agravado: Francisco, registrado civilmente como Francisco Alves dos Santos - Intime-se a parte agravada para, querendo, manifestar-se sobre o recurso, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Lázaro José Gomes Júnior (OAB: 8125/MS) - Antonio Carlos Brito Veras Filho (OAB: 37877/CE) - Lizandra Muniz dos Santos (OAB: 41401/CE)

Nº 0268782-64.2022.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Igreja Pentecostal Nova Aliança - Embargado: Sistema Comercial de Comunicações Ltda - Custos legis: Ministério Público Estadual - Cls, Em face dos efeitos infringentes dos Embargos em análise, abra-se vista à parte adversa para que presente manifestação, a teor do disposto no art. 1.023, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Fernanda Patricia Lima de Oliveira Pucci (OAB: 17848/CE) - Rafael Maia de Paula (OAB: 18409/CE) - Bruno Luis Magalhães Ellery (OAB: 24636/CE)

DESPACHO

Nº 0634423-55.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Crateús - Agravante: SICREDI CEARÁ CENTRO NORTE - COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRO NORTE DO CEARÁ - Agravado: Ernando Veras Leitão - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III c/c art. 1.007, §4º, do CPC, NÃO CONHEÇO

do presente recurso, ante a patente inadmissibilidade recursal, restando configurada a deserção. Expedientes necessários. Fortaleza, . DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: André Luiz Lima Dantas (OAB: 27702/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637389-88.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: J. F. F. D. R. P. E. F. da S. - Agravado: F. F. D. J. - Custos legis: M. P. E. - Desta feita, não tendo mais a recorrente interesse no prosseguimento do recurso, homologa-se a desistência recursal para que surta seus efeitos legais, o que faço com fundamento no art. 998, do Código de Processo Civil e art. 76, inc. VI, do Regimento Interno deste Sodalício. Publique-se e intime-se. Decorrido o prazo recursal, oficie-se ao juízo de origem, com a devida baixa na distribuição. Expedientes Necessários. Fortaleza, DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Maria da Conceição Farias Martins (OAB: 32373/CE) - Alessandra Pedrosa Teles (OAB: 39664/CE) - Ivanna Gonçalves Brito (OAB: 27707/CE)

DESPACHO

Nº 0207497-41.2020.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece - Embargado: Marcos Cesar Cabral da Silva - DESPACHO Ante a aparente dissonância entre a premissa do acórdão impugnado e a tese de revisão do Tema 414 pelo Superior Tribunal de Justiça, intimem-se as partes para manifestarem-se sobre a recente revisão do Tema citado garantindo a oportunidade de verificarem a hipótese de eventual distinguishing, assegurando, outrossim, a aplicação do princípio da não surpresa relacionado ao tema. Fortaleza, data e hora do sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Relator - Advs: João Paulo Gomes Dias (OAB: 20746/CE) - Hugo Alves Bittencourt (OAB: 21192/CE)

Nº 0227676-59.2021.8.06.0001 - Apelação Cível - Fortaleza - Apelante: Fernanda Meneses de Araújo - Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Diante do exposto, nos termos do art. 932, § único, do CPC, determino a intimação da Apelante para, no prazo de 05 (cinco) dias, realizar o recolhimento do preparo, ou comprovar condição de hipossuficiência, com a finalidade de análise do requerimento da Justiça Gratuita, o que poderá ser feito mediante apresentação das 03 (três) últimas declarações do imposto de renda, com os devidos recibos de entrega junto à Receita Federal, além de contracheques, extratos bancários e outros documentos idôneos, sob pena de deserção. Após, retornem os autos conclusos para os fins de direito. Expedientes necessários. DESEMBARGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Relator - Advs: Haroldo Gutemberg Urbano Benevides (OAB: 28242/CE) - Frida Gandelsman Azoubel (OAB: 21392/PE)

Nº 0236667-53.2023.8.06.0001/50000 - Embargos de Declaração Cível - Fortaleza - Embargante: SLS Participações Ltda. - Embargado: INOPLAST - Inovação em Serviços de Injeção de Plásticos Ltda. - Intime-se a parte embargada, para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre o presente recurso, na forma do § 2º, do art. 1.023, do Código de Processo Civil. Empós, voltem-me conclusos para análise. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADOR FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO Relator - Advs: Márcio Christian Pontes Cunha (OAB: 14471/CE) - Yasser de Castro Holanda (OAB: 14781/CE) - Abimael Clementino Ferreira de Carvalho (OAB: 10509/CE)

DESPACHO

Nº 0636811-28.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Fortaleza - Agravante: JOSÉ IRANILDO GOMES DA SILVA - Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Agravado: JOHNNATTAN RODRIGUES DE SOUSA - Em face do exposto, CONCEDO a antecipação de tutela pleiteada a fim de: a) determinar a suspensão das cobranças decorrentes do contrato nº 3632608799 celebrado com o BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, questionado nesta demanda; b) ordenar que a instituição financeira não escreva o nome do recorrente em qualquer cadastro de inadimplentes. c) fixar pena de multa por descumprimento, a incidir por cobrança, ou, em caso de inscrição em cadastro de inadimplentes, por dia, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), limitada ao teto de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), iniciando-se a incidência da multa cominatória 07 (sete) dias corridos após a intimação da parte agravada, por meio de seus advogados e através da publicação desta decisão interlocutória no Diário da Justiça Eletrônico, publicação oficial do TJCE. Oficie-se o Juízo de Primeiro Grau, comunicando-o, com urgência, acerca do inteiro teor desta decisão (art. 1.019, I, do CPC). Intime-se os agravados para, querendo, no prazo legal, apresentar suas respostas (art. 1.019, II, do CPC). Inobstante as determinações relacionadas acima, atribua-se a esta decisão força de mandado/ofício/intimação para que as devidas e necessárias providências legais e fáticas sejam efetivadas com urgência a fim de assegurar a eficácia desta Decisão Interlocutória. Expedientes necessários e urgentes. Fortaleza, data e hora informadas pelo sistema. DESEMBARGADOR ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE) - Francisco Helivângelo do Carmo Barbosa (OAB: 46610/CE)

Nº 0637125-71.2024.8.06.0000 - Agravo de Instrumento - Agravante: Banco CSF S/A - Agravada: Procuradoria do Município de Fortaleza - ISTO POSTO, diante de tais fundamentos e com o fito de evitar nulidade processual, declaro-me incompetente, no âmbito da 4ª Câmara de Direito Privado, para processar e julgar o presente recurso, ao tempo que determino a devida redistribuição do feito, por sorteio, a uma das Câmaras de Direito Público. Expedientes necessários. Fortaleza, data constante no sistema. DESEMBARGADOR DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES Relator - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)

DESPACHO

Nº 0000723-31.2017.8.06.0147 - Apelação Cível - Piquet Carneiro - Apelante: Maria Francisca de Lucena Nogueira - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, determino o sobrestamento deste processo, conforme determinação proferida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR nº 0630366-67.2019.8.06.0000. Encaminhem-se os autos ao setor competente para os necessários expedientes, devendo ser renovada a conclusão a este relator quando ocorrer o julgamento de mérito do IRDR acima citado. Expediente Necessário. Fortaleza, 20 de maio de 2020 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0000723-31.2017.8.06.0147 - Apelação Cível - Piquet Carneiro - Apelante: Maria Francisca de Lucena Nogueira - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, voto pelo conhecimento do recurso de apelação, para o fim de dar-lhe provimento e reformar a sentença para: 1.Declarar nulo o empréstimo 788063774, no valor de R$ 448,00(quatrocentos e quarenta e oito reais), em 60 parcelas de R$ 13,80(treze reais e oitenta centavos), com data inicial do desconto em maio de 2014. 2. Fixar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) o valor da indenização a título de danos morais, a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir do presente arbitramento (Súmula 362 do STJ), e juros de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, 07/01/2015 (Súmula 54 do STJ). 3. Determinar que a repetição de indébito se dê na forma simples, pois antes da publicação do acórdão paradigma sobre o tema acima mencionado, com relação ao contrato n°788063774. A correção monetária se dará por índice do INPC e juros de 1% ao mês a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), ou seja, data de cada parcela descontada. 4.Autorizar o desconto de quantia depositada em conta-corrente da autora, mencionado no ofício de fls.168, corrigida por índice do INPC a partir da data do depósito. Em consequência, o ônus sucumbencial, deve ser suportado pela promovida quanto ao pagamento integral das custas judiciais e dos honorários advocatícios, este no percentual de 10% da condenação. Expedientes necessários. Fortaleza, DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0005548-62.2019.8.06.0142 - Apelação Cível - Parambu - Apelante: Expedita Rodrigues do Nascimento - Apelado: Banco BMG S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ante o exposto, com fundamento no art. 932, IV, do CPC, e considerando a jurisprudência consolidada deste Tribunal, CONHEÇO do recurso de apelação interposto para NEGAR PROVIMENTO, mantendo a sentença em todos os seus termos. Consoante o § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil, majoro em 2% (dois por cento) a verba honorária de sucumbência fixada na sentença, de modo que o valor a ser pago pela apelante, ao advogado do apelado, é de 12% (doze por cento) sobre o valor da causa, porém suspendo a exigibilidade, pois o apelante é beneficiário da justiça gratuita. Expedientes necessários. Fortaleza, . DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Marcos Vinicius Araújo Veloso (OAB: 41452A/CE) - Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB: 33980/PE)

Nº 0005548-62.2019.8.06.0142 - Apelação Cível - Parambu - Apelante: Expedita Rodrigues do Nascimento - Apelado: Banco BMG S/A - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, determino o sobrestamento deste processo, conforme determinação proferida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR nº 0630366-67.2019.8.06.0000 em que foi admitido Recurso Especial com efeito supensivo (artigo 987, § 1º do Código de Ritos). Encaminhem-se os autos ao setor competente para os necessários expedientes, devendo ser renovada a conclusão a este relator quando ocorrer o julgamento de mérito do IRDR acima citado. Expedientes Necessários. Fortaleza, Ceará, 19 de janeiro de 2021. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Advs: Marcos Vinicius Araújo Veloso (OAB: 41452A/CE) - Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB: 33980/PE)

Nº 0011065-67.2017.8.06.0126 - Apelação Cível - Mombaça - Apelante: Raimunda Alves de Araújo - Apelado: Banco Itaú Consignado S/A - Dessa forma, considerando a jurisprudência consolidada desta Egrégia Corte Recursal, conheço do presente recurso para negar-lhe provimento, fazendo-o nos termos do art. 932, inciso IV, c/c art. 926 do CPC. Expedientes necessários. Fortaleza, . DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0011065-67.2017.8.06.0126 - Apelação Cível - Mombaça - Apelante: Raimunda Alves de Araújo - Apelado: Banco Itaú Consignado S/A - Diante do exposto, determino o sobrestamento deste processo, conforme determinação proferida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR nº 0630366-67.2019.8.06.0000. Encaminhem-se os autos ao setor competente para os necessários expedientes, devendo ser renovada a conclusão a este relator quando ocorrer o julgamento de mérito do IRDR acima citado. Expediente Necessário. Fortaleza, 23 de abril de 2020 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Advs: Rokylane Gonçalves Brasil (OAB: 31058/CE) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)

Nº 0200839-29.2022.8.06.0163/50001 - Embargos de Declaração Cível - São Benedito - Embargante: Banco Bradesco S/A - Embargado: Carlos Rodrigues Henrique de Brito - Ao lume do exposto, CONHEÇO do Recurso para dar-lhe provimento, no sentido de reconhecer o vício elencado e retratar-me do julgamento monocrático de fls. 42/46 dos Aclaratórios de nº 0200839-29.2022.8.06.0163/50000. Decorrido o prazo, venham-me os autos de nº 0200839-29.2022.8.06.0163/50000 conclusos para apreciação do mérito. Expedientes necessários. Fortaleza, . JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Larissa Sento Sé Rossi (OAB: 16330/BA) - Abraão Lincoln Sousa Ponte (OAB: 30395/CE) - Dênio de Souza Aragão (OAB: 27990/CE)

Nº 0633488-15.2024.8.06.0000/50000 - Agravo Interno Cível - Itapipoca - Agravante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Agravado: José Henrique dos Santos Paulino - Com tais considerações, depreende-se que não subsiste o objeto da presente Impugnação, posto que a matéria sub judice já foi decidida na instância de origem, restando evidenciada a inutilidade de qualquer discussão quanto ao mérito do ato judicial guerreado, albergado pelos termos da sentença resolutiva do feito. Isto posto, na forma do Art. 932, III do CPC, julgo prejudicado o presente Recurso. Após o decurso de prazo, arquive-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 6 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Cleudivânia Braga Veras (OAB: 21560/CE)

DESPACHO

Nº 0637973-58.2024.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: JOSE BRUNO LIVRAMENTO DA SILVA - Impetrado: JUIZ DO 3º NUCLEIO DE CUSTODIA E INQUERITO VARA DA COAMRCA DE QUIXADA - CE - Ante o exposto, declino da competência para o processamento e julgamento do presente MS, determinando a redistribuição urgente dos autos para uma das Câmaras Criminais deste Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que o feito seja analisado por um dos Desembargadores que compõem os referidos colegiados, com a devida urgência que o caso requer. Intime-se. Cumpra-se com urgência. Fortaleza, DATA DE ASSINATURA DO SISTEMA. DESEMBARGADOR FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE Relator - Advs: Bruno Leão Brito (OAB: 33174/CE)

DESPACHO

Nº 0007927-24.2017.8.06.0084 - Apelação Cível - Guaraciaba do Norte - Apelante: Francisca Maria da Conceição - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante do exposto, determino o sobrestamento deste processo, conforme determinação proferida no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR nº 0630366-67.2019.8.06.0000. Encaminhem-se os autos ao setor competente para os necessários expedientes, devendo ser renovada a conclusão a este relator quando ocorrer o julgamento de mérito do IRDR acima citado. Expedientes Necessários. Fortaleza, Ceará, 24 de março de 2020. DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator - Des. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS - Advs: José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE) - Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

Nº 0007927-24.2017.8.06.0084 - Apelação Cível - Guaraciaba do Norte - Apelante: Francisca Maria da Conceição - Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante o exposto, conheço do recurso de apelação, para o fim de dar-lhe provimento,reformando a sentença para afastar a prescrição e ainda: 1.Declarar nulo o empréstimo 545505194, datado de julho de 2009, no valor de R$ 1.391,79 (um mil e trezentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos), a ser pago em 60 parcelas de R$46,50 (quarenta e seis reais e cinquenta centavos), com final dos descontos no mês de dezembro de 2011, como conta da certidão emitida pelo INSS às fls.22 2. Fixar em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) o valor da indenização a título de danos morais, a ser corrigido monetariamente pelo INPC a partir do presente arbitramento (Súmula 362 do STJ), e juros de 1% ao mês a partir da data do evento danoso, 07/01/2015 (Súmula 54 do STJ). 3. Determinar que a repetição de indébito se dê na forma simples, pois antes da publicação do acórdão paradigma sobre o tema acima mencionado, com relação ao contrato n°545505194. A correção monetária se dará por índice do INPC e juros de 1% ao mês a partir do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), ou seja, data de cada parcela descontada. 4.Autorizar o desconto de quantia que possa ter sido depositada em conta-corrente da autora, caso comprovada em cumprimento de sentença e no exato valor do mútuo ora declarado nulo, corrigida por índice do INPC a partir da data do depósito. Em consequência, deve o ônus sucumbencial ser suportado pela promovida quanto ao pagamento integral das custas judiciais e dos honorários advocatícios, este no percentual de 10% da condenação. Expediente necessário. Fortaleza, 8 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator - Advs: José Maria Vale Sampaio (OAB: 13500/CE) - Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: 45911/DF) - Francisco Sampaio de Menezes Júnior (OAB: 9075/CE)

ATAS DAS SESSÕES

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 40ª/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Aos 05 (cinco) de março de 2024, na Sala das Sessões Virtual da 4ª Câmara de Direito Privado, com início às 09h, teve lugar a quadragésima Sessão Ordinária deste Colegiado. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Presidente em Exercício), ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Ausente justificadamente o Exmo. Sr. Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Representando o Ministério Público a Excelentíssima senhora Doutora ÂNGELA MARIA GÓIS DO AMARAL ALBUQUERQUE LEITE, representando a Defensoria Pública os Excelentíssimos senhores Doutores CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ANDRADE e ANA CRISTINA SOARES DE ALENCAR**.** O Exmo. Sr. Des. Presidente em Exercício desta egrégia Câmara Francisco Bezerra Cavalcante, cumprimentando a todos, declarou aberta a Sessão, submetendo-se à aprovação a Ata da Reunião anterior e, sem nenhum óbice restou aprovada. Iniciando-se os trabalhos, os quais foram coordenados pela B.ela. Marina Figueiredo Braga – matr. 46397. Os processos citados abaixo são da **4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.**

1 - Apelação Cível Nº 0469052-90.2011.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Elizabete Maia Serpa. Apelada: Carolina Orlane Maia Serpa. Apelado: José Roberto Maia Serpa. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **2 - Apelação / Remessa Necessária Nº 0051227-51.2021.8.06.0163 (D) - São Benedito.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Socorro Mayse Damasceno Sousa. Apelado: Michell do Amaral Almeida. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **3 - Apelação Cível Nº 0200637-05.2022.8.06.0114 (D) - Lavras da Mangabeira.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Banco Itaú Consignado S/A. Apelada: Josefa Marco da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **4 - Apelação Cível Nº 0051157-27.2021.8.06.0133 (D) - Nova Russas.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Recorrente: Francisco das Chagas Barbosa. Recorrido: Banco Santander (Brasil) S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **5 - Apelação Cível Nº 0400915-42.2000.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelada: Maria

Isabel Magalhães Teixeira Borges. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **6 - Embargos de Declaração Cível Nº 0192453-84.2017.8.06.0001/50001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Embargante: Patrícia Nogueira Lima de Carvalho. Embargada: Christianne Petrola Jorge. Embargado: Marco Henrique Siqueira de Alencar. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **7 - Apelação Cível Nº 0878384-11.2014.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: R. F. T. Apelante: A. F. F. M. Apelante: R. J. T. F. Apelada: M. R. S. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **8 - Apelação Cível Nº 0033513-94.2012.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: A. R. M. do N. Apelada: R. S. do N., M. R. P. M. N. de S. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **9 - Agravo Interno Cível Nº 0623221-18.2023.8.06.0000/50001 (D) - Limoeiro do Norte.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Antônio Ibernon Maia Neto. Agravado: D. de Freitas Ribeiro Locações ME. Agravado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **10 - Apelação Cível Nº 0238110-73.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Raimundo Mauro da Silva. Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em desconstituir de ofício a sentença, restando prejudicado o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **11 - Agravo de Instrumento Nº 0626690-38.2024.8.06.0000 (D).**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Gustavo Braga Ribeiro. Agravante: Ana Raquel Pinto Braga. Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **12 - Apelação Cível Nº 0200272-61.2023.8.06.0066 (D) – Cedro.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Francisco Nunes da Costa. Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **13 - Apelação Cível Nº 0200800-67.2023.8.06.0043 (D) – Barbalha.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apte/Apdo: Maria Adelaide dos Santos. Apte/Apdo: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar provimento ao apelo da autora, bem como conceder parcial provimento ao recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **14 - Apelação Cível Nº 0237193-54.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apte/Apdo: NU Pagamentos S/A. Apte/Apdo: Euro Comércio Ltda. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **15 - Agravo de Instrumento Nº 0627610-12.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Agravante: JEOVÁ DA SILVA OLIVEIRA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **16 - Apelação Cível Nº 0200037-30.2023.8.06.0055 (D) - Canindé(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Mardla Oliveira Timbo. Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **17 - Apelação Cível Nº 0050328-30.2020.8.06.0182 (D) - Viçosa do Ceará(DEFENSORIA PÚBLICA).** Recorrente: Otacilio Mota Fernandes. Recorrido: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **18 - Apelação Cível Nº 0200042-26.2024.8.06.0117 (D) - Maracanaú(DEFENSORIA PÚBLICA).** Requerente: David Kayque do Nascimento Alves. Requerido: Ministério Público Estadual. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto.

Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **19 - Apelação / Remessa Necessária 0003109-55.2018.8.06.0064 (D) - Caucaia(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: A. L. F. N. Apelante: L. A. F. Repr. Legal: Priscila Keule de Bareu Paixão. Apelado: M. P. do E. do C. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **20 - Agravo Interno Cível Nº 0162957-44.2016.8.06.0001/50000 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Agravante: Marvel Comercial de Veículos Ltda. Agravada: Jakeline Araújo Silva Feitosa. Agravado: José Renato Araújo Feitosa. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **21 - Conflito de competência cível Nº 0003780-03.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Suscitante: Juiz de Direito da 2ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 5ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Interessado: Jorge Gonçalves Neves. Interessada: Diana Gonçalves Neves. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em acolher o presente conflito, para declarar a competência do Juízo da 5ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **22 - Embargos de Declaração Cível Nº 0217206-04.2000.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Maria Cleila de Oliveira Campos. Embargado: José Pontes de Melo. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **23 - Embargos de Declaração Cível Nº 0203639-10.2023.8.06.0029/50000 (D) – Acopiara.** Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Embargada: Maria de Lourdes Siqueira de Almeida. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **24 - Embargos de Declaração Cível Nº 0050224-12.2020.8.06.0126/50000 (D) – Mombaça.** Embargante: Banco Safra S/A. Embargada: Maria Rita Gomes da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **25 - Embargos de Declaração Cível Nº 0070064-21.2016.8.06.0167/50000 (D) – Sobral.** Embargante: Júlio Lima Barreto Adeodato. Embargante: João Adeodato Neto. Embargante: Maria Fernanda Barreto Adeodato. Embargante: Maria Luíza Fontenele de Paula Rodrigues. Embargante: José Plácido Barreto Adeodato. Embargada: Maria Juliana Gama Costa. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **26 - Embargos de Declaração Cível Nº 0201031-23.2023.8.06.0099/50000 (D) – Itaitinga.** Embargante: Formetais Comércio de Reciclagem e Derivados Ltdall. Embargado: Emanuel Paixão de Vasconcelos. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **27 - Embargos de Declaração Cível Nº 0623315-29.2024.8.06.0000/50000 (D) – Russas.** Embargante: Banco do Brasil S/A. Embargada: Verônica Gonçalves Cordeiro Ramalho. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **28 - Embargos de Declaração Cível Nº 0163126-36.2013.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Egel Locação de Veículos Ltda. Embargado: Servis Eletrônica Defense Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **29 - Embargos de Declaração Cível Nº 0050630-52.2021.8.06.0173/50000 (D) – Tianguá.** Embargante: José Osmar Agostinho. Embargado: Banco Bradesco Cartões S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **30 - Embargos de Declaração Cível Nº 0007238-54.2017.8.06.0124/50000 (D) – Milagres.** Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Embargado: Francisco Gilvan Agostinho. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **31 - Embargos de Declaração Cível Nº 0221647-56.2022.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: A A Vieira & Cia Ltda ME. Repr. Legal: André Alves Vieira. Embargado: R de Macedo Crispim Comunicação Visual Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade,

acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **32 - Embargos de Declaração Cível Nº 0201080-64.2023.8.06.0099/50000 (D) – Itaitinga.** Embargante: Maria José Pereira Teixeira. Embargado: Banco Votorantim S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **33 - Embargos de Declaração Cível Nº 0261642-76.2022.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Mirian Mara Lopes da Silveira. Embargado: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **34 - Embargos de Declaração Cível Nº 0004703-78.2016.8.06.0063/50000 (D) – Acopiara.** Embargante: Banco Votorantim S/A. Embargado: Manoel Valério da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **35 - Embargos de Declaração Cível Nº 0258147-92.2020.8.06.0001/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Banco do Brasil S/A. Embargada: Rita de Cássia Alves. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **36 - Embargos de Declaração Cível Nº 0003394-93.2019.8.06.0070/50001 (D) – Crateús.** Embargante: Banco do Brasil S/A. Embargado: Antônio Fernandes de Andrade. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **37 - Embargos de Declaração Cível Nº 0050085-97.2021.8.06.0070/50001 (D) – Crateús.** Embargante: Banco do Brasil S/A. Embargada: Maria Vieira de Castro Souza. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **38 - Agravo Interno Cível Nº 0626690-38.2024.8.06.0000/50000 (D).** Agravante: Gustavo Braga Ribeiro. Repr. Legal: Ana Raquel Pinto Braga. Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em julgar prejudicado o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **39 - Agravo Interno Cível Nº 0626690-38.2024.8.06.0000/50001 (D).** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravado: Gustavo Braga Ribeiro. Agravado: Ana Raquel Pinto Braga. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em julgar prejudicado o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **40 - Agravo de Instrumento Nº 0625534-15.2024.8.06.0000 (D) – Cedro.** Agravante: Maria Josefa Lima de Sousa. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **41 - Agravo de Instrumento Nº 0628762-32.2023.8.06.0000 (D) – Crateús.** Agravante: Mônica Maria Gomes Teixeira Sales. Agravado: Sebastião César Aguiar Vale. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **42 - Agravo de Instrumento Nº 0623974-38.2024.8.06.0000 (D) - Juazeiro do Norte.** Agravante: D. M. M. G. Agravado: C. H. G. S. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **43 - Agravo de Instrumento Nº 0624827-47.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: José Pereira de Araújo Júnior. Agravante: Diego Carvalho de Araújo. Agravado: Espólio de José Pereira de Araújo. Inventariante: Maria de Fátima Norões Chagas. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **44 - Agravo de Instrumento Nº 0633206-74.2024.8.06.0000 (D).** Agravante: Banco Bradesco S/A. Agravado: RAIMUNDO CLEUDSON DA SILVA MONTENEGRO. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **45 - Agravo de Instrumento Nº 0625911-83.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Frutomar Comércio de Pescados Ltda. Agravado: Premier Pescados Comércio e Importação e Exportação Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des.

Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **46 - Agravo de Instrumento Nº 0624404-87.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco do Brasil S/A. Agravado: Nelcides Filho de Freitas. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **47 - Agravo de Instrumento Nº 0625232-93.2018.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco do Brasil S/A. Agravado: Maria do Socorro Bezerra de Araújo. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, na parte conhecida, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **48 - Agravo de Instrumento Nº 0628348-97.2024.8.06.0000 (D) – Maracanaú.** Agravante: Oceanos Importação & Exportação de Produtos Alimentícios Ltda. Agravado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **49 - Apelação Cível Nº 0200133-52.2024.8.06.0203 (D) – Ocara.** Apelante: José dos Santos Ribeiro. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **50 - Apelação Cível Nº 0202213-47.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Mariele Barrosa de Almeida. Apelado: Banco Votorantim S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **51 - Apelação Cível Nº 0202187-40.2023.8.06.0101 (D) – Itapipoca.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelado: Agaci Sabino dos Santos. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao apelo autoral, bem como dar provimento ao recurso do réu, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **52 - Apelação Cível Nº 0264808-53.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Bradesco Saúde S/A. Apelada: LILIA FARIAS MARTINS OLIVEIRA MORENO. Apelado: José Farias Moreno. Repr. Legal: LILIA FARIAS MARTINS OLIVEIRA MORENO. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **53 - Apelação Cível Nº 0200383-24.2023.8.06.0170 (D) – Tamboril.** Apelante: Vicente Paulo de Andrade. Apelado: FACTA Financeira S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **54 - Apelação Cível Nº 0200841-12.2023.8.06.0115 (D) - Limoeiro do Norte.** Apelante: Maria Neta Bandeira dos Santos. Apelado: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **55 - Apelação Cível Nº 0202623-92.2023.8.06.0167 (D) – Sobral.** Apte/Apdo: Antônio da Silva Gomes. Apte/Apdo: Itaú Unibanco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao apelo do banco, bem como dar parcial provimento ao recurso do autor, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **56 - Apelação Cível Nº 0200450-36.2023.8.06.0122 (D) – Mauriti.** Apte/Apdo/Réu: Banco Bradesco S/A. Apte/Apdo: Maria dos Santos Cirino de Souza. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar-lhes parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **57 - Apelação Cível Nº 0200395-14.2023.8.06.0178 (D) – Uruburetama.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Maria Rodrigues de Sousa Teixeira. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **58 - Apelação Cível Nº 0200999-29.2023.8.06.0160 (D) - Santa Quitéria.** Requerente: Raimundo Rodrigues Alves. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **59 - Apelação Cível Nº 0204912-24.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apelante: José Ivan Rodrigues. Apelado: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe

provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **60 - Apelação Cível Nº 0200818-26.2023.8.06.0096 (D) – Ipueiras.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Luísa Araújo de Carvalho Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **61 - Apelação Cível Nº 0011774-15.2014.8.06.0092 (D) – Independência.** Apelante: Manoel Sampaio Martins. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **62 - Apelação Cível Nº 0282395-88.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: José Maria de Freitas. Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **63 - Apelação Cível Nº 0203795-95.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Recorrente: Maria Helena Félix da Silva. Recorrido: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **64 - Apelação Cível Nº 0200610-07.2023.8.06.0043 (D) – Barbalha.** Apelante: Antônio Adailton dos Santos. Apelado: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **65 - Apelação Cível Nº 0178869-76.2019.8.06.0001 (D) - Núcleos de Justiça 4.0.** Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Apelada: Williana Maciel Bizerra. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao apelo da seguradora ré, bem como dar parcial provimento ao recurso autoral, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **66 - Apelação Cível Nº 0215839-70.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Apelado: Davi Tito Brandão Pascoal. Repr. Legal: Francisco Cézar Almeida Pascoal Filho. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, na parte conhecida, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **67 - Apelação Cível Nº 0200403-15.2023.8.06.0170 (D) – Tamboril.** Apelante: Vicente Paulo de Andrade. Alimentando: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, na parte conhecida, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **68 - Apelação Cível Nº 0000648-42.2018.8.06.0216 (D) – Uruburetama.** Apelante: Banco BMG S/A. Apelada: Maria Rodrigues Teixeira. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **69 - Apelação Cível Nº 0200649-84.2023.8.06.0081 (D) – Granja.** Apelante: Teresa Sebastião dos Santos. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **70 - Apelação Cível Nº 0200123-35.2022.8.06.0055 (D) – Canindé.** Apelante: Mitra Arquidiocesana de Fortaleza ¿ Mantenedora do Patrimônio de São Francisco das Chagas. Apelado: Kamonique Santos Colares. Apelada: Rocilda Custódio Moura. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **71 - Apelação Cível Nº 0201947-10.2022.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apte/Apdo: Manoel de Souza Leitão Neto. Apte/Apdo: Banco Pan S/A. Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao recurso do réu, bem como dar parcial provimento ao recurso autoral, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **72 - Apelação Cível Nº 0200584-91.2024.8.06.0166 (D) - Senador Pompeu.** Apelante: Maria de Fátima da Silva Garcia. Apelado: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **73 - Apelação Cível Nº 0200408-57.2024.8.06.0055 (D) – Canindé.** Apelante: Nilsa Justino Rodrigues Oliveira. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo

nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **74 - Apelação Cível Nº 0000698-07.2018.8.06.0107 (D) – Jaguaribe.** Recte/Vítima: Volta do Rio Empreendimentos Imobiliários. Testemunha: Paulo da Rocha Portela. Recorrida: MARIA LUCIENE BEZERRA FERREIRA PEREIRA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **75 - Apelação Cível Nº 0202158-87.2023.8.06.0101 (D) – Itapipoca.** Apelante: José Roseno da Silva. Apelado: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **76 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200035-20.2022.8.06.0112/50000 (D) - Juazeiro do Norte.** Embargante: Banco C6 Consignado S/A. Embargada: Irene Alves de Moura. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **77 - Embargos de Declaração Cível Nº 0272861-23.2021.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Claudenilton Monteiro da Rocha. Embargante: Rosiane Santos da Rocha. Embargante: Francisca Rodrigues Feijão Sales. Embargado: Quadra Imobiliaria Ltda. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **78 - Embargos de Declaração Cível Nº 0006472-35.2018.8.06.0166/50000 (D) - Senador Pompeu.** Embargante: Maria Lucimar da Silva. Embargado: Banco Itaú Consignado S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **79 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200638-37.2022.8.06.0066/50000 (D) – Cedro.** Embargante: Banco Santander (Brasil) S/A. Embargada: Maria Dasdôres Lima da Silva. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **80 - Embargos de Declaração Cível Nº 0051849-76.2021.8.06.0084/50000 (D) - Guaraciaba do Norte.** Embargante: Banco Bradesco S/A. Embargada: Raimunda Amaro Nepomuceno. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **81 - Embargos de Declaração Cível Nº 0201754-92.2022.8.06.0029/50000 (D) – Acopiara.** Embargante: Banco C6 Consignado S/A. Embargada: Francinete Moreira de Souza. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **82 - Agravo de Instrumento Nº 0625588-15.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Leonardo Belarmino Monteiro. Agravado: Espólio de Dimas Moreira Monteiro. Inventariante: Dimas Moreira Monteiro Junior. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **83 - Agravo Interno Cível Nº 0625588-15.2023.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Leonardo Belarmino Monteiro. Agravado: Espólio de Dimas Moreira Monteiro. Inventariante: Dimas Moreira Monteiro Junior. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em julgar prejudicado o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **84 - Agravo de Instrumento Nº 0627416-12.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravado: J. V. T. C. D. R. P. C. R. T. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **85 - Agravo de Instrumento Nº 0628812-24.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravado: J. G. B. C., R. P. M. A. G. B. C. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **86 - Agravo de Instrumento Nº 0633810-35.2024.8.06.0000 (D) – Sobral.** Agravante: Antônio Anastácio do Nascimento. Agravado: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **87 - Agravo de Instrumento Nº 0622247-44.2024.8.06.0000 (D) – Caridade.** Agravante: José Orlando Santos Gomes. Agravado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do

Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **88 - Agravo de Instrumento Nº 0633713-69.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Hapvida Assistência Médica Ltda. Agravada: Mara Eduarda da Silva. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **89 - Agravo de Instrumento Nº 0626506-82.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Manuelito Teixeira Carneiro Monteiro. Agravado: China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em julgar prejudicado o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **90 - Agravo de Instrumento Nº 0622279-83.2023.8.06.0000 (D) – Eusébio.** Agravante: Reginaldo Gadelha Pontes. Agravada: Regiane Fernandes da Silva. Agravada: Gabrielly Fernandes dos Santos. Repr. Legal: Regiane Fernandes da Silva. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **91 - Agravo Interno Cível Nº 0637078-34.2023.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: F. E. F. P. A. L. R. P. V. M. F. A. L. Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **92 - Apelação Cível Nº 0012009-87.2014.8.06.0154 (D) – Quixeramobim.** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Apelada: Maria da Conceicao Fernandes Lemos. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **93 - Apelação Cível Nº 0156226-27.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelado: José Stênio Fernandes dos Santos. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **94 - Apelação Cível Nº 0051573-91.2021.8.06.0101 (D) – Itapipoca.** Apelante: Luisneudo Magalhães da Silva. Apelante: Antonio Marcos Magalhães da Silva. Apelante: Luis Cesar Magalhães da Silva. Apelante: Lusiene Magalhães da Silva. Apelante: Luzirene Magalhaes Marques. Repr. Legal: Luzielia Magalhães Marques. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **95 - Apelação Cível Nº 0847371-91.2014.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Apelado: Pomar Brasil Agroindustrial Ltda. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **96 - Apelação Cível Nº 0200844-39.2022.8.06.0167 (D) – Sobral.** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Diego Caixeiro Goncalves. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **97 - Apelação Cível Nº 0005930-75.2014.8.06.0095 (D) – Ipu.** Apelante: Maria Dalva Soares de Oliveira. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **98 - Apelação Cível Nº 0274425-03.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Josa Ferreira Feitosa. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **99 - Apelação Cível Nº 0205858-17.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Itapeva XI Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados. Apelada: Marilia Lima Galvao. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **100 - Apelação Cível Nº 0023260-18.2010.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Bradesco Nordeste S/A. Apelado: Ciziane Taveira da Silva Gomes. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **101 - Apelação Cível Nº 0203489-50.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Mapfre Seguros Gerais S/A. Apelado: Dara Larisse Amaro Mendonca. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator,

proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **102 - Apelação Cível Nº 0257726-68.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Itapeva XI Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados. Apelado: Marcus Fabio da Silva de Almeida. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **103 - Apelação Cível Nº 0010402-58.2016.8.06.0028 (D) – Acaraú.** Apelante: José Valdir de Sousa. Apelante: Rafael Marques de Freitas. Apelante: Geralda Zelda da Silveira. Apelante: José Orzete Muniz. Apelante: Maria José da Silveira. Apelante: Zuleica Maria Albuquerque. Apelante: Valneide de Freitas Oliveira Souza. Apelante: Rosa Maria Ferreira Gomes Santos. Apelante: José Murilo Gomes. Apelante: José Maria do Nascimento. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **104 - Apelação Cível Nº 0002639-81.2019.8.06.0163 (D) - São Benedito.** Apelante: A. D. R. Apelada: K. da C. F. Apelado: M. B. F. D. R. P. K. da C. F. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **105 - Apelação Cível Nº 0201351-63.2023.8.06.0167 (D) – Sobral.** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Francisco Linvaldo Rodrigues Ripardo. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **106 - Apelação Cível Nº 0200166-87.2023.8.06.0070 (D) – Crateús.** Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Apelado: Francisca Teles da Silva. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **107 - Apelação Cível Nº 0221199-49.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Naildison da Silva Mesquita. Apelante: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multsegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **108 - Apelação Cível Nº 0203418-06.2022.8.06.0112 (D) - Juazeiro do Norte.** Apelante: Evandro Jose Inacio de Sales. Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **109 - Apelação Cível Nº 0059565-46.2016.8.06.0112 (D) - Juazeiro do Norte.** Apelante: Dante Matos Cardoso de Alencar. Apelante: Hélio Sá Silva Thé. Apelante: Jacinta Maria Pereira de Matos. Apelante: José Carlos de Figueiredo Rocha. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **110 - Apelação Cível Nº 0039146-62.2007.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Apte/Apdo: Ricardo Lívio Carneiro. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao apelo do banco réu, bem como dar parcial provimento ao recurso do autor, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **111 - Apelação Cível Nº 0203460-63.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Itaucard S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **112 - Apelação Cível Nº 0010408-65.2016.8.06.0028 (D) – Acaraú.** Apelante: Espólio de Doraci Alice do Nascimento. Apelante: José Alencar do Nascimento. Apelante: Estanislau Teles do Nascimento. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **113 - Apelação Cível Nº 0206629-79.2022.8.06.0167 (D) – Sobral.** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Helano Gleidson Lopes. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **114 - Apelação Cível Nº 0201391-27.2023.8.06.0173 (D) – Tianguá.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Teresa Cesario das Neves. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme

acórdão lavrado". **115 - Apelação Cível Nº 0201034-66.2022.8.06.0081 (D) – Granja.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelado: Giovani Brandao de Oliveira Martins. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **116 - Apelação Cível Nº 0010972-05.2023.8.06.0091 (D) – Iguatu.** Apelante: M. P. do E. do C. Apelada: I. S. da C. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **117 - Apelação Cível Nº 0200452-35.2022.8.06.0156 (D) – Redenção.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Repr. Legal: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelada: Maria Pricilia Ferreira Marcos. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **118 - Apelação Cível Nº 0051443-37.2021.8.06.0090 (D) – Icó.** Apte/Apdo: CHUBB Seguros Brasil S/A. Apte/Apdo: Francisco Evilásio Sousa de Queiroz. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao recurso da empresa, bem como prover o recurso do autor, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **119 - Apelação Cível Nº 0283229-23.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco RCI Brasil S/A. Apelado: Dimitri Gomes Le Sueur. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **120 - Apelação Cível Nº 0011723-08.2019.8.06.0034 (D) – Aquiraz.** Apelante: Elias Lima Pires. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **121 - Apelação Cível Nº 0207456-74.2023.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Rogério Costa de Oliveira. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **122 - Apelação Cível Nº 0050582-40.2021.8.06.0126 (D) – Mombaça.** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Apelado: Jean Kilder Teixeira Paulino. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **123 - Apelação Cível Nº 0210332-31.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Francisca das Chagas da Silva. Apelado: Banco Santander (Brasil) S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **124 - Apelação Cível Nº 0229127-51.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Apelado: Joao Evangelista Ferreira Jr. Apelada: Emmanuele Menezes Taleires. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **125 - Embargos de Declaração Cível Nº 0630072-10.2022.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Pulvitec do Brasil Indústria e Comércio de Colas e Adesivos Ltda. Embargado: Serv-Lebre Ltda. Embargado: Antônio Rodrigues Filho. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **126 - Embargos de Declaração Cível Nº 0630072-10.2022.8.06.0000/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Pulvitec do Brasil Indústria e Comércio de Colas e Adesivos Ltda. Embargado: Serv-Lebre Ltda. Embargado: Antônio Rodrigues Filho. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **127 - Agravo de Instrumento Nº 0635715-80.2021.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Raimachado Imobiliária S/A. Agravado: Wellington dos Santos Serra. Agravado: Debora Cecilia de Paula Nobre. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **128 - Embargos de Declaração Cível Nº 0635715-80.2021.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Raimachado Imobiliária S/A. Embargado: Wellington dos Santos Serra. Embargado: Debora Cecilia de Paula Nobre. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso em razão da prejudicialidade, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **129 - Embargos de Declaração Cível Nº 0228960-34.2023.8.06.0001/50000 (D) –**

Fortaleza. Embargante: Itaú Unibanco Holding S/A. Embargado: Michele Fabiana Silva Carvalho. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **130 - Embargos de Declaração Cível Nº 0201507-35.2023.8.06.0043/50000 (D) – Barbalha.** Embargante: Maria Davina dos Santos. Embargado: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **131 - Embargos de Declaração Cível Nº 0631097-87.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: J. L. M. N. Embargada: R. C. R. da S. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **132 - Embargos de Declaração Cível Nº 0628938-11.2023.8.06.0000/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Itaú Unibanco S/A. Embargada: Renata Carvalho Freire. Embargada: Lara Gurgel do Amaral Duarte Vieira. Embargada: Márcia Luciana Silva Pinheiro. Embargado: Rommel Carvalho. Embargado: Abimael Clementino Ferreira de Carvalho Neto. Agravada: Renata Carvalho Freire. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **133 - Agravo de Instrumento Nº 0623221-18.2023.8.06.0000 (D) - Limoeiro do Norte.** Agravante: D. de Freitas Ribeiro Locações ME. Agravado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **134 - Agravo Interno Cível Nº 0623221-18.2023.8.06.0000/50002 (D) - Limoeiro do Norte.** Agravante: Banco Bradesco S/A. Agravado: D. de Freitas Ribeiro Locações ME. Repr. Legal: Dailza de Freitas Ribeiro. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **135 - Agravo Interno Cível Nº 0153311-39.2018.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Master Rent A Car Ltda Me. Agravado: Paulo César de Oliveira Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em inadmitir o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **136 - Agravo de Instrumento Nº 0621065-23.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Livia Queiroz Sales. Agravado: IPADE - Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **137 - Agravo Interno Cível Nº 0621065-23.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: IPADE - Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ltda. Agravado: Livia Queiroz Sales. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **138 - Agravo de Instrumento Nº 0633195-79.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Itaú Unibanco S/A. Agravada: Renata Carvalho Freire. Agravada: Lara Gurgel do Amaral Duarte Vieira. Agravada: Márcia Luciana Silva Pinheiro. Agravado: Rommel Carvalho. Agravado: Abimael Clementino Ferreira de Carvalho Neto. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **139 - Agravo Interno Cível Nº 0633195-79.2023.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Itaú Unibanco S/A. Agravada: Renata Carvalho Freire. Agravada: Lara Gurgel do Amaral Duarte Vieira. Agravada: Márcia Luciana Silva Pinheiro. Agravado: Rommel Carvalho. Agravado: Abimael Clementino Ferreira de Carvalho Neto. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em julgar o recurso prejudicado, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **140 - Agravo de Instrumento Nº 0629787-17.2022.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Lúcia Maria Carneiro. Agravante: Maria Celene Carneiro. Agravado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **141 - Agravo de Instrumento Nº 0623063-26.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: R. V. E. Agravada: H. F. V. E. R. P. T. F. G. Agravada: T. F. G. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **142 - Agravo de Instrumento Nº 0625197-26.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Josefa Leite da Silva. Agravado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por

unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **143 - Agravo de Instrumento Nº 0621733-91.2024.8.06.0000 (D) - Núcleos de Justiça 4.0.** Agravante: Banco Bradesco S/A. Agravada: Geovania de Oliveira Chaves. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **144 - Agravo Interno Cível Nº 0626701-04.2023.8.06.0000/50000 (D) – Mombaça.** Agravante: Banco Bradesco S/A. Agravada: Aulina Duarte Xavier. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **145 - Agravo Interno Cível Nº 0632909-04.2023.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: REFER Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social. Agravada: Silvia Regina Gomes Torres. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **146 - Agravo Interno Cível Nº 0130541-28.2013.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravado: José Breno Osterno Mourão. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **147 - Agravo Interno Cível Nº 0178085-41.2015.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Comercial Arnoldo de Veiculos Ltda - Javel Veiculos. Advogada: Larissa Magalhães Aragão. Agravado: Moises Valmildo Aguiar. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **148 - Agravo Interno Cível Nº 0005158-66.2016.8.06.0120/50000 (D) – Marco.** Agravante: Banco do Brasil S/A. Agravada: Maria das Graças Brandão. Agravado: Jose Martins Neto. Agravada: Maria Ivete Alves Neto. Agravada: Maria Jose Carvalho Neves. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **149 - Agravo Interno Cível Nº 0201222-95.2022.8.06.0166/50000 (D) - Senador Pompeu.** Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Agravado: Antonio Andre da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **150 - Apelação Cível Nº 0132656-12.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Keven L C Pimentel Epp. Apelante: Roger Messala Pimentel Cajazeiras. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **151 - Apelação Cível Nº 0009088-09.2018.8.06.0028 (D) – Acaraú.** Apelante: Antonio Estevam de Paulo. Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **152 - Apelação Cível Nº 0200007-79.2023.8.06.0124 (D) – Milagres.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelante: Francisca Helenita dos Santos Fernandes. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar provimento ao recurso da parte autora, bem como desprover o apelo do banco réu, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **153 - Apelação Cível Nº 0192483-90.2015.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Maraponga Transportes Ltda. Apelada: Simone Maria Peixoto Alves. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **154 - Apelação Cível Nº 0217965-93.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Apelado: EDSON BRENO FERREIRA DE SOUSA LIMA. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **155 - Apelação Cível Nº 0200755-91.2023.8.06.0066 (D) – Cedro.** Apelante: Beatriz Araujo de Almeida. Apelado: Banco C6 Consignado S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **156 - Apelação Cível Nº 0014670-03.2017.8.06.0035 (D) – Aracati.** Apelante: Banco BMG S/A. Apelado: Maria das Gracas Barbosa da Cruz. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator,

proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **157 - Apelação Cível Nº 0175348-26.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Jose Clodoaldo Vieira da Silva. Apelado: Banco Bradesco S/A. Apelado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados NPL II. Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **158 - Apelação Cível Nº 0200280-18.2024.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apte/Apdo: Maria Paulino. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo da parte autora, bem como negar provimento ao recurso da Instituição Financeira, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **159 - Apelação Cível Nº 0050577-38.2021.8.06.0087 (D) – Ibiapina .**Apelante: A. B. P. B. Apelante: A. C. P. da L. Apelado: J. M. B. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **160 - Apelação Cível Nº 0200212-22.2022.8.06.0067 (D) – Chaval.** Apelante: Francisco das Chagas Santos. Apelado: Liberty Seguros S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **161 - Apelação Cível Nº 0200454-46.2024.8.06.0055 (D) – Canindé.** Apelante: Maria Luisa Carneiro Santos. Apelado: Banco Votorantim S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **162 - Apelação Cível Nº 0203450-32.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Recorrente: Josefa Rocha da Silva Rodrigues. Recorrido: Banco Crefisa S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **163 - Apelação Cível Nº 0200147-68.2024.8.06.0160 (D) - Santa Quitéria.** Apelante: Francisco Jovito Furtado Araujo. Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **164 - Apelação Cível Nº 0201001-96.2023.8.06.0160 (D) - Santa Quitéria.** Apelante: José Airton Pinheiro Bandeira. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **165 - Apelação Cível Nº 0200217-69.2024.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Recorrente: Milton Alexandre Nunes. Recorrido: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **166 - Apelação Cível Nº 0279261-19.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelado: Lindalva Silva Pereira. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **167 - Apelação Cível Nº 0200383-74.2023.8.06.0121 (D) – Massapê.** Apelante: Maria Irismar Alves Gamileira. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **168 - Apelação Cível Nº 0200294-78.2024.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Apelante: Rosa Maria de Alcantara dos Santos. Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **169 - Apelação Cível Nº 0200019-09.2024.8.06.0076 (D) – Farias Brito.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelado: Francisco Anailton da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **170 - Apelação Cível Nº 0200960-39.2024.8.06.0114 (D) - Lavras da Mangabeira.** Apelante: Maria Alves Gonçalves. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE

SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **171 - Apelação Cível Nº 0200838-30.2023.8.06.0124 (D) – Milagres.** Apelante: Maria de Fátima da Silva. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apelado: Bradesco Vida e Previdência S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **172 - Apelação Cível Nº 0231316-70.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelado: Juliano Tadeu Parente de Carvalho. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **173 - Apelação Cível Nº 0015532-82.2016.8.06.0075 (D) – Eusébio.** Apelante: Associação Alphaville Eusébio. Apelado: Ricardo Watanabe de Lima. Apelado: Ronaldo Watanabe de Lima. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **1 - PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0204377-95.2023.8.06.0029.** Polo ativo MARIA CARLOS DA SILVA TEIXEIRA. Polo passivo BANCO BMG S/A. BANCO BMG S/A. Terceiros PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **2 - PJE - AGRAVO DE INSTRUMENTO – 3004309-34.2024.8.06.0000.** Polo ativo ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. Polo passivo ERIVALDO DE LIMA SILVA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **3 - PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0200845-09.2024.8.06.0117.** Polo ativo BRUNO RUAN GOMES DE LIMA. Polo passivo BANCO BRADESCO S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **4 - PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0000949-46.2003.8.06.0173.** Polo ativo BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Polo passivo BENEDITO CARVALHO DE SOUZA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **5 - PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0242858-85.2021.8.06.000.** Polo ativo ITAPEVA XI MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS. Polo passivo MARIA ISABEL VIANA MARTINS. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **6 - PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0200807-94.2024.8.06.0117.** Polo ativo BANCO GM S.A. BANCO GM S.A. Polo passivo ENEAS GURGEL DE LIMA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **7 - PJE 0037853-87.2013.8.06.0117. APELAÇÃO CÍVEL.** (PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Polo ativo Delfa Indústria e Comércio de Acessórios do Vestuário Ltda. Polo passivo INVIDIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. JOSÉ DJANE DA COSTA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **8 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0225144-10.2024.8.06.0001.** Polo ativo JOYCE LIBIA DE LIMA MARQUES. Polo passivo ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. ITAU UNIBANCO S.A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **9 -PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0211426-43.2024.8.06.0001.** Polo ativo COOPERATIVA DE CREDITO MUTUO DO CEARA -SICOOB CEARA. Polo passivo JAP FRETAMENTOS E SERVICOS LTDA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **10 -PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0200661-54.2023.8.06.0128.** Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo SÉRGIO RICARDO LINS ALMEIDA. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado".

11 -PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0281046-79.2023.8.06.0001. Polo ativo MARINALDO SIMOES ROSA. Polo passivo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des.

ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **12 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0000926-64.2007.8.06.0075.** Polo ativo EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA. Polo passivo SÍLVIA HELENA SAMPAIO GUEDES. WAGNER SILVA DE ABREU. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **13 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0241841-09.2024.8.06.0001.** Polo ativo THIAGO ARAÚJO DAMASCENO. Polo passivo BANCO HONDA S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **14 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0200766-73.2023.8.06.0114.** Polo ativo JOSÉ IVANILDO SECUNDO SILVA. Polo passivo BANCO BRADESCO S/A. PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **15 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0213058-07.2024.8.06.0001.** Polo ativo BANCO BRADESCO S/A. PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A. Polo passivo JOSÉ SILFAR GOMES DE MENESES. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **16 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL -0224685-08.2024.8.06.000.** Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo MARCOS ERNESTO MALUF BATISTA. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **17 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0234068-44.2023.8.06.0001.** Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo MANOEL IVO FEITOSA JÚNIOR. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **18 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0231521-94.2024.8.06.0001.** Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo FRANCISCO DAS CHAGAS FREITAS. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **19 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL -0227102-31.2024.8.06.0001.** Polo ativo ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. Polo passivo WANDERSON DENES FERREIRA. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **20 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0203084-48.2024.8.06.0064.** Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo MARCOS ANDRE DA COSTA SILVA. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **21 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0232319-55.2024.8.06.0001.** Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE STUDART. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **22 – PJE - APELAÇÃO CÍVEL – 0201044-93.2024.8.06.0064**. Polo ativo AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo JANIELSON SOARES DA SILVA. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **DIVERSOS: I – (JULGAMENTO ADIADO) -** Processo Nº **0623279-84.2024.8.06.0000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0628400-93.2024.8.06.0000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0200759-03.2023.8.06.0043** (D) – Barbalha. 76 - Processo Nº **0134826-59.2016.8.06.0001/50000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0134826-59.2016.8.06.0001/50001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0638882-37.2023.8.06.0000/50000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0003175-60.2017.8.06.0067/50000** (D) – Chaval. Processo Nº **0182920-67.2018.8.06.0001/50001** (D) – Fortaleza. Processo Nº Nº **0200061-95.2024.8.06.0096/50001** (D) – Ipueiras. Processo Nº **0631846-07.2024.8.06.0000/50000** (D). Processo Nº **0200059-12.2023.8.06.0145/50000** (D) – Pereiro. Processo Nº **0277589-39.2023.8.06.0001/50000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0050073-67.2021.8.06.0043/50000** (D) – Barbalha. Processo Nº **0005741-50.2019.8.06.0054** (D) - Campos Sales. Processo Nº **0160032-70.2019.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0047787-63.2012.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0147775-47.2018.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0134982-81.2015.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0049256-29.2016.8.06.0091** (D) – Iguatu. Processo Nº **0208918-61.2023.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0200766-14.2023.8.06.0166** (D) - Senador Pompeu. Processo Nº **0201870-38.2024.8.06.0091** (D) – Iguatu. Processo Nº **0000093-38.2018.8.06.0147** (D) - Senador Pompeu. Processo Nº **0283807-**

54.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza. Processo Nº **0200877-83.2022.8.06.0052** (D) - Brejo Santo. **DIVERSOS: II** – **(JULGAMENTO RETIRADO DE PAUTA)** – Processo Nº 0**145397-21.2018.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0050649-41.2021.8.06.0114** (D) - Lavras da Mangabeira. Processo Nº **0200275-56.2022.8.06.0161** (D) - Santana do Acaraú. Processo Nº **0000055-52.2013.8.06.0195** (D) – Pacoti. Processo Nº **0100625-70.2018.8.06.0001** (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA). Processo Nº **0120550-04.2008.8.06.0001/50004** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0632715-72.2021.8.06.0000/50002** (D) – Fortaleza. **TÉRMINO DOS TRABALHOS:** E, nada mais havendo o que tratar, foi encerrada a Sessão, do que para constar, Marina Figueiredo Braga – matr. 46397, digitei a presente ata. Fortaleza, 05 (cinco) de novembro de 2024. Subscrevo e assino: Marina Figueiredo Braga – matr. 46397, Coordenadora da Quarta Câmara de Direito Privado. Conforme: Des. Francisco Bezerra Cavalcante – Presidente em Exercício da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Desembargador FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE
Presidente em Exercício da 4ª Câmara de Direito Privado TJ/CE

Procuradora de Justiça
ÂNGELA MARIA GÓIS DO AMARAL ALBUQUERQUE LEITE

Bela. MARINA FIGUEIREDO BRAGA
Coordenadora da 4ª Câmara de Direito Privado

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 39ª/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO. Aos 29 (vinte e nove) de outubro de 2024, na Sala das Sessões Virtual da 4ª Câmara de Direito Privado, com início às 09h, teve lugar a trigésima nona Sessão Ordinária deste Colegiado. Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO (Presidente), ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Representando o Ministério Público o Excelentíssimo senhor Doutor JOÃO EDUARDO CORTEZ, representando a Defensoria Pública a Excelentíssima senhora Doutora ANA CRISTINA SOARES DE ALENCAR**.** O Exmo. Sr. Des. Presidente em Exercício desta egrégia Câmara José Evandro Nogueira Lima Filho, cumprimentando a todos, declarou aberta a Sessão, submetendo-se à aprovação a Ata da Reunião anterior e, sem nenhum óbice restou aprovada. Iniciando-se os trabalhos, os quais foram coordenados pela B.ela. Marina Figueiredo Braga – matr. 46397. Os processos citados abaixo são da **4ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO.**

1 - Apelação Cível Nº 0200340-79.2022.8.06.0087 (D) – Ibiapina.(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI. Apelado: Mônica Kersten Miehrig. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **2 - Apelação Cível Nº 0202467-12.2022.8.06.0112 (D) - Juazeiro do Norte.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apte/Apdo: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Apte/Apdo: Arthur Lucena Cavalcante. Apte/Apdo: Gustavo Henrique Cardoso Cavalcante. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Os Exmos. Senhores Desembargadores DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO votaram com o eminente Relator. Vencidos os votos dos Exmos. Senhores Desembargadores ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por maioria, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo autoral, fixando a indenização no patamar de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como negar provimento ao recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **3 - Agravo de Instrumento Nº 0637171-65.2021.8.06.0000 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Associação Vilas do Lago. Agravado: Terra Brasilis Participações e Empreendimentos Ltda. Agravado: Diretriz Machado Empreendimentos Imobiliários Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em anular o acórdão anterior, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **4 - Apelação Cível Nº 0871537-90.2014.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Geovaneide de Souza Nonato Teixeira. Apelado: Hospital Otoclinica Ltda. Apelado: Jansen de Sousa Gomes. Apelada: Eveline Girão Bezerra de Oliveira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **5 - Apelação Cível Nº 0257585-83.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apte/Apdo: João Paulo de Almeida Sena Representado Por Ricardo César da Costa Sena. Apte/Apdo: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Os Exmos. Senhores Desembargadores DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO votaram com o eminente Relator. Vencidos os votos dos Exmos. Senhores Desembargadores ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por maioria, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo autoral, fixando a indenização no patamar de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como negar provimento ao

recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **6 - Apelação Cível Nº 0849289-33.2014.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Replama Prestação de Serviços Ltda. Apelado: Francisco Anderson Pereira de Andrade. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **7 - Apelação Cível Nº 0253838-28.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** (PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apte/Apdo: S. R. L. T. G. Apte/Apdo: E. C. C. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso da genitora para, no mérito, negar-lhe provimento, bem como conhecer e dar parcial provimento ao recurso do genitor, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **8 - Agravo de Instrumento Nº 0628152-30.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: E. C. C. Agravado: S. R. L. T. G. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **9 - Apelação Cível Nº 0892707-21.2014.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: SJ Administração de Imóveis Ltda. Apelada: Helena Rolim Gomes. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **10 - Apelação Cível Nº 0200177-50.2023.8.06.0092 (D) – Independência.**(PREFERÊNCIA COM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Maria Eneide Sousa da Silva. Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **11 - Agravo de Instrumento Nº 0631957-88.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: José Carlos Sousa Rodrigues. Agravada: Ecilda Abreu de Menezes. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **12 - Embargos de Declaração Cível Nº 0009963-79.2014.8.06.0137/50000 (D) - Pacatuba(DEFENSORIA PÚBLICA).** (PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Embargante: Manoel Pereira de Oliveira. Embargada: Jacqueline Ferreira Cunha. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **13 - Agravo Interno Cível Nº 0073813-46.2016.8.06.0167/50000 (D) - Sobral(DEFENSORIA PÚBLICA).**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Francisco Juvenil Cavalcante Miguel. Agravada: Maria Aldenuzia Portela Ferreira. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **14 - Embargos de Declaração Cível Nº 0081018-23.2008.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Embargante: Isaias Sena Coelho. Embargante: Francisca Lúcia Araújo Coelho. Embargado: Haroldo Ferreira Lira. Embargado: Francisca Jociene da Silva Lira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **15 - Agravo de Instrumento Nº 0627855-23.2024.8.06.0000 (D) – Caucaia.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: MARPINTO - Empreendimentos Pinto Martins Ltda. Agravado: CLX Participações Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do Agravo de Instrumento para, no mérito, dar-lhe provimento, bem como julgar prejudicado o Agravo interno por perda de objeto, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **16 - Agravo Interno Cível Nº 0627855-23.2024.8.06.0000/50000 (D) – Caucaia.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: CLX Participações Ltda. Agravado: MARPINTO - Empreendimentos Pinto Martins Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do Agravo de Instrumento para, no mérito, dar-lhe provimento, bem como julgar prejudicado o agravo interno por perda de objeto, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **17 - Apelação Cível Nº 0043962-54.2012.8.06.0117 (D) – Maracanaú.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Francisco Barbosa Pereira. Apelado: Integral Engenharia Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **18 - Apelação Cível Nº 0040104-44.2014.8.06.0117 (D) – Maracanaú.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Francisco Barbosa Pereira. Apelado: Integral Engenharia Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a

leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **19 - Agravo de Instrumento Nº 0632364-94.2024.8.06.0000 (D) - Juazeiro do Norte.** (PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Francisco Juarez Brilhante. Agravante: Zilma Mendes Vieira. Agravado: LPM Securitizadora S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **20 - Agravo Interno Cível Nº 0628210-33.2024.8.06.0000/50000 (D) – Cruz.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: José Ivam de Souza Lima. Agravante: José Osivam de Sousa Lima. Embargado: Espólio de Raimundo Teixeira de Albuquerque. Repr. Legal: Maria Selma da Silva. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **21 - Agravo de Instrumento Nº 0625212-92.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Marcus Antonius Martins Aragão. Agravante: Ana Patrícia Farias Aragão. Agravado: Antônio Felício de Macedo. Agravada: Socorro Maria de Araújo Macêdo. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **22 - Agravo de Instrumento Nº 0634351-05.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: Rosane Maria Guterres Santana. Agravante: Roseleni Maria Guterres Santana. Agravante: Daniel Dantas Santana. Agravante: Rafael Dantas Santana. Agravada: Rosineide Arruda Cavalcante. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **23 - Agravo de Instrumento Nº 0629204-61.2024.8.06.0000 (D) – Caucaia.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Agravante: JOSÉ ABNER DE OLIVEIRA FILHO. Agravante: José Alfredo Silveira de Oliveira. Agravante: Tereza Eliza Silveira de Oliveira. Agravada: MARIA BRAGA CARNEIRO. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **24 - Apelação Cível Nº 0219496-83.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** (PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Maria Félix Silva. Apelado: Banco Itaú Consignado S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **25 - Apelação Cível Nº 0200492-98.2023.8.06.0053 (D) – Camocim.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apte/Apdo: Célia Maria da Silva. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao recurso da parte autora, bem como negar provimento ao recurso da Instituição Financeira, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **26 - Apelação Cível Nº 0262235-76.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Construtora Lcruz Ltda. Apelado: Joseton Silva dos Santos. Apelada: Izabel Larissa Lucena Silva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **27 - Apelação Cível Nº 0283134-27.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.**(PREFERÊNCIA SEM SUSTENTAÇÃO ORAL). Apelante: Expresso Guanabara Ltda. Apelado: Abraão Lima Verde Maia. Apelada: Baylee Chaves Moreira Martins de Oliveira Lima Verde. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **28 - Apelação Cível Nº 0228744-78.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza. (DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Espólio de Jaime Tomaz de Aquino. Inventariante: Tarcísio Magalhães Carneiro. Apelado: José Maria de Vasconcelos. Apelado: Francisca Maria de Vasconcelos. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em anular a sentença, de ofício, restando prejudicado o recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **29 - Embargos de Declaração Cível Nº 0225768-30.2022.8.06.0001/50000 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Embargante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Embargada: Maria Socorro dos Santos. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **30 - Embargos de Declaração Cível Nº 0196282-44.2015.8.06.0001/50000 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Embargante: Banco do Brasil S/A. Embargada: Ana Maria do Nascimento Batista. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **31 - Embargos de**

Declaração Cível Nº 0050145-94.2021.8.06.0062/50001 (D) - Cascavel(DEFENSORIA PÚBLICA). Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Embargado: José Inácio Mendes da Silva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **32 - Agravo de Instrumento Nº 0633721-12.2024.8.06.0000 (D) - Iguatu(DEFENSORIA PÚBLICA).** Agravante: Massa Falida de Advisor Gestão de Ativos S/A. Agravado: Maria Zeimar Clares Furtado. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **33 - Agravo de Instrumento Nº 0632469-71.2024.8.06.0000 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Agravante: GEAP Autogestão em Saúde. Agravada: Ana Leite Beirão. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **34 - Apelação Cível Nº 0239725-64.2023.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: C. J. Apelado: M. P. E. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **35 - Apelação Cível Nº 0258114-68.2021.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Andre Luiz de Aguiar Ferreira. Apelante: Anny Caroliny Maia Vieira Aguiar. Apelado: MRV Engenharia e Participações S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **36 - Apelação Cível Nº 0155813-24.2013.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Ana Paula Pinto da Costa. Apelado: Master Eletronica de Brinquedos Ltda (Laser Eletro). Apelado: Mabe Brasil Eletrodomésticos Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **37 - Apelação Cível Nº 0121712-82.2018.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Maria Joaquinha do Nascimento. Apelante: Lucinete Eduardo do Nascimento. Apelado: Centro Educacional Braga Guerra. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **38 - Apelação Cível Nº 0115312-52.2018.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apte/Apdo: Hapvida Assistência Médica Ltda. Apte/Apdo: Davi Pinheiro Lopes. Apte/Apdo: Antônio Miguel da Silva Lopes representado por Davi Pinheiro Lopes. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar provimento ao apelo da parte autora, bem como negar provimento do recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **39 - Apelação Cível Nº 0135431-05.2016.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Complexo Condominial Pátio Dom Luís. Apelada: Inês Castro de Medeiros. Curador Esp.: Defensoria Pública do Estado do Ceará. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **40 - Apelação Cível Nº 0234958-51.2021.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: LIV Linhas Inteligentes de Atenção À Vida S/A. Apelada: Michella Daustria de Queiroz Bezerra Oliveira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **41 - Apelação Cível Nº 0909254-39.2014.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: Banco Pan S/A. Apelada: Gisele dos Santos Veras. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **42 - Apelação Cível Nº 0264391-37.2020.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: T. dos S. C. C. Apelado: F. J. C. C. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **43 - Apelação Cível Nº 0200143-09.2023.8.06.0114 (D) - Lavras da Mangabeira(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: R. F. L. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **44 - Apelação Cível Nº 0211536-42.2024.8.06.0001 (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA).** Apelante: S. L. L. B. Apelado: M. P. do E. do C. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do

Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **45 - Conflito de competência cível 0000930-39.2024.8.06.0000 (D) – Canindé.** Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Suscitado: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé. Interessado: Odair José Belchior Vieira. Interessado: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda**.** Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em acolher o conflito negativo de competência, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **46 - Conflito de competência cível 0001021-32.2024.8.06.0000 (D) - Morada Nova.** Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova. Suscitado: Juiz de Direito da 34ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Interessado: Agripino Fernandes Silva. Interessado: Banco Bradesco S/A**.** Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não acolher o conflito, para fixar a competência da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **47 - Conflito de competência cível 0001195-41.2024.8.06.0000 (D) – Aracati.** Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati. Suscitado: Juiz de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Interessada: Maria José Valente da Silva. Interessado: Itaú Unibanco S/A**.** Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não acolher o conflito, para fixar a competência da 1ª Vara Cível da Comarca de Aracati-Ce, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **48 - Conflito de competência cível 0001052-52.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Suscitante: Juiz de Direito da 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 10ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Interessada: Fabian Antoine Coelho Soares**.** Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em acolher do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **49 - Conflito de competência cível 0003510-76.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Suscitante: Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 13ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Interessada: Karina de Sousa Sabino Holanda. Interessado: Banco Hyundai Capital Brasil S/A**.** Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em declarar competente o Juízo suscitado da 13ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, considerando a sua adequação ao procedimento especial para superendividamento conforme estabelecido pela Lei nº 14.181/2021, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **50 - Conflito de competência cível 0003742-88.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Suscitante: Juiz de Direito da 6ª Unidade do Juizado Especial Cível de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cascavel. Interessado: Rummenigge Cavalcante Façanha. Interessado: Golden Ville Serra Empreendimento Imobiliário Spe Ltda**.** Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em acolher o conflito negativo de competência, declarando-se competente o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel para processar e julgar a ação, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **51 - Conflito de competência cível 0004283-24.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Suscitante: Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Interessado: TKL Brasil ¿ Importação e Exportação de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. Interessado: Plenamed Distribuidor de Medicamentos e Produtos Médicos Hospitalares Ltda**.** Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em acolher o Conflito de competência para declarar competente o Juízo suscitado da 19ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza para o processamento e julgamento da Ação Ordinária de Cobrança, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **52 - Conflito de competência cível 0004287-61.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.(DEFENSORIA PÚBLICA).** Suscitante: Juiz de Direito da 16ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 19ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Interessado: José Eudes Araújo Ribeiro. Interessado: Galvão Autos Consorcio e Investimentos. Interessado: Itaú Administradora de Consórcios Ltda**.** Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do conflito para fixar a competência do juízo suscitado, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **53 - Conflito de competência cível 0001226-61.2024.8.06.0000 (D) – Sobral.** Suscitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral. Suscitado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral. Interessado: J. B. M. P. R. P. J. L. M. Interessado: T. B. M. P**.** Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em acolher do conflito negativo de competência, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **54 - Conflito de competência cível 0000858-52.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.(DEFENSORIA PÚBLICA).** Suscitante: Juiz de Direito da 7ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 14ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Interessado: F. C. da S. P. Interessado: A. de S. S**.** Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do presente conflito negativo de competência e firmar a competência do juízo da 14ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza para processar e julgar a ação de modificação do direito à convivência familiar (nº 024512-85.2024.8.06.0001), tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **55 - Conflito de competência cível 0001168-58.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.(DEFENSORIA PÚBLICA).** Suscitante: Juiz de Direito da 4ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Família da

Comarca de Fortaleza. Interessado: A. E. F. S. Interessado: K. M. S., R. P. F. F. M. S. Interessada: K. M. S., R. P. F. F. M. S. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do presente conflito negativo de competência e firmar a competência do juízo da 3ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza (suscitado) para processar e julgar a ação revisional de alimentos de nº 0279486-05.2023.8.06.0001, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **56 - Conflito de competência cível 0000864-59.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Suscitante: Juiz de Direito da 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza. Suscitado: Juiz de Direito da 10ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Interessado: Antônio Alves de Oliveira. Interessada: Lucimar Augusto Botão. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer e prover o conflito de competência para declarar competente o juízo suscitado, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **57 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200680-22.2023.8.06.0173/50000 (D) – Tianguá.** Embargante: Altina Enilda Sousa. Embargado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **58 - Embargos de Declaração Cível Nº 0201197-49.2023.8.06.0101/50000 (D) – Itapipoca.** Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece. Embargada: Samara da Rocha Carneiro. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **59 - Embargos de Declaração Cível Nº 0161495-52.2016.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Redecard S/A. Embargado: Carol Distribuidora Ltda. Epp. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **60 - Embargos de Declaração Cível Nº 0250930-61.2021.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Viação Siará Grande Ltda. Embargada: Yonara Maria Ferreira da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **61 - Embargos de Declaração Cível Nº 0120104-83.2017.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Ceres - Fundação de Seguridade Social. Embargado: João Bosco Cavalcante Araújo. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **62 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200852-84.2023.8.06.0133/50000 (D) - Nova Russas.** Embargante: Antônio Martins de Sousa. Embargado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **63 - Embargos de Declaração Cível Nº 0238592-89.2020.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Crefisa S/A - Crédito Financiamento e Investimento. Embargado: João Otávio Ramalho de Carvalho. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **64 - Embargos de Declaração Cível Nº 0255676-06.2020.8.06.0001/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Banco do Brasil S/A. Embargado: Edilavo Guimarães Maia. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **65 - Agravo de Instrumento Nº 0624273-15.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: SPE Lote 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. Agravada: Cecilia Lúcia Cordeiro Leite. Agravada: Rosângela Sampaio de Meneses. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, bem como julgar prejudicado o agravo interno, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **66 - Agravo Interno Cível Nº 0624273-15.2024.8.06.0000/50001 (D) – Fortaleza.** Agravante: SPE Lote 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. Agravada: Cecilia Lucia Cordeiro Leite. Agravada: Rosângela Sampaio de Meneses. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, bem como julgar prejudicado o agravo interno, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **67 - Agravo de Instrumento Nº 0626936-34.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Mikael Nascimento Pereira. Curadora: Ana Paula Nascimento de Oliveira. Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento,

tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **68 - Agravo Interno Cível Nº 0626936-34.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravado: Mikael Nascimento Pereira representado por Ana Paula Nascimento de Oliveira. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em declarar perda de objeto do Agravo interno, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **69 - Agravo de Instrumento Nº 0626880-98.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: J. M. de S. A. Agravado: Amil - Assistência Médica Internacional S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **70 - Agravo Interno Cível Nº 0626880-98.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: J. M. de S. A. Repr. Legal: Deyse de Sousa Almeida. Agravado: Amil - Assistência Médica Internacional S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em declarar a perda de objeto do Agravo interno, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **71 - Agravo de Instrumento Nº 0626673-02.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravada: Valquíria Sousa Nunes. Repr. Legal: Francisco das Chagas Nunes Campelo. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **72 - Agravo de Instrumento Nº 0630691-03.2023.8.06.0000 (D) – Maracanaú.** Agravante: Ultra Som Serviços Médicos S/A. Agravada: Antônia Michelle Martins Viana. Agravado: Antônio Maria Cardoso de Oliveira. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **73 - Agravo de Instrumento Nº 0628017-18.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Agravada: Myrta Mara Cardoso de Andrade. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **74 - Agravo de Instrumento Nº 0625081-20.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco Daycoval S/A. Agravada: Raquel Pereira de Brito. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **75 - Agravo de Instrumento Nº 0628388-79.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A. Agravado: Paulo Sérgio Quezado de Castro. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **76 - Agravo de Instrumento Nº 0627728-85.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Maria Luciene da Silva. Agravado: CNH Industrial Brasil Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **77 - Apelação Cível Nº 0240168-83.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Viperfort Serviço de Segurança Ltda. Apelado: Condomínio Mirante Dunas. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **78 - Apelação Cível Nº 0213512-55.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Lúcio de Brito Pereira. Apelado: Banco Cooperativo Sicredi S/A – BANSICREDI. Apelado: Banco Rural S/A - Em Liquidação Extrajudicial. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **79 - Apelação Cível Nº 0202193-27.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Gerusia Sousa Rocha. Apelado: Banco Honda S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **80 - Apelação Cível Nº 0000668-82.2016.8.06.0190 (D) – Quixadá.** Apelante: Maria da Conceição da Silva Sousa. Apelado: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **81 - Apelação Cível Nº 0200772-37.2023.8.06.0096 (D) – Ipueiras.** Apelante: Waldemar Alves Batista. Apelado: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o

voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **82 - Apelação Cível Nº 0200203-08.2023.8.06.0073 (D) – Croatá.** Apelante: Francisca Rodrigues da Silva Melo. Apelado: SECON - Assessoria e Administração de Seguros Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **83 - Apelação Cível Nº 0200768-81.2023.8.06.0166 (D) - Senador Pompeu.** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apelada: Francisca Martins da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **84 - Apelação Cível Nº 0201443-09.2023.8.06.0113 (D) – Jucás.** Apelante: Antônia Paula da Silva. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **85 - Apelação Cível Nº 0201565-96.2022.8.06.0035 (D) – Jaguaruana.** Apelante: Banco do Brasil S/A. Apelado: José Maria Rebouças. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **86 - Apelação Cível Nº 0201479-96.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Francisco José Pereira Lima. Apelado: Associação Brasileira dos Servidores Públicos – ABSP. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **87 - Apelação Cível Nº 0200567-21.2023.8.06.0124 (D) – Milagres.** Apelante: Luiz Inácio de Sousa. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **88 - Apelação Cível Nº 0200472-48.2024.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apelante: João Ferreira Lima. Apelado: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **89 - Apelação Cível Nº 0133445-11.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Maria Nilsa do Nascimento. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **90 - Apelação Cível Nº 0284556-37.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Sérgio Botelho Guimarães. Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **91 - Apelação Cível Nº 0218599-55.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Maria da Conceição Aragão Loiola. Apelante: Madson Loiola Chavante. Apelante: Kelcia Maria Loiola Aragão de Salles. Apelado: Latam Airlines Group S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **92 - Apelação Cível Nº 0201115-69.2023.8.06.0084 (D) - Guaraciaba do Norte.** Apelante: Erotildes Domingos de Lima. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **93 - Apelação Cível Nº 0200900-43.2023.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Apelante: João Borges de Oliveira. Recorrido: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **94 - Apelação Cível Nº 0001156-79.2019.8.06.0142 (D) – Tauá.** Apelante: Nazareno Alves de Souza. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **95 - Apelação Cível Nº 0203405-36.2023.8.06.0091 (D) – Iguatu.** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apelada: Zeneide Alves Barbosa. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do

Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **96 - Apelação Cível Nº 0201553-08.2023.8.06.0113 (D) – Jucás.** Apelante: José Galdino da Silva. Apelado: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **97 - Apelação Cível Nº 0173183-40.2018.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Maria Erivanda Alves Leandro. Apelado: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **98 - Apelação Cível Nº 0204337-16.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apelante: Marineide dos Santos da Silva. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **99 - Apelação Cível Nº 0200162-59.2023.8.06.0067 (D) – Chaval.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelante: Antônio Ângelo da Silva. Apelado: Banco Bradesco S/A. Apelado: Antônio Ângelo da Silva. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar provimento ao recurso do autor, bem como negar provimento ao apelo da Instituição Financeira, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **100 - Apelação Cível Nº 0275863-98.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: V. C. B. de C. Apelada: P. B. da S. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **101 - Apelação Cível Nº 0055884-76.2020.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Apelante: José Nilson Ferreira dos Santos. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **102 - Apelação Cível Nº 0201634-10.2023.8.06.0160 (D) - Santa Quitéria.** Apelante: Tereza Oliveira de Lima. Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, na parte conhecida, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **103 - Apelação Cível Nº 0200903-11.2022.8.06.0043 (D) – Barbalha.** Apte/Apdo: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apte/Apdo: João Ticiano de Alencar Sampaio. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso de apelação e julgar prejudicado o recurso adesivo, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **104 - Apelação Cível Nº 0217234-34.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelado: Inácio Reginaldo de Aguiar. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **105 - Apelação Cível Nº 0216306-15.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Bradescard S/A. Apelada: Marina Feitoza Marinho. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **106 - Apelação Cível Nº 0200295-57.2023.8.06.0114 (D) - Lavras da Mangabeira.** Apte/Apdo: Francireni da Silva Alves. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo da parte autora, bem como negar provimento ao recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **107 - Apelação Cível Nº 0050496-46.2021.8.06.0166 (D) - Senador Pompeu.** Apte/Apdo: Banco Pan S/A. Apte/Apdo: Francisco Alves Martins. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar-lhes parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **108 - Apelação Cível Nº 0200284-77.2022.8.06.0109 (D) – Jardim.** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apelado: Manoel José de Souza. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **109 - Apelação Cível Nº 0201173-22.2023.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Recorrente: Banco Bradesco S/A. Recorrente: Doralice do Nascimento Soares. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos

para, no mérito, negar provimento ao recurso do banco réu, como como dar provimento ao apelo autoral tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **110 - Apelação Cível Nº 0218219-37.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Construtora Ara Ltda. Apelante: Cecília Maria Rios de Alencar. Apelante: Francisco Abner Peixoto de Alencar. Apelada: Regina Lúcia Lopes Jaguaribe Haguette. Apelado: André Haguette. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **111 - Apelação Cível Nº 0201098-04.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apelante: Maria Luíza da Silva. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **112 - Apelação / Remessa Necessária Nº 0157654-15.2017.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Lúcia Helena Alves. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **113 - Remessa Necessária Cível Nº 0050310-38.2021.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Requerente: A. J. de F. C. Testemunha: José Filipe de Sousa. Testemunha: Geleni dos Santos Pinto. Testemunha: Danilo da Silva Conceição. Requerida: H. O. L. de F. Informante: Manuel Luiz de Lima Neto. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **114 - Pedido de Efeito Suspensivo à Apelação Nº 0632523-37.2024.8.06.0000 (D).** Requerente: Maria da Conceição Leite Pinheiro Machado. Requerido: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Julgadores: Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE(Relator), Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO e Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Em seguida, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conceder, em definitivo, o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto pela parte autora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **115 - Embargos de Declaração Cível Nº 0190009-15.2016.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Movelaria Maranata Ltda Epp. Embargado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **116 - Embargos de Declaração Cível Nº 0210527-16.2022.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Ana Maria Rocha de Oliveira. Embargante: João Gleison Nogueira Ferreira. Embargada: Laurenora Dilenir de Paiva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **117 - Embargos de Declaração Cível Nº 0050277-21.2021.8.06.0073/50000 (D) – Croatá.** Embargante: Banco C6 Consignado S/A. Embargada: Rita Ribeiro Lima Vieira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **118 - Embargos de Declaração Cível Nº 0120497-23.2008.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Maria Tereza Mesquita Furtado. Embargante: Flávio Costa da Silva. Embargado: Evilasio Vitor de Melo. Embargada: Ivanete Gomes Barros de Melo. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **119 - Embargos de Declaração Cível Nº 0626044-28.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Vs Data Comércio e Distribuição Ltda. Embargado: Micromax Distribuidora Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **120 - Embargos de Declaração Cível Nº 0005378-35.2010.8.06.0133/50000 (D) - Nova Russas.** Embargante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Embargado: Antônio Martins Leitão ME. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **121 - Embargos de Declaração Cível Nº 0863082-39.2014.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: PIASA - Piabas Agropecuária S.A. Repr. Legal: Benedita Maria Albuquerque de Paula Pessoa. Embargado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **122 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200322-40.2023.8.06.0114/50000 (D) - Lavras da Mangabeira.** Embargante: Banco Bradesco S/A. Embargada: Maria da Dores Ferreira da Silva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador

Relator, conforme acórdão lavrado". **123 - Embargos de Declaração Cível Nº 0499603-53.2011.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Embargado: Francisco Edvaldo Santos Gomes. Embargada: Francinete Freire da Costa. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **124 - Embargos de Declaração Cível Nº 0288915-64.2021.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Banco Santander (Brasil) S/A. Embargada: Maria Aurinete dos Santos Lima. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **125 - Embargos de Declaração Cível Nº 0161800-65.2018.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Massa Falida de Vivenda dos Girassois Empreendimentos Imobiliários Ltda. Embargada: Maria do Carmo Maia Nogueira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **126 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200788-70.2022.8.06.0081/50000 (D) – Granja.** Embargante: Maria Neta Fontenele do Nascimento. Embargado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **127 - Embargos de Declaração Cível Nº 0265800-77.2022.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: La Cittá Incorporações SPE Ltda. Embargante: Magis Incorporações e Construções Ltda. Embargado: Aleno Lima de Oliveira. Embargado: Victor Bezerra Rolim. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **128 - Embargos de Declaração Cível Nº 0219552-87.2021.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: OMNI S/A - Crédito, Financiamento e Investimento. Embargado: Lucas Wescley Bernardo Silva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **129 - Embargos de Declaração Cível Nº 0201181-96.2023.8.06.0133/50000 (D) - Nova Russas.** Embargante: Banco Bradesco S/A. Embargado: Francisco Peres Martins. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **130 - Embargos de Declaração Cível Nº 0008627-97.2019.8.06.0126/50000 (D) – Mombaça.** Embargante: Francisca Inácio dos Reis. Embargado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **131 - Embargos de Declaração Cível Nº 0000965-97.2018.8.06.0100/50000 (D) – Itapajé.** Embargante: Banco Bradesco S/A. Embargada: Antônia Araújo de Melo. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **132 - Embargos de Declaração Cível Nº 0214142-48.2021.8.06.0001/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Condomínio Edifício Cycero Sophia Villani. Embargante: Francisca Francilma Freire Guerra. Embargada: Cláudia Cristina Félix de Oliveira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **133 - Agravo de Instrumento Nº 0626194-09.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: J. E. M. B. R. P. S. de E. M. Agravante: G. E. M. B. Agravado: S. R. T. B. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **134 - Agravo de Instrumento Nº 0629246-13.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Cef Indústria, Comércio e Serviços Ltda. Agravado: Joana Darc Cavalcante Queiroz. Agravado: Joana Darc Cavalcante Queiroz. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **135 - Agravo de Instrumento Nº 0625604-32.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Mandir Braga. Repr. Legal: Herbert Pereira Braga. Agravado: Maria Cairamir Arruga Braga. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **136 - Agravo de Instrumento Nº 0631909-32.2024.8.06.0000 (D).** Agravante: Luzia Vasconcelos de Aguiar. Agravado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA

BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **137 - Agravo de Instrumento Nº 0631398-34.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: T.S. Comércio Farmacêutico Ltda. Agravado: Nazária Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **138 - Agravo de Instrumento Nº 0629018-38.2024.8.06.0000 (D) – Paracuru.** Agravante: Nazaro Antônio de Vasconcelos Feitosa. Agravado: Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos – COBAP. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **139 - Agravo de Instrumento Nº 0626819-43.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Libra Ligas do Brasil S/A. Agravante: Cândido da Silveira Quinderé. Agravante: Maria de Lourdes da Silveira Quindere. Agravante: Valéria Vieira Quinderé. Agravado: Banco da Amazônia S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **140 - Agravo de Instrumento Nº 0632115-46.2024.8.06.0000 (D) – Sobral.** Agravante: Edna Claudia Aragão Morais. Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **141 - Agravo de Instrumento Nº 0630052-48.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Girocred Fomento Mercantil Ltda. Agravado: Marcplast Industrial do Nordeste Ltda. Agravado: Francisco Jorge Lima da Cunha. Agravada: Ana Márcia Ferreira da Cunha. Agravada: Francisca Nilda de Paiva Ferreira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **142 - Agravo de Instrumento Nº 0630944-54.2024.8.06.0000 (D) - São Gonçalo do Amarante.** Agravante: MARIA DAS GRAÇAS NERI SOUZA. Agravado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **143 - Agravo de Instrumento Nº 0633873-60.2024.8.06.0000 (D) – Eusébio.** Agravante: Sul América Companhia de Seguro Saúde. Agravado: Rebeca Parente Carolino Rodrigues. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **144 - Agravo de Instrumento Nº 0629676-62.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Rafael Lopes Gomes. Agravado: Safra Crédito, Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **145 - Agravo de Instrumento Nº 0635043-67.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Maria Vera Lúcia Rodrigues. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **146 - Agravo de Instrumento Nº 0627483-74.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Ana Letícia de Oliveira Rodrigues. Agravado: Nossamoto Ltda. Agravado: Moto Honda da Amazônia Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **147 - Agravo de Instrumento Nº 0634066-75.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: NAYARA MARINHO MACEDO. Agravado: EVALDO ALVES DE OLIVEIRA. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **148 - Agravo de Instrumento Nº 0633652-77.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: H. R. C. L. N. Agravada: P. P. R. Agravado: A. P. R. R. P. P. P. R. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **149 - Agravo de Instrumento Nº 0632391-77.2024.8.06.0000 (D) - Missão Velha.** Agravante: Leandro Alves Silva Tavares. Agravado: PARQUE ÁQUAS DO CARIRI EMPREENDIMENTOS LTDA. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **150 - Agravo de Instrumento Nº 0634349-98.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante:

Newco Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda. Agravado: Loteamento Caminhos da Serra SPE – Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **151 - Agravo Interno Cível Nº 0200630-81.2024.8.06.0101/50000 (D) – Itapipoca.** Agravante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Agravada: Rosiane da Silva Santos. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **152 - Agravo Interno Cível Nº 0627201-41.2021.8.06.0000/50001 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco do Brasil S/A. Agravada: Ticiana da Costa Carneiro. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **153 - Apelação Cível Nº 0267505-76.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Pan S/A. Apelado: LUCIANO CABRAL DE OLIVEIRA FILHO. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **154 - Apelação Cível Nº 0215409-84.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Viviane Elpídio de Sá. Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar provimento ao apelo da autora e negar provimento ao recurso da demandada, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **155 - Apelação Cível Nº 0200351-36.2024.8.06.0056 (D) – Capistrano.** Apelante: Maria Alaide Braga Ribeiro. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **156 - Apelação Cível Nº 0000824-08.2010.8.06.0117 (D) – Maracanaú.** Apelante: Maria Nilsa Viana Bezerra. Apelante: Manuel Rodrigues de Oliveira. Apelante: Pedro Ivo Rodrigues. Apelante: Francisca Alves Feitosa. Apelante: Maria Liduina Teles de Oliveira. Apelante: Francisca Freire Alves. Apelante: Cleomar Morena da Silva. Apelante: Ivania Maria Castelo da Silva. Apelante: Jose Jorge da Silva. Apelante: Maria Inez dos Santos Silva. Apelado: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **157 - Apelação Cível Nº 0165650-35.2015.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Premiere Medicina e Saúde Ltda. Apelado: Philips Medical Systems Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **158 - Apelação Cível Nº 0279397-50.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Natasha Pereira Bahury Ramos. Apelado: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **159 - Apelação Cível Nº 0229398-94.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Thafel Ferreira da Silva. Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **160 - Apelação Cível Nº 0166273-65.2016.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco do Brasil S/A. Apelado: AJA Engenharia Ltda. Apelado: Antônio Alexandre Frota Amora Filho. Requerido: Antônio Alexandre Frota Amora. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **161 - Apelação Cível Nº 0050368-54.2021.8.06.0092 (D) – Independência.** Apelante: José Rodrigues Avelino. Apelado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **162 - Apelação Cível Nº 0251641-95.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: George Carneiro Rolim. Apelado: Banco Itaucard S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **163 - Apelação Cível Nº 0201493-25.2023.8.06.0084 (D) - Guaraciaba do Norte.** Apelante: Antônia Márcia Lemos Rodrigues Marques. Acionado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos

termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **164 - Apelação Cível Nº 0248427-96.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Dayvid de Lima Alves. Apelado: Oi Móvel S.A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **165 - Apelação Cível Nº 0200433-77.2023.8.06.0161 (D) - Santana do Acaraú.** Apelante: José Mailton Soares. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **166 - Apelação Cível Nº 0200929-80.2024.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apte/Apdo: Maria Ginha de Souza. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao recurso da Instituição Financeira, bem como dar parcial provimento ao apelo da parte autora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **167 - Apelação Cível Nº 0201457-85.2024.8.06.0071 (D) – Crato.** Apelante: Jose Ederson Fiuza de Melo. Apelado: MGW Ativos Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **168 - Apelação Cível Nº 0615147-75.2000.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Imobiliária Abelardo Rocha Ltda. Apelante: Maria Silvanira do Nascimento Silva. Apelante: Cicero Rodrigues da Silva. Apelado: Cida - Ceará Industrial de Alimentos S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **169 - Apelação Cível Nº 0192824-82.2016.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Condomínio Edifício Tereza Hinko. Apelado: Raimundo Fábio Belém de Oliveira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **170 - Apelação Cível Nº 0270351-03.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apte/Apdo: Breendo Linhares Alves. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso da parte autora para, no mérito, negar-lhe provimento, bem como conhecer e desprover o recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **171 - Apelação Cível Nº 0205940-82.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco do Brasil S/A. Apelada: Antônia Lucivalda Campos de Sousa. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **172 - Apelação Cível Nº 0200518-88.2022.8.06.0067 (D) – Chaval.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Maria Lúcia Costa Vieira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **173 - Apelação Cível Nº 0865920-52.2014.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Embracon Administradora de Consórcio Ltda. Apelado: Espólio de Maria Deolinda Barros Queiroz. Inventariante: Maria Liliam Barros Queiroz Fialho. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **174 - Apelação Cível Nº 0289705-14.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Jéssica Almeida Chagas. Apelada: Greyciane Xavier de Sousa Trigueiro. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **175 - Apelação Cível Nº 0221662-25.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Apelada: Maria Ionete de Freitas Queiroz. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **176 - Apelação Cível Nº 0239376-95.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Jonathan Araújo Mendes. Apelado: Via S.A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **177 - Apelação Cível Nº 0217032-86.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Marcela Maciel Melo. Apelado: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do

Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **178 - Apelação Cível Nº 0050300-88.2021.8.06.0162 (D) - Nova Olinda.** Apte/Apdo: Banco C6 Consignado S/A. Apte/Apdo: José Pereira da Silva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar-lhes parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **179 - Apelação Cível Nº 0200943-71.2022.8.06.0114 (D) - Lavras da Mangabeira.** Apelante: Maurício Gomes Ferreira. Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **180 - Apelação Cível Nº 0291435-94.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelada: Kerley Torres Moreira Rodrigues. Advogada: Helayne Torres Moreira. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **181 - Apelação Cível Nº 0200120-04.2023.8.06.0069 (D) – Coreaú.** Apte/Apdo: Maria Tereza Fontele. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Apte/Apdo: Bradesco Capitalização S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao apelo do Banco, bem como dar parcial provimento ao recurso da parte autora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **182 - Apelação Cível Nº 0203839-72.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Planos Técnicos do Brasil Ltda. Apelado: Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **183 - Apelação Cível Nº 0186318-95.2013.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apte/Apdo: Maria Socorro Freitas de Aguiar. Apte/Apdo: Condomínio Wellness Resort Apart – Hotel. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso da demandada e, no mérito, dar-lhe provimento, bem como julgar prejudicado o recurso da parte autora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **184 - Apelação Cível Nº 0042093-61.2017.8.06.0091 (D) – Iguatu.** Apelante: Tim S/A. Apelado: Sá & Cia Ltda. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **185 - Apelação Cível Nº 0056036-90.2021.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Apelante: GV Imóvel Ltda. Apelado: Cerâmica Brasileira CERBRAS Ltda. Apelado: Marcos Antônio Comércio Atacadista e Varejista de Material de Construcao Eireli. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **186 - Apelação Cível Nº 0048786-98.2016.8.06.0090 (D) – Icó.** Apelante: Banco Santander (Brasil) S/A. Apelada: Luzia Nunes da Silva Neta. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **187 - Apelação Cível Nº 0056363-35.2021.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Apelante: Nadilla Ferrer de Sousa Neves. Apelado: Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **188 - Apelação Cível Nº 0200156-98.2023.8.06.0084 (D) - Guaraciaba do Norte.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelante: Antônia Vera Lúcia Gomes de Araújo Sales. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo da autora, bem como negar provimento ao recurso do Banco réu, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **189 - Apelação Cível Nº 0201324-98.2022.8.06.0043 (D) – Barbalha.** Apelante: Márcio Alan do Nascimento. Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **190 - Apelação Cível Nº 0254798-76.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Evando Henrique de Souza Filho. Apelado: Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A. Apelado: Zurich Minas Brasil Seguros S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **191 - Apelação Cível Nº 0203625-68.2023.8.06.0112 (D) - Juazeiro do Norte.** Apelante: Portela, Lima, Lobato e Colen Sociedade de Advogados. Apelante: EMBAPE - Empresa Patrimonial de Bens S/A. Apelante: Predileta - Empreendimentos e Participações Ltda. Apelante: MK Empreendimentos e Participações Ltda. Apelante: Cariri Participações Ltda. Apelado: Paulo Sebastião Romão Vieira - ME (Nome Fantasia: Exclusiva Papelaria e

Informática). Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **192 - Apelação Cível Nº 0006701-92.2018.8.06.0166 (D) - Senador Pompeu.** Apelante: Antônio Carvalho de Sousa. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **193 - Apelação Cível Nº 0140109-92.2018.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: TV Cidade de Fortaleza Ltda. Apelado: José Marcelo Freitas de Sousa. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **194 - Apelação Cível Nº 0202077-27.2022.8.06.0117 (D) – Maracanaú.** Apelante: César Abreu de Lima. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **195 - Apelação Cível Nº 0200280-31.2023.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Recorrente: Banco Bradesco S/A. Recorrida: Zilene Alves da Silva. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **196 - Apelação Cível Nº 0200030-89.2023.8.06.0135 (D) – Orós.** Apte/Apdo: Elcineide Macedo da Silva. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao recurso da Instituição Financeira, bem como dar parcial provimento ao apelo da parte autora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **197 - Apelação Cível Nº 0200569-30.2022.8.06.0090 (D) – Icó.** Apelante: Maria Holanda Viana Bezerra. Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **198 - Apelação Cível Nº 0130240-71.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – CAMED. Apelada: Karen Oliveira Cavalcante Mota. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **199 - Apelação Cível Nº 0008792-62.2017.8.06.0176 (D) – Ubajara.** Apelante: Antônio Carlos Lopes Camelo. Apelado: José Romano do Nascimento. Apelado: Denes Xavier de Brito. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **200 - Apelação Cível Nº 0191505-16.2015.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: A. P. P. C. Apelado: F. O. S. C. J. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **201 - Apelação Cível Nº 0006327-35.2013.8.06.0107 (D) – Jaguaribe.** Apelante: Embracon Administradora de Consórcio Ltda. Apelado: Welton Rufino Moura. Apelado: Francisco Washington Rufino Moura. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **202 - Apelação Cível Nº 0050185-57.2021.8.06.0036 (D) – Aracoiaba.** Apelante: D. M. da S. Apelada: M. S. M. da S. Apelado: D. S. da S. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **203 - Apelação Cível Nº 0225869-33.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apte/Apdo: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Apte/Apdo: Sônia Leite Barbosa Belchior. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **204** da Silva. Apelado: Banco do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em anular a sentença, de ofício, bem como julgar prejudicado o mérito do recurso de apelação, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **205 - Apelação Cível Nº 0202535-80.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apte/Apdo: Expedito Fernandes das Neves. Apte/Apdo: Banco Itaú Consignado S/A. Apte/Apdo: Itaú Unibanco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do

Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo do autor, bem como negar provimento ao recurso do réu, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **206 - Apelação Cível Nº 0009807-51.2019.8.06.0126 (D) – Mombaça.** Apte/Apdo: Iolanda Florentino Correia. Apte/Apdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao apelo da autora, bem como negar provimento ao recurso do réu, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **207 - Apelação Cível Nº 0051899-65.2021.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Apelante: M. M. M. Apelado: A. M. T. Apelada: F. T. T. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **208 - Apelação Cível Nº 0200436-69.2023.8.06.0084 (D) - Guaraciaba do Norte.** Apelante: Francisca Gleice Campos de Souza. Apelado: Francisco Ribeiro de Souza. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **209 - Apelação Cível Nº 0205077-92.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Marco César Aguiar Lima. Apelado: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **210 - Apelação Cível Nº 0132471-08.2018.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: José Wandick Gadelha. Repr. Legal: Antônio Walberto Gadelha. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **211 - Apelação Cível Nº 0242781-42.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Maria Marines de Meneses Sousa. Apelado: Itaú Unibanco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **212 - Apelação Cível Nº 0119469-34.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Paulo Roberto de Andrade Braga. Apelada: Maria Ieda Bastos Ximenes. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **213 - Apelação Cível Nº 0200423-33.2023.8.06.0064 (D) – Caucaia.** Apelante: Glaubio Soares de Lima. Apelado: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **214 - Apelação Cível Nº 0049081-98.2016.8.06.0070 (D) – Crateús.** Apelante: Antônio Carlos Ferreira de Araújo. Apelante: Francisco Umberto Mascarenhas de Loiola. Apelado: José Ednaldo Rodrigues Sousa. Repr. Legal: Luís Irinaldo Rodrigues de Sousa. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **215 - Apelação Cível Nº 0201408-86.2023.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelado: Antônio Rodrigues Sampaio. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **216 - Apelação Cível Nº 0203370-76.2023.8.06.0091 (D) – Iguatu.** Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apelado: Damião Pedro dos Santos. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **217 - Apelação Cível Nº 0200301-55.2022.8.06.0096 (D) – Ipueiras.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Maria de Fátima Soares de Brito. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **218 - Apelação Cível Nº 0202347-65.2023.8.06.0101 (D) – Itapipoca.** Apelante: Mariadas Graças Sousa. Apelado: Banco do Brasil S.A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”. **219 - Apelação Cível Nº 0000236-87.2019.8.06.0148 (D) – Crateús.** Apelante: A. L. R. da S. R. Repr. Legal: Maria Lusani Ribeiro da Silva. Apelado: F. de A. F. R. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: “A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado”.

220 - Apelação Cível Nº 0050439-20.2021.8.06.0104 (D) – Itarema. Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Maria Albani da Rocha Araújo. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **221 - Apelação Cível Nº 0050748-20.2020.8.06.0090 (D) – Icó.** Apelante: Francisca Ferreira do Monte. Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **222 - Apelação Cível Nº 0200388-80.2023.8.06.0094 (D) – Ipaumirim.** Recorrente: Maria Avani Leite. Recorrido: Banco Pan S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **223 - Apelação Cível Nº 0906724-33.2012.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Rossi Residencial S.A. Apelada: Otilia Maria Cavalcante Figueiredo. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **224 - Apelação Cível Nº 0162780-12.2018.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Maria Josineide Ricardo da Silva. Apelada: Maria do Carmo dos Santos. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **225 - Apelação Cível Nº 0284066-15.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Antônio José Oliveira. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **226 - Apelação / Remessa Necessária Nº 0288165-62.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Santander (Brasil) S/A. Apelada: Maria Dulce Barroso. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **227 - Apelação / Remessa Necessária Nº 0200085-96.2023.8.06.0181 (D) - Várzea Alegre.** Recorrente/Rec: Cirilo Feitoza Alves. Recorrente/Rec: Banco Santander (Brasil) S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **228 - Agravo Interno Cível Nº 0020999-49.2017.8.06.0029/50000 (D) – Acopiara.** Agravante: Maria Alzionete Teles da Silva. Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **229 - Embargos de Declaração Cível Nº 0020999-49.2017.8.06.0029/50002 (D) – Acopiara.** Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Embargado: Maria Alzionete Teles da Silva. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **230 - Embargos de Declaração Cível Nº 0214424-23.2020.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece. Embargado: E. Pinheiro Imóveis Ltda – EPP. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **231 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200241-38.2023.8.06.0067/50000 (D) – Chaval.** Embargante: Banco Bradesco S/A. Embargada: Maria das Gracas Reis. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **232 - Embargos de Declaração Cível Nº 0630461-24.2024.8.06.0000/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. Embargada: Francisca Dannyely Cavalcante Albuquerque. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **233 - Embargos de Declaração Cível Nº 0260755-29.2021.8.06.0001/50001 (D) – Fortaleza.** Embargante: Fundação Sistel de Seguridade Social. Embargada: Elisabete Silveira Castelo Branco. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **234 - Embargos de Declaração Cível Nº 0202955-77.2023.8.06.0064/50001 (D) – Caucaia.** Embargante: Mútua- Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-Ce. Embargada: Leandro Lessa Maciel. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator),

Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **235 - Agravo Interno Cível Nº 0200205-18.2022.8.06.0168/50000 (D) – Solonópole.** Agravante: Banco Pan S/A. Agravada: Francisca César Barbosa da Silva. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **236 - Agravo Interno Cível Nº 0213553-22.2022.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco Crefisa S/A. Agravada: Francisca Vanda Vasconcelos de Menezes. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **237 - Agravo Interno Cível Nº 0546292-24.2012.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco do Brasil S/A. Agravado: Rivaldo dos Santos Cavalcante. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **238 - Agravo Interno Cível Nº 0013613-28.2013.8.06.0119/50000 (D) – Maranguape.** Agravante: Banco BMG S/A. Agravada: Maria Luíza Silva Marques. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **239 - Agravo Interno Cível Nº 0621853-37.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Wilson Carlos da Silva. Agravante: SW Plast Indústria e Comércio de Atefatos Plásticos EIRELI – ME. Agravante: Shirlene Oliveira da Silva. Agravado: M4 Securitizadora de Créditos S/A. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **240 - Agravo Interno Cível Nº 0200512-42.2023.8.06.0101/50000 (D) – Itapipoca.** Agravante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Agravada: Maria Aparecida Teixeira Montenegro. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **241 - Agravo Interno Cível Nº 0201605-55.2024.8.06.0117/50000 (D) – Maracanaú.** Agravante: Banco BMG S/A. Agravado: Antônio Gilvan de Queiroz. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **242 - Agravo Interno Cível Nº 0200196-63.2022.8.06.0101/50000 (D) – Itapipoca.** Agravante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Agravada: Maria Pires Teixeira Pinto. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **243 - Agravo Interno Cível Nº 0620901-58.2024.8.06.0000/50001 (D) – Fortaleza.** Agravante: Banco Daycoval S/A. Agravada: Liduina Coêlho Brito de Castro. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **244 - Agravo Interno Cível Nº 0628152-30.2024.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: E. C. C. Agravado: S. R. L. T. G. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **245 - Agravo de Instrumento Nº 0625562-85.2021.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: E. C. C. Agravante: C. C. G. R. P. E. C. C. Agravado: S. R. L. T. G. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **246 - Agravo de Instrumento Nº 0627152-92.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: E. C. C. Agravado: S. R. L. T. G. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **247 - Agravo Interno Cível Nº 0627736-67.2021.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: C. C. G. R. P. S. R. L. T. G. Agravada: E. C. C. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **248 - Apelação Cível Nº 0230104-48.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelado: Empresa de Cinemas Fortaleza Ltda. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe

provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **249 - Apelação Cível Nº 0175106-72.2016.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Sílvia Helena Moraes de Oliveira. Apelado: Brasilseg Companhia de Seguros. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **250 - Apelação Cível Nº 0200493-78.2022.8.06.0066 (D) – Cedro.** Apelante: Banco BMG S/A. Apelada: Maria Seledonia de Souza Costa. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **251 - Apelação Cível Nº 0204564-95.2020.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Mônica Roberto da Silva Costa. Apelante: Danilo Costa Ferreira. Apelado: Oceanair Linhas Aéreas S/A – Avianca. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **252 - Apelação Cível Nº 0201981-22.2023.8.06.0167 (D) – Sobral.** Apelante: Jossiane Luciano da Silva. Apelado: Unimed de Sobral - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **253 - Apelação Cível Nº 0201736-66.2023.8.06.0084 (D) - Guaraciaba do Norte.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelante: Antônia Branca Alves de Sousa. Apelado: Banco Bradesco S/A. Apelado: Antônia Branca Alves de Sousa. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, negar provimento ao apelo do banco, bem como dar parcial provimento ao recurso da consumidora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **254 - Apelação Cível Nº 0206085-13.2023.8.06.0117 (D) – Maracanaú.** Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelada: Marinete Nunes de Oliveira. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **255**: Banco BMG S/A. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **256 - Apelação Cível Nº 0050963-44.2021.8.06.0095 (D) – Ipu.** Apelante: Maria Afonso Almeida. Apelado: Sudacob Administração e Promoção de Vendas Ltda. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **257 - Apelação Cível Nº 0200161-87.2023.8.06.0095 (D) – Ipu.** Apelante: Antônia Ximenes Linhares. Apelante: Banco Bradesco S/A. Apelado: Antônia Ximenes Linhares. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso do banco para, no mérito, negar-lhe provimento e apelação da consumidora conhecida e parcialmente provida, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **258 - Apelação Cível Nº 0200840-87.2023.8.06.0095 (D) – Ipu.** Apte/Apdo/Qdo: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Procurador: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Apte/Apdo/Qte: Margarida Araújo Rodrigues. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso do banco para, no mérito, negar-lhe provimento e apelação da consumidora conhecida e parcialmente provida, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **259 - Apelação Cível Nº 0050262-50.2020.8.06.0182 (D) - Viçosa do Ceará.** Recorrente: Onofre Pedro dos Santos. Recorrido: Banco Cetelem S/A. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **260 - Apelação Cível Nº 0005168-95.2018.8.06.0167 (D) – Sobral.** Apelante: Benedito Carlos de Sousa. Apelado: Werquiton Ferreira Filho. Apelado: Bradesco Seguros S/A. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **261 - Apelação Cível Nº 0155590-32.2017.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: F. T. de O. Apelada: L. M. de N. de O. Julgadores: Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA(Relator), Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **262 - Embargos de Declaração Cível Nº 0012507-61.2018.8.06.0117/50000 (D) – Maracanaú.** Embargante: Alscience Engenharia e Representações Ltda. Embargante: Ana Luíza Rocha Picanço. Embargante: Adriano Vieira Cunha Picanço. Embargado: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-

lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **263 - Embargos de Declaração Cível Nº 0072121-74.2006.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Carlos Roberto Bastos de Oliveira. Embargante: Gercelia Cavalcante de Oliveira. Embargado: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dsr-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **264 - Agravo de Instrumento Nº 0627429-11.2024.8.06.0000 (D) – Itapipoca.** Agravante: Ello Comércio de Veículos Ltda. - EPP. Agravado: Francisco Evanildo Ferreira de Sousa. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **265 - Apelação Cível Nº 0159848-17.2019.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: R&S Auto Locadora Ltda. Apelado: HDI Seguros S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **266 - Apelação Cível Nº 0204993-28.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. Apelado: Tiago dos Santos Silva. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **267 - Apelação Cível Nº 0276091-39.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Clerton Alves dos Santos. Apelado: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **268 - Apelação Cível Nº 0293387-74.2022.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Kelson Juvenal Silva Oliveira. Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **269 - Apelação Cível Nº 0202579-44.2022.8.06.0091 (D) – Iguatu.** Recorrente: João Carlos Pereira Amorim. Recorrido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **270 - Apelação Cível Nº 0012620-83.2014.8.06.0075 (D) – Eusébio.** Apelante: Múltipla Crédito, Financiamento e Investimento S/A. Apelado: Raimundo Furtado do Carmo. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **271 - Apelação Cível Nº 0025667-27.2013.8.06.0151 (D) – Quixadá.** Apelante: B. do N. do B. S/A. Apelado: Francisco Orcleilson de Araújo – ME. Repr. Legal: F. O. de A. Apelada: Ana Paula Monteiro de Lima. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **272 - Apelação Cível Nº 0203358-12.2021.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Banco Volkswagen S/A. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **273 - Apelação Cível Nº 0273199-26.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A. Apelado: Francisco Quintino Farias. Apelada: Francisca Francy Maria da Costa Farias. Julgadores: Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES(Relator), Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO e Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **274 - Embargos de Declaração Cível Nº 0200874-08.2023.8.06.0113/50000 (D) – Jucás.** Embargante: Banco Bradesco S/A. Embargado: Antônio Venâncio Júnior. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **275 - Embargos de Declaração Cível Nº 0004751-39.2010.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Embargante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Embargado: Lusitânia Empreendimentos Turísticos Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **276 - Embargos de Declaração Cível Nº 0008333-45.2019.8.06.0126/50000 (D) – Mombaça.** Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Embargada: Luíza Tidorio de Araújo. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso

para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **277 - Agravo de Instrumento Nº 0637055-88.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Aldairton Carvalho Sociedade de Advogados. Agravada: Maria Cecilia de Sousa. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **278 - Agravo Interno Cível Nº 0637055-88.2023.8.06.0000/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Maria Cecilia de Sousa. Agravado: Aldairton Carvalho Sociedade de Advogados. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **279 - Agravo Interno Cível Nº 0628190-76.2023.8.06.0000/50000 (D) – Maranguape.** Agravante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece. Agravada: Lúcia Viana Bessa Nogueira. Agravada: Leila de Araújo Viana. Agravado: Newton de Araújo Viana. Agravado: George Cantor Araújo Viana. Agravado: Adriano Legendre de Araújo Viana. Agravada: Vânia Viana Fontenele. Agravado: Antônio Araújo Viana Júnior. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **280 - Agravo Interno Cível Nº 0628190-76.2023.8.06.0000/50001 (D) – Maranguape.** Agravante: Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece. Agravada: Lúcia Viana Bessa Nogueira. Agravado: Antônio Araújo Viana Júnior. Agravada: Leila de Araújo Viana. Agravado: Newton de Araújo Viana. Agravado: George Cantor Araújo Viana. Agravado: Adriano Legendre de Araújo Viana. Agravada: Vânia Viana Fontenele. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **281 - Agravo de Instrumento Nº 0630837-10.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Milena Marques da Rocha. Agravante: Murilo Marques. Agravada: Sônia Maria Mesquita Moura. Agravado: Condomínio Residencial Morada do Sol Nascente. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **282 - Agravo de Instrumento Nº 0629248-17.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Creche Escola Casa da Tia Lea S/S EIRELI. Agravado: Otávio Augusto Folle Freitas. Repr. Legal: Luíza Folle. Repr. Legal: Ederson Costa Freitas. Agravada: Luíza Folle. Agravado: Ederson Costa Freitas. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **283 - Agravo de Instrumento Nº 0633804-28.2024.8.06.0000 (D) – Maranguape.** Agravante: ANTÔNIO VLADEMIR MEDEIROS SAMPAIO. Agravado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, na parte conhecida, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **284 - Agravo de Instrumento Nº 0629024-45.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Condomínio Residencial Salinas. Agravada: Ana Clara Gaspar Herculano. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **285 - Agravo de Instrumento Nº 0631727-46.2024.8.06.0000 (D).** Agravante: DAYANNE AVELINO CRAVEIRO. Agravado: FRANCISCO HUMBERTO DA SILVA FILHO. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **286 - Agravo de Instrumento Nº 0629440-47.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: JSB Comércio e Representações Ltda. Agravada: Maria Raquel Arruda Ribeiro. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **287 - Agravo de Instrumento Nº 0633388-60.2024.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Maria Valquiria da Silva. Agravado: Itaú Unibanco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **288 - Agravo de Instrumento Nº 0628119-74.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Construtora Estrutural Projetos e Construções Ltda. Agravada: Ana Caroline Lopes de Oliveira. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer parcialmente do recurso para, na parte conhecida, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **289 - Agravo de Instrumento Nº 0628154-97.2024.8.06.0000 (D) – Caucaia.** Agravante: Portal dos Ventos Residence. Agravado: Laurence José Alves de Macedo. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o

Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **290 - Agravo de Instrumento Nº 0638477-98.2023.8.06.0000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Erika Monteito Lira de Oliveira. Agravado: Sul América Companhia Nacional de Seguros S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **291 - Agravo Interno Cível Nº 0200133-22.2022.8.06.0171/50000 (D) – Tauá.** Agravante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Agravada: Eliane Rodrigues de Araújo. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em não conhecer do recurso, por julga-lo prejudicado, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **292 - Agravo Interno Cível Nº 0249987-78.2020.8.06.0001/50000 (D) – Fortaleza.** Agravante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Agravado: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **293 - Apelação Cível Nº 0009666-26.2012.8.06.0175 (D) – Trairi.** Apte/Apdo: Central Eólica Flexeiras I S/A. Apte/Apdo: João Bosco Ferreira. Apte/Apdo: Terezinha de Jesus Muniz Ferreira. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso do promovido para, no mérito, dar-lhe provimento, bem como julgar prejudicado o recurso da parte autora, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **294 - Apelação Cível Nº 0002856-34.2000.8.06.0182 (D) - Viçosa do Ceará.** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A. Apelado: Alfredo Nogueira Magalhães. Apelada: Margarida Maria Lopes Gomes. Apelado: Cooperativa Agrícola de Viçosa Ltda. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **295 - Apelação Cível Nº 0200938-89.2022.8.06.0133 (D) - Nova Russas.** Apelante: Maria de Fátima de Sousa Dias. Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **296 - Apelação Cível Nº 0053247-08.2020.8.06.0112 (D) - Juazeiro do Norte.** Apelante: M. V. B. V. A. Apelado: J. L. A. de A. J. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **297 - Apelação Cível Nº 0200320-95.2022.8.06.0117 (D) – Maracanaú.** Apelante: Jose de Arimateia de Souza Tavares. Apelado: Banco Itaucard S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **298 - Apelação Cível Nº 0050566-51.2021.8.06.0170 (D) – Tamboril.** Apelante: Antonieta de Sales Menezes. Apelado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **299 - Apelação Cível Nº 0013979-67.2016.8.06.0182 (D) - Viçosa do Ceará.** Recorrente: Antônio Carlos Martins. Recorrido: Gislaine Gomes Chaves. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **300 - Apelação Cível Nº 0005378-94.2013.8.06.0047 (D) – Baturité.** Apelante: Banco do Nordeste do Brasil S/A – Fortaleza. Apelada: Cesarina Abreu. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **301 - Apelação Cível Nº 0011045-52.2015.8.06.0092 (D) – Independência.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENE. Apelado: Francisco Antônio Alves Moreira. Apelada: Ana Paula Ponte de Almeida. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **302 - Apelação Cível Nº 0200527-33.2023.8.06.0029 (D) – Acopiara.** Apte/Apdo: Banco C6 Bank S.A. Apte/Apdo: Maria Santina de Sousa Teixeira Duarte. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao recurso da autora, bem como negar provimento ao apelo da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **303 - Apelação Cível Nº 0200162-15.2023.8.06.0114 (D) - Lavras da Mangabeira.** Apelante: Laene Ferreira Lemos. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME

MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar parcial provimento ao recurso da autora, bem como para negar provimento ao apelo da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **304 - Apelação Cível Nº 0202117-67.2023.8.06.0151 (D) – Quixadá.** Apelante: Albaniza de Sousa Freitas. Apelado: CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **305 - Apelação Cível Nº 0050420-08.2020.8.06.0182 (D) - Viçosa do Ceará.** Apte/Apdo: Sebastião Barbosa do Nascimento. Apte/Apdo: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer dos recursos para, no mérito, dar provimento ao apelo da parte autora, bem como negar provimento ao recurso da parte ré, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **306 - Apelação Cível Nº 0225980-17.2023.8.06.0001 (D) – Fortaleza.** Apelante: Itapeva XI Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados. Apelado: Marcos Francisco Viturino Barbosa Júnior. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **307 - Apelação Cível Nº 0050707-75.2020.8.06.0115 (D) - Limoeiro do Norte.** Apelante: José Ezaclir Régis. Apelado: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe parcial provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **308 - Apelação Cível Nº 0200034-86.2022.8.06.0095 (D) – Ipu.** Apelante: Companhia Energética do Ceará – ENEL. Apelada: Ana Carolina Ferreira Martins. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **309 - Apelação Cível Nº 0200080-22.2023.8.06.0166 (D) - Senador Pompeu.** Apelante: R. C. F. Apelado: C. A. F. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **310 - Apelação Cível Nº 0201865-64.2023.8.06.0151 (D) – Quixadá.** Apelante: Maria Aldenir Gomes de Abreu. Apelado: Banco Bradesco S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **311 - Apelação Cível Nº 0202701-76.2022.8.06.0117 (D) – Maracanaú.** Apelante: Amanda da Silva Xavier. Apelado: Banco Votorantim S/A. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **PROCESSOS EM TRÂMITE NO PJE - 2º GRAU: 01 – Apelação Cível Nº 0232895-48.2024.8.06.0001.** Polo ativo: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Polo passivo: MARIA WAULEIDE RODRIGUES DE SOUSA. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **02 – Apelação Cível Nº 0201612-93.2023.8.06.0113.** Polo ativo: MARIA ALVES DE ARAUJO. Polo passivo: BANCO BMG S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO(Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **03 – Apelação Cível Nº 0200740-75.2023.8.06.0114.** Polo ativo: MARIA DE FATIMA GONÇALVES. Polo passivo: BANCO BRADESCO S/A. Julgadores: Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO (Relator), Des. ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA e Des. DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **04 – Apelação Cível Nº 0251779-62.2023.8.06.0001.** Polo ativo: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Polo passivo: FRANCISCO WELLES DE SOUZA PINHEIRO. Julgadores: Des. FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO(Relator), Des. FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE e Des. JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO. Iniciado o julgamento, o eminente Des. Relator procedeu a leitura do relatório. Após, o Exmo. Sr. Des. Relator, proferiu o voto. Síntese do Julgamento: "A câmara, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, tudo nos termos do voto do Desembargador Relator, conforme acórdão lavrado". **DIVERSOS: I – (JULGAMENTO ADIADO) -** Processo Nº **0626690-38.2024.8.06.0000** (D). Processo Nº **0626690-38.2024.8.06.0000/50000** (D). Processo Nº **0626690-38.2024.8.06.0000/50001** (D). Processo Nº **0625534-15.2024.8.06.0000** (D) – Cedro. Processo Nº **0623974-38.2024.8.06.0000** (D) - Juazeiro do Norte. Processo Nº **0623279-84.2024.8.06.0000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0624404-87.2024.8.06.0000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0628348-97.2024.8.06.0000** (D) – Maracanaú. Processo Nº **0878384-11.2014.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0202158-87.2023.8.06.0101** (D) – Itapipoca. Processo Nº **0200584-91.2024.8.06.0166** (D) - Senador Pompeu. Processo Nº

0200408-57.2024.8.06.0055 (D) – Canindé. Processo Nº **0000698-07.2018.8.06.0107** (D) – Jaguaribe. Processo Nº **0100625-70.2018.8.06.0001** (D) – Fortaleza. (DEFENSORIA PÚBLICA). Processo Nº **0621746-90.2024.8.06.0000** (D) – Crato. Processo Nº **0283807-54.2021.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0200877-83.2022.8.06.0052** (D) - Brejo Santo. Processo Nº **0003780-03.2023.8.06.0000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0257855-05.2023.8.06.0001** (D) - Fortaleza(DEFENSORIA PÚBLICA). **DIVERSOS: II** – **(JULGAMENTO RETIRADO DE PAUTA)** – Processo Nº **0628459-81.2024.8.06.0000** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0219214-45.2023.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº 0013068-06.2019.8.06.0035 (D) – Aracati. Processo Nº **0040823-54.2012.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0200152-58.2024.8.06.0203** (D) – Ocara. Processo Nº **0200177-71.2024.8.06.0203** (D) – Ocara. Processo Nº **0200197-02.2024.8.06.0126** (D) – Mombaça. Processo Nº **0200107-54.2024.8.06.0203** (D) – Ocara. Processo Nº **0200555-60.2023.8.06.0171** (D) – Tauá. Processo Nº **0205273-09.2015.8.06.0001** (D) – Fortaleza. Processo Nº **0200628-13.2024.8.06.0166** (D) - Senador Pompeu. **-3--Diversos-- TÉRMINO DOS TRABALHOS:** E, nada mais havendo o que tratar, foi encerrada a Sessão, do que para constar, Marina Figueiredo Braga – matr. 46397, digitei a presente ata. Fortaleza, 29 (vinte e nove) de outubro de 2024. Subscrevo e assino: Marina Figueiredo Braga – matr. 46397, Coordenadora da Quarta Câmara de Direito Privado. Conforme: Des. José Evandro Nogueira Lima Filho – Presidente da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Desembargador JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA
Presidente da 4ª Câmara de Direito Privado TJ/CE

Procurador de Justiça
JOÃO EDUARDO CORTEZ

Bela. MARINA FIGUEIREDO BRAGA
Coordenadora da 4ª Câmara de Direito Privado

SEÇÃO CRIMINAL

DESPACHO DOS RELATORES - Seção Criminal

DESPACHO

Nº 0637249-54.2024.8.06.0000 - Revisão Criminal - Jaguaribe - Requerente: J. B. de A. - Requerido: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar. Embora os autos processuais de origem tramitem em meio eletrônico, entendo necessária a expedição de ofício à autoridade de primeiro grau, requisitando o encaminhamento da senha de acesso referente ação penal nº 0005673-14.2014.8.06.0107, bem como ao processo incidental de justificação nº 0200843-06.2023.8.06.0107. Após a fluência do prazo acima assinalado, encaminhem-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, juntamente com as senhas de acessos aos processos de origem, para a necessária manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora - Advs: Pedro Albernan Crescencio Dantas (OAB: 9274/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0637364-75.2024.8.06.0000 - Revisão Criminal - Fortaleza - Requerente: L. L. de S. - Requerido: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Nos termos do art. 201, § 4.º, do RITJCE, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça, para a necessária manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora - Advs: Cícero José de Castro Lima (OAB: 29729/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0622368-72.2024.8.06.0000 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Fortaleza - Autoridade: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Ante o exposto, diante da conexão existente entre os referidos procedimentos investigatórios e a prevenção firmada pelo Desembargador Sérgio Luiz Arruda Parente, determino a redistribuição do presente processo para o Gabinete do Desembargador Sérgio Luiz Arruda Parente. Expedientes necessários. Fortaleza, 6 de agosto de 2024 JUIZ CONVOCADO CID PEIXOTO DO AMARAL NETO - PORT. 1571/2024 Relator - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0622368-72.2024.8.06.0000 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Fortaleza - Autoridade: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - ISTO POSTO, acolhe-se o pleito ministerial, extinguindo o feito sem resolução do mérito, por ocorrência de conexão e litispendência. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE Relator - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0637896-49.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Paciente: LUAN OLIVEIRA VIANA - Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA - CE - Diante do exposto, considerando a patente incompetência da Seção Criminal para processar e julgar a presente impetração, determino o encaminhamento dos autos ao Setor de Distribuição para retificação do órgão julgador da presente ação constitucional no SAGSG e, na sequência, para redistribuição do habeas corpus entre os Desembargadores que compõem as Câmaras Criminais Isoladas. Cumpra-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE Relator - Advs: KLEBER RAPHAEL COSTA MACHADO (OAB: 22428/PA)

CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS

1ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara Criminal

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000654-83.2008.8.06.0124 - Apelação Criminal - Milagres - Apelante: Edilberto Oliveira Silva - Apte/Apdo: Francisca Suely Pontes Queiroz - Apelada: Kátia Regina Gonçalves da Silva - Apte/Apdo: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. RECURSOS DA DEFESA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO. TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, E ART. 40, V, LEI Nº 11.343/06). 1. PRELIMINARES. 1.1. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. REJEIÇÃO. DENÚNCIA QUE PREENCHE OS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. EXPOSIÇÃO CLARA E OBJETIVA DOS FATOS. 1.2. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. INTERROGATÓRIO DE CORRÉU SEM PRESENÇA DE DEFENSOR DOS DEMAIS ACUSADOS. POSSIBILIDADE. CISÃO PROCESSUAL. RENÚNCIA DA DEFESA À REALIZAÇÃO DE NOVO INTERROGATÓRIO. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO. 2. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO DA RÉ FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES DE CIÊNCIA DA DESTINAÇÃO ILÍCITA DO VEÍCULO. INCIDÊNCIA DO IN DUBIO PRO REO. 3. DOSIMETRIA. 3.1. PLEITO MINISTERIAL DE AFASTAMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES. 3.2. ISENÇÃO DE PENA DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 62 DO TJCE. MANUTENÇÃO DAS PENAS DOS RÉUS CONDENADOS. 4. RECURSOS CONHECIDOS. RECURSO DA APELANTE FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ PROVIDO. DEMAIS RECURSOS DESPROVIDOS.1. CUIDAM OS AUTOS DE RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ E PELOS ACUSADOS EDILBERTO OLIVEIRA SILVA E FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ CONTRA A SENTENÇA CONDENATÓRIA (FLS. 176/192) PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES. A SENTENÇA CONDENOU-OS PELA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS, PREVISTO NO ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/2006. AS PENAS APLICADAS FORAM AS SEGUINTES: EDILBERTO OLIVEIRA SILVA FOI CONDENADO A 8 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 859 DIAS-MULTA; KÁTIA REGINA GONÇALVES DA SILVA A 5 ANOS E 10 MESES DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 583 DIAS-MULTA; E FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ A 5 ANOS DE RECLUSÃO E AO PAGAMENTO DE 500 DIAS-MULTA.2. NAS RAZÕES RECURSAIS DE FLS. 1225/1244, O RÉU EDILBERTO OLIVEIRA SILVA ALEGA, PRELIMINARMENTE, A INÉPCIA DA DENÚNCIA. NO MÉRITO, PLEITEIA A REFORMA DA PENA APLICADA PARA QUE SEJA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL, A MODIFICAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA E O AFASTAMENTO DA CONDENAÇÃO À PENA PECUNIÁRIA.3. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, EM SUAS RAZÕES RECURSAIS DE FLS. 1248/1256, SUSTENTA O NÃO CABIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM RELAÇÃO ÀS RÉS FRANCISCA SUELY E KÁTIA REGINA. REQUER O PROVIMENTO DO RECURSO PARA QUE SEJA REFORMADA A SENTENÇA CONDENATÓRIA, AFASTANDO A CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/2006, VISTO QUE RESTOU DEMONSTRADO QUE AS APELADAS SE DEDICAVAM A ATIVIDADES CRIMINOSAS, REDIMENSIONANDO-SE AS PENAS ANTERIORMENTE APLICADAS.4. NAS RAZÕES RECURSAIS DE FLS. 1358/1384, A RÉ FRANCISCA SUELY ALEGA, PRELIMINARMENTE, CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO INTERROGATÓRIO DO CORRÉU TER OCORRIDO SEM A PRESENÇA DE ADVOGADO CONSTITUÍDO OU NOMEADO. NO MÉRITO, ADUZ A INOCORRÊNCIA DO CRIME DE TRÁFICO, INEXISTINDO QUALQUER ELEMENTO DE PROVA QUE INDIQUE SUA PARTICIPAÇÃO, DEVENDO-SE APLICAR O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. POR FIM, REQUER A REFORMA DA SENTENÇA PARA ALTERAR A DOSIMETRIA DA PENA, APLICANDO-LHE A FRAÇÃO MAIS FAVORÁVEL DO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/2006, E A MODIFICAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA PARA O ABERTO.5. PRELIMINARES5.1. DA INÉPCIA DA DENÚNCIA. REJEIÇÃO.5.1.1. A DENÚNCIA OFERECIDA PELO PARQUET PREENCHE TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, EXPONDO DE FORMA CLARA, OBJETIVA E INDIVIDUALIZADA O FATO CRIMINOSO IMPUTADO AO ACUSADO. EM QUE PESE O RECORRENTE TENHA ALEGADO NÃO TER SIDO SATISFATORIAMENTE DELINEADA A CONDUTA CONCERNENTE AO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 35), FATO É QUE EM MOMENTO ALGUM SE LHE ATRIBUIU A PRÁTICA DO ALUDIDO CRIME, TENDO SIDO ELE DENUNCIADO TÃO SOMENTE PELA CONDUTA PREVISTA NO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006.5.1.2. DESSA FORMA, AO INVOCAR SUPOSTA DEFICIÊNCIA DA PEÇA ACUSATÓRIA NO TOCANTE A FATO NÃO IMPUTADO AO AGENTE, A DEFESA INCIDIU EM EQUÍVOCO, NÃO SE VISLUMBRANDO A ALEGADA VIOLAÇÃO AOS DITAMES DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POR TODO O EXPOSTO, NÃO MERECE PROSPERAR A ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA AVENTADA PELO APELANTE EDILBERTO OLIVEIRA SILVA, RAZÃO PELA QUAL REJEITO A PRELIMINAR EM QUESTÃO.5.2. DO CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO.5.2.1. TRATANDO-SE DE RÉUS COM DEFESAS DISTINTAS E PROCESSOS SEPARADOS EM RAZÃO DA CISÃO PROCESSUAL, O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL FACULTA AO JUÍZO A REALIZAÇÃO DE INTERROGATÓRIOS SEPARADOS, NÃO SE EXIGINDO, ADEMAIS, A PRESENÇA DE CORRÉU OU DE SEU DEFENSOR DURANTE O ATO.5.2.2. EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA NÃO SURPRESA, FOI OPORTUNIZADA À DEFESA DA ORA RECORRENTE A POSSIBILIDADE DE RENOVAR O INTERROGATÓRIO DO CORRÉU EDILBERTO OLIVEIRA SILVA (FLS. 1024/1025), SENDO FACULTADO O EXERCÍCIO PLENO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. CONTUDO, INSTADA A SE MANIFESTAR QUANTO À NECESSIDADE DE NOVAS INDAGAÇÕES AO CORRÉU, A DEFESA DA APELANTE REPUTOU DESNECESSÁRIA A REPETIÇÃO DO ATO, CONVALIDANDO EVENTUAL NULIDADE E INCORRENDO, ASSIM, EM UMA VERDADEIRA PERDA VOLUNTÁRIA DO DIREITO DE ALEGAR O VÍCIO, PERFEITAMENTE APLICÁVEL NO ÂMBITO DAS NULIDADES PROCESSUAIS E QUE SE FUNDA NO PRINCÍPIO QUE PROÍBE VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM.5.2.3. A APELANTE NÃO LOGROU DEMONSTRAR EFETIVO PREJUÍZO ADVINDO DA ALEGADA MÁCULA (PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF), LIMITANDO-SE A INVOCAR MERAS PRESUNÇÕES DE LESIVIDADE, EM MANIFESTA CONTRARIEDADE AOS PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DO APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS (ART. 563 DO CPP). PORTANTO, INEXISTINDO QUALQUER VIOLAÇÃO AOS AXIOMAS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, REJEITO A PRELIMINAR AVENTADA PELA

RECORRENTE FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ.6. MÉRITO6.1. ABSOLVIÇÃO DA RÉ FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. POSSIBILIDADE.6.1.1. NÃO OBSTANTE A RECORRENTE TENHA EFETIVAMENTE ESTADO PRESENTE E AUXILIADO NAS TRATATIVAS PARA A AQUISIÇÃO DO BEM, NÃO HÁ NOS AUTOS ELEMENTOS CONCRETOS APTOS A EVIDENCIAR, ESTREME DE DÚVIDAS, QUE ELA TINHA CIÊNCIA PRÉVIA DA REAL DESTINAÇÃO DO AUTOMÓVEL OU QUE TENHA ADERIDO SUBJETIVAMENTE AO DESÍGNIO CRIMINOSO DE REALIZAR O TRÁFICO DE DROGAS.6.1.2. INEXISTEM, NO CADERNO PROCESSUAL, ELEMENTOS DE PROVA COMPLEMENTARES HÁBEIS A DEMONSTRAR MINIMAMENTE O LIAME SUBJETIVO DA RECORRENTE COM O EVENTO DELITUOSO ORA EM APREÇO. COM EFEITO, NÃO FORAM COLHIDOS OU JUNTADOS AOS AUTOS DADOS OBTIDOS POR MEIO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, TELEMÁTICA, REGISTROS AMBIENTAIS OU OUTROS MEIOS INVESTIGATIVOS QUE PUDESSEM INDICAR O CONCURSO DA RECORRENTE PARA A PRÁTICA CRIMINOSA, OU MESMO SUA VINCULAÇÃO A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA AO NARCOTRÁFICO.6.1.3. NÃO SE REVELA JURIDICAMENTE SUSTENTÁVEL A MANUTENÇÃO DA REPRIMENDA IMPOSTA PELO JUIZ SENTENCIANTE, COM SUPEDÂNEO APENAS NA AQUISIÇÃO DE UM AUTOMÓVEL POSTERIORMENTE UTILIZADO NO TRANSPORTE DE DROGAS, MORMENTE QUANDO O VEÍCULO FOI ADQUIRIDO E REGISTRADO UNICAMENTE EM NOME DA CORRÉ KÁTIA REGINA, NÃO EXISTINDO NOS AUTOS QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS OBJETIVOS QUE REALMENTE INDIQUEM O CONCURSO DOLOSO DA RECORRENTE PARA A MERCANCIA ILÍCITA DE DROGAS.6.1.4. PORTANTO, ANTE A AUSÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO ROBUSTO APTO A DEMONSTRAR, COM SEGURANÇA JURÍDICA E GRAU DE CERTEZA NECESSÁRIO A UM ÉDITO REPRESSIVO, A RESPONSABILIDADE PENAL DA APELANTE FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ PELA PRÁTICA DO DELITO QUE LHE FOI IMPUTADO NA EXORDIAL ACUSATÓRIA, OUTRA ALTERNATIVA NÃO SE REVELA SENÃO A SUA ABSOLVIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 386, VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.6.1.5. DESSA FORMA, DIANTE DAS FRAGILIDADES PROBATÓRIAS APONTADAS E DA DÚVIDA RAZOÁVEL QUE PERMANECE QUANTO À EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA ACUSADA NO CRIME ORA IMPUTADO, A ABSOLVIÇÃO É MEDIDA QUE SE IMPÕE.7. DOSIMETRIA7.1. EDILBERTO OLIVEIRA SILVA7.1.1. PRIMEIRA FASE.7.1.1.1. NESSE PONTO, ENTENDO ASSISTIR RAZÃO AO JUÍZO SINGULAR AO VALORAR NEGATIVAMENTE AS VETORIAIS ATINENTES À NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 42 DA LEI Nº 11.343/2006. ISSO PORQUE CONSTA DOS AUTOS QUE O RECORRENTE FOI FLAGRADO TRANSPORTANDO CERCA DE 24KG DE COCAÍNA, SUBSTÂNCIA SABIDAMENTE CAUSADORA DE SÉRIOS DANOS À SAÚDE PÚBLICA, CIRCUNSTÂNCIA IDÔNEA A JUSTIFICAR A MAJORAÇÃO DA PENA BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL.7.1.1.2. DE IGUAL MODO, REVELA-SE ESCORREITA A EXASPERAÇÃO DA REPRIMENDA EM VIRTUDE DO FATO DO RÉU ESTAR CUMPRINDO PENA POR OCASIÃO DA PRÁTICA DELITIVA. NO ENTANTO, O MAGISTRADO SENTENCIANTE INCORREU EM EQUÍVOCO AO PROCEDER À VALORAÇÃO NEGATIVA DE TAL CIRCUNSTÂNCIA NO VETOR CULPABILIDADE, UMA VEZ QUE, CONSOANTE REMANSOSA JURISPRUDÊNCIA, O COMETIMENTO DE DELITO NO CURSO DO CUMPRIMENTO DA PENA DEVE SER ANALISADO NO ÂMBITO DA CONDUTA SOCIAL.7.1.1.3. CONSIDERANDO QUE AS DEMAIS MODULADORAS DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL NÃO DESTOAM DA NORMALIDADE, MANTENHO A PENA BASE DO RECORRENTE EDILBERTO OLIVEIRA SILVA NO MESMO PATAMAR FIXADO NA SENTENÇA (07 ANOS E 04 MESES DE RECLUSÃO E 736 DIAS-MULTA), APENAS READEQUANDO O FUNDAMENTO RELATIVO AO COMETIMENTO DO CRIME NO CURSO DO CUMPRIMENTO DE PENA PARA O VETOR CONDUTA SOCIAL.7.1.2. SEGUNDA FASE. CONSTATA-SE QUE O RECORRENTE É REINCIDENTE, OSTENTANDO CONDENAÇÃO DEFINITIVA POR CRIME PATRIMONIAL. POR OUTRO LADO, CONFORME AMPLAMENTE DEMONSTRADO, O ACUSADO CONFESSOU A PRÁTICA DELITIVA TANTO EM SEDE POLICIAL QUANTO EM JUÍZO, FAZENDO JUS À RESPECTIVA ATENUANTE. PORTANTO, NÃO SE DIVISANDO QUALQUER REPARO A SER FEITO, MANTENHO A PENA INTERMEDIÁRIA NO MESMO MONTANTE ESTABELECIDO NA ORIGEM (07 ANOS E 04 MESES DE RECLUSÃO E 736 DIAS-MULTA).7.1.3. TERCEIRA FASE. 7.1.3.1. NO PRESENTE CASO, VERIFICA-SE DE PLANO QUE O ORA APELANTE NÃO ATENDE AO PRESSUPOSTO DA PRIMARIEDADE, UMA VEZ QUE OSTENTA CONDENAÇÃO PENAL COM TRÂNSITO EM JULGADO EM DATA ANTERIOR AOS FATOS ORA APURADOS, CONSOANTE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS ACOSTADA AOS AUTOS (FLS. 1139/1155).7.1.3.2. DE OUTRO GIRO, REVELA-SE IRREPREENSÍVEL A INCIDÊNCIA DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 40, INCISO V, DA LEI ANTIDROGAS, EM RAZÃO DO CARÁTER INTERESTADUAL DA NARCOTRAFICÂNCIA, TENDO O PRÓPRIO SENTENCIADO CONFESSADO QUE TRANSPORTAVA O MATERIAL ILÍCITO DO ESTADO DE GOIÁS PARA O CEARÁ.7.1.3.3. LOGO, NÃO SE VISLUMBRANDO QUALQUER REPARO A SER FEITO, MANTENHO A PENA DEFINITIVA DO RECORRENTE EDILBERTO OLIVEIRA SILVA NO MESMO PATAMAR ESTABELECIDO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA, QUAL SEJA, 08 ANOS E 06 MESES DE RECLUSÃO, ALÉM DO PAGAMENTO DE 859 DIAS-MULTA.7.1.4. PEDIDO DE ISENÇÃO DE MULTA. EVENTUAL HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DO RÉU PARA ADIMPLIR A PENA DE MULTA NÃO É FUNDAMENTO IDÔNEO PARA SUA REDUÇÃO NA VIA RECURSAL, DEVENDO SER DISCUTIDA EM EVENTUAL FASE DE EXECUÇÃO, CONFORME ENTENDIMENTO SUMULADO DESTE TJ/CE: SÚMULA TJCE 62 - "NÃO É ADMISSÍVEL, COM FUNDAMENTO NA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA DO RÉU, O DECOTE DA PENA DE MULTA QUANDO PREVISTA NO PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL." PORTANTO, MANTENHO A PENA DE MULTA NOS TERMOS FIXADOS NA SENTENÇA RECORRIDA.7.1.5. REGIME DE CUMPRIMENTO. FECHADO. CONSIDERANDO A PENA DEFINITIVA ESTABELECIDA EM PATAMAR SUPERIOR A 08 ANOS DE RECLUSÃO E A EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS, TEM-SE QUE O REGIME FECHADO É O ÚNICO COMPATÍVEL COM OS PARÂMETROS DOS ARTS. 33 E 59 DO CÓDIGO PENAL. PORTANTO, IRRETOCÁVEL A FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA.7.2. KÁTIA REGINA GONÇALVES DA SILVA7.2.1. PRIMEIRA FASE. O MAGISTRADO SENTENCIANTE, AO PROCEDER À PRIMEIRA ETAPA DA DOSIMETRIA, FIRMOU A PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL, RECONHECENDO A IMPOSSIBILIDADE DE VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATINENTES À NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA, UMA VEZ QUE TAIS CIRCUNSTÂNCIAS FORAM UTILIZADAS NA TERCEIRA FASE PARA LIMITAR A FRAÇÃO DE REDUÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE VALORAÇÃO NEGATIVA DAS REFERIDAS CIRCUNSTÂNCIAS (NATUREZA E QUANTIDADE) NESTA ETAPA E A AUSÊNCIA DE OUTRAS MODULADORAS DESFAVORÁVEIS, MANTENHO A PENA BASE DA RÉ KÁTIA REGINA NO MÍNIMO LEGAL, EM CONSONÂNCIA COM O JUIZ SENTENCIANTE.7.2.2. SEGUNDA FASE. NA SEGUNDA FASE, ENTENDO QUE DEVE SER MANTIDO O AUMENTO DECORRENTE DA AGRAVANTE PREVISTA NO ART. 62, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. ISSO PORQUE, CONSOANTE ASSENTADO NA SENTENÇA RECORRIDA, A ACUSADA EXERCEU POSIÇÃO DE LIDERANÇA E ASCENDÊNCIA SOBRE O CORRÉU, SENDO A PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA CONTRATAÇÃO E FINANCIAMENTO DA EMPREITADA CRIMINOSA, ALÉM DE SER A PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO UTILIZADO NO TRANSPORTE DA DROGA. PORTANTO, MANTENHO A PENA INTERMEDIÁRIA NO PATAMAR DE 5 ANOS E 10 MESES DE RECLUSÃO, ALÉM DO PAGAMENTO DE 583 DIAS-MULTA.7.2.3. TERCEIRA FASE (RECURSO MINISTERIAL).7.2.3.1. A RÉ KÁTIA REGINA ATENDE A TODOS OS PRESSUPOSTOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, MORMENTE PORQUE OSTENTA PRIMARIEDADE E NÃO HÁ NOS AUTOS

EVIDÊNCIAS CONCRETAS DE QUE INTEGRE GRUPO CRIMINOSO ORGANIZADO OU MESMO QUE SE DEDIQUE HABITUALMENTE A ATIVIDADES CRIMINOSAS. ALÉM DISSO, É CEDIÇO QUE, SEGUNDO ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES, A NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS, POR SI SÓS, NÃO CONSTITUEM FUNDAMENTOS IDÔNEOS PARA SE AFASTAR A APLICAÇÃO DA MINORANTE.7.2.3.4. O FATO ISOLADO DE SE TRATAR DE TRÁFICO INTERESTADUAL NÃO TEM O CONDÃO, POR SI SÓ, DE DEMONSTRAR QUE A AGENTE SE DEDIQUE HABITUALMENTE AO NARCOTRÁFICO OU INTEGRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA PARA ESSE FIM, NÃO HAVENDO NOS AUTOS OUTROS ELEMENTOS CONCRETOS A AMPARAR TAIS CONCLUSÕES. PELO EXPOSTO, EM DISSONÂNCIA COM O PLEITO MINISTERIAL, NÃO VISLUMBRO A PRESENÇA DE ELEMENTOS CONCRETOS QUE CONDUZAM AO AFASTAMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM RELAÇÃO À RÉ KÁTIA REGINA, MANTENDO, POR CONSEGUINTE, A FRAÇÃO REDUTORA APLICADA NA SENTENÇA NO PATAMAR MÍNIMO DE 1/6 (UM SEXTO), COM O CONSEQUENTE APENAMENTO DEFINITIVO A 5 ANOS E 10 MESES DE RECLUSÃO E PAGAMENTO DE 583 DIAS-MULTA.7.2.4. ACOMPANHO O JUÍZO SINGULAR QUANTO À FIXAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO PARA O INÍCIO DA SANÇÃO PRIVATIVA DE LIBERDADE, MERCÊ DA PENA APLICADA EM PATAMAR INFERIOR A 8 ANOS E DA PRIMARIEDADE DA RÉ, NOS EXATOS TERMOS DO ART. 33, §2º, “B”, DO CÓDIGO PENAL. 7.3. NO TOCANTE À CORRÉ FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ, DEIXO DE ANALISAR O PLEITO MINISTERIAL, POR SE ENCONTRAR PREJUDICADO EM VIRTUDE DA ABSOLVIÇÃO DA ACUSADA, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO ANTERIORMENTE EXPENDIDA.8. RECURSOS CONHECIDOS, COM DESPROVIMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS POR EDILBERTO OLIVEIRA SILVA E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, E PROVIMENTO DO RECURSO DE FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS PARA NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS DE EDILBERTO OLIVEIRA SILVA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO DE FRANCISCA SUELY PONTES QUEIROZ, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA E HORA PELO SISTEMA.MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Ricardo Alexandre Pinheiro Costa (OAB: 15547/CE) - Diego Henrique Lima do Nascimento (OAB: 22045/CE) - Francisco de Assis Feitosa Júnior (OAB: 38978/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001068-58.2015.8.06.0117 - Apelação Criminal - Maracanaú - Apelante: Jackson Augusto Santos Araújo - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DEFENSIVO. CONSELHO DE SENTENÇA QUE CONDENOU O RÉU. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL). PLEITO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO DO JÚRI POR CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS (ART. 593, III, D, DO CPP). IMPOSSIBILIDADE. SEGUNDA APELAÇÃO SOB O MESMO FUNDAMENTO. ÓBICE NO ART. 593, § 3º DO CPP. PRECEDENTES STJ E TJCE. RECURSO NÃO CONHECIDO.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA POR JACKSON AUGUSTO SANTOS ARAÚJO OBJURGANDO SENTENÇA PROFERIDA PELO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ (FLS. 614/616), O QUAL, EM CONSONÂNCIA COM A DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI, CONDENOU O ACUSADO COMO INCURSO NO CRIME PREVISTO NO ARTIGO 121, §2º, INCISO IV DO CÓDIGO PENAL, IMPONDO-LHE UMA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO, PARA CUMPRIMENTO EM REGIME FECHADO.2. ADMISSIBILIDADE: O PRESENTE RECURSO NÃO COMPORTA CONHECIMENTO. 2.1 O APELANTE JACKSON AUGUSTO SANTOS ARAÚJO FOI DENUNCIADO E POSTERIORMENTE PRONUNCIADO COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 121, § 2O, INCISOS I E IV DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SOB A ACUSAÇÃO DE, NO DIA 1O DE JANEIRO DE 2015, POR VOLTA DAS 14:15 HORAS, NA RUA 28 COM AVENIDA 13, BAIRRO BOA VISTA, MARACANAÚ - CEARÁ, FAZENDO USO DE INSTRUMENTO PÉRFURO- CONTUSO, ARMA DE FOGO, TER EFETUADO VÁRIOS DISPAROS A VÍTIMA ANTÔNIO LEONARDO DA SILVA, PROVOCANDO-LHE AS LESÕES DESCRITAS NO LAUDO CADAVÉRICO DE FOLHAS 52/54. SUBMETIDO AO TRIBUNAL DO JÚRI, O DO CONSELHO DE SENTENÇA ACATOU A TESE DA NEGATIVA DE AUTORIA SUSTENTADA PELA DEFESA DO ACUSADO E O ABSOLVEU. IRRESIGNADO, O MINISTÉRIO PÚBLICO INTERPÔS RECURSO DE APELAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 593, III, “D” DO CPP, O QUAL FOI PROVIDO.2.2 LEVADO A JULGAMENTO PELA SEGUNDA VEZ, O CONSELHO DE SENTENÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI: A) RECONHECEU A MATERIALIDADE DO DELITO; B) A AUTORIA DELITIVA NA PESSOA DO ACUSADO JACKSON AUGUSTO SANTOS ARAÚJO; C) NÃO ABSOLVEU O ACUSADO; D) RECONHECEU A QUALIFICADORA DO USO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO. ASSIM, CONSIDERANDO A DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA, O JUÍZO DE ORIGEM CONDENOU O ACUSADO JACKSON AUGUSTO SANTOS ARAÚJO, PELO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO USO DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DO OFENDIDO (ART. 121, § 2O, IV, DO CP).2.3 IRRESIGNADO, O ACUSADO MANEJOU O PRESENTE RECURSO ADUZINDO QUE A DECISÃO FOI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS POR ENTENDER QUE NÃO HÁ CERTEZA DA PRÁTICA DELITIVA POR PARTE DO ACUSADO, PUGNANDO PELA REALIZAÇÃO DE UM NOVO JÚRI, COM FULCRO NO ART. 593, INCISO III, ALÍNEA “D”, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (FL. 666).2.4. NOS TERMOS DO ART. 593, §3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, É VEDADA A ANULAÇÃO DO JULGAMENTO POR CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS POR MAIS DE UMA VEZ, INDEPENDENTEMENTE DE O PRIMEIRO APELO TER SIDO MANEJADO PELA PARTE ADVERSA. DESSA FORMA, NÃO HÁ COMO SE ADMITIR A APELAÇÃO INTERPOSTA SOB ESSE FUNDAMENTO. PRECEDENTES STJ E TJCE.3. RECURSO NÃO CONHECIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001153-89.2024.8.06.0000 - Conflito de Jurisdição - Fortaleza - Suscitante: Juiz de Direito do 2º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza - Suscitado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO - Declarada a competência nos termos do acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. CONFLITO DE JURISDIÇÃO. REQUERIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA EM FAVOR DE CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA. LEI Nº 13.431/17. LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ QUE NÃO PREVÊ A CRIAÇÃO DE VARAS ESPECIALIZADAS NA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE. COMPETÊNCIA SUBSIDIÁRIA DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO, NO QUAL CONSTA COMO SUSCITANTE O JUÍZO DO 2º JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE FORTALEZA E COMO SUSCITADO O JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. O CONFLITO EM EPÍGRAFE TEM COMO OBJETO A DEFINIÇÃO DO JUÍZO

COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR O PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA AUTUADO SOB O Nº 0050126-20.2021.8.06.0117, ORIGINADO A PARTIR DE REPRESENTAÇÃO DA DELEGACIA DE COMBATE À EXPLORAÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE (DCECA)III. RAZÕES DE DECIDIR3. A TERCEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM JULGADO PROFERIDO NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2022, QUANDO DA ANÁLISE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 2.099.532/RJ, FIRMOU ENTENDIMENTO DE QUE, NOS CASOS DE CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇAS OU ADOLESCENTES, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR AS RESPECTIVAS AÇÕES PENAIS DEVERÁ OBSERVAR A ORDEM DE PRECEDÊNCIA ESTABELECIDA NO ART. 23 DA LEI Nº 13.431/2017. 4. A ANÁLISE DO PRECEDENTE MENCIONADO, PROFERIDO PELA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ, EVIDENCIA QUE, COM A ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 13.431/2017, OS CRIMES VIOLENTOS COMETIDOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DEVEM SER PROCESSADOS E JULGADOS POR VARAS CRIMINAIS APENAS NA AUSÊNCIA DE JUÍZOS ESPECIALIZADOS. ESTA INTERPRETAÇÃO ESTÁ ALINHADA COM A ORDEM DE PRECEDÊNCIA DO ART. 23 DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL, “INDEPENDENTEMENTE DE CONSIDERAÇÕES SOBRE A IDADE, SEXO DA VÍTIMA OU MOTIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA”.5. ASSIM, A COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO DEVE SER ATRIBUÍDA AO 2º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE FORTALEZA (SUSCITANTE), CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE UM JUÍZO ESPECIALIZADO NA COMARCA, EM CONSONÂNCIA COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 23 DO MENCIONADO DIPLOMA LEGAL E O ENTENDIMENTO SEDIMENTADO PELA TERCEIRA SEÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.IV. DISPOSITIVO 6. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO Nº 0001153-89.2024.8.06.0000, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO CONFLITO E DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITANTE, 2º JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE FORTALEZA, PARA PROCESSAR E JULGAR A DEMANDA ORIGINÁRIA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETORELATOR .

Nº 0002649-34.2000.8.06.0150 - Apelação Criminal - Tauá - Apelante: Antonino Soares Coutinho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, INCS. I E II, DO CÓDIGO PENAL). 1. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. ALEGAÇÃO DE DISPARO ACIDENTAL. LEGÍTIMA DEFESA. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVAS QUE CORROBORAM A VERSÃO ACOLHIDA PELOS JURADOS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. SÚMULA 06 DO TJCE. 2. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA-BASE. DESCABIMENTO. QUALIFICADORA SOBRESSALENTE DESLOCADA PARA A PRIMEIRA FASE COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVA. PRECEDENTES DO STJ. POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. NA ESPÉCIE, A DEFESA DO RÉU ALEGA QUE O JULGAMENTO FOI CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS, SOB O ARGUMENTO DE QUE TERIA OCORRIDO APENAS UM DISPARO ACIDENTAL SENDO A CONDUTA FEITA EM LEGÍTIMA DEFESA, PLEITEANDO, ASSIM, A CASSAÇÃO DO VEREDICTO PARA NOVO JULGAMENTO, ADUZINDO SER MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS, NOS TERMOS DO ART. 593, III, “D” E § 3º, DO CPP.2. O EXAME DE CORPO DE DELITO REVELOU QUE A VÍTIMA APRESENTAVA CINCO FERIDAS PERFURANTES COMPATÍVEIS COM DISPAROS DE ARMA DE FOGO, LOCALIZADAS NO OMBRO DIREITO, TÓRAX POSTERIOR DIREITO, FLANCO ESQUERDO E REGIÃO RETROAURICULAR ESQUERDA. A CAUSA DA MORTE FOI DETERMINADA COMO FERIDAS PERFURO-CONTUSAS NO MIOCÁRDIO E CRÂNIO POR PROJÉTEIS DE ARMA DE FOGO. ESSAS CONSTATAÇÕES CONTRADIZEM A VERSÃO DA DEFESA DE QUE HOUVE APENAS UM DISPARO FATAL, MOSTRANDO QUE TAL ALEGAÇÃO NÃO CORRESPONDE AOS FATOS.3. PORTANTO, A NARRATIVA APRESENTADA PELA DENÚNCIA E CONFIRMADA NA PRONÚNCIA, DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, FOI CONFIRMADA EM SEDE JUDICIAL, DE MODO QUE NÃO RESSAI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS A TESE AGASALHADA PELO TRIBUNAL DO JÚRI.4. ADENTRANDO NA ANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA, NA 1ª FASE, FOI NEGATIVADO APENAS O MOTIVO DO CRIME, CONSIDERANDO A ORIENTAÇÃO SEDIMENTADA NO STJ DE QUE, HAVENDO MAIS DE UMA QUALIFICADORA NO DELITO DE HOMICÍDIO, UMA DELAS DEVE SER UTILIZADA PARA CONFIGURAÇÃO DO TIPO QUALIFICADO, ENQUANTO AS DEMAIS PODERÃO SER EMPREGADAS COMO AGRAVANTES, QUANDO PREVISTAS COMO TAL, OU, RESIDUALMENTE, COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. 5. NA 2ª FASE DOSIMÉTRICA, O JUIZ SENTENCIANTE APLICOU A ATENUANTE DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA, MOTIVO PELO QUAL TROUXE A PENA INTERMEDIÁRIA PARA O MÍNIMO LEGAL DE 12 (DOZE) ANOS. RESSALTE-SE, AINDA, QUE, MESMO QUE NÃO FOSSE EXASPERADA A PENA-BASE, HÁ DE SE LEVAR EM CONTA O ENUNCIADO 231 DA SÚMULA DO STJ: “A INCIDÊNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE NÃO PODE CONDUZIR À REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL”.6. MANTENHO, PORTANTO, A PENA EM 12 (DOZE) ANOS DE RECLUSÃO. POR FIM, PRESERVO O REGIME INICIAL PARA CUMPRIMENTO DA PENA (FECHADO), ANTE O PREVISTO NO ART. 33, § 2º, “A”, DO CP.7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA DENEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, .DESA. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃESRELATORA . - Advs: José Erisvaldo Vieira Coutinho (OAB: 14511/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0003700-30.2017.8.06.0168 - Apelação Criminal - Solonópole - Apelante: J. E. C. R. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO QUALIFICADO NA MODALIDADE TENTADA. (ART. 213, § 1º C/C ARTIGO 14, II, CPB). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. MERÍTO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE AMPLAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS. PALAVRA DA VÍTIMA TEM ESPECIAL IMPORTÂNCIA NOS DELITOS SEXUAIS (SEDE POLICIAL E EM JUÍZO). PRECEDENTES TJCE E STJ. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS (EM JUÍZO). AUTO DE EXAME DE CORPO DELITO COMPROVANDO AS LESÕES SOFRIDAS PELA VÍTIMA (FL. 63). PROVAS QUE CORROBORAM A VERSÃO NARRADA NA DENÚNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. VERIFICA-SE QUE A INSURGÊNCIA RECURSAL SE DÁ EM FACE DA SENTENÇA DE FLS. 180/189 PROFERIDA PELO JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE, QUE CONDENOU O RÉU PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 213, § 1º C/C ARTIGO 14, II, TODOS DO CÓDIGO PENAL, APLICANDO-LHE A PENA DE 3 (TRÊS) ANOS, 3 (TRÊS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME SEMIABERTO.2. RAZÕES RECURSAIS (FLS.242/251) PUGNANDO PELO

CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO PARA ABSOLVER O APELANTE, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, INCISO II OU VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL3. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. NESSA PARCELA RECURSAL, PRETENDE A DEFESA DO RÉU A ABSOLVIÇÃO DO RECORRENTE, AO ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE PROVAS APTAS A SUSTENTAR O DECRETO CONDENATÓRIO.3.1. NO CASO CONCRETO, CUMPRE ESCLARECER INICIALMENTE QUE, SEGUNDO A DENÚNCIA (FLS. 02/04), AMPARADA NO INCLUSO INQUÉRITO POLICIAL Nº. 554 98/2016 (FLS. 60/110), O ACUSADO TERIA TENTADO TER CONJUNÇÃO CARNAL E/OU PRATICAR ATO LIBIDINOSO COM A VÍTIMA, F. E. C. A., POSSUINDO 15 (QUINZE) ANOS DE IDADE NA ÉPOCA DOS FATOS (DATA DE NASCIMENTO EM 23/10/2001 FL. 66). 3.2. EXTRAI-SE DOS AUTOS "QUE A VÍTIMA, O INDICIADO E OUTRAS PESSOAS SE ENCONTRAVAM NO "BAR DO NALDO", LOCALIZADO NA AVENIDA JOSÉ SIFREDO PINHEIRO, TOMANDO CERVEJA E COMENDO CARNE, DESPRENDE-SE DOS AUTOS QUE, NA OCASIÃO, ZÉ DA PORCA DEMONSTRAVA INTERESSE EM "FICAR" COM A VÍTIMA, CHEGANDO, INCLUSIVE, A ALICIÁ-LA PASSANDO AS MÃOS EM SEUS CABELOS E EM SUAS PERNAS. EM DETERMINADO MOMENTO, FERNANDA EUNICE DECIDIU IR PRA CASA E O INDICIADO OFERECEU CARONA. DURANTE O TRAJETO, ZÉ DA PORCA DEU CONTINUIDADE AS PRÁTICAS LIBIDINOSAS PRATICADAS ANTERIORMENTE, E AO CHEGAR EM FRENTE AO HOSPITAL, O DENUNCIADO DESVIOU O CARRO PARA O SENTIDO OPOSTO DA RESIDÊNCIA DA VÍTIMA. AO SER QUESTIONADO PELA VÍTIMA SOBRE O PORQUÊ DA MANOBRA. ZÉ DA POREA DISSE QUE NÃO A LEVARIA PARA CASA E COMPLETOU DIZENDO "HOJE A GENTE VAI BRINCAR". NO MESMO MOMENTO, A MENOR ABRIU A PORTA DO CARRO E AMEAÇOU PULAR CASO ESTE NÃO PARASSE O AUTOMÓVEL. O DENUNCIADO ACELEROU O VEÍCULO E INSTIGOU A MESMA A PULAR. DIANTE DISTO, FERNANDA PULOU DO CARRO E JOSÉ EUDES NÃO PRESTOU SOCORRO A MESMA" (FLS. 02/03).6. APÓS REGULAR INSTRUÇÃO PROCESSUAL, O JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE PROFERIU SENTENÇA (FLS. 180/189), JULGANDO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA E CONDENANDO O RÉU COMO INCURSO NO ARTIGO 213, § 1º C/C ARTIGO 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, AO PASSO EM QUE DECLAROU EXTINTA A SUA PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO AO DELITO PREVISTO NO ARTIGO 304, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM ABSTRATO,3.3. APÓS MINUCIOSA ANÁLISE DOS AUTOS E REFLEXÃO APROFUNDADA SOBRE AS NUANCES DO CASO, ENTENDE-SE QUE NÃO ASSISTE RAZÃO À DEFESA QUANTO À INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA SUSTENTAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. 3.4. ANALISANDO OS AUTOS DE ORIGEM, DESTACA-SE QUE A DECISÃO RECORRIDA FOI EMBASADA NA ANÁLISE EM CONJUNTO DO ACERVO PROBATÓRIO CONSTITUÍDO TANTO NA FASE INQUISITORIAL QUANTO NAS PROVAS COLHIDAS EM JUÍZO SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO, ADEQUADAMENTE FUNDAMENTADA EM RESPEITO AOS DITAMES DO ART. 93, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.3.5. EM ANÁLISE AO PLEITO ABSOLUTÓRIO, COMO BEM ASSEVERARAM O JUÍZO A QUO E OS ILUSTRES REPRESENTANTES DO PARQUET, A MATERIALIDADE E A AUTORIA DELITIVA DO CRIME DO 213, § 1º C/C ARTIGO 14, II, DO CÓDIGO PENAL, RESTARAM COMPROVADAS PELA PRODUÇÃO PROBANTE LEVADA A EFEITO DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, IMPOSSIBILITANDO A PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. AS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA, CORROBORADA PELOS TESTEMUNHOS PRESTADOS EM JUÍZO, BEM COMO PELO AUTO DE EXAME DE CORPO DE DELITO QUE DEMONSTROU AS LESÕES SOFRIDAS PELA VÍTIMA (FL. 63), MOSTRAM-SE HÁBEIS PARA CONFIRMAR A TESE DA ACUSAÇÃO. 3.6. A OITIVA DA VÍTIMA PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL É EXTREMAMENTE DETALHADA E VEROSSÍMIL, DESCREVENDO COM DETALHES OS FATOS (FLS. 68/71). EM JUÍZO A VÍTIMA RATIFICOU AS DECLARAÇÕES EM SEDE POLICIAL (MÍDIA AUDIOVISUAL DE FL. 151). CORROBORANDO A VERSÃO DA VÍTIMA APRESENTADA NA FASE INVESTIGATÓRIA E EM JUÍZO, ESTÃO OS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS, PRESTADOS EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, CONFORME MÍDIAS AUDIOVISUAIS DE FLS. 116 E 147. 3.7. APESAR DE O RÉU/RECORRENTE NEGAR O COMETIMENTO DO DELITO EM SEDE JUDICIAL (MÍDIA AUDIOVISUAL DE FL. 116), IMPORTANTE DESTACAR QUE A NARRATIVA APRESENTADA É FRÁGIL, EIS QUE INEXISTEM PROVAS NESSE SENTIDO, AINDA QUE TESTEMUNHAIS. COM EFEITO, CONFORME REGISTRADO NO PARECER DA PGJ, "A VERSÃO APRESENTADA PELO RECORRENTE ESTÁ COMPLETAMENTE ISOLADA NOS AUTOS, DE ONDE SE EXTRAI A CERTEZA DO CRIME POR ELE PRATICADO CONTRA A VÍTIMA, QUE DE FORMA SEGURA RELATOU COM RIQUEZA DE DETALHES A VIOLÊNCIA SOFRIDA, "DESTACANDO QUE O CRIME DE ESTUPRO SOMENTE NÃO SE CONSUMOU PORQUE PULOU DO CARRO EM MOVIMENTO E FUGIU, PEDINDO AJUDA ÀS PESSOAS QUE ESTAVAM NA LOCALIDADE, O QUE FORÇOU O DENUNCIADO A DESISTIR DE SEU DESIDERATO CRIMINOSO, POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE" (FL. 269).3.8. PERCEBE-SE, ASSIM, QUE OS DEPOIMENTOS PRESTADOS EM JUÍZO SÃO COESOS E HARMÔNICOS ENTRE SI, RELATANDO QUE A VÍTIMA E O RÉU/RECORRENTE SAÍRAM DO BAR E ESTAVAM NO CARRO JUNTOS, MOMENTO EM QUE OCORREU O COMETIMENTO DO DELITO. ALÉM DISSO, CONSIGNE-SE QUE O AUTO DE EXAME DE CORPO DE DELITO (FL. 63) DEMONSTROU AS LESÕES SOFRIDAS PELA VÍTIMA, CORROBORANDO O FATO DE A VÍTIMA TER PULADO DO VEÍCULO CONDUZIDO PELO RÉU/RECORRENTE.3.9. ADEMAIS, REGISTRE-SE QUE NOS CRIMES DE NATUREZA SEXUAL, EM MAIOR PARTE OCORRIDOS NA CLANDESTINIDADE E SEM A PRESENÇA DE TESTEMUNHAS OCULARES, EMPRESTA-SE VALOR PREPONDERANTE ÀS DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS, DIANTE DA DIFICULDADE DA OBTENÇÃO DE PROVA DIRETA. NA HIPÓTESE, AS DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA VÍTIMA, EM FASE INVESTIGATIVA E EM JUÍZO, SÃO SEGURAS E NARRAM OS FATOS COM COERÊNCIA, APONTANDO CLARA E MANIFESTAMENTE O ACUSADO COMO RESPONSÁVEL PELO CRIME. 3.10. DESSA FORMA, OS ELEMENTOS DE PROVA CONSTANTES NOS AUTOS APONTAM O APELANTE COMO AUTOR DO CRIME, RESTANDO COMPROVADO OS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL DELATÓRIA. AS DECLARAÇÕES COESAS DA VÍTIMA, CORROBORADAS PELO DEPOIMENTO DAS TESTEMUNHAS E PELO AUTO DE EXAME DE CORPO DELITO (LESÃO CORPORAL FL. 63), REVELAM NÃO SÓ A OCORRÊNCIA DO CRIME, MAS TAMBÉM SUAS PECULIARIDADES, A SABER, QUE O CRIME DE ESTUPRO SOMENTE NÃO SE CONSUMOU PORQUE A VÍTIMA PULOU DO CARRO EM MOVIMENTO E FUGIU, PEDINDO AJUDA ÀS PESSOAS QUE ESTAVAM NA LOCALIDADE, O QUE FORÇOU O RÉU A DESISTIR DE SEU DESIDERATO CRIMINOSO, POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE, E NÃO POR DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA, ESTANDO O ÉDITO CONDENATÓRIO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E AMPARADO PELO ACERVO PROBATÓRIO COLIGIDO NOS AUTOS E EM CONSONÂNCIA COM OS PRECEITOS LEGAIS E COM A JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS À ESPÉCIE. 3.11. POR TODO O EXPOSTO, NÃO RESTAM DÚVIDAS QUANTO À OCORRÊNCIA DO CRIME DE ESTUPRO (ART. 213, CAPUT, DO CP), NA FORMA QUALIFICADA DO DELITO (§1º), UMA VEZ QUE A VÍTIMA POSSUÍA, NA DATA DOS FATOS, MENOS DE 18 ANOS, EM SUA FORMA TENTADA (ART. 14, II, DO CP).4. POR FIM, EM RELAÇÃO À DOSIMETRIA DA PENA, ANTE O EFEITO DEVOLUTIVO APROFUNDADO/AMPLO, EM QUE O JUÍZO AD QUEM É LIVRE PARA APRECIAR ASPECTOS QUE NÃO FORAM SUSCITADOS PELAS PARTES, CONSIGNE-SE QUE, REALIZADA A ANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA, NÃO SE VERIFICOU DESACERTO QUANTO ÀS REGRAS PARA SUA APLICAÇÃO, TENDO O JUIZ A QUO EMPREGADO DE FORMA PROPORCIONAL E ADEQUADA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTS. 59 E 68 DO CÓDIGO PENAL, CHEGANDO, ASSIM, À PENA APLICADA.5. ASSIM, ESTANDO A DECISÃO ORA VERGASTADA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, COM BASE EM ELEMENTOS CONCRETOS DO PROCESSO

E NAS PECULIARIDADES DO CASO EM ANÁLISE, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO E COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTE SODALÍCIO, A MANUTENÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO JUÍZO A QUO É MEDIDA QUE SE IMPÕE, EM CONFORMIDADE COM O PARECER DA PGJ.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS O VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA DA VALIDAÇÃO DO SISTEMA. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0013075-29.2021.8.06.0293 - Apelação Criminal - Sobral - Apelante: A. P. A. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA (ART. 24-A DA LEI Nº 11.232/06). PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO DELITO POR AUSÊNCIA DE PROVA PARA A CONDENAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA DOTADA DE GRANDE RELEVÂNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NOS AUTOS. PLEITO SUBSIDIÁRIO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. DOSIMETRIA REVISTA. MANTIDA A NEGATIVAÇÃO DO VETOR PERSONALIDADE. PENA-BASE REDIMENSIONADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, EM PARTE.1. CONJUNTO PROBATÓRIO SÓLIDO E CRISTALINO, COMPROVANDO MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS, APTAS A CONFIGURAREM O CRIME PREVISTO NO ART. 24-A DA LEI MARIA DA PENHA.2. NOS CRIMES OCORRIDOS NO CONTEXTO DA RELAÇÃO DOMÉSTICA, NORMALMENTE PRATICADOS NA CLANDESTINIDADE, A PALAVRA DA VÍTIMA, EX-COMPANHEIRA DO RECORRENTE, QUANDO CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS E EM HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS, É PROVA SUFICIENTE PARA ALICERÇAR O ÉDITO CONDENATÓRIO. 3. DEPOIMENTOS DA VÍTIMA, DESDE A FASE PRÉ-PROCESSUAL, NARRAM COM RIQUEZA DE DETALHES AS CONDUTAS DELITIVAS PRATICADAS PELO RÉU, TENDO AÇÃO DO RÉU COADUNADO NO DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ANTERIORMENTE FIXADAS. SENTENÇA CONFIRMADA.4. OS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL ACUSATÓRIA RESTARAM SUFICIENTEMENTE ESCLARECIDOS AO LONGO DA INSTRUÇÃO NÃO MERECENDO QUALQUER AMPARO O PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO APELANTE QUE CONFESSOU A PRÁTICA DELITIVA EM JUÍZO E A CIÊNCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS LHE IMPOSTAS. 5. REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA COM O AFASTAMENTO DA NEGATIVAÇÃO DAS VETORIAIS CULPABILIDADE E MOTIVO DO CRIME EM RAZÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. PENA ALTERADA.6. APELAÇÃO CONHECIDA E, EM PARTE, PROVIDA. ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, DESEMBARGADORA LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃESRELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0016333-87.2018.8.06.0055 - Apelação Criminal - Canindé - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: F. D. G. P. - Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RECURSO DA ACUSAÇÃO. INSURGÊNCIA DA ABSOLVIÇÃO. ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. DEPOIMENTOS DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS. DOSIMETRIA.I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA SENTENÇA QUE ABSOLVEU O RÉU PELO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, PREVISTO NO ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. O PARQUET ALEGA QUE AS PROVAS COLETADAS SÃO SUFICIENTES PARA UM DECRETO CONDENATÓRIO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. DISCUTE-SE A POSSIBILIDADE DE REFORMAR A SENTENÇA ABSOLUTÓRIA EM FACE DA ALEGAÇÃO DE QUE A RELAÇÃO ENTRE O RÉU E A VÍTIMA, MENOR DE 14 ANOS, CONFIGURA O DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, INDEPENDENTEMENTE DO CONSENTIMENTO OU DA DINÂMICA AFETIVA RELATADA.III. RAZÕES DE DECIDIR3. É SABIDO QUE NO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART.217-A, DO CPB), A COMPROVAÇÃO DA CONJUNÇÃO CARNAL E DA PRÁTICA DE ATO LIBIDINOSO PODE SER DEMONSTRADA VIA EXAME DE CORPO DE DELITO, OU POR MEIO DE DEPOIMENTO DA VÍTIMA E DAS TESTEMUNHAS, UMA VEZ QUE ESTAS DETÊM ESPECIAL RELEVÂNCIA PROBATÓRIA QUANDO ANALISADA CONJUNTAMENTE COM OS OUTROS ELEMENTOS POSTOS NOS AUTOS. NOS CRIMES SEXUAIS, DIANTE DA CLANDESTINIDADE DO ATO, A PALAVRA DA VÍTIMA E/OU TESTEMUNHA DETÉM FORÇA PROBANTE DE EXTREMA RELEVÂNCIA, DESDE QUE INTERLIGADO COM OS DEMAIS ELEMENTOS NO CASO CONCRETO, SENDO ESTE O ENTENDIMENTO UNÍSSONO DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE E DO STJ.4. DESTAQUE-SE QUE O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA CONSENTIMENTO DA VÍTIMA E RELACIONAMENTO AMOROSO COM O RÉU, NO CASO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, NÃO RECHAÇA O TIPO PENAL DO ART. 217-A, DO CPB, CONFORME PREVÊ ENUNCIADO SUMULAR 593 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.5. INOBSTANTE A EXISTÊNCIA DE CONSENTIMENTO DA VÍTIMA AINDA QUE NA CONSTÂNCIA DE UM RELACIONAMENTO AMOROSO, NÃO SÃO CIRCUNSTÂNCIAS QUE ELIDEM A TIPICIDADE DO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, DIANTE DA CONDIÇÃO DE TRATAMENTO QUE A LEI ESTABELECEU AOS MENORES DE QUATORZE ANOS.6. LOGO, POR MEIO DE UMA ANÁLISE AMPLA DE TODOS OS ELEMENTOS CARREADOS AOS AUTOS, NOTA-SE QUE O ÉDITO CONDENATÓRIO DEVE SER REFORMADO, VISTO QUE OS DEPOIMENTOS PRESTADOS PELA VÍTIMA, SUA MÃE E O PRÓPRIO ACUSADO, ESTÃO EM PLENA HARMONIA COM TODO O FATO EXPOSTO PELA VÍTI-MA, INEXISTINDO CONTRADIÇÕES OU INCERTEZAS CAPAZES DE GERAR DÚVIDAS, RAZÃO PELA QUAL RETIFICA-SE O ÉDITO CONDENATÓRIO.IV. DISPOSITIVO 6. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA CONDENAR O RÉU F. D. G. P. AO CUMPRIMENTO DA PENA DE 8 (OITO) ANOS DE RECLUSÃO EM REGIME SEMIABERTO, PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0016333-87.2018.8.06.0055, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER E DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETORELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0020892-60.2015.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Valeriano Oliveira Bernardo - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. RECURSO DEFENSIVO. CONSELHO DE SENTENÇA QUE CONDENOU O RÉU. HOMICÍDIO QUALIFICADO

PRIVILEGIADO (ART. 121, 1º, §2º, IV DO CP); (1) PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. ALEGADA DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS (ART. 593, III, D, DO CPP). INOCORRÊNCIA. PROVAS NOS AUTOS APTAS A EMBASAR A TESE ACATADA PELOS JURADOS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS DO TRIBUNAL DO JÚRI. SÚMULA Nº 6 DO TJCE. CONDENAÇÃO E QUALIFICADORA MANTIDA. PRECEDENTES STJ E TJCE. (2) PLEITO DE REFORMA DA 1ª FASE DA DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA NEGATIVAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. FRAÇÃO DE 1/8 (UM OITAVO) CORRETAMENTE APLICADA. PRECEDENTES STJ E TJCE. MANUTENÇÃO DA PENA-BASE. (3) PLEITO DE REFORMA DA 3ª FASE DA DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO) DE REDUÇÃO DA PENA. MOTIVAÇÃO CONCRETA DECLINADA. LAPSO TEMPORAL. MANUTENÇÃO. PRECEDENTES STJ. (4) DISPOSITIVO: RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA POR VALERIANO OLIVEIRA BERNARDO OBJURGANDO SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA 3ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE FORTALEZA (FLS. 347/348), O QUAL EM CONSONÂNCIA COM A DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI O CONDENOU COMO INCURSO NAS SANÇÕES PREVISTAS NO ART. 121, 1º, §2º, IV DO CPB, A UMA PENA DE 10 (DEZ) ANOS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO.2. DA TESE DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS: 2.1 EM DECORRÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDITOS, A ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DO CONSELHO DE SENTENÇA, SOB A ALEGAÇÃO DE MANIFESTA CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS, SOMENTE É POSSÍVEL SE FICAR DEMONSTRADO QUE A DECISÃO DOS JURADOS É MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS, O QUE NÃO OCORRE NA ESPÉCIE. SÚMULA 06 DO TJCE. 2.2 DO EXAME DAS RAZÕES RECURSAIS EXPENDIDAS, CONSTATA-SE QUE A DEFESA NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR A ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO DOS JURADOS FOI INTEIRAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS E QUE NÃO ENCONTRA SUPORTE NOS ELEMENTOS FÁTICOS EXISTENTES NO PROCESSO. 2.3 O RÉU VALERIANO OLIVEIRA BERNARDO FOI PRONUNCIADO (FLS. 233/239) COMO INCURSO NAS PENAS DO ART. 121, PARÁGRAFO 2º, INCISOS II E IV DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, PELOS FATOS OCORRIDOS NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2014, POR VOLTA DAS 14H00MIN, NA RUA TENENTE BEZERRA, EM FRENTE AO IMÓVEL COMERCIAL DE NÚMERO 34, DENOMINADO “BAR DO TOINHO”, BAIRRO DA AEROLÂNDIA, NESTA CIDADE, SOB A ACUSAÇÃO DE TER ASSASSINADO A VÍTIMA FRANCISCO VIRGÍLIO FERREIRA DA CRUZ, UTILIZANDO-SE DE ARMA DE FOGO. 2.4. SUBMETIDO A JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, ENTENDEU O CONSELHO DE SENTENÇA POR: 1) RECONHECER A MATERIALIDADE DO FATO; 2) ADMITIR A AUTORIA DELITIVA; 3) NÃO ABSOLVER O RÉU; 4) ADMITIR QUE O RÉU AGIU SOB O DOMÍNIO DE VIOLENTA EMOÇÃO, LOGO EM SEGUIDA A INJUSTA PROVOCAÇÃO DA VÍTIMA; 6) RECONHECER O EMPREGO DE MEIO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA, SENDO CONDENADO, PORTANTO, PELO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §1º E §2º, INCISO IV DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO2.5 COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICA-SE QUE A MATERIALIDADE DO CRIME ESTÁ CARACTERIZADA A PARTIR DO LAUDO CADAVÉRICO DE FLS. 63/65, QUE REVELA MORTE POR TRAUMA CRANIOENCEFÁLICO, E CHOQUE HIPOVOLÊMICO, DEVIDO ÀS FERIDAS PENETRANTES NA CABEÇA, NO TÓRAX E ABDOME. ADEMAIS, A AUTORIA TAMBÉM RESTOU DEMONSTRADA PELAS PROVAS E DEPOIMENTOS CONSTANTES NOS AUTOS2.6 QUANTO À QUALIFICADORA DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA, CONSOANTE CONSIGNADO NO PARECER DA PGJ, OS DISPAROS EFETUADOS FORAM TODOS À TRAIÇÃO, DE CONFORMIDADE COM O LAUDO DE EXAME CADAVÉRICO DE FLS. 63/65. ADEMAIS, VERIFICA-SE QUE NAS RESPOSTAS AOS QUESITOS FORAM LESIONADAS PARTES DO CORPO, DE TRÁS PARA FRENTE, COM TIROS A DISTÂNCIA: A REGIÃO OCCIPITAL, A REGIÃO LOMBAR, A REGIÃO SACRAL, O DORSO DA MÃO ESQUERDA E REGIÃO LATERAL DO PESCOÇO, CIRCUNSTÂNCIAS CONSIDERADAS QUALIFICADORAS DIANTE DO MEIO QUE INVIABILIZA A DEFESA DA VÍTIMA.2.7. DIANTE DO CORTEJO DAS PROVAS CONTIDAS NOS AUTOS, VERIFICA-SE EXISTEM ELEMENTOS QUE EMBASAM A TESE ACOLHIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ADEMAIS, AINDA QUE EXISTAM DUAS OU MAIS VERSÕES AMPARADAS PELO CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS, DEVE SER PRESERVADA A DECISÃO DOS JURADOS, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. A SIMPLES OPÇÃO DOS JURADOS POR UMA DAS TESES, AINDA QUE NÃO PAREÇA A ESCOLHA MAIS ACERTADA, NÃO PERMITE QUE A COMPETÊNCIA PARA JULGAR OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA SEJA USURPADA PELAS AUTORIDADES JUDICIAIS, AS QUAIS NÃO RECEBERAM TAL COMPETÊNCIA CONSTITUCIONALMENTE.3. DO PLEITO DE REFORMA 1ª FASE DA DOSIMETRIA3.1 IN CASU, VERIFICA-SE QUE O DOUTO JUÍZO DE ORIGEM VALOROU NEGATIVAMENTE O VETOR REFERENTE ÀS CIRCUNTÂNCIAS DO CRIME, DESTACANDO QUE “O ACUSADO ARMADO ATACOU O ALVO EM VIA PÚBLICA EM HORÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, QUE POTENCIALMENTE PODERIAM TER SIDO ATINGIDAS”, O QUE SE CONFIGURA FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA EXASPERAR A PENA-BASE. PRECEDENTES STJ E TJCE.3.2. ALÉM DISSO, O JUÍZO DE ORIGEM EXASPEROU A PENA BASE APLICANDO A FRAÇÃO DE 1/8 SOBRE A DIFERENÇA ENTRE OS LIMITES DA PENA MÍNIMA PARA A PENA MÁXIMA, CONFORME PRECEDENTES DO STJ E DO TJCE, RAZÃO PELA QUAL REJEITA-SE O REFERIDO PLEITO RECURSAL NESTE PONTO, MANTENDO A SENTENÇA INALTERADA NO TOCANTE À PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA.4. DO PLEITO DE REFORMA DA 3ª FASE DA DOSIMETRIA4.1 EM SENTENÇA, O JUÍZO DE ORIGEM APLICOU A FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO) AO FUNDAMENTO DE QUE EXISTIU UM INTERVALO DE TEMPO ENTRE A DISCUSSÃO E O HOMICÍDIO. 4.2 NO CASO, CONSOANTE CONSIGNADO PELA PGJ, EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE NO FATÍDICO DIA, EM UM PRIMEIRO INSTANTE, HOUVE UMA DISCUSSÃO ENTRE O RÉU E A VÍTIMA, MOMENTO EM QUE O RÉU TERIA AMEAÇADO A VÍTIMA E IDO EMBORA. NOUTRO INSTANTE, PRÓXIMO À CASA DO OFENDIDO, O APELANTE APROXIMOU-SE DA VÍTIMA, INICIANDO UMA NOVA CONTENDA QUE CULMINOU COM A MORTE DA VÍTIMA. 4.3 ASSIM, A REDUÇÃO DA PENA EM 1/6, SE JUSTIFICA, ANTE A COMPROVADA EXISTÊNCIA DE INTERVALO ENTRE A DISCUSSÃO DO APELANTE E VÍTIMA, E A MORTE DESTA. PRECEDENTES STJ5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Paulo de Tarso Moreira Filho (OAB: 7143/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0050476-95.2020.8.06.0067 - Apelação Criminal - Chaval - Apelante: F. E. R. de B. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A LIBERDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. REJEITADA. PRECLUSÃO. TESE SUSCITADA EM MOMENTO INOPORTUNO. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FALHAS NA REPRODUÇÃO DAS MÍDIAS ALEGADAS PELA DEFESA. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. MÍDIAS AUDÍVEIS. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADAS.

VALIDADE DA PALAVRA DA OFENDIDA. TESTEMUNHO COERENTE E HARMÔNICO COM AS DEMAIS PROVAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1.1. TRATANDO-SE A TESE PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA DE NULIDADE RELATIVA, NÃO TENDO A DEFESA ALEGADO O VÍCIO NO MOMENTO OPORTUNO, RESTA CONFIGURADA A PRECLUSÃO DA MATÉRIA.2.1. A DEFESA ALEGA A EXISTÊNCIA DE FALHAS NA REPRODUÇÃO DAS MÍDIAS DO PROCESSO.2.2. EMBORA A QUALIDADE SONORA SEJA DEFICIENTE, AS GRAVAÇÕES NÃO SÃO INAUDÍVEIS, AFASTANDO, ASSIM, A TESE DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA.3.1.A PALAVRA DA VÍTIMA, EM CRIMES DESSE JAEZ, NORMALMENTE PRATICADOS NA CLANDESTINIDADE E SEM TESTEMUNHAS PRESENCIAIS, GANHA ESPECIAL RELEVÂNCIA, SERVINDO DE ELEMENTO DE CONVICÇÃO QUANDO EM HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS COLHIDAS, COMO OCORREU NO CASO EM TELA.3.2. SENDO O CONJUNTO PROBATÓRIO COERENTE E HARMONIOSO A COMPROVAR A MATERIALIDADE DO DELITO, BEM COMO A AUTORIA, NÃO PROCEDE A PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. NO CASO EM TELA, ALÉM DA SEGURA PALAVRA DA VÍTIMA, OS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS OFERECEM SUPORTE PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA A CONDENAÇÃO CRIMINAL.4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Franklin Dourado Rebêlo (OAB: 46381A/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0052584-39.2020.8.06.0151 - Apelação Criminal - Quixadá - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: V. M. R. - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL, C/C A LEI Nº 11.340/06). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. INSURGÊNCIA MINISTERIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO DO RÉU NOS TERMOS DA PEÇA ACUSATÓRIA. NÃO ACOLHIMENTO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. MATERIALIDADE DELITIVA DO CRIME DE LESÃO CORPORAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PROVA PERICIAL OU DOCUMENTOS MÉDICOS QUE COMPROVEM AS LESÕES. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA JUSTIFICAR A EXCEPCIONAL DISPENSA DA PROVA TÉCNICA. PRECEDENTES DO STJ. INSUFICIÊNCIA DE OUTROS MEIOS DE PROVA QUE POSSAM COMPROVAR A MATERIALIDADE DELITIVA. PALAVRA DA VÍTIMA QUE NÃO SE MANTÉM QUANDO CONFRONTADA COM O DEPOIMENTO DA FILHA DO CASAL. CONTRADIÇÕES EXISTENTES NOS AUTOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. STANDARD PROBATÓRIO PARA CONDENAÇÃO NÃO ALCANÇADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA POR MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL OBJURGANDO SENTENÇA (FLS. 113/120) PROFERIDA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ, QUE ABSOLVEU O RÉU VALDENIR MOREIRA RUFINO DA IMPUTAÇÃO DESCRITA NO ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL PÁTRIO, C/C ART. 7º, DA LEI Nº 11.340/06, NOS TERMOS DO ART. 386, V, DO CÓDIGO DE RITOS.2. PRETENDE O ÓRGÃO MINISTERIAL, EM SUMA, A REFORMA DA SENTENÇA VERGASTADA, PARA QUE O ACUSADO SEJA CONDENADO NOS TERMOS DA DENÚNCIA, AO ARGUMENTO DE QUE A MATERIALIDADE E A AUTORIA SE ENCONTRAM EVIDENCIADAS NO CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS.3. DO PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE SEJA CONDENADO O RÉU NOS TERMOS DA PEÇA ACUSATÓRIA. INSURGE-SE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ REQUERENDO A CONDENAÇÃO DO RECORRIDO PELA PRÁTICA DO DELITO DE LESÃO CORPORAL, PREVISTO NO ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL, AFIRMANDO O PARQUET A SUFICIÊNCIA DO ACERVO PROBATÓRIO DO FEITO. PARA TANTO, SALIENTA ESTAR A MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS A PARTIR DO DEPOIMENTO DA VÍTIMA.3.1. COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICA-SE, POR MEIO DA ANÁLISE DAS PROVAS CONSTANTES NO FEITO, RESTAREM DÚVIDAS SIGNIFICATIVAS ACERCA DA MATERIALIDADE DA CONDUTA IMPUTADA AO RÉU, HAJA VISTA A FRAGILIDADE DO DEPOIMENTO DA VÍTIMA, QUANDO CONFRONTADO COM O DEPOIMENTO DA FILHA DO ACUSADO E O INTERROGATÓRIO DO RÉU, ALIADO À AUSÊNCIA DE EXAME DE CORPO DE DELITO, BEM COMO DE QUAISQUER OUTRAS PROVAS QUE PUDESSEM CONFIRMAR A OCORRÊNCIA DO CRIME, A EXEMPLO DE FOTOGRAFIAS E VÍDEOS.3.2. DIFERENTEMENTE DO QUE SUSTENTA O MINISTÉRIO PÚBLICO, O ARCABOUÇO PROBATÓRIO NÃO EVIDENCIA QUE VALDENIR MOREIRA RUFINO, ORA RECORRIDO, PRATICOU O DELITO PREVISTO NO ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL, HAVENDO O JUIZ A QUO, ACERTADAMENTE, ABSOLVIDO O APELADO QUANTO AO REFERIDO CRIME, ASSEVERANDO QUE NÃO HÁ MATERIALIDADE DELITIVA ESTAMPADA NOS AUTOS, NÃO SE TENDO CERTEZA DA OCORRÊNCIA DO CRIME.3.3. NÃO OBSTANTE A VÍTIMA NARRE EM SEU DEPOIMENTO TER SOFRIDO AGRESSÕES FÍSICAS POR PARTE DO SEU COMPANHEIRO, A FILHA DO CASAL É CONTUNDENTE EM AFIRMAR QUE ALÉM DE NÃO TER PRESENCIADO O FATO NARRADO NOS AUTOS, SEU PAI NUNCA DEMONSTROU COMPORTAMENTO VIOLENTO EM CASA. AO CONTRÁRIO, AFIRMOU QUE SUA MÃE, ORA VÍTIMA NO PRESENTE CASO, TERIA RECENTEMENTE AGREDIDO OUTRA MULHER, QUE ESTAVA ENVOLVIDA COM SEU PAI, E QUE ELA TERIA PRESENCIADO ESSA AGRESSÃO, QUE SERIA DE CONHECIMENTO DE BOA PARTE DA CIDADE.3.4. ASSIM, O DEPOIMENTO DA FILHA DO CASAL, ALIADO AO INTERROGATÓRIO DO RÉU, QUE NEGOU QUALQUER ATO DE VIOLÊNCIA, TORNA FRÁGIL O DEPOIMENTO DA VÍTIMA NO CASO CONCRETO, NOTADAMENTE DIANTE DA AUSÊNCIA DE CORPO DE DELITO OU DE QUALQUER PROVA NOS AUTOS, A EXEMPLO DE FOTOGRAFIAS, QUE PUDESSEM COMPROVAR AS LESÕES SOFRIDAS PELA VÍTIMA, QUE SE LIMITOU A DIZER QUE POSSUÍA FOTOS DAS AGRESSÕES, MAS QUE CONVENIENTEMENTE, TERIA AS PERDIDO.3.5. DESSE MODO, DIANTE DA ANÁLISE CRÍTICA DAS PROVAS E CONSIDERAÇÕES ACIMA EXPOSTAS, ENTENDO QUE NÃO HÁ ELEMENTOS SUFICIENTES PARA JUSTIFICAR A REFORMA DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO, COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, DETERMINA QUE, HAVENDO DÚVIDA RAZOÁVEL SOBRE A OCORRÊNCIA DO CRIME OU SUA AUTORIA, DEVE-SE DECIDIR EM FAVOR DO RÉU.3.6. É CEDIÇO QUE A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES RECONHECE O VALOR ESPECIAL DA PALAVRA DA VÍTIMA EM CRIMES PRATICADOS NO AMBIENTE DOMÉSTICO. NO ENTANTO, ESTE ENTENDIMENTO NÃO AFASTA A NECESSIDADE DE UMA ANÁLISE CRITERIOSA DO CONJUNTO PROBATÓRIO, ESPECIALMENTE QUANDO HÁ INCONSISTÊNCIAS NOS RELATOS. ADEMAIS, CONSIGNE-SE QUE NÃO HÁ NOS AUTOS JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DA PROVA TÉCNICA (EXAME DE CORPO DE DELITO), OU OUTRO MEIO DE PROVA COMO DOCUMENTOS MÉDICOS DE EVENTUAL ATENDIMENTO REALIZADO APÓS AS SUPOSTAS LESÕES SOFRIDAS, RESSALTANDO-SE, AINDA, A INSUFICIÊNCIA DE OUTROS MEIOS DE PROVAS, COMO FOTOGRAFIAS, QUE PUDESSEM COMPROVAR A OCORRÊNCIA DO FATO CRIMINOSO.3.7. NO ÂMBITO DO PROCESSO PENAL, É IMPERATIVO DISCUTIR O STANDARD PROBATÓRIO NECESSÁRIO PARA EMBASAR UMA CONDENAÇÃO CRIMINAL. O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, CONSAGRADO NO ART. 5º, LVII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EXIGE QUE A CULPABILIDADE DO ACUSADO SEJA DEMONSTRADA DE FORMA INEQUÍVOCA, PARA ALÉM DE QUALQUER DÚVIDA RAZOÁVEL. APLICANDO ESTE ENTENDIMENTO AO CASO CONCRETO, É IMPERATIVO QUESTIONAR SE O CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO NOS AUTOS É SUFICIENTE PARA ALCANÇAR O NÍVEL DE CERTEZA EXIGIDO PARA UMA CONDENAÇÃO CRIMINAL. AS INCONSISTÊNCIAS NOS RELATOS DA VÍTIMA QUANDO CONFRONTADOS COM OS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA, ALIADO

A AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS FÍSICAS CORROBORATIVAS, CRIAM UM CENÁRIO DE DÚVIDA QUE NÃO PODE SER IGNORADO.3.8. É FUNDAMENTAL RESSALTAR QUE A APLICAÇÃO DESTE RIGOROSO STANDARD PROBATÓRIO NÃO SIGNIFICA DESCONSIDERAR A GRAVIDADE DAS ALEGAÇÕES INICIAIS OU MINIMIZAR A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PELO CONTRÁRIO, REPRESENTA A APLICAÇÃO CRITERIOSA DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM O PROCESSO PENAL EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, GARANTINDO QUE UMA CONDENAÇÃO CRIMINAL, COM TODAS AS SUAS GRAVES CONSEQUÊNCIAS, SÓ OCORRA QUANDO AS PROVAS SEJAM SUFICIENTEMENTE ROBUSTAS PARA SUPERAR QUALQUER DÚVIDA RAZOÁVEL.3.9. PORTANTO, CONSIDERANDO QUE O CONJUNTO PROBATÓRIO DOS AUTOS NÃO ATINGE O NÍVEL DE CERTEZA EXIGIDO PARA UMA CONDENAÇÃO, IMPÕE-SE A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA, EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E AO IN DUBIO PRO REO. 4. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS O VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 29 DE OUTUBRO DE 2024MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Francisco Jackson Perigoso de Oliveira (OAB: 32279/CE)

Nº 0159231-57.2019.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: C. R. M. de O. J. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONDENAÇÃO MANTIDA. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA PROBATÓRIA. PROVA TESTEMUNHAL QUE ATESTAM A VERSÃO DA VÍTIMA.1. O CASO VERSA SOBRE A CONDUTA DO ACUSADO QUE ABUSOU SEXUALMENTE DA PRIMA DE SUA ESPOSA AO TENTAR BEIJÁ-LA E TOCAR EM SUAS PARTES ÍNTIMAS NO DIA EM QUE ELA FOI DORMIR EM SUA RESIDÊNCIA. OS FATOS FORAM DESCOBERTOS QUANDO ELA NARROU O OCORRIDO AO SEU TIO APÓS PASSAR POR PROBLEMAS DE ANSIEDADE.2. A TESE DE ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS NÃO MERECE PROSPERAR POIS O DEPOIMENTO DA VÍTIMA É PRECISO E COESO EM DESCREVER OS ATOS LIBIDINOSOS PRATICADOS PELO ACUSADO CONTRA ELA (QUANDO ERA MENOR DE 14 ANOS), CUJA NATUREZA ASSUME ESPECIAL RELEVÂNCIA E PESO PROBANTE POR SE TRATAR DE CRIMES DE NATUREZA SEXUAL, QUE SÃO PRATICADOS COSTUMEIRAMENTE EM SITUAÇÃO DE CLANDESTINIDADE.3. ESSA VERSÃO É CORROBORADA PELAS TESTEMUNHAS OUVIDAS EM JUÍZO NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL QUE AFIRMAM QUE A VÍTIMA NARROU POSTERIORMENTE OS FATOS, NOTADAMENTE PELO DEPOIMENTO DE SUA GENITORA QUE ATESTA O COMPORTAMENTO ESTRANHO DA VÍTIMA DE SE CORTAR COM UMA LÂMINA APÓS A NOITE EM QUE DORMIU NA CASA DO ACUSADO E QUE ELA AFIRMOU QUE FOI EM DECORRÊNCIA DESSES FATOS E QUE NÃO TINHA CORAGEM DE CONTAR E QUE CESSARAM APÓS ELA CONTAR TUDO EM DELEGACIA.4. AINDA QUE NÃO HAJAM TESTEMUNHAS OCULARES DO FATO, EM CRIMES DE NATUREZA SEXUAL POR SEREM PRATICADOS GERALMENTE EM CONTEXTO DE CLANDESTINIDADE, TERCEIROS FICAM SABENDO DA OCORRÊNCIA A PARTIR DA NARRATIVA EFETUADA PELA OFENDIDA, DE MODO QUE ESSAS NARRATIVAS QUANDO COESAS COM O DEPOIMENTO DA VÍTIMA PODEM ENSEJAR A CONDENAÇÃO. PRECEDENTES.5. CONDENAÇÃO MANTIDA PELO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL ANTE A PRÁTICA DE ATOS LIBIDINOSOS CONTRA A VÍTIMA QUANDO ELA POSSUÍA MENOS DE 14 ANOS DE IDADE.6. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.ACORDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0159231-57.2019.8.06.0001, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER O RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETORELATOR . - Advs: Danielly Jordana Santos de Medeiros (OAB: 19891/AL) - Fernanda Costa Noronha Albuquerque (OAB: 45372A/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0179305-35.2019.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: O. de O. P. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM DESFAVOR DE VÍTIMA PORTADORA DE RETARDO MENTAL (ART. 217-A, CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE AMPLAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS. PALAVRA DA VÍTIMA TEM ESPECIAL IMPORTÂNCIA NOS DELITOS SEXUAIS. AUSÊNCIA DE DEPOIMENTO CONTRADITÓRIO. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA COM A TESTEMUNHAL. COERÊNCIA COM AS DEMAIS PROVAS COLIGIDAS. PRÁTICA DE ATOS LIBIDINOSOS DIVERSOS DA CONJUNÇÃO CARNAL COM PESSOA VULNERÁVEL. PLEITO DE REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA. NÃO ACOLHIMENTO. PENA APLICADA DE FORMA PROPORCIONAL E ADEQUADA AO CASO CONCRETO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA POR OSMAR DE OLIVEIRA PEREIRA OBJURGANDO SENTENÇA (FLS. 367/372) PROFERIDA PELO JUÍZO DA 6ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA, QUE CONDENOU O RÉU A UMA PENA TOTAL DE 08 (OITO) ANOS DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDO EM REGIME INICIAL SEMIABERTO, POR INFRAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 217-A, §1º, DO CÓDIGO PENAL.2. PRETENDE O RECORRENTE, EM SUMA, A SUA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS APTAS A AMPARAR O DECRETO CONDENATÓRIO. SUBSIDIARIAMENTE, PELA REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA.3. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. NESTA PARCELA RECURSAL, PRETENDE A DEFESA A ABSOLVIÇÃO DO RECORRENTE, AO ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE PROVAS APTAS A SUSTENTAR O DECRETO CONDENATÓRIO.3.1. EM ANÁLISE AO PLEITO ABSOLUTÓRIO, COMO BEM ASSEVERARAM O JUÍZO A QUO E OS ILUSTRES REPRESENTANTES DO PARQUET, A MATERIALIDADE E A AUTORIA DELITIVA DO CRIME DO ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL, RESTARAM COMPROVADAS PELA PRODUÇÃO PROBANTE LEVADA A EFEITO DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, IMPOSSIBILITANDO A PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. AS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA, CORROBORADA PELO TESTEMUNHO DE SUA GENITORA E DE SEU IRMÃO, MOSTRAM-SE HÁBEIS PARA CONFIRMAR A TESE DA ACUSAÇÃO. 3.2. PERCEBE-SE, ASSIM, QUE OS DEPOIMENTOS PRESTADOS EM JUÍZO SÃO COESOS E HARMÔNICOS ENTRE SI, RELATANDO O FATO DELITUOSO COM MESMO MODUS OPERANDI E LOCAL DE EXECUÇÃO. A VÍTIMA RELATA QUE SOFREU ABUSO SEXUAL POR PARTE DO ACUSADO DENTRO DE SUA CASA. DETALHOU QUE O RÉU LHE AGARROU A FORÇA, BEIJANDO-A NA BOCA E APALPANDO SEUS SEIOS. 3.3. NOS CRIMES DE NATUREZA SEXUAL, EM MAIOR PARTE OCORRIDOS NA CLANDESTINIDADE E SEM A PRESENÇA DE TESTEMUNHAS OCULARES, EMPRESTA-SE VALOR PREPONDERANTE ÀS DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS, DIANTE DA DIFICULDADE DA OBTENÇÃO DE PROVA DIRETA. NA HIPÓTESE, AS DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA VÍTIMA SÃO SEGURAS E NARRAM OS FATOS COM COERÊNCIA,

APONTANDO CLARA E MANIFESTAMENTE O ACUSADO COMO RESPONSÁVEL PELOS CRIMES (STJ - AGRG NO ARESP: 1994996 TO 2021/0322893-4, RELATOR: MINISTRO MESSOD AZULAY NETO, DATA DE JULGAMENTO: 14/03/2023, T5 - QUINTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 24/03/2023).3.4. EM SEU INTERROGATÓRIO, O RECORRENTE NEGOU A PRÁTICA DELITIVA, SUSTENTANDO QUE DEU UM SELINHO NA VÍTIMA, E QUE ESTA TERIA RETRIBUÍDO. 3.5. ENTRETANTO, A VERSÃO EXCULPATÓRIA DA DEFESA DO APELANTE NÃO ENCONTRA SUPORTE NO ACERVO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS, NÃO PODENDO PREVALECER ISOLADAMENTE DIANTE DAS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS EM CONTRÁRIO. NÃO HÁ NOS AUTOS INDÍCIOS DE QUE A VÍTIMA E SUA IRMÃO TINHAM MOTIVOS PARA ACUSAR O RÉU FALSAMENTE DE PERPETRAR TÃO GRAVE CONDUTA CRIMINOSA. ASSIM, APESAR DA NEGATIVA DE AUTORIA, OS ELEMENTOS DE PROVA CONSTANTES NOS AUTOS APONTAM O APELANTE COMO AUTOR DO CRIME, RESTANDO COMPROVADO OS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL DELATÓRIA. AS DECLARAÇÕES COESAS DA VÍTIMA, CORROBORADAS PELO DEPOIMENTO DAS TESTEMUNHAS, REVELAM NÃO SÓ A OCORRÊNCIA DO CRIME, MAS TAMBÉM SUAS PECULIARIDADES, ESTANDO O ÉDITO CONDENATÓRIO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E AMPARADO PELO ACERVO PROBATÓRIO COLIGIDO NOS AUTOS.3.6. POR FIM, VÁLIDO CONSIGNAR QUE CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, O CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL SE CONFIGURA COM A PRÁTICA DE QUALQUER ATO LIBIDINOSO, SENDO DESNECESSÁRIA A CONJUNÇÃO CARNAL, SEXO ORAL OU O COITO ANAL. O ATO LIBIDINOSO, ATUALMENTE DESCRITO NO ARTIGO 217-A DO CÓDIGO PENAL, NÃO É SÓ O COITO ANAL OU O SEXO ORAL, MAS PODEM SER CARACTERIZADOS MEDIANTE TOQUES, BEIJO LASCIVO, CONTATOS VOLUPTUOSOS, CONTEMPLAÇÃO LASCIVA, DENTRE OUTROS. ISTO PORQUE O LEGISLADOR, COM A ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA LEI N. 12.015/2009, OPTOU POR CONSAGRAR, NO DELITO DE ESTUPRO, A PRÁTICA DE CONJUNÇÃO CARNAL OU OUTRO ATO LIBIDINOSO, NÃO HAVENDO ROL TAXATIVO OU EXEMPLIFICATIVO ACERCA DE QUAIS ATOS SERIAM CONSIDERADOS LIBIDINOSOS (STJ - AGRG NO RESP: 2052675 SC 2023/0043209-9, RELATOR: MINISTRO MESSOD AZULAY NETO, DATA DE JULGAMENTO: 13/06/2023, T5 - QUINTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 16/06/2023).3.7. DESSA FORMA, NO CASO CONCRETO, OS BEIJOS FORÇADOS NA BOCA DA VÍTIMA, E OS TOQUES EM SEUS SEIOS, CONFIGURAM O CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, UMA VEZ QUE A VÍTIMA É PORTADORA DE RETARDO MENTAL MODERADO (CID 10 - F 71), CONFORME ATESTADO MÉDICO DE FL. 54. NESSE SENTIDO, O §1º DO ART. 217-A, DO CÓDIGO PENAL, DISCIPLINA QUE “INCORRE NA MESMA PENA QUEM PRATICA AS AÇÕES DESCRITAS NO CAPUT COM ALGUÉM QUE, POR ENFERMIDADE OU DEFICIÊNCIA MENTAL, NÃO TEM O NECESSÁRIO DISCERNIMENTO PARA A PRÁTICA DO ATO, OU QUE, POR QUALQUER OUTRA CAUSA, NÃO PODE OFERECER RESISTÊNCIA”.3.8. POR TODO O EXPOSTO, NÃO RESTAM DÚVIDAS DE QUE O APELANTE OSMAR DE OLIVEIRA PEREIRA PRATICOU ATOS LIBIDINOSOS DIVERSOS DA CONJUNÇÃO CARNAL EM DESFAVOR DA VÍTIMA VITÓRIA EMILLY DA SILVA BARROZ, PORTADORA DE RETARDO MENTAL MODERADO (CID 10 - F 71), O QUE CONFIGURA O DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A, §1º, DO CÓDIGO PENAL), NÃO SENDO CRÍVEL FALAR-SE EM ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS.4. PLEITO DE REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA4.1. NO CASO CONCRETO, O JUÍZO DE ORIGEM, NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA, ACERTADAMENTE, FIXOU A PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL, UMA VEZ QUE NÃO RECONHECEU O DESVALOR DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS ANALISADAS. NA SEGUNDA FASE, AUSENTES CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES OU AGRAVANTES, MANTEVE A PENA INTERMEDIÁRIA NO MESMO PATAMAR ANTERIORMENTE FIXADA. NA TERCEIRA FASE, NÃO CONCORRENDO CAUSAS DE AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA PENA, FIXOU A PENA DEFINITIVA EM OITO ANOS DE RECLUSÃO, NÃO MERECENDO A SENTENÇA QUALQUER REPROCHE.4.2. DESTA FORMA, EM RELAÇÃO A DOSIMETRIA DA PENA, ANTE O EFEITO DEVOLUTIVO APROFUNDADO/AMPLO, EM QUE O JUÍZO AD QUEM É LIVRE PARA APRECIAR ASPECTOS QUE NÃO FORAM SUSCITADOS PELAS PARTES (SÚMULA 55 DO TJCE), CONSIDERANDO QUE A PENA-BASE FOI FIXADA NO MÍNIMO LEGAL, E QUE ACERTADAMENTE NÃO HOUVE O RECONHECIMENTO DE AGRAVANTES/ATENUANTES NEM DE CAUSAS DE AUMENTO/DIMINUIÇÃO, CONSIGNO QUE REALIZEI A ANÁLISE E NÃO VERIFIQUEI QUALQUER DESACERTO QUANTO ÀS REGRAS PARA SUA APLICAÇÃO, TENDO O JUIZ A QUO EMPREGADO DE FORMA PROPORCIONAL E ADEQUADA AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NOS ARTS. 59 E 68 DO CÓDIGO PENAL, CHEGANDO, ASSIM, ÀS PENAS APLICADAS.5. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS O VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 28 DE OUTUBRO DE 2024MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho (OAB: 29442/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0185779-56.2018.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: S. dos S. C. - Apelado: L. C. F. da S. - Apelado: S. de O. A. - Apelado: M. S. G. da S. - Apelado: S. de O. A. - Apelado: S. dos S. R. - Apelado: P. V. da S. A. - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO MINISTERIAL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, §§2º E 4º, I, LEI 12.850/13), ROUBO MAJORADO (ART. 157, §2º, II, §2º-A, I, CP), CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 244-B, LEI 8.069/90), ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, CP) E ESBULHO POSSESSÓRIO (ART. 161, §1º, II, CP). PRETENSÃO MINISTERIAL CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PROVA EXCLUSIVAMENTE INQUISITORIAL. VÍTIMAS NÃO OUVIDAS EM JUÍZO. DEPOIMENTOS POLICIAIS POR “OUVIR DIZER”. AUSÊNCIA DE PROVAS JUDICIALIZADAS DA MATERIALIDADE E AUTORIA. APLICAÇÃO DO ART. 155 DO CPP. TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE PROBATÓRIA. DESISTÊNCIA DA OITIVA DAS VÍTIMAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS DO VÍNCULO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA COM BASE NO ART. 386, VII DO CPP. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. CUIDAM OS AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ EM FACE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DE FORTALEZA (FLS. 835/852) QUE ABSOLVEU OS RÉUS SAMUEL DOS SANTOS CELESTINO, LUIS CARLOS FERREIRA DA SILVA, SABRINA DE OLIVEIRA ARAUJO, MARIA SELMA GOMES DA SILVA E SAMIA DE OLIVEIRA ARAUJO DAS ACUSAÇÕES DE PRÁTICA DO ART. 244-B, DA LEI DE Nº 8.069/90, ART. 157, §2º, INCISO II, §2º-A, INCISO I, ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO C/C O ARTIGO 69, DO CÓDIGO PENAL E ART. 2º, §2º DA LEI 12.850/2013, BEM COMO ABSOLVEU OS RÉUS SARA DOS SANTOS RODRIGUES E PAULO VICTOR DOS SANTOS ARAÚJO DA ACUSAÇÃO DE PRÁTICA DO ART. 2º, §§2º E 4º, I DA LEI N.º 12.850/13; ART. 157, § 2º, II E § 2º-A, I DO CPB; ART. 161, §1º, II DO CPB, NOS TERMOS DO ART. 386, VII DO CPP.2. RAZÕES RECURSAIS ÀS FLS. 856/874, POSTULANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, EM SÍNTESE, PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO PARA REFORMAR A SENTENÇA A FIM DE CONDENAR SAMUEL DOS SANTOS CELESTINO, LUIS CARLOS FERREIRA DA

SILVA, SABRINA DE OLIVEIRA ARAUJO, MARIA SELMA GOMES DA SILVA E SAMIA DE OLIVEIRA ARAUJO PELA PRÁTICA DAS CONDUTAS DO ART. 244-B, DA LEI DE N. 8.069/1990, ART. 157, §2º, INCISO II, §2º-A, INCISO I E ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO C/C O ART. 69, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, ALÉM DE CONDENAR SARA DOS SANTOS RODRIGUES E PAULO VICTOR DOS SANTOS ARAÚJO COMO INCURSOS NAS SANÇÕES DO ART. 2º, §§2º E 4º, I DA LEI N.º 12.850/13, ART. 157, § 2º, II E § 2º-A, I, DO CPB, ART. 161, §1º, II DO CPB, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL.3. PLEITO DE CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DOS CRIMES DE ROUBO MAJORADO, ESBULHO POSSESSÓRIO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES. IMPOSSIBILIDADE.3.1. EXTRAI-SE DOS AUTOS QUE AS VÍTIMAS ALEXANDRA DE SOUSA MONTEIRO E FRANCISCA ÁDRIA DE SOUSA DOS SANTOS, EMBORA TENHAM PRESTADO DEPOIMENTOS DETALHADOS NA FASE POLICIAL, NARRANDO A DINÂMICA DOS FATOS E RECONHECENDO OS ACUSADOS COMO AUTORES DO DELITO, NÃO FORAM OUVIDAS EM JUÍZO.3.2. SEM A OITIVA DAS VÍTIMAS NA FASE JUDICIAL NÃO HOUVE A CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO DAS DECLARAÇÕES APRESENTADAS NO INQUÉRITO, O QUE ENFRAQUECE O CONJUNTO PROBATÓRIO. AFINAL, É CEDIÇO QUE OS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO COLHIDOS NA FASE INQUISITORIAL NÃO SE PRESTAM PARA EMBASAR EXCLUSIVAMENTE UMA CONDENAÇÃO CRIMINAL, SERVINDO APENAS COMO INDÍCIOS QUE DEVEM SER CORROBORADOS POR PROVAS PRODUZIDAS SOB O MANTO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, NOS TERMOS DO ART. 155 DO CPP. 3.3. COMO SE VÊ, OS POLICIAIS NÃO FORAM TESTEMUNHAS OCULARES DOS EVENTOS, MAS APENAS COLHERAM E REPRODUZIRAM AS VERSÕES APRESENTADAS PELAS VÍTIMAS. TRATA-SE, PORTANTO, DE MEROS DEPOIMENTOS INDIRETOS (TESTEMUNHOS “DE OUVIR DIZER” OU HEARSAY TESTIMONY), QUE NÃO SERVEM, POR SI SÓ, PARA LASTREAR UMA CONDENAÇÃO. PRECEDENTE STJ: “SEGUNDO ENTENDIMENTO DESTA CORTE SUPERIOR, O TESTEMUNHO INDIRETO (OU POR OUVIR DIZER) NÃO É SUFICIENTE PARA COMPROVAR A OCORRÊNCIA DE NENHUM ELEMENTO DO CRIME.” (AGRG NO ARESP N. 2.223.972/GO, REL. MINISTRO RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, JULGADO EM 25/4/2023, DJE DE 28/4/2023).3.4. MERECE ESPECIAL DESTAQUE O FATO DE QUE O PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO DISPENSOU A OITIVA DAS VÍTIMAS EM JUÍZO (FLS. 715/716), RENUNCIANDO À PRINCIPAL PROVA QUE PODERIA CORROBORAR A TESE ACUSATÓRIA. COMO BEM RESSALTADO PELA PGJ EM SEU PARECER DE FLS. 903/926, ESSA CONJUNTURA PROCESSUAL CONFIGURA O QUE A DOUTRINA PROCESSUALISTA-PENAL DENOMINA DE “PERDA DE UMA CHANCE PROBATÓRIA”. ASSIM, APLICA-SE PERFEITAMENTE A REFERIDA TEORIA AO CASO CONCRETO, POIS A ACUSAÇÃO NÃO PRODUZIU PROVA ESSENCIAL QUE PODERIA SUSTENTAR SUAS ALEGAÇÕES, COMO OS DEPOIMENTOS JUDICIAIS DAS VÍTIMAS.3.5. É FUNDAMENTAL RESSALTAR QUE O ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL VEDA EXPRESSAMENTE A POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO BASEADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS INFORMATIVOS COLHIDOS NA INVESTIGAÇÃO. NO CASO CONCRETO, TODOS OS ELEMENTOS QUE APONTAM PARA A AUTORIA DO CRIME - NOTADAMENTE OS RECONHECIMENTOS E DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS - FORAM PRODUZIDOS EXCLUSIVAMENTE NA FASE INQUISITORIAL, SEM POSTERIOR CONFIRMAÇÃO EM JUÍZO.3.6. QUANTO AO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES, IMPUTADO AOS RÉUS EM RAZÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NA SUPOSTA EMPREITADA CRIMINOSA, ENTENDO QUE SUA CONFIGURAÇÃO DEPENDE INTRINSECAMENTE DA COMPROVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS RÉUS NOS DEMAIS DELITOS (ROUBO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, ESBULHO POSSESSÓRIO). PORTANTO, NÃO HAVENDO PROVAS SUFICIENTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ACUSADOS NESSES CRIMES, CONSEQUENTEMENTE NÃO SE PODE AFIRMAR QUE TENHAM CORROMPIDO OU FACILITADO A CORRUPÇÃO DOS MENORES.3.7. CONSIDERANDO O CONTEXTO DE DEFICIÊNCIA PROBATÓRIA VERIFICADO EM RELAÇÃO A TODOS OS CRIMES IMPUTADOS NA PEÇA ACUSATÓRIA, NÃO SE VISLUMBRA A PRESENÇA DE ELEMENTOS MÍNIMOS PARA, COM SEGURANÇA, SUSTENTAR A CONDENAÇÃO DOS ACUSADOS PELO DELITO DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, DEVENDO PREVALECER, QUANTO A ESTE, A MESMA RATIO DECIDENDI QUE EMBASOU A ABSOLVIÇÃO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS.4. PLEITO CONDENATÓRIO PELO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE PROVAS DO VÍNCULO COM ORCRIM.4.1. PARA ALÉM DE PRESUNÇÕES BASEADAS NO CONTEXTO FÁTICO DE ATUAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NA REGIÃO, NÃO FORAM CARREADAS AOS AUTOS PROVAS CONCRETAS, DIRETAS E INEQUÍVOCAS NO SENTIDO DE QUE OS APELADOS COMPUNHAM O GRUPO CRIMINOSO DENOMINADO “GUARDIÕES DO ESTADO GDE”.4.2. NO CASO EM ANÁLISE, NÃO FORAM PRODUZIDAS PROVAS CONCRETAS QUE ATESTEM O VÍNCULO EFETIVO DOS ACUSADOS COM A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA REFERIDA. O APELANTE LIMITA-SE A INDICAR A ATUAÇÃO DA FACÇÃO GDE NO BAIRRO CONJUNTO PALMEIRAS E QUE OS DELITOS OCORRERAM NO CONTEXTO DE DISPUTA ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS, SEM COMPROVAR, DE FORMA OBJETIVA, O ENVOLVIMENTO DOS RÉUS.4.3. CONSTAM NOS AUTOS, EM DESFAVOR DOS ACUSADOS, APENAS INDÍCIOS E PRESUNÇÕES, DE MODO QUE O ACERVO PROBATÓRIO É INSUFICIENTE PARA SUSTENTAR UMA SENTENÇA CONDENATÓRIA PELO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PARA CONDENAR ALGUÉM POR UM DELITO DESSA GRAVIDADE, NÃO É SUFICIENTE UMA SIMPLES SUSPEITA; É IMPERATIVO QUE AS PROVAS OFEREÇAM A CONVICÇÃO NECESSÁRIA, POIS, EM CASO DE DÚVIDA, DEVE-SE APLICAR O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO.4.4. SOB ESSA PERSPECTIVA, EM RELAÇÃO AO DELITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, DEVE SER MANTIDA A ABSOLVIÇÃO DOS RÉUS, PORQUANTO, PELO QUE SE EXTRAI DOS AUTOS, NÃO É POSSÍVEL CONSTATAR QUE OS RÉUS INTEGRAVAM E PROMOVIAM, DE FORMA ESTÁVEL E PERMANENTE, A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, CONFORME DEFINIÇÃO ESTABELECIDA NA LEI Nº 12.850/2013.5. DA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO5.1. AS LACUNAS E FRAGILIDADES PROBATÓRIAS ANTERIORMENTE APONTADAS GERAM UMA DÚVIDA INSUPERÁVEL QUANTO À EFETIVA PARTICIPAÇÃO DOS APELADOS NOS DELITOS IMPUTADOS PELO PARQUET. ESSA DÚVIDA DEVE SER RESOLVIDA EM FAVOR DOS RÉUS. É IMPORTANTE RESSALTAR QUE A ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS NÃO SIGNIFICA AFIRMAR CATEGORICAMENTE A INOCÊNCIA DOS RÉUS, MAS SIM RECONHECER QUE O ESTADO NÃO LOGROU ÊXITO EM COMPROVAR, ALÉM DE QUALQUER DÚVIDA RAZOÁVEL, A CULPABILIDADE DOS ACUSADOS. EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, A CONDENAÇÃO CRIMINAL EXIGE UM GRAU DE CERTEZA QUE NÃO FOI ALCANÇADO NO PRESENTE CASO.5.2. CUMPRE DESTACAR QUE TODOS OS RÉUS NEGARAM A PARTICIPAÇÃO NOS CRIMES. EMBORA A NEGATIVA DOS RÉUS, POR SI SÓ, NÃO SEJA SUFICIENTE PARA AFASTAR A ACUSAÇÃO, ELA GANHA RELEVÂNCIA QUANDO CONFRONTADA COM A FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO PELA ACUSAÇÃO. DESSA FORMA, DIANTE DAS FRAGILIDADES PROBATÓRIAS APONTADAS E DA DÚVIDA RAZOÁVEL QUE PERMANECE QUANTO À EFETIVA PARTICIPAÇÃO DOS ACUSADOS NOS CRIMES ORA IMPUTADOS, A ABSOLVIÇÃO É MEDIDA QUE SE IMPÕE.6. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TEMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA E HORA PELO SISTEMA.MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0200339-10.2022.8.06.0115 - Apelação Criminal - Limoeiro do Norte - Apelante: Vandis Varela Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PLEITO DE NULIDADE DO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PLEITO DE NULIDADE DO JULGAMENTO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DA INFRAÇÃO A PARA A CONDENAÇÃO. DECISÃO QUE NÃO SE ENCONTRA DIVORCIADA DAS PROVAS DOS AUTOS. ERRO OU INJUSTIÇA NA APLICAÇÃO DA PENA. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA. CONTRIBUIÇÃO PARA O CRIME. DISCUSSÃO PRÉVIA NÃO JUSTIFICA APLICAÇÃO FAVORÁVEL DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. CULPABILIDADE. INOCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I) CASO EM ANÁLISE:1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA DE PROCEDIMENTO SENTENCIADO SOB A SISTEMÁTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI, EM FACE DE CONDENAÇÃO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, §2º, I, III E IV DO CÓDIGO PENAL), REQUERENDO-SE A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO JULGAMENTO, A FORMAÇÃO DE NOVO JÚRI (ART. 593, INCISO III, ALÍNEA 'D') E O RECONHECIMENTO DE ERRO NA DOSIMETRIA DA PENA (ART. 593, INCISO III, ALÍNEA 'C').II) QUESTÃO EM DISCUSSÃO:2. O CERNE DO APELO PERPASSA POR DOIS PONTOS PRINCIPAIS: I) ANÁLISE SE A CONDENAÇÃO DO JÚRI ESTÁ FUNDAMENTADA COM BASE NAS PROVAS PRODUZIDAS NA FASE INQUISITORIAL E NA FASE INSTRUTÓRIA E II) SE HOUVE ERRO NA DOSIMETRIA DA PENA IMPOSTA AO APELANTE, NOTADAMENTE: II.1) SE A OCORRÊNCIA DE VIAS DE FATO PRÉVIA AO FATO JUSTIFICA A APLICAÇÃO FAVORÁVEL AO RÉU DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA, NA 1ª FASE DA DOSIMETRIA DA PENA E II.2) APLICAÇÃO DESFAVORÁVEL AO RÉU DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA CULPABILIDADE, ESSENCIALMENTE SE HOUVE BIS IN IDEM NA QUALIFICADORA DA EMBOSCADA.III) RAZÕES DE DECIDIR3. EVENTUAL ANÁLISE DO ARCABOUÇO PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS, DESDE AS PEÇAS QUE INSTRUEM O INQUÉRITO POLICIAL ATÉ A OITIVA DE CORRÉUS QUE EFETIVAMENTE PRESENCIARAM A PRÁTICA DELITIVA, ADMITEM A COMPREENSÃO DE QUE HÁ UMA RELAÇÃO LÓGICA ENTRE O RESULTADO PROCLAMADO PELO CONSELHO DE SENTENÇA E AS PROVAS DOS AUTOS, O QUE AFASTA, DE ANTEMÃO, A HIPÓTESE DE NULIDADE SUSCITADA COM FULCRO NO ART. 593, III, 'D', DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.4. A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA, A QUAL PODE SER VALORADA DE FORMA NEUTRA OU FAVORÁVEL AO RÉU, SÓ PODERIA SER VERIFICADA DE FORMA FAVORÁVEL, CASO O COMPORTAMENTO DA VÍTIMA CONTRIBUÍSSE DECISIVAMENTE PARA O COMETIMENTO DO CRIME.5. RECONHECER QUE A EXISTÊNCIA DE VIAS DE FATO PRÉVIA ENTRE VÍTIMA E CORRÉU JUSTIFICARIA A EXISTÊNCIA DE ASSASSINATO, CONCEDENDO A BENESSE DE APLICAÇÃO FAVORÁVEL DE TAL CIRCUNSTÂNCIA DO CRIME ENSEJARIA NUMA ENORME QUEBRA DE PROPORCIONALIDADE QUE COLOCARIA EM XEQUE A PRÓPRIA RAZÃO DE EXISTIR DA DOSIMETRIA DA PENA, NÃO HAVENDO NO CASO CONTRIBUIÇÃO DECISIVA DA VÍTIMA PARA O ATO CRIMINOSO.6. POR FIM, A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA CULPABILIDADE DEVE SER INTERPRETADA COMO O GRAU DE REPROVABILIDADE DA CONDUTA CRIMINOSA, A QUAL SE EXTRAI DO LAUDO CADAVÉRICO, REFERENCIADO NA SENTENÇA RECORRIDA, A QUAL CONSTATOU QUE O CRIME OCORREU DE FORMA BÁRBARA, SENDO AGREDIDO A PAULADAS A VÍTIMA, BEM COMO TENDO O SEU ROSTO PERFURADO, O QUAL, CONFORME DEPOIMENTOS, EXTRAI-SE QUE ERA GARGALO DE GARRAFA, ENSEJANDO-SE A APLICAÇÃO DESFAVORÁVEL DA CULPABILIDADE ANTE A REPROVABILIDADE DA CONDUTA.IV) DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, EM RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0200339-10.2022.8.06.0115, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORRELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200455-54.2022.8.06.0070 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Vitor Hugo Alves da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NEGATIVA DE AUTORIA. EFETIVA PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA SUFICIENTEMENTE COMPROVADA. PEDIDO ABSOLUTÓRIO REJEITADO. PLEITO DE DECOTE DA MAJORANTE DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO PELA FACÇÃO CRIMINOSA INTEGRADA PELO RECORRENTE. IMPROCEDÊNCIA. FATO PÚBLICO E NOTÓRIO. PEDIDO DE REDUÇÃO DA FRAÇÃO DE MAJORAÇÃO. UTILIZAÇÃO DE FORTE ARMAMENTO POR PARTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA EM QUESTÃO. RECURSO DESPROVIDO.1.1. PELO QUE SE DEPREENDE DA PROVA ORAL CONSTANTE DOS AUTOS, O APELANTE, CONHECIDO PELO SUGESTIVO APELIDO DE "CHEQUE-MATE", NÃO SÓ É INTEGRANTE DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA INTITULADA GDE, COMO ERA CONSIDERADO O 02 DA GDE EM MONSENHOR TABOSA E O RESPONSÁVEL POR ASSASSINAR OS MEMBROS DE FACÇÕES RIVAIS, TANTO QUE ALÉM DE TER SIDO PRESO SOB A ACUSAÇÃO DE PARTICIPAR DE UMA CHACINA TENDO COMO VÍTIMAS MEMBROS DA FACÇÃO CV, ADMITIU QUE SE UTILIZOU DE REDE SOCIAL PARA AMEAÇAR DE MORTE UM OPOSITOR DA ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCIA, ACUSADO PELO RECORRENTE DE VENDER DROGAS PARA O CV.1.2. ENCONTRA-SE SOBEJAMENTE EVIDENCIADO NOS AUTOS QUE O RECORRENTE ESTAVA ASSOCIADO COM ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA AO GRUPO CRIMINOSO GDE, POIS, COMO VISTO, NÃO ERA MERO SIMPATIZANTE DA REFERIDA FACÇÃO, COMO AFIRMOU NO EXERCÍCIO DA AUTODEFESA AO SER INQUIRIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL, MAS POSSUÍA ÍNTIMA E PROFUNDA LIGAÇÃO COM O GRUPO CRIMINOSO, ASSUMINDO NO SEIO DESTE RELEVANTE POSIÇÃO E EXERCENDO ATIVA PARTICIPAÇÃO.2.1. CONFORME TEM DECIDIDO ESTA CORTE EM CASOS SEMELHANTES, NÃO PROCEDE A ALEGAÇÃO DE QUE A MAJORANTE PREVISTA NO ART. 2º, § 2º DA LEI N. 12.850/2013 NÃO SE ENCONTRA CONFIGURADA NA ESPÉCIE, HAJA VISTA QUE PARA TANTO NÃO SE FAZ NECESSÁRIA A APREENSÃO DE ARMA EM PODER DO AGENTE, ORA RECORRENTE, MAS A CONSTATAÇÃO DE QUE NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA EM QUESTÃO SE UTILIZE ARMAS DE FOGO, FATO QUE, EM RELAÇÃO À GDE, É PÚBLICO E NOTÓRIO. NÃO SE DESVENDA, POR IGUAL, O ALEGADO EQUÍVOCO NA ESCOLHA, PELO JUÍZO A QUO, DA FRAÇÃO DE MAJORAÇÃO DE 1/2 (UM MEIO), POR TRATAR-SE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA FORTEMENTE ARMADA, O QUE TAMBÉM É FATO PÚBLICO E NOTÓRIO.2.2. PRECEDENTES.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201339-92.2024.8.06.0303 - Recurso em Sentido Estrito - Quixadá - Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.

REPRESENTAÇÃO POR PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. DEPOIMENTO ESPECIAL DE MENOR SUPOSTAMENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL. INDEFERIMENTO. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DO DEPOIMENTO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. LITERALIDADE DO ART. 11, § 1º, INC. II, DA LEI Nº 13.431/17. RECURSO MINISTERIAL CONHECIDO E PROVIDO.1. TRATA-SE DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, EM FACE DE DECISÃO PROLATADA PELA JUÍZA DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE QUIXADÁ (PÁGS. 36/40), QUE INDEFERIU PEDIDO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA, QUAL SEJA, DEPOIMENTO ESPECIAL DE MENOR POSSIVELMENTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL, E EXTINGUIU O FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, COM BASE NO ART. 485, VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.2. A LEI Nº 13.431/2017, CONHECIDA COMO “LEI DA ESCUTA PROTEGIDA”, FOI PROMULGADA COM O OBJETIVO DE REDUZIR A REVITIMIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS/TESTEMUNHAS DURANTE A APURAÇÃO DE CRIMES, EVITANDO QUE REPITAM OS RELATOS VÁRIAS VEZES E EM SITUAÇÕES INADEQUADAS. A LEGISLAÇÃO ESTABELECE UM NOVO PROCEDIMENTO PARA OUVIR ESSAS VÍTIMAS, GARANTINDO-LHES O DIREITO À PROTEÇÃO E DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DO DEPOIMENTO ESPECIAL DE FORMA ANTECIPADA.3. CONFORME ART. 11, § 1º, INC. II, DA LEI Nº 13.431/2017, A RELEVÂNCIA DA OITIVA DA VÍTIMA É INCONTESTÁVEL, E A CONDIÇÃO DE MENOR SUSPEITA DE HAVER SIDO VIOLENTADA SEXUALMENTE MOSTRA-SE SUFICIENTE PARA QUE SE ANTECIPE A PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL, ESTANDO DEMONSTRADA A URGÊNCIA DA MEDIDA.4. RESSALTE-SE QUE O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL ATUAL ESTABELECE QUE A MENORIDADE DA POSSÍVEL VÍTIMA DE CRIME SEXUAL É MOTIVO SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR A COLHEITA DE SEU DEPOIMENTO ESPECIAL POR MEIO DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA. ESSA MEDIDA VISA PREVENIR A REVITIMIZAÇÃO, ALÉM DE EVITAR QUE O DECURSO DO TEMPO LEVE AO ESQUECIMENTO OU A IMPRECISÕES NOS RELATOS. 5. EMBORA A MAGISTRADA A QUO TENHA ENTENDIDO QUE NÃO HAVIA EVIDÊNCIA CLARA DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA, O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) JÁ RECONHECEU A IMPORTÂNCIA DO DEPOIMENTO DA VÍTIMA EM CASOS DESSA NATUREZA, JUSTIFICANDO A ANTECIPAÇÃO DA PROVA. PRECEDENTES. 6. ALÉM DISSO, A RESOLUÇÃO Nº 299/2019 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) ORIENTA QUE OS TRIBUNAIS SE ORGANIZEM PARA VIABILIZAR OS DEPOIMENTOS ESPECIAIS, NÃO SENDO RAZOÁVEL ALEGAR EXCESSO DE PAUTAS PARA NEGAR ESSA PRÁTICA.7. RECURSO MINISTERIAL CONHECIDO E PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, .DESA. LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃESRELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201948-08.2024.8.06.0293 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: Leandro Fernandes Moreira - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. DECOTE DA MAJORANTE DE USO DE ARMA BRANCA. IMPOSSIBILIDADE. DEPOIMENTO HARMÔNICO DA VÍTIMA E DOS POLICIAIS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO DO RÉU. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. ANÁLISE DA DOSIMETRIA. REFORMA DA SANÇÃO IMPOSTA AO RÉU. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. O APELANTE LEANDRO FERNANDES MOREIRA FOI CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 157, § 2.°, INCISO VII, DO CÓDIGO PENAL, À PENA DE 05 (CINCO) ANOS E 07 (SETE) MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL SEMIABERTO, MAIS O PAGAMENTO DE 16 (DEZESSEIS) DIAS-MULTA.2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM: A) SE EXISTEM PROVAS SUFICIENTES A FIM DE EMBASAR A APLICAÇÃO DA MAJORANTE REFERENTE AO USO DE ARMA BRANCA; B) SE É POSSÍVEL A REDUÇÃO DA PENA-BASE AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL; C) SE É VIÁVEL A MAJORAÇÃO DA PENA BASE FUNDAMENTADA NO FATO DE O ACUSADO SUBTRAIR PATRIMÔNIO A FIM DE COMPRAR BEBIDA ALCOÓLICA.3. AS PROVAS ACOSTADAS AOS AUTOS DEMONSTRAM QUE O ACUSADO EFETIVAMENTE UTILIZOU A ARMA BRANCA A FIM DE AMEAÇAR A VÍTIMA, UMA VEZ QUE EM TODOS OS DEPOIMENTOS PRESTADOS TANTO EM SEDE DE INQUÉRITO POLICIAL, BEM COMO EM JUÍZO, RESTOU EVIDENTE A SUA UTILIZAÇÃO. ADEMAIS, CONSTA EM SEDE DE INQUÉRITO POLICIAL A APREENSÃO DA ARMA E A FOTOGRAFIA DESTA, À FL. 10.4. EM SEDE DE CRIMES PATRIMONIAIS, O ENTENDIMENTO QUE SEGUE PREVALECENDO, SEM NENHUMA RAZÃO PARA RETIFICAÇÕES, É NO SENTIDO DE QUE A PALAVRA DA VÍTIMA DEVE PREVALECER SOBRE A DO RÉU, E QUE A PALAVRA DOS POLICIAIS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO DOS RÉUS, TEM VALIDADE E IDONEIDADE SUFICIENTE PARA EMBASAR O ÉDITO CONDENATÓRIO, QUANDO EM CONSONÂNCIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS COLIGIDOS AOS AUTOS.5. QUANTO À MAJORAÇÃO DA PENA-BASE, REFERENTE AOS MOTIVOS DO CRIME, SEGUNDO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, BEM COMO ESTA CORTE, A OBTENÇÃO DE VANTAGEM PATRIMONIAL É QUESTÃO ÍNSITA AO PRÓPRIO TIPO PENAL. ADEMAIS, O FATO DE O AGENTE PRATICAR O CRIME PATRIMONIAL COM O FIM DE ADQUIRIR BEBIDAS ALCOÓLICAS, UMA VEZ QUE ESTE AFIRMA SER DEPENDENTE E CONSIDERANDO O ATUAL TRATAMENTO AO USUÁRIO DE DROGA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO, NÃO PODE SER CONSIDERADO COMO FATOR PARA AUMENTAR A PENA DO ACUSADO.6. EMBORA A CONFISSÃO TENHA SIDO RECONHECIDA NA SENTENÇA (FL. 109), REFERIDA ATENUANTE NÃO TÊM O CONDÃO DE POSSIBILITAR A FIXAÇÃO DA PENA-BASE ABAIXO DO PATAMAR MÍNIMO. COM FEITO, REFERIDO ENTENDIMENTO ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM SÚMULA Nº 231, DO STJ, QUE DISPÕE QUE “A INCIDÊNCIA DA CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE NÃO PODE CONDUZIR À REDUÇÃO DA PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL”.7. REFORMA DA PENA APLICADA AO ACUSADO LEANDRO FERNANDES MOREIRA PARA 05 (CINCO) ANOS E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO, MAIS O PAGAMENTO DE 13 (TREZE) DIAS-MULTA, A SER CUMPRIDA EM REGIME INICIAL SEMIABERTO.8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202064-60.2022.8.06.0171 - Apelação Criminal - Tauá - Apelante: A. A. N. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. LESÃO CORPORAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. RELEVANTE VALOR PROBATÓRIO DA PALAVRA DA VÍTIMA. DEPOIMENTO CORROBORADO PELA PROVA TESTEMUNHAL. TESE DE AGRESSÕES RECÍPROCAS QUE NÃO SE MOSTRA COMPATÍVEL COM OS ELEMENTOS PROBATÓRIOS DOS AUTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.I. CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO ACUSADO CONTRA A SENTENÇA PROLATADA PELO JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUÁ/CE QUE O PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. ART. 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 7º, II, DA LEI Nº 11.340/2006 (LEI

MARIA DA PENHA).II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. HÁ DUAS QUESTÕES EM DISCUSSÃO QUE FORAM SUSCITADAS NO RECURSO: (I) SUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS DE PROVA PRESENTES DOS AUTOS PARA FUNDAMENTAR UMA DECISÃO CONDENATÓRIA E (II) TESE DE AGRESSÕES RECÍPROCAS ENTRE ACUSADO E VÍTIMA, DE SORTE QUE, HAVENDO DÚVIDAS QUANTO AO RESPONSÁVEL PELO INÍCIO DAS OFENSAS FÍSICAS, SE TORNARIA NECESSÁRIO ABSOLVER O RÉU.III. RAZÕES DE DECIDIR3. A MATERIALIDADE DO DELITO RESTA COMPROVADA A PARTIR DO EXAME DE CORPO DE DELITO REALIZADO NA VÍTIMA APÓS A EMPREITADA DELITIVA, O QUAL ATESTA, COM PRECISÃO, A PRESENÇA DE OFENSAS À SUA INTEGRIDADE FÍSICA EM DIVERSAS PARTES DO CORPO. DE IGUAL SORTE, O DEPOIMENTO PRESTADO EM JUÍZO PELA OFENDIDA É CAPAZ DE ATRIBUIR VEROSSIMILHANÇA À HIPÓTESE NARRADA NA DENÚNCIA, AO PASSO EM QUE EXPLICITOU COM CLAREZA O CONTEXTO ESPECÍFICO EM QUE SE DEU A PRÁTICA DELITIVA.4. A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, IGUALMENTE ESPOSADA POR ESTE ÓRGÃO COLEGIADO, SE POSICIONA NO SENTIDO DE QUE, NO ESPECÍFICO CONTEXTO DOS CRIMES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, A PALAVRA DA OFENDIDA ASSUME ESPECIAL VALOR PROBATÓRIO QUANDO CONCISA E HARMÔNICA COM OS DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS CONSTANTES DOS AUTOS.5. NO CASO, O DEPOIMENTO DA VÍTIMA SE ENCONTRA EM HARMONIA COM A PROVA TESTEMUNHAL COLHIDA EM JUÍZO. A TESTEMUNHA OUVIDA NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO AFIRMOU EXPRESSAMENTE TER PRESENCIADO O ACUSADO DESFERINDO AGRESSÕES FÍSICAS EM DESFAVOR DA VÍTIMA E DISSE, TAMBÉM, TER VISTO AS ESCORIAÇÕES E AS MARCAS DE VIOLÊNCIA NO CORPO DA OFENDIDA.6. QUANDO INDAGADA A RESPEITO DE TER PRESENCIADO A VÍTIMA AGREDINDO SEU EX-ESPOSO, A TESTEMUNHA RELATOU NÃO TER VISTO TAL HIPÓTESE DE AGRESSÃO. COMO CONSEQUÊNCIA, A VERSÃO SUSCITADA PELO ACUSADO QUANTO ÀS AGRESSÕES RECÍPROCAS ENTRE ELE E A OFENDIDA SURGE COMO UMA TESE ISOLADA E INCOMPATÍVEL COM OS ELEMENTOS DE PROVA CONSTANTES DOS AUTOS, NÃO SE MOSTRANDO CRÍVEL OU MINIMAMENTE PASSÍVEL DE ACOLHIMENTO. IV. DISPOSITIVO7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0202064-60.2022.8.06.0171, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETORELATOR E PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR . - Advs: Matheus Pereira Lima Marques (OAB: 19478/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202947-77.2023.8.06.0298 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: D. O. do N. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DA DEFESA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA. AMEAÇA. PERSEGUIÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PLEITO DE ABSORÇÃO DO CRIME DE AMEAÇA PELO CRIME DE PERSEGUIÇÃO. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. CRIMES AUTÔNOMOS QUE TUTELAM BENS JURÍDICOS DISTINTOS. DESCONSIDERAÇÃO DA SÚMULA 231 DO STJ PARA REDIMENSIONAR PENA INTERMEDIÁRIA ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO. DOSIMETRIA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. NÃO HÁ QUE FALAR EM ABSOLVIÇÃO DOS CRIMES DE AMEAÇA E PERSEGUIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS E POR ATIPICIDADE DA CONDUTA, TENDO EM VISTA QUE TANTO A MATERIALIDADE COMO A AUTORIA ESTÃO CONFIRMADAS PELO CONJUNTO PROBATÓRIO COLIGIDO NOS AUTOS E CONDIZENTES COM OS TIPOS PENAIS.2. A MATERIALIDADE E AUTORIA DOS DELITOS DE AMEAÇA E PERSEGUIÇÃO RESTAM, ADEMAIS, COMPROVADAS PELO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO, TERMO DE DEPOIMENTO DA VÍTIMA E DAS TESTEMUNHAS POLICIAIS, PROVA TESTEMUNHAL, CONTENDO O RELATO DOS POLICIAIS QUE EFETUARAM A PRISÃO EM FLAGRANTE, DEPOIMENTO DA RECORRENTE E PRINCIPALMENTE O RELATO DA VÍTIMA.3. OS DEPOIMENTOS DA VÍTIMA SÃO SÓLIDOS E COESOS, UMA VEZ QUE ELA MANTEVE A MESMA NARRATIVA TANTO NA FASE INQUISITORIAL COMO EM JUÍZO, O QUE FORTALECE A CREDIBILIDADE DO RELATO, INDICANDO QUE NÃO HÁ CONTRADIÇÕES QUE POSSAM COMPROMETER SUA VERACIDADE, PRINCIPALMENTE PORQUE A RECORRENTE NÃO APRESENTOU NENHUM CONTRAPONTO, LIMITANDO-SE A NEGAR A OCORRÊNCIA DOS DELITOS.4. EM SEDE DE CRIMES PRATICADOS NO ÂMBITO DOMÉSTICO, O ENTENDIMENTO QUE SEGUE PREVALECENDO, SEM NENHUMA RAZÃO PARA RETIFICAÇÕES, É NO SENTIDO DE QUE A PALAVRA DA VÍTIMA DEVE PREVALECER SOBRE A DA ACUSADA, POIS “TAIS ILÍCITOS GERALMENTE SÃO PRATICADOS À CLANDESTINIDADE, SEM A PRESENÇA DE TESTEMUNHAS, E MUITAS VEZES NÃO DEIXAM RASTROS MATERIAIS, MOTIVO PELO QUAL A PALAVRA DA VÍTIMA POSSUI ESPECIAL RELEVÂNCIA.” (INQ N. 1.447/DF).5. CONSIDERANDO TODO O CONTEXTO E DINÂMICA DOS FATOS, É INEQUÍVOCA A TIPICIDADE DA CONDUTA NO CRIME DE PERSEGUIÇÃO, VISTO QUE REITERADAMENTE A ACUSADA AMEAÇOU-LHE A INTEGRIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA, RESTRINGINDO-LHE A CAPACIDADE DE LOCOMOÇÃO, INVADINDO E PERTURBANDO SUA ESFERA DE LIBERDADE. 6. NO TOCANTE À APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO NO CRIME DE AMEAÇA PELO CRIME DE PERSEGUIÇÃO, PARA QUE SEJA EFETIVAMENTE CONFIGURADA A POSSIBILIDADE DE ABSORÇÃO, É NECESSÁRIO QUE A NORMA DEFINIDORA DE UM CRIME CONSTITUA MEIO NECESSÁRIO, COMO ETAPA DE PREPARAÇÃO OU EXECUÇÃO, DE OUTRO CRIME, PARA QUE SEJA APLICADA SOMENTE A PENA MAIS BRANDA, ENGLOBANDO AMBOS OS DELITOS. NO CASO EM EPÍGRAFE, NÃO HÁ RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIA E NEM DE SUBORDINAÇÃO ENTRE O CRIME DE AMEAÇA E O CRIME DE PERSEGUIÇÃO, POIS TUTELAM BENS JURÍDICOS DIVERSOS E SÃO CRIMES AUTÔNOMOS, EM QUE O CRIME DE AMEAÇA NÃO CONSTITUI MEIO NECESSÁRIO PARA A PRÁTICA DO CRIME DE PERSEGUIÇÃO.7. NO QUE CONCERNE À DESCONSIDERAÇÃO DA SÚMULA 231 DO STJ PARA O REDIMENSIONAMENTO DA PENA INTERMEDIÁRIA ABAIXO DO SEU LIMITE MÍNIMO, EM VISTA DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA DO DELITO DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA, CONSTATA-SE QUE A MATÉRIA POSTA EM DEBATE NÃO EXIGE MAIORES DIGRESSÕES, POSTO QUE O TEMA JÁ SE ENCONTRA PACIFICADO TANTO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, COMO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO SENTIDO DE QUE O RECONHECIMENTO DE ATENUANTES, NA SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA, NÃO AUTORIZA A REDUÇÃO DA REPRIMENDA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL, SOB PENA DE VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.8. IMPORTA RESSALTAR QUE REEXAMINADA A DOSIMETRIA DAS PENAS POR INTEIRO NÃO SE ENCONTRAM DESACERTOS QUANTO À APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E REGRAMENTOS PERTINENTES A MATÉRIA, TENDO O JUÍZO SENTENCIANTE EMPREGADO CORRETAMENTE AS DISPOSIÇÕES DOS ARTS. 59 E 68 DO CÓDIGO PENAL E COMINADO À ACUSADA PENAS PROPORCIONAIS E ADEQUADAS AO FATO DELITIVO, NÃO HAVENDO, POIS, NECESSIDADE DE AJUSTE OU REMODELAÇÃO, PELO QUE SE PRESERVA NO QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA.9. CONHEÇO DA APELAÇÃO PARA NEGAR PROVIMENTO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, A UNANIMIDADE, EM CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE DEFESA, NOS TERMOS DO

VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DESEMBARGADORA LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃESRELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0204262-43.2023.8.06.0298 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: Benedito de Sena Venceslau - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO APELADO. INVIABILIDADE. LASTRO PROBATÓRIO APTO A EMBASAR CONDENAÇÃO. RECONHECIMENTO DA FORMA TENTADA. INVIABILIDADE. INVERSÃO DA POSSE DA RES FURTIVA. TEORIA DA APPREHENSIO/AMOTIO. INVERSÃO DA RES FURTIVA COMPROVADA. ANÁLISE DA DOSIMETRIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. 1. O APELANTE BENEDITO DE SENA VENCESLAU FOI CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 155, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, À PENA DE 01 (UM) ANO E 09 (NOVE) MESES, EM REGIME INICIAL SEMIABERTO, MAIS O PAGAMENTO DE 17 (DEZESSETE) DIAS-MULTA.2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM: A) ANALISAR SE EXISTEM PROVAS SUFICIENTES A FIM DE LASTREAR A CONDENAÇÃO DO ACUSADO; B) VERIFICAR SE O DELITO FOI PRATICADO EM SUA FORMA CONSUMADA; C) VERIFICAR SE HÁ POSSIBILIDADE DE REFORMA NA PENA APLICADA AO AGENTE.3. A AUTORIA É CONHECIDA E INDUVIDOSA, MÁXIME PELA CONTUNDENTE PROVA QUE REPOUSA NOS FÓLIOS DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO POLICIAL, TENDO SIDO O RÉU FACILMENTE RECONHECIDOS PELAS VÍTIMAS, EM SEDE INQUISITORIAL E EM JUÍZO. ENCONTRAM-SE, PORTANTO, SOBEJAMENTE COMPROVADAS, EXISTINDO NAS PROVAS ACOSTADAS NO CADERNO PROCESSUAL, A SOLIDEZ NECESSÁRIA PARA A FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO, CONSIDERANDO-SE AINDA QUE AS DECLARAÇÕES PRESTADAS PELA VÍTIMA E PELOS POLICIAIS MILITARES EM SEDE INQUISITORIAL, ALINHARAM-SE COM OS DEPOIMENTOS COLHIDOS PERANTE A AUTORIDADE JUDICIAL, REVELANDO-SE FIRMES E SEGURAS SUAS RECORDAÇÕES ACERCA DO DESLINDE DOS FATOS.3. EM SEDE DE CRIMES PATRIMONIAIS, O ENTENDIMENTO QUE SEGUE PREVALECENDO, SEM NENHUMA RAZÃO PARA RETIFICAÇÕES, É NO SENTIDO DE QUE A PALAVRA DA VÍTIMA DEVE PREVALECER SOBRE A DO RÉU, E QUE A PALAVRA DOS POLICIAIS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO DO RÉU, TEM VALIDADE E IDONEIDADE SUFICIENTE PARA EMBASAR O ÉDITO CONDENATÓRIO, QUANDO EM CONSONÂNCIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS COLIGIDOS AOS AUTOS.4. RESTOU EVIDENTE QUE O DELITO DE FURTO DEU-SE EM SUA FORMA CONSUMADA, PORQUANTO HOUVE INVERSÃO DA POSSE DO BEM PERTENCENTE À VÍTIMA, QUE SAIU DA SUA RESPECTIVA ESFERA DE VIGILÂNCIA, AINDA QUE POR UM BREVE LAPSO TEMPORAL, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COMO SE FALAR EM TENTATIVA.5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0205274-44.2022.8.06.0293 - Apelação Criminal - Cruz - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Abraão Jose Araujo de Alucrecio - Apelado: Alyson Gonçalves Buriti - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTS. 33 E 35, LEI Nº. 11.343/2006). RÉUS CONDENADOS PELO TRÁFICO DE DROGAS E ABSOLVIDOS PELA ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RECURSO EXCLUSIVO DA ACUSAÇÃO. PLEITO MINISTERIAL DE CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NÃO ACOLHIDO. AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO À ASSOCIAÇÃO ESTÁVEL, PERMANENTE E DURADOURA. PRECEDENTES. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. PLEITO ACUSATÓRIO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA REFERENTE AO TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. MINORANTE DEVIDAMENTE RECONHECIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. RÉU QUE PREENCHE CUMULATIVAMENTE OS QUATRO REQUISITOS PREVISTOS NO §4º DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA VALORADAS NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE DE NOVA VALORAÇÃO NEGATIVA NA TERCEIRA FASE, SOB PENA DE BIS IN IDEM. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DA PENA PREVISTA NO ARTIGO 40, INCISO III, DA LEI DE DROGAS. IMPOSSIBILIDADE. ESCOLAS NAS PROXIMIDADES FECHADAS, POR SE TRATAR DE DIA NÃO LETIVO (DOMINGO) . PARTICULARIDADES QUE IMPOSSIBILITAM A INCIDÊNCIA DA MAJORANTE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA POR MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ CONTRA SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ (FLS. 165/167) QUE ABSOLVEU OS RÉUS ABRAÃO JOSE ARAUJO DE ALUCRECIO E ALYSON GONÇALVES BURITI DA PRÁTICA DA CONDUTA DESCRITA NO ART. 35 DA LEI 11.343/2006, NA FORMA DO ART. 386, VII, DO CPP E OS CONDENOU PELA CONDUTA DESCRITA NO ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006, FIXANDO PENA DE 2 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO E 280 DIAS-MULTA PARA O RÉU ABRAÃO E 2 ANOS E 4 MESES E 240 DIAS-MULTA PARA O RÉU ALYSON.2. PRETENDE O ÓRGÃO MINISTERIAL, EM SUMA: I) CONDENAR OS RÉUS ABRAÃO JOSÉ ARAÚJO DE ALUCRÉCIO E ALYSON GONÇALVES BURITI PELO CRIME TIPIFICADO NO ART. 35, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006; II) MANTER A CONDENAÇÃO DOS APELADOS PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/2006 NOS EXATOS TERMOS DA DENÚNCIA, DEVENDO INCIDIR A CAUSA DE AUMENTO DO ART. 40, INCISO III, DA LEI N.º 11.343/06; E III) AFASTAR A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA REFERENTE AO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM RAZÃO DE SER ESSE INCOMPATÍVEL COM O DELITO DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA PARA O TRÁFICO. CASO SE ENTENDA PELA INCIDÊNCIA DA REFERIDA REDUÇÃO DE PENA, ROGA QUE A APLICAÇÃO NÃO SE DÊ EM SUA FRAÇÃO MÁXIMA DE DIMINUIÇÃO.3. DO PLEITO DE CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - 35 DA LEI Nº 11.343/06 3.1. O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO SENTIDO DE QUE, PARA HAVER A CONFIGURAÇÃO DA CONDUTA TIPIFICADA PELO ARTIGO ACIMA REFERENCIADO, DEVE HAVER PROVA DA ESTABILIDADE E DA PERMANÊNCIA DA REFERIDA ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, SENDO " IMPRESCINDÍVEL O DOLO DE SE ASSOCIAR COM ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA, UMA VEZ QUE A REUNIÃO OCASIONAL DE DUAS OU MAIS PESSOAS NÃO É SUFICIENTE PARA A CONFIGURAÇÃO DO TIPO DO ART. 35 DA LEI 11.343 /2006" (STJ - AGRG NO HC: 734103 RJ 2022/0099998-4, RELATOR: MINISTRO JESUÍNO RISSATO DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJDFT, DATA DE JULGAMENTO: 13/03/2023, T6 - SEXTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 16/03/2023).3.2. NO CASO CONCRETO, CONFORME BEM PONTUADO PELO JUÍZO MONOCRÁTICO, NÃO RESTOU AMPLAMENTE COMPROVADO E DEMONSTRADO NOS AUTOS O ANIMUS ASSOCIATIVO NECESSÁRIO PARA A TIPIFICAÇÃO DO DELITO. DA ANÁLISE DAS PROVAS CARREADAS NOS AUTOS, NÃO RESTOU DEMONSTRADO QUE OS ACUSADOS TIVESSEM VÍNCULO ASSOCIATIVO DURADOURO ENTRE ELES, TAMPOUCO O CARÁTER DE ESTABILIDADE, HAJA VISTA A AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE INDIQUEM HÁ QUANTO TEMPO OS ACUSADOS ESTAVAM IMBUÍDOS JUNTAMENTE NO TRÁFICO DE DROGAS. ASSIM, EMBORA NÃO SE EXIJA UM TEMPO MÍNIMO DE ASSOCIAÇÃO, A CONFIGURAÇÃO DO DELITO PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE UM INTENCIONAL VÍNCULO ESTÁVEL E PERMANENTE PARA A PRÁTICA DE CRIMES DESSA NATUREZA, O QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADO NOS AUTOS.3.3. ASSIM, NÃO

RESTANDO COMPROVADO QUE OS RÉUS ESTAVAM ASSOCIADOS, COM ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA, NA PRÁTICA DO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS, NÃO MERECEM ACOLHIMENTO OS PLEITOS DE CONDENAÇÃO PELO CRIME TIPIFICADO NO ART. 35 DA LEI Nº 11.343/2006.4. DO PLEITO DE AFASTAMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO §4º DO ART. 33 DA LEI Nº. 11.343/06 - TESE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O MINISTÉRIO PÚBLICO PLEITEIA O AFASTAMENTO DA REFERIDA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA, PREVISTA NO §4º DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS, AFIRMANDO QUE OS RECORRIDOS NÃO PREENCHERIAM OS REQUISITOS LEGAIS, UMA VEZ QUE O INSTITUTO SERIA INCOMPATÍVEL COM A CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 35, LEI 11.343/06). 4.1. É CEDIÇO QUE A CONDENAÇÃO POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO É INCOMPATÍVEL É INCOMPATÍVEL COM A APLICAÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO PELO FATO DE QUE O COMETIMENTO DO DELITO DO ART. 35 DA LEI ANTIDROGAS É UMA EVIDÊNCIA DE QUE O RÉU SE DEDICA A ATIVIDADES CRIMINOSAS. SEGUNDO FIRME ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, UMA VEZ CONFIGURADA A ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, NÃO SE ABRE, ANTE A INTEGRAÇÃO A GRUPO CRIMINOSO, CAMPO PROPÍCIO PARA A OBSERVÂNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006 (HC 104.434, MINISTRO MARCO AURÉLIO). 4.2. OCORRE QUE, OS ORA RECORRIDOS FORAM ABSOLVIDOS NA ORIGEM DA IMPUTAÇÃO DO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 35, LEI 11.343/06), A QUAL ESTÁ SENDO MANTIDA NESTE MOMENTO. SENDO ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO NO CASO CONCRETO.4.3. ADEMAIS, CONSIDERANDO QUE O RÉU TEM BONS ANTECEDENTES, QUE É PRIMÁRIO E QUE NÃO HÁ, NOS AUTOS, ELEMENTOS QUE INDIQUEM DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS OU QUE INTEGRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, IMPÕE-SE O RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO NA TERCEIRA FASE DO CÁLCULO DOSIMÉTRICO.4.4. ALÉM DISSO, CONFORME EXPOSTO PELO JUÍZO DE ORIGEM, A QUANTIDADE E A NATUREZA DA DROGA FORAM VALORADAS NEGATIVAMENTE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA, NÃO PODENDO NOVAMENTE SEREM UTILIZADAS COMO FUNDAMENTO PARA AFASTAR A CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA PENA RELATIVA AO TRÁFICO PRIVILEGIADO, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NON BIS IN IDEM.4.5. EM RELAÇÃO AO USO DA NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA, O STF DECIDIU NO TEMA 712 DE REPERCUSSÃO GERAL “AS CIRCUNSTÂNCIAS DA NATUREZA E DA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA DEVEM SER LEVADAS EM CONSIDERAÇÃO APENAS EMUMA DAS FASES DO CÁLCULO DA PENA, SOB PENA DE BIS IN IDEM” STF. PLENÁRIO. ARE666334 RG, REL. MIN. GILMAR MENDES, JULGADO EM 03/04/2014 (REPERCUSSÃO GERAL TEMA 712). O STJ, POR SUA VEZ, POSSUI O ENTENDIMENTO DE QUE “É POSSÍVEL A VALORAÇÃO DA QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENDIDA, TANTO PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE QUANTO PARA A MODULAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART. 33, § 4º DA LEI Nº 11.343/2006, NESTE ÚLTIMO CASO AINDA QUE SEJAM OS ÚNICOS ELEMENTOS AFERIDOS, DESDE QUE NÃO TENHAM SIDOS CONSIDERADOS NA PRIMEIRA FASE DO CÁLCULO DA PENA.” (STJ. 3ª SEÇÃO. HC 725.534-SP, REL. MIN. RIBEIRODANTAS, JULGADO EM 27/04/2022 (INFO 734).4.6. ESTA CÂMARA CRIMINAL, RESPEITANDO O QUE DETERMINA A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, TEM PRECEDENTES NO SENTIDO DE QUE É VEDADA A ANÁLISE SIMULTÂNEA DA NATUREZA E DA QUANTIDADE DA DROGA NA PRIMEIRA E NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA, SEJA PARA AFASTAR A SUA INCIDÊNCIA OU PARA MODULAR A FRAÇÃO DE REDUÇÃO, SOB PENA DE INCORRER EM BIS IN IDEM. (APELAÇÃO CRIMINAL - 0206829-62.2023.8.06.0293, REL. DESEMBARGADOR(A) LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DATA DO JULGAMENTO: 17/09/2024, DATA DA PUBLICAÇÃO: 18/09/2024)4.7. EM RELAÇÃO AO QUANTUM DE REDUÇÃO, CONSIDERANDO QUE A NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA JÁ FORAM CONSIDERADAS NA EXASPERAÇÃO DA PENA BASE, REPUTO ADEQUADA A APLICAÇÃO DA FRAÇÃO MÁXIMA DE 2/3 (DOIS TERÇOS).4.8. NESSE CONTEXTO, NÃO PROSPERA A TESE DEFENSIVA, CONSIDERANDO QUE NÃO HÁ NOS AUTOS QUAISQUER COMPROVAÇÕES DE QUE OS RÉUS SE DEDIQUEM A ATIVIDADES CRIMINOSAS OU INTEGREM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AO CONTRÁRIO, SÃO CONSIDERADOS PRIMÁRIOS E OSTENTA BONS ANTECEDENTES, PREENCHENDO TODOS OS REQUISITOS ELENCADOS LEGALMENTE PARA O RECONHECIMENTO DA FIGURA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, DEVENDO SER MANTIDA INTOCÁVEL A SENTENÇA RECORRIDA NESTE PONTO.5. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 40, INCISO III, DA LEI N.º 11.343/06. NESTA PARCELA RECURSAL, O MINISTÉRIO PÚBLICO PLEITEIA O RECONHECIMENTO DA CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 40, INCISO III, DA LEI DE DROGAS, AFIRMANDO QUE OS RECORRIDOS PRATICARAM O CRIME NAS IMEDIAÇÕES DE UM ESTABELECIMENTO DE ENSINO.5.1. SOBRE O TEMA, É CEDIÇO QUE A PRÁTICA DA NARCOTRAFICÂNCIA PRÓXIMA A ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ACARRETA NA APLICAÇÃO DA MAJORANTE AINDA QUE AUSENTE PROVAS DE QUE O COMÉRCIO ILÍCITO VISAVA ATINGIR O PÚBLICO FREQUENTADOR DESSE LOCAL (STJ - AGRG NO RESP: 1789089 RS 2018/0341912-1, RELATOR: MINISTRO RIBEIRO DANTAS, DATA DE JULGAMENTO: 06/02/2020, T5 - QUINTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 12/02/2020).5.2. OCORRE QUE, NO PRESENTE CASO, HÁ PECULIARIDADES QUE OBSTAM A APLICAÇÃO DA REFERIDA CAUSA DE AUMENTO, AINDA QUE TENHA SIDO COMPROVADO QUE O TRÁFICO DE DROGAS FOI PRATICADO PRÓXIMO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.5.3. ISSO PORQUE, CONFORME SE DEPREENDE DOS AUTOS, OS FATOS SE DERAM NUM DOMINGO (18/12/2022), PERÍODO EM QUE A ESCOLA SE ENCONTRAVA FECHADA, E DE ACORDO COM ENTENDIMENTO PACIFICADO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA “A RAZÃO DE SER DA NORMA É PUNIR DE FORMA MAIS SEVERA QUEM, POR TRAFICAR NAS DEPENDÊNCIAS OU NA PROXIMIDADE DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO, TEM MAIOR PROVEITO NA DIFUSÃO E NO COMÉRCIO DE DROGAS EM REGIÃO DE GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, EXPONDO OS FREQUENTADORES DO LOCAL A UM RISCO INERENTE À ATIVIDADE CRIMINOSA DA NARCOTRAFICÂNCIA” SENDO QUE, SE “O ESTABELECIMENTO DE ENSINO NÃO ESTAVA EM FUNCIONAMENTO, DE MODO A FACILITAR A PRÁTICA CRIMINOSA E A DISSEMINAÇÃO DE DROGAS EM ÁREA DE MAIOR AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS, NÃO HÁ FALAR EM INCIDÊNCIA DA MAJORANTE, POIS AUSENTE A RATIO LEGIS DA NORMA EM TELA” (STJ, RESP 1719792/MG, REL. MIN. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, JULGADO EM 13/03/2018, DJE 26/03/2018 - INFORMATIVO 622 STJ).5.4. PORTANTO, CONSIDERANDO QUE NO CASO CONCRETO O ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL SE ENCONTRAVA FECHADO, NÃO SE VERIFICA QUALQUER EQUÍVOCO NA SENTENÇA VERGASTADA, MANTENDO-SE O AFASTAMENTO DA CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 40, INCISO III, DA LEI DE DROGAS.6. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO DE APELAÇÃO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS O VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 30 DE OUTUBRO DE 2024MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Júlio Bernardino da Silva Neto (OAB: 31726/CE) - João Olivardo Mendes (OAB: 11504/CE)

Nº 0255287-84.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado:

J. F. M. D. - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO MINISTERIAL. ROUBO MAJORADO (ART. 157, §2º, II, DO CÓDIGO PENAL). CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 244-B DA LEI Nº 8.069/90). PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA CONDENAÇÃO DO APELADO. NÃO ACOLHIMENTO. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. DÚVIDA QUANTO À AUTORIA DO RÉU PELO DELITO IMPUTADO. ACUSAÇÃO AMPARADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS DA INVESTIGAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS JUDICIAIS QUE APONTEM A AUTORIA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO COM BASE UNICAMENTE EM PROVA INQUISITORIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 155, DO CPP. INEXISTÊNCIA DE PROVA CABAL APTA A EMBASAR UM DECRETO CONDENATÓRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. ART. 386, INCISO VII, DO CPP. PRECEDENTES STJ E TJCE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, EM FACE DE JOÃO FELIPE MERÊNCIO DUARTE, OBJURGANDO A SENTENÇA DE FLS. 180/185, PROFERIDA PELO JUÍZO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA, QUE ABSOLVEU O RÉU DA ACUSAÇÃO DE PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS ART. 157, §2º, II, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E ARTIGO 244-B, DA LEI Nº 8069/90 C/C ART. 70 DA LEI PENAL (CONCURSO FORMAL).2. MÉRITO. DO PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA QUE SEJA CONDENADO O RÉU NOS TERMOS DA PEÇA ACUSATÓRIA. INSURGE-SE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ REQUERENDO A CONDENAÇÃO DO RÉU PELA PRÁTICA DOS DELITOS PREVISTOS NO ART. 157, §2º, II, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E ART. 244-B, DA LEI Nº 8069/90 C/C ART. 70 DA LEI PENAL (CONCURSO FORMAL), CONSIDERANDO A SUFICIÊNCIA DE PROVAS QUE EVIDENCIAM A PRÁTICA DELITUOSA E A AUTORIA ATRIBUÍDA AO RÉU, NOS TERMOS DA DENÚNCIA.3. ACERCA DA MATERIALIDADE DELITIVA, VÊ-SE QUE OS ELEMENTOS DOS AUTOS SÃO SUFICIENTES PARA APONTAR O SEU PREENCHIMENTO, INCLUSIVE AQUELES COLHIDOS NO ÂMBITO DO INQUÉRITO POLICIAL. ENTRETANTO, COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICA-SE, POR MEIO DA ANÁLISE DAS PROVAS COLHIDAS, RESTAREM DÚVIDAS CONSIDERÁVEIS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA IMPUTADA AO RÉU.4. OCORRE QUE, EMBORA SE TENHA INDÍCIOS DE AUTORIA EM SEDE DE INQUÉRITO, NOS TERMOS COMO FUNDAMENTADO NA SENTENÇA VERGASTADA, JUDICIALMENTE NÃO SE TEM UM SÓ ELEMENTO DE PROVA A INDICAR A AUTORIA DELITIVA EM RELAÇÃO AO RÉU E NÃO SE TEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO A CORROBORAR QUALQUER ELEMENTO DE PROVA COLHIDO EXTRAJUDICIALMENTE, INEXISTINDO PROVAS PRODUZIDAS SOB O MANTO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, DE MODO QUE SE PODE AFIRMAR QUE NO PRESENTE FEITO SÓ EXISTEM ELEMENTOS DE AUTORIA PRODUZIDOS NA FASE PRÉ-PROCESSUAL E NÃO CORROBORADOS JUDICIALMENTE, OS QUAIS NÃO SERVEM, ISOLADAMENTE, PARA FINS DE CONDENAÇÃO.5. É CEDIÇO QUE NÃO SE PERMITE, AO TEOR DO ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, CONDENAR O RÉU COM AMPARO UNICAMENTE EM ELEMENTOS DE PROVA PRODUZIDOS EM SEDE DE INQUÉRITO, SEM QUE SE TENHA, EM JUÍZO, SOB O CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, A PRODUÇÃO DE PROVAS HÁBEIS A CORROBORAR OS ELEMENTOS PRÉ-PROCESSUAIS. DESTAQUE-SE QUE, A TÍTULO DE EXEMPLO, NEM MESMO A CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL POSSUI O CONDÃO DE, POR SI SÓ, ENSEJAR A CONDENAÇÃO DO RÉU, QUANDO DESPIDA DE OUTROS ELEMENTOS PRODUZIDOS NA INSTRUÇÃO CRIMINAL À CORROBORAR-LHE.5. NESTE SENTIDO, VERIFICA-SE, POR MEIO DA ANÁLISE DAS PROVAS CONSTANTES NO FEITO, RESTAREM DÚVIDAS SIGNIFICATIVAS ACERCA DA AUTORIA DELITIVA IMPUTADA AO RÉU, NÃO HAVENDO SUBSTRATO PROBATÓRIO HÁBIL AO DECRETO CONDENATÓRIO. LOGO, CONCLUI-SE QUE AS PROVAS DOS AUTOS SÃO INCAPAZES DE ATRIBUIR AO RÉU A RESPONSABILIDADE PELA PRÁTICA DELITUOSA DENUNCIADA.6. PORTANTO, SABE-SE QUE É IMPRESCINDÍVEL QUE HAJA UM CONJUNTO DE FATOS E PROVAS QUE, NOS TERMOS DA LEI PENAL, SEJAM EFICAZES A COMPROVAR A PRÁTICA DELITUOSA, A FIM DE QUE NÃO ARRISQUE A CONDENAR UM INOCENTE POR ATO NÃO COMETIDO, EM OBSERVÂNCIA AO CONSAGRADO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO, NOS TERMOS DO ART. 386, VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.7. DESSE MODO, DIFERENTE DO QUE SUSTENTA O APELO, ENTENDE-SE QUE NÃO CONSTAM NOS AUTOS PROVAS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO DO RÉU, RAZÃO PELA QUAL IMPÕE-SE A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE ABSOLVIÇÃO.8. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 1º DE NOVEMBRO DE 2024MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0255373-84.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Lucas Araújo dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RECEPTAÇÃO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. PROVAS. DECLARAÇÕES DO ACUSADO EM JUÍZO. ARGUIÇÃO DE AUSÊNCIA DE JUDICIALIZAÇÃO DE PROVAS. TESTEMUNHO POLICIAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM ILÍCITA DA ARMA PARA RECEPTAÇÃO. I. CASO EM EXAME1. TRATA-SE DE APELAÇÃO INTERPOSTA POR LUCAS ARAÚJO DOS SANTOS, CONTRA SENTENÇA QUE O CONDENOU PELO DELITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, PORTE ILEGAL DE ARMA E RECEPTAÇÃO. EM SUAS RAZÕES RECURSAIS POSTULA PELA ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO EM RELAÇÃO AO DELITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, SOB O ARGUMENTO QUE O MAGISTRADO NÃO UTILIZOU PROVAS JUDICIALIZADAS E OS TESTEMUNHOS POLICIAIS NÃO SÃO SUFICIENTES PARA FUNDAMENTAR O ÉDITO CONDENATÓRIO. REQUER TAMBÉM A ABSOLVIÇÃO DO APELANTE DO DELITO DE RECEPTAÇÃO POR ENTENDER QUE NÃO SE PODE PRESUMIR A ORIGEM ILÍCITA DA ARMA. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM SABER: (I) SE EXISTEM PROVAS SUFICIENTES PARA A MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO DO ACUSADO QUANTO AO DELITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. (II) SE O FUNDAMENTO DE QUE A ARMA FOI ADQUIRIDA NO “MERCADO NEGRO”, E POR ISSO SE PRESUME A ORIGEM ILÍCITA, É SUFICIENTE PARA CONDENAÇÃO DO ACUSADO PELO DELITO DE RECEPTAÇÃO.III. RAZÕES DE DECIDIR3. AS INFORMAÇÕES TRAZIDAS POR POLICIAIS SÃO PROVAS IDÔNEAS E TEM PRESUNÇÃO DE VERACIDADE, SENDO ÔNUS DA DEFESA PRODUZIR CONTRAPROVA APTA A DEMONSTRAR A FALTA DE CREDIBILIDADE DO TESTEMUNHO DO AGENTE DE SEGURANÇA ESTATAL.4. A SENTENÇA CONDENATÓRIA, NO QUE SE REFERE AO DELITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, APRESENTA ELEMENTOS DE PROVA SUFICIENTES PARA SUA MANUTENÇÃO, UMA VEZ QUE OS POLICIAIS CIVIS QUE PARTICIPARAM DAS INVESTIGAÇÕES CORROBORARAM AS INFORMAÇÕES TIDAS EM INQUÉRITO POLICIAL, ASSIM COM O PRÓPRIO APELANTE, MESMO QUE NÃO TENHA CONFESSADO, CONFIRMOU DIVERSAS INFORMAÇÕES TIDAS NOS RELATÓRIOS DA POLÍCIA COMO: TER INTEGRADO O COMANDO VERMELHO, SER DECRETADO DE MORTE POR ESSA ORGANIZAÇÃO, TER CIÊNCIA QUE SUA FOTO FOI AMPLAMENTE DIFUNDIDA

EM REDES SOCIAIS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DETERMINANDO SUA MORTE, ALÉM DE TER DITO QUE EM INQUÉRITO PRESTOU DEPOIMENTO POR LIVRE E ESPONTÂNEA VONTADE, E PARTICIPAVA DA MASSA. 5. QUANTO AO DELITO DE RECEPTAÇÃO NÃO SE PODE PRESUMIR QUE A ARMA É DE ORIGEM ILÍCITA. DEVE EXISTIR NOS AUTOS O MÍNIMO DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM ILÍCITA DO OBJETO, NÃO SENDO PERMITIDO PRESUNÇÕES DE CONJECTURAS. ALÉM DE NÃO SE TER COMPROVAÇÃO, DE FATO, QUE A ARMA FOI ADQUIRIDA NO "MERCADO NEGRO" NÃO SE TEM TAMBÉM A COMPROVAÇÃO DE SUA ORIGEM. INEXISTINDO COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DA ARMA A ABSOLVIÇÃO, DO DELITO DE RECEPTAÇÃO, É MEDIDA QUE SE IMPÕE.IV. DISPOSITIVO6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.DISPOSITIVOS CITADOS: ART. 2º, DA LEI 12.850/13, ART. 180 DO CP E 386, INCISO VII DO CPP. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: TJDFT: ACÓRDÃO 1924043, 0717312-23.2021.8.07.0007, RELATOR(A): JESUINO RISSATO, 3ª TURMA CRIMINAL, DATA DE JULGAMENTO: 19/09/2024, PUBLICADO NO PJE: 01/10/2024; TJCE : TJCE - RSE: 00101775620228060051 BOA VIAGEM, RELATOR: MARIO PARENTE TEÓFILO NETO, DATA DE JULGAMENTO: 12/04/2022, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DATA DE PUBLICAÇÃO: 13/04/2022.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0255373-84.2023.8.06.0001, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER O RECURSO DE LUCAS ARÁUJO DOS SANTOS PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO. FORTALEZA, 05 DE NOVEMBRO DE 2024. MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO DESEMBARGADOR RELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0276134-10.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Marcos Vinicius Rodrigues Alves - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006). SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. 1) PLEITO DE ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE TRÁFICO PARA O DE USO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE (ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006). INVIABILIDADE. CONTEXTO FÁTICO DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ELEMENTOS DOS AUTOS QUE EVIDENCIAM A TRAFICÂNCIA. PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA. APREENSÃO DE DROGAS E PETRECHOS. RÉU QUE CONFESSA A PROPRIEDADE DA DROGA APREENDIDA, MAS ALEGA A POSSE PARA USO PRÓPRIO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS A AMPARAR A VERSÃO DO ACUSADO. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS QUE AFIRMAM A TRAFICÂNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS NO CASO CONCRETO. NEGATIVA DE AUTORIA E ALEGAÇÕES RECURSAIS QUE NÃO ENCONTRAM AMPARO PROBATÓRIO NOS AUTOS. 2) DOSIMETRIA. 2.1) PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. ACOLHIMENTO. RETIFICAÇÃO DA PRIMEIRA FASE. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA QUE NÃO PODEM SER DISSOCIADAS (ART. 42). AUSÊNCIA DO REQUISITO "QUANTIDADE". APREENSÃO DE COCAÍNA (5 GRAMAS). ART. 42 DA LEI DE DROGAS. REDIMENSIONAMENTO DA PENA-BASE. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVADAS QUE IMPÕE A FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. 2.2) INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONFISSÃO PARCIAL VALORADA PARA FINS DE CONDENAÇÃO. MANUTENÇÃO DA PENA EM SEU MÍNIMO LEGAL (SÚM. 231 DO STJ). 2.3) PLEITO DE APLICAÇÃO DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. ACOLHIMENTO. AFASTAMENTO DA PRIVILEGIADORA COM AMPARO EM AÇÃO PENAL EM CURSO (MESMO QUE JÁ PROLATADA SENTENÇA CONDENATÓRIA EM GRAU DE RECURSO) QUE NÃO ENCONTRA FUNDAMENTO NA JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TJCE. APLICAÇÃO DA PRIVILEGIADORA QUE SE IMPÕE. REDUÇÃO DA PENA NA TERCEIRA FASE NA FRAÇÃO DE 2/3 (DOIS TERÇOS). PATAMAR DE PENA QUE AUTORIZA ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. PENA REDIMENSIONADA.1. CUIDA-SE DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA POR FRANCISCO MARCOS VINICIUS RODRIGUES ALVES, CONTRA A SENTENÇA DE FLS. 147/157, PROLATADA PELO JUÍZO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS DA COMARCA DE FORTALEZA/CE QUE, JULGANDO PROCEDENTE A DENÚNCIA, O CONDENOU NAS TENAZES DO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06, À PENA DE 06 (SEIS) ANOS E 03 (TRÊS) MESES DE RECLUSÃO E 583 (QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS) DIAS-MULTA, CADA DIA CORRESPONDENTE A 1/30 DO SALÁRIO-MÍNIMO.2. DO PLEITO ABSOLUTÓRIO. O RECORRENTE REQUER SUA ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06) E A CONSEQUENTE DESCLASSIFICAÇÃO DA SUA CONDUTA PARA CONSUMO PESSOAL (ART. 28 DA LEI Nº 11.343/06) OU, AINDA, CASO REJEITADA A PRETENSÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO ALUDIDA, QUE SEJA REDUZIDA A PENA PARA O MÍNIMO LEGAL E APLICADA A HIPÓTESE DE TRÁFICO PRIVILEGIADO (§4º DO ART. 33 DA LEI N. 33.343/2006), RECONSIDERANDO O REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA PARA O ABERTO E SUBSTITUÍDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITO.2.1. A MATERIALIDADE DELITIVA QUANTO À POSSE DE DROGAS RESTA COMPROVADA PELO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE (FLS. 02/03), PELO AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO (FL. 17) E PELOS LAUDOS TOXICOLÓGICOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO (FLS. 19 E 90/92), ATESTANDO TRATAR-SE O ENTORPECENTE APREENDIDO DE COCAÍNA NA FORMA PÉTREA (CRACK), BEM COMO PELA PROVA ORAL PRODUZIDA NA INSTRUÇÃO E NO INQUÉRITO. SEGUNDO O REFERIDO AUTO (FL. 17), FORAM APREENDIDOS 5G (CINCO GRAMAS) DE COCAÍNA, DIVIDIDO EM PEDRAS. INEGÁVEL, PORTANTO, A MATERIALIDADE DELITIVA.2.2. É TAMBÉM FATO INCONTROVERSO A AUTORIA DELITIVA, COMPROVADA PELOS DEPOIMENTOS JUDICIAIS DOS POLICIAIS QUE EFETUARAM A PRISÃO DO RÉU, OS QUAIS PRESENCIARAM O FLAGRANTE. ADEMAIS, EM JUÍZO, EMBORA TENHA O RÉU NEGADO A TRAFICÂNCIA, EXPRESSAMENTE ASSUMIU A PROPRIEDADE DA DROGA E DA BALANÇA APREENDIDA, INFORMANDO ATÉ MESMO ONDE SE LOCALIZAVAM TAIS PROVAS, APENAS AFIRMANDO DESTINAR-SE OS ENTORPECENTES PARA O SEU CONSUMO PESSOAL, INCLUSIVE, RECONHECEU EXPRESSAMENTE TER SIDO AUTORIZADA A ENTRADA DOS POLICIAIS NA RESIDÊNCIA PARA A DEVIDA BUSCA DOMICILIAR.2.3. EXTRAI-SE, PORTANTO - INCLUSIVE CONFORME FUNDAMENTAÇÃO NA SENTENÇA VERGASTADA, A PARTIR DOS ELEMENTOS DOS AUTOS, QUE A VERSÃO ACUSATÓRIA ENCONTRA AMPARO ROBUSTO NAS PROVAS DOS AUTOS, TENDO-SE PERFEITA CONSONÂNCIA ENTRE AS VERSÕES APRESENTADAS PELOS POLICIAIS QUE EFETUARAM A PRISÃO DO RÉU (EM INQUÉRITO E EM JUÍZO) E DEMAIS ELEMENTOS PROBATÓRIOS, OS QUAIS EXPRESSAMENTE CONFIRMARAM TODO O CONTEXTO DA ABORDAGEM POLICIAL NARRADA. ADEMAIS, A PRÓPRIA VERSÃO FÁTICA APRESENTADA PELO RÉU EM JUÍZO CORROBORA O NARRADO PELAS DEMAIS PROVAS ORAIS, DIVERGINDO APENAS QUANTO À SUPOSTA DESTINAÇÃO DA DROGA PARA CONSUMO PESSOAL, O QUE NÃO ENCONTRA AMPARO EM QUALQUER ELEMENTO DE PROVA NO FEITO.2.4. TENDO EM VISTA A PRÁTICA DELITIVA EVIDENCIADA PELOS DEPOIMENTOS PRESTADOS E PELOS DEMAIS ELEMENTOS DOS AUTOS (APREENSÃO DAS DROGAS E PETRECHOS, CONFISSÃO PARCIAL EXTRAJUDICIAL, ETC.), É INVIÁVEL A ABSOLVIÇÃO PLEITEADA PELA DEFESA, DE MANEIRA QUE A CONTROVÉRSIA RESIDE NA DESTINAÇÃO DOS ENTORPECENTES, SE PARA TRAFICÂNCIA, COMO ALEGAM OS POLICIAIS, OU PARA USO PESSOAL, COMO DEFENDIDO

PELA DEFESA DO RECORRENTE. ADEMAIS, MERECE DESTACAR QUE A VERSÃO SUSTENTADA PELO RÉU EM SEU INTERROGATÓRIO JUDICIAL NÃO ENCONTRA QUALQUER AMPARO PROBATÓRIO NOS AUTOS, CUIDANDO-SE DE MERA ARGUMENTAÇÃO, O QUE NÃO POSSUI A APTIDÃO DE RECHAÇAR AS DEMAIS PROVAS PRODUZIDAS NA INSTRUÇÃO EM SEU DESFAVOR E NO SENTIDO DE EVIDENCIAR A MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA.3. DO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA CONSUMO PRÓPRIO DE ENTORPECENTE. NO CASO EM TELA, FORA APREENDIDO 5G (CINCO GRAMAS) DE CRACK DIVIDIDO EM PEDRAS PEQUENAS. FRISO QUE ESSA QUANTIDADE NÃO É SIGNIFICATIVA E, POR SI SÓ, NÃO DARIA ENSEJO À CONCLUSÃO DA DESTINAÇÃO DA DROGA APREENDIDA AO TRÁFICO, SENDO, EM VERDADE, COMUMENTE ENQUADRADA COMO CONSUMO PESSOAL. ENTRETANTO, EMBORA TENHAM SIDO APREENDIDOS APENAS 5G (CINCO GRAMAS) DE CRACK DIVIDIDO EM PEDRAS PEQUENAS, NÃO SENDO UMA QUANTIDADE EXPRESSIVA, A PROVA ORAL PRODUZIDA NA INSTRUÇÃO A PARTIR DOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS ATUANTES NA OCORRÊNCIA, SOMADA AOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA, INCLUINDO A APREENSÃO DE 1 (UMA) BALANÇA DE PRECISÃO, 1 (UM) ROLO DE FILME PVC E R$105,40 (CENTO E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) EM ESPÉCIE, BEM COMO A CONFISSÃO PARCIAL DO RÉU, QUE RECONHECE A PROPRIEDADE DA DROGA E ITENS APREENDIDOS, ELIDEM A POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DO DELITO CONTIDO NO ART. 28, PARA FINS DE CONSUMO PESSOAL.3.1. COMO PREFALADO, NOS TERMOS DO ART. 28, §2º, DA LEI Nº 11.343/06, NÃO DEVE SER OBSERVADA APENAS A QUANTIDADE DA DROGA, MAS SIM A NATUREZA, O LOCAL, AS CONDIÇÕES EM QUE SE DESENVOLVEU A AÇÃO, AS CIRCUNSTÂNCIAS SOCIAIS E PESSOAIS, BEM COMO A CONDUTA E AOS ANTECEDENTES DOS AGENTES. PORTANTO, INAFASTÁVEL A CONCLUSÃO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU EM ENTENDER O ENQUADRAMENTO DO CASO DO RECORRENTE NÃO PELO CONSUMO PESSOAL, MAS, SIM, PELA CONFIGURAÇÃO DO CRIME DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06.4. DO PLEITO DE INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. NESTA PARCELA RECURSAL, PUGNA O APELANTE PELO RECONHECIMENTO DA INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, AO TEOR DO §4º, DO ART. 33, DA LEI DE DROGAS, APLICANDO-SE TAL BENESSE EM SEU PATAMAR MÁXIMO DE 2/3.4.1. QUANTO AO PLEITO DE APLICAÇÃO DA ATENUANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, AFASTOU O MAGISTRADO A QUO TAL BENEFÍCIO, SOB O FUNDAMENTO DE EVIDENCIAR-SE QUE O RÉU DEDICA-SE A ATIVIDADES ILÍCITAS E INTEGRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, POSSUINDO CONDENAÇÃO NO PROCESSO Nº 0034953-13.2021.8.06.0001, AINDA QUE EM GRAU DE RECURSO, CONSOANTE CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DE FLS. 134/136, MESMO QUE TAL FATO NÃO SIRVA PARA CONSTATAR-SE A REINCIDÊNCIA OU MAUS ANTECEDENTES, BEM COMO POR TER SIDO PRESO COM UMA BALANÇA E UM ROLO DE PLÁSTICO FILME.4.2. COMPULSANDO OS AUTOS, VERIFICO QUE A TESE DEFENSIVA MERECE GUARIDA, TENDO O MAGISTRADO DE ORIGEM ERRONEAMENTE AFASTADO A MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE AÇÕES PENAIS EM CURSO, ANTE A VERIFICAÇÃO DE CONDENAÇÃO EM PROCESSO ANTERIOR. NESSA SENDA, O STJ E ESTA CÂMARA POSSUEM O ENTENDIMENTO DE QUE A VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE INQUÉRITOS POLICIAIS E AÇÕES PENAIS EM CURSO, QUE É O CASO DE CONDENAÇÕES ANTERIORES NÃO TRANSITADAS EM JULGADO, NÃO PODEM SERVIR PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, SOB PENA DE VIOLAÇÃO DO ART. 5º, LIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DESTA FEITA, COMO O RÉU ERA TECNICAMENTE PRIMÁRIO NA DATA DA SENTENÇA NÃO PODERIA SER UTILIZADA A AÇÃO PENAL REFERIDA PARA AFASTAR A MINORANTE, NOS MOLDES COMO SE AMPAROU O MAGISTRADO DE ORIGEM.4.4. DESSA FORMA, NO CASO CONCRETO, CONSIDERANDO QUE O RÉU TEM BONS ANTECEDENTES, DE ACORDO COM O QUE FOI VERIFICADO NA CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS (FLS. 134/136), BEM COMO QUE É PRIMÁRIO E QUE NÃO HÁ, NOS AUTOS, SUFICIENTES ELEMENTOS QUE INDIQUEM DEDICAÇÃO ÀS ATIVIDADES CRIMINOSAS OU QUE INTEGRE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, IMPÕE-SE O RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, NA TERCEIRA FASE DO CÁLCULO DOSIMÉTRICO, EM PATAMAR MÁXIMO, ANTE A INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM MAIOR RIGOR.5. DOSIMETRIA DA PENA. DO PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO SEU MÍNIMO LEGAL (1ª FASE). POR FIM, EM RELAÇÃO À DOSIMETRIA DA PENA, ANTE O EFEITO DEVOLUTIVO APROFUNDADO/AMPLO, EM QUE O JUÍZO AD QUEM É LIVRE PARA APRECIAR ASPECTOS QUE, INCLUSIVE, NÃO FORAM SUSCITADOS PELAS PARTES (SÚMULA 55 DO TJCE), PASSO A REALIZAR A ANÁLISE DOSIMÉTRICA A PARTIR DA DOSIMETRIA APLICADA NA SENTENÇA, MODIFICANDO-A APENAS NOS ASPECTOS QUE MERECEREM REFORMA.A) NA 1ª FASE, O JUÍZO DE ORIGEM, AO APRECIAR AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 42 DA LEI N. 11.343/06 E NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL, REFERENTES AO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS, VALOROU NEGATIVAMENTE APENAS A CIRCUNSTÂNCIA REFERENTE À NATUREZA E QUANTIDADE DAS DROGAS APREENDIDAS. MERECE SER REFORMADA A DOSIMETRIA PARA AFASTAR A NEGATIVAÇÃO REALIZADA NOS TERMOS DO ART. 42 DA LEI DE DROGAS, POR CLARA AUSÊNCIA DE SEUS REQUISITOS LEGAIS. ISTO PORQUE, EMBORA SE TENHA NOS AUTOS A APREENSÃO DE COCAÍNA (CRACK), O QUE PREENCHERIA O ASPECTO DA “NATUREZA”, NÃO SE TEM A APREENSÃO DE QUANTIDADE CONSIDERÁVEL DE ENTORPECENTES PARA O PREENCHIMENTO DO “ASPECTO QUANTITATIVO”. ISTO PORQUE, CONFORME SE EXTRAI DO AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO DE FL. 17, RESTOU APREENDIDO APENAS O TOTAL DE 5G (CINCO GRAMAS), DIVIDIDO EM PORÇÕES. DESSE MODO, UMA VEZ NÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS LEGAIS PARA TAL NEGATIVAÇÃO, REFORMA-SE A SENTENÇA NESTE PONTO PARA FINS DE ADEQUAÇÃO DA VALORAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NO CASO CONCRETO, NEUTRALIZANDO NO PRESENTE CASO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 42 DA LEI DE DROGAS (QUANTIDADE E NATUREZA). DESTA FEITA, CONSIDERANDO-SE QUE NO CASO CONCRETO RESTARAM NEUTRALIZADAS TODAS AS CIRCUNSTANCIAS JUDICIAIS - ART. 59 DO CP E 42 DA LEI DE DROGAS -, DEVE A PENA-BASE SER, DE FATO, FIXADA NO SEU MÍNIMO LEGAL, DE MODO QUE SE REFORMA A SENTENÇA NESTE PONTO PARA FIXÁ-LA EM 5 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO E 500 (QUINHENTOS) DIAS-MULTA.B) NA 2ª FASE, VÊ-SE QUE O MAGISTRADO A QUO DESTACOU A INEXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES, IGNORANDO A CONFISSÃO PARCIAL DO RÉU, DE MODO QUE TAL PARCELA MERECE IGUALMENTE SER REFORMADA, O QUE FAÇO PARA RECONHECER A INCIDÊNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA (ART. 65, III, “D”, CP), DESTACANDO-SE APENAS QUE, NOS TERMOS DA SÚM. 231 DO STJ, IMPÕE-SE A MANUTENÇÃO DA PENA INTERMEDIÁRIA NO PATAMAR DE 5 (CINCO) ANOS DE RECLUSÃO E 500 (QUINHENTOS) DIAS-MULTA, VEZ QUE JÁ EM SEU MÍNIMO LEGAL.C) NA 3ª FASE, AFASTOU O MAGISTRADO A QUO A INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, PELAS RAZÕES JÁ EXPOSTAS, PARCELA DA SENTENÇA QUE SE REFORMA NESTE INSTANTE RECURSAL, CONCEDENDO-SE A MINORANTE ADUZIDA NA SUA FRAÇÃO DE 2/3 (DOIS TERÇOS), CONFORME ENTENDIMENTO JURISPRUDÊNCIA ACIMA ELENCADO. ASSIM, PELAS RAZÕES JÁ EXPOSTAS, REDUZINDO A PENA INTERMEDIÁRIA NA FRAÇÃO DE 2/3 (DOIS TERÇOS), FIXA-SE A PENA DEFINITIVA EM 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 166 (CENTO E SESSENTA) DIAS-MULTA.5.1. DESSE MODO, FIXA-SE O REGIME ABERTO, COM AMPARO NO ART. 33, §2º, “C”, DO CÓDIGO PENAL. NO QUE DIZ RESPEITO À SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA, CONSTATA-SE A SUA POSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO, DADO QUE O APELANTE ATENDE AOS REQUISITOS ELENCADOS NO ARTIGO 44

DO CÓDIGO PENAL. A PENA FIXADA É MENOR QUE 4 (QUATRO) ANOS, O CRIME NÃO FOI COMETIDO COM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA À PESSOA E O RÉU NÃO É REINCIDENTE. DESSA FORMA, NOS TERMOS DO § 2º, SEGUNDA PARTE, DO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL, A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DO RECORRENTE SERÁ SUBSTITUÍDA POR DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, A SEREM DECIDIDAS PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES.6. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. PENA REDIMENSIONADA.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 7 DE OUTUBRO DE 2024MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Renata Estevam Barroso (OAB: 34933/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0280005-46.2021.8.06.0131 - Apelação Criminal - Mulungu - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Dilson Araújo Freire - Des. FRANCISCO CARNEIRO LIMA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LICITAÇÃO. ART. 90, DA LEI N. 8.666/93. FRAUDE AO CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. INTERPRETAÇÃO DE EXIGÊNCIA LEGAL. DOLO NÃO COMPROVADO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ABSOLUTÓRIA.I CASO EM EXAME1. APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONTRA SENTENÇA PROLATADA PELO JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MULUNGU, ÀS FLS. 396/402, QUE ABSOLVEU O APELADO DILSON ARAÚJO FREIRE, DA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 90 DA LEI N.º 8.666/93, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. O ÓRGÃO MINISTERIAL REQUER A CONDENAÇÃO DO APELADO, SUSTENTANDO QUE A MATERIALIDADE E A AUTORIA DO DELITO RESTARAM COMPROVADAS.II QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO EM DISCUSSÃO CONSISTE EM DETERMINAR SE HÁ PROVAS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO DO RÉU PELO CRIME DE FRAUDE À LICITAÇÃO, EM ESPECIAL QUANTO AO DOLO ESPECÍFICO DE FRUSTRAR O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. III RAZÕES DE DECIDIR3. A TIPIFICAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 90 DA LEI Nº 8.666/93 EXIGE COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO DE FRUSTRAR O CARÁTER COMPETITIVO DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM A INTENÇÃO DE OBTER VANTAGEM INDEVIDA PARA SI OU PARA OUTREM.4. A PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL NÃO COMPROVA DE FORMA CONCLUSIVA QUE O RÉU AGIU COM DOLO ESPECÍFICO PARA FRUSTRAR A LICITAÇÃO, TAMPOUCO QUE SUA ATUAÇÃO VISAVA BENEFICIÁ-LO OU A TERCEIROS INDEVIDAMENTE, DADO QUE O RÉU FOI DESCLASSIFICADO DO CERTAME E NÃO OBTEVE QUALQUER BENEFÍCIO. 5. O DEPOIMENTO DAS TESTEMUNHAS E O PARECER JURÍDICO ASSINADO PELO RÉU NÃO CONTÊM ELEMENTOS QUE DEMONSTREM AJUSTE OU COMBINAÇÃO PARA FRAUDAR O PROCESSO LICITATÓRIO.6. A AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS SOBRE O DOLO JUSTIFICA A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO, SEGUNDO O QUAL, NA DÚVIDA, DEVE-SE OPTAR PELA ABSOLVIÇÃO DO RÉU. EM RAZÃO DA DÚVIDA RAZOÁVEL ACERCA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA, MANTÉM-SE A ABSOLVIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 386, VII, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.IV DISPOSITIVO E TESE7. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. TESE DE JULGAMENTO: 1. PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE FRAUDE À LICITAÇÃO (ART. 90, DA LEI N.º 8.666/93), É IMPRESCINDÍVEL A COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO DE FRUSTRAR O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. 2. A INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUANTO AO DOLO ESPECÍFICO DE FRUSTRAR A LICITAÇÃO IMPÕE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO E A CONSEQUENTE MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO DO RÉU._____DISPOSITIVO RELEVANTE CITADO: LEI N.º 14.133/21, ARTIGO 190; CF, ARTIGO 37, CAPUT E INCISO XXI; LEI N.º 8.666/93, ART. 13, INCISO V, ART. 2º, ART. 25, CAPUT E INCISO II, ART. 90; CPP, ART. 386, INCISO VII.JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: STF, ADI N.º 45, INQ 3074/SC - SANTA CATARINA - JULGAMENTO: 26/08/2014. PRIMEIRA TURMA; TJCE, APELAÇÃO CRIMINAL - 0000036-62.2019.8.06.0057, REL. DESEMBARGADOR(A) ROSILENE FERREIRA FACUNDO, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DATA DO JULGAMENTO: 29/08/2023, DATA DA PUBLICAÇÃO: 29/08/2023.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA - CE, 05 DE NOVEMBRO DE 2024.DESEMBARGADOR FRANCISCO CARNEIRO LIMARELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Francisco de Assis Alves de Souza (OAB: 7321/CE)

Nº 0734414-50.2014.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Jonathan Tome dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO. PLEITO ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. IMPROCEDÊNCIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS PELOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO AGREGADOS AOS AUTOS. PEDIDO DE REVISÃO DA DOSIMETRIA. PENA-BASE APLICADA EM SEU MÍNIMO LEGAL. DOSIMETRIA QUE NÃO MERECE REPAROS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. OS DEPOIMENTOS COLHIDOS NAS DUAS FASES DO PROCEDIMENTO PENAL, AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO EM FLAGRANTE E AS DEMAIS PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS SÃO CONCLUDENTES E CATEGÓRICAS EM APONTAR QUE O RECORRENTE, NA COMPANHIA DE UM MENOR DE IDADE, SUBTRAIU, MEDIANTE GRAVE AMEAÇA, OS BENS DAS VÍTIMAS, ENQUADRANDO-SE TAL CONDUTA NO CRIME TIPIFICADO NO ART. 157, § 2º, INC. II, DO CÓDIGO PENAL.2.1. É CERTO QUE A DOSIMETRIA DA PENA É MATÉRIA SUJEITA A CERTA DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL, HAJA VISTA QUE O CÓDIGO PENAL NÃO ESTABELECE ESQUEMAS MATEMÁTICOS OU REGRAS ABSOLUTAMENTE OBJETIVAS PARA A FIXAÇÃO DA PENA (HC 107.409/PE, 1.ª TURMA DO STF, REL. MIN. ROSA WEBER, UN., J. 10.4.2012, DJE-091, 09.5.2012). POR ISSO, NÃO CABE REVER PENA FIXADA EM PARÂMETROS LEGAIS, RAZOÁVEIS E ADEQUADOS EM PRIMEIRO GRAU, SUBSTITUINDO A DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ PELA DO TRIBUNAL.2.2. EM EXAME ATENTO DA SENTENÇA VERGASTADA, VERIFICA-SE QUE A PENA-BASE FOI APLICADA NO MÍNIMO LEGAL. EM RELAÇÃO À SEGUNDA FASE DA DOSIMETRIA PENAL, O SENTENCIANTE ORIGINÁRIO DEIXOU DE APLICAR A CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE DA MENORIDADE RELATIVA, POIS A MESMA FICARIA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL, EM ATENÇÃO SÚMULA N. 231 DO STJ. POR FIM, APLICOU O JUDICANTE A MAJORANTE DO CONCURSO DE AGENTES PELA MENOR FRAÇÃO LEGAL (1/3), TOTALIZANDO 5 (CINCO) ANOS E 4 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO, NÃO HAVENDO NENHUM REPROCHE A SER REALIZADO.2.3. O MAGISTRADO A QUO RECONHECEU A CONTINUIDADE DELITIVA EM RELAÇÃO AOS DOIS ROUBOS MAJORADOS, UMA VEZ QUE DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL RESTOU COMPROVADO QUE O ACUSADO, PELAS CONDIÇÕES DE TEMPO, LUGAR E MANEIRA DE EXECUÇÃO, MEDIANTE MAIS DE UMA AÇÃO, SUBTRAIU OS BENS DE 2 (DUAS) VÍTIMAS, APLICANDO A FRAÇÃO DE AUMENTO DE 1/6 (UM SEXTO), FIXANDO A PENA DEFINITIVA EM 6 (SEIS) ANOS, 2 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, ALÉM

DO PAGAMENTO DE 26 (VINTE E SEIS) DIAS-MULTA, DE MODO QUE NÃO MERECE SER REFORMADA A DOSIMETRIA PENAL.2.4. QUANTO AO REGIME PRISIONAL INICIAL, DE RIGOR A MANUTENÇÃO DO SEMIABERTO, APLICADO EM CONFORMIDADE COM O ART. 33, § 2º, "B" DO CP.2.5. POR FIM, INCABÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS, EM RAZÃO DO MONTANTE DA SANÇÃO PENAL APLICADA NO CASO CONCRETO, EM OBEDIÊNCIA AO DISPOSTO NO ART. 44, INC. I DO CÓDIGO PENAL.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Antônio Danúsio Barroso Neto (OAB: 28301/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0774561-21.2014.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Antonio Igor Souza Vital - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS E CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 33 DA LEI N. 11.343/06 E ART. 333 DO CÓDIGO PENAL). APELO MINISTERIAL. PEDIDO DE CONDENAÇÃO. INVIABILIDADE. EXISTÊNCIA DE NULIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 5°, INC. XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. INGRESSO INDEVIDO DOS MILITARES EM DOMICÍLIO ALHEIO SEM INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS DE FLAGRÂNCIA. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS PRELIMINARES. AUTORIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO NÃO COMPROVADA. ÔNUS ESTATAL DE COMPROVAR A VOLUNTARIEDADE DO CONSENTIMENTO. ILICITUDE VERIFICADA. CONDENAÇÃO INVIÁVEL. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO APELATÓRIO CONHECIDO E DESPROVIDO.1.1. PELO QUE SE EXTRAI DA PROVA ORAL, NÃO HAVIA MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO EXPEDIDO EM DESFAVOR DO ACUSADO, EXISTINDO TÃO SOMENTE UMA DENÚNCIA ANÔNIMA DE QUE A RESIDÊNCIA EM QUESTÃO SERIA UTILIZADA PARA A PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS. ADEMAIS, CONSTATA-SE QUE OS POLICIAIS MILITARES ADENTRARAM NA PROPRIEDADE ALHEIA, SEM QUALQUER INVESTIGAÇÃO OU DILIGÊNCIA PRÉVIA QUE PUDESSE JUSTIFICAR O INGRESSO NO DOMICÍLIO DO APELADO.1.2. TRATA-SE DE NÍTIDO CASO DE OFENSA AO DIREITO FUNDAMENTAL DA INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO, PREVISTO NO ART. 5°, INC. XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, O QUE, EM DECORRÊNCIA DA TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA, MACULA DE NULIDADE TODAS AS PROVAS COLHIDAS. SITUAÇÕES COMO ESTA SÃO TÃO CORRIQUEIRAS, QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, EM SEDE REPERCUSSÃO GERAL, FIRMOU A TESE DE QUE A ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL SÓ É LÍCITA QUANDO AMPARADA EM FUNDADAS RAZÕES, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS A POSTERIORI, QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO. 1.3. FRISE-SE QUE SEQUER FORA COMPROVADO CABALMENTE NOS AUTOS QUE NO MOMENTO DA ATUAÇÃO DOS AGENTES DA LEI O TITULAR DA PROPRIEDADE TERIA FRANQUEADO O INGRESSO DOS MILITARES NO DOMICÍLIO, O QUE TORNA ILEGAL A DILIGÊNCIA DOS POLICIAIS. DE ACORDO COM O ATUAL ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A PROVA DA LEGALIDADE E DA EXISTÊNCIA DO LIVRE CONSENTIMENTO PARA O INGRESSO NA PROPRIEDADE DO(A) SUSPEITO(A) INCUMBE AO ESTADO, NÃO DEVENDO HAVER DÚVIDAS ACERCA DA AUTORIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DO(A) PROPRIETÁRIO(A) DO IMÓVEL, SOB PENA DE, NO CAMPO PROCESSUAL, SEREM CONSIDERADAS ILÍCITAS AS PROVAS OBTIDAS.1.4. A EXCLUSÃO DA PROVA ORIGINARIAMENTE ILÍCITA, OU DAQUELA AFETADA PELO VÍCIO DA ILICITUDE POR DERIVAÇÃO, REPRESENTA UM DOS MEIOS MAIS EXPRESSIVOS DESTINADOS A CONFERIR EFETIVIDADE À GARANTIA DO DUE PROCESS OF LAW E A TORNAR MAIS INTENSA, PELO BANIMENTO DA PROVA ILICITAMENTE OBTIDA, A TUTELA CONSTITUCIONAL QUE PRESERVA OS DIREITOS E PRERROGATIVAS QUE ASSISTEM A QUALQUER ACUSADO EM SEDE PROCESSUAL PENAL. DOUTRINA. PRECEDENTES. (STF, HC 93050/RJ).1.5. ASSIM, CONCLUI-SE PELA FLAGRANTE ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIO DA VIOLAÇÃO ILEGAL DO DOMICÍLIO DO RÉU, BEM COMO DE TODAS AS QUE DELAS DECORRERAM, EXCLUINDO-AS, O QUE IMPÕE A MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO POR AUSÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA MATERIALIDADE DO CRIME. 2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Ana Letícia Leite da Silva Bezerra (OAB: 22998/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0001301-03.2024.8.06.0000 - Conflito de Jurisdição - Juazeiro do Norte - Suscitante: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte - Suscitado: Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Juazeiro do Norte - Des. LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES - Não conheceram do presente recurso. - por unanimidade. - EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE MAUS-TRATOS. DENÚNCIA NÃO OFERTADA. RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO CARACTERIZADA. DIVERGÊNCIA ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE ATUAÇÃO NO CASO. COMPETÊNCIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA DIRIMIR O DISSENSO. NÃO CONHECIMENTO.1. NÃO ESTABELECIDA RELAÇÃO PROCESSUAL PELA AUSÊNCIA DE DENÚNCIA, MAS TÃO SOMENTE O IMPASSE ENTRE OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ACERCA DO JUÍZO CRIMINAL COMPETENTE PARA JULGAR O FEITO, ENSEJANDO DÚVIDA SOBRE O TEMA.2. EM SE TRATANDO DE DIVERGÊNCIA ENTRE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CABE AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DIRIMI-LA, CONFORME DISPOSIÇÃO DO ART. 10, INC. X, DA LEI Nº 8.625/1993. (PRECEDENTES DO TJCE).3. CONFLITO NÃO CONHECIDO. .

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0635290-48.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Teodorico Pereira de Menezes Neto - Paciente: João Victor Ferreira dos Santos - Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Des. LIRA RAMOS DE OLIVEIRA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA. MÉRITO: 1) ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL ANTE A EXISTÊNCIA DE PARECER FAVORÁVEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO À REVOGAÇÃO DA PRISÃO DO PACIENTE. INOCORRÊNCIA. REQUERIMENTO MINISTERIAL PELA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE APÓS VERIFICAR DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE IMPOSTA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PODE OCORRER EM QUALQUER FASE DA INSTRUÇÃO PENAL. ART. 311 DO CPP. 2) ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA CUSTÓDIA CAUTELAR. PRISÃO FUNDAMENTADA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU FORAGIDO DA CULPA POR 5 MESES ATÉ OS DIAS ATUAIS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PRECEDENTES DO STJ E TJCE. 3) ALEGAÇÃO DA AUSÊNCIA DE FATOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA. PERMANÊNCIA DA NECESSIDADE DE RESGUARDAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE FORAGIDO POR MAIS DE UM ANO APÓS CITAÇÃO EDITALÍCIA.

PRECEDENTE STJ. 4) MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO QUE SE MOSTRAM INAPROPRIADAS. PRECEDENTES DO STJ E TJCE. DISPOSITIVO: ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.1. CUIDA-SE DE HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR IMPETRADO POR TEODORICO PEREIRA DE MENEZES NETO E DENILSON LOPES FERREIRA LIMA, EM FAVOR DE JOÃO VICTOR FERREIRA DOS SANTOS, CONTRA ATO PRATICADO PELO JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA DE TRÁFICO DE DROGAS DA COMARCA DE FORTALEZA/CE QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE PELA SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06. 2. A PARTE IMPETRANTE, POR SUA VEZ, SUSTENTA: 1) AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, ASSIM COMO CONSTRANGIMENTO ILEGAL PELA DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR AINDA QUE COM PARECER MINISTERIAL FAVORÁVEL; 2) AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE NO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA; 3) POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS À PRISÃO. 3. DA TESE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE: INICIALMENTE, CABE ESCLARECER QUE, AO CONTRÁRIO DA ALEGAÇÃO DA PARTE IMPETRANTE DE QUE A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE TERIA OCORRIDO AINDA QUE COM PARECER DO ÓRGÃO MINISTERIAL FAVORÁVEL AO ACUSADO, VERIFICA-SE QUE TANTO O PARQUET APRESENTOU PEDIDO DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM DESFAVOR DO PACIENTE (FLS. 168/169 DOS AUTOS DE ORIGEM), QUANTO A POLÍCIA CIVIL REPRESENTOU EM DESFAVOR DESTE (FLS. 79/80 DOS AUTOS DE ORIGEM), NÃO HAVENDO O QUE SE FALAR EM AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DO ÓRGÃO DE ACUSAÇÃO. 3.1 DESSE MODO, VERIFICO QUE A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE OCORREU DE ACORDO COM O PRECEITUADO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, EIS QUE O ÓRGÃO MINISTERIAL, AO VERIFICAR DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE IMPOSTA, REQUEREU AO JUÍZO A QUO A DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE PARA A GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL, DE FORMA QUE NÃO VERIFICO A CONFIGURAÇÃO DE QUALQUER CONSTRANGIMENTO ILEGAL NESTE PONTO. 3.2 NO CASO CONCRETO, DEPREENDE-SE QUE O JUÍZO DE ORIGEM DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE COM BASE NA PROVA DA MATERIALIDADE DELITIVA E NOS INDÍCIOS DE AUTORIA EVIDENCIADOS PELOS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL Nº 127-38/2022 (FLS. 01/40 DOS AUTOS DE ORIGEM), BEM COMO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO, EIS QUE O PACIENTE, TERIA SIDO FLAGRADO EM LOCAL QUE, CONFORME INFORMAÇÃO DA COIN, ESTARIA SENDO OCUPADO POR 3 SUSPEITOS DE HOMICÍDIO, PORTANDO VARIEDADE DE ENTORPECENTES (15 GRAMAS DE COCAÍNA E 0,10 GRAMAS DE CRACK, AMBOS OS ENTORPECENTES EM TROUXINHAS), O QUE EVIDENCIA A PERICULOSIDADE DO ACUSADO.3.3 NÃO OBSTANTE, A SEGREGAÇÃO CAUTELAR RESTOU CONSUBSTANCIADA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL, UMA VEZ QUE O PACIENTE ESTARIA FORAGIDO DO DISTRITO DA CULPA E TERIA DESCUMPRIDO MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE IMPOSTA EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DE FLS. 51/55 DOS AUTOS DE ORIGEM.3.4 O PACIENTE APENAS COMPARECEU ESPONTANEAMENTE AOS AUTOS, ATRAVÉS DE ADVOGADO CONSTITUÍDO, NA DATA DE 03/09/2024, O QUE REFORÇA A IDEIA DE QUE A MEDIDA EXTREMA É NECESSÁRIA, CONSIDERANDO QUE O PACIENTE PERMANECE FORAGIDO DO DISTRITO DA CULPA HÁ CERCA DE 5 (CINCO) MESES, OBSTACULIZANDO O PROSSEGUIMENTO DO FEITO.3.5 TAL COMPREENSÃO RESTOU SEDIMENTADA, AINDA, AO TEOR DO ENUNCIADO Nº. 02 DA SÚMULA DESTA CORTE DE JUSTIÇA: “A AMEAÇA CONCRETA E EVIDENCIADA DE FUGA, BEM COMO A EFETIVA EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA, CONSTITUEM FUNDAMENTO PARA O DECRETO DE PRISÃO PROVISÓRIA, COM O FIM DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL”. 3.6 ADEMAIS, EM QUE PESE A PARTE IMPETRANTE ALEGUE QUE O PACIENTE É PRIMÁRIO E POSSUI BONS ANTECEDENTES, DESTACA-SE QUE EVENTUAIS “CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS DO AGENTE, POR SI SÓS, NÃO IMPEDEM A PRISÃO CAUTELAR, CASO SE VERIFIQUEM PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS PARA A DECRETAÇÃO DA SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA” (STJ - AGRG NO RHC N. 193.323/PR, RELATOR MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, JULGADO EM 1/7/2024, DJE DE 3/7/2024).3.7 ASSIM, AO CONTRÁRIO DO QUE ALEGA A PARTE IMPETRANTE, NÃO SE VERIFICA, NESTE MOMENTO, NENHUM CONSTRANGIMENTO ILEGAL, TENDO O MAGISTRADO IMPETRADO FUNDAMENTADO SUA DECISÃO DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 93, IX, DA CF E NOS ARTIGOS 282, § 6º, E 315 DO CPP, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.964/2019, ALÉM DE DEMONSTRAREM AS CIRCUNSTÂNCIAS APONTADAS A ADEQUAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA, SENDO TEMERÁRIA A LIBERDADE PRETENDIDA.4.1 DA TESE DE AUSÊNCIA DE FATOS CONTEMPORÂNEOS PARA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE: CONFORME INDICADO NO TÓPICO ANTERIOR, EM ANÁLISE AOS FÓLIOS DE ORIGEM, SALIENTA-SE O PACIENTE FOI PRESO EM FLAGRANTE E, APÓS DESCUMPRIR AS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS E PERMANECER FORAGIDO DO DISTRITO DA CULPA, FOI DETERMINADA A SUA PRISÃO PREVENTIVA. ASSIM, CONSIDERANDO QUE O ACUSADO PERMANECE OBSTRUINDO A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, SEQUER HÁ LAPSO TEMPORAL CONSIDERÁVEL ENTRE O FATO OCORRIDO E A PRISÃO DO PACIENTE, MOTIVO PELO QUAL NÃO ASSISTE RAZÃO À ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FATOS CONTEMPORÂNEOS PARA PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE, HAJA VISTA QUE O MAGISTRADO DE ORIGEM INDIVIDUALIZOU OS REQUISITOS PARA A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE DEVIDO AO RISCO À ORDEM PÚBLICA PRESENTE NO MOMENTO DO DECRETO PRISIONAL. PRECEDENTE STF E TJCE.4.2 EM HARMONIA, ENTENDE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: “NÃO SE CONFIGURA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE QUANDO O ACUSADO PERMANECE FORAGIDO DESDE O SUPOSTO COMETIMENTO DO CRIME, TENDO SIDO A SUA PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA APÓS A CITAÇÃO POR EDITAL. CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE DE JUSTIÇA, “’MOSTRA-SE INCOERENTE QUE O PACIENTE SEJA COLOCADO EM LIBERDADE SOB O ARGUMENTO DE FALTA DE CONTEMPORANEIDADE, VALENDO-SE EXATAMENTE DO TEMPO EM QUE FICOU FORAGIDO’” (STJ - AGRG NO HC: 700867 AL 2021/0333909-9, RELATOR: MINISTRA LAURITA VAZ, DATA DE JULGAMENTO: 07/12/2021, T6 - SEXTA TURMA, DATA DE PUBLICAÇÃO: DJE 16/12/2021).4.3 PORTANTO, AO CONTRÁRIO DO QUE ALEGA A IMPETRANTE, NÃO SE VERIFICA, NESTE MOMENTO, NENHUM CONSTRANGIMENTO ILEGAL, TENDO O MAGISTRADO IMPETRADO FUNDAMENTADO A PRISÃO PREVENTIVA COM BASE EM FUNDAMENTOS CONTEMPORÂNEOS.5. DO PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS: RESTANDO EVIDENCIADA A INDISPENSABILIDADE DA MEDIDA CAUTELAR EXTREMA, TEM-SE, COMO DECORRÊNCIA LÓGICA, A INAPLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 319, DO CPP), EIS QUE, ALÉM DE EXISTIR MOTIVAÇÃO SATISFATÓRIA A AMPARAR A SEGREGAÇÃO PREVENTIVA, A UTILIZAÇÃO DE TAIS MEDIDAS NÃO SERIA APROPRIADA E SUFICIENTE PARA SOBRESTAR O COMPORTAMENTO ILÍCITO DO ACUSADO.6. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PGJ.ACÓRDÃO: VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 1ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO WRIT PARA DENEGÁ-LO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, DATA E HORA PELO SISTEMA.MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETOPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRARELATORA . - Advs: Teodorico Pereira de Menezes Neto (OAB: 44150/CE) - Denilson Lopes Ferreira Lima (OAB: 35703/CE)

DESPACHOS - 1ª Câmara Criminal

DESPACHO

Nº 0009252-18.2016.8.06.0133/50000 - Embargos de Declaração Criminal - Nova Russas - Embargante: Antonio Zito Barbosa Pereira - Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Considerando o pedido de efeitos infringentes formulado no presente recurso, intime-se a parte embargada para oferecer impugnação, no prazo legal. Após, vistas à PGJ para manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora pelo sistema. - Advs: Carla Bastazini (OAB: 136099/SP) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0009252-18.2016.8.06.0133/50000 - Embargos de Declaração Criminal - Nova Russas - Embargante: Antonio Zito Barbosa Pereira - Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Por todo o exposto, conheço e nego provimento aos embargos de declaração, em razão de não ocorrer nenhuma das hipóteses do art. 619, do CPP. Decorrido o prazo sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. - Advs: Carla Bastazini (OAB: 136099/SP) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201005-92.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Russas - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelante: Ramom Oliveira da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Ramom Oliveira da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO Em atenção à Manifestação de fls. 488/489, determino a intimação da defesa de Ramon Oliveira da Silva para que oferte as Razões recursais, conforme interposição de apelo à fl. 409, consignado em Ata de Sessão de julgamento. Antes, porém, determino a inclusão dos seus dados na autuação do processo como apelante. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica no sistema. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA Desembargadora Relatora - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - João Victor Duarte Moreira (OAB: 30457/CE) - Pedro Cysne Frota de Souza (OAB: 30140/CE) - Mateus Gomes Pimentel (OAB: 52286/CE) - Saulo Barreira Diogenes (OAB: 28321/CE) - Jéssica Justo Belém (OAB: 33868/CE) - Alyce Maia Pessoa Guimarães (OAB: 52285/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201005-92.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Russas - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelante: Ramom Oliveira da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Ramom Oliveira da Silva - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - João Victor Duarte Moreira (OAB: 30457/CE) - Pedro Cysne Frota de Souza (OAB: 30140/CE) - Mateus Gomes Pimentel (OAB: 52286/CE) - Saulo Barreira Diogenes (OAB: 28321/CE) - Jéssica Justo Belém (OAB: 33868/CE) - Alyce Maia Pessoa Guimarães (OAB: 52285/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202837-63.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Morada Nova - Apelante: Jose Ediniz de Lima - Apelante: José Valdiniz de Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor dos apelantes para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Talvane Robson Mota de Moura (OAB: 31442/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0203176-03.2024.8.06.0298 - Apelação Criminal - Sobral - Apelante: Gabriel Vitor Portela Ripardo - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Lintor José Linhares Torquato (OAB: 15131/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0228644-55.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Lindomar de Carvalho Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Alberto Lucas Nogueira Lima (OAB: 40640/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0637591-65.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Cícero Klébio Coelho Saraiva - Paciente: Cícero Januário dos Santos - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Desse modo, considerando a existência do requisito periculum in mora e que é dever do Estado, quando provocado, dar uma resposta ao jurisdicionado dentro de um prazo razoável, reconheço a negativa de prestação jurisdicional e CONCEDO EM MENOR EXTENSÃO, a fim de que o magistrado promova o impulso processual necessário visando dar prosseguimento ao recambiamento do paciente, bem como se manifeste sobre o andamento do desmembramento dos autos, no prazo das informações a esta relatoria (10 dias) e, caso não possa fazê-lo, justifique o motivo. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, as informações que reputar necessárias, especialmente, aquelas que digam respeito às teses sustentadas pelo impetrante, manifestando-se, inclusive, sobre o andamento dos tópicos supracitados. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer no prazo legal de 2 (dois) dias (art. 1º, Decreto-Lei 552/1969 e art. 57, II, do RITJCE). Ao final, com ou sem inclusão de parecer, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Cícero Klébio Coelho Saraiva (OAB: 46260/CE)

Nº 0637750-08.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Wills Cunha da Silva, - Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia - Custos legis: Ministério Público Estadual - Desse modo, não preenchidos os requisitos necessários, INDEFIRO o pedido liminar.

Considerando que o objeto do pedido não exige elementos fornecidos pela autoridade apontada como coatora, dispenso suas informações, a fim de conferir maior celeridade ao feito. Dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer no prazo legal de 2 (dois) dias (art. 1º, Decreto-Lei 552/1969). Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637787-35.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - 4º Núcleo Custódia/Inquérito-Caucaia - Impetrante: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho - Paciente: Marília do Nascimento Martins - Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia - Custos legis: Ministério Público Estadual - Fiel a essas considerações e tudo mais que consta dos autos, DECLARO a incompetência da 1ª Câmara Criminal para processar e julgar o presente habeas, DECLINANDO da competência para 3ª Câmara Criminal, devendo o feito ser distribuído ao Excelentíssimo Henrique Jorge Holanda Silveira. Redistribua-se na forma regimental. Expedientes necessários. Fortaleza, 8 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho (OAB: 29442/CE)

DESPACHO

Nº 0637758-82.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Elson Amâncio Lima - Paciente: José Darlan de Freitas Silva - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - DESPACHO Trata-se de Habeas Corpus com pedido liminar impetrado por Elson Amâncio Lima em favor de José Darlan de Freitas Silva contra ato atribuído ao Juiz de Direito da 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza. Em superficial análise à inicial, observa-se que não houve juntada de documentos necessários para apreciação do ato ilegal ali combatido. Desta feita, para fins de cooperação e efetividade do remédio constitucional, oportunizo ao impetrante que emende a inicial, no prazo de 05 (cinco) dias, a fim de proceder juntada dos documentos relacionados aos fatos narrados na exordial, sob pena de não conhecimento deste. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica no sistema. Sílvia Soares de Sá Nóbrega Desembargadora Relatora - Advs: Elson Amâncio Lima (OAB: 49119/CE)

DESPACHO

Nº 0019050-11.2016.8.06.0001 - Agravo de Execução Penal - Fortaleza - Agravante: Erivelton Araújo de Castro - Agravado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Ex positis, CONHEÇO do agravo de execução para DAR-LHE PROVIMENTO, para fins de determinar que o juízo da 1ª Vara de Execução Penal da capital proceda com a retificação da data-base para a progressão de regime, substituindo a data até então considerada (13/10/2022) pelo dia 13/04/2020, data do implemento do requisito objetivo da progressão para o regime aberto no âmbito da primeira condenação, o que faço monocraticamente com fundamento na aplicação analógica do art. 932, V, b, do Código de Processo Civil, a se considerar que a decisão recorrida contraria frontalmente a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no Tema Repetitivo nº 1006. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Evelayne Araújo de Castro (OAB: 33965/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0001188-49.2024.8.06.0000 - Conflito de Jurisdição - Fortaleza - Suscitante: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Suscitado: Juiz de Direito do 1º Juizado Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Dada a perda superveniente do objeto, assim como em homenagem aos princípios da instrumentalidade e celeridade processual, cabível a decisão monocrática, nos termos do art. 76, VIII do Regimento Interno do TJCE. Publique-se. Intimem-se. Fortaleza, 7 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator

DESPACHO

Nº 0200139-87.2023.8.06.0302 - Apelação Criminal - Iguatu - Apelante: Cícero Roberto da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Assistente: Indara Ingrid Alves Bezerra - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante da expressa desistência formulada pela parte recorrente à fl. 622, a homologação do pedido é medida que se impõe. Nesse sentido, estabelece o art. 76, VI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (RITJCE), dentre as atribuições do Desembargador Relator encontra-se a de “homologar acordos e pedidos de desistência de processos que lhe tenham sido distribuídos”. Por tais razões, impõe-se a homologação do pedido de desistência do recurso formulado à fl. 622, extinguindo o feito sem apreciação do mérito, com fulcro no artigo 76, inciso VI, do RITJCE. Decorrido o prazo sem que nada tenha sido apresentado pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado, dê-se baixa nos sistemas eletrônicos de acompanhamento processual e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Danila Mendes dos Santos (OAB: 40662/CE) - José Weima Almeida de Araújo (OAB: 50293/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Maria Lopes de Araújo (OAB: 32174/CE)

Nº 0203713-27.2023.8.06.0300/50000 - Embargos de Declaração Criminal - Caucaia - Embargante: Ministério Público do Estado do Ceará - Embargado: Ray Santos de Lima - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso de embargos de declaração, por ser manifestamente inadmissível em razão da inexistência de conteúdo decisório do relatório objurgado capaz de gerar prejuízo às partes, o que faço nos termos do art. 76, XIV, e art. 246, parágrafo único, do RITJCE. Expedientes necessários. Publique-se. Intimem-se. Fortaleza, 6 de novembro de 2024 MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator(a) - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0000463-60.2024.8.06.0000 - Embargos Infringentes e de Nulidade - Irauçuba - Embargante: D. A. B. - Embargado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Diante do exposto, não conheço do presente recurso, por manifestamente incabível, com fulcro no art. 241, § 4º, do RITJCE. - Advs: João Pereira do Rego Neto (OAB: 10199/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0000463-60.2024.8.06.0000 - Embargos Infringentes e de Nulidade - Irauçuba - Embargante: D. A. B. - Embargado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - Intime-se a parte embargada para oferecer contrarrazões, no prazo regimental (art. 241 do RITJCE), ao presente embargos infringentes. Após, apresentadas as contrarrazões ou decorrido o prazo regimental, retornem os autos à conclusão desta relatoria para realização do juízo de admissibilidade, conforme dispõe o §2º do art. 241 do RITJCE. - Advs: João Pereira do Rego Neto (OAB: 10199/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001336-43.2019.8.06.0127/50001 - Embargos de Declaração Criminal - Monsenhor Tabosa - Embargante: J. O. de M. - Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, NÃO CONHEÇO o presente recurso de embargos de declaração, em razão da litispendência com o recurso constante nos autos nº 0001336-43.2019.8.06.0127/50000, o que faço nos termos do art. 76, XIV, do RITJCE. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Antônio Bosco Pereira Cid (OAB: 17375/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0636993-14.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Limoeiro do Norte - Impetrante: José Javan Alves de Almeida - Paciente: N. S. L. de L. - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Limoeiro do Norte - Custos legis: Ministério Público Estadual - Dispositivo Em face do exposto, ante os documentos colacionados que comprovam as alegações do presente writ, reputo adequadamente demonstrado o constrangimento ilegal aludido, de modo que se faz presente hipótese excepcional de deferimento liminar de forma parcial do pleito, razão pela qual defiro o pedido liminar para que seja expedido o competente alvará de soltura e posta o paciente Ney Sena Lemos de Lima em liberdade, mediante a imposição das medidas cautelares previstas no art. 319, incisos I, II, IV, V e IX, do Código de Processo Penal, bem como outras medidas cautelares que a autoridade impetrada entender necessárias, devendo o acusado manter atualizado o endereço no qual possa ser encontrado, a fim de que os atos processuais sejam realizados sem prejuízo a ação penal. Oficie-se a autoridade coatora para tomar ciência dessa decisão, solicitando-lhe informações. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expeça-se, com urgência, alvará de soltura em favor do paciente Ney Sena Lemos de Lima, que deverá ser colocado em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Expedientes necessários (URGÊNCIA) Fortaleza, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: José Javan Alves de Almeida (OAB: 45189/CE)

Nº 0637246-02.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Lucas Roberto da Silva Monte - Paciente: Ismael Silva dos Santos - Custos legis: Ministério Público Estadual - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Dispositivo Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Lucas Roberto da Silva Monte (OAB: 53902/CE)

Nº 0637297-13.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Paciente: Welson de Araujo - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia - Impetrante: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho - Custos legis: Ministério Público Estadual - Tendo em vista que o destrame da matéria exige análise mais detida, em face de sua complexidade, INDEFIRO A LIMINAR. Oficie-se à autoridade impetrada, para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, conforme mandamento do artigo 662 do CPP. Empós, remetam-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, . DESEMBARGADORA LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES Relatora - Advs: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho (OAB: 29442/CE)

DESPACHO

Nº 0637193-21.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Bruno de Miranda Leao Felicio - Paciente: Jefferson Freire de Souza - Impetrado: Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Tendo em vista que o destrame da matéria exige análise mais detida, em face de sua complexidade, INDEFIRO A LIMINAR. Oficie-se à autoridade impetrada, para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, conforme mandamento do art. 662 do CPP. Empós, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, . Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães Relatora - Advs: Bruno de Miranda Leao Felicio (OAB: 23219/CE)

Nº 0637226-11.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Canindé - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Marcos Vinícius Vieira Araújo - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Canindé - Custos legis: Ministério Público Estadual - Tendo em vista que o destrame da matéria exige análise mais detida, em face de sua complexidade, INDEFIRO A LIMINAR. Oficie-se à autoridade impetrada, para que preste as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, conforme mandamento do art. 662 do CPP. Empós, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, Desa. Lígia Andrade de Alencar Magalhães Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637385-51.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Dennis Rocha Passos Nunes dos Santos - Paciente: Tiago Coelho de Sousa - Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Com essas considerações, não tendo por ora configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, INDEFIRO-A. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, as informações que reputar necessárias, especialmente, aquelas que digam respeito às teses sustentadas pelo impetrante e constantes no relatório desta decisão. Apresentadas as informações ou decorrido o prazo sem manifestação da autoridade impetrada, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer no prazo legal de

2 (dois) dias (art. 1º, Decreto-Lei 552/1969 e art. 57, II, do RITJCE). Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Dennis Rocha Passos Nunes dos Santos (OAB: 31957/CE)

Nº 0637411-49.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Maranguape - Impetrante: I. B. - Paciente: M. C. de S. - Impetrado: J. de D. da V. Ú C. da C. de M. - Custos legis: M. P. E. - Dispositivo Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Deixo de requisitar informações à autoridade indicada como coatora. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Ivonete Bezerra da Silva (OAB: 36452/CE)

Nº 0637729-32.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: José Gledson Nobre Régis - Custos legis: Ministério Público Estadual - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Beberibe - Com essas considerações, não tendo por ora como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado, mediante o deferimento da liminar pretendida, indefiro-a. Considerando que o objeto do pedido é relacionado ao excesso de prazo da perícia supracitada e que essa já foi marcada para data próxima, bem como que os autos principais encontram-se no formato digital, dispensável a notificação da autoridade coatora para prestar informações, primando pela celeridade do feito. Vista à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer no prazo legal de 2 (dois) dias (art. 1º, Decreto-Lei 552/1969 e art. 57, II, do RITJCE). Ao final, com ou sem inclusão de parecer, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 7 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0636764-54.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Ítalo Silveira da Cunha - Paciente: J. P. de L. N. - Impetrado: J. de D. do 2 J. E. da V. D. e F. C. a M. da C. de F. - Custos legis: M. P. E. - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica no sistema. Sílvia Soares de Sá Nóbrega Desembargadora Relatora - Advs: Ítalo Silveira da Cunha (OAB: 33907/CE)

Nº 0637086-74.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Ednal Braz da Silva - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Dispositivo Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637295-43.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Quixadá - Impetrante: Maria Denise Caetano da Silva - Paciente: M. A. F. - Impetrado: J. de D. da 1 V. C. da C. de Q. - Custos legis: M. P. E. - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade indicada como coatora. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica no sistema. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA Desembargadora Relatora - Advs: Maria Denise Caetano da Silva (OAB: 49049/CE)

Nº 0637408-94.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: José Anderson Amâncio de Oliveira - Paciente: Antônio Cordeiro de Sousa Neto - Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Considerando as peculiaridades do presente writ, requisito informações à autoridade indicada como coatora, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 255, caput, do RITJCE e recomendo à autoridade impetrada que empreenda celeridade na apreciação do pedido de progressão de regime formulado pela defesa. Empós, com ou sem as informações, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. - Advs: José Anderson Amâncio de Oliveira (OAB: 41855/CE)

Nº 0637585-58.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Baturité - Impetrante: Pedro Glauton Gonçalves Monteiro - Paciente: Romário de Abreu Sobrinho - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Baturité - Custos legis: Ministério Público Estadual - Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que, a princípio, constatada a incompetência desta Corte de Justiça, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. - Advs: Pedro Glauton Gonçalves Monteiro (OAB: 15889/CE)

Nº 0637688-65.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Maracanaú - Impetrante: Bruno Lima Almeida - Paciente: Ismael Ferreira Molaia - Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú - Custos legis: Ministério Público Estadual - Isso posto, sem prejuízo de apreciação mais detida quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Requisitem-se os informes à autoridade judiciária impetrada. Recebidas as informações, encaminhe-se o feito à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica no sistema. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA Desembargadora Relatora - Advs: Bruno Lima Almeida (OAB: 25255/CE)

Nº 0637704-19.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho - Paciente: Francisco José Negreiros Lopes - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Dispositivo Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Waldyr Francisco dos Santos Sobrinho (OAB: 29442/CE)

Nº 0637740-61.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Priscila Barbosa Ribeiro - Impetrante: Sarah de Carvalho Rocha Oliveira - Paciente: Francisco Anderson Rodrigues Mendes - Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Impetrado: Diretor da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III) - Custos legis: Ministério Público Estadual - Dispositivo Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Priscila Barbosa Ribeiro (OAB: 41616/CE) - Sarah de Carvalho Rocha Oliveira (OAB: 48054/CE)

Nº 0637764-89.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Independência - Impetrante: Rayanney Mourão Alves - Impetrante: Ícaro Pacífico Félix França - Paciente: Carlos Vinícius Martins Menezes - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Independência - Custos legis: Ministério Público Estadual - Com essas considerações, não tendo por ora configurado constrangimento ilegal e perigo de dano passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar pretendida, INDEFIRO-A. Notifique-se a autoridade coatora para prestar, dentro de 10 (dez) dias, as informações sobre as teses arguidas pelo impetrante, bem como a senha dos autos de origem, visto que o processo originário se encontra sob sigilo. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para parecer no prazo legal de 2 (dois) dias (art. 1º, Decreto-Lei 552/1969 e art. 57, II, do RITJCE). Ao final, com ou sem inclusão de parecer, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO Relator - Advs: Rayanney Mourão Alves (OAB: 31492/CE) - Ícaro Pacífico Félix França (OAB: 41010/CE)

Nº 0637765-74.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Maracanaú - Impetrante: Bruno Lima Almeida - Paciente: João Batista Cruz Estevão - Paciente: Gleison Rai do Nascimento Ferreira - Paciente: Aleffy Adriano Izídio - Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú - Custos legis: Ministério Público Estadual - Isso posto, sem prejuízo de exame mais detido quando do julgamento de mérito, indefiro o pedido liminar. Dessa forma, a fim de não comprometer a celeridade, própria deste writ, dispenso a requisição de informações, haja vista a possibilidade de consulta aos autos digitais. Em conseguinte, façam-se vistas dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica no sistema. SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA Desembargadora Relatora - Advs: Bruno Lima Almeida (OAB: 25255/CE)

Nº 0637794-27.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo - Paciente: Eduardo de Oliveira Pontes - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Dispositivo Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Considerando as peculiaridades do presente writ, requisito informações à autoridade indicada como coatora, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 255, caput, do RITJCE e recomendo à autoridade impetrada que empreenda celeridade na apreciação do pedido de progressão de regime formulado pela defesa. Empós, com ou sem as informações, abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora pelo sistema. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora - Advs: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo (OAB: 32714/CE)

Nº 0637807-26.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Francisco Edson de Sousa Pereira - Paciente: Evellon Gadelha Soares - Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Em face do exposto, reputo inadequado o deferimento prematuro do pleito, vez que o enfrentamento dos fundamentos trazidos urge a análise mais acurada, providência incompatível com o juízo perfunctório empreendido no atual estágio do feito, razão pela qual indefiro o pedido liminar. Desnecessária a requisição de informações atualizadas à autoridade coatora, acerca do processo em curso no juízo de origem, posto que se tratam de autos digitais, acessíveis pelo sistema e-SAJ. Abra-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça para manifestação, nos moldes do art. 255, § 1º, do RITJCE. - Advs: Francisco Edson de Sousa Pereira (OAB: 25073/CE)

2ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 2ª Câmara Criminal

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000021-90.2018.8.06.0134 - Apelação Criminal - Novo Oriente - Apelante: Jose Flavio Sobral Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso parcialmente, para, no

mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para dar-lhe parcial provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. RECURSO DA DEFESA.1. PLEITO DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL.2. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. TESTEMUNHOS DOS POLICIAIS MILITARES CLAROS E SEGUROS. MATERIAL APREENDIDO EM POSSE DO RÉU (UM TABLETE DE MACONHA, PESANDO 137 GRAMAS E QUANTIA EM DINHEIRO TROCADO) EVIDENCIA A PRÁTICA DE TRÁFICO DE DROGAS. PROVA PERICIAL.3. REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. 1ª FASE. PENA-BASE APLICADA NO MÍNIMO LEGAL. 2ª FASE. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES. PRESENTE A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. PENA AGRAVADA NA FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO). PENA INTERMEDIÁRIA REDIME3NSIONADA. 3ª FASE. INEXISTÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA. PENA DEFINITIVA REDUZIDA PARA 5 (CINCO) ANOS E 10 (DEZ) MESES DE RECLUSÃO E 583 (QUINHENTOS E OITENTA E TRÊS) DIAS-MULTA. MANUTENÇÃO DO REGIME PRISIONAL INICIAL SEMIABERTO. PRINCÍPIO DO NON REFORMATIO IN PEJUS.4. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. . - Advs: Pedro Paulo Coelho Martins (OAB: 30939/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001820-59.2017.8.06.0117 - Recurso em Sentido Estrito - Maracanaú - Recorrente: Glauderson Pinheiro Rodrigues - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TENTAVIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, §2º, II C/C ART. 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. DECISÃO DE PRONÚNCIA. RECURSO DEFENSIVO. 1. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA DELITO NÃO DOLOSO CONTRA A VIDA. NÃO ACOLHIMENTO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ANIMUS NECANDI NÃO COMPROVADA DE FORMA INCONTROVERSA. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA INDICAÇÃO DA MATERIALIDADE E DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. TENTATIVA BRANCA. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA PERICIAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 167 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO. PRECEDENTES. PROVA TESTEMUNHAL QUE ASSUME MAIOR RELEVÂNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA OBTIDOS DURANTE OITIVA DAS TESTEMUNHAS. DÚVIDA QUANTO À DINÂMICA DOS FATOS. CONJUNTO PROBATÓRIO CONTROVERSO. NECESSIDADE DE APRECIAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, JUÍZO NATURAL DA CAUSA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA QUE CONSISTE EM MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE CERTEZA ABSOLUTA. 2. PLEITO DE DECOTE DA CIRCUNSTÂNCIA QUALIFICADORA PREVISTA NO ART. 121, §2º, INCISO II DO CP. NÃO ACOLHIMENTO. INDÍCIOS DE QUE O CRIME FOI COMETIDO POR MOTIVO FÚTIL. ACUSADO ALEGA QUE HOUVE UMA “DISCUSSÃO BANAL” ANTERIOR AO DELITO. TESTEMUNHAS AFIRMAM QUE DISCUSSÃO OCORREU DURANTE UM JOGO DE SINUCA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DE APRECIAÇÃO PELO TRIBUNAL POPULAR. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 03 DO TJCE. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO DE PRONÚNCIA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0001820-59.2017.8.06.0117, INTERPOSTO POR GLAUDERSON PINHEIRO RODRIGUES CONTRA DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ, FIGURANDO COMO RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0004078-49.2018.8.06.0168 - Apelação Criminal - Solonópole - Apelante: Waldean de Almeida Menezes - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO E LESÃO CORPORAL CULPOSA NO TRÂNSITO EM CONCURSO FORMAL. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AO CRIME DO ART. 303 DO CTB. IMPROCEDÊNCIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE EVIDENCIADAS. PLEITO DE AFASTAMENTO DA PENA ACESSÓRIA DE PROIBIÇÃO DE CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. NÃO DECORRIDO LAPSO PRESCRICIONAL ENTRE OS MARCOS INTERRUPTIVOS (RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA), INVIÁVEL O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO QUANTO AO CRIME DE LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. 2. CONSTATADA A CONDUTA IMPRUDENTE DO RÉU QUE CONDUZIA VEÍCULO AUTOMOTOR EM VELOCIDADE EXCESSIVA, OCASIONANDO A MORTE DE UMA DAS VÍTIMAS E GRAVÍISIMA LESÃO CORPORAL EM UM SEGUNDO OFENDIDO, CONFIRMA-SE A CONDENAÇÃO POR HOMICÍDIO CULPOSO E LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR.3. A PENA DE SUSPENSÃO OU PROIBIÇÃO DE SE OBTER A PERMISSÃO OU A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR DECORRE DE EXPRESSA PREVISÃO LEGAL, SENDO A SUA APLICAÇÃO CUMULATIVA À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE MEDIDA DE RIGOR, SOB PENA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA.4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Antônio Sigeval Pinheiro Landim (OAB: 3706/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0006796-59.2017.8.06.0166 - Apelação Criminal - Senador Pompeu - Apelante: Francisco Leonardo da Silva Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. TRIBUNAL DO JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. INESISTÊNCIA DE CRIME POR DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E EFICAZ. INDEVIDA VALORAÇÃO DA VETORIAL CULPABILIDADE E REDUÇÃO DA FRAÇÃO DE DIMINUIÇÃO PELA FORMA TENTADA. INDEFERIMENTO.

CONDENAÇÃO MANTIDA. 1.O JULGAMENTO É CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS QUANDO NÃO SE ENCONTRA NAS EVIDÊNCIA AMEALHADAS NA INSTRUÇÃO QUALQUER SUPORTE PROBATÓRIO QUE POSSA SUSTENTAR O FATO DELITUOSO. NO CASO, AO CONTRÁRIO, O DELITO ESTÁ CONSUSBTANCIADO NAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA DE FORMA SEGURA E CONFIÁVEL. 2. A DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI, SOBERANO NA APRECIAÇÃO DOS FATOS, SOMENTE DEVE SER ANULADA QUANDO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS, O QUE NÃO SE VERIFICA NO CASO CONCRETO. MANTIDA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA QUANTO À CONDENAÇÃO. 3. CONSTATADA A NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA ADEQUANDO-SE O QUANTUM AO CRITÉRIO DA PROPORCIONALIDADE CONSIDERANDO O INTERVALO PENALÓGICO DA CONDUTA E A QUANTIDADE DE VETORIAIS NEGATIVADAS.4. A FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELA FORMA TENTADA DA CONDUTA É INVERSAMENTE PROPORCIONAL À PROXIMIDADE DA CONSUMAÇÃO DO DELITO. RESTANDO A VÍTIMA A “BEIRA DA MORTE” JUSTO QUE SE APLIQUE O PATAMAR MÍNIMO PREVISTO EM LEI.5. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO APELO INGRESSADO PELA DEFESA, PROVENDO-O, PARCIALMENTE, NOS ESTREITOS LIMITES DE RETIFICAR A CENSURA PENAL IMPOSTA AO RÉU PARA 6(SEIS) ANOS E 6(SEIS) MESES DE RECLUSÃO, EM REGIME INICIAL FECHADO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Antônio Teixeira de Oliveira (OAB: 11229/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0010488-78.2024.8.06.0115 - Recurso em Sentido Estrito - Limoeiro do Norte - Recorrente: Jacira Gomes da Silva - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Rejeitaram a preliminar, para, no mérito, negar provimento ao recurso conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, rejeitou a preliminar arguida, e no mérito, conheceu dos recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL POR EXCESSO DE LINGUAGEM NA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MÉRITO. DESPRONÚNCIA POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA QUANTO A AUTORIA. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA.1. A PRELIMINAR DE NULIDADE POR EXCESSO DE LINGUAGEM NA DECISÃO DE PRONÚNCIA DEVE SER REJEITADA QUANDO NÃO SE VERIFICA QUE O MAGISTRADO, AO FUNDAMENTÁ-LA, TENHA ADENTRADO NO MÉRITO DA CULPABILIDADE OU UTILIZADO EXPRESSÕES CAPAZES DE INFLUENCIAR INDEVIDAMENTE OS JURADOS. A FUNDAMENTAÇÃO PAUTADA NA PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE ESTÁ EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DO ARTIGO 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.3. PARA A PRONÚNCIA EXIGE-SE APENAS INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE, SENDO DESNECESSÁRIA A PROVA CABAL DA CULPABILIDADE.4. HAVENDO ELEMENTOS QUE INDICAM, COM SUFICIÊNCIA, A POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO DA RÉ NO DELITO, A SUBMISSÃO AO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI É ADEQUADA, CONFORME O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE, QUE ORIENTA A REMESSA AO JÚRI EM CASO DE DÚVIDAS RAZOÁVEIS.5.RECURSO NÃO PROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO, NÃO ACOLHENDO A PRELIMINAR DE NULIDADE E, NO MÉRITO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Abdias de Carvalho Rabelo (OAB: 41943/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0013693-69.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Maria de Fatima Ferreira da Silva - Apelante: Francisco Erick Cardoso da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. INDEFERIMENTO DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.1. INQUÉRITO POLICIAL EM QUE SE APURA O COMETIMENTO DO DELITO DE ROUBO E CRIME DA LEI N.º 9.503/97. PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO DE MOTOCICLETA. DESCABIMENTO. INVESTIGAÇÕES AINDA NÃO FINALIZADAS NOS AUTOS DE ORIGEM. POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA PENA DE PERDIMENTO AO FINAL DO FEITO. CARACTERIZADO O INTERESSE DA MOTOCICLETA PARA A ELUCIDAÇÃO DOS FATOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0013693-69.2024.8.06.0001, EM QUE FIGURAM COMO RECORRENTES MARIA DE FÁTIMA FERREIRA DA SILVA E FRANCISCO ERICK CARDOSO DA SILVA E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA REGISTRADAS NO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Rafael de Oliveira Barbosa (OAB: 42910/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0017828-26.2016.8.06.0092 - Recurso em Sentido Estrito - Independência - Recorrente: Hermoney Gomes Araújo - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Assistente: Maria Barbosa Vieira - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO EM DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, EM CONCURSO MATERIAL COM CONDUÇÃO DE VEÍCULO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ E SEM PERMISSÃO (LICENÇA) PARA DIRIGIR. (ART. 306, ART 309, AMBOS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO C/C ART. 121, CAPUT, E ART. 69 DO CÓDIGO PENAL). RECURSO DEFENSIVO. 1 PLEITO PARA QUE SEJA MANTIDO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE E A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. DIREITOS CONCEDIDOS NO INTEIRO TEOR DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA RECORRIDA. 2. PLEITO DE DESPRONÚNCIA. NÃO ACOLHIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA INDICAÇÃO DA MATERIALIDADE E DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU O DELITO E INDICOU A AUTORIA AO RÉU. VALORAÇÃO DAS PROVAS PRODUZIDAS QUE DEVE SER RESGUARDADA AO TRIBUNAL DO JÚRI. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE CERTEZA ABSOLUTA. DUBIEDADE FÁTICA QUE DEVE SER DIRIMIDA PELO

CONSELHO DE SENTENÇA 3. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA A FIGURA CULPOSA PREVISTA NO ART. 302 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. NÃO ACOLHIMENTO. INDICAÇÃO DA MATERIALIDADE DO FATO E DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE, EM TESE, PODEM CONFIGURAR A INCIDÊNCIA DE DOLO EVENTUAL. PRONTUÁRIO MÉDICO ATESTANDO QUE O RECORRENTE ESTAVA EM ESTADO DE "COMA ALCÓOLICO" APÓS O ACIDENTE. DESLINDE CONTROVERSO SOBRE O ELEMENTO SUBJETIVO DO CRIME, CONTUDO, QUE DEVE SER RESGUARDADA AO TRIBUNAL DO JÚRI. 4. PLEITO DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS DELITOS DO ART. 306 E ART 309 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. NÃO CABIMENTO. ANÁLISE ACERCA DO MÉRITO DOS DELITOS CONEXOS QUE TAMBÉM COMPETE AO CONSELHO DE SENTENÇA.RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO Nº 0017828-26.2016.8.06.0092, INTERPOSTO POR HERMONEY GOMES ARAÚJO, CONTRA DECISÃO DE PRONÚNCIA DO JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA/CE, FIGURANDO COMO RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA DE INSERÇÃO NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Manoel Cômpito Silva Siqueira (OAB: 42554/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Antônio Kleiner Pimentel de Araújo (OAB: 30281/CE)

Nº 0018193-81.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Aline Cunha Martins - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." Fez sustentação oral no tempo regimental, o advogado da apelante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. INDEFERIMENTO DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.1. PRETENSÃO DE RESTITUIÇÃO E CANCELAMENTO DE RESTRIÇÃO JUNTO AO RENAJUD DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (CARROS). DESCABIMENTO. AÇÃO PENAL EM QUE SE APURA O COMETIMENTO DOS DELITOS DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS E SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, LAVAGEM DE DINHEIRO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INSTRUÇÃO CRIMINAL AINDA NÃO INICIADA. POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA PENA DE PERDIMENTO AO FINAL DO PROCESSO. CARACTERIZADO O INTERESSE DOS VEÍCULOS - APREENDIDO E DAQUELE QUE APRESENTA RESTRIÇÃO NO RENAJUD - PARA A PERSECUÇÃO PENAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.1.1. TRATA-SE DE RECURSO DE APELAÇÃO CONTRA O INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DO VEÍCULO HONDA HR-V EXLCVT, DE PLACAS RIE-8B42, APREENDIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 0212243-44.2023.8.06.0001, ASSIM COMO O LEVANTAMENTO DA RESTRIÇÃO VIA RENAJUD DO AUTOMÓVEL FORD RANGER XLT 13P, DE PLACAS HYK-5423.1.2. A APREENSÃO E RESTRIÇÃO DECORRERAM DO CUMPRIMENTO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO, CONSTANTES À FL. 2.904 DOS AUTOS Nº 0212306-69.2023.8.06.0001, EM APENSO AOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº 0212243-44.2023.8.06.0001 - OPERAÇÃO AKUANDUBA, QUE APURA A PRÁTICA DOS CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E LAVAGEM DE DINHEIRO, PREVISTOS NOS ART. 2º, C/C §§ 2º E 4º, INCS. I E IV, DA LEI Nº 12.850/13, ART. 35, CAPUT, C/C ART. 40, INCS. IV E VI, TODOS DA LEI Nº 11.343/06 E ART. 1º, C/C § 4º, DA LEI Nº 9.613/98.1.3. O FUNDAMENTO PRINCIPAL DO INDEFERIMENTO É O NÃO INÍCIO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, NÃO SENDO POSSÍVEL, AINDA, DETERMINAR SE OS VEÍCULOS GUARDAM RELAÇÃO OU NÃO COM OS DELITOS APONTADOS NO FEITO DE ORIGEM, DEVENDO SE MANTER A APREENSÃO E RESTRIÇÃO ATÉ O FINAL DO PROCESSO EM FACE DA POSSIBILIDADE DE SER DETERMINADA A PERDA DOS BENS EM FAVOR DA UNIÃO, POR EXEMPLO, OU ATÉ QUE SE CONSIGA CHEGAR A CONCLUSÃO INDICADA.1.4. NO CASO DOS AUTOS, OS FATOS NARRADOS APONTAM FATOS GRAVES, QUE ENVOLVEM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NOTADAMENTE VOLTADA PARA A PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS, BEM COMO AINDA SE BUSCA A REUNIÃO DE TODOS OS ELEMENTOS MATERIAIS PARA ELUCIDAÇÃO DOS CRIMES, SENDO MANTIDO O INTERESSE, PORTANTO, NOS VEÍCULOS EM QUESTÃO.1.5. PORTANTO, DEVE-SE MANTER A APREENSÃO E RESTRIÇÃO DOS BENS ATÉ O FINAL DO PROCESSO, QUANDO SERÁ DECIDIDO ACERCA DO CONFISCO OU NÃO DOS VEÍCULOS, ESTANDO CORRETO O INDEFERIMENTO DA RESTITUIÇÃO DO BEM NO CURSO DA AÇÃO PENAL, UMA VEZ QUE RESTA CLARO QUE OS BENS AINDA INTERESSAM AO PROCESSO.2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0018193-81.2024.8.06.0001, EM QUE FIGURA COMO RECORRENTE ALINE CUNHA MARTINS E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS NO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Paulo Napoleão Gonçalves Quezado (OAB: 3183/CE) - Eduardo Diogo Diógenes Quezado (OAB: 39742/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0023505-38.2024.8.06.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Fortaleza - Recorrente: Tiago Rodrigues de Mesquita - Recorrente: Fábio Viana da Silva - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos, mas para negar-lhes provimento, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO EM FACE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA DOS RÉUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, INC. I E IV DO CP) E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, §2º DA LEI 12.850/13. DOIS RECURSOS DEFENSIVOS. 1. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO IMPRONÚNCIA FACE A AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA INDICAÇÃO DA MATERIALIDADE E DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. PRONÚNCIA MANTIDA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. 2. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO/IMPRONÚNCIA DO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. IMPOSSIBILIDADE. INDÍCIOS SUFICIENTES DA PRÁTICA DO CRIME CONEXO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.1. É PACÍFICO TANTO NA DOUTRINA QUANTO NA JURISPRUDÊNCIA, QUE A DECISÃO DE PRONÚNCIA CONSTITUI JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA PEÇA INICIAL, FUNDADA EM SUSPEITA OU DÚVIDA CONSISTENTE NA VIABILIDADE DA PEÇA ACUSATÓRIA, NÃO SE EXIGINDO, PORTANTO, CERTEZA QUANTO À ACUSAÇÃO, JUSTAMENTE PORQUE NÃO HÁ AVALIAÇÃO DE MÉRITO, RESOLVENDO-SE A FAVOR DA SOCIEDADE EVENTUAIS DÚVIDAS PROPICIADAS PELAS PROVAS, OCORRENDO, ASSIM, A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. - DEIXANDO, ASSIM, AO ENCARGO DOS JURADOS A ANÁLISE DA QUAESTIO.2. DESTA FORMA, É SABIDO QUE PARA A DECISÃO DE PRONÚNCIA, BASTA APENAS A PRESENÇA DE

INDÍCIOS DE QUE OS RÉUS SEJAM OS AUTORES OU TENHAM PARTICIPADO, EFICIENTEMENTE, DO RESULTADO DELITUOSO E QUE ESTEJA COMPROVADA A MATERIALIDADE DO DELITO, CONFORME DISPÕE O ART. 413, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. TAL SITUAÇÃO, AO MENOS A PRIORI, ENCONTRA-SE SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADA NOS AUTOS EM ANÁLISE.3. NA HIPÓTESE, A MATERIALIDADE ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE DEMONSTRADA ATRAVÉS DO LAUDO CADAVÉRICO REALIZADO EM FRANCISCO DOUGLAS DE SOUSA (FLS. 63/64), QUE COMPROVA QUE A VÍTIMA FALECEU EM DECORRÊNCIA DE 07 (SETE) LESÕES DE ENTRADA PRODUZIDAS POR ARMA DE FOGO, SOFRENDO TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO POR INSTRUMENTO PERFURO-CONTUNDENTE.4. QUANTO À AUTORIA, HÁ NOS AUTOS INDÍCIOS SUFICIENTES DE QUE OS ORA RECORRENTES DEVEM SER MESMO DOIS DOS AUTORES DO CRIME, VISTO QUE, APESAR DE NEGAREM A AUTORIA DELITIVA, EXISTEM RELATOS DE TESTEMUNHAS QUE O APONTAM COMO AUTORES DO HOMICÍDIO, PRATICADO EM CONJUNTO COM OS CORRÉUS NÃO-RECORRENTES. 5. COM RELAÇÃO AOS RECORRENTES FÁBIO VIANA DA SILVA (V. SASSÁ) E TIAGO RODRIGUES DE MESQUITA (V. TIAGUINHO), EXTRAI-SE QUE SUAS PARTICIPAÇÕES NO DELITO EM QUESTÃO É INDICADA PELO CORRÉU ANTONIO AMAURI ALVES DA SILVA (V. BEL), QUE TAMBÉM FOI APONTADO PELA TESTEMUNHA JOSÉ ADALBERTO COMO PARTÍCIPE DO CRIME. POR SUA VEZ, O RÉU FÁBIO (SASSÁ) NEGOU EM JUÍZO A AUTORIA DO CRIME, MAS CONFIRMOU POSSUIR UMA TATUAGEM NA MÃO, O QUE VAI DE ENCONTRO COM O DEPOIMENTO PRESTADO POR ANTONIO AMAURI NA FASE INQUISITORIAL.6. SALIENTE-SE QUE NÃO FOI POSSÍVEL OUVIR ANTONIO AMAURI NA INSTRUÇÃO CRIMINAL, HAJA VISTA QUE ELE FOI ASSASSINADO, CONSOANTE CERTIDÃO DE ÓBITO DE FL. 478, CONSTANDO COMO CAUSA DA MORTE “HEMORRAGIA ABDOMINAL, LESÕES PODE PROJÉTEIS DE ARMA DE FOGO”.7. PORTANTO, A OITIVA DE ANTONIO AMAURI EM JUÍZO TORNOU-SE IMPOSSÍVEL. NO ENTANTO, SEU DEPOIMENTO PRESTADO PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL, APESAR DE NEGAR A AUTORIA DELITIVA, APRESENTA CONVERGÊNCIA EM MUITOS PONTOS COM OS DEPOIMENTOS PRESTADOS PELAS TESTEMUNHAS, ESPECIALMENTE QUANDO RELATA O MODUS OPERANDI DO DELITO, AFIRMANDO QUE UM GRUPO DE APROXIMADAMENTE SEIS PESSOAS SE APROXIMARAM DA VÍTIMA, ENTRE ELAS BATATA (WATILE PEREIRA GOMES), BIEL (GABRIEL MARTINS PESSOA DA SILVA) E SASSÁ (FÁBIO VIANA DA SILVA) CONDUZIRAM O VITIMADO ATÉ UM MATAGAL, SENDO QUE TODOS ESTAVAM ARMADOS. INCLUIU, AINDA, THIAGO (TIAGO RODRIGUES DE MESQUITA) NA CENA DO CRIME, APONTANDO QUE VIU O MESMO SAINDO EM UM CARRO NO EXATO MOMENTO EM QUE A POLÍCIA CHEGOU AO MATAGAL.8. NESSE MESMO SENTIDO, A TESTEMUNHA Y RECONHECEU GABRIEL MARTINS PESSOA DA SILVA COMO UMA DAS PESSOAS QUE ABORDOU A VÍTIMA, RELATANDO QUE HAVIA OUTROS RAPAZES COM O MESMO. AINDA, A TESTEMUNHA JOSÉ APONTOU OS NOMES DE BIEL (GABRIEL MARTINS PESSOA DA SILVA), SASSÁ (FÁBIO VIANA DA SILVA) E BEL (ANTONIO AMAURI ALVES DA SILVA) COMO AUTORES DO DELITO.9. NESTA TOADA, VERIFICA-SE QUE EXISTEM SIM INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA POR PARTE DOS RECORRENTES FÁBIO VIANA DA SILVA E TIAGO RODRIGUES DE MESQUITA, VISTO QUE A PROVA INQUISITORIAL, EM CONJUNTO COM A PROVA JUDICIAL QUE FOI POSSÍVEL COLHER, APONTA QUE ESTAVAM JUNTO AOS CORRÉUS, DEMAIS EXECUTORES DO CRIME, SENDO QUE A VÍTIMA FOI ASSASSINADA EM UM MATAGAL NAQUELAS PROXIMIDADES. DAÍ, A IMPRESCINDIBILIDADE DO CONSELHO DE SENTENÇA PROCEDER COM A ANÁLISE MERITÓRIA DOS FATOS E PROVAS COLACIONADOS NOS AUTOS.10. EM VERDADE, A DECISÃO DE PRONÚNCIA BASEIA-SE EM JUÍZO DE SUSPEITA, E NÃO DE CERTEZA, SENDO QUE ESTA SITUAÇÃO FOI DEVIDAMENTE VERIFICADA PELO MAGISTRADO DO PROCESSO ORIGINÁRIO. SE HÁ DÚVIDA, DEVE O JUIZ PROFERIR A DECISÃO DE PRONÚNCIA CONTRA OS ACUSADOS, EM RAZÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE, O QUAL PREVALECE ESSENCIALMENTE O PROCEDIMENTO RELATIVO AO JÚRI, QUE VERDADEIRAMENTE SE INSTAURA COM A DECISÃO DE PRONÚNCIA. NÃO MERECEM PROVIMENTO, POIS, OS RECURSOS INTERPOSTOS.11. AINDA, NÃO MERECE ACOLHIMENTO O PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO/IMPRONÚNCIA DO CRIME DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, HAJA VISTA QUE EXISTE UM VASTO ACERVO PROBATÓRIO INDICATIVO DA PRÁTICA DE TAL CRIME CONEXO.12. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONHECIDO, PORÉM, DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0023505-38.2024.8.06.0001, EM QUE SÃO RECORRENTES TIAGO RODRIGUES DE MESQUITA E FÁBIO VIANA DA SILVA E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DES. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTERELATOR . - Advs: Sidney Bezerra Magalhães (OAB: 50820/CE) - Ludmila Batista Diniz (OAB: 39647/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0027912-87.2024.8.06.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Fortaleza - Recorrente: Jose Ferreira da Rocha - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, EM SUA MODALIDADE TENTADA, E DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. RECURSO DA DEFESA.1. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. TESE DE INSUFICIÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA EM DESFAVOR DO RECORRENTE. NÃO ACOLHIMENTO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. MATERIALIDADE DO DELITO DEVIDAMENTE COMPROVADA. PROVAS PERICIAIS E TESTEMUNHAIS. CONFISSÃO DO APELANTE NA DELEGACIA. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE TODO O ACERVO PROBATÓRIO. INCERTEZA QUANTOS AOS FATOS QUE DEVEM SER DIRIMIDOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO SOCIETATE. ART. 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.2. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA DELITO DE LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO CABAL ACERCA DA AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. NECESSIDADE DE APRECIAÇÃO DA ALEGAÇÃO PELO CONSELHO DE SENTENÇA.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: José Anderson Amâncio de Oliveira (OAB: 41855/CE) - Carlos Erger Alves de Lima (OAB: 34505/CE) - Kildary Régis Martins (OAB: 35113/CE) - Eduardo Martins Feitosa (OAB: 48952/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0031308-77.2021.8.06.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Fortaleza - Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará - Recorrido: Alex Pessoa da Silva Tabosa - Recorrido: Alexandre França - Recorrido: Francisco Noberto dos Santos de Azevedo - Recorrido: Lucas Costa Nunes de Melo - Recorrido: Luis Guilherme Chagas Silva - Recorrido: Matias Laureano Marques - Recorrido: Wangleson Wagner da Costa Lima - Recorrido: Wesley Castro Maia - Recorrido: Nikolas Abner Ribeiro Silva - Recorrido: Francisco Leonardo da Silva Silvestre - Recorrido: Welison Douglas Souza Gonçalves - Recorrido: Rafael Nogueira de Sousa - Recorrido: Antôno Felix de Sousa Neto - Recorrido: Ivon Rainer Moreira de Sousa - Recorrido:

Romualdo Paulino de Menezes Neto - Recorrido: Edinardo Nunes Cordeiro - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO EM FACE DE DECISÃO QUE REJEITOU A DENÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. PLEITO DE REFORMA DA DECISÃO PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. NÃO ACOLHIMENTO. ACÓRDÃO EXARADO NO PROCESSO Nº 0189863-03.2018.8.06.0001, CUJA DECISÃO JÁ TRANSITOU EM JULGADO, TEVE CONSEQUÊNCIA DIRETA NA PRESENTE AÇÃO, POIS AS PROVAS CARREADAS NOS PRESENTES AUTOS TIVERAM ORIGEM EM RELATÓRIOS EXTRAÍDOS DE DADOS DO CELULAR PERTENCENTE A JAMES MACHADO CORDEIRO, VULGO “SIMPSON”, SENDO QUE NO AUTOS DO PROCESSO RETROMENCIONADO FORAM CONSIDERADAS ILÍCITAS AS PROVAS OBTIDAS POR DERIVAÇÃO EM RAZÃO DE NÃO TER SIDO AUTORIZADO LEGALMENTE O ACESSO AOS DADOS DO MENCIONADO CELULAR, RESTANDO EIVADOS DE ILICITUDE, POR DERIVAÇÃO, OS MENCIONADOS RELATÓRIOS QUE SERVIRAM DE BASE PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA NESTE PROCESSO. APLICA-SE AO CASO A TEORIA DA “ÁRVORE DOS FRUTOS ENVENENADOS”. O CASO EM TABLADO TAMBÉM NÃO COMPORTA A APLICAÇÃO DA “TEORIA DA MANCHA PURGADA”, PORQUANTO NÃO HOUVE ATENUAÇÃO DO NEXO CAUSAL E NÃO TRANSCORREU CONSIDERÁVEL LAPSO DE TEMPO ENTRE A PRODUÇÃO DE UMA PROVA E OUTRA, NÃO TENDO OCORRIDO CIRCUNSTÂNCIAS SUPERVENIENTES RELEVANTES NA CADEIA PROBATÓRIA, DEVENDO SER SALIENTADO QUE A DECISÃO JUDICIAL POSTERIOR DE AUTORIZAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TAMBÉM FOI CONSIDERADA ILÍCITA. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O EXERCÍCIO DA PERSECUÇÃO PENAL. ART. 395, III DO CPP. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. MANUTENÇÃO DO DECISUM OBJURGADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. MANTIDA A DECISÃO QUE NÃO RECEBEU A DENÚNCIA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0031644-81.2021.8.06.0001, NO QUAL É RECORRENTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ E RECORRIDOS MAMEDE AMARO FEITOSA JÚNIOR.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO, MAS PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA/CE, DATA CONSTANTE NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Leonardo Carvalho Nobre (OAB: 39066/CE) - Isabel Cristina Brito Domingues (OAB: 21515/CE) - Francisco Rodney Pinheiro dos Santos (OAB: 29572/CE) - Antônio Abel Martins Feitosa (OAB: 31786/CE)

Nº 0036565-15.2023.8.06.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Fortaleza - Recorrente: Ministério Público do Estado do Ceará - Recorrido: Francisco de Assis Gomes da Silva - Recorrido: Jorge Luís Pereira - Recorrido: Marcelo Pereira da Silva - Recorrido: Marcos Antônio Pereira - Recorrido: Francisca Elenice Pereira da Silva - Recorrido: Gabriel do Nascimento Silva - Recorrido: Jade Gabriela Cavalcante Coutinho da Costa - Recorrido: Antônio de Arruda Lopes - Recorrido: Rodrigo dos Santos Soares - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENOR. INSURGÊNCIA MINISTERIAL.1. IRRESIGNAÇÃO EM RELAÇÃO À DECISÃO QUE CONCEDEU A LIBERDADE PROVISÓRIA AOS ACUSADOS POR EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO ACOLHIMENTO. MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS HÁ APROXIMADAMENTE 02 (DOIS) ANOS E MEIO SEM A CONCLUSÃO DO FEITO. INVIABILIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DOS RECORRIDOS. INEXISTÊNCIA DE NOTÍCIA DE NOVOS FATOS DELITIVOS APÓS DECORRIDO MAIS DE 01 (UM) ANO DA SOLTURA. AUSENTES OS REQUISITOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA PREVENTIVA.2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0036565-15.2023.8.06.0001, EM QUE É RECORRENTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ E RECORRIDOS FRANCISCA ELENICE PEREIRA DA SILVA, RODRIGO DOS SANTOS SOARES, FRANCISCO DE ASSIS GOMES DA SILVA, GABRIEL DO NASCIMENTO SILVA, JORGE LUÍS PEREIRA, JADE GABRIELA CAVALCANTE COUTINHO DA COSTA, ANTÔNIO DE ARRUDA LOPES, MARCOS ANTÔNIO PEREIRA, FRANCISCO TIAGO MORAIS DA ROCHA E MARCELO PEREIRA DA SILVA.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA REGISTRADAS NO SISTEMA. DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Caio César Dias Alves (OAB: 48667/CE) - João Paulo Rocha Coelho (OAB: 35803/CE) - Carlos Renan Cardoso Ribeiro (OAB: 35730/CE) - Maria do Livramento Alves dos Santos Oliveira (OAB: 12087/CE) - Rildo Eduardo Veras Gouveia (OAB: 26162/CE) - João Saldanha de Brito Júnior (OAB: 31277/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0050663-31.2021.8.06.0112 - Recurso em Sentido Estrito - Juazeiro do Norte - Recorrente: Maria das Neves Santos Lima - Recorrente: Regilânia dos Santos Lima - Recorrente: Ronaldo Santos Lima - Recorrente: Silvana Santos Lima - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO EM FACE DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, 2, IV, DO CP). RECURSO DA DEFESA. 1) PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA DIANTE DA ATUAÇÃO ALBERGADA PELA LEGÍTIMA DEFESA. DESPROVIDO. IMPORTANTE ESCLARECER QUE VIGORA, NO MOMENTO DA PRONÚNCIA, O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE, POIS O JULGADOR DO MÉRITO SERÁ O JURADO, CABENDO AO JUIZ TOGADO MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO, O QUAL ANALISARÁ A EXISTÊNCIA APENAS DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE E, PAIRANDO DÚVIDA RAZOÁVEL SOBRE ESSES INSTITUTOS, DEVE OCORRER A PRONÚNCIA E SUBMISSÃO DO CASO AO TRIBUNAL DO JÚRI. NO CASO DOS AUTOS, FORAM OUVIDAS TESTEMUNHAS SUFICIENTES PARA FORMAR INDÍCIOS DE QUE OS DENUNCIADOS AGREDIRAM A VÍTIMA COM PAULADAS E PEDRADAS, LEVANDO A SUA MORTE POR TRAUMATISMO CRANIANO, CONFORME LAUDO CADAVÉRICO. LOGO, HÁ INDÍCIOS SUFICIENTES PARA A PRONÚNCIA. CONTUDO, QUANTO À ATUAÇÃO POR LEGÍTIMA DEFESA DOS PRONUNCIADOS, COMO NÃO HÁ JUÍZO DE CERTEZA ACERCA DA PRESENÇA DE TODOS OS REQUISITOS DESSA EXCLUDENTE DE ILICITUDE, EM

ESPECIAL DO “USO MODERADO DOS MEIOS NECESSÁRIOS”, TAL QUESTÃO DEVE SER APRECIADA PELO TRIBUNAL DO JÚRI, SENDO IRRETOCÁVEL A SENTENÇA DE PRONÚNCIA NESSE PONTO, POIS APLICADO O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Francisco Hélder Ribeiro de Albuquerque (OAB: 25610/CE) - Rafael Ramon Silva Lima Uchoa (OAB: 31806/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0050756-83.2020.8.06.0126 - Apelação Criminal - Mombaça - Apelante: Antônio Marcondes Martins Sobrinho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO. RECURSO DA DEFESA.1. PLEITO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO ACOLHIMENTO. CONSELHO DE SENTENÇA OPTOU PELA TESE DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDITOS. ART. 5º, XXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA 6 DO TJCE. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. RÉU CONFESSO.2. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. IMPROCEDÊNCIA. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. SIMPLES INSULTO E/OU AGRESSÃO VERBAL NÃO É SUFICIENTE PARA CARACTERIZAÇÃO DE VIOLENTA EMOÇÃO.3. DECOTE DA QUALIFICADORA PREVISTA NO ART. 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. VÍTIMA QUE ESTAVA DORMINDO EMBRIAGADA. CONTEXTO FÁTICO QUE IMPEDE O AFASTAMENTO DA QUALIFICADORA.4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Francisco Rogério Gurgel Barroso (OAB: 13520/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0050789-21.2021.8.06.0035/50000 - Embargos de Declaração Criminal - Aracati - Embargante: S. N. C. - Embargado: M. P. do E. do C. - Des. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE - Embargos de Declaração não acolhidos conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos aclaratórios, mas para rejeitá-los, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO. DESNECESSIDADE. 1) PLEITO DE ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO SOB A ALEGATIVA DE CERCEAMENTO DE DEFESA DECORRENTE DA VEDAÇÃO A VEICULAÇÃO DE VÍDEO COM TRECHOS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO POR PARTE DA DEFESA DO EMBARGANTE DURANTE A SUSTENTAÇÃO ORAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS, QUAIS SEJAM: AMBIGUIDADE, OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. TESES DEFENSIVAS AMPLAMENTE APRECIADAS NO BOJO DO ACÓRDÃO VERGASTADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. DESVIRTUAÇÃO DA FINALIDADE DOS ACLARATÓRIOS. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DEVIDAMENTE ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 18 DO TJCE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR S. N. C., REPRESENTADO POR ADVOGADO DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO, EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO POR ESTA COLENDA 2ª CÂMARA CRIMINAL, QUE CONHECEU DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO, MAS PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, MANTENDO INCÓLUME A SENTENÇA IMPOSTA NA ORIGEM. 2. ALEGA O EMBARGANTE, EM SUMA, EXISTIR OMISSÃO NO ACÓRDÃO, SUSTENTANDO, EM APERTADA SÍNTESE, QUE HOUVE CERCEAMENTO DE DEFESA AO IMPEDIR A VEICULAÇÃO DE VÍDEO CONTENDO TRECHOS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO POR PARTE DO CAUSÍDICO DO APELANTE DURANTE A SUA SUSTENTAÇÃO ORAL, AO PASSO EM QUE ARGUMENTA QUE “A 2ª CÂMARA CRIMINAL CERCEOU O DIREITO DE DEFESA DO EMBARGANTE, UMA VEZ QUE IMPEDIU QUE PROVA DEFENSIVA IMPORTANTÍSSIMA FOSSE LEVADO A CONHECIMENTO DE TODOS OS JULGADORES” (FL. 03), AO PASSO EM QUE DEFENDE QUE “A NÃO PERMISSÃO OCASIONOU OMISSÃO, QUE DEVE SER SUPRIDA ATRAVÉS DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO”. POR TAIS RAZÕES, REQUER A ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, “PERMITINDO-SE, NOVO JULGAMENTO EM QUE A DEFESA POSSA VEICULAR O VÍDEO DE PARTE DA AUDIÊNCIA, ISSO PARA QUE OS JULGADORES POSSAM SE CONVENCER DA TOTAL FALTA DE CREDIBILIDADE DA VÍTIMA E, CONSEQUENTEMENTE, DE SUA VERSÃO” (FL. 03). 3. EM QUE PESEM AS RAZÕES FORMULADAS PELA DEFESA NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS ORA DISCUTIDOS, É DE FÁCIL CONSTATAÇÃO QUE A INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE REFEREM-SE AO SUBSTRATO JURÍDICO DA DECISÃO COLEGIADA, DE MODO QUE PRETENDE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ AMPLAMENTE DEBATIDA E DECIDIDA, PRETENSÃO ESTA QUE NÃO É POSSÍVEL ATRAVÉS DOS ACLARATÓRIOS, POSTO QUE ESSES REPRESENTAM INSTRUMENTO ESPECÍFICO DE INTEGRAÇÃO, NAS HIPÓTESES DELIMITADAS, NÃO SENDO POSSÍVEL A REANÁLISE DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. 4. OS PONTOS QUE, SEGUNDO O EMBARGANTE, SUPOSTAMENTE MERECERIAM ESCLARECIMENTOS DIANTE DE SUPOSTA OMISSÃO, NADA SÃO NADA ALÉM DO INCONFORMISMO QUE O JULGADO RESULTADO DO JULGADO GEROU. CONFORME SUAS RAZÕES, HOUVE CERCEAMENTO DE DEFESA NO IMPEDIMENTO DE VEICULAÇÃO DE VÍDEO CONTENDO TRECHOS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO POR PARTE DO COLEGIADO DA 2ª CÂMARA CRIMINAL, DURANTE A SUA SUSTENTAÇÃO ORAL REALIZADA PELO CAUSÍDICO DO RÉU, AO PASSO EM QUE DEFENDE QUE “A NÃO PERMISSÃO OCASIONOU OMISSÃO, QUE DEVE SER SUPRIDA ATRAVÉS DOS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO”. SOB TAIS ALEGATIVAS, DEFENDE QUE O ACÓRDÃO PADECE DE OMISSÃO E REQUER A ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO PARA QUE UM OUTRO SE REALIZE E QUE LHE SEJA RECONHECIDO O DIREITO DE EXIBIR O VÍDEO MENCIONADO, CUJO LINK FOI ARMAZENADO NO YOUTUBE E COLACIONADO À FL. 03 DOS PRESENTES ACLARATÓRIOS. 5. INOBSTANTE, VERIFICA-SE QUE O VÍDEO CONTENDO TRECHOS DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO CUJA EXIBIÇÃO FOI PLEITEADA PELO PATRONO DO RECORRENTE NO MOMENTO DA SUA SUSTENTAÇÃO ORAL PODERIA FACILMENTE TER SIDO DISPONIBILIZADO VIA LINK DE ACESSO QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO, PELO QUE NÃO HÁ QUALQUER OMISSÃO A SER SANADA, CONSTITUINDO TAL PEDIDO INOVAÇÃO RECURSAL, MORMENTE POR SE TRATAR DE PROVA NOVA.6. AD ARGUMENTANDUM TANTUM, CONFORME JÁ EXPOSTO NO ACÓRDÃO PREDECESSOR, O RELATOR NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE MANIFESTAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS LANÇADOS PELA PARTE, MAS APENAS DAQUELES QUE CONSIDERA SUFICIENTE PARA A SOLUÇÃO DA LIDE, BASTANDO, TÃO SOMENTE, FUNDAMENTAÇÃO MOTIVADA ACERCA DA FORMAÇÃO DO SEU CONVENCIMENTO, NÃO CARACTERIZANDO OMISSÃO OU OFENSA À LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL O RESULTADO DIFERENTE DO PRETENDIDO PELA PARTE.7. ACRESCENTA-SE, AINDA, QUE O VÍDEO CUJA VEICULAÇÃO NÃO FOI PERMITIDA POR PARTE DO COLEGIADO DA 2ª CÂMARA CRIMINAL TRATA-SE, TÃO SOMENTE, DE UM COMPILADO DE TRECHOS DO DEPOIMENTO DA VÍTIMA QUE, POR SUA VEZ, ENCONTRAM-SE DISPONIBILIZADOS INTEGRALMENTE SOB A FORMA DE MÍDIA DIGITAL À FL. 321 E FL. 618 TENDO O TEOR DE TAIS DEPOIMENTOS SIDO, PORTANTO, DEVIDAMENTE APRECIADOS CONJUNTAMENTE COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVAS POR TODOS OS JULGADORES, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM NULIDADE POR

CERCEAMENTO DE DEFESA.8. CUMPRE DESTACAR, DORAVANTE, QUE OS PRESENTES AUTOS TRAMITAM EM SEGREDO DE JUSTIÇA SENDO DEVERAS TEMERÁRIO FACULTAR ÀS PARTES QUE TORNEM PÚBLICO O TEOR DOS DEPOIMENTOS OUTRORA PRESTADOS NOS AUTOS, MORMENTE QUANDO AS SESSÕES DE JULGAMENTOS DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO, REALIZADAS DE FORMA HÍBRIDA, SÃO PÚBLICAS E ACESSÍVEIS VIA LINK, E NÃO RESTRITAS ÀS PARTES E AOS SEUS PATRONOS, DEVENDO OS SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA ASSEGURAR O SIGILO EXIGIDO POR TAIS DEMANDAS JUDICIAIS DE FORMA A IMPEDIR QUE O PÚBLICO EM GERAL TENHA ACESSO AOS AUTOS, A FIM DE PRESERVAR A INTIMIDADE DAS PESSOAS ENVOLVIDAS NO PROCESSO, DE ACORDO COM O QUE PRECEITUA O INCISO LX DO ART. 5º E ART. 93, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988.9. CONFORME EXPOSTO, A FUNDAMENTAÇÃO UTILIZADA PARA MANUTENÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO DO EMBARGANTE É ADEQUADA AO CASO CONCRETO, ASSIM COMO FORAM IGUALMENTE APRECIADOS OS DEPOIMENTOS PRESTADOS PELA VÍTIMA CUJOS TRECHOS FORAM EDITADOS E DISPONIBILIZADOS PELA DEFESA SOB A FORMA DE LINK NESSES ACLARATÓRIOS, MUITO EMBORA NÃO TENHA ACOMPANHADO ÀS RAZÕES DA APELAÇÃO, RESTANDO FARTAMENTE DEMONSTRADOS OS MOTIVOS DA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA DO RÉU, DE MODO QUE REVER ESSE ENTENDIMENTO, DEMANDARIA, NECESSARIAMENTE, AMPLO REVOLVIMENTO DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA, PROCEDIMENTO QUE É INCOMPATÍVEL COM ESTA ESTREITA VIA ESCOLHIDA. 10. IGUALMENTE INCOMPATÍVEL COM A NATUREZA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É O RECONHECIMENTO DE EVENTUAL PLEITO DE NULIDADE E APRECIAÇÃO DE NOVAS TESES DEFENSIVAS, SENDO INCABÍVEL O PLEITO DA DEFESA ANULAÇÃO DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO, A FIM DE QUE SEJA OPORTUNIZADO AO CAUSÍDICO O DIREITO DE EXIBIR O VÍDEO MENCIONADO, MORMENTE QUANDO SEU CONTEÚDO JÁ SE ENCONTRAVA DISPONIBILIZADO NO BOJO DOS AUTOS PRINCIPAIS E JÁ FORA APRECIADO QUANDO DA REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO COLEGIADO.11. PERCEPTÍVEL, POIS, QUE AS RAZÕES DOS PRESENTES ACLARATÓRIOS REVESTEM-SE DE INCONFORMISMO QUANTO AO RESULTADO JURISDICIONAL APRESENTADO E NÃO OMISSÃO POR PARTE DO JULGADO QUE, COMO APONTADO, MANIFESTOU-SE ACERCA DAS MATÉRIAS APRESENTADAS PELA DEFESA DO EMBARGANTE. 12. A PRETENSÃO DA DEFESA DO EMBARGANTE É, POR ESTA ESTREITA VIA, TER O TEOR DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA TOMADAS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL REANALISADAS EM SEDE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA QUE SE PROCEDA O REJULGAMENTO DO FEITO, COM O INTUITO DE QUE SEJA O RECORRENTE ABSOLVIDO. 13. OCORRE QUE A EVENTUAL ALTERAÇÃO DO JULGADO, EM TODA A SUA INTEIREZA MERITÓRIA, TAL COMO PRETENDE A DEFESA DO EMBARGANTE, NÃO EXIGE SOMENTE QUE SE EXAMINE O TEOR DAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA COMPILADAS NO REFERIDO VÍDEO, MAS SOBRETUDO QUE SE FAÇA UM METICULOSO CONFRONTO DELAS COM AS DEMAIS PROVAS COLETADAS NO PROCESSO, PLEITO ESSE QUE NÃO SE HARMONIZA COM AS FINALIDADES DOS ACLARATÓRIOS, QUE SE RESTRINGEM A CORREÇÕES NA DECISÃO SEM, NO ENTANTO, PROCEDER A REANÁLISE DE MATÉRIA QUE JÁ FOI DECIDIDA. 14. É DE SE CONCLUIR, PORTANTO, QUE A PRETENSÃO FORMULADA, EM TODOS OS PONTOS ELENCADOS, PRETENDE REDISCUTIR A MATÉRIA PARA QUE SEJA ALTERADO O RESULTADO DO JULGAMENTO E, ASSIM, ABSOLVER O RÉU. ENTRETANTO, SABE-SE QUE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO SÃO O MEIO APROPRIADO PARA ESSE FIM, VISTO QUE OS ACLARATÓRIOS SÃO RECURSO DE INTEGRAÇÃO, NÃO DE SUBSTITUIÇÃO, SENDO IMPRATICÁVEL, POR MEIO DELES, PRETENDER O REEXAME DA CAUSA. PRECEDENTES. 15. DESTAQUE-SE, AINDA, QUE OS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE PAUTARAM A DECISÃO RECORRIDA JÁ FORAM SUFICIENTEMENTE EXPLANADOS NO VOTO CONDUTOR, NÃO SERVINDO OS PRESENTES COMO INSTRUMENTO ADEQUADO PARA A REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO JÁ ANALISADA, HAVENDO, INCLUSIVE, ESTA COLENDA CORTE DE JUSTIÇA EDITADO A SÚMULA 18. 16. SENDO ASSIM, É DE FÁCIL PERCEPÇÃO QUE O ACÓRDÃO ORA ATACADO NÃO MERECE REPARO, VISTO QUE O EMBARGANTE NÃO INDICOU VÍCIO REAL E QUE AQUELE APRECIOU, DE FORMA ADEQUADA E COMPLETA DE TODAS AS QUESTÕES APRESENTADAS EM RECURSO DE APELAÇÃO, INCLUSIVE, DE PONTOS SUSCITADOS DIRETAMENTE PERANTE A SEGUNDA INSTÂNCIA.17. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0050789-21.2021.8.06.0035/50000, EM QUE FIGURA COMO EMBARGANTE S. N. C. E EMBARGADO M. P. DO E. DO C. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DESTA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DOS PRESENTES ACLARATÓRIOS, MAS PARA JULGAR-LHES REJEITADOS, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDES. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTERELATOR . - Advs: José Armando da Costa Júnior (OAB: 11069/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0052130-56.2021.8.06.0173 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelada: Deane Oliveira do Nascimento - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. 1. PLEITO DE CONDENAÇÃO DA RÉ PELO DELITO DE FURTO QUALIFICADO CONSUMADO. ACOLHIMENTO. JUÍZO A QUO QUE CONDENOU A RÉ PELO CRIME DE FURTO QUALIFICADO EM SUA MODALIDADE TENTADA. ACERVO PROBATÓRIO FIRME. RÉ QUE SUBTRAIU PERFUMES DA VÍTIMA APÓS INGRESSAR NA SUA RESIDÊNCIA. CRIME CONSUMADO. INVERSÃO DA POSSE DA RES FURTIVA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APPRHENSIO/AMOTIO. PRESCINDÍVEL A POSSE MANSA E PACÍFICA DOS BENS SUBTRAÍDOS.2. DOSIMETRIA DA PENA. QUANTO AO DELITO DE FURTO. 1ª FASE. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. 2ª FASE. INEXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTE. PRESENTE A ATENUANTE DA CONFISSÃO. SÚMULA 231 DO STJ. 3ª FASE. AUSÊNCIA DE CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E DE AUMENTO DE PENA. PENA DEFINITIVA DE 2 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. MANUTENÇÃO DA PENA QUANTO AO CRIME PREVISTO NO ART. 331 DO CÓDIGO PENAL. APLICAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL. CONCURSO MATERIAL. REGIME PRISIONAL ABERTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR DUAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0173786-16.2018.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: William David Santos da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DA DEFESA. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299

DO CÓDIGO PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304, CÓDIGO PENAL). PRESCRIÇÃO AFASTADA. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. 1. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO. RÉU CONDENADO A UM ANO DE RECLUSÃO EM REGIME PRISIONAL ABERTO E AO PAGAMENTO DE 10 (DEZ) DIAS-MULTA. ALEGAÇÃO DE PERDA DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO. PARA O CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO UTILIZA-SE A REPRIMENDA FINAL EM CONCRETO, NOS TERMOS DO ART. 110, § 1º, DO CÓDIGO PENAL. NÃO DECORRIDO O LAPSO TEMPORAL DE 4 (QUATRO) ANOS, CONFORME PREVÊ O ART. 109 DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA.2. PEDIDO DE APLICAÇÃO DA SÚMULA 17 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM RAZÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DE QUE O CRIME DE FALSO É ABSORVIDO PELO ESTELIONATO. NÃO ACOLHIMENTO. NA HIPÓTESE DOS AUTOS, NÃO HÁ A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DE ESTELIONATO, MAS TÃO SOMENTE FALSIDADE IDEOLÓGICA E USO DE DOCUMENTO FALSO. A PRÓPRIA CONFISSÃO DO ACUSADO EVIDENCIA AS TIPIFICAÇÕES APLICADAS AO CASO CONCRETO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO. INEXISTÊNCIA DO CRIME DE ESTELIONATO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL. O DELITO DO ART. 299, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL (CRIME-MEIO) É ABSORVIDO PELO USO DE DOCUMENTO FALSO, CRIME-FIM. MANUTENÇÃO DA PENA APLICADA PELO JUÍZO A QUO. REGIME PRISIONAL ABERTO.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Silvio César Farias (OAB: 6207/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200887-22.2023.8.06.0302 - Recurso em Sentido Estrito - Icó - Recorrente: Carlos Alexandre Cruz - Recorrente: José Edson Pereira da Silva - Recorrente: Rafael Feitosa Bandeira - Recorrente: Anderson Rian Silva de Araújo - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos, mas para negar-lhes provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUANTO À AUTORIA.1. A DECISÃO DE PRONÚNCIA EXIGE APENAS A PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS, SEM ADENTRAR NO EXAME APROFUNDADO DO MÉRITO, QUE SERÁ OBJETO DE APRECIAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, COMPETENTE PARA JULGAR OS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA, CONFORME PREVISÃO CONSTITUCIONAL.2. NO CASO, VERIFICAM-SE NOS AUTOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS QUE INDICAM, COM SUFICIÊNCIA, A POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO DOS RÉUS NO CRIME DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO, NÃO SE EXIGINDO, NESTA FASE PROCESSUAL, PROVA CABAL DA AUTORIA.3. O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE ORIENTA QUE, DIANTE DE DÚVIDAS RAZOÁVEIS QUANTO À AUTORIA, DEVE-SE SUBMETER O RÉU AO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI, RESPEITANDO A SOBERANIA DOS VEREDICTOS.4. RECURSOS NÃO PROVIDOS.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER OS RECURSOS, PORÉM, PARA LHES NEGAR PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: José Anderson Amâncio de Oliveira (OAB: 41855/CE) - Anderson Silva Costa (OAB: 40547/CE) - Sílvia Helena Tavares da Cruz (OAB: 32139/CE) - Danyele Rodrigues da Silva (OAB: 44613/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0206135-93.2023.8.06.0293 - Recurso em Sentido Estrito - Mucambo - Recorrente: Ribamar Vieira da Silva - Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO EM FACE DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA DO RÉU. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO (ART. 121 C/C ART. 14, INCISO II, DO CP) PARA LESÃO CORPORAL GRAVE (ART. 129, §1°, INCISO II, DO CP), SOB A ALEGATIVA DE AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PROVA INCONTROVERSA DE AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA DEVIDAMENTE COMPROVADOS. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. SITUAÇÃO QUE DEVE SER ANALISADA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. PRONÚNCIA NECESSÁRIA. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL POPULAR DO JÚRI. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA CUMULADA COM CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NÃO CONHECIMENTO. HIPÓTESE QUE NÃO FAZ PARTE DO ROL TAXATIVO DO ART. 581 DO CPP. ANÁLISE DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA LIBERDADE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 312 DO CP. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS A ENSEJAR A REFORMA DA DECISÃO QUE MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 21 E 52 DO STJ. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.1. INSURGE-SE O RECORRENTE RIBAMAR VIEIRA DA SILVA, CONTRA DECISUM DE FLS. 182/186, PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MUCAMBO/CE, QUE O PRONUNCIOU PELO DELITO DO ART. 121, CAPUT, CUMULADO COM ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL, PARA JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.2. PRETENDE O RECORRENTE, EM SÍNTESE, A REFORMA DA SENTENÇA PARA DESCLASSIFICAR O DELITO PREVISTO NO ART. 121, CAPUT, CUMULADO COM ART. 14, INCISO II, DO CP PARA O DELITO DO ART. 129, §1º, INCISO II, DO CP, SOB O ARGUMENTO DE AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. REQUEREU AINDA A LIBERDADE PROVISÓRIA COM A APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.3. DESSA FORMA, É SABIDO QUE PARA A DECISÃO DE PRONÚNCIA, BASTA APENAS A PRESENÇA DE INDÍCIOS DE QUE O RÉU SEJA O AUTOR OU TENHA PARTICIPADO, EFICIENTEMENTE, DO RESULTADO DELITUOSO E QUE ESTEJA COMPROVADA A MATERIALIDADE DO DELITO, CONFORME DISPÕE O ART. 413 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL4. NA HIPÓTESE, A MATERIALIDADE QUE NADA MAIS É DO QUE A EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS FÍSICOS QUE CONSTATAM A OCORRÊNCIA DO DELITO, ENCONTRA-SE DEMONSTRADA ATRAVÉS DO EXAME DE CORPO DE DELITO DE FLS. 81/83 QUE ATESTA QUE A VÍTIMA SOFREU 2 (DUAS) LESÕES QUE PODERIAM TÊ-LA LAVADO AO ÓBITO, ESPECIALMENTE CONSIDERANDO AS REGIÕES DO CORPO QUE FORAM AFETADAS, A SABER, A CERVICAL E O ANTEBRAÇO.5. QUANTO À AUTORIA, HÁ NOS AUTOS INDÍCIOS SUFICIENTES DE QUE O RECORRENTE PODE SER O AUTOR DO CRIME NOS TERMOS DESCRITOS NA DENÚNCIA, VISTO QUE TESTEMUNHAS O APONTARAM COMO SENDO O AUTOR DO DELITO, ESCLARECENDO TAMBÉM O MODUS OPERANDI.6. EM QUE PESE AS RAZÕES FORMULADAS PELA DEFESA, PRINCIPALMENTE NO QUE PERTINE AO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO PARA O CRIME DE LESÃO CORPORAL GRAVE, TEM-SE QUE TAL PRETENSÃO NÃO MERECE ACOLHIMENTO, VEZ QUE, PARA QUE HAJA A DESCLASSIFICAÇÃO PRETENDIDA, É IMPRESCINDÍVEL QUE ESTEJA SEGURAMENTE DELINEADA, NÃO HAVENDO NENHUMA DÚVIDA QUANTO À SUA

CONFIGURAÇÃO, O QUE NÃO OCORRE NO PRESENTE FEITO, PORQUANTO O CONJUNTO PROBATÓRIO COLHIDO E AS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO NÃO APONTAM COM CLAREZA PARA ESSA CONCLUSÃO.7. DESTARTE, DIANTE DA PROVA ORAL COLHIDA EM JUÍZO E DO EXAME DE CORPO DE DELITO, PERCEBE-SE QUE A VÍTIMA FOI GOLPEADA NA REGIÃO CERVICAL, TENDO FICADO CLARO QUE SOFREU RISCO DE MORTE, DE FORMA QUE NÃO HÁ COMO DEFINIR, DE PLANO, A EXISTÊNCIA INDUBITÁVEL DE PROVA INCONTROVERSA DA AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI POR PARTE DO AGENTE QUE, DE ACORDO COM TESTEMUNHAS, INICIOU AS AGRESSÕES CONTRA A VÍTIMA, PELO QUE SE DEVE APLICAR O IN DUBIO PRO SOCIETATE. DAÍ O PORQUE DA IMPRESCINDIBILIDADE DA ANÁLISE DOS AUTOS PELO CONSELHO DE SENTENÇA - TRIBUNAL DO JÚRI.8. RECOMENDA-SE QUE, HAVENDO DÚVIDA EM RELAÇÃO AO AFASTAMENTO ANIMUS NECANDI POR PARTE DO AGENTE DA INFRAÇÃO PENAL, DEVE O JUIZ PROFERIR A SENTENÇA DE PRONÚNCIA CONTRA O ACUSADO, EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE, O QUAL PREVALECE ESSENCIALMENTE NO PROCEDIMENTO DO JÚRI EM FASE DE PRONÚNCIA. CONVÉM RESSALTAR, TODAVIA, QUE TAL DECISÃO APENAS ENCERRA UM CONTEÚDO DECLARATÓRIO EM QUE O MAGISTRADO PROCLAMA A ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO, A FIM DE QUE O RÉU SEJA SUBMETIDO A JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.9. EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA, O ART. 581 DO CPP ELENCA AS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO E, DENTRE ELAS, NÃO SE ENCONTRA A POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO PARA RELAXAMENTO DA PRISÃO PREVENTIVA.10. DE TODA FORMA, EM ANÁLISE DE OFÍCIO, VERIFICA-SE NÃO ASSISTIR RAZÃO AO RECORRENTE, VEZ QUE QUANDO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA, O ACUSADO ESTAVA PRESO HÁ APROXIMADAMENTE 7 (SETE) MESES, O QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO TEMPO EXCESSIVO, ESPECIALMENTE EM RAZÃO DA COMPLEXIDADE DO RITO DO JÚRI. ADEMAIS, INCIDE NA ESPÉCIE OS DITAMES DAS SÚMULAS N. 21 E 52 DO STJ11. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0206135-93.2023.8.06.0293 EM QUE É RECORRENTE RIBAMAR VIEIRA DA SILVA E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER PARCIALMENTE DO PRESENTE RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DES. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE RELATOR . - Advs: João Batista Ribeiro Linhares (OAB: 44682/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0208401-56.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Paulo César Cardoso Leite dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO EM FLAGRANTE. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS CORROBORADOS POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. CONDENAÇÃO MANTIDA. MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. RECONHECIMENTO. INVIABILIDADE. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. RECURSO DESPROVIDO. 1 DEVIDAMENTE COMPROVADAS A MATERIALIDADE E A AUTORIA DO DELITO, NOTADAMENTE PELA APREENSÃO DOS ENTORPECENTES NA POSSE DO RÉU, SITUAÇÃO ATESTADA PELOS TESTEMUNHOS POLICIAIS, COERENTES E SEGUROS, MOSTRANDO-SE INDISCUTÍVEL O VÍNCULO ENTRE O ACUSADO E AS DROGAS APREENDIDAS, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA.2 HÍGIDOS OS FUNDAMENTOS UTILIZADOS PELO JUÍZO DE ORIGEM PARA NÃO APLICAR A MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO, NA MEDIDA EM QUE DIZEM RESPEITO À DEDICAÇÃO DO RECORRENTE A ATIVIDADES CRIMINOSAS, FUNDADA NA EXISTÊNCIA DE DIVERSOS ATOS INFRACIONAIS RECENTES, ANÁLOGOS AO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. 3 - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0208565-18.2023.8.06.0293 - Apelação Criminal - Sobral - Apelante: Natanael de Oliveira Paiva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ROUBO IMPRÓPRIO. RECURSO DA DEFESA. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME PARA O DELITO DE FURTO EM SUA MODALIDADE TENTADA. NÃO ACOLHIMENTO. TEORIA DA APPREHENSIO/AMOTIO. SÚMULAS Nº 582 DO STJ E Nº 11 DO TJCE. PROVAS CLARAS. PARTE DOS BENS NÃO FORAM RESTITUÍDOS. INVERSÃO DA RES FURTIVA COMPROVADA. RÉU QUE ENTROU EM LUTA CORPORAL COM A VÍTIMA APÓS SUBTRAIR OS BENS. CAUSADAS LESÕES NA VÍTIMA. VIOLÊNCIA COMPROVADA, A QUAL FOI UTILIZADA PARA TENTAR ASSEGURAR A POSSE DO BENS SUBTRAÍDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Francisco Artur de Oliveira Porto (OAB: 29496/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0216641-97.2024.8.06.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Fortaleza - Recorrente: M. P. do E. do C. - Recorrido: F. S. de O. - Des. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ART. 121 DO CPB. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL EM FACE DA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. ALEGAÇÃO DE ELEVADA PERICULOSIDADE E DA EXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PARA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PERICULUM LIBERTATIS NÃO EVIDENCIADO. INEXISTÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE PARA A DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. TRANSCURSO DE TRÊS ANOS DESDE A DATA DO CRIME. RÉU NÃO PRATICOU NOVAS CONDUTAS CRIMINOSAS. ACUSADO QUE ESTÁ RESPONDENDO AO PROCESSO DE FORMA REGULAR, SENDO LOCALIZADO EM SEU ENDEREÇO, APRESENTANDO A DEFESA PRELIMINAR DENTRO DO PRAZO. REQUISITOS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR NÃO PREENCHIDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. O CERNE DA QUESTÃO CONSISTE EM ANALISAR O ACERTO OU NÃO DA DECISÃO RECORRIDA QUANTO AO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRIDO.2. COMO

SABIDO, A PRISÃO PREVENTIVA É MEDIDA EXCEPCIONALÍSSIMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO, SENDO CABÍVEL EM DESFAVOR DO POSSÍVEL AUTOR DO DELITO APENAS NOS CASOS DE EXISTÊNCIA DE FATOS CONCRETOS, PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DA ORDEM ECONÔMICA, POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL OU PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, CONSOANTE PRESCREVE O ART. 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.3. ANALISANDO A DECISÃO SUPRAMENCIONADA, VERIFICA-SE QUE O MAGISTRADO DE ORIGEM, AO INDEFERIR O PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA, DESTACOU QUE O REPRESENTADO SEQUER FOI INTIMADO PARA SER OUVIDO EM SEDE INQUISITORIAL, SENDO QUE SEU IRMÃO FORNECEU SEU ENDEREÇO À AUTORIDADE POLICIAL. APONTOU, AINDA, QUE NÃO HÁ CONTEMPORANEIDADE ENTRE A DATA DO FATO, OCORRIDO EM 26/06/2021, E O PEDIDO DE DECRETO PRISIONAL, REALIZADO EM 13 DE MARÇO DE 2024, IMPOSSIBILITANDO A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.4. CONSULTANDO OS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº 0200673-83.2022.8.06.0296, VERIFICA-SE QUE O RECORRIDO FOI DENUNCIADO, TENDO SIDO DEVIDAMENTE LOCALIZADO PARA REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO PESSOAL. EM SEGUIDA, O RÉU JÁ APRESENTOU SUA DEFESA PRELIMINAR, ESTANDO OS AUTOS AGUARDANDO A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA APENAS PARA 2025.5. ORA, A PRISÃO PREVENTIVA NÃO DEVE SER INSTRUMENTO DE PUNIÇÃO ANTECIPADA, JÁ QUE VIGORA EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO OS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA E DA LIBERDADE, SENDO NECESSÁRIA A PRESENÇA INDUBITÁVEL DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PARA BASILAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR DOS ACUSADOS EM PROCESSOS CRIMINAIS.6. NESSE SENTIDO, CONVÉM DESTACAR QUE REALMENTE NÃO HÁ CONTEMPORANEIDADE ENTRE A DATA DOS FATOS E O PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA, UMA VEZ QUE O CRIME OCORREU EM 26/06/2021, SENDO QUE A REPRESENTAÇÃO PELA PREVENTIVA OCORREU APENAS EM MARÇO DE 2024, QUASE TRÊS ANOS APÓS O DELITO, APÓS INFORMAÇÕES NOVAS PRESTADAS POR DUAS TESTEMUNHAS. IMPORTANTE DESTACAR, QUE NESSE PERÍODO O ACUSADO NÃO PRATICOU QUALQUER OUTRO CRIME, CONSOANTE PESQUISA REALIZADA NO CANCUN, ALÉM DE TER SIDO DEVIDAMENTE LOCALIZADO PARA CITAÇÃO, APRESENTANDO DEFESA PRELIMINAR, NÃO RESTANDO EVIDENCIADO, POIS, O PERICULUM LIBERTATIS NECESSÁRIO PARA A SEGREGAÇÃO CAUTELAR.7. SENDO ASSIM, A PRISÃO PREVENTIVA, NESSE MOMENTO PROCESSUAL, CARECE DA CONTEMPORANEIDADE DE FATOS APTOS A ENSEJAR A NECESSIDADE DE SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO ACUSADO. PORTANTO, SERIA TEMERÁRIA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO RECORRIDO NO PRESENTE PROCESSO E NESSE MOMENTO PROCESSUAL, VISTO QUE O ACUSADO NÃO PRATICOU NOVO CRIME DESDE A DATA DOS FATOS, TENDO O CRIME OCORRIDO HÁ TRÊS ANOS, NÃO SENDO OS FATOS ATUAIS, ALÉM DE TER SIDO LOCALIZADO PESSOALMENTE EM SEU ENDEREÇO E APRESENTADO SUA DEFESA PRELIMINAR. OU SEJA, O ACUSADO ESTÁ ATENDENDO ÀS INTIMAÇÕES PROCESSUAIS.8. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0216641-97.2024.8.06.0001 EM QUE É RECORRENTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ E RECORRIDO F. S. DE O.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO PRESENTE RECURSO INTERPOSTO, MAS PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, 06 DE NOVEMBRO DE 2024.DESA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDES. SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTERELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0254949-42.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Jose Edilson Vieira de Araujo - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME MILITAR. ABANDONO DE POSTO. ARTIGO 195 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. RECURSO DA DEFESA.1. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DA DEFESA. INVIABILIDADE. PROVA NÃO UTILIZADA PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE NEXO ENTRE A PROVA REQUERIDA E A CONDUTA IMPUTADA AO ACUSADO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. PODER/DEVER DO JUIZ DE INDEFERIR AS PROVAS QUE CONSIDERAR DESNECESSÁRIAS PARA A SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRELIMINAR REJEITADA.2. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. INCABÍVEL. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA ALIADA À CONFISSÃO ESPONTÂNEA DO RÉU. TESE DEFENSIVA QUE SE AFIGURA FRÁGIL. INEXISTÊNCIA DE PROVA CAPAZ DE GERAR DÚVIDA RAZOÁVEL. DOLO EVIDENCIADO. IRRELEVÂNCIA DO FATO DE TER O ABANDONO DURADO POUCO OU MUITO TEMPO. DELITO QUE SE CONSUMA NO INSTANTE EM QUE O AGENTE SE AFASTA DO LOCAL EM QUE DEVE PERMANECER. 3. DOSIMETRIA. ANÁLISE DE OFICIO. NADA A ALTERAR. CÁLCULO DOSIMÉTRICO REALIZADO NA FORMA LEGAL. PENA BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL E MANTIDA EM DEFINITIVO.4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0254949-42.2023.8.06.0001, EM QUE FIGURA COMO RECORRENTE JOSE EDILSON VIEIRA DE ARAUJO E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Marcos Lima Marques (OAB: 33846/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0628689-26.2024.8.06.0000 - Recurso em Sentido Estrito - Juazeiro do Norte - Recorrente: L. P. de M. - Recorrido: M. G. L. A. da N. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INDEFERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS CONCEDIDAS.1. O TEMPO DECORRIDO DESDE A CONCESSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS, SEM A OCORRÊNCIA DE NOVOS EVENTOS VIOLENTOS OU AMEAÇADORES, É INDICATIVO DE QUE O RISCO IMINENTE E ATUAL QUE JUSTIFICOU A IMPOSIÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS, TENHA SIDO MITIGADO OU CESSADO.3. A DECISÃO DE INDEFERIR A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ESTÁ DEVIDAMENTE AMPARADA NOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE, DA TEMPORARIEDADE E DA NECESSIDADE, BEM COMO NA AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS QUE JUSTIFIQUEM A RENOVAÇÃO DAS MEDIDAS4. RECURSO IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA

RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Ana Clarice Ribeiro Macedo (OAB: 22219/CE) - Leonardo da Silva Cordeiro (OAB: 38653/CE) - Ivo Silva de Carvalho (OAB: 26761/CE)

Nº 0800192-64.2014.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Jefferson da Costa Silva - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA MODALIDADE TENTADA E CORRUPÇÃO DE MENOR (ART. 121, § 2.°, INCISOS I E IV C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CP E ART. 244-B DO ECA). DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA LESÃO CORPORAL. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.1. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. CONSELHO DE SENTENÇA QUE DECIDIU PELA DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO PARA LESÃO CORPORAL. IMPOSSIBILIDADE. VERSÃO ACOLHIDA PELOS JURADOS QUE SE APOIA EM UMA DAS TESES DEFENDIDAS EM PLENÁRIO, AMPARADA NO ROBUSTO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. ÍNTIMA CONVICÇÃO. SÚMULA 06 DO TJCE. PRESERVAÇÃO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. 2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE Nº 0800192-64.2014.8.06.0001, EM QUE FIGURA COMO RECORRENTE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ E RECORRIDO JEFFERSON DA COSTA SILVA.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, EM CONSONÂNCIA COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, HORA E DATA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Caroline Medeiros Pinheiro (OAB: 47258/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0635289-63.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Ciderson Thaotris Nascimento Souza - Paciente: Fabrício Higor Dias Leite - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, com recomendação ao juízo de origem, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA, TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 2º, § 2º, LEI Nº 12.850/2013, ART. 33 E ART. 35 DA LEI Nº 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DE CULPA. ANÁLISE GLOBAL. PACIENTE PRESO HÁ MAIS DE 01 (UM) ANO E 04 (QUATRO) MESES SEM O INÍCIO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. NÃO ACOLHIMENTO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. PROCESSO ORIGINÁRIO COM 34 (TRINTA E QUATRO) RÉUS. DESMEMBRAMENTO. NOVOS AUTOS COM 06 (SEIS) ACUSADOS. GRAVIDADE DOS CRIMES (INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA, TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO). NECESSIDADE DE VÁRIAS DILIGÊNCIAS. CORRÉUS QUE NÃO APRESENTARAM RESPOSTA À ACUSAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 15 DO TJCE. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À PROTEÇÃO DEFICIENTE. PERICULOSIDADE DO PACIENTE. GRAVIDADE DAS CONDUTAS.2. ALEGAÇÃO DE DESNECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA E CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA FUNDADA NA GRAVIDADE EM CONCRETO DA CONDUTA E NA PERICULOSIDADE DO AGENTE. PACIENTE QUE RESPONDE A DOIS OUTROS PROCESSOS POR ROUBO MAJORADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 52 DO TJCE. ACUSADO SUPOSTAMENTE INTEGRANTE DE FACÇÃO CRIMINOSA. ELEMENTO QUE DENOTA A PERICULOSIDADE E A NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRECEDENTES DO STJ. CONTEMPORANEIDADE RECONHECIDA. NATUREZA DOS CRIMES. PRECEDENTES DO STJ.3. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE POR SI SÓ NÃO ENSEJAM A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PRECEDENTES.4. HABEAS CORPUS CONHECIDO E DENEGADO, PORÉM COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO A QUO, PARA QUE ENVIDE OS ESFORÇOS NECESSÁRIOS DE MODO A EFETIVAMENTE REALIZAR A AUDIÊNCIA NA DATA PREVISTA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635289-63.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR CIDERSON THAOTRIS NASCIMENTO SOUZA EM FAVOR DE FABRÍCIO HIGOR DIAS LEITE, CONTRA SUPOSTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL PRATICADO PELO JUIZ DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DE FORTALEZA, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº 0016867-86.2024.8.06.0001 E NOS AUTOS DO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº 0224208-19.2023.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DA ORDEM IMPETRADA E, DENEGÁ-LA, CONTUDO COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO A QUO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Ciderson Thaotris Nascimento Souza (OAB: 50411/CE)

Nº 0635304-32.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Aracati - Impetrante: Maria Viviane de Vasconcelos - Paciente: Wícaro Rodrigo de Sousa Rebouças - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aracati - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, INCISOS I E IV DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA. 1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. PEDIDO NÃO ALEGADO NA ORIGEM. TRÂMITE PROCESSUAL REGULAR. COMPLEXIDADE DO FEITO ORIGINÁRIO. 5 (CINCO) DENUNCIADOS. SÚMULA Nº 15 DESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECENTE REAVALIAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVANTE. DECISÃO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.2. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635304-32.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR MARIA VIVIANE DE VASCONCELOS, EM FAVOR DE WICARO RODRIGO DE SOUSA REBOUÇAS, CONTRA ATO DO JUÍZO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACATI, NO BOJO DA AÇÃO PENAL Nº 0206786-07.2023.8.06.0300.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS, MAS PARA DENEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA

INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Maria Viviane de Vasconcelos (OAB: 27715A/CE)

Nº 0635628-22.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo - Paciente: Robson Vieira Mesquita - Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTS. 33 E 35, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA PELA SUPOSTA AUSÊNCIA DE ACESSO DA DEFESA ÀS MÍDIAS REFERENTES AO RELATÓRIO TÉCNICO QUE TERIA EMBASADO A PEÇA DELATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE INDEFERIMENTO EXPRESSO DO PEDIDO NA ORIGEM. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE APTA A ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO SOFRIDO PELO PACIENTE. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO PÁS DE NULLITÉ SANS GRIEF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.2. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE MATERIALIDADE. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA DO WRIT POR DEMANDAR EXAME APROFUNDADO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS, INCLUSIVE A SEREM PRODUZIDOS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO.3. TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. ANÁLISE GLOBAL. TRÂMITE PROCESSUAL REGULAR. COMPLEXIDADE DO FEITO ORIGINÁRIO. 10 (DEZ) DENUNCIADOS E DOIS CRIMES EM INVESTIGAÇÃO. SÚMULA Nº 15 DESTA CORTE DE JUSTIÇA.4. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635628-22.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR PHABLO HENRICK PINHEIRO DO CARMO, EM FAVOR DE ROBSON VIEIRA MESQUITA, CONTRA ATO DO JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS DA COMARCA DE FORTALEZA, NOS AUTOS DO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº 0247620-76.2023.8.06.0001 E DA AÇÃO PENAL Nº 0254560-57.2023.8.06.0001. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, MAS PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Phablo Henrik Pinheiro do Carmo (OAB: 32714/CE)

Nº 0636153-04.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Baturité - Impetrante: L. F. dos S. - Impetrante: P. R. P. G. - Paciente: U. de A. R. - Impetrado: J. de D. da V. Ú C. da C. de B. - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. (ART. 129, § 13º E ART. 147, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, POR DUAS VEZES, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, E ART. 331, TODOS DO CÓDIGO PENAL C/C ART.5º, INCISOS I E III, E ART. 7º, NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, LEI 11.340/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESES DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DA CUSTÓDIA PREVENTIVA E SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. PEDIDOS APRECIADOS EM OUTRO HABEAS CORPUS Nº 0627976-51.2024.8.06.0000. INCIDÊNCIA DA COISA JULGADA. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA RECENTEMENTE AVALIADA PELO JUÍZO DE ORIGEM E PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.2. ORDEM NÃO CONHECIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS N° 0636153-04.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR LARISSA FERNANDES DOS SANTOS E PAULO REBSON PONTES GOMES, EM FAVOR DE U. DE A. R., CONTRA ATO DO JUIZ DA VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BATURITÉ, NO BOJO DO PROCESSO DE MEDIDAS PROTETIVAS N.º 0202975-26.2024.8.06.0293 E DA AÇÃO PENAL N.º 0202974-41.2024.8.06.0293.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NÃO CONHECER DO PRESENTE HABEAS CORPUS, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Larissa Fernandes dos Santos (OAB: 48553/CE) - Paulo Rebson Pontes Gomes (OAB: 31832/CE)

Nº 0636162-63.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Caucaia - Impetrante: Mairson Ferreira Castro - Impetrante: Francisco Nandoval Alves Loiola - Impetrante: Carina Braúna Bruno Sales - Impetrante: Bruno Nascimento Salgueiro - Paciente: Jonh Kennedy Pinheiro Almeida - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, com recomendação ao juízo de origem, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER (ART. 121, § 2º, IV, E ART. 211 DO CPB). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO ACOLHIMENTO. VERIFICAÇÃO GLOBAL DOS PRAZOS. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 11/11/2024. TRÂMITE PROCESSUAL REGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO TJCE. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS (QUATRO). PACIENTE AINDA COM MANDADO DE PRISÃO EM ABERTO.2. TESES DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL, AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA, EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS E APLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO ENCARCERAMENTO. NÃO CONHECIMENTO. REPETIÇÃO DE PEDIDOS. MATÉRIAS EXAUSTIVAMENTE ANALISADAS EM HABEAS CORPUS ANTERIOR (HC Nº 0637022-98.2023.8.06.0000). COISA JULGADA.3. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO DE ORIGEM. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636162-63.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR MAIRSON FERREIRA CASTRO, FRANCISCO NANDOVAL ALVES LOIOLA, CARINA BRAÚNA BRUNO SALES E BRUNO NASCIMENTO SALGUEIRO, EM FAVOR DE JONH KENNEDY PINHEIRO ALMEIDA, CONTRA ATO DO JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA Nº 0204054-53.2023.8.06.0300.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO WRIT, PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGAR-LHE A ORDEM, COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO DE ORIGEM, NOS TERMOS DO VOTO DO

EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Mairson Ferreira Castro (OAB: 20026/CE) - Francisco Nandoval Alves Loiola (OAB: 40087/CE) - Carina Braúna Bruno Sales (OAB: 35485/CE) - Bruno Nascimento Salgueiro (OAB: 47018/CE)

Nº 0636234-50.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Júlio César Santana Santos - Paciente: João Batista Jacome de Souza - Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006). SENTENÇA CONDENATÓRIA. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO E NEGATIVA DO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO.1. PEDIDO DE REFORMA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PARA A FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA MAIS BRANDO E PARA O RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA AFETA À REVISÃO CRIMINAL. HABEAS CORPUS UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE APTA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.2. PLEITO DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DO HC COELTIVO Nº 596603/SP CONCEDIDO PELO STJ. NÃO ACOLHIMENTO. PACIENTE QUE NÃO SATISFAZ OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO MANDAMUS. ORDEM RESTRITA A PRESOS CONDENADOS POR TRÁFICO PRIVILEGIADO (ART. 33, § 4º, LEI Nº 11.343/2006). PACIENTE CONDENADO POR TRÁFICO EM SUA MODALIDADE SIMPLES. PENA ACIMA DE 04 (QUATRO) ANOS. NÃO ADEQUAÇÃO AO PRECEDENTE DO STJ.3. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636234-50.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR JÚLIO CÉSAR SANTANA DOS SANTOS, EM FAVOR DE JOÃO BATISTA JACOME DE SOUZA, CONTRA SUPOSTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL PRATICADO PELO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS DA COMARCA DE FORTALEZA, NO BOJO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA N° 0265777-05.2020.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER PARCIALMENTE DA PRESENTE ORDEM, PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Júlio César Santana Santos (OAB: 37722/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0204306-56.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Caucaia - Apelante: Francisco Emiliano Miguel Coelho - Apelante: Francisco Emilson Miguel Coelho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos, mas para negar-lhes provimento, com retificação das penas, de ofício, nos termos do voto da Desa. Relatora.¿” - EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITO. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. CORRUPÇÃO DE MENORES DE 18 ANOS. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA DENÚNCIA E ILICITUDE DA PROVA. ANÁLISE QUANTO A AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. EXAME ACERCA DA POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DE PORTE DE DROGA PARA CONSUMO.1. PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP, NÃO HÁ FALAR EM INÉPCIA DA DENÚNCIA. ADEMAIS, O ADVENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA REFUTA A ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA, POIS O ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL DEMONSTRA A APTIDÃO DA PEÇA PARA INSTAURAR A AÇÃO PENAL, COM EFETIVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA AO LONGO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, RESULTANDO EM CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA NO CONJUNTO PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS.2. NÃO SE COGITA PRELIMINAR DE ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIO DA APREENSÃO E ABERTURA DE ENCOMENDA SEM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, QUANDO SE VERIFICA A AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DA TESE COM AS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS APURADAS NA AÇÃO PENAL OU COM A VERSÃO APRESENTADA PELOS ACUSADOS EM SEDE DE INTERROGATÓRIO.3. A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E AUTORIA DOS DELITOS PELOS QUAIS OS ACUSADOS FORAM CONDENADOS, BASEADA NA PROVA DOCUMENTO E NOS DEPOIMENTOS FIRMES E COERENTES DAS TESTEMUNHAS, ESPECIALMENTE DOS POLICIAIS MILITARES RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO EM FLAGRANTE, INVIABILIZA O ACOLHIMENTO DOS PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO.4. A CONDIÇÃO DE USUÁRIO DE DROGAS, POR SI SÓ, NÃO IMPEDE O EXERCÍCIO CONCOMITANTE DA TRAFICÂNCIA, UMA VEZ QUE UMA CONDUTA NÃO EXCLUI A OUTRA. ASSIM, NÃO É POSSÍVEL ACOLHER O PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE PORTE DE DROGAS PARA CONSUMO QUANDO EM DESACORDO COM AS CIRCUNSTÂNCIAS EVIDENCIADAS PELO CONJUNTO PROBATÓRIO.5. A CULPABILIDADE NORMATIVA, QUE ABRANGE A CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE E A EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA, CONSTITUINDO ELEMENTAR DO TIPO PENAL, NÃO SE CONFUNDE COM A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA CULPABILIDADE (ART. 59 DO CP), QUE SE REFERE AO GRAU DE REPROVABILIDADE OU CENSURABILIDADE DA CONDUTA PRATICADA. DESSA FORMA, CONSTATADA A UTILIZAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INADEQUADA PARA EXASPERAR A PENA-BASE, IMPÕE-SE AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA A RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO, POR SE TRATAR DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.6. RECURSOS DESPROVIDOS. PENAS RETIFICADAS DE OFÍCIO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DOS APELOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, COM RETIFICAÇÃO DAS PENAS DE OFÍCIO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, CE, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Luis Élson Férrer de Almeida Paulino (OAB: 13234/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0635078-27.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Hildernando Antunes Pereira - Paciente: Daniel Antunes Soares - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Concederam parcialmente o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, concedendo-a parcialmente, de ofício, no sentido de determinar ao Juízo a quo que seja elaborado novo Relatório da Situação Processual Execu-tória - RSPE, com a correção da data-base para progressão de regime como sendo a data da última prisão do paciente (06/12/2021), nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL.1.

IRRESIGNAÇÃO EM FACE DE DECISÃO DE REGRESSÃO DO REGIME ABERTO PARA O FECHADO, E QUE ORDENOU A ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA FINS DE PROGRESSÃO DE REGIME. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA DATA-BASE A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO PARA PROGRESSÃO DO REGIME PARA O SEMIABERTO. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA AFETA À EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. 2. APRECIAÇÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. PACIENTE QUE OSTENTA UMA CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO POR INFRAÇÃO PENAL DURANTE O CUMPRIMENTO DA PRIMEIRA PENA. PROFERIDA DECISÃO DE UNIFICAÇÃO DE PENAS E REGRESSÃO PARA O REGIME FECHADO. NECESSIDADE DE REFORMA, DE OFÍCIO, PARA CONSIDERAR A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO (06/12/2021) COMO DATA-BASE PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS AO APENADO.3. ORDEM NÃO CONHECIDA, PORÉM COM A CONCESSÃO PARCIAL DE OFÍCIO, PARA DETERMINAR AO JUÍZO A QUO A ELABORAÇÃO DE NOVO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO PROCESSUAL EXECUTÓRIA - RSPE, COM A CORREÇÃO DA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO DE REGIME COMO SENDO A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO DO PACIENTE (06/12/2021).ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635078-27.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR HILDERNANDO ANTUNES PEREIRA, EM FAVOR DE DANIEL ANTUNES SOARES, CONTRA ATO DO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE FORTALEZA, NO BOJO DA EXECUÇÃO PENAL Nº 0022352-43.2019.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM NÃO CONHECER DO PRESENTE HABEAS CORPUS, PORÉM CONCEDER PARCIALMENTE A ORDEM DE OFÍCIO, NO SENTIDO DE DETERMINAR AO JUÍZO A QUO QUE SEJA ELABORADO NOVO RELATÓRIO DA SITUAÇÃO PROCESSUAL EXECUTÓRIA - RSPE, COM A CORREÇÃO DA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO DE REGIME COMO SENDO A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO DO PACIENTE (06/12/2021), NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Hildernando Antunes Pereira (OAB: 32140/PB)

Nº 0635089-56.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Renato Lino de Sousa Neto - Paciente: José Henrique de Sousa Nascimento - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, com recomendação ao juízo de origem, nos termos do voto do Des. Relator.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado impetrante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 2º DA LEI N.º 12.850/2013, ARTS. 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE APTA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS. TRÂMITE PROCESSUAL REGULAR. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE OU DE DESÍDIA DA AUTORIDADE IMPETRADA. PRAZO DECORRENDO PARA A FINALIZAÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES ESTIPULADO PELO JUÍZO COMPETENTE. PLURALIDADE DE RÉUS (SETE) E DE CRIMES (TRÊS). FEITO COMPLEXO APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO TJCE. EXCEPCIONAL PERICULOSIDADE DO PACIENTE QUE IMPEDE A SUA SOLTURA IMEDIATA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. PACIENTE QUE RESPONDE POR OUTRAS AÇÕES PENAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO TJCE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. 1.1 NO TOCANTE À TESE DE EXCESSO DE PRAZO, É SABIDO QUE OS PRAZOS LEGAIS NÃO SÃO PEREMPTÓRIOS, ADMITINDO DILAÇÕES QUANDO ASSIM EXIGIREM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. ASSIM, APÓS ANÁLISE APROFUNDADA DOS AUTOS, NÃO SE OBSERVA UM ELASTÉRIO TEMPORAL MAIOR QUE O AUTORIZADO LEGALMENTE, POIS NÃO SE VERIFICA DESÍDIA DA AUTORIDADE IMPETRADA QUANTO À TRAMITAÇÃO AO FEITO, NA MEDIDA EM QUE RESTA APARENTE QUE AS AUTORIDADES ESTATAIS VÊM IMPULSIONANDO CORRETAMENTE O FEITO E ADOTANDO PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS NO SENTIDO DE VIABILIZAR O TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO, OBSERVANDO SUAS PECULIARIDADES. TEM-SE QUE O FEITO ENCONTRA-SE AGUARDANDO A DECORRÊNCIA DO PRAZO PARA O ENVIO DAS INFORMAÇÕES REQUERIDAS À AUTORIDADE POLICIAL E, PORTANTO, NÃO CONSTATO EXCESSO DE PRAZO INJUSTIFICADO, UMA VEZ TRATAR-SE DE PROCESSO COMPLEXO, COM PLURALIDADE DE RÉUS (SETE) E DE CRIMES COMPLEXOS (TRÊS - TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA). SENDO COMPLEXO, É NATURAL E INERENTE QUE O CASO EM APREÇO DEMANDE MAIORES ESFORÇOS E TEMPO PARA QUE AS SUAS DILIGÊNCIAS FINDEM, MOTIVO PELO QUAL SE APLICA A TESE CONSAGRADA NO ENUNCIADO DA SÚMULA N.º 15, DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1.2. ADEMAIS, CONVÉM RESSALTAR QUE, CONFORME SE PODE VERIFICAR NOS AUTOS ORIGINÁRIOS, A CERTIDÃO DE ANTECEDENTES PENAIS ANEXADA ÀS FLS. 59/60, DE FATO, O PACIENTE RESPONDE POR OUTRAS AÇÕES PENAIS, A SABER, AÇÃO PENAL DE N.° 0200579-80.2023.8.06.0303 E N.º 0000102-85.2018.8.06.0151, TRAMITANDO NA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ, AÇÃO PENAL DE N.° 0020704-59.2018.8.06.0099, TRAMITANDO NA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA, BEM COMO FOI INDICIADO NOS AUTOS DA AÇÃO DE N.° 005151-54.2021.8.06.0154. DESTA FEITA, ENTENDE-SE SER PERFEITAMENTE APLICÁVEL O ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 52 DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1.3 FORÇOSO CONCLUIR, PORTANTO, PELO NÃO RECONHECIMENTO DE EXACERBAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO, APTO A BALIZAR A CONCESSÃO DA ORDEM IMPETRADA DE OFÍCIO, EIS QUE O FEITO TEM CURSO REGULAR, COMPATÍVEL COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, NÃO HAVENDO NOTÍCIAS DE PATENTE ILEGALIDADE OU EXCESSIVA SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NA PRÁTICA DOS ATOS PROCESSUAIS.2. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ELEVADO RISCO À ORDEM PÚBLICA. PRESENTES OS REQUISITOS ENSEJADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. 2.1 TAMBÉM NÃO SE SUSTENTA O ARGUMENTO DO IMPETRANTE NO QUE TANGE À DESNECESSIDADE DA PRISÃO DO PACIENTE, EM VIRTUDE DE POSSUIR CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. ISSO PORQUE, SEGUNDO ENTENDIMENTO PACÍFICO DOS ÓRGÃOS JULGADORES PÁTRIOS, O FATO DE O AGENTE OSTENTAR TAIS CONDIÇÕES NÃO É GARANTIDOR DA LIBERDADE PROVISÓRIA, POIS ELAS DEVEM SER AVALIADAS CONJUNTAMENTE COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, NÃO PODENDO, PER SI, AFASTAR A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA PREVENTIVA, QUANDO PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS, COMO É O CASO DOS AUTOS.3. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, COM RECOMENDAÇÕES.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635089-56.2024.8.06.0000, FORMULADO POR RENATO LINO DE SOUSA NETO, EM FAVOR DE JOSÉ HENRIQUE DE SOUSA NASCIMENTO, CONTRA ATO DO COLEGIADO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DA COMARCA DE FORTALEZA, NOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL Nº 0284398-45.2023.8.06.0001 E DO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº 0284404-52.2023.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM, PARA DENEGAR-LHE PROVIMENTO, COM ENVIO DE RECOMENDAÇÕES, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS

PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Renato Lino de Sousa Neto (OAB: 37555/CE)

Nº 0635508-76.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Francisco Airton Amorim dos Santos - Impetrante: Jean Efferton Ribeiro Amorim dos Santos - Impetrante: Jamersson Ribeiro Amorim dos Santos - Impetrante: Jonathan Ribeiro Amorim dos Santos - Paciente: Elano da Silva Mendes - Impetrado: Juiz de Direito da 15ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO (ART. 157 §2º, INC. II, DO CÓDIGO PENAL) E CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 244-B, DA LEI N° 8.069/90). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA DO WRIT POR DEMANDAR EXAME APROFUNDADO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS, INCLUSIVE A SEREM PRODUZIDOS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO.2. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E AUSÊNCIA DE REQUISITOS DO DECRETO PRISIONAL E DA DECISÃO QUE MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ALVARÁ DE SOLTURA EXPEDIDO NO BOJO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. PEDIDO PREJUDICADO. 3. ORDEM NÃO CONHECIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635508-76.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS, JEAN EFFERTON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS, JAMERSSON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS E JONATHAN RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS, EM FAVOR DE ELANO DA SILVA MENDES, CONTRA ATO DO JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA, NO BOJO DA AÇÃO PENAL Nº 0261126-85.2024.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NÃO CONHECER DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Francisco Airton Amorim dos Santos (OAB: 5255/CE) - Jean Efferton Ribeiro Amorim dos Santos (OAB: 30960/CE)

Nº 0635646-43.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Pentecoste - Impetrante: Liduína Rocha Siebra - Paciente: Valter Assis Lima Júnior - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Pentecoste - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, com recomendação ao juízo de origem, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06 (LEI DE DROGAS) C/C ART. 180, CAPUT, E ART. 311, § 2°, III, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. MEDIDAS CAUTELARES. MONITORAMENTO ELETRÔNICO.1. PLEITO PARA REVOGAÇÃO/RETIRADA DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO. EXCESSO DE PRAZO NO USO DE TORNOZELEIRA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA MEDIDA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS PRATICADOS. USO DO EQUIPAMENTO QUE NÃO CONFIGURA SITUAÇÃO VEXATÓRIA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REVOGAÇÃO DO MONITORAMENTO INDEFERIDA PELO JUÍZO A QUO. PRAZO ESTABELECIDO PARA REAVALIAÇÃO DE SUA NECESSIDADE.2. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO À AUTORIDADE COATORA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635646-43.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR LIDUÍNA ROCHA SIEBRA, EM FAVOR DE VALTER ASSIS LIMA JÚNIOR, CONTRA ATO DO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE, NO BOJO DA AÇÃO PENAL Nº 0200470-62.2024.8.06.0293. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, PARA DENEGAR-LHE PROVIMENTO, COM RECOMENDAÇÃO, CONFORME DECISÃO PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO EM INCIDENTE, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Liduína Rocha Siebra (OAB: 27869/CE)

Nº 0635672-41.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Limoeiro do Norte - Impetrante: Washington Luís Terceiro Vieira Júnior - Paciente: Cassiano Santana de Sousa - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Limoeiro do Norte - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, com recomendação ao juízo de origem, para que remeta o mais breve possível, os autos ao juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Quixadá, a quem também se recomenda a imprescindível celeridade no processamento da causa, para que se possa agendar a Sessão de Julgamento do paciente, nos termos do voto do Des. Relator." Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado impetrante, Dr. Paulo de Tarso Moreira Filho, bem como o represen - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. HOMICÍDIO QUALIFICADO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES (ART. 121, § 2.º, INC. IV E ART. 288, AMBOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE). PRISÃO PREVENTIVA. 1. TESE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE REAVALIOU E MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. INOCORRÊNCIA. DECISÃO SUFICIENTEMENTE ALICERÇADA PELOS SEUS PRESSUPOSTOS, FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE IN CONCRETO DOS DELITOS. FORTES INDÍCIOS DE CORRUPÇÃO DE ADOLESCENTES PARA A PRÁTICA DE CRIMES NO INTERIOR DO ESTADO. PACIENTE QUE RESPONDE A OUTRAS AÇÕES PENAIS. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SÚMULA 52 TJCE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. 1.1 DE LOGO, SALIENTE-SE QUE A PRISÃO PREVENTIVA CONSTITUI MEDIDA EXCEPCIONAL, CABÍVEL APENAS EM CASOS EXTREMOS, NOS QUAIS PODE SER DECRETADA SE, E SOMENTE SE, EXISTIREM PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA, PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E/OU ECONÔMICA, A APLICAÇÃO DA LEI PENAL OU A CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, HIPÓTESES INDICADAS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. 1.2 ANTE AOS FATOS NARRADOS, NÃO OLVIDE QUE A PENA MÁXIMA EM ABSTRATO DOS CRIMES IMPUTADOS AO PACIENTE (ART. 121, § 2.º, INCISOS I, II E IV E ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, ALÉM DO ARTIGO 244 B DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) ULTRAPASSA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE MÁXIMA DE 4 (QUATRO) ANOS, AMOLDANDO-SE A MEDIDA CAUTELAR COMBATIDA, POIS, À NORMA DO ART. 313, INC. I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PARA TANTO, OBSERVA-SE QUE, EM PRIMEIRO GRAU, TODOS OS DECRETOS PRISIONAIS DEVIDAMENTE SE FUNDARAM NA NECESSIDADE PREMENTE DE SEGREGAR CAUTELARMENTE INDIVÍDUO NOCIVO À PAZ E À TRANQUILIDADE SOCIAL, EM FACE DO RISCO À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, PELA PERICULOSIDADE DO AGENTE

E GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO, ALÉM DO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA, RESTANDO DEMONSTRADOS OS VETORES VALORADOS NEGATIVAMENTE CONTRA O RÉU, O QUE INDICA, EM PESO, O PERIGO GERADO PELO SEU ESTADO DE LIBERDADE, MOTIVO PELO QUAL A MEDIDA EXTREMA DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, SE MOSTRA CABÍVEL NO CASO EM QUESTÃO. 1.3 COM EFEITO, OBSERVA-SE QUE O JUÍZO A QUO, QUANDO DA DECRETAÇÃO DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR, LEVOU EM SEDE DE BALANCEAMENTO QUE AO PACIENTE ESTÁ SENDO IMPUTADO A DELITOS NOTADAMENTE PENOSOS, HAVENDO INDÍCIOS SUFICIENTES DE QUE O PACIENTE RECRUTA ADOLESCENTES PARA A PRÁTICA DE CRIMES NO INTERIOR DO ESTADO. ADEMAIS, ALÉM DO DELITO EM QUESTÃO, CONVÉM RESSALTAR QUE, AO VERIFICAR OS SISTEMAS CANCUN E SEEU, OBSERVEI QUE O PACIENTE RESPONDE, ALÉM DA AÇÃO QUE DEU ORIGEM A ESTE PROCESSO, POR INQUÉRITOS POLICIAIS EM ANDAMENTO, BEM COMO A OUTRAS AÇÕES PENAIS, INCLUSIVE, EM FASE DE EXECUÇÃO PENAL. LOGO, TENDO EM VISTA O RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA DO PACIENTE, É CERTO QUE SUA SOLTURA REPRESENTA UM SÉRIO RISCO À PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA, DEVENDO A PRISÃO PREVENTIVA SER MANTIDA, CONFORME ENUNCIADO DE Nº 52 DA SÚMULA DESTE EG. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO TJCE. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS (SEIS). ANDAMENTO PROCESSUAL COM CURSO REGULAR. PACIENTE JÁ PRONUNCIADO, RESTANDO APENAS A REALIZAÇÃO DA SESSÃO DO JÚRI. APLICAÇÃO DA SÚMULA 21 DO STJ. FEITO SANEADO. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 2.1 NO TOCANTE À TESE DE EXCESSO DE PRAZO, É SABIDO QUE OS PRAZOS LEGAIS NÃO SÃO PEREMPTÓRIOS, ADMITINDO DILAÇÕES QUANDO ASSIM EXIGIREM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. NO CASO, APÓS ANÁLISE APROFUNDADA DOS AUTOS, NÃO OBSERVO UM ELASTÉRIO TEMPORAL MAIOR QUE O AUTORIZADO LEGALMENTE, POIS NÃO SE VERIFICA DESÍDIA DA AUTORIDADE IMPETRADA QUANTO À TRAMITAÇÃO AO FEITO, NA MEDIDA EM QUE RESTA APARENTE QUE AS AUTORIDADES ESTATAIS VÊM IMPULSIONANDO CORRETAMENTE O FEITO E ADOTANDO PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS NO SENTIDO DE VIABILIZAR O TRÂMITE REGULAR DO PROCESSO, OBSERVANDO SUAS PECULIARIDADES. TEM-SE QUE O PROCESSO CONTA COM VÁRIOS RÉUS (SEIS) E MÚLTIPLOS CAUSÍDICOS, BEM COMO A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE DIVERSAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA PRESERVAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. SENDO COMPLEXO, É NATURAL E INERENTE QUE O CASO EM APREÇO DEMANDE MAIORES ESFORÇOS E TEMPO PARA QUE AS SUAS DILIGÊNCIAS FINDEM, MOTIVO PELO QUAL SE APLICA A TESE CONSAGRADA NO ENUNCIADO DA SÚMULA N.º 15, DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2.2. ADEMAIS, TEM-SE QUE JÁ SE ENCERROU A PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO JÚRI, DE MODO QUE VERIFICA-SE A APLICAÇÃO DA SÚMULA 21 DO STJ, QUE DITA: “PRONUNCIADO O RÉU, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO”. NO CASO CONCRETO, O PACIENTE NÃO APENAS JÁ FOI PRONUNCIADO, COMO TEVE SEU RECURSO EM SENTIDO ESTRITO JULGADO POR ESTE TRIBUNAL, FATOS OCORRIDOS EM MENOS DE QUATRO MESES NO ANO DE 2023. ASSIM, RESTA APENAS A REALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI PARA A CONCLUSÃO DO PROCESSO. 2.3 FORÇOSO CONCLUIR, PORTANTO, PELO NÃO RECONHECIMENTO DE EXACERBAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO, APTO A BALIZAR A CONCESSÃO DA ORDEM IMPETRADA DE OFÍCIO, EIS QUE O FEITO TEM CURSO REGULAR, COMPATÍVEL COM AS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, NÃO HAVENDO NOTÍCIAS DE PATENTE ILEGALIDADE OU EXCESSIVA SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NA PRÁTICA DOS ATOS PROCESSUAIS. 2.4 IMPERIOSO DESTACAR QUE EM 05/11/2024, O JUÍZO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE, EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 423, INCISO II, DO CPP, APRESENTOU O RELATÓRIO COM OS EVENTOS RELEVANTES DA AÇÃO PENAL E DECLAROU PREPARADO O PROCESSO PARA JULGAMENTO, DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS À VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE QUIXADÁ PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO, FLS. 3112/3117. ASSIM, SANEADO O PROCESSO, AGUARDA-SE A MARCAÇÃO DA SESSÃO DO JÚRI NA COMARCA DE QUIXADÁ.3. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, COM RECOMENDAÇÃO À AUTORIDADE IMPETRADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635672-41.2024.8.06.0000, IMPETRADO WASHINGTON LUÍS TERCEIRO VIEIRA JÚNIOR, EM FAVOR DE CASSIANO SANTANA DE SOUSA, CONTRA ATO DO JUÍZO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº 0050768-33.2020.8.06.0115.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, MAS PARA DENEGAR-LHE PROVIMENTO, COM RECOMENDAÇÃO À AUTORIDADE COATORA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Washington Luís Terceiro Vieira Júnior (OAB: 15733/CE)

Nº 0635731-29.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - 4º Núcleo Custódia/Inquérito-Caucaia - Impetrante: Anderson Cardoso Dias de Sousa - Paciente: Francisco Ermesson de Almeida Ramos - Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS, RECEPTAÇÃO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 33 DA LEI Nº11.343/2006, ART. 180 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E ART. 12 DA LEI Nº 10.826/2003). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA DO WRIT, POR DEMANDAR EXAME APROFUNDADO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICOS-PROBATÓRIOS, INCLUSIVE A SEREM PRODUZIDOS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.2. TESES DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO SUFICIENTEMENTE ALICERÇADA PELOS SEUS PRESSUPOSTOS, FUNDAMENTOS E CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE IDÔNEA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. GRAVIDADE IN CONCRETO DOS DELITOS. MODUS OPERANDI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.3. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. INSUFICIÊNCIA. A EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO IMPEDEM A DECRETAÇÃO DE SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRESENTES OS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PRECEDENTES.4. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA HOMOGENEIDADE. NECESSIDADE DE PROFUNDA INCURSÃO PROBATÓRIA PARA REALIZAR PROSPECTO DO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. NÃO CONHECIMENTO.5. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, EM SUA EXTENSÃO, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635731-29.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR ANDERSON CARDOSO DIAS DE SOUSA, EM FAVOR DE FRANCISCO ERMESSON DE ALMEIDA RAMOS, CONTRA ATO DO JUÍZO DE DIREITO DO 4º NÚCLEO DE CUSTÓDIA E INQUÉRITO

SEDE EM CAUCAIA, NO BOJO DA AÇÃO PENAL Nº 0206087-03.2024.8.06.0293.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER PARCIALMENTE DA PRESENTE ORDEM, PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Anderson Cardoso Dias de Sousa (OAB: 37396/CE)

Nº 0635796-24.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Francisca Solange Sales dos Santos - Paciente: Francisco Marques Borges Cordeiro - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, com recomendação, de ofício, ao juízo de origem, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. 1. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME ANTE O ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA APRECIAÇÃO DO PLEITO PELA AUTORIDADE COATORA. NÃO CONHECIMENTO. VIA ELEITA IMPRÓPRIA. RITO CÉLERE, QUE NÃO COMPORTA PROFUNDA ANÁLISE FÁTICO PROBATÓRIA. QUESTÃO DE MÉRITO AFETA À EXECUÇÃO PENAL. CONSTATAÇÃO DO EXCESSO DE PRAZO. PLEITO REALIZADO NA ORIGEM AOS 26/02/2024, AINDA PENDENTE DE ANÁLISE HÁ CERCA DE 08 MESES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. PRECEDENTES DO TJCE. 2. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO, COM EXPEDIÇÃO, EX OFFICIO, DE RECOMENDAÇÃO PARA QUE A AUTORIDADE IMPETRADA ADOTE AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS, A FIM DE DECIDIR O PLEITO DE PROGRESSÃO DE REGIME DO SUPLICANTE COM A MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL. . - Advs: Francisca Solange Sales dos Santos (OAB: 48471/CE)

Nº 0635800-61.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Rennier Martins Vasconcelos - Paciente: Aline Cunha Martins - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. OPERAÇÃO AKUANDUBA. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 2º, §§ 2º E 4º, I, DA LEI Nº 12.850/2013 E NOS ARTS. 33 E 35, CAPUT, C/C O ART. 40, IV, VI E VII, DA LEI Nº 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL PELA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA E INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONHECIMENTO. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICOS-PROBATÓRIOS. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE APTA À CONCESSÃO DE OFÍCIO. DENÚNCIA QUE ATENDE AOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. LASTRO PROBATÓRIO SUFICIENTE A AUTORIZAR O RECEBIMENTO DA PEÇA DELATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DO TJCE.2. TESE DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE MATERIALIDADE, PELA SUPOSTA AUSÊNCIA DA DISPONIBILIZAÇÃO DA MÍDIA EXTRAÍDA DOS APARELHOS TELEFÔNICOS APREENDIDOS COM O SR. FRANCISCO NAILTON DOS SANTOS TAVARES. NÃO ACOLHIMENTO. DISPONIBILIZAÇÃO DAS MÍDIAS QUE EMBASARAM A DENÚNCIA. DIREITO A AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO ASSEGURADOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO SOFRIDO PELA PACIENTE. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO PÁS DE NULLITÉ SANS GRIEF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.3. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635800-61.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR RENNIER MARTINS VASCONCELOS, EM FAVOR DE ALINE CUNHA MARTINS, CONTRA ATO DO COLEGIADO DE JUÍZES DE DIREITO DA VARA DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DE FORTALEZA, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº 0212243-44.2023.8.06.0001 E DO PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA Nº 0212306-69.2023.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, MAS PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGAR-LHE PROVIMENTO, COM RECOMENDAÇÃO AO JUÍZO A QUO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Rennier Martins Vasconcelos (OAB: 41823/CE)

Nº 0636148-79.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Caucaia - Impetrante: Francisco Dyego de Lima Santos - Paciente: Rafael Duarte de Oliveira - Impetrado: Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Julgado prejudicado o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, julgou prejudicado o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA.1. TESES DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, AUSÊNCIA REQUISITOS PARA PRISÃO PREVENTIVA E EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EFETIVA ANÁLISE PELO JUÍZO A QUO. SENTENÇA DE JULGAMENTO PROFERIDA. PACIENTE SOLTO NA ORIGEM. PERDA DE OBJETO. 2. ORDEM PREJUDICADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636148-79.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR FRANCISCO DYEGO DE LIMA SANTOS, EM FAVOR DE RAFAEL DUARTE DE OLIVEIRA, CONTRA ATO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE CAUCAIA, NO BOJO DO PROCESSO Nº 0202479-94.2024.8.06.0293.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM DECLARAR PREJUDICADO O PRESENTE HABEAS CORPUS PELA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Francisco Dyego de Lima Santos (OAB: 52515/CE)

Nº 0636485-68.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Márcio Borges de Araújo - Paciente: José Edney Marques Tavares - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Julgado prejudicado o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, julgou prejudicado o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESES DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO, AUSÊNCIA DE REQUISITOS DO DECRETO PRISIONAL E DA DECISÃO QUE MANTEVE A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, E EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. MINISTÉRIO PÚBLICO DA ORIGEM QUE OFERTOU ANPP AO PACIENTE, O QUAL ACEITOU AS CONDIÇÕES. PRISÃO RELAXADA. EXPEDIDO ALVARÁ DE

SOLTURA.2. ORDEM PREJUDICADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636485-68.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR MÁRCIO BORGES DE ARAÚJO, EM FAVOR DE JOSÉ EDNEY MARQUES TAVARES, CONTRA ATO DO JUÍZO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS DA COMARCA DE FORTALEZA, NO BOJO DO PROCESSO Nº 0275743-50.2024.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM DECLARAR PREJUDICADO O PRESENTE HABEAS CORPUS PELA PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Márcio Borges de Araújo (OAB: 18920/CE)

Nº 0636506-44.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Sílvia Helena Tavares da Cruz - Paciente: Francisco Diego Gomes - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº11.343/2006). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESES DE ATIPICIDADE DA CONDUTA E NULIDADE DAS PROVAS OBTIDAS MEDIANTE ILEGAL VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO E VIOLÊNCIA POLICIAL, COM O PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA INCOMPATÍVEL COM A VIA DO WRIT POR DEMANDAR EXAME APROFUNDADO DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS, INCLUSIVE A SEREM PRODUZIDOS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO. NÃO OCORRÊNCIA DE CAUSAS DE TRANCAMENTO DO WRIT EM SEDE DE MANDAMUS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE A SER CONSTATADA SEM NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO.2. DESNECESSIDADE DA PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312, DO CPP. NÃO ACOLHIMENTO. DEMONSTRADA CONCRETAMENTE A NECESSIDADE DA MEDIDA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. GRAVIDADE IN CONCRETO DO DELITO. TRÁFICO DE DROGAS. APREENSÃO DE DROGAS ESCONDIDAS E ACONDICIONADAS E DINHEIRO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO E AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO CONTRA O RÉU. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NSº 52 E 63 DO TJCE.3. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INSUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.4. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636506-44.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR SILVIA HELENA TAVARES DA CRUZ, EM FAVOR DE FRANCISCO DIEGO GOMES, CONTRA ATO DO JUÍZO DA 17ª VARA CRIMINAL - VARA DE AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA DA COMARCA DE FORTALEZA, NO BOJO DO PROCESSO N.º 0274943-22.2024.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER PARCIALMENTE DA PRESENTE ORDEM, PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Sílvia Helena Tavares da Cruz (OAB: 32139/CE)

Nº 0636674-46.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Guaraciaba do Norte - Impetrante: Christopher Mateus Tavares da Silva - Paciente: João Pedro Feitosa da Silva - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO (ART. 121, § 2º, II, C/C ART. 14, II, TODOS DO CPB). PRISÃO PREVENTIVA.1. TESES DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL, AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO PREVENTIVA, EXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS E APLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO ENCARCERAMENTO. NÃO CONHECIMENTO. REPETIÇÃO DE PEDIDOS. MATÉRIAS EXAUSTIVAMENTE ANALISADAS EM HABEAS CORPUS ANTERIOR (HC Nº 0634724-02.2024.8.06.0000). COISA JULGADA.2. TESE DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. NÃO CABIMENTO. GRAVIDADE IN CONCRETO DO CRIME. MODUS OPERANDI. PACIENTE RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL POR TER SUPOSTAMENTE COMETIDO OUTRO DELITO CONTRA A PESSOA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.3. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636674-46.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR CHRISTOPHER MATEUS TAVARES DA SILVA, EM FAVOR DE JOÃO PEDRO FEITOSA DA SILVA, CONTRA ATO DO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA Nº 0205564-25.2023.8.06.0293.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO WRIT, PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGAR-LHE A ORDEM, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Christopher Mateus Tavares da Silva (OAB: 38527/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0050762-06.2020.8.06.0154 - Apelação Criminal - Quixeramobim - Apelante: N. J. de S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RECURSO DEFENSIVO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ALTERAÇÃO DE REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. 1. EM CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL, EM SUA MAIORIA, PERPETRADOS ÀS ESCONDIDAS, PERSISTE O ENTENDIMENTO DE QUE A PALAVRA DA VÍTIMA, UMA VEZ REFORÇADA PELAS DEMAIS PROVAS DO PROCESSO, É SUFICIENTE A ENSEJAR O JUÍZO CONDENATÓRIO. DE MODO QUE NÃO HÁ FALAR EM FRAGILIDADE PROBATÓRIA OU CONTRADIÇÃO DA VERSÃO POR ELA APRESENTADA, QUANDO A OFENDIDA, PERANTE A AUTORIDADE POLICIAL E EM JUÍZO DECLARA COM VEEMÊNCIA OS ABUSOS AOS QUAIS FOI SUBMETIDA.2. FIXADA A PENA SUPERIOR A 8 ANOS DE RECLUSÃO, A DETERMINAÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO É IMPOSTA POR PREVISÃO EXPRESSA NO ART. 33, § 2º, “A”, DO CÓDIGO PENAL. 3. RECURSO DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA

CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Antônio Adolfo Alves Nogueira (OAB: 30698/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201393-95.2023.8.06.0302 - Apelação Criminal - Icó - Apelante: Jessica Kauanne Alves de Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, dando-lhe parcial provimento, para reduzir a pena imposta à recorrente para 2(dois) anos e 6(seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial aberto e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, nos termos do voto da Desa. Relatora.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado da apelante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. IMPROVIMENTO. MÉRITO FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. MINORANTE DO ART. 41 DA LEI 11.343/06. POSSIBILIDADE.1. INEXISTENTES FATOS NOVOS E, AO REVÉS, PERMANECENDO LATENTES AS RAZÕES DA CLAUSURA ANTE TEMPUS, MÁXIME EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR (ROMPIMENTO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA), DESNECESSÁRIAS MAIORES JUSTIFICATIVAS PARA A MANUTENÇÃO DE SUA PRISÃO DEPOIS DE PROLATADA A SENTENÇA CONDENATÓRIA.2. A NATUREZA E A QUANTIDADE DA DROGA CONSTITUEM CRITÉRIOS APTOS À EXACERBAÇÃO DA PENA-BASE. ADEMAIS, O ARTIGO 42 DA LEI 11.343/06, NÃO APENAS AUTORIZA, MAS IMPÕE QUE ESSES ELEMENTOS SEJAM VALORADOS COM ESPECIAL ATENÇÃO PELO JULGADOR.3. A CONFISSÃO E A INDICAÇÃO DO LOCAL ONDE A SUBSTÂNCIA PROSCRITA OBJETO DO TIPO PENAL ESTAVA ESCONDIDA FUNDAMENTAM A APLICAÇÃO DA REDUÇÃO PENALÓGICA. 4. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NO SENTIDO DE REDUZIR A PENA IMPOSTA À RECORRENTE PARA 2(DOIS) ANOS E 6(SEIS) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME INICIAL ABERTO E 250 (DUZENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Hialyson Jeimyson de Souza Pinto (OAB: 50115/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202405-44.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Limoeiro do Norte - Apelante: Denilson Matos de Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado do apelante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO.1. RECURSO PELO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.2. A QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA, A DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES, A FORMA DE ACONDICIONAMENTO, ALIADOS À APREENSÃO DE APETRECHOS COMUMENTE UTILIZADOS PARA A TRAFICÂNCIA (BALANÇA DE PRECISÃO E ROLO DE PLÁSTICO FILME), ALÉM DE ARMA E MUNIÇÕES, CONDUZEM À PRESUNÇÃO-CONVICÇÃO DE QUE, A DEDICAÇÃO A ATIVIDADES CRIMINOSAS FAZENDO DA TRAFICÂNCIA MEIO DE VIDA, ENSEJA CIRCUNSTÂNCIA OBSTATIVA DO RECONHECIMENTO DO FAVOR LEGAL.3. RECURSO IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Diego Silva Oliveira (OAB: 47549/CE) - Francisco Roberto da Silva (OAB: 48145/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0634030-33.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Acaraú - Impetrante: Paulo Sérgio Gomes de Andrade Filho - Paciente: I. F. do N. - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Acaraú - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. AMEAÇA E DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ART. 147, DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 7º, INCISO II C/C ART. 24-A, AMBOS DA LEI 11.340/06. PRISÃO PREVENTIVA. 1. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA EM VIRTUDE DE RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS AUTOS. NÃO CONHECIMENTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE DE OFÍCIO. DESCABIMENTO. DECISÃO QUE NÃO CONTRARIOU SÚMULA VINCULANTE Nº 14 DO STF. DILIGÊNCIAS QUE SE ENCONTRAM EM CURSO. FRANQUEAMENTO DE ACESSO AOS FÓLIOS GARANTIDO APÓS O ENCERRAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. IMPETRANTE QUE SE ENCONTRA HABILITADO NOS AUTOS PRINCIPAIS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE DE JUSTIÇA. 2. ORDEM NÃO CONHECIDA. . - Advs: Paulo Sérgio Gomes de Andrade Filho (OAB: 23842/CE)

Nº 0634290-13.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Aquiraz - Impetrante: Alberto Ribeiro Mendes Vieira Filho - Paciente: Francisco Wellison Belmino da Silva - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Desa. Relatora.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado impetrante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTS. 33 E 35, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. 1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO ACOLHIMENTO. MARCHA PROCESSUAL REGULAR. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS PROCESSUAIS. PACIENTE PRESO HÁ 05 MESES. PLURALIDADE DE RÉUS (03). COMPLEXIDADE DA CAUSA. SÚMULA Nº 15 DO TJCE. PRISÃO PREVENTIVA REAVALIADA HÁ MENOS DE 90 DIAS. OBSERVÂNCIA AO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 2. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. RISCO CONCRETO

DE REITERAÇÃO DELITIVA. SUPLICANTE QUE FOI PRESO EM FLAGRANTE EM 2023 PELA PRÁTICA DE DELITOS PREVISTOS NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO, ESTANDO INDICIADO EM INQUÉRITO POLICIAL PELO REFERIDO FATO. SÚMULA Nº 52 DO TJCE. INSUFICIÊNCIA E INAPLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. 3. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.INICIALMENTE, AS TESES DO PRESENTE HABEAS CORPUS CINGEM-SE AO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA E À AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DO DECRETO PRISIONAL, TENDO EM VISTA O NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.POIS BEM, EM ANÁLISE À SEQUÊNCIA DOS ATOS PROCESSUAIS, CONFORME INFORMAÇÕES DA AUTORIDADE IMPETRADA, IDENTIFICO QUE NÃO HÁ ELEMENTO CAPAZ DE INDICAR EXCESSO DE PRAZO NA SEGREGAÇÃO CAUTELAR, IMPUTADO À DEMORA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, POIS OS ATOS FORAM DILIGENTEMENTE PRATICADOS PELO MAGISTRADO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DO PROCESSO.ACRESCENTA-SE AINDA A COMPLEXIDADE DA CAUSA, DADA A PLURALIDADE DE RÉUS (03), O QUE FAZ INCIDIR NO PRESENTE CASO A SÚMULA Nº 15 DO TJCE, A QUAL ENUNCIA: “NÃO HÁ FALAR EM ILEGALIDADE DA PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO, QUANDO A COMPLEXIDADE DO CRIME APURADO OU A PLURALIDADE DE RÉUS JUSTIFICA A MORA NA ULTIMAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.”AINDA, VERIFICA-SE QUE AUTORIDADE IMPETRADA REAVALIOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE EM DATA RECENTE, 26/08/2024, QUANDO DO INDEFERIMENTO DO PLEITO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO, ÀS FLS. 20/24 DOS AUTOS DE Nº 0011230-55.2024.8.06.0034, EM OBSERVÂNCIA AO ART. 316, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSENTE, PORTANTO, SITUAÇÃO DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA TRAMITAÇÃO DO FEITO, NÃO SE VISLUMBRANDO RETARDO INJUSTIFICADO NO TRÂMITE PROCESSUAL, INCABÍVEL A CONCESSÃO DA ORDEM.PROSSEGUINDO, EM ANÁLISE ÀS DECISÕES ACOSTADAS ÀS FLS. 58/61 DOS AUTOS DE ORIGEM, 29/32 DOS AUTOS DE Nº 0010394-60.2024.8.06.0300 E FLS. 20/24 DOS AUTOS DE Nº 0011230-55.2024.8.06.0034, VERIFICA-SE QUE A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR ESTÁ FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS VINCULADOS À REALIDADE, TENDO A AUTORIDADE IMPETRADA FEITO REFERÊNCIA ÀS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS JUSTIFICADORAS, NOTADAMENTE PELO ESTADO DE PERIGO GERADO PELA LIBERDADE DO SUPLICANTE À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, TUDO COM BASE NOS ARTS. 311 A 313, TODOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.CONSTA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS, CONFORME PEÇA ACUSATÓRIA ÀS FLS. 120/124, QUE, NO DIA 11 DE MAIO DE 2024, NA CIDADE DE AQUIRAZ, O PACIENTE FOI PRESO EM FLAGRANTE NA COMPANHIA DE OUTROS AGENTES PELA PRÁTICA DOS DELITOS DESCRITOS NOS ARTS. 33 E 35, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06.FUMUS COMISSI DELICTI VERIFICADO NOS AUTOS DE ORIGEM, NOTADAMENTE ATRAVÉS DO AUTO DE APREENSÃO E DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS, APONTANDO A AUTORIA DELITIVA, DE FORMA UNÍSSONA E COERENTE, AO PACIENTE.EM RELAÇÃO AO PERICULUM LIBERTATIS, CONSTATA-SE QUE HÁ NECESSIDADE DA CONSTRIÇÃO PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, DIANTE DO RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA, TENDO EM VISTA QUE O PACIENTE CONSTA COMO INDICIADO PELA PRÁTICA DE DELITOS PREVISTOS NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO, TENDO SIDO PRESO EM FLAGRANTE NO ANO DE 2023, CONFORME AUTOS DE Nº 0206060-33.2023.8.06.0300 E CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DE FLS. 136/137 DOS AUTOS DE ORIGEM.DESSE MODO, FAZ-SE NECESSÁRIO RECONHECER A INCIDÊNCIA, NO PRESENTE CASO, DA SÚMULA Nº 52 DO TJCE, A QUAL ENUNCIA: “INQUÉRITOS E AÇÕES EM ANDAMENTO JUSTIFICAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA NOS TERMOS DO ART. 312 DO CPP NÃO SE APLICANDO O ENUNCIADO SUMULAR N.º 444 DO STJ.”POR ESSAS RAZÕES, ENTENDO QUE A PRISÃO PREVENTIVA DA PACIENTE ESTÁ DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PARA RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA, NOS TERMOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.POR FIM, NO QUE DIZ RESPEITO AO PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO, VERIFICA-SE QUE, DEMONSTRADA A IMPRESCINDIBILIDADE DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA, RESTA CLARA A INSUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS, PREVISTAS NO ART. 319 DA LEI PROCESSUAL PENAL,ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. . - Advs: Rafael dos Santos Oliveira (OAB: 34081/CE)

Nº 0634958-81.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Pacatuba - Impetrante: M. G. T. - Paciente: V. P. G. - Paciente: M. V. P. M. - Impetrado: J. de D. da 1 V. da C. de P. - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E TRÁFICO DE DROGAS. ART. 121, §2º, I, IV E V DO CPB E ART. 33, DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. 1. ALEGADA AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. VIA ELEITA INADEQUADA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. WRIT NÃO CONHECIDO NESTE PONTO. 2. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. PACIENTE VITOR PEREIRA QUE RESPONDE A OUTRAS AÇÕES PENAIS E JÁ OSTENTA CONDENAÇÃO DEFINITIVA, ALÉM DE SER APONTADO COMO LÍDER CRIMINOSO NA REGIÃO. SÚMULA Nº 52 DO TJCE. APREENSÃO DE UMA VARIEDADE DE ENTORPECENTES EM POSSE DO PACIENTE MAURO VINICIUS, O QUAL É APONTADO COMO COMPARSA DE VITOR PEREIRA NO COMETIMENTO DO HOMICÍDIO. COMPATIBILIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA COM O PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE. 3. IRRELEVÂNCIA DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. SITUAÇÃO QUE, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA A AUTOMÁTICA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INSUFICIÊNCIA E INAPLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. 4. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. . - Advs: M. G. T. (OAB: 35810/CE)

Nº 0635287-93.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Pacatuba - Paciente: Cauã da Costa Abreu - Impetrante: Miguel Fernandes Pessoa Neto - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Pacatuba - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE AGENTES E USO DE ARMA DE FOGO (ART.157, §2º, INCISO II, E § 2º-A, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL). 1. PRISÃO PREVENTIVA. 1. TESE DE AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. WRIT NÃO CONHECIDO NESTE PONTO.VIA ELEITA INADEQUADA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RITO CÉLERE QUE DEMANDA PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. 2.TESE DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO CABIMENTO. PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM IN LIBERTATIS. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA COMPROVADOS NOS AUTOS DE ORIGEM.GRAVIDADE EM CONCRETO DO DELITO IMPUTADO. MODUS OPERANDI: CRIME IMPUTADO EM CONCURSO DE AGENTES, COM EMPREGO DE GRAVE AMEAÇA E DE

VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. BUSCA DE EVITAR A REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE QUE JÁ RESPONDE A OUTRO PROCESSO CRIMINAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO TJCE. 3. DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE. IRRELEVANTES. SITUAÇÃO QUE, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA A AUTOMÁTICA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA 4. DA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ATO INADEQUADO. INSUFICIÊNCIA E INAPLICABILIDADE PARA O RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. 5. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA. . - Advs: Miguel Fernandes Pessoa Neto (OAB: 41187/CE)

Nº 0635487-03.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Aquiraz - Impetrante: Bruno Chacon Brandão - Paciente: Cleilson Inácio Alves - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aquiraz - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, com determinação, de ofício, ao juízo de origem, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO (ARTIGO 121, §2º, INCISO II E IV, DO CÓDIGO PENAL). PRISÃO PREVENTIVA. 1.TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. NÃO CONSTATAÇÃO DE EXCESSO. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL COMPATÍVEL COM AS PECULIARIDADES DO FEITO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO PODER JUDICIÁRIO. TRATAMENTO MÉDICO REALIZADO NA UNIDADE PRISIONAL. INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL REQUERIDO PELA DEFESA. FATOR QUE OCASIONA O ALONGAMENTO DA MARCHA PROCESSUAL E JUSTIFICA A DILATAÇÃO DO PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO. SÚMULA 15 DO TJCE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 2.ALEGAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS DECRETOS PRISIONAIS. NÃO CABIMENTO. PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E DO PERICULUM IN LIBERTATIS. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE CONSTANTES NOS AUTOS DE ORIGEM. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. 3. DAS CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS DO PACIENTE. IRRELEVANTES. SITUAÇÃO QUE, POR SI SÓ, NÃO ENSEJA A AUTOMÁTICA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.4. DA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ATO INADEQUADO. INSUFICIÊNCIA E INAPLICABILIDADE PARA O RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA.5. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA, COM DETERMINAÇÃO DE OFÍCIO. . - Advs: Bruno Chacon Brandão (OAB: 25257/CE)

Nº 0635776-33.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Vânia Gomes Castelo Branco - Paciente: Antonio Lucio Freitas da Costa - Impetrado: Juiz de Direito da 16ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENOR. ART. 157, §§ 2º, II, E 2°-A, I, DO CPB C/C ART. 244-B. SENTENÇA CONDENATÓRIA. CONDENAÇÃO À PENA DE 9 (NOVE) ANOS E 24 (VINTE E QUATRO) DIAS DE RECLUSÃO EM REGIME FECHADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. 1. TESE DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE EM JANEIRO DE 2022, SENDO CONCEDIDA SUA LIBERDADE PROVISÓRIA NA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. SUPLICANTE SOLTO DURANTE TODA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. EXISTÊNCIA DE FATO NOVO. COMETIMENTO DE OUTRO DELITO NO ANO DE 2023, ESTANDO RESPONDENDO A OUTRA AÇÃO PENAL PELO CRIME DE FURTO QUALIFICADO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 60 DO TJCE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUMUS COMISSI DELICTI E PERICULUM LIBERTATIS EVIDENCIADO. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SÚMULA Nº 52 DO TJCE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 2. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INAPLICABILIDADE. 3. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. . - Advs: Vânia Gomes Castelo Branco (OAB: 38826/CE)

Nº 0636043-05.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Sobral - Impetrante: Bernardo Aguiar Nogueira - Impetrante: Raul Ferreira Maia - Paciente: Lucas Marinho de Oliveira Lopes - Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTS. 33 E 35, AMBOS DA LEI Nº 11.343/06. PRISÃO PREVENTIVA. 1. ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. PRISÃO PREVENTIVA NÃO DECRETADA NOS AUTOS APONTADOS (0204289-26.2023.8.06.0298). CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO IDENTIFICADO. PACIENTE QUE SE ENCONTRA PRESO PREVENTIVAMENTE EM VIRTUDE DE MANDADO EXPEDIDO EM OUTRA AÇÃO PENAL. 2. ORDEM NÃO CONHECIDA. . - Advs: Bernardo Aguiar Nogueira (OAB: 36484/CE) - Raul Ferreira Maia (OAB: 36442/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0050059-38.2020.8.06.0037 - Apelação Criminal - Crateús - Apelante: E. R. da S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. CRIME DE LESÃO CORPORAL EM CIRCUNSTÂNCIA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PEDIDO DE FIXAÇÃO DA PENA NO MÍNIMO LEGAL, MEDIANTE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO. 1. RECURSO APELATÓRIO INTERPOSTO PELA DEFESA DO RÉU PARA OBTENÇÃO DA REDUÇÃO DA PENA-BASE E A IMPOSIÇÃO DE REGIME PRISIONAL MENOS GRAVOSO PARA O CUMPRIMENTO DA REPRIMENDA.2. O CRIME DE LESÃO CORPORAL CIRCUNSTANCIADA PELA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO QUAL RESTOU COMPROVADA SUA MATERIALIDADE DELITIVA E A AUTORIA, NÃO AMPARA ABSOLVIÇÃO. PENSAR O CONTRÁRIO TRARIA EXTREMA DESVALIA AOS PRINCÍPIOS QUE NORTEARAM A CRIAÇÃO DA LEI 11.340/06, ENFRAQUECENDO, POR CERTO, O COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SERVINDO, AINDA, DE ESTÍMULO AO AGRESSOR QUE SE SENTIRIA MAIS À VONTADE PARA A PRÁTICA DE TAIS ATOS, ANTE A AUSÊNCIA DA REPRESSÃO ESTATAL.3. NENHUM REPARO A SER FEITO NA DOSIMETRIA PENALÓGICA LEVADA A EFEITO PELO SENTENCIANTE, VISTO QUE A BASILAR FORA EXACERBADA EM UM ANO EM RAZÃO DA

VALORAÇÃO NEGATIVA DAS VETORIAIS CULPABILIDADE, PERSONALIDADE DO AGENTE E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME, COM A OBSERVÂNCIA DA NECESSÁRIA FUNDAMENTAÇÃO E RESPEITO AOS CRITÉRIOS MATEMÁTICOS E DA PROPORCIONALIDADE PARA O AUMENTO PERPETRADO À PENA-BASE, (QUATRO MESES PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL).4. A FIXAÇÃO DE REGIME MENOS RIGOROSO SERIA INSUFICIENTE PARA TUTELAR OS BENS JURÍDICOS ENVOLVIDOS E PARA GARANTIR A REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DO CRIME, CONFORME AS DIRETRIZES TRAÇADAS PELO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA.5. RECURSO IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTES DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0633215-36.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Marcelo Eduardo Battaglin Maciel - Paciente: Carlos Odeon Bandeira - Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado impetrante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE NULIDADE DO PAD QUE APLICOU FALTA GRAVE AO PACIENTE POR SUPOSTO CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONHECIMENTO. INCABÍVEL A IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES E DO TJCE. MATÉRIA AFETA À EXECUÇÃO PENAL. ANÁLISE DE OFÍCIO. DEFESA DEVIDAMENTE NOTIFICADA NO PAD, ACOMPANHANDO O ORA PACIENTE NO INTERROGATÓRIO E APRESENTANDO DEFESA TÉCNICA EM SEGUIDA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM NÃO CONHECIDA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0633215-36.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR MARCELO EDUARDO BATTAGLIN MACIEL, EM FAVOR DE CARLOS ODEON BANDEIRA, CONTRA ATO DO JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, NOS AUTOS DA EXECUÇÃO PENAL N° 8001567-16.2022.8.06.0001. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM NÃO CONHECER DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTES PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA RELATOR . - Advs: Marcelo Eduardo Battaglin Maciel (OAB: 12965/MS)

Nº 0634056-31.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Maracanaú - Impetrante: Í de S. B. - Paciente: D. V. M. A. - Impetrado: J. de D. da 1 V. C. da C. de M. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ART. 121, §2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL E ART. 2º, §2º DA LEI 12.850/13. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. 1. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO. NECESSÁRIA DILAÇÃO PROBATÓRIA E EXAME APROFUNDADO DO MÉRITO INADMISSÍVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA A SER DISCUTIDA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL APTO A ENSEJAR CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 2. TESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO PREVENTIVO, BEM COMO DIANTE DA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO CÁRCERE. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO QUE DECRETOU E MANTEVE A CUSTÓDIA PREVENTIVA DO PACIENTE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA E LASTREADA EM DADOS CONCRETOS COLHIDOS DURANTE A INVESTIGAÇÃO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. CONVERSAS EXTRAÍDAS DO APLICATIVO WHATSAPP DA VÍTIMA COM O PACIENTE E OUTROS INVESTIGADOS, INDICANDO QUE O OFENDIDO PEDIU PARA QUE O AGENTE VOTASSE EM SEU FAVOR DURANTE A OCORRÊNCIA DO “TRIBUNAL DO CRIME” ORGANIZADO POR INTEGRANTES E LIDERANÇAS DA FACÇÃO CRIMINOSA GUARDIÕES DO ESTADO (GDE). PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. PACIENTE SUPOSTAMENTE INTEGRANTE DE FACÇÃO CRIMINOSA. ALÉM DISSO, O SUPLICANTE POSSUI UMA CONDENAÇÃO CRIMINAL PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 52 DO TJCE. E MAIS: NECESSIDADE DA CUSTÓDIA PREVENTIVA PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE FORAGIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 02 DO TJCE. CUSTÓDIA PREVENTIVA MANTIDA. 3. ALEGAÇÃO DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS QUE NÃO SÃO SUFICIENTES, POR SI SÓ, PARA AUTORIZAR A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. 4. PLEITO DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NECESSIDADE DO CÁRCERE. INSUFICIÊNCIA DAS CAUTELARES DIVERSAS PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 5. PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR. NÃO CONHECIMENTO. PLEITO NÃO SUBMETIDO AO JUÍZO A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE DE OFÍCIO. NÃO VERIFICADA ILEGALIDADE PATENTE. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO ACERCA DO PLEITO E DE PROVA PRÉ CONSTITUÍDA E IDÔNEA DOS REQUISITOS DO ART. 318 DO CPP. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 318, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0634056-31.2024.8.06.0000, IMPETRADO EM FAVOR DE D. V. M. A., CONTRA ATO DO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER PARCIALMENTE DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. . - Advs: Ítalo de Sousa Barbosa (OAB: 41794/CE)

Nº 0634930-16.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Paulo Landim de Macêdo Neto - Paciente: Wilson Martins Chaves - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, com recomendação ao juízo de origem, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PLEITO DE REMIÇÃO DA PENA E DE PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. NÃO CONHECIMENTO. INCABÍVEL A IMPETRAÇÃO DE

HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES E DO TJCE. MATÉRIA AFETA À EXECUÇÃO PENAL. DE TODA FORMA, A TESE DE REMIÇÃO DA PENA JÁ FOI ANALISADA E CONCEDIDA PELO MAGISTRADO A QUO EM DECISÃO DATADA DE 04/10/2024. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. QUANTO À ANÁLISE DO PEDIDO DE PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO, VERIFICO A INEXISTÊNCIA DE QUALQUER CONSTRANGIMENTO ILEGAL, UMA VEZ QUE JUÍZO EXECUTÓRIO VEM CONFERINDO O DEVIDO IMPULSO NO FEITO. PEDIDO DE PROGRESSÃO FORMULADO EM 14/08/2024. PLEITO QUE AGUARDA PARECER MINISTERIAL PARA ANÁLISE. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0634930-16.2024.8.06.0000, IMPETRADO EM FAVOR DE WILSON MARTINS CHAVES, CONTRA ATO DO JUIZ DE DIREITO 1ª VARA DE EXECUÇÃO PENAL DA COMARCA DE FORTALEZA.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM NÃO CONHECER DA ORDEM DE HABEAS CORPUS, COM RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Paulo Landim de Macêdo Neto (OAB: 44554/CE)

Nº 0635271-42.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - 5º Nuc Reg - Custódia e Inquérito - Impetrante: F. A. O. - Paciente: A. W. A. R. - Impetrado: J. de D. do 5 N. R. de C. e de I. - S. E. S. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E TENTATIVA DE ESTUPRO. ARTS. 157, §2º, INCISOS II E V, §2º-A, INCISO I E ART. 213 C/C ART. 14, INCISO II, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO TEMPORÁRIA. 1. TESE DE QUE A PRISÃO TEMPORÁRIA FOI DECRETADA EX OFFICIO PELO JUÍZO IMPETRADO, SEM REQUERIMENTO PRÉVIO. NÃO ACOLHIMENTO. CUSTÓDIA DECRETADA E PRORROGADA SOMENTE APÓS A REPRESENTAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL E APÓS A OITIVA DO REPRESENTANTE MINISTERIAL. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. 2. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO. TESE DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA E DE FALTA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA. DESCABIMENTO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. FUNDADAS RAZÕES DE AUTORIA E IMPRESCINDIBILIDADE ÀS INVESTIGAÇÕES. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 7.960/89. GRAVIDADE DOS CRIMES IMPUTADOS. PACIENTE FORAGIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 02 TJCE. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. 3. ALEGAÇÃO DE CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS QUE NÃO SÃO SUFICIENTES, POR SI SÓ, PARA AUTORIZAR A REVOGAÇÃO DA PRISÃO. 4. PLEITO DE APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NECESSIDADE DO CÁRCERE. INSUFICIÊNCIA DAS CAUTELARES DIVERSAS PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635271-42.2024.8.06.0000, IMPETRADO EM FAVOR DE A. W. A. R., CONTRA ATO DO JUIZ DE DIREITO DO 5º NÚCLEO REGIONAL DE CÚSTODIA E INQUÉRITO DA COMARCA DE SOBRAL/CE.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS PARA DENEGAR A ORDEM, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. . - Advs: F. A. O. (OAB: 19075/CE)

Nº 0635679-33.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - São Gonçalo do Amarante - Paciente: Rodrigo Silva de Queiroz - Impetrante: José Leonardo Cartaxo Feitosa - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. AMEAÇA E ESTUPRO EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SEXUAL. (ARTS. 147 E 213, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, C/C ART. 7º, INCISOS II E III, DA LEI Nº. 11.340/06). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. 1. TESE EXCESSO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONHECIMENTO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA PREVIAMENTE PELO JUÍZO A QUO. ANÁLISE DE OFÍCIO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE IDÔNEA A JUSTIFICAR A CONCESSÃO DA ORDEM. NÃO VERIFICADA DESÍDIA IMPUTÁVEL AO ESTADO-JUIZ. AUTORIDADE IMPETRADA QUE VEM DANDO A DEVIDA PROPULSÃO AO FEITO E ADOTANDO AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA VIABILIZAR SEU TRÂMITE REGULAR. RÉU FORAGIDO, PROCESSO SUSPENSO COM DEFERIMENTO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. PEDIDO DE DILIGÊNCIA MINISTERIAL ACOLHIDO PELO MAGISTRADO PARA ACOSTAMENTO DE MATERIAL GENÉTICO NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DA COMPARAÇÃO GENÉTICA. LAUDOS PERICIAIS ANEXADOS. DELIBERAÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSTRUÇÃO E ELUCIDAÇÃO DO CASO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONFIGURAÇÃO DE COMPLEXIDADE DO FEITO PELOS VÁRIOS INCIDENTES PROCESSUAIS. SÚMULA Nº 15 DO TJCE. ATUALMENTE O FEITO ENCONTRA-SE PERFEITAMENTE CONCLUSO PARA JULGAMENTO, TENDO APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS PELA ACUSAÇÃO E PELA DEFESA. SÚMULA Nº 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 2. TESES DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA COM POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. NÃO ACOLHIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA E LASTREADA EM DADOS CONCRETOS COLHIDOS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES POLICIAIS. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PACIENTE FORAGIDO HÁ 05 (CINCO) ANOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 02 DO TJCE. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA DO ART. 312 DO CPP. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635679-33.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR JOSÉ LEONARDO CARTAXO FEITOSA, EM FAVOR DE RODRIGO SILVA DE QUEIROZ, CONTRA ATO DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/CE, NOS AUTOS DE Nº. 0000223-74.2018.8.06.0164.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DA PRESENTE ORDEM PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. . - Advs: José Leonardo Cartaxo Feitosa (OAB: 30159/PB)

Nº 0635806-68.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: José Jairton Bento - Impetrante: Gilson Sérgio Pereira Alves - Paciente: Francisco Gomes da Silva Neto - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto do

Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE INFLUÊNCIA E ESTELIONATO (ARTS. 332 E 171, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, § 4º, INCISO II, DA LEI Nº 12.850/2013). OCULTAÇÃO DE BENS E VALORES PROVENIENTES DE INFRAÇÃO PENAL (ART. 1º, § 4º, DA LEI Nº 9.613/1998). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. 1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA, VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA E DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. DESCABIMENTO. NÃO VERIFICADA DESÍDIA IMPUTÁVEL AO ESTADO-JUIZ. INEXISTÊNCIA DE INDEVIDA LETARGIA NA CONDUÇÃO DO FEITO. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DA CAUSA A AMPARAR MAIOR ELASTICIDADE DOS PRAZOS PREVISTOS EM LEI, MORMENTE A NATUREZA DOS CRIMES APURADOS (ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, LAVAGEM DE DINHEIRO, TRÁFICO DE INFLUÊNCIA E ESTELIONATO), BEM COMO DIANTE DA PLURALIDADE DE RÉUS (QUATRO). ADEMAIS, NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS, ANTE A EXISTÊNCIA DE CORRÉU PRESO EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO (SÃO PAULO). DIFICULDADE DE CITAR A CORRÉ. SÚMULA 15 DO TJCE. AUTORIDADE IMPETRADA QUE VEM DANDO A DEVIDA PROPULSÃO AO FEITO E ADOTANDO AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA VIABILIZAR SEU TRÂMITE REGULAR. 2. TESE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS E RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE QUE POSSUI INQUÉRITO EM ANDAMENTO POR CRIME DA MESMA NATUREZA. SÚMULA 52 DO TJCE. NECESSIDADE DA PRISÃO DO PACIENTE DEMONSTRADA. INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS QUE, POR SI SÓS, SÃO INSUFICIENTES PARA AUTORIZAR A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. PRECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635806-68.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR JOSÉ JAIRTON BENTO E GILSON SÉRGIO PEREIRA ALVES, EM FAVOR DE FRANCISCO GOMES DA SILVA NETO, CONTRA ATO DO COLEGIADO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL Nº. 0202952-42.2022.8.06.0296.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM PARA DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: José Jairton Bento (OAB: 32223/CE) - Gilson Sérgio Pereira Alves (OAB: 35400/CE)

Nº 0635882-92.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Paracuru - Impetrante: V. L. P. R. M. - Paciente: J. W. O. de C. - Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de P. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ASSÉDIO À CRIANÇA COM O FIM DE PRATICAR ATO LIBIDINOSO. AMEAÇA EM CRIME CONTINUADO. (ART. 217-A DO CP C/C ART. 241-D, § ÚNICO, I, DO ECA, ART. 147 E ART. 71, DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. TESE EXCESSO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS. NÃO VERIFICADA DESÍDIA IMPUTÁVEL AO ESTADO-JUIZ. AUTORIDADE IMPETRADA QUE VEM DANDO A DEVIDA PROPULSÃO AO FEITO E ADOTANDO AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA VIABILIZAR SEU TRÂMITE REGULAR. DELIBERAÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSTRUÇÃO E ELUCIDAÇÃO DO CASO. PECULIARIDADES: OCORRÊNCIA DE DUAS AUDIÊNCIAS PARA COLHEITA DE DEPOIMENTO PARA ESCUTA ESPECIALIZADA DAS DUAS VÍTIMAS. DESIGNAÇÃO DE OITIVA ESPECÍFICA DA SEGUNDA VÍTIMA COM DATA PRÓXIMA (14/11/2024). AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635882-92.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR V. L. P. R. M. E F. DE A. A. S., EM FAVOR DO PACIENTE J. W. O. DE C., EM FACE DE ATO PRATICADO PELO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU/CE.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: V. L. P. R. M. (OAB: 15761/CE)

Nº 0636032-73.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - 4º Núcleo Custódia/Inquérito-Caucaia - Impetrante: Josimar Freire Nascimento Júnior - Impetrante: Lidiane de Oliveira Nobre Freire - Paciente: Antônio Carlos Lima da Silva - Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO(ARTS. 33 E 35, DA LEI Nº 11.343/06, C/C ART. 14, DA LEI 10.826/03). PLEITO DE SOLTURA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. 1. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO FLAGRANTE POR INVASÃO DE DOMICÍLIO. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS, A SEREM PRODUZIDOS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. FLAGRANTE HOMOLOGADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. NOVO TÍTULO PRISIONAL. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE APTA A ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 2. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. NÃO CONHECIMENTO. NECESSÁRIA DILAÇÃO PROBATÓRIA E EXAME APROFUNDADO DO MÉRITO INADMISSÍVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA A SER DISCUTIDA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL APTO A ENSEJAR CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 3. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. DESCABIMENTO. DECISÃO QUE DECRETOU A CUSTÓDIA PREVENTIVA DO PACIENTE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA E LASTREADA EM DADOS COLHIDOS NOS AUTOS. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. APREENSÃO DE CRACK, E COCAÍNA DISTRIBUÍDAS EM TROUXINHAS, ALÉM DE APETRECHOS QUE INDICAM A TRAFICÂNCIA ARMADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DOS DELITOS. PRECEDENTES. NECESSIDADE DA PRISÃO DEMONSTRADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS INSUFICIENTES. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS AUTOS DE HABEAS CORPUS DE Nº 0636032-73.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR JOSIMAR FREIRE NASCIMENTO JÚNIOR E LIDIANE DE OLIVEIRA NOBRE FREIRE, EM FAVOR DE ANTÔNIO CARLOS LIMA DA SILVA, CONTRA ATO DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DO 4º NÚCLEO

REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO DA COMARCA DE CAUCAIA/CE, NOS AUTOS DE Nº. 0206750-28.2024.8.06.0300. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DA PRESENTE ORDEM E, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, DENEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA DE INSERÇÃO NO SISTEMA. DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Josimar Freire Nascimento Júnior (OAB: 36474/CE)

Nº 0636410-29.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Horizonte - Impetrante: Thaianne Casseb da Silva - Paciente: Gutieres Ceciano Sousa - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Horizonte - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Não conheceram do Habeas Corpus conforme acordão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, não conheceu da ordem impetrada, com recomendação, de ofício, ao juízo de origem, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. ARTIGO 121, §2º, INCISOS I, III E IV, COMBINADO COM O ARTIGO 14, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. PLEITO DE REVOGAÇÃO. 1. TESE DE AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PREJUDICADA. JUÍZO IMPETRADO JÁ PROCEDEU A ANÁLISE DO PEDIDO. DECISÃO PROFERIDA. INDEFERIMENTO DO PLEITO EM 25/10/2024 (FLS.477/478). TESE SUPERADA. 2. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA APLICAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO NÃO EXAMINADO PELO JUÍZO A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ANÁLISE DE OFÍCIO. PROLONGAMENTO TEMPORAL DA MEDIDA QUE NÃO IMPLICA OFENSA AOS LIMITES DA RAZOABILIDADE. CAUTELAR IMPOSTA AO PACIENTE HÁ APROXIMADAMENTE 01 (UM) ANO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE POSSUI OUTRAS AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO. PACIENTE QUE, BENEFICIADO COM A LIBERDADE PROVISÓRIA, FOI PRESO EM FLAGRANTE PELO COMETIMENTO DE OUTRO DELITO. ORDEM NÃO CONHECIDA. EX OFFICIO, RECOMENDAÇÃO PARA QUE A AUTORIDADE IMPETRADA REAVALIE, DE FORMA PERIÓDICA, A NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA REFERIDA CAUTELAR.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS DE Nº 0636410-29.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR THAIANNE CASSEB DA SILVA, EM FAVOR DE GUTIERES CECIANO SOUSA, CONTRA ATO DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE HORIZONTE/CE, NOS AUTOS DE Nº. 0024202-08.2018.8.06.0086.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NÃO CONHECER DA PRESENTE ORDEM, COM RECOMENDAÇÃO DE OFICIO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DE INSERÇÃO NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Thaianne Casseb da Silva (OAB: 23503/CE)

Nº 0636435-42.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Caucaia - Impetrante: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho - Paciente: Luiz Otávio de Abreu dos Santos - Impetrado: Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA:HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRAFICO DE DROGAS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO, DE POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (ART. 12 E 16 DA LEI 10.826/03 E ART. 33 DA LEI 11.343/06). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA..TESES DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL, AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA COM POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE. INOCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DAS DROGAS APREENDIDAS. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. APREENSÃO DE 452 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E DOIS) GRAMAS DE MACONHA E 96 (NOVENTA E SEIS) GRAMAS DE CRACK E 64 (SESSENTA E QUATRO) GRAMAS DE COCAINA. ALÉM DE UMA BALANÇA, 54 (CINQUENTA E QUATRO) MUNIÇÕES CAL.9MM E 16 (DEZESSEIS) MUNIÇÕES DE CAL.380, NECESSIDADE DA PRISÃO DO PACIENTE DEMONSTRADA. INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS QUE, POR SI SÓS, SÃO INSUFICIENTES PARA AUTORIZAR A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. PRECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS DE Nº 0636435-42.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO, EM FAVOR DE LUIZ OTAVIO DE ABREU DOS SANTOS, CONTRA ATO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE, AUTOS DE ORIGEM N.º 0206044-45.2024.8.06.0300.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DE INSERÇÃO NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB: 38829/CE)

Nº 0636526-35.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Sobral - Impetrante: Antônio Kevyn de Abreu Lopes - Paciente: F. J. C. S. de O. - Impetrado: J. de D. do J. E. da V. D. e F. C. a M. da C. de S. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram parcialmente do Habeas Corpus, para, neste ponto, denegá-lo - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente da ordem impetrada, para denegá-la na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 147 E 147-B, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, C/C COM ART. 5º E ART.7º, AMBOS DA LEI DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. 1. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DO FLAGRANTE. NÃO CONHECIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DOS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS, A SEREM PRODUZIDOS EM SEDE DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL. FLAGRANTE HOMOLOGADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. NOVO TÍTULO PRISIONAL. QUESTÃO SUPERADA COM A DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE APTA A ENSEJAR A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO 2. TESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DO CÁRCERE. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. NÃO CONHECIMENTO. REPETIÇÃO DE PEDIDOS. MATÉRIAS JÁ ANALISADAS EM HABEAS CORPUS ANTERIOR (HC N° 0631621-84.2024.8.06.0000). COISA

JULGADA. EXAME APENAS DA DECISÃO QUE REAVALIOU E MANTEVE A CUSTÓDIA CAUTELAR. DESCABIMENTO. DECISÃO FUNDAMENTADA E LASTREADA EM DADOS CONCRETOS COLHIDOS DURANTE A INVESTIGAÇÃO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO E DO MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DE PROTEÇÃO À INTEGRIDADE DA VÍTIMA. PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA. PACIENTE QUE, SUPOSTAMENTE, PRATICOU ATOS LIBIDINOSOS CONTRA FILHA DE APENAS 13 (TREZE) ANOS DE IDADE E AMEAÇOU A VÍTIMA. CRIME OCORREU NO ÂMBITO FAMILIAR. NECESSIDADE DE SEGREGAÇÃO DEMONSTRADA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0636526-35.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR ANTONIO KEVYN DE ABREU LOPES, EM FAVOR DE F. J. C. S. DE O., CONTRA ATO DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE SOBRAL/CE, NOS AUTOS DE Nº. 0204175-58.2024.8.06.0167.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DA ORDEM E, NESSA EXTENSÃO, DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DE INSERÇÃO NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Antônio Kevyn de Abreu Lopes (OAB: 44657/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0001396-54.2018.8.06.0158 - Apelação Criminal - Russas - Apelante: F. R. dos S. S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE EVIDENCIADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. ESPECIAL RELEVO. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. DEVIDAMENTE COMPROVADAS A AUTORIA E A MATERIALIDADE DELITIVAS, EM ESPECIAL PELAS PALAVRAS DA VÍTIMA, CORROBORADAS PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA, É DE RIGOR A MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENOU O RÉU COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. 2. NOS CRIMES DE NATUREZA SEXUAL, EM REGRA PRATICADOS SEM A PRESENÇA DE TESTEMUNHAS, FIRMOU-SE O ENTENDIMENTO NO SENTIDO DE QUE A PALAVRA DA VÍTIMA POSSUI ESPECIAL RELEVÂNCIA E MERECE CRÉDITO SE NÃO FOR DESCONSTITUÍDA PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA.3. A EXASPERAÇÃO DA BASILAR ACIMA DO MÍNIMO LEGAL, ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA PELA VALORAÇÃO NEGATIVA DO VETOR CULPABILIDADE, CONSIDERANDO A MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA, TENDO EM VISTA A POUCA IDADE DA VÍTIMA, À ÉPOCA DOS ABUSOS PERPETRADOS.4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO APELO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: D. P. do E. do C. - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200938-47.2023.8.06.0071 - Apelação Criminal - Crato - Apelante: C. R. F. dos S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA. DUAS VEZES. ART. 147, POR DUAS VEZES, NA FORMA DO ART. 69, AMBOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, C/C ART. 7°, II, DA LEI 11.340/06 - LEI MARIA DA PENHA. INAPLICABILIDADE AO CASO. ATIPICIADADE DA CONDUTA EM RAZÃO DA EMBRIAGUEZ DO RÉU. REFORMA DA OPERAÇÃO DOSIMÉTRICA. CONDENAÇÃO.1. A LEI MARIA DA PENHA ADOTOU A CONCEPÇÃO AMPLIADA DE FAMÍLIA, CONSIDERANDO NÃO APENAS OS LAÇOS SANGUÍNEOS OU DE CASAMENTO, MAS TAMBÉM AS RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA E DEPENDÊNCIA QUE POSSAM EXISTIR. O ARTIGO 5º, INCISOS I E II, ABARCA, PORTANTO, RELAÇÕES QUE INCLUEM, MAS NÃO SE LIMITAM, A PAIS, FILHOS, AVÓS, CÔNJUGES E COMPANHEIROS, AMPLIANDO O CONCEITO DE “AGRESSOR” PARA QUALQUER MEMBRO QUE ATUE DE FORMA VIOLENTA, INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA DA RELAÇÃO. 3.A AMEAÇA É UMA VIOLÊNCIA MORAL CUJO OBJETIVO É PERTURBAR A LIBERDADE PSÍQUICA E A TRANQUILIDADE DAS VÍTIMAS. PARA A SUA CARACTERIZAÇÃO, HÁ DE ESTAR CONJUGADA A VONTADE DO AGENTE DE INCUTIR MEDO E A PRÓPRIA INTIMIDAÇÃO, CONSISTINDO A CONDUTA EM MAL PRENUNCIADO SÉRIO, INTIMIDADOR, GRAVE, E, SOBRETUDO, QUE SE MOSTRE HÁBIL A INTIMIDAR A QUEM FOI DIRIGIDO, CIRCUNSTÂNCIAS PERFEITAMENTE IDENTIFICÁVEIS NO CASO EM EXAME.4. INCUMBIRIA À DEFESA A PROVA DE QUE O RÉU FORA ACOMETIDO DE UM “SURTO ETÍLICO” QUE LHE IMPOSSIBILITOU O CONTROLE DE SUAS AÇÕES O QUE DE FATO NÃO OCORREU, NÃO ULTRAPASSANDO A PRETENSÃO O CAMPO DA MERA ALEGAÇÃO.5. EM RAZÃO DO EXPURGO DA NEGATIVAÇÃO DA VETORIAL ANTECEDENTES NA INSTÂNCIA REVISORA, NA PRIMEIRA FASE DO DOSEAMENTO DA PENA, POR IMPOSIÇÃO DA DECISÃO PROFERIDA PELO STJ AO FIXAR O TEMA 1214, A BASILAR, PARA CADA CRIME, FOI RETIFICADA.6. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, É O PRESENTE PARA TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO NO SENTIDO DE READEQUAR A ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART.59 DA LEI PENAL, COM REPERCUSSÃO NO QUANTUM DA PENA, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024._____
VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0635392-70.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Caucaia - Impetrante: D. P. do E. do C. - Paciente: J. de S. F. S. - Impetrado: J. de D. da 1 V. C. da C. de C. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos

termos do voto do Des. Relator." - PROCESSO: 0635392-70.2024.8.06.0000 - HABEAS CORPUS CRIMINALIMPETRANTE: D. P. DO E. DO C. . PACIENTE: J. DE S. F. S. . IMPETRADO: J. DE D. DA 1 V. C. DA C. DE C. . CUSTOS LEGIS: M. P. E. EMENTA:HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO COM QUATRO VÍTIMAS. (ART. 121, §2°, II, III, IV, VI E §2º-A, I, C/C ART. 14, II, TODOS DO CÓDIGO PENAL C/C ART. 1º, I DA LEI DE CRIMES HEDIONDOS C/C ART. 5, I E 7º, I DA LEI 11.340/06). PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. TESE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS. NÃO VERIFICADA DESÍDIA IMPUTÁVEL AO ESTADO-JUIZ. AUTORIDADE IMPETRADA QUE VEM DANDO A DEVIDA PROPULSÃO AO FEITO E ADOTANDO AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS PARA VIABILIZAR SEU TRÂMITE REGULAR. PLURALIDADE DE VÍTIMAS (QUATRO). NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE MAIS DE UMA AUDIÊNCIA PARA ESCUTA DE VÍTIMAS E TESTEMUNHAS. PEDIDO DE DILIGÊNCIA MINISTERIAL ACOLHIDO PELO MAGISTRADO PARA ACOSTAMENTO DE LAUDOS PERICIAIS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PENDENTES, BEM COMO DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS DOS PACIENTES. DELIBERAÇÕES NECESSÁRIAS PARA INSTRUÇÃO E ELUCIDAÇÃO DO CASO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONFIGURAÇÃO DE COMPLEXIDADE DO FEITO PELOS VÁRIOS INCIDENTES PROCESSUAIS. SÚMULA Nº 15 DO TJCE. FEITO QUE AGUARDA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS, CONSTITUINDO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, SÚMULA Nº 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PLEITO DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. NÃO ACOLHIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E LASTREADO EM DADOS CONCRETOS COLHIDOS DURANTE A INVESTIGAÇÃO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU PRESO EM TENTATIVA DE FUGA. DILIGÊNCIAS POLICIAIS PARA LOCALIZAR O SUSPEITO ENCONTRADO ESCONDIDO NO FORRO DE UMA CASA, CONSOANTE DEPOIMENTO DE POLICIAL DE FLS. 06/07. GRAVIDADE EM CONCRETO DO DELITO E MODUS OPERANDI UTILIZADO. CRIME PRATICADO MEDIANTE ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTO CLONAZEPAM (PSICOTRÓPICO, TARJA PRETA) EM SUCO DE GOIABA OFERECIDO ÀS VÍTIMAS (QUATRO), DENTRE AS QUAIS, DUAS CRIANÇAS DE SETE E DE DOIS ANOS. ADEMAIS, RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA, VEZ QUE O PACIENTE POSSUI OUTRO REGISTRO NO SISTEMA CANCUN COM AÇÃO PENAL EM ANDAMENTO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 52 DO TJCE. NECESSIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA DEMONSTRADA. INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS Nº 0635392-70.2024.8.06.0000, IMPETRADO POR DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, EM FAVOR DO PACIENTE J. DE S. F. S., EM FACE DE ATO PRATICADO PELO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE, NOS AUTOS DO PROCESSO PRINCIPAL DE ORIGEM N.º 0202853-47.2023.8.06.0293. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA PRESENTE ORDEM DE HABEAS CORPUS PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0635910-60.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Maracanaú - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Gabriel de Andrade - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ART. 121, §2º, INCISOS I E IV, DO CPB E ART. 2º DA LEI Nº 12.850/13. PRISÃO PREVENTIVA. 1. TESE DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO ACOLHIMENTO. MARCHA PROCESSUAL REGULAR. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ANÁLISE GLOBAL DOS PRAZOS PROCESSUAIS. PACIENTE PRESO HÁ 01 ANO E 01 MÊS. PRIMEIRA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO REALIZADA AOS 10/10/2024. COMPLEXIDADE DA AÇÃO. NATUREZA DOS CRIMES. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. SÚMULA 15 DO TJCE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. 2. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO ACOLHIMENTO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PERICULOSIDADE EVIDENTE DO PACIENTE. SUPLICANTE QUE JÁ CUMPRIU DIVERSAS EXECUÇÕES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. CRIME PRATICADO EM CONTEXTO DE DISPUTAS ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS. PACIENTE APONTADO COMO ARTICULADOR E EXECUTOR NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INSUFICIÊNCIA E INAPLICABILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. PRECEDENTES DO TJCE. 3. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0636159-11.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Larissa da Silva Lima - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Denegaram o Habeas Corpus conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, denegou a ordem impetrada, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI 11.343/2006). PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PLEITO DE SOLTURA. TESES DE FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DO DECRETO PRISIONAL, AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA COM POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. NÃO ACOLHIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. DECRETO PRISIONAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO E LASTREADO EM DADOS CONCRETOS COLHIDOS DURANTE A INVESTIGAÇÃO. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE QUE POSSUI OUTROS DOIS REGISTROS EM ANDAMENTO. APLICABILIDADE DA SÚMULA 52 DO TJCE. NECESSIDADE DA PRISÃO DA PACIENTE DEMONSTRADA. ADEMAIS, GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. QUANTIDADE DE DROGAS APREENDIDAS. 72 (SETENTA E DUAS) PEDRINHAS DE CRACK, CONFORME DESCRIÇÃO DO AUTO DE APREENSÃO DE FL. 16. INADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS QUE, POR SI SÓ, SÃO INSUFICIENTES PARA AUTORIZAR A CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE HABEAS CORPUS DE Nº 0636159-11.2024.8.06.0000, IMPETRADO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, EM FAVOR DE LARISSA DA SILVA LIMA, CONTRA ATO DO EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRÁFICO DE DROGAS DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, NOS AUTOS DE ORIGEM DE N.º 0268538-67.2024.8.06.0001.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DA ORDEM E DENEGÁ-LA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA DE INSERÇÃO NO SISTEMA.

DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0202624-63.2023.8.06.0301 - Apelação Criminal - Juazeiro do Norte - Apelante: Antônio Rogério Soares de Araújo - Apelante: Antonio Francisco Ferreira do Nascimento - Apelante: Ítalo Gomes Cavalcante Eufrauzino - Apelante: Ítalo Ferreira da Silva Araújo - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos de Antônio Francisco Ferreira do Nascimento e Ítalo Gomes Cavalcante Eufrauzino, mas para negar-lhes provimento e, conheceu parcialmente dos recursos de Antônio Rogério Soares de Araújo e Ítalo Ferreira da Silva Araújo, para negar-lhes provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora." Fizeram sustentação oral, no tempo regimental, os advogados dos apelantes Ítalo Gomes Cavalcante Eufrauzino e Antônio Rogério Soares - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO (ART. 157, §2º, II E V, DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSOS DAS DEFESAS.PLEITO DE ANTÔNIO ROGÉRIO SOARES DE ARAÚJO. 1.1) NULIDADE DO PROCEDIMENTO DE RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO POR DESRESPEITO AO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 226, DO CPP, E CONSEQUENTE ABSOLVIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. NULIDADE DECLARADA PELO JUÍZO A QUO. 1.2) PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. DESPROVIDO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA NOS AUTOS. IMAGENS CAPTADAS POR CÂMERAS DE SEGURANÇA EM VIA PÚBLICA. CONDENAÇÃO MANTIDA. 1.3) DESPROVIDO O PLEITO DE APLICAÇÃO DA PENA-BASE EM SEU MÍNIMO LEGAL. CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E CONSEQUÊNCIAS QUE DEVEM SER VALORADAS NEGATIVAMENTE. SÚMULA Nº 55 DO TJCE. APLICADA A FRAÇÃO DE AUMENTO DE 1/8 PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. 1.4) PLEITO DE RECONHECIMENTO DAS ATENUANTES DA CONFISSÃO E DA PRIMARIEDADE. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. ATENUANTE RECONHECIDA PELO JUÍZO A QUO. PRIMARIEDADE VALORADA NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA. 1.5) PLEITO DE APLICAÇÃO DE REGIME INICIAL SEMIABERTO. DESPROVIDO. REPRIMENDA SUPERIOR A 8 ANOS DE PRISÃO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. DO RECURSO DE ÍTALO GOMES CAVALCANTE EUFRAUZINO. 2.1) DA ANULAÇÃO DA SENTENÇA POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. DESPROVIDO. CONDUTA DOS APELANTES DEVIDAMENTE DELIMITADAS. 2.2) DO PLEITO DE RECONHECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. DESPROVIDO. RÉU QUE AUXILIOU OS COMPARSAS NA FUGA, AO COLOCAR OS BENS ROUBADOS NO VEÍCULO E SERVIR DE MOTORISTA AO GRUPO. CASO DE COAUTORIA. 2.3) DESPROVIDO O PLEITO DE APLICAÇÃO DA PENA-BASE EM SEU MÍNIMO LEGAL. CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E CONSEQUÊNCIAS QUE DEVEM SER VALORADAS NEGATIVAMENTE. SÚMULA Nº 55 DO TJCE. APLICADA A FRAÇÃO DE AUMENTO DE 1/8 PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. 2.4) PLEITO DE AFASTAMENTO DA AGRAVANTE PREVISTA NO ART. 61, II, "H", DO CP E APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA, FIXANDO A PENA INTERMEDIÁRIA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. DESPROVIDO. APLICADA CORRETAMENTE A FRAÇÃO DE DIMINUIÇÃO DE 1/12. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. APELAÇÃO DE ÍTALO FERREIRA DA SILVA ARAÚJO. 3.1) PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA-BASE ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL, DECOTANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS CONSIDERADAS NEGATIVAS E CONSIDERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. DESPROVIDO. CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E CONSEQUÊNCIAS QUE DEVEM SER VALORADAS NEGATIVAMENTE. SÚMULA Nº 55 DO TJCE. APLICADA A FRAÇÃO DE AUMENTO DE 1/8 PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. 3.2) PLEITO DE RECONHECIMENTO DAS ATENUANTES DA CONFISSÃO E DA PRIMARIEDADE. NÃO CONHECIDO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. AGRAVANTE E ATENUANTE RECONHECIDAS PELO JUÍZO A QUO. 3.3) REQUER, AO FINAL, FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL SEMIABERTO. DESPROVIDO. PENA FIXADA ACIMA DE 8 ANOS DE PRISÃO. EM QUE PESE A DETRAÇÃO, HÁ CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVADAS, BEM COMO AGRAVANTE. REGIME SEMIABERTO INSUFICIENTE. ART. 33, §3º DO CPB. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.DO RECURSO DE ANTÔNIO FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO. 4.1) REQUER QUE SEJAM DECOTADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS, FIXANDO A PENA EM SEU MÍNIMO LEGAL. DESPROVIDO. CULPABILIDADE, CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME E CONSEQUÊNCIAS QUE DEVEM SER VALORADAS NEGATIVAMENTE. SÚMULA Nº 55 DO TJCE. APLICADA A FRAÇÃO DE AUMENTO DE 1/8 PARA CADA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. 4.2) TESE DE NÃO APLICAÇÃO DE DIMINUIÇÃO DE PENA DEVIDA PELA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AFASTO, POIS APLICADA CORRETAMENTE A FRAÇÃO DE 1/12. 4.3) PLEITO DE APLICAÇÃO DO REGIME INICIAL SEMIABERTO. DESPROVIDO. REPRIMENDA ACIMA DE 8 ANOS DE PRISÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.CONHECIMENTO INTEGRAL DOS RECURSOS DE ANTÔNIO FRANCISCO FERREIRA DO NASCIMENTO E ÍTALO GOMES CAVALCANTE EUFRAUZINO E CONHECIMENTO EM PARTE DOS RECURSOS DE ANTÔNIO ROGÉRIO SOARES DE ARAÚJO E ÍTALO FERREIRA DA SILVA ARAÚJO, MAS NEGADO PROVIMENTO A TODOS ELES. . - Advs: Áthila Bezerra da Silva (OAB: 38071/CE) - Patrícia Daiane Soares Machado (OAB: 47909/CE) - José Amilton Soares Cavalcante (OAB: 29099/CE) - Júlio César Santana Santos (OAB: 37722/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0220800-25.2020.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco David Araújo - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO DA DEFESA.1. PLEITO DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL.2. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO DECISUM POR AUSÊNCIA DO RECONHECIMENTO NOS MOLDES DO ART. 226 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. IMPROCEDÊNCIA. PRESCINDIBILIDADE. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE PROVA PARA CONFIRMAR A AUTORIA DO DELITO. DECISÃO DOS JURADOS BASEADA NO ACERVO PROBATÓRIO. PRECEDENTES DO STJ E DO TJCE.3. REQUERIMENTO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO DO JÚRI. PEDIDO DE DECOTE DE CIRCUNSTÂNCIA QUALIFICADORA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NÃO ACOLHIMENTO. CONSELHO DE SENTENÇA OPTOU PELA TESE DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDITOS. ART. 5º, XXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA 6 DO TJCE. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA.4. REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. 1ª FASE. MANUTENÇÃO DAS NEGATIVAÇÕES DAS VETORIAIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RÉU POSSUIDOR DE CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO APÓS OS FATOS. POSSIBILIDADE DE VALORAÇÃO NEGATIVA COMO

ANTECEDENTES CRIMINAIS. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/8 (UM OITAVO) DO INTERVALO DAS PENAS MÍNIMA E MÁXIMA PREVISTAS. PENA-BASE FIXADA NO JUÍZO A QUO DE FORMA ESCORREITA. 2ª FASE. AUSENTES CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES. 3ª FASE. INEXISTÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE PENA. PENA DEFINITIVA MANTIDA. MANUTENÇÃO DO REGIME PRISIONAL INICIAL FECHADO. ART. 33 DO CÓDIGO PENAL.5. PEDIDO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NEGADO. MANUTENÇÃO DOS MOTIVOS ENSEJADORES DA PRISÃO CAUTELAR DO RECORRENTE. INSUFICIÊNCIA DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS.6. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO. . - Advs: Déa de Lima Vidal (OAB: 49234/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Jader Aldrin Evangelista Marques (OAB: 35685/CE)

Nº 0227351-16.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Walison Alves Gomes - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, dando-lhe parcial provimento, com correção de erro material, de ofício, apenas para retificar na sentença o dispositivo em que o réu foi condenado, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (ART. 16, § 1º, INC. I DA LEI Nº 10.826/03). RECURSO DA DEFESA. CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL DE OFÍCIO PARA CONSTAR DA SENTENÇA QUE A CONDENAÇÃO OCORREU POR POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ART. 16, § 1º, INC. I DA LEI Nº 10.826/03). PLEITO DE NULIDADE DA PROVA POR INVASÃO DOMICILIAR. AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO DO MORADOR. NÃO CABIMENTO. ENTRADA EM DOMICÍLIO FRANQUEADA PELO ACUSADO. DEPOIMENTOS POLICIAIS FIRMES E CONSENTÂNEOS. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. NÃO ACOLHIMENTO. PRESENÇA DO FUMUS COMISSI DELICTI E O PERICULUM LIBERTATIS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE DE ARMA DE USO PERMITIDO (ART. 12 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO). DESACOLHIMENTO. ARMA APREENDIDA COM NUMERAÇÃO RASPADA. CLASSIFICADA COMO ARMA PROIBIDA. INCIDÊNCIA DO ART. 16 DA LEI DE ARMAS. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO. POSSIBILIDADE. ACUSADO QUE CONFESSOU A PROPRIEDADE DA ARMA. CONFISSÃO UTILIZADA PARA FUNDAMENTAR A SENTENÇA. ATENUANTE RECONHECIDA. DOSIMETRIA DA PENA. MANTIDA A PENA MÍNIMA NA PRIMEIRA FASE. NA SEGUNDA FASE COMPENSAÇÃO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DA CONFISSÃO. PENA INTERMEDIÁRIA NO MESMO PATAMAR DA PENA-BASE. NA TERCEIRA FASE AUSENTES CAUSAS DE AUMENTO OU DE DIMINUIÇÃO. PENA FINAL E DEFINITIVA 3 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA. MANTIDO O REGIME SEMIABERTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. ERRO MATERIAL CORRIGIDO DE OFÍCIO. . - Advs: Raymundo Nonato da Silva Filho (OAB: 36841/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000006-90.2017.8.06.0091 - Apelação Criminal - Iguatu - Apelante: Jose Erivaldo Gonçalves do Nascimento - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, dando-lhe parcial provimento, redimensionando a pena imposta, para, em seguida, de ofício, declarar extinta a punibilidade do réu em razão da prescrição da pretensão punitiva superveniente, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33 DA LEI 11.343/2006. RECURSO DA DEFESA.1. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. TESTEMUNHOS POLICIAIS CLAROS E SEGUROS. VALIDADE. MATERIAL APREENDIDO (MACONHA, SAQUINHOS DE “DINDIM” E DINHEIRO TROCADO) E CONFISSÃO DO RÉU EVIDENCIAM A VENDA DE ENTORPECENTES. PROVA PERICIAL. COMPROVADA A MERCANCIA DE DROGAS ILÍCITAS.2. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. ACOLHIMENTO. TEMA 1139 DO STJ. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DA BENESSE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM SUA MÁXIMA FRAÇÃO, ESPECIALMENTE EM RAZÃO DA QUANTIDADE E NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS.3. REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. 1ª FASE. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. 2ª FASE. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES. 3º FASE. INEXISTÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. 3ª FASE. AUSÊNCIA DA CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. TRÁFICO PRIVILEGIADO. TEMA REPETITIVO 1139 DO STJ. APLICAÇÃO DA MINORANTE EM SEU MÁXIMO PATAMAR. PENA REDIMENSIONADA PARA 1 (UM) ANO E 8 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 166 (CENTO E SESSENTA E SEIS) DIAS-MULTA. APLICAÇÃO DO REGIME PRISIONAL ABERTO. NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO EM RAZÃO DA REDUÇÃO DA PENA. PRAZO PRESCRICIONAL DE 4 (QUATRO) ANOS. FLUÊNCIA DE MAIS DE 6 (SEIS) ANOS ENTRE A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA E A PRESENTE DATA. DECLARADA, DE OFÍCIO, A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU EM FACE DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA SUPERVENIENTE.4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, COM REDIMENSIONAMENTO DA PENA. DE OFÍCIO, DECLARADA A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO RÉU EM FACE DA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA SUPERVENIENTE. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200230-43.2024.8.06.0303 - Apelação Criminal - Quixadá - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelada: Liciane Alves Martins - Apelado: Renato Galdino do Nascimento - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO PELA FRAUDE ELETRÔNICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO MINISTERIAL. DEMONSTRAÇÃO SUFICIENTE DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DELITUOSAS. DEPOIMENTO DA VÍTIMA. PROVA DOCUMENTAL.1. RESTANDO DEVIDAMENTE DEMONSTRADA PELA PALAVRA DA VÍTIMA, BEM COMO POR DEMAIS ELEMENTOS DE COGNIÇÃO, EM SEDE INQUISITORIAL E EM JUÍZO, A PARTICIPAÇÃO DOS ACUSADOS NO EVENTO CRIMINOSO, APÓS A VÍTIMA INFORMAR A SENHA DE SEU CELULAR AO ACUSADO, QUE O ADQUIRIU EM TRANSAÇÃO COMERCIAL REALIZADA ENTRE AMBOS E, LOGO APÓS, ACESSOU OS APLICATIVOS FINANCEIROS E CONTA BANCÁRIA DO OFENDIDO, REALIZANDO TRANSFERÊNCIA DE VALORES PARA A CONTA DE SUA COMPANHEIRA, IGUALMENTE RÉ, NÃO HÁ FALAR EM ABSOLVIÇÃO.2. EXISTINDO PROVA DE QUE OS RÉUS CONCORRERAM PARA A INFRAÇÃO PENAL, AO SUBTRAÍREM OS VALORES TRANSFERIDOS DA CONTA BANCÁRIA DA VÍTIMA DE MODO FRAUDULENTO, NÃO PROSPERA A TESE DEFENSIVA DE NEGATIVA DE AUTORIA, NEM A ABSOLVIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 386, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À

UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO INTERPOSTO, PARA DAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Rita Maraysa Alves Pinho (OAB: 46294/CE)

Nº 0205522-10.2022.8.06.0293 - Apelação Criminal - Crateús - Apelante: Francisco Dihonas Alves Pinto - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Rejeitaram a preliminar, para, no mérito, negar provimento ao recurso conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, rejeitou as preliminares arguidas, e no mérito, ainda por votação unânime, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. POSSE E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. RECURSO DEFENSIVO PARA OBTER PRELIMINARMENTE NULIDADE PROCESSUAL POR ILICITUDE DAS PROVAS DE APREENSÃO DAS ARMAS, POR CERCEAMENTO DE DEFESA E AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL ATESTANDO A LESIVIDADE DO ARMAMENTO. REJEITADAS. NO MÉRITO ABSOLVIÇÃO DO DELITO DO ART. 14 DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. IMPROCEDÊNCIA.1. A EXPRESSÃO "FUNDADA SUSPEITA" NÃO SE REFERE A CONVICÇÃO FORMADA PELOS AGENTES, MAS A INDÍCIO RAZOÁVEL DE QUE A PESSOA PODE ESTAR ENVOLVIDA EM ATIVIDADE CRIMINOSA. A REAÇÃO DE FUGIR DIANTE DA PRESENÇA POLICIAL, PODE SER INTERPRETADA COMO COMPORTAMENTO SUSPEITO QUE JUSTIFICA A REVISTA PESSOAL. ARGUIÇÃO DE NULIDADE REJEITADA.2. A APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DA CHANCE PROBATÓRIA DEPENDE DE QUE HAJA AÇÃO OU OMISSÃO ESTATAL QUE CAUSE A PERDA DE UMA OPORTUNIDADE CONCRETA DE INFLUENCIAR O RESULTADO DO PROCESSO. QUANDO É A PRÓPRIA DEFESA QUE DEIXA DE ARROLAR TESTEMUNHAS DENTRO DO PRAZO OU DE REQUERER DILIGÊNCIAS IMPORTANTES, ESSA OMISSÃO É DE SUA PRÓPRIA RESPONSABILIDADE. PRELIMINAR IMPROVIDA.3. OS CRIMES DE POSSE E PORTE DE ARMAS DE FOGO SÃO CLASSIFICADOS COMO DE MERA CONDUTA, NÃO EXIGINDO RESULTADO MATERIAL OU EFETIVA LESÃO PARA SUA CONFIGURAÇÃO, SENDO SUFICIENTES AS AÇÕES DE "POSSE" OU "PORTE" DA ARMA OU MUNIÇÃO. ASSIM, BASTA QUE O AGENTE SEJA ENCONTRADO COM A ARMA EM SITUAÇÃO IRREGULAR PARA QUE SE CONFIGURE O ILÍCITO, INDEPENDENTEMENTE DE A ARMA ESTAR APTA A DISPARAR. NULIDADE REJEITADA.4. ARCABOUÇO PROBATÓRIO COMPROVOU COM SUFICIÊNCIA A AUTORIA DOS DELITOS IMPUTADOS AO RÉU, NÃO HAVENDO FALAR EM ABSOLVIÇÃO.1. APELAÇÃO DESPROVIDA.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO APELO PARA REJEITAR AS PRELIMINARES ARGUIDAS E, NO MÉRITO, DESPROVÊ-LO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0278485-82.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Ryan Victor Santiago - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. CONFISSÃO INFORMAL A POLICIAIS. DEPOIMENTOS CONFLITANTES. IMÓVEL DESABITADO. AUSÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. 1. A BUSCA PESSOAL DEVE SER PROCEDIDA DO QUE SE DENOMINOU FUNDADA SUSPEITA, LASTREADA EM ELEMENTOS FÁTICOS QUE JUSTIFIQUEM A MEDIDA, HIPÓTESES INOCORRENTES NO CASO EM EXAME.2. NÃO SE EMPRESTA AO IMÓVEL DESABITADO E UTILIZADO POR PESSOAS INDETERMINADAS PARA CONSUMO E VENDA DE DROGAS, A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DISPENSADA À PROIBIÇÃO DE INGRESSO FORÇADO EM DOMICÍLIO, COM AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEI.3. A CONFISSÃO INFORMAL AOS POLICIAIS, DESACOMPANHADA DE GARANTIAS FORMAIS E DE OUTRAS PROVAS QUE A CORROBOREM, TEM VALOR PROBATÓRIO MITIGADO.4. PARA A CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE DROGAS, EXIGE-SE PROVA DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE, QUE NÃO PODE SE BASEAR APENAS EM INDÍCIOS OU CIRCUNSTÂNCIAS DUVIDOSAS.5. DIANTE DA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES QUE VINCULEM O RÉU AO TRÁFICO, APLICA-SE O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO, PRESERVANDO-SE A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.6. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA POR FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024._____VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0029118-64.2009.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Rubenilson da Cunha Amador - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para negar provimento ao pedido do apelante em relação ao delito contido no art. 157, §2º, incisos II e V, do Código Penal, declarando, de ofício, prescrita a pretensão punitiva estatal apenas quanto ao crime de dano qualificado, previsto no art. 163, inciso III, do Código Penal, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. CRIME DE DANO QUALIFICADO. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIAS DE PROVAS QUANTO AO CRIME DE ROUBO MAJORADO. 1. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PRESCRIÇÃO PUNITIVA DO ESTADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO ACUSADO EM RELAÇÃO AO CRIME DE DANO QUALIFICADO. POSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO E DA PRESCRIÇÃO. ART. 366 DO CPP. SÚMULA N. 415 DO STJ E TEMA 438 DO STF. LAPSO PRESCRICIONAL ATINGIDO. PENA MÁXIMA DE 01 (UM) ANO E 03 (TRÊS) MESES DE DETENÇÃO. DECURSO DE TEMPO SUPERIOR A 04 (QUATRO) ANOS (ART. 109, INCISO V, DO CPB). 2. ANÁLISE DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS EM RELAÇÃO AO DELITO DE ROUBO MAJORADO. NÃO ACOLHIMENTO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS POR INQUÉRITO POLICIAL E PROVA PRODUZIDA EM JUÍZO. USO DE VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA DEMONSTRADOS PELO DEPOIMENTO DA VÍTIMA. VALOR PROBATÓRIO REFORÇADO PELO RELATO DOS

POLICIAIS. CONVERGÊNCIA DAS PROVAS. CREDIBILIDADE DAS DECLARAÇÕES EM JUÍZO. DEPOIMENTO DA VÍTIMA COMO PROVA RELEVANTE EM CRIMES PATRIMONIAIS. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA OBSERVADA DENTRO DOS CRITÉRIOS LEGAIS. 3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM RELAÇÃO AO CRIME DE ROUBO MAJORADO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DECLARADA, DE OFÍCIO, QUANTO AO CRIME DE DANO QUALIFICADO (ART. 163, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL). . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201391-24.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Cristiano de Lima Nunes - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado do apelante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA (ART. 2º, §§ 2º E 3º, DA LEI Nº 12.850/2013). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. 1. ALEGAÇÃO DE ILICITUDE/ILEGALIDADE EM RAZÃO DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. NÃO ACOLHIMENTO. EXISTÊNCIA INVESTIGAÇÕES PRÉVIAS. OCORRÊNCIA DE CHACINA. RELATÓRIOS DO DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL. CRIME PERMANENTE. RÉU QUE TENTOU EMPREENDER FUGA. FUNDADAS RAZÕES. RÉU PRESO EM FLAGRANTE. DESNECESSIDADE DE MANDADO JUDICIAL. PRECEDENTES. PROVAS LÍCITAS.2. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. TESTEMUNHOS POLICIAIS CLAROS E SEGUROS. PRESENÇA DE BEM ELABORADOS RELATÓRIOS TÉCNICOS. ACERVO PROBATÓRIO ROBUSTO. APELANTE QUE EXERCIA POSIÇÃO DE LIDERANÇA NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE RAZOÁVEIS DÚVIDAS.3. REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. 1ª FASE. NEUTRALIZAÇÃO DAS VETORIAIS NEGATIVADAS DA CULPABILIDADE E DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. MANUTENÇÃO DA NEGATIVAÇÃO DA VETORIAL DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/8 (UM OITAVO) DO INTERVALO DAS PENAS MÍNIMA E MÁXIMA PREVISTAS. PENA-BASE REDIMENSIONADA. 2ª FASE. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES. PRESENÇA DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES DA REINCIDÊNCIA E DA PREVISTA NO § 3º DO ART. 2º DA LEI Nº 12.850/2013. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/3 (UM TERÇO). 3ª FASE. INEXISTÊNCIA DE CAUSAS DE DIMINUIÇÃO DE PENA. PRESENÇA DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 2º, §2º, DA LEI Nº 12.850/13, APLICADA NA FRAÇÃO DE 1/2 (METADE). PENA DEFINITIVA REDIMENSIONADA PARA 7 (SETE) ANOS E 3 (TRÊS) MESES DE RECLUSÃO E 29 (VINTE E NOVE) DIAS-MULTA. APLICAÇÃO DO REGIME PRISIONAL INICIAL FECHADO. RÉU REINCIDENTE. ART. 33 DO CÓDIGO PENAL.4. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . - Advs: Alexandre Lima da Silva (OAB: 9054/CE) - Juliane da Costa Negreiros (OAB: 44786/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0233437-66.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Alex de Sousa Ferreira - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO MAJORADO (ART. 157, §2º-A, INC. I, DO CPB). RECURSO DEFENSIVO.1. PEDIDO DE EXCLUSÃO DA MAJORANTE DO USO DE ARMA DE FOGO. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA TÉCNICA. PRESCINDIBILIDADE. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA VÍTIMA. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA PARA ATESTAR SEU POTENCIAL LESIVO. PRECEDENTES DO STJ.2. DOSIMETRIA. CÁLCULO REALIZADO DA FORMA LEGAL.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0233437-66.2024.8.06.0001, EM QUE FIGURA COMO APELANTE ALEX DE SOUSA FERREIRA E APELADO O MINISTÉRIO PÚBLICO.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0204046-34.2022.8.06.0293 - Apelação Criminal - Caucaia - Apelante: Evandro Teixeira dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. 1) PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO. PROVAS SUFICIENTES DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVAS. VALIDADE DOS TESTEMUNHOS DOS AGENTES POLICIAIS. CONTEXTO FÁTICO QUE INDICA QUE OS 128 GRAMAS DE COCAÍNA APREENDIDOS NA POSSE DO RÉU SE DESTINAVAM EFETIVAMENTE AO NARCOTRÁFICO. INEXISTÊNCIA DE PROVA CAPAZ DE GERAR DÚVIDA RAZOÁVEL. 2) PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. COCAÍNA FOI APREENDIDA JUNTAMENTE COM APETRECHOS DO NARCOTRÁFICO (BALANÇA DE PRECISÃO E SACOS PLÁSTICOS) E A QUANTIA DE R$ 200,00 (DUZENTOS REAIS) EM DINHEIRO TROCADO. QUANTIDADE DE COCAÍNA APREENDIDA (128 GRAMAS) ACIMA DA QUANTIDADE QUE UM SIMPLES USUÁRIO TERIA EM SEU PODER PARA O USO PRÓPRIO. RESTA EVIDENCIADO QUE OS 128 GRAMAS DE COCAÍNA NÃO ERAM DESTINADOS AO SIMPLES CONSUMO, MAS À MERCANCIA, RESTANDO CARACTERIZADO O CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS PREVISTO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006. 3) ANÁLISE DO CAPÍTULO PENALÓGICO DA SENTENÇA. NA PRIMEIRA FASE. MAGISTRADO SENTENCIANTE SEPAROU INDEVIDAMENTE OS VETORES “QUANTIDADE” E “NATUREZA” A FIM DE PODER NEGATIVAR DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. NEUTRALIZO A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL “CIRCUNSTÂNCIA DO DELITO”, SOPESANDO OS VETORES “QUANTIDADE” E “NATUREZA” DA DROGA DE FORMA CONJUNTA, PARA NEGATIVAR A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL “CULPABILIDADE”, EM CONFORMIDADE COM O PRECONIZADO NO ART. 42 DA LEI DE DROGAS, HAJA VISTA CONSIDERAR ELEVADA A QUANTIDADE DE 128 (CENTRO E VINTE E OITO GRAMAS DE COCAÍNA), BEM COMO POR AVALIAR QUE REFERIDA DROGA (COCAÍNA) É UMA DAS MAIS VICIANTES E PROPAGADORA DE EFEITOS MAIS NEFASTOS PARA USUÁRIOS E SOCIEDADE EM GERAL, BEM COMO MANTENHO A NEGATIVAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL “ANTECEDENTES”, REDIMENSIONANDO A PENA-BASE DO RÉU PARA O PATAMAR DE 7 (SETE) ANOS E 6

(SEIS) MESES DE RECLUSÃO E PAGAMENTO DE 750 (SETECENTOS E CINQUENTA) DIAS-MULTA. NA SEGUNDA FASE. SEM AGRAVANTES OU ATENUANTES. NA TERCEIRA FASE. SEM MAJORANTES OU MINORANTES. PENAS FINAIS DO RÉU REDIMENSIONADAS. MANTIDO O REGIME FECHADO PARA O CUMPRIMENTO INICIAL DA PENA CORPÓREA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE Nº 0204046-34.2022.8.06.0293, EM FACE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELO JUIZ DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA/CE, EM QUE FIGURA COMO APELANTE EVANDRO TEIXEIRA DOS SANTOS.ACORDAM OS MEMBROS INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA/CE, DATA CONSTANTE NO SISTEMA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0207056-31.2023.8.06.0300 - Apelação Criminal - Maracanaú - Apelante: Yaponã Alves da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA QUANTO AO CAPÍTULO DOSIMÉTRICO. 1. PRELIMINAR DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL. 2. PLEITO DE FIXAÇÃO DA PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. NÃO ACOLHIMENTO. EXASPERAÇÃO DA REPRIMENDA BASILAR FUNDAMENTADA NA VARIEDADE DAS DROGAS APREENDIDAS (MACONHA, COCAÍNA E CRACK). ART. 42, DA LEI N. 11.343/2006 C/C ART. 59 DO CP. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE SUPERIOR. 3. PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA PECUNIÁRIA. NÃO ACOLHIMENTO. PENA PECUNIÁRIA QUE GUARDA ESTRITA PROPORCIONALIDADE COM A REPRIMENDA CORPORAL IMPOSTA AO AGENTE. VALOR DO DIA-MULTA ESTIPULADO NO PATAMAR MÍNIMO LEGAL. 4. PLEITO DE MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. NÃO ACOLHIMENTO. EM QUE PESE A PENA DEFINITIVA TER SIDO FIXADA EM 06 ANOS E 03 MESES DE RECLUSÃO, A IMPOSIÇÃO DO REGIME FECHADO SE MOSTRA IDÔNEA EM RAZÃO DO ACUSADO SER REINCIDENTE E POR TER HAVIDO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL NEGATIVADA NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA. ART. 33, §2º, ALÍNEA “B” E §3º DO CP. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE RECURSO DE APELAÇÃO Nº 0207056-31.2023.8.06.0300, EM QUE FIGURA COMO APELANTE YAPONÃ ALVES DA SILVA E COMO APELADO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO PARA, NA EXTENSÃO COGNOSCÍVEL, NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONSONÂNCIA COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0037688-48.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: N. S. S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE PEDIDO RESTITUIÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO (AUTOMÓVEL). IRRESIGNAÇÃO DO REQUERENTE. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA ILICITUDE DA APREENSÃO DO VEÍCULO COM A CONSEQUENTE RESTITUIÇÃO DO AUTOMÓVEL. NÃO ACOLHIMENTO. APREENSÃO DO BEM NO MOMENTO DE CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA EM DESFAVOR DE RÉU QUE ESTAVA NA POSSE DO AUTOMÓVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ABUSO DE AUTORIDADE POR OCASIÃO DA APREENSÃO DO VEÍCULO. LEGALIDADE DA APREENSÃO AMPARADA POR DOCUMENTAÇÃO REVESTIDA DE FÉ PÚBLICA E PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE. APREENSÃO DO AUTOMÓVEL VINCULADA, AINDA, A OUTRO PROCESSO CRIMINAL. NECESSIDADE DE APREENSÃO DE BENS QUE POSSAM TER LIGAÇÃO COM A PRÁTICA DE DELITOS. FORTES INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DE DELITOS DE NATUREZA GRAVE. AÇÃO PENAL EM CURSO. BEM QUE INTERESSA AO PROCESSO. INTELIGÊNCIA DO ART. 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO:VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE Nº 0037688-48.2023.8.06.0001, EM QUE FIGURA COMO APELANTE NADIA SILVA SANTOS E COMO APELADO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO PARA JULGAR-LHE DESPROVIDO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. . - Advs: Carlos Roberto de Araújo Farias (OAB: 22232/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0205224-12.2023.8.06.0025 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: C. dos S. V. - Apelado: L. C. F. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CONCESSÃO DE MEDIDA PROTETIVA. RECURSO DA OFENDIDA. PLEITOS DE PRORROGAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS E DE PROIBIÇÃO DE CONTATO DO APELADO COM O FILHO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FATOS NOVOS APTOS A JUSTIFICAR A MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS. PALAVRA DA VÍTIMA ISOLADA NOS AUTOS. PRESENÇA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIAM DESNECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS. APELADO QUE POSSUI RESIDÊNCIA LEGAL EM OUTRO PAÍS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO N. EM FACE DE SENTENÇA PROLATADA PELO 2º JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, EM QUE FIGURA COMO APELANTE C. DOS S. V. E APELADO L. C. F.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATORFORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Carolina Linge Elias de Oliveira (OAB: 45489/CE) - Yvina Cavalcante de Lima (OAB: 43761/CE) -

Vera L. de S. Barros (OAB: 49742/CE) - Sandro Luis Brito Novais (OAB: 14642/CE)

Nº 0219544-08.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Jaimison Bezerra Tiburcio - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. CRIMES DE ROUBO MAJORADO E RECEPTAÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERILAIDADE EVIDENCIADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA PELOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. DELITO DE RECEPTAÇÃO. BEM APREENDIDO DA POSSE DO ACUSADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. O FARTO CONJUNTO PROBATÓRIO, EM RELAÇÃO À AUTORIA E À MATERIALIDADE DELITIVAS DO CRIME ROUBO MAJORADO, COM ESPECIAL DESTAQUE PARA AS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA, CORROBORADA PELA PROVA TESTEMUNHAL, SÃO ELEMENTOS DE CONVICÇÃO SUFICIENTES PARA AFASTAR A TESE ABSOLUTÓRIA BASEADA NA FRAGILIDADE DAS PROVAS. 2. INCABÍVEL A ABSOLVIÇÃO PELO DELITO DE RECEPTAÇÃO QUANDO COMPROVADAS NOS AUTOS A MATERIALIDADE E A AUTORIA DO DELITO, BEM COMO O DOLO DO APELANTE, EVIDENCIADOS PELAS CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS DO CONJUNTO PROBATÓRIO E PELA POSSE DIRETA DO BEM, SITUAÇÃO QUE INVERTE O ÔNUS DA PROVA, CABENDO À DEFESA COMPROVAR A ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA ORIGEM ILÍCITA DO BEM, O QUE NÃO OCORREU NA HIPÓTESE. 3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0223131-77.2020.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: F. E. M. de L. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL.IMPORTUNAÇÃO SEXUAL (CAPITULAÇÃO DO ART. 215-A DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. 1. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA PELOS DEPOIMENTOS FIRMES E COERENTES PRESTADOS PELAS TESTEMUNHAS. SATISFAÇÃO DA PRÓPRIA LASCÍVIA. DOLO EVIDENCIADO. 2. PLEITO SUBSIDIÁRIO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE ATO OBSCENO (ART. 238 DO CÓDIGO PENAL MILITAR). NÃO ACOLHIMENTO. CONJUNTO PROBATÓRIO CORROBORANDO O ATO LIBIDINOSO COM O OBJETIVO DE SATISFAZER A PRÓPRIA LASCÍVIA DIRECIONADO À PESSOA DA VÍTIMA, CONSTRANGENDO-A DIRETAMENTE. SENTENÇA MANTIDA EM TODOS OS TERMOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, MANTENDO-SE INCÓLUME A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA CONSTANTE DO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0232970-87.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: João Carlos Silva dos Santos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO. CONDENAÇÃO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFUCIÊNCIA DE PROVA. INDEFERIMENTO. 1. HAVENDO PROVAS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA TRADUZIDA POR DEPOIMENTOS DE TESTEMUNHAS OCULARES, PELAS DECLARAÇÕES DA VÍTIMA, MESMO QUE NA FASE DO INQUISITÓRIO, E PELA PRISÃO EM FLAGRANTE POR POLICIAIS QUE ATENDERAM OCORRÊNCIA LOGO EM SEGUIDA A CONSUMAÇÃO DO FATO, NÃO HÁ QUE FALAR EM AUSÊNCIA DE PROVA PARA CONDENAÇÃO. 2. ESTANDO EM HARMONIA OS RELATOS APURADOS NA SEARA INSTRUTIVA A APONTAR DE FORMA SEGURA AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA CUMPRE RECONHECER QUE O CONJUNTO PROBATÓRIO É SUFICIENTE PARA CONFIRMAR O ÉDITO CONDENATÓRIO.3. A APREENSÃO DA RES FURTIVA EM PODER DO AGENTE, LOGO APÓS O COMETIMENTO DO CRIME, É ELEMENTO DE PROVA DE EXTREMA RELEVÂNCIA E SUFICIENTE PARA FIRMAR A AUTORIA DELITIVA, CABENDO À DEFESA PROVAR O CONTRÁRIO.4. RECURSO IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO MAS NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0006176-27.2017.8.06.0108 - Apelação Criminal - Jaguaruana - Apelante: Francisco Roberio da Silva - Apelante: Francisco Tadeu da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente dos recursos, para dar-lhes parcial provimento na extensão conhecida, com substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, de ofício, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA TRÁFICO. EXAME QUANTO A AUTORIA E MATERIALIDADE DOS DELITOS. ANÁLISE SOBRE PEDIDO DE CONCESSÃO DE CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.1. É INVIÁVEL O PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS QUANDO, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, RESSALTA-SE A NECESSÁRIA CERTEZA QUANTO A AUTORIA

E MATERIALIDADE DELITIVAS, CONSIDERANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS, A APREENSÃO DE DROGA, BEM COMO OS TESTEMUNHOS EM JUÍZO, QUE NÃO FORAM DESCONSTITUÍDOS POR QUALQUER OUTRO ELEMENTO PROBATÓRIO.2. NÃO HAVENDO PROVAS SUFICIENTES PARA COMPROVAR A ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO ENTRE OS RÉUS, IMPÕE-SE A ABSOLVIÇÃO QUANTO AO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS, COM BASE NO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO.3. O RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO EM SENTENÇA IMPEDE O CONHECIMENTO DO PEDIDO DE APLICAÇÃO DO REFERIDO BENEFÍCIO, TENDO EM VISTA A FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL.4. UMA VEZ PERMANECIDA APENAS A CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE DROGAS PRIVILEGIADO, COM PENA INFERIOR A QUATRO ANOS E AUSENTES VETORES NEGATIVOS NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA, É IMPERIOSA A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS.5. RECURSOS PARCIALMENTE CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS, COM SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS DE OFÍCIO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER PARCIALMENTE DOS APELOS E DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, COM SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS DE OFÍCIO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, CE, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: José Edson Matoso Rodrigues (OAB: 7869/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0188251-93.2019.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Jose Bezerra Pereira Filho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. CRIME DE ROUBO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO. INVIABILIDADE. EMPREGO GRAVE AMEAÇA SUFICIENTE CARACTERIZADORA DO ROUBO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1 NÃO HÁ QUE SE FALAR EM DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA DE ROUBO PARA FURTO, SE RESTAR COMPROVADA A VIOLÊNCIA E A GRAVE AMEAÇA QUANDO DA ABORDAGEM. 2 - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECER DO APELO, PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0624536-47.2024.8.06.0000 - Mandado de Segurança Criminal - 1º Núcleo Custódia/Inquérito-Juazeiro - Impetrante: Ana Klednar Viana Torres Lucena - Impetrado: Juiz de Direito 1º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede Em Juazeiro - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do mandamus, mas para denegá-lo, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL. FALSO TESTEMUNHO (ART. 442 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO). INQUÉRITO POLICIAL ARQUIVADO.1. IRRESIGNAÇÃO CONTRA ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL EFETIVADO APÓS MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NESSE SENTIDO. CRIME DE AÇÃO PÚBLICA INCONDICIONADA. PEDIDO DE DESARQUIVAMENTO COM A CONTINUIDADE DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE. INICIATIVA PARA PROPOR O ARQUIVAMENTO PERTENCE EXCLUSIVAMENTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO, ENQUANTO TITULAR DA AÇÃO PENAL PÚBLICA. ART. 129, INC. I, DA CF, E ART. 28, DO CPP. TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. DECISÃO FUNDAMENTADA. PRECEDENTES. 1.1. EM SÍNTESE, PRETENDE A IMPETRANTE O DESARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO INSTAURADO PARA APURAR A SUPOSTA PRÁTICA DO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO, PREVISTO NO ART. 442 DO CÓDIGO PENAL, PELAS PESSOAS DE AURICELLE GOMES CORDEIRO E FRANCISCO ANTONIO SAMPAIO, BEM COMO A ADOÇÃO DAS MEDIDAS CABÍVEIS À CONTINUIDADE DO FEITO, HAJA VISTA AS ILEGALIDADES COMETIDAS E DEFICIÊNCIAS EXPOSTAS NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO.1.2. INICIALMENTE, DESTAQUE-SE QUE, NO FINAL DO ANO DE 2023, JULGARAM-SE AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI’S 6298, 6299, 6300 E 6305. DENTRE OUTROS PONTOS, PERCEBE-SE QUE O CONTROLE CONSTITUCIONAL PROMOVEU UMA SIMULTÂNEA EXCLUSÃO, INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO DE TEXTO A FIM DE ADEQUAR A LEI PENAL (ART. 28 DO CPP) À LUZ DA NORMA CONSTITUCIONAL, REMANESCENDO A NECESSIDADE DE CONTROLE JUDICIAL DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL (CAPUT DO ART. 28 DO CPP), QUE PODERÁ SEGUIR DUAS VERTENTES: DECIDIR PELO ARQUIVAMENTO OU, CASO CONSIDERE QUE O PEDIDO APRESENTE POSSÍVEL ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA, SUBMETER O CASO AO COMPETENTE ÓRGÃO MINISTERIAL PARA REVISÃO (PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA).1.3. NO CASO EM ANÁLISE, CONTUDO, O JUIZO A QUO CONCORDOU COM O PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DECIDIU ARQUIVAR O INQUÉRITO, ENCERRANDO ASSIM A INVESTIGAÇÃO SEM O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. NESSE ÍNTERIM, A DECISÃO DE ARQUIVAMENTO E SUA SUBMISSÃO À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (A INSTÂNCIA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO) SÓ PODERÁ OCORRER EM CASOS EXTREMOS, OU SEJA, QUANDO A DECISÃO FOR CONSIDERADA “TERATOLÓGICA” - ALGO TÃO ABERRANTE OU ABSURDO QUE NÃO PODE SER ACEITO LEGALMENTE. ESSA LIMITAÇÃO VISA EVITAR REVISÕES DESNECESSÁRIAS OU INFUNDADAS. PRECEDENTES.1.4. TENDO, PORTANTO, O MAGISTRADO CONCORDADO COM A AUSÊNCIA DE ELEMENTOS E PROVAS PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL, APONTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO E, INEXISTINDO DIVERGÊNCIA ENTRE O JUIZ E O ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, A PRETENSÃO DA IMPETRANTE NÃO DEVE SER DEFERIDA, NOTADAMENTE DADA A AUSÊNCIA DE ERRO, ILEGALIDADE MANIFESTA, TERATOLOGIA OU QUALQUER NULIDADE E, SOBRETUDO, CONSIDERANDO QUE O ATO JUDICIAL FOI DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, AINDA QUE SUCINTAMENTE.1.5. REMEMORE-SE QUE O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO, PREVISTO NO ART. 442 DO CP, É DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA, OU SEJA, A LEGITIMIDADE É PRIVATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E INDEPENDE DE REPRESENTAÇÃO DO SUPOSTO OFENDIDO. COM EFEITO, AO MEMBRO DO PARQUET INCUMBE, NA CONDIÇÃO DE TITULAR DA PRETENSA AÇÃO PENAL, AVALIAR OS ELEMENTOS INFORMATIVOS CONSTANTES NO INQUÉRITO POLICIAL PARA, POSTERIORMENTE, DELIBERAR, ENTRE OUTRAS POSSIBILIDADES, PELO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA OU ARQUIVAMENTO DO FEITO.1.6. COMO SE VÊ, A

DECISÃO DA AUTORIDADE IMPETRADA ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA E EMBASADA NA LEGISLAÇÃO E NO POSICIONAMENTO PACÍFICO DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM TERATOLOGIA PASSÍVEL DE SER SANADA PELO USO DO PRESENTE MANDAMUS.2. SEGURANÇA CONHECIDA E DENEGADA.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0624536-47.2024.8.06.0000, FORMULADO POR ANA KLEDNAR VIANA TORRES LUCENA, CONTRA ATO DO EXMO. SENHOR JUIZ DE DIREITO DO 1º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO MANDAMUS, MAS PARA DENEGÁ-LO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA. DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Ana Klednar Viana Torres Lucena (OAB: 22627/CE) - Jéssica Maria Rodrigues de Lima (OAB: 39292/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0005635-91.2017.8.06.0108 - Apelação Criminal - Jaguaruana - Apelante: Ítalo Igor Rodrigues da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, dando-lhe parcial provimento, nos estreitos limites de retificar a censura penal fixada em desfavor do apelante, concedendo, habeas corpus, de ofício, para aplicar o mesmo entendimento aos corréus não apelantes, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTAPENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. ROUBOS MAJORADOS (DOIS) COMETIDOS EM CONTINUIDADE DELITIVA. CONDENAÇÃO.1. A DEFESA BUSCOU EM SUAS RAZÕES O RECONHECIMENTO DA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA ENSEJAR O JUÍZO CONDENATÓRIO E, DE FORMA SUBSIDIARIA, A LENIFICAÇÃO DA CENSURA PENAL.2. O ARCABOUÇO PROBATÓRIO DEMONSTROU COM SUFICIÊNCIA A AUTORIA DELITIVA DOS DELITOS IMPUTADOS AO APELANTE, DESTACANDO-SE, A CONFISSÃO DO CORRÉU EM JUÍZO, OS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS, AS DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS E A APREENSÃO DE PARTE DA RES FURTIVA POR OCASIÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE.3. NÃO POSSUI APTIDÃO À VALORAÇÃO NEGATIVA DA VETORIAL CONSEQUÊNCIAS DO CRIME, A SIMPLES MENÇÃO À PERDA PATRIMONIAL, VEZ QUE SE TRATA DE CIRCUNSTÂNCIA INERENTE AO PRÓPRIO TIPO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA REFEITA.4. APLICA-SE, DE OFÍCIO, O MESMO ENTENDIMENTO ÀS OPERAÇÕES DOSIMÉTRICAS DAS PENAS FIXADAS AOS CORRÉUS, NÃO APELANTES, DE IGUAL FORMA E MODO APENADOS NA SENTENÇA.5. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. EXTENSÃO DA DECISÃO AOS CORRÉUS NÃO APELANTES.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO NOS ESTREITOS LIMITES DE RETIFICAR A CENSURA PENAL FIXADA EM DESFAVOR DO APELANTE, CONCEDENDO, NO AZO, HABEAS CORPUS, DE OFICIO, PARA APLICAR O MESMO ENTENDIMENTO AOS CORRÉUS NÃO APELANTES, QUE FORAM DE IGUAL FORMA E MODO APENADOS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024._____ _____VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: José Edson Matoso Rodrigues (OAB: 7869/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0209254-31.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Gustavo Henrique de Oliveira Sousa - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ART. 14 DA LEI 10.826/03. PROVA TESTEMUNHAL. DEPOIMENTO DE POLICIAL MILITAR. VALOR PROBATÓRIO. APREENSÃO DA ARMA. DESACOMPANHAMENTO DE OUTRAS PROVAS TESTEMUNHAIS OU PERICIAIS. PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA. ÔNUS DA PROVA. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO COERENTE E SUFICIENTE. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, PREVISTO NO ART. 14 DA LEI 10.826/03, TEM COMO CARACTERÍSTICA TÍPICA A MERA CONDUTA DE PORTAR ARMA DE FOGO SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL, SENDO DESNECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DE EFETIVA UTILIZAÇÃO OU INTENÇÃO CRIMINOSA NO USO DO ARTEFATO.2. O DEPOIMENTO DE POLICIAL MILITAR QUE PARTICIPA DIRETAMENTE DA OCORRÊNCIA, ESPECIALMENTE QUANDO PRESTADO DE FORMA FIRME, COERENTE E SEM INDÍCIOS DE MÁ-FÉ, POSSUI PLENA EFICÁCIA PROBATÓRIA, CONFORME REITERADA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. TAL TESTEMUNHO, POR SI SÓ, É APTO A FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANDO CORROBORADO POR ELEMENTOS MATERIAIS, COMO A APREENSÃO DA ARMA.3. O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA IMPÕE QUE O ÔNUS DA PROVA RECAIA SOBRE A ACUSAÇÃO, EXIGINDO PROVAS INEQUÍVOCAS DA AUTORIA E MATERIALIDADE. ENTRETANTO, NO CASO CONCRETO, O CONJUNTO PROBATÓRIO, FORMADO PELO DEPOIMENTO SEGURO DO POLICIAL E A APREENSÃO DA ARMA, REVELA-SE SUFICIENTE PARA AFASTAR A ALEGAÇÃO DEFENSIVA DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA.4. A AUSÊNCIA DE OUTRAS TESTEMUNHAS CIVIS OU PROVAS PERICIAIS QUE CORROBOREM DIRETAMENTE A POSSE DA ARMA NO MOMENTO DA ABORDAGEM NÃO É SUFICIENTE PARA DESQUALIFICAR A PROVA TESTEMUNHAL PRODUZIDA POR AGENTE DE SEGURANÇA, MORMENTE QUANDO SUA NARRATIVA SE MOSTRA CONSISTENTE COM OS DEMAIS ELEMENTOS DOS AUTOS.5. RECURSO IMPROVIDO. CONDENAÇÃO MANTIDA.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO APELO INGRESSADO PELA DEFESA, PARA DESPROVÊ-LO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Gérard Magalhães Lima (OAB: 11541/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0007054-43.2018.8.06.0034 - Apelação Criminal - Aquiraz - Apelante: Sérgio Bruno Araújo Rebouças - Apelante: Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Júnior - Apelado: Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTATUTO DA OAB. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERÍCIA.

APURAÇÃO DE FATOS DECORRENTES DE OCORRÊNCIA DE MORTE DE UMA PESSOA E LESÃO CORPORAL EM OUTRA. EXAME QUANTO À VIOLAÇÃO AO DIREITO DO ADVOGADO ASSISTIR A CLIENTES INVESTIGADOS DURANTE A APURAÇÃO DE INFRAÇÕES. APRESENTAÇÃO DE QUESITOS.1. A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA COMPLEMENTAR EM LOCAL DE INCIDENTE COM VÍTIMA FATAL, SEGUIDA DE LAUDO TÉCNICO, ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS, SENDO INCABÍVEL A ANULAÇÃO DO LAUDO PERICIAL COM BASE NA INTERPRETAÇÃO ISOLADA DO ART. 7º, XXI, "A", DA LEI 8.906/94, UMA VEZ QUE A ANÁLISE EM CONJUNTO COM O ART. 176 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL LIMITA A APRESENTAÇÃO DE QUESITOS ATÉ O ATO DA DILIGÊNCIA.2. RECURSO DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO APELO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, CE, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Sérgio Bruno Araújo Rebouças (OAB: 18383/CE) - Gilberto Antônio Fernandes Pinheiro Júnior (OAB: 27722/CE) - Procuradoria Geral do Estado do Ceará

Nº 0119023-02.2017.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Elias Pires da Costa - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA.PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. PECULATO. PLEITO DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA.- NOS TERMOS DO ART. 396- A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, O MOMENTO OPORTUNO PARA ESPECIFICAR QUAIS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS É NA APRESENTAÇÃO DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO.- NO CASO DOS AUTOS, O PLEITO REFERENTE À REALIZAÇÃO DE EXAME PERICIAL FOI ACOSTADO APÓS O PRAZO LEGALMENTE PREVISTO SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA CAPAZ DE EXCETUAR O QUE JÁ FORA ESTABELECIDO.- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO, DESPROVENDO-O, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Ramon David Ferreira e Silva (OAB: 32507/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000746-28.2018.8.06.0054 - Apelação Criminal - Campos Sales - Apelante: Antônio José da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, retificando, de ofício, a pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor para 1 (um) ano, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE EVIDENCIADAS. TRANSPORTE DE PESSOAS NA CARROCERIA DE CAMINHÃO. CULPA CARACTERIZADA. SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO PELO PRAZO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE APLICADA. DESPROPORCIONALIDADE. RETIFICAÇÃO DE OFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A CARACTERIZAÇÃO DA CULPA NOS DELITOS DE TRÂNSITO PODE DECORRER, TÃO-SOMENTE, DO DESRESPEITO ÀS NORMAS DISCIPLINARES CONTIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. NA HIPÓTESE EM EXAME, O ACUSADO ATUOU EM DESCONFORMIDADE COM A LEI DE TRÂNSITO, CONDUZINDO, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE, PESSOAS EM VEÍCULO DE TRANSPORTE DE CARGAS, INOBSERVANDO CONDIÇÕES DE SEGURANÇA ESTABELECIDAS NA LEI QUE REGULA A MATÉRIA (CTB) E PELO CONTRAN. 2. EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, RECONHECIDAS COMO FAVORÁVEIS AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL, TANTO QUE A PENA PELO CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR FOI FIXADA NO PISO LEGAL, A PENA DE SUSPENSÃO DE HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR DEVE, A FIM DE GUARDAR A DEVIDA PROPROCIONALIDADE, SER REDUZIDA.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA RETIFICADA DE OFÍCIO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DA APELAÇÃO INTERPOSTA, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, RETIFICANDO, DE OFÍCIO, A PENA DE SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR PARA 1 (UM) ANO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Valdeci Leite Alencar (OAB: 13375/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0010653-50.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: J. G. O. G. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. FURTO QUALIFICADO. ANÁLISE SOBRE A AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. EXAME QUANTO À POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DE QUALIFICADORAS DO CRIME DE FURTO E DE RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO. AVALIAÇÃO DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.1. É INVIÁVEL O PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA QUANDO, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS, RESSALTA-SE A NECESSÁRIA CERTEZA QUANTO A AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS, CONSIDERANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS FATOS, AS INFORMAÇÕES COLHIDAS ATRAVÉS DE QUEBRAS DE SIGILO TELEFÔNICO, BEM COMO OS TESTEMUNHOS EM JUÍZO, QUE NÃO FORAM DESCONSTITUÍDOS POR QUALQUER OUTRO ELEMENTO PROBATÓRIO.2. A QUALIFICADORA DE FURTO MEDIANTE ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO É DE NATUREZA OBJETIVA, POIS SE REFERE AO MEIO DE EXECUÇÃO DO CRIME, AFASTANDO, ASSIM, A ALEGAÇÃO DE INCOMUNICABILIDADE QUANDO INSERIDA NA ESFERA DE CONHECIMENTO DO AGENTE. POR SUA VEZ, A INCOMUNICABILIDADE DE CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS NÃO SE APLICA À QUALIFICADORA DE FURTO MEDIANTE FRAUDE QUANDO ESTA É ATRIBUÍDA AO ACUSADO QUE DESEMPENHA DOMÍNIO DO FATO, TRATANDO-SE DE

ELEMENTO INERENTE À PRÓPRIA ESTRUTURAÇÃO DO CRIME PELOS ACUSADOS.3. A ATENUANTE DA CONFISSÃO EXIGE MANIFESTAÇÃO PESSOAL E FORMAL DO RÉU, SENDO INADMISSÍVEL CONFISSÃO REALIZADA POR INTERMÉDIO DE PROCURADOR. A VALIDADE DO ATO DEPENDE DA SUA PESSOALIDADE E DA REDUÇÃO A TERMO PELA AUTORIDADE COMPETENTE QUANDO FEITA FORA DO INTERROGATÓRIO.4. A NEGATIVA AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE É JUSTIFICADA PELA PRESENÇA DE RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA, EVIDENCIADO PELA REITERAÇÃO EM DELITOS DA MESMA NATUREZA, QUE INDICA A PERICULOSIDADE ESPECÍFICA DO AGENTE, E PELA MANIFESTA AMEAÇA DE FUGA.5. RECURSO DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO APELO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, CE, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202324-95.2023.8.06.0303 - Apelação Criminal - Russas - Apelante: João Luiz de Lima Filho - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. FURTO QUALIFICADO. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. ANÁLISE SOBRE A MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. EXAME SOBRE INSURGÊNCIA QUANTO AO VALOR FIXADO A TÍTULO DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA.1. NÃO SE CONHECE DE PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA, POIS SUA ANÁLISE COMPETE AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL, CONFORME ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA CÂMARA CRIMINAL.2. COMPROVADAS A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO CRIME DE FURTO QUALIFICADO (SUBTRAÇÃO DE SEMOVENTE DOMESTICÁVEL DE PRODUÇÃO), PELA PALAVRA DA VÍTIMA, ASSIM COMO POR ELEMENTOS UNÍSSONOS E COERENTES CONTIDOS NOS TESTEMUNHOS, INVIÁVEL O PLEITO ABSOLUTÓRIO.3. A PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA FIXADA EM SUBSTITUIÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE NÃO POSSUI CARÁTER DE REPARAÇÃO CIVIL, MAS, SIM, DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS, DE MODO QUE A FIXAÇÃO DO VALOR DA PRESTAÇÃO DEVE CONSIDERAR A GRAVIDADE DO DELITO, SEM SER EXCESSIVAMENTE IRRISÓRIA, SOB PENA DE PERDER SEU CARÁTER PREVENTIVO E PUNITIVO. NÃO SE JUSTIFICA A REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO SE NÃO COMPROVADA A HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO CONDENADO, PODENDO TAL QUESTÃO SER DISCUTIDA PERANTE O JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL.4. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER PARCIALMENTE DO APELO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA. FORTALEZA, CE, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Igor Costa Cavalcante (OAB: 25275/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0236630-26.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: José Andre Ferreira Costa Júnior - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. PROMOVER, CONSTITUIR, FINANCIAR OU INTEGRAR, PESSOALMENTE OU POR INTERPOSTA PESSOA, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ART. 2º, §§ 2º E 4º, INCISO I, DA LEI Nº 12.850/2013. RECURSO DEFENSIVO.1. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA, VIOLAÇÃO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. PELAS PROVAS JUNTADAS AOS AUTOS É POSSÍVEL CONSTATAR DE FORMA CLARA E INEQUÍVOCA A DISSEMINAÇÃO DE MENSAGENS DE EXALTAÇÃO A ATUAÇÕES CRIMINOSAS DE LÍDERES E INTEGRANTES DA FACÇÃO CRIMINOSA, INCLUINDO ADOLESCENTES, NAS MÚSICAS DO APELANTE. MENÇÃO EXPLÍCITA A DETERMINADA FACÇÃO CRIMINOSA E AO AVANÇO DE SUA ATUAÇÃO CRIMINOSA NO ESTADO DO CEARÁ. SIMPLES SAUDAÇÃO EM MEIO A MÚSICA NÃO SE CARACTERIZARIA COMO INFRAÇÃO PENAL. NECESSIDADE DA CONDUTA SER OBSERVADA DENTRO DE UM CONTEXTO MAIS AMPLO. CONSTATAÇÃO DE EVIDENTE ENALTECIMENTO DAS ATIVIDADES CRIMINOSAS PRATICADAS PELA FACÇÃO CRIMINOSA. AMPLA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DE MÍDIAS E SITES DA INTERNET. INEXISTÊNCIA DE LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO, NOS TERMOS DO ART. 5º, INCISOS IV, IX E X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO NÃO SE TRATA DE UM DIREITO ABSOLUTO, DEVENDO SER EXERCIDO NOS LIMITES DA LEI. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS.2. PLEITO REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. 1ª FASE. FUNDAMENTOS UTILIZADOS PELO JUÍZO A QUO SÃO IDÔNEOS E ADEQUADOS AO CASO CONCRETO. MANUTENÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVADAS. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 3/8 (TRÊS OITAVOS) A INCIDIR SOBRE O INTERVALO DAS PENAS MÍNIMA E MÁXIMA PREVISTAS. PRINCÍPIO DO NON REFORMATIO IN PEJUS, PREVISTO NO ART. 617 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. MANTIDA A PENA-BASE FIXADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU EM 05 (CINCO) ANOS E 06 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO. 2ª FASE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 545 DO STJ. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. AUSÊNCIA DE AGRAVANTES. REDUÇÃO NA FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO). MANUTENÇÃO DA PENA INTERMEDIÁRIA. PRINCÍPIO DO NON REFORMATIO IN PEJUS. 3ª FASE. AUSÊNCIA DE MINORANTES. PRESENÇA DE CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. ART. 2º, § 2º DA LEI Nº 12.850/2013. ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL DO TJCE. NÃO HÁ A EXIGÊNCIA DE QUE O FATO CRIMINOSO EM SI ENVOLVA A UTILIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO, BASTA QUE A FACÇÃO CRIMINOSA EMPREGUE O ARTEFATO EM SUAS ATIVIDADES. CAUSA DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO ART. 2º, § 4º, I, DA LEI Nº 12.850/2013. AS MÚSICAS DO ACUSADO FAZEM MENÇÃO EXPLICITA A PARTICIPAÇÃO ARMADA DE MENORES DE IDADE. PROVA TESTEMUNHAL CORROBORA COM AS ACUSAÇÕES. COMPROVADA A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DA FRAÇÃO DE 1/2 (METADE). MANUTENÇÃO DA PENA EM 6 (SEIS) ANOS, 10 (DEZ) MESES E 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO E 224 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO) DIAS-MULTA. REGIME PRISIONAL INICIAL SEMIABERTO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS, BEM COMO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA, NOS TERMOS DOS ARTS. 44 E 77 DO CÓDIGO PENAL.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Jéssica Silveira de Castro Menezes (OAB: 244568/RJ) - Tácio de Castro Sobrinho (OAB: 250065/RJ) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0270573-39.2020.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ivanildo de Oliveira Monte - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONDENAÇÃO DO ACUSADO NOS ARTIGOS 306 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO E 331 DO CÓDIGO PENAL. INFRAÇÕES DE CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR SOB EFEITO DE ÁLCOOL E DESACATO A AUTORIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO INTERPOSTO EXCLUSIVAMENTE PELA DEFESA.1. PEDIDOS DA DEFESA PARA ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE DESACATO POR AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO, NEGATIVA DE AUTORIA E INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. MANTIDA A CONDENAÇÃO, UMA VEZ QUE AS PROVAS ORAIS INDICAM CLARAMENTE QUE O APELANTE PROFERIU PALAVRAS OFENSIVAS CONTRA OS POLICIAIS DURANTE A ABORDAGEM, CONFIRMANDO O DOLO ESPECÍFICO E A VALIDADE DO DEPOIMENTO DOS AGENTES ESTATAIS. PRECEDENTES.2. PLEITO DE REVISÃO DA DOSIMETRIA DA PENA. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA PARA REDUZIR A PENA ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADA QUE NÃO PERMITE TAL REDUÇÃO, CONFORME A SÚMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PENA MANTIDA NO MÍNIMO LEGAL.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0201720-18.2024.8.06.0298 - Apelação Criminal - Ipu - Apelante: Orlando Oliveira Ramos - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ART. 16, DA LEI Nº 10.826/03 (ESTATUTO DO DESARMAMENTO). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO, EM RAZÃO DA ILICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS POR VIOLAÇÃO DO DOMICÍLIO DO RÉU. NÃO ACOLHIMENTO. OPERAÇÃO POLICIAL INICIADA A PARTIR DE DENÚNCIA INFORMANDO QUE O RÉU POSSUÍA ARMA DE FOGO EM SUA CASA. MANDADO DE PRISÃO EM ABERTO. COMPANHEIRA ASSINOU TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTRAREM EM SEU DOMICÍLIO. RÉU PERMITIU A ENTRADA DOS POLICIAIS EM SUA RESIDÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 5º, XI, CF/88. PRECEDENTES. ACUSADO QUE CONFESSOU A PROPRIEDADE DA ARMA AOS AGENTES DE SEGURANÇA. ALÉM DISSO, A VERSÃO DOS FATOS APRESENTADA PELA DEFESA ENCONTRA-SE ISOLADA E DIVERGENTE DOS DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA. DE TODA FORMA, COMPROVADA AS FUNDADAS RAZÕES PARA REALIZAR A BUSCA. ACERVO PROBATÓRIO SUFICIENTEMENTE APTO A FUNDAMENTAR O ÉDITO CONDENATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA REALIZADA DE FORMA ESCORREITA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0201720-18.2024.8.06.0298, EM FACE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPU/CE, EM QUE FIGURA COMO APELANTE ORLANDO OLIVEIRA RAMOS E APELADO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA. DESEMBARGADORAVANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Guilherme Janderson Martins Madeira (OAB: 35029/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202086-79.2023.8.06.0302 - Apelação Criminal - Mombaça - Apelante: Idanásio Pinheiro da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTS. 306 E 311 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO C/C ART. 69, DO CP. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO.1. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO PELO CRIME PREVISTO NO ART.311 DO CTB. ALEGAÇÃO DE FRAGILIDADE DO DEPOIMENTO DOS POLICIAIS E AUSÊNCIA DE PROVAS CAPAZES DE ENSEJAR A CONDENAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DIREÇÃO PERIGOSA. PROVAS TESTEMUNHAIS SUFICIENTES. SISTEMA DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO OU DA PERSUASÃO RACIONAL. ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE PSICOMOTORA. LAUDO DE EXAME DE EMBRIAGUEZ. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA.2. DOSIMETRIA REALIZADA NA FORMA LEGAL.3. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0202086-79.2023.8.06.0302, EM QUE FIGURA COMO RECORRENTE IDANÁSIO PINHEIRO DA SILVA E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Jeferson Lima de Matos (OAB: 42203/CE) - Alanne Nayara Fernandes Martins (OAB: 36773/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0000237-38.2019.8.06.0030 - Apelação Criminal - Aiuaba - Apelante: Antonio Valdenor Sousa Dias - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, rejeitou a nulidade arguida, e no mérito, ainda por votação unânime, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado do apelante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. TRIBUNAL DO JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO EM CONCURSO MATERIAL COM O DELITO DE AMEAÇA. RECURSO PARA ARGUIR PRELIMINAR DE NULIDADE EM RAZÃO DA VIOLAÇÃO DO ART. 478,I DO CP. IMPROCEDÊNCIA. MÉRITO. JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. DESCABIMENTO. CONDENAÇÃO MANTIDA. 1. O CONHECIMENTO DE ANTECEDENTES DO RÉU

EM RESPOSTA À INDAGAÇÃO FEITA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM INTERROGATÓRIO REALIZADO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO PELO JÚRI POPULAR, NÃO SE ENQUADRA NA NULIDADE PREVISTA PELO ARTIGO 478, I, DO CPP, JÁ QUE ESTE INCISO TRATA ESPECIFICAMENTE DE "ARGUMENTO DE AUTORIDADE", OU SEJA, DA UTILIZAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS OU DE FIGURAS INSTITUCIONAIS PARA INFLUENCIAR OS JURADOS.3. AS NULIDADES NO ÂMBITO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI, DEVEM SER SUSCITADAS IMEDIATAMENTE APÓS SUA OCORRÊNCIA. ESSA EXIGÊNCIA VISA GARANTIR A CELERIDADE PROCESSUAL E EVITAR QUE A PARTE INTERESSADA SE BENEFICIE DA OMISSÃO PARA, MAIS TARDE, INVOCAR A NULIDADE COMO UM SUBTERFÚGIO PROCESSUAL. 4. A DECISÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI, SOBERANO NA APRECIAÇÃO DOS FATOS, SOMENTE DEVE SER ANULADA QUANDO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS, O QUE NÃO SE VERIFICA NO CASO CONCRETO. 5. APELAÇÃO IMPROVIDA.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO APELO INGRESSADO PELA DEFESA PARA REJEITAR A NULIDADE ARGUIDA E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À INCONFORMAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Antonio Liude Elias dos Santos (OAB: 36592A/CE) - José Paulo Amaro dos Santos (OAB: 44455A/CE) - Nathalie do Nascimento Lima (OAB: 18498/AL) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0001232-02.2018.8.06.0090 - Apelação Criminal - Icó - Apelante: A. da S. O. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL. INVERSÃO DO INTERROGATÓRIO DO RÉU E INOBSERVÂNCIA DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS QUANTO À ESCUTA ESPECIALIZADA PARA O DEPOIMENTO ESPECIAL. NO MÉRITO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS PARA CONDENAÇÃO. DESCLASIFICAÇÃO PARA A FORMA TENTADA OU PARA O CRIME DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL. CONDENAÇÃO. 1. A INVERSÃO DA ORDEM DO INTERROGATÓRIO NÃO IMPLICA, POR SI SÓ, VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA, A MENOS QUE SEJA DEMONSTRADO PREJUÍZO CONCRETO.2. O DENOMINADO "DEPOIMENTO ESPECIAL" VISA AO RESGUARDO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, EVITANDO SUA EVENTUAL REVITIMAÇÃO PELA SUCESSIVA COLHEITA DE DEPOIMENTOS, DE MODO QUE "O RÉU NÃO PODE ARGUIR NULIDADE REFERENTE A FORMALIDADE CUJA OBSERVÂNCIA SÓ INTERESSE À PARTE CONTRÁRIA, NA FORMA DO ARTIGO 565 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (AGRG NO RESP 1753468/AM , REL. MINISTRO JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, JULGADO EM 21/5/2019, DJE 6/6/2019).3. O CRIME DE ESTUPRO QUANDO EMERGE FIRME E COERENTE DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS PELA VÍTIMA E TESTEMUNHAS OUVIDAS JUDICIALMENTE CARECE DO RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE PENAL RESPECTIVA, MESMO QUE RESULTE EM PRATICAR ATOS LIBIDINOSOS, COMO TOCAR O CORPO DA VÍTIMA.4. PRESENTE O DOLO ESPECÍFICO DE SATISFAZER A LASCÍVIA, PRÓPRIA OU DE TERCEIRO, A PRÁTICA DE ATO LIBIDINOSO COM MENOR DE 14 ANOS CONFIGURA O CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL, INDEPENDENTEMENTE DA LIGEIREZA OU DA SUPERFICIALIDADE DA CONDUTA, NÃO SENDO POSSÍVEL SUA DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE IMPORTUNAÇÃO SEXUAL.5. NADA EXISTE A JUSTIFICAR A ATUAÇÃO DA TURMA REVISORA, NO TOCANTE À APLICAÇÃO DA PENA, VEZ QUE OBSERVADOS RIGOROSAMENTE OS DITAMES PREVISTOS NO ART. 59 E 68, DA LEI PENAL.7. RECURSO IMPROVIDO NA PARTE CONHECIDA.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO, E, NA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: José Inácio Lopes Lima (OAB: 38281/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0013839-60.2016.8.06.0173 - Apelação Criminal - Tianguá - Apelante: Adelino Vasconcelos Neto - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para dar-lhe parcial provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE PESSOAS. CONDENAÇÃO. RECURSO DEFENSIVO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DENÚNCIA. PRECLUSÃO. NO MÉRITO REQUERIMENTO ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVA. IMPROCEDÊNCIA. SUBSIDIARIAMENTE A DESCLASSIFICAÇÃO PARA FORMA TENTADA OU A FORMA SIMPLES. IMPOSSIBILIDADE. INVERSÃO DA POSSE DO BEM SUBTRAÍDO. TEORIA DA AMOTIO. FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. E A REVISÃO DA FRAÇÃO DE AUMENTO DA PENA DECORRENTE DO EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PROVIMENTO. DETRAÇÃO PENAL. AJUSTE PENALÓGICO.1. AS PALAVRAS DA VÍTIMA, FIRMES E COERENTES, NA DESCRIÇÃO DA AÇÃO DELITUOSA, CONFIRMAM A AUTORIA E CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME, PRATICADO MEDIANTE USO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE PESSOAS, INCIDINDO, IN CASU, AS MAJORANTES PREVISTAS NO ART. 157, § 2º, I E II, DA LEI PENAL.2.A POSSE MANSA E PACÍFICA DOS BENS, SEM QUALQUER RESISTÊNCIA EFETIVA NO MOMENTO DA SUBTRAÇÃO, CARACTERIZA A INVERSÃO DA POSSE, ELEMENTO ESSENCIAL PARA A CONFIGURAÇÃO DA CONSUMAÇÃO DO ROUBO.3. O CRITÉRIO MATEMÁTICO DE AUMENTO DA BASILAR EM RAZÃO DA VALORAÇÃO DESFAVORÁVEL DE CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL, PREVÊ QUE SE DEVE PROCEDER À EXASPERAÇÃO DA PENA COM BASE NA FRAÇÃO DE 1/8 (UM OITAVO) DO INTERVALO ENTRE A PENA MÍNIMA E A PENA MÁXIMA COMINADA AO TIPO PENAL.4. A ARMA FOI UTILIZADA PARA INTIMIDAR A VÍTIMA E GARANTIR A SUBTRAÇÃO DOS BENS, CIRCUNSTÂNCIA TÍPICA DO DELITO DE ROUBO MAJORADO, MAS NÃO HÁ INDÍCIOS DE QUE TENHA HAVIDO UMA SITUAÇÃO DE MAIOR GRAVIDADE QUE JUSTIFIQUE AUMENTO SUPERIOR AO MÍNIMO LEGAL, IMPLICANDO, ASSIM, A ADOÇÃO DA FRAÇÃO MÍNIMA DE 1/3 (UM TERÇO) PARA A MAJORAÇÃO DA PENA5. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO E, NA EXTENSÃO, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: José Helter Cardoso de Vasconcelos Júnior (OAB: 17668/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0054695-16.2020.8.06.0112 - Apelação Criminal - Crato - Apelante: M. P. do E. do C. - Apelado: A. dos S. P. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO MINISTERIAL. CRIME DE INCÊNDIO. PRETENSÃO CONDENATÓRIA.1.DELITOS QUE DEIXAM VESTÍGIOS EXIGEM O EXAME PERICIAL PARA A COMPROVAÇÃO DE SUA MATERIALIDADE, EXCETUANDO-SE OS CASOS NOS QUAIS HAJA A COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO.2.NÃO SENDO POSSÍVEL EXTRAIR-SE DO CONJUNTO PROBATÓRIO PRODUZIDO EM JUÍZO, A CERTEZA NECESSÁRIA DE QUE O APELANTE TENHA PRATICADO O CRIME ORA APURADO, IMPÕE-SE A SUA ABSOLVIÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 386, INC. II, DO CPP, EM OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. 3. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024 VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0201452-13.2023.8.06.0293 - Apelação Criminal - Crato - Apelante: Marcus Vinicius Rodrigues Pereira - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. RECURSO DA DEFESA. TRÁFICO PRIVILEGIADO (ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06). PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRAFICÂNCIA EVIDENCIADA. AUMENTO DA FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELO TRÁFICO PRIVILEGIADO. NÃO ACOLHIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA SOMADA AO FATO DE O RECORRENTE RESPONDER A OUTRO PROCESSO POR TRÁFICO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. TRATA-SE DE RECURSO EM QUE A PARTE REQUER A DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O CRIME DE POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PRÓPRIO, PREVISTO NO ART. 28 DA LEI DE DROGAS E, SUBSIDIARIAMENTE, O AUMENTO DA FRAÇÃO DE REDUÇÃO DA PENA EM DECORRÊNCIA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.2. IMPOSSIBILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS PARA POSSE PARA CONSUMO PRÓPRIO, UMA VEZ QUE A TRAFICÂNCIA SE ENCONTRA EVIDENCIADA, E A CONDIÇÃO DE USUÁRIO E TRAFICANTE PODEM COEXISTIR SIMULTANEAMENTE, SOBRETUDO PORQUE SE TRATA DE TIPO PENAL MÚLTIPLO.3. QUANTO AO PLEITO DE ACRÉSCIMO DA FRAÇÃO DE REDUÇÃO DA PENA PELO TRÁFICO PRIVILEGIADO, JULGO QUE O MAGISTRADO APRESENTOU FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA REDUZIR A PENA NO MÍNIMO LEGAL, ACRESCENDO-SE QUE ALÉM DA VARIEDADE DAS DROGAS E CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS, O APENADO RESPONDE A OUTRO PROCESSO IGUALMENTE POR TRÁFICO DE DRAGAS, O QUE, AO MEU SENTIR, RECOMENDA MAIOR REPROVABILIDADE DA CONDUTA, COMO REFLEXO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA EM SEU ASPECTO MATERIAL.4. INVIÁVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS E O SURSIS PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS.5. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Anderson Silva Costa (OAB: 40547/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0203899-40.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Eudes Souza de Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO MAJORADO. ART. 157, § 2.º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE AFASTAMENTO DA SÚMULA 231 DO STJ. INVIABILIDADE. ENTENDIMENTO SUMULAR PLENAMENTE EM VIGOR. RECENTE CONVALIDAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ENTENDIMENTO PERFILHADO POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES. SENTENÇA EM CONSONÂNCIA COM SÚMULA 231 E ART. 315 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0002206-51.2012.8.06.0057/50001 - Embargos de Declaração Criminal - Caridade - Embargante: Companhia Energética do Ceará - ENEL - Embargado: Fernando Ricardo Valentim - Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Embargos de Declaração não acolhidos conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos aclaratórios, mas para rejeitá-los, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL - TESE DE OMISSÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO NO TOCANTE AO RECONHECIMENTO DO DELITO DE FURTO QUALIFICADO - DESCABIMENTO - MATÉRIA JÁ SUFICIENTEMENTE ANALISADA E DECIDIDA NO JULGAMENTO DO RECURSO APELATÓRIO - EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DO DECISUM QUANTO AOS FUNDAMENTOS QUE CHANCELARAM A REGULARIDADE DA SENTENÇA RECORRIDA - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 18/TJCE - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO OU DE QUALQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 619, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.1. TRATA-SE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CRIMINAL OPOSTOS POR COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - ENEL ADVERSANDO O ACÓRDÃO PROFERIDO PELA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ NA SESSÃO DE JULGAMENTO DO DIA 09 DE OUTUBRO DE 2024 (FLS. 450/458), QUE CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTO PELA ORA EMBARGANTE, E JULGOU PREJUDICADO O EXAME DE MÉRITO DO APELO DO RÉU FERNANDO RICARDO VALENTIM, DECLARANDO, DE OFÍCIO, EXTINTA A PUNIBILIDADE DO REFERIDO RÉU, EM VIRTUDE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA RETROATIVA. 2. SOB A ALEGAÇÃO DE QUE O ACÓRDÃO RECORRIDO PADECERIA DO VÍCIO DE OMISSÃO “EM OBSERVAR QUE HOUVE, NO PRESENTE CASO, O EMPREGO DE FRAUDE, FATO SUFICIENTE PARA QUALIFICAR O DELITO DE FURTO EM COMENTO”, POSTULA A EMBARGANTE SEJAM CONFERIDOS EFEITOS INFRINGENTES AOS EMBARGOS “NO SENTIDO DE CORRIGIR A OMISSÃO APONTADA, MODIFICANDO A SENTENÇA NA RESPECTIVA MEDIDA E APLICANDO AO PRESENTE CASO, ALÉM DAS DEMAIS, A QUALIFICADORA CONSTANTE NO ARTIGO 155, §4º, II CP, PELO EMPREGO DE FRAUDE.” 3. AVULTA PATENTE DAS ALEGAÇÕES DA EMBARGANTE A PRETENSÃO DE PROMOVER A REVISÃO DO JULGADO E REDISCUTIR

MATÉRIA JÁ SUFICIENTEMENTE ANALISADA E DECIDIDA NO ACÓRDÃO GUERREADO, INTENÇÃO QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA 18, DESTA CORTE DE JUSTIÇA: "SÃO INDEVIDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE TÊM POR ÚNICA FINALIDADE O REEXAME DA CONTROVÉRSIA JURÍDICA JÁ APRECIADA."4. A IRRESIGNAÇÃO DA ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO/APELANTE/EMBARGANTE, DEDUZIDA NAS RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL, FOI DEVIDAMENTE APRECIADA POR ESTE SODALÍCIO SENDO EXPRESSAMENTE CONSIGNADOS OS FUNDAMENTOS QUE CHANCELARAM A REGULARIDADE DA SENTENÇA EXARADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU.5. AINDA QUE A EMBARGANTE TENHA ENTENDIMENTO DISSONANTE DAQUELE ALBERGADO PELO COLEGIADO, IMPENDE RATIFICAR QUE ESTE ÓRGÃO, À LUZ DOS ELEMENTOS DE PROVA PRODUZIDOS NA INSTRUÇÃO CRIMINAL, PONDEROU NÃO HAVER DESACERTO NA INTERPRETAÇÃO CONFERIDA AOS FATOS PELO JUÍZO MONOCRÁTICO, NÃO SE DIVISANDO A ESSE RESPEITO QUALQUER OMISSÃO NO DECISUM EMBARGADO.6. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO POSSUEM CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA O SEU CABIMENTO E NÃO CONSUBSTANCIAM VIA IDÔNEA PARA QUE A EMBARGANTE OBTENHA A REANÁLISE DAS QUESTÕES JÁ ENFRENTADAS E EXAMINADAS À SACIEDADE NA DECISÃO EMBARGADA E, BEM ASSIM, A SUA VIRTUAL REFORMA, TRATANDO-SE IN CASU DE MERO INCONFORMISMO DA RECORRENTE COM O RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO POR ELA INTERPOSTO.7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.ACÓRDÃO VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS, PARA REJEITÁ-LOS, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA CONSTANTE DO SISTEMA.DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Antônio Cleto Gomes (OAB: 5864/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0010552-44.2014.8.06.0049 - Apelação Criminal - Beberibe - Apelante: M. P. do E. do C. - Apelada: R. A. N. de M. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTE. ART. 218-B DO CP. ABSOLVIÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.1. A CONDENAÇÃO EXIGE PROVA INCONTESTÁVEL DA AUTORIA. HAVENDO ESPAÇO PARA DÚVIDA, COMO NO CASO, A CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DA VÍTIMA, QUE AFIRMOU ESTAR NO LOCAL PARA SE PROSTITUIR, DEVE EXSURGIR A ABSOLVIÇÃO. 2. AS PROVAS COLHIDAS NA FASE INQUISITORIAL NÃO PODEM FUNDAMENTAR EXCLUSIVAMENTE UMA CONDENAÇÃO, CONFORME DISPÕE O ART. 155 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. QUANDO DOS AUTOS REVELAM-SE INCONSISTÊNCIAS NOS DEPOIMENTOS PRESTADOS PELAS TESTEMUNHAS, DIVERGÊNCIAS ENTRE A VERSÃO APRESENTADA PELA VÍTIMA EM SEDE POLICIAL E EM JUÍZO, BEM COMO A AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MATERIAIS QUE CORROBOREM DE FORMA INEQUÍVOCA A PRÁTICA DO DELITO, RESTA AO JULGADOR, OPTAR PELA DECISÃO LIBERTÁRIA. 3. EM MATÉRIA PENAL, A DÚVIDA RAZOÁVEL DEVE SER INTERPRETADA EM FAVOR DO RÉU. O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO, COMO EXPRESSÃO DO ESTADO DE INOCÊNCIA, IMPÕE A MANUTENÇÃO DA ABSOLVIÇÃO NA AUSÊNCIA DE PROVAS CABAIS QUE DEMONSTREM A CULPABILIDADE DA ACUSADA.4. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA MANTIDA.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO APELO INGRESSADO PARA DESPROVÊ-LO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Tadeu Colaço de Almeida (OAB: 16968/CE)

Nº 0203251-91.2023.8.06.0293 - Apelação Criminal - Caridade - Apelante: Carlos Henrique Duarte Tavares - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO.MÉRITO: 1. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI DE DROGAS. DESCABIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. APREENSÃO DE QUANTIDADE DE DROGAS (VINTE E SETE GRAMAS) DE NATUREZA GRAVE (COCAÍNA). APREENSÃO DE DINHEIRO EM ESPÉCIE. ELEMENTOS INDICATIVOS DO TRÁFICO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. VALIDADE. TRAFICÂNCIA EVIDENCIADA. NÃO ADEQUAÇÃO AOS MOLDES DO ART. 28, § 2º DA LEI N.º 11.343/2006. CONTEXTO FÁTICO DA PRÁTICA DELITIVA QUE DENOTA A CULPABILIDADE DO RÉU COM RELAÇÃO AO CRIME DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS. CONDENAÇÃO MANTIDA.DOSIMETRIA:2. REEXAME DO CAPÍTULO DOSIMÉTRICO.2.1 1ª FASE: NECESSIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA DA CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO NÃO PODEM SER USADAS PARA EXASPERAR A PENA-BASE. SÚMULA Nº 444 DO STJ. MANUTENÇÃO DA EXASPERAÇÃO PELA NATUREZA E QUANTIDADE DAS DROGAS. NATUREZA GRAVE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 55 DO TJCE. NEGATIVAÇÃO DO VETOR DOS MAUS ANTECEDENTES. PENA-BASE MANTIDA NO MESMO PATAMAR.2.2 2ª FASE: NADA A ALTERAR. SEM AGRAVANTES OU ATENUANTES A SEREM RECONHECIDAS.2.3 3ª FASE: NÃO RECONHECIMENTO DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO (ART. 33, §4º, LEI 11.343/06). APELANTE QUE POSSUI MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO POSTERIOR POR FATOS ANTERIORES. PRECEDENTES DO STJ.2.4. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA MANTIDO NO SEMIABERTO. ART. 33, § 2º, "B", DO CPB.3. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0203251-91.2023.8.06.0293, EM QUE FIGURA COMO RECORRENTE CARLOS HENRIQUE DUARTE TAVARES E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA CONCEDER-LHE PARCIAL PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0225659-50.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Antonio Gabriel Bezerra Fernandes - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu

parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. RECURSO DA DEFESA.1. CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL.2. PEDIDO PARA RECORRER EM LIBERDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PRETENSÃO JÁ ALCANÇADA NA SENTENÇA. RECURSO NÃO CONHECIDO, NESTE PONTO.3. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE ILICITUDE DE PROVAS EM RAZÃO DE SUPOSTA ILEGALIDADE NA ABORDAGEM POLICIAL. NÃO ACOLHIMENTO. PRESENÇA DE FUNDADAS RAZÕES. ÁREA DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. RÉU BUSCOU SE EVADIR AO PERCEBER A PRESENÇA DA POLÍCIA. APREENSÃO DE CRACK E PEQUENA QUANTIDADE DE DINHEIRO TROCADO. PROVAS LÍCITAS.4. TESE DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. TESTEMUNHOS POLICIAIS CLAROS E SEGUROS. CONFISSÃO DO RÉU NA DELEGACIA. MATERIAL APREENDIDO (24 PEDRAS DE CRACK E DINHEIRO TROCADO), EVIDENCIA A VENDA DE ENTORPECENTES. PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDAS ACERCA DE AUTORIA. COMPROVADA A MERCANCIA DE DROGAS ILÍCITAS.5. RECONHECIMENTO DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. RÉU QUE OSTENTA VASTA FICHA DE ATOS INFRACIONAIS. CURTO LAPSO TEMPORAL DECORRIDO ENTRE OS ATOS INFRACIONAIS E A PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO EM ANÁLISE. COMPROVADA A DEDICAÇÃO DO APELANTE A ATIVIDADES CRIMINOSAS. PRECEDENTES. REQUISITOS PARA A BENESSE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO NÃO PREENCHIDOS.6. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E NO COGNOSCÍVEL, DESPROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0228064-54.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Davi Almeida da Silva - Apelante: José Israel Vieira de Sousa - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos, para dar-lhes parcial provimento, nos estreitos limites de retificar as censuras penais fixadas em desfavor dos réus, nos termos do voto da Desa. Relatora." - PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO PELO REPOUSO NOTURNO, COMPARSARIA E ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. CONFISSÃO DOS RÉUS CORROBORADA PELOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO E DE AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO REPOUSO NOTURNO. 1. CONFIGURA-SE A TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO QUANDO O AGENTE, EM CONCURSO COM OUTROS INDIVÍDUOS, INICIA A EXECUÇÃO DO CRIME, ROMPENDO OBSTÁCULOS PARA A SUBTRAÇÃO DE BENS, MAS É IMPEDIDO DE CONSUMÁ-LO POR CIRCUNSTÂNCIAS ALHEIAS À SUA VONTADE (ART. 14, II C/C ART. 155, §4º, CP).2. A CONFISSÃO DOS RÉUS, CORROBORADA PELOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS QUE ATUARAM NA OCORRÊNCIA, CONSTITUI PROVA ROBUSTA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA DELITIVA, NÃO HAVENDO RAZÕES PARA A ABSOLVIÇÃO PLEITEADA PELA DEFESA.3. A PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO REPOUSO NOTURNO, ENCONTRA RESSONÂNCIA NO TEMA 1087 DO STJ. A CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO § 1º DO ART. 155 DO CP - COMETIDO DURANTE O REPOUSO NOTURNO - NÃO INCIDE NO CRIME DE FURTO NA SUA FORMA QUALIFICADA (§ 4º), POR NÃO GUARDAR CORRELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE, O QUE NÃO IMPEDE SEJA UTILIZADA TAL SITUAÇÃO COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL.4.RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DO RECURSO, PARA LHE DAR PARCIAL PROVIMENTO, NOS ESTREITOS LIMITES DE RETIFICAR AS CENSURAS PENAIS FIXADAS EM DESFAVOR DOS RÉUS, INALTERADO O RESTANTE DO JULGADO. NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0010193-89.2022.8.06.0154 - Apelação Criminal - Quixeramobim - Apelante: Hélio Félix de Sousa - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÂNSITO. ART. 306, §1º, II DO CTB. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE APLICAÇÃO DO REGIME ABERTO PARA CUMPRIMENTO INICIAL DE PENA. IMPOSSIBILIDADE. PENA DEFINITIVA FIXADA EM 1 (UM) ANO DE DETENÇÃO. FIXADO O REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO NO SEMIABERTO. RECRUDESCIMENTO DO REGIME FACE A EXISTÊNCIA DE DUAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVADAS E CONSIDERANDO A REINCIDÊNCIA DO AGENTE. SÚMULA 269 D STJ. PRECEDENTES. REGIME SEMIABERTO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO, EM OBSERVÂNCIA AO TEOR DA SÚMULA N. 719 DO STF. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO Nº 0010193-89.2022.8.06.0154, EM FACE DE SENTENÇA PROLATADA PELO DOUTO JUIZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM/CE, EM QUE FIGURA COMO APELANTE HÉLIO FÉLIX DE SOUSA E APELADO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Rômulo de Oliveira Coelho (OAB: 19315/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0012743-22.2008.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: J. S. L. - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." A Exma. Sra. Desa. Maria Ilna Lima de Castro, não participou do julgamento, diante de seu impedimento legal. - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO. FATOS ANTERIORES À ALTERAÇÃO LEGISLATIVA N° 12.015/2009. ART. 213 C/C ARTS. 224, A, 71 E 226, II, TODOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. 1. PRELIMINAR. TESE DE NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL. NÃO ACOLHIMENTO. APELANTE QUE SE EVADIU DO DISTRITO DE CULPA. APÓS CERTIFICADA A IMPOSSIBILIDADE DE CITAÇÃO PESSOAL DO RÉU, PROCEDEU-SE A SUA CITAÇÃO POR EDITAL, TUDO EM PERFEITA CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO PROCESSUAL VIGENTE. SUPOSTA NULIDADE RESTOU SUPERADA COM A CITAÇÃO PESSOAL DO ACUSADO E APRESENTAÇÃO DA

RESPOSTA À ACUSAÇÃO POR INTERMÉDIO DO SEU DEFENSOR, SENDO-LHE OPORTUNIZADO O PLENO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SAN GRIEF. ART. 563 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. 2. MÉRITO. PLEITO ABSOLUTÓRIO. TESE DE FRAGILIDADE DO ARCABOUÇO PROBATÓRIO. DESCABIMENTO. CONJUNÇÃO CARNAL PRATICADO CONTRA ADOLESCENTE DE 13 (TREZE) ANOS DE IDADE À ÉPOCA DOS FATOS. RELEVÂNCIA DA PALAVRA DA OFENDIDA QUE PRESTOU RELATO FIRME E DETALHADO ACERCA DA DINÂMICA FÁTICA E FOI CORROBORADA PELOS RELATOS DE TODAS AS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA ACUSAÇÃO E PELA DEFESA. EM RAZÃO DOS ABUSOS SOFRIDOS, A VÍTIMA ACABOU ENGRAVIDANDO. ACERVO PROBANTE SUFICIENTEMENTE APTO A ENSEJAR O ÉDITO CONDENATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO N. 0012743-22.2008.8.06.0001, EM QUE FIGURA COMO APELANTE J. S. L. E APELADO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONSONÂNCIA COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0089707-22.2009.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelada: Selma Maria de Sousa - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIME. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DECISÃO DOS JURADOS NEGANDO A AUTORIA. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. 1. O CONTROLE JUDICIAL SOBRE AS DECISÕES DOS JURADOS É LIMITADO, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. ESSE PRINCÍPIO LHES CONFERE O PODER DE DECIDIR SOBRE A CULPABILIDADE OU INOCÊNCIA DO RÉU COM BASE NO SISTEMA DE ÍNTIMA CONVICÇÃO, SEM A NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS QUESITOS.2. PARA QUE A ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS SEJA ACOLHIDA, É NECESSÁRIO DEMONSTRAR QUE A DECISÃO DESTOOU FLAGRANTEMENTE DO CONJUNTO PROBATÓRIO, OU SEJA, QUE NÃO ENCONTRA NENHUM SUPORTE NAS PROVAS PRODUZIDAS. NÃO SE TRATA DE UM MERO JUÍZO DE VALOR SOBRE A PREPONDERÂNCIA DE UMA PROVA SOBRE OUTRA, MAS SIM DE UMA DISCREPÂNCIA EVIDENTE ENTRE O VEREDICTO E AS EVIDÊNCIAS.3. A RESPOSTA AOS QUESITOS, COMO OCORREU, É FACTÍVEL E CRÍVEL, SE CONSIDERADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS QUE NORTEARAM OS FATOS AQUI APURADOS E O CONTEÚDO DAS PROVAS APRESENTADO.4. RECURSO IMPROVIDO. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER O RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA RELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0174421-60.2019.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: P. C. C. L. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ART.217-A, C/C O ART. 226, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. CONTINUIDADE DELITIVA. CONDENAÇÃO. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO OU REDIMENSIONAMENTO DA PENA.1. AS PALAVRAS DA VÍTIMA, EM CRIMES SEXUAIS, EM SUA MAIORIA COMETIDOS ÀS ESCONDIDAS, BASTA A ENSEJAR O JUÍZO CONDENATÓRIO.2. A FRAÇÃO DE AUMENTO DECORRENTE DA CONDIÇÃO DE TIO DA VÍTIMA É ESTABELECIDO NO ART. 226, INCISO II, DA LEI PENAL, IMPOSITIVO LEGAL, PORTANTO. 4. PRATICADOS DOIS CRIMES DA MESMA ESPÉCIE EM CONDIÇÕES SEMELHANTES DE TEMPO, LUGAR E MANEIRAS DE EXECUÇÃO, IMPOSITIVO O RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA, COM O CONSEQUENTE AUMENTO DE UM SEXTO, NOS TERMOS DA JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ.5. RECURSO IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Tadeu Colaço de Almeida (OAB: 16968/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0203251-91.2023.8.06.0293 - Apelação Criminal - Caridade - Apelante: Carlos Henrique Duarte Tavares - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI N.º11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO.MÉRITO: 1. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI DE DROGAS. DESCABIMENTO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. APREENSÃO DE QUANTIDADE DE DROGAS (VINTE E SETE GRAMAS) DE NATUREZA GRAVE (COCAÍNA). APREENSÃO DE DINHEIRO EM ESPÉCIE. ELEMENTOS INDICATIVOS DO TRÁFICO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS. VALIDADE. TRAFICÂNCIA EVIDENCIADA. NÃO ADEQUAÇÃO AOS MOLDES DO ART. 28, § 2º DA LEI N.º 11.343/2006. CONTEXTO FÁTICO DA PRÁTICA DELITIVA QUE DENOTA A CULPABILIDADE DO RÉU COM RELAÇÃO AO CRIME DO ART. 33 DA LEI DE DROGAS. CONDENAÇÃO MANTIDA.DOSIMETRIA:2. REEXAME DO CAPÍTULO DOSIMÉTRICO.2.1 1ª FASE: NECESSIDADE DE NEUTRALIZAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA DA CONDUTA SOCIAL. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA. AÇÕES PENAIS EM ANDAMENTO NÃO PODEM SER USADAS PARA EXASPERAR A PENA-BASE. SÚMULA Nº 444 DO STJ. MANUTENÇÃO DA EXASPERAÇÃO PELA NATUREZA E QUANTIDADE DAS DROGAS. NATUREZA GRAVE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 55 DO TJCE. NEGATIVAÇÃO DO VETOR DOS MAUS ANTECEDENTES. PENA-BASE MANTIDA NO MESMO PATAMAR.2.2 2ª FASE: NADA A ALTERAR. SEM AGRAVANTES OU ATENUANTES A SEREM RECONHECIDAS.2.3 3ª FASE: NÃO RECONHECIMENTO DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO (ART. 33, §4º, LEI 11.343/06). APELANTE QUE POSSUI MAUS ANTECEDENTES. CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO POSTERIOR POR FATOS ANTERIORES. PRECEDENTES DO STJ.2.4. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA MANTIDO NO SEMIABERTO. ART. 33, § 2º, “B”, DO CPB.3. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.ACÓRDÃOVISTOS,

RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0203251-91.2023.8.06.0293, EM QUE FIGURA COMO RECORRENTE CARLOS HENRIQUE DUARTE TAVARES E RECORRIDO O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO PARA CONCEDER-LHE PARCIAL PROVIMENTO, TUDO NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR.FORTALEZA, DATA E HORA INDICADAS PELO SISTEMA.DES. FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVARELATOR . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0242929-87.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Wellington Camargo Teixeira Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Assistente: Tiago Henrique Cavalcante de Andrade - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator.” - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - LATROCÍNIO TENTADO EM CONCURSO FORMAL COM ROUBO MAJORADO. - RECURSO DA DEFESA. 1) PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO A QUO. PRETENSÃO DE SUBMISSÃO AO JÚRI. DESCABIMENTO. CONDUTA DO RÉU DE DISPARAR CONTRA O POLICIAL, COM FITO DE ASSEGURAR AÇÃO DE ROUBO. SÚMULA Nº 631 DO STJ. PRELIMINAR RECHAÇADA. 2) MÉRITO - DOSIMETRIA - ALEGAÇÃO DE SER INIDÔNEA A MAJORAÇÃO DA PENA-BASE E QUE ESTA DEVERIA TER SIDO FIXADA NO MÍNIMO LEGAL - DESCABIMENTO - PENA FIXADA OBSERVADA A PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS, ACORDA A 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE DE VOTOS, EM CONHECER DO RECURSO APELATÓRIO, PARA LHE NEGAR PROVIMENTO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO EMINENTE RELATOR. FORTALEZA, DATA CONSTANTE DO SISTEMA. DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Silvio Vieira da Silva (OAB: 11147/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Cícero Roberto Bezerra de Lima (OAB: 29999/CE) - Jullye Ellen Diógenes Costa (OAB: 42639/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0006152-42.2014.8.06.0160 - Apelação Criminal - Santa Quitéria - Apelante: F. O. M. de O. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL. APELAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADAS NOS AUTOS, PALAVRA DA VÍTIMA POSSUI RELEVANTE VALOR EM DELITOS DESTA NATUREZA, UMA VEZ QUE TAIS INFRAÇÕES, GERALMENTE, OCORREM ÀS ESCONDIDAS.- O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA FIRMOU A TESE DE QUE PRESENTE O DOLO ESPECÍFICO DE SATISFAZER À LASCÍVIA, PRÓPRIA OU DE TERCEIRO, A PRÁTICA DE ATO LIBIDINOSO COM MENOR DE 14 ANOS CONFIGURA O CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A DO CP), INDEPENDENTEMENTE DA LIGEIREZA OU DA SUPERFICIALIDADE DA CONDUTA. - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: D. P. do E. do C. - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0201546-82.2022.8.06.0167 - Apelação Criminal - Sobral - Apelante: M. G. B. F. - Apelado: M. P. do E. do C. - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. PLEITO PRELIMINAR DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. PEDIDO MERITÓRIO DE ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS, ANTE A AUSÊNCIA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE DIMINUIÇÃO DA PENA PARA O MÍNIMO LEGAL. RECURSO DA DEFESA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NO COGNOSCÍVEL, NÃO PROVIDO.I. CASO EM EXAME1. CUIDAM OS AUTOS DE RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTOS POR M. G. B. F. O ACUSADO FOI CONDUZIDO À DELEGACIA PELA POLÍCIA MILITAR APÓS TER AGREDIDO SUA SOBRINHA COM UMA PÁ. A SENTENÇA CONDENOU O APELANTE PELO CRIME PREVISTO NO ART. 129, § 13º, C/C ART. 61, II, “F”, AMBOS DO CÓDIGO PENAL, C/C ART. 7º, I DA LEI Nº 11.340/06. DIANTE DA DECISÃO, A DEFESA INTERPÔS RECURSO DE APELAÇÃO PLEITEANDO PELA ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO, ALEGANDO INSUFICIÊNCIA DE PROVAS, E, SUBSIDIARIAMENTE, A DIMINUIÇÃO DA PENA PARA O MÍNIMO LEGAL. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO2. A QUESTÃO A SER DISCUTIDA CONSISTE EM: (I) DECIDIR SOBRE A APLICAÇÃO DA BENESSE DA JUSTIÇA GRATUITA; (II) SABER SE A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO ACUSADO DA FATO RESTARAM PROVADAS NOS AUTOS; (II) SABER SE A PENA É PASSÍVEL DE SER REDUZIDA PARA O MÍNIMO LEGAL.III. RAZÕES DE DECIDIR3. ACERCA DO PLEITO DE CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, ESTE NÃO DEVE SER CONHECIDO, POR SER MATÉRIA AFETA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO, AUTORIDADE COMPETENTE PARA EXAMINÁ-LA, ONDE MOSTRA-SE MAIS ADEQUADA A ANÁLISE DE EVENTUAL ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO RÉU.4. A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO APELANTE RESTARAM DEVIDAMENTE COMPROVADAS PELO ACERVO PROBATÓRIO LEVADO A CABO DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL, MOSTRANDO-SE HÁBEIS PARA CONFIRMAR A TESE DA ACUSAÇÃO, POR MEIO DO LAUDO PERICIAL ÀS FLS. 82/84, E PELOS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS E DA VÍTIMA TANTO NA FASE INQUISITORIAL, COMO NA FASE INSTRUTÓRIA.5. IMPERIOSO DESTACAR QUE A PALAVRA DA VÍTIMA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POSSUI ESPECIAL VALOR PROBATÓRIO.6. NÃO HÁ MOTIVOS PARA SE REDUZIR A PENA PARA O MÍNIMO LEGAL, DADO QUE DUAS DAS TRÊS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS ANALISADAS FORAM CORRETAMENTE NEGATIVADAS NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA. DESTAQUE-SE QUE A CIRCUNSTÂNCIA DA PERSONALIDADE MERECE O DEVIDO AFASTAMENTO, POIS NÃO HÁ NOS AUTOS PROVAS A RESPEITO DO COMPORTAMENTO ÉTICO-SOCIAL DO APELANTE.7. APÓS A REANÁLISE DOS FUNDAMENTOS E DO CÁLCULO DOSIMÉTRICO, CONCLUE-SE PELA IMPOSSIBILIDADE DE CONDUZIR A PENA AO PATAMAR MÍNIMO, EM VIRTUDE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVADAS NA PRIMEIRA FASE E PELO INCREMENTO DA FRAÇÃO DE 1/6 NA SEGUNDA FASE, EM RAZÃO DA AGRAVANTE GENÉRICA PREVISTA

NO ART. 61, INCISO II, ALÍNEA “F” DO CÓDIGO PENAL.8. COM OS DEVIDOS AJUSTES E CORREÇÕES, A PENA MANTEVE-SE NO MESMO PATAMAR, ISTO É, EM 01 (UM) ANO E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, EM HOMENAGEM AO PRINCÍPIO PENAL DO NON REFORMATIO IN PEJUS.IV. DISPOSITIVO E TESE9. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0277523-59.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Francisco Isael Lima da Silva - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO MINISTERIAL. ARTIGOS 311 E 331 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. PLEITO CONDENATÓRIO. CABIMENTO. PROVAS SUFICIENTES DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1 - RESTANDO DEVIDAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS A MATERIALIDADE E A AUTORIA DELITIVAS, BEM COMO O DOLO DO APELANTE, QUANTO AOS CRIMES DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR E DESACATO, NARRADOS NA DENÚNCIA, A CONDENAÇÃO É MEDIDA IMPOSITIVA.2 RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, EM CONHECER DO APELO, DANDO-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Defensoria Pública do Estado do Ceará

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0207195-70.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Joel Nascimento Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DE BUSCA PESSOAL. MÉRITO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO PARA TRÁFICO PRIVILEGIADO. EXCLUSÃO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. REFORMA DO CÁLCULO DOSIMÉTRICO E ABOLIÇÃO DA PENA CORPORAL POR ALTERNATIVAS PENAIS. CONDENAÇÃO. 1. A FONTE GERATRIZ DE FUNDADA SUSPEITA DECORREU DA ATUAÇÃO DOS POLICIAIS EM ÁREA SABIDAMENTE CONHECIDA COMO DE VENDAS DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES.2. A DIVERSIDADE DAS SUBSTÂNCIAS PROSCRITAS APREENDIDAS EM LOCAL CONHECIDO COMO DE COMÉRCIO DE DROGAS AFASTAM A PRETENSÃO DESCLASSIFICATÓRIA.4. QUANDO RESTA INCONTROVERSO QUE NA DATA DO FATO O RÉU JÁ HAVIA SIDO DEFINITIVAMENTE CONDENADO POR CRIME DA MESMA ESPÉCIE, PROCEDE A INFLUÊNCIA DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA NO CÁLCULO DOSIMÉTRICO.5. AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO EM FLAGRANTE DO RÉU E A SUA CONDENAÇÃO ANTERIOR TRÂNSITA EM JULGADO, SE CONSTITUEM EM ÓBICES OBJETIVOS AO RECONHECIMENTO DO FAVOR LEGAL PARA APLICAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIS6. RECURSO IMPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, TOMAR CONHECIMENTO DA INCONFORMAÇÃO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Fabiano Bezerra Martins (OAB: 42341/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0215340-18.2024.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Vanesio Lemos de Paula - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. ROUBO MAJORADO (ART. 157, § 2º, INCISO VII, DO CÓDIGO PENAL. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO USO DE ARMA BRANCA. NÃO ACOLHIMENTO. VÍTIMA QUE FOI CATEGÓRICA EM AFIRMAR QUE O RÉU A AMEAÇOU COM UMA FACA. CONFISSÃO DO PRÓPRIO ACUSADO. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO E PERÍCIA DA ARMA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0630922-93.2024.8.06.0000/50000 - Embargos de Declaração Criminal - Fortaleza - Embargante: Gilson Sérgio Pereira Alves - Embargante: José Jairton Bento - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Embargos de Declaração acolhidos conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. “A Turma, por unanimidade de votos, acolheu os embargos de declaração sem efeitos modificativos, nos termos do voto da Desa. Relatora.” - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PLEITO DE DESARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. EXAME SOBRE TESE DE OBSCURIDADE QUANTO À AUSÊNCIA DE PROVAS NOVAS SUBSTANCIAIS.1. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SÃO CABÍVEIS QUANDO HOUVER, NO ACÓRDÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU QUANDO FOR OMITIDO PONTO SOBRE O QUAL DEVIA PRONUNCIAR-SE O TRIBUNAL E, AINDA, PARA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL.2. NÃO HÁ DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO DESARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL COM O OBJETIVO EXCLUSIVO DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS ORIGINAIS DO ARQUIVAMENTO, ESPECIALMENTE QUANDO A ALEGADA “PROVA NOVA” CORRESPONDE APENAS A UMA MUDANÇA DE NARRATIVA DA SUPOSTA VÍTIMA, SEM SUPORTE EM ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUBSTANCIALMENTE INOVADORES OU ESCLARECIMENTOS SUFICIENTES SOBRE AS RAZÕES DA ALTERAÇÃO DO DEPOIMENTO.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, ACOLHER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024. VANJA FONTENELE PONTESDESEMBARGADORA PRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Paulo César Barbosa Pimentel (OAB: 9165/CE) - Gilson Sérgio Pereira Alves (OAB: 35400/CE)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0005780-51.2018.8.06.0064 - Apelação Criminal - Caucaia - Apelante: M. P. do E. do C. - Apelado: S. H. K. - Assistente: D. C. L. R. - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE LESÃO CORPORAL LEVE E DE SUBMISSÃO DE MENOR A SITUAÇÃO VEXATÓRIA. RECURSO MINISTERIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO DO RÉU. NÃO ACOLHIMENTO. ACERVO PROBATÓRIO FRÁGIL. DEPOIMENTO DA VÍTIMA NÃO COLHIDO. AUSÊNCIA DE FIRME COMPROVAÇÃO DOS FATOS DESCRITOS NA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA DE PROVAS ROBUSTAS. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA SENTENÇA COMBATIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Luiz Carlos Souza Vasconcelos Júnior (OAB: 43462/BA) - Fernanda Zampol Loberto (OAB: 251891/SP) - Aline Panace Menino (OAB: 314949/SP) - Filipe Panace Menino (OAB: 336461/SP)

Nº 0200428-51.2022.8.06.0303 - Apelação Criminal - Russas - Apelante: Jose Augusto da Silva Junior - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. 1) PRELIMINAR DE NULIDADE. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DE DOMICÍLIO. DESCABIMENTO. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL. ESTADO DE FLAGRANTE DELITO. ELEMENTOS NOS AUTOS INFORMANDO QUE A ENTRADA DOS POLICIAIS FOI AUTORIZADA. INVASÃO A DOMICILIO NÃO CARACTERIZADA. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. LICITUDE DAS PROVAS OBTIDAS. PRELIMINAR REJEITADA. 2) PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. DESCABIMENTO. A MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME PRATICADO PELO RÉU SÃO MATÉRIAS INCONTROVERSAS, RESTANDO ESTAS DEVIDAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS, SENDO A MATERIALIDADE ATRAVÉS DO AUTO DE APREENSÃO E APRESENTAÇÃO DE FL. 11 E LAUDOS PERICIAIS DE FLS. 121/123 (MACONHA) E FLS. 124/126 (COCAÍNA) E A AUTORIA ATRAVÉS DO INQUÉRITO POLICIAL (FLS.1/24) E AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (MÍDIAS ACOSTADAS À FL. 150). 3) ANALISE DO CAPÍTULO DOSIMÉTRICO DE DECRETO CONDENATÓRIO. NA PRIMEIRA E SEGUNDA FASES. SEM REPROCHES A FAZER. NA TERCEIRA FASE. NÃO EXISTEM MAJORANTES. O FATOR REFERENTE À QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA NÃO PODE SERVIR, POR SI SÓ, PARA JUSTIFICAR A NÃO CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO AO RÉU, PRINCIPALMENTE POR NÃO CONSTAR EXPRESSAMENTE ESTE REQUISITO NA REDAÇÃO DO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS, OU SEJA, O LEGISLADOR ORDINÁRIO NÃO PREVIU ESTA HIPÓTESE PARA OBSTACULIZAR A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO MENORISTA DE PENA EM QUESTÃO (TRÁFICO PRIVILEGIADO). EM CASOS ESPECÍFICOS, EM QUE EXISTAM OUTROS ELEMENTOS INDICATIVOS DE QUE O RÉU POSSUA DEDICAÇÃO À CRIMINALIDADE, A NATUREZA E A QUANTIDADE DE DROGAS PODEM SER SOPESADAS PARA CORROBORAR ESTE ENTENDIMENTO, ENTRETANTO, NO PRESENTE CASO, NÃO VISLUMBRO ASPECTOS ADJUTÓRIOS PARA FORMAR O CONVENCIMENTO DE QUE O RÉU JÁ POSSUÍA DEDICAÇÃO À CRIMINALIDADE NA OCASIÃO DOS FATOS ORA TRATADOS. PRECEDENTE DO STF. EM PESQUISAS REALIZADAS ATRAVÉS DOS SISTEMAS SAJPG E CANCUN VERIFIQUEI QUE O RÉU RESPONDE APENAS AO PRESENTE FEITO CRIMINAL. SENDO O RÉU PRIMÁRIO E PREENCHENDO OS DEMAIS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 33, § 4º, DA LEI DE DROGAS, A APLICAÇÃO DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO É UM DIREITO QUE LHE ASSISTE, NO PATAMAR MÁXIMO DE 2/3 (DOIS TERÇOS), HAJA VISTA QUE O VETOR "NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGA" JÁ FOI UTILIZADO NA PRIMEIRA FASE PARA EXASPERAR A PENA-BASE, NÃO PODENDO SER NOVAMENTE UTILIZADO NA TERCEIRA FASE PARA MODULAR A FRAÇÃO REDUTORA DO TRÁFICO PRIVILEGIADO PARA NÃO INCORRER EM INDEVIDO BIS IN IDEM. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE Nº 0200428-51.2022.8.06.0303, EM FACE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELO JUIZ DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS/CE, EM QUE FIGURA COMO APELANTE JOSÉ AUGUSTO DA SILVA JÚNIOR.ACORDAM OS MEMBROS INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA/CE, DATA CONSTANTE NO SISTEMA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Douglas Rodrigues Freire (OAB: 40751/CE) - Rogério de Sousa Cruz (OAB: 35733/CE) - Gabrielle Costa Ferreira (OAB: 41663/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0271501-82.2023.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Augusto Sergio Moreno Meireles - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. VANJA FONTENELE PONTES - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO DE APELAÇÃO. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. VALIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. COMPROVADAS, ATRAVÉS DA PROVA ORAL COLHIDA, A AUTORIA E A MATERIALIDADE DO CRIME DE ROUBO IMPUTADO AO APELANTE, ESPECIALMENTE PELAS FIRMES DECLARAÇÕES DO OFENDIDO, CORROBORADAS POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA, EM CASO QUE O AGENTE FOI PRESO NA POSSE DO APARELHO CELULAR SUBTRAÍDO, A CONDENAÇÃO É MEDIDA QUE SE IMPÕE. 2. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE AÇÃO PENAL EM QUE SE INTERPÕE APELAÇÃO, ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA TURMA JULGADORA DA 2A CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECER DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO, TUDO EM CONFORMIDADE COM O VOTO DA EMINENTE RELATORA.FORTALEZA, 6 DE NOVEMBRO DE 2024.VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADOR E RELATORA . - Advs: Fabiano Bezerra Martins (OAB: 42341/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0812479-15.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: José Dimas Diniz Rufino - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, acolhendo a preliminar de nulidade da sentença condenatória, devendo os autos voltarem à

origem para que seja oportunizada à defesa do réu, ora apelante, a apresentação das alegações finais, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. (ART. 1.º, INC. V, DA LEI FEDERAL Nº 8.137/90 C/C ART. 71 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DEFENSIVO. 1) PRELIMINAR DE NULIDADE PROCESSUAL ABSOLUTA POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFESA DO RÉU PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS. CABIMENTO. A AUSÊNCIA DE ALEGAÇÕES FINAIS DEFENSIVAS PREJUDICA A DEFESA. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. SÚMULA 523 DO STF. ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA CONFECÇÃO DOS MEMORIAIS. SENTENÇA NULA. 2) PLEITO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO EM VIRTUDE DO PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO. DESCABIMENTO. PARA QUE SEJA SUSPENSA A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO É NECESSÁRIO QUE O PEDIDO DE PARCELAMENTO TENHA SIDO FORMALIZADO ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA DECLARADA NULA, DEVENDO OS AUTOS VOLTAREM À ORIGEM PARA QUE SEJA OPORTUNIZADA À DEFESA DO RÉU, ORA APELANTE, A APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE APELAÇÃO Nº 0812479-15.2021.8.06.0001, EM FACE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELO JUÍZO DA VARA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA DA COMARCA DE FORTALEZA, EM QUE FIGURA COMO APELANTE JOSÉ DIMAS DINIZ RUFINO.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DO APELO PARA DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, ACOLHENDO A PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, DEVENDO OS AUTOS VOLTAREM À ORIGEM PARA QUE SEJA OPORTUNIZADA À DEFESA DO RÉU, ORA APELANTE, A APRESENTAÇÃO DAS ALEGAÇÕES FINAIS, TUDO EM CONSONÂNCIA COM O VOTO DO EMINENTE RELATOR. . - Advs: Luma Maria Marques Cavalcante (OAB: 28511/CE) - Michelle Freitas Martins (OAB: 47213/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0010675-38.2024.8.06.0034 - Apelação Criminal - Aquiraz - Apelante: Lucas Silva Falcão de Almeida - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto da Desa. Relatora." Fez sustentação oral, no tempo regimental, o advogado do apelante, bem como o representante do Ministério Público. - EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSO PENAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. PRETENSÃO DE REVERSÃO DE INDEFERIMENTO DE PEDIDO RESTITUIÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO (AUTOMÓVEL). NECESSIDADE DE APREENSÃO DE BENS QUE POSSAM TER LIGAÇÃO COM A PRÁTICA DE DELITOS. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DE DELITO PATRIMONIAL GRAVE. AÇÃO PENAL EM CURSO. POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA PENA DE PERDIMENTO DO BEM AO FINAL DA AÇÃO PENAL. BEM QUE INTERESSA AO PROCESSO. INTELIGÊNCIA DO ART. 118 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. . - Advs: José Edson Nogueira Costa (OAB: 6755/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0016124-91.2016.8.06.0119 - Apelação Criminal - Maranguape - Apelante: Ministério Público do Estado do Ceará - Apelado: Tiago Sousa da Silva - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, mas para negar-lhe provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006). POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12 DA LEI Nº 10.826/2003). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA BASEADA NA ILICITUDE DAS PROVAS COLETADAS. RECURSO DA APELAÇÃO. TESE DE CRIME PERMANENTE E QUE A SUPOSTA INVASÃO DA RESIDÊNCIA DO ACUSADO NÃO REPRESENTA OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INVIOLABILIDADE DE DOMICÍLIO. DESCABIMENTO. CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO QUE EVIDENCIOU A ILEGALIDADE DA ENTRADA DOS POLICIAIS NA RESIDÊNCIA DO APELADO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE ESTARIA HAVENDO TRÁFICO DE DROGAS DENTRO DA RESIDÊNCIA ONDE AS DROGAS FORAM ENCONTRADAS. ENTRADA FORÇADA EM DOMICÍLIO SEM MANDADO JUDICIAL SÓ É LÍCITA SE AMPARADA EM FUNDADAS RAZÕES, DEVIDAMENTE JUSTIFICADAS A POSTERIORI, QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA ESTARIA OCORRENDO SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO. RÉU ABORDADO EM VIA PÚBLICA PORTANDO MACONHA, TENDO O RÉU ADUZIDO QUE A DROGA SE DESTINAVA AO SEU USO PRÓPRIO. QUANTIDADE DE MACONHA QUE O RÉU PORTAVA CONSIGO COMPATÍVEL COM A QUE UM USUÁRIO TERIA PARA FAZER USO PRÓPRIO. NÃO RESTOU DEMONSTRADA A PRESENÇA DE ELEMENTOS MÍNIMOS QUE INDICASSEM A SUSPEITA DE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO A PERMITIR QUE A BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR FOSSE FEITA SEM MANDADO JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ. PROVAS COLETAS VICIADAS, INSERVÍVEIS PARA A CONDENAÇÃO (TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA EXARADA NO PRIMEIRO GRAU CONFIRMADA.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS OS PRESENTES AUTOS DE Nº 0016124-91.2016.8.06.0119, EM FACE DE SENTENÇA ABSOLUTÓRIA PROFERIDA PELO JUIZ DA VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MARANGUAPE/CE, EM QUE FIGURA COMO APELANTE, O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, E COMO APELADO, TIAGO SOUSA DA SILVA.ACORDAM OS MEMBROS INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE, EM CONHECER DO RECURSO INTERPOSTO, PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INALTERADA A DECISÃO EXARADA PELO MAGISTRADO PRIMEVO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.FORTALEZA/CE, DATA CONSTANTE NO SISTEMA. VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Paulo Landim de Macêdo Neto (OAB: 44554/CE)

Nº 0202122-36.2023.8.06.0298 - Apelação Criminal - Itapipoca - Apelante: Davi Evangelista da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL E PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES EM SUA FORMA PRIVILEGIADA (ART. 33, §4º, DA LEI N. 11.343/06); POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 12, CAPUT, DA LEI N. 10.826/03); PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO (ART. 14, CAPUT, DA LEI N. 10.826/03). RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA.1. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. NÃO ACOLHIMENTO. CRIMES PERMANENTES CARACTERIZAM ESTADO DE FLAGRÂNCIA. FUNDADAS RAZÕES PARA O INGRESSO DOS

POLICIAIS. JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APELANTE EM ATITUDE SUSPEITA QUE EMPREENDEU FUGA, PORTANDO ARMA DE FOGO, APÓS A APROXIMAÇÃO DA COMPOSIÇÃO POLICIAL. OS AGENTES SE DEPARARAM EM CIMA DE UMA BANCADA NA SALA COM MATERIAIS ILÍCITOS. NÃO SENDO UMA OPERAÇÃO RANDÔMICA OU POSSÍVEL "FISHING EXPEDITION" FEITO NA ABORDAGEM POLICIAL. APREENSÃO DE 2,50 GRAMAS DE COCAÍNA, ARMAS DE FOGO, MUNIÇÕES, R$ 950,00 EM ESPÉCIE, UMA FACA E DUAS BALANÇAS DE PRECISÃO NO INTERIOR DO IMÓVEL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NÃO PROCEDENTE.2. DO PLEITO RELATIVO AO RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE DAS PROVAS. SUPOSTA AGRESSÃO POLICIAL. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. EXISTÊNCIA DE LAUDO PERICIAL NEGATIVO PARA OFENSA À INTEGRIDADE CORPORAL CONTEMPORÂNEA DO ACUSADO. LESÕES ANTIGAS IDENTIFICADAS. PRELIMINAR REJEITADA.3. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS PARA PORTE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. NÃO ACOLHIMENTO. PROVA TESTEMUNHAL E MATERIAL APREENDIDO COM O RÉU COMPROVAM QUE AS DROGAS SE DESTINAVAM À TRAFICÂNCIA. FORMA DE FRACIONAMENTO DO ENTORPECENTE, ALIADO À APREENSÃO DE OUTROS PETRECHOS CARACTERÍSTICOS DO TRÁFICO DE ENTORPECENTES.4. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO EM RELAÇÃO AO DELITO DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. NÃO ACOLHIMENTO. INVIABILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADAS NO CASO CONCRETO. AUTO DE APRESENTAÇÃO E APREENSÃO E LAUDO PERICIAL. CONDENAÇÃO MANTIDA.5. REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. 5.1. CRIME DO ART. 12 DA LEI Nº 10.826/03. 1ª FASE DOSIMÉTRICA. EXCLUSÃO DA VETORIAL NEGATIVADA. CULPABILIDADE. AS PROVAS CONSTANTES CONTRA O ACUSADO (10 MUNIÇÕES CALIBRE 38 INTACTAS, 10 MUNIÇÕES CALIBRE 40 INTACTAS E A ESPINGARDA) NÃO CONFIGURAM QUANTIDADE E VARIEDADE EXTREMADA A JUSTIFICAR A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. PENA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. 2ª FASE DOSIMÉTRICA. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE. MENORIDADE RELATIVA. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 231 DO STJ. 3ª FASE DOSIMÉTRICA. AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA. PENA BASE TORNADA DEFINITIVA EM 1 ANO DE- TENÇÃO E PAGAMENTO DE 10 DIAS-MULTA.5.2. REANÁLISE DA DOSIMETRIA DA PENA. CRIME DO ART. 14 DA LEI Nº 10.826/03. 1ª FASE DOSIMÉTRICA. EXCLUSÃO DA VETORIAL NEGATIVADA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. NÃO PODE O FATO DE O DELITO TER SIDO PRATICADO À NOITE, POR SI SÓ, SER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO COMO CIRCUNSTÂNCIA NEGATIVA. PENA FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. 2ª FASE DOSIMÉTRICA. EXISTÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES. MENORIDADE RELATIVA. CONFISSÃO. OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 231 DO STJ. 3ª FASE DOSIMÉTRICA. AUSÊNCIA DE CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA. PENA BASE TORNADA DEFINITIVA EM 2 ANOS DE RECLUSÃO E 10 DIAS-MULTA. 5.3. CONCURSO MATERIAL COM O DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS. PENA ESTABELECIDA EM 3 ANOS E 8 MESES DE RECLUSÃO, 1 ANO DE DETENÇÃO E 188 DIAS-MULTA.7. DO REGIME INICIAL DA PENA. MANUTENÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. ART. 33, §2º, "B" DO CPB. NÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 44, DO CPB. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE ESTABELECIDA EM QUANTUM SUPERIOR A 04 ANOS.8. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0202601-78.2022.8.06.0293 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Francisco Antonio Rodrigues de Sousa - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARIA ILNA LIMA DE CASTRO - Conheceram do recurso parcialmente, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu parcialmente do recurso, para negar-lhe provimento na extensão conhecida, nos termos do voto da Desa. Relatora." - EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO (ART. 2º, §2º, DA LEI Nº 12.850/13). CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, DA LEI Nº 11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA.1. DA REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO CONHECIMENTO. MATÉRIA PRECLUSA APÓS SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECEDENTES DO TJCE.2. DO PLEITO ABSOLUTÓRIO. 2.1. CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, §2º DA LEI Nº 12.850/13). IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE CONSTATADAS. COMPROVAÇÃO DE QUE O RÉU INTEGRA A FACÇÃO COMANDO VERMELHO (CV), EVIDENCIADA POR DEPOIMENTOS DE POLICIAIS, DEMONSTRANDO A ATUAÇÃO CONTÍNUA E ESTÁVEL NA ORGANIZAÇÃO CRIMONOSA. MAJORANTE PELO USO DE ARMA DE FOGO É APLICÁVEL, CONSIDERANDO A PRÁTICA COMUM DE ARMAMENTO PELA REFERIDA FACÇÃO. CONDENAÇÃO MANTIDA.2.2. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06). NÃO ACOLHIMENTO. MATERIALIDADE DO CRIME ESTÁ CLARAMENTE EVIDENCIADA PELO AUTO DE APREENSÃO E APRESENTAÇÃO, QUE CONFIRMA A APREENSÃO DE COCAÍNA, CRACK E MACONHA, ALÉM DE SACOS DE DINDIN E BALANÇA DE PRECISÃO, DENTRE OUTROS APETRECHOS PRÓPRIOS DO DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. LAUDOS PERICIAIS QUE ATESTAM A NATUREZA ENTORPECENTE DAS SUBSTÂNCIAS. A AUTORIA ESTÁ CONFIRMADA POR DEPOIMENTOS POLICIAIS. A CONFIGURAÇÃO DO CRIME NO ART. 33 DA LEI 11.343/2006 É CLARA, E A VERSÃO DA DEFESA NÃO É CONVINCENTE. PRECEDENTES DO TJCE.3. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO DE TRÁFICO PARA PORTE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. TESTEMUNHOS POLICIAIS CLAROS E SEGUROS. QUANTIDADE E VARIEDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS. PETRECHOS PRÓPRIOS DO TRÁFICO DE DROGAS. ENTORPECENTES FRACIONADOS E PRONTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO. CONDIÇÃO DE USUÁRIO E TRAFICANTE É POSSÍVEL DE COEXISTIR. AUSÊNCIA DE DÚVIDAS RAZOÁVEIS.4. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA APRESENTADA NO JUÍZO A QUO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. COMPROVADA A DEDICAÇÃO DO RÉU A ATIVIDADES CRIMINOSAS. APELANTE CONDENADO POR INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ARMADA.5. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA EXTENSÃO CONHECIDA, DESPROVIDO. . - Advs: Francisco Roberto Castelo Branco Pereira Filho (OAB: 38829/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0235925-62.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apte/Apdo: D. F. de P. - Apte/Apdo: M. P. do E. do C. - Assistente/Ape: D. S. M. de P. - Des. BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA - Conheceram do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. "A Turma, por unanimidade de votos, conheceu dos recursos, mas para negar-lhes provimento, mantendo a decisão recorrida, nos termos do voto do Des. Relator." - EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. SENTENÇA CONDENATÓRIA QUANTO AO CRIME DE PERSEGUIÇÃO ("STALKING"), MAS APLICADA A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RAZÃO DA DETRAÇÃO PENAL, E ABSOLUTÓRIA QUANTO AO CRIME DE VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER. ARTIGOS 147-A, CAPUT, E ART. 147-B, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. 1. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PLEITO PELA CONDENAÇÃO DO RÉU NAS TENAZES DO ART. 147-B DO CP. NÃO ACOLHIMENTO. DOLO EVENTUAL CONFIGURADO, PORÉM, CRIME DE VIOLÊNCIA

PSICOLÓGICA CONTRA MULHER (CRIME-MEIO) ABSORVIDO PELO CRIME DE PERSEGUIÇÃO (CRIME-FIM). APLICAÇÃO, DE OFÍCIO, DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. MANTIDA A ABSOLVIÇÃO PELO CRIME DO ART. 147-B DO CP, MAS POR FUNDAMENTO DIVERSO AO EXARADO NA DECISÃO DE ORIGEM. 2. RECURSO DA ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. PLEITO PELA INCIDÊNCIA DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 147-A, §1, INCISO II DO CÓDIGO PENAL. NÃO ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS DE QUE O CRIME FOI MOTIVADO POR RAZÕES RELACIONADAS À CONDIÇÃO DO SEXO FEMININO, COMO O MENOSPREZO OU A DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO, NOS TERMOS DO FEMINICÍDIO. MANTIDA A CONDENAÇÃO PELO CRIME DO ART. 147-A, CAPUT, DO CP. 3. RECURSO DEFENSIVO. 3.1 PLEITO DE ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE DOLO. NÃO ACOLHIMENTO. LAUDOS MÉDICOS INCONCLUSIVOS EM ATESTAR QUE, À ÉPOCA DOS FATOS, O RÉU ERA INTEIRAMENTE INCAPAZ DE ENTENDER A ILICITUDE DA CONDUTA. 3.2 PLEITO DE ABSOLVIÇÃO PELO CRIME DE PERSEGUIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. PROVAS SUFICIENTES DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE DELITIVA, ATRAVÉS DA PALAVRA DA VÍTIMA, EM CONSONÂNCIA COM OS DIVERSOS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS EM JUÍZO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.ACÓRDÃOVISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS ESTES AUTOS DE APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0235925-62.2022.8.06.0001 EM FACE DA SENTENÇA PROLATADA PELA JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE , EM QUE FIGURAM COMO APELANTES O MINISTÉRIO PÚBLICO, D. S. M. DE P, BEM COMO D. F. DE P. E APELADOS O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ E O RÉU D. F. DE P.ACORDAM OS DESEMBARGADORES INTEGRANTES DA 2ª CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, À UNANIMIDADE, EM CONHECER DOS RECURSOS, MAS PARA DENEGAR-LHES PROVIMENTO.FORTALEZA, DATA CONSTANTE NO SISTEMA. DESEMBARGADORA VANJA FONTENELE PONTESPRESIDENTE DO ÓRGÃO JULGADORDESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARELATOR . - Advs: Marcos Antônio Alves da Silva (OAB: 29296/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO) - Leandro Duarte Vasques (OAB: 10698/CE) - Antônio de Holanda Cavalcante Segundo (OAB: 21999/CE) - Afonso Roberto Mendes Belarmino (OAB: 25465/CE) - Gabriellen Carneiro de Melo (OAB: 40011/CE)

DESPACHOS - 2ª Câmara Criminal

DESPACHO

Nº 0100375-03.2019.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: F. de C. U. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Francisco Marcelo Brandão (OAB: 4239/CE) - Sônia Marina Chacon Brandão (OAB: 10728/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0110789-94.2018.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: P. C. do N. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Leonardo Cavalcanti de Aquino (OAB: 33692/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0205999-96.2023.8.06.0293 - Apelação Criminal - Viçosa do Ceará - Apelante: José Carvalho Veras - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Francisco Alcimar dos Santos Gomes (OAB: 27164/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0252622-95.2021.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Wemerson Gomes de Jesus - Apelante: Carlos Daniel Sousa Feitosa - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante Carlos Daniel Sousa Feitosa para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Zildene Henrique da Silva (OAB: 40667/CE) - João Agenor Silva Loiola (OAB: 38189/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0288449-36.2022.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: J. de L. N. V. - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Ivna de Alencar Costa (OAB: 35305/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0025685-08.2016.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: R. C. de O. - Apelante: V. G. A. da S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Corréu: S. K. L. da S. - Corréu: L. C. C. C. - Custos legis: M. P. E. - Advs: Ana Célia Magalhães Carvalho (OAB: 23106/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0025685-08.2016.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: R. C. de O. - Apelante: V. G. A. da S. - Apelado: M. P. do E. do C. - Corréu: S. K. L. da S. - Corréu: L. C. C. C. - Custos legis: M. P. E. - Considerando o teor da certidão de fls. 536/537, torno sem efeito o despacho de fls.534/535, bem como determino o prosseguimento do feito com confecção dos demais expedientes necessários e posterior arquivamento do feito. Fortaleza, data da inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINARelator - Advs: Ana Célia Magalhães Carvalho (OAB: 23106/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHO

Nº 0637877-43.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Jacqueline Chaves Bessa - Paciente: Felipe Kevin Nascimento de Oliveira - Custos legis: Ministério Público Estadual - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Se extrai da regulamentação, portanto, a possibilidade de impetração de Habeas Corpus. Todavia, existe requisito para o regular tratamento de processos durante o plantão judicial, não atendido pela parte impetrante nos autos do processo em referência. Trata-se da ausência da declaração prevista no indigitado parágrafo único do art. 2º da Resolução do Órgão Especial nº 10/2013 do TJ/CE e da Portaria nº 1727/2020 já que a impetrante se qualifica como advogada. Ausente, portanto, o cumprimento de requisito formal para apreciação do presente HC em regime de plantão judiciário. Diante do que acima foi exposto, NÃO CONHEÇO do pedido apresentado em Plantão Judiciário, por violação ao disposto no Art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 29/2022 do Órgão Especial do TJCE. Remetam-se os autos à distribuição normal do feito. Expedientes necessários. Fortaleza, 10 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Plantonista - Advs: Jacqueline Chaves Bessa (OAB: 21692/CE)

DESPACHO

Nº 0637880-95.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Jacqueline Chaves Bessa - Paciente: Felipe Kevin Nascimento de Oliveira - Custos legis: Ministério Público Estadual - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Se extrai da regulamentação, portanto, a possibilidade de impetração de Habeas Corpus. Todavia, existe requisito para o regular tratamento de processos durante o plantão judicial, não atendido pela parte impetrante nos autos do processo em referência. Trata-se da ausência da declaração prevista no indigitado parágrafo único do art. 2º da Resolução do Órgão Especial nº 10/2013 do TJ/CE e da Portaria nº 1727/2020 já que a impetrante se qualifica como advogada. Ausente, portanto, o cumprimento de requisito formal para apreciação do presente HC em regime de plantão judiciário. Diante do que acima foi exposto, NÃO CONHEÇO do pedido apresentado em Plantão Judiciário, por violação ao disposto no Art. 2º, parágrafo único, da Resolução nº 29/2022 do Órgão Especial do TJCE. Remetam-se os autos à distribuição normal do feito. Expedientes necessários. Fortaleza, 10 de novembro de 2024 DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Plantonista - Advs: Jacqueline Chaves Bessa (OAB: 21692/CE)

DESPACHO

Nº 0637907-78.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Paciente: Francisco Henrique Ferreira da Silva - Impetrante: Francisco Helivângelo do Carmo Barbosa - Impetrado: Juiz de Direito do 4º Núcleo Regional de Custódia e de Inquérito - Sede em Caucaia - Custos legis: Ministério Público Estadual - Isto posto, não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, razão pela qual INDEFIRO o pedido liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris e o periculum in mora necessários à sua concessão. Com o intuito de garantir a celeridade do writ e tendo em vista que os autos originários podem ser acessados digitalmente, considero desnecessária a requisição de informações à autoridade apontada como coatora. Com a resposta nos autos, abra-se vista à Procuradoria de Justiça para a necessária manifestação. - Advs: Francisco Helivângelo do Carmo Barbosa (OAB: 46610/CE)

DESPACHO

Nº 0637655-75.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Horizonte - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: José Pereira de Andrade Filho - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Horizonte - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Tratando-se os autos originários de processo que tramita na forma eletrônica e não estando sob sigilo, deixo de solicitar informações à autoridade coatora, determinando, de logo, vista à douta Procuradoria de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data de inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637657-45.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Horizonte - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Renato Pereira Rabelo - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Horizonte - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Tratando-se os autos originários de processo que tramita na forma eletrônica e não estando sob sigilo, deixo de solicitar informações à autoridade coatora, determinando, de logo, vista à douta Procuradoria de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data de inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

Nº 0637693-87.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Edinaldo Pereira Lima - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Embora os autos processuais de origem tramitem em meio eletrônico, entendo necessária a requisição de informações ao juízo a quo. Desta feita, notifique-se a autoridade apontada como coatora para prestar as informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 662 do CPP. Com as informações nos autos, remetam-se à Procuradoria-Geral da Justiça, para emissão de parecer meritório, e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data de inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA Relator - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0637674-81.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Aracati - Impetrante: Felipe da Costa Rocha - Paciente: Edvan Pereira de Lima - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Aracati - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Embora os autos processuais de origem tramitem em meio eletrônico, entendo necessária a requisição de informações ao juízo a quo. Desta feita, notifique-se a autoridade apontada como coatora para prestar as

informações que entender necessárias, no prazo de 10 (dez) dias, conforme determina o artigo 662 do CPP. Com as informações nos autos, remetam-se à Procuradoria-Geral da Justiça, para emissão de parecer meritório, e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data de inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA Relator - Advs: Felipe da Costa Rocha (OAB: 31455/CE)

Nº 0637682-58.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: André Ramon Tabosa Alves - Paciente: Matheus Victor Sabóia Moreira - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Tratando-se os autos originários de processo que tramita na forma eletrônica e não estando sob sigilo, deixo de solicitar informações à autoridade coatora, determinando, de logo, vista à douta Procuradoria de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data de inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA Relator - Advs: André Ramon Tabosa Alves (OAB: 27442/CE)

Nº 0637685-13.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Márcio Roberto Hasson Sayeg - Impetrante: Rodrigo Richter Venturole - Impetrante: Gabriel Ferreira Miranda de Siqueira - Paciente: Maria Aldênia de Lima - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem em caráter liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário para tanto. Tratando-se os autos originários de processo que tramita na forma eletrônica e não estando sob sigilo, deixo de solicitar informações à autoridade coatora, determinando, de logo, vista à douta Procuradoria de Justiça, para a necessária manifestação. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários. Fortaleza, data de inserção no sistema. DESEMBARGADOR BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA Relator - Advs: Márcio Roberto Hasson Sayeg (OAB: 299945/SP) - Rodrigo Richter Venturole (OAB: 236195/SP) - Gabriel Ferreira Miranda de Siqueira (OAB: 459860/SP)

Nº 0637833-24.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Limoeiro do Norte - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Mairla Kauany Arruda da Silva - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única Criminal da Comarca de Limoeiro do Norte - Custos legis: Ministério Público Estadual - Isto posto, não obstante os fundamentos apresentados pela impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, razão pela qual INDEFIRO o pedido liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris e o periculum in mora necessários à sua concessão. Com o intuito de garantir a celeridade do writ e tendo em vista que os autos originários podem ser acessados digitalmente, considero desnecessária a requisição de informações à autoridade apontada como coatora. Abra-se vista à Procuradoria de Justiça para a necessária manifestação. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

3ª Câmara Criminal

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara Criminal

INTIMAÇÃO DE ACÓRDÃO

Nº 0037157-64.2020.8.06.0001 - Apelação Criminal - Fortaleza - Apelante: Raimundo Nonato Silva Sousa Júnior - Apelante: Romildo Vasconcelos Lima - Apelante: Francisco Marcílio dos Santos Marques - Apelante: Ramira Maria José Lopes - Apelante: Francisca Cleovânia Ramos da Costa - Apelante: Francisco de Assis do Nascimento Gomes - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Des. MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA - Conheceram do recurso, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento conforme acórdão lavrado. - por unanimidade. - EMENTAAPELAÇÕES. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, CAPUT, § 2º E § 3º, DA LEI 12.850/2013) E TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, LEI 11.343/2006). EXAME DAS PROVAS E INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS E SOLUÇÕES QUANTO AO DELITO DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS. PROVA ORAL COLHIDA EM JUÍZO. ABSOLVIÇÃO QUANTO AO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. ACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. NÃO APREENSÃO DE ENTORPECENTES. INVIABILIDADE DE EXAME TÉCNICO PELA NÃO APREENSÃO DE SUBSTÂNCIAS. ACUSADO SEM APREENSÃO DE DROGA EM PODER DELE. BIS IN IDEM. NÃO ACOLHIMENTO. PROVAS QUE CORRESPONDEM A PERÍODOS DISTINTOS. NÃO APLICAÇÃO DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 2º, § 2º, DA LEI 12.850/2013. IMPOSSIBILIDADE. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE ATUA COM EMPREGO DE ARMAS DE FOGO. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. NÃO ACOLHIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DISCRICIONARIEDADE DO JUÍZO. DOSIMETRIA DA PENA REFORMADA EM RAZÃO DA ABSOLVIÇÃO QUANTO AO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.I. CASO EM EXAME.1. CUIDA-SE DE RECURSOS DE APELAÇÃO INTERPOSTOS EM FACE DE SENTENÇA PROLATADA PELO JUÍZO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DA COMARCA DE FORTALEZA/CE, QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO ACUSATÓRIA FORMULADA NA DENÚNCIA, CONDENANDO OS ORA RECORRENTES PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 2º, § 2º E § 3º, DA LEI 12.850/2013, ASSIM COMO PELA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006, ALEGANDO-SE, NAS RAZÕES RECURSAIS, QUE INEXISTEM PROVAS IDÔNEAS PARA SUSTENTAR O ÉDITO CONDENATÓRIO.II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO.2. EXISTÊNCIA DE PROVA PLENA DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS A ENSEJAR A CONDENAÇÃO DOS RÉUS, AGORA APELANTES, PELA PRÁTICA DOS DELITOS TIPIFICADOS NO ART. 2º, CAPUT, § 2º E § 3º, DA LEI 12.850/2013 E NO ART. 33, CAPUT DA LEI 11.343/2006, ALÉM DA CORREÇÃO DOSIMÉTRICA DA PENA.III. RAZÕES DE DECIDIR.3. ANALISANDO A SENTENÇA HOSTILIZADA, PERCEBE-SE QUE A CONDENAÇÃO SE LASTREOU PRINCIPALMENTE NO RELATÓRIO FINAL DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS, PRODUZIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL TITULAR DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA DO INTERIOR (DIP), EM TRABALHO INVESTIGATIVO, A QUAL LOGROU ÊXITO EM MAPEAR AS MOVIMENTAÇÕES ILÍCITAS PROMOVIDAS PELA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA CONHECIDA COMO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL PCC, EM ATUAÇÃO NA CIDADE DE SOBRAL/CE, ASSIM COMO EM COMARCAS VIZINHAS COMO GROAÍRAS/CE, TIANGUÁ/CE E GRAÇA/CE.4. AS CONVERSAS TELEFÔNICAS INTERCEPTADAS DEMONSTRAM A ESTABILIDADE E A PERMANÊNCIA

DOS INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA AUTODENOMINADA PCC, O QUE É DE CONHECIMENTO PÚBLICO, BEM COMO O MODUS OPERANDI E A FUNÇÃO DE CADA UM DOS SEUS INTEGRANTES. NÃO MERECE PROSPERAR O PEDIDO DE AFASTAMENTO DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 2º, § 2º, DA LEI 12.850/2013, POIS NÃO RESTAM DÚVIDAS QUE A PRECITADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ATUA COM EMPREGO DE ARMAS DE FOGO.5. NO TOCANTE AO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS, VISUALIZA-SE QUE O CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO É INSUFICIENTE PARA CONFIRMAR UMA CONDENAÇÃO. AUSENTE A APREENSÃO DE DROGAS.6. RELEMBRE-SE QUE A CONDUTA CRIMINOSA DE TRÁFICO DE DROGAS, CONSTITUINDO-SE EM UMA NORMA PENAL EM BRANCO, RECLAMA O COMPLEMENTO DE OUTRO REGRAMENTO, OPERADO, NA HIPÓTESE, PELA PORTARIA N.º 344/98 DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), ATO NORMATIVO QUE DISPÕE SOBRE AS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS QUE PODEM GERAR DEPENDÊNCIA FÍSICA E/OU PSÍQUICA.7. A PARTIR DESSE CONTEXTO FÁTICO, SURGE A NECESSIDADE DE SE REALIZAR A PROVA TÉCNICA PARA ATESTAR SE AQUILO QUE SE APREENDEU EFETIVAMENTE FIGURA COMO UMA DAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS QUE PODEM GERAR DEPENDÊNCIA, A QUE FAZ REFERÊNCIA A NORMA COMPLEMENTAR. TODAVIA, QUANDO NÃO CONSTA NO CADERNO PROCESSUAL A APREENSÃO DAS SUBSTÂNCIAS, COM A CONSEQUENTE REALIZAÇÃO DE LAUDO PERICIAL ATESTANDO A SUA NATUREZA ILÍCITA, NÃO SE PODE, A MEU SENTIR, JAMAIS, COMPACTUAR COM UM RESULTADO CONDENATÓRIO.8. OBSERVA-SE, ADEMAIS, E POR FIM, QUE AS PENAS APLICADAS PELO JUÍZO A QUO, EXCLUINDO-SE AS RELATIVAS À ACUSAÇÃO DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, ENCONTRAM-SE DENTRO DA MARGEM DE DISCRICIONARIEDADE QUE A LEI CONFERE AO MAGISTRADO NA IMPOSIÇÃO DA REPRIMENDA, NÃO SE DETECTANDO EXASPERAÇÕES INJUSTIFICADAS.IV. DISPOSITIVO.9. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS PARA, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, II DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, EXPURGAR DO DECISUM QUESTIONADO, A CONDENAÇÃO REFERENTE AO DELITO PREVISTO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006, DEVENDO SER ESTORNADO DO QUANTUM PUNITIVO E SEUS APÊNDICES CONSECTÁRIOS, TUDO O QUE SE REFERIR À ACUSAÇÃO POR TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, PRESERVANDO-SE, NO MAIS, OS TERMOS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA VERGASTADA. ACÓRDÃOACORDAM OS INTEGRANTES DA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, POR UNANIMIDADE DA TURMA, EM CONHECER DAS APELAÇÕES EM REFERÊNCIA PARA DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, A FIM EXPURGAR DO DECISUM QUESTIONADO A CONDENAÇÃO REFERENTE AO DELITO PREVISTO NO ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006, O QUE FAZ COM FUNDAMENTO NO ART. 386, II DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, DEVENDO SER ESTORNADO DO QUANTUM PUNITIVO E SEUS APÊNDICES CONSECTÁRIOS TUDO O QUE SE REFERIR À ACUSAÇÃO POR TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, PRESERVANDO-SE, NO MAIS, A SENTENÇA CONDENATÓRIA IMPUGNADA, NOS TERMOS DO VOTO DESTA RELATORIA.FORTALEZA, 5 DE NOVEMBRO DE 2024. MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRARELATORA . - Advs: Oséas de Souza Rodrigues Filho (OAB: 21600/CE) - João Jader Vasconcelos dos Santos (OAB: 32261/CE) - Defensoria Pública do Estado do Ceará - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

DESPACHOS - 3ª Câmara Criminal

DESPACHO

Nº 0200144-84.2024.8.06.0299 - Apelação Criminal - Boa Viagem - Apelante: Daniel Santiago Mota - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Wlisses de Melo Franco (OAB: 50707/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0200255-47.2023.8.06.0091 - Apelação Criminal - Iguatu - Apelante: Raimundo Nunes Saldanha da Silva - Apelado: M. P. do E. do C. - Custos legis: M. P. E. - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: Anderson Lima Celestino (OAB: 40359/CE) - Bruno Ferreira de Sousa (OAB: 41237/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0203204-83.2024.8.06.0293 - Apelação Criminal - Pindoretama - Apelante: Valnízio Gomes da Costa - Apelante: Mateus Lima Felipe - Apelado: Ministério Público do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - INTIMAÇÃO DE OFÍCIO O Núcleo de Execução de Expedientes intima o defensor do apelante Valnízio Gomes da Costa para apresentar as razões recursais, na forma do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal e nos termos do art. 227, §1º, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. - Advs: José Dirkson de Figueiredo Xavier (OAB: 6949/CE) - Samuel de Oliveira Abath (OAB: 17560B/CE) - Ministério Público Estadual (OAB: OO)

Nº 0637637-54.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Ângelo Rodrigues Gadelha Moreira - Paciente: Marcos André Chaves da Costa - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, pelos fundamentos supra, INDEFIRO A LIMINAR ora requestada. A fim de não comprometer a celeridade do writ, e por ser possível a consulta dos autos originários digitais, entendo desnecessária a notificação de informações à autoridade impetrada. Portanto, façam-se vistas dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça para a necessária manifestação. Expedientes necessários. - Advs: Ângelo Rodrigues Gadelha Moreira (OAB: 20585/CE)

Nº 0637694-72.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Francisco Elson de Almeida Miranda - Impetrado: Juiz de Direito da 3ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0636632-94.2024.8.06.0000 - Mandado de Segurança Criminal - Santana do Acaraú - Impetrante: Mônica Maria Marques Matias - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú - Terceiro: João Batista da Silva - Custos

legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, DENEGO a segurança requestada, nos termos art. 6º, § 5º, da Lei nº 12.010/2019 e art. 76, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em face da perda superveniente de objeto da impetração. Sem condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei 12.016/2009). Após decorridos os prazos recursais, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024. DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora - Advs: Mônica Maria Marques Matias (OAB: 36745/CE)

DESPACHO

Nº 0637322-26.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Itarema - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Ceará - Paciente: Davi Sousa de Oliveira - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itarema - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, julgo prejudicada a ordem impetrada, declarando extinto o presente mandamus sem resolução de mérito, uma vez configurada a litispendência, o que faço com esteio no art. 259 do RITJCE. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Ceará

DESPACHO

Nº 0637426-18.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Ibiapina - Impetrante: J. A. L. de A. - Paciente: F. G. P. de S. - Impetrado: J. de D. da V. Ú da C. de I. - Custos legis: M. P. E. - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Considerando que os autos principais tramitam em meio eletrônico, através do sistema SAJPG, possibilitando o exame do inteiro teor de suas movimentações, deixo de requisitar da autoridade indicada como impetrada informações por escrito. Decorrido o referido prazo, com ou sem a juntada das informações nos autos, remetam-se à Procuradoria-Geral da Justiça para emissão de parecer meritório e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 12 de novembro de 2024 DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora - Advs: José Américo Lopes de Albuquerque (OAB: 46903/CE)

Nº 0637543-09.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Guaraciaba do Norte - Impetrante: Lucas Roberto da Silva Monte - Paciente: Francisca Cintia Delfino Costa - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, pelos fundamentos supra, INDEFIRO A LIMINAR ora requestada. A fim de não comprometer a celeridade do writ, e por ser possível a consulta dos autos originários digitais, entendo desnecessária a notificação de informações à autoridade impetrada. Façam-se vistas dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 JUIZ CONVOCADO CID PEIXOTO DO AMARAL NETO - PORT. 1571/2024 Relator - Advs: Lucas Roberto da Silva Monte (OAB: 53902/CE)

Nº 0637654-90.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Paulo Landim de Macêdo Neto - Paciente: Antônio Evanderson Pena Garcia - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - Diante do exposto, pelos fundamentos supra, INDEFIRO A LIMINAR ora requestada. A fim de não comprometer a celeridade do writ, e por ser possível a consulta dos autos originários digitais, entendo desnecessária a notificação de informações à autoridade impetrada. Façam-se vistas dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza, 11 de novembro de 2024 JUIZ CONVOCADO CID PEIXOTO DO AMARAL NETO - PORT. 1571/2024 Relator - Advs: Paulo Landim de Macêdo Neto (OAB: 44554/CE)

Nº 0637690-35.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Horizonte - Impetrante: Pablo Kellermann Lopes Barros - Impetrante: José Célio de Oliveira Neto - Impetrante: Pedro Henrique Brasil de Souza - Impetrante: Antônio de Pádua Sousa Maciel Júnior - Paciente: Gustavo Marques Raulino da Costa - Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Horizonte - Custos legis: Ministério Público Estadual - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Tratando-se de autos originários que tramitam em meio eletrônico, junto ao SAJPG, entendo desnecessária a requisição de informações ao juízo a quo. Remetam-se os autos à Procuradoria-Geral da Justiça para emissão de parecer meritório e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 12 de novembro de 2024. DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora - Advs: Pablo Kellermann Lopes Barros (OAB: 46497/CE) - José Célio de Oliveira Neto (OAB: 46569/CE) - Pedro Henrique Brasil de Souza (OAB: 48040/CE) - Antônio de Pádua Sousa Maciel Júnior (OAB: 50637/CE)

Nº 0637752-75.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Pacatuba - Impetrante: Ian Belém Falcão - Paciente: R. P. A. - Impetrado: J. de D. da 1 V. da C. de P. - Custos legis: M. P. E. - Isso posto, INDEFIRO o pedido de liminar, por não vislumbrar o fumus boni iuris necessário à sua concessão. Tendo em vista tratar-se de autos originários que tramitam em meio eletrônico, junto ao SAJPG, entendo desnecessária a requisição de informações ao juízo a quo. Desta feita, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral da Justiça para emissão de parecer meritório e, em seguida, voltem-me conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza, 12 de novembro de 2024 DESEMBARGADORA ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES Relatora - Advs: Ian Belém Falcão (OAB: 44031/CE)

Nº 0637753-60.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Kaio Galvão de Castro - Paciente: Reginaldo de Brito Carneiro - Impetrado: Juiz de Direito da 5ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Por tratar-se de processo eletrônico na origem, acessível via e-SAJ, desnecessária, neste caso, a requisição de informações à autoridade impetrada posto que já disponível os autos eletrônicos para consulta. Ouça-se a Procuradoria-Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINORelatora - Advs: Kaio Galvão de Castro (OAB: 31507/CE)

Nº 0637770-96.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Fortaleza - Impetrante: Ícaro Pacífico Félix França - Impetrante: Rayanney Mourão Alves - Paciente: Maria Lara Ferreira de Araujo - Impetrado: Juiz de Direito da Vara de Delitos de Organizações Criminosas da Comarca de Fortaleza - Custos legis: Ministério Público Estadual - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. - Advs: Ícaro Pacífico Félix França (OAB: 41010/CE) - Rayanney Mourão Alves (OAB: 31492/CE)

Nº 0637799-49.2024.8.06.0000 - Habeas Corpus Criminal - Ubajara - Impetrante: Flávia Vieira de Santana - Paciente: Wendel Araújo da Silva - Impetrado: Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara - Custos legis: Ministério Público Estadual - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro a medida liminar pleiteada. Publique-se e intimem-se. Por tratar-se de processo eletrônico na origem, acessível via e-SAJ, desnecessária, neste caso, a requisição de informações à autoridade impetrada posto que já disponível os autos eletrônicos para consulta. Ouça-se a Procuradoria-Geral de Justiça. Empós, retornem-me conclusos para julgamento. Expedientes pertinentes, com a urgência que o caso requer. Fortaleza, data da assinatura eletrônica. DESEMBARGADORA ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINORelatora - Advs: Flávia Vieira de Santana (OAB: 45866/CE)

EXPEDIENTES DO 1º GRAU

COMARCA DE FORTALEZA

DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 08/11/2024

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CÍVEIS

PROCESSO : 0281802-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : W.K.N.R.A.
ADVOGADO : 35454/CE - Ricardo Gabriel Costa Santiago
REQUERIDO : G.S.A.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:30 horas

PROCESSO : 0281801-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : A.L.S.P.
ADVOGADO : 37854/CE - Paulo Henrique Gonçalves de Souza Silva
CURATELADO : R.S.P.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:31 horas

PROCESSO : 0281803-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Alfredo Lima Neto
ADVOGADO : 45966/CE - Marcus Vinicius da Silva Monte
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:59 horas

PROCESSO : 0281804-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Raimundo Nonato Plutarco Filho
ADVOGADO : 34614/CE - Felipe Augusto Teixeira Barreto
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:30 horas

PROCESSO : 0281806-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Julianne Barroso Vasconcelos
ADVOGADO : 25503/CE - Melkzedec Teixeira da Fonseca
REQUERIDA : Maria de Jesus Brandão
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:00 horas

PROCESSO : 0281808-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Emanuel Ponte Frota Neves
ADVOGADO : 20323/CE - Emanuel Ponte Frota Neves Junior
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:01 horas

PROCESSO : 0281809-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Erivan Ferreira de Sousa
ADVOGADO : 28114/CE - Cristiano Queiroz Arruda
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 03:59 horas

PROCESSO : 0800464-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Pedido de Medida de Proteção
REQUERENTE : M.P.E.C.
REQUERIDA : M.E.C.P.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 06:06 horas

PROCESSO : 0281815-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : J.S.A.
ADVOGADO : 14497/CE - Bergson Girao Marques
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:29 horas

PROCESSO : 0281816-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Davila Cristina Abrantes Cavalcante
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:29 horas

PROCESSO : 0002720-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : N.C.L.C.B.
MENOR : C.L.C.B.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0002721-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : V.S.O.
MENOR : H.O.P.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0002722-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo Administrativo
REQUERENTE : R.R.B.S.
MENOR : E.B.S.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
VARA: Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0002831-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: A.P.C.T.
RECLAMADO : R.B.L.F.
VARA: CEJUSC - Extensão Farias Brito
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281807-76.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00661/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial

AUTUADO : Marley Kerlison dos Santos Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:04 horas

PROCESSO : 0281810-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00614/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Mateus Batista de Sousa Frota
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:09 horas

PROCESSO : 0281742-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01037/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Watila de Sousa Ferreira
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:10 horas

PROCESSO : 0281773-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 246-01178/7824 - Polícia Federal no Ceará - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Ceará SR/PF/CE
AUTUADA : Kaillayny Gabryeli Balbino
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:11 horas

PROCESSO : 0281813-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00844/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Reginaldo Felix Fernandes
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:13 horas

PROCESSO : 0037355-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Carlos Adema da Rocha
ADVOGADO : 6241/CE - Neumayer de Sousa Maia
RÉU : Carlos Adema da Rocha
ADVOGADO : 9059/CE - Carlos Adema da Rocha
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:14 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0001355-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Homologação da Transação Extrajudicial
RECLAMANTE: Ana Caroline Camilo Siqueira
RECLAMADO : Jordan Diego Castro Alves Viana
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:15 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0035712-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉ : Ana Angelica Barbosa de Souza
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:17 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0230749-68.2023.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Alzira Maciel Passos
ADVOGADO : 9160/CE - Isabel Cristina Lima Monteiro
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 08:18 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0035794-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Rafael Cardoso
ADVOGADO : 21503/PI - Katylen Cristielle Fontinele Medeiros
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:18 horas

PROCESSO : 0281814-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00662/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Marcos Aurelio Vieira da Costa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:20 horas

PROCESSO : 0037356-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : HONG ZHANG
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:20 horas

PROCESSO : 0281776-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 322-01231/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 9ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Manoel Caetano da Silva Neto
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:20 horas

PROCESSO : 0035955-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Antonio Vitalino Reinaldo Filho
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:23 horas

PROCESSO : 0281743-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 101-02322/2024 - 1º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADA : Camila Raniery Ferreira Brandão
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:24 horas

PROCESSO : 0281750-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 134-12047/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Eliane Alexandre do Nascimento
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281819-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE : M.H.L.A.
REQUERIDO : R.A.M.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:29 horas

PROCESSO : 0281817-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Cristiane Bastos de Oliveira Andrade
ADVOGADO : 51092/CE - Fernanda Campos de Mendonça
REQUERIDO : Hospital de Messejana - Dr. Carlos Alberto Studart Gomes
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:29 horas

PROCESSO : 0281818-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : J. Machado Comércio de Petróleo Ltda
ADVOGADO : 25934/CE - Victor Vasconcelos Rodrigues Paz
REQUERIDO : J.k. Comércio de Materiais para Construção Obras e Representação Eireli
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:30 horas

PROCESSO : 0280999-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : T.G.S.A.M.R.F.R.S.A.
REQUERIDO : I.H.A.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 08:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281800-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 364-00041/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Claudemir da Silva Braga
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:32 horas

PROCESSO : 0281820-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 102-11551/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Marcos Vinicius Chagas Pessoa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:34 horas

PROCESSO : 0281822-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Representação Criminal/Notícia de Crime
AUTOR : Justiça Pública
REQUERENTE : Crusoe Foods Indsutria, Importação e Exportação Ltda
ADVOGADO : 11990/CE - Fernando Alfredo Rabello Franco
REQUERIDO : Tcharles Alex Feitosa Queiros
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:41 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281763-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : João Batista Almeida de Sousa
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:45 horas

PROCESSO : 0281768-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Valdeney Fernandes Marinheiro
REQUERIDO : Estado do Ceará
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:49 horas

PROCESSO : 0281771-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maesio Rodrigues Lira
ADVOGADO : 28360/CE - Rodrigo Madeiro Maciel
REQUERIDO : Secretaria de Saúde do Estado do Ceará
VARA: 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:51 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0200443-41.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-01186/2021 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza

AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:58 horas

PROCESSO : 0228809-73.2020.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 312-00100/2020 - Combate à Exploração da Criança e do Adolescente - Fortaleza
AUT PL : P.C.E.C.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
VARA: 12ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281823-30.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
ADOLESCENTE : Caue Ferreira da Silva
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0200492-14.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 117-00091/2022 - 17º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 17º Distrito Policial
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281824-15.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Condomínio Conjunto Cral Melo Passare
ADVOGADO : 30539/CE - Danny Memoria Soares
REQUERIDA : Lúcia Maria Guerra
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:00 horas

PROCESSO : 0281799-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : N.B.O.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037358-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Luciano Newton Vasconcelos Porfirio
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:15 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281829-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Eckner Sales Goes
ADVOGADO : 18345/CE - Milena Barbosa Montoril
REQUERIDA : Michele Sales Goes
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:31 horas

PROCESSO : 0281825-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE : Makeule Andrade da Silva Cavalcante
ADVOGADO : 31767/CE - Adelia Cristina Martins Menezes Cavagnolli
REQUERIDO : Italo Asndrade da Silva
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

PROCESSO : 0281826-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Decisão
REQUERENTE : Davi Freitas Alves, Representado Por Adriana Sousa Freitas Alves
REQUERIDO : Francisco de Assis Alves Pinheiro
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:32 horas

PROCESSO : 0281827-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Decisão
REQUERENTE : Davi Freitas Alves, Representado Por Adriana Sousa Freitas Alves
REQUERIDO : Francisco de Assis Alves Pinheiro
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:32 horas

PROCESSO : 0281833-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Francisca Tânia Diogenes Holanda Saldanha
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:32 horas

PROCESSO : 0281832-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rosiane Fernandes de Sousa
ADVOGADO : 9165/CE - Paulo Cesar Barbosa Pimentel
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:33 horas

PROCESSO : 0281830-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.F.C.
REQUERIDA : E.A.S.C.R.S.G.G.M.S.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:34 horas

PROCESSO : 0281831-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Breno do Vale Nogueira
ADVOGADO : 42325/CE - Marcos Paulo Silva Borges
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037359-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : VALDEIR GERÔNIMO DA SILVA - “CHAPA”
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:36 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037361-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : JOÃO VITOR DE OLIVEIRA RAFAEL
ADVOGADO : 28601/CE - Danger Pereira de Araujo
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:38 horas

PROCESSO : 0273560-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de sentença
REQUERENTE : Karla Mirella Campos de Castro Veras
ADVOGADO : 20680/CE - Gabriela Pimentel Pessoa
REQUERIDO : Thiago Gonçalves Paes Leite
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:43 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0115448-49.2018.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 10200702/2017 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará

INDICIADO : A esclarecer
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:55 horas

PROCESSO : 0266296-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00563/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281834-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : T.C.A.
ADVOGADO : 43105/CE - JOSÉ JARDEL PEREIRA DE OLIVEIRA
REQUERIDA : J.M.S.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:59 horas

PROCESSO : 0281840-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Laura Regina Gonçalves de Vasconcelos
ADVOGADO : 33490/CE - Jose Osmar Celestino Junior
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0281837-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Celia Maria Andrade
ADVOGADO : 20969/CE - Elizio Morais Baratta
REQUERIDO : Banco Nu Pagamentos S/A
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0281836-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : R.N.S.A.
ADVOGADO : 39659/CE - Cristiano Simao Pereira
REQUERIDO : R.W.M.A.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:01 horas

PROCESSO : 0281839-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria das Gracas Freitas Costa
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:02 horas

PROCESSO : 0002651-33.2018.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
EXEQUENTE : T.M.B.M.
ADVOGADO : 46551/CE - Brena da Silva Maciel
EXECUTADO : E.A.S.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0228733-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 101-00027/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 1º Distrito Policial
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:16 horas

PROCESSO : 0205285-93.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-01087/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 5ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa

VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:17 horas

PROCESSO : 0205737-43.2024.8.06.0025
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 303-01842/2024 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR
AUTUADA : D.K.B.O.
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:17 horas

PROCESSO : 0239026-44.2021.8.06.0001
CLASSE : Ação Penal - Procedimento Ordinário
A. P. F. : 308-00138/2021 - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC)
RÉU : Gidel Teixeira de Melo
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:19 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281367-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Asp Assessoria Patrimonial Ltda. -me
ADVOGADO : 32329/CE - Antonio Luiz de Hollanda Rocha
REQUERIDA : Maria Isabel Gomes Meneses
VARA: 20ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:21 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0172713-19.2012.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 3220549/2012 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A apurar
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:21 horas

PROCESSO : 0204354-90.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00875/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:22 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281608-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : M.C.L.E.
REQUERIDO : R.C.S.R.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:25 horas

PROCESSO : 0030015-29.2008.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE : Banco do Nordeste do Brasil S/A
EXEQUIDO : Andre do Bordado Ind Com Ltda
VARA: 2ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:29 horas

PROCESSO : 0281847-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Maria Gildenia Guedes Vieira Ferreira
ADVOGADO : 25436/CE - Luiza Magdalena Wanderley de Castro Dantas
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:29 horas

PROCESSO : 0281848-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Edvaldo dos Santos do Carmo

ADVOGADO : 38355/CE - Grazyelle de Holanda Barros
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:30 horas

PROCESSO : 0281845-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Eunice Maia de Andrade
ADVOGADO : 41389/CE - Francisco Nicolas Martins Santiago
REQUERIDA : Francisca
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

PROCESSO : 0281844-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Jose Barbosa da Silva
ADVOGADO : 30443/CE - Ilma Maria da Silva Bessa
REQUERIDO : Apdap Prev-associacao de Protecao e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

PROCESSO : 0281843-21.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Mariana Silva Lima
ADVOGADO : 10466/CE - Andreia da Costa Vale
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

PROCESSO : 0281849-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.F.R.M.
REQUERIDO : F.M.J.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

PROCESSO : 0281846-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Autorização judicial
REQUERENTE : E.C.S.
ADVOGADO : 45712/CE - Esdras Barcellos de Souza
REQUERIDA : M.B.C.C.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

PROCESSO : 0281841-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTOR : Arthur Silva de Oliveira Varejão
ADVOGADO : 35721/CE - Fabiana Barrocas Alves Farah
RÉU : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

PROCESSO : 0281842-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Maria Vilene Batista de Oliveira
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

PROCESSO : 0037063-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : G.G.O.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037366-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Fabio Soares Rocha
ADVOGADO : 6241/CE - Neumayer de Sousa Maia
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:37 horas

PROCESSO : 0037368-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal

RÉU : J.M.V.S.
ADVOGADO : 30401/CE - Laydson Alves de Sousa
RÉU : J.M.V.S.
ADVOGADO : 31442/CE - Talvane Robson Mota de Moura
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:39 horas

PROCESSO : 0205213-09.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 112-00172/2024 - 12º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 12º Distrito Policial
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:43 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0133145-35.2008.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Nelma Maria Pereira de Araujo
ADVOGADO : 6610/CE - Roxane Benevides Rocha
REQUERIDO : Instituto Dr. Jose Frota - Ijf
ADVOGADO : 4002/CE - Maria da Conceicao Ibiapina Menezes
VARA: 4ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:51 horas

PROCESSO : 0011046-88.2024.8.06.0167
CLASSE : Habilitação para Adoção
REQUERENTE : A.L.B.
VARA: Seção de Cadastro de Adotantes e Adotandos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:54 horas

PROCESSO : 0281851-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
EXEQUENTE : E.M.V.R.
ADVOGADO : 41189/CE - Alysson Jansen Castro
EXECUTADO : I.I.R.J.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:59 horas

PROCESSO : 0281859-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Abrilina Alves de Araujo
ADVOGADO : 30443/CE - Ilma Maria da Silva Bessa
REQUERIDO : Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos- Ambec
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

PROCESSO : 0281861-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Junior Barbosa Martins
ADVOGADO : 39548/CE - Camila Bernardino Farias
REQUERIDO : Joao Victor Rabelo Martins
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:01 horas

PROCESSO : 0058368-80.2021.8.06.0112
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Raquel Fonseca Soares
ADVOGADO : 16629/CE - Paolo Giorgio Quezado Gurgel e Silva
REQUERIDO : L N Bezerra Paulino & Cia Ltda. - Epp
ADVOGADO : 35963/CE - Victor Daniel Pereira Silva
VARA: 2ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0281860-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Edson Correia
ADVOGADO : 51591/CE - Rafael Pinheiro Pontes
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0281855-35.2024.8.06.0001

CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vanderlene Maria Silva - Me (Cia da Esfiha)
ADVOGADO : 24621/CE - Lucas Pinto Barbosa
REQUERIDO : Elielson Santos Medeiros
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:02 horas

PROCESSO : 0281857-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Ação de Alimentos de Infância e Juventude
REQUERENTE : S.R.A.
ADVOGADO : 45665/CE - Alan Diego de Vasconcelos Pereira
REQUERIDO : W.M.A.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:03 horas

PROCESSO : 0281853-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : I.C.R.C.
ADVOGADO : 42037/CE - Kaliny Holanda Verissimo Ribeiro
REQUERIDA : N.M.C.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:03 horas

PROCESSO : 0037372-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
J DEPCDO : Francisco Luciano Pereira Gomes
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:03 horas

PROCESSO : 0281856-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Ana Karine Lopes da Silva
ADVOGADO : 26196/CE - Jose Humberto Raulino Silveira Filho
REQUERIDA : Maria Luciana Lopes Teixeira
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:04 horas

PROCESSO : 0281858-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.B.C.A.T.
ADVOGADO : 38621/CE - Carlos Bezerra Neto
REQUERIDO : F.T.F.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:04 horas

PROCESSO : 0281862-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : A.S.S.
ADVOGADO : 24800/CE - Mikael Pinheiro de Oliveira
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:04 horas

PROCESSO : 0281850-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.M.G.
REQUERIDO : I.F.S.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281852-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
Outros : 302-07281/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Capturas e Polinter
AUTUADO : Francisco Kaike Muniz de Sousa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:05 horas

PROCESSO : 0204774-95.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 127-00099/2024 - 27º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.

AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : Não identificado
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0205627-07.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 130-00349/2024 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 6º Distrito Policial
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0037373-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉ : Sheila Cristina Silva de Carvalho
ADVOGADO : 35494/CE - Ariane Pessoa Santos
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:09 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037374-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : M.L.S.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:10 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0150352-66.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
REQUERENTE : Ministério Público do Estado do Ceará
REQUERIDO : Companhia Energetica Ceara Coelce
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:10 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037327-94.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : J.C.B.G.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:14 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0266104-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 303-01495/2024 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Cassio Bruno Ferreira Mendes
VARA: 12ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:23 horas

PROCESSO : 0037378-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Raimundo Jefferson da Silva Pinheiro
ADVOGADO : 47029/CE - Lucas Teófilo Lima Cruz Farias Cavalcante
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:27 horas

PROCESSO : 0037379-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : José Edilson Costa Uchoa
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:28 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281863-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : Maria Luisa Santiago da Silva
ADVOGADO : 6234/CE - Cleide Helena Marques Lousada
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

PROCESSO : 0281866-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Maria Clesineide Neri de Melo
ADVOGADO : 23833/CE - Eduardo Meneleu Gonçalves Moreno
REQUERIDO : Banco Bradesco S.A
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:30 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037380-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Ramon Amorim de Oliveira
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281869-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : A.M.R.A.
REQUERIDO : R.S.R.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0281871-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : R.C.O.
ADVOGADO : 32559/CE - Francisco Jose de Castro Gomes Dias
CURATELADO : J.R.V.O.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0281872-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Leontina Lins Marques
ADVOGADO : 18023/CE - Heitor Marques Lins de Sousa
REQUERIDO : GEAP - AUTOGESTÃO EM SAÚDE
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0037328-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : D.R.A.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0281867-49.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.S.O.
REQUERIDA : A.C.S.D.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0281873-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Azafe Hudson Caracas Ramires de Almeida
REQUERIDO : José Ramires de Almeida Junior
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0281864-94.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : S.S.B.C.
CURATELADA : L.S.B.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0281865-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Claudio da Silva
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0281870-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : L.S.B.
REQUERIDO : J.R.B.R.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0281868-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : A.P.L.V.F.
ADVOGADO : 50986/CE - MANOELA FREIRE ALENCAR SOUZA
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0037381-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : Francisco Gean Cassimiro da Costa
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:34 horas

PROCESSO : 0037343-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 00000065920188060090
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara Cível da Comarca de Icó do Icó - Icó-CE
REQUERENTE : Município de icó-CE
REQUERIDO : José Jaime Rodrigues Bezerra Junior
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:41 horas

PROCESSO : 0281876-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aurineide Praxedes Moraes
ADVOGADO : 30443/CE - Ilma Maria da Silva Bessa
REQUERIDO : Aab Associação de Artes do Brasil
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:59 horas

PROCESSO : 0281875-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Frigorífico Super Baratão Ltda
ADVOGADO : 35244/CE - Raquel Rodrigues Forte
REQUERIDO : Waleska Silva de Sousa 62685864334
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0281882-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Izabel de Jesus de Lima Lemos
ADVOGADO : 18722/O/MT - Emanuele Proença Larréa
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0281878-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.H.H.M.M.F.H.M.R.P.S.G.E.S.H.
ALIMENTANDO : F.R.M.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

PROCESSO : 0281883-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : W.S.A.
REQUERIDO : L.G.V.A.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

PROCESSO : 0281877-93.2024.8.06.0001

CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : I.B.M.
ADVOGADO : 37009/CE - João Alfredo Carneiro de Morais
CURATELADO : P.I.B.M.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0281881-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Warderlina Oliveira de Araújo
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0281874-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Eulino de Araújo
ADVOGADO : 37320/CE - Simone de Lima Sousa
REQUERIDO : Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.a
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281879-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia Regional de Taua
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281880-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.R.L.O.M.R.S.G.E.L.R.
ALIMENTANDO : R.S.O.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0037334-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : C.L.S.A.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:03 horas

PROCESSO : 0278287-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.F.S.G.
ADVOGADO : 14867/CE - Danielmo Vaccari Moraes
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0190565-56.2012.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 30900089/2012 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A apurar
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 12:08 horas

PROCESSO : 0205566-49.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 317-00153/2024 - Delegacia de Proteção ao Turista - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Proteção ao Turista
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:09 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0269661-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : D.T.V.
ADVOGADO : 32376/CE - Paulo Anderson Lacerda Vasconcelos
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:13 horas

PROCESSO : 0278747-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.P.S.
ADVOGADO : 36210/CE - Jeritza Pompeu Andrade Gurgel
REQUERIDO : Aécio Cristiano de Oliveira
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:18 horas

PROCESSO : 0037337-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : P.H.X.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:21 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0279045-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 366-00011/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Ricardo Rodrigues Craveiro
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037388-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
J DEPCDO : B.K.M.R.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:24 horas

PROCESSO : 0037389-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
J DEPCDO : B.K.M.R.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:25 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280915-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00602/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADA : Maria Eduarda dos Santos Liberato
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281884-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Francisco José Aragão Araújo
ADVOGADO : 27143/CE - Joao Manuel da Silva Venancio Batista Filho
INVDO : Raimundo da Silva Araujo
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

PROCESSO : 0281887-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Luis Miguel de Oliveira Farias
REQUERIDO : Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

PROCESSO : 0281885-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial

REQUERENTE : Ramon Rodrigues Benevides
ADVOGADO : 21484/CE - Carolina Barreto Alves Costa Freitas
REQUERIDA : Paula Joyce de Sousa Almeida
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:32 horas

PROCESSO : 0281890-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : L.S.A.
ADVOGADO : 9377/CE - Paulo Cesar Juca Martins
REQUERIDA : M.A.N.G.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:32 horas

PROCESSO : 0281886-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Kariny Macêdo Duarte
ADVOGADO : 32083/PB - Maírla Costa Duarte
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0281888-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Lívia Araújo Gadelha
ADVOGADO : 42135/CE - LEONARDO RAINAN FERREIRA DA COSTA
REQUERIDO : Banco Olé Consignado S.A.
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0279784-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 326-00332/2024 - Delegacia de Repressão as Ações Criminosas Organizadas CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - Draco
AUTUADO : Rafael Alves Veloso
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:37 horas

PROCESSO : 0280886-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 308-00263/2024 - Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC)
AUTUADO : Breno Moreno de Albuquerque
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:39 horas

PROCESSO : 0279797-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 326-00337/2024 - Delegacia de Repressão as Ações Criminosas Organizadas CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - Draco
AUTUADO : Werisson Regis da Silva
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:42 horas

PROCESSO : 0278387-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00812/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : José Leandro Costa Rodrigues
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:44 horas

PROCESSO : 0280933-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 362-00084/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Francisco Lucas Ribeiro Soares de Paiva

VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:47 horas

PROCESSO : 0279790-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 326-00336/2024 - Delegacia de Repressão as Ações Criminosas Organizadas CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - Draco
AUTUADO : Emerson Esmael da Silva
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:51 horas

PROCESSO : 0280911-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 362-00013/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADA : Adriely Gomes de Lima
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:52 horas

PROCESSO : 0279601-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 125-00178/2024 - 25º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 25º Distrito Policial
AUTUADO : Hiderlan Wanderson de Moura Torres
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281891-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : V.H.S.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:57 horas

PROCESSO : 0036823-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : J.M.A.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:59 horas

PROCESSO : 0281894-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTORA : Samantha Ottoni Adolphsson Zidan
ADVOGADO : 35721/CE - Fabiana Barrocas Alves Farah
RÉU : Sul America Cia de Seguro Saude
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0281893-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Beatriz Fama dos Reis
ADVOGADO : 51485/CE - Angelo Matheus Freitas Brauna
REQUERIDO : Bruno Rodrigues Moreira
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0037338-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : E.P.L.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0281895-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Luzia Alves de Oliveira
ADVOGADO : 7828/ES - RONI FURTADO BORGO
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0281892-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Abj Servicos de Teleatendimento Ltda
ADVOGADO : 24606/CE - Lara Gurgel do Amaral Duarte Vieira
REQUERIDO : ENEL - Companhia Energética do Ceará
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0281896-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Helena Teixeira Valentim
ADVOGADO : 7828/ES - RONI FURTADO BORGO
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0037333-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : F.G.R.O.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:26 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0200238-60.2023.8.06.0301
CLASSE : Inquérito Policial
AUT PL : Delegacia Municipal de Campos Sales
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:27 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281906-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Albertt de Souza Brros
ADVOGADO : 43325/CE - Alice dos Santos Melgaço
REQUERIDO : Amil - Assistência Médica Internacional S/A
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:30 horas

PROCESSO : 0281904-76.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef
ADVOGADO : 27265/CE - Lilian Daniele Nascimento de Oliveira
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:30 horas

PROCESSO : 0281905-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : N.B.S.
ADVOGADO : 42046/CE - Bruno Campos de Freitas
REQUERIDO : R.S.L.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0201102-79.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 309-00076/2023 - Delegacia de Roubos e Furtos - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Roubos e Furtos (DRF)
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281898-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Consignação em Pagamento
CONSGTE : Spartex - Sobral Produtora de Artefatos Têxteis Indústria e Comércio Ltda - Epp
ADVOGADO : 23495/CE - Marcio Rafael Gazzineo
CONSIGNADO: Msc Mediterranean Shipping do Brasil Ltda

VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

PROCESSO : 0281899-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento
REQUERENTE : Consórcio Shopping Parangaba
ADVOGADO : 32111/CE - Amanda Arraes de Alencar Pontes
REQUERIDO : Clinica Sao Bento Ltda
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281901-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 02007201220248060062
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara da Comarca de Cascavel do Cascavel - Cascavel-CE
J DEPCTE : 1ª Vara da Comarca de Cascavel do Cascavel
RÉU : Paulo Anderson Rodrigues
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:40 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037395-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : R.R.A.B.
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:41 horas

PROCESSO : 0037391-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Produção Antecipada da Prova
REQUERENTE : Luis Moeira Pires
ADVOGADO : 252532/SP - Fabiano Custódio Sousa
REQUERIDO : 9º Tabelionato de Notas de Fortaleza
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:53 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281821-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00725938120178260050
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal do Foro Central Criminal Barra Funda da Comarca de Sãp Paulo- SP - São Paulo-SP
J DEPCTE : Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal - Foro Central Criminal Barra Funda da Comarca de São Paulo/SP
RÉU : Ana Larissa Silva dos Santos
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:54 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281912-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Judite dos Santos Leao
ADVOGADO : 13742/CE - Iara Moreira Osterno
INVDO : Severiano Marcos Correia Lima
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:03 horas

PROCESSO : 0281914-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Vandilza Lucindo Lima
ADVOGADO : 34093/CE - Neiabston Alves de Araujo
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:03 horas

PROCESSO : 0281909-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Jeruza Feitosa de Matos
ADVOGADO : 7828/ES - RONI FURTADO BORGO
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281908-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 134-12077/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Cristiano José de Sousa Clemente Filho
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:04 horas

PROCESSO : 0281907-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 302-00515/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Capturas e Polinter
AUTUADO : Marcelo Pereira da Silva Junior
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:05 horas

PROCESSO : 0281828-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 15032119220248260530
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP - Ribeirao Preto-SP
J DEPCTE : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ribeirão Preto/SP
RÉU : Antônio Bononio Sousa Vasconcelos
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:05 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281916-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Vilani Alves de Lima Rabelo
ADVOGADO : 30880/CE - Albino Luthiane Quesado Alencar
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:05 horas

PROCESSO : 0281911-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : Banco Bradesco S.A
ADVOGADO : 16477/CE - David Sombra Peixoto
REQUERIDO : R.a. da Costa Machado
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:06 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281910-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 115-03358/2024 - 15º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 15º Distrito Policial
AUTUADO : Lucas dos Santos Gomes
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:06 horas

PROCESSO : 0281915-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 111-02797/2024 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 11º Distrito Policial
AUTUADO : Mauricio Gomes Coelho
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:06 horas

PROCESSO : 0281897-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 15209184320238260228
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal do Foro Central Criminal/Barra Funda da Comarca de São Paulo/SP - São Paulo-SP
J DEPCTE : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal - Foro Central Criminal Barra Funda da Comarca de São Paulo/SP

RÉU : Thiego Cardoso de Mendonça
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:10 horas

PROCESSO : 0248212-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUTOR : J.P.
AUT PL : Francisco Helio Araujo Filho
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Jocasto de Sousa Gomes
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:13 horas

PROCESSO : 0037401-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Rubens da Silva Mendes
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:18 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037387-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : F.L.O.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:18 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280930-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 362-00083/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Lucas da Silva Dino
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:28 horas

PROCESSO : 0207110-94.2023.8.06.0300
CLASSE : Inquérito Policial
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia Metropolitana de Caucaia
AUTUADO : Daylane Thalia do Nascimento
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:28 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281922-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Zaquel Fernandes da Silva
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : 99 Tecnologia Ltda - Filial Fortaleza
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280917-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00603/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Bruno Araujo da Silva
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281918-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Eudina Monteiro de Farias
ADVOGADO : 46100/CE - Davi Deziderio Nogueira Torquato
REQUERIDO : Otoclinica S/c Ltda

VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

PROCESSO : 0281917-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Valter Arrais de Souza Catunda
ADVOGADO : 26196/CE - Jose Humberto Raulino Silveira Filho
REQUERIDA : Martha Arrais de Souza Catunda
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0281919-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Raimunda Osmarina da Silva
ADVOGADO : 33401/CE - Larissa de Alcântara Cruz
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0281920-30.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : F.R.M.
ADVOGADO : 11687/CE - Elizabete Santos de Assuncao
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0281923-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Roberio Eloi de Souza
ADVOGADO : 21901/CE - Eduardo Henriques Freire
REQUERIDO : Postalis - Instituto de Previdência Complementar
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0281921-15.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.T.P.
ADVOGADO : 10081/CE - Camila dos Reis Barroso
ALIMENTANDA : J.R.P.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0281925-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Autorização judicial
REQUERENTE : E.D.C.T.
ADVOGADO : 13446/CE - Cristiane Pinheiro Diogenes
REQUERIDO : G.D.S.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0281924-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.L.M.S.C.
ADVOGADO : 162584/MG - Cintia D'Arc Feliciano
REQUERIDO : G.L.C.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0281927-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Jose Walace de Sousa Lima
ADVOGADO : 31924/CE - Emelline Coriolano Barros
INVDA : Francilda de Sousa Lima
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281491-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 026-00245/2024 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : Glauberson Lius Goncalves Silva

VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:34 horas

PROCESSO : 0200494-81.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 117-00079/2023 - 17º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 17º Distrito Policial
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:38 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037385-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Tamires dos Reis Diniz
ADVOGADO : 19480/PI - João José da Silva Araújo
REQUERIDO : Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (ibfc)
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:39 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281189-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00243/2024 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : Tiago Pereira da Silva
VARA: 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:40 horas

PROCESSO : 0281411-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 302-00510/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Capturas e Polinter
AUTUADO : Edson Leite de Souza
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:43 horas

PROCESSO : 0280730-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 103-01843/2024 - 3º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 3º Distrito Policial
AUTUADO : Cicero Kennedy Sousa Vieira
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:44 horas

PROCESSO : 0280709-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00598/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Cassiano Nunes Franco
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:47 horas

PROCESSO : 0277093-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00071/2017 - Fortaleza
AUT PL : D.P.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
INVESTIGADO: A.R.S.
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:47 horas

PROCESSO : 0281541-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
I. P. : 323-00066/2024 - Delegacia de Assuntos Internos - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Assuntos Internos
AUTUADO : Daniel da Silva Ferreira

VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 14:48 horas

PROCESSO : 0280134-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00588/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Joao Batista de Araujo
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:48 horas

PROCESSO : 0279334-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00723/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 13º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Neris da Silva Neto
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:50 horas

PROCESSO : 0280048-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 101-00117/2024 - 1º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Samuel Sousa Felipe de Oliveira
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:54 horas

PROCESSO : 0280119-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00238/2024 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADA : Edlani de Sousa Marques
VARA: 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:56 horas

PROCESSO : 0280139-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00587/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Claudio Alexandre
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:56 horas

PROCESSO : 0280888-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 363-00020/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 3ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Josafa Ferreira Santos
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281931-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : José Helcio Costa Lima de Queiroz
ADVOGADO : 31443/CE - Jose Aurino de Paula da Silva Junior
REQUERIDA : Sofia Coeli Guerra Queiroz
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:59 horas

PROCESSO : 0281932-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rebecca Holanda Sa Freire
ADVOGADO : 16689/CE - Francisco Itaercio Bezerra Filho
REQUERIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

PROCESSO : 0281935-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lidia Stella Teixeira de Meneses
ADVOGADO : 28544/CE - Ossianne da Silva Freitas Martins
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:01 horas

PROCESSO : 0281929-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Embargos à Execução
EMBARGANTE : Daniele Franceschini
ADVOGADO : 13972/CE - Pedro Jackson Melo Colares
EMBARGADO : Condominio do Edificio Ocean Tower
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:02 horas

PROCESSO : 0281930-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Condomínio Edifício Iguana
ADVOGADO : 31082/CE - Antonio Chaves Sampaio Filho
REQUERIDA : Maria do Socorro Rebelo Matos
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281934-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 102-11565/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Elizabete Silva Alves
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281933-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : J.G.C.
ADVOGADO : 31091/CE - Samila Rita Gomes Quintela
REQUERIDA : R.C.G.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:03 horas

PROCESSO : 0281928-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Hugo Sebastião de Araujo Costa
ADVOGADO : 4945/CE - Paulo Teles da Silva
INVDA : Sebastiana Costa de Araujo
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

PROCESSO : 0281936-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Patricia Noronha de Oliveira
ADVOGADO : 28553/CE - Samuel Nogueira Matoso
REQUERIDO : Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

PROCESSO : 0037386-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : PAULO RICARDO GOMES DE ALMEIDA
ADVOGADO : 36466/CE - Cleonardo Paulino Barbosa
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:07 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281526-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal

ORIGEM : 00126952520138180140
JUÍZO DEPREC. : 4 vara criminal - Teresina-PI
AUTOR : Justiça Pública
MINISTERIO PUBL : Ministério Público Estadual
RÉU : Clayton Doce Alves Filho
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:23 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281938-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Priscila Gomes Rebouças
ADVOGADO : 24895/CE - Caico Gondim Borelli
REQUERIDO : Amil- Assistência Médica Internacional S.a.
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:30 horas

PROCESSO : 0281948-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : S.H.L.
ADVOGADO : 24887/CE - Frederico Cortez Borba
CURATELADA : M.N.S.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:31 horas

PROCESSO : 0281949-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : H.N.R.
ADVOGADO : 12026/CE - Marcio Flavio Araujo Guanabara
REQUERIDO : F.A.L.R.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:31 horas

PROCESSO : 0281943-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joao Vasconcelos Sousa
ADVOGADO : 53914/CE - Michael Cabral do Nascimento
REQUERIDO : Banco Bradesco S.A
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

PROCESSO : 0281950-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Beatriz Silva da Silva
ADVOGADO : 41654/CE - Danilo de Almeida Torres
REQUERIDO : Uber do Brasil Tecnologia Ltda
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:33 horas

PROCESSO : 0281945-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Alderlania da Silva
ADVOGADO : 24895/CE - Caico Gondim Borelli
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:34 horas

PROCESSO : 0281951-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento
REQUERENTE : Imobiliária Fontenelle Ltda
ADVOGADO : 14814/CE - Francisco Welvio Urbano Cavalcante
REQUERIDO : Antonio Turbay Barreira Neto
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:34 horas

PROCESSO : 0281940-21.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Imobiliária Antonio Sales
ADVOGADO : 26759/CE - Camila Iwara Santos Maia
REQUERIDO : Fabio Antonione Alves de Matos
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0281941-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Imobiliária Antonio Sales
ADVOGADO : 26759/CE - Camila Iwara Santos Maia
REQUERIDO : Aiana de Sousa Santos
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0281942-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : Josidelia de Castro Peixoto
ADVOGADO : 26711/CE - Iracema Nogueira Diogenes Saldanha
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0281953-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : E.R.S.
MENOR : M.L.R.S.
REQUERIDO : O.P.S.N.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:36 horas

PROCESSO : 0281937-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : M.Z.G.S.G.
REQUERIDO : S.R.G.O.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:36 horas

PROCESSO : 0281947-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Crusoe Foods Indsutria, Importação e Exportação Ltda
ADVOGADO : 11990/CE - Fernando Alfredo Rabello Franco
REQUERIDO : Facebook Serviços Online do Brasil Ltda
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:36 horas

PROCESSO : 0281939-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : G.R.L.
ADVOGADO : 18346/CE - Raimundo Nazion do Nascimento
REQUERIDO : B.S.A.L.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:37 horas

PROCESSO : 0281952-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Welligton Vasconcelos de Abreu
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : Zurich Santander Brasil Seg e Prev S/A
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:37 horas

PROCESSO : 0281972-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lourival Farias Martins
ADVOGADO : 36186/SC - Fernanda de Lima
REQUERIDO : CHUBB SEGUROS DO BRASIL SA
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:59 horas

PROCESSO : 0281969-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : C.A.P.S.F.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

PROCESSO : 0281971-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : 257198/SP - William Carmona Maya
REQUERIDA : Marília Silva Ribeiro
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:01 horas

PROCESSO : 0281958-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : C.S.O.
REQUERIDO : F.A.L.R.
ALIMENTANDA : M.H.O.R.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0222843-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUTOR : J.P.
AUT PL : Alexsandro do Couto Lima
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Francisco Luiz do Nascimento Vieira
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281966-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Notificação
REQUERENTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : 101180/SP - Eduardo Augusto Mendonça de Almeida
REQUERIDO : John Kildere Oliveira da Costa
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:02 horas

PROCESSO : 0281968-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Adriana de Menezes Cardulino
ADVOGADO : 183757/MG - Diego Frankli Dutra Lopes
REQUERIDO : BANCO PAN S.A.
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:02 horas

PROCESSO : 0281964-49.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Denny Bezerra Alcântara
ADVOGADO : 19666/CE - Matheus Saraiva de Araújo
REQUERIDA : Anna Gabriella Santana Rego
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:02 horas

PROCESSO : 0281957-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : João Batista de Sousa
ADVOGADO : 42190/CE - Paulo Sérgio Ribeiro da Silva
REQUERIDO : Habitec Engenharia S/A
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:03 horas

PROCESSO : 0281954-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Eveline Lucindo Andrade
ADVOGADO : 34093/CE - Neiabston Alves de Araujo
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:04 horas

PROCESSO : 0281959-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ival Dalmo Duarte Alves Júnior
ADVOGADO : 40249/SC - Erika Evangelista Dantas
REQUERIDO : Venture Capital Participações e Investimentos S/A
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:04 horas

PROCESSO : 0281962-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Claudio Henrique da Silva Cruz

ADVOGADO : 47246/CE - Néfi de Oliveira Girão
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:04 horas

PROCESSO : 0281967-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : R.W.S.O.
ADVOGADO : 40283/CE - Tatiane Farias Martins
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:05 horas

PROCESSO : 0281960-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Fernando de Souza Feitosa
ADVOGADO : 28394/CE - Najma Maria Said Silva
REQUERIDO : Zurich Minas Brasil Seguros Sa
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:05 horas

PROCESSO : 0281946-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : J.C.M.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:13 horas

PROCESSO : 0037392-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria das Graças Holanda Lavor Barros
ADVOGADO : 26359/CE - Glauber Iure Cardoso de Menezes Silva
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL S/A
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:16 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281965-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00449/2022 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:18 horas

PROCESSO : 0281973-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00510/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:23 horas

PROCESSO : 0281963-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00083/2023 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281986-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Psport Comercio de Materiais Esportivos Ltda
REQUERIDO : Psport Comercio de Materiais Esportivos Ltda. (Nome Fantasia: Paralelas)
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:29 horas

PROCESSO : 0281987-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Ilana das Neves Barbosa
ADVOGADO : 49701/CE - Fabricia Natasha Luz de Los Rios

REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:31 horas

PROCESSO : 0281981-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rayanne Bandeira dos Santos
ADVOGADO : 33787/SC - Cairo Lucas Machado Prates
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:32 horas

PROCESSO : 0281979-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Jose de Paulo
ADVOGADO : 33787/SC - Cairo Lucas Machado Prates
REQUERIDO : Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:32 horas

PROCESSO : 0281976-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Adriana de Menezes Cardulino
ADVOGADO : 183757/MG - Diego Frankli Dutra Lopes
REQUERIDO : BANCO AGIBANK SA
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0281975-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joaquim Romulo Paz
ADVOGADO : 34388/CE - Layson Smyth Carvalho de Olvieira
REQUERIDA : Lazaira Romana Batista
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0281983-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Maria de Fátima Viana Pontes
REQUERIDO : Blanchard Rodrigues Cardoso
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0281984-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento
REQUERENTE : Rosa Maria de Carvalho da Costa
ADVOGADO : 14814/CE - Francisco Welvio Urbano Cavalcante
REQUERIDO : Arilson José Muniz Cardoso
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0202412-23.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 130-00235/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:38 horas

PROCESSO : 0221294-79.2023.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 103-00022/2023 - 3º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : D.P.
INVESTIGADO: V.L.O.
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:39 horas

PROCESSO : 0207677-91.2024.8.06.0300
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
AUTOR : J.P.
AUT PL : Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Ceará SR/PF/CE
AUTUADO : FRANCISCO WELLINGTON MOREIRA DA SILVA

VARA: Vara do Juízo Distribuidor da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:48 horas

PROCESSO : 0279893-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 326-00347/2024 - Delegacia de Repressão as Ações Criminosas Organizadas CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - Draco
AUTUADO : Paulo Renato Silva de Almeida
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:49 horas

PROCESSO : 0146985-63.2018.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-357/2018 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:50 horas

PROCESSO : 0201181-58.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 125-00020/2024 - 25º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:50 horas

PROCESSO : 0201954-40.2023.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 336-4/2023 - DECRIM - Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INVESTIGADA : Marlene Pereira Costa
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:51 horas

PROCESSO : 0205810-49.2023.8.06.0025
CLASSE : Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal
B.O. : 303-09289/2023 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUT PL : D.D.M.F.D.
REQUERENTE : R.C.P.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
REQUERIDO : J.C.M.G.
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:51 horas

PROCESSO : 0277169-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 134-00631/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Sidney Leonardo da Costa
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:52 horas

PROCESSO : 0200307-73.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 125-00012/2024 - 25º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 25º Distrito Policial
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:53 horas

PROCESSO : 0203783-39.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 312-00605/2020 - Combate à Exploração da Criança e do Adolescente - Fortaleza
AUT PL : P.C.E.C.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
INDICIADO : E.
VARA: 12ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:53 horas

PROCESSO : 0030179-47.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial

I. P. : 11100457/2014 - Fortaleza
AUT PL : 11º Distrito Policial
INDICIADO : A Apurar
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:54 horas

PROCESSO : 0407421-67.2019.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
REQUERENTE : Ministério Público do Estado do Ceará
REQUERIDO : Brasil Comercio de Material Construcao Ltda
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:55 horas

PROCESSO : 0030934-90.2023.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
T. C. : 113-00147/2019 - Fortaleza
AUT PL : Delegado Titular do Décimo Segundo Distrito Policial de Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Helielery Araújo de Oliveira Filho
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:56 horas

PROCESSO : 0201660-22.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 312-00204/2022 - Delegacia de Combate e Exploração da Criança e Adolescente - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (DCECA)
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:57 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281997-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Arcelina Bezerra da Costa
ADVOGADO : 31954/CE - Amanda Ingrid Cavalcante de Morais
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:00 horas

PROCESSO : 0281996-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria do Socorro de Oliveira Barboza de Almeida
ADVOGADO : 5424/CE - Sylvia Gomes Mariano
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:00 horas

PROCESSO : 0281995-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Moreira Filho
ADVOGADO : 22518/CE - Yara de Sousa da Silva
REQUERIDO : Hélio Franklin Frederico
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:01 horas

PROCESSO : 0281989-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Juliana Tosato Espeche
ADVOGADO : 24895/CE - Caico Gondim Borelli
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:01 horas

PROCESSO : 0281991-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Neuribe Euzebio dos Santos
ADVOGADO : 55686/SC - Tiago Luiz Radaelli
REQUERIDO : BANCO BMG S/A
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:02 horas

PROCESSO : 0281992-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonia Eliene Costa Oliveira de Lima
ADVOGADO : 183757/MG - Diego Frankli Dutra Lopes

REQUERIDO : BANCO BMG S/A
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:03 horas

PROCESSO : 0281993-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : M.M.P.F.
ADVOGADO : 30345/CE - Igor Cesar Leite Pereira Martins
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:03 horas

PROCESSO : 0248481-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE : M.A.S.
REQUERIDO : J.O.V.S.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:22 horas

PROCESSO : 0282002-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonia Eliene Costa Oliveira de Lima
ADVOGADO : 183757/MG - Diego Frankli Dutra Lopes
REQUERIDO : PARANA BANCO S/A
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:30 horas

PROCESSO : 0282010-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Clair Pereira Teixeira
ADVOGADO : 46982/CE - Guilherme Seabra Pinho
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:30 horas

PROCESSO : 0282000-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : C. Rolim Engenharia Ltda
ADVOGADO : 13371A/CE - Raul Amaral Junior
REQUERIDA : Carmem Lucia de Carvalho Nogueira
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0282001-76.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : João Batista Santos de Abreu
ADVOGADO : 405599/SP - Ruarcke Antonio Diniz de Oliveira
REQUERIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0282004-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vera Aparecido Padjara Quinteiro
ADVOGADO : 409661/SP - Bruna Ferreira da Silva Almeida
REQUERIDO : Sheraton Flex Vacations Llc.
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

PROCESSO : 0282016-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Aldenir Farias de Sousa
ADVOGADO : A2032/AM - Izadora Caroline Correia da Silva
REQUERIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

PROCESSO : 0282014-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : M.L.B.C.
ADVOGADO : 2331/CE - Eduardo Pragmacio de Lavor Telles
CURATELADA : F.B.S.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

PROCESSO : 0282015-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Sandra Isamar da Silva Leandro
ADVOGADO : 43172/CE - Lucas Evangelista Ribeiro
REQUERIDO : Wr Engenharia Ltda
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

PROCESSO : 0282003-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Espólio de José Maria Horácio da Silva
ADVOGADO : 24617/CE - Eduardo Freitas Horacio da Silva
REQUERIDO : Domus Gestora de Ativos Ltda.
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

PROCESSO : 0282009-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : C. Rolim Engenharia Ltda
ADVOGADO : 13371A/CE - Raul Amaral Junior
REQUERIDO : Francinei Sousa Costa
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:34 horas

PROCESSO : 0282011-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Sumário
ARROLANTE : Antonio Anderson Paiva Santos
ADVOGADO : 44901/CE - Ana Karoline Rocha dos Santos
ARROLADO : Antonio Augusto dos Santos
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281998-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 117-02044/2024 - 17º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 17º Distrito Policial
AUTUADO : Carlos Pereira dos Santos
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:34 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281999-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : BBC LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO : 104866/SP - Jose Carlos Garcia Perez
REQUERIDA : Lara Pessoa Avelino Santos
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:35 horas

PROCESSO : 0282013-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rafael Ferro Chaves
ADVOGADO : 38346/CE - JOÃO BOSCO CAVALCANTE SCARCELA SILVA
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0203035-58.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-65420/2022 - 35º Distrito Policial - Fortaleza - CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:48 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282008-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Apreensão em Flagrante
AUT PL : D.C.A.D.

ADOLESCENTE : R.N.B.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:57 horas

PROCESSO : 0037414-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
REQUERENTE : B.X.M.
REQUERIDO : F.C.C.S.
ADVOGADO : 25515/CE - Felipe Meton Holanda Cavalcanti de Albuquerque
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:58 horas

PROCESSO : 0282021-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : A.R.F.R.
ADVOGADO : 41105/CE - Bruno Ricarth Domiciano
CURATELADA : R.F.R.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:59 horas

PROCESSO : 0282022-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Maria Lourene de Carvalho
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:01 horas

PROCESSO : 0282026-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo
REQUERENTE : Christiane Costa Pessoa Martins
ADVOGADO : 20814/CE - Orestes Lisboa Alves do Nascimento Filho
REQUERIDO : Kennedy de Almada Ribeiro
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:01 horas

PROCESSO : 0282029-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aurilene Oliveira do Nascimento
ADVOGADO : 183757/MG - Diego Frankli Dutra Lopes
REQUERIDO : Banco Daycoval SA
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:01 horas

PROCESSO : 0282023-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aurilene Oliveira do Nascimento
ADVOGADO : 183757/MG - Diego Frankli Dutra Lopes
REQUERIDO : Banco Daycoval SA
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:02 horas

PROCESSO : 0282028-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vera Lucia Nunes Saldanha
ADVOGADO : 5424/CE - Sylvia Gomes Mariano
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:03 horas

PROCESSO : 0282020-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Fabio da Silva Cornelio
REQUERIDO : Etufor - Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:03 horas

PROCESSO : 0282027-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Vpl3 Comercio de Petroleo Ltda
ADVOGADO : 35289/CE - Gustavo Rebelo de Campos
REQUERIDO : José Erlon Ney Chaves Freire
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:04 horas

PROCESSO : 0282017-30.2024.8.06.0001

CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joaquim Pereira Neto
ADVOGADO : A2032/AM - Izadora Caroline Correia da Silva
REQUERIDO : Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasileiros do Inss e Fundos de Pensão - Aapb
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:04 horas

PROCESSO : 0282018-15.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joaquim Pereira Neto
ADVOGADO : A2032/AM - Izadora Caroline Correia da Silva
REQUERIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:04 horas

PROCESSO : 0282019-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Amanda Leandro Bitu
ADVOGADO : 24803/CE - Hiury Saraiva Aguiar
REQUERIDO : 123 VIAGENS E TURISMO LTDA
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:05 horas

PROCESSO : 0282030-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : David Jefferson Freire Cadeira
ADVOGADO : 46872/CE - Isadora Maria Siqueira Nascimento
REQUERIDO : LATAM AIRLINES GROUP S/A
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:30 horas

PROCESSO : 0282031-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Graziely de Lima Miguel
REQUERIDA : Lucineide Teixeira Vital
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:31 horas

PROCESSO : 0282034-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : F.S.S.
ADVOGADO : 23787/CE - Carolina Freitas Moreira
CURATELADO : F.A.S.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:31 horas

PROCESSO : 0282033-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de sentença
REQUERENTE : Claudieliny Samily Barbosa Morais, Menor, Representada Por Francisca Djarliny Barbosa
REQUERIDO : Raimundo Claudio Barbosa Morais
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282036-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Medidas Protetivas de Urgência - Crianças e Adolescentes (Lei Henry Borel - Lei 14.344/2022) Criminais
AUTOR : J.P.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
VARA: 12ª Vara Criminal
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:59 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282038-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Paulo Bruno Andrade dos Santos
ADVOGADO : 22848/CE - Eymard Bezerra Maia Filho
REQUERIDA : Claudiana David Araújo
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:29 horas

PROCESSO : 0282042-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : Darlen Silva dos Santos
ADVOGADO : 57347/PE - Washington Machado Lima Ferreira
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:30 horas

PROCESSO : 0282040-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Fontebrás Montagem e Manutenção Industrial Eireli Me
ADVOGADO : 24385/CE - Sergio Ricardo Mendes de Sousa E Silva
REQUERIDO : Francisco Barroso Sobrinho Me (Elegance Fardamentos)
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:31 horas

PROCESSO : 0282039-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Eliane Teixeir
ADVOGADO : 30878/CE - Jonatas Coutinho Campelo
REQUERIDO : Condominio Residencial Itapoan Ii
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:31 horas

PROCESSO : 0282043-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aloisio Alves Frazão
ADVOGADO : 14691/AM - Danielle Barroncas Lima
REQUERIDO : Banco Inbursa S.a.
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:59 horas

PROCESSO : 0282044-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vania Maria Moreira Clozato
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:59 horas

PROCESSO : 0282046-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Adoção
ADOTANTE : C.S.B.
ADVOGADO : 26834/CE - Ludmilla Cabral de Morais Callado
ADOTADO : M.R.S.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

PROCESSO : 0282045-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Produção Antecipada da Prova
REQUERENTE : Elcio Friedrich
ADVOGADO : 68002A/GO - Bruno Vinicius Vieira Oliveira
REQUERIDO : Servis Eletronica Defense Ltda
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:31 horas

PROCESSO : 0282049-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Mercedes Leal de Castro Sasse
ADVOGADO : 47228/CE - Hiellen Lima de Oliveira
REQUERIDO : Bbanco do Brasil S/aanco do Brasil Sa , Empresa Central-brasilia (Df), Sociedade de Economia Mista
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:59 horas

PROCESSO : 0282050-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Mary Stefhany Boueres Pereira Freitas
ADVOGADO : 6216/CE - Eliene Brito de Vasconcelos
REQUERIDA : Constância Maria Taumaturgo Lemos
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 21:00 horas

PROCESSO : 0282048-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Thiago Rodrigues da Silva
ADVOGADO : 36186/SC - Fernanda de Lima
REQUERIDO : CHUBB SEGUROS DO BRASIL SA
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:00 horas

PROCESSO : 0282047-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Ação de Exigir Contas
REQUERENTE : Condomínio Edifício Nillanne
ADVOGADO : 42085/CE - José Hugo Victor Dias Alves
REQUERIDA : Francisco Gerlania Nogueira Ricardo
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:00 horas

PROCESSO : 0282051-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.A.S.M.
ADVOGADO : 51514/CE - Ana Clisya da Costa
REQUERIDO : A.R.M.M.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:30 horas

PROCESSO : 0282053-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.M.C.F.
ADVOGADO : 30978/CE - Francisco Americo Brito Lessa
REQUERIDO : J.M.F.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:59 horas

PROCESSO : 0282052-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Lúcia Nobre da Silveira
ADVOGADO : 45882/CE - Jose Wandemberg Chaves Maia Junior
REQUERIDO : Condomínio Village Monte Prince I
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:59 horas

PROCESSO : 0282057-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Shirley Maria Alves
ADVOGADO : 53468/CE - Adalrerisson Francisco da Silva
REQUERIDO : CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282055-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 110-10944/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Alexandre Alves Costa
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282059-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Roseli Braz de Oliveira
ADVOGADO : 52293/CE - Alana Lima Melo
REQUERIDO : Banco Bradesco S.A
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:33 horas

PROCESSO : 0282056-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Mairton Sampaio Lopes
ADVOGADO : 51591/CE - Rafael Pinheiro Pontes
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282061-49.2024.8.06.0001

CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 113-10388/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 13º Distrito Policial
AUTUADO : Bruno Oliveira Nascimento
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:34 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282060-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTORA : M.L.D.
REQUERIDO : F.L.D.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282054-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTORA : Camila Moreira da Silva Alves
ADVOGADO : 32222/CE - Antonia Elaine de Oliveira Cavalcante Mota
REQUERIDO : Secretário da Saúde do Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282063-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 310-00488/2024 - Delegacia de Narcóticos - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Narcóticos
AUTUADO : Daniel Freitas Lima
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282064-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonia Rodrigues Silva
ADVOGADO : 6216/CE - Eliene Brito de Vasconcelos
REQUERIDO : Condomínio Jardim Alvorada
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:01 horas

PROCESSO : 0282062-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Kirton de Almeida
ADVOGADO : 46511/CE - Adriano José de Oliveira
REQUERIDO : Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282066-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 132-07647/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Valeriano Rodrigues da Silva
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282065-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Embargos à Execução
EMBARGANTE : Francisco Rudson Pereira Candido
ADVOGADO : 39799/CE - Anna Virginia Pereira Lemos de Freitas
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 23:30 horas

Quantidade de processos: 361

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 09/11/2024

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282080-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 111-10395/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 13º Distrito Policial
AUTUADO : Patrick Cerqueira da Silva
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282087-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : R.S.M.P.
REQUERIDO : A.A.S.P.N.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0282085-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.B.S.
ADVOGADO : 12985/CE - Antonio Everardo Araujo de Almeida
ALIMENTANDO : P.H.R.P.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0282084-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : N.P.L.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:01 horas

PROCESSO : 0282088-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : J.S.S.F.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:02 horas

PROCESSO : 0282091-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : M.T.S.S.S.
REQUERIDO : L.N.A.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:30 horas

PROCESSO : 0282090-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Paulo Ronald Moreira Porto
ADVOGADO : 53502/CE - Tulio Fred Cavalcante da Silva
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

PROCESSO : 0282095-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : T.R.V.L.
ADVOGADO : 48458/CE - Ana Caroline Santos Abreu
REQUERIDO : F.V.A.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:59 horas

PROCESSO : 0282096-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : A.M.A.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

PROCESSO : 0282093-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Roseli Braz de Oliveira
ADVOGADO : 52293/CE - Alana Lima Melo
REQUERIDO : Banco Bradesco S.A
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

PROCESSO : 0282098-76.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : L.F.E.
ADVOGADO : 21577/CE - Bruno Lucena Sales
REQUERIDO : J.T.R.T.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

PROCESSO : 0282097-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : E.R.M.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0282094-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : R.D.L.
REQUERIDO : A.L.C.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0282092-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.C.S.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0282102-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : S.M.A.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

PROCESSO : 0282103-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.D.S.L.
REQUERIDO : I.L.A.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

PROCESSO : 0282101-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.L.S.B.P.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

PROCESSO : 0282104-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : A.S.S.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0282100-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : E.B.S.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0282099-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : F.J.M.S.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0282109-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Gabriel Barros de Lima
ADVOGADO : 46572/CE - Daniel Viana Coelho
REQUERIDO : Yduqs Educacional Ltda (unifanor)
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0282106-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : E.P.N.
REQUERIDO : G.M.F.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:00 horas

PROCESSO : 0282105-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.I.F.C.F.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

PROCESSO : 0282107-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.F.S.R.
REQUERIDO : A.V.R.R.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:01 horas

PROCESSO : 0282108-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : R.S.M.
REQUERIDO : E.A.D.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0282111-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : V.V.L.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0282112-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : J.R.C.L.
REQUERIDA : L.M.A.L.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

PROCESSO : 0282122-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.F.A.M.
ADVOGADO : 34059/CE - Michel Holanda Vale
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0282125-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Adoção
ADOTANTE : V.R.P.A.
ADOTADO : L.F.F.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0282123-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Abilio Serafim Bernardo Neto
ADVOGADO : 46572/CE - Daniel Viana Coelho
REQUERIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:01 horas

PROCESSO : 0282126-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Adoção
ADOTANTE : S.P.F.
ADOTADO : F.S.B.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:30 horas

PROCESSO : 0282135-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : S.P.S.
REQUERIDA : S.D.S.P.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:59 horas

PROCESSO : 0282133-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Lorenzo Silva de Lima
ADVOGADO : 39902/CE - Alan Matos Araújo
REQUERIDO : Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

PROCESSO : 0282136-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria de Fátima Pereira Assunção
ADVOGADO : 48778/CE - Emanuel Neves de Araújo Santos
REQUERIDO : Reserva Administradora de Consórcio Ltda.
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

PROCESSO : 0282140-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : F.P.B.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

PROCESSO : 0282138-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : S.K.S.L.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0282144-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.F.S.B.
REQUERIDO : B.L.B.F.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0282139-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : R.L.N.
REQUERIDO : A.V.N.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0282150-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : E.R.B.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

PROCESSO : 0282146-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : J.N.F.
REQUERIDO : L.C.S.F.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

PROCESSO : 0282148-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.L.A.A.

ADVOGADO : 27699/CE - Joyce Eliza Vidal Rodrigues
REQUERIDO : F.M.S.M.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:01 horas

PROCESSO : 0282149-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.N.C.S.C.
REQUERIDA : T.S.C.S.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:01 horas

PROCESSO : 0282151-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.A.S.T.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:30 horas

PROCESSO : 0282154-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ana Paula Barroso Brito
ADVOGADO : 39523/CE - Raquel Oliveira de Aguiar
REQUERIDO : Empresa de Turismo Holliday Viagens e Turismo
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

PROCESSO : 0282153-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Conversão de Separação Judicial em Divórcio
REQUERENTE : F.A.S.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

PROCESSO : 0282157-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Renato Henrique Feitosa Rodrigues
ADVOGADO : 25221/PA - Claudia Damares Ribeiro Sousa
REQUERIDO : Md Ce Theberge Construções Ltda
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

PROCESSO : 0282152-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Iran Costa Magalhães
ADVOGADO : 53502/CE - Tulio Fred Cavalcante da Silva
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:33 horas

PROCESSO : 0282158-49.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lúcia Ribeiro dos Santos
ADVOGADO : 45631/CE - Francisco Oliveira de Santana
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282159-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 102-11600/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADA : Paula Jaqueline Carmo Lemos
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282169-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : L.R.H.C.
ADVOGADO : 49619/CE - LETÍCIA BRENA MATOS MACIEL
CURATELADA : L.B.M.M.

VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

PROCESSO : 0282171-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Marlucia Santos de Morais
ADVOGADO : 45631/CE - Francisco Oliveira de Santana
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:59 horas

PROCESSO : 0282170-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : T.C.S.
REQUERIDA : M.O.S.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:00 horas

PROCESSO : 0282172-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : I.M.B.C.
ALIMENTANDA : M.H.A.B.
REQUERIDA : F.G.S.A.R.P.S.A.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:30 horas

PROCESSO : 0282177-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Comercial Atacado do Cimento Ltda.
ADVOGADO : 38120/CE - Jonathas Ferreira Bonfim Neto
IMPETRADO : FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO CEARÁ
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:59 horas

PROCESSO : 0282178-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Francisco Renan da Silva Freitas
ADVOGADO : 53829/CE - Andre Luiz Ramos Ribeiro Candido
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:29 horas

PROCESSO : 0282182-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Edmilton Ferreira Câmara
ADVOGADO : 49536/CE - Joao Lesione Rocha
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:30 horas

PROCESSO : 0282193-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Daniel Almeida Silva
ADVOGADO : 48674/CE - Kaio Macêdo Melo
REQUERIDO : Departamento Estadual de Trânsito DETRAN-CE
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282194-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 132-07668/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Paulo Henrique da Silva
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

Quantidade de processos: 419

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 10/11/2024

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos

feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CÍVEIS

PROCESSO : 0282199-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
MASSA FALIDA : Layane Cegatta Gimenez
ADVOGADO : 51545/CE - Liz Andressa Gimenez Batista
REQUERIDO : Instituto do Câncer do Ceara - Icc
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:30 horas

PROCESSO : 0282203-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Elizabete Terceiro Galvao Menezes
ADVOGADO : 50920/CE - Jose Edilson Brasil Nogueira Ferreira
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:01 horas

PROCESSO : 0282207-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Gilberta Nayara Bezerra da Silva
ADVOGADO : 13483/RN - Paulo Anderson Ximenes Garcia
REQUERIDO : Mota da Costa Administração de Imóveis Ltda
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282217-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07474/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Wesley da Costa Menezes
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282221-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Khristy Ann Moura Guimarães
ADVOGADO : 9975/CE - Reginaldo Castelo Branco Andrade
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:29 horas

PROCESSO : 0282222-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ioneide Assunção de Medeiros
ADVOGADO : 9975/CE - Reginaldo Castelo Branco Andrade
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282224-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 113-10433/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 13º Distrito Policial
AUTUADO : Wesley Barros de Souza
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282225-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Sumário

ARROLANTE : Isabel Cristina Távora de Carvalho
ADVOGADO : 44045/CE - Tiago Alberto Andrade Feitosa
ARROLADO : Raimundo Nonato Távora
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

PROCESSO : 0282226-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.V.B.
REQUERIDO : P.A.M.R.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0282227-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : I.F.F.
REQUERIDO : J.G.S.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:30 horas

PROCESSO : 0282228-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : S.L.S.R.O.
REQUERIDO : N.O.S.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:31 horas

PROCESSO : 0282230-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : T.N.S.
ADVOGADO : 50727/CE - Jose Lucas Araújo de Sousa
REQUERIDO : F.H.O.S.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:30 horas

PROCESSO : 0282231-21.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Deuselite do Vale Gadelha
ADVOGADO : 27510/CE - Debora Ramona Nogueira de Oliveira Gadelha
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:00 horas

PROCESSO : 0282234-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : J.A.B.F.
ADVOGADO : 38030/CE - Joao Araujo Bezerra Filho
REQUERIDA : Z.M.S.L.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

PROCESSO : 0282235-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.E.B.G.
ADVOGADO : 28006/CE - Debora Prado Gomes
REQUERIDO : E.R.A.G.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:01 horas

PROCESSO : 0282233-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Pedido de Medida de Proteção
REQUERENTE : D.P.E.C.
REQUERIDA : M.C.A.G.
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:01 horas

PROCESSO : 0282236-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTORA : F.T.P.A.
REQUERIDA : J.P.C.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

PROCESSO : 0282237-28.2024.8.06.0001

CLASSE : Guarda de Família
AUTORA : C.S.S.
REQUERIDO : R.S.T.A.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:30 horas

PROCESSO : 0282238-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTORA : G.C.R.M.I.R.V.L.C.
REQUERIDO : M.S.R.J.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:00 horas

PROCESSO : 0282239-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
REQUERENTE : M.M.A.
ADVOGADO : 22459/CE - Bruna de Araujo Jaco
REQUERIDO : B.J.B.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:29 horas

PROCESSO : 0282241-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : E.L.C.G.
ADVOGADO : 28114/CE - Cristiano Queiroz Arruda
REQUERIDO : L.F.G.C.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:00 horas

PROCESSO : 0282244-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Luziane de Vasconcelos Bezerra
ADVOGADO : 46490/CE - Pedro Ique Marinheiro Terceiro
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

PROCESSO : 0282248-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carlos Augusto de Oliveira
ADVOGADO : 40811/CE - Rafael Girão Britto
REQUERIDO : BANCO PAN S.A.
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

PROCESSO : 0282250-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carlos Augusto de Oliveira
ADVOGADO : 40811/CE - Rafael Girão Britto
REQUERIDO : BANCO PAN S.A.
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:00 horas

PROCESSO : 0282254-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : D.M.V.P.
ADVOGADO : 28735/CE - Iris Kellry Freitas de Brito
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:00 horas

PROCESSO : 0282252-94.2024.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : S.M.L.
REQUERIDO : M.J.M.S.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0282253-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carlos Augusto de Oliveira
ADVOGADO : 40811/CE - Rafael Girão Britto
REQUERIDO : BANCO PAN S.A.
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0282251-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Alberto Alcolumbre da Silva
ADVOGADO : 21310A/CE - Antonio Eduardo de Lima Machado Ferri
INVDA : Nelly Madeira Barreto da Silva
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0282255-49.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.G.L.C.
ADVOGADO : 50507/CE - Isabele Conceição da Rocha Monte
ALIMENTANDO : Z.L.C.
REQUERIDO : J.R.C.A.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:00 horas

PROCESSO : 0282257-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : T.S.M.
ADVOGADO : 44898/CE - Alexandre Mesquita de Sousa
CURATELADO : L.S.B.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:01 horas

PROCESSO : 0282256-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Natalia Queiroz Silva
ADVOGADO : 45809/CE - Adriana Melo Alcantarino
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 22:01 horas

PROCESSO : 0282258-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTOR : Nataniel Araújo Monteiro
ADVOGADO : 48062/CE - José Soares Freire Júnior
REQUERIDO : Nordesul Vigilância e Segurança Ltda.
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:30 horas

PROCESSO : 0282262-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : I.N.S.
ADVOGADO : 50507/CE - Isabele Conceição da Rocha Monte
REQUERIDO : D.L.N.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:00 horas

PROCESSO : 0282261-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
MASSA FALIDA : Julio Cesar Nunes de Lucena
ADVOGADO : 41332/CE - Rebeca Vaz de Aguiar Bastos
REQUERIDO : CLARO S/A
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:01 horas

PROCESSO : 0282267-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Claudio Albuquerque Frate
ADVOGADO : 14564/CE - Flavio Jose Pinheiro de Lima
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 00:31 horas

PROCESSO : 0282270-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : W.C.P.
ADVOGADO : 44445/CE - Luiz Guilherme Brasil Pontes
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:00 horas

PROCESSO : 0282270-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

REQUERIDA : E.M.O.S.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:00 horas

PROCESSO : 0282271-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Wendel Costa Parente
ADVOGADO : 44445/CE - Luiz Guilherme Brasil Pontes
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:30 horas

PROCESSO : 0282271-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERIDA : Evelyn Mayara de Oliveira Silva
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:30 horas

PROCESSO : 0282272-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Awanna Souza Rodrigues
ADVOGADO : 388772/SP - Beatriz Pereira Vatanabe
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:00 horas

PROCESSO : 0282272-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERIDO : Venture Capital Participações e Investimentos S/A
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 02:00 horas

Quantidade de processos: 460

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 11/11/2024

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282229-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01052/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Lucas Dias Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 06:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0002833-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Reclamação Pré-processual
RECLAMANTE: Francisco de Assis Silva
RECLAMADO : Banco Bradesco S.A
VARA: CEJUSC - Unifor
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 08:00 horas

PROCESSO : 0037445-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : F.G.A.
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282268-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00622/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial

AUTUADO : Raimundo Dionisio da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:05 horas

PROCESSO : 0282243-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00737/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADA : Vanessa Reis Vidal
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:06 horas

PROCESSO : 0282269-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00623/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Gabriel Ferreira de Souza
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:06 horas

PROCESSO : 0282245-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01053/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Ryan Carlos Ferreira Correia
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:07 horas

PROCESSO : 0282247-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00670/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Andrey Rener Neves Santos
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:08 horas

PROCESSO : 0282246-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01054/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Lucas Oliveira da Costa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:08 horas

PROCESSO : 0282249-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00738/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Juan Pablo Fernandes Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:09 horas

PROCESSO : 0282265-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07493/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Rafael Pereira de Araujo
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:12 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037446-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : A.S.
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:13 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282266-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07478/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Guilherme Monteiro do Nascimento
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:15 horas

PROCESSO : 0282273-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01057/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Robson Gomes dos Santos
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:15 horas

PROCESSO : 0282259-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00739/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADA : Ana Carla da Silva Correia
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:15 horas

PROCESSO : 0282263-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00671/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Alex Angelo Pereira da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282037-21.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : O.M.S.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 08:32 horas

PROCESSO : 0281781-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Jair Moreira Caetano
ADVOGADO : 22437/CE - Francisco Jair Moreira Caetano
REQUERIDO : Mateus Kelvin Costa
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:32 horas

PROCESSO : 0281805-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Condomínio Edifício Atenas
ADVOGADO : 45592/CE - Ytalo Jordão do Nascimento Oliveira Sales Silva
REQUERIDO : Roberto Campos de Alcantara
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:41 horas

PROCESSO : 0282124-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francks Ronald Barbosa Gomes
ADVOGADO : 363169/SP - Eduardo de Magalhães Braga Filho
REQUERIDO : Secretaria de Saude do Estado do Ceara
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:43 horas

PROCESSO : 0282155-94.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : Francisco Alves de Oliveira
REQUERIDO : Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:45 horas

PROCESSO : 0282176-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Sérgio Ferreira Cunha
REQUERIDO : Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:46 horas

PROCESSO : 0282076-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUTOR : M.P.E.C.
ADOLESCENTE : J.E.S.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 08:56 horas

PROCESSO : 0282077-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : M.H.B.S.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:00 horas

PROCESSO : 0282278-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento
REQUERENTE : Suiane Oliveira da Silva
ADVOGADO : 27588/CE - Caio Dennis Sousa Mendes
REQUERIDO : Walter Evangelista dos Santos
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:01 horas

PROCESSO : 0282089-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : K.S.A.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:04 horas

PROCESSO : 0282079-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Eliene de Almeida Rocco
ADVOGADO : 20062/CE - Marcos Antonio Cabral Feitosa Filho
REQUERIDO : GEAP - AUTOGESTÃO EM SAÚDE
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:06 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282058-94.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 205-00260/2024 - Delegacia Metropolitana de Maranguape - Maranguape
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia Metropolitana de Maranguape
AUTUADO : Gabriel Sinicropi Barros
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:06 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282086-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTOR : Jeová Macedo Cavalcante
ADVOGADO : 29874/CE - Danilo Bezerra Pinheiro
RÉU : Cafaz - Caixa de Assistência dos Servidores Fazendários Estaduais
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:10 horas

PROCESSO : 0037449-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Infracional
J DEPCDO : Jose Diego Chaves do Nascimento
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:12 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281944-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
I. P. : 108-00222/2024 - 8º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 8º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Edson Santana da Silva
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282137-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carolina Rodrigues Cordeiro, Representando Luís Francisco Nascimento
REQUERIDO : Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:15 horas

PROCESSO : 0282175-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco José Melo
REQUERIDO : Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE
VARA: 9ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282275-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 134-12125/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : D.P.
AUTUADO : J.G.F.N.
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:20 horas

PROCESSO : 0282274-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00740/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Jorge Henrique de Sousa Cunha
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:21 horas

PROCESSO : 0203386-31.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 125-00115/2022 - 25º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 25º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:24 horas

PROCESSO : 0203768-53.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11000535/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
INDICIADO : Ezequiel Andrade Ferreira
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:24 horas

PROCESSO : 0282276-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00625/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Julio Costa da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282162-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francks Ronald Barbosa Gomes
REQUERIDO : Secretário da Saúde do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:28 horas

PROCESSO : 0282223-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : 53.963.996 Maria Regina dos Santos Rocha
ADVOGADO : 37854/CE - Paulo Henrique Gonçalves de Souza Silva
REQUERIDO : Ifood.com Agência de Restaurantes Online S.a.
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:30 horas

PROCESSO : 0282279-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : Raimunda Maria de Jesus Oliveira Castro
ADVOGADO : 362882/SP - Jefferson Augusto da Silva
REQUERIDO : Consórcio Águas do Ceará
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:30 horas

PROCESSO : 0282286-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.S.M.
REQUERIDA : T.C.S.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281980-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00501/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282281-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Joseane Lucia dos Santos
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:31 horas

PROCESSO : 0282232-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Defensoria Pública do Estado do Ceará
VARA: 15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:32 horas

PROCESSO : 0282290-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos
REQUERENTE : Carine Silva Pereira
ADVOGADO : 42141/CE - Jennefer Maria Oliveira da Silva Rocha
REQUERIDO : César Augusto Marciel de Sousa
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:32 horas

PROCESSO : 0282282-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Vitorino de Souza
ADVOGADO : 32376/CE - Paulo Anderson Lacerda Vasconcelos
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:33 horas

PROCESSO : 0282289-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Milton da Silva
REQUERIDO : BANCO BMG S/A
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:33 horas

PROCESSO : 0282287-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Socorro Coelho da Costa
ADVOGADO : 51591/CE - Rafael Pinheiro Pontes
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281982-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00469/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:34 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282283-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Decisão
REQUERENTE : Marilia Sales de Oliveira
REQUERIDO : Diego Frota Cardoso
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281902-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 302-00237/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : P.C.E.C.
AUTUADO : Emmanuel Vicente Ferreira Segundo
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:37 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281475-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTOR : F.A.B.T.
ADVOGADO : 45514/CE - Francisco Adailson Barbosa Torres
REQUERIDA : I.F.G.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:37 horas

PROCESSO : 0282240-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Francks Ronald Barbosa Gomes
ADVOGADO : 363169/SP - Eduardo de Magalhães Braga Filho
REQUERIDO : Secretaria de Saude do Estado do Ceara
VARA: 11ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:37 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281978-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00502/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:39 horas

PROCESSO : 0281988-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00664/2022 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:40 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282277-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Infância e Juventude
REQUERENTE : Paulo Victor Santos de Lima
REQUERIDO : Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:41 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037451-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Geovany Juca Rios Batista da Silva
ADVOGADO : 31940/CE - Francisco Alverne Mendes Mesquita Junior
RÉU : Geovany Juca Rios Batista da Silva
ADVOGADO : 31940/CE - Francisco Alverne Mendes Mesquita Junior
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:41 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282260-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE : Maria Vallenia Falcão do Nascimento
ADVOGADO : 44059/CE - Dayse Rios Barbosa
REQUERIDO : Massa Falida de Terra Cia de Credito Imobiliario
VARA: 2ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:42 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282156-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Representação Criminal/Notícia de Crime
REQUERENTE : Thereza Christina de Campos Coutinho
ADVOGADO : 30878/CE - Jonatas Coutinho Campelo
REQUERIDA : Maria Jerusa Santos de Oliveira
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:44 horas

PROCESSO : 0281985-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00459/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:45 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281069-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.E.S.M.
ADVOGADO : 19879/CE - Joao Marcelo Rodrigues E Silva
REQUERIDA : E.C.A.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:47 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281974-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial

I. P. : 113-00464/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:48 horas

PROCESSO : 0282006-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 109-02274/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Gabriel dos Santos Carneiro
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 09:50 horas

PROCESSO : 0281977-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00503/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:52 horas

PROCESSO : 0282288-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
Outros : 113-10461/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : P.C.E.C.
AUTUADO : L.C.M.L.
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:55 horas

PROCESSO : 0795780-90.2014.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 12600123/2014 - Fortaleza
AUT PL : Delegado de Policia da Delegacia do 26º Distrito Policial, Dr. Marx Mendes Quaresma
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:56 horas

PROCESSO : 0274024-72.2020.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00538/2020 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 09:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037194-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : I.C.O.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 09:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037454-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Raphael de Oliveira da Silva
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0282285-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00743/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Yuri Lima Neves
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282204-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : L.S.L.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037455-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Bruno Cruz
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:00 horas

PROCESSO : 0282301-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 310-00017/2024 - Delegacia de Narcóticos - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Narcóticos
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282300-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Isis Rodrigues Chidid
ADVOGADO : 6989/CE - Paulo Maria Teixeira Lima
REQUERIDA : Marize Salgado Rodrigues
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282284-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00742/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Ronaldo Pereira de Lima
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282297-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0016503-65.2024.8.17.2990
JUÍZO DEPREC. : 1ª Vara de Família e Registro Civil da Comarca de Olinda - Olinda-PE
REQUERENTE : Liv da Silva Monteiro
REQUERIDO : Jose Ricardo de Miranda
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:03 horas

PROCESSO : 0282293-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.V.O.A.N.A.R.S.G.S.S.O.B.
REQUERIDO : W.G.A.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:05 horas

PROCESSO : 0282294-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Sumário
ARROLANTE : Maria Amelia da Penha Mendes Batista
ADVOGADO : 16045/CE - Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282280-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00744/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Dayvid Robertson Oliveira Costa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:05 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282298-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Renato Ribeiro Silva
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:06 horas

PROCESSO : 0282205-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : I.L.M.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:06 horas

PROCESSO : 0282295-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : S.O.B.
REQUERIDO : W.G.A.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:06 horas

PROCESSO : 0282292-76.2024.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : A.M.S.
ADVOGADO : 23510/CE - Paulo Sergio Ribeiro de Souza
REQUERIDO : J.V.M.J.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:07 horas

PROCESSO : 0282296-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Thayane Vasconcelos Nogueira de Sá
ADVOGADO : 38033/CE - Thayane Vasconcelos Nogueira de Sá
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:07 horas

PROCESSO : 0282291-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vania Santiago de Oliveira
REQUERIDO : CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:08 horas

PROCESSO : 0282303-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Ivan Castro de Lima
ADVOGADO : 22470/CE - Weydson Castro Silva
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:09 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282074-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-000664/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Antonio Patrick Santana Costa
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:10 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282302-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Socorro Montenegro Nogueira
ADVOGADO : 9975/CE - Reginaldo Castelo Branco Andrade
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:10 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282007-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
I. P. : 101-00119/2024 - 1º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 1º Distrito Policial
AUTUADO : Adrian Gutierrez Gonzales
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:10 horas

PROCESSO : 0037457-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Joerbet de Aquino Castro
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:11 horas

PROCESSO : 0282067-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 132-00728/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Jefferson Flavio Fernandes da Silva
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:13 horas

PROCESSO : 0282025-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 108-00225/2024 - 8º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 8º Distrito Policial
AUTUADO : Alison Oliveira da Silva
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037458-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERENTE : J.M.S.S.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:13 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282070-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 110-00847/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTOR : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Weverton Wilke Sousa Castro
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037459-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : F.J.D.M.
ADVOGADO : 12957/CE - Luiz Claudio Vieira Jorge Camelo
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:17 horas

PROCESSO : 0037460-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : M.V.F.M.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:18 horas

PROCESSO : 0280624-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.R.A.
ADVOGADO : 27400/CE - Brenno Meneses Lima
REQUERIDO : J.C.A.N.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:18 horas

PROCESSO : 0037462-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : Claudemir de Araújo
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:19 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0244571-95.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 308-00061/2021 - Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC)
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037463-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDA : Ana Maria Lima da Silva
ADVOGADO : 3883/CE - Gilleade Barbosa Lucena
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:20 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282069-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-000663/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Antonio Weybson Lima de Sousa
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:21 horas

PROCESSO : 0138077-32.2009.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
VÍTIMA : Daniel Silva da Costa
AUT PL : 4ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:21 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037465-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDA : Solange Maria Sousa da Cunha Pereira
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:22 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0248603-80.2020.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00448/2020 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:23 horas

PROCESSO : 0205652-20.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 107-00152/2024 - 7º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 7º Distrito Policial
INDICIADO : David Alves Bezerra
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:30 horas

PROCESSO : 0201780-65.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 328000075/2022 - Delegacia de Proteção ao Idoso e a Pessoa com Deficiência - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DPIPD)
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282306-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Fatima Campina da Costa
ADVOGADO : 10315/PA - Hamilton Figueiredo Cotelesse
REQUERIDO : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

PROCESSO : 0282308-30.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria das Dores Ferreira da Silva
ADVOGADO : 6403/CE - Marcelo Gladio Espindola Cavalcanti de Mello
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0202371-27.2022.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00660/2022 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : 6º Distrito Policial
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282307-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.S.V.M.I.R.F.T.S.F.
REQUERIDO : A.J.V.C.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204647-94.2023.8.06.0296
CLASSE : Ação Penal - Procedimento Ordinário
I. P. : 3360000045/2023 - DECRIM - Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual “DECRIM”
INDICIADO : Marcos Glayson Roberto Mourão
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

PROCESSO : 0037468-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Patrick Silva Cordeiro
ADVOGADO : 29406/CE - Fellipe Regis Botelho Gomes Lima
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282309-15.2024.8.06.0001

CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Raimundo Honorato Neto
ADVOGADO : 60088/SP - Getulio Teixeira Alves
INVDO : Maria Holanda Guerra
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:33 horas

PROCESSO : 0282305-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0027380-08.2011.8.18.0140
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito do(a) 2ª Vara de Família da Comarca de Teresina. - Teresina-PI
J DEPCTE : Tjpi
REQUERIDO : Raimundo Nonato Caldas
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:33 horas

PROCESSO : 0281838-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 1008963-69.2023.8.26.0132
JUÍZO DEPREC. : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO FORO DE CATANDUVA DA COMARCA DE CATANDUVA/SP - Catanduva-SP
EXEQUENTE : Lucas Francisco da Fonseca Silva
ADVOGADO : 211991/SP - Marcelo Augustus Pretto Garcia Pereira
EXECUTADO : Thamoio Comercio e Industria Ltda - Me
VARA: 9ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:33 horas

PROCESSO : 0282304-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Mirian Vasconcelos Diogenes
ADVOGADO : 33893/CE - Wagner Rocha Joventino
REQUERIDO : Paurilo Farias Neto
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282082-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00730/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Tales Rennê de Almeida Silva
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:37 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0036916-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : J.G.P.J.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:37 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037469-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Jackson de Amorim Barros
ADVOGADO : 44278/CE - Erivaldo de Araujo Soares Junior
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:48 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282299-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Infância e Juventude
REQUERENTE : Otton Janvier Barbosa Marques
REQUERIDO : Município de Fortaleza - Procuradoria Geral do Município de Fortaleza - PGM
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:50 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282073-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00617/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Eduardo Matias de Castro Serra
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:52 horas

PROCESSO : 0202912-26.2023.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 328000340/2022 - Delegacia de Proteção ao Idoso e a Pessoa com Deficiência - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DPIPD)
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:53 horas

PROCESSO : 0282005-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00615/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Marcos Francisco de Oliveira
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:55 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0036005-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : F.W.M.P.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:56 horas

PROCESSO : 0258482-09.2023.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : M.G.F.
ADVOGADO : 12723/CE - Jose Amaro Correia de Araujo Neto
REQUERIDO : J.C.S.A.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 10:56 horas

PROCESSO : 0267159-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTOR : G.V.B.
ADVOGADO : 20680/CE - Gabriela Pimentel Pessoa
RÉ : C.M.M.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 10:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037472-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Carlos Renan da Rocha Torres
ADVOGADO : 14336/CE - Maria Goreth Silva Ferreira
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 10:59 horas

PROCESSO : 0037473-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : G.C.L.
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282314-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcos Antonio Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO : 37183/CE - Francisco André Alcantâra de Oliveira
REQUERIDO : Tim Celular S/A
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0204001-50.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 3360000075/2024 - DECRIM - Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual “DECRIM”
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282313-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Condomínio do Edifício Patativa do Assaré
ADVOGADO : 25225/CE - Marcelo Muniz Baptista Viana
REQUERIDO : Luiz Gonzaga Lopes
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0037474-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERENTE : E.C.P.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0282311-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aldemir Afonso de Oliveira
ADVOGADO : 30443/CE - Ilma Maria da Silva Bessa
REQUERIDO : Anddap Associacao Nacional de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:01 horas

PROCESSO : 0282310-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : 123imóveis Imobiliária Ltda
ADVOGADO : 52484/CE - Veronessa Almeida Mota
REQUERIDO : Pedro de Sousa Dias
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:02 horas

PROCESSO : 0282312-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Renato Ribeiro Silva
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : Banco Bradesco S.A
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282078-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 102-01048/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Ronaldo Inacio da Silva
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0279896-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0804229-82.2023.8.14.0006
JUÍZO DEPREC. : 2ª Vara de Família de Ananindeua - Ananindeua-PA
REQUERENTE : Roseane Menezes Maciel
REQUERIDO : David Costa Chaves
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:06 horas

PROCESSO : 0278945-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

REQUERENTE : S.B.S.
ADVOGADO : 32918/CE - Leilyanne Maria Carlos Fama Leopoldo
REQUERIDO : G.M.S.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:06 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281913-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 111-00117/2024 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 11º Distrito Policial
AUTUADO : Mauricio Gomes Coelho
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:07 horas

PROCESSO : 0281445-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
A. P. F. : 042-00027/2024 - Fortaleza
AUTUADO : Gilvan Ferreira da Ponte
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:07 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0036089-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : R.S.F.S.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:08 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281339-15.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 102-11493/2024 - Delegacia de Polícia Civil da 2ª Circunscrição - Recife
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Fernando Hugo de Carvalho Muxio
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:09 horas

PROCESSO : 0281990-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01039/2024 - Delegacia de Polícia Civil da 2ª Circunscrição - Recife
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Wellington de Sousa Rocha
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:11 horas

PROCESSO : 0037477-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Renato Ferreira da Silva
ADVOGADO : 17458/CE - José Gomes Leal Filho
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:11 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0276955-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : D.D.J.A.
ADVOGADO : 40811/CE - Rafael Girão Britto
REQUERIDA : L.B.H.
ADVOGADO : 52487/CE - Felipe Antonio Barroso Andrade Medeiros
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:12 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281141-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante

A. P. F. : 328-00282/2024 - Delegacia de Proteção ao Idoso e a Pessoa com Deficiência - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (DPIPD)
AUTUADO : Francisco Jailton Santos da Guia
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037190-15.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDA : A.C.S.O.S.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:15 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281903-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 302-00518/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Capturas e Polinter
AUTUADO : Lucicleyton de Paula Sousa
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:15 horas

PROCESSO : 0203254-03.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00004/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 12ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:15 horas

PROCESSO : 0281762-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 929-00187/2024 - Assessoria de Apoio ao Poder Judiciário - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Jose Mauricio Vasconcelos Junior
AUTUADO : José Wilson Vicente de Sousa
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:15 horas

PROCESSO : 0205774-33.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 109-00167/2024 - 9º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:16 horas

PROCESSO : 0281835-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 104-03683/2024 - 4º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 4º Distrito Policial
AUTUADA : Michele Teixeira de Oliveira Cavalcante
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281747-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Sobrepartilha
REQUERENTE : Maria Silva Cabral Alves
REQUERIDO : Francisco Edilson Alves da Silva
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:17 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281811-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07407/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza

AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Marcio Barros da Silva
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:18 horas

PROCESSO : 0233580-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUTOR : J.P.
AUT PL : Carlos Leandro Ribeiro de Sousa
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Jean Carlos Vieira de Moura
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:18 horas

PROCESSO : 0029715-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Termo Circunstanciado
T. C. : 110-00013/2024 - Fortaleza
AUT PL : 10º Distrito Policial
INVESTIGADO: Fabricio Pereira de Souza
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:19 horas

PROCESSO : 0281681-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 135-01900/2024 - 35º Distrito Policial - Fortaleza - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Marcos Gomes
VARA: 1ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:19 horas

PROCESSO : 0282083-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 13400665/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Jose Romario de Lima Rodrigues
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:19 horas

PROCESSO : 0202269-34.2024.8.06.0296
CLASSE : Ação Penal - Procedimento Ordinário
I. P. : 107-00058/2024 - 7º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 7º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : David Alves Bezerra
ADVOGADO : 43222/CE - Thales Soares Vasconcelos
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:20 horas

PROCESSO : 0281387-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 929000185/2024 - Assessoria de Apoio ao Poder Judiciário - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Jose Mauricio Vasconcelos Junior
AUTUADO : Breno Rodrigues Barbosa
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:22 horas

PROCESSO : 0281798-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 134-12054/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Antonio Douglas da Silva Osiano
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:23 horas

PROCESSO : 0282068-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 102-01046/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza

AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Ismael Ferreira dos Anjos
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:24 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282264-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : A.C.S.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

PROCESSO : 0037416-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 06311791420208040001
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 7ª Vara Família da Comarca de Manaus-AM - Manaus-AM
REQUERENTE : Isabelle Batista Ribeiro
REQUERIDO : Walmar dos Santos Ribeiro
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281812-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07415/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Fabio da Silva Ribeiro
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282318-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcos Antonio Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO : 37183/CE - Francisco André Alcantâra de Oliveira
REQUERIDO : Tim Celular S/A
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0279795-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 326-00341/2024 - Delegacia de Repressão as Ações Criminosas Organizadas CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - Draco
AUTUADO : AGLAILTON SILVA RODRIGUES
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282316-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lab Empreendimentos e Participacoes Ltda
ADVOGADO : 30872/CE - Jose Ricardo de Araujo Antunes
REQUERIDO : Bernardo de Paula Pessoa Maia
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:32 horas

PROCESSO : 0282320-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Maria Tereza Monteiro Bezerra
ADVOGADO : 29988/CE - Jose Falabella Netto
REQUERIDA : Cristiana Rocha Braga
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0282325-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Florentino da Costa
ADVOGADO : 47320/CE - Franklin Elvis Holanda Delmondes Silva
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:33 horas

PROCESSO : 0282317-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Mario Neto
ADVOGADO : 30443/CE - Ilma Maria da Silva Bessa
REQUERIDO : União Nacional de Auxílio Aos Servidores Públicos (unaspub)
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:34 horas

PROCESSO : 0282315-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Philipp Bernardino Costa
ADVOGADO : 3183/CE - Paulo Napoleao Goncalves Quezado
REQUERIDO : Alexandre Daniel Nicoletti
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:36 horas

PROCESSO : 0282323-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : L.F.A.R.R.S.M.F.A.
REQUERIDO : Y.H.R.M.R.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:37 horas

PROCESSO : 0282324-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Marceli Nicole Peixoto Paiva
ADVOGADO : 22167/CE - Alice Melo de Sousa
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:37 horas

PROCESSO : 0282319-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Katilene Claudio do Amaral
ADVOGADO : 33980/CE - Lucas Perdigão de Freitas
REQUERIDO : Einstein Maia do Amaral
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:38 horas

PROCESSO : 0282322-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : Rafael Costa Pereira
ADVOGADO : 23625/CE - Francisco Flavio de Menezes Filho
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:38 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281402-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 363-00105/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 3ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Cauane Rodrigues da Costa
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:38 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282326-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : O.V.L.
ADVOGADO : 19162/CE - Anya Lima Penha de Brito
REQUERIDO : D.P.A.
VARA: 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:39 horas

PROCESSO : 0282327-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : J.M.R.S.
ADVOGADO : 6920/CE - Ricardo Ibiapina Lima
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281452-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 363-00107/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 3ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Francisco Rian da Silva Ferreira
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:40 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282242-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : J.P.S.T.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281451-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 363-00106/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 3ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADA : Alice Emilly da Silva Gomes
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:43 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281012-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
REQUERENTE : J.M.V.S.
ADVOGADO : 33761/CE - João Nogueira Ponte Jucá Filho
REQUERIDA : M.S.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:44 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0206070-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 301-00029/2023 - Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:46 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0221732-08.2023.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.C.S.N.
ADVOGADO : 9140/AM - ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO
REQUERIDA : Veronica Silva da Silva Nobre
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:46 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281468-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 364-00040/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.

AUT PL : 4ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Iuri Ferreira Lopes
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:46 horas

PROCESSO : 0281295-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00244/2024 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : Guilherme Cavaignac Barroso
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:46 horas

PROCESSO : 0205606-31.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 109-00170/2024 - 9º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : Aluisio de Miranda Arcela
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:46 horas

PROCESSO : 0205618-45.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 106-00162/2024 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 6º Distrito Policial
INDICIADO : Yandersen Berg de Carvalho
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:47 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0263948-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.M.S.O.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:47 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281200-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 303-09536/2024 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : D.D.M.F.D.
AUTUADO : N.X.M.
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:48 horas

PROCESSO : 0281373-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 134-11989/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Michael Almeida Nunes
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 11:48 horas

PROCESSO : 0149999-55.2018.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 119-00069/2018 - 19º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : João Marcos Paulino Carneiro da Silva
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:53 horas

PROCESSO : 0277141-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00593/2023 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial

INDICIADO : M.K.N.
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:54 horas

PROCESSO : 0092106-58.2008.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
VÍTIMA : L.P.
RÉU : E.F.S.
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:55 horas

PROCESSO : 0147289-33.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 30400187/2016 - Fortaleza
AUT PL : Delegacia de Defraudações e Falsificações
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 11:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281459-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Guethner Gadelha Wirtzbiki
ADVOGADO : 40874/CE - Paulo Igor Almeida Braga
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:56 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205562-12.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 101-00075/2022 - 1º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281534-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Patricia Gabriel dos Santos
ADVOGADO : 35686/CE - Jessica Silveira Rodrigues
REQUERIDO : Secretário da Saúde do Estado do Ceará
VARA: 1ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:58 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0278514-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 110-00803/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 17º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 11:58 horas

PROCESSO : 0281889-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07424/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Jefferson da Silva Souza
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282329-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Rita de Cassia Silva Feitoza

ADVOGADO : 9815/CE - Pedro Henrique Bezerra dos Santos
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:00 horas

PROCESSO : 0282331-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : J.V.A.S.
REQUERIDA : D.F.A.A.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0486351-80.2011.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
VÍTIMA : Othon Luna Neri de Vasconcelos
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 12:01 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037418-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : L.K.S.S.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:01 horas

PROCESSO : 0282330-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Pedro Thiago de Morais Costa Repres. Por Cristina Lucia de Morais Costa
REQUERIDO : Fabiano de Sousa Costa
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0787745-44.2014.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 10200501/2014 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 12:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282333-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Isadora Oliveira Lisboa
ADVOGADO : 37880/CE - Raimundo da Silva Araujo Neto
REQUERIDO : Rentcars Ltda.
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0282335-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0066570-91.2024.8.17.2001
JUÍZO DEPREC. : 5ª Vara de Família e Registro Civil da Capital - Recife-PE
REQUERENTE : Alex Alexandre de Menezes Teixeira
REQUERIDA : Leticia Maria Barros Menezes
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:02 horas

PROCESSO : 0282334-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Isabelle Silva Assunção
ADVOGADO : 45639/CE - Beatriz Moreira Silva
REQUERIDO : Irep - Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:04 horas

PROCESSO : 0282336-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : G.R.L.S.
ADVOGADO : 86811/PR - Caetano Humberto Carcereri
REQUERIDO : Henrique Valcamonico da Silva
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282209-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 132-07675/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Leonardo Alves dos Santos
VARA: 3ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:06 horas

PROCESSO : 0282173-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07453/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Renan Eloi Azevedo
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:10 horas

PROCESSO : 0282184-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00791/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:13 horas

PROCESSO : 0282183-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 132-00588/2021 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:16 horas

PROCESSO : 0280916-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 362-00082/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
AUTUADO : Davi Monteiro dos Santos
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:16 horas

PROCESSO : 0282208-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00733/2024 - 32º Distrito Policial de Itaquera São Paulo - São Paulo
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Marcelo Henrique Arruda Freitas
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:16 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282321-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : M.C.G.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:17 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280622-03.2024.8.06.0001

CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 303-01863/2024 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : D.D.M.F.D.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
AUTUADO : V.V.F.
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:17 horas

PROCESSO : 0281669-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 126-00173/2024 - 26º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 26º Distrito Policial
AUTUADO : Maycon de Sousa Barrada
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:18 horas

PROCESSO : 0280107-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00649/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Anarciel da Costa Silva
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:23 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037419-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Medidas Socioeducativas
ADOLESCENTE : L.S.M.O.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:23 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280593-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 134-00654/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Otavio Xavier de Souza Junior
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:23 horas

PROCESSO : 0282200-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 113-00740/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : Wesley Souza da Silva
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:24 horas

PROCESSO : 0281627-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00660/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Leandro da Silva Avelino
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:24 horas

PROCESSO : 0281994-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 112-00179/2024 - 12º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 12º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADA : Waldzangela de Sousa Dias
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282328-21.2024.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : L.A.M.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:26 horas

PROCESSO : 0282345-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : E.H.A.C.S.
REQUERIDO : I.D.S.B.R.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0800467-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)
AUTOR : J.P.
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Bruno Levinski
VARA: Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:31 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282337-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : E.D.S.S.M.I.N.A.R.S.G.D.M.S.B.
REQUERIDO : J.R.T.R.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:32 horas

PROCESSO : 0282338-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Apreensão em Flagrante
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : P.Y.M.M.
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:32 horas

PROCESSO : 0282339-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : R.A.F.
REQUERIDO : A.B.S.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282075-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 130-00618/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Bruno Magalhaes Almeida
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282340-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Imobiliaria Nossa Senhora da Conceição
ADVOGADO : 19617/CE - Flavia Angert Carneiro
REQUERIDO : Teodulfo Nogueira Magalhaes
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:33 horas

PROCESSO : 0282346-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Infância e Juventude
REQUERENTE : C.A.B.
REQUERIDA : E.L.N.

VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 12:33 horas

PROCESSO : 0282343-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Udemberg de Carvalho Dias
REQUERIDO : BANCO BMG S/A
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:34 horas

PROCESSO : 0282347-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0712684-83.2024.8.07.0007
JUÍZO DEPREC. : 3 VARA CÍVEL DE TAGUATINGA - Taguatinga-DF
EXEQUENTE : Fundação Getúlio Vargas
ADVOGADO : 131443/SP - Jose Augusto de Rezende Junior
EXECUTADO : Ramon Maia da Silva
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:34 horas

PROCESSO : 0282341-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : M.N.S.
ADVOGADO : 45766/CE - Lethicya Souza Rodrigues
CURATELADA : M.N.S.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:34 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282219-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00669/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Thiago Bruno Felix de Melo
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:36 horas

PROCESSO : 0037483-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Antonio Leandro Pereira da Silva
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:39 horas

PROCESSO : 0282220-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01051/2024 - 2º Distrito Policial - São Paulo
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Maria Gleydiana Pereira da Silva
VARA: 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:39 horas

PROCESSO : 0037484-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉ : Vitória Kécia Pereira da Silva
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:39 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282012-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Relatório de Investigações
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : P.A.S.S.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282081-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00851/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza

AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Tarcisio de Sousa Filho
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:41 horas

PROCESSO : 0037485-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Jose Eudasio Bezerra de Freitas
ADVOGADO : 38407/CE - Fabiano Xerez Mesquita
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:42 horas

PROCESSO : 0037486-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Cleilson Lourenço Braga
ADVOGADO : 37342/CE - Claudio Pacheco Campelo
RÉU : Cleilson Lourenço Braga
ADVOGADO : 44302/CE - Ramon da Silva Ribeiro
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:43 horas

PROCESSO : 0282218-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01050/2024 - 2º Distrito Policial - São Paulo
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Ruan da Silva Morais
VARA: 1ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:44 horas

PROCESSO : 0037493-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Cicero Bezerra da Silva Filho
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:44 horas

PROCESSO : 0037494-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Marcos Barroso de Sousa, V. Marcos Paraguai
ADVOGADO : 27715A/CE - Maria Viviane de Vasconcelos
RÉU : Marcos Barroso de Sousa, V. Marcos Paraguai
ADVOGADO : 32714/CE - Phablo Henrik Pinheiro do Carmo
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:46 horas

PROCESSO : 0037495-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Hamon Brauna da Silva
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:48 horas

PROCESSO : 0282179-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00668/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Maicon Alves de Castro
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:48 horas

PROCESSO : 0282160-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
I. P. : 303-01906/2024 - Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR
AUTUADO : Daniel Mendes de Oliveira
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:52 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282352-49.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário

REQUERENTE : Geny de Castro Linhares
ADVOGADO : 10914/CE - Kennedy Ferreira Lima
INVDO : Jaques Linhares Pinto Filho
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 12:59 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037498-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Antonio Edivaldo Ramos
ADVOGADO : 33442/CE - Irene Pereira Veras
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282349-94.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Aline Duarte Campos
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:00 horas

PROCESSO : 0282354-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.P.S.
REQUERIDO : I.T.A.
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:01 horas

PROCESSO : 0282348-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Carlos Ronielly Barroso de Oliveira
ADVOGADO : 20846/RN - Francisco Jarisom Nunes Lopes
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:01 horas

PROCESSO : 0282351-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Aluizio da Silva
ADVOGADO : 44121/GO - Julio Leone Pereira Gouveia
REQUERIDO : Uber do Brasil Tecnologia Ltda
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:01 horas

PROCESSO : 0282355-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Lucas Sales de Sousa
ADVOGADO : 31755/PE - Julio Queiroz Mesquita
REQUERIDO : Doppus Inteligencia Em Vendas Online Ltda
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:02 horas

PROCESSO : 0282353-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Eudes Farias
ADVOGADO : 25401/CE - Leonidas Furtado Braga Filho
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282201-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 113-00471/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Francisco Francineudo Rodrigues de Souza
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:03 horas

PROCESSO : 0037508-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal

RÉU : WANDERSON VENANCIO FIGUEREDO
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:03 horas

PROCESSO : 0037509-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Jefferson da Silva Santos
ADVOGADO : 30390/CE - Thyago Alves de Souza Oliveira
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:04 horas

PROCESSO : 0282214-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00621/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Antonio Marcos Maia Oliveira
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:13 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0279357-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Luzenir Gomes da Silva Natalino
ADVOGADO : 39419/GO - Celiana Silva
REQUERIDO : Massa Falida de Cameron Construtora S/A
VARA: 1ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:17 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037515-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDA : Eucineide Marques Silva Beserra
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:17 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282342-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00247/2024 - Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : Reinaldo Rodrigues Feitosa
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:17 horas

PROCESSO : 0282344-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 110-11047/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Elpson Jeová da Fonseca Menezes
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:20 horas

PROCESSO : 0282215-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00620/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Vitor da Silva Miranda
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037513-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta de Ordem Cível
ORIGEM : 06357540920238060000
JUÍZO DEPREC. : Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Fortaleza-CE
AUTOR : Instituto Deputado Alceu Coutinho - Idac

ADVOGADO : 20045/CE - Francisco Livelton Lopes Marcelino
RÉ : Maria Jacqueline Faustino de Souza Alves do Nascimento
ADVOGADO : 9949/CE - Ivandete Liberato Bomfim
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:21 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282210-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 13200735/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Bruno Matos
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:22 horas

PROCESSO : 0282174-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 130-00619/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Valdemir Firmino de Brito
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:23 horas

PROCESSO : 0204853-57.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 026-00026/2022 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
AUTUADO : José Guilherme dos Santos Araújo
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:23 horas

PROCESSO : 0282110-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01049/2024 - 2º Distrito Policial - São Paulo
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Iago Nascimento Martins
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:24 horas

PROCESSO : 0205518-90.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 130-00045/2024 - 35º Distrito Policial - Fortaleza - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:25 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281738-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : M.V.A.C.
ADVOGADO : 17427/CE - Ezio Guimaraes Azevedo
CURATELADO : M.P.M.C.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:26 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0201741-97.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 102-01191/2023 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:26 horas

PROCESSO : 0282072-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 130-00616/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza

AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUTUADO : Felipe Kevin Nascimento de Oliveira
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:27 horas

PROCESSO : 0203932-18.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-00770/2024 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:27 horas

PROCESSO : 0282180-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 0013400667/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : José Alvino Rodrigues Neto
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:29 horas

PROCESSO : 0282198-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
I. P. : 132-00732/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco de Paula Coelho de Sousa
VARA: 5ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281494-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : J.V.S.S.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

PROCESSO : 0282360-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : R.L.N.S.G.N.F.R.D.S.R.
REQUERIDO : G.L.P.N.
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:31 horas

PROCESSO : 0282357-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Noeme Gomes da Silva
ADVOGADO : 46009/CE - Fernando Leonel da Silveira Pereira
REQUERIDO : Aldairton Carvalho Sociedade de Advogados
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:32 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282202-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00246/2024 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : D.C.A.D.
AUTUADO : Y.G.S.
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:32 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282356-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
MASSA FALIDA : L.J.S.C.
REQUERIDO : B.

VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:32 horas

PROCESSO : 0282358-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Empresa Brasileira de Lançamentos Ltda. - Ebral
ADVOGADO : 38634/CE - Giovanna Abreu Cerqueira
REQUERIDO : Antônio Jatay Pedrosa
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280469-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Habeas Corpus Criminal
IMPETRANTE : José Wagner Ferreira Farias
ADVOGADO : 451008/SP - Alex Moura Marques
IMPETRADO : Vara de Delitos e Organização Criminosa
VARA: Vara de Delitos de Organizações Criminosas
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:33 horas

PROCESSO : 0281487-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00658/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Alexandre Rodrigues Batista Filho
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

PROCESSO : 0282181-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00666/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Guilherme Souza Nascimento
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:33 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281489-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
ADOLESCENTE : D.R.A.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037520-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉ : Alexandra Rufino Ferreira
ADVOGADO : 48429/CE - Joaquim da Mota e Silva Sobrinho
RÉ : Alexandra Rufino Ferreira
ADVOGADO : 10829/CE - Antônia Valéria Braga Firmiano
VARA: 13ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:38 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281252-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
REQUERENTE : L.F.B.
REQUERIDO : F.N.C.J.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:38 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281438-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 323-00074/2024 - Delegacia de Assuntos Internos - CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará

AUTUADO : Daniel da Silva Ferreira
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:39 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281326-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
ADOLESCENTE : P.I.C.A.S.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:40 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282206-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 132-00734/2024 - 32º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 32º Distrito Policial
AUTUADO : Laerte Angelo Ferreira
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:41 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0257903-66.2020.8.06.0001
CLASSE : Regulamentação de Visitas
REQUERENTE : J.M.V.A.
ADVOGADO : 41723/CE - Beatriz Sales Bastos
REQUERIDA : C.V.S.
ADVOGADO : 21585/CE - Francisco Vieira de Andrade
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:41 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280597-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 130-00594/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Bruno dos Santos Cipriano
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:41 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281163-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador
REQUERENTE : J.B.F.
ADVOGADO : 9054/CE - Alexandre Lima da Silva
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:43 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281507-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01036/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Carlos Roberto de Araujo Moura
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:46 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0261180-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.K.F.M.
ADVOGADO : 53071/CE - Francisco Lucas Barbosa da Cruz
REQUERIDO : J.B.M.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:46 horas

PROCESSO : 0281202-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Apreensão em Flagrante
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : C.L.S.A.
VARA: 2ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:46 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281486-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00842/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Maike Gabriel de Meneses
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:49 horas

PROCESSO : 0201583-33.2024.8.06.0299
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia Regional de Crateús
AUTUADO : José Ricardo Costa Filho
VARA: 5ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:50 horas

PROCESSO : 0207164-47.2024.8.06.0293
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 939-17774/2024 - Delegacia Regional de Itapipoca - Iguatu
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia Regional de Itapipoca
AUTUADO : Francisco Luciano Pires Teixeira
VARA: 2ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 13:51 horas

PROCESSO : 0207243-26.2024.8.06.0293
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 201-07976/2024 - Delegacia Metropolitana de Caucaia - CE - Caucaia
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia Metropolitana de Caucaia
AUTUADO : Tiales do Nascimento Ramos
VARA: Vara do Juízo Distribuidor da Comarca de Fortaleza
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:51 horas

PROCESSO : 0037524-49.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Edson Ferreira da Silva
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:53 horas

PROCESSO : 0244309-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 113-00373/2024 - 13º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : Izaquiel Ferreira dos Santos
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:54 horas

PROCESSO : 0201635-38.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 110-00977/2023 - Delegacia 110ª Distrito Policial - Rio De Janeiro
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 13:55 horas

PROCESSO : 0126113-42.2009.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
VÍTIMA : Francisco Francine da Silva
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
RÉU : A Apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 13:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282365-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : V.E.
REQUERIDA : A.V.M.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:00 horas

PROCESSO : 0282361-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : A.R.L.
ADVOGADO : 53381/CE - Aline Quadros Guerreiro
REQUERIDA : L.A.B.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:01 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0187593-06.2018.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 110-00724/2018 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282362-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Robson Maciel de Andrade
ADVOGADO : 33148/CE - Ednaldo Ribeiro de Oliveira Filho
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:02 horas

PROCESSO : 0282363-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
ADVOGADO : 23509/SC - Rodrigo Bezerra Acre
REQUERIDO : CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0216664-58.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 32201753/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A Apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282368-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : F.C.L.S.
REQUERIDA : M.N.R.C.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:03 horas

PROCESSO : 0282364-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : M.S.F.
ADVOGADO : 20026/CE - Mairson Ferreira Castro
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:03 horas

PROCESSO : 0282366-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Williams Pedro da Silva Junior
ADVOGADO : 44740/CE - Vinicius Ribeiro de Araújo
REQUERIDO : Uber do Brasil Tecnologia Ltda
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:04 horas

PROCESSO : 0282367-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTORA : S.A.M.F.
REQUERIDO : R.A.S.
VARA: 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:04 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280140-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 110-00828/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Emanoel Oliveira Machado
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:07 horas

PROCESSO : 0037528-86.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Raul Santos de Sousa
ADVOGADO : 13234/CE - Luis Elson Ferrer de Almeida Paulino
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:18 horas

PROCESSO : 0037531-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉ : Liviane Elaine Costa Moreira
ADVOGADO : 13687/CE - José Mauro de Melo Escórcio
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:26 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282369-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Antonia Ivanalda Silva Lacerda
ADVOGADO : 27143/CE - Joao Manuel da Silva Venancio Batista Filho
INVDO : Francisco Rogerio Rodrigues
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:29 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037533-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : LUCAS MENDES DA SILVA
ADVOGADO : 28601/CE - Danger Pereira de Araujo
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282370-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : J.F.L.
ADVOGADO : 18145/PI - Pâmella Eleotério Dantas
CURATELADO : M.G.F.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037534-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : LUCAS MENDES DA SILVA

ADVOGADO : 28601/CE - Danger Pereira de Araujo
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:30 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282371-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : José Aurelio de Carvalho
ADVOGADO : 4945/CE - Paulo Teles da Silva
REQUERIDA : Rosa Maria Lima de Carvalho
VARA: 1ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0282374-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Romulo Ferreira Alves de Melo
ADVOGADO : 482395/SP - Beatriz Gonzaga Quirol
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:31 horas

PROCESSO : 0282373-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Renata Nogueira Texeira da Silva
ADVOGADO : 35175/CE - Eduardo Albuquerque da Silva
REQUERIDO : Subcondominio Shopping Center Riomar Presidente Kennedy
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:32 horas

PROCESSO : 0282375-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Maria Deivinete Lopes Teixeira
ADVOGADO : 46009/CE - Fernando Leonel da Silveira Pereira
REQUERIDO : Sindicato dos Servidores Públicos Lotados Nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará - Apeoc
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0282372-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Raimundo Nonato Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO : 43029/CE - Dyonnathan Duarte da Silva
REQUERIDO : Banco Itaú
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:33 horas

PROCESSO : 0037535-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : Companhia Industrial de Óleos do Nordeste - Cione
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:36 horas

PROCESSO : 0037536-63.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDA : A.K.C.D.
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:36 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281338-30.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
I. P. : 119-00240/2024 - 19º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 19º Distrito Policial
AUTUADO : Alexandre do Nascimento Caetano
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:42 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0259505-58.2021.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

REQUERENTE : P.T.R.M.B.
ADVOGADO : 32903/CE - Edson Pereira Cutrim Neto
REQUERIDA : N.C.M.
ADVOGADO : 17338/CE - Ana Paula Martins Albuquerque
ALIMENTANDO : D.M.M.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 14:50 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0281518-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 134-00659/2024 - 34º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 34º Distrito Policial
AUTUADO : Jose Nedgley Barbosa Pereira
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:51 horas

PROCESSO : 0037539-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Romualdo Felismino Ferreira
ADVOGADO : 10657/CE - Adriana Maria de O. Martins
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:54 horas

PROCESSO : 0281177-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01031/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 2º Distrito Policial
AUTUADO : Antonio Victor Ferreira Cardoso
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:55 horas

PROCESSO : 0279942-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 111-00112/2024 - 11º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 11º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Helton Francelino Lima
VARA: 2ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 14:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282381-02.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Decisão
REQUERENTE : Maria Valentina Siqueira de Souza, Rep Por Wnayd Mardjory Siqueira de Araujo
REQUERIDO : Elannio Souza de Oliveira
VARA: 4ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:01 horas

PROCESSO : 0282383-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Sul America Cia de Seguro Saude
ADVOGADO : 369272/SP - Luiz Felizardo Barroso
REQUERIDO : Cdc4 Casa do Celular
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:02 horas

PROCESSO : 0282382-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Iraneide de Sousa Lima
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:02 horas

PROCESSO : 0282378-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Fundação Assefaz - Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda
ADVOGADO : 29801/DF - Poliana Lobo e Leite
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:03 horas

PROCESSO : 0282379-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Empresa Brasileira de Lançamentos Ltda. - Ebral
ADVOGADO : 38634/CE - Giovanna Abreu Cerqueira
REQUERIDA : Marinei Alencar Ximenes Guimaraes
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:04 horas

PROCESSO : 0282376-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Luzia Pereira da Costa
ADVOGADO : 29087/CE - Ana Cláudia Silva Guimarães Jerônimo
REQUERIDA : Eliane Fernandes de Souza
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:04 horas

PROCESSO : 0037526-19.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : ESPÓLIO DE MARIA CÉLIA DA SILVA
VARA: 2ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:05 horas

PROCESSO : 0282380-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Ronielly Brito Zaranza
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:05 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0280907-93.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 102-01028/2024 - 2º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Igor Nascimento da Rocha
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:06 horas

PROCESSO : 0280577-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 110-00833/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
AUTUADO : Daniel Fernandes Faustino
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:11 horas

PROCESSO : 0282377-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 130-07507/2024 - 30º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 30º Distrito Policial
AUTUADO : Francisco Ivando de Sousa Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:13 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282384-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcos Antonio Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO : 37183/CE - Francisco André Alcantâra de Oliveira
REQUERIDO : Tim Celular S/A
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:30 horas

PROCESSO : 0282391-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Doris de Fatima Inacio da Silva
ADVOGADO : 32626/CE - Jorge Henrique Sousa Frota

REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

PROCESSO : 0282392-31.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcos Antonio Rodrigues de Oliveira
ADVOGADO : 37183/CE - Francisco André Alcantâra de Oliveira
REQUERIDO : Tim Celular S/A
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:32 horas

PROCESSO : 0282386-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.J.L.S.
REQUERIDO : F.C.M.P.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:33 horas

PROCESSO : 0282393-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : M.S.A.
ADVOGADO : 39894/CE - Raimundo Mauricio da Silva
CURATELADO: J.R.A.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:34 horas

PROCESSO : 0282385-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
REQUERENTE : Eduardo Marques Ferreira Lima
ADVOGADO : 46009/CE - Fernando Leonel da Silveira Pereira
REQUERIDO : Sindicato dos Servidores Públicos Lotados Nas Secretarias de Educação e de Cultura do Estado do Ceará - Apeoc
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0282388-91.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Ramon Rodrigues Benevides
ADVOGADO : 21484/CE - Carolina Barreto Alves Costa Freitas
REQUERIDO : Marcos Aurélio Almeida da Silva
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:35 horas

PROCESSO : 0282394-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Bruna Negreiros do Nascimento
REQUERIDO : M.P.L.G.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:36 horas

PROCESSO : 0282390-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : José Jader Lins
ADVOGADO : 13978A/MT - Gustavo Porto Franco Piola
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:36 horas

PROCESSO : 0282387-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : R.N.T.S.
ADVOGADO : 35175/CE - Eduardo Albuquerque da Silva
REQUERIDO : R.F.B.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:37 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037552-17.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
VÍTIMA : F.N.Z.F.
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:39 horas

PROCESSO : 0037569-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : João Paulo Venâncio de Sousa
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:43 horas

PROCESSO : 0037571-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Gleiton Gonçalves Sousa
VARA: 1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:44 horas

PROCESSO : 0037574-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
REQUERENTE : M.E.G.S.
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:45 horas

PROCESSO : 0037575-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉ : Caroline Cristina de Oliveira Leivas
ADVOGADO : 7025/CE - Antonio Augusto Moreira Silva
RÉ : Caroline Cristina de Oliveira Leivas
ADVOGADO : 10657/CE - Adriana Maria de O. Martins
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:47 horas

PROCESSO : 0237193-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial Militar
AUTOR : J.P.
AUT PL : Adriano Costa Cavalcante
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: Magno Ambrozio de Freitas
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:48 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0279263-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : E.N.C.
ADVOGADO : 37943/CE - Jovelina dos Santos Sousa
REQUERIDA : L.A.C.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 15:48 horas

PROCESSO : 0264584-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador
REQUERENTE : G.C.C.B.
ADVOGADO : 38030/CE - Joao Araujo Bezerra Filho
REQUERIDA : F.A.C.A.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:49 horas

PROCESSO : 0248398-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
ARROLANTE : V.S.D.
ADVOGADO : 32215/CE - Talitha de Carvalho Rodrigues
ARROLADO : Lorraine Moreira Araújo
ADVOGADO : 61588/GO - Prycilla Alves Marques
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:50 horas

PROCESSO : 0031651-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : M.V.F.N.
VARA: 1ª Vara de Registros Públicos
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:51 horas

PROCESSO : 0205630-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Reintegração / Manutenção de Posse
REQUERENTE : Francisco Domingos Pinheiro
ADVOGADO : 34000/CE - Francisco Alísio Praxedes da Silva

VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 15:52 horas

PROCESSO : 0245099-32.2021.8.06.0001
CLASSE : Reconhecimento e Extinção de União Estável
REQUERENTE : I.S.L.
ADVOGADO : 28442/CE - José Eugênio Pacelle Ramalho Sobral
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
REQUERIDA : V.V.S.
ADVOGADO : 19528/CE - Carlos Eduardo Romanholi Brasil
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:53 horas

PROCESSO : 0223665-21.2020.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Nicolas Jacot Carmichael
ADVOGADO : 16119/CE - Laerte Meyer de Castro Alves
REQUERIDA : Mathilde Seguy
ADVOGADO : 40529/CE - Paulo Rego Albuquerque
VARA: 2ª Vara Empresarial, de Recuperação de Empresas e de Falências do Estado do Ceará
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:55 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037580-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : G.N.S.
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:56 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0200947-23.2024.8.06.0055
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : Maria Chaves Lima
ADVOGADO : 323728/SP - Kelly da Trindade Neves Prestes
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 15:56 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037581-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Felipe Moreira Cardoso
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:00 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282409-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
ADOLESCENTE : Ismael Sousa de Oliveira
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:02 horas

PROCESSO : 0282407-97.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : F.R.N.B.
ADVOGADO : 28114/CE - Cristiano Queiroz Arruda
REQUERIDA : R.J.G.B.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:02 horas

PROCESSO : 0282395-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : N.L.M.
ADVOGADO : 16228/CE - Ernane Alves Marques Junior
CURATELADO : V.A.L.
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:02 horas

PROCESSO : 0282400-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível

REQUERENTE : M.P.R.
ADVOGADO : 23495/CE - Marcio Rafael Gazzineo
REQUERIDA : M.P.R.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:03 horas

PROCESSO : 0282402-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : A.B.D.R.L.B.A.
REQUERIDO : G.N.D.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:03 horas

PROCESSO : 0282403-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : J.R.M.M.
REQUERIDO : R.S.M.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:04 horas

PROCESSO : 0282408-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : Brena Santos Pereira
ADVOGADO : 49528A/CE - Brena Santos Pereira
REQUERIDA : Maria Aparecida de Oliveira Rocha
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:04 horas

PROCESSO : 0282399-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : M.A.S.M.
ADVOGADO : 29711/CE - Jordana Almeida Sales
CURATELADO : F.C.M.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:05 horas

PROCESSO : 0282406-15.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Ramon Gomes Matos
ADVOGADO : 31548/CE - Andrea Joyce de Castro Peter
REQUERIDA : Andrea Cardoso Aguiar Gomes
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:05 horas

PROCESSO : 0282396-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Empresa Brasileira de Lançamentos Ltda. - Ebral
ADVOGADO : 38634/CE - Giovanna Abreu Cerqueira
REQUERIDA : Maria do Socorro Marques Thé
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:05 horas

PROCESSO : 0282397-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : S.M.S.O.
ADVOGADO : 22526/CE - Sandra Lucia Fonseca Rocha
CURATELADA : L.V.S.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:06 horas

PROCESSO : 0282404-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Sentença
REQUERENTE : Maria Rocilda Tavares Batista
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 16:06 horas

PROCESSO : 0222054-28.2023.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Sul América Companhia de Seguro Saúde
ADVOGADO : 273843/SP - JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS
REQUERIDO : Emanuele Ribeiro Ramos 00274900335
VARA: 2ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:08 horas

PROCESSO : 0878966-11.2014.8.06.0001
CLASSE : Usucapião
REQUERENTE : ESPÓLIO DE Maria Augusta Giffoni Barros
ADVOGADO : 17884/CE - Domingos Savio Oliveira Soares
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:11 horas

PROCESSO : 0088567-21.2007.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria das Gracas Rogerio Noqueira - Me
REQUERIDO : Banco do Nordeste do Brasil S. A.
VARA: 32ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:13 horas

PROCESSO : 0281435-30.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Apreensão em Flagrante
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : J.R.S.M.
VARA: 1ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:23 horas

PROCESSO : 0281512-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Processo de Apuração de Ato Infracional
AUT PL : D.C.A.D.
ADOLESCENTE : F.I.A.G.
VARA: 4ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:27 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0037584-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Marcio Andre de Oliveira Lima
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282415-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Jose Ribamar Franca de Lima
ADVOGADO : 29557/CE - Rayane Araújo Castelo Branco Rayol
REQUERIDO : Assessoria Extrajudicial Solução Financeira Eireli
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:31 horas

PROCESSO : 0282413-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Flaviano Pontes de Oliveira
ADVOGADO : 43029/CE - Dyonnathan Duarte da Silva
REQUERIDO : BANCO C6 CONSIGNADO S.A.
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:32 horas

PROCESSO : 0282412-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Russe Helena Botelho de Castro
ADVOGADO : 51000/CE - Clarissa Holanda Rebonatto
REQUERIDO : Secretário da Saúde do Estado do Ceará
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0282411-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria das Graças dos Santos Silva
ADVOGADO : 49704/CE - Carlos Jocionio Cabral Moraes
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

PROCESSO : 0282414-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Zandra ,Maria Ribeiro Mendes Dumaresq
ADVOGADO : 30179/MS - Thiago Fabricio de Oliveira Santos

REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:33 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205126-53.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 3360000077/2024 - DECRIM - Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual “DECRIM”
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:56 horas

PROCESSO : 0205760-49.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 106-00035/2024 - 6º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 6º Distrito Policial
VARA: 3ª Vara de Delitos de Trafico de Drogas
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:56 horas

PROCESSO : 0001987-37.2019.8.06.0075
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 206-00479/2018 - Eusebio
VÍTIMA : Maria Odete Nogueira de Abreu
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
DELEGADO : Delegacia Metropolitana de Eusébio
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 16:57 horas

PROCESSO : 0282405-30.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 127-00152/2024 - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Guilherme Silveira Neves
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 16:58 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282425-21.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : R.T.J.
CURATELADO : A.T.J.
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:01 horas

PROCESSO : 0282429-58.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marcus Rafaell Serra
ADVOGADO : 50300/CE - Jorge Carvalho dos Santos Filho
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:01 horas

PROCESSO : 0260685-07.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
AUTORA : L.S.M.
ADVOGADO : 33942/CE - João Cláudio Holanda Montenegro
REQUERIDO : R.M.N.
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:01 horas

PROCESSO : 0282428-73.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento Provisório de Decisão
REQUERENTE : Tamires Fernandes Costa Nogueira
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:01 horas

PROCESSO : 0282417-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
REQUERENTE : Antonio Augusto Gurjao Barbosa Praxedes

ADVOGADO : 22534/CE - Antonio Augusto Gurjao Barbosa Praxedes
REQUERIDA : Ana Vladia Sampaio Pimenta
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:02 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0065272-42.2013.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 30400377/2013 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
AUT PL : Delegacia de Defraudações e Falsificações
INDICIADO : A apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:02 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282426-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francilene Antunes de Souza
ADVOGADO : 256767/SP - Ruslan Stuchi
REQUERIDO : Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindicial - Sindnapi
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:02 horas

PROCESSO : 0277355-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.D.L.N.
REQUERIDA : N.C.I.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:03 horas

PROCESSO : 0282427-88.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Anna Beatriz Diniz Mendes
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : Banco do Nordeste do Brasil S/A
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:03 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0127676-22.2019.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 304-00178/2019 - Delegacia de Defraudações e Falsificações - Fortaleza
AUT PL : Polícia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:03 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282431-28.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.M.M.S.
REQUERIDO : F.A.C.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:04 horas

PROCESSO : 0282416-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Ramon Rodrigues Benevides
ADVOGADO : 21484/CE - Carolina Barreto Alves Costa Freitas
REQUERIDO : Valéria Ribeiro Gomes
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:04 horas

PROCESSO : 0282418-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Averiguação de Paternidade
REQUERENTE : A.A.F.
ADVOGADO : 26711/CE - Iracema Nogueira Diogenes Saldanha
MENOR : L.O.P.
ADVOGADO : 26711/CE - Iracema Nogueira Diogenes Saldanha

VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:04 horas

PROCESSO : 0282430-43.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Vitale Condominium
ADVOGADO : 24440/CE - Manoel Otavio Pinheiro Filho
REQUERIDA : Amanda de Lima Machado Leitão
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

PROCESSO : 0282424-36.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Anna Beatriz Diniz Mendes
ADVOGADO : 38828/CE - Bruno Boyadjian Sobreira
REQUERIDO : Banco do Nordeste do Brasil S/A
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

PROCESSO : 0282423-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : J.R.N.S.
REQUERIDA : L.M.C.L.S.
VARA: 15ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

PROCESSO : 0282421-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Marta Maria Alves de Sousa
ADVOGADO : 39609/CE - Luiz Ramon Gama Lima
REQUERIDO : Esrael Oliveira Rodrigues
VARA: 38ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:05 horas

PROCESSO : 0274902-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Sumário
ARROLANTE : Talita Oliveira Torres Braúna
ADVOGADO : 51485/CE - Angelo Matheus Freitas Brauna
ARROLADO : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 5ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:06 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0214355-69.2012.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 304419/2012 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:08 horas

PROCESSO : 0037586-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Elvino Amorim de Santana
VARA: 18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:08 horas

PROCESSO : 0205745-80.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 304-00056/2024 - Delegacia de Defraudações e Falsificações - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Defraudações e Falsificações
INVESTIGADA : Ana Carolina Correia dos Santos
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:08 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281240-45.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
AUTOR : F.L.R.F.N.
REQUERIDA : E.S.D.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:08 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0205778-70.2024.8.06.0296
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 125-00166/2024 - 25º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 25º Distrito Policial
VARA: 14ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:09 horas

PROCESSO : 0037587-74.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
VÍTIMA : Luiza Mariano de Souza
VARA: 6ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:10 horas

PROCESSO : 0282410-52.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 026-00248/2024 - Delegacia Geral da Polícia Civil - Assessoria Técnica/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Lucas Santos da Silva
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:10 horas

PROCESSO : 0068515-91.2013.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 304429/2013 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:10 horas

PROCESSO : 0037588-59.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Miguel Alves Rodrigues Filho
VARA: 10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:10 horas

PROCESSO : 0045156-15.2013.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 304126/2013 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:11 horas

PROCESSO : 0037589-44.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Antonio Edson da Silva Lima
ADVOGADO : 5864/CE - Antonio Cleto Gomes
VARA: 8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:11 horas

PROCESSO : 0165197-06.2016.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 10201115/2015 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:12 horas

PROCESSO : 0037517-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Representação Criminal/Notícia de Crime
REQUERENTE : Master Lopes Corretora de Seguros Ltda
REQUERIDO : Tokio Marine Seguradora S/A
VARA: 15ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:12 horas

PROCESSO : 0146832-30.2018.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 105-00050/2018 - 5º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza

AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:12 horas

PROCESSO : 0037590-29.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : ITALO ANDERSON PALHANO CARVALHO
ADVOGADO : 37175/CE - Bruno Costa Ribeiro
RÉU : ITALO ANDERSON PALHANO CARVALHO
ADVOGADO : 37863/CE - Lucas Brendo Correia Bezerra
RÉU : ITALO ANDERSON PALHANO CARVALHO
ADVOGADO : 39097/CE - Tancredo de Lima Araújo
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:12 horas

PROCESSO : 0201812-19.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 105-00190/2020 - 5º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:13 horas

PROCESSO : 0037591-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
VÍTIMA : V.O.P.
VARA: 16ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:13 horas

PROCESSO : 0180967-34.2019.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 112-00081/2019 - 12º Distrito Policial (PÓLO) - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:13 horas

PROCESSO : 0037592-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Paulo Victor do Nascimento Barros
VARA: 9ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:14 horas

PROCESSO : 0156341-19.2017.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11300210/2017 - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:14 horas

PROCESSO : 0072501-82.2015.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 11200259/2015 - Fortaleza
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:15 horas

PROCESSO : 0117941-62.2019.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 322-02326/2018 - Divisão de Homícidios e Proteção à Pessoa - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceara
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 4ª Vara do Júri
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:15 horas

PROCESSO : 0282422-66.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 302-00525/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
AUTUADO : Silvio Carlos Mangueira Junior

VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:16 horas

PROCESSO : 0282398-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
ORIGEM : 00037420420158180140
JUÍZO DEPREC. : Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI - Teresina-PI
J DEPCTE : Juizo de Direito 3ª Vara Criminal da Comarca de Teresina/PI
RÉU : Laercio da Silva Costa
VARA: 3ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:20 horas

PROCESSO : 0282419-14.2024.8.06.0001
CLASSE : Comunicado de Mandado de Prisão
B.O. : 302-00525/2024 - Delegacia de Capturas e Polinter - CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : Delegacia de Capturas e Polinter
AUTUADO : Israel Rodrigues de Oliveira
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:20 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0037593-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : ANTONIO RODRIGUES PEREIRA
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:22 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0275870-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 104-00173/2024 - 4º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 4º Distrito Policial
AUTUADO : Vitor Manoel da Silva Ferreira
VARA: 2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:23 horas

PROCESSO : 0244270-85.2020.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 312-00130/2020 - Combate à Exploração da Criança e do Adolescente - Fortaleza
AUT PL : P.C.E.C.
MINISTERIO PUBL : M.P.E.C.
INDICIADO : E.
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:29 horas

PROCESSO : 0037595-51.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Criminal
RÉU : Francisco Macilo Ferreira da Silva
VARA: 7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:29 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282432-13.2024.8.06.0001
CLASSE : Outros procedimentos de jurisdição voluntária
REQUERENTE : F.E.L.S.
ADVOGADO : 37525/CE - Nayron Braga da Costa
REQUERIDO : M.P.E.C.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:30 horas

PROCESSO : 0282433-95.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.L.S.L.
REQUERIDO : F.B.L.L.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0282434-80.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

REQUERENTE : R.S.M.
VARA: 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0282437-35.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : M.L.B.
REQUERIDO : E.V.M.
VARA: 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:31 horas

PROCESSO : 0282440-87.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Atlantico Incorporadora e Construtora Spe
ADVOGADO : 6481/CE - Josefa Maria Araujo Viana de Alencar
REQUERIDO : Prosper Urbanismo Ltda
VARA: 33ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

PROCESSO : 0282444-27.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : J.R.S.
ADVOGADO : 49674/CE - Milena Ferreira de Lima
VARA: 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:32 horas

PROCESSO : 0282435-65.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Mrv Mdi Maraponga Iv Incorporações Ltda
ADVOGADO : 108504/MG - Carlos Alberto Miro da Silva Filho
REQUERIDA : Larissa Erick Lima de Almeida
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

PROCESSO : 0282436-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : S.C.S.F.
REQUERIDO : P.R.G.M.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

PROCESSO : 0282442-57.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Pedro Emanuel Oliveira Araújo Alves
REQUERIDO : Município de Fortaleza
VARA: 3ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:33 horas

PROCESSO : 0282439-05.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Lucio Hedde Rodrigues Costa
ADVOGADO : 30056/CE - Juvenal Uchoa Bezerra
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:34 horas

PROCESSO : 0282441-72.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : J.L.F.
ADVOGADO : 25617/CE - Caue Monteiro dos Santos
CURATELADO : M.F.L.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:34 horas

PROCESSO : 0282443-42.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Banco Bradesco S.A
ADVOGADO : 77460/SP - MARCIO PEREZ DE REZENDE
REQUERIDO : Matheus Nogueira Arcanjo de Oliveira
VARA: 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:35 horas

PROCESSO : 0282445-12.2024.8.06.0001
CLASSE : Separação Consensual
REQUERENTE : M.A.C.M.

ADVOGADO : 18951/CE - Marcele Caroline Maciel de Alencar
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:35 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0221353-38.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 126-00086/2020 - 26º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:38 horas

PROCESSO : 0176165-27.2018.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 117-00118/2018 - 17º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INDICIADO : A Esclarecer
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:38 horas

PROCESSO : 0227519-86.2021.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 110-00001/2021 - 5º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:39 horas

PROCESSO : 0030164-49.2013.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 30400425/2012 - Fortaleza
AUT PL : DDF
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
INVESTIGADO: A Apurar
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:39 horas

PROCESSO : 0231267-92.2022.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
I. P. : 127-00067/2022 - 27º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUT PL : Policia Civil do Estado do Ceará
INDICIADO : Francisco Tiberio Leite de Castro
VARA: 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:40 horas

PROCESSO : 0504741-98.2011.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
VÍTIMA : Francisco Cardoso de Lima
MINISTERIO PUBL : Ministério Público do Estado do Ceará
VARA: 11ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Encaminhamento - 17:40 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0281854-50.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Litigioso
REQUERENTE : R.M.S.
REQUERIDO : L.A.P.S.
VARA: 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 17:43 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282438-20.2024.8.06.0001
CLASSE : Auto de Prisão em Flagrante
A. P. F. : 104-00188/2024 - 4º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza
AUTOR : J.P.
AUT PL : 4º Distrito Policial
AUTUADO : Maxsuel Pereira de Oliveira
VARA: 17ª Vara Criminal - Vara de Audiências de Custódia
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:48 horas

CÍVEIS

PROCESSO : 0282458-11.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Alisson Duarte Pereira
ADVOGADO : 36186/SC - Fernanda de Lima
REQUERIDO : CHUBB SEGUROS DO BRASIL SA
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 17:59 horas

PROCESSO : 0282454-71.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
ARRESTANTE : A.silva dos Santos Ltda
ADVOGADO : 49413/CE - Erick Tadeu Pacheco Cunha Lustosa
ARRESTADO : Rede de Fornecedores Federal Estadual e Municipal
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:00 horas

PROCESSO : 0282455-56.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Forte Pisos Comercio e Locacoes de Maquinas e Equipamentos Ltda-me
ADVOGADO : 23863/CE - Eudes Thiago Santos Jales Rodrigues
REQUERIDO : Mercado Pago Instituicao de Pagamento Ltda
VARA: 23ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:01 horas

PROCESSO : 0282456-41.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : D.B.C.S.
ADVOGADO : 12972/CE - Julio de Assis Araujo Bezerra Leite
REQUERIDO : F.A.H.F.
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 18:03 horas

PROCESSO : 0282447-79.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.A.C.C.
ADVOGADO : 26509/CE - Alexsandro Silva Araujo
VARA: 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 18:04 horas

PROCESSO : 0282450-34.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Suzana Paz de Almeida Andrade
ADVOGADO : 28360/CE - Rodrigo Madeiro Maciel
REQUERIDO : Mrv Engenharia e Participações S.a
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:05 horas

PROCESSO : 0282457-26.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : C Rolim Engenharia Ltda
ADVOGADO : 13371A/CE - Raul Amaral Junior
REQUERIDO : Francinei Sousa Costa
VARA: 10ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:05 horas

PROCESSO : 0282448-64.2024.8.06.0001
CLASSE : Regularização de Registro Civil
REQUERENTE : F.M.C.R.
ADVOGADO : 45466/CE - Leticia de França Pereira
REQUERIDO : M.A.A.S.
VARA: 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:05 horas

PROCESSO : 0282452-04.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
ORIGEM : 0703154-52.2024.8.07.0008
JUÍZO DEPREC. : Vara de Família e de Órfãos e Sucessões do Paranoá - Paranoá-DF
EXEQUENTE : Pedro Kaua Coutinho da Silva
EXECUTADO : Francisco Celio Gomes da Silva
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:05 horas

PROCESSO : 0282460-78.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Diamante Garantidorasecuritizadora Sa
ADVOGADO : 31662/CE - Talita de Farias Azin
REQUERIDO : Andre Luis Fernandes Andrade
VARA: 21ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:31 horas

PROCESSO : 0282462-48.2024.8.06.0001
CLASSE : Ação de Alimentos de Infância e Juventude
REQUERENTE : F.G.L.S.R.M.D.L.R.
ADVOGADO : 45466/CE - Leticia de França Pereira
REQUERIDO : J.A.C.S.
VARA: 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:31 horas

PROCESSO : 0282463-33.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisco Weber Pessoa de Almeida Junior
ADVOGADO : 36186/SC - Fernanda de Lima
REQUERIDO : CHUBB SEGUROS DO BRASIL SA
VARA: 3ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:31 horas

PROCESSO : 0282464-18.2024.8.06.0001
CLASSE : Ação de Exigir Contas
REQUERENTE : Espólio de José Aluísio Parente Júnior
ADVOGADO : 15196/CE - Joao Aurelio Ponte de Paula Pessoa
PAT. PASS : Francisco José Lopes Parente
VARA: 4ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 18:32 horas

PROCESSO : 0282465-03.2024.8.06.0001
CLASSE : Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança
REQUERENTE : Suetam Participações S.a.
ADVOGADO : 31598/CE - Lorena da Silva Cavalcante Guedes Fernandes
REQUERIDO : One Love Salao de Beleza Ltda (Hairclub Brasil)
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:32 horas

PROCESSO : 0037598-06.2024.8.06.0001
CLASSE : Carta Precatória Cível
REQUERIDO : A.B.O.
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 18:55 horas

PROCESSO : 0282471-10.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Paulo Clementino de Alencar
ADVOGADO : 310440/SP - Felipe Cintra de Paula
REQUERIDO : Facta Financeira S/A Crédito, Financiamento e Invenstimento
VARA: 17ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:00 horas

PROCESSO : 0282470-25.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Paulo Clementino de Alencar
ADVOGADO : 310440/SP - Felipe Cintra de Paula
REQUERIDO : PARANA BANCO S/A
VARA: 22ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:00 horas

PROCESSO : 0282469-40.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Valdenor Tabosa de Moura
ADVOGADO : 483377/SP - Stephany Almeida Reis de Souza
REQUERIDO : Auricélio Tabosa da Silva
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:01 horas

PROCESSO : 0282474-62.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
REQUERENTE : A.B.P.S.

CURATELADA : J.B.S.
VARA: 8ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:01 horas

PROCESSO : 0282473-77.2024.8.06.0001
CLASSE : Ação de Exigir Contas
REQUERENTE : Heliomar Alves de Oliveira
ADVOGADO : 14454/CE - Sebastiao Aguiar da Cruz
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:01 horas

PROCESSO : 0282466-85.2024.8.06.0001
CLASSE : Alvará Judicial - Lei 6858/80
REQUERENTE : Francisco Tiago Mendes Ribeiro
ADVOGADO : 29545B/CE - Kamila Cardoso de Souza Ribeiro
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:02 horas

PROCESSO : 0282467-70.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Ramon Rodrigues Benevides
ADVOGADO : 21484/CE - Carolina Barreto Alves Costa Freitas
REQUERIDO : Fabio Monteiro Gonçalves
VARA: 13ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:02 horas

PROCESSO : 0282468-55.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Emanuela Ferreira Sampaio
ADVOGADO : 29096/CE - Cesar Henrique da Silva Magalhães
REQUERIDA : Liliane Lima da Silva
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:03 horas

PROCESSO : 0282472-92.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Francisca Pereira Joaquim
ADVOGADO : 17947/CE - Thiago Lucas David de Carvalho Soares Pe
REQUERIDO : Secretário da Saúde do Estado do Ceará
VARA: Plantão Judiciário Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 19:03 horas

PROCESSO : 0282475-47.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rafael Luna Cruz
ADVOGADO : 51135/CE - Davi de Araújo Machado
REQUERIDO : Itaú Unibanco Holding S/A
VARA: 15ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

PROCESSO : 0282476-32.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Alisson dos Santos Rodrigues
ADVOGADO : 38796/CE - José Tiago Dias de Abreu
REQUERIDA : Marcia Veloso Medeiros
VARA: 37ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:00 horas

PROCESSO : 0282480-69.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Gustavo Silva Nobre
ADVOGADO : 38696/CE - Lorena Sousa Marques
REQUERIDO : Hard Rock Internacional (hri)
VARA: 36ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

PROCESSO : 0282479-84.2024.8.06.0001
CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : W.V.G.N.
ADVOGADO : 39155/CE - Marcio Lima de Paiva
REQUERIDA : F.C.C.F.
VARA: 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:30 horas

PROCESSO : 0282481-54.2024.8.06.0001
CLASSE : Cumprimento de sentença
REQUERENTE : Raimundo Nonato Pereira de Sousa
ADVOGADO : 3050/CE - Bernadette Angela Papaleo Pereira
REQUERIDA : Lucilene de Sousa Pereira
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 20:31 horas

PROCESSO : 0282486-76.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Eveline de Oliveira Silva Lauriano
ADVOGADO : 50977/CE - Jennifer Lima Castro
REQUERIDO : Caio Cesar Lauriano Bezerra
VARA: 1ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:00 horas

PROCESSO : 0282483-24.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Aldenir Farias de Sousa
ADVOGADO : A2032/AM - Izadora Caroline Correia da Silva
REQUERIDO : Conefer - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais
VARA: 4ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:00 horas

PROCESSO : 0282487-61.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : João Silva Clemente
ADVOGADO : A2032/AM - Izadora Caroline Correia da Silva
REQUERIDO : BANCO PAN S.A.
VARA: 5ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0282484-09.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Fatima Campina da Costa
ADVOGADO : 10315/PA - Hamilton Figueiredo Cotelesse
REQUERIDO : OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0282482-39.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Neide Leite da Silva
ADVOGADO : 53502/CE - Tulio Fred Cavalcante da Silva
REQUERIDO : Banco do Brasil S/A
VARA: 18ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:01 horas

PROCESSO : 0282488-46.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Leonilia Torquato
ADVOGADO : 33880/PE - Camilla Goes Barbosa
REQUERIDO : Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda.
VARA: 29ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 21:29 horas

PROCESSO : 0282492-83.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Eugenio Rodrigues da Costa
ADVOGADO : 37706/CE - George Campos Arcoverde Vieira
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:00 horas

PROCESSO : 0282493-68.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Saybert Chaves do Nascimento
ADVOGADO : 36204/CE - Mychell Anderson Angelim de Carvalho
REQUERIDO : CHUBB SEGUROS DO BRASIL SA
VARA: 31ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:00 horas

PROCESSO : 0282489-31.2024.8.06.0001

CLASSE : Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
REQUERENTE : F.J.S.
ADVOGADO : 30184/CE - Tomás Brito de Moraes
REQUERIDA : M.L.P.S.
VARA: 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 22:01 horas

PROCESSO : 0282491-98.2024.8.06.0001
CLASSE : Mandado de Segurança Cível
IMPETRANTE : Marcela Oliveira Lucas
ADVOGADO : 48605/CE - Rayanne André Viana
IMPETRADO : Empreendimento Educacional Maracanau Ltda. - Unifametro
VARA: 19ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:01 horas

PROCESSO : 0282490-16.2024.8.06.0001
CLASSE : Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE : Difuso Comércio de Parafusos Ltda
ADVOGADO : 33638/CE - Jonas de Araújo Farias
REQUERIDO : L M Servicos Automotivos Limitada Me
VARA: 35ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:01 horas

PROCESSO : 0282495-38.2024.8.06.0001
CLASSE : Monitória
REQUERENTE : Usina Ecocycle Ltda Epp
ADVOGADO : 22809/CE - Pedro Coelho Magalhães
REQUERIDO : Triple Engenharia Ltda
VARA: 25ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:30 horas

PROCESSO : 0282498-90.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Antonio Rubens Cordeiro
ADVOGADO : 36510/CE - Pablo Henrique Cordeiro Lessa
REQUERIDO : Geap Fundação de Seguridade Social
VARA: Plantão Judiciário Cível
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:31 horas

PROCESSO : 0282494-53.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Geriza Oliveira dos Santos
ADVOGADO : 36045/CE - Jordanna Darlly Saldanha Marques
REQUERIDO : Sendas Distribuidora S/A
VARA: 11ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:31 horas

PROCESSO : 0282496-23.2024.8.06.0001
CLASSE : Interdição/Curatela
INTERTE : S.R.L.O.
ADVOGADO : 13858/CE - Will Robson Ferreira Sobreira
CURATELADO : F.A.R.L.O.
VARA: 14ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:32 horas

PROCESSO : 0282497-08.2024.8.06.0001
CLASSE : Divórcio Consensual
REQUERENTE : Leilianny Alencar Secundino Rodrigues
ADVOGADO : 38696/CE - Lorena Sousa Marques
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 22:32 horas

PROCESSO : 0282499-75.2024.8.06.0001
CLASSE : Arrolamento Sumário
ARROLANTE : Pedro Vinícius Girão dos Santos
ADVOGADO : 29876/CE - Lea Mont'alverne de Barros Albuquerque
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Dependência - 23:00 horas

CRIMINAIS

PROCESSO : 0282500-60.2024.8.06.0001
CLASSE : Inquérito Policial
A. P. F. : 110-00857/2024 - 10º Distrito Policial - Fortaleza/CE - Fortaleza

AUTOR : J.P.
AUT PL : 10º Distrito Policial
INDICIADO : Gabriel dos Santos Pinto
VARA: Plantão Judiciário Crime
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 23:00 horas

Quantidade de processos: 980

EDITAL DE VISTORIA DA DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DO DIA 12/11/2024

O Juiz Diretor do Foro torna público que procedeu, nos termos do art. 103 , inciso II, c/c art. 379 §3º, alínea a do CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ, na data supra, vistoria na distribuição automática dos feitos abaixo relacionados, através do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), ficando os interessados cientes que poderão impugná-la na forma da lei.

Fórum: Fortaleza - Fórum Clóvis Beviláqua

CÍVEIS

PROCESSO : 0282506-67.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
AUTOR : Everton Silva Sales
ADVOGADO : 40155/CE - Everton Silva Sales
RÉU : BANCO C6 S.A.
VARA: 26ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:00 horas

PROCESSO : 0282505-82.2024.8.06.0001
CLASSE : Guarda de Família
REQUERENTE : A.M.A.
ADVOGADO : 43939/CE - Valter Guerreiro Raulino Neto
REQUERIDA : R.S.A.C.
VARA: 6ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 00:01 horas

PROCESSO : 0282509-22.2024.8.06.0001
CLASSE : Boletim de Ocorrência Circunstanciada
AUT PL : Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA)
ADOLESCENTE : Walisson Castro Paulino
VARA: 5ª Vara da Infância e Juventude
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:01 horas

PROCESSO : 0282508-37.2024.8.06.0001
CLASSE : Inventário
REQUERENTE : Fabiola Brito do Rego Parente
ADVOGADO : 37481/CE - Kaio Lucas Lima Parente
VARA: 3ª Vara de Sucessões
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:01 horas

PROCESSO : 0282511-89.2024.8.06.0001
CLASSE : Tutela Cautelar Antecedente
ARRESTANTE : Francisco Flavio Rodrigues Vieira Filho
ADVOGADO : 49418/CE - Samantha Bezerra Lima
REQUERIDA : Daniele Abreu dos Santos
VARA: 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 01:30 horas

PROCESSO : 0282517-96.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Maria Alexandrina do Carmo Mota
ADVOGADO : 32222/CE - Antonia Elaine de Oliveira Cavalcante Mota
REQUERIDO : Hapvida Assistência Médica Ltda
VARA: 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 04:30 horas

PROCESSO : 0282518-81.2024.8.06.0001
CLASSE : Procedimento Comum Cível
REQUERENTE : Rejane Santos Soares Moreira
ADVOGADO : 31220/CE - Kauhana Hellen de Sousa Moreira
REQUERIDO : Uber do Brasil Tecnologia Ltda
VARA: 39ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
DISTRIBUIÇÃO : Sorteio - 07:30 horas

Quantidade de processos: 987

Fortaleza, 12 de novembro de 2024

Solange Menezes Holanda
Juiz Diretor do Foro

VARAS DA JURISDIÇÃO CÍVEL

VARAS CÍVEIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0315/2024

ADV: AKÁCIO MATHEUS ALVES DOS ANJOS (OAB 50836/CE) - Processo 0209236-10.2024.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Sucumbenciais - EXEQUENTE: Akácio Matheus Alves dos Anjos - Intimem o interessado no cumprimento de sentença (honorários sucumbenciais) para recolher as custas intermediárias de execução de sentença, em 15 (quinze) dias (CPC 290), que consistirá nos valores cobrados no item II da Tabela IV da Tabela de Custas Processuais do TJCE - Execução de Sentença - incluindo as Guia FERMOJU/Guia DPC/Guia MP. Advirto que a DAE das custas processuais devem ser geradas obrigatoriamente pelo módulo de custas do Portal de Serviços do e-SAJ, sem o qual não haverá efeito de pagamento. Em respeito ao princípio da vedação às decisões-surpresa (art. 10, CPC), advirto que, decorrido o prazo assinalado sem a comprovação do recolhimento, o cumprimento de sentença será extinto pela ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 485, IV c/c art. 924, I todos do CPC. Publiquem.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0331/2024

ADV: JOSE EDSON RANGEL DE ANDRADE (OAB 26814/CE), ADV: TICIANA BARRETO COSTA CIDRAO (OAB 27992/CE) - Processo 0290249-36.2021.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Procuradoria Geral do Município de Itaitinga - EXECUTADO: Nabla Construcoes Ltda - Isto posto, hei por bem, com fulcro nos dispositivos legais citados, decidir pela REJEIÇÃO da exceção de pré-executividade oposta, reconhecendo a liquidez, certeza e exigibilidade do título executado, determinando o prosseguimento da execução. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que for de direito para o prosseguimento do feito. Publique-se. Intimem-se.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0516/2024

ADV: FABIO GENTILE (OAB 18498/CE), ADV: AUGUSTO ROGERIO DE MENEZES E SOUZA (OAB 8995/CE), ADV: DEBORAH SALES BELCHIOR (OAB 9687/CE), ADV: SILVIA MARIA FARIAS DE CASTRO E SILVA (OAB 11027/CE), ADV: YASSER DE CASTRO HOLANDA (OAB 14781/CE), ADV: 'LUCIANA FERREIRA GOMES PINTO (OAB 15182/CE), ADV: TIAGO ASFOR ROCHA LIMA (OAB 16386/CE), ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CO) - Processo 0100954-05.2006.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gm5 Indústria e Comércio Ltda - REQUERIDO: Companhia de Agua e Esgoto do Ceara - Cagece - Cmr4 Engenharia e Comércio Ltda - Konnen & Cia Ltda - Cls. Evolua-se a classe processual para cumprimento de sentença. Intimem-se Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0472/2024

ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 40794A/CE), ADV: CARLOS ALBERTO ALVES PEIXOTO (OAB 33844-0/PR), ADV: PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN (OAB 37007/PR), ADV: ARNALDO CARNEIRO MAPURUNGA FILHO (OAB 6494/CE), ADV: ELIANA SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 5979/CE) - Processo 0033611-21.2008.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Maria Juca de Castro - REQUERIDO: Caixa de Previdencia dos Funcionarios do Banco do Brasil (previ) - Intimem-se as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Recurso eletrônico devolvido. Após esse prazo, não sendo nada apresentado ou requerido, encaminhem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: RICARDO FERREIRA VALENTE (OAB 6433/CE), ADV: KATIANE CORREA PEREIRA VIEIRA (OAB 38674/CE), ADV: ALOISIO PEREIRA NETO (OAB 13167/CE), ADV: FRANCISCO CHAGAS DA FROTA NETO (OAB 17610/CE), ADV: KAREN CELINE CORREA CAVALCANTE (OAB 23282/CE), ADV: JOSE LUCAS CRISPIM CAMPOS (OAB 29669/CE), ADV: ANTONIA MARILIA MACHADO DE CARVALHO (OAB 38351/CE) - Processo 0144985-08.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Celio Silva Siqueira - REQUERIDO: Fametro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza - Intimem-se as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Recurso eletrônico devolvido. Após esse prazo, não sendo nada apresentado ou requerido, encaminhem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL JONE ARAGÃO RIBEIRO MATOS PEREIRA (OAB 36268/CE), ADV: IGOR REBOUÇAS PAULA (OAB 33060/

CE), ADV: GUSTAVO HITZSCHKY FERNANDES VIEIRA JUNIOR (OAB 17561/CE) - Processo 0236467-51.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcella Paiva de Moraes - REQUERIDO: Universidade de Fortaleza - Unifor - Intimem-se as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Recurso eletrônico devolvido. Após esse prazo, não sendo nada apresentado ou requerido, encaminhem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: CINTIA MALFATTI MASSONI CENIZE (OAB 138636/SP), ADV: LUIS EDUARDO CENIZE (OAB 243263/SP) - Processo 0245962-17.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Intimem-se as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Recurso eletrônico devolvido. Após esse prazo, não sendo nada apresentado ou requerido, encaminhem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: ILNAH CLAUDIA DE FREITAS CLEMENTINO (OAB 9021/CE) - Processo 0269243-65.2024.8.06.0001 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Dalva Silva da Costa - Nos termos do art. 75, VII, do CPC, o espólio será representado em juízo, ativa e passivamente, pelo inventariante. Assim, intime-se novamente a parte promovente para cumprir a determinação contida na decisão à fl. 53. Expedientes necessários.

ADV: ANGELO MATHEUS FREITAS BRAUNA (OAB 51485/CE), ADV: LEANDRO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 32509/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE) - Processo 0286570-28.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ângelo Matheus Freitas Braúna - REQUERIDO: Banco Bradescard S/A e outro - Intimem-se as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Recurso eletrônico devolvido. Após esse prazo, não sendo nada apresentado ou requerido, encaminhem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: PAULA MALTZ NAHON (OAB 45497A/CE), ADV: LAÍS BENITO CORTES DA SILVA (OAB 415467/SP) - Processo 0292274-85.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daiana Gonçalves Monteiro - REQUERIDO: CLARO S/A - Intimem-se as partes para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias acerca do Recurso eletrônico devolvido. Após esse prazo, não sendo nada apresentado ou requerido, encaminhem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: TEODORICO GUIMARAES NETO (OAB 11778/CE) - Processo 0871021-70.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0476122-61.2011.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sílvia Talita da Silva - Em relação à petição de fls. 62/67, intime-se a parte requerente para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias, apresentando o que entender por direito. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0330/2024

ADV: WILSON EMMANUEL PINTO PAIVA NETO (OAB 23847/CE) - Processo 0006791-33.2006.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Visao Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Vistos, etc. Requer o exequente a desconsideração da personalidade juridica do executado, conforme petição de folhas 201. Assim, para que seja apreciado o pedido, deverá protocolar o incidente processual em autos apartados, observando ainda os artigos 133/137 do Código de Processo Civil. Dessa forma, intime-se a parte exequente para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: HELVÊCIO VERAS DA SILVA (OAB 4202/PI), ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: GERSON SAMPAIO GRADVOHL (OAB 15485/CE), ADV: CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE), ADV: ANA CAROLINA MARTINS DE ARAUJO (OAB 24576/CE), ADV: ANA THEREZA GRAÇA MARCELO (OAB 19246/CE), ADV: ADRIANO PESSOA BEZERRA DE MENEZES (OAB 16755/CE), ADV: FRANCISCO ERIONALDO CRUZ (OAB 15205/CE) - Processo 0071889-18.2013.8.06.0001 (processo principal 0903585-73.2012.8.06.0001) - Incidente de Falsidade - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Ana Thereza Graca Marcelo - REQUERIDO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - Intimem-se as partespara que compareçam à perícia a ser realizada em 19/11/2024, às 10h,na sala de Perícias 01, situada no Fórum Clóvis Beviláqua, à Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, nº 220, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza/CE. Ressalta-se que as partes e a perita devem comparer ao espaço solicitado com pelo menos uma hora de antecedência. Considerando que a apresentação do contrato original é imprescindível para viabilizar a realização da perícia técnica postulada, o banco requerido deve apresentar o instrumento original, conforme solicitado pela perita às fls. 203/205.

ADV: MIGUEL MENDES DE VASCONCELOS NETO (OAB 5712/CE) - Processo 0243775-42.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Raimundo Nonato Farias Neto - Manifeste-se a parte exequente, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca das petições e documentos de fls. 349/355 e de 395/397.

ADV: SIDNEY GUERRA REGINALDO (OAB 6923/CE), ADV: FLAVIO CUNHA DE CARVALHO REGO (OAB 10091/CE), ADV: JOSE NEWTON LOPES DE FREITAS (OAB 28217/CE), ADV: PEDRO PAULO TELLES BUENO (OAB 34111/RJ), ADV: BRUNO CAMPOS DE FREITAS (OAB 42046/CE) - Processo 0733477-40.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0733476-55.2014.8.06.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Maria Jose Lopes de Freitas - EMBARGADO: Domus - Companhia de Credito Imobiliario - Dispõe o Art. 292 do CPC: Art.292 O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: (...) II- na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; (...) Observa-se que não se atribuiu à causa nenhum valor, inobstante, no caso dos autos, o valor dado à causa deve corresponder ao valor econômico pretendido pela parte, ou seja, os valores dos contratos do qual a parte quer se desonerar, qual seja, a quantia convertida de R$ 75.721,10 (setenta e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e dez centavos), que o montante atualizado da execução apensa. Sobre o tema: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VALOR DA CAUSA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. PROVEITO ECONÔMICO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 1. O valor atribuído à causa, em sede de embargos à execução, deve ser equivalente ao valor atribuído ao processo executivo, quando se busca a própria extinção da execução. 2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, a Súmula 83/STJ. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 938.910/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017) Processo AI 20020020081470 DF Orgão Julgador 3ª Turma Cível Publicação DJU 27/03/2003 Pág. : 40 Julgamento 24 de Fevereiro de 2003 Relator JERONYMO DE SOUZA AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXONERAÇÃO DE FIANÇA PRESTADA EM CONTRATO DE LOCAÇÃO. VALOR DA CAUSA. CORRELAÇÃO COM O VALOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 259, INC. V, DO CPC. EMENDA À

INICIAL CABÍVEL. DESPACHO AGRAVADO MANTIDO. RECURSO IMPROVIDO. DÁ-SE O IMPROVIMENTO AO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO, AFORADO EM SEDE DE AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXONERAÇÃO DE FIANÇA PRESTADA EM CONTRATO DE LOCAÇÃO, A FIM DE MANTER O R. DESPACHO AGRAVADO QUE DETERMINOU A EMENDA À INICIAL NO TOCANTE AO VALOR DA CAUSA COM A CONSEQÜENTE COMPLEMENTAÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, TENDO EM VISTA QUE O VALOR DA DEMANDA EM APREÇO DEVE CORRESPONDER AO VALOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO, POIS DAÍ EXSURGE A RELAÇÃO JURÍDICA CUJA EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA PRETENDE-SE VER DECLARADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 259, INC. V, DO CPC. Além do mais, já se efetivou a coisa julgada e a parte executada deixou transcorrer o prazo, sem se manifestar tempestivamente sobre a ausência de determinação do valor da causa na inicial. Nesse sentido: Direito Processual Civil. Agravo de Instrumento. Cumprimento definitivo de sentença. Coisa julgada. Impossibilidade de modificação do título executivo judicial. Recurso não provido. I. Caso em exame 1. Trata-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão interlocutória que acolheu parcialmente os Embargos de Declaração opostos contra decisão que julgou a impugnação ao cumprimento de sentença. II. Questão em discussão 2. A questão posta em análise cinge-se em verificar se possível reconhecer a inexistência de sucumbência material da parte agravante em sede de cumprimento definitivo de sentença, bem como se há excesso de execução. III. Razões de decidir 3. A parte recorrida ingressou com cumprimento de sentença requerendo o pagamento dos honorários sucumbenciais fixados no acórdão proferido nos Embargos de Terceiro. 4. Na sentença, a parte embargada foi condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais correspondente a 10% do valor atribuído à causa. Ao julgar o Recurso de Apelação, o acórdão reformou a sentença para o fim de julgar improcedente os embargos de terceiro. Inclusive, ao julgar os Embargos de Declaração, a empresa ora agravante foi condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais no valor correspondente a 10% sobre o valor da causa. O processo transitou em julgado. 5. Nessa perspectiva, tendo em vista o trânsito em julgado da decisão que condenou a empresa ora agravante ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor do advogado exequente, o cumprimento de sentença deve prosseguir. 6. A impugnação ao cumprimento de sentença não é o meio processual adequado para desconstituição de título executivo judicial transitado em julgado, não sendo possível discutir, no cumprimento, quem deve pagar os honorários sucumbenciais em razão do julgamento improcedente dos embargos de terceiro, haja vista o acórdão ter sido explícito ao condenar a parte autora (empresa agravante). Não é possível a modificação do título executivo judicial no cumprimento de sentença, pois deve-se respeitar a coisa julgada. 7. No que se refere ao valor da execução, constata-se que o magistrado fixou o valor da causa o mesmo atribuído à execução. Assim sendo, não merece ser acolhido o argumento de há excesso de execução, pois o fato de terem sido recolhidas custas processuais em valor inferior ao determinado pelo juízo não tem o condão de modificar o valor atribuído à causa. Ressalte-se que, com o trânsito em julgado, as matérias discutidas e decididas no curso do processo são alcançadas pela coisa julgada, não sendo possível a alteração do título em sede de cumprimento definitivo de sentença. IV. Dispositivo. 8. Agravo de Instrumento não provido. Dispositivos relevantes citados: Código de Processo Civil, art. 525. Jurisprudência relevante citada: n/a ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do Agravo de Instrumento para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 23 de outubro de 2024 DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Relator(Agravo de Instrumento- 0635483-34.2022.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, 3ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 23/10/2024, data da publicação: 23/10/2024)(grifei) Assim sendo, com fundamento no art. 292, § 3º do CPC, o valor dado à causa, deverá ser o mesmo da dívida cobrada na execução, não sendo o caso de inexistência de título judicial. Da ocorrência da prescrição. Consoante as folhas 386/389, observa-se que o cumprimento de sentença foi instaurado na data de 15 de abril de 2010. O transito em julgado do Acórdão que se pretende executar ocorreu em 21 de outubro de 2008, consoante as folhas 380 dos autos, com o ajuizamento da referida petição interrompeu-se o lapso prescricional. Logo não ocorreu a prescrição alegada na exceção.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0331/2024

ADV: FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS (OAB 3618/PI) - Processo 0026954-04.2024.8.06.0001 (processo principal 0025346-98.2006.8.06.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Santidio Soares da Silva - Posto isso, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO deste processo. Sem custas processuais e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se a respectiva certidão e arquivem-se estes autos com as baixas devidas.

ADV: ROBERTO WAGNER VITORINO DO AMARAL (OAB 16949/CE), ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0144991-68.2016.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXECUTADO: Maison Engenharia Ltda - Isto posto, DEFIRO o pedido da parte exequente, para determinar a penhora no rosto dos autos de créditos que possivelmente venham a ser recebidos pela parte executada nos autos da ação de nº 0172563-91.2019.8.06.0001. Sendo assim, EXPEÇA-SE ofício ao Juízo da 11ª Cível da Comarca de Fortaleza/CE, para fins de ciência e anotações de estilo, encaminhando cópia da presente decisão. INTIME-SE o executado para manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a penhora no rosto dos autos.

ADV: ANTONIO RODRIGO DE ARAUJO PAZ (OAB 30288/CE), ADV: CAIO CESAR VIEIRA ROCHA (OAB 15095/CO), ADV: LUIZ GONZAGA MOURA DE SOUSA (OAB 8256/CE), ADV: FRANCISCA LEITE TRAJANO (OAB 14566/CE), ADV: MARIA LUCIA DE SENA LIMA (OAB 7100/CE), ADV: CARLOS AUGUSTO ASSUMPÇÃO SIMOES (OAB 1290/CE), ADV: FRANCISCO EVANDRO PAZ (OAB 18370/CE), ADV: ZAIR DA SILVA DIOGENES (OAB 41827/CE) - Processo 0263900-31.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Luiz Henrique Ximenes Guimaraes - EXEQUIDO: Francisco Nivardo Ximenes Guimaraes e outros - SEM TIPIFICAÇÃO: Elzenir Lima Guimaraes - Apensado Ao Processo 0000.02.14057-8 - Ante o exposto, conheço dos embargos declaratórios opostos e NEGO-LHE PROVIMENTO, pelo que mantenho inalterada a sentença embargada. O teor desta sentença fica fazendo parte integrante da sentença de fls.643-645. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Expedientes Necessários.

ADV: JOAO AURELIO PONTE DE PAULA PESSOA (OAB 15196/CE) - Processo 0455994-06.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Banco Bmc S.a - Vistos em inspeção. Portaria 1/2024. À SEJUD, para certificar o pagamento das custas de fls. 183 a 190. Certificado o pagamento, proceda-se à evolução de classe deste feito para Cumprimento de Sentença. Após, face a Sentença de extinção (fls. 106 e 107) e considerando o pedido da(s) parte(s) interessada(s), de fls. 151 a 154, determino sejam adotadas as seguintes providências, nos termos do artigo 523 do Código de Processo Civil: (a) proceda-se o levantamento da penhora constante no imóvel de matrícula 14.928, expedindo-se oficio ao Cartório de Registro de Imóveis da 4° Zona da Comarca de Fortaleza/CE; (b) intime-se o devedor BANCO BMC S.A, pessoalmente, e por seu advogado, para efetuar o pagamento do crédito exequendo, devidamente atualizado, no prazo de

15 dias, sob pena de incidência da multa de 10%; (c) não efetuado o pagamento pelo devedor ou sendo este apenas parcial, calcule-se o valor do total (ou da parcela restante) crédito, acrescido da multa de 10% e dos honorários advocatícios no valor de 10%, e efetue-se penhora via sistema SISBAJUD ou, caso esta seja infrutífera, expeça-se mandado de penhora e avaliação, para cumprimento por oficial de justiça; (d) transcorrido o prazo previsto no artigo 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o requerido, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação; Expedientes necessários.

ADV: HENRIQUE SEVERO DE ARAUJO MAIA (OAB 3135/CE), ADV: MINERVINO DE CASTRO NETO (OAB 8162/CE), ADV: FRANCISCO ANTONIO RODRIGUES PEREIRA (OAB 12981/CE), ADV: DANIEL HOLANDA LEITE (OAB 13714/CE), ADV: RAFAEL FLORENCIO RAMALHO BATISTA (OAB 17334/CE), ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: JOSE FELICIANO DE CARVALHO JUNIOR (OAB 4100/CE), ADV: MARICEMA SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 15438/CE), ADV: JANDER DAURICIO FILHO (OAB 289767/SP) - Processo 0652744-78.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a - EXEQUIDO: Ivan Jose Bezerra de Menezes - Apenso Aos Nt 6427 e 6428 - Tbm-textil Bezerra de Menezes S.a e outro - Assim sendo, chamo o feito à ordem para HOMOLOGAR a sub-rogação operada e defiro o pedido de substituição processual, formulado por CDTEX Comércio Atacadista Têxtil S/A, o qual passa a compor o polo ativo da demanda, em substituição ao Banco do Nordeste S/A. Dando prosseguimento ao feito, as partes CDTEX Comércio Atacadista Têxtil S/A e TBM - Têxtil Bezerra de Menezes S/A vieram a juízo requerendo a homologação de acordo de fls. 565/592 assinado pelo advogado da parte credora Dr. Jander Daurício Filho - OAB/SP 289.767, com poderes para transigir conforme procuração de fls. 410, bem como o advogado da parte executada, Dr. Daniel Holanda Leite - OAB/CE n.º 13.714, com poderes para transigir conforme procuração de fls. 351. Por se tratar de direito disponível e verificando o cumprimento das formalidades processuais, HOMOLOGO o acordo de fls. 565/592, por sentença, JULGANDO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, nos moldes do art. 487, III, b do CPC.

ADV: TERESA NOEMI DE ALENCAR ARRAIAS DUARTE (OAB 3869/CE), ADV: JANDER DAURICIO FILHO (OAB 289767/SP), ADV: RAFAEL FLORENCIO RAMALHO BATISTA (OAB 17334/CE), ADV: MARICEMA SANTOS DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 15438/CE), ADV: DANIEL HOLANDA LEITE (OAB 13714/CE), ADV: RICARDO AUGUSTO DE LIMA BRAGA (OAB 8985/CE) - Processo 0680600-17.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a - EXEQUIDO: Tbm - Textil Bezerra de Menezes S.a e outros - Assim sendo, chamo o feito à ordem para HOMOLOGAR a sub-rogação operada e defiro o pedido de substituição processual, formulado por CDTEX Comércio Atacadista Têxtil S/A, o qual passa a compor o polo ativo da demanda, em substituição ao Banco do Nordeste S/A. Dando prosseguimento ao feito, as partes CDTEX Comércio Atacadista Têxtil S/A e TBM - Têxtil Bezerra de Menezes S/A vieram a juízo requerendo a homologação de acordo de fls. 1087/1114 assinado pelo advogado da parte credora Dr. Jander Daurício Filho - OAB/SP 289.767, com poderes para transigir conforme procuração de fls. 933, bem como o advogado da parte executada, Dr. Daniel Holanda Leite - OAB/CE n.º 13.714, com poderes para transigir conforme procuração de fls. 868/870. Por se tratar de direito disponível e verificando o cumprimento das formalidades processuais, HOMOLOGO o acordo de fls. 565/592, por sentença, JULGANDO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, nos moldes do art. 487, III, b do CPC.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0443/2024

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0223779-18.2024.8.06.0001 - Requerimento de Apreensão de Veículo - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - Isto posto, ARQUIVEM-SE OS PRESENTES AUTOS, independente do trânsito em julgado. Sem mais custas e sem honorários. P. R. I.

ADV: JOSE CARLOS GARCIA PEREZ (OAB 104866/SP) - Processo 0253268-03.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BBC LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Vistos, etc. Considerando a manifestação da parte autora às fls. 74, e não tendo se operado ainda a citação da parte contrária, o que faz desnecessária a concordância desta ao pedido formulado, homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência feito por BBC LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL na ação que contende contra Z3 Corretora de Seguros Ltda, e por via de consequência, julgo o presente processo extinto sem resolução de mérito, o que faço nos termos do art. 485, inciso VIII do CPC. Solicite-se a CEMAN a devolução do mandado expedido, sem necessidade de seu cumprimento. Sem mais custas, pois já recolhidas às fls. 210. Transitada em julgado e devolvido o mandado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: ANTONIO RAFAEL RUFINO TEIXEIRA (OAB 38058/CE), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 27567A/CE) - Processo 0257621-86.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - REQUERIDO: Jefte Naphtale Ferreira da Silva - Face a tudo quanto exposto e mais o que dos autos consta, julgo procedente a Ação de Busca e Apreensão proposta por Aymore Credito Financiamento e Invs S.A em desfavor de Jefte Naphtale Ferreira da Silva, para reconhecer o valor depositado às fls. 142/153, como sendo o devido pela purgação da mora, ratificando a decisão de fls. 154, o banco deverá indicar conta para o depósito do valor. O promovente deverá providenciar a baixa no gravame da alienação fiduciária, desde logo ciente a parte promovida, que a liberação de documentos por parte do órgão de trânsito, pode depender da quitação de tributos, taxas, impostos, IPVA e quaisquer outros gravames de natureza fiscal/estatal, que não tem qualquer relação com o presente processo e depende exclusivamente do pagamento pela parte do que eventualmente for devido. Mesmo com a ação procedente, deixo de condenar o(a) demandado(a) nos encargos da sucumbência (relativa a custas e honorários de sucumbência) por sua condição de pessoa assistida pela Justiça Gratuita, que lhe defiro em face da declaração de fls. 146. Em consequência, sem mais custas, por já recolhidas às fls. 131. Veículo já restituído ao réu (fls. 160). Transitada em julgado, disponibilizado o alvará em favor do banco e liberado o gravame do veiculo, arquivem-se. P.R.I.

ADV: DANIELA FERREIRA TIBURTINO (OAB 37043A/CE) - Processo 0264927-09.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Ante o exposto, em cumprimento dos parâmetros previstos na Portaria/Presidência 1409/2024 do TJ/CE e art. 485, I do CPC, indefiro a petição inicial, dando por cancelada a distribuição do presente feito, ficando ressalvado novo protocolo no PJe. Sem honorários, eis que ausente pretensão resistida. Certificado o trânsito em julgado, arquivem os autos em definitivo. Publiquem.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0444/2024

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0254125-49.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco Holding S/A - Vistos, etc. Considerando a manifestação da parte autora às fls. 65, e não tendo se operado ainda a citação da parte contrária, o que faz desnecessária a concordância desta ao pedido formulado, homologo por sentença para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência feito por Itaú Unibanco Holding S/A na ação que contende contra Valter Sergio Lima Cardoso, e por via de consequência, julgo o presente processo extinto sem resolução de mérito, o que faço nos termos do art. 485, inciso VIII do CPC. Solicite-se a CEMAN a devolução do mandado expedido, sem necessidade de seu cumprimento. Sem mais custas, pois já recolhidas às fls. 46. Transitada em julgado, e devolvido o mandado, arquivem-se. P.R.I.

ADV: FLÁVIA DOS REIS SILVA (OAB 226657/SP) - Processo 0266181-17.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO C6 S.A. - Ante o exposto, em cumprimento dos parâmetros previstos na Portaria/Presidência 1409/2024 do TJ/CE e art. 485, I do CPC, indefiro a petição inicial, dando por cancelada a distribuição do presente feito, ficando ressalvado novo protocolo no PJe. Sem honorários, eis que ausente pretensão resistida. Certificado o trânsito em julgado, arquivem os autos em definitivo. Publiquem.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0274576-95.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Maria Erlande Oliveira Simão - Ante o exposto, em cumprimento dos parâmetros previstos na Portaria/Presidência 1409/2024 do TJ/CE e art. 485, I do CPC, indefiro a petição inicial, dando por cancelada a distribuição do presente feito, ficando ressalvado novo protocolo no PJe. Sem honorários, eis que ausente pretensão resistida. Certificado o trânsito em julgado, arquivem os autos em definitivo. Publiquem.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0343/2024

ADV: DANIELA BEZERRA MOREIRA ALVES (OAB 20142/CE), ADV: HEBERT ASSIS DOS REIS (OAB 17614/CE), ADV: JOYCE MARA DE SANTANA TELES (OAB 19827/CE), ADV: ANA BEATRIZ VASCONCELOS AVELINO (OAB 36288/CE), ADV: WESLEY ROMMEL GONÇALVES GALENO (OAB 37843/CE), ADV: EVELINE DO AMARAL ANDRADE (OAB 41566/CE) - Processo 0027053-71.2024.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Intimação - REQUERENTE: CONDOMÍNIO IRACEMA PRAIA PARK - Vistos, etc. CIs. Nos termos do provimento n° 04/2011, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, determino que oficie-se ao juízo deprecante, via malote digital, solicitando o envio dos comprovantes do recolhimento das custas da carta precatória item VII, da tabela I, da Lei n° 16.132/2016) e das custas da diligência do oficial de justiça (item X, da tabela III, da Lei n° 16.132/2016) no prazo de 10(dez) dias, imprescindível para seu cumprimento, sob pena de devolução da presente carta sem o cumprimento da devida diligência. Intime-se a parte exequente, através de seu advogado devidamente habilitado nos autos, para tomar conhecimento a cerca do presente despacho, devendo adotas as providências cabíveis. Satisfeita as condições, cumpra-se a presente carta precatória, e somente após o seu cumprimento, devolva-se ao juízo deprecante, com as homenagens de estilo. Em caso de não cumprimento no pagamento das custas, devolva-se, sem cumprimento, com as homenagens de estilo. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: MILAIRA GONDIM DE OLIVEIRA LIMA GOES DE ARAUJO (OAB 11411/CE) - Processo 0264829-58.2023.8.06.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Procuradoria Geral do Município de Pacatuba - O deferimento da utilização dos sistemas de pesquisa para localização do endereço do executado é providência a ser adotada quando demonstrada pela parte requerente o exaurimento das diligências que lhes cabia para localização do requerido, não sendo função do juízo promover atos de responsabilidade das partes. O executado não foi localizado no endereço indicado na exordial/ informado nos autos. É dever da parte exequente promover a citação do executado, o que inclui a correta indicação do endereço como forma de possibilitar a citação. Diante ao exposto, intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, oferecer o endereço do executado completo, promovendo a citação do mesmo, sob pena de indeferimento da inicial, segundo o disposto no art. 321 c/c 330 do NCPC.

ADV: FILIPE TICIANO DE ALBUQUERQUE LOBO (OAB 45115/CE) - Processo 0548013-31.2000.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUIDO: Raimundo Nonato Lobo - Vistos, etc. Intime-se a parte interessada no cumprimento de sentença, Sr FILIPE TICIANO DE ALBUQUERQUE LOBO, através de seu patrono, para que se manifeste sobre os calculos e teor da petição de fls. 267/271. Intime(m)-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0344/2024

ADV: FRANCISCO CHAGAS CIDRAO ROCHA (OAB 6477/CE) - Processo 0027488-45.2024.8.06.0001 (processo principal 0503831-71.2011.8.06.0001) - Impugnação de Crédito - Cheque - IMPUGNANTE: Isaias Costa Guimaraes - Nota-se que o Cumprimento de Sentença de º 0503831-71.2011.8.06.0001, que ensejou a presente impugnação, foi extinto decorrente de acordo extrajudicial repousado às fls. 138/142 dos autos supracitados. Assim, considerando que a presente ação foi instaurada subordinada ao feito supracitado, sendo, portanto, dele dependente, descabe falar na continuação desta lide, por perda de pressuposto processual (interesse de agir), nos moldes do art. 485, inciso IV do CPC. Com efeito, o artigo citado prescreve que o juiz não resolverá o mérito quando verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Isto posto, com base no art. 485 IV, do Novo Código de Processo Civil, decreto a EXTINÇÃO do presente processo, sem resolução de mérito, com consequente arquivamento dos autos após o decurso do prazo recursal. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais.

ADV: ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA (OAB 94243/SP) - Processo 0281736-11.2023.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Homologo, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência manifestado pela promovente constante da petição de fls. 250. Isto posto, julgo extinto o presente processo sem resolução de mérito, com apoio no disposto no art. 485, VIII do CPC. Existindo ordem de gravame ou bloqueio originado deste Juízo em decorrência da presente demanda, adote a Secretaria os procedimentos necessários à sua retirada. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição. Eventuais custas existentes, pelo desistente.

ADV: FRANCISCO CHAGAS CIDRAO ROCHA (OAB 6477/CE), ADV: VICTOR LEITE BRAGA E MATOS (OAB 24655/CE) - Processo 0503831-71.2011.8.06.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Sampaio Filho & Cia e outro - EXECUTADO: Isaias Costa Guimaraes - Trata-se de Cumprimento de Sentença interposto por manejada por SAMPAIO FILHO

COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA, em face de ISAIAS COSTA GUIMARÃES. Às fls. 138/142 dos presentes autos os litigantes celebraram acordo extrajudicial. Brevíssimo relato. DECIDO. Se verifica uma transação celebrada entre os litigantes. Para a sua realização se exige, apenas, a observância do disposto no art. 104 do Código Civil, assim como em seu art. 840 Embora não esteja prevista dentre as causas de extinção da execução/cumprimento de sentença, nos termos do art. 924 do CPC, aplica-se subsidiariamente às execuções, por entendimento consolidado na doutrina e na jurisprudência, a extinção nos termos do art. 487, III, b do CPC. Isto posto, homologo por sentença, para que produza os devidos efeitos legais, o acordo celebrado entre os litigantes, do qual dá notícia a petição de fls. 138/142 acima referida, o que faço com arrimo no disposto no art. 487, III, b do CPC, extinto o presente processo, com resolução de sua matéria de mérito, suspendendo a execução objeto destes autos, que deverão ser encaminhados ao Arquivo Geral, do qual poderão retornar, a requerimento do exequente, se necessário, independentemente do pagamento de custas. Existindo ordem de gravame ou bloqueio originado deste Juízo em decorrência da presente demanda, e uma vez comprovada a integralidade dos pagamentos decorrentes deste acordo, adote a Secretaria os procedimentos necessários à sua retirada, na forma pactuada, de outra forma, caberá a parte que impôs tal restrição, efetuar a sua retirada. Custas processuais e honorários advocatícios na forma acordada.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0490/2024

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0233816-12.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Enel Distribuição Ceará - Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Publiquem.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0464/2024

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0026718-52.2024.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Diligências - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - R.H. Intime-se a parte para comprovar o pagamento das custas referentes à(s) diligência(s) do oficial de justiça, efetuando o recolhimento do valor correspondente, mediante a utilização do novo módulo de custas judiciais implantado pelo TJCE (Sistema de Automação da Justiça, e-SAJ,disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará TJCE), por meio do qual a unidade judiciária poderá verificar o efetivo pagamento. Destaco que a constatação do pagamento ocorre quando é gerado, no próprio sistema SAJPG, o documento denominado “Certidão de Pagamento de Guia”. Caso isso não ocorra, o pagamento não será considerado realizado e o processo será extinto sem resolução do mérito, por ausência de condição de procedibilidade. Saliento também que o eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverá ser requerido ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU)2. Expedientes necessários.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0026924-66.2024.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Diligências - REQUERENTE: Sul Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - R.H. Intime-se a parte para comprovar o pagamento das custas referentes à(s) diligência(s) do oficial de justiça, efetuando o recolhimento do valor correspondente, mediante a utilização do novo módulo de custas judiciais implantado pelo TJCE (Sistema de Automação da Justiça, e-SAJ,disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará TJCE), por meio do qual a unidade judiciária poderá verificar o efetivo pagamento. Destaco que a constatação do pagamento ocorre quando é gerado, no próprio sistema SAJPG, o documento denominado “Certidão de Pagamento de Guia”. Caso isso não ocorra, o pagamento não será considerado realizado e o processo será extinto sem resolução do mérito, por ausência de condição de procedibilidade. Saliento também que o eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverá ser requerido ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU)2. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179A/CE) - Processo 0028626-47.2024.8.06.0001 - Carta Precatória Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A - R.H. Intime-se a parte para comprovar o pagamento das custas referentes à(s) diligência(s) do oficial de justiça, efetuando o recolhimento do valor correspondente, mediante a utilização do novo módulo de custas judiciais implantado pelo TJCE (Sistema de Automação da Justiça, e-SAJ,disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará TJCE), por meio do qual a unidade judiciária poderá verificar o efetivo pagamento. Destaco que a constatação do pagamento ocorre quando é gerado, no próprio sistema SAJPG, o documento denominado “Certidão de Pagamento de Guia”. Caso isso não ocorra, o pagamento não será considerado realizado e o processo será extinto sem resolução do mérito, por ausência de condição de procedibilidade. Saliento também que o eventual pedido de restituição de custas/despesas recolhidas de maneira diversa, deverá ser requerido ao Setor de Protocolo Geral do Tribunal de Justiça, conforme orientação constante no site do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU)2. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP) - Processo 0212856-64.2023.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Assim, verificadas a licitude do objeto e a capacidade das partes, bem como constatado os poderes conferidos ao representante legal do autor para transigir, e estando a minuta assinada pela parte requerida, com firma reconhecida, homologo por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes, encartado às fls.103/105, de acordo com o disposto no artigo 487, III, ‘b’ do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), julgando extinto o processo, com resolução do mérito. Conforme pactuado no acordo, condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais, ressalvado o fato de ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, consoante preceitua o § 3º do art. 98 do CPC. Honorários conforme acordado

entre as partes. Publique-se, registre-se e intimem-se. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença e arquivem-se os autos, considerando que, em face do pedido de homologação formulado pelas partes, em tese, não há interesse recursal. Expediente necessário.

EXPEDIENTES DA 17ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0529/2024

ADV: CIRO ALEXANDRE DE CARVALHO (OAB 29525/CE) - Processo 0281766-12.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rebeca Sousa da Silva - Em face do exposto, DEFIRO a tutela de urgência pleiteada na inicial, para determinar que a empresa requerida abstenha-se de negativar a autora pelo débito discutido nesta demanda, bem como abstenha-se de suspender o serviço de energia elétrica a unidade consumidora da parte autora, ou, caso já tenha realizado o corte, religue a energia elétrica na residênci no prazo de 05 (cinco) dias, até decisão ulterior deste juízo, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada ao valor máximo de R$ 12.000,00 (doze mil reais). Cite-se e intime-se a ré por mandado para contestar a presente ação e tomar ciência da decisão liminar para fins de cumprimento. Defiro o pedido de gratuidade judiciária (CPC/2015, art. 98). Determino a remessa do feito à Central de Conciliação e Mediação - CEJUSC a fim de que seja aprazada audiência de conciliação, porquanto fase obrigatória da Lei n.º 14.181/21, artigo 104-A, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias (art. 334, § 2º CPC).

EXPEDIENTES DA 22ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0494/2024

ADV: ALICE DOS SANTOS MELGAÇO (OAB 43325/CE) - Processo 0281906-46.2024.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Albertt de Souza Brros - Isto posto, com base no art. 300, caput, do CPC, CONCEDO a tutela de urgência pretendida para determinar que a promovida: AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S/A, no prazo de 10 (dez) dias, realize e custeie integralmente a intervenção cirúrgica indicada pelo médico assistente do requerente, bem como, todos os procedimentos e materiais solicitados, tudo de conformidade com o Laudo Médico de fls. 24, custeando também, por consequência, todo o tratamento necessário até o restabelecimento integral da sua saúde, isto sob pena de pagamento de multa diária no importe de R$ 1.000,00 (um mil reais), limitada ao montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Defiro o requerimento de concessão de assistência judiciária gratuita vindicado, ante a documentação apresentada. Deixo de exigir caução, por entender que a obrigação decorre do contrato de plano de saúde. Ressalto, porém, que a liminar ora concedida fica condicionada ao cumprimento do autor para com suas obrigações contratuais. Em atenção ao princípio da adequação processual, observo que a situação dos autos não enseja imediata audiência preliminar. Diante disto, determino a citação da promovida para contestar o feito, oferecendo todos os meios de defesa (art. 337 do CPC), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Expeça-se mandado de intimação à promovida, na pessoa de seu representante legal, para inteiro cumprimento desta decisão, cujo prazo começa a contar a partir da ciência. Intimem-se. Cite-se. Expedientes necessários de urgência.

EXPEDIENTES DA 23ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0456/2024

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP), ADV: UBALDO JUVENIZ DOS SANTOS (OAB 160493/SP) - Processo 0750364-90.2000.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Hertz Rent Car - Mmt Viagens e Turismo e outro - Sobre o petitório de pp. 677/678, intime-se a parte executada para manifestar-se no prazo de 05 dias. Exp. Nec.

EXPEDIENTES DA 25ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 25ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0509/2024

ADV: ANA FLAVIA RABELO SILVA (OAB 26655/CE), ADV: KALLINA GOMES FLÔR (OAB 4085/RN), ADV: RODRIGO DE SA QUEIROGA (OAB 16625/DF) - Processo 0003525-33.2009.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Tempo de Serviço (Art. 52/4) - REQUERIDO: Funcef - Fundacao dos Economiarios Federais - Trata-se de procedimento de Cumprimento de Sentença requerido às fls. 1573/1579, por MARIA SILVIA E OUTRAS, em face de SINTRAFI- Sindicato Dos Trabalhadores Em Empresas do Ramo Financeiro do Estado do Ceará, Pessoa Jurídica de DIreito Privado CNPJ: 07.340.953/0001-48, sediado à Rua 24 de Maio 1289 - Centro, Fortaleza - Ceará - CEP 60020-001, instruído com planilha de cálculo acostada às 1587/1590. Intime-se a parte devedora, através de seu advogado, para dar cumprimento à sentença, conforme cálculo de fls. 1587/15090, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, como previsto no § 1º, do art. 523 do CPC, além expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, com a consequente expropriação, nos termos do § 3º, do mesmo artigo. Poderá o executado apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 subsequentes ao término do prazo para o pagamento, independentemente de garantia do juízo e de nova intimação, com fundamento no art. 525, da Lei Adjetiva Civil. Expedientes Necessários.

EXPEDIENTES DA 28ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 28ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0448/2024

ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE), ADV: PAULO EDUARDO GIFONI MAIA (OAB 12606/CE), ADV: ARMANDO HELIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES (OAB 13781/CE), ADV: IRENE FLÁVIA DE SOUZA SERENÁRIO (OAB 18900/CE), ADV: ROGERIO SCARABEL BARBOSA (OAB 16851/CE), ADV: TARCILLA GOES BARBOSA (OAB 23509/CE), ADV: CAMILLA GOES BARBOSA (OAB 30136/CE), ADV: ANNE AGUIAR BARBOSA (OAB 33183/CE) - Processo 0129229-75.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - REQUERIDO: Edson Lopes Júnior - Hospital Sao Raimundo Ltda - R.h Intime-se os requeridos para se manifestarem acerca da proposta de honorários de fls.445/446 no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 35ª VARA CIVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 35ª VARA CÍVEL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0442/2024

ADV: DEBORA DUARTE DE PAULA (OAB 47236/CE) - Processo 0281275-05.2024.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Terezinha Santana Araujo e outro - Inicialmente, recebo a presente ação, pois, em princípio, estão presentes as suas condições e os pressupostos processuais. Por se tratar de relação de consumo, defiro a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII do CDC), exceto com relação às provas que se mostrarem acessíveis ao consumidor. No tocante ao pedido de tutela provisória, importa ressaltar que, realmente, mesmo antes de uma cognição exauriente, ou, em outras palavras, antes da ampla discussão da matéria posta em julgamento (com a produção de todas as provas necessárias ao esclarecimento dos fatos), o legislador permite que o juiz, liminarmente ou após justificação prévia, defira tutela provisória de urgência, antecipada ou cautelar, requerida em caráter antecedente ou incidental, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (cf. art. 294, parágrafo único, art. 300, caput e § 2º, ambos do vigente Código de Processo Civil Lei nº 13.105/2015). No caso em análise, conclui-se, de pronto, que a parte autora faz jus à antecipação da tutela de urgência requerida, uma vez que estão presentes os requisitos legais para tanto. Com efeito, a probabilidade do direito invocado pela parte autora está evidenciada, na medida em que os documentos que instruem a petição inicial são provas suficientes para ensejar, independentemente de justificação prévia, o convencimento deste julgador quanto aos fatos alegados. A autora, uma idosa de 82 anos, deu entrada, em 05/09/2024, na emergência do Hospital Otoclínica com queixas de otalgia e odinofagia, além de hiperemia faríngea. Contudo, o quadro clínico progrediu rapidamente, levando a um estado de sonolência e deterioração motora, o que demandou a imediata transferência para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), onde permaneceu em tratamento intensivo por 12 dias. Durante este período, foi detectada atividade epileptiforme decorrente de encefalite, diagnosticada após realização de punção liquórica. A situação atual da autora é de acamamento permanente, sem autonomia locomotora, sofrendo de quadro severo de demência, prostrada em leito hospitalar e incapaz de reconhecer familiares ou pessoas do convívio habitual. Necessita de assistência contínua para a realização de atividades básicas de vida diária e higiene pessoal, alimentando-se por meio de sonda GTT (ou PEG, sonda de gastrostomia endoscópica percutânea), dispositivo que permite a introdução de um tubo flexível na região abdominal até o estômago. Esta condição tem gerado múltiplas infecções, como pneumonias, infecções do trato urinário e infecção no óstio de GTT, obrigando ao uso de diversos esquemas antibióticos. O médico assistente, Dr. José Jefferson Cunha Magalhães (CRM/CE 10.249), em 10/10/2024 e 31/10/2024 (págs. 42/43), recomendou a alta hospitalar com tratamento domiciliar (home care), incluindo cuidados médicos, fisioterapia, fonoaudiologia e insumos hospitalares, para prevenir reinternações e manter a qualidade de vida. Faz-se mister que tal cobertura contemple os materiais necessários à manutenção da qualidade de vida, tais como cama hospitalar, fraldas descartáveis, creme barreira para prevenção de escaras, ambulância para transporte, e apoio de enfermagem especializada. Todavia, o plano de saúde réu recusou essa cobertura alegando exclusão contratual e afirmando que a ausência do home care não implicaria risco de vida à autora. A parte autora comprovou ser beneficiária do plano de saúde da requerida, a partir da carteira acostada à pág. 36. Cabível esclarecer, ainda, que os contratos e seguros de plano de saúde são essencialmente qualificados como contratos de natureza existencial, pois têm como objeto a prestação de serviços de natureza fundamental à manutenção da vida e o alcance da dignidade. Verifica-se, desde já, que o contrato de plano de saúde do promovente submete-se plenamente tanto às disposições da Lei nº 9.656/98 quanto às do Código de Defesa do Consumidor (CDC), os quais dispõem claramente sobre a nulidade das cláusulas capazes de oferecer vantagem exagerada ao fornecedor de serviços e restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato (art. 51, § 1º, inciso II, do CDC). Diante disso, no caso em apreço, o contrato deverá ser interpretado de modo mais favorável aos consumidores hipossuficientes que pleiteiam a internação em clínica especializada, na modalidade de urgência/emergência, para o tratamento de pacientes na modalidade domiciliar (home care), essencial para garantir o bem-estar do requerente. O comportamento da parte promovida não merece guarida, uma vez que, existindo expressa indicação médica, como realmente existe, sendo, portanto, abusiva a negativa de cobertura e custeio de tratamento, conforme se analisa da jurisprudência dos tribunais pátrios acerca do tema: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. HOME CARE. INTERNAÇÃO DOMICILIAR SUBSTITUTIVA DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR. INSUMOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DE SAÚDE. COBERTURA OBRIGATÓRIA. CUSTO DO ATENDIMENTO DOMICILIAR LIMITADO AO CUSTO DIÁRIO EM HOSPITAL. 1. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 23/01/2020, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 25/04/2022 e concluso ao gabinete em 10/08/2022. 2. O propósito recursal é decidir sobre a obrigação de a operadora do plano de saúde custear os insumos necessários ao tratamento médico da usuária, na modalidade de home care (internação domiciliar). 3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, é abusiva a cláusula contratual que veda a internação domiciliar (home care) como alternativa à internação hospitalar. Precedentes. 4. A cobertura de internação domiciliar, em substituição à internação hospitalar, deve abranger os insumos necessários para garantir a efetiva assistência médica ao beneficiário; ou seja, aqueles insumos a que ele faria jus acaso estivesse internado no hospital, sob pena de desvirtuamento da finalidade do atendimento em domicílio, de comprometimento de seus benefícios, e da sua subutilização enquanto tratamento de saúde substitutivo à permanência em hospital. 5. O atendimento domiciliar deficiente levará, ao fim e ao cabo, a novas internações hospitalares, as quais obrigarão a operadora, inevitavelmente, ao custeio integral de todos os procedimentos e eventos delas decorrentes. 6. Hipótese em que deve a recorrida custear os insumos indispensáveis ao tratamento de saúde da recorrente - idosa, acometida de tetraplegia, apresentando grave quadro clínico, com dependência de tratamento domiciliar especializado - na modalidade de home care, conforme a prescrição feita pelo médico assistente, limitado o custo do atendimento domiciliar por dia ao custo diário em hospital. 7. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp: 2017759 MS 2022/0241660-3, Data de Julgamento: 14/02/2023, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/02/2023) AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO AD QUEM QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO. PLANO DE SAÚDE. SERVIÇO HOME CARE. PACIENTE COM 86 ANOS, PORTADORA ALZHEIMER E COM DEBILIDADES (INSUFICIÊNCIA CARDIORESPIRATÓRIA.). INDICAÇÃO

MÉDICA DE TRATAMENTO DOMICILIAR. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA. DESCABIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE EXONERAR A OPERADORA DE SAÚDE DA OBRIGAÇÃO DE FORNECER TRATAMENTO E INSUMOS NECESSÁRIOS À PACIENTE. PRECEDENTES DO TJCE. INACEITABILIDADE DE QUESTIONAMENTO PELA PARTE DEMANDADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1. As razões do presente recurso cingem-se à pretensão de reforma da decisão monocrática proferida por esta relatoria (fls. 182-190), que conheceu e negou provimento ao recurso interposto, mantendo inalterada o decisum a quo que deferiu o pedido de tutela antecipada. 2. Observa-se do contexto probatório que a autora, de 86 (oitenta e seis) anos de idade, portadora da Doença de Alzheimer e com debilidades físicas, foi internada no Hospital São Mateus em 5/12/2023 devido à insuficiência cardiorespiratória. Após tratamento, o médico que à acompanha solicitou, em 15 de dezembro, o encaminhamento da paciente ao serviço de atenção domiciliar UNIMED LAR, recomendando o sistema de HOME CARE em vez de continuar o tratamento hospitalar, para evitar riscos de infecções hospitalares, distúrbios do sono, úlceras de decúbito, e deterioração do estado mental e físico pela falta de contato familiar fls. 13-16 dos autos originais, o que foi negado pela operadora de plano de saúde fl. 165. 3. Registre-se que o serviço de HOME CARE é uma alternativa para paciente que tem indicação médica de internação hospitalar, no qual o segurado recebe os cuidados através de equipe qualificada. Estão incluídos no referido serviço o fornecimento de equipamentos, materiais necessários à realização do serviço e suporte técnico (profissionais de saúde). 4. Sob o cotejo desta premissa, é imperioso assinalar que há nos autos indicação e prescrição médica específica no sentido de condicionar o êxito do tratamento da recorrida ao tratamento HOME CARE, de sorte que negar o fornecimento da assistência médica domiciliar à requerente, em tese, afronta os princípios da dignidade humana e direito à vida, consagrados a nível constitucional, e as normas dispostas na Lei n. 9.656/98. 5. Nesse diapasão, não pode a operadora de saúde recorrente excluir ou limitar tratamento médico, sem a expressa previsão legal, sob pena de limitação da atuação dos profissionais da medicina às indicações de natureza administrativa da ANS, bem como impedimento da beneficiária ao acesso do tratamento necessário à recuperação da sua saúde ou melhoria da qualidade de vida. 6. Quanto a alegação de impossibilidade de concessão de tutela de cunho satisfativa, ante a suposta inexistência dos requisitos ensejadores da concessão de medida liminar, entendo que tal inconformação não encontra consonância com os ditames legais. Diante do quadro clínico apresentado, restou provada a necessidade da segurada de ser submetida ao tratamento home care, com o objetivo de melhoria na sua qualidade de vida. E, isto, pelo plano de saúde de assistência médico-hospitalar, que contratou. 7. Agravo conhecido e desprovido. Decisão monocrática ad quem de fls. 182-190 inalterada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para NEGAR-LHE PROVIMENTO, em conformidade com o voto da e. Relatora. (TJ-CE - Agravo Interno Cível: 06218196220248060000 Fortaleza, Relator: MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, Data de Julgamento: 31/07/2024, 2ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2024) DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. PLANO DE SAÚDE PRIVADO. NEGATIVA DE COBERTURA. SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DOMICILIAR DENOMINADO “HOME CARE”. PRESCRIÇÃO MÉDICA. TRATAMENTO QUE CONSTITUI CONTINUIDADE DO TRATAMENTO HOSPITALAR. DISTINÇÃO ENTRE INTERNAÇÃO DOMICILIAR E ASSISTÊNCIA DOMICILIAR. CLÁUSULA DE NÃO FORNECIMENTO. ABUSIVIDADE. DEVER DE COBERTURA. TRATAMENTO HOME CARE QUE SIGNIFICA A TRANSFERÊNCIA DAS CONDIÇÕES DO HOSPITAL PARA A RESIDÊNCIA DA PACIENTE. FORNECIMENTO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM EM TEMPO INTEGRAL, MEDICAÇÃO PRESCRITA, DIETA ENTERAL, CAMA E COLCHÃO, ASPIRADOR, INSUMOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO, INCLUSIVE LUVAS, GAZES, FRALDAS E SERINGAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. As regras de proteção à vida, à dignidade da pessoa humana e à saúde são verdadeiros princípios constitucionais que irradiam para todo o ordenamento jurídico, especialmente à norma consumerista de 1990 e posteriormente, em 1998, à Lei dos Planos de Saúde (lei nº 9.656/98). 2. Aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor ao contrato firmado entre as partes, haja vista que o negócio entabulado caracteriza típica relação de consumo, nele divisando-se, perfeitamente, as figuras do fornecedor e do consumidor. 3. In casu, a Unimed Fortaleza se nega a custear integralmente o tratamento domiciliar prescrito para a Autora, atualmente com 90 anos de idade e usuária do plano de saúde desde o ano de 1997, fl. 15, que recebeu alta hospitalar após certo período internada, diante de um quadro clínico de AVC cardioembólico, com fibrilação atrial crônica, que lhe acarretou diversas sequelas motoras, como hemiplegia à direita e disfagia neurogência, afasia, bexiga neurogência, com necessidade de sondagem contínua, tendo como intercorrências pneumonia aspirativa e sepse. 4. A médica assistente asseverou que a paciente é totalmente dependente para atividades habituais, com necessidade de sondagem vesical de demora e sonda nasoenteral para alimentação, correndo risco de sangramento diante do uso contínuo de anticoagulantes. 5. O serviço de Home Care é uma alternativa para paciente que tem indicação médica de internação hospitalar, mediante o qual recebe os cuidados através de equipe qualificada. Estão incluídos no referido serviço o fornecimento de equipamentos, materiais necessários à realização do serviço e suporte técnico (profissionais de saúde). 6. A situação da Autora, bem como a existência de prescrição médica, demonstra indubitavelmente a necessidade de cuidados de profissional habilitado 24 (vinte e quatro) horas por dia, não se tratando de mera comodidade por parte da família, mas de cuidados exigidos que não podem ser dispensados pelo mero cuidador. 7. Além do que, tratando-se de internação domiciliar, deve ser transferida todas as condições do hospital, uma vez que se trata de extensão do tratamento hospitalar, com o fornecimento de cama hospitalar e colchão apropriados, além de aspirador e material próprios, bem como luva, gaze, fraldas, seringas e demais insumos necessários ao tratamento do paciente, conforme prescrição médica. 8. O tratamento ora postulado é o mesmo que teria a parte em caso de hospitalização. Logo, não acarreta ao Apelado nenhum prejuízo a possibilidade de abranger, no plano de saúde, a cobertura do tratamento domiciliar. 9. A prestação de serviços de Home Care engloba ainda, além dos materiais e insumos necessários ao tratamento domiciliar adequado, os relacionados à alimentação e medicação prescritos por médico, sendo devido, no caso, o custeio da alimentação enteral e equipamento necessário à sua manipulação, assim como da medição necessária ao tratamento da paciente. 10. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação nº 0183174-11.2016.8.06.0001 em que é apelante Margarida Maria Castro Caldas da Silveira e Apelado Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda. ACORDAM os Desembargadores integrantes desta 3ª Câmara de Direito Privado, por unanimidade de votos, em conhecer do presente Recurso de Apelação para julgar-lhe PROVIDO, nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza, 28 de agosto 2019. Desa. Maria Vilauba Fausto Lopes Presidente do Órgão Julgador Des. Sérgio Luiz Arruda Parente Relator (TJ-CE - APL: 01831741120168060001 CE 0183174-11.2016.8.06.0001, Relator: SERGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, Data de Julgamento: 28/08/2019, 3ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 28/08/2019) Ademais, verifica-se, igualmente, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pois, não se mostra razoável deixar a parte promovente aguardar pela sentença final, haja vista que a paciente corre risco de contrair infecção hospitalar caso continue internada. Diga-se, também, que, no caso em análise, não há perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão que se antecipa, uma vez que existem meios para que a parte promovida, caso seja vitoriosa ao final da demanda, possa perfeitamente revertê-los. Assim, diante da presença dos pressupostos pertinentes e independentemente de caução real ou fidejussória, já que a parte economicamente hipossuficiente não pode

oferecê-la, concedo a tutela de urgência requerida na petição inicial, a fim de que a parte promovida, forneça, às suas expensas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, o atendimento domiciliar (home care) de profissionais de saúde médicos especializados, enfermeiros, fisioterapeutas, e fonoaudiólogos, bem como alimentação anteral e os respectivos materiais (equipo, sondas, seringas, frascos plásticos, esparadrapos, sondas, bomba, luvas, fraldas, cama hospitalar, dentre outros), conforme solicitação do médico responsável às págs. 42/43. Para a hipótese indesejável de descumprimento da ordem judicial ora proferida, arbitro, com fundamento no art. 301, cumulado com o art. 536, § 1º, ambos do Código de Processo Civil, multa diária no valor de R$1.000 (mil reais), limitada ao valor da ação. Outrossim, por se tratar de lide que admite a autocomposição, determino a remessa destes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos desta comarca (CEJUSC) para a realização da audiência de conciliação ou mediação de que trata o art. 334 do CPC, em data e horário a serem agendados, ao tempo em que ordeno a citação e intimação da parte requerida, bem como a intimação da parte autora, por seu advogado, para que tomem ciência desta decisão e para que compareçam à audiência de conciliação antes referida, a ser designada com a observância do prazo mínimo de antecedência da citação/intimação da parte ré, devendo constar no mandado a advertência de que o não comparecimento injustificado da parte autora ou da parte ré é considerado, pelo Código de Processo Civil, ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do § 8º do art. 334 do aludido Estatuto Processual Civil, bem como constar que a parte ré poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será a data de uma das ocorrências previstas nos incisos I, II e III, do art. 335 do CPC. Caso seja apresentada a contestação e nela for alegada qualquer das matérias enumeradas nos artigos 337 e 350 do CPC, a parte autora deverá ser intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestar-se nos autos, inclusive para exercitar a faculdade de alterar a petição inicial para substituição da parte ré, isto se esta alegar ser parte ilegítima ou não ser a pessoa responsável pelo prejuízo invocado. Optando pela realização da substituição, a parte promovente, conforme estabelece o art. 338 do CPC, deverá reembolsar as despesas e deverá pagar os honorários ao procurador (advogado ou advogada) da parte ré que for excluída, cuja verba será fixada entre três e cinco por cento do valor da causa ou, sendo este irrisório, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC. Determino a abertura de vista dos autos ao Ministério Público para que atue comocustos legis, manifestando-se nos termos de suas atribuições legais. Após todas essas providências relativas à contestação, ou em caso de revelia, ou, é claro, na hipótese de autocomposição, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

VARAS DE FAMÍLIA

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0408/2024

ADV: JOSÉ ROGÉRIO DE ANDRADE SILVA (OAB 42520/CE) - Processo 0116340-21.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: F.G.B.S. - Isto posto, com fulcro no art. 139, incisos IVe IX, do CPC, determino ao Gabinete desta unidade que realize pesquisa junto ao Sistema PREVJUD com os dados do requerido, com fito de esclarecer se este possui vínculos formais de trabalho, atuais e relativos ao período do débito em execução, qual seja: dezembro/2019 (fls. 95) até a presente data, assim como, esclarecer o valor de sua remuneração mensal. Juntadas as informações nos autos, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 dias, adequando a inicial e apresentado planilha atualizada do débito, nos estritos termos acordados às fls. 61, com o valor dos alimentos no percentual de 20% (vinte por cento) dos vencimentos e vantagens, excluídos os descontos obrigatórios por lei, incindindo sobre 13º salário, férias e verbas rescisórias, nos períodos em que o exequido tenha mantido emprego formal e 20% do salário mínimo, nos períodos em que o exequido não tenha registro de emprego formal, a fim de atender corretamente o art. 524 do CPC. Após, retornem os autos conclusos. Intime-se a parte requerente, via DJe.

ADV: JOSÉ ROGÉRIO DE ANDRADE SILVA (OAB 42520/CE) - Processo 0116340-21.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: F.G.B.S. - Ante o relatório de consulta ao PREVJUD junto às fls. 108/118, intime-se a parte exequente, por seu advogado (DJe) para cumprir a parte final da decisão de fls. 106/107, adequando a inicial e apresentado planilha atualizada do débito, nos estritos termos acordados às fls. 61, com o valor dos alimentos no percentual de 20% (vinte por cento) dos vencimentos e vantagens do alimentante, excluídos os descontos obrigatórios por lei, incindindo sobre 13º salário, férias e verbas rescisórias, requerendo ademais, o que entender de direito, tudo no prazo de 15 dias. Intime-se (DJe).

ADV: FRANCISCO NAZARENO AVELINO DE LIMA (OAB 9854/CE), ADV: JOSE VIDAL PESSOA (OAB 24891/CE), ADV: DENISE LAGE BEZERRA WEYNE (OAB 18934/CE), ADV: ADRIANO PESSOA BEZERRA DE MENEZES (OAB 16755/CE), ADV: FRANCISCO ERIONALDO CRUZ (OAB 15205/CE), ADV: CARLOS OTAVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE) - Processo 0162460-93.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: S.M.M.F. - REQUERIDO: E.A.F. - Vistos. Intimem-se ambas as partes, por seus advogados (DJe) para, no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre os alvarás expedidos às fls. 938/939, notadamente se concordam com os valores ali expressos, para posterior assinatura deste juízo. Intimem-se ainda as partes para, no mesmo prazo, se manifestarem sobre a certidão de fls. 944, requerendo o que entender de direito. Esclareço, por oportuno, que sendo necessário aditamento ao acordo formulado, ante a certidão de fls. 944, a peça de aditamento deve ser assinada por ambas as partes, com firma reconhecida e por seus respectivos advogados. Intimem-se (DJe)

ADV: CASSANDRA MARIA ARCOVERDE E ASSUNÇAO (OAB 8020/CE) - Processo 0204177-75.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Rosemeire da Silva de Oliveira - Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter NATAN OLIVEIRA VALENTE E SILVA ao regime de curatela, declarando-o impossibilitado para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro e, de acordo com o previsto nos arts. 1767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, sua genitora, ROSEMEIRE DA SILVA DE OLIVEIRA, legitimada que é para exercer o munus, passando esta a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo, no prazo de cinco dias, conforme artigo 759, do CPC, para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretária

Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens e direitos ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Mesmo que, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que enfermidade que acomete o curatelado revela-se permanente, conforme consta no laudo médico de fls. 117/118. Remanescem preservados os direitos politicos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Bem como restam preservados o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou negociais. Transitada em julgado a sentença, em respeito às regras dos artigos 755, §3º do CPC e 9º, inciso III do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo (fls. 08), expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses.

ADV: FERNANDO ANTONIO CYSNE FROTA (OAB 3403/PB) - Processo 0205113-37.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Beatriz Lima Mattei - Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter MARIA ANDREA DE LIMA ao regime de curatela, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro e, de acordo com o previsto nos arts. 1767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, sua filha, BEATRIZ LIMA MATTEI, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo, no prazo de cinco dias, conforme artigo 759, do CPC, para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretária Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens e direitos ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Mesmo que, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos politicos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Bem como resta preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou negociais. Transitada em julgado a sentença, em respeito às regras dos artigos 755, §3º do CPC e 9º, inciso III do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Expeça-se, desde logo, Termo de Compromisso e Alvará Judicial definitivo, eis que na hipótese dos autos, figuram todos os elementos para concessão da tutela provisória requerida com a inicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Sem custas face o deferimento da justiça gratuita (fl. 31). P.R.I.

ADV: CAIO VERAS JOSINO (OAB 33961/CE) - Processo 0212147-29.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Liminar - INTERTE: I.M.D.A. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, via DJE, para manifestar-se sobre laudo pericial de fls. 86/87, no prazo de 05 dias.

ADV: MATHEUS DE MIRANDA BEZERRA (OAB 38503/CE) - Processo 0213582-04.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Francisca Jaqueline Campos Sales de Oliveira - Por todo o exposto, nos termos do art. art. 320 e 321, § único do CPC. INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, via de consequência julgo extinto o processo, sem resolução de seu mérito, nos termos do art. 485, I, do mesmo Diploma Legal.. Sem custas, face o benefício da justiça gratuita, que ora defiro à requerente. Publique-se. Registre-se. Intime-se a promovente, por seu advogado, via DJE. Empós o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RAFAEL PEREIRA DE QUEIROZ (OAB 43227/CE) - Processo 0219090-28.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: C.R.P.L. - Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter REGINA MARIA PRAXEDES LOPES ao regime de curatela, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro e, de acordo com o previsto nos arts. 1767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curador o requerente, seu filho, CARLOS ROBLES PRAXEDES LOPES, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. O curador nomeado deverá comparecer em juízo, no prazo de cinco dias, conforme artigo 759, do CPC, para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretária Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens e direitos ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Mesmo que, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos politicos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Bem como resta preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou negociais. Transitada em julgado a sentença, em respeito às regras dos artigos 755, §3º do CPC e 9º, inciso III do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma

de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Expeça-se, desde logo, Termo de Compromisso e Alvará Judicial definitivo, eis que na hipótese dos autos, figuram todos os elementos para concessão da tutela provisória requerida com a inicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Sem custas face o deferimento da justiça gratuita. Intime-se o requerente, por meio do seu advogado (via DJe). Intimem-se a Curadoria Especial e o MPE, via Portal. P.R.I.

ADV: CRISTIENE FÉLIX BARROSO (OAB 34762/CE) - Processo 0220996-53.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.S.S. - Por todo o exposto, nos termos do art. 330, inciso IV c/c o art. 320 e 321, § único, do CPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, por oportuno, fundamentado no art. 485, I, do mesmo Diploma Legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito. Sem custas processuais a recolher. Intimem-se a parte requerente, via DJE. Empós o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a baixa devida.

ADV: FERNANDA BRITES DE SÁ PADILHA (OAB 78403/PR) - Processo 0221204-37.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.T.M.G. - Assim, com amparo nos fundamentos legais e jurisprudenciais já expostos, INDEFIRO o pedido de tutela de evidência para decretação do divórcio inaudita altera pars. No mais, aguarde-se a comprovação do recolhimento das custas, na forma determinada acima, para a continuidade do feito. Recolhidas as custas, venham os autos conclusos. Intime-se (DJe)

ADV: GLAUCIANNE BARBOSA AGUIAR (OAB 26322/CE), ADV: PEDRO ROBERTO CAVALCANTE DE ALMEIDA SOUTO (OAB 45574/CE) - Processo 0225064-80.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0250640-75.2023.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: R.C.L. - REQUERIDO: O.S.L.R. - Diante do exposto, considerando as normas e os princípios aplicáveis ao caso, HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 308-311, que passa a integrar a presente sentença, para que surta seus devidos e legais efeitos, no que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, em conformidade com o art. 487, III, “b”, do CPC. Revogo a decisão de fls. 189-192. Sem custas, em razão da concessão da gratuidade da justiça que ora defiro também ao requerido. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, por seus advogados (via DJe). Intime-se o Ministério Público (via Portal). Transitada em julgado, arquive-se, com baixa na distribuição.

ADV: JOYCENARA CAVALCANTE MATIAS (OAB 43134/CE) - Processo 0233154-43.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: M.B.L.B. e outro - ISTO POSTO, ante as considerações supra e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para reconhecer e declarar dissolvida, a união estável havida entre os promoventes MARISA BEZERRA DE LIMA BORGES e WERMESON COSTA SOUSA, constituída através da Escritura Pública de fl. 17/18, lavrada em 09 de maio de 2016. HOMOLOGO outrossim, o acordo firmado pelas partes às fls. 56/60, que passa a integrar a presente sentença, para que produza seus devidos e legais efeitos e, via de consequência, Julgo EXTINTO o presente feito, com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso III, “b” do Código de Processo Civil em vigor. Ressalvo que o pactuado pelas partes não vincula terceiros não intervenientes no feito. Custas pelos requerentes, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozarem dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, expeçam-se os mandados necessários e arquive-se, com baixa na distribuição.

ADV: FABIO MONTEIRO ARRAIS MEDEIROS (OAB 23738/CE) - Processo 0252134-09.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.F.A.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, via DJE, para manifestar-se sobre laudo pericial de fls. 118/119, no prazo de 05 dias.

ADV: GABRIELA SALES SOUSA (OAB 36596/CE) - Processo 0261481-32.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: C.S.R. - Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter ISADORA SALES RODRIGUES, ao regime de curatela, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro e, de acordo com o previsto nos arts. 1767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, sua genitora, CLAUDIA SALES RODRIGUES, legitimada que é para exercer o munus, além de contar com a anuência do genitor da curatelanda (termo de anuência, fls. 22), passando esta a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo, no prazo de cinco dias, conforme artigo 759, do CPC, para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretária Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens e direitos ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Mesmo que, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que enfermidade que acomete a curatelada revela-se permanente, irreversível, conforme consta no laudo médico de fls. 54/55 e atestado de fls. 56. Remanescem preservados os direitos politicos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Bem como resta preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou negociais.

ADV: DYANNA MARIA COSTA RENDEIRO (OAB 28701/CE) - Processo 0266778-88.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0294068-44.2022.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Separação de Corpos - REQUERENTE: Gleyciene dos Santos Pereira do Nascimento - REQUERIDO: Elisangelo Costa de Sousa - Considerando que a finalidade do processo foi alcançada, pois o débito foi quitado pelo devedor, JULGO EXTINTA a presente execução, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 924, II do CPC. Sem custas a recolher, ante a hipossuficiência das partes.

ADV: ANA SIBELY SILVA ARAUJO LIRA (OAB 40948/CE) - Processo 0271726-68.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Michele Santos Dumont Sampaio e outro - Destarte, pelos motivos expostos, INDEFIRO o requerimento de justiça gratuita formulado pelos requerentes às fls. 1/02 e 30 e, por conseguinte, determino que os requerentes efetuem o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, CPC/2015). Proceda-se a emissão das guias para recolhimento das custas, observando-se o disposto no art. 3º da Lei N.º 16.132, de 2016, (Lei de Custas Judiciais do TJCE),. Intime-se (DJe).

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0277984-94.2024.8.06.0001 (apensado

ao processo 0174060-24.2011.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Maria Clara Magalhaes Fernandes - Diante do exposto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC/2015, HOMOLOGO POR SENTENÇA a desistência da presente ação, no que deixo de resolver o mérito, nos termos do artigo 485, VIII, também do novo estatuto processual civil. Sem custas, por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANTONIO EDILSON MOURAO (OAB 15310/CE) - Processo 0279258-30.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Pedido de Liminar - INTERTE: A.M.V.C. - Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter ALDA VIEIRA CINTRA ao regime de curatela, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro e, de acordo com o previsto nos arts. 1767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, sua filha, ALDA MARIA VIEIRA CINTRA, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo, no prazo de cinco dias, conforme artigo 759, do CPC, para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretária Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens e direitos ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Mesmo que, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos politicos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Bem como resta preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou negociais. Transitada em julgado a sentença, em respeito às regras dos artigos 755, §3º do CPC e 9º, inciso III do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Expeça-se, desde logo, Termo de Compromisso e Alvará Judicial definitivo, eis que na hipótese dos autos, figuram todos os elementos para concessão da tutela provisória requerida com a inicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Sem custas face o deferimento da justiça gratuita (fls. 02-03). P.R.I Intime-se a a requerente por seu advogado (via DJe). Intimem-se o MPE e Curadoria Especial (via Portal).

ADV: NORMANDO ALVES RODRIGUES (OAB 36470/CE) - Processo 0279857-66.2023.8.06.0001 - Separação Consensual - Guarda - REQUERENTE: A.C.N.L. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, à SEJUD para intimação da parte promovente, por seus patronos (via DJe), para, no prazo de 15 dias, cumprir o requerimento do Ministério Público constante às fl. 31.

ADV: VALESSA PESSOA MOREIRA (OAB 46417/CE), ADV: JOSE LEITE DE CARVALHO NETO (OAB 26083/CE), ADV: MARIA DO SOCORRO ANDRADE LEITE (OAB 10622/CE) - Processo 0919463-67.2014.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - INTERTE: LUCIA HELENA MOREIRA DE VASCONCELOS - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, via DJE, para manifestar-se sobre laudo pericial de fls. 591/592, no prazo de 05 dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0409/2024

ADV: JOSE GEORGE DE CASTRO (OAB 4289/CE) - Processo 0032238-13.2012.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Bem de Família (Voluntário) - REQUERENTE: J.R.H. - Vistos. Intime-se o embargado, por seu advogado (vi DJe), para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os embargos de declaração de fls. 792-801. Após, dê-se conclusão para decisão.

ADV: RENAN DE ARAUJO FELIX (OAB 33461/CE) - Processo 0255683-56.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.M.S.A. - Em análise a emenda à inicial de fls. 21/62, verifica-se que persistem irregularidades capazes de dificultar ou impossibilitar o julgamento de mérito. Diante disso, determino nova intimação da requerente, através de seu advogado (via DJe), para EMENDAR A INICIAL, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 320 do CPC, no sentido de: juntar aos autos procuração ad judicia (fls. 30) e declaração de residência (fls. 34) devidamente assinadas, a fim de regularizar a sua representação processual; Juntar o documento de fls. 27 devidamente assinado. Recolher as custas devidas, tendo em vista que a documentação junta às fls. 35/47 evidencia que as partes não fazem jus à gratuidade da justiça pleiteada, na forma do art. 98 e ss. Do CPC. Em caso de não cumprimento da diligência, certificado pela Secretaria, a inicial será indeferida.

ADV: ANGELICA GONÇALVES LOPES (OAB 23484/CE) - Processo 0282832-61.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.S.C.F. - ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE os pedidos contidos na petição inicial e, via de consequência, submeto MARIA ROCHA AMORIM ao regime de curatela, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro e, de acordo com o previsto nos arts. 1767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, sua filha, JACQUELINE DE SOUZA CAVALCANTE FREIRE, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo, no prazo de cinco dias, conforme artigo 759, do CPC, para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretária Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens e direitos ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Mesmo que, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a

instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos politicos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Bem como resta preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou negociais. Transitada em julgado a sentença, em respeito às regras dos artigos 755, §3º do CPC e 9º, inciso III do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Expeça-se, desde logo, Termo de Compromisso e Alvará Judicial definitivo, eis que na hipótese dos autos, figuram todos os elementos para concessão da tutela provisória requerida com a inicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Sem custas, haja vista que defiro o pedido de justiça gratuita (fl. 02). Intime-se a requerente por sua advogada (via DJe). Intimem-se o MPE e a Curadoria Especial, via Portal. P.R.I.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0437/2024

ADV: JUILMA SILVA RODRIGUES (OAB 9569/CE) - Processo 0161966-05.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Francisca Lucimara Martins da Costa - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo: Por ordem do MM. Juiz, intimem-se os exequentes através do advogado, via DJe, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da petição de fls. 88.

ADV: INAHANI SANTOS CONFOLONIERI (OAB 36822/BA), ADV: LIANA MARIA PAIVA CAMPOS (OAB 29225/CE) - Processo 0204649-42.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Regulamentação de Visitas - AUTOR: M.S.N. - RÉ: A.O.S.G. - Isso posto, julgo parcialmente procedente o pedido vertido na inicial, para modificar os termos da convivência paterno filial, regulamentando de forma definitiva o direito de convivência paterno na forma acima estabelecida. Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu defensor, via Portal. Os prazos contra o revel fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial (art. 346 do Código de Processo Civil). Contudo, considerando tratar-se da forma como se dará a convivência, julgo importante que a parte ré seja intimada por mandado desta decisão. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, arquivem-se com as cautelas de lei.

ADV: THIAGO MELO FAÇANHA (OAB 36659/CE) - Processo 0215214-02.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0887730-83.2014.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXECUTADO: V.A.P. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo: Por ordem do MM. Juiz, intime-se o promovido através do advogado, via DJe, para cumprir o despacho de fls. 104 e atualizar o seu endereço.

ADV: DAVILA DE ARAUJO E ARAGAO CARVALHEDO (OAB 22512/CE) - Processo 0220687-66.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: G.R.C. - Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência e, assim, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Por conseguinte, torno sem efeito a decisão que arbitrou os alimentos provisórios às fls.55/56.

ADV: JOSE SERGIO BARBOSA ANGELO (OAB 10141/CE), ADV: FRANCISCO CELIO DO NASCIMENTO PEREIRA (OAB 28138/CE), ADV: ANTÔNIA RAISA GOMES ÂNGELO (OAB 41893/CE), ADV: MARCIO JOSÉ MAGALHÃES DE SOUSA (OAB 32282/CE), ADV: FELIPE FERNANDES RODRIGUES (OAB 47312/CE) - Processo 0223408-25.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERENTE: S.M.R. - REQUERIDO: F.X.S. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido vertido inicialmente, e, por conseguinte, declaro extinto o presente feito, com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para converter os alimentos provisórios em definitivos, condenando o promovido ao pagamento de pensão alimentícia ao promovente no valor corresponderão a 30% (trinta por cento) dos rendimentos e demais vantagens do alimentante, incidindo sobre 13º salário, adicional de férias, horas extras, eventuais verbas rescisórias e seguro-desemprego, excluído-se apenas os descontos legais obrigatórios (INSS e imposto de renda), a serem pagos mediante desconto em folha de pagamento e depósito em conta de titularidade da representante legal do menor.

ADV: ITALO MARINHO CAVALCANTE (OAB 27441/CE), ADV: BRENA RAISSA ARRAIS DE ALMEIDA (OAB 41054/CE), ADV: JULIA GONDIM LIMA DE OLIVEIRA (OAB 49322/CE) - Processo 0234645-85.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - AUTORA: I.P.G.L. - Compulsando aos autos, verificou-se a presença de uma outra audiência no mesmo dia e horário inserida na pauta. Assim, determino que a audiência indicada à fl.70 seja redesignada para o dia 18/02/2025 às 14h, a qual será realizada presencialmente na sala de audiência desta unidade judiciária e destinada à oitiva das partes e testemunhas eventualmente arroladas. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL BARACHO SILVA (OAB 35857/CE) - Processo 0250576-02.2022.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: H.T.G.C. - Isto posto, homologo o pedido de desistência, com fulcro no art. 200, parágrafo único do CPC e, via de consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento de seu mérito, nos termos do art. 485, VIII e § 4º do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, todavia, suspendo a exigibilidade em razão da parte gozar dos benefícios da justiça gratuita, já deferida às fls. 21/22. (art. 98, §3º, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intime-se (via DJe). Ciência ao Ministério Público (via portal). Decorrido o prazo legal sem que tenha sido interposto eventual recurso voluntário, certifiquem-se do trânsito em julgado e arquivem-se os autos com baixa. Expedientes necessários.

ADV: MARIA SAMARA ANDRADE HOLANDA (OAB 38277/CE) - Processo 0266704-69.2000.8.06.0001 - Separação judicial - REQUERENTE: F.E.G.B. - Contudo, quanto aos pedidos de fls. 142/143, entendo que não compete ao Juízo Familista determinar diligências para regularizar esta pendência do registro imobiliário, cabendo às Varas de Família tão somente a partilha dos bens, podendo a requerente, se for de seu interesse, manejar tal pleito em uma das Varas de Registro Público da Comarca em que estiver localizado o imóvel. Dê-se ciência à requerente, por intermédio de seus patronos (via DJe).

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0438/2024

ADV: AMANDA GOMES ALBUQUERQUE (OAB 37455/CE), ADV: FRANCISCO CLAUDIO DOS SANTOS PEREIRA (OAB 43185/CE) - Processo 0200914-07.2023.8.06.0075 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: M.A.G.B. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo: Por ordem do MM. Juiz, intime-se o autor através do advogado, via DJe, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 320/322.

ADV: JOAO PEREIRA DO REGO NETO (OAB 10199/CE) - Processo 0209142-96.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: J.G.G. - Intime-se o postulante (fl.76), através do advogado, via DJe, para que tome ciência de que o mandado de averbação do nome do pai e dos avós paternos do menor/autor, junto ao cartório de registro civil de Irauçuba - CE, foi providenciado, conforme consta à fl. 69. À SEJUD, para providenciar o envio do mandado de fls. 76 por malote. Portanto, o pedido de fls. 76 já foi providenciado, não havendo nenhum requerimento pendente de apreciação. Após, retornem os autos ao arquivo.

ADV: RAFAEL DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 34081/CE) - Processo 0209893-88.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Oferta - REQUERENTE: S.B.O. - Fica suspenso o presente cumprimento pelo prazo necessário ao adimplemento integral do débito alimentar, sem prejuízo de sua retomada pelo rito da expropriação dos bens, a qualquer tempo, para a hipótese de verificado o descumprimento da avença. Decorrido o prazo de suspensão, não havendo manifestação das partes nos 10 (dez) dias subsequentes à data estipulada para encerramento da obrigação, presumir-se-á cumprido o acordo, resultando na extinção do processo, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes para ciência, o autor,por meio de seus advogados (via DJe) e o requerido, por mandado. Empós, remetam-se os autos ao arquivo provisório, a fim de que se aguarde o efetivo cumprimento do acordo.

ADV: FRANCISCO WILLIAM DA SILVEIRA RAMOS (OAB 10292/CE), ADV: MARIA ALICIANE MEDEIROS CORDEIRO GOIS (OAB 40557/CE) - Processo 0252273-24.2023.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.F.S.P. - REQUERIDO: E.S.B. - Atento às petições de fls. 153/157, designo a audiência de instrução e julgamento, a ser precedida de conciliação, para o dia 13/02/2025, às 16h00, inicialmente destinada ao depoimento pessoal das partes litigantes, a qual será realizada presencialmente, na sala de audiência do Gabinete da 2ª Vara de Família do Fórum Clóvis Beviláqua, em observância ao disposto nos arts. 450 e 455, ambos do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes, a autora através de seu advogado (via DJe), e o promovido por mandado, devendo conter a advertência de pena de confesso, caso não compareçam à audiência ou se recusem a depor, consoante dispõe o §1º, do art. 385 do CPC. Consigne-se que as partes representadas por advogados particulares deverão apresentar suas testemunhas em audiência, dispensando-se a intimação do Juízo (art. 455, CPC). Conforme art. 112 do CPC, é incumbência do advogado a comunicação da renúncia à parte e, por esse motivo, determino a intimação do advogado do promovido, via DJe, para comprovar, no prazo de 10 (dez) dias, a EFETIVA COMUNICAÇÃO da renúncia ao outorgante, advertindo-lhe de que, enquanto não comprovada a comunicação, continuará representando a parte nos autos. Vistas ao Ministério Público, tendo em vista os pedidos apresentados às fls. 156/157 e 175/176.

ADV: ALUISIO GURGEL DO AMARAL NETO (OAB 23848/CE) - Processo 0271944-96.2024.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.A.A.B. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo: Por ordem do MM. Juiz, intime-se o autor através do advogado, via DJe, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 36.

ADV: LILIANY DA COSTA LIMA (OAB 35040/CE), ADV: MARCUS VINÍCIUS COSTA ARAÚJO (OAB 41809/CE) - Processo 0272816-82.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Tutela de Urgência - REQUERENTE: M.M.S.P. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo: Por ordem do MM. Juiz, intime-se a autora através do advogado, via DJe, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 157.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0493/2024

ADV: WALBER NOGUEIRA DA SILVA (OAB 16561/CE) - Processo 0203180-58.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.S.J. - ISSO POSTO, com fundamento no art. 1.699 do Código Civil e demais argumentos acima apresentados, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora para EXONERAR em definitivo o autor de prestar alimentos aos promovidos J. M. S. C., M. G. S. C., F. I. S. N. e H. S. C.. Por conseguinte, exaurida a prestação jurisdicional com a presente sentença, declaro extinto o processo, com a resolução de seu mérito, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: RAIMUNDO NONATO DA SILVA FILHO (OAB 30537/CE) - Processo 0203437-20.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0270408-55.2021.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Partilha - REQUERENTE: G.S.N.G. - ISSO POSTO, HOMOLOGO a transação celebrada nestes autos, nos estritos termos constantes no termo de acordo de fls. 206-209, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, atendidos os requisitos legais pertinentes, o que faço com fundamento no artigo 487, III, “b”, do CPC.

ADV: MARCELO REBOUCAS DE OLIVEIRA (OAB 11666/CE), ADV: LUENIA ADERALDO DE LIMA (OAB 34101/CE) - Processo 0205824-71.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.V.D.S. - ALIMENTANDO: J.B.B.P.D. - ISSO POSTO, com fundamento nos dispositivos legais acima declinados, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral que nestes autos buscava a exoneração de verba alimentar fixada por sentença em favor do demandado. Por conseguinte, declaro extinto o presente feito, com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: FRANCISCO JAIR MOREIRA CAETANO (OAB 22437/CE), ADV: KAROLA SILVA LIMA NOBRE (OAB 43634/CE) - Processo 0220841-50.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0204634-73.2024.8.06.0001) - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: T.M.C. - REQUERIDO: E.P.A. - ISSO POSTO, ante os argumentos acima apresentados, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de seu mérito, com fundamento no art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA FEIJÃO (OAB 35117/CE) - Processo 0245608-55.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.S. - R.A.A. - REQUERIDO: A.J.C.S. - Ante todo o exposto, acompanhando a manifestação Ministerial favorável e com fundamento no art. 356 do CPC, HOMOLOGO por decisão, para que surtam seus

jurídicos e legais efeitos, o termo de acordo de fls. 109/112, cujas cláusulas ali insertas passam a constituir parte integrante desta decisão, nos termos do art. 487, inciso III, b, do CPC. Dando prosseguimento ao feito em relação aos alimentos, aguarde-se o manejamento da peça contestatória conforme prazo concedido às fls. 76/81.

ADV: CASSIA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (OAB 51266/CE) - Processo 0274530-09.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - INTERTE: L.N.F. - determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar a petição inicial e procuração devidamente assinada, sob pena de indeferimento da ação.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0494/2024

ADV: GABRIELA NASCIMENTO LIMA (OAB 13105/CE), ADV: ALEXANDRE FRANCA MAGALHAES (OAB 13817/CE) - Processo 0114997-58.2017.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: M.V.M.C. e outro - EXECUTADO: A.M.C.P. - 1) Inicialmente, em atenção ao acordo realizado entre as partes em que dão plena e total quitação do valor executado (fls. 148/149), determino o levantamento da suspensão do feito; 2) Considerando a data do decreto prisional (06/06/2022) ter atingido o exaurimento do prazo de dois anos, determino ao Gabinete para proceder com a busca mediante sistema BNMP e verificar se o mandado de prisão exarado às fls. 142 encontra-se vigente ou não; 3) Caso o mandado esteja vencido, à SEJUD para expedir ofício à Delegacia de Capturas de Fortaleza-CE, comunicando à Autoridade Policial acerca da presente decisão, bem como deverão ser encaminhados a cópia do cadastro do mandado de prisão e seu exaurimento oriundos do sistema BNMP 3.0; 4) Por fim, considerando que a parte exequente reconhece que a dívida executada encontra-se quitada (fls. 148/150) hei por bem, ad cautelam, SUSPENDER de imediato a decisão de fls. 132/136.

ADV: ALEXANDRE FRANCA MAGALHAES (OAB 13817/CE) - Processo 0114997-58.2017.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: M.V.M.C. e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o termo de acordo de fls. 159-161, com fundamento no art. 487, III, “b”, do CPC e, por conseguinte, julgo EXTINTO o processo de execução, com fundamento do art. 924, inciso II, do CPC.

ADV: ADILTON CÉSAR MOURA DE OLIVEIRA (OAB 49151/CE) - Processo 0208573-95.2023.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.L.S. - ISSO POSTO, HOMOLOGO a transação celebrada nestes autos, nos termos da proposta de acordo ofertada em audiência (fls. 162-165) e aceita pela promovida na petição de fls. 169-170, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, atendidos os requisitos legais pertinentes, o que faço com fundamento no artigo 487, III, ‘b’, do CPC.

ADV: VITOR MIRANDA SAMPAIO (OAB 47768/CE) - Processo 0269780-61.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: R.R.N.S. - Nessas condições, atendidas as exigências do art. 226, §6º da Constituição Federal, com fundamento nos artigos 1.571, IV, do Código Civil e 731 do Código de Processo Civil, DECRETO o divórcio de R. R. N. S. e F. O. S. N., pondo termo final ao vínculo matrimonial existente entre os autores, bem como HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes, nos termos e condições expostos no termo de acordo de fls. 17-21, excetuada a cláusula 3.0 da parte “VI - Os bens a serem partilhados”, cujas cláusulas ali definidas passam a constituir parte integrante do dispositivo desta sentença, para todos os fins legais, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, b do Código Processual Civil.

ADV: ALEXIA SILVEIRA DE SOUZA (OAB 43599/CE) - Processo 0274091-95.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.R.A. - Nessas condições, atendidas as exigências do art. 226, §6º da Constituição Federal, com fundamento nos artigos 1.571, IV, do Código Civil e 731 do Código de Processo Civil, DECRETO o divórcio de A. C. F. S. e S. R. A. S., pondo termo final ao vínculo matrimonial existente entre os autores, bem como HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes, nos termos e condições expostos às fls. 23-28, cujas cláusulas ali definidas passam a constituir parte integrante do dispositivo desta sentença, para todos os fins legais, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, b do Código Processual Civil.

ADV: KÁTIA ANTUNES GUIMARÃES (OAB 50686/CE) - Processo 0280931-58.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.A.M. - ALIMENTANDO: G.S.M. - ISSO POSTO, com fundamento nos argumentos acima apresentados, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora para EXONERAR em definitivo o Senhor J. R. A. M. de pagar alimentos em favor de G. S. M.. Por conseguinte, exaurida a prestação jurisdicional com a presente sentença, declaro extinto o processo, com a resolução de seu mérito, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: ANA LUCIA TAVARES (OAB 11618/CE), ADV: FRANCISCO JOSE BEZERRA GOMES (OAB 4968/CE) - Processo 0587315-67.2000.8.06.0001 - Conversão de separação em divórcio - REQUERENTE: Jose Wilson Santiago da Silva - Em atenção ao requerimento de fls. 63, determino que o requerente, no prazo de cinco dias, proceda ao recolhimento das custas processuais do desarquivamento ou embasar o pedido de gratuidade judiciária, por ser tais medidas requisito para desarquivamento dos autos.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0454/2024

ADV: ITALO FARIAS PONTES (OAB 16066/CE), ADV: MARCOS FONSECA DE ALMEIDA (OAB 37550/CE), ADV: KELIANE MACIEL VIEIRA BENEVIDES (OAB 23851/CE) - Processo 0211335-84.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.O.M. - REQUERIDO: W.A.S. - III - DISPOSITIVO Do exposto e nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral no sentido de: (a) reconhecer a união estável entre as parte no período de março de 2017 a agosto de 2021; (b) reconhecer como patrimônio comum e determinar a partilha do automóvel descrito no item (1), em 50% (cinquenta por cento) para cada um, conforme parâmetros acima descritos; (c) deixar de apreciar a partilha relacionada ao bem descrito no item (2), pelas razões e fundamentos acima expostos. Diante da sucumbência recíproca verificada, condeno as partes no pagamento de custas e honorários sucumbenciais, equitativamente rateados entre promovente e promovido, em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, a ser igualmente divididos entre as respectivas bancas de advogados. No entanto, suspendo a exigibilidade da referida obrigação em relação à autora por ser beneficiária da gratuidade da justiça nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se as partes, por seus respectivos advogados, via DJ-e. Empós o trânsito em julgado e cumpridos os expedientes, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, procedendo a devida baixa dos autos. Ademais, retifique-se o valor da causa para R$ 208.000,00 no Cadastro de Partes do SAJ, sendo sobre esse quantum que devem ser recolhidas as custas e pagos os honorários advocatícios sucumbenciais.

ADV: MARCUS VINÍCIUS COSTA ARAÚJO (OAB 41809/CE) - Processo 0213517-09.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0213518-91.2024.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: V.A.C. - Por sua vez, em que pese a inconteste inadimplência do devedor, antes de decretar a ordem prisional, determino a INTIMAÇÃO DO EXEQUIDO, por mandado e pela Defensoria Pública, que o assiste (via Portal de Intimação), para, em 3 (três) dias, pagar a dívida de março a junho 2024 no valor de R$1.299,04 provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob consequência de ser decretada a sua PRISÃO CIVIL, nos termos do §1º do art. 528 do CPC e da Súmula 309 do Superior Tribunal de Justiça. Desta decisão, intime-se a exequente por seu advogado (via DJ-e). Cientifique-se o Ministério Público, via Portal de Intimação. Retifique a Classe cadastrada para "Cumprimento de Sentença".

ADV: MARCUS VINÍCIUS COSTA ARAÚJO (OAB 41809/CE) - Processo 0213518-91.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: V.A.C. - DO EXPOSTO, determino a INTIMAÇÃO do exequente, por seu advogado (via DJ-e), para, em 15 dias, acostar o necessário demonstrativo discriminados e atualizado dos débito, no qual conste, mês a mês, as prestações alimentares exequidas, que compreende o período de novembro de 2022 a novembro de 2023 (com seus respectivos valores e parâmetro sobre o salário-mínimo de cada período); o índice de correção monetária aplicável à natureza da obrigação alimentar (no caso da obrigação alimentar, o INPC, se outro não tenha sido fixado no título executivo); e os demais requisitos previstos no art. 524 do CPC. Ressalta-se que o descumprimento das determinações supra poderá ensejar na extinção do feito nos moldes previstos no art. 485, I, c/c art. 924, I, do CPC. Diante desta decisão, revoga-se a de fl. 54.

ADV: FAUZER HENRIQUE HAIDAR GUIMARAES (OAB 26691/CE) - Processo 0220368-64.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: H.P.M. - Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. ALBERTO PONTES MOURA ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curador a parte requerente/irmão HILBER PONTES MOURA, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. O curador nomeado deverá prestar o devido compromisso. Exaurida, assim, a prestação jurisdicional, declaro resolvido o mérito da causa, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelado; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Custas pela requerente, contudo, suspendo a obrigação, vez que a mesma goza dos benefícios da justiça gratuita. Expeça-se, de logo,sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença,termo de compromisso, cabendo ao curador nomeado providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos através do Advogado. Apósa providência a que se refere oparágrafo anterior,expeça-sealvará definitivo. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora, por seu Patrono Judicial (via DJ-e). Ciência à Curadoria Especial e ao Ministério Público, pelos respectivos portais. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo.

Processo 0233051-07.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.S.G.S.M.I.N.A.R.S.G.M.V.S.G. - ALIMENTANDO: R.S.S. - Ante o exposto e nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral no sentido de (1) fixar os alimentos definitivos em prol de I. S. G. S., no quantum equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), dos vencimentos e vantagens do promovido, incluindo férias e 13ª salário e excluídos os descontos obrigatórios (IR e INSS), que deverá ser descontado em folha e depositado na conta bancária da genitora da menor, acima informada; (2) Por sua vez, caso o alimentante não possua vínculo formal de emprego na aludida empresa, indicada às fls. 11/12 e fl. 25, contribuirá, a título de alimentos, para a manutenção da filha menor com a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo vigente, a ser pago, até o 5º dia útil do mês, mediante depósito na conta bancária da representante legal da menor. Diante da sucumbência verificada, condeno o promovido no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, que ora fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte promovente, por mandado e pela Defensoria Pública, via Portal de Intimação. Sem necessidade de intimação da parte revel, uma vez que o promovido não constituiu advogado nos autos, devendo seu prazo fluir da data de publicação do ato decisório no órgão oficial, nos termos do art. 346 do Código de Processo Civil. Oficie-se a empresa RG PADARIA, localizada na rua Clarice Lispector e rua Ariano Suassuna, CEP: 60.000-000, bairro: Pref. José Walter, Fortaleza - CE, TEL: (85) 99296-1896, - fls. 11/12 e fl. 25, para, caso o requerido possua vínculo empregatício com a mesma, esta realize o desconto da pensão alimentícia na folha de pagamento de RAI SOUZA SILVA, nos moldes determinados na presente sentença. Cientifique-se o Ministério Público, via Portal de Intimação. Após a trânsito em julgado, arquivem-se os autos, procedendo a devida baixa.

ADV: CARLOS AUGUSTO CUSTODIO LIMA (OAB 15552/CE) - Processo 0235074-52.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Luan Custódio Dias - Diante da manifestação da Curadoria Especial, às fls. 86/89, reitero determinação contida no termo de fls. 78/79. Intime-se a parte promovente, através do Patrono Judicial, para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder a juntada de laudo médico circunstanciado da lavra de profissional especializado, a ser apresentado a partir da quesitação padrão de fls. 80/81, cabendo ao profissional reportar-se inclusive ao grau de comprometimento da parte curatelanda para desempenhar os atos negociais e patrimoniais. Outrossim, proceda, o promovente, a assinatura do termo de fls. 67.

ADV: LUIZ JOVINIANO GOMES NETO (OAB 4291/CE) - Processo 0236360-65.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: H.C.M. - Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a Sra. MONISE DA COSTA MENESES ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curador a parte requerente/irmão HELDER DA COSTA MENESES, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. O curador nomeado deverá prestar o devido compromisso. Exaurida, assim, a prestação jurisdicional, declaro resolvido o mérito da causa, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Custas pela requerente, contudo, suspendo a obrigação, vez que a mesma goza dos benefícios da justiça gratuita. Expeça-se, de logo,sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença,termo de compromisso, cabendo ao curador nomeado providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos através do Advogado. Apósa providência a que se refere oparágrafo anterior,expeça-sealvará definitivo. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora, por seu Patrono Judicial (via DJ-e). Ciência à Curadoria Especial e ao Ministério Público, pelos respectivos portais. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo.

ADV: LUIS ATILA DE HOLANDA BEZERRA FILHO (OAB 20694/CE), ADV: RAFAEL RIBEIRO MEIRELES (OAB 45129/CE), ADV: ELIZABELLE DE ARAÚJO DIAS (OAB 45658/CE), ADV: LUIS CLÁUDIO ALVES DE SOUZA (OAB 44793/CE), ADV: MARIA DAS DORES GONÇALVES CAVALCANTE (OAB 6070/CE) - Processo 0237324-29.2022.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.A.C. - REQUERIDO: D.D.S. - R.D.S. e outros - III -DISPOSITIVO DO EXPOSTO, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão autoral.

ADV: RICARDO DE MENEZES MAIA (OAB 29928/CE) - Processo 0254701-42.2024.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Remoção - REQUERENTE: Carlos Rae - Nesse sentido e nos moldes previstos no art. 321 do Código de Processo Civil (CPC), determino a intimação da parte requerente, por seu advogado (via DJ-e), para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar emenda à inicial, a fim de efetivar o pagamento integral das custas. Ademais, ressalto que o não cumprimento da presente determinação, no prazo estabelecido, ensejará o indeferimento da petição inicial, conforme previsão do art. 330, IV, do CPC e, por conseguinte, na extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC e cancelamento da distribuição, consoante art. 290 do CPC.

ADV: RAFAEL PAULINO PINTO NETO (OAB 37452/CE) - Processo 0259985-65.2023.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetiva - REQUERENTE: F.C.S. - Diante da situação verificada, determino a intimação da parte autora, por mandado e por seu advogado (via DJ-e), para manifestar seu interesse no feito, em 5 dias, oportunidade em que deverá prestar as informações necessárias à localização da parte promovida ou requer as diligências pertinentes. Para tanto, registra-se que o promovente encontra-se em situação de encarceramento no UNIDADE PRISIONAL PROFESSOR JOSÉ SOBREIRA DE AMORIM (UP-SOBREIRA AMORIM), devendo o mandado dirigido a ele ser cumprido na forma disciplinada no art. 3º do Provimento n° 10/2020 (DJ-e 20/04/20), portanto, por sistema de videoconferência, e-mail institucional, malote digital ou meio eletrônico equivalente, dispensando-se, inclusive, a expedição de carta precatória. Nesse sentido, ressalta-se que o não cumprimento da presente decisão, ensejará a extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: IRACEMA NOGUEIRA DIOGENES SALDANHA (OAB 26711/CE), ADV: CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES (OAB 13446/CE) - Processo 0264654-98.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: H.R.A. - Desta feita, INDEFIRO o pedido de fls. 135/139, determinando a intimação da requerente, através do Patrono Judicial, para que proceda ao ajuizamento da competente ação, visando a análise da demanda, observados os requisitos do art. 319 e seguintes do CPC..

ADV: FELIPE VASCONCELOS FEITOSA (OAB 41423/CE) - Processo 0269239-28.2024.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Revisão - REQUERENTE: J.S.G. - Ademais, ressalto que o não cumprimento da presente determinação, no prazo estabelecido, ensejará o indeferimento da petição inicial, conforme previsão do art. 330, IV, do CPC e, por conseguinte, na extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC e cancelamento da distribuição, consoante art. 290 do CPC.

ADV: IVONETE BEZERRA DA SILVA (OAB 36452/CE) - Processo 0274790-86.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: D.B.C. - constata-se que a situação não converge para o reconhecimento da hipossuficiência do promovente, motivo pelo qual INDEFIRO as benesses da gratuidade judiciária requerida. Assim, determino a intimação do autor, por seu advogado (via DJ-e), para recolher as custas iniciais no prazo de 15 dias. Retifique-se no Cadastro de Partes do SAJ, o valor da causa para R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

ADV: JOAO GUIMARAES DA SILVA (OAB 32963/CE) - Processo 0276239-79.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Oferta - REQUERENTE: N.F.J. e outro - Nesse sentido e nos moldes previstos no art. 321 do CPC, determino nova intimação da parte requerente, por seu advogado (via DJ-e), para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar emenda à inicial, a fim de: (a) adunar os dois últimos comprovantes de pagamento (contracheques) do promovente; (b) esclarecer se a promovente recebe aposentadoria ou é beneficiária da Assistência Social e, em caso afirmativo, adunar os comprovantes de rendimentos dela referente aos últimos três meses; (c) informar quem é o responsável pelo pagamento das despesas da requerente/alimentanda,

apresentando comprovantes das despesas e dos pagamentos realizados; Ademais, ressalto que o não cumprimento da presente determinação, no prazo estabelecido, ensejará o indeferimento da petição inicial, conforme previsão do art. 330, IV, do CPC e, por conseguinte, na extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC e cancelamento da distribuição, consoante art. 290 do CPC. Retifique-se a Classe cadastrada para "Alimentos".

ADV: LUCAS PEREIRA MITRE (OAB 38421/CE) - Processo 0278358-13.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: D.S.F.L. - Ademais, ressalto que o não cumprimento da presente determinação, no prazo estabelecido, ensejará o indeferimento da petição inicial, conforme previsão do art. 330, IV, do CPC e, por conseguinte, na extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC e cancelamento da distribuição, consoante art. 290 do CPC.

ADV: ANELICE DA SILVEIRA SILVA (OAB 41302/CE), ADV: EDNA RODRIGUES MAIA (OAB 37274/CE) - Processo 0284421-25.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: V.S.S. - REQUERIDO: G.G.V. - constata-se que a situação não converge para o reconhecimento da hipossuficiência do requerido, motivo pelo qual indefiro as benesses em exame. Da perda de objeto aos pleitos de guarda, regulamentação de visitas em relação GABRIEL SIMÃO DE VASCONCELOS Compulsando os autos, constata-se que no decorrer da presente demanda, GABRIEL SIMÃO DE VASCONCELOS, atingiu a sua maioridade civil em 26/10/2024, conforme se extrai da sua certidão de nascimento colacionada na pág. 15. Presume a lei que os maiores de 18 anos não mais precisam da proteção conferida aos incapazes. A maioridade faz cessar inteiramente a subordinação aos pais. Assim, como o adolescente atingiu a maioridade no curso do processo, tornando-se capaz de todos os atos da vida civil, restando extinto o poder familiar, impõe-se reconhecer a perda do objeto da ação no que se refere ao pedido de Guarda e convivência. O adolescente poderá conviver com qualquer dos genitores, ou nenhum deles, se preferir, sem necessidade de interferência do judiciário. O interesse de agir é condição da ação consubstanciada tanto pela necessidade do ingresso em juízo, para a obtenção do bem de vida visado, como pela utilidade do provimento jurisdicional invocado, ou seja, relaciona-se com a necessidade da providência jurisdicional solicitada e na utilidade que o provimento poderá proporcionar ao autor. Portanto, implementando a maioridade civil, não está mais sujeito ao poder familiar, nos termos do art. 1.635, inciso III, do Código Civil e, por conseguinte, à guarda, uma vez que hoje está plenamente habilitados à prática de todos os atos da vida civil, conforme dispõe o caput do art. 5º, do Código Civil. Desse modo, o pedido de guarda e regulamentação de visitas resta prejudicado em face da perda superveniente do interesse de seu objeto em relação à GABRIEL SIMÃO DE VASCONCELOS. Da necessidade de regularização da representação processual A seu tempo, diante da maioridade da referida parte, DETERMINO a suspensão do processo, nos termos do art. 76 do CPC, bem como a intimação do promovente GABRIEL SIMÃO DE VASCONCELOS, por advogado constituído (via DJe) para regularizar a referida representação processual, devendo juntar aos autos seu documento de identidade, comprovante de endereço atualizado, procuração, declaração de hipossuficiência devidamente assinada por ele, no prazo de 15 (quinze) dias, sob consequência do disposto no art. 76, §1º, I c/c art. 485, IV, todos do Código de Processo Civil.. Suspenda-se o feito, conforme acima determinado. Saneadas as questões acima elencadas, retornem os autos para o devido impulsionamento. Intime-se as partes, por seus Advogados, via DJe. Cientifique-se o Ministério Público, via Portal de Intimação.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0455/2024

ADV: ARIOVALDO LEMOS DE MORAIS JUNIOR (OAB 28332/CE) - Processo 0191570-69.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0571082-72.2012.8.06.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: P.A.N.R. - A par da petição de fls. 379/, tendo o exequido apresentado proposta de quitação do debito alimentar, de forma parcelada, intime-se a parte exequente, através do Patrono Judicial, para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: REGINALDO SALES HISSA (OAB 5830/CE), ADV: RICARDO AUGUSTO LIMA ARAUJO (OAB 14775/CE), ADV: PEREGRINA BARBOSA CAPELO (OAB 38042/CE) - Processo 0247392-04.2023.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Alimentos - EXEQUENTE: M.C.P.Q.B. - EXECUTADO: B.D.B. - Assim, diante das retificações feitas pelo exequente e de seus atuais pleitos, assim como considerando que o devedor já integrar os autos e pagou parcialmente o débito, recebo o presente cumprimento, determinado a INTIMAÇÃO DO EXEQUIDO, por seu advogado (via DJ-e), para, em 3 (três) dias, pagar os alimentos de junho de 2023 a maio de 2024 no valor de R$ 62.800,41, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob consequência de ser decretada a sua PRISÃO CIVIL, nos termos do §1º do art. 528 do CPC e da Súmula 309 do Superior Tribunal de Justiça. Intime-se ainda a parte exequida para cientificá-la de que, transcorridos o prazo acima referido sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para que o devedor, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentar, nos próprios autos, sua impugnação, conforme ditames do art. 525 do CPC. Desta decisão, intime-se as partes, por seus respectivos advogados, via DJ-e. Cientifique-se o Ministério Público, via Portal de Intimação.

ADV: ANA CRISTINA CAVALCANTE LIMA TAVEIRA (OAB 15988/CE) - Processo 0278702-91.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Ingrid da Silva Rodrigues - Assim, ao compulsar os autos, verifico que a medida executiva em questão ainda não está apta a ser recebida, por não atender a todos os requisitos processuais exigidos, uma vez que o exequente apresentou apenas simples planilha de cálculo na própria petição, mas não adunou o demonstrativo discriminado e atualizado do débito, conforme disposto no art. 524, do CPC. Além disso, a inicial não atende aos requisitos previstos no art. 319 e 320, do CPC. Desse modo, determino a intimação da parte exequente, por seu advogado (via DJ-e), para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de: a) juntar aos autos o referido demonstrativo discriminado e atualizado do débito, nos moldes do art. 524, do CPC, em que conste, mês a mês, o índice de correção monetária aplicável à natureza da ação, no caso das obrigações alimentares, o INPC, se outro índice não foi estipulado no título executivo e, ao final retificar o valor da causa, caso necessário;b) acostar declaração de hipossuficiência devidamente assinada;c) adunar documento de identificação da menor.Ademais, ressalta-se que o não cumprimento da presente determinação, ensejará o indeferimento da petição inicial, conforme previsto no art. 330, IV, do CPC e, por conseguinte, a extinção do feito sem resolução de mérito e o cancelamento da distribuição da ação, nos termos do art. 485, I e IV c/c art. 924, I, todos do CPC.

ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE) - Processo 0278885-62.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.C.G.L. - Ademais, ressalto que o não cumprimento da presente determinação, no prazo estabelecido, ensejará o indeferimento da petição inicial, conforme previsão do art. 330, IV, do CPC e, por conseguinte, na extinção do feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, I e IV, do CPC e cancelamento da distribuição, consoante art. 290 do CPC.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0477/2024

ADV: ABELARDO AUGUSTO NOBRE NETO (OAB 24901/CE) - Processo 0140227-34.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0074272-13.2006.8.06.0001) - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.N. - SENTENÇA Processo nº: 0140227-34.2019.8.06.0001 Classe: Reconhecimento e Extinção de União Estável Assunto: Reconhecimento / Dissolução Requerente: Maria Castro Nascimento Requerido: DARLENE CRISTINA DOS SANTOS PINHEIRO e outrosDARLENE CRISTINA DOS SANTOS PINHEIRO e outros Vistos. Trata-se de Ação de Reconhecimento de União Estável Post Mortem ajuizada por Maria Castro Nascimento em face de Daniele dos Santos Pinheiro, Darlene Cristina dos Santos Pinheiro, Antonio Fabiano dos Santos Pinheiro, Franklin Flávio dos Santos Pinheiro e a menor, Ivaneide Cristina Nascimento Pinheiro, inicialmente qualificados. Inicial instruída com a documentação de fls 1/15. Não intimado (fl. 55), o requerido. Intimação da parte promovente (fls. 397). Decurso de prazo da intimação da requerente (fls. 399) Manifestação ministerial (fls. 403). Às fls. 393, foi determinada a intimação parte autora para dizer se tinha interesse no prosseguimento deste feito, sob pena de sua extinção e arquivamento. Realizada a intimação acima mencionada (fl. 397), foi certificado o decurso do prazo sem manifestação da parte autora (fl. 399). É o relatório. Decido. É cediço que a extinção do processo sem apreciação do mérito, deve ser situação excepcional, tendo em vista que processo civil moderno não compactua com excessivo formalismo, prestigiando, sim, o princípio da instrumentalidade, de sorte que, sempre que possível, se deva evitar a extinção do processo. É cediço, ainda, que a extinção exige a intimação da própria parte, pessoalmente, para suprir falha ou diligência que lhe compete, no prazo de cinco dias. De forma que após tal intimação e consolidada a inércia da parte, outro caminho não resta senão realizar a extinção do processo. No caso dos autos, ordenado o cumprimento da diligência nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil, e, em dando a parte continuidade a sua omissão, impõe-se seja extinto o processo. Extingue-se o processo quando a parte, mesmo intimada, exibe uma inércia proposital no prosseguimento da ação. Sem iniciativa da parte não pode haver impulso oficial. É, induvidosamente, uma simetria inarredável. Diante do exposto - considerando o mais que dos autos consta, normas e princípios aplicáveis à espécie, decreto a extinção do feito, e o faço com amparo na textuação legal pertinente. Custas pelo requerente, todavia suspendo a exigibilidade em razão dos benefícios da justiça gratuita, deferida às fls. 27 (art. 98 e seguintes do CPC). Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. P.R.I.C. Fortaleza/CE, 05 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: NAYARA PAULA PACHECO SOUSA (OAB 36940/CE) - Processo 0153245-30.2016.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.N.S. - REQUERIDA: L.D.S. - Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem resolução de seu mérito, o que faço com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC. Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade em razão de gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC). P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com a respectiva baixa.

ADV: JOSILANE VASCONCELOS RODRIGUES (OAB 11540/CE) - Processo 0162451-34.2017.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: F.F.F.S. - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE os pedidos iniciais, a fim estabelecer a guarda compartilhada e regime de visitas em favor do infante, L. F. M. da S., observando-se as cláusulas constantes da fundamentação acima exarada. Tendo em vista a sucumbência recíproca, condeno as partes a arcarem com metade das custas e despesas processuais (artigo 86, caput, do Código de Processo Civil de 2015), bem como, nos termos do artigo 85, §14, do Código de Processo Civil de 2015, determino que uma parte pague ao defensor da adversa honorários advocatícios sucumbenciais, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa (artigo 85, §§2º e 6º, do Código de Processo Civil de 2015), observando-se o deferimento da gratuidade judiciária concedida à parte autora. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação necessário e, em seguida, arquivem-se os autos.

ADV: ANTONIO CARLOS MAGALHAES (OAB 12992/RN) - Processo 0205525-37.2024.8.06.0117 - Cumprimento de sentença - Partilha - REQUERENTE: Vera Lucia Rodrigues da Silva - Vistos. Considerando o teor do art. 516, parágrafo único, do CPC, intime-se a parte exequente, por seu patrono (via DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o envio do presente cumprimento de sentença para a comarca de São Paulo, eis que o bem e o executado encontram-se naquele local, para fins de otimizar os atos executórios.

ADV: YANNA KARISSA GOMES CAVALCANTE (OAB 42845/CE), ADV: LICIA MARIA DE OLIVEIRA RIOS (OAB 38341/CE), ADV: IVINNA NUNES DE SOUSA (OAB 36751/CE) - Processo 0213611-54.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.O.F. - Ante o exposto, considerando o mais que dos autos consta, normas e princípios aplicáveis à espécie, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o convênio estabelecido pelas partes no tocante ao Divórcio, guarda, regulamentação de convivência alternada, bens e pensão alimentícia em favor do menor A. A. A. Dos S. O., Julgo EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, letra “b” do CPC. Custas pelas partes, todavia, suspensa a exigibilidade por gozarem dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora defiro. Sem honorários, ante a ausência de contraditório. Considerando art. 1000, § único, do Código de Processo Civil, o qual, determino desde já o trânsito imediato da sentença: Art. 1.000. A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão não poderá recorrer. Parágrafo único. Considera-se aceitação tácita a prática, sem nenhuma reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer. Intimem-se as partes autora e requeridas, através de seus advogados(via DJE). Expeçam-se os expedientes, e após ao arquivo, com baixa

ADV: GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES (OAB 60527/DF), ADV: GUILHERME CHAVES (OAB 29374/DF), ADV: LUIZ PAULO ATANAZIO SILVA (OAB 41716/DF) - Processo 0221021-37.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.B.S. - M.J.B.S. - A.B.V. - REQUERIDO: D.N.S. - De início, digo que os embargos de declaração são cabíveis quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão combatida. Dispõe o art. 1.022, do CPC: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Dessa forma, consoante se infere do dispositivo legal acima destacado, o recurso de embargos de declaração tem por finalidade explicativa e integrativa, caso se verifique obscuridade, dúvida e contradição ou omissão na sentença, respectivamente. Veja-se: “1) Ocorre obscuridade sempre que há falta de clareza na redação do julgado, tornando difícil dele ter-se a verdadeira inteligência ou exata interpretação. 2) Verifica-se a contradição, quando o julgado apresenta proposições entre si inconciliáveis. 3) Dá-se a omissão quando o julgado não se pronuncia sobre o ponto, ou questão, suscitado pelas partes, ou que o Juiz ou Juízes deveriam pronunciar-se de ofício” (Primeiras Linhas do Direito Processual Civil- Moacyr Amaral dos Santos - p.150). Ressalto que, eventualmente, poderão os embargos provocar a modificação do conteúdo do julgado (efeitos infringentes). Todavia, o que não se admite é a utilização dos embargos declaratórios unicamente para reformar o conteúdo decisório, impugnando o seu fundamento, a fim de rediscutir a lide, uma vez que o recurso aclaratório não se presta a reconsiderar a decisão. Observa-se no caso dos autos, que a embargante, Amanda de Brito Vieira, interpôs embargos de declaração às fls. 375/376, aduzindo em suas razões a existência de obscuridade e omissão na sentença de fls. 352/368, requerendo que fique expresso que o valor fixado para os alimentos de 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos vigentes no país é devido a cada um dos dois menores representados e, em caso de o alimentante encontrar-se no mercado

informal de trabalho, os alimentos sejam pagos no montante de 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos, a cada um dos dois menores requerentes. Desse modo, os pontos trazidos pela embargante, inferem-se nitidamente que a parte embargante deseja o reexame da matéria, haja vista discordar da fundamentação e motivação expressas na sentença, às fls. 352/368. Porém, destaco que, ao proferir a sentença consoante ao livre convencimento e de forma fundamentada, este juízo apreciou todo conjunto probatório coligido no bojo deste processo, não havendo o que se falar, portanto, em obscuridade e omissão na sentença. Além disso, são matérias que devem ser debatidas através de recurso específico (agravo de instrumento), não sendo os embargos de declaração o recurso cabível para reapreciação da matéria. Saliento, que os embargos de declaração não são cabíveis para o reexame de provas ou de questões decididas pelo juiz, nem mesmo se a parte discorda da decisão proferida, da sua fundamentação ou das teses invocadas. Os aclaratórios têm rígidos contornos, logo esta estreita via não serve para rediscutir o que decidido no pronunciamento judicial, tampouco pode ser usado para meramente prolongar indevidamente o processo. Nesse sentido: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA SIMILITUDE FÁTICA DOS CASOS CONFRONTADOS. APLICAÇÃO DE REGRAS TÉCNICAS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO. MULTA. 1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. A tentativa de alterar os fundamentos da decisão embargada, com vistas a obter decisão mais favorável aos seus interesses, demonstra o intuito procrastinatório da parte, o que enseja a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, em 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Jurisprudência do STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados, com imposição da multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.(EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 1340206/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 19/10/2015) Por todo o exposto, NÃO ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos, eis que a decisão recorrida deve ser reapreciada através de outro recurso (agravo de instrumento), bem como não houve obscuridade ou omissão na sentença de fls. 352/368. Determino, ainda, a intimação das partes, através de seus advogados (VIA DJE), do inteiro teor deste pronunciamento judicial.

ADV: GLÉDIS DE MORAIS LÚCIO (OAB 173139/SP), ADV: PEDRO ALAN TAVORA LIMA (OAB 43462/CE) - Processo 0229637-30.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.J.O.L.R.A.K.O.S. - REQUERIDO: J.C.L. - Vistos. Intimem-se as partes, por seus patronos (via DJe) ou, se assistidas pela Defensoria Pública(via portal), para, no prazo de 15 dias, indicarem as provas que efetivamente pretendem produzir em audiência, formulando seus requerimentos e arrolando suas testemunhas, se for o caso, com indicação de endereço eletrônico (E-mail e/ou whatsApp) das testemunhas arroladas, bem como seus e de seus advogados, acaso ainda não informados nos autos. Cientes as partes que cabe ao advogado intimar as testemunhas por ele arroladas, na forma do art.455, CPC. Cientes ainda as partes, de que a não indicação de provas, no prazo estipulado, implicará no julgamento do processo, no estado em que se encontra. Ciência ao Ministério Público.

ADV: MARCOS LEVY GONDIM SALES (OAB 29326/CE) - Processo 0253493-23.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - REQUERENTE: G.E.P.S. - Vistos. Versam os autos sobre Ação de Interdição c/c Pedido de Tutela Provisória de Urgência, ajuizada por Giovanna Esmeraldo Paz Soares, em favor de José Hélio Soares, , ambos devidamente qualificados nos termos da exordial de fls 01/10, de lavra do advogado constituído, acompanhada dos documentos de fls. 11/53. Parecer do Ministério Público às fls. 91/92, opinando pela concessão do pleito antecipatório da curatela. Interlocutória às fls. 93/95, deferindo a curatela provisória. Alvará com validade de 180 dias às fls. 107. É o breve relato. Designo para o dia 28/07/2025 às 16:00horas a entrevista da curatelanda por videoconferência, a ser realizada por intermédio do aplicativo TEAMS. A sala de audiência virtual poderá ser acessada pelo link ou pelo QR CODE, informados ao final desta decisão, mediante a utilização de computador ou de celular com acesso à internet. Para a eventualidade de acesso pelo celular, será necessário baixar o aplicativo "Microsoft Teams". Esclarece-se que o link e o QR CODE não constarão da publicação desta decisão, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar, em sendo o caso, dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a)Embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. INTIME-SE a parte autora, por mandado e por seu Advogado (via DJe), instando-a a comparecer acompanhada da parte promovida. CITE-SE O (A) CURATELANDO(A), por mandado. Exp. Necessários. LINK DE ACESSO À AUDIÊNCIA: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzQyM2JiZDctOGE5MS00MDVkLTgzZTAtMmYxOWVkYWViYTE0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22f0e0a34f-2fcd-4db5-90a4-b26e6a9531da%22%7d

ADV: LUIZ GONZAGA ALVES MARTINS (OAB 21395/CE) - Processo 0259196-32.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0214139-88.2024.8.06.0001) - Regulamentação da Convivência Familiar - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: C.S.M. - SENTENÇA Processo nº: 0259196-32.2024.8.06.0001 Classe: Regulamentação da Convivência Familiar Assunto: Regulamentação de Visitas Requerente: Célia de Sousa Medeiros Requerido: Leticia Rayanna do NascimentoLeticia Rayanna do Nascimento Vistos. Constata-se pedido de desistência da ação, antes da citação da parte requerida. Diante do exposto, homologo a desistência apresentada e determino o cancelamento da audiência de conciliação designada, com recolhimento do mandado de citação expedido, independente de cumprimento. Custas pela parte requerente, todavia suspensas, ante o deferimento da justiça gratuita às fls.247. Sem honorários sucumbenciais. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJE. Após o trânsito em julgado, ao arquivo, com baixa no sistema. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: RAIMUNDO NONATO HOLANDA COSTA (OAB 4988/CE), ADV: LEANDRA ALMEIDA CRUZ HOLANDA COSTA (OAB 25775/CE) - Processo 0263206-90.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: L.V.X. - Eliane Vieira da Silva - SENTENÇA Processo n.º: 0263206-90.2022.8.06.0001 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Prestação de Serviços e Prestação de Alimentos Requerente: Lara Vieira Ximenes e outro Requerido: Filipe Ximenes CartaxoFilipe Ximenes Cartaxo Vistos. Trata-se de pedido de homologação de acordo, firmado nos seguintes termos: pensão alimentícia firmada no percentual de 56,65% do salário mínimo vigente, com o pagamento até o dia 15 de cada mês, através de depósito bancário na conta da Genitora da Requerente, Sra. ELIANE VIEIRA DA SILVA, junto ao Banco Nubank (0260), agência 0001, conta 59946260-2. É o relatório. Decido. Dentre as hipóteses da extinção do processo com julgamento de mérito, elencadas no artigo 487, do Código de Ritos Cíveis, verifico o caso de transação realizada entre as partes, e no ensinamento do doutrinador MARCUS VINICIUS RIOS GONÇALVES, vislumbro passagens referentes à matéria, in verbis: A transação também pressupõe direito e interesses disponíveis. É negócio jurídico civil, bilateral, em que as partes, por concessões recíprocas, acordam sobre a questão discutida. Vale desde que haja acordo de vontade entre elas, e pressupõe o preenchimento dos requisitos gerais dos negócios jurídicos: partes capazes, objeto lício e forma prescrita ou não em lei. A força obrigatória da

transação não depende da homologação judicial, mas da manifestação bilateral de vontades. A homologação servirá apenas para encerrar o processo. (c) A transação pode ser celebrada em qualquer fase do processo, mesmo depois da sentença, ainda que tenha transitado em julgado, ou já na fase de execução. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. - 9. ed São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 433). Conforme se depreende do exposto, a transação pode ser firmada pelas partes em qualquer tempo processual, inclusive após a sentença ou mesmo em sede de recurso. Da leitura dos autos, verifico que os acordantes são pessoas capazes e que o acordo realizado possui expressa concordância das partes. Em continuidade, no caso dos autos, ocorreu in totum a previsão legal encartada no inciso III, alínea b, do art. 487, do Estatuto Processual Civil, estando ausentes quaisquer causas impeditivas da transigência realizada, de modo que sua homologação, é medida que se impõe. Isso posto, homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, cujos termos passam a integrar a presente sentença, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, nos termos do art.487,III, “b”, do Código de Processo Civil. Custas suspensas, por deferir às partes o benefício da justiça gratuita. Sem honorários sucumbenciais, por terem as partes acordado. Considerando que o fundamento da sentença não enseja interesse recursal para eventual impugnação, conforme disposto no art. 1.000, parágrafo único, do CPC, havendo, portanto, preclusão lógica para a interposição de eventuais recursos, registro que a presente sentença transita em julgado nesta data, devendo-se proceder desde logo à certificação. Oportunamente, cumpridas as determinações, arquivem-se com as devidas baixas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes e providências necessárias. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: LARISSA PEREIRA SOARES (OAB 42503/CE) - Processo 0266027-04.2021.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.F.S. - Ante o exposto, JULGO POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, sobre os alimentos prestados pelo requerido em favor da filha, E. S. C. De S., no valor equivalente a 20% do salário mínimo vigente, a ser pago mediante recibo ou depósito em conta bancária, até dia 05 de cada mês. sendo fixados, e no caso do promovido encontrar-se no mercado formal de trabalho, os alimentos a serem prestados pelo promovido, em favor da filha E. S. C. De S., serão no percentual de 20% (vinte por cento) dos vencimentos e demais vantagens do alimentante, incidindo referido percentual sobre férias, 13º salário, abonos, gratificações de qualquer natureza, hora extra, verbas rescisórias e seguro desemprego, excluídos apenas os descontos obrigatórios por Lei (previdência e imposto de renda, se houver). Importância a ser descontada em folha de pagamento do promovido e depositada em conta bancária de titularidade da genitora do alimentando, bem como estabeleço a guarda compartilhada e convivência paterno-filial em favor da infante, E. S. C. De S. observando-se as cláusulas constantes da fundamentação acima exarada. Custas e honorários no valor de 10% do valor da causa pela requerida. P.R.I.C. Após decorrido o prazo legal, atendidos os expedientes necessários e observadas as formalidades de praxe, arquivem-se.

ADV: DAVID NEILON FERREIRA LOPES (OAB 38947/CE) - Processo 0272372-78.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0242411-92.2024.8.06.0001) - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.G.N. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 05/02/2025 às 15:30h na sala VIRTUAL da HARMONIA 05, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital Microsoft Teams. Decisão: “Recebo o feito e determino seu processamento sob segredo de justiça. Defiro justiça gratuita ao requerente e o faço sob amparo do art. 98 do CPC. Ademais, conforme estabelece o Código de Processo Civil (CPC/2015) em seus arts. 694 e 695, encaminho o presente processo ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) para realização de audiência de mediação/conciliação. Por fim, encaminhem-se os autos ao setor de Distribuição desta Comarca para que proceda correção de classe e, por conseguinte, cadastro processual, por tratar-se o presente feito de ação de Averiguação de Paternidade (código 123), cadastrada erroneamente como “procedimento comum cível”.”

ADV: KAYRYS MOTTA NASCIMENTO (OAB 27855/CE) - Processo 0274064-15.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Rosilene Bernardo da Silva - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 05/02/2025 às 08:30h na sala VIRTUAL da HARMONIA 06, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital Microsoft Teams. Decisão: “Recebo o feito e determino seu processamento sob segredo de justiça. Defiro justiça gratuita ao requerente e o faço sob amparo do art. 98 do CPC. Considerando o interesse de incapaz, dê-se vista ao Ministério Público. Sobre o pedido de tutela de urgência, manifestar-me-ei após o parecer ministerial. Ademais, conforme estabelece o Código de Processo Civil (CPC/2015) em seus arts. 694 e 695, encaminho o presente processo ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) para realização de audiência de mediação/conciliação.”

ADV: JOÃO PAULO ARAÚJO DE SOUZA (OAB 16376/RN) - Processo 0278041-15.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.K.M.S. - Vistos. Intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer quem são as pessoas envolvidas na conversa, cujo print encontra-se às fls. 26/31, bem como esclarecer quem é o infante, cuja certidão de nascimento encontra-se às fls. 31. No mesmo prazo, deverá corrigir o valor da causa, que deverá ser a soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor, conforme redação do art. 292, III, do CPC. O não atendimento às determinações acima acarretará no indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC.

ADV: GUSTAVO CARVALHO ESPÍNDOLA (OAB 43092/CE), ADV: ISABEL CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 38718B/CE), ADV: KATIA IZABEL QUEIROZ DE FREITAS (OAB 21201/CE) - Processo 0280622-08.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0280324-16.2021.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.E.A.L. - Vistos. Intimem-se a parte autora por seu patrono (DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre petição de fls. 324/328. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO NICOLAS MARTINS SANTIAGO (OAB 41389/CE) - Processo 0281402-45.2021.8.06.0001 - Guarda de Família - Nomeação - REQUERENTE: C.G.S.F. - Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem resolução de seu mérito, o que faço com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC. Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade em razão de gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC). P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com a respectiva baixa.

ADV: JARDELLY DE AGUIAR CUNHA MARANHÃO (OAB 21809/CE), ADV: CARLOS ROGERIO LUSTOSA DA COSTA CAPISTRANO (OAB 52174/CE), ADV: CLARA HOLANDA NOGUEIRA (OAB 42220/CE), ADV: RAQUEL KLEIN ACIOLI GUERRA (OAB 28925/CE), ADV: ANGELICA MOTA CABRAL (OAB 24222/CE) - Processo 0287523-21.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: F.S.M. - REQUERIDA: C.S.M.M. - Vistos. Em que pese a parte autora tenha colocado embargos de declaração no corpo do texto, às fls. 513 e seguintes, não se trata de embargos de declaração, e sim de uma petição intermediária, requerendo a exoneração imediata da parte requerente, sob alegação de que o curso de graduação foi trancado pela parte requerida, conforme fora informado em petitório de fls. 489/490. Não obstante tal pedido, verifica-se

que a parte requerida interpôs apelação, inclusive, aguardando-se o prazo para que a parte apelada/promovente apresente contrarrazões recursais. Desse modo, este Juízo não pode apreciar pedido de fls. 513/516, pois o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é quem deverá analisar tal pedido, eis que há recurso contra sentença proferida e que aquele (Tribunal) terá a possibilidade de analisar toda a matéria no reexame do recurso interposto. Diante disso, aguarde-se para apresentação de contrarrazões recursais pela parte promovente/apelada. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO REGIS FREITAS DE CARVALHO (OAB 20933/CE) - Processo 0891093-78.2014.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: Luciana Lopes da Costa e outro - SENTENÇA Processo nº: 0891093-78.2014.8.06.0001 Classe: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos Assunto: Fixação Requerente: Luciana Lopes da Costa e outro Requerido: Jose Henrique Fonteles de AlmeidaJose Henrique Fonteles de Almeida Vistos. É cediço que a extinção do processo sem apreciação do mérito, deve ser situação excepcional, tendo em vista que processo civil moderno não compactua com excessivo formalismo, prestigiando, sim, o princípio da instrumentalidade, de sorte que, sempre que possível, se deva evitar a extinção do processo. É cediço, ainda, que a extinção exige a intimação da própria parte, pessoalmente, para suprir falha ou diligência que lhe compete, no prazo de cinco dias. De forma que após tal intimação e consolidada a inércia da parte, outro caminho não resta senão realizar a extinção do processo. A parte que postula ativamente em juízo tem a obrigação legal de promover o andamento do feito atendendo às determinações judiciais e mantendo atualizado o endereço para intimações, cumprindo assim sua missão processual, ou fazendo os requerimentos necessários ao andamento do feito. Consequentemente, verifica-se que, tentada a intimação no endereço fornecido nos autos, tem-se por válido o ato, sendo certo que decorrido mais de um mês da juntada aos autos do respectivo mandado, a parte requerente não promoveu os atos e diligências necessários a continuidade da demanda (fl. 177). Ademais, observa-se que o presente processo encontra-se aguardando manifestação da parte requerente há mais de dois meses, restando evidente, o abandono processual de sua parte, na forma do art. 485, inciso III, CPC. Diante do exposto, julgo extinta a presente ação, sem resolução de seu mérito, o que faço com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC. Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade em razão de gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita (art. 98, §3º, do CPC). P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com a respectiva baixa. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0478/2024

ADV: IGOR SANATIEL GONÇALVES ROCHA (OAB 16611/CE) - Processo 0030331-80.2024.8.06.0001 (processo principal 0214226-78.2023.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Fixação - CREDORA: Karla Kelly Sales dos Santos Sena - SENTENÇA Processo nº: 0030331-80.2024.8.06.0001 Classe: Habilitação de Crédito Assunto: Fixação Credor: Karla Kelly Sales dos Santos Sena : Considerando tratar-se única e exclusivamente de procuração, já juntada nos autos principais, com a habilitação dos advogados, extingo o feito, sem resolução de mérito, por inexistir interesse processual em seu prosseguimento. Sem custas. Certifique-se o trânsito em julgado imediato, e ao arquivo imediato, com baixa. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: FERNANDO BARBOSA DA SILVA JUNIOR (OAB 41156/CE), ADV: BENEDITO DE BRITO CARDOSO (OAB 31425/CE), ADV: ROBSON HALLEY COSTA RODRIGUES (OAB 27422/CE), ADV: VALDIMIRO VIEIRA DA SILVA (OAB 24331/CE), ADV: GABRIEL DE OLIVEIRA MEIRELES (OAB 44109/CE) - Processo 0067391-73.2016.8.06.0064 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.L.N. - R.N.M.R. - Vistos. DEFIRO o pleito de fl. 365 para que seja concedido prazo de 30 (trinta) dias às partes para cumprimento das diligências apresentadas na manifestação enviada pelo 2° Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza/CE (fls. 356/359). Ciência às partes, por seus patronos (DJe). Expedientes necessários.

ADV: DEYSIANE MARQUES NOGUEIRA (OAB 38200/CE) - Processo 0167128-39.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0294115-18.2022.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: F.A.R.A.M. e outro - EXECUTADO: F.M.M.N. - SENTENÇA Processo nº: 0167128-39.2019.8.06.0001 Classe: Cumprimento de sentença Assunto: Alimentos Exequente: Francisca Adriele Ribeiro dos Anjos Matias e outro Executado: Francisco Matias de Melo NetoFrancisco Matias de Melo Neto Vistos etc. 1) Inicialmente, determino o levantamento da suspensão. 2) Conforme consta nos autos, o exequente peticionou informando que a parte executada efetuou o pagamento da dívida, revelando sua satisfação com o crédito recebido. É o brevíssimo relatório. Decido. Conforme preleciona o art. 924, II, do NCPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. A existência de litígio é conditio sine qua non do processo. Portanto, tendo o exequente declarado sua satisfação com o crédito, pôs-se fim ao litígio objeto desta lide. Dessa forma, por não mais subsistir interesse no prosseguimento da execução por parte do exequente, declaro extinta a presente ação, por força do art. 924, II, do NCPC. Eventuais custas adicionais pela parte executada. P.R.I.C. Uma vez estabelecida a coisa julgada, dê-se baixa e arquive-se, com as cautelas legais. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: VERONESSA ALMEIDA MOTA (OAB 52484/CE) - Processo 0200386-64.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - AUTORA: Rita de Cassia Leitão Sousa Freitas - Vistos. Considerando que o presente feito já encontra-se sentenciado, com o devido trânsito em julgado, INDEFIRO os pleitos de fls. 113/114 e seguintes. Informe-se, ainda, que, havendo interesse no cumprimento da obrigação alimentar imposta, deverá ser ajuizada a ação cabível. Ciência à parte peticionante, por seu patrono (DJe), e ao Ministério Público, via portal. Expedientes necessários.

ADV: MARCILIO LELIS PRATA (OAB 24530/CE) - Processo 0202168-43.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.L.A.S. - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, o pedido autoral, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para, em consequência, DECRETAR A INTERDIÇÃO de ITALO FERNANDES DE SOUZA, declarando-a absolutamente incapaz, limitando-se aos atos patrimoniais e contratuais, não interferindo nos demais atos da vida civil, de acordo com o art. 1.771 do Código Civil, nomeando para atuar como sua CURADORA parte requerente ROSA DE LOURDES AGAPITO DE SOUSA, para representá-lo em seus interesses, devendo a mesma ser intimada para assinar termo de compromisso no prazo de 05 (cinco) dias. Saliente-se que a curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, § 1º, da Lei n. 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Curatela se limita aos direitos, interesses e aspectos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 da Lei nº 13.146/2015). Ressalte-se que a curadora não poderá alienar nenhum bem pertencente a interditada ou em comunhão com o mesmo, salvo autorizada judicialmente. O prazo para a Curatela será indeterminado, à míngua de indicativo de reversibilidade imediata da situação que afeta o curatelando (art. 84, §3º da Lei nº 13.146/2015). Deve a curadora observar a obrigação de prestar, anualmente, contas de sua administração a este juízo, apresentando balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, da Lei n. 13.146/2015 Estatuto da Pessoa com Deficiência), sendo advertida, ainda, quanto aos crimes e infrações administrativas descritos nos artigos 89 e 91 do mesmo diploma legal. Em obediência ao que dispõem o art. 755 do CPC, o art. 9º, III, do Código Civil e os arts. 29, V e 92 da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), INSCREVA-SE a presente sentença no Registro Civil e

proceda-se à sua devida publicação, devendo, dos editais, constar os nomes da interditada e do curador, a causa da interdição parcial e os limites da curatela, estabelecidos no parágrafo anterior. Intime-se o curador, através de seu patrono, (VIA DJE), para o devido compromisso, Expeça-se o ALVARÁ. Custas pela requerente, todavia, suspendo a exigibilidade em razão de gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, deferida em fls. 27, (art. 98, §3º, do CPC). Publique-se. Intime-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GERLANO ARAUJO PEREIRA DA COSTA (OAB 9544/CE), ADV: YASMINA BRAIDE DOS SANTOS (OAB 12400/CE), ADV: BRENA KERCIA SOARES DO CARMO (OAB 38869/CE) - Processo 0216766-51.2013.8.06.0001 (apensado ao processo 0177880-41.2017.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.F.V.C. - REQUERIDO: I.V.C. - Vistos. Em exame CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ajuizado por JOÃO FILLIPO VASCONCELOS CORREIA, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora, a Sra. MARIA JULIANA CORREIA PINHO TEMOTIO, em desfavor de IGOR VASCONCELOS DO CARMO, conforme petição de fls. 230/238. Certidão de decurso de prazo da parte executada à fl. 256. Atualização do débito pela parte exequente às fls. 269/270. Parecer ministerial às fls. 275/276. É o que importa relatar. Passo a decidir. Desprende-se dos documentos anexados, a existência de valores em aberto, não quitados até o presente momento, apesar de ter sido dada a oportunidade ao executado e do transcurso de lapso temporal ser bastante razoável para que o executado angariasse o necessário para a quitação do débito alimentar. Dessa forma, em face da recalcitrância do devedor em relação à liquidação do débito alimentar, a prisão civil, embora tratada como medida de caráter excepcional, evidencia-se, no caso em foco, como meio executivo de finalidade econômica, funcionando não como sanção, mas como medida de coerção necessária ao devedor para fazê-lo honrar os deveres inerentes à condição de pai. Com efeito, determino que se expeça o competente mandado de prisão, com prazo da prisão em 30 (trinta) dias. Prazo de validade do mandado de prisão de 02 (dois) anos. Oficie-se para fins de cumprimento. Ressalte-se, desde logo, que o pagamento pelo devedor da pensão em atraso relativamente aos três meses anteriores ao ajuizamento da ação, bem como as que se vencerem até a data do efetivo pagamento, afasta a medida coercitiva em comento (art. 528, § 6º e 7º, do CPC). Considerando a implantação do Banco Nacional de Mandados de Prisões BNMP, por parte do Conselho Nacional de Justiça, e o teor da Portaria nº 506/2018, do TJCE, que trata da integração SAJPG/BNMP, cumpram-se os seguintes expedientes: a) Identifique-se o Registro Judiciário Individual-RJI do devedor ou, caso conste nos autos, cadastre-se; b) Faça-se a devida anotação no histórico de partes. Considerando a expedição de mandado de prisão civil, determino que sejam os autos remetidos ao arquivo provisório, até o cumprimento do mandado de prisão ou até o seu vencimento. Expedientes necessários.

ADV: ANA TEREZA RODRIGUES SILVA (OAB 24355/CE) - Processo 0218781-07.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Erinalda Maria de Sousa Queiroz - Vistos. Intime-se a parte exequente por seu patrono constituído via (DJe), para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre AR de fls. 145/146, e requerer o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: JULIO BERNARDINO DA SILVA NETO (OAB 31726/CE) - Processo 0235512-20.2020.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.M.F. e outro - Vistos. De início, digo que os embargos de declaração são cabíveis quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão combatida. Dispõe o art. 1.022, do CPC: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Dessa forma, consoante se infere do dispositivo legal acima destacado, o recurso de embargos de declaração tem por finalidade explicativa e integrativa, caso se verifique obscuridade, dúvida e contradição ou omissão na sentença, respectivamente. Veja-se: “1) Ocorre obscuridade sempre que há falta de clareza na redação do julgado, tornando difícil dele ter-se a verdadeira inteligência ou exata interpretação. 2) Verifica-se a contradição, quando o julgado apresenta proposições entre si inconciliáveis. 3) Dá-se a omissão quando o julgado não se pronuncia sobre o ponto, ou questão, suscitado pelas partes, ou que o Juiz ou Juízes deveriam pronunciar-se de ofício” (Primeiras Linhas do Direito Processual Civil - Moacyr Amaral dos Santos - p.150). Ressalto que, eventualmente, poderão os embargos provocar a modificação do conteúdo do julgado (efeitos infringentes). Todavia, o que não se admite é a utilização dos embargos declaratórios unicamente para reformar o conteúdo decisório, impugnando o seu fundamento, a fim de rediscutir a lide, uma vez que o recurso aclaratório não se presta a reconsiderar a decisão. Observa-se que os pontos trazidos pelo embargante são matéria que deve ser debatida através de recurso específico (agravo de instrumento), não sendo os embargos de declaração o recurso cabível para reapreciação da matéria. Os aclaratórios têm rígidos contornos, logo esta estreita via não serve para rediscutir o que decidido no pronunciamento judicial, tampouco pode ser usado para meramente prolongar indevidamente o processo. Nesse sentido: “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DA SIMILITUDE FÁTICA DOS CASOS CONFRONTADOS. APLICAÇÃO DE REGRAS TÉCNICAS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO.OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROTELATÓRIO DO RECURSO. MULTA.1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso. 2. A tentativa de alterar os fundamentos da decisão embargada, com vistas a obter decisão mais favorável aos seus interesses, demonstra o intuito procrastinatório da parte, o que enseja a multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, em 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Jurisprudência do STJ. 3. Embargos de declaração rejeitados, com imposição da multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.(EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 1340206/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 19/10/2015) Por todo o exposto, não acolho os Embargos de Declaração opostos, eis que a decisão recorrida deve ser reapreciada através de outro recurso (agravo de instrumento). Determino, ainda, a intimação da parte embargante, através de seu advogado (via DJE), do inteiro teor deste pronunciamento judicial. Ciência ao Ministério Público, via portal.

ADV: TAMARA DE SOUSA MARQUES (OAB 34966/CE) - Processo 0239750-77.2023.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: F.R.C.S. - SENTENÇA Processo n.º: 0239750-77.2023.8.06.0001 Classe: Guarda de Família Assunto: Guarda Requerente: Francisca Rosivania Candida da Silva Requerido: Stephane Rosy da SilvaStephane Rosy da Silva Vistos. Trata-se de pedido de homologação de acordo, firmado nos seguintes termos: pensão alimentícia firmada no percentual de 56,65% do salário mínimo vigente, com o pagamento até o dia 15 de cada mês, através de depósito bancário na conta da Genitora da Requerente, Sra. ELIANE VIEIRA DA SILVA, junto ao Banco Nubank (0260), agência 0001, conta 59946260-2. É o relatório. Decido. Dentre as hipóteses da extinção do processo com julgamento de mérito, elencadas no artigo 487, do Código de Ritos Cíveis, verifico o caso de transação realizada entre as partes, e no ensinamento do doutrinador MARCUS VINICIUS RIOS GONÇALVES, vislumbro passagens referentes à matéria, in verbis: A transação também pressupõe direito e interesses disponíveis. É negócio jurídico civil, bilateral, em que as partes, por concessões recíprocas, acordam sobre a questão discutida. Vale desde que haja acordo de vontade entre elas, e pressupõe o preenchimento dos requisitos gerais dos negócios jurídicos: partes capazes, objeto lício e forma prescrita ou não em lei. A força obrigatória da transação não depende da homologação

judicial, mas da manifestação bilateral de vontades. A homologação servirá apenas para encerrar o processo. (c) A transação pode ser celebrada em qualquer fase do processo, mesmo depois da sentença, ainda que tenha transitado em julgado, ou já na fase de execução. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. - 9. ed São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 433). Conforme se depreende do exposto, a transação pode ser firmada pelas partes em qualquer tempo processual, inclusive após a sentença ou mesmo em sede de recurso. Da leitura dos autos, verifico que os acordantes são pessoas capazes e que o acordo realizado possui expressa concordância das partes. Em continuidade, no caso dos autos, ocorreu in totum a previsão legal encartada no inciso III, alínea b, do art. 487, do Estatuto Processual Civil, estando ausentes quaisquer causas impeditivas da transigência realizada, de modo que sua homologação, é medida que se impõe. Isso posto, homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, cujos termos passam a integrar a presente sentença, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, nos termos do art.487,III, "b", do Código de Processo Civil. Custas suspensas, por deferir às partes o benefício da justiça gratuita. Sem honorários sucumbenciais, por terem as partes acordado. Considerando que o fundamento da sentença não enseja interesse recursal para eventual impugnação, conforme disposto no art. 1.000, parágrafo único, do CPC, havendo, portanto, preclusão lógica para a interposição de eventuais recursos, registro que a presente sentença transita em julgado nesta data, devendo-se proceder desde logo à certificação. Oportunamente, cumpridas as determinações, arquivem-se com as devidas baixas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes e providências necessárias. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 51800/CE) - Processo 0248226-70.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0124694-50.2010.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.F.M. - Vistos. Intimem-se a parte autora, por seu patrono constituído via (DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre petição de fls. 67/92. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA GONÇALVES FILHA (OAB 33291/CE) - Processo 0248910-92.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0252129-50.2023.8.06.0001) - Guarda de Família - Guarda - AUTOR: A.R.V.S. - SENTENÇA Processo n.º: 0248910-92.2024.8.06.0001 Classe: Guarda de Família Assunto: Guarda Autor: Antonio Ricardo Vieira da Silva Requerido: Tatyana do Monte BelfortTatyana do Monte Belfort Vistos. Trata-se de pedido de homologação de acordo. É o relatório. Decido. Dentre as hipóteses da extinção do processo com julgamento de mérito, elencadas no artigo 487, do Código de Ritos Cíveis, verifico o caso de transação realizada entre as partes, e no ensinamento do doutrinador MARCUS VINICIUS RIOS GONÇALVES, vislumbro passagens referentes à matéria, in verbis: A transação também pressupõe direito e interesses disponíveis. É negócio jurídico civil, bilateral, em que as partes, por concessões recíprocas, acordam sobre a questão discutida. Vale desde que haja acordo de vontade entre elas, e pressupõe o preenchimento dos requisitos gerais dos negócios jurídicos: partes capazes, objeto lício e forma prescrita ou não em lei. A força obrigatória da transação não depende da homologação judicial, mas da manifestação bilateral de vontades. A homologação servirá apenas para encerrar o processo. (c) A transação pode ser celebrada em qualquer fase do processo, mesmo depois da sentença, ainda que tenha transitado em julgado, ou já na fase de execução. (GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito processual civil esquematizado / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. - 9. ed São Paulo : Saraiva Educação, 2018, p. 433). Conforme se depreende do exposto, a transação pode ser firmada pelas partes em qualquer tempo processual, inclusive após a sentença ou mesmo em sede de recurso. Da leitura dos autos, verifico que os acordantes são pessoas capazes e que o acordo realizado possui expressa concordância das partes. Em continuidade, no caso dos autos, ocorreu in totum a previsão legal encartada no inciso III, alínea b, do art. 487, do Estatuto Processual Civil, estando ausentes quaisquer causas impeditivas da transigência realizada, de modo que sua homologação, é medida que se impõe. Isso posto, homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes, cujos termos passam a integrar a presente sentença, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, nos termos do art.487,III, "b", do Código de Processo Civil. Custas pro rata. Honorários nos termos do especificado no acordo. Considerando que o fundamento da sentença não enseja interesse recursal para eventual impugnação, conforme disposto no art. 1.000, parágrafo único, do CPC, havendo, portanto, preclusão lógica para a interposição de eventuais recursos, registro que a presente sentença transita em julgado nesta data, devendo-se proceder desde logo à certificação. Oportunamente, cumpridas as determinações, arquivem-se com as devidas baixas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes e providências necessárias. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Ariana Cristina de Freitas Juiza de Direito

ADV: MIGUEL FERNANDES PESSOA NETO (OAB 41187/CE) - Processo 0253974-20.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0253699-71.2023.8.06.0001) - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: A.R.M.M. - Vistos. Intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer a viabilidade e prosseguimento do presente feito, haja vista que a guarda dos infantes está em discussão em outra ação.

ADV: VICENTE ANGELO LIMA DE SOUZA (OAB 7942/CE) - Processo 0257963-34.2023.8.06.0001 - Alteração de Regime de Bens - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.P.W. e outro - Intime-se a parte autora, por seu patrono constituído via (DJe), para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre edital às fls. 88. Expedientes necessários.

ADV: RENATO DO NASCIMENTO OLIVEIRA (OAB 40985/CE) - Processo 0276768-98.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Benjamim Freire Cavalcante, representado por Rochelle Freire Pessoa - Vistos. Intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o despacho de fls. 20 em sua totalidade, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC.

ADV: EMANUEL GUIMARÃES SANTOS FILHO (OAB 42924/CE) - Processo 0277769-89.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0214030-45.2022.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REPR. LEGAL: S.C.R.S. - Vistos. Torno sem efeito os despachos de fls. 194/195. Determino a intimação da parte exequente, por seu patrono (via DJE), para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se o débito foi quitado e, em caso negativo, atualizar o valor da dívida. Após o decurso do prazo acima, com ou sem manifestação da parte exequente, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO (OAB 3183/CE), ADV: LETÍCIA BRENA MATOS MACIEL (OAB 49619/CE), ADV: CAMILA IWARA SANTOS MAIA (OAB 26759/CE) - Processo 0278360-85.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0166296-11.2016.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.J.P.S. - REQUERIDO: A.H.A.P. - Vistos. Considerando os pedidos formulados em petição de fls. 104/106, determino: 1) desentranhamento da petição contida nas fls. 101/103 deste processo; 2) Que se proceda a desabilitação do Dr. EMANUEL GUIMARÃES SANTOS FILHO, OAB/CE nº 42.924. 3) Intime-se o executado para no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito conforme planilha acostada em petição de fls 106, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetua-lo, sob pena de sua prisão civil, conforme art. 528, § 3º e 7º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: ESTEFÂNIA SALES ROCHA GADELHA (OAB 42823/CE) - Processo 0278993-91.2024.8.06.0001 - Alteração de Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: N.E.B.R. e outro - Vistos. Intime-se a parte autora, por

seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial para informar os bens que pertencem ao patrimônio do casal e seus respectivos valores e, ainda, juntar: 1) Comprovante de residência dos requerente; 2) Declaração do imposto de renda dos últimos três anos de ambos os cônjuges para fins de aferição do benefício da justiça gratuita; 3) Declarações negativas de débito do Serviço de Proteção do Crédito de Fortaleza; 4) Certidões decendiais de inexistência de processos cíveis em desfavor dos requerentes da Justiça Estadual; 3) Certidões decendiais de inexistência de processos em desfavor dos requerentes da Justiça do Trabalho; 4) Certidões decendiais de inexistência de processos em desfavor dos requerentes da Justiça Federal; 5) Certidões da Junta Comercial sobre a existência de empresas em nome dos promoventes. Em caso positivo, apresentar as respectivas certidões negativas das empresas existentes. 6) Certidão negativa de débitos estaduais, federais e municipais referente a imóveis pertencente ao casal ou a um dos cônjuges; 7) Documento de quitação de veículos que estejam no nome de um dos cônjuges. Além disso, deverá corrigir o valor da causa de forma a constar a soma dos bens pertencentes ao patrimônio do casal. O não atendimento às determinações acima acarretará no indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC.

ADV: ANNA REGINA ALMEIDA DE MAGALHAES (OAB 24727/CE) - Processo 0279002-53.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.G.M. e outros - Vistos. Em que pese a presente ação não possuir proveito econômico, o valor da causa arbitrado pela parte não pode ser irrisório, devendo, pois, atribuir pelo menos o valor de um salário mínimo. Além disso, em análise aos documentos acostados aos autos, não verifiquei procurações outorgadas por todos os autores. Desta feita, intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJE), para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas complementares, bem como juntar procuração outorgada pelos demais autores, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0487/2024

ADV: FRANCISCO REGIS CARNEIRO ANGELIM (OAB 10678/CE) - Processo 0035646-89.2024.8.06.0001 (processo principal 0251696-51.2020.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Reconhecimento / Dissolução - CREDOR: Francisco Regis Carneiro Angelim e outros - Desta feita, considerando as peculiaridades do SAJ, determino a extinção com o consequente arquivamento do presente processo nº 0035646-89.2024.8.06.0001. Deixo de determinar a juntada da petição e documentos de fls. 01/300 nos autos principais, devendo o interessado, querendo, apresentá-la na demanda já em andamento.

ADV: FRANCISCO REGIS CARNEIRO ANGELIM (OAB 10678/CE) - Processo 0035658-06.2024.8.06.0001 (processo principal 0251696-51.2020.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Reconhecimento / Dissolução - CREDORA: Maria de Lourdes Carneiro Angelim e outros - Desta feita, considerando as peculiaridades do SAJ, determino a extinção com o consequente arquivamento do presente processo nº 0035658-06.2024.8.06.0001. Deixo de determinar a juntada da petição e documentos de fls. 01/250 nos autos principais, devendo o interessado, querendo, apresentá-la na demanda já em andamento.

ADV: FRANCISCO REGIS CARNEIRO ANGELIM (OAB 10678/CE) - Processo 0036171-71.2024.8.06.0001 (processo principal 0251696-51.2020.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Reconhecimento / Dissolução - CREDOR: Francisco Regis Carneiro Angelim e outros - Desta feita, considerando as peculiaridades do SAJ, determino a extinção com o consequente arquivamento do presente processo nº 0036171-71.2024.8.06.0001. Deixo de determinar a juntada da petição e documentos de fls. 01/103 nos autos principais, devendo o interessado, querendo, apresentá-la na demanda já em andamento.

ADV: MARCUS ARTUR SOARES DE SOUZA (OAB 79802/RJ), ADV: VANIA LOPES DA SILVA TEIXEIRA (OAB 199219/RJ), ADV: VALTÉCIO DUARTE DO NASCIMENTO (OAB 158123/RJ) - Processo 0046399-28.2012.8.06.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: V.S.R.L. - EXECUTADO: S.R.L. - D.H. Considerando a dicção do art. 437, §1º do CPC, e antes de apreciar os pedidos lançados pela parte exequente nos item “b”, “c” e “d” às fls. 212 e nas fls. 232, intime-se, primeiramente, a parte executada, por seu advogado (via DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca das informações lançadas às fls. 222/228, e acerca da petição lançada pela parte exequente às fls. 232. No mais, considerando o lapso temporal desde a juntada de planilha do débito alimentar, às fls. 174; hei por bem determinar, ainda, a intimação da parte exequente, por seu advogado (via DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha atualizada e detalhada, mês a mês, inclusive considerando valores eventualmente quitados pelo executado.

Processo 0251777-92.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0887844-22.2014.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: O.F.A. - REQUERIDO: J.G.O.L. - Por todo o exposto, com fundamento nos termos do art. 1.694 e 1.699 do CC e no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para fins de majorar os alimentos devidos à filha menor identificada na inicial, fixando o valor da nova pensão alimentícia em 25% do salário mínimo, a serem pagos pelo requerido a cada dia cinco de cada mês, em conta bancária da genitora da menor, ou diretamente em sua mão mediante recibo.

ADV: ALINE ALENCAR MACEDO (OAB 33101/CE), ADV: MARCOS VINÍCIUS RODRIGUES EUGÊNIO (OAB 35997/CE), ADV: GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556B/CE) - Processo 0258459-34.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0030852-79.2011.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.O.N. - REQUERIDA: A.C.R.M.N. - Diante do exposto, na forma do artigo 1.699 do CC/02, bem como artigo 487, I do CPC, julgo procedente o pedido inicial para fins de exonerar o autor

Processo 0265258-25.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.G.R.T.R.C.E.R.S. - REQUERIDO: J.R.T.L. - Diante do exposto, na forma do artigo 487, I do CPC c/c 1694, §1º, do CC/02, julgo procedente em parte o pedido de alimentos, oportunidade em que condeno o promovido ao pagamento de alimentos em favor do autor, seu filho menor, no percentual equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do salário e vantagens do promovido, excluídos apenas os descontos obrigatórios de imposto de renda e previdência pública, mas incidentes sobre férias e décimo terceiro salário, e caso não esteja com emprego formal, o valor da pensão deve ser 20% do salário mínimo, sendo que em ambos os casos os alimentos devem ser pagos até o dia cinco de cada mês em conta bancária indicada pela genitora do menor, apontada às fls. 10, item 11.1, através de desconto em folha de pagamento, ou diretamente em suas mãos mediante recibo.

Processo 0268560-28.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.S.C.O. - REQUERIDO: L.G.O. - Desta feita, verificando a impossibilidade de convivência em comum relatada nos autos e, ainda, com fulcro no art. 226, parágrafo 6º da Constituição Federal/88, modificado pela EC 66/2010, HOMOLOGO, por sentença, na forma do artigo 487, III “b” do CPC, para que produza seus devidos e legais efeitos, o acordo de divórcio celebrado às fls.78/79, cujo teor faz parte integrante da presente sentença, oportunidade em que declaro extinto pelo divórcio o casamento civil

ADV: FRANCISCO ELIAS DA SILVA COELHO (OAB 44918/CE) - Processo 0268728-30.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: H.V.S. - Sendo assim, HOMOLOGO o acordo constante às fls.61/62, formulado

entre as partes acima mencionadas, cujo conteúdo se integra a este dispositivo, JULGANDO EXTINTO, por conseguinte, o processo, com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, “b” do CPC/2015.

ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE) - Processo 0273458-84.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0220102-63.2013.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Teles e Alves Advogados Associados S/s - Desta forma, considerando as razões acima expostas, indefiro o pedido de parcelamento de custas judiciais requeridas às fls. 27/28. Intime-se, assim, a parte exequente (via DJe) para ciência da presente decisão, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, do CPC, emendar a peça exordial no sentido de proceder com o recolhimento das custas judiciais considerando o valor indicado em Tabela IV, item “II -Execução de Sentença”, possibilitando o prosseguimento regular da presente demanda.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0488/2024

ADV: CHARLES ABRAAO DE MELO DIAS (OAB 47693/CE) - Processo 0278887-32.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.S.S. - Postas essas considerações, em cognição sumária não exauriente, indefiro, por ora, a concessão de tutela provisória de urgência na forma requestada, até ulterior deliberação deste Juízo. Determino, deste modo, a citação da parte requerida, por mandado (justiça gratuita), considerando o disposto contido no artigo 695, § 1º do CPC, acerca da presente ação, encaminhando-lhe senha do processo para acesso aos autos, a fim de que aquela possa, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Intime-se a parte autora por meio de seu advogado (via DJe) acerca da presente decisão.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0489/2024

ADV: ALOYSIO MARTINS PALITOT (OAB 19056/ES) - Processo 0033867-02.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: G.C.N. - Diante do exposto, hei por bem, extinguir o presente feito, na forma do art. 485, IV do CPC, ante a ausência de interesse processual da parte autora, sem prejuízo de manejar a ação que entender de direito.

ADV: MARCUS VINICIUS FAUSTO LOPES (OAB 34279/CE) - Processo 0224483-31.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: V.B.C.F. - Na forma do art. 465 do CPC, e considerando as informações das fls. 103/105, nomeio o médico psiquiatra inscrito e credenciado junto ao SIPER, Dr. MARCOS CLINT LEAL DE CARVALHO (com endereço na Doutor Gilberto Studart - n.º 2189, apto. 2204 - Cocó - CEP 60192-115, Fortaleza/CE) para realização da perícia na parte curatelanda, consoante diretriz do artigo 753 do CPC. O perito nomeado deverá responder a seguinte quesitação: 1) O(a) curatelando(a) é portador de transtorno de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de causa transitória ou permanente (art. 2º da Lei nº 13.146/2015)? 2) Tratando-se de deficiência/limitação física, inclusive decorrente de idade provecta, qual o sistema orgânico comprometido, a etiologia e a classificação na CID-10 (Classificação Internacional de Doenças)? 3) Tratando-se de deficiência/limitação mental, cuida-se de retardo mental ou de outro quadro psicopatológico, qual seja, transtorno psicótico, neurótico, psicopático ou demência? Justificar. 4) Qual o grau de etiologia e classificação na CID-10 da deficiência/limitação mental indicada? 5) Qual o quadro psicopatológico indicado na etiologia e classificação da CID-10? 6) O transtorno indicado (mental, físico ou etário) limita a capacidade civil? 7) A limitação afirmada é transitória ou permanente? 8) O(a) curatelando(a), por si e sem assistência de terceiros, tem capacidade de exercer atividade comercial ou negocial? 9) Tratando-se de deficiência/limitação intelectual, existe comprometimento da manifestação da vontade ou prejuízo do discernimento? 10) Apresente, o perito, os esclarecimentos adicionais que repute necessários. Desta feita, intime-se o perito nomeado, a partir do endereço eletrônico apresentado junto ao cadastro do SIPER, posto diretriz do artigo 465, § 2º, III do CPC, no sentido de apresentar a perícia no prazo de 60 dias, para fins de avaliar a capacidade da parte curatelanda para praticar atos da vida civil (artigo 753 do CPC), respondendo os quesitos apresentados acima, devendo ao mesmo ser franqueado acesso ao processo, inclusive por meio de senha específica. Arbitro o valor de R$ 750,00 a título de honorários periciais, conforme disposição do caput do art. 35 da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça n.º 14/2022 e da Portaria n.º 320/2024 do TJCE. Determino, pois, que encaminhe ao perito nomeado o número do processo e a respectiva senha de acesso aos autos, bem como cópia desse despacho, na qual consta a quesitação a ser respondida. Determino, outrossim, que, após a realização da perícia e a juntada do laudo pericial nos autos, o gabinete proceda à requisição do pagamento dos honorários aqui arbitrados através do sistema SIPER, nos termos do art. 36 e ss. da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça n.º 04/2017. Intime-se a parte autora, por seu advogado (via DJe), para ciência da presente decisão. Ciência ao Ministério Público e ao Curador Especial (via portal).

ADV: ROBERTA DUARTE VASQUES (OAB 14140/CE) - Processo 0229999-32.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.C.A.P.B. - Na oportunidade e na forma do art. 465 do CPC, nomeio o médico Dr. Marcos Clint Leal de Carvalho, perito devidamente inscrito e cadastrado no SIPER (Sistema de Peritos do TJCE), com endereço na Rua Doutor Gilberto Studart, n.º 2189, apto. 2204, Cocó, Fortaleza/CE - CEP: 60.192-115), para realização da perícia na parte interditanda, consoante diretriz do artigo 753 do CPC. Determino, pois, na forma do artigo 465, § 2º do CPC, a intimação deste, por via postal A.R sem necessidade de MP, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, currículo (com comprovação de especialização e habilitação profissional) e contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, na forma do §2º do artigo acima citado. Determino, ainda, a intimação das partes, por seus advogados (via DJe), para, além de tomarem ciência da presente decisão, manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da nomeação do perito, e querendo, apresentar assistente técnico e quesitação, na forma do artigo 465 do CPC. Ciência ao Ministério Público e ao curador especial para os mesmos fins (via portal).

ADV: JOAO EUDES BRITO DANTAS (OAB 30234/CE), ADV: KARLA DANTAS DA SILVA (OAB 47765/CE) - Processo 0238525-85.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.C.D.O. - Na forma do art. 465 do CPC, e considerando as informações das fls. 68/70, nomeio o médico psiquiatra inscrito e credenciado junto ao SIPER, Dr. MARCOS CLINT LEAL DE CARVALHO (com endereço na Doutor Gilberto Studart - n.º 2189, apto. 2204 - Cocó - CEP 60192-115, Fortaleza/CE) para realização da perícia na parte curatelanda, consoante diretriz do artigo 753 do CPC. O perito nomeado deverá responder a seguinte quesitação: 1) O(a) curatelando(a) é portador de transtorno de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, de causa transitória ou permanente (art. 2º da Lei nº 13.146/2015)? 2) Tratando-se de deficiência/limitação física, inclusive decorrente de idade provecta, qual o sistema orgânico comprometido, a etiologia e a classificação na CID-10 (Classificação Internacional de Doenças)? 3) Tratando-se de deficiência/limitação mental, cuida-se de retardo mental ou de outro quadro psicopatológico, qual seja, transtorno psicótico, neurótico, psicopático ou demência? Justificar. 4) Qual o grau de etiologia e classificação na

CID-10 da deficiência/limitação mental indicada? 5) Qual o quadro psicopatológico indicado na etiologia e classificação da CID-10? 6) O transtorno indicado (mental, físico ou etário) limita a capacidade civil? 7) A limitação afirmada é transitória ou permanente? 8) O(a) curatelando(a), por si e sem assistência de terceiros, tem capacidade de exercer atividade comercial ou negocial? 9) Tratando-se de deficiência/limitação intelectual, existe comprometimento da manifestação da vontade ou prejuízo do discernimento? 10) Apresente, o perito, os esclarecimentos adicionais que repute necessários. Desta feita, intime-se o perito nomeado, a partir do endereço eletrônico apresentado junto ao cadastro do SIPER, posto diretriz do artigo 465, § 2º, III do CPC, no sentido de apresentar a perícia no prazo de 60 dias, para fins de avaliar a capacidade da parte curatelanda para praticar atos da vida civil (artigo 753 do CPC), respondendo os quesitos apresentados acima, devendo ao mesmo ser franqueado acesso ao processo, inclusive por meio de senha específica. Arbitro o valor de R$ 750,00 a título de honorários periciais, conforme disposição do caput do art. 35 da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça n.º 14/2022 e da Portaria n.º 320/2024 do TJCE. Determino, pois, que encaminhe ao perito nomeado o número do processo e a respectiva senha de acesso aos autos, bem como cópia desse despacho, na qual consta a quesitação a ser respondida. Determino, outrossim, que, após a realização da perícia e a juntada do laudo pericial nos autos, o gabinete proceda à requisição do pagamento dos honorários aqui arbitrados através do sistema SIPER, nos termos do art. 36 e ss. da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça n.º 04/2017. Intime-se a parte autora, por seu advogado (via DJe), para ciência da presente decisão. Ciência ao Ministério Público e ao Curador Especial (via portal).

ADV: ROOSEVELT SILVA HOLANDA JUNIOR (OAB 38076/CE) - Processo 0250614-43.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Bem de Família Legal - INTERTE: M.L.C.R. - Em face de tais circunstâncias, e considerando, igualmente, o disposto no art. 9º, VII, da Lei n.º 13.146/2015; considerando, ainda, o disposto no art. 156, §5º do CPC, bem como que a parte autora procedeu a juntada às fls. 48/49 do relatório médico referente a parte curatelanda, hei por bem nomear o médico responsável por referido laudo, Dr. Luiz A. Aires Leal, CREMEC n.º 946, como perito nos presentes autos. Determino, desta forma, a intimação da parte autora, por seu advogado (via DJe), para ciência da presente decisão. No mais, certifique a SEJUD 1º Grau acerca do decurso do prazo de impugnação da parte curatelanda. Decorrido o prazo acima, sem impugnação pela curatelanda, determino, de logo, e na forma do art. 752, §2º do CPC, a intimação do Curador Especial para manifestação acerca do pedido de curatela e do relatório médico acostado às fls. 48/49, no prazo de 30 (trinta) dias, este já contado na forma do art. 186 do CPC. Ciência, por fim, ao Ministério Público (via portal).

ADV: EUGENIO DE ARAUJO E OLIVEIRA LIMA (OAB 18264/CE), ADV: ALBERTO VERAS CARAPEBA FILHO (OAB 21021/CE) - Processo 0265564-28.2022.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Bem de Família Legal - EXECUTADO: F.G.A.B. - Considerando os embargos de declaração opostos às fls. 284/288; hei por bem determinar, sem prejuízo do prazo concedido às fls. 283, a intimação da parte embargada/executada, por seus advogados (via DJ/e) para, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 1.023 do CPC, manifestar-se acerca dos embargos de declaração de fls. 284/288.

ADV: VANESSA HELANIA OLIVEIRA CARNEIRO (OAB 40015/CE) - Processo 0271609-77.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Katiane Rodrigues Pimentel de Almeida - Assim, diante do exposto, tendo em vista o pedido das fls. 24/25; homologo a desistência para os fins do art. 200, parágrafo único, Código de Processo Civil e, declaro extinta a presente ação, tomando por fundamento o disposto no artigo 485, VIII do CPC.

ADV: TERESA EMANUELI MAIA VALENTE (OAB 43809/CE), ADV: ZACHARIAS AUGUSTO DO AMARAL VIEIRA (OAB 40855/CE) - Processo 0279563-14.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0145193-74.2018.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: S.L.F.B. - REQUERIDO: C.R.F.B. - Por todo o exposto, com fundamento nos termos do art. 1.694 e seguintes do CC e no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para fins de majorar os alimentos devidos ao filho menor identificado na inicial, fixando o valor da nova pensão alimentícia em 50% do salário mínimo, em benefício do autor, a ser pago pelo requerido a cada dia cinco de cada mês, em conta bancária da genitora do menor.

EXPEDIENTES DA 7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0451/2024

ADV: ROBERTO CRUZ CAVALCANTE (OAB 37091/CE) - Processo 0010728-89.2022.8.06.0001 (processo principal 0886595-36.2014.8.06.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Infância e Juventude - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Jaila Araujo Sabino - Nos autos. Ciente de petição de fl. 221, verifico que não foi cumprido o determinado no despacho de fl. 218. Assim, intime-se o exequente, por seu patrono via DJe, para no prazo de 10 (dez) dias adequar seu pedido, considerando o débito que pode ser cobrado sob o rito de prisão. Expedientes necessários.

ADV: WELLINGTON COELHO SILVA (OAB 6468/CE) - Processo 0018379-95.2010.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.F.S. - Nos autos. Sob exame pedido de prosseguimento do feito formulado pelo autor à fl. 45 sob os seguintes fundamentos: a) não ter recebido a carta para comparecimento à audiência de conciliação; b) o patrono à época constituído não promoveu o devido assessoramento; c) ter perdido o contato com o causídico; e d) não ter localizado a requerida no endereço conhecido. Suplicou pela continuidade do feito e designação de nova data para audiência de conciliação. No entanto, observo que à fl. 33 consta sentença terminativa de mérito, cujo trânsito em julgado ocorreu desde 22/03/2013, certidão de fl. 37. No mais, verifico que os ditames processuais para extinção do feito sem resolução do mérito foram atendidos, pois o promovente foi intimado para suprir a falta no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de extinção, na conformidade do artigo 267, § 1.º do Código de Processo Civil de 1973. Desta forma, NÃO CONHEÇO do pedido de fl. 45, razão pela qual deverá o interessado ingressar com uma nova ação, distribuída por dependência a esta Unidade, sendo esta a inteligência do artigo 286, II, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM) - Processo 0037173-18.2020.8.06.0001 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERIDO: R.S.V.F. e outros - Nessas condições, figurando pedido incontroverso nos autos, nos termos do art. 356 do novo Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE O MÉRITO da causa para HOMOLOGAR o acordo firmado pelas postulantes em audiência (fls. 336/338), o que faço por decisão interlocutória parcial de mérito, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Quanto ao pleito de conversão dos alimentos provisórios em definitivos, entendo que o réu deverá se manifestar a respeito, não havendo prejuízo ao menor o prosseguimento do feito pois informado às fls. 395/396 que os encargos vem sendo descontados em folha de pagamento. Assim, por não ter sido possível intimar o réu pessoalmente por inexistência do número indicado, tampouco pela via remota, haja vista o número fornecido não funcionar (fl. 470), determino a expedição de ofício ao empregador do alimentante (OCIDENTAL COMERCIO DE FRIOS LTDA, Rua Osvaldo Aranha, 139, São Raimundo Manaus-AM CEP 69027-023) para fornecer endereço e contato telefônico de RONILSON DE SOUZA VICENTE, brasileiro, solteiro, portador do RG n°22283960 SSP/AM, inscrito no CPF n° 958.873.342-15. Intimem-se da presente decisão as

partes, pela Defensoria Pública, o patrono do réu - via DJe, e o Ministério Público - via portal. Expedientes necessários.

ADV: EVERTON DE ALMEIDA BRITO (OAB 19858B/CE), ADV: ANA TERESA DE ALMEIDA BATISTA BARBOSA (OAB 16659/CE) - Processo 0117835-08.2016.8.06.0001 (apensado ao processo 0200841-44.2015.8.06.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: N.V.B.R. - EXECUTADO: L.S.R. - Assim, havendo indícios do pagamento do débito de R$ 46.726,56, entendo mais prudente determinar a SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO DECRETO PRISIONAL DO EXECUTADO CONSTANTE DESTES FÓLIOS PROCESSUAIS até que seja informado pela exequente se o débito persiste ou não. Determino, com urgência, a expedição de contramandado de prisão e de ofício à autoridade policial para ciência e cumprimento deste, assim como recolhimento do mandado de prisão n.º 0117835-08.2016.8.06.0001.01.0003-08, fls. 1393/1394. Determino, ainda: a) a intimação dos exequentes, por seus patronos (via DJe), da petição de fls. 1398/1402 e do prazo de 05 dias para formular os requerimentos que entender, notadamente prestando informações sobre o adimplemento ou não do executado; b) a intimação do executado da presente decisão, por seu patrono via DJe. c) a intimação do Parquet, via Portal, para ciência. Expedientes necessários.

ADV: FABIO GENTILE (OAB 18498B/CE), ADV: JOSÉ VICENTE DE OLIVEIRA FILHO (OAB 36317/CE) - Processo 0140743-06.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.P.A.A.S. - Nos autos. Apresentada a petição de fls. 1094/1103 na qual se tem pedido de nulidade da prova testemunhal entre outros, intime-se a parte autora, por seus patronos - via DJe. Concedo o prazo de 10 dias para os requerimentos que entender. Expedientes necessários.

ADV: BRENNO GOMES DE ALMEIDA (OAB 33421/CE), ADV: WLADSON CHARLES PAIXAO ARAUJO (OAB 35572/CE) - Processo 0165678-95.2018.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: T.F.A. e outros - Nos autos. Intime-se o promovido, por seu patrono via DJe, para apresentação de memoriais no prazo legal de 15 dias. Expedientes necessários.

ADV: PAULO EDUARDO MAGNANI FABRICIO (OAB 23004/CE), ADV: MAYNA CAVALCANTE FELIX (OAB 22207/CE), ADV: RAFAELLA PATRÍCIA JÁCOME FERNANDES (OAB 17025/RN), ADV: CHIARA TELES REBOUÇAS DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 15317/RN) - Processo 0174509-06.2016.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Exoneração - REQUERENTE: E.A. - REQUERIDA: R.L.S.A. - Nos autos. Inicialmente, não conheço dos embargos declaratórios por ser recurso incabível ao caso, já que não se está diante de decisão, mas sim de despacho de mero expediente, como se vê do pronunciamento judicial de fls. 247/248, não causando prejuízo à parte, pois sem conteúdo decisório, assim, incidente a regra do artigo 1001 do Código de Processo Civil, pelo qual Dos despachos não cabe recurso. No entanto, observo que este Juízo se equivocou ao digitar as folhas no item 1 do despacho de fls. 247/248, haja vista que foram apresentadas em língua estrangeira sem a devida tradução a documentação de fls. 203/224, assim, o item “1” do sobredito despacho passará a constar da seguinte forma: “1) apresentar a documentação impugnada (fls. 203/224) em atendimento ao artigo 192, parágrafo único, do Código de Processo Civil 1, sob pena de serem desconsiderados;” Intime-se do presente despacho tanto o autor quanto a demandada, por seus respectivos patronos (via DJe). Expedientes necessários.

ADV: DANIELE RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 19933/CE) - Processo 0187297-52.2016.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Revisão - REQUERIDO: F.F.L. - Nos autos. Apresentada defesa e diante da iminente extinção do feito sem resolução do mérito, intime-se o acionado, por seus patronos - via DJe, para informar se possui interesse na continuidade do feito, formulando os requerimentos que entender, no prazo de 05 dias. Expedientes necessários.

ADV: VALDIR LUIZ DE MOURA JÚNIOR (OAB 39069/CE) - Processo 0201984-53.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: J.A.A.F. - Nos autos. Determino a realização de exame médico no (a) interditando (a) pelo NPDM/UFC, localizado na Rua Coronel Nunes de Melo n. 1000, Rodolfo Teófilo, Fortaleza-Ce, CEP 60.430-275, telefone 085 36668333, na conformidade do Termo de Cooperação Técnica n. 06/2018 (UFC/TJCE). Ressalto que se faz necessário o dito exame em face da previsão legal do artigo 753 do Código de Processo Civil. Intime-se à parte autora, por seu patrono (via DJe), e o curador especial (através do Portal) para quesitação no prazo de 05 dias. Vista ao Ministério Público (por intermédio do Portal) para seus quesitos.

ADV: PATRICIA KELLY CAMPOS DE SOUSA (OAB 12930/CE) - Processo 0203882-38.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.P.C. - Nos autos. Observo que à fl. 176 consta despacho determinado a realização da perícia domiciliar da interditanda. Assim, cumpra-se. Intime-se o peticionante de fl. 189. Expedientes necessários.

ADV: JOSE BATISTA DE SA (OAB 20442/CE) - Processo 0209727-17.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.J.F.S. - Nos autos. Sobre a certidão de fls. 313/314, diga a parte requerente por seus patronos via DJe, no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: DORIDELZA IZABEL DE VACONCELOS ARAUJO (OAB 26159/CE) - Processo 0210500-62.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: P.J.B.L. - Nos autos. Apresentada a proposta de fls. 157/159, intime-se o acionado por sua patrona via DJe. Concedo o prazo de 10 dias para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ RAFAEL LIMA ARRUDA (OAB 42459/CE), ADV: SIMONE FERREIRA MATIAS (OAB 6785/CE) - Processo 0213009-97.2023.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: B.M.O. - Nos autos. Sobre a petição e documentos de fls. 405/445, intime-se o acionado, por seus patronos via DJe. Concedo o prazo de 10 dias para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: ALFREDO LEOPOLDO FURTADO PEARCE FILHO (OAB 19596/CE) - Processo 0213471-54.2023.8.06.0001 - Regulamentação da Convivência Familiar - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: G.A.C. - Nos autos. Sobre os termos do processo, diga a parte autora por seu patrono (via DJe), no prazo 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCONDES JOSÉ SARAIVA DE AGUIAR (OAB 18413/CE) - Processo 0215575-19.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0772080-76.2000.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: Jose Sávio Moreno Nogueira - Nos autos. Anote-se a constituição de causídico pelo acionado (fls. 229/230.Após, dê-se ciência via DJe. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO AMERICO BRITO LESSA (OAB 30978/CE) - Processo 0215739-47.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: J.B.S. - Nos autos. Intime-se a parte autora, por seu patrono (Via DJe), para informar se possui ou não interesse no prosseguimento do feito, face sua ausência no ato audiencial.

ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), ADV: FABIANO ROCHA DE SOUSA (OAB 33004/CE) - Processo 0216180-28.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: M.L.M.A. - REQUERIDO: W.M.F. - Nos autos. Sob análise, ação de guarda c/c suprimento de autorização de residência c/c tutela de urgência, manejada nos termos da exordial de fls. 01/15. Feito inicialmente distribuído ao Juízo da 3ª Vara de Infância e Juventude em data de 12/03/2024. Despacho inaugural que declarou a isenção de custas, na forma da lei; determinou a citação da parte adversa; e a remessa do feito para estudo de caso. (fls. 46). Às fls. 49/50, petição do acionado requerendo a juntada de instrumento outorgado e habilitação de seus causídicos. Defesa apresentada às fls. 52/57. Às fls. 89/95 foi proferida decisão de declínio de competência, por entender o Juízo da 3ª Vara de Infância e Juventude que a competência para apreciação do

feito, conforme Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, é das Varas de Familia. Consigno de início, tramitando o feito em Vara diversa da Infância e Juventude, a isenção de custas previstas no Estatuto da Criança e Juventude em seu artigo 141 § 2º não se aplica aos feitos de competência diversa. A isenção de custas e emolumentos prevista noEstatutovisa garantir as condições necessárias para o acesso à Justiça de crianças e adolescentes como autores ou réus em ações movidas perante Varas da Infância e da Juventude, não alcançando outras partes que eventualmente participem das demandas. Assim, observo que a autora postula em Juízo com advogado constituído, informa na inicial, ser Bacharela em Direito, requereu a gratuidade judiciária por não possuir condições de arcar com os custos do processo e os honorários advocatícios, deixando de esclarecer os ganhos auferidos para a propria subsistência e da familia. Não acostou nenhuma prova outra a subsidiar o estado de carência econômica alegada, dos gastos que comprometem seus rendimentos, o que deixa dúvidas sobre o atendimento dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade judiciária (art. 98, CPC/2015) e sendo certo que cabe ao juiz examinar a razoabilidade da concessão da gratuidade da justiça, impõe-se, no caso em apreço, a aplicação do estatuído no art. 99, § 2º do CPC/2015. Do mesmo modo, o acionado qualificado na exordial como Juiz de Direito, constando às fls. 49 e 51 como servidor público aposentado e tendo formulado pedido contraposto/reconvenção, descurou a parte em acostar o pagamento das custas processuais da reconvenção, atribuindo valor à causa. Ressalto que com o CPC de 2015, o oferecimento de reconvenção passou a ser feito na própria contestação. No caso em apreço, não obstante, a denominação do pedido reconvencional como pedido contraposto para o regular processamento da pretensão formulada pelo réu contra o autor, deve a parte atribuir valor à causa nos termos do artigo 292 do CPC. Outrossim, deixou o acionado/reconvinte de apresentar plano de convivência materna, posto ter formulado pedido de guarda unilateral em seu favor. Para além, observo que as partes declinaram: a autora/ reconvinda- residência em Beberibe/Ce e endereço em Portugal; o acionado/reconvinte - na Comarca de Beberibe/Ce. Extrai-se da manifestação da parte autora (fls. 13) e documentos acostados pelo acionado (fls 71/72) que a menor até novembro de 2023 encontrava-se residindo com o pai na Comarca de Beberibe, inclusive cursando o ano letivo em instituição de ensino naquela Comarca. Conforme se infere dos fólios as partes e a menor estariam residindo em Beberibe - Ce. Assim, entendo competente para apreciação do presente feito, a Comarca de Beberibe. Em atenção ao principio da vedação das decisões-surpresa inserto no Art. 10 do CPC, hei por bem, determinar a intimação das partes, por seus patronos(as) (via DJe), para no prazo de 15 dias se manifestarem acerca do domicilio onde reside a menor, requerendo o que entender oportuno; e promovendo as emendas acima dispostas.

ADV: LEILYANNE MARIA CARLOS FAMA LEOPOLDO (OAB 32918/CE) - Processo 0221106-52.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERIDA: Jamilly Emanuelly Oliveira Silva - Nos autos. Sobre a peça de fls. 295/298, diga a parte acionada por sua patrona (via DJe), no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: ARTUR FEITOSA ARRAIS MARTINS (OAB 23217/CE) - Processo 0225675-33.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.C.O.J. - Nos autos. Sobre a petição e documentos de fls. 317/335, intime-se o autor, por seu patrono - via DJe. Concedo o prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: EDUARDO ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 35175/CE) - Processo 0228303-58.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERIDA: Erica Albuquerque de Sales e outro - No autos. Sobre a peça de fls. 161/163, diga a parte acionada por seu patrono (via DJe), no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOÃO NOGUEIRA PONTE JUCÁ FILHO (OAB 33761/CE), ADV: LEONARDO MANOEL WANDERLEY CAPELO (OAB 12959/CE) - Processo 0229874-98.2023.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.A.C. - REQUERIDA: Elisangela Soares Camara - Nos autos. As partes foram devidamente intimadas para falarem sobre as provas, nos termos do despacho de fl. 381, e apenas a parte acionada apresentou o requerimento de fls. 398/399. Quanto ao autor, este deixou escoar in albis o prazo concedido, como se vê da certidão de fl. 401. Entendo, portanto, que a oportunidade para o promovente indicar as provas que pretenderia produzir PRECLUIU, havendo, a meu ver, a desistência dos pedidos genéricos formulados na inicial, conforme julgados abaixo colacionados: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. INÉRCIA DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRECLUSÃO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. “Esta Corte já firmou entendimento de que preclui o direito a prova se a parte, intimada para especificar as que pretendia produzir, não se manifesta oportunamente, e a preclusão ocorre mesmo que haja pedido de produção de provas na inicial ou na contestação, mas a parte silencia na fase de especificação” (AgRg no AREsp 645.985/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 16/06/2016, DJe de 22/06/2016). 2. Deve ser rejeitado o alegado cerceamento de defesa, na medida em que, apesar de devidamente intimada para especificar provas que pretendia produzir, a parte se manteve silente, ocorrendo a preclusão. Precedentes. 3. Agravo interno desprovido. (STJ - AgInt no AREsp: 1586247 GO 2019/0282500-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 01/06/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/06/2020) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. A INDICAÇÃO DAS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS, NA PETIÇÃO INICIAL OU NA CONTESTAÇÃO, NÃO AFASTA A NECESSIDADE DE RESPONDER AO CHAMADO DO JUÍZO PARA A ESPECIFICAÇÃO DAS PROVAS. INÉRCIA DA PARTE. PRECLUSÃO. MANDAMUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO JUDICIAL. TERATOLOGIA DA DECISÃO IMPUGNADA NÃO EVIDENCIADA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. 1. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança impetrado contra decisão judicial que concluiu: “Em conformidade com firme orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, ‘Não há cerceamento de defesa, quando, intimada a parte para especificar provas, esta se mantém silente, ocorrendo a preclusão. Assim sendo, não obstante o requerimento tenha-se dado por ocasião da petição inicial, entende-se precluso o direito à prova, na hipótese de a parte omitir-se, quando intimada para a sua especificação.’ (REsp 1689923/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/12/2017). 2. É genérico o protesto pela produção de prova pericial e testemunhal formulado na contestação, sem indicação da sua pertinência e necessidade para a solução da lide, mormente se destinadas à comprovação do valor de benfeitorias que sequer foram relacionadas, inviabilizando, inclusive, sua caracterização (útil, necessária ou voluptuária, sendo esta última sequer passível de indenização.” O recorrente sustenta que a aludida decisão é teratológica. 2. O Tribunal de origem decidiu em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que entende que não há cerceamento de defesa quando, intimada a parte para especificar provas, esta se mantém silente, ocorrendo a preclusão. Assim sendo, não obstante o requerimento tenha-se dado por ocasião da petição inicial, entende-se precluso o direito à prova, na hipótese de a parte omitir-se quando intimada para a sua especificação. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1.376.551/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 28/6/2013; STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.176.094/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 15/6/2012; AgRg no Ag 1.014.951/SP, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 4/8/2008. 3.”Tendo em vista que a decisão judicial atacada está muito longe de ser considerada manifestamente ilegal ou absurda, deve ser reconhecida a inadequação do presente mandado de segurança, porquanto manejado como mero sucedâneo recursal. Precedentes: AgRg no MS 15.494/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 18/10/2011; MS 16.078/AL, Rel. Ministro Castro Meira, Corte Especial, DJe 26/09/2011” (AgRg no RMS 36.493/SP,

Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 9/3/2012). 4. Agravo Interno não provido. (STJ - AgInt no RMS: 61830 MS 2019/0272567-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 01/06/2020, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/06/2020) CERCEAMENTO DE DEFESA - Concessão, pelo magistrado, de oportunidade para especificarem provas - Autor que se mantém silente - Preclusão - Alegação de cerceamento de defesa- Acolhimento - Impossibilidade: - Não cabe o acolhimento de cerceamento de defesa, quando o autor se mantém silente diante do despacho do magistrado que determinava a especificação das provas que pretendiam produzir, ficando a prova preclusa. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ-SP - AC: 10022235120178260441 SP 1002223-51.2017.8.26.0441, Relator: Nelson Jorge Júnior, Data de Julgamento: 10/01/2021, 13ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 10/01/2021) Ao Gabinete para agendamento de audiência de instrução com a finalidade de coleta dos depoimentos pessoais de ambas as partes e oitiva das testemunhas arroladas às fls. 398/399 pela parte acionada. A princípio, o ato audiencial será realizado por videoconferência, através da plataforma Teams Microsoft, que poderá ser acessada pelo link: https://link.tjce.jus.br/205479, via smartphone, com aplicativo, ou computador. Ou através do QR Code: Considerando o possível iminente retorno à realização de audiências presenciais pelo TJCE, determino que as partes e advogados, quando da proximidade da data da audiência, entrem em contato com a Vara através do e-mail (for07familia@tjce.jus.br) ou pelo aplicativo whatsapp por meio do nº: 3108-1970 / 1971, para informações acerca da modalidade (presencial, telepresencial ou híbrida) em que se dará o ato. Caberá ao advogado da parte acionada, na verba do artigo 455 do Código de Processo Civil, intimar/comunicar as testemunhas por si arroladas do dia, hora e local da audiência, dispensando-se a intimação pelo Juízo. Quando da confecção dos expedientes, deve a SEJUD de logo, já fazer constar do mandado/precatória/publicação no DJe o link de acesso. Intimem-se as partes, por mandados, fazendo constar o dispositivo do parágrafo primeiro do artigo 385 do Código de Processo Civil; seus patronos, via DJe. Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: GABRIELA NASCIMENTO LIMA (OAB 13105/CE), ADV: ALEXANDRE FRANCA MAGALHAES (OAB 13817/CE) - Processo 0230820-75.2020.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.L.K. - Nos autos. Apresentada a petição e extensa documentação de fls. 990/2287, determino a intimação do autor, por seus patronos via DJe, para ciência e eventual manifestação. Concedo o prazo de 20 dias pois a parte juntou uma peça de 21 laudas, acrescida de 1.275 páginas de documentos. Expedientes necessários.

ADV: MARIA IVONILDES GOMES DA SILVA (OAB 38175/CE), ADV: NADJA MARIA DE OLIVEIRA CORREIA (OAB 18274/CE) - Processo 0232588-94.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.F.D. - REQUERIDO: A.T.D. - Nos autos. Defiro a gratuidade da Justiça requestada, na forma e sob as penas legais, em face da declaração de pobreza firmada e com fulcro no artigo 98 do Código de Processo Civil. Atenta à peça de defesa apresentada, intime-se a parte autora, por intermédio de seus patronos (via DJe), para, no prazo de 15 dias, manifestar-se, se assim o entender. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LEANDRO FURTADO (OAB 42660/CE) - Processo 0235227-22.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: M.E.L.S. - Nos autos. Intime-se o patrono da parte autora (via DJe), para se manifestar sobre a certidão inexitosa de fl. 126, tendo em vista ato pericial apontado de fl. 120.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0237319-36.2024.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora de Salário / Proventos - REQUERENTE: R.V.E.S.R.G.Q.E. e outro - Nos autos. Sobre o ofício de fls. 103/139, manifeste-se a parte autora, por sua patrona (via DJe), no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender. Expedientes necessários.

ADV: JÚLIA D'ALGE MONT'ALVERNE BARRETO (OAB 33685/CE) - Processo 0238343-02.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - TERCEIRO: S.J.M.N. e outro - Ofertada a peça de contestação de fls. 230/256. Anote-se a constituição da patrona pelos contestantes. Requereram os contestantes a gratuidade da Justiça. Entretanto a contestante não se qualificou quanto a sua profissão, e o contestante se qualificou como engenheiro. Estão os contestante representados por advogada particular. Acostaram aos fólios, tão somente, para fundamentar o pedido de gratuidade da Justiça, as declarações de pobreza, sem fazer outras provas a respeito. Assim, intimem-se os contestantes, por sua patrona via DJe, para, se assim o entenderem, acostarem, no prazo de 15 dias, documentos relativos a suas vidas financeira e econômica, para fins de provar a pobreza alegada. No mais, quanto a peça nominada contestação, embora não sejam impugnadas a necessidade de curatela e nem a nomeação do autor como pretenso curador da interditanda, se tem a alegativa de existência de bens em nome da curatelanda, sem que prova da propriedade tenha sido feita. Assim, intimem-se os contestantes, por sua patrona via DJe, para a juntada de documentos a respeito, no prazo de 15 dias. Igualmente, na peça denominada contestação, pretendem os contestantes que sejam, pelo Juízo, resguardados direitos que, a priori, não possuem correlação com a ação que se cuida que é a necessidade de curatela e a nomeação de um curador, pois postulam para que a curatelanda seja mantida em um imóvel específico e a permissão de convivência. Assim, sobre esta circunstância, faculto aos contestantes, manifestação, no prazo de 15 dias, com intimação por sua patrona, via DJe.

ADV: GABRIELLE GADELHA COSTA (OAB 23986/CE), ADV: JOAO MANUEL DA SILVA VENANCIO BATISTA FILHO (OAB 27143/CE), ADV: JOAO ALBERTO ROLIM MESQUITA (OAB 12015/MA) - Processo 0238669-59.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0244050-48.2024.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERIDO: Igor Luís Thé Teixeira - Desta forma, expeça-se mandado de intimação para o acionado ser cientificado sobre a proposta formulada e promover o pagamento imediato da entrada, acostando o comprovante correspondente. Intime-se do presente despacho as partes, por seus patronos - via portal e DJe. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (OAB 5255/CE) - Processo 0239645-66.2024.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.E.B.C. - Desta feita, determino a intimação da autora, por seu patrono (Via DJe) e do réu, via mandado, devendo no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem o período exato em que conviveram sob o regime de união estável, apresentarem declaração firmada por 03 (três) pessoas, na qual se tenha informação sobre a alegada união estável com seu termo inicial final e final; se havia impedimento para o matrimônio no citado período; se a relação era pública, notória e contínua; se havia intenção de constituição de família. Igualmente, apresentem, fotografias do alegado casal em várias fases da vida que englobem o período tido como de união. Acostem documentos em nome tanto do virago quanto do varão que identifique a coincidência de endereço (contas de energia, água, telefonia, correspondências bancárias etc), e indiquem se havia alguma dependência (previdenciária, bancária, em plano de saúde/odontológico/funerário etc). Empós, retornem os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 24 de outubro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0239658-65.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.L.P. - Assim, intime-se o autor, por seu patrono (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 321 do CPC, procedendo à juntada da tradução juramentada do documento de fls. 314/315, requerendo o que entender pertinente.

ADV: VICTOR BRUNO DA SILVA (OAB 22678/PB) - Processo 0239993-84.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.S.T. - Nos autos. Defiro a gratuidade da Justiça requestada pela parte acionada, na forma e sob as penas legais, em face da pobreza alegada. Atenta à peça apresentada às fls. 58/69 (contestação com reconvenção), intime-se a parte autora, por intermédio de seu patrono (via DJe), para, no prazo de 15 dias, manifestar-se, se assim o entender. Expedientes necessários.

ADV: FREDERICO LEITAO CRISOSTOMO (OAB 13080/CE), ADV: LIVIA BARBOSA GURGEL (OAB 37560/CE), ADV: ANA CAROLINA LEITE MOURAO SARAIVA (OAB 30106/CE), ADV: GRISMAR GOMES DE ANDRADE (OAB 28540/CE) - Processo 0243298-76.2024.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Partilha - REQUERENTE: Ana Maria de Oliveira - REQUERIDO: Antonio de Padua Bezerra Magalhaes - Nos autos. Defiro a gratuidade da Justiça requestada, na forma e sob as penas legais, em face da declaração de pobreza firmada e com fulcro no artigo 98 do Código de Processo Civil. Atenta à peça de defesa apresentada, intime-se a parte autora, por intermédio de seus patronos (via DJe), para, no prazo de 15 dias, manifestar-se, se assim o entender. Expedientes necessários.

ADV: MATEUS MORENO FABRICIO (OAB 31399/CE) - Processo 0243533-43.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.P.A. - Isto assente, diante do que dos autos consta, da decretação do divórcio já homologada anteriormente pelo Juízo, PARTILHO em 50% para cada uma das partes eventuais direitos e haveres sobre o bem situada à Rua 09, 209 e 209 - Altos, Conjunto João Paulo II, Barroso, Fortaleza - CE. Condeno a demandada ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios os quais fixo em R$ 706,00 (setecentos e seis reais), observando os benefícios da gratuidade judiciária concedidos a respectiva parte (fls. 37/38). Assim, com esteio no artigo 98, §1º, aplicando-se a suspensão do artigo 98, §3º, ambos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se o promovente, por seu patrono (Via DJe) e o promovido revel (por mandado). Transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades legais, expeça-se mandado de averbação e ARQUIVE-SE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 01 de novembro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: MARCOS ANDRÉ ARAÚJO ACCIOLY (OAB 41951/CE) - Processo 0244102-78.2023.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: W.O.S.D. - Desta feita, determino a intimação da parte autora, por seu patrono (via DJe), devendo no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar indícios que evidenciem a alegativa de real intenção de retorno a esta Comarca, como passagens rodoviárias/aéreas, solicitação de transferência escolar, eventual contrato de aluguel, etc. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LUCIANO BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 41959/CE) - Processo 0247807-21.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.E.M.S. - Nos autos. Intime-se o patrono da parte autora (via DJe), para se manifestar sobre a certidão inexitosa de fl. 264, tendo em vista ato pericial apontado de fl. 256.

ADV: TICIANNE MARQUES FIUSA LIMA (OAB 39275/CE) - Processo 0248205-94.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: V.T.S.S. - Nos autos. Anote-se no sistema processual a constituição de patrono pela requerida. Após, dê-se ciência - via DJe. No mais, cumpra-se a sentença de fls. 49/51. Expedientes necessários.

ADV: TIAGO FARIAS DA SILVA SILVA (OAB 46809/CE), ADV: REGINA SYLVIA CARLOS DA COSTA (OAB 28727/CE) - Processo 0255907-96.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0207553-40.2021.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Eduardo de Andrade Angelim - Nos autos. Intime-se a parte exequente, por sua patrona (via DJe), para apresentar planilha atualizada do saldo devedor e eventuais requerimentos, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARCONDES JOSÉ SARAIVA DE AGUIAR (OAB 18413/CE) - Processo 0256116-60.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0772080-76.2000.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.S.M.N. - Nos autos. Anote-se com urgência a constituição de causídico pelo autor (fls. 94/95). Após, dê-se ciência via DJe. Expedientes necessários.

ADV: GABRIELA PIMENTEL PESSOA (OAB 20680/CE), ADV: LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO MACEDO (OAB 20256/CE), ADV: AMANDA FLORÊNCIO MELO (OAB 48709/CE) - Processo 0258014-11.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0251867-03.2023.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.M.D.M.S. - Nos autos. Sobre o ofício de fls. 229/230, manifeste-se a parte autora, por sua patrona (via DJe), no prazo de 10 (dez) dias, para fornecer as informações solicitadas. Expedientes necessários.

ADV: MARCONDES JOSÉ SARAIVA DE AGUIAR (OAB 18413/CE) - Processo 0258774-57.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERIDO: Jose Sávio Moreno Nogueira - Nos autos. Anote-se a constituição de causídico pelo acionado (fls. 45/46). Após, dê-se ciência via DJe. Determino, ainda, a expedição de ofício ao Juízo deprecado para devolução da carta precatória de fl. 42, devidamente cumprida, pois remetida desde 29/08/2024. Expedientes necessários.

ADV: ROXANE BENEVIDES ROCHA SOBREIRA (OAB 6610/CE) - Processo 0259503-83.2024.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Dissolução - REQUERENTE: S.M.S. - Nos autos. Intime-se a autora, por sua patrona via DJe, das respostas dos ofícios de fls. 57/60 e 62 e do prazo de 10 dias para os requerimentos que entender. Expedientes necessários.

ADV: JOSE NEY GONCALVES MONTENEGRO (OAB 5541/CE) - Processo 0259965-45.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0228518-68.2023.8.06.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.F.R. - Nos autos. Intime-se a parte adversa/autor da juntada da petição e documentos de fls. 495/498. Concedo o prazo de 10 dias para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE), ADV: LIVIA MADRUGA BARBOSA (OAB 44454/CE) - Processo 0262521-83.2022.8.06.0001 - Guarda de Família - Fixação - AUTORA: L.B.F. - Isto assente, chegando os interessados a um denominador comum, atingido, assim, os fins colimados pelo moderno direito processual civil, em face da transação firmada pelas partes, na qual comungam seus interesses e conveniências, preservando os direitos da família, HOMOLOGO a transação de fl. 354, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com espeque no artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil. Determino a expedição de ofício a fonte pagadora do alimentante (fl. 283), para que tenha ciência do presente decisum e avença pactuada pelas partes promovendo o repasse da verba alimentícia mediante desconto em folha de pagamento a ser transferido na conta bancária da genitora da menor, CHAVE PIX CPF: 049.090.903-55. Custas e despesas rateadas entre as partes na forma do artigo 90, §2º, do Código de Processo Civil, assim, como honorários advocatícios fixados em R$ 706,00, observando os benefícios da gratuidade judiciária concedidos as partes (fls. 80 e 187), aplicando-se a suspensão do artigo 98, §3º, do Código de Processo Civil. Diante dos requerimentos formulados pelo Ministério Público e ambas as partes (fl. 354), deferido as dispensas dos prazos recursais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a autora, por seus patronos (Via DJe), o réu, pela Defensoria Pública (Via Portal), e o Ministério Público (Via Portal). Transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, e ARQUIVE-SE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 01 de novembro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: ISADORA MACHADO DE CASTRO E SILVA (OAB 37404/CE) - Processo 0263120-51.2024.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.O.M. e outro - Isto assente, chegando os interessados a um denominador comum, atingido, assim, os fins colimados pelo moderno direito processual civil, em face

da transação firmada pelas partes, na qual comungam seus interesses e conveniências, preservando os direitos da família, HOMOLOGO a transação de fls. 01/04, 15/41 e 45/49, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com espeque no artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil, reconhecendo e dissolvendo a união estável indicada na exordial pelo período de 22 de fevereiro de 2011 - 19 de janeiro de 2023. Custas e despesas na forma da lei pelos autores, todavia, concedo o Benefício da Assistência Judiciária, com base nos artigos 5º, LXXIV, da CRFB/88, 98 e 99, do CPC, por serem incapazes de custearem as despesas processuais sem prejuízos aos seus sustentos e de suas famílias. Assim, com esteio no artigo 98, §1º, aplicando-se a suspensão do artigo 98, §3º, ambos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os autores, por sua patrona (Via DJe). Transitando em julgado a presente sentença, atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: ALMINO SILVEIRA LOPES (OAB 29329/CE), ADV: RAQUEL PROCOPIO DE SOUSA (OAB 30500/CE) - Processo 0264337-32.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Lais Alba Rossas Mota e outro - Nos autos. Diante do petitório de fl. 53, concedo a dilação de prazo requerida. Intime-se a autora, via DJe. Expedientes necessários.

ADV: FABIANO SILVA TAVORA (OAB 15800/CE) - Processo 0265623-79.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0260178-85.2020.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERIDO: Claudio Giovane e Silva Rodrigues - Nos autos. Sobre o pleito de fls. 280/282, diga a parte acionada (via DJe), no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: SHERLLES LIMA NUNES (OAB 24533/CE) - Processo 0266385-61.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: P.R.M.M. - Intime-se a parte autora, por patronos (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, suprir as lacunas apontadas, adequando o feito no que for pertinente, devendo: (a) aclarar se o presente pedido é litigioso ou consensual esclarecendo, inclusive, quanto à juntada de instrumento de mandato outorgando poderes do acionado aos causídicos constituídos pelo autor, em razão do conflito de interesses, requerendo o que entender oportuno; (b) apresentar qualificação completa do menor Matheus e adequação do polo passivo, considerando tratar-se de menor púbere; (c) fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail da parte acionada - Matheus e genitora/assistente legal, requerendo o que entender cabível.

ADV: AUGUSTO JOSE DE SOUSA ARAUJO (OAB 10949/RN) - Processo 0266800-78.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: C.R.N.M. - Nos autos. Intime-se o executado, por seu patrono - via DJe, do teor da petição de fl. 170/171 e do prazo de 10 dias para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: ALEX MATEUS DE CARVALHO DA SILVA (OAB 49353/CE) - Processo 0270925-89.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERIDO: R.R.A. - Nos autos. Sobre o pedido de majoração dos alimentos formulado às fls. 166/172, intime-se a parte adversa, por seu patrono via DJe. Prazo de 10 dias para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: HERÁCLITO VIEIRA DE LIMA (OAB 39132/CE) - Processo 0271251-15.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Francisco Felemar Pereira - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 29/01/2025 às 08:30h na sala VIRTUAL da HARMONIA 03, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital Microsoft Teams. Decisão: “Encaminhe-se o presente feito ao CEJUSC (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) para realização de audiência especial de mediação/conciliação. Cite-se e intime-se a parte requerida, por mandado, de todo o conteúdo do feito, e para comparecer à audiência agendada acompanhada de seu patrono ou Defensor Público previamente constituído, ciente de que não ocorrendo conciliação, a parte requerida poderá oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data do ato conciliatório não exitoso, sob pena de ser considerada revel e presunção de veracidade das alegações formuladas pela parte autoral (artigo 344 do Código de Processo Civil). Intime-se o autor, por mandado, do presente despacho e da audiência a ser designada no CEJUSC.”

ADV: ALEXANDRE DA SILVA SAMPAIO (OAB 24787/CE) - Processo 0271612-32.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Antonia Vilma Barros Antunes - Concedo a dilação de prazo requestada à fl. 26. Devendo, ainda, a parte, no mesmo prazo, informar a qualificação completa do genitor do curatelando (artigo 319, II CPC) Intime-se a parte autora, por patrono, via DJe.

ADV: JESSIKA THILSDAY DE LIMA MOURAO (OAB 47055/CE) - Processo 0272144-74.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0200675-65.2022.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - MENOR: R.L.F.E.V.S.F. - Assim, devem os autores apresentarem novo cálculo do débito, expurgando-se os juros de 2% aplicados, ou seja, aplicando-se os juros moratórios, de forma simples, de 1% e correção monetária sobre o valor original da parcela inadimplida, descontando-se os valores já adimplidos, se for o caso, além de exclusão da multa de 10% indevidamente aplicada. Intimem-se por sua patrona, via DJe, para retificação da planilha no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DAS GRACAS DE S. TEOFILO (OAB 3037/CE) - Processo 0275972-10.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: A.C.O.S. e outro - Nos autos. Intimem-se os autores, por sua patrona via DJe, do teor da cota ministerial de fls. 35/36 e do prazo de 10 dias para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: KELLY COELHO SILVA (OAB 32766/CE), ADV: AIRLES MALVEIRA DE SOUSA NOBRE (OAB 36536/CE) - Processo 0276569-13.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0216359-64.2021.8.06.0001) - Tutela Cautelar Antecedente - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Dianna Kelly Martins Melo - REQUERIDO: Adriano Rodrigues Farias - Destarte, por inexistirem indícios de abundância financeira por parte do requerido, ausentes nos autos elementos a derruírem a presunção da afirmação de hipossuficiência constante da peça de defesa, o deferimento da gratuidade da justiça concedida à promovente deve ser mantida, pois acorde com a norma insculpida no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c art. 98 do Código de Processo Civil, pois demonstrada a necessidade do benefício pela documentação carreada pelo interessado à míngua das provas apresentadas pela impugnante. No mais, com fundamento nos artigo 6º e 10 do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 dias, para que apontem de maneira clara, objetiva e sucinta as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo Juízo, desde que já aduzida nas fases anteriores. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendam já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão, no prazo de 10 dias, indicar quais provas efetivamente irão produzir nos fólios especificando quais fatos controversos pretendem provar com os tipos de provas requeridos, formulando seus requerimentos, e, se for o caso, já arrolando suas testemunhas, com indicação de endereço eletrônico (e-mails e/ou whatsApp) das mesmas, seus e de seus patronos, acaso ainda não informados os ditos endereços, ou ratificando rol por ventura já ofertado sob pena de preclusão da produção da prova.

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0276770-68.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L. - Intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, suprindo as lacunas acima apontadas, devendo: (a)

adequar o feito ao requisito do artigo 319, inciso VII; (b) esclarecer a indicação de juntada de rol de testemunhas com a inicial, sem a devida juntada; (c) esclarecer o endereço atualizado do autor, requerendo o que entender cabível.

ADV: IURY DE ABREU LOPES (OAB 43527/CE) - Processo 0277146-25.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0278470-50.2022.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.T.S.B. - Nos autos. Intime-se a parte promovida, por sua patrona (via DJe), para apresentação de memoriais no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: ANNA KARINA BARBOSA FILGUEIRA (OAB 21054/PI) - Processo 0277369-07.2024.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Extinção da Execução - MASSA FALIDA: Y.V.A. - Ante o exposto, intime-se a parte autora, por patrona (via DJe) para, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, emendar a inicial, suprindo a lacuna acima apontada, devendo acostar titulo judicial que fixou a obrigação alimentar supostamente inadimplida, requerendo o que entender cabível.

ADV: ANDRINE OLIVEIRA NUNES (OAB 15647/CE), ADV: THIAGO SAMPAIO ELIAS (OAB 31078/CE), ADV: CELSO HENRIQUE VERAS HOLANDA (OAB 49685/CE) - Processo 0277778-80.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.A.H.F. - Assim, intime-se a parte autora, por seus patronos (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 321 do CPC, individualizando as alegadas contas em nome da acionada, elencadas como bens partilháveis, informando: bancos, agencias e nº das respectivas contas . Sem prejuízo do expediente acima, anote a SEJUD no cadastro processual, a constituição de fls. 85/87 e substabelecimento com reservas de fls. 88/89.

ADV: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE) - Processo 0278805-98.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.C.L. - Nos autos. Intima-se a parte autora via DJ-e para que no prazo de 10 (dez) dias se manifeste sobre o parecer ministerial de fls. 23/24.

ADV: RAFAEL PEREIRA DE SOUZA (OAB 42191/CE) - Processo 0279071-85.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.M.S.L. e outro - Ante o exposto, intimem-se os requerentes, por patronos (via DJe), para emendarem a inicial, prazo de 15 dias, nos termos do art. 321 do CPC, sob pena de indeferimento: (a) corrigir o valor da causa; (b) estabelecer índice de correção da verba alimentar ajustada em favor dos filhos menores; (c) informar o endereço da fonte pagadora do autor/alimentante; (d) especificar o lar de referencia dos menores e esclarecer quanto ao regime de convivência, apresentando plano de parentalidade ou se o mesmo é livre.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0279288-31.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Giovana de Souza Pinto - Isto posto, e o que mais dos autos consta, frente aos dispositivos legais, à documentação acostada e o parecer do Ministério Público, julgo por sentença PROCEDENTE o pedido constante da inicial, determinando a EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ para A VENDA DO VEÍCULO NISSAN KICKS S CVT 2018/2018, placas PNB 4555, Renavam n. 1155679218, CHASSI 94DFCAP15JB142857 (documento de fls. 21/22), empós o trânsito em julgado, por preço não inferior ao da avaliação de fl. 23, devendo a quantia obtida com a venda ser depositada em conta judicial em nome da petiz vinculada a este processo. Custas e despesas na forma da lei pela autora, observada a gratuidade da Justiça deferida (fl. 27), aplicando-se a suspensão do artigo 98, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora por seus patronos (via DJe) e o Parquet (via portal), e transitando em julgado a presente sentença, EXPEÇA-SE O ALVARÁ, e atendidas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ ROCLAYTON NOGUEIRA BASTOS (OAB 34815/CE) - Processo 0279370-96.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: R.O.E.F. - Defiro a gratuidade da Justiça à parte promovida, em face da pobreza alegada. Anote-se a constituição da Defensoria Pública. Sobre a peça de defesa, diga a parte autora, no prazo de 15 dias, com intimação por seus patronos via DJe.

ADV: WESLEY CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 35968/CE) - Processo 0279431-20.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Sonia Maria Pires Gomes - Ante o exposto, intime-se a promovente, por patronos (via DJe) para, no prazo de 15 dias, emendar a exordial, sob pena de indeferimento da exordial, prestar as informações acima suscitadas, corrigindo o polo da lide com a inclusão dos genitores do menor e devida qualificação (inclusive endereço eletrônico) ou comprovação da incapacidade daqueles ou perda do poder familiar, através da juntada do devido titulo judicial, adequando o feito no que entender pertinente. Sem prejuízo do expediente acima, comunique-se, de logo, ao setor de Distribuição desta Comarca, para que proceda correção de classe e, por conseguinte, cadastro processual, por tratar-se o presente feito de ação de guarda de familia, código - 14671.

ADV: GABRIELLE GADELHA COSTA (OAB 23986/CE) - Processo 0279621-80.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Parental - REQUERENTE: Igor Luis The Teixeira - Assim sendo, em observância ao princípio da primazia do julgamento de mérito, postulado trazido na nova codificação processual (art. 6º, do CPC/15), hei por bem, conceder uma nova oportunidade ao requerente para emendar a exordial, determinando a sua intimação, por patronos (via DJe), para no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, informar o endereço eletrônico (celular, whatsapp e/ou e-mail) da acionada, requerendo o que entender cabível.

ADV: CLAUDIO AUGUSTO SANTOS MOREIRA E SILVA (OAB 47402/CE) - Processo 0279753-40.2024.8.06.0001 - Extinção Consensual de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.O. - Ademais, como destinatário da prova e dirigente do processo, incumbe a(o) Magistrado(a) determinar as providências e as diligências imprescindíveis à instrução do processo, bem como decidir sobre os termos e os atos processuais, desde que não atue em contrariedade à disposição legal. Assim, hei, por bem, determinar a intimação das partes, por patronos (via DJe), para no prazo de 10 dias, dizerem se pretendem efetivamente produzir nos fólios, demais provas, formulando seus requerimentos, e, se for o caso, já arrolando suas testemunhas, com indicação de endereço eletrônico (e-mails e/ou whatsapp) das mesmas, acaso ainda não informados os ditos endereços.

ADV: THIAGO BONAVIDES BORGES DA CUNHA BITAR (OAB 19880/CE) - Processo 0280009-80.2024.8.06.0001 - Alteração de Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: M.P.P. e outro - Ante o exposto, intimem-se os requerentes, por seus patronos (via DJe) para em emenda à inicial, nos termos do art. 321 do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento: (a) comprovarem o recolhimento das custas iniciais devidas; (b) Fornecerem o endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail, das partes; (c) Juntarem certidões negativas de débitos Municipais, inclusive a do Município de sede das empresas nas quais os cônjuges possuem cotas de sociedade; declarações negativas de débito do serviço de proteção do crédito todas individuais, em nome de cada cônjuge.

ADV: JOSE MAURO DE MELO ESCORCIO (OAB 13687B/CE) - Processo 0280195-06.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Maria Alana Oliveira Ferreira Santos - Intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, devendo: (a) esclarecer e/ou formular pleitos quanto a guarda e convivência considerando, inclusive, o noticiado domicílio do genitor em outro País; (b) corrigir o valor da causa; (c) esclarecer quanto à fundamentação juridica referente ao divorcio consensual e o tópico dos pedidos e requerimentos, mormente, os itens “b”; “c”; “e”; (d) fornecer endereço eletrônico: celular,

whatsapp e/ou e-mail do acionado, requerendo o que entender cabível.

ADV: JOAO GUIMARAES DA SILVA (OAB 32963/CE) - Processo 0280651-53.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Filomena Brasilina de Queiroz e Silva - Intime-se a parte autora, por patronas (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, prestar as informações acima: (a) acostando declaração de anuência do genitor da curatelanda, com documentos devidos ou certidão de óbito, caso contrário, adequar o pleito; (b) esclarecer se existem outros irmãos legitimados a assumir o múnus da curatela e, em sendo o caso, juntada das declarações de anuência destes ao pleito. (c) fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail da parte autora; (d) corrigir o polo passivo da lide; (e) acostar: atestado de sanidade física e mental do requerente; declaração de 03 (três) testemunhas sobre os cuidados dispensados pelo autor à curatelada (acompanhada dos documentos de identificação); certidão de antecedentes criminais do requerente, requerendo o que entender cabível.

ADV: MARCOS ANDRE FEITOSA MEDEIROS (OAB 30830/CE), ADV: FRANCISCO SEVERO DA SILVA (OAB 13122/CE) - Processo 0280917-74.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: F.S.S. - Expedientes a cargo da SEJUD: a) expedição de mandado de intimação para ambas as partes com a finalidade de ciência da audiência agendada; b) intimação dos respectivos advogados pelo DJe; e c) intimação do promovente, por seu patrono - via DJe, do teor da petição e documentos de fls. 524/555 e do prazo de 10 dias para eventual manifestação. Expedientes necessários.

ADV: MARCIA KAROLINE MOURA DOS SANTOS (OAB 21249/CE) - Processo 0281366-95.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.S. e outro - Neste contexto, intime-se a parte autora, por patronas (via DJe) para, no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, para suprir as lacunas acima apontadas, devendo: (a) regularizar a representação processual do autor Matheus que deverá ser assistido por sua genitora, assinando conjuntamente o instrumento de mandato a ser apresentado; (b) formular pedido certo quanto à regulamentação da convivência paterna, indicando os dias, horários, inclusive quanto às ferias, feriados e festividades.

ADV: PAULO NAPOLEAO GONCALVES QUEZADO (OAB 3183/CE) - Processo 0281569-57.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.R.B. - Face o exposto, intime-se, pois, a requerente, por patronos que subscrevem a inicial (via DJe), para nos termos do artigo 321 do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, emendar a inicial, prestando as informações suscitadas pelo Juízo acima, adequando o feito no que for pertinente, devendo, ainda: (a) acostar procuração devidamente outorgada; (b) estabelecer o índice de correção da verba alimentar pleiteada em favor da filha comum e ex-cônjuge e esclarecer a duplicidade de pleitos de alimentos de R$ 7.060,00 (valor fixo e sem indície de reajuste) e 05 salários mínimos; (c) atribuir valor a cada um dos imóveis; (d) corrigir o valor da causa; (e) juntar certidão de casamento atualizada; (f) Juntar aos autos prova da insuficiência de recursos financeiros alegada pela autora (declaração de imposto de renda - 2 ultimos exercicios, declaração de hipossuficiência; extratos de pagamento de salário/aposentadoria atualizados, extratos bancários, etc.), que possibilitem a devida análise da postulação de gratuidade judiciária ou recolher as custas devidas; (g) esclarecer a indicação do mesmo endereço/domicilio dos litigantes e, se for o caso, informar o endereço atualizado; (h) fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail, das partes (autora e réu), requerendo o que entender cabível.

ADV: JOSIANE RAMALHO DE SANTANA (OAB 35907/CE) - Processo 0281633-67.2024.8.06.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.S.R. e outro - Neste contexto, intimem-se os autores, por patronos (via DJe) para, no prazo de 15 dias, querendo, acostarem: (a) três declarações firmadas por testemunhas idôneas comprovando a existência ou não da união, o período de união, indicando se havia ou não impedimento para o casamento, a data de início e de fim, acompanhadas dos documentos pessoais de cada declarante; (b) fotografias do alegado casal em várias fases da vida, no período tido como de união; (c) documentos em nome tanto do virago quanto do varão que identifique a coincidência de endereço (contas de energia, água, telefonia, correspondências bancárias etc) bem como se há bens em comum, contas bancárias, dependência em imposto de renda, planos de saúde, previdenciário, funerário etc, enfim provas da alegada união, seu termo inicial, e da assistência mútua. No mesmo prazo (15 dias), sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do COC, em emenda à exordial, suprindo a lacuna acima suscitada, para informar a possível data de inicio da alegada união estável, requerendo o que entender cabível. Sem prejuízo dos expedientes acima, comunique-se, de logo, ao setor de Distribuição desta Comarca, para que proceda correção de classe e, por conseguinte, cadastro processual, por tratar-se o presente feito de ação de extinção consensual de união estável, código - 12762.

ADV: QUEZIA GOMES SANTOS (OAB 42481/CE) - Processo 0281696-92.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: L.A.A. - Intime-se a parte autora, por suas patronas (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento nos termos do artigo 321 do CPC, devendo: (a) acostar copia integral e atualizada do documento de fls. 12; (b) fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail da parte autora, requerendo o que entender cabível.

ADV: MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 24800/CE) - Processo 0281862-27.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: F.E.S.F. e outro - Face o exposto, intimem-se, pois, os requerentes, por patrono (via DJe), para nos termos do artigo 321 do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento, emendarem a inicial, prestando as informações suscitadas pelo Juízo acima, devendo: (a) providenciar a assinatura por ambos os cônjuge, na petição inicial; (b) esclarecer quanto ao lar de referências dos menores e apresentar plano de parentalidade (regime de convivência); (c) Juntarem aos autos prova da insuficiência de recursos financeiros alegada pelos divorciandos (declaração de imposto de renda, extratos de pagamento de salário/aposentadoria atualizados, extratos bancários, etc.), que possibilitem a devida análise da postulação de gratuidade judiciária ou recolher as custas devidas; fornecer endereço eletrônico: celular, whatsapp e/ou e-mail, das partes (autora e réu), requerendo o que entender cabível.

ADV: RENATA EVELLYN NIRLA SOUSA RIBEIRO RODRIGUES (OAB 41892/CE) - Processo 0282051-73.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetiva - REQUERENTE: Karlla Moraes Furtado e outro - Nos autos. Diante do petitório de fls. 667/669, e das certidões inexitosas de fls. 147 e 631/632, cite-se o requerido ANTONIO MARCOS DE SOUSA por mandado/Whatsapp pelo número fornecido a fl. 669 (observando as normas pertinentes a este tipo de citação), de todo o conteúdo do feito, e para oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da juntada do mandado ao processo sob pena de ser considerado revel e presunção de veracidade das alegações formuladas pela parte autoral (artigo 344 do Código de Processo Civil). Defiro a concessão de prazo formulado à fl. 669. Concedo prazo de 20 (dez dias). Dê-se ciência via DJe. Expedientes necessários.

ADV: ELIAS CARNEIRO DE SOUSA FILHO (OAB 5547/CE) - Processo 0283944-65.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.A.M. - Nos autos. Intime-se o peticionante de fl. 99 para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir o artigo 112, caput do CPC, acostando prova da cientificação da renúncia. Expedientes necessários.

ADV: RASHID DE GÓIS PIRES (OAB 6282/RN), ADV: LARA LETÍCIA DIAS DEODATO (OAB 18536/RN) - Processo 0283993-43.2022.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: L.M.V. - Nos autos. Sobre a petição de fls. 334/339, intime-se o autor por seu patrono via DJe, para manifestação no prazo de 10 dias. Anote-se, ainda, o endereço atualizado da promovida

atualizado à fl. 334. Expedientes necessários.

ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), ADV: GUILHERME MAGALHÃES DE F. N. DODD (OAB 34744/CE), ADV: OLGA PAIVA BEZERRA (OAB 33397/CE) - Processo 0286547-48.2022.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.F.M.J. e outro - Nos autos. Concedo a dilação do prazo por 30 dias, deferindo o pedido de fls. 143/144. Intime-se via DJe. Após, conte-se o prazo. Expedientes necessários.

ADV: REBECCA RAQUEL LIMA DE QUADROS (OAB 35724/CE) - Processo 0365516-49.2000.8.06.0001 - Acordo de alimentos - REQUERENTE: Maria Elenira Liberato de Oliveira e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, o Gabinete da 7ª Vara de Família encaminha o processo a SEJUD para que anote a constituição de fl. 39, em ato contínuo, intime-se via DJ-e o peticionante de fls. 35/37 para que proceda com o pagamento das custas do desarquivamento no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCAS DE ARAUJO GUIMARAES (OAB 39779/CE) - Processo 0669726-70.2000.8.06.0001 - Divorcio consensual - TERCEIRO: P.A.H.G.A. - Nos autos. Intime-se o interessado, por seus patronos via DJe, do ofício de fls. 102/104 e do prazo de 10 dias para requerimentos. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 14503/CE) - Processo 0904486-70.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.P.S. - Nos autos. Concedo a dilação de prazo requerida à fl. 359. Intime-se o peticionante, via DJe. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0452/2024

ADV: CLARISSA SANTIAGO SALES (OAB 21359/CE), ADV: ANTONIO EDSON GERMANO DE SOUSA (OAB 48010/CE), ADV: HANNA NOGUEIRA MAIA (OAB 38927/CE), ADV: MARCIO FAGNER GONCALVES GOMES (OAB 30856/CE) - Processo 0111379-71.2018.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - MENOR: A.L.N.A.Q. - Nos autos. Sobre as consultas INFOJUD e PREVJUD acostadas aos autos manifeste-se a parte autora, por seu patrono (via DJE), no prazo de 10(dez) dias, requerendo o que entender.

ADV: JANE SOARES CRUZ CABRAL (OAB 11581/CE), ADV: MARA CARINA CALDEIRA LOPES (OAB 37363/CE) - Processo 0180354-92.2011.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Oferta - EXECUTADO: F.L.A.S. - Assim, provado o pagamento do total de R$ 11.073,74, entendo mais prudente determinar a SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO DECRETO PRISIONAL DO EXECUTADO CONSTANTE DESTES FÓLIOS PROCESSUAIS até que seja informado pela parte exequente se o débito persiste ou não. Determino a expedição de contramandado de prisão e de ofício à autoridade policial para ciência e cumprimento deste, assim como recolhimento do mandado de prisão n.º 0180354-92.2011.8.06.0001.01.0003-26 . Intimem-se os exequentes, pela Defensoria Pública (via portal), da petição de fls. 401/404 e do prazo de 05 dias para formular os requerimentos que entender, notadamente prestando informações sobre o adimplemento ou não do executado. Intime-se o executado da presente decisão, por seus patronos (via DJe). Expedientes necessários.

ADV: BEATRIZ DE CASTRO ROSA (OAB 16510/CE), ADV: MARIA GORETTI TAVORA FRANCELINO (OAB 7297/CE), ADV: OLIVIA MARCELO PINTO DE OLIVEIRA (OAB 15823/CE), ADV: ANA VLADIA MARTINS FEITOSA (OAB 17551/CE), ADV: FRANCISCA KARISIA RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 37007/CE), ADV: ANNA REGINA ALMEIDA DE MAGALHAES (OAB 24727/CE), ADV: MARCELA MENDONÇA GOMES CERRI (OAB 23424/CE), ADV: JOYCE BATISTA DE LIMA (OAB 44218/CE) - Processo 0189260-95.2016.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: L.O.S. - J.R.C.S. - Nos autos. Cumpra-se o despacho de fl. 666 quanto ao exequente. Expedientes necessários.

ADV: RAYMUNDO PAIVA DOS SANTOS (OAB 35621/CE) - Processo 0215593-06.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.F.L. - ISSO POSTO, CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO PARA DAR-LHE PROVIMENTO, fazendo constar na sentença de fls. 94/96, a exclusão da palavra homoafetiva, passando-se a ler "AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM." Publique-se e intimem-se a embargante, por seu patrono (Via DJe) e o embargado, por seu patrono (Via DJe). E, transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades, ARQUIVE-SE. Fortaleza/CE, 04 de novembro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

ADV: CAROLINA BARRETO ALVES COSTA FREITAS (OAB 21484/CE) - Processo 0223894-39.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0223886-62.2024.8.06.0001) - Guarda de Família - Alienação Parental - REQUERENTE: José Adilson Mendes Martins Filho - Nos autos. Aguarde-se a redesignação da sessão de mediação. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINA BARRETO ALVES COSTA FREITAS (OAB 21484/CE) - Processo 0230948-95.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0224226-45.2020.8.06.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.H.U.B. - Nos autos. Aguarde-se o prazo do autor quanto à publicação de fl. 837. Intime-se, ainda, o promovente do teor da peça e documentos apresentados às fls. 847/921. Concedo o prazo de 10 dias para os requerimentos que entender. Expedientes necessários.

ADV: ROCHELLE DE SOUSA BRAGA QUEIROZ DA SILVA (OAB 17359/CE) - Processo 0230976-58.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Direitos da Personalidade - INTERTE: M.E.G.S. - Nos autos. Mantenho a data designada para a perícia, dispensando a peticionante do comparecimento, por entender não acarretar prejuízo à curatelanda. Dê-se ciência via DJe. Expedientes necessários.

ADV: LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO MACEDO (OAB 20256/CE), ADV: RAFAEL SALDANHA PESSOA (OAB 23951/CE), ADV: GABRIELA PIMENTEL PESSOA (OAB 20680/CE) - Processo 0247635-50.2020.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.P.F. e outro - Nos autos. Intime-se o apelado/requerido, por seus patronos - via DJe, para contrarrazoar o recurso oposto no prazo de 15 dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0265619-08.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Louise Braga de Albuquerque - Nos autos. Intime-se a exequente, por sua patrona via DJe, do petitório de fls. 30/34 e do prazo de 10 dias para os requerimentos que entender. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DE FATIMA FREIRE DE SOUSA (OAB 8666/CE) - Processo 0281050-82.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.B.S. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, dos princípios aplicáveis à espécie, da documentação apresentada, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o ACORDO FIRMADO NA INICIAL DE FLS. 01/04, DECRETANDO O DIVÓRCIO do casal ANDRE LUIZ GOMES SOARES e CLAUDENIZA BARBOSA DA SILVA, (fl. 09), deixando ditos cônjuges coobrigados nas cláusulas por eles avençadas, já que atendidas as prescrições legais atinentes à espécie. Inexistindo recurso, CONVALIDO a sentença como MANDADO DE AVERBAÇÃO destinado ao Cartório referido à fl. 09, cuja fotocópia da certidão de casamento faz parte integrante desta, juntamente com a peça fls. 01/04 e certidão de trânsito em julgado para que se insira à margem do registro de casamento respectivo todos os dados concernentes

ao presente divórcio. Custas e despesas na forma da lei pelos autores, todavia, concedo os Benefícios da Assistência Judiciária, com base nos artigos 5º, LXXIV, da CRFB/88, 98 e 99, do CPC, por serem incapazes de custearem as despesas processuais sem prejuízo aos seus sustentos e ao de suas famílias. Assim, com esteio no artigo 98, §1º, aplicando-se a suspensão do artigo 98, §3º, ambos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os interessados, por seu patrono (Via DJe). E, transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 06 de novembro de 2024. Raquel Otoch Silva Juiza de Direito

EXPEDIENTES DA 8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0463/2024

ADV: HUMBERTO LOPES CAVALCANTE (OAB 11045/CE), ADV: MARIA TERESA DA FONSECA LIMA XAVIER (OAB 29110/CE), ADV: KAEELINA DE ARAUJO CARNEIRO (OAB 51882/CE) - Processo 0209542-76.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0017771-73.2005.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: R.M.V. - REQUERIDO: F.A.D.A. - Atenta à petição de fl.261, em que o executado noticia a quitação do débito alimentar, tendo inclusive apresentado os comprovantes de pagamentos de fls. 262 e 263 no mesmo valor da dívida apontada na planilha apresentada pela exequente à fl. 255, cancelo a audiência designada para o dia 14/11/2024, às 13h30min (fls.206), e determino a intimação da exequente para dizer se ainda há débito alimentar em aberto, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção nos termos do art. 924, inciso II, do CPC.

ADV: ENIO BARATA BRAVOS (OAB 9732/CE), ADV: CARLA SOFIA PEREIRA (OAB 15114/CE), ADV: ABIMAEL CLEMENTINO FERREIRA DE CARVALHO NETO (OAB 10509/CE) - Processo 0215471-27.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: T.L.B. - REQUERIDA: K.M.B.S. e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados, via DJ-e, para, no prazo de 15 (quinze) dias, falarem sobre o laudo social de fls. 781/791. Sem prejuízo da determinação supra, cumpram-se as determinações de fls. 780.

ADV: LUCIANA ABREU MOURAO (OAB 22594/CE) - Processo 0235146-73.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0237323-10.2023.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Partilha - EXEQUENTE: L.A.M.R. - Ante todo o exposto, INDEFIRO o processamento do cumprimento de sentença de fls. 278/295 neste caderno processual, em razão da flagrante incompetência deste Juízo Familiarista. Deixo de declinar da competência para as Varas Cíveis residuais desta comarca, em razão do pedido de ter sido manejado nos autos da ação de divórcio que tramitou nesta unidade judiciária. Por conseguinte, extingo o processo sem resolução de seu mérito. Sem condenação ao pagamento de custas, por serem os exequentes isentos das despesas processuais na forma do art. 5º, II, da Lei Estadual n. 16.132/2016. Sem condenação em honorários, porquanto não estabelecido o contraditório. Publique-se. Registre-se. Intimem-se os exequentes por meio de sua patrona (via DJe). Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se.

ADV: REBECCA AYRES DE MOURA CHAVES DE ALBUQUERQUE (OAB 10500/CE) - Processo 0261598-86.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0248428-18.2022.8.06.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: M.S.B. - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, via DJe, para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, se houve o adimplemento da obrigação.

Processo 0265249-97.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.R.G.S.F. - REQUERIDO: R.G.S. - JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de alimentos, condenando o réu ao pagamento de pensão alimentícia ao filho, ora promovente, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário-mínimo, a serem pagos mediante depósito em conta bancária de titularidade da genitora do alimentando até o 5º dia útil de cada mês. Passando o alimentante a integrar o mercado formal de trabalho, os alimentos corresponderão a 20% (vinte por cento) dos rendimentos e demais vantagens do promovido, excluído apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), incidindo, inclusive, sobre 13º salários, adicional de férias, horas extras, eventuais verbas rescisórias e seguro-desemprego, a serem pagos mediante desconto em folha e pagamento e depósito na conta da representante legal do menor . Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa (art. 85, §2º, do CPC). Publique-se. Intime-se a parte autora por mandado e por intermédio da Defensoria Pública. Intime-se o promovido por meio da Curadoria Especial (portal). Ciência ao Ministério Público (portal). Observadas as formalidades legais, arquivem-se.

ADV: CAETANO HUMBERTO CARCERERI (OAB 86811/PR) - Processo 0282336-95.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: G.R.L.S. e outros - Assim, considerando o disposto no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação dos promoventes, por meio de seu advogado (via DJe), para manifestar-se em 5 (cinco) dias, acerca da incompetência deste juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0464/2024

ADV: DYEGO LIMA RIOS (OAB 28565/CE), ADV: MATEUS ESCÓSSIO MELO (OAB 37112/CE), ADV: VITÓRIA RÉGIA SANTOS DE SOUSA (OAB 45476B/CE) - Processo 0050581-24.2021.8.06.0104 (apensado ao processo 0050672-51.2020.8.06.0104) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: A.J.O.P. - REQUERIDO: E.J.O.P. - Isto posto, considerando-se a incompetência territorial deste Juízo, DECLINO DA COMPETÊNCIA para o Juízo de Família da Comarca de Itarema/CE, nos termos do artigo 147, inciso II, do ECA. Em razão da incompetência superveniente deste Juízo acima declarada, deixo de apreciar as demais questões pendentes. Publique-se, dê-se baixa e remetam-se empós.

ADV: DANIEL MARQUES FERNANDES (OAB 38308/CE) - Processo 0221745-70.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0264163-23.2024.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: S.N.M. - Não obstante, considerando que as partes não tiveram a oportunidade de participarem de uma audiência de conciliação, porquanto o demandado não foi intimado para se fazer presente ao ato, determino o reenvio dos autos ao CEJUSC para designar nova audiência de conciliação, devendo a parte autora ser intimada pelo DJe e o promovido por mandado (preferencialmente por meio eletrônico, cujo contato de WhatsApp já consta nos autos - fl. 48).

ADV: JULIO CARLOS SAMPAIO NETO (OAB 17866/CE), ADV: LISIEUX MACIEL RIBEIRO (OAB 20552/CE) - Processo 0227258-19.2024.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - EXEQUENTE: J.A.R. - EXECUTADO: F.N.O.N. - intime-se a parte executada, por mandado, para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da quantia de 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais), , provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser decretada a sua PRISÃO CIVIL, inclusive no que concerne às parcelas que se vencerem no curso do processo, além de protesto do

pronunciamento judicial que fixou os alimentos. Publique-se.

ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE) - Processo 0264639-61.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERIDA: J.M.A.B.S. - Diante desse cenário, coaduno do mesmo entendimento exarado pela representante do Ministério Público no sentido de que deve se aguardar o contraditório antes de deliberar sobre o pedido de guarda unilateral provisória formulado na petição inicial. Por outra senda, a narrativa da petição inicial de que a criança está sob os cuidados exclusivos do pai, somada à informação obtida em audiência de que a mãe está sem conviver com a filha, recomendam que, de logo, seja regulamentado o convívio materno-filial, ainda que de forma provisória e que pode vir a ser modificada após o contraditório, tão somente com o finco de não obstaculizar o contato da mãe com a criança enquanto estão em curso os prazos processuais. É preciso ter em mente que a criança em questão conta atualmente com 8 (oito) anos, e que o próprio pai, embora deseje obter a guarda unilateral da filha, propõe que a convivência materna seja regulamentada, inclusive sem se opor ao pernoite desde que a mãe "se comprometa a não colocar a filha em qualquer situação de risco ou de constrangimento". Sabe-se que a previsão da prefalada convivência tem por finalidade essencial garantir a manutenção dos laços afetivos, mesmo em face da nova organização da estrutura familiar. Traduz, sem dúvida, um direito pertencente aos pais, mas, sobretudo e com prioridade, aos filhos, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e no art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente. É, portanto, um direito que deve ser regulamentado e exercido com muita cautela, sempre com vistas ao melhor interesse da menor em questão. Visando, de logo, rechaçar eventual alegação de decisão extra petita, esclareço que aregulamentação do direito de convivência se trata de objeto cognoscível de ofício pelo magistrado, à luz do disposto no art. 1.584, II, doCódigo Civil. Destarte, ainda que não exista pedido expresso, nas ações que versam sobre guarda e direito de convivência com crianças e adolescente não vige o princípio da adstrição, ou seja, as decisões atinentes não se vinculam aos limites dos pedidos das partes, mas aos elementos apurados, no caso concreto, relativos ao melhor interesse do menor em questão. Com efeito, nada impede que o juiz, com base em seu poder geral de cautela, defira medida diversa que resguarde melhor o interesse da criança ou adolescente envolvido, diante dos elementos de convicção existentes nos autos. Nesse sentido, é a lição de Guilherme Gonçalves Strenger: "O interesse do menor é princípio básico e determinante de todas as avaliações que refletem as relações de filiação. O interesse do menor pode-se dizer sem receio, é hoje verdadeira instituição no tratamento da matéria que ponha em questão esse direito. Tanto na família legítima como na natural e suas derivações, o interesse do menor é princípio superior. Em cada situação cumpre ao juiz apreciar o interesse do menor e tomar medidas que o preservem e a apreciação do caso deve ser procedida segundo dados de fato que estejam sob análise".(in Guarda de Filhos, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 64 - grifei). Corroborando este arrazoado, trago à colação arestos exemplificativos do entendimento jurisprudencial sobre a matéria: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GUARDA DE MENOR. PROTEÇÃO INTEGRAL E MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. DECISÃO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. 1- Na esfera da tutela dos direitos infanto-juvenis, o arcabouço normativo se ampara nos postulados da proteção integral e do melhor interesse das crianças e adolescentes, que prevalecem até mesmo sobre o interesse dos pais, e apontam que, na aplicação do caso concreto, o operador do direito deve buscar a solução que proporcione o maior benefício possível para a criança, a teor do artigo 1ºdo Estatuto da Criança e do Adolescente, diante do que não há que se falar, na hipótese em tela, de decisão extra petita. (...).(TJGO - AI 5114151-72.2017.8.09.0000, Rel. Sebastião Luiz Fleury, 4ª Câm. Cív., julg. em 28/09/2017, DJe de 28/09/2017). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE GUARDA C/C ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. PEDIDO INICIAL VOLTADO AO ESTABELECIMENTO DA GUARDA UNILATERAL EM FAVOR DA GENITORA. DECISÃO QUE FIXA MODALIDADE DIVERSA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. 1. Nas ações em que se discute a guarda de menor, preponderam os interesses da criança ou do adolescente quando em confronto com quaisquer outros, inclusive os dos pais. 2. Tratando-se de objeto cognoscível de ofício, à luz do disposto no art. 1.584, II, do Código Civil, o magistrado detém autonomia para disciplinar o direito de guarda de acordo com os parâmetros do caso concreto, ainda que de forma diversa da pretensão externada por um ou ambos os genitores, sem que, com isso, incorra em julgamento extra petita (...). 3. A ausência de consenso entre os pais não pode servir para obstar o compartilhamento da guarda, que, diante da nova redação dada pela Lei nº 13.058/14 ao § 2º, do art. 1.584, do Código Civil, deve ser tido como regra em nosso sistema. Precedentes do STJ. 4. Não vislumbrada, no caso em apreço, a existência de situações excepcionais aptas a conferir a guarda exclusiva a apenas um dos genitores, e considerando, por outro lado, que ambos os pais afiguram-se aptos a administrar a guarda da filha, e que a divisão de decisões e tarefas entre eles possibilitará um melhor aporte de estrutura para a criação da menor, mostra-se recomendável, nesta fase inicial do processo, o estabelecimento da guarda compartilhada, pois possibilitará um maior convívio paterno com a menina, o que, com certeza, é mais benéfico ao desenvolvimento dela. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AI: 01633644720178090000, Relator: KISLEU DIAS MACIEL FILHO, Data de Julgamento: 01/12/2017, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 01/12/2017). Dúvida não há, portanto, quanto à relevância do convívio seja materno, seja paterno para a formação e o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos menores, o que torna necessária a regulamentação das visitas maternas, ainda que de forma provisória. Ante o exposto, com base no melhor interesse da própria criança, regulamento a convivência provisória da promovida com a filha S. V. B. de S., até ulterior deliberação, nos seguintes termos: 1) poderá a mãe ter a filha em sua companhia em finais de semana alternados, a partir das 9 horas do sábado até às 14 horas do domingo, ou seja, com pernoite, cabendo à genitora buscar e deixar a criança na casa paterna; 2) embora o dever de cuidado seja uma decorrência natural do exercício do poder familiar, mas atenta às alegações autorias, a genitora fica advertida de que deve zelar pelos interesses, segurança e bem-estar da filha quando em sua companhia, abstendo-se de colocar a criança em situações que a causem constrangimento ou submetam a algum tipo de risco, sob pena de imediata revogação da convivência ora estabelecida, sem prejuízo de que a conduta configure algum dos crimes contra a criança tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser apurado na seara competente; 3) a criança permanecerá na companhia materna no dia das mães e no dia do aniversário da genitora, das 9h às 18h, desde que não interfira nas rotinas escolares, aplicando-se a mesma lógica para os dias de aniversário paterno e dia dos pais em favor do genitor, quando tais datas coincidirem com os dias da visitação materna; 4) no dia do aniversário da criança, a menor ficará nos anos pares durante o período de 07h00 às 15h00 com a mãe, e o resto do dia com o pai. Nos anos ímpares, ocorrerá o inverso no que diz respeito ao período em que a criança ficará com os pais, permitido o pernoite na residência materna, desde que respeitados os horários escolares da menor; 5) no Natal dos anos ímpares e no Ano Novo dos anos pares, a criança ficará com a mãe, e 6) durante o período em que cada genitor estiver com a criança, deverá oportunizar o contato do outro genitor com a filha através de ligações telefônicas ou chamadas de vídeo via whatsapp ou outro aplicativo semelhante diariamente, respeitados os horários de estudo, descanso e rotina da menor com duração não superior a 20 minutos, no horário compreendido entre 19h e 20h, caso as partes não entrem em acordo para estipular horário diferente. O contato deverá se dar por meio do aparelho celular a ser fornecido/disponibilizado pelo genitor que esteja com a criança no momento. O direito de convivência da forma acima disposta deverá ser cumprido a partir do final de semana subsequente à intimação do autor do teor desta decisão. Intime-se o autor, ainda, para no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a matrícula e frequência escolar da menor em unidade de ensino regular. No mais, aguarde-se o decurso do prazo para oferta de contestação

pela promovida, certificando-se em caso de decurso in albis.

ADV: FERNANDO LUIZ DE SOUSA PINTO (OAB 32161/CE) - Processo 0281510-69.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Alimentos - REQUERENTE: R.M.R.L. e outro - Da análise da exordial e dos documentos que a acompanham, verifica-se que a petição inicial foi endereçada à comarca de Caucaia/CE, ao passo que foi distribuída para esta comarca de Fortaleza/CE. Além disso, na exordial não consta a assinatura dos divorciandos, em clara inobservância ao disposto no art. 731 do Código de Processo Civil. Somando-se a isto, a qualificação do cônjuge Varão está incompleta, porquanto não foi indicada sua profissão, informação esta que é essencial para análise do pedido de justiça gratuita e da cláusula que diz respeito aos alimentos destinados ao filho menor. No que diz respeito ao convívio paterno-filial, ficou estabelecido que ocorrerá de forma livre desde que acordado previamente entre os genitores. Entretanto, visando evitar futuros litígios, devem os promoventes apresentar cláusula mais precisa sobre as visitações. Anote-se que as partes poderão, na prática, disporem consensualmente de forma diversa, valendo as disposições específicas para a hipótese de dissenso. Mais precisamente acerca dos documentos, constata-se a ausência de comprovantes de endereço e que a certidão imobiliária adunada às fls. 15/17 está desatualizada. Desse modo, intimem-se os divorciandos, por intermédio de sua patrona (via DJe), para, no prazo de 15 dias, sanarem todas as falhas acima apontadas, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ANTONIO CARLOS ALENCAR REBOUÇAS (OAB 18778/CE) - Processo 0285288-81.2023.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Alimentos - REPR. LEGAL: O.K.O.M.C. - Intime-se a parte exequente, por seu advogado, via DJe, para, no prazo de 05(cinco) dias, observar o parecer ministerial e cumprir com exatidão o despacho de fl.106, além de justificar a inclusão ou excluir a parcela referente ao mês de outubro/2023, tendo em vista que o mandado de citação do alimentante, só foi juntado aos autos, na ação que fixou alimentos provisórios, no dia 31 de outubro de 2023, como se vê da certidão de fl.65, do processo nº 0263099-12.2023.8.06.0001.

EXPEDIENTES DA 9ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0449/2024

ADV: SAMUEL DE FREITAS XEREZ (OAB 43734/CE) - Processo 0019234-79.2007.8.06.0001 - Separação de corpos - REQUERIDO: Giovanni Colares Cavalcante - Gratuidade judicial. Torno SEM EFEITO os despachos de fls. 145 e 146, por estarem incompletos. Defiro os pedidos de fls. 128/130. Expeçam-se separadamente, mas com destinação para o mesmo Cartório de Imóveis da 2ª Zona de Fortaleza: 1) MANDADO para que o DIVÓRCIO dos litigantes/proprietários do imóvel fls. 141/142 (Rua Dona Leopoldina, nº. 1045, ap. 1102, bloco “d”) seja averbado na respectiva matrícula; e 2) MANDADO de registro da PARTILHA desse mesmo bem (de fls. 141/142), nos termos da proposta às fls. 108/118, que dividiu o imóvel na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada divorciando e foi homologada às fls. 125/126. Em seguida, arquivem-se os autos.

ADV: ALICE RIBEIRO MELO CRISÓSTOMO (OAB 34366/CE), ADV: DANIEL BRAGA ALBUQUERQUE (OAB 28282/CE), ADV: MARIANA GOMES DA FONSECA (OAB 29194/CE) - Processo 0208241-65.2022.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Maria Alice Alencar Gomes - EXECUTADO: Pedro Gomes Guimarães Neto - Considerando, pois, que a tentativa anterior de bloqueio patrimonial ocorreu há 1 (um) ano (fls. 146 e seguintes), sendo possível que, hoje, exista novo saldo bancário em favor do devedor, determino outra vez a penhora eletrônica, via SISBAJUD, em face do executado, com base no valor apontado na decisão de fls. 234/236. Registre-se que a constrição deverá ser lançada no sistema com a repetição programada da ordem por 60 (sessenta) dias consecutivos.

ADV: JONATHAS FERREIRA BONFIM NETO (OAB 38120/CE) - Processo 0217759-11.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: P.V.C. - K.V.C. - K.V.C. - J.B.C. - J.B.C. - julgo procedente o pedido e, em consequência, NOMEIO PATRÍCIA VIANA CHAVES como CURADOR(A) de PONCIO PEREIRA CHAVES, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada sua deficiência de natureza mental, o que a impede de exprimir sua vontade e praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Caberá ao(à) curador(a) representar o(a) curatelado(a), podendo praticar os atos necessários ao recebimento e administração dos valores recebidos pelo(a) curatelado(a) a título de benefício previdenciário junto à instituição financeira pagadora, empregando-os exclusivamente em benefício do(a) curatelado(a), como, por exemplo, na compra de gêneros alimentícios e de remédios, na contratação de cuidadores e pagamento de plano de saúde, sendo-lhe vedado emprestar, alienar, hipotecar e contrair empréstimos, salvo autorização deste juízo. Poderá, ainda, representar o(a) curatelado(a) perante instituições bancárias, tendo a prerrogativa de assinar papéis, abrir, movimentar e encerrar contas, limitando-se ao valor recebido mensalmente, bem como realizar as demais atividades necessários à administração da vida financeira do(a) curatelado(a), desde que não lhe imponha novos ônus, o que depende de autorização judicial. A curatela não terá prazo de duração, considerando que a doença é irreversível. Lavre-se Termo de Compromisso, intimando-se o(a) para assiná-lo no prazo de 5 (cinco) dias. Aplica-se, no caso, o quanto disposto no art. 84, § 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015) e no art. 553 do CPC e as suas respectivas sanções. Em obediência ao que dispõe o art. 755 do CPC: a) INSCREVA-SE a presente no Registro de Pessoais Naturais; e b) PUBLIQUE-SE edital imediatamente: b.1) na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses; e b.2) no Diário de Justiça, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. DEVERÁ CONSTAR DO EDITAL: os nomes do(a) curatelado(a) e do(a) curador(a), a causa, os limites e os atos que a curatela abrange. Condeno os interessados ao pagamento das custas, suspensa sua exigibilidade nos termos do contido no art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se no DJe. Intimem-se o Ministério Público e a Curadoria Especial. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: PATRICK HARRISSON VIDAL CRUZ (OAB 43783/CE) - Processo 0251346-24.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: K.F.G. e outro - Diante do exposto, com fundamento no art. 200, parágrafo único, do CPC, HOMOLOGO POR SENTENÇA a desistência da presente ação, no que deixo de resolver o mérito, nos termos do artigo 485, VIII, também do novo estatuto processual civil, com o que cessam os efeitos da decisão interlocutória de fls. 39/41. Condeno a promovente ao pagamento das custas processuais, ficando a execução de tal encargo suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão da alegada pobreza da parte. Publique-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GRASIELLE FONTELE CABRAL (OAB 39272/CE) - Processo 0270780-33.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.M.R. e outros - REQUERIDO: G.G.L.R. - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado inicialmente para converter os alimentos provisórios (fls. 44/46) em definitivos. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e de honorários, que fixo em 10% (dez por cento) do valor de uma anualidade alimentar, suspensa, contudo, a exigibilidade em razão dos benefícios da gratuidade judiciária, nos moldes do art. 98, §3º, do CPC/15. Publique-se no DJe. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOSIANE MOTA DE SOUSA ALMEIDA (OAB 46838/CE) - Processo 0277666-14.2024.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Nomeação - REQUERENTE: R.K.M.S. - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, em razão da alegada pobreza da autora. Cite-se o(a) curatelando(a), por Oficial de Justiça, para, no dia 04/02/2025, às 15h30min, ser ENTREVISTADO(A) EM AUDIÊNCIA, via videoconferência, por meio da plataforma Microsoft TEAMS, através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/19efdf (ou do QRCode abaixo). Todos os que comparecerem à audiência virtual deverão estar de posse de documento de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, Passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. Como há escassez de vagas para realização de perícia oficial, INTIME-SE a parte requerente, via DJe, inclusive para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o preenchimento e juntada do relatório médico abaixo, sendo que o profissional subscritor deverá ser vinculado à rede pública de saúde e identificado com os números de matrícula e inscrição no CRM. INTIME-SE o Ministério Público, inclusive para que se manifeste sobre o pedido de Curatela Provisória.

ADV: PEDRO FERREIRA FREITAS (OAB 4030/CE), ADV: PRISCILA MESQUITA DE CARVALHO (OAB 23091/CE) - Processo 0277832-46.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Partilha - REQUERENTE: F.V.N.V. - indefiro a petição inicial e extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 330, III, c/c 485, I, ambos do CPC. Condeno a parte promovente ao pagamento das custas processuais, ficando a execução de tal encargo suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão de sua alegada pobreza. Publique-se no DJe. Comunique-se o Setor de Distribuição do Fórum, através de e-mail, para que seja feita a correção da classe processual desta demanda (12541 - Divórcio Litigioso). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Processo 0280216-79.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0220866-34.2022.8.06.0001) - Comunicado de Mandado de Prisão - Alimentos - AUTUADO: Rafael Pereira dos Santos - indefiro a petição inicial e extingo a presente demanda sem julgamento do mérito, nos termos dos art. 330, III, c/c 485, I, ambos do CPC. Sem custas. Publique-se no DJe. Em seguida, independentemente de prazo, arquivem-se os autos.

Processo 0280489-58.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0270975-86.2021.8.06.0001) - Comunicado de Mandado de Prisão - Alimentos - AUTUADA: S.M.S.R. - indefiro a petição inicial e extingo a presente demanda sem julgamento do mérito, nos termos dos art. 330, III, c/c 485, I, ambos do CPC. Sem custas. Publique-se no DJe. Em seguida, independentemente de prazo, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0450/2024

ADV: ANNA IRACY ARAUJO MOURA MARTINS (OAB 21050/CE) - Processo 0210503-17.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.S.R.O. e outro - Considerando que o réu, devidamente citado (fls. 56), não compareceu à audiência designada (fls. 62), tampouco apresentou resposta (fls. 63), decreto sua REVELIA. Para além dessa revelia, não se faz necessário produzir novas provas, razão pela qual ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO da lide, nos termos do art. 355 do CPC. Publique-se no DJe, inclusive para fim de intimação do revel. Decorrido in albis o prazo (de 15 dias) para recurso, dê-se nova vista ao MP.

EXPEDIENTES DA 10ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0472/2024

ADV: ANA BEATRIZ BELTRAO MAGALHAES LEMOS (OAB 13405/CE), ADV: THARLLETON PINTO SOUSA DE BRITO (OAB 28285/CE) - Processo 0186736-23.2019.8.06.0001 - Liquidação Provisória por Arbitramento - Fixação - REQUERENTE: M.E.N.S. - Portanto visando dar continuidade a presente demanda, intime-se a parte exequente, por seus advogados (via Dje), para informar, no prazo de 15 (quinze) dias, se persiste a inadimplência de débito alimentar, apresentando memória da cálculo atualizada do valor devido. Na oportunidade deverá informar ainda se mantém interesse na decretação da prisão civil do devedor. Publique-se.

ADV: ANA CAROLINE SANTOS ABREU (OAB 48458/CE), ADV: GABRIELA RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 48682/CE) - Processo 0244002-26.2023.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: E.F.S. e outro - REQUERIDO: M.A.N.S. - Diante do exposto, considerando o entendimento jurisprudencial vigente, não mais vislumbro a possibilidade de prosseguimento desta execução sob o rito da coerção pessoal no que se refere ao débito devido a exequente Ana Lídia Freire de Souza, motivo pelo qual indefiro o pedido de decretação da prisão civil do executado. Consequentemente, descabida a prisão civil referente ao débito devido a exequente Ana Lídia Freire de Souza, excluo-a da presente demanda, e, se a mesma assim desejar, deverá pleitear os valores em ação autônoma sob o rito da expropriação patrimonial. Intimem-se. 2. DO PROSSEGUIMENTO DO FEITO NESTES AUTOS Intime-se a parte exequente Marcos Aurélio Nascimento de Souza Filho, representado por sua genitora Eliane Freire de Souza, por sua advogada habilitada (DJe), a fim de apresentar demonstrativo atualizado do débito discriminando somente a quota referente ao alimentado menor, viabilizando, assim, o prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Ciência ao Ministério Público, via portal. Expedientes necessários.

ADV: MARIA ZENILDA MACHADO SALES (OAB 30179/CE) - Processo 0277128-33.2024.8.06.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: B.S.A. e outro - “O cumprimento da sentença definitiva ou de acordo judicial deve ser promovido nos mesmos autos da ação de alimentos (CPC 531 § 2º). A execução dos alimentos provisórios e da sentença sujeita a recurso, se processa em autos apartados (CPC 531§ 1º)”. Portanto, considerando que a ação em que se estabeleceu a pensão alimentar no importe de 54% do salário mínimo, mediante acordo incidente nos autos executivos, encontra-se julgada e arquivada (processo n. 0256138-60.2020.8.06.0001), cabe a parte exequente providenciar o pedido de fls. 01/08 nos autos aonde se estabeleceu a obrigação de alimentos e, não de forma autônoma. Desta feita, considerando que a presente ação, de forma autônoma, não é o meio hábil e legal para o processamento da matéria aqui tratada, determino a extinção da presente ação, sem análise do mérito, conforme autoriza o art. 485, IV do CPC, prescindindo os autos de maiores esclarecimentos diante da norma posta. Sem custas, ante a gratuidade que ora defiro. P.R.I. Oportuno arquivamento.

ADV: ANNARA MARIA BASTOS OLIVEIRA (OAB 45914/CE) - Processo 0277770-06.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.C.F.S. e outro - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes do acordo firmado na petição inicial de fls. 01/06.

ADV: SAMIRA MACEDO PINHEIRO DE AMORIM (OAB 27504/CE), ADV: PATRICIA FERREIRA FREITAS DE CASTRO RIOS (OAB 30715/CE) - Processo 0459062-61.2000.8.06.0001 - Curatela - REQUERENTE: S.L.M.A. e outro - Vistos. Atenta

ao pedido de habilitação do advogado dos promoventes à fl. 27, verifico que o Gabinete já realizou o cadastro. Intime-se, pois, a causídica outorgada na procuração de fl. 29 (via DJe) para ciência da habilitação, com prazo de 05 (cinco) dias, bem como, vistas dos presentes autos para extração das peças, conforme requerido, devendo os autos permanecerem no arquivo, por se tratar de ato de mero expediente. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0473/2024

ADV: BRUNA CRUZ DE ALMEIDA (OAB 48959/CE) - Processo 0142680-12.2013.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.L.C.B.M.R.Y.C.P. - À SEJUD para evolução de classe processual para cumprimento de sentença de Obrigação de Prestar Alimentos Código 12246, nos termos dos art. 255 a 258 do Provimento 02/2021/CGJCE (Código de Normas Judiciais) À SEJUD para regularização dos polos da demanda no sistema SAJ, constando como parte exequente ANA LAÍS CORRÊA BRAGA, nascida em 15/02/2012 e na parte executada KAILTON BRAGA DO NASCIMENTO. Intimação do executado às fls. 97 com precatória junta aos autos em 21/10/2024 (fls. 99), estando no prazo de sua manifestação, conforme fls. 35. Oficie-se para desconto em folha de pagamento, junto a empresa SAGA DETROIT COMÉRCIO DE VEÍCULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, ENDEREÇO: RODOVIA BR 153, 1 - JARDIM GOIÁS, CEP: 74.805-010 | GOIÂNIA-GO - CNPJ: 19.945.014/0001-06 | TELEFONE: (62) 3773-2591, no importe de 26,7% dos vencimentos e vantagens, excetuados os descontos obrigatórios (Previdência e Imposto de Renda), com consequente depósito na conta da genitora YARINA CORRÊA PESSOA, portadora do CPF 053.369.213-00, na AGÊNCIA 1887 | CONTA 1288 000000789482115-3 | CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Publique-se.

ADV: SONIA MARIA FERREIRA CHAGAS (OAB 6506/CE) - Processo 0220464-84.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0406789-56.2010.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERIDO: G.C.M. e outros - Ante o exposto, conheço dos Embargos Declaratórios manejados contra sentença deste juízo, porém, para REJEITÁ- LOS, pelas razões retromencionadas. Ademais, no que se refere a manifestação de esclarecimento de fls. 133/135, destaco que o fato deste juízo ter elencado como ponto incontroverso “a permanência da obrigação alimentícia até o término do curso de ensino superior dos alimentandos” se trata apenas por ser um ponto que ambas as partes convergiram em seu relatos, de modo que não fora expressado que tal ponto teria relevância de mérito para a revisão pleiteada. Assim, resta esclarecido o ponto suscitado pela parte no prazo de 5 dias que prevê o §1º do art. 357 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se e, oportunamente, cumpra-se a decisão embargada.

ADV: EUGENIO DUARTE VASQUES (OAB 16040/CE), ADV: OLGA PAIVA BEZERRA (OAB 33397/CE), ADV: GUILHERME MAGALHÃES DE F. N. DODD (OAB 34744/CE) - Processo 0241473-97.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.G.S.B. - Em conseqüência, nada mais resta a fazer senão julgar, como JULGO, EXTINTO O PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO, conforme preceitua o art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIANA CUNHA LUSTOSA (OAB 6045/CE) - Processo 0253452-56.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.C.M.O. - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. III, a, do CPC, homologo o reconhecimento da procedência do pedido que se regerá nos termos da proposta inicial.

ADV: ERICA TORRES PASSOS MENESCAL REIS (OAB 17042/CE) - Processo 0284489-38.2023.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: R.M.C.M.N. - Intime-se a parte exequente, por sua advogada habilitada (via DJe), para que se manifeste acerca da justificativa apresentada pelo executado às fls. 100/127, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se.

EXPEDIENTES DA 11ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0453/2024

Processo 0205086-65.2024.8.06.0298 - Comunicado de Mandado de Prisão - Prestação de Alimentos - AUTOR: J.P. - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - AUTUADO: Flaviano Nascimento Façanha - Ante o exposto e, considerando o que mais dos autos consta, para que venha a surtir os seus jurídicos e legais efeitos, decreto extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço com fulcro no art. 485, inciso IV e §3º, do mesmo artigo, do Código de Processo Civil. Traslade-se cópia do auto de prisão para os autos do processo sob o nº 0174427-38.2017.8.06.0001. Sem custas. P. R. I. C. Certifique-se de logo o trânsito em julgado, arquivando-se os presentes autos com a devida baixa.

Processo 0208983-90.2022.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: S.M.A. - REQUERIDA: M.I.L.A.R.S.G.S.A.C.A.L. - Diante do exposto e com apoio nas disposições acima enumeradas, hei por bem extinguir o presente processo, o que o faço por SENTENÇA, sem resolução do mérito, estribada no Art. 485, inciso III do Código de Processo Civil, determinando o imediato arquivamento, após em julgado o trânsito desta decisão. Custas judicias, todavia, sob condição suspensiva de exigibilidade, tendo em vista os benefícios da gratuidade da justiça, conforme art. 98, §3º do CPC. Intimem-se a parte autora, através da Defensora Pública (via Portal), parte ré (via DJ-e), bem como o Ministério Público, via Portal, sobre o teor desta sentença. P.R.I .C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: SAMUEL NOGUEIRA MATOSO (OAB 28553/CE), ADV: JOSE RAFAEL VASCONCELOS MARANHAO (OAB 30349/CE), ADV: REGINA MARIA TRINDADE DE CARVALHO (OAB 37507/CE) - Processo 0234115-23.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.W.C.M.J. - REQUERIDO: P.M.L.M. e outro - Intimem-se as partes, através de seus respectivos procuradores, via DJ-e, para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação acerca da petição e documentos acostados às fls. 267/276.

ADV: FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 27907/CE) - Processo 0240579-24.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0162528-77.2016.8.06.0001) - Oposição - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: T.J.F.F. - Diante do exposto, considerando o que mais dos autos consta, DECLARO extinto o processo sem resolução de mérito, o que faço na conformidade dos artigos 354 c/c o artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se os autores, através de seu procurador da presente sentença. P. R. I. C. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se com a devida baixa.

ADV: KELLYANNY PAIVA DE AGUIAR (OAB 37229/CE) - Processo 0249050-34.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.L.A.G. e outros - Defiro o pedido de fls. 1.148 e concedo o prazo de 05 (cinco) dias, para que a parte autora cumpra na íntegra o despacho de fls. 1.145.

ADV: ELIZABETE TEIXEIRA NONATO (OAB 4735/CE) - Processo 0269852-48.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela -

Nomeação - INTERTE: R.S.B. - Cite-se e intime-se a parte promovida, por oficial de justiça, e intime-se o(a) autor(a), através de seu procurador, via DJ-e, a fim de comparecer em audiência para entrevista da parte curatelanda, designada para o dia 28 de janeiro de 2025, às 15:30h, a ser realizada por meio de videoconferência, através da Plataforma Virtual Teams Microsoft. Cientifique-se a parte requerida de que, poderá apresentar impugnação ao pedido autoral no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de entrevista, nos termos constantes no art. 752 do Código de Processo Civil. À SEJUD 1º GRAU para citação e intimação das partes, seus procuradores, a Defensoria Pública e o representante do Ministério Público, para participação da audiência a ser realizada, conforme dispõem os arts. 246, inciso, V, e 270, caput, todos do Código de Processo Civil, devendo ser-lhes comunicado o link para acesso à sala de audiência virtual. Esclareça-se, ainda, às partes e seus procuradores à necessidade de portarem documento oficial com foto no momento da audiência por videoconferência.

ADV: JOSÉ WELLINGTON MESQUITA XIMENES (OAB 18600/CE) - Processo 0273468-31.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.S.Q. - Cite-se e intime-se a parte promovida, por oficial de justiça, e intime-se o(a) autor(a), através de seu procurador, via DJ-e, a fim de comparecer em audiência para entrevista da parte curatelanda, designada para o dia 28 de janeiro de 2025, às 16:00h, a ser realizada por meio de videoconferência, através da Plataforma Virtual Teams Microsoft. Cientifique-se a parte requerida de que, poderá apresentar impugnação ao pedido autoral no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da audiência de entrevista, nos termos constantes no art. 752 do Código de Processo Civil. À SEJUD 1º GRAU para citação e intimação das partes, seus procuradores, a Defensoria Pública e o representante do Ministério Público, para participação da audiência a ser realizada, conforme dispõem os arts. 246, inciso, V, e 270, caput, todos do Código de Processo Civil, devendo ser-lhes comunicado o link para acesso à sala de audiência virtual. Esclareça-se, ainda, às partes e seus procuradores à necessidade de portarem documento oficial com foto no momento da audiência por videoconferência.

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0454/2024

ADV: JOAQUIM MIGUEL GONCALVES (OAB 6059/CE) - Processo 0268677-53.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: K.D.R.M. - Considerando o princípio da cooperação, previsto no artigo 6º do Código de Processo Civil, o qual impõe às partes e ao juiz o dever de colaboração para que se obtenha, de forma célere e efetiva, a solução do litígio, determino a intimação da parte promovida, através de seu procurador, via DJ-e., para, no prazo de 15 (quinze) dias, acostar aos autos os seguintes documentos: a) as três últimas declarações de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF); b) os extratos dos 03 (três) últimos meses dos cartões de crédito; c) cópia dos 03 (três) últimos contracheques ou comprovantes de rendimentos; d) cópia do extrato dos benefícios do INSS, caso receba; e) cópia de sua CTPS (Carteira de Trabalho). Concomitantemente, expeça-se ofício ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), para que informe a este Juízo a existência de vínculos empregatícios em nome do beneficiário KELVIN DOUGLAS RODRIGUES DE MOURA - CPF: 605.614.453-46. Remetam-se os autos ao Setor Competente, para estudo social do caso, conforme parecer ministerial de fls. 97/101. Por fim, oficie-se ao Setor de Distribuição, com urgência, a fim de que seja realizada a correção na classificação do processo, de acordo com a matéria tratada nos autos, qual seja, Reconhecimento e Extinção de União Estável.

ADV: ANTONIO BRASILEIRO PONTES (OAB 6088/CE), ADV: CICERO CORDEIRO FURTUNA (OAB 22014/CE), ADV: ANDRE EUGENIO DE OLIVEIRA QUEZADO (OAB 25992/CE) - Processo 0273097-38.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0261511-67.2023.8.06.0001) - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: T.B.P. - REQUERIDA: I.F.P.P. - Em petição de fls. 1260/1262, a parte autora requereu a anulação do ato de nomeação dos peritos realizado, às fls. 1106/1107, e o retorno dos autos às filas de Processos dos respectivos Setores de Serviço Social e Psicologia, em razão da complexidade da presente demanda. Preliminarmente, cabe esclarecer às partes que os profissionais nomeados (fls. 1106/1107, cujo termos de aceite dormitam às fls. 1258 e 1259; além de terem sido indicados pelo próprio Setor de Serviço Social e Psicologia - observado a 4ª Edição do Projeto Piloto SIPER - entendo que ambos possuem expertise suficiente para analisar o presente feito. Para além do profissionalismo e competência dos peritos, é sabido que os Setores de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará se encontram assoberbados com a demanda processual que é encaminhada aos referidos setores diariamente. Tal realidade acabaria por protelar o presente feito. Portanto, a fim de promover a pacificação célere dos conflitos, com a devida análise do mérito, entendo cabível a manutenção da nomeação dos peritos, realizada às fls. 1106/1107.

EXPEDIENTES DA 12ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0440/2024

ADV: ANDRÉ FELIPE FERREIRA OLIVEIRA (OAB 25084/PB), ADV: YANKO CABRAL RODRIGUES DE AMORIM (OAB 26357/PB), ADV: THAISA MARA DOS ANJOS LIMA (OAB 24137/PB), ADV: MATEUS SANTOS ROCHA (OAB 29976/PB), ADV: CINTIA RAISSA TAVARES PONTUAL (OAB 24450/PB) - Processo 0034228-19.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.M.A. - Do pedido de Impugnação a Gratuidade da Justiça do Promovido Registra-se que o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, bem como o art. 98 do CPC e a Lei nº 1.060/50 não impuseram requisitos herméticos para o reconhecimento da hipossuficiência econômica relacionada à concessão das benesses da gratuidade, cabendo ao julgador a análise do caso concreto, bem como à parte, quando pessoa natural, declarar nos autos o comprometimento de sua subsistência, acaso tenha que suportar, em juízo, as despesas processuais. Assim, quanto ao pedido de gratuidade do promovido, verifica-se que apesar do pedido apresentado, a parte não demonstra cumprir os requisitos necessários, tendo em vista que o documento salarial apresentado demonstra a boa condição financeira do promovido, percebendo a quantia bruta de R$ 11.553,07 (onze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e sete centavos), motivo pelo quando indefiro o pedido de gratuidade judiciária. Da Maioridade de Sabrina Morais de Araújo. Verifiquei nos autos, que a filha Sabrina Morais de Araújo atingiu a maioridade, exigindo a regularização do polo ativo com a consequente apresentação de procuração para que o patrono possa representá-la nos autos. Do Divórcio. É incontroverso que as partes desejam o divórcio, pois não há possibilidade de reconciliação, assim, cabe o julgamento antecipado parcial de mérito, nos termos do art. 356 do CPC. Com efeito, a extinção do vínculo matrimonial, mostram-se desejados por ambos os cônjuges. Assim, julgo PARCIALMENTE O MÉRITO da demanda para decretar o divórcio dos litigantes, o que faço com arrimo no art. 226, §6º, da Constituição Federal e art. 356, I, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, com suporte no artigo 24, da Lei n. 6.515/77, DECRETO O DIVÓRCIO das partes. Do prosseguimento do feito. Remanesce controvérsia quanto a guarda dos menores, João Victor e Samuel, e quanto às necessidades dos alimentados devendo ser verificada capacidade financeira dos genitores, ora alimentantes que justifique o pagamento de alimentos. Contudo, intimem-se as partes, para no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer os fatos controversos nos autos. Determino a intimação

da parte promovente, por seu advogado, via Dje, para informar se permanece o desejo da parte autora referente a guarda dos menores, elucidar qual o regime de guarda, demonstrar a necessidade quanto ao pedido de alimentos em seu favor, acostar aos autos os seus últimos comprovantes de rendimentos, e requerer o que entender de direito. Determino, ainda, a intimação do promovido, por seu advogado, via DJe, para, em 15 (quinze) dias, acostar aos autos os seus últimos comprovantes de rendimentos, e requerer o que entender de direito. Ciência ao Ministério Público, via Portal.

ADV: GINA ALBUQUERQUE REBOUÇAS (OAB 25756/CE), ADV: LETÍCIA MARQUES DE MORAES (OAB 40681/CE), ADV: THIAGO DA SILVA FARIAS (OAB 36488/CE), ADV: OSSIANNE DA SILVA FREITAS MARTINS (OAB 28544/CE), ADV: RODRIGO SILVEIRA LIMA (OAB 19187/CE) - Processo 0156934-14.2018.8.06.0001 (apensado ao processo 0161984-84.2019.8.06.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.P. - REQUERIDO: R.P. - Decido. Intimem-se as partes por seus Advogados para, no prazo de quinze dias, apresentarem memoriais finais. Após, façam os autos conclusos para julgamento. Fortaleza (CE), data da assinatura eletrônica. Leopoldina de Andrade Fernandes Juíza de Direito

ADV: AMANDA GOMES ALBUQUERQUE (OAB 37455/CE), ADV: LEVI QUEIROZ DE ARAÚJO (OAB 37378/CE), ADV: ALESSANDRA MORAES FITERMAN (OAB 36895/CE), ADV: LUIZ CARLOS SILVESTRE DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 26181/CE), ADV: LUCIA DA SILVA MORAES FITERMAN (OAB 14378/CE) - Processo 0194993-08.2017.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: G.F.C. e outro - Diante do exposto, declaro a incompetência deste Juízo para o conhecimento e o julgamento desta ação e, em consequência, extingo o presente processo, com espeque no art. 64, §§1º E 3º, CPC e art. 485, IV do CPC do Código de Processo Civil. No mais, revogo as decisões de fl. 305 e fls. 1253/1254. Publique-se. Intimem-se as partes por seus respectivos advogados (via Dje) Expedientes necessários. Após o trânsito em julgado, certifique-se o ocorrido e, ato contínuo, arquivem-se os autos.

ADV: FLAVIO DOUGLAS DE ARAUJO PEIXOTO (OAB 35680/CE) - Processo 0204728-80.2023.8.06.0025 (apensado ao processo 0103012-92.2017.8.06.0001) - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - AUT PL: D.P.I.P.D.D. - Decido. Diante do decurso do tempo desde o pedido de medidas protetivas e em decorrência do julgamento do processo principal de curatela, intime-se a requerente por seu Advogado para manifestar justificadamente, no prazo de 05 (cinco) dias, se persiste interesse no prosseguimento do feito, expondo e comprovando a relação interfamiliar conflituosa na qual as partes estão submetidas atualmente. Após, vista ao MP. Por fim, retornem os autos ao fluxo urgente. Fortaleza (CE), 24 de outubro de 2024. Leopoldina de Andrade Fernandes Juíza de Direito

ADV: HERLLISON ROBERTO VIDAL DA SILVA (OAB 49019/CE), ADV: JANAINA MADEIRA SABOIA (OAB 45994/CE) - Processo 0219530-24.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: C.A.R. - REQUERIDO: Jordan de França Sousa - Do exposto, extingo o presente processo, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Custas pro rata, entretanto, suspensa a exigibilidade por gozarem as partes dos benefícios da assistência judiciária gratuita, pedido que ora defiro. Publique-se. Intimem-se as partes, por seus Advogados, via DJe. Ciência ao Ministério Público, por Portal. Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades de praxe, ao arquivo.

ADV: VERONICA SANCHO DE SOUSA (OAB 3744/CE), ADV: MARIO SOUSA DE SANT¿ANNA (OAB 25487/CE), ADV: KHLAINNY KARYN GONÇALVES DA SILVA (OAB 51389/PE) - Processo 0227850-34.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0288862-49.2022.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.K.G.A. - Ante o exposto e de todo o conjunto probatório, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de alimentos para, em consequência, fixar pensão definitiva no patamar de 15% (quinze por cento) dos rendimentos brutos e demais vantagens dos promovidos, excluídos apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), a serem pagos mediante desconto em folha de pagamento, reajustável sempre que este o for, por meio de depósito em conta de titularidade da representante legal da menor, Conta Corrente nº 78262-9, Ag 1245-9, Banco do Brasil. Em consequência, julgo extinto o presente feito nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem condenação em custas, por serem as partes isentas das despesas processuais, na forma do art. 5º, II, da Lei Estadual n. 16.132/2016 e do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Intimem-se as partes, por seus Advogados, via DJe. Ciência ao Ministério Público, via Portal. Oficie-se ao INSS, a ser dirigido ao Chefe de Benefícios daquela instituição, por meio do e-mail: ''gexfor@inss.gov.br'' para realizar desconto, até o quinto dia útil de cada mês, em folha do requerido I. A. S., em quantia equivalente ao percentual de 15% (quinze por cento) dos rendimentos brutos e demais vantagens do promovido, excluídos apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), valor a ser depositado na conta bancária da representante da autora, Conta Corrente nº 78262-9, Ag 1245-9, Banco do Brasil. Anexar ao ofício RG, CPF, endereço e conta bancária da representante legal; RG, CPF e certidão de nascimento da criança; RG e CPF do alimentante. Oficie-se à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para realizar desconto, até o quinto dia útil de cada mês, em folha do promovido, em quantia equivalente ao percentual de 15% (quinze por cento) dos rendimentos brutos e demais vantagens do promovido I. A. S., excluídos apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), valor a ser depositado na conta bancária da representante da autora, Conta Corrente nº 78262-9, Ag 1245-9, Banco do Brasil. Oficie-se à Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC para realizar desconto, até o quinto dia útil de cada mês, em folha da promovida, em quantia equivalente ao percentual de 15% (quinze por cento) dos rendimentos brutos e demais vantagens da promovida M. C. S. A., excluídos apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), valor a ser depositado na conta bancária da representante da autora, Conta Corrente nº 78262-9, Ag 1245-9, Banco do Brasil. Oficie-se ao Instituto de Previdência do Município de Fortaleza - IPM para realizar desconto, até o quinto dia útil de cada mês, em folha da promovida, em quantia equivalente ao percentual de 15% (quinze por cento) dos rendimentos brutos e demais vantagens da promovida M. C. S. A., excluídos apenas os descontos obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), valor a ser depositado na conta bancária da representante da autora, Conta Corrente nº 78262-9, Ag 1245-9, Banco do Brasil. Transitada em julgado, efetive-se os expedientes necessários para o fiel cumprimento deste decisum. Empós, arquivem-se com as cautelas de lei. Sem prejuízo dos prazos acima e do arquivamento dos autos, visando assegurar a eficácia desta sentença, determino seja enviada carta simples para as partes, para ciência e cumprimento.

ADV: RUBENS FERREIRA STUDART FILHO (OAB 16081/CE), ADV: RUBENS CEZAR PARENTE NOGUEIRA (OAB 42725/CE), ADV: ANDRE LUIZ NEPOMUCENO (OAB 32604/CE), ADV: LARA DILENE ARAUJO SARMENTO (OAB 27326/CE), ADV: WILSON DE NOROES MILFONT NETO (OAB 15248/CE) - Processo 0228952-62.2020.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.P.J. - REQUERIDO: D.B.N. - Em que pese o pedido do alimentante, a simples alegação de que as filhas atingiram a maioridade não é suficiente para justificar a mudança do meio pelo qual os alimentos são pagos. Para que tal alteração seja efetivada, é necessário que se verifique a pertinência e adequação do pedido no contexto atual, o que demandaria a instauração de nova ação. Portanto, considerando que a alteração da conta de depósito da pensão alimentícia envolve questões que vão além da simples maioridade das alimentandas e que a simples alegação de mudança de titularidade da conta não é suficiente para a modificação do regime de pagamento de alimentos, INDEFIRO o pedido de alteração da conta bancária. Caso o alimentante deseje discutir qualquer alteração substancial nas condições do pagamento ou no acordo de alimentos em si, deverá ajuizar a competente ação autônoma, com a devida fundamentação para o pedido de

modificação. Intime-se via DJE. Após, retornem os autos ao arquivo.

Processo 0253405-82.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: R.T.S. - REQUERIDA: R.S.M. - Diante do exposto, considerando que as partes, livre e espontaneamente, celebraram a avença acima instrumentalizada e, tendo em vista ainda, que o acordo é lei entre as partes HOMOLOGO por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o referido acordo de fls. 87/90 conferindo a esta decisão a eficácia de título executivo judicial e, de consequência, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, "b" do Novo Código de Processo Civil. Sem Custas. Publique-se. Intime-se a parte autora por Defensor. O prazo para a parte que não constituiu advogado nos autos contará da publicação.

ADV: DANIEL WESLY FERREIRA FIGUEIREDO (OAB 35571/CE), ADV: JOAO DE DEUS DUARTE ROCHA FILHO (OAB 25486/CE), ADV: ANTONIO MESQUITA CAVALCANTE (OAB 9575/CE) - Processo 0672129-89.2012.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: O.F.S. - HERDEIRO: S.A.P. - M.H.R.P.R.S.G.F.L.R. e outros - Diante do exposto, declaro a incompetência deste Juízo para o conhecimento e o julgamento desta ação e, em consequência, extingo o presente processo, com espeque no art. 64, §§1º E 3º, CPC e art. 485, IV do CPC do Código de Processo Civil. No mais, revogo as decisões de fl. 305 e fls. 1253/1254. Publique-se. Intimem-se as partes por seus respectivos advogados (via Dje) Expedientes necessários. Após o trânsito em julgado, certifique-se o ocorrido e, ato contínuo, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0441/2024

Processo 0204794-98.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.W.B.S. - REQUERIDO: J.B.M.C.F. - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo de fls. 89/92, o que faço por sentença nos termos do artigo 487, inciso III, "b" do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito. Sem condenação em custas, por serem as partes isentas das despesas processuais, na forma do art. 5, II, da Lei Estadual n. 16.132/2016. Pelo princípio da causalidade, condeno à promovida ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, em favor da parte adversa, todavia, suspensa a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu defensor público, via DJ-e. Não há necessidade de intimação da parte promovida, por não haver constituído advogado/defensor nos autos, contando-se o prazo em relação a ela a partir da data de publicação do ato decisório no órgão oficial (art. 346 do Código de Processo Civil). Ciência ao Ministério Público. Considerando-se que o caráter do acordo é incompatível com o interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se os presentes autos com a devida baixa.

Processo 0208976-30.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.R.O.S.P.J.O.S.M.R.A.S.O. - REQUERIDO: G.S. - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo de fls. 88/90, o que faço por sentença nos termos do artigo 487, inciso III, "b" do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito. Sem condenação em custas, por serem as partes isentas das despesas processuais, na forma do art. 5, II, da Lei Estadual n. 16.132/2016. Pelo princípio da causalidade, condeno à promovida ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, em favor da parte adversa, todavia, suspensa a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu defensor público, via DJ-e. Não há necessidade de intimação da parte promovida, por não haver constituído advogado/defensor nos autos, contando-se o prazo em relação a ela a partir da data de publicação do ato decisório no órgão oficial (art. 346 do Código de Processo Civil). Ciência ao Ministério Público. Considerando-se que o caráter do acordo é incompatível com o interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se os presentes autos com a devida baixa.

Processo 0209580-88.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.L.M. - REQUERIDO: F.M.P.M.R.P.M.M.A.C.P. - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo de fls. 79/91, o que faço por sentença nos termos do artigo 487, inciso III, "b" do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito. Sem condenação em custas, por serem as partes isentas das despesas processuais, na forma do art. 5, II, da Lei Estadual n. 16.132/2016. Pelo princípio da causalidade, condeno à promovida ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, em favor da parte adversa, todavia, suspensa a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu defensor público, via DJ-e. Não há necessidade de intimação da parte promovida, por não haver constituído advogado/defensor nos autos, contando-se o prazo em relação a ela a partir da data de publicação do ato decisório no órgão oficial (art. 346 do Código de Processo Civil). Ciência ao Ministério Público. Considerando-se que o caráter do acordo é incompatível com o interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se os presentes autos com a devida baixa.

ADV: ANTONIO ALVES DOS SANTOS (OAB 8044/CE), ADV: LUCAS CAVALCANTE BIZZO (OAB 44108/CE) - Processo 0218517-29.2020.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.M.I. - REQUERIDO: J.A.G.C. e outros - III - DISPOSITIVO POSTO ISSO, ante as considerações supra e tudo mais que dos autos consta, hei por bem JULGAR PROCEDENTE EM PARTE o pedido de Reconhecimento e Dissolução de União Estável Post Mortem, para declarar a união estável de MARIA MARLEIDE INÁCIO e JOSÉ EVANDRO GONZAGA DE CARVALHO a partir de maio/2012 até o falecimento deste em 26/10/2019, bem como para JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos reconvencionais, extinguindo o processado com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de condenar as partes no pagamento de custas e honorários advocatícios, em face do ônus sucumbencial, uma vez que são beneficiarias da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos e comunique-se ao Juízo da 3ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza/CE.

ADV: CARLOS ALBERTO SOARES JUNIOR (OAB 17648/CE), ADV: CASSIA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (OAB 51266/CE) - Processo 0238345-69.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Lucia Vanda Moreira de Oliveira Mesquita - Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter José Edno Alves Filho ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, c/c arts. 1.767 e seguintes, todos do CCB. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a requerente/genitora, Lúcia Vanda Moreira de Oliveira, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada e suas respectivas contas bancárias. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da Curatelada; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, o Curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará

específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a condição que acomete a curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento da curatelada poderá ela requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, §3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente, 1 (uma) vez, na imprensa local, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da curatela, os limites da curatela (restrita a atos negociais e patrimoniais). Sem condenação em custas, por ser a parte isenta das despesas processuais, na forma do art. 5º, II, da Lei Estadual n. 16.132/2016 e do art. 98, § 3º, do CPC. Autorizo, desde logo, ou seja, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença, a expedição de Alvará Judicial definitivo e de termo de compromisso, cabendo ao curador nomeado providenciar sua assinatura deste documento e sua juntada aos autos. O alvará definitivo somente será liberado nos autos, após juntada do termo de compromisso assinado. Publique-se. Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJE. Ciência ao Ministério Púbico via Portal. Transitada em julgado, observadas as formalidades legais, ao arquivo.

Processo 0253159-86.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.A.L.C. - REQUERIDO: A.S.S. - Diante do exposto, considerando que as partes, livre e espontaneamente, celebraram a avença acima instrumentalizada e, tendo em vista ainda, que o acordo é lei entre as partes HOMOLOGO por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o referido acordo, conferindo a esta decisão a eficácia de título executivo judicial e, de consequência, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, “b” do Novo Código de Processo Civil. Sem Custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora por Defensor. O prazo para a parte que não constituiu advogado nos autos contará da publicação.

ADV: FRANCISCO JOSE ARRUDA DE ALMEIDA (OAB 39917/CE) - Processo 0279375-84.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.M.N.O.M. e outro - INTIMEM-SE os requerentes, por seu Advogado, via Dje. Não há necessidade da intervenção de representante do Ministério Público, uma vez que o processo não envolve interesse de incapaz. Considerando-se que o caráter do acordo é incompatível com o interesse recursal, certifique-se o trânsito em julgado e remeta-se, via portal, da presente sentença, servindo esta de mandado de averbação, desde que acompanhada da certidão do trânsito em julgado e assinada digitalmente, perante o cartório de Registro Civil onde foi realizado o casamento (fl.17), encaminhando-se ainda cópia da respectiva certidão, ato a ser realizado independente do pagamento de custas e emolumentos, posto que as partes se encontram sob o beneplácito da gratuidade de justiça.

ADV: ANA TEREZA RODRIGUES SILVA (OAB 24355/CE), ADV: MARCOS ANTONIO MAIA MONTEIRO (OAB 11301/CE) - Processo 0290920-25.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.M.M. - Assim, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do CPC. Custas pelas partes, todavia, suspensa a exigibilidade por serem beneficiárias da assistência judiciária gratuita, que ora defiro também ao promovido. Publique-se. Intimem-se as partes por advogado.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0438/2024

ADV: ADRIANO ALVES PESSOA (OAB 9693/CE) - Processo 0026029-08.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.D.F. - ANTE O EXPOSTO, destacando-se que o pedido de Curatela se ajusta dentre os Procedimentos de Jurisdição Voluntária, em que o Magistrado não está obrigado a observar critério da legalidade estrita (CPC, Art.723 c/c seu parágrafo único e Acórdão in Boletim AASP nº 1988, de 29/01 a 4/2/1997, pg. 37, Rel. Des. Júlio Vidal), com respaldo na legislação pertinente, julgo PROCEDENTE a presente ação, para DECLARAR a curatela da acionada, Francisca das Chagas Fernandes, bastante qualificada nos autos, na forma do art. 4º, inciso III do C.C.B., c/c Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, pelo que nomeio CURADORA Maria Dilena Fernandes, que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens imóveis, móveis ou de outra natureza, pertencentes a curatelada, nem contratar empréstimos em nome da mesma sem autorização judicial, sendo que os valores, eventualmente recebidos de entidade previdenciária, devem ser aplicados na saúde, alimentação e bem-estar da curatelada, devendo ainda prestar contas anualmente dos seus encargos.

ADV: ELANO MESQUITA MEDEIROS (OAB 27380/CE), ADV: FELIPE MESQUITA MEDEIROS (OAB 28784/CE), ADV: MARIA CLEOMAR BARBOSA SALGADO (OAB 42985/CE) - Processo 0194616-66.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.V.B.S. - EXECUTADA: H.M.S. - Posto isto, decreto EXTINTA a presente execução, o que faço por sentença com resolução de mérito, com fundamento nos artigos 924, II, e 925 do Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

ADV: CLEDSON DAMASCENO NASCIMENTO (OAB 30861/CE), ADV: CARLOS ALBERTO PESTANA DA LUZ (OAB 38036/CE) - Processo 0238162-69.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.E.A.R. - Conclusos. Intime-se a parte autora, através de seu patrono, via DJe, para se manifestar acerca do Laudo de fls. 86/87, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, ouça-se o Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA VALERIA SILVEIRA (OAB 15242/CE) - Processo 0245556-64.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.K.S.P. - Conclusos. Intime-se a parte exequente, através de seus patronos, via DJe, para manifestar acerca da petição e documentos de fls. 343/360, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, sigam-se os autos com vistas ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: PAULO CESAR PEREIRA ALENCAR (OAB 7125/CE), ADV: MARCIO PAULO PINHEIRO NOBRE (OAB 31225/CE) - Processo 0249001-22.2023.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Inventário e Partilha - REQUERENTE: João Ilo Coelho Barbosa - REQUERIDA: Cecilia Maria Castro Barbosa - Relatados. Decido: Os requisitos de validade encontram-se firmados, até aqui, no curso do Processo. Impende considerar, inicialmente, relativamente às impugnações, recíprocas, aos pedidos de gratuidade

judiciária então deferidos, que o aspecto cogente em relação à análise da realidade e/ou capacidade financeira das partes, será ao seu tempo aferido. Naturalmente, que conferida previamente a gratuidade judiciária não se erige daí decisão definitiva, pois, mais se atém à premissa de não obstaculizar o livre acesso à justiça; o que, em todo caso, e em razão da potencial capacidade financeira demonstrada, necessariamente deverá ser objeto de nova deliberação adiante. Para que dúvida deixe de existir relativamente à ausência de pronunciamento anterior, a demonstração da parte promovida em relação à obediência quanto a apresentação da sua resposta tempestiva, encontra-se isenta de qualquer reparo, uma vez que contabilizado a exclusão do dia do começo de fluição do prazo em questão, com o somatório em dias úteis e não dias corridos, em compatibilidade ao comando processual normativo, em vigor. Delimitando as questões de fato e de direito, a partir do que pretendem as partes, mas compatibilizando-as à realidade normativa, delibero mais: Quanto ao requerimento da parte acionada voltado à aquisição da meação de corrente da venda do imóvel acima referenciado "Lote 01 da Quadra 21, Contrato 8999 do Loteamento Jardins da Serra, localizado no Município de Maracanaú/CE, vendido pelo reconvindo pelo valor de valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), pois bem, não há na presente fase como atender aquele pedido, entendendo necessário a ouvida das partes em audiência, no sentido de aferir a proporção das dívidas informadas e a atribuição quanto à conjugação de responsabilidades, até porque o fundamento do suprimento judicialmente deferido, visou a aquisição de créditos da venda para pagamento de dívidas da empresa, o que, embora considerada a documentação anexada, estar ainda a depender de análise exauriente. De pronto fica firmado que, a inovação, em sentido amplo (venda, doação, constituição onerosa de qualquer ônus, etc) da realidade de fato e de direito, quanto aos bens conhecidos e mesmo aqueles eventualmente não desvelados, por qualquer das partes, poderá resultar em aplicação de multas, de destituição de gestão administratriva, de bloqueios de numerários, e/ou incursão criminal. Pretensões relacionadas a apuração de haveres e de perícia contábil sobre os empreendimentos empresariais que vinculem as partes, constitui matéria anômala à exame de jurisdição das Varas de Família, detendo as partes legitimidade para incursão em Vara residual. De toda forma, eventuais dividendos são devidos e deverão ser apurados em proveito de ex-cônjuge, até o Divórcio. Nesse sentido, compreendem os tribunais que apuração de haveres deve ser proposta em ação própria, mas no juízo competente, por não está essa matéria afeta ao direito de família. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS - PRODUÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE - SOCIEDADE EMPRESÁRIA - DIREITO À MEAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO EXCLUSIVA - APURAÇÃO DE HAVERES E LUCROS - AÇÃO PRÓPRIA - REGRAMENTO PELO DIREITO EMPRESARIAL - DECISÃO REFORMADA.- Compete ao julgador, destinatário de todas as provas, deferir ou indeferir aquelas que não são essenciais à instrução do feito, e inclusive determinar a sua produção, de ofício, quando o caderno probatório formado em primeiro grau se mostra insuficiente para a adequada resolução do mérito.- A partir da vigência do art. 600, parágrafo único, do CPC/15, é possível ao ex-consorte exigir a parte que lhe toca na sociedade, inclusive lucros não repassados (art. 1.027 do CC/2002), em ação de apuração de haveres.- Descabe a quebra de sigilo bancário e fiscal, tendente a evidenciar a movimentação bancária de titularidade da pessoa física, com recursos provenientes da empresa a ser partilhada, a fim de supostamente ocultar os lucros obtidos pela pessoa jurídica, uma vez que ao Juízo de Família cabe apenas reconhecer e instituir a meação sobre a participação societária que toca aos ex-consortes.- Recurso conhecido e provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.22.002587-8/002, Relator(a): Des.(a) Roberto Apolinário de Castro , 4ª Câmara Cível Especializada, julgamento em 01/08/2024, publicação da súmula em 05/08/2024). Prescreve o Art. 1.027 do Código Civil que os herdeiros do cônjuge de sócio, ou o cônjuge do que se separou judicialmente, não podem exigir desde logo a parte que lhes couber na quota social, mas concorrer à divisão periódica dos lucros, até que se liquide a sociedade, cujo valor poderá ser alcançado em apuração de haveres no juízo cível competente. As quebras de sigilo bancário e fiscal, como também, incursões requeridas nos sistemas próprios informados, ao seu tempo serão analisados. As partes estão cientes de que o regime de bens adotado por ocasião do casamento implica na divisão equânime do que foi no seu curso constituído, com as ressalvas previstas em lei. Então, ficam elas advertidas da necessidade de agirem com leal e revestidas de boa fé, para que em regime de cooperação seja o Processo resolvido com menor custo pessoal e mesmo de tempo, compatibilizando a dinâmica da vida, até porque as partes detém juízo crítico acima da média e, assim, tanto quanto possível devem minimizar as divergências, excetuadas aquelas intransponíveis. E sobre o tema Divórcio, considerando o seu caráter potestativo, associado à integração das partes, e tempo de espera delas, impõe-se seja o mesmo por fim homologado. Dou o processo por saneado, com o deferimento das provas requeridas pelas partes, com exceção das perícias vinculadas à realidade das empresas, cujos haveres e demais ativos devem ser objeto de ação própria, mas lembrando que o pronunciamento judicial, na presente jurisdição, erige-se à delimitação de valores proporcionais, para o caso de confirmação da existência de direitos, sob a orientação do regime de bens adotado pelas partes. Na sequencia, o Divórcio do casal tem respaldo legal, no art. 226 c/c a Lei Complementar nº 60/10, e, ainda, o art. 359, do CPC. Contudo, dependendo de pronunciamento da parte promovida sobre a alteração, ou não, do seu nome, dada a alteração identificada na Certidão de fl. 09. Observadas as cautelas legais, providencie o Gabinete da Unidade o agendamento da audiência de conciliação e instrução, na sequencia, e em atos separados, para depoimento das partes, e ouvidas das testemunhas, esta última, em única assentada, com as respectivas intimações. Intimem-se, pelos respectivos patronos, via DJe. Publique-se.

ADV: ERASTOTENES COSTA DOS SANTOS (OAB 37391/CE) - Processo 0261195-20.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antonia Brasileiro Costa de Maria - Isso posto, INDEFIRO a petição inicial e, por conseguinte, EXTINGO a presente ação, com fundamento nos arts. 321, parágrafo único, e 485, I, do Código de Processo Civil, o que faço por sentença sem resolução de mérito, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, determinando o seu arquivamento.

ADV: ITALO BRANDAO DE SOUSA (OAB 41160/CE) - Processo 0269019-64.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.M.C. - Conclusos. Intime-se a parte autora, por seu patrono, no prazo de 5 (cinco) dias, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo, com fulcro no artigo 485, § 1º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: RAINIER RICARTY GONDIM COSTA (OAB 42239/CE) - Processo 0273240-27.2022.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.W.S.F. - Intime-se a parte autora, por seu patrono, via DJe, para manifestação acerca do Laudo de Avaliação de fls. 132/133, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, ouça-se o Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: LUIS ALEX DOS SANTOS CUNHA (OAB 49809/CE) - Processo 0276888-44.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - AUTOR: Douglas Marques da Silva - No caso em apreciação, em análise atenta de todos os informes colacionados desde logo à inicial, em especial o atestado médico de fls. 27, por deste constar que a parte promovida não se mostra capaz de gerir sua vida patrimonial e negocial, entendo presentes os pressupostos legais da tutela de urgência pugnada a reclamar providência judicial urgente visando evitar maiores danos e/ou sofrimentos à parte curatelanda, razão porque a defiro, nomeando o requerente curador provisória da curatelanda, ora requerida, ressaltando-se, por sua vez, que não poderá, sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome da curatelanda, nem alienar bens a ela pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade desta. Expeça-se, de logo o competente alvará de

curatela provisória, bem como o termo de compromisso, a ser colhido por ocasião da audiência acima. Intime-se, de logo, o curador provisório, através de seu patrono, via DJe, do teor desta decisão. Expedientes necessários.

ADV: FLAVIO JACINTO DA SILVA (OAB 6416/CE) - Processo 0277202-87.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: T.L.A. - Designo audiência de conciliação para o dia 02 de dezembro de 2024, às 14h00, a ser realizada por videoconferência com a utilização do aplicativo Microsoft TEAMS. Esclarece-se que o link e o QR CODE não constarão da publicação desta decisão, por versar o presente de feito albergado pelo segredo de justiça, cabendo aos advogados sua consulta diretamente nos autos respectivos. Deverão, no entanto, constar, em sendo o caso, dos expedientes dirigidos exclusivamente às partes e testemunhas. Recomenda-se aos participantes da audiência a adoção das seguintes providências: a) embora não obrigatórios, utilizar, se disponíveis, fones de ouvido, como forma de propiciar melhor qualidade do áudio. b) no momento da transmissão, escolher local silencioso e iluminado e portar documento oficial com foto. A ausência voluntária e injustificada de algum dos litigantes ao ato poderá implicar a aplicação de MULTA prevista no § 8º do Art. 334 do CPC. Cite-se, intimando-o para audiência, constando EXPRESSAMENTE do mandado de citação a) o link e QR CODE da audiência agendada, com as informações relativas à forma de ingresso à audiência, constantes desta decisão; b) que na hipótese de não se obter uma solução amigável, fica a parte ré desde já advertida de que poderá contestar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência acima designada, desde que o faça por intermédio de advogado ou defensor público, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato; b) o número do telefone do promovido informado na inicial; c) orientação dirigida ao Meirinho para que, se o cumprimento do mandado se der na forma presencial, deverá fazer uso das disposições contidas nos termos dos arts 212 § 2º e 252/253 do CPC/2015. Intime-se a parte autora da audiência designada, através de seu patrono, via DJe. Proceda-se à inclusão no CADASTRO DE PARTES/SAJ dos contatos telefônicos das partes, informados na inicial. Expedientes: citação e intimação da parte acionada, intimação da parte autora. Ciência ao Ministério Público, via portal.

ADV: RAQUEL MARIA DE SIQUEIRA TEIXEIRA ALENCAR (OAB 36489/CE) - Processo 0277864-51.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - AUTORA: A.C.B. - Despacho: Impende considerar a emenda da petição inicial. Inicialmente, para que se possa esclarecer a ausência da genitora da menor, bem como o seu eventual último endereço. Por outro lado, quanto à alegação do exercício de fato da guarda mencionada, e, para compatibilizar o exame do pedido já em sede de tutela antecipada, deverá a parte juntar aos autos qualquer indício que consubstancialize, comprove, referida situação: sejam documentos relacionados a acopanhamento médico, cartão de vacinas, matrícula e frequência escolar, etc Fica consignado o prazo de 15 dias, para as providências, com a indicação de eventual indeferimento da petição inicial, em caso de não suprimento do que ora se impõe. Intimação por DJe, conforme procuração de fl.16. Publique-se.

ADV: SAULO FERREIRA LOBO (OAB 32515/CE), ADV: MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA (OAB 30302/CE) - Processo 0278386-83.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - EXECUTADO: F.A.P.S. - Conclusos. Converto o julgamento em diligência para determinar a intimação do executado, através de seu patrono, via DJe, para manifestar acerca da possibilidade de extinção do feito, ante à inércia da parte exequente, na forma do art. 485, parágrafo 6º, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: RENAN BENEVIDES FRANCO (OAB 23450/CE) - Processo 0280374-37.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: E.S.F.F. e outro - Isso posto, considerando os princípios legais aplicáveis à espécie, HOMOLOGO o acordo formulado pelas partes e, JULGO O PROCESSO, fazendo-o por sentença, com resolução de mérito, para decretar o DIVÓRCIO entre as partes, de acordo com o art. 1571, IV, do Código Civil c/c art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0439/2024

ADV: ROMARIA OLIVEIRA MARQUES (OAB 5829/CE) - Processo 0150166-19.2011.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - INTERTE: J.B.M.F. - REQUERIDA: U.M.F.N. - No caso em apreciação, em análise atenta de todos os informes colacionados desde logo à inicial, em especial os documentos de fls. 373/378, por deste constar que a parte promovida não se mostra capaz de gerir sua vida patrimonial e negocial, entendo presentes os pressupostos legais da tutela de urgência pugnada a reclamar providência judicial urgente visando evitar maiores danos e/ou sofrimentos à parte curatelanda, razão porque a defiro, nomeando o requerente curador provisório da curatelanda, ora requerida, ressaltando-se, por sua vez, que não poderá, sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome da curatelanda, nem alienar bens a ela pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade desta.

ADV: ANA VIRGINIA DE ANDRADE SILVA (OAB 36602/CE), ADV: JÉSSICA DE OLIVEIRA SOUSA (OAB 36622/CE), ADV: ANDRE OLIVEIRA LIMA (OAB 40677/CE) - Processo 0213981-67.2023.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERIDA: A.A.C. - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por mandado, e a parte requerida, através de seu patrono, via DJe, seguindo a ordem descrita no art. 364, §2º, do Código de Processo Civil, para que, em 15 (quinze) dias, apresentem, sucessivamente, suas razões finais. Expedientes necessários.

ADV: TAIS ANTONIOLI ALONSO PEREIRA (OAB 20164/CE) - Processo 0214540-87.2024.8.06.0001 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: F.F.F.C. - Isso posto, verificada a presença dos pressupostos autorizadores para a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada, acolho o parecer Ministerial e concedo a fixação da guarda unilateral do menor, provisoriamente, em proveito da requerente, devendo ser expedidos os competentes termos de compromisso e alvará provisório de representação. No mesmo passo, intime-se a parte autora, através de seu patrono, via DJe, para manifestar acerca da certidão de fl. 76, indicando o endereço completo do promovido Carlos Alberto de Oliveira Souza, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, retornem-se os autos conclusos urgente. Ciência ao Ministério Público, via portal. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ELISSON DE LIMA DANTAS (OAB 19456/RN) - Processo 0250458-55.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0088656-78.2006.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.R.P.P. - Conclusos. Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação das partes requeridas apresentada às fls. 49/55 e 58/65, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANGELICA GONÇALVES LOPES (OAB 23484/CE) - Processo 0268745-66.2024.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Kátia Bulcão Lousada Pontes - Maria Zuila Bulcão Lousada Filha - Glaucia Maria Lousada Fontes - Designo audiência de entrevista com a curatelanda para a data de 23 de janeiro de 2025, às 13h30, a ser realizada por videoconferência com a utilização do aplicativo Microsoft TEAMS.

EXPEDIENTES DA 14ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0417/2024

ADV: JOSE CAUBY ANSELMO DA SILVA (OAB 16610/CE), ADV: CAIO DENNIS SOUSA MENDES (OAB 27588/CE), ADV: MIKHAEL MATHEUS MOURAO DE OLIVEIRA MELO (OAB 28045/CE), ADV: NAÍRA XIMENES LACERDA (OAB 29471/CE), ADV: KATHARINNE MARINHO SABOIA (OAB 29915/CE), ADV: CHARLES LUCAS DIAS (OAB 35143/CE) - Processo 0150756-49.2018.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.J. - REQUERIDA: A.M.M.R. - INTIMEM-SE as partes, por seus advogados, via DJe, e por mandado, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono de causa, nos termos do art. 485, III do Código de Processo Civil.

ADV: JEREMIAS SANTANA BARBOSA (OAB 40320/CE) - Processo 0211770-63.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDO: Francisco Ercilio de Assis Lima - Intimem-se as partes, por meio de seu advogado, via DJe, e Defensor Público, via Portal, para tomarem ciência desta decisão e comparecerem à audiência de instrução designada. Intimem-se, ainda, pessoalmente, as partes, constando do mandado a advertência prevista no art. 385 § 1º do CPC, bem como autorização para seu cumprimento, por via eletrônica, se dos autos constar seus contatos telefônicos, consignando ainda que, na hipótese de cumprimento presencial, constem as autorizações para realização da intimação fora do expediente forense e por hora certa, nos termos dos arts 212 § 2º e art. 275 § 2º do CPC/2015.

ADV: ANTONIA DAYANNA KELLEN OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 39261/CE) - Processo 0212119-27.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: L.S.L.M.R.J.R.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o exequente por mandado, preferencialmente por meio eletrônico, e por sua Advogada, via DJE, para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir a determinação de pág. 81, sob pena de extinção.

ADV: RAUL DOS SANTOS FERREIRA (OAB 26086/CE), ADV: CRISTIANE DE MELO LEITE SAMPAIO (OAB 25780/CE) - Processo 0212728-44.2023.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERENTE: R.S.M. - REQUERIDO: Elizabeth Sandra Albuquerque Chaves Silveira - INTIMEM-SE as partes, por seus advogados, via DJe, e por mandado, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono de causa, nos termos do art. 485, III do Código de Processo Civil.

ADV: ANTONIO DELANO SOARES CRUZ (OAB 8116/CE), ADV: FRANCISCO DANILO SOARES CRUZ (OAB 43296/CE) - Processo 0222677-58.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.M.F. - Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. PEDRO VIEIRA DE FRANÇA, ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a requerente/filha, Sra. GUARACIMEIRE MATOS DE FRANÇA, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado e suas respectivas contas bancárias.

ADV: ANA CELIA DE ANDRADE PEREIRA (OAB 15710/CE) - Processo 0224253-28.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0210750-03.2021.8.06.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERIDO: T.M.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo: Sempre que uma das partes junta novos documentos aos autos, faz-se necessária a manifestação da outra parte em respeito ao contraditório, nos termos do art 437, §1º do CPC, assim sendo, intime-se a parte requerida por meio de seu advogado, via DJe, para se manifestar acerca da petição de fls. 389/394 no prazo de 15 (quinze) dias. Oficie-se à fonte pagadora do alimentante Sr. TARCIANO MOURA DE SOUZA, qual seja ,Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará, sob aresponsabilidade do Coordenador da CGP/PMCE - Cel. Jano EmanuelMarinho - Cel. QOPM - Matricula 098.985-1-4 através do e-mail:pensaodealimentos@pm.ce.gov.br e/ou também pelo endereço situado na Avenida Aguanambi, nº 2280, Bairro: Alto da Balança, Fortaleza-CE, Cep:60.415-390, para que seja descontado verba alimentar nos termos da Sentença à fl. 320/321 que homologou o acordo às fls. 307/308, devendo o valor acordado entre as partes ser repassado até o 5º dia útil de cada mês, através de depósito em conta da titularidade da genitora do menor,ANDRÉIA RODRIGUES FEITOSA MOURA DE SOUZA, a seguir: Banco BRADESCO, Agencia: 0288-7, CONTA CORRENTE nº 49.759-2.

ADV: MANOEL MARQUES FILHO (OAB 37389/CE) - Processo 0240897-07.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Regina Maria Gomes - Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a Sra. MARIA IZAIAS DE MATOS ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe como curadora a requerente/filha, Sra. REGINA MARIA GOMES, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada e suas respectivas contas bancárias.

ADV: VANESSA ALEXANDRE MAIA (OAB 37530/CE), ADV: GABRIELA STUDART GURGEL CASTELLO BRANCO (OAB 39213/CE), ADV: MARIA ERONEIDE ALEXANDRE MAIA (OAB 12833/CE), ADV: LARNECS ALEXANDRE MAIA (OAB 13042/CE), ADV: ALESSANDRO ALEXANDRE MAIA (OAB 17068/CE) - Processo 0252627-20.2021.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: G.S.L.S.G. - REQUERIDO: F.A.F.M. - INTIMEM-SE as partes, por seus advogados, via DJe, e por mandado, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por abandono de causa, nos termos do art. 485, III do Código de Processo Civil.

ADV: ALEX TIAGO PESSOA ARAUJO HOLANDA (OAB 36186/CE) - Processo 0273223-20.2024.8.06.0001 - Extinção Consensual de União Estável - Separação de Corpos - REQUERENTE: Julyana Sadja Souza Lima - Por haver interesse de menor/incapaz, encaminhem-se os autos para apreciação do Ministério Público, via portal, com fulcro nos artigos 178 e 698 do CPC.

ADV: GUILHERME LEMOS DE CASTRO (OAB 35515/CE) - Processo 0273605-13.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Partilha - REQUERENTE: A.R.S. e outro - Preliminarmente, antes da apreciação dos pedidos, entendo por necessário, proceder à regularização formal dos presentes autos, mediante emenda da peça inicial, nos termos do artigo 319, 320 e 321, todos do CPC, para sanar defeitos, omissões, comprovar e/ou juntar o seguinte: anexar procuração ad judicia, declaração de hipossuficiência e termo de acordo de divórcio devidamente assinados pelos requerentes, este último por exigência da regra inserta no art. 731 do CPC.

ADV: ALYSSON GLEYDSON ALENCAR DE MENESES (OAB 40939/CE), ADV: ANDRÉ NEY DE MORAIS BENEVIDES (OAB 34648/CE) - Processo 0281758-06.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.C.P. -

ALIMENTANDO: R.G.P. - intimem-se as partes, por meio de seus patronos, via DJe, para tomarem conhecimento da presente decisão e para no prazo de 15 (quinze) dias: A) Quanto à promovente: i) anexar os 3 (três) últimos comprovantes de pagamento da mensalidade da Universidade; ii) informar em qual semestre da faculdade se encontra e qual a previsão para o término do curso, bem juntar aos autos declaração da universidade que comprove a informação; iii) Anexar declaração se estiver fazendo algum estágio. B) Quanto ao promovido (genitor): i) esclarecer acerca da atividade laboral desempenhada, seja formal ou informal, e os rendimentos mensais auferidos; ii) juntar aos autos os três últimos comprovantes de sua despesa de energia elétrica, informando como é composto o núcleo familiar; iii) anexar declaração de imposto de renda dos últimos três anos; iv) colacionar as 03 (três) últimas faturas do Cartão de Crédito; v) inserir documentação de veículo próprio, ficando ciente que este Juízo poderá verificar a veracidade ou suprir a falta de informações através de consultas aos sistemas disponíveis ao Judiciário (SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD), sendo sua colaboração levada em conta para fins da (in)ocorrência de litigância de má-fé. Após o prazo acima, as partes terão 10 (dez) dias para se manifestar sobre a documentação juntada pela parte adversa e, na hipótese de que queiram demandar a prova testemunhal, indicar o que se pretende provar com cada depoimento e sua utilidade para o deslinde do feito. Ao Gabinete para proceder com a reativação do processo no sistema SAJPG5. Empós, voltem-me os autos conclusos

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0418/2024

ADV: GUALTER RAFAEL MACIEL BEZERRA (OAB 21432/CE), ADV: FERNANDO LUIS MELO DA ESCOSSIA (OAB 6569/CE) - Processo 0112999-84.2019.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Curatela - INTERTE: C.M.E. - Ca parte protocolizou pedido de expedição de alvará judicial, dentro dos autos da ação de curatela já julgada às fls. 81/84. Impende ressaltar a inadequação da via eleita, porquanto o pedido de alvará judicial deve ser objeto de ação autônoma, eis que exaurida a prestação jurisdicional nestes autos. Assim, cabe ao promovente deduzir a sua pretensão em ação própria, atendidas as prescrições do art. 319 e ss. do CPC, razão por que indefiro o processamento do aludido pedido nestes autos. Intime-se a parte requerente, na pessoa de sua advogada, via DJ-e, para ciência. Empós, retornem-se os autos ao arquivo.

ADV: MARIA GORETTI TAVORA FRANCELINO (OAB 7297/CE), ADV: OLIVIA MARCELO PINTO DE OLIVEIRA (OAB 15823/CE), ADV: ANA VLADIA MARTINS FEITOSA (OAB 17551/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: JOAO CARLOS FERREIRA (OAB 9963/PI), ADV: JOYCE BATISTA DE LIMA (OAB 44218/CE) - Processo 0251400-58.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0265137-02.2020.8.06.0001) - Interdição/Curatela - Interdição - AUTORA: Nara Regina Martins Saraiva - NOTIFICADA: Ana Perpetua Martins Saraiva - Ante o exposto, conheço dos Embargos Declaratórios manejados contra decisão deste juízo, porém, para REJEITÁ-LOS, pelas razões retromencionadas, mantenho incólume os demais termos da decisão de fls. 1893/1895. Entretanto, aceito os argumentos da parte, para determinar a realização de estudo psicológico, cujo resultado pode trazer maior segurança às decisões a serem proferidas nestes autos. Assim dito, designo, nos termos do art. 156, §1º, do Código de Processo Civil e na forma da Resolução TJCE nº 04/2017, perito a PSICÓLOGA LAIS NOELY FREIRE AMARAL, profissional regularmente credenciado junto ao Sistema de Peritos SIPER, para apresentação de estudo social do caso, a quem estabeleço o prazo de 30 (trinta) dias a partir do início dos trabalhos para a entrega do correspondente laudo, devendo ela ser cientificada, por via eletrônica (e-mail: laisnoely94@gmail.Com), acerca da nomeação, com o encaminhamento de senha do processo, para, em prazo não superior a 05 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, currículo, e contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais (art. 465, § 2º, do CPC).

ADV: LARISSE GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 39134/CE) - Processo 0271918-98.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: C.S.L. - Assim inspirada, considerando o teor do parecer ministerial de fls. 27/28 entendo presentes os pressupostos autorizadores da antecipação da tutela contidos no art. 300 CPC, de modo que se mostra probabilidade do direito e o risco ao resultado útil do processo, pelo que DEFIRO o pedido de antecipação de tutela consistente na nomeação de Cristiane da Silva Lima, como curadora provisória de Beatriz da Silva Lima, ambas devidamente qualificadas nos autos, para fins de que a promovente passe a representara a curatelanda na defesa dos seus interesses patrimonial e negocial, tudo com escopo no art. 300 do CPC, e do art. 85 e 87 e da lei 13.146/15. Expeça-se o Termo de Compromisso onde deverá constar a ressalva de que a curadora provisória aqui nomeada não poderá alienar ou onerar qualquer bem ou direito do curatelando, bem assim contrair empréstimo em nome desta, salvo na hipótese de autorização judicial específica para tanto. Fica a presente curatela provisória limitada tão somente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial que envolvam a curatelanda, tais como administração de patrimônio, caso existente, representação daquela perante órgão previdenciário e demais órgãos públicos, bem como perante instituições financeiras, no recebimento dos proventos de aposentadoria e movimentação de contas bancárias, que deverão ser revertidos em favor da curatelanda. Expeça-se, de imediato, Alvará Provisório com prazo de 90(noventa) dias, com as advertências mencionadas anteriormente, observando à curadora que o alvará poderá ser revogado, caso não juntado o termo de compromisso assinado no prazo a que se refere o parágrafo anterior. Confeccionado o termo acima indicado, intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJ-e, acerca da presente decisão, bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias: assinar termo provisório de compromisso (art. 759 do CPC), juntando-o nos autos. Intime-se ainda a parte autora, através de seu advogado, via DJ-e, para que junte certidões de antecedentes criminais em nome da requerente, bem como declaração de anuência do genitor do curatelando, no prazo acima assinalado.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0449/2024

ADV: LORENA TRAYCE DANTAS GONÇALVES (OAB 11006/RN) - Processo 0203398-57.2022.8.06.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: H.A.R. - Levando em conta certidão de fl. 170, intime-se a parte promovida, por sua procuradora judicial constituída, via DJ-e, para que apresente documentação legível, na qual conste o nome dos avós paternos para a realização do competente mandado de averbação.

Processo 0216599-48.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.S.R.A.M.C. - REQUERIDO: D.C.S. - Diante da vontade manifestada pelas partes, sem que se vislumbre qualquer ofensa aos princípios incidentes sobre a matéria objeto do litígio, em especial quanto aos interesses da filha menor, homologo, por esta sentença, fls. 52/55, o acordo firmado, para que surta os efeitos jurídicos almejados, ao tempo em que extingo o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea “b”, do CPC.

ADV: ADAM SALES SILVA (OAB 51270/CE) - Processo 0248673-58.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível -

Alimentos Gravídicos - REQUERENTE: P.F.M.V.R.G.M.A.V. - Diante da vontade manifestada pelas partes, sem que se vislumbre qualquer ofensa aos princípios incidentes sobre a matéria objeto do litígio, em especial quanto aos interesses do filho menor, homologo, por esta sentença, fls. 88/91, o acordo firmado, para que surta os efeitos jurídicos almejados, ao tempo em que extingo o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC.

ADV: RAPHAEL ANGELO ANDRADE BEZERRA (OAB 32775/CE) - Processo 0273273-46.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Partilha - REQUERENTE: E.M.N.V.L. - U.S.L. - Posto isso, e com fundamento nas normas acima referidas, hei por bem, em homologando a avença celebrada entre as partes, decretar, por esta sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o Divórcio de

ADV: EDUARDO ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 35175/CE) - Processo 0277752-82.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: V.H.S.O. - À parte autora, para atender a determinação de fl. 34, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se, via DJe.

ADV: MARCELO CORDEIRO DE CASTRO (OAB 19194/CE), ADV: ANTONIO DELANO SOARES CRUZ (OAB 8116/CE), ADV: MARA CARINA CALDEIRA LOPES (OAB 37363/CE), ADV: FRANCISCO DANILO SOARES CRUZ (OAB 43296/CE), ADV: JOSEFI DE ARAÚJO (OAB 48169/CE) - Processo 0295135-44.2022.8.06.0001 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: K.S.C. - REQUERIDA: I.F.B.S.C.I.C.F.F. - A.M.A.B. e outros - Levando em conta o termo de audiência de fl. 203, seguem os links de acesso à audiência de instrução para a oitiva das partes requeridas, Sra.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0450/2024

ADV: THYAGO ALVES DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 30390/CE), ADV: YVENS DIXON MOREIRA ARAGAO DE LIMA (OAB 30751/CE) - Processo 0173099-44.2015.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.M.C. - Desarquivado os autos, intime-se a parte autora, por seus patronos constituídos, via DJ-e, para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de retorno ao arquivo, com a devida baixa no sistema.

ADV: MATHEUS ANDERSON BEZERRA XIMENES (OAB 26624/CE), ADV: LEON DENNYS LOURENÇO OLIVEIRA (OAB 41362/CE) - Processo 0223201-89.2023.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.F.U. - Intime-se a parte autora, por seus patronos constituídos, via DJ-e, para se manifestar acerca da contestação e documentos apresentados pela parte requerida às fls. 119/142.

ADV: ALEXANDRE RAFAEL LUCIANO VITAL MONTEIRO DE OLIVEIRA (OAB 20038/CE), ADV: MARCOS DA SILVA BRUNO (OAB 14379/CE) - Processo 0241737-51.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.J. - REQUERIDA: M.T.P.L.J. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua , pratiquei o ato processual abaixo: Publique-se a Sentença de fls. 548/552, haja vista o equívoco na publicação quanto ao prazo recursal.

ADV: UARGLA BARBOSA GONDIM (OAB 13675/RN) - Processo 0253760-63.2022.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Serviços - REQUERENTE: E.G.S.P. - Intime-se a parte autora, por seus patronos constituídos, via DJ-e, para se manifestar acerca da certidão de fl. 104, requerendo o que entender cabível e necessário para regular prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito.

ADV: LADY TAINAN LIMA VIANA CARVALHO (OAB 37773/CE) - Processo 0262394-82.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Revisão - REQUERENTE: G.T.S.P. - Intime-se a parte exequente, por seus patronos constituídos, via DJ-e, para se manifestar acerca da impugnação e documentos apresentados às fls. 200/219.

ADV: FERNANDA DO NASCIMENTO MONTEIRO (OAB 30467/CE) - Processo 0270490-81.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - FGTS - REQUERENTE: Gustavo Pinheiro da Frota Gomes - Intime-se a parte autora, por seus patronos constituídos, via DJ-e, para se manifestar acerca da resposta do ofício acostado às fls. 118/123. Após, voltem os autos conclusos para deliberação.

ADV: DANIEL PROENÇA DE MENESES (OAB 39745/CE) - Processo 0277979-72.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Elayne Cristina Chaves Cavalcante - Processe-se sob segredo de justiça, nos termos do art. 189, inciso II, do CPC. Defiro a gratuidade postulada, sem prejuízo de reavaliação. Intime-se a parte autora, por seu patrono constituído, via DJe, para que emende a inicial, em quinze dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC, juntando a certidão de casamento da parte curatelanda e a anuência ao pedido de seu cônjuge devidamente assinada, com firma reconhecida em cartório, e cópia de seus documentos pessoais; e juntando as anuências ao pedido dos demais filhos do curatelando devidamente assinadas, com firmas reconhecidas em cartório, e seus documentos comprobatórios do parentesco, ou, em sendo o caso, promover suas respectivas citações. Ao Setor de Distribuição para correção de classe, devendo constar Interdição/Curatela, código 58. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0434/2024

ADV: FERNANDA PRISCILA CRUZ DA PENHA (OAB 50879/CE) - Processo 0035099-49.2024.8.06.0001 (processo principal 0280303-69.2023.8.06.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Cível - Oferta - REQUERENTE: Murilo Rodrigues Castelo Branco Neto - Ex positis, hei por bem determinar o arquivamento destes 'autos', o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, facultado a causídico a juntada dos sobreditos documentos aos autos do processo principal, se for o caso, ou ingressar com ação própria com observância dos requisitos da petição inicial, os quais se encontram dispostos nos artigos 319 e 320 do CPC/2015. Proceda-se à baixa na distribuição e arquive-se. Sem custas. P.R.I.

ADV: CARLOS ALEXANDRE COSTA LIMA (OAB 39321/CE), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 39879/CE) - Processo 0202716-68.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0200572-20.2023.8.06.0164) - Guarda de Família - Guarda - AUTOR: W.I.F. - REQUERIDA: A.P.L. - Vistos, em despacho Remetam-se os autos ao Núcleo de Psicologia e Serviço Social - NPSS, para elaboração de estudo social do caso. Outrossim, impulsionando o feito, intimem-se as partes, via DJE, por intermédio de seus patronos, a declinarem justificadamente no prazo de comum de 10 (dez) dias, se possuem interesse na produção de provas orais em audiência e caso tenham interesse na juntada de novos documentos, poderá fazer no prazo assinalado. Caso as partes requeiram a produção de novas provas, deveram apresentar desde logo, o rol de testemunhas ou fazer referência ao já apresentado nos autos.

Processo 0203132-02.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0204223-30.2024.8.06.0001) - Guarda de Família - Guarda -

AUTORA: L.C.F. - REQUERIDO: A.S.F. - Dispositivo Ante o exposto, ante às razões acima supramencionadas, acolho o pedido autoral desta ação e, por conseguinte, julgo procedente o pedido formulado na exordial, para conceder a guarda do menor João Vicente Favacho Ferreira à requerente, Sra. Layla Cristhine Favacho. Como consequência, fica regulamentado o direito de visitação (convivência) do filho com o requerido (genitor), nos seguintes termos: Às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, entre 17:00 horas e 18:30 horas, no endereço da avó materna do menor, localizado à Rua José Lucas, nº 758, Planalto Ayrton Senna, Fortaleza-CE, sem possibilidade de sair com o filho de moto; no dia dos pais, quando buscará a criança na casa da avó materna, no endereço supracitado, em horário a ser previamente combinado, podendo levar o filho para sua casa e/ou ambientes adequados à criança, desde que não busque a criança de moto, devolve-lo no mesmo dia, às 18:30 horas. Nessas condições, exaurida a prestação jurisdicional pretendida nestes autos, declaro resolvido o mérito da causa, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno o demandado ao pagamento das custa processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Autorizo, desde logo, a expedição do Termo de Guarda Definitivo, eis que na hipótese dos autos, já houve concessão da tutela provisória requerida, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tais documentos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora, por sua Defensora Pública, fluindo o prazo do réu revel, que não constituiu patronos nos autos, a partir da publicação desta. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa necessária na distribuição.

ADV: KELLY COELHO SILVA (OAB 32766/CE) - Processo 0206662-82.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0277102-06.2022.8.06.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERIDO: T.S.B. - Rh. Intime-se o promovido por sua advogada via DJE para que no prazo de 10 (dez) dias se manifeste sobre as petições de fls. 551/556 e 613/616.

Processo 0215110-73.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.J.C. - ALIMENTANDO: M.C.S. - C.S.C. - C.C.S. - Ante todas as razões declinadas, com fundamento nas disposições legais acima lançadas, julgo procedente o pedido formulado pela parte autora para exonerar em definitivo o autor, Sr. Antônio Juvenil Camilo de pagar alimentos arbitrados em prol de suas filhas Caroline da Silva Camilo, Cailany Camilo da Silva, anteriormente fixado nos autos do Processo nº 0213727-46.2013.8.06.0001, redimensionando-se os alimentos agora destinados apenas ao filho, Mateus Camilo da Silva, no percentual de 15% (quinze por cento) dos vencimentos e vantagens do demandante. Por conseguinte, declaro extinto o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Quanto ao pedido de exoneração dos alimentos, considerando que a hipótese preenche os pressupostos do artigo 300 do CPC, ante a viabilidade do direito e o risco de dano financeiro do alimentante em aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença, concedo neste ato a antecipação de tutela em favor do autor para, desde logo, suspender a obrigação alimentar em favor da promovida, Caroline da Silva Camilo e Cailany Camilo da Silva. Sem custas ou honorários, ante a concessão do beneficio da gratuidade para ambos os polos desta demanda. Oficie-se o Órgão Empregador do alimentante para que passe a efetuar os descontos dos alimentos no importe 15% (quinze por cento) dos vencimentos e vantagens do demandante. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora, pela Defensoria Pública e os demandado, por simples publicação, via DJE, face à revelia decretada nos autos. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

Processo 0216451-42.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.M.A. - MENOR: F.K.M.S. - REQUERIDO: A.V.C.S. - Isso posto, com fundamento nas razões acima aduzidas, julgo procedente o pedido formulado na exordial, para fixar alimentos em prol da menor Francisco Kauan Mateus Silva no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, a serem pagos diretamente pelo pai desta à genitora do menor, mediante depósito em conta bancária de sua mãe, até o 5º dia útil de cada mês; ou, quando formalmente empregado, os alimentos corresponderão a 20% (vinte por cento) sobre seus rendimentos e vantagens, deduzidos os descontos legais obrigatórios (imposto de renda e contribuição previdenciária), cujo pagamento se dará mediante desconto em folha de pagamento e depósito em conta de titularidade da genitora da criança. Por conseguinte, exaurida a prestação jurisdicional pretendida nestes autos, declaro extinto o processo, com a resolução de seu mérito, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários pelo demandado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora, por seu patrono e o promovido, por simples publicação, via DJE. O prazo de recurso para o revel corre da publicação desta sentença. Após o trânsito em julgado e observadas as formalidades de praxe, não havendo pedido de cumprimento de sentença arquivem-se.

Processo 0246931-95.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.G.P. - REQUERIDO: M.R.O.M. - sso posto, pelas razões acima expostas, JULGO PROCEDENTE a presente a ação para DECRETAR o divórcio de José Gerardo Pinto e Maria Rosélia de Oliveira Marques, pondo fim ao vínculo matrimonial existente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação do divórcio à serventia cartorária competente. Em razão da sucumbência, condeno a promovida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a autora pessoalmente via mandado e pela Defensoria Pública via portal e a promovida, por ser revel, por mera publicação desta decisão. Expedientes.

ADV: FRANCISCO VALDENIR VIRIATO LIMA JUNIOR (OAB 12048/CE) - Processo 0249780-40.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.R.V. - Vistos, em despacho Chama o feito a ordem, torno sem efeito a intimação da parte autora para apresentar réplica. Considerando a petição de fl. 75, defiro o pedido da parte autora para apresentação de réplica após a contestação de todos os promovidos.

ADV: MURILO ALVES PARENTE FILHO (OAB 23336/CE), ADV: MURILO DA SILVA AMORIM (OAB 40566/CE) - Processo 0269889-75.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: K.F.M. - Vistos, em despacho. Diante do requerimento feito na peça de fl. 30, aguarde-se o decurso do prazo razoável de 15 dias, a fim de que a parte autora atenda a determinação deste juízo contida no despacho inicial à fl. 27. Certificado o decurso do prazo acima, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para deliberação.

ADV: NATHÁLIA DE ALBUQUERQUE FONTENELE (OAB 49576/CE) - Processo 0275343-36.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: M.P.C.N. e outro - Isso posto, DEFIRO o pedido para HOMOLOGAR A DESISTÊNCIA formulada pela parte autora, com fulcro no art. 485, VIII do Código de Processo Civil, extinguindo o feito sem resolução de mérito. Sem custas, ante a gratuidade da justiça.. Certifique-se desde já o trânsito em julgado haja vista que não há interesse recursal (preclusão lógica). Empós, remetam-se os autos ao arquivo independente de novo despacho. Intime-se as partes por sua advogada acerca do teor desta decisão.

Processo 0279940-48.2024.8.06.0001 - Comunicado de Mandado de Prisão - Prestação de Alimentos - AUTUADO: João Paulo Alexandre da Silva - Isso posto, com fundamento no art. 321, § único do CPC, indefiro esta 'petição inicial' e, por consequência, extingo o feito sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso I, do mesmo diploma legal, o que faço por sentença para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Desnecessária a juntada imediata das cópias das peças deste

feito ao autos do feito principal, acima referido, visto que as informações constantes às fls. 13/16 dão conta de decisão proferida por este juízo que suspendeu o decreto prisional e determinou a expedição do competente alvará de soltura. Sem custas processuais. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0435/2024

ADV: REBECCA AYRES DE MOURA CHAVES DE ALBUQUERQUE (OAB 10500/CE), ADV: JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE (OAB 4040/CE), ADV: JULIANA MATTOS MAGALHAES ROLIM (OAB 12800/CE) - Processo 0002401-78.2010.8.06.0001 (apensado ao processo 0333274-37.2000.8.06.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXECUTADO: F.A.L. - Isto posto, pelas razões acima expostas, EXTINGO o feito sem resolução de mérito pelo que faço com fulcro no art. 485, VI do Código de Processo Civil, em razão da ausência de interesse de agir devido a perda superveniente do objeto da ação. Sem custas ou honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo independente de novo despacho. Intimem-se as partes por seus representantes processuais.

Processo 0247370-09.2024.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.P.S. - REQUERIDA: M.G.D.S. - Isso posto, pelas razões acima expostas, JULGO PROCEDENTE a presente a ação para DECRETAR o divórcio de Rossivanio Pereira da Silva e Maria Geane Duarte da Silva, pondo fim ao vínculo matrimonial existente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação do divórcio à serventia cartorária competente. Em razão da sucumbência, condeno a promovida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 10% sobre o valor atualizado da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, a autora pessoalmente via mandado e pela Defensoria Pública via portal e a promovida, por ser revel, por mera publicação desta decisão.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO FARIAS MARTINS (OAB 32373/CE) - Processo 0265468-42.2024.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Vankerle Castro de Almeida - Intime-se a exequente, por intermédio do seu advogado, via dje, para no prazo de 5 dias manifestar-se acerca da petição de fl. 82 e documentos de fls. 85/86, informando se ainda persiste débito alimentar, em caso positivo anexar a planilha atualizada ou requeira a extinção da obrigação. Expedientes Necessários.

Processo 0275503-32.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.R.P. - REQUERIDA: V.F.C. - Decido. Efetivamente, com a decretação do divórcio e a consequente averbação à margem da certidão de casamento, caracteriza-se a perda do objeto da presente demanda, o que implica na sua extinção sem resolução de mérito. Assim, a prestação jurisdicional pretendida nestes autos encontra-se exaurida. Desta feita, a situação conduz à extinção do processo, sem a resolução de seu mérito, diante da ausência de interesse de agir superveniente ao ingresso com o pedido, eis que o pleito de mérito já restou alcançado pela parte. ISSO POSTO, julgo extinto o processo, sem a resolução de seu mérito, face a ausência de interesse de agir superveniente ao ingresso com a ação proposta, em razão da perda de seu objeto, o que faço com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Após publicação desta sentença, arquivem-se imediatamente estes autos, independentemente de novo despacho, uma vez que não há outros expedientes e com o pedido de extinção do feito com base na perda do obejto formulado pela própria parte, não há interesse em recorrer (preclusão lógica). Sem custas e honorários. Publique-se e intimem-se a autora pessoalmente por mandado, o réu por mera publicação no diário da justiça e o defensor público via portal.

ADV: MARA LUCIA MARQUES ANDRADE (OAB 46678/CE), ADV: RAFAEL DIAS BARRETO (OAB 50022/CE), ADV: CEZAR MOTTA DE ARAUJO NETO (OAB 45162/CE) - Processo 0276334-46.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: M.A.C.C. - Rh. 1. Em observância ao contraditório, intime-se a parte autora, por seu patrono, via DJE, para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se acerca da petição de fls. 353/354, referente à regulamentação de visitas e convivência com os filhos nas datas de festividades do fim de ano e das férias escolares dos menores. 2. Na sequência, conceda-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.

ADV: MURILO FIGUEIREDO OLIVEIRA GONÇALVES (OAB 27833/CE) - Processo 0277960-37.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: T.M.C.P.B. - Vistos, em despacho. Cuida-se de pedido de revisão de alimentos proposta entre as partes qualificadas na inicial, ante os fundamentos de fato de direito apresentados na preambular. Por ocasião do despacho de fls. 329, este Juízo determinou a intimação das partes, por seus respectivos patronos, via DJE, para que, no prazo sucessivo de quinze dias, a iniciar-se pelo demandante, apresentassem razões finais escritas e, após decurso do prazo, os autos fossem com vista ao Ministério Público. Após minuciosa análise dos autos, verificou-se que, após a apresentação dos memoriais da parte autora, foi encerrado o prazo, sem que fosse respeitado o prazo para apresentação de memoriais pela parte adversa e, sendo assim, chamo o feito à ordem, tornando sem efeito todos os atos praticados a partir do ato ordinatório de fls. 347, devendo a Secretaria Judiciária do 1º Grau tornar sem efeitos os documentos de fls. 347/362, assim como providenciar a intimação da parte promovida, por seu patrono via Diário da Justiça, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente razões finais escritas. Por fim, decorrido o prazo ou apresentada manifestação, conceda-se vista dos autos ao representante do Ministério Público.

ADV: BILTIS DINIZ PAIANO (OAB 30969/CE) - Processo 0278772-11.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.R.D.B. - Rh., Cuida-se pedido de curadoria apresentado por filho em favor de seu genitor, ante os fundamentos de fato e de direito apresentados na inicial. A teor da peça, o autor considera ser ele a pessoa mais apta ao exercício da curadoria, possuindo inclusive a concordância da esposa e dos demais filhos do promovido. Contudo, não consta entre os documentos apresentados as declarações de concordância a que se reporta a inicial. Sendo assim, intime-se o autor por seu advogado a suprir a omissão, no prazo legal de emenda. Após, retornem os autos à fila de iniciais, com urgência.

ADV: ANA CELIA MAGALHAES CARVALHO (OAB 23106/CE) - Processo 0278831-96.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.R.O.S. e outro - Rh., Cuida-se de pedido de divórcio consensual formulado entre pessoas que se dizem casadas. Contudo, a inicial não se fez acompanhar de documento essencial, qual seja: a certidão de casamento. Sendo assim, intimem-se os interessados a suprirem a omissão no prazo legal de emenda. Após, retornem os autos à fila de iniciais.

ADV: NANCY TANIA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 31712/CE) - Processo 0840690-08.2014.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: S.S.O. e outro - Ex positis, efetivado o pagamento do débito alimentar cobrado nesta execução, com esteio nos artigos 924, II, e 925, ambos do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), hei por bem extinguir a presente ação executiva com resolução de mérito, o que faço por sentença para que produza seus efeitos jurídicos e legais . Sem custas e honorários. Intimem-se as partes por seus representantes acerca do teor desta decisão. Por fim, providenciados todos os expedientes necessários, que os autos desta execução devem colocados na

situação de ‘arquivado definitivamente.

EXPEDIENTES DA 17ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0428/2024

ADV: ANA RAFAELA VASCONCELOS DAMASCENO (OAB 36219/CE) - Processo 0148873-04.2017.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.F.M.M.T. - Cls. R. Hoje. Memoriais da Curadora Especial às fls. 218/219, em defesa dos interesses do promovido, Ericlei Alex Trindade. Considerando que a intimação acerca do decisum de fl. 213 foi realizada em nome dos antigos patronos da parte autora, conforme certidão de fl. 215, determino novamente que se intime a autora, através de seu advogado, constituído no instrumento procuratório de fl. 211, via publicação no Diário da Justiça local, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos as suas razões finais. Empós, apresentada manifestação ou certificado o decurso do prazo, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: OTAVIO MONTEIRO FARIAS (OAB 23950/CE) - Processo 0172484-15.2019.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.R.S. - Cls. R. Hoje. Considerando que o endereço lançado na carta precatória de intimação de fl. 104 é o que foi informado nos autos pela própria parte (fls. 01 e 09), não existindo nos autos comunicado de mudança de endereço; Considerando a certidão do oficial de justiça, acostada à fl. 128, informando que não localizou a Quadra 00 na rua apontada no endereço mencionado na carta precatória; Declaro a parte autora formalmente intimada do despacho de fl. 102, o que faço com base no artigo 274, parágrafo único do CPC. Determino que seja certificado o decurso do prazo da parte autora, em relação ao referido despacho. Caso o prazo ainda não tenha encerrado, que seja enviado para a fila adequada onde irá aguardar o final do decurso do prazo. Intime-se o patrono do feito, via DJe, acerca do presente despacho. Expediente Necessário. Fortaleza/CE, 24 de outubro de 2024.

ADV: DAVID VERAS BEZERRA (OAB 19347/CE) - Processo 0204877-85.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0205524-80.2022.8.06.0001) - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: L.H.S.F. e outros - Cls. R. Hoje. Decreto prisional às fls. 479/484. Processo remetido ao Setor da Contadoria (fl. 506). Recebo a peça e os documentos de fls. 485/505 e, considerando os princípios do contraditório e da ampla defesa, determino que se intime a parte exequente, através de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a peça e documentos de fls. 485/489, sob pena de precluir o direito de lançar nos autos tal manifestação. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 24 de outubro de 2024.

ADV: MARIA DO SOCORRO FREIRE (OAB 4977/CE), ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0237989-79.2021.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.F.M.A. - Cls. R. Hoje. Compulsando-se os autos, verifica-se que o processo encontra-se sem qualquer manifestação das partes por extenso lapso temporal, não sendo possível, por parte deste juízo, a constatação da existência de interesse em dar prosseguimento na presente demanda. Diante do exposto, determino que se intime a parte autora, pessoalmente, por mandado e através de seu advogado, via Diário da Justiça, para os fins determinados no artigo 485, § 1.º do C.P.C. Caso tenha interesse em dar continuidade ao feito não basta expressar isto à oficiala de justiça, sendo necessário apresentação de petição nos autos acerca do despacho de fl. 92. Exp. Necessário. Intime-se.

ADV: JOSE FALABELLA NETTO (OAB 29988/CE) - Processo 0244310-62.2023.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: R.A.M. - Diante do pagamento das custas judiciais, determino a emissão do alvará definitivo e do mandado de registro de curatela. Após a emissão do alvará judicial definitivo e a emissão do mandado de registro de curatela, bem como o envio deste ao cartório competente, sigam os autos para o arquivo geral do Juízo. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via publicação no Diário da Justiça local. Ciência à Curadora Especial e ao Ministério Público, ambos via Portal de Intimação do Sistema SAJPG. Exp. Necessário.

ADV: JOAO MARCELO LIMA PEDROSA (OAB 12511/CE), ADV: FRANCISCO VALDEMIZIO ACIOLY GUEDES (OAB 12068/CE), ADV: RENAN BENEVIDES FRANCO (OAB 23450/CE), ADV: ALEX XAVIER SANTIAGO DA SILVA (OAB 24390/CE), ADV: WILBER AUGUSTO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 26279/CE), ADV: JAQUELINE BARROS MENEZES DE OLIVEIRA (OAB 35743/CE), ADV: LUCCAS CONRADO PEREIRA CIPRIANO (OAB 40592/CE), ADV: ANTÔNIO CARLOS LARGURA NETO (OAB 47837/CE), ADV: MARIA ELIANE CARNEIRO LEAO MATTOS (OAB 5305/CE), ADV: LINCOLN MATTOS MAGALHAES (OAB 15053/CE) - Processo 0265019-89.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: R.C.L.L. - REQUERIDO: D.S.T.C.L. - Vistos, etc. Cuidam os autos de Ação de Divórcio Litigioso por Ricardo Celio Lima Lousada em face de Denile Silva The Cardoso Lousada, tendo a exordial informado que as partes casaram sob o regime da comunhão parcial de bens em 19/1/2007 (fl. 7), e gerado um filho antes do casamento, qual seja, Yan Thé Cardoso Lousada, nascido em 1/9/1996 (fl. 10), noticiando ainda que durante o período de união, as partes adquiriram 2 (dois) bens imóveis, apontados à partilhar (fl. 3). Por fim requereu a decretação do divórcio do casal, com a meação dos referidos bens. A exordial de fls. 1/5, veio instruída com os documentos de fls. 6/17. Guias de custas judicial emitidas às fls. 20/23, com apresentação dos comprovantes de recolhimento, às fls. 25/31. Inicial recebida, às fls. 33/34, foram os autos encaminhados à Cejusc, para tratativas de conciliação. Inobstante o comparecimento espontâneo da promovida, através da petição de fl. 43, empós reiteradas tentativas de realização do ato conciliatório, este houve por realizar-se somente aos 14/12/12022, restando infrutífera a conciliação das partes (fls. 237/238). Nos termos da decisão proferida, às fls. 247/250, foi decretada a revelia da promovida, além de apreciados diversos questionamentos formulados pelas partes, salientando-se, naquele “decisum”, que a questão de mérito submetida a exame nestes autos se refere apenas ao divórcio e a partilha de bens, entendendo não haver necessidade de produção de outras provas, uma vez que a prova necessária ao desate da demanda é apenas documental, ficando na ocasião, de logo, anunciado o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I do CPC. Embargos de declaração opostos pela promovida, às fls. 259/260. Memoriais finais apresentados pelo autor, às fls. 261/265. Por decisão de fl. 267, em razão da apresentação dos embargos, supra referidos, restou interrompido o prazo para a apresentação de memoriais pela promovida. Contrarrazões aos embargos, às fls. 270/273. Em decisão de fls. 282/285, foram recebidos os Embargos, posto que, tempestivos, todavia, rejeitados, mantendo-se ‘in totum’, o entendimento manifesto na decisão embargada, afastando-se a existência da omissão apontada. Em sequência, a promovida apresentou seus memoriais finais, às fls. 288/290, restringindo-se a reiterar os termos da petição de fls. 69/74, os quais já foram oportunamente apreciados, por decisões de fls. 247/250, bem como, em sede recursal, nos embargos às fls. 282/285. À fl. 291, a parte autora compareceu aos autos pugnando pelo julgamento da ação. Por fim, vieram-me os conclusos, para fins de prolação de sentença. É o relatório. Decido. Inicialmente, inobstante os termos da decisão proferida em sede de Embargos de declaração, ratifico os termos da decisão de fls. 247/250, verificando que o feito comporta julgamento antecipado, uma vez que a discussão versa tão somente sobre matéria de direito, ressaltando que a parte autora

logrou anexar aos autos, cópia da certidão de casamento dos divorciandos (fl. 7), certidões de nascimentos do filho maior do casal (fl. 10), além de outros documentos que instruíram o feito, demonstrando a veracidade do vínculo matrimonial, revelando-se assim, que o conjunto probatório colacionado nestes fólios é idôneo e suficiente a embasar a convicção sobre o pedido. Quanto ao mérito propriamente dito, cumpre salientar que o presente feito cuida de procedimento ordinário de divórcio direto litigioso, no qual o objeto se restringe à dissolução do casamento, atendidas todas as formalidades exigidas pela Legislação Processual Civil. No caso em exame, não há mais que se observar o decurso do prazo de dois anos de separação fática, devido ao advento da Emenda Constitucional n.º 66, responsável por alterar a redação do art. 226, § 6.º, da Carta Magna, que atualmente assim preceitua: "Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio." Outrossim, a revelia não se constitui em óbice ao deferimento do pedido, eis que com a redação dada pelo diploma legal supra, o divórcio passou a ser direito potestativo de qualquer dos cônjuges, não havendo, a rigor, argumento algum que possa obstar a pretensão da parte autora, acerca da dissolução do vínculo conjugal, tudo sem prejuízo de que outras questões de interesse pessoal do casal e/ou da família, eventualmente pendentes, possam ser resolvidos em ação própria. Diante da alteração constitucional inserta na Emenda Constitucional n.º 66/2010, a questão atinente à anterior comprovação da separação judicial ou fática do casal pelo lapso outrora exigido em nossa legislação resta despicienda para a decretação da extinção do vínculo matrimonial. Nesse diapasão, e alicerçada na nova roupagem do instituto do divórcio e considerando satisfeitas as exigências legais e obedecidos todos os regramentos em vigência, não se vê óbice à pretensão deduzida na vestibular, com a decretação do divórcio do casal. Posto isso, merece acolhimento o pedido autoral de decretação do divórcio do casal. Quanto ao retorno ao uso do nome de solteira, constata-se dos autos, empós demonstrada indiferença em sede inicial pelo autor, a promovida, no decorrer da ação, nada requereu, razão porque, nada delibero, tendo em vista que a manutenção do nome de casado após o divórcio é faculdade assegurada pelo artigo 1.571, § 2.º, do Código Civil, cabendo ao cônjuge que teve seu nome alterado manifestar-se pessoal e expressamente sobre a manutenção ou retorno ao uso do nome de solteiro, quando da averbação do divórcio. Quanto à partilha de bens, observo que o promovente colacionou 02 (dois) bens imóveis a partilhar, apontados na fl. 3, quais sejam: a) Um apartamento residencial n.º 1.502, do Edifício Traviata, situado nesta capital a rua Alfeu Aboin n.º 511, Papicu, com alienação fiduciária à Caixa Econômica Federal (CEF), com Matrícula n.º 9.147 perante o Cartório de Registro de Imóveis da 5.ª Zona, adquirido em 12 de janeiro de 2009, conforme documento anexo; b) Uma sala comercial n.º 1.615, do Comercial Corporate, localizado no pavimento L16, torre II, do complexo denominado Pátio Dom Luiz, situado a rua Marcos Macedo n.º 1.333, bairro Aldeota, nesta capital, quitado, com matrícula n.º 31.759 perante o Cartório de Registro de Imóveis da 4.ª Zona, adquirido em 1 de abril de 2008, conforme documento em anexo Por sua vez, a promovida, inobstante a revelia decretada, arguiu, às fls. 69/74, a existência de outros bens não colacionados em sede inicial, dentre eles: 1 (um) terreno no município de Cruz-CE; 1(um) veículo marca Jeep, de placas POG7B12 e 1 (um) veículo marca Fiat, modelo Pálio ano 2008/2009 de placas HXS 84O7, reforçando este Juízo, nos termos da decisão proferida às fls. 247/250, que destes bens, a parte promovida logrou apresentar apenas a comprovação de propriedade referente ao veículo Fiat Pálio (fl. 142), que está registrado, inclusive, em nome da própria requerida, inexistindo porém, informação de sua data de aquisição. Assim, considerando a inexistência de provas nos autos, aptas a possibilitar a pretensão de partilha dos bens indicados pela promovida, haja vista a necessidade de documentação mínima capaz de confirmar a propriedade ou a posse do bens questionados, impossibilita-se, destarte, qualquer apreciação judicial neste tocante, como já deliberado às fls. 247/250, ressaltando que a parte interessada poderá, oportunamente, intentar ação autônoma cabível. De toda sorte, o promovente ao manifestar-se, em contrarrazões aos embargos de declaração opostos pela requerida, narrou às fls. 271, que tal veículo, Fiat Pálio, jamais lhe pertenceu ou foi integrativo do patrimônio comum do casal, devendo portanto, permanecer com a promovida. Apreciando-se os bens à partilhar indicados pelo autor, temos que o imóvel residencial situado nesta capital, a rua Alfeu Aboin n.º 511, Ed. Traviata, bairro Papicu, objeto da Matrícula n.º 9.147, encontra-se com alienação fiduciária junto à Caixa Econômica Federal (CEF), impossibilitando ao Juízo, neste momento, deliberar acerca de sua partilha, haja vista a inexistência de propriedade do casal, apenas sua posse decorrente de contrato de alienação fiduciária, sendo, no entanto, possível, a meação entre as partes, de todos os valores pagos durante a constância da união. Referido tema encontra-se pacificado nos tribunais pátrios, ante a clara impossibilidade de tornar objeto de partilha, imóvel adquirido por financiamento bancário, e ainda não quitado, admitindo-se porém, a meação entre as partes, de todos os valores efetivamente pagos na constância da união, senão vejamos: FAMÍLIA. AÇÃO DE DIVÓRCIO. Sentença que julgou procedente a ação e improcedente a reconvenção. Irresignação da ré. Alegação de que as partes viveram em união estável por quatro anos antes de se casarem. Requisitos necessários ao reconhecimento da união estável não comprovados.Partilha. Casamento celebrado no regime da comunhão parcial de bens. Imóvel adquirido pelo autor antes do casamento, mas cujo preço foi pago de forma parcelada. Direito da ré à partilha do valor correspondente às parcelas pagas durante a constância do casamento e até o momento em que a ré deixou o lar conjugal, por constituir patrimônio comum (art. 1.658 do CC).Sentença reformada em parte. Sucumbência recíproca caracterizada, mais intensa da ré. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10004448620168260153 SP 1000444-86.2016.8.26.0153, Relator: Alexandre Marcondes, Data de Julgamento: 28/10/2020, 6ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/10/2020). De igual modo: Apelação Cível nº 70050462951 - 8ª Câmara Cível do TJRS - Relator Desembargador Rui Portanova. Os Desembargadores da 8ª Câmara Cível do TJRS, em julgamento de dissolução de união estável, entenderam que a partilha de imóvel não quitado do ex-casal deve envolver somente o que foi pago na vigência da união. "Assim, por ser financiado, e por ainda não estar quitado, não é o imóvel que deve ser partilhado entre as partes, mas sim todos os valores pagos na constância da união, a serem apurados em liquidação de sentença". Destarte, determino a meação entre os divorciandos, de todos os valores efetivamente pagos para fins de aquisição do referido imóvel (fls. 11/16), durante a constância da união. Outrossim, relativamente a sala comercial n.º 1.615, do Comercial Corporate, objeto da matrícula n.º 8.633 (fl. 17), determino a partilha do bem indicado, entre os cônjuges, na proporção de 50.% (cinquenta por cento) para cada, devendo referido bem ser alienado e o valor apurado, ser dividido entre os ex-cônjuges, resguardando a possibilidade de qualquer das partes adquirir sua meação do outro, mediante pagamento da respectiva cota/parte. Diante do exposto, julgo procedente o pedido para, em consequência, decretar o divórcio dos cônjuges, em ordem a dissolver o casamento de Ricardo Celio Lima Lousada e Denile Silva The Cardoso Lousada, na forma do art. 1.571, IV, do Código Civil e § 6.º do art. 226 da CF/88, bem como, arbitrar a partilha dos bens comuns, na forma acima disposta, o que faço por sentença, com fundamento no art. 487, I do CPC e art. 1658, do Código Civil, para que surta os seus jurídicos e legais efeito. Em relação ao nome do cônjuge virago, tratando-se de direito personalíssimo, considerando-se que permaneceu silente durante o curso da ação, o mesmo deverá permanecerá inalterado, esclarecendo-se ainda, que a permanência do uso do nome de casada não acarreta, à princípio, quaisquer transtornos ou prejuízos ao requerente, podendo posteriormente ser objeto de ação pela interessada, junto ao Juízo competente. Empós o trânsito em julgado deste "decisum", determino a remessa, via malote, e-mail ou via portal, da presente sentença ao respectivo cartório de registro civil, servindo esta de mandado de averbação, desde que acompanhada da certidão do trânsito em julgado assinada digitalmente, e cópia da certidão de casamento (fl. 7), encaminhando-se ao oficial de registro civil competente, para averbação do respectivo divórcio. Para fins de eventual

averbação imobiliária, deverá ser apresentada certidão de matrícula cartorária atualizada do respectivo imóvel, ou matrícula atualizada do mesmo, a ser anexada no respectivo expediente. Custas devidamente recolhidas, às fls. 25/31. Publique-se. Intimem-se as partes por seus patronos. Em seguida, dê-se baixa na distribuição e arquive-se o feito. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0429/2024

ADV: RICARDO LEMOS ESTEVES (OAB 9559/CE) - Processo 0242380-09.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERIDO: R.S.A. - Cls. R. Hoje. Recebo o parecer do Ministério Público de fls. 171/172. Processo em ordem e partes bem representadas, verifica-se a existência de contestação, tempestiva, apresentadas nos autos. Condições da ação nos moldes legais, presentes que estão os pressupostos básicos de desenvolvimento válido e regular do processo. Do exposto, declaro saneado o processo nos termos do art. 357 do CPC, e estando o processo em ordem, declaro encerrada a fase postulatória. Determino que intimem-se as partes, sendo a autora, pessoalmente, via mandado e através de sua defensora pública, via sistema SAJPG, e o requerido através de seu advogado, via publicação no DJ-e, para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informarem, expressamente, se desejam produzir outras provas além das já existentes nos autos, indicando-as, ou se concordam com o anúncio do julgamento do feito no estado em que se encontra, com a consequente abertura de prazo para a entrega dos memoriais. Vale ressaltar que fica proibido o protesto genérico sobre as provas que pretenda produzir, devendo especificá-las. Fica esclarecido que o silêncio será interpretado como concordância da parte com o anúncio do julgamento antecipado e a abertura de prazo para a entrega dos memoriais. Expedientes necessários.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CASTRO B. M. MELO (OAB 33905/CE), ADV: WANINE MARCELLE DIAS (OAB 33926/CE), ADV: NELSON MARQUES DOS SANTOS FILHO (OAB 42408B/CE) - Processo 0247252-04.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.S.C. - declaro saneado o processo nos termos do art. 357 do CPC, e estando o processo em ordem, declaro encerrada a fase postulatória. Diante do exposto, determino que intimem-se as partes, sendo a parte autora, pessoalmente, via mandado, e através de sua defensora pública via sistema SAJPG, e o promovido através de seu advogado, via publicação no DJ-e, para, no prazo comum de 10 (dez) dias, informarem, expressamente, se desejam produzir outras provas além das já existentes nos autos, indicando-as, ou se concordam com o anúncio do julgamento do feito no estado em que se encontra, com a consequente abertura de prazo para a entrega dos memoriais. Vale ressaltar que fica proibido o protesto genérico sobre as provas que pretenda produzir, devendo especificá-las. Fica esclarecido que o silêncio será interpretado como concordância da parte com o anúncio do julgamento antecipado e a abertura de prazo para a entrega dos memoriais. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 18ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0455/2024

ADV: GABRIELLE COSTA FERREIRA (OAB 41663/CE) - Processo 0034752-41.2009.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.S.B.S. - Desse modo, diante da inadequação da via eleita, DEIXO DE RECEBER o pleito em questão (fls. 48/52), devendo o requerimento ser formulado em ação autônoma. Mantenham-se os presentes autos no arquivo definitivo. Intime-se o postulante (Alex Sandro Batista Saores), por meio de sua Advogada Gabrielle Costa Ferreira (constituída à fl. 53), via DJe, acerca desta decisão.

ADV: MARCIA DE ANDRADE SARAIVA COLARES (OAB 14595/CE) - Processo 0205372-95.2023.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Revisão - REQUERIDA: A.P.C.P. - ANTE O EXPOSTO, extingo o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os últimos arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, contudo, em razão da gratuidade judiciária deferida à fl. 21, tais obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (art. 98, § 3º, do CPC). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Desnecessária a intimação do Ministério Público, diante do parecer de fls. 101/103. P. R. I.

Processo 0230882-13.2023.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.D.S.P. - REQUERIDO: M.L.R.P. - ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para, DECRETAR O DIVÓRCIO dos litigantes, de acordo com o artigo 226, § 6° da Constituição Federal e art. 1.571, IV, do Código Civil. Em tempo, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. A mulher voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja, Maria Duarte dos Santos. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por entender que a atuação da Curadoria Especial não pode ensejar ônus ao promovido, citado por edital. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação e, em seguida, arquivem-se os autos. Determino que a presente sentença seja publicada no órgão oficial, para os fins de intimação do réu revel (art. 346, “caput”, do CPC). Ciência à Curadoria Especial, via Portal. P. R. I.

ADV: ANTONIA ORMEZINDA SAMPAIO (OAB 11226/CE) - Processo 0247369-58.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: V.S.B. - ANTE O EXPOSTO, em consonância com a manifestação ministerial de fls. 72/74, DEFIRO a guarda provisória unilateral da menor ANA MARIA BARROS FERNANDES em favor da genitora VANESSA SOUZA BARROS, garantindo a convivência paterna aos finais de semana alternados, com supervisão da genitora ou avós/tios maternos, em local diferente da residência paterna, sem pernoite. Ademais, defiro a realização de Estudo Psicossocial em torno do caso, conforme solicitado pelo Ministério Público à fl. 74 e, em consequência, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Setor de Serviço Social e ao Setor de Psicologia, ambos deste Fórum, para que realizem o referido Estudo. Diante do disposto no art. 3º, caput, da Resolução CNJ nº 354/2020, com a redação dada pela Resolução CNJ nº 481/2022, determino que as partes, no prazo comum de 10 (dez) dias, informem se desejam a realização de audiência de instrução, que será designada para fins de colher o depoimento pessoal das partes, na forma telepresencial ou se têm preferência pela modalidade presencial. Por oportuno, esclareço que caso uma das partes opte pelo modo presencial, a audiência será então realizada na forma presencial. Em caso de silêncio de uma das partes, prevalecerá o pleito da parte que se manifestou. Intimem-se a autora, por meio de sua Advogada, via DJe, e o promovido, pessoalmente, e por meio da Defensoria Pública, via Portal, acerca desta decisão. Ciência ao Ministério Público.

ADV: FRANCISCO RÔMULO ARAUJO DE SOUZA FILHO (OAB 28354/CE) - Processo 0250801-51.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.F.S. - Considerando que o presente feito trata-se de ação de divórcio

consensual, DEFIRO a aplicação do redutor de 40% (quarenta por cento) sob o valor das custas iniciais, nos termos do art. 3º, caput, da Lei Estadual nº 13.132/16, devendo as postulantes, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovarem o recolhimento das respectivas custas processuais, sob pena de cancelamento da Distribuição (art. 290 do CPC). Intimem-se as requerentes, por meio de seu Advogado, acerca desta decisão.

ADV: JOYCE MARTINS MOTA (OAB 47116/CE) - Processo 0277651-45.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.G.S. e outro - Dessa forma, determino que os cônjuges, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC, emendem a inicial, indicando como se dará o pagamento dos alimentos, momento em que deverão retificar valor da causa, adequando ao quantum referente ao pleito alimentar (art. 292, III, do CPC), devendo a petição estar devidamente assinada por ambas as partes. Ademais, determino que os cônjuges apresentem a petição de fls. 19/21, devidamente assinada por ambos os cônjuges. Intimem-se os postulantes, por meio de sua Advogada.

ADV: RICARDO BARCELOS RUAS (OAB 44806/CE) - Processo 0282375-63.2022.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: C.S.U.J. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC e, por consequência, condeno o requerido/genitor Celso dos Santos Uchoa Júnior ao pagamento de alimentos à autora/filha Nicole Sousa Soares Uchoa no valor mensal equivalente a 15,55% (quinze virgula cinquenta e cinco por cento) do salário/vencimentos/proventos/benefício e vantagens do réu, valor esse a ser apurado pelo empregador e, após as deduções obrigatórias (Previdência e I.R.), acrescido do salário-família, se houver, incidindo referido percentual sobre 13º salário e férias, e em caso de rescisão contratual, sobre seguro-desemprego, a serem descontados em folha de pagamento e depositado na conta bancária da autora informada à fl. 09. Caso o réu se encontre no mercado informal de trabalho, a pensão alimentícia para a autora corresponderá a 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, a ser depositada na conta bancária da autora informada à fl. 09, até o quinto dia útil de cada mês. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Diante da sucumbência recíproca, a autora arcará com 50% (cinquenta por cento) das custas e honorários advocatícios, e o promovido com os 50% (cinquenta por cento) restantes (art. 86 do CPC), ficando suspensa a exigibilidade de tais verbas apenas em relação à requerente, por ser beneficiária da gratuidade judiciária (fl. 23). Após o trânsito em julgado, oficie-se à fonte pagadora do alimentante mencionada à fl. 91 para desconto dos alimentos definitivos em favor da autora e, em seguida, arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: IGOR PINHEIRO COUTINHO (OAB 25242/CE) - Processo 0289650-63.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.C.F. - REQUERIDA: R.B.C.F. - ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para, DECRETAR O DIVÓRCIO dos litigantes, de acordo com o artigo 226, § 6°, da Constituição Federal, e art. 1.571, IV, do Código Civil. Em tempo, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Considerando que a ausência de resposta não induz ao entendimento de que a manifestação de vontade foi no sentido da opção pelo uso do nome de solteira, e considerando, outrossim, que a questão do nome está condicionado à vontade de quem o usa, porque incorporado ao direito fundamental de personalidade, que envolve a dignidade humana, havendo relação com a vida privada da pessoa natural (art. 5º, inciso X, da CF/88), com fundamento no art. 1.571, § 2º, c/c art. 1.578, ambos do Código Civil, asseguro a divorcianda o direito de continuar a usar o nome de casada, podendo modificá-lo, doravante, em ação própria. Deixo de condenar a promovida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por entender que a atuação da Curadora Especial não pode ensejar ônus à promovida, citada por edital. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação e, em seguida, arquivem-se os autos. Determino que a presente sentença seja publicada no órgão oficial, para os fins de intimação da ré revel (art. 346, “caput”, do CPC). P. R. I.

ADV: ALAN YURI MONTEIRO FONTENELE (OAB 32308/CE) - Processo 0501598-87.2000.8.06.0001 - Fixação de pensao - REQUERENTE: M.V.A.T. - Desse modo, diante da inadequação da via eleita, DEIXO DE RECEBER o pleito em questão (fls. 50/51), devendo o requerimento ser formulado em ação autônoma. Mantenham-se, pois, os autos no arquivo definitivo. Intimem-se os postulantes, por meio de seu Advogado constituído às fls. 52 e 55, acerca desta decisão.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0456/2024

Processo 0289650-63.2022.8.06.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.C.F. - REQUERIDA: R.B.C.F. - ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para, DECRETAR O DIVÓRCIO dos litigantes, de acordo com o artigo 226, § 6°, da Constituição Federal, e art. 1.571, IV, do Código Civil. Em tempo, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Considerando que a ausência de resposta não induz ao entendimento de que a manifestação de vontade foi no sentido da opção pelo uso do nome de solteira, e considerando, outrossim, que a questão do nome está condicionado à vontade de quem o usa, porque incorporado ao direito fundamental de personalidade, que envolve a dignidade humana, havendo relação com a vida privada da pessoa natural (art. 5º, inciso X, da CF/88), com fundamento no art. 1.571, § 2º, c/c art. 1.578, ambos do Código Civil, asseguro a divorcianda o direito de continuar a usar o nome de casada, podendo modificá-lo, doravante, em ação própria. Deixo de condenar a promovida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por entender que a atuação da Curadora Especial não pode ensejar ônus à promovida, citada por edital. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação e, em seguida, arquivem-se os autos. Determino que a presente sentença seja publicada no órgão oficial, para os fins de intimação da ré revel (art. 346, “caput”, do CPC). P. R. I.

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DE FAMÍLIA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0457/2024

ADV: ANTONIO LAILTON MORAES DUARTE (OAB 34442/CE) - Processo 0180566-40.2016.8.06.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: N.E.D.B. e outro - EXECUTADO: G.C.S.B. - Ressalto que, ao acessar o sistema CERICE, a solicitação da pesquisa de bens imóveis (e-Pesquisa de Bens), no momento, encontra-se inoperante, razão pela qual determino que a SEJUD expeça ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis de Fortaleza solicitando que, no prazo de 15 (quinze) dias, informem a este Juízo acerca da existência de eventuais bens imóveis de titularidade do executado Geylson Cley da Silveira Bastos (CPF 869.890.903-59). Ademais, determino que a SEJUD cumpra os expedientes intimatórios referentes à decisão de fls. 390/396.

Processo 0249545-10.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.C.V.C. - REQUERIDA: I.S.V. - ANTE O EXPOSTO: a) decreto a revelia da promovida, contudo, os efeitos da revelia previstos no art. 344 do CPC não se operam, haja vista que o presente caso trata de direitos indisponíveis (art. 345, II, do CPC); e b) concedo a antecipação dos efeitos da tutela, nos termos pleiteado na inicial, para exonerar o promovente Francisco Célio Vieira

da Costa da obrigação de pagar pensão alimentícia à filha Ívyna da Silva Vieira. Expeça-se ofício à fonte empregadora do alimentante, mencionada à fl. 22, qual seja, SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI, situada na Av. dos Expedicionários, 5410, Montese, Fortaleza/CE, para fazer cessar os descontos a título de alimentos em favor da promovida. Intime-se o autor, pessoalmente, e através da Defensoria Pública, via Portal, acerca desta decisão, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se ainda possui outras provas a produzir, especificando-as e justificando a sua necessidade, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. Outrossim, esclareço que as provas anteriormente indicadas devem ser ratificadas na oportunidade ora concedida. Determino que a presente decisão seja publicada no órgão oficial, para os fins de intimação da ré revel (art. 346, "caput", do CPC).

ADV: JOYCE MARTINS MOTA (OAB 47116/CE) - Processo 0277651-45.2024.8.06.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.G.S. e outro - Neste seguimento, intimem-se os cônjuges, por meio de sua Advogada, para em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC, emendarem a inicial, a fim de incluírem as questões relativas à guarda, visitação e alimentos dos filhos menores do casal, bem como retificando o valor da causa, adequando o quantum referente ao pleito alimentar (art. 292, III, do CPC), podendo, ainda, se for o caso, comprovar o ajuizamento de ação autônoma que trate das questões acima mencionadas, sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo.

ADV: ELISA RAQUEL GOMES DE SOUSA (OAB 37819/CE), ADV: LARISSA PINHEIRO MAIA (OAB 39472/CE) - Processo 0281946-62.2023.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.E.B.L. - Considerando o pedido de readequação dos alimentos provisórios (majoração), elaborado pelo autor às fls. 178/182, acompanhado de novos documentos de fls. 183/337, intime-se o promovido, por meio de suas Advogadas, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias.

VARAS DE SUCESSÕES

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0350/2024

ADV: EDUARDO LINCOLN SILVA GUERRA (OAB 27221/CE), ADV: RAFAELA MARIA REIS MATOS (OAB 27470/CE) - Processo 0157211-30.2018.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Angelica Maria Nogueira Castro e outros - Vistos em conclusão. Intime-se a inventariante, por sua procuradora, para, no prazo de 20 (vinte) dias, reapresentar o plano de partilha amigável, com a qualificação de todos os herdeiros e bens, de forma pormenorizada, nos termos do artigo de 653 do Código de Processo Civil (CPC), subscrito por todos os herdeiros, para fins de homologação. Expedientes necessários.

ADV: ANA PAULA BARROSO SILVA MOURA (OAB 38830/CE) - Processo 0241781-36.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Ana Paula Barroso Silva Moura - Vistos em conclusão. Intime-se a inventariante, advogando em causa própria, para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar devidamente o feito, cumprindo a decisão de fls. 19/20, sob pena de remoção. Expedientes necessários.

ADV: JUAREZ FURTADO THEMOTHEO NETO (OAB 24408/CE) - Processo 0245120-03.2024.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Francisco Flávio Cabral Tavares Filho - Ana Camila Aguiar Tavares Oliveira - Trata-se de ARROLAMENTO SUMÁRIO do único bem deixado pelo falecimento de LUZIA DE AGUIAR TAVARES, ajuizada por FRANCISCO FLÁVIO CABRAL TAVARES FILHO e ANA CAMILA DE AGUIAR TAVARES, na qualidade de filhos e únicos herdeiros da extinta. Certidão de óbito à fl. 13. Matrícula do imóvel inventariado às fls. 15-9. A falecida era viúva do Sr. FRANCISCO FLÁVIO CABRAL TAVARES, cujo inventário tramitou junto à 3ª Vara de Sucessões desta Comarca (autos nº 0136132-68.2013.8.06.0001), conforme recolhimento de ITCD sobre a meação, comprovado à fl. 21. Às fls. 36-7, consta a certidão da CENSEC certificando a inexistência de testamento registrado em nome da extinta. Afirmam não haver dívidas em nome da falecida. Por fim, requereram a homologação da partilha amigável apresentada. Não há interesse de menor/incapaz. É o relatório. DECIDO. Tratando-se de arrolamento sumário, observar-se-á o disposto no art. 659 e parágrafos do CPC. Verifica-se que os herdeiros, de comum acordo, apresentaram plano de partilha amigável, acordando a divisão do bem, conforme descrito na petição inicial. O referido plano foi acompanhado de todos os documentos necessários à comprovação da titularidade e do valor do bem. No que diz respeito à questão do imposto causa mortis, prevê o artigo 662 do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 662. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio". Posto isso, em se tratando de arrolamento, descabe conhecer ou apreciar qualquer questão relativa ao lançamento ou mesmo pagamento do ITCMD. Considerando-se que o plano de partilha amigável está de acordo com a legislação aplicável, que não há qualquer óbice à homologação e que as disposições nele constantes atendem aos interesses dos herdeiros e à ordem jurídica, a procedência do pedido é medida que se impõe. Ante o exposto, considerando a regularidade formal dos documentos apresentados, extingo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, e HOMOLOGO o plano de partilha amigável dos bens deixados pelo falecimento de LUZIA DE AGUIAR TAVARES, apresentado na exordial, salvo erro e/ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros e da Fazenda Pública. Concedo os benefícios da gratuidade da justiça, ante o diminuto valor do bem pertencente ao espólio, desprovido, ainda, de liquidez. Após o trânsito em julgado, expeça-se o formal de partilha. Ciência à Procuradoria Fiscal, para os fins do art. 662, §2º do CPC. O trânsito em julgado somente restará prejudicado em caso de recurso, portanto, fica, desde já, deferida a dispensa do prazo recursal, desde que requerida, sem necessidade de nova conclusão. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE LEITE DE ALMEIDA (OAB 25333/CE) - Processo 0245989-97.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Carlos Alberto Barbosa de Holanda e outros - Vistos em conclusão. Intimem-se os requerentes, por seus advogados, para me 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do Parecer Fiscal de fls. 132-135. Expedientes necessários.

ADV: DAVI LUIS DE CASTRO CARDOSO BEZERRA (OAB 24950/CE) - Processo 0251377-44.2024.8.06.0001 - Inventário - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - REQUERENTE: Jorge Luíz de Castro Cardoso e outros - Vistos em conclusão. Intime-se o inventariante, por seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar devidamente o feito, cumprindo a decisão de fls. 45/46 dos autos, sob pena de remoção. Expedientes necessários.

ADV: WESLEY SOUSA CARNEIRO (OAB 48568/CE) - Processo 0275101-77.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Alves de Sousa e outro - Vistos em conclusão. Cuida-se de ação de inventário proposta pelo Sr. Raimundo Alves De Sousa e pela Sra. Antonia Neusely Alves Brandão, na qualidade de genitores de Lucieide Alves

De Sousa, cujo óbito ocorreu em 03-07-2024, conforme certidão de fl. 16. Narram, que a de cujus vivia residia em São Paulo-SP, convivia em união estável do com o Sr. Elio de Figueiredo Lima, e, que ele ingressou com ação de Alvará de nº 1013419-73.2024.8.26.0020, na 3ª Vara da Família e Sucessões da Comarca de São Paulo, objetivando levantar valores existentes em nome da falecida. Destacam que o espólio é composto por bens móveis e imóveis tornando-se necessária a abertura de ação de inventário para que seja assegurada a devida partilha dos bens, já que são herdeiros necessários. Isto posto, ante a informação de abertura da ação acima mencionada, determino a intimação dos requerentes, por seus advogados, para em 15 (quinze) dias emendar a inicial, devendo informar o andamento da ação de alvará, bem como a data do seu protocolo e distribuição, para fins do que dispõe o art. 59, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DEODATO JOSE RAMALHO NETO (OAB 15895/CE) - Processo 0278313-09.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Condominio Clinica Aldeota - Vistos em conclusão. Inicialmente, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para em 15 (quinze) dias emendar a inicial devendo acostar aos autos a certidão de óbito do falecido, eis que se trata de documento essencial à propositura da demanda. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0351/2024

ADV: MARCUS VINICIUS ALBUQUERQUE ALCANFOR (OAB 14484/CE), ADV: MARCELO MONTEIRO DE MIRANDA SÁ (OAB 8640/CE) - Processo 0147851-71.2018.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - TERCEIRO: Hélio Araújo Meireles Neto e outro - : Amadeu Braga Meireles - Vistos em conclusão. Em atenção ao que prevê o §1º do artigo 437 do Código de Processo Civil(CPC), encampado nos princípios do contraditório e ampla defesa (artigo 5º , inciso LV da Constituição Federal-CF), intime-se o inventariante, por seu procurador, para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar ciência e manifestar-se acerca da petição de fls. 605/616. Sem prejuízo da diligência supra, intimem-se os requerentes, pelo causídico subscritor da petição de fls. 605/616, para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar que ingressaram com o pedido de substituição de curador junto ao processo nº 0255134-46.2024.8.06.0001, em trâmite na 6ª Vara de Família desta Comarca, bem como se houve alguma manifestação do referido juízo. Expedientes necessários.

ADV: JULIANA DE SOUZA MARTINS (OAB 34200/CE) - Processo 0212340-44.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Filipe Machado Fortes - Vistos em conclusão. À Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SEJUD- 1º Grau) para intimar o inventariante, por seu advogado, para, no prazo de 20 (vinte) dias: a) apresentar um plano de partilha amigável, nos termos do art. 653 do CPC, subscrito por todos os interessados com firmas devidamente reconhecidas, para fins de homologação; b) apresentar comprovante de quitação ou declaração de isenção do imposto de transmissão causa mortis e as certidões negativas de débitos fiscais das fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal, atualizadas, caso ainda não estejam nos autos. Em não sendo apresentado o plano de partilha amigável, deverá, no mesmo prazo, apresentar as últimas declarações em documento único, com o fito de viabilizar o encaminhamento dos autos ao partidor judicial. Atento ao pedido formulado na petição de fl. 1256, deverá o inventariante, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar a abertura de conta judicial vinculado ao presente feito. Comprovada a abertura da conta judicial, oficie-se a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC, solicitando a transferência dos valores existentes em nome do falecido para a aludida conta. Defiro gratuidade ao ato. Expedientes necessários.

ADV: PABLO KELLERMANN LOPES BARROS (OAB 46497/CE), ADV: JOSE CELIO DE OLIVEIRA NETO (OAB 45569/CE) - Processo 0230839-42.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sebastiao Sergio Pereira da Silva e outro - Vistos em conclusão. Atento ao pedido formulado à fl. 42, aguarde-se por 15 (quinze) dias a iniciativa da parte interessada. Intime-se.

ADV: RAUL ABREU CRUZ CARVALHO (OAB 29917/CE) - Processo 0231032-57.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raul Abreu Cruz Carvalho - Vistos em conclusão. Intime-se o testamenteiro, por seu procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, subscrever o termo de fl. 46, podendo comparecer em juízo ou acostar aos autos com reconhecimento de firma. Expedientes necessários.

ADV: ELIZABELLE DE ARAÚJO DIAS (OAB 45658/CE), ADV: MARIA DAS DORES GONÇALVES CAVALCANTE (OAB 6070/CE), ADV: RAFAEL RIBEIRO MEIRELES (OAB 45129/CE), ADV: LUIS CLÁUDIO ALVES DE SOUZA (OAB 44793/CE) - Processo 0238581-89.2022.8.06.0001 - Inventário - Omissão de socorro - ARROLANTE: Rosineide Arruda Cavalcante - INTERESSADO: Rosane Maria Guterres Santana - Vistos em conclusão. Compulsando os autos, verifico que, após a apresentação das últimas declarações de fls. 493/501, não houve intimação dos demais herdeiros, haja vista que a de fls. 490/492, se referia as últimas declarações apresentadas anteriormente às fls. 430/435. No entanto, de forma espontânea, houve manifestação às fls. 559/561, impugnando as últimas declarações. Por essa razão, intime-se a inventariante, para, no prazo de 15 (quinze) dias tomar ciência e manifestar-se acerca da impugnação de fls. 559/561. À Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SEJUD-1º Grau) para atualizar o cadastro de partes e representantes, conforme substabelecimento de fls. 563, bem como para intimar os causídicos acerca do presente despacho. Expedientes necessários.

ADV: LUIS CLÁUDIO ALVES DE SOUZA (OAB 44793/CE), ADV: ELIZABELLE DE ARAÚJO DIAS (OAB 45658/CE), ADV: RAFAEL RIBEIRO MEIRELES (OAB 45129/CE) - Processo 0238581-89.2022.8.06.0001 - Inventário - Omissão de socorro - ARROLANTE: Rosineide Arruda Cavalcante - INTERESSADO: Rosane Maria Guterres Santana - Vistos em conclusão. Constatado o conflito entre as herdeiras, quanto a destinação dos bens, hei por bem determinar que proceda-se previamente, a avaliação dos bens do espólio, consignando que deverá ser certificado pelo oficial de justiça designado para o ato, quem se encontra na posse do bem avaliado. À Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SEJUD- 1º Grau), para expedir mandados de avaliação e consultar ao CENSEC com o fito de obter declaração de inexistência de testamento. Ademais, intimem-se as herdeiras impugnantes, por mandado e, pelo defensor, para, no prazo de 10 (dez) dias fornecer os documentos da autora da herança e do falecido pai, que estiverem em sua posse. Concedo justiça gratuita para os atos. Expedientes necessários.

ADV: ELIZABETE TEIXEIRA NONATO (OAB 4735/CE) - Processo 0246359-47.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Benilda Romualdo Lima - Vistos em conclusão. À Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SEJUD- 1º Grau) para: I- Intimar a inventariante, por sua procuradora (via Diário da Justiça Eletrônico -DJE), para, no prazo de 20 (vinte) dias: a) apresentar um plano de partilha amigável, nos termos do art. 653 do CPC, contendo a descrição pormenorizada dos herdeiros e bens, subscrito por todos os interessados com firmas devidamente reconhecidas, para fins de homologação; b) apresentar comprovante de quitação ou declaração de isenção do imposto de transmissão causa mortis e as certidões negativas de débitos fiscais das fazendas públicas Federal, Estadual e Municipal, atualizadas. Em não sendo apresentado o plano de partilha amigável, deverá, no mesmo prazo, apresentar as últimas declarações em documento único, com a qualificação completa dos herdeiros e bens, com o fito de viabilizar o encaminhamento dos autos ao partidor judicial. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LEITAO DE SENA (OAB 3610/CE) - Processo 0254695-69.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80

- Levantamento de Valor - REQUERENTE: Camila Alves Barbosa - Vistos em conclusão. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para em 05 (cinco) dias manifestar-se acerca do Parecer Fiscal de fls. 49-52. Expedientes necessários.

ADV: CLAUDIA CASAROTTO DOMENE (OAB 250113/SP) - Processo 0272597-35.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Marcus Vinicius Miranda Barros - Vistos em conclusão. Intime-se o herdeiro Marcus Vinicius Miranda Barros, por sua procuradora, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do pedido do inventariante de fls. 50/53 e documentos que acompanham às fls. 54/61. Expedientes necessários.

ADV: TANIA MARIA CARNEIRO SILVA (OAB 6466/CE) - Processo 0285123-05.2021.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTE: Elionete Batista dos Santos - Vistos em conclusão. Compulsando os autos verifico que a inventariante é sobrinha do de cujus, no entanto, não houve a devida instrução feito, com a documentação necessária. Portanto, intime-se a inventariante, por sua procuradora, para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos a certidão de óbito dos genitores do autor da herança e da Sra. Maria do Socorro do Santos, bem como declaração asseverando a inexistência de outros bens e herdeiros, além da requerente, subscrita por 02 (duas) testemunhas idôneas, que não tenham parentesco com a parte, com firma reconhecida das assinaturas. Ademais, renove-se o expediente de fls. 63, solicitando que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se os valores já foram disponibilizados. Concedo justiça gratuita para o ato. Expedientes necessários.

ADV: TIAGO RIBEIRO REBOUÇAS (OAB 22745/CE), ADV: LEONARDO RIBEIRO REBOUÇAS (OAB 17505/CE) - Processo 0286393-64.2021.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Petição de Herança - ARROLANTE: Paulo Roberto Cavalcanti Fernandes e outros - Vistos em conclusão. À Secretaria Judiciária de Primeiro Grau (SEJUD-1º Grau), para disponibilizar nos autos o termo de renúncia e, em seguida, intimar os herdeiros renunciantes, pelos causídicos, para comparecer na secretaria a fim de subscreve-los, no prazo de 05 (cinco) dias. Ademais, concedo a meeira, o prazo de 20 (vinte) dias, para apresentar escritura pública de doação. No mesmo prazo, deverá ser regularizada a representação processual do herdeiro Ricardo José Cavalcanti Fernandes, haja vista que os sucessores do herdeiro pós-morto não herdam por representação, conforme dicção do artigo 1.851 do Código Civil (CC), devendo, portanto, figurar como sucessor habilitado no presente inventário o espólio respectivo, devidamente representado por inventariante nomeado em ação autônoma. Publique-se aos causídicos, via Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0416/2024

ADV: ELY DO AMPARO CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 9731/CE), ADV: FRANCIS GOMES VALE (OAB 1728/CE) - Processo 0011171-94.2009.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Augusta Vieira Cavalcante e outros - R.h., Intimar a inventariante para dar o devido andamento ao feito, requerendo o que de direito, e cumprindo as determinações deste Juízo, pena de remoção ex officio, aplicação de multas e sanções processuais, além da possibilidade de nomeação de inventariante dativo, com ônus para o espólio. Exp. Nec.

ADV: LUCIANO LEITÃO VIEIRA DE FIGUEIREDO FILHO (OAB 18787/CE), ADV: JOÃO LUIZ SANTAREM RODRIGUES (OAB 65884/RJ), ADV: CHRISTINE FRANCA BEVILAQUA VIEIRA (OAB 6268/CE), ADV: PAULO ANDRE LIMA AGUIAR (OAB 10630/CE), ADV: CACILDA DANTAS DE ANDRADE MAMEDE (OAB 23096/CE), ADV: RAFAEL FARIAS CAVALCANTE (OAB 23994/CE), ADV: FELIPE BEVILÁQUA LIMA (OAB 32982/CE), ADV: CLÁUDIA MORAES PINTO MOREIRA (OAB 38163/CE), ADV: IGOR LEITE LOIOLA (OAB 39240/CE), ADV: JOSÉ CLÁUDIO PINTO MARTINS (OAB 39686/CE) - Processo 0087114-88.2007.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Karla Abreu Alves Rodrigues - ESPÓLIO: Joao Pedro Alves - HERDEIRO: MARIA ERONEIDE DE SOUZA - Marlene Ribeiro de Carvalho - ANA CECÍLIA ALVES - MARIA DE NAZARÉ ALVES e outros - R.h., Aguardar o cumprimento das determinações de fl. 1.222. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS BERNARDINO DA SILVA JÚNIOR (OAB 28466/CE), ADV: REGIS COE GIRAO (OAB 20929/CE) - Processo 0139930-66.2015.8.06.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rakelle Brenna Souto - R.h., I - Desarquivar. II - Proceder a evolução da classe do processo para Sobrepartilha. III - Recebo a presente ação de inventário sob o rito do Arrolamento Sumário, nos termos do Art. 659 do CPC, nomeando arrolante, RAKELLE BRENNA SOUTO, independentemente da lavratura de qualquer termo, devendo a encarregada: A - recolher as custas da ação; B - Apresentar Plano de partilha amigável, nos moldes do art. 653 do CPC, tudo subscrito por todos os interessados (meeira, herdeiros e respectivos cônjuges, se casados no regime da comunhão universal de bens); C - Certidão expedida pela CENSEC-Central Notarial de Serviços Compartilhados, acerca da existência de testamento deixado pelo extinto; e D - Certidões negativas de débitos fiscais em nome do de cujus. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: ONEZIMO CARLOS CARDOSO (OAB 5280/CE), ADV: HELDER HENRIQUE SOUSA NASCIMENTO (OAB 31955/CE), ADV: ANTONIO DONATO ARAÚJO (OAB 33134/CE), ADV: WAGNER BARREIRA FILHO (OAB 1301/CE), ADV: EDGAR BELCHIOR XIMENES NETO (OAB 23791/CE), ADV: LEONARDO BARBOSA PEREIRA (OAB 22544/CE) - Processo 0153880-40.2018.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Vanda Silveira Sousa - HERDEIRA: Ana Eloá Souza - Almir Gustavo Sousa e outros - R.h., Aguardar a realização da audiência designada. Exp. Nec.

ADV: MARIA AURIDETE FREITAS ALCANTARA (OAB 26172/CE), ADV: JOSE MAURICIO MOREIRA CAVALCANTE FILHO (OAB 17550/CE) - Processo 0158610-94.2018.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Rute Pereira e outros - REQUERIDA: Risomar Gonçalves Pereira - R.h., I - Diante da concordância das partes (fls. 5.127 e 5.128), homologo a proposta de honorários apresentada às fls. 5.104/5.112, pelo expert, Eduardo Caio Sampaio Carvalho. II - As partes, em manifestação às fls. 5.127 e 5.128, requereram que a remuneração devida ao aludido perito, conforme artigo 95 do Código de Processo Civil, seja rateada por quem compõe o polo ativo e o passivo da demanda, haja vista que o exame pericial foi determinado de ofício pelo Juiz. No presente feito a perícia a ser realizada no processo foi determinada de ofício, motivo pelo qual o adiantamento da despesa deve ocorrer a cargo da autora; e é necessária a observância do art. 95 do CPC, que estabelece que cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico, mas que os honorários do perito judicial são de responsabilidade de quem a requereu, ou rateada, quando for determinada de ofício. Entretanto, o STJ pacificou o entendimento de que a responsabilidade pelo adiantamento das despesas, relativas a honorários do perito incumbe à parte que houver requerido o exame contábil, ou ao autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. veja-se a seguinte excerto jurisprudencial do Colendo STJ: CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. HONORÁRIOS PERICIAIS. PROVA PERICIAL DEFERIDA DE OFÍCIO PELO JUIZ. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do

Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A jurisprudência do STJ já proclamou que, na segunda fase da ação de prestação de contas, o adiantamento da despesa relativa aos honorários do perito incumbe à parte que houver requerido o exame contábil, ou ao autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. 2.1. No caso dos autos, extrai-se do próprio acórdão recorrido que a prova pericial foi deferida de ofício de Juízo, devendo o acórdão recorrido se ajustar à jurisprudência desta eg. Corte Superior. 3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos. 4. Agravo interno não provido.(STJ - AgInt nos EDcl no REsp: 1737093 RS 2018/0093886-7, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 24/08/2020, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/08/2020). Sendo assim, seguindo o entendimento pacificado pelo o STJ, quando a perícia for determinado de ofício pelo Juiz, incumbe à parte autora o pagamento dos honorários periciais. INTIME-SE o promovente para depositar em conta judicial 50% (cinquenta por cento) do valor dos honorários periciais homologados, ficando a outra metade para depósito antes da apresentação do laudo técnico. Exp. Nec.

ADV: MAYARA DE ANDRADE SANTOS TRAVASSOS (OAB 23879/CE), ADV: MARIA GLAUCIA MORAIS DE OLIVEIRA (OAB 16721/CE) - Processo 0182115-85.2016.8.06.0001 (apensado ao processo 0239375-13.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Julie Rebeca Rebouças Melo e outros - R.h., Intimar a inventariante para cumprir as determinações de fl. 1.329, sob pena de remoção do seu encargo, APLICAÇÃO DE SANÇÕES E MULTAS PROCESSUAIS, ALÉM DA POSSIBILIDADE DE NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE DATIVO, COM ÔNUS PARA O ESPÓLIO. Exp. Nec.

ADV: FLORISMUNDO XIMENES DE MESQUITA (OAB 37275/CE) - Processo 0201767-10.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Valentina Fernandes Brandão Verissimo Otaviano - R.h., Intime-se a inventariante para que apresente documentação comprobatória de alienação ou doação dos automóveis de titularidade do de cujus, bem como que reapresente o pedido de adjudicação, aos moldes dos art. 653 do CPC. Exp. Nec.

ADV: JOSE MAURICIO DE OLIVEIRA TAUMATURGO (OAB 9161/CE) - Processo 0205579-31.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0238408-65.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: João Brasileiro de Oliveira - R.h., Concedo o prazo de 30(trinta) dias, para o cumprimento integral da determinação de fl. 400. Exp. Nec.

ADV: CICERA FRANCISCA GENUINO DO NASCIMENTO (OAB 14741/CE) - Processo 0207146-63.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Lucia Dias Barreto - R.h., Intime-se o inventariante para, no prazo de 10 (dez) dias, cumprir o despacho de fls. 137, sob pena de remoção ex officio do seu encargo. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO JOSE ALVES TELES (OAB 12417/CE) - Processo 0207928-07.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Fátima Helena Ramos da Silva - R.h., Intimar o inventariante, para apresentar as últimas declarações, com esboço de partilha na forma do art. 653 do CPC. Exp. Nec.

ADV: CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE), ADV: MARIA CLARA SOARES MAPURUNGA (OAB 23554/CE) - Processo 0214361-56.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Christina Cortez Bona - Matteo Bona Gonçalves - Luigi Bona Gonçalves - Luca Bona Gonçalves - R.h., Sobre o Laudo de Avaliação em fls. 247/248, intimem-se todos os herdeiros, bem como a PGE. Exp. Nec.

ADV: CARLOS HENRIQUE NUNES DE MENEZES (OAB 46899/CE) - Processo 0216870-91.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Alzenir Ferreira Gomes - R.h., Intime-se a inventariante para apresentar as últimas declarações juntamente com o esboço de partilha, na forma do art. 653, do CPC. Exp. Nec.

ADV: BRUNA LEITE DE MATOS SOUSA (OAB 28675/CE), ADV: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO (OAB 7068/CE), ADV: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO (OAB 7128/CE), ADV: CRISTIANO PORTO LINHARES TEIXEIRA (OAB 21937/CE) - Processo 0218531-86.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Roberto Ruy Macedo Osterno - INVTE: TEREZA CRISTINA MACÊDO OSTERNO, - HERDEIRO: Valter Neves Osterno e outros - R.h., Sobre a certidão de fl. 2.386, intime-se a inventariante. Exp. Nec.

ADV: PEDRO GEOVANE PUCCI BENEVIDES (OAB 24062/CE), ADV: RAIMUNDO ALEXANDRE LINHARES DIAS (OAB 11524/CE), ADV: ELIZABETE TEIXEIRA NONATO (OAB 4735/CE) - Processo 0221644-04.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Lucimar Barbosa da Silva - HERDEIRO: ANA MEIRE RODRIGUES BARBOSA - MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES MELO e outros - R.h., I-Desarquivar. II-Aguardar por 60(sessenta) dias, a manifestação dos interessados. Exp. Nec.

ADV: CAROLINA MELO GUILHERME (OAB 27437/CE), ADV: FRANCISCO RONALDO GOMES COSTA (OAB 26741/CE) - Processo 0226280-47.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Mariana Pereira Scafuri - HERDEIRA: Marina Alves Sampaio Scafuri e outros - R.h., Aguardar o cumprimento das demais determinações de fl. 692. Exp. Nec.

ADV: MAGDA MARIA LUZ (OAB 14765/CE) - Processo 0227142-13.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: David da Silva Costa e outros - R.h., Sobre a manifestação em fl. 85, intimem-se os requerentes. Exp. Nec.

ADV: MARCUS FELIX DA SILVA LEITÃO (OAB 23295/CE) - Processo 0227182-34.2020.8.06.0001 - Declaração de Ausência - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jacinta Gomes de Sousa - R.h., I-Ao Diretor do gabinete para certificar se a audiência designada para o dia 28/05/2024, conforme despacho de fl. 128, foi realizada. Se positivo, juntar aos autos, a gravação da referida audiência. II-Indefiro o pedido de fl.s 163/165, de continuidade do Ministério Público, nestes autos, pelos motivos fixados no item II da determinação de fl. 158. Exp. Nec.

ADV: BALTAZAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 20829/CE) - Processo 0227530-13.2024.8.06.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Adjudicação de herança - REQUERENTE: Ronald Guedes Pompeu - R.h., I - Intime-se o requerente para que compareça e assine o Termo de Compromisso do Testamenteiro anexado aos autos, devendo o termo ser juntado aos autos em seguida, bem como providencie o pagamento das custas processuais, conforme determinado na sentença de fls. 41/43. II - Após o cumprimento das determinações acima, a secretaria, com a devida diligência, deverá expedir o Translado. III - Em seguida, encaminhem-se os autos ao arquivo, COM BAIXA. Exp. Nec.

ADV: MARCIO ALMEIDA GURGEL (OAB 9023/CE) - Processo 0227854-71.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - TERCEIRA: Roseneide Rocha Moura e outros - R.h., Tratam-se os autos de ação de inventário por força do falecimento de PEDRO TAVARES LIMA. Foi nomeada como inventariante sua genitora, RAIMUNDA TAVARES LIMA, representada por ANA CÉLIA TAVARES LIMA GOMES. O despacho de fls. 1.071/1.072 nomeou a perita oficial, MAYARA ALVES PEREIRA, Engenheira Civil e Técnica em Edificações, CREA nº 341418, para realizar nova avaliação dos imóveis registrados nas seguintes matrículas: i) nº 12549, no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza-CE; ii) nº 75686, no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza-CE; iii) nº 65900, no Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza-CE. Os custos dessa avaliação seriam de responsabilidade dos impugnantes. Às fls. 1.100/1.110, a perita MAYARA

ALVES PEREIRA apresentou sua proposta de honorários. Às fls. 1.127/1.128, a inventariante solicitou que o pagamento da perita fosse arcado por todas as partes impugnantes e sugeriu a alienação do imóvel de matrícula 43549, avaliado à fl. 801, ou do imóvel de matrícula 65900, avaliado à fl. 764, com depósito do valor de venda no espólio para custeio de despesas, pagamento de impostos e posterior partilha. Decisão às fls. 1.129/1.130 homologou a proposta de honorários da perita MAYARA e determinou a intimação dos demais herdeiros e da PGE quanto ao pedido de venda dos bens do espólio. Despacho de fl. 1.166 determinou que os valores que Sra. ROSENEIDE ROCHA MOURA transferiu para si na data do óbito do falecido (conforme comprovado às fls. 828/830), além de todos os valores recebidos a título de aluguel do imóvel inventariado (fl. 984) e o valor obtido com a venda do automóvel, fossem compensados de seu quinhão no momento da partilha, considerados como antecipação de legítima. Foi realizada pesquisa no sistema SISBAJUD, conforme fls. 1.203/1.204. Às fls. 1.214/1.217, a inventariante informou que a Sra. Roseneide Rocha Moura vem constantemente descumprindo determinações judiciais e reiterou o pedido de venda dos imóveis (fls. 1.127/1.128). À fl. 1.218, a inventariante comunicou ter adotado medidas junto à Polícia Civil para apuração de diversos crimes supostamente praticados pela Sra. Roseneide Rocha Moura. É o breve relatório. Decido. I - Eis que ao juízo do inventário, cabe decidir todas as questões de direito, desde que os fatos relevantes estejam provados por documento, porém, as questões que necessitem de outras provas, serão remetidas para as vias ordinárias. (Inteligência do art. 612 do CPC). No caso concreto, verifica-se que o falecido era sócio da empresa ELETRÔNICA MKS LTDA, CNPJ 05.943.728/0001-70. Diante da impossibilidade de apuração dos haveres nos autos, considerando o grau de beligerância entre as partes envolvidas e visando evitar tumulto adicional ao processo, bem como em razão da iliquidez do espólio, determino a realização de balanço geral para apuração dos haveres da sociedade empresária da qual o falecido era sócio, em vias ordinárias, conforme a inteligência do artigo mencionado. Nesse sentido é a jurisprudência: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SÓCIOS. SOCIEDADE EMPRESÁRIA. APURAÇÃO DE HAVERES. DIVERSOS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÕES. RETIFICAÇÕES E ESCLARECIMENTOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INCOMPATIBILIDADE COM O PROCEDIMENTO DO INVENTÁRIO. SUBMISSÃO DO TEMA ÀS VIAS ORDINÁRIAS. POSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DO ESTEIO PROBATÓRIO SER UTILIZADO EM AÇÃO PRÓPRIA. DECISÃO MANTIDA. 1. O inventário constitui procedimento apto para a apuração do patrimônio do de cujus, o pagamento de eventuais credores e a divisão dos bens restantes entre os sucessores. 2. Há de se averiguar a possibilidade de o patrimônio pessoal da falecida, responder pelos débitos da sociedade da qual detinha quase a totalidade das cotas e estabelecida sob a denominação limitada da sociedade empresária. 3. É de competência do Juízo do inventário proceder à partilha das cotas sociais entre as herdeiras, se assim desejem, todavia eventuais dívidas de sociedade limitada não se confundem com o patrimônio pessoal amealhado pela pessoa falecida, por serem pessoas diversas. 3. A necessidade de separação do acervo patrimonial entre a pessoa do sócio e a sociedade empresária, véu descortinado apenas em situações específicas, inocorrentes na espécie. 4. A apuração de haveres prevista no inciso IIdo § 1º do artigo 620 do Código de Processo Civil não tem o condão de reverter a previsão legal no sentido de que os bens deixados pelo falecido respondem pelos seus débitos de natureza pessoal, ficando para os sucessores eventual remanescente. 5. A discussão entre herdeiros da falecida, sobretudo acerca de eventual apuração de haveres, débitos e destino dos equipamentos de sociedade empresária encontra-se à margem do inventário, pois, nos termos do artigo 612 do CPC, a necessidade de maior dilação probatória exige o encaminhamento da controvérsia para as vias ordinárias. 6. A apuração de haveres é matéria que deve ser regida pelas normas do direito empresarial e em vara especializada, de modo a garantir a produção de provas que aqui não seriam admitidas, inclusive porque os sócios remanescentes das empresas sequer se manifestaram acerca da perícia contábil realizada, o que ofenderia seu direito à ampla defesa, notadamente diante das consequências financeiras e patrimoniais que o procedimento de apuração de haveres pode ensejar. 7. Recurso não provido. (TJ-DF 07129578820218070000 DF 0712957-88.2021.8.07.0000, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 22/07/2021, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/08/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. DECISÃO QUE DETERMINOU A APURAÇÃO DE HAVERES DAS QUOTAS SOCIETÁRIAS DA EMPRESA EM QUE O DE CUJUS ERA SÓCIO OCORRA EM AUTOS APARTADOS. INSURGÊNCIA DA VIÚVA MEEIRA. PRELIMINARES DE COISA JULGADA E PRECLUSÃO PRO JUDIATO AFASTADAS. DECISÃO QUE ANALISOU AS PRIMEIRAS DECLARAÇÕES NÃO POSSUI NATUREZA DE SENTENÇA. PROCEDIMENTO DE INVENTÁRIO QUE NÃO COMPORTA DISCUSSÕES SOBRE MATÉRIA DE ALTA INDAGAÇÃO. VIAS ORDINÁRIAS. INTELIGÊNCIA ART. 672, DO CPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJPR - 12ª C. Cível - 0016510-38.2021.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU EDUARDO NOVACKI - J. 01.09.2021) (TJ-PR - AI: 00165103820218160000 Curitiba 0016510-38.2021.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Eduardo Novacki, Data de Julgamento: 01/09/2021, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/09/2021). Assim, diante do exposto, ocorreu a perda do objeto em relação à nomeação do perito Jorge Martins de Lima, não sendo mais necessários seus serviços no presente processo. II - Deixo de apreciar as petições das fls. 1.214/1.217 e 1.219/1.229, pois o assunto já foi devidamente analisado por este Juízo no despacho de fl. 1.166, item I. No que se refere a imobiliária MEGA IMÓVEIS, cabe a encarregada com a inventariança tomar as providências necessárias junto a referida empresa e requerer que os valores sejam depositados em conta judicial vinculada a este processo, aberta pela responsável, pois tal medida integra seu dever como inventariante. III - Sobre o pedido de venda do imóvel matricula 43.549, avaliado à folha 801, e ou, imóvel matricula 65.900, avaliado à folha 764, em fls. 1.127/1.128, intime-se o Ministério Público. IV - Intime-se ROSENEIDE ROCHA MOURA para, no prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, depositar em conta judicial vinculada a este processo o valor integral dos honorários periciais, para que a expert possa iniciar a avaliação judicial dos imóveis registrados nas seguintes matrículas: i) nº 12549, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza-CE; ii) nº 75686, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza-CE; iii) nº 65900, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona da Comarca de Fortaleza-CE, sob pena de convalidação das avaliações já apresentadas nos autos. Exp. Nec.

ADV: MICHEL RONNEY BARBOSA LIMA (OAB 38684/CE), ADV: UADI FERNANDES ELIAS (OAB 42778/CE) - Processo 0229037-14.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRA: Maria Luciene Costa Luz e outros - R.h., Intimar a inventariante para, no prazo de 15(quinze) dias, cumprir o despacho e fls. 363, sob pena de remoção ex officio do seu encargo Exp. Nec.

ADV: EVERTON SILVA SALES (OAB 40155/CE) - Processo 0229892-85.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Neusa Cavalcante Lima e outros - R.h., Considerando-se a inexistência de dependente habilitado à pensão por morte em nome da falecida (fls. 16), intime-se a requerente para juntar aos autos a anuência dos demais herdeiro da falecida ao pleito de alvará judicial (fls. 01/04). Exp. Nec.

ADV: RITA CARNEIRO PARENTE LINHARES (OAB 25406/CE), ADV: RODOLFO ALVES PATRICIO DA COSTA (OAB 17840B/CE) - Processo 0231731-53.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Sayonara Augusto Sobreira - R.h., I - Sobre o parecer fiscal de fls. 997/998, intime-se a inventariante. II - Aguarde-e por 10 (dez) dias, a devolução da carta precatória de fl. 965. Exp. Nec.

ADV: DANIEL MAIA SANTOS (OAB 29747/CE), ADV: ISRAEL DA ROCHA LIMA (OAB 32618/CE) - Processo 0234830-

26.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: ANA CAROLINA SANTOS DA SILVA BARBOSA - R.h., I-Indefiro o pedido de fls. 134/136, eis que cabe à inventariante, como representante legal do espólio, diligenciar com aquele juízo, as providências necessárias para a liberação dos valores referente ao referido precatório. II-Aguardar o cumprimento das demais determinações de fls. 128. Exp. Nec.

ADV: GEORGE CESAR DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 23849/CE) - Processo 0239637-26.2023.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Jamile Sabóia Valente Barbosa e outros - R.h., Intimar a arrolante para, no prazo de 10 (dez) dias, dar andamento ao feito, cumprindo o despacho de fls. 98, sob pena de remoção ex officio do encargo e/ou arquivamento. Exp. Nec.

ADV: LUCIANA TACOLA BECKER (OAB 15911/CE) - Processo 0242425-47.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Beatriz Helena Bezerra Nogueira Diogenes - R.H., Intimar a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dia, cumprir o despacho de fls. 353, sob pena de remoção ex officio do seu encargo. Exp. Nec.

ADV: JULIO CARLOS SAMPAIO NETO (OAB 17866/CE) - Processo 0242979-50.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Fátima Maria Oliveira Alves - R.h., I - Reativar o presente feito, eis que não há mais razão para sua suspensão. II - Defiro o pedido de fls. 310/312. Concedo o prazo de 30(trinta) dias para que seja apresentado o Plano de Partilha Amigável, subscrito por todos os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges se casados em regime de comunhão universal), nos exatos termos do art. 653, do CPC. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0245590-68.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Leonardo Fernandes Gurgel e outros - R.h., I - Defiro o pedido de justiça gratuita. II - Intimem-se os requerentes para juntarem aos autos documento comprobatório sobre a alegada disponibilização da 3ª parcela do FUNDEF. III - Após, venham os autos conclusos. Exp. Nec.

ADV: JOAO VICTOR FERNANDES DE ALMEIDA MESSIAS (OAB 29776/CE) - Processo 0247131-39.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Elisângela Patrícia Carneiro Maciel - R.h., Intimar a inventariante para que informe a este juízo, qual bem poderá ser alienado para pagamento das custas. Exp. Nec.

ADV: YOHANNA PONTES MENDES (OAB 37250/CE) - Processo 0249817-09.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rafael Baccin da Silva - R.h., I - Desarquivar. II - Sobre a manifestação de fl. 619, intimar a inventariante. Exp. Nec.

ADV: OTAVIO MONTEIRO FARIAS (OAB 23950/CE), ADV: DANIEL RIBEIRO FONTELES (OAB 27194/CE), ADV: NORMANDO ALVES RODRIGUES (OAB 36470/CE) - Processo 0260509-96.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Suely de Meneses Rocha Pinto - R.h., I - Reativar o presente feito, eis que não ha mais motivo para a sua suspensão. II - Em relação ao laudo de avaliação constante na fl. 182, intimem-se todos os herdeiros e a PGE, para que se manifestem acerca da petição de fl. 190 e do referido laudo. Exp. Nec.

ADV: LUIZA MAGDALENA WANDERLEY DE CASTRO DANTAS (OAB 25436/CE), ADV: ELISEU DE GOIS MONTORIL (OAB 12610/CE), ADV: CARLA SILVEIRA FONTELES MOREIRA (OAB 6732/CE), ADV: KAMILA MOREIRA PINHEIRO (OAB 26543/CE), ADV: RAPHAEL GUILHERME SAMPAIO FORTE (OAB 37376/CE), ADV: THIAGO VASCONCELOS JUVENCIO SOUSA (OAB 23854/CE), ADV: ELIEZÉ MOURA BRASIL TEIXEIRA (OAB 4644/CE), ADV: RICARDO IBIAPINA LIMA (OAB 6920/CE) - Processo 0260969-49.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Michael dos Santos Silva e outros - REQUERIDO: ZENOR RIBEIRO DA COSTA e outros - R.h., I - Oficiar a CEMAN-Central de Mandados, para que devolva devidamente cumprimento o mandado de fl. 272. II - Intimar a inventariante para providenciar o lançamento do ITCM. Exp. Nec.

ADV: CRISTIANE XIMENES PIMENTEL (OAB 8572/CE) - Processo 0261892-41.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Karem do Rego Serra - R.h., Sobre a manifestação de fl.s 58/59, intime-se a inventariante. Exp. Nec.

ADV: DIOVANNA CAMURÇA CORREIA (OAB 28444/CE) - Processo 0261933-76.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Elisabete Oliveira da Silva - R.h., Intime-se a inventariante para reapresentar plano de partilha amigável, nos moldes do artigo 653 do CPC, respeitando a determinação contida no item "I'" da decisão interlocutória de fls. 292/293. Exp. Nec.

ADV: LUIS EDUARDO LUSTOSA (OAB 29153/CE) - Processo 0262340-14.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Carla de Sousa Amorim - R.h., Sobre as informações de fl.s 54/55 e 57/59, intimar a promovente. Exp. Nec.

ADV: RAPHAEL GUILHERME SAMPAIO FORTE (OAB 37376/CE) - Processo 0264195-28.2024.8.06.0001 - Inventário - Partilha - REQUERENTE: Sandra Olange de Castro e Silva - R.h., I - Defiro o pedido de justiça gratuita. II - Indefiro pedido de citação de Maria Dalva de Almeida, por extrapolar os limites subjetivos da coisa julgada, já que não é herdeira. III - Proceda-se pesquisa no sistema SISBAJUD, desta feita com o nome correto da falecida, qual seja, ADALGISA PEREIRA DE SOUSA, CPF n°: 037.373.063-20. IV - Em face de a inventariante ser a única herdeira do espólio, DEVE ela requerer a adjudicação. Exp. Nec.

ADV: CHRISTOPHER MATEUS TAVARES DA SILVA (OAB 38527/CE), ADV: THIAGO PERDIGAO DOS SANTOS (OAB 33274/CE) - Processo 0267641-44.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0288908-38.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Carlos Magno dos Santos Barroso e outro - INVTE: Ignacio Wanderley Barroso Rocha e outro - R.h., Sobre o oficio de fl. 1.154, intimar o inventariante. Exp. Nec.

ADV: WLADIMIR JOSE SILVA DE OLIVEIRA (OAB 14693/CE) - Processo 0268848-73.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria das Gracas de Menezes Costa - R.h., Intimar a arrolante para cumprir na integra as determinações de fl.52. Exp. Nec.

ADV: ALLYSSON CARVALHO DA SILVA (OAB 44325/CE), ADV: RENATA COSTA FARIAS SIMEAO (OAB 16613/CE), ADV: ROBERTA MARIA MESQUITA BRANDAO (OAB 20105/CE) - Processo 0270115-17.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Manoel de Jesus Fernandes - INVTE: José Amilton Costa Silvestre - HERDEIRO: MARIA FERNANDES DA SILVA e outros - R.h., I - Intime-se o inventariante para apresentar o Plano de Partilha Amigável, nos moldes do art. 653 do CPC, subscrito por TODOS os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges, se casados em regime de comunhão universal), bem como para juntar aos autos o Termo de Renúncia das fls. 463/464, devidamente assinado pelos renunciantes. II - Empós, analisarei o pedido em fls. 446/453. Exp. Nec.

ADV: JORGE MARTINS DE LIMA (OAB 15407/CE) - Processo 0272183-08.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0241379-57.2021.8.06.0001) - Ação de Exigir Contas - Inventário e Partilha - TERCEIRO: Jorge Martins de Lima e outro - R.h., Intime-se o perito, JORGE MARTINS DE LIMA, via DJE, para que no prazo de 05(cinco) dias, responder aos seguintes quesitos, de forma clara: A - a origem das receitas; B - a origem das despesas; e C - se há saldo a ser devolvido ao espólio referente aos valores administrados pela inventariante. Ressalto que as receitas da pessoa jurídica, relativas à empresa, não devem ser discutidas nestes autos, havendo ação própria para tal fim. Exp. Nec.

ADV: BERGSON DE SOUZA BONFIM (OAB 14364/CE) - Processo 0273838-10.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Aurisangelis Ferreira da Silva e outros - R.h., I-À zelosa secretaria, para

alterar a classe do processo para Alvará Judicial. II-Intimar os promoventes, para juntarem aos autos, os seus documentos de identificação civil, nos termos do art. 319, VI do CPC, com o fito de comprovar suas legitimidades ad causam, sob pena de indeferimento da exordial. Exp. Nec.

ADV: ROMARIA SARAIVA DE MATOS (OAB 25893/CE) - Processo 0276605-89.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rose Mary Alves de Oliveira - R.h., Intimar a inventariante para acostar aos autos, as guias do ITCM. Exp. Nec.

ADV: EIDE CARLA MACHADO DE OLIVEIRA FIGUEIRA (OAB 1209/AP) - Processo 0278383-26.2024.8.06.0001 - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Iracilma da Costa Figueira e outros - R.h., Intimem-se os promoventes para emendarem a inicial, nos termos do art. 319, VI do CPC, de maneira a acostarem aos autos as procurações outorgadas aos seus causídicos, sob pena de indeferimento da exordial. Exp. Nec.

ADV: GLEDSON RODRIGUES LANDIM (OAB 20445/CE) - Processo 0279272-77.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marilene Ribeiro Mesquita Rodrigues - R.h., I- Defiro o pedido de justiça gratuita. II- À zelosa secretaria que retifique a classe processual para Alvará Judicial. III- Intime-se a promovente para apresentar rol de dependentes habilitados a pensão por morte, junto ao órgão previdenciário ao qual o de cujus era vinculado, bem como para informar se o de falecido deixou outros herdeiros e bens/direitos, caso positivo, discriminá-los, e apresentar as certidões negativas de débitos fiscais em nome do falecido. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0279397-45.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Valéria Araújo Bessa - R.h., I - Defiro o pedido de justiça gratuita. II - Intimar a promovente para comprovar através de documentos hábil, a existência dos valores alegados na exordial. Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0279397-45.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Valéria Araújo Bessa - R.h., INTIME-SE a requerente para apresentar eventual rol de herdeiros habilitados a pensão por morte, junto ao órgão previdenciário no qual a de cujus era vinculada. Exp. Nec.

ADV: NINON ELIZABETH TAUCHMANN (OAB 5012/CE), ADV: ANA MARIA TAUCHMANN ROCHA MOURA (OAB 22389/CE), ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), ADV: SERGIO RAYMUNDO BAYAS QUEIROZ (OAB 15798/CE) - Processo 0357031-60.2000.8.06.0001 - Inventário - INVENTARIANTE P: Niedja Ferreira de Arruda Coelho - HERDEIRA: TICIANA ARRUDA BARRETO CAVALCANTE - R.h., I - Desarquivar. II - Proceda-se a atualização no cadastro das partes, conforme requerido às fl.s 433/434. III - Empós, aguardar o cumprimento das demais determinações de fl. 432.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS DE MESQUITA CIRIACO (OAB 10680/CE), ADV: JORGE MARTINS DE LIMA (OAB 15407/CE) - Processo 0547539-40.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sandra Monteiro de Carvalho e outros - INVTE: Jorge Martins de Lima - R.h., I - Indefiro o pedido de reconsideração e suspensão apresentado nas fls. 2.795/2.796, uma vez que não existem elementos que justifiquem tal medida. Ademais, o agravo de instrumento, por si só, não possui efeito suspensivo automático, sendo necessário que este seja concedido pelo Tribunal e comunicado a este Juízo nos autos. II - Intime-se a ex inventariante para entregar ao inventariante dativo todas as chaves dos imóveis, contratos de locação e toda documentação referente ao acervo hereditário, conforme determinado em despacho de fl. 2.761, no prazo de 05 (cinco) dias, eis que o inventariante dativo, devidamente nomeado, é o responsável legal pelo espólio. Assim, indefiro o pedido de fls. 2.772/2.783. III - Intime-se o inventariante dativo com o fito de que ele apresente novos boletos em fls. 2.788/2.789, desta feita no prazo de validade. Exp. Nec.

ADV: RAFAEL BARACHO SILVA (OAB 35857/CE), ADV: JOSE ISAC SILVEIRA (OAB 4894/CE) - Processo 0850314-81.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0295758-11.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - INVDA: CLICE FERREIRA SANTOS - TERCEIRO: ALESSANDRA SANTOS DA SILVA e outros - R.h., I - Desarquivar; II - Após a manifestação de todos os herdeiros, sobre a determinação de fl. 590, venham os autos para apreciação do pedido de fl.s 591/593. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0417/2024

ADV: MARCUS VINICIUS ARAUJO DA CUNHA (OAB 6316/CE), ADV: ENISIO CORDEIRO GURGEL (OAB 2656/CE) - Processo 0037362-21.2005.8.06.0001 (apensado ao processo 0265725-38.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Elizabete Sancho Belmino - R.h., I - Ciente das informações em fls. 1.080/1.083, concedo mais um prazo de 30(trinta) dias, até o cumprimento integral da decisão de fls. 951/953. II - Aguardar o retorno do oficio de fl. 1.078. Exp. Nec.

ADV: PATRICIA PARENTE MONTEIRO (OAB 9993/CE) - Processo 0044893-17.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: EILSON COELHO DE ALMEIDA (falecido - R.h., Sobre a certidão de fl. 915, intime-se a arrolante. Exp. Nec.

ADV: VICTOR BESSA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 41019/CE) - Processo 0111188-94.2016.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Fatima Maria da Costa Garcez - Vistos etc., FÁTIMA MARIA DA COSTA GARCEZ e outro, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, ajuizaram a presente Ação de inventário com pedido de Alvará Judicial, por força do falecimento de ISAAC ALVES GARCEZ e OLÍVIA DA COSTA GARCEZ. Pesquisa no sistema BACENJUD, às fls. 74/75. Oficio em fls. 78/80. Às fls. 84/149, foram anexadas as declarações de anuências dos demais herdeiros, comprovando o consenso com o pedido de levantamento de valores depositados nas contas bancárias (constantes da fl. 07 dos autos) em nome da de cujus e autora da presente herança, a SRA. OLÍVIA DA COSTA GARCEZ, com o fito de que fosse realizado o pagamento de ITCD. À fl. 151, a Procuradoria do Estado solicitou a intimação da inventariante para que ela providenciasse o lançamento do ITCD e que esclarecesse a razão da existência de inscrição de IPTU em nome da autora da herança, conforme certidão negativa de débitos municipais de fls. 22, posto que nem sequer foi arrolado imóvel no presente feito. Às fls. 157/159, a inventariante apresentou manifestação. Às fls. 162/163, a inventariante requestou a inclusão automóvel modelo FIAT/PALIO EX - ANO 1998 - PLACA HVM5786 DE COR VERDE - CHASSI 9BD17829WO692499 - ANO DE FABRICAÇÃO 1998 E MODELO 1998. À fl. 175, a Procuradoria do Estado apresentou manifestação. Despacho de fl. 188, determinou que a inventariante providenciasse o lançamento do ITCD. Às fls. 194/240, foram anexados os Documentos de Arrecadação Estadual referentes ao ITCD, bem como as Guias e notificações de inscrição em dívida ativa. Às fls. 241/243, foi anexada certidão da matrícula 14.223 do CRI da 4ª Zona de Fortaleza/CE (fls. 241/243), que comprovou que o imóvel situado na Rua José Vilar, n.º1980, aptº 801 estava registrado em nome da COIGRA -CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA GENTIL ROCHA LTDA. Às fls. 251/253, a Procuradoria apresentou manifestação. Às fls. 281/283, a inventariante solicitou a inclusão de dois imóveis na partilha, quais sejam, objeto da matrícula 7547, do Cartório de Registro de Imóveis da 4ª Zona, e uma unidade habitacional de número 501 no Edifício Perugia, tendo uma área privativa de 127,00 metros quadrados, situado nesta Capital, na rua Monsenhor Catão n 1494, bairro Dionísio Torres,

conforme matricula anexada em fl. 284. Às fls. 287/297, foram acostados os Documentos de Arrecadação Estadual, referentes ao ITCD. Despacho de fl. 313, nomeou como inventariante, Fátima Maria da Costa Garcez. Às fls. 346/360, foram apresentadas as primeiras declarações. À fl. 430, a Procuradoria do Estado apresentou manifestação. Decisão em fl. 540, deferiu o pedido de alvará de fls. 315/316, renovado as fls 534/535, em face da concordância da Procuradoria fiscal(fl. 430). Devendo ser levantado pela inventariante, FÁTIMA MARIA DA COSTA GARCEZ, o total de R$ 55.379,73(Cinquenta e Cinco Mil Trezentos e Setenta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos), da conta poupança nº 00074930-1, operação 013, agência nº 0919, Caixa Econômica Federal, de titularidade da de cujus, OLIVIA DA COSTA GARCEZ, com a finalidade exclusiva de pagamento dos Documentos de Arrecadação Estadual, apresentados as fls. 489/499. Às fls. 569/579, foram anexadas as guias de ITCD. Às fls. 614/631, foi apresentado o Plano de Partilha amigável, subscrito por todos. Oficio em fls. 638/640. Despacho de fl. 641, deferiu o pedido em fls. 635/636, autorizando o levantamento valor de R$ 18.633,81 (Dezoito Mil e Seiscentos e Trinta e Três Reais e Oitenta e Um Centavos), para que fosse efetuado o pagamento de obrigações fiscais, junto à Caixa Econômica Federal, agência / conta N.º 0919-013.00073349-9. Às fls. 646/650, a inventariante anexou o comprovante dos pagamentos com o uso do montante acima liberado. Decisão em fl. 676, deferiu o pedido de Alvará em fls. 673/674, autorizando a inventariante a levantar os valores existentes na Caixa Econômica Federal, Agência nº: 0919, Conta Poupança nº: 013.00073349-9 e Conta Poupança nº: 013.00074930-1, de titularidade da de cujus, Olívia da Costa Garcez, exclusivamente para pagar os tributos. Pesquisa no sistema BACENJUD, às fls. 684/685. Eis que às fls. 699/724, foi apresentado novo Plano de Partilha Amigável, subscrito por todos. Pesquisa no sistema SISBAJUD, às fls. 741/742. Nas fls. 758/762, foram anexadas as certidões negativas de débitos fiscais em nome dos autores da herança, faltando apenas a certidão de débitos fiscais municipais em nome do de cujus, Sr. Issac Alves Garcez. Ressalta-se que esse documento encontra-se com emissão restrita pela Sefin-Fortaleza (print da tela anexado aos autos) devido à existência de débito fiscal que fundamentou o pedido de levantamento dos saldos das contas da extinta, conforme fls. 737/738. É o relatório do necessário. Decido. Trata-se de ação de inventário, sob o rito do Arrolamento Sumário, eis que estão preenchidos os ditames legais do art. 659 e parágrafos do C.P.C. Quanto ao recolhimento do Imposto Estadual (ITCMD), em se tratando de arrolamento, descabe conhecer ou apreciar qualquer questão relativa ao seu lançamento ou mesmo ao seu pagamento (artigo 662, caput, do Código de Processo Civil). O emérito civilista, Humberto Theodoro Júnior, preleciona que: ‘’A sistemática do arrolamento sumário dos arts. 659 a 663 subtraiu do Judiciário o dever de controlar o recolhimento do imposto de transmissão causa mortis (art. 662, §1º). Exige, apenas, a intimação do fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, conforme dispuser a legislação tributária (art. 662, §2º), fato que ocorrerá depois de homologada a partilha ou deferida a adjudicação (art. 659, §2º). [] Em face dessa nova orientação legislativa, nem mesmo vista mais se abre à Fazenda Pública para falar sobre as declarações do inventariante. Como tem proclamado a jurisprudência, a vista, que tinha a Fazenda no texto anterior (art. 1.033) [NCPC, art. 661], foi deliberadamente suprimida no texto novo, o que significa que a fiscalização se deslocou para esfera administrativa.’ Nesse sentido, a Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS - ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659, CAPUT, E § 2º DO CPC/2015. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DOS TÍTULOS TRANSLATIVOS DE DOMÍNIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO DA EXAÇÃO. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO ANTECIPADO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS E ÀS RENDAS DO ESPÓLIO. OBRIGATORIEDADE. ART. 192 DO CTN.(STJ-RECURSO ESPECIAL Nº 2.027.972 - DF (2022/0303151-8), RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA, Julgamento em 26/10/2022). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS - ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659, CAPUT, E § 2º DO CPC/2015. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DOS TÍTULOS TRANSLATIVOS DE DOMÍNIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO DA EXAÇÃO. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO ANTECIPADO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS E ÀS RENDAS DO ESPÓLIO. OBRIGATORIEDADE. ART. 192 DO CTN.(STJ-RECURSO ESPECIAL Nº 1.896.526 - DF (2020/0118931-6), RELATORA: MINISTRA REGINA HELENA COSTA. Julgamento em 26/10/2022). TEMA 1074 STJ: “No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, a teor dos arts. 659, § 2º, do CPC/2015 e 192 do CTN. I - Considerando as informações nas fls. 739 e 756 e tratando-se de dívida em nome do espólio, defiro o pedido de expedição de Alvará Judicial, autorizando a inventariante a levantar o montante de R$ 5.828,94 (cinco mil, oitocentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos) na Caixa Econômica Federal, agência nº 0919, contas poupança nº 013.00073349-9 e nº 013.00074930-1, de titularidade da de cujus, Olívia da Costa Garcez, exclusivamente para pagamento da referida dívida. II - Indefiro o pedido de justiça gratuita requestado na exordial, eis que o espólio tem plena capacidade de custear o presente processo judicial, não sendo uma massa hereditária de parcos recursos financeiros, muito menos de quantidade de bens irrisória. III - Com relação ao bem elencado em fl. 706, conforme informação atualizada na pesquisa no sistema SISBAJUD em fls. 741/742, os valores atualizados em nome da de cujus, são na verdade R$ 8.061,69 (Oito Mil e Sessenta e Um Reais e Sessenta e Nove Centavos), e não o valor descrito em folha acima mencionada. Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fls. 699/724, dos bens deixados pelo falecimento de ISAAC ALVES GARCEZ e OLÍVIA DA COSTA GARCEZ, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Custas de Lei. Fixo como valor da causa, o total do monte mor resultante da soma dos bens elencados em fls. 706/708, ou seja, R$ 440.800,62 (Quatrocentos e Quarenta Mil e Oitocentos Reais e Sessenta e Dois Centavos). Transitada esta em julgado, após o recolhimento das custas processuais, e apresentação da certidão negativa de débitos fiscais municipal, em nome do autor da herança, ISAAC ALVES GARCEZ, nos termos do art. 655 do C.P.C., expeça-se o formal de partilha e o alvará judicial. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Após, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: DEBORA MARIA CAVALCANTE (OAB 15482/CE) - Processo 0188188-39.2017.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Terezinha Santos de Souza - Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fl.s 73/75, dos bens deixados pelo falecimento de TEREZINHA SANTOS DE SOUZA e MANOELITO ALVES DE SOUZA, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Custas de lei. Fixo como valor da causa o montante de R$ 1.495.841,69(Um Milhão Quatrocentos e Noventa e Cinco Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Sessenta e Nove Centavos). Transitada em julgado, e após o pagamento integral das custas, expeça-se o formal de partilha e os demais alvarás. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Empós, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: GEORGE MARCIO DA SILVA MACIEL (OAB 26831/CE), ADV: FRANCISCO GEOVANNI DA SILVA MACIEL (OAB 33258/CE), ADV: ANTONIO ODENILDO ALVES TEIXEIRA (OAB 39655/CE) - Processo 0220784-37.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Sueli de Sousa Freitas - INVTE: Samuel de Souza Freitas - HERDEIRO: João de Deus Freitas - Vistos etc., Tratam os autos do inventário dos bens deixados por ERCILIA DE SOUZA FREITAS. Foi nomeado inventariante, SAMUEL DE SOUZA FREITAS. Eis que as fl.s 562/565, os herdeiros apresentaram plano de partilha amigável, assinado pelo patrono de todos os interessados. Às fl.s 569/570, o ilustre representante do parquet pugna pela homologação do plano de partilha apresentado. É o relatório do necessário. Converto o rito da presente ação de inventário, para Arrolamento Comum, nos termos do art. 664 do CPC. Quanto ao recolhimento do Imposto Estadual (ITCMD), em se tratando de arrolamento, descabe conhecer ou apreciar qualquer questão relativa ao seu lançamento ou mesmo ao seu pagamento (artigo 662, caput, do Código de Processo Civil). Nesse sentido, a Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PARTILHA DE BENS. ARROLAMENTO COMUM. ITCMD. PRÉVIA COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO DO IMPOSTO, ANTES DA HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO E DA EXPEDIÇÃO DO RESPECTIVO FORMAL OU DA CARTA DE ADJUDICAÇÃO. DESNECESSIDADE. ART. 659, § 2º, DO CPC/2015. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.II. De acordo com a orientação jurisprudencial firmada nesta Corte, tanto no rito do arrolamento comum quanto no sumário, não há a necessidade de comprovar a prévia quitação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD anteriormente à prolação da sentença de homologação da partilha reconhecendo os bens dos herdeiros. Precedentes do STJ.III. Agravo interno improvido. (STJ - AgInt no AREsp: 1703598 DF 2020/0117925-5, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 06/03/2023, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/03/2023). PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ITCMD - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO. INVENTÁRIO. HOMOLOGAÇÃO DE PARTILHA AMIGÁVEL. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA COMPROVAÇÃO DE QUITAÇÃO DO PAGAMENTO DO TRIBUTO ANTES DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS SUCESSORES. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. 1. O Superior Tribunal de Justiça firmou a compreensão de que não há como exigir o ITCMD antes do reconhecimento judicial dos direitos dos sucessores, seja no arrolamento sumário ou no comum, tendo em vista as características peculiares da transmissão causa mortis. Precedentes: REsp 1.660.491RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16.6.2017; AgRg no AREsp 270.270SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 31.8.2015. 2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, razão pela qual não merece prosperar a irresignação. 3. Recurso Especial não provido. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.623 - DF (20210104944-3-Relator: MINISTRO HERMAN BENJAMIN. Julgado em 04/12/2021. Publicado em 04/02/2022) Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fl.s 562/565, dos bens deixados pelo falecimento de ERCILIA DE SOUZA FREITAS, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Custas de lei. Fixo como valor da causa, o montante de R$ 536.500,00 (quinhentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), em face da dedução da meação.(Vide Resp:1931917 SP 2021). Transitado em julgado, e após a apresentação das certidões negativas de débitos fiscais, nos termos do Tema 1.074 do STJ e o recolhimento integral das custas, expeça-se o formal de partilha e os demais alvarás. Intime-se a Procuradoria Fiscal e o Ministério Público. Empós, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: HAMILTON MOREIRA DA ROCHA (OAB 4287/CE), ADV: JOSE WAGNER DE OLIVEIRA BRAGA (OAB 9552/CE), ADV: MARCOS FELIPE DE ANDRADE TELES (OAB 31612/CE), ADV: LAYANE MORAIS DA ROCHA NOJOSA (OAB 52311/CE) - Processo 0223876-23.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Fabiola Joca Noleto - HERDEIRO: Emmanuel Joca Noleto - R.h., Vistos etc., FABÍOLA JOCA NOLETO, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, ajuizou a presente Ação de inventário, por força do falecimento de TOMAS JOCA NOLETO. Foi nomeada inventariante, FABÍOLA JOCA NOLETO. Às fls. 65/67, foram apresentadas as certidões negativas de debitos fiscais. Às fl.s 70/75, foram apresentadas as primeiras declarações. Pesquisa no sistema SISBAJUD, às fls. 81/82. À fl. 86, a Procuradoria do Estado requereu que a inventariante adotasse os procedimentos necessários para o lançamento do ITCD e, posteriormente, juntasse o Plano de Partilha. Às fls. 89/90, foi anexado o extrato demonstrando valores disponíveis em favor do falecido. Às fls. 96/100, o herdeiro EMMANUEL JOCA NOLETO apresentou impugnação às primeiras declarações, requerendo o indeferimento dos pedidos formulados na petição de fls. 70/75. Ele pleiteia a venda de todos os bens do Espólio de TOMAZ JOCA NOLETO, especificamente do veículo Fiat/Mobi Like, ano 2018/2019, cor cinza, placa POC6369, para quitação dos débitos indicados pela inventariante, sendo que qualquer saldo remanescente deve ser depositado em conta judicial vinculada a este Juízo para posterior rateio entre os herdeiros. Solicita, ainda, que a inventariante esclareça se o referido veículo e o imóvel localizado na Rua 44, nº 36 - Casa 39 - Conjunto São João, Jangurussu - Fortaleza/CE possuem seguros. A inventariante replicou às fls. 191/194, ratificando as informações prestadas às fls. 70/75. O despacho de fls. 195/196 deferiu o levantamento de R$ 11.000,00 (onze mil reais) das contas em nome do falecido junto ao Banco do Brasil, para pagamento de dívidas do espólio, e determinou a avaliação de todo o acervo do inventário. Às fls. 221/223 e documentos em fls. 224/231 e 243, a inventariante apresentou comprovantes de pagamento das dívidas com o valor autorizado. Às fls. 247/248, a inventariante requereu novo alvará. A decisão em fl. 251 deferiu o pedido, autorizando o levantamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) das contas do falecido junto ao Banco do Brasil (fl. 90), para pagamento exclusivo de débitos do espólio. Às fls. 267/269, a inventariante informou que o de cujus possui 25% dos bens deixados pelos seus genitores, cujo inventário tramita na 3ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza-CE, sob o número 0180131-61.2019.8.06.0001. Às fls. 407/408, a Procuradoria do Estado apresentou manifestação. Laudo de Avaliação em fls. 431/432 e 443. Às fls. 458/459, a inventariante apresentou as guias de ITCD (fls. 460/462); juntou o DAE referente ao IPVA do ano de 2023 (fl. 463), relativo ao veículo de propriedade do falecido; e informou que o espólio vem sendo executado pelo condomínio por atraso no pagamento de taxas condominiais no período de agosto de 2022 a maio de 2023, totalizando R$ 5.000,00 (cinco mil reais), já acrescidos de juros, multa e correção monetária. Solicitou, em caráter de urgência, a expedição de alvará judicial para o pagamento desses valores. O despacho de fl. 464 determinou que a inventariante apresentasse o valor exato a ser levantado para as despesas do espólio, especificando a conta da qual o valor seria retirado, e juntasse as guias de ITCD. Às fls. 467/468, a inventariante informou que o valor total é de R$ 8.702,89 (oito mil, setecentos e dois reais e oitenta e nove centavos), a ser sacado da conta nº 209365-0, agência 4436-9, no Banco do Brasil. O despacho de fl. 469 determinou a juntada de comprovantes das dívidas condominiais e guias atualizadas de ITCD. Às fls. 472/476, EMMANUEL JOCA NOLETO apontou a desídia da inventariante, relatou que apenas ela faz uso do veículo desde o início do inventário e requereu a venda imediata de todos os bens do espólio, especialmente do veículo, que vem sendo utilizado pela inventariante, resultando em desvalorização e desgaste. Solicitou a busca e apreensão do veículo, a destituição da inventariante do encargo, e sua própria nomeação; também juntou certidão de multas do veículo. Às fls. 483/487, a inventariante manifestou seu direito de preferência para compra do veículo conforme a tabela FIPE. A decisão de fl. 503 determinou a intimação de EMMANUEL JOCA NOLETO

para que ele se manifestasse sobre a proposta de aquisição do veículo e sobre o pedido de alvará para pagamento das taxas condominiais do falecido, conforme fls. 483/487. À fl. 509, a inventariante informou que o herdeiro HUMBERTO JOCA NOLETO pagou o DAE por conta própria e solicitou manifestação do Juízo sobre o pagamento do IPVA do veículo. Às fls. 520/522, EMMANUEL JOCA NOLETO solicitou que a inventariante apresentasse uma planilha detalhada de recebimentos de alvarás e gastos deste processo; manifestou concordância com a aquisição do veículo pela inventariante. Às fls. 531/534, a inventariante informou a liberação de apenas dois alvarás, juntou uma planilha das taxas condominiais pagas e as vencidas. À fl. 550, foi certificado que a PGE foi devidamente intimada e que o prazo para manifestação transcorreu sem resposta. A decisão em fls. 551/554 indeferiu o pedido de pagamento do IPVA pelo espólio e deferiu o alvará requerido em fls. 483/487. Às fls. 563/565, foram apresentadas as últimas declarações. Às fls. 570/571, EMMANUEL JOCA NOLETO apresentou impugnações. Às fls. 575/576, a inventariante apresentou manifestação. A decisão em fl. 596 determinou que a inventariante apresentasse o extrato bancário da conta judicial no Banco do Brasil, indicando o saldo exato em favor do falecido, e que reapresentasse as últimas declarações, juntamente com o esboço de partilha. Às fls. 622/627, foram reapresentadas as últimas declarações com o esboço de partilha. Às fls. 629 e 634, os demais herdeiros expressaram concordância com a partilha apresentada. Às fls. 637/638, a Procuradoria do Estado informou que não foi comprovado o pagamento do ITCD pelos herdeiros Fabiola Joca Noleto e Emmanuel Joca Noleto e manifestou concordância com a homologação da planilha apresentada. É o relatório do necessário. Decido. A presente ação tramitou pelo rito ordinário, previsto nos arts. 610 a 655 do CPC. Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, bem como diante da concordância dos demais herdeiros (629 e 634), HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, a partilha, apresentada às fls. 622/627, dos bens deixados pelo falecimento de TOMAS JOCA NOLETO, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. I - Indefiro o pedido de justiça gratuita, eis que o espólio tem plena capacidade de custear o presente processo judicial, não sendo uma massa hereditária de parcos recursos financeiros, muito menos de quantidade de bens irrisória. II - Saliento às partes que, após a homologação, os herdeiros, na condição de coproprietários, assumiram a responsabilidade pelas despesas dos bens listados nestes autos, estando a matéria sucessória resolvida. Custas de Lei. Fixo como valor da causa o montante informado e fl. 623, qual seja, R$ 287.525,30 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos e vinte e cinco reais e trinta centavos). Transitado em julgado, após a juntada das certidões negativas de débitos fiscais atualizadas em nome do de cujus, do comprovante de recolhimento das custas processuais e da quitação do ITCD, conforme informações nas fls. 637/638 e nos termos do art. 655 do CPC, expeça-se o formal de partilha e os demais alvarás. Intime-se a Fazenda Pública para o ciente da sentença. Após, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: CAMILA RODRIGUES TEIXEIRA MOTA (OAB 26961/CE), ADV: OSVALDO SOUSA DE ASSIS JUNIOR (OAB 11998/CE) - Processo 0226163-90.2020.8.06.0001 (apensado ao processo 0211256-42.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Bonifácio Lima de Goes Bezerra e outros - TERCEIRA: Francisca Leonarda Silva Araujo e outros - R.h., I - Em face da certidão em fl. 453, intime-se os demais interessados para dizerem quem tem o interesse de assumir o encargo da inventariança, alertando para a possibilidade de nomeação de inventariante dativo, com ônus para o espólio. II - Conceda-se a pesquisa nos sistemas SIEL e INFOJUD em nome da herdeira DALILA GOES BEZERRA, CPF Nº 528.019.343-72, com o objetivo de localizar seu endereço atualizado, para que seja devidamente citada. Exp. Nec.

ADV: JOSÉ DE ARIMATEA SANTIAGO (OAB 9215/CE) - Processo 0234622-47.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Evangelista de Melo - R.h., Indefiro pedido de fl. 192, eis que o feito chegou ao seu deslinde, devendo o pedido de desarquivamento ser instruído do requerimento que lhe couber por direito. Exp. Nec.

ADV: THIAGO SAMPAIO ELIAS (OAB 31078/CE) - Processo 0240655-53.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rubens Carlos Machado - R.h., I - Desarquivar; II - Intimar o inventariante, para reapresentar o plano de partilha, desta feita, observando a forma do art. 653 do CPC, qualificando todos os herdeiros. Exp. Nec.

ADV: FARIDES DA SILVA GONÇALVES (OAB 34438/CE), ADV: JOSÉ NILSON NÓBREGA BRASIL (OAB 36755/CE), ADV: SANDRA MARIA DE MOURA BARROS TEIXEIRA (OAB 24412/CE) - Processo 0259199-84.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Cid Gonçalves Brasil - Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fls. 17/22, dos bens deixados pelo falecimento de MIRIAN DINIZ, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Custas de lei. Indefiro o pedido de justiça gratuita, eis que, conforme informado à fl. 20, o espólio tem plena capacidade de custear o presente processo judicial, não sendo uma massa hereditária de parcos recursos financeiros. Fixo como valor da causa o monte mor informado à fl. 20, qual seja, de R$ 863.327,27 (oitocentos e sessenta três mil trezentos e vinte sete reais e vinte e sete centavos). Transitado em julgado, e após a o recolhimento das custas processuais e da apresentação das certidões negativas de débitos municipais(Fortaleza e São Gonçalo do Amarante) em nome da autora da herança, nos termos do Tema 1074 do STJ, nos termos do art. 659, § 2º, C.P.C, expeça-se o formal de partilha e/ou alvará judicial. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Após, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: FLAVIO ARAGAO XIMENES (OAB 8802/CE) - Processo 0265975-03.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Cristina Guilhon Lobo Ximenes - ''O feito encontra-se devidamente julgado. Sobre o pedido de fl.s 70/71, intime-se ANA CRISTINA GUILHON LOBO XIMENES, através dos seus advogados,via DJE. Empós, remessa ao arquivo.''

ADV: WLADIMIR JOSE SILVA DE OLIVEIRA (OAB 14693/CE) - Processo 0268848-73.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria das Gracas de Menezes Costa - Vistos etc., MARIA DAS GRAÇAS DE MENEZES COSTA e outros, devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe, ajuizaram a presente Ação de inventário, por força do falecimento de BALTAZAR CARNEIRO DE MENEZES. Foi nomeada arrolante, MARIA DAS GRAÇAS DE MENEZES COSTA. Às fls. 58/60, foi certificado a inexistência de testamentos deixados em nome do extinto. Às fls. 61/63, foram anexadas as certidões negativas de debitos fiscais. Pesquisa no sistema SISBAJUD, à fl. 65. Eis que às fl.s 67/70, os herdeiros apresentaram plano de partilha amigável, assinado por todos os interessados. É o relatório do necessário. Decido. Trata-se de ação de inventário, sob o rito do Arrolamento Sumário, eis que estão preenchidos os ditames legais do art. 659 e parágrafos do C.P.C. Quanto ao recolhimento do Imposto Estadual (ITCMD), em se tratando de arrolamento, descabe conhecer ou apreciar qualquer questão relativa ao seu lançamento ou mesmo ao seu pagamento (artigo 662, caput, do Código de Processo Civil). O emérito civilista, Humberto Theodoro Júnior, preleciona que: ''A sistemática do arrolamento sumário dos arts. 659 a 663 subtraiu do Judiciário o dever de controlar o recolhimento do imposto de transmissão causa mortis (art. 662, §1º). Exige, apenas, a intimação do fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, conforme dispuser a legislação tributária (art. 662, §2º), fato que ocorrerá depois de homologada a partilha ou deferida a adjudicação (art. 659, §2º). [] Em face dessa nova orientação legislativa, nem mesmo vista mais se abre à Fazenda Pública para falar sobre as declarações do inventariante. Como tem proclamado a jurisprudência, a vista, que tinha a Fazenda no texto anterior (art. 1.033) [NCPC, art. 661], foi deliberadamente suprimida no texto novo, o que significa que a fiscalização se deslocou para esfera administrativa.'

Nesse sentido, a Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS - ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659, CAPUT, E § 2º DO CPC/2015. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DOS TÍTULOS TRANSLATIVOS DE DOMÍNIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO DA EXAÇÃO. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO ANTECIPADO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS E ÀS RENDAS DO ESPÓLIO. OBRIGATORIEDADE. ART. 192 DO CTN.(STJ-RECURSO ESPECIAL Nº 2.027.972 - DF (2022/0303151-8), RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA, Julgamento em 26/10/2022). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS - ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659, CAPUT, E § 2º DO CPC/2015. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DOS TÍTULOS TRANSLATIVOS DE DOMÍNIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO DA EXAÇÃO. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO ANTECIPADO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS E ÀS RENDAS DO ESPÓLIO. OBRIGATORIEDADE. ART. 192 DO CTN.(STJ-RECURSO ESPECIAL Nº 1.896.526 - DF (2020/0118931-6), RELATORA: MINISTRA REGINA HELENA COSTA. Julgamento em 26/10/2022). TEMA 1074 STJ: “No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, a teor dos arts. 659, § 2º, do CPC/2015 e 192 do CTN. Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fls. 67/70, dos bens deixados pelo falecimento de BALTAZAR CARNEIRO DE MENEZES, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Sem custas, defiro a gratuidade juridica requestada na exordial. Transitado em julgado, nos termos do art. 655 do C.P.C., expeça-se os alvarás judiciais concedidos. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Após, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I

ADV: PRISCILA ROCHA DE ARAÚJO BASTOS (OAB 22006/CE) - Processo 0269091-17.2024.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Francisco Jose Freitas Pessoa - R.h., Vistos, etc. FRANCISCO JOSÉ FREITAS PESSOA E OUTRA apresentaram embargos de declaração contra a sentença das fls. 54/56, alegando contradição. Os embargantes apontam que houve contradição na decisão embargada, pois este Juízo deixou de expedir o Formal de Partilha ao entender que havia apenas a posse do bem arrolado, devido a ausência de registro do imóvel junto à serventia extrajudicial competente. Contudo, os embargantes informaram que, conforme o documento anexado à fl. 21, o referido imóvel pertence ao Espólio, tendo sido comprovada sua propriedade pelo registro na Transcrição nº 19.334, do Cartório de Registro de Imóveis da 3ª Zona. Eis o breve relato. Decido. Os embargos foram interpostos tempestivamente, visto que oferecidos dentro do prazo estabelecido pelo artigo 1.023 do Código de Processo Civil, e sendo plenamente cabível, eis que ataca sentença. Os declaratórios de fl.s 62/63 restam admitidos, prosperam os argumentos trazidos pelos embargantes. A sentença proferida homologou o Plano de Partilha apresentado às fls. 28/32, dos bens deixados pelo falecimento de MARIA OZIRENE DE FREITAS PESSOA e FRANCISCO GUEDES PESSOA. No entanto, deixou de expedir o Formal de Partilha. No caso em tela, verifica-se que de fato o documento acostado em fl. 21 comprova a propriedade do referido imóvel do espólio. Conclui-se que os argumentos trazidos nos declaratórios devem prosperar. Diante do exposto, vislumbro a propriedade do manejo dos embargos de declaração. A sentença passa a ser complementada, com a inclusão a seguir: Transitada esta em julgado, e após apresentação da certidão negativa de débito fiscal municipal atualizada em nome do falecido FRANCISCO GUEDES PESSOA, nos termos do art. 655 do C.P.C., expeça-se o formal de partilha. Mantida, no mais, a sentença. Posto isto, RECEBO e dou PROVIMENTO aos presentes embargos de declaração. Exp. Nec.

ADV: WULDSON SOUSA SANTOS (OAB 42617/CE) - Processo 0270615-49.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Shaheen Asghar - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em atendimento ao despacho de fls.41, enviei o presente ato ordinatório, através do Diário de Justiça (D.J), ao advogado da parte requerente, para ciência, no prazo de trinta (30) dias, do despacho de fls.41 a seguir transcrito: “Defiro o pedido retro. Concedo prazo de 30 (trinta) dias, para a promovente cumprir a determinação de fl. 39.”

ADV: LUANA TELÊMACO FURTADO (OAB 37874/CE) - Processo 0271975-19.2024.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Debora Silva de Lima - Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o pedido de adjudicação apresentado às fl.s 21/22, dos bens deixados pelo falecimento de FRANCISCO EDMAR ISAIAS DE LIMA, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Sem custas, em face da gratuidade concedida. Transitada em julgado, e após a apresentação da certidão negativa de tributos do município de Fortaleza-ce, expeça-se o alvará judicial. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Empós, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: KAMILLA MELO FERREIRA GOMES (OAB 52413/CE) - Processo 0272040-14.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Natanael Nobre da Costa Bezerra - Posto isso e considerando o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, autorizando NATANAEL NOBRE DA COSTA BEZERRA, devidamente qualificado nos autos, a receber todos os valores localizados às fls. 24/18, de titularidade do de cujus, FLAVIO DA COSTA BEZERRA. Sem custas, em face da gratuidade concedida (fl. 20). Intime-se a Procuradoria Fiscal. P. R. I. Transitado em julgado, expeçam-se o competente Alvará. Verificadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos no sistema E-SAJ.

ADV: MAÍRA CÂMARA VELOSO DE MAUPEOU (OAB 39273/CE), ADV: MARCELLO MENDES BATISTA GUERRA (OAB 18285/CE) - Processo 0282165-75.2023.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTE: Francisca Malena Rodrigues Jamacaru - Custas de lei. Fixo como valor da causa, o montante de R$ 424.200,18(Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil, Duzentos Reais e Dezoito Centavos), em face da dedução relativa a meação.(Vide Resp:1931917 SP 2021). Transitada em julgado e após apresentação das certidões negativas de débitos fiscais em nome do de cujus, e o recolhimento integral das custas, expeça-se o formal de partilha e os demais alvarás. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Empós, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO SUDARIO (OAB 4080/CE), ADV: JOSEFA MARIA ARAUJO VIANA DE ALENCAR (OAB 6481/CE), ADV: ABRAAO CIFUENTES FRANKLIN LUCAS (OAB 26747/CE), ADV: CLAUDIO HENRIQUE ROMÃO DE FREITAS (OAB 38564/CE) - Processo 0549253-35.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Geovani Praciano de Castro - Maria Selene Pereira Praciano - HERDEIRO: Maria Aurizete Praciano Dias e outros - Tendo em vista a regularidade

formal da declaração e dos documentos apresentados, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fl.s 1.566/1.583, dos bens deixados pelo falecimento de JEOVÁ PEREIRA PRACIANO, JOSÉ PRACIANO DE CASTRO e MARIA AURY DE VASCONCELOS CASTRO, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Custas de lei. Fixo como valor da causa, o montante de R$ 720.000,00(Setecentos e Vinte Mil Reais). Transitada em julgado, expeça-se o formal de partilha e os demais alvarás. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Empós, arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I.

ADV: JOSE ISAC SILVEIRA (OAB 4894/CE), ADV: GILLEADE BARBOSA LUCENA (OAB 3883/CE), ADV: DILSON ARAUJO FREIRE (OAB 3799/CE), ADV: RICARDO FERREIRA CHAVES (OAB 25944/CE), ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE), ADV: RAFAEL BARACHO SILVA (OAB 35857/CE) - Processo 0850314-81.2014.8.06.0001 (apensado ao processo 0295758-11.2022.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: CLEIDE SANTOS LIMA - CLENIR MARIA SANTOS DE SOUSA e outro - INVDA: CLICE FERREIRA SANTOS - HERDEIRO: Carlos Gil Santos de Sousa - TERCEIRO: ALESSANDRA SANTOS DA SILVA e outros - R.h., I - Desarquivar; II - Sobre a proposta de honorários, apresentada à fl. 589, intimem-se todos os herdeiros. Exp. Nec.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0439/2024

ADV: TAYTALA VIRGINIA DE OLIVEIRA (OAB 36521/CE), ADV: GILDASIO LOPES LEAL FILHO (OAB 6877/CE), ADV: CAIANE VANDERLEI DA SILVA (OAB 32107/CE), ADV: FRANCISCA GLAUCIANE AMARO ALMEIDA (OAB 35475/CE), ADV: TERESINHA ALVES DE ASSIS (OAB 35719/CE) - Processo 0183520-59.2016.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria do Carmo Soares de Sousa e outro - HERDEIRO: Julio Cesar S. Alcântara - Flora Carloline S. Alcântara e outro - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, a DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem análise do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/15.

ADV: BRUNA LEITE DE MATOS SOUSA (OAB 28675/CE), ADV: CRISTIANO PORTO LINHARES TEIXEIRA (OAB 21937/CE) - Processo 0214207-72.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Acúrcio Alencar Araújo Filho - Os embargos de declaração são recursos que não visam atacar o mérito da decisão recorrida, mas unicamente corrigir imperfeições de natureza material, obscuridades ou contradições, e ainda, sanar omissões. O recurso manejado pela embargante visa, nitidamente, atacar o mérito da decisão recorrida, que, de acordo com a fundamentação de fls. 172/175 trata-se de mera irresignação e não correção de erro grosseiro, ou preenchimento de lacuna ou omissão. A decisão recorrida explica, de modo didático e completo, como se deve operar a sobrepartilha de bens no inventario, inclusive por imperativo legal, por força do art. 670, parágrafo único do CPC, in verbis: Art.670. Na sobrepartilha dos bens, observar-se-á o processo de inventário e de partilha. Parágrafo único. A sobrepartilha correrá nos autos do inventário do autor da herança. O caminho para a parte insatisfeita buscar atacar o mérito da decisão, com certeza, não são os embargos de declaração. Portanto, não há na decisão recorrida qualquer omissão, erro material ou contradição a ser sanada via embargos de declaração, sendo o inconformismo do recorrente ligado ao mérito do decisium. No caso dos autos, a decisão não contém erro, dúvida ou contradição a ser reparado. Portanto, as razões que ensejaram a decisão recorrida permanecem inalteradas, não havendo qualquer motivo plausível para sua revisão. Destarte, Conheço do recurso, mas lhe nego provimento. Oficie-se ao setor de arquivo, como já determinado às fl.162, com urgência. Sem custas.

ADV: JOSÉ AMILTON ARAÚJO DOURADO (OAB 47001/CE) - Processo 0225486-21.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Aurea Manuela Alves de Lima - Aguarde-se por 15 (quinze) dias a adoção das providências informadas às fl.85, item X.I.1. Intime-se a inventariante para providenciar o cadastramento das guias de ITCMD. Intime-se através do advogado.

ADV: DAVID LOPES BEZERRA MOURAO (OAB 25970/CE) - Processo 0231276-83.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Carlos Leonardo Ribeiro Sérvio - Intime-se o inventariante, para complementar as custas referente à avaliação do espólio, conforme certidão de fl. 159, no prazo de 5(cinco) dias.

ADV: SONIA MARIA TOLEDO BRANCO (OAB 418174/SP) - Processo 0244425-49.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lucidia Alves Gomes - publicação do despacho de fl. 46: “Concedo o prazo requerido às fl. 44/45, para habilitação dos herdeiros. Intime-se através do Diário da Justiça.”

ADV: GEORGE EMANUEL OLIVEIRA SILVA (OAB 23115/CE) - Processo 0245571-28.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Jaqueline Costa Silva e outro - Concedo o prazo requerido às fl.50, para a adoção das providencias informadas. Intime-se através do advogado.

ADV: MARIO AUGUSTO DA COSTA MEDEIROS (OAB 35996/CE) - Processo 0272742-57.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Parcelas de benefício não pagas - REQUERENTE: Maria Idilmar Chaves de Sousa - Publicação do despacho de fls. 22: A priori, intime-se a requerente, através de seu advogado, para juntar aos autos as procurações, declarações de anuência dos demais herdeiros ao pedido de alvará ou ainda endereços para citações, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: RODRIGO DAMASCENO LEITÃO (OAB 43483/CE) - Processo 0280097-21.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Kátia Samara Gonçalves de Carvalho Pimentel - No caso em apreço, os argumentos e documentações acostadas às fls.15/64, bem como a inexistência de litigio, revelam-se suficientes para embasar o pleito autoral. Ante o exposto, considerando o que mais dos autos constam, notadamente as disposições do art. 725, inciso VII, do CPC/2015, JULGO PROCEDENTE o pedido, autorizando o Espólio de MARIA DO SOCORRO DE SOUSA GONÇALVES, inscrita no CPF n º 440.573.423-20, falecida em 16 de dezembro de 2023, representada pela inventariante, KATIA SAMARA GONÇALVES DE CARVALHO PIMENTEL, inscrita no CPF nº 567.457.453-72, a REGISTRAR o imóvel, o apartamento residencial, de número 221/B, situado à Rua Belo Horizonte n. ° 2830, Bairro Jóquei Clube, CEP: 60.440-192, na cidade de Fortaleza/CE, matrícula n. °62.624, registrado junto ao cartório da 3ª Zona de Registro de Imóveis de Fortaleza, em nome do espólio. Quanto à regularidade fiscal, o montante a ser levantado será basilar para as diligências a serem realizadas para fins de emissão do alvará. Vejamos o que diz o art. 8º da Lei nº 15.812/2015: Art. 8º São isentas do ITCD: I - a transmissão causa mortis: a) do patrimônio transmitido pelo de cujus ao herdeiro ou legatário cujo valor o respectivo quinhão ou legado não ultrapasse 7.000 (sete mil) Ufirces; Em pesquisa pertinente, O Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-CE), fixou o valor da Unidade Fiscal de Referência do Estado do Ceará (Ufirce) em R$ 5,74952 para 2024. O novo indexador está previsto nainstrução normativa 143/2023, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) do dia 13 de dezembro de 2023, logo, decido que, em sendo os valores inferiores ao teto tributável de 7.000 (sete mil) Ufirces, cerca de R$ 40.246,64(quarenta mil, duzentos e quarenta

e seis reais e sessenta e quatro centavos), conforme decidiu o TJCE, resta desnecessário o envio à PGE e a juntada de guia de ITCMD apontando a isenção, eis que cumpre ipsis litteris a lei citada e segue o direcionamento jurisprudencial do TJCE, devendo a secretaria expedir de imediato o alvará almejado, sem qualquer condicionante. O trânsito em julgado somente restará prejudicado em caso de recurso. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. À Procuradoria Fiscal, para ciência desta sentença. P.R.I.

ADV: FELIPE FERNANDES RODRIGUES (OAB 47312/CE) - Processo 0281592-03.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sintia Maria N de Carvalho e outro - Tendo em vista todo o exposto, resta-me reconhecer formalmente a ocorrência de litispendência entre o presente feito e a Ação de nº. 0213982-18.2024.8.06.0001, atualmente em grau de recurso. E, em consequência, JULGO extinta, sem resolução do mérito, a presente ação, com fundamento no art. 485, V e § 3º do Código de Processo Civil, o que faço por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. Exp. Nec.

ADV: GILBERTO MARCELINO MIRANDA (OAB 3205/CE), ADV: THIAGO BEZERRA CUSTODIO (OAB 29734/CE), ADV: VICTHOR SALIM SARAIVA GONÇALVES HISSA (OAB 37739/CE), ADV: MATEUS PRAXEDES ARCANJO (OAB 38618/CE) - Processo 0642361-41.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0035503-43.2000.8.06.0001) - Inventario - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Diana Raffelsbaur - Tahis Teixeira - Edineide Buhring e outros - Cumpram-se as determinações do despacho de fl. 462, intimando-se os demais herdeiros para manifestação sobre as últimas declarações, sem custas para o ato. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO EDVAN DE ARAUJO JUNIOR (OAB 23478/CE) - Processo 0867294-06.2014.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Maria Dulcimar Freitas Câmara e outros - Intimem-se os herdeiros requerentes às fls. 1210/1211, para que apresentem as escrituras públicas de cessão de direito hereditários, como determina o art. 1.793, CC, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários.

ADV: TORQUATO & ALENCAR SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 1667/CE), ADV: FRANCISCO DE ASSIS MACHADO ALVES (OAB 32241/CE), ADV: CARLOS ANDRÉ BARBOSA DE CARVALHO (OAB 29514/CE), ADV: MARIA DO SOCORRO SILVEIRA RIBEIRO (OAB 7268/CE), ADV: GERMANA TORQUATO ALVES DE CALDA (OAB 18068/CE) - Processo 0901228-52.2014.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jamylle Lorrana Moreira Pinheiro - HERDEIRA: Francineuza Pinheiro do Nascimento - Francileia Rodrigues Pinheiro - Francicleia Rodrigues Pinheiro e outros - às partes para informarem o CPF dos herdeiros indicados às fls. 173, a fim de viabilizar a consulta sisbajud determinada às fl.173.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0440/2024

ADV: ADRIANO DE ALCANTARA CAMARGO (OAB 17403/CE) - Processo 0001980-64.2005.8.06.0001 - Inventario c/c rito arrolamento - Inventário e Partilha - INVTE: Cláudia Marinho de Andrade - Intime-se a inventariante através de seu advogado, para indicar o numero da conta judicial na Caixa Econômica Federal para que seja efetuado o debito para pagamentos das guias de ITCMD. Após, expeça-se alvará para pagamento das guias de fls. 1616, 1618, 1620, 1622 e 1624, devendo a instituição financeira informar acerca do pagamento. Por fim, dê-se vistas à Procuradoria Fiscal. Considerando que a inventariante e demais herdeiras estão representadas pelos mesmos advogados, e longo de tempo de tramitação do feito, intimem-se, para, se possível apresentarem plano de partilha amigável, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FÁBIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 34883/CE), ADV: MATHEUS TEIXEIRA NOGUEIRA (OAB 36704/CE) - Processo 0017260-11.2024.8.06.0001 (processo principal 0242731-84.2020.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - CREDOR: Condomínio Edifício Palácio do Planalto - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinto o feito, sem apreciação do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, pela diante da falta de condição da ação, por ser incidente processual cujus autos principais foram extintos.

ADV: EDUARDO SANTOS ELLERY (OAB 20452/CE) - Processo 0175133-55.2016.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria do Socorro Silva de Freitas - Levante-se a suspensão do presente feito. Após, intime-se o inventariante, para dar prosseguimento ao inventário, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: LUANDA TEIXEIRA BASTOS (OAB 33284/CE) - Processo 0216829-90.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimunda Paiva Silva - Intime-se a inventariante para assinar o termo de fl. 34 e dar andamento ao feito, na forma já determinada à fl. 24.

ADV: DAVID LOPES BEZERRA MOURAO (OAB 25970/CE) - Processo 0231276-83.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Carlos Leonardo Ribeiro Sérvio - às partes acerca do parecer fiscal de fls. 163/165.

ADV: MARCOS FELIPE DE ANDRADE TELES (OAB 31612/CE), ADV: MARCILIO BARBOSA MOREIRA (OAB 24339/CE) - Processo 0238080-38.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Layssa Mendonça dos Santos - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido e HOMOLOGO por sentença o PLANO DE PARTILHA AMIGÁVEL de fls. 142/155 dos bens deixados por Lindomar Ferreira dos Santos, para que surtam seus efeitos jurídicos, com esteio no art. 659, CPC, ressalvando erros, omissões e eventuais direitos de terceiros e/ou fiscais, E JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO. Corrijo o valor da causa para R$ 364.384,03, correspondente ao monte partível, o que faço com fulcro no art. 292, §3º, CPC. Custas de lei. Sem honorários. Fica autorizado o pagamento das custas com os valores em conta do espólio, se houver requerimento nesse sentido. À Procuradoria Fiscal, para os fins do § 2º do art. 659 do Código de Processo Civil. Intime-se o inventariante, por seu advogado, para que comprove o recolhimento das custas processuais e de expedição do formal de partilha, no prazo de 05 (cinco) dias, assim que certificado o trânsito em julgado, sob pena de arquivamento do feito. Somente após o trânsito em julgado, comprovado o pagamento das custas processuais e de expedição de formal de partilha, lavre-se o respectivo formal de partilha em favor dos herdeiros, observados os respectivos quinhões, conforme plano de partilha, e os alvarás que se fizerem necessários. Ocorrendo o arquivamento por ausência do pagamento das custas ou descumprimento de qualquer das determinações acima, os autos somente serão desarquivados com o recolhimento das taxas de reativação do feito. Cumpridas todas essas determinações, certifique-se e arquivem-se os autos digitais, observadas as cautelas de praxe, junto ao sistema E-SAJ. P.R.I

ADV: LEA MONT'ALVERNE DE BARROS ALBUQUERQUE (OAB 29876/CE) - Processo 0252501-96.2023.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Carlos Luís Freire de Aaújo - às partes acerca da certidão de fl.160.

ADV: CARLOS DAVI MARTINS MARQUES (OAB 20436/CE), ADV: KENNEDY REIAL LINHARES (OAB 9335/CE) - Processo 0287142-19.2000.8.06.0001 (apensado ao processo 0039568-81.2000.8.06.0001) - Inventario - Inventário e Partilha - HERDEIRA: Edúvia Maria Cavalcante Viana - Dante Baiardo Cavalcante Viana Junior e outros - A renúncia dos herdeiros de Dante Baiardo Cavalcante Viana deve ser analisada e homologado nos autos de seu inventário, uma vez que herdeiro pós-morto, pelo deixo de apreciar o pedido de fls. 725/726. Intime-se Dante Baiardo Cavalcante Viana Júnior, por seu advogado, para que comprove a existência do inventário dos bens do herdeiros pós-falecido e quem seja seu inventariante, no prazo de 05 (cinco) dias. Após a regularização da representação do espólio do referido herdeiro, intime-se o inventariante, para cumprimento

da decisão de fls. 711/714. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0374/2024

ADV: VICTOR DA SILVA SANTOS (OAB 27025/CE) - Processo 0053176-49.2000.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: HELVECIO EVANDRO DE CASTRO MARTINS - etermino: I- a intimação do inventariante do Espólio de Evandro Carneiro Martins e Maria Auxilia Barreto Martins, através de seu patrono, para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15(quinze) dias. II- decorrido o prazo acima com ou sem manifestação, voltem-me para análise dos pedidos pendentes. Exps. Necs.

ADV: KALINA ALENCAR CUNHA FEITOSA (OAB 14607/CE), ADV: OTAVIANO ALENCAR CUNHA FEITOSA (OAB 17823/CE), ADV: OTAVIANO ALENCAR CUNHA FEITOSA (OAB 17823/CE) - Processo 0140071-80.2018.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: José Ney Primo Feitosa - Desarquivem-se os autos, reativando-os. Concedo o prazo de 20(vinte) dias para apresentação das guias específicas de pagamento do imposto ITCD. Após à Procuradoria Fiscal. Exps. Necs.

ADV: CARLOS RODRIGO MOTA DA COSTA (OAB 14751/CE), ADV: PAULO FERREIRA DE AZEVEDO (OAB 8038/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: FERNANDA ROCHELLE SILVEIRA SILVA DA COSTA (OAB 19220/CE) - Processo 0141590-42.2008.8.06.0001 (apensado ao processo 0603504-23.2000.8.06.0001) - Ação de Exigir Contas - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Katiursula Saraiva Machado - REQUERIDO: Maria Cleuzimar de Morais Machado - Assim, manifeste-se a promovida, por seus patronos, através do Diário da Justiça, acerca da Exceção de Pré-Executividade apresentada às fls.315/324, no prazo de lei. Exps. Necs

ADV: SARA BEZERRA MARTINS (OAB 41368/CE), ADV: FELIPE ANDERSON CELEDONIO (OAB 33533/CE) - Processo 0223442-63.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Rosimar Oliveira Gonzaga - Aguarde-se a resposta ao ofício de fls. 45.

ADV: ISABEL CRISTINA LIMA MONTEIRO (OAB 9160/CE) - Processo 0230749-68.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Alzira Maciel Passos - Trata-se de ação inominada de cancelamento de cláusula restritiva de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade ajuizada por Ana Alzira Maciel Passos, distribuída, por dependência, à esta unidade judicante. Apensem-se os presentes autos aos do Inventário de n° 0910535-30.2014.8.06.0001. Decisão Interlocutória proferida por este Juízo às fls. 48/49 entendendo que o presente pedido deveria ser matéria discutida em juízo cível, declinando da competência para uma das Varas Cíveis de Fortaleza. Conflito Negativo suscitado pela 23ª Vara Cível em face do Juízo da 5ª Vara de Sucessões, remetendo-se os autos ao Tribunal de Justiça do Ceará, que, por sua vez, entendeu ser competente para julgar a presente ação o juízo do inventário ao tempo que determinou a remessa dos autos a esta 5ª Vara de Sucessões, independente da narrativa da exordial, uma vez que foi este o entendimento do Tribunal de Justiça. Dessa forma, em cumprimento à determinação de que o presente feito deve correr junto à 5ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza, com brevidade. Publique-se. Intime-se. Remetam-se à distribuição para encaminhamento ao Juízo correto, de logo.

ADV: DARIO AMANCIO DE ASSIS (OAB 12888/CE), ADV: JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (OAB 10883/CE) - Processo 0230900-68.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0252049-57.2021.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Nulidade e Anulação de Testamento - REQUERENTE: Adinair de Castro Lima e outros - REQUERIDA: Adriana da Silva Pinto - Tendo em vista a certidão de fls. 208, intimem-se as partes, através do Diário da Justiça, e testemunhas, por carta, para a audiência, que será realizada na forma híbrida, com link já fornecido às fls. 119. Ciência ao Ministério Público. Após apreciarei o pedido de gratuidade. No entanto, no momento, concedo a gratuidade para os expedientes supracitados, como autoriza o disposto no artigo 98, § 5º do Código de Processo Civil.

ADV: JOAQUIM MIGUEL GONCALVES (OAB 6059/CE) - Processo 0239127-81.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ismael Maciel Miranda e outro - Aguarde-se a resposta ao ofício de fls. 128.

ADV: CICERO ROBERTO BEZERRA DE LIMA (OAB 29999/CE), ADV: GESSYKA MENEZES NOBRE (OAB 44107/CE) - Processo 0242174-92.2023.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Jose Sousa Machado - Regineuda Rodrigues Bleasby - Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a renúncia reduzida a termo às fls. 85. No mais, retornem os autos à Procuradoria Fiscal. Expedientes necessários.

ADV: THALES PONTES BATISTA (OAB 14544/CE) - Processo 0243445-05.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ary Pereira Miranda Neto - Aguarde-se a resposta ao ofício de fls. 29.

ADV: JÚLIA D'ALGE MONT'ALVERNE BARRETO (OAB 33685/CE) - Processo 0247050-61.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Naiara Parente Alves - Desarquivem-se os autos, reativando-os. Certifique-se o decurso de prazo do aviso de recebimento de fls. 113. Intime-se a inventariante, por seu patrono, para se manifestar acerca do aviso de recebimento de fls. 113 em 05(cinco) dias. Exps. Necs.

ADV: GABRIELA PIMENTEL PESSOA (OAB 20680/CE), ADV: LARISSA DE ALENCAR PINHEIRO MACEDO (OAB 20256/CE) - Processo 0261913-56.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Nelie Ribas Davila de Almeida - Desarquivem-se os autos. Expeça-se ofício ao juízo responsável pelo setor de Protocolo Integrado - Fórum da Comarca de Poços de Caldas- Minas Gerais a fim de que preste informações acerca do cumprimento da carta precatória de fls. 235, solicitando a sua devolução com a máxima brevidade. Reitere-se ofício de fls. 207 à empresa Mancepar, devendo a inventariante, por seu patrono, realizar o pagamento das custas referentes à expedição de ofício por aviso de recebimento, no prazo de 05(cinco) dias. Exps. Necs.

ADV: SOLON DIAS PARENTE NETO (OAB 50670/CE) - Processo 0268115-44.2023.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Pedro Odísio Neto - REQUERENTE: Naiara Sobreira Odísio - Primeiramente, em consonância com o parecer fiscal de fls. 175/176, autorizo a expedição de alvará para venda do imóvel inventariado conforme descrito no item 4 fl. 181, haja vista a apresentação das guias de ITCM às fls. 182/187. Sobre o plano de partilha apresentado, manifeste-se a Procuradoria Fiscal em 10(dez) dias. Após à decisão derradeira. Exps. Necs.

ADV: ANGELICA GONÇALVES LOPES (OAB 23484/CE) - Processo 0278638-81.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Igor Mendonça do Nascimento e outros - Considerando as informações declinadas na petição inicial, com fundamento no artigo 617, inciso III do CPC, nomeio inventariante do espólio de Manoel Oderno do Nascimento (fl.13) a herdeira Ingrid Mendonça do Nascimento (fls.04). Intime-se a inventariante, por seu patrono, para anexar a certidão do CENSEC, no prazo de 05(cinco) dias. Outrossim, lavre-se o termo de compromisso, devendo este ser disponibilizado nos autos para impressão, assinatura e juntada, no prazo de 05(cinco) dias. Após apresentem-se as Primeiras Declarações, no prazo

legal, com base no art. 620, CPC. Diligencie-se através do SISBAJUD para aferição de numerários em nome do falecido. Após informação, manifeste-se a inventariante no prazo de 05(cinco) dias. Em seguida, dê-se vista dos autos à Procuradoria Fiscal. Exps. Necs.

ADV: JOSE ISAC SILVEIRA (OAB 4894/CE) - Processo 0455864-30.2011.8.06.0001 (apensado ao processo 0648242-96.2000.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jose Isac Silveira e outro - Tendo em vista pedido de desistência pelo requerente junto ao Inventário n° 0648242-96.2000.8.06.0001 às fls. 745, justifique o requerente a petição de fls. 167/169 haja vista a afirmação de acordo avençado entre as partes no processo em apenso, no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, arquivem-se os autos. Exps. de logo.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0375/2024

ADV: VENCESLAU DE ALENCAR PEREIRA JUNIOR (OAB 11906/CE) - Processo 0232287-50.2024.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Izabel Senhorinha de Morais - Assim, atendidas que se encontram as exigências legais, acolho o presente processo de Sobrepartilha e, homologo, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no art.659, do CPC, a partilha dos bens deixados por falecimento de FRANCISCA ZILMA DE MORAIS SILVA, que se encontra às fls. 01/05 e 21/22 e 43/44, independentemente da lavratura de termo, já que restaram acautelados os interesses dos herdeiros. Mando, portanto, que se cumpra e guarde, como na mesma partilha se contém e determina, ressalvados os direitos de terceiros. Vistas à Fazenda Pública Estadual, após o trânsito em julgado, conforme previsão do art. 659, § 2º do atual CPC. Inexistindo objeções, após o trânsito em julgado, expeçam-se os alvarás para levantamento dos valores junto ao Banco Bradesco e Banco do Brasil AGÊNCIA 0675, ENDEREÇO: PCA.WALDEMAR FALCAO, S/N, 1º e 2º. ANDAR, BAIRRO:CENTRO, CEP: 60055-140, para a transferência dos valores da Restituição de Imposto de Renda de FRANCISCA ZILMA DE MORAIS SILVA, CPF 119.572.473-04 e os montantes indicados em pesquisa SISBAJUD de fls. 28/29 e requerido pela requerente às fls. 117/118, bem como à SEDUC para levantamento da 3ª parcela do FUNDEF, depositando na AGÊNCIA 3456, CONTA CORRENTE 42395-5, ENDEREÇO: AVENIDA PONTES VIEIRA, 134. FORTALEZA - CE BAIRRO - TAUAPÉ, CEP: 60130-240 FORTALEZA, CE, em nome da falecida FRANCISCA ZILMA DE MORAIS SILVA CPF N° 119.572.473-04. Petição do Banco do Brasil que ora recebo, unicamente, como informação. Defiro o pedido de gratuidade judiciária, por entender presentes os pressupostos para o deferimento. P. R. I. Após verificadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa na Distribuição.

ADV: FRANCISCO ERIONALDO CRUZ (OAB 15205/CE), ADV: ADRIANO PESSOA BEZERRA DE MENEZES (OAB 16755/CE), ADV: DENISE LAGE BEZERRA WEYNE (OAB 18934/CE), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE), ADV: CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA (OAB 5207/CE) - Processo 0251497-92.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jamille da Cunha Gomes - TERCEIRO: Rosa Maria Freitas Gomes e outros - Ocorre que a autora não demonstra mais interesse no andamento do feito, tendo em vista o pedido de desistência da ação feito às fls. 225. Intimada a Procuradoria Fiscal, não se opôs ao indicado pedido, conforme fls.228. Dessa forma, com sustentáculo no art. 485, VIII do C.P.C., JULGO, por sentença, extinto o presente procedimento, sem resolução do mérito, para que surta seus legítimos efeitos. P.R.I Após o trânsito em julgado, arquivem-se em definitivo..

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: VIVIANE CHAVES DOS SANTOS (OAB 9880/CE) - Processo 0266713-31.2000.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Wellington Ramos Machado - Assim, atendidas que se encontram as exigências legais, converto o presente processo em Arrolamento Sumário e, homologo, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos,com fundamento no art.659, do CPC, a partilha dos bens deixados por falecimento de TERESA CRISTINA RAMOS MACHADO cujo plano de partilha se encontra às fls.125/126 e independentemente da lavratura de termo, já que restaram acautelados os interesses dos herdeiros. Mando, portanto, que se cumpra e guarde, como na mesma partilha se contém e determina, ressalvados os direitos de terceiros. Vistas à Fazenda Pública Estadual, após o trânsito em julgado, conforme previsão do art. 659, § 2º do atual CPC. Inexistindo objeções, após o trânsito em julgado, expeça-se a Carta de Adjudicação, de logo, em nome de Luciana Macedo Benevides, atentando-se para a petição de fls.309/312 e Alvará que se fizer necessário. Apresente-se a certidão do CENSEC em nome da falecida em 05(cinco) dias. Custas de lei e de expedição de formal de partilha recolhidas às fls.11/15, 52, 158/159 e 308. P. R. I. Após verificadas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa na Distribuição.

ADV: SOLANGE RODRIGUES FREIRE (OAB 47158/CE) - Processo 0280088-59.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rochelly Albuquerque Alves - Vistos etc. Rochelly Albuquerque Alves, devidamente qualificada nos autos, postulou a expedição de Alvará para levantamento de valores deixados por sua falecida genitora Francisca de Albuquerque Alves. Ocorre que, às fls. 18, a autora requereu a desistência da presente ação. Diante do exposto e, com fundamento no artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a manifestação da autora na desistência da ação formulada às fls. 18. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, certifique-se, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se o feito, com a fiel observância das formalidades e cautelas legais.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0411/2024

ADV: PASCHOAL DE CASTRO ALVES (OAB 18692/CE), ADV: AMAILZA SOARES PAIVA (OAB 2394/CE) - Processo 0028236-44.2005.8.06.0001 - Inventario - Obrigação de Fazer / Não Fazer - HERDEIRO: Margarida Maria Carvalho de Alencar e outros - INVTE: Vera Carvalho Luigi Oliveira - Cls., Defiro o pedido de parcelamento das custas processuais em 06 (seis) parcelas, devendo à diligente secretaria proceder o cadastro das guias. Comprovado o recolhimento das custas, expeçam-se os expedientes determinados na sentença. Cumpridas todas as diligências supra, arquive-se. Publique-se. Intime-se.

ADV: TELMA VALERIA PIMENTEL MOREIRA GUEIROS (OAB 10961/CE), ADV: MIGUEL ROCHA NASSER HISSA (OAB 15469/CE), ADV: RUI BARROS LEAL FARIAS (OAB 16411/CE), ADV: FAGNER ALVES CARVALHO (OAB 12250/RN), ADV: JOSE FROTA CARNEIRO NETO (OAB 19603/CE), ADV: RODRIGO MACEDO DE CARVALHO (OAB 15470/CE) - Processo 0042665-83.2023.8.06.0001 (processo principal 0037979-54.2000.8.06.0001) - Remoção de Inventariante - REQUERENTE: MARCOS ANTÔNIO ALVES e outro - HERDEIRO: OLAVO CEZAR ALVES - INVTE: Carlos Jorge Alves - Cls., Anotar a renúncia de fls. 145. Aguardar o julgamento do agravo de instrumento interposto.

ADV: WILSON DE NOROES MILFONT NETO (OAB 15248/CE), ADV: ANDRE LUIZ NEPOMUCENO (OAB 32604/CE), ADV:

YERECE CUNHA ANDRADE GONÇALVES DE MENEZES (OAB 38886/CE), ADV: VICTOR HUGO FONSECA CAMPOS (OAB 39789/CE), ADV: RUBENS FERREIRA STUDART FILHO (OAB 16081/CE) - Processo 0119887-06.2018.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: MARIA DAS GRAÇAS DUARTE - HERDEIRO: CAETANO CALDAS NETO DUARTE e outro - Cls., Cuida-se do processo de inventário cuja prestação jurisdicional encontra-se exaurida com a prolação de sentença homologatória de partilha judicial, devidamente transitada em julgado e posterior expedição de formal e alvará. Empós, a inventariante requer expedição de alvará objetivando a venda de bem já partilhado, nos termos da petição de fls. 172/173. Eis o que importa relatar. Decido. Observo que já tendo sido homologada a partilha do bem, inclusive com a entrega do alvará autorizando a transferência de titularidade, cada um dos herdeiros é titular de fração ideal do bem. Assim, em caso de exaurimento da jurisdição, descabe qualquer pretensão de autorização judicial para a alienação de bem já partilhado nestes autos. Diante do exposto, indefiro o pedido de fls. 172/173. Publique-se. Intime-se. Arquive-se o feito.

ADV: SASKIA CRISTHINE BEDE CAMILO (OAB 8847/CE), ADV: FRANCISCO VALDENIR VIRIATO LIMA JUNIOR (OAB 12048/CE), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA FEIJÃO (OAB 35117/CE) - Processo 0120314-37.2017.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Raimundo José Ribeiro de Sousa - INVTE: Marineide Freitas da Silva - Cls., Aguardar por mais 30 (trinta) dias a regularização do bem. Publique-se. Intime-se.

ADV: ROGERIO MATIAS REBOUCAS DA SILVEIRA (OAB 7905/CE) - Processo 0125277-59.2015.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: ZULENILDA GOMES DA SILVA - Cls., Intime-se a inventariante, por seu patrono, para no prazo de 20 (vinte) dias, reapresentar o plano de partilha amigável nos moldes do art. 653 do CPC, observando o valor de cada quinhão e as folhas de pagamento para cada parte. Expedientes necessários.

ADV: JOSE FROTA CARNEIRO NETO (OAB 19603/CE), ADV: MATHEUS DE AZEVEDO MENDES (OAB 40100/CE), ADV: RODRIGO MACEDO DE CARVALHO (OAB 15470/CE), ADV: MIGUEL ROCHA NASSER HISSA (OAB 15469/CE), ADV: RUI BARROS LEAL FARIAS (OAB 16411/CE), ADV: INGRID PITA DE CASTRO BARBOSA (OAB 45580/CE), ADV: ALAN VICTOR NERES PAIXÃO (OAB 44443/CE) - Processo 0151697-33.2017.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Rodrigo Macedo de Carvalho - HERDEIRO: CAMILLA MACEDO DE CARVALHO e outros - Cls., Anote-se as procurações de fls. 125/127. Diante do consenso que se mostra nos autos posto que todas as partes constituíram advogado comum, defiro o pedido de alvará autorizando a alienação dos veículos elencados na petição de fls. 122/124 com o objeto de amealhar recursos para quitação dos tributos. Assim, consigne-se no referido expediente que o produto das alienações devem ser depositados em uma conta judicial, a ser aberta pelo inventariante junto a Caixa Econômica Federal agência 4030, para posterior partilha. Quanto a intenção de conversão do feito em arrolamento sumário deve o inventariante adequar o feito aos ditames legais previstos no artigo 659 e parágrafos do Código de Processo Civil, apresentando, notadamente, um plano de partilha amigável observando os moldes do artigo 653 do CPC. Publique-se. Intime-se. Expeçam-se os alvarás.

ADV: AMILTON MOREIRA SIMAO (OAB 10123/CE) - Processo 0160079-44.2019.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - TERCEIRO: Teresa Cristina de Oliveira Silva e outros - Cls., Intime-se Teresa Cristina de Oliveira Silva, por procurador, para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir o despacho de fls. 326, acostando aos autos a certidão do trânsito em julgado da sentença proferida na ação de reconhecimento da união estável. Cumprida tal diligência, voltem-me os autos conclusos. Publique-se. Intime-se.

ADV: JOAO BEZERRA JUNIOR (OAB 5983/CE), ADV: PAULO CESAR FRANCO DE CASTRO (OAB 5458/CE) - Processo 0220372-38.2023.8.06.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Petição de Herança - REQUERENTE: Roberto Albuquerque Frate - Claudio Albuquerque Frate - Cls., Cuida-se na espécie de pedido de Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento Público deixado pelo falecido Constantino Frate Neto, requerido por Roberto Albuquerque Frate, devidamente qualificado nos autos. Houve a prolatação de sentença à fl. 36, bem como expedição do competente traslado à fl. 42. À fl. 49 o requerente Cláudio Albuquerque Frate contesta a validade do testamento, aduzindo que o testador foi coagido pelo ex-inventariante Roberto Albuquerque Frate a produzir o referido testamento. Instado a se manifestar, o Ministério Público lançou parecer opinando pelo indeferimento do pedido às fls. 54/56. Eis o breve relatório. Decido. É cediço que a ação de abertura, registro e cumprimento de testamento é um procedimento de jurisdição voluntária, portanto, descabe a análise do pedido formulado à fl. 51. Sobre o tema, colaciono jurisprudência abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. REQUERIMENTO DE ABERTURA, REGISTRO E CUMPRIMENTO DO TESTAMENTO PÚBLICO DE JESUS ALVES DE SOUZA. A SENTENÇA, VERIFICANDO QUE FORAM OBSERVADAS AS FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS PARA O TESTAMENTO PARTICULAR, E ACHANDO-SE O TESTAMENTO PERFEITO EM SUAS FORMALIDADES EXTRÍNSECAS E INTRÍNSECAS, DETERMINOU O SEU REGULAR REGISTRO, ARQUIVAMENTO E CUMPRIMENTO, REMETENDO O SR. ESCRIVÃO CÓPIA A REPARTIÇÃO FISCAL, NA FORMA DO ART. 735, §2 1, DO CPC. O APELANTE ALEGOU A EXISTÊNCIA DE DIVERSOS VÍCIOS, POR ESSE MOTIVO REQUEREU A SUSPENSÃO DO REGISTRO DE TESTAMENTO E DE SEU CUMPRIMENTO, BEM COMO A ANULAÇÃO DA SENTENÇA. Trata-se, in casu, de procedimento de jurisdição voluntária, limitando-se à análise judicial dos requisitos formais previstos no art. 1.864 do Código Civil, sendo que quaisquer questões sobre a validade do testamento público devem ser discutidas em ação própria, ou seja, o processo de abertura, registro e cumprimento de testamento limita-se a analisar os elementos extrínsecos do ato, já os elementos intrínsecos, como fraude, deverão ser apreciados apenas pela via própria. Recurso desprovido. (0049566-55.2015.8.19.0205 - APELAÇÃO, Des(a). CARLOS EDUARDO MOREIRA DA SILVA - Julgamento: 04/12/2018 - VIGÉSIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL). Portanto, indefiro o pedido de fl. 49 e reiterado às fls. 67/68, devendo à parte interessada requerer o pedido pela via própria. Arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: THAYS WYLMARA DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 49611/CE), ADV: NAARA AIRES PEDROSA (OAB 32138/CE), ADV: RAMON GALVAO FERNANDES (OAB 18098/CE) - Processo 0229109-64.2022.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: PEDRO HENRIQUE DE JESUS AIRES e outros - INVTE: João Vianney dos Santos Aires Pedrosa - HERDEIRO: JOSÉ DOS SANTOS AIRES e outros - Cls., Atento à petição de fls. 126/132, o co-herdeiro José dos Santos Aires impugna as primeiras declarações às fls. 76/79 asseverando ser o possuidor do bem imóvel situado Rua Floriano Peixoto, nº 2475, Fátima, Fortaleza-CE, CEP: 60.025-130, bem como em sede de reconvenção requer o reconhecimento e declaração da aquisição da propriedade pelo o instituto da usucapião. Diante do exposto, vislumbra-se que o herdeiro impugnante não acostou aos autos documentação comprobatória da posse do respectivo bem, portanto, hei por bem indeferir o pedido de fls. 126/132 com fulcro no art. 612 do CPC, onde estabelece que os pedidos que merecerem dilação probatória serão encaminhados as vias ordinárias. Sem prejuízo da diligência supra, intime-se o inventariante, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, informar se foi deflagrado o inventário do herdeiro pós-morto Pedro Aires de Souza Neto Bisneto, haja vista que os sucessores de herdeiro pós-morto não herdam por representação, devendo o espólio ser representado pelo seu inventariante nomeado. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE AFRO LOURENCO FERNANDES (OAB 5301/CE), ADV: ROSE MARY STUDART TELES (OAB 6361/CE), ADV: FELIPE RINALDI DO NASCIMENTO (OAB 15135/CE) - Processo 0237389-93.2000.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Judith Mary Studart Teles e outros - REQUERENTE: Thiciane Mary Carvalho Teixeira - José Afro

Lourenço Fernandes e outros - Cls., Defiro o pedido de fls. 693 autorizando a Caixa Econômica Federal a transferir os valores remanescentes na conta judicial 4030 040 01750612-7 para conta do herdeiro João Henrique Studart Teles ali declinada. Acerca da manifestação de fls. 723/724, manifeste-se o pretenso habilitante José Afro Lourenço Fernandes. Publique-se. Intime-se.

ADV: CARLOS HENRIQUE MOURA LARANJEIRA (OAB 42673/CE), ADV: ISABELA ARAUJO GONÇALVES GRANGEIRO (OAB 38968/CE), ADV: JOSE ALAN FERNANDES DE ANDRADE (OAB 34085/CE), ADV: AFONSO HENRIQUE JALES DE CARVALHO LIMA (OAB 33265/CE), ADV: RANULPHO REGO MURARO (OAB 33405/CE), ADV: ANA TERESA DE ALMEIDA BATISTA BARBOSA (OAB 16659/CE), ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE), ADV: JOSE CARLOS FERREIRA BATISTA (OAB 20595/CE) - Processo 0240669-37.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Karla Teles Paiva - INVTE: Danilo Grangeiro Gondim - HERDEIRO: Geraldo Paiva Junior - Danise Grangeiro Gondim - TERCEIRA: Francisca Clelia Teles Filha - LEDA MARIA GRANGEIRO SILVA - Cls., Intimem-se os demais herdeiros, por seus patronos, para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias. Publique-se.

ADV: JOAO BATISTA DINIZ MENDES (OAB 9388/CE), ADV: RAQUEL SOARES LOPES (OAB 26970/CE), ADV: ANA LETÍCIA TOMAZ DE VASCONCELOS (OAB 43111/CE), ADV: RUTH SABOIA PEREIRA (OAB 21168/CE) - Processo 0263574-70.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Lisandro Silva de Brito e outros - HERDEIRO: Luis Candido de Brito e outros - Cls., Atento à petição de fls. 271/274, entendo que o pedido de alvará não merece guarida, haja vista que a liberação de alvará incidental dentro dos autos do inventário é medida excepcional, devendo o requerimento de alvará ser fundamentado quando tratar-se para quitação de despesas, imposto ou dívidas em nome do Espólio. Dando prosseguimento ao feito, intime-se a inventariante, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar um plano de partilha amigável nos ditames do art. 653 do CPC para fins de homologação Faculta-se às partes requererem a conversão da apresente ação de inventário em arrolamento sumário observando os termos do art. 659 do CPC. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0264266-30.2024.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - ARROLANTE: Natalia Campos dos Santos Barbosa - Cls., Intime-se a inventariante, por seu procurador, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca das informações de fls. 57/62, bem como para apresentar plano de partilha amigável, subscrito por todos os interessados, com firmas reconhecidas, nos moldes do art. 653 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se.

ADV: EDVALDO DA SILVA LIMA (OAB 27849/CE) - Processo 0264736-61.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Paulo Vítor de Sousa Serafim - Cls., Indefiro, neste instante processual, o pedido de alvará para recebimento de valores pelo inventariante considerando que o recebimento antecipado de quinhão é medida excepcional que deve ser devidamente fundamentada. Desta feita, intime-se o inventariante para, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar a abertura de uma conta judicial, junto a Caixa Econômica Federal, vinculada ao presente feito. Cumprida a diligência supra e declinadas nos autos as informações alusivas a conta judicial, oficie-se: I) ao juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública solicitando que os valores devidos a falecida, decorrentes da ação nº 0039195- 30.2012.8.06.0001, sejam transferidos para a conta judicial. II) ao juízo da 12ª Vara da Fazenda Pública solicitando que os valores devidos a falecida, decorrentes da ação nº 0172321-35.2019.8.06.0001, sejam transferidos para a conta judicial. III) à Receita Federal solicitando que valores devidos a falecida, a título de restituição de imposto de renda, sejam transferidos para a conta judicial. Após, confiro mais 10 (dez) dias, para a juntada das matrículas atualizadas. Publique-se.

ADV: PEDRO CITÓ DE SOUZA (OAB 29312/CE) - Processo 0266781-38.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Administração de herança - REQUERENTE: Maria Neuma Lira Barbosa Siqueira e outros - Cls., Diante da resposta da instituição financeira às fls. 24/37, intime-se a requerente, por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar quais valores pretende levantar. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS CESAR ARAUJO RODRIGUES (OAB 34434/CE), ADV: THYAGO BRYTNER DE FREITAS PONTE (OAB 48155/CE) - Processo 0269387-73.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Lucia de Fatima Sousa Silveira - Cls., Cuida-se de ação de alvará, deflagrada pela herdeira Lúcia de Fátima Sousa Silveira, colateral de Marconi Newton de Sousa Silveira objetivando o levantamento de valores deixados pelo falecido junto a Caixa Econômica Federal. Após a prolação de sentença e entrega do alvará a procuradoria fiscal informou às fls. 64/65 que localizou a existência de bem imóvel em nome do falecido. Determinada a oitiva da requerente, esta informou que providenciou o cadastramento do imposto causa mortis incidente sobre referido bem. Eis o que importa relatar. Decido. A existência de bens de propriedade do de cujus exige a abertura do procedimento sucessório de inventário ou arrolamento. A presente ação, até mesmo porque já exauriu sua prestação jurisdicional, não tem o condão de substituir o procedimento sucessório do inventário. Por oportuno, colaciono e adoto o entendimento de LUIZ AMORIM e EUCLIDES BENEDITO DE OLIVEIRA na obra de Inventários e Partilhas - Teoria e Prática, 8ª edição, Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda, São Paulo, 1993, pág. 237: Havendo bens de outra natureza sujeitos a inventário ou a arrolamento, o alvará terá de ser requerido nos autos do correspondente processo. Por isso que a dispensa de inventário ou de arrolamento só alcança os valores monetários expressamente discriminados na Lei nº. 6.858/1980 e no seu decreto regulamentador. Não abrangem outros bens móveis ou imóveis, ainda que de reduzido valor, como, por exemplo, móveis da residência, quadros, jóias, automóvel, linha telefônica, jazigo etc.,em que imprescindível a abertura do processo próprio, com possível requerimento de alvará incidental (em sentido contrário porém, autorizando resgate de jóias empenhadas, por simples alvará, v. acórdão na RJTJSP - 117/56). Sendo assim, determino o arquivamento dos presentes autos determinando que a parte interessada promova a deflagração do competente inventário a fim de partilha o bem localizado em nome do falecido, sem qualquer conexão/dependência com esta ação. Publique-se. Intime-se. Dê-se ciência à PGE. Arquive-se.

ADV: RICARDO ROCHA DIÓGENES (OAB 42423/CE) - Processo 0270294-14.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0544398-13.2012.8.06.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: José Macario Sousa de Moraes - Cls., À SEJUD para publicar e proceder os expedientes necessários do despacho de fls. 314 dos autos.

ADV: JOHN ROOSEVELT ROGÉRIO DE ALENCAR (OAB 29854/CE) - Processo 0270493-36.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cristiane Bastos de Oliveira Andrade e outros - Cls., À SEJUD para anotar o substabelecimento de fls. 25 dos autos. Intime-se a inventariante, por seu procurador, para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a decisão de fls. 21. Publique-se. Intime-se.

ADV: ANA MARIA MOREIRA TEIXEIRA (OAB 10845/CE) - Processo 0272712-22.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Maria Assunção de Souza Lima - Cls., Intime-se a requerente, por sua procuradora, para, no prazo de 10 (dez) dias esclarecer a este juízo acerca se o de cujus deixou descendentes ou ascendentes. Intime-se. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: DEMETRIUS SOUSA FAÇANHA (OAB 33416/CE), ADV: EDILENE MACIEL (OAB 44989/CE), ADV: FRANCISCO LUCIANO ALVES MAIA (OAB 46775/CE) - Processo 0275623-46.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Haroldo Pereira da Cruz Junior,menor, representado pela genitora Maria Clarice Lima Mendes - INVTE: ANIBAL DE SOUSA DA CRUZ - Cls., Cuida-se na espécie de ação de inventário e partilha dos bens deixados pelo falecimento de Haroldo Pereira

da Cruz, requerido por Haroldo Pereira da Cruz Júnior, menor impúbere representado por sua genitora Maria Clarice Lima Mendes, devidamente qualificados nos autos. À fl. 175 foi nomeado ao cargo de inventariante Anibal de Sousa da Cruz (filho), em decorrência da destituição de Haroldo Pereira da Cruz Júnior do múnus da inventariança. Às fls. 182/185 o co-herdeiro Haroldo Pereira da Cruz Júnior, representado por Maria Clarice Lima Mendes, formulou pedido para que fosse o inventariante notificado para se abster de proceder a alienação dos referidos bens inventariados. Em sede de apresentação das primeiras declarações às fls. 193/196, o inventariante relacionou os 10 (dez) filhos do falecido como sendo os únicos herdeiros, bem como informou que os bens que compõem o espólio são um terreno localizado no sítio Gameleira, no Município de Mulungu/CE, perfazendo um total de 17,20 hectares e valores depositados em conta bancária de titularidade do extinto. Às fls. 259/268 o herdeiro impugnante Haroldo Pereira da Cruz Júnior, representado por Maria Clarice Lima Mendes, requereu a expedição de ofício ao DETRAN/CE solicitando informações sobre o histórico do veículo, aduzindo que o inventariante não teria acostado aos autos documentação robusta que comprovasse a referida transferência do veículo para o inventariante. Às fls. 274/275 repousa resposta do DETRAN/CE ao referido ofício encaminhado. Às fls. 283/287 o inventariante manifestou-se para que tal matéria seja discutida nas vias próprias, observando os termos do art. 612 do CPC. Instado a se manifestar, o Ministério Público lançou parecer para que as referidas questões fossem remetidas às vias ordinárias, considerando a imprescindibilidade da dilação probatória para a resolução da questão. Eis o breve relatório. Decido. A discussão em torno da titularidade de bem constitui matéria de alta indagação, que extrapola o âmbito do inventário, motivo pelo qual remeto as partes às vias ordinárias, com esteio no artigo 612 do Código de Processo Civil. Pertinente ao pedido de alvará para alienação do bem inventariado às fls. 293/295, observando os ditames do art. 619 do CPC, determino a oitiva dos demais herdeiros, por seus advogados, para manifestação acerca do pedido, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: IURE PONTES VIEIRA (OAB 308937/SP) - Processo 0278062-88.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Verônica Guedes Riehl Vaz - Cls., Autorizo o pedido de abertura da presente Ação de INVENTÁRIO, porquanto comprovado o óbito do autor da herança (fls. 9) e a legitimidade da requerente. Acerca do pedido de gratuidade judiciária, manifestar-me-ei oportunamente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ. Nomeio inventariante Verônica Guedes Riehl Vaz, dispensando assinatura de termo. A presente decisão vale como Termo de Compromisso para todos os fins legais. Intime-se a inventariante, por seu procurador, para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros do art. 620 do CPC, qualificando os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges, se for o caso), informando RG, CPF, endereço e regime de casamento, bem como caracterizar com precisão os bens pertencentes ao Espólio. Havendo consenso e sendo todos maiores e capazes, deverá apresentar plano de partilha amigável, nos moldes do art. 653 do CPC, subscrito por todos os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges, se for o caso). Quando da apresentação das primeiras declarações, juntar aos autos: a) Documentos comprobatórios DE TODOS OS BENS E HERDEIROS, bem como de seus respectivos cônjuges; b) As certidões fiscais das Fazendas (Nacional, Estadual e Municipal); c) Declaração de inexistência/existência de Testamento do CENSEC, requisitada ao Colégio Notarial do Brasil, conforme Provimento nº 56 de 14/07/2016 do CNJ. d) ANEXAR declaração de 02 (duas) testemunhas idôneas, com firmas reconhecidas, afirmando que não há herdeiros além dos declarados nos autos. Faculta-se às partes, caso sejam todos maiores e capazes, e assim requisitarem, a conversão do rito processual para arrolamento/arrolamento sumário, desde que preenchidos os requisitos do art. 659 e seguintes do CPC. Após as primeiras declarações, não havendo apresentação de plano de partilha amigável, citem-se os herdeiros e a Procuradoria Fiscal, nos termos do que prevê o art. 626 do CPC. As intimações/citações de partes não representadas por advogado deverão ser feitas por Mandado/Carta Precatória, com prévio recolhimento das custas para o expediente e para diligência do Oficial de Justiça, exceto para casos de atos do juiz e de justiça gratuita. Intime-se. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0278806-83.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jéssyca de Souza Ramos - Cls., Autorizo processamento da presente Ação de ALVARÁ, porquanto comprovado o óbito do autor da herança (fls. 7) e a legitimidade da requerente. Acerca do pedido de gratuidade judiciária, manifestar-me-ei oportunamente. Intime-se a requerente, seu procurador, para, em 15 (quinze) dias: a) ANEXAR declaração de 01 (uma) testemunha idônea, com firma reconhecida, afirmando que não há outros bens e herdeiros além dos declarados nos autos. À Secretaria, para: a) OFICIAR à SEDUC para informar a este juízo acerca da existência e disponibilidade de valores, e o respectivo quantum, em nome de Cléubia Pereira de Souza, CPF nº 580.324.283-72, falecida em 31/08/2014, filha de Francisco Raimundo de Souza e de Creuza Pereira de Souza, bem como se deixou dependentes habilitados; Após a juntada dos expedientes solicitados, efetivar o que segue, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO: 1) A intimação da requerente, por seu procurador, para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência e manifestar-se acerca da resposta do ofício; 2) Permanecendo a inércia acerca da intimação descrita acima, após o decurso do prazo do ato ordinatório, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO, intime-se a requerente, por OFICIAL DE JUSTIÇA, para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir, na íntegra, a presente decisão, sob pena de extinção da ação, conforme disposições legais do art. 485, III e § 1º do CPC. Concedo gratuidade para a precatória. Em caso de mora na devolução de ofício, autorizo que a Secretaria realize a renovação, de pronto, dos expedientes. Autorizo que a secretaria conceda andamento à decisão, conforme art. 129 do PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, até a finalização desta. Portanto, os autos somente deverão voltar à conclusão após cumprimento do decisum. Voltem-se os autos conclusos acaso haja fato novo. Em sendo cumpridas as diligências, voltem-se os autos para julgamento. Concedo à presente DECISÃO FORÇA DE OFÍCIO para todos os fins legais, devendo ser encaminhada via e-mail institucional. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO HELDER BARROS CITÓ CAVALCANTE (OAB 44736/CE) - Processo 0278999-98.2024.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Italo de Freitas Souza - Cls., Autorizo o pedido de abertura da presente Ação de INVENTÁRIO, porquanto comprovado o óbito do autor da herança (fls. 7) e a legitimidade dos requerentes. Acerca do pedido de gratuidade judiciária, manifestar-me-ei oportunamente. Ressalte-se que prevalecerá como valor da causa o referente ao acervo hereditário, de acordo com a avaliação administrativa da SEFAZ. Nomeio inventariante Italo de Freitas Souza, dispensando assinatura de termo. A presente decisão vale como Termo de Compromisso para todos os fins legais. Intime-se o inventariante, por seu procurador, para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar as primeiras declarações, observando integralmente os parâmetros do art. 620 do CPC, qualificando os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges, se for o caso), informando RG, CPF, endereço e regime de casamento, bem como caracterizar com precisão os bens pertencentes ao Espólio. Havendo consenso e sendo todos maiores e capazes, deverá apresentar plano de partilha amigável, nos moldes do art. 653 do CPC, subscrito por todos os interessados (herdeiros e respectivos cônjuges, se for o caso). Quando da apresentação das primeiras declarações, juntar aos autos: a) Documentos comprobatórios DE TODOS OS BENS E do inventariante; b) As certidões fiscais das Fazendas (Nacional, Estadual e Municipal); c) Declaração de inexistência/existência de Testamento do CENSEC, requisitada ao Colégio Notarial do Brasil, conforme Provimento nº 56 de 14/07/2016 do CNJ. d) Anexar aos autos a procuração da Sra. Rayane Freitas Souza Cunha; e) Certidão de casamento do de cujus. Faculta-se às partes, caso sejam todos maiores e

capazes, e assim requisitarem, a conversão do rito processual para arrolamento/arrolamento sumário, desde que preenchidos os requisitos do art. 659 e seguintes do CPC. Após as primeiras declarações, não havendo apresentação de plano de partilha amigável, citem-se os herdeiros e a Procuradoria Fiscal, nos termos do que prevê o art. 626 do CPC. Intime-se. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE) - Processo 0279454-63.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0290758-30.2022.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Tiene Amalia Ramalho - Cls., Acerca do pedido da tutela de urgência, manifestar-me-ei após a fase citatória e avaliação do imóvel. À SEJUD para retificar a classe processual para Ação de Arbitrameno de Aluguel. Acerca do pedido de gratuidade judiciária, CONCEDO momentaneamente, o que poderá ser revisto a qualquer momento, até o pronunciamento da sentença. Apensem-se estes autos do processo nº 0290758-30.2022.8.06.0001. Cite-se o requerido, por mandado, para querendo, oferecer contestação à petição inicial, em 15 (quinze) dias, conforme art. 335 do CPC. Concedo gratuidade ao ato. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0279461-55.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jose Maria da Costa Holanda - Cls., Autorizo o processamento da presente Ação de ALVARÁ, porquanto comprovado o óbito da autora da herança (fls. 14) e a legitimidade do requerente. Acerca do pedido de gratuidade judiciária, manifestar-me-ei oportunamente. À Sejud, para: a) OFICIAR à SEDUC para informar a este juízo acerca da existência e disponibilidade de valores, e o respectivo quantum, em nome de Maria Fabiana da Costa Holanda, CPF nº 316.912.693-87, falecida em 16/06/2015, filha de José Maria da Costa Holanda e de Maria de Jesus da Costa Holanda, bem como se deixou dependentes habilitados; Após a juntada dos expedientes solicitados, efetivar o que segue, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO: 1) A intimação do requerente, por seu procurador, para, no prazo de 10 (dez) dias, tomar ciência e manifestar-se acerca da resposta do ofício; 2) Permanecendo a inércia acerca da intimação descrita acima, após o decurso do prazo do ato ordinatório, SEM NECESSIDADE DE NOVA CONCLUSÃO, intime-se o requerente, por OFICIAL DE JUSTIÇA, para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir, na íntegra, a presente decisão, sob pena de extinção da ação, conforme disposições legais do art. 485, III e § 1º do CPC. Concedo gratuidade para o mandado. Em caso de mora na devolução de ofício, autorizo que a Secretaria realize a renovação, de pronto, dos expedientes. Autorizo que a secretaria conceda andamento à decisão, conforme art. 129 do PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, até a finalização desta. Portanto, os autos somente deverão voltar à conclusão após cumprimento do decisum. Voltem-se os autos conclusos acaso haja fato novo. Em sendo cumpridas as diligências, voltem-se os autos para julgamento. Concedo à presente DECISÃO FORÇA DE OFÍCIO para todos os fins legais, devendo ser encaminhada via e-mail institucional. Expedientes necessários.

ADV: MANOEL FELIX DE OLIVEIRA FILHO (OAB 47229/PE) - Processo 0284153-05.2021.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTE: ALENE MARIA DE SOUZA CAMPOS - Cls., Intime-se a inventariante para ciência e instrução do feito com o novo endereço da herdeira. Publique-se.

ADV: DÉBORA CASSIANO FRANÇA CIRNE (OAB 45579/CE) - Processo 0358292-60.2000.8.06.0001 - Inventario - Obrigação de Fazer / Não Fazer - INVTE: Maria do Carmo Santos de Souza - Cls., Intime-se a inventariante, por sua procuradora, para, no prazo de 10 (dez) dias, acostar aos autos as anuências dos herdeiros acerca do pedido de alvará formulado às fls. 364/372, conforme despacho de fls. 376. Publique-se. Intime-se.

ADV: JULIO ALCEU MOREIRA DE ASSIS FIGUEIREDO (OAB 20974/CE) - Processo 0422838-75.2010.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Paulo Henrique Santiago Façanha - Cls., Intime-se a inventariante para comprovar o pagamento das custas de emissão do formal de partilha. Cumprida a diligência, expeça-se o formal e arquive-se. Decorrido in albis, arquive-se até o efetivo cumprimento pela parte.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE SUCESSÕES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0412/2024

ADV: GILDAZIO LUAN VIEIRA SILVA (OAB 42194/CE) - Processo 0015787-24.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Danielle Borges da Silva - Vistos etc. Danielle Borges da Silva, devidamente qualificada nos autos, por seu advogado, em face da sentença de fl. 130, que julgou procedente a presente ação, interpôs Embargos de Declaração, com base no art. 1.022 do Código de Processo Civil. Alega a recorrente que a sentença vergastada foi proferida sem a apreciação do pedido de transferência do veículos existente em nome do falecido, cujo CRLV fora juntado à fl. 114, tratando-se de erro que deverá ser sanado. Sucintamente relatado. Decido: De fato, a sentença objurgada não levou em consideração a existência do veículo descrito no documento de fls. 113/114 de titularidade do de cujus. ANTE O EXPOSTO, considerando os elementos do processo e tudo mais que dos autos consta, julgo, por esta minha decisão e para que se produzam no campo material todos os consectários jurídicos e legais pertinentes, PROCEDENTES estes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e o faço para o fim específico de incluir no dispositivo da sentença de fl. 130 a autorização para que a requerente proceda, junto ao DETRAN/CE, a transferência, para si ou para outrem, do veículo descrito no documento de fls. 113/114, de titularidade do de cujus, dando necessário cumprimento a sentença ora aclarada. Publique-se. Registre-se. Intime(m)-se. A presente decisão passa a fazer parte integrante daquela que lhe deu causa, cujos demais termos permanecem inalterados para todos os efeitos jurídicos e legais. Após o decurso do prazo recursal, cumpra-se a sentença de fl. 130, observando-se a determinação supra.

ADV: OSMAR RODRIGUES CHAVES DE CASTRO (OAB 22771/CE) - Processo 0038943-27.2012.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: AURY LÚCIA PINTO VERAS - Cls., Reative-se. Intime-se a inventariante para impulsionar devidamente o feito, sob pena de destituição do cargo. Publique-se.

ADV: ÂNGELA DE SOUZA XAVIER MONT'ALVERNE RANGEL (OAB 35751/CE) - Processo 0108344-69.2019.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Arrolamento de Bens - INVTE: Maria Cristiane Menezes Farias - HERDEIRO: MARIA EDNILÇA MENEZES BARROSO e outros - Vistos etc. Cuida-se de processo deflagrado por Maria Cristiane Menezes Farias e outros, devidamente qualificados nos autos, com pedido de abertura de inventário, visando a partilha dos bens deixados por João Rodrigues de Farias e Maria Gercina Menezes Farias. Os requerentes comprovaram a condição de herdeiros dos autores da herança. A titularidade do(s) bem(ns) arrolado(s) restou comprovada às fls. 33/36. No caso sub oculli, foi elaborada a partilha judicial de fls. 359/381, em obediência aos ditames legais, haja vista a existência de interesse de herdeiro incapaz. Instado a se manifestar, o Ministério Público lançou parecer à fl. 387., concordando com a partilha judicial de fls. 359/381, bem assim com o pedido de fl. 384, devendo ser observado para a alienação do imóvel inventariado o valor mínimo apurado no laudo de avaliação. Certidões negativas de débitos fiscais ajoujadas às fls. 238/242. Eis o que importa relatar. Decido. Trata-se de ação de inventário, sob o rito do Arrolamento Sumário, eis que estão preenchidos os ditames legais dos arts. 659 e segts. do CPC. O feito encontra-se suficientemente instruído, posto que comprovada a legitimidade dos requerentes e a titularidade dos bens inventariados. Quanto ao recolhimento do Imposto Estadual (ITCMD), em se tratando de arrolamento, descabe conhecer ou apreciar qualquer questão relativa ao seu lançamento ou mesmo ao seu pagamento (artigo 662, caput, do Código de Processo Civil). O emérito civilista,

Humberto Theodoro Júnior, preleciona que: ''A sistemática do arrolamento sumário dos arts. 659 a 663 subtraiu do Judiciário o dever de controlar o recolhimento do imposto de transmissão causa mortis (art. 662, §1º). Exige, apenas, a intimação do fisco para lançamento administrativo do imposto de transmissão e de outros tributos porventura incidentes, conforme dispuser a legislação tributária (art. 662, §2º), fato que ocorrerá depois de homologada a partilha ou deferida a adjudicação (art. 659, §2º). [] Em face dessa nova orientação legislativa, nem mesmo vista mais se abre à Fazenda Pública para falar sobre as declarações do inventariante. Como tem proclamado a jurisprudência, 'a vista, que tinha a Fazenda no texto anterior (art. 1.033) [NCPC, art. 661], foi deliberadamente suprimida no texto novo, o que significa que a fiscalização se deslocou para esfera administrativa.'' Nesse sentido, a Jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS - ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659, CAPUT, E § 2º DO CPC/2015. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DOS TÍTULOS TRANSLATIVOS DE DOMÍNIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO DA EXAÇÃO. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO ANTECIPADO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS E ÀS RENDAS DO ESPÓLIO. OBRIGATORIEDADE. ART. 192 DO CTN.(STJ-RECURSO ESPECIAL Nº 2.027.972 - DF (2022/0303151-8), RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA, Julgamento em 26/10/2022). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS E DIREITOS - ITCMD. ARROLAMENTO SUMÁRIO. ART. 659, CAPUT, E § 2º DO CPC/2015. HOMOLOGAÇÃO DA PARTILHA OU DA ADJUDICAÇÃO. EXPEDIÇÃO DOS TÍTULOS TRANSLATIVOS DE DOMÍNIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO DA EXAÇÃO. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO ANTECIPADO DOS TRIBUTOS RELATIVOS AOS BENS E ÀS RENDAS DO ESPÓLIO. OBRIGATORIEDADE. ART. 192 DO CTN.(STJ-RECURSO ESPECIAL Nº 1.896.526 - DF (2020/0118931-6), RELATORA: MINISTRA REGINA HELENA COSTA. Julgamento em 26/10/2022). TEMA 1074 STJ: "No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas, a teor dos arts. 659, § 2º, do CPC/2015 e 192 do CTN. Tendo em vista a regularidade formal da declaração e dos documentos apresentados, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e efeitos legais, o plano de partilha apresentado às fls. 359/381, dos bens deixados pelo falecimento de João Rodrigues de Farias e Maria Gercina Menezes Farias, salvo erro ou omissão e ressalvados os direitos de terceiros, especialmente das Fazendas Públicas. Sem custas tendo em vista a iliquidez do acervo hereditário, o qual é composto por apenas um imóvel de médio valor. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Defiro o pedido de alienação do imóvel inventariado, devendo ser observado o valor mínimo apurado no laudo de avaliação, para que sejam resguardados os interesses do incapaz. Após o trânsito em julgado, expeça-se o alvará pertinente e, em seguida, arquivem-se imediatamente os autos, sem necessidade de nova conclusão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: DAVI DE ARAÚJO MACHADO (OAB 51135/CE) - Processo 0181993-38.2017.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: MARIA IVANDA DOS SANTOS - Cls., Defiro o pedido de dilação de prazo requerido às fls. 194/195. Intime-se o inventariante, por seu procurador, para, no prazo de 10 (dez) dias juntar a certidão acerca da existência ou não de testamento(s) em nome do autor da herança. Cumprida satisfatoriamente a diligência supra, expeça-se o formal de partilha. Decorrido o prazo in albis, arquive-se. Intime-se. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: ISABELA LIMA NOBRE (OAB 44382/CE), ADV: FRANCISCO EVERARDO DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7979/CE) - Processo 0215411-20.2024.8.06.0001 - Arrolamento Comum - Arrolamento de Bens - INVTE: Lucigleide Eleutério de Lima Linhares - Vistos etc. Lucigleide Eleutério de Lima Linhares, devidamente qualificada nos autos, ajuizou a presente ação de inventário dos bens deixados pelo falecimento de Ivan Linhares Cordeiro, na qual foi nomeada inventariante. Acostados aos autos os comprovantes de regularidade fiscal do falecido junto as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal. Eis que às fls. 49/54, os sucessores apresentaram plano de partilha amigável, assinado por todos os interessados. Não houve intervenção do Ministério Público, porque inexiste ausente e/ou incapaz. É o relatório. Decido. Trata-se de ação de inventário, sob o rito do Arrolamento Comum, eis que estão preenchidos os ditames legais do art. 664 e parágrafos do C.P.C No que diz respeito à questão do imposto causa mortis, prevê o artigo 662 do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 662. No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio. Assim, em se tratando de arrolamento, descabe conhecer ou apreciar qualquer questão relativa ao lançamento ou mesmo pagamento do ITCMD. Assim, não vislumbro qualquer fato impeditivo à homologação da partilha apresentada, medida que se impõe. Diante do exposto, HOMOLOGO a PARTILHA AMIGÁVEL realizada entre a meeira e os herdeiros de Ivan Linhares Cordeiro, representada pelo instrumento particular de fls. 49/54, para que produza seus efeitos legais, e, por conseguinte, julgo EXTINTA a presente AÇÃO, com resolução de mérito, com fulcro nos arts. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil. Indefiro o pedido de gratuidade de justiça, em virtude do considerável valor dos bens que compõem o acervo hereditário e, sobretudo, levando-se em conta que a obrigação de efetuar o pagamento das custas cabe ao Espólio e não aos herdeiros. Intime-se a Procuradoria Fiscal. Após o trânsito em julgado e o recolhimento das custas processuais, expeça-se o formal de partilha e o(s) alvará(s) pertinente(s). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JONNATHAN MELO PESSOA DE ANDRADE GADELHA (OAB 33503/CE) - Processo 0223364-35.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Judith Melo Pessoa de Andrade - Cls., Intime-se a requerente, pessoalmente e por seu patrono, para impulsionar devidamente o feito, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito. Expeça-se mandado para o qual confiro a gratuidade judiciária. Publique-se.

ADV: GEISA PEREIRA FARIAS RIBEIRO (OAB 33782/CE) - Processo 0225455-06.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Geisa Pereira Farias Ribeiro - Cls., Intime-se a requerente, por sua procuradora, para, no prazo de 05 (cinco) dias anexar aos autos as certidões negativas fiscais devidamente atualizadas, bem como a declaração de inexistência de testamento emitida pelo CENSEC. Anexadas tais documentações, expeça-seo formal de partilha e alvará. Decorrido o prazo in albis, arquivem-se os autos digitais até o cumprimento da determinação. Intime-se. Publique-se. Expedientes necessários.

ADV: BRUNO SENARGA MARTINS (OAB 31040/CE) - Processo 0227419-29.2024.8.06.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Carlos Alexandre Almeida Mendes e outro - Cls., Intimem-se os requerentes, pessoalmente e por seus patronos, para impulsionarem devidamente o feito, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito. Expeçam-se mandados para os quais confiro a gratuidade judiciária. Publique-se.

ADV: JOSE RIBAMAR FILHO (OAB 5800/CE) - Processo 0230251-74.2020.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: MARIA DE FÁTIMA DE LIMA MAIA - Cls., Considerando às razões contidas na petição à fl. 102, aguarde-se por mais 30 (trinta) dias, a respectiva habilitação e disponibilização dos valores objeto do precatório. Publique-se. Expediente necessário.

ADV: ANA LIGIA PEIXE LARANJEIRA (OAB 7300/CE) - Processo 0256067-19.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pensão por Morte (Art. 74/9) - ARROLANTE: Antonio Gomes Sampaio - Vistos etc. Antonio Gomes Sampaio, devidamente

qualificado nos autos, requereu a concessão de Alvará para o saque de saldos bancários, junto ao Banco Inter S/A, existentes em nome da de cujus, Roberta Bezerra Caminha Sampaio, falecida em 09/01/2024, conforme certidão de óbito acostada à fl. 08. O Requerente demonstrou legitimidade ad causam na qualidade de cônjuge sobrevivente, ao passo que instruiu o feito com declaração de duas testemunhas asseverando a inexistência de outros bens e herdeiros além dos declinados nos autos, a anuência dos herdeiros da extinta em seu favor, bem como certidão do INSS comprovando ser o único dependente habilitado à pensão por morte. Em resposta a consulta ao sistema SISBAJUD, restou demonstrado, conforme documento de fls. 34/37, a existência de valores não percebidos em vida pela de cujus. Não houve intervenção do Ministério Público, porque inexiste ausente e/ou incapaz. Dessa forma, considerando o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO autorizando o requerente a levantar, junto ao BANCO DO BRASIL S/A, BANCO INTER S/A, BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A e ao NU PAGAMENTOS IP, toda e qualquer quantia localizada nos autos, através do ofício citado, de titularidade da de cujus, fazendo-o nos termos do art. 666 do Código de Processo Civil, bem como nas disposições da Lei 6.858/1980, c/c Decreto 85.845/1981 e Súmula 161 do STJ. Publique-se. O trânsito em julgado somente restará prejudicado em caso de recurso, portanto, fica, desde já deferida a dispensa do prazo recursal, desde que requerida, sem necessidade de nova conclusão. Sem custas, tendo em vista a baixa expressividade econômica do valor a ser levantado. Após transitada esta em julgado e emitidos os expedientes, abra-se vista à Procuradoria Fiscal, para, querendo, proceder ao lançamento fiscal, se for o caso, conforme previsão do art. 149 do Código Tributário Nacional CTN e da Lei nº 6.830/1980. Por fim, atendidas as determinações supra, arquivem-se imediatamente os autos, sem necessidade de nova conclusão. P. R. I.

ADV: MARIA SUZETE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4637/CE) - Processo 0257066-74.2021.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Marcelino da Costa Miranda - Cls., Intime-se o inventariante, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar um plano de partilha amigável nos ditames do art. 653 do CPC para fins de homologação. Faculta-se ao interessados, na ausência de incapazes e sendo todos concordes, o requerimento para a conversão da presente ação em arrolamento sumário nos termos do art. 659 do CPC. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: MANOEL DE SOUSA AIRES JUNIOR (OAB 26705/CE) - Processo 0259053-43.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Talita Jéssica Gomes Albuquerque - Vistos etc. Cuida-se de ação de alvará objetivando o levantamento de valores, decorrentes de precatório do FUNDEF, existente em nome do falecido José Alexandre Albuquerque Filho. Os requerentes demonstraram legitimidade ad causam na qualidade de filhos do de cujus, ao passo que acostaram aos autos a declaração da SEPLAG asseverando a existência de dependentes habilitados, bem como declaração de inexistência de outros bens e herdeiros firmada por 2 (duas) testemunhas. Nos próprios autos, às fls. 32/33, restou demonstrado, a existência de valores não recebidos em vida pelo falecido. Não houve intervenção do Ministério Público, porque inexiste ausente e/ou incapaz. Dessa forma, considerando o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO AUTORIZANDO os requerentes a levantarem, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um, junto à SEDUC, os valores existentes em nome do falecido, alusivos a 2ª e 3ª parcela do precatório do FUNDEF, fazendo-o nos termos do art. 666 do Código de Processo Civil, bem como nas disposições da Lei 6.858/1980 c/c Decreto 85.845/1981 e Súmula 161 do STJ. Publique-se. O trânsito em julgado somente restará prejudicado em caso de recurso, portanto, fica, desde já deferida a dispensa do prazo recursal, desde que requerida, sem necessidade de nova conclusão. Sem custas, tendo em vista a baixa expressividade econômica do valor a ser levantado. Após transitada esta em julgado e emitidos os expedientes, digo, alvará(s), abra-se vista à Procuradoria Fiscal, para, querendo, proceder o lançamento fiscal, se for o caso, conforme previsão do art. 149 do Código Tributário Nacional CTN e da Lei nº 6.830/1980. Por fim, atendidas as determinações supra, arquive-se imediatamente os autos, sem necessidade de nova conclusão. P.R.I.

ADV: ANA PAULA CRUZ FARIAS (OAB 50877/CE) - Processo 0271493-71.2024.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Ana Valéria Onofre Cruz Lopes e outros - Vistos etc. Trata-se de Alvará Judicial em que são requerentes JOSÉ DA CRUZ NEVES NETO e OUTROS, todos devidamente qualificados na inicial de fls. 01/03, que veio acompanhada dos documentos de fls. 05/30. Os autores pleiteiam pela expedição de Alvará Judicial Autorizativo, para que seja possível a liberação dos valores não recebidos em vida pelo de cujus, Edmilson da Cruz Neves, a título de Licença Especial junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. À fl. 34, determinou-se a intimação dos requerentes para esclarecerem a este juízo acerca do processo de número 0083206-57.2006.8.06.0001, em nome do de cujus, advertindo-se, na oportunidade, que o pedido de sobrepartilha deve ser feito no Inventário e não ser aberto uma ação autônoma. Em fl. 37, os requerentes informaram que o processo de nº 0083206-57.2006.8.06.0001, correspondente a Ação de Inventário que tramitou na 3ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza/CE, em nome do autor da herança, atualmente arquivada. É o relatório. DECIDO. O requerimento formulado pelos interessados encontra óbice na regra do artigo 2º, da Lei nº 6.858/80, eis que apenas nos casos em que não existam bens sujeitos àinventárioserá deferido o levantamento de valores referentes a quantias não recebidas em vida pelo falecido. Nesse sentido, confira-se: APELAÇÃO CÍVEL - ALVARÁ JUDICIAL - LEVANTAMENTO DE VALORES MANTIDOS PELO DE CUJUS EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DESCOBERTOS APÓS A PARTILHA - INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA - SOBREPARTILHA NOS AUTOS DO INVENTÁRIO - PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE DO JUÍZO DO INVENTÁRIO. - Com amparo nos arts. 984 e 1.040, II, ambos do CPC e na vedação prevista no art. 2º, da Lei 6.858/80, os valores mantidos em instituição financeira, integrantes do acervo hereditário, mas que somente foram descobertos após a partilha dos demais bens ocorrida nos autos de inventário, sujeitam-se à sobrepartilha, inexistindo interesse de agir para a instauração de "requerimento de alvará judicial". - Recurso desprovido. (TJ-MG - AC: 10024121028724001 MG, Relator: Ana Paula Caixeta, Data de Julgamento: 08/05/2014, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/05/2014) EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - ALVARÁ JUDICIAL - LEVANTAMENTO DE VALORES RELATIVOS A PENSÃO PERANTE O IPSEMG APÓS O INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - SOBREPARTILHA - EXTINÇÃO. - As hipóteses autorizativas de dispensa de inventário/arrolamento com levantamento de valores por meio de alvará deverão estar descritas na legislação de regência - O levantamento de resíduos previdenciários não é autorizado no caso de existência de outros bens a partilhar e já tendo sido realizado o inventário, ainda que extrajudicial - Nos termos do art. 2.022 do Código Civil e do art. 669, I, do CPC, os bens da herança descobertos após a partilha devem ser sobrepartilhados, não obstante a reabertura do inventário extrajudicial possa acarretar no pagamento de despesas cartoriais pelos herdeiros - Diante da inadequação da via eleita, a extinção é medida de rigor, em razão da falta de interesse de agir. (TJ-MG - Apelação Cível: 50014651720208130261, Relator: Des.(a) Renato Dresch, Data de Julgamento: 17/12/2020, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/12/2020) Verifica-se que a via buscada pelos autores é inadequada para o pedido formulado, eis que não configurada a hipótese legal de dispensa do inventário, o qual inclusive já tramitou pelo juízo da 3ª Vara da espécie, consoante anunciado pelos próprios interessados. Logo, entende este Juízo que encerra carência de ação, evidenciada pela falta de interesse processual, e perda do objeto por ser inadequado o pleito de alvará judicial quando o respectivo inventário já está finalizado, a sobrepartilha deve se dar nos autos do inventário, conforme as disposições do § únicodo art. 670do CPC. Diante do exposto, em razão da falta de interesse processual, com fundamento no art. 485, incisos, IV, VIc/c art. 330, IIItodos do CPC, hei por bem decretar a extinção do feito,

sem resolução mérito, o que faço por sentença de minha lavra, a fim de que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: MARGARETH MARIA SINDEAUX BARATTA MONTEIR (OAB 8990/CE) - Processo 0277985-84.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Leve - REQUERENTE: Jose Alves de Menezes Neto - Vistos etc. Jose Alves de Menezes Neto, devidamente qualificado nos autos, requereu a concessão de Alvará para a venda da motocicleta descrita no documento de fl. 29/30, de titularidade da de cujus, Adriana da Silva Perpetua, falecida em 17/10/2021, conforme certidão de óbito acostada à fl. 14. O Requerente foi autorizado por este juízo a vender o veículo de titularidade da falecida, com a condição de que todo o valor obtido com a transação deveria ter sido depositado em conta judicial para posterior partilha, nos termos da decisão de fl. 92. Em fl. 100/101, o Postulante informa que utiliza a motocicleta para se deslocar ao trabalho, bem como deixar a herdeira menor na escola e, considerando que o veículo é um bem de pequeno valor, consoante tabela FIPE, a cota destinada a herdeira menor se refere a um valor de pequena monta, razão pela qual preferiu transferir o veículo para si, postulando a oitiva do Ministério Público para se manifestar acerca do procedimento que deve tomar com o valor corresponde ao quinhão da Menor. Instigado a se manifestar, o Ministério Público lançou parecer à fl. 104, não se opondo ao pedido de fls. 100/101, tendo em vista o valor de baixa monta. Eis o que importa relatar. DECIDO. O Código de Processo Civil consigna como uma das formas de extinção do processo é falta de uma das condições da ação, no caso, a ausência do interesse de agir, previstas no artigo 485, VI do CPC. Com efeito, percebe-se dos autos que o bem objeto do presente alvará não foi vendido, mas apenas transferido para o nome do meeiro, contando inclusive com a anuência do Parquet, deixando assim de subsistir o interesse no prosseguimento do feito, pela superveniente perda do objeto. Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, pela falta do interesse de agir, haja vista a perda superveniente do objeto. Sem custas em face do pedido de gratuidade de justiça, que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GLAUCO MENDONÇA DE SOUZA BRAGA (OAB 34402/CE) - Processo 0278760-31.2023.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: JADERSON HEYDER LIMA MOREIRA - Vistos etc. Jaderson Heyder Lima Moreira, devidamente qualificado nos autos, requereu o levantamento dos valores deixados por seu falecido genitor, sr. Jader Aires Moreira, referentes a saldo de conta bancária, junto ao Banco Bradesco S/A, tendo requerido a desistência da ação, nos termos da petição de fl. 59. É o relatório do essencial. Decido. O Código de Processo Civil, em seu art. 485, VIII, prevê a possibilidade de desistência do processo pela parte autora, desde que esse ato não implique em prejuízos para a parte contrária. No caso em análise, por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária, a parte pode validamente desistir do prosseguimento, por não haver restado configurada qualquer lide. Sendo assim, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pelo requerente e, em consequência, julgo extinta a presente ação, com arrimo no artigo 485, VIII, do CPC. Sem custas face ao pedido de gratuidade de justiça, que ora defiro. P.R.I. Transitada em julgado, arquivem-se com baixa.

ADV: CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES (OAB 13446/CE), ADV: IRACEMA NOGUEIRA DIOGENES SALDANHA (OAB 26711/CE) - Processo 0287898-90.2021.8.06.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Érica Yasmine Ferreira Veras - Cls., Intime-se a requerente, por carta precatória e por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar devidamente o feito, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito. Confiro os benefícios da justiça gratuita para o ato. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL COSTA DE SOUSA (OAB 19047/CE) - Processo 0895410-22.2014.8.06.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Francisco Weslein Nunes Paiva - Cls., Intime-se o inventariante, por seus procuradores, para, no prazo de 15 (quinze) dias reapresentar a partilha amigável às fls. 188/190 nos moldes do art. 653, do CPC. Intime-se. Publique-se. Expedientes necessários.

VARAS DA FAZENDA PÚBLICA

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0164/2024

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: PEDRO AUGUSTO AZEREDO CARVALHO (OAB 12623/ES), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: PAULA BARBOSA VENANCIO ALENCAR (OAB 40986/CE), ADV: CAMILLA DE NAZARÉ RODRIGUES SIQUEIRA (OAB 42093/CE) - Processo 0163591-06.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Maria do Ceu Barroso de Carvalho - Assim, considerando que o competente precatório já fora expedido, e não havendo mais nada o que se fazer nesses autos, considero adimplida a obrigação de pagar, com base nos arts. 924, II, e 925 todos do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente nos termos do art. 27 da Lei 12.153/2009, extingo a presente execução pelo adimplemento da obrigação por parte do executado. P.R.I. Após, remetam-se os autos ao arquivo com baixa definitiva, procedendo as devidas anotações no sistema estatístico deste juízo. À Secretaria Judiciária.

ADV: CARLOS FILIPE CORDEIRO D'ÁVILA (OAB 22570/CE) - Processo 0209288-74.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Carlos Barbosa da Silva - R.H. Intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste sobre a petição simples apresentada pelo ente público de fls. 98/104. Após, retornem os autos conclusos. À Secretaria Judiciária.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU) NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0039/2024

ADV: WILIS ADERALDO MENDONCA (OAB 33269/CE) - Processo 0226608-74.2021.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Gloria Maria Lopes Coelho - Apesar de decorrência de prazo para impugnação dos cálculos referente ao cumprimento de sentença, insta salientar que o magistrado pode, de ofício, ordenar o recálculo do montante por ser matéria de ordem pública, conforme entendimento jurisprudencial: AGRAVO

INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC. NÃO VERIFICAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO DE EXECUÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. RECÁLCULO DE OFÍCIO. CONSONÂNCIA COM ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA N. 83 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. NOVA ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. Inexiste ofensa ao art. 1.022 do CPC quando o tribunal de origem aprecia, com clareza e objetividade e de forma motivada, as questões que delimitam a controvérsia, ainda que não acolha a tese da parte insurgente. 2. O magistrado pode, de ofício, ordenar o recálculo do montante devido quando identificar excesso de execução, pois se trata de matéria de ordem pública. 3. Não se conhece de recurso especial quando o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 83 do STJ). 4. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ quando o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclama o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp n. 2.297.993/MS, relator Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, julgado em 30/9/2024, DJe de 3/10/2024.) No presente processo, é passível de visualização que a parte autora apresentou planilha com indexador diverso ao determinado na sentença já transitada em julgado de p. 267/270, motivo pelo qual determino a intimação da parte autora para apresentar nova planilha de cálculos com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, em conformidade com o art. 534 do CPC e sentença de p. 267/270. Prazo: 15 dias.

ADV: KLEIDSON LUCENA CAVALCANTE (OAB 25830/CE) - Processo 0266009-17.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Assis Holanda Lima e outro - Vistos. Intime-se a parte impugnada para se manifestar sobre impugnação de pág. 334/336. Prazo: 15 dias úteis. Fortaleza/CE, 17 de outubro de 2024. Jamyerson Câmara Bezerra Juiz de Direito

EXPEDIENTES DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0128/2024

ADV: JOSÉ RENATO MOTA (OAB 28987/CE) - Processo 0104652-62.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: José Renato Mota - Trata-se de Cumprimento de Sentença, objetivando a execução definitiva da obrigação de pagar imposta na sentença, processo transitado em julgado. Devidamente intimado, o requerido/executado não impugnou o valor requerido. Do exposto, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela parte exequente e não impugnados pelo executado, declarando como líquido, certo e exigível o valor de R$ 14.373,80 (quatorze mil trezentos e setenta e três reais e oitenta centavos), corresponde ao crédito da parte exequente JOSÉ RENATO MOTA, a ser pago por requisição de pequeno valor. Proceda-se na forma do art. 13, I, da Lei Federal nº 12.153/2009, devendo a Secretaria Judiciária expedir Requisição de Pequeno Valor - RPV ao Procurador do Executado, requisitando-lhe que seja efetuado o pagamento do valor supra, diretamente na conta apresentada na petição de fl.196. À Secretaria Judiciária.

ADV: ANTONIO RAPHAEL CAVALCANTE ASSUNÇÃO (OAB 33830/CE), ADV: THIAGO MARCELO AQUINO MENDES (OAB 27573/CE), ADV: MARIANA FELICIANO FIGUEIREDO (OAB 27899/CE) - Processo 0110107-76.2017.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Cynthia de Sousa Andrade - R.H. Considerando as informações contidas na certidão de fl.308, intime-se a parte exequente para que junte aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovantes legíveis dos dados bancários de sua titularidade, RG e CPF, e dados bancários. À sejud Fortaleza, data e hora da assinatura digital

ADV: SABRINA IERECE DE LAVOR GARCEZ (OAB 24673/CE), ADV: ANA KAROLINA MEDEIROS SALES (OAB 24879/CE) - Processo 0113400-20.2018.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thamyres Camarço de Oliveira - Intimem-se ambas as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a requisição de pagamento de fls.289/291 e 303/304. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação das partes, retornem os autos conclusos para a tarefa despacho. À Secretaria Judiciária.

ADV: JOSÉ RENATO MOTA (OAB 28987/CE) - Processo 0169971-74.2019.8.06.0001 - Nomeação de Advogado - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - REQUERENTE: José Renato Mota - Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre os cálculos anexados pelo ente público, no prazo de 10(dez) dias. À Secretaria Judiciária.

ADV: NATHÁLIA GUILHERME BENEVIDES BORGES (OAB 28463/CE), ADV: RONI FURTADO BORGO (OAB 7828/ES), ADV: LIDIANNE UCHOA DO NASCIMENTO (OAB 26511/CE) - Processo 0185844-17.2019.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giselle da Costa Reboucas - R.H. Intimem-se ambas as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a requisição de pagamento de fls. 284. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação das partes, retornem os autos conclusos para a tarefa despacho. À Secretaria Judiciária.

ADV: EDSON JOSE SAMPAIO CUNHA FILHO (OAB 6512/CE) - Processo 0234307-19.2021.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Lucineudo Oliveira de Lucena - Intimem-se ambas as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a requisição de pagamento de fl.243. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação das partes, retornem os autos conclusos para a tarefa despacho. À Secretaria Judiciária.

ADV: GUSTAVO RIBEIRO DE ARAUJO (OAB 16375/CE) - Processo 0257850-85.2020.8.06.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação / Contagem de Tempo Especial - REQUERENTE: Francisco Lima Veras - REQUERIDO: Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - Urbfor e outro - Intimem-se ambas as partes para se manifestarem, no prazo de 02 (dois) dias, sobre a requisição de pagamento de fl.85. Decorrido o prazo, com ou sem a manifestação das partes, retornem os autos conclusos para a tarefa despacho. À Secretaria Judiciária.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0052/2024

ADV: JOSE DA CONCEICAO CASTRO (OAB 6816/CE), ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE), ADV: MIKHAIL FERREIRA CASTRO (OAB 33366/CE) - Processo 0627459-83.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Ana Sandra Ferreira dos Santos - Considerando o teor do ofício de págs. 408/411, intime(m)-se a(s) parte(s) exequente(s) para informar se houve quitação do débito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Fica(m) a(s) parte(s) advertida(s) de que, caso permaneça(m) inerte(s), presumir-se-á o adimplemento da obrigação, ensejando a extinção do cumprimento de sentença. Expediente(s) necessário(s).

ADV: WALMIR PEREIRA DE MEDEIROS FILHO (OAB 16977/CE) - Processo 0840746-41.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Saúde - REQUERENTE: edna nagel de medeiros - Ciência às partes do pagamento do alvará de páginas 401. Aguarde-se o prazo fixado no despacho de página 390, no que diz respeito à juntada dos comprovantes de gastos e entrega do produto. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 dias, informar sobre o cumprimento da obrigação de fazer. Silêncio será interpretado como regular cumprimento. Cumpridas as diligências acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

VARAS EMPRESARIAIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0358/2024

ADV: PAULO CAUBY BATISTA LIMA (OAB 19849B/CE), ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE), ADV: LUIZ OTAVIO BRIGIDO MEMORIA (OAB 12887/CE), ADV: CARLOS EDUARDO MIRANDA DE MELO (OAB 20433/CE), ADV: PEDRO TEIXEIRA CAVALCANTE NETO (OAB 17677/CE), ADV: JOSE MAURICIO MOREIRA CAVALCANTE FILHO (OAB 17550/CE), ADV: ELIAS MENEZES AGUIAR (OAB 7260/CE), ADV: LIA BEZERRA ARAÚJO SOUZA (OAB 29805/CE), ADV: SADI BONATTO (OAB 10011/PR), ADV: ROSANGELA MARIA SANTOS PESSOA (OAB 39334/CE), ADV: JOSE CARLOS MEIRELES DE FREITAS (OAB 2790/CE) - Processo 0018067-90.2008.8.06.0001 - Ação de Exigir Contas - Administração judicial - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Lucena Castro - CREDOR: Luigi Apicella - Banco do Brasil - Banco do Nordeste do Brasil Sa - Empresa Gestora de Ativos S.a - EMGEA - Iracilda Maria Santos Pontes - Cemm Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Francisco Flavio Silva Ferreira - REQUERIDO: Repres. legal: José Pontes de Melo - TERCEIRO: Antonio Cardoso Linhares e outros - O Síndico da Massa Falida apresentou a petição de fls. 14165(e documentos de folhas 14166/14171), requerendo autorização de pagamentos a serem realizados por meio de 01 (hum) cheque, de número 900524, da Caixa Econômica Federal, Agência 4030, Conta 64-6, no valor total de R$ 7.596,34 (sete mil quinhentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos), destinado ao pagamento de tributos/contribuições no valor de R$ 1.762,10 (mil e setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos), por meio do DARF anexo (DOC. 2 - Inss E Irrf Setembro/2024) e Remunerações devidas ao falido (R$ 3.926,24) e à profissional da contabilidade (R$ 1.908,00), competência outubro/2024. Pelos seus fundamentos, defiro o pedido formulado pelo Síndico na petição de fls. 14165, e autorizo os pagamentos devidos, visando, de logo, o referido cheque, devendo o Síndico apresentar a prestação de contas dos valores pagos. Expedientes necessários.

ADV: RUBENS MARTINS DE OLIVEIRA FILHO (OAB 30566/CE), ADV: FABIO JOSE POSSAMAI (OAB 21631/PR), ADV: AMANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA (OAB 31433/CE), ADV: EDGARD CARLOS DE OLIVEIRA (OAB 32020/CE), ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR PONTES (OAB 32111/CE), ADV: MAITÊ SANTOS CARVALHO GURGEL (OAB 30387/CE), ADV: JOÃO LOYO DE MEIRA LINS (OAB 21415/PE), ADV: SERZEDELA FACUNDO ARAÚJO DE FREITAS (OAB 29408/CE), ADV: MARCELO DE AGUIAR COIMBRA (OAB 138473/SP), ADV: GABRIEL VALE BEDE (OAB 25389/CE), ADV: IAGE FIGUEIREDO DE CASTRO TEIXEIRA (OAB 31545/CE), ADV: LUCAS MONTE CASTRO (OAB 32852/CE), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: BRENNO GOMES DE ALMEIDA (OAB 33421/CE), ADV: RODRIGO CARDOSO BIAZIOLI (OAB 237165/SP), ADV: PRISCILA KELLY BRAGA BRASILEIRO (OAB 33158/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE), ADV: WLADSON CHARLES PAIXAO ARAUJO (OAB 35572/CE), ADV: TERESINHA ALVES DE ASSIS (OAB 35719/CE), ADV: JULIANA DE ABREU TEIXEIRA (OAB 13463/CE), ADV: CARLOS EFREN PINHEIRO FREITAS (OAB 7613/CE), ADV: CELIO SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7431/CE), ADV: MAYTE TAVARES SIGWALT DE ARAUJO COELHO (OAB 20249/CE), ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE), ADV: PAULO ANDRE LIMA AGUIAR (OAB 10630/CE), ADV: JOSE HAROLDO GUIMARAES FILHO (OAB 13952/CE), ADV: PAULO CESAR BENICIO MARIANO (OAB 13667/CE), ADV: RAFAEL HENRIQUE DIAS SALES (OAB 24675/CE), ADV: CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO (OAB 14326/CE), ADV: JACKSON JAMES OLIMPIO MACHADO (OAB 14657/CE), ADV: ROMULO WEBER TEIXEIRA DE ANDRADE (OAB 14415/CE), ADV: SERGIO ARAGAO QUIXADA FELICIO (OAB 15377/CE), ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES (OAB 16077/CE), ADV: VICENTE PAULO DA SILVA (OAB 24123/CE), ADV: CHARLES DE ALMEIDA KRAUZE (OAB 23050/CE), ADV: FLAVIO MENDONÇA DE SAMPAIO LOPES (OAB 330180/SP), ADV: BRENDA MARIA DE OLIVEIRA GADELHA (OAB 41517/CE), ADV: VANESSA MENDES LOPES (OAB 41733/CE), ADV: FRANCISCA MICHELE DA SILVA FÉLIX (OAB 42448/CE), ADV: FRANCISCO RAFAEL MARIANO SALES (OAB 43180/CE), ADV: EDUARDO DE OLIVEIRA CARRERAS (OAB 44029/CE), ADV: ENAILI CRISTINI SILVA DE BRITO (OAB 41058/CE), ADV: RENATO BRAGA DO NASCIMENTO (OAB 43633/CE), ADV: FERNANDA MEDINA PANTOJA (OAB 125644/RJ), ADV: PAULA JURUENA EIDT (OAB 66166/RS), ADV: MANOEL AUGUSTO CARDOSO DOS SANTOS NETO (OAB 451395/SP), ADV: JOAO MARCOS SILVEIRA (OAB 96446/SP), ADV: MARIA NATÁLIA DE ALMEIDA PESSOA (OAB 36547/CE), ADV: HUGO MELCHERT RIVERO DE TOLEDO (OAB 126726/RJ), ADV: DIOGO ASSUMPÇÃO REZENDE DE ALMEIDA (OAB 123702/RJ), ADV: GIOVANNIO DE CARVALHO FERREIRA (OAB 37317/CE), ADV: NATHALIA HERMANA SILVA ROGERIO (OAB 37598/CE), ADV: IGOR GOES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: RACHEL APARECIDA DA SILVA COSTA (OAB 40546/CE), ADV: JORGE DONIZETI SANCHEZ (OAB 73055/SP), ADV: ANDRÉ LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA (OAB 109367/RJ), ADV: GLADIMIR ADRIANI POLETTO (OAB 21208/PR), ADV: EVANDSON MARQUES LIMA BARRETO (OAB 39955/CE), ADV: IGOR GOES LOBATO (OAB 34726/CE) - Processo 0019467-17.2023.8.06.0001 (processo principal 0241017-55.2021.8.06.0001) - Relatório Falimentar - Concurso de Credores - REQUERENTE: Mayte Tavares Sigwalt de Araujo Coelho - INTERESSADO: Conquista Fortaleza Lanchonetes Ltda. - TERCEIRO: Francisco Bryan Silva Correia - Magda Fernandes de Lacerda - Antonio Wesley Rodrigues da Silva - Duylio Cunha dos Santos - Camila Rodrigues Norberto Duarte - Líder Comércio e Serviços Domissanitários Ltda Me - Karilane Pereira Marques - Joelma Pereira dos Santos - Antônio Jocélio Sousa Martins - Gecivaldo Valentim de Sousa - Subway Systems do Brasil Ltda - Consórcio Shopping Parangaba - JPVC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (JPVC) - Administradora North Shopping Fortaleza - Planos Técnicos do Brasil Ltda - Caixa Econômica Federal - Norsa Refrigerantes S/A - Condominio do Edifício Cariri Shopping Center - Angela de Sousa Dias Nogueira - Maria Suela da Silva - Girlane Sousa do Nascimento - DP1 Restaurante Ltda e outros - Paulo Vitor Martins Paiva - Maria Alrineide Nascimento Silva - Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza - Raquel Moreira de Queiroz - Daniela dos Santos Oliveira - SHOPPING CENTERS IGUATEMI S/A - Macroplast Comércio de Materiais Descartáveis Eireli - BANCO SANTANDER (BRASIL)

S.A. - Juntos Seguros S/A - Riomar Shopping Fortaleza S.a. - Carlos Henrique de Morais Paulino - Complexo São Mateus - Grande Moinho Cearese S/A - LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA - Márcia Fernanda Moreno dos Santos Ferreira - Ana Jessica da Silva Guimarães - Prosegur Brasil S/A - Transportadora de Valores e Segurança - Loane Targino da Silva Araujo - W A Empreendimentos Imobiliarios Ltda - TELEFÔNICA BRASIL S/A e outros - Pelos seus fundamentos, defiro o pedido formulado na petição de fls.1012/1013 e autorizo o pagamento devido, visando o respectivo cheque, devendo a Administradora Judicial apresentar a prestação de contas dos valores pagos. Expedientes necessários.

ADV: HERMANO JOSE DE OLIVEIRA MARTINS (OAB 9900/CE), ADV: CARLOS EFREN PINHEIRO FREITAS (OAB 7613/CE), ADV: DAVID CESAR GOUVEIA RODRIGUES (OAB 45292/CE) - Processo 0021200-64.2000.8.06.0117 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Autofalência - TERCEIRO: Maria Cleomar Matos de Alencar e outros - Tendo em vista a petição de juntada de procuração de fl.5319, cadastrem-se como representantes da terceira interessada Sra. Maria Cleomar Matos de Alencar os advogados, Dr. David César Gouveia Rodrigues, inscrito na OAB/CE n° 45.292, o Dr. Hermano Jose Oliveira Martins, inscrito na OAB/CE n° 9900, e Dr. Carlos Efrem Pinheiro Freitas, inscrito na OAB/CE n° 7.613. Expedientes necessários.

ADV: BEATRIZ DE SOUSA MORAES (OAB 40695/CE) - Processo 0036883-61.2024.8.06.0001 (processo principal 0282589-54.2022.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Autofalência - CREDOR: Ana Luara Ferreira de Sousa - Ante o exposto, e com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, extingo o feito sem resolução de mérito. Intime-se a autora para providenciar a juntada da sua petição de acompanhamento nos autos corretos, isto é, no processo principal da falência da devedora, haja vista que, conforme se infere no documento acostado às folhas 03/07, a habilitação do seu crédito já foi determinada nos autos da habilitação de crédito de número 0016442-59.2024.8.06.0001, que tramitou neste juízo. Decorrido o prazo recursal, arquive-se com baixa na distribuição.

ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE), ADV: CAROLINA DE OLIVEIRA BORGES (OAB 35942/BA), ADV: OSIRIS ANTINOLFI FILHO (OAB 22189-0/RS), ADV: FERNANDA LIMA FERNANDES VIEIRA (OAB 22840/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0042484-82.2023.8.06.0001 (processo principal 0282589-54.2022.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Cidade Mao de Obra Terceirizada Eireli - CREDOR: Banco do Brasil S/A e outros - 1 - Intime-se o Síndico da Massa Falida da Cidade Mão de Obra Terceirizada Eireli para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o ofício de folhas 84/86. 2 - Intimem-se os credores com advogados constituídos nos autos principais, a falida e a representante do Ministério Público, sobre as contas administrativas apresentadas pela administração judicial da Massa Falida da Cidade Mão de Obra Terceirizada Eireli, relativas ao mês de outubro de 2024 (fls.88/101). Expedientes necessários.

ADV: ARIANO MELO PONTES (OAB 15593/CE), ADV: ICARO FERREIRA DE MENDONÇA GASPAR (OAB 23876/CE) - Processo 0056634-30.2007.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Adelino Felisberto Martins Terra - REQUERIDO: Laercio Tulio Camara Pinto - Ressalta-se, contudo, que, ao compulsar os autos, verificou-se a impossibilidade material de o requerido cumprir a ordem de prestação de contas imposta pela sentença de fls. 117/118. Dessa maneira, determino que o requerente apresente nestes autos, em 15 (quinze) dias, os seguintes documentos: Livro Diário, Livro Razão, Livro de Apuração do ICMS e IPI, Livro de Registro de Inventário, Livro Caixa e Extratos Bancários, da sociedade empresária Terra Brasil Indústria e Comércio de Coco Ltda, CNPJ n.º 06.335.969/0001-08, referentes ao período de 24 de dezembro de 2006 a 24 de janeiro de 2007. Caso o requerente Adelino Felisberto Martins Terra, não disponibilize ao requerido, Laércio Túlio Câmara Pinto, em 30 (trinta) dias, a documentação contábil da Terra Brasil Indústria e Comércio de Coco Ltda, referente ao período de dezembro de 2006 a janeiro de 2007, o segundo estará desobrigado da prestação. Ante o exposto, CONHEÇO dos embargos de declaração porque tempestivos, mas no mérito NEGO-LHES PROVIMENTO. Publica-se.Registra-se.Intimem-se. Intimem-se.

ADV: RAFAEL DE ALMEIDA ABREU (OAB 19829/CE) - Processo 0184508-12.2018.8.06.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Distribuidora de Alimentos Dr Ltda e outro - Intime-se a Recuperanda para, no prazo de 05 (cinco)dias, manifestar-se sobre as informações apresentadas pelo Banco do Brasil S.A. Nas fls.2593/2594 e da empresa o Ridouro Importações Ltda nas fls. 2605/2606. Expedientes necessários.

ADV: THAIS DE SOUZA FRANÇA (OAB 311978/SP), ADV: JOAO CARLOS WILSON (OAB 94859/SP), ADV: PAULO LUIZ DA SILVA MATTOS (OAB 7688/SC), ADV: ALESSANDRO DESSIMONI VICENTE (OAB 146121/SP), ADV: CONSUELO MARIA DOS SANTOS (OAB 13318/PE), ADV: ALONSO MARTINS WENCESLAU NETO (OAB 37977/GO), ADV: ROBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 186287/SP), ADV: CAMILA CAVALCANTE ALENCAR (OAB 35060/CE), ADV: MARCO TULIO BATISTA SALOMAO (OAB 134482/MG), ADV: CLARA NUNES BARRETO TEIXEIRA (OAB 27595/BA), ADV: CARLA REGINA MINUTI BUGLIANI (OAB 340686/SP), ADV: ANA PATRÍCIA MAIA FREITAS (OAB 11349/CE), ADV: FELIPE DE LIMA GRESPAN (OAB 239555/SP), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 329848/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: ELINALDA COSTA DE ANDRADE E SILVA (OAB 11799/PB), ADV: ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI (OAB 285218/SP), ADV: THIAGO RATTS BARBOSA DE AGUIAR (OAB 29460/CE), ADV: TIBERIO CARLOS SOARES ROBERTO PINTO (OAB 24532/CE), ADV: FILIPE SIQUEIRA GUERRA (OAB 25477/CE), ADV: CRISTINE CASTRO MELO SOARES (OAB 26178/CE), ADV: DANIEL AUGUSTO DE MORAIS URBANO (OAB 71886/MG), ADV: ANDRE FONTOLAN SCARAMUZZA (OAB 220482/SP), ADV: RODNEY VASNY SILVA DE OLIVEIRA (OAB 26118/CE), ADV: LUCAS FROTA RODRIGUES (OAB 29383/CE), ADV: ANA LUCIA DE CASTRO SANTANA (OAB 137165/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: IAN MAC DOWELL DE FIGUEIREDO (OAB 19595/PE), ADV: JULYANA VAN-DERLINDEN FARES (OAB 30558/CE), ADV: REINALDO ANTONIO BRESSAN (OAB 109833/SP), ADV: GUSTAVO CASTRO MELO (OAB 30816/CE), ADV: THIAGO GALVÃO SEVERI (OAB 207754/SP), ADV: FABRICIO FRANCO DE OLIVEIRA (OAB 248855/SP), ADV: FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (OAB 132649/SP), ADV: JOSE ARLINDO ALVES (OAB 8843/CE), ADV: DANIEL CIDRAO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MOZART GOMES DE LIMA NETO (OAB 16445/CE), ADV: NELSON BRUNO DO REGO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: LIA CARDOSO GONDIM SILVA MAGALHÃES (OAB 19619/CE), ADV: WELTON COELHO CYSNE FILHO (OAB 13856/CE), ADV: JERITZA GURGEL HOLANDA ROSARIO DIAS (OAB 13130/CE), ADV: ANA LUCIA TAVARES (OAB 11618/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502/CE), ADV: JOSE FABIANO LIMA (OAB 7331/CE), ADV: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ (OAB 5496/CE), ADV: WELTON COELHO CYSNE (OAB 1647/CE), ADV: FLAVIA HOLANDA DUARTE (OAB 17798/CE), ADV: ALDENIRA GOMES DINIZ (OAB 20837/CE), ADV: RAFAEL MACEDO CORREA (OAB 312668/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678-1/PE), ADV: ISAAC LUIZ RIBEIRO (OAB 99250/SP), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: LEONARDO BOTELHO LEITE (OAB 26824O/MT), ADV: NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ (OAB 122124/SP), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 30773A/CE), ADV: ROBERTO GREJO (OAB 52207/SP), ADV: PEDRO JOAO CARVALHO PEREIRA FILHO (OAB 22155/CE), ADV: JOSE DE ALMEIDA MELO JUNIOR (OAB 7518/CE), ADV: FELIPE TRAZZI CARVALHO (OAB 23910/CE), ADV: FRANCISCO EDMAR MACEDO (OAB 3755/CE), ADV: MARCIO

RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: THAIANNE CASSEB DA SILVA (OAB 23503/CE), ADV: BRUNA MALVEIRA ARY MOTA (OAB 29379/CE), ADV: HELDER BRAGA ARRUDA JUNIOR (OAB 37228A/CE) - Processo 0200151-05.2021.8.06.0001 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Concurso de Credores - MASSA FALIDA: Alfa Mix Indústria de Produtos Alimentícios Ltda - INTERESSADO: Grupo Csn - Casa do Sorveteiro do Nordeste e outros - Intimem-se os credores com advogados constituídos, a falida e a representante do Ministério Público sobre as prestações de contas e extratos das contas judiciais números 018.71529-3, 019.13468-5 e 018.85867-1, operações 040, na Caixa Econômica Federal, agência 4030, relativo ao mês de outubro de 2024, apresentados pela administração judicial da falência (fls.448/452). Expedientes necessários.

ADV: CARLOS EDUARDO MIRANDA DE MELO (OAB 20433/CE) - Processo 0203116-82.2023.8.06.0001 - Habilitação - Concurso de Credores - REQUERIDO: Massa Falida da Construtora Melo Ltda - Tendo em vista o parecer da representante do Ministério Público nas folha 300, intime-se o representante da Massa Falida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o pedido de suspensão do processo, formulado pelo Administrador Judicial da Massa Falida na petição de folhas 268/270, e a petição da União/Fazenda Nacional nas fls. 277/278. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE) - Processo 0214284-18.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Márcio Costa Mourão e outros - TERCEIRO: Adm. Judiicial: Farias e Lucena Advogados Associados S/C Ltda - Em face do exposto, CONHEÇO os embargos de declaração para lhes dar PROVIMENTO ante a existência de omissão, razão pela qual passa a integrar a sentença de fls.647/658, a seguinte redação: Ante o exposto, julgo procedente a presente a ação para determinar a expedição de alvará judicial, autorizando a administradora da Massa Falida de Cameron Construtora Ltda, Farias e Lucena Advogados Associados S/A Ltda, CNPJ 01.803.021/0001-08, representada por Carlos Eduardo de Lucena Castro - OAB/CE 10.666, a representar a Massa Falida de Cameron Construtora Ltda no procedimento necessário à outorga da escritura de compra e venda da unidade imobiliária referente ao apartamento 2001 do Condomínio Vintage Aldeota, localizado na rua General Tertuliano Potyguara, nº 1104, Aldeota, Fortaleza, objeto da matrícula n.º 38.101 do Cartório de Registro da 4ª Zona de Imóveis de Fortaleza, para nome dos requerentes MÁRCIO COSTA MOURÃO, inscrito no CPF sob o nº 741.491.483-68, LARA MUNIZ MOURÃO, menor, inscrita no CPF sob o nº 088.649.913-52, e LIZ MUNIZ MOURÃO, menor,inscrita no CPF sob o nº 088.649.813-90. Deixo de condenar a Massa Falida ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, em razão desta não ter apresentado resistência ao pedido formulado na petição inicial. Expeça-se mandado de exclusão de todas as indisponibilidades, restrições ou cláusulas de inalienabilidade, atuais e/ou futuras, de responsabilidade da Construtora Cameron S/A, existentes na matrícula de n°. 38.101, exclusivamente em relação à unidade 2001 do Condomínio Vintage Aldeota identificada neste dispositivo sentencial. Expeça-se mandado ao 04º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza para a abertura de matrícula individualizada da unidade 2001, vinculada à matrícula mãe nº 38.101,independentemente de qualquer restrição ou indisponibilidade, sem transportar qualquer restrição ou indisponibilidade porventura existente na matrícula mãe nº 38.101, atual ou futura, constando a informação de que a Massa Falida de Cameron Construtora LTDA é beneficiária da gratuidade judiciária; Fica dispensada a apresentação das certidões de que trata a Lei n. 7.433/85, regulamentada pelo Decreto n. 93.240/86, do INSS, ou qualquer outra que se fizer necessária, dado o estado falimentar da promitente vendedora do imóvel. Diante do pedido apresentado pela parte autora na petição inicial (fls. 01/16), determino que a parte autora efetue o depósito judicial do saldo remanescente para a quitação integral do imóvel, no valor principal de R$ 5.752,16 (cinco mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos). Esse valor deverá ser depositado na Caixa Econômica Federal, agência 4030, operação 030, conta número 02015530-5, conforme indicado na guia de Cálculo Remanescente (fls. 666) e na guia de Depósito do Saldo Devedor (fls. 667). Após o depósito judicial, reconheço a quitação integral da unidade imobiliária referente ao apartamento 2001 do Condomínio Vintage Aldeota, localizado na rua General Tertuliano Potyguara, nº 1104, Aldeota, Fortaleza, objeto da matrícula n.º 38.101 do Cartório de Registro da 4ª Zona de Imóveis de Fortaleza. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos, após a baixa na distribuição. Intime-se

ADV: LARA PEREIRA RODRIGUES LINS (OAB 47742/CE) - Processo 0225750-72.2023.8.06.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Revogação de atos praticados em prejuízo de credores e da massa - EMBARGANTE: Racine Peixoto de Almeida e outro - Diante da petição intermediária de fls. 308, apresentadas por Racine Peixoto de Almeida e Francinara Veras de Almeida, requerendo a juntada do comprovante de pagamento referente à 05ª (quarta) parcela do acordo homologado, conforme sentença homologatória de fls. 273/276. Defiro o pedido de juntada do comprovante de pagamento referente à quinta parcela do acordo homologado. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE), ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE) - Processo 0252568-27.2024.8.06.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Adjudicação Compulsória - REQUERIDO: Massa Falida de Cameron Construtora S/A - TERCEIRO: Adm. Judicial: Farias e Lucena Serviços Administrativos Ltda - Cuida-se de ação de adjudicação compulsória ajuizada por Francisco Benício de Holanda e Antônia Souza de Holanda em face da Massa Falida de Cameron Construtora Ltda. Considerando o recolhimento das custas processuais (fls. 60/66), recebo a petição inicial nos seus termos legais. Dado o interesse da coletividade de credores concursais no objeto da presente ação, postergo a análise do pedido de tutela antecipada para momento posterior à formação do contraditório. Tendo em vista que o administrador judicial da massa falida não pode livremente dispor dos interesses do concurso de credores, deixo de designar audiência de conciliação prévia. Citem-se o representante da falida e o administrador judicial para contestarem em 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANA CRISTINA CAVALCANTE LIMA TAVEIRA (OAB 15988/CE), ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE) - Processo 0268629-60.2024.8.06.0001 - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - REQUERENTE: Francisco Abelario Carneiro da Costa - TERCEIRO: Carlos Eduardo de Lucena Castro - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a HABILITAÇÃO DE CRÉDITO proposta por FRANCISCO ABELARIO CARNEIRO DA COSTA em face da Massa Falida da CAMERON CONSTRUTORA S/A, resolvendo o mérito com base no art. 487, II do Código de Processo Civil, e artigo 10, § 10 da Lei 11.101/05. Sem custas, em razão do pedido de benefícios da justiça gratuita pela parte autora, que foi deferido no despacho de folha 09. Por ter sucumbido no seu pleito, condeno o habilitante no pagamento de honorários de sucumbência em favor do patrono da Massa Falida no percentual de 10% (dez por cento) do valor da habilitação pretendida, com correção monetária índice previsto no art. 389, parágrafo único, Código Civil, incidente desde a data do ajuizamento da demanda, e juros pela taxa legal prevista no art. 406, §1º, do Código Civil, incidente a partir do trânsito em julgado desta sentença.A exigibilidade dessa obrigação fica, contudo, suspensa porquanto a parte sucumbente é beneficiária da gratuidade da Justiça. Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os presente autos com baixa na distribuição. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE), ADV: ROBERTO LINCOLN DE SOUSA GOMES JUNIOR (OAB 33249/CE), ADV: MAX MILYANO BEZERRA DE MORAIS (OAB 8165/RN) - Processo 0273011-96.2024.8.06.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - CREDOR: Moisés Pontes Ramos - REQUERIDO: Massa Falida de Cameron Construtora S/A - TERCEIRO: Adm. Judicial: Farias e Lucena Serviços Administrativos Ltda - Nestas condições, converto o

julgamento em diligência e determino a intimação das partes, através do seu procurador judicial, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a possível incidência do instituto da decadência no caso em comento. Decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação do patrono da requerente, façam-me os autos conclusos para julgamento.

ADV: ALLAM MENDES DE ARAÚJO (OAB 34108/GO), ADV: DOUGLAS JOSÉ GIANOTI (OAB 105086/SP), ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 4007/PB), ADV: MARIA INÊS CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL (OAB 64029/MG), ADV: ORLANDO ARAÚZ NETO (OAB 50816/PR), ADV: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: VITOR MIGUEL RIBEIRO (OAB 64856/GO), ADV: ANDRE JOSE LUDUVERIO PIZAURO (OAB 272593/SP), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE), ADV: JULIANA CRISTINA MARTINELLI RAIMUNDI (OAB 44057A/CE), ADV: JOSE SENHORINHO (OAB 48914A/CE), ADV: RAFAEL MESQUITA ZAMPOLLI (OAB 232475/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ADRYU REGIS ROLIM FERNANDES (OAB 24916/CE), ADV: PETER SOARES KAUR (OAB 4107/CE), ADV: DARTANHAN DA ROCHA PEREIRA (OAB 8511/CE), ADV: LUIZ HENRIQUE GADELHA DE OLIVEIRA (OAB 22125/CE), ADV: FRANCISCO EDMAR MACEDO (OAB 3755/CE), ADV: DALL ALBERTO JUCÁ PEREIRA SILVA (OAB 35331/CE), ADV: VLADEMIR GOUVEIA PONTE DANTAS (OAB 6664/CE), ADV: CRISTIANO TRIZOLINI (OAB 192978/SP), ADV: SAULO RICARDO SILVA VIEIRA (OAB 33945/CE), ADV: ALONSO MARTINS WENCESLAU NETO (OAB 37977/GO) - Processo 0278607-32.2022.8.06.0001 (apensado ao processo 0214030-11.2023.8.06.0001) - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Aguia Distribuidora de Alimentos Ltda - CREDOR: JOSE ERIVAN DE SÁ e outros - REPR. LEGAL: Doglas Eduardo Araujo Pardim e outro - ARREMATANTE: Bruno Emanoel Sales Vasconcelos - Intimem-se os credores com advogados constituídos nos autos principais, a falida e a representante do Ministério Público sobre as contas administrativas apresentadas pela administração judicial da Massa Falida de Águia Distribuidora de Alimentos Ltda., relativas ao mês de outubro de 2024 (fls. 1815/1817). Expedientes necessários.

ADV: FILIPE SALES RODRIGUES (OAB 37303/CE) - Processo 0281493-33.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Construtora Alpha Ltda - Cuida-se de Adjudicação Compulsória ajuizado pela Construtora Alpha Ltda em face da Massa Falida Cameron Construtora Ltda. Ante o exposto, determino a intimação da requerente para, em 15(quinze), recolher as custas do presente incidente processual, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0359/2024

ADV: WILDALBERTO ROBERTO DA SILVA (OAB 7921/CE), ADV: PEDRO ALLAN LIMA SILVA THÉ (OAB 32584/CE) - Processo 0230253-73.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Adriana Maria Pereira da Costa Mourão - REQUERIDO: Roslavo Araújo Brilhante - Em face do exposto, CONHEÇO dos embargos de declaração para lhes dar PARCIAL PROVIMENTO ante a existência de omissão, razão pela qual passa a integrar a sentença de fls. 490/497, a seguinte redação: Ante o exposto, e nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido inicial para determinar a retirada do quadro societário da sociedade Stand Sign Projetos Ltda, CNPJ n.º 03.454.856/0001-25, a sócia Adriana Maria Pereira da Costa Mourão, CPF 389.934.143-00, com 8,33% de participação no capital social da sociedade empresária. À luz do art. 1.029 do Código Civil, e considerando que não houve a consolidação da notificação extrajudicial do sócio, defino a data da exclusão do sócio exclusão do seu quadro societário o sexagésimo dia após a data da citação da presente ação, qual seja, 30 de agosto de 2022 (certidão fls. 296).Por consequência, o parâmetro temporal para a apuração de haveres será o dia 29 de outubro de 2022, a se realizar em fase de liquidação de sentença. Intimem-se.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0300/2024

ADV: VALERIA PREVITERA DA SILVA (OAB 11379/CE) - Processo 0019489-12.2022.8.06.0001 (processo principal 0200248-05.2021.8.06.0001) - Relatório Falimentar - Concurso de Credores - REQUERENTE: P2s Administração Judicial Ltda - ISTO POSTO, nos termos do art. 154 da Lei de Recuperação Judicial e Falências, tenho por regular as contas apresentadas pela ex-administradora judicial, P2S ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, no que tange apenas aos aspectos formais, deixando de apreciar os aspectos intrínsecos, por não deter este Juízo conhecimentos técnicos suficientes a ensejar o julgamento do mérito da matéria. Deixo de arbitrar honorários advocatícios, visto que não chegou a haver litigiosidade. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquive-se, apensando-se, ao final, aos autos do processo de falência. Certifique-se nos autos falimentares.

ADV: SANDRA HELENA MACHADO BARBOSA (OAB 264624/SP), ADV: RODRIGO MADEIRO MACIEL (OAB 28360/CE), ADV: JOSE MARTONIO ALVES COELHO (OAB 4503/CE) - Processo 0034926-25.2024.8.06.0001 (processo principal 0214287-36.2023.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDOR: Manoel Lima de Farias - REQUERIDO: Pminas Brasil Construção Civil e Serviços Ltda - Massa Pminas Brasil Construção Civil e Serviços Ltda - Isto posto, defiro o pedido de habilitação de crédito e, por conseguinte, determino a inserção do crédito líquido de R$ 20.256,54 (vinte mil, duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) no quadro geral de credores da empresa recuperanda, em favor do habilitante MANOEL LIMA DE FARIAS, na classe trabalhista. Intime-se a Administradora Judicial para que inclua no quadro geral de credores o crédito mencionado, apresentando o aditivo no quadro geral de credores em tempo hábil. Sem condenação em custas e honorários sucumbenciais. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: CRISTIANO FERREIRA DA COSTA (OAB 43650/CE) - Processo 0036987-53.2024.8.06.0001 (processo principal 0190373-84.2016.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDORA: Rosely Oliveira Lopes - Em observância à Certidão de Habilitação de Crédito e Planilha de Cálculos de fls. 03/17, reconheço que a decisão prolatada às 21/24, incorreu em erro acerca dos valores a serem habilitados, pelo que corrijo-os de oficio para constar no dispositivo da decisão a seguinte redação: Isto posto, defiro o pedido de habilitação de crédito, e, por conseguinte, determino que seja inserido no quadro geral de credores da Massa Falida, o valor de R$ 14.217,36(catorze mil, duzentos e dezessete reais e trinta e seis centavos) em nome da habilitante ROSELY OLIVEIRA LOPES e o valor de R$ 738,94(setecentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos), referente aos honorários sucumbenciais, em nome de seus patronos FRANCISCA TAYANNE OLIVEIRA APRIGIO ALENCAR e CRISTIANO FERREIRA DA COSTA, ambos na classe trabalhista. Necessário a intimação da administradora judicial da Massa Falida para incluir no quadro geral de credores a respectiva Habilitação de

Crédito, apresentando em tempo razoável o aditivo no quadro geral de credores. Sem condenação em custas e honorários sucumbenciais. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: RUI BARROS LEAL FARIAS (OAB 16411/CE), ADV: MIGUEL ROCHA NASSER HISSA (OAB 15469/CE), ADV: RODRIGO MACEDO DE CARVALHO (OAB 15470/CE), ADV: VALERIA PREVITERA DA SILVA (OAB 11379/CE), ADV: FRANCISCA TAYANNE OLIVEIRA APRIGIO ALENCAR (OAB 43720/CE) - Processo 0036988-38.2024.8.06.0001 (processo principal 0190373-84.2016.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - REQUERENTE: Francisco Gilmar Martins - REQUERIDO: Fiori Indústria e Comércio de Confecções Ltda - Massa Falida de Fiori Industria e Comercio de Confecções Lda. - Isto posto, defiro o pedido de habilitação de crédito, e, por conseguinte, determino que seja inserido no quadro geral de credores da Massa Falida, o valor de R$ 18.533,55 (dezoito mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos) em nome do habilitante FRANCISCO GILMAR MARTINS e o valor de R$ 1.865,35 (hum mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), referente aos honorários sucumbenciais, em nome de seus patronos FRANCISCA TAYANNE OLIVEIRA APRIGIO ALENCAR e SIMONE DE LIMA SOUSA, ambos na classe trabalhista. Necessário a intimação da administradora judicial da Massa Falida para incluir no quadro geral de credores a respectiva Habilitação de Crédito, apresentando em tempo razoável o aditivo no quadro geral de credores. Sem condenação em custas e honorários sucumbenciais. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: OSSIANNE DA SILVA FREITAS MARTINS (OAB 28544/CE) - Processo 0232449-45.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Hilbert Vasconcelos Evangelista - Diante disso, chamo o feito à ordem para corrigir o erro material da decisão interlocutória de fls. 49/52, fazendo nela constar a correta indicação da sociedade e do sócio retirante. Desse modo, onde se lê: “Desta forma, com fundamento no artigo 300, do CPC, defiro, em parte, a tutela de urgência requerida para determinar a dissolução parcial da sociedade AVESTRUZ NOBRE EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA (CNPJ n° 38.215.772/001-13), retirando do respectivo quadro societário ERICO ALCOFORADO CAVALCANTE (CPF n° 318.416.353-91), com baixa na Junta Comercial.” Leia-se: “Dessa forma, com fundamento no artigo 300, do CPC, defiro, em parte, a tutela de urgência requerida para determinar a dissolução parcial da sociedade AVESTRUZ NOBRE EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA (CNPJ n° 07.192.244/0001-62), retirando do respectivo quadro societário HILBERT VASCONCELOS EVANGELISTA (CPF n° 318.416.353-91), com baixa na Junta Comercial.” Mantenho inalterados os demais termos da sentença. Expeça-se novo Ofício à Junta Comercial do Estado do Ceará para que sejam realizadas as devidas anotações. Intimem-se as partes. Expedientes necessários.

ADV: JESSE MARCELO HOLANDA FONTELES (OAB 16777/CE), ADV: GABRIEL GARCIA DE CARVALHO (OAB 42300/CE), ADV: GERSON LOPES FONTELES (OAB 8063/CE), ADV: EMILIO FERNANDES DINIZ (OAB 12952/CE), ADV: LUIS HENRIQUE COSTA BENEVIDES (OAB 13104/CE) - Processo 0245098-42.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Exact Brazil Investimentos e Participações Em Negócios Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Construtora Colmeia S/A e outro - Conclusos. À fl. 632, a parte demandada comunica a interposição do Agravo de Instrumento 0637592-50.2024.8.06.0000, no âmbito da ação nº 0277736-31.2024.8.06.0001. Assim, consultando o referido processo, verifica-se o Tribunal de Justiça oficiou a Unidade, encaminhando a decisão interlocutória, deferindo a antecipação da tutela recursal para o fim de suspender as ações nº 0245098-42.2024.8.06.0001 e 024540-09.2024.8.06.0001. Desse modo, suspenda-se o presente feito. Providencie a Secretaria a movimentação processual. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: GABRIEL GARCIA DE CARVALHO (OAB 42300/CE), ADV: LUIS HENRIQUE COSTA BENEVIDES (OAB 13104/CE), ADV: EMILIO FERNANDES DINIZ (OAB 12952/CE), ADV: JESSE MARCELO HOLANDA FONTELES (OAB 16777/CE), ADV: GERSON LOPES FONTELES (OAB 8063/CE) - Processo 0245430-09.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0245098-42.2024.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Limitada - REQUERENTE: Exact Brazil Investimentos e Participações Em Negócios Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Construrora Colméia S/A e outros - Conclusos. À fl. 992, a parte demandada comunica a interposição do Agravo de Instrumento 0637592-50.2024.8.06.0000, no âmbito da ação nº 0277736-31.2024.8.06.0001. Assim, consultando o referido processo, verifica-se o Tribunal de Justiça oficiou a Unidade, encaminhando a decisão interlocutória, deferindo a antecipação da tutela recursal para o fim de suspender as ações nº 0245098-42.2024.8.06.0001 e 024540-09.2024.8.06.0001. Desse modo, suspenda-se o presente feito. Providencie a Secretaria a movimentação processual. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: RODRIGO FIGUEIREDO DA SILVA COTTA (OAB 168001/RJ), ADV: ROGERIO ZAMPIER NICOLA (OAB 242436/SP), ADV: JONATHAN CAMILO SARAGOSSA (OAB 256967/SP) - Processo 0262103-77.2024.8.06.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - CREDOR: Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.a - Vistos. Às fls. 167/174, EQUATORIAL GOIÁS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A apresenta pedido de reconsideração em face da decisão de fls. 100/102. No entanto, não foi apresentado nenhum fato novo capaz de modificar o entendimento deste juízo, motivo pelo qual mantenho na íntegra a decisão de fls. 100/102. Intime-se a Impugnante desta decisão bem como para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o pagamento das custas processuais, conforme o Item XV da Tabela de Custas do TJCE, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, nos termos do art. 290, do NCPC. Comprovado nos autos pela Impugnante a providência acima determinada, cumpra-se a parte final da decisão de fls. 101/102, intimando-se Recuperanda para se manifestar, em 05 (cinco) dias. Empós, por igual prazo, fale o Administrador Judicial. Expedientes Necessários.

ADV: YVENS BRAUN SIMÕES (OAB 32644/CE), ADV: WELLINGTON ROCHA LEITAO FILHO (OAB 6622/CE) - Processo 0269829-39.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0269052-54.2023.8.06.0001) - Ação de Exigir Contas - Conta de Participação - REQUERENTE: Newco Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: L. Bosque do Catu Spe - Ltda - Diante do exposto, ACOLHO em parte os Embargos de Declaração, devendo contar na decisão de fls. 111/114, o seguinte : Isso posto, nos termos do artigo 550, § 5º, do CPC, julgo procedente o pedido, condenando a requerida LOTEAMENTO BOSQUE DO CATU SPE LTDA a prestar contas da sociedade, no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto no art. 551, do CPC, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que a autora apresentar. Condeno a parte requerida em honorários de sucumbência, que arbitro em R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais) nos termos do art. 85 §8° do CPC, visto que arbitrados em critérios legalmente permitidos e dentro da razoabilidade e proporcionalidade. Transitada em julgado, aguarde-se a 2ª etapa do processo da prestação de contas. P.R.I. Expediente necessário.

ADV: VALERIA PREVITERA DA SILVA (OAB 11379/CE), ADV: ANA LIGIA PEIXE LARANJEIRA (OAB 7300/CE) - Processo 0273983-66.2024.8.06.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Raimundo Augusto de Araujo Rocha Junior - REQUERIDO: Massa Fiori Industria e Comércio e outro - Isto posto, defiro o pedido de habilitação de crédito, e, por conseguinte, determino que seja inserido no quadro geral de credores da Massa Falida, o valor de R$ 37.367,57 (trinta e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete) em nome do habilitante RAIMUNDO AUGUSTO DE ARAUJO ROCHA JÚNIOR e o valor de R$ 5.673,39 (cinco mil, seiscentos e setenta e três e trinta e nove centavos), referente aos honorários sucumbenciais, em nome de sua patrona ANA LÍGIA PEIXE LARANJEIRA, ambos na classe trabalhista. Necessário a intimação da administradora judicial da Massa Falida para incluir no quadro geral de credores a respectiva Habilitação de

Crédito, apresentando em tempo razoável o aditivo no quadro geral de credores. Sem condenação em custas e honorários sucumbenciais. Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: YVENS BRAUN SIMÕES (OAB 32644/CE), ADV: WELLINGTON ROCHA LEITAO FILHO (OAB 6622/CE) - Processo 0282018-49.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0279642-90.2023.8.06.0001) - Ação de Exigir Contas - Conta de Participação - REQUERENTE: Newco Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Loteamento Belo Monte Spe Ltda - Diante do exposto, ACOLHO em parte os Embargos de Declaração, devendo contar na decisão de fls. 158/161, o seguinte : Isso posto, nos termos do artigo 550, § 5º, do CPC, julgo procedente o pedido, condenando a requerida LOTEAMENTO BELO MONTE SPE LTDA a prestar contas da sociedade, no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto no art. 551, do CPC, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que a autora apresentar. Condeno a parte requerida em honorários de sucumbência, que arbitro em R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais) nos termos do art. 85 §8° do CPC, visto que arbitrados em critérios legalmente permitidos e dentro da razoabilidade e proporcionalidade. Transitada em julgado, aguarde-se a 2ª etapa do processo da prestação de contas. P.R.I. Expediente necessário.

ADV: YVENS BRAUN SIMÕES (OAB 32644/CE), ADV: WELLINGTON ROCHA LEITAO FILHO (OAB 6622/CE) - Processo 0285286-14.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0285073-08.2023.8.06.0001) - Ação de Exigir Contas - Conta de Participação - REQUERENTE: Newco Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Loteamento Brisa do Paracuru - Diante do exposto, ACOLHO em parte os Embargos de Declaração, devendo contar na decisão de fls. 152/155, o seguinte : Isso posto, nos termos do artigo 550, § 5º, do CPC, julgo procedente o pedido, condenando a requerida LOTEAMENTO BRISAS DO PARACURU SPE LTDA a prestar contas da sociedade, no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto no art. 551, do CPC, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que a autora apresentar. Condeno a parte requerida em honorários de sucumbência, que arbitro em R$ 2.500,00(dois mil e quinhentos reais) nos termos do art. 85 §8° do CPC, visto que arbitrados em critérios legalmente permitidos e dentro da razoabilidade e proporcionalidade. Transitada em julgado, aguarde-se a 2ª etapa do processo da prestação de contas. P.R.I. Expediente necessário.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0301/2024

ADV: VALERIA PREVITERA DA SILVA (OAB 11379/CE), ADV: ADEMAR MENDES BEZERRA JUNIOR (OAB 15786/CE), ADV: DANIEL DE PONTES ALVES (OAB 27871/CE) - Processo 0158450-45.2013.8.06.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Concurso de Credores - REQUERENTE: Massa Falida Oboé Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e outros - TERCEIRO: Jose Newton Lopes de Freitas - Mega Imoveis - Mega Administracao de Imoveis e outros - Ante o exposto, determino que se oficie ao eminente Relator, para conhecimento das demandas supra referidas no presente feito, e a adoção das medidas que entender pertinentes. Expediente necessário e URGENTE.

ADV: LARA VASCONCELOS BARROSO (OAB 29138/CE) - Processo 0325318-67.2000.8.06.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Convolação de recuperação judicial em falência - MASSA FALIDA: Franco Confecções - Vistos. Analisando as fundamentações jurídicas constantes na petição da Síndica, às fls. 3.225/3.232, arbitro a aplicação do percentual de 5% sobre o produto dos bens ou valores da massa, vendidos ou liquidados pela síndica, nos termos do disposto no art. 67 do DL 7.661/45. Além disso, em que pese a literalidade do referido diploma legal preveja a o pagamento da remuneração do síndico somente após o julgamento das contas, atento ao trabalho e à responsabilidade da função, e por ser a remuneração do síndico indispensável para a administração da massa falida e a proteção dos interesses dos credores, merece acolhimento o pedido de levantamento parcial antecipado. Esse é o entendimento sedimentado na jurisprudência, conforme julgados colacionados na petição às fls. 3.225/3.232. Diante do exposto, autorizo o levantamento antecipado de 50% dos valores devidos a título de honorários da Síndica, descontando-se, ao final do processo falimentar, os valores recebidos. A petição de fls. 3.220/3.221 perdeu seu objeto, tendo em vista que já foi realizada a correção da carta de arrematação, conforme consta às fls. 3.233/3.234. Intime-se a Síndica para se manifestar sobre a petição de fls. 3.223, no prazo de 5 (cinco) dias. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2024

ADV: ANDREA VALE SPAZZAFUMO (OAB 14130/CE), ADV: MOZART GOMES DE LIMA NETO (OAB 16445/CE), ADV: JOÃO ALBERTO MATIAS COSTA FILHO (OAB 365628/SP) - Processo 0000449-15.2016.8.06.0111 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Antonio de Rosa e outro - REQUERIDO: Alessandra Ingui - R. hoje. Designo audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas arroladas para o dia 12 de fevereiro de 2024 às 14:00 horas, para ser realizada de forma presencial na sala de audiência da unidade. Caso não tenham ainda apresentado, deverão as partes apresentar o respectivo rol testemunhal no prazo máximo de dez dias, devendo ainda providenciar a sua intimação, consoante estabelece o artigo 455 do CPC.A audiência realizar-se-á na sede desse Juízo, caso as partes possuam testemunhas com domicílio diverso, fica franqueado as mesmas a apresentarem requerimento, no prazo de 15 dias, para realização de audiência telepresencial, na sede do foro de seu domicílio, consoante artigo 3º e 4º da Res. 354/CNJ, que será oportunamente apreciado por esse Juízo e caso deferido será informado o link da sala virtual.Todavia, fica desde já ressaltado que também será possibilitado o comparecimento à sede desse Juízo, de modo que a opção da parte por audiência telepresencial implicará em assunção de todos os riscos por problemas de sua conexão ou de suas testemunhas, reputando-se como ausentes caso não estejam acessíveis à sala virtual.Deverão as testemunhas trazer documento de identificação com foto e, em caso de realização de audiência telepresencial, estarem separadas de modo a não ouvir os depoimentos das demais. Intimações e expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO SILVA VERAS COELHO (OAB 10414/CE), ADV: ARELANO LUIZ BARROSO DOS SANTOS (OAB 6279/CE), ADV: KARLOS RONEELY ROCHA FEITOSA (OAB 23104/CE), ADV: CARLOS OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 36276/CE), ADV: MAURO JULIO FARIAS (OAB 8824-0/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0000650-75.2014.8.06.0111 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Five Stars Pousada Ltda Me (pousada Calanda) e outros - Vistos, etc. Considerando o decurso do prazo da citação editalícia

(fls. 1082/1086), intime-se a Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente contestação em favor da empresa citada por edital. Quanto à designação de data para a audiência de instrução, aguarde-se a manifestação da curadoria de ausentes. Expediente necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: JOSE AMERICO CATUNDA TIMBO (OAB 1655/CE), ADV: JOAO PAULO DE MARIA SOARES (OAB 3488/CE), ADV: PEDRO ANDRE DONATI (OAB 64654/SP), ADV: VLADIMIR OLIVEIRA BORTZ (OAB 147084/SP) - Processo 0000771-74.2004.8.06.0137 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Autofalência - REQUERENTE: PETROPAR EMBALAGENS S/A. - REQUERIDO: RVNOR INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS LTDA. - Vistos, etc. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 11522. No mais, permaneçam os autos disponíveis para fiscalização e acompanhamento dos credores. Expedientes necessários.

ADV: RAFAEL SALDANHA PESSOA (OAB 23951-A/CE), ADV: MARCELO AUGUSTO DE BARROS (OAB 198248/SP), ADV: FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA (OAB 132649/SP), ADV: CYLMAR PITELLI TEIXEIRA (OAB 107950/SP), ADV: ADEMAR MENDES BEZERRA JUNIOR (OAB 15786/CE), ADV: ANYA LIMA PENHA DE BRITO (OAB 19162/CE) - Processo 0013154-23.2016.8.06.0086 - Habilitação de Crédito - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Santana Textil S.a e outros - REQUERIDO: Redfactor Factoring e Fomento Comercial S/A - Vistos, etc. Considerando que o alvará de fl. 6733 já foi encaminhado à Instituição Bancária competente, entendo por prejudicado o pedido de fl. 6737. No mais, em inexistindo pendência remanescente, proceda-se ao arquivamento do feito. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: JOSE WALDIR DE PAULA FILHO (OAB 10881/CE) - Processo 0017968-61.2024.8.06.0001 (processo principal 0001005-11.2004.8.06.0055) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - MASSA FALIDA: Caninde Calçados Ltda - SOLICITANTE: Administrador Judicial: Asa Prime, Perícia, Administração e Recuperação Ltda - Vistos, etc. INTIME-SE a Massa Falida e o Administrador Judicial para se manifestarem, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca dos ofícios de fls. 188/208 e 209/212. No mais, considerando o requerimento de fl. 252, INTIME-SE a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para disponibilizar cópias dos processos administrativos que ensejaram os créditos públicos reivindicados. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: FELIPE VITOR ARAUJO ALVES (OAB 21330/CE), ADV: VOLNEY LIMEIRA LOBO (OAB 22012/CE), ADV: RONALD FEITOSA AGUIAR FILHO (OAB 24986/CE), ADV: CLÓVIS MAPURUNGA ADVOGADOS S/S (OAB 244/CE), ADV: RAMIRO SOUZA DE NOROES MILFONT (OAB 14806/CE), ADV: ROMULO LINHARES FERREIRA GOMES (OAB 17508/CE), ADV: CLOVIS RICARDO CALDAS DA SILVEIRA MAPURUNGA (OAB 4203/CE), ADV: MANOEL LEANDRO DE NOROES MILFONT (OAB 3176/CE), ADV: FRANCISCO EVANDRO PAZ (OAB 18370/CE) - Processo 0023873-28.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOÃO ALBERTO MATIAS COSTA e outro - REQUERIDO: José Eden Barbosa Peixoto - Ricardo Andrade Melo - Gerardo de Magela Vasconcelos Arruda - Abelardo Gadelha Rocha Neto e outros - TERCEIRO: Junta Comercial do Estado do Ceara - Isso posto, HOMOLOGO a renúncia manifestada pela parte exequente, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, III, c do Código de Processo Civil. Custas do feito pela renunciante, na forma do art. 90, do CPC. Ausente o interesse recursal, o trânsito em julgado é imediato. Com o trânsito em julgado, não havendo diligências pendentes, arquive-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0037223-05.2024.8.06.0001 (processo principal 0240066-90.2023.8.06.0001) - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDOR: Transporte Rapido Maranhense Ltda - Vistos, etc. INTIME-SE a Recuperanda, por meio do seu advogado para, no prazo de 5 (cinco) dias, com fundamento no art. 12 da Lei n. 11.101/05, se manifestar sobre a presente habilitação. Transcorrido o prazo, INTIME-SE o administrador judicial para, também no prazo de 5 (cinco) dias, emitir parecer. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA SOARES (OAB 23604/DF), ADV: RAISSA ROCHA NERY DEGAUT (OAB 35714/DF) - Processo 0113098-88.2018.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Apuração de haveres - REQUERENTE: Realty Gap Participações Sa - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que a intimação de fls. 6590 e 6592 ocorreu em nome do antigo advogado da parte. Desse modo, com vistas a evitar possível nulidade, hei por bem, RECONHECER ex officio a nulidade da intimação de fls. 6590 e 6592 e DETERMINAR a que a parte autora seja intimada, sobre a determinação de fl. 6589, desta vez em nome dos novos causídicos, Dr. Roberto Mariano Oliveira Soares (OAB/DF nº 23.604) e Dra. Raíssa Rocha Nery Degaut, OAB/DF nº 35.714, conforme substabelecimento de fl. 3.301. No mais, exclua-se o Dr. Rodrigo Badaro de Castro (OAB 2221A/DF). Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: JOAO PAULO DE AZEVEDO MARTINS (OAB 32835/CE), ADV: CAIO VERAS JOSINO (OAB 33961/CE), ADV: NATANAEL ALVES DE OLIVEIRA (OAB 29772/CE), ADV: MARCOS VINICIUS VIANNA (OAB 9198/CE) - Processo 0184675-39.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERIDO: Vianna, Martins & Amorim Advogados Associados S/S - Francisco Rodrigues de Lima - As partes apresentaram recursos de apelação. Intimem-se os apelados para apresentarem contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.010, § 1o, do CPC. Decorrido o prazo sem que nada seja apresentado ou requerido, encaminhem-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme determina o § 3º do mesmo dispositivo. Apresentadas as contrarrazões ou apelação adesiva, retornem-me os autos conclusos.

ADV: IGOR ARAUJO LOIOLA (OAB 34603/CE), ADV: MARCELO BRUNO SOUSA DE CARVALHO (OAB 32599/CE) - Processo 0188004-20.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Ciro Acunzo - Posto isso, considero o executado OSORIO LEITE DA COSTA como devidamente intimado para pagar a dívida, motivo pelo qual dou por prejudicado o pedido de sua intimação por edital. Assim, intime-se a parte autora para, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS,requerer o que entender cabível diante da inércia do executado. Expedientes necessários.

ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE), ADV: RAPHAELLA PRADO ARAGÃO DE SOUSA (OAB 38610/CE) - Processo 0200167-14.2023.8.06.0057 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: João da Silva Sousa - REQUERIDA: Antonia Evelma Cristovam Silva - R. hoje. Designo audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas arroladas para o dia 19 de fevereiro de 2024 às 14:00 horas, para ser realizada de forma presencial na sala de audiência da unidade. Caso não tenham ainda apresentado, deverão as partes apresentar o respectivo rol testemunhal no prazo máximo de dez dias, devendo ainda providenciar a sua intimação, consoante estabelece o artigo 455 do CPC.A audiência realizar-se-á na sede desse Juízo, caso as partes possuam testemunhas com domicílio diverso, fica franqueado as mesmas a apresentarem requerimento, no prazo de 15 dias, para realização de audiência telepresencial, na sede do foro de seu domicílio, consoante artigo 3º e 4º da Res. 354/CNJ, que será oportunamente apreciado por esse Juízo e caso deferido será informado o link da sala virtual.Todavia, fica desde já ressaltado que também será possibilitado o comparecimento à sede desse Juízo, de modo que a opção da parte por audiência telepresencial implicará em assunção de todos os riscos por problemas de sua conexão ou de suas testemunhas, reputando-se como ausentes caso não estejam acessíveis à sala virtual.Deverão

as testemunhas trazer documento de identificação com foto e, em caso de realização de audiência telepresencial, estarem separadas de modo a não ouvir os depoimentos das demais.Intimações e expedientes necessários.

ADV: JUMARIO GOMES DE MEDEIROS JUNIOR (OAB 22882/CE) - Processo 0200244-18.2022.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Jessiane Barbosa Aragão Hilario - Vistos, etc. Considerando a manifestação do perito às fls. 182/187, torno sem efeito a decisão de fl. 188. Prosseguindo, INTIME-SE as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca da proposta de honorários periciais de fls. 182/184. Transcorrido o prazo, retornem os autos conclusos para homologação. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: SERGIO ADRIANO RIBEIRO SOBREIRA (OAB 14096/CE) - Processo 0209032-34.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Maurizio Vizzutti - Vistos, etc. INTIME-SE o autor para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste-se sobre o resultado da pesquisa INFOJUD realizada, conforme consta à página 445. Expedientes necessários.

ADV: JOSE EMMANUEL SAMPAIO DE MELO (OAB 5210/CE), ADV: PEDRO SABOYA MARTINS (OAB 9123/CE) - Processo 0209731-59.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0264977-74.2020.8.06.0001) - Procedimento Comum Cível - Transferência de cotas - REQUERENTE: Germana de Vasconcellos Alves Carvalho - INTIME-SE a parte impugnante para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento e comprovação do pagamento das CUSTAS FINAIS, sob pena de remessa para dívida ativa do Estado do Ceará. Expediente necessários.

ADV: MARINA LIMA MAIA RODRIGUES (OAB 27150/CE) - Processo 0220245-66.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: José Antoniel de Lima - Vistos, etc. Em atenção ao requerimento de fl. 85, EXPEÇA-SE Cartas Precatórias para a citação do Sr. Jorge Taki Junior nos endereços indicados às fls. 77/79. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher as custas de expedição das cartas precatórias, bem como, das diligências do Oficial de Justiça. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

ADV: TIAGO QUEIROZ DO NASCIMENTO (OAB 43154/CE), ADV: DAYSE BRAGA MARTINS (OAB 13492/CE), ADV: MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL (OAB 12392/CE) - Processo 0261237-11.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ilana Viana do Amaral - REQUERIDO: Bruno Fernandes Rodrigues - R. hoje. Designo audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas arroladas para o dia 05 de fevereiro de 2024 às 14:00 horas, para ser realizada de forma presencial na sala de audiência da unidade. Caso não tenham ainda apresentado, deverão as partes apresentar o respectivo rol testemunhal no prazo máximo de dez dias, devendo ainda providenciar a sua intimação, consoante estabelece o artigo 455 do CPC.A audiência realizar-se-á na sede desse Juízo, caso as partes possuam testemunhas com domicílio diverso, fica franqueado as mesmas a apresentarem requerimento, no prazo de 15 dias, para realização de audiência telepresencial, na sede do foro de seu domicílio, consoante artigo 3º e 4º da Res. 354/CNJ, que será oportunamente apreciado por esse Juízo e caso deferido será informado o link da sala virtual.Todavia, fica desde já ressaltado que também será possibilitado o comparecimento à sede desse Juízo, de modo que a opção da parte por audiência telepresencial implicará em assunção de todos os riscos por problemas de sua conexão ou de suas testemunhas, reputando-se como ausentes caso não estejam acessíveis à sala virtual.Deverão as testemunhas trazer documento de identificação com foto e, em caso de realização de audiência telepresencial, estarem separadas de modo a não ouvir os depoimentos das demais.Intimações e expedientes necessários.

ADV: CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO (OAB 10666/CE), ADV: LARISSA PINHEIRO LOUREIRO (OAB 24923/CE), ADV: ROBERTO FERNANDO DE AMORIM JÚNIOR (OAB 7235/RN) - Processo 0262508-16.2024.8.06.0001 - Habilitação de Crédito - Concurso de Credores - CREDOR: Eronildo da Costa Miranda - REQUERIDO: Pca - Refeições Coletivas e Hospitalares Ltda - TERCEIRO: Carlos Eduardo de Lucena Castro - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a habilitação de crédito requerida pelo habilitante, devendo o crédito objeto dessa lide constar somente como extraconcursal, nos termos do art. 67, da Lei n. 11.101/2005. Por oportuno, esclareço que Por fim, condeno a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, cuja sua exigibilidade resta suspensa por força do disposto no art. 98, § 3º do CPC. Intimem-se. Cumpridas as determinações, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 08 de novembro de 2024. Cláudio Augusto Marques de Sales Juiz de Direito

ADV: IGOR AUGUSTO DA SILVA FÉLIX (OAB 94261/RS) - Processo 0288012-92.2022.8.06.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Apuração de haveres - AUTOR: Megatech Controls Ltda Epp - Vistos, etc. Em cumprimento à determinação de fl. 1649, PROCEDA-SE a pesquisa de endereços em nome de HENRIQUE JOSE MOREIRA BORRI, CPF: 615.202.925-20, por meio do sistema SISBAJUD. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data da assinatura digital. Daniel Carvalho Carneiro Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL, DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2024

ADV: ANDREA VALE SPAZZAFUMO (OAB 14130/CE), ADV: MOZART GOMES DE LIMA NETO (OAB 16445/CE), ADV: JOÃO ALBERTO MATIAS COSTA FILHO (OAB 365628/SP) - Processo 0000449-15.2016.8.06.0111 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Antonio de Rosa e outro - REQUERIDO: Alessandra Ingui - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, ante o erro material do despacho de páginas 1210, em relação a data da audiência de instrução onde foi datado o ano 2024, leia-se 2025.

ADV: RAPHAELLA PRADO ARAGÃO DE SOUSA (OAB 38610/CE), ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE) - Processo 0200167-14.2023.8.06.0057 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: João da Silva Sousa - REQUERIDA: Antonia Evelma Cristovam Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, ante o erro material do despacho de páginas 313, em relação a data da audiência de instrução onde foi datado o ano 2024, leia-se 2025.

ADV: MARCELO MOTA GURGEL DO AMARAL (OAB 12392/CE), ADV: DAYSE BRAGA MARTINS (OAB 13492/CE), ADV: TIAGO QUEIROZ DO NASCIMENTO (OAB 43154/CE) - Processo 0261237-11.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ilana Viana do Amaral - REQUERIDO: Bruno Fernandes Rodrigues - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, ante o erro material do despacho de páginas 213, em relação a data da audiência de instrução onde foi datado o ano 2024, leia-se 2025.

VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL

VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

EXPEDIENTES DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0633/2024

ADV: EDUARDO OLIVEIRA DIOGENES (OAB 38706/CE), ADV: DAVID CASSIN DOS SANTOS FILHO (OAB 46588/CE), ADV: ITALO GONÇALVES LOPES MONTEIRO (OAB 47822/CE), ADV: ANA ALICE RODRIGUES GOMES (OAB 48162/CE), ADV: RENATO BRAGA DO NASCIMENTO (OAB 43633/CE), ADV: ISNAIANE RODRIGUES DE SOUSA MAGALHÃES BARROS (OAB 44628/CE), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 39879/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO (OAB 38829/CE), ADV: LUIZA ROSA OLIVEIRA LIMA (OAB 21025/CE), ADV: JOSÉ EDMÁRIO MIRANDA NUNES (OAB 37151/CE), ADV: ARQUIMEDES FAUSTINO LEITE (OAB 36578/CE), ADV: SAMUEL GOMES PINTO SIQUEIRA (OAB 36330/CE), ADV: JOSE JAIRTON BENTO (OAB 32223/CE), ADV: PAULO EDUARDO BENJAMIM VIANA (OAB 30291/CE), ADV: PAULO CÉSAR MAGALHÃES DIAS (OAB 28487/CE), ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA (OAB 21692/CE), ADV: PAULO CESAR BARBOSA PIMENTEL (OAB 9165/CE) - Processo -

ADV: TATIANE FARIAS MARTINS (OAB 40283/CE), ADV: LAÍS MARTINS BANDEIRA (OAB 38831/CE), ADV: PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO (OAB 32714/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO GOIS MATIAS (OAB 27266/CE) - Processo 0036685-24.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - RÉU: GIL SAVIO DOS SANTOS DE MORAIS e outros - INVESTIGADO: Vitorio Augusto Queiroz Botelho - Designo, desde já a data de 26 de Março de 2025 com início às 09h00 e previsão de encerramento às 17h00, para realização da audiência de instrução e julgamento, devendo serem intimados os acusados (via SAV e por mandado), dos Advogados (por portal/DJ), da Defensoria e do Ministério Público por portal eletrônico.

ADV: FERNANDO DE SOUSA TEIXEIRA TERCEIRO (OAB 49066/CE) - Processo 0201740-58.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leonardo da Silva Viana e outro - Pedi os autos. Considerando que a Comarca de São Luís do Curu/CE passou a ser vinculada a Comarca de Umirim, nos termos da Resolução do Pleno do Tribunal de Justiça do Ceará nº 05/2019, determino o envio da Carta Precatória expedida às fls. 459/460 para a comarca vinculada, com a urgência que o caso requer. Outrossim, reitere-se a intimação do Dr. Fernando de Sousa Teixeira Terceiro - OAB/CE nº 49.066 para regularizar a representação processual do acusado, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: LUCYANNA CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 20290/CE), ADV: RAUL LOIOLA DE ALENCAR SOBRINHO SEGUNDO (OAB 23520/CE), ADV: VITO GOMES DE ARAUJO (OAB 35875/CE), ADV: VANIA GOMES CASTELO BRANCO (OAB 38826/CE), ADV: ROMAIN MENDES RODRIGUES FERREIRA (OAB 42224/CE), ADV: QUÉSIA DE SOUSA BOMFIM LIMA (OAB 42070/CE), ADV: MARDSON COSTA SANTOS (OAB 410898/SP) - Processo 0202327-59.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Colaboração com Grupo, Organização ou Associação Destinados à Produção ou Tráfico de Drogas - RÉU: P.J.S.C. - R.A.S. - R.U.B. - J.A.P.L. - F.J.F.L. e outros - Considerando que os acusados Francisco Josean Ferreira Leite, José Augusto Pereira Lima, Paulo Jhonata de Sousa Chaves, Edilson Alves Ferreira, Antônio Jacó Camilo da Silva, Marcelo Lopes de Sousa e Ruan Ursolino Barroso constituíram representantes processuais e apresentaram instrumento procuratório, proceda-se com as habilitações dos causídicos subscritores das petições de fls. 540, 607, 614, 631, 634, 640, 643. Na sequência, proceda-se com as intimações dos referidos causídicos para que apresentem resposta à acusação em favor dos acusados, no prazo de 10 (dez) dias. No mais, aguarde-se o retorno das cartas precatórias expedidas para citação dos acusados Cleiton Queiroz Barroso, Eluel Silva de Araújo, Jose Wlailson de Sousa Santos, Raimundo Andrade dos Santos, Francisco Gerlyson Gomes Monteiro, João Batista Lopes de Sousa, Estevao Lucas Silva do Nascimento, Gerardo de Albuquerque Alves e José Gonçalves de Lima Júnior. Expedientes necessários, com urgência.

ADV: JERÔNIMO CORREIA DE OLIVEIRA (OAB 18067/CE) - Processo 0274974-42.2024.8.06.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Taxa de Licenciamento de Estabelecimento - REQUERENTE: Marcelo Pereira Barroso - Ante o exposto, com fulcro nos artigos 118 e 120 do Código de Processo Penal, DEFERIMOS o pedido, e determinamos o levantamento do sequestro referente ao imóvel de matrícula nº 2744. Após o trânsito em julgado da presente decisão, proceda-se ao desbloqueio junto ao Cartório do Registro de Imóveis, retirando a restrição judicial que recai sobre o bem

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
JUIZ(A) DE DIREITO MAGISTRADO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DO SOCORRO FERNANDES BAIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0635/2024

ADV: MAYARA RODRIGUES PINHO ARRUDA (OAB 44142/CE), ADV: PEDRO ARTHUR MARQUES DE AQUINO (OAB 7222-E/CE), ADV: IAGO CUTRIM DE OLIVEIRA (OAB 21061/MA), ADV: ANTÔNIO CARLOS LARGURA NETO (OAB 47837/CE), ADV: LARA PEREIRA GOMES SANTOS (OAB 213091/RJ), ADV: PLINYO PACCIOLY RODRIGUES SANTOS (OAB 46759/CE), ADV: LUCCAS CONRADO PEREIRA CIPRIANO (OAB 40592/CE), ADV: MARCIO BORGES DE ARAUJO (OAB 18920/CE), ADV: FELIPE VASCONCELOS FEITOSA (OAB 41423/CE), ADV: MARCELO RODRIGUES DA SILVA (OAB 35205/CE), ADV: ALEX XAVIER SANTIAGO DA SILVA (OAB 24390/CE), ADV: RENAN BENEVIDES FRANCO (OAB 23450/CE), ADV: JOAO MARCELO LIMA PEDROSA (OAB 12511/CE), ADV: FRANCISCO VALDEMIZIO ACIOLY GUEDES (OAB 12068/CE) - Processo 0225156-24.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: RAFAEL DE OLIVEIRA ADRIANO - LUIZ HENRIQUE BERTOLDO DA SILVA - Francisco de Castro Valentim Filho - Jessika Maria Coelho de Castro - Francisco Thiago Gomes do Carmo Lago - Iranildo da Silva Bertoldo - FRANCISCO JONAS ODILON DE SOUZA - Marcio Andre Ribeiro Arruda Junior e outros - O representante do Ministério Público, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, ofereceu DENÚNCIA em relação aos acusados Andreza Ribeiro Dantas, Igor Monclá Cruz de Sousa, Rafael de Oliveira Adriano, Itauã

Souza dos Santos, Luiz Henrique Bertoldo da Silva, Francisco de Castro Valentim Filho, Jessika Maria Coelho de Castro, Francisco Thiago Gomes do Carmo Lago, Otomil Santos Carvalho Neto, Iranildo da Silva Bertoldo, Francisco Jonas Odilon de Souza e Márcio André Ribeiro Arruda Júnior, todos devidamente qualificados. Citados nos termos do art. 396, do Código de Ritos Penais, os acusados Luiz Henrique Bertoldo da Silva, Francisco de Castro Valentim Filho, Francisco Thiago Gomes do Carmo Lago, Iranildo da Silva Bertoldo, Francisco Jonas Odilon de Souza, Márcio André Ribeiro Arruda Júnior e Rafael de Oliveira Adriano, apresentaram resposta à acusação pugnando pela improcedência da delatória. Quanto à alegação feita pela defesa de Márcio André Ribeiro Arruda Júnior, de que o cumprimento do mandado de busca e apreensão deu-se em endereço diverso do que constava no mandado, denota-se que a busca realizada nas proximidades do endereço "Rua B, 191, apartamento 408, BL 01, bairro Maraponga" se deu em um contexto de cumprimento de mandado de prisão. Nos termos do relatório circunstanciado constante em fl. 411 do processo nº 0225455-98.2024.8.06, os policiais já haviam identificado o veículo pertencente ao delatado em diligência pretérita, e verificaram que o aludido veículo se encontrava estacionado no endereço em questão. Desse modo, a apreensão de objetos se deu em meio ao cumprimento do mandado de prisão que vigorava em desfavor do acusado, não havendo que se falar, portanto, em nulidade da busca e apreensão. No tocante as preliminares de inépcpcia da denúncia e ausência de justa causa, suscitadas pelas defesas de Márcio André Ribeiro Arruda Júnior e Francisco Thiago Gomes do Carmo Lago, respectivamente, não merecem prosperar, posto que presentes os requisitos previstos no art. 41 do Código de Ritos Penais, máxime em razão de estar descrito suficientemente o fato criminoso, possibilitando o exercício da ampla defesa por parte dos indigitados, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal. Por ter em consideração que as manifestações defensivas apresentadas, nos termos do que dispõe o art. 406, do CPP, não foram capazes de evidenciar nenhuma das hipóteses que justificam a rejeição da vestibular acusatória ou a absolvição sumária dos acusados, ratifico o recebimento da denúncia. Designo audiência de instrução para os dias 22/04/2025, 23/04/2025 e 24/04/2025, às 13:30 horas, de forma híbrida conforme disposto no julgamento do Procedimento de Controle Administrativo nº 0002260-11.2022.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça , com fulcro no art. o art. 185 §2º, inciso I do Código de Processo Penal e consoante Ofício nº 0394/2022/GAECO/MPCE da lavra do colegiado de Promotores de Justiça em atuação perante esta unidade judiciária, com a intimação do(s) acusado(s), de seu(s) defensor(es), do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente, consoante art. 399 do Código de Processo Penal. EXPEDIENTES: 1. INTIMEM-SE VIA PORTAL O MINISTÉRIO PÚBLICO, BEM COMO OS ADVOGADOS DOS ACUSADOS ATRAVÉS DO DIÁRIO DA JUSTIÇA. CADASTREM-SE OS ADVOGADOS QUE APRESENTARAM AS PEÇAS DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO; 2. Requisição da testemunha ALAN FILIPE DOS SANTOS ARAUJO ao RH DA PCCE via PORTAL para o dia 1; 3. Expeça-se carta precatória para Salvador/BA intimando a testemunha EVANDRO FERRARI para o dia 01; 4. Expeça-se carta precatória para Tauá/CE intimando a testemunha LUIZ EDUARDO GONÇALVES LIMA para o dia 02; 5. Expeça-se carta precatória para Bacabal/MA intimando o acusado FRANCISCO THIAGO GOMES DO CARMO LAGO e as testemunhas EDISON DE LACERDA JÚNIOR e EMANUEL GOMES DO CARMO, estas apenas para o dia 02; 6. Expeça-se carta precatória para Maracanaú/CE intimando a testemunha MARCOS ANTÔNIO CARVALHO BEZERRA NE SILVA DOS SANTOS para o dia 02; 7. OS INTERROGATÓRIOS DOS ACUSADOS presos no estado do Ceará, serão requisitados via SAV; 8. As intimações das testemunhas residentes nesta comarca deverão ser feitas através dos endereços e telefones informados. 9. Expeça-se carta precatória para Magé/RJ intimando o acusado RAFAEL DE OLIVEIRA ADRIANO; 10. Considerando que o causídico de fl. 970 já está habilitado nos autos, intime-o para apresentar resposta à acusação em relação à acusada JESSIKA MARIA COELHO DE CASTRO, no prazo legal. 11. Oficie-se as comarcas de Arraial do Cabo/RJ, Cabo Frio/RJ, Bacabal/MA e Magé/RJ para que retornem com informações acerca do cumprimento das cartas precatórias expedidas às fls. 761, 762, 763 e 957/958. 12. Acolho o pedido de substituição de testemunha protocolado às fls. 967/968, devendo ser excluída a testemunha MERIZETE BRAS DE SOUSA e cadastrada, em seu lugar, FABÍOLA DE MORAIS CARVALHO, nos termos indicados na petição.Os interrogatórios serão realizados por videoconferência, tendo em vista a regra do art. 185, §2º, I, do CPP, haja vista a própria competência da Vara e diante do recebimento da denúncia, há fundada suspeita de os réus pertencerem a organização criminosa, podendo a defesa, caso tenha testemunhas arroladas pendentes de oitiva, acostar aos autos em tempo hábil número de celulares ou e-mails de suas testemunhas pendentes de oitiva e dos acusados soltos, para que possam ser devidamente intimadas pela secretaria. Ademais, o ato por videoconferência se realizará na sala virtual de videoconferência 1 da VDOC (acessível pelo link https://link.tjce.jus.br/aa9436) através do sistema MICROSOFT TEAMS. LINK ALTERNATIVO DE ACESSO À SALA: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmE2ZDVmNmMtZWJkNS00YzE5LTlINjQtY2YxNzU4ODFjOWMz %40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a0bc271c-40fb-4f2d-8d7b-ca902ad3db60%22%7d QR CODE DE ACESSO À SALA:

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0634/2024

ADV: EDSON BRITO DE CHAVES (OAB 28842/CE) - Processo 0013945-09.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francisco Felipe Guia dos Santos - Intime-se a defesa do acusado Francisco Felipe Guia dos Santos para apresentar memoriais escritos no prazo de 05 (cinco) dias. Ademais, intime-se a Defensoria Pública Estadual para igualmente apresentar memoriais escritos no prazo de 10 (dez) dias, em favor do acusado Apolo Freitas Campos. Com as manifestações, façam os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO HENRIQUE ALMEIDA LEITE (OAB 21128/CE), ADV: EMANUELA MARIA LEITE BEZERRA CAMPELO (OAB 15499/CE), ADV: MARCOS LIMA MARQUES (OAB 33846/CE) - Processo 0139664-40.2019.8.06.0001 (apensado ao processo 0143354-77.2019.8.06.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - AUTUADO: Taumaturgo Alexandre Silveira de Carvalho e outros - Expedientes necessários.

ADV: JHANSEN THADEU LIBERATO ARAUJO (OAB 27372/CE), ADV: ALEXSANDRO DE SOUSA LOPES SILVA (OAB 35859/CE) - Processo 0203110-57.2023.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - RÉU: Antonio Cesario Gaspar Neto e outros - Intime-se as defesas constituídas pelos acusados Antônio Cesário Gaspar Neto e Krisllayne Vasconcelos Gaspar para que apresentem memoriais escritos, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se, via portal, a Defensoria Pública Estadual para apresentar memoriais em favor do réu Luiz Carlos da Silva, com a observância que o citado órgão terá o dobro do prazo para tanto, ou seja, 10 (dez) dias. Com as manifestações, façam os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: RENATA PINHEIRO GUERRA (OAB 51111/CE), ADV: AILSON SILVEIRA FILHO (OAB 52243/CE) - Processo 0215494-36.2024.8.06.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - RÉU: FRANCISCO ERBENILDO COELHO e outro - Em consonância com o parecer ministerial de fls. 188/189, determino o levantamento do sigilo dos autos, bem como defiro o requerimento de habilitação do causídico do delatado FRANCISCO ERBENILDO COELHO, fls. 181.

VARAS CRIMINAIS

EXPEDIENTES DA 1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: TARLITA DE CASTRO MONTE OLIVEIRA (OAB 41481/CE) - Processo 0006216-83.2010.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Rafael Ferreira de Souza e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista à advogada do réu para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

ADV: VALFREDO LEAO CANDEIRA JUNIOR (OAB 24896/CE) - Processo 0035702-40.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - RÉ: Suliane Queiroz de Moura - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista ao advogado da ré para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

ADV: ERICK SAMPAIO LEITE BRANDÃO OLIVEIRA (OAB 34345/CE), ADV: DENIZE CONCEIÇÃO ROCHA LIMA (OAB 49226/CE) - Processo 0069503-54.2009.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de papéis públicos - RÉU: Francisco Ideglauber dos Santos da Silva e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua , pratiquei o ato processual abaixo: CONSIDERANDO a designação de audiência de réu preso para o dia 29/10/2024, e que a mesma se estendeu por toda a tarde (17h45), ultrapassando o horário desta, inviabilizando sua realização, fica de logo, designado o dia 26 (vinte e seis) de agosto de 2025, às 16h30, para audiência de instrução e julgamento, devendo ser providenciado o seguinte expediente: a) intimação da ré, por mandado, no endereço informado na p. 270; b) notificação da representante legal da empresa vítima Maria de Fátima Oliveira Carvalho e condução coercitiva da testemunha Márcio Fernandes Oliveira Chagas (p. 294), por carta precatória, fornecendo-se o link: https://link.tjce.jus.br/fb5d97; c) intimação do Ministério Público pelo portal; d) intimação da Defesa, Dra. Denize Conceição Rocha Lima, pelo DJe. Intime-se a Defesa pelo Diário da Justiça eletrônico, para juntar aos autos cópia do documento de identidade apto a comprovar a idade da ré, para fins do art. 71, § 1º, da Lei nº 10.741/2003. Expedientes necessários. Abro vista dos presentes autos ao Representante do Ministério Público, para se manifestar acerca da certidão de p. 298, referente a testemunha Maria das Graças Gadelha Bonfim. Atualize-se o cadastro de partes.

ADV: JULIO CESAR DE ARAUJO MAIA (OAB 10733/CE) - Processo 0473445-58.2011.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Epaminondas Ferreira da Silva e outro - Vistos. Intime-se o réu Epaminondas Ferreira da Silva para comparecimento à audiência de instrução no endereço apresentado pelo Ministério Público na p. 736. Intime-se a defesa de Epaminondas Ferreira da Silva para atualizar o endereço das testemunhas arroladas na resposta à acusação, tendo em vista o largo interregno decorrido e a certidão de não localização da testemunha Ana Kethura Viana de Moraes à p. 767, informando se irá apresentá-las em juízo independente de intimação no dia da audiência. Demais expedientes necessários para a realização da audiência de instrução e julgamento designada na p. 643.

ADV: ANTONIO MARCOS OLIVEIRA TABOSA (OAB 29766/CE) - Processo 0938556-07.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Maria do Socorro Alves Telis e outro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista ao advogado da ré para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0336/2024

ADV: AFRANIO MELO JUNIOR (OAB 7367/CE) - Processo 0063120-50.2015.8.06.0001 (apensado ao processo 0063139-56.2015.8.06.0001) - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Outras fraudes - TERCEIRO: E.I. - Vistos. Intime-se o ilustre causídico, Dr. AFRÂNIO MELO JÚNIOR, OAB-CE Nº 7.367, o qual requereu intimação exclusiva, para apresentar termo constitutivo e quadro societário da empresa ARBORETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a fim de demonstrar a legitimidade do Sr. ANDRE STENSENG AALEN, bem como juntar procuração ad judicia devidamente subscrita pelo representante da referida pessoa jurídica, considerando que o instrumento de mandato juntado na p. 495 está apócrifo e limitado à atuação no Processo 0006964-26.2013.4.05.8100. Expediente necessário.

ADV: MARIA GORETH SILVA FERREIRA (OAB 14336/CE), ADV: DARLAN DA ROCHA LOPES (OAB 17647/CE) - Processo 0125131-62.2008.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Tarcisio Teles de Meneses Neto - Vandesman de Carvalho Moura - Vistos. Intime-se a defesa constituída para apresentação dos endereços atualizados das testemunhas arroladas, haja vista a certidão de não localização de p. 169, ou manifestar-se acerca da apresentação destas à audiência com dispensa de intimação, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpram-se oportunamente os expedientes para a realização da audiência designada, devendo ser observados os endereços de p. 168. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: NARCILIO NASARENO CARNEIRO SARAIVA (OAB 11888/CE) - Processo -

ADV: YARA SOUSA PEDROSA (OAB 48461/CE) - Processo 0205468-76.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Ramon Nascimento de Sousa e outros - Vistos em conclusão. I - Recebo a apelação de pág. 684 interposta pelos réus RAMON NASCIMENTO DE SOUZA e DIEGO SILVA DE ANDRADE, por meio da defesa constituída, uma vez que tempestiva. II - Nos termos do art. 600, do Código de Processo Penal, intime-se a ilustre Advogada, YARA SOUSA PEDROSA, OAB/CE 48.461, para oferecer as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias. III - Apresentadas as razões recursais, intime-se o Ministério Público para apresentação de contrarrazões às apelações interpostas no prazo de 08 (oito) dias. IV - Após o cumprimento das providências supraordenadas, expeça-se a guia de recolhimento provisória com relação ao acusado BRUNO PAULINO DA SILVA, encaminhando-a ao Juízo de execução e remetam-se, de imediato, os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para apreciação do recurso interposto, com as cautelas

de praxe. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2024

ADV: AIRLES MALVEIRA DE SOUSA NOBRE (OAB 36536/CE), ADV: MAYKO RENAN CARLOS DE ALCANTARA (OAB 48549/CE) - Processo 0205569-21.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - VÍTIMA: Carlos Marx Brasil Ribeiro - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista dos presentes autos assistente de acusação, para se manifestar acerca da petição de fls. 864/866.

ADV: DEODATO JOSE RAMALHO NETO (OAB 15895/CE) - Processo 0221549-03.2024.8.06.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Calúnia - REQUERENTE: Marcos Antonio de Vasconcelos Lira - Isso posto, declino da competência para processar e julgar o presente feito e, por conseguinte, determino a sua remessa dos autos à 14ª Vara Criminal. Intimem-se o querelante, por advogado; e o Ministério Público, por portal. Operada a preclusão, remetam-se os autos à distribuição para providências necessárias.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0319/2024

ADV: JOSE SERGIO FERREIRA BEZERRA (OAB 8587/CE) - Processo 0010091-58.2024.8.06.0296 (processo principal 0291587-11.2022.8.06.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Roubo - REQUERENTE: Gilmar Araújo de Oliveira - Assim, considerando que os bens pleiteados legalmente não pertencem ao requerente que não comprovou a propriedade, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO o presente pleito.

ADV: THYALA DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 36775/CE) - Processo 0166174-95.2016.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento público - RÉU: Thiago Martinho Nunes - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista ao advogado do réu para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: RENATA COLARES DOS SANTOS SOARES (OAB 27375/CE) - Processo 0192015-58.2017.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMA: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista ao advogado do réu para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: JOSÉ ALBERTO DA SILVA ROCHA (OAB 47078/CE) - Processo 0214002-09.2024.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Jose Wellington de Oliveira Vasconcelos - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, abro vista ao advogado da audiência designada para 12/11/2024 às 14h20min, a se realizar através do link: https://link.tjce.jus.br/137ae2

ADV: FRANCISCO WOLNEY NUNES DE BRITO (OAB 11747/CE) - Processo 0230625-51.2024.8.06.0001 - Inquérito Policial - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Antônio José Pinheiro Fernandes - Do exposto, considerando que o acordo de não persecução penal foi devidamente cumprido, em consonância com o Ministério Público, determino a extinção da punibilidade do Investigado Francisco Euclides Silva Lima, o que faço nos termos do art. 28-A, § 13, do Código de Processo Penal. Registre-se que, nos termos do art. 28-A, § 12, do Código de Processo Penal, a celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal não constarão de certidão de antecedentes criminais, exceto para os fins previstos no inciso III do $ 2° deste artigo.

ADV: RAPHAEL DE CASTRO MACHADO GIRÃO (OAB 36544/CE) - Processo 0275306-09.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Lucas Emanuel Nobre dos Santos - Diante do exposto, satisfeitos os requisitos elencados no art. 41, do CPP, ausentes quaisquer hipóteses de rejeição a que alude o art. 395 do CPP, RECEBO A DENÚNCIA para, em consequência, determinar a citação do acusado Lucas Emanuel Nobre dos Santos, como incurso nas penas do art. art. 157, § 2º, inciso VII, do Código Penal, para que responda à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Proceda-se a intimação do advogado Raphael de Castro Machado Girão (OAB nº 36544) que realizou a defesa do acusado por ocasião da audiência de custódia, para, em caso de prosseguir com a defesa do denunciado, anexar aos autos o instrumento de procuração no prazo de cinco dias. Registro que dos bens apreendidos e relacionados no auto de apreensão de fl 7 somente resta pendente de destinação a faca tipo peixeira, uma vez que o aparelho celular já foi restituído (termo de fl. 14).

ADV: TARLITA DE CASTRO MONTE OLIVEIRA (OAB 41481/CE) - Processo 0276948-17.2024.8.06.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Contravenções Penais - REQUERENTE: Leonardo Gomes Braga - Ante o exposto, REJEITO a queixa-crime apresentada porausênciadeprocedibilidade da ação por vício de representação, uma vez que não consta o devido instrumento de procuração com poderes especiais outorgado pelo querelante, conforme os ditames do artigo 44 do Código de Processo Penal, assim como as circunstâncias de tempo e local em que ocorreu o fato e quando o querelante teve ciência das supostas ofensas, permitindo ao querelado e à defesa técnica, o conhecimento, com precisão, dos limites dos fatos delituosos assacados para contrapor a pretensão acusatória, o que vislumbra ausência de justa causa, nos termos do artigo 395, incisos I e III, do Código de Processo Penal.

ADV: JOAO PINHEIRO (OAB 10045/CE) - Processo 0788958-85.2014.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: Francisco Rufino de Sales - Vistos em despachos, Certifique-se o trânsito em julgado em relação ao Ministério Público, quando só então analisarei a admissibilidade do recurso de embargos interposto pela defesa técnica do réu Francisco Rufino de Sales, assim como a ocorrência da prescrição retroativa, conforme ressalvado na arte final da sentença. Intime-se a defesa técnica do réu.

ADV: FRANCISCO ASSIS DE MENDONCA (OAB 5365/CE) - Processo 1058461-06.2000.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Marcelo Lima Bastos - Vistos em despachos, Certifique-se o trânsito em julgado em relação ao Ministério Público, quando só então analisarei a admissibilidade do recurso de apelação interposto pela defesa técnica do réu Marcelo Lima Bastos, conforme ressalvado na parte final da sentença. Intime-se.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0325/2024

ADV: ANA BEATRIZ BELTRAO MAGALHAES LEMOS (OAB 13405/CE), ADV: EVANILDO DA SILVA BERNARDINO (OAB 41621/CE) - Processo 0136498-34.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano - RÉU: Fabio Junior Patricio Gomes - Aberta a audiência, feito o pregão, verificaram-se as presenças e ausências acima elencadas. Inicialmente, foi decretada a revelia do acusado, nos termos do art. 367 do C.P.P, ante a informação de que não reside no endereço indicado na denúncia, não se encontrava na casa de recuperação, conforme certidões de fls. 243 e 250. Todavia, o ato processual restou prejudicado, face os advogados renunciarem ao mandado no dia desta audiência, cientes de que deveriam estar vinculados ao processo, no prazo de 10 dias subsequentes à renuncia, salvo se for substituído antes do término desse prazo, conforme estabelece o parágrafo 3º do art. 5 do Estatuto da Ordem (Lei Nº 8.906 de 04 de Julho de 1994). Afora isto, informaram que o réu queria ser assistido pela Defensoria Pública, porém, não juntaram qualquer comprovação dessa informação nos autos. Dessa forma, a MM. Juíza determinou que os patronos do réu fossem intimados para juntar a respectiva comprovação de que o acusado tomou ciência da referida renúncia, a fim de atender o disposto na parte final no art. 112, do CPC, adunando ainda, requerimento de que o mesmo pretende ser assistido pela Defensoria Pública, no prazo de 5 (cinco) dias. Por fim, a MM. Juíza redesignou o ato processual para o dia 20.08.2025, às 10h30, a ser realizado por meio de videoconferência, na modalidade híbrida https://link.tjce.jus.br/cb13f9, ficando intimados os presentes, mormente a vítima. DILIGÊNCIAS Atualização do histórico de partes. Intimação via DJ para os advogados Ana Beatriz Beltrão Magalhães Lemos OAB/CE 13.405 e Evanildo da Silva Bernardino OAB/CE 41.621, a fim de que juntem comprovação de que o acusado solicitou a assistência da Defensoria Pública no prazo de 5 (cinco) dias. Requisição ao Comando Geral da Policia Militar de Josimar Rodrigues Maciel, filho de Antonio da Silva Maciel e Francisca Helena Rodrigues; e Antônio Tiago Oliveira dos Santos, filho de Manoel Ferreira dos Santos e Maria Maciel Oliveira dos Santois.

EXPEDIENTES DA 6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0535/2024

ADV: JOSIMAR FERREIRA LIMA (OAB 20606/CE), ADV: VICENTE EDUARDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA (OAB 25978/CE) - Processo 0031186-74.2015.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação sexual mediante fraude - RÉU: F.R.C.S. - Cls. Considerando a petição de fls. 414, que informa a impossibilidade de notificação das testemunhas LUISA CELADE ARRUDA COELHO, JOSE ALVES NETO e ANGELIQUE SILVA DE ABREU, arroladas na resposta à acusação de fls. 188/189, intime-se a defesa do acusado FRANCISCO RAPHAEL DA COSTA SILVA para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se acerca do interesse na oitiva das referidas testemunhas, devendo informar os meios necessários para a sua localização, caso persista o interesse. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 31 de outubro de 2024. Eduardo de Castro Neto Juiz de Direito

ADV: ANGELO RODRIGUES GADELHA MOREIRA (OAB 20585/CE), ADV: THIAGO MACEDO ARAUJO (OAB 48528/CE) - Processo 0147504-38.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Abimael Santos de Lima - 3. DISPOSITIVO Por todo o exposto, julgo procedente a pretensão acusatória, para CONDENAR Abimael Santos de Lima pelo crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/03. - Dosimetria: Analisando as circunstâncias do art. 59 do Código Penal, verifico que o acusado agiu com culpabilidade normal à espécie; tem contra si condenação por fato anterior ao que tratam estes autos, nos autos do processo 0054891-04.2015.8.06.0001, com trânsito em julgado em 11 de julho de 2019; poucos elementos foram coletados acerca de sua personalidade e conduta social, razão pela qual deixo de valorá-las; o motivo do crime já é punido pela própria tipicidade do delito; as circunstâncias são comuns ao tipo; não houve maiores consequências; o comportamento do ofendido em nada contribuiu para o crime. À vista dessas circunstâncias analisadas isoladamente, fixo a pena-base em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa. Inexistem circunstâncias agravantes. Reconheço a circunstância atenuante da confissão espontânea (art. 65, III, d, CP), razão pela qual fixo a pena intermediária em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, ante a impossibilidade de conduzi-la aquém do mínimo legal. Ausentes causas de aumento e diminuição de pena, torno-a definitiva em 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Diante da ausência de maiores informações acerca da condição econômica do acusado, fixo o valor do dia-multa em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, a ser corrigido quando da execução. - Detração Penal e Regime Prisional Detração penal que em nada influencia a determinação do regime prisional. Deixo, portanto de efetuar a diminuição, que deverá se operar na fase de execução. Tendo em vista o quantum da reprimenda ora aplicada, determino o regime aberto para início do cumprimento da pena, conforme dispõe o artigo 33, §§ 2º e 3º, do CPB. - Do direito de recorrer em liberdade Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. 4. CONCLUSÃO Sem custas. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão:1) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados;2) Oficie-se à Justiça Eleitoral para os fins previstos no art. 15, inciso III, da Constituição Federal;3) Expeça-se a carta de execução de pena compatível com o regime ora aplicado.Intime-se o acusado para, no prazo de dez dias, efetuar o pagamento voluntário da multa, nos termos do art. 2º da Portaria 1466/2020 do TJCE. Caso decorra o prazo para pagamento voluntário ou frustrado o parcelamento da dívida, determino que seja emitida a certidão de liquidação da pena de multa. Quanto ao valor de R$ 85,00 (oitenta e cinco reais) constante do depósito judicial (fl. 65), considerando que não foi comprovada a propriedade e sua origem lícita, bem como não houve nenhum pedido de restituição, determino o seu perdimento para o Estado, devendo o valor ser revertido ao Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará (FERMOJU), devendo a Secretaria Judiciária expedir ALVARÁ JUDICIAL do Fundo Especial (Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário - CNPJ 41.655.846/0001-47; Caixa Econômica Federal; Agência n.º 0919-9; Conta-Corrente n.º 71.040-2, Operação: 006. A decisão interlocutória de fls. 201/202 determinou a notificação do réu para, querendo, reclamar em restituição os celulares apreendidos, Iphone e LG IMEI 352736052260356 (descritos à fl. 15), sob pena de aplicação dos ditames dos arts. 122 e 123 do CPP; devidamente notificado (fls. 205 e 223/225), o acusado não se manifestou. Segundo o art. 19 da Resolução nº 11/2015 do TJCE, Tratando-se de bem notariamente imprestável ou sem valor apreciável, será imediatamente destruído, mediante termo lavrado pelo Juiz do processo, ou pelo responsável pelo Depósito Público, onde houver. Com relação ao valor, considerando se tratar de eletroportáteis com mais de seis anos de uso, estando, portanto, obsoletos, possuem valor de mercado ínfimo, o que inviabiliza, inclusive, qualquer doação. Ademais, o leilão destes demandaria um custo muito alto. Desta forma, tendo em vista o princípio da razoabilidade, que deve orientar todos os atos judiciais e administrativos, e que os telefones apreendidos necessitariam ser desbloqueados, não sendo possível a sua formatação para apagar o conteúdo ali existente, sem que houvesse a violação de dados caso fosse

determinada a sua doação; nos termos do art. 19 da Resolução nº 11/2015 do TJCE, DECRETO O PERDIMENTO dos aparelhos celulares descritos à fl. 15, para determinar suas destruições. Determino a destruição das armas, munições e demais bens apreendidos, descritos às fls. 15/16. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado para a acusação, retornem-me os autos para análise da prescrição. Fortaleza/CE, 22 de outubro de 2024. Henrique Jorge Granja de Castro Juiz de Direito

ADV: RICARDO PIRES CORDEIRO (OAB 186801/SP) - Processo 0204703-30.2023.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Usurpação de função pública - RÉ: Marcia Danielle Alves Carvalho e outros - Cls. Defiro os pedidos de habilitação de fls. 724/725 e 727. Atualize-se o cadastro de partes. Nos termos do art. 570 do CPP, considero Isnael dos Santos e Marcia Daniele Alves Carvalho citados. Intimem-se os respectivos advogados para apresentarem resposta à acusação. Solicite-se a devolução da carta precatória de fls. 704 e 705/706. Abra-se vista ao representante do Ministério Público para se manifestar acerca da certidão de fls. 748. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0536/2024

ADV: MARCOS ANTONIO ANDRADE LIMA JUNIOR (OAB 400985/SP) - Processo 0204212-23.2023.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: THIAGO PEREIRA DOS SANTOS e outros - Cls. Defiro a habilitação de fls. 1354/1356 e, ante a procuração de fls. 1357, considerando-se suprida a sua citação do acusado Thiago Pereira dos Santos citado, nos termos do art. 570 do CPP. Intime-se o causídico para apresentar resposta à acusação no prazo legal. Atualize-se o cadastro de partes. Expedientes necessários.

ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE) - Processo 0246477-18.2024.8.06.0001 - Representação Criminal/ Notícia de Crime - Furto Qualificado - REQUERENTE: Jose Teles Bezerra Junior - Cls. Trata-se de notícia crime em desfavor de Francisca Uchoa da Cunha para fins de investigação de suposta subtração das alianças da vítima que estavam guardadas na gaveta. Consta às fls. 28, informação de que o Gabinete do Excelentíssimo Delegado Geral determinou a instauração do processo eletrônico NUP n.º 10051.019182/2024-26, a fim de dar ciência Autoridade Policial, tendo sido autuado sob o SAJ/TJ nº 0204697-86.2024.8.06.0296, motivo pelo qual a representante do Ministério Público pugnou pelo arquivamento do feito. Pelo exposto, acolho o parecer ministerial e determino o arquivamento do expediente em exame, haja vista que os fatos encontram-se sendo investigados no procedimento 0204697-86.2024.8.06.0296. Expedientes necessários. Arquive-se.

EXPEDIENTES DA 8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0389/2024

ADV: DARIO AMANCIO DE ASSIS (OAB 12888/CE) - Processo 0043977-31.2022.8.06.0001 - Representação Criminal/ Notícia de Crime - Difamação - REQUERENTE: Elenilson Candido da Silva - Com a palavra o MM. Juiz: intime-se através do Diário da Justiça o querelante, na pessoa de seu advogado Dário Amâncio de Assis - OAB/CE Nº 12.888 para se manifestar sobre a petição última da parte adversa, bem como para, se o caso, recolher as custas no prazo de 15(quinze) dias, nos termos do art. 290 do CPC. Após decorrido o prazo, com ou sem o pagamento das custas, voltem-me os autos conclusos. Exp.Nec.

ADV: FRANCISCO HELIVANGELO DO CARMO BARBOSA (OAB 46610/CE) - Processo 0213012-18.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: GEORGE ANTÔNIO MARTINS LIMA - Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do CPP,ratifico o recebimento da denúnciae designoaudiência de instrução e julgamentopara a data de 12 de maio de 2027, às 14 horas e 45 minutos, com tomada de declarações da vítima, inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público e a seguir o réu poderá requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução (art. 402 do CPP) e, em caso de deferimento, a audiência será concluída sem as alegações finais (art. 404 do CPP). Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos, proferindo o juiz, a seguir a sentença (art. 403 do CPP). Desta feita, determino o agendamento junto ao SAV em relação as testemunhas Carlos Alberto Feitosa dos Santos e Victor Hugo dos Santos Oliveira. Intime-se por mandado o réu George Antonio Martins Lima, nos endereços devidamente inseridos no cadastro de partes e representantes. Notifique-se por mandado a vítima Arismilton Ferreira Lima, bem como a testemunha Taiane Sousa Barboza, nos endereços devidamente inseridos no cadastro de partes e representantes. Ademais, a audiência supra designada se realizará nas modalidades telepresencial (as audiências ou sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias) e videoconferência (audiência realizada a partir de ambiente físico externo à unidade judiciária), nos termos do art. 1º, § único, inciso I, II e IV da resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) nº 04/2022, disponibilizada às fls. 4/5 do Diário da Justiça nº 2787 no dia 17/02/2022, bem como nos termos do Art. 1º do Provimento 05/2023/CGJCE, que incluiu o Art. 251-A ao Provimento nº 02/2021/CGJCE, que passou a vigorar com o conteúdo abaixo: Art. 251-A. Salvo requerimento de apresentação espontânea, o ofendido, a testemunha e o perito residentes fora do juízo serão inquiridos e prestarão esclarecimentos por videoconferência, na sede do foro de seu domicílio ou no estabelecimento prisional ao qual estiverem recolhidos. § 1º No interesse da parte que residir distante da sede do juízo, o depoimento pessoal ou interrogatório será realizado por videoconferência, na sede do foro do seu domicílio. § 2º Salvo impossibilidade técnica ou dificuldade de comunicação, deve-se evitar a expedição de carta precatória inquiritória. § 3º A distribuição de cartas precatórias referidas no parágrafo antecedente, nos feitos de atuação da Defensoria Pública deve ser realizada diretamente pelo juízo deprecante ao juízo deprecado. A audiência se realizará através da plataforma/aplicativo Microsoft Teams, a ser usado através do celular, tablet, desktop ou notebook, sendo necessário o uso de microfone e câmera, cujo link de acesso é https://link.tjce.jus.br/0c2325, bem como através do QRCode no rodapé desta decisão. Não obstante, quem assim preferir, por quaisquer motivos (por exemplo, quem estiver com problemas de conectividade, acesso à internet etc.), poderá comparecer presencialmente ao juízo, endereço no cabeçalho, na data e horário aprazados, para participar da audiência. Intime-se o Ministério Público através do portal. Intime-se através do Diário da Justiça o advogado; Francisco Helivangelo do Carmo Barbosa - OAB/CE nº 46.610. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO HELIVANGELO DO CARMO BARBOSA (OAB 46610/CE) - Processo 0271350-24.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: RENATO PINTO MATOS DE SOUSA - Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do CPP,ratifico o recebimento da denúnciae designoaudiência de instrução e julgamentopara a data de 17 de maio de 2027, às 13 horas, com tomada de declarações da vítima, inquirição das testemunhas arroladas pela

acusação e pela defesa, acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público e a seguir o réu poderá requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução (art. 402 do CPP) e, em caso de deferimento, a audiência será concluída sem as alegações finais (art. 404 do CPP). Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos, proferindo o juiz, a seguir a sentença (art. 403 do CPP). Desta feita, determino o agendamento junto ao SAV em relação a testemunha Paulo Florentino Silva. Intime-se por mandado o réu Renato Pinto Matos de Sousa nos endereços devidamente inseridos no cadastro de partes e representantes. Notifique-se por mandado a testemunha Jose Wellington Batista de Oliveira, nos endereços devidamente inseridos no cadastro de partes e representantes. Ademais, a audiência supra designada se realizará nas modalidades telepresencial (as audiências ou sessões realizadas a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias) e videoconferência (audiência realizada a partir de ambiente físico externo à unidade judiciária), nos termos do art. 1º, § único, inciso I, II e IV da resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) nº 04/2022, disponibilizada às fls. 4/5 do Diário da Justiça nº 2787 no dia 17/02/2022, bem como nos termos do Art. 1º do Provimento 05/2023/CGJCE, que incluiu o Art. 251-A ao Provimento nº 02/2021/CGJCE, que passou a vigorar com o conteúdo abaixo: Art. 251-A. Salvo requerimento de apresentação espontânea, o ofendido, a testemunha e o perito residentes fora do juízo serão inquiridos e prestarão esclarecimentos por videoconferência, na sede do foro de seu domicílio ou no estabelecimento prisional ao qual estiverem recolhidos. § 1º No interesse da parte que residir distante da sede do juízo, o depoimento pessoal ou interrogatório será realizado por videoconferência, na sede do foro do seu domicílio. § 2º Salvo impossibilidade técnica ou dificuldade de comunicação, deve-se evitar a expedição de carta precatória inquiritória. § 3º A distribuição de cartas precatórias referidas no parágrafo antecedente, nos feitos de atuação da Defensoria Pública deve ser realizada diretamente pelo juízo deprecante ao juízo deprecado. A audiência se realizará através da plataforma/aplicativo Microsoft Teams, a ser usado através do celular, tablet, desktop ou notebook, sendo necessário o uso de microfone e câmera, cujo link de acesso é https://link.tjce.jus.br/0c2325, bem como através do QRCode no rodapé desta decisão. Não obstante, quem assim preferir, por quaisquer motivos (por exemplo, quem estiver com problemas de conectividade, acesso à internet etc.), poderá comparecer presencialmente ao juízo, endereço no cabeçalho, na data e horário aprazados, para participar da audiência. Intime-se o Ministério Público através do portal. Intime-se através do Diário da Justiça o advogado; Francisco Helivangelo do Carmo Barbosa - OAB/CE nº 46.610. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: LUIS EDILSON DE SOUSA (OAB 25369/CE) - Processo 0031051-72.2009.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: CLAUDIO DE OLIVEIRA PINTO e outros - Ante o exposto, pronuncio a prescrição da pretensão punitiva retroativa, declarando extinta a punibilidade de Rafael Mendonça de Lima e Cláudio de Oliveira Pinto pela(s) imputação(ões) que lhe foi(ram) feita(s) nestes autos (CP, arts. 107, IV; 109, III; 110, §1º; art. 112, I; art. 117, I e IV).

EXPEDIENTES DA 10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0309/2024

ADV: FRANCISCO TIAGO SALES FERREIRA (OAB 44868/CE), ADV: NILLIS NASCIMENTO DA SILVA (OAB 37895/CE) - Processo 0027339-88.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Lilia Pereira Viana - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para CONDENAR a ré LÍLIA PEREIRA VIANA, anteriormente qualificada, como incursa nas sanções do art. 171, c/c art. 14, inc. II, ambos do CPB, passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB.

ADV: WASHINGTON LUIS TERCEIRO VIEIRA JUNIOR (OAB 15733/CE), ADV: JONATAS ALEXANDRE ROCHA JUNIOR (OAB 52384/CE), ADV: PAULO DE TARSO MOREIRA FILHO (OAB 7143/CE) - Processo 0033558-78.2024.8.06.0001 (processo principal 0800283-08.2024.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Crimes Previstos no Estatuto do Torcedor - MASSA FALIDA: Ministério Público do Estado do Ceará - Do exposto, por entender que as medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP são insuficientes para a manutenção da ordem pública, considerando, ainda, o parecer do Ministério Público, representado nestes autos pelo NUINC, indefiro a súplica de revogação da prisão preventiva. Mantenho, pois, o decreto da PRISÃO PREVENTIVA de Jeysivan Carlos Silva dos Santos, com fulcro no art. 311 do CPP, para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução penal, nos moldes do art. 312 e 313 do Código de Ritos Penais. Expedientes Necessários.

ADV: ADRIANA MARIA DE O. MARTINS (OAB 10657/CE) - Processo 0036169-04.2024.8.06.0001 (processo principal 0273738-55.2024.8.06.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Roubo Majorado - REQUERENTE: Adriana Maria de O. Martins - Do exposto e por mais que dos autos constam, levando em consideração o parecer do Ministério público, e por entender que as medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP são insuficientes para a manutenção da ordem pública, indefiro a presente postulação e mantenho o decreto da PRISÃO PREVENTIVA do Wesley Kauan Sousa da Silva , com fulcro no art. 311 do CPP, para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução penal, nos moldes do art. 312 e 313 do Código de Ritos Penais, com as alterações trazidas pela lei 12.403/2011. Intime-se. Após, arquive-se.

ADV: BRUNO ALVES LIMA (OAB 41509/CE) - Processo 0201093-29.2024.8.06.0293 - Inquérito Policial - Receptação - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Regional de Quixadá - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADO: Francisco Josefh Oliveira Lima - Vistos em conclusão. O Representante do Ministério Público firmou acordo de não persecução penal com Sr. Francisco Josefh Oliveira Lima, nos seguintes termos: pagará, à título de prestação pecuniária do ANPP, o valor de R$1.412,00 (hum mil quatrocentos e doze reais), sendo o valor de R$ 470,66 (quatrocentos e setenta reais e sessenta e seis centavos) referente a conversão da fiança paga (fls. 22/24) em favor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e o pagamento de R$ 941,34 (novecentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos) em parcela única, a ser paga até 30 dias após a audiência de homologação judicial. O acordo foi homologado por este juízo conforme termo de audiência às folhas 76. Vê-se às fls. 75 e 89/90 que o autuado cumpriu de forma integral o acordo estabelecido. Diante do exposto, pelos motivos acima alinhados, declaro extinta a punibilidade de Francisco Josefh Oliveira Lima, o que faço com esteio no art. 28-A, §13 do CPP. P.I.R. Arquive-se (art.28-A, §12, do CPP). Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 25 de outubro de 2024. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria Juíza de Direito

ADV: FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO (OAB 38829/CE) - Processo 0201744-35.2022.8.06.0001

- Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Antonio Silva Cavalcante Filho - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para CONDENAR o réu ANTÔNIO SILVA CAVALCANTE FILHO, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções do artigo 155 caput, do CPB, passando a dosar a pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB.

ADV: RICARDO ROCHA LOPES DA COSTA (OAB 39729/CE) - Processo 0204632-91.2024.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação sexual mediante fraude - RÉU: T.V.R.C. - Desta forma, pelos fundamentos acima alinhados, designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/05/2025 às 14:00hs, a ser realizada por meio do aplicativo Microsoft Teams, a ser utilizado no Celular, Tablet, Desktop ou Notebook para o qual será necessário o uso de microfone e câmera. Destarte, através de oficial de justiça, cumpram-se as intimações necessárias para a realização da audiência de instrução. Deve o oficial de justiça orienta-las a baixar e instalar o aplicativo em seu computador, aparelho celular ou qualquer outro dispositivo eletrônico, bem como colher o número de telefone das mesmas. Requisite-se as testemunhas de acusação, policiais militares, civis ou bombeiros, através de ofício, a serem enviados por e-mail (gabadj@pm.ce.br, cmtgeral@cb.ce.gov.br, apresentação@policialcivil.ce.gov.br), ou por meio do sistema Simav, e as demais testemunhas de acusação, vítimas e testemunhas de defesa, através de telefone nos autos, caso inexistente, através de oficial de justiça. Intime-se a defesa e o réu. Faça constar no(s) mandado(s), o link que será realizada a audiência: https://bit.ly/371hEfK Outrossim, fazer constar no mandado o whatsapp business: 3492-8692, deste gabinete, para qualquer informação ou dúvida acerca da audiência por videoconferência. Os réus presos serão intimados por este gabinete. Cumpra-se com as cautelas legais. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 22 de outubro de 2024. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria Juíza de Direito

ADV: JULIO CESAR COSTA E SILVA BARBOSA (OAB 43251/CE) - Processo 0219261-82.2024.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Receptação - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADO: Francisco Wemerson dos Santos Leitão - Vistos em conclusão. O Representante do Ministério Público firmou acordo de não persecução penal com Francisco Wemerson dos Santos Leitão, nos seguintes termos: pagamento do valor de R$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais) em favor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. O acordo foi homologado por este juízo conforme termo de audiência ás folhas 96/97. Vês-se às fls. 103, que autuado cumpriu de forma integral o acordo estabelecido. Diante do exposto, pelos motivos acima alinhados, declaro extinta a punibilidade do acusado Francisco Wemerson dos Santos Leitão, o que faço com esteio no art. 28-A, §13 do CPP. P.R.I. Arquive-se com as cautelas da lei(art.28-A, §12, do CPP).

ADV: HERICKSON JOSE COELHO MONTE (OAB 25262/CE) - Processo 0227289-73.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - AUT PL: 2º Distrito Policial - RÉU: Thiago da Silva Pinto - Vistos em conclusão O Representante do Ministério Público firmou acordo de não persecução penal com Thiago da Silva Pinto, nos seguintes termos: pagará, a título de prestação pecuniária do ANPP, o valor de R$ 1.412,00 (um mil quatrocentos e doze reais) em favor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, a ser pago em parcela única, que deverá ser paga até 30 dias após a audiência de homologação judicial. Esse valor deverá ser depositado em uma das contas da referida instituição abaixo indicada (Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza), juntando cópia do depósito nos presentes autos. O acordo foi homologado por este juízo conforme termo de audiência às folhas 189. Vê-se às fls. 193 que o autuado cumpriu de forma integral o acordo estabelecido. Diante do exposto, pelos motivos acima alinhados, declaro extinta a punibilidade de Thiago da Silva Pinto, o que faço com esteio no art. 28-A, §13 do CPP. P.I.R. Arquive-se (art.28-A, §12, do CPP). Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 25 de outubro de 2024. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria Juíza de Direito

ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE) - Processo 0235661-11.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jean Ferreira da Silva - Vistos e examinados. Trata-se de denúncia oferecida pelo Douto Representante do Ministério Público, contra o acusado Jean Ferreira da Silva, como incurso nas penas do artigo 16, §1º, III, da Lei n° 10.826/03. Citado nos termos do art. 396, do CPP, o acusado, através de seu defensor, apresentou resposta à acusação (fls. 146/151). Considerando que a exordial delatória encontra-se lastreada em razoável suporte probatório, havendo, destarte, justa causa para a presente persecução penal, ratifico a decisão que a recebeu (fls. 87/88). Desta forma, pelos fundamentos acima alinhados, designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/04/2025 às 14:00hs, a ser realizada por meio do aplicativo Microsoft Teams, a ser utilizado no Celular, Tablet, Desktop ou Notebook para o qual será necessário o uso de microfone e câmera. Destarte, através de oficial de justiça, cumpram-se as intimações necessárias para a realização da audiência de instrução. Deve o oficial de justiça orienta-las a baixar e instalar o aplicativo em seu computador, aparelho celular ou qualquer outro dispositivo eletrônico, bem como colher o número de telefone das mesmas. Requisite-se as testemunhas de acusação, policiais militares, civis ou bombeiros, através de ofício, a serem enviados por e-mail (gabadj@pm.ce.br, cmtgeral@cb.ce.gov.br, apresentação@policialcivil.ce.gov.br), ou por meio do sistema Simav, e as demais testemunhas de acusação, vítimas e testemunhas de defesa, através de telefone nos autos, caso inexistente, através de oficial de justiça. Intime-se a defesa e o réu. Faça constar no(s) mandado(s), o link que será realizada a audiência: https://bit.ly/371hEfK Outrossim, fazer constar no mandado o whatsapp business: 3108-0973, deste gabinete, para qualquer informação ou dúvida acerca da audiência por videoconferência. Os réus presos serão intimados por este gabinete. Cumpra-se com as cautelas legais. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 22 de outubro de 2024. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria Juíza de Direito

ADV: SÉRGIO RICARDO DO NASCIMENTO PEREIRA (OAB 44640/CE) - Processo 0270395-85.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - RÉU: Wellington Lourenço dos Santos - Vistos em conclusão. O Representante do Ministério Público firmou acordo de não persecução penal com Wellington Lourenço dos Santos, nos seguintes termos: reversão de toda a fiança paga em delegacia, em prol da Santa Casa de Misericórdia, pelo que foi aceito pelo réu e e pelo advogado. O acordo foi homologado por este juízo conforme termo de audiência ás folhas 124. Vês-se às fls.130/131, que autuado cumpriu de forma integral o acordo estabelecido. Diante do exposto, pelos motivos acima alinhados, declaro extinta a punibilidade do acusado Wellington Lourenço dos Santos, o que faço com esteio no art. 28-A, §13 do CPP. P.R.I. Arquive-se com as cautelas da lei(art.28-A, §12, do CPP).

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0310/2024

ADV: RAKEL PINHEIRO DA SILVA (OAB 27874/CE) - Processo 0036017-53.2024.8.06.0001 (processo principal 0252210-62.2024.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Crimes do Sistema Nacional de Armas - MASSA FALIDA: Lucas Carlos da Silva Abreu - Vistos em conclusão. A defesa do acusado requer as fls. 01/05 a revogação da medida cautelar de monitoramento eletrônico, sob o argumento de que o prazo estabelecido para o cumprimento da medida já decorreu, e que o acusado cumpriu de forma regular a medida estabelecida. Instado a manifestar-se o representante do Ministério Público opinou pelo

deferimento do pleito. Compulsando os autos constata-se que o acusado foi preso em flagrante delito no dia 17 de julho de 2024, pela suposta pratica do crime incurso nos art.15 e art.16 do Estatuto do Desarmamento. Após a realização da audiência de custódia, o acusado foi beneficiado com a liberdade provisória mediante o cumprimento das seguintes medida cautelares:a) Comparecimento mensal na sede da Central de Alternativas Penais, estabelecida no Complexo da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso - CISPE, situada na Av. Heráclito Graça, n.º 600, Bairro Centro, nesta cidade, telefone (85) 3101-7723, para informar e justificar suas atividades; b) proibição de ausentar-se da Comarca em que reside quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; c) tornozeleira eletrônica, equipamento este que será fixado no ato da soltura, ficando o mesmo ciente, outrossim, que o rompimento, ou qualquer outra forma de violação do equipamento, acarretará registro da ocorrência pelo órgão competente e será comunicada ao juízo para o qual for redistribuído o presente auto para as providências que entender cabíveis, dentre as quais, a decretação de prisão preventiva. Até o presente momento não veio aos autos qualquer noticia sobre o descumprimento das cautelares estabelecida. Considerando que o acusado cumpriu de forma regular, pelo período de 03(três) meses, todas as cautelares determinadas, entendo pelo deferimento do pleito. Ante o exposto, revogo a medida cautelar de monitoramento eletrônico, e mantenho a demais cautelares estabelecidas na decisão de fls. 54/58. Intime-se o acusado para que compareça a central de monitoramento para proceder com a retirada do equipamento. Oficie-se à central informando sobre a revogação da medida cautelar de uso de tornozeleira. Expedientes necessários.

ADV: ALESSANDRO DE AZEVEDO NOGUEIRA (OAB 22862/CE), ADV: THALYS MENDES ALMEIDA (OAB 45137/CE) - Processo 0070238-58.2007.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Abimael da Silva Borges e outros - Vistos em conclusão. A defesa do acusado Francisco Gledson Nogueira de Lucena requer a retificação do despacho de folhas 2317/2318, haja vista a expressa manifestação de apresentar a defesa na instância superior. Assiste razão a defesa uma vez que a defesa, ás folhas 2100/2136, quando da interposição da apelação, já havia manifestado o interesse em apresentar as razões no 2º Grau de Jurisdição. Isto posto, retifico o despacho de folhas 2308, apenas com relação a determinação para apresentar as razões recursais, devendo ser desconsiderada a intimação de folhas 2313 para o Dr.Alessandro de Azevedo Nogueira (OAB 22862/CE) e Thalys Mendes Almeida (OAB 45137/CE) com relação ao acusado Francisco Gledson Nogueira de Lucena. Intime-se.

ADV: PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 23510/CE) - Processo 0205852-61.2023.8.06.0296 - Inquérito Policial - Peculato - INVESTIGADO: DAVID LIMA DE FREITAS - Cls. Face os problemas técnicos demonstrados na petição de fl. 103/104, redesigno a audiência de Homologação de Acordo de Não Persecução Penal para o dia 17/12/2024 às 13:45h, sendo PRESENCIAL, no Gabinete da 10ª Vara Criminal de Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua. Intimar investigado e o advogado de defesa. Expedientes Necessários. Fortaleza (CE), 06 de novembro de 2024. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria Juíza de Direito

EXPEDIENTES DA 11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0284/2024

ADV: MIGUEL FERNANDES PESSOA NETO (OAB 41187/CE) - Processo 0035774-12.2024.8.06.0001 (processo principal 0211806-66.2024.8.06.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Roubo Majorado - REQUERENTE: Jeferson dos Santos Marques - DISPOSITIVO Destarte, tendo em vista o princípio da razoabilidade, observando-se, ainda, a situação específica dos presentes autos e da ação penal a esta vinculada (com INSTRUÇÃO ENCERRADA) hei por bem INDEFERIR O PEDIDO DE RELAXAMENTO DE PRISÃO POR EXCESSO DE PRAZO do requerente JEFERSON DOS SANTOS MARQUES. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 05 de novembro de 2024. Sandra Elizabete Jorge Landim Juíza de Direito

ADV: SERGIO SILVA DOS SANTOS (OAB 29621/CE), ADV: CICERO EDIVAN OLIVEIRA LIMA (OAB 39807/CE), ADV: ALBERTO LUCAS NOGUEIRA LIMA (OAB 40640/CE) - Processo 0202049-70.2023.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Francisco Wellington Freitas Baltazar e outros - Cls. Audiência de instrução designada para o dia 14 de novembro de 2024, às 10 horas (fls. 648/649), a qual será realizada de forma híbrida, na Sala de audiência da 11ª Vara Criminal ou por videoconferência. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/0f142b Intimem-se os advogados dos réus.

ADV: ANTONIO CARLOS ARAUJO ARRUDA PRADO (OAB 42604/CE), ADV: DAVI MARTINS FERNANDES (OAB 52217/CE) - Processo 0207116-91.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: Jardel Freitas Silva e outro - Vistos, etc. Recebo o recurso interposto pela defesa do réu JARDEL FREITAS SILVA e MARIA LUCINEIDE RAFAEL, nos seus jurídicos e legais efeitos. Vista ao apelante para apresentação das razões. Após, ao apelado para contra-arrazoar. Em seguida, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 12ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0351/2024

ADV: ROBERTO CRUZ CAVALCANTE (OAB 37091/CE) - Processo 0261475-88.2024.8.06.0001 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - INVESTIGADO: F.O.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a vítima na pessoa do seu representante legal, para que se manifeste sobre o interesse na manutenção da medida protetiva, devendo o meirinho encarregado da diligência certificar nos autos sobre o interesse na manutenção da medida protetiva aplicada, conforme determinado na decisão de págs. 44/46 do Pedido de Aplicação de Medida Protetiva de Urgência nº 0229370-58.2024.8.06.0001. Ainda em cumprimento a decisão supracitada, dê ciência ao Ministério Público e aos causídicos das partes (no presente Inquérito Policial) acerca do pronunciamento de págs. 44/46 do Pedido de Aplicação de Medida Protetiva de Urgência nº 0229370-58.2024.8.06.0001.

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0352/2024

ADV: MARCOS FELIPE DE ANDRADE TELES (OAB 31612/CE) - Processo 0214840-54.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0220557-47.2021.8.06.0001) - Produção Antecipada de Provas Criminal - Estupro de vulnerável - INVESTIGADO: I.B.M. e outro - Defiro o requerimento do Ministério Público. Designo a Audiência de Produção Antecipada de Provas para o dia

13.12.2024, às 10:00. Determino o envio de Carta Precatória à Comarca de Caucaia/CE, solicitando a disponibilização de sala passiva e Entrevistadora Forense para realização do Depoimento Especial na referida data. Intime-se a vítima, o investigado e seu advogado. Expedientes necessários.

ADV: THYAGO ALVES DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 30390/CE), ADV: CARLOS HENRIQUE NUNES DE MENEZES (OAB 46899/CE) - Processo -

ADV: JOAO VICTOR DUARTE MOREIRA (OAB 30457/CE), ADV: VITÓRIA CRISTINO DUTRA SOARES (OAB 51175/CE) - Processo 0800466-76.2024.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas Criminal - Estupro de vulnerável - RÉU: J.R.F.O. - Intime-se o representante do Ministério Público, solicitando que providencie a retirada do Inquérito Policial n. 0204202-13.2022.8.06.0296 do Ambiente de Inquéritos, objetivando o apensamento da presente cautelar.

EXPEDIENTES DA 13ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0315/2024

ADV: SHEILA SALES SOBREIRA ARRUDA (OAB 15077B/CE) - Processo 0273764-53.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - AUT PL: Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADO: Leonardo Wilker Couto Diniz e outro - 1. DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. Trata-se de denúncia ofertada pelo Representante do Ministério Público em desfavor de João Pedro Dias Lima, dando-o como incurso nas penas dos arts. 16 da lei nº. 10.826/03, art. 244-B do ECA e art. 28 da Lei nº 11.343/06, em concurso material de Infrações. Compulsando o feito, verifico que a exordial delatória engloba os requisitos básicos e elementares de sua admissibilidade, a teor do artigo 41 do CPP, posto que contém a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, bem como a qualificação do acusado, a classificação dos crimes imputados e o rol testemunhal, pelo que constato que não há circunstância ensejadora de sua rejeição liminar, mencionada no artigo 395, I do CPP. Verifico, ainda, estarem presentes os pressupostos processuais e as condições para o regular exercício da ação penal, bem como um lastro probatório mínimo que fornece, ab initio, prova da existência do fato e indícios suficientes da autoria (justa causa), não restando evidenciados motivos capazes de impor a rejeição da denúncia, conforme art. 395, II e III do Código de Processo Penal. Dessa forma, hei por bem recepcionar a presente denúncia, determinando a citação do denunciado João Pedro Dias Lima para responder à acusação, através de advogado e por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, constando no expediente que, caso o citando não disponha de recursos financeiros para o pagamento de honorários advocatícios, deverá declarar-se pobre na forma da lei e solicitar a nomeação de Defensor Público para patrocinar-lhe a defesa. 2. DA DESTINAÇÃO DOS BENS APREENDIDOS. Compulsando os autos, verifico que foram apreendidos no bojo do presente processo uma pistola 9MM acompanhada de carregador, 08 (oito) munições de calibre 9 MM, um IPhone da Marca Apple na cor rosa, 1 trouxa grande de maconha (10g), 3 pacotes de papel seda, 01 (um) colírio, uma tesourinha de unha, dichavador bem bolado, um automóvel FIAT SIENA ESSENCE 1.6 placa OSH9J20 acompanhado de uma chave, um celular Samsung cor preto, um celular fabricante Xiaomi Redmi 12 Cor preta modelo 2305RN02L danificado, 85 (oitenta e cinco) reais e um celular Xiaomi Modelo 2303ERA42L Cor Azul danificado com três câmeras traseiras e uma frontal, conforme termos de apresentação e apreensão às fls. 6 e 41. À fl. 89, conta termo de restituição do automóvel FIAT SIENA ESSENCE 1.6 placa OSH9J20 acompanhado de uma chave. Destaca-se que o auto de apresentação e apreensão de fls. 41, referente a um celular fabricante Xiaomi Redmi 12 Cor preta modelo 2305RN02L danificado, 85 (oitenta e cinco) reais e um celular Xiaomi Modelo 2303ERA42L Cor Azul danificado com três câmeras traseiras e uma frontal, foi lavrado na DCA e refere-se ao procedimento menorista. Instado a se manifestar, o Parquet informou, no tópico 6 da denúncia, que seja seja oficiado à PEFOCE solicitando a realização de exame pericial na arma de fogo e munições, bem como na substância entorpecente apreendida, conforme fl. 06, com a remessa dos respectivos laudos. Ademais, quanto aos outros bens apreendidos, o MPCE manisfestou desinteresse, opinando pela destinação de acordo com o Manual de Bens Apreendidos do CNJ. Desta forma, tendo em vista o princípio da razoabilidade, que deve orientar todos os atos judiciais e administrativos, DECRETO O PERDIMENTO do 3 pacotes de papel seda, 01 (um) colírio, uma tesourinha de unha, dichavador bem bolado descritos no auto de apresentação e apreensão às fls. 6 e determino a sua destruição, nos termos do Manual de Bens Apreendidos do Conselho Nacional de Justiça. Oficie-se ao Depósito Público e intime-se a autoridade policial do 4º DP autorizando o descarte dos referidos bens. Oficie-se à PEFOCE para que realize exame pericial na arma de fogo e munições, bem como na substância entorpecente apreendida, conforme fl. 6, com a remessa dos respectivos laudos. Por fim, intime-se o denunciado João Pedro Dias Lima para que, no prazo de 10 dias, manifeste interesse nos bens apreendidos e não destinados, quais sejam, um IPhone da Marca Apple na cor rosa, um celular Samsung cor preto, descritos às fls. 6, devendo o denunciado formular pedido em autos apartados e juntar documentação que comprove a lícita propriedade dos referidos bens. Proceda-se a atualização do histórico de partes e a evolução de classe. P.R.I. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 07 de novembro de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0316/2024

ADV: PAULO RODRIGUES ALVES (OAB 14452/CE), ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: JUSTINO ALVES MARTINS JUNIOR (OAB 44341/CE), ADV: FRANCISCA ALÉSSIA VANESSA ALENCAR DA COSTA (OAB 49321/CE) - Processo -

EXPEDIENTES DA 14ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0393/2024

ADV: RAIMUNDO NONATO DE LIMA RIBEIRO (OAB 2875/CE), ADV: THYAGO ALVES DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 30390/CE), ADV: YVENS DIXON MOREIRA ARAGAO DE LIMA (OAB 30751/CE) - Processo 0001912-16.2012.8.06.0019 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Francisco Eudes Aguiar de Souza e outro - Em face do acima exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia de páginas 01/04 para, em consequência, ABSOLVER, como absolvo, o acusado FRANCISCO EUDES AGUIAR, qualificado, do delito que lhe foi imputado, nos termos do art. 386, VII, do CPB, mas para CONDENAR, como condeno, o acusado JOSÉ AURILIO DA SILVA BEZERRA, qualificado, como incurso

nas penas do art. 303, parágrafo único (com remissão ao art. 302, §1º, I), do CTB. IV - DOSIMETRIA E FIXAÇÃO DA PENA Passo a verificação dos critérios previstos no artigo 59, do Código Penal. a) o sentenciado é penalmente imputável, tinha plena consciência da ilicitude de seus atos, sendo-lhe exigível conduta diversa, portanto bastante reprovável seu comportamento; b) analisando seus antecedentes, verifico ser ele primário, conforme se verifica na certidão de página 225; c) não há critérios suficientes sobre sua personalidade e conduta social; d) os motivos dirigir sem observar a necessária segurança no trânsito; e) circunstâncias realizou uma manobra sem o devido cuidado necessário à segurança do trânsito; g) consequências, inerentes à espécie; h) o comportamento das vítimas não contribuíram para a prática do delito. Não existem elementos suficientes nos autos para se aferir a situação econômica do sentenciado. Ponderadas as circunstâncias judiciais, verifico que pesa negativamente em desfavor do réu o fato de estar conduzindo veículo sem habilitação, o que ocasiona o aumento de 1/3 (um terço) da pena, razão pela qual fixo a pena base em 8 (OITO) MESES DE DETENÇÃO E PROIBIÇÃO PARA DIRIGIR PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES. Não há circunstâncias agravantes a serem analisadas, mas reconheço em favor do réu acusado José Aurilio da Silva Bezerra, a circunstância atenuante da confissão prevista no art. 65, inciso III, alínea d do Código Penal, entretanto, deixo de ponderá-la em razão da pena ter sido aplicada no seu mínimo legal (súmula nº 231 do STJ). Considerada as diretrizes do art. 33, §2º, c, do CPB, determino o REGIME ABERTO para cumprimento da pena. Em obediência ao art. 44, §2º, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade aplicada por uma pena restritiva de direitos, a qual deverá ser determinada de acordo com as aptidões do condenado, através do juízo das execuções de penas alternativas, pelo interregno de tempo da pena privativa de liberdade imposta ao mesmo. Deixo de cumprir o disposto no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, em face do que no decurso da prova, em razão do dano causado à vítima já ter sido reparado, conforme se vê nas declarações da vítima em juízo. Concedo ao apenado o direito de recorrer em liberdade (§1º, do art. 387, do CPP). Tendo em vista o que dispõe o §2º, do art. 387, do Código de Processo Penal, deixo de aplicar a detração ali prevista, uma vez que o apenado não chegou a ser preso. Custas na forma da lei. P.R.I. Após o trânsito em julgado, lance-lhe o nome no rol dos culpados e encaminhe-se a respectiva Guia de Recolhimento ao Juízo das Execução das Penas Alternativas desta Capital, para os devidos fins de direito. Suspendo os direitos políticos do sentenciado durante o cumprimento da pena, conforme o artigo 15, III, da Constituição Federal, devendo ser comunicado ao Tribunal Regional Eleitoral. Não há bens apreendidos neste processado. Intime-se o apenado e Oficiem-se ao órgão Estadual de Transito, na forma e para o cumprimento do artigo 293 e seus parágrafos, do CTB. Cumpra-se. Transitada em julgado, com certidão nos autos (§ 1º, do art. 110, do CP), voltem-me conclusos para apreciação da extinção da punibilidade, pela prescrição, na forma do art. 61, do CPP.

ADV: KAIO GALVAO DE CASTRO (OAB 31507/CE) - Processo 0039055-10.2023.8.06.0001 (processo principal 0187965-18.2019.8.06.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - \\\<"Lavagem\\\<" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Oriundos de Corrupção - REQUERENTE: Marcos Andre Chaves da Costa - Vistos em conclusão. Acolho o parecer de páginas 114. Intime-se o requerente, bem como o seu advogado do teor do ofício de páginas 109/110, e para que informem a este Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, se o veículo foi devidamente restituído. Expediente necessário.

ADV: ERASTOTENES COSTA DOS SANTOS (OAB 37391/CE) - Processo 0186871-06.2017.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Andre Silva Nascimento - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intime-se o advogado do réu, via Dj-e., para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO EDSON DE SOUSA PEREIRA (OAB 25073/CE), ADV: HERICKSON JOSE COELHO MONTE (OAB 25262/CE), ADV: MARCELO RODRIGUES DA SILVA (OAB 35205/CE) - Processo 0278714-42.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: Guilherme Fernandes Silva Barreto - Esmael Cruz da Silva Santos - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, intimem-se os advogados dos réus, através do Dj-e., para apresentação de memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 15ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0328/2024

ADV: GUSTAVO COSTA LEITE MENESES (OAB 13798/CE) - Processo 0035590-56.2024.8.06.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - (Fato até 10/01/2023) Injúria Preconceituosa em Razão de Cor - REQUERENTE: Marcio Costa Leite Menezes - Assim, acolho, por seus próprios fundamentos a petição de fls. retro e determino o arquivamento destes autos. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO BARRETO ROSA GADELHA (OAB 28427/CE), ADV: LICIA BARRETO ROSA GADELHA (OAB 42414/CE) - Processo 0117753-74.2016.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Jose Bruno da Silva Marques e outros - Ante o exposto, e por tudo mais que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia de fls. 53/59, e, por via de consequência, CONDENO o réu JOSE BRUNO DA SILVA MARQUES, nas tenazes do art. 155, § 4°, IV do CPB; em contrapartida, ABSOLVO o réu, ALISSON DA SILVA PEREIRA, das acusações contidas na denúncia, com fulcro no art. 386, VII, do CPPB e ABSOLVO o réu JOSÉ BRUNO DA SILVA MARQUES quanto aos crimes previstos no art. 288, do CPB e art. 244-B, do ECA, com base no art. 386, VII, do CPPB; por fim, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados JOSE BRUNO DA SILVA MARQUES e ALISSON DA SILVA PEREIRA, em razão da prescrição da pretensão punitiva relacionada ao ilícito capitulado no do art. 163, do CPB, o que faço com arrimo no art. 107, inciso IV, c/c o art. 109, inciso VI, ambos do CPB. Em obediência ao princípio constitucional de individualização da pena (art. 5º, XLVI, CF/88) e atento às disposições encartadas no art. 59, do CPB - que regulamenta a individualização das reprimendas penais condenatórias - passo a analisar as circunstâncias judiciais que orientam o magistrado na fixação da pena base: 1. CULPABILIDADE: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a), nos termos da Súmula 444, do STJ; 2. ANTECEDENTES: Observa-se que o acusado já foi condenado no processo n° 0182156-28.2011.8.06.0001 (15ª Vara Criminal de Fortaleza/CE), por fatos anteriores a este (ocorridos em 16/11/2011), mas com trânsito em julgado posterior (ocorrido em 09/02/2022), pelo que possui maus antecedentes, mas não pode ser considerado reincidente (condenações criminais com trânsito em julgado que não geram reincidência). Por esta razão, valoro negativamente esta circunstância, consoante entendimento jurisprudencial consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ. 5ª Turma. HC n. 210.787/RJ, Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe 16/9/2013).; 3. CONDUTA SOCIAL: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a), nos termos da Súmula 444, do STJ; 4. PERSONALIDADE: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a), nos termos da Súmula 444, do STJ; 5. MOTIVOS DO CRIME: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a); 6. CIRCUNSTÂNCIAS: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a); 7.CONSEQUÊNCIAS EXTRAPENAIS: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a); 8. COMPORTAMENTO DAS VÍTIMAS: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a). Ante às circunstâncias acima analisadas, agravo a pena

em 1/6 e fixo a pena base de 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, além de 11 (onze) dias-multa para o delito de furto (considerando as circunstâncias judiciais do art. 59, do CPB, e atento às condições econômicas do sentenciado - critério mais favorável). Em observância ao disposto no art. 68, do CP, passo a verificar a existência das circunstâncias legais previstas nos arts. 61 a 65, do citado estatuto normativo. Inexistem circunstâncias agravantes a serem consideradas. Subsiste em favor do réu a atenuante da confissão espontânea, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ. 5ª Turma. REsp 1.972.098-SC, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 14/06/2022 -Info 741), pelo que reduzo a pena anteriormente fixada, conforme orienta a Súmula 231 do STJ, para seu patamar mínimo de 02 (dois) anos de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa. Inexistem causas de aumento e de diminuição a serem reconhecidas. Portanto, fixo a PENA DEFINITIVA em 02 (dois) anos de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa. O dia-multa será calculado a razão de um 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, sujeito à atualização de que trata o art. 49, do CPB. DA DETRAÇÃO. Por força do § 2º, do art. 387, do CPP, com a nova redação dada pela Lei nº 12.736/12, o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade deveria este magistrado, ainda na fase de conhecimento do feito, após fixar a pena definitiva e o regime inaugural de cumprimento da expiação, dedicar um novo capítulo na sentença condenatória para a análise de eventual progressão de regime. Tenho, todavia, que o desconto imposto pela novel legislação deve ser ponderado à luz das regras insculpidas na Lei de Execução Penal, e não como mero cálculo aritmético isolado, sob pena de permitir ao condenado uma progressão de regime imprópria, ou seja, com lapsos temporais reduzidos, dissociada de seu mérito pessoal, e em total arrepio às regras existentes, as quais, diga-se de passagem, não foram revogadas. Em outras palavras, o período de detração para fins de progressão de regime prisional já na fase de conhecimento, além de corresponder às frações de 1/6 (crimes comuns) ou 2/5 ou 3/5 (crimes hediondos primários ou reincidentes), não tem o condão de desautorizar a aferição do mérito do sentenciado, verificável pelo atestado de comportamento carcerário e, em alguns casos, por parecer criminológico, notadamente quando houver necessidade de um exame mais acurado sobre o progresso de ressocialização. Sobredita inovação legislativa instituiu uma interação entre as jurisdições penais de conhecimento e executiva, propiciando ao magistrado condutor da primeira etapa o reconhecimento de eventual direito à progressão de regime prisional, desde que presentes os requisitos objetivos e subjetivos previstos na lei de regência. Pensar de forma diversa é fornecer um tratamento não isonômico a pessoas em situação jurídica semelhante. No caso em apreço, não há como aplicar-se o art. 387, § 2º, do CPP, notadamente pela ausência de informações acerca do mérito do(a) sentenciado(a), razão pela qual determino que por ocasião da expedição da competente guia de execução, a Secretaria observe, caso existente(s), o(s) período(s) em que o(a) condenado(a) esteve cautelarmente preso(a) em virtude da prática do ilícito versado nestes autos, procedendo a devida detração, cabendo a apreciação de eventual direito à progressão de regime ao Juízo das Execuções Criminais desta Comarca. DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. Nos termos do art. 33, par. 2º, alínea c, do CPB, e considerando que os critérios previstos no caput do art. 59 do CP, analisados nesta decisão, fixo o REGIME ABERTO para o cumprimento inicial de sua pena. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE Com amparo no art. 44, § 2º, do Codex Criminal, substituo a sanção constritiva de liberdade por duas restritivas de direitos, a saber: I) Prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em estabelecimento indicado pelo Juízo da Execuções; II) Prestação pecuniária, no valor de 01 (um) salário mínimo, cabendo, igualmente, ao Juízo das Execuções a indicação da entidade ou estabelecimento público ou assistencial a ser beneficiado com o recolhimento deste montante. Deixo de proceder à suspensão condicional da pena em face do disposto no art. 77, inciso III do CPB. DA NECESSIDADE DE ENCARCERAMENTO DO ACUSADO (DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE). Concedo ao réu JOSE BRUNO DA SILVA MARQUES o direito de apelar em liberdade. Isento o(a/s) réu(s), ainda, ao pagamento das custas processuais. Verifica-se que, no auto de apresentação e apreensão de fl. 23, consta como apreendido o seguinte bem, não devolvido e não solicitado: um carro de mão, usado; cuja destruição determino. Com o trânsito em julgado da presente decisão: a) Lance(m)-se o(s) nome(s) do(s) réu(s) no rol dos culpados; b) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a(s) condenação(ões) do(s) réu(s), para fins de cumprimento do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal; c) Expeça(m)-se guia(s) de execução ao Juízo da Vara das Penas Alternativas desta Comarca para o início do cumprimento da pena, detraindo-se o tempo de cárcere cautelar do apenado, caso existente. Após o trânsito em julgado desta para acusação, retornem os autos para análise da prescrição retroativa, conforme norma insculpida no art. 110, §1°, do Código Penal. P.R.I.C.

ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE) - Processo 0176694-80.2017.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Pedro Alberto Martins - Ante o exposto, com fulcro no art. 28-A, §13º do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado PEDRO ALBERTO MARTINS, com relação aos fatos nestes autos tratados. Intime-se o advogado e dê-se ciência ao representante do Ministério Público (Enunciado 105 FONAJE). Proceda-se o registro do benefício despenalizante nesse Juízo para fins de cumprimento ao disposto no §2º, inciso III, do mencionado art. 28-A do CPP. Considerando o art. 25, da Lei nº 10.826/03, determino o encaminhamento do material apreendido (fl. 07 arma e munições) para o Comando do Exército, a fim de que, providencie sua destruição. Comunique-se a autoridade policial. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: ANDRE FELIPE CORDEIRO BRAGA (OAB 17301/CE) - Processo 0202257-20.2024.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTOR: J.P. - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - AUTUADO: Filipe Dantas de Carvalho - Vistos etc. Aponto o dia 27/07/2025, às 15 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento, ocasião em que serão tomados os depoimentos das testemunhas e realizado o interrogatório do acusado. EXPEÇA-SE MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA O RÉU. EXPEÇA-SE OFÍCIO DE REQUISIÇÃO PARA A TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: EXPEÇA-SE MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA A TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: INTIMEM-SE O(S) REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA, VIA “PORTAL”, E ADVOGADO(S) EVENTUALMENTE CONSTITUÍDOS, POR D.J. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

ADV: JOÃO ALFREDO CARNEIRO DE MORAIS (OAB 37009/CE) - Processo 0226822-31.2022.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Luan Félix da Silva - Ante o exposto, e por tudo mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia de fls. 60/62 e, por via de consequência, CONDENO o réu LUAN FÉLIX DA SILVA pela prática do delito capitulado no art. 180, caput, do CPB. Em obediência ao princípio constitucional de individualização da pena (art. 5o, XLVI, CF/88) e atento às disposições encartadas no art. 59, do CPB - que regulamenta a individualização das reprimendas penais condenatórias -, passo a analisar as circunstâncias judiciais que orientam o magistrado na fixação da pena base: 1. CULPABILIDADE: Inexistem elementos que favoreçam ou prejudiquem o acusado; 2. ANTECEDENTES: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a), nos termos da Súmula 444, do STJ; 3. CONDUTA SOCIAL: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a), nos termos da Súmula 444, do STJ; 4. PERSONALIDADE: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a), nos termos da Súmula 444, do STJ; 5. MOTIVOS DO CRIME: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a); 6. CIRCUNSTÂNCIAS: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a); 7. CONSEQUÊNCIAS EXTRAPENAIS: Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a); 8. COMPORTAMENTO DAS VÍTIMAS:

Nada há que favoreça ou prejudique o(à) acusado(a). Ante às circunstâncias acima analisadas, fixo a pena base de 01 (um) ano de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa (considerando as circunstâncias judiciais do art. 59, do CP, e atento às condições econômicas do sentenciado - critério mais favorável). Em observância ao disposto no art. 68, do CPB, passo a verificar a existência das circunstâncias legais previstas nos arts. 61 a 65, do citado estatuto normativo. Inexistem circunstâncias agravantes e atenuantes a serem consideradas. Ausentes causas de aumento e de diminuição de pena. Assim, fixo a PENA DEFINITIVA em 01 (um) ano de reclusão, além de 10 (dez) dias-multa. O dia-multa será calculado a razão de um 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato, sujeito à atualização de que trata o art. 49, do CP. DA DETRAÇÃO. Por força do § 2º, do art. 387, do CPP, com a nova redação dada pela Lei nº 12.736/12, o tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade - deveria este magistrado, ainda na fase de conhecimento do feito, após fixar a pena definitiva e o regime inaugural de cumprimento da expiação, dedicar um novo capítulo na sentença condenatória para a análise de eventual progressão de regime. Tenho, todavia, que o desconto imposto pela novel legislação deve ser ponderado à luz das regras insculpidas na Lei de Execução Penal, e não como mero cálculo aritmético isolado, sob pena de permitir ao condenado uma progressão de regime imprópria, ou seja, com lapsos temporais reduzidos, dissociada de seu mérito pessoal, e em total arrepio às regras existentes, as quais, diga-se de passagem, não foram revogadas. Em outras palavras, o período de detração para fins de progressão de regime prisional já na fase de conhecimento, além de corresponder às frações de 1/6 (crimes comuns) ou 2/5 ou 3/5 (crimes hediondos - primários ou reincidentes), não tem o condão de desautorizar a aferição do mérito do sentenciado, verificável pelo atestado de comportamento carcerário e, em alguns casos, por parecer criminológico, notadamente quando houver necessidade de um exame mais acurado sobre o progresso de ressocialização. Sobredita inovação legislativa instituiu uma interação entre as jurisdições penais de conhecimento e executiva, propiciando ao magistrado condutor da primeira etapa o reconhecimento de eventual direito à progressão de regime prisional, desde que presentes os requisitos objetivos e subjetivos previstos na lei de regência. Pensar de forma diversa é fornecer um tratamento não isonômico a pessoas em situação jurídica semelhante. No caso em apreço, não há como se aplicar o art. 387, § 2º, do CPP, notadamente pela ausência de informações sobre o mérito do(a/s) sentenciado(a/s), razão pela qual determino que por ocasião da expedição da competente guia de execução, a Secretaria observe, caso existente(s), o(s) período(s) em que o(a/s) condenado(a/s) esteve cautelarmente preso(a/s) em virtude da prática do ilícito versado nestes autos, procedendo a devida detração, cabendo a apreciação de eventual direito à progressão de regime ao Juízo das Execuções Criminais desta Comarca. DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. Nos termos do art. 33, § 2º, alínea c, do CPB, o regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade imposta ao(à) acusado(a) é o ABERTO, haja vista que sua pena é inferior a 04 (quatro) anos de prisão. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. Com amparo no art. 44, § 2º, do Códex Criminal, substituo a sanção constritiva de liberdade por uma restritiva de direitos, a saber: I) Prestação de serviços à comunidade, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, em estabelecimento indicado pelo Juízo da Execuções; Deixo de proceder à suspensão condicional da pena em face do disposto no art. 77, inciso III do CPB. DA NECESSIDADE DE ENCARCERAMENTO DO ACUSADO (DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE). Concedo ao réu LUAN FÉLIX DA SILVA o direito de apelar em liberdade. Isento o(a/s) réu(s), ainda, ao pagamento das custas processuais. Registro que não há bens pendentes de destinação. Com o trânsito em julgado da presente decisão: a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, para fins de cumprimento do disposto no art. 15, III, da Constituição Federal; c) Expeça-se guia de execução definitiva, detraindo-se o tempo de cárcere cautelar do apenado, acaso existente. P.R.I.C.

ADV: ANDRE EUGENIO DE OLIVEIRA QUEZADO (OAB 25992/CE) - Processo 0262673-63.2024.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Ailton Fabricio Serafim dos Santos - Recebo o recurso de apelação de fls. 116/120, interposto pelo representante do ministério público, em seus efeitos legais. Assim, intime-se a defesa do réu AILTON FABRICIO SERAFIM DOS SANTOS, para apresentar contrarrazões, no prazo de 08 (oito) dias, nos termos do art. 600 do Código de Ritos Penais

ADV: RAYMUNDO NONATO DA SILVA FILHO (OAB 36841/CE) - Processo 0268590-63.2024.8.06.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Francisco Allison do Nascimento - R.h. Aponto o dia 20/01/2025, às 14:15h, para realização de audiência de homologação de Acordo de Não Persecução Penal, a qual poderá ser realizada por sistema de videoconferência, com a utilização do aplicativo Microsoft Teams, devendo o link de acesso ser hospedado no endereço: “https://link.tjce.jus.br/acaaf3”. As partes deverão contatar a Secretaria deste Juízo para obter informações com, pelo menos, 15 dias de antecedência da data designada, a fim de que sejam esclarecidas se a audiência será, ou não, presencial. Os canais de contato constam no cabeçalho deste despacho.À SEJUD para proceder à confecção dos expedientes de intimação do réu. Intime-se a defensoria pública e o rmp através do portal eletrônico e advogado eventualmente constituído, via D.J. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data registrada no sistema.

ADV: MATEUS LIMA CHRISÓSTOMO (OAB 45868/CE) - Processo 0270053-40.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTOR: J.P. - AUT PL: 10º Distrito Policial - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Breno Nefi Guerra da Silva - Vistos etc. A representante do ministério público, em exercício neste Juízo, ofertou denúncia em desfavor de Breno Nefi Guerra da Silva, regularmente qualificado nos autos, imputando-lhe a autoria do delito capitulado no art. 12, da Lei 10.826/2003, Estatuto do Desarmamento. Citado nos termos do art. 396, do Código de Ritos Penais, o acusado apresentou resposta à acusação, aduzindo que os fatos não se passaram como narra a delatória. Por ter em consideração que a manifestação defensiva apresentada, nos termos do que dispõe o art. 406, do CPP, não foi capaz de evidenciar nenhuma das hipóteses que justificam a absolvição sumária do acusado, tal como previsto do art. 397, da Lei Adjetiva Penal, ratifico o recebimento da denúncia. Aponto o dia 21/07/2025, às 15h30min, para realização de audiência de instrução e julgamento, ocasião em que serão tomados os depoimentos das testemunhas e realizado o interrogatório do acusado. EXPEÇA-SE MANDADO DE INTIMAÇÃO PARA O RÉU. EXPEÇA(M)-SE OFÍCIO(S) DE REQUISIÇÃO PARA A(S) TESTEMUNHA(S) DE ACUSAÇÃO: INTIMEM-SE O(S) REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA, VIA “PORTAL”, E ADVOGADO(S) EVENTUALMENTE CONSTITUÍDOS, POR D.J. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

ADV: ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE SEGUNDO (OAB 21999/CE), ADV: LEANDRO DUARTE VASQUES (OAB 10698/CE), ADV: MARINA TORQUATO BRASIL (OAB 48609/CE), ADV: AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO (OAB 25465/CE) - Processo 0800436-75.2023.8.06.0001 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Peculato - INVESTIGADO: Esmerino Oliveira Arruda Coelho Junior e outros - Tendo em vista o teor da petição de fls. 1094/1096 e considerando a certidão de fls. 1097, intimem-se os patronos do autuado ESMERINO OLIVEIRA ARRUDA COELHO JÚNIOR, para responder, por escrito, aos termos da denúncia, conforme art. 514, do CPP. Em relação à solicitação de acesso aos processos de nº 0034322-45.2016.8.06.0001 e 0034299-65.2017.8.06.0001, deve ser feito pedido de habilitação em cada um deles, individualmente. Ademais, perlustrando os autos, os verifica-se que ainda não houve retorno da carta precatória expedida com a finalidade

de notificar o autuado MARCELLO BALABRAM. Assim, oficie-se ao Juízo deprecado, solicitando informações sobre o efetivo cumprimento da deprecata.

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0329/2024

ADV: TAISE CRISTINE DA SILVA SANTOS (OAB 17830/PI) - Processo 0248550-94.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Wesley Mendonça Lima - AUTUADO: Vitor Gabriel Soares de Araújo - R.h. Aponto o dia 20/01/2025, às 14h45min, para realização de audiência de homologação de Acordo de Não Persecução Penal, a qual poderá ser realizada por sistema de videoconferência, com a utilização do aplicativo Microsoft Teams, devendo o link de acesso ser hospedado no endereço: “https://link.tjce.jus.br/acaaf3”. As partes deverão contatar a Secretaria deste Juízo para obter informações com, pelo menos, 15 dias de antecedência da data designada, a fim de que sejam esclarecidas se a audiência será, ou não, presencial. Os canais de contato constam no cabeçalho deste despacho.À SEJUD para proceder à confecção dos expedientes de intimação do réu. Intime-se a defensoria pública e o rmp através do portal eletrônico e advogado eventualmente constituído, via D.J. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, data registrada no sistema.

EXPEDIENTES DA 16ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: KARLA MAIRLY SOARES DOS SANTOS (OAB 38500/CE) - Processo 0026768-78.2024.8.06.0001 (processo principal 0228041-11.2024.8.06.0001) - Relaxamento de Prisão - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - REQUERENTE: Lucas Alves Gomes - Ante o exposto, declaro a extinção deste procedimento, por perda de objeto. Arquivem-se os presentes autos. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO CLAUDIO BEZERRA DE QUEIROZ (OAB 8023/CE), ADV: RAFAEL SILVA MACHADO (OAB 24797/CE) - Processo 0173955-66.2019.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação sexual mediante fraude - RÉU: T.M.T. - Por ordem do MM. Juiz de Direito, a referida audiência foi reagendada para ocorrer por videoconferência, no dia 03/02/2025, às 16:00h, por meio do aplicativo Microsoft Teams. Links de acesso à audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjAxYmZlNjctYjcyMy00MDJjLTkyYTYtNzhhOWNjZTZhMDU3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a3c912ae-2e27-4105-bbf2-9aaf2766716b%22%7d ou https://bit.ly/3iHVIwH Expeça-se mandado de intimação para o réu TEOBALDO MUNIZ TEIXEIRA ou requisitem o mesmo se estiver preso. Expeça-se mandado de notificação para as testemunhas de acusação LILIANE VEIGA PINHEIRO e KÁTIA CILENE CARNEIRO SANTOS. Expeça-se mandado de notificação ou carta precatória para as testemunhas de defesa ANA KARLA PINHEIRO DE LIMA, FÁTIMA REGINA LIMA GUIMARAEZ, ÍTALO LEMOS VIEIRA, MARIA DE LOURDES NASCIMENTO MOREIRA e TAYSON JOSÉ MARTINS DE QUEIROZ. Intime-se o intérprete Luiz Felipe Ferreira Maranhão, no endereço indicado às fls. 272/273. Intime-se o Ministério Público e o advogado constituído. Cumpram-se os expedientes, conforme determinação contida no termo de audiência de fls. 272/273. Obs: Deverão as partes serem intimadas para, no dia da audiência, acessarem qualquer um dos dois links acima mencionados. Havendo qualquer dúvida sobre o link da audiência, poderá a parte entrar em contato com este Juízo, através do whatsapp 34928740.

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0339/2024

ADV: JULIO CESAR SANTANA SANTOS (OAB 37722/CE) - Processo 0202334-63.2023.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Kennedy Kels Pereira Melo - Ante o exposto, acolhendo o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva decretada contra o Kennedy Kels Pereira Melo, qualificado. Intimem-se. Defiro o pedido de habilitação do advogado Julio Cesar Santana Santos, sob o nº 37.722 OAB/CE. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 18ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0347/2024

ADV: DAVI DE MARACABA MENEZES (OAB 21149/CE), ADV: GUSTAVO COSTA LEITE MENESES (OAB 13798/CE) - Processo 0027926-71.2024.8.06.0001 - Inquérito Policial - Difamação - AUT PL: Delegado do 2º Distrito Policial de Fortaleza - INVESTIGADO: Luiz Andre de Siqueira - VÍTIMA: Marcio Costa Leite Menezes - Vistos hoje. Cuida-se de queixa-crime ofertada porMárcio Costa Leite Menezesem desfavor deLuiz Andre de Siqueira, tendo por base o crimes tipificados no art.139 e art. 140 do CP Tendo em vista que, para os delitos objeto desta queixa crime, o CPP prevê procedimento especial, impõe-se a realização de audiência preliminar antes do recebimento da peça acusatória nos termos do art. 520 do CPP: Art. 520. Antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo. Assim,agende-se data e hora para a realização de audiência preliminar. Intime-se o querelado e notifique-se a vítima,informando-as da necessidade de comparecimento, acompanhadas de advogado, com a advertência de que na sua falta, será nomeado defensor público ou dativo. Notifique-seo Ministério Público e a Defensoria Pública. Demais intimações e providências necessárias. Fortaleza/CE, 24 de outubro de 2024. Roberto Nogueira Feijo Juiz de Direito

ADV: LUIS ATILA DE HOLANDA BEZERRA FILHO (OAB 20694/CE) - Processo 0101608-69.2018.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Francisca Alice Celestino de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, à Sejud para que, quando da realização dos expedientes, considere-se a data de 26.03.2025 e não 2024 como se encontra à fl. 255 dos autos.

ADV: CICERO JOSE DE CASTRO LIMA (OAB 29729/CE) - Processo 0203742-55.2024.8.06.0296 - Inquérito Policial - Maus Tratos - INDICIADO: Cleibe Roberto Revelin - Vistos hoje A audiência será realizada na forma Presencial. Em atenção ao que dispõe o art. 28-A, §4º, do Código de Processo Penal, com a redação que lhe deu a lei nº 13.964 de 24 de dezembro de 2019,

designo, de logo, o dia 20 de Janeiro de 2025 às 11:00 horas, para a realização de audiência para Homologação do Acordo de Não Persecução Penal. Observe-se, contudo que, em havendo extrema necessidade, poderá a parte ou seu causídico solicitar a conversão da audiência presencial para a forma híbrida, justificando os reais motivos, o que será de pronto analisado por este signatário. Frisa-se que, em sendo o caso de participação remota, as partes devem observar a Resolução n° 465/2022 do CNJ, em especial o disposto em seu art. 3º, incisos II e III, que dispõem sobre a utilização de vestimenta apropriada, a garantia de condições satisfatórias e a participação em local adequado para a realização do ato solene. EXPEÇA-SE Mandado de Intimação para o investigado, Cleibe Roberto Revelin, qualificado na fl.61, a ser cumprido por Oficial de Justiça, devendo constar no mandado a ser expedido, todas as informações aqui elencadas. Deve, ainda, o Sr. Meirinho orientá-los acerca do dia e horário aprazados para a realização da audiência. Ademais, deverá constar no mandado o Wpp Business desta 18ª Vara Criminal, qual seja: (85 3108-1165), para dirimir eventuais dúvidas. INTIME-SE o causídico do réu Cleibe Roberto Revelin, Dr. Cícero José de Castro Lima, OAB/CE 29729 via Diário de Justiça, momento em que deverá conter todas as informações aqui existentes. Ademais, deverá constar, o Wpp Business desta 18ª Vara Criminal, qual seja: (85 3108-1165), para dirimir eventuais dúvidas. Por fim, saliente-se que quando do cumprimento de seus expedientes, deverão Oficiais de Justiça utilizarem-se de todos os meios necessários de intimação, inclusive por hora certa, a fim de que possamos obter maior êxito na realização da audiência designada. Intimações e demais expedientes urgentes e necessários. Cumpra-se com a brevidade que o caso requer.

ADV: JONATAS COUTINHO CAMPELO (OAB 30878/CE) - Processo 0207118-66.2021.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Poluição - RÉU: Antonio Oliveira da Rocha - Diante disso, julgo parcialmente procedente a pretensão acusatória para condenar o réuANTONIO OLIVEIRA DA ROCHA pela prática dos delitos previstos nosart. 54, §2º, V e 64 da Lei de Crimes Ambientais, e absolver o acusado em relação ao crime previsto no art. 347 do Código Penal e art. 60 da lei de crimes ambientais. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68 do CP. Quanto ao crime previsto no art. 54, §2º, V da Lei de Crimes Ambientais: 1. CULPABILIDADE - normal à espécie; 2. ANTECEDENTES - o acusado não registra nenhuma condenação transitada em julgado (favorável).; 3. CONDUTA SOCIAL - não há elementos para aferir a conduta social do réu; 4. PERSONALIDADE - não há elementos para aferir a conduta social do réu;5. MOTIVOS normais à espécie; 6. CIRCUNSTÂNCIAS - inerentes ao tipo; 7. CONSEQUÊNCIAS - sem elementos para valorar; 8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA - prejudicada a análise vitimológica, já que o sujeito passivo é o Estado e a coletividade; 9. CONDIÇÃO ECONÔMICA - não há elementos para se aferir a condição econômica do acusado. 1ª Fase: Considerando que todas as circunstâncias judiciais são favoráveis ao acusado, fixo a pena base o mínimo legal, a saber, em 1 (um) ano de reclusão e multa no valor de 10 dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à data do fato delituoso. 2ª Fase: Não há agravantes ou atenuantes a serem consideradas. 3ª Fase: Não há causas de aumento ou diminuição de pena, pelo que torno a pena concreta em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à data do fato delituoso, a ser revertida ao Fundo Penitenciário, nos moldes do art. 49 do Código Penal. Quanto ao crime previsto no art. 64 da Lei 9.605/98: 1. CULPABILIDADE - normal à espécie; 2. ANTECEDENTES - o acusado não registra nenhuma condenação transitada em julgado (favorável).; 3. CONDUTA SOCIAL - não há elementos para aferir a conduta social do réu; 4. PERSONALIDADE - não há elementos para aferir a conduta social do réu; 5. MOTIVOS normais à espécie; 6. CIRCUNSTÂNCIAS - inerentes ao tipo; 7. CONSEQUÊNCIAS - sem elementos para valorar; 8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA - prejudicada a análise vitimológica, já que o sujeito passivo é o Estado e a coletividade; 9. CONDIÇÃO ECONÔMICA - não há elementos para se aferir a condição econômica do acusado. 1ª Fase: Considerando que todas as circunstâncias judiciais são favoráveis ao acusado, fixo a pena base o mínimo legal, a saber, em 6 (seis) meses de detenção e multa no valor de 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à data do fato delituoso. 2ª Fase: Não há agravantes ou atenuantes a serem consideradas. 3ª Fase: Não há causas de aumento ou diminuição de pena, pelo que torno a pena concreta em 6 (seis) meses de detenção e multa no valor de 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à data do fato delituoso, a ser revertida ao Fundo Penitenciário, nos moldes do art. 49 do Código Penal. DO CONCURSO MATERIAL: Aplico a regra do concurso material de crimes prevista no art. 69 do Código Penal, somando as penas do réu nos dois delitos condenando em 1 (hum) ano de reclusão, 6 (seis) meses de detenção e 20 (vinte) dias-multa, cujo dia-multa equivale a 1/30 (um trinta avos) do maior salário mínimo vigente à época do fato. DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA: O regime inicial de cumprimento será o aberto, conforme disposição do artigo 33, §§ 3º e 2º, alínea 'c', do Código Penal. SUBSTITUIÇÃO DA PENA: Cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44, do Código Penal. Como se verifica, a pena é menor que 4 anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. O réu não é reincidente e a culpabilidade, a conduta social e a personalidade, bem como os motivos e as circunstâncias indicam que a substituição é suficiente e socialmente recomendável. Dessa forma, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente na prestação de serviços à comunidade. Registro que a substituição não é feita por pena de multa, por se mostrar excessivamente branda, de forma a não atingir os fins da sanção (retribuição punitiva ao delinquente, promoção da readaptação social e prevenção de novas transgressões pela intimidação dirigida à coletividade). Ante a substituição acima apontada, incabível a suspensão condicional da pena prevista no artigo 77, do Código Penal. Deixo de fixar indenização mínima prevista no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, pois inexistente pedido nos autos, fato que inviabilizaria o contraditório e a ampla defesa, bem como se afasta do princípio da congruência. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE: Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade. Anoto que no decorrer do processo o acusado esteve em liberdade, não se vislumbrando necessidade de alteração desse estado, especialmente diante da ausência dos requisitos para a decretação da custódia cautelar. Como afirma Ricardo Schmitt, "como regra geral, temos que se o sentenciado se encontra solto, em liberdade plena no momento da sentença, tendo permanecido nesta situação durante a instrução processual, em princípio possui o direito de recorrer em liberdade, salvo se existir algum motivo ponderoso à aplicação de medida cautelar diversa da prisão, ou, em último caso, de decretação de sua custódia preventiva" (Sentença Penal Condenatória, 8.ª ed., Editora JusPodivm, Bahia, 2014, p. 443). O réu não esteve preso por este processo, razão porque não se mostra pertinente a aplicação do disposto no artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal. DISPOSIÇÕES FINAIS: Condeno o réu ao pagamento das custas processuais, de acordo com o artigo 804, do Código de Processo Penal, observada a gratuidade de justiça. Após o trânsito em julgado: a) Expeça-se guia definitiva para execução penal; b) Registre-se no sistema POLIS, a suspensão dos direitos políticos; c) Oficie-se ao órgão de estatística competente; d) Inscreva-se o nome do réu no rol dos culpados; e) Arquive-se. Proceda-se às demais anotações e comunicações necessárias. Publique-se. Registre. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Fortaleza/CE, 23 de outubro de 2024. Roberto Nogueira Feijo Juiz de Direito

ADV: CARLOS HENRIQUE MOURA LARANJEIRA (OAB 42673/CE), ADV: DYEGO LIMA RIOS (OAB 28565/CE), ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE) - Processo 0232815-26.2020.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Francisco da Silva Belizario - III - DISPOSITIVO Isto posto, considerando as evidências de materialidade e autoria e demais elementos contidos nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para

CONDENAR o réu Francisco da Silva Belizario às penas do art. 306 do CTB (embriaguez ao volante), e reconheço a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE em relação ao crime do art. 309 do CTB (conduzir veículo automotor sem habilitação), pela prescrição da pretensão punitiva, com fulcro no art. 109, IV, do Código Penal. Passo a aplicação da pena para o acusado em estrita observância aos arts. 59 a 68 do CP. DOSIMETRIA DA PENA Culpabilidade: não extrapola da normalidade do crime. Antecedentes: sem antecedentes (fls. 212/215). Conduta Social: não esclarecida. Personalidade: não esclarecida. Motivos: nada há nos autos que aponte para a existência de outros motivos além daqueles próprios do crime em análise. Circunstâncias: normais para o delito. Consequências: os danos causados à viatura tornam o delito mais reprovável. Valoro negativamente. Comportamento da vítima: a vítima é a sociedade, não cabendo valoração negativa. À vista do exposto, aplicando a fração de 1/8 sobre o intervalo entre as penas mínima e máxima, por circunstância judicial reconhecida, fixo-lhe a pena-base em 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias de detenção e no pagamento de 11 (onze) dias-multa. Na segunda fase, a atenuante da confissão espontânea. Com a redução na fração de 1/6, pena intermediária estabelecida em 08 (oito) meses de e 04 (quatro) dias de detenção e no pagamento de 10 (dez) dias-multa. Não concorrem causas de diminuição de pena nem de aumento de pena, convertendo a pena final em 08 (oito) meses de e 04 (quatro) dias de detenção e no pagamento de 10 (dez) dias-multa, equivalendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, atendendo à situação econômica do réu, que deverá ser paga dentro de 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da presente sentença (artigo 50, caput, CP). REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA Determino o regime inicial aberto para cumprimento da pena, de acordo com o artigo 33, §2º, alínea c, do Código Penal. DA SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM RESTRITIVA DE DIREITOS Verifico que na situação em debate se revela cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, consistentes na limitação de fim de semana e na prestação de serviços à comunidade, o que entendo ser suficiente à repreensão do delito, devendo as condições e o local ser definidos pela Vara de Execuções de Penas Alternativas. Ainda, face à prioridade da aplicação das penas restritivas de direitos, nego a suspensão condicional da pena, tal como estipulada pelo art. 77, III, do CP. LIBERDADE PROVISÓRIA Considerando que o sentenciado responde o processo em liberdade, poderá recorrer em liberdade, porquanto inexistem motivos ensejadores de sua custódia cautelar. IV) DEMAIS PROVIDÊNCIAS: Intime-se o Ministério Público pelo portal. Intime-se a Defesa pelo portal. Intime-se o sentenciado. Após o trânsito em julgado para a acusação, venham os autos conclusos para análise da prescrição retroativa, nos termos do art. 110, §1º, do CP ("A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa"). V) PROVIMENTOS FINAIS: Não sendo o caso de prescrição retroativa, após o trânsito em julgado: a) Expeça-se guia definitiva para execução penal; b) Registre-se no sistema POLIS, a suspensão dos direitos políticos; c) Oficie-se ao órgão de estatística competente; d) Inscreva-se o nome do réu no rol dos culpados; e) Arquivem-se. Fortaleza/CE, 23 de outubro de 2024. Roberto Nogueira Feijo Juiz de Direito

ADV: JOSE ERIVERTON OLIVEIRA DE AGUIAR (OAB 43153/CE) - Processo 0251002-43.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: JEFFERSON BRUNO ARAUJO CORREIA - Vistos hoje. É de conhecimento que a Lei Federal nº 13.964/2019, também chamada de Pacote Anticrime, trouxe algumas alterações na legislação penal e processual penal. Uma dessas alterações, trazidas pela Lei nº 13.964/2019, diz respeito à obrigatoriedade de que o órgão que decretou a prisão preventiva, revise a necessidade de manutenção da medida a cada 90 (noventa) dias, sob pena de tornar a prisão ilegal. Tal alteração foi introduzida pelo parágrafo único ao artigo 316 do Código de Processo Penal, o qual passa a dispor que, após decretada a prisão preventiva, o órgão emissor da decisão deverá revisar a necessidade da manutenção da prisão a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal. Pois bem. Em linhas gerais, cabe destacar que a medida atribui ao Magistrado a responsabilidade de verificar a cada 90 (noventa) dias a necessidade de manutenção da prisão preventiva já decretada, verificando se algum dos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal ainda subsistem, de modo que, em caso positivo, poderá o Magistrado, por meio de fundamentada decisão, declarar a real necessidade da manutenção da segregação cautelar. Dispõe o art. 312, do Código de Processo Penal: Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. De outra banda, caso fique constatada a desnecessidade de manutenção da prisão preventiva, deverá o Magistrado, de igual forma, revogar a prisão imediatamente, ao tempo que, caso não a faça ou não apresente decisão fundamentada para mantê-la, ela se tornará ilegal, cabendo, por consequência, o seu relaxamento. No caso dos autos, verifica-se que a conversão da prisão flagrancial em preventiva para o acusado Jefferson Bruno Araújo Correia ocorreu em 13 de Julho de 2024, razão pela qual passa a ser revista na presente data. A periculosidade do mesmo, evidenciada pelos procedimentos criminais aos quais responde (vide certidões de fls. 44/46), com sentenças penais condenatórias transitadas em julgado, aliada ao modus operandi do delito objeto da presente ação, justifica a necessidade extrema de manter sua custódia como garantia da ordem pública e da paz social. O crime a que responde o acusado reveste-se de especial gravidade, dada a forma como foi perpetrado, além das circunstâncias do delito, como se verifica no trecho a seguir, constante na fl.50-51: ".1. o crime debitado ao flagranteado é de natureza dolosa, punido com reclusão, pena máxima que supera quatro anos (CPP 313, I); 2. até o momento, há prova da existência do crime e aparentes indícios de autoria, senão vejamos: segundo o depoimento o condutor, às fls. 04/05, forma informados que o veículo Palío, cor branca, ano 2000, placas HWE-4637, havia sido furtado há pouco tempo na Rua Soares Bucão, 810, São Gerardo, Fortaleza/CE, da vítima Napoleão Oliveira Ribeiro, quando pouco depois, avistaram o veículo na posse do autuado que, ao avistar a polícia, tentou empreender fuga, mas foi capturado. Ver ainda, a corroborar: auto de apresentação e apreensão às fls. 07 e 16; depoimentos das testemunhas de fls. 08/11. Boletim de Ocorrência fls. 14. Conferir também o interrogatório do autuado às fls. 18/19. (CPP 312). 3. não há qualquer indício de que o fato atribuído ao preso tenha sido praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito (CPP 314). O autuado possui antecedentes criminais, vide fls. 45/46. Estão presentes todos os requisitos formais indispensáveis ao decreto de prisão preventiva. Além disso, inexiste comprovação acerca do exercício de atividade lícita pelo preso, tampouco de que tenha residência fixa." Portanto, dada a forma como foi perpetrado, além da circunstância do crime acima elencado ter sua materialidade concreta, existindo assim o fumus comissi delicti, a manutenção da prisão preventiva garantirá a paz social e ordem pública (periculum libertatis), assegurará a aplicação da lei penal. Ademais, compulsando os autos da ação penal, observa-se a regularidade na tramitação do feito, encontrando-se o processo com audiência de instrução e julgamento já designada para o dia 14 de Janeiro de 2024, às 15:15, não havendo, pois, que se falar em excesso ou ilegalidade da prisão ora sob análise, uma vez que a referida audiência fora marcada para data desimpedida mais próxima, momento em que verifico, neste azo, subsistirem as razões para manutenção da prisão do acusado no cárcere em que se encontra, dada a necessidade de se preservar a ordem pública, bem como assegurar a aplicação da lei penal, além da existência de indícios suficientes de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado. Discorrendo sobre a prisão preventiva em caso de reiteração delitiva, leciona EUGÊNIO PACELLI OLIVEIRA: A prisão preventiva para garantia da ordem pública somente deve ocorrer quando haja o risco de novas investidas criminosas a existência

de outros inquéritos policiais e de ações penais propostas contra o réu (ou indiciado) pela prática de delito da mesma natureza poderá, junto com os demais elementos concretos, autorizar um juízo de necessidade da cautela provisória. (Curso de Processo Penal. 16ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 552). Vejamos, também, o escólio de JULIO FABBRINI MIRABETE: "Fundamenta em primeiro lugar a decretação da prisão preventiva a garantia da ordem pública, evitando-se com a medida que o delinquente pratique novos crimes contra a vítima ou qualquer outra pessoa, quer porque seja acentuadamente propenso à prática delituosa, quer porque, em liberdade, encontrará os mesmos estímulos relacionados com a infração cometida". (Código de Processo Penal Interpretado. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 803). No mesmo sentido, a explanação de RENATO BRASILEIRO DE LIMA, ao tratar da garantia da ordem pública como fundamento para custódia cautelar: ... a prisão tem o objetivo de assegurar o resultado útil do processo, de modo a impedir que o réu possa continuar a cometer delitos, resguardando o princípio da preservação geral. Há de fato evidente perigo social decorrente da demora em se aguardar o provimento jurisdicional definitivo, eis que, até o trânsito em julgado da sentença condenatória, o agente poderá ter cometido diversas infrações penais. (A Nova Prisão Cautelar. Ed. Impetus. Pag. 236). Por fim, ANDREY BORGES DE MENDONÇA não destoa dos posicionamentos acima: "... a provável continuidade da prática delitiva justifica a prisão preventiva do acusado, em razão da garantia da ordem pública, quando se demonstre concretamente a elevada probabilidade de reiteração delitiva." (Prisão e outras medidas cautelares pessoais. São Paulo: Ed. Método, 2011, p. 263 e 267). Pôr o acusado em liberdade seria, ainda, uma afronta à credibilidade da justiça, criando-se, sem sombra de dúvida, um ambiente de impunidade no meio social, servindo como uma luva, in casu, a lição da Suprema Corte, que afirma que a ordem pública também deve ser entendida como a preservação da credibilidade do Estado na justiça. A prisão preventiva, quando seus requisitos estiverem nitidamente presentes, precisa ser decretada, sob pena de produzir o descrédito em relação ao Poder Judiciário. Registro, por oportuno, que, na espécie, não é viável a proteção da ordem pública por meio da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que nenhuma delas impedirá o acusado de praticar novos crimes, sendo certo que, em liberdade, encontrará estímulo para a renovação do intento delitivo. Ex positis, nos termos dos arts. 312, 313, inciso I e II, 315 e 316, parágrafo único, todos do Código de Processo Penal, MANTENHO a CUSTÓDIA PREVENTIVA de Jefferson Bruno Araújo Correia, por entender, nos termos aduzidos na presente decisão, subsistirem os motivos que a ensejou. Aguarde-se a realização da audiência. Expedientes e intimações urgentes e necessários.

ADV: JEAN PLACIDO TELES DA FONSECA (OAB 25982/CE), ADV: HUGO ALVES BITTENCOURT (OAB 21192/CE), ADV: THIAGO ARAUJO DE PAIVA DANTAS (OAB 28711/CE), ADV: GILBERTO ANTONIO FERNANDES PINHEIRO JUNIOR (OAB 27722/CE), ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE), ADV: TIBERIO ALMEIDA PERES (OAB 19230/CE), ADV: MAURO JUNIOR RIOS (OAB 5714/CE), ADV: JOSE CANDIDO LUSTOSA BITTENCOURT DE ALBUQUERQUE (OAB 4040/CE), ADV: ANDRE LUIZ BARROS RODRIGUES (OAB 18173/CE) - Processo 0467485-58.2010.8.06.0001 (apensado ao processo 0475973-65.2011.8.06.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Joaquim Luciano Rodrigues Gomes da Frota e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a solicitação constante às fls. 3741/3742, segue o link da audiência designada:

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CRIMINAL (SEJUD 1º GRAU)
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2024

ADV: AUGUSTO CESAR FIGUEIREDO SANTOS (OAB 3230/CE), ADV: JOSE ORACI COUTINHO (OAB 7327/CE), ADV: PAULO CESAR BARBOSA PIMENTEL (OAB 9165/CE), ADV: DARIO AMANCIO DE ASSIS (OAB 12888/CE), ADV: FABIO RODRIGUES COUTINHO (OAB 15497/CE) - Processo -

ADV: KARLOS BRUNO DE SOUSA LIMA (OAB 27853/CE) - Processo 0269298-50.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUTOR: J.P. - AUT PL: 30º Distrito Policial - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Luiz Eduardo Albuquerque Pereira Filho e outros - Vistos hoje. Em que pese a decisão interlocutória elencada às fls. 287/291 dos autos, designando audiência de instrução para 04 de julho de 2025, chamo o feito à ordem para a devida retificação da mencionada data, oportunidade em que a remarco para o dia 17.03.2025 às 13:30min, devendo a Secretaria Judiciária proceder à realização de todos os expedientes necessários. Cumpra-se com a brevidade que o caso requer.

VARAS DO JÚRI

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0339/2024

ADV: FRANCISCO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 41585/CE) - Processo 0034220-42.2024.8.06.0001 (processo principal 0050636-73.2021.8.06.0136) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - RÉ: Angelina Custódio da Silva - Isto posto, deixo de apreciar o pedido de revogação da prisão, ante à incompetência deste Juízo. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se o presente incidente.

ADV: WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO (OAB 29442/CE), ADV: GABRIELA COSTA DE QUEIROZ (OAB 46631/CE) - Processo 0145930-77.2018.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Emanuel Silva Santos e outros - Atendendo à determinação de fls. 264/265, designo o dia 11/12/2024 às 13h15min para a realização da Audiência de Instrução, que ocorrerá na secretaria do juízo, ficando facultada às partes a participação por videoconferência, através da plataforma "Microsoft Teams", com acesso pelo link ou código abaixo.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0340/2024

ADV: RENAN VERAS PARENTE (OAB 28079/CE) - Processo 0029378-19.2024.8.06.0001 (processo principal 0204294-32.2024.8.06.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Simples - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Reinaldo Oliveira Santos - Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração de fls. 44/46, posto que

tempestivos, para dar-lhes provimento, a fim de incluir na decisão de deferimento de instauração do incidente de insanidade mental a seguinte disposição: Oficie-se ao Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto - HSM, localizado na Rua Vicente Nobre Macêdo, s/n - Messejana, Fortaleza - CE, 60841-110, Telefone: (85) 3101-4348 para que forneça, com a máxima urgência, toda a documentação referente ao acompanhamento médico e psicológico do paciente (Reinaldo Oliveira Santos). Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO DANIEL DO NASCIMENTO QUEIROZ (OAB 43758/CE) - Processo -

ADV: FELIPE VASCONCELOS FEITOSA (OAB 41423/CE) - Processo 0273694-36.2024.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUT PL: 32º Distrito Policial - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Raimundo Nonato Pereira Dias - Vistos, etc., Citado, o denunciado apresentou a respectiva peça defensiva às fls. 105/107, reservando-se o direito de entrar no mérito por ocasião da instrução. É o breve relatório. Decido. Deixo de apreciar o pedido de diligências, posto que já restou apreciado quando do recebimento da denúncia. Cuida-se de pedido de qualificação de testemunhas referidas no Inquérito Policial, pedido este que, conforme consignado, insere-se no poder de requisição do Ministério Público (o qual formulou o mesmo requerimento), ficando assegurada à Defesa, ao final da instrução e caso a providência não tenha sido realizada, a requisição de diligências complementares, nos termos da lei. Da análise dos autos, observa-se que não é o caso de rejeição da denúncia, já que a peça possui os requisitos necessários exigidos pelo CPP, conforme reconhecido na decisão de recebimento da peça delatória, repousante às fls. 101/102. No mais, importa registrar que não foi apresentado na defesa preliminar elementos ou provas capazes de afastar com segurança a acusação movida pelo Ministério Público, não sendo o caso, portanto, de absolvição sumária. Isto posto, ratifico o recebimento da denúncia, determinando seja designada audiência de instrução e julgamento, a fim de serem ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia e na resposta à acusação, procedendo-se, ao final, com o interrogatório do réu. Intimem-se. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0365/2024

ADV: LUIS ATILA DE HOLANDA BEZERRA FILHO (OAB 20694/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO (OAB 38829/CE) - Processo 0203932-52.2023.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: J.P. - AUT PL: 7ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Raelison Teixeira Arruda e outro - De ordem dos juízes desta unidade judiciária e com fundamento no Código de Normas Judiciais do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Provimento nº 02/2021/CGJCE), com base no art. 185, § 2º, IV, do CPP, ainda, tendo em vista a decisão do CNJ que alterou as Resoluções editadas ao longo de 2020 e determinou a retomada das audiências presenciais, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para oitiva das testemunhas e interrogatório(s) do(s) réu(s) a ser realizada PRESENCIALMENTE, na sala de audiências da 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza/CE, no dia 10/12/2024 às 09h30min. O Ministério Público e a Defesa ficam intimados para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, os endereços e todos os meios de contato das testemunhas civis indicadas, especialmente: número de telefone, WhatsApp e e-mail. Na data e horário da videoaudiência, AS PARTES, DEFENSORES e TESTEMUNHAS deverão comparecer à sala de audiências da 2ª Vara do Júri da Comarca de Fortaleza/CE, localizada no Fórum Clóvis Beviláqua, Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhães, 220, Água Fria, Setor Vermelho, Nível 3, sala 304. Aconselha-se a utilização de computadores/notebooks, mas não sendo acessível, pode-se utilizar tablet ou Smartphone, aconselha-se também o uso de fones de ouvido que possua microfone. As testemunhas devem estar de posse de documento de identificação pessoal (RG, CNH, etc.) a exibido na hora da audiência. Qualquer dúvida, as partes, os defensores públicos e particulares, os assistentes, as testemunhas, os declarantes e outros, devem contatar a Secretaria deste juízo por meio dos seguintes contatos: WhatsApp nº (85) 3492-8962 e e-mail: tjce.for.2juri@tjce.jus.br. Ademais, determino as seguintes providências, intimações e expedientes: 1) Intimações do M. Público e dos Defensores Públicos e/ou Particulares; 2) Expeçam-se os necessários mandados para intimação do réu que esteja solto e das testemunhas indicadas, fazendo constar o endereço da sala de audiência desta Unidade Judiciária e todos os meios de contatos informados nos autos, tais como: número de telefone, WhatsApp e e-mail; 3) Declarantes, testemunhas e/ou vítimas Policiais Militares, Policiais Civis e Bombeiros Militares devem ser requisitados via ofício, conforme art. 304 do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE). Demais expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO BARBOSA CORREIA (OAB 8361/CE) - Processo 0236139-19.2023.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Israel Pereira da Costa e outro - Compulsando os autos, verifica-se que o acusado, Francisco Jemerson Gomes, foi devidamente intimado para constituir novo advogado, conforme certidão do oficial de justiça constante na pág. 562. No entanto, o acusado não atendeu à intimação no prazo estabelecido. Ante o exposto, nomeio o Defensor Público atuante nesta Unidade para assistir o acusado e participar dos atos processuais subsequentes na defesa do assistido, devendo ser intimado mediante disponibilização dos autos. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0366/2024

ADV: PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO (OAB 32714/CE) - Processo 0024977-74.2024.8.06.0001 (processo principal 0214771-56.2020.8.06.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Francisco Yury Rodrigues Ferreira - Assim, concedo o derradeiro prazo de 08 (oito) dias para apresentar as contrarrazões da apelação em favor do seu representado. Mantida a omissão, determino a intimação pessoal do acusado para constituir novo patrono, para apresentar as contrarrazões no prazo acima. Se, ainda assim, nada for apresentado pelo acriminado, no prazo legal, ou caso não seja encontrado, determino, de logo, a nomeação da Defensoria Pública para este fim, observado o prazo legal, diante do disposto no art. 265, §3º do CPP e da hipossuficiência técnica do acusado (STJ, HC 249445, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 23/02/2015). Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0356/2024

ADV: BRUNO LEÃO BRITO (OAB 33174/CE) - Processo 0010078-93.2023.8.06.0296 (processo principal 0202006-

36.2023.8.06.0296) - Restituição de Coisas Apreendidas - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Cassia Ferreira Angelo - Posto isto, intime-se a reclamante a fim de acostar documento hábil a confirmar a anuência da financeira, pois apenas o banco possui a propriedade resolúvel, e o devedor fiduciante permanece com a posse direta do bem, visto que não há prova de adimplemento do financiamento bancário, sob pena de remessa ao Juízo Cível, nos termos do art. 120, §4º, do CPP, para análise do pedido de restituição da motocicleta de placas RIG8554.

ADV: IOHARI BEZERRA FERNANDES (OAB 31668/CE) - Processo 0203238-20.2022.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Daniel Victor Martins Lima - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021/CGJCE, art. 129, III c/c art. 130, XII e seus incisos: Designo a audiência de instrução para o dia 21 de JANEIRO de 2025 às 13h15min. Link da Reunião: https://link.tjce.jus.br/9af563 Expedientes e intimações necessárias.

ADV: ANTÔNIO DE PÁDUA SOUSA MACIEL JÚNIOR (OAB 50637/CE), ADV: ANDRESA DIAS DA SILVA (OAB 49585/CE), ADV: FLAVIO BEZERRA CESAR (OAB 49754/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE BRASIL DE SOUZA (OAB 48040/CE), ADV: PABLO KELLERMANN LOPES BARROS (OAB 46497/CE), ADV: JOSE CELIO DE OLIVEIRA NETO (OAB 45569/CE), ADV: SOLANO CESAR CUSTODIO DIAS (OAB 39831/CE) - Processo 0230745-31.2023.8.06.0001 (apensado ao processo 0228688-40.2023.8.06.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Antônio Edivando Alves Costa - Tendo em vista que o processo encontra-se suspenso aguardando a tramitação do incidente de insanidade mental, conforme decisão de p. 567, REVOGO o despacho de p. 568 que designou o julgamento do réu para o dia 27/02/2025, até deliberação ulterior. Intimem-se as partes.

ADV: LUCAS BRENDO CORREIA BEZERRA (OAB 37863/CE), ADV: TANCREDO DE LIMA ARAÚJO (OAB 39097/CE) - Processo 0242821-53.2024.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Fagner Campos Sales - Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014 da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, reabro vista ao advogado do réu para apresentar memoriais no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

ADV: SIDNEY BEZERRA MAGALHÃES (OAB 50820/CE), ADV: LUDMILA BATISTA DINIZ (OAB 39647/CE) - Processo 0260243-46.2021.8.06.0001 (apensado ao processo 0271274-63.2021.8.06.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Tiago Rodrigues de Mesquita e outros - Abro vistas às partes para ciência do laudo de fls. 784/789.

ADV: ANDRE RICARDO MORAIS DOS SANTOS (OAB 20548/CE) - Processo 0739149-29.2014.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Claudemir Santos da Silva - Trata-se de pedido de habilitação e adiamento da sessão de julgamento designada para o dia 08/11/2024 (fls. 331/332). Tendo em vista que o advogado se habilitou apenas na véspera do ato, não possuindo até o momento acesso a determinadas peças do processo, DEFIRO o pedido de adiamento, devendo a secretaria incluir o processo em pauta de julgamento na próxima data desimpedida. Ademais, determino que o representante o acusado forneça seu endereço atualizado para fins de viabilização de sua intimação posteriormente.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0357/2024

ADV: MARCOS ANTONIO MAIA MONTEIRO (OAB 11301/CE) - Processo 0160782-77.2016.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Erialdo da Silva Gomes - Em face da decisão do Egrégio Tribunal de Justiça que conheceu do recurso, porém, negou-lhe provimento, intime-se as partes para fins do artigo 422 do CPP. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, à Secretaria para inclusão na pauta de Julgamento.

Processo 0274172-44.2024.8.06.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - AUTOR: J.P. - REQUERENTE: D.H.P.P. - INVESTIGADO: J.P.S.S. - Diante disso, DETERMINO a expedição de contramandado relativo a mandado prisão de RJI nº 245893543-61 e expedição de novo mandado de prisão para JOÃO PAULO SILVA SANTOS com as retificações de sua qualificação no BNMP nos termos de documento de identificação à fl. 175. Empós, OFICIE-SE a DHPP requisitando informações sobre o eventual paradeiro do acusado JOÃO PAULO SILVA SANTOS e o cumprimento do novo mandado de prisão. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0416/2024

Processo 0200941-09.2024.8.06.0025 - Ação Penal de Competência do Júri - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Antonio Anacelio dos Santos - Defiro a juntada de todos os documentos já juntados pela(s) parte(s). Junte a Secretaria certidões de processos judiciais criminais do(s) réu(s) e da(s) vítima(s): CANCUN e SEEU. Determino, ainda, cumprimento das diligências a seguir: Reitere-se ofício à Secretaria de Segurança Pública de Roraima, conforme determinado à fls. 330, fls. 265/266 e 373/377, alertando risco de incidir em crime de desobediência em caso de não haver resposta no prazo de 5 dias. Reitere-se ofício à 24ª Circunscrição do Serviço Militar solicitando o encaminhamento da ficha de identificação, contendo todas as impressões digitais, do nacional Antônio Edileudo de Lima, cujo certificado de dispensa foi emitido em 28/07/2014, conforme determinado às fls. 373/377, , alertando risco de incidir em crime de desobediência em caso de não haver resposta no prazo de 5 dias. Com a resposta da solicitação supra, remetam-se cópias dos documentos encaminhados pelo DETRAN e pelo CSM e requisite-se à Coordenadoria de Identificação Humana e Perícia Biométrica da PEFOCE resposta à guia de fls. 225/226, solicitando a elaboração de Parecer Técnico concernente à identificação do Acusado. Após a juntada da(s) referida(s) certidão(ões), abra(m)-se vistas às partes para eventual requerimento complementar. Intime(m)-se a(s) pessoa(s) arrolada(s) para ser(em) ouvida(s) para comparecer(em) na sessão plenária do Tribunal do Júri. Adoto a(s) pronúncia(s) como relatório para os fins do CPP art.423-II. Designe a Secretaria data para sessão plenária de instrução e julgamento do Tribunal do Júri.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0417/2024

ADV: TARCIANA DA SILVA MARTINS (OAB 39440/CE), ADV: VALERIA NELIS DE OLIVEIRA (OAB 41150/CE) - Processo 0204514-86.2022.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.A.T.N. - Defiro habilitação das advogadas Valeria Nelis Oliveira (OAB/CE 41.150) e Tarciana da Silva Martins (OAB/CE 39.44). Intime-as para fins previstos

no art. 422 do CPP, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0418/2024

ADV: JOAQUIM JOSE MATEUS PEREIRA (OAB 20406/CE), ADV: LIDUINA MARIA SAMPAIO DE CASTRO (OAB 39802/CE) - Processo 0204016-19.2024.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.W.P.M. - Indefiro o arrolamento posterior de testemunhas. Aguarde-se a audiência designada:p.124. Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2024. Maria Lucia Falcao Nascimento Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0419/2024

ADV: FRANCISCO BRUNO DE SOUSA (OAB 39842/CE) - Processo 0201642-64.2023.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.L.S. e outro - Pronuncio: JEFFERSON MARTINS DA SILVA (v."NEGÃO"); RIKSON DAVID COSTA (v."BRAD PITT"); Recomendo-os a serem julgados pelo Tribunal do Júri pelos seguintes crimes: art. 121, §2º, I e IV c/c art. 29, ambos do CP (vítima Gleryston Melo da Silva) art. 121, §2º, I, IV e IX c/c arts. 14, II e 29, todos do CP (vítima I.D.S.R.) art. 311 c/c art. 29, ambos do CP.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0420/2024

ADV: RENAN VERAS PARENTE (OAB 28079/CE), ADV: RENATO VERAS PARENTE (OAB 38622/CE), ADV: 3ª DELEGACIA DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA, ADV: JARDEL DE ARAUJO SOUSA - Processo 0202244-21.2024.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: J.P. - AUT PL: 3ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - RÉU: J.A.S. e outros - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) que interpôs a(s) petição(ões) de pág(s). 286 do processo apenso nº 0228204-88.2024.8.06.0001, constituído(a)(s) na(s) pág(s).287 do referido processo, para que apresente defesa prévia (resposta à acusação) em favor do(a)(s) ré(u)(s) LUCAS LIMA DE FREITAS, que é seu constituinte. Prazo: dez dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0421/2024

ADV: JOAQUIM JOSE MATEUS PEREIRA (OAB 20406/CE), ADV: LIDUINA MARIA SAMPAIO DE CASTRO (OAB 39802/CE), ADV: 2ª DELEGACIA DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA, ADV: CARLOS ANDRÉ GERTRUDES DE AGUIAR - Processo 0256803-37.2024.8.06.0001 (apensado ao processo 0204016-19.2024.8.06.0296) - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - AUTOR: J.P. - REQUERENTE: D.H.P.P. - VÍTIMA: C.A.G.A. - Defiro a habilitação de Liduina Maria Sampaio Castro (OAB/CE n. 39802) e Joaquim Jose Mateus Pereira (OABCE n. 20406 -B). Intime-os.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0422/2024

ADV: GERMANO MONTE PALACIO (OAB 11569/CE) - Processo 0034784-21.2024.8.06.0001 (processo principal 0115015-11.2019.8.06.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Igor Jefferson Silva de Sousa-PM - Assim, apesar da comprovação diagnóstica, não havendo informação acerca da gravidade da doença, da imprescindibilidade de tratamento extra muros, da impossibilidade de oferta de atendimento médico na unidade prisional e, em consonância com o parecer do Ministério Público, por ora, INDEFERO O PEDIDO DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR. Ante o exposto, com base no art. 312, §2º, art. 313, inciso I, art. 316, parágrafo único, todos do Código de Processo Penal, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO e MANTENHO a PRISÃO PREVENTIVA do réu, uma vez que as medidas cautelares se mostram inidôneas, e há necessidade de garantir a ordem pública e da instrução criminal. Intime-se o acusado para que junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, prontuário médico atualizado, no qual constem informações acerca da realização da cirurgia ou sua eventual remarcação, o atual tratamento médico recomendado, a previsão de alta e a natureza dos procedimentos aos quais o paciente ainda deve ser submetido. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Expedientes necessários. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal, arquivem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUCIA FALCAO NASCIMENTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JULIANA MORENO MENDONÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0424/2024

ADV: FRANCISCO HILTON DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 24338/CE) - Processo 0034028-12.2024.8.06.0001 (processo principal 0205237-71.2023.8.06.0296) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Feminicídio - MASSA FALIDA: José Leonardo da Costa Damasceno - Ante o exposto, com base no art. 312, §2º, art. 313, inciso I, art. 316, parágrafo único, todos do Código de Processo Penal, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO e MANTENHO a PRISÃO PREVENTIVA do réu,

uma vez que as medidas cautelares se mostram inidôneas, e há necessidade de garantir a ordem pública e conveniência da instrução criminal. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Expedientes necessários. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0423/2024

Processo 0201269-96.2024.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: J.P. - AUT PL: 27º Distrito Policial - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Daniel Machado Alves Araujo - Registre-se no cadastro de partes. Fortaleza/CE, 12 de novembro de 2024. Maria Lucia Falcao Nascimento Juiz

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JÚRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0251/2024

ADV: FRANCISCO MAGNO SILVA OLIVEIRA (OAB 39632/CE) - Processo 0000717-23.2021.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Elvis Silva de Araujo e outros - Intimações e demais expedientes necessários

ADV: FLAVIO NUNES DE TOLEDO (OAB 484048/SP) - Processo 0001665-60.2010.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Bruno dos Santos Ferreira - TERCEIRO: Leticia Marques do Nascimento - Isso posto, com base no art. 312, do CPP, mantenho o decreto preventivo do réu, Bruno dos Santos Ferreira, para fins de garantia da ordem pública, bem como por conveniência da instrução criminal, inaplicáveis à espécie medidas cautelares menos gravosas por não serem suficientes para o fim pretendido, considerando o grau de liberdade que outorgam. Acerca do pedido de acompanhamento do réu durante o procedimento cirúrgico da mãe, marcado para o dia 31 de outubro de 2024, deixo de apreciar, considerando que a data já passou. Cumpra-se na íntegra o despacho de pág. 270. Intime-se o réu, Bruno dos Santos Ferreira, no local onde se encontra preso, para apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 406, do CPP. Habilite-se o advogado constituído pelo réu (págs. 208/209), para ter acesso aos autos, inclusive às mídias da audiência realizada no dia 06 de abril de 2017 (termo de audiência com mídias anexas à pág. 109). Intimem-se as partes da presente decisão. Exp. Nec.

ADV: HELIO NOGUEIRA BERNARDINO (OAB 11539/CE) - Processo 0036196-21.2023.8.06.0001 (processo principal 0240260-27.2022.8.06.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Simples - RÉU: JOSÉ MATHEUS NASCIMENTO DOS SANTOS - Trata-se de incidente de insanidade mental instaurada em favor de José Matheus Nascimento dos Santos, requerida pelo Ministério Público, cuja providência foi deferida por este Juízo à pág. 7, a fim de apurar a inimputabilidade ou semi-imputabilidade do réu à data da prática da infração penal. José Matheus Nascimento dos Santos foi submetido ao exame de insanidade mental pela Pefoce, consoante demonstra laudo de págs. 41/56, tendo os peritos concluído o seguinte: Em face dos elementos analisados, o signatário entende que o quadro atual do periciando indica transtornos de Adaptação (CID-10-F43.2), o qual não estabelece relação de causalidade e temporalidade com o evento criminoso no período de interesse.... O Ministério Público opinou pela homologação do laudo e retorno do curso regular do processo principal. No entanto, a Defesa deixou de se manifestar, apesar de devidamente intimada, conforme certidão de pág. 67. Tem-se dos autos que a perícia foi conclusiva no sentido de que José Matheus Nascimento dos Santos apresenta transtornos de adaptação, cujo comportamento é compatível com o diagnóstico CID-10-F43.2, não tendo relação de causalidade e temporariedade com o evento criminoso, instalado posteriormente ao período em apuração, não havendo indicativos de prejuízo da capacidade de entendimento ou autodeterminação à época dos fatos, devendo manter acompanhamento com equipe de saúde multidisciplinar. Deste modo, o acusado era, ao tempo da infração, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Isso posto, homologo, para os devidos fins, o laudo apresentado, devendo o processo principal retomar seu curso normal, com a presença do curador nomeado, Dr. Hélio Nogueira Bernardino, advogado constituído por José Matheus Nascimento dos Santos. Traslade-se cópia da presente decisão para os autos da ação penal n. 0240260-27.2022.8.06.0001 e retire-se a suspensão, retomando o seu curso normal. Apense-se o presente incidente à ação penal, após arquive-se. Expedientes necessários. P.R.I.

ADV: MARIA ALICIANE MEDEIROS CORDEIRO GOIS (OAB 40557/CE) - Processo 0201737-94.2023.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUT PL: 1ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa - RÉU: Elias Sancho dos Santos e outros - convencida da existência do crime e dos indícios suficientes de que os réus são, em tese, os autores, pronuncio Elias Sancho dos Santos, Franklin Lima dos Santos Rocha e Rodrigo Lima da Silva, devidamente qualificados, como incurso nas sanções art. 121, §2º, I e IV, do Código Penal e, crimes conexos previstos no art. 244-B, §2º, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), art. 157, §2º, II, do CP e art. 2º, §2º, da Lei n. 12.850/2013 (Organização Criminosa), para que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri, conforme Precedentes do STJ: "PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. CRIMES CONEXOS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI...1. A remansosa jurisprudência desta Corte Superior reconhece a competência prevalente do Tribunal do Juri na hipótese de conexão entre crimes dolosos contra a vida e crimes não dolosos contra a vida. Precedentes...3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1608886/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 20/10/2017). Com base no art. 312, parágrafo único, do art. 316 e §3º, do art. 413, do CPP, mantenho os réus, Elias Sancho dos Santos, Franklin Lima dos Santos Rocha e Rodrigo Lima da Silva, presos cautelarmente, por permanecerem presentes os motivos que determinaram suas prisões, a destacar a gravidade da conduta delituosa, praticada em concurso de agentes, dentre elas um adolescente - chamaram a vítima, que se encontrava no interior de sua residência e ao atender à porta, foi surpreendido com um disparo de arma de fogo e atingida correu para o quintal para de lá acessar a casa do vizinho, mas foi perseguida e alcançada pelos acusados que efetuaram mais disparos de arma de fogo contra a mesma, ao que tudo indica motivados por dívida de drogas, demonstrando sua periculosidade social e a necessidade de se acautelar a ordem pública, notadamente por serem dados à prática delitiva, o que por si só exclui a aplicação da medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP, por não serem adequadas ao presente caso praticado com extrema violência contra a pessoa. P.R.Intime-se, (CPP, art. 420). Preclusa a presente decisão, intimem-se as partes para os fins do art. 422, do CPP. Expedientes necessários.

ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA (OAB 21692/CE), ADV: FABÍOLA LOPES RODRIGUES (OAB 30814/CE), ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA MARTINS BATISTA (OAB 21692/CE), ADV: RAUL ABREU CRUZ CARVALHO (OAB 29917/CE), ADV: WASHINGTON LUIS TERCEIRO VIEIRA JUNIOR (OAB 15733/CE) - Processo 0203020-55.2023.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Fabio Gomes Melo e outro - PROMOTOR(A): Ministério Público do Estado do Ceará - Razão assiste à Defesa, pois utilizando-se por aplicação analógica ao §3º, do art. 403, do Código

de Processo Penal, o prazo sucessivo, quer dizer antes o Ministério Público e depois a Defesa, apresentará os memoriais. À Secretaria, a fim de certificar se decorreu o prazo legal do Ministério Público para apresentar os memoriais e, após apresentados, intime-se a Defesa, conforme já determinado no termo de audiência de pág. 585. Exp.

ADV: DJANIRA PEREIRA MORORO DE FREITAS (OAB 18985/CE), ADV: PAULO MARCELO SILVA FREIRE (OAB 42681/CE), ADV: MARIA CRISTINA PATRICIO (OAB 45597/CE) - Processo 0203591-26.2023.8.06.0296 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: KLEBER DE LIMA ALMEIDA COSTA e outros - O Conselho Nacional de Justiça(CNJ), por meio da Portaria Presidência nº 278/2024, estabeleceu procedimentos e diretrizes para realização do Mutirão Processual Penal 2024, a ser realizado entre 1º a 30 de novembro de 2024, com o objetivo de revisar as prisões preventivas com duração maior do que 1(um) ano, desta forma, encaminhem-se os autos ao Ministério Público e à Defesa, para que se manifestem, no prazo de 3(três) dias. Expedientes necessários para a realização da audiência designada para o dia 18 de dezembro de 2024, às 9h30. Intimações necessárias.

ADV: HELIO NOGUEIRA BERNARDINO (OAB 11539/CE) - Processo 0240260-27.2022.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jose Matheus Nascimento dos Santos e outro - Cumpra-se, sem mais demora, a decisão prolatada no incidente de insanidade mental e, após abra-se vista às partes para se manifestarem na presente ação penal. Exp com celeridade.

ADV: PEDRO HENRIQUE BRASIL DE SOUZA (OAB 48040/CE), ADV: MAXCILIO BEZERRA LIMA (OAB 46078/CE) - Processo 0242663-03.2021.8.06.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Thiago Lucas Ferreira Fonseca e outro - Recebo o recurso de apelação interposto pela Defesa dos réus na Sessão de julgamento (págs, 1000/1001), contra a sentença condenatória de fls. 1008/1016. Intime-se os recorrentes, por seus advogados, para, no prazo legal, apresentarem as razões e, em seguida, abra-se vista ao recorrido por igual prazo para contrarrazoar. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com as cautelas legais. Expeça-se carta de guia provisória. Expediente necessário

ADV: FRANCISCA GONÇALVES FILHA (OAB 33291/CE) - Processo 0244769-30.2024.8.06.0001 - Produção Antecipada de Provas Criminal - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: W.C.G. - Diante o exposto, tendo o requerente abandonado a causa por mais de 30 dias, deixando de promover os atos e diligências que lhe incumbe, declaro, por consequência, extinto o presente feito sem resolução do mérito, o que faço com fulcro no art. 485, III do NCPC c/c art. 3º do CPP, sem prejuízo de renovação do pedido. Cumpridas as formalidades legais, após baixa nos registros, ARQUIVEM-SE. P.R.I.

NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - SEGURO DPVAT

JUÍZO DE DIREITO DA NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - DPVAT
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2024

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ANA CLAUDIA MAIA DE ALENCAR MELO (OAB 6994/CE) - Processo 0030608-24.2009.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Graciana Maciel - Vistos. Trata-se de Embargos de Declaração opostos com base no art. 1.022, do CPC, contra sentença prolatada nos autos. Compulsando-se os autos verifica-se que os presentes embargos foram opostos tempestivamente, obedecendo-se ao prazo previsto no art. 1.023 do CPC. Analisando-se o caso, se observa que o acolhimento dos presentes embargos implicará em possível modificação da decisão, razão pela qual, com base no art. 1.023, §2º, do CPC, determino a intimação da parte adversa para, querendo, se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os embargos opostos. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação nos autos, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405A/CE), ADV: CARLOS EDUARDO LIMA PIRES (OAB 32669/CE) - Processo 0031941-11.2009.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Maria Aparecida de Oliveira Vasconcelos e outros - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Sobre a planilha de cálculo anexada às fls.304/309 pela Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua, falem as partes, no prazo de 15 dias. Após retornem conclusos.

ADV: PAULO RODRIGUES ALVES (OAB 14452/CE), ADV: FERNANDO ANDRADE CONHASCA (OAB 110311/RJ), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0103670-68.2007.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - DPVAT - REQUERENTE: Helio Lima de Oliveira - REQUERIDO: Cia Excelsior de Seguros S/A e outro - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - ISTO POSTO, com base nos artigos 924, V, e 925, do Código de Processo Civil, declaro por sentença, a extinção da execução pela ocorrência da prescrição intercorrente da pretensão executória. Publique-se. Registre-se, Intimem-se. Sem custas. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0107970-24.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Em análise aos autos, verifiquei que foi oficiado à CEF para se manifestar sobre a existência da conta judicial vinculada a este processo de n.º 4030.040.01982680-3, conforme consta no comprovante de depósito judicial de fls.211, anexada pela promovida. Em resposta verifiquei, no documento de fls.247, que a referida conta foi pré cadastrada em 15/02/2024, entretanto a promovida não cuidou de efetuar o valor a ser pago para liquidação da sentença. Como não ocorreu o pagamento voluntário, no prazo do art.523 do CPC, o débito deverá ser acrescido de multa de 10% e, também, de honorários advocatícios de 10%, conforme § 1.º, do art. 523 do CPC. Não efetuado o pagamento voluntário, terá início os atos expropriatórios, a teor do § 3.º do mesmo artigo e art.835, e 854 do CPC. Isto posto, determino a intimação da promovida, por meio de seu representante legal, para no prazo de 15 dias, pague o valor o débito exequendo, nos termos acima determinado, acrescidos das custas processuais se houver. Após, retornem conclusos.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0121204-39.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gabriel Costa de Oliveira Alves - R.H. Às fls. 158/159, foi proferido decisão designando a realização da perícia judicial para o dia 03/12/2024, sendo determinado a intimação pessoal do autor por mandado. Analisando-se os presentes autos, constatei que o Oficial de Justiça certificou às fls. 164, que não foi possível proceder com a intimação do autor em razão deste não residir no endereço informado na inicial, sendo ainda informado que se mudou desde do ano de 2021. Diante do exposto, determino a intimação do advogado do autor, para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, a respeito de eventual modificação do endereço indicado na exordial, devendo informar, outrossim, o telefone de contato atualizado do promovente, no ensejo de possibilitar mais uma forma de intimação da parte autora, informando, ainda, se persiste o interesse no presente feito e requeira o que entender de direito, advertindo-o que seu silêncio importará em julgamento antecipado do mérito em virtude da não produção de prova essencial à demonstração do fato constitutivo do direito postulado no vestibular,

nos exatos moldes do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Havendo manifestação autoral em favor da continuidade da lide, inclua-se, de imediato, o feito em fila para o próximo mutirão de perícia, a ser realizado pela Secretaria desta Vara, a fim de ser efetivada a aludida perícia para determinar o potencial da lesão sofrida pelo promovente. Expedientes necessários.

ADV: FÁBIO POMPEU PEQUENO JÚNIOR (OAB 14752/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE), ADV: FRANCISCO WAGNER BARBOSA DE ALENCAR FILHO (OAB 29811/CE), ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE) - Processo 0124601-72.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Nahim da Silva Gomes - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 302/312, acolheu o recurso de apelação interposto pela promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 171/176, proferida pelo Juízo de 1.º grau, afastando a sucumbência recíproca, condenando tão somente a seguradora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em R$ 800,00 (oitocentos reais), em favor do patrono da autora, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/15, cujo valor deverá ser corrigido monetariamente a partir do arbitramento e acrescido de juros de 1% ao mês, contados do trânsito em julgado daquela decisão. Verifica-se que a promovida já pagou o valor referente à condenação imposta na sentença, às fls. 268/272. Às fls. 278/ 284, anexou o comprovante do pagamento das custas processuais. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Intime-se a promovida para, no mesmo prazo, efetuar o pagamento do valor remanescente arbitrado no acórdão. Após, retornem conclusos.

ADV: DAVINANA FERNANDES FRAGA (OAB 33441/CE) - Processo 0125144-46.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Stênio Nascimento de Albuquerque e outros - Cls. Às fls. 423/428, a promovida anexou comprovante do depósito judicial da condenação. Intime-se o patrono da parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/03/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE) - Processo 0128460-96.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Alexandro Gomes Lobato - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, CONHEÇO dos presentes embargos para, no entanto, NEGAR-LHE PROVIMENTO, por ausência do vício apontado na supracitada sentença, mantendo-a inalterada, devendo permanecer tal como se acha lavrada. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso, motivo pelo qual devolvo às partes, o prazo para, querendo, poderem recorrer, o que faço com base no art. 1.026 do CPC. Publique-se e intimem-se. Não havendo interposição de recurso e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0131490-81.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Juranildo Nogueira Neves - R. H. A Sentença de fls. 162/165 foi anulada, conforme Acórdão de fls. 218/225. Recebo os autos para o regular prosseguimento do feito. Intime-se o autor, através de seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar seu endereço atual e completo, a fim de viabilizar a sua intimação pessoal para comparecimento a nova perícia médica a ser designada por este Juízo. Após, retornem conclusos.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: VIVIANE CHAVES DOS SANTOS (OAB 9880/CE), ADV: RAISSA CHAVES DOS SANTOS RAMOS TIMBÓ (OAB 32114/CE) - Processo 0133810-70.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ermedson Bruno Ferreira Alves - Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIMA-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15(quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE) - Processo 0134112-07.2013.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: GEOVA ALVES DE OLIVEIRA - Vistos, etc. Chama-se o feito à ordem para tornar nulo os alvarás de fls. 284/285, em razão da alteração dos dados bancários do causídico do autor, informado às fls. 278/280, bem como defere-se pedido de expedição do valor em favor do autor e de seu representante, visto que se trata de depósito efetuado pela ré, às fls. 259/262, para complementar a cifra condenatória apontada em planilha emitida pela contadoria (fls. 252/254). Assim, defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls. 278/280, com base na Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022. Expeça-se 3 alvarás judiciais: O primeiro alvará para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$ 14.216,38 (quatorze mil duzentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos), mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE, em favor da parte autora, referente a condenção, no nome de seu Advogado, Dra. Eurijane Augusto Ferreira, OAB-CE 16326, CPF 615.693.643-20, para a Caixa Econômica Federal, Agência: 0613, Conta corrente: 584538524-1, Operação: 3701, que tem poderes para dar e receber quitação, conforme procuração de fls.275, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01808522-2, conforme comprovante de fls. 192. E o segundo alvará, referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, no valor de R$1.421,64 (um mil quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE no nome do Advogado autoral, Dra. Eurijane Augusto Ferreira, OAB-CE 16326, CPF 615.693.643-20, para a Caixa Econômica Federal, Agência: 0613, Conta corrente: 584538524-1, Operação: 3701, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01808522-2, conforme comprovante de fls. 192. E o terceiro e último alvará, referente ao valor remanescente identificado pela contadoria da condenação e dos honorários advocatícios sucumbenciais, no valor de R$ 174,32 (cento e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE, em favor da parte autora e de seu patrono, no nome do Advogado autoral, Dra. Eurijane Augusto Ferreira, OAB-CE 16326, CPF 615.693.643-20, para a Caixa Econômica Federal, Agência: 0613, Conta corrente: 584538524-1, Operação: 3701, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 02006815-1, conforme comprovante de fls. 261. Custas pagas pela promovida, às fls. 202/208. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, através de carta de intimação com aviso de recebimento (A.R), informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Após comprovado o pagamento, arquivem-se os autos.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: VINICIUS PINHEIRO MELO (OAB 24353/CE) - Processo 0136569-36.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Lucivane Vieira de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - ISTO POSTO, CONHEÇO dos presentes embargos para, no entanto, NEGAR-LHE PROVIMENTO, por ausência do vício apontado na supracitada sentença, mantendo-a inalterada, devendo permanecer tal como se acha lavrada. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso, motivo pelo qual devolvo às partes, o prazo para, querendo, poderem recorrer, o que faço com base no art. 1.026 do CPC. Publique-se e intimem-se. Não havendo interposição de recurso e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0136942-33.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hevily Vitória de Sousa Dias - Cls. Às fls. 274/279, a promovida anexou comprovante do depósito judicial da condenação. Intime-se o patrono da parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/03/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0137149-03.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco da Silva Melo - REQUERIDO: Sompo Seguros S.a - ISTO POSTO, considerando a legislação específica indicada nos autos, bem como os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos dos arts. 274, parágrafo único, e 373, I, ambos do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do mesmo Diploma Legal. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0140067-43.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Em petição de fls. 274/278, a parte exequente, com base no art. 523 do CPC, requereu o cumprimento definitivo da sentença no que concerne ao valor dos honorários advocatícios devidos pela promovida, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524 do mesmo Código. Intime-se, pois, a parte executada, pelo portal-eletrônico, para se manifestar, em até 5 (cinco) dias, sobre os cálculos apresentados pela parte autora. Não havendo manifestação, deve a executada proceder ao pagamento do débito remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescidos das custas processuais se houver, conforme art. 523 do CPC. Não ocorrendo o pagamento voluntário, no prazo assinalado, o débito será acrescido de multa de 10% e, também, de honorários advocatícios de 10%, conforme § 1.º, do art. 523 do CPC. Não efetuado o pagamento voluntário, terá início os atos expropriatórios, a teor do § 3.º do mesmo artigo. Intime-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0145170-36.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Manoel Rodrigues Nascimento - REQUERIDO: Maritima Seguros S/A - ISTO POSTO, não há alternativa senão extinguir o processo, sem resolução de mérito. É o que ora faço, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: KAIO RODRIGO DO VALE PEREIRA (OAB 36171/CE), ADV: CARLOS KAUÊ DO VALE PEREIRA (OAB 36172/CE) - Processo 0145178-71.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Desdedite Ferreira da Silva - Vistos, etc. Processo retornando do TJCE aonde a apelação interposta pela seguradora foi conhecida, mas não provida. Ademais, os honorários sucumbenciais foram majorados para o percentual de 20% (vinte por cento) do valor atualizado da condenação (fls. 336/342). O feito transitou em julgado, conforme certidão de fls. 365. A promovida, às fls. 359/363, juntou o cálculo atualizado da obrigação de pagar e o comprovante de pagamento do valor da condenação. Assim, intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art. 526 do CPC, considerando ainda a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário." Após, retornem os autos conclusos. Intime(m)-se.

ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE), ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0149234-60.2013.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: LUIZ CLAUDIO DA SILVA NUNES - REQUERIDO: MARITIMA SEGUROS S/A e outro - Diante de tudo o que acima foi relatado, entendo que deve ser aplicado o art.14 do Código de Ética e Disciplina da OAB que prescreve: "Art. 14. A revogação do mandato judicial por vontade do cliente não o desobriga do pagamento das verbas honorários contratadas, bem como não retira o direito do advogado de receber o quanto lhe seja devido em eventual verba honorária de sucumbência, calculada proporcionalmente, em face do serviço efetivamente prestado." Isto posto, defiro o pedido de alvará em prol da Dra. Fabiana Negreiros de Azevedo, OAB-CE35.010, referente aos honorários de sucumbência em sua totalidade, conforme requerido às fls. 350. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$ 2.017,65 (dois mil e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico - SAE, em favor da parte autora, no nome de sua Advogada, Dra Fabiana Negreiros de Azevedo, OAB-CE 35.010, CPF 046.013.703-45, para a CEF, Agência 1888, operação 001, C/C 30215-5, depositado na CEF - Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01974820-9, conforme comprovante de fls. 322. Intimem-se. Após, arquivem-se

ADV: CARLOS ALBERTO LOPES DA COSTA (OAB 12420/CE) - Processo 0150925-70.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Daniel dos Santos Silva - Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIMA-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15(quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código.

ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE) - Processo 0154177-47.2018.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Darlei Alves Mesquita - R.H. A parte

promovente não foi localizada para, no prazo de 05(cinco) dias, informasse se persiste interesse na continuidade da lide, tendo a certidão do oficial de justiça, de fls. 188, retornado com a informação de que deixou de intimar a requerente em face da insuficiência de endereço, ressaltando que não existe mais "sítio Roncador" Diante disso, intime-se o advogado da parte autora para, no prazo de 05(cinco) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, informando nos autos o endereço correto, completo e atual da parte promovente, número telefônico, whatsapp, e/ou e-mail, a fim de que se possa dar prosseguimento ao feito, sob pena de julgamento improcedente do pedido, nos termos dos arts. 274, parágrafo único, 373, I, e 487, I, todos do Código de Processo Civil. Intime(m)-se.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE) - Processo 0155497-98.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Fabio de Souza - R.H. Na sentença que julgou os embargos declaratórios, às fls.180/183, ficou estabelecido que os honorários advocatícios seriam de 20%, tudo com base no valor da condenação, nos termos dos arts.85 e 86 do CPC. Assim, como a promovida efetuou o pagamento no valor de R$10.404,74 (dez mil quatrocentos e quatro reais e setenta e quatro centavos), em conformidade com a sentença, como se vê às fls.187/190, conclui-se que o valor dos honorários é de R$ 2.080,94 (dois mil e oitenta reais e noventa e quatro centavos), que corresponde 20% de R$ 10.404,74. Indefiro o pedido constante na petição de fls.201 para que a promovida realize novo depósito, pois já consta às fls.189. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0155682-39.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 161/168 , não conheceu do recurso de apelação interposto pela promovida em face da deserção e ficou assim, mantida a sentença de fls. 122/126, proferida pelo Juízo de 1.ºgrau. Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIMA-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código. Salienta-se que na hipótese de inércia do promovente, o feito será arquivado. Intime-se também, a promovida, para no mesmo prazo, recolher as custas processuais finais arbitradas na sentença, sob pena de remessa para a dívida ativa do Estado do Ceará. Decorrido o prazo legal, não tendo sido recolhidas as custas objeto da presente intimação, oficie-se a Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa.

ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0157318-40.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. O requerimento do autor pela expedição de alvará para levantamento da quantia depositada às fls.176, correspondente ao valor incontroverso fixado na sentença de fls. 155-161. Assim, defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls.183/185, com a devidas correções quanto aos valores requeridos, com base na Portaria 109/2022 do TJCE, publicada no DJE de 04/02/2022. Expeçam-se três Alvarás: o primeiro para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$ 2.614,07 (dois mil, seiscentos e quatorze reais e sete centavos), mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE, em favor da parte autora, em nome de Samuel Rolim Sociedade Individual de Advocacia, inscrito no CNPJ nº: 28.480.546/0001-06, para o Banco do Brasil, Agência: 1020-0, Conta Corrente nº: 19.741-6, que tem poderes para dar e receber quitação, conforme procuração de fls.11, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01984437-2, conforme comprovante de fls.325. O segundo referente aos honorários sucumbenciais no valor de R$ 84,02 (oitenta e quatro reais), mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE, em nome de Samuel Rolim Sociedade Individual de Advocacia, inscrito no CNPJ nº: 28.480.546/0001-06, para o Banco do Brasil, Agência: 1020-0, Conta Corrente nº: 19.741-6, que tem poderes para dar e receber quitação, conforme procuração de fls.11, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01984437-2, conforme comprovante de fls.325. E o terceiro referente aos honorários contratuais, conforme contrato de honorários anexado às fls. 187/188, referente a 30% de R$ 3.734,39 (valor da condenação), que corresponde ao valor de R$ 1.120,31 (um mil, cento e vinte reais e trinta e um centavos), mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE, em nome de Samuel Rolim Sociedade Individual de Advocacia, inscrito no CNPJ nº: 28.480.546/0001-06, para o Banco do Brasil, Agência: 1020-0, Conta Corrente nº: 19.741-6, que tem poderes para dar e receber quitação, conforme procuração de fls.11, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 01984437-2, conforme comprovante de fls.325. A promovida anexou aos autos o comprovante das custas processuais finais, às fls.167/173. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, pelos Correios, através de carta com aviso de recebimento (A.R), informando-a acerca da expedição de Alvará em seu favor, de seu respectivo valor, bem como de que tal valor poderá ser levantado por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Intimem-se a parte promovida para que se manifeste acerca da petição juntada aos autos pela parte autora às fls.183/185, uma vez que o promovente alega que a promovida deixou de efetuar o depósito no valor de R$ 476,13 (quatrocentos e setenta e seis reais e treze centavos) referente aos honorários sucumbenciais. Após, cumpridas as diligências determinadas, retornem-se os autos conclusos.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0159172-06.2018.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Dantas da Silva - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 219/230, acolheu o recurso de apelação interposto pela promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 168/172, proferida pelo Juízo de 1.ºgrau, afastando a sucumbência recíproca, condenando tão somente a seguradora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em R$1.000,00 (hum mil reais), em favor do patrono da autora, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC; devendo ser deduzida a importância, depositada equivocadamente, a título de honorários, conforme mencionado. A promovida, às fls. 275/278 e 342/347, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar imposto na sentença e no acórdão, respectivamente, bem como os comprovante de pagamento. Às fls. 282/287, anexou comprovante do pagamento das custas processuais finais. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre os valores depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC, sob pena de arquivamento dos autos. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito,

mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE) - Processo 0168629-96.2017.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria da Conceição de Lima - Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIMA-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15(quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código.

ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: CICERO SOUSA DE LUNA (OAB 12950/CE), ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE) - Processo 0176838-88.2016.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Valdenira da Silva Ferreira e outros - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S.a - Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a. - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

ADV: LIGIA SAMARA ALBURQUEQUE PINTO (OAB 22902/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: DIEGO VICTOR LOBO SILVEIRA (OAB 25815/CE), ADV: LUIS RICARDO DE QUEIROZ FERREIRA (OAB 29743/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0180205-57.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Pereira de Sousa - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S.a. - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Ante o exposto, por ausência de prova, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: JOSE ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 21292/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0186285-95.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fabrício Fernandes da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0188416-43.2019.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Elton Jonathan Santana Queiroz - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 286/293, acolheu o recurso de apelação interposto pela promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 168/172, proferida pelo Juízo de 1.ºgrau, afastando a sucumbência recíproca, condenando tão somente a seguradora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em R$1.000,00 (hum mil reais), em favor do patrono da autora, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC. A promovida, às fls. 300/303, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar bem como o comprovante de pagamento. Às fls.248/254, anexou comprovante do pagamento das custas processuais finais. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC, sob pena de arquivamento dos autos. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: ANTONIA DERANY MOURÃO DOS SANTOS (OAB 34613/CE) - Processo 0188928-65.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Edilson Vieira Costa - Vistos, etc. O credor apresentou, às fls.267/268, pedido de execução de sentença que condenou a executada. Foi determinada a intimação da executada, pelo portal eletrônico, para cumprir as obrigações estipuladas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa no valor de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também na razão de 10% (dez por cento) art. 523, § 1º, CPC, observando-se os cálculos apresentados pelo autor. O prazo decorreu e nada foi apresentado, conforme certidão de fls.273. Determino nova intimação da promovida , através de seu advogado, para pagar o débito, incidindo a multa e honorários advocatícios previstos no art.523, § 1.º do CPC. Transcorrido o prazo para pagamento espontâneo pelo(a) devedor(a), advirta-se, desde já, que se iniciará o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente de penhora ou nova intimação. Cumpra-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE) - Processo 0191431-25.2016.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A e outro - R.H. Defiro o pedido de expedição de alvarás na forma requerida na petição de fls. 439, com base na Portaria 109/2022 do TJCE, publicada no DJE DE 04/02/2022. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA do valor de R$ 2.010,94 (dois mil e dez reais e noventa e quatro centavos) e mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico - SAE , em favor da parte autora, no nome de sua advogada, Dra. Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena, 410.940.853-91 , para o Banco: NU PAGAMENTOS (260) , Agência 0001, C/C 52503941-1, que tem poderes para dar e receber quitação , conforme procuração de fls. 10, depositado na CEF, Agência: 4030, na Conta Judicial: 02012923-1, conforme comprovante de fls. 435. E um segundo alvará referente aos honorários sucumbenciais, no valor de R$201,09 (duzentos e um reais e nove centavos)e mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico - SAE , no nome de Dra. Erinalda Cavalcante Scarcela de Lucena, CPF 410.940.853-91 , para o Banco: NU PAGAMENTOS (260) , Agência 0001, C/C 52503941-1, depositado na CEF, Agência: 4030, na Conta Judicial: 02012923-1, conforme comprovante de fls. 435. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, por carta com aviso de recebimento, (A.R.)elos mesmos meios em que foi obtida sua intimação à perícia, informando-a acerca da expedição de Alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes especiais para este fim. Ademais, intime-se a promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, sob pena de remessa para a dívida ativa do Estado do Ceará. Decorrido o prazo legal e não tendo sido recolhidas as custas, objeto da presente intimação, oficie-se a Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa. Só após, arquivem-se.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0200786-54.2019.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível

- Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vitor Bezerra Ferreira - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 341/349, acolheu o recurso de apelação interposto pela promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 283/288, proferida pelo Juízo de 1.ºgrau, afastando a sucumbência recíproca, condenando tão somente a seguradora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em R$ 1.000,00 (hum mil reais), em favor do patrono da autora, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC. A promovida, às fls. 301/307, anexou comprovante do pagamento das custas processuais finais. Às fls. 358/362, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar bem como o comprovante de pagamento. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: JOSE HELENO LOPES VIANA (OAB 1485/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0202098-31.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Pedro Henrique Silva da Rocha e outros - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando que o promovente deixou de atender ao disposto no art. 373, I, do Código de Processo Civil, que trata no ônus da prova e que é incumbência da parte autora, hei por bem julgar improcedente o pedido, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, I, do mesmo Diploma Legal. Deixo de condenar o promovente nas custas processuais, em face da isenção legal. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da indenização pleiteada, cuja cobrança fica suspensa pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por força do art. 98, § 3°, do CPC. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO (OAB 140522/RJ), ADV: FERNANDO DE FREITAS BARBOSA (OAB 152629/RJ), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE), ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE), ADV: JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS (OAB 144819/RJ), ADV: FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR (OAB 14752/CE), ADV: ANTONIO KAIRO RODRIGUES SILVA (OAB 24805/CE) - Processo 0202533-05.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ivan Castro de Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando a legislação específica indicada nos autos, bem como os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos dos arts. 274, parágrafo único, e 373, I, ambos do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do mesmo Diploma Legal. Condeno a parte autora no pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Todavia, suspendo dita condenação por ser a mesma beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: ROGÉRIO MAGNO COSTA BARBOSA (OAB 28624/CE) - Processo 0204841-43.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Flint Redson Vasconcelos Cedraz de Lima - Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIMA-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15(quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código.

ADV: RAFAEL DE SOUSA REZENDE MONTI (OAB 18044/CE) - Processo 0205411-73.2015.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria do Socorro Nascimento Almeida - Cls. Às fls. 389/394, a promovida anexou comprovante do depósito judicial da condenação. Intime-se o patrono da parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/03/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE), ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE) - Processo 0205744-15.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco dos Santos Lameira - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos, etc. Processo retornando do TJCE aonde a apelação interposta pela seguradora foi conhecida, mas não provida. Ademais, os honorários advocatícios foram majorados para 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, § 11, do CPC). (fls. 323/330). O feito transitou em julgado, conforme certidão de fls. 350. A promovida, às fls. 343/348, juntou o cálculo atualizado da obrigação de pagar e o comprovante de pagamento do valor da condenação. Assim, intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art. 526 do CPC, considerando ainda a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário." Ademais, intime-se também a promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, sob pena de remessa para a dívida ativa do Estado do Ceará. Decorrido o prazo legal e não tendo sido recolhidas as custas, objeto da presente intimação, oficie-se a Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa. Após, retornem os autos conclusos. Intime(m)-se.

ADV: RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (OAB 45542A/CE), ADV: JOAO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 27954A/CE) - Processo 0205744-15.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Cls. Defiro o pedido de expedição de alvará na forma requerida na petição de fls. 326, com base na Portaria 109/2020 do TJCE, publicada no DJE de 04/03/2022. Expeça-se alvará judicial para que a CEF PROCEDA A TRANSFERÊNCIA dos valores de R$ 3.666,05 (três mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinco centavos), mais correções e juros legais devidamente atualizados a ser preenchido de forma automática no cadastramento do Alvará via Sistema de Alvará Eletrônico SAE, referente à condenação, em nome da sociedade de advogados Saboya e Brandão Advogados Associados, CNPJ 14.820.838/0001-36, que tem poderes para dar e receber quitação, conforme procuração às fls. 15, para a Caixa Econômica Federal, Agência 0619, Conta Corrente 1752-3, Operação 003, depositado na CEF Caixa Econômica Federal, Agência: 4030, na Conta Judicial: 02012517-1, conforme comprovante de fls. 344. Oportunamente, intime-se PESSOALMENTE a parte autora, pelos Correios, através de carta com aviso de recebimento (A.R), informando-a acerca da expedição de alvará(s) em seu favor, de seu(s) respectivo(s) valor(es), bem como de que tal(is) valor(es) poderá(ão) ser levantado(s) por seu advogado, com poderes

especiais para este fim. Por fim, intime-se a promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais finais arbitradas na sentença, sob pena de remessa para a dívida ativa do Estado do Ceará. Decorrido o prazo legal, não tendo sido recolhidas as custas objeto da presente intimação, oficie-se a Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa. Expedientes necessários.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0210066-10.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Elson Ponte da Silva - Assim, intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para que no prazo de 5 (cinco) dias informe os dados que estão faltando, levando em consideração a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, e determina nos incisos do seu art. 3º que o alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e a conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário, dentre outros requisitos.

ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE) - Processo 0211056-06.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Marques - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 211/216, acolheu o recurso de apelação interposto pela promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 172/176, proferida pelo Juízo de 1.º grau, afastando a sucumbência recíproca, condenando tão somente a seguradora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, abatendo-se a quantia de R$ 229,90 (duzentos e vinte e nove reais e noventa centavos) já depositada Judicialmente, em favor do patrono da autora. A promovida, às fls. 193/196 e 226/229, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar imposto na sentença e no acórdão, respectivamente, bem como os comprovantes de pagamento. A promovida, às fls. 197/202, anexou comprovante do pagamento das custas processuais finais. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: WINSTON BRUNO NUNES PINHO (OAB 44266/CE) - Processo 0213679-38.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Helder de Melo Farias - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Diante disso, faz-se necessário que ambas as partes sejam intimadas, para que anexem aos autos documentos referentes ao processo administrativo, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0214094-55.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ana Magna de Lima Pedrosa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, pelo que acima se dessumi, verifica-se ter ocorrido omissão de pagamento administrativo na sentença de fls. 469/473, razão pela qual CONHEÇO DESTES EMBARGOS, uma vez que, opostos tempestivamente, na forma do art. 1.022, II, do Código de Processo Civil, ACOLHENDO-OS, e, com base neste artigo com o art. 494, II, do mesmo Diploma legal, altero a sentença embargada, a partir do parágrafo que trata do valor da condenação, devendo passar a constar o seguinte teor: EM ASSIM SENDO, com esteio no disposto no art. 487, I, do vigente CPC, acolhendo o pedido formulado à Exordial, julgo PROCEDENTE a ação e, por via de consequência, CONDENO e DETERMINO o pagamento à parte Autora, pela(s) Promovida(s), da diferença entre o valor já pago e o fixado em lei para o caso concreto, referente ao seguro obrigatório (DPVAT), qual seja, R$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Condeno, ainda, a parte promovida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2°, do Código de Process Civil. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Permanecem inalterados os demais dados da sentença. Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso, motivo pelo qual devolvo às partes, o prazo para, querendo, poderem recorrer, o que faço com base no art. 1.026 do CPC. Publique-se e retifique-se o registro da sentença, anotando-se. Intimem-se. Não havendo interposição de recurso e, cumpridas as formalidades, arquiva-se.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE) - Processo 0215821-20.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vicente Candido do Nascimento - R. H. A parte requerente ingressou com recurso de apelação (fls. 204/210). Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias, com base no §1º, ou apelação adesiva, com base no §2º, ambos do art. 1.010 do CPC. Decorrido o prazo legal, após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, do art. 1.010 do CPC, determino a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme determina o art. 1.010, § 3º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 39401/BA), ADV: PAULO RICARDO GOMES DA ROCHA (OAB 31620/CE) - Processo 0218947-10.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônia Marta Goes Viana - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT e outro - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo procedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, condenando a parte demandada no pagamento em favor da parte promovente na importância de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), devendo esse valor ser acrescido de correção monetária com base no INPC, a partir da data do evento danoso (Súmula 580- STJ), e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, (Súmula 426- STJ), até a data do efetivo pagamento, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Considerando o princípio da sucumbência e por ser a parte promovente vencedora, condeno a promovida no pagamento dos honorários advocatícios, estes arbitrados no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação, e no pagamento das custas processuais, nos termos do art. 86, do CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: MANASSÉS DE QUENTAL QUINDERÉ RIBEIRO (OAB 38243/CE), ADV: MARIANA BEZERRA MULLER (OAB 14838/RN) - Processo 0220147-52.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Leanderson da Silva Oliveira - Assim, intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para que no prazo de 5 (cinco) dias informe os dados que estão faltando, levando em consideração a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, e determina nos incisos do seu art. 3º que o alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e a conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário, dentre outros requisitos.

ADV: FRANCISCO WAGNER BARBOSA DE ALENCAR FILHO (OAB 29811/CE), ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE) - Processo 0220343-56.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: João

Gabriel Marques dos Reis - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls.239/250, conheeu o recurso de apelação interposto pelo promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 164/171, proferida pelo Juízo de 1.ºgrau, majorando os honorários de sucumbência em face da promovida para R$500,00 (quinhentos reais). A promovida sucumbiu em parte mínima do pedido, conforme sentença de fls.164/171. Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código. Salienta-se que na hipótese de inércia do promovente, o feito será arquivado.

ADV: CARLOS KAUÊ DO VALE PEREIRA (OAB 36172/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0223423-62.2020.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Vilmar da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 291/296 , denegou o recurso de apelação interposto pela promovida e manteve a sentença de fls. 144/148 proferida pelo Juízo de 1.ºgrau. Com base no art. 523 e seguintes do CPC, INTIMA-SE A PARTE AUTORA PARA REQUERER O CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito na forma prevista no art. 524, do mesmo Código. Salienta-se que na hipótese de inércia do promovente, o feito será arquivado. Intime-se também, a promovida, para no mesmo prazo, recolher as custas processuais finais arbitradas na sentença, sob pena de remessa para a dívida ativa do Estado do Ceará. Decorrido o prazo legal, não tendo sido recolhidas as custas objeto da presente intimação, oficie-se a Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa.

ADV: JORGE ULISSES E SILVA FERREIRA LIMA (OAB 29690/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0225854-69.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Terezinha Ribeiro Azevedo da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando que o promovente deixou de atender ao disposto no art. 373, I, do Código de Processo Civil, que trata no ônus da prova e que é incumbência da parte autora, hei por bem julgar improcedente o pedido, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, I, do mesmo Diploma Legal. Deixo de condenar o promovente nas custas processuais, em face da isenção legal. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da indenização pleiteada, cuja cobrança fica suspensa pelo prazo de até 5 (cinco) anos, por força do art. 98, § 3°, do CPC. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE) - Processo 0228701-10.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vagner Sidney Alves Guimarães - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0234419-85.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Vilmar Chaves de Andrade Junior - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos. Compulsando os autos, observa-se que a seguradora foi condenada ao pagamento em favor da parte demandante na importância de R$ 843,75, a título de diferença securitária, bem como em correção monetária sobre o valor pago administrativamente (fls. 144/149). Empós, em sede de recurso, a sentença foi reformada, afastando a condenação da demandada ao pagamento da correção monetária sobre o valor realizado administrativamente (fls. 178/183). Assim, a seguradora apresentou memória de cálculo atualizado e efetuou o depósito da condenação na importância de R$ 1.253,50 (fls. 190/193). No entanto, às fls. 200/203 a parte autora aduz que a requerida não efetuou o pagamento dos honorários sucumbências como estava determinado na sentença. Intimada, a promovida se manifestou acerca do alegado (fls. 209/211). É o relatório. Decido. Percebe-se assistir razão à ré, uma vez que fora determinado na parte final da sentença (fls. 144/149) que a sucumbência ficaria a cargo da parte autora. Senão vejamos: Considerando que a parte promovida sucumbiu em parte mínima do pedido, a parte autora responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários, estes no percentual de 10% (dez por cento) do valor da condenação, ficando isenta, no entanto, dos ônus acima definidos por ser beneficiária da justiça gratuita, tudo nos termos dos arts. 86, parágrafo único, e 98, §3º, ambos do Código de Processo Civil. Isto posto, não há condenação em honorários para requerida. Desse modo, não se acolhe o pleito autoral. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre o depósito judicial efetivado. Deverá o autor, dentro do prazo assinalado, indicar o banco, agência e conta para recebimento do crédito, além do CPF/CNPJ do beneficiário/destinatário da transferência eletrônica, para fim de confecção do alvará judicial respectivo, em conformidade com o estatuído na Portaria nº 557/2020 do TJCE. Por fim, intime-se também a promovida para que tome ciência da presente decisão. Expedientes necessários.

ADV: CAROLINA FREITAS MOREIRA (OAB 23787/CE) - Processo 0234895-55.2023.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Cicero Antonio de Sousa Silva - Vistos, etc. Processo julgado e devidamente transitado, conforme certidão de fls. 241. A promovida, às fls. 231/234, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar, bem como o comprovante de pagamento do valor da condenação. Custas processuais prejudicadas, conforme parte final do dispositivo da sentença de fls. 220/226. Diante do exposto, intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art. 526 do CPC, considerando ainda a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário." Após, retornem os autos conclusos. Intime(m)-se.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0237292-92.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Darlene Ferreira da Silva - Vistos, etc. Processo retornando do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aonde a apelação interposta pela parte promovente foi conhecida e provida, determinando-se, assim, que a seguradora ré arcasse integralmente com os ônus sucumbenciais e arbitrando-se os honorários advocatícios no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), com fundamento no art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC (fls. 314/322). O feito transitou em julgado, conforme certidão de fls. 336. A promovida, às fls. 332/334, anexou o cálculo atualizado e o comprovante de pagamento do valor referente aos honorários advocatícios arbitrados no Tribunal. Assim, intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art. 526 do CPC, considerando ainda a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário." Após, retornem os autos conclusos.

Intime(m)-se com urgência.

ADV: TATIANE BEZERRA CAMPOS (OAB 42610/PE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0237505-98.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rafael Anselmo - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Intime-se, pois, a parte executada, pelo portal-eletrônico, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescidos das custas processuais se houver, conforme art. 523 do CPC.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0239229-40.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Edilene Muniz da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Vistos. Converto o feito em diligência. Intime-se, novamente, a seguradora para que junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, os processos administrativos referentes ao acidente do dia 07/07/2016, demonstrando a data da reclamação administrativa, se houve perícia médica, e ainda a data de sua negativa. Expedientes necessários.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE), ADV: THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO (OAB 24156/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0239253-68.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Thiago Cosmo da Silva Felix - Vistos, etc. Processo retornando do TJCE aonde a apelação da parte autora foi provida, para reformar a sentença e arbitrar o valor de R$ 1.000,00 (mil reais) correspondente aos honorários advocatícios, os quais devem ser integralmente pagos pela parte promovida (fls. 209/233). Feito transitado em julgado, conforme certidão de fls. 244. Assim, intime-se a parte exequente, por meio de seu representante legal, para, com base no art. 523 do CPC, requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, anexando outrossim demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito, na forma prevista no art. 524 do mesmo Código, devendo observar os termos do § 1.º do art. 526 do CPC, considerando ainda a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, a qual padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário." Após, retornem os autos conclusos. Intime-se.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0244412-55.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Intime-se a promovida para que pague o valor fixado de R$750,00 (setecentos e cinquenta reais), pelo Juízo da 2.ªVara da Comarca de Jaguaribe-Ce, às fls.237, nos termos do art. 1.º da Portaria n.º 320/2024 do TJCE, pela realização da perícia no promovente, feita pelo médico perito, Dr.Ernon Ramires Alves Barbosa (fls.249/250). Após o pagamento, oficie-se ao Juízo deprecado para que forneça os dados bancários do médico perito acima indicado, para que possa ocorrer a transferência através de alvará judicial. Transcorrido o prazo para manifestação sobre o laudo pericial, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: IAGO NAZARO GUIMARÃES SERRA (OAB 39695/CE), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE) - Processo 0250098-28.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Rodrigues de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Indefiro o pedido de fls.153, pois o exequente não apresentou o cálculo atualizado de seu débito, conforme determinado no despacho de fls.153 e no art.524 do CPC que prescreve: "o requerimento previsto no art.523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito" Intime(m)-se.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: RENATO MOREIRA MARTINS (OAB 20807/CE) - Processo 0250919-66.2020.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Antonio Marcio Sousa da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 163/170, negou provimento ao recurso de apelação interposto pela promovida, mantendo a sentença de fls. 127/135 proferida pelo Juízo de 1.ºgrau, e em face a sucumbência da seguradora ré também naquela instância, afastou-se a aplicação do art. 86 do CPC, fixando a verba honorária em favor do patrono da parte autora, no percentual de 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação, com base no art. 85, §§ 2º e 11, do indigitado diploma legal. A promovida, às fls. 182/185, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar imposta no acórdão, bem como o comprovante de pagamento. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Intime-se também, a promovida, para no mesmo prazo, recolher as custas processuais finais arbitradas na sentença, sob pena de remessa para a dívida ativa do Estado do Ceará. Decorrido o prazo legal, não tendo sido recolhidas as custas objeto da presente intimação, oficie-se a Procuradoria-Geral do Estado para inscrição do débito na dívida ativa.

ADV: BRUNO PEREIRA BRANDÃO (OAB 22013/CE), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0254678-38.2020.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Jose Aurivane Pereira Cardoso - R.H. Processo retornado do TJCE onde o acórdão, de fls. 219/230, acolheu o recurso de apelação interposto pela promovente e reformou parcialmente a sentença de fls. 168/172, proferida pelo Juízo de 1.ºgrau, afastando a sucumbência recíproca, condenando tão somente a seguradora ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, arbitrados em R$1.000,00 (hum mil reais), em favor do patrono da autora, nos termos do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC; devendo ser deduzida a importância, depositada equivocadamente, a título de honorários, conforme mencionado. A promovida, às fls. 169/173 e 248/253, anexou o cálculo atualizado da obrigação de pagar imposto na sentença e no acórdão, respectivamente, bem como os comprovante de pagamento. Às fls. 179/185, anexou comprovante do pagamento das custas processuais finais. Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre os valores depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC, sob pena de arquivamento dos autos. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: MARCELO PEREIRA BRANDAO (OAB 26103/CE) - Processo 0257595-59.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Welderson Rodrigues Albuquerque - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, condenando a parte demandada no pagamento em favor da parte promovente na importância de R$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devendo esse valor ser acrescido de correção monetária com base no INPC, a partir da data do evento danoso (Súmula 580- STJ), e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação,

(Súmula 426- STJ), até a data do efetivo pagamento, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

ADV: SARAH BASTOS DE ALENCAR (OAB 33781/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO WAGNER BARBOSA DE ALENCAR FILHO (OAB 29811/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0269443-14.2020.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonio Wagner Figueiredo - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, condenando a parte demandada no pagamento em favor da parte promovente na importância de R$ 9.281,25 (nove mil, duzentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), devendo esse valor ser acrescido de correção monetária com base no INPC, a partir da data do evento danoso (Súmula 580- STJ), e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação (Súmula 426- STJ), até a data do efetivo pagamento, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Considerando o princípio da sucumbência e por serem promovente e promovidas vencedores e vencidos, defino o ganho de causa em favor do autor em 60% e em favor da promovida em 40%, o que servirá de norte para o pagamento das custas processuais e dos honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 20%, tudo com base no valor da condenação, nos termos do art. 86, do CPC, isentando, no entanto, o promovente dos ônus acima definidos por ser beneficiário da justiça gratuita, com observância do contido no art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado e cumprida todas as diligências determinadas neste processo, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0270687-07.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcia Ramos Alves da Costa e outros - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - R.H Em petição de fl. 211 os sucessores da parte autora manifestaram desinteresse no prosseguimento do feito, requerendo a sua desistência. Ante a apresentação de contestação nos autos, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca do pedido de desistência da ação com extinção do processo sem resolução do mérito, com base no art. 485, VIII, §4º, do CPC. Após, retornem conclusos.

ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: ADRIANO FERNANDES PINHEIRO (OAB 22161/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE) - Processo 0276360-78.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Kelvya Alves da Cruz - REQUERIDO: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT - Desse modo, faz-se necessário que ambas as partes sejam intimadas, para que anexem aos autos documentos do processo administrativo a fim de que se possa analisar ocorrência ou não da prescrição, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0284834-72.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Reginaldo Brito da Cruz - Ainda, intime-se novamente a parte autora, por meio de seu representante legal para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art. 526 do CPC, bem como para informar os dados necessários, levando em consideração a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 28/01/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, e determina nos incisos do seu art. 3º que o alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e a conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário, dentre outros requisitos.

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0284841-64.2021.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Valmir dos Santos e Silva - Cls. Às fls. 275/281, a promovida anexou comprovante do depósito judicial da condenação. Intime-se o patrono da parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/03/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

ADV: WINSTON BRUNO NUNES PINHO (OAB 44266/CE) - Processo 0290947-08.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Heldamiy Vitor Rodrigues - Vistos. Às fls. 216/217 a parte autora requer o cumprimento definitivo da sentença, no entanto não anexa demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito, na forma prevista no art. 524, CPC. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito. Expedientes necessários

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0294701-55.2022.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonio Souza do Carmo - Assim, Intime-se a parte autora, por meio de seu representante legal, para no prazo de 5 dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/02/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário"

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 32405/CE), ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE) - Processo 0550459-84.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Gerony Candido da Silva e outro - REQUERIDO: Mapfre Seguradora S/A e outro - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora, em razão da quitação integral do débito na esfera administrava, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a promovente nas custas processuais e os honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, mas cuja cobrança e exigibilidade ficarão suspensas por até 5 (cinco) anos, ante a gratuidade da justiça deferida nos autos, na forma do art. 98, § 3º do CPC. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: PAULO RICARDO MARINHO TIMBO (OAB 15285/CE), ADV: KATIA MARIA BASTOS FURTADO (OAB 9334/CE), ADV: DANIEL SUCUPIRA BARRETO (OAB 17070/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE) - Processo 0553568-09.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Elanio Viana Martins - DEMANDADO: Maritima Seguros S.a. - ISTO POSTO, considerando as provas constantes nos autos, a legislação específica e os entendimentos jurisprudenciais acima declinados, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pela parte autora, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, condenando a parte demandada no pagamento em favor da parte demandante na importância de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), devendo esse valor ser acrescido de correção monetária com base no INPC, a partir da data do evento danoso (Súmula 580 - STJ), e de juros moratórios de

1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, (Súmula 426 - STJ), até a data do efetivo pagamento, resolvendo o mérito da causa nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas processuais e honorários advocatícios a serem pagos pela demandada, estes arbitrados em 10%, tudo com base no valor da condenação, nos termos do art. 86 do CPC. Publique-se, registre-se e intimem-se. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: LIGIA SAMARA ALBURQUEQUE PINTO (OAB 22902/CE), ADV: DIEGO VICTOR LOBO SILVEIRA (OAB 25815/CE) - Processo 0845575-65.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: GILDAN MOREIRA DA SILVA - R.H. Às fls. 311/312, foi proferida decisão designando a realização de perícia na parte autora para a data de 04/12/2024, porém foi certificado pelo Oficial de Justiça às fls. 316, que não foi possível proceder com a intimação do requerente, uma vez que este faleceu em 11/07/2014, anexando sua certidão de óbito às fls. 315. Diante da informação do falecimento da parte autora durante o curso do processo e antes da realização da perícia médica judicial que poderia constatar as lesões sofridas em decorrência do acidente de trânsito e que supostamente causaram a invalidez permanente alegada na inicial, intime-se o advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, juntando aos autos os seguintes documentos: 1- Indicação do cônjuge ou pessoa companheira, caso não haja separação judicial, bem como, a relação de todos os herdeiros e na falta das pessoas indicadas, os beneficiários que comprovem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência, juntando as fotocópias de seus documentos pessoais que comprovem o vínculo hereditário com a pessoa falecida, tudo com base no art. 792 do Código Civil. 2- Todo e qualquer documento médico ou administrativo idôneo que indique o nexo de causalidade entre o acidente e a vítima e as lesões por ela sofridas, a fim de que possa contribuir para evidenciar o grau de invalidez permanente desta. Tudo a fim de que se possa dar prosseguimento ao feito, sob pena de julgamento improcedente do pedido, nos termos do arts. 373, I e 487, I, todos do Código de Processo Civil. Expedientes Necessários.

ADV: DAVID ARISON DA ROCHA BEZERRA CAVALCANTE (OAB 17939/CE), ADV: DENIS ANDERSON DA ROCHA BEZERRA (OAB 19541/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CICERO CORDEIRO FURTUNA (OAB 22014/CE) - Processo 0889109-59.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Regilane Silva Pereira - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros - Ante o exposto, com supedâneo nos arts. 77, V e 373, I, ambos do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial ante a insuficiência probatória, pelo que extingo o feito com resolução do mérito, por força do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a promovente nas custas processuais e os honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, mas cuja cobrança e exigibilidade ficarão suspensas por até 5 (cinco) anos, ante a gratuidade da justiça deferida nos autos, na forma do art. 98, § 3º do CPC. Não havendo a interposição de recurso voluntário, certifiquem o trânsito em julgado e arquivem os autos com baixa. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB) - Processo 0905232-35.2014.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Capemisa Seguradora de Vida Previdenciária S/A e outro - Vistos, etc. O presente processo foi sentenciado pela primeira vez em 2016 (fls. 145/146). No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará acolheu a apelação interposta pela parte autora e anulou a referida sentença, determinando o retorno dos autos ao juízo de origem para o regular processamento do feito. Ato contínuo, tendo o feito retornado a esta instância, determinou-se a citação da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S.A. para, querendo, oferecer defesa, bem como apresentar, junto com a contestação, o processo administrativo do requerente (fls. 196/198). Todavia, conforme se vê às fls. 202/203, o prazo para a apresentação da contestação findou-se no dia 21/02/2018 sem que a promovida tenha apresentado qualquer manifestação nos autos, conforme certificado às fls. 204. Sobre isso, dispõe o § 2º do art. 331 do Código de Processo Civil: " Art. 331. ... § 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso. § 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 ..." Ainda, o art. 335 do mesmo código determina que: "Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: ... III - prevista no art. 231 , de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. ..." E por fim, diz o art. 231, inciso VII: "Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: ... VII - a data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico; ..." Diante disso, decreto a revelia da promovida, nos termos do art. 344 do CPC. No mais, tendo em vista que já foi designada a perícia médica judicial para examinar a (as) lesão (ões) que acomete (m) o autor (fls. 263/264), aguarda-se a realização da avaliação para o julgamento do feito. Intime-se a promovida para tomar ciência da decisão. Expedientes necessários.

ADV: FABIANA NEGREIROS DE AZEVEDO (OAB 35010/CE) - Processo 0908782-09.2012.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Joao Batista Oliveira Aquino - Vistos. Às fls. 379/3810, a promovida anexou comprovante do depósito judicial da condenação. Intime-se o patrono da parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias se manifestar sobre o valor depositado, nos termos do § 1.º do art.526 do CPC. Considerando a Portaria N.º 109/2022 do TJCE, publicada no DJE do dia 04/03/2022, que padroniza a forma de expedição e envio dos alvarás judiciais para liberação de valores, no período do plantão extraordinário de que trata a Resolução n.º 313/2020, do CNJ, e determina em seu art.1.º, § 1.º, que : "O alvará judicial deverá indicar, além dos elementos de praxe, o banco, a agência e conta para recebimento do crédito, mencionando também o CPF/CNPJ do beneficiário" Após, retornem conclusos.

VARA DA AUDITORIA MILITAR

EXPEDIENTES DA VARA DA AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA AUDITORIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SOARES BULCÃO COUTINHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RONALDO HOLANDA DE QUEIROZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0897/2024

ADV: MIGUEL MACHADO ALEXANDRINO (OAB 39837/CE) - Processo 0038776-29.2020.8.06.0001 (processo principal 0103678-59.2018.8.06.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Extorsão - REQUERENTE: Guilherme Teixeira de Ameida - Fica a parte requerente intimada do seguinte despacho: "Diante da certidão retro, intime-se novamente o curador do acusado para informar a este juízo, no prazo de 5 (cinco) dias, o motivo do não comparecimento do policial militar na Coordenadoria de Medicina Legal da Perícia Forense do Estado do Ceará (COMEL/PEFOCE), deixando-o ciente na oportunidade que, em

transcorrendo o prazo sem manifestação, será determinado o prosseguimento da ação penal".

JUÍZO DE DIREITO DA AUDITORIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SOARES BULCÃO COUTINHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RONALDO HOLANDA DE QUEIROZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0898/2024

ADV: CRISTIANO QUEIROZ ARRUDA (OAB 28114/CE) - Processo 0037682-85.2016.8.06.0001 - Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso - RÉU: Joao Carlos Damasceno Pinheiro - Fica a defesa intimada do seguinte despacho: "...Diante da proximidade da data de realização do exame pericial que será no dia 25 de novembro de 2025, às 08h30min, no Núcleo de Psiquiatria Forense da PEFOCE, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 901, Moura Brasil, Fortaleza/CE, intime-se a defesa para que esta dê ciência ao militar do exame em epígrafe...".

VARA DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0267/2024

ADV: ANDERSON LIMA CELESTINO (OAB 40359/CE) - Processo 0213938-33.2023.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADA: Evelane Monteiro Silva - No dia 09 de outubro de 2024, nesta cidade de Fortaleza, às 13:15h, na sala de audiência deste Juízo, onde presente se encontrava o Dr. Ernani Pires Paula Pessoa Junior, Juiz e a Dra. Karla Nava de Almeida, Promotora de Justiça, e a Dra. Leny Carneiro OAB/CE 14.574, advogada, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, sendo inquiridas as três testemunhas arroladas pela acusação e colhido o interrogatório. Sem requerimentos na fase do art. 402, do CPP. O Ministério Público, oralmente, apresentou suas alegações finais, as quais se encontram gravadas nesta espécie virtual e defesa solicitou prazo para apresentar os memoriais escritos. Dessa forma, foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias para a defesa apresentar as alegações escritas, já ficando a defesa intimada. Nada mais havendo para constar, Eu, Paulo Miguel Ferreira Lima Parente - Assistente de Apoio Judiciário lavrei o presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai assinado.

ADV: JOSE RICARDO ALCANTARA ALVES (OAB 6308/CE) - Processo 0275618-82.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Wescley da Silva Avila - Vistos, etc. O Ministério Público, com base nos documentos do incluso inquérito policial, ofertou denúncia em desfavor de Wescley da Silva Avila, atribuindo-lhes a prática da infração penal prevista no art. 33, da Lei nº. 11.343/2006 que teria ocorrido no dia 14/10/2024. Na audiência de custódia foi restituída a liberdade do acusado com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (fls. 37/43). Diante do exposto, entendo presentes os requisitos do art. 41 e não vislumbrando, de imediato, a incidência das hipóteses do art. 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO a denúncia de fls. 64/65 em todos os seus termos. Cite-se o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de até 10 (dez) dias, ocasião em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, arts. 396 e 396-A). Todavia, se o acusado não apresentar a resposta no prazo legal, ou se, citado, não constituir defensor, deverá a Secretaria encaminhar os presentes autos à Defensora Pública que atua neste Juízo, para que ofereça referida resposta, a tempo e modo. Ademais, vislumbro que o Ministério Público requereu a realização da audiência através de videoconferência, desta feita, o réu e sua defesa também devem se manifestar quanto a modalidade da audiência. Outrossim, verifico que o Ministério Público requereu a remessa dos aparelhos celulares apreendidos (auto de apreensão à fl. 6) à perícia para que fossem extraídas as fotos, os vídeos, os áudios e os diálogos em aplicativos de mensagens (fls. 64/65). Inicialmente, cumpre ressaltar que os direitos individuais, como o da privacidade, bem como de sigilo telefônico e dados bancários, não são absolutos, de modo que podem ser afastados por decisão fundamentada, justamente diante de relevante interesse público sobre o particular, permitindo medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição da República Federativa Brasileira de 1988. Ato contínuo, a pretensão formulada, em nosso sentir, não se relaciona à Lei n. 9.296/1996, mas às Leis n. 9.472/1997 (art. 3°) e n. 12.965/2014 (art. 7°), que se submetem à garantia prevista no art. 5º, XII, da CRFB/88, senão vejamos (sem grifos nos originais): Lei 9.472/1997 Art. 3° O usuário de serviços de telecomunicações tem direito: [...] V - à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucional e legalmente previstas; []. Lei 12.965/2014 Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos: [] II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei; III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial; Nesse sentido, colhe-se aresto desta Egrégia Corte de Justiça (sem grifos nos originais): MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL PARA QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEMÁTICOS. PEDIDO DEFERIDO PELA AUTORIDADE COATORA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. DIREITOS QUE NÃO SÃO ABSOLUTOS. DECISÃO FUNDAMENTADA. RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO E PREVISÃO LEGAL NO ART. 22 DA LEI N. 12.965/2014. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO MANTIDA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. Busca a presente impetração, em síntese, anular a decisão prolatada pela autoridade coatora, que em acolhimento à solicitação formulada pela autoridade policial, deferiu o pedido de acesso de registros de conexão, nomes de usuários e dados de geolocalização, a fim de subsidiar a investigação do crime de homicídio qualificado, que está sendo apurado no processo de nº 0200190-25.2022.8.06.0170. 2.1. Em que pese, os argumentos da impetrante, que apontam que a decisão foi genérica, melhor sorte não lhe assiste. Percebe-se da leitura dos pedidos formulados pela autoridade policial e do decisum, que o pleito deferido especifica o raio de alcance, datas e hora da quebra do sigilo de dados telemáticos e isso se faz necessário em defesa de interesses da coletividade, uma vez que se apura crime de gravidade extrema, havendo relevante interesse público, diante dos indícios de prática criminosa. 2.2. Somando-se a isso, verifica-se que não há nenhuma suspeita acerca da autoria do delito, não há testemunhas suficientes para ajudar a elucidar o fato criminoso, bem como inexiste filmagens do local, figurando necessário, portanto, o acesso a registros de conexão, nomes de usuários e dados do horário e das coordenadas geográficas apontadas, que se referem ao local do crime. 3. Ademais, os direitos individuais, como o da privacidade, bem como de sigilo telefônico e dados bancários, não são absolutos, de modo que,

podem ser afastados por decisão fundamentada, justamente diante de relevante interesse público sobre o particular. Sendo esse exatamente o caso dos autos, que busca coibir prática delitiva grave e, assim, assegurar a garantia da ordem pública em prol da coletividade. 4. Dessa forma, não há ilegalidade capaz de descaracterizar a determinação quanto à quebra de sigilo. 5. Segurança denegada. (TJCE, Mandado de Segurança Criminal - 0631179-89.2022.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, 1ª Câmara Criminal, data do julgamento: 09/05/2023, data da publicação: 10/05/2023). Dessa forma, compulsando detidamente os autos, vislumbro haver plausibilidade jurídica no pedido vindicado, tendo em vista que os dados pretendidos podem desvelar elementos investigativos essenciais à comprovação da prática, em tese, dos delitos investigados. Ante o exposto, com fundamento no art. 3º, V da Lei n. 9.472/1997, bem como o art. 7º, II e III da Lei n. 12.965/2014, ACOLHO O PEDIDO MINISTERIAL PARA AUTORIZAR O AFASTAMENTO DO SIGILO DOS DADOS E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES EXISTENTES do aparelho móvel apreendido: CELULAR MOTOROLA, IMEI: 356902112668998, COR AZUL e CELULAR MOTOROLA, IMEI 353448663494874, COR CINZA, conforme auto de apreensão de fl. 6, nos termos requeridos pelo Ministério Público às fls. 64/65. Deverá ser encaminhado a este Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, relato e resultado das diligências, salvo quanto aos dados que, após seu exame, não interessem à investigação. Encerrada a medida, deverá a autoridade enviar aos autos o relatório dos atos realizados. Comunique-se à Autoridade solicitante e dê-se ciência ao Ministério Público. Acompanhem as citações cópias individuais da denúncia. Expedientes necessários.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0325/2024

ADV: FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO (OAB 38829/CE), ADV: FRANCISCO ADRIANO BRITO AGUIAR (OAB 42962/CE) - Processo 0246075-34.2024.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - STCIADO: Isaac Batista da Silva e outros - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR os réus ISAAC BATISTA DA SILVA e CARLOS VICTOR COSTA DA CUNHA como incursos nas penas do art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06 e do art. 12 da Lei n. 10.826/03 e julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia ministerial para ABSOLVER a ré MARIA TATIANA DA COSTA MARTINS dos crimes previstos no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006 e art. 12 da Lei n. 10.826/03, com fundamento no art. 386, VII, do CPP. Passo a dosimetria da pena. De forma individual e isolada em estrita observância ao disposto pelos artigos 5º, XLVI, da Constituição Federal e 68, caput, do Código Penal. A) ISAAC BATISTA DA SILVA Atendendo às diretrizes dos arts. 59 do Código Penal e 42 da Lei n. 11.343/2006, valorando as circunstâncias judiciais, verifico que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie; não possui maus antecedentes, conforme certidão de fls. 58/59, uma vez que inexiste condenação criminal por fato anterior ao presente crime; não há elementos para aferir sua conduta social ou personalidade; o motivo do delito é identificável com o desejo de obtenção de lucro fácil, sendo próprio do tipo; as circunstâncias são igualmente próprias do tipo; as consequências são altamente danosas à sociedade próprias da espécie; não há como mensurar o comportamento da vítima; com relação a natureza e quantidade da droga verifica-se tratar de psicotrópico capaz de causar dependência física ou psíquica; por último, não existem dados para se aferir a situação econômica do réu. Diante dessas circunstâncias analisadas individualmente, quanto ao crime de tráfico de drogas, fixo a pena-base do réu ISAAC BATISTA DA SILVA em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, multa esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 43 da Lei n. 11.343/2006. No tocante ao crime previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/03, fixo a pena-base do réu em 1 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias-multa, multa esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 60 do CPB. Na segunda fase da dosimetria da pena, não vislumbro circunstâncias agravantes previstas no art. 61 do CP, estando presente a atenuante de ser o agente menor de 21 anos na data do fato prevista no art. 65, I, do CP, que deixo de valora-la em razão da súmula nº 231 do STJ. Assim, mantenho as penas intermediárias do acusado na pena-base fixada anteriormente. Na terceira fase da dosimetria da pena, não havendo causas de aumento, mas presente a causa de diminuição prevista no art. 33, §4º da Lei n. 11.343/2006, reduzo a pena em 3/5, quanto ao crime de tráfico de drogas, haja vista a natureza e a quantidade da droga (20g de cocaína e 82g de maconha) que não foi mensurada na primeira fase da dosimetria da pena para não incorrer em bis in idem. Desse modo, fica o réu ISAAC BATISTA DA SILVA condenado em caráter definitivo à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 43 da Lei n. 11.343/2006. No tocante ao crime previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/03, não havendo causas de aumento nem de diminuição, fica o réu condenado em caráter definitivo à pena de 1 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias-multa, multa esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 60 do CPB. Reconhecendo o concurso material de crimes, previsto no art. 69 do CPB, somando-se as penas, fica o réu ISAAC BATISTA DA SILVA condenado, em caráter definitivo, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, 1 (um) ano de detenção e 210 (duzentos e dez) dias-multa. Estabeleço o regime inicial aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade de reclusão e de detenção, de acordo com o disposto no art. 33, § 2º, alínea “c”, do Código Penal, uma vez que o réu é tecnicamente primário e as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis. Ressalta-se que, mesmo diante do art. 387, §2º, do CPP, mantenho o regime inicial aplicado, pois o tempo de prisão provisória é insuficiente para ensejar alteração do regime de cumprimento da pena, que já se encontra no mínimo, razão pela qual, deixo de fazer a detração, que ficará a cargo do juízo de execução penal. Atendendo ao disposto no art. 44, I, do CP, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, na modalidade de prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana (STF, HC 97.256-RS, rel. Min. Ayres Britto), penas estas que serão implementadas pelo Juízo da Execução de Penas Alternativas. Ainda, nego ao réu o benefício da suspensão condicional da pena, previsto no art. 77 do CP, uma vez que não foi satisfeito os requisitos legais. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, em razão da pena aplicada e uma vez não se encontram presentes os requisitos autorizadores do decreto de prisão preventiva, por nenhuma das hipóteses elencadas no art. 312 do CPP. Revogo a prisão preventiva anteriormente decretada, devendo ser expedido o competente alvará de soltura. B) CARLOS VICTOR COSTA DA CUNHA Atendendo às diretrizes dos arts. 59 do Código Penal e 42 da Lei n. 11.343/2006, valorando as circunstâncias judiciais, verifico que o réu agiu com culpabilidade normal à espécie; não possui maus antecedentes, conforme certidão de fls. 61, uma vez que inexiste condenação criminal por fato anterior ao presente crime; não há elementos para aferir sua conduta social ou personalidade; o motivo do delito é identificável com o desejo de obtenção de lucro fácil, sendo próprio do tipo; as circunstâncias são igualmente próprias do tipo; as consequências são altamente danosas à sociedade próprias da espécie; não há como mensurar o comportamento da vítima; com relação a natureza e quantidade da droga verifica-se tratar de psicotrópico capaz de causar dependência física ou psíquica; por último, não existem dados para se aferir a situação econômica do réu. Diante dessas circunstâncias analisadas individualmente, quanto ao crime de tráfico de drogas, fixo a pena-base do réu

CARLOS VICTOR COSTA DA CUNHA em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, multa esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 43 da Lei n. 11.343/2006. No tocante ao crime previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/03, fixo a pena-base do réu em 1 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias-multa, multa esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 60 do CPB. Na segunda fase da dosimetria da pena, não vislumbro circunstâncias agravantes previstas no art. 61 do CP, estando presente a atenuante da confissão prevista no art. 65, III, "d" do CP, que deixo de valora-la em razão da súmula nº 231 do STJ. Assim, mantenho as penas intermediárias do acusado na pena-base fixada anteriormente. Na terceira fase da dosimetria da pena, não havendo causas de aumento, mas presente a causa de diminuição prevista no art. 33, §4º da Lei n. 11.343/2006, reduzo a pena em 3/5, quanto ao crime de tráfico de drogas, haja vista a natureza e a quantidade da droga (20g de cocaína e 92g de maconha) que não foi mensurada na primeira fase da dosimetria da pena para não incorrer em bis in idem. Desse modo, fica o réu CARLOS VICTOR COSTA DA CUNHA condenado em caráter definitivo à pena de 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 43 da Lei n. 11.343/2006. No tocante ao crime previsto no art. 12 da Lei n. 10.826/03, não havendo causas de aumento nem de diminuição, fica o réu condenado em caráter definitivo à pena de 1 (um) ano de detenção e 10 (dez) dias-multa, multa esta equivalente a 1/30 avos do salário-mínimo vigente a época do fato, de acordo com o art. 60 do CPB. Reconhecendo o concurso material de crimes, previsto no art. 69 do CPB, somando-se as penas, fica o réu CARLOS VICTOR COSTA DA CUNHA, a pena de 2 (dois) anos de reclusão, 1 (um) ano de detenção e 210 (duzentos e dez) dias-multa. Estabeleço o regime inicial aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade de reclusão e de detenção, de acordo com o disposto no art. 33, § 2º, alínea "c", do Código Penal, uma vez que o réu é tecnicamente primário e as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis. Ressalta-se que, mesmo diante do art. 387, §2º, do CPP, mantenho o regime inicial aplicado, pois o tempo de prisão provisória é insuficiente para ensejar alteração do regime de cumprimento da pena, que já se encontra no mínimo, razão pela qual, deixo de fazer a detração, que ficará a cargo do juízo de execução penal. Atendendo ao disposto no art. 44, I, do CP, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito, na modalidade de prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana (STF, HC 97.256-RS, rel. Min. Ayres Britto), penas estas que serão implementadas pelo Juízo da Execução de Penas Alternativas. Ainda, nego ao réu o benefício da suspensão condicional da pena, previsto no art. 77 do CP, uma vez que não foi satisfeito os requisitos legais. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, em razão da pena aplicada e uma vez não se encontram presentes os requisitos autorizadores do decreto de prisão preventiva, por nenhuma das hipóteses elencadas no art. 312 do CPP. Revogo a prisão preventiva anteriormente decretada, devendo ser expedido o competente alvará de soltura. Ademais, quanto a sentenciada MARIA TATIANA DA COSTA MARTINS, revogo as medidas cautelares anteriormente aplicadas. Quanto aos bens apreendidos às fls. 08, determino, ainda, a incineração da substância entorpecente apreendida (art. 72 da Lei n. 11.343/2006), caso não tenha sido realizada, bem como o perdimento das motocicletas em favor da União, as quais serão revertidos ao FUNAD. Oficie-se ao depósito público para que promova a destruição dos bens antieconômicos, conforme previsto na Portaria nº 124, de 28 de novembro de 2022 (SENAD/MJSP) e a doação dos celulares apreendidos, conforme Termo de Cooperação entre TJCE e IFCE divulgado via ofício circular nº 29/2022 -DFCB. Em relação às armas, acessórios e munições, encaminhem-se ao Comando do Exército, a fim de que seja promovida a destinação adequada. No ato da intimação desta sentença, intime-se ainda os sentenciados para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuarem voluntariamente o pagamento da pena de multa, advertindo-os que, caso não haja manifestação no prazo legal, expedir-se-á certidão da sentença condenatória, com liquidação da dívida, que valerá como título executivo judicial a ser encaminhado para a Vara de Execuções Penais onde tramitar a execução da pena privativa de liberdade/restritiva de direitos ou distribuído mediante sorteio, no caso de título judicial por condenação exclusiva à pena de multa, observado o disposto nos arts. 105 e 147 da Lei de Execuções Penais, nos termos da Portaria Conjunta nº 1466/2020, com redação alterada pela Portaria nº 09/2022/PRES/CGJCE, DJe 30/09/2022. Por fim, deixo de condenar os réus ao pagamento das custas do processo por se tratarem de pessoas pobres (art. 10, VIII, da Lei Estadual n. 12.381/94). Oportunamente, transitado em julgado este decisum, determino que sejam tomadas as seguintes providências, independente de nova conclusão dos autos: a) Extraia-se guia de execução, para os devidos encaminhamentos do condenado ao estabelecimento estabelecido na sentença. b) Oficie-se à Justiça Eleitoral; c) Remeta-se boletim individual à SSP-CE (art. 809 do CPP); d) Oficie-se à Senad e ao Depósito Público remetendo os bens, direitos e valores declarados perdidos em favor da União, a fim de que seja procedida a destinação cabível (art. 63, § 4º, da Lei nº 11.343/2006). Sem custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: ISIDIO NASCIMENTO MASCARENHAS (OAB 21254/CE), ADV: FABIANO BEZERRA MARTINS (OAB 42341/CE) - Processo 0268143-75.2024.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: José Levi Sales Barbosa - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 19/11/2024 às 16h a ser realizada de forma presencial nesta Unidade Judiciária.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0333/2024

ADV: BENICIO PEDROSA DO NASCIMENTO (OAB 42470/CE) - Processo -

ADV: MARCUS ANTONIO FERNANDES CAMURCA CAMURCA (OAB 8896/CE) - Processo 0246533-51.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: 5ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADO: Francisco Ermerson Morais Saboia-vulgo,ERMIM e outros - Vistos, etc. Determino à Secretaria que seja aprazada audiência de instrução e julgamento, na qual serão inquiridas as testemunhas arroladas e interrogado o acusado, nos termos do art. 400 do CPP, em face da decisão proferida pelo STF no HC 127900. No tocante ao modo de realização da audiência supramencionada, a resolução nº 354/2020 do CNJ determina que as audiências sejam aprazadas, via de regra, de forma presencial, ressalvada a possibilidade de sua realização de forma virtual, excepcionalmente, por requerimento das partes. Tendo em vista que as partes se manifestaram requerendo que a audiência de instrução fosse realizada de forma virtual, nos termos da resolução nº 354/2020 do CNJ, determino que seja realizada de forma virtual pelo Microsoft Teams, nos seguintes termos: 1. Deverá a secretaria designar data para realização da audiência por videoconferência. Na realização do ato, deverá o advogado encaminhar, ao e-mail da secretaria de vara cadastrado no portal do TJCE, seu e-mail, número de telefone para contato e os contatos telefônicos das testemunhas de defesa arroladas por ele; 2. Deverá em seguida a secretaria verificar a disponibilidade da data mais próxima possível junto ao sistema de gerenciamento de videoconferências da unidade Prisional; 3. Definidos a data e o horário, deverá a secretaria aprazar videoconferência no sistema MICROSOFT TEAMS, intimar a defesa, o Ministério Público e comunicar

à Unidade Prisional, fornecendo-lhes o link para acesso à videoconferência principal, que será gerenciada e gravada pelo magistrado e seusauxiliares. 4. Para acompanhamento da audiência através de telefone celular, o advogado, defensor público ou promotor necessitarão baixar o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 5. Para fins de conversa reservada entre o advogado e o réu, será criada uma sala específica no dia e horário da audiência, para essa finalidade, portanto, a secretaria também criará uma sala de videoconferência acessória, com abertura antes da conferência principal, para conversa reservada entre o usuário aqui definido e o réu recolhido em Unidade Prisional ou réu que encontre-se na situação de solto. Esse canal será reservado para uso do(s) advogado(s), não podendo o servidor participar dessa videoconferência acessória. 6. O link da audiência estará disponível nos autos e poderá ser enviada ao advogado por e-mail ou por solicitação do advogado pelo WhatsApp Business (85) 98236-5054. No caso de haver mais de um advogado, a secretaria agendará várias videoconferência acessórias, ficando estabelecido 10 minutos para cada advogado. 7. Caberá ao advogado a iniciativa de ingressar na sala para uso do tempo de conferência com o réu. No horário marcado para a audiência principal, o servidor da unidade prisional encerrará a videoconferência com o advogado e iniciará a conferência com o juiz. 8. Caso haja necessidade de nova conversa reservada, poderá o magistrado interromper a conferência principal e autorizar o advogado e a unidade a manterem conferência acessória pelo tempo que fixar; 9. O uso do perfil de advogado é exclusivo para a finalidade aqui estabelecida, não podendo o usuário destiná-la a qualquer outro fim ou mudar configurações. 10. O link da audiência principal será fornecido às testemunhas que fornecerem seus telefones, assim como as instruções para uso da ferramenta por computador ou celular e a indicação do horário estimado de seu ingresso na sala de videoconferência. Será obtido o telefone de contato das testemunhas com a defesa do acusado, a qual deve indicar em petição juntada aos autos, para que seja ela chamada à sala de videoconferência no momento oportuno pelo magistrado ou servidor, devendo aguardar tal chamado e manter-se afastada de outras testemunhas no momento da coleta do depoimento. Intimem-se. Expedientes necessários. Fortaleza (CE), 11 de novembro de 2024. Flavio Vinicius Bastos Sousa Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS GOMES DE MIRANDA (OAB 42455/CE) - Processo 0248346-16.2024.8.06.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Vitor Emanuel Santos da Silva e outros - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que a defesa do réu João Guilherme de Lima Barbosa interpôs pedido de modificação das condições das cautelares diversas da prisão, às fls. 201/202, alegando que o réu já atingiu o requisito temporal para remoção do monitoramento eletrônico e do recolhimento domiciliar. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou favoravelmente pela revogação da medida cautelar de uso de tornozeleira eletrônica, tendo em vista o prazo já ter decorrido sem descumprimentos, bem como por já ter o réu atendido às condições previstas pelo juízo da custódia às fls. 78/82. Analisando o caso em tela, observa-se que não houve qualquer descumprimento da cautelar por parte do réu desde 05/07/2024, quando foi iniciado o monitoramento, tendo o requerente utilizado a tornozeleira por mais de 70 dias, sem que tenha voltado a delinquir, o que atesta a falta de motivos para a manutenção das cautelares constantes da letra “b” da decisão de fls. 78/82. Diante do exposto, revogo as medidas cautelares do uso de tornozeleira eletrônica, bem como a de recolhimento domiciliar, constantes do item “b” da decisão de fls. 78/82, impostas ao réu João Guilherme de Lima Barbosa, com fulcro no art. 282, §5º, do Código de Processo Penal. Entretanto, o acusado fica ciente de que deve PERMANECER cumprindo as seguintes medidas durante todo o processo: A) proibição de manter contato com os autuados ISRAEL DE ASSIS SANTOS e VÍTOR EMANUEL SANTOS DA SILVA B) proibição de ausentar-se da cidade onde reside, por mais de oito dias, a não ser que autorizado pelo Juízo processante e com a declaração do local onde poderá ser encontrado; C) comunicar eventual mudança de endereço; D) comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado. O descumprimento de alguma das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação da prisão preventiva, conforme previsão legal explicitada no parágrafo único do artigo 312 do CPP. Determino que esta Secretaria de Vara oficie à SAP sobre o teor desta decisão. Expedientes necessários. Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2024. Flavio Vinicius Bastos Sousa Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0334/2024
ADV: JUCIE DE OLIVEIRA SOARES (OAB 34377/CE) - Processo -

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0270/2024
ADV: JOSÉ EDSON GARCÊZ BEZERRA (OAB 45070/CE) - Processo 0277746-75.2024.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: William da Silva Pereira - Em razão disso, determino o prosseguimento da presente ação penal, até ulterior sentença, e, com isso, a designação de audiência de instrução e julgamento, para data oportuna, devendo a Secretaria adotar todas as providências cabíveis para a realização do ato. Antes da designação, considerado recente normativo do Conselho Nacional de Justiça, que regulamentou o retorno ao trabalho presencial após fim da pandemia da COVID-19, caso estas ainda não tenham se manifestado, intimem-se as partes para informar, no prazo de 03 dias, se preferem a realização do presente ato em formato híbrido (virtual e presencial), desde logo deferindo o pedido de realização de audiência neste formato, em caso de pedido de alguma das partes, ou seja, presencial e por videoconferência, podendo o participante que não possuir meios eletrônicos para comparecer na forma virtual ou que, por preferência, assim o queira, comparecer ao ato na forma presencial, na sala de audiências deste Unidade Judiciária, no dia e horário agendado. Por fim, adotem-se as seguintes providências, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, a ser designada: (a) oficie-se a PEFOCE ou requisite-se, via e-mail, remessa urgente, do laudo toxicológico definitivo, caso ainda não tenha sido enviado; e (b) junte-se aos autos as certidões de antecedentes criminais atualizadas, via CANCUN/Ato Infracional e Sistema Eletrônico de Execução Unificada - SEEU. Intimações e demais expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0271/2024
ADV: MIGUEL ALEXANDRINO DA SILVA NETO (OAB 21748/CE), ADV: MIGUEL MACHADO ALEXANDRINO (OAB 39837/CE) - Processo 0024959-92.2020.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Guilherme Teixeira de Almeida - Ante o exposto, conheço do presente recurso de embargos declaratórios, para dar-lhe provimento, sanando a alegada omissão, e, no mérito nego-lhes o pedido de modificação da decisão pelos fundamentos acima

expostos bem como os fundamentos da decisão de pp. 1211/1213. Intimações e demais expedientes necessários. Fortaleza, data e hora da assinatura digital.

ADV: JOSE MESSIAS FERREIRA (OAB 13095/CE) - Processo 0222876-80.2024.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: 11º Distrito Policial - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADA: Vitória Araujo Costa e outro - Ante todo o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva do Estado deduzida na presente ação penal e, com isso, condeno a acusada VITÓRIA ARAÚJO COSTA nas sanções do artigo 33, §4º, da lei 11.343/06 e condeno o acusado MIKAEL SOARES INÁCIO nas sanções do artigo 33, cabeça, da lei n. 11.343/06 e do artigo 12 da lei n. 10.826/03, em concurso material, previsto no artigo 69 do Código Penal, razão pela qual passo à dosimetria das penas a serem cominadas em desfavor dos acusados, na estrita forma prevista nas normas do artigo 68 do Código Penal, fazendo-o com esteio no artigo 42 da lei n. 11.343/06, cumulado com o artigo 59 do Código Penal. Passo a dosimetria das penas de VITÓRIA Ao confrontar os elementos contidos nos autos com a análise das circunstâncias judicial. Ao confrontar os elementos contidos nos autos com a análise das circunstâncias judiciais previstas no artigo 42 da lei n. 11.343/06 e no artigo 59 do Código Penal, é de se constatar que não há presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. Assim, não havendo elementos informativos de que as circunstâncias judiciais elencadas no artigo 42 da lei n. 11.343/06 e no artigo 59 do Código Penal sejam desfavoráveis à delatada, não existindo, portanto, moduladora a ser ponderada negativamente, fixo a pena-base no mínimo legal, em 05 anos de reclusão e 500 dias-multa. Não existem circunstâncias agravantes ou atenuantes. Aliás, não é o caso de incidência atenuante da confissão em juízo, uma vez que, apesar de a acusado ter confessado portar a droga, sustentou que seria para seu consumo. É verdade que o Superior Tribunal de Justiça consolidou orientação no sentido de que a atenuante de confissão espontânea deve ser reconhecida, ainda que tenha sido parcial ou qualificada, seja ela judicial ou extrajudicial, e mesmo que o réu venha dela se retratar, quando tal manifestação for utilizada para fundamentar a sua condenação, conforme a dicção da Súmula 545/STJ (STJ, AgRg no HC 594675, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJe 15/10/2020). Entretanto, para tanto, a confissão deve ter influência na formação da convicção do julgador, o que não ocorreu no caso, eis que admitir a posse da droga para consumo próprio não equivale a confissão do crime de tráfico de drogas - o que seria chamada de confissão qualificada, consoante a orientação jurisprudencial sedimentada pela Corte Superior de Justiça no enunciado sumular n. 630. Não existem outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, razão pela qual mantenho as penas no mínimo legal de 05 anos de reclusão e 500 dias-multa. Está presente, como dito acima, na terceira fase do cálculo da pena, a causa de diminuição de pena do §4º do artigo 33 da lei n. 11.343/06, de modo que, considerando a inexistência de moduladora negativa, reduzo a pena no percentual máximo de 2/3, no caso fixando-a em 01 ano e 08 meses de reclusão e 166 dias-multa. Como não existem outras causas gerais ou especiais de aumento ou de diminuição da pena, fixo, como definitivas, as penas de 01 ano e 08 meses de reclusão e 166 dias-multa, dia-multa este cujo valor, considerada a ausência de prova da condição financeira da acriminada e diante de sua finalidade punitiva, enquanto sanção penal, arbitro em 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato. Passo a dosimetria das penas de MIKAEL Do crime de narcotráfico Ao confrontar os elementos contidos nos autos com a análise das circunstâncias judiciais previstas no artigo 42 da lei n. 11.343/06 e no artigo 59 do Código Penal, é de se constatar a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. A culpabilidade (reprovabilidade) da conduta é negativa, eis que a apreensão conjunta de moderada quantidade de drogas com de arma de fogo e várias munições de mesmo calibre, demonstra a maior lesividade da conduta. As demais circunstâncias judiciais não apresentam registros negativos ou positivos. Aliás, a condenação criminal transitada em julgada citada acima não pode ser ponderada como maus antecedentes, primeiro porque, conforme orientação predominante dos Tribunais Superiores, somente condenações, com trânsito em julgado, que não caracterizam reincidência podem ser ponderados negativamente em desfavor do acusado (STF, HC 79966, Relator Ministro MARCO AURÉLIO; STJ, HC 89638, Relator Ministro JORGE MUSSI; STJ, HC 122756, Relator Ministro FÉLIX FISCHER), e segundo para evitar indevido bis in idem, em sua negativa ponderação nas primeira e segunda fase da dosagem da sanção penal (STJ, AgRg HC 779.552/SP, Relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, DJe de 31/05/2023). Por derradeiro, a reincidência e/ou os maus antecedentes também não podem ser levados em consideração para também valorar negativamente a conduta social ou a personalidade do agente, cujas definições levam em consideração outros fatores. É esta a jurisprudência consolidada no âmbito da Suprema Corte e do Superior Tribunal de Justiça (STF, RHC 144337-AgR, Relator Ministro CELSO DE MELLO, DJe de 22/11/2019; STJ, REsp 1794854, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Tema Repetitivo n. 1077). É de se ressaltar, ainda, que, considerando a posição jurisprudencial da Suprema Corte, reafirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, as circunstâncias que ensejam no afastamento do tráfico privilegiado não podem, ao mesmo, exasperar a pena-base, ou seja, as mesmas circunstâncias não podem ser valoradas negativamente na primeira e na terceira fases da dosimetria da pena, sob pena de indevido bis in idem (STF, Pleno, ARE 666334, Relator Ministro GILMAR MENDES, Acórdão Eletrônico Repercussão Geral, DJe 06/05/2014, Tema 712; STJ, Terceira Seção, REsp 1887511, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 01/07/2021). No entanto, é de se ponderar negativamente as circunstâncias moduladoras acima expostas, já que a reincidência, por si só, afasta a minorante, todas podendo ser ponderados negativamente nesta primeira fase da dosimetria da pena (neste sentido: STJ, AgRg no HC 732833, Relator Desembargador Convocado do TJDFT JESUÍNO RISSATO, DJe de 29/11/2022; STJ, HC 753237, Relator Desembargador Convocado do TJDFT JESUÍNO RISSATO, DJe de 16/08/2022), sendo de se ressaltar, por outro lado, que a valoração da reincidência para agravar a pena na segunda fase e afastar a minorante na terceira fase da dosagem da pena não implica em vedado bis in idem (STJ, AgRg nos EDcl no HC 768833, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 30/03/2023; STJ, AgRg no AREsp 1810760, Relator Desembargador Convocado do TRF 1ª Região OLINDO MENEZES, DJe 16/11/2021). É de se registrar, enfim, que a fixação da pena-base não precisa seguir um critério matemático rígido, de modo que não há direito subjetivo do réu à adoção de alguma fração específica para cada circunstância judicial, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínima e máxima ou mesmo outro valor. Tais frações são parâmetros aceitos pela jurisprudência do STJ, mas não se revestem de caráter obrigatório, exigindo-se apenas que seja proporcional e devidamente justificado o critério utilizado pelas instâncias ordinárias. A majoração da pena-base efetivada pela Corte Estadual foi em patamar, inclusive, inferior a 1/6 sobre a mínima cominada ao delito, por cada uma das três circunstâncias judiciais desfavoráveis. Portanto, não se mostra ilegal (AgRg no HC n. 718.681/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe de 30/08/2022). Assim, com as considerações acima, não havendo elementos informativos de que as demais circunstâncias judiciais elencadas no artigo 42 da lei n. 11.343/06 e no artigo 59 do Código Penal sejam favoráveis ou desfavoráveis ao acusado, existindo, portanto, 01 moduladora negativa e valorando o peso de tais vetores, em especial a relevante quantidade de drogas apreendidas, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 05 anos e 09 meses de reclusão e 575 dias-multa. Está presente a atenuante da confissão espontânea, uma vez que o denunciado confirmou a traficância na modalidade guardar (CP, artigo 65, III, d). Por outro lado, como já referido, está presente a agravante da reincidência (CP, artigo 61, I). Não existindo outras circunstâncias agravantes ou atenuantes e considerando o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial n. 1.947.845/SP, decidido sob a sistemática dos recursos repetitivos, no sentido de que, ressalvada a hipótese de multirreincidência, é possível na segunda fase da dosimetria da pena a compensação integral da

atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, seja ela específica ou não (AgRg no REsp 2026653, Relator Ministro JORGE MUSSI DJe de 14/12/2022; neste sentido, também, STJ, AgRg no HC 682960, Relator Desembargador Convocado do TJDFT JESUÍNO RISSATO, DJe de 30/03/2023), compenso integralmente as circunstâncias atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, referente a apenas um decreto condenatório transitado em julgado, motivo pela qual mantenho as penas acima de 05 anos e 09 meses reclusão e 575 dias-multa. Não existem outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, razão pela qual atenuo as penas para 05 anos e 09 meses reclusão e 575 dias-multa. Não existindo outras causas gerais ou especiais de aumento ou de diminuição da pena, fixo como definitivas as penas, para o crime de narcotráfico, em 05 anos 09 meses de reclusão e de 583 dias-multa, dia-multa este cujo valor, considerada a ausência de prova da condição financeira do acriminado e nada obstante a sua finalidade punitiva enquanto sanção penal, arbitro em 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato. Do delito de posse irregular de munições de uso permitido Ao confrontar os elementos contidos nos autos com a análise das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, é de se observar a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. A culpabilidade (reprovabilidade) da conduta é negativa, eis que a apreensão de arma de fogo em conjunto com drogas, demonstram que o armamento e suas inúmeras munições têm uso deletério em contexto de tráfico de drogas, a revelar a intensa lesividade da ação delituosa. As demais circunstâncias judiciais não apresentam registros negativos ou positivos. É de se registrar, enfim, que a fixação da pena-base não precisa seguir um critério matemático rígido, de modo que não há direito subjetivo do réu à adoção de alguma fração específica para cada circunstância judicial, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínima e máxima ou mesmo outro valor. Tais frações são parâmetros aceitos pela jurisprudência do STJ, mas não se revestem de caráter obrigatório, exigindo-se apenas que seja proporcional e devidamente justificado o critério utilizado pelas instâncias ordinárias. A majoração da pena-base efetivada pela Corte Estadual foi em patamar, inclusive, inferior a 1/6 sobre a mínima cominada ao delito, por cada uma das três circunstâncias judiciais desfavoráveis. Portanto, não se mostra ilegal (AgRg no HC n. 718.681/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe de 30/08/2022). Assim, com as considerações acima, não havendo elementos informativos de que as demais circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal sejam favoráveis ou desfavoráveis ao acusado, existindo, portanto, 01 fator negativo a ser valorados e ponderando o peso de tais vetores negativos, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 01 ano e 03 meses de detenção e 30 dias-multa. Está presente a atenuante da confissão espontânea (CP, artigo 65, III, d). Por outro lado, como já referido, está presente a agravante da reincidência (CP, artigo 61, I). Não existindo outras circunstâncias agravantes ou atenuantes e considerando que o entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a atenuante da menoridade deve ser compensada com a agravante da reincidência, ainda que específica, salvo especial justificação, como no caso da multirreincidência, o que não é o caso dos autos (AgRg no HC 489.409/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, DJe de 23/05/2019), compenso integralmente a circunstância atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência, motivo pela qual mantenho as penas acima de 01 ano e 03 meses de detenção e 30 dias-multa. Não existem causas gerias ou especiais de aumento ou de diminuição da pena a serem valoradas, de modo que fixo, como definitiva, a pena de 01 ano e 03 meses de detenção e 10 dias-multa, dia-multa este cujo valor, como já exposto, arbitro em 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato. Do concurso material. Por fim, considerando, como exposto na fundamentação acima, a existência de concurso material, entre os crimes de narcotráfico e de porte ilegal de arma de fogo e munições, às penas cominadas para estes delitos deve ser aplicada o dispositivo do artigo 69 do Código Penal, razão pela qual fixo, como definitivo, o somatório de penas em 07 anos de reclusão e 585 dias-multa, dia-multa este fixado em 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato. Atento ao artigo 33, §3º c/c com o artigo 59, III, todos do Código Penal e considerando o magistério da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, diante da declaração de inconstitucionalidade da vedação legal constante no artigo 2o, §1o, da lei n. 8.072/90, que admitiu a fixação de regime menos gravoso (aberto ou semiaberto) (STF, HC 111840, Relator Ministro DIAS TOFFOLI; STJ, HC 368418, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA), o cumprimento da pena de MIKAEL SOARES deve iniciar-se no regime fechado, diante da existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis, e, sobretudo, da reincidência, ponderando o total de sanção penal corporal aplicada com as vetores que são negativos (CP, artigo 33; STF, súmula n. 719), sendo que em relação a ré VITÓRIA ARAUJO deve iniciar-se no regime aberto (CP, artigo 33; STF, súmula n. 719), mantido estes regimes iniciais para ambos, não obstante a prisão cautelar dos mesmos e a previsão do disposto no §2º do artigo 387 do Código de Processo Penal, pois, no caso vertente, o tempo de privação cautelar da liberdade, nestes autos, não é capaz de modificar o regime iniciante, inviabilizando a contagem de tempo para incidência da norma. A aplicação da norma do artigo 387, §2o, do Código de Processo Penal, a meu ver, nada obstante o seu bom propósito, é problemática em sede de juízo de conhecimento, eis que a regra, à toda evidência, corporifica disfarçada hipótese de progressão de regime prisional, matéria esta que somente deveria ser submetida ao crivo do MM juízo das execuções penais, na medida em que a este juízo é impossível aprofundar a análise da situação carcerária do acusado, de modo a verificar o preenchimento dos requisitos objetivo e subjetivo da progressão de regime, não tendo este juízo elementos idoneamente seguros (a) do comportamento carcerário do acusado (pressuposto subjetivo), sem falar que (b) a incidência da regra impossibilita o MM juízo executivo penal definir o termo inicial de contagem de cumprimento de pena para futuros benefícios da execução penal, notadamente para nova progressão. E mais, a aplicação indistinta da norma poderá resultar em indevida progressão de regime prisional per saltum, vedada pelo ordenamento jurídico vigente, segundo a firme jurisprudência pátria (STF, RHC 99776, Relator Ministro EROS GRAU, DJe 12/02/201; STJ, AgRg no HC n. 581.862/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 04/06/2021). Aliás, é de se pensar que a incidência indiscriminada desta regra, em especial considerando a inexistência de elementos probantes idôneos do comportamento carcerário do acusado, poderá resultar na desigual aplicação dos benefícios da lei penal, seja o Código de Processo Penal, quanto a esta norma objeto do recurso, seja das normas da lei de execução penal, já que poderá beneficiar acusado cujo comportamento carcerário não justificaria a benesse, somente pelo exclusivo fato de o processo ter se alongado tempo maior do que o tempo transcorrido em outro processo para outro acusado que sofreu similar condenação. Não obstante as reservas deste juízo quanto à incidência da norma do artigo 387, §2o, do CPP, o magistério da doutrina e da jurisprudência determina a sua observância, com a ressalva de que caracteriza modalidade diferente de detração a ser reconhecida na própria sentença condenatória, sendo de se destacar de início que não se trata de detração do tempo de privação de liberdade e sim de sua consideração para a fixação do regime penitenciário para o início do seu cumprimento, ou seja, significa que o magistrado não poderá modificar a pena definitiva fixada (EUGÊNIO PACELLI e DOUGLAS FISCHER, Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência, 15ª edição Editora JusPodivm, p. 1152), razão pela qual é forçoso reconhecer que o § 2º do art. 387 do CPP não versa sobre progressão de regime prisional, instituto próprio da execução penal, mas, sim, acerca da possibilidade de se estabelecer regime inicial menos severo, descontando-se da pena aplicada o tempo de prisão cautelar do acusado (AgRg no HC n. 747.387/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe de 03/10/2022). Assim, como dito acima, ao analisar os autos, considerando o tempo de segregação cautelar do acusado, é de se manter o regime prisional inicial fechado para MIKAEL e aberto para VITÓRIA. Incabível a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos para o acusado MIKAEL, em razão da quantidade total da pena corporal

aplicada, (CP, artigo 44). Concedo a substituição da pena privativa da liberdade por restritivas de direito, para VITÓRIA uma vez que se revela suficientemente adequada na hipótese e nada obstante a existência de circunstância judicial desfavorável, substituindo a pena privativa da liberdade por duas restritivas de direito (CP, artigo 44, §2º), a serem definidas pelo MM juízo das execuções penais, sugerindo-se, no caso, uma pena alterativa de limitação de final de semana e uma de prestação de serviço comunitário. Mantenho a prisão cautelar do acusado MIKAEL e, por isso, nego-lhes o direito de recorrer em liberdade, eis que respondeu a todo o processo presos, além do que os motivos justificadores da manutenção da custódia cautelar, pressupostos da prisão preventiva (CPP, artigo 312), ainda subsistem, a saber, a reiteração delitiva, a gravidade concreta e a nocividade da conduta ao meio social e a periculosidade dos agentes, indicados na decisão inicial do MM juízo da Vara de Custódia, a revelar que sua liberdade, hoje, representa um risco à aplicação da lei penal e à ordem pública, motivos estes demonstrativos de que as demais medidas cautelares substitutivas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, são inidôneas para acautelar a ordem pública (STJ, RHC 59565, Relator Desembargador Convocado do TJ/PE LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO; STJ, AgRg no RHC 165.846/SP, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 19/09/2022; STJ, AgRg no HC 752.315/SC, Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 19/09/2022; STJ, RHC 30016, Relator Desembargador Convocado do TJ/RS ADILSON VIEIRA MACABU; e TJ/RS, HC 70045133881, Relator Desembargador NEREU JOSÉ GIACOMOLLI), impondo a necessidade da referida custódia cautelar, para garantir a ordem pública (STF, HC 98116, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI; STF, HC 105858, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA; STJ, HC 89667, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; STJ, HC 116665, Relatora Ministra LAURITA VAZ; STJ, HC 136577, Relator Ministro JORGE MUSSI). Por outro lado, concedo a acusada VITÓRIA o direito de recorrer em liberdade e, com isso revogo sua prisão preventiva, eis que nada obstante tenha passado a responder presa ao processo não sobrevieram novos motivos que justifiquem a sua prisão cautelar, fundada no artigo 312 do Código de Processo Penal, além do que impor a prisão cautelar para recorrer da sentença, considerada a substituição da pena de privação da liberdade por penas restritivas de direitos, revelar-se-ia manifestamente destituída de razoabilidade, contrariando, assim, o princípio da proporcionalidade, uma vez que estaria sendo imposto a ele uma situação mais gravosa da que teria se já estivesse definitivamente condenado, ao final do processo, do qual a providência cautelar é apenas um instrumento. Expeça-se alvará de soltura em favor da acusada. De logo, independentemente da interposição de recurso de apelação, expeça-se a guia de execução provisória em relação ao acusado MIKAEL, para compatibilizar a prisão cautelar com o regime inicial de cumprimento de pena fixada nesta sentença. Condeno os acusados no pagamento rateado e igual das custas processuais, mas concedo a denunciada VITÓRIA os benefícios da assistência judiciária gratuita, uma vez que teve sua defesa patrocinada pela Defensoria Pública, a presumir a sua condição de hipossuficiente, razão pela qual esta condenação fica com sua exigibilidade suspensa (CPC, artigo 98, §3º). Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino as seguintes providências: (a) expedição de guia de recolhimento definitivo, com remessa à Distribuição do SEEU, nos termos da Portaria Conjunta n. 1047/2020/PRES/CGJCE e (b) decorrido o prazo de 10 dias e não sendo efetuado o pagamento voluntário da pena de multa, expedir certidão da sentença condenatória, com liquidação da dívida, que valerá como título executivo judicial e encaminhe a Vara de Execuções Penais onde tramitar a execução da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, nos termos Portaria Conjunta n. 1466/2020 - PRES/CCJCE/TJCE. Adote-se, ainda, quanto aos bens apreendidos, as seguintes diligências: (a) a incineração das drogas apreendidas, seja o total, caso ainda não incineradas, seja a amostra reservada para contraprova (lei n. 11343/06, artigo 58, cabeça) e (b) a perda dos valores em dinheiro (moeda nacional e estrangeira) em favor da União, constante do auto de apreensão, os quais serão revertidos diretamente ao FUNAD e ao SENAD, pois não comprovou o acusado a sua origem lícita, sendo certo concluir que se trata de produto da venda de drogas ilícitas (lei n. 11.343/06, artigo 63) e (c) a perda dos bens eletrônicos ainda não restituídos, no caso os aparelhos celulares, procedendo-se a doação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), conforme termo de cooperação celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Processo Administrativo n. 23486.002457/2022-62), ficando o referido instituto responsável por todo o manejo dos dados e os aparelhos serão posteriormente destinados aos discentes com maior vulnerabilidade social e a sua utilização servirá para treinamento em técnicas de reparo e manutenção de eletrônicos, devendo o depositário ser comunicado. Quanto à arma de fogo afins, proceda-se da seguinte forma, conforme a necessidade: (a) nos termos do artigo 25 e parágrafo único da lei n. 10.826/03, se ainda não adotada tal diligência, encaminhe-se imediatamente a arma de fogo apreendida nos presentes autos para destruição ou, caso estejam em boas condições de uso, que seja dada a destinação legal pelo referido órgão, se assim o preferir, oficiando ao Comando do Exército para os devidos fins e requisitando a remessa a este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, do documento comprobatório da destinação legal dada aos referidos objetos. Por fim, determino, ainda, as seguintes providências finais: (a) expeça-se boletim individual à Superintendência da Polícia Civil; e (b) registre-se a condenação do réu no Sistema INFODIP, para cumprimento do disposto no artigo 15, III, da Constituição Federal e no artigo 71, §2º, do Código Eleitoral. Após a adoção de todas as providências acima, não pendentes outras providências, arquivem-se os presentes autos, com baixa na distribuição. Publique-se e intime-se, ficando os acusados de logo intimados do prazo de 10 dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, para realizar o pagamento voluntário da pena de multa.

ADV: IVONETE BEZERRA DA SILVA (OAB 36452/CE) - Processo 0255031-73.2023.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jonathan Ferreira do Nascimento - Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva do Estado deduzida na presente ação penal e, com isso, condeno o réu JONATHAN FERREIRA DO NASCIMENTO, nas sanções do artigo 33, cabeça, da lei n. 11.343/06 e do artigo 16, cabeça e §1º, IV, da lei n. 10.826/03, em concurso material, previsto no artigo 69 do Código Penal, razão pela qual passo à dosimetria das penas a serem cominadas em desfavor dos acusados, na estrita forma prevista nas normas do artigo 68 do Código Penal, fazendo-o com esteio no artigo 42 da lei n. 11.343/06, cumulado com o artigo 59 do Código Penal. Do crime de narcotráfico. Ao confrontar os elementos contidos nos autos com a análise das circunstâncias judiciais previstas no artigo 42 da lei n. 11.343/06 e no artigo 59 do Código Penal, é de se constatar a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. A culpabilidade (reprovabilidade) da conduta é negativa, eis que a apreensão conjunta de drogas - já embaladas para a venda -, com arma de fogo integralmente municiada e com numeração suprimida, além de apetrechos para o narcotráfico, em especial a maquineta de cartão de crédito, demonstra uma maior frequência na comercialização de substâncias entorpecentes, a revelar a maior lesividade da conduta, pela grande disseminação do narcotráfico junto a usuários. As demais circunstâncias judiciais não apresentam registros negativos ou positivos. É de se ressaltar, ainda, que, considerando a posição jurisprudencial da Suprema Corte, reafirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, as circunstâncias que ensejam no afastamento do tráfico privilegiado não podem, ao mesmo, exasperar a pena-base, ou seja, as mesmas circunstâncias não podem ser valoradas negativamente na primeira e na terceira fases da dosimetria da pena, sob pena de indevido bis in idem (STF, Pleno, ARE 666334, Relator Ministro GILMAR MENDES, Acórdão Eletrônico Repercussão Geral, DJe 06/05/2014, Tema 712; STJ, Terceira Seção, REsp 1887511, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe de 01/07/2021). Com isso, não é de se ponderar negativamente o vetor acima exposto, uma vez que o mesmo enseja o afastamento da minorante. Assim, com as considerações acima, não havendo elementos informativos de que

as demais circunstâncias judiciais elencadas no artigo 42 da lei n. 11.343/06 e no artigo 59 do Código Penal sejam favoráveis ou desfavoráveis ao acusado, inexistindo, portanto, moduladoras negativas a serem valoradas, fixo a pena-base no mínimo legal, em 05 anos de reclusão e 500 dias-multa. Está presente as circunstâncias atenuantes da menoridade relativa e confissão extrajudicial (CP, art. 65, I e III, d), na fase investigativa, nada obstante o mesmo tenha se retratado em juízo, para negar a conduta delitiva. Não existem outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, razão pela qual, considerando que a pena base foi fixada no mínimo legal, deixo de valorar as atenuantes acima (STJ, súmula 231), mantendo as penas de 05 anos de reclusão e de 500 dias-multa. Como não existem causas gerais ou especiais de aumento ou de diminuição da pena, fixo como definitivas as penas, para o crime de narcotráfico, em 05 anos de reclusão e 500 dias-multa, dia-multa este cujo valor, considerada a ausência de prova da condição financeira do acriminado e nada obstante a sua finalidade punitiva enquanto sanção penal, arbitro em 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato. Do delito de posse irregular de arma de fogo e munições de uso permitido, com numeração suprimida. Ao confrontar os elementos contidos nos autos com a análise das circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, é de se observar a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. A culpabilidade (reprovabilidade) da conduta é negativa, eis que a apreensão de arma de fogo integralmente municiada de uso proibido e com numeração suprimida, em conjunto com drogas, demonstra que o armamento e suas inúmeras munições têm uso deletério em contexto de tráfico de drogas, a revelar a intensa lesividade da ação delituosa. As demais circunstâncias judiciais não apresentam registros negativos ou positivos. É de se registrar, enfim, que a fixação da pena-base não precisa seguir um critério matemático rígido, de modo que não há direito subjetivo do réu à adoção de alguma fração específica para cada circunstância judicial, seja ela de 1/6 sobre a pena-base, 1/8 do intervalo entre as penas mínima e máxima ou mesmo outro valor. Tais frações são parâmetros aceitos pela jurisprudência do STJ, mas não se revestem de caráter obrigatório, exigindo-se apenas que seja proporcional e devidamente justificado o critério utilizado pelas instâncias ordinárias. A majoração da pena-base efetivada pela Corte Estadual foi em patamar, inclusive, inferior a 1/6 sobre a mínima cominada ao delito, por cada uma das três circunstâncias judiciais desfavoráveis. Portanto, não se mostra ilegal (AgRg no HC n. 718.681/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe de 30/08/2022). Assim, com as considerações acima, não havendo elementos informativos de que as demais circunstâncias judiciais elencadas no artigo 59 do Código Penal sejam favoráveis ou desfavoráveis ao acusado, existindo, portanto, 01 fator negativo a ser valorados e ponderando o peso de tal vetor negativo, fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 03 anos e 06 meses de reclusão e 30 dias-multa. Está presente as circunstâncias atenuantes da menoridade relativa e confissão extrajudicial (CP, art. 65, I e III, d), na fase investigativa, nada obstante o mesmo tenha se retratado em juízo, para negar a conduta delitiva. Não existindo outras agravantes ou atenuantes, atenuo as penas para o mínimo legal de 03 anos de reclusão e 10 dias-multa. Não existem causas gerias ou especiais de aumento ou de diminuição da pena a serem valoradas, de modo que fixo, como definitiva, a pena de 03 anos de reclusão e 10 dias-multa, dia-multa este cujo valor, como já exposto, arbitro em 1/30 do salário-mínimo vigente ao tempo do fato. Do concurso material. Por fim, considerando, como exposto na fundamentação acima, a existência de concurso material, entre os crimes de narcotráfico e de porte ilegal de arma de fogo e munições, às penas cominadas para estes delitos deve ser aplicada o dispositivo do artigo 69 do Código Penal, razão pela qual fixo, como definitivo, o somatório de penas em 08 anos de reclusão e 510 dias multa, dia-multa este fixado em 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato. Atento ao artigo 33, §3º c/c com o artigo 59, III, todos do Código Penal e considerando o magistério da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, diante da declaração de inconstitucionalidade da vedação legal constante no artigo 2o, §1o, da lei n. 8.072/90, que admitiu a fixação de regime menos gravoso (aberto ou semiaberto) (STF, HC 111840, Relator Ministro DIAS TOFFOLI; STJ, HC 368418, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA), o cumprimento da pena do acusado deve iniciar-se no regime semiaberto, diante do total de pena aplicada e a despeito da existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis (CP, artigo 33, STF, súmula n. 719), mantido este regime inicial, não obstante a prisão cautelar e a previsão do disposto no §2º do artigo 387 do Código de Processo Penal, pois, no caso vertente, o tempo de privação cautelar da liberdade do acusado, nestes autos, não é capaz de modificar o regime iniciante, sem falar que a presente prisão cautelar é concomitante à respondência de outros processos criminais, inviabilizando a contagem de tempo para incidência da norma. A aplicação da norma do artigo 387, §2o, do Código de Processo Penal, a meu ver, nada obstante o seu bom propósito, é problemática em sede de juízo de conhecimento, eis que a regra, à toda evidência, corporifica disfarçada hipótese de progressão de regime prisional, matéria esta que somente deveria ser submetida ao crivo do MM juízo das execuções penais, na medida em que a este juízo é impossível aprofundar a análise da situação carcerária do acusado, de modo a verificar o preenchimento dos requisitos objetivo e subjetivo da progressão de regime, não tendo este juízo elementos idoneamente seguros (a) do comportamento carcerário do acusado (pressuposto subjetivo), sem falar que (b) a incidência da regra impossibilita o MM juízo executivo penal definir o termo inicial de contagem de cumprimento de pena para futuros benefícios da execução penal, notadamente para nova progressão. E mais, a aplicação indistinta da norma poderá resultar em indevida progressão de regime prisional per saltum, vedada pelo ordenamento jurídico vigente, segundo a firme jurisprudência pátria (STF, RHC 99776, Relator Ministro EROS GRAU, DJe 12/02/201; STJ, AgRg no HC n. 581.862/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 04/06/2021). Aliás, é de se pensar que a incidência indiscriminada desta regra, em especial considerando a inexistência de elementos probantes idôneos do comportamento carcerário do acusado, poderá resultar na desigual aplicação dos benefícios da lei penal, seja o Código de Processo Penal, quanto a esta norma objeto do recurso, seja das normas da lei de execução penal, já que poderá beneficiar acusado cujo comportamento carcerário não justificaria a benesse, somente pelo exclusivo fato de o processo ter se alongado tempo maior do que o tempo transcorrido em outro processo para outro acusado que sofreu similar condenação. Não obstante as reservas deste juízo quanto à incidência da norma do artigo 387, §2o, do CPP, o magistério da doutrina e da jurisprudência determina a sua observância, com a ressalva de que caracteriza modalidade diferente de detração a ser reconhecida na própria sentença condenatória, sendo de se destacar de início que não se trata de detração do tempo de privação de liberdade e sim de sua consideração para a fixação do regime penitenciário para o início do seu cumprimento, ou seja, significa que o magistrado não poderá modificar a pena definitiva fixada (EUGÊNIO PACELLI e DOUGLAS FISCHER, Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência, 15ª edição Editora JusPodivm, p. 1152), razão pela qual é forçoso reconhecer que o § 2º do art. 387 do CPP não versa sobre progressão de regime prisional, instituto próprio da execução penal, mas, sim, acerca da possibilidade de se estabelecer regime inicial menos severo, descontando-se da pena aplicada o tempo de prisão cautelar do acusado (AgRg no HC n. 747.387/SP, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe de 03/10/2022). Assim, como dito acima, ao analisar os autos, considerando o tempo de segregação cautelar do acusado, é de se manter o regime prisional inicial semiaberto. Incabível a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos para o acusado, em razão da quantidade total da pena corporal aplicada e das circunstâncias judiciais desfavoráveis reconhecidas em desfavor do acriminado (CP, artigo 44). Mantenho a prisão cautelar do acusado e, por isso, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade, eis que iniciou respondendo solto ao processo, tendo reiterado em conduta delitiva dias após o presente fato criminoso, quando estava sob monitoramento eletrônico, motivo pelo qual foi decretada sua prisão preventiva neste processo, além do que os motivos justificadores da manutenção da custódia cautelar, pressupostos da prisão

preventiva (CPP, artigo 312), ainda subsistem, a saber, a reiteração delitiva, a nocividade social e a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, indicados na decisão deste juízo, a revelar que sua liberdade, hoje, representam um risco à ordem pública, motivos estes demonstrativos de que as demais medidas cautelares substitutivas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, são inidôneas para acautelar a ordem pública (STJ, RHC 59565, Relator Desembargador Convocado do TJ/PE LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO; STJ, AgRg no RHC 165.846/SP, Relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 19/09/2022; STJ, AgRg no HC 752.315/SC, Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 19/09/2022; STJ, RHC 30016, Relator Desembargador Convocado do TJ/RS ADILSON VIEIRA MACABU; e TJ/RS, HC 70045133881, Relator Desembargador NEREU JOSÉ GIACOMOLLI), impondo a necessidade da referida custódia cautelar, para garantir a ordem pública (STF, HC 98116, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI; STF, HC 105858, Relatora Ministra CÁRMEN LÚCIA; STJ, HC 89667, Relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO; STJ, HC 116665, Relatora Ministra LAURITA VAZ; STJ, HC 136577, Relator Ministro JORGE MUSSI). Impende ressaltar, ainda, que não há de se falar que a manutenção da prisão cautelar, diante da fixação de regime prisional semiaberto, viola o princípio da proporcionalidade, notadamente porque, com a expedição da carta de guia provisória, possibilitar-se-á ao réu, ora condenado, o cumprimento da prisão conforme o regime prisional estabelecido neste decreto condenatório. Aliás, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da não incompatibilidade entre a fixação do regime semiaberto e a manutenção da custódia provisória, desde que presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal (HC 237417, Relator Ministro GILSON DIPP), ou seja, não há desproporcionalidade entre a fixação de regime inicial semiaberto e a vedação ao direito de recorrer em liberdade quando persistirem os riscos à ordem pública e à aplicação da lei penal, devidamente demonstrados no decreto prisional (STJ, HC 304603, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, DJe 23/02/2016). Neste sentido, ainda: STJ, HC 337685, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJe 24/02/2016; STJ, RHC 62245, Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, DJe 22/02/2016; STJ, HC 310676, Relator Ministro FELIX FISCHER, DJe 16/06/2015; STJ, RHC 41665, Relator Ministro JORGE MUSSI, DJe 20/06/2014. De logo, independentemente da interposição de recurso de apelação, expeça-se a guia de execução provisória, para compatibilizar a prisão cautelar com o regime inicial de cumprimento de pena fixada nesta sentença. Condeno o acusado no pagamento das custas processuais. Por fim, após o trânsito em julgado da presente sentença, determino as seguintes providências iniciais: (a) expedição de guia de recolhimento definitivo, com remessa à Distribuição do SEEU, nos termos da Portaria Conjunta n. 1047/2020/PRES/CGJCE e (b) decorrido o prazo de 10 dias para o(a) sentenciado(a) efetuar voluntariamente o pagamento da pena de multa, não sendo este efetuado, expedição de certidão da sentença condenatória, com liquidação da dívida, que valerá como título executivo judicial e encaminhe a Vara de Execuções Penais onde tramitar a execução da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, nos termos Portaria Conjunta n. 1466/2020 - PRES/CCJCE/TJCE. Adote-se, ainda, quanto aos bens apreendidos, as seguintes diligências: (a) a incineração das drogas apreendidas, seja o total, caso ainda não incineradas, seja a amostra reservada para contraprova (lei n. 11343/06, artigo 58, cabeça); (b) a perda dos valores em dinheiro (moeda nacional e estrangeira) apreendidos em favor da União, constante do auto de apreensão, os quais serão revertidos diretamente ao FUNAD e ao SENAD, pois não comprovou o acusado a sua origem lícita, sendo certo concluir que se trata de produto da venda de drogas ilícitas (lei n. 11343/06, artigo 63); (c) determino, ainda, a perda dos bens eletrônicos, no caso os aparelhos celulares, procedendo-se a doação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), conforme termo de cooperação celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (Processo Administrativo n. 23486.002457/2022-62), ficando o referido instituto responsável por todo o manejo dos dados e os aparelhos serão posteriormente destinados aos discentes com maior vulnerabilidade social e a sua utilização servirá para treinamento em técnicas de reparo e manutenção de eletrônicos, devendo o depositário ser comunicado e (d) a destruição de todos os demais objetos, dado serem de pequeno valor, de valor irrisório e/ou considerados imprestáveis, arrecadados no auto de apreensão, na forma expressamente regulamentada pelo artigo 12, II, da Resolução n. 011/2015, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará. Quanto à arma de fogo afins, proceda-se da seguinte forma, conforme a necessidade: (a) nos termos do artigo 25 e parágrafo único da lei n. 10.826/03, se ainda não adotada tal diligência, encaminhe-se imediatamente a arma de fogo apreendida nos presentes autos para destruição ou, caso estejam em boas condições de uso, que seja dada a destinação legal pelo referido órgão, se assim o preferir, oficiando ao Comando do Exército para os devidos fins e requisitando a remessa a este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, do documento comprobatório da destinação legal dada aos referidos objetos. Por fim, determino, ainda, as seguintes providências finais: (a) expeça-se boletim individual à Superintendência da Polícia Civil; e (b) registre-se a condenação do réu no Sistema INFODIP, para cumprimento do disposto no artigo 15, III, da Constituição Federal e no artigo 71, §2º, do Código Eleitoral. Após a adoção de todas as providências acima, não pendentes outras providências, arquivem-se os presentes autos, com baixa na distribuição. Publique-se e Intime-se, ficando o acusado de logo intimado do prazo de 10 dias, a contar do trânsito em julgado desta sentença, para realizar o pagamento voluntário da pena de multa.

ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA (OAB 21692/CE) - Processo 0293080-23.2022.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Almeida - Em razão disso tudo, indefiro o pedido de renúncia deduzido pela causídica, mantendo os efeitos dos poderes conferidos na procuração à advogada peticionante, mantendo-a como patrona do denunciado. Intime-se a advogada do acusado do teor desta decisão, advertindo que qualquer omissão nos autos, sem a necessária validação da renúncia por este juízo, poderá acarretar comunicação do fato à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (CPP, artigo 265), para adoção das medidas cabíveis quanto à omissão da profissional. Por fim, intime-se ainda o Ministério Público para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a certidão de p. 70 e requeira o que entender de direito. Expedientes necessários. Fortaleza, data da assinatura eletrônica.

EXPEDIENTES DA 5ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE DELITOS DE TRAFICO DE DROGAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0266/2024

ADV: ELIAS LIMA DA SILVA (OAB 41957/CE) - Processo 0919879-35.2014.8.06.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leandro de Souza Santos e outros - Acolho as petições das fls. 434/435. Concedo a prorrogação do prazo, por 10 dias, para que o nobre advogado obtenha acesso ao link da audiência e apresente os memoriais. Expedientes necessários.

VARAS DA JURISDIÇÃO ESPECIAL OU MISTA

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0107/2024

ADV: AROLDO DE BARROS VERINO (OAB 11939/CE), ADV: JORGE FONTENELE NETO (OAB 48484/CE) - Processo 0258855-06.2024.8.06.0001 - Restituição de Coisas Apreendidas Infracional - Liberação de Veículo Apreendido - REQUERENTE: Jorge Fontenele Neto - Às partes para se manifestarem sobre expedientes de pp 58-59, desde já assinalo o prazo de 03 (três) dias corridos. Cumpra-se.

EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0063/2024

ADV: JOSÉ RIBAMAR JUNIOR (OAB 44735/CE) - Processo 0238892-12.2024.8.06.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Leve - ADOLESCENTE: J.P.A.B. e outro - Ante o exposto, pelas razões fático-jurídicas esboçadas, bem como em virtude do caráter peculiar da pessoa em desenvolvimento, JULGO PROCEDENTE a representação de fls. 41-45, no sentido de aplicar a JOÃO PAULO ALVES BERNARDINO e NIKEY SANTOS PONTES a medida socioeducativa de LIBERDADE ASSISTIDA, pelo prazo mínimo de seis meses, pois evidenciada a prática de atos infracionais. Ressalve-se a possibilidade de tal medida, a qualquer tempo, ser prorrogada, revogada ou substituída, ouvido o orientador, o Ministério Público e a Defesa Pública. Ressalte-se que os jovens deverão ser acompanhados por equipe especializada, a qual deverá emitir mensalmente relatórios de frequência e comportamento e encaminhá-los à respectiva Vara de Execução. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Transitado em julgado, confeccionados os expedientes necessários, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais e baixa na estatística.

EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0437/2024

ADV: FRANCISCO GUILHERME DE OLIVEIRA FILHO (OAB 43215/CE), ADV: SAMUEL AMORIM VIEIRA (OAB 45816/CE), ADV: CAROLINA BARRETO ALVES COSTA FREITAS (OAB 21484/CE) - Processo 0187313-98.2019.8.06.0001 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: D.F.C. e outro - Considerando o teor da certidão de fl. 217, intime-se a parte autora para que providencie o recolhimento das custas referente a certidão solicitada. Nada sendo apresentado, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: LUIZ GUSTAVO DE ALVARENGA LOPES QUERINO (OAB 244258/RJ) - Processo 0206257-12.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência Médico-Hospitalar - REQUERENTE: Wescley do Nascimento de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo,

ADV: AMANDA VERAS MACIEL CAVALCANTE (OAB 38210/CE) - Processo 0245011-23.2023.8.06.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção Nacional - REQUERIDO: M.B.A. - Intime-se a parte promovida para apresentar memoriais, no prazo legal. Após, abra-se vista ao Ministério Público para apresentar suas razões finais. Por fim, voltem-me os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS QUITÉRIA DE MORAES (OAB 49580/CE) - Processo 0270551-39.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Jeener Lenay de Sousa Costa - Cumpra-se o despacho de fls. 114: Oitiva da parte autora sobre as contestações de fls. 87-97 e 102-111. Após manifestação, volvam-me os autos conclusos.

ADV: AMANDA JÉSSICA MENEZES DE ARAÚJO (OAB 34536/CE) - Processo 0270961-97.2024.8.06.0001 - Autorização judicial - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: G.L.S. - Considerando as razões supra, mantenho a sentença de fls. 45-46 por entender ser a justiça brasileira incompetente para julgamento do feito. Cabe a parte autora, caso entenda preterido seu direito, submeter a questão às instâncias com competência revisional das decisões deste juízo. Expedientes e intimações.

ADV: AMANDA CUNHA E MELLO SMITH MARTINS (OAB 373511/SP) - Processo 0275882-36.2023.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de medicamentos - REQUERENTE: Guilherme Sobral Cavalcante Muratori Moura - Tendo em vista o despacho exarado à fl. 233, que já determinou os procedimentos pertinentes, determino o regular prosseguimento da execução conforme o rito previsto na legislação processual civil. Intime-se a parte exequente para que, no prazo legal, apresente o memorial de cálculo, nos termos do art. 534 do Código de Processo Civil. Intime-se, ainda, a parte executada para que, querendo, ofereça impugnação à execução no prazo de 30 (trinta) dias úteis, conforme o despacho constante de fl. 233 dos autos. Expedientes e intimações.

ADV: ALAN MATOS ARAÚJO (OAB 39902/CE) - Processo 0282133-36.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Consulta - REQUERENTE: Francisco Lorenzo Silva de Lima - Diante do exposto, considerando o que dispõe o art. 300 do CPC c/c art. 196 da Constituição Federal, bem como balizada na Doutrina da Proteção Integral, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA, determinando que o Município de Fortaleza forneça à parte autora CONSULTA DE TRIAGEM E ACOMPANHAMENTO REGULAR EM TERAPIAS MULTIDISCIPLINARES INTEGRAIS, QUAIS SEJAM: TERAPIA OCUPACIONAL, FONOAUDIOLOGO, PSICOLOGIA, NEUROPEDIATRA), ou nas quantidades a serem prescritas pelo médico assistente, para Francisco Lorenzo Silva de Lima, no prazo de até 90 (noventa) dias, conforme atestam os documentos de pp. 20-25, sob pena de bloqueio de verba pública, até ulterior deliberação do Poder Judiciário.

ADV: FABIO FILEMON LOPES DE SOUSA (OAB 18210/CE), ADV: IOLANDA BASILIO FEIJO MEDEIROS (OAB 18456/CE), ADV: LUCIANA LUIZA DE OLIVEIRA BRITO (OAB 23418/CE) - Processo 0803747-11.2022.8.06.0001 - Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente - Infrações administrativas - REQUERIDA: R.L.S.M. e outro - Considerando o princípio da Cooperação, previsto ao art. 6.º do Código de Processo Civil e da não Surpresa, previsto aos arts. 9.º e 10 da Lei 13.105, determino que sejam ouvidas as partes e Parquet quanto à suficiência de prova, devendo eventual prova

complementar ser requerida e justificada em até 15(quinze) dias. A jurisprudência tem considerado tal providência salutar, pois evita uma decisão surpresa, frustrando expectativas das partes. Lembra-se que nos termos do art. 472 do CPC o juízo pode dispensar a prova pericial quando as partes, em peça inicial e contestação, apresentem questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos. Nada sendo requerido, vistas às partes e Parquet, para manifestações finais escritas, nos prazos e forma da lei. Havendo requerimentos, conclusão para análise do juízo. Expedientes e intimações.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0438/2024

ADV: LARISSA SOUZA OLIVEIRA (OAB 28227/CE) - Processo 0275633-51.2024.8.06.0001 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: E.M.Q. e outro - Vistos, etc. Ação isenta de custas na forma da lei. Reservo-me para apreciar a tutela de urgência após a perícia psicossocial, o que ora determino nos termos do art. 167 do ECA. Em conformidade com a Lei nº 8.069, com as alterações da Lei nº 12.962, de 2014, a Secretaria da Vara deverá realizar busca nos sistemas de informação disponíveis ao juízo para localizar a parte requerida, certificando nos autos que foram esgotados todos os meios disponíveis para sua localização. Para tanto, ficam autorizadas pesquisas junto ao SIEL e INFOJUD ou outros sistemas disponíveis ao Judiciário. Autorizo a tentativa de citação se informação fornecida na exordial foi insuficiente, infrutífera ou inexistente, inclusive por precatória, visando citar a parte eventualmente encontrada em outra comarca. Caso não seja localizada, a citação deverá ser realizada por meio de edital, com base no art. 256, II, do CPC. O prazo do edital será de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 257, III, do CPC. Após a citação, se não houver resposta no prazo legal, com fulcro no art. 72, II, do CPC, nomeio como curador especial o Dr. Jean Batista Freitas Ferreira, ou quem o estiver substituindo, para apresentar a contestação no prazo legal, garantindo assim o princípio constitucional do devido processo legal. A Secretaria deverá observar a necessidade de que seja inserida no mandado judicial uma clara informação quanto à contagem dos prazos no âmbito da infância e juventude. Determino que o feito seja remetido para estudo de caso, conforme preconiza o art. 167 do ECA, e que seja processado em segredo de justiça, em razão da intimidade dos envolvidos, nos termos do art. 189, III, do CPC. O mandado de citação deverá incluir senha de acesso aos autos. Determino ainda que sejam verificados e corrigidos os dados das partes cadastrados junto ao sistema de automação da justiça. Expedientes e intimações.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0439/2024

ADV: VINICIUS RIBEIRO DE ARAÚJO (OAB 44740/CE) - Processo 0203884-71.2024.8.06.0001 - Adoção Fora do Cadastro c/c Destituição do Poder Familiar - Guarda - REQUERENTE: G.S.N.M. - C.D.D.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designado para o dia 18/12/2024, às 11hs, para a audiência de INSTRUÇÃO. O ato será realizado de forma remota, na modalidade hibrida, mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, podendo ser usado celular ou qualquer outro tipo de aparelho para a conexão, via internet, ou presencialmente, caso, as partes não possam acessar a sala remotamente através do link . A sala de audiências da 3ª. Vara da Infância se localiza Forum Clóvis Beviláqua, (Sala 209 - Nível 2 - Setor Amarelo). Para aqueles que optarem em participar de forma remota, segue abaixo o link de acesso à sala de reunião pela plataforma MICROSOFT TEAMS. O LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: https://link.tjce.jus.br/efc077

ADV: JOAO PAULO SILVA DE MELO (OAB 22341/CE) - Processo 0249611-53.2024.8.06.0001 - Adoção Fora do Cadastro c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - ADOTANTE: F.M.C.S. - R.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designado para o dia 04/02/2025, às 11hs, para a audiência de INSTRUÇÃO. O ato será realizado de forma remota, na modalidade hibrida, mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, podendo ser usado celular ou qualquer outro tipo de aparelho para a conexão, via internet, ou presencialmente, caso, as partes não possam acessar a sala remotamente através do link . A sala de audiências da 3ª. Vara da Infância se localiza Forum Clóvis Beviláqua, (Sala 209 - Nível 2 - Setor Amarelo). Para aqueles que optarem em participar de forma remota, segue abaixo o link de acesso à sala de reunião pela plataforma MICROSOFT TEAMS. O LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: https://link.tjce.jus.br/530702

ADV: ISABELLE DE CARVALHO GURGEL E SILVA (OAB 39904/CE) - Processo 0265696-17.2024.8.06.0001 - Adoção pelo Cadastro - Adoção de Criança - REQUERENTE: F.C.A.L.F. - S.C.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designado para o dia 18/12/2024, às 9hs, para a audiência de INSTRUÇÃO. O ato será realizado de forma remota, na modalidade hibrida, mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, podendo ser usado celular ou qualquer outro tipo de aparelho para a conexão, via internet, ou presencialmente, caso, as partes não possam acessar a sala remotamente através do link . A sala de audiências da 3ª. Vara da Infância se localiza Forum Clóvis Beviláqua, (Sala 209 - Nível 2 - Setor Amarelo). Para aqueles que optarem em participar de forma remota, segue abaixo o link de acesso à sala de reunião pela plataforma MICROSOFT TEAMS. O LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: https://link.tjce.jus.br/489976

ADV: CRISTIANE PINHEIRO DIOGENES (OAB 13446/CE), ADV: IRACEMA NOGUEIRA DIOGENES SALDANHA (OAB 26711/CE) - Processo 0281925-52.2024.8.06.0001 - Autorização judicial - Viagem ao Exterior - REQUERENTE: E.D.C.T. - Ação que dispensa o recolhimento prévio de custas, na forma da lei (art. 141, §2º, do ECA). Determino a oitiva do parquet estadual sobre o pleito de urgência, fazendo-o nos termos do art. 202 e seguintes do ECA. Em conformidade com a Lei nº 8.069, com as alterações da Lei nº 12.962, de 2014, a Secretaria da Vara deverá realizar busca nos sistemas de informação disponíveis ao juízo para localizar a parte requerida, certificando nos autos que foram esgotados todos os meios disponíveis para sua localização. Para tanto, ficam autorizadas pesquisas junto ao SIEL e INFOJUD ou outros sistemas disponíveis ao Judiciário. Autorizo a tentativa de citação se informação fornecida na exordial foi insuficiente, infrutífera ou inexistente, inclusive por precatória, visando citar a parte eventualmente encontrada em outra comarca. Caso não seja localizada, a citação deverá ser realizada por meio de edital, com base no art. 256, II, do CPC. O prazo do edital será de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 257, III, do CPC. Após a citação, se não houver resposta no prazo legal, com fulcro no art. 72, II, do CPC, nomeio como curador especial o Dr. Jean Batista Freitas Ferreira, ou quem o estiver substituindo, para apresentar a contestação no prazo legal, garantindo assim o princípio constitucional do devido processo legal. A Secretaria deverá observar a necessidade de que seja inserida no mandado judicial expressa informação quanto à contagem dos prazos no âmbito da infância e juventude.

Determino que o feito seja remetido para estudo de caso, conforme preconiza o art. 167 do ECA, e que seja processado em segredo de justiça em razão da intimidade dos envolvidos, nos termos do art. 189, III, do CPC. O mandado de citação deverá incluir senha de acesso aos autos. Determino, ainda, que sejam verificados e corrigidos os dados das partes cadastrados junto ao sistema de automação da justiça. Expedientes e intimações.

EXPEDIENTES DA 4ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0104/2024

ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE) - Processo 0266288-95.2023.8.06.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Receptação - ADOLESCENTE: I.C.A. - Diante da petição de p. 206, proceda-se ao levantamento da suspensão, para o prosseguimento regular do feito. Designo o dia 27 de janeiro de 2025, às 16h30, para continuação da instrução, com a oitiva do adolescente Israel Costa de Araújo, a se realizar de forma presencial, facultado ao Ministério Público, adolescente e advogado a realização de forma híbrida por videoconferência, por meio do sistema Microsoft Teams. Determino que a Secretaria proceda aos expedientes relativos às intimações pelo portal do Representante do Ministério Público, e do advogado pelo DJE, e por mandado do representado, sem necessidade de intimação de seus genitores, em razão do alcance da maioridade.

ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE) - Processo 0266288-95.2023.8.06.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Receptação - ADOLESCENTE: I.C.A. - Intime-se pelo DJe o advogado do representado para informe a este Juízo o endereço atual do adolescente, visto que permanece em aberto mandado de busca e apreensão em desfavor do adolescente, com validade de 6 (seis) meses, p. 204, ressaltando que o referido mandado permanecerá ativo, até que seja atualizada tal informação.

1º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - EXECUÇÕES FISCAIS

EXPEDIENTES DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO DA VIOLENCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0374/2024

ADV: NORMANDO ALVES RODRIGUES (OAB 36470/CE) - Processo 0011939-20.2024.8.06.0025 (processo principal 0205077-49.2024.8.06.0025) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: Felipe Santos Mascarenhas - Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO o pleito da defesa e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do representado FELIPE SANTOS MASCARENHAS, qualificado nos autos, com fulcro nos artigos 312, 313, III e 316 do CPP, para garantia da ordem pública e resguardo da integridade física e psicológica da vítima. Cientifique-se o Ministério Público e a defesa do aludido réu. Monitore-se o prazo para revisão da prisão, com esteio no art. 316 do CPP nos autos principais. Traslade-se cópia desta decisão para os autos da Ação Penal (Processo nº 0205077-49.2024.8.06.0025). Cumpridas todas as formalidades e diligências, arquivem-se estes autos com as baixas de estilo. Expedientes necessários e urgentes.

ADV: RODRIGO COLARES FREIRE (OAB 31398/CE) - Processo 0201923-91.2022.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Perseguição - REQUERIDO: J.E.P.J. - Pelo exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço em analogia ao artigo 485, III, do Código de Processo Civil, ocasião em que REVOGO as medidas protetivas outrora deferidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se as partes, por meio dos contatos telefônicos disponibilizados nos autos e, não logrando êxito, aplique-se por analogia o art. 274, parágrafo único do CPC. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, arquive-se com as baixas de estilo.

ADV: VANESSA HELANIA OLIVEIRA CARNEIRO (OAB 40015/CE) - Processo 0205214-02.2022.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Estupro - REQUERIDO: F.C.S.F. - Isso posto, declaro extinto o processo, sem resolução de mérito, o que faço em analogia ao artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, arquive-se.

Processo 0205333-89.2024.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUT PL: D.D.M.F.D. - REQUERENTE: R.A.M.A. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - REQUERIDO: A.A.S. - Pelo exposto, corrijo o erro material do decisum e onde lê-se à fl. 15 “Rosilene Aires Monteiro de Almeida” leia-se “Rosiene Aires Monteiro de Almeida”. Em tempo, MANTENHO INCÓLUME os demais termos da decisão de fl. 15/17, por seus próprios fundamentos. Expedientes necessários, com urgência.

ADV: ANA CAROLINE SANTOS ABREU (OAB 48458/CE), ADV: HELIO DAS CHAGAS LEITAO NETO (OAB 7855/CE), ADV: MARINA TORQUATO BRASIL (OAB 48609/CE), ADV: ALISSON FELIPE DE SOUSA SALES (OAB 42149/CE), ADV: HELIO DAS CHAGAS LEITÃO (OAB 45510/CE), ADV: GABRIELLEN CARNEIRO DE MELO (OAB 40011/CE), ADV: ALINE MOURA DE QUEIROZ (OAB 33009/CE), ADV: THALES DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 29558/CE), ADV: EDUARDO PRAGMACIO DE LAVOR TELLES (OAB 2331/CE), ADV: AFONSO ROBERTO MENDES BELARMINO (OAB 25465/CE), ADV: ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE SEGUNDO (OAB 21999/CE), ADV: LEANDRO DUARTE VASQUES (OAB 10698/CE), ADV: CHRISTIANE DO VALE LEITAO (OAB 10569/CE) - Processo 0270030-31.2023.8.06.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Leve - AUTORAFATO: M.M.C. - VÍTIMA: H.C.F. - Vistos etc. Considerando a certidão à fl.2362, determino que a Secretaria proceda com a confecção dos expedientes de intimação das partes, bem como de seus advogados, via DJ, para que tomem ciência acerca da realização das visitas que ocorrerão às quartas-feiras, de 14 as 15h. Local: Sala da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, localizada no Fórum Clóvis Beviláqua, Sala 06, Setor azul. Expedientes Necessários e URGENTES.

EXPEDIENTES DO 2º JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0369/2024

ADV: PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 23510/CE) - Processo 0200180-75.2024.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - REQUERIDO: B.G.S.M. - Expedientes necessários.

Processo 0200536-41.2022.8.06.0025 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUT PL: Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - AUTUADO: A.L.H. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021,publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem: renovo a intimação do acusado, por seu defensor, para apresentação de memoriais finais, no prazo de 05 dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes necessários.

ADV: AFONSO PAULO ALBUQUERQUE DE MENDONCA (OAB 12249/CE) - Processo 0202662-93.2024.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: J.F.C.M. - Expedientes necessários.

ADV: KENNEDY FERREIRA LIMA (OAB 10914/CE) - Processo 0204870-50.2024.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Crime / Contravenção contra Idoso - REQUERENTE: G.C.L. - Expedientes necessários.

ADV: PEDRO CYSNE FROTA DE SOUZA (OAB 30140/CE), ADV: JOAO VICTOR DUARTE MOREIRA (OAB 30457/CE) - Processo 0204994-33.2024.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: A.J.V.T. - Expedientes necessários.

EDITAIS

VARAS CÍVEIS

EDITAIS DA 27ª VARA CIVEL

PODER JUDICIÁRIO Comarca de Fortaleza 27ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo n°: 0121322-49.2017.8.06.0001
Classe: Usucapião
Assunto: Usucapião Ordinária
Requerente: Antônia Eunice dos Santos Albuquerque e outro
Requerido: Luzanira Colares Alves e outros
Confinante MARIA JOCÉLIA LIMA
Valor da Causa: R$ 16.280,39

O(A) Juiz(a) Mirian Porto Mota Randal Pompeu faz saber aos que o presente edital de **CITAÇÃO com prazo de 20 dias,** virem ou dele tiverem conhecimento que por parte de **ANTÔNIA EUNICE DOS SANTOS ALBUQUERQUE e TARCÍSIO FEIJÓ DE ALBUQUERQUE** foi proposta uma ação de Usucapião Ordinária em face de LUZANIRA COLARES ALVES, objetivando que lhe(s) seja declarado o domínio de um imóvel triplex residencial situado na Rua Frederico de Andrade, n° 117, bairro Álvaro Weyne, nesta cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, encravado em terreno de formato irregular, constituído pelo lote 09 da quadra n° 34, loteamento Floresta, com uma área construída de 1.158,96m^2, com as seguintes orientações, medidas e confrontações: **Ao Leste (frente)**, partindo do ponto P1, com coordenadas UTM N. 9588937.097 e E. 548357.540, com ângulo interno de 93°53'09", na direção norte-sul, até encontrar o ponto P2, por onde mede 9,15m, confrontando com a dita Rua Frederico de Andrade, lado ímpar do logradouro; **Ao Sul (lado direito)**, partindo do ponto P2, com coordenadas UTM N. 9588929.551 e E. 548362.715, com ângulo interno de 86°06'51", na direção leste-oeste, até encontrar o ponto P3, por onde mede 45,00m, confrontando com o imóvel de n° 113 da Rua Frederico de Andrade, de propriedade de Emmanuel José Barreto de Sousa (Mat. 11.462 - 3ª Zona), hoje pertencente a Maria Zita de Matos Crispin Silva (CPF-MF n° 693.447.873-87); **Ao Oeste (fundos)**, partindo do ponto P3, com coordenadas UTM N. 9588906.673 e E. 548323.965, com ângulo interno de 62°51'30", na direção sul-norte, até encontrar o ponto P4, por onde mede 10,26m, confrontando com parte do fundo do imóvel de n° 75 com frente para a Rua Omar Paiva, de propriedade atribuída à Luziene Alves Rodrigues (CPF-MF n° 247.845.243-04) e com parte do fundo do do imóvel de n° 79, atual n° 81 da Rua Omar Paiva, de propriedade de Ana Chaves Cunha (Mat. 23.726-3a Zona), hoje pertencente a Maria Jocélia Lima (CPF-MF n° 059.470.573-87); e **Ao Norte (lado esquerdo)**, partindo do ponto P4, com coordenadas UTM N. 9588916.913 e E. 548323.353, com ângulo interno de 117°08'30", na direção oeste-leste, até encontrar o ponto P1, por onde mede 39,70m, confrontando com o imóvel de n° 133 com frente para a Rua Frederico de Andrade, de propriedade de Raimundo Nogueira de Souza (Mat. 16.474-3ª Zona, hoje pertencente a José Ivanilse Ribeiro Matos da Silva(CPF-MF n° 119.150.723-87), fechando assim uma poligonal com área territorial total de 386,32m^2. de Ana Chaves Cunha (Mat. 23.726-3ª Zona), hoje pertencente a Maria Jocélia Lima (CPF-MF n° 059.470.573-87), fechando assim uma poligonal com área territorial total de 386,32m2. Datum Vertical - IMBITUBA (Santa Catarina). Sistema de Coordenadas - SIRGAS 2000 (WGS 84). Meridiano Central - 45° W Gr. Projeção Universal de Mercator (UTM) - Zona 24M. Ficando **CITADA**, através deste, o(a) Sr(a). **MARIA JOCÉLIA LIMA**, CPF 059.470.573-87, e caso seja casada, o respectivo cônjuge, para, querendo, contestar(em) a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do vencimento do presente edital, sob pena de serem considerados como verdadeiros, os fatos alegados pela parte promovente na inicial, advertindo que será nomeado curador especial em caso de revelia. **CUMPRA-SE.** Fortaleza/CE., em 13 de setembro de 2024.

Mirian Porto Mota Randal Pompeu
Juíza de Direito

EDITAIS DA 28ª VARA CIVEL

PODER JUDICIÁRIO Comarca de Fortaleza 28ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo n°: 0134866-85.2009.8.06.0001

Classe: **Procedimento Comum Cível**
Assunto: **Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Banco do Nordeste do Brasil**
Requerido: **Caroba Agropecuaria S/A**
Valor da Causa: **R$ 400,00**

A Dra. Maria de Fatima Bezerra Facundo, Juíza de Direito da 28ª Vara Cível (SEJUD 1° Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de **Banco do Nordeste do Brasil**, inscrito no CNPJ n° 07.237.373/0001-20, com sede e assessoria jurídica na Av. Pedro Ramalho, n° 5700, Bloco D-1 Superior, Passaré, Fortaleza- CE, por seu representante legal, foi proposta uma Ação de Obrigação de Fazer, em face de Caroba Agropecuaria S/A, a qual se encontra em local incerto e não sabido. Foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica **CITADA CAROBA AGROPECUÁRIA S/A**, inscrita no CNPJ n° 10.391.241/0001-92, com último endereço conhecido como sendo Rua Barão de Aracati, n° 644-A, Sala 44, Aldeota, Fortaleza-CE, por seu representante legal Sr. Francisco José V. de Figueiredo Correia, acerca da presente ação, para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, por força do despacho a seguir transcrito: "Em face de ter sido inexitosa a citação da parte Requerida nos endereços constantes nos autos, conforme afirmado pelo Autor, tenho por configurados os requisitos do art. 256, II e § 3.°, CPC, e portanto, DETERMINO a citação da parte postulada CAROBA AGROPECUÁRIA S/A., CNPJ n° 10.391.241/0001-92, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, atentando-se a parte autora quanto ao preceituado no parágrafo único do art. 257 do mesmo diploma acima mencionado.", com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial. **CUMPRA-SE.** Fortaleza/CE, em 01 de novembro de 2024.

Maria de Fatima Bezerra Facundo
Juíza de Direito

EDITAIS DA 34ª VARA CIVEL

PODER JUDICIÁRIO Comarca de Fortaleza 34ª Vara Cível (SEJUD 1º Grau)
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo n°: **0859836-35.2014.8.06.0001**
Classe: **Monitória**
Assunto: **Contratos Bancários**
Requerente: **BANCO DO BRASIL S.A.**
Requerido: **DUNAS DA TAÍBA EVENTOS LTDA-ME e outros**
Valor da Causa: **R$ 129.400,32**

O(A) Dr(a). Maurício Fernandes Gomes, Juiz(a) de Direito em respondência pela 34ª Vara Cível (SEJUD 1° Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER a**os que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de BANCO DO BRASIL S.A., foi proposta uma ação Monitória, contra DUNAS DA TAÍBA EVENTOS LTDA-ME e outros, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual ficam CITADOS **DUNAS DA TAÍBA EVENTOS LTDA-ME**, CNPJ 02.283.491/0001-50, com endereço à Loteamento Nova Taiba, 16, Nova Taiba, CEP 62670-000, São Gonçalo do Amarante - CE, **ANTONIO JOSÉ SARAIVA REGIS, inscrito no CPF/MF de n.° 168.033.373-91**, **CRISTIANE SARAIVA MARQUES, inscrita no CPF/MF de n.° 429.881.363-00**, e **JOSÉ EVALDO SARAIVA REGIS, inscrito no CPF/MF de n.° 011.268.023-28**, por força do despacho a seguir transcrito: "Tentativas de citação dos requeridos Dunas da Taíba Eventos Ltda - ME, Cristiane Saraiva Marques, Antônio José Saraiva Marques e José Evaldo Saraiva Régis restaram infrutíferas conforme certidões de oficial de justiça (p. 181, 184, 185, 187, 293, 295, 322, 326 e 330). Desta feita, defiro o pedido de p. 341/342 de citação por edital, expeça-se com prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 256, II do CPC..", com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. **CUMPRA- SE.** Fortaleza/CE., em 15 de outubro de 2024.

Maurício Fernandes Gomes
Juiz de Direito

VARAS DE FAMÍLIA

EDITAIS DA 2ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0241817-78.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Valnice Lima Evangelista da Silva
Curatelado Lucas Evangelista da Silva
Defensor público e Promotor Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Lucas Evangelista da Silva, brasileiro, solteiro, estudante - inconcluso do terceiro ano do ensino médio, RG n° 2007761015-0, SSPDS-CE e CPF nº 606.962.693-17, residente e domiciliado no mesmo endereço da requerente, que é portador de Epilepsia (CID G40) e Esquizofrenia (CID F20). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da

parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Valnice Lima Evangelista da Silva, brasileira, casada, do lar, RG n° 96002321810 SSPDS-CE e CPF nº 888.784.063-68, residente e domiciliada na Rua Rodolfo Borges, n° 139, casa 20, Bairro Sabiaguaba, Fortaleza-CE, CEP: 60.835-342, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23/10/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Ante todo o exposto e o que mais dos autos consta, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pleito autoral, declarando resolvido o mérito do processo, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, para deferir a nomeação da curadoria de LUCAS EVANGELISTA DA SILVA, incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, a ser exercida por sua mãe, VALNICE LIMA EVANGELISTA, que ficará com o encargo de assisti-lo(a) nos atos que importem na administração de bens e valores, celebração de contratos, recebimento de benefícios previdenciários e assistenciais e outros que exijam maior capacidade intelectual, além dos atos previstos no artigo 1.782, caput, do Código Civil (emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração), na forma do art. 84, §º da Lei nº 13.146/20". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 25 de outubro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0605139-38.2020.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente Ministério Público do Estado do Ceará e outro
Requerido Teresinha de Jesus Vieira Muniz
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Teresinha de Jesus Vieira Muniz, RG 2006002119404, brasileira, residente na rua Alameda Maria da Glória, nº 291, Quadra 05, no bairro Cidade 2000/ Papicu, Fortaleza, Ceará, o que é portadora de esquizofrenia paranóide (fls. 382) é acometida com demência em decorrência de doença de Alzheimer de início tardio (F001- CID 10) . O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). FRANCISCA PAULO SOUSA, RG 93021007136, residente na rua Alameda Maria da Glória, nº 322 – casa A, no bairro Cidade 2000 / Papicu, Fortaleza, Ceará, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 21 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, julgo procedente o pedido e concedo a curatela de Terezinha Rodrigues Linhares, pelos motivos apresentados no Laudo Médico de fl. 636/637, nos termos do art. 755, I, do CPC/2015 c/c art. 84, §º da Lei nº 13.146/2015 a Francisca Paulo Sousa, por ter restado induvidosamente demonstrado nos autos ser esta a pessoa indicada para assumir tal munus, na forma da lei civil, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Destaco, contudo, que a curatela deferida dá-se exclusivamente para os atos de natureza patrimonial e negocial, consoante imperativo legal constante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 29 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo nº: 0242028-17.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Ana Rita da Silva Pessoa
Curatelado Andressa da Silva Soares Paixão
Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Andressa da Silva Soares Paixão, que é portadora de incapacidade civil, conforme documentos nos autos. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). ANA RITA DA SILVA PESSOA, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Ante todo o exposto e o que mais dos autos consta, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pleito autoral, declarando resolvido o mérito do processo, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, para deferir a nomeação da curadoria de ANDRESSA DA SILVA SOARES PAIXÃO, incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, a ser exercida por sua tia materna, ANA RITA DA SILVA PESSOA, que ficará com o encargo de assisti-lo(a) nos atos que importem na administração de bens e valores, celebração de contratos, recebimento de benefícios previdenciários e assistenciais e outros que exijam maior capacidade intelectual, além dos atos previstos no artigo 1.782, caput, do Código Civil (emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração), na forma do art. 84, §º da Lei nº 13.146/20. Ressaltando-se, por sua vez, que não poderá o(a) curador(a) nomeado(a), sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome do(a) curatelado(a) e nem alienar bens a ele(a) pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade do curatelado, da mesma forma que todos os eventuais valores recebidos de titularidade do(a)

curatelado(a) deverão ser convertidos exclusivamente em favor deste(a)...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 30 de outubro de 2024.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo nº: 0240777-61.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Arleide Maria Oliveira Ribeiro
Curatelado Gabriel de Jesus Ribeiro do Nascimento
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Gabriel de Jesus Ribeiro do Nascimento, que é portador de incapacidade, conforme documentos nos autos. Foi nomeado(a) o(a) ARLEIDE MARIA OLIVEIRA RIBEIRO, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "... Ante todo o exposto e o que mais dos autos consta, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pleito autoral, declarando resolvido o mérito do processo, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, para deferir a nomeação da curadoria de GABRIEL DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO, incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, a ser exercida por sua mãe, ARLEIDE MARIA OLIVEIRA RIBEIRO, que ficará com o encargo de assisti-lo(a) nos atos que importem na administração de bens e valores, celebração de contratos, recebimento de benefícios previdenciários e assistenciais e outros que exijam maior capacidade intelectual, além dos atos previstos no artigo 1.782, caput, do Código Civil (emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração), na forma do art. 84, §º da Lei nº 13.146/20.Ressaltando-se, por sua vez, que não poderá o(a) curador(a) nomeado(a), sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome do(a) curatelado(a) e nem alienar bens a ele(a) pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade do curatelado, da mesma forma que todos os eventuais valores recebidos de titularidade do(a) curatelado(a) deverão ser convertidos exclusivamente em favor deste(a)...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 30 de outubro de 2024.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 3ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0232333-39.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Audilene Lima da Silva
Curatelado Ana Clara Lima da Silva
Promotor e Defensor público Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Ana Clara Lima da Silva, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 038.649.743-56, portadora do documento de identificação/SSP-CE n.º 20006010393862 SSPDS-CE, residente e domiciliada na Rua 02, Conjunto Panamericano, nº. 157, Bela Vista, Fortaleza/CE, CEP: 60.110-000, que é portador(a) de anoxia perinatal (CID 10 F70). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Audilene Lima da Silva, brasileira, solteira, autônoma, inscrita no CPF sob n.º 915.169.003-91, portadora do documento de identificação/SSP-CE n.º 97002205001 SSPDS-CE, residente e domiciliada na Rua 02, Conjunto Panamericano, nº. 157, Bela Vista, Fortaleza/CE, CEP: 60.110-000, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Ante o exposto, com fundamento nas disposições legais acima expostas, bem como o parecer Ministerial favorável, com fulcro no art. 487, inc. I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, bem como DEFIRO o pedido formulado, para submeter a Senhora A. C. L. S. ao regime de curatela, declarando-a limitada ao exercício pessoal dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, A. L. S., que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, aí incluída a gestão de eventual benefício assistência ou previdenciário. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso legal". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 15 de outubro de 2024. Eu, Calebe Souto Levy, Estagiário, 50687, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0245272-51.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela

Assunto: Nomeação
Interditante João Gabriel Andrade de Oliveira
Curatelado Alexandro Andrade de Oliveira
Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Alexandro Andrade de Oliveira, brasileiro, solteiro, aposentado, portador do inscrito no RG n° 97002024554 SSP CE, CPF n° 602.054.733-77, Rua Pará, n° 211, fundos, bairro Panamericano, Fortaleza, Ceará, CEP 60440-835, deficiência intelectual severa (CID 10 F72.1) e crises convulsivas (CID 10 R56). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). JOÃO GABRIEL ANDRADE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, autônomo, portador do inscrito no RG n° 99015029580 SSPCE, CPF n° 027.448.333-55, residente e domiciliado em Rua Pará, n° 211, fundos, bairro Panamericano, Fortaleza, Ceará, CEP 60440-835, tel. (85) 9 9131-3880, e-mail ou endereço de rede social: ga61653@gmail.Com, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 3 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: “Ante o exposto, com fundamento nas disposições legais acima expostas, bem como o parecer Ministerial favorável, com fulcro no art. 487, inc. I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, bem como DEFIRO o pedido formulado, para submeter o Senhor ALEXANDRO ANDRADE DE OLIVEIRA ao regime de curatela, declarando-o limitado ao exercício pessoal dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curador a parte requerente, JOÃO GABRIEL ANDRADE DE OLIVEIRA, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, aí incluída a gestão de eventual benefício assistência ou previdenciário. O curador nomeado deverá prestar o devido compromisso legal”.

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 16 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0225345-02.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Pedido de Liminar
Interditante Marta Morais de Oliveira e outros
Curatelado Hulda Morais de Oliveira
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Hulda Morais de Oliveira, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 96002337490-SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 625.910.533-91, residente e domiciliada na Rua Crisanto Arruda, 735, Passaré, Fortaleza/CE, CEP: 60.861-760, que é portadora de Síndrome demencial avançada, classificada no CID sob a numeração F02. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Marta Morais de Oliveira, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 241.544.663-72, residente e domiciliada na Rua Crisanto Arruda, 735, Passaré, Fortaleza/CE, CEP: 60.861-760, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: “(...)Ante o exposto, com fundamento nas disposições legais acima expostas, bem como o parecer Ministerial favorável, com fulcro no art. 487, inc. I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, bem como DEFIRO o pedido formulado, para submeter a Senhora H. M. O. ao regime de curatela, declarando-a limitada ao exercício pessoal dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, M. M. O., que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, aí incluída a gestão de eventual benefício assistência ou previdenciário. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso Legal”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0233029-75.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Lidiane Lima da Silva
Curatelado Ivonete Lima da Silva
Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Ivonete Lima da Silva, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 2006009186565 SSPDS-CE, inscrita no

CPF/MF sob nº 629.667.293-41, residente e domiciliada no mesmo endereço da requerente, que é portadora de Transtorno Esquizoafetivo (CID 10 – F25.2), Esquizofrenia não especificada (CID 10 - F20.9), Insuficiência cardíaca congestiva (CID 10 – I50.0), Hipertensão essencial (primária) (CID 10 – I10) e Asma (doença inflamatória crônica das vias aéreas) (CID 10 – J45). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Lidiane Lima da Silva, brasileira, ajudante de cozinha, portadora do RG nº 2008009269190 SSP-CE, inscrita no CPF nº 053.285.133-12, residente e domiciliada a Rua Zuleica Pontes, nº 1519, Planalto Ayrton Senna, CEP: 60.762-502, Fortaleza-CE, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Ante o exposto, com fundamento nas disposições legais acima expostas, bem como o parecer Ministerial favorável, com fulcro no art. 487, inc. I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, bem como DEFIRO o pedido formulado, para submeter a Senhora I. L. S. ao regime de curatela, declarando-a limitada ao exercício pessoal dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, L. L. S., que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, aí incluída a gestão de eventual benefício assistência ou previdenciário. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso legal". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0229787-11.2024.8.06.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Nomeação
Requerente Marcos Antonio Matos da Costa
Requerido Maria do Socorro Matos da Costa
Promotor e Defensor público Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria do Socorro Matos da Costa, brasileira, solteira, pensionista, inscrita no CPF/MF sob nº 121.194.073-04, portador da cédula de identidade RG nº 96006001321, residente e domiciliada a Rua Afonso Viseu, nº 6,apartamento 01, bairro Centro, CEP 60.060-160, Fortaleza/CE, que é portador de retardo mental, classificada no CID10 sob a numeração F71. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. Marcos Antônio Matos da Costa, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.889.003-34, cédula de identidade RG sob nº 94002448180 SSPCE, telefone 85 98806-9870, residente e domiciliado a Rua Maria Tomásia, nº 380, apartamento 1302, bairro Aldeota, CEP 60.150-170, Fortaleza/CE, CURADOR DEFINITIVO da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024 , cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Ante o exposto, com fundamento nas disposições legais acima expostas, bem como o parecer Ministerial favorável, com fulcro no art. 487, inc. I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial, bem como DEFIRO o pedido formulado, para submeter a Senhora M. S. M. C. ao regime de curatela, declarando-a limitada ao exercício pessoal dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curador a parte requerente, M. A. M. C., que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, aí incluída a gestão de eventual benefício assistência ou previdenciário. O curador nomeado deverá prestar o devido compromisso legal". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 5ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0284230-43.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Cristiane Magalhães Leite
Curatelado Maria da Gloria Magalhaes Leite
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria da Gloria Magalhaes Leite, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG nº 2016073612-3 SSPDS/CE, inscrita no CPF nº 165.532.763-15, residente e domiciliada na Rua 402, 61, Jangurussu, CEP: 60866-440, Fortaleza/CE, que é portadora de síndrome demencial (CID-10:F02). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). CRISTIANE MAGALHÃES LEITE, brasileira, solteira, enfermeira, portadora do RG nº 20151212613 SSPDS/CE, inscrita no CPF nº 391.414.383-53, telefone: (85) 9 8625-5550, residente e domiciliada na Rua 402, 61, Jangurussu, CEP: 60866-440, Fortaleza/CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 16 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, defiro o pedido formulado,

para submeter MARIA DA GLORIA MAGALHÃES LEITE ao regime de curatela, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente e filha, CRISTIANE MAGALHÃES LEITE, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo para prestar o devido Compromisso ".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 17 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0274558-11.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante José Maria Araújo do Nascimento
Curatelado Antônia Elizete de Souza Nascimento
Defensor público e Promotor Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Antônia Elizete de Souza Nascimento, brasileira, solteira, aposentado, RG Nº 966026000240- SSPDS/CE, CPF Nº 619.785.043-57, residente e domiciliada na Av. Presidente Arthur Bernardes, nº 85, Bairro Edson Queiroz, com CEP: 60812-035, Fortaleza – CE, que é portador(a) de retardo mental (CID: F791). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). José Maria Araújo do Nascimento, brasileiro, casado, aposentado, RG Nº 97026000175 SSPDS/CE, CPF Nº 117.281.673-53, residente e domiciliado na Av. Presidente Arthur Bernardes, nº 85, Bairro Edson Queiroz, com CEP: 60812-035, Fortaleza – CE, telefone para contato número (85) 9.94132429, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, o pedido autoral, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para, em consequência, DECRETAR A INTERDIÇÃO de ANTÔNIA ELIZETE DE SOUZA NASCIMENTO, declarando-a absolutamente incapaz, limitando-se aos atos patrimoniais e contratuais, não interferindo nos demais atos da vida civil, de acordo com o art. 1.771 do Código Civil, nomeando para atuar como seu CURADOR a parte requerente JOSÉ MARIA ARAÚJO DO NASCIMENTO, para representá-la em seus interesses, devendo a mesma ser intimada para assinar termo de compromisso no prazo de 05 (cinco) dias". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, Calebe Souto Levy, Estagiário, 50687, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 7ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0282532-70.2021.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Joseli da Silva Medeiros
Curatelado Wellington da Silva Medeiros
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Wellington da Silva Medeiros, brasileiro, solteiro, relativamente incapaz, CPF sob o nº 610.663.653-26, RG sob o nº2018275694-1 SSPDS-CE, residente e domiciliado na Rua Esperantina, 254, Castelo Encantado, CEP: 60.180-680, Fortaleza-CE, que é portador de retardo mental secundário à meningite bacteriana neonatal e microcefalia (CID-10: G00.9 + L02 +F72.1). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). JOSELI DA SILVA MEDEIROS, brasileira, separada, desempregada, portadora de RG de nº 93002368617 e portadora de CPF de nº 006.330.063-00, residente e domiciliada na Rua Esperantina, 254, Castelo Encantado, CEP: 60.180-680, Fortaleza-CE, v CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o Sr. WELLINGTON DA SILVA MEDEIROS ao regime de curatela, declarando-o incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, Sra. JOSELI DA SILVA MEDEIROS que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso devendo ser intimada por seu patrono (Via DJe)".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 7ª Vara de Família (SEJUD 1º Gra

EDITAIS DA 9ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0227927-72.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Elenice Costa Silva
Curatelado Laerte Guimarães Silva
Promotor e Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Laerte Guimarães Silva, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG sob o nº 2021031877-0 SSP/CE, CPF sob o nº 903.051.408-68, endereço eletrônico desconhecido, residente e domiciliado na Rua Mirtes Cordeiro, 1217, Bom Jardim, Fortaleza, Ceará, CEP 60543-466, que é portador de demência, classificada com o CID-F03. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Elenice Costa Silva, brasileira, casada, aposentada, portadora do RG sob o nº 99010055770-SSPDS/CE, CPF sob o nº 256.528.003-30, telefone: (85)99983-8294, residente e domiciliada na Rua Mirtes Cordeiro, 1217, Bom Jardim, Fortaleza, Ceará, CEP 60543-466, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: “Diante do exposto, julgo procedente o pedido e, em consequência, NOMEIO Elenice Costa Silva como CURADORA de Laerte Guimarães Silva, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada sua deficiência de natureza mental, o que a impede de exprimir sua vontade e praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial”.

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0258067-89.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente João Victor Cordeiro de Souza Lousada e outros
Requerido Julima Cordeiro de Souza
Promotor e Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Julima Cordeiro de Souza, brasileira, aposentada, inscrita no CPF sob nº 037.577.063-15, portadora da cédula de identidade n° 2017261357-9 SSPDS/CE, residente e domiciliada na Rua Travessa Hilnete, nº 99, Bairro Dionisio Torres, Fortaleza/CE, CEP 60135-210, que é portadora do CID- 10 (Classificação Internacional de Doenças), numero G30 (Doença de Alzheimer) e F00 (Demência na Doença de Alzheimer). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. João Victor Cordeiro de Souza Lousada, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 053.315.123-64, portador da cédula de identidade de n° 20075177530 SSP/CE, residente e domiciliado na Av. Presidente Artur Bernardes, 2752, Bairro Sapiranga, Fortaleza/CE, CEP: 60833-20, CURADOR DEFINITIVO da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte:“(...) Diante do exposto, julgo procedente o pedido e, em consequência, NOMEIO João Victor Cordeiro de Souza Lousada como CURADOR de Julima Cordeiro de Souza, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada suas deficiências de natureza mental, bem como ressalvando sua idade avançada, o que a impede de exprimir sua vontade e praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0244318-05.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Jucileide Ferreira Antunes e outros
Curatelando Geraldo Jeronimo dos Santos
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a

curatela de Geraldo Jeronimo dos Santos, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF/MF nº 490.994.423-00, Identidade nº 2015170537-7 SSPDS-CE, residente e domiciliado na Rua Ernesto Igel, 543, Cais do Porto, Fortaleza/CE, CEP 60180-425, que é portador de Demência de Alzheimer (CID 10 G309) e de Diabético (CID 10:E111). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Jucileide Ferreira Antunes, brasileira, divorciada, serviços gerais, inscrita no CPF/MF sob o nº 813.522.713-20, com identidade sob o nº 92003027033 SSPDS/CE, residente e domiciliada na Rua Maria Dolores dos Santos, casa 62, Paupina, Fortaleza, Ceará - CEP 60.000-001, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Diante do exposto, julgo procedente o pedido e, em consequência, NOMEIO Jucileide Ferreira Antunes como CURADORA de Geraldo Jeronimo dos Santos, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada sua deficiência de natureza mental, bem como ressalvando sua idade avançada, o que o impede de exprimir sua vontade e praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0800290-97.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Curador e Requerente Maria Zélia Barbosa e outro
Curatelando Maria Dalva Lima de Sousa
Defensor público e Promotor Defensoria Pública do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Dalva Lima de Sousa, brasileira, solteira, aposentada, nascida em 28/04/1933, CPF 001.979.393-67, RG 2016267444-3 SSPDS/CE, residente na Rua Floriano Peixoto, nº 1747, bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE, que é portadora de quadro demencial severo (Alzheimer), estando permanentemente acamada, CID 10 G30. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Maria Zélia Barbosa, brasileira, aposentada, nascida em 22/12/1939, CPF 102.715.383-68, RG 2017257544-8 SSPDS/CE, residente na Rua Floriano Peixoto, nº 1747, bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 25 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Diante do exposto, julgo procedente o pedido e, em consequência, NOMEIO Maria Zelia Barbosa como CURADORA de Maria Dalva Lima de Sousa, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada sua deficiência de natureza mental, o que o impede de exprimir sua vontade e praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0250308-74.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Ana Lourdes Lopes Pequeno
Curatelando Cristina Maria Leonco
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Cristina Maria Leonco, brasileira, viúva, aposentada, portadora da RG. Nº 2001002257016 SSPDS-CE e CPF Nº 102.722.083-53, residente na rua Amélia Benebien, nº 575, apto 203, bairro Papicu, CEP 60.176.010, que é portador de ALZHEIMER - CID 10: G 30. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Ana Lourdes Lopes Pequeno, brasileira, divorciada, corretora de imóveis, portadora da RG Nº 72709084 SSP-CE e CPF Nº 087.938.228-71, residente nesta capital na rua Engenheiro Santana Junior, nº 332 apto nº 1.302, bl. B, bairro Vicente Pinzon, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Diante do exposto, julgo procedente o pedido e, em consequência, NOMEIO Ana Lourdes Lopes Pequeno como CURADORA de Cristina Maria Leoncio, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada sua deficiência de natureza mental, bem como ressalvando sua idade avançada, o que a impede de exprimir sua vontade e praticar atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, BIANCA ELLEN ARAÚJO ALBUQUERQUE, Estagiário, 51579, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0260019-06.2024.8.06.0001

Classe Assunto: Guarda de Família - Guarda
Requerente: Geizielle Ribeiro da Silva
Requerido: Luana Késia Soares de Mesquita

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Geizielle Ribeiro da Silva, foi proposta uma ação de Guarda, contra Luana Késia Soares de Mesquita, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o(a) Sr(a). Luana Késia Soares de Mesquita, CPF n.º 622.148.323-94, título eleitoral n.º 0086471510710, filha de Verônica Soares de Mesquita, nascida em 19/05/1995, por força do despacho a seguir transcrito: "Ante o exposto, imprimo ao feito o rito ordinário e determino, tão somente, a CITAÇÃO da ré, por EDITAL, com prazo de 20 (vinte) dias, para querendo apresentar resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, com a consequente presunção de veracidade das alegações de fato formuladas inicialmente, devendo conter no referido expediente todos os dados possíveis da requerida, tais como nome completo, CPF, RG, Titulo Eleitoral, data de nascimento, filiação etc... Fortaleza/CE, 24 de outubro de 2024. Ademar da Silva Lima - Juiz ", com a advertência de que, não havendo contestação no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, Alexandra Bernardo Lima, Auxiliar Judiciário, 12033, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 10ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0286629-45.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Natalia Silva da Cruz
Curatelado Maria Liduina Silva da Cruz
Defensor público e Promotor Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Liduina Silva da Cruz, brasileira, casada, beneficiária do BPC, RG n.° 2023125847-4 SSPDS-CE, CPF n.° 849.735.953-49, residente e domiciliada no endereço à Rua Vila Nova, 331 - Curió - Fortaleza - Ceará – CEP 60844-222, portadora de sequelas de AVC (CID 10 G40.0 + F06.8). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). NATALIA SILVA DA CRUZ, brasileira, solteira, desempregada, portador(a) da identidade nº 2007012018110 SSPDS-CE, inscrito(a) no CPF nº 065.256.293-06, residente e domiciliado à Rua Vila Nova, 331 - Curió - Fortaleza - Ceará – CEP 60844-222, telefone (85)9.8928-1948 / (85)9.8113-7279, e-mail nattaliasillva89@gmail.Com, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante do exposto, julgo, por sentença, PROCEDENTE o pedido, reconhecendo previamente a incapacidade relativa de MARIA LIDUINA SILVA DA CRUZ, na forma do Art. 4º, III, do Código Civil, por entender pela imprescindibilidade da adoção de MEDIDA PROTETIVA EXTRAORDINÁRIA atinente à Curatela, razão porque, na salvaguarda dos interesses exclusivos da incapaz, nomeio CURADORA a parte promovente NATALIA SILVA DA CRUZ, haja vista ter restado demonstrado nos autos ser a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da Lei Civil, reunindo, a mesma, condições para o exercício da curatela afetando a curatela "tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, do estatuto do deficiente)", extinguindo o presente feito com resolução do mérito (art. 487, I do CPC), devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis da curatelada, sem prévia autorização judicial, prestando contas de todo e qualquer valor recebido de titularidade da mesma ".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 16 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0257534-67.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Tutela de Urgência
Interditante Rosemberg Ferreira Pontes
Curatelado Antonia Ferreira Ponte
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Antonia Ferreira Ponte, brasileira, casada, portadora do RG nº 610.356 – SPSP/CE, inscrita no CPF nº 437.249.143-34, residente e domiciliada à Rua Balduino Freire, nº 559, Altos, Bairro Padre Andrade, Fortaleza/CE, que é portador(a) de m doença de Alzheimer com quadro avançado. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Rosemberg Ferreira Pontes, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 92002334293 SSPDS/CE, inscrito no CPF nº 839.269.683-20, residente e

domiciliado à Rua Sigefredo Pinheiro, nº 545, Apto. Nº 102, Bairro de Fátima, CEP: 60.415-160, Fortaleza/CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 15 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Diante do exposto, julgo, por sentença, PROCEDENTE o pedido, reconhecendo previamente a incapacidade relativa de Antonia Ferreira Ponte na forma do Art. 4º, III, do Código Civil, por entender pela imprescindibilidade da adoção de MEDIDA PROTETIVA EXTRAORDINÁRIA atinente à Curatela, razão porque, na salvaguarda dos interesses exclusivos do incapaz, nomeio CURADOR a parte promovente Rosemberg Ferreira Pontes, haja vista ter restado demonstrado nos autos ser a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da Lei Civil, reunindo, a mesma, condições para o exercício da curatela afetando a curatela "tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, do estatuto do deficiente)", extinguindo o presente feito com resolução do mérito (art. 487, I do CPC), devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis da curatelada, sem prévia autorização judicial, prestando contas de todo e qualquer valor recebido de titularidade do mesmo". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 17 de outubro de 2024. Eu, Calebe Souto Levy, Estagiário, 50687, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0270011-25.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Isabel do Nascimento Mota
Curatelado Maria de Lourdes do Nascimento Fonseca
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria de Lourdes do Nascimento Fonseca, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF nº 012.225.263- 28, residente e domiciliada Rua da Massaranduba, nº 59, casa A, bairro Jardim das Oliveiras, Fortaleza/CE, CEP: 60820-410, que é portadora de demência senil – (CID R54). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Isabel do Nascimento Mota, brasileira, casada, do lar, portador da identidade nº 97021013112 SSPDS, inscrito no CPF nº 002.035.023-61, residente e domiciliado à Rua da Massaranduba, nº 59, casa A, bairro Jardim das Oliveiras, Fortaleza/CE, CEP: 60820-410, fone: (85) 986639366, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante do exposto, julgo, por sentença, PROCEDENTE o pedido, reconhecendo previamente a incapacidade relativa de MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO FONSÊCA, na forma do Art. 4º, III, do Código Civil, por entender pela imprescindibilidade da adoção de MEDIDA PROTETIVA EXTRAORDINÁRIA atinente à Curatela, razão porque, na salvaguarda dos interesses exclusivos da incapaz, nomeio CURADORA a parte promovente ISABEL DO NASCIMENTO MOTA, haja vista ter restado demonstrado nos autos ser a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da Lei Civil, reunindo, a mesma, condições para o exercício da curatela afetando a curatela "tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, do estatuto do deficiente)", extinguindo o presente feito com resolução do mérito (art. 487, I do CPC), devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis do curatelado, sem prévia autorização judicial, prestando contas de todo e qualquer valor recebido de titularidade do mesmo ".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0207326-45.2024.8.06.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Interdição
Requerente Aparecida Dias da Silva
Requerido Maria Dias da Silva
Promotor e Defensor público Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Dias da Silva, brasileira, aposentada por idade, portadora da carteira de identidade nº 2004029150357 SSP/CE e do CPF nº 004.585.673-70, residente e domiciliada na Rua Brás Cubas, 260 – Casa A – Planalto Ayrton Senna, Fortaleza, Ceará, CEP 60.766-105, o que é portadora de Hipertensão - CID10: I10; Sequela de Coxoartrose – CID 10: M169; Alzheimer avançado – CID 10: G309. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Aparecida Dias da Silva, brasileira, portadora da RG nº 2004029150365 SSP/CE e do CPF nº 029.224.003-10, residente e domiciliada na Rua Brás Cubas, 260 – Casa A – Planalto Ayrton Senna, Fortaleza, Ceará, CEP 60.766-105, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante do exposto, julgo, por sentença, PROCEDENTE o pedido, reconhecendo previamente a incapacidade relativa de MARIA DIAS DA SILVA, na forma do Art. 4º, III, do Código Civil, por entender pela imprescindibilidade da adoção de MEDIDA PROTETIVA EXTRAORDINÁRIA atinente à Curatela, razão porque, na salvaguarda dos interesses exclusivos da incapaz, nomeio CURADORA a parte promovente APARECIDA DIAS DA SILVA,

haja vista ter restado demonstrado nos autos ser a pessoa indicada para assumir tal múnus, na forma da Lei Civil, reunindo, a mesma, condições para o exercício da curatela afetando a curatela "tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85, do estatuto do deficiente)", extinguindo o presente feito com resolução do mérito (art. 487, I do CPC), devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis do curatelado, sem prévia autorização judicial, prestando contas de todo e qualquer valor recebido de titularidade do mesmo ".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 10ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 11ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0286188-64.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Interdição Temporária de Direitos
Requerente Aurilene de Almeida Barbosa
Curatelado Irene Oliveira de Almeida
Terceiro e Promotor Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Irene Oliveira de Almeida, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG n° 07009237044, inscrita no CPF sob o n° 155.593.273-87, sem endereço eletrônico, residente e domiciliada na Avenida Professor Gomes de Matos, n° 432, Bom Futuro, Fortaleza/CE , CEP:60.416-392, que é portadora de Demência mista (C.I.D. 10 = F01.3). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). AURILENE DE ALMEIDA BARBOSA, brasileira, casada, autônoma, portadora do RG nº 92025017901, inscrita no CPF sob o n° 419.991.773-04, com endereço eletrônico ievlen.barbosa@gmail.com, residente e domiciliada na Rua Samuel Uchôa, n° 171, Bom Futuro, CEP: 60.416-205, Fortaleza/CE, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 16 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "EX POSITIS, julgo, por sentença, procedente o pedido, reconhecendo a legitimidade da promovente, nos moldes do art. 747, inciso II, do CPC, para decretar a CURATELA de IRENE OLIVEIRA DE ALMEIDA, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada a sua incapacidade relativa de exercer todos os atos jurídicos, por encontrar-se impossibilitada de praticá-los e de exprimir sua vontade, vez que se encontra com demência mista, tudo conforme as provas dos autos, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 29 de outubro de 2024. Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo nº: 0244953-83.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Zeneida Maria Barros Coelho
Curatelado Zeneida Barros Coelho
Promotor e Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Zeneida Barros Coelho, que é portadora de demência não especificada (CID10: F03) e imobilidade (CID10: M62.3). Foi nomeado(a) ZENEIDA MARIA BARROS COELHO, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...EX POSITIS, julgo, por sentença, procedente o pedido, reconhecendo a legitimidade da promovente, nos moldes do art. 747, inciso II, do CPC, para decretar a CURATELA de ZENEIDA BARROS COELHO, confirmando a decisão antecipatória de tutela, eis que provada a sua incapacidade relativa de exercer todos os atos jurídicos, por encontrar-se impossibilitada de praticá-los e de exprimir sua vontade, vez que se encontra com Demência não especificada e Imobilidade, tudo conforme as provas dos autos, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Atenta às normas do art. 1.772, do Código Civil e ao disposto no art. 755 do CPC, e na salvaguarda dos interesses exclusivos da relativamente incapaz, nomeio curadora a pessoa da parte promovente, ZENEIDA MARIA BARROS COELHO, conferindo-lhe poderes para representar os interesses da curatelada em todos os atos jurídicos e em atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial, negocial e existencial, inclusive perante INSS ou instituição financeira e promover a aplicação de valores, realizando despesas exclusivamente em benefício da curatelada, exercendo o múnus público pessoalmente e devendo prestar compromisso, no prazo legal, sendo vedada a contratação de empréstimos ou alienação de bens móveis ou imóveis da curatelada, sem prévia autorização judicial, devendo, ainda, depositar em conta poupança oficial os saldos da sua renda que ultrapassem os gastos necessários à manutenção dela, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade da curatelada...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 30 de outubro de 2024.

Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 12ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0238714-63.2024.8.06.0001
Classe Assunto: Divórcio Litigioso - Dissolução
Requerente: Francisca de Assis Alves Ferreira do Nascimento
Requerido: Jose Almir Damasio do Nascimento

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Francisca de Assis Alves Ferreira do Nascimento, foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso, contra Jose Almir Damasio do Nascimento, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o Sr. Jose Almir Damasio do Nascimento, brasileiro, casado, profissão desconhecida, filho de Maria Jose Bento do Nascimento e Francisco Dosa Damasio, CPF 945.611.413-91, por força do despacho a seguir transcrito: "Atenta à certidão de fl. 31, expeça-se edital de citação, com prazo de 20 (vinte) dias, advertindo o promovido que o prazo legal para, querendo, apresentar resposta será de 15 (quinze) dias úteis, o qual será contado no término de prazo do edital, sob pena de revelia, presumindo-se verdadeiros alegados na inicial, devendo no edital constar todos os dados possíveis da parte requerida, tais como: nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, etc. ", com a advertência de que, não havendo contestação no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Juiz(a) de Direito da 12ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 13ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0242664-80.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Antonia Tania Trajano da Silva
Curatelado Suyanne Paula Trajano Bezerra
Terceiro e Promotor Curadoria Especial de Ausentes da Defensoria Pública e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Suyanne Paula Trajano Bezerra, brasileira, maior incapaz, solteira, desempregada, inscrita no CPF sob o nº 028.048.993-57, residente e domiciliada na Rua Doutor José Lino, nº 171, Apartamento 2204, Torre Dali, bairro Varjota, Fortaleza – CE, CEP: 60165-270, que é portador de transtorno de Transtorno Esquizoafetivo (CID 10 F25) e Transtorno Obsessivo Compulsivo (CID 10 F42). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). ANTONIA TÂNIA TRAJANO DA SILVA, brasileira, divorciada, Servidora Pública Estadual, inscrita no CPF sob o n° 192.590.853-49, residente e domiciliada na Rua Doutor José Lino, nº 171, Apartamento 2204, Torre Dali, bairro Varjota, Fortaleza – CE, CEP: 60165-270, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 15 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, destacando-se que o pedido de Curatela se ajusta dentre os Procedimentos de Jurisdição Voluntária, em que o Magistrado não está obrigado a observar critério da legalidade estrita (CPC, Art.723 c/c seu parágrafo único e Acórdão in Boletim AASP nº 1988, de 29/01 a 4/2/1997, pg. 37, Rel. Des. Júlio Vidal), com respaldo na legislação pertinente, julgo PROCEDENTE a presente ação, para DECLARAR a curatela da acionada, Suyanne Paula Trajano Bezerra, bastante qualificada nos autos, na forma do art. 4º, inciso III do C.C.B., c/c Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, pelo que nomeio CURADORA Antonia Tânia Trajano da Silva, que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens imóveis, móveis ou de outra natureza, pertencentes a curatelada, nem contratar empréstimos em nome da mesma sem autorização judicial, sendo que os valores, eventualmente recebidos de entidade previdenciária, devem ser aplicados na saúde, alimentação e bem-estar da curatelada, devendo ainda prestar contas anualmente dos seus encargos ".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 17 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0243518-74.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Margarida de Sousa Ribeiro
Curatelado Gizeli Ribeiro dos Santos
Promotor e Terceiro Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Gizeli Ribeiro dos Santos, brasileira, solteira, sem atividade laboral, CPF 048.377.673-46, RG 2008010177392 SSPDS-CE, Rua Santa Rita, 59, Vicente Pinzón, Fortaleza-CE, CEP: 60.183-440, TEL: (85) 98165-7309, e-mail: margaridadesousaribeiro@gmail.Com, que é portadora de retardo mental leve e surdez bilateral de grau profundo (CID 10 F.70 H90.3). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARGARIDA DE SOUSA RIBEIRO, brasileira, casada, doméstica, CPF 826.589.433-34, RG 97002067393 SSPDS-CE, residente e domiciliada à Rua Santa Rita, 59, Vicente Pinzón, Fortaleza-CE, CEP: 60.183-440, TEL: (85) 98165- 7309, e-mail: margaridadesousaribeiro@gmail.Com, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 15 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, destacando-se que o pedido de Curatela se ajusta dentre os Procedimentos de Jurisdição Voluntária, em que o Magistrado não está obrigado a observar critério da legalidade estrita (CPC, Art.723 c/c seu parágrafo único e Acórdão in Boletim AASP nº 1988, de 29/01 a 4/2/1997, pg. 37, Rel. Des. Júlio Vidal), com respaldo na legislação pertinente, julgo PROCEDENTE a presente ação, para DECLARAR a curatela da acionada, Gizeli Ribeiro dos Santos, bastante qualificada nos autos, na forma do art. 4º, inciso III do C.C.B., c/c Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, pelo que nomeio CURADORA Margarida de Sousa Ribeiro, que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens imóveis, móveis ou de outra natureza, pertencentes a curatelada, nem contratar empréstimos em nome da mesma sem autorização judicial, sendo que os valores, eventualmente recebidos de entidade previdenciária, devem ser aplicados na saúde, alimentação e bem-estar da curatelada, devendo ainda prestar contas anualmente dos seus encargos ".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 17 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 13ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 16ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	0258512-44.2023.8.06.0001
Classe:	Interdição/Curatela
Assunto:	Nomeação
Interditante	Francicleide Soares de Souza
Curatelado	Rodrigo da Silva Porto
Promotor	Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Rodrigo da Silva Porto, brasileiro, solteiro, portador da identidade nº 2003010476160 SSPDS/CE, inscrito no CPF nº 600.455.093-01, sem endereço eletrônico, residente e domiciliado na Residência Inclusiva 5 da Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves, localizada na Rua Copaíba, n° 39 - Tancredo Neves- Fortaleza - CE CEP: 60820-360, que é portador de Retardo Mental Profundo e Transtorno do Espectro Autista (CID 10 F73.1 e F84.0). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). FRANCICLEIDE SOARES DE SOUZA, brasileira, solteira, pedagoga, portador(a) do RG nº 20070095374 SSPDS, inscrito(a) no CPF sob o nº 230.184.533-87, residente e domiciliado(a) na Rua Senador Robert Kennedy, 838 - Barra do Ceará - Fortaleza - Ceará - 60332- 170, fone: (85) 99277-7780, (85) 99687-7027, (85) 98221-9823, residencia.inclusiva5@sps.ce.gov.Br, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 15 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter o Senhor RODRIGO SILVA PORTO ao regime de curatela, declarando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, FRANCICLEIDE SOARES DE SOUZA que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo para prestar o devido compromisso".

O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 17 de outubro de 2024.

Eu, Carolina Torres de Melo, Técnico Judiciário, 41468, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo nº:	0201358-34.2024.8.06.0001
Classe:	Interdição/Curatela
Assunto:	Nomeação
Interditante	Maria Lucicleide Mendes dos Santos Silva
Curatelado	Kelvia Mendes da Silva
Promotor	Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Kelvia Mendes da Silva, que é portadora de CID 10 – F70.1. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA LUCICLEIDE MENDES DA SILVA, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 22.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Ante o exposto, defiro o pedido formulado, para submeter a Senhora KELVIA MENDES DA SILVA ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente e mãe, MARIA LUCICLEIDE MENDES DA SILVA que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. A curadora nomeada deverá comparecer em juízo para prestar o devido compromisso. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do Curatelado; e com o intuito de preservá-la de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 29 de outubro de 2024.

Juiz(a) de Direito da 16ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 17ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo n.º: 0278916-19.2023.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Pedido de Liminar
Requerentes: Iago Amaral Reis e Sthefanny Amaral Reis
Curatelada: Derlange Amaral Azevedo Reis

A Dra. Leopoldina de Andrade Fernandes, M.M. Juíza de Direito, respondendo pela 17.a Vara de Família desta comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Derlange Amaral Azevedo Reis, brasileira, separada, pensionista do INSS, portadora do CPF/MF n.º 316.318.513-49 e do RG n.º 2017145537-6 SSP/CE, residente e domiciliada na Rua Gontran Giffoni, n.º 100, apto 2105, bairro: Luciano Cavalcante, CEP: 60.810-220, Fortaleza-CE, que é portador de histórico psiquiátrico compatível com CID-10 F34.1 e atualmente com quadro sobreposto de (CID-10 F33.2), além de quadro do eixo 1 caracterizado por (CID-10 F71.1, G31 e I45.5). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foram nomeados o Sr. Iago Amaral Reis, brasileiro, solteiro, estudante, portador do CPF/MF n.º 067.365.493-10 e do RG n.º 2005009019784 SSPDS/CE, residente e domiciliado na Rua Gontran Giffoni, n.º 100, apto n.º 2105, bairro: Luciano Cavalcante, CEP: 60810-220, Fortaleza-CE, e a Sra. Sthefanny Amaral Reis, brasileira, solteira, dentista, portadora do CPF/MF n.º 034.797.773-17 e do RG n.º 2005009019733 SSPDS/CE, residente e domiciliada na Rua Gontran Giffoni, n.º 100, apto 2105, bairro: Luciano Cavalcante, CEP: 60810-220, Fortaleza-CE, CURADORES DEFINITIVOS da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) Diante do exposto, autorizada pela legislação pertinente em vigor e pacífica jurisprudência pátria, respeitando, ademais, o quanto posto neste caderno processual, notadamente o parecer do representante do Ministério Público, hei por bem julgar procedente o pedido autoral, resolvendo o mérito da demanda, com fundamento no art. 487, I do CPC, para reconhecer a incapacidade da curatelanda e decretar a curatela da Sra. Derlange Amaral Azevedo Reis, conforme previsto no art. 4.º, III do Código Civil Brasileiro, nomeando, como curadores, de forma compartilhada, o Sr. Iago Amaral Reis e/ou a Sra. Sthefanny Amaral Reis os quais deverão ser devidamente compromissados". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3.º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 16 de outubro de 2024. Eu, Calebe Souto Levy, Estagiário, 50687, o digitei.

Leopoldina de Andrade Fernandes
Juíza de Direito

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo n.º: 0243433-88.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Interdição
Requerente: Sandra Maria dos Santos Teixeira
Curatelado: Cesar Carlos Teixeira

Vilma Freire Belmino Teixeira, M.M. Juíza de Direito, titular da 17.a Vara de Família desta comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Cesar Carlos Teixeira, que é portadora de incapacidade, conforme documentos nos autos. Foi nomeada Sandra Maria dos Santos Teixeira, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e

limites da sentença. O referido processo foi julgado em 17.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Diante do exposto, autorizada pela legislação pertinente em vigor e pacífica jurisprudência pátria, respeitando, ademais, o quanto posto neste caderno processual, notadamente o parecer do representante do Ministério Público, hei por bem julgar procedente o pedido autoral, resolvendo o mérito da demanda, com fundamento no art. 487, I do CPC, para reconhecer a incapacidade do curatelando e decretar a curatela de Cesar Carlos Teixeira, conforme previsto no art. 4.º, III do Código Civil Brasileiro, nomeando, como curadora, a Sra. Sandra Maria dos Santos Teixeira a qual deverá ser devidamente compromissada...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3.º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 31 de outubro de 2024.

Eduardo Braga Rocha
Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo n.º: 0232188-80.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Silvia Regina Portela de Lima
Curatelado: Francisco Gabriel Portela de Lima

Vilma Freire Belmino Teixeira, M.M. Juíza de Direito, titular da 17.a Vara de Família desta comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Francisco Gabriel Portela de Lima, que é portador de incapacidade. Foi nomeada a Silvia Regina Portela de Lima, CURADORA DEFINITIVO do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 30/10/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Diante do exposto, autorizada pela legislação pertinente em vigor e pacífica jurisprudência pátria, respeitando, ademais, o quanto posto neste caderno processual, notadamente o parecer do representante do Ministério Público, hei por bem julgar procedente o pedido autoral, resolvendo o mérito da demanda, com fundamento no art. 487, I do CPC, para reconhecer a incapacidade do curatelando e decretar a curatela de Francisco Gabriel Portela de Lima, conforme previsto no art. 4.º, III do Código Civil Brasileiro, nomeando, como curadora, a Sra. Silvia Regina Portela de Lima a qual deverá ser devidamente compromissada...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 07 de novembro de 2024.

Eduardo Braga Rocha
Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo n.º: 0290505-42.2022.8.06.0001
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Nomeação
Requerente: Valdilene Maria Ribeiro da Silva
Curatelada: Valderlânia Morais Azevedo

Vilma Freire Belmino Teixeira, M.M. Juíza de Direito, titular da 17.a Vara de Família desta comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Valderlânia Morais Azevedo, que é portadora de deficiência mental permanente (CID-10 – F 20.9). Foi nomeada a Sra. Célia Maria Lourenço Pereira, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 30.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Diante do exposto, autorizada pela legislação pertinente em vigor e pacífica jurisprudência pátria, respeitando, ademais, o quanto posto neste caderno processual, notadamente o parecer do representante do Ministério Público, hei por bem julgar procedente o pedido autoral, resolvendo o mérito da demanda, com fundamento no art. 487, I do CPC, para reconhecer a incapacidade da curatelanda e decretar a interdição de Valderlânia Moraes Azevedo, conforme previsto no art. 4.º, III do Código Civil Brasileiro, nomeando como sua curadora, a Sra. Célia Maria Lourenço Pereira, a qual deverá ser compromissada. Dispenso a curadora nomeada de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal, até porque não restou comprovada a existência de bens a serem administrados. Muito embora se depreenda da leitura do art. 84, §3.º da Lei n.º 13.146/2015, que a curatela deva ser fixada por prazo determinado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável à hipótese dos autos. Com efeito, deixo de fixar, no presente caso, termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo que a mesma poderá requerer a extinção da medida a qualquer tempo...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3.º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 07 de novembro de 2024.

Eduardo Braga Rocha
Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA

Processo n.º: 0218648-62.2024.8.06.0001

Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Vera Lúcia Monteiro Amora de Sousa
Curatelado: José Monteiro de Lima

Vilma Freire Belmino Teixeira, M.M. Juíza de Direito, titular da 17.a Vara de Família desta comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc...

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de José Monteiro de Lima, que é portador de incapacidade. Foi nomeada a Sra. Vera Lúcia Monteiro Amora de Sousa, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 30/10/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "...Diante do exposto, autorizada pela legislação pertinente em vigor e pacífica jurisprudência pátria, respeitando, ademais, o quanto posto neste caderno processual, notadamente o parecer do representante do Ministério Público, hei por bem julgar procedente o pedido autoral, resolvendo o mérito da demanda, com fundamento no art. 487, I do CPC, para reconhecer a incapacidade do curatelando e decretar a curatela de José Monteiro de Lima, conforme previsto no art. 4.º, III do Código Civil Brasileiro, nomeando, como curadora, a Sra. Vera Lúcia Monteiro Amora de Sousa a qual deverá ser devidamente compromissada...". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3.º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 07 de novembro de 2024.

Eduardo Braga Rocha
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo nº: 0227938-72.2022.8.06.0001
Classe Assunto: Procedimento Comum Cível - Fixação
Requerente Jacqueline Moraes da Costa
Requerido André Luiz Francisco de Souza

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO com prazo de 15 (QUINZE) DIAS virem ou dele conhecimento tiverem, que teve curso perante este Juízo, uma ação de Alimentos movida por JACQUELINE MORAES DA COSTA contra ANDRÉ LUIZ FRANCISCO DE SOUZA, onde foi prolatado o despacho a seguir transcrito: "Diante da falta de êxito na intimação da parte promovida, conforme aponta a certidão de fl. 76, determino que se intime a parte promovida, via publicação de edital, no Diário da Justiça local, para cumprir o que foi determinado na decisão de fls. 63/64, no prazo e sob a penalidade processual, ali estabelecidos." Por isso, foi expedido o presente, através do qual fica INTIMADA A PARTE PROMOVIDA, Sr. ANDRÉ LUIZ FRANCISCO DE SOUZA, brasileiro, casado, segurança, natural de Quilombo, Dores de Macabu/RJ, nascido em 05/07/1981, filho de Nilson Francisco e Mariana Ribeiro de Souza, para ciência da decisão de fls. 63/64, que assim dispõe: "(...) Diante do exposto, determino que seja realizada a intimação da parte requerida, pessoalmente, via mandado judicial, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos o pagamento das custas judiciais no valor de fixadas na sentença, R$ 1.118,57 (um mil e cento e dezoitos reais e cinquenta e sete), devendo ainda ser advertida de que não comprovando nos autos serão tomadas as providências legais cabíveis ao caso em espécie, inclusive a sua possível inscrição como devedor na Dívida Ativa do Estado do Ceará. Importante deixar claro que a parte requerida poderá comparecer ao balcão de atendimento ao público desta Vara, para receber os boletos para pagamento das custas judiciais, ou solicitar tais boletos via aplicativo Whatsapp, através do número 3492-8606, ou ainda através do e-mail institucional da Vara, no seguinte endereço eletrônico: "for.17familia@tjce.jus.br". A comprovação da quitação poderá ser efetivada tanto por defensor(a) público(a) ou advogado(a) constituído(a) nos autos, como pela própria parte enviando os comprovantes de pagamento via aplicativo Whatsapp, através do número 3492-8606, ou para o e-mail da Vara, no seguinte endereço eletronico: "for.17familia@tjce.jus.br". Deverão seguir com o expediente de intimação as cópias da sentença de fls. 49/52, desta decisão e da imagem tabela de custas judiciais em vigor, que será anexada após esta decisão. Considerando que a sentença determina sucumbência recíproca em relação aos honorários advocatícios, fixados no patamar de 15.% (quinze por cento) sobre o valor da causa, rateando isto igualmente entre as partes, tendo sido suspenso a exigibilidade com relação a parte autora, em virtude de ser beneficiária da gratuidade judiciária, logo, resta que o percentual acima referido deverá ser dividido entre partes, cabendo 7,5.% (sete e meio por cento) sobre o valor da causa, dai, R$ 13.200,00 x 15% = R$ 1.980,00 (um mil e novecentos e oitenta reais), logo, metade deste valor corresponde a R$ 990,00 (novecentos e noventa reais), que é a quantia devida pela parte requerida ao advogado a parte autora, a título de honorários advocatícios sucumbenciais. (...)" .Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024. Eu, Natasha do Nascimento Ferreira, Analista Judiciário, 4849, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0255965-94.2024.8.06.0001
Classe Assunto: Procedimento Comum Cível - Dissolução
Requerente: Josué Bezerra de Freitas Neto
Requerido: Maria Joselia Domingos de Lima

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Josué Bezerra de Freitas Neto, foi proposta uma ação de Ação de Divórcio Litigioso, contra Maria Joselia Domingos de Lima, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o(a) Sr(a). Maria Joselia Domingos de Lima, por força do despacho a seguir transcrito: "Cls. R. Hoje. Recebo a petição de fls. 42/43, da parte autora,

onde informa que o endereço apontado na fl. 36 é o mesmo onde o casal morava e onde atualmente reside o autor, e pugna pela citação através da publicação de edital no Diário da Justiça local. Considerando que o endereço apontado na fl. 36 é o endereço do autor, como ele mesmo alega na fl. 43, outrossim, na exordial consta que o casal não tem filhos e nem possui bens a partilhar, logo, defiro o pleito de fls. 42/43, que faço com fundamento no artigo 256, I do CPC. Cite-se a parte requerida pela via editalícia, com prazo de 20 (vinte) dias, para, querendo, contestar o feito no prazo legal, devendo a Sejud de 1.º Grau providenciar a publicação do edital no Diário da Justiça local, observando o previsto no artigo 257 do CPC. Empós, caso haja manifestação nos autos ou seja certificado o decurso de prazo de contestação, sem manifestação, venham os autos conclusos. Expediente necessário. Fortaleza, 29 de outubro de 2024. Vilma Freire Belmino Teixeira Juíza de Direito, com a advertência de que, não havendo contestação no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024.

Eu, Francisco Antonio Castro de Mesquita, Auxiliar Judiciária, 4450, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 17ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

EDITAIS DA 18ª VARA DE FAMÍLIA

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0229717-91.2024.8.06.0001
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente Joao Nasario Costa da Silva
Requerido Antonia Tamara Holanda da Silva
Promotor e Defensor público Ministério Público do Estado do Ceará e outro

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau) da Comarca de Fortaleza/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Antonia Tamara Holanda da Silva, brasileira, solteira, aposentada, portadora do RG sob o nº 2009010103028 - SSPDS/CE, CPF sob o nº 052.568.053-55, endereço eletrônico desconhecido, ambos residentes e domiciliados na Rua 921, Bloco 03, Lote 02, Quadra 09, Apto 301, Bairro Pedras, na cidade de Fortaleza, Ceará, CEP 60878-045, que é portador de Esquizofrenia (CID F20). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Joao Nasario Costa da Silva, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG sob o nº 90002153381 - SSPDS/CE, CPF sob o nº 258.356.373-49, telefone: (85) 986312537, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 15 de outubro de 2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "(...) ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC e, em consequência, submeto ANTONIA TAMARA HOLANDA DA SILVA ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, e nomeio JOÃO NASÁRIO COSTA DA SILVA como CURADOR DEFINITIVO de ANTONIA TAMARA HOLANDA DA SILVA, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Fortaleza/CE, em 17 de outubro de 2024. Eu, Calebe Souto Levy, Estagiário, 50687, o digitei.

Juiz(a) de Direito da 18ª Vara de Família (SEJUD 1º Grau)

VARAS DE SUCESSÕES

EDITAIS DA 1ª VARA DE SUCESSÕES

EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: **0112258-49.2016.8.06.0001**

Classe: **Inventário**
Assunto: **Inventário e Partilha**
Inventariante: **Jose Luiz de Santana**
Espólio de **Luis Fernandes de Santana e outro**

O Dr. Wildemberg Ferreira De Sousa, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Fortaleza/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Jose Luiz de Santana e outros, foi proposta uma **AÇÃO** de **INVENTÁRIO**, relativa aos bens deixados pelo(a) Sr(a). Luis Fernandes de Santana, óbito em 14/03/2014, e Antonia Pereira Maciel de Santana, óbito em 22/04/2015, na qual figura como herdeiro(a) **Luiz Santana Filho,** o(a) qual é falecido, não se sabendo quem são seus descendentes. Por isso foi expedido este **EDITAL**, com **prazo de 20 dias,** através do qual ficam **CITADOS** os descendentes de Luiz Santana Filho, por força do(a) despacho/decisão a seguir transcrito(a): "À secretaria para que proceda com a citação por edital dos demais herdeiros (fls. 18/21), conforme petitório de fl. 261 e despacho à fl. 262, uma vez que aqueles encontram-se em local incerto e não sabido. ", para, no **prazo de 15 (quinze) dias,** tomar ciência dos termos da ação e manifestar-se acerca das primeiras declarações (fls. 114/117) prestadas pelo(a) inventariante, com a advertência de que não havendo manifestação será nomeado Curador Especial. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o(a) MM. Juiz(a) publicar o EDITAL. **CUMPRA-SE.** Eu, ISRAEL DE FRANÇA GOMES,

Auxiliar Judiciário, matrícula 3017, o digitei e conferi observadas as formalidades legais.

Wildemberg Ferreira De Sousa
Juiz de Direito

EDITAIS DA 4ª VARA DE SUCESSÕES

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: **0239950-50.2024.8.06.0001**
Classe – Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**
Requerente: **Lucimary Santos Freitas de Oliveira e outro**
:
Valor da Causa **R$ 485.081,48**

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida **Citação** do Sr. **RAPHAEL GOMES FREITAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o n.º 006.681.633-56, para, no prazo de 15 (quinze) dias, por intermédio do seu advogado ou defensor devidamente habilitado, manifestar-se acerca das primeiras declarações, prestadas pelo(a) inventariante, dos bens deixados em razão do falecimento de ALDO LUÍS FREITAS DE OLIVEIRA.

Fortaleza/CE., em 14 de outubro de 2024.

Maria Martins Siriano
Juíza de Direito

VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL

VARAS CRIMINAIS

EDITAIS DA 1ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0296080-31.2022.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Estelionato**
Indiciado: **A esclarecer e outro**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Sílvio Pinto Falcão Filho, Juiz de Direito** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o réu **OSVALDO CAMELO DE SOUSA FILHO, brasileiro, Rua 14, 106, Vila das Flores, Maracanau - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 171, caput, do Código Penal,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 05 de novembro de 2024.

Sílvio Pinto Falcão Filho
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0733941-64.2014.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**

Assunto: **Roubo Majorado**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu(s): **Messias de Oliveira Gomes Junior e outro**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Sílvio Pinto Falcão Filho, Juiz de Direito** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) ré(u) MESSIAS DE OLIVEIRA GOMES JUNIOR, brasileiro, Solteiro, desempregado, RG 2002002143132, CPF 001.217.028-39, pai Messias de Oliveira Gomes, mãe Maria Jose de Paula, Nascido/Nascida 29/01/1987, natural de Fortaleza - CE, Rua Franklin Tavora, 0, Campo do Colégio Militar, Centro, CEP 60150-110, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 158 § 1º § 3º do(a) CP**, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 05 de novembro de 2024.

Sílvio Pinto Falcão Filho
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0272218-02.2020.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Acusado: **Marcos Costa dos Santos**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Sílvio Pinto Falcão Filho, Juiz de Direito** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o réu MARCOS COSTA DOS SANTOS, brasileiro, RG 99097039836, pai Valdemiro dos Santos Filho, mãe Francisca Ferreira da Costa, Nascido/Nascida 13/01/1985, natural de Fortaleza - CE, Rua Francisco Bento, 120, Mondubim, CEP 60752-585, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **art. 155, caput, do Código Penal,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 05 de novembro de 2024.

Sílvio Pinto Falcão Filho
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0239787-07.2023.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto**
:
Réu: **Jammes Clemente da Costa**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Sílvio Pinto Falcão Filho, Juiz de Direito** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **JAMMES CLEMENTE DA COSTA, Solteiro, RG 94002446497SSPCE, mãe Maria Iara Clemente da Costa, Nascido/Nascida 11/01/1978, natural de Fortaleza - CE, Rua Alvaro Fernandes, 22, Montese, CEP 60420-570, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 155, §4º, inciso I c/c Art. 14, inciso II do CPB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a),

conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 05 de novembro de 2024.

Sílvio Pinto Falcão Filho
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0202859-45.2023.8.06.0296**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Francisco Erisvaldo Felix de Sousa Santos**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Sílvio Pinto Falcão Filho, Juiz de Direito** da **1ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **FRANCISCO ERISVALDO FELIX DE SOUSA SANTOS, brasileiro, Casado, auxiliar de serviços gerais, RG 2001002376180, CPF 60774488344, pai Alcides dos Santos, mãe Maria de Sousa Ribeiro, Nascido/Nascida 13/12/1987, natural de Fortaleza - CE, Travessa Singela, 102, Comunidade do Lagamar, Sao Joao do Tauape, CEP 60130-760, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 155, § 4°, II do Código Penal Brasileiro**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024.

Sílvio Pinto Falcão Filho
Juiz de Direito

EDITAIS DA 2ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0017716-58.2024.8.06.0001**

Classe: **Inquérito Policial**
Assunto: **Desacato**
Autoridade Policial: **Delegado do 2º Distrito Policial de Fortaleza**
Investigado: **Aparecido Alexandre Pereira Veríssimo**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

A Dr.a **Sandra Helena Fortaleza de Lima, Juiz** da **2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **APARECIDO ALEXANDRE PEREIRA VERÍSSIMO, brasileiro, RG 1010626446, pai João Verissimo, mãe Zilda Ana Pereira Veríssimo, Nascido/Nascida 01/04/1975, Av. Osório de Paiva, 1431, Bl. 8, Apto. 305, Parangaba, CEP 60720-015, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 329, CP,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 04 de novembro de 2024.

Sandra Helena Fortaleza de Lima
Juiz

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0029468-27.2024.8.06.0001**

Classe: **Inquérito Policial**
Assunto: **Crimes de Trânsito**
Autoridade Policial: **19º Distrito Policial**
Investigado: **Jose Bruno Fideles de Sousa**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Sandra Helena Fortaleza de Lima, Juiz** da **2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **JOSE BRUNO FIDELES DE SOUSA, brasileiro, Solteiro, Autonomo, RG 20082615750, CPF 072.847.423-99, pai José Francisco de Sousa, mãe Gleiciana Maria Fideles da Costa, Nascido/ Nascida 20/08/1997, Rua Miguel Aragao, 140, Mondubim, CEP 60765-065, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. art. 331 do CP,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 05 de novembro de 2024.

Sandra Helena Fortaleza de Lima
Juiz

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo n.º: **0010005-24.2023.8.06.0296**

Classe: **Alienação de Bens do Acusado**
Assunto: **Furto**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Francisco Ramires Santos da Costa**

O(A) Dr.(a) **Sandra Helena Fortaleza de Lima,** Juiz da **2ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento para que seja **INTIMADO** o Sr. **José de Jesus Honório de Brito**, proprietário da **motocicleta HONDA CG125 FAN, cor preta, placa HXK3816-CE**, para se manifestar acerca do valor de R$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) atribuído ao bem mencionado, conforme o auto de avaliação de fl.42.

Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Sandra Helena Fortaleza de Lima
Juiz

EDITAIS DA 5ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Processo nº: **0073256-77.2013.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **Patricio de Sousa Matias e outro**

O(A) Dr.(a) Eduardo de Castro Neto, Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau) por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **FELIPE RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, RG 20078943129, mãe Vanda Maria Rodrigues da Silva, Nascido/Nascida 19/09/1995, natural de Fortaleza - CE, com endereço à Rua Saquarema, 355, Conjunto Palmeiras, CEP 60870-120, Fortaleza - CE**, por infração ao artigo 157, § 2º, inciso II, do CPB, art. 244-B do ECA, art. 16 do Estatuto do Desarmamento e art. 28 da Lei de Drogas, c/c o art. 69, do CPB, fato ocorrido no dia 01/11/2013, foi Extinta sua Punibilidade em relação a todos os crimes imputados, por sentença datada de 05/06/2024. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado.

CUMPRA-SE. Fortaleza/CE., em 11 de novembro de 2024.

Eduardo de Castro Neto
Juiz de Direito

EDITAIS DA 7ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo n.º: **0249821-07.2024.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado**
Autor, Ministério Público e Autoridade Policial: **Justiça Pública e outros**
Réu: **Marcus Douglas Gomes da Frota**

O(A) Dr.(a) **André Teixeira Gurgel,** Juiz de Direito da **7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento, para que eventuais interessados possam reclamar a restituição dos seguinte bens, com fulcro no art. 120 do Código de Processo Penal: **01 (um) aparelho celular Apple Iphone, cor rosa, Imei 358632092805918 e 01 (um) aparelho celular Apple Iphone, cor azul, Imei 350521061673993**, apreendidos no IP nº 308-145/2024, no dia 09/07/2024.

Fortaleza/CE, em 10 de novembro de 2024.

André Teixeira Gurgel
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo n.º: **0266585-68.2024.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes do Sistema Nacional de Armas**
Autor, Ministério Público e Autoridade Policial: **Justiça Pública e outros**
Réu: **Francisca Mayara de Sousa Lima**

O(A) Dr.(a) **André Teixeira Gurgel,** Juiz de Direito da **7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento, para que eventuais interessados possam reclamar a restituição do seguinte bem: **01 (um) aparelho celular Motorola, cor laranja, Imei 352419915115410**, apreendido no IP nº 108-162/2024, no dia 06/09/2024, com fulcro no art. 120 do Código de Processo Penal.

Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024.

André Teixeira Gurgel
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

Processo n.º: **0258072-14.2024.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor e Receptação**
Autor, Ministério Público e Autoridade Policial: **Justiça Pública e outros**
Réu: **John Klesley Lima de Sousa**

O(A) Dr.(a) **André Teixeira Gurgel,** Juiz de Direito da **7ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento, para que eventuais interessados possam reclamar a restituição do seguinte bem: **01 (um) aparelho celular, marca Samsung, Imei 355713113890379**, apreendido no IP nº 132-510/2024, no dia 06/08/2024, com fulcro no art. 120 do Código de Processo Penal.

Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024.

André Teixeira Gurgel
Juiz de Direito

EDITAIS DA 8ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0270947-50.2023.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado**
Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu: **MATEUS JACKSON LOPES PEREIRA e outro**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Henrique Jorge Granja de Castro, Juiz de Direito** da **8ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) ANTÔNIO CARLOS DA SILVA RODRIGUES, brasileiro, Solteiro, Autonomo, pai Carlos Alberto Rodrigues da Silva, mãe Maria Gardenia Andrade Silva, Nascido/Nascida 04/06/2003, natural de Fortaleza - CE, Outros Dados: 981259096, Rua Francisco Calaca, 37, Altos Conjunto Tamarindo, Cristo Redentor, CEP 60337-387, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 157 § 2º, II, Parte A, I do(a) CP **,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024.

Henrique Jorge Granja de Castro
Juiz de Direito

EDITAIS DA 10ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0107880-79.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Falsidade ideológica (art. 299) e Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965)**
Autoridade Policial: **Polícia Civil do Estado do Ceará**
Réu: **Rozildo Agostinho de Oliveira e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o réu ROZILDO AGOSTINHO DE OLIVEIRA, brasileiro, pai José Agostinho de Oliveira, mãe Maria Luíza de Oliveira, Nascido/Nascida 06/03/1983, natural de Juazeiro do Norte - CE, Rua Jacinto Matos, Henrique Jorge, CEP 60310-210, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções dos **artigos 299, 312 e 288, todos do Código Penal,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0107880-79.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Falsidade ideológica (art. 299) e Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965)**

Autoridade Policial: **Polícia Civil do Estado do Ceará**
Réu: **Rozildo Agostinho de Oliveira e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o réu MÁRCIO FEITOSA GARCIA, brasileiro, Casado, policial civil, pai Carlito Garcia de Oliveira, mãe Mirna Feitosa Garcia, Nascido/Nascida 10/02/1968, natural de Fortaleza - CE, Rua 56, 5, 2ª Etapa, Prefeito José Walter, CEP 60750-700, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções dos **artigos 312 e 288, ambos do Código Penal e artigo 4, h, da Lei n° 4.898/65,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0107880-79.2018.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Falsidade ideológica (art. 299) e Crimes de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965)**
Autoridade Policial: **Polícia Civil do Estado do Ceará**
Réu: **Rozildo Agostinho de Oliveira e outros**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o réu **HUDSON BARBOSA PIMENTA** (POLICIAL CIVIL), brasileiro, Casado, policial civil (Delegacia do 7º DP), CPF 790.402.333-49, pai Manoel Pimenta Neto, mãe Ana Maria Barbosa Pimenta, Nascido/Nascida 19/10/1978, com endereço à Avenida Visconde do Rio Branco, 2219, Joaquim Távora, CEP 60055-171, Fortaleza - CE, como incurso nas sanções dos **artigos 312 e 288, ambos do Código Penal e artigo 4, h, da Lei n° 4.898/65,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0173109-54.2016.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação, Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor, Corrupção ativa e Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores**
Autoridade Policial, Delegado e Ministério Público: **Policia Civil do Estado do Ceara e outros**
Réu: **Luiz Carlos Teixeira Alves**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o réu LUIZ CARLOS TEIXEIRA ALVES, brasileiro, Casado, salgadeiro, RG 2001002089997, CPF 006.941.893-40, mãe Maria Teixeira Alves, Nascido/Nascida 25/06/1986, natural de Fortaleza - CE, Rua Augusto Filho, 1401, VILA VELHA IV, Jardim Guanabara, CEP 60345-836, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **art. 180, caput (veículo, relógio e dinheiro), art. 311 e art. 333, todos do CPB e art. 1º da Lei nº 9.613/98**, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: **0276351-87.2020.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor**
Ministério Público **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu **Samuel da Silveira Monteiro**

O(A) Dr.(a) **Cristiane Maria Martins Pinto de Faria, Juíza de Direito** da **10ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o réu SAMUEL DA SILVEIRA MONTEIRO, brasileiro, Solteiro, pai Francisco Domingos Monteiro, mãe Maria Ferreira da Silveira, Nascido/Nascida 15/11/1991, natural de Quixeramobim - CE, com endereço à Loteamento Paraíso do Euzébio, 70, Distrito Camará, CEP 61760-000, Aquiraz - CE, por infração **ao artigo 311 do CPB**, fato ocorrido no dia 31/12/2020, **foi condenado(a) à pena de 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, substituída por por restritiva de direitos, quais sejam, prestar serviços à comunidade e submeter-se à limitação de finais de semana, a ser cumprida inicialmente em regime ABERTO,** por sentença datada de 24/04/2024. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado.

Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Cristiane Maria Martins Pinto de Faria
Juíza de Direito

EDITAIS DA 18ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: **0290328-78.2022.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado**
Ministério Público e Autoridade Policial **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu **Ricardo de Sousa Farias**

O(A) Dr.(a) **Roberto Nogueira Feijo, Juiz de Direito** da **18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal etc.
Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **RICARDO DE SOUSA FARIAS, brasileiro, Solteiro, desempregado, RG 2002018003971, pai Antonio Adauto de Farias, mãe Maria Elenisce de Sousa Farias, Nascido/Nascida 07/08/1984, com endereço à Rua 6, 748, Loteamento Parque Quandu, Quandu, CEP 61800-145**, por infração ao artigo art. 157, §2º, inciso II e VII, do Código Penal Brasileiro, fato ocorrido no dia 26/11/2022, foi condenado(a) à pena de **06 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto**, além de 14 (quatorze) dias-multa, equivalendo cada dia-multa a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo, atendendo à situação econômica do réu, que deverá ser paga dentro de 10 (dez) dias após o trânsito em julgado da sentença, proferida no dia 29/10/²024. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado.

Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Roberto Nogueira Feijo
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0282604-86.2023.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo**
Autoridade Policial e Autor: **30º Distrito Policial e outro**
Réu: **Cícero dos Santos Targino**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Roberto Nogueira Feijo, Juiz de Direito** da **18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **CÍCERO DOS SANTOS TARGINO, RG 2000010083600, CPF 033.265.743-47, pai Francisco Targino da Silva, mãe Maria Luiza dos Santos Targino, Nascido/Nascida 14/07/1981, natural de Juazeiro do Norte - CE, Travessa Morro Branco, 174, Barra do Ceará, CEP 60868-220, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 157 do CPB,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Roberto Nogueira Feijo
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0203677-60.2024.8.06.0296**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Estelionato**
Autor e Autoridade Policial: **Justiça Pública e outro**
Réu: **Marcos Aurelio Bueno da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Roberto Nogueira Feijo, Juiz de Direito** da **18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **MARCOS AURELIO BUENO DA SILVA, RG 16562828SSP/MT, CPF 020.954.301-90, pai Augusto Bueno e Silva, mãe Maria do Carmo e Silva, Nascido/Nascida 31/03/1984, natural de Cuiaba - MT, Rua da Gloria, 250, Jardim Gloria 02, CEP 78150-000, Varzea Grande - MT**, como incurso(a) nas sanções do **Art. 171, § 2º-A do CP,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Roberto Nogueira Feijo
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0233979-89.2021.8.06.0001**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes de Trânsito**

Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Andson Landim Nogueira**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Roberto Nogueira Feijo, Juiz de Direito** da **18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **ANDSON LANDIM NOGUEIRA, brasileiro, RG 200000202065, CPF 003.801.023-23, pai Francisco Edilberto Nogueira, mãe Prisce Landim Nogueira, Nascido/Nascida 25/12/1984, natural de Jaguaribe - CE, Rua Ilheus, 99, Prefeito Jose Walter, CEP 60760-200, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **art.129, inciso I, CF c/c art.24, CPP),** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 08 de novembro de 2024.

Roberto Nogueira Feijo
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0205068-84.2023.8.06.0296**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Estelionato**
Autor, Ministério Público e Autoridade Policial: **Justiça Pública e outros**
Réu: **ANTONIO LUCIO DA SILVEIRA RODRIGUES**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Roberto Nogueira Feijo, Juiz de Direito** da **18ª Vara Criminal (SEJUD 1º Grau)** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **ANTONIO LUCIO DA SILVEIRA RODRIGUES, Solteiro, RG 2007010173704-SSP-CE, CPF 041.979.163-96, pai José Oriane Rodrigues, mãe Denise Miranda da Silveira, Nascido/ Nascida 22/01/1990, natural de Fortaleza - CE, Rua Ministro Jose Americo, 80, APTO 14, Cambeba, CEP 60822-315, Fortaleza - CE**, como incurso(a) nas sanções do **Art.** 171, caput c/c 304 do CPB**,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Fortaleza/CE, em 11 de novembro de 2024.

Roberto Nogueira Feijo
Juiz de Direito

VARAS DO JÚRI

EDITAIS DA 2ª VARA DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Processo nº: **0119956-04.2019.8.06.0001**

Classe – Assunto: **Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu: **Cassiano da Silva Almeida e outros**

O(A) Dr.(a) Antonio Josimar Almeida Alves, Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **BRUNO SILVA GOMES**, (Alcunha: "Loirim"), brasileiro, Solteiro,

Autonomo, RG 2006012026700SSPCE, pai Antonio Leomar Ferreira Gomes, mãe Elizamar Saraiva Silva, Nascido/Nascida 25/12/1994, natural de Paramoti - CE, com endereço à rua 5 vile jack, 87, Barra do Ceara, CEP 60333-400, Fortaleza - CE, foi **IMPRONUNCIADO** por sentença datada de 21/06/2023 dos fatos ocorridos no dia 23/10/2018, na rua Mozart Pinheiro de Lucena, bairro Vila Velha, nesta Capital. Como não foi possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso em sentido estrito cabível sob pena de ver passar em julgado.

CUMPRA-SE.

Fortaleza/CE, em 14 de outubro de 2024.

Antonio Josimar Almeida Alves
Juiz de Direito

EDITAIS DA 5ª VARA DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: 0210764-21.2020.8.06.0001
Classe: Ação Penal de Competência do Júri
Assunto: Homicídio Qualificado
Autoridade Policial Policia Civil do Estado do Ceará
Réu Victor Hugo Mota Gondim

A Dra. Valencia Maria Alves de Sousa, Juíza de Direito da 5ª Vara do Júri por nomeação legal etc.

FAZ SABER a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) VICTOR HUGO MOTA GONDIM, brasileiro, solteiro, estudante, RG 20084226379, CPF 070.328.313-89, pai Francisco Jose Rios Gondim, mãe Antonia Lucia Rodrigues Mota Gondim, Nascido em 29/07/1998, natural de Pacajus/CE, por fato ocorrido no dia 11/02/2020, foi condenado como incurso nas sanções do art. 121, §2º, II e III, do Código Penal, à pena de 18 (dezoito) anos e 9 (nove) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, conforme sentença datada de 11/11/2024. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença, da qual poderá interpor o recurso cabível, no prazo de 5 (cinco) dias, que correrá após o término do prazo fixado no edital, nos termos do art. 392, §§1º e 2º, do Código de Processo Penal.

Fortaleza/CE, 11 de novembro de 2024.
Valencia Maria Alves de Sousa
Juíza de Direito

VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAIS DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo nº: 0261165-82.2024
Classe: ato infracional
Assunto:
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Adolescente: H.G.R.R

A autoridade judicial, que abaixo subscreve, FAZ SABER AOS INTERESSADOS, aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação acima referida, e que SEJA(M) INTIMADO(S) o Dr. Juciê de Oliveira Soares, OAB-CE 34.377 do despacho de fls. 97, para apresentar Procuração no prazo de 24horas. CUMPRA-SE..

Fortaleza/CE., em 12 de novembro de 2024.

Epitácio Quezado Cruz Júnior
Juíiz de Direito

EDITAIS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0249401-36.2023.8.06.0001
Apensos:
Classe: Guarda de Família
Assunto: Guarda
Requerente: Camila Mesquita Alves
Requerido: Jéssica Mesquita Alves e outro

A Dra. Mabel Viana Maciel Juíza de Direito da 3ª Vara da Infância e da

Juventude da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou o seu conhecimento deva pertencer, que perante este Juízo tramita a Ação de Adoção tendo a MMa. Juíza determinado a expedição do presente Edital de Citação, pelo qual fica CITADO(A), haja vista se encontrar em lugar incerto e não sabido, o Sr. JOÃO CAETANO DE MOURA, acerca dos fatos articulados na inicial, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15(quinze) ias, indicando as provas que pretende produzir, oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos contra a referida ação. Não sendo contestada a ação no prazo legal serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela autora, sob pena de revelia (art. 344, do CPC), advertindo-se que em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado Curador

Especial (art. 257, inciso IV, do CPC).
Fortaleza/CE., em 11 de novembro de 2024.
Mabel Viana Maciel
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)
Processo nº: 0800016-70.2023.8.06.0001
Apensos:
Classe: Busca e Apreensão Infância e Juventude
Assunto: Abandono Material
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Israel Freitas da Silva e outro

A Dra. Alda Maria Holanda Leite, Juíza de Direito da 3ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou o seu conhecimento deva pertencer, que perante este Juízo tramita a Ação de Medida Protetiva, tendo a MMa. Juíza determinado a expedição do presente Edital de Citação, pelo qual fica CITADO(A), haja vista se encontrar em lugar incerto e não sabido, EDILEUZA FREITAS LEITÃO, acerca dos fatos articuladosna inicial, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 dias, indicando as provas que pretende produzir, oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos contra a referida ação. Não sendo contestada a ação no prazo legal serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela autora, sob pena de revelia (art. 344, do CPC), advertindo-se que em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado Curador Especial (art. 257, inciso IV, do CPC).
Fortaleza/CE., em 11 de novembro de 2024.
Alda Maria Holanda Leite
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 10 DIAS)
Processo nº: 0800327-27.2024.8.06.0001
Apensos: 0271764-80.2024.8.06.0001, 0800463-58.2023.8.06.0001
Classe: Destituição do Poder Familiar
Assunto: Abandono Material
Autor e Requerente: Justiça Pública e outro
Requerido: Natália Gonzaga Viana e outro

A Dra. Alda Maria Holanda Leite Juíza de Direito da 3ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, aos que o presente EDITAL virem ou o seu conhecimento deva pertencer, que perante este Juízo tramita a Ação de Destituição do Poder Familiar tendo a MMa. Juíza determinado a expedição do presente Edital de Citação, pelo qual fica CITADO(A), haja vistase encontrar em lugar incerto e não sabido, a SRA. NATÁLIA GONZAGA VIANA, acerca dos fatos articulados na inicial, para, querendo, oferecer contestação no prazo de 10(dez) dias, indicando as provas que pretende produzir, oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos contra a referida ação. Não sendo contestada a ação no prazo legal serão considerados verdadeiros os fatos alegados pela autora, sob pena de revelia (art. 344, do CPC), advertindo-se que em caso de revelia, ser-lhe-á nomeado Curador Especial (art. 257, inciso IV, do CPC).
Fortaleza/CE., em 11 de novembro de 2024.
Alda Maria Holanda Leite
Juíza de Direito

1º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - EXECUÇÕES FISCAIS

EDITAIS DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Fortaleza

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)
Processo nº: 0288599-51.2021.8.06.0001
Classe: Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto: Leve e Violência Doméstica Contra a Mulher
Autoridade Policial,
Ministério Público e
Vítima do Fato:
Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza - DDMFOR e outros.
Réu: Manoel Claudio de Sousa Costa
O(A) Dr.(a) Cristiane Maria Castelo Branco Machado Ramos, Juíza de Direito
Auxiliar do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de
Fortaleza-Estado do Ceará, na forma da Lei.
FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, e
a quem interessar possa, que por parte da Justiça Pública, tramita nesta Secretaria do 1º
Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, desta Comarca de Fortaleza,
Estado do Ceará, ação penal, tombada sob o n. 0288599-51.2021.8.06.0001, por infração ao
artigo 129, §3º do Código Penal Brasileiro, nos termos da Lei 11.340/06 (Lei Maria da
Penha), nos autos do processo já mencionado, pelo que nos termos do Art. 363, §º a Arts.
365 e 366[1] todos do CPP, foi expedido o presente edital no prazo de 15 (quinze) dias, onde é
acusado Manoel Claudio de Sousa Costa, filho(a) de JOSÉ BONIFÁCIO DA COSTA e
MARIA ZILMA DE SOUSA COSTA, nascido(a) em 31/03/1992, natural de Pio Ix-PI,

residente na Rua seis, 423, Cel:(74)91026729, Alto do Cruzeiro - CEP 48900-400, Juazeiro-BA, nesta Capital. E, por encontrar-se, atualmente, em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, fica a pessoa acima destacada CITADA de todos os termos da denúncia, para, no prazo de 10(dez) dias, oferecer resposta a acusação, por escrito, por intermédio de Advogado constituído ou por Defensor Público, bem como para acompanhar todos os atos do processo em epígrafe até o final da decisão. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Fortaleza/CE, em 06 de novembro de 2024.Eu, MARIA AURILENE DOS SANTOS, Auxiliar Judiciário, 3211, o digitei e , Ana Paula Martins Bessa, Diretor(a) de Secretaria, o conferiu.
Cristiane Maria Castelo Branco Machado Ramos-Juíza de Direito.

1 CPP, Art. 366. Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos os processos e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312.

COMARCAS DO INTERIOR

EDITAIS, EXPEDIENTES E AVISOS

COMARCA DE ACARAÚ - 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO ANA CELINA MONTE STUDART GURGEL
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA DE FATIMA LOUZADA ROCHA SILVEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0416/2024

ADV: JOAO FRANCISCO CARMO (OAB 5825/CE) - Processo 0006037-34.2011.8.06.0028 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Maria Tereza da Silva Miranda - INTIME-SE a ré para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 50 do Código Penal e art. 686 do Código de Processo Penal.

COMARCA DE ACARAÚ - 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0561/2024

Processo 0000884-39.2019.8.06.0028 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: A.M.F.S. - J.C.R.S. - Desarquivei o processo. Evoluí a classe para cumprimento de sentença. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e ss, do CPC. Intime-se o executado/devedor para, no prazo de 3 dias, pagar o valor do débito alimentício constante da inicial, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob advertência de inclusão do débito em protesto e decretação da prisão civil do devedor, quanto às prestações alimentícias vencidas nos últimos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e as que se vencerem durante o curso do processo, tudo em observância ao disposto nos §§ 2º a 7º, do art. 528, do CPC. Esclareça-se ao executado que, nos termos do § 2º, do art. 528, do CPC, somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento. Ultrapassado o prazo fixado sem manifestação, certifique-se, assim como dê-se vista ao Ministério Público para fins de manifestação sobre o pedido de prisão cível. Intime-se a parte exequente. Cumpra-se.

Processo 0001445-63.2019.8.06.0028 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: A.S.S.O. - E.D.O. - Evoluí a classe para cumprimento de sentença. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e ss, do CPC. Intime-se o executado/devedor para, no prazo de 3 dias, pagar o valor do débito alimentício constante da inicial, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob advertência de inclusão do débito em protesto e decretação da prisão civil do devedor, quanto às prestações alimentícias vencidas nos últimos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e as que se vencerem durante o curso do processo, tudo em observância ao disposto nos §§ 2º a 7º, do art. 528, do CPC. Esclareça-se ao executado que, nos termos do § 2º, do art. 528, do CPC, somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento. Ultrapassado o prazo fixado sem manifestação, certifique-se, assim como dê-se vista ao Ministério Público para fins de manifestação sobre o pedido de prisão cível. Intime-se a parte exequente. Cumpra-se.

ADV: JOSE MARIA FARIAS GOMES (OAB 6756/CE) - Processo 0006901-38.2012.8.06.0028 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Lincacia Maria Azevedo Mota - Ante o exposto, nos termos do artigo 290 do CPC, determino que se proceda ao cancelamento da distribuição do presente processo, julgando-o extinto sem exame do mérito, nos termos do inciso X, do art. 485, do CPC. Sem custas e sem honorários. A publicação e o registro desta sentença decorrem automaticamente de sua validação no sistema. Intimem-se. Vale este(a) despacho/decisão/sentença como mandado/carta/ofício/carta precatória. Com o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição, com observância das cautelas legais.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0007559-57.2015.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Gonçalves de Araujo - REQUERIDO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL - Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso de Apelação.

ADV: ELAINE CRISTINA DE VASCONCELOS (OAB 26479/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: KAMILLE CRAVEIRO CUNTO (OAB 13910/CE) - Processo 0009883-83.2016.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Servidão

- REQUERENTE: Companhia Energetica do Ceara - ENEL - De início, cumpre mencionar que, se o réu for citado por edital sem que o autor tenha efetivamente tentado outros meios possíveis para sua localização, a citação é nula, por violar o princípio da efetiva comunicação do processo. Assim, ACOLHO a preliminar suscitada pela Defensoria Pública e, torno sem efeito a determinação de citação editalícia do réu e todos os atos posteriores. Continuamente, em pesquisa ao sistema INFOJUD, foi extraído o endereço atualizado da parte. Dito isso, intime-se o promovente para realizar o pagamento das custas da diligência. Após, expeça-se mandado citatório (ou carta precatória para o mesmo fim). Cumpra-se.

ADV: JOÃO FRANCISCO CARMO (OAB 5825/CE), ADV: EMANUEL MENDES GUEDES DIOGO (OAB 21154/CE), ADV: MARCOS RIGONY MENEZES COSTA (OAB 12659/CE), ADV: GABRIELA MEDEIROS DE FREITAS (OAB 22718/CE), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS (OAB 18125A/PB), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0036084-43.2009.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro Acidentes do Trabalho - REQUERENTE: Maria Ester Neres do Carmo - REQUERIDO: Bradesco Auto Re Seguros S/A - Diante disso, JULGO EXTINTO O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, art. 924, II, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas do processo, cuja exigibilidade fica suspensa por força da gratuidade deferida nos autos. Sem honorários. A publicação e o registro desta sentença decorrem automaticamente de sua validação no sistema. Intimem-se. Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer os dados bancários de conta da titularidade do herdeiro José Flavio Rodrigues. Após, expeçam-se os competentes alvarás para levantamento dos valores depositados. Consoante requerido, os alvarás devem ser expedidos em separado, resguardando-se a proporção de cada herdeiro. Arquivem-se os autos DE IMEDIATO, dando-se baixa na distribuição, com observância das cautelas legais.

ADV: PAULO SERGIO GOMES DE ANDRADE FILHO (OAB 23842/CE), ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: MATEUS LIMA LOUZADA (OAB 17782/CE) - Processo 0050254-16.2021.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Antonio Carlos Silveira - REQUERIDO: Enel - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, expeço o seguinte ato ordinatório: “Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da petição retro, em 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.”

ADV: ALEXANDRE BORGES LEITE (OAB 213111/SP), ADV: DYONNATHAN DUARTE DA SILVA (OAB 43029/CE), ADV: LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 35365/SP), ADV: LUIZ GASTÃO DE OLIVEIRA ROCHA (OAB 35365/SP) - Processo 0050342-54.2021.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Pascoal de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso de Apelação.

ADV: EMMANUEL DE MOURA FONTELLES (OAB 10303/CE) - Processo 0050420-48.2021.8.06.0028 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: J.R.S. - REQUERIDA: R.J.T.S. - Desarquivei o processo. Evoluí a classe para cumprimento de sentença. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e ss, do CPC. Intime-se o executado/devedor para, no prazo de 3 dias, pagar o valor do débito alimentício constante da inicial, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob advertência de inclusão do débito em protesto e decretação da prisão civil do devedor, quanto às prestações alimentícias vencidas nos últimos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e as que se vencerem durante o curso do processo, tudo em observância ao disposto nos §§ 2º a 7º, do art. 528, do CPC. Esclareça-se ao executado que, nos termos do § 2º, do art. 528, do CPC, somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento. Ultrapassado o prazo fixado sem manifestação, certifique-se, assim como dê-se vista ao Ministério Público para fins de manifestação sobre o pedido de prisão cível. Intime-se a parte exequente. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA FERNANDA FRACASSO (OAB 56305/SC) - Processo 0200060-23.2024.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.O. - ANTE O EXPOSTO, indefiro a gratuidade judiciária à parte autora e determino que ela seja intimada para pagar as custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de cancelamento na distribuição (Art. 290 do CPC). Ademais, considerando o pedido de investigação de paternidade, visando a possível alteração da relação estabelecida entre a criança e o autor, uma vez que já existe registro legal estabelecendo o vínculo paterno entre as partes, intime-se o requerente para, em igual prazo, informar se há vínculo afetivo estabelecido entre as partes, em atenção ao entendimento firmado no informativo n. 699 do STJ (REsp 1.829.093-PR, “A divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro de nascimento não é apta, por si só, para anular o ato registral, dada a proteção conferida a paternidade socioafetiva”). Intime-se. Cumpra-se.

Processo 0200421-40.2024.8.06.0028 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bloqueio / Desbloqueio de Valores - REQUERENTE: Rosa Ricardo dos Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, expeço o seguinte ato ordinatório: “Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da petição do Estado do Ceará, em 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.”

ADV: IDALECIO PEREIRA DE PAULA CAETANO (OAB 38956/CE) - Processo 0203753-93.2024.8.06.0293 - Boletim de Ocorrência Circunstanciada - Crimes do Sistema Nacional de Armas - TERCEIRO: F.M.S. - ANTE O EXPOSTO, INDEFIRO o pedido de restituição do bem. Vale este(a) despacho/decisão/sentença como mandado/carta/ofício/carta precatória. A publicação e o registro desta decisão decorrem automaticamente de sua validação no sistema. Intimem-se. Ciência ao MP.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0562/2024

Processo 0007559-57.2015.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Gonçalves de Araujo - REQUERIDO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL - Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso de Apelação.

Processo 0050420-48.2021.8.06.0028 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: J.R.S. - REQUERIDA: R.J.T.S. - Desarquivei o processo. Evoluí a classe para cumprimento de sentença. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e ss, do CPC. Intime-se o executado/devedor para, no prazo de 3 dias, pagar o valor do débito alimentício constante da inicial, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de pagamento, sob advertência de inclusão do débito em protesto e decretação da prisão civil do devedor, quanto às prestações alimentícias vencidas nos últimos três meses anteriores ao ajuizamento da ação e as que se vencerem durante o curso do processo, tudo em observância ao disposto nos §§ 2º a 7º, do art. 528, do CPC. Esclareça-se ao executado que, nos termos do § 2º, do art. 528, do CPC, somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento. Ultrapassado o prazo fixado sem manifestação, certifique-se, assim como dê-se vista ao Ministério Público para fins de manifestação sobre o

pedido de prisão cível. Intime-se a parte exequente. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0563/2024

ADV: IGOR MORAIS DE MELO (OAB 27102/CE) - Processo 0001774-75.2019.8.06.0028 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Depósito - REQUERENTE: VERA LUCIA DO NASCIMENTO e outros - Os alvarás judiciais não têm prazo de validade ou "vencimento", pois são ordens judiciais para liberação de valores, que permanecem válidas enquanto não forem expressamente revogadas pelo juízo. Assim, desde que o valor esteja disponível na instituição financeira, ele pode ser sacado a qualquer momento pelo beneficiário. O que pode ocorrer, no entanto, é que os bancos, especialmente no caso de alvarás antigos ou com prazo de retirada especificado, exijam um novo alvará para facilitar a operação, o que não é o caso dos autos, até porque, não há documento probatório para essa hipótese. Assim, indefiro o pedido de nova expedição dos alvarás. Indefiro ainda o pedido de encaminhamento direto dos alvarás ao gerente das agências da Caixa Econômica e Bradesco deste Município, pois cabe exclusivamente ao beneficiário a responsabilidade de apresentar o documento para recebimento junto à instituição financeira.

ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: HENRIQUE DE PAULA MACHADO (OAB 19864/CE) - Processo 0005155-58.2000.8.06.0028 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - AUTOR: Banco do Estado do Ceará - Bec - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, encaminho os autos para prosseguimento do feito intimando e a parte, para efetuar o pagamento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa, com fulcro no art. 523 do CPC. Segue as guias processuais de custas finais atualizadas.

ADV: JULIO BERNARDINO DA SILVA NETO (OAB 31726-0/CE) - Processo 0009113-90.2016.8.06.0028 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Jose Vital de Souza - Em pesquisa ao sistema INFOJUD, foi extraído o endereço atualizado dos dois primeiros promovidos. Expeça-se novo mandado (ou carta precatória para o mesmo fim). Quanto ao terceiro promovido, intime-se o autor para prestar informações que facilitem a sua citação ou fornecer dados que permitam a este Juízo realizar buscas nos sistemas conveniados da justiça, em 05 dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0036084-43.2009.8.06.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro Acidentes do Trabalho - REQUERENTE: Maria Ester Neres do Carmo - Consoante determinado em Sentença, expeçam-se os competentes alvarás para levantamento dos valores depositados. Os alvarás devem ser expedidos em separado, devendo-se obedecer a proporção de suas respectivas quotas-parte. Com relação ao herdeiro Jose Marcio Neris do Carmo, expeça-se o alvará para a conta indicada pelo advogado, considerando-se que o requerente não possui Conta Bancária. Advirto ao causídico que este deverá comprovar nos autos que repassou o valor ao respectivo herdeiro.

ADV: ANDRESA CECÍLIA MUNIZ (OAB 34885/CE) - Processo 0050814-55.2021.8.06.0028 - Guarda de Família - Guarda - REQUERIDA: M.R.S. e outro - Isso posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido autoral e, por consequência revogo a liminar inicialmente deferida, ao passo que JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto para deferir a guarda da criança Francisco Riquelme de Sousa em favor de Maria Rozaria de Souza, extinguindo o processo com resolução do mérito, de acordo com o art. 487, I, do Código de Processo Civil. O direito de visitas da genitora deve ser assegurado, devendo ser exercido de forma livre, mediante prévia comunicação com a guardiã. De acordo com o princípio da sucumbência, condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios sucumbenciais, estes em 10% sobre o valor da causa, conforme as diretrizes do art. 82, § 2º, do vigente Código de Processo Civil, com exigibilidade suspensa em razão da justiça gratuita deferida. Expeça-se o termo de guarda definitiva em favor da promovida. Expeça-se ofício aos órgãos de acompanhamento social para que acompanhe o núcleo familiar pelo prazo de 06 meses. Consigno que eventual situação de risco deverá ser comunicada ao MP para que adote as medidas necessárias pela via processual cabível. Vale este(a) despacho/decisão/sentença como mandado/carta/ofício/carta precatória. A publicação e o registro desta sentença decorrem automaticamente de sua validação no sistema. Intimem-se. Ciência ao MP. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado, dando-se baixa na distribuição, com observância das cautelas legais.

ADV: ALAN FELIPE COSTA MUNIZ (OAB 47372/CE) - Processo 0200067-15.2024.8.06.0028 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetiva - REQUERENTE: E.M.P. - Com fulcro no disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios e considerando a Resolução nº 313/2020 do CNJ e a Portaria nº 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC, fica designado sessão de Conciliação para a data de 04/12/2024 às 08:00h na sala da Sala do CEJUSC, a se realizar na modalidade presencial, híbrida ou videoconferência, por meio da plataforma MICROSOFT TEAMS. Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos (art. 695, § 4º, CPC). Para participar da audiência por videoconferência: 1) Acessar a sala virtual pelo link: https://link.tjce.jus.br/43a121 2) Acessar a sala virtual apontando a câmera do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code): Informamos que as partes e advogados devem utilizar equipamentos que contenham microfone e câmera e ao clicar no link deve baixar o aplicativo Microsoft Teams, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play Store (sistema Android) e Apple Store (sistema IOS). Para participar da audiência presencialmente, as partes deverão comparecer perante esta CEJUSC, com antecedência de 15 (quinze) minutos, no endereço indicado no cabeçalho. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO LINDEMBERG FERREIRA NASCIMENTO (OAB 26723/CE) - Processo 0200552-49.2023.8.06.0028 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: T.A.A.V. - Determino a realização de perícia médica no interditando, conforme art. 753 do Código de Processo Civil, devendo ser oficiado o órgão municipal de saúde (Secretaria Municipal de Saúde em colaboração com o Poder Judiciário) para designar médico e proceder ao exame pericial. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia, cabendo ao "expert" responder minuciosamente aos quesitos do juízo delineados a seguir: A) O interditando é portador de alguma doença psíquica ou física? B) Há transtorno mental, dependência química ou doença neurológica? C) Em caso afirmativo, é possível determinar a doença e sua classificação no CID? D) Como e quando se deu o início da doença? Qual a sua provável data? E) Em que estágio se encontra o desenvolvimento da doença psíquica ou física? F) O quadro da doença é estacionário, regressivo ou progressivo? G) Em razão da doença psíquica ou física, o interditando necessita de cuidados médicos e de medicação permanente? H) Em razão da doença psíquica ou física, o interditando necessita de cuidados permanentes para auxiliá-lo nas atividades sociais? I) A doença do interditando torna-o incapaz de reger sua própria pessoa ou, em outras palavras, torna-a incapaz para os atos da vida civil ou apenas para alguns atos? Quais são esses atos? J) Submetido a tratamento adequado, a doença que o acomete é irreversível ou passível de cura? Intimem-se, desde já, as partes, MP e DP, para, querendo, em 05 dias, formularem quesitos para a perícia médica. Notifique-se a Secretaria de Saúde deste Município, para que designe data para a realização do exame pericial, informando a este juízo através de ofício. De posse da informação supra, intimem-se as partes para realização do exame. Tão logo o laudo pericial seja

acostado aos autos, intime-se as partes para requererem o que de direito.

COMARCA DE ACOPIARA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0536/2024

ADV: PAULA MENDONÇA ALEXANDRE DE FREITAS (OAB 24038/CE) - Processo 0002671-03.2019.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - IRPF/Imposto de Renda de Pessoa Física - REQUERENTE: AURICE VIANA DE PAULA - Intime-se a parte exequente, para, no prazo de 15 dias, se manifestar sobre a certidão de página 233, requerendo o que entender pertinente. Em caso de inércia, arquivem-se os autos.

ADV: RENAN BARROS GUEDES (OAB 27989B/CE) - Processo 0005031-03.2019.8.06.0063 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Araújo da Silva - Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença. Intime-se o promovido para fins do art. 523, do Código de Processo Civil, ou seja, para pagamento da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios no importe de 10%. Decorrido o prazo de 15 dias sem pagamento voluntário, acrescentando a multa de 10%, bem como em honorários em referido valor, proceda-se com a realização da penhora on line. Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o valor depositado no prazo de 05 dias, na pessoa de seu advogado, salientando que a inércia importará em anuência.

ADV: RAINILY GARRIDO BREXIO (OAB 28177/CE), ADV: GEORGE WAYNE DE OLIVEIRA GURGEL (OAB 34204/CE) - Processo 0011817-49.2011.8.06.0029 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Vilmar Félix Martins e outro - Defiro o pedido de dilação de prazo vindicado e concedo mais 30 dias para que a parte cumpra o determinado no despacho de página 546. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE) - Processo 0020987-35.2017.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Geralcina Felix de Jesus Costa - REQUERIDO: Banco Itau Bmg Consignado S.a - Vistos hoje. Em cumprimento à determinação inserta na parte final do pronunciamento judicial de páginas 150/162, dou regular processamento ao presente feito. Intimem-se as partes da descida dos autos, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir, vedado o requerimento genérico, sob pena de indeferimento. Por fim, por se tratar de processo da matéria Cível Comum, oportunamente, migrem-se os autos para o PJe, nos termos da Portaria 02039/2024 - GABPRESI, publicada no DJEA em 12/09/2024. Expedientes necessários.

ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0021487-04.2017.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisca Cornelia de Almeida Brito - REQUERIDO: Banco Itau Bmg Consignado S.a - Vistos em conclusão. Intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento das custas pendentes de recolhimento, expedindo-se as guias diretamente por meio do site https://www.tjce.jus.br/fermoju/guiasjudiciais/, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa no valor de R$ 2.237,14, com fulcro no art. 523 do CPC. Em caso de não pagamento, determino o envio do valor do débito atualizado, apurado nos termos do artigo 3º da portaria acima indicada, à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para a devida inscrição na dívida ativa e regular cobrança com os documentos listados em referido provimento. Tendo em vista o retorno dos autos, intime-se a parte autora para que no prazo de dez dias requeira o cumprimento de sentença, sob pena de arquivamento. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0051639-93.2021.8.06.0029 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: BANCO BMG S/A - Vistos em conclusão. Reautue-se o feito como cumprimento de sentença. Intime-se o promovido para fins do art. 523, do Código de Processo Civil, ou seja, para pagamento da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios no importe de 10%. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem pagamento voluntário, acrescentando a multa de 10%, bem como em honorários em referido valor, proceda-se com a realização da penhora on line. No ato de intimação do executado, advirta-se desde já que, transcorrido o prazo para pagamento espontâneo, terá início o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente impugnação ao cumprimento de sentença, conforme art. 525 do CPC. Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o valor depositado no prazo de 05 (cinco) dias, na pessoa de seu advogado, salientando que a inércia importará em anuência. No mais, aguarde-se o recolhimento das custas. Expedientes necessários.

ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0051686-67.2021.8.06.0029 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Alves de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para, querendo, falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença de páginas 298/301 em 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: BERNARDO ANANIAS JUNQUEIRA FERRAZ (OAB 87253/MG) - Processo 0200467-94.2022.8.06.0029 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Vistos em conclusão. Reautue-se o feito como cumprimento de sentença. Intime-se o promovido para fins do art. 523, do Código de Processo Civil, ou seja, para pagamento da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios no importe de 10%. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem pagamento voluntário, acrescentando a multa de 10%, bem como em honorários em referido valor, proceda-se com a realização da penhora on line. No ato de intimação do executado, advirta-se desde já que, transcorrido o prazo para pagamento espontâneo, terá início o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente impugnação ao cumprimento de sentença, conforme art. 525 do CPC. Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o valor depositado no prazo de 05 (cinco) dias, na pessoa de seu advogado, salientando que a inércia importará em anuência. No mais, determino o envio do valor de R$ 2.237,14 à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para a devida inscrição da parte promovida na dívida ativa e regular cobrança com os documentos listados na PORTARIA CONJUNTA Nº 428/2020/PRES/CGJCE. Expedientes necessários.

ADV: IGOR LEITÃO CHAVES CRUZ (OAB 39741/CE) - Processo 0200888-50.2023.8.06.0029 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.A.A.A. - CURATELADO: C.A.A.A. - Intimem-se as partes, para, no prazo de 15 dias, se manifestarem sobre o laudo pericial de páginas 164-167. Após, decorrido o prazo com ou sem manifestação, abra-se vistas ao Representante do Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO LEANDRO FLORENTINO BRITO (OAB 30694/CE) - Processo 0201901-21.2022.8.06.0029 - Procedimento

Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Silvani da Silva - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre o valor depositado no prazo de 05 dias, na pessoa de seu advogado, salientando que a inércia importará em anuência.

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0202787-83.2023.8.06.0029 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Retifique-se a classe processual para cumprimento de sentença. Intime-se o promovido para fins do art. 523, do Código de Processo Civil, ou seja, para pagamento da condenação no prazo de 15 dias, sob pena de incidência de multa e honorários advocatícios no importe de 10%. Decorrido o prazo de 15 dias sem pagamento voluntário, acrescentando a multa de 10%, bem como em honorários em referido valor, proceda-se com a realização da penhora on line. Em caso de pagamento voluntário, intime-se a parte autora para se manifestar sobre o valor depositado no prazo de 05 dias, na pessoa de seu advogado, salientando que a inércia importará em anuência.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0203707-57.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Moizeis de Sousa Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos hoje. Indefiro o pedido de expedição de alvará. Somente após apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício da Expert. Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, promovam a juntada aos autos dos documentos solicitados pela expert às fls. 165-168 em condições de análise gráfica, bem como para que tomem conhecimento da audiência designada para o dia 05/12/2024, às 14:30. Expedientes necessários.

ADV: LUCAS PALMEIRA DANTAS (OAB 37626/CE), ADV: MAYKSON ALVES CLEMENTE (OAB 36788/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0204077-36.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A e outro - Vistos em conclusão. Intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento das custas pendentes de recolhimento, expedindo-se as guias diretamente por meio do site https://www.tjce.jus.br/fermoju/guiasjudiciais/, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa no valor de R$ 2.237,14, com fulcro no art. 523 do CPC. Em caso de não pagamento, determino o envio do valor do débito atualizado, apurado nos termos do artigo 3º da portaria acima indicada, à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará para a devida inscrição na dívida ativa e regular cobrança com os documentos listados em referido provimento. Tendo em vista o retorno dos autos, intime-se a parte autora para que no prazo de dez dias requeira o cumprimento de sentença, sob pena de arquivamento. Expedientes necessários.

ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0204192-23.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças de Sousa - Vistos hoje. Presentes os requisitos do art. 319 do CPC, RECEBO a petição inicial. Desde já INVERTO o ônus da prova, nos termos do art. 6º, inc. VIII, da Lei nº 8078-90 (Código de Defesa do Consumidor), para DETERMINAR que a parte demandada apresente em juízo: 1. O instrumento contratual; 2. Comprovantes de transferência para a conta bancária de titularidade da parte autora; 3. Identificação integral do correspondente bancário que fez a operação ventilada nestes autos, a fim de responsabilização penal, caso o feito seja julgado procedente. DEFIRO a gratuidade da justiça, conforme art. 98 do CPC. Por outro lado, não vislumbro, no presente momento, elementos suficientes para concessão da tutela provisória. Há provas efetivas dos descontos efetuados no benefício da promovente. Entretanto, não há elementos para fazer presumir que tais descontos são indevidos, o que afasta o requisito da probabilidade do direito. Vale dizer, no caso, o periculum in mora se presumiria, dada a questão do dano financeiro infligido, mas a documentação pessoal e/ou bancária da parte não demonstra, ainda que de maneira indiciária, que a relação contratual debatida foi firmada mediante fraude. Assim, com base na fundamentação acima explanadaindefiro a liminarpleiteada por não haver preenchida os seus requisitos essenciais. CITE-SE e INTIME-SE para audiência de conciliação (art. 303, II, do CPC). ADVIRTA-SE o(a) promovido que, não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335. Com a contestação, autos à réplica. Expedientes necessários.

ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0204203-52.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças de Sousa - Vistos hoje. Presentes os requisitos do art. 319 do CPC, RECEBO a petição inicial. Desde já INVERTO o ônus da prova, nos termos do art. 6º, inc. VIII, da Lei nº 8078-90 (Código de Defesa do Consumidor), para DETERMINAR que a parte demandada apresente em juízo: 1. O instrumento contratual; 2. Comprovantes de transferência para a conta bancária de titularidade da parte autora; 3. Identificação integral do correspondente bancário que fez a operação ventilada nestes autos, a fim de responsabilização penal, caso o feito seja julgado procedente. DEFIRO a gratuidade da justiça, conforme art. 98 do CPC. Por outro lado, não vislumbro, no presente momento, elementos suficientes para concessão da tutela provisória. Há provas efetivas dos descontos efetuados no benefício da promovente. Entretanto, não há elementos para fazer presumir que tais descontos são indevidos, o que afasta o requisito da probabilidade do direito. Vale dizer, no caso, o periculum in mora se presumiria, dada a questão do dano financeiro infligido, mas a documentação pessoal e/ou bancária da parte não demonstra, ainda que de maneira indiciária, que a relação contratual debatida foi firmada mediante fraude. Assim, com base na fundamentação acima explanadaindefiro a liminarpleiteada por não haver preenchida os seus requisitos essenciais. CITE-SE e INTIME-SE para audiência de conciliação (art. 303, II, do CPC). ADVIRTA-SE o(a) promovido que, não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335. Com a contestação, autos à réplica. Expedientes necessários.

ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0204223-43.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças de Sousa - Vistos hoje. Presentes os requisitos do art. 319 do CPC, RECEBO a petição inicial. Desde já INVERTO o ônus da prova, nos termos do art. 6º, inc. VIII, da Lei nº 8078-90 (Código de Defesa do Consumidor), para DETERMINAR que a parte demandada apresente em juízo: 1. O instrumento contratual; 2. Comprovantes de transferência para a conta bancária de titularidade da parte autora; 3. Identificação integral do correspondente bancário que fez a operação ventilada nestes autos, a fim de responsabilização penal, caso o feito seja julgado procedente. DEFIRO a gratuidade da justiça, conforme art. 98 do CPC. Por outro lado, não vislumbro, no presente momento, elementos suficientes para concessão da tutela provisória. Há provas efetivas dos descontos efetuados no benefício da promovente. Entretanto, não há elementos para fazer presumir que tais descontos são indevidos, o que afasta o requisito da probabilidade do direito. Vale dizer, no caso, o periculum in mora se presumiria, dada a questão do dano financeiro infligido, mas a documentação pessoal e/ou bancária da parte não demonstra, ainda que de maneira indiciária, que a relação contratual debatida foi firmada mediante fraude. Assim, com base na fundamentação acima explanadaindefiro a liminarpleiteada por não haver preenchida os seus requisitos essenciais. CITE-SE e INTIME-SE para audiência de conciliação (art. 303, II, do CPC). ADVIRTA-SE o(a) promovido que, não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma do art. 335. Com a contestação, autos à réplica. Expedientes necessários.

ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0204242-49.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria das Graças de Sousa - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial anexando o extrato de consignados com o suposto desconto, sob pena de

indeferimento da exordial.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0537/2024

ADV: ANTÔNIO SIDNEY DA SILVA (OAB 49755/CE), ADV: DANIEL MOURA BANDEIRA (OAB 51874/CE) - Processo 0201181-83.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Francisca Alves da Silva - Vistos em conclusão. Nomeio o Dr. CICERO HYTTALLO CARNEIRO BALDUINO, para a realização de perícia médica, designando dia, horário e local para realização do exame de insanidade no interditando, que deverá responder aos seguintes quesitos: 1) O interditando(a) é portador de doença mental? 2) Em caso positivo, qual a doença e qual o código da anomalia? 3) Em caso negativo, apresenta o interditando(a) desenvolvimento mental incompleto ou retardado? 4) Em virtude da doença mental ou do desenvolvimento mental incompleto ou retardado, o interditando(a) é impedido de exercer os atos da vida civil? O impedimento é total ou parcial? Se parcial, para quais atos? 5) O interditando(a) é capaz de reger a sua vida e administrar os seus bens? e 6) A enfermidade tem caráter transitório ou é definitiva? Intimem-se a parte requerente para, querendo, apresentar quesitos no prazo de 10 (dez) dias. Após a apresentação de eventuais quesitos pela requerente ou decorrido o prazo sem apresentação, oficie-se ao perito o perito por meio do e-mail hc.periciamedica@hotmail.com para tomar ciência de sua nomeação, bem como para que informe a este juízo se aceita o encargo, no prazo de 15 dias, sob pena de destituição do encargo, encaminhando os quesitos formulados pelo Juízo e os quesitos eventualmente formulados pelas partes, advertindo-se que o laudo pericial deverá ser entregue nesta secretaria no prazo de 30 (trinta) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá esclarecer outras questões que reputar pertinentes no sentido de averiguar possível regeneração do interditando. Após a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo comum de 15 (quinze) dias e findo o prazo abra-se vistas ao M.P. De acordo com a Portaria nº 320/2024 do TJCE, que atualizou os valores a serem pagos aos peritos judiciais, fixo os honorários em R$ 750,00. Considerando que a parte autora, é hipossuficiente e goza dos benefícios da gratuidade judiciária, como consequência, o pagamento dos honorários periciais deverá ser realizado nos termos da Res. do Órgão Especial nº 04/2017. A perícia será realizada por meio de exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Expedientes necessários.

ADV: LEONARDO ALVES DE ALBUQUERQUE (OAB 44942/CE) - Processo 0204091-20.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rita Vieira Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 dias, se manifeste sobre o valor depositado, salientando que a inércia importará em anuência.

COMARCA DE ACOPIARA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0452/2024

ADV: ANTONIA MILDA NORONHA EVANGELISTA (OAB 24619/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0017056-53.2019.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Zenilda Pereira de Almeida - REQUERIDO: Banco Itau Consignado S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0051521-20.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Alves de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE), ADV: LANA BARBOSA DE MELO (OAB 50323/CE) - Processo 0200559-04.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Madalena de Jesus - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMOES (OAB 17801/CE), ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE) - Processo 0200599-54.2022.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Salustriano da Silva Filho - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: DOUGLAS VIANA BEZERRA (OAB 21587/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200614-52.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Antonio Ferreira de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: AMANDA MIGUEL SOUSA (OAB 43585/CE) - Processo 0201028-84.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Mendes do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: FELIPE SIMIM COLLARES (OAB 112981/MG), ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE) - Processo 0201108-14.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valdemira Alves Bezerra Silva - REQUERIDO: Associação Beneficenet de Auxílio Mútuo Ao Servidor Público - Abamsp - Verifico ainda que o feito não cabe julgamento antecipado do mérito, haja vista que o réu não é revel e há necessidade de dilação probatória (art. 355, inc. I e II, do Código de Processo Civil). Com efeito, da análise acurada dos autos, não é

possível constatar com absoluta certeza a autenticidade das assinaturas apostas no instrumento de contrato anexado pelo banco demandado, o que demanda a averiguação técnica para apurar evidências de falsidade ou não do autógrafo. Destarte, forçoso concluir pela necessidade da produção de prova grafotécnica, a fim de se aquilatar a alegação de falsificação de assinatura da parte demandante, uma vez que ela afirma e insiste no fato de não ter celebrado a avença discutida nos autos, sendo que tal afirmação exige uma análise especializada. Portanto, entendo que a produção de prova pericial (art. 480, do CPC) é imprescindível à solução do mérito da demanda, servindo-se como mais um suporte probatório para embasar o julgamento desta lide, motivo pelo qual determino que a Secretaria diligencie junto ao Sistema de Peritos - SIPER a busca de perito para proceder com a perícia grafotécnica no instrumento acostado aos autos. Fixo os honorários periciais em R$ 536,60 conforme Portaria n° 320/2024 TJCE, os quais serão pagos antecipadamente pela instituição financeira demandada em consonância com a tese firmada pelo C. Superior Tribunal de Justiça STJ, sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1061), segundo a qual o ônus da prova quanto à autenticidade da assinatura constante do contrato bancário impugnado pelo consumidor(a)/autor(a) compete ao banco réu. Oficie-se ao expert nomeado informando os valores dos honorários periciais, bem como para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, se algum motivo o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC, advertindo-o, ainda, que o laudo pericial deverá ser inserido diretamente nos autos do processo, por meio do sistema e-SAJ, devidamente assinado, para que, posteriormente, seja processado o pagamento dos honorários. Advirta-se, ainda, ao perito que a análise pericial deverá ser realizada com base nos documentos anexados aos fólios processuais pelas partes, sendo-lhe facultado solicitar que as partes juntem documentos em condições de análise gráfica e/ou designar audiência para coleta do material gráfico, vedando-se, dessa forma, o envio de documentos, ainda que em cópia ou mesmo em via original, ao seu endereço. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, NCPC), cabendo ao expert responder minuciosamente aos quesitos apresentados pelas partes. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem seus quesitos e indicarem assistente técnico, nos termos do art. 465, § 1º, do vigente Código de Processo Civil. Realizada a prova, o perito supra nomeado deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do NCPC, podendo falarem no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Cumpridos todos os expedientes aqui determinados e findos todos os prazos estipulados, voltem-me os autos conclusos. Intimações necessárias. Expedientes de praxe.

ADV: LANA BARBOSA DE MELO (OAB 50323/CE), ADV: AMANDA MIGUEL SOUSA (OAB 43585/CE) - Processo 0201215-92.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Ivan Martins Pinho - Vistos. Intime-se o curador provisório para justificar a ausência do interditando à perícia médica, conforme informação de fls. 126, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE), ADV: VICENTE PEREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR (OAB 32897/CE), ADV: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA (OAB 21233/PE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0201994-47.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Cavalcante da Silva - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: LANA BARBOSA DE MELO (OAB 50323/CE) - Processo 0202561-78.2023.8.06.0029 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.M.L.S. - Intime-se a parte autora para que se manifeste se tem mais algo a requerer, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE), ADV: JOAO THOMAZ P. GONDIM (OAB 62192/CE) - Processo 0202718-51.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Adriano Pessoa de Oliveira - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: PAULA FERNANDA BORBA ACCIOLY (OAB 21269/BA), ADV: ANTONIO EUBERLAN RODRIGUES LIMA (OAB 40660/CE), ADV: DOUGLAS VIANA BEZERRA (OAB 21587/CE) - Processo 0203017-28.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lucileide Bezerra Freire - REQUERIDO: BANCO CETELEM S/A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE) - Processo 0203103-96.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiza Duarte Teixeira - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO LEANDRO FLORENTINO BRITO (OAB 30694/CE), ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS), ADV: SOFIA COELHO ARAUJO (OAB 40407/DF), ADV: DANIEL GERBER (OAB 39879/RS) - Processo 0203121-20.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contribuição Sindical - REQUERENTE: Francisca Cabral de Almeida - REQUERIDO: Pserv- Paulista Serviço de Recebimentos e Pagamentos Ltda - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: MARCELA ALVES SOBREIRA (OAB 40019/CE) - Processo 0203406-76.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contribuição Sindical - REQUERENTE: Izailma Moreira Campos Freitas - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: RUAN CARLOS DA SILVA SOARES (OAB 43870/CE), ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS), ADV: DANIEL GERBER (OAB 39879/RS), ADV: SOFIA COELHO ARAUJO (OAB 40407/DF) - Processo 0203833-10.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Luciana de Oliveira Duarte Teixeira - REQUERIDO: Paulista -Servicos de Recebimentos e Pagametos Ltda e outro - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ANA RACHEL NEVES DE AZEVEDO (OAB 23992/CE) - Processo 0203960-45.2023.8.06.0029 - Usucapião - Usucapião

Extraordinária - REQUERENTE: Francico Neves Mandu - Vistos. Acerca dos petitórios de fls. 94/97 e 102/107, manifeste-se a parte requerente no prazo de 15 (quinze) dias. Após, venham os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários.

ADV: GABRIELA FREITAS DO NASCIMENTO (OAB 50124/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0204463-66.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonia Iderli Rodrigues de Souza - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0204847-29.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisco Candido Ferreira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0453/2024

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0051565-39.2021.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eurides Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Votorantim S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0051947-66.2020.8.06.0029 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca do Nascimento de Moraes e outros - Vistos. Defiro o pedido de dilação de prazo requerido às fls. 248, pelo interregno improrrogável de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MAIA GOMES (OAB 21449/PE), ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0200078-12.2022.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Emidio Alves Sobrinho - REQUERIDO: BANCO CETELEM S/A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 41218A/CE), ADV: ADRIANO SILVA LIMA (OAB 47780/CE) - Processo 0200109-61.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Duarte da Silva - REQUERIDO: Banco Agibank Sa - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMÕES (OAB 17801/CE), ADV: LEONARDO ALVES DE ALBUQUERQUE (OAB 44942/CE) - Processo 0200184-03.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Lucia Braga Teixeira - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE), ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE) - Processo 0200285-40.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria de Fatima Mendonça da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE), ADV: DOMINGOS MARIA BEZERRA JUNIOR (OAB 27346/CE) - Processo 0200376-33.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Almeida - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO EDSON DANTAS NEVES (OAB 52148/CE) - Processo 0200945-34.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antonia Aparecida da Silva Cavalcante - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: FERNANDO EDSON DANTAS NEVES (OAB 52148/CE) - Processo 0200950-56.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Aparecida da Silva Cavalcante - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE), ADV: VICENTE PEREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR (OAB 32897/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0201127-54.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Antonio Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO SÉRGIO ALVES GONÇALVES (OAB 52027/CE), ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE) - Processo 0201725-71.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Gillando Teixeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: ANTONIO SÉRGIO ALVES GONÇALVES (OAB 52027/CE), ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE) - Processo 0201726-56.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Gillando Teixeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que

possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE), ADV: ANTONIO SÉRGIO ALVES GONÇALVES (OAB 52027/CE) - Processo 0201727-41.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Gillando Teixeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: ANTONIO EUBERLAN RODRIGUES LIMA (OAB 40660/CE) - Processo 0201828-78.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Josedite Pessoa de Almeida Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 14326A/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE), ADV: VICENTE PEREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR (OAB 32897/CE), ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE) - Processo 0201837-74.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rosa Domingos de Souza - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: VICENTE PEREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR (OAB 32897/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE), ADV: HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO (OAB 221386/SP), ADV: FRANCISCO AUGUSTO OLIVEIRA PAES DE ANDRADE (OAB 38088/CE) - Processo 0201980-63.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Marleide de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Olé Consignado S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF), ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0201988-06.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Marisete Marim de Souza - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Vistos etc. Cuidam os autos de ação declaratória de inexistência e/ou nulidade contratual com indenização por danos morais proposta pela parte autora em face da instituição financeira demandada, ambas já qualificadas à inicial. Devidamente citada, a instituição financeira requerida apresentou contestação, bem como o instrumento contratual supostamente celebrado entre as partes. A parte autora apresentou réplica. Verifico que o feito não cabe julgamento antecipado do mérito, haja vista que o réu não é revel e há necessidade de dilação probatória (art. 355, inc. I e II, do Código de Processo Civil). Com efeito, da análise acurada dos autos, não é possível constatar com absoluta certeza a autenticidade das assinaturas apostas no instrumento de contrato anexado pelo banco demandado, o que demanda a averiguação técnica para apurar evidências de falsidade ou não do autógrafo. Destarte, forçoso concluir pela necessidade da produção de prova grafotécnica, a fim de se aquilatar a alegação de falsificação de assinatura da parte demandante, uma vez que ela afirma e insiste no fato de não ter celebrado a avença discutida nos autos, sendo que tal afirmação exige uma análise especializada. Portanto, entendo que a produção de prova pericial (art. 480, do CPC) é imprescindível à solução do mérito da demanda, servindo-se como mais um suporte probatório para embasar o julgamento desta lide, motivo pelo qual determino que a Secretaria diligencie junto ao Sistema de Peritos - SIPER a busca de perito para proceder com a perícia grafotécnica no instrumento acostado aos autos. Fixo os honorários periciais em R$ 526,60 conforme Portaria n° 320/2024 TJCE, os quais serão pagos antecipadamente pela instituição financeira demandada em consonância com a tese firmada pelo C. Superior Tribunal de Justiça STJ, sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1061), segundo a qual o ônus da prova quanto à autenticidade da assinatura constante do contrato bancário impugnado pelo consumidor(a)/autor(a) compete ao banco réu. Oficie-se ao expert nomeado informando os valores dos honorários periciais, bem como para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, se algum motivo o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC, advertindo-o, ainda, que o laudo pericial deverá ser inserido diretamente nos autos do processo, por meio do sistema e-SAJ, devidamente assinado, para que, posteriormente, seja processado o pagamento dos honorários. Advirta-se, ainda, ao perito que a análise pericial deverá ser realizada com base nos documentos anexados aos fólios processuais pelas partes, sendo-lhe facultado solicitar que as partes juntem documentos em condições de análise gráfica e/ou designar audiência para coleta do material gráfico, vedando-se, dessa forma, o envio de documentos, ainda que em cópia ou mesmo em via original, ao seu endereço. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, NCPC), cabendo ao expert responder minuciosamente aos quesitos apresentados pelas partes. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem seus quesitos e indicarem assistente técnico, nos termos do art. 465, § 1º, do vigente Código de Processo Civil. Realizada a prova, o perito supra nomeado deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do NCPC, podendo falarem no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Cumpridos todos os expedientes aqui determinados e findos todos os prazos estipulados, voltem-me os autos conclusos. Intimações necessárias. Expedientes necessários.

ADV: JAKSON RODRIGUES DE SOUZA (OAB 36809/CE) - Processo 0203271-64.2024.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Maria Clemente da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação.

ADV: ANTONIO LEANDRO FLORENTINO BRITO (OAB 30694/CE), ADV: JOAO VITOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE) - Processo 0203312-65.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Elizabete Evaristo de Sousa Florêncio - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: SOFIA COELHO ARAUJO (OAB 40407/DF), ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS), ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF), ADV: DANIEL GERBER (OAB 39879/RS) - Processo 0203534-33.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marileide

Pedrosa da Silva - REQUERIDO: Pserv- Paulista Serviço de Recebimentos e Pagamentos Ltda - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIA MILDA NORONHA EVANGELISTA (OAB 24619/CE) - Processo 0204369-84.2024.8.06.0029 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jose Nilson Barbosa da Silva - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial colacionando aos autos comprovante de endereço legível e recente (últimos 03 meses) em seu nome ou, se em nome de terceiros, comprovando a relação entre ambos, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO EUBERLAN RODRIGUES LIMA (OAB 40660/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0204902-77.2023.8.06.0029 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Alves Teixeira Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Do retorno dos autos, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Restando silentes, arquivem-se os autos sem nova conclusão. Expedientes necessários.

COMARCA DE ACOPIARA - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ACOPIARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0260/2024

ADV: SAMYR BEZERRA DA SILVA (OAB 35431/CE) - Processo 0002379-52.2018.8.06.0029 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Antonio Almeida da Silva Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, esta secretaria designou a data de 03/12/2024, às 13:30, para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, a qual ocorrerá na forma telepresencial. Abaixo, links de acesso a Plataforma Teams: LINK: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzQ4ODg0ZjItNjNiNi00YjVhLTk5MDUtOTM0ZjJjOWZiYTNh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2287754bb6-c910-48b3-ae66-4de160512da5%22%7d LINK ENCURTADO: https://abrir.link/xyWkR

ADV: FRANCISCO FLORENTINO TEIXEIRA (OAB 2984/CE), ADV: FRANCISCO ROGERIO GURGEL BARROSO (OAB 13520/CE), ADV: MARIA EDLANIA OLIVEIRA LIMA (OAB 31016/CE), ADV: CICERO EDIVAN OLIVEIRA LIMA (OAB 39807/CE) - Processo 0051176-88.2020.8.06.0029 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antonio Lucindo dos Santos e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, esta secretaria designou a data de 02/12/2024, às 15:00, para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, a qual ocorrerá na forma telepresencial. Abaixo, links de acesso a Plataforma Teams: LINK:https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWRiZDAzZTEtZWFlNC00Yzg1LWFlYWItZmU0ZGJlMzljMmNi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2287754bb6-c910-48b3-ae66-4de160512da5%22%7d LINK ENCURTADO: https://abrir.link/hUubk

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ACOPIARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0261/2024

ADV: ANTONIO LEANDRO FLORENTINO BRITO (OAB 30694/CE), ADV: LORENA SILVA PIANCÓ (OAB 50322/CE) - Processo 0052056-46.2021.8.06.0029 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Calúnia - QUERELADO: Glairton Frutuoso - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMO o Defensor do querelado para apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias, conforme determinado no Termo de Audiências de págs. 191/192.

COMARCA DE AIUABA - VARA UNICA DA COMARCA DE AIUABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AIUABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0355/2024

ADV: ANTÔNIA LARISSA GOMES DE SOUSA (OAB 43899/CE) - Processo 0000141-23.2019.8.06.0030 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.L.P.L. - Intime-se a parte exequente para requerer o que entender pertinente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de dez dias.

ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP), ADV: ANTONIO LIUDE ELIAS DA SILVA (OAB 36529A/CE) - Processo 0200051-55.2024.8.06.0030 - Procedimento Comum Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Antonia de Araujo Nunes Teles - REQUERIDO: Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos- Ambec - Proceda-se a imediata migração do feito ao PJe. Após, intimem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, especifiquem de forma fundamentada as provas que ainda pretendem produzir, sob pena de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I do CPC. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO ALCANTARA GOMES DE ANDRADE COSTA (OAB 37764/CE) - Processo 0200201-36.2024.8.06.0030 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERENTE: M.N.S.A. - Consta em certidão da Oficiala de Justiça de fls. 34, que deixou de intimar o requerido pelo contato fornecido pela parte autora. Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer endereço ou novo contato telefônico para intimação do requerido.

ADV: THIAGO FILLEMON COELHO DE SOUSA CARVALHO (OAB 22532/PI) - Processo 0200241-18.2024.8.06.0030 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Soares da Silva - Conforme disposição expressa

nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para manifestar-se sobre os termos da contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DELMA BRITO FEITOSA CORREIA (OAB 9275/CE) - Processo 0200289-74.2024.8.06.0030 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: F.S.B.A. - Designo sessão de Mediação por Videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams que será realizado pelo CEJUSC REGIONAL DO CARIRI (85) 9 8231-6168, localizado na Avenida Padre Cicero, km 03, Triangulo, Juazeiro do Norte/CE agendada para a data de 21/01/2025 às 10:00h na sala da Sala do CEJUSC Cariri, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AIUABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0356/2024

ADV: HEPAMINONDAS FEITOSA SOBRINHO (OAB 14164/CE), ADV: ANNA NATHALIA CAVALCANTE DE CARVALHO (OAB 20648/CE) - Processo 0000327-46.2019.8.06.0030 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REPR. LEGAL: M.P.L.A.P. - REQUERIDA: V.M.P.M. - Diante do exposto, HOMOLOGO O ACORDO ENTRE AS PARTES em sua integralidade e JULGO PROCEDENTE o pedido para extinguir o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I e III, alínea b, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar que Pedro Pedrosa da Silva é pai de Pedro Micael Alves Pereira, devendo ser-lhe averbado o assento de nascimento.

ADV: JOSÉ RAFAEL LIMA ARRUDA (OAB 42459/CE) - Processo 0003612-18.2017.8.06.0030 (apensado ao processo 0002418-51.2015.8.06.0030) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - INDICIADO: José Airton de Araújo - À Secretaria para cumprir despachos anteriores relativos à designação da audiência de instrução. Devido ao grande número de réus e testemunhas, possivelmente a audiência demandará alguns dias, razão pela qual a Secretaria deverá fazer o levantamento indicados nos despachos anteriores, com confecção de planilha para acompanhamento dos atos necessárias à realização da audiência, especialmente o levantamento do número de pessoas a serem ouvidas, já que deverão ser designados os dias com a indicação precisa das pessoas que prestarão depoimento ("calendarização das oitivas"), a fim de permitir uma melhor organização dos trabalhos. Cumpra-se.

ADV: ANGELA ALVES ARRAIS (OAB 40017A/CE), ADV: ANTONIO EMANUEL VIANA GOMES (OAB 51923/CE) - Processo 0200182-30.2024.8.06.0030 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.I.N.D.R.A.G.D.R. - REQUERIDO: A.R.N.N. - Encaminhe-se o feito ao CEJUSC, para inclusão em pauta de audiência conciliatória. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL GERBER (OAB 39879/RS), ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS), ADV: SOFIA COELHO ARAUJO (OAB 40407/DF), ADV: ANTONIO LIUDE ELIAS DA SILVA (OAB 36529A/CE) - Processo 0200232-56.2024.8.06.0030 - Procedimento Comum Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Maria Gorete Alves Brito - REQUERIDO: Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdencia Social (aapps) - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza os efeitos legais, o acordo entabulado às fls. 73/74, razão pela qual julgo o processo extinto com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, alínea b, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Tendo em vista a preclusão recursal lógica, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com baixa no SAJ.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE LIMA DA SILVA (OAB 52026/CE) - Processo 0200242-03.2024.8.06.0030 - Procedimento Comum Cível - Processo Administrativo Fiscal - REQUERENTE: Maria Nenzinha Borges - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A e outro - Considerando orientação contida na Nota Técnica n° 07/2024 (https://portal.tjce.jus.br/uploads/2022/08/NT-no-7-2024-PASEP-1.pdf), a fim orientar os procedimentos a serem adotados nas ações indenizatórias vinculadas ao Tema 1150 do STJ, determino a inclusão do feito em pauta de audiência de conciliação. Encaminhe-se ao CEJUSC.

ADV: OZIRES DARIO DO NASCIMENTO MEDEIROS (OAB 40807/CE) - Processo 0201233-36.2024.8.06.0302 - Inquérito Policial - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - INDICIADO: Raimundo de Carvalho Silva - Ante o exposto, RATIFICO O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA, inclusive, porque a peça preenche os requisitos do art. 41 do CPP e os fatos nela articulados configuram, em tese, crime.

COMARCA DE ALTO SANTO - VARA UNICA DA COMARCA DE ALTO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALTO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0358/2024

ADV: STEPHENSON FRANCISCO MAIA JOSUE (OAB 13179/CE) - Processo 0005156-67.2019.8.06.0031 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francisco Erivaldo Nogueira da Silva - O Ministério Público e a defesa ficam intimados da audiência de instrução criminal a ser realizada no formato híbrido designada para o dia 13/11/2024, às 13h30. Segue link de acesso encurtado e QRCode: https://link.tjce.jus.br/114b77

ADV: EDUARDO JAMES CÂNDIDO DE FREITAS (OAB 44946/CE) - Processo 0201593-08.2024.8.06.0031 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Marineide Moura Cabó - Defiro a gratuidade da justiça (art. 98 do CPC), sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (CPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º). Nos termos do art. 666 do Código de Processo Civil, o levantamento de valores por meio de alvará judicial, independente de inventário ou arrolamento de bens, somente é cabível nas hipóteses previstas na Lei n.º 6.858/1980, quando não existirem outros bens passíveis de serem inventariados, a conferir: "Art. 1º - Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. [...] Art. 2º O disposto nesta Lei se aplica às restituições relativas ao imposto de renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. " Na hipótese vertente, embora

conste na certidão de óbito que o falecido não deixou bens (fl. 13), faz-se imprescindível, em razão da natureza declaratória do documento, que a parte autora demonstre a inexistência de outros bens e herdeiros além dos discriminados na peça vestibular. Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar declaração subscrita, informando a relação de herdeiros (cônjuge, companheiro e descendentes) e se existem outros bens do de cujus sujeitos a inventário. Oficie-se ao INSS, indagando sobre eventuais dependentes do Sr. Fred Moura Cabo, inscrito no RG nº 2003030060651 e CPF 601.164.913-02. Oficie-se, também, a Caixa Econômica Federal, solicitando informações sobre a existência de valores retidos em nome do falecido na conta bancária indicada na petição inicial (Agência 0750, Operação 013, Conta 00013490-2), ou em outras contas de titularidade do de cujus junto à instituição financeira, anexando extratos bancários referentes aos períodos posteriores ao óbito do Sr. Fred Moura Cabó (falecido em 07.09.2024), devendo ser remetida resposta a este juízo no prazo de 10 (dez) dias.

COMARCA DE AMONTADA - VARA UNICA DA COMARCA DE AMONTADA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMONTADA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0458/2024

ADV: MOISES CASTELO DE MENDONCA (OAB 9340/CE) - Processo 0000535-10.2008.8.06.0032 - Ordinária outras - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jose Pereira Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a SDVU intimar o requerente para comparecer à Clínica Dra. Érica Barroso, situada na Rua Padre Pedro Vitorino, nº 919, Centro, Amontada/CE, onde será realizada a perícia médica no dia 23/11/2024 a partir das 07:30h da manhã, com ciência de que o atendimento ocorrerá conforme a ordem de chegada.

ADV: GERALDO MAGELA RIOS FILHO (OAB 8400/CE) - Processo 0050321-66.2021.8.06.0032 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: F.A.S. - DESIGNO a audiência de Sessão do Tribunal do Júri para 04/12/2024 às 09:00h que será realizada de forma PRESENCIAL, podendo as partes comparecerem de forma presencial na sala de audiência desta Unidade Judiciária.

ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE) - Processo 0050616-06.2021.8.06.0032 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Marleuda Camilo dos Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a SDVU intimar a requerente para comparecer à Clínica Dra Érica Barroso, situada na Rua Padre Pedro Vitorino, nº 919, Centro, Amontada/CE, onde será realizada a perícia médica no dia 23/11/2024 a partir das 07:30h da manhã, com ciência de que o atendimento ocorrerá conforme a ordem de chegada.

ADV: WANDERLEY ROMANO DONADEL (OAB 18703/GO) - Processo 0200180-25.2022.8.06.0032 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Designo a audiência de Conciliação para 04/12/2024 às 11:00h, via TEAMS cujo link de acesso e CR CODE seguem adiante: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Zjc2NDE0NTgtOTk5OS00N2IwLTlhMDYtN2YxYjFjOTFiZTg0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22ce8c0f75-17cb-43da-abec-1e0d997c5316%22%7d https://link.tjce.jus.br/874e09 Amontada/CE, 11 de novembro de 2024. MARIA EVANIR DA COSTA MONTEIRO Técnica Judiciária - mat. 187

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AMONTADA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0459/2024

ADV: ADEONIS FACUNDE DOS SANTOS (OAB 27763/CE) - Processo 0050044-50.2021.8.06.0032 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: J.M.V. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a SDVU intimar as partes para comparecerem à Clínica Dra Érica Barroso, situada na Rua Padre Pedro Vitorino, nº 919, Centro, Amontada/CE, onde será realizada a perícia médica no dia 23/11/2024, a partir das 07:30h da manhã, com ciência de que o atendimento ocorrerá conforme a ordem de chegada.

ADV: RAIMUNDO SIGEFREDO SANTOS RODRIGUES (OAB 23149/CE) - Processo 0050242-87.2021.8.06.0032 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.E.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a SDVU intimar as partes para comparecer à Clínica Dra. Érica Barroso, situada na Rua Padre Pedro Vitorino, nº 919, Centro, Amontada/CE, onde será realizada perícia médica no dia 23/11/2024, a partir das 07:30h da manhã, com ciência de que o atendimento ocorrerá conforme a ordem de chegada.

ADV: MARIA JOCLEIA BATISTA PAIXAO (OAB 31794/CE) - Processo 0050316-78.2020.8.06.0032 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: A.M.P. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a SDVU intimar as partes para comparecerem à Clínica Dra Érica Barroso, situada na Rua Padre Pedro Vitorino, nº 919, Centro, Amontada/CE, onde será realizada a perícia médica no dia 23/11/2024, a partir das 07:30h da manhã, com ciência de que o atendimento ocorrerá conforme a ordem de chegada.

ADV: JORGE CLEUTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 31654/CE), ADV: NATÁLIA MARÍLIA DE LIMA SENA (OAB 49247/CE) - Processo 0200331-88.2022.8.06.0032 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.G.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a SDVU intimar as partes para comparecerem à Clínica Dra Érica Barroso, situada na Rua Padre Pedro Vitorino, nº 919, Centro, Amontada/CE, onde será realizada a perícia médica no dia 23/11/2024, a partir das 07:30h da manhã, com ciência de que o atendimento ocorrerá conforme a ordem de chegada.

COMARCA DE AQUIRAZ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1034/2024

ADV: LUCAS MILITAO DE SA (OAB 18144/CE) - Processo 0201244-93.2024.8.06.0034 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Crystal Park Flat - Recebidos nesta data. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento das citadas custas, juntando aos autos comprovantes originais de pagamento emitido pela instituição financeira nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil, sob pena de extinção. Expedientes necessários.

ADV: OTÁVIO JORGE ASSEF (OAB 221714/SP), ADV: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL (OAB 513/DF) - Processo 0201550-96.2023.8.06.0034 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lucilene Felipe da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Recebidos nesta data, Lucilene Felipe da Silva ingressou com ação de obrigação de fazer c/c tutela de urgência em face de Telefônica Brasil S.A, ambos devidamente qualificados nos autos. A autora alega que seu nome foi inscrito no cadastro do Serasa limpa por conta de uma dívida de R$ 109,98 já vencida há mais de 5(cinco) anos, em 06.07.2016. Aduz, ainda, que foi impossível tomar qualquer atitude na esfera administrativa para cessar a cobrança e retirar a informação negativa de seu cadastro, sendo necessário recorrer ao judiciário. A petição inicial foi recebida, deferida a justiça gratuita e indeferido a tutela de urgência (fls.32). Devidamente citada, a ré apresentou contestação e documentos (fls.75/98), suscitando, em sede de preliminar, falta de interesse de agir, inépcia da inicial, a impugnação a assinatura dos documentos por parte autora, falta de prova mínima, falta de comprovante de endereço. No mérito, requereu a improcedência dos pedidos da petição inicial. A audiência de conciliação foi realizada ao dia 18 de março de 2024 (fls.99/100). A impugnação à contestação foi juntada (fls.106/119). Os autos vieram conclusos para saneamento. É o que importa relatar. Falta de interesse de agir A preliminar levantada pela parte ré se baseia no alegado desinteresse processual da parte autora, sob a justificativa de que a prescrição do débito seria incontroversa e, portanto, o ajuizamento da presente ação não teria utilidade ou necessidade. O interesse de agir, conforme o artigo 17 do Código de Processo Civil, decorre da necessidade e da adequação da via eleita pelo autor para obter a tutela jurisdicional. Ou seja, para que seja reconhecido o interesse de agir, deve existir uma pretensão resistida e o meio escolhido deve ser adequado ao fim desejado. No caso dos autos, a parte autora alega que sofreu cobrança extrajudicial de uma dívida já prescrita, sendo este o fundamento principal para a propositura da ação. A parte ré, ao contestar, não impugnou de forma direta o fato da cobrança, limitando-se a afirmar que a prescrição já estaria consumada e que não houve cobrança judicial. Assim, à luz do artigo 341 do CPC, o fato de que houve cobrança extrajudicial torna-se incontroverso, não havendo razão para afastar a alegação da parte autora nesse aspecto. Ademais, conforme pacificado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, a cobrança de dívidas prescritas, mesmo extrajudicial, é ilegal, como decidido nos Recursos Especiais n° 2.088.100 e 2.104.622. Nesse sentido, mesmo em caso de prescrição, o credor não pode exigir o pagamento da dívida por qualquer meio, seja judicial ou extrajudicial. Diante disso, resta configurado o interesse de agir da parte autora, pois o reconhecimento da inexigibilidade da dívida prescrita é necessário para garantir que não haja novas tentativas de cobrança e assegurar a tranquilidade jurídica do devedor. Ante o exposto, rejeito a preliminar de falta de interesse de agir suscitada pela parte ré, e determino o regular prosseguimento do feito, com análise de mérito ao tempo oportuno. Da inépcia da petição inicial - ausência de provas mínimas Vejamos o que diz o artigo 330 do Código de Processo Civil: Art. 330. A petição inicial será indeferida quando: I for inepta; () § 1º. Considera-se inepta a petição inicial quando: I lhe faltar pedido ou causa de pedir; II o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;" In casu, quanto à alegação de inépcia da inicial por insuficiência de provas, verifico que esta não merece prosperar eis que a inicial veio acompanhada de documentos essenciais à propositura da ação, sendo que a parte autora delineou os fatos a contento, possibilitando uma conclusão lógica, fez pedidos determinados e compatíveis entre si, explicitando o pedido de causa de pedir. Assim, no caso em exame não se vislumbra nenhuma das hipóteses elencadas de inépcia da inicial, razão pela qual REJEITO a preliminar arguida. Comprovante de endereço A parte ré requereu a emenda da petição inicial ou a declaração de inépcia da petição inicial por ausência de comprovante de residência em nome do autor. Apesar de não constituir documento indispensável para a propositura da ação (art. 319, CPC), o autor juntou comprovante de endereço em nome próprio, razão pela qual rejeito a preliminar suscitada. Prova mínima Os argumentos trazidos pela ré se confundem com o mérito da demanda, motivo pelo qual será analisado em momento oportuno. Suspensão até o julgamento do Tema 1264: Nota-se que, como é bem estabelecido, a questão relativa à cobrança de débito prescrito em plataforma Serasa Limpa é objeto de suspensão determinada por força do Tema 1264 do Colendo STJ Superior Tribunal de Justiça, onde se discute se há possibilidade de se exigir a dívida prescrita extrajudicialmente. Com efeito, impõe-se a suspensão dos processos que, como o presente, têm relação ao tema repetitivo nº. 1264/STJ, desde que julgados a partir de 11 de junho de 2024, cuja questão submetida a julgamento é a seguinte: Tema 1264 STJ: Definir se a dívida prescrita pode ser exigida extrajudicialmente, inclusive com a inscrição do nome do devedor em plataformas de acordo ou de renegociação de débitos. Nesse contexto, determino a suspensão do presente feito, na forma do Tema 1264 do STJ Superior Tribunal de Justiça. À secretaria da vara, para as devidas providências. Definida a matéria, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1035/2024

ADV: JOSÉ EDUARDO GOYANA BENTO (OAB 42451/CE) - Processo 0200470-97.2023.8.06.0034 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: A.M.S.C. - Recebidos nesta data. Intime-se o requerido para se manifestar acerca da petição de pág. 249, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

COMARCA DE AQUIRAZ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0371/2024

ADV: NADIA MARIA SARMENTO GUEDES (OAB 32488/CE) - Processo 0201409-43.2024.8.06.0034 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eurides de Oliveira Linhares - Vistos. Intimem-se os requerentes para juntarem aos autos comprovante de pagamento das custas judiciais, ou provar a condição de hipossuficiência por meio de documentos, no prazo de 15 dias. Sob pena de cancelamento de distribuição da ação, nos termos do art. 290, do CPC. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0372/2024

Processo 0011530-90.2019.8.06.0034 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: A.I.S.G. - REQUERIDO: A.S.G.S. - À vista disso, por entender legítima nessa fase processual, e não tendo sido esgotada ainda a fase sumária, DEFIRO o pedido de citação por edital, devendo a Secretaria proceder com a expedição do correspondente edital de citação em nome do requerido, fixando-se o prazo de 20 (vinte) dias, fluindo este da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira (art. 257, III, CPC). Expedientes necessários.

Processo 0012018-45.2019.8.06.0034 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: E.S.L. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - REQUERIDO: A.R.F. - , razão pela qual decreto-lhe à revelia. A revelia enseja a presunção relativa da veracidade dos fatos narrados pelo autor da ação, podendo ser corroborada pelas demais provas dos autos, motivo pelo qual não determino a imediata procedência do pedido. Dessa forma, determino a intimação pessoal da parte autora para que vá até a Defensoria Pública, visto ser por ela assistida, no prazo de 05 (cinco) dias, e requeira o que entender de direito. Na oportunidade, intime-se também o Ministério Público para parecer meritório. Expediente e intimação necessária.

ADV: JOSIANE RAMALHO DE SANTANA (OAB 35907/CE) - Processo 0012946-69.2014.8.06.0034 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.A.M.S. - Defiro parcialmente os pedidos formulados na petição de fl. 157, a fim de determinar que seja realizada consulta ao sistema PrevJud, verificando a existência de benefício previdenciário ou vínculo empregatício formal em nome do requerido. Em caso positivo, defiro, desde já, a expedição de Ofício ao INSS ou ao empregador para que o desconto seja realizado em folha de pagamento, depositados na conta autoral fornecida. Indefiro o pedido de buscas no sistema RenaJud, por não haver necessidade no atual momento processual. Expedientes necessários.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE) - Processo 0049234-45.2016.8.06.0034 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Rozane de Oliveira Ramos - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INTERDA: Francisca Oliveira Ramos - Ressaltem-se os quesitos insculpidos no art. 473 do CPC a serem observados na construção do laudo. Por fim, com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes, no prazo de comum de 15 (quinze) dias, para se manifestarem sobre o documento, assim como o Ministério Público, na condição de Fiscal da Lei, quanto ao prazo e os fins constantes no artigo 465, §1º, incisos I a II, do CPC/2015. Expedientes e intimações necessárias.

ADV: RAFAEL FARIAS CAVALCANTE (OAB 23994/CE), ADV: FRANCISCO DAVI TEIXEIRA OSÓRIO (OAB 29210/CE), ADV: MARIA ISABEL NOGUEIRA DIOGENES DE ALMEIDA (OAB 38057/CE), ADV: ALBERTO LUCAS NOGUEIRA LIMA (OAB 40640/CE), ADV: RICARDO SERGIO TEIXEIRA (OAB 12817/CE), ADV: FERNANDO CAIO CANDEA MINA (OAB 22657/CE) - Processo 0200278-33.2024.8.06.0034 (apensado ao processo 0200295-69.2024.8.06.0034) - Tutela Cautelar Antecedente - Guarda - AUTOR: F.M.T.O. - REQUERIDA: B.R.M.A.T.O. - DESPACHO Processo nº: 0200278-33.2024.8.06.0034 Apensos: 0200295-69.2024.8.06.0034 Classe: Tutela Cautelar Antecedente Assunto: Guarda Autor Francisco Marcel Teixeira Osório Requerido Bruna Roberta de Medeiros Alencar Teixeira Osório Vistos, etc. Em analise dos autos não consta parecer ministerial, sobre o caso em geral bem como sobre a tutela pleiteada pelo autor, visto que trata-se de provável situação risco a infante, intime-se o Ministério Público no prazo de 15 dias, para emitir o respectivo parecer. (Obs.: É concedido aos órgãos públicos prazo em dobro, conforme os dispositivos 180, 183 e 186, do NCPC.) Além disso, consta pedido de gratuidade judiciária, contudo, a requerida não anexou comprovantes que justifiquem a benesse da justiça gratuita. Diante isto, intime-se a requerida para anexar declaração de imposto de renda e/ou demais documentos que justifiquem a concessão da gratuidade judiciária, no prazo de 15 dias. Houve impugnação (contestação à p. 71/93) a justiça gratuita deferida ao requerido, alegando que o autor é pessoa com condições financeiras elevadas ao padrão comum, que é sendo empresário do ramo de construções, ramo em que é sabido o alto valor das obras e negociações afins no mercado. Posto isso, intime-se o autor para manifestar-se a respeito das alegações mencionadas, bem como para anexar declaração de imposto de renda e demais documentos que justifiquem a continuidade da gratuidade judiciária, no prazo de 15 dias. Empós, com ou sem resposta, encaminhe-se os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários. Aquiraz, 13 de agosto de 2024. Sandra Oliveira Fernandes Juíza de Direito

COMARCA DE AQUIRAZ - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE AQUIRAZ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0359/2024

ADV: CANDIDO AUGUSTO DE CASTRO PONTE (OAB 7761/CE) - Processo 0002521-95.2005.8.06.0034 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Rodrigues Rafael Junior - Diante do exposto, considerando o mais que dos autos consta, por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, JULGO IMPROCEDENTE O PLEITO CONDENATÓRIO CONTIDO NA DENÚNCIA, ABSOLVENDO o réu FRANCISCO RODRIGUES RAFAEL JÚNIOR quanto ao crime do artigo 12 e artigo 18, ambos da Lei 6.368/1976, com fulcro no art. 386, VII, CPP. Sem custas. Intimem-se. Não há bens a serem restituídos vinculados a estes autos. Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova. Após o trânsito em julgado arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: LUANA MARIA PINHEIRO DE BARROS SANGUINETTI (OAB 42719/CE) - Processo 0050440-55.2020.8.06.0034 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Motim de presos - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUTUADO: Carlos Alexandre Lima dos Santos e outro - Isto posto, considerando que em relação ao delito previsto no art. 129, §12, c/c art. 354, ambos do CP ocorreu o advento da Prescrição da pretensão punitiva do Estado, subsumindo-se tal ocorrência ao disposto no art. 109, V, do CP e com fundamento no art. 107, IV, do citado diploma legal DECLARO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE dos acusados CARLOS ALEXANDRE LIMA DOS SANTOS e WARISSON RODRIGUES SALES pelo advento da Prescrição da pretensão punitiva do Estado Intimem-se. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO HENRIQUE ALMEIDA LEITE (OAB 21128/CE), ADV: ANDRE FELIPE CORDEIRO BRAGA (OAB 17301/CE) - Processo -

ADV: DANIEL QUEIROZ DE SOUZA (OAB 35832/CE), ADV: RENAN BEZERRA CONDE (OAB 44966/CE) - Processo -

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0360/2024

ADV: JUDITE GOMES DE ALMEIDA (OAB 10997/CE) - Processo 0001851-28.2003.8.06.0034 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cleide Bezerra Pereira e outro - Isto posto, considerando que em relação ao delito previsto no artigo 12 c/c art. 18, inc. IV, da Lei 6.368/76, ambos do CP, ocorreu o advento da Prescrição da pretensão punitiva do Estado, subsumindo-se tal ocorrência ao disposto no art. 109, I, do Código Penal pátrio, e com fundamento no art. 107, IV, do citado diploma legal, DECLARO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE da acusada Cleide Bezerra Pereira pelo advento da Prescrição da pretensão punitiva do Estado, a fim que esta produza seus jurídicos e legais efeitos. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: PAULO DE TARSO MOREIRA FILHO (OAB 7143/CE), ADV: CRISPIM GARCIA MENDES (OAB 17526/CE), ADV: JOÃO VICTOR FREITAS OLIVEIRA (OAB 49590/CE) - Processo 0005125-72.2018.8.06.0034 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Marcelo Barros Monteiro e outro - Diante do exposto, considerando o mais que dos autos consta, por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, JULGO IMPROCEDENTE O PLEITO CONDENATÓRIO CONTIDO NA DENÚNCIA, ABSOLVENDO o réu MARCELO BARROS MONTEIRO e RAUL LUCAS DOS SANTOS, quanto ao crime do artigo 155, parágrafo 4°, IV, do CP, com fulcro no art. 386, VII, CPP. Sem custas. Intimem-se. Após o trânsito em julgado arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: MAURO FERREIRA GONDIM (OAB 17291/CE) - Processo 0018026-82.2012.8.06.0034 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jose Valdenir Braz da Silva - Ante o exposto, comprovada a morte do agente mediante a certidão de óbito, conforme a p. 180, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE, com fulcro no art. 107, I, do Código Penal. Determino a destruição ou doação da arma, se for o caso, nos moldes do artigo 25, da Lei n° 10.826/06. Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova. Quanto aos bens (p. 16), abram-se vistas ao MP para manifestação. Ciência ao MP. Expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO RÔMULO FAÇANHA DA MATA (OAB 15579-0/CE) - Processo 0050007-61.2014.8.06.0034 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antonio Janielito de Sousa Freitas - Isto posto, considerando que em relação ao delito previsto no art. 33, da Lei n° 11.343/2006, ocorreu o advento da Prescrição da pretensão punitiva do Estado, subsumindo-se tal ocorrência ao disposto no art. 109, I c/c art. 115, ambos do Código Penal pátrio, e com fundamento no art. 107, IV, do citado diploma legal, DECLARO a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE do acusado ANTONIO JANIELITO DE SOUSA FREITAS pelo advento da Prescrição da pretensão punitiva do Estado, a fim que esta produza seus jurídicos e legais efeitos. Intimem-se. Em atendimento ao art. 58, § 1º, da Lei nº 11.343/06, caso tal medida não tenha sido providenciada, determino a destruição das drogas apreendidas, no prazo de 30 (trinta) dias, por incineração, devendo-se preservar fração suficiente para resguardar a realização de eventual contraprova. Quanto aos bens apreendidos (p. 11) abram-se vistas ao MP para manifestação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL ALMEIDA QUEZADO FERNANDES (OAB 20624/CE) - Processo -

ADV: PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 23510/CE), ADV: KARLA MAIRLY SOARES DOS SANTOS (OAB 38500/CE) - Processo -

COMARCA DE AQUIRAZ - CEJUSC- AQUIRAZ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE AQUIRAZ -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - AQUIRAZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0047/2024

Processo 0000070-33.2024.8.06.0034 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: R.S.M.S. - L.M.S.M.S. - Diante do exposto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes no termo de fls. 01-03 e decreto o divórcio do casal Raimundo Santos de Meneses Silva e Liliane Maria Santos de Meneses Silva, julgando extinta a presente reclamação, com resolução meritória, o que faço fulcrada no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil c/c o Art. 226, § 6º, da Constituição Federal. Em prestígio aos princípios da celeridade, economia processual e instrumentalidade das formas, atribuo à presente decisão força de MANDADO ao Cartório do Registro Civil do Distrito de Tapera/Aquiraz-Ce (CARTÓRIO TAPERA) para que proceda à margem do assento de casamento - matrícula n° 154120 0155 2022 2 00003 029 0000629 59, a necessária averbação do DIVÓRCIO, observando-se que os ex-cônjuges voltarão a usar os nomes de solteiros: RAIMUNDO SANTOS DE MENESES e LILIANE MARIA DA SILVA. Sentença publicada e transitada em julgado nesta data, com eficácia imediata, haja vista que o acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer (art. 1.000, parágrafo único, CPC), cabendo à(s) parte(s) encaminhá-la ao cartório competente para devida averbação (art. 28, § 2°, Resolução 07//2020, do Órgão Especial do TJCE). Isento de custas processuais (art. 4°, § 2º, da Portaria 433/2016, TJCE), extensivo aos atos notariais e registrais, conforme art. 98, § 1º, IX, do CPC. Extraiam-se cópias, entregando-as aos interessados e, arquivem-se, oportunamente. Expedientes necessários. Aquiraz, 12 de novembro de 2024. Sandra Oliveira Fernandes Juíza de Direito

Processo 0000071-18.2024.8.06.0034 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: F.S.M. - A.S.B. - Diante do exposto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes no termo de fls. 01-03 e decreto o divórcio do casal Fernanda Silveira de Matos e Alessandra da Silva Bezerra, julgando extinta a presente reclamação, com resolução meritória, o que faço fulcrada no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil c/c o Art. 226, § 6º, da Constituição Federal. Em prestígio aos princípios da celeridade, economia processual e instrumentalidade das formas, atribuo à presente decisão força de MANDADO ao Cartório do Registro Civil do 1º Ofício de Aquiraz-Ce (CARTÓRIO QUEIROZ) para que proceda à margem do assento de casamento - matrícula n° 015784 0155 2024 2 00018 271 0006871 93, a necessária averbação do DIVÓRCIO, observando-se que não houve alteração nos nomes das ex-cônjuges. Sentença publicada e transitada em julgado nesta data, com eficácia imediata, haja vista que o acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer (art. 1.000, parágrafo único, CPC), cabendo à(s) parte(s) encaminhá-la ao cartório competente para devida averbação (art. 28, § 2°, Resolução 07//2020, do Órgão Especial do TJCE). Isento de custas

processuais (art. 4°, § 2º, da Portaria 433/2016, TJCE), extensivo aos atos notariais e registrais, conforme art. 98, § 1º, IX, do CPC. Extraiam-se cópias, entregando-as aos interessados e, arquivem-se, oportunamente. Expedientes necessários. Aquiraz, 12 de novembro de 2024. Sandra Oliveira Fernandes Juíza de Direito

COMARCA DE ARACATI - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACATI

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2024

ADV: ALLAN DIEGO DE AMORIM ARAÚJO (OAB 17651/RN) - Processo 0012429-19.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Bruno Maciel Freire da Silva Andrade - Destarte, com fundamento nos artigos 109, 111, 117 e 107, IV do CPB, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do denunciado BRUNO MACIEL FREIRE DA SILVA ANDRADE no tocante aos crimes previstos nos arts. 147 e art. 21 da LCP, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, devendo prosseguir a persecução penal quanto ao crime previsto no art. 129, §9° c/c art. 14, II do Código Penal. À secretaria para que se proceda com os expedientes necessários, nos termos do Oficio Circular n.º 317/2023/CGJCE, alterando-se o status do processo para "julgado e não baixado", tendo em vista que a baixa definitiva somente ocorrerá após o trânsito em julgado e o cumprimento das providências do último julgamento, não devendo ser realizado o desmembramento e/ou a reativação do processo, que deverá seguir o estabelecido no Código de Processo Penal e na Portaria Conjunta n.º 12/2021/PRES/CGJCE. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Expedientesnecessários.

ADV: MARÍLIA ARRUDA DE LIMA (OAB 39119/CE), ADV: BARBARA CRISTINA CAMPOS DAMASCENO (OAB 42043/CE) - Processo 0013232-68.2019.8.06.0035 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Grave - RÉU: Jose Natanael Torres - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminhe-se os autos á Defesa para Memorais no prazo de 05(cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0325/2024

ADV: MARIA MARINA DE LIMA (OAB 4269/CE) - Processo 0002386-46.2006.8.06.0035 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Cesar Barbosa Paulo - DISPOSITIVO PELO EXPOSTO, acolhendo o parecer ministerial, decreto a EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE de CÉSAR BARBOSA PINTO, pelo cumprimento do sursis processual, nos precisos termos do art.82doCódigo Penal. Determino a transferência do valor referente a transação feita na audiência de suspensão condicional do processo (fls. 234) para conta única, nos moldes do art. 4º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2019 do TJCE (disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico Estadual em 30/01/2019), que Regulamenta o Provimento Conjunto nº 02/2019 - PRES/CGJ-CE, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, caso ainda não tenha sido providenciado. Sem custas. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Deixo de determinar a intimação pessoal do denunciado, tendo em vista a ausência de prejuízo para a sua defesa em sentenças absolutórias ou declaratórias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ. Tendo o Ministério Público reconhecido o cumprimento dos sursis processual e requerido a extinção da punibilidade do acusado em relação ao delito, inexiste, no caso, interesse recursal. Desta forma, determino que seja certificado o trânsito em julgado da sentença, arquivando, em seguida, os autos com as baixas de estilo. Expedientes necessários. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica no sistema.

ADV: FELIPE DA COSTA ROCHA (OAB 31455/CE), ADV: DIVA LIMA DOS SANTOS (OAB 44703/CE) - Processo 0050502-92.2020.8.06.0035 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ACUSADO: Luis Andre da Silva - III - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE a pretensão punitiva para ABSOLVER o réu LUIS ANDRE DA SILVA da imputação contida na denúncia, com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal. Sem custas. Determino a incineração das substâncias entorpecentes apreendidas (art.32,§ 1º, da lei nº11.343/2006), caso ainda não tenha sido providenciada. Quando ao aparelho celular apreendido, poderá o proprietário requerer a devolução do mesmo em incidente próprio, no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo sem que a parte reivindique a devolução do celular apreendido, determino sua destruição, na forma do art. 19 da Resolução nº 11/2015 do TJCE. Se necessário, comunique-se à autoridade policial para as providências cabíveis. P. R. I. Deixo de determinar a intimação pessoal dos denunciados, tendo em vista a ausência de prejuízo para as suas defesas em sentenças absolutórias ou declaratórias extintivas da punibilidade, consoante entendimento predominante no STJ. Após o decurso de prazo para interposição de recurso pelo Ministério Público, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se, em seguida, os presentes autos. Expedientes necessário. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica no sistema.

COMARCA DE ARACATI - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1023/2024

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0002305-05.2003.8.06.0035 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Em buscas no RENAJUD e no INFOJUD não foram localizados bens. Assim, intime-se o exequente para informar bens passíveis de penhora dos executados, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção da execução.

ADV: EVERTON CLEYTON CASTRO DA SILVA (OAB 25248/CE) - Processo 0051452-04.2020.8.06.0035 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: I.N.B.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte adversa para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder o recurso de apelação, nos termos do art. 1.010, §1º, do CPC.

ADV: RONALD PEREIRA RODRIGUES (OAB 41679/CE) - Processo 0200923-89.2023.8.06.0035 - Procedimento Comum

Cível - Fixação - REQUERIDO: V.A.A. - Chamo o feito à ordem. Considerando que o pedido de cumprimento de decisão de alimentos provisórios deve ser feito em autos apartados, tendo ainda proposto pedido autônomo nos autos n. 0202339-58.2024.8.06.0035, torno sem efeito o despacho de pág. 47. Ainda, considerando que o promovido justificou sua ausência em audiência para autocomposição, por tratar-se de feito referente a direito de família, designe-se nova data para audiência de mediação, por meio da pauta compartilhada do CEJUSC. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: MONIQUE RIBEIRO DA COSTA SOARES (OAB 19128/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE), ADV: BRENA DE SOUSA SOARES (OAB 52302/CE) - Processo 0200969-44.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Maria Pereira dos Santos - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADO S.A. - Conclusos. Intimem-se as partes para que manifestem no prazo de 15 (quinze) dias quanto ao interesse em produzir novas provas, informando, caso haja pedido de provas orais, arrolem testemunhas, com a designação da secretaria para audiência de instrução, devendo as partes informarem as suas testemunhas independentes de intimação judicial, consoante art. 357, §4°, do Código de Processo Civil. Caso as partes demonstrem desinteresse na produção de provas, ou quedem-se silentes, retornem os autos conclusos para julgamento no estado em que se encontra. Cumpra-se com os expedientes necessários.

ADV: THIAGO SOUSA SILVANO (OAB 41367/CE), ADV: PAULO JANISON BORGES MOTA (OAB 46681/CE) - Processo 0201059-23.2022.8.06.0035 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: José Oliveira Pereira de Lima - INVTE: Rivanda Rosa da Silva - Vistos em Inspeção Anual. Percebe-se que o Incidente Processual envolvendo a remoção do Inventariante, José Oliveira Pereira de Lima fora decidido em favor de RIVANDA ROSA DA SILVA(Processo nº 10534-50.2023.8.06.0035), ora apenso a estes autos. Assim, certifique-se, nestes autos, e intime-se a inventariante ora nomeada, na pessoa do(a) seu(s) advogado(s), no prazo de 10(dez) dias, do teor das petições de páginas 67/70; no que tange a petição de páginas 71/75, tendo sido o inventariante, José Oliveira Pereira de Lima removido, esta perdeu o objeto, e assim, intime-se, no prazo de 10(dez) dias. Expediente necessário. Aracati, DATA DA ASSINATURA ELETRÔNICA. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

ADV: JESSICA REBOUÇAS DA SILVA (OAB 43338/CE) - Processo 0202310-08.2024.8.06.0035 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.G.R. - A petição inicial encontra-se na sua devida forma, atendendo aos requisitos previstos no art. 319 do Código de Processo Civil. Defiro a assistência judiciária gratuita em favor da parte autora. Sendo assim, recebo a petição inicial para os seus devidos fins. Processe-se em segredo de justiça, nos termos do art. 189, II do Código de Processo Civil. Por se tratar de causa que admite autocomposição, remetam-se os autos à CEJUSC, através da pauta compartilhada, para fins de designação de audiência de mediação. Cite-se o demandado com antecedência de 20 (vinte) dias para a sessão de conciliação/mediação supra designada, com fulcro no art. 334, caput, do Código de Processo Civil. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento à audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Cumpra-se com expedientes necessários.

Processo 0280018-42.2021.8.06.0035 - Ação Civil Pública - Combustíveis e derivados - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Dragão do Mar Comércio de Combustíveis Ltda - Vistos em conclusão. Cuida-se de Cumprimento de Sentença Definitiva de Obrigação de Pagar Quantia Certa (CPC, art. 523), requerido pelo Ministério Público Estadual em face de Dragão do Mar Comércio de Combustíveis Ltda (Nome de Fantasia "que está instruída com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos do artigo 524, do CPC. Sem custas processuais, porquanto cumprimento de sentença da lavra do Ministério Público. Ante o cumprimento de sentença, proceda-se a evolução de classe. Feito afeto ao PJE, assim, faça-se a migração para o Sistema necessário. Superada as diligências acima, intime(m) o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor (R$ 72.863,41 - setecentos e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos) mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Intime-se e cumpra-se. Aracati (CE), 11 de novembro de 2024. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SIMONE MONTEIRO DA COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1024/2024

ADV: PEDRO FHELIPE FREITAS MARTINS (OAB 37147/CE) - Processo 0202433-06.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - MASSA FALIDA: Maria Clara Souza de Oliveira - Ana Carla Souza de Oliveira - Vistos. Cuida-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS c/c PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA INAUDITA ALTERA PARS em face de UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA. Observa-se dos autos que o teor da demanda é relação contratual. É, na espécie, o breve relato. Decido. Consoante determinação contida na Portaria n. 489/2021, que estabeleceu o portfólio de projetos estratégicos da gestão 2021-2023, determinou-se a unificação do sistema judicial (PJE), por meio de seu desenvolvimento e implantação, que restou atualizada pela Portaria n. 2223/2022. Nesta linha, expediram-se as Portaria n. 2449/2022, n. 1409/2024 e n. 2039/2024, acerca da expansão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), firmando-se a expansão do citado para as unidades do 3º Ciclo de Migração e Implantação (Comarcas da 5º , 6º, 10º e 12º ZONAS), com o objetivo de tramitação de processos com classes das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, Registro Público e Cível Comum. (exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude). Prescreve o art. 5º da Portaria 02039/2024 do egrégio Tribunal de Justiça do Ceará :Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto os processos de matéria Cível Comum, restaram migrados para o sistema PJE no ciclo que encerrou em 03/11/2024. Resta, portanto, inadvertida a distribuição do presente feito perante o sistema SAJ. Ante o exposto, verificada a necessidade de redistribuição do feito perante outro sistema, nos termos do art. 485 do Código de Processo Civil, extingo o presente feito, sem resolução do mérito. Sem custas. Cumpram-se as normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Oportunamente, arquive-se. P.R.I. Aracati/CE, data da assinatura digital. Danúbia Loss NicoláoJuíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SIMONE MONTEIRO DA COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1025/2024

ADV: CLEBER GONÇALVES GOMES (OAB 29742/CE) - Processo 0010015-41.2024.8.06.0035 (processo principal 0050580-52.2021.8.06.0035) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Davidson Moura Lopes Silva - Desta feita, considerando o arquivamento do processo n. 0050580-52.2021.8.06.0035, não há outra conclusão possível senão a de que resta esmaecido o interesse processual, na medida em que seria inócuo e de nenhuma valia prática o provimento final. Isto posto, por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, DECLARO A EXTINÇÃO DO PRESENTE PROCESSO sem resolução de mérito, o que faço com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil e nos fundamentos elencados nas linhas precedentes, integrantes do presente decisum, por reconhecer a superveniente falta de interesse processual da ação. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as cautelas legais, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SIMONE MONTEIRO DA COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1026/2024

ADV: BRUNA CARNEIRO PINTO DE SENA (OAB 47927/CE) - Processo 0202465-11.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Luis Gael Reis de Menezes - Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais proposta por LUIS GAEL REIS DE MENEZES, representado por sua genitora, MAYARA SILVA REIS DE MENEZES, em face de UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA. Consoante determinação contida na Portaria n. 489/2021, que estabeleceu o portfólio de projetos estratégicos da gestão 2021-2023, determinou-se a unificação do sistema judicial (PJE), por meio de seu desenvolvimento e implantação, que restou atualizada pela Portaria n. 2223/2022. Nesta linha, expediram-se as Portaria ns. 2449/2022, 1409/2024 e 2034/2024, acerca da expansão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), com o objetivo de tramitação de processos com classes das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, Registro Público e processos de matéria Cível Comum (exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude). Prescreve o art. 2º da Portaria 02037/2024 do egrégio Tribunal de Justiça do Ceará: nos processos e procedimento das matérias, referidas no caput do art. 1º que, após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocoladas por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. Resta, portanto, inadvertida a distribuição do presente feito perante o sistema SAJ. Ante o exposto, verificada a necessidade de distribuição do feito perante outro sistema, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Cumpram-se as normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SIMONE MONTEIRO DA COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1027/2024

ADV: BRUNA CARNEIRO PINTO DE SENA (OAB 47927/CE) - Processo 0202461-71.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais proposta por JOÃO MIGUEL SABINO DE PONTES, representado por sua genitora, ANTÔNIA ELEUZA DE PONTES, em face de UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA. Consoante determinação contida na Portaria n. 489/2021, que estabeleceu o portfólio de projetos estratégicos da gestão 2021-2023, determinou-se a unificação do sistema judicial (PJE), por meio de seu desenvolvimento e implantação, que restou atualizada pela Portaria n. 2223/2022. Nesta linha, expediram-se as Portaria ns. 2449/2022, 1409/2024 e 2034/2024, acerca da expansão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE), com o objetivo de tramitação de processos com classes das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, Registro Público e processos de matéria Cível Comum (exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude). Prescreve o art. 2º da Portaria 02037/2024 do egrégio Tribunal de Justiça do Ceará: nos processos e procedimento das matérias, referidas no caput do art. 1º que, após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocoladas por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. Resta, portanto, inadvertida a distribuição do presente feito perante o sistema SAJ. Ante o exposto, verificada a necessidade de distribuição do feito perante outro sistema, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Cumpram-se as normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SIMONE MONTEIRO DA COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1028/2024

ADV: XEILA MAIANE SILVA FREITAS (OAB 29464/CE) - Processo 0201712-54.2024.8.06.0035 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.P.M.R. - M.C.L.R. - L.M.L.R. - M.A.J.L.R. - III. DISPOSITIVO Ante o exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação consubstanciada nas cláusulas e condições estabelecidas à página 29, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Em consequência, decreto a EXTINÇÃO do processo com resolução de mérito, a teor do que dispõe o artigo 487, inciso

III, alínea “b”, do CPC. Ato incompatível com o direito de recorrer, nos termos do artigo 1000, parágrafo único, do Código de Processo Civil, transitando em julgado a sentença neste ato. Custas pelas partes, ficando a exigibilidade suspensa tendo em vista a gratuidade deferida. Publicada automaticamente pelo SAJ. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo, uma vez que inexiste interesse recursal. Expedientes necessários. Aracati/CE, data da assinatura digital. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
JUIZ(A) DE DIREITO DANÚBIA LOSS NICOLÁO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA SIMONE MONTEIRO DA COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1029/2024

ADV: NATANAEL DE ARAÚJO SILVA (OAB 43065/CE) - Processo 0201553-14.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Elenilde Gomes de Lima - Diante do exposto, ancorada nas razões acima elencadas, com fulcro no art. 109 da Lei de Registros Públicos, julgo procedente o pedido inicial para determinar a expedição do competente mandado ao Cartório de Registro Civil competente para que proceda à lavratura da certidão de óbito de RICARDO KAUÃ GOMES DE LIMA, com observância das prescrições inseridas no art. 80 da Lei nº 6.015/73, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. P. R. I. Cientifique-se o Ministério Público. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Cumpra-se com os expedientes necessários. Aracati/CE, data da assinatura digital. Danúbia Loss Nicoláo Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1030/2024

ADV: JOSE NILSON QUEIROZ DE ALMEIDA (OAB 12311/CE), ADV: ANA THEREZA GRAÇA MARCELO (OAB 19246/CE), ADV: EDILSON MONTEIRO DE ALBUQUERQUE NETO (OAB 21589/CE) - Processo 0001191-36.2000.8.06.0035 - Petição Cível - Dissolução - REQUERENTE: E.J.M.V. - Ante a petição de pág. 1063, defiro o pedido de suspensão, assim, suspenda-se o feito por 20(vinte) dias, nos termos da petição retro. Cumpra-se com expediente necessário.

ADV: DORABEL SANTIAGO DOS SANTOS FREIRE (OAB 26601/CE) - Processo 0200992-87.2024.8.06.0035 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Comprovação de Saldo Bancário - REQUERENTE: Maria do Socorro Ferreira Saturnino de Oliveira - Destarte, vislumbrando, in casu, a inequívoca legitimidade da requerente para a formulação do pleito, e considerando que os documentos apresentados se revelam suficientes para a demonstração da veracidade dos fatos alegados na inicial, bem como que a legislação aplicável à espécie contempla o direito invocado, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido, determinando, ipso facto, a expedição do competente Alvará para que os fins colimados nesta ação resultem concretizados. O alvará pode ser expedido antes do trânsito, pois inexiste interesse recursal. Após o trânsito em julgado, ao arquivo com baixas e anotações pertinentes. Sem custas. Publicada automaticamente pelo SAJ. Intime-se. Cumpra-se. Eventual recurso deve ser protocolado via Pje, tendo em vista a migração do feito. Expedientes necessários.

ADV: NATANAEL DE ARAÚJO SILVA (OAB 43065/CE) - Processo 0201553-14.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Elenilde Gomes de Lima - Diante do exposto, ancorada nas razões acima elencadas, com fulcro no art. 109 da Lei de Registros Públicos, julgo procedente o pedido inicial para determinar a expedição do competente mandado ao Cartório de Registro Civil competente para que proceda à lavratura da certidão de óbito de RICARDO KAUÃ GOMES DE LIMA, com observância das prescrições inseridas no art. 80 da Lei nº 6.015/73, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. P. R. I. Cientifique-se o Ministério Público. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Cumpra-se com os expedientes necessários.

ADV: BRUNA CARNEIRO PINTO DE SENA (OAB 47927/CE) - Processo 0202404-53.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: João Gabriel de Alcantara Cavalcante - Ante o exposto, DEFIRO PARCIALMENTE a tutela provisória de urgência pleiteada para determinar à promovida UNIMED FORTALEZA SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA a limitação da cobrança da coparticipação referente às terapias realizadas pela parte autora, durante a continuidade de seu tratamento para o Transtorno do Espectro Autista, ao limite de 01 (uma) vez o valor da mensalidade do plano de saúde, valor este, variável, por certo, a cada ano, no prazo de 05 (cinco) dias. Estabeleço multa diária pelo descumprimento da presente ordem liminar no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), limitada 30 (trinta) dias. Intime-se, pessoalmente, a requerida por mandado a ser entregue por Oficial de Justiça, no endereço indicado na inicial, COM URGÊNCIA, para ciência e cumprimento desta decisão. Considerando os princípios da celeridade e da economia processual, diante da baixa probabilidade de conciliação em demandas dessa espécie, deixo de encaminhar o feito à CEJUSC. Frise-se que tal procedimento não inviabiliza o direito de conciliação, a qual pode ser requisitada a qualquer momento, por qualquer das partes. Cite-se e intime-se a parte ré para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art. 335). Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (CPC, art. 344). Fica a parte autora intimada na pessoa dos seus advogados (CPC, art. 334, § 3º). Sobrevindo novos documentos e alegações em sede de contestação, abra-se para a parte requerente apresentar a réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. As partes deverão, desde logo, especificar se pretendem produzir novas provas e indicar quais são para o esclarecimento dos fatos em suas manifestações. Tais manifestações serão submetidas à apreciação do juízo que poderá deferi-las ou promover julgamento antecipado, se perceber que os fatos já estão devidamente provados ou se a matéria for apenas de direito. Mas, não o fazendo, haverá o referido julgamento (art. 355, CPC). Inverto o ônus da prova por se tratar de relação de consumo e haver nítida desvantagem da parte autora em face do plano de saúde, segundo o art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Expedientes necessários para serem cumpridos com urgência. Intime(m)-se. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: JOYCE DE SENA LIMA (OAB 45218/CE) - Processo 0202450-42.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Lilian Del Carmen Ricardo Paneque - Ante o exposto, verificada a necessidade de distribuição do feito perante outro sistema, nos termos do art. 485, I, do Código de Processo Civil, decreto a extinção do presente feito, sem resolução do mérito. Cumpram-se as normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Intime-se. Oportunamente, arquive-se.

COMARCA DE ARACATI - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0457/2024

ADV: DORABEL SANTIAGO DOS SANTOS FREIRE (OAB 26601/CE) - Processo 0050348-84.2014.8.06.0035 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXECUTADA: E.C.O. - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários. Aracati, 11 de novembro de 2024.

ADV: NATANAEL DE ARAÚJO SILVA (OAB 43065/CE) - Processo 0200139-15.2023.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: F.M.M.N. - Vistos, etc. Considerando a apresentação da contestação, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351, do CPC, apresente a réplica à contestação de págs. 119/130. Expedientes Necessários. Aracati/CE, data da assinatura eletrônica no sistema.

ADV: JESSICA REBOUÇAS DA SILVA (OAB 43338/CE) - Processo 0200349-35.2022.8.06.0089 - Procedimento Comum Cível - Reintegração de Posse - REQUERENTE: Francisco Lopes Felix - Iniciados os trabalhos da Audiência, a MMª Juíza passou a inquirir as testemunhas arroladas pela parte autora, Eliane Rebouças da Costa (declarante); Josineide Maria da Silva e José Francisco da Costa (testemunhas), cuja mídia dos depoimentos seguem anexada aos autos. Encerrada a instrução processual. Na sequência, a Magistrada proferiu o seguinte despacho: “Concedo às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para apresentação de suas Alegações Finais de forma escrita. Na sequência, decorrido o prazo torne-se os autos conclusos para julgamento”.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0200487-96.2024.8.06.0035 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Posto isso, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC, JULGO O PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Como consequência, revogo a decisão liminar de fls. 61/63.

ADV: JOSÉ LUCAS DA COSTA SILVA (OAB 43057/CE) - Processo 0200605-09.2023.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: M.G.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo e, em atenção a certidão de secretaria de pags. 98, bem como o termo de audiência de pags. 87, designo o dia 17.12.2024, às 09:00 horas, para realização da Audiência de Instrução que ocorrerá na sala virtual da 2ª Vara Cível da Comarca de Aracati, através do aplicativo MICROSOFT TEAMS, acessada pelo LINK ou QRCODE abaixo: Link curto: https://link.tjce.jus.br/401814 Link grande: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGZlZGYyYjEtNTJhMi00NTA4LWEyZDItYjVlYmE4YWE5MWFi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220de96192-8d0e-4a10-a55b-ff5f7d418511%22%7d

ADV: XEILA MAIANE SILVA FREITAS (OAB 29464/CE) - Processo 0200758-42.2023.8.06.0035 - Perda ou Suspensão do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: R.V.L. e outro - Iniciados os trabalhos da Audiência, a MMª Juíza passou a tomar depoimento pessoal da genitora, Sra. Raquel Cóe de Moura e do genitor, Sr. Rudeney Viana de Lima, bem como o depoimento da requerente, Sra. Anderline de Sousa Segundo Viana, cuja mídia dos depoimentos seguem anexada aos autos. Na sequência, a MMª juíza passou a inquirir as testemunhas arroladas pela parte autora, Karina Rodrigues Damasceno e Francisca Katiane de Oliveira Rodrigues (mídia dos depoimentos seguem anexada aos autos). Encerrada a instrução processual. Ato contínuo, a Magistrada concedeu o prazo de 05 (cinco) dias para à advogada da parte autora retificar a qualificação das partes na inicial. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para exarar seu parecer. Com o retorno, torne os autos concluso para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: VICTOR LUIZ DE SOUZA GONZAGA (OAB 44862/CE) - Processo 0201161-45.2022.8.06.0035 - Mandado de Segurança Cível - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias - IMPETRANTE: Ana Amélia Gomes Fontenelle - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, denego a segurança requerida. Na hipótese, concedo o benefício da justiça gratuita à parte impetrante, pedido que não havia sido apreciado até o presente momento. Ato contínuo, condeno a parte impetrante ao pagamento das custas processuais, em razão da sucumbência, cuja exigibilidade ficará suspensa, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em razão de a parte ser beneficiária da justiça gratuita. Deixo de condenar em honorários advocatícios em virtude da isenção legal conferida ao procedimento. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. P. R. I.

ADV: THALITA SILVA FONSECA (OAB 33771/CE) - Processo 0201284-72.2024.8.06.0035 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: J.F.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo e, em atenção a Decisão de pags. 29/31, designo o dia 29.01.2025, às 09h:30min, para realização da Audiência de Entrevista que ocorrerá na sala virtual da 2ª Vara Cível da Comarca de Aracati, através do aplicativo MICROSOFT TEAMS, acessada pelo LINK ou QRCODE abaixo: Link curto: https://link.tjce.jus.br/48164e Link grande: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YjhiNzhkN2UtMTc2MC00NGFiLTlmN2EtNDE3MTVlYjRlZTRk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220de96192-8d0e-4a10-a55b-ff5f7d418511%22%7d

ADV: ARTHUR GOMES BONFIM MENDONÇA (OAB 27881/CE), ADV: JOSIANE RAMALHO DE SANTANA (OAB 35907/CE) - Processo 0201378-54.2023.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Je Ferragens & Contruçoes - REQUERIDO: Sertanus Serviços e Locações Ltda-epp e outro - Iniciados os trabalhos da Audiência, a MMª Juíza passou a tomar o depoimento pessoal do representante da empresa promovida, Sr. João Pedro Jota Custodio, cuja mídia do depoimento segue anexada aos autos. Na sequência, a MMª Juíza passou a inquirir as testemunhas arroladas pela parte autora, Raimundo Nonato Araújo Vasconcelos (testemunha); Antonio Carlos Jeronimo da Silva (testemunha) e Antonio Costa Ferreira (testemunha), mídias dos depoimentos seguem anexadas aos autos. Encerrada a instrução processual. Em seguida, a Magistrada proferiu o seguinte despacho: “Concedo às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para apresentação de suas Alegações Finais de forma escrita. Na sequência, decorrido o prazo torne-se os autos conclusos para julgamento”

ADV: HEITOR MORAIS DE LIMA (OAB 44420/CE), ADV: ISRAEL MARTINS DA COSTA (OAB 40401/CE) - Processo 0201541-34.2023.8.06.0035 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.I.N.R.M. - REQUERIDO: I.J.M.R. - Vistos em Inspeção Anual (Portaria nº 05/2024). Designe-se audiência de instrução, em data mais próxima desimpedida. Intimem-se as partes, advertindo-as de que deverão comparecer à referida audiência acompanhadas de suas testemunhas. Deverão, ainda, arrolá-las, caso ainda não tenham o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta intimação, sob pena de preclusão (art. 357, § 4º, CPC). Intime-se, ainda, o Ministério Público, para comparecer à audiência. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: ISRAEL MARTINS DA COSTA (OAB 40401/CE), ADV: HEITOR MORAIS DE LIMA (OAB 44420/CE) - Processo 0201541-34.2023.8.06.0035 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.I.N.R.M. - REQUERIDO: I.J.M.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em

28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo e, em atenção ao Despacho de pags. 91, designo o dia 26.11.2024, às 13h:30min, para realização da Audiência de Instrução que ocorrerá na sala virtual da 2ª Vara Cível da Comarca de Aracati, através do aplicativo MICROSOFT TEAMS, acessada pelo LINK ou QRCODE abaixo: Link curto: https://link.tjce.jus.br/2486d8 Link grande: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzYxYjQzNDktMzI4YS00NDUyLTkyZjktNGJlYmU5MDAwZGI1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220de96192-8d0e-4a10-a55b-ff5f7d418511%22%7d

ADV: HEITOR MORAIS DE LIMA (OAB 44420/CE) - Processo 0201603-74.2023.8.06.0035 - Declaração de Ausência - Declaração de Ausência - REQUERENTE: Maria Correia da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo e, em atenção ao Despacho de pags. 21, designo o dia 22.01.2025, ás 13:00 horas, para realização da Audiência de Justificação que ocorrerá na sala virtual da 2ª Vara Cível da Comarca de Aracati, através do aplicativo MICROSOFT TEAMS, acessada pelo LINK ou QRCODE abaixo: Link curto: https://link.tjce.jus.br/e99615 Link grande: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDdjMjY1ZDktZDQ2NS00ZGNjLTk1YzEtZDZkZDc2MjM5MzAz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%220de96192-8d0e-4a10-a55b-ff5f7d418511%22%7d

ADV: JOSÉ MATHEUS PORTO BARBOSA (OAB 51496/CE) - Processo 0201646-74.2024.8.06.0035 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.S.S. - Com fundamento no art. 203, § 4º do CPC, considerando o artigo 334, §7 do CPC, bem como a Resolução 354/2020 do CNJ, designo audiência de Mediação na modalidade telepresencial/virtual para o dia 21/01/2025 às 14h00min, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Aracati, através da plataforma digital MICROSOFT OFFICE 365/TEAMS, utilizado através de dispositivo com internet (computador/celular). Para ingressar na sala de audiência, basta clicar em qualquer dos meios abaixo: Link grande:https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODYzYjFlODgtNmJhZS00MjAwLWIwZTEtMjImNzI0MTI4YTZk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a6fdc684-c747-4d9e-9f28-470421fb23ce%22%7d Link curto: https://link.tjce.jus.br/06d3d0 Qrcode: Ficam as partes advertidas que, ao ingressar na sala virtual da reunião, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. OBSERVAÇÃO: Havendo impossibilidade técnica para a participação da sessão virtual, as partes deverão comunicar através do telefone 85 98238-6987 (WhatsApp, inativo para ligações), informando também se poderão participar de sessão híbrida ou presencial, comprometendo-se a comparecer ao Fórum na mesma data ou em outra a ser definida nos autos. ACESSO AO MICROSOFT TEAMS: 1) Efetuar o download/ instalação do aplicativo MICROSOFT TEAMS, seja em celular, notebook, tablet ou computador, através do link ou por meio do download do aplicativo pelo celular (Playstore, Apple store, etc). 2) Após o download do sistema na DATA E HORÁRIO CONSTANTES DA CITAÇÃO, deverão clicar no link acima descrito para acesso á sala virtual de audiências do CEJUSC- Aracati/CE. Considerando ainda, se não houver nenhum contato telefônico ou e-mail das partes no processo, estas, até a data da audiência, DEVEM DISPONIBILIZAR NOS AUTOS seus contatos (e-mail e telefone/WhatsApp) ou INFORMAR AO OFICIAL DE JUSTIÇA, quando da intimação/citação do ato, fazendo este constar da certidão, para fins de viabilizar a audiência virtual, com fulcro no art. 4º, caput, da Portaria nº 02/2020/NUPEMEC. Em caso de impossibilidade de realização da audiência no formato acima previsto, permanecerá o processo no CEJUSC para oportuna redesignação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do juízo de origem. Em caso de dúvidas ou mais informações sobre a realização da audiência, contactar o CEJUSC através do telefone (WhtasApp) 85 98238-6987 ou e-mail cejusc.aracati@tjce.jus.br. Ou ainda, utilizar o telefone da Unidade: 2ª Vara Cível (85 982218459). Entre em contato com o CEJUSC através do nosso WhtasApp: Cite-se a parte requerida. Intime-se o advogado da parte requerente, bem como o Ministério Público. Expedientes necessários. Aracati/CE, 11 de novembro de 2024. MARIA GENI GOES DE OLIVEIRA Técnico Judiciário

ADV: NATANAEL DE ARAÚJO SILVA (OAB 43065/CE) - Processo 0201767-05.2024.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: Ana Caroline Ribeiro de Sousa - Com fundamento no art. 203, § 4º do CPC, considerando o artigo 334, §7 do CPC, bem como a Resolução 354/2020 do CNJ, designo audiência de Mediação na modalidade telepresencial/virtual para o dia 24/01/2025 às 09h, a se realizar na sala virtual do CEJUSC de Aracati, através da plataforma digital MICROSOFT OFFICE 365/TEAMS, utilizado através de dispositivo com internet (computador/celular). Para ingressar na sala de audiência, basta clicar em qualquer dos meios abaixo: Link grande:https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODYzYjFlODgtNmJhZS00MjAwLWIwZTEtMjImNzI0MTI4YTZk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a6fdc684-c747-4d9e-9f28-470421fb23ce%22%7d Link curto: https://link.tjce.jus.br/06d3d0 Qrcode: Ficam as partes advertidas que, ao ingressar na sala virtual da reunião, deverão estar de posse de documentos de identificação civil oficial (com foto), podendo ser RG, CNH, passaporte, CTPS ou documentos expedidos pelos Conselhos de Classe. OBSERVAÇÃO: Havendo impossibilidade técnica para a participação da sessão virtual, as partes deverão comunicar através do telefone 85 98238-6987 (WhatsApp, inativo para ligações), informando também se poderão participar de sessão híbrida ou presencial, comprometendo-se a comparecer ao Fórum na mesma data ou em outra a ser definida nos autos. ACESSO AO MICROSOFT TEAMS: 1) Efetuar o download/ instalação do aplicativo MICROSOFT TEAMS, seja em celular, notebook, tablet ou computador, através do link ou por meio do download do aplicativo pelo celular (Playstore, Apple store, etc). 2) Após o download do sistema na DATA E HORÁRIO CONSTANTES DA CITAÇÃO, deverão clicar no link acima descrito para acesso á sala virtual de audiências do CEJUSC- Aracati/CE. Considerando ainda, se não houver nenhum contato telefônico ou e-mail das partes no processo, estas, até a data da audiência, DEVEM DISPONIBILIZAR NOS AUTOS seus contatos (e-mail e telefone/WhatsApp) ou INFORMAR AO OFICIAL DE JUSTIÇA, quando da intimação/citação do ato, fazendo este constar da certidão, para fins de viabilizar a audiência virtual, com fulcro no art. 4º, caput, da Portaria nº 02/2020/NUPEMEC. Em caso de impossibilidade de realização da audiência no formato acima previsto, permanecerá o processo no CEJUSC para oportuna redesignação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do juízo de origem. Em caso de dúvidas ou mais informações sobre a realização da audiência, contactar o CEJUSC através do telefone (WhtasApp) 85 98238-6987 ou e-mail cejusc.aracati@tjce.jus.br. Ou ainda, utilizar o telefone da Unidade: 2ª Vara Cível (85 982218459). Entre em contato com o CEJUSC através do nosso WhtasApp: Intimem-se as partes, bem como a Defensoria Pública. Expedientes necessários. Aracati/CE, 11 de novembro de 2024.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE), ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0201807-89.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria José de Amorim Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Ademais, dou prosseguimento ao feito, remetendo os autos à conclusão para julgamento. Cumpra-se. Expediente necessário.

ADV: MARIA ELINEUDA CHAVES COSTA (OAB 41450/CE), ADV: FRANCISCO JARDEL PEREIRA DA SILVA (OAB 47147/CE) - Processo 0201817-65.2023.8.06.0035 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.S.R. -

REQUERIDO: A.J.S.L. - Iniciados os trabalhos da Audiência, a MMª Juíza passou a tomar o depoimento pessoal da autora, Sra. Jorgiana da Silva Santos Rodrigues, bem como o depoimento pessoal do promovido, Sr. Antônio Jheimison de Sousa Lopes (mídia dos depoimentos seguem anexada aos autos). Na sequência, a Magistrada passou a inquirir a testemunha arrolada pela parte autora, Karolinne Silva Lima (testemunha), bem como a testemunha arrolada pela parte promovida, Joel Borges da Silva (declarante), cuja mídia dos depoimentos seguem anexada aos autos. Encerrada a instrução processual. Em seguida, dada palavra ao Advogado da parte autora, o mesmo requereu a quebra do sigilo bancário do requerido, a fim de aferir o seu real ganho, o que foi indeferido pela magistrada. Após, a Magistrada proferiu o seguinte despacho: "Concedo às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para apresentação de suas Alegações Finais de forma escrita. Na sequência, decorrido o prazo torne-se os autos conclusos para julgamento".

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0225654-23.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Sabino da Costa - Ante a ausência de verossimilhança das alegações da parte autora que possa firmar um convencimento preliminar, INDEFIRO o pedido de medida liminar postulada, sem embargo de nova avaliação com a ocorrência de elementos probantes no decorrer do feito.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0458/2024

ADV: CHARLES FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA (OAB 20106-6/CE), ADV: TIBERIO DE MELO CAVALCANTE (OAB 15877/CE), ADV: CLARISSA DE MELO CAVALCANTE (OAB 19722/CE) - Processo 0011109-78.2011.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jonata da Silva - REQUERIDO: Seguradora Lider Consorcios do Seguro Dpvat S.a - Vistos em conclusão. Sobre o pagamento do acordo noticiado às págs. 293 e seguintes,ouça-sea parte autora no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ANA JÚLIA DA CUNHA PEIXOTO REIS (OAB 146971/MG) - Processo 0013643-82.2017.8.06.0035 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Antonio Murilo Barbosa e outro - Vistos em conclusão. Ante a certidão de fl. 117, cumpra-se com urgência a determinação contida nos autos. Processo meta 02 do CNJ.

ADV: MIRELLA COSTA DE LIMA (OAB 25601/CE), ADV: PAULO ANTONIO MULLER (OAB 13449/RS), ADV: FRANCISCO EUGÊNIO COSTA DE LIMA (OAB 37921/CE) - Processo 0013872-71.2019.8.06.0035 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Bernardo de Souza Monteiro - REQUERIDO: Companhia de Seguros Previdencia do Sul - Previsul e outros - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem nos autos se desejam a produção de outras provas, especificando-as e justificando sua necessidade, sob pena de julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Após, volvam os autos conclusos para decisão saneadora ou julgamento.

ADV: WANINE MARCELLE DIAS (OAB 33926/CE), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CASTRO B. M. MELO (OAB 33905/CE), ADV: DAVID ANDRADE RATTACASO (OAB 27931/CE) - Processo 0200283-86.2023.8.06.0035 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Patricia Ferreira Gondim e outro - Vistos em conclusão. Remetam-se os autos conclusos para saneamento e organização do processo, bem como analise do pleito liminar.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: DANILO ARAGÃO SANTOS ADVOGADOS (OAB 31219/SP), ADV: SOCIEDADE FERREIRA E CHAGAS ADVOGADOS (OAB 1118/MG), ADV: DANILO ARAGÃO SANTOS (OAB 392882/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: FRANCISCO EVERARDO RODRIGUES DA ROCHA (OAB 12140/CE) - Processo 0200554-95.2023.8.06.0035 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Silvia Duarte de Souza Gomes - REQUERIDO: Caixa Economica Federal - Nicacio Comercio de Moveis Ltda, - BANCO DO BRASIL S/A e outro - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, informarem nos autos se desejam a produção de outras provas, especificando-as e justificando sua necessidade, sob pena de julgamento antecipado do mérito, a teor do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Após, volvam os autos conclusos para decisão saneadora ou julgamento.

ADV: SAMARA MARIA MORAIS DO COUTO (OAB 3982/RN) - Processo 0201134-91.2024.8.06.0035 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Erica Emanoela Duarte e outros - INVDO: Evert Veldhuis - Vistos em conclusão. Intime-se novamente a parte autora para regularizar as assinaturas na procuração anexa aos autos, sob pena de extinção.

ADV: JEFFERSON DA SILVA OLIVEIRA (OAB 28005/CE) - Processo 0202111-83.2024.8.06.0035 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Paulo Cesar Pinheiro Barbosa - Vistos, etc. Intime-se a parte autora para justificar o ajuizamento da ação nesta Comarca de Aracati, haja vista que a maioria dos requerentes reside em Fortaleza/CE, um dos autores reside em Paracuru/CE e apenas um dos requerentes reside em Aracati/CE. Concedo prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

COMARCA DE ARACOIABA - VARA UNICA DA COMARCA DE ARACOIABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0377/2024

ADV: JOSE RICARDO ALCANTARA ALVES (OAB 6308/CE), ADV: CARLOS JOSE EVANGELISTA DE CASTRO (OAB 12202/CE), ADV: FRANCISCO ALVES MOREIRA (OAB 31818/CE), ADV: ROBERTO FAUSTINO MAIA (OAB 9871/CE) - Processo 0005166-43.2012.8.06.0036 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Antonio Correia Pinheiro Junior - Gabriel Pinheiro Avelino e outros - ELATÓRIO Vistos etc. - PROCESSO DE META DO CNJ - Tratam os fólios processuais de Ação Penal Pública Incondicionada interposta pelo Ministério Público do Estado do Ceará em face dos réus ANTONIO CORREIA PINHEIRO JÚNIOR (v. Antonio Filho), GABRIEL PINHEIRO AVELINO, FRANCISCO WLADSON DA SILVA (Sinha), BONFIM ALVES PINHEIRO e JOSÉ WAGNER DAS CHAGAS SILVEIRA (v. Troncho), pela prática dos crimes previstos nos artigos 157 § 2º, incisos I , II e V do Código Penal e em face de NIVARDO REGES DOMINGOS DE OLIVEIRA pela prática do delito tipificado no artigo 17 da Lei 10.826/03. Da opinio delicti consta, em síntese, que: "no dia 23/05/2012, por volta das 1h30min, no Centro de Aracoiaba, precisamente no Posto de Combustíveis São Francisco, localizado defronte à Praça da Vitória, os denunciados ANTONIO CORREIA PINHEIRO JÚNIOR (v. Antonio Filho), GABRIEL PINHEIRO AVELINO, FRANCISCO WLADSON DA SILVA (Sinha), BONFIM ALVES PINHEIRO e JOSÉ WAGNER DAS CHAGAS SILVEIRA (v. Troncho) e um outro elemento não identificado, utilizando-se d o s v e í c u l o s C e l t a G M d e p l a c a s H Y Q 4 5 1 9 , c o r v e r m e l h a e F i a t U n o c o r p

r a t a , d e placas não identificadas com emprego de arma de fogo, assaltaram o referido estabelecimento comercial, de onde levaram 01 balde de 20 litros de óleo lubrificante, 11 pneus para motocicleta, um cofre de aço que continha cerca de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em espécie, além de talões de cheques dos Bancos do Brasil, Bradesco, e Notas Promissórias. Inicialmente os ocupantes do Fiat Uno dirigiram o veículo em direção às bombas de combustíveis como se fossem abastecê-lo, o que levou um dos frentistas a se dirigir ao posto para atende-los, para em seguida os ocupantes do veículo Celta também se aproximarem do Posto, chamando a atenção do outro frentista, fazendo-o acreditar que também pretendiam abastecer o veículo. Numa ação simultânea, foram os dois frentistas rendidos pelos ocupantes dos dois veículos, pois enquanto o f r e n t i s t a q u e a t e n d e u a o s o c u p a n t e s do veículo Fiat Uno, após encher o tanque do veículo, era rendido por dois dos ocupantes, os quais desceram do veículo encapuzados e armados com armas de fogo, o outro frentista, quando se aproximava do posto também foi rendido por um dos ocupantes do Celta, que desceu do carro encapuzado e empunhando uma arma de fogo e o conduziu sob a mira da arma até o posto de combustível. (...) " No decorrer das investigações para elucidação do crime, a Polícia Judiciária apurou que o acusado NIVARDO REGES DOMINGOS DE OLIVEIRA, proprietário de um clube de tiro,t mantinha estreitos laços de amizade com alguns dos acusados, os quais, além de praticar exercícios de tiro no referido stand, ainda dele adquiriam armas e munições, cujo acusado as vendia indiscriminadamente e sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (...) A peça delatória inicial, com rol de 05 (cinco) testemunhas/declarantes, encontra-se colacionada às fls. 02 usque 06, e teve por fundamento fático o Inquérito Policial n° 413-35/2012. Despacho de recebimento da denúncia, datado de 16 de janeiro de 2013, foi exarado à fl. 296/298. Fora apresentado Defesa prévia dos réus FRANCISCO WALSISON DA SILVA às fls. 395; JOSÉ WAGNER DAS CHAGAS SILVEIRA às fls. 418/420; BONFIM ALVES PINHEIRO às fls. 389/392; ANTONIO CORREIA PINHEIRTO JUNIO E GABRIEL PINHEIRO AVELINO às fls. 382/387; NIVARDIO REGIS DOMINGOS E OLIVEIRA às fls. 318/320. Os réus foram devidamente interrogados e foi realizada a audiência de instrução, fls. 627/628 - 689/690 - 743/744 - 775/777 - 798/799 - 809/810- 848/849 - 851/852 - 915/916 - 943/944. Alegações finais da acusação e da defesa (fls. 980/987 e 994/1011) ambas requestando a improcedência da denúncia por insuficiência de provas. Vieram, empós, os autos conclusos para sentença. Eis o que de importante havia a relatar. Passo à fundamentação, para ao final decidir. FUNDAMENTAÇÃO CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA REGULARIDADE PROCESSUAL: INEXISTÊNCIA DE NULIDADES A SEREM RECONHECIDAS Ab initio, ressalto que nenhuma preliminar foi suscitada em alegações finais pelas partes, tão pouco vislumbro a existência de alguma que possa de ofício ser reconhecida. Cumpre registrar que, com a apresentação de alegações finais pelas partes, fica preclusa a argüição de qualquer nulidade relativa que possa ser detectada, conforme fica evidente pela transcrição que se segue do seguinte precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS - ARTIGOS 12 E 14 DA LEI 6.368/76 - INOBSERVÂNCIA DO RITO DA LEI 10.409/02, ARTIGO 38 (DEFESA PRELIMINAR) - NULIDADE RELATIVA - PREJUÍZO DEMONSTRADO - RECEBIMENTO DA DENÚNCIA - MOMENTO DE ARGÜIÇÃO - ARTIGO 571, II, DO CPP - INOCORRÊNCIA - PRECLUSÃO DA MATÉRIA - 1. Deve haver estrita observância do rito procedimental previsto no Capítulo V da Lei 10.409/02, quando da apuração de crimes previstos na Lei 6.368/76; ocorrência de nulidade relativa, se não oportunizada a possibilidade de oferecimento de defesa prévia, uma vez que o prejuízo experimentado pela parte já restaria ínsito com o próprio recebimento da denúncia; 2. O Código de Processo Penal determina, em seu artigo 571, inciso II, que as nulidades da instrução criminal dos processos de competência do juiz singular e dos processos especiais deverão ser argüidas nos prazos a que se refere o artigo 500 daquele mesmo CODEX, isto é, em sede de alegações finais (precedentes STJ); 3. Inexistente a argüição da nulidade no momento oportuno, resta precluída a irregularidade ocorrida, não se havendo falar, pois, em coação ilegal imposta ao paciente; 4. Ordem denegada. (STJ - HC 200401500255 - (39063 SP) - 6ª T. - Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa - DJU 06.06.2005 - p. 00373) - destaque proposital. DA ACUSAÇÃO LEVADA A EFEITO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO Versam os autos da presente persecução criminal, consoante imputação constante da delatória vestibular, de prática de crime praticado pelos réus ANTONIO CORREIA PINHEIRO JÚNIOR (v. Antonio Filho), GABRIEL PINHEIRO AVELINO, FRANCISCO WLADSON DA SILVA (Sinha), BONFIM ALVES PINHEIRO e JOSÉ WAGNER DAS CHAGAS SILVEIRA (v. Troncho), pela prática dos crimes previstos nos artigos 157 § 2º, incisos I , II e V do Código Penal e em face de NIVARDO REGES DOMINGOS DE OLIVEIRA pela prática do delito tipificado no artigo 17 da Lei 10.826/03. Analisando os presentes autos, máxime diante da prova produzida em audiência de instrução, verifica-se que a mesma não se demonstra suficiente para a prolação de decreto condenatório. Com efeito, as testemunhas foram taxativas em afirmar que não era possível reconhecer os autores do delito, tendo em vista que, foram abordados quando estavam de costas para os agentes, estava escuro, e após serem conduzidos até uma sala foram amarrados e deixados deitados com o rosto virado para o chão, de modo que não foi possível identificar a autoria delitiva, ademais, um dos agentes estava utilizando capuz, o que dificultou ainda mais a identificação da autoria. A vítima Willame da Silva, frentista do posto de combustível, narrou o seguinte: "Estava de serviço, trabalhava no posto, tava no plantão de um amigo que faltou, o Angelo. Naquela hora estava eu e um colega meu de trabalho. Era uma hora mais ou menos, chegou um carro pra abastecer, um carro prata. Fiquei na praça em seguida passou outro carro, fez um balão e voltou, era um carro vermelho. Foi nessa hora que fui abordado, era um dos carro vermelho, fui abordado na praça. No posto tava o rapaz abastecendo outro carro, aí fui abordado na praça e fui conduzido até a parte do posto. Só vi uma pessoa, estava armada. Pediu pra me virar, disse que era um assalto. Era uma arma tipo espingarda, me conduziu pro pátio do posto. Fiquei na calçada deitado. O rapaz que me abordou estava encapuzado. Em seguida trouxeram outro e fiquei deitado. Ficamos com as mãos livres. Quebraram o cadeado, entraram, botaram a gente pra dentro aí pegaram o fio de telefone amarraram a gente, parece que usaram uma fita também, tudo escuro, não deu pra perceber mais nada. Com certeza era mais de um porque tinha conversa. A gente ficou deitado no pé da porta. No momento que fui abordado não tive reação de mais nada, a não ser ficar emborcado só. Eu percebi algo pesado bolando, quadrado, tremia o chão. Recebi uma coronhada. Devagarinho a gente conseguiu se soltar, peguei a chave do portão e a gente saiu, comunicamos ao Sr. Ciloé em seguida comunicamos a polícia. A testemunha CILOÉ DA SILVA ROCHA proprietário do posto de combustível, afirmou que: "Tomei conhecimento através de um dos frentistas que conseguiu soltar as mãos e quando ele conseguiu soltar ele ligou pra mim. Uma coisa bem arquitetada, bem planejada. Ele relatou o momento da rendição, apagaram as luzes, uma das câmeras gravou. No caso era dois, amarraram com fita. Os frentistas eram Wilame da Silva e o segundo Francisco Wilton. Um fiat chegou pra abastecer aí tira a atenção de um no abastecimento e o outro vinha sido rendido. Levaram meu cofre com dinheiro que tinha dentro, documento, talão de cheque, documento de moto, tudo isso. Tinha R$ 25.000,00. ficaram dentro do posto rendidos, deitados e com as mãos amarradas pra trás. Só conheço um que às vezes estava por lá. No dia que a delegada estava olhando não conheci nenhum. O cofre tava no depósito arrebentado, a polícia mandou eu apanhar ele no açude de Aracoiaba. O frentista, quando conseguiu se desvencilhar ligou pra mim. Um deles estava Encapuzado. O investigado Nivardo negou conhecer ou ter vendido arma para os acusados e negou que houvesse arma ou munição de uso restrito no clube. Os acusados, em depoimento, negaram a prática do delito em evidência. Pois bem. A materialidade encontra-se pautada no apurado durante o inquérito policial, notadamente no auto de apresentação e apreensão; relatório final, bem como nos depoimentos prestados perante a autoridade policial e renovados em juízo. A mesma sorte, contudo, não segue a autoria, conforme os depoimentos das vítimas e

das várias testemunhas ouvidas durante a instrução processual. Sabe-se bem que a imposição de condenação criminal é medida tão grave que somente pode ocorrer à vista de prova que leve o julgador à certeza absolutamente cristalina. Para que haja condenação, as provas não podem ser duvidosas ou cheias de incertezas. Sendo assim, havendo a insuficiência probatória que levem o magistrado a emitir um decreto condenatório, outro caminho não há senão a absolvição, prestigiando, assim, um dos princípios basilares do direito processual penal, o in dubio pro reo. Nos ensina Guilherme de Souza Nucci, em seu Manual de Processo Penal e Execução Penal às fls. 671, discorrendo sobre o assunto, leciona que "a prova insuficiente para condenação (inciso VII) é outra consagração do princípio da prevalência do interesse do réu in dubio pro reo. Se o juiz não possui provas sólidas para a formação do seu convencimento,podendo indicá-las na fundamentação de sua sentença, o melhor caminho é a absolvição" Quanto à fragilidade da prova, não é outro o entendimento de nossos Tribunais: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. ABSOLVIÇÃO.CONDENAÇÃO PROLATADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. RELATO DA VÍTIMA COLHIDO EM INQUÉRITO POLICIAL E NÃO REPETIDO EM JUÍZO. DEPOIMENTO DE POLICIAIS QUE NÃO PRESENCIARAM A DINÂMICA DOS FATOS. AUTO DE EXIBIÇÃO COM POUCOS DETALHES. DÚVIDA ACERCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. 1. Conforme a jurisprudência destaCorte Superior, em atenção ao disposto na lei processual penal (art.155 - CPP), não se admite a condenação embasada apenas em provascolhidas no inquérito policial, não submetidas ao devido processolegal, com observância dos princípios do contraditório e da ampladefesa. 2. Na hipótese, considerando-se que o relato da vítima não foirepetido em juízo, nos termos do art. 155 do CPP, e que as demaisprovas coligidas aos autos não trazem elementos seguros para ademonstração da prática do delito de roubo, tendo em vista que ospoliciais não presenciaram a ameaça e a entrega dos bens, e que,conforme consta da sentença, o auto de exibição "sequer descreve osbens, o que dificulta a prova no sentido de que foram de fatoapreendidos em poder do acusado", verifica-se situação de dúvidasobre a dinâmica dos fatos. 3. Diante da ocorrência de dúvida arespeito dos fatos narrados na denúncia, deve ser restabelecida asentença absolutória, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal, considerando-se o princípio in dubio pro reo. 4.Concessão do habeas corpus. Restabelecimento da sentençaabsolutória. (STJ / HC 691058 / SP HABEAS CORPUS2021/0282459-1 / RELATOR: Ministro OLINDO MENEZES(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO) / DATADO JULGAMENTO: 26/10/2021 PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA PARA A CONDENAÇÃO. FRAGILIDADE PROBATÓRIA NO RECONHECIMENTO DOS ACUSADOS APONTADA NA SENTENÇA. CONTRADIÇÕES NOS DEPOIMENTOS. ABSOLVIÇÃO. EFEITOS ESTENDIDOS AO CORRÉU. 1. Ao considerar o tempo dos fatos, março de 2017, e as oitivas em Juízo, outubro de 2020, e as dificuldades encontradas para as vítimas reconhecerem os acusados, com as contradições apontadas na sentença, entendo que deve ser mantida a sentença de absolvição do paciente e do corréu. 2. Ordem concedida, com efeitos extensivo sao corréu, para restabelecer a sentença de primeiro grau que absolveu os acusados. (STJ / HC 698058 / SP HABEAS CORPUS 2021/0318223-6 / RELATOR: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR /DATA DO JULGAMENTO: 22/02/2022) CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO - FURTO QUALIFICADO - FRAGILIDADE DA PROVA - DÚVIDA QUANTO À AUTORIA - INDÍCIOS NÃO CONCLUDENTES - Absolvição decretada. Inexistindo nos autos a convicção absoluta acerca da autoria do furto, impõe-se a absolvição pela dúvida, porquanto a condenação exige certeza, tanto do crime, quanto e, notadamente, da autoria, não bastando a probabilidade desta ou daquela. (TJSC - ACr 00.002031-1 - 2ª C.Crim. - Rel. Des. Maurílio Moreira Leite - J. 21.03.2000) Deste modo, ausente prova inequívoca da autoria, deve-se prestigiar o princípio in dubio pro reo, sendo a absolvição medida que se impõe, pela insuficiência de elementos de prova suficientes a condenação. DISPOSITIVO À guisa das considerações expendidas, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, julgo improcedente, in totum, a pretensão punitiva estatal, absolvendo, por consequência, ANTONIO CORREIA PINHEIRO JÚNIOR (v. Antonio Filho), GABRIEL PINHEIRO AVELINO, FRANCISCO WLADSON DA SILVA (Sinha), BONFIM ALVES PINHEIRO e JOSÉ WAGNER DAS CHAGAS SILVEIRA (v. Troncho), pela prática dos crimes previstos nos artigos 157 § 2º, incisos I , II e V do Código Penal e de NIVARDO REGES DOMINGOS DE OLIVEIRA pela prática do delito tipificado no artigo 17 da Lei 10.826/03, pelos fatos objeto dos autos sub oculi. Com o trânsito em julgado desse decisum: A) Proceda-se o arquivamento do fascículo processual, com baixa na distribuição, precedida das devidas e necessárias anotações. Sem custas. Publique-se, com a entrega dessa em mão do Diretor de Secretaria (artigo 389 do Código de Processo Penal). Registre-se. Intimações necessárias, na forma da lei. Referente as intimações dos réus deve à svu atentar-se para proceder conforme art. 392, inciso II do CPP. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ANTÔNIO MARTINS DE LIMA (OAB 40078/CE) - Processo 0006993-16.2017.8.06.0036 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Y.L.A.S. - REQUERIDO: A.S.C.J. - R.h Defiro o pedido de desarquivamento. Intime-se. Decorrido o prazo de 15 dias sem manifestações, volver os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: FELIPE FEITOSA LUCIANO (OAB 36570/CE), ADV: PAULA FERNANDA BORBA ACCIOLY (OAB 21269/BA), ADV: JOSE SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 35914/CE), ADV: CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE) - Processo 0007195-90.2017.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - RAIMUNDA PEREIRA DA SILVA S buscava obter decisão judicial que condenasse o BANCO CETELEM S.A a lhe indenizar por danos morais e materiais em face de negócio jurídico inexistente. Esta ação fora proposta em 24 de julho de 2017, págs. 02, conforme carombó de protocolo e recebimento. Posteriormente, em despacho de págs. 137, uma vez que em sede de contestação a parte requerida pugnou preliminarmente pela litispendência da ação informando a existência de ação protocolada anteriormente envolvendo as mesmas partes, conteúdo e pedido autuado sob o n° 0007196-75.2017.8.06.0036, determino que a SVÚ procedesse neste autos, certidão narrativa daquele processo, considerando ainda que tratava-se de processo arquivado fisicamente. Certidão narrativa descansa ás págs. 138, esclarecendo que naqueles autos ás (pgs. 72v), consta sentença de extinção do processo por desistência da ação,extinguindo o presente feito sem julgamento do mérito. É forçoso reconhecer que estamos diante de uma causa de extinção do feito sem apreciação meritória: a litispendência. O Código de Processo Civil autoriza a extinção do processo sem apreciação meritória quando ocorrer litispendência (artigo 485, inciso V). Dá-se a litispendência quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, ainda em curso (parágrafo 3º, artigo 337, Código de Processo Civil). Para que se configure a litispendência devem ser comuns a uma e à outra ação as partes, o pedido e a causa de pedir. Nestes processos são idênticos os sujeitos, o pedido e a causa desse pedido. Inclusive foram protocolados em juízo, exatamente no mesmo dia. Há, portanto, repetição de ações idênticas, pois, são os mesmos sujeitos que contendem a respeito do mesmo bem da vida e pela mesma causa. A litispendência, nos termos do artigo 240 do Código de Processo Civil, nasce com a citação válida. Com efeito, naqueles autos a parte autora requereu a desistência da ação. (fl. 72v). E assim, esse processo ficou esquecido, uma vez que estava suspenso em face de ser tratar de demanda repetitiva, págs. 116. RECONHECENDO estar diante de um caso de litispendência, uma vez que os sujeitos, a causa de pedir e o pedido desta ação são idênticos aos sujeitos, à causa de pedir e ao pedido do Processo nº 0007196-75.2017.8.06.0036, ESCUSO-ME de dizer do mérito desta ação, EXTINGUINDO O FEITO, nos termos do artigo 485, inciso V do Código de Processo Civil. Sem custas em

face da gratuidade judiciária. P.R.I (observar a intimação do sucessor processual, págs. 135).Arquivar.

ADV: AUGUSTO CESAR RODRIGUES VIANA PONTE (OAB 8195/CE), ADV: RICHARD GOMES DA SILVA (OAB 38159/CE) - Processo 0050578-16.2020.8.06.0036 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Pagamento - REQUERENTE: Eugenia Maria de Castro e Silva Moura - REQUERIDO: Ademir de Sousa Santos - Da análise destes autos percebo que após intimação da requerida acerca desta execução de sentença, para pagamento dos aluguéis atrasados, após conclusão do despejo compulsório, págs. 127, a parte autora acostou petição, acerca da desistência da cobrança dos valores da execução, págs. 136, pugnando por extinção da execução. Portanto, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, com apreciação meritória em face da dispensa da obrigação, declarando-a satisfeita. (CPC 526, § 3º) e condenado o executado no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixados em dez por cento sobre o valor devido. P.R.I Uma vez transitado em julgado, em não havendo custas remanescente, arquive-se.

ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS), ADV: DANIEL GERBER (OAB 39879/RS), ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE), ADV: SOFIA COELHO ARAUJO (OAB 40407/DF) - Processo 0200286-04.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Clemente Neves Brito - REQUERIDO: Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdencia Social - R.H Intime-se a parte requerida para manifestar-se sobre a petição de fls. 73/75 no prazo de 15 dias. Expedientes necessários.

ADV: JONAS DO NASCIMENTO LEITÃO (OAB 46545/CE) - Processo 0200293-30.2023.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Ação Anulatória - REQUERENTE: João Antônio Nogueira da Silva - João Antônio Nogueira da Silva ajuizou ação anulatória de auto de infração c/c tutela de urgência contra ato do Superintendente do Departamento Estadual do Trânsito , sustentando, em resumo, o seguinte: “recebeu uma notificação de cobrança do Detran para pagar o valor de R$ 293,47 (duzentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), ou para apresentar recurso no Auto de Infração de Trânsito S605386203 supostamente cometido pelo veículo motocicleta HONDA CG150 FAN ESDI, ano 2012, placa OSJ6741, cor VERMELHA, Chassi nº 9C2KC1680DR400897, RENAVAM nº 504411284, conforme documento em anexo. No Auto de Infração, percebe-se que a suposta infração de trânsito foi cometido no dia 22/04/2022, às 11:23 horas, na CE 292, KM 25,5, na cidade de Juazeiro de Norte/CE, por infração ao art. 208 do CTB (Avançar o sinal vermelho do semáforo), infração gravíssima, com 7 pontos na carteira de habilitação do condutor. Entretanto, os fatos constantes na Notificação de Autuação são improcedentes, tendo em vista que o veículo autuado pela infração é, em verdade, uma motocicleta HONDA CG/125 FAN KS, ano 2012/2013, de placa OSJ5741, cor AZUL, (vide a imagem da autuação e pesquisa anexa), ao passo que o veículo do requerente é uma motocicleta HONDA CG150 FAN ESDI, ano 2012, placa OSJ6741, cor VERMELHA, fotos do veículo em anexo.O requerente apresentou recurso no Detran alegando que a motocicleta infratora exibida no auto de infração não é a sua, que nunca esteve na cidade de Juazeiro do Norte/CE com a motocicleta de placa OSJ6741, que foi erro de digitação da placa no auto de infração, mas o recurso foi julgado improcedente por ausência de elementos suficientes pra invalidar a Infração”. O pedido foi instruído com o(s) documento(s) que se assenta(m) na(s) fl. 10/21. Antecipação de tutela indeferida, págs. 22/23. Justiça gratuita deferida, na mesma decisão. O réu foi citado, págs. 30, não contestou sendo decretada sua revelia, págs. 33. Julgo a lide no estado em que se encontra, haja vista a desnecessidade de dilação probatória, consoante o disposto no art. 355, I, do Código de Processo Civil. O requerente aduziu que não cometeu a infração e pretende a anulação do auto de infração atribuído ao seu prontuário. Formulou pedido de tutela liminar, totalmente genérico, alínea “b” das págs. 08, requerendo pedido totalmente estranho a estes autos. Porém, ainda ssim, analiserei o mérito desta ação. Antes do julgamento do mérito desta ação, teço comentários acerca do meu entendimento sobre o instituto da revelia. Nos termos do art. 346, § único do CPC, o revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo o processo no estado em que se encontra. Pórem essa intervenção tardia deve respeitar as regras de preclusão, de modo que não se admitirá um retrocesso procedimental. Portanto, no campo probatório, a participação do réu revel será lícita, nos termos do art. 349, CPC, sendo possível, a produção de prova pré-constituída, ou seja, a prova documental, sempre sobre a ótica da preservação do princípio da boa fé. Uma vez que não fora apresentado a contestação, mas trata-se de autarquia pública, sua falta não induz diretamente a veracidade do fatos alegados na inicial, por estarmos diante de interesse público. Caberia ao órgão autuador defender em Juízo a legalidade dos atos administrativos praticados, visto que a presunção de veracidade, legitimidade e legalidade é relativa. O artigo 373, I, do Código de Processo Civil é claro em estatuir que o ônus da prova incumbe ao Requerente, quanto ao fato constitutivo de seu direito. Moacir Amaral Santos, citando Betti, preleciona que o critério da distribuiçãodo ônus da prova deduzida do ônus da afirmação evoca a antítese entre ação, no sentido lato, e exceção, também no sentido lato, a cujos ônus respectivos se coordena o ônus da afirmação para os fins da prova. O ônus da prova é útil insistir é determinado pelo ônus da afirmação, e este, por sua vez, é determinado pelo ônus da demanda, que assume duas posturas diferentes,apresentando-se da parte do autor, como ônus da ação, e da parte do réu como ônus da exceção. Em suma, quem tem o ônus da ação tem o de afirmar e provar os fatos que servem de fundamento à relação jurídica litigiosa (in Comentários ao Código de Processo Civil, Forense, 1989, vol.IV, p.25). O ato administrativo é dotado da presunção relativa de legitimidade e veracidade, permitindo-se a prova em contrário, ônus observado pelo Requerente, em conformidade com o art. 373, I, do CPC. Restou comprovado pela documentação juntada aos autos pelo Requerente, notadamente pelas fotografias de págs. 14 e 19/21, que a moto infratora tratava-se de uma motocicleta de cor azul e placa OSJ 5741, ao passo que a motocicleta do autor é de cor vermelha e placa OSJ 6741, págs.15. Logo, denota-se que a autarquia de trânsito não teve o mínimo de acuidade na análise da documentação. A negativa do Requerido, DETRAN/CE em providenciar a desvinculação do nome do requerente da infração e reconhecer o seu equívoco, em sede de recurso administrativo, não se justifica. Verifica-se a ausência de ato volitivo do requerente na prática das condutas; não teria autorizado sua indicação como infrator ou mesmo detinha conhecimento da infração, ois não a cometera. Suas alegações são deveras ponderáveis e respaldam a sua boa-fé. Por sua vez, o artigo 373, II, do CPC é claro em estatuir que o ônus da prova incumbe ao Requerido, quanto ao fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do adverso. Na hipótese dos autos, o Requerido não se desincumbiu desse ônus. Mas quedou-se inerte, tornando-se revel. Quando ao pleito de indenização por danos morais, este deve ser rejeitado. Em que pesem as alegações da parte autora, é necessário distinguir aquilo que configura mero aborrecimento, situação que deve ser tolerada em virtude da convivência em sociedade, do dano moral. Este último apenas deve ser reconhecido quando a violação extrapola os limites daquilo que se pode chamar de margem de tolerância social. No caso concreto, verifica-se que o autor passou por situação desagradável, por ter de reclamar a inegibilidade da multa, em juízo. No entanto, isso não é suficiente para caracterizar dano moral. Não há sinal de qualquer desrespeito ou humilhação nas vezes em que tentou solucionar o problema. A respeito do tema, ensina Sérgio Cavalieri Filho: Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exarcebada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia a dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo. Se assim não se entender, acabaremos por banalizar o dano moral, ensejando ações judiciais em busca de indenizações pelos mais triviais aborrecimentos. (inPrograma de Responsabilidade Civil, 2ª edição, Malheiros Editores, pág. 78). Modernamente se tem aproximado o dano moral do princípio da dignidade da pessoa humana, mas sem se limitar a ele, sob

pena de verificar um conceito abstrato e desprovido de segurança jurídica. Assim, será indenizável aquela violação a um interesse existencial concretamente merecedor de tutela, vislumbrando-se o ser humano diante de toda a coletividade e por meio de suas relações interpessoais. Na hipótese em testilha, não se evidencia lesão à esfera de direitos da personalidade justificadora da reparação extrapatrimonial. Não há, com efeito, ofensa à honra, à imagem ou à integridade física ou psicológica dos autores, eis que a situação reflete mero inadimplemento de ordem unicamente material. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, com base no art. 487, I, do CPC, para o fim de declarara a nulidade do seguinte auto de infração S605386203, e declarando inexigível a multa dele decorrente, devendo ser retirado juntamente com a respectiva pontuação do prontuário de JOÃO ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA. Prazo para cumprimento de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), limitada a trinta dias, que incidirá a partir da sua intimação oficial (ou portal eletrônico), passível de majoração se houver reiteração injustificada no descumprimento. Ante a sucumbência, condena-se o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação. P.R.I.Arquivar.

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA ARAUJO (OAB 28194/CE) - Processo 0200294-87.2023.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: LUIZ CARLOS CRUZ DO NASCIMENTO - SENTENÇA Processo n.º: 0200294-87.2023.8.06.0303 Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas Ministério Público e Autoridade Policial: Ministério Público do Estado do Ceará e outro Réu: LUIZ CARLOS CRUZ DO NASCIMENTO Cuida-se de ação penal ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO contra LUIZ CARLOS CRUZ DO NASCIMENTO, cuja denúncia imputa-lhe a conduta criminosa de posse ilegal de arma de fogo, tipificada no artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003. A peça delatória narra os seguintes fatos: " O acusado foi denunciado porque no dia 01.02.2023, por volta das 18h55min, na Avenida Tiradentes, no Centro desta cidade de Aracoiaba, policiais militares que faziam patrulhamento de rotina no referido logradouro, receberam informações acerca de vários indivíduos transitando armados na cidade de Aracoiaba, tendo em vista a guerra de facções que ocorre na cidade por conta da disputa de pontos de tráfico de drogas. Nesse contexto é que os policiais abordaram o acusado que trafegava na garupa de uma motocicleta em atitude suspeita, momento em que o denunciado informou que estava armado, tendo sido apreendidos em seu poder uma pistola calibre 9mm com numeração raspada, três carregadores completos com 23 munições de calibre 9mm, conforme consta do Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 09, sendo que o acusado afirmou ser proprietário do armamento, sem, contudo, possuir, o acusado, registro e a devida autorização para portá-lo. Conduzido à presença da autoridade policial, o acusado confessou que portava a arma de fogo de maneira irregular para sua defesa pessoal, visto que possui muitos inimigos". (...) Denúncia acostada às fls. 01/03. Recebimento de denúncia acostado em pág. 99/101, datado de 27 de março de 2023. Acusado apresentou defesa prévia às fls. 94. Audiência de instrução às fls. 142143 e fls. 177/178, onde foram ouvidas as testemunhas e o acusado. Laudo pericial às fls. 231/235. Alegações finais do MP às fls. 242/245, requerendo a condenação do acusado nos termos da denúncia. Alegações finais da defesa às fls. 260/261, pleiteando o reconhecimento e a aplicação da circunstância atenuante estabelecida no artigo 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal (confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime). É O RELATÓRIO. DECIDO. DA FUNDAMENTAÇÃO: Inicialmente, impende ressaltar que o presente processo não padece de qualquer nulidade, tendo tramitado dentro dos ditames legais e constitucionais. No mérito, é forçoso reconhecer que a conduta do acusado é penalmente típica,ilícita e culpável. Sobre o CRIME DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, PREVISTO NO ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV DA LEI Nº 10.826/2003, A materialidade das condutas criminosa e a respectiva autoria restaram manifestamente comprovadas no processo. Quanto a materialidade, esta restou provado a partir do auto de apresentação e apreensão, acostado em pág. 12, além do laudo pericial de fls. 231/235 oriundo da Perícia Forense do Estado do Ceará Coordenadoria de Perícia Criminal. Do mesmo modo, embasada ainda, com a oitiva das testemunhas que foram firmes em suas declarações ao afirmar que o acriminado tinha em sua posse, a arma indicada nestes autos. Vejamos o que narrou a testemunha ANTÔNIO LUCIVANDO LIMA RODRIGUES, mototaxista: "que trabalha como entregador no quiosque na av. Tiradentes; que o rapaz ligou para ele pedindo para ele ir buscar ele em frente a fábrica da Márcia; que quando chegou lá ele pediu para ele ir deixar ele na Oiticica; que quando chegou no alto do Manu foram abordados pelo Raio e o ele estava com essa pistola. Disse que viu a pistola pois estava junto na abordagem. Que não se recorda se ele estava fardado mas sabe que era um blusão preto"; (...) A testemunha CLOVIS DE SOUSA LIMA VERDE, policial militar do flagrante, narrou em juízo que: "A gente em patrulhamento pela área da Aracoiaba, ali próximo do cemitério, a gente achou estranho duas pessoas passando toda arrumada de capacete, por que por conta da criminalidade as pessoas evitam até andar de capacete. A gente achou estranho e quando a gente abordou o garupeiro foi logo pulando da moto dizendo que estava armado e foi encontrada a pistola mais um carregador reserva, foi feito o trabalho e o que estava com ele era um trabalhador, um mototaxista que não tinha nada a ver. Ele (o acusado) assumiu e a gente levou ele pra delegacia. quando eu peguei a pistola já percebi que ela estava com a numeração raspada". (...) O acusado LUIZ CARLOS CRUZ DO NASCIMENTO, por sua vez, confessou a autoria e a materialidade delitivas, tendo admitido estar na posse da referida arme e munição, vejamos: "realmente eu estava com a arma que era pra eu poder me proteger de uns assaltos de umas coisas. Paguei R$ 9.000,00 na arma, comprei com a munição. Tinha acabado de comprar a arma e fui preso. Eu morava em Baturité, fui só pegar a arma em Aracoiaba e fui preso. Eu já tinha pago o valor, os R$ 9.000,00. ta acontecendo muitos assaltos na cidade, todo canto ta tendo assalto e eu decidi comprar uma arma pra ficar dentro de casa porque eu tenho filho e mulher, eu não aceito vagabundo entrar na minha casa pra levar minhas coisas que eu passo o mês todinho trabalhando pra poder conseguir."(...) Nesse sentido, os elementos colhidos na fase inquisitorial comprovam os fatos narrados na Denúncia, destacando ainda, os requisitos essenciais de autoria e materialidade comprovando que, o acusado, de fato, estava na posse de arma com numeração raspada ao ser abordado do alto do Manu pelo Raio, bem como 23 (vinte e três) munições não deflagradas. A prova testemunhal produzida pela acusação é conclusiva quanto à materialidade e à autoria delitiva, demonstrando a conduta típica penal individualizada na peça acusatória. Aliás, os depoimentos dos policiais são bastante detalhados a respeito da condutado acusado, não restando dúvida da prática do crime de posse ilegal de arma de fogo. Ressalte-se que os depoimentos prestados por agentes da segurança pública,quando coesos e harmônicos, são suficientes para sustentar uma condenação,principalmente quando não há indícios de que queiram deliberadamente prejudicar o acusado. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DECISÃO MONOCRÁTICA. JOGO DO BICHO (ART. 58, DA LEI N.6259/44). PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. ALEGAÇÃO DE INIDONEIDADE DAS PROVAS QUE ENSEJARAM A CONDENAÇÃO. TESTEMUNHAS POLICIAIS CORROBORADAS POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. REVOLVIMENTO FÁTICO PROBATÓRIO. INVIÁVEL NA ESTREITA VIA DO MANDAMUS. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. I - E assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sobpena de ser mantida a r. decisão vergastada pelos próprios fundamentos. II - O depoimento dos policiais responsáveis pela prisão em flagrante do paciente constitui meio de prova idôneo a fundamentar a condenação, mormente quando corroborado em Juízo, no âmbito do devido

processo legal, como ocorreu no presente caso. III - A condição de as testemunhas serem policiais não retira o valor da prova produzida, porque, como qualquer testemunha, prestam o compromisso e a obrigação de dizer a verdade. (CPP arts. 203 e 206, 1ª parte). IV - Segundo a jurisprudência consolidada desta Corte, odepoimento dos policiais prestado em Juízo constitui meio de prova idôneo a resultarna condenação do réu, notadamente quando ausente qualquer dúvida sobre aimparcialidade dos agentes, cabendo à defesa o ônus de demonstrar aimprestabilidade da prova, o que não ocorreu no presente caso. V. (...) VI -. (STJ -AgRg no HC: 649425 RJ 2021/0063996-4, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data deJulgamento: 06/04/2021, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/04/2021) -Grifo nosso. Sendo assim, a conduta típica comprovada nos autos enquadra-se no tipo penal do artigo 16 §1º, IV do Estatuto do Desarmamento. O Art. 16 §1º - IV da Lei n° 10.826/ 2003 dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição entendendo ser ilegal a prática nos seguintes termos: " portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado". Em razão disso tudo, forte nas provas dos autos, é forçoso inferir que restou provada a materialidade e a autoria do acusado, pois as provas formam um conjunto de elementos empíricos assaz idôneos para comprovar que o réu praticou o tipo penal de posse irregular de arma de fogo, com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado previsto, no artigo 16, IV da Lei de n°10.826/ 2003. DISPOSITIVO: Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado deduzida na presente ação penal e, em consequência, CONDENO o acusadoLUIZ CARLOS CRUZ DO NASCIMENTO, nas sanções do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/2003, razão pela qual passo à dosimetria da pena a ser cominada, na estrita forma prevista nas normas do artigo 68 do Código Penal,fazendo-o com esteio no artigo 42 da lei n. 11.343/06, cumulado com o artigo 59 doCódigo Penal. Fase Circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal) a) Culpabilidade: não há quaisquer subsídios que possam aumentar ou diminuir a censura da prática do ato ilícito;b) Antecedentes Criminais: O réu é primário, não registrando outros processos antes desse crime em comento, conforme certidão de antecedentes criminais às págs. 193/196, não podendo valorar;c) Conduta Social: não há elementos cabais para aferir a conduta social do réu;d) Personalidade: não há elementos suficientes para aferir a personalidade do réu;e) Motivação do crime: as mesmas das figuras clássicas penais, confundindo-se com o dolo propriamente, portanto, nada a valorar;f) Circunstâncias do crime: normais à espécie;h) Comportamento da vítima: a vítima é a coletividade difusa. Nesse sentido, as circunstâncias judiciais são neutras ou favoráveis ao réu, razão pela qual na 1ª fase: fixo a pena base para o crime previsto 16, § 1º, IV, da Lei nº 10.826/2003, qual seja posse ilegal de arme de fogo com numeração suprimida, fixo a pena-base no mínimo legal, em 03 (três)anos de reclusão além do pagamento de 10 (dez) dias-multa. Na 2ª fase: reconheço a atenuante da confissão espontânea, mas deixo de aplicá-la, mantendo a pena estabelecida na fase anterior, pois sua incidência não pode reduzir a pena abaixo do mínimo legal (súmula 231 do STJ). Inexistem circunstâncias agravantes. Na 3ª fase: Inexiste causa de aumento e diminuição da pena. Tornando a PENA DEFINITIVA em: 3 (três) anos de reclusão, além do pagamento de 10 (dez) dias-multa. A pena de multa em 1/30 do salário-mínimo por dia-multa, em razão da condição financeira do condenado. DA DETRAÇÃO: Diante da certidão de fls. 262, verifico que o réu permaneceu recolhido por 02 meses e 25 dias, e sendo assim aplico a detração e fixo a pena restante a cumprir em: 02 anos 09 meses e 06 dias além do pagamento de 10 (dez) dias-multa. DO REGIME Fixo o regime ABERTO para início do cumprimento da pena privativa de liberdade, de acordo com o disposto no artigo 33, §2º, alínea "c", do Código Penal, vez que a condenação não é superior à 4 (quatro) anos. Concedo a substituição da pena privativa da liberdade por restritivas de direito (CP, artigo 44, §2º), uma vez que se revela suficientemente adequada,sugerindo-se, para o caso, prestação de serviços à comunidade, consistente na atribuiçãode tarefas gratuitas ao condenado, pelo interregno de tempo da pena privativa de liberdade imposta, cujo cumprimento será definido no Juízo da Execução, facultado seu cumprimento em metade do tempo da pena privativa de liberdade (art. 46, §4º, CP). Incabível o Sursis, posto que foi aplicada a substituição supra, consoante art. 77,III, do CP. DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE Ante a pena aplicada, tendo o acusado respondido a ação penal em liberdade e ausentes, nesse momento, os requisitos autorizadores da prisão preventiva, concedo ao acusado o direito de recorrer em liberdade. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Condeno o acusado, ainda, ao recolhimento das custas do processo nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, entretanto, concedo-lhe os benefícios da justiça gratuita, suspendendo a exigibilidade das custas, a teor do art. 98, § 3º, do Código deProcesso Civil. Após o trânsito em julgado desta decisão, determino as seguintes providências: a) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, através do Cartório Eleitoral local, para fins de suspensão dos direitos políticos, nos termos do artigo 15, III da Constituição Federal; b) Atualize o histórico de partes; c) Expeça-se a competente guia de execução criminal para as providências cabíveis à espécie; d) Expeça-se ofício aos órgãos de estatística criminal do Estado, para que se procedam às anotações de estilo; Cumpridas as determinações acima, determino o arquivamento dos autos com asdevidas cautelas. Expedientes necessários.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GOMES (OAB 37937S/CE), ADV: JONAS DO NASCIMENTO LEITÃO (OAB 46545/CE) - Processo 0200327-68.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Estevânio dos Santos - REQUERIDO: Nubank - Nu Pagamentos S.a - R.h Entendendo serem suficientes as provas juntadas aos autos, anuncio o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que digam se ainda desejam produzir provas, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo em branco, voltem os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA), ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE) - Processo 0200385-71.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Terezinha da Silva Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos etc. Cuidam estes autos de ação ordinária de inexistência de débitos c/c devolução de valores em dobro e indenização por danos morais proposta por Terezinha da Silva Sousa em face do Banco Bradesco, todos devidamente qualificados. Não obstante, as partes requerem a extinção do processo, haja vista a realização de composição amigável, fls.144/145. É o Relatório. DECIDO. As partes estão devidamente representadas por advogado, o objeto do acordo a ser homologado é lícito e possível, assim não vejo como não homologá-lo. Pelo exposto, por sentença HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO E JULGO EXTINTO com resolução do mérito, com arrimo no art. 487, inciso III, b do Código de Processo Civil. Sem custas, nem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as formalidades legais e após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE) - Processo 0200611-76.2024.8.06.0036 (apensado ao processo 0200612-61.2024.8.06.0036) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Laura Gomes de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Quanto ao pedido de justiça gratuita, não se verificam nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade judiciária, destarte não podendo ser indeferido o pedido, a teor do art. 99, § 2º, do Código de Processo Civil, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência financeira alegada pela parte (art. 99, § 3º, NCPC). Defiro, pois, o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Como se sabe, a tutela antecipatória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo em decisão fundamentada. Também

pode ser concedida a qualquer tempo, desde que exista no processo prova inequívoca e verossimilhança da alegação. Não há dúvida de que a antecipação dos efeitos da tutela tem a finalidade de dar maior efetividade à função jurisdicional. O objetivo da norma é autorizar o juiz, em caráter geral, a conceder initio litis, total ou parcialmente o provimento final em qualquer ação de conhecimento, desde que preenchidos os requisitos necessários. É uma forma de antecipar, provisoriamente, a própria solução definitiva esperada no processo, quando não se pode aguardar a inevitável demora da sentença final. Ora, se a antecipação dos efeitos da tutela disciplinada no art. 300 do Código de Processo Civil/2015, tem por fim, mediante cognição sumária da lide, entregar de imediato a tutela que se busca ao final na pretensão deduzida, para sua concessão não basta a afirmação do requerente quanto a veracidade de determinado fato, é necessário que a situação que motiva o pedido de antecipação seja inequivocamente provada, bem como risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Os fundamentos que sustentam a pretensão e a documentação utilizada para instruir a exordial comprovam a probabilidade de direito. No entanto, não há risco iminente para o tutelado, de dano irreparável ou de difícil reparação antes do julgamento do mérito desta ação. Com base no exposto, em sede de cognição sumária, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendido pelo autor. Designo audiência de conciliação, a ser realizada dia ____/____/____, às ___:____ horas, em observância, assim, aos prazos legais mínimos para: a) audiência: 30 dias; b) citação: 20 dias, no mínimo. Tudo a teor do art. 334, do vigente Código de Processo Civil, observado ainda o § 3º, do mesmo dispositivo. Cite-se a parte requerida, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da data da audiência, intimando-a a comparecer no dia e horário agendados; c) da fluência do prazo para apresentar contestação de 15 (quinze) dias, contados da data da referida audiência; d) da imposição de multa de 2% sobre o valor da causa em caso de não comparecimento injustificado à audiência; e) da impossibilidade de considerar o seu eventual desinteresse na audiência de conciliação, haja vista que a parte autora já manifestou o seu interesse, isso porque o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE) - Processo 0200612-61.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Laura Gomes de Sousa - R. h. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Quanto ao pedido de justiça gratuita, não se verificam nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade judiciária, destarte não podendo ser indeferido o pedido, a teor do art. 99, § 2º, do Código de Processo Civil, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência financeira alegada pela parte (art. 99, § 3º, NCPC). Defiro, pois, o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Como se sabe, a tutela antecipatória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo em decisão fundamentada. Também pode ser concedida a qualquer tempo, desde que exista no processo prova inequívoca e verossimilhança da alegação. Não há dúvida de que a antecipação dos efeitos da tutela tem a finalidade de dar maior efetividade à função jurisdicional. O objetivo da norma é autorizar o juiz, em caráter geral, a conceder initio litis, total ou parcialmente o provimento final em qualquer ação de conhecimento, desde que preenchidos os requisitos necessários. É uma forma de antecipar, provisoriamente, a própria solução definitiva esperada no processo, quando não se pode aguardar a inevitável demora da sentença final. Ora, se a antecipação dos efeitos da tutela disciplinada no art. 300 do Código de Processo Civil/2015, tem por fim, mediante cognição sumária da lide, entregar de imediato a tutela que se busca ao final na pretensão deduzida, para sua concessão não basta a afirmação do requerente quanto a veracidade de determinado fato, é necessário que a situação que motiva o pedido de antecipação seja inequivocamente provada, bem como risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Os fundamentos que sustentam a pretensão e a documentação utilizada para instruir a exordial comprovam a probabilidade de direito. No entanto, não há risco iminente para o tutelado, de dano irreparável ou de difícil reparação antes do julgamento do mérito desta ação. Com base no exposto, em sede de cognição sumária, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendido pelo autor. Designo audiência de conciliação, a ser realizada dia ____/____/____, às ___:____ horas, em observância, assim, aos prazos legais mínimos para: a) audiência: 30 dias; b) citação: 20 dias, no mínimo. Tudo a teor do art. 334, do vigente Código de Processo Civil, observado ainda o § 3º, do mesmo dispositivo. Cite-se a parte requerida, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da data da audiência, intimando-a a comparecer no dia e horário agendados; c) da fluência do prazo para apresentar contestação de 15 (quinze) dias, contados da data da referida audiência; d) da imposição de multa de 2% sobre o valor da causa em caso de não comparecimento injustificado à audiência; e) da impossibilidade de considerar o seu eventual desinteresse na audiência de conciliação, haja vista que a parte autora já manifestou o seu interesse, isso porque o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: JOHN ÉWERTON DE CARVALHO PIRES (OAB 31029/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0200705-24.2024.8.06.0036 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca Dourado de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - R. h. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Quanto ao pedido de justiça gratuita, não se verificam nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade judiciária, destarte não podendo ser indeferido o pedido, a teor do art. 99, § 2º, do Código de Processo Civil, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência financeira alegada pela parte (art. 99, § 3º, NCPC). Defiro, pois, o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Como se sabe, a tutela antecipatória pode ser revogada ou modificada a qualquer tempo em decisão fundamentada. Também pode ser concedida a qualquer tempo, desde que exista no processo prova inequívoca e verossimilhança da alegação. Não há dúvida de que a antecipação dos efeitos da tutela tem a finalidade de dar maior efetividade à função jurisdicional. O objetivo da norma é autorizar o juiz, em caráter geral, a conceder initio litis, total ou parcialmente o provimento final em qualquer ação de conhecimento, desde que preenchidos os requisitos necessários. É uma forma de antecipar, provisoriamente, a própria solução definitiva esperada no processo, quando não se pode aguardar a inevitável demora da sentença final. Ora, se a antecipação dos efeitos da tutela disciplinada no art. 300 do Código de Processo Civil/2015, tem por fim, mediante cognição sumária da lide, entregar de imediato a tutela que se busca ao final na pretensão deduzida, para sua concessão não basta a afirmação do requerente quanto a veracidade de determinado fato, é necessário que a situação que motiva o pedido de antecipação seja inequivocamente provada, bem como risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Os fundamentos que sustentam a pretensão e a documentação utilizada para instruir a exordial comprovam a probabilidade de direito. No entanto, não há risco iminente para o tutelado, de dano irreparável ou de difícil reparação antes do julgamento do mérito desta ação. Com base no exposto, em sede de cognição sumária, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendido pelo autor. Designo audiência de conciliação, a ser realizada dia ____/____/____, às ___:____ horas, em observância, assim, aos prazos legais

mínimos para: a) audiência: 30 dias; b) citação: 20 dias, no mínimo. Tudo a teor do art. 334, do vigente Código de Processo Civil, observado ainda o § 3º, do mesmo dispositivo. Cite-se a parte requerida, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da data da audiência, intimando-a a comparecer no dia e horário agendados; c) da fluência do prazo para apresentar contestação de 15 (quinze) dias, contados da data da referida audiência; d) da imposição de multa de 2% sobre o valor da causa em caso de não comparecimento injustificado à audiência; e) da impossibilidade de considerar o seu eventual desinteresse na audiência de conciliação, haja vista que a parte autora já manifestou o seu interesse, isso porque o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARACOIABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0378/2024

ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE) - Processo 0200311-17.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ana Lucia Paulino de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, PROCEDENDO COM OS EXPEDIENTES NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA BEM COMO COM A INTIMAÇÃO DAS PARTES E DO(A) ATA DE AUDIÊNCIA/DECISÃO DE PÁG. 42 E CERTIDÃO DE PÁG. 43, CONTENDO O LINK PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE FORMA VIRTUAL, MAS PODENDO A MESMA SER REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL

ADV: ISMAEL MARQUES DA SILVA (OAB 41062/CE) - Processo 0200521-68.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Francisca Marques de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, PROCEDENDO COM OS EXPEDIENTES NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA BEM COMO COM A INTIMAÇÃO DAS PARTES E DO(A) DESPACHO/DECISÃO DE PÁGS. 65/67 E CERTIDÃO DE PÁG. 182, CONTENDO O LINK PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE FORMA VIRTUAL, MAS PODENDO A MESMA SER REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL

ADV: ITALO DA SILVA NOGUEIRA (OAB 49214/CE) - Processo 0200625-60.2024.8.06.0036 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Lucineide Alves do Nascimento Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, PROCEDENDO COM OS EXPEDIENTES NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA BEM COMO COM A INTIMAÇÃO DAS PARTES E DO(A) DESPACHO/DECISÃO DE PÁGS. 74/75 E CERTIDÃO DE PÁG. 78, CONTENDO O LINK PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE FORMA VIRTUAL, MAS PODENDO A MESMA SER REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL

COMARCA DE ARARIPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARIPE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ARARIPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0534/2024

ADV: GUILHERME LOPES DE ALENCAR FILHO (OAB 32002/CE), ADV: JOSIELDO FERREIRA NEVES (OAB 40343/CE) - Processo 0050627-17.2021.8.06.0038 - Guarda de Família - Guarda - AUTOR: R.A.S. - REQUERIDA: R.V.L. - Trata-se de Ação de Guarda ajuizada por Raimundo Almeida dos Santos, em favor Roniel Almeida Lopes dos Santos, Judena Lopes Almeida dos Santos, Roniele Lopes Almeida dos Santos, João Vitor Lopes dos Santos, Maria Sofia Lopes Almeida dos Santos e Ramon Lopes Almeida dos Santos e em face de Rita Vitorino Lopes. Determinou-se a intimação pessoal do requerente. Assim, verificou-se que o requerente não possui interesse no andamento do feito, conforme certificado às fls. 99/100. O Ministério Público manifestou-se favorável a extinção do feito. É o breve relatório. Decido. Não pode o aparato judiciário ficar à mercê do desinteresse das partes, aguardando, indefinidamente, a boa vontade do autor para se manifestar. Assim preconiza o art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil: Art. 485. O Juiz não resolverá o mérito quando: (...) III por não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. No caso dos autos, verifica-se que a parte interessada, mudou-se de Estado e não informou novo endereço, bem como, não prestou as informações inerentes ao prosseguimento do feito. Destarte, a máquina judiciária não pode ser movida a propósito de meras consultas ou interesses acadêmicos, nem poderá esperar indefinidamente a manifestação do autor quanto à determinação judicial, ao seu mero dissabor. A inércia autoral restou sobejamente comprovada, não havendo outro caminho senão a extinção do feito. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas e nem honorários. Determinações finais: Publique-se a presente sentença no DJe. Vista ao Ministério Público, para ciência, via Portal, sem prazo. Certifique-se o trânsito em julgado imediato. Por fim, arquivem-se. À Secretaria para que cumpra-se. Araripe/CE, 08 de novembro de 2024. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz

ADV: FRANCISCO GEFFERSON OLIVEIRA DA SILVA (OAB 40361/CE) - Processo 0200076-44.2024.8.06.0038 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabeth Alves Feitoza - Vistos. Trata-se de Embargos de Declaração em face da sentença de fl. 39. Analisando detidamente o recurso, verifica-se, em síntese, que o embargante insurge-se contra erro material em relação ao polo ativo e passivo, haja vista que constou como parte autora JOSÉ EDMILSON GOMES HOLANDA e como parte demandada o MUNICÍPIO DE ARARIPE . Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Os embargos de declaração são recursos destinados ao prolator da decisão para afastar obscuridade, suprir omissão e eliminar contradição existente no julgado, ou ainda corrigir erro material. Neste diapasão, os aclaratórios devem ser acolhidos. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para CORRIGIR o erro material supracitado, razão pela qual determino o prosseguimento do feito. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais expedientes necessários.

ADV: JOAO PAULO GOMES DIAS (OAB 20746/CE), ADV: JENNIEIRE MOREIRA DE SOUZA (OAB 105820/PR) - Processo 0200275-03.2023.8.06.0038 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cicera Pinto da Silva - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - ATO ORDINATÓRIO Processo n.º: 0200275-03.2023.8.06.0038 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Fornecimento de Água Requerente Cicera Pinto da Silva Requerido CAGECE -

Companhia de Água e Esgoto do Ceará Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS para se manifestarem, querendo, sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça deste Estado, no prazo de 05 (cinco) dias. Araripe/CE, 12 de novembro de 2024. Maria do Socorro de Alencar Andrade Auxiliar Judiciário

ADV: JOAO PAULO GOMES DIAS (OAB 20746/CE), ADV: JENNIEIRE MOREIRA DE SOUZA (OAB 105820/PR) - Processo 0200279-40.2023.8.06.0038 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Marlene da Silva - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - ATO ORDINATÓRIO Processo n.º: 0200279-40.2023.8.06.0038 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Fornecimento de Água Requerente Maria Marlene da Silva Requerido CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, ficam Vossas Senhorias INTIMADAS para se manifestarem, querendo, acerca do retorno dos autos do Tribunal de Justiça deste Estado, no prazo de 05 (cinco) dias. Araripe/CE, 12 de novembro de 2024. Maria do Socorro de Alencar Andrade Auxiliar Judiciário

ADV: ANA CLARA EVANGEISTA RODRIGUES (OAB 51876/CE) - Processo 0200320-70.2024.8.06.0038 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: M.S.A.F. - Vistos. Trata-se de Execução de Alimentos ajuizada por Ana Victória Alves Ricart, representada por Maria Socorro Alves Feitoza, em desfavor de Antônio Ricart Ferreira (Titota), todos devidamente qualificados nos autos. Consoante a petição colacionada às 16 - 17, foi comunicado que o executado efetuou o pagamento das parcelas referentes aos meses em atraso, de forma que, uma vez adimplida a sua obrigação, foi requerido pela extinção da demanda pelo cumprimento da obrigação. O Ministério Público manifestou-se pela extinção do feito. É a síntese do processado. Decido. Conforme preleciona o art. 924, II, do CPC, Extingue-se a execução quando () a obrigação for satisfeita. Considerando que foram cumpridas as obrigações que eram exigidas pelo devedor nestes autos, conforme supra mencionado, JULGO EXTINTO o processo, com fundamento no artigo 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas, devido a gratuidade conferida. Determinações finais: Publique-se a presente sentença no DJe. Intimem-se as partes, via advogado, pelo DJe, sem prazo, para tomar ciência da sentença. Vista ao Ministério Público, para ciência, via Portal, sem prazo. Certifique-se o trânsito em julgado. Por fim, arquivem-se. À Secretaria para que cumpra-se. Araripe/CE, 08 de novembro de 2024. Sylvio Batista dos Santos Neto Juiz

ADV: LUÃ ALENCAR ALVES SOARES (OAB 30079/CE) - Processo 0200495-98.2023.8.06.0038 - Cumprimento Provisório de Sentença - Aposentadoria Rural (Art. 48/51) - REQUERENTE: Maria Iracema Dias da Silva - Vistos. Trata-se de ação visando o cumprimento provisório de astreintes proposta por Maria Iracema Dias da Silva em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Devidamente intimada, a parte executada apresentou impugnação ao cumprimento provisório de sentença, sob o argumento de que não houve descumprimento da decisão que acolheu os embargos de declaração concedendo a antecipação da tutela, haja vista que foi intimado em 20/10/2023 e o benefício já havia sido implantado desde o dia 01/09/2023, razão pela qual pugnou pela extinção do feito (cf. Petição de fls. 23/42). Intimada a parte exequente para manifestação acerca da referida impugnação, esta permaneceu inerte (cf. Certidão de fl. 187). É o relatório. Decido. A execução provisória deve ser extinta sem exame do mérito por falta de título executivo judicial. Ressalta-se que, conquanto possível a execução provisória da decisão que fixa ou aplica a multa diária (art. 537, do CPC), apenas seria possível a satisfação do valor dela resultante em caso de descumprimento da liminar, ficando, então, constituído título hábil a ser executado pela parte beneficiária. Entretanto, no caso sob análise, verifica-se que a parte executada só foi intimada da decisão que acolheu os embargos de declaração e concedeu a antecipação da tutela, no dia 20/10/2023 e o benefício já havia sido implantado desde o dia 01/09/2023. Assim, não há que se falar em título executivo judicial, razão pela qual o processo deve ser julgado extinto sem exame do mérito, por falta de pressuposto para o desenvolvimento válido do processo. Em face do exposto, julgo extinto o processo SEM RESOLUÇÃO de mérito, o que faço com fundamento no que dispõe o art. 485, inc. IV, do CPC. Custas suspensas pelo deferimento da gratuidade de justiça Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e obedecidas as demais formalidades legais, arquivem-se.

COMARCA DE ASSARÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE ASSARÉ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ASSARÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0389/2024

ADV: BRENO HENRIQUE MATIAS ESMERALDO (OAB 36730/CE), ADV: BRUNO DIÓGENES SALES DE SOUZA (OAB 43514/CE), ADV: BRUNA DE FREITAS OLIVEIRA (OAB 44609/CE), ADV: FERNANDA LARISSA DA SILVA LIMA (OAB 49252/CE) - Processo 0200465-91.2022.8.06.0040 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.N.S. - REQUERIDO: R.A.S. - Por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Luis Savio de Azevedo Bringel, e em atenção ao Provimento nº 01/2019 da Corregedoria Geral da Justiça, disponibilizado no Diário de Justiça 10 de janeiro de 2019, emito o seguinte ato ordinatório: Redesigno AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, para o dia 12 / NOVEMBRO / 2024, às 14:00 HORAS, oportunidade em que serão colhidas os depoimentos das partes e inquiridas as testemunhas por elas arroladas em tempo processual hábil, presentes ao ato independente de intimação. Intime-se, nesse expediente devendo constar informações sobre plataforma e orientações de acesso ao ato processual agendado, para participação remota e que fica autorizada apenas por aqueles que eventualmente não se encontrarem na comarca na data Aprazada. Link Encdo: https://link.tjce.jus.br/7e5cb5 QRCode: Para participar da audiência, deverão as partes e advogados: Aqueles que forem realizar o procedimento via celular/smartphone, deverão copiar/clicar no aluído link, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, para proceder ao dwnload do aplicativo “Microsoft Teams”, e ingressar na audiência como “convidado”, sendo desnecessário qualquer cadastro; Se o acesso for via computador, basta clicar sobre o link e, na janela que se abrir, optar pela modalidade “Continuar neste navegador”, não sendo necessário baixar o aplicativo; As partes deverão aguardar no lobby até que sejam admitidas à reunião virtual, portando documento para comprovação de identidade. Assaré/CE, 11 de novembro de 2024. TUANY DE ALENCAR PEREIRA Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ASSARÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: BRENO HENRIQUE MATIAS ESMERALDO (OAB 36730/CE) - Processo 0200382-41.2023.8.06.0040 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: M.S.A. - Conforme disposição expressa do MM. Juiz de Direito desta Comarca de Assaré,

Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em cumprimento ao despacho de fls. 29/30, intimo a parte autora para que demonstre, no prazo de 05 (CINCO) DIAS, a competência deste juízo para processar e julgar a causa, já que a regra em relação a essa matéria é definida pelo local de residência do incapaz como sendo o local no qual deve ser processada demanda judicial contra ele proposta.

COMARCA DE AURORA - VARA UNICA DA COMARCA DE AURORA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE AURORA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1056/2024

ADV: THANARA PAULINO DE ALMEIDA (OAB 30081/CE) - Processo 0200090-19.2024.8.06.0041 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.T.G. - Aos 07/11/2024 às 11:00h, no horário aprazado nesta Comarca de Aurora, Estado do Ceará, na sala de audiência da Vara Única da Comarca de Aurora, onde presente se encontrava o DR. JOSÉ GILDERLAN LINS - Juiz de Direito, o Representante do Ministério Público Dr. RAFAEL GOMES DE LIMA, a Interditante com sua Representante Dra. THANARA PAULINO DE ALMEIDA - OAB/CE 30.081 e a Interditada/Curatelada. Ocorrências: I - Aberta a audiência, foi realizada a gravação do(a) Interditada/Curatelada constatando assim a sua incapacidade intelectual, mental e física em responder as perguntas, repassando assim à Interditada/Curatelada as indagações propostas pelo MM. Juiz, que mandou que fossem reduzidas a termo, perguntas formuladas e as suas respectivas respostas, todas constantes em arquivo de mídia audiovisual com gravação através do sistema Microsoft Teams as quais serão devidamente inclusas nos autos deste processo ao final desta audiência. Realizada também a oitiva da Interdidante. II - A Parte Autora e o Ministério Público realizaram alegações finais de forma oral. As Partes manifestaram-se pela Tutela de Urgência. "I - RELATÓRIO - Trata-se de ação ajuizada por FRANCISCA TORQUATO GONÇALVES, na qual requereu a interdição da Sra. MARIA JACIRA GONÇALVES, sua mãe, aduzindo que esta pessoa é acometida pela doença Alzheimer CID 10/G30, conforme documento médico de pág. 16, seguida "de confusão mental, dificuldade de memória e esquecimento, mudanças de humor e problemas na fala, sendo incapaz de reger sua pessoa e seus bens, e a requerente vem sozinha cuidando de sua genitora. Tutela provisória deferida (fls. 18-21). Relatório social (fls. 39-41) e perícia médica (fl. 52). Interrogatório/entrevista do (a) interditando (a) e da (o) interditante na presente data. A parte autora reiterou o pedido formulado na inicial. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pleito. É o breve relatório. DECIDO. II- DA FUNDAMENTAÇÃO. Primeiramente, destaque-se que o presente feito comporta julgamento antecipado nos exatos termos do artigo 355, I do CPC, mormente considerando tudo que dos autos já consta. Deixo de nomear Advogado (a) para patrocinar os interesses da interditanda, pois ausente razão material à luz do caso concreto (inexistência de bens, renda de 2 salários, etc), considerando a entrevista realizada hoje, o parecer ministerial e também a expediência em Aurora-CE, em que a totalidade das contestações se dá por negativa geral, sem mui a acrescentar. A presente curatela será julgada sob a égide do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que já se encontra em vigor e plena eficácia. Estabelecidas tais premissas, observo que a pretensão formulada merece acolhimento. A teor do que dispõem os artigos 1.767 e seguintes do Código Civil Brasileiro, estão sujeitos à curatela aqueles que por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; os ébrios habituais e os viciados em tóxico e, por fim, os pródigos, devendo o processo que define os termos da curatela ser promovida pelos pais ou tutores; pelo cônjuge, ou por qualquer parente; pelo Ministério Público e pela própria pessoa. Na espécie, entendo que os elementos de prova constantes dos autos são suficientes para a formação da convicção do Juízo, tornando-se de rigor o imediato julgamento, com o acolhimento do pedido deduzido na inicial e consequente reconhecimento de que a parte interditanda é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência cognitiva (artigo 4º, III, e 1.767, I, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 13.146/2015). Isso porque, no caso dos autos, observa-se que a requerente é filha da requerida, conforme documentos de fls. 14 e segs. Ressai dos autos, igualmente, conforme documento de fl. 16 e o laudo pericial já referenciado, lavrados por médicos habilitados, que a interditanda é acometida pelas patologias mencionadas na exordial, que lhe trazem impedimentos de longo prazo e interferem em sua capacidade mental, necessitando de cuidados de terceiros para as atividades sociais e básicas. Cumpre ressaltar que a perícia médica realizada (fls. 52), concluiu pela subsistência da condição de saúde apostilada na inicial. Ademais, o relatório social foi favorável à requerente. Por fim, em entrevista realizada na data de hoje, verifiquei que a interditanda possui momentos de lucidez, mas tem dificuldades de lembrar e rememorar aspectos básicos da vida, sem descurar de sua idade (mais de 80 anos), o que denota a necessidade de cuidados indeléveis. Ainda em entrevista, verifiquei que a interditante é a pessoa mais próxima da interditanda em Aurora-CE, que pode oferecer os cuidados necessários. Note-se, assim, que os requisitos necessários à decretação da interdição foram devidamente cumpridos, havendo sido observadas as prescrições normativas sobre a questão, formuladas pelo legislador, regularizando-se a situação fática existente, pois a pretensa curadora é genitora do interditando, possuindo, pois, legitimidade para a presente ação. Por fim, convém salientar que a curatela ora definida afetará somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015. III - DO DISPOSITIVO. Diante do exposto, confirmo a decisão liminar e julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de MARIA JACIRA GONÇALVES, qualificada nos autos, declarando-a, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curadora sua filha FRANCISCA TORQUATO GONÇALVES, já intimada para prestar o compromisso de estilo, no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados de hoje (LRP, art. 93, parágrafo único). Dispenso a prestação de garantia, por não se constatar a necessidade da medida. Publique-se a sentença e expeça-se edital, por uma oportunidade, adequado-se ao caso o que dispõe o art. 755, § 3o, do CPC. Anoto, por conveniente, a desnecessidade de expedição de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral, porquanto, conforme disposto no artigo 85, §1º, da Lei 13.146/2015, a definição da curatela não alcança o direito ao voto. Ante a manifestação favorável das partes no sentido do desinteresse recursal, declaro o trânsito em Julgado e determino a expedição do Mandado para inscrição no Cartório Competente, com as inscrições de praxe. Custas suspensas, em face da gratuidade judiciária que ora defiro. Sem condenação em honorários advocatícios, dada a inexistência de litígio ensejador de sucumbência. Publique-se. Registre-se. Ciências em audiência. Após as comunicações de estilo, arquivem-se os autos, tendo em vista a inexistência de interesse recursal das partes. Expedientes necessários." E, como nada mais foi dito, deu-se por encerrado o presente ato que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu,_____, Francisco Paulo dos Santos Silva, Servidor Público Efetivo Cedido à Disposição, o digitei. Eu_____, Humberto Farias de Alencar Filho, Diretor de Secretaria, o subscrevi. Nada mais a constar, encerra-se o presente termo.

ADV: PEDRO PAULO BATISTA DOS SANTOS (OAB 48198/CE) - Processo 0200165-58.2024.8.06.0041 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Vitória Benício Bezerra - Aos 07/11/2024 às 11:30h, nesta no horário aprazado nesta Comarca

de Aurora, Estado do Ceará, na sala de audiência da Vara Única da Comarca de Aurora, onde presente se encontrava o DR. JOSÉ GILDERLAN LINS - Juiz de Direito, o Representante do Ministério Público Dr. RAFAEL GOMES DE LIMA, a Interditante com seu Representante Dr. PEDRO PAULO BATISTA DOS SANTOS - OAB/CE 48.198 e a Interditanda/Curatelada. Ocorrências: I - Aberta a audiência, foi realizada a gravação da Interditanda/Curatelada constatando assim a sua incapacidade intelectual, mental e física em responder as perguntas, repassando assim à Interditanda/Curatelada as indagações propostas pelo MM. Juiz, que mandou que fossem reduzidas a termo, perguntas formuladas e as suas respectivas respostas, todas constantes em arquivo de mídia audiovisual com gravação através do sistema Microsoft Teams as quais serão devidamente inclusas nos autos deste processo ao final desta audiência. Realizada também a oitiva da Interdidante. II - A Parte Autora e o Ministério Público realizaram alegações finais de forma oral. As Partes manifestaram-se pela Tutela de Urgência. " "I RELATÓRIO - Trata-se de ação ajuizada por VITÓRIA BENÍCIO BEZERRA, na qual requereu a interdição da Sra. FRANCISCA JACINTA BENÍCIO, sua mãe, aduzindo que esta pessoa é acometida por ESQUIZOFRENIA COM ALUCINAÇÃO AUDITIVA, seguida de anedonia e dificuldade de dormir e de ter auto cuidados. Tutela provisória INDEFERIDA (fls. 35-38). Relatório social (fls. 71-74) e perícia médica (fl. 77). Interrogatório/entrevista do (a) interditando (a) e da (o) interditante na presente data. A parte autora reiterou o pedido formulado na inicial. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pleito. É o breve relatório. DECIDO. II- DA FUNDAMENTAÇÃO. Primeiramente, destaque-se que o presente feito comporta julgamento antecipado nos exatos termos do artigo 355, I do CPC, mormente considerando tudo que dos autos já consta. Deixo de nomear Advogado (a) para patrocinar os interesses da interditanda, pois ausente razão material à luz do caso concreto (inexistência de bens e renda), considerando a entrevista realizada hoje, o parecer ministerial e também a expediência em Aurora-CE, em que a totalidade das contestações se dá por negativa geral, sem mui a acrescentar. A presente curatela será julgada sob a égide do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que já se encontra em vigor e plena eficácia. Estabelecidas tais premissas, observo que a pretensão formulada merece acolhimento. A teor do que dispõem os artigos 1.767 e seguintes do Código Civil Brasileiro, estão sujeitos à curatela aqueles que por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; os ébrios habituais e os viciados em tóxico e, por fim, os pródigos, devendo o processo que define os termos da curatela ser promovida pelos pais ou tutores; pelo cônjuge, ou por qualquer parente; pelo Ministério Público e pela própria pessoa. Na espécie, entendo que os elementos de prova constantes dos autos são suficientes para a formação da convicção do Juízo, tornando-se de rigor o imediato julgamento, com o acolhimento do pedido deduzido na inicial e consequente reconhecimento de que a parte interditanda é relativamente incapaz, não podendo exprimir a sua vontade por deficiência cognitiva (artigo 4º, III, e 1.767, I, ambos do Código Civil, com a redação dada pela Lei 13.146/2015). Isso porque, no caso dos autos, observa-se que a requerente é filha da requerida, conforme documentos de fls. 12-16. Igualmente, conforme perícia médica de fl. 77, a interditanda é acometida pelas patologias mencionadas na exordial (alucinações visuais e auditivas, etc), que lhe trazem impedimentos de longo prazo e interferem em sua capacidade mental, necessitando de cuidados de terceiros para as atividades sociais e básicas. Ademais, o relatório social foi favorável à requerente. Por fim, em entrevista realizada na data de hoje, verifiquei que a interditanda possui momentos de lucidez, mas algumas dificuldades em descrever aspectos básicos da vida, além de necessitar de um tempo maior de compreensão para às perguntas, o que denota a necessidade de cuidados indeléveis. Ainda em entrevista, verifiquei que a interditante é a pessoa mais próxima da interditanda em Aurora-CE, a qual, apesar de prestar serviços numa padaria num período do dia, pode oferecer os cuidados necessários. Note-se, assim, que os requisitos necessários à decretação da interdição foram devidamente cumpridos, havendo sido observadas as prescrições normativas sobre a questão, formuladas pelo legislador, regularizando-se a situação fática existente, pois a pretensa curadora é genitora do interditando, possuindo, pois, legitimidade para a presente ação. Por fim, convém salientar que a curatela ora definida afetará somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nos termos do artigo 85, caput, da Lei 13.146/2015. III - DO DISPOSITIVO. Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para decretar a interdição de FRANCISCA JACINTA BENÍCIO, qualificada nos autos, declarando-a, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curadora sua filha VITÓRIA BENÍCIO BEZERRA, já intimada para prestar o compromisso de estilo, no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados de hoje (LRP, art. 93, parágrafo único). Dispenso a prestação de garantia, por não se constatar a necessidade da medida. Publique-se a sentença e expeça-se edital, por uma oportunidade, adequado-se ao caso o que dispõe o art. 755, § 3o, do CPC. Anoto, por conveniente, a desnecessidade de expedição de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral, porquanto, conforme disposto no artigo 85, §1º, da Lei 13.146/2015, a definição da curatela não alcança o direito ao voto. Ante a manifestação favorável das partes no sentido do desinteresse recursal, declaro o trânsito em Julgado e determino a expedição do Mandado para inscrição no Cartório Competente, com as inscrições de praxe. Custas suspensas, em face da gratuidade judiciária que ora defiro. Sem condenação em honorários advocatícios, dada a inexistência de litígio ensejador de sucumbência. Publique-se. Registre-se. Ciências em audiência. Após as comunicações de estilo, arquivem-se os autos, tendo em vista a inexistência de interesse recursal das partes. Expedientes necessários." E, como nada mais foi dito, deu-se por encerrado o presente ato que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu,_____, Francisco Paulo dos Santos Silva, Servidor Público Efetivo Cedido à Disposição, o digitei. Eu_____, Humberto Farias de Alencar Filho, Diretor de Secretaria, o subscrevi. Nada mais a constar, encerra-se o presente termo.

ADV: ADRIANA ALMEIDA DAS VIRGENS (OAB 23743/CE), ADV: JOÃO BOSCO RANGEL JUNIOR (OAB 29593/CE), ADV: FRANCIELY DA SILVA RIBEIRO (OAB 32756/CE) - Processo 0200247-89.2024.8.06.0041 - Guarda de Família - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Aderbal Albuquerque Bezerra - REQUERIDA: Evylla Vitoria Leite Gonçalves Bezerra - Conforme determinado no Despacho, de fl. 390, intimem-se as partes e o Ministério Público para, no prazo de até 72 horas, tomarem ciência e apresentarem eventual manifestação acerca do Ofício, fls. 394/419, devendo também, no mesmo prazo, especificarem se há outras diligências probatórias necessárias ao julgamento do feito antes das alegações finais (art. 364, do CPC).

ADV: SEBASTIAO RANGEL FILHO (OAB 16261/CE) - Processo 0200481-71.2024.8.06.0041 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.O.F. - Intime-se a curadora provisória para prestar o devido compromisso legal (provisório) na forma do art. 759, do CPC, declarando quais são os bens e rendimentos do interditando, para assumir sua administração (§ 2º) ou sua inexistência, e observar as demais prescrições à espécie, dentre as quais a de responsabilizar pela reparação dos danos causados pela pessoa curatelada (art. 932, II, CC). Cite-se a pessoa interditanda, para tomar ciência da presente ação e, querendo, apresentar defesa, no prazo de quinze dias. Deverá o Oficial de Justiça inspecionar as condições gerais de saúde, inclusive quanto à fala, compreensão intelectiva, mobilidade, higiene pessoal, e outros aspectos que verificar, lavrando-se relatório. Caso o oficial de Justiça verifique a impossibilidade de o interditando receber citação, deverá descrever e certificar minuciosamente a ocorrência (art. 245 do CPC) O interditando poderá constituir advogado, e, caso não o faça, será ser nomeado curador especial (art. 752, §2º, do CPC), para impugnação no prazo de 30 dias. Neste caso, desde já, nomeio a DPE-CE (art. 4°, XVI, da LC 80/94, e art. 72 do CPC/2015). DETERMINO a realização de perícia médica, para qual nomeio a DRA. KASSANDRA LINS BRAGA e intimem-se as partes para comparecimento no dia e hora designados, a fim de serem respondidos, dentre

outros apresentados pelas partes, e oportunamente enviados, os seguintes quesitos do juízo: QUESITAÇÃO DO JUÍZO a)O interditando possui capacidade de reger os atos da sua vida civil? b)No caso de incapacidade, essa é absoluta ou relativa? Se relativa, em que grau? c)Qual a patologia apresentada pela interditando? d)Quais as principais consequências médicas dessa patologia? e)Essa patologia é curável? f)O uso de medicação pode cessar, ou pelo menos diminuir, os efeitos psíquicos da patologia apresentada? g)Quais outras considerações que poderiam ser feitas em face do interditando? Havendo apresentação de quesitos complementares pela parte autora, pelo interditando ou pelo Ministério Público, e sendo eles diversos dos quesitos do juízo, encaminhe-se, por ofício, ao perito. DETERMINO a realização de estudo social, através do CRAS - oficie-se. Após a juntada dos laudos dos exames periciais que ora determino, intime-se o MP e o curador especial para manifestação, se possível conclusiva. Neste caso, conclusos para sentença. Consigno que a alteração do rito procedimental, previsto nos arts.752 a 754 do CPC, justifica-se, com o propósito de, adequar o caso à hipótese trazida à lume à glosa da razoável duração do processo. Elucido, por fim, que a alteração procedimental, com a inversão da ordem de produção probatória, encontra autorização legal no art. 139, VI do CPC: Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se com urgência. Determino que o processo tramite em segredo de justiça. Cumpra-se.

COMARCA DE BARBALHA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BARBALHA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0267/2024

ADV: RAMON DO NASCIMENTO COELHO (OAB 25981/CE) - Processo 0011534-87.2019.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: Denis Kildery Carvalho de Figueiredo - Designo a audiência de Instrução semipresencial para 24/03/2025 às 09:00h. Link: https://link.tjce.jus.br/22f714 Devera ser observado o quanto determinado na pág. 203. No ato, serão tomadas as declarações da ofendida Jéssica Custódio da Silva Pág 15, inquiridas a(s) testemunha(s) da acusação, José Lourenço dos Santos (PM) pág 08, Gilvan do Nascimento Aquino (PM) pág 11 e Carlos José Lívio (PM) pág 13.As testemunhas policiais deverão ser requisitadas por oficio a autoridade competente. Réu: DENIS KILDERY CARVALHO DE FIGUEIREDO, brasileiro, solteiro, ensino fundamental, estudante, filho de Francisco de Assis Rodrigues Figueiredo e Silene Dias de Carvalho, nascido aos 16/08/1994, CPF: 053.214.033-84, RG nº: 525614163 SSP/SP, natural de Barbalha/CE, residente à Avenida Jose Bernardino Carvalho Leite, 3546, Buriti, 63180-000, Barbalha-CE. Intime-se MP e Defesa.

ADV: MANASSES GOMES DA SILVA (OAB 8823/CE) - Processo 0015683-47.2016.8.06.0043 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: Marcos Vinícios da Silva Filgueiras - Designo a audiência de Instrução semipresencial para 24/03/2025 às 11:30h. Link: https://link.tjce.jus.br/2e525e Devera ser observado o quanto determinado na pág. 132: “Agende-se nova audiência para oitivas das testemunhas Radger Charles Batalha Santos pág 07 e Flávia Cavelozo dos Santos, pág 44. As testemunhas policiais deverão ser requisitadas por oficio a autoridade competente. Réu MARCOS VINÍCIOS DA SILVA FILGUEIRAS, (Outros nomes: Marcos de Baia), brasileiro, Casado, pai Antonio Francelino da Silva, mãe Maria Lena Filgueiras da Silva, Nascido/Nascida 01/11/1961, natural de Barbalha - CE, com endereço à P 25, 164, Malvinas Barbalha/CE, telefone: 88 981179887, Barbalha/CE. Intime-se MP e Defesa.

ADV: CELYANE MARIA CRUZ MACEDO (OAB 37857/CE), ADV: DANIELLE RODRIGUES DE ALENCAR (OAB 38458/CE) - Processo 0201562-83.2023.8.06.0043 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia - REQUERENTE: Isailde da Cruz Rodrigues - Designo a audiência de Instrução semipresencial para 24/03/2025 às 15:00h. Link: https://link.tjce.jus.br/e44f64 Devera ser observado o quanto determinado na pág. 89: “Determino que o Gabinete agende data e horário para a audiência de conciliação prevista no art. 520 do Código de Processo Pena, à qual deverão comparecer o representante do Ministério Público, o(s) querelado(s) e o(s) querelante(s) ISAILDE DA CRUZ RODRIGUES, pág 01 e seus defensores. Na oportunidade, se esclarecerá sobre a possibilidade de conciliação, e, caso não obtida, se indagará do(s) ofendido(s) se almeja(m) manter a queixa crime. Cite(m)-se o(s) querelado(s) TAMARA MARIA CALDAS COELHO, pág 01, com advertência de que deverá constituir advogado, sob pena de nomeação de defensor dativo. Intimem-se a querelante, por seu advogado, e o representante do Ministério Público. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0268/2024

ADV: MANASSES GOMES DA SILVA (OAB 8823/CE) - Processo 0014319-40.2016.8.06.0043 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: D.W.S.S. - III DISPOSITIVO Isso posto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, deduzida na denúncia, para CONDENAR o réu DAMIÃO WILTON SARAIVA DA SILVA, como incurso na pena do art. 217-A do Código Penal, cometida no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher. Passo à DOSIMETRIA DA PENA. Segundo o art. 5º inciso XLVI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) privação ou restrição da liberdade; b) perda de bens; c) multa; d) prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos.. Da mesma forma que deve orientar o legislador na elaboração de uma lei, prevendo crimes, e o juízo da execução penal, durante a fiscalização do cumprimento de uma pena, o princípio da individualização da pena deve ser rigorosamente observado pelo juiz do processo penal, no momento da fixação, em sentença. Em virtude disso, trata-se de imposição constitucional individualizar essa pena mediante a sua dosimetria, adotando-se o Sistema da Relativa Determinação. Nesse passo, no ordenamento jurídico brasileiro, prevalece o critério trifásico da dosimetria da pena na sentença criminal, conforme se depreende do art. 68 do Código Penal: a pena-base será fixada, atendendo-se ao critério do art. 59 deste Código; em seguida serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes; por último, as causas de diminuição e de aumento. Dessa forma, a dosimetria da pena é realizada em três fases: a) 1ª. Fase aplicação da pena-base; b) 2ª Fase fixação da pena provisória; e c) 3ª Fase aplicação da pena definitiva. 1ª Fase Fixação da pena-base - Circunstâncias Judiciais Culpabilidade A culpabilidade será considerada como desfavorável ao réu quando as circunstâncias fáticas não sejam inerentes ao próprio tipo penal e tornem o delito mais reprovável do que o normal. A prática do ato, nas circunstâncias informadas, não revela maior juízo de reprovabilidade. Antecedentes O réu é tecnicamente primário, consoante se observa no relatório de págs. 218/219, e observando o enunciado da Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça: É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base”.

Ademais, inexiste sentença transitada em julgado referente a fatos ocorridos antes ou depois da prática delituosa narrada nestes autos. Conduta Social Conforme análise dos autos, ausentes elementos concretos que venham a desabonar a conduta social do réu (sua interação no meio social em que vive). Personalidade do agente Para ser considerada como desfavorável a personalidade do réu, o juiz deve fundamentar a reprovabilidade de tal circunstância judicial em elementos concretos, embora seja dispensável laudo psicossocial, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ. HC 340.140/SC. Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 19/11/2015. DJe. 03/12/2015). No caso, as informações dos autos não amparam juízo de reprovabilidade além do natural para crimes realizados no âmbito da violência doméstica; não é possível uma análise do perfil subjetivo do réu, no que se refere a aspectos morais e psicológicos, aptos a aferir um desvio de personalidade reprovável, não sendo possível ao juízo presumir que essa personalidade seja distorcida apenas pela gravidade do delito (STJ, HC 566.684/SP). Motivos do crime Os motivos do crime são razões subjetivas que estimulam ou impulsionam o agente à prática da infração penal. É o fator íntimo que desencadeia a ação criminosa (SCHMITT, 2023, p. 163). A motivação do agente, pelo arcabouço probatório desenvolvido, não ultrapassa o tipo penal. Circunstâncias do crime Normais ao tipo penal. Consequências do crime Somente podem ser consideradas como circunstâncias judiciais as consequências anormais causadas à vítima ou a terceiros. As consequências do crime foram comuns a esse tipo de delito. Comportamento da vítima O comportamento da vítima em nada contribuiu para o desencadeamento da conduta delitiva do réu. PENA-BASE Utilizando-se o consagrado parâmetro de aumento de 1/8 para cada circunstância desfavorável, fazendo-as incidir sobre o intervalo de pena em abstrato do preceito secundário do crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP) em âmbito familiar, fixo a pena-base em 8 (oito) anos de reclusão. 2ª Fase Agravantes e Atenuantes Ausentes agravantes ou atenuantes. 3ª Fase Causas de aumento e de diminuição de pena Aplica-se a causa de aumento de pena em metade, prevista no art. 226, II, do CPB, por ser o acusado padrasto da vítima à época dos fatos. PENA INTERMEDIÁRIA Pelo acima exposto, fixo a pena intermediária em 12 (doze) anos de reclusão. PENA DEFINITIVA Fica, portanto, a reprimenda definitiva, fixada em 12 (doze) anos de reclusão, pelo cometimento do crime de estupro de vulnerável. Atendendo aos critérios previstos no artigo 33, §§ 2º e § 3º, do Código Penal, em razão do tempo de pena imposta e das circunstâncias judiciais, imponho ao apenado o cumprimento inicial de sua pena sob REGIME FECHADO. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, não existindo qualquer motivo ponderoso à decretação de sua custódia preventiva. Desnecessária, nesse momento, a detração, pois não implicaria a modificação do regime inicial de cumprimento da pena, relegando-a ao juízo da execução penal, com fulcro no art. 66, III, c, da Lei de Execução Penal. Não há possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, uma vez que a prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos (Súmula 588/STJ). Também é incabível a suspensão condicional da pena, em razão do quantum da pena, nos termos do art. 77 do Código Penal. Quanto ao valor mínimo de reparação (art. 387, IV, CPP), o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob a sistemática de recurso repetitivo, definiu que, nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória (REsp n. 1.643.051/MS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 28/2/2018, DJe de 8/3/2018.) In casu, o órgão de acusação não pediu, nem na denúncia nem nas alegações finais orais, a fixação de valor indenizatório em favor da vítima, direito este que não é possível reconhecer, ressalvada a possibilidade de propositura de ação cível.

ADV: JERRY CRUZ BEZERRA (OAB 36273/CE) - Processo 0202515-49.2023.8.06.0301 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão mediante seqüestro - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Municipal de Barbalha - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: José Edmilson dos Santos e outros - Designo a audiência de Instrução para 13/03/2025 às 14:00h Link: https://link.tjce.jus.br/cb1a34 Acerca da audiência supra, observar o quanto contido na pág. 244, "Agende-se audiência de instrução, para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação (1) GENIVAL GENÉSIO DO NASCIMENTO , qualificado às fls. 07; 2) FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES SANTANA - PM, qualificado às fls. 11; 3) EDSON FERNANDO DE ARAÚJO - PM, qualificado às fls. 13; 4) MARIA HELENICE DOS SANTOS FERNANDES, qualificada às fls. 25 5) CÍCERO DA SILVA SANTOS, qualificado às fls. 111.), para testemunha de defesa do acusado Francisco Cruz Santana: 1- Alam Gleyston Pereira Santos, residente e domiciliado no Distrito Missão Nova, Missão Velha-CE, para as testemunhas de defesa do acusado José Edmilson dos Santos: 1. Erivan dos Santos Pereira. Rua Heloísa Coelho, n° 56, Distrito de Caldas, Barbalha/CE. 2. João Marcolino dos Santos Neto. Rua Monsenhor Ferreira Lobo, Distrito do Caldas, Barbalha/CE e para interrogatório dos réus, 148/149. Intimem-se a(s) vítima(s), as testemunhas, o(s) acusado(s), seu(s) defensor(es) e o Ministério Público. As testemunhas policiais deverão ser requisitadas por meio de ofício à autoridade competente.

COMARCA DE BARBALHA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0406/2024

ADV: FRANCISCO VERAS SENA (OAB 12856/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: HUGO BEZERRA DE MELO (OAB 3968/CE) - Processo 0002788-16.2000.8.06.0043 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S.a - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o exequente para se manifestar sobre a certidão de página 184-187, no prazo de cinco dias.

ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA, ADV: PAULO HENRIQUE DE ABREU SILVA (OAB 23527/CE) - Processo 0013378-90.2016.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad - REQUERIDO: Fernando Acácio Rosendo Silva Me - Taj Mahal Motel - DECISÃO Processo nº: 0013378-90.2016.8.06.0043 Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Direito Autoral Requerente: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad Requerido: Fernando Acácio Rosendo Silva Me - Taj Mahal Motel Cuida-se de cumprimento de sentença aviado por Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - Ecad em desfavor de Fernando Acácio Rosendo Silva Me. O executado impugnou o cumprimento de sentença alegando excesso de execução. Aduz que os direitos autorais pela retransmissão radiofônica são devidos pela efetiva utilização do equipamento, e não pela totalidade de apartamentos, o que não foi observado pelo exequente. Além disso, defende que a cobrança pela taxa média de utilização deve ser apurada em liquidação de sentença. Instado, o exequente aduz que a impugnação é tentativa de rediscussão de matéria já apreciada na sentença, não devendo ser acolhido (páginas 537-542). Decido. Pois bem, o executado sustenta ser necessário a liquidação da sentença,

nos termos do verbete nº 261 da súmula de jurisprudência do STJ. Ocorre que essa matéria já foi apreciada em sentença; foi decidido que o valor pode ser resolvido através de simples cálculo aritmético, já que o autor se baseou em pesquisa realizada pelo IBOPE, apurando o índice de frequência ocupacional nos estabelecimentos. O executado pretende, portanto, a rediscussão da matéria em sede de impugnação ao cumprimento de sentença, o que não é admitido. Isso porque o art. 525 do Código de Processo Civil estabelece o procedimento para impugnação ao cumprimento de sentença, bem como descreve o rol exaustivo de matérias que podem ser aduzidas. A impugnação não se presta para rediscussão do mérito já apreciado em sentença, inclusive no que diz respeito às matérias de ordem pública já apreciadas e acobertadas pela coisa julgada, a teor do que estabelecem os artigos 507 e 508, ambos do Código de Processo Civil. Nesse sentido, AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COISA JULGADA. REDISCUSSÃO, EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, DE QUESTÕES JÁ DEFINIDAS PELO TÍTULO EXECUTIVO. IMPOSSIBILIDADE. DISCUSSÃO DA EXTENSÃO DO DANO CAUSADO. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Com o o trânsito em julgado da sentença surge a eficácia preclusiva da coisa julgada, impedindo o conhecimento até mesmo das matérias de ordem pública. Precedentes. Aplicação da Súmula 83/STJ. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1404072 MT 2018/0309582-8, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 05/09/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/09/2019) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. COISA JULGADA. ALTERAÇÃO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A Corte de origem consignou que a alegação do recorrente relativa à limitação da quantidade de dias de estadia a serem pagos foi manifestada e rejeitada na fase de conhecimento do processo. 2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, com o trânsito em julgado, os litigantes ficam adstritos aos limites impostos pelo título executivo judicial e não podem rediscutir, na fase de cumprimento de sentença, o que não está assegurado na condenação, sob pena de ofensa à coisa julgada. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no AREsp: 1547176 SP 2019/0212302-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 11/05/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2020) Nessa linha, NÃO ACOLHO A IMPUGNAÇÃO ao cumprimento de sentença oposto pelo executado. Em consequência, diante da ausência de satisfação da dívida estampada no título, determino a penhora de ativos financeiros da parte demandada, via Sisbajud, na forma deo item VI do despacho de fl. 510. Intimem-se Expedientes necessários. Barbalha/CE, 04 de novembro de 2024. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: FERNANDA FERREIRA ROLIM (OAB 44304/CE) - Processo 0050522-25.2021.8.06.0043 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: L.M.S. - Recebidos hoje. Trata-se de Cumprimento de Sentença proposto por Jhon Herbert do Nascimento Santos e João Miguel do Nascimento Santos, crianças, representados neste ato por sua genitora Vera Lúcia do Nascimento Silva Monteiro, em face de Leonildo Monteiro dos Santos. Verifica-se que a parte autora restou devidamente intimada a fim de informar da quitação do débito, todavia, deixou transcorrer o prazo, sem que nada fosse apresentado ou requerido, conforme fl. 158. O feito se encontra estagnado há mais de 30 dias sem que a Parte Autora pratique os atos processuais que lhe compete, o que caracteriza induvidoso abandono de causa, na forma preceituada no art. 485, III, do Código de Processo Civil, ante ausência de pressuposto processual de validade, qual seja, capacidade postulatória da parte. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pela extinção do feito, sem resolução do mérito. (fl. 166). Pelo exposto, EXTINGO O PRESENTE FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, o que faço sob os auspícios do art. 485,III e IV, do Código de Processo Civil. Sem custas, haja vista a gratuidade da justiça anteriormente deferida. P. R. I. Certifique-se de imediato o trânsito em julgado, haja vista a ausência de interesse recursal das partes, arquivando-se os autos em seguida. Expedientes necessários

ADV: ANDRÉ FERREIRA DOS SANTOS (OAB 41240/CE) - Processo 0050783-87.2021.8.06.0043 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucia do Nascimento - Cuidam-se de Cumprimento de Sentença proposto por Maria Lúcia do Nascimento em desfavor do Banco C6 Consignado S.A. Decisão determinando a intimação do executado para pagar o débito (páginas 438-440). Executado informa a quitação do débito (páginas 448-465). Exequente afirma que carece o valor de R$1.182,24 (um mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e quatro centavos), referente aos honorários de sucumbência, para quitação integral do débito, bem como requereu a expedição de alvará dos valores incontroversos. É o que interessa relatar. Decido. De saída, os pedidos da exequente devem ser acatados. Explico. A parte exequente juntou os cálculos referentes ao cumprimento de sentença (pp. 434-435). A parte executada, por sua vez, não impugnou os cálculos apresentados, apenas se limitando a informar da quitação do débito. Ocorre que, conforme verificado nos autos, carece o valor de R$1.182,24, referente aos honorários, para quitação integral do débito. Diante do exposto: I- Relativamente à parcela incontroversa R$6.483,48 (seis mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos) , deve ser imediatamente liberada. Intime-se a parte autora para apresentar dados bancários à expedição de alvará. II- Em virtude do pagamento parcial no prazo previsto nocaput, a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante. Assim, penhorem-se bens do executado tantos quantos bastarem para pagar a dívida atualizada, preferencialmente pelos meios eletrônicos, seguindo a seguinte ordem: BACENJUD, valores existentes ou que venham a ser depositados no futuro; RENAJUD; Frustrada a constrição pelos meios anteriores, expeça-se mandado de penhora e avaliação para os mesmos fins. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JANAINA ALENCAR LINS (OAB 1024/PE), ADV: ANA CLARICE RIBEIRO MACEDO (OAB 22219/CE), ADV: BRUNA MACÊDO DANTAS (OAB 41962/CE) - Processo 0200292-87.2024.8.06.0043 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.V.S. - REQUERIDA: A.M.L.S. - DECISÃO Processo nº: 0200292-87.2024.8.06.0043 Classe: Divórcio Litigioso Assunto: Dissolução Requerente: Itapuan de Vasconcelos Sobral Requerido: Ana Maria Lopes de Souza Passo a sanear o feito, nos moldes do artigo 357, I a V do Código de Processo Civil. 1. DA MAJORAÇÃO DOS ALIMENTOS A demandada requereu a majoração dos alimentos provisórios, ao argumento de que aquele valor fixado anteriormente por este juízo é inferior ao ofertado pelo alimentante, além de não ser suficiente para custear as despesas das infantes. Os alimentos são fixados levando em consideração os seguintes vetores: necessidade do alimentado e possibilidade do alimentante. As circunstâncias essenciais que levaram à fixação dos alimentos não foram alteradas, de modo que a decisão há de ser mantida: alimentos no percentual de 20% dos rendimentos líquidos do autor. Esclareço que essas balizas serão melhor aprofundadas após a audiência de instrução. Caso se verifique alterações importantes, os alimentos serão reajustados. Por outro lado, a demandada apresentou fortes argumentos sobre o conceito jurídico dos rendimentos do autor, em particular sobre a inclusão na base de cálculo dos alimentos os rendimentos relativos aos honorários advocatícios de sucumbência. O autor é advogado público da União aposentado. É certo que os advogados públicos devem ser remunerados exclusivamente através de subsídio fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer outra verba de caráter remuneratório, permitida apenas a percepção de parcelas de natureza indenizatória e daquelas previstas expressamente no § 3º art. 39 da Constituição Federal. Pelo menos para efeitos de fixação de verba alimentar, identifico o caráter remuneratório da verba sucumbencial, tanto que os honorários são pagos tanto para os ativos quanto para os inativos, consoante o disposto no art. 31 da Lei nº 13.327 /16. Nessa linha, os rendimentos relativos aos honorários advocatícios de sucumbência recebidas pelo autos devem incidir os alimentos fixados (página 83). Oficie-se ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA para que prova os descontos de 20% dos rendimentos relativos a

honorários de sucumbência, em benefício dos demandadas. Conta para depósito: Caixa Econômica Federal, Agência 1957, operação 013, conta 00010951-5, Ana Maria Lopes de Souza Sobral. 2. DOS PONTOS CONTROVERTIDOS: Analisando a petição inicial em cotejo com a contestação, identifico como ponto de interesse probatório a) a necessidade-possibilidade-razoabilidade dos alimentos em prol das filhas do casal; b) a necessidade de manutenção dos alimentos em favor da genitora; e c) forma de divisão dos bens indicados na inicial. 3. DO ÔNUS DA PROVA: Mantenho o ônus da prova conforme estabelecido pelo artigo 373, I e II, por não vislumbrar circunstâncias que justifiquem a sua distribuição dinâmica. 4. DAS PROVAS: I - Designo o dia 11 de fevereiro de 2025, às 9h00min, para audiência de instrução e julgamento, para a produção da prova oral. II - Proceda-se à intimação das partes, por meio de seus advogados, informando-os acerca dos dados para acesso a sala virtual: Link para acesso: https://link.tjce.jus.br/420c63 Qrcode: III - Cientifiquem-se as partes de que poderão acessar o sistema de videoconferência baixando o aplicativo Microsoft Teams no seu dispositivo móvel, bem como, a obrigatoriedade de acessar, na data e horário agendado, a sala virtual de audiência. Qualquer dúvida,, entrar em contato através do whatsapp (88) 3532-2133, com antecedência de até 20 (vinte) minutos antes do ato. IV - Nos termos da Resolução nº 20/2020 do Órgão Especial do TJCE, caso algum dos participantes da audiência não disponha de meios para participar do ato audiencial de maneira virtual, deverá comparecer ao fórum local no horário aprazo para a audiência, a qual, nesse caso, realizar-se-á de forma semipresencial. V - Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, na forma do artigo 455 do CPC. VII - Advirta às partes de que sua ausência ou recusa em depor presumem-se confessados os fatos contra ela alegados, caso qualquer da parte requeira o depoimento da parte adversa. (art. 385, §1º, CPC). Intimem-se. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 06 de novembro de 2024. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: EDILSON NETO ALVES MACÊDO (OAB 46616/CE) - Processo 0200591-64.2024.8.06.0043 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.P.G.C. - Recebidos hoje. Ao proceder com a análise dos autos, verifico que a parte autora incluiu na presente demanda dois bens que não foram elencados na petição inicial: a “Loja RG Suplementos” e uma “Motocicleta Honda Bros”, cujo valor estimado é de R$ 25.000,00. Em razão disso, determino a intimação do requerido para que se manifeste acerca da inclusão desses bens na partilha, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 329, inciso II, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL ALVES OLIVEIRA (OAB 41750/CE) - Processo 0200708-55.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Epitanias José Nunes - Trata-se de Ação de adjudicação de compra e venda de imóvel formulado por Epitanias José Nunes em desfavor do Espólio de Terezinha Ramalho Garcia, representado por Jarbas Delmoutiez Ramalho Sampaio. Intimado para apresentar documentos a fim de comprovar a hipossuficiência de recursos, o promovente permaneceu inerte (certidão 21). É o relatório. Decido. De início, esclareço que tal benefício é garantido, de acordo com o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, aos necessitados, assim considerados, nos moldes do artigo 98, caput, do Código de Processo Civil, aqueles com insuficiência de recursos para o pagamento de custas do processo e honorários advocatícios. É certo que a presunção da gratuidade da justiça, mesmo na hipótese de pessoa natural, não é absoluta. Isso porque o benefício da gratuidade processual foi estabelecido pelo legislador para atender àquela parte da população menos favorecida, que, de alguma forma, não pode arcar com as despesas do processo sem prejuízo da própria manutenção e de sua família. No caso, o demandado quedou-se de juntar qualquer documento para a verificação da efetiva existência de situação autorizadora da concessão do benefício da gratuidade da justiça, o que implica em indeferimento da benesse Isso posto, indefiro o pedido de gratuidade da justiça. Intime-se o autor para recolher as custas iniciais no prazo de quinze dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes necessários.

ADV: FRANCILDO SILVA GOMES (OAB 41387/CE), ADV: THALITA TAVARES LOPES (OAB 48874/CE) - Processo 0200972-72.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Cícero Neves Ferreira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, determino: I - Intime-se o requerido, através de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos embargos de declaração de pág. 63/79. II - Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para, querendo, apresentar réplica à contestação (pág. 114/125). Prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: LUAN VINICIUS BEZERRA BARBOSA (OAB 53953/CE) - Processo 0201797-16.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Shayllon Matheus Pereira de Lima - Recebidos hoje. Além dos processos do Juizado Especial, procedimentos com classes judiciais das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária e Registro Público devem tramitar pelo sistema PJE (Portaria 1409/2024 da Presidência do TJCE), observando-se ainda que, a Portaria 02039/2024 GABPRESI de 11/09/2024 determinou todo o fluxo de processos de matéria civil comum para o PJE, exceto Família e Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falência e Infância e Juventude. A presente ação trata de Fazenda Pública, razão pela qual deveria ter sido protocolada no sistema PJe, e não no sistema SAJPG5. Assim, com fulcro no art. 5º da Portaria 02039/2024 GABPRESI, determino o cancelamento da distribuição considerando que o 1º ciclo de migração encerrou-se no dia 18/10/2024 e este processo foi distribuído no dia 05/11/2024. Intime-se o peticionante para que efetue o protocolo da ação no sistema PJe. Atente-se o servidor responsável pelos expedientes ao quanto disposto no §3º do artigo 1º da Portaria nº 2432/2022 da Presidência do TJCE (Em cumprimento à ordem judicial, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos). Expedientes necessários.

ADV: WYTHALLO THAYLLON SEDRIM NASCIMENTO (OAB 40158/CE) - Processo 0201801-53.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Maria de Lourdes Venancio - Recebidos hoje. Além dos processos do Juizado Especial, procedimentos com classes judiciais das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária e Registro Público devem tramitar pelo sistema PJE (Portaria 1409/2024 da Presidência do TJCE), observando-se ainda que, a Portaria 02039/2024 GABPRESI de 11/09/2024 determinou todo o fluxo de processos de matéria civil comum para o PJE, exceto Família e Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falência e Infância e Juventude. A presente ação trata de Registro Público, razão pela qual deveria ter sido protocolada no sistema PJe, e não no sistema SAJPG5. Assim, com fulcro no art. 5º da Portaria 02039/2024 GABPRESI, determino o cancelamento da distribuição considerando que o 1º ciclo de migração encerrou-se no dia 18/10/2024 e este processo foi distribuído no dia 05/11/2024. Intime-se o peticionante para que efetue o protocolo da ação no sistema PJe. Atente-se o servidor responsável pelos expedientes ao quanto disposto no §3º do artigo 1º da Portaria nº 2432/2022 da Presidência do TJCE (Em cumprimento à ordem judicial, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição,

de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos). Expedientes necessários.

ADV: ADRIELLY COSTA GALLY (OAB 46378/BA) - Processo 0201806-75.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Delsamira Socorro da Silva de Mendonça - Recebidos hoje. Além dos processos do Juizado Especial, procedimentos com classes judiciais das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária e Registro Público devem tramitar pelo sistema PJE (Portaria 1409/2024 da Presidência do TJCE), observando-se ainda que, a Portaria 02039/2024 GABPRESI de 11/09/2024 determinou todo o fluxo de processos de matéria civil comum para o PJE, exceto Família e Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falência e Infância e Juventude. A presente ação trata de materia civil não alcançada pelas exceções, razão pela qual deveria ter sido protocolada no sistema PJe, e não no sistema SAJPG5. Assim, com fulcro no art. 5º da Portaria 02039/2024 GABPRESI, determino o cancelamento da distribuição considerando que o 1º ciclo de migração encerrou-se no dia 13/10/2024 e a implantação assistida no dia 18/10/2024 e este processo foi distribuído no dia 06/11/2024. Intime-se o peticionante para que efetue o protocolo da ação no sistema PJe. Atente-se o servidor responsável pelos expedientes ao quanto disposto no §3º do artigo 1º da Portaria nº 2432/2022 da Presidência do TJCE (Em cumprimento à ordem judicial, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos). Expedientes necessários.

ADV: ADRIELLY COSTA GALLY (OAB 46378/BA) - Processo 0201807-60.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Delsamira Socorro da Silva de Mendonça - Recebidos hoje. Além dos processos do Juizado Especial, procedimentos com classes judiciais das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária e Registro Público devem tramitar pelo sistema PJE (Portaria 1409/2024 da Presidência do TJCE), observando-se ainda que, a Portaria 02039/2024 GABPRESI de 11/09/2024 determinou todo o fluxo de processos de matéria civil comum para o PJE, exceto Família e Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falência e Infância e Juventude. A presente ação trata de materia civil não alcançada pelas exceções, razão pela qual deveria ter sido protocolada no sistema PJe, e não no sistema SAJPG5. Assim, com fulcro no art. 5º da Portaria 02039/2024 GABPRESI, determino o cancelamento da distribuição considerando que o 1º ciclo de migração encerrou-se no dia 13/10/2024 e a implantação assistida no dia 18/10/2024 e este processo foi distribuído no dia 06/11/2024. Intime-se o peticionante para que efetue o protocolo da ação no sistema PJe. Atente-se o servidor responsável pelos expedientes ao quanto disposto no §3º do artigo 1º da Portaria nº 2432/2022 da Presidência do TJCE (Em cumprimento à ordem judicial, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos). Expedientes necessários.

ADV: MILTON CORREIA DE ALMEIDA (OAB 22660/CE) - Processo 0201810-15.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ariston Jose de Lima - Recebidos hoje. Além dos processos do Juizado Especial, procedimentos com classes judiciais das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária e Registro Público devem tramitar pelo sistema PJE (Portaria 1409/2024 da Presidência do TJCE), observando-se ainda que, a Portaria 02039/2024 GABPRESI de 11/09/2024 determinou todo o fluxo de processos de matéria civil comum para o PJE, exceto Família e Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falência e Infância e Juventude. A presente ação trata de Revisional de Contrato Bancário, razão pela qual deveria ter sido protocolada no sistema PJe, e não no sistema SAJPG5. Assim, com fulcro no art. 5º da Portaria 02039/2024 GABPRESI, determino o cancelamento da distribuição considerando que o 1º ciclo de migração encerrou-se no dia 18/10/2024 e este processo foi distribuído no dia 06/112024. Intime-se o peticionante para que efetue o protocolo da ação no sistema PJe. Atente-se o servidor responsável pelos expedientes ao quanto disposto no §3º do artigo 1º da Portaria nº 2432/2022 da Presidência do TJCE (Em cumprimento à ordem judicial, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos). Expedientes necessários.

ADV: MILTON CORREIA DE ALMEIDA (OAB 22660/CE) - Processo 0201811-97.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cicera de Sousa Silva Moreira - Recebidos hoje. Além dos processos do Juizado Especial, procedimentos com classes judiciais das competências de Execução Fiscal, Fazenda Pública, Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária e Registro Público devem tramitar pelo sistema PJE (Portaria 1409/2024 da Presidência do TJCE), observando-se ainda que, a Portaria 02039/2024 GABPRESI de 11/09/2024 determinou todo o fluxo de processos de matéria civil comum para o PJE, exceto Família e Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falência e Infância e Juventude. A presente ação trata de Revisional de Contrato Bancário, razão pela qual deveria ter sido protocolada no sistema PJe, e não no sistema SAJPG5. Assim, com fulcro no art. 5º da Portaria 02039/2024 GABPRESI, determino o cancelamento da distribuição considerando que o 1º ciclo de migração encerrou-se no dia 18/10/2024 e este processo foi distribuído no dia 06/112024. Intime-se o peticionante para que efetue o protocolo da ação no sistema PJe. Atente-se o servidor responsável pelos expedientes ao quanto disposto no §3º do artigo 1º da Portaria nº 2432/2022 da Presidência do TJCE (Em cumprimento à ordem judicial, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos). Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0407/2024

ADV: ALYNE ANDRELYNA LIMA ROCHA CALOU (OAB 14630/CE), ADV: JOSE KLEBER CALOU FILHO (OAB 7520/CE) - Processo 0010609-46.2015.8.06.0043 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Ronaldo da Costa Pereira, de Nome Fantasia Gigante das Tintas - SENTENÇA Processo n.º: 0010609-46.2015.8.06.0043 Classe: Cumprimento de sentença Assunto: Pagamento e Nota Fiscal ou Fatura Requerente: Ronaldo da Costa Pereira, de Nome Fantasia Gigante das Tintas Requerido: Procuradoria Geral do Município de BarbalhaProcuradoria Geral do Município de Barbalha Cuida-se de cumprimento de sentença aviado pelo Município de Barbalha em desfavor de Ronaldo da Costa Pereira. O executado efetuou o pagamento do débito, depositando judicialmente os valores (páginas 127-128). Este juízo determinou a expedição do alvará de levantamento dos valores, porém não pôs fim ao cumprimento de sentença. Decido. Extingue-se a execução quando o devedor satisfaz a

obrigação (CPC, art. 924, inciso II). É o caso dos autos. Pelo exposto, e em razão do pagamento da dívida pela parte executada, com fundamento no art. 924, inciso II, CPC, julgo por sentença EXTINTA a presente execução. Transitada em julgado, expeça-se alvará judicial para levantamento do crédito depositado em favor da parte exequente, conforme despacho de página 138. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Barbalha/CE, 11 de novembro de 2024. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: JOYCE LAYANE DE SÁ BARRETO GONZAGA (OAB 44189/CE), ADV: NATALIA OLIVEIRA ANDRADE (OAB 44000/CE) - Processo 0011223-51.2015.8.06.0043 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Ana Célia da Conceição Rocha - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, para se manifestarem acerca da expedição da minuta de requisição de pagamento em anexo, a fim de efetuarem a conferência das informações cadastradas, conforme artigo 3º, inciso IV, alínea "a" da Resolução nº 14/2023, do Órgão Especial do TJCE, e Resolução 303/2019 do CNJ.

ADV: ISAAC COSTA LÁZARO FILHO (OAB 18663/CE), ADV: MARCELLA MOHANA HENRIQUE FREITAS CAZER (OAB 38250/PE), ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE) - Processo 0200114-41.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Ana Cleide Pinheiro Costa e outro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda - SENTENÇA Processo nº: 0200114-41.2024.8.06.0043 Apensos: Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Tratamento médico-hospitalar Requerente: Ana Cleide Pinheiro Costa e outro Requerido: Hapvida Assistência Médica LtdaHapvida Assistência Médica Ltda Trata-se de ação ajuizada por Pedro Arthur Pinheiro Maciel, representado por sua genitora, em desfavor de Hapvida Assistência Médica S/A. O autor aduz, em substância, ser usuário do plano de saúde da cooperativa promovida, estando adimplente com o valor das mensalidades. Narra ser portador de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (CID 10 F90.0) e TOD (CID 10-F91.3), devendo ser acompanho por equipe multidisciplinar, conforme recomendação médica. Narra que já realizou as terapias na clínica CFG e na clínica espaço ativo, no entanto, a promovida suspendeu o tratamento nas duas instituições, alegando que o laudo do promovente não contempla diagnóstico de TEA. Ao final, requer a condenação da ré no fornecimento do tratamento, além do pagamento de compensação financeira por danos morais. Decisão deferindo a tutela provisória de urgência (páginas 42-47). Citada, a promovida apresentou contestação (páginas 238-249). No mérito, afirma sustenta a legitimidade de sua própria conduta ao afirmar que não negara o tratamento pretendido. Sustenta que a situação dos autos não configura danos morais. Audiência de conciliação (página 178). Decisão de fls 253/254 determinou a intimação das partes para manifestarem se pretendem produzir prova complementares. Entretanto, nada requereram a esse respeito. Paralelamente, as partes discutiram sobre a crise de cumprimento da medida liminar. É o relato. Decido. FUNDAMENTAÇÃO 1. Das Preliminares Apresentadas pelo Demandado: A parte demandada, em sede de preliminar, requereu a extinção do processo sem resolução, ante a ausência da promovente a algumas sessões de terapia ocupacional, o que, em sua ótica, significaria ausência de interesse processual. Segundo as lições de Arruada Alvim: "O interesse de agir é, enquanto condição da ação, considerado sob o ângulo exclusivamente processual. Trata-se de algo diverso do interesse substancial ou material, pois é aquele que leva alguém a procurar uma solução judicial, sob pena de, não o fazendo, ver-se na contingência de não poder ver satisfeita sua pretensão (o direito por vir a ser afirmado), i.e., possível perda do interesse material (direito material de que julga ser titular)." (ALVIM, Arruda.4. Direito de AçãoIn: ALVIM, Arruda.Manual de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo, Processo de Conhecimento, Recursos, Precedentes. São Paulo (SP):Editora Revista dos Tribunais. 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/manual-de-direito-processual-civil-teoria-geral-do-processo-processo-de-conhecimento-recursos-precedentes/1199103678.). Nessa perspectiva, o argumento de que o promovente tenha faltado a algumas sessões não tem pertinência com com o conceito jurídico do interesse processual, como condição de ação. Assim sendo, afasto a preliminar agitada. Igual sorte deve ser reservada à preliminar da inépcia da inicial: rejeição Equivoca-se o promovido a respeito da natureza do documento por ele tido como imprescindível. Ora, documento indispensável à propositura da ação é aquele que o direito material entende da substância do ato. Por outro lado, documento útil se presta a auxiliar a compreensão da controvérsia deduzida em juízo. Assim sendo, quando muito, trata-se de documento útil. Vamos à apreciação do mérito. 2. Do Mérito: De início, anuncio o julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, I, do CPC, tendo em vista que não há necessidade de produzir outras provas. Ademais, intimadas para manifestarem interesse na dilação probatória, não foi requerida a produção de outras provas. A questão tratada nos autos deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor, pois a relação estabelecida entre a Unimed e seus cooperados enquadra-se no conceito de prestação de serviços do referido diploma, conforme prescreve o § 2º do artigo 3ºdo Código de Defesa do Consumidor. Registre-se, ademais, o teor da Súmula 608, do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão". Dito isto, restou devidamente comprovada nos autos a necessidade do tratamento prescrito pelo médico, em particular o documento de fls. 27/28. Por sua vez, o entendimento de que não cabe ao convênio restringir tratamentos ou medicamentos prognosticados por profissional de saúde já está consolidado jurisprudência. A parte demandada sustenta que não houvera negativa formal à dispensação do tratamento. Ocorre que, tendo em conta o contexto dos fatos, esse argumento não a socorre. O indeferimento expresso não é o único meio para demonstrar a recusa de tratamento. Seria muito conveniente aos interesses da promovida a exigência de documento formal de indeferimento para possibilitar ao consumidor o acesso ao Poder Judiciário, já que bastaria não se formalizar a recusa para inviabilizar o direito do autor. Por essa razão, a jurisprudência há muito consolidou o entendimento de que a demora na apreciação do pedido equivale à negativa. No caso dos autos, o documento de fl. 29, somado ao diálogos travados com a clínica responsável o pelo atendimento, são suficientes para demonstrar a recusa de atendimento pela operadora demandada - que, por meio de subterfúgios, passou a restringir o acesso ao tratamento. O Superior Tribunal de Justiça entende ser abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário, porque o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica, indicada por profissional habilitado, na busca da cura. É o médico ou o profissional habilitado - e não o plano de saúde - quem estabelece, na busca da cura, a orientação terapêutica a ser dada ao usuário acometido de doença coberta. Não se pretende compelir o plano de saúde em fornecer tratamentos inovadores e mais custosos de pronto. Não é a situação do autos, claramente. O STJ definiu, no âmbito do EREsp n. 1.889.704/SP, ser devida a respectiva cobertura pelo plano ou seguro de saúde, porquanto a ANS considera que "as psicoterapias no método ABA (...) estão contempladas na sessão de psicoterapia" do Rol da Saúde Suplementar. Embora houvesse limitação do número de sessões de tratamento, a resolução RN- ANS n.469/2021 regulamentou, expressamente, "a cobertura obrigatória de sessões com psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para o tratamento/manejo do Transtorno do Espectro Autista (TEA)". Trata-se, a pretensão, de cobertura de tratamento pelo método ABA (Applied Behavior Analysis), meio não farmacológico reconhecidamente eficaz, pelo que a Anvisa, na sua atividade reguladora, editou a RN-ANS 539/2022, conferindo inovadora redação ao art. 6º, § 4º, da RN-ANS 465/2021, ao estabelecer que "... para a cobertura dos procedimentos que envolvam o tratamento/manejo dos beneficiários portadores de transtornos globais do desenvolvimento,

incluindo o transtorno do espectro autista, a operadora deverá oferecer atendimento por prestador apto a executar o método ou técnica indicados pelo médico assistente para tratar a doença ou agravo do paciente". Igualmente, tal Resolução pôs fim à limitação quanto a consultas e sessões com psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, além de ter revogado as Diretrizes de Utilização (DU) para tais tratamentos. A propósito, para ilustrar esse entendimento: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS MÉDICAS C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. TERAPIAS MULTIDISCIPLINARES. COBERTURA. NEGATIVA INDEVIDA. 1. A Segunda Seção, por ocasião do julgamento do EREsp 1.889.704/SP, em 8/6/2022, embora tenha fixado a tese quanto à taxatividade, em regra, do rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS, negou provimento aos embargos de divergência opostos pela operadora do plano de saúde para manter acórdão da Terceira Turma que concluiu ser abusiva a recusa de cobertura de sessões de terapia especializada prescritas para o tratamento de transtorno do espectro autista (TEA). 2. Superveniência de normas regulamentares de regência e de determinações da ANS que tornaram expressamente obrigatória a cobertura de qualquer método ou técnica indicado pelo médico assistente, em número ilimitado de sessões com fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas, para o tratamento/manejo do transtorno do espectro autista (TEA). 3. Agravo interno não provido." (STJ,AgInt no REsp n. 2.023.983/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 6/3/2023, DJe de 9/3/2023) Desse modo, havendo expressa prescrição médica sobre a necessidade e a adequação da medicação ao tratamento da doença que acomete a autora, é devida a cobertura pela ré. 3. Do Pedido de Danos Morais: Passo a analisar o pedido de compensação financeira por danos morais. Para a valoração dos danos morais, cabe considerar a seriedade do problema do consumidor, a configuração de urgência ou emergência, o sofrimento impingido pela operadora, o fundamento da negativa, dentre outras circunstâncias. Realmente, a jurisprudência do STJ é no sentido de que "a recusa indevida/injustificada, pela operadora de plano de saúde, em autorizar a cobertura financeira de tratamento médico, a que esteja legal ou contratualmente obrigada, enseja reparação a título de dano moral, por agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do beneficiário. Caracterização de dano moral in re ipsa. Precedentes". (STJ, 4ªTurma, no AgRg no AREsp nº 144.028/SP, Rel. Min. Marco Buzzi, j. Em 03.04.2014). Na quantificação de danos morais, o valor deve corresponder a uma efetiva recomposição ao sofrimento da vítima, sem, todavia, se constituir em enriquecimento sem causa (REsp nº 245.727/SE, Quarta Turma, relator o Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDOTEIXEIRA, j. em 28.3.2000, Diário da Justiça de 5.6.2000, p. 174). Ademais, é certo que se deve levar em conta não só a gravidade da lesão, como também o caráter punitivo da medida, a condição social e econômica do lesado, a repercussão do dano, e o necessário efeito pedagógico da indenização. Nesse âmbito, a indenização deve guardar a dupla função, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a primeira dirigida ao agente do ato lesivo, a fim de evitar que atos semelhantes venham a ocorrer novamente e a segunda, que o valor arbitrado não cause enriquecimento ilícito sem causa à parte lesada. Na avaliação do dano moral o órgão judicante deverá estabelecer uma reparação equitativa baseada na culpa do agente, na extensão do prejuízo causado e na capacidade econômica do responsável. Na reparação do dano moral o juiz determina, por equidade, levando em conta as circunstâncias de cada caso, o quantum da indenização devida, que deverá corresponder à lesão e não se equivalente, por ser impossível tal equivalência". No caso em comento, a indenização que reputo razoável é de R$ 5.000,00. 4. Da Crise de Cumprimento da Tutela Provisória. Mais uma vez, a parte autora noticia que a operadora de plano de saúde mostra-se renitente em cumprir o comando judicial. É certo que a circunstância alegada - o não cumprimento - é fato negativo, o que torna mais difícil a demonstração pelo promovente, sendo, por essa razão, causa de inversão do ônus probatório. Não obstante, a inversão do ônus da prova não dispensa o promovente de delimitar e de demonstrar minimamente os eventos alegados. A ideia estruturante é de que as partes, quando materialmente possível, devem contribuir para demonstrar os fatos importantes do processo. No caso, a demandada apresentou certidões da clínica credenciada, fls 151 e 152, dando conta de que o promovente não compareceu a sessões agendadas. Instado pelo Juízo, a promovida indicou novos agendamentos; Entretanto, sem se manifestar sobre esses eventos, a parte autora se limita a informar que o demandado não estaria cumprindo a tutela provisória. Essa circunstância, a ausência de manifestação específica, foi apontada pelo Juízo na decisão de fls 253/254. Não obstante, a promovente mantivera a postura de relatar informações genéricas, sem se posicionar precisamente sobre os fatos e provas apresentados pela demandada. Nessa ordem de ideias, tenho que não restou suficientemente demonstrada a recalcitrância da promovida. Isso posto, INDEFIRO o pedido de formulado pela autora relativos à aplicação de medida coercitivas de apoio, sem prejuízo de revisitação da questão, após maior aprofundamento probatório, em autos apartados, em sede de cumprimento provisório de sentença, na forma do artigo 522 do CPC. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, resolvendo o mérito na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, tornando definitiva a tutela de urgência de páginas 66-71, bem como para condenar o promovido ao pagamento de compensação por danos morais no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), acrescidos de juros de 1% a.m., contados do evento danoso (negativa da cobertura) e corrigido da data do arbitramento pelo INPC. Após o início da produção de efeitos da Lei 14.905/2024, em 60 dias de sua publicação em 1º/07/2024, a correção monetária será pelo índice IPCA; os juros de mora serão pela Taxa Selic (deduzido o índice de atualização monetária - IPCA) Em razão da sucumbência, arcará a ré com o pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios do patrono da autora, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2º, do Estatuto Processual Civil. P.R.I. Transitado em julgado, não havendo outros requerimentos, arquivem-se os autos. Barbalha/CE, 04 de novembro de 2024. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: GIOVANNY JÚNIOR RODRIGUES AQUINO (OAB 43830/CE), ADV: JOSEILSON FERNANDES SOARES (OAB 11915/CE), ADV: CÍCERA ROSANA DA SILVA (OAB 43893/CE) - Processo 0200871-35.2024.8.06.0043 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Calistrato Lopes dos Santos - REQUERIDO: José Helmer Belém Gomes e outro - DECISÃO Processo nº: 0200871-35.2024.8.06.0043 Apensos: Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe: Reintegração / Manutenção de Posse Assunto: Esbulho / Turbação / Ameaça Requerente: Calistrato Lopes dos Santos Requerido: Raquel Feitosa Lopes Belem e outro Trata-se de ação de reintegração de posse ajuizada por Carlistrato Lopes dos Santos contra Raquel Feitosa Lopes Belém e José Helmer Belém Gomes. Em síntese, alega que exerce a posse do imóvel desde o falecimento de sua própria mãe, em 2008. Em comodato verbal, no ano de 2020 , permitiu que os demandados explorassem a área. Informa que firmou contrato de promessa de compra e venda do imóvel com terceiro, oportunidade em que solicitou a retomada do bem aos promovidos. Não obstante, os demandados recusaram-se a desocupar o imóvel, o que, segundo sua ótica, caracteriza esbulho possessório. Pretende a concessão de tutela provisória de reintegração da posse. Realizada audiência de justificação, fl. 103. Decido. Na forma do artigo 561, do CPC, nas ações possessórias, cabe ao autor comprovar: I - a sua posse; II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; III - a data da turbação ou do esbulho; IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração. No caso dos autos, mesmo após a realização da audiência de justificação, não há elementos suficientes para o deferimento da liminar requerida, isso porque não restou suficiente demonstrado o elemento principal da ação possessória: a posse do promovente sobre o imóvel reclamado. Conforme artigo 1.196 do Código Civil, considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum

dos poderes inerentes à propriedade. A propósito desse tema, fulgurante é a lição de Arnoldo Wald " Constitui, pois, a posse uma situação de fato, na qual alguém mantém determinada coisa sob a sua guarda e para o seu uso ou gozo, tendo ou não a intenção de considerá-la como de sua propriedade." (WALD, Arnoldo; IGLECIAS, Patrícia; PAESANI, Liliana.Capítulo 3. A Posse. Conceito e Disposições Gerais. Histórico. Natureza Jurídica. Fundamentos da Proteção PossessóriaIn: WALD, Arnoldo; IGLECIAS, Patrícia; PAESANI, Liliana.Direito das Coisas - Ed. 2023. São Paulo (SP):Editora Revista dos Tribunais. 2023. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/direito-das-coisas-ed-2023/1865879675). No caso de que cuidam os autos, ao menos nesse estágio do processo, não identifico provas suficientes para confirmar a sujeição fática do bem ao promovente. O Cadastro Ambiental Rural não tem condão para demonstrar a posse. O próprio item 8 do cadastro, fl. 23, pondera que a inscrição não pode ser considerada título para fins de reconhecimento de posse. A jurisprudência também sinaliza a insuficiência probatória desse documento. Vejamos: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REINTEGRAÇÃO LIMINAR. REGISTRO IMOBILIÁRIO E CERTIFICAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS. INSUFICIÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DA POSSE. 1) A alegação do agravado de que não possui legitimidade para figurar no polo passivo não pode ser submetida ao órgão colegiado, cuja análise acarretaria a supressão de instância. Precedente. 2) A posse retrata uma situação fática sobre o bem, constituindo, por assim dizer, uma foto da realidade (TJAP, AI nº 0003182-09.2018.8.03.0000, Rel. Des. Rommel Araújo). Assim, cabe ao autor da ação, para o fim de obter a concessão da liminar de reintegração, demonstrar que a posse exercida é latente, induvidosa, sob pena de relegar à instrução do feito a comprovação do respectivo pressuposto. Precedente. 3) Em que pese a documentação do imóvel - matrícula imobiliária, certificação perante o INCRA, georreferenciamento do SIGEF, Cadastro Ambiental Rural e recolhimento de ITR - constituir indício da posse exercida pela agravante, mostram-se insuficientes para permitir a concessão liminar da reintegração sobre o imóvel. 4) Agravo de instrumento conhecido e não provido. (TJ-AP - AI: 00038596820208030000 AP, Relator: Desembargador ROMMEL ARAÚJO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 16/03/2021, Tribunal) A prova testemunhal não lhe socorre. Como restou esclarecido, a testemunha é diretamente interessada na sorte do processo. Antônio Hamilton Santana afirmou que celebrou contrato de promessa de compra e venda com autor envolvendo o imóvel em questão. De mais a mais, para além da discussão sobre o domínio, em ações possessórias, rememoro, é desimportante a alegação de propriedade, o que deve ser demonstrando é se o promovente exerce a posse sobre o imóvel, o que não restou demonstrado no caso dos autos. Diante do exposto, ausente a demonstração da posse, INDEFIRO a liminar de reintegração. Intimem-se as partes, ficando o réu ciente de que o prazo para contestar será contado da intimação desta decisão(art. 564, parágrafo único, do CPC). Expedientes necessários. Barbalha/CE, 08 de novembro de 2024. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

ADV: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL (OAB 513/DF), ADV: WENDELL DA SILVA MEDEIROS (OAB 20500/RN) - Processo 0200950-14.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Joelson Alisson Mota Teixeira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vivo Empresas - DESPACHO Processo nº: 0200950-14.2024.8.06.0043 Apensos: Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe: Procedimento Comum Cível Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes Requerente: Joelson Alisson Mota Teixeira Requerido: Telefônica Brasil S/A - Vivo Empresas Cuida-se de ação envolvendo cobrança extrajudicial de dívida prescrita, com a inclusão na plataforma "Serasa Limpa Nome". A discussão central foi afetada pelo STJ, sob o rito de recurso repetitivo: Tema 1264 - Definir se a dívida prescrita pode ser exigida extrajudicialmente, inclusive com a inscrição do nome do devedor em plataformas de acordo ou de renegociação de débitos. O relator determinou suspensão do processamento de todos os processos que versem sobre a mesma matéria e tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPC/2015. Isso posto, DETERMINO o sobrestamento do feito até ulterior deliberação do Superior Tribunal de Justiça. Intimem-se. Expedientes necessários. Barbalha (CE), 11 de novembro de 2024. Marcelino Emidio Maciel Filho Juiz de Direito

COMARCA DE BARBALHA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0415/2024

ADV: NAYARA SOUZA DA CONCEIÇÃO (OAB 57532/GO) - Processo 0200401-04.2024.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: M.S.S. - Cite-se e Intime-se parte requerida, pessoalmente, para comparecer a audiência designada, ocasião em que iniciar-se-á o prazo para apresentar contestação. Intime-se a parte requerente para comparecer a audiência designada. Advirtam-se as partes quando da intimação de que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. Abram-se vistas dos autos ao Ministério Público. Expedientes necessários e urgentes. Barbalha, data da assinatura digital.

ADV: NAYARA SOUZA DA CONCEIÇÃO (OAB 57532/GO) - Processo 0200401-04.2024.8.06.0043 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: M.S.S. - Designo sessão de Conciliação para a data de 24/02/2025 às 14:00h na

ADV: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA (OAB 20787/CE), ADV: ANTONIO ALLAN LEITE SARAIVA (OAB 23502/CE), ADV: MAURO NUNES CORDEIRO FILHO (OAB 31221/CE), ADV: DIOGO IBRAHIM CAMPOS (OAB 13296/MT) - Processo 0200917-24.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Ivani Bem - REQUERIDO: Conafer - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil - I . Declarar a nulidade dos descontos a título de "CONTRIBUIÇÃO CONAFER" incidentes sobre o benefício previdenciário do autor, declarando a inexistência de débito originária do referido ajuste; II. Condenar a promovida a restituir ao autor, em dobro, as parcelas descontadas de seu benefício previdenciário, posteriores a 30.03.2021, e de forma simples as anteriores a essa data, a título de reparação por danos materiais, acrescidos de correção monetária pelo IPCA desde o efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ) e juros moratórios fixados de acordo com a taxa SELIC desde o evento danoso, deduzido o IPCA do período (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ); III. Condenar a requerida ao pagamento de indenização a título de reparação por danos morais, em favor da parte autora, o qual fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos dos artigos 186, 927 e 944, todos do Código Civil, atualizados monetariamente pelo IPCA desde o arbitramento (súmula 362 do STJ) e acrescidos de juros moratórios fixados de acordo com a taxa SELIC desde o evento danoso, deduzido o IPCA do período (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ); IV. Condenar o promovido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes que fixo em dez por cento sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

ADV: VITÓRIA EVEN RIBEIRO DE LUNA (OAB 42527/CE) - Processo 0201254-13.2024.8.06.0043 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônio Paulo dos Santos - Em face do art. 334, caput, c/c art.

335 do Código de Processo Civil, encaminhe-se os autos ao CEJUSC, para fins de designação e realização da Audiência de Conciliação por videoconferência. Cite-se parte acionada para que tome conhecimento da ação proposta e audiência aprazada, expediente no qual também deve constar a advertência de que, fracassada tentativa de composição amigável da lide, iniciar-se-à, na data daquele ato, o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente a defesa que entender necessária, sob pena de revelia, caso em que, no que aplicável, os fatos alegados na inicial e não contestados, poderão ser tidos como verdadeiros por este Juízo. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0416/2024

ADV: JOSE LAIR DE SOUSA MANGUEIRA (OAB 12467/CE) - Processo 0000288-59.2009.8.06.0043 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Antônio Francivaldo Batista - Por todo o exposto, extingo o processo sem resolução de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art. 485, IV do CPC. Condeno o requerido ao pagamentos das custas e de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, ante o princípio da causalidade, com exigibilidade suspensa, ante a gratuidade da justiça que ora defiro em seu favor.

ADV: JOSÉ BELO NETO (OAB 41135/CE), ADV: LARISSA QUEIROZ PEREIRA (OAB 50326/CE) - Processo 0200581-20.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Alves da Silva - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, declarando resolvido o mérito do processo, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, e assim o faço para: I . Declarar a nulidade dos descontos a título de “CONTRIBUIÇÃO APDAP PREV 0800 251 2844” incidentes sobre o benefício previdenciário da parte autora, declarando a inexistência de débito originária do referido ajuste; II. Condenar a promovida a restituir ao autor, em dobro, as parcelas descontadas de seu benefício previdenciário, posteriores a 30.03.2021, e de forma simples as anteriores a essa data, a título de reparação por danos materiais, acrescidos de correção monetária pelo IPCA desde o efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ) e juros moratórios fixados de acordo com a taxa SELIC desde o evento danoso, deduzido o IPCA do período (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ); III. Condenar a requerida ao pagamento de indenização a título de reparação por danos morais, em favor da parte autora, o qual fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos dos artigos 186, 927 e 944, todos do Código Civil, atualizados monetariamente pelo IPCA desde o arbitramento (súmula 362 do STJ) e acrescidos de juros moratórios fixados de acordo com a taxa SELIC desde o evento danoso, deduzido o IPCA do período (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ); IV. Condenar o promovido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes que fixo em dez por cento sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, intime-se o requerido para pagar as custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de expedição de ofício à PGE/CE, nos termos dos artigos 399 a 401, bem como do Anexo XIV, do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE). Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos. Barbalha/CE, data da assinatura digital. Carolina Vilela Chaves Marcolino Juíza de Direito

ADV: RAHAMON FREIRE DE SOUSA BEZERRA (OAB 34296/CE), ADV: TIAGO SAMPAIO DE MORAIS (OAB 41244/CE), ADV: ANDERSON DE ALMEIDA FREITAS (OAB 22748/DF), ADV: CASSIO ROBERTO ALMEIDA DE BARROS (OAB 26296/DF) - Processo 0201123-38.2024.8.06.0043 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Vilany Sabino de Santana - REQUERIDO: Associação Brasileira dos Aposentados Epensionistas da Nação - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, declarando resolvido o mérito do processo, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, e assim o faço para: I . Declarar a nulidade dos descontos a título de “CONTRIB. ABAPEN - 0800 000 3657” (fls. 26/28) incidentes sobre o benefício previdenciário do autor, declarando a inexistência de débito originária do referido ajuste; II. Condenar a promovida a restituir ao autor, em dobro, as parcelas descontadas de seu benefício previdenciário, posteriores a 30.03.2021, e de forma simples as anteriores a essa data, a título de reparação por danos materiais, acrescidos de correção monetária pelo IPCA desde o efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ) e juros moratórios fixados de acordo com a taxa SELIC desde o evento danoso, deduzido o IPCA do período (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ); III. Condenar a requerida ao pagamento de indenização a título de reparação por danos morais, em favor da parte autora, o qual fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), nos termos dos artigos 186, 927 e 944, todos do Código Civil, atualizados monetariamente pelo IPCA desde o arbitramento (súmula 362 do STJ) e acrescidos de juros moratórios fixados de acordo com a taxa SELIC desde o evento danoso, deduzido o IPCA do período (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ); IV. Condenar o promovido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes que fixo em dez por cento sobre o valor do proveito econômico obtido, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, intime-se o requerido para pagar as custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de expedição de ofício à PGE/CE, nos termos dos artigos 399 a 401, bem como do Anexo XIV, do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE). Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos. Barbalha/CE, data da assinatura digital. Carolina Vilela Chaves Marcolino Juíza de Direito

ADV: MARIA RAQUEL DE BEZERRA CRUZ LEITE (OAB 39099/CE) - Processo 0201367-64.2024.8.06.0043 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: E.F.S. - Defiro o pedido de redesignação da audiência apresentado às pp. 49/50, considerando que a causídica comprovou intimação prévia em outro ato processual. Sendo assim, redesigno o ato para 03/12/2024 às 10:30h. Fica a parte autora intimada para o ato, por meio da ciência do presente. Advirto-a da necessidade de apresentar o(a) acionado(a) à audiência designada.

COMARCA DE BARRO - VARA UNICA DA COMARCA DE BARRO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0341/2024

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0200055-47.2024.8.06.0045 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERIDO: Facta Financeira S.a. Crédito, Financiamento e Investimento - Intimação da parte requerida para providenciar o pagamento das custas processuais, conforme guias de pp. 330/333, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa.

ADV: JOSE ALBERTO COUTO MACIEL (OAB 513/DF) - Processo 0200261-32.2022.8.06.0045 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica do Brasil S/a. - Intimação da parte requerida para providenciar o pagamento das custas processuais (50%), conforme guias de pp. 248/251, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição

da dívida ativa.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BARRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0342/2024

ADV: VICTOR GERSON BATISTA DE NOROES (OAB 35186/PE), ADV: JOSÉ SATURNINO DE SOUZA (OAB 46458/CE) - Processo 0200233-93.2024.8.06.0045 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: C.W.S.L. e outro - Intimação das partes para participarem da sessão de Mediação designada para o dia 21/01/2025 às 11h30, a ser realizada pelo CEJUSC REGIONAL DO CARIRI (localizado na Avenida Padre Cicero, km 03, Triangulo, Juazeiro do Norte/CE), por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams: Link: https://link.tjce.jus.br/8402f7 Para participação da audiência, deverão as partes e advogados: Aqueles que forem realizar o procedimento via celular/Smartphone, deverão copiar/clicar no aluído link com antecedência mínima de 10 (dez) minutos, para proceder ao download do aplicativo Microsoft Teams e ingressar na audiência como convidado, sendo desnecessário qualquer cadastro; Se o acesso for via computador, basta clicar sobre o link e, na janela que se abrir, optar pela modalidade continuar neste navegador não sendo necessário baixar o aplicativo; As partes deverão aguardar no lobby até que sejam admitidas á reunião virtual, portando documento para comprovação de identidade. Importante ressaltar que existindo alguma dificuldade de acesso à internet ou não disponibilizando os meios digitais, as partes possuem faculdade de comparecer ao fórum para realização da audiência com auxílio dos servidores ou entrar em contato com o CEJUSC Regional do Cariri através do contato de WhatsApp (85) 98231-6168.

ADV: ROBERTSON RODRIGUES DE SOUZA (OAB 11184/RN) - Processo 0200299-73.2024.8.06.0045 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.Z.C.B. - Intimação das partes para participarem da sessão de Mediação designada para o dia 21/01/2025 às 13h30, a ser realizada pelo CEJUSC REGIONAL DO CARIRI (localizado na Avenida Padre Cicero, km 03, Triangulo, Juazeiro do Norte/CE), por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams: Link: https://link.tjce.jus.br/8402f7 Para participação da audiência, deverão as partes e advogados: Aqueles que forem realizar o procedimento via celular/Smartphone, deverão copiar/clicar no aluído link com antecedência mínima de 10 (dez) minutos, para proceder ao download do aplicativo Microsoft Teams e ingressar na audiência como convidado, sendo desnecessário qualquer cadastro; Se o acesso for via computador, basta clicar sobre o link e, na janela que se abrir, optar pela modalidade continuar neste navegador não sendo necessário baixar o aplicativo; As partes deverão aguardar no lobby até que sejam admitidas á reunião virtual, portando documento para comprovação de identidade. Importante ressaltar que existindo alguma dificuldade de acesso à internet ou não disponibilizando os meios digitais, as partes possuem faculdade de comparecer ao fórum para realização da audiência com auxílio dos servidores ou entrar em contato com o CEJUSC Regional do Cariri através do contato de WhatsApp (85) 98231-6168.

COMARCA DE BATURITE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BATURITE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE BATURITÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0240/2024

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (OAB 111/CE), ADV: FELLIPE REGIS BOTELHO GOMES LIMA (OAB 29406/CE) - Processo 0000106-27.2010.8.06.0047 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMA: Francisco Wellington da Silva Nascimento - RÉU: SIDNE ALVES DA SILVA - É o relatório, nos termos do art. 423, inciso II do CPP, não havendo nenhuma providência a ser tomada, deve o feito ser incluído em pauta para o julgamento do réu pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca. Defiro o pedido da defesa para que sejam reproduzidas os arquivos audiovisuais da fase instrutória na ocasião de realização da sessão de julgamento. Uma vez designada a data da sessão de julgamento, devem as partes, advogados/Defensor Público, Ministério Público e testemunhas serem intimadas a comparecer em juízo na data aprazada. Determino, por fim, a juntada de certidão atualizada de antecedentes criminais do acusado. Intimem-se. Expedientes necessários.

Processo 0000287-33.2007.8.06.0047 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: CARLOS ALBERTO DE QUEIROZ - Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pelo réu Carlos Alberto de Queiroz contra a sentença de pronúncia. As razões do recurso em sentido foram apresentadas, requerendo a absolvição sumário do réu pela ocorrência da legítima defesa, e, subsidiariamente, o decote das qualificadoras. Contrarrazões do Ministério Público (pág. 448/46). É o histórico relevante dos autos. Já houve o convencimento por este Magistrado para realizar a pronúncia do réu, e isso já foi exaustivamente fundamentado na decisão vergastada. Portanto, mantenho-a por seus próprios fundamentos e determino a remessa destes autos ao egrégio Tribunal de Justiça para processamento e julgamento do recurso em sentido estrito. Cumpra-se.

COMARCA DE BATURITE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROBERTA KARINE DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1197/2024

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0200422-65.2024.8.06.0047 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 51, procedendo-se a intimação da parte autora para anexar aos autos instrumento de contrato devidamente assinado pelo requerido, no prazo de 15(quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROBERTA KARINE DA SILVA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1199/2024
ADV: WILLIAM GOMES DA SILVA (OAB 40377/CE) - Processo 0200547-33.2024.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Tabelionatos, Registros, Cartórios - REQUERENTE: Roberio Lima Cavalcante - Tendo em vista que foi juntado aos autos o contracheque do requerente, sendo este documento hábil a fim de comprovar a sua capacidade financeira, indefiro o pedido de gratuidade judiciária formulado. Intime-se a parte autora para providenciar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento de distribuição.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROBERTA KARINE DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1198/2024
ADV: AMANDA ROBERTA DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 41983/CE), ADV: RONALDO QUIRINO DO NASCIMENTO (OAB 35045/PE) - Processo 0050259-78.2021.8.06.0047 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: M.K.L.A. - A.C.A. - Face o trânsito em julgado do acórdão que manteve inalterada a sentença de primeiro grau proferida por este Juízo, intimem-se as partes quanto ao retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará,bem como, para que requeiram o que entenderem pertinente, no prazo de 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos, com as baixas e cautelas de estilo.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROBERTA KARINE DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1200/2024
ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0001913-34.2000.8.06.0047 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a - Intime-se a parte autora, via dje, para comprovar a cessão do crédito objeto da presente demanda, uma vez que não foram coligidos aos autos documentos que demonstrem a existência da cessão. Prazo: 15 (quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROBERTA KARINE DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1201/2024
ADV: TALLITA SARAIVA SANTOS (OAB 26248/CE), ADV: TALLITA SARAIVA SANTOS (OAB 26248-A/CE) - Processo 0008453-05.2017.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Verônica Margarida Costa de Moraes - Intime-se a exequente, via dje, para se manifestar sobre a impugnação apresentada pelo executado, no prazo de 15(quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ROBERTA KARINE DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1202/2024
ADV: THALES PONTES BATISTA (OAB 14544/CE) - Processo 0200549-03.2024.8.06.0047 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Fabiana Alves da Silva Melo - Vanessa de Melo Teixeira Alves - Considerando a expressão do valor atribuído à causa, nos termos do § 6º do art. 98 do Código de Processo Civil, em atenção às condições econômicas alegadas pela parte requerente, à natureza da ação, prioridades e preferências legais de julgamento, em harmonia do número de parcelas com a perspectiva temporal de julgamento da ação, observado o princípio constitucional da razoável duração do processo,DEFIROo pedido formulado para possibilitar à parte autora o parcelamento das custasprocessuais em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, com a advertência de que a primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias,contado da data em for intimada desta decisão, e as demaisno mesmo dia do mês subsequente, ou seja, no mesmo dia em que for efetuado o pagamento da primeira,salvo recaia em dia em que não haja expediente bancário, hipótese em que o vencimento ocorrerá no dia seguinte em que houver expediente, tudo sob pena de cancelamento da distribuição (Código de Processo Civil, art. 290). Proceda-se a secretaria de vara a emissão das guias referentes as custas processuais. Comprovado o recolhimento da primeira parcela das custas ou decorrido o prazo sem pagamento, venham os autos conclusos.

COMARCA DE BATURITE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0216/2024
ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: SERGIO MACIEL PINHEIRO (OAB 31736/CE) - Processo 0050424-28.2021.8.06.0047 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Jesus Ribeiro Bessa - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes do retorno do processo do 2º Grau para requererem o que entenderem de direito no prazo de 15 (quinze) dias.

COMARCA DE BEBERIBE -1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0246/2024

ADV: JEAN SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 23157/CE), ADV: LUCAS ARRUDA ROLIM (OAB 30150/CE) - Processo 0205751-96.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Municipal de Beberibe - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Kevin Costa dos Santos - Natanael Costa dos Santos - Sendo assim, dou por saneado o processo e deixo de absolver sumariamente o(s) acusado(s), ratificando o recebimento da denúncia. Designe-se audiência de instrução e julgamento, com a intimação do(s) acusado(s), de seu(s) defensor(es), do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente, consoante art. 399 do Código de Processo Penal.

Processo 0206981-55.2024.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - Delegacia de Assuntos Internos - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Lucas Josue Lima Marreira - Sendo assim, dou por saneado o processo e deixo de absolver sumariamente o(s) acusado(s), ratificando o recebimento da denúncia. Designe-se audiência de instrução e julgamento, com a intimação do(s) acusado(s), de seu(s) defensor(es), do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente, consoante art. 399 do Código de Processo Penal. Na referida audiência, proceder-se-á à tomada de declarações do(s) ofendido(s), à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 do Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos (se previamente requerido pelas partes), às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o(s) acusado(s), ex vi do art. 400 do citado Código. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA - EM SISTEMA HÍBRIDO. Autorizo a oitiva de outras eventuais testemunhas indicadas pela defesa, desde que compareçam à audiência, independente de intimação deste juízo, sob pena de preclusão.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0247/2024

Processo 0205751-96.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Municipal de Beberibe - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Kevin Costa dos Santos - Natanael Costa dos Santos - Sendo assim, dou por saneado o processo e deixo de absolver sumariamente o(s) acusado(s), ratificando o recebimento da denúncia. Designe-se audiência de instrução e julgamento, com a intimação do(s) acusado(s), de seu(s) defensor(es), do Ministério Público e, se for o caso, do querelante e do assistente, consoante art. 399 do Código de Processo Penal.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0248/2024

ADV: EMANUEL DE PÁDUA ALMEIDA DE PAIVA (OAB 33178/CE) - Processo 0010611-32.2014.8.06.0049 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Wellington das Chagas Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Intime-se a defesa para se manifestar sobre as ausências das suas testemunhas Maria de Fátima Pinho Costa (intimada - pg. 286) e José Adriano Ribeiro da Silva (não intimado - pg. 289), no prazo de 05(cinco) dias.

COMARCA DE BEBERIBE - 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0403/2024

ADV: JOSE HAILTON LIRA MAGALHAES FILHO (OAB 48462/CE), ADV: NASARENO ABREU DA FONTOURA (OAB 8406/CE), ADV: RUTSON CASTRO AGUIAR REBOUÇAS (OAB 21089/CE) - Processo 0014129-25.2017.8.06.0049 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Marah Lúcia Castro Aguiar - REQUERIDO: Ozeas Lima de Queiroz - Vera Lúcia Gomes de Queiroz - Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, por não vislumbrar comprovação cabal de posse sem oposição por lapso temporal exigido por lei para o reconhecimento da usucapião. Condeno a requerente em honorários advocatícios, que fixo em dez por cento do valor atualizado da causa, ficando a exigibilidade suspensa pelo prazo de cinco anos, isentando-a de de custas, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil e do artigo 5º, II, da Lei Estadual 16.132/2016. Ainda, indefiro a expedição de ofício à OAB, postulada à fl. 262. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO AUGUSTO C ARLOS MONTEIRO (OAB 174360/SP), ADV: NEY JOSE CAMPOS (OAB 44243/MG) - Processo 0050081-26.2021.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cândido Antônio Ribeiro Monteiro - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Defiro o pedido de produção de prova para determinar a realização da perícia grafotécnica. Procedendo com o sorteio do perito junto ao sistema SIPER, e considerando a conexão entre os processos apensos, fica designado o PEDRO ILMAR CÉSAR CARNEIRO JÚNIOR, 162303, pedro.adv.cesar@gmail.com, (88)99828-7930 para realização de perícia no documento anexado às fls 40/41 pela parte requerida e objeto da lide, visando apurar a legitimidade da assinatura da parte requerente. À secretaria para que notifique o perito, a fim de que informe se aceita o encargo, no prazo de 5 dias, oportunidade na qual, em caso de aceitação, deverá o perito informar o valor dos honorários, quais documentos serão necessários para a realização da prova e de que forma as partes deverão juntar aos autos. Aceito o encargo, determino a intimação das partes, nos termos do art. 465 do CPC, para, no prazo comum de 15 dias, tomarem ciência da nomeação do perito, arguirem o impedimento ou a suspeição do perito, manifestarem sobre os honorários propostos, e se for o caso, indicarem assistente técnico e apresentarem quesitos. Sobre o pagamento dos honorários, caberá a parte requerida providenciar o pagamento dos aludidos honorários periciais, neste mesmo prazo supra, conforme previsão legislativa e jurisprudencial atual, senão vejamos: CPC. Art. 429. Incumbe o ônus da prova

quando: II - se tratar de impugnação da autenticidade, à parte que produziu o documento. Tema 1061, STJ - Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a autenticidade (CPC, arts. 6º, 369 e 429, II). STJ - AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FALSIDADE DE ASSINATURA. CUSTAS PERICIAIS A CARGO DE QUEM PRODUZIU O DOCUMENTO. JULGAMENTO DO TEMA 1.061/STJ, QUE CONFIRMOU A DECISÃO MONOCRÁTICA. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO .1. O entendimento desta Corte Superior é no sentido de que, havendo questionamento do suposto tomador de empréstimo consignado sobre a falsidade da assinatura aposta no documento, incumbe à instituição financeira o ônus da prova, bem como o adiantamento das custas periciais.2. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.3. Agravo interno desprovido.(AgInt no REsp n. 1.943.060/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 8/8/2022, DJede10/8/2022.) TJCE - AGRAVO DE INSTRUMENTO ORDINÁRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO JUNTADA DOS CONTRATOS PELOS PROMOVIDOS IMPUGNAÇÃO DA ASSINATURA PELO AUTOR PEDIDO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA DECISÃO QUE DEFERE A PROVA, ÀS CUSTAS DO AGENTE FINANCEIRO PRETENSÃO DE REFORMA DESCABIMENTO CUSTEIO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS A CARGO DE QUEM PRODUZIU O DOCUMENTO TEMA 1061 DO STJ PRECEDENTES AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. O presente agravo de instrumento adversa decisão que, ao deferir a prova pericial requestada pelo autor, determinou o custeio pelo banco promovido. 2. Em suas razões recursais, o banco agravante sustenta que a prova pericial deve ser custeada pela parte autora, uma vez que foi por ela requerida, não se devendo confundir a inversão do ônus da prova com a atribuição pelo custo da prova. 3. Segundo a regra geral do art. 95 do CPC, o custo dos honorários do perito recai sobre a parte que requereu a prova. Entretanto, o documento que será objeto da perícia foi apresentado e produzido pela parte promovida. Nesse caso, a regra do art. 95 do CPC deve ser interpretada conjuntamente com o art. 429, II do mesmo diploma legal, o qual preconiza que cabe à parte que produziu o documento o ônus de provar a sua autenticidade. 4. Tal entendimento encontra-se consolidado no STJ, diante do julgamento do Tema Repetitivo 1061, que assim firmou a tese acerca de casos como o em comento: Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a sua autenticidade. 5. Por outro lado, é assente na jurisprudência que a inversão do ônus probatório não implica necessariamente na inversão do ônus econômico na produção da prova deferida. Nessa toada, a instituição financeira pode negar-se a ter o dispêndio relativo aos trabalhos periciais. Afinal, é ônus que lhe compete. Mantém-se, então, a decisão recorrida, ficando o banco agravante livre para escolher entre a produção da prova pericial com o pagamento do respectivo custo ou arcar com o ônus decorrente da ausência de elementos probatórios suficientes para o julgamento da lide. 6. Recurso conhecido e improvido. Decisão mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, unanimemente, em conhecer do recurso interposto, negando-lhe provimento, nos termos do voto da relatora.(Agravo de Instrumento - 0622706-80.2023.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, 2ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 21/06/2023, data da publicação:21/06/2023) TJCE - DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA. IMPUGNAÇÃO QUANTO À VERACIDADE DAS ASSINATURAS CONTIDAS NO CONTRATO. ÔNUS DE QUEM APRESENTOU O DOCUMENTO DE PROMOVER A COMPETENTE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. TEMA 1061 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. A matéria em discussão gravita em torno da responsabilidade pelo custeio dos honorários do perito do juízo. 2. De início, cumpre ressaltar que houve decretação da inversão do ônus da prova às fls. 17/18 da pasta processual originária, contra a qual não houve insurgência do Requerido, ora Agravante. 3. A ação de origem versa sobre empréstimo consignado realizado em benefício previdenciário da parte Autora, ora Agravada, a qual sustenta a existência de fraude na celebração do contrato. Assim, não há outro meio para a Autora/Agravada comprovar a sua não anuência aos termos do contrato, senão por intermédio de uma perícia grafotécnica, uma vez que afirma não ter assinado o contrato apresentado em sua defesa pela parte Ré, ora Agravante. 4. Com efeito, conforme dispõe no artigo 429 do CPC, uma vez acostado o documento pelo banco Réu/Agravante, cabe a este comprovar sua autenticidade. No mesmo sentido, a tese firmada pelo STJ no Tema 1061. 5. Dessa forma, não há como impor à autora/consumidora/hipossuficiente, o ônus de provar a autenticidade de um documento que não reconhece e que foi trazido pela parte adversa, ao contrário, cabe ao banco recorrente demonstrar a higidez da contratação, inclusive a autenticidade do documento impugnado. Conclui-se, portanto, que também é impossível impor ao autor/consumidor/hipossuficiente o custo pela produção de uma prova cujo ônus é da instituição financeira. Precedentes. 6. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data da assinatura digital. DESEMBARGADOR JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO Relator(Agravo de Instrumento - 0628940-78.2023.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) JOSE RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, 1ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 08/11/2023, data da publicação: 08/11/2023) Fixo o prazo de 20 (vinte) dias para a entrega do laudo, a contar da aceitação do encargo pelo perito. Fixo, desde já, os quesitos do juízo: 1 A assinatura constante no contrato pertence a parte autora? Se sim, baseado em que é possível afirmar isso? 2 É possível afirmar que houve falsificação na assinatura constante no contrato bancário? Se sim, baseado em que é possível afirmar isso? 3 Quais são as semelhanças e diferenças entre a assinatura do contrato bancário e assinatura da parte autora? Com o laudo nos autos: 1) Proceda-se ao pagamento dos honorários periciais; 2) Intimem-se as partes sucessivamente, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem alegações finais, oportunidade em que também poderão abordar o laudo pericial. Expedientes necessários.

ADV: JOSE BATISTA DE SA (OAB 20442/CE) - Processo 0050167-31.2020.8.06.0049 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria José Conrado dos Santos - Maria de Lourdes dos Santos - Postas estas considerações, HOMOLOGO, por sentença, a adjudicação pleiteada, nos termos do artigo 659, § 1º, do Código de Processo Civil, pelo que EXTINGO O FEITO, com resolução de mérito, na moldura do art. 487, I, do mesmo diploma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros. Expeça-se, em favor de Maria de Lourdes do Santos: O respectivo alvará para transferência do veículo indicado às fls. 20 ; Os respectivos alvarás para levantamento dos valores indicados nos ofícios de fls. 84/88 e 117; A Carta de adjudicação do imóvel de fls 18/19, com registro de matrícula nº 7788, R-01/7788, Livro 2 -02, fls 01 v019 do Cartório de 2º Ofício da Comarca de Beberibe/CE, com a observação de que fora concedida a gratuidade judiciária, extensiva aos emolumentos. À Procuradoria Fiscal, para os fins do § 2º do art. 659 do Código de Processo Civil. Certifique-se o trânsito em julgado imediato desta decisão, ante a ausência de interesse recursal, e, após o cumprimento de todas as diligências, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MURILO MENESES CARVALHO (OAB 42192/CE) - Processo 0050620-26.2020.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bruno Miguel da Fonseca Salgado e Costa - Intime-se o exequente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o recolhimento das custas referentes a execução de sentença, sob pena de

remessa do feito ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: MARCIO FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 37201/CE) - Processo 0200147-47.2023.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: M.C.A.S. - Intime-se a parte autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, forneça as informações requisitadas pelo Ministério Público às fls 47/48. Empós, com a manifestação nos autos, renove-se as vistas ao parquet.

ADV: JHONATA GAMA DE SOUSA (OAB 41936/CE) - Processo 0200259-50.2022.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Ribeiro de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 dias.

ADV: ADAUTO LUIZ CAVALCANTE UCHOA (OAB 15278/CE), ADV: FRANCISCO MARCIO LOPES DAS CHAGAS (OAB 42625/CE), ADV: ALINE SALDANHA DE LIMA FERREIRA SENA (OAB 12575/CE) - Processo 0200503-76.2022.8.06.0049 - Cumprimento de sentença - Pedido de Liminar - REQUERENTE: Francisco Júlio Maciel de Oliveira - REQUERIDA: Ana Maria Braga Barros de Sousa C Solbakk - Trata-se de Cumprimento de sentença em que a parte executada, após respectiva intimação, juntou aos comprovante de pagamento da dívida- fls. 277. Era o que merecia relatar. Decido. Considerando que o débito executado nos autos foi integralmente quitado pelo executado, estando plenamente satisfeita a obrigação, impõe-se a extinção do processo executivo, não havendo mais motivo para o prosseguimento do feito. Com efeito, assim prevê o art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil: Art. 924. Extingue-se a execução quando: II - a obrigação for satisfeita. O art. 925 determina que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença. Diante do exposto, extingo o presente cumprimento de sentença, com fundamento nos art. 771, 924, inciso II, c/c art. 925, do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a satisfação da dívida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: MONDLLY FERNANDES MOREIRA (OAB 41646/CE) - Processo 0200784-61.2024.8.06.0049 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ADOLESCENTE: J.N.R.F. - ISSO POSTO, julgo PROCEDENTE o pedido constante na representação ministerial, com base nos artigos 112, VI, 114 e 122, I, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, para IMPOR ao representado J. N. R. d. F. a medida socioeducativa de INTERNAÇÃO, por prazo indeterminado, não superior a 03 (três) anos, devendo ser extinta sem nenhum óbice, na hipótese do adolescente completar a idade de 21 (vinte e um) anos, avaliando-se a necessidade de sua manutenção, no máximo, a cada 06 (seis) meses. Certificado o trânsito em julgado, expeça-se mandado de busca e apreensão e guia de execução definitiva no momento oportuno. Após o seu cumprimento, oficie-se com a maior brevidade possível ao órgão pertinente com o intuito de solicitar vaga para o atendimento da determinação. Obtida resposta afirmativa, encaminhe-se, com a documentação necessária, ao juízo competente para acompanhamento da medida. Ao final, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: PAULO HENRIQUE GONÇALVES DE SOUZA SILVA (OAB 37854/CE) - Processo 0200815-81.2024.8.06.0049 - Interdição/Curatela - Direitos da Personalidade - INTERTE: R.S.S. - Trata-se de Ação Ordinária em que a parte autora foi intimada para acostar aos autos documento essencial ao desenvolvimento regular do feito, todavia manteve-se inerte, conforme certidão retro. Vieram os autos conclusos. Decido. Verifica-se que, até a presente data, a parte autora não acostou procuração válida outorgada pelo interditante, nem a declaração de hipossuficiência, o que enseja a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do CPC/15. Ressalte-se que os aludidos documentos constituem ônus da parte autora e consiste em um dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Tendo sido oportunizado prazo para regularizar a situação, através da intimação do seu causídico, nada foi apresentado nos autos (certidão de fl. 56), ensejando, dessa forma, a extinção do feito por ausência de pressuposto processual. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regulrar, o que faço com fulcro na disposição do art. 485, inciso IV, do CPC/15. Custas pela parte autora, se insuficiente o depósito prévio. Sem honorários. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se definitivamente os autos, dando-se baixa na respectiva distribuição.

ADV: JOÃO AGENOR SILVA LOIOLA (OAB 38189/CE) - Processo 0200843-83.2023.8.06.0049 - Cumprimento Provisório de Sentença - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cicero Romao de Lima Almeida - Ante o exposto, reconheço a litispendência e JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas (Lei Estadual 16132/2016, art. 5º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se com as cautelas de praxe.

ADV: APARECIDO ANTONIO JÚNIOR (OAB 421399/SP) - Processo 0200938-79.2024.8.06.0049 - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Osorio Alves da Cunha - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, VIII, do NCPC, HOMOLOGO a desistência formulada e EXTINGO O FEITO sem resolução do mérito. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e demais despesas processuais, nos termos do art. 90 do CPC, cuja cobrança fica suspensa em razão do pleito da gratuidade judiciária que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se somente os autores ante a revelia. Certifique-se o trânsito em julgado de imediato ante ausência de interesse recursal. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a respectiva baixa na distribuição.

ADV: EDUARDO GONÇALVES AMORIM (OAB 23317O/MT) - Processo 0200943-72.2022.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: R.S.S. - Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pleito autoral, na forma do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e IMPROCEDENTE os pleitos da RECONVENÇÃO, determinando a guarda compartilhada do menor de iniciais K.S.G. a ambos os pais, MANTENDO como município de referência a cidade de Beberibe/CE, nos termos do artigo 1.584, II, do Código Civil, observando o melhor interesse do menor. Ressalto que, havendo comum acordo, os genitores do menor poderão disciplinar o convívio com a prole de maneira diversa, independentemente de intervenção judicial. Condeno a parte requerida em honorários advocatícios, que fixo em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, ficando a exigibilidade suspensa pelo prazo de cinco anos, isentando-a de custas, na forma do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil e do artigo 5º, II, da Lei Estadual 16.132/2016, em razão da gratuidade judiciária que ora defiro. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas e baixas de estilo. Expedientes necessários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se somente a parte autora e o Ministério Público, em razão da revelia da demandada.

ADV: TIAGO PAES DA SILVA (OAB 47598/CE) - Processo 0200994-15.2024.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Estallone Mendes da Silva - Considerando que a parte demandante as utiliza para amparar a sua pretensão, dando-lhes atenção central, apontando que, nelas, há relatos feitos por sua filha e pela requerida que comprovam o alegado, intime-se a parte requerente para, no prazo de cinco dias, sob pena de preclusão, juntar aos autos todas as mídias indicadas na petição inicial e às fls. 86/87, uma vez que estão hospedadas em ambiente externo. Com ou sem cumprimento da determinação, voltem-me os autos conclusos para apreciação do pedido liminar. Sem prejuízo do

acima exposto, apense-se também ao Processo nº 0200792-38.2024.8.06.0049. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: ANDERSON PEROBA GOMES (OAB 20740/CE) - Processo 0201027-05.2024.8.06.0049 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Robson Santos Vitoriano e outros - Os arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15) estabelecem os elementos essenciais da petição inicial, os quais devem ser observados pela parte autora, e a necessidade de que ela seja instruída com os documentos essenciais, sob pena de indeferimento da petição inicial. Nesta senda, do cotejo dos autos verifico que a petição inicial evidencia algumas irregularidades. Dessa feita, intime-se a parte autora, via advogado, para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, trazendo aos autos a certidão de óbito da de cujus. Expedientes necessários.

ADV: JHONATA GAMA DE SOUSA (OAB 41936/CE) - Processo 0201056-26.2022.8.06.0049 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zildete Nogueira de Sousa Marcolino - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de 15 dias.

ADV: ABINOÃ LIMA ALVES (OAB 49106/CE), ADV: MIQUEIAS MARTINS DE CARVALHO E ARAUJO (OAB 19792/CE), ADV: JOAÃO ALFREDO CARNEIRO DE MORAIS (OAB 37009/CE) - Processo 0201209-59.2022.8.06.0049 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho possessório - REQUERENTE: Cristian Dantas Campelo e outros - REQUERIDA: Maria Luiza Ribeiro Freitas - Face ao exposto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral, DEFERINDO o pedido de tutela de urgência para DETERMINAR a reintegração do imóvel esbulhado à parte autora, nos limites descritos na inicial e na matrícula de fl. 47, no prazo de 15 dias, a contar da intimação. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) para o caso de descumprimento, limitada a R$ 15.000,00 (quinze mil reais), sem prejuízo de posterior determinação de providência adequada ao caso. Em consequência, mantenho a tutela de urgência deferida às fls. 178/181. Condeno a parte promovida em honorários advocatícios, que fixo em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, ficando a exigibilidade suspensa pelo prazo de cinco anos, isentando-a de custas, na forma do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil e do artigo 5º, II, da Lei Estadual 16.132/2016. Incumbe à parte interessada desencadear eventual procedimento de cumprimento de sentença, o que não o fazendo no prazo de 10 dias, contados do trânsito em julgado, acarretará o arquivamento do processo. Certificado o trânsito em julgado, decorrido o lapso temporal supramencionado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

COMARCA DE BELA CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0961/2024

ADV: ANTONIO FLAVIO DE VASCONCELOS (OAB 26653/CE), ADV: JOSÉ ERASMO RAMOS SOARES (OAB 38147/CE) - Processo 0200184-69.2024.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Ricardo Nascimento - Maria Girlene Carneiro e outro - Intimem-se as partes para apresentarem alegações finais escritas no prazo de cinco dias, iniciando-se pelo Ministério Público. Bela Cruz (CE), 31 de outubro de 2024. Rodrigo Campelo Diógenes Juiz

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ANA RAQUEL VASCONCELOS FERREIRA (OAB 37692/CE) - Processo 0200186-07.2024.8.06.0050 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Joao Dehon Silva Moreira - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - REQUERIDO: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Assim, considerando que as partes apresentaram petição conjunta informando a celebração de acordo extrajudicial para a resolução do litígio, com a formalização das cláusulas de acordo anexadas aos autos, bem como as assinaturas das partes e seus respectivos advogados, e verificando que o acordo está em conformidade com o ordenamento jurídico, especialmente no que concerne à sua validade, à capacidade das partes e à ausência de vício de consentimento, HOMOLOGO o acordo firmado, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos, e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. P. R. I. Cumprida as formalidades, arquivem-se. Expedientes necessários.

ADV: ELINE MORAIS VASCONCELOS (OAB 48278/CE) - Processo 0200186-41.2023.8.06.0050 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: E.A.S.V. - Sobre a contestação, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0962/2024

Processo 0200186-07.2024.8.06.0050 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Joao Dehon Silva Moreira - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - REQUERIDO: Unimed Fortaleza - Sociedade Cooperativa Médica Ltda. - Assim, considerando que as partes apresentaram petição conjunta informando a celebração de acordo extrajudicial para a resolução do litígio, com a formalização das cláusulas de acordo anexadas aos autos, bem como as assinaturas das partes e seus respectivos advogados, e verificando que o acordo está em conformidade com o ordenamento jurídico, especialmente no que concerne à sua validade, à capacidade das partes e à ausência de vício de consentimento, HOMOLOGO o acordo firmado, para que produza os seus efeitos legais e jurídicos, e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. P. R. I. Cumprida as formalidades, arquivem-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0963/2024

ADV: GERALDO NERY DANTAS (OAB 8721/CE), ADV: HELENITA DE OLIVEIRA BARROS (OAB 42874/CE), ADV: AMANDA DA SILVA LEMOS (OAB 46655/CE) - Processo 0200131-90.2023.8.06.0050 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: J.C.C. - REQUERIDO: P.I.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do

Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, ficam as partes intimadas para dizer das provas que pretendem produzir, em 10 dias.

COMARCA DE BOA VIAGEM - 1ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0354/2024

ADV: EMANUEL RODRIGUES DA CRUZ (OAB 30411/CE), ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0010116-15.2020.8.06.0166 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: FRANCISCO RODRIGUES SOARES DA SILVA e outros - Designo a Audiência de Instrução para 23/09/2025 às 14:00hs, a ser realizada em formato híbrido, podendo comparecer presencialmente ou ingressar também virtualmente via videoconferência, por meio do aplicativo Microsoft Teams, link abaixo. Intime-se os Réus FRANCISCO RODRIGUES SOARES DA SILVA, vulgo "Chinês/Japonês", (fls. 31/32), ANTONIO CLAUDIO FERREIRA NASCIMENTO, vulgo "Catita", (fls. 43/44) e JOÃO PAULO FÉLIX DE SOUZA (fls. 97/98) ; testemunhas de Acusação (fls. 06); testemunhas de Defesa; Advogado dos Réus, (fls. 241) e (fls.264) Defensor Publico, (fls. 235/237); Ministério Público e Defensoria Pública. Expedientes necessários. Link da Videoconferência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGRmM2MwNjctNDNmZi00M2Y2LWFlNTYtZWRjYjg3ZDczZWFi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2221810943-24ad-4b85-9261-d8d59e318b23%22%7d Link Encurtado: https://link.tjce.jus.br/97d89b

ADV: LUIZ GUSTAVO SILVA PINTO (OAB 443298/SP), ADV: TIAGO MIRANDA CUNHA (OAB 386519/SP) - Processo 0200319-78.2024.8.06.0299 (apensado ao processo 0200036-91.2022.8.06.0051) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Edmilson Rodrigues Torres - Determino a intimação do órgão do Ministério Público e suas testemunhas, cujo rol consta à fl. 4 da denúncia; do réu, seu defensor e testemunhas por si arroladas, cujo rol consta à fl. 95 da peça defensiva inicial, para participarem da audiência de instrução designada para o dia 12/02/2025 às 15h, a realizar-se na sala de audiência deste juízo, de modo presencial e virtual pela plataforma TEAMS, fornecendo-lhe o link de fl. 107.

ADV: IVNA DE ALENCAR COSTA (OAB 35305/CE) - Processo 0200732-91.2024.8.06.0299 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Municipal de Boa Viagem - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Mateus Cavalcante de Sousa e outros - Portanto, MANTENHO a custódia cautelar do réu FRANCISCO JONATAS DA SILVA RODRIGUES, MATEUS CAVALCANTE DE SOUSA E ERIVALDO SOUSA DA SILVA, devidamente qualificados, para garantia da ordem pública, com esteio nos arts. 312 e 316, ambos do CPP. Ciência ao MP e a defesa dos réus (prazo de 5 (cinco) dias). Após, aguarde-se a realização da audiência.

ADV: PEDRO DE PAIVA FARIAS (OAB 27887/CE) - Processo 0200818-62.2024.8.06.0299 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Alexsandro Sabino da Rocha - Diante dos fatos narrados, bem como, dos documentos apresentados aos autos, hei por bem, designar audiência de justificação para o dia 22/11/2024, as 11 horas. Portanto, revogo, por hora, a decisão de decretação da prisão preventiva. Expeça-se alvará de soltura. Intime-se o acusado, sua defesa, o Ministério Público, bem como, a vítima para audiência designada. Expedientes Necessários.

ADV: PEDRO DE PAIVA FARIAS (OAB 27887/CE) - Processo -

ADV: MARCO ANTONIO FEITOSA MOREIRA (OAB 8664/CE), ADV: JADER ALDRIN EVANGELISTA MARQUES (OAB 35685/CE) - Processo 0201137-30.2024.8.06.0299 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Rafael Ferreira Garcia e outro - Permanecem hígidas, portanto, as razões invocadas para a decretação da prisão preventiva dos réus, não havendo que se falar de sua revogação neste momento. Portanto, MANTENHO a custódia cautelar dos réus LUCAS DE SOUZA COSTA E RAFAEL FERREIRA GARCIA, devidamente qualificados, para garantia da ordem pública, com esteio nos arts. 312 e 316, ambos do CPP. Ciência ao MP e a defesa dos denunciados (prazo de 05 (cinco) dias).

ADV: AGILEU LEMOS DE SOUSA (OAB 15743B/CE) - Processo 0201307-20.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alexsandro Alves da Silva e outro - Considerando o início de fruição do prazo recursal da sentença prolatada, tem-se que o prazo para a interposição do recurso se encerrou em 21/10/2024, sete dias antes da data do protocolo do referido recurso. Nesse caminho, forçoso reconhecer que o Recurso de Apelação de fls. 260/261 foi interposto extemporaneamente, faltando-lhe o requisito da tempestividade, condição objetiva de admissibilidade recursal, motivo pelo qual deixo de recebê-lo. Preclusa a presente decisão, adote o Gabinete deste juízo as providências junto ao Sistema INFODIP da Justiça Eleitoral com vista à suspensão dos direitos políticos dos apenados, expeçam-se guias de recolhimento definitiva e demais expedientes determinados na parte final da sentença de fls. 211/229.

COMARCA DE BOA VIAGEM - 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0428/2024

ADV: ANTONIO FERREIRA BARROS (OAB 11790/CE) - Processo 0012878-25.2018.8.06.0117 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - EXEQUIDO: A.N.R.A. - Cls Intime-se as partes, por intermédio dos advogados habilitados, para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, demonstrando interesse no prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0017735-21.2018.8.06.0051 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em cumprimento à decisão de fls. 255/256, INTIME-SE a parte credora para, por seu advogado, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis ou requerer o que entender cabível com vistas à satisfação do seu crédito. Em caso de inércia, intime-se a parte credora pessoalmente para,em igual prazo cumprir a diligência pendente, sob pena de extinção.

ADV: FRANCISCO ROMÁRIO DE CASTRO PEREIRA (OAB 49258/CE) - Processo 0200042-30.2024.8.06.0051 -

Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Narcelio Paz Pereira - Diante da contestação e documentos apresentados pelo requerido, intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias, devendo manifestar-se acerca dos documentos apresentados. Expedientes necessários.

ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE), ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0200108-10.2024.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria de Fatima Vieira Xavier - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Tendo em vista retorno dos autos, após julgamento do recurso interposto, proceda-se com a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, sejam os autos encaminhados ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LUCAS MESQUITA DOS SANTOS (OAB 38717/CE) - Processo 0200527-30.2024.8.06.0051 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonio Bernardonio da Cruz - Cls. Intime-se a parte autora, por intermédio do advogado habilitado, para que se manifeste acerca das informações apresentadas, às fls. 42/50, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem o autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: AUGUSTO SANDINO FERNANDES TEIXEIRA (OAB 48726/CE), ADV: ICARO DE ALMEIDA BRASIL (OAB 43297/CE), ADV: ÉMILE MAGALHÃES BARBOSA (OAB 40298/CE) - Processo 0200733-78.2023.8.06.0051 - Guarda de Infância e Juventude - Adoção de Criança - REQUERENTE: A.L.F. - Isto posto, observando que no caso em tela configura-seabandonodacausa, declaro extinto o processo, sem resolução de mérito, com base no artigo 485, inciso III, § 1º, do Código de Processo Civil, tudo para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Sem custas, haja vista a gratuidade de justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0200946-21.2022.8.06.0051 (apensado ao processo 0200936-74.2022.8.06.0051) - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antônio Martins de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Cls. Tendo em vista retorno dos autos após julgamento do recurso interposto, intime-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, sejam os autos encaminhados ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0200988-70.2022.8.06.0051 (apensado ao processo 0200986-03.2022.8.06.0051) - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Antonia Rodrigues Firmino de Sousa - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Tendo em vista retorno dos autos, após julgamento do recurso interposto, proceda-se com a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, sejam os autos encaminhados ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0201195-69.2022.8.06.0051 (apensado ao processo 0201250-20.2022.8.06.0051) - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: João Vieira de Sousa - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Tendo em vista retorno dos autos após julgamento do recurso interposto, intime-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, sejam os autos encaminhados ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE), ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0201464-11.2022.8.06.0051 (apensado ao processo 0201465-93.2022.8.06.0051) - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rita Torres de Souza - REQUERIDO: BANCO C6 CONSIGNADO S.A. - Tendo em vista retorno dos autos, tendo sido acolhido e dado provimento ao recurso interposto, conforme se verificam em acórdão de fls. 284/289. Determino que o gabinete proceda com a reativação dos autos. Ato continuo, intime-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Após, retornem conclusos. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO ALAN TAVORA LIMA (OAB 43462/CE), ADV: ANASTACIO MOREIRA MESQUITA (OAB 39806/CE), ADV: MARIA GINA DE SOUSA ALVES MESQUITA (OAB 6766/CE), ADV: ANDRÉSIA GONDIM (OAB 40944/CE) - Processo 0201577-62.2022.8.06.0051 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sarajany Silva de Oliveira - Cls. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se as partes para que manifestem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários,

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0429/2024

ADV: FABIANA VIEIRA RIBEIRO (OAB 50445/DF) - Processo 0200127-16.2024.8.06.0051 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Crime Contra a Administração da Justiça - Lei da Ação de Alimentos - REQUERENTE: D.M.V.F. - Cls. Diante da certidão de fl. 194, onde não houve êxito em citar o requerido, determino que intime-se a parte autora Diana Magna Vieira de Freitas por meio de sua advogada (DJe), para que, se manifeste acerca do exposto, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como requerer as medidas constritivas que entender pertinente, sob pena de extinção sem resolução de mérito, conforme dispõe o art. 485, III, do CPC. Expedientes de praxe.

ADV: FRANCISCO REGIOS PEREIRA NETO (OAB 25034/CE) - Processo 0201534-28.2022.8.06.0051 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Francisco Alves da Silva - Cls. Instado a se manifestar a parte autora deixou o prazo sem nada requerer. Ante o exposto, INTIME-SE a parte autora pela ultima vez, por meio do seu advogado (DJe), no prazo de 05 (cinco) dias, para que, justifique a ausência no referido ato, bem como requerer as medidas constritivas que entender pertinentes, sob pena de extinção por abandono da causa, conforme preconiza o art. 485, III, §1º, do CPC. Expedientes Necessários.

COMARCA DE BREJO SANTO - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BREJO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE BREJO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: FRANCISCO KASSIANO HANDLEY FERNANDES SIQUEIRA (OAB 50257/CE) - Processo 0007343-63.2011.8.06.0052 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Gelcivan Braz da Silva e outros - Recebidos

hoje. À Secretaria proceda com a inclusão no sistema do(a) Advogado(a) Dr(a). Francisco Kassiano Handley Fernandes Siqueira, inscrito na OAB/CE50.257, como causídico do réu, conforme procuração judicial de fls. 281. Após, intime-se a Defesa constituída para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o aproveitamento dos depoimentos de fls. 272, para fins de aprazamento de data para a realização somente do interrogatório do réu Francisco Gelcivan Braz da Silva. Ultrapassado o prazo assinalado, autos conclusos para decisão. Cumpra-se com URGÊNCIA (réu preso). Brejo Santo (CE), data informada no sistema. FABRICIUS FERREIRA SILVA Juiz

ADV: SANDY LACERDA DE SOUZA (OAB 51726/CE) - Processo 0050301-49.2020.8.06.0052 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco de Assis Nicolau da Silva - Ante o exposto, reviso e mantenho a prisão de FRANCISCO DE ASSIS NICOLAU DA SILVA, com fulcro nos art. 312 e 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Ante a renúncia da advogada constituída (fls. 378), intime-se o réu para que constitua novo(a) advogado(a), no prazo de 05 (cinco) dias. Havendo inércia, determino a nomeação de Defensor Público ou Dativo. À Secretaria, proceda com os expedientes necessários para a realização da Sessão Plenária de Júri designada para o dia 04/12/2024 (fls. 353). Cumpra-se com URGÊNCIA (réu preso). Brejo Santo/CE, data informada no sistema. FABRICIUS FERREIRA SILVA Juiz

ADV: FRANCISCO TADEU DE OLIVEIRA COSTA FILHO (OAB 45393A/CE) - Processo -

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE BREJO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: JOSE DE CARVALHO E SA (OAB 27739/CE), ADV: FELIPE RODRIGUES ALVES E SILVA (OAB 42810/CE) - Processo 0200503-28.2024.8.06.0301 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Fernando de Oliveira Silva - Allyson Wesley Alves Souza - Israel Messias Ferreira de Sousa - Ante o exposto, REJEITO os presentes embargos, por ausência de cabimento. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Brejo Santo/CE, data informada no sistema. FABRICIUS FERREIRA SILVA Juiz

COMARCA DE BREJO SANTO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2211/2024

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ESRON ALEX PARENTE DE VASCONCELOS (OAB 29704/CE) - Processo 0201351-83.2024.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Francisco Ambrosio Sampaio - REQUERIDO: Bradesco Saúde S.a. - Designo sessão de Conciliação para a data de 20/03/2025 às 09:00h na Sala do CEJUSC, a ser realizada na modalidade VIRTUAL, através da plataforma digital MICROSOFT OFFICE 365/TEAMS, link de acesso https://link.tjce.jus.br/d16c4c e/ou QRCode abaixo indicado, pelos quais terão as partes processuais e seus advogados acesso na data e horário acima indicados, após providenciarem o download de referido aplicativo em seus respectivos aparelhos. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

ADV: ANDRÉ EUGENIO DE OLIVEIRA (OAB 33794/CE) - Processo 0201368-22.2024.8.06.0052 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.H.F.L. - Designo sessão de Mediação para a data de 12/03/2025 às 12:00h na Sala do CEJUSC, a ser realizada na modalidade VIRTUAL, através da plataforma digital MICROSOFT OFFICE 365/TEAMS, link de acesso https://link.tjce.jus.br/111290 e/ou QRCode abaixo indicado, pelos quais terão as partes processuais e seus advogados acesso na data e horário acima indicados, após providenciarem o download de referido aplicativo em seus respectivos aparelhos. no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO PAULO ARAUJO DE OLIVEIRA (OAB 13582/CE) - Processo 0201391-65.2024.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Partilha - REQUERENTE: M.L.N.S. - Designo sessão de Mediação para a data de 24/03/2025 às 09:30h na Sala do CEJUSC, a ser realizada na modalidade VIRTUAL, através da plataforma digital MICROSOFT OFFICE 365/TEAMS, link de acesso https://link.tjce.jus.br/bb99f4 e/ou QRCode abaixo indicado, pelos quais terão as partes processuais e seus advogados acesso na data e horário acima indicados, após providenciarem o download de referido aplicativo em seus respectivos aparelhos. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2212/2024

ADV: FRANCISCO BRENO DA SILVA MONTEIRO (OAB 40701/CE) - Processo 0201098-95.2024.8.06.0052 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: D.P.P. - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo de págs. 01/06, o qual passa a fazer parte integrante desta sentença, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, para decretar a dissolução do vínculo matrimonial pelo divórcio, nos termos do art. 226, § 6º da Constituição Federal e art. 731, do CPC. Partes dispensadas do pagamento das custas processuais, ante a gratuidade de justiça. Certifique-se o trânsito em julgado dessa decisum, porquanto, em se tratando de homologação de acordo, não há interesse processual insurgente. Após o trânsito em julgado, DOU A ESTA SENTENÇA FORÇA DE MANDADO DE AVERBAÇÃO/INSCRIÇÃO e CARTA DE SENTENÇA, devendo a parte interessada encaminhar ao Cartório de Registro Civil e Imobiliário para as devidas averbações do divórcio, apresentando a certidão de casamento original (pág. 15) e a cópia da inicial (págs. 01/06), para que sejam praticados os atos de sua competência, dispensada a elaboração de qualquer outro expediente. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Brejo Santo/CE, data da assinatura eletrônica. Samara Costa Maia Juíza de Direito

COMARCA DE BREJO SANTO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0388/2024

ADV: FRANCISCO BRENO DA SILVA MONTEIRO (OAB 40701/CE) - Processo 0201365-67.2024.8.06.0052 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Sayane Moreira de Oliveira Freitas - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora do inteiro teor da decisão retro.

ADV: DAMIANA EUDA DE ALMEIDA SIQUEIRA (OAB 42606/CE) - Processo 0201397-72.2024.8.06.0052 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Esterlania Alves Teles - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo e intimar a parte autora da decisão retro , por seu advogado, via diário da justiça, nos termos do art. 5º, § 1º, da Portaria acima indicada, para ciência da necessidade do protocolo da ação no sistema correto.

COMARCA DE BREJO SANTO - CEJUSC- BREJO SANTO (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE BREJO SANTO -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - BREJO SANTO

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0022/2024

Processo 0000073-31.2024.8.06.0052 - Reclamação Pré-processual - Investigação de Paternidade - RECLAMANTE: D.P.B. - W.G.S. - RECLAMADO: C.M.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Deize da Paixão Bastos e outro e CÍCERO MATEUS DA SILVA. O pedido inicial de Negatória de Paternidade c/c Reconhecimento de Paternidade, Guarda de Menor e Fixação de Alimentos foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação com acordo entre as partes às fls. 15/18. Instado, o representante do Ministério Público pugnou pela homologação do ajuste, posto satisfazer interesse da menor (fls. 22/26). É o breve relatório. Decido. Ante o exposto, em harmonia com o parecer do representante do Ministério Público e por não vislumbrar nenhuma ilegalidade, HOMOLOGO o acordo pré-processual realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC desta Comarca, nos exatos termos indicados na Ata de Mediação acostada às fls. 15/18 dos autos. Esta sentença servirá como OFÍCIO e MANDADO DE AVERBAÇÃO ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Brejo Santo, Estado do Ceará, para que proceda com os necessários e legais procedimentos no assento de nascimento de MARIA EMANUELLY DA PAIXÃO SILVA (Matrícula nº 017442 01 55 2024 1 00047 114 0047629 97 - Livro-A/47, fls. 114, Termo. 47.629), sendo que passa a adotar o nome: MARIA EMANUELLY DA PAIXÃO SILVA, bem como para que fique constando o nome e qualificação do genitor: CÍCERO MATEUS DA SILVA, e o nome de seus avós paternos: FRANCISCO MATEUS DA SILVA e MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, conforme documento juntado aos autos às fls. 11/12. No mais, ainda conforme acordado, seja excluído do registro da criança o nome de WELLIVAN GOMES DA SILVA e seus ascendentes. Demais dados deverão permanecer inalterados. Deve o Sr. Oficial de Registro proceder na forma e cautelas legais. Publique-se. Ciência ao Ministério Público. Certificado o trânsito em julgado, cumpridos os expedientes, arquive-se o presente procedimento com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

Processo 0000077-68.2024.8.06.0052 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: M.E.F.P. - RECLAMADO: J.P.N. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Maria Erenilde Fernandes Pinheiro e José Pinheiro Neto. O pedido inicial de Divórcio c/c Partilha de Bens foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação com acordo entre as partes às fls.14/15. É o breve relatório. Decido. Observo que os interessados preenchem os requisitos legais exigidos pelo artigo 731 do Código de Processo Civil, a fim de que haja a extinção do vínculo conjugal de forma consensual. Dessa forma, obedecidos os ditames legais, resta ao magistrado senão a homologação do ajuste. Ressalto, por oportuno, que quanto aos bens objetos da partilha - uma casa residencial localizada à rua Tavares Cardoso, nº 23, na cidade de Porteiras/CE, bem como um veículo automotor Fiat Uno, ano 1985, o que se transmite é apenas o direito à posse, já que não fora acostado documentos a comprovar a propriedade de referidos bens, e o divórcio não se constitui meio de aquisição por transmissão originária da propriedade imóvel. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes - exceto quanto a propriedade dos bens acima destacado, eis que fica estabelecido apenas a posse - para decretar o divórcio dos requerentes MARIA ERENILDE FERNANDES PINHEIRO e JOSÉ PINHEIRO NETO, tudo conforme as disposições celebradas no acordo de vontades, a fim de que produza os seus legais e jurídicos efeitos, a teor do artigo 226, § 6º da CRFB/88; e assim o faço com julgamento do mérito, conforme art. 487, III, b do CPC. Publique-se. Desnecessária a intimação pessoal dos acordantes, tendo em vista renúncia por estes em Termo de Audiência retro. A presente sentença servirá de MANDADO DE AVERBAÇÃO DE DIVÓRCIO ao Cartório de Registro Civil competente. Certificado o trânsito em julgado, remeta-se cópia da presente sentença ao Cartório de Registro Civil competente, face esta decisão POSSUIR FORÇA DE MANDADO AVERBATÓRIO, devendo o cartório registral comunicar a este Cejusc, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), o cumprimento da averbação, na forma e sob as penas previstas nos §§ 4º e 5º, do art. 100, da Lei nº 6.015/73. Sem custas, dada a gratuidade do presente procedimento. Tudo cumprido, arquivem-se estes autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAMOCIM - 1ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0213/2024

ADV: NAYANE KERSIA COSTA DA SILVA (OAB 39871/CE), ADV: JOÃO RICARDO BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 22299/MS) - Processo 0200766-55.2022.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: George Tarick de Vasconcelos Ferreira - Do cotejo dos autos, nota-se a juntada da renúncia de mandato de página 1013, por parte da defesa do réu; No entanto, os causídicos não comprovaram a notificação da comunicação da renúncia ao mandante, conforme

determinação legal. Regulamento Geral da OAB, Art. 6º: O advogado deve notificar o cliente da renúncia ao mandato (art.5º, § 3º, do Estatuto), preferencialmente mediante carta com aviso de recepção, comunicando, após, o Juízo. Desta feita, intime-se os causídicos para apresentar e juntar aos autos a devida notificação da renúncia do mandato ao mandante. Expedientes necessários com URGÊNCIA.

COMARCA DE CAMOCIM - 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0418/2024

ADV: MARCOS ANTONIO SILVA VERAS COELHO (OAB 10414/CE) - Processo 0010889-84.2015.8.06.0053 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Eleni Gomes de Brito - TERCEIRO INTER: Josmailo Sotero de Araújo - Lidiana Sotero de Araújo - José Alberto Gomes de Araújo - Camila de Oliveira Gomes - Roberto dos Santos Silva e outros - TERCEIRO: Marcio Ribeiro de Sousa - Josmailo Sotero de Araújo - Intimem-se todos os advogados incluídos nestes autos, acerca do despacho de fls. 306/307, com vistas a evitar quaisquer nulidades futuras. Exp. Nec.

ADV: RONNY ARAUJO DE CARVALHO (OAB 39284/CE), ADV: LUIZ FELIPE CONDE (OAB 87690/RJ) - Processo 0200439-54.2022.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emiliano Thiago de Maria - REQUERIDO: Unimed Seguradora S/A - Intime-se a parte Requente para ciência acerca do teor da contestação, documentos e, para, querendo, apresentar réplica, no prazo de 15 dias. As partes deverãoespecificaremas provas que pretendem produzir no prazo de 15 (quinze) dias, de modo concreto ejustificado, sob pena de preclusão. Caso entendam pela produção de prova testemunhal, deverão as partes depositar rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias (§4º do art. 357 do CPC). Não será admitida a substituição de testemunha fora das hipóteses legais (art. 451 do CPC). Por determinação judicial, ficam as partes advertidas acerca da necessidade de esclarecerem qual ponto controvertido desejam enfrentar com a prova requerida, uma vez que cabe ao magistrado com base no art. 370 do CPC indeferir as diligências e provas requeridas pelas partes quando considerá-las inúteis ao prosseguimento do processo ou quando forem manifestamente protelatórias. Desta forma, o mero requerimento de produção de prova ou a mera juntada do rol de testemunhas sem a correspondente indicação de necessidade poderá implicar no indeferimento da produção da prova.

ADV: ANTONIA CAMILA VIEIRA MENDES (OAB 43084/CE), ADV: EMERSON SALDANHA COUTINHO (OAB 52416/CE) - Processo 0201061-65.2024.8.06.0053 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.S. - REQUERIDA: I.J.S.R. - Intime-se o Requente para ciência acerca do teor da contestação, documentos e, para, querendo, apresentar réplica, no prazo de 15 dias. As partes deverãoespecificaras provas que pretendem produzir no prazo de 15 (quinze) dias, de modo concreto ejustificado, sob pena de preclusão. Caso entendam pela produção de prova testemunhal, deverão as partes depositar rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias (§4º do art. 357 do CPC). Não será admitida a substituição de testemunha fora das hipóteses legais (art. 451 do CPC). Por determinação judicial, ficam as partes advertidas acerca da necessidade de esclarecerem qual ponto controvertido desejam enfrentar com a prova requerida, uma vez que cabe ao magistrado com base no art. 370 do CPC indeferir as diligências e provas requeridas pelas partes quando considerá-las inúteis ao prosseguimento do processo ou quando forem manifestamente protelatórias. Desta forma, o mero requerimento de produção de prova ou a mera juntada do rol de testemunhas sem a correspondente indicação de necessidade poderá implicar no indeferimento da produção da prova. Após, sigam os autos conclusos.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0419/2024

ADV: JOAO SALDANHA DE BRITO JUNIOR (OAB 31277/CE) - Processo 0015736-61.2017.8.06.0053 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Helvia Maria de Menezes Frota - Sobre o(s) laudo(s) manifeste(m) a(s) parte(s) no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: VICTOR PARENTE PONTE (OAB 26078/CE), ADV: ARTUR PARENTE PONTE (OAB 27882/CE) - Processo 0200689-53.2023.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.L.F. - Sobre o(s) laudo(s) manifeste(m) a(s) parte(s) no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NATHANIEL DA SILVEIRA BRITO NETO (OAB 9813/CE) - Processo 0201070-27.2024.8.06.0053 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: D.C. - Vistos em Inspeção - Portaria nº 6/2024-C531V02 Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de interrogatório do Interditando. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem, de forma presencial, no dia 11/12/2024, às 11:15h, à sala de audiências da 2ª vara, endereço no timbre, oportunidade em que se realizará a audiência de interrogatório do Interditando. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso desejem que haja a participação na audiência da parte que representam ou de testemunhas, deverão providenciar a intimação das mesmas, conforme aduz o art. 455 do Código de Processo Civil.

ADV: GLAUBESON COSTA DOS SANTOS (OAB 43082/CE) - Processo 0201329-56.2023.8.06.0053 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: A.E.M. - J.V.M.M. - Vistos em Inspeção - Portaria nº 6/2024-C531V02 Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, confeccionem-se os expedientes de comunicação das partes para que compareçam à audiência de instrução e julgamento designada nos autos. Por meio deste, ficam as partes intimadas para comparecerem, de forma presencial, no dia 11/12/2024, às 14:00h, à sala de audiências da 2ª vara, endereço no timbre, oportunidade em que se realizará a audiência de instrução e julgamento. Ressalte-se que os advogados ou procuradores das partes devem comparecer à audiência munidos de todas as provas que pretendam produzir, sob pena de preclusão. Ademais, caso desejem que haja a participação na audiência da parte que representam ou de testemunhas, deverão providenciar a intimação das mesmas, conforme aduz o art. 455 do Código de Processo Civil.

COMARCA DE CAMOCIM - CEJUSC- CAMOCIM (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E

CIDADANIA DA COMARCA DE CAMOCIM-CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - CAMOCIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0037/2024

Processo 0000055-07.2024.8.06.0053 - Reclamação Pré-processual - Reconhecimento / Dissolução - RECLAMANTE: S.J.A. - RECLAMADO: L.M. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Santilia Juventilde Alves e Lucivaldo Morais. O pedido inicial de Reconhecimento de União e Dissolução Estável foi feito com a juntada dos documentos necessários, aduzindo a parte autora, em suma, terem convivido em união estável, como se casados fossem, de forma pública e contínua, informando, outrossim, quedesse relacionamento adveio nascimento de filhos, e que não possuem bens a partilhar. Ao final, pugna a autora pela Declaração e Dissolução da União Estável, com homologação do acordo quanto aos alimentos, guarda, visitação dos filhos do casal. Audiência de mediação/conciliação às fls.14/16 e fls.19/20 Parecer favorável do Ministério Público as fls.24/25 É o breve relatório.Decido A união estável é a relação de convivência pública, contínua e duradoura estabelecida entre duas pessoas com o fim de constituir família. Ressalva-se que tal conceito é vago e deve ser analisado o caso concreto para se verificar se houve ou não a união. Reconhecida como um fato jurídico, a união estável assumiu papel importante na sociedade brasileira, haja vista que tem crescido o número de pessoas que optam por essa forma de união em vez de contrair casamento. Destarte, a união estável, como entidade familiar, tem efeitos pessoais e patrimoniais aos companheiros, que em razão da pequena normatividade é objeto de discussões doutrinárias e jurisprudências, o que, todavia, não obsta o crescimento surpreendente do instituto. No casosub examine, a união estável vivida entre as partes está cabalmente comprovada, uma vez que, entabularam acordo acerca dos alimentos, guarda e visitação da criança, bem como dos termos da União e dissolução estável. Isto posto,DECLARO o RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL vivida entre Santilia Juventilde Alves e Lucivaldo Morais, no período compreendido entre junho/2005 a setembro/2024,nos termos do art. 1723 do CC. Por conseguinte, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. P.R.I Declaro o trânsito em julgado desta sentença. Após expedientes necessários, dê-se baixa e arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - CAMOCIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0038/2024

Processo 0000054-22.2024.8.06.0053 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: T.R. - RECLAMADO: J.N.M.A. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Thalita dos Reis e JOÃO NELSON MARQUES DE ALMEIDA. O pedido inicial(fls.01/06) foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 29/31 Parecer favorável do Ministério Público as fls.36/37 É o breve relatório.Decido A Reclamante almeja pensão alimentícia, regulamentação de guarda e visita ao filho L.G.A.R. Analisado o acordo lavrado pelas partes, e após manifestação favorável do MP, não há óbice para que o mesmo seja homologado. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Sem custas P.R.I Declaro o trânsito em julgado desta sentença. Após expedientes necessários, dê-se baixa e arquive-se.

Processo 0000060-29.2024.8.06.0053 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: D.P.S. - RECLAMADO: P.T.B. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Dalva Pinho da Silva Brito e Paulo Teixeira de Brito. O pedido inicial de dissolução/Divórcio foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls.13/15 Não havendo interesse de incapaz, desnecessária a intervenção do Ministério Público, conforme preconiza o artigo 698 do CPC. Isto posto, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência por DALVA PINHO DA SILVA BRITO e PAULO TEIXEIRA DE BRITO(fls 13/15), conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, declarando extinto o casamento realizado entre ambos, e, consequentemente, decretando o DIVÓRCIO, o que faço com esteio no art. 487, inc. III, alínea b, do Código de Processo Civil, combinado com os arts. 2º, inc. IV, e 24, da Lei nº 6.515/77 e art. 226, § 6º da Constituição Federal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Defiro a gratuidade da Justiça. Sem custas e honorários. Declaro o trânsito em julgado. Expeça-se mandado ao Ofício de Registro Civil de Itapeim, Comarca de Beberibe-CE, determinando que esta decisão seja averbada (art. 29, § 1º, letra 'a', e art. 100, da Lei nº 6.015/73) no assento do casamento(fls.04.), daquela Serventia, com alteração no nome do cônjuge feminino, passando a usar o nome de solteira: DALVA PINHO DA SILVA. Cumpridos os expedientes acima determinados e entregue o mandado de averbação a quem de direito, dê-se baixa e arquive-se.

COMARCA DE CAMPOS SALES - VARA UNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES
JUIZ(A) DE DIREITO DANIEL ALVES MENDES FILHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOSIANE RIBEIRO RODRIGUES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0476/2024

ADV: ANTONIO ROZEMIR DUTRA PEREIRA (OAB 53614/SC) - Processo 0000405-65.2019.8.06.0054 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: Júlio Marques dos Santos Silva - Através do presente, esta Secretaria promove a Intimação de Vossa Senhoria para apresentação de alegações finais, em memoriais, no prazo de cinco (05) dias, conforme deliberação judicial constante do termo que repousa à fl. 95 dos autos em epígrafe.

ADV: JOSÉ NILTON DE MENEZES MARINHO FILHO (OAB 44117/CE) - Processo 0000525-45.2018.8.06.0054 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - DENUNCIADO: JULIO MARQUES DOS SANTOS SILVA - Através do presente, esta Secretaria promove a Intimação de Vossa Senhoria para apresentação de alegações finais, em memoriais, no prazo de cinco (05) dias, conforme deliberação judicial constante do termo que repousa às fls. 185/186 dos autos em epígrafe.

ADV: MARCELO PINHEIRO NOCRATO (OAB 38864/CE) - Processo 0003679-76.2015.8.06.0054 - Ação Penal - Procedimento

Ordinário - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Antonio Marcos de Lima - Através do presente, esta Secretaria promove a intimação de Vossa Senhoria acerca da nomeação como defensor(a) dativo(a), conforme despacho prolatado na pág. 188, para, no prazo de 10 (dez) dias, aceitando o encargo, apresentar resposta à acusação, prosseguindo em defesa do réu nos autos em epígrafe, até ulterior decisão deste Juízo.

ADV: CRISTIANE MACEDO DE OLIVEIRA (OAB 26594/CE) - Processo 0010207-14.2024.8.06.0054 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: JÚLIO MARQUES DOS SANTOS SILVA - Através do presente, esta Secretaria promove a Intimação de Vossa Senhoria para apresentação de alegações finais, em memoriais, no prazo de cinco (05) dias, conforme deliberação judicial constante do termo que repousa às fls. 212/213 dos autos em epígrafe.

ADV: DANIEL DE SOUSA LIMA (OAB 13952/PI) - Processo 0050110-61.2021.8.06.0054 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Feminicídio - RÉU: Fernando José da Silva - 4. Conclusão Diante do exposto, PRONUNCIO o réu, Fernando José da Silva, como incurso no art. 121, § 2º, incisos I e VI e §7º, inciso III do Código Penal Brasileiro c/c art. 7º, incisos I e II da Lei 11.340/2006 contra Maria Neuvani da Silva e art. 121, §2º, incisos I e V c/c art. 14, inc. II, ambos do Código Penal Brasileiro contra Cosmo José dos Santos Lima, a fim de que seja julgado pelo Tribunal do Júri, e MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 313, do Código de Processo Penal. Intime-se pessoalmente o réu (art. 420, I, do CPP). Intimem-se o MPCE e a Defesa para ciência. Preclusa esta decisão, independentemente de novo despacho, intimem-se o representante do Ministério Público e o defensor do acusado, para, em 05 dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário (até o máximo de 5 cinco), juntar documentos e requerer diligências consoante preleciona o art. 422, do Código de Processo Penal. Expedientes necessários.

ADV: PAULO SOUZA BARBOSA NETO (OAB 28754/CE) - Processo 0200322-26.2023.8.06.0054 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERIDO: D.P.S. - Através do presente, esta Secretaria promove a intimação de Vossa Senhoria acerca da nomeação como curador(a) especial do requerido, conforme despacho prolatado às fls. 38/39, para, no prazo de 15 (quinze) dias, aceitando o encargo, apresentar contestação e indicar eventuais provas que pretenda produzir nos autos em epígrafe.

ADV: ROBSON DE ANDRADE MIRANDA (OAB 26057/CE), ADV: OTACÍLIO ANDRÉ DE OLIVEIRA LIMA (OAB 36776/CE) - Processo 0200767-10.2024.8.06.0054 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Alanny Maria Arrais de Oliveira Lima - REQUERIDO: Ossian Soares Lima - Vistos. Diante do parecer técnico pela “alta médica melhorada” de Ossian Soares Lima, autorizo a desinternação do requerido. Requisite-se ao Município de Campos Sales a oferta dos serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais e de lazer para tratamento em meio aberto, conforme recomendação de fl. 37. Intime-se a parte autora para providenciar o acolhimento nececssário do requerido durante a desinternação. Ciência ao MP e ao curador especial. Expedientes necessários em caráter urgente.

ADV: ANDRÉ JOSÉ SOUZA CAMPOS (OAB 32842/CE) - Processo 0200917-88.2024.8.06.0054 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Mariano Sobrinho - Vistos. Trata-se de AÇÃO CÍVEL (possessória), pelo procedimento comum, apresentado por Francisco Mariano Sobrinho em face de José Cavalcante. Ocorre que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará determinou a migração dos processos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) com a competências Cível Comum, exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude, nos termos da Portaria nº 02039/2024-DJe 12/09/2024. Desta feita, novas ações ajuizadas a partir de 14/10/2024 cuja competência seja cível comum (como no caso dos autos)_, já devem ser protocoladas no sistema PJe, sendo de rigor o cancelamento da distribuição dos processos indevidamente protocolados no SAJ, nos termos do art.5ºda 02039/2024DJe 12/09/2024: Art. 5º - Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. § 1º - A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Diante do exposto, determino o imediato cancelamento da distribuição do presente feito, de acordo com o art. 1º, § 8º, c/c art. 5º, § 1º, ambos da Portaria nº 02039/2024, publicada no DJe de 12 de setembro de 2024. Intime-se a parte autora, via DJe. Em seguida, proceda-se ao imediato cancelamento desta ação, observando-se o art. 5º, § 1º, da Portaria nº 02039/2024, publicada no DJe de 12 de setembro de 2024. Expedientes Necessários.

ADV: ARIANDNE ALENCAR BRITO SANTOS (OAB 39759/CE) - Processo 0200918-73.2024.8.06.0054 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Regislania Pereira dos Santos - Vistos. Trata-se de AÇÃO CÍVEL, pelo procedimento comum, apresentado por Regislania Pereira dos Santos em face de Edgar Rodrigues de Matta Neto e Juan Carlos Roca Valdez. Ocorre que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará determinou a migração dos processos do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) com a competências Cível Comum, exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude, nos termos da Portaria nº 02039/2024-DJe 12/09/2024. Desta feita, novas ações ajuizadas a partir de 14/10/2024 cuja competência seja cível comum (como no caso dos autos)_, já devem ser protocoladas no sistema PJe, sendo de rigor o cancelamento da distribuição dos processos indevidamente protocolados no SAJ, nos termos do art.5ºda 02039/2024DJe 12/09/2024: Art. 5º - Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. § 1º - A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Diante do exposto, determino o imediato cancelamento da distribuição do presente feito, de acordo com o art. 1º, § 8º, c/c art. 5º, § 1º, ambos da Portaria nº 02039/2024, publicada no DJe de 12 de setembro de 2024. Intime-se a parte autora, via DJe. Em seguida, proceda-se ao imediato cancelamento desta ação, observando-se o art. 5º, § 1º, da Portaria nº 02039/2024, publicada no DJe de 12 de setembro de 2024. Expedientes Necessários.

COMARCA DE CANINDE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CANINDE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0328/2024

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA ARAUJO (OAB 28194/CE) - Processo 0010195-29.2024.8.06.0303 (processo principal 0206556-49.2024.8.06.0293) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Crimes do Sistema Nacional de Armas - MASSA FALIDA: Justiça Pública - Diante de todo o exposto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva de FRANCISCO

JEFERSON MORAIS SILVA, com fulcro nos arts. 312 e 313, I, do CPP, por subsistirem os motivos que ensejaram a segregação cautelar, razão pela qual impõe-se a manutenção da prisão preventiva decretada. Por fim, vale ressaltar que estadecisãotem naturezainterlocutória, contudo, tendo em vista que o respectivo pedido foi submetido a autuação própria determino seu registro como sentença para fins de regular organização do feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Após certificado o trânsito em julgado, junte-se cópia da presentedecisãoaos autos do processo principal e arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: EUCLIDES AUGUSTO PAULINO MAIA (OAB 10670/CE) - Processo 0010720-76.2024.8.06.0055 (processo principal 0200477-24.2024.8.06.0303) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: FRANCISCO VALDEMIRO ALVES DE FREITAS - Diante de todo o exposto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva de FRANCISCO VALDEMIRO ALVES DE FREITAS, com fulcro nos arts. 312 e 313, I, do CPP, por subsistirem os motivos que ensejaram a segregação cautelar, razão pela qual impõe-se a manutenção da prisão preventiva decretada. Por fim, vale ressaltar que estadecisãotem naturezainterlocutória, contudo, tendo em vista que o respectivo pedido foi submetido a autuação própria determino seu registro como sentença para fins de regular organização do feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público e à Defesa. Após certificado o trânsito em julgado, junte-se cópia da presentedecisãoaos autos do processo principal e arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ FERREIRA JUSTA (OAB 29190/CE) - Processo 0206949-71.2024.8.06.0293 (apensado ao processo 0001432-47.2000.8.06.0055) - Comunicado de Mandado de Prisão - Homicídio Qualificado - AUTUADO: José Antônio Félix Monteiro - Assim sendo, JUNTE-SE cópia da referida comunicação aos autos principais de nº 0001432-47.2000.8.06.0055. Ciência ao Ministério Público. Decorrido o prazo sem requerimentos, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e com a devida baixa na distribuição. Expedientes necessários.

COMARCA DE CANINDE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ
JUIZ(A) DE DIREITO THALES PIMENTEL SABOIA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CARLOS ALBERTO SILVA FREITAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0431/2024

ADV: JORGE HENRIQUE SOUSA ALVES (OAB 43478/CE) - Processo 0201489-41.2024.8.06.0055 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Francisca Nataline Correia de Sousa - Proceda-se a presente execução nos termos do art. 528, caput, do CPC, devendo ter seu trâmite em segredo de justiça (art. 189, II, CPC). Concedo os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do CPC. Cite-se o exequido, no prazo de 03 (três) dias, para efetuar o pagamento da prestação alimentícia de acordo com o saldo descrito na exordial, cópia anexa. Caso não efetue o pagamento ou justifique, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para o pagamento da quantia a que faz jus a parte exequente, seguindo-se os atos de expropriação, conforme determinação do artigo 523, §3º do CPC. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, §4º, do NCPC. CUMPRAM-SE AS FORMALIDADES LEGAIS. Extraia-se cópia deste despacho para que sirva de mandado ou carta de citação. Expedientes necessários. Intimem-se.

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE), ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0201605-81.2023.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Nanete Lobo de Oliveira - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Compulsando os presentes autos, verifica-se que, intimadas para, eventualmente, requererem a produção de provas (fls.239), a parte ré pleiteou a expedição de ofício ao Banco do Brasil, para fins obtenção do extrato da conta bancária da parte autora (fls.240). A parte autora, por seu turno, quedou-se inerte. Decido. Quanto ao pedido de expedição de ofício, a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará versa no sentido de que, em se tratando de ação declaratória de inexistência de relação jurídica referente a empréstimo consignado, configura-se cerceamento de defesa a ausência de análise ou o indeferimento do pedido de expedição de ofício à instituição financeira para a comprovação de saque da ordem de pagamento, vez que consiste em prova necessária para o deslinde da causa. DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. AUSÊNCIA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. ATO JUDICIAL NÃO PUBLICADO DO DJ. AFRONTA AOS ARTIGOS 9º E 10 DO CPC. EXISTÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO PARA A COMPROVAÇÃO DE FATO CONTROVERTIDO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO JUNTO AO BANCO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE TITULARIDADE DA CONTA E EFETIVO RECEBIMENTO DOS VALORES E REQUERIMENTO DE PERÍCIA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. CONFIGURADO CERCEAMENTO DE DIREITO DE DEFESA. INAPLICABILIDADE DO ART. 1.013, § 3º, INC. I DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS À VARA DE ORIGEM PARA REGULAR PROCESSAMENTO. I. Os princípios do contraditório e da ampla defesa, em face do devido processo legal, são inerentes à paridade de tratamento destinado às partes, que devem ter ciência e oportunidade de manifestar-se e participar de todas as atividades processuais. II. Tratando-se de julgamento antecipado da lide, é imprescindível a sua publicação no DJe para intimação dos advogados sob pena de nulidade, art. 9º e 10, ambos do CPC. O julgamento antecipado da lide com desatenção a essa formalidade leva à nulidade da sentença por cerceamento de defesa. III. Resta configurado o cerceamento do direito de defesa quando o Magistrado decide a lide antecipadamente, sem oportunizar qualquer tipo de manifestação, sem ouvir previamente as partes interessadas. art. 9º do CPC. IV. De acordo do artigo 355 do CPC, um dos requisitos autorizadores do julgamento antecipado de mérito é quando não houver requerimento de prova, o que não é o caso dos autos, em que a parte autora, ora apelante, requereu na réplica a produção de prova. V. Dessarte, como já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: evidenciada a necessidade de produção de provas requeridas pela ré, em tempo oportuno, constitui cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, com infração aos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal. VI. No caso, em se tratando de ação declaratória de inexistência de relação jurídica referente a empréstimo consignado, verifica-se o cerceamento de defesa quando não se analisa o pedido de expedição de ofício à instituição financeira para a comprovação de saque da ordem de pagamento, prova necessária para o deslinde da causa. VII. Na hipótese, não estando o processo maduro para julgamento, impõe-se o seu retorno ao i. Juízo de origem, não sendo possível aplicar o disposto no art. 1.013, § 3º, inc. I do CPC. VIII. Em vista disso, impõe-se a nulidade do julgado e o retorno do feito ao primeiro grau de jurisdição para regular tramitação, instrução processual e prolação de novo decisório. IX. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença

desconstituída. ACÓRDÃO Visto, relatado e discutido o Recurso Apelatório nº 0008736-39.2018.8.06.0129, em que figuram as partes acima indicadas, acorda a Terceira Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, desconstituindo a sentença, determinando o retorno dos autos à origem para regular tramitação, tudo nos termos do voto do Relator. Fortaleza, 14 de junho de 2023. DES. JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO Relator (Apelação Cível - 0008736-39.2018.8.06.0129, Rel. Desembargador(a) JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, 3ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 14/06/2023, data da publicação:15/06/2023) Assim, acompanhando o entendimento do TJ/CE sobre o tema, determino que expeça-se ofício ao Banco do Brasil, para que apresente, no prazo de 10 (dez) dias, extrato da conta nº 336211, Ag. 01035, de titularidade da parte autora referente aos três meses anteriores e três meses posteriores a data da inclusão do empréstimo, ou seja, entre 03/2015 e 09/2015 ou confirme em juízo o crédito efetivado em nome da parte autora em referência ao contrato nº 306801742-9, originário do BANCO PAN, ou justifique a impossibilidade de fazê-lo. Com a juntada da resposta aos autos, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo comum de 5 (cinco) dias. Após, preclusa a produção de novas provas, voltem-me os autos conclusos para a sentença. Expedientes necessários. Intimem-se.

ADV: ULIANA SANTOS RIBEIRO (OAB 40435/CE) - Processo 0201809-91.2024.8.06.0055 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - EXEQUENTE: D.B.M.D. - Proceda-se a presente execução nos termos do art. 528, caput, do CPC, devendo ter seu trâmite em segredo de justiça (art. 189, II, CPC). Concedo os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do CPC. Cite-se o exequido, no prazo de 03 (três) dias, para efetuar o pagamento da prestação alimentícia de acordo com o saldo descrito na exordial, cópia anexa. Caso não efetue o pagamento ou justifique, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para o pagamento da quantia a que faz jus a parte exequente, seguindo-se os atos de expropriação, conforme determinação do artigo 523, §3º do CPC. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, §4º, do NCPC. CUMPRAM-SE AS FORMALIDADES LEGAIS. Extraia-se cópia deste despacho para que sirva de mandado ou carta de citação. Determino que a unidade verifique se o cadastro do referido processo encontra-se de acordo com a petição inicial, em caso negativo, providenciar de imediato as alterações necessárias. Expedientes necessários. Intimem-se.

COMARCA DE CANINDE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: JOSE DAUDECI SILVA (OAB 6270/CE) - Processo 0002346-04.2013.8.06.0105 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Estevam Catunda Soares - Diante do lapso temporal decorrido desde a apresentação da petição de pág. 272, intime-se o inventariante para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar e/ou requerer o que entender pertinente quanto ao prosseguimento do feito.

ADV: FRANCISCA NADINE PINHO GONCALVES (OAB 23368/CE), ADV: FRANCISCO GONCALVES DE ALMEIDA (OAB 11044/CE) - Processo 0009907-40.2010.8.06.0055 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Jaime Mariano Bezerra e outro - Trata-se de pedido de cumprimento de sentença. Intime-se o executado para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao executado é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6º). Transcorrido o prazo para pagamento espontâneo pelo devedor,não havendo pagamento, deverá o exequente atualizar o débito (§ 1º, art. 523, CPC), no prazo de 05 (cinco) dias. Após, proceda-se a imediata penhora dos bens do executado, tantos quantos bastem à satisfação da execução, independentemente de nova citação (art. 829, §1º, do CPC), obedecendo-se a ordem de preferência do art. 835 do CPC. Autorizo, desde já, a utilização da ferramenta SISBAJUD para o bloqueio online de valores em nome do devedor.

ADV: ANA PATRICIA BEZERRA CAVALCANTI (OAB 18101/CE), ADV: MARINA LIMA MAIA RODRIGUES (OAB 27150/CE), ADV: MARIA EVANUSA FREIRE (OAB 18462/CE) - Processo 0013032-74.2014.8.06.0055 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Dilma Rocha dos Santos - TERCEIRO: Jose Caliston Freitas Ribeiro e outros - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 18/12/2024 às 09:00h, a ser realizada de forma presencial, ressaltando-se que, excepcionalmente, as partes que residem em outra Comarca poderão participar por videoconferência, devendo apresentar requerimento devidamente fundamentado para ser apreciado pelo(a) Magistrado(a). Cabe às partes a intimação das próprias testemunhas, nos termos do art. 455 do CPC, observando que as testemunhas que residem em Canindé devem comparecer ao Fórum de Canindé. A ausência da(s) parte(s) requerente(s) ou requerida(s) serão tidas como confissão ficta. Advirta-se as partes, que optarem pela participação por videoconferência, para que acessem a sala virtual com 10 (dez) minutos de antecedência. Em casos de dúvidas deve a parte entrar em contato com o Whatsapp Business da unidade (85 3108-1940), que será monitorado em tempo real durante a realização do ato a fim de prestar auxílio às partes em relação ao acesso à sala virtual.

ADV: ELÉN GALIZA CIRILO (OAB 35441/CE), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0013700-79.2013.8.06.0055 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S.a - Desarquivem-se os autos. Indefiro o pedido de fls. 307/308, tendo em vista que o valor se encontra depositado em conta da Caixa Econômica Federal e não no Banco do Brasil. Intime-se a parte requerida para indicar CPF do representante da PJ beneficiária, conforme solicitado pela CEF (fl. 300), no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias. Cumprida a determinação, renove-se o despacho de fl. 297. Nada sendo apresentado, autos novamente ao arquivo, aguardando ali nova iniciativa da parte interessada, mediante cumprimento integral das determinações. Expedientes necessários.

ADV: IGOR SAVIO CAVALCANTE PINHEIRO DA SILVA (OAB 23977/CE), ADV: GUSTAVO RIBEIRO PINTO (OAB 25594/CE) - Processo 0016827-83.2017.8.06.0055 - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - REQUERIDO: Tony Roosevelt Gonzaga de Sousa ME - Intime-se a parte credora acerca da petição de pág. 406, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para manifestar e/ou requerer o que entender pertinente.

ADV: FRANCISCA RENATA FONSECA COELHO (OAB 17693/CE) - Processo 0200074-23.2024.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Adoção de Criança - REQUERENTE: M.G.I.M.S. - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 17/12/2024 às 09:00h, a ser realizada de forma presencial, ressaltando-se que, excepcionalmente, as partes que residem

em outra Comarca poderão participar por videoconferência, devendo apresentar requerimento devidamente fundamentado para ser apreciado pelo(a) Magistrado(a). Cabe às partes a intimação das próprias testemunhas, nos termos do art. 455 do CPC, observando que as testemunhas que residem em Canindé devem comparecer ao Fórum de Canindé. A ausência da(s) parte(s) requerente(s) ou requerida(s) serão tidas como confissão ficta. Advirta-se as partes, que optarem pela participação por videoconferência, para que acessem a sala virtual com 10 (dez) minutos de antecedência. Em casos de dúvidas deve a parte entrar em contato com o Whatsapp Business da unidade (85 3108-1940), que será monitorado em tempo real durante a realização do ato a fim de prestar auxílio às partes em relação ao acesso à sala virtual.

ADV: INDIARA LÚCIA DE ARAÚJO (OAB 45324/CE), ADV: FRANCISCA RENATA FONSECA COELHO (OAB 17693/CE) - Processo 0200128-86.2024.8.06.0055 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.M.C. - REQUERIDO: W.L.M.S. - Trata-se de Ação de Alimentos com pedido de alimentos provisórios c/c com guarda e regulamentação de visitas proposta por Luis Eduardo Castro Mendonça, neste ato representado por sua genitora Silmara Marreiro Castro em face de Washington Luis Mendonça Santiago, representado por seu curador Francisco de Assis Rodrigues Santiago, pelos fatos e fundamentos expostos na inicial. Decisão de fls. 21/29 deferiu à requerente a assistência judiciária gratuita e fixou os alimentos provisórios em prol do menor em 30% do salário mínimo vigente, designou audiência de conciliação, ordenou a citação do requerido e a intimação das partes, bem como a expedição de ofício ao INSS. A parte requerida apresentou contestação e apresentou documentos (fls. 55/70). A autora apresentou réplica (fls. 71/73). Audiência de conciliação resultou inexitosa (fls. 74/75). O requerido juntou comprovante de pagamento (fls. 77/78). É o relatório. Passo a sanear o feito na forma que segue. No presente caso, diante da ausência de provas para subsidiar de forma adequada a fixação definitiva dos alimentos requeridos, fixo como pontos controvertidos da ação as necessidades da menor e as possibilidades do requerido no que se refere ao pedido de alimentos. O ônus da prova recai sobre a autora quanto aos fatos constitutivos de seu direito e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, na forma do art. 373, do Código de Processo Civil c/c art. 1.694, § 1º, do Código Civil. Não havendo questões processuais pendentes, saneio o feito, na forma do artigo 357 do Código de Processo Civil, e determino a intimação da parte autora e da parte ré para juntar os documentos que entenderem pertinentes ao julgamento da causa, bem como para se manifestar sobre outras provas que pretendem produzir, no prazo de 15 dias, advertindo-as de que a inércia na especificação das provas acarretará o julgamento antecipado da lide. Após, dê-se vista ao Ministério Público para exarar parecer, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

Processo 0200333-18.2024.8.06.0055 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.S.A. - REQUERIDO: A.F.T.L. - Trata-se de Ação de Alimentos com pedido de alimentos provisórios proposta por Lunna Laysa Santos Loiola, neste ato representada por sua genitora Vitória Santos Amorim, em face de Antonio Felipe Tavares Loiola, pelos fatos e fundamentos expostos na inicial. Decisão de fls. 23/25 deferiu à requerente a assistência judiciária gratuita e fixou os alimentos provisórios em prol da menor em 22% do salário mínimo vigente, designou audiência de conciliação e ordenou a citação do requerido e a intimação das partes. Audiência de conciliação resultou inexitosa (fls. 46-47). A parte requerida apresentou contestação e juntou documentos (fls. 49/61). A autora apresentou réplica (fls. 76-83). Na petição de fl. 86-88, requereu a juntada da certidão de nascimento de dois filhos recém-nascidos. É o relatório. Passo a sanear o feito na forma que segue. No presente caso, diante da ausência de provas para subsidiar de forma adequada a fixação definitiva dos alimentos requeridos, fixo como pontos controvertidos da ação as necessidades da menor e as possibilidades do requerido no que se refere ao pedido de alimentos. O ônus da prova recai sobre a autora quanto aos fatos constitutivos de seu direito e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, na forma do art. 373, do Código de Processo Civil c/c art. 1.694, § 1º, do Código Civil. Não havendo questões processuais pendentes, saneio o feito, na forma do artigo 357 do Código de Processo Civil, e determino a intimação da parte autora e da parte ré para juntar os documentos que entenderem pertinentes ao julgamento da causa, bem como para se manifestar sobre outras provas que pretendem produzir, no prazo de 15 dias, advertindo-as de que a inércia na especificação das provas acarretará o julgamento antecipado da lide. Após, dê-se vista ao Ministério Público para exarar parecer, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos.

ADV: FRANCISCO CALIXTO DE OLIVEIRA NETO (OAB 43233/CE) - Processo -

ADV: LEONARDO MAGALHAES VALENTE (OAB 43978/GO) - Processo 0200702-12.2024.8.06.0055 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Helio Jose de Souza - Dessa forma, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, o que faço com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora. Publique-se, registre-se e intime-se. Ultimadas as providências necessárias ao integral cumprimento desta decisão, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: NARA DAYANE CRUZ PAULINO (OAB 46828/CE) - Processo 0200907-41.2024.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: F.C.S.F. - Defiro o pedido de dilação de prazo, por 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo, manifeste-se o autor em 05 dias, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos.

ADV: JOANA ANGELICA SILVA (OAB 30162/CE), ADV: RUTH CARDOSO DE ASSIS (OAB 27473/CE) - Processo 0200960-22.2024.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Kildnando Teixeira Santos - REQUERIDO: Francisco Emmanuel Colares Monteiro - Sem preliminares a serem resolvidas, procedo, nesta oportunidade, à organização e ao saneamento do feito, nos termos do art. 357 do CPC. Recebo a reconvenção apresentada pela parte requerida em sua contestação, já tendo tido a parte autora oportunidade de se manifestar sobre o referido documento. Fixo como pontos controvertidos da demanda: a) quem deu causa ao acidente de trânsito narrado na inicial (laudos técnicos, boletim de ocorrência, perícia do órgão competente, etc.); b) a existência e extensão dos danos materiais sofridos; c) sua exata quantificação, por meio de orçamento ou recibos/notas fiscais, caso já realizadas as reparações; d) a existência de danos morais suportados pelas partes, bem como sua extensão; d) o nexo causal entre os danos alegados pela autora e a conduta da requerida, e vice versa. No que tange à definição quanto à distribuição dos ônus na produção das provas em alusão (art. 357, inciso III, do CPC/2015), de se consignar que, ao caso submetido a exame, não há regramento especial que tenha sido invocado ou que de plano entenda este órgão julgador como aplicável, tampouco peculiaridades que,prima facie, justifiquem a atribuição específica de que venha uma ou outra parte a demonstrar algo diverso daquilo que por si vem sendo arguido nas respectivas oportunidades que lhes foram dadas para falar nos autos, isto é, não se justifica a distribuição dos ônus probatórios de modo distinto do estabelecido no art. 373, do CPC/2015, motivo pelo qual incidirá aqui a regra geral de que a cada parte incumbirá a demonstração relacionada àquilo que aduz - fato constitutivo do direito invocado, pela parte autora, e eventuais fatos que se revelem como impeditivos, modificativos ou extintivos em relação àquele, pela parte ré - . Não havendo mais questões processuais pendentes, saneio o feito, na forma do artigo 357 do Código de Processo Civil, e determino a intimação da parte autora e da parte ré, para juntar os documentos que entenderem pertinentes ao julgamento da causa, bem como para se manifestar sobre outras provas que pretendem produzir, observando os pontos controvertidos, no prazo de 15 dias, advertindo-

as de que a inércia na especificação das provas acarretará o julgamento antecipado da lide. Após, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: BRUNA MAGALHÃES SALES PIRES (OAB 43561/CE) - Processo 0201588-11.2024.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco de Assis Santos - Considerando que os processos referentes à Fazenda Pública passaram a tramitar por meio do sistema PJE, conforme a Portaria nº 2449/2022 da Presidência do TJCE, determino a migração destes autos para aquele sistema. Trata-se de ação de indenização por danos morais, sob o rito comum, proposta por Francisco de Assis dos Santos em face do Estado do Ceará, ambos qualificados na exordial. Aduz, em síntese, que na data de 28 de agosto de 2024, no intervalo do trabalho, foi surpreendido e conduzido por agentes policiais para a Delegacia sob a equivocada alegação de mandado de prisão por estupro de vulnerável. Na oportunidade, foi divulgada foto da prisão em rede social. Afirma que foi liberado após três horas sob custódia em virtude de constatação de um equívoco (homônimo). Ao final, requer a condenação do promovido ao pagamento de danos morais. Com a inicial vieram os documentos de fls. 10-18. É o relato. Passo a fundamentar e decidir. Considerando que a parte autora não dispõe de recursos suficientes para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, concedo-lhe, nos termos do art. 98 do CPC, o direito à gratuidade da justiça em relação a todas as hipóteses previstas no § 1º do referido dispositivo legal, ressalvando, entretanto, que a concessão da gratuidade, consoante estabelece o § 4º do mesmo artigo, não afasta o dever de o(a) beneficiário(a) pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam eventualmente impostas. Diante da natureza da ação e das partes envolvidas, tratando-se de ação indenizatória em face da Fazenda Pública, deixo de designar audiência de conciliação neste momento, no intuito de priorizar a celeridade e economia processual. Cite-sea parte requeridapor meio eletrônico (art. 246, §§ 1º e 2º, do CPC) para, querendo, contestar a ação, nos termos do artigo 335, III c/c art. 231, do CPC, no prazo de 30 dias, já contado em dobro, conforme art. 183, caput e §1º, do CPC/15. Com a apresentação de contestação, em sendo alegadas as matérias enumeradas no art. 337 do CPC, intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 dias úteis, ocasião em que deverá se manifestar sobre todas as matérias de defesa de cunho exclusivamente processual (art. 351 do CPC), exceto se apresentada reconvenção, caso em que deverá se manifestar sobre toda matéria de defesa, inclusive de mérito, que fora contraposta na peça reconvencional (art. 343, § 1º do CPC). De semelhante modo, apresentada a contestação, em sendo juntada prova documental pelo réu, intime-se a parte autora para, em réplica, no prazo de 15 dias úteis, adotar qualquer das posturas indicadas no artigo 436 do CPC (art. 437, § 1º do CPC). Se não for apresentada contestação, certifique-se nos autos. Após, voltem os autos conclusos para julgamento conforme o estado do processo (art. 353 do CPC) ou decisão de saneamento (art. 357 do CPC), a depender da convicção deste juízo ante os argumentos e provas apresentados.

ADV: FRANCISCA RENATA FONSECA COELHO (OAB 17693/CE) - Processo 0201589-93.2024.8.06.0055 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Jailson Rodrigues de Oliveira - Intimem-se os autores para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo incluir no acordo como ficará a guarda, as visitas e a pensão alimentícia das filhas menores, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321 do CPC). Decorrido o prazo sem manifestação, voltem os autos conclusos. Apresentada manifestação, dê vista ao Ministério Público.

ADV: TIAGO LUIZ RADAELLI (OAB 55686/SC) - Processo 0201814-16.2024.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro Pereira de Magalhães - Conforme Recomendação do NUMOPEDE/CGJCE, certifique a Secretaria acerca de outras ações, em que conste a mesma parte autora, devendo ser os processos apensados. Ainda, nos termos da Recomendação do NUMOPEDE/CGJCE, determino a intimação pessoal da parte autora para que, em quinze dias, cumpra as seguintes determinações, sob pena de indeferimento da inicial (321 do CPC): I) Junte instrumento de procuração devidamente assinado (fl. 28); II) Compareça à Secretaria do juízo apresentando seus documentos pessoais, comprovante de residência dos últimos 3 (três) meses, bem como para ratificar os termos da procuração e dos pedidos constantes nas iniciais de todos os processos ajuizados; III) Junte declaração de próprio punho firmada pela parte autora, sob as penas da Lei, com a especificação de todas as contas bancárias de que é titular, ressaltando que, caso a parte autora trate-se de pessoa analfabeta, a declaração poderá ser confeccionada por terceiro, desde que assinada a rogo, com a assinatura de duas testemunhas, conforme dispõe o art. 595 do CC; IV) Apresente extrato de movimentação das contas bancárias declaradas abrangendo o período de três meses antes e três meses depois do primeiro desconto em seu benefício em razão do empréstimo mencionado indicando cada um dos descontos e possível recebimento do valor nos extratos; V) Informe a este juízo, mediante declaração de próprio punho e sob as penas da Lei, quais ações foram postuladas com o mesmo pedido ou a mesma causa de pedir da presente lide; VI) Outrossim, no mesmo prazo, determino que a parte autora emende a inicial apresentando de que forma descobriu a suposta ilicitude dos descontos indicados nesta ação trazendo/indicando as provas do que afirma. Advirta-se que, em caso de apresentação de comprovante de endereço em nome de terceiro, é necessária a apresentação de documento que comprove o vínculo entre o terceiro e a parte autora, ou declaração daquele informando o vínculo com este, sob as penas da lei. Inclua a Secretaria, na lista acima, outras eventuais demandas que contenham a Sra. Maria do Socorro Pereira Magalhães no polo ativo, eventualmente ajuizadas entre a presente data e o efetivo cumprimento destas determinações. Apensem-se todos os processos acima referidos.

ADV: FRANCISCA RENATA FONSECA COELHO (OAB 17693/CE) - Processo -

ADV: JOSE RICARDO ALCANTARA ALVES (OAB 6308/CE) - Processo -

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDÉ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0391/2024

ADV: KELTRY OLIVEIRA GAMA (OAB 40521/CE) - Processo 0016762-54.2018.8.06.0055 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUIDO: Elias Pinto Martins Me e outro - Intime-se a parte requerida para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do interesse da parte adversa pela adjudicação do bem penhorado (pág. 187).

ADV: AMILRIA CARDOSO MENEZES (OAB 20718/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0018369-73.2016.8.06.0055 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - EXEQUIDA: Amilria Cardoso Menezes - Portanto, não conheço da impugnação/embargos apresentados às fls. 237/263. E, acolhendo a manifestação do exequente de fl. 340, mantenho o feito arquivado, com as baixas respectivas. Advirto que configura litigância de má-fé e ato atentatório a dignidade da justiça o tumulto processual com a repetição de pedidos já apreciados, que extrapolam o exercício do direito de defesa. Portanto, em caso de reiteração dos mesmos pedidos, poderá ser aplicada multa à parte executada, que deve se valer dos meios adequados para sua defesa. Intimem-se, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, autos imediatamente ao arquivo.

ADV: MACILENE SANTOS ANDRADE (OAB 39474/CE), ADV: ERIK BESERRA GOMES (OAB 42904/CE) - Processo 0051130-84.2021.8.06.0055 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Fernandes Maciel - No despacho de pág. 274, precisamente no item “1”, foi determinado à inventariante que comprovasse, pelas vias ordinárias, a propriedade do veículo

de Chassi 9BGJP7520MB136148. Na petição de págs. 323/324, a inventariante inclui tal veículo no rol de bens a inventariar. Dessa forma, intime-se a inventariante para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos comprovante de propriedade do referido automóvel. Quanto à vaga de táxi indicada no rol de págs. 323/324, intime-se a inventariante para, no mesmo prazo, informar a que título o falecido recebeu da municipalidade local o direito a explorar tal serviço.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200410-95.2022.8.06.0055 (apensado ao processo 0200404-88.2022.8.06.0055) - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Trata-se de pedido de cumprimento de sentença. Intime-se o executado para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao executado é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Transcorrido o prazo para pagamento espontâneo pelo devedor,não havendo pagamento, deverá o exequente atualizar o débito (§ 1.º, art. 523, CPC), no prazo de 05 (cinco) dias. Após, proceda-se a imediata penhora dos bens do executado, tantos quantos bastem à satisfação da execução, independentemente de nova citação (art. 829, §1º, do CPC), obedecendo-se a ordem de preferência do art. 835 do CPC. Autorizo, desde já, a utilização da ferramenta SISBAJUD para o bloqueio online de valores em nome do devedor.

COMARCA DE CANINDÉ - CEJUSC- CANINDÉ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE CANINDÉ -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - CANINDÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0021/2024

Processo 0000219-63.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Revisão - RECLAMANTE: F.M.C.N. - RECLAMADA: M.S.R.L. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Francisco Mateus Carneiro do Nascimento e Maria Selene Rocha Lima. O pedido inicial de revisão de alimentos foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 10/11. Aqui não há como deixar de homologar o acordo que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.°, §3.°, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Ressalte a possibilidade de alteração do valor fixado a qualquer tempo, desde que haja modificação do binômio necessidade/possibilidade e requerimento adequado. O art. 15, da Lei n° 5.478/68. dispõe que a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000227-40.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Revisão - RECLAMANTE: F.F.M.C. - RECLAMADA: M.S.G. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Francisco Fabio Moreira Coelho e Michelly Sousa Gomes. O pedido inicial de revisão de alimentos foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 8/9 Aqui não há como deixar de homologar o acordo que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.°, §3.°, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Ressalte a possibilidade de alteração do valor fixado a qualquer tempo, desde que haja modificação do binômio necessidade/possibilidade e requerimento adequado. O art. 15, da Lei n° 5.478/68. dispõe que a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000233-47.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Reconhecimento / Dissolução - RECLAMANTE: M.G.S.V. - RECLAMADO: F.S.C. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Maria Gorete de Souza Vasconcelos e Francisco da Silva Cardoso. O pedido inicial de Reconhecimento/Dissolução foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 11/12 As partes conviveram juntos desde 15 de outubro de 1996, e desta união adveio Francisca Rita Souza Cardoso, nascida em 25/02/2007, Ana Jessica Souza Cardoso, nascida em 30/04/2011 e Ana Kelly Souza Cardoso, nascida em 30/04/2011 , conforme certidão de nascimento de fl. 5/7. Por fim, o casal adquiriu bens a partilhar. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.º, § 3.º, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. No presente caso, verifico que os termos da transação estão de acordo com as normas vigentes, tratando-se de partes capazes, devidamente representada, o objeto é lícito e não há elementos nos autos que indiquem a existência de vícios de consentimento. De acordo com o art. 1.723 do Código Civil, " É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família." Cumpre salientar que a conciliação deve ser festejada e incentivada, por aproximar as partes, estas que conhecem suas próprias realidades e a situação na qual estão inseridas, além de se revelar meio hábil de pôr fim à demanda. Inclusive o Código Civil permite aos interessados comporem o litígio (artigos 840 e 841) e o Código de Processo Civil recomenda que o juiz promova a autocomposição a qualquer

tempo, dada sua relevância (art. 139, inciso V). Diante disso, com fulcro no art. 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil, homologo o acordo celebrado por MARIA GORETE DE SOUZA VASCONCELOS e FRANCISCO DA SILVA CARDOSO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no art. 226, § 6.º, da Constituição Federal, reconheço a União Estável do casal supra nominado (desde do dia 15 de outubro de 1996, a 29 de dezembro de 2023), restando dissolvido o vínculo. As questões relativas à guarda, alimentos e visita da prole se regem pelas cláusulas pactuadas. Quanto às questões relativas à partilha de bens, não havendo acordo, nada a tratar sobre isso. Por fim, desnecessária a expedição de termo de guarda, pois a sentença que fixa guarda em favor de um dos genitores é suficiente para gerar os efeitos pretendidos. Caso solicitado, defiro a renúncia do prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Registro Civil competente e, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. As questões relativas à guarda, alimentos e visita da prole se regem pelas cláusulas pactuadas. Ressalte a possibilidade de alteração do valor fixado a qualquer tempo, desde que haja modificação do binômio necessidade/possibilidade e requerimento adequado. O art. 15, da Lei n° 5.478/68. dispõe que a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000241-24.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Revisão - RECLAMANTE: M.G.P.D. - RECLAMADO: C.N.C. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Maria Gabriela Pereira Dias e Cicero Neto da Costa. O pedido inicial de revisão de alimentos foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 8/9. Aqui não há como deixar de homologar o acordo que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.°, §3.°, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Ressalte a possibilidade de alteração do valor fixado a qualquer tempo, desde que haja modificação do binômio necessidade/possibilidade e requerimento adequado. O art. 15, da Lei n° 5.478/68. dispõe que a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000269-89.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: M.E.R.P. - RECLAMADO: F.E.V.L. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Maria Evangelina Rodrigues Paula e Francisco Eudes Vidal Lopes. O pedido inicial de divórcio foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 11 e 12 As partes contraíram matrimônio em 12 de novembro de 2009, sob regime de comunhão parcial de bens, conforme certidão de casamento de fl. 6 e desta união adveio Francisco de Assis Rodrigues Lopes, nascido em 18 de junho de 2012, conforme certidão de nascimento de fl. 7. Por fim, o casal não adquiriu bens a partilhar. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.º, § 3.º, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. No presente caso, verifico que os termos da transação estão de acordo com as normas vigentes, tratando-se de partes capazes, devidamente representadas, o objeto é lícito e não há elementos nos autos que indiquem a existência de vícios de consentimento. De acordo com a alteração trazida pela Emenda Constitucional nº 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Cumpre salientar que a conciliação deve ser festejada e incentivada, por aproximar as partes, estas que conhecem suas próprias realidades e a situação na qual estão inseridas, além de se revelar meio hábil de pôr fim à demanda. Inclusive o Código Civil permite aos interessados comporem o litígio (artigos 840 e 841) e o Código de Processo Civil recomenda que o juiz promova a autocomposição a qualquer tempo, dada sua relevância (art. 139, inciso V). Diante disso, com fulcro no art. 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil, homologo o acordo celebrado por MARIA EVANGELINA RODRIGUES LOPES e FRANCISCO EUDES VIDAL LOPES para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no art. 226, § 6.º, da Constituição Federal, decreto o divórcio do casal supra nominado, restando dissolvido o vínculo matrimonial. O cônjuge virago voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja: MARIA EVANGELINA RODRIGUES PAULA . As questões relativas à guarda, alimentos e visita da prole, regem pelas cláusulas pactuadas. Por fim, desnecessária a expedição de termo de guarda, pois a sentença que fixa guarda em favor de um dos genitores é suficiente para gerar os efeitos pretendidos. Eventuais custas, pro rata (CPC, art. 90, §2º), estando suspensa a exigibilidade, porque defiro o benefício da gratuidade de justiça às partes. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Caso solicitado, defiro a renúncia do prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Registro Civil competente e, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000272-44.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: E.R.O. - RECLAMADO: I.F.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Elisângela Ribeiro de Oliveira e Ivan Ferreira Santana. O pedido inicial de divórcio foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 9/10 As partes contraíram matrimônio em 19 de setembro de 2018, sob regime de Comunhão Parcial de Bens, conforme certidão de casamento de fl. 5 e desta união adveio Liz Eloáh Ribeiro Santada, nascida em 28 de janeiro de 2020, conforme certidão de nascimento de fl. 4. Por fim, o casal não adquiriu bens a partilhar. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.º, § 3.º, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. No presente caso, verifico que os termos da transação estão de acordo com as normas vigentes, tratando-se de partes capazes, devidamente representada, o objeto é lícito e não há elementos nos autos que indiquem a existência de vícios de consentimento. De acordo com a alteração trazida pela Emenda Constitucional nº 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Cumpre salientar que a conciliação deve ser festejada e incentivada, por aproximar as partes, estas que conhecem suas próprias realidades e a situação na qual estão inseridas, além de se revelar meio hábil de pôr fim à demanda. Inclusive o Código Civil permite aos interessados comporem o litígio (artigos 840 e 841) e o Código de Processo Civil recomenda

que o juiz promova a autocomposição a qualquer tempo, dada sua relevância (art. 139, inciso V). Diante disso, com fulcro no art. 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil, homologo o acordo celebrado por ELISANGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA SANTANA e IVAN FERREIRA SANTANA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no art. 226, § 6.º, da Constituição Federal, decreto o divórcio do casal supra nominado, restando dissolvido o vínculo matrimonial. O cônjuge virago voltará a utilizar o nome de solteira, qual seja: ELISANGELA RIBEIRO DE OLIVEIRA As questões relativas à guarda, alimentos e visita da prole não foram acordadas em audiência e nada trata sobre isso. Caso solicitado, defiro a renúncia do prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Registro Civil competente e, após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000285-43.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: N.N.S. - RECLAMADO: J.A.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Natalia Nascimento da Silva e José Alves de Souza. O pedido inicial de Fixação foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 10/11 Aqui não há como deixar de homologar o acordo que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.°, §3.°, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Ressalte a possibilidade de alteração do valor fixado a qualquer tempo, desde que haja modificação do binômio necessidade/possibilidade e requerimento adequado. O art. 15, da Lei n° 5.478/68. dispõe que a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000286-28.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: M.L.B.S. - RECLAMADO: F.I.G.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Maria Lorena Bezerra de Souza e Francisco Italo Gomes Sousa. O pedido inicial de fixação de alimentos foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 9/10 Aqui não há como deixar de homologar o acordo que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. O sistema processual cível vigente está voltado ao incentivo da solução consensual dos conflitos, conforme artigos 3.°, §3.°, 139, V, 165/175 e 487, III, do Código de Processo Civil, tratando-se da melhor forma de pacificação social. Por fim, verifica-se que o objeto é lícito e não há qualquer elemento nos autos que indique a existência de vícios de consentimento. Afora isso, o Ministério Público se manifestou pela homologação do acordo, órgão responsável pela fiscalização dos interesses do menor. Ressalte a possibilidade de alteração do valor fixado a qualquer tempo, desde que haja modificação do binômio necessidade/possibilidade e requerimento adequado. O art. 15, da Lei n° 5.478/68. dispõe que a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000308-86.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: M.A.Q.S. - RECLAMADA: L.P.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Maria Auxiliadora Queiroz Silva e Luzia Pereira de Sousa. O pedido inicial de Obrigação de Fazer foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 7/8 Aqui, não há como deixar de homologar o acordo a que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

Processo 0000318-33.2024.8.06.0055 - Reclamação Pré-processual - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: F.P.S.M. - RECLAMADO: C.M.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Francisca Patricia Santos Moura e Cleyton Moreira da Silva. O pedido inicial de Obrigação de Fazer/Não Fazer foi feito com a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls. 7/8 Aqui, não há como deixar de homologar o acordo a que, espontaneamente, chegaram as partes (legítimas e capazes) nos presentes autos. É que o direito em relação ao qual transacionaram pode ser objeto de livre disposição. Isto posto, homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC. Expedientes necessários. Canindé, 11 de novembro de 2024. TATIANA MESQUITA RIBEIRO Juíza de Direito

COMARCA DE CAPISTRANO - VARA UNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA AUXILIADORA ARAUJO LEAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0320/2024

ADV: FRANCISCO WARNEY BARROS (OAB 31543/CE) - Processo 0200444-33.2023.8.06.0056 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: K.L.S. - Considerando o noticiado na certidão de pág. 43, intime-se a parte autora, na pessoa de seu causídico, para, no prazo de 10(dez) dias, manifestar-se acerca do conteúdo da referida certidão, notadamente fornecendo o atual da parte promovida.

ADV: JOSE ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE (OAB 11160/CE) - Processo 0200529-82.2024.8.06.0056 - Procedimento

Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Sanauto Nordeste Automoveis Ltda - Conforme requerido pelas partes em audiência de pág. 67, concedo o prazo de 15(quinze) dias, para a parte promovida apresentar contestação. Com a apresentação da defesa, intime-se a parte autora para oferecer réplica à contestação, no mesmo prazo.

ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE) - Processo 0200724-67.2024.8.06.0056 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: José Flavio Bezerra Mendes - Conforme requerido pela parte autora em audiência de pág. 169, concedo o prazo de 15(quinze) dias, para que referida parte ofereça réplica à contestação apresentada.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO
JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO HOETTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA AUXILIADORA ARAUJO LEAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0321/2024

ADV: FRANCISCO FREIRES BARROS (OAB 4124/CE), ADV: FRANCISCO MADSON PINHEIRO DO NASCIMENTO (OAB 39964/CE), ADV: KÁTIA MARINHO BARROS (OAB 42899/CE) - Processo 0050085-32.2020.8.06.0103 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: R.P.S. - J.N.L.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, faço cumprir a determinação contida no ermo de Audiência de páginas 176/179, expedindo intimação aos Advogados de Defesa para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem as Alegações Finais.

COMARCA DE CARIDADE - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIDADE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIDADE
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO LIMA BARROSO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOSE WEDNY MACHADO DINIZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0599/2024

ADV: FRANCISCA RENATA FONSECA COELHO (OAB 17693/CE), ADV: JOHN LENNON RODRIGUES DE FREITAS (OAB 29926/CE) - Processo 0050092-65.2020.8.06.0057 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jose Lairto Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: José Milton Rodrigues Ribeiro - Recebidos hoje. Considerando-se que o presente feito trata de cumprimento de sentença, PROVIDENCIE a Secretaria aevolução do processopara a cumprimento de sentença. Sobre o cumprimento de sentença, disciplina o CPC: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso dedecisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Assim, determino aINTIMAÇÃOdo devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor da condenação, sob pena de incidência da multa de 10%, podendo ainda, no mesmo prazo, impugnar o cumprimento de sentença. Expedientes necessários. Caridade/CE, data da assinatura digital.

COMARCA DE CARIRÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRÉ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0413/2024

ADV: LEONARDO PESSOA DE AGUIAR (OAB 27928-0/CE) - Processo 0004362-96.2018.8.06.0058 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônio Oliveira Silva - Intime a parte autora para ciência e manifestação acerca da petição de fls. 148/150. Prazo: 15 dias. Exp. Nec.

ADV: ANTONIO IRINEU BRANDAO FERREIRA (OAB 4070/CE) - Processo 0010037-30.2024.8.06.0058 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Bruno Elias da Silva - Isto posto, julgo procedente a pretensão acusatória e, em consequência, CONDENO o réu BRUNO ELIAS DA SILVA nas tenazes do art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, do Código Penal e art. 12 da Lei nº 10.826/03. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena, iniciando pelas circunstância do artigo 59 do Código Penal, obedecendo ao sistema trifásico do art. 68 do CP:

ADV: JOSE CLERIVAN SABINO VITAL (OAB 45870/CE) - Processo 0010795-85.2021.8.06.0293 - Boletim de Ocorrência Circunstanciada - Do Sistema Nacional de Armas - ADOLESCENTE: I.A.C. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO , com base no artigo art. 104 , parágrafo único , 121, §5º e art. 2º , parágrafo único , do ECA, pela perda do objeto. Sem custas, nem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas.

ADV: ANTONIO IRINEU BRANDAO FERREIRA (OAB 4070/CE) - Processo 0013551-67.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Bruno Elias da Silva - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para condenar BRUNO ELIAS DA SILVA pela prática do delito previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

ADV: RICARDO NASCIMENTO FREITAS (OAB 425466/SP), ADV: YAGO BRAGA MACEDO (OAB 43121/CE) - Processo 0200244-20.2023.8.06.0058 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.V.F.L. - A.F.L. - REQUERIDO: J.P.A.L. - III- DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na exordial, extinguindo o processo com resolução de mérito com fulcro no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, e condeno JOÃO PEDRO ALVES LOPES ao pagamento mensal de alimentos em favor da demandante no importe 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, a ser pago até o dia 10 (dez) de cada mês, em face da autora. Custas suspensas, ante a inexigibilidade em virtude da justiça gratuita que concedo ao réu nessa ocasião (art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil). Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito e arquivem-se os autos. Ciência ao MP. Publique-se. Intime-se. Registre-se.

ADV: DOMITILA MELO FEIJAO (OAB 16957/CE) - Processo 0200346-42.2023.8.06.0058 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.C.P.S. - Vistos. Passo ao saneamento e organização do processo. Não há nulidades para declarar, achando-se presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. Dou o feito por saneado (art. 357, do CPC). Fixo como pontos controvertidos: a comprovação da paternidade alegada pela parte autora; e, caso seja reconhecida, a situação financeira do promovido, de modo a fixar o valor da obrigação alimentar. Com efeito, a prova técnico-científica é fundamental para o deslinde das demandas de investigação de paternidade, contribuindo para a busca da verdade real. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS. EFEITOS DA REVELIA. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. EXAME DE DNA. BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Em regra, o instituto da revelia possui como consequência a presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344 CPC) e a fluência dos prazos contra o réu revel independentemente de intimação (art. 346 CPC). Todavia, os efeitos da revelia são relativos e não conduzem necessariamente ao julgamento de procedência dos pedidos iniciais, motivo pelo qual deve o julgador atentar-se para os elementos probatórios dos autos, formando livremente sua convicção, para, somente depois, decidir a lide. 2. O exame de DNA é imprescindível para a apuração da verdade real, quando houver incerteza da paternidade, sobretudo porque a revelia não induz o efeito mencionado no artigo 344 do CPC, quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis, que é o caso. 3. Tratando-se de ação de estado e sendo o direito em debate indisponível, cabe ao julgador a condução adequada do feito, de modo a propiciar uma decisão justa, lastreada em prova contundente (exame de DNA), para que se busque a verdade real dos fatos. 4. Apesar da Súmula 301 do STJ ter feito referência à presunção juris tantum de paternidade na hipótese de recusa do investigado em se submeter ao exame de DNA na ação de investigação de paternidade, no caso dos autos não houve recusa injustificada por parte do investigado. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA CASSADA. (TJ-GO - elaampccedilampatildeo (CPC): 01475164820188090044, Relator: Des(a). JAIRO FERREIRA JUNIOR, Data de Julgamento: 19/05/2020, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 19/05/2020) (negritei) Isto posto, DETERMINO que a Secretaria de Vara promova o necessário ao agendamento do exame de DNA, a ser realizado pelo Estado, intimando-se as partes a respeito da referida data, com as orientações e advertências de praxe. Advirta-se ao réu que a recusa em submeter-se ao exame de DNA, aliada aos demais elementos de prova, faz presumir a paternidade declarada (Súmula 301 do STJ). À requerente, para juntar aos autos demonstrativos - ainda que superficiais - dos gastos que lhe são inerentes a fim de quantificar o percentual mínimo suficiente à sua subsistência, a título de alimentos, no prazo de 15 (quinze) dias; Intimem-se. Ciência ao MP.

ADV: RICARDO NASCIMENTO FREITAS (OAB 425466/SP) - Processo 0200439-05.2023.8.06.0058 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: T.S.D. - Yago Felipe da Silva Duarte - Mayara Helena da Silva Duarte - Vistos etc. Trata-se de execução de alimentos proposta por THAYNARA DA SILVA DUARTE e YAGO FELIPE DA SILVA DUARTE, menores, representados por sua genitora Mayara Helena da Silva, em face de TIAGO DUARTE DA SILVA,, já qualificados, requerendo o pagamento de pensão alimentícia em atraso, sob pena de decretação da prisão civil deste. A inicial foi recebida, determinando-se a intimação do requerido, para efetuar o pagamento do débito, provar que já o fez, ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de ser decretada a sua prisão civil. Após intimação do requerido, o autor informou (fl. 52) que o genitor nada havia adimplido e que, em sentido contrário, havia apenas cumulado o referido débito, dessa vez totalizando, mediante tabela de fl. 53, R$ 7.624,29 (sete mil seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos). Às fls. 57/59 parecer ministerial pela decretação da prisão civil referente aos débitos de julho, agosto e setembro de 2023, bem como requer a intimação pessoal do executado a fim de que realize, no prazo de 3 dias, o adimplemento integral das parcelas atinentes aos valores supervenientes. Vieram os autos conclusos. Eis o relatório. Decido. Consoante determina o § 3º, do art. 528, do Novo Código de Processo Civil, poderá ser decretada a prisão civil, pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, na hipótese de o executado não pagar o débito alimentício ou se a justificativa apresentada não for aceita. Ocorre que, nos termos da súmula 309 do STJ, a dívida alimentícia que autoriza a prisão do devedor é aquela referente aos três meses imediatamente anteriores à propositura da execução, e ainda daqueles meses que se vencerem no curso do processo. No caso que está sob apreciação, tem-se que o devedor, regularmente citado, não efetuou o pagamento da dívida referente aos débitos de julho, agosto e setembro de 2023. Nestes termos, considerando que o requerido deixou de pagar o valor devido a título de prestação alimentar, sua prisão é medida que se impõe. Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, com base nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal e 528, §§ 1º, 2º, 3º e 7º, do CPC, DECRETO a prisão civil do executado TIAGO DUARTE DA SILVA pela dívida referente aos débitos de julho, agosto e setembro de 2023 (R$ 1.316,68), pelo prazo de 03 (três) meses, ou até que sejam pagas todas as prestações devidas até a data do efetivo pagamento, na forma da súmula 309 do STJ. No que se refere ao novo débito, intime-se, pessoalmente, o executado para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento. Consigne-se que o valor atualizado do débito é sem a incidência de multa e honorários, porquanto, o presente cumprimento foi ajuizado sob o rito da prisão civil de modo que não incidem multa (10%) e honorários (10%) para a hipótese de inadimplência, encargos estes compatíveis com o cumprimento de sentença manejado sob o rito da penhora de bens. Expeça-se o mandado de prisão no Sistema BNMP. No mandado deverá constar a contraordem de liberação automática, independentemente de nova decisão, caso comprovado o pagamento, nos termos do § 6º, do art. 528, do CPC, desde já autorizada a expedição de alvará de soltura. Intimem-se. Ciência ao MP. Demais providências necessárias. Cumpra-se.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Cariré
Vara Única da Comarca de Cariré

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0200246-87.2023.8.06.0058
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Interdição
Interditante Marcio Antonio Fernandes da Silva
Curatelado Edneide Fernandes da Silva
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Cariré da Comarca de Cariré/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de Edneide Fernandes da Silva, RG n. 2004007133727, CPF/MF sob número 009.720.393-92, residente na Rua São Antônio, 1, Leste, CEP 62184-000, Cariré-CE. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte

autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado CURADOR(A) DEFINITIVO(A) da referida o Sr. Márcio Antônio Fernandes da Silva, RG Nº 2007096493-3, CPF/MF sob número 050.413.343-82, residente na Rua da Aprígio Soares, s/n, Leste, CEP 62.184-000, Cariré-CE. O curador passará a exercer somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do interditado, com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil, c/c §3º, do art. 84 e art. 85, ambos da Lei nº 13.146/2015. O referido processo foi julgado em 08 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Cariré/CE, em 11 de outubro de 2024.

Eu, FRANCISCA LUANA FEIJAO VASCONCELOS, À Disposição, 44755, o digitei.

Suetônio de Souza Valgueiro de Carvalho Cantarelli
Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Cariré

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0414/2024

ADV: LEONARDO PESSOA DE AGUIAR (OAB 27928/CE), ADV: DORIEDES HONÓRIO DE SOUSA (OAB 36066/CE) - Processo 0050170-22.2021.8.06.0058 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.A.S. - REQUERIDA: E.C.A. - Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e DETERMINO a partilha/divisão à metade para cada companheiro, da moto Honda NXR150 Bros ES, 2013/2013, preta, placa ORY6843, Renavam 546523528, Chassi 9C2KD0550DR371009, conforme fundamentação supra. Condeno o réu nas custas/despesas processuais e de honorários advocatícios em favor do patrono do autor, em 10% do proveito econômico obtido (art. 86, caput, e art. 85, § 14º, do CPC). Suspensa a exigibilidade das custas e honorários, em razão da gratuidade da justiça (art. 98, § 3º, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpridas as diligências e após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as providências de praxe.

ADV: AUGUSTO MARTINS MELO (OAB 27533/CE) - Processo 0200093-88.2022.8.06.0058 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Paiva - Desarquive-se. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca daimpugnaçãoapresentada na petição de fls. 289/292. Expedientes necessários.

ADV: JANETE DE CARVALHO (OAB 054995/RJ) - Processo 0200142-95.2023.8.06.0058 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - MASSA FALIDA: Roseny Alves de Brito Lima - Por todo o exposto, acolho o parecer ministerial de fls. 185/187 e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, ratificando a liminar concedida para NOMEAR a Sra. ROSENY ALVES BRITO LIMA, de modo definitivo, como tutora da adolescente GEOVANA LIMA DE SOUSA. Expeça-se o termo de tutela definitiva. Intime-se a tutora, ora nomeada, para prestar compromisso nos termos do art. 759, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de destituição da qualidade de tutora. Expeça-se edital de publicação desta sentença, bem como mandado de averbação, encaminhando-o ao Cartório competente com observância dos dados da certidão de nascimento da adolescente. Sem custas, procedimento isento. Ciência ao MP. P. R. I. Com o trânsito em julgado, observadas as cautelas de praxe, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: DANIELE FEIJÃO MATOS (OAB 48365/CE) - Processo 0200195-42.2024.8.06.0058 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.D.P.S. - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença, para que surta os seus efeitos jurídicos legais, o acordo firmado entre as partes, nos termos propostos nas fls. 43/44 e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas, dado a gratuidade da justiça que ora concedo ao requerido. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Ciência ao Ministério Público. Cumpridas as formalidades legais e cautelas de estilo, arquivem-se os autos, procedendo-se as baixas necessárias.

ADV: RÔMULO DE ABREU RODRIGUES PONTE (OAB 31544/CE), ADV: RICARDO NASCIMENTO FREITAS (OAB 425466/SP), ADV: PEDRO HENRIQUE SILVA DE SOUSA (OAB 50693/CE) - Processo 0200334-91.2024.8.06.0058 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.M.R.F. - ALIMENTANDO: F.A.P.C. - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença, para que surta os seus efeitos jurídicos legais, o acordo firmado entre as partes, nos termos propostos nas fls. 48/49 e JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas, dado a gratuidade da justiça que ora concedo ao requerido. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Ciência ao Ministério Público. Cumpridas as formalidades legais e cautelas de estilo, arquivem-se os autos, procedendo-se as baixas necessárias.

ADV: RAIMUNDO EVANDRO XIMENES MARTINS FILHO (OAB 44272/CE) - Processo 0200463-96.2024.8.06.0058 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria das Dores Melo Lira e outro - Chamo o feito à ordem. A ação de despejo é prevista na Lei 8.245/91 e é destinada à retomada de um imóvel locado, que não é o caso. Cabe salientar que a ação reivindicatóriaé um mecanismo de defesa do direito de propriedade, cujo objetivo é reaver uma propriedade que está na posse de outrem de forma ilegítima. Oajuizamento da ação de despejo não é a via adequada para reaver o imóvel não locado. Isto posto, intime-se a parte autora para adequar o procedimento correto, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção processual. Expedientes necessários.

COMARCA DE CARIRIAÇU - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0354/2024

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: HUGO BEZERRA DE MELO (OAB 3968/CE), ADV: FRANCISCO VERAS SENA (OAB 12856/CE) - Processo 0000347-14.2000.8.06.0059 - Execução - Citação - AUTOR: Banco do Nordeste do Brasil S.a - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra-se, com urgência, ante o extenso lapso temporal transcorrido, a decisão de fls. 114.

ADV: HELIS YUMI KAWAMURA DE ARAUJO (OAB 65318/PR) - Processo 0000653-50.2018.8.06.0059 - Cumprimento de sentença - Assistência Judiciária Gratuita - EXEQUENTE: A.A.A. - Intime-se o exequente, por sua nova advogada habilitada (fls. 297), para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca do teor da petição e documentos de fls. 230/292. Transcorrido o prazo com ou sem manifestação, intime-se o Ministério Público para que apresente manifestação acerca do pleito do exequente, no prazo de 10 dias.

ADV: KEITTY APARECIDA MACHADO DONOSO (OAB 459943/SP) - Processo 0002938-21.2015.8.06.0059 - Execução de

Alimentos - Fixação - EXECUTADO: C.J.S. - Intime-se o executado, por sua advogada (fls. 258), para, no prazo de 10 dias, juntar aos autos termo de acordo devidamente assinado, nos termos do parecer Ministerial de fls. 310.

ADV: ANTONIO IVAN ALENCAR (OAB 7544/CE), ADV: CANDICE ALENCAR CARDOSO (OAB 27906/CE) - Processo 0004506-04.2017.8.06.0059 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Pagamento - EXEQUENTE: Cicera Elane Pereira Lima Calixto - Intime-se a parte exequente, para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer o seu pedido de execução de valores, já que, conforme constou da sentença proferida, a qual foi confirmada em Instância Recursal, somente foi determinada a sua reintegração no cargo então ocupado, sem qualquer menção quanto ao pagamento de remuneração.

ADV: GERALDO BARROSO LIMA (OAB 22469-0/CE), ADV: MARIA GERMANA BARROSO LIMA (OAB 33827-0/CE) - Processo 0004601-34.2017.8.06.0059 - Procedimento Comum Cível - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Rosangela Rodrigues de Sousa - Migre-se o feito para o PJE. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para que requeira o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de retorno dos autos ao arquivo.

ADV: BRUNA MACÊDO DANTAS (OAB 41962/CE) - Processo 0005288-11.2017.8.06.0059 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Maria Jucineide Aquino de Sousa - Intime-se a parte autora, para, no prazo de 10 dias, informar se tem outras provas a produzir, no intuito de comprovar a sua posse, por si e por seus antecessores, para fins de usucapião do imóvel descrito nos autos.

ADV: SILVIO ROBERTO MARQUES TAVARES (OAB 34756/CE) - Processo 0200019-94.2023.8.06.0059 - Inventário - Inventário e Partilha - TERCEIRA: Rosa Pereira Cavalcante e outros - Verifica-se que as teses suscitadas pelo inventariante e pela senhora Rosa Pereira Cavalcante, para fins de reconhecimento (ou não) da união estável, são puramente de direito, já que dizem respeito à aplicação das disposições legais vigentes à época da celebração do casamento religioso (Código Civil de 1916), bem como a incidência das disposições previstas na lei Lei nº 9.278/96, de modo que não há que se cogitar da hipótese de necessidade de maior dilação probatória. Isto posto, intime-se a peticionante de fls. 177/179, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca do teor da petição de fls. 187/190.

ADV: WEIDY LIDIANE DE SOUSA SANTOS CORTEZ (OAB 23254/CE) - Processo 0200408-16.2022.8.06.0059 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: M.L.F.A. - Considerando que foi apresentada contestação, intime-se a requerida, para, no prazo de 5 dias, manifestar-se acerca do pedido de desistência do feito.

ADV: MARCOSORRITE GOMES ALVES (OAB 38659/CE) - Processo 0200556-27.2022.8.06.0059 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceição Alves - Intime-se a parte autora para que requeira o que entender de direito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: JORGE LEITE CHIANCA FILHO (OAB 31177/CE), ADV: JOSE ANDERSON CALIXTO FEITOSA (OAB 34173/CE), ADV: VICTOR DUARTE JORGE BEZERRA (OAB 32358/CE), ADV: ZENILTO FREIRES BARBOSA (OAB 51000/BA) - Processo 0203411-82.2024.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Jose Serafim Feitosa - Aos 16 de outubro de 2024, nesta cidade de Caririaçu, por volta das 10:00h, na sala de audiência deste Juízo da Vara Única da Comarca de Caririaçu-CE, deu-se início ao presente ato processual, de forma híbrida (presencial e por meio de videoconferência), onde se achavam o MM. Juiz de Direito respondendo por esta Comarca, Dr. Djalma Sobreira Dantas Júnior, o Dr. Cláudio Facundo de Lima, Promotor de Justiça desta Comarca e o réu José Serafim Feitosa, acompanhado dos Advogados, Dr. Zenilto Freires Barbosa, OAB/CE nº 40743B e Dr. Victor Duarte Jorge Bezerra, OAB/CE nº 32.358. Ocorrências: Aberta a audiência, foram colhidos os depoimentos das testemunhas CÍCERO VALDEIR PEREIRA, JOSÉ MORATO LIMA NETO e JOSÉ CARLOS FELIPE DO NASCIMENTO, arroladas na denúncia. Em seguida, foram ouvidas as testemunhas VICENTE JUSSIE SOUSA FEITOSA e MANOEL SERAFIM FEITOSA, arroladas pela defesa do réu, tendo os Advogados do réu pleiteado a dispensa da oitiva de LUCIANO PEREIRA BORGES, o que foi deferido pelo Magistrado. Em continuação, passou-se ao interrogatório do réu, tudo conforme gravações em mídia digital a serem juntadas ao processo. Na sequência, o MM. Juiz indagou às partes se havia diligências a requerer, tendo as mesmas declarado que não. Em seguida, a defesa do réu formulou verbalmente pedido de revogação de prisão preventiva, conforme gravado. Com a palavra, o Ministério Público, se manifestou oralmente, pelo indeferimento do pedido. Na sequência, o MM. Juiz declarou que se reservava no direito de apreciar o requerimento da defesa, juntamente com a pronúncia, impronúncia ou absolvição sumária do do réu, conforme gravação anexa. Por fim, o MM. Juiz declarou encerrada a instrução e determinou que os autos fossem com vistas ao representante do Ministério Público, para a apresentação de alegações finais, através de memoriais, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentadas, a defesa deverá ser intimada para os mesmos fins e em igual prazo. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo e lido achado conforme, vai devidamente assinado digitalmente pelo Juiz de Direito respondendo pela Comarca.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0355/2024

ADV: LURY MAYRA AMORIM DE MIRANDA (OAB 38747/CE) - Processo 0004383-69.2018.8.06.0059 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Jucier Nascimento Nunes - Ante o exposto, dada a ausência de Defensoria Pública instituída na Comarca, considerando, ainda, a disposição expressa da Súmula nº 49 do TJCE, está evidente a omissão por parte deste juízo, razão pela qual julgo procedente os Embargos e arbitro os honorários advocatícios do referido causídico, a serem custeados pelo Estado do Ceará em R$ 500,00 (quinhentos reais). Por fim, aguarde-se o decurso do prazo recursal. Após, intime-se a Fazenda Pública Estadual para tomar ciência do presente arbitramento, encaminhando-lhe cópia da sentença. Intime-se. Expedientes Necessários.

COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VINICIUS RANGEL GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JONES JOSÉ DA SILVA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0817/2024

ADV: ARTUR FROTA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 23300-0/CE) - Processo 0011540-94.2012.8.06.0062 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Cleber Silva de Holanda e outro - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que a Sessão do Tribunal do Júri designada às fls. 405, não realizar-se-á, em razão de conflito na pauta desta

secretaria. Certifica-se, ainda, que o ato fora redesignado para o dia 30 de julho de 2025, às 9h.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VINICIUS RANGEL GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JONES JOSÉ DA SILVA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0818/2024

ADV: MARIA DAS DORES GONÇALVES CAVALCANTE (OAB 6070/CE), ADV: LUCYANNA CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 20290/CE), ADV: VANIA GOMES CASTELO BRANCO (OAB 38826/CE), ADV: KAUÃ VITOR FREITAS RIBEIRO - Processo 0201614-22.2023.8.06.0062 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: Joice Maria Feijó Freires - Eduarda Cavalhares, registrado civilmente como Eduardo da Silva, vulgo MapôEDUARDO DA SILVA - Kauã Vitor Freitas Ribeiro - Instrução e Julgamento Data: 02/12/2024 Hora 09:00 Local: Sala de Audiência Situacão: Pendente

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
JUIZ(A) DE DIREITO VINICIUS RANGEL GOMES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JONES JOSÉ DA SILVA SOUSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0819/2024

ADV: FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7030/CE) - Processo 0201372-29.2024.8.06.0062 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - ACUSADO: Abraao Gomes Duarte - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução para o dia 02 de dezembro de 2025, às 11:00h.

COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0478/2024

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 45133A/CE) - Processo 0000924-50.2018.8.06.0062 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: N.S.B. - Conforme certidão retro, aprazo audiência de Instrução e Julgamento para 10/12/2024 às 13:30h, mediante video conferência, através da plataforma MICROSOFT TEAMS, ficando facultado o comparecimento no forum desta comarca. Segue link e QRcode abaixo para ingressar na referida audiência. https://link.tjce.jus.br/fef24e

ADV: JOSÉ DE DEUS PEREIRA MARTINS FILHO (OAB 6306-0/CE) - Processo 0002872-86.2002.8.06.0062 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jorge Andre Miranda Queiroz - Diante de todo o expendido, EXTINGO o presente processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, ante o abandono da causa, bem como à falta de interesse processual por parte do promovente. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado desta decisão e observadas que sejam as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos.

ADV: RACHEL APARECIDA DA SILVA COSTA (OAB 40546/CE), ADV: CLEYTON BAEVE DE SOUZA (OAB 478903/SP), ADV: ALYSSON BRUNO SOARES (OAB 16080/MS) - Processo 0200789-78.2023.8.06.0062 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Demontier Coelho da Silva - Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar contrarrazões aos embargos de fls. 143-146, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO ARAUJO DE PAIVA DANTAS (OAB 28711/CE) - Processo 0201402-64.2024.8.06.0062 - Guarda de Infância e Juventude - Nomeação - REQUERENTE: L.L.F. - Ante o teor da certidão retro, intime-se a parte autora para, em 5 (cinco) dias, informar se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, cumprindo, caso tenha, a determinação de fl. 59, sob pena de extinção do processo por abandono, na forma do art. 485, inciso III c/c § 1º do CPC. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0201421-70.2024.8.06.0062 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas relativas às diligências do Oficial de Justiça, para fins de cumprimento do mandado expedido à fl. 233. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: VALNER KRISLANE PROCÓPIO DOS SANTOS (OAB 42671/CE) - Processo 0201693-98.2023.8.06.0062 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Valdenilde Garcia Silva Aquino - Diante de todo o expendido, EXTINGO o presente processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, ante o abandono da causa, bem como à falta de interesse processual por parte do promovente. Sem custas e honorários. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado desta decisão e observadas que sejam as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0479/2024

ADV: VALERIA MENEZES GURGEL COSTA LIMA (OAB 10450/CE) - Processo 0012195-66.2012.8.06.0062 - Inventário - Inventário e Partilha - INVDO: FRANCISCO DOMINGOS DA SILVA - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora por intermédio da Defensoria Pública para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação de fls. 454/463 dos autos.

ADV: FRANCISCO EVERARDO RODRIGUES DA ROCHA (OAB 12140/CE) - Processo 0201627-84.2024.8.06.0062 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Hgr Participações Ltda - Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, recolher as custas relativas às diligências do Oficial de Justiça, para fins de cumprimento dos mandados expedidos às fls. 98, 104 e 105. Cumpra-se. Expedientes necessários.

4º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE EM CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0353/2024

Processo 0205414-86.2024.8.06.0300 (apensado ao processo 0205383-66.2024.8.06.0300) - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Delegacia Regional de Aracati - III - DISPOSITIVO Ante o exposto, INDEFIRO a representação pela prisão preventiva e os pedidos de busca e apreensão formulados em desfavor de RAIARA SILVA LIMA, RAISSA SILVA LIMA, VÍTOR RODRIGUES DOS SANTOS, PATRICK FERNANDES DE FREITAS COSTA, EWERTON SILVA MAIA e HELTON ANDRIK QUERINO DA SILVA. Intime-se a autoridade policial e o Ministério Público pelo Portal SAJ acerca desta decisão. Prazo de 05 (cinco) dias. Após, arquivem-se os autos, COM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE EM CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO EDISIO MEIRA TEJO NETO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MOISÉS CARNEIRO DE AGUIAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0354/2024

ADV: FRANCISCO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 41585/CE) - Processo 0010835-41.2024.8.06.0300 (processo principal 0207003-16.2024.8.06.0300) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Roberio de Sousa Pereira - Intime-se o advogado do requerente para se manifestar sobre o parecer ministerial de página 14. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 4º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE EM CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0355/2024

ADV: HENRIQUE DAVI DE LIMA NETO (OAB 7447/CE), ADV: SAMIA SILVA DE LIMA (OAB 26115/CE) - Processo 0010811-13.2024.8.06.0300 (processo principal 0800036-03.2024.8.06.0300) - Restituição de Coisas Apreendidas - Peculato - REQUERENTE: Rocha Dias Imobiliaria Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa seu advogado(a) tome ciência da decisão de fls.23/24.

ADV: ANNA VIRGINIA PEREIRA LEMOS DE FREITAS (OAB 39799/CE) - Processo 0010825-94.2024.8.06.0300 (processo principal 0204657-92.2024.8.06.0300) - Exibição de Documento ou Coisa Criminal - Promoção, constituição, financiamento ou integração de Organização Criminosa - MASSA FALIDA: Pedro Lucas Santos da Paz - Trata-se de pedido de exibição de documentos formulado por PEDRO LUCAS SANTOS DA PAZ, através de seu Advogado. Entendo que a análise do presente pedido restou prejudicada diante da perda do objeto, conforme se depreende dos autos principais mais precisamente às páginas 113/114, o advogado do promovente foi habilitado aos autos de nº 0204657-92.2024.8.06.0300 possuindo acesso irrestrito, inclusive a decisão que determinou a prisão preventiva. Diante do exposto, considero prejudicada a análise no mérito tendo em vista a perda do objeto e determino o arquivamento dos autos, com baixa na distribuição. Cumpra-se.

COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0428/2024

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0009442-86.2019.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco SA, - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, republicado no DJe de 16/02/2021, págs. 33 a 199, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem da MMª Juíza de Direito titular desta Unidade Judiciária, Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação da parte promovida para proceder o recolhimento das custas processuais finais, cujas guias se encontram às págs. 347/349, no prazo de 05 (cinco) dias, cientificado-a de que, em caso de não pagamento, o débito será inscrito na Dívida Ativa do Estado do Ceará.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0055549-57.2020.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, republicado no DJe de 16/02/2021, págs. 33 a 199, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem da MMª Juíza de Direito titular desta Unidade Judiciária, Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação da parte promovida para proceder o recolhimento das custas processuais finais, cujas guias se encontram às págs. 210/212, no prazo de 05 (cinco) dias, cientificando-a de que, em caso de não pagamento, o débito será inscrito na Dívida Ativa do Estado do Ceará.

ADV: HELENA CASTELO BRANCO DO BOMFIM (OAB 6352/CE) - Processo 0056857-94.2021.8.06.0064 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Inadimplemento - REQUERIDO: B F C Viagens e Turismo Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, republicado no DJe de 16/02/2021, págs. 33 a 199, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem da MMª Juíza de Direito titular desta Unidade Judiciária, Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação da parte promovida para proceder o recolhimento das custas processuais finais, cujas guias se encontram às págs. 225/227, no prazo de 05 (cinco) dias, cientificando-a de que, em caso de não pagamento, o débito será inscrito na Dívida Ativa do Estado do Ceará.

ADV: RICARDO WAGNER OLIVEIRA SANTOS (OAB 17066/CE) - Processo 0203899-79.2023.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERIDO: Fazenda Imperial Sol Poente Spe Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, republicado no DJe de 16/02/2021, págs. 33 a 199, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem da MMª Juíza de Direito titular desta Unidade Judiciária, Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos para intimação da parte promovida para proceder o recolhimento das custas processuais finais, cujas guias se encontram às págs. 853/855, no prazo de 05 (cinco) dias, cientificando-a de que, em caso de não pagamento, o débito será inscrito na Dívida

Ativa do Estado do Ceará.

ADV: EVANDRO MAIA DE LIMA (OAB 48275/CE) - Processo 0205175-14.2024.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Esdras Maia de Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, republicado no DJe de 16/02/2021, págs. 33 a 199, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem da MMª Juíza de Direito titular desta Unidade Judiciária, Dra. Maria Valdileny Sombra Franklin para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se o(a)(s) promovente(s) acerca da contestação de fls. 162/249, no prazo de quinze dias.

ADV: ULYSSES MOTA DAMASCENO FILHO (OAB 44491/CE) - Processo 0206231-82.2024.8.06.0064 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ulysses Mota Damasceno Filho - 7. Por conseguinte, com espeque no artigo 64 do Código de Processo Civil, declino da competência para processar e julgar a presente ação em favor de uma das unidades do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Caucaia, CE. 8. Remetam-se os fólios à distribuição. 9. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0438/2024

ADV: EDUARDO ANDRÉ MEDEIROS DE PAULA (OAB 18289/CE) - Processo 0205508-63.2024.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Norma Elizabete Loureiro Medeiros e outros - Pelo exposto, intimem-se os promoventes para, no prazo de 15 dias, emendarem a inicial juntando nos autos cópia da ação de inventário e indicar como desejam comprovar a utilização pessoal dos bens imóveis pela parte promovida, juntando documentação correlata, sob pena de preclusão e indeferimento da inicial. Defiro o pedido de gratuidade judicial à parte promovente. Cumpram-se os expedientes após a migração para o sistema PJe.

PODER JUDICIÁRIO 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia
EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)
Processo n°: 0201981-06.2024.8.06.0064
Classe: Procedimento Comum Cível
Assunto: Usucapião Extraordinária
Requerente: Vitor Pereira Valim
Valor da Causa: R$ 150.000,00

O DOUTOR WILLER SÓSTENES DE SOUSA E SILVA, Juiz de Direito titular da 3ª Vara Cível da Comarca de Caucaia, Estado do Ceará, por nomeação, no uso de suas atribuições legais, etc. **FAZ SABER** aos que o presente Edital de Citação com prazo de 30 (vinte) dias tem como finalidade a CITAÇÃO dos eventuais interessados para que saibam que VITOR PEREIRA VALIM, brasileiro, casado, jornalista, portador de cédula de identidade no 89**********-SSPDC/CE; inscrito no CPF/MF sob o n° 615.***.***-**, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com JULIANA XIMENES FIUZA VALIM, brasileira, empresária, portadora de cédula de identidade n° 95*********- SSPDS/CE, inscrita no CPF/MF sob o n° 815.***.***-**, ambos residentes e domiciliados na Av. Das Dunas do Cumbuco, n° 2860, Cumbuco, município de Caucaia, Estado do Ceará, manejam ação de usucapião com a finalidade de obterem o domínio de " Um terreno urbano, de forma irregular, distando 240,00metros do vértice P1 no sentido Sul-Norte para a Estrada do Garrote, situado na Servidão de Acesso Particular, s/n°, Localidade de Tabuleiro Grande, Distrito de Guararú, neste Município de Caucaia-CE, perfazendo o terreno uma área total de 52.188,50m² e perímetro de 933,24m, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P0=0 de coordenada Este (X) 525.942,9630m e Norte (Y) 9.595.607,6670m, assinalado em planta anexa como segue: Ao Poente, frente, do vértice P0=0 segue até o vértice P1, de coordenada UTM E= 526.002,1351m e N= 9.595.786,1085m, no ângulo interno de 89°28'18", na extensão de 188,00m, extremando com a Servidão de Acesso Particular, pertencente a Vitor Pereira Valim (CPF: 615.***.***-**); Ao Norte, lado direito, do vértice P1 segue até o vértice P2, de coordenada UTM E=526.278,4687m e N= 9.595.694,4749m, no ângulo interno de 90°00'00", na extensão de 291,13m, extremando com o imóvel pertencente a Dayves Damasceno Oliveira (CPF: 411.***.***-**); Ao Nascente, fundos, do vértice P2 segue até o vértice P3, de coordenada UTM E= 526.198,0260m e N= 9.595.525,6893m, no ângulo interno de 82°51'49", na extensão de 186,97m, extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins (CPF: 733.***.***-**) e seu marido Antônio Moreira Martins (CPF: 018.***.***-**); e Ao Sul, lado esquerdo, do vértice P3 segue até o vértice P0=0, (início da descrição), de coordenada UTM E= 525.942,9630 m e N= 9.595.607,6670m, no ângulo interno de 97°39'53", na extensão de 267,14 m, extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins e seu marido Antônio Moreira Martins; fechando assim o polígono acima descrito." Terreno de acesso ao Terreno 01 "Um terreno urbano, de forma irregular, distando 645,00 metros do vértice T1 no sentido Sul-Norte para a Rodovia CE-085, situado no lado ímpar da Estrada do Garrote, s/n°, Localidade de Tabuleiro Grande, Distrito de Guararú, neste Município de Caucaia-CE, perfazendo o terreno uma área total de 7.316,53m2 e perímetro de 1.028,62m, com a seguinte descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice T0=0 de coordenada Este (X) 525.998,6989m e Norte (Y) 9.596.039,9504m, como segue: Ao Norte, frente, em 05 (cinco) segmentos: o primeiro do vértice T0=0 segue até o vértice T1, de coordenada UTM E= 526.015,8801m e N= 9.596.049,1661m, no ângulo interno de 93°20'15", na extensão de 19,50m, extremando com a Estrada do Garrote, lado ímpar, o segundo do vértice T1 segue até o vértice T2, de coordenada UTM E= 526.029,2044m e N= 9.596.020,4311m, no ângulo interno de 86°40'07", na extensão de 31,67m, o terceiro do vértice T2 segue até o vértice T3, de coordenada UTM E=526.027,0164m e N= 9.596.019,4168m, no ângulo interno de 89°59'38", na extensão de 2,41m, o quarto do vértice T3 segue até o vértice T4, de coordenada UTM E= 526.048,3368m e N= 9.596.002,5929m, no ângulo interno de 296°51'08", na extensão de 27,16m, e o quinto do vértice T4 segue até o vértice T5, de coordenada UTM E= 526.065,4776m e N= 9.595.996,8606m, no ângulo interno de 199°47'09", na extensão de 18,07m, ambos extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins (CPF: 733.***.***-**) e seu marido Antônio Moreira Martins (CPF: 018.***.***-**); totalizando ao norte 98,81m; Ao Nascente, lado direito, em 05 (cinco) segmentos: o primeiro do vértice T5 segue até o vértice T6, de coordenada UTM E= 526.064,3343m e N= 9.595.973,6786m, no ângulo interno de 105°40'04", na extensão de 23,21m, o segundo do vértice T6 segue até o vértice T6A, de coordenada UTM E= 526.029,3081m e N= 9.595.868,0523m, no ângulo interno de 164°28'39", na extensão de 111,28m, ambos extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins e seu marido Antonio Moreira Martins; o terceiro do vértice T6A segue até o vértice T7, de coordenada UTM E= 526.002,1351 m e N= 9.595.786,1085m, no ângulo interno de

180°00'00", na extensão de 86,33 m, extremando com o imóvel pertencente a Dayves Damasceno Oliveira (CPF: 411.***.***-**); o quarto do vértice T7 segue até o vértice T8, de coordenada UTM E= 525.942,9630m e N= 9.595.607,6670m, no ângulo interno de 180°00'00", na extensão de 188,00m, extremando com o imóvel pertencente a Vitor Pereira Valim (CPF: 615.***.***-**); e o quinto do vértice T8 segue até o vértice T9, de coordenada UTM E= 525.934,0108m e N= 9.595.588,2241m, no ângulo interno de 173°37'22", na extensão de 21,40 m, extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins e seu marido Antonio Moreira Martins, totalizando ao nascente 430,22m; Ao Sul, fundos, em 01 (um) segmento: do vértice T9 segue até o vértice T10, de coordenada UTM E= 525.924,9866m e N= 9.595.599,5250m, no ângulo interno de 63°19'55", na extensão de 14,46m, extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins e seu marido Antônio Moreira Martins; e Ao Poente, lado esquerdo, em 05 (cinco) segmentos: o primeiro do vértice T10 segue até o vértice T11, de coordenada UTM E= 526.050,5760m e N= 9.595.978,2566m, no ângulo interno de 123°02'43", na extensão de 399,00m, o segundo do vértice T11 segue até o vértice T12, de coordenada UTM E= 526.046,4754m e N= 9.595.991,1085m, no ângulo interno de 216°02'31", na extensão de 13,49m, o terceiro do vértice T12 segue até o vértice T13, de coordenada UTM E= 526.027,9440m e N= 9.596.000,8298m, no ângulo interno de 224°37'23", na extensão de 20,93m, o quarto do vértice T13 segue até o vértice T14, de coordenada UTM E= 526.014,1736m e N= 9.596.006,5688m, no ângulo interno de 185°03'22", na extensão de 14,92 m, e o quinto do vértice T14 segue até o vértice T0=0, (início da descrição), de coordenada UTM E= 525.998,6989 m e N= 9.596.039,9504m, no ângulo interno de 137°29'44", na extensão de 36,79m, ambos extremando com o imóvel pertencente a Maria Nery Moreira Martins e seu marido Antônio Moreira Martins, totalizando ao poente 485,13m; fechando assim o polígono acima descrito". Assim em cumprimento a Lei e do despacho exarado nos autos, foi expedido o presente Edital, por meio do qual fica citado o confinante acima mencionado, para todos os termos e atos do presente processo, bem como para apresentar contestação no prazo de quinze (15) dias, conforme determina a Lei, sob pena de revelia, caso em que se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) requerente(s) na inicial. Caucaia 30/07/2024.

Willer Sóstenes de Sousa e Silva
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0439/2024

ADV: MARINA RAYANNE BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 35896/CE), ADV: JOÃO LUIZ SOARES SANTIAGO (OAB 38371/CE) - Processo 0201780-48.2023.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Adson de Souza Oliveira - Fica a parte requerente INTIMADA para no prazo de 05 dias, apresentar o recibo que gerou esse comprovante de pagamento indicado na fl. 132, de modo a visualizarmos a conta, a operação e agência do depósito judicial para confecção do determinado alvará.

ADV: TARSILA CAVALCANTE DE ANDRADE (OAB 53156/PE) - Processo 0206752-27.2024.8.06.0064 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jonathan Souza Alcantara - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição. Intime-se. Após, proceda-se ao registro do movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos.

ADV: TARSILA CAVALCANTE DE ANDRADE (OAB 53156/PE) - Processo 0206753-12.2024.8.06.0064 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jonathan Souza Alcantara - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição. Intime-se. Após, proceda-se ao registro do movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos.

ADV: RAPHAELLA ARANTES ARIMURA (OAB 361873/SP) - Processo 0206764-41.2024.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Kelvia Melo Araujo - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição. Intime-se. Após, proceda-se ao registro do movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos.

ADV: FRANCISCO NIVALDO DE MORAES PESSOA (OAB 23471/CE) - Processo 0206765-26.2024.8.06.0064 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Luiz Assunção Peixoto e outro - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição. Intime-se. Após, proceda-se ao registro do movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos.

ADV: VINICIUS RIBEIRO DE ARAÚJO (OAB 44740/CE) - Processo 0206778-25.2024.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cassimiro Teles Vieira Neto - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição. Intime-se. Após, proceda-se ao registro do movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos.

COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0362/2024

ADV: FRANCISCO RAUL FELIX PINTO (OAB 27726/CE) - Processo 0201150-89.2023.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Neli Cavalcante Sá - 3. Portanto, a via processual escolhida pela parte é inadequada ao objeto do espólio, restando impossível dar prosseguimento ao pleito de Alvará Judicial autônomo. 5. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da adequação do pleito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. 6. Expedientes necessários.

ADV: DENIS WILSON ALENCAR LIRA (OAB 45799/CE) - Processo 0202300-71.2024.8.06.0064 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.M. - R.H. 1. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação da parte promovida. 2. Expedientes necessários. Caucaia, 29 de outubro de 2024.

ADV: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE), ADV: FLAVIANA WYLLYAN DE OLIVEIRA PONTES (OAB 12850/CE), ADV: ELIS TAIANE GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 34410/CE), ADV: ITALO ANDREZ QUEIROZ QUINTANS (OAB 40779/CE) - Processo 0204165-32.2024.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE:

Deirijane Ferreira dos Santos - R.H. 1. Conforme o Decreto nº 85.845/81, os valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares, nos limites da Lei nº 6.858/80, serão pagos prioritariamente aos seus dependentes habilitados em Instituição de Previdência e, em caso de não constarem, aos sucessores do titular na forma da lei civil, nos moldes dos art. 1º e 2º. 2. Isto posto, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: 2.1. Juntar documento do Órgão Previdenciário declarando e comprovando sua condição de dependente habilitado do falecido ou a ausência de dependentes habilitados, conforme art. 2º, do Decreto nº 85.845/81; 2.2. Juntar escritura pública firmada em vida ou decisão judicial que tenha reconhecido a união estável entre a autora e o de cujus, que ateste sua legitimidade; 2.3 Em caso de não haver dependentes habilitados em nome do falecido no Órgão Previdenciário, informar se o de cujus deixou outros herdeiros na forma da lei civil, juntando termo de concordância autorizando o levantamento de eventuais valores, com firma reconhecida, ou incluindo-os no polo passivo da ação com suas respectivas qualificações, a fim de que se procedam às citações necessárias. 3. Cumpra-se, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC. 4. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 11 de novembro de 2024.

ADV: EULEY RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 30122/CE), ADV: CLEDSON DAMASCENO NASCIMENTO (OAB 30861/CE) - Processo 0204670-91.2022.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: F.M.C.C. - R.C.C. - R.C.C. - M.C.C. - R.H. Intime-se a parte requerente, por seus advogados, para ciência das informações apresentadas pela Caixa Econômica Federal às fls. 57/88 e para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de preclusão e julgamento no estado em que se encontra. Decorrido o prazo sem manifestação, inclua-se o feito em pauta de julgamento. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 30 de outubro de 2024.

ADV: VERONESSA ALMEIDA MOTA (OAB 52484/CE) - Processo 0206361-72.2024.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: A.D.R. - R.H. 1. INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado, via DJe, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos seguintes termos: 1.1. Juntar aos autos cópia da certidão de nascimento ou algum documento de identificação oficial dos alimentados que comprovem o parentesco. 2. Cumpra-se, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC. 3. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 11 de novembro de 2024.

COMARCA DE CAUCAIA/CE.
1ª Vara de Família e Sucessões.
JUIZ: Henrique Jorge dos Santos Falcão
SUPERVISORA: Alana Frota Portela
Expediente: 110/2024

EDITAL DE INTERDIÇÃO
AUTOS PROCESSUAIS Nº 0202534-87.2023.8.06.0064

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Caucaia/CE, na forma da lei, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Luysa Fernandes da Silva, brasileira, solteira, nascida em 25/04/2005, filha de Alan Souza da Silva e Tassiana Medeiros Fernandes, RG nº 2007010117782 SSP/RN, CPF nº 041.217.613-08, residente e domiciliado(a) na Rua Dourados, nº 761, Arianópolis, Caucaia/CE, CEP: 61656-210, que é portadora de Esquizofrenia (CID-10 F20), com quadro atual progressivo. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Tassiana Fernandes da Silva, brasileira, casada, do lar, RG nº 99010259979 SSP/CE, CPF nº 005.652.913-94, residente e domiciliada no endereço supra, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 28/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: Pelas razões expostas, levando-se em conta, ainda, o Parecer Ministerial favorável, com fundamento no art. 1.767 e seguintes do vigente Código Civil, e nos precisos termos do art. 747 e seguintes do Código de Processo Civil, julgo o pedido procedente e DECRETO A INTERDIÇÃO de Maria Luysa Fernandes da Silva, já fartamente qualificada, para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, nomeando como sua curadora a Sra. Tassiana Fernandes da Silva, a qual deverá ser compromissada, ressalvando que a medida não alcança os direitos da curatelanda quanto ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Caucaia/CE, em 10 de setembro de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0363/2024

ADV: FELIPE GEOVÂNIO DE SOUSA RIBEIRO (OAB 36832/CE), ADV: RAFAEL DE MORAIS SILVA (OAB 39501/CE) - Processo 0039192-75.2015.8.06.0064 (apensado ao processo 0034273-19.2010.8.06.0064) - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Antonia Celia Sousa de Freitas - R.H. 1. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição apresentada pela requerida Solange Uchoa de Oliveira, às fls. 406/411. 2. Expedientes necessários. Caucaia, 21 de outubro de 2024.

ADV: MARCOS JOSE NOGUEIRA DE SOUZA FILHO (OAB 11567/CE) - Processo 0202750-14.2024.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Francisco Ronaldo Ferreira da Silva - Iniciados os trabalhos, o MM Juiz disse o seguinte: “Considerando que a parte autora, foi devidamente intimada para esta audiência de entrevista, por seu advogado, por meio de publicação no DJe de fls.43/44, intime-se a curadora provisória, por seu advogado, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Nada mais a constar, encerra-se o presente termo.

COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0392/2024

ADV: FRANCISCO TADEU C. DE CASTRO (OAB 5644/CE) - Processo 0051729-93.2021.8.06.0064 - Alvará Judicial - Lei

6858/80 - Levantamento - REQUERENTE: M.F.B.R. - Intime-se a parte requerente, através de seu advogado, para no prazo de 05(cinco) dias, comprovar o pagamento ou a certidão de isenção do Imposto de Transmissão Causa Mortis (ITCD) e requerer o que entender de direito, sob as penas da Lei .

ADV: QUÉSIA DE SOUSA BOMFIM LIMA (OAB 42070/CE) - Processo 0201296-33.2023.8.06.0064 - Divórcio Litigioso - Partilha - EXEQUENTE: Jose Ricardo Ferreira - Renove-se o expediente de intimação determinado no despacho de fls. 58 via DJ, observando a procuração de fls. 55 dos autos.

ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR (OAB 28669/CE) - Processo 0201463-16.2024.8.06.0064 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: B.A.O.T. - Contestação, folhas 82/86. Defiro gratuidade judiciária ao promovido. Intime-se o autor, através de seu advogado, para em 15 (quinze) dias apresentar réplica, se manifestando sobre acordo proposto na contestação de folhas 82/86. Expedientes necessários.

ADV: CARLA MARILIA TERCEIRO LOPES (OAB 32293/CE) - Processo 0202211-82.2023.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.A.P.S. - R.H. Converto o julgamento do feito em diligência. Intime-se a parte requerente via DJe para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos cópia da certidão de nascimento e/ou documentos pessoais de ambos os requeridos. Empós, retornem os autos conclusos para julgamento. Expedientes necessários. Caucaia (CE), 08 de novembro de 2024.

ADV: MARCOS ANTONIO RODRIGUES CUNHA (OAB 35860/CE) - Processo 0202633-23.2024.8.06.0064 - Interdição/Curatela - Guarda - INTERTE: I.S.P. - Defiro o pedido de dilação de prazo (60 dias) para cumprir o determinado no despacho de fls. 161. Decorrido o prazo, intime-se a parte requerente, através de seu(ua) representante jurídico, para no prazo de 05 (cinco) dias juntar laudo médico conforme modelo fornecido por esta unidade, sob as penas da Lei.

ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE) - Processo 0203220-45.2024.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.C. - Recebi os autos nesta data via sistema da pauta compartilhada. Em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a)de Direito da Vara de origem, este Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC/CAUCAIA, localizado no Fórum da Comarca de Caucaia, designou Audiência de Conciliação para o dia 05/02/2025 às 12:00h. Outrossim, em consonância com a Resolução 354/2020, art. 3º, inciso IV e Parágrafo único, bem como com o art. 334, § 7º do CPC, informamos que a referida audiência se realizará na modalidade TELEPRESENCIAL pelo sistema/aplicativo MICROSOFT TEAMS, conforme acessos abaixo: Para ingressar na sala virtual 01 da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzJlNGM5NzAtNzk5My00OWUxLWIwZDEtMjU3MjM5NGEwNjhm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2227e90386-67d9-4eae-ade8-b181e2742f37%22%7d OU, clicar nesse link menor, ou digitá-lo na barra de seu navegador: https://link.tjce.jus.br/e77f68 OU Apontar a câmera do seu aparelho celular para o QR-code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-code) Fica a parte advertida que para acessar o sistema é necessário um computador, celular ou tablet que tenha câmera, microfone e acesso à internet. Ao ingressar no sistema/ sala virtual, esteja munido de seus documentos pessoais e aguarde o conciliador/mediador autorizar sua entrada na sala. Designo sessão de Conciliação para a data de 05/02/2025 às 12:00h. Caucaia/CE, 04 de novembro de 2024. Reny Gomes Dantas Técnico Judiciário

ADV: FRANCISCO ADMIR FERREIRA DE LIMA (OAB 38807/CE) - Processo 0204513-50.2024.8.06.0064 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.G.S. - Recebi os autos nesta data via sistema da pauta compartilhada. Em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a)de Direito da Vara de origem, este Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC/CAUCAIA, localizado no Fórum da Comarca de Caucaia, designou Audiência de Conciliação para o dia 05/02/2025 às 11:15h. Outrossim, em consonância com a Resolução 354/2020, art. 3º, inciso IV e Parágrafo único, bem como com o art. 334, § 7º do CPC, informamos que a referida audiência se realizará na modalidade TELEPRESENCIAL pelo sistema/aplicativo MICROSOFT TEAMS, conforme acessos abaixo: Para ingressar na sala virtual 01 da sua audiência há 3(três) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzJlNGM5NzAtNzk5My00OWUxLWIwZDEtMjU3MjM5NGEwNjhm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2227e90386-67d9-4eae-ade8-b181e2742f37%22%7d OU, clicar nesse link menor, ou digitá-lo na barra de seu navegador: https://link.tjce.jus.br/e77f68 OU Apontar a câmera do seu aparelho celular para o QR-code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-code) Fica a parte advertida que para acessar o sistema é necessário um computador, celular ou tablet que tenha câmera, microfone e acesso à internet. Ao ingressar no sistema/ sala virtual, esteja munido de seus documentos pessoais e aguarde o conciliador/mediador autorizar sua entrada na sala. Designo sessão de Conciliação para a data de 05/02/2025 às 11:15h. Caucaia/CE, 04 de novembro de 2024. Reny Gomes Dantas Técnico Judiciário

ADV: NARJARA ROCHA DE ALENCAR (OAB 32381/CE) - Processo 0206281-11.2024.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Raquel Linhares Vasconcelos - Acolho Parecer Ministerial de fls. 17. Intime-se o representante jurídico da parte requerente, para no prazo de 05(cinco) dias, cumprir o solicitado pelo Representante do Ministério Público, sob as penas da Lei.

ADV: HEDELYN ALAÍDE ZEFERINO DE MELO (OAB 33595/CE) - Processo 0207164-89.2023.8.06.0064 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Francisco Wilson Maciel e outro - R.H. Intime-se a parte inventariante via DJe para, no prazo de 20 (vinte) dias, cumprir as requisições da Fazenda Pública Estadual constantes às fls. 102/105, inclusive com a apresentação do instrumento público de cessão de direitos hereditários, em consonância com a disposição contida no art. 1.793 do Código Civil. Empós, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários. Caucaia, 30 de outubro de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0393/2024

ADV: VITO GOMES DE ARAUJO (OAB 35875/CE), ADV: FRANCISCO EDILSON PIRES BRAGA (OAB 31748-0/CE) - Processo 0003597-10.2018.8.06.0064 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.A.M.M. - R.H. Intime-se a parte exequente via DJe para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se a respeito da petição e documentos de fls. 99/109. Na oportunidade, em atenção ao disposto no art. 10 do Código de Processo Civil, deverá se manifestar a respeito da competência deste juízo especializado de família para processar o presente cumprimento de sentença, haja vista que a partilha de bens já foi devidamente deliberada em sentença de mérito. Empós, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários. Caucaia, 01 de novembro de 2024.

ADV: ANA TEREZA RODRIGUES SILVA (OAB 24355/CE), ADV: ELIAS CARNEIRO DE SOUSA FILHO (OAB 5547/CE) - Processo 0045415-78.2014.8.06.0064 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.S.S.A. - REQUERIDO: F.J.L.S. - Diante disso, indefiro os pedidos formulados às fls. 193/194 e determino o retorno dos autos ao arquivo. Ciência ao Ministério

Público. Intimem-se. Empós, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários. Caucaia, 30 de outubro de 2024.

ADV: CLAUDENIR DE SOUZA NOJOSA (OAB 30709/CE) - Processo 0053674-52.2020.8.06.0064 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: P.S.R.S. - R.H. Intime-se a parte adversa via DJe para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar seus dados bancários para fins de depósito dos valores relativos a sua meação, sob pena de arquivamento do feito. Expedientes necessários. Caucaia, 31 de outubro de 2024.

ADV: KATARINE MEDEIROS DIAS (OAB 44190/CE) - Processo 0200664-70.2024.8.06.0064 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Alba Helena Genuca Benigno e outro - R.H. Oficie-se ao Cartório Ossian Araripe da Comarca de Fortaleza/CE para que forneça cópia da escritura de fls. 140, do livro nº 512, CNS 01.796-2, em nome do falecido Paulo Roberio Benigno, CPF: 319.678.413-49. Intime-se a inventariante via DJe para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir as requisições da Fazenda Pública Estadual de fls. 36. Expedientes necessários. Caucaia, 30 de outubro de 2024.

ADV: RAPHAEL DE SOUZA FERREIRA (OAB 46362/CE), ADV: CRISTIANE DANTAS GONCALVES DE OLIVEIRA (OAB 46255/CE), ADV: FABIANO GIOVANI DE OLIVEIRA (OAB 19466/CE) - Processo 0200763-11.2022.8.06.0064 (apensado ao processo 0200683-47.2022.8.06.0064) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Monica Rocha Menezes e outros - R.H. Tendo em vista o falecimento do herdeiro Francisco Sérgio da Costa Ferreira, conforme certidão de óbito de fls. 75, intimem-se as requerentes via DJe para, no prazo de 10 (dez) dias, informarem se o falecido deixou herdeiros por representação, caso em que deverá ser informado seus respectivos endereços para citação do inteiro teor do presente feito. Expedientes necessários. Caucaia, 01 de novembro de 2024.

ADV: JOSÉ EDMÁRIO MIRANDA NUNES (OAB 37151/CE) - Processo 0207020-18.2023.8.06.0064 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.S.O. - R.H. Intime-se a parte autora via DJe para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação de fls. 60/75 e documentos de fls. 76/86. No mesmo prazo, intimem-se as partes para que digam quais provas pretendem produzir, além daquelas já apresentadas na inicial/réplica e na contestação. Se intentarem produzir provas em audiência, deverão justificar devidamente a necessidade da medida, haja vista a natureza da ação e, se for o caso, indicar o rol de testemunhas no mesmo prazo, sob pena de preclusão. Em tendo as partes postulado pela produção de prova oral, designe-se audiência de instrução para data próxima e desimpedida. Expedientes necessários. Caucaia, 01 de novembro de 2024.

ADV: MELINE ALTHEMAN FLORENTINO (OAB 323090/SP) - Processo 0231258-62.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERIDO: W.B.O. - Sobre petição e documentos de fls. 66/116, intime-se a autora, por sua advogada, para que em 15 dias se manifeste. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAUCAIA - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0357/2024

ADV: JOSE BATISTA DE SA (OAB 20442/CE) - Processo 0200226-15.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: Raimundo Nonato Pinto da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 07 de agosto de 2025 às 09:30h.

ADV: FRANCISCO JOSE CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB 41714/CE) - Processo 0200291-10.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INDICIADO: R.R.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 15 de maio de 2025 às 09:30h.

ADV: MATHEUS ANDERSON BEZERRA XIMENES (OAB 26624/CE) - Processo 0200292-92.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: F.O.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 12 de agosto de 2025 às 11:30h.

ADV: FRANCISCO ROBERTO GOIS MATIAS (OAB 27266/CE), ADV: LAÍS MARTINS BANDEIRA (OAB 38831/CE) - Processo 0200956-26.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: F.F.L. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 19 de agosto de 2025 às 10:30h.

ADV: GABRIELA ARAUJO SOUSA (OAB 29692/CE), ADV: EDINALVA MARIA DE MORAES SOUSA (OAB 39833/CE) - Processo 0202092-58.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: F.E.N.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 02 de setembro de 2025 às 11:30h.

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0202635-32.2022.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTUADO: M.M.O.G. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 06 de fevereiro de 2025 às 10:30h.

ADV: BERNARDO RODRIGUES FREITAS FILHO (OAB 49639/CE), ADV: MARINA GOMES DUTRA (OAB 50102/CE) - Processo 0205492-12.2024.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTUADO: F.W.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, que foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11 de dezembro de 2024 às 09:30h.

ADV: MARIA WILRAMIR MORAIS MAIA CIRYACO (OAB 17682/CE), ADV: MARIANA DINIZ CAVALCANTE DE MOURA (OAB 45003/CE) - Processo 0206128-75.2024.8.06.0064 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher - REQUERIDO: J.S.S. - Ante ao exposto, pelas razões acima expendidas, diante de ambos os relatos e com a finalidade de cautela, INDEFIRO o pedido de prisão preventiva e MANTENHO a decisão de medidas protetivas já proferida às págs. 15-21. Por outro lado, diante do litígio entre as partes e da suspeita de descumprimento das medidas protetivas, DETERMINO a MONITORAÇÃO ELETRÔNICA do requerido de forma CONJUGADA. A medida cautelar de monitoração eletrônica terá validade de 06 (seis) meses, a iniciar a partir da soltura, ressalvada a reavaliação da real adequação e necessidade de sua manutenção, em atenção ao disposto no art. 9º, caput, da Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça. Oficie-se ao Núcleo de Monitoramento Eletrônico da SAP, comunicando-lhe acerca dessa decisão e solicitando a disponibilização de equipamento de monitoração eletrônica. Cientifique-se a ofendida, por meio de sua advogada, para que compareça a este Juizado, a fim de receber a Unidade Portátil de Rastreamento (botão do pânico). Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se as partes, por meio de seus respectivos advogados. Finalmente, em atenção à Orientação Normativa nº 03/2024/CGJCE/COINT, de 12 de abril de 2024, nos termos do art. 4º, §3º, determino que aguarde-se o prazo de 06 (seis) meses para a reavaliação periódica das demais medidas protetivas concedidas liminarmente, a contar da decisão inicial. Expedientes necessários.

ADV: MARIANA DINIZ CAVALCANTE DE MOURA (OAB 45003/CE) - Processo 0206128-75.2024.8.06.0064 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher - VÍTIMA: I.R.B.G. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em cumprimento a decisão retro, intime-se a vítima a sra. ISNARA REGINA BRITO GUIMARÃES, por meio do whatsapp constante nos autos, bem como, advogado(a) para que compareça a este Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher da Comarca de Caucaia, em 12/11/2024 às 09h00min, para ativação do monitoramento eletrônico.

ADV: MOISES KELLYANO FARIAS ALVES (OAB 44553/CE) - Processo 0206382-19.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADO: S.F.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 06 de fevereiro de 2025 às 13:00h.

ADV: DANIEL PEREIRA LIMA E SILVA (OAB 45732/CE) - Processo 0206910-53.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: M.H.S.C.P. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 06 de fevereiro de 2025 às 09:30h.

ADV: RENNIER MARTINS VASCONCELOS (OAB 41823/CE) - Processo 0207095-91.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADO: E.S.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 07 de agosto de 2025 às 11:30h.

ADV: PAULO SERGIO RIPARDO (OAB 16291/CE) - Processo 0207109-75.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - AUT PL: D.E.D.C. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - INDICIADO: V.S.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 14 de agosto de 2025 às 11:30h.

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0359/2024

ADV: ANTONIO MARCOS DE SOUSA SILVA (OAB 35310/CE) - Processo 0200020-64.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: R.P.G. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 15 de maio de 2025 às 11:30h.

ADV: ANA ALICE RODRIGUES GOMES (OAB 48162/CE) - Processo 0200547-08.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - AUTUADO: M.V.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 07 de agosto de 2025 às 13:00h.

ADV: JOÃO ALFREDO CARNEIRO DE MORAIS (OAB 37009/CE) - Processo 0200911-85.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - INDICIADO: J.C.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11 de setembro de 2025 às 09:30h.

ADV: ERIVAN ALVES DE OLIVEIRA (OAB 15467/CE) - Processo 0201203-70.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Vias de fato - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INDICIADO: M.E.S.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11 de setembro de 2025 às 13:00h.

ADV: DANIELE DOS SANTOS GALDINO (OAB 34031/CE) - Processo 0201230-53.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - INDICIADO: G.S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 14 de agosto de 2025 às 09:30h.

ADV: FRANCISCO JOSE FERREIRA NUNES (OAB 26127/CE) - Processo 0201359-58.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INDICIADO: F.H.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em

28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11 de setembro de 2025 às 11:30h.

ADV: HENRIQUE DE PAULA MACHADO (OAB 19864/CE), ADV: TOBIAS ARAUJO NAZARIO (OAB 25005/CE) - Processo 0201429-75.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INDICIADO: E.C.A. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 07 de outubro de 2025 às 11:30h.

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0202216-07.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - INDICIADO: J.F.C.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 06 de fevereiro de 2025 às 11:30h.

ADV: FRANCISCA ISLANA DE SOUZA SILVA (OAB 48098/CE) - Processo 0202217-89.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - INDICIADA: E.B.G. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 13 de fevereiro de 2025 às 09:30h.

ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0202317-44.2023.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - INDICIADO: J.C.B.C. e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 21 de agosto de 2025 às 10:30h.

ADV: FRANCISCO KILDERY SILVA DOS SANTOS (OAB 34146/CE) - Processo 0204399-06.2024.8.06.0293 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - AUT PL: Delegacia Especializada - DDM Caucaia - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - REQUERIDO: Zaires Vieira Dantas - Diante do exposto, por decisão, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIAS e DECLARO A EXTINÇÃO DO PRESENTE PROCESSO, por reconhecer cessada, pelo menos neste momento, a situação de perigo concreto da ofendida, nos termos da Orientação Normativa nº 03/2024/CGJCE/COINT. Ciência ao Ministério Público. Intime-se a ofendida pessoalmente e o requerido por meio de seu advogado, via DJe. Contudo, não sendo a parte localizada no endereço declinado nos autos, reputo válida sua intimação, (ex vi do art. 274, parágrafo único, do CPC/2015 c/c ENUNCIADO 17 do FONAVID), aplicável a este procedimento criminal por analogia. Determino a atualização no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), cadastrando a revogação do mandado de acompanhamento de medidas diversas da prisão. Preclusa esta decisão, arquive-se com as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: OGNA JESSICA MENEZES RODRIGUES (OAB 41602/CE) - Processo 0205360-52.2024.8.06.0064 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Psicológica contra a Mulher - AUT PL: D.E.D.C. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - REQUERIDO: M.L. - Diante do exposto, por decisão, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIAS e DECLARO A EXTINÇÃO DO PRESENTE PROCESSO, por reconhecer cessada, pelo menos neste momento, a situação de perigo concreto da ofendida, nos termos da Orientação Normativa nº 03/2024/CGJCE/COINT. Ciência ao Ministério Público. Intime-se a ofendida por meio de sua advogada habilitada, via Je. Desnecessária a intimação pessoal do requerido, tendo em vista que ele não foi intimado no único endereço e telefone constantes nos autos. Oficie-se à COAP informando que as medidas protetivas impostas foram revogadas. Preclusa esta decisão, arquive-se com as cautelas legais. Expedientes necessários.

COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA HOLANDA JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JÚLIO CÉSAR LIMA MELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0363/2024

ADV: RENNIER MARTINS VASCONCELOS (OAB 41823/CE), ADV: JOSE CELIO DE OLIVEIRA NETO (OAB 45569/CE), ADV: PABLO KELLERMANN LOPES BARROS (OAB 46497/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE BRASIL DE SOUZA (OAB 48040/CE), ADV: ADRIANO DO SANTOS LIMA, ADV: ANTÔNIO DE PÁDUA SOUSA MACIEL JÚNIOR (OAB 50637/CE) - Processo 0202261-79.2023.8.06.0300 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTUADO: Adriano do Santos Lima e outros - De Ordem do MM Juiz de Direito fica designada audiência de instrução para o dia 13/11/2024 às 11h30min.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
JUIZ(A) DE DIREITO CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA HOLANDA JUNIOR
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JÚLIO CÉSAR LIMA MELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0364/2024

ADV: ROBERTA STUDART GUIMARAES (OAB 20223/CE), ADV: EDIRLANDIA ALVES MAGALHAES (OAB 26709/CE) - Processo 0055742-38.2021.8.06.0064 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Thiago Candido da Silva e outro - Teor do Ato Ordinatório: Por ordem do MM Juiz de Direito, abro vista dos presentes autos à Defesa, para fins de manifestação quanto ao artigo 422 do CPP, conforme Despacho (fls. 527).

COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2024

ADV: RENATO BRAGA DO NASCIMENTO (OAB 43633/CE), ADV: ANA ALICE RODRIGUES GOMES (OAB 48162/CE), ADV: JESSICA SANTOS MALHEIROS DA SILVA ARRUDA (OAB 51697/CE) - Processo 0014866-36.2024.8.06.0064 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Apropriação indébita Previdenciária - REQUERENTE: Claudiane Sousa Lima - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - REQUERIDO: Francisco Jose Arruda de Almeida - Portanto, com fundamento no art. 395, II, do CPP, REJEITO a queixa-crime por ausência das condições da ação penal em razão da ilegitimidade da parte ofendida.

ADV: CLAUDENIR DE SOUZA NOJOSA (OAB 30709/CE) - Processo 0017790-20.2024.8.06.0064 (processo principal 0203610-83.2024.8.06.0300) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MASSA FALIDA: Gutiele Sales da Cunha - Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial, com base no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, extinguindo o processo sem resolução de mérito por ausência de interesse processual.

ADV: RENATO BRAGA DO NASCIMENTO (OAB 43633/CE), ADV: JESSICA SANTOS MALHEIROS DA SILVA ARRUDA (OAB 51697/CE) - Processo 0038910-37.2015.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Jose Helber Braga do Nascimento - É preciso ressaltar, que uma vez cumprido o período de suspensão, o restabelecimento dos direitos de dirigir veículo automotor poderá ser solicitado diretamente perante o DETRAN, independentemente de nova decisão judicial, pois este juízo já fixou o período necessário para cumprimento da medida. Dessa forma, o pedido de restabelecimento dos direitos de dirigir veículo automotor e cessação da suspesão da CNH deve ser realizado perante o DETRAN, observando a necessidade de cumprir os requisitos estabelecidos pela legislação de trânsito, conforme informado no OFÍCIO Nº 1859/2024 NUJUD/PROJUD/DETRAN-CE (fls. 213/215).

Processo 0201143-34.2022.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo MajoradoNúcleo da Defensoria Pública em Caucaia - O acusado NAELSON FERREIRA DA SILVA, foi citado pessoalmente, fls. 95/96 mas deixou de apresentar sua defesa escrita no prazo legal. NOMEIO-LHE defensor dativo na pessoa do Defensor Público atuante nesta vara para oferecer a respectiva defesa em 10 (dez) dias.

ADV: JACILANDIA DE SOUSA SANTANA GONZAGA (OAB 50827/CE) - Processo 0205150-98.2024.8.06.0064 - Cautelar Inominada Criminal - Levantamento de Valor - MASSA FALIDA: Leandro Costa Moreira - Ante o exposto, determino a extinção dos presentes autos, devendo os pedidos de restituição e demais retificações serem peticionados no bojo da própria Ação Penal nº 0001109-39.2005.8.06.0064. Por fim, atendendo ao princípio da eficiência e da cooperação processual, determino que a secretaria junte cópia da petição de fls. 60/62 na Ação Penal nº 0001109-39.2005.8.06.0064 para fins de confecção dos expedientes necessários.

ADV: FABIANO BEZERRA MARTINS (OAB 42341/CE) - Processo 0206660-75.2023.8.06.0293 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Receptação - RÉU: Luis Joel de Sousa da Silva - Isto posto, considerando as evidências de autoria e materialidade e demais elementos contidos nos autos, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, razão por que CONDENO o réu LUIS JOEL DE SOUSA DA SILVA nas tenazes do art. 33 da Lei nº 11.343/06 e art. 180 do Código Penal Brasileiro.

COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0200205-39.2024.8.06.0300**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Dano**
Autoridade Policial, Autor e Ministério Público: **18ª Delegacia Distrital - Conjunto Jurema - Caucaia e outros**
Indiciado: **Joel Barbosa da Silva**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito** da **3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **JOEL BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, RG 2008009108021, CPF 616.638.133-61, mãe Maria do Socorro Barbosa da Silva, Nascido/Nascida 08/04/1991, natural de Fortaleza - CE, Rua Darcy Vargas, 896, Parque Sao Jose, CEP 60730-240, Fortaleza - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 163, parágrafo único, inciso II, do Código Penal Brasileiro,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Caucaia/CE, em 06 de novembro de 2024.

Thémis Pinheiro Murta Maia
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0200879-17.2024.8.06.0300**
Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Receptação**
Autoridade Policial, Ministério Público e Autor: **Delegacia Metropolitana de Caucaia e outros**
Autuado: **Marcelo Souza da Cunha**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito** da **3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **MARCELO SOUZA DA CUNHA**, brasileiro, CPF 07073843381, pai Marcos Antônio Silva da Cunha, mãe Adriana Cláudia de Sousa, Nascido/Nascida 03/02/1995, natural de Fortaleza - CE, Cachoeira de Jesus, SN, Distrito de Lagoa do Mato, CEP 62700-000, Itatira - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 311, § 2º, III e c/c art, 180, *caput,* ambos do Código Penal Brasileiro,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **INTIMA-SE** quer mudança de endereço, para fins de adequada intimação e comunicação oficial; 3) **INTIMAR** ainda para apresentar **JUSTIFICATIVA** acerca da interrupção do **MONITORAMENTO ELETRÔNICO**, ocorrido em 15.02.2024, sob pena de decreto prisional. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Caucaia/CE, em 08 de novembro de 2024.

Thémis Pinheiro Murta Maia
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0202986-68.2023.8.06.0300**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Crimes do Sistema Nacional de Armas**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Autuado: **Kildary William Cavalcanti Rebouças**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito** da **3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **KILDARY WILLIAM CAVALCANTI REBOUÇAS**, brasileiro, Solteiro, RG 20090400431-SSP/CE, CPF 080.637.773-95, mãe Apolonia Emidia Cavalcanti Rebouças, Nascido/Nascida 24/11/1996, natural de Caucaia - CE, Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 762, Telefone nº (85) 98832-7721, Açude, CEP 60610-000, Caucaia - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 14, *caput*, da Lei nº 10.826/2003 c/c art. 129, § 12, 307 e 329, § 2º, todos do Código Penal Brasileiro,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Caucaia/CE, em 01 de novembro de 2024.

Thémis Pinheiro Murta Maia
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

Processo n.º: **0058184-16.2017.8.06.0064**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo Majorado**
Ministério Público **Ministério Público do Estado do Ceará**
Réu **Francisco Genilson Rodrigues**

O(A) Dr.(a) **Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito** da **3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia** por nomeação legal etc.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o(a) réu(ré) **FRANCISCO GENILSON RODRIGUES**, brasileiro, Solteiro, auxiliar de serviços gerais, mãe Maria Lucia Rodrigues do Nascimento, Nascido/Nascida 08/03/1987, com endereço à Rua Genova, 76-B, Tel: (85) 99615-0369 e (85) 99832-6659, Parque Genibau, CEP 60535-165, Fortaleza - CE, por fato ocorrido no dia 11/04/2017, foi condenado(a) como incurso nas sanções do art.157, parágrafo 2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro , à pena de **5 anos e 4 meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, conforme sentença com data** de 26 de julho 2024. Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada sentença, da qual poderá interpor o recurso cabível, no prazo de 5 (cinco) dias, que correrá após o término do prazo fixado no edital, nos termos do artigo 392, §1º e §2º, do CPP. INTIME-SE ainda para, para no prazo de 10(dez) dias, pagar voluntariamente a **PENA DE MULTA**, em decorrência da condenação criminal nos presentes autos, no total de 13 (treze) dias-multa, o que corresponde a **R$ 406,030(quatrocentos e seis reais e três centavos)**. Ressalte-se que **o valor poderá ser parcelado em mensalidade, nos termos do art. 50, do Código Penal.** Como não foi possível intimá-lo(a) pessoalmente, pelo presente edital fica intimado(a) da mencionada multa, da qual poderá, dentro de 10 (dez) dias, a contar do término do prazo em questão, pagar integralmente ou pedir o parcelamento sob pena de ser executada na vara de execuções penais. O pagamento deverá ser efetuado mediante Documento de Arrecadação do Estado-DAE. Para emissão, acesse o link: https://servicos.sefaz.ce.gov.br/internet/dae/taxas/default.asp.

Caucaia/CE, em 06 de novembro de 2024.

Thémis Pinheiro Murta Maia
Juíza de Direito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0208538-35.2023.8.06.0293**

Classe: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos**
Assunto: **Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
Ministério Público, Autoridade Policial e Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará e outros**
Autuado: **Gustavo Cavalcante dos Santos**
Finalidade da Notificação: **Apresentação de Defesa Prévia**

O(A) Dr.(a) **Thémis Pinheiro Murta Maia, Juíza de Direito** da **3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **GUSTAVO CAVALCANTE DOS SANTOS,** RG 20191609425, CPF 122.084.453-50, mãe Erislene Cavalcante dos Santos, Nascido/Nascida 07/09/2004, Rua José de Alencar, 113, Parque São Gerardo, CEP 61600-004, Caucaia – CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 33, da Lei nº 1.343/2006,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Caucaia/CE, em 05 de novembro de 2024.

Thémis Pinheiro Murta Maia
Juíza de Direito

COMARCA DE CAUCAIA - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: JOÃO VICENTE LOPES NETO (OAB 38951/CE) - Processo 0206053-62.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTUADO: Erisvando Rodrigues da Silva e outros - De ordem da Dra Thémis Pinheiro Murta Maia e conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanada da Corregedoria Geral da Justiça(CGJ) e verificando que o Patrono de Erisvaldo Rodrigues da Silva apresentou razões recursais ao invés de contrarrazões ao recurso de apelação do Ministério Público (páginas 443/445). Nesse sentido, com fins de suprir o equívoco, intime-se a defesa de Erisvaldo Rodrigues da Silva para apresentar as CONTRARRAZÕES RECURSAIS À APELAÇÃO interposta e arrazoado pelo Ministério Público às páginas 400/405. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0276/2024

ADV: WALMIR PEREIRA DE MEDEIROS FILHO (OAB 16977/CE), ADV: ISABEL CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 38718B/CE) - Processo 0003201-82.2008.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉ: Ana Paula Rocha Ferreira Saunders Brasil e outros - Trata-se de ação penal proposta pelo Representante do Ministério Público imputando a denunciada Ana Paula Rocha Ferreira Saunders Brasil e outros, a conduta elencada no art. 157, § 3º, do CP. Denúncia recebida à p. 71, na data de 11 de novembro de 2008. A ré não foi localizada para ser citada, sendo determinada a sua citação via edital (p. 82). Decorrido o prazo sem resposta, determinou-se a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional (p. 89). Às p. 141-143, consta decisão anunciado a produção antecipada de provas para a acusada Ana Paula. Instrução processual devidamente realizada. Sentença condenatória lavrada para os réus Alexandre do Nascimento Braga e Francisco De Assis Lima Paz (p. 236-244), seguindo o feito suspenso para a corré Ana Paula. A acusada foi capturada, conforme se vê às p. 334-335, oportunidade em que foi revogada a sua prisão e a suspensão do processo. Decisão à p. 353, declarando encerrada a instrução em relação a ré e seguindo o processo para a fase de alegações finais. Nos memoriais, o Ministério Público ratificou sua manifestação (p. 366). Por sua vez, a defesa requereu a nulidade do feito desde o recebimento da denúncia, ao argumento de falta de citação, nos termos do art. 564, III, "e", do CPP, e cerceamento de defesa por ausência de resposta à acusação da acusada (p. 370-380). Relatei. Decido. Compulsando detidamente os autos, entendo que assiste razão em parte a defesa. Explico. Inicialmente, vale ressaltar que a falta de citação importa em nulidade, nos termos do art. 594, III, "e", do Código de Processo Penal, porém tal ilegalidade pode ser suprida pelo comparecimento do réu, nos termos do art. 570, do CPP. In casu, houve a citação da ré via edital (p. 82), conforme art. 363, § 1º, do CPP, pois naquela época a acusada não foi encontrada para ser citada pessoalmente, razão pela qual não se constata prejuízo apto a ensejar a nulidade dos atos processuais a partir do recebimento da denúncia. Todavia, há cerceamento de defesa no tocante a ausência de Resposta à Acusação da acusada. Destarte, prestigiando os princípios do contraditório e da ampla defesa, converto o julgamento do feito em diligência, e determino a abertura de prazo para que a defesa apresente Resposta à Acusação, em 10 (dez) dias. Após, retornem os autos conclusos para sentença. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0339/2024

ADV: JOSE GOMES DOS SANTOS (OAB 11909/CE) - Processo 0017211-72.2024.8.06.0064 (processo principal 0211984-15.2024.8.06.0001) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Estupro - MASSA FALIDA: Justiça Pública - Visto em conclusão. Trata-se de PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA decorrente da prisão de TIAGO PAULINO DO NASCIMENTO, qualificado nos autos, preso em flagrante delito em 23 de fevereiro de 2024, denunciado nas tenazes do art. 213, do Código Penal Brasileiro. O requerente, por intermédio de seu defensor, alegou em síntese, que não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar. (fls. 01/07). Instado a se manifestar, o douto representante ministerial (fls. 11/15), se manifesta pela denegação do pedido de revogação da prisão preventiva, uma vez presentes os requisitos autorizadores da manutenção da custódia cautelar. Era o que havia a relatar. DECIDO. Segundo consta nos autos, que o acusado Tiago Paulino do Nascimento, foi preso em flagrante delito em 23 de fevereiro de 2024. A prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva, para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312, do CPP. Decisão deste juízo, proferida nos autos da Ação Penal nº 02119884-15.2024.8.06.0001, em 25 de outubro de 2024, cuja cópia foi anexada às fls. 16/21, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, revisou a necessidade de manutenção da prisão preventiva decretada, ocasião em que foi mantida a prisão preventiva em desfavor de LUCAS VIANA DA SILVA, qualificado, com fulcro nos art. 311, 312 e 313, I do Código de Processo Penal, ou seja, há pouco mais de 15 (quinze) dias. Neste sentido está a jurisprudência recente do STJ: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO E TRÁFICO E DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. LEGALIDADE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE CONCRETA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES. INADEQUAÇÃO. REVISÃO PERIÓDICA DA PRISÃO PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU, A CADA 90 DIAS OU DIANTE DE FATOS NOVOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 316 DO CPP. GARANTIR A ATUALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A defesa se insurge contra a decisão monocrática desta relatoria que não conheceu do habeas corpus mas, analisando o mérito de ofício, afastou a existência de constrangimento ilegal e recomendou, ao Magistrado de Primeiro Grau, a revisão periódica da prisão, nos termos do art. 316 do Código de Processo Penal. 2. Prisão preventiva. Fundamentação idônea. Gravidade concreta. No particular, a necessidade da medida extrema está fundamentada na garantia da ordem pública, tendo em vista o modus operandi dos delitos, que seria revelador, a priori, de periculosidade social: a agravante, reconhecida por uma vítima, juntamente com outros, mediante emprego de violência real, teria praticado diversos furtos e roubos a foliões no período de carnaval, subtraindo-lhes aparelhos de telefone celular; e trazia consigo 47 comprimidos de ecstasy, um produto tóxico denominado "lança perfume", 3 aparelhos de telefone celular, um soco inglês e R$ 42,00. Adequação aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. 3. "Se as circunstâncias concretas da prática do crime indicam, pelo modus operandi, a periculosidade do agente ou o risco de reiteração delitiva, está justificada a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria" (HC n. 126.756/SP, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 23/6/2015, publicado em 16/9/2015). 4. Condições subjetivas favoráveis não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes. 5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade concreta do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública. 6. Revisão periódica da prisão. O fato desta Corte Superior considerar idônea, nesse momento processual, a prisão preventiva da agravante não impede que o Magistrado de Primeiro Grau revise a necessidade da segregação cautelar, com base no andamento do processo e nas novas provas carreadas aos autos. Essa análise se perfaz a cada 90 (noventa) dias justamente para garantir a atualidade da medida extrema, que pode ser revogada ou substituída pela origem, por medidas cautelares ou prisão domiciliar, a depender do andamento do processo. Inteligência do art. 316 do Código de Processo Penal. 7. Agravo regimental c onhecido e não provido. (AgRg no HC n. 822.203/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 20/6/2023, DJe de 26/6/2023.) Grifei. Não vislumbro alteração fática desde a ultima revisão, ocorrida há pouco mais 15 (quinze) dias! Assim, ante o exposto, e pelo mais que dos autos consta, acolho o parecer ministerial de fls. 11/12, para MANTER A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DESFAVOR de TIAGO PAULINO DO NASCIMENTO, pelo menos até que se realize a instrução processual, já designada para o dia 10 de dezembro de 2024, às 14:00 horas, quando poderão ser aclarados os fatos ora argumentados. Ciência ao Representante do Ministério Público, intimações necessárias. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTO BRUNO DANTAS VASCONCELOS (OAB 23935/CE) - Processo 0017380-59.2024.8.06.0064 (processo principal 0206846-43.2024.8.06.0300) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: José Reginildo Cruz de Paiva - Isto posto, conforme argumentado no Parecer, e considerando, ainda, que permanecem inalterados os motivos que decretaram a prisão preventiva do acusado, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA contra JOSÉ REGINILDO CRUZ DE PAIVA, pelo menos até que se realize a instrução processual, quando poderão ser aclarados os fatos ora argumentados.

ADV: THOMAZ JOSE GOERSCH ACCIOLY (OAB 35986/CE) - Processo 0017687-13.2024.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia - VÍTIMA: Ronald Borges Silva - Recebidos hoje., Trata-se de QUEIXA-CRIME oferecida por Ronald Borges Silva contra HELENA VIEIRA DE SOUZA MARQUES, devidamente qualificados nos autos, em face das circunstâncias legais previstas no art. 138 e o art. 140, todos do CPB, ou seja, Calúnia e Injúria. Conforme a inicial acusatória, que "(...) na data do dia 15/01/2024, às 15H02min., Helena Vieira de Souza Marques registrou o Boletim de Ocorrência nº 318-54/2024 (fls. 3-4) na Delegacia de Defesa da Mulher de Caucaia, localizada na rua Porcina Leite, nº 113, bairro Parque Soledade, nesta Urge, imputando a Ronald Borges Silva o cometimento do delito de Injúria (art. 140 do CP)(...)". "(...) Registrado o Boletim de Ocorrência, acompanhado do formulário supracitado, foi realizada representação por medida protetiva de urgência junto ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia - processo nº 0200207-38.2024.8.06.0064 - sendo proferida decisão (fls. 14-26) em desfavor de Ronald Borges Silva impondo-lhe as medidas cautelares pessoais (...)". "(...) Em realidade, a querelada já ostentava comportamento agressivo em desfavor do querelante desde a data do fim do relacionamento, o que demonstra a imputação falaciosa realizada por Helena quando do registro da ocorrência em sede policial com o evidente animus caluniandi vel injuriandi, que provocou, a título de suposta vingança, a decretação de medidas protetivas de urgência contra Ronald Borges Silva. (...)". Diante disso, requereu a condenação nas penas do art. 138 e o art. 140, na forma do art. 70, todos todos do CPB, bem como a fixação de valor mínimo de indenização pelos prejuízos sofridos pelo querelante, nos termos do artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal na importância de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais e a quantia de R$4.824 (quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais) a título de danos materiais. Decisão de fls. 180/182, da lavra do Juízo da 1ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal de Caucaia, declinou da competência dos autos, tendo em vista o art. 69 do Código Penal (concurso material), e, em virtude dos fatos tipificados na queixa-crime, que somando-se as penas, ultrapassam o limite de competência do Juizado Especial Criminal, conforme dispõe o art. 61 da Lei nº 9.099/95. Breve relato. Decido. Como se sabe, o art. 41 do Código de Processo Penal diz que "a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas". Nos termos do artigo 520 do CPP, "antes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo". Desta forma, antes de receber a queixa-crime, designo audiência de reconciliação para o dia 25 DE FEVEREIRO DE 2025, às 14:30 horas. À secretaria para que atualize o cadastro de partes e representes com seus respectivos endereços no sistema. Empós, proceda a intimação das partes acerca da audiência supra. Expedientes necessários.

ADV: EWERTON RODRIGUES DA SILVA (OAB 42636/CE) - Processo 0200396-21.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INVESTIGADO: Mychell Egidio Torquato Oliveira e outro - Diante do exposto, para garantia da ordem pública, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DESFAVOR DE MYCHELL EGIDIO TORQUATO OLIVEIRA E FRANCISCO PAULO HENRIQUE DO NASCIMENTO LIMA, qualificado, o que faço com fulcro nos art. 311, 312 e 313, I do Código de Processo Penal, pelo menos até que se realize a instrução processual, quando poderão ser aclarados os fatos ora argumentados.

ADV: KAIQUE RODRIGUES MOTA (OAB 38450/CE), ADV: FERNANDO DE SOUSA TEIXEIRA TERCEIRO (OAB 49066/CE), ADV: RAMON DA SILVA RIBEIRO (OAB 44302/CE), ADV: RODRIGO BARBOSA DA SILVA (OAB 41746/CE), ADV: LEYSLY CRISTINA ALVES REINALDO (OAB 40928/CE), ADV: CLAUDIO PACHECO CAMPELO (OAB 37342/CE), ADV: FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU (OAB 31631/CE), ADV: SILVIA HELENA TAVARES DA CRUZ (OAB 32139/CE), ADV: FABRICIO DE SOUSA CAMPOS (OAB 9983/CE), ADV: RAIMUNDO NAZION DO NASCIMENTO (OAB 18346/CE) - Processo 0200606-93.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTUADO: David Regis de Lima Rabelo e outros - Diante do exposto, para garantia da ordem pública, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DESFAVOR DOS ACUSADOS FRANCISCO PONTES DE MIRANDA FILHO, DAVID REGIS DE LIMA RABELO, DENILSON FILOMENO DA SILVA, OZIAS CRUZ DA SILVA, TIAGO RODRIGUES DE SOUSA, PATRÍCIA DE SOUSA RODRIGUES (prisão domiciliar), IGOR MESQUITA DA SILVA, ANDERSON DE ALMEIDA LIMA (vulgo "Dinhas"), ANTÔNIO ERIVAM DE LIMA FELIPE, FRANCISCO THIAGO LIMA OLIVEIRA (vulgo "TH"), RENAN DE SOUSA GOÊS (vulgo "Xilitão"), ANTÔNIO KELVIN DOS SANTOS MOURA (vulgo "pitbull"), FRANCISCO DAVI DE ANDRADE DA SILVA (vulgo "Cabelin") e HENRIQUE DARLYSON FLOR DO NASCIMENTO (vulgo "Dedin"), qualificados, o que faço com fulcro nos art. 311, 312 e 313, I do Código de Processo Penal.

ADV: ARIEL SILVA DE AMORIM (OAB 44947/CE) - Processo 0204534-94.2024.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTUADO: Kássio Breno da Silva Almeida - Assim, ante o exposto para garantia da ordem pública, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DESFAVOR DE KÁSSIO BRENO DA SILVA ALMEIDA, pelo menos até que se realize a instrução processual, já designada para o dia 18 de dezembro de 2024, às 09:45 horas, quando poderão ser aclarados os fatos ora argumentados.

ADV: CLAUDIO FERREIRA SARAIVA (OAB 10384/CE) - Processo 0205263-57.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUT PL: Delegacia Metropolitana de Caucaia - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Rodrigo Macieira da Costa e outro - Considerando a manifestação do Parquet nas páginas 432/433, designo audiência para oferecimento da suspensão condicional do processo em relação a ré Maria Luiza Aguiar Lima para o dia 03 DE FEVEREIRO DE 2025, às 14h.

ADV: PHABLO HENRIK PINHEIRO DO CARMO (OAB 32714/CE), ADV: MARIA GILMARA COSTA FEITOSA (OAB 41064/CE) - Processo 0206038-72.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Bruno Pereira da Silva e outro - Diante do exposto, para garantia da ordem pública, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM DESFAVOR DE BRUNO PEREIRA DA SILVA E ÍTALO RODRIGUES DE OLIVEIRA, qualificado, o que faço com fulcro nos art. 311, 312 e 313, I do Código de Processo Penal, pelo menos até que se realize a instrução processual, quando poderão ser aclarados os fatos ora argumentados.

ADV: WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO (OAB 29442/CE) - Processo 0207372-44.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Talys Renan Martins da Silva - Visto em conclusão. Processo encontra-se aguardando realização de audiência designada para o dia 26 DE NOVEMBRO DE 2024, às 09:45h. Quanto a renúncia de fl. 184, verifico que o advogado não juntou a ciência de seu cliente, sendo assim, com fulcro no artigo 112 do CPC, INTIME-SE O CAUSÍDICO PARA JUNTAR A COMPROVAÇÃO DA CIÊNCIA do réu acerca da renúncia, sob

pena de continuar sendo considerado defensor do acusado em questão. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0277/2024

ADV: LUIS ATILA DE HOLANDA BEZERRA FILHO (OAB 20694/CE), ADV: FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (OAB 5255/CE), ADV: MARIA DE FATIMA FREIRE DE SOUSA (OAB 8666/CE), ADV: SILVIO VIEIRA DA SILVA (OAB 11147/CE), ADV: JEAN EFFERTON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS (OAB 30960/CE) - Processo 0010140-58.2020.8.06.0064 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jamile Silva de Souza - Adaias Cabral Cunha - Alexssandro de Lima Dutra - Abimael Cabral Cunha - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e diante dos memoriais escritos acostados pelo Parquet às fls. 1183/1190, ABRO VISTA à Defesa para apresentação das alegações finais escritas no prazo de 15 dias.

ADV: RAMON NÉFI AGUIAR ROSÁRIO (OAB 46509/CE), ADV: JOSE RENATO AGUIAR DE SOUZA (OAB 50582/CE) - Processo 0200221-90.2024.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Flaubert Gustave da Silva Holanda e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e em cumprimento ao disposto no termo de audiência de fls. 364/365, ABRO VISTA à Defesa para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS escritas no prazo de 10 dias.

ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE), ADV: SONIA MARINA CHACON BRANDAO (OAB 10728/CE), ADV: PAULO CESAR AMORA LIMA (OAB 10627/CE) - Processo 0205137-70.2024.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Igor Teixeira Lopes - Joao Laurenio Neto e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e diante da certidão de fl. 535, ABRO VISTA: 1. ao advogado constituído do réu JOÃO LAURENIO NETO (citado à fl. 491) para apresentar defesa, no prazo de 10 dias; 3. ao advogado do réu IGOR TEIXEIRA LOPES para justificar o motivo de ter permitido o descarregamento do aparelho de monitoramento eletrônico, no prazo de 10 dias.

COMARCA DE CEDRO - VARA UNICA DA COMARCA DE CEDRO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0427/2024

ADV: RAMON DAVID FERREIRA E SILVA (OAB 32507/CE), ADV: FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE (OAB 7067/CE) - Processo 0006679-53.2012.8.06.0066 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Diego da Silva Azevedo - Cícero Janio Bento da Silva - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado no DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da CGJ/CE, a fim de imprimir andamento ao processo, emito o presente ato ordinatório: intime-se a parte requerente, por seu(s) advogado(s) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem memoriais escritos, na forma determinada no final do termo de p. 492.

ADV: JOSE AMARILO SAMPAIO (OAB 4788/CE), ADV: ADRIANO SALES DE OLIVEIRA (OAB 37333/CE) - Processo 0050573-64.2021.8.06.0066 - Inventário - Arrolamento de Bens - HERDEIRO: Jane Maria Lemos Tomaz Freires - HERDEIRO: Josefa Joselia Tomaz Lemos da Silva - DISPOSITIVO Isto posto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, decretando a extinção deste processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais, mantendo, entretanto, a exigibilidade suspensa em decorrência da gratuidade judiciária. Ciência ao Ministério Público. Operada a coisa julgada formal, certifique-se e, arquivem-se os autos, com as baixas devidas.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CEDRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0428/2024

ADV: JOSE NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO (OAB 24754/CE) - Processo 0005051-82.2019.8.06.0066 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Maciel Pereira Lima - Recebidos hoje. Intimem-se a parte exequente e a executada, através da administradora judicial ALVAREZ MARSAL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA (fl. 95), para que se manifestem sobre a determinação de suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida (OCEANAIR LINHAS ÁREAS S/A), conforme disposto no item 6.6 da decisão proferida nos autos do processo n° 1125658-81.2018.8.26.0100, cuja cópia encontra-se às fls. 96/103.

ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0200261-95.2024.8.06.0066 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Maria de Souza Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para, em 05 (cinco) dias, informarem da necessidade de aprazamento de Audiência de Conciliação, bem como para especificarem as provas que ainda pretendem produzir, indicando-as e demonstrando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, ADVERTINDO-AS de que sua omissão poderá importar em julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE (OAB 7067/CE) - Processo 0200509-61.2024.8.06.0066 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: F.S.D.C.L.A. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado no DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, emito o presente ato ordinatório: intime-se a parte autora acerca da expedição do Mandado de Cancelamento de Registro original c/ lavratura de novo assento de nascimento (p. 53), para fins de proceder adoção das medidas necessárias junto ao CRC competente (Cartório do 1º Ofício de Cedro-CE), salientando que o mandado foi encaminhado à serventia extrajudicial local via malote e que após esta intimação, os presentes autos seguirão para o arquivo, aguardando ali a parte interessada.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: JOSE NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO (OAB 24754/CE), ADV: LAZARO VICTOR DE SOUSA (OAB 40334/CE) - Processo 0200577-11.2024.8.06.0066 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nelsion Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A - Conforme

disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado no DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da CGJ/CE, em cumprimento ao determinado na parte final do despacho de fl. 246, emito o presente ato ordinatório: intimem-se as partes para dizer se pretendem ou não produzir outras provas, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Advertindo-as de que a omissão importará em julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do CPC).

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: JOSE NEWTON FERREIRA DE MEDEIROS FILHO (OAB 24754/CE), ADV: LAZARO VICTOR DE SOUSA (OAB 40334/CE) - Processo 0200578-93.2024.8.06.0066 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nelsion Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado no DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da CGJ/CE, em cumprimento ao determinado na parte final do despacho de fl. 246, emito o presente ato ordinatório: intimem-se as partes para dizer se pretendem ou não produzir outras provas, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Advertindo-as de que a omissão importará em julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do CPC).

ADV: FRANCISCO JUCEZA TEIXEIRA FELIPE (OAB 7067/CE) - Processo 0200629-75.2022.8.06.0066 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: O.S.B. e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado no DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, emito o presente ato ordinatório: intime-se a parte autora acerca da expedição do Mandado de Cancelamento de Registro original c/ lavratura de novo assento de nascimento (p. 110), para fins de proceder adoção das medidas necessárias junto ao CRC competente (Cartório do 1º Ofício de Cedro-CE), salientando que o mandado foi encaminhado à serventia extrajudicial local via malote e que após esta intimação, os presentes autos seguirão para o arquivo, aguardando ali a parte interessada.

COMARCA DE CHOROZINHO - VARA UNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0399/2024

ADV: DANIEL FABRICIO DAVID FERREIRA DE FIGUEIREDO (OAB 21016/CE), ADV: RODRIGO VASCONCELOS BISPO (OAB 47145/CE) - Processo 0005041-37.2016.8.06.0068 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: João Jorge Reis - Juvenal Coutinho - Pelo exposto, DECLARO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DE JOÃO JORGE REIS E JUVENAL COUTINHO, relativamente à infração penal que lhe é imputada nesta via, o que faço com esteio no art. 107, IV, do Código Penal. Condeno o Estado do Ceará a pagar honorários advocatícios, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) ao Dr. Elton Moreira Albano (OAB/CE nº 29.749), tendo em vista sua nomeação para realizar a defesa do réu, tendo apresentado resposta à acusação à fl. 70. P.R.I. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0400/2024

ADV: JHONATA PEREIRA MENDONÇA (OAB 39137/CE) - Processo 0002990-92.2012.8.06.0068 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Aglailson Ferreira da Costa - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanada da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo: Vistos, Intime-se a defesa do acusado para apresentar memoriais no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, §3º do CPP. Expedientes Necessários.

COMARCA DE COREAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE COREAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0479/2024

ADV: BRUNO HENRIQUE VAZ CARVALHO (OAB 19341/CE), ADV: PROCURADORIA GERAL FEDERAL (PGF/AGU) AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS - Processo 0001317-27.2013.8.06.0069 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francisca Teixeira da Silva - REQUERIDO: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU) Autarquias e Fundações Públicas Federais - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, PRATICAREI o seguinte ato processual: INTIMAR AS PARTES por seu procuradores para, no prazo de 05(cinco) dias, se manifestarem sobre as minutas dos RPVs.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREAÚ
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO MEDEIROS FALCÃO DE ANDRADE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0480/2024

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0051754-91.2021.8.06.0069 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisca Basilio de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco Bmc Sa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, PRATICAREI o seguinte ato processual: INTIMAR A PATE EXECUTADA, por seus procuradores para, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar manifestação sobre os valores bloqueados.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE COREAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0478/2024

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: JOAQUIM MARQUES CAVALCANTE FILHO (OAB 48472/CE) - Processo 0200051-35.2024.8.06.0069 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Pereira de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Sentença de fls 129 a 133; "3. Dispositivo: Ante o exposto, julgo procedente o pedido de inexistência contratual e repetição do indébito em dobro e parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para: a) declarar a inexistência do negócio jurídico que ensejou as cobranças indevidas sob a nomenclatura de Cartão de Crédito Anuidade no benefício do autor, conforme demonstrado às fls. 37/71 e indicado na inicial; b) condenar o requerido para que proceda a restituição em dobro dos valores indevidos efetivamente descontados da conta pertencente à parte autora, ainda não restituídos, com a nomenclatura de Cartão de Crédito Anuidade conforme demonstrado nas fls. 37/71, com correção monetária pelo INPC a partir do evento danoso (súmula 43 do STJ) e os juros de mora de 1% ao mês a partir do desembolso (prejuízo) da quantia paga (súmula 54, do STJ). Frise-se que a restituição em dobro terá início após 30/03/21, uma vez que as parcelas simples já foram restituídas, devendo ser observado o valor já estornado (fl. 110) com o fito de se evitar o enriquecimento sem causa; e c) condenar o réu a realizar o pagamento de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a título de danos morais ao autor, com correção monetária pelo INPC a partir desta data (súmula 362 do STJ) e juros de 1% ao mês a partir do evento danoso (súmula 54, do STJ). Condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, §2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. "

COMARCA DE CRATEUS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATEUS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CRATEÚS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0265/2024

ADV: JOSE VILEMAR SALES DE MACEDO (OAB 18773/CE) - Processo 0201518-56.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉ: Ana Brenda Lima Costa e outros - A fim de dar cumprimento à ordem de "habeas corpus" (fls. 741 e ss.), oficie-se à Central de Monitoramento (por expediente a ser subscrito pelo próprio servidor responsável pela sua elaboração - art. 131, "caput" e § 2º, "d", do Código de Normas Judiciais), para providenciar a retirada a tornozeleira eletrônica.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE CRATEÚS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0266/2024

ADV: DIVALDO FRANCO DE SOUSA (OAB 32551/CE), ADV: TAÍS FERNANDES VIEIRA (OAB 36373/CE) - Processo 0200681-17.2023.8.06.0299 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Aborto provocado por terceiro - RÉU: Talison de Oliveira Dias - Conforme disposição expressa nos artigos 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado nas páginas 24/99 do Diário da Justiça eletrônico (DJ-e) que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e em cumprimento ao despacho/carta de ordem (página 214), segue o processo em Ato Ordinatório para intimar a defesa constituída pela parte apelada, via Diário da Justiça eletrônico (DJ-e), para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (páginas 199/205), em 8 (oito) dias, nos termos do art. 600 do Código de Processo Penal - CPP.

ADV: ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB 38071/CE), ADV: RENAN WILKER OLIVEIRA SOUSA (OAB 44823/CE) - Processo 0203599-75.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Cicero Deglauci Gomes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em cumprimento ao despacho de fl. 241, intime-se a defesa, para apresentação de alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GLEDYSON ALMEIDA LOPES DE ARAUJO (OAB 24966/CE), ADV: ANTONIO ZITO SEVERINO COSTA JUNIOR (OAB 39238/CE), ADV: LAILA RIBEIRO DA SILVA (OAB 42666/CE) - Processo 0205125-14.2023.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Antonio Janderson Prudencio Silva e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Código de Normas Judiciais (CJG): Intimem-se as defesas, pelo diário, para apresentação de memoriais, em 5 dias.

COMARCA DE CRATEUS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0422/2024

ADV: JOSE VALDONIO COSTA (OAB 10901/CE) - Processo 0000355-37.2012.8.06.0037 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: José Nilson de Paula e outro - Visto em inspeção. Defiro o pedido de dilação de prazo formulado às fls. 483/484, devendo o inventariante proceder com o cumprimento das determinações contidas em decisão de fls. 461/462 no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de remoção ex officio. Na oportunidade, deverá também trazer aos autos a certidão da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados -CENSEC, atestando a existência ou inexistência de testamento em nome do de cujus; assim como declaração de bens e únicos herdeiros, assinada por duas testemunhas, declarando não existir outros bens ou outros herdeiros, com firma reconhecida. Decorrido o prazo, com ou sem manifestações, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: MARIO RUBENS ALVES SILVA (OAB 33452/CE) - Processo 0003262-36.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: FRANCISCA ALMEIDA DE OLIVEIRA - Visto em inspeção. Acolho o parecer

ministerial de págs. 220/223. Desta feita, intimem-se os herdeiros para, em 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação acerca da documentação apresentada às págs. 200/216. Decorrido o prazo, dê-se nova vista ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISMAEL PEDROSA MACHADO (OAB 15311/CE), ADV: MAGIDIEL PEDROSA MACHADO (OAB 15487/CE), ADV: CELIA GERMANO RIBEIRO DANTAS (OAB 38983/CE) - Processo 0019135-47.2017.8.06.0070 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.G.F.R. - REQUERIDO: E.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo: Intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, ambas as partes devem ser intimadas para manifestar se desejam produzir provas e, em caso positivo, para que desde logo as especifiquem de forma clara e objetiva, esclarecendo a necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Em caso de produção de prova oral, em sede de audiência de instrução, as partes devem ser informadas que esta se realizará no formato PRESENCIAL, conforme interpretação conferida aos dispositivos das Resoluções CNJ nº 354/2020 e 465/2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual fixou as seguintes premissas: "a) As audiências telepresenciais só poderão ser realizadas em 2 (duas) hipóteses: a.1) a requerimento das partes; a.2) de ofício, nas hipóteses excepcionais destacadas nos incisos do art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020, a saber: I - urgência; II - substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III - mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação; e V - indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior.5. Ainda de acordo com o art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020 - com a alteração proposta, o magistrado só será dispensado de estar presente fisicamente na unidade jurisdicional nas seguintes hipóteses: II - substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III - mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação no âmbito dos CEJUSCs; V - indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior." Na ocasião, as partes devem ser advertidas que, em caso de inércia, o feito será julgado no estado em que se encontra, de modo que cada parte arcará com o encargo probatório que lhe cabe, nos moldes do art. 373 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: CLAYTON MÖLLER (OAB 21483-A/CE), ADV: DAIANY MARA RIBEIRO PAIVA (OAB 16942/CE), ADV: FILIPE AUGUSTO DA COSTA ALBUQUERQUE (OAB 20587/CE), ADV: MATHEUS DE PAULO PESSOA (OAB 38819/CE), ADV: LUCAS FERRO OLIVEIRA (OAB 41116/CE), ADV: FLAVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO (OAB 25609/CE) - Processo 0050079-37.2014.8.06.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: Banco do Bradesco S/A - EXECUTADO: Gerardo Vasconcelos Neto e outro - Visto em inspeção. Reservo a apreciação do pedido retro, para determinar a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre a eventual prescrição intercorrente do feito. Decorrido o prazo supra, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0050812-56.2021.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos em inspeção. Intime-se a parte requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação ao petitório de fls. 270/271, informando sobre a possibilidade de realização de acordo no caso. Decorrido o prazo supra, tornem os autos conclusos para despacho.

ADV: ANTONIO ACACIO ARAUJO RODRIGUES (OAB 31248/CE) - Processo 0200513-86.2024.8.06.0070 - Divórcio Litigioso - Direitos da Personalidade - REQUERIDO: Francisco Aguinaldo de Oliveira Souza - "Com fulcro no Despacho de fls. retro e considerando a Resolução nº. 313/2020 do CNJ, bem como as Portarias nº 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, designo a audiência de conciliação/mediação virtual para o dia 10/02/2025 às 09:30h, a ser realizada na modalidade videoconferência por meio da plataforma MICROSOFT TEAMS. Para participar da audiência a parte e o advogado deverão: 1 - Caso participe por aparelho telefônico ou tablet, deverá baixar o aplicativo MICROSOFT TEAMS, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play Store (Android) e Apple Store (IOS); 2 - 15 minutos antes da audiência, acessar sala virtual de conciliação pelo link: https://link.tjce.jus.br/c3241d 3 - Ao clicar no link, você será direcionado ao aplicativo MICROSOFT TEAMS, em seguida clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; preencher o espaço respectivo com o seu nome completo e logo após clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO novamente; 4 - Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência. 5 - Caso acesse por computador, poderá ingressar pelo próprio navegador da internet ou baixando o aplicativo para seu aparelho, seguindo as orientações anteriores. 6 - Por fim, aguardar que seja liberado o acesso por parte do conciliador (a), o (a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso de impossibilidade, deverá ser observado o art. 4º, parágrafo único, da Portaria nº. 02/2020 - NUPEMEC, nos seguintes termos: Havendo impossibilidade técnica para a realização de sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até 02 (dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação e audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do juízo de origem." Que se proceda as devidas intimações às partes litigantes por meio dos contatos/endereços apresentados nos autos. Ficam os advogados/representantes das partes, responsáveis pelas comunicações dos atos intimatórios aos seus constituintes para participarem da audiência de mediação/conciliação designada acima, independentemente da intimação expedida pela Vara Competente. Fica este Centro a disposição para quaisquer dúvidas ou solicitações através dos seguintes meios eletrônicos: e-mail: cejusc.crateus@tjce.jus.br - WhatsApp Business: (85) 98234-0574 - Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/CENTROJUDICIARIODESOLUCAODECONFLITOSECIDADANI A(CEJUSC)-CRATEÚS"

ADV: JOMERY JOSÉ NERY DE SOUZA (OAB 10014/AL), ADV: FILIPE SILVEIRA CARVALHO (OAB 15120/AL), ADV: FRANCISCO ATILA LIMA TAVARES (OAB 46992/CE) - Processo 0200550-16.2024.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Auto Posto Falpel Crateus Ltda - REQUERIDO: Acender Engenharia Ltda - Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, ambas as partes devem ser intimadas para manifestarem se desejam produzir provas e, em caso positivo, para que desde logo as especifiquem de forma clara e objetiva, esclarecendo a necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Em caso de produção de prova oral, em sede de audiência de instrução, as partes devem ser informadas que esta se realizará no formato PRESENCIAL, conforme interpretação conferida aos dispositivos das Resoluções CNJ nº 354/2020 e 465/2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual fixou as seguintes premissas: "a) As audiências telepresenciais só poderão ser realizadas em 2 (duas) hipóteses: a.1) a requerimento das partes; a.2) de ofício, nas hipóteses excepcionais destacadas nos incisos do art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020, a saber: I - urgência; II - substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III - mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação; e V - indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior.5. Ainda de acordo com o art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020 - com a alteração proposta, o magistrado só será dispensado de estar presente fisicamente na unidade jurisdicional nas seguintes hipóteses: II - substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III - mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação no

âmbito dos CEJUSCs; V - indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior." Na ocasião, as partes devem ser advertidas que, em caso de inércia, o feito será julgado no estado em que se encontra, de modo que cada parte arcará com o encargo probatório que lhe cabe, nos moldes do art. 373 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: PAULO DIRCEU BONFIM VIEIRA (OAB 24476/CE) - Processo 0201054-22.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERIDO: Y.R.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerida para comparecer à audiência de conciliação/mediação designada para o dia 03/02/2025, às 08:30h, a ser realizada na modalidade videoconferência, por meio da plataforma MICROSOFT TEAMS. Devem ser observadas as orientações previstas no ato ordinatório de fls. 80/81, fazendo-se necessária a utilização do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/c3241d.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0201211-63.2022.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Visto em inspeção. Observando a proposta apresentada pelo douto perito às fls. 246/248, verifica-se que a quantia foi fixada em valor superior ao estipulado naPortarianº 2534/2022 do TJCE. Deste modo, constata-se uma desproporcionalidade do valor arbitrado, o que enseja a adequação da decisão retro, razão pela qual fixo os honorários periciais em R$ 441,68 (quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), conforme Portaria mencionada, os quais serão pagos pela instituição financeira demandada antecipadamente em consonância com a tese firmada pelo C. Superior Tribunal de Justiça - STJ, sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1061), segundo a qual o ônus da prova quanto à autenticidade da assinatura constante do contrato bancário impugnada pelo consumidor(a)/autor(a) compete ao banco réu. Intime-se o banco promovido para depositar o valor estipulado para a perícia, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se o perito já nomeado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar se aceita continuar no encargo e, se for o caso, para que designe data, horário e local para realização da perícia, tendo o expert o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o respectivo laudo, o qual deverá ser elaborado nos termos do art. 473 do Código de Processo Civil, na forma da decisão de fls. 216/218.

ADV: JOAO VITOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: FLÁVIO BARBOZA MATOS (OAB 28410/CE) - Processo 0201453-51.2024.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: José Gomes de Sousa - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. No mesmo prazo, ambas as partes devem ser intimadas para manifestarem se desejam produzir provas e, em caso positivo, para que desde logo as especifiquem de forma clara e objetiva, esclarecendo a necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Em caso de produção de prova oral, em sede de audiência de instrução, as partes devem ser informadas que esta se realizará no formato PRESENCIAL, conforme interpretação conferida aos dispositivos das Resoluções CNJ nº 354/2020 e 465/2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual fixou as seguintes premissas: "a) As audiências telepresenciais só poderão ser realizadas em 2 (duas) hipóteses: a.1) a requerimento das partes; a.2) de ofício, nas hipóteses excepcionais destacadas nos incisos do art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020, a saber: I - urgência; II - substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III - mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação; e V - indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior.5. Ainda de acordo com o art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020 - com a alteração proposta, o magistrado só será dispensado de estar presente fisicamente na unidade jurisdicional nas seguintes hipóteses: II - substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III - mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação no âmbito dos CEJUSCs; V - indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior." Na ocasião, as partes devem ser advertidas que, em caso de inércia, o feito será julgado no estado em que se encontra, de modo que cada parte arcará com o encargo probatório que lhe cabe, nos moldes do art. 373 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: KLEBER MAIA CABRAL NETO (OAB 50014/CE), ADV: DANILO FREITAS MAIA (OAB 45398A/CE), ADV: LÍVIA MAGALHÃES BARROS (OAB 50514/CE), ADV: RIKLEITON ANDRADE DE CARVALHO (OAB 51686A/CE), ADV: JÉSSICA ESTEVAM BARBOSA (OAB 47125/CE), ADV: PAMELA GHIOTTE MATEUS (OAB 45436A/CE), ADV: FLÁVIO BARBOZA MATOS (OAB 28410/CE) - Processo 0201677-86.2024.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Deuzelina Rodrigues Alves - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Em conformidade com disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, delibera-se o seguinte: Intime-se a parte autora para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. Na oportunidade, ambas as partes devem, no mesmo prazo, ser intimadas para manifestar se desejam produzir provas e, em caso positivo, para que desde logo as especifiquem de forma clara e objetiva, esclarecendo a necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão. Em caso de produção de prova oral, em sede de audiência de instrução, as partes devem ser informadas que esta se realizará no formato PRESENCIAL, conforme interpretação conferida aos dispositivos das Resoluções CNJ nº 354/2020 e 465/2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual fixou as seguintes premissas: "a) As audiências telepresenciais só poderão ser realizadas em 2 (duas) hipóteses: a.1) a requerimento das partes; a.2) de ofício, nas hipóteses excepcionais destacadas nos incisos do art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020, a saber: I urgência; II substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III mutirão ou projeto específico; IV conciliação ou mediação; e V indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior.5. Ainda de acordo com o art. 3º da Resolução CNJ nº 354/2020 com a alteração proposta, o magistrado só será dispensado de estar presente fisicamente na unidade jurisdicional nas seguintes hipóteses: II substituição ou designação de magistrado com sede funcional diversa; III mutirão ou projeto específico; IV - conciliação ou mediação no âmbito dos CEJUSC's; V indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior." Na ocasião, as partes devem ser advertidas que, em caso de inércia, o feito será julgado no estado em que se encontra, de modo que cada parte arcará com o encargo probatório que lhe cabe, nos moldes do art. 373 do CPC. Por fim, tornem os autos conclusos para Decisão. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0423/2024

ADV: VELLUMA LORHAINE FÁTIMA DA SILVA MARQUES (OAB 29265/CE), ADV: ADENISE DE MATOS MONTEIRO (OAB 6168/CE) - Processo 0013401-14.2000.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - INVTE: Luiz Agostinho Mota Mourão - TERCEIRO: Paulo Sergio Moeira Eduardo e outro - Compulsando os autos, verificou-se que o antigo

inventariante foi intimado via DJe, com decurso de prazo sem apresentação dos documentos solicitados, conforme certidão à pág. 302, no entanto, em consulta ao sistema da Receita Federal via CPF, verificou-se que o sr. José Stênio Mourão Martins é falecido. Considerando a informação acima, deve-se prosseguir com a intimação do atual inventariante Sr. Luiz Agostinho Mota Mourão, nos termos da decisão interlocutória à pág. 298, para que: 1) Apresente sua prestação de contas, no prazo de 30 (trinta) dias, para posterior análise de venda de algum dos imóveis para pagamento dos impostos; 2) Traga aos autos, no prazo supra, a certidão da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados - CENSEC, atestando a existência ou inexistência de testamento em nome do de cujus; assim como declaração de bens e únicos herdeiros, assinada por duas testemunhas, declarando não existir outros bens ou outros herdeiros, com firma reconhecida; Em caso de existência de outros herdeiros, deverá a parte autora apresentar declaração de renúncia deles aos eventuais valores em seu favor, com firma reconhecida, no mesmo prazo. O pedido de venda de imóvel (págs. 261/264) será apreciado após a prestação de contas. Apresentadas as contas, intimem-se os herdeiros para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Concomitantemente, intime-se a Fazenda Pública para manifestar interesse no feito, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como, publique-se edital, a fim de se dar a plena ciência quanto ao presente processo de inventário aos demais herdeiros que não forem citados, incertos ou interessados ausentes, com prazo de validade de 30 (trinta) dias. Intime-se, ainda, Paulo Sérgio Moreira Eduardo e Luiz Colares Moreira Eduardo, para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sentença declaratória reconhecendo a paternidade de Luiz da Penha Martins, para ingresso neste feito como herdeiros do de cujus. Intime(m)-se.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0015302-17.2000.8.06.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Cumprimento Provisório de Sentença - AUTOR: Banco do Brasil S.a - Visto em inspeção. Reservo a apreciação dos pedidos retro, para determinar a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre a eventual prescrição intercorrente do feito. Decorrido o prazo supra, retornem os autos conclusos para decisão.

ADV: GLADSTONE PINHEIRO DE HOLANDA (OAB 4458/CE) - Processo 0047494-41.2016.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Maria Nazare Alves de Sousa - Visto em inspeção. Em atenção ao petitório de fl. 207, assim como pela ausência do instrumento procuratório do subscritor da petição mencionada, intime-se a requerente para que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à regularização de sua representação processual e cumpra com as determinações de fls. 199/200. Expediente necessário.

ADV: ROOSEVELT SILVA HOLANDA JUNIOR (OAB 38076/CE), ADV: ANA KEILA VASCONCELOS CARVALHO (OAB 44748/CE) - Processo 0050043-48.2021.8.06.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Quartzofix Industria de Argamassas Ltda - O pedido de fl. 67, é passível de deferimento. No entanto, para que ocorra a sua devida apreciação intime-se o autor para que informe aos autos o valor do débito sobre o qual requer o seu pleito. Na hipótese de atualização do quantum devido, deverá acostar aos autos o demonstrativo de cálculo. Certifique-se a secretaria quanto a existência de Embargos à Execução decorrentes desta lide. Prazo de 15 (quinze) dias, vindo os autos conclusos, após para a deliberação do Juízo.

ADV: ANTONIA ELISIANE DA SILVA RODRIGUES (OAB 38485/CE), ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE) - Processo 0200031-75.2023.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Brunna Kallyne Rodrigues de Sousa - REQUERIDO: Sociedade Beneficiente São Camilo - Hospital São Lucas - Defiro o pleito de fl. 271. Considerando que, em consulta junto ao SIPER, não foram verificados peritos médicos com especialidade em ginecologia/obstetrícia disponíveis, OFICIE-SE à Secretaria de Saúde do Município de Crateús/CE, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique médico com especialidade em ginecologia/obstetrícia, para proceder a avaliação documental do prontuário médico da parte autora. O laudo deverá ser entregue no prazo de 20 (vinte) dias contados do início da perícia, cabendo ao expert responder minuciosamente aos quesitos apresentados, de maneira clara e em letra legível. Fixo como ponto controverso a existência de erro médico no procedimento questionado, pela constatação de possível imperícia, imprudência ou negligência. Para a realização da prova, autorizo o acesso dos autos ao perito. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 (cinco) dias, formularem quesitos para a perícia.

ADV: EDUARDO JANSEN FREITAS LEITAO (OAB 24874/CE) - Processo 0200075-60.2024.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: A.S.A. - Em atenção à petição de pág. 32, na qual a parte autora indica o endereço atualizado da parte requerida, proceda-se a citação no endereço informado e encaminhem-se os autos ao CEJUSC para nova designação e realização de audiência de conciliação. Expeça-se mandado de citação/intimação para a parte requerida, para que compareçam pessoalmente na audiência de conciliação, a ser realizada de forma virtual, devendo as partes fornecerem endereço de e-mail para disponibilização do link. Não havendo acordo, correrá da audiência o prazo de 15 (quinze) dias para responder à ação, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação e mediação, se não houver autocomposição. Saliente-se que em caso de oposição à realização da audiência, deverá apresentar petição manifestando desinteresse na autocomposição com pelos menos 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Advirtam-se as partes de que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos, bem como que o não comparecimento injustificado do autor ou da ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, nos temos do art. 334, §§8º e 9ºdo CPC. Intime-se a parte autora por meio de seu advogado constituído. Por fim, tornem os autos conclusos para fila de Decisão.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0200600-13.2022.8.06.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Visto em inspeção. Autos recebidos da Comarca de Ararendá/CE, em conformidade com as disposições da Portaria nº 180/2024. Determino o aproveitamento de todos os atos praticados até o momento. Conforme petição de pgs. 284/285, a parte exequente informa que não houve, por parte do executado, o pagamento voluntário do débito em questão. Desta feita, transcorrido o prazo comum de 03 (três) dias para pagamento voluntário do débito, determino o início do prazo comum para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente nos próprios autos impugnação (art. 525, caput do CPC). Não sendo efetuado o pagamento no prazo legal, fica autorizada a efetivação de bloqueio online de valores, via sistema SISBAJUD, e de bens, devendo o exequente apresentar planilha atualizada do débito, tendo em vista já existir o requerimento (pgs. 284/285). Após, tornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: VINÍCIUS FERNANDES DE ARAÚJO (OAB 45993/CE) - Processo 0200777-06.2024.8.06.0070 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.L.M.T. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 à 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJE e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará: De ordem do MM. Juiz em respondência por esta Unidade Judiciária, Dr. Sérgio da Nóbrega Farias, intimo o Ministério Público e as partes, através dos seus advogados, para que tomem conhecimento de que foi designada a audiência de INSTRUÇÃO para o dia 13/11/2024, às 10:30h, devendo as partes e as testemunhas comparecerem independentemente de intimação, presencialmente, na sala de audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Crateús/CE, com endereço na Rua Jonas Gomes de Freitas, s/n, Campo Velho, Crateús/CE, ou, mediante vídeoconferência, devendo para tanto seguir as seguintes: ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de

acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/2c3275 Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULAR ACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore (Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; Clicar em “PARTICIPAR DA REUNIÃO”; Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após comando do magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no sistema Sistema de Automação Judiciária (SAJ); As testemunhas ficarão incomunicáveis, aguardando no “Lobby”, sendo admitida a sala uma por vez. Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail crateus.1civel@tjce.jus.br, pelo telefone (85) 98112-2902, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 18h.

ADV: MARX NAIRO SOARES EVANGELISTA (OAB 19102/PI) - Processo 0202020-82.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.D.L. - ATO ORDINATÓRIO Processo nº: 0202020-82.2024.8.06.0070 Apensos: Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\> Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Assunto: Fixação Requerente: Leticia Dias Leitão Requerido e Alimentando: Hygor Honorato Teles e outro Com fulcro no Despacho de fls. retro e considerando a Resolução nº. 313/2020 do CNJ, bem como as Portarias nº 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC/TJCE, designo a audiência de conciliação/mediação virtual para o dia 16/12/2024 às 08:30h, a ser realizada na modalidade videoconferência por meio da plataforma MICROSOFT TEAMS. Para participar da audiência a parte e o advogado deverão: 1 - Caso participe por aparelho telefônico ou tablet, deverá baixar o aplicativo MICROSOFT TEAMS, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play Store (Android) e Apple Store (IOS); 2 - 15 minutos antes da audiência, acessar sala virtual de conciliação pelo link: https://link.tjce.jus.br/c3241d 3 - Ao clicar no link, você será direcionado ao aplicativo MICROSOFT TEAMS, em seguida clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; preencher o espaço respectivo com o seu nome completo e logo após clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO novamente; 4 - Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência. 5 - Caso acesse por computador, poderá ingressar pelo próprio navegador da internet ou baixando o aplicativo para seu aparelho, seguindo as orientações anteriores. 6 - Por fim, aguardar que seja liberado o acesso por parte do conciliador (a), o (a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. Em caso de impossibilidade, deverá ser observado o art. 4º, parágrafo único, da Portaria nº. 02/2020 - NUPEMEC, nos seguintes termos: Havendo impossibilidade técnica para a realização de sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até 02 (dois) dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação e audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do juízo de origem. Se não houver nos autos o contato da parte requerida ou havendo, mas que tenha restado infrutífera a comunicação com esta pelo fornecido nos autos, que a parte autora seja intimada para que também informe com urgência nos autos o contato da parte ré (WhatsApp e/ou e-mail), com fim de intimação para a referida audiência. Ficam os advogados/representantes das partes, responsáveis pelas comunicações dos atos intimatórios aos seus constituintes para participarem da audiência de mediação/conciliação designada acima, independentemente da intimação expedida pela Vara competente. Fica este Centro a disposição para quaisquer dúvidas ou solicitações através dos seguintes meios eletrônicos: e-mail: cejusc.crateus@tjce.jus.br - WhatsApp Business: (85) 98234-0574 - BalcãoVirtual:https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/CENTROJUDICIARIODESOLUCAODECONFLITOSECIDADANIA(CEJUSC)-CRATEUS Crateús/CE, 26 de setembro de 2024. Maria Valderesa Gomes Pereira À Disposição

COMARCA DE CRATEUS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0442/2024

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0010217-83.2019.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ag. Crateús - Intime-se o requerido para manifestação sobre a proposta de honorários de fls. 417/418 no prazo de 5 (cinco) dias, voltando-me conclusos a seguir.

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: JOÃO PAULO DE ARAÚJO (OAB 16440/PI) - Processo 0010497-15.2023.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: MARTILIANO JUSTINO DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - 3.0) DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de compensação por danos morais e de inexistência de débito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, responsabilizo a parte autora pelo pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade que lhe foi deferida no curso do feito. P.R.I. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: FRANCISCO VIEIRA SALES NETO (OAB 21906/CE) - Processo 0050301-92.2020.8.06.0070 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Lais Cavalcante Silva - REQUERIDO:

ENEL - Companhia Energética do Ceará - Ante o exposto, DECLARO SATISFEITA A OBRIGAÇÃO e extingo o presente cumprimento de sentença, nos termos do art. 526 e art. 924, II do CPC. Expeça-se alvará judicial para levantamento do valor depositados em favor da advogada da parte autora, conforme requerido à fls. 185. Após, intime-se a parte responsável para que efetue o pagamento das custas finais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Tudo cumprido e nada mais havendo, arquive-se. P.R.I.

ADV: PAULO LORRAN BEZERRA PINHO (OAB 42140/CE) - Processo 0200317-19.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.P.P.M. - Não obstante a parte autora tenha sido intimada para emendar a inicial fornecendo as informações necessárias para a citação do requerido, em petição de fls. 57 a requerente não atendeu a contento ao que fora determinado pelo juízo. Dessa forma, em última oportunidade, intime-se a requerente para que, no prazo complementar de 05 (cinco) dias, emende a inicial, a fim de apresentar o endereço completo/contato telefônico do promovido, para fins de citação. Para tanto, deverá observar as consultas de fls. 40/43. Após, retornem conclusos.

ADV: FRANCISCO DEUSDETE DE SOUSA (OAB 33326/CE), ADV: ISMAEL PEREIRA PINTO (OAB 39019/CE) - Processo 0200621-18.2024.8.06.0070 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.E.P.S. - REQUERIDO: F.B.B.A. - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado às fls. 129, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao passo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas. Honorários nos termos da avença. Ante a renúncia expressa ao prazo recursal, certifique-se, de imediato, o trânsito em julgado desta sentença e após os expedientes necessários, arquivem-se os autos com baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP.

ADV: FRANCISCO DEUSDETE DE SOUSA (OAB 33326/CE), ADV: DANILO RUFINO DE ARAÚJO (OAB 28508/CE) - Processo 0200879-28.2024.8.06.0070 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: S.R.M. - REQUERIDO: A.R.T. - ANTE O EXPOSTO, tendo sido cumpridas as determinações legais aplicáveis à espécie, entendo por bem HOMOLOGAR o acordo de fl. 93, fazendo parte integrante desta sentença, com base no art. 487, III, b, do CPC, extinguindo o feito com resolução do mérito. Constitui-se o presente acordo em título executivo judicial. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Sentença publicada e registrada eletronicamente no sistema SajPG. Precluso o direito de recorrer, em face da inexistência de interesse recursal (art. 1000 do CPC). Certifique-se, desde já, o trânsito em julgado da sentença e, cumpridos os expedientes determinados, proceda-se ao arquivamento direto do processo. Expedientes necessários.

ADV: PAULO CAIO MEDEIROS DE MELO (OAB 40860/CE), ADV: CATARINA DE BRITO MAGALHÃES (OAB 48903/CE) - Processo 0201405-92.2024.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: A.G.P. - Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, III, alínea “b do CPC, homologando o pacto firmado entre os requerentes. Considerando que do acordo decorre a preclusão lógica do direito de recorrer, certifique-se de imediato o trânsito em julgado e, após, nada mais havendo, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expeça-se termo de guarda e compromisso. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ITALO SAMPAIO SIQUEIRA (OAB 33990/CE) - Processo 0201551-36.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.A.S. - Intimem-se as partes e o Ministério Público para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, se manifestem quanto ao interesse na produção de outras modalidades de provas, além das já colacionadas aos autos, vedado o protesto genérico nesse sentido. Na hipótese de manifestarem interesse na realização de audiência de instrução, deverão apresentar nos autos o respectivo rol, observado o artigo 357, § 4º, do CPC. Outrossim, caberá ao advogado da própria parte realizar a intimação da testemunha, nos termos do artigo 455 do Código de Processo Civil. Ademais, em atenção ao quanto disposto no artigo 3º da Resolução 481/22 do CNJ, caso haja interesse/necessidade de colheita de prova oral, ficam as partes incumbidas de, na petição, informar expressamente se desejam que a audiência seja realizada na modalidade presencial ou virtual. Em havendo interesse da realização da audiência de forma telepresencial, será encaminhado o link de acesso aos advogados e às respectivas testemunhas, que poderão participar do ato de seus escritórios ou respectivas residências. No mesmo ato, dê-se ciência acerca da possibilidade de julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I, do CPC. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE) - Processo 0201567-87.2024.8.06.0070 - Requerimento de Apreensão de Veículo - Requerimento de Apreensão de Veículo - REQUERENTE: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Isso posto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência da ação, decretando a EXTINÇÃO DESTE PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do vigente Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Precluso o direito de recorrer, em face da inexistência de interesse recursal (art. 1000 do CPC). Certifique-se, desde já, o trânsito em julgado da sentença e proceda-se ao arquivamento direto do processo. Expedientes necessários.

ADV: ITALO SAMPAIO SIQUEIRA (OAB 33990/CE) - Processo 0201663-05.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.E.M.M. - Ante o exposto, sem maiores delongas HOMOLOGO por sentença a desistência da ação para que surta seus efeitos jurídicos e legais, bem como EXTINGO o feito sem resolução de mérito, conforme termos do 485, VIII, do CPC. Sem custas e sem honorários. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP.

ADV: VELLUMA LORHAINE FÁTIMA DA SILVA MARQUES (OAB 29265/CE) - Processo 0202012-08.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.E.N.R. - REQUERIDO: F.M.F.F. - ALIMENTANDA: A.M.M.R. - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado às fls. 52, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao passo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas. Honorários nos termos da avença. Ante a renúncia expressa ao prazo recursal, certifique-se, de imediato, o trânsito em julgado desta sentença e após os expedientes necessários, arquivem-se os autos com baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP.

ADV: ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB 38071/CE), ADV: RENAN WILKER OLIVEIRA SOUSA (OAB 44823/CE) - Processo 0202202-68.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora acerca da decisão de fl. 23.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATÉUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0443/2024

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0010783-32.2019.8.06.0070 - Monitória - Contratos

Bancários - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre o AR de fl. 215, declinando endereço atualizado da parte requerida, a fim de viabilizar sua citação/intimação.

ADV: EVA CECÍLIA LOPES DIAS (OAB 35455/CE), ADV: RAFAELLY OLIVEIRA FREIRE DOS SANTOS (OAB 40439/CE), ADV: NATHÁLIA SARAIVA NOGUEIRA (OAB 38008/CE), ADV: MIGUEL OSCAR VIANA PEIXOTO (OAB 3648/CE), ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: JOSÉ JACKSON NUNES AGOSTINHO (OAB 8253/CE), ADV: JOSE ESTENIO RAULINO CAVALCANTE (OAB 9772/CE) - Processo 0015898-78.2012.8.06.0070 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - EXECUTADO: Juvenal B de Sousa Me e outro - Sendo assim e em face do exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade, não reconhecendo a prescrição intercorrente, mantendo incólume a presente Execução, em regular processamento para a satisfação da dívida cobrada pela parte exequente. Intimem-se. Notifique-se ainda a parte exequente para dar cumprimento à decisão de fls. 254/259, quanto à pesquisa junto aos órgãos administrativos e perante o síndico a respeito da existência de débitos ou restrições de natureza fiscal e condominial, comprovando nos autos. Outrossim, deverá juntar planilha atualizada do débito e informar se deseja adjudicar o imóvel, caso em que deverá complementar eventual diferença entre o valor da dívida e o valor da avaliação (fls. 269/270). Prazo: 10 (dez) dias.

ADV: JOSE VILEMAR SALES DE MACEDO (OAB 18773/CE), ADV: JULIANA GOMES DE SOUSA (OAB 29791/CE), ADV: ISAQUE BRUNO GONÇALVES DE ALMEIDA (OAB 41340/CE), ADV: JOÃO VITTOR NOGUEIRA DANTAS (OAB 43581/CE), ADV: FRANCISCO JARDEL AMORIM GOMES (OAB 45900/CE) - Processo 0016421-56.2013.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERIDO: A.J.T. - Intime-se a parte executada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe o paradeiro do bem localizado às fls. 308. No mesmo prazo, deverá se manifestar sobre a petição de fls. 366/367.

ADV: FABIO RODRIGUES COUTINHO (OAB 15497/CE) - Processo 0019522-62.2017.8.06.0070 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jose Odesio Vieira e outros - Intime-se o inventariante para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove a adoção das providências determinadas no item “1” do despacho de fls. 221, sob pena de destituição do encargo.

ADV: THAYLA MARIA ALMEIDA PINHO (OAB 42936/CE) - Processo 0050550-11.2021.8.06.0037 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Alves Pessoa - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação de fls. 505/514. Após, retornem conclusos.

ADV: MARCUS CLAUDIUS SABOIA RATTACASO (OAB 16789/CE), ADV: DAVID ANDRADE RATTACASO (OAB 27931-0/CE) - Processo 0097523-32.2015.8.06.0070 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão na Posse - REQUERENTE: Manoel Sales Filho - Considerando a certidão de óbito de fl. 528, corroborando a informação de falecimento da requerida Maria Beserra de Pinho, SUSPENDO O PROCESSO, nos termos do art. 313 § 2º do CPC e determino a intimação do causídico do autor para que promova a sucessão processual, incluindo o inventariante ou, na falta deste, os sucessores da falecida no polo passivo da presente ação, no prazo de 30 (trinta) dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIO RUBENS ALVES SILVA (OAB 33452/CE) - Processo 0200076-79.2023.8.06.0070 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ana Paula de Lima Barbosa - Assim, cumpridas as formalidades legais, com fundamento no art. 659 do CPC, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o plano de partilha de fls. 55/58, com a ressalva de que os valores serão partilhados entre a herdeira e a meeira, pela metade, salvo erro ou omissão, ressalvados eventuais direitos de terceiros e/ou fiscais. Considerando o valor do monte-mor, indefiro o pedido de gratuidade e determino que a inventariante proceda ao recolhimento das custas devidas. Sem honorários. Abra-se vista dos autos à Procuradoria Fiscal (Municipal, Estadual e Federal), para dar-lhe ciência desta sentença. Após o trânsito em julgado e comprovado o recolhimento das custas, considerando que o único bem objeto da partilha são os valores oriundos de desapropriação e que estes já se encontram disponíveis em conta vinculada ao processo, fl. 119,, expeçam-se os respectivos alvarás em favor das duas beneficiárias (herdeira Ana Paula de Lima Barbosa e a meeira Idelzuite de Lima Barbosa, pela metade), nos termos do art. 659, § 2°, do CPC. Para expedição dos alvarás, deverá o inventariante indicar os dados bancários da conta para a qual os valores serão transferidos. P. R.I. Expedientes necessários.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 32401A/CE) - Processo 0200652-72.2023.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - DESPACHO Processo nº: 0200652-72.2023.8.06.0070 Classe Assunto: Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado Requerente: Maria Cicera Oliveira Requerido: BANCO BMG S/A Tendo em vista que a documentação solicitada pela perita às fls. 770/772 é imprescindível para a realização da perícia, renove-se a intimação do requerido para que, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, junte aos autos a documentação solicitada de acordo com a resolução informada. Com a juntada dos documentos nos autos, cumpra-se conforme determinado no despacho de fl. 773. Crateús (CE), 08 de novembro de 2024. Jaison Stangherlin Juiz de Direito

ADV: FRANCIELDA SERVOLO SABOIA (OAB 37815/CE) - Processo 0200950-30.2024.8.06.0070 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.V.M.P.R.S.G.M.V.M.N. - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado às fls. 145, para que surta os jurídicos e legais efeitos, ao passo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no art. 487, III, b, do CPC. Sem custas e sem honorários. Do acordo decorre a preclusão lógica do direito de recorrer. Certifique-se, de imediato, o trânsito em julgado desta sentença e após os expedientes necessários, arquivem-se os autos com baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP.

COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0441/2024

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0202750-27.2023.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, através do procurador judicial, via DJe, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça (Página 293), que certificou não haver localizado/apreendido o veículo objeto dos autos. Ressalto que as guias das custas deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp. Nec.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0203683-97.2023.8.06.0071 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Vistos,

etc. Intime-se a parte autora, através do procurador judicial, via DJe, para, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça (pagina 203), que certificou não haver localizado/apreendido o veículo objeto dos autos. Ressalto que as guias das custas deverão ser geradas no site do TJCE (https://www.tjce.jus.br/fermoju/), uma vez que o Sistema SAJ ainda não disponibiliza essa geração para as Comarcas do Interior do Estado. Exp.Nec. Crato (CE), 08 de novembro de 2024. José Flávio Bezerra Morais Juiz de Direito

COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0448/2024

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0203930-44.2024.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ ¿ ENEL - Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR, imitindo provisoriamente a parte autora COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - ENEL NA POSSE DO IMÓVEL RURAL IDENTIFICADO NA INICIAL, tão somente para que possa prosseguir na construção da linha de transmissão indicada na inicial. Considerando que o depósito judicial do valor da indenização provisória oferecida já foi realizado às fls. 118/119, expeça-se o MANDADO de IMISSÃO DE POSSE. Determino, desde já, a imediata e concomitante avaliação judicial "prévia", e a complementação do depósito inicial, em caso de discrepância com o valor unilateralmente aferido pela concessionária. Expeça-se o competente mandado para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador, proceda à avaliação do bem indicado na inicial. Intimem-se as partes dessa decisão. Empós, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação VIRTUAL, com as advertências de praxe. Expediente(s) necessário(s)

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0203934-81.2024.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ ¿ ENEL - Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR, imitindo provisoriamente a parte autora COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - ENEL NA POSSE DO IMÓVEL RURAL IDENTIFICADO NA INICIAL, tão somente para que possa prosseguir na construção da linha de transmissão indicada na inicial. Considerando que o depósito judicial do valor da indenização provisória oferecida já foi realizado às fls. 109/110, expeça-se o MANDADO de IMISSÃO DE POSSE. Determino, desde já, a imediata e concomitante avaliação judicial "prévia", e a complementação do depósito inicial, em caso de discrepância com o valor unilateralmente aferido pela concessionária. Expeça-se o competente mandado para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador, proceda à avaliação do bem indicado na inicial. Intimem-se as partes dessa decisão. Empós, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para audiência de conciliação VIRTUAL, com as advertências de praxe. Expediente(s) necessário(s)

ADV: GILVANIA FREIRE MORORÓ DE SÁ (OAB 30928/PB) - Processo 0204364-33.2024.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Bernadete Freire de Sá e outros - Diante do exposto, e considerando o ajuizamento da presente ação por meio de sistema diverso (SAJ em vez de PJE), indefiro a inicial e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, por ausência dos pressupostos processuais, o que faço com esteio no art. 485, inciso IV, do CPC. Sem custas ou honorários. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado, via DJe, do inteiro teor dessa decisão, devendo o próprio autor providenciar o protocolo da ação por meio do sistema CORRETO. (PJE). P.R.I. Empós, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e ARQUIVE-SE, eis que inexiste interesse recursal.

ADV: TALLES ANTONIO CALOU DE MENESES LOBO (OAB 14944/CE) - Processo 0204393-83.2024.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Sá Barreto Callou - Diante do exposto, e considerando o ajuizamento da presente ação por meio de sistema diverso (SAJ em vez de PJE), indefiro a inicial e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, por ausência dos pressupostos processuais, o que faço com esteio no art. 485, inciso IV, do CPC. Sem custas ou honorários. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado, via DJe, do inteiro teor dessa decisão, devendo o próprio autor providenciar o protocolo da ação por meio do sistema CORRETO. (PJE). P.R.I. Empós, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e ARQUIVE-SE, eis que inexiste interesse recursal.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0449/2024

ADV: JOSE ISMAEL CARNEIRO BEZERRA (OAB 14392/CE) - Processo 0005731-52.2019.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivany de Brito Lima - Intime-se a parte autora, a fim de que se manifeste sobre a petição de fls. 286. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: UILTON DE SOUSA LIMA (OAB 11116/CE), ADV: OTACÍLIO ANDRÉ DE OLIVEIRA LIMA (OAB 36776/CE) - Processo 0050252-48.2020.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Samuel Ribeiro de Sousa - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Dito isso, e não sendo nenhuma das hipóteses autorizadoras de sua utilização, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos, o que faço com esteio no art. 1022 do CPC.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018A/CE), ADV: GABRIELLA MOURA DE FARIAS (OAB 30534/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0051626-02.2020.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Francisco Pitigrilli Peixoto de Carvalho - REQUERIDO: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - Diante do exposto, considerando o cumprimento da sentença nos seus exatos termos, julgo extinto o processo pela satisfação da obrigação, o que faço com fundamento no art. 526, § 3º, do CPC. P. R. I. A) Intime-se a parte autora para, em 5 (cinco) dias, fornecer seus dados pessoais e bancários para expedição de ALVARÁ JUDICIAL em seu benefício. Expediente(s) necessário(s)

ADV: JOSE BOAVENTURA FILHO (OAB 11867/CE), ADV: GIOVANI MAGALHAES MARTINS FILHO (OAB 15854/CE), ADV: ANTONIO CARLOS CAMPOS DE OLIVEIRA NETO (OAB 9848/CE), ADV: GREGORIO COUTO DUARTE (OAB 9406/CE), ADV: FRANCISCO LEOPOLDO MARTINS FILHO (OAB 10129/CE) - Processo 0200525-68.2022.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Casa de Saude Joaquim Bezerra de Farias Ltda - REQUERIDO: Fundação Leandro Bezerra de Menezes - Vistos etc. Satisfeitos que foram os requisitos legais, HOMOLOGO, por sentença, para que surtam os seus efeitos jurídicos e legais, o acordo de fl. 677, resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, III, "b", do CPC. Custas remanescentes dispensadas. Honorários conforme acordado. P. R. I. Arquive-se, de logo, com baixa, eis que ausente o interesse recursal.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599/CE), ADV: ANA CAROLINA BASTOS DA SILVA (OAB 49320/CE) - Processo 0201075-29.2023.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Lopes da Silva - REQUERIDO: Sistel- Fundação Sistel de Seguridade Social e outro - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor para, confirmando em seu todo a decisão antecipatória de fls. 68/72: Declarar a inexistência de dívida relacionada ao tratamento oncológico da esposa do autor, Margarida Antônia Viana, bem como a inexigibilidade e inexistência de quaisquer cobranças referentes ao referido tratamento, de sorte a: 1.1. Determinar à SISTEL com que SE ABSTENHA DE EXIGIR a dívida no valor de R$ 85.013,84 (oitenta e cinco mil e treze reais e oitenta e quatro centavos), vencida em 12/04/2023, bem como de todas as outras dívidas vencidas e vincendas a título de coparticipação referente ao tratamento oncológico da esposa do autor; 1.2. Determinar aos réus SISTEL e BRADESCO SAÚDE S/A que MANTENHAM o plano de saúde ativo para que seja possível a conclusão do tratamento sem qualquer impedimento; 1.3. Condenar a SISTEL a REPETIR OS INDÉBITOS pagos pelo autor, decorrentes do tratamento oncológico realizado, quais sejam: 1.3.1. No dia 13/10/2022 no valor de R$ 376,95 (trezentos e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos); 1.3.2. No dia 08/12/2022 no valor de R$ 2.654,24 (dois mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos); 1.3.3. No dia 12/01/2023 no valor de R$ 7.501,05 (sete mil quinhentos e um reais e cinco centavos). Os valores serão corrigidos desde o desembolso pelo IPCA até a primeira citação, e a partir desta incidirá unicamente a taxa SELIC como juros e correção monetária. Condeno as rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação, conforme o art. 85, § 2º do Código de Processo Civil, de forma solidária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO GUILHERME SARAIVA TAVEIRA JÚNIOR (OAB 50704/CE), ADV: GILMAR FERREIRA DA CUNHA JUNIOR (OAB 49670/CE) - Processo 0204148-72.2024.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria de Fátima de Oliveira - REQUERIDO: Associação dos Aposentados e Pensionistas Brasileiros do Inss e Fundos de Pensão - Aapb - Do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para: a) Declarar nulo o contrato que ensejou o desconto intitulado “CONTRIBUIÇÃO AAPB”, no benefício previdenciário da promovente, eis que não comprovada sua contratação pela parte autora; b) Condenar a acionada ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL - AAPB na devolução em dobro dos valores indevidamente cobrados sob a identificação “CONTRIBUIÇÃO AAPB”, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, tudo acrescido de juros de mora e correção monetária pela taxa SELIC a partir da citação; c) Condenar a demandada ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRASIL - AAPB ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, à parte autora MARIA DE FATIMA DE OLIVEIRA, com juros de mora calculados pela SELIC simples (descontado o IPCA que a compõem), desde a citação, e correção monetária com juros de mora pela taxa SELIC a partir desta data. Condeno o promovido em custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor da condenação. P.R.I.

COMARCA DE CRATO - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: LUAN VICTOR DE SOUZA LUNA (OAB 31859/CE) - Processo 0008613-84.2019.8.06.0071 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lucineide Luciano Lucena Barreto - Despacho. Citem-se os herdeiros Barbara Silva Luciano de Lucena e Luciano Gualberto de Lucena. Intime-se a parte inventariante para cumprir o requerimento do Ministério Público (item 01) e apresentar uma estimativa do valor do imóvel, dívidas tributárias e custas processuais, prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários. Cumpra-se. Observações importantes: a parte inventariante deverá ser intimada, na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça.

ADV: BRENO FONTES RIBEIRO (OAB 42744/CE) - Processo 0037159-91.2015.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: Luiz Osmenio Cardoso Ribeiro - Despacho. Indefiro o pedido das páginas 312/313, haja vista que a prestação jurisdicional na fase de conhecimento se encerrou com a sentença proferida nas páginas 164/165, devidamente transitada em julgado (página 172). Intime-se o advogado subscritor do referido pedido e voltem os autos ao arquivo. Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes para a Secretaria Judiciária: a parte requerida deverá ser intimada, na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça, ou por intermédio da Defensoria Pública, pelo sistema judicial disponível, conforme o caso. Crato, 08 de novembro de 2024. Leonardo Afonso Franco de Freitas Juiz de Direito

ADV: ALYNE KELLY PEREIRA SILVA (OAB 48327/CE) - Processo 0052410-42.2021.8.06.0071 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: H.L.A. - REQUERIDO: P.G.M.A. - Decisão. Trata-se de cumprimento de sentença apresentado por Heitor Lima Alencar, criança representada por sua genitora Silvia Suellem Pereira Lima, em face de Pedro Gebson Mariano Alencar, referente à dívida de pensão alimentícia. A inicial foi instruída com os documentos acostados nas páginas 13/41. Destacam-se os documentos de identificação das partes requerentes nas páginas 15/18 e o documento de identificação do requerido na página 20. Gratuidade da justiça deferida as partes requerentes nas páginas 126/127. O requerido foi intimado conforme certidão da página 247, mas não efetuou o pagamento e nem apresentou justificativa. A parte requerente atualizou o débito alimentar e requereu a prisão civil da parte requerida conforme as páginas 252/254. O Ministério Público se manifestou favorável à decretação da prisão civil da parte requerida (página 258). É o relatório. A obrigação alimentar deve ser cumprida integralmente pela parte devedora, devendo qualquer modificação ser pleiteada por ela em ação própria (revisional ou exoneratória de alimentos, conforme o caso). A parte requerida está em atraso desde o mês de janeiro de 2024 e durante todos esses meses não fez nenhum pagamento ou fez apenas pagamentos parciais insuficientes para a subsistência da(s) parte(s) requerente(s), conforme se depreende da petição das páginas 252/254. Como a parte devedora não cumpriu integralmente a sua obrigação alimentar em atraso, restou configurado o seu inadimplemento voluntário e inescusável, ainda mais porque somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar os alimentos o justificaria, nos termos do parágrafo 2º do artigo 528 do Código de Processo Civil, o que não é o caso dos autos. Não resta menor dúvida de que o Poder Judiciário, nos termos do caput do artigo 227 da Constituição da República de 1988, deve assegurar neste momento à criança Heitor Lima Alencar, com absoluta prioridade, os alimentos que lhe(s) são devidos e todos os direitos fundamentais decorrentes deles. Ante o exposto, decreto a prisão civil de Pedro Gebson Mariano Alencar, qualificado nos autos, pelo prazo de 1 (um) mês, nos termos do artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição da República de 1988, do artigo 528, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, e do artigo 19, caput, da Lei nº 5.478/68, sem prejuízo de que este juízo prorrogue o prazo acima, uma vez demonstrada a sua recalcitrância e a sua desídia no cumprimento da obrigação alimentar. Com efeito, expeça-se o respectivo mandado de prisão civil, a ser cumprido por oficial de justiça (CPC, art. 154, I), com o auxílio de força policial,

independentemente de ofício nesse sentido. Efetuada a prisão civil, ele ficará separado dos presos comuns (CPC, art. 528, § 4º) até a quitação integral do débito alimentar em atraso comprovada nos presentes autos, ocasião em que somente este juízo suspenderá o cumprimento da ordem de prisão com a expedição do respectivo alvará de soltura (CPC, art. 528, § 6º). Cumprido todo o prazo de prisão estabelecido acima, a autoridade responsável pelo estabelecimento no qual se encontra o preso deverá colocá-lo imediatamente em liberdade, se por outro motivo não deva assim permanecer, independentemente de decisão judicial nesse sentido, comunicando esse fato a este juízo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, não eximindo a parte devedora do pagamento das prestações vencidas e vincendas (CPC, art. 528, § 5º). Nos termos do parágrafo 7º do artigo 528 do Código de Processo Civil, o débito alimentar que autoriza a prisão civil da parte devedora é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao requerimento deste cumprimento de sentença e as que se vencerem no curso do processo, acrescidas de correção monetária e juros de mora. Valor total do débito alimentar: somatório do valor de R$ 9.217,04 (nove mil duzentos e dezessete reais e quatro centavos), atualizado até o dia (preencher), com o valor referente à(s) parcela(s) atrasada(s) que se vencer(am) e/ou se vencer(em) após essa atualização. Intimem-se. Expedientes necessários, inclusive junto ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP. Cumpra-se com urgência.

ADV: DAVID SIMON LANDIM DE SOUZA (OAB 340397/SP) - Processo 0200121-17.2022.8.06.0071 - Cumprimento Provisório de Decisão - Alimentos - REQUERENTE: I.S.M.L. - Decisão. Trata-se de cumprimento de decisão interlocutória que fixou alimentos provisórios em favor da criança, representados por sua genitora Ligia Lobo Mesquita, em face de Cícero Alan Lobo Lopes, sob o rito da coerção pessoal. O pedido de cumprimento foi instruído com os documentos acostados nas páginas 6/14. Deferida a gratuidade da justiça no despacho de página 15. A parte requerida foi intimada para pagar conforme certidão da página 27 e apresentou justificativa (páginas 30/35). A parte requerente postulou o desacolhimento da justificativa apresentada pelo requerido (páginas 61/70). O parecer ministerial das páginas 218/220 foi favorável à decretação da prisão civil do Sr. Cícero Alan Lobo Lopes. É o relatório. A obrigação alimentar, mesmo quando se trate de decisão interlocutória ou de sentença sem o trânsito em julgado, deve ser cumprida integralmente pela parte devedora, devendo qualquer modificação ser pleiteada com a interposição do recurso cabível (agravo de instrumento ou apelação, conforme o caso). A parte requerida está em atraso desde o mês de setembro de 2021 e durante todos esses meses não fez nenhum pagamento ou fez apenas pagamentos parciais insuficientes para a subsistência da parte requerente, conforme se depreende da planilha da página 202. Como a parte devedora não cumpriu integralmente a sua obrigação alimentar em atraso, restou configurado o seu inadimplemento voluntário e inescusável, ainda mais porque somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar os alimentos o justificaria, nos termos do parágrafo 2º do artigo 528 do Código de Processo Civil, o que não é o caso dos autos. Não resta menor dúvida de que o Poder Judiciário, nos termos do caput do artigo 227 da Constituição da República de 1988, deve assegurar neste momento à(s) criança(s) Isabela Soledade Mesquita Lopes, com absoluta prioridade, os alimentos que lhe(s) são devidos e todos os direitos fundamentais decorrentes deles. Ante o exposto, decreto a prisão civil de Cícero Alan Lobo Lopes, qualificado nos autos, pelo prazo de 1 (um) mês, nos termos do artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição da República de 1988, do artigo 528, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, e do artigo 19, caput, da Lei nº 5.478/68, sem prejuízo de que este juízo prorrogue o prazo acima, uma vez demonstrada a sua recalcitrância e a sua desídia no cumprimento da obrigação alimentar. Com efeito, expeça-se o respectivo mandado de prisão civil, a ser cumprido por oficial de justiça (CPC, art. 154, I), com o auxílio de força policial, independentemente de ofício nesse sentido. Efetuada a prisão civil, ele ficará separado dos presos comuns (CPC, art. 528, § 4º) até a quitação integral do débito alimentar em atraso comprovada nos presentes autos, ocasião em que somente este juízo suspenderá o cumprimento da ordem de prisão com a expedição do respectivo alvará de soltura (CPC, art. 528, § 6º). Cumprido todo o prazo de prisão estabelecido acima, a autoridade responsável pelo estabelecimento no qual se encontra o preso deverá colocá-lo imediatamente em liberdade, se por outro motivo não deva assim permanecer, independentemente de decisão judicial nesse sentido, comunicando esse fato a este juízo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, não eximindo a parte devedora do pagamento das prestações vencidas e vincendas (CPC, art. 528, § 5º). Nos termos do parágrafo 7º do artigo 528 do Código de Processo Civil, o débito alimentar que autoriza a prisão civil da parte devedora é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao requerimento deste cumprimento de decisão interlocutória a partir da citação e as que se vencerem no curso do processo, acrescidas de correção monetária e juros de mora (CPC, art. 528, § 7º). Valor total do débito alimentar: somatório do valor de R$ 13.076,73 (treze mil e setenta e seis reais e setenta e três centavos), até o dia 22/08/2024 (página 213), com o valor referente à(s) parcela(s) atrasada(s) que se vencer(am) e/ou se vencer(em) após essa atualização. Intimem-se. Expedientes necessários, inclusive junto ao Banco Nacional de Monitoramento de Prisões - BNMP. Cumpra-se com urgência.

ADV: ANTÔNIO SIDNEY DA SILVA (OAB 49755/CE), ADV: EMANUELLE MARIA BENTO CALIXTO (OAB 50907/CE), ADV: DANIEL MOURA BANDEIRA (OAB 51874/CE) - Processo 0200391-70.2024.8.06.0071 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.S. - REQUERIDA: F.A.N.A. - Decisão. A parte requerente Gerhard Springweiler ajuizou a ação de divórcio no dia 6 de fevereiro de 2024, alegando que estava separado de fato da parte requerida Francisca Albaniza Nobre Albuquerque Springweiler desde janeiro de 2023 (página 4). As partes manifestaram em audiência no Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC o desejo inequívoco de se divorciarem (página 35). Por sua vez, a parte requerida ofereceu contestação com reconvenção referente à partilha de bens, alegando que estava separada de fato da parte requerente desde outubro de 2023 (página 38). Na réplica, a parte requerente reafirmou que não há nenhum bem ou valor a ser partilhado: compra e venda particular de imóvel datada de 19 de agosto de 2022 (páginas 60 e 61); transferências bancárias em favor de Antonio Márcio Freire de Carvalho, ambos no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil), no dia 8 de agosto de 2022 (página 62) e no dia 22 de agosto de 2022 (página 65); extrato bancário com saldo no valor 556,14 (quinhentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos) de crédito no dia 30 de janeiro de 2023 (página 68); documento de recebimento da piscina datado de 6 de outubro de 2022 (página 70); materiais de construção faturados em 14 de outubro de 2022 (páginas 71 e 72), em 19 de novembro de 2022 (páginas 73 e 74), em 21 de dezembro de 2022 (página 75) e em 6 de julho de 2024 (página 76/85); e recibos datados de 22 de novembro de 2022 e de 14 de março de 2024 (página 86). Decisão interlocutória proferida por este Juízo no dia 14 de outubro de 2024, julgando procedente o pedido formulado na ação de divórcio, para dissolver o vínculo conjugal entre as partes (páginas 87 e 88). No dia 17 de outubro de 2024, sobreveio a informação da morte no dia 16 de outubro de 2024 do Sr. Gerhard Springweiler, conforme se depreende da declaração de óbito da página 93. Por sua vez, a parte requerida pleiteou: a) o pedido de gratuidade da justiça, b) a extinção do processo sem resolução de mérito em relação à ação de divórcio, c) “a devolução de todos os bens e valores pertencentes ao espólio” do Sr. Gerhard Springweiler “que tenham sido utilizados indevidamente por terceiros”, d) o bloqueio de “todas as contas bancárias do falecido, tanto no Brasil, com a quebra do sigilo bancário, a fim de permitir a apuração dos valores subtraídos das referidas contas”, e) “a anulação da averbação do divórcio” (conforme página 112) e f) o “bloqueio de valores constantes em contas correntes e poupanças em nome do de cujus nas instituições nacionais”, via SISBAJUD (páginas 94/109 e 131). É o relatório do essencial. Inicialmente, defiro o pedido de gratuidade formulado pela parte requerida na contestação, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. O pedido de extinção do processo sem resolução de mérito em relação à ação de divórcio formulado pela parte requerida após o conhecimento da morte do Sr. Gerhard

Springweiler revela comportamento contraditório com a sua pretensão de se divorciar dele exposta na audiência da página 35 e na contestação, inclusive já acolhida pelo Estado-Juiz, configurando manifesto venire contra factum proprium, razão por que é inadmissível no ordenamento jurídico brasileiro. Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça pelas Terceira e Quarta Turmas que compõem a Segunda Seção (de Direito Privado) já teve recentemente oportunidade de se manifestar sobre a possibilidade de decretação de divórcio post mortem, senão se veja: "RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. FAMÍLIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. DIVÓRCIO. AUTOR. MORTE SUPERVENIENTE. RECONHECIMENTO PÓSTUMO. POSSIBILIDADE. DIREITO POTESTATIVO. DECLARAÇÃO DE VONTADE. SUFICIÊNCIA. CONTRAPARTE. SUBMISSÃO. NECESSIDADE. HERDEIROS. INTERESSE. LEGITIMIDADE. 1. A Emenda Constitucional nº 66/2010 transformou o divórcio em um direito potestativo, que depende unicamente da manifestação de vontade da parte interessada, impondo à contraparte uma submissão jurídica, de modo a não haver contraposição viável ao direito material invocado. 2. Ajuizada a ação de divórcio, o pedido de dissolução do vínculo pode ser julgado antecipadamente, em cognição exauriente, nos termos dos arts. 355 e 356 do Código de Processo Civil, independentemente do prosseguimento do feito para a definição de questões acessórias, como as ligadas ao patrimônio e à filiação. 3. Não tendo sido apreciado o pedido de divórcio, e vindo a parte autora a falecer do curso do processo, o reconhecimento da dissolução do vínculo, na forma como pleiteada, pode ser realizado postumamente.4. Apesar de tratar de direito personalíssimo, a morte da parte autora no curso do processo de divórcio não implica a imediata extinção do feito e atribuição do estado de viúvo ao cônjuge réu, devendo prevalecer a vontade do autor manifestada em vida de não mais permanecer casado.5. Recurso especial provido." (Recurso Especial nº 2154062/RJ, Terceira Turma, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 27/08/2024 e publicado no DJe em 30/08/2024). "DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DIVÓRCIO POST MORTEM. EMENDA CONSTITUCIONAL N. 66/2010. AUTONOMIA PRIVADA DOS CÔNJUGES. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA DO ESTADO EM QUESTÕES AFETAS ÀS RELAÇÕES FAMILIARES. MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO TITULAR. ÓBITO DO CÔNJUGE DURANTE A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO. DIREITO POTESTATIVO. EXERCÍCIO. DIREITO A UMA MODIFICAÇÃO JURÍDICA. DECLARAÇÃO DE VONTADE DO CÔNJUGE. RECONHECIMENTO E VALIDAÇÃO. AÇÃO JUDICIAL DE DIVÓRCIO. PRETENSÃO RECONVENCIONAL. SOBREPOSIÇÃO AO CARÁTER PERSONALÍSSIMO DO DIREITO. HERDEIROS DO CÔNJUGE FALECIDO. LEGITIMIDADE. EFEITOS SUCESSÓRIOS, PATRIMONIAIS E PREVIDENCIÁRIOS. PEDIDO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. NEMO POTEST VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. MODALIDADE DE EXERCÍCIO INADMISSÍVEL DE UM DIREITO. RECURSO DESPROVIDO.1. Trata-se de controvérsia jurídica sobre a possibilidade de decretação do divórcio na hipótese do falecimento de um dos cônjuges após a propositura da respectiva ação. 2. Após a edição da Emenda Constitucional n. 66/2010 é possível a dissolução do casamento pelo divórcio independentemente de condições e exigências de ordem temporal previstas na Constituição ou por ela autorizadas, passando a constituir direito potestativo dos cônjuges, cujo exercício decorre exclusivamente da manifestação de vontade de seu titular. 3. Com a alteração constitucional, há preservação da esfera de autonomia privada dos cônjuges, bastando o exercício do direito ao divórcio para que produza seus efeitos de maneira direta, não mais se perquirindo acerca da culpa, motivo ou prévia separação judicial do casal. Origina-se, pois, do princípio da intervenção mínima do Estado em questões afetas às relações familiares. 4. A caracterização do divórcio como um direito potestativo ou formativo, compreendido como o direito a uma modificação jurídica, implica reconhecer que o seu exercício ocorre de maneira unilateral pela manifestação de vontade de um dos cônjuges, gerando um estado de sujeição do outro cônjuge.5. Hipótese em que, após o ajuizamento da ação de divórcio o cônjuge requerido manifestou-se indubitavelmente no sentido de aquiescer ao pedido que fora formulado em seu desfavor e formulou pedido reconvencional, requerendo o julgamento antecipado e parcial do mérito quanto ao divórcio. 6. É possível o reconhecimento e validação da vontade do titular do direito mesmo após sua morte, conferindo especial atenção ao desejo de ver dissolvido o casamento, uma vez que houve manifestação de vontade indubitável no sentido do divórcio proclamada em vida e no bojo da ação de divórcio. Não se está a reconhecer a transmissibilidade do direito potestativo ao divórcio; o direito já foi exercido e cuida-se de preservar os efeitos que lhe foram atribuídos pela lei e pela declaração de vontade do cônjuge falecido. 7. Legitimidade dos herdeiros do cônjuge falecido para prosseguirem no processo e buscarem a decretação do divórcio post mortem. 8. A intenção do autor da ação em ver extinto o processo sem resolução do mérito revela comportamento contraditório com a anterior conduta de pretender a decretação do divórcio. O nemo potest venire contra factum proprium tem por efeito impedir o exercício do comportamento em contradição com a conduta anteriormente praticada, com fundamento nos princípios da boa-fé e da confiança legítima, sendo categorizado como forma de exercício inadmissível de um direito. Nessa concepção, consubstancia-se em forma de limite ao exercício de um direito subjetivo propriamente dito ou potestativo. 9. Possibilidade de decretação do divórcio post mortem reconhecida. 10. Recurso desprovido." (Recurso Especial nº 2022649/MA, Quarta Turma, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, julgado em 16/05/2024 e publicado no DJe em 21/05/2024). No Tribunal de Justiça do Estado do Ceará já há precedente nesse sentido: "DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ERROR IN PROCEDENDO. MORTE DO AUTOR NO CURSO DO PROCESSO. POSSIBILIDADE DE DECRETO DE DIVÓRCIO POST MORTEM. DIREITO POTESTATIVO. LEGITIMIDADE DOS HERDEIROS. 1. A controvérsia em tablado cinge-se à possibilidade de prosseguimento do trâmite de ação dedivórciopostmortem, mediante habilitação dos herdeiros do Autor. 2. Consabido que, a partir da novel redação do art. 226, § 6º, da Carta Magna de 1988, conferida pela Emenda Constitucional nº 66/2010, odivórciopassou a ser tratado como direito potestativo da parte, de modo que a mera expressão da vontade traduz instrumento hábil a viabilizar o direito de ação respectivo. 3. Na hipótese, certo é que o de cujus, após revogar procuração pública outrora concedida à esposa e registrar boletim de ocorrência contra ela, manifestou o desejo de dissolver o vínculo conjugal perante o juízo, de sorte a preencher, em tese, o requisito legal para o deferimento da pretensão, conjuntura que não se confunde com a transmissibilidade do direito aodivórcio, aliás incabível nos termos do art. 1.582, do Código Civil. Decerto que a morte no curso do processo não tem o condão de revogar a disposição de vontade do Autor, permanecendo, lado outro, o interesse de agir, ainda que representado pelos herdeiros, no caso seus filhos, mormente em face dos reflexos patrimoniais e previdenciários envolvidos. 4. Diante dessa conjuntura, e observado que a discussão se estabelecerá em torno da própria validade da manifestação do desejo autoral, já questionada em sede de contrarrazões, tem-se que, ao menos a priori, encontra-se delineada a intenção de pôr fim ao matrimônio, inclusive supedaneada por declarações prestadas, ainda em vida, pelo de cujus, seja perante a autoridade cartorária, seja perante a policial, o que corrobora a legitimidade dos herdeiros em dar continuidade à lide originária, sucedendo o patriarca, inclusive à vista dos efeitos que a sentença acarretará sobre os respectivos direitos futuros. 5. Recurso conhecido e provido. Sentença cassada, determinando-se o retorno dos autos à origem, para prosseguimento do trâmite originário." (Processo nº 0200091-52.2023.8.06.0101, Apelação Cível, 4ª Câmara de Direito Privado, Relator Desembargador Francisco Jaime Medeiros Neto, julgado e publicado em 24/09/2024). Nessa mesma linha, o Enunciado nº 45 do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM diz: "A ação de divórcio já ajuizada não deverá ser extinta sem resolução de mérito, em caso do falecimento de uma das partes". Se é viável a decretação do divórcio das partes mesmo depois da morte de uma delas (divórcio póstumo) no curso do processo após o advento da Emenda Constitucional nº 66/2010, retroagindo à sua distribuição, também

não resta dúvida de que os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade que resultaram na decretação do divórcio antes da morte de uma delas já produziram imediatamente seus efeitos, nos termos do caput do artigo 200 do Código de Processo Civil. Por isso, não há mais razão para que os efeitos da manifestação de vontade da parte requerente de dissolver o vínculo fiquem atrelados a uma decisão judicial em sentido amplo definitiva, sob pena de o próprio Estado aniquilar um direito (potestativo) que ele mesmo concedeu, atribuindo ao cidadão os ônus das inevitáveis delongas de um processo judicial. No presente caso, como a parte requerente faleceu no curso do processo depois da decisão interlocutória que decretou o divórcio entre as partes (páginas 87 e 88), o estado civil de ambas já havia sido alterado para divorciadas, não cabendo à parte requerida mais cogitar de eventual estado viuvez, nem devendo ser considerada cônjuge sobrevivente para fins sucessórios e/ou previdenciários, o que não significa que não tenha direito a eventual meação de acordo com o então regime de casamento das partes que perdurou até a separação de fato delas (data ainda controversa). É na declaração da vontade do titular do direito potestativo que repousa a matriz da eficácia dissolutória do vínculo matrimonial. Logo, não há erro substancial na averbação do divórcio das partes noticiada na página 112, na qual o Sr. Gerhard Springweiler foi qualificado como divorciado. Também não há nenhum erro no registro de óbito dele, no qual houve a mesma qualificação (página 137). Em relação ao pedido de cancelamento da averbação de divórcio por outra ordem de averbação ("anulação da averbação do divórcio" (página 112)), seu deferimento não teria nenhum efeito prático em benefício da parte requerida, uma vez que, além de tudo que foi fundamentado acima, também, pela ótica da preclusão lógica - que ocorre quando a parte perde o direito de exercer algum ato processual, por ele não ser compatível com algum outro anterior praticado no mesmo processo -, a parte requerida não tem interesse recursal em relação ao divórcio decretado dos autos, razão pela qual o indefiro. Logo, a averbação do divórcio em apreço, sob a ótica acima, não foi prematura, uma vez que, na decisão interlocutória com força de mandados de averbação e de anotação, não foi especificada a espécie de preclusão. Entender diferente, é dar prevalência em demasia à forma em detrimento da inequívoca declaração da vontade do titular do direito potestativo, vez que o divórcio das partes já estava produzindo seus efeitos desde então, independentemente de qualquer outra circunstância, em especial o tempo. O pedido de "devolução de todos os bens e valores pertencentes ao espólio" tem que ser formulado na seara própria (sucessória) e a comunicação do óbito do Sr. Gerhard Springweiler instruída com uma cópia desta decisão e das certidões de casamento da página 126 e de óbito da página 137 ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (página 134) e à Caixa Econômica Federal (página 135) serão mais do suficientes para evitar prejuízo ao erário (a parte requerida estava divorciada quando da morte da parte requerente, a qual, por sua vez, afirmou que só se separou de fato daquela em janeiro de 2023, o que afasta em tese uma eventual união estável há dois anos ou mais) e para o bloqueio administrativo dos eventuais valores pertencentes ao espólio dele depositados naquelas pessoas jurídicas, razão pela qual determino que se oficie a elas com urgência. Convém registrar que este juízo não aprecia conjecturas, ainda mais alheias à sua competência. Por fim, e considerando a morte da parte requerente (ré na reconvenção - ação de partilha) suspendo este processo em relação a essa ação pelo prazo máximo de 6 (seis) meses, nos termos do artigo 313, inciso I, parágrafo 2º, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como ordeno a intimação da parte requerida (autora na reconvenção - ação de partilha) na pessoa de seus advogados, via Diário da Justiça, para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no mesmo prazo acima, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito em relação apenas à ação de partilha (CPC, art. 76, caput, § 1º, I). Intimem-se. Dê-se ciência desta decisão ao Cartório de Registro Civil - Distrito do Lameiro e ao Cartório 4º Ofício, ambos de Crato - Ceará, devendo instruir a averbação do divórcio e o registro de óbito com uma cópia dela, respectivamente. Expedientes necessários. Cumpra-se com urgência.

ADV: JOYCE CÂNDIDA MARINHEIRO CAVALCANTE SANTOS (OAB 43691/CE), ADV: ARISLENY OLIVEIRA ROCHA (OAB 48850/CE) - Processo 0201750-55.2024.8.06.0071 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: J.M.S.O.A. - REQUERIDO: R.P.A. - Decisão. A parte requerida ofereceu contestação nos presentes autos, porém o pedido da ação de divórcio é incontroverso (acordo na página 73), razão pela qual passo a decidir parcialmente o mérito em relação a ele, nos termos do inciso I do artigo 356 do Código de Processo Civil. Após a Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010, o parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição da República de 1988 passou a ter a seguinte redação: § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Em outros dizeres, para haver o divórcio, não há mais a exigência de nenhum outro requisito que não seja a vontade inequívoca ao menos de uma das partes de dissolver o casamento (exercício de um direito potestativo), o que restou demonstrado nos autos. Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na ação de divórcio, para dissolver o vínculo conjugal entre Rafael Pereira Alves e Jéssica Maria de Souza Oliveira Alves, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988. A parte requerente voltará a usar o nome de solteira, a saber: Jéssica Maria de Souza Oliveira. Com a preclusão, esta decisão terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, devendo a Secretaria Judiciária Regional providenciar a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, decisão e certidão de sua preclusão) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º). Em relação às ações de alimentos, de guarda, de convivência e partilha de bens e direitos: Inicialmente, asseguro ao pai Rafael Pereira Alves o direito de conviver com as filhas Maria Júlia de Oliveira Alves e Maria Cecília de Oliveira Alves quinzenalmente, das 11h30min da sexta-feira até o domingo seguinte às 17 horas, especialmente se for o final de semana do dia dos pais (segundo domingo do mês de agosto) devendo uma pessoa idônea buscar e deixá-las no lar materno, para evitar um contato pessoal das partes, sem prejuízo dele conviver com elas em seu aniversário (27 de abril). Por sua vez, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera que não há decisão além dos limites da demanda quando o juiz, por meio de uma interpretação lógico sistemática da petição inicial, analisa a pretensão apresentada em juízo de forma abrangente e de acordo com o precedente qualificado desse órgão judicial, Tema Repetitivo 192 ("A pensão alimentícia incide sobre odécimo terceirosalário e o terço constitucional deférias,também conhecidos, respectivamente, por gratificação natalina e gratificação deférias"), afastando a alegação de violação aoprincípioda adstrição oucongruência (REsp 1954452/ SP). Não há outras as questões processuais pendentes. As questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória (documentos, depoimentos pessoais e testemunhais) estão descritas na petição inicial (necessidades alimentares, guarda unilateral ou compartilhada das crianças, melhor interesse delas e aquisição de be(ns) móvel(is) e/ou imóvel(is) e/ou direitos incidentes nele(s) no período do casamento) e na contestação (limites da possibilidade alimentar, guarda unilateral ou compartilhada das crianças, melhor interesse delas e incomunicabilidade de bem(ns) e/ou direitos incidentes nele(s) no período do casamento). A distribuição do ônus da prova será na forma dos incisos I e II do artigo 373 do Código de Processo Civil. Não há questões de direito relevantes para a decisão do mérito. A secretaria deste juízo agendará audiência de instrução e julgamento, no fórum local, na qual será tomado o depoimento pessoal das partes e das testemunhas, com observância do artigo 455 do Código de Processo Civil. Fixo o prazo comum de 10 (dez) dias para as partes apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, § 4º e § 6º). Para evitar a expedição de carta precatória inquiritória de testemunha(s) que não reside(m) nesta comarca, este juízo faculta desde logo às partes que apenas esse ato judicial específico se realize na forma telepresencial, caso haja requerimento nesse sentido no prazo de 10 (dez) dias. Eventual oposição a esse requerimento deverá ser feita nos

5 (cinco) dias imediatamente seguintes ao prazo final acima e será submetido ao controle deste juízo (Resolução nº 354 do Conselho Nacional de Justiça, art. 2º, II, art. 3º, caput, e § 2º e art. 4º, II, esse último por analogia). No prazo de 10 (dez) dias, qualquer outro requerimento que excepcione a regra da audiência presencial ainda que em parte também deverá ser formulado fundamentadamente e mediante comprovação nos autos. Intimem-se todas as partes e seus advogados ou defensores públicos, inclusive para os fins dispostos no parágrafo 1º do artigo 357 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes para a Secretaria Judiciária: as partes requerentes e a parte requerida deverão ser intimadas, na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça, ou pessoalmente por oficial de justiça, se estiverem assistidas pela Defensoria Pública ou pelo Núcleo de Prática da Universidade Regional do Cariri - URCA (CPC, art. 186, § 2º e § 3º, aplicação analógica), sem prejuízo da intimação dos representantes legais dessas instituições, pelo sistema judicial disponível ou via Diário da Justiça, conforme o caso.

ADV: WILLIAM RODRIGUES VIEIRA (OAB 27127/CE) - Processo 0201755-14.2023.8.06.0071 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento - REQUERENTE: José Nailton Gomes do Nascimento - Despacho. Manifeste-se a parte requerente, representada por sua curadora, sobre o parecer ministerial das páginas 65/67, pleiteando o que lhe for de direito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de julgamento deste processo no estado em que ele se encontra. Intime-se a parte requerente, na pessoa de seu advogado, via Diário da Justiça. Cumpra-se.

ADV: ANNALIDIA NOGUEIRA CORDEIRO CRISOSTOMO (OAB 13453/CE), ADV: FRANCISCO MIRANDA PINHEIRO NETO (OAB 18701/CE), ADV: EUDE RÊGO LUZ (OAB 43544/CE), ADV: MARÍLIA TAVARES BATISTA ARAÚJO (OAB 51282/CE) - Processo 0202265-90.2024.8.06.0071 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Teresinha Sousa da Silva - Despacho. Considerando a evidência da falta de pressupostos legais para a concessão da gratuidade da justiça ao espólio (ente despersonalizado que representa a herança), intime-se a parte inventariante, para comprová-los nos autos no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que lhe poderá ser concedido analogicamente o direito ao parcelamento das custas processuais, nos termos do parágrafo 6º do artigo 98 do Código de Processo Civil (CPC, art. 99, § 2º), bem assim as custas deverão ser complementadas tão logo seja definido o valor dos bens do espólio, uma vez que foi atribuído à causa o valor R$ 1.000,00 (um mil reais). Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes para a Secretaria Judiciária: a parte inventariante deverá ser intimada, na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça, ou por intermédio da Defensoria Pública, pelo sistema judicial disponível, conforme o caso. Crato (CE), 11 de novembro de 2024. Leonardo Afonso Franco de Freitas Juiz de Direito

ADV: LEONARDO ANDRADE DE FRANÇA (OAB 34904/CE) - Processo 0204194-61.2024.8.06.0071 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: Amelia Teles Belem dos Santos - Despacho. Este processo deve tramitar em segredo de justiça, nos termos do inciso II do artigo 189 do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado na inicial, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Intime-se pessoalmente a parte requerida para, em 3 (três) dias, pagar o débito alimentar, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, por intermédio de advogado ou da Defensoria Pública, sob pena de protesto e de ser decretada sua prisão civil pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses (CPC, art. 528, § 3º). Fica advertida a parte requerida de que somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar o débito alimentar justificará o seu inadimplemento (CPC, art. 528, § 2º). Por sua vez, o débito alimentar que autoriza a prisão civil da parte requerida é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao requerimento deste cumprimento de sentença transitada em julgado e as que se vencerem no curso do processo, acrescidas de correção monetária e juros de mora (CPC, art. 528, § 7º). Valor total do débito alimentar: somatório do valor de R$ 2.929,75 (dois mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos), atualizado até o dia 18/10/2024, com o valor referente à(s) parcela(s) atrasada(s) que se vencer(am) e/ou se vencer(em) após essa atualização. Dê-se ciência ao Ministério Público (prazo de 5 (cinco) dias). Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se com urgência. Observações importantes para a Secretaria Judiciária: a parte requerida deverá ser intimada por oficial de justiça e o prazo acima 3 (três) dias será contado da intimação e não de sua juntada aos autos (CPC, art. 231, § 3º); e o Ministério Público deverá ser intimado pelo sistema judicial disponível e o prazo acima 5 (cinco) dias será contado em dobro (CPC, art. 180, caput). Crato (CE), 08 de novembro de 2024. Leonardo Afonso Franco de Freitas Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0391/2024

Processo 0201750-55.2024.8.06.0071 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: J.M.S.O.A. - REQUERIDO: R.P.A. - Decisão. A parte requerida ofereceu contestação nos presentes autos, porém o pedido da ação de divórcio é incontroverso (acordo na página 73), razão pela qual passo a decidir parcialmente o mérito em relação a ele, nos termos do inciso I do artigo 356 do Código de Processo Civil. Após a Emenda Constitucional nº 66, de 13 de julho de 2010, o parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição da República de 1988 passou a ter a seguinte redação: § 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Em outros dizeres, para haver o divórcio, não há mais a exigência de nenhum outro requisito que não seja a vontade inequívoca ao menos de uma das partes de dissolver o casamento (exercício de um direito potestativo), o que restou demonstrado nos autos. Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na ação de divórcio, para dissolver o vínculo conjugal entre Rafael Pereira Alves e Jéssica Maria de Souza Oliveira Alves, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988. A parte requerente voltará a usar o nome de solteira, a saber: Jéssica Maria de Souza Oliveira. Com a preclusão, esta decisão terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, devendo a Secretaria Judiciária Regional providenciar a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, decisão e certidão de sua preclusão) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º). Em relação às ações de alimentos, de guarda, de convivência e partilha de bens e direitos: Inicialmente, asseguro ao pai Rafael Pereira Alves o direito de conviver com as filhas Maria Júlia de Oliveira Alves e Maria Cecília de Oliveira Alves quinzenalmente, das 11h30min da sexta-feira até o domingo seguinte às 17 horas, especialmente se for o final de semana do dia dos pais (segundo domingo do mês de agosto) devendo uma pessoa idônea buscar e deixá-las no lar materno, para evitar um contato pessoal das partes, sem prejuízo dele conviver com elas em seu aniversário (27 de abril). Por sua vez, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera que não há decisão além dos limites da demanda quando o juiz, por meio de uma interpretação lógico sistemática da petição inicial, analisa a pretensão apresentada em juízo de forma abrangente e de acordo com o precedente qualificado desse órgão judicial, Tema Repetitivo 192 ("A pensão alimentícia incide sobre odécimo terceirosalário e o terço constitucional deférias,também conhecidos, respectivamente, por gratificação natalina e gratificação deférias"), afastando a alegação de violação aoprincípioda adstrição oucongruência (REsp 1954452/ SP). Não há outras as questões processuais pendentes. As questões de fato sobre as quais recairá a atividade

probatória (documentos, depoimentos pessoais e testemunhais) estão descritas na petição inicial (necessidades alimentares, guarda unilateral ou compartilhada das crianças, melhor interesse delas e aquisição de be(ns) móvel(is) e/ou imóvel(is) e/ou direitos incidentes nele(s) no período do casamento) e na contestação (limites da possibilidade alimentar, guarda unilateral ou compartilhada das crianças, melhor interesse delas e incomunicabilidade de bem(ns) e/ou direitos incidentes nele(s) no período do casamento). A distribuição do ônus da prova será na forma dos incisos I e II do artigo 373 do Código de Processo Civil. Não há questões de direito relevantes para a decisão do mérito. A secretaria deste juízo agendará audiência de instrução e julgamento, no fórum local, na qual será tomado o depoimento pessoal das partes e das testemunhas, com observância do artigo 455 do Código de Processo Civil. Fixo o prazo comum de 10 (dez) dias para as partes apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, § 4º e § 6º). Para evitar a expedição de carta precatória inquiritória de testemunha(s) que não reside(m) nesta comarca, este juízo faculta desde logo às partes que apenas esse ato judicial específico se realize na forma telepresencial, caso haja requerimento nesse sentido no prazo de 10 (dez) dias. Eventual oposição a esse requerimento deverá ser feita nos 5 (cinco) dias imediatamente seguintes ao prazo final acima e será submetido ao controle deste juízo (Resolução nº 354 do Conselho Nacional de Justiça, art. 2º, II, art. 3º, caput, e § 2º e art. 4º, II, esse último por analogia). No prazo de 10 (dez) dias, qualquer outro requerimento que excepcione a regra da audiência presencial ainda que em parte também deverá ser formulado fundamentadamente e mediante comprovação nos autos. Intimem-se todas as partes e seus advogados ou defensores públicos, inclusive para os fins dispostos no parágrafo 1º do artigo 357 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expediente(s) necessário(s). Cumpra-se. Observações importantes para a Secretaria Judiciária: as partes requerentes e a parte requerida deverão ser intimadas, na pessoa de seus advogados constituídos, via Diário da Justiça, ou pessoalmente por oficial de justiça, se estiverem assistidas pela Defensoria Pública ou pelo Núcleo de Prática da Universidade Regional do Cariri - URCA (CPC, art. 186, § 2º e § 3º, aplicação analógica), sem prejuízo da intimação dos representantes legais dessas instituições, pelo sistema judicial disponível ou via Diário da Justiça, conforme o caso.

COMARCA DE CRATO - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Crato

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0282/2024

ADV: SANDY LACERDA DE SOUZA (OAB 51726/CE) - Processo 0200337-41.2023.8.06.0071 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - INDICIADO: Leandro dos Santos Oliveira - Verifico que se encontram presentes os pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos, inclusive no concerne à tempestividade recursal, motivo pelo qual recebo o recurso apelatório apenas no efeito devolutivo.

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0283/2024

ADV: GERALDO BARROSO LIMA (OAB 22469/CE) - Processo 0203895-21.2023.8.06.0071 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - REQUERIDO: J.P.T.S. - Isto posto, revigoro as medidas protetivas de urgência, em favor de Ana Lúcia Ribeiro Lopes, nos termos da decisão interlocutória de folhas 18/20, as quais perdurarão por mais seis meses contados da data da notificação do requerido.

ADV: MARIA EUGENIA DIAS CALDAS (OAB 50964/CE) - Processo 0203965-04.2024.8.06.0071 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - REQUERIDO: M.B.C. - Ante todo o exposto, mantenho na integralidade as medidas protetivas de urgência descritas nos itens 1 a 3 da decisão interlocutória de págs. 12/15, quais sejam;

ADV: MARCOS WANDERSON SILVA TORRES (OAB 29896/CE) - Processo 0206372-93.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: Nataniel Souza Silva - Isto posto, revogo o monitoramento eletrônico anteriormente concedido, com fulcro no art. 282, § 5º do Código de Processo Penal e mantenho as medidas protetivas e cautelares anteriormente deferidas, configurando crime o seu descumprimento.

COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: CARLOS ANTONIO PEIXOTO DA SILVA (OAB 13614/CE) - Processo 0010196-20.2024.8.06.0301 (apensado ao processo 0202954-26.2024.8.06.0301) (processo principal 0202954-26.2024.8.06.0301) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Qualificado - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - Em face ao exposto e em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva do acusado José Fernandes de Lima, mantendo-o preso como garantia da ordem pública. EXPEDIENTES: - Ciência ao Ministério Público; - Intime-se o advogado do réu, via DJe; - Junte-se a presente decisão aos autos principais. Tudo providenciado, arquive-se.

ADV: ANDREA AGUIAR DA SILVA VIDAL (OAB 37297/CE) - Processo 0010278-62.2024.8.06.0071 (apensado ao processo 0200027-35.2023.8.06.0071) (processo principal 0200027-35.2023.8.06.0071) - Insanidade Mental do Acusado - Feminicídio - REQUERENTE: Leonardo Soares da Silva - Vistos e examinados. Cientifique-se o requerente/réu, por mandado, da perícia psiquiátrica designada às fls.63. Intime-se a advogada do acusado, via DJe, acerca da necessidade de comparecimento de um familiar ou afim ao exame psiquiátrico, capaz de fornecer informações do histórico de vida do réu.

ADV: CARLOS ANTONIO PEIXOTO DA SILVA (OAB 13614/CE) - Processo 0010952-40.2024.8.06.0071 (apensado ao processo 0202577-79.2024.8.06.0293) (processo principal 0202577-79.2024.8.06.0293) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Simples - MASSA FALIDA: Ministério Público do Estado do Ceará - Face o exposto, INDEFIRO o pedido de relaxamento da prisão preventiva e MANTENHO a custódia cautelar do acusado Francisco das Chagas Rodrigues Neto, para fins de garantia da ordem pública, fundada na observância aos seus antecedentes criminais, com fulcro no art. 312 do CPP e da Súmula nº 52 do TJCE. Determinações finais - - Ciência ao Ministério Público e à Defesa. - Junte-se cópia desta decisão nos autos principais. - Após, ARQUIVE-SE. Cumpra-se.

ADV: ANDREA AGUIAR DA SILVA VIDAL (OAB 37297/CE) - Processo 0200027-35.2023.8.06.0071 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Leonardo Soares da Silva - Face o exposto, mantenho a prisão preventiva do réu Leonardo Soares da Silva, para fins de revisão do mutirão processual penal, para garantia da ordem pública. Aguarde-se a realização do exame psiquiátrico no incidente de insanidade mental em apenso, o qual está agendado para o dia 26/12/2024.

ADV: ELIAS SARAIVA DOS SANTOS BISNETO (OAB 38025/CE), ADV: JOÃO HELIAS DE FIGUEIREDO SANTOS (OAB 50432/CE) - Processo 0200251-59.2023.8.06.0301 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Hyslan da Silva Vieira e outros - Face o exposto, mantenho a prisão preventiva dos réus Cicero Rayan Bastos de Morais, Lucas Nascimento Cardoso, Hyslan da Silva Vieira e Arylan Delfino da Silva, para fins de revisão do mutirão processual penal, para garantia da ordem pública em razão da gravidade da conduta e do intento delituoso. Esta decisão valerá para fins de reanálise da prisão preventiva (art. 316, parágrafo único, do CPP). Aguarde-se o cumprimento das diligências. Expedientes - - Ciência ao Ministério Público e às Defesas.

ADV: ROBERTO PEREIRA ANASTACIO (OAB 31585/CE) - Processo 0201394-49.2024.8.06.0301 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Brito Mendes - Face o exposto, revogo a prisão preventiva do réu Anderson Brito Mendes, para fins de revisão do mutirão processual penal, o que faço com arrimo no art. 316, do CPP e, diante das circunstâncias do caso concreto, aplico as seguintes medidas cautelares: I - comparecimento mensal em juízo; II - proibição de ausentar-se da Comarca onde reside por período superior a 08 dias, sem prévia autorização deste Juízo; III - proibição de mudar de domicílio sem prévia comunicação a este Juízo; IV - monitoramento eletrônico pelo período de 06 meses. Advirta-se ao réu de que, caso haja o descumprimento das medidas acima impostas, ou o réu venha a cometer novo fato delituoso ou, ainda, surjam os motivos legais do art. 312, do CPP, a sua prisão poderá ser novamente decretada. Determinações Finais - - Expedir alvará de soltura no BNMP.3, com remessa à UP-JUAZEIRO para cumprimento. - Oficiar a Central de Monitoramento Eletrônico para ciência das condições determinadas e inclusão do acusado no sistema. - Ciência ao Ministério Público. - Ciência à Defesa. - Oficiar a Autoridade Policial para que cumpra a diligência determinada no termo de audiência de fls. 172/173 no prazo de 30 dias. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANTONIO PEIXOTO DA SILVA (OAB 13614/CE) - Processo 0202577-79.2024.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco das Chagas Rodrigues Neto - Face o exposto, mantenho a prisão preventiva do réu Francisco das Chagas Rodrigues Neto, para fins de revisão do mutirão processual penal, para garantia da ordem pública. Esta decisão valerá para fins de reanálise da prisão preventiva (art. 316, parágrafo único, do CPP). Aguarde-se a realização da audiência de instrução já designada. Expedientes - - Ciência ao Ministério Público e à Defesa.

ADV: FELIPE RIBEIRO VIANA (OAB 39739/CE) - Processo 0202899-12.2023.8.06.0301 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Gutemberg Lima de Moura e outros - Vistos e examinados. No tocante à intimação das partes, para se manifestarem acerca da prisão dos réus Gutemberg Lima de Moura e Edivan Queiroz de Souza, para fins do Mutirão Processual Penal (fls.579), observo que a referida comunicação processual foi feita para a advogada Dra. Sandy Lacerda de Souza (fls.591), a qual já havia renunciado às fls.526, sendo que o réu Gutemberg Lima de Moura já havia constituído outro advogado às fls.532-533. Assim, determino a intimação do causídico Dr. Felipe Ribeiro Viana, advogado do réu Gutemberg Lima de Moura(fls.533), para se manifestar acerca da prisão preventiva do seu constituinte, no prazo de 05(cinco) dias, nos termos da Portaria da Presidência n.º 278, de 03/09/2024 - Mutirão Processual Penal.

ADV: BRUNA RANNA CRUZ QUEIROZ ALENCAR RIBEIRO (OAB 41426/CE) - Processo 0203306-18.2023.8.06.0301 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Marcos Costa Freire - ASSISTENTE DE A: Natalia Laurentino da Silva - Face o exposto, mantenho a prisão preventiva do réu Marcos Costa Freire, para fins de revisão do mutirão processual penal, para garantia da ordem pública e em razão do risco concreto de reiteração delitiva. Aguarde-se a audiência designada. Expedientes - - Ciência ao Ministério Público, à Assistente de Acusação e à Defesa.

COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0184/2024

ADV: FRANCISCA EVELYNE VIVIANE RAMALHO FARIAS (OAB 27436/CE) - Processo 0050843-73.2021.8.06.0071 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: PAULO NUNES RODRIGUES DE FARIAS - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, conforme determinação do termo de audiência, intime-se a defesa para apresentação de alegações finais no prazo legal.

COMARCA DE CROATÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE CROATÁ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CROATÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0349/2024

ADV: SEBASTIAO GOMES MATOS NETO (OAB 24520/CE) - Processo 0010064-02.2023.8.06.0073 (processo principal 0203841-68.2023.8.06.0293) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Simples - REQUERENTE: Liviania Felicia de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se pessoalmente a defesa da ré, na pessoa do advogado, Dr. Sebastião Gomes Matos Neto (OAB/CE nº 24520), para se manifestar sobre o laudo de fls. 56/74, no prazo de 5 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CROATÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0350/2024

ADV: ZACARIAS VAZ DA SILVA FILHO (OAB 42547/CE) - Processo 0200069-15.2022.8.06.0073 - Procedimento Comum

Cível - Pessoa com Deficiência - REQUERENTE: Cleudes Bezerra de Almeida - Trata-se de ação de concessão de benefício assistencial - BPC/LOAS à pessoa com deficiência movida por CLEUDES BEZERRA DE ALMEIDA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. A autarquia previdenciária em manifestação de págs. 179/2017 alega que o autor ajuizou sete ações previdenciárias, seis delas perante a Justiça Federal, onde entende ter ocorrido os institutos da perempção e da coisa julgada. Intimado a se manifestar, a parte autora aduz que não houve perempção, uma vez que as ações ajuizadas por outro causídico, que entende ter agido de forma a atrapalhar a vida do autor, foram extintas sem julgamento do mérito, e uma ação julgada improcedente com resolução do mérito de forma incorreta, não devendo ser considerado por este juízo para efeito de formação da coisa julgada págs. 221/223. É o breve relatório. Decido. A coisa julgada resta, portanto, nitidamente patenteada nos autos. Inicialmente a alegação de perempção não deve prosperar, em análise das ações extintas sem julgamento de mérito, 2 foram extintas por litispendência e 3 foram extintas por indeferimento da petição inicial, embora haja semelhança, a ausência de emenda à inicial e o abandono da causa são institutos divergentes, portanto, não há a ocorrência de perempção. Nos termos do art. 505, caput, do CPC, “nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide”. Demonstrada, pois, a ocorrência de coisa julgada entre dois processos, o segundo deverá ser extinto, mesmo já apreciado o mérito. Conforme previsto no art. 337, § 1.º, do CPC, “verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.” E continua, no § 2.º, dizendo que “uma ação é idêntica à outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.” Arremata, no § 4.º, dizendo que “há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por decisão transitado em julgado”. Assim, analisando este processo em cotejo com o ajuizado anteriormente perante a Justiça Federal autos nº 0011238-09.2022.4.05.8103 julgado improcedente com resolução do mérito, verifica-se, sem nenhuma dúvida, que as partes são as mesmas, a causa de pedir é a mesma, e o pedido também é o mesmo. Ressalto que não é o caso de aplicabilidade da relativização da coisa julgada secundum eventum probationis, tendo em vista que a ação acima mencionada ajuizada na 19ª Vara Federal/CE, não foi julgada improcedente sem resolução do mérito por ausência ou insuficiência de conteúdo probatório (Tema Repetitivo 629), a ação foi julgada improcedente com resolução do mérito e com trânsito em julgado (págs. 200/205), após apresentação de laudo de perícia médica realizada no autor, portanto, houve valoração das provas colacionadas naqueles autos. Considerando, portanto, a existência de ação julgada anteriormente, em que se busca prestação jurisdicional idêntica, com relação às partes, ao pedido e à causa de pedir, EXTINGO, sem julgamento do mérito, o feito em tela, por reputar caracterizada a coisa julgada, nos termos do art. 485, V c/c art. 337, §4º, ambos, do Código de Processo Civil. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com baixa no sistema. Expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO CATUNDA PIRES (OAB 48845/CE) - Processo 0200076-70.2023.8.06.0073 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.B.V. - Considerando que a carta precatória não foi cumprida em tempo hábil (f. 114), designe-se nova audiência de conciliação, renovando-se a citação do requerido, bem como requisitando-se urgência ao juízo deprecado, tendo em vista que o presente caso envolve interesse de menor. Vista à parte autora e ao MPE. Cumpra-se.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0200214-37.2023.8.06.0073 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Tais de Oliveira Nobre - Intime-se a autora para se manifestar em réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 39497/CE) - Processo 0200270-70.2023.8.06.0073 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: José Renato Campos de Sousa - Trata-se de ação de substituição de curatela proposta por JOSÉ RENATO CAMPOS DA SILVA, qualificado nos autos, objetivando a substituição de curatela, em que REGINA LÚCIA CAMPOS DO NASCIMENTO é a atual curadora da interditada ANTÔNIA CAMPOS DA SILVA. A inicial veio instruída com os documentos de págs. 8/35. Consta nos autos sentença através da qual é possível inferir a interdição anteriormente deferida - págs. 22/24. Foi realizado estudo social do caso (págs. 77/80). O Ministério Público, às págs. 90/91, se manifestou pela procedência do pedido. FUNDAMENTAÇÃO O feito comporta julgamento antecipado, por não haver necessidade de produção de novas provas. O autor juntou com a inicial fotocópia dos documentos pessoais dele, anuência de seus irmãos e da atual curadora e da interditada, comprovando que é filho desta, além disso, a antiga curadora, Sra. Regina Lúcia Campos do Nascimento fora devidamente citada deixando transcorrer o prazo sem manifestação. O relatório social, págs. 77/80, indicou que a atual curadora reside em outro município e que o autor realiza todos os cuidados de saúde, cuidados diários e devido acompanhamento da interditada, demonstrando ser pessoa capacitada e responsável para tâ-la sob seus cuidados. Assim, levando em conta a desídia da antiga curadora, o relatório social, bem como, o fato de o autor encontrar-se no rol de preferência previsto no art. 1.775 do Código Civil, vez que é filho da interditada, entendo que a substituição de curatela deve ser deferida. DISPOSITIVO Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido e substituo a curatela de ANTÔNIA CAMPOS DA SILVA para nomear como seu curador, o autor e seu filho JOSÉ RENATO CAMPOS DA SILVA. Após o trânsito em julgado, expeçam-se o termo de compromisso de curadoria definitiva, devendo o requerente comparecer em juízo para prestar o devido compromisso, no prazo de 10 dias, bem como o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente. Não há custas e despesas processuais por se tratar de Justiça Gratuita. Oportunamente, remetam-se os autos ao arquivo, com as comunicações e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

COMARCA DE CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE CRUZ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0333/2024

ADV: ROMULO MARCEL SOUTO DOS SANTOS (OAB 16498/CE) - Processo 0050199-24.2021.8.06.0074 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Oi S.a. - Vistos, etc. Intimem o(s) executado(s) para adimplir(em), voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1º, artigo 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (artigo 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6º). Publiquem. Intime-se o polo passivo via Portal Eletrônico, preferencialmente. Cumpra-se. Expedientes necessários.

EDITAL DE REVISÃO DA LISTA GERAL DEFINITIVA DO JÚRI PARA O ANO 2025

O Dr. Frederico Augusto Costa, Juiz de Direito, Respondendo por esta Comarca de Cruz, Estado do Ceará, no uso de suas

atribuições legais, etc.

Faz Saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, nos termos do art. 425 do Código de Processo Penal e art. 87, V do Código de Organização Judiciário do Estado do Ceará, foram alistados os jurados abaixo relacionados, que servirão nas sessões ordinárias e/ou extraordinárias do Tribunal do Júri Popular desta Comarca, relativas ao ano 2025, conforme dispõe o art. 426, do CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Esta lista poderá ser alterada, de ofício ou mediante reclamação de qualquer do povo ao juiz presidente até o dia 10 de novembro, data de sua publicação definitiva.

Na oportunidade, ficam advertidos os jurados infra nominados do teor dos seguintes artigos do CPP:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

§o Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

§o A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008).

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

I o Presidente da República e os Ministros de Estado; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

II os Governadores e seus respectivos Secretários; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

III os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

IV os Prefeitos Municipais; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

V os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

VI os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

VII as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

VIII os militares em serviço ativo; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

IX os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

X aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

§o Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

§o O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011).

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008)

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código. (Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008).

Lista Definitiva dos Jurados que atuarão no ano 2025:

Marli Maria Muniz, servidor público, Avenida 14 de janeiro, 158

Maria do Livramento Sousa Nascimento, servidor público, Rua Ezequiel Vasconcelos, 746

Maria Sueli de Menezes, servidor público, Rua Francisco Muniz, 728

Maria Lucinete Araújo Muniz, servidor público, Rua Luiz João de Farias, 151

Francisca Expedita Mendes Correira, servidor público, Rua Luiz João de Farias, 324

Elisangela Santos de Vasconcelos Cruz, servidor público, Rua Rosa de Sousa Brandão, s/n

Maria Vanderlucia de Vasconcelos, servidor público, rua Celso Patrício, 358

Maria Veridiana de Farias, servidor público, Rua Mundinho Costa, 77

Francisco Baltar da Silva, servidor público, Rua Presidente Juscelino, 188

Nagila Patricia de Sousa, servidor público, Rua Presidente Juscelino, 223

Vilmar Damasceno Moura, servidor público, Rua Vicente Moura, 112

Clede Regina Vasconcelos, servidor público, rua Vicente Moura, 21

Maria Clarice Muniz, servidor público, rua Bernadino Albuquerque, 28

Maria Nilsa Silveira Rocha, servidor público, rua Tancredo neves,1039

Cosme Pereira Sobrinho, servidor público, rua Tancredo neves, 35

16. Francisco Claudionor Silva Araújo, servidor público, rua 06 de abril, 231
17. Silvania Rios Moreira Morais, servidor público, rua 06 de abril, 59
18. Claudia do Nascimento Lima, servidor público, rua Bernadino Farias, 182
19. Mirta Maria Cleibe Brandão Silva, servidor público, rua Bernadino de Farias, 422
20. Fabia Maria Rocha Sousa, servidor público, rua Cel. Teixeira Pinto, 459
21. Tereza Cristina Maranhão Farias, servidor público, rua Cel. Teixeira Pinto, 72
22. Geane Glei Lopes Rocha Vasconcelos, servidor público, rua Celso Araújo, 190
23. Ivonete Maria da Silveira, servidor público, rua Cel. Teixeira Pinto, 20
24. Maria Aurilene Vasconcelos Silveira, servidor público, rua Cel. Teixeira Pinto,451
25. Maria Leiane Nascimento, servidor público, rua Cel. Teixeira Pinto, 541
26. Katia Maria da Silveira, servidor público, rua Duca Silveira, s/n
27. Francisco Fabricio da Costa, servidor público, rua Ezequiel Vasconcelos, 1801
28. Lucia Maria do Nascimento, servidor público, rua Ezequiel Vasconcelos, 1829
29. Maria Clotildes Rocha, servidor público, rua Ezequiel Vasconcelos, 1980
30. Jucila Lopes Silva, servidor público, rua José Malaquias, 68
31. Edivania Maria Vasconcelos Ribeiro, servidor público, rua Miguel Inacio, 406
32. Maria Sandra Silveira, servidor público, rua Monsenhor Sabino, 30
33. Maria Mirta de Vasconcelos, servidor público, rua Mundinho Costa, 54
34. Paulo Diniz Moreira, servidor público, rua padre Valderi, 802
35. Maria Ilana Carvalho, servidor público, rua padre Valderi, s/n
36. Luana Vasconcelos do Nascimento, servidor público, rua padre Valderi, s/n
37. Regina Marcia Silveria, servidor público, rua padre Valderi, 81
38. Maria Vanderlandia Menezes, servidor público, rua padre Valderi, 845
39. Natalia Carvalho da Silva, servidor público, rua padre Valderi, 848
40. Vanderlene Costa Silveira, servidor público, rua Soa Cristovão, 46
41. Lidiana Farias Vasconcelos, servidor público, rua Tancredo Neves, 16
42. Debora de Araujo Silva, servidor público, rua Tenente Jose Muniz, 915
43. Maria Zeli Nascimento, servidor público, rua Vereador Mundico Martins, 1601
44. Maria Rutilane Brandão do Nascimento, servidor público, Travessa Ezequiel Vasconcelos, 23
45. Maria Socorro Vasconcelos Nascimento, servidor público, Travessa José Malaquias, 63A
46. Antonia Evalda de Paulo Oliveira, servidor público, Rua Celso Araújo, 360

47. Josineuda Maria de Sousa, servidor público, Rua Cândido Pinto, s/n
48. Maria de Fátima Nogueira Moura, servidor público, Rua Cândido Pinto, 100
49. Marcela de Freitas Sousa, servidor público, Rua Tenente José Muniz, 412
50. Maria Marlene de Sousa, servidor público, Rua Vereador Mundico Martins, s/n
51. Patricia Merissias Farias Muniz, servidor público, Rua Vereador Mundico Martins, s/n
52. Maria Iolanda Silveira dos Santos, servidor público, Travessa José Muniz, 36
53. Lindonildo Costa Pereira, servidor público, Rua Vicente Justo, 96
54. Marcia Sheyla de Paulo, servidor público, Avenida Tenente Albano, 717
55. Edelson Ferreira Mota, servidor público, Rua Rafael Geraldo, 382
56. Maria de Fatima do Nascimento, servidor público, Rua São Francisco, 397
57. José Evandro do Nascimento, servidor público, Avenida Tenente Albano, s/n
58. Maria Mirtacelia Brandão, servidor público, Rua Vereador Estevão Malaquias, s/n
59. Renata Magda Nascimento Ferreira, servidor público, Avenida 14 de janeiro, s/n
60. Jose Leone Nascimento, servidor público, Rua Tancredo neves, 222A
61. Jose Renato de Oliveira, servidor público, Rua 07 de setembro, 284
62. Maria Vanusia de Sousa, servidor público, Rua 07 de setembro, 885
63. Ana Cristina Alves, servidor público, Rua José Lucio, 523
64. Francisca Dinaelly do Carmo Silveira, servidor público, Rua Justino Muniz, 217
65. Juliano Albuquerque da Silveira, servidor público, Rua Luís João de Farias, 71
66. Michele Cristina Silva, servidor público, Rua Mundoca Muniz, s/n
67. Maria Keiliane Sousa, servidor público, Rua Mundoca Muniz, 1231
68. Alexandre Marcelio Vasconcelos, servidor público, Rua Capitão Teotonio, 31
69. Nelciney Casseb de Aviz, servidor público, Rua Presidente Getúlio Vargas, 202
70. Andre Alves Silveira, servidor público, Rua Presidente Getúlio Vargas, 176
71. Raimundo Araújo de Vasconcelos, servidor público, Rua Presidente Juscelino, 27
72. Maria Rosilene de Sousa, servidor público, Rua Vicente Moura, 108
73. Adriana Sousa de Amorim, servidor público, Conjunto São Raimundo, 10
74. Leandro Antônio do Nascimento Matias, servidor público, Rua Tancredo neves, 1011
75. Maria Erlania de Sousa, servidor público, Rua Tancredo neves, 999
76. Helciane Kelly Macedo, servidor público, Avenida Tenente Albano, 369
77. Joelio Wagner Morais, servidor público, Avenida 14 de janeiro, 260
78. Valdivia Muniz Rocha, servidor público, Avenida Tenente Albano, 1131
79. Maria Marluce Silveira, servidor público, Rua 06 de abril, 237
80. Maria Marlene da Costa Santos, servidor público, Rua 08 de janeiro, 106
81. Francisca Jany Eiry Maranhão, servidor público, Rua 06 de abril, s/n
82. Marilena Patricia Brandão, servidor público, Rua Capitão Antônio Raimundo, 61
83. Francisco Gilson da Costa, servidor público, Rua Ezequiel Vasconcelos, 1890

84. Francisco Fredson Costa, servidor público, Rua Tancredo Neves, 127

Todos residentes e domiciliados nesta Comarca de Cruz, Estado do Ceará.
E, para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa, mandei expedir o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no local de costume.

Dado e passado nesta Cidade de Cruz, Estado do Ceará, Secretaria da Única Vara desta Comarca, aos 11 de novembro de 2024. Eu, Ana Elizabete Marinho Magno, digitei e subscrevi.

FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juiz Respodendo

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CRUZ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0334/2024
ADV: LARISSA MARQUES DO NASCIMENTO (OAB 43137/CE) - Processo 0050055-84.2020.8.06.0074 - Tutela Cautelar Antecedente - Nomeação - REQUERIDO: Dimas José Nascimento - Cls. Intime-se novamente a Dra. Larissa Marques do Nascimento - OAB/CE 43137, que atua na procuradoria jurídica do Município de Cruz, para que apresente contestação nos presentes autos no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, advirto desde já que em caso de nova inércia se nomeará outro Curador Especial. Intime-se via DJE. Expedientes necessários.
ADV: LUAN DIONES DE MORAES (OAB 36682/CE) - Processo 0050156-87.2021.8.06.0074 (apensado ao processo 0050139-85.2020.8.06.0074) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: S.K.P.V. - Cls. Ante o noticiamento do não cumprimento do Mandado de Prisão (fl. 80), bem como tendo sido o último peticionamento da parte autora nos idos de junho/2022, intime-se o polo ativo, via DJE e pessoalmente (via Oficial de Justiça), para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste se já houve o adimplemento do valor do débito e, em caso negativo, atualize o saldo devedor e requeira medida de direito. Expendientes necessários.
ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 28128/CE), ADV: CAROLINA ROCHA BOTTI (OAB 422056/SP), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0050360-34.2021.8.06.0074 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Elves Nascimento - REQUERIDO: Itapeva Xii Multicarteira Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Não Padronizados (Cessionária do Crédito) - Por conseguinte, homologa-se, para que produza efeitos, o pedido de desistência de fl. 571 relativo ao apelo contido em fls. 455/476, nos termos dos artigos998e999, ambos dodiploma processual civil. Ante o exposto, resta prejudicada a apelação. Intimem-se as partes via DJE e não sobrevindo insurgência, no prazo de 15 (quinze) dias, quanto à presente conclusão, certifique-se o trânsito em julgado e, sequencialmente, arquive-se o feito. Expedientes necessários.
ADV: MARIA EDNA SILVEIRA (OAB 22193/CE) - Processo 0200110-08.2024.8.06.0074 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.A.N.S. - Cls. Defere-se o prazo requerido em Audiência de fl. 31 para que a autora, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, indicar a impossibilidade de intimação do requerido Sr. Francisco de Assis Paiva. No prazo assinalado, informe novo endereço ou solicite o que entender de direito, sob pena de extinção do feito. Expedientes necessários.
ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200374-59.2023.8.06.0074 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Pan S.a - Cls. Considerando que o Código de Processo Civil vigente prevê que o juízo de admissibilidade será exercido pelo juízo ad quem, intime-se a parte recorrida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta ao recurso de apelação, conforme art. 1.010, §1º do CPC. Em seguida, apresentado ou não a resposta recursal acima, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com as homenagens de estilo. Expedientes necessários.
ADV: ALAN FELIPE COSTA MUNIZ (OAB 47372/CE) - Processo 0200413-22.2024.8.06.0074 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Y.S.S.F. - Diante do exposto, DEFIRO PARCIALMENTE O PEDIDO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS, fixando-os em 33% do salário-mínimo vigente, o que equivale a R$ 470,67 (quatrocentos e setenta reais e sessenta e sete centavos) a serem pagos por Emerson Fernando da Rocha Moreira, em favor de Rebeka Evelyn de Sousa Moreira e Ytalo James de Sousa Moreira. O valor devido deverá ser pago até o 5º dia útil de cada mês, na conta-corrente informada pelo(s) requerente(s). Caso ainda não tenha sido informada a conta de depósito dos alimentos, intime-se o requerente para informá-la, de preferência a chave PIX, no prazo de 5 dias. Caso não informe a conta de depósito no prazo judicial, deverá o devedor efetuar o pagamento dos alimentos em conta judicial vinculada ao processo. Cite-se a parte requerida a comparecer à audiência UNA, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, conforme disposto no art. 7º da Lei 5.478/68, bem com intime-a da decisão que fixou os alimentos provisórios. Intime-se a parte requerente a comparecer à audiência UNA, sob pena de arquivamento do feito, conforme disposto no art. 7º, da Lei 5.478/68. Cientifique-se o Ministério Público da presente decisão, bem como intime-o a comparecer à audiência UNA. Intimações e diligências necessárias. Cruz/CE, data registrada no sistema.

COMARCA DE EUSEBIO - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE EUSEBIO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0204/2024
ADV: SAMYA BRILHANTE LIMA (OAB 32204/CE) - Processo 0009058-71.2011.8.06.0075 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Jangledson de Oliveira - Intime-se a advogada do réu, Dra. Samya Brilhante Lima, OAB/CE nº 32.204, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, nos termos do artigo 396, do C.P.P.
ADV: RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO (OAB 12728/RN), ADV: TULIO MAGNO GOMES RIBEIRO (OAB 24853/CE), ADV: PAULO CESAR MATIAS DA SILVA SANTOS (OAB 19314/CE) - Processo 0010049-76.2013.8.06.0075 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Kildare Godinho Freire - Considerando que a Súmula 438, do STJ, veda o reconhecimento da prescrição da pena em perspectiva e considerando o descabimento da aplicação retroativa do § 5° do artigo 171 do Código Penal, às hipóteses onde o Ministério Público tiver oferecido a denúncia antes da entrada em vigor da Lei

13.964/19, indefiro o petitório de fls. 268/271 e determino o cumprimento do despacho de fls. 213.

ADV: ORNAN MENEZES GRANJA JUNIOR (OAB 47027/CE), ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE) - Processo 0200327-48.2024.8.06.0075 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Usurpação de função pública - REQUERENTE: Associação de Advogados Públicos de Eusébio ¿ Aape - Proceda-se como requer o MP na manifestação de fls. 604.

ADV: JOSE TELES BEZERRA JUNIOR (OAB 25238/CE), ADV: ORNAN MENEZES GRANJA JUNIOR (OAB 47027/CE) - Processo 0200661-82.2024.8.06.0075 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Apuração de Irregularidade no Serviço Público - REQUERENTE: Associação de Advogados Públicos de Eusébio ¿ Aape - Proceda-se como requer o MP na manifestação de fls. 431.

ADV: ADRIANA AZEVEDO LIMA (OAB 15932/CE) - Processo 0200920-05.2024.8.06.0293 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - VÍTIMA: Michelle Rodrigues Teixeira Gois - Proceda-se como requer o MP na manifestação de fls. 333.

ADV: WAGNER ROCHA JOVENTINO (OAB 33893/CE) - Processo 0201010-13.2024.8.06.0293 - Inquérito Policial - Furto Qualificado - RÉ: Luana Pereira Freitas Nunes e outro - Intime-se o advogado das rés, Dr. Wagner Rocha Joventino, OAB/CE nº 33.893, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, nos termos do artigo 396, do C.P.P.

ADV: PATRICIA PONTES PORTO (OAB 41179/CE) - Processo 0203671-90.2024.8.06.0025 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: J.P.M.S. - Diante do exposto, em face da ausência de queixa-crime válida, em razão da decadência, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal Brasileiro c/c art. 38 e 61, ambos do Código de Processo Penal, REJEITO A QUEIXA-CRIME e declaro extinta a punibilidade de VITTORIO DAGNA pelos fatos aqui narrados.

ADV: ANDERSON CARDOSO DIAS DE SOUSA (OAB 37396/CE) - Processo 0205424-33.2024.8.06.0300 - Inquérito Policial - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Antonio do Livramento Silva - Intime-se o advogado do réu, Dr. Anderson Cardoso Dias de Sousa, OAB/CE nº 37.396, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, nos termos do artigo 396, do C.P.P.

ADV: FRANCISCO BRUNO DE SOUSA (OAB 39842/CE) - Processo 0205527-32.2022.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Pedro Lucas Gino Sá - Adriana Rodrigues Gino - Diante de todo o exposto, com fulcro nos arts. 381 e 387, do Código de Processo Penal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA para CONDENAR o acusado PEDRO LUCAS GINO SÁ, brasileiro, natural de Eusébio/CE, nascido em 17/10/2003, filho de Pedro Bezerra Sá e Adriana Rodrigues Gino, nas sanções previstas no artigo 33, da Lei 11.343/2006; e para ABSOLVER a acusada ADRIANA RODRIGUES GINO, bastante qualificada, o que faço com fulcro no artigo 386, VII, do C.P.P.

ADV: RENAN VERAS PARENTE (OAB 28079/CE), ADV: RENATO VERAS PARENTE (OAB 38622/CE) - Processo 0206763-27.2024.8.06.0300 - Pedido de Prisão Preventiva - Estupro de vulnerável - RÉU: R.A. - Assim, restando prejudicada a condição de admissibilidade, em virtude de já estar configurado o prejuízo da formação do binômio fumus commissi delicti e periculum libertatis, outra opção não resta senão INDEFERIR a representação pela PRISÃO PREVENTIVA de RAFAEL DE ARAÚJO SÁ, brasileiro, filho de Antônio Milton Sá Araújo e Luzia de Araújo Sá, natural de Fortaleza/CE, nascido em 26/11/1992, o que faço com arrimo nos fundamentos expendidos nas linhas precedentes.

ADV: ANTONIO EDSON GERMANO DE SOUSA (OAB 48010/CE) - Processo 0207630-75.2023.8.06.0293 - Inquérito Policial - Uso de documento falso - RÉU: Francisco Miramar Souza dos Santos - Réu citado pessoalmente (fls. 106). Intime-se o advogado do réu na sua audiência de custódia, Dr. Antônio Edson Germano de Sousa, OAB/CE nº 48.010, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, nos termos do artigo 396, do C.P.P.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE FREITAS MAGALHÃES (OAB 51315/CE), ADV: RACHEL SOARES CAVALCANTE (OAB 33219/CE), ADV: OSSIANNE DA SILVA FREITAS MARTINS (OAB 28544/CE), ADV: GINA ALBUQUERQUE REBOUÇAS (OAB 25756/CE), ADV: ANTONIO ALVES BEZERRA DA COSTA NETO (OAB 12038/CE) - Processo 0295953-93.2022.8.06.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Dano - QUERELANTE: Júlio César dos Santos - Nestas condições, HOMOLOGO a desistência da ação pelo querelante e, consequentemente, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ARTUR OQUENDO LOPES E JULLYE ANNE DINIZ PEREIRA GARCIA OQUENDO, com fundamento no artigo 107, inciso V do Código Penal.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0205/2024

ADV: RAMIRO FRANCISCO DA SILVA NETO (OAB 44848/CE) - Processo 0012293-89.2024.8.06.0075 (processo principal 0202733-46.2024.8.06.0300) - Relaxamento de Prisão - Violência Doméstica Contra a Mulher - MASSA FALIDA: Gustavo Luiz de Souza - Ante o exposto, não mais subsistindo os motivos que ensejaram a decretação da custódia preventiva do requerente GUSTAVO LUIZ DE SOUZA, bastante qualificado, com esteio no art. 316 da Lei Adjetiva Penal REVOGO a decisão que decretou a sua prisão preventiva, aplicando-lhe, porém, as seguintes medidas cautelares: a) Monitoramento eletrônico com recolhimento domiciliar em período noturno e nos dias de folga, de 20h às 06h; b) obrigação de comparecer a todos os atos do processo, quando devidamente intimado; c) proibição de mudar de endereço sem comunicação prévia a este Juízo; e d) comparecer mensalmente em juízo para informar e justificar suas atividades. Ademais, inalteradas as circunstâncias que ensejaram a fixação das medidas protetivas impostas em favor da vítima, subentende-se que o contexto motivador ainda persiste, razão pela qual determino a manutenção das medidas protetivas deferidas às fls. 14/15 nos autos n° 0200450-46.2024.8.06.0075.

COMARCA DE EUSEBIO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0465/2024

ADV: NERILDO MACHADO (OAB 20982/CE), ADV: JEAN NERILDO MACHADO (OAB 27551/CE) - Processo 0200828-36.2023.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: I.S.A. e outro - Vistos. Intime-se a parte requerida, para que se manifeste, no prazo de 15 dias, acerca da petição de fls. 164, caso assim o queira. Com a manifestação ou com o decurso do prazo, a depender do que ocorra em primeiro lugar, venham-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: LUMA VIDAL AZEVEDO (OAB 34348/CE) - Processo 0200856-67.2024.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Nomeação -

INTERTE: O.M.C.J. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e por se tratar de mero expediente, expeço o seguinte ato ordinatório: "Considerando a certidão retro, intimem se as partes para comparecerem na audiência de entrevista do interditando redesignada para a data de 27/11/2024, às 15h30min. Ressalvo que acontecerá preferencialmente diante das possibilidades do interditando (a) na modalidade presencial na sala de audiências deste Juízo, nos termos da Resolução n. 481 de 22/11/2022 do Conselho Nacional de Justiça." Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. MARCELA DE OLIVEIRA CARLOS Servidora Judiciaria

ADV: DANIELE PIMENTEL DE OLIVEIRA (OAB 32472/CE), ADV: ANA BEATRIZ RICARTE GOMES (OAB 33972/CE), ADV: MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE (OAB 39631/CE), ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201097-12.2022.8.06.0075 (apensado ao processo 0200503-61.2023.8.06.0075) - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.W.L.C. - REQUERIDA: I.M.L.S. - Assim, diante dos fundamentos supradestacados, com fulcro no art. 1.022, do Código de Processo Civil, CONHEÇO dos presentes embargos de declaração, e, no mérito, REJEITO-OS, ao passo em que, por via de consequência, mantenho incólume a decisão vergastada. Publique-se. Intimem-se. Expedientes necessários

ADV: RAFAEL PINHEIRO PONTES (OAB 51591/CE) - Processo 0201838-81.2024.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Arruda de Freitas - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 27/01/2025 às 14:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital Decisão: "Com fulcro no disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios e considerando a Resolução nº 313/2020 do CNJ e as Portarias nº 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC, designo audiência de conciliação virtual para o dia 27/01/2025 às 14:00h, a se realizar na modalidade videoconferência por meio da plataforma Microsoft Teams. Para participar da audiência, deverá a parte e o advogado: 1) Acessar a sala virtual de conciliação pelo link: https://link.tjce.jus.br/1d5ec1 ou pelo QRCODE abaixo; 2) Utilizar equipamentos que contenha microfone e câmera. 3) Ao clicar no link deve baixar o aplicativo "Microsoft Teams", disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play Store (sistema Android) e Apple Store (sistema IOS); Em caso de impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020/NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do juízo de origem. Este Centro está a disposição para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail tjce.cejusc.eusebio@tjce.jus.br."

ADV: HEBERT ASSIS DOS REIS (OAB 17614/CE) - Processo 0201850-32.2023.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Multa - REQUERENTE: Associaçao Quintas do Lago Residencial - Sobre a contestação de págs; 165/182, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351, CPC). Intime-se.

ADV: JOSIMAR FERREIRA LIMA (OAB 20606/CE) - Processo 0201861-61.2023.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.C.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e por se tratar de mero expediente, expeço o seguinte ato ordinatório: "Considerando a certidão retro, intimem se as partes para comparecerem na audiência de entrevista do interditando redesignada para a data de 27/11/2024, às 15:00h. Ressalvo que acontecerá preferencialmente diante das possibilidades do interditando (a) na modalidade presencial na sala de audiências deste Juízo, nos termos da Resolução n. 481 de 22/11/2022 do Conselho Nacional de Justiça." Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. MARCELA DE OLIVEIRA CARLOS Servidora Judiciaria

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0466/2024

Processo 0200856-67.2024.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: O.M.C.J. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e por se tratar de mero expediente, expeço o seguinte ato ordinatório: "Considerando a certidão retro, intimem se as partes para comparecerem na audiência de entrevista do interditando redesignada para a data de 27/11/2024, às 15h30min. Ressalvo que acontecerá preferencialmente diante das possibilidades do interditando (a) na modalidade presencial na sala de audiências deste Juízo, nos termos da Resolução n. 481 de 22/11/2022 do Conselho Nacional de Justiça." Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. MARCELA DE OLIVEIRA CARLOS Servidora Judiciaria

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO ANNE CAROLLINE FERNANDES DUARTE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RENATA CAVALCANTE GONÇALVES VIANA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0467/2024

ADV: ANTONIO LEITE TAVARES (OAB 1838/CE), ADV: LUCIANA DIAS ARRAIS (OAB 8821/CE), ADV: JOÃO LEITE MENDONÇA TAVARES (OAB 29500/CE) - Processo 0012405-58.2024.8.06.0075 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Vistos, A presente missiva se acha revestida de todos os requisitos legais previstos no inciso II, do art. 260, do CPC. Demais disso, não há comprovação de pagamento de custas referentes as diligências de oficial de justiça. Assim, intime-se a parte requerente, por seu causídico, para, no prazo de 10(dez) dias, juntar aos autos, os comprovantes de recolhimento das custas já mencionadas. Sobrevindo o documento e comprovante de pagamento de custas no prazo acima, cumpra-se conforme requerido, expedindo-se o respectivo mandado. Com o retorno do mandado e sua respectiva certidão por parte do oficial de justiça, intime-se o requerente por seu advogado, em caso de decurso de prazo da intimação supracitada e nada sendo apresentado ou requerido, devolva-se e arquive-se o feito com as devidas baixas. Expedientes e providências necessárias.

ADV: MARIA GORETTI TAVORA FRANCELINO (OAB 7297/CE) - Processo 0201532-15.2024.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dayse Maria Mota Aquino - REQUERIDO: Abreu Engenharia - Me - Isto posto, DEFIRO o pedido de parcelamento das custas processuais em 6 parcelas, iguais, mensais e sucessivas, devendo ser respeitado o valor mínimo de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência do Estado do Ceará (UFIRCE's) por parcela. Advirta-se que o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado em até 15 (quinze) dias,

contados da data da intimação desta decisão, fixando seus termos e prazo, vencendo-se as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Fica a requente ciente que o prazo para pagamento das parcelas não se suspende em virtude do advento do recesso forense. Consigno que a falta de pagamento de qualquer parcela no curso do processo acarretará o vencimento antecipado das demais, nos termos do art.29 da Resolução do Órgão Especial nº 23/2019 do TJCE. Assim como, DEFIRO o pedido de perícia antecipada no regime de tutela de urgência em sede liminar, por vislumbrar, em juízo de cognição sumária, os elementos caracterizadores de sua concessão, como também, por entender cabível e necessária ao esclarecimento dos fatos e ao deslinde da causa, nos termos dos arts. 300 e 381, I, do CPC. Nomeio expert na área de atuação em Engenharia Civil cuja nomeação se dará por meio de sorteio junto ao SIPER, do TJCE, dentre os ali credenciados, em observância ao disposto na Portaria n.º 65/2019, de lavra da Presidência do TJCE, para realização de exame pericial. Intime-se o perito para, em 5 (cinco) dias úteis, dizer se aceita o encargo e apresentar proposta de honorários. Cite-se a requerida e intime-se a requerente, dando ciência da antecipação da perícia no imóvel e da nomeação do perito, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, se manifestarem acerca da nomeação do expert, e, em caso positivo, formularem quesitos e indicarem assistentes técnicos, nos termos art. 465, §1º, I, II e III, do CPC. Após a apresentação da proposta dos honorários, intimem as partes para, querendo, manifestar-se no prazo comum de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 465, §3º do CPC. Havendo concordância, intime-se o perito nomeado para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar data e hora para a realização da perícia, devendo comunicar a este juízo com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para a devida intimação das partes. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. Com a juntada do laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias. Fica desde já, advertidas as partes de que lhes incumbe avisar, independentemente de intimação por este Juízo, os assistentes por si nomeados sobre a realização da perícia. Considerando a Semana Nacional da Conciliação que será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2024, designo audiência de conciliação, a ser realizada por este juízo, na pauta de audiências da referida semana, devendo a secretaria certificar data e hora. Intimem-se os litigantes para participarem da audiência de conciliação, não havendo acordo, a requerida deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela requerente, nos termos dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Advirta-se que o não comparecimento injustificado da requerente ou das requeridas à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme art.334, § 8º do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0468/2024

ADV: MARCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP) - Processo 0201304-40.2024.8.06.0075 - Requerimento de Apreensão de Veículo - Busca e Apreensão - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Vistos em conclusão inicial. Intime-se a parte autora, via Dje, para emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento nos termos do art. 321, § único do CPC, instruindo-a com o recolhimento de custas judiciais da diligência requerida. Decorrido o prazo, independente de manifestações, voltem os autos conclusos.

COMARCA DE EUSEBIO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1409/2024

ADV: CARLOS RAPHAEL SANTANA DA COSTA (OAB 49074/CE) - Processo 0240711-81.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.R.S.C. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 27/01/2025 às 14:45h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital Decisão: “Com fulcro no disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios e considerando a Resolução nº 313/2020 do CNJ e as Portarias nº 01/2020 e 02/2020 do NUPEMEC, designo audiência de conciliação virtual para o dia 27/01/2025 às 14:45h, a se realizar na modalidade videoconferência por meio da plataforma Microsoft Teams. Para participar da audiência, deverá a parte e o advogado: 1) Acessar a sala virtual de conciliação pelo link: https://link.tjce.jus.br/1d5ec1 ou pelo QRCODE abaixo; 2) Utilizar equipamentos que contenha microfone e câmera. 3) Ao clicar no link deve baixar o aplicativo “Microsoft Teams”, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play Store (sistema Android) e Apple Store (sistema IOS); Em caso de impossibilidade, deverá ser observado o artigo 4º, § único da Portaria nº 02/2020/NUPEMEC: Art. 4º Havendo impossibilidade técnica para a realização da sessão, as partes deverão comunicar nos autos em até dois dias antes da data designada, permanecendo o processo no CEJUSC para oportuna designação de audiência presencial, salvo retirada de pauta por ordem do juízo de origem. Este Centro está a disposição para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail tjce.cejusc.eusebio@tjce.jus.br.”

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1410/2024

ADV: ELIZIO MORAIS BARATTA (OAB 20969/CE) - Processo 0201619-39.2022.8.06.0075 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Robson Oliveira Silva - Vistos e etc., I RELATÓRIO Robson Oliveira Silva, devidamente qualificada nos autos ajuizou a presente Ação de Alvará Judicial, nos termos descritos na exordial. Em síntese processual, concebe-se processo com tramitação regular, estagnando-se em seara de manifestação pela parte autora de interesse no prosseguimento do feito, de modo que a parte não fora localizada no endereço descrito na inicial para informar acerca de seu interesse no prosseguimento da demanda. Petição inicial e documentos às págs. 01/19. Despacho à pág. 63, determinando intimação do autor, por meio de seu advogado, a se manifestar nos autos. Decorrido prazo sem manifestação, vide certidão de pág. 67. Posteriormente, à pág. 68, fora determinada a intimação pessoal da parte autora para dar continuidade na ação, o mandado de intimação retornou sem cumprimento, por não ter sido a autora localizada no endereço informado, consoante certidão de página 70. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo a decidir. II FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se diante do relatado acima que, a parte promovente, não demonstra interesse no prosseguimento do feito. O aparelho jurisdicional do Estado não pode ficar indefinidamente à disposição das partes, notadamente quando negligenciam os deveres processuais que lhe são incumbidos. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXTINÇÃO. ABANDONO DE CAUSA. Para decretar a extinção do feito por abandono da causa pela inércia do requerente em dar prosseguimento ao feito, necessária a prévia intimação pessoal. Na espécie, observado o não atendimento, pelo procurador constituído, à determinação judicial, como de resto, tendo a parte silenciado após intimação pessoal, de rigor a extinção do feito por abandono. Dever de manter o endereço atualizado que compete à parte, cujo retorno negativo da intimação pela inexistência do número não afasta a extinção pelo abandono da causa. Sentença confirmada. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNANIME. (TJ-RS - AC: 70067989426 RS, Relator: Giuliano Viero Giuliato, Data de Julgamento: 23/02/2017, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: 06/03/2017) Verifica-se que a parte autora não foi localizada para intimação a fim de dar proseguimento ao feito, sendo ônus da parte comunicar ao juízo eventual mudança de endereço, o que não ocorreu no caso sub judice. Ademais, a parte autora não promoveu os atos e diligências que lhe competiam, logo, a extinção do feito por abandono da causa é medida que se impõe. III DISPOSITIVO Ante o exposto, só me resta julgar extinto o feito por sentença sem resolução de mérito, o que faço com esteio no artigo 485, II e III do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com a devida baixa na distribuição. Eusebio/CE, 08 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1411/2024

ADV: HERMENEGILDO CESAR DE ALMEIDA JUNIOR (OAB 25395/CE) - Processo 0050584-03.2020.8.06.0075 - Mandado de Segurança Cível - Posse e Exercício - IMPETRANTE: Antonio Martins da Silva Filho - Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Antonio Martins da Silva Filho contra ato praticado pelo Sr. Corregedor Municipal de Segurança Pública , Cidadania e Policia Municipal da cidade de Eusébio Francisco Marcello Martins Desidério e outro. Alega o impetrante , em apertada sintese, que: É servidor público municipal , e que o cargo público restou alcançado após a aprovação em concurso público no ano de 2013; Que no dia 16.04.2020 estava exercendo suas funções habituais quando teria sido surpreendido por outro GM que teria sido alocado para realizar plantão no mesmo local; Que devido a um desentendimento onde o impetrante fora acusado pelo outro GM de ameaça com uso de arma por disputa de um controle de televisão , fora o fato comunicado ao secretário do órgão e posteriormente ao Corregedor , sendo iniciada a abertura de PAD, sem sindicância fundamentada , apenas com o B.O realizado pela suposta vítima ; Que em virtude do PAD restou suspenso pelo prazo de 30 dias conforme art. 165 da Lei 460/2001 em contradição ao RI da Guarda Municipal de Eusébio de nº 1261 art. 17 § 2º que estipula o prazo de 05 dias; Aduz a ausência de fundamentação para o PAD e a sindicância baseada apenas em um Boletim de Ocorrência; Requer a concessão de liminar destinada a imediata reintegração dos vencimentos do impetrante referentes aos dias de suspensão e no mérito enfim a concessão da segurança definitiva para nulidade total do ato administrativo . Documentos insertos as pgs. 10/65. Liminar indeferida, nos termos da decisão de pgs .66. As páginas 67/79 atravessa o impetrante pedido de juntada de novos documentos. Mais uma vez , as páginas 81/82, peticiona o impetrante para juntada de outros documentos. Informação do impetrado as páginas.86/93 , instruída com a documentação de páginas 94/147, onde alude a inadequação da via eleita por ausência de direito liquido e certo a amparar um mandado de segurança ; a legalidade do procedimento administrativo disciplinar em face da gravidade da conduta apurada, a observância em todo o procedimento do direito de defesa , a regularidade da suspensão dos subsídios durante o afastamento . Requer ainda a total improcedência da pretensão autoral Às páginas 149/153 atravessa o impetrante , sem intimação nesse sentido , peça processual em forma de Réplica . Com vistas, o Ministério Público manifestou-se às pgs 200/204 , em criterioso parecer , cujas razões ora adoto e me reporto , opinando pela denegação da segurança . As páginas 210/213 atravessa o impetrante manifestação . Novamente com vistas , o Representante do Ministério Público parecer às pgs. 348 reiterando a manifestação pela denegação da segurança tendo em vista a inexistência de direito líquido e certo do impetrante a ser amparado pela via mandamental, vindo os autos à conclusão. Breve Relato. Decido: Argumentado pelo impetrante a inexistência de justo motivo a amparar a sindicância e fundamentar o PAD. O impetrado , em suas informações, dentre os argumentos utilizados, questionou a alegação apresentada, tendo em vista que , segundo este, a gravidade do ato (no caso apurava-se o uso de arma de fogo apontada para a cabeça do companheiro de corporação em pleno local de trabalho) dentre outras circunstâncias , apontavam para a necessidade de afastamento do ora impetrante. A alegação acostada aos autos pelo impetrante e impugnada pelo impetrado não se apresenta , de fato, com os requisitos de certeza exigido pela estreita via do writ. A prova no mandado de segurança se reveste de excepcional relevância, uma vez que a base da definição do direito líquido e certo repousa na indiscutibilidade dos fatos , que devem ser provados documentalmente, sem necessidade de instrução probatória. Em face disso, como bem leciona Ada Pellegrini Grinover, só se admite em mandado de segurança a prova documental, preconstituída. E mais: em face da necessidade de serem os fatos indiscutíveis, não pode haver dúvida quanto aos argumentos que os comprovam. Se eles forem impugnados como falsos, não caberá no processo o incidente de falsidade: argüida a falsidade da prova documental, perde ela sua credibilidaade, bastando isso para criar-se a dúvida sobre os fatos alegados, o que afasta o uso da ação de segurança. Mandado de Segurança- Impropriedade- Direito desprovido dos galardões da liquidez e certeza, embora juridicamente protegido, processualmente não é amparado pela via heróica. Ordem mandamental denegada. TJCE- R.JurispTJCe, v.11,p.115-127, 2003 Rel. Des. Raimundo Bastos de Oliveira O controle jurisdicional do Processo Administrativo Disciplinar é exercido para apreciar a legalidade e a regularidade do procedimento à luz dos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Para a decretação de nulidade do processo administrativo, é necessária a demonstração de ilegalidade flagrante em prejuízo ao impetrado , o que não ocorreu . Verificado no caso a regularidade em tese do procedimento , com a devida observância do contraditório e ampla defesa , não prevalece a alegada nulidade em relação ao argumento de falta de justa causa para a sindicância de forma a ser matéria de mandamus. O mandado de segurança não é a via adequada para examinar suficiência do conjunto fático-probatório constante do Processo Administrativo Disciplinar (PAD), com o objetivo de verificar se o recorrente praticou ou não os atos que serviram de base para a imposição de penalidade administrativa. Estando a decisão da demissão em conformidade com as provas contidas no PAD e que não é possível, na análise de mandado de segurança, reapreciar os fatos do processo administrativo disciplinar . Nesse mesmo sentido foi o entendimento aplicado pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar incabível recurso em mandado de segurança no qual o impetrante questionava sua demissão em razão de fatos apurados em PAD. Assim também entende o TST: MANDADO DE SEGURANÇA. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD. PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO

LÍQUIDO E CERTO. ORDEM DENEGADA. Mandado de Segurança que se denega ante a inexistência de direito líquido e certo da parte à aplicação da Lei nº 8.112/90. Não configuração de prescrição para imputação de penalidade disciplinar ao impetrante. Necessidade de dilação probatória nos autos originários para a devida avaliação meritória da questão. Segurança denegada. (TRT-7 - MSCiv: 00805012320205070000 CE, Relator: JOSE ANTONIO PARENTE DA SILVA, Seção Especializada I, Data de Publicação: 29/04/2021) Ex positis, denega-se a segurança pleiteada, à mingua de direito líquido e certo a ampará-la. Finda o processo sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as devidas anotações. P. R. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1412/2024

ADV: RAFAEL DE ALMEIDA ABREU (OAB 19829/CE), ADV: NAYANA CLEA FERREIRA COUTINHO - Processo 0201203-03.2024.8.06.0075 - Divórcio Consensual - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: A.M.M.O. - REQUERIDO: N.C.F.C. - Vistos e etc.. Alex Machado Mendes Oliveira e Nayana Clea Ferreira Coutinho, ambos qualificados na inicial, por procurador habilitado, ingressaram neste Juízo com a presente de DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C GUARDA, ALIMENTOS e PARTILHA DE BENS, alegando em suma que: Casaram em 16/12/2010 e estão separados de fato, sem qualquer chance de reconciliação. Que desta união, o casal teve dois filhos, vide certidões de nascimento às págs. 19/20. Em relação à guarda, direito de visitas e pensão alimentícia para os filhos menores, às partes firmaram um acordo, nos termos insertos às págs. 03/04. As partes dispensam alimentos entre si. No que concerne a partilhas de bens, às partes firmaram um acordo nos termos descritos à pág.05. Requer ao final decretação do Divórcio e homologação do acordo. À inicial, instruindo-a, vieram os documentos de págs. 09/20. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido às págs.44/50. É o que importa relatar. DECIDO. Destes autos infere-se que a pretensão dos autores merece ser acolhida. Insta observar que a Ação de Divórcio prescinde de comprovação do lapso temporal de um ano da separação judicial, até porque, conforme novo texto do art. 226 da Constituição Federal trazido pela Emenda Constitucional nº 66/2010, não mais se exige a separação judicial prévia para fins de divórcio. Restaram bem patenteados interesse e legitimidade processual da postulação. À luz de tais considerações, com fundamentação legal no art. 226 da Constituição Federal e nas disposições da Lei nº 6.515/77, JULGO PROCEDENTE o pedido dos autores, para decretar dissolvido, pelo DIVÓRCIO, o casamento entre ALEX MACHADO MENDES OLIVEIRA E NAYANA CLEA FERREIRA COUTINHO. Desta forma, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes, na forma que consta na inicial às págs. 01/08, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, com fulcro no art. 487, III, b do CPC. Defiro a gratuidade judiciária. Expeçam-se os competentes mandados de registro e averbação, para serem cumpridos no Cartório de Registro Civil competente. Observadas as formalidades legais, arquivem-se estes autos, com baixa na Distribuição, Tombo e demais anotações. Publique-se; Registre-se; Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquive-se com observância das formalidades legais. Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1413/2024

ADV: MARIA IZAILDE DE LUNA (OAB 13688/CE) - Processo 0201880-33.2024.8.06.0075 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.R.S.L. - M.J.T.C.L. - Vistos e etc.. ANTÔNIO RICARDO DA SILVA LIMA e MARIA DE JESUS TORQUATO CUNHA LIMA, ambos qualificados na inicial, por procurador habilitado, ingressaram neste Juízo com a presente de DIVÓRCIO CONSENSUAL, alegando em suma que: Casaram em 12/11/2018 e estão separados de fato, sem qualquer chance de reconciliação. Que desta união, o casal teve dois filhos, vide documentos às págs. 15/18. Em relação à pensão alimentícia para a filha menor, às partes firmaram um acordo, nos termos insertos à pág. 03. Não há bens a serem partilhados. As partes dispensam alimentos entre si. A cônjuge virago opta por retornar ao uso de seu nome de solteira, a saber: MARIA DE JESUS TORQUATO CUNHA. Requer ao final decretação do Divórcio e homologação do acordo. À inicial, instruindo-a, vieram os documentos de págs. 05/18. O Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido às págs.23/27. É o que importa relatar. DECIDO. Destes autos infere-se que a pretensão dos autores merece ser acolhida. Insta observar que a Ação de Divórcio prescinde de comprovação do lapso temporal de um ano da separação judicial, até porque, conforme novo texto do art. 226 da Constituição Federal trazido pela Emenda Constitucional nº 66/2010, não mais se exige a separação judicial prévia para fins de divórcio. Restaram bem patenteados interesse e legitimidade processual da postulação. À luz de tais considerações, com fundamentação legal no art. 226 da Constituição Federal e nas disposições da Lei nº 6.515/77, JULGO PROCEDENTE o pedido dos autores, para decretar dissolvido, pelo DIVÓRCIO, o casamento entre ANTÔNIO RICARDO DA SILVA LIMA e MARIA DE JESUS TORQUATO CUNHA LIMA. A cônjuge virago voltará a usar seu nome de solteira, a saber: MARIA DE JESUS TORQUATO CUNHA. Desta forma, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes, na forma que consta na inicial às págs. 01/04, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos, com fulcro no art. 487, III, b do CPC. Defiro a gratuidade judiciária. Expeçam-se os competentes mandados de registro e averbação, para serem cumpridos no Cartório de Registro Civil competente. Observadas as formalidades legais, arquivem-se estes autos, com baixa na Distribuição, Tombo e demais anotações. Publique-se; Registre-se; Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquive-se com observância das formalidades legais. Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1414/2024

ADV: GUSTAVO DAGA (OAB 38531/CE), ADV: FRANCISCO ROGIVANIO SARAIVA - Processo 0200859-22.2024.8.06.0075 (apensado ao processo 0201499-25.2024.8.06.0075) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.M.S.G. - D.M.S.S. - REQUERIDO: F.R.S. - Vistos e etc.. Trata-se de AÇÃO DE ALIMENTOS, em que as partes celebraram acordo para fins de solução da lide, vide págs. 105/109. Com vistas, o Ministério Público exarou manifestação às páginas 113/114 opinando pela homologação pretendida, uma vez que restaram preservados os interesses do menor envolvido. É o que importa relatar. Decido. A teor do que dispõe oart. 487, inciso III, alínea b do CPC,haverá solução de mérito sempre que as partes transigirem,

como ocorreu na hipótese dos autos. O acordo entabulado preserva suficientemente os interesses públicos e particulares das partes. Ante o exposto,homologo, para que surta os seus jurídicos efeitos legais, o acordo firmado pelas partes, conforme às págs. 105/109, ejulgo extinto o procedimento, com base no disposto no artigo 487, III, alínea b, do CPC. Sem custas, nem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquive-se, sem prejuízo de desarquivamento em caso de eventual requerimento. Expedientes necessários. Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1415/2024

ADV: DOUGLAS DO NASCIMENTO SAMPAIO (OAB 40828/CE) - Processo 0050695-50.2021.8.06.0075 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: José Wagner Sancho Diogo - Vistos, etc. Em virtude do executado ter sido citado, não pagando a dívida no prazo legal, tampouco oferecido bens à penhora (certidão à pág.31), e defronte os pedidos elencados às págs. 64/67, entendo por adequado deferir o pedido do exequente de penhora on line, via SisbaJud, dos ativos financeiros pertencentes ao executado, limitados ao valor atualizado desta execução, conforme último demonstrativo de atualização da dívida apresentado nos autos. Os resultados devem ser integrados aos autos com sigilo, dada a natureza das informações contidas. Em caso de restar infrutífera a constrição acima, o que deverá ser devidamente certificado, retornem os autos a conclusão para deliberação dos pedidos complementares. Expedientes necessários. Eusebio, 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1416/2024

ADV: RAFAEL SOUTO ATAIDE GOMES (OAB 21725/CE), ADV: VIVIANE CHAVES DOS SANTOS (OAB 9880/CE), ADV: THIAGO VASCONCELOS JUVENCIO SOUSA (OAB 23854/CE), ADV: ABELMAR RIBEIRO DA CUNHA NETO (OAB 30204/CE), ADV: RAISSA CHAVES DOS SANTOS RAMOS TIMBÓ (OAB 32114/CE) - Processo 0200083-90.2022.8.06.0075 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.R.S.S. - REQUERIDA: K.L.R.S. - R.h., PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA. Trata-se de Ação Judicial Litigioso, movida por FABIANO RODRIGO DOS SANTOS SILVEIRA em face de KATYELLE LIMA ROCHA SILVEIRA, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe. O processo com seu trâmite regular, tendo sido realizado conciliação em audiência conforme termo as págs. 424, quanto ao divórcio, com pedido devidamente homologado as págs. 692/693. Após, o autor solicitou por diversas vezes nos autos, a regularização do direito de visitas da fila menor, alegando desde janeiro de 2023, estar com a convivência prejudicada. Ouvido o Ministério Público (pág. 969/971), este se manifestou favorável ao pedido do postulante. É o que tinha a relatar. Decido. A convivência familiar é um direito fundamental da criança e do adolescente. É um dever jurídico e moral dos genitores respeitarem esse direito. A família e o Estado têm o dever de resguardar esse direito. A criança tem direito a ter o mesmo tempo de convivência com ambos os pais, número igual de pernoites, rotina de criação e desenvolvimento. Em termos normativos, o art. 227 da Constituição Federal estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, à criança, ao adolescente e ao jovem, inclusive o direito à convivência familiar. Para o mesmo sentido é o art. 4º do Estatuto do ECA. Dos autos, observa-se que o autor já realizou o pedido reiteradas vezes quanto a regularização de visitas a sua filha menor de idade, conforme se ver as págs. 729/731, 736/738, 965/966 e por fim 986/987. O Ministério Público, instado a se manifestar, argumentou de forma favorável ao genitor as págs. 969/671. Defiro assim o pedido de regulamentação de visitas e convivência, devendo a guarda permanecer com a genitora, concedido porém ao genitor o direito de buscar a infante em finais de semanas alternados, apanhando a criança na sexta feira a noite e devolvendo-a à genitora no início da noite de domingo, advertindo-se as partes, desde já, que devem primar sempre pelo bom convívio tudo em prol do bem estar da menor. Observando-se que as partes já apresentaram seu rol de testemunhas, determino que a secretaria da vara encaminhe o feito para a fila destinada a designação de audiência de instrução. Int., e Exp. Necessários. Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1417/2024

ADV: ANTONIO JULIO BRILHANTE DE FREITAS (OAB 4120/CE), ADV: JÚLIA BARRETO DAMASCENO (OAB 37262/CE) - Processo 0052338-43.2021.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.E.O. - REQUERIDA: L.V.S. - R.H., Entendo que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, pois trata se de matéria de direito que não necessita de produção de prova em audiência , razão pela qual anuncio o julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo recursal in albis , o que deverá ser devidamente certificado , deverá a secretaria incluir os autos na fila de concluso para sentença, nos moldes do art. 355 do CPC/15. Expedientes necessários. Eusebio/CE, 08 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1418/2024

ADV: MARIANA DE SOUZA LIMA FERREIRA (OAB 26085/CE) - Processo 0201667-27.2024.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: D.S.M. - Luciana Carla dos Santos - R. H. Processo que deve ter seu trâmite em segredo de justiça. DEFIRO a gratuidade perquirida. Considerando a narrativa autoral, bem como a ausência de comprovação dos ganhos do requerido, e em conformidade com o entendimento deste Juízo, fixo os alimentos provisórios em 20% (vinte por cento) dos rendimentos do requerido, devidos a partir da citação. Os valores aqui expressos deverão ser depositados/transferidos diretamente à representante legal dos autores, através da conta bancária da genitora dos menores

informada nos autos. Encaminhem-se os autos à CEJUSC desta Comarca para designação da audiência de mediação ou conciliação, devendo constar no mandado as advertências constantes nos artigos 334 e 335 do Novo Código de Processo Civil. CITE-SE o promovido, com cópia deste despacho e da exordial, para responder à presente ação, acompanhando-a até decisão final. INTIMEM-NO, ainda, da audiência conciliatória e instrutória , devendo vir acompanhado de advogado e testemunhas, importando a sua ausência em decreto de revelia e confissão do alegado pela parte autora. INTIMEM-SE a parte requerente, através de sua genitora, importando o seu não comparecimento à audiência designada em extinção e arquivamento do feito. INTIME-SE, ainda, seu advogado e testemunhas. Na audiência conciliatória, sendo infrutífera a tentativa de acordo, deverá o requerido, no mesmo ato, responder a presente ação (inclusive contestá-la), desde que o faça por intermédio de advogado. CIÊNCIA ao representante do Ministério Público. Intimações e Expedientes Necessários. Eusebio/CE, 08 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1419/2024

ADV: ELIANE DE PADUA SILVEIRA (OAB 13243/CE), ADV: LUCIO MODESTO CHAVES LUCENA DE FARIAS (OAB 5004/CE), ADV: MIGUEL AUGUSTO MACEDO DE ARAUJO LIMA - Processo 0544773-34.2000.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Flavio Silvio Paiva Cavalcante - Miguel Augusto Macedo de Araujo Lima - Cuida-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em que a parte Exequente requer a penhora on line em contas da parte Executada; pelo que e considerando que essa modalidade de penhora não está sujeita à previa tentativa de localização de outros bens, sujeita, sim ao pedido da parte interessada; hei por bem deferir o pedido dePENHORA ON LINE na modalidade teimosinha. Efetivada a indisponibilidade dos ativos pertencentesà parte Executada e,não se tratando de verba impenhorável, medida aferível após o prazo para Impugnação, lavre-se o termo de penhora seguindo-se a intimação da parte executada e do banco-depositário (artigo 652, §§1º e 5º do CPC). Verificada a inexistência de ativos financeiros em contas do(a) executado(a), intime-se, desde já, a parte credora para que requeira as providências cabíveis. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1420/2024

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE), ADV: FELIPE DANTAS DE CARVALHO (OAB 24313A/CE) - Processo 0002691-84.2018.8.06.0075 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, nos termo do artigo 130, IV, a; intime-se a parte interessada para manifestação sobre a certidão negativa de citação/intimação.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1421/2024

ADV: MARGARETH MARIA SINDEAUX BARATTA MONTEIR (OAB 8990/CE) - Processo 0200311-94.2024.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: A.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, nos termo do artigo 130, IV, a; intime-se a parte interessada para manifestação sobre a certidão negativa de citação/intimação.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1422/2024

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: NEI CALDERON (OAB 114904/SP) - Processo 0201042-27.2023.8.06.0075 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para dar cumprimento ao despacho de pág. 168, no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1423/2024

ADV: MARIA IZAILDE DE LUNA (OAB 13688/CE) - Processo 0201007-04.2022.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: G.L.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para apresentar número do CPF do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias, informação imprescindível para pesquisa.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES

DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1424/2024
ADV: ANDRE MARQUES DA ROCHA (OAB 20800/CE) - Processo 0200469-52.2024.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: I.R.V.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para juntar o termo e alvará de curatela devidamente assinado no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1425/2024
ADV: WALNIR GRACA FERREIRA (OAB 6510/CE) - Processo 0010066-49.2012.8.06.0075 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Francisco Eden Monteiro de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes sobre o ofício de requisição de pág. 575/577, no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1426/2024
ADV: ARI DE ARAUJO ABREU FILHO (OAB 34205/CE) - Processo 0201014-59.2023.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Sistema Financeiro Imobiliário - REQUERENTE: Pereira e Holanda Imoveis Ltda Me - Mayra Victoria Costa Pereira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1427/2024
ADV: MARIA IMACULADA GORDIANO DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 8667/CE) - Processo 0201896-84.2024.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sumeet Singh Dhillon - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar procuração devidamente assinada.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1429/2024
ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE VASCONCELOS (OAB 8518/CE) - Processo 0014790-23.2017.8.06.0075 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Zilda de Sousa - Encaminhe-se o feito para a fila específica de designação de audiência, tendo em vista que a audiência anterior deixou de se realizar conforme se observa da certidão de página 160.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1430/2024
ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE), ADV: ELIENNAY GOMES ALVES (OAB 30314/CE), ADV: NATALIA INGRID MENDES DUARTE (OAB 46040/CE) - Processo 0234931-97.2023.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: F.E.H.M.F. - REQUERIDA: D.L.R.M.M. - R.H, Decisão Saneadora (Art. 357 do CPC). Trata-se de Ação Revisional de Alimentos , com audiência de conciliação já realizada , sem êxito , contestação e réplica nos autos. Refere-se a pedido juridicamente possível, achando-se presentes os pressupostos processuais e as condições da ação. As partes são legítimas e estão bem representadas. Não há nulidades para declarar. As preliminares arguidas se confundem com o mérito, portanto, serão analisadas por ocasião da sentença. Dou por saneado o processo (Art. 357 do CPC). Intimem -se as partes, por seus patronos , a no prazo de 10 dias informar se ainda tem provas a produzir , especificando-as em caso positivo e justificando sua necessidade , cientes de que em caso negativo ou decurso do prazo in albis ,entende este juízo pelo julgamento antecipado da lide, conforme Art 355. I, CPC. Em caso positivo retornem conclusos para saneamento . Em caso negativo , encaminhe-se os autos com vistas para o Ministério Pùblico e após conclusos para sentença. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1428/2024
ADV: SANDRA MARA TAVARES LAVOR (OAB 8831/CE) - Processo 0001280-06.2018.8.06.0075 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria

Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALTER SERGIO DE SOUZA ABREU (OAB 31506/CE), ADV: JESSICA AGUIAR MELO (OAB 32388/CE) - Processo 0200443-54.2024.8.06.0075 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: H.C.N. - R.H., Sobre a contestação e documentos inseridos as págs. 31/63, intime-se a impugnante, para querendo, se manifestar no prazo legal. Após, vistas ao Ministério Público. Expedientes necessários. Eusebio/CE, 08 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CLARIANA ALVES (OAB 237303/SP) - Processo 0200600-27.2024.8.06.0075 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Manoel da Silva Batista - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica Internacional S/A - Vistos etc., Inicialmente, intimem-se as partes para manifestação acerca de interesse em produção de demais provas, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme requerido pelo representante ministerial às págs. 516. Após, com ou sem manifestação nos autos, retornem os autos ao Ministério Público para manifestação conjunta a petição de págs. 517/518. Exp. Nec. Eusebio (CE), 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: MARIA IZAILDE DE LUNA (OAB 13688/CE) - Processo 0201139-90.2024.8.06.0075 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.F.S. e outro - R.H., Defiro a gratuidade judiciária (art. 98 do CPC). Acolho o Parecer Ministerial de pág. Retro, desta feita, encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação/mediação, não havendo acordo, cite-se (arts. 334 e 335 do CPC). Sobre a audiência de conciliação: Havendo acordo em audiência de conciliação, retornem os autos conclusos para sentença. Não havendo acordo, tendo sido o réu devidamente citado, fica o promovido intimado para apresentar contestação no prazo legal. Em caso de não localização do promovido, intime-se a parte autora para dar prosseguimento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias, retornando os autos conclusos para despacho de saneamento. Citado o réu: Após apresentação da contestação ou decurso de prazo in albis, que deverá ser devidamente certificado, intime-se a parte autora, através de ato ordinatório para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. Após apresentação de réplica ou decurso de prazo in albis, que também deverá ser devidamente certificado, intimem-se as partes, através de ato ordinatório, para especificas as provas que se pretendam produzir no prazo de 05 (cinco) dias. Sobre nova conclusão do processo: Fica condicionada nova conclusão a fatos novos, cumprimento de todos os itens anteriores ou com pedidos liminares e de urgência por alguma das partes, tudo para dar celeridade aos atos processuais. Intimações e Expedientes Necessários. Eusebio (CE), 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

ADV: LEILYANNE MARIA CARLOS FAMA LEOPOLDO (OAB 32918/CE) - Processo 0201783-67.2023.8.06.0075 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Flávia Fonteles de Azevedo - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista, petição de págs: 196 a 199, intimo a parte contrária.

ADV: GABRIELLE GADELHA COSTA (OAB 23986/CE), ADV: JANAINA DE DEUS PIRES TEIXEIRA (OAB 25474/CE), ADV: DELANIA MARIA AZEVEDO FREITAS (OAB 25887/CE) - Processo 0243478-92.2024.8.06.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.L.A. - REQUERIDO: P.N.L.T. - R.H., Em consonância com a manifestação do Ministério Público, Intimem-se as partes, para dizer em 10 (dez) dias, as provas que desejam produzir, justificando a sua necessidade, ficando desde logo indeferidas as diligências inúteis ou meramente protelatórias, ciente de que seu silencio será interpretado como anuência ao julgamento do feito no estado em que se encontra, de logo anunciado, em observância ao princípio da vedação a decisão surpresa do vigente Código de Processo Civil de 2015 em seus arts. 9º e 10º. Expedientes necessários. Eusebio/CE, 11 de novembro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSÉBIO
JUIZ(A) DE DIREITO REJANE EIRE FERNANDES ALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA LUIS HENRIQUE RODRIGUES BARROS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1431/2024

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0200780-77.2023.8.06.0075 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - R.H., Defiro o pedido contido as págs. 85, para expedição de nova citação através de mandado para o endereço fornecido, condicionado ao recolhimento das custas processuais devidas. Expedientes necessários. Eusebio/CE, 03 de outubro de 2024. Rejane Eire Fernandes Alves Juíza de Direito

COMARCA DE FARIAS BRITO - VARA UNICA DA COMARCA DE FARIAS BRITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE FARIAS BRITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0429/2024

ADV: LIDIANE FERNANDES SILVA (OAB 40561/CE) - Processo 0200107-18.2022.8.06.0076 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Laysa Pereira Dias e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, atenda-se a cota ministerial de fls. 161/162.

ADV: GERSON FELINTO DE MATOS (OAB 38035/CE) - Processo 0200289-33.2024.8.06.0076 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - FGTS - REQUERENTE: João Bosco Mendes - Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL ajuizado por JOÃO BOSCO MENDES com o fim de levantar numerário depositado na Caixa Econômica Federal a título de FGTS de sua titularidade. Analisando cuidadosamente os autos, verifico que este Juízo é incompetente para processar a causa. É que a competência fixada em razão da pessoa, inclusive com previsão constitucional, para a qual não é possível a prorrogação da competência da Justiça Estadual para julgamento de ação em que figurem como parte Empresa Pública Federal, sendo a competência absoluta da Justiça Federal. Logo, impõe-se reconhecer a competência da Justiça Federal para apreciação a matéria discutida, na forma do art. 109, I, da CF: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. O Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 82 nesse sentido: Compete à Justiça Federal, excluídas as reclamações

trabalhistas, processar e julgar os feitos relativos à movimentação do FGTS. Vale ressaltar que o presente caso não se confunde com o da Súmula 161 do Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que cabe à Justiça Estadual autorizar o levantamento dos valores relativos ao PIS/PASESP e FGTS, em decorrência do falecimento do titular da conta. No caso sub judice é o próprio titular da conta que requer o levantamento dos valores existentes. Colhe-se, a propósito, o seguinte julgado sobre este tema: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ALVARÁ JUDICIAL. FGTS E PIS/PASEP. LEVANTAMENTO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA N. 82/STJ. TITULAR VIVO. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL. TERCEIRO PREJUDICADO. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 202/STJ. PRECEDENTES. 1. Formulado o pedido de levantamento do FGTS e do PIS/PASEP pelo próprio titular da conta, compete à Justiça Federal processar e julgar a demanda, tendo em vista o interesse da CEF. Súmula n.82/STJ. 2. "A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso" (Súmula n. 202/STJ). 3. Recurso ordinário provido. (RMS 18.355/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 01.09.2005, DJ 07.11.2005 p. 166). Ante o exposto, reconheço a incompetência da Justiça Estadual e determino o encaminhamento dos autos à Justiça Federal. Expedientes necessários.

COMARCA DE GRANJA - 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0282/2024

ADV: FRANCISCA MIKAELLY BARROS SOUSA (OAB 33815/CE), ADV: ANA NELIA DE SOUZA RODRIGUES (OAB 43526/CE) - Processo 0009024-05.2016.8.06.0081 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Jose Leonardo Ferreira de Sousa e outro - Ante o exposto, com fulcro no art. 386, V, do Código de Processo Penal, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado para ABSOLVER o acusado PEDRO MARTINS DOS SANTOS e CONDENAR o acusado JOSÉ LEONARDO FERREIRA, qualificados nos autos, da imputação penal que lhe fora atribuída na denúncia (157, §2º, I e II, do Código Penal c/c art. 244-B do ECA). Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena em relação a JOSÉ LEONARDO FERREIRA, na forma do art. 68 do Código Penal. Atento às circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, verifico o que segue: a) culpabilidade (neutra): circunstância que não se confunde com a abstração típica prevista pelo legislador, elemento do conceito de crime. Trata-se de juízo concreto de reprovabilidade da conduta do réu. A dinâmica do fato não permite maior juízo de reprovação, estando a conduta do agente alinhada com o tipo em abstrato; b) antecedentes (neutra): condenações em face do réu pretéritas à ocorrência do fato em julgamento, com exceção daquela caracterizadora da reincidência (Súmula 241 STJ) e desconsideradas as ações e inquéritos em curso (Súmula 444 STJ). Não há condenações pretéritas. c) conduta social (neutra): diz respeito à atuação do réu na comunidade, no contexto familiar e profissional. Não há evidências concretas desabonadoras; d) personalidade (neutra): fatores hereditários e socioambientais que denotam o temperamento e caráter do réu. Não há evidências concretas desabonadoras; e) motivos do crime (neutra): direcionamento subjetivo do agente para a prática do ilícito. Verifica-se pelos depoimentos colhidos nos autos que a ré não tem direcionamento para o crime; f) circunstâncias do fato (neutra): envolvem tempo, lugar, modo e meios de execução. Não há evidências concretas desabonadoras; g) consequências do crime (neutra): extensão da violação ao bem jurídico. Não há valoração negativa neste ponto; h) comportamento da vítima (neutra): circunstância neutra, que somente pode militar em favor do acusado (Súmula nº 64 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará). Diante das circunstâncias judiciais negativas, fixo a pena base em 4 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato, para o delito do art. 157 §2º, I e II do Código Penal e em 01 (um) ano de detenção para o delito tipificado no art. 244-B do ECA, observando o disposto nos art. 49 e 60 do Código Penal, devendo ser atualizado de acordo com o art. 49, §2º, do referido Diploma Legal. Na segunda fase da dosimetria, inexiste agravantes, reconheço, por sua vez, a atenuante da confissão, prevista no art. 65, III, d, do CP, fixando a pena intermediária conforme a pena base, considerando que já está no mínimo legal. Na terceira fase da dosimetria, reconheço a causa de aumento de pena em virtude do concurso de pessoas e da utilização de arma de fogo (art. 157, §2º, I e II, do Código penal), aplico a fração de 1/4. Sem causas de diminuição de pena, FIXO ASSIM, A PENA DEFINITIVA DE JOSÉ LEONARDO FERREIRA em 05 (cinco) anos de reclusão e 13 (treze) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo mensal vigente ao tempo do fato, para o delito do art. 157 §2º, I e II do Código Penal e em 01 (um) ano de detenção para o delito tipificado no art. 244-B do ECA. Com base na quantidade de pena e na reincidência do acusado, fixo o regime inicial semiaberto, com fulcro no art. 33, § 2º, a, do Código Penal. Em razão da quantidade de pena e natureza do crime, incabíveis os benefícios do art. 44 (substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos) e art. 77 (suspensão condicional da pena) do Código Penal. Ante a ausência de elementos concretos e atuais justificadores do decreto da prisão preventiva, como base nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, garanto ao réu o direito de recorrer em liberdade, conforme art. 321 e 387, §1º, do diploma processual penal, salvo se por outro motivo, deva permanecer preso. Réu isento de custas judiciais, consoante art. 5º, IV, da Lei nº 16.132/2016 do Estado do Ceará. Em virtude de sua absolvição, fica o réu PEDRO MARTINS DOS SANTOS isento do pagamento das custas e despesas processuais. Após o trânsito em julgado: a) expedientes necessários junto ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral para suspensão dos direitos políticos do sentenciado JOSÉ LEONARDO FERREIRA, com esteio no art. 15, II, da Constituição Federal e art. 71, §2º, do Código Eleitoral; b) informações sobre a condenação dos réus para o Órgão Estatal de Cadastro de Dados sobre Antecedentes (art. 809 do CPP); c) expeçam-se guias definitivas de execução da pena, conforme arts. 105 e 106 da Lei nº 7.210/84 e Resolução nº 113 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e comunique-se ao juízo da execução; d) arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Expedientes de praxe. Granja/CE, 30 de agosto de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0283/2024

ADV: ISABELLE THAIS COSTA SILVA (OAB 39398/CE) - Processo 0010281-84.2024.8.06.0081 (processo principal 0800006-43.2024.8.06.0081) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Ameaça - REQUERENTE: Mailo Silva Moura - Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2019, emanada da 1ª Vara da Comarca de Granja, abro vista dos presentes autos ao Representante do Ministério Público, para se manifestar acerca do pedido de revogação da prisão preventiva.

ADV: GIOVANI ARAUJO DA CUNHA (OAB 29552/CE) - Processo 0200790-97.2024.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - INDICIADO: Francisco Izaías Gomes da Silva - Ante o exposto, com fulcro no art. 413 do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o acusado Francisco Izaias Gomes da Silva, qualificado nos autos, para submetê-lo a julgamento

pelo Tribunal Popular do Júri pelo fato descrito na denúncia e tipificado art. 121, §2º, IV c/c art. 14, II e art. 147, todos do Código Penal, em face da vítima Marilene Dourado da Silva. Em razão da periculosidade e na garantia da ordem pública, extraída dos elementos concretos aqui citados, mantenho a prisão preventiva de Francisco Izaias Gomes da Silva. Intime-se pessoalmente o acusado. Intime-se a Defesa por intermédio do advogado, via SAJ. Vista ao Ministério Público para ciência. Após a preclusão, certifique-se e, conforme art. 422 do CPP, intimem-se o Ministério Público e a Defesa, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligências. Após, autos conclusos para os fins do art. 423 do CPP. Publique-se e Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FELIPE DOMINGUES DE VASCONCELOS (OAB 50612/CE) - Processo 0203865-62.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Grave - AUTUADO: Antonio Chagas da Costa Filho - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo Ministério Público do Estado do Ceará ao CONDENAR o acusado Antônio das Chagas Costa Filho nas penas dos crimes previstos nos arts. 129, §2º, III do CPB. Passo à dosimetria da pena, com fulcro nos arts. 59 e 68 do Código Penal. a) culpabilidade (neutra): circunstância que não se confunde com a abstração típica prevista pelo legislador, elemento do conceito de crime. Trata-se de juízo concreto de reprovabilidade da conduta do réu. Não extrapolou a abstração típica; b) antecedentes (neutra): condenações em face do réu pretéritas à ocorrência do fato em julgamento, com exceção daquela caracterizadora da reincidência (Súmula 241 STJ) e desconsideradas as ações e inquéritos em curso (Súmula 444 STJ). Sem registro de antecedentes. c) conduta social (neutra): diz respeito à atuação do réu na comunidade, no contexto familiar e profissional. Não há evidências concretas desabonadoras; d) personalidade (neutra): fatores hereditários e socioambientais que denotam o temperamento e caráter do réu. Não há evidências concretas desabonadoras. e) motivos do crime (negativa): direcionamento subjetivo do agente para a prática do ilícito. Deve ser valorado negativamente, visto que o motivo do crime é desproporcional a reação, no fato da vítima estar em seu portão esperando a chave de sua moto. f) circunstâncias do fato (negativa): envolvem tempo, lugar, modo e meios de execução. O modo de agir e a dinâmica do crime indicam que as circunstâncias fáticas são realmente graves, exigindo um agravamento severo na aplicação da pena-base, pois foi praticado mediante um instrumento que poderia oferecer risco de morte a vítima; g) consequências do crime (neutra): extensão da violação ao bem jurídico. Inerente ao tipo; h) comportamento da vítima (neutra): circunstância neutra, que somente pode militar em favor do acusado (Súmula nº 64 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará). A vítima em nada contribuiu para a ocorrência do crime. Para o crime de lesão corporal gravíssima, tendo em vista as circunstâncias judiciais desfavoráveis, sobre a pena qualificada, fixo a pena base em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, considerando a fração paradigma de 1/8 sobre o intervalo da pena mínima e da máxima, para o crime em comento, resultando no aumento de 09 (nove) meses por circunstância judicial desfavorável. Na segunda fase da dosimetria, inexiste agravantes, reconheço, por sua vez, a atenuante da confissão, prevista no art. 65, III, d, do CP, fixando a pena intermediária em 02 (dois) anos e 11 (onze) meses de reclusão, tornando a definitiva, visto que ausentes majorantes ou minorantes. Tendo em vista as circunstâncias judiciais negativas e quantidade de pena, fixo o regime inicial aberto, com fulcro no art. 33, §2º, a, do Código Penal. Deixo de realizar a detração, ficando a carga do juízo da execução, considerando que não influencia na fixação do regime inicial de cumprimento de pena. Em razão da quantidade de pena e natureza do crime, incabíveis os benefícios do art. 44 (substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos) e art. 77 (suspensão condicional da pena) do Código Penal. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, ante a inexistência de elementos para a decretação da prisão preventiva. Neste caso, além da ausência de periculum libertatis, considera-se também a quantidade da pena privativa de liberdade aplicada e o regime inicial de seu cumprimento, de modo que a decretação da prisão, neste momento, se afiguraria manifestamente desproporcional. Assim, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de ANTONIO CHAGAS DA COSTA FILHO, devendo ser expedido alvará de soltura com anotação no BNMP 2.0. III. Disposições Finais Deixo de condenar o acusado ao pagamento de custas processuais, consoante art. 5º, IV, da Lei nº 16.132/2016 do Estado do Ceará. Por falta de correlação, deixo de fixar valor mínimo para reparação de danos (art. 387, IV, do CPP). Sem perdimento de bens e consequência secundárias específicas no caso em questão (arts. 91 e 92 do Código Penal). Expeça-se guia provisória de execução da pena, conforme Resolução nº 113 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com anotação no BNMP 2.0. Após o trânsito em julgado: a) expedientes necessários junto ao Egrégio Tribunal Regional Eleitoral para suspensão dos direitos políticos do sentenciado, com esteio no art. 15, II, da Constituição Federal e art. 71, §2º, do Código Eleitoral; b) expeça-se guia definitiva de execução da pena, conforme arts. 105 e 106 da Lei nº 7.210/84 e Resolução nº 113 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e comunique-se ao juízo da execução; c) certifique-se o período de tempo de prisão preventiva e medida cautelar para fins de detração; d) arquivem-se os autos com baixa na distribuição. EXPEÇA-CE ALVARÁ DE SOLTURA. Registre-se. Publique-se. Intime-se. Expedientes necessários.

COMARCA DE GRANJA - 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0389/2024

ADV: CIDIA FROTA SALDANHA MADEIRA (OAB 35756/CE) - Processo 0006262-84.2014.8.06.0081 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Raimundo Pereira Filho e outro - Determino a inclusão no polo passivo da presente demanda dos contestantes (fls. 180/183). Ademais, a verificação se as alegações procedem serão verificadas na instrução processual. Por outro lado, indefiro o pedido de citação de cada herdeiro, uma vez que, segundo alegam, o Sítio Niterói pertence ao espólio de Francisco Martins dos Santos. Assim, intimem-se os requerentes para regularização da representação, através do representante legal do referido espólio, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANA PAULA SANTOS AGUIAR (OAB 29120/CE) - Processo 0050329-27.2020.8.06.0081 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: M.R.M.S.M.F.Z.M. - Defiro o requerimento do Ministério às fls. retro. Considerando as informações contidas nos autos, intime-se o Sr. RONALDO DA ROCHA SOUZA, no mesmo endereço da requerida, com a finalidade de que informe o seu interesse em integrar o polo ativo da demanda. Determino a realização de novo estudo social do caso. Assim, proceda a Secretaria a nomeação de perito, assistente social, via sistema SIPER. Fixo, de logo, os honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais). Deve a Secretaria comunicar a(o) perito(a), por meio dos contatos cadastrados no sistema, para que informe se aceita o encargo ou se possui algum motivo que o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. Em caso de inércia ou recusa, determino que a Secretaria diligencie a indicação/nomeação de outro(a) perito(a) cadastrado no Sistema de Peritos SIPER. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, CPC), cabendo ao expert esclarecer a atual situação do curatelado, o ambiente

de convivência entre os interessados, bem como a existência de parentes aptos einteressados em desempenhar o múnus; Realizada a prova, o perito deverá apresentar o laudo conclusivo/estudo social no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Expedientes necessários.

ADV: JAMES KAUAN FONTENELE (OAB 49844/CE) - Processo 0200090-93.2024.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.C.M.S. - Defiro o requerimento do Ministério Público às fls. retro. Determino a realização de estudo social do caso. Assim, proceda a Secretaria a nomeação de perito, assistente social, via sistema SIPER. Fixo, de logo, os honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais). Deve a Secretaria comunicar a(o) perito(a), por meio dos contatos cadastrados no sistema, para que informe se aceita o encargo ou se possui algum motivo que o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. Em caso de inércia ou recusa, determino que a Secretaria diligencie a indicação/nomeação de outro(a) perito(a) cadastrado no Sistema de Peritos SIPER. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, CPC), cabendo ao expert apurar/averiguar a existência de vínculos socioafetivos entre o adolescente, o pai registral e família extensa deste, bem como responder quais as condições e o contexto em que o menor está inserido, bem como seu convívio/relação com seus genitores. Realizada a prova, o perito deverá apresentar o laudo conclusivo/estudo social no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert, bem como abra-se vista ao Ministério Público para manifestação. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO WILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 23150/CE) - Processo 0200265-87.2024.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Pedro Rocha de Oliveira Filho - Trata-se de ação de regulamentação de visita de idoso c/c direito de convivência ajuizada por Pedro Rocha de Oliveira Filho em face Dalgisa Oliveira da Rocha. Com a inicial, vieram os documentos de fls. 15/40. É o relatório. Decido. Cite-se a promovida para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia, contados desde a citação. Determino a realização de estudo social do caso. Assim, proceda a Secretaria a nomeação de perito, assistente social, via sistema SIPER. Fixo, de logo, os honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais). Deve a Secretaria comunicar a(o) perito(a), por meio dos contatos cadastrados no sistema, para que informe se aceita o encargo ou se possui algum motivo que o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. Em caso de inércia ou recusa, determino que a Secretaria diligencie a indicação/nomeação de outro(a) perito(a) cadastrado no Sistema de Peritos SIPER. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, CPC), cabendo ao expert esclarecer a atual situação do idoso Sr. Pedro João da Rocha, bem como o ambiente de convivência entre ele a curadora, ora requerida, Sra. Dalgisa Oliveira da Rocha, respondendo ainda, quais as condições e o contexto em que o interditado está inserido. Realizada a prova, o perito deverá apresentar o laudo conclusivo/estudo social no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Após, tendo em vista a natureza da demanda, o requerimento do Ministério Público às fls. retro e a pertinência da prova oral para o deslinde da questão sob apreciação, designe-se audiência de instrução, ficando as partes cientes de que cabe a elas a intimação de suas testemunhas nos moldes do art. 455 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MARCOS ANTONIO LIMA DA FROTA (OAB 10614/CE), ADV: FRANCISCO NATHANAEL FONTENELE AGUIAR (OAB 48264/CE) - Processo 0200419-08.2024.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Maria Adriana Pereira Rodrigues - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a apresentação do relatório social (fls.65/70) e perícia médica (fls. 72/74), intimem-se as partes para conhecerem todo o conteúdo dos laudos, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE) - Processo 0200436-44.2024.8.06.0081 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.A.G.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a apresentação do relatório social (fls.75/78) e perícia médica (fls.79/81), intimem-se as partes de todo conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE) - Processo 0200527-08.2022.8.06.0081 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: V.S.P. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para conhecerem todo o conteúdo do laudo de fls. 102/104, nos termos do art. 477, § 1º, do NCPC, podendo falar no prazo comum de 15(quinze) dias.

ADV: ROSA MARIA BESERRA DE BRITO (OAB 52246A/CE), ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE), ADV: MARIA KALINE ARAUJO MUNIZ (OAB 49175/CE) - Processo 0200541-21.2024.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Partilha - REQUERENTE: Jose Viana de Oliveira - Intime-se a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, devendo apresentar aos autos o contrato de compra e venda e recibos do imóvel, objeto da lide, consoante informado na exordial, bem como juntar aos autos certidão atualizada de registro do imóvel ou certidão negativa, caso não esteja registrado, expedida pelo cartório competente, sob pena de indeferimento da inicial na forma do art. 321 do CPC. Por fim, junte-se, no mesmo prazo, procuração, declaração de hipossuficiência e comprovante de endereço, todos devidamente atualizados. Quando for apresentado comprovante de residência em nome de terceiros, deve à parte autora, no prazo supra, apresentar documento que comprove o vínculo entre o autor e o terceiro indicado no documento. Decorrido o aludido prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos para ulterior decisão. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO NEWTON ROCHA FROTA (OAB 33496/CE) - Processo 0200543-88.2024.8.06.0081 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Jose Regivaldo Alves de Sousa - Intime-se a parte autora para emendar a inicial

no prazo de 15 (quinze) dias, devendo apresentar comprovante de endereço, procuração e declaração de hipossuficiência, todos devidamente atualizados. Intime-se ainda, para juntar a declaração de inexistência de outros herdeiros e de bens a inventariar deixados pelo falecido, sob pena de indeferimento da inicial na forma do art. 321 do CPC. Quando for apresentado comprovante de residência em nome de terceiros, deve à parte autora, no prazo supra, apresentar documento que comprove o vínculo entre o autor e o terceiro indicado no documento. Expedientes necessários.

ADV: CIDIA FROTA SALDANHA MADEIRA (OAB 35756/CE) - Processo 0200544-73.2024.8.06.0081 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.S.P.M. - Compulsando os autos, verifica-se que às fls. 18/19, foram anexados aos autos dois comprovantes de residência, com endereços distintos e em nome de terceiros, desta feita, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, devendo apresentar comprovante de residência, devidamente atualizado e em seu nome, consoante endereço constante na qualificação da inicial, sob pena de indeferimento da exordial na forma do art. 321 do CPC. Quando for apresentado comprovante de residência em nome de terceiros, deve à parte autora, no prazo supra, apresentar documento que comprove o vínculo entre o autor e o terceiro indicado no documento. Decorrido o aludido prazo, com ou sem manifestação da parte autora, retornem-me os autos conclusos para ulterior decisão. Expedientes necessários.

ADV: JOÃO PAULO ROCHA COELHO (OAB 35803/CE) - Processo 0200582-85.2024.8.06.0081 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Francisca Oliveira da Hora - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, comprovando a intimação do executado do decisum que arbitrou alimentos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

ADV: JOÃO PAULO ROCHA COELHO (OAB 35803/CE) - Processo 0200583-70.2024.8.06.0081 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Francisca Oliveira da Hora - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, comprovando a intimação do executado do decisum que arbitrou alimentos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

ADV: CIRO COELHO DE SA BEVILAQUA (OAB 48372/CE) - Processo 0200588-92.2024.8.06.0081 - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Francisco Gabriel Oliveira de Lima e outro - Nos termos do artigo 528, parágrafo 7º do Código de Processo Civil, “o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 03 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo”. Ainda nesse sentido, sumulado no verbete n. 309 do STJ, é cabível o decreto de prisão civil em razão do inadimplemento de dívida atual, assim consideradas as parcelas alimentares vencidas nos três meses antecedentes ao ajuizamento da execução, bem como aquelas que se vencerem no curso da lide, a teor do que dispõe o art. 528, §§ 3º e 5º, do CPC. Desta feita, intime-se a parte autora para emendar a inicial, adequando-se o valor da causa ao rito da prisão, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

ADV: ANA NÉLIA DE SOUZA RODRIGUES (OAB 43526/CE) - Processo 0200811-79.2023.8.06.0081 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Alienação Parental - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDO: M.F. - No caso em apreço, DECRETO a revelia da promovida. Intime-se a parte autora para informar se possui provas a produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo requerimento, anuncio o julgamento da lide. Sigam os autos com vista ao MP para parecer de mérito. Expedientes necessários.

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 29481A/CE) - Processo 0201054-57.2022.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Indefiro o requerimento do réu na petição de fls. 448/449. Conforme tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, “Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a sua autenticidade (CPC, arts. 6º, 368 e 429, II).”. Ademais, em decorrência da inversão do ônus probatório, apesar de o réu não ter requerido a produção da perícia grafotécnica, passou a ser seu encargo comprovar que a parte autora firmou o contrato questionado, já que ela não tem como comprovar que não o firmou e, em consequência, arcar com o pagamento da despesa necessária à produção da prova. E se assim não fosse, cumpre destacar que o art. 429, II, do Código de Processo Civil, dispõe expressamente que o ônus da prova incumbe a quem produziu o documento, em se tratando de impugnação de sua autenticidade. Dessa forma, mantenho a decisão de fls. 436, e determino que intime-se o banco réu para depositar o valor estipulado para a perícia, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arcar com o ônus decorrente da ausência de elementos probatórios suficientes para o julgamento da lide. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

Processo 0200811-79.2023.8.06.0081 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Alienação Parental - REQUERENTE: A.A.S. - REQUERIDO: M.F. - No caso em apreço, DECRETO a revelia da promovida. Intime-se a parte autora para informar se possui provas a produzir, no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo requerimento, anuncio o julgamento da lide. Sigam os autos com vista ao MP para parecer de mérito. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0391/2024

ADV: NATHANIEL DA SILVEIRA BRITO NETO (OAB 9813/CE) - Processo 0200132-45.2024.8.06.0081 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Nomeação - REQUERENTE: M.R.L. - Defiro a gratuidade de justiça. Cite-se o promovido para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 761, parágrafo único do CPC, sob pena de revelia. Determino a realização de estudo social do caso. Assim, proceda a Secretaria a nomeação de perito, assistente social, via sistema SIPER. Fixo, de logo, os honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais). Deve a Secretaria comunicar a(o) perito(a), por meio dos contatos cadastrados no sistema, para que informe se aceita o encargo ou se possui algum motivo que o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. Em caso de inércia ou recusa, determino que a Secretaria diligencie a indicação/nomeação de outro(a) perito(a) cadastrado no Sistema de Peritos SIPER. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, CPC), cabendo ao expert responder quais as condições e o contexto em que o interditado está inserido, bem como seu convívio/relação com a parte autora. Realizada a prova, o perito deverá apresentar o laudo conclusivo/estudo social no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert.

Quanto ao pedido liminar, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: DAVI MUNIZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 4135/CE) - Processo 0200401-55.2022.8.06.0081 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Sérgio da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Desarquive-se os autos. Diante do título executivo acostado e presentes os requisitos legais, recebo o requerimento executivo. Promova-se a evolução de classe do feito no eSAJ para cumprimento de sentença, caso ainda não tenha sido efetivada, nos moldes do art. 255 e seguintes do Código de Normas Judiciais da CGJ (Provimento nº 02/2021/CGJCE). Nos termos do art. 523 do CPC, intime-se o executado para pagar o valor da dívida no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e de honorários de 10% (dez por cento) sobre o montante exequendo. Advirta-se o executado de que, transcorrido o citado prazo para pagamento voluntário, será iniciado o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente defesa, independentemente de penhora ou de nova intimação, nos moldes do art. 525 do CPC e de que, decorrido o aludido prazo de pagamento voluntário sem a satisfação da obrigação, serão realizados atos de penhora seguindo-se os atos de expropriação (art. 523, § 3º, do CPC). Apresentada impugnação, intime-se o exequente para manifestar-se no prazo de 15 dias (art. 920, I, do CPC). Em relação à utilização do sistema SISBAJUD, o artigo 835 do Código de Processo Civil prescreve que a preferência legal da penhora é dinheiro, ao passo que o artigo 854, caput, do mesmo diploma legal permite, a requerimento do exequente, que se requisitem informações sobre a existência de ativos em nome do executado à autoridade monetária nacional, determinado-se, no mesmo ato, a sua indisponibilidade. Assim sendo, caso a parte executada não cumpra sua obrigação no prazo legal, não há óbice ao deferimento do pleito do exequente, determinando-se a penhora de seus ativos financeiros via SISBAJUD. Ressalte-se, ademais, que, nos moldes da jurisprudência, não há necessidade de prévio exaurimento dos meios executivos disponíveis para o deferimento do pleito em tela, conforme se vê abaixo: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - LOCALIZAÇÃO DE BENS - CONSULTA AOS SISTEMAS BACENJUD E INFOJUD - DEFERIMENTO. - O colendo Superior Tribunal de Justiça, através do julgamento do Recurso Especial n. 1.112.943-MA, com base no art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento de que deve o julgador utilizar-se dos sistemas BACENJUD e INFOJUD, independentemente do prévio esgotamento dos outros meios para a localização de bens do devedor passíveis de penhora (TJ-MG - AI: 10407100051744001 Mateus Leme, Relator: Valdez Leite Machado, Data de Julgamento: 20/02/2020, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/04/2020). Isso posto, desde logo, defiro o requerimento de bloqueio de ativos financeiros do executado via SISBAJUD, conforme cálculo do débito apresentado, caso não seja efetuado o pagamento da obrigação no aludido prazo legal. Desse modo, decorrido o aludido prazo de pagamento voluntário, certifique-se e promova-se a indisponibilidade do valor exequendo via SISBAJUD. Nessa hipótese, tornados indisponíveis os ativos do referido executado, intime-se para tomar ciência e para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, conforme art. 854, §§ 2º e 3º, do CPC, sendo advertido de que, caso rejeitada ou não apresentada essa manifestação, converter-se-á a indisponibilidade em penhora sem necessidade de lavratura de termo, determinando-se à instituição financeira depositária que, no prazo de 24 horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo com base no art. 854, § 5º, do CPC. Realizada a diligência, intime-se a parte exequente para ciência e manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, ficando advertida da possibilidade de suspensão do feito na forma do art. 921, III, c/c o art. 513 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DAVI MUNIZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 4135/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE), ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE) - Processo 0200477-45.2023.8.06.0081 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: F.D.H. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para conhecerem o conteúdo do Relatório Social, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVI PORTELA MUNIZ (OAB 32573/CE), ADV: MARIA DA SAÚDE BEZERRA DE BRITO (OAB 33886/CE) - Processo 0200478-30.2023.8.06.0081 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.A.P.S. - Defiro o requerimento do Ministério Público às fls. retro. Determino a realização de novo estudo social do caso. Assim, proceda a Secretaria a nomeação de perito, assistente social, via sistema SIPER. Fixo, de logo, os honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais). Deve a Secretaria comunicar a(o) perito(a), por meio dos contatos cadastrados no sistema, para que informe se aceita o encargo ou se possui algum motivo que o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. Em caso de inércia ou recusa, determino que a Secretaria diligencie a indicação/nomeação de outro(a) perito(a) cadastrado no Sistema de Peritos SIPER. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, CPC), cabendo ao expert responder quais as condições e o contexto em que o interditando está inserido, devendo a presente perícia ser realizada perante a presença do interditando. Realizada a prova, o perito deverá apresentar o laudo conclusivo/estudo social no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Expedientes necessários.

ADV: ALINE MAYRA DE SOUSA (OAB 30691/CE) - Processo 0200579-33.2024.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - Alienação Parental - REQUERENTE: J.H.S.O. - Os processos judiciais devem ser instruído exclusivamente com peças que estejam armazenadas nos sistemas judiciais do TJCE e documentos que estejam armazenados em serviços de nuvem não serão considerados para efeitos de tramitação processual. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, a fim de anexar os vídeo a que faz alusão na exordial, no prazo de 15 (quinze) dias, uma vez que não é possível o acesso a links externos do Google Drive ou Youtube, entre outros, por questões de segurança e integridade dos processos judiciais. Expedientes necessários.

ADV: ROMULO SILVA SANTOS (OAB 10133/PI) - Processo 0200633-33.2023.8.06.0081 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.A.L. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designado o dia 17 de dezembro de 2024, às 13hs30, para realização de audiência de instrução. As testemunhas deverão ser arroladas no prazo de 15(quinze) dias, na forma do art. 357, §§ 4º e 6º do CPC. A audiência se dará de forma híbrida através da plataforma microsoft teams. As partes deverão ser intimadas através de advogado. Cientifique-se o advogado da parte que, nos termos do art. 455 do CPC, “Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência, dispensando-se a intimação do juízo”.Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Link da audiência:https://link.tjce.jus.br/cebe7b

ADV: HELTON HENRIQUE ALVES MESQUITA (OAB 21260/CE) - Processo 0201322-76.2024.8.06.0167 - Guarda de Família - Nomeação - REQUERENTE: Ana Leticia Gomes de Oliveira - Trata-se de ação de guarda promovida por Ana Letícia Gomes de Oliveira em face de Maria José Ferreira de Sousa, na qual requer a guarda do adolescente Francisco de Assis Ferreira de

Sousa. Documentos pessoais das partes acostados às fls. 07/21. Emenda a inicial às fls. 33/36. É o relatório. Decido. Defiro a gratuidade de justiça. Cite-se a promovida para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia. Determino a realização de estudo social do caso. Assim, proceda a Secretaria a nomeação de perito, assistente social, via sistema SIPER. Fixo, de logo, os honorários periciais em R$ 600,00 (seiscentos reais). Deve a Secretaria comunicar a(o) perito(a), por meio dos contatos cadastrados no sistema, para que informe se aceita o encargo ou se possui algum motivo que o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. Em caso de inércia ou recusa, determino que a Secretaria diligencie a indicação/nomeação de outro(a) perito(a) cadastrado no Sistema de Peritos SIPER. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, CPC), cabendo ao expert responder quais as condições e o contexto em que o adolescente está inserido, bem como seu convívio/relação com a parte autora. Realizada a prova, o perito deverá apresentar o laudo conclusivo/estudo social no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Quanto ao pedido liminar, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Expedientes necessários.

COMARCA DE GUAIUBA - VARA UNICA DA COMARCA DE GUAIUBA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUAIUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0370/2024

ADV: FRANCISCO CLECIO SILVA CRUZ (OAB 24588/CE) - Processo 0010067-87.2024.8.06.0083 (processo principal 0004410-82.2015.8.06.0083) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Calixto Moreira Neto - Tendo em vista o certificado retro, chamo o feito à ordem, para determinar a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a exordial, trazendo aos autos a indicação dos sócios, bem como as suas qualificações, sob pena de indeferimento. Expedientes e intimações.

ADV: ADRIANA MARIA DE O. MARTINS (OAB 10657/CE), ADV: GLEYCIANE MOURA DE ANDRADE (OAB 52190/CE), ADV: MATEUS VIEIRA DA COSTA (OAB 49142/CE), ADV: JOSÉ HÉLIO ARRUDA BARROSO (OAB 25036A/CE), ADV: BISMARCK FERNANDO ARARUNA MACEDO (OAB 47767/CE), ADV: GABRIELA COSTA DE QUEIROZ (OAB 46631/CE), ADV: EDY MARLEN CELESTINO DE SOUSA (OAB 43448/CE), ADV: ANA JÚLIA ABREU MENDES (OAB 43393/CE), ADV: IGOR LEITÃO CHAVES CRUZ (OAB 39741/CE), ADV: GISLEIDE VIEIRA PINHEIRO (OAB 39232/CE), ADV: BRUNA RODRIGUES FREIRE (OAB 39145/CE), ADV: ANA PAULA BARROSO SILVA MOURA (OAB 38830/CE), ADV: MARCELO GOMES TORQUATO (OAB 35810/CE), ADV: FRED BEZERRA FIGUEIREDO (OAB 26072/CE), ADV: JOSE HELIO ARRUDA BARROSO (OAB 25036/CE), ADV: RODRIGO GONDIM DE OLIVEIRA (OAB 13859/CE) - Processo 0050278-10.2020.8.06.0083 (apensado ao processo 0267623-18.2024.8.06.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUT PL: D.M.G. - Delegacia Metropolitana de Guaiuba - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - RÉU: F.W.X.S. - A.N.S.B. - M.V.L. - F.M.C.R. - E.C.S. - C.N.S. - I.A.V. - L.S.S. - F.I.A.R. e outro - Dessa forma, em atuação articulada do sistema de justiça nacional atinente ao mutirão criminal 2024 (Portaria/CNJ n. 278/2024), e, ante a mitigação da contemporaneidade dos fatos que ensejam a medida extrema frente às gravidades das ações imputadas, mantemos as prisões preventivas de todos os acusados acautelados. 2. Quanto ao desmembramento do processo Considerando a determinação de desmembramento do processo, às fls. 2528/2538 cc. 2921/2936, em relação aos réus Marcelo Vidal Lopes, v. Marcelo Cocão, e, Luan Silva de Souza, v. Léo Pirulito, bem como todo o teor da certidão de fls. 3111, o qual informa acerca da impossibilidade de cumprimento da ordem em razão do processo de agregação pelo qual a presente comarca de Guaiuba está inserto, determinamos a remessa dos presentes autos à comarca agregadora de Pacatuba - CE, para a adoção dos procedimentos necessários ao desmembramento do presente feito em relação aos réus supracitados, ocasião na qual os processos (desmembrando e desmembrado) deverão retornar para esta comarca agregada de Guaiuba - CE, sob a competência deste Colegiado de Magistrados, composto para atuação exclusiva no feito - Edital/CGJTJCE n. 03/2020, para o seu regular trâmite processual. 3. Deliberações gerais Considerando que o Magistrado José Valdecy Braga de Sousa gozará de férias no período de 11 a 30 de novembro de 2024, convocamos por meio da presente decisão, o Magistrado Carlos Eduardo de Oliveira Holanda Júnior para compor o Colegiado de Juízes atuante nesta ação penal no interstício referido. 4. Deliberações finais Com o retorno dos processos, desmembrando e desmembrado, ao presente Juízo, à Secretaria de Vara certifique-se a remessa dos autos principais à conclusão para sentença, vez que, então, estarão maduros para julgamento. Quanto ao processo desmembrado, remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestações no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpram-se. Ciência ao Ministério Público e às defesas acerca da presente decisão. Expedientes necessários e urgentes por se tratar de processo afeto à réus presos.

ADV: ANA KARISIA ANDRADE LOPES (OAB 43265/CE) - Processo 0200210-67.2023.8.06.0083 - Tutela Infância e Juventude - Alienação Parental - REQUERENTE: F.C.A.S. - Diante do parecer ministerial retro, determino que proceda-se com a intimação da parte autora, primeiramente através de seu Patrono constituído aos autos, para apresentar informações acerca da localização da infante, neste ato representada por sua genitora, bem como para que realize a juntada de certidão de nascimento da criança MARIA ELOÁH DE SOUSA ALVES, uma vez que o referido documento não se encontra nos autos. Expedientes e intimações.

ADV: JANAINA GONÇALVES DE GOIS FERREIRA (OAB 20994/CE) - Processo 0200274-77.2023.8.06.0083 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Andrade Distribuidora Ltda. - Considerando que a parte requerente impetrou Agravo de Instrumento em face a decisão de fls. 479 proferida por este Juízo, não havendo, até o presente momento, informações acerca do trâmite do referido Agravo perante a Corte Superior, determino que a parte autora seja intimada, por sua procuradora para, no prazo de dez dias, trazer aos autos informações acerca do trâmite do referido Agravo. Expedientes e intimações.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUAIUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0371/2024

Processo 0050278-10.2020.8.06.0083 (apensado ao processo 0267623-18.2024.8.06.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUT PL: D.M.G. - Delegacia Metropolitana de Guaiuba - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - RÉU: F.W.X.S. - A.N.S.B. - M.V.L. - F.M.C.R. - E.C.S. - C.N.S. - I.A.V. - L.S.S. - F.I.A.R. e outro - Dessa forma, em atuação

articulada do sistema de justiça nacional atinente ao mutirão criminal 2024 (Portaria/CNJ n. 278/2024), e, ante a mitigação da contemporaneidade dos fatos que ensejam a medida extrema frente às gravidades das ações imputadas, mantemos as prisões preventivas de todos os acusados acautelados. 2. Quanto ao desmembramento do processo Considerando a determinação de desmembramento do processo, às fls. 2528/2538 cc. 2921/2936, em relação aos réus Marcelo Vidal Lopes, v. Marcelo Cocão, e, Luan Silva de Souza, v. Léo Pirulito, bem como todo o teor da certidão de fls. 3111, o qual informa acerca da impossibilidade de cumprimento da ordem em razão do processo de agregação pelo qual a presente comarca de Guaiuba está inserto, determinamos a remessa dos presentes autos à comarca agregadora de Pacatuba - CE, para a adoção dos procedimentos necessários ao desmembramento do presente feito em relação aos réus supracitados, ocasião na qual os processos (desmembrando e desmembrado) deverão retornar para esta comarca agregada de Guaiuba - CE, sob a competência deste Colegiado de Magistrados, composto para atuação exclusiva no feito - Edital/CGJTJCE n. 03/2020, para o seu regular trâmite processual. 3. Deliberações gerais Considerando que o Magistrado José Valdecy Braga de Sousa gozará de férias no período de 11 a 30 de novembro de 2024, convocamos por meio da presente decisão, o Magistrado Carlos Eduardo de Oliveira Holanda Júnior para compor o Colegiado de Juízes atuante nesta ação penal no interstício referido. 4. Deliberações finais Com o retorno dos processos, desmembrando e desmembrado, ao presente Juízo, à Secretaria de Vara certifique-se a remessa dos autos principais à conclusão para sentença, vez que, então, estarão maduros para julgamento. Quanto ao processo desmembrado, remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestações no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpram-se. Ciência ao Ministério Público e às defesas acerca da presente decisão. Expedientes necessários e urgentes por se tratar de processo afeto à réus presos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUAIUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0372/2024

ADV: FLAVIO FROTA SILVA GUIMARAES (OAB 22488/CE) - Processo 0005728-32.2017.8.06.0083 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Antonio Valdei da Silva Brito - Dessa forma, considerando como resposta à acusação a petição apresentada às p. 90/91, determino à Secretaria de Vara que cumpra a decisão de p. 95/96, designando audiência de instrução para data mais próxima livre em pauta, nos exatos termos do art. 399 do Código de Processo Penal. Atualizem-se os cadastros do réu e de seu procurador, para as eventuais intimações decorrentes do presente feito. Expedientes necessários.

ADV: PROCURADOR JULIO CESAR VERALDO MENEGUCI - OAB/PR Nº 44.412 (OAB 3/CE) - Processo 0011862-41.2018.8.06.0083 - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Ccb Brasil - Credito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca das certidões de p. 141/142, requerendo o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: RICARDO FEITOSA FROTA RIBEIRO (OAB 37277/CE) - Processo 0050292-91.2020.8.06.0083 - Termo Circunstanciado - Leve - AUTORAFATO: Samara Soares da Costa - Acolho o parecer ministerial retro, e determino a intimação da autora do fato, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar aos autos os devidos comprovantes de comparecimento e cumprimento da transação penal firmada à p.100, sob pena de anulação do respectivo acordo celebrado, com eventual oferecimento da denúncia. Expedientes necessários.

COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1081/2024

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0000165-20.2018.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Antonia de Maria Alves de Sousa - Assim sendo,HOMOLOGO os cálculos apresentados pela contadoria(fls. 259/267)e, de remate,JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO,determinando a expedição de Precatório ou RPV a depender do valor do débito exigido, considerando a existência de lei municipal fixando o teto da requisição de pequeno valor. P.R.I. Precluso estedecisum,determino a expedição de Precatório ou RPV a depender do valor do débito exigido, considerando a existência de lei municipal fixando o teto da requisição de pequeno valor. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EXPEDITO MARTINS MARQUES JUNIOR (OAB 34392/CE), ADV: THALES LUCENA INACIO (OAB 21399/CE) - Processo 0005868-34.2015.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Fábio Rogério Oliveira Maltos - Me - REQUERIDO: Bradesco S/A - R. Hoje. Instadas a manifestarem interesse na produção de novas provas, nada requereram acerca de novas provas. Sendo bastantes as já carreadas aos autos, anuncio o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Venham os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0007830-24.2017.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Ribeiro de Oliveira - Ante a comunicação do falecimento da parte autora às fls. 271, suspende-se o feito por 30 (trinta) dias úteis para que o patrono do requerente falecido promova a habilitação dos herdeiros nos autos ou, em caso de ausência de interesse destes em prosseguir com a demanda, que assim o declarem. Neste mesmo lapso temporal, determina-se a publicação via Edital para que os sucessores da autora se habilitem no processo. Intime-se o representante processual autoral. Publique-se por via editalícia.

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE) - Processo 0009641-53.2016.8.06.0084 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimunda Roseo de Oliveira - R. Hoje. Intime-se o exequente para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa. Se o exequente não se opuser, a obrigação será declarada satisfeita e o processo extinto por sentença (art. 924, II, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0016113-02.2018.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonio Pereira do Carmo - REQUERIDO: Bv Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Razões que, HOMOLOGO os cálculos apresentados pela contadoria (fls. 362/368). Verifico que já houve expedição de alvará de valor incontroverso. Diante disso, determino a intimação da parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento da diferença dos valores, tendo em vista a homologação dos cálculos, sob pena de

penhora on-line. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: EXPEDITO MARTINS MARQUES JUNIOR (OAB 34392/CE) - Processo 0050703-97.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Bezerra do Nascimento - Vistos, etc. Intime-se a autora para manifestar-se acerca do laudo pericial juntado aos autos às fls. 240/291. Observa-se que já consta manifestação por parte do requerido, conforme fls. 292/293. Após, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0051471-23.2021.8.06.0084 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: GRUPO SABEMI SEGURADORA S/A: SEGUROS, PREVIDENCIA & SERVIÇOS FINANCEIROS - R. Hoje. Trata-se de Ação ajuizada por Antonio Ferreira da Silva em face de GRUPO SABEMI SEGURADORA S/A: SEGUROS, PREVIDENCIA SERVIÇOS FINANCEIROS, ambos já qualificados nos presentes autos em epígrafe. Repousa pedido de Cumprimento de Sentença apresentado pela parte autora. Considerando o pedido da parte interessada, determino sejam adotadas as seguintes providências, nos termos do artigo 523 do Código de Processo Civil: I Intime-se a parte EXECUTADA, na pessoa do seu advogado (art. 51, §2°, I do CPC/15), para efetuar o pagamento do crédito exequendo, devidamente atualizada conforme planilha apresentada pelo Exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa prevista no §1° do art. 523, do CPC; II Não efetuado o pagamento pela devedora ou sendo este apenas parcial, independente de conclusão, proceda-se com a execução, encaminhando o feito ao setor de Penhora on-line e efetue-se penhora via sistema SISBAJUD ou, caso esta seja infrutífera, expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação, para cumprimento por oficial de justiça; III Transcorrido o prazo previsto no artigo 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Evolua-se a classe processual do feito para Cumprimento de Sentença. DEFIRO O DESARQUIVAMENTO. Expedientes necessários.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA AGUIAR (OAB 20870/CE), ADV: TATIANA DE QUEIROZ PEREIRA (OAB 21344/DF) - Processo 0051599-43.2021.8.06.0084 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: N.T.M. e outro - REQUERIDA: P.J.J.S. - Vistos, etc. Trata-se de Ação de Regulamentação de Visitas proposta por Marfisa Teles Mororó (avó paterna) e Naíla Tele Mororó (tia paterna) em face de Priscila Jordana Januário Sousa (genitora), com vistas ao retorno ao convívio de Miguel Januário Teles. Petição inicial às fls. 01/11. Contestação às fls. 31/41. Réplica às fls. 90/93. Estudo social às fls. 157/164, concluiu-se que: “Diante dos relatos expostos e mediante realização de visita domiciliar e Atendimento Especializado, ora efetuado com a Sra. Naíla Teles e a Sra. Marfisa, familiares de Miguel Januário Teles. Em relação Sra. Marfisa, foi observado nas expressividades das falas que tanto a Tia e avó de Miguel têm afinidades, afetividades e responsabilidades acentuados com a Criança, a avó tem uma convivência saudável e satisfatória com seu neto. Em atendimento com a senhora Naíla Teles ela clama para ter o vínculo afetivo com seu sobrinho, pois a mesma disse que foi o que restou de seu irmão. Portanto, com base neste padrão legal, analisando as falas colhidas e as observações feitas in loco, SUGERE-SE que os direitos e deveres inerente à criança devem ser ofertados de forma compartilhada com sua Tia Naíla e sua Avó Marfisa, possibilitando assim o contato com a criança, mediante regularização das visitas, acordadas judicialmente com as partes envolvidas.” Intimadas, Marfisa Teles Mororó e Naíla Teles Mororó concordaram com o laudo pericial, solicitando a procedência da ação. Por sua vez, Priscila Jordana Januário Sousa requereu a realização de novo laudo, aduzindo que não foi avaliada a questão da alienação parental e que a opinião da criança não foi considerada. Assim foi designado audiência de instrução e julgamento, conforme termo à fl. 115. Parecer do Ministério Público às fls. 179/181. É o breve relatório. Fundamento e decido. Como é consabido, a concessão de visitação da criança aos avós, tios é mais do que refletir o direito de boa convivência, implica, igualmente, o direito do menor de crescer e desenvolver-se na companhia de ambos, visto a ausência de seu pai, filho da requerente, em virtude de seu falecimento. Salvo prova em contrário, o convívio com a avó e tia paterna é salutar à criança, estreita os laços familiares e dá maior segurança ao infante, além de manter vivos os laços com seu falecido pai através de seus parentes presentes. Ademais, a falta de convivência do menor com as requerentes não pode ser motivado por conflitos patrimoniais existentes entre as partes, trazendo grandes prejuízos ao desenvolvimento da criança que vem sendo bombardeada com relatos ruins. A avó e tia paterna tem o direito de exercer a visitação em relação ao menor, neto e sobrinho, e este tem o direito de receber o afeto avoengo, estreitar laços de convivência familiar e ampliar a convivência social, não sendo este propriedade da mãe, mas pessoa titular de direitos, que merece ser respeitado, bem como de ter uma vida saudável e feliz. O evidente litigio de ordem patrimonial entre as requerentes e a genitora da criança não justifica a proibição do direito de visitas, não podendo o menor ser instrumento de vingança e moeda de troca. A visitação, então, não constitui apenas um direito assegurado, mas um direito do filho de manter íntegra a relação com ambos os familiares, objetivando-se minimizar o impacto psicológico negativo já decorrente da perda precoce de seu pai, falecido, filho e irmão das autoras que pleiteiam a visitação do menor. Portanto, somente será possível obstar às visitas quando houver demonstração de que o convívio será prejudicial ao menor, em virtude da conduta adotada pelas requerentes, se incompatível com a moralidade e com o bem-estar físico ou emocional da criança. No caso sem apreço, o estudo social realizado (fl. 115), não teve por finalidade averiguar eventual alienação parental. Além disso, caso existissem indícios nesse sentido, a perita nomeada certamente teria feito relatos nesse sentido. Ademais, o entendimento jurisprudencial a seguir não é diferente. Vejamos: REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. AVÓ PATERNA. CABIMENTO. 1. A avó tem o direito de exercer a visitação em relação ao netos e este tem o direito de receber o afeto avoengo, estreitar laços de convivência familiar e ampliar a convivência social, não sendo propriedade da mãe, mas pessoa titular de direitos, que merece ser respeitado, bem como de ter uma vida saudável e feliz. 2. O claro litígio entre a mãe do adolescente e a avó paterna não justifica a proibição do direito de visitas, não podendo o adolescente ser instrumento de vingança. 3. Não havendo nada que impeça a convivência da avó com o neto, é cabível estabelecer a regulamentação de visitas, pois deve ser resguardado sempre o melhor interesse do jovem, que está acima da conveniência da mãe ou da avó. 4. No entanto, o sistema de visitação deve ser fixado de forma a atender também o interesse e a conveniência do neto, diante da relação fragilizada com a avó, em razão das desavenças entre este e a genitora, em razão de mágoas pretéritas, que precisam ser superadas, pois o genitor é falecido e a avó é o vínculo possível com a família paterna. Recurso provido em parte. (Apelação Cível Nº 70073863599, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 30/08/2017). (TJ-RS - AC: XXXXX RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Data de Julgamento: 30/08/2017, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/09/2017) Em suma, mostra-se imprescindível garantir aos autores e à criança que exerçam seus direitos à convivência familiar, de forma que o pedido procede nesse ponto. Não há falar-se, todavia, em aplicação de penalidades decorrentes de alienação parental, haja vista que os relatórios produzidos e já mencionados não indicaram a existência de tal procedimento pela genitora. Ante o exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado porMARFISA TELES MORORÓ e NAÍLA TELES MORORÓem face dePRISCILA JORDANA JANUÁRIO SOUSA,para fixar o regime de visitas dos autores ao seu filho MIGUEL JANUÁRIO TELES na forma que segue, acolhendo o judicioso parecer do Ministério Público de fls. 179/181 e o relatório psicológico já citado: a) estabeleço regime de visitas desassistidas de Marfisa Teles Mororó e Naíla Teles Mororó à

criança Miguel Januário Teles, devendo a criança, em domingos alternados, ir até a casa das requerentes após a missa das 9 horas e lá permanecer até às 18 horas, oportunidade em que deverá ser entregue à sua genitora. Sem custas. P.R.I.C. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as formalidades legais.

ADV: JOAO ALVES DE SOUSA FILHO (OAB 22563/CE) - Processo 0200344-91.2023.8.06.0084 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Cosmo Farias Ribeiro - Ante o resultado infrutífero da pesquisa via sistema Sisbajud, intime-se parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0200361-30.2023.8.06.0084 - Cumprimento de sentença - Tarifas - REQUERENTE: Antônia Mendes de Lira - REQUERIDO: Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - Aapb - Vistos, etc. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender pertinente acerca da certidão de fl. 141. Expedientes necessários.

ADV: JOSE OLIVAR FERNANDES SOARES FILHO (OAB 29104/CE) - Processo 0200516-33.2023.8.06.0084 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Bruno Lima Rodrigues - INVTE: Paulo Henrique Lima Rodrigues - Vistos, etc. Apresentadas as primeiras declarações (fls. 33/35), CITEM-SE os herdeiros, a Fazenda Pública, o Ministério Público (no caso de haver herdeiro incapaz ou testamento), fazendo-se acompanhar a cópia das primeiras declarações no instrumento que corporificar a citação, nos moldes do art. 626 do CPC. Ainda, publique-se edital, a fim de se dar a plena ciência quanto a instauração do presente processo de inventário aos demais herdeiros que não forem citados, com prazo de validade de 40 (quarenta) dias. Concluída as citações, incluindo-se o transcurso do prazo de validade de edital que vier a ser publicado, certifique-se nos autos. Expedientes necessários.

ADV: ANA GABRIELA DE ABREU LIAL (OAB 48957/CE) - Processo 0200908-70.2023.8.06.0084 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.R.S.A. e outros - R. Hoje. Intime-se a autora para que no prazo de 10 (dez) dias, informe possível número de contato do requerido para ciência da sentença exarada nos autos às fls. 36/38. Em eventual inércia, arquivem-se os autos com as formalidades legais. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0201004-51.2024.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Francisco João de Lima Filho - Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para se manifestar acerca da petição de fl. 64, no prazo de 05 (cinco) dias. Ressalte-se que o silêncio será interpretado como aquiescência ao pagamento e a extinção da execução, nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL GERBER (OAB 39879/RS), ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS) - Processo 0201157-84.2024.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Eagle Sociedade de Credito Direto S.a - R. hoje. Dispensada a análise da admissibilidade recursal pelo juízo de primeiro grau, inclusive a análise quanto à gratuidade de justiça, consoante o art. 101, §1º e 1.010, §3º do CPC. Intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar as contrarrazões, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 45388A/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0201327-27.2022.8.06.0084 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previndencia S.a - Banco Bradesco S.A - R. Hoje. Trata-se de Ação ajuizada por Maria Elisangela de Sousa Mendes em face de Bradesco Vida e Previndencia S.a e outro, ambos já qualificados nos presentes autos em epígrafe. Repousa pedido de Cumprimento de Sentença apresentado pela parte autora. Considerando o pedido da parte interessada, determino sejam adotadas as seguintes providências, nos termos do artigo 523 do Código de Processo Civil: I Intime-se a parte EXECUTADA, na pessoa do seu advogado (art. 51, §2°, I do CPC/15), para efetuar o pagamento do crédito exequendo, devidamente atualizada conforme planilha apresentada pelo Exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa prevista no §1° do art. 523, do CPC; II Não efetuado o pagamento pela devedora ou sendo este apenas parcial, independente de conclusão, proceda-se com a execução, encaminhando o feito ao setor de Penhora on-line e efetue-se penhora via sistema SISBAJUD ou, caso esta seja infrutífera, expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação, para cumprimento por oficial de justiça; III Transcorrido o prazo previsto no artigo 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Evolua-se a classe processual do feito para Cumprimento de Sentença. DEFIRO O DESARQUIVAMENTO. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0201383-26.2023.8.06.0084 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Rodrigues do Carmo Félix - Intime-se o requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 dias, dizer sobre a impugnação ao cumprimento de sentença juntada às fls. 349/356. Decorrido o prazo, remetam os autos conclusos para decisão.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: DIEGO DE CARVALHO RODRIGUES (OAB 19646/CE) - Processo 0201648-62.2022.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Francisco Wilson Bezerra de Sousa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo celebrado para que produza seus jurídicos e legais efeitos e declaro satisfeita a obrigação, julgando extinto o processo com resolução do mérito. Custas nos termos da sentença de fls. 90/93. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ante a irrecorribilidade da sentença homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Com o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas devidas.

ADV: MARDÔNIO PAIVA DE SOUSA (OAB 43658/CE) - Processo 0201807-34.2024.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Delmiro Feitoza - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Trata-se de Ação anulatória de cobrança indevida c/c reparação de danos morais e materiais promovida por José Delmiro Feitosa, em desfavor de CAAP Caixa de Assistência aos Aposentados e Pensionistas, pelos motivos e fundamentos à inicial de fls. 01/12. Afirma a parte autora em resumo que, foi surpreendida com descontos em seu benefício, e ao buscar o histórico de créditos, verificou-se um desconto relativo a uma contribuição intitulada de Contribuição CAAP, ocorrendo mensalmente sem nunca ter autorizado ou contratado tal benefício. É o breve relatório. Passo a decidir. Analisando detidamente os documentos anexados à petição de emenda à inicial, verifico que a parte autora procedeu à juntada de todos os documentos necessários para boa apreciação da demanda. Nesse sentido, presentes os requisitos e pressupostos processuais, RECEBO a inicial. Registro de plano, que a relação que une os litigantes é de consumo, portanto aplicáveis as regras do Código de Defesa e Proteção ao Consumidor inerentes à prestação de serviço. Para a concessão da tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, é necessária a presença dos pressupostos legais previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, a saber, (a) a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e (b) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. É o que se passa a analisar. É cediço que, para a concessão da medida liminar requestada, faz-se necessária a presença da verossimilhança das alegações autorais (fumus boni iuris) em comunhão com o perigo pela demora do resultado do processo (periculum in mora). No caso vertente, não vislumbro, mediante uma análise perfunctória dos autos, a plausibilidade do direito alegado na inicial, em especial pela ausência de prova pré-constituída. É dizer, não há como extrair dos autos elementos que indiquem, a priori, presença de erro, dolo ou lesão na celebração da avença. Desta forma, com base na fundamentação supra, INDEFIRO o pedido liminar. Considerando que a

inversão do ônus da prova é regra de instrução, inverto o ônus probatório, por entender presentes os requisitos do art. 6º, inc. VIII do CDC. Outrossim, por se tratar de causa que admite a autocomposição, sendo certo que o autor fez expressa opção pela não realização de audiência inaugural de mediação e conciliação, determino que seja feita a citação da parte demandada, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação à inicial. Expedientes e intimações necessárias.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ROGER DOS SANTOS LIMA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA MARIA XIMENES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1055/2024

ADV: FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE) - Processo 0201864-52.2024.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edmar Rodrigues Sobrinho - Vistos hoje. Tendo em vista o ajuizamento de reiteradas demandas com causa de pedir e pedidos similares em petições padronizadas, em consonância com a Recomendação n. 01/2019/NUPOMEDE/CGJCE, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial comparecendo em Secretaria para apresentar seus documentos originais de identidade e comprovante de residência recente em seu nome, bem como ratificar os termos da procuração e o pedido objeto da presente ação, sob pena de indeferimento da exordial. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ROGER DOS SANTOS LIMA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA MARIA XIMENES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1064/2024

ADV: MARLUCIA FERNANDES MARTINS (OAB 16670/CE), ADV: SAMILLY ARAÚJO RIBEIRO MATOS (OAB 29510/CE), ADV: EVA SORAIA CHAGAS BRAGA (OAB 34454/CE), ADV: FRANCISCO RONES ARAÚJO FARIAS FILHO (OAB 38517/CE) - Processo 0000202-47.2018.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.C.R. - REQUERIDA: M.M.M. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a sentença de fls. 150, que foi designada audiência de Instrução para o dia 10/12/2024, às 09:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0200785-72.2023.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Retificação de Data de Nascimento - REQUERENTE: Maria Auzenir Segundo Monteiro - Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO ajuizada por ISABELLY SEGUNDO MONTEIRO representada por MARIA AUZENIR SEGUNDO MONTEIRO já devidamente qualificada nos autos, com o fito de que seja retificado seu registro de nascimento após reconhecimento de paternidade. Alega, em síntese, que posteriormente ao seu nascimento, foi reconhecida como filha de Antônio Pires de Mesquita, conforme escritura às fls. 02/03. Assim, requer a retificação de seu registro de nascimento para fazer constar ISABELLY SEGUNDO MONTEIRO DE MESQUITA, com inclusão do sobrenome de seu pai. A inicial foi instruída com os documentos de fls. 07/12. Em parecer de fls. 34/35, o Ministério Público manifestou-se favorável quanto a procedência do pedido inicial. Eis um breve relatório. D E C I D O. A matéria posta à apreciação se encontra fartamente demonstrada por prova documental, o que significa dizer que diante do exame da documentação acostada aos autos e dos fatos narrados na prefacial, logrou êxito o pretendente em demonstrar satisfatoriamente a retificação a ser feita em registro de nascimento da requerente, para incluir o sobrenome e os dados de seu pai, não havendo, por conseguinte, necessidade de maior dilação probatória. Portanto, de acordo com as provas documentais coligidas aos autos, dúvidas não restam de que houve o reconhecimento da paternidade, restando apenas a pendência de registro no registro de nascimento da requerente, para inclusão de seu genitor, bem como o acréscimo de seu sobrenome. Isto posto, resolvo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC e art. 109 da Lei n.º 6.015/73, e acolho o pedido para determinar a retificação do registro de nascimento de ISABELLY SEGUNDO MONTEIRO, já qualificado na prefacial, passando a constar o seu nome: ISABELLY SEGUNDO MONTEIRO DE MESQUITA. Sem custas, por postular o autor sob a égide da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, nos termos do art. 109 da Lei n.º 6.015/73, expeça-se mandado dirigido ao competente Cartório de Registro Civil para retificação e inclusão dos dados concernentes à paternidade reconhecida. Ato contínuo, arquivem-se os presentes autos, com as baixas de praxe.

ADV: ROMAEL CAMELO LEITÃO (OAB 50753/CE) - Processo 0201741-54.2024.8.06.0084 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romael Camelo Leitão - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento à decisão de fls. 81/82, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 21/11/2024, às 11:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
JUIZ(A) DE DIREITO JORGE ROGER DOS SANTOS LIMA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA ANA MARIA XIMENES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1079/2024

ADV: EXPEDITO MARTINS MARQUES JUNIOR (OAB 34392/CE) - Processo 0200345-13.2022.8.06.0084 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: F.C.P.P. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a decisão de fls. 36, que foi designada audiência de Instrução para o dia 10/12/2024, às 15:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ JOVINIANO GOMES NETO (OAB 4291/CE), ADV: GABRIEL MENEZES RODRIGUES LOPES (OAB 62078/BA) - Processo 0200375-14.2023.8.06.0084 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: M.B.R.S. - REQUERIDO: J.M.S. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento à decisão de fls. 67, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 12/12/2024, às 11:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CLARA MELO CARVALHO (OAB 45549/CE) - Processo 0200398-23.2024.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: F.L.S.M. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento à decisão de fls. 15/16, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 12/12/2024, às 09:30h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ RIBAMAR JUNIOR (OAB 44735/CE) - Processo 0200515-22.2022.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento

Ordinário - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência - RÉU: Antonio Flavio Pereira Nunes - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a decisão de fls. 132/133, que foi designada audiência de Instrução para o dia 11/12/2024, às 10:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EXPEDITO MARTINS MARQUES JUNIOR (OAB 34392/CE) - Processo 0200631-88.2022.8.06.0084 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: J.M.R. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a decisão de fls. 29, que foi designada audiência de Instrução para o dia 10/12/2024, às 14:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0201100-66.2024.8.06.0084 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.M.R.O. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento à decisão de fls. 17/18, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 12/12/2024, às 10:30h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0201116-20.2024.8.06.0084 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.D.G. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento à decisão de fls. 24/25, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 12/12/2024, às 10:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DENYSE FREIRE DE SOUSA (OAB 35173/CE) - Processo 0201357-91.2024.8.06.0084 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: A.M.A.S. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento à decisão de fls. 29/30, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 12/12/2024, às 09:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUANA FERREIRA DE OLIVEIRA ARAGAO (OAB 50027/CE), ADV: FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE) - Processo 0201452-58.2023.8.06.0084 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.S.C.S. - REQUERIDO: L.M.S.F. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a sentença de fls. 86, que foi designada audiência de Instrução para o dia 10/12/2024, às 11:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTONIO DE HOLANDA CAVALCANTE SEGUNDO (OAB 21999/CE) - Processo 0201592-58.2024.8.06.0084 - Produção Antecipada de Provas Criminal - Estupro de vulnerável - REQUERENTE: J.P.N. - J.S.C. - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento ao despacho de fls. 533, que foi designada audiência de Justificação para o dia 11/12/2024, às 09:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANTE ARRUDA DE PAULA MIRANDA (OAB 22863/CE) - Processo 0203767-77.2024.8.06.0293 - Inquérito Policial - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência - AUTUADO: Antonio Franciran Nascimento de Castro - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a decisão de fls. 99/100, que foi designada audiência de Instrução para o dia 11/12/2024, às 11:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EXPEDITO MARTINS MARQUES JUNIOR (OAB 34392/CE) - Processo 0280018-89.2021.8.06.0084 - Perda ou Suspensão do Poder Familiar - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERIDO: Jose Bezerra Neves e outro - CERTIFICA, face às prerrogativas por lei conferidas, em cumprimento a sentença de fls. 82, que foi designada audiência de Instrução para o dia 10/12/2024, às 10:00h pelo Microsoft Teams, cujo link será enviado as partes. O referido é verdade. Dou fé.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1084/2024

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0000046-59.2018.8.06.0084 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Katiane Marques de Sousa - CURATELANDO: FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA SOUSA - III - DISPOSITIVO Posto isso, julgo procedente o pedido para decretar a interdição de FRANCISCO DAS CHAGAS COSTA SOUSA, qualificado nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que lhe nomeio curadora sua irmã, a Sra. KATIANE MARQUES DE SOUSA, a qual ainda deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único). Por força do disposto na legislação, inscreva-se a presente no Registro Civil competente, publicando-se, ainda, pela imprensa local e pela oficial por três vezes, com intervalos de dez dias (artigo 756, §4º do Código de Processo Civil). Com o trânsito em julgado, determino a averbação no cartório competente, valendo a presente sentença como Mandado para Averbação. Sem custas, eis que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita. Sem condenação em honorários advocatícios, dada a inexistência de litígio ensejador de sucumbência. Com o cumprimento dos expedientes e efetuadas as anotações de estilo, arquive-se, após o respectivo trânsito em julgado.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: JOSE MARIA VALE SAMPAIO (OAB 13500/CE), ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 14458/CE) - Processo 0007842-38.2017.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisca Gomes de Carvalho - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - Vistos, etc. Em que pese a análise processual, o objeto da demanda, pelas suas peculiaridades, necessita de prova oral. Assim, encaminhe-se os autos à fila de DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA de Instrução a ser marcada em momento oportuno, neste ato será também valorado a viabilidade de outras bases de produção de provas. Indiquem as partes o rol de testemunhas ou ratifique se constante nos autos. A Secretaria para a DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. Expediente necessário.

ADV: ANTONIO CLAUDIO LOPES DE SOUSA (OAB 24510/CE), ADV: MARIA LÚCIA GOMES MELO (OAB 38523/CE) - Processo 0050009-65.2020.8.06.0084 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Dano - ACUSADO: Francisco das Chagas Avelino Sousa - Vistos etc. I RELATÓRIO O Ministério Público, no exercício de suas atribuições constitucionais (artigo 129, inciso I, da Constituição Federal), lastreado no Inquérito Policial de fls. 01/31 em que consta auto de prisão em flagrante, ofertou denúncia contra FRANCISCO DAS CHAGAS AVELINO SOUSA, qualificado nos autos, tido como incurso nas sanções do art. 24-A da Lei 11.340/2006, figurando como vítima sua ex-companheira, MARIA APARECIDA DE SOUSA SILVA Assim constou da denúncia: ...que, no dia 07/01/2020, na residência da vítima, situada à rua Projetada, n.º 76, Lagoinha, Guaraciaba do Norte-CE, o indiciado descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas de urgência em favor da vítima MARIA APARECIDA DE SOUSA SILVA. Inicialmente, cumpre destacar que, em 12/08/2019, medidas protetivas de urgência foram deferidas em favor da vítima, que sofria constantes ameaças por parte de seu filho, ora denunciado. De acordo com o Caderno de Informações em epígrafe, na data, hora e local dos fatos, não obstante a existência de medidas protetivas de afastamento no bojo do Processo nº 0002152-57.2019.8.06.0084, o agressor continuou a aproximar-se da vítima. A vítima declarou que, durante a oportunidade, o denunciado chegou a arremessar algumas pedras contra sua residência. Diante das circunstancias, a ofendida acionou a

polícia por parte da ofendida, o que resultou na captura do indiciado nas imediações da casa de sua ex-companheira. Ainda no curso do Auto de Prisão em flagrante, houve decisão homologatória da prisão em flagrante e convertendo a prisão em flagrante em prisão preventiva (fls. 32/39). A denúncia (fls. 48/51) foi recebida em 28 de fevereiro de 2020 fls. 52/53 dos autos. Resposta à acusação nos autos às fls. 60/61. O recebimento da denúncia restou ratificado e designada audiência de instrução e julgamento (decisão de fl. 62 dos autos). Deflagrada a instrução criminal, em audiência realizada no dia 03 de fevereiro de 2022 (fl. 100/101), foram ouvidos a vítima, bem como as testemunhas de acusação, sendo as de defesa dispensadas, e após, o interrogatório do acusado, conforme termo e mídia anexa nos autos. Oportunizada às partes, o Ministério Público apresentou as alegações finais orais, de modo pela procedência integral da ação, condenando o acusado no incurso do art. 24-A da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), sustentando restar comprovada pela prova oral produzida em audiência e materialidade dos delitos e a prova da autoria pelo réu. Por sua vez, a defesa, em sede de alegações finais, por meio de memoriais sustentou a necessidade de absolvição do réu por ausência de provas suficientemente robustas que possa levar a condenação, e subsidiariamente, se assim entendesse pela condenação que fosse aplicada a pena no mínimo legal, bem como o direito do denunciado em apelar em liberdade. É o relatório. Decido. II FUNDAMENTAÇÃO A instrução criminal teve seu rito regular, com a observância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, sem que nulidades subtraiam a validade de suas aferições para fins de formação da convicção judicial; ademais, a persecução criminal não apresenta obstáculos procedimentais ou mesmo temporais (prescricionais) ao seu regular andamento, motivos pelos quais passo à análise do mérito criminal propriamente dito, nos termos seguintes. II.I - DO DELITO DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS (art. 24-A da Lei 11.340 de 2006). A materialidade do delito em questão encontra-se fortemente comprovada pela juntada de cópia da decisão de fls. 14/18 dos autos que determinou a medida protetiva e que estava em plena vigência, pelo auto de prisão em flagrante, bem como pelo firme, coeso e seguro depoimento da vítima, das testemunhas de acusação, bem como do próprio acusado. Da mesma forma, a autoria ressurge indubitável diante do auto de prisão em flagrante do réu, e das provas acarretas nos autos, além do próprio depoimento do réu em afirmar que sabia das medidas protetivas e mesmo assim estava mantendo um relacionamento com a vítima, motivo este que não afasta a incidência do crime de descumprimento de medida protetiva quando esta está em vigor. Ressalta-se que um dos quesitos das medidas protetivas era a proibição de se aproximar da vítima, inclusive de sua residência, e este, foi preso na casa de um vizinho da vítima, na justificativa que estava entregando um frango, porém não se atentou as medidas a ele impostas, assim descumprimento e vindo a incidir no tipo penal do art. 24-A da Lei Maria da Penha. Assim, restou amplamente demonstrada na instrução processual penal a materialidade e comprovada a autoria do evento delituoso, sendo a prova dos autos uníssona quanto a existência do crime e a sua autoria. Por fim, é curial ressaltar que a conduta do acusado é típica, antijurídica e culpável, notadamente porque não foi perpetrada ao amparo de qualquer uma das excludentes de ilicitude admitidas em nosso ordenamento jurídico (CP, art. 23). Assim, o decreto condenatório resta impositivo. III - DISPOSITIVO Ante o exposto, provadas suficientemente autoria e materialidade delitivas, julgo PROCEDENTE o pedido, para CONDENAR o réu FRANCISCO DAS CHAGAS AVELINO SOUSA já qualificado nos autos, pela prática dos crimes tipificados no 24-A da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Em razão disso, passo à dosimetria da pena, em estrita observância ao disposto no art. 68, caput, do Código Penal. Analisadas as circunstâncias do art. 59 do CPB, verifico que a culpabilidade, é normal a espécie, nada a valorar. O acusado não apresenta antecedentes criminais aptos a exacerbar a pena-base. Não há elementos seguros para aferir a sua conduta social. Não há dados acerca de sua personalidade. Os motivos utilizados comuns ao crime, nada a valorar. As consequências do crime nada tenho a valorar. O comportamento da vítima não provocou ou estimulou a prática do delito. Por tais razões, fixo a pena-base em 03 (três) meses de detenção. Na segunda fase, ausentes circunstâncias atenuantes e agravantes. Assim, torno a pena-base em 03 (três) meses de detenção . Na terceira fase da dosimetria da pena, inexistente qualquer causa de diminuição e aumento de pena. Fixando a pena definitiva em 03 (três) meses de detenção. DEMAIS DISPOSIÇÕES E EFEITOS DA SENTENÇA Fixo como definitivo o regime inicial ABERTO (art. 33, § 2º, “c”, CPB). Deixo de realizar a DETRAÇÃO, tendo em vista que não alterará o regime inicial de cumprimento da pena pelo réu. Ante a vedação do artigo 17 da Lei 11.340/2006, é incabível a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por restritiva de direitos. A pena aplicada é inferior a 02 (dois) anos, com regime inicial de cumprimento aberto, em razão do que deixo de aplicar a suspensão da pena, prevista no art. 77 do CP, a qual teria, obrigatoriamente prazo mínimo de dois anos, ou seja, superior a pena aplicada. Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva, condeno o acusado FRANCISCO DAS CHAGAS AVELINO SOUSA, como incurso nos artigos 24-A da Lei 11.340/2006 a uma pena de 03 (três) meses de detenção., em regime inicial aberto, conforme artigo 33, § 2, alínea c do Código Penal. DEIXO DE FIXAR o valor mínimo a título de reparação de danos resultantes da infração penal (CPP, artigo 387, IV), em virtude de não haver pedido do membro do Ministério Público, conforme jurisprudência da venerável corte do STJ (STJ. 5ª Turma.HC 321.279/PE, Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Des. Conv. do TJ/PE), julgado em 23/06/2015). Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade por não estarem presentes as circunstâncias e os requisitos do artigo 312 do CPP que ensejam a prisão preventiva, se por outro motivo não esteja segredo cautelarmente. Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 12.403, de 2011. Condeno o apenado ao pagamento das custas processuais. Devolvo o processo à secretaria para os expedientes necessários e após o trânsito em julgado da presente decisão, tomem-se as seguintes providências: (I) lance o nome do condenado no Livro de Rol dos Culpados desta Comarca; (II) extraia guias de recolhimento, observando-se o disposto nos artigos 105 à 107 da lei n. 7.210/84, para o acompanhamento da execução das penas impostas, computando-se como cumprimento de pena o período de prisão provisória, encaminhando-as, com as cópias das peças necessárias, ao juízo da execução penal; (III) oficie-se à Zona Eleitoral, comunicando a condenação do réu, com sua identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do disposto pelo artigo 15, III, da Constituição Federal e pelo artigo 71, §2º, do Código Eleitoral. Após o trânsito em julgado, vistas ao MP sobre eventual prescrição retroativa. Após a adoção das providências acima, nada sendo requerido, arquivem-se os autos. Registre-se, publique-se e intimem-se.

ADV: SHARLYS MICHAEL DE SOUSA LIMA DE AGUIAR (OAB 20870B/CE) - Processo 0050386-36.2020.8.06.0084 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violação de domicílio - ACUSADO: Rogerio Saraiva de Souza - Assim, com base na fundamentação supra, declaro extinta a pena imputada ao condenado Rogério Saraiva de Sousa, em relação ao delito em tela, em virtude de ter ocorrido a prescrição da pretensão punitiva na modalidade retroativa. Arquive-se, com as cautelas de praxe.

ADV: ANA CLARA MELO CARVALHO (OAB 45549/CE) - Processo 0200295-84.2022.8.06.0084 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.R.F.O. - III - DISPOSITIVO Posto isso, julgo procedente o pedido para decretar a interdição de EDNARDO RANGEL OLIVEIRA, qualificado nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que lhe nomeio curador seu irmão, Sr. Antônio Ricardo Ferreira Oliveira, o qual ainda deverá ser intimado para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único). Por força do disposto na legislação, inscreva-se a presente no Registro Civil competente,

publicando-se, ainda, pela imprensa local e pela oficial por três vezes, com intervalos de dez dias (artigo 756, §4º do Código de Processo Civil). Com o trânsito em julgado, determino a averbação no cartório competente, valendo a presente sentença como Mandado para Averbação. Sem custas, eis que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita. Sem condenação em honorários advocatícios, dada a inexistência de litígio ensejador de sucumbência. Com o cumprimento dos expedientes e efetuadas as anotações de estilo, arquive-se, após o respectivo trânsito em julgado.

ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0201269-53.2024.8.06.0084 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se a(s) parte(s) apelada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) de apelação de fls. 169/176, nos termos do art. 1.010, §1º, do CPC. Apresentadas ou não as contrarrazões, remetam-se os autos ao órgão recursal competente.

COMARCA DE HORIZONTE - 1ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0233/2024

ADV: PABLO KELLERMANN LOPES BARROS (OAB 46497/CE) - Processo 0050017-02.2021.8.06.0086 (apensado ao processo 0050024-91.2021.8.06.0086) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Nailson Pereira Rodrigues e outro - Retire-se a tarja de réu preso. Intimem-se as defesas para que apresentem alegações finais no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: ADEMICIO SOUZA TEOTONIO (OAB 33292/CE) - Processo 0050555-80.2021.8.06.0086 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Importunação Sexual - AUTUADO: Auricelio da Silva Lima -

ADV: PAULO LANDIM DE MACÊDO NETO (OAB 44554/CE) - Processo 0203960-71.2024.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Thiago Kaick dos Santos Oliveira e outro - INTIMAR AS PARTES para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 10 de dezembro de 2024, às 12:15h, que se realizará de forma híbrida, presencialmente na Sala de Audiência do Fórum da Comarca de Horizonte, e também, através de sala de audiência virtual na plataforma Microsoft Teams. O acesso à sala de audiência virtual dar-se-á por meio do (https://link.tjce.jus.br/0629bf) e/ou QR Code indicado abaixo, o qual deverá ser acessado pelas partes e testemunhas no dia e horário supra designados, sujeito à autorização para ingressar no ambiente virtual.

COMARCA DE HORIZONTE - 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0574/2024

ADV: NAJMA MARIA SAID SILVA (OAB 28394/CE) - Processo 0200357-50.2024.8.06.0086 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Leandro Bezerra dos Santos - Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, especifiquem se possuem provas a produzir, justificando sua necessidade ou, caso assim entendam, se optam pelo julgamento antecipado da lide, que resta desde logo anunciado em caso de inércia ou concordância dos litigantes. Expedientes necessários. Horizonte, 04 de outubro de 2024. Pedro Marcolino Costa Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
JUIZ(A) DE DIREITO PEDRO MARCOLINO COSTA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PRISCILA CHAVES DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0575/2024

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: FRANCISCO JANAEL FREITAS DOS SANTOS (OAB 46967/CE), ADV: TAYNAR GUERREIRO LIMA (OAB 47412/CE) - Processo 0200043-07.2024.8.06.0086 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - REQUERIDO: Francisca Marisa Lopes Pereira - III. Conclusão À luz do exposto e tudo o mais que dos autos consta, HOMOLOGO O ACORDO constante nos autos, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Custas pela parte requerida. Honorários advocatícios rateados pelas partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ante a ausência de interesse recursal, o trânsito em julgado deve ser imediato, motivo pelo qual, após as diligências cabíveis, arquivem-se os autos. Expedientes de praxe. Cumpra-se Horizonte/CE, 04 de novembro de 2024. Pedro Marcolino Costa Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0576/2024

ADV: JOSE GIOVANI PORTELA (OAB 9333/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0006502-63.2011.8.06.0086 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Raynara Gomes dos Santos - REQUERIDO: Bv Financeira S/A - R.h Em tendo sido o recurso interporto devidamente julgado e retornado os autos a esta Unidade Jurisdicional com o trânsito em julgado, intime-se as partes para que, em 10 (dez) dias, se manifestem requerendo o que de direito, procedendo a secretaria à cobrança de custas, inclusive, se houver. Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, certifique-se e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Expedientes necessários. Horizonte/CE, 08 de novembro de 2024. Pedro Marcolino Costa Juiz

ADV: VICENTE DE PAULO FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 12698/CE) - Processo 0200346-89.2022.8.06.0086 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.T.A.M. - Intime-se a parte

promovente, através de seu advogado constituído, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE EDSON NOGUEIRA COSTA (OAB 6755/CE) - Processo 0201327-50.2024.8.06.0086 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.M.S. - Designo sessão de Mediação para a data 26/11/2024 às 12:30h, a ser realizada na sala virtual do CEJUSC-Horizonte, modalidade VIDEOCONFERÊNCIA, por meio da plataforma MICROSOFT TEAMS. Para ingressar na SALA VIRTUAL, deve-se acessar no dia e hora acima indicados, o link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTM4NDQ5M2UtMmI1Ni00YmJjLWIyMzctYzk4Mzg3ODNmOGU4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%221a3b6190-f64a-49c3-b56b-25f4e6bac54e%22%7d, caso optem por esta, ou alternativamente, pelo acesso a CHAMADA DE VÍDEO DE WHATSAPP (85 99818.3821), ficando este CEJUSC à disposição para quaisquer esclarecimentos ou solicitações, através do endereço eletrônico de email cejusc.horizonte@tjce.jus.br e/ou contato de whatsapp (85 99818.3821) e também solicita que as partes entrem em contato com o whatsapp acima indicado para confirmar o link da audiência após o recebimento da intimação. Ressalte-se que o prazo de tolerância para acesso à sala virtual é de 15 (quinze) minutos, devendo qualquer dificuldade de acesso ao link deve ser comunicado dentro deste prazo no whatsapp do CEJUSC. Destaco por fim, que a referida audiência poderá também ser antecipada, com a expressa anuência e ambas as partes e comunicada aos autos, observada a disponibilidade de data na pauta deste CEJUSC. Encaminho para os expedientes necessários.

COMARCA DE IBIAPINA - VARA UNICA DA COMARCA DE IBIAPINA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IBIAPINA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0985/2024

ADV: MANOEL PORTELA FILHO (OAB 10015/CE), ADV: ORISMAR RODRIGUES DE AGUIAR (OAB 32761/CE) - Processo 0001020-53.2019.8.06.0087 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: CICERO DE ARAUJO COSTA - Aberta a audiência de instrução, na forma da Lei, considerando que a vítima Celineide Alves de Lima não foi encontrada para ser intimada a comparecer ao presente ato, conforme certidão de pág. 156, bem assim, em virtude da ausência injustificada das testemunhas/policiais militares Fabiano da Silva Forte e Marcos Henrique Mesquita de Almeida, o douto representante do Ministério Público dispensou suas oitivas. A Defesa não arrolou testemunhas. Ato contínuo o MM. Juiz concedeu ao réu Cicero de Araújo Costa, a oportunidade de entrevista reservada com seu defensor. Empós, passou a adverti-lo que não estava obrigado, conforme garantia constitucional, a responder às perguntas que lhe fossem feitas, sendo, em seguida, inquirido na forma da lei, todos constantes da gravação da audiência. Em seguida o MM. Juiz declarou encerrada a fase instrutória, determinando que se abra vista dos autos ao Ministério Público para apresentar suas alegações finais, na forma de memoriais escritos, no prazo de lei. Após, à Defesa para a mesma finalidade. Por fim, o MM. Juiz determinou que seja juntada aos autos a gravação da audiência.

ADV: RAUL FERREIRA MAIA (OAB 36442/CE), ADV: FERNANDA ELISABETH DE LIMA CASTELO BRANCO (OAB 40429/CE) - Processo 0003548-70.2013.8.06.0087 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: Manoel Messias Ribeiro de Sousa - Aberta a audiência de instrução, na forma da Lei, o MM. Juiz colheu as declarações da testemunha arrolada na denúncia, Rafaela Pereira da Silva (genitora da vítima). Pela Defesa foi requerido a oitiva de testemunhas trazidas ao presente ao ato, o que foi indeferido pelo MM. Juiz, em virtude da incidência da preclusão, posto que não foram arroladas na resposta à acusação, a teor do art. 396-A do CPP. Ato contínuo o MM. Juiz concedeu ao réu Manoel Messias Ribeiro de Sousa, a oportunidade de entrevista reservada com seu defensor. Empós, passou a adverti-lo que não estava obrigado, conforme garantia constitucional, a responder às perguntas que lhe fossem feitas, sendo, em seguida, inquirido na forma da lei, todos constantes da gravação da audiência. Em seguida o MM. Juiz declarou encerrada a fase instrutória, determinando que se abra vista dos autos ao Ministério Público para apresentar suas alegações finais, na forma de memoriais, no prazo de lei. Após, à Defesa para a mesma finalidade. Por fim, o MM. Juiz determinou que seja juntada aos autos a gravação da audiência.

COMARCA DE IBIAPINA
1º EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0030034-82.2019.8.06.0087
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Remoção
Requerente Francisca Josiane Ramos de Sousa
Custos Legis Ministério Público do Estado do Ceará

O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiapina da Comarca de Ibiapina/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Márcio Laureano Ramos**, que é portador de Epilepsia e tique motor ou vocal crônico, CID(10) G409 e F951, respectivamente. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Francisca Josiane Ramos de Sousa, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 10/09/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: ***"Assim sendo, considerando o parecer favorável do Ministério Público, defiro o pedido de substituição da curatela, para o fim de nomear a Sra. Francisca Josiane Ramos de Sousa, para exercer o múnus de Curadora Definitiva do interditado Márcio Laureano Ramos, em substituição à Sra. Maria Marlene Lima Ramos, que deverá representá-lo em todos os atos da vida civil, com autoridade sobre a pessoa e todos os bens da incapaz, que se encontrem sob a guarda e a responsabilidade da curatelada (art. 757, do CPC), devendo ainda a curadora buscar tratamento e apoio apropriados à conquista de maior autonomia pela enferma (art. 758, do CPC). ".*** O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Ibiapina/CE, em 06 de novembro de 2024.Eu, Victor Hugo Silva Coutinho, Servidor requisitado, o digitei.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Ibiapina

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IBIAPINA
JUIZ(A) DE DIREITO ANDERSON ALEXANDRE NASCIMENTO SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA OLINÉSIA ARAGÃO MENDES

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0986/2024
ADV: FRANCISCO LEONARDO ARAGAO PORTELA (OAB 26719-0/CE) - Processo 0000584-80.2008.8.06.0087 - Inventário - Inventário e Partilha - PAR PASS: Maria Anita do Prado Alcântara - Considerando a petição de fl. 236, intime-se a herdeira Maria Anita Prado Alcântara para juntar, em 5 (cinco) dias, o comprovante de pagamento da guia do ITCMD, conforme determinado à fl. 205 e novamente requerido à fl. 213. Sem prejuízo ao comando anterior, aguarde-se o decurso do prazo para as partes se manifestarem sobre o despacho de fl. 232. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IBIAPINA
JUIZ(A) DE DIREITO ANDERSON ALEXANDRE NASCIMENTO SILVA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA OLINÉSIA ARAGÃO MENDES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0987/2024
ADV: HELDENITA MARIA CARVALHO DE FARIAS MONTENEGRO (OAB 6747/CE), ADV: AMANDA PEREIRA CÉSAR (OAB 39582/CE) - Processo 0200043-38.2023.8.06.0087 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.F.M.L. - REQUERIDO: F.E.S.L. - Intimem-se as partes para, no prazo comum de 5 dias, especificarem, motivadamente, as provas que pretendem produzir. Ademais, designe-se audiência de instrução (art. 357, V, do CPC), devendo os litigantes trazerem suas testemunhas, independentemente de intimação, até o máximo de 5 por parte (art. 357, §7º, do CPC). Expedientes necessários.

COMARCA DE ICÓ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ICÓ

EDITAL DE CURATELA DEFINITIVA
PROCESSO Nº 0201163-44.2022.8.06.0090

O(A) MM. Juiz(a) de Direito em respondência, pela 1ª Vara Cível da Comarca de Icó da Comarca de Icó/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **RAIMUNDA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA**, brasileira, natural de Icó/CE, nascida em 12/05/1951, filha de Joaquim Alexandre da Silva e Maria Francisca da Conceição, portadora do RG nº 2019147983-1-SSPDS-CE e CPF nº 682.771.303-25, brasileira, residente e domiciliada na Rua do Cruzeirinho, 1531, Bairro Alto do Cruzeiro, Icó-CE, que é portadora de outros transtornos mentais especificados devidos a uma lesão e disfunção cerebral e uma doença física, (sequelas de um acidente vascular cerebral – AVC), associados com demência, CID(10 F 06.8 + F 03). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **AMANDA GOMES DA CONCEIÇÃO**, brasileira, solteira, agricultora, natural de Icó/Ce, nascida em 08/03/1990, filha de José Gomes da Silva e Raimunda Maria da Conceição Silva, inscrita no RG sob nº. 2007122061-0-SSPDS-CE e CPF sob nº 046.936.693-18, residente e domiciliada na Rua do Cruzeirinho, 1531, Bairro Alto do Cruzeiro, Icó-CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29/10, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, e em consonância com o parecer Ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na exordial, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, I, do CPC, nomeando a autora Amanda Gomes da Conceição como curadora da interditanda Raimunda Maria da Conceição Silva em caráter definitivo, nos termos do art. 759 do CPC. A curatela repercute tão somente em direitos negociais. A curadora deverá, a cada 2 (dois) anos, apresentar prestação de contas, nos termos dos artigos 1.757 c/c 1.774, ambos do Código Civil". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Icó/CE, data da assinatura eletrônica. Eu, EDENILSON ANGELIM MENEZES, Auxiliar Judiciário, 1178, o digitei.

JOSEPH RAPHAEL ALENCAR BRANDÃO
Juiz em Respondência

EDITAL DE CURATELA DEFINITIVA
PROCESSO Nº 0097876-12.2015.8.06.0090

O(A) MM. Juiz(a) em respondência pela 1ª Vara Cível da Comarca de Icó da Comarca de Icó/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **EDLANGE CARLOS DA SILVA**, brasileira, natural de Icó/CE, nascida em 24/10/1974, filha de Benizio Benedito da Silva e Maria de Fátima Carlos, RG 3274086-98, CPF 846.218.343-04, residente e domiciliado no Sítio Alto da Várzea dos Batistas, Icó/CE, que é portador de Transtorno esquizoafetivo tipo misto, CID(10 F 25.2). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **JOSÉ PEDRO PEREIRA**, brasileiro, solteiro, agricultor, natural de Icó/CE, nascido em 28/02/1963, filho de Pedro Antônio Pereira e Luísa Batista Gonçalves, residente e domiciliado no Sítio Alto da Várzea dos Batistas, Icó/CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31/10/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de interdição, colocando sob o regime de curatela EDLANGE CARLOS DA SILVA, nomeando o curador JOSÉ PEDRO PEREIRA, para o fim de representar a interditada na prática dos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive o recebimento de futuro benefício previdenciário, com fundamento no art. 1.767, inc. I, c/c 1.768, inc. II, c/c 1.790, todos do CC, observadas, nos termos do art. 1.774, as restrições e obrigações estabelecidas nos arts. 1.753 a 1.759 e art. 1.776 do Código Civil, sem prejuízo dos direitos e obrigações estabelecidos nos arts. 84 e 85 da Lei nº 13.146/2015". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Icó/CE, data da assinatura eletrônica. Eu, EDENILSON ANGELIM MENEZES, Auxiliar Judiciário, 1178, o digitei.

JOSEPH RAPHAEL ALENCAR BRANDÃO
Juiz – Em Respondência

EDITAL DE CURATELA DEFINITIVA
PROCESSO Nº 0020954-85.2019.8.06.0090

O(A) MM. Juiz(a) em respondência pela 1ª Vara Cível da Comarca de Icó da Comarca de Icó/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **LAZARO FERNANDES MARTINS**, brasileiro, natural de Icó/CE, nascido em 23/03/1987, filho de Francisco Fernandes Alencar e Rita Vieira Martins Alencar, RG 2006029029994, CPF n° 033.553.293-47, residente e domiciliada no Sítio Malhada, 900, Distrito de Icozinho, Icó/CE, que é portador de Retardo mental não especificado – comprometimento significativo de comportamento requerendo atenção ou tratamento – associado com epilepsia com convulsiva generalizada, CID(10 10 F 79.1 + G 40.4. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **FRANCISCO RILDO FERNANDES MARTINS**, brasileiro, RG 2008824322-7 e CPF nº 076.070.263-20, residente e domiciliado no Sítio Malhada, 900, Distrito de Icozinho, Icó/CE, natural de Icó/CE, nascido em 17/02/1998, filho de Francisco Fernandes Alencar e Rita Vieira Martins Alencar, residente e domiciliada no Sítio Malhada, 900, Distrito de Icozinho, Icó/CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31/10/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de interdição, colocando sob o regime de curatela LAZARO FERNANDES MARTINS, nomeando o curador FRANCISCO RILDO FERNANDES MARTINS, para o fim de representar o interditado na prática dos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive o recebimento de futuro benefício previdenciário, com fundamento no art. 1.767, inc. I, c/c 1.768, inc. II, c/c 1.790, todos do CC, observadas, nos termos do art. 1.774, as restrições e obrigações estabelecidas nos arts. 1.753 a 1.759 e art. 1.776 do Código Civil, sem prejuízo dos direitos e obrigações estabelecidos nos arts. 84 e 85 da Lei nº 13.146/2015". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Icó/CE, data da assinatura eletrônica. Eu, EDENILSON ANGELIM MENEZES, Auxiliar Judiciário, 1178, o digitei.

JOSEPH RAPHAEL ALENCAR BRANDÃO
Juiz – Em Respondência

EDITAL DE CURATELA DEFINITIVA
PROCESSO Nº 0200761-26.2023.8.06.0090

O(A) MM. Juiz(a) em respondência pela 1ª Vara Cível da Comarca de Icó da Comarca de Icó/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **MARIA SILVANIR DA CRUZ**, brasileira, divorciada, doméstica, natural de Orós/CE, nascido em 14/07/1972, filho de Antônio Joaquim da Silva e Maria Vicência Cruz, portadora do RG nº 3498969-2000 SSP/CE e inscrita no CPF/MF sob o nº 006.351.163-08, residente e domiciliada à Rua Osenir Pequeno, nº 33, Alto dos Custódios, cidade de Orós, Ceará, que é portadora de Transtorno esquizoafetivo do tipo misto, CID(10 F 25.2). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **NAIANE DA CRUZ SILVA**, brasileira, solteira (em união estável), do lar, natural de Orós/Ce, nascida em 29/11/1991, filha de Antônio Pedro da Silva e Maria Silvanir da Cruz Silva, portadora do RG nº 39.152.655-8 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 407.273.888-35, residente e domiciliada à Rua Miguel Custódio, nº 568, Centro, cidade de Orós, Ceará, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31/10/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de interdição, colocando sob o regime de curatela MARIA SILVANIR DA CRUZ, nomeando a curadora NAIANE DA CRUZ SILVA, para o fim de representar a interditada na prática dos atos de natureza patrimonial e negocial, inclusive o recebimento de futuro benefício previdenciário, com fundamento no art. 1.767, inc. I, c/c 1.768, inc. II, c/c 1.790, todos do CC, observadas, nos termos do art. 1.774, as restrições e obrigações estabelecidas nos arts. 1.753 a 1.759 e art. 1.776 do Código Civil, sem prejuízo dos direitos e obrigações estabelecidos nos arts. 84 e 85 da Lei nº 13.146/2015". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Icó/CE, data da assinatura eletrônica. Eu, EDENILSON ANGELIM MENEZES, Auxiliar Judiciário, 1178, o digitei.

JOSEPH RAPHAEL ALENCAR BRANDÃO
Juiz – Em Respondência

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PROCESSO Nº 0200698-64.2024.8.06.0090

O(A) Dr(a). **Joseph Raphael Alencar Brandão**, Juiz em respondência pela 1ª Vara Cível da Comarca de Icó/CE, por nomeação legal, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de **FRANCISCA MARCIAL DOS SANTOS DA CRUZ**, brasileira, casada, portador do RG nº 2123821-91 SSP-CE e CPF n° 003.724.793-08, residente e domiciliada na rua das Olimpíadas, nº 284, Bairro São Vicente de Paula, Icó – Ceará, foi proposta uma ação de Divórcio Litigioso, contra **FRANCISCO FERREIRA DA CRUZ**, brasileiro, casado, filho de Epitácio Ferreira da Silva e Maria Vicente da Cruz, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente **EDITAL**, através do qual fica **INTIMADO** o Sr. **FRANCISCO FERREIRA DA CRUZ,** acima qualificado, do inteiro teor do dispositivo da sentença de fls. 29/32, que segue transcrito: "Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil e art. 226, §º, da Constituição Federal, julgo procedente o pedido para o fim de decretar o divórcio de FRANCISCA MARCIAL DOS SANTOS DA CRUZ e FRANCISCO FERREIRA DA CRUZ. Determino que a requerente retorne ao seu nome de solteira, qual seja, FRANCISCA MARCIAL DOS SANTOS. Custas processuais com exigibilidade suspensa diante da gratuidade da justiça deferida, nos termos do art. 98, §º, CPC. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais para providenciar a averbação do divórcio do casal, isentando as partes de qualquer pagamento de taxas e emolumentos, tanto no que se refere ao assentamento quanto na emissão da certidão, haja vista a gratuidade judiciária deferida". Edenilson Angelim Menezes, Auxiliar Judiciário, matrícula 1178, o digitei. **CUMPRA-SE**, na forma e sob as penas da lei. Icó/CE, data da assinatura eletrônica.

JOSEPH RAPHAEL ALENCAR BRANDÃO

Juiz – Em Respondência

COMARCA DE ICÓ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ICÓ

EDITAL DE CURATELA
PROCESSO: 0097420-62.2015.8.06.0090
PRAZO: 10 DIAS

O MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara Cível da Comarca de Icó, **Dr. Aclécio Sandro de Oliveira**, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença por este Juízo, foi decretada a curatela de **TEODORA SILVA GOMES**, brasileira, natural de Icó/CE, nascida em 31/03/1973, filha de Agenor Gomes e Ana Teixeira Silva, inscrita no CPF/MF sob o n.º 831.762.503-63 e RG/SSPDS/CE n.º 2017119094-1, domiciliada e residente no Sítio Cascudo de Cima, 779, Zona Rural, CEP: 63430-000, Icó-CE, que é diagnosticado(a) com **psicose não especificada (CID 10 F 29)**. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **MARIA SILVA GOMES DE OLIVEIRA**, brasileira, natural de Icó/CE, nascida em 22/07/1975, filha de Ana Teixeira Silva e Agenor Gomes, inscrita no CPF/MF sob o n.º 996.879.333-72 e RG/SSPDS/CE n.º 92002267634, domiciliada e residente no Sítio Cascudo de Cima, nº 779, Zona Rural, CEP: 63430-000, Icó-CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29/01/2024, nos autos do processo n.º **0097420-62.2015.8.06.0090**, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a tutela de urgência (fls. 51/52), com julgamento de mérito, para decretar a curatela de **TEODORA SILVA GOMES**, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, e, por conseguinte, nomeio como curador(a), **MARIA SILVA GOMES DE OLIVEIRA**, a qual passará a exercer somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do(a) curatelando(a), isto com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil Brasileiro, c/c § 3º, do art. 84 e art. 85, ambos da Lei 13.146/2015." O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.

Icó/CE, data da assinatura digital.

Aclécio Sandro de Oliveira
Juiz

EDITAL DE CURATELA
PROCESSO: 0010441-68.2013.8.06.0090
PRAZO: 10 DIAS

O MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara Cível da Comarca de Icó, **Dr. Aclécio Sandro de Oliveira**, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença por este Juízo, foi decretada a curatela de **MARIA JOSE MENDES RIBEIRO**, brasileira, natural de Icó/CE, nascida em 19/07/1964, filha de Maria Mendes Feitosa e Luiz Ribeiro Neto, inscrita no CPF/MF sob o n.º 029.841.703-00 e RG/SSPDS/CE n.º 2008361173-2, domiciliada e residente no Sítio Cascudo, nº 1142, Distrito de Lima Campos Icó/CE, CEP: 63430-000, que é diagnosticado(a) com **esquizofrenia simples (CID 10 F 20.6)**. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **DEIGEANA MENDES LIMA**, brasileira, natural de Icó/CE, nascida em 01/11/1968, filha de Maria Mendes Feitosa e Luiz Ribeiro Neto, inscrita no CPF/MF sob o n.º 647.507.873-53 e RG/SSPDS/CE n.º 99029127199, domiciliada e residente no Sítio Cascudo, nº 1142, Distrito de Lima Campos, Icó/CE, CEP: 63430-000, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 31/01/2024, nos autos do processo n.º **0010441-68.2013.8.06.0090**, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Diante de todo o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial, confirmando a tutela de urgência (fl. 16), com julgamento de mérito, para decretar a curatela de **MARIA JOSÉ MENDES RIBEIRO**, declarando-a impossibilitada para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, e, por conseguinte, nomeio como curador(a), **DEIGIANA MENDES LIMA**, a qual passará a exercer somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do(a) curatelando(a), isto com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil Brasileiro, c/c § 3º, do art. 84 e art. 85, ambos da Lei 13.146/2015." O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.

Icó/CE, data da assinatura digital.

Aclécio Sandro de Oliveira
Juiz

EDITAL DE CURATELA
PROCESSO: 0021638-10.2019.8.06.0090
PRAZO: 10 DIAS

O MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara Cível da Comarca de Icó, **Dr. Aclécio Sandro de Oliveira**, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por sentença por este Juízo, foi decretada a curatela de **JOSÉ CLEBESON QUARESMA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, natural de Icó/CE, nascido em 19/06/1993, filho de Antônia Quaresma Batista de Oliveira e Cícero Custódio de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o n.º 053.946.373-69 e RG/SSP/CE n.º 2007392566-1, domiciliado e residente no Sítio Alto da Várzea dos Batistas, 515, Zona Rural, Distrito de Icozinho, Icó/CE, que é diagnosticado(a) com **retardo mental não especificado (CID 10 F79)**. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **CÍCERO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, natural de Baixio/CE, nascido em

18/03/1969, filho de Romana Firmina da Costa e Claudino Custodio de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o n.º 157.435.138-99 e RG/SSPDS/CE n.º 2021021154-1, domiciliado e residente no Sítio Alto da Várzea dos Batistas, 515, Zona Rural, Distrito de Icozinho, Icó/CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 26/10/2023, nos autos do processo n.º **0021638-10.2019.8.06.0090**, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação, resolvendo o mérito da demanda, nos termos do art. 487, I, do CPC, de modo que assim **DECRETO** a interdição de **JOSÉ GLEBSON QUARESMA DE ALMEIDA**, declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil no que concerne **exclusivamente aos atos patrimoniais** e, por conseguinte, nomeando-lhe como curador definitivo **CÍCERO CUSTÓDIO DE OLIVEIR**A, que deverá representá-lo **(**art. 1.767, I, do Código Civil)." O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias.

Icó/CE, data da assinatura digital.

Aclécio Sandro de Oliveira
Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0504/2024

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 30071A/CE), ADV: DELMIRO CAETANO ALVES NETO (OAB 33156/CE) - Processo 0001678-68.2019.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Francisca Bezerra da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, homologo a desistência da ação e julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Custas pela parte requerente, na forma da lei, suspensa sua exigibilidade em razão da gratuidade deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, caso não haja pendências, arquivem-se os autos com as baixas devidas.

ADV: HIALYSON JEIMYSON DE SOUZA PINTO (OAB 50115/CE) - Processo 0200540-09.2024.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Cessão de Crédito - REQUERENTE: Mateus Gonçalves Duarte - DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos da fundamentação supra, JULGO PROCEDENTES os pedidos, com resolução do mérito, consoante o preceito do art. 487, inciso I, do CPC, para determinar a expedição de alvará judicial para autorizar MATEUS GONÇALVES DUARTE a proceder com a transferência, para seu nome, da motocicleta HONDA/NXR150 BROS, PLACA OCI1260/CE, ANO 2011, RENAVAM 00320580873, COR VERMELHA, CHASSI 9C2KD0550BR002109, registrado em nome de MARIA LUIZA ABEL DA SILVA SOUZA. Custas pelo autor, suspensas em razão da gratuidade concedida à fl.35. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se o alvará para autorizar a transferência da motocicleta HONDA/NXR150 BROS ES, Ano 2011, Placa OCI1260/CE, Cor vermelha, Chassi 9C2KD0550BR002109, Renavam 00320580873, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ADV: ERIKA REINALDO DA SILVA (OAB 49220/CE) - Processo 0200861-15.2022.8.06.0090 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: R.R.V. - Nesta senda, considerando que o juiz não pode decidir sem oportunizar o contraditório a parte (art. 10 do CPC), bem como os princípios da cooperação e eficiência processual, intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, esclarecer a relação do presente processo com o de nº 0200862-97.2022.8.06.0090, especialmente se manifestar acerca da ocorrência da perda do objeto dos autos. Após, retornem os autos para verificação das diligências necessárias.

ADV: ROGGER RODNEY GARCIA DANTAS (OAB 10636/CE) - Processo 0201825-37.2024.8.06.0090 - Divórcio Consensual - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Joab da Silva Rodrigues - III -DECISÃO: Diante do exposto, com fulcro no artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, cumulado com artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015), HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo a que chegaram as partes, nos termos apresentados às fls. 1/3. Em consequência, julgo procedente o pedido e DECRETO o divórcio de JOAB DA SILVA RODRIGUES E JAQUELINE DOS SANTOS RODRIGUES, extinguindo o processo, com resolução de mérito, retornando o cônjuge virago ao uso do nome de solteira, qual seja, JAQUELINE DOS SANTOS. Concedo o benefício da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, ficando as partes dispensadas do pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente, para que proceda à margem do assento de casamento dos Requerentes, com isenção de custas e emolumentos. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LORRAYNE ACIOLY BARBOSA (OAB 25143/CE) - Processo 0201893-84.2024.8.06.0090 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.A.N. - Os arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil estabelecem os elementos e documentos essenciais da petição inicial, os quais devem ser objeto do devido preenchimento pelo Requerente, sob pena de indeferimento da petição inicial. Nesses termos, cumpre ao Magistrado, guiado pelo dever de cooperação processual, intimar o Autor para que sane o erro, com vistas a possibilitar a continuidade da marcha processual sem vícios de caráter insanável. Sendo assim, intime-se a Requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente comprovante de residência atualizado e legível em nome da Requerente ou, em sendo em nome de terceiro, apresentar documento que comprove o vínculo entre a Requerente e o terceiro indicado no documento ou, na falta de prova documental,declaração lavrada pela Requerente, sob as penas da lei, afirmando o vínculo com o terceiro Expedientes necessários.

COMARCA DE ICÓ - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ICÓ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0265/2024

ADV: ANDERSON SILVA COSTA (OAB 40547/CE) - Processo 0204924-22.2023.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Israel Fernandes da Silva - DECISÃO Processo nº: 0204924-22.2023.8.06.0293 Classe: Ação Penal de Competência do Júri Assunto: Homicídio Qualificado Autor: Ministério Público do Estado do Ceará Réu: Israel Fernandes da Silva Vistos em conclusão. Interposto o Recurso em Sentido Estrito pela Defesa (fl. 219) e apresentada suas razões (fls. 220/225), este Juízo recebeu o presente recurso e determinou a abertura de vista dos autos ao Ministério Público para a apresentação de suas contrarrazões, consoante decisão de fl. 226. O Ministério Público, por sua vez, apresentou suas contrarrazões (fls. 230/238), ocasião em que pugnou pelo improvimento do Recurso em Sentido Estrito interposto pela Defesa, para o fim de manter a decisão de pronúncia. É o breve relatório. Inicialmente, vale destacar que o artigo 589, caput, do Código

de Processo Penal, traz a possibilidade do Juízo de Retratação, onde o legislador dispôs o seguinte: Art.589.Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários. Pois bem. Em sede de Juízo de Retratação, nos termos do artigo 589, caput, do Código de Processo Penal, verifico não ser o caso de reforma da decisão anteriormente proferida, de modo que mantenho a decisão de pronúncia constante das fls. 189/196 por seus próprios fundamentos, reiterando-se os termos nela explicitados, considerando a inexistência de novos elementos ou razões relevantes a modificar o convencimento anteriormente firmado. Assim, não sendo o caso de retratação da decisão de pronúncia, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com as formalidades necessárias, conforme artigos 583, inciso II, e 591, ambos do Código de Processo Penal. Intimem-se. Expedientes necessários. Icó/CE, data da assinatura digital. Karla Neves Guimarães da Costa Aranha Juíza

COMARCA DE ICÓ - CEJUSC- ICÓ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ICÓ -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - ICÓ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0022/2024

Processo 0000114-78.2024.8.06.0090 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: E.P.F. - RECLAMADO: W.L.S. - Isso posto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes, realizado em audiência, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13140/2015 c/c art.334, § 11, do CPC. Após as formalidades legais, arquivem-se. Icó, data da assinatura digital. Karla Neves Guimarães da Costa Aranha Juíza

Processo 0000152-90.2024.8.06.0090 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: A.C.M.O. - RECLAMADO: E.P.S. - Isso posto, homologo por sentença, para que tenha eficácia de título executivo, nos termos do art. 515, III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), o acordo pré-processual de divórcio, realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, da Comarca de Icó/CE, celebrado entre as partes, conforme Termo de Sessão de Mediação e atribuo a esta sentença força de mandado de averbação junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Icó, Estado do Ceará, para que proceda a averbação à margem do assento de casamento dos reclamantes cujo registro se encontra na matrícula: 018226 01 55 2016 2 00036 102 0008100 22. Procedimento isento de custas. Após o trânsito em julgado, encaminhe-se esta sentença como mandado de averbação junto ao Ofício do Registro Civil, na forma do art. 109, § 4º, da Lei nº 6.015/1973. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Icó, data da assinatura digital. Karla Neves Guimarães da Costa Aranha Juíza

Processo 0000160-67.2024.8.06.0090 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: I.N.S.N. - RECLAMADO: P.A.N. - Isso posto, homologo por sentença, para que tenha eficácia de título executivo, nos termos do art. 515, III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), o acordo pré-processual de divórcio, realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, da Comarca de Icó/CE, celebrado entre as partes, conforme Termo de Sessão de Mediação e atribuo a esta sentença força de mandado de averbação junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Icó, Estado do Ceará, para que proceda a averbação à margem do assento de casamento dos reclamantes cujo registro se encontra na matrícula 018226 01 55 1982 2 00026 001 0003320 26. Procedimento isento de custas. Após o trânsito em julgado, encaminhe-se esta sentença servindo como mandado de averbação junto ao Ofício do Registro Civil, na forma do art. 109, § 4º, da Lei nº 6.015/1973. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários. Icó, data da assinatura digital. Karla Neves Guimarães da Costa Aranha Juíza

COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0469/2024

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0202932-16.2024.8.06.0091 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico ato processual abaixo proferido: Considerando a certidão do Oficial de Justiça de pág. 70, INTIME-SE o banco requerente, por seu(s) advogado(s), para manifestação em termos de prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMANDA MIGUEL SOUSA (OAB 43585/CE) - Processo 0203617-23.2024.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Josefa Alves de Araujo - Conforme disposições do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do NUPEMEC, em observância ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em conformidade com Art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNO sessão de conciliação para a data de 13/01/2025 às 11h00, a ser realizada na modalidade de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, na sala de audiências virtuais do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE. O referido ato será realizado por meio do seguinte endereço (link único): a) Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/67c2df b) QRCode: Em caso de erro ou dúvida, contatar o Cejusc por meio do WhatsApp: (85) 8159-0429. Encaminho os presentes autos à Unidade Judiciária respectiva para a confecção dos expedientes necessários.. Iguatu/CE, 11 de novembro de 2024. Olga Chaves Magalhães Diretora de Secretaria Matrícula 40829

ADV: AMANDA MIGUEL SOUSA (OAB 43585/CE) - Processo 0203628-52.2024.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Josefa Alves de Araujo - Conforme disposições do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do NUPEMEC, em observância ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em conformidade com Art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNO sessão de conciliação para a data de 13/01/2025 às 10h30, a ser realizada na modalidade

de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, na sala de audiências virtuais do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE. O referido ato será realizado por meio do seguinte endereço (link único): a) Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/67c2df b) QRCode: Em caso de erro ou dúvida, contatar o Cejusc por meio do WhatsApp: (85) 8159-0429. Encaminho os presentes autos à Unidade Judiciária respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Iguatu/CE, 11 de novembro de 2024. Olga Chaves Magalhães Diretora de Secretaria Matrícula 40829

ADV: AMANDA MIGUEL SOUSA (OAB 43585/CE) - Processo 0203661-42.2024.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Josefa Alves de Araujo - Conforme disposições do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, do NUPEMEC, em observância ao que dispõe o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e em conformidade com Art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNO sessão de conciliação para a data de 13/01/2025 às 10h00, a ser realizada na modalidade de videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams, na sala de audiências virtuais do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE. O referido ato será realizado por meio do seguinte endereço (link único): a) Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/67c2df b) QRCode: Em caso de erro ou dúvida, contatar o Cejusc por meio do WhatsApp: (85) 8159-0429. Encaminho os presentes autos à Unidade Judiciária respectiva para a confecção dos expedientes necessários. Iguatu/CE, 11 de novembro de 2024. Olga Chaves Magalhães Diretora de Secretaria Matrícula 40829

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0470/2024

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0202964-21.2024.8.06.0091 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Nos termos do Provimento nº 02/2021, CGJ/CE, disponibilizado no DJ-e, no dia 16/02/2021(Código de Normas Judiciais) e, de ordem do MM. Carlos Eduardo Carvalho Arrais, Juiz de Direito, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Iguatu, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o ato processual abaixo proferido: Considerando a Petição de págs. 183/186, INTIME-SE a parte autora, por meio de advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se.

COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0378/2024

ADV: MARCIANA REGIA FERREIRA TORRES (OAB 18204/CE), ADV: JOAO PAULO FROTA DE MOURA BASTOS (OAB 16501/CE) - Processo 0097315-82.2015.8.06.0091 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Ebd Empresa Brasileira de Distribuiçao Ltda - Vistos, etc. Trata-se de Execução de Título Extrajudicial promovida por Ebd Empresa Brasileira de Distribuição Ltda em face de Adelina Alves de Oliveira, qualificados. A demandada informa que foi celebrado acordo extrajudicial com o exequente, cujo termo encontra-se devidamente firmado por ambas as partes (fls. 78/87), em que requereram a homologação do que fora pactuado. É o breve relato. Decido. Considerando a disponibilidade do direito discutido nos autos, a licitude do objeto e a capacidade das partes, não vislumbro óbices para homologação do acordo. Diante do exposto, homologo, por sentença, a transação firmada entre as partes, nos termos pactuados no acordo de fls. 93/98, e declaro extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, a fim de que surtam os efeitos jurídicos e legais. Custas já recolhidas. Honorários advocatícios nos termos do acordo ou na ausência de expressa manifestação, deixo de os considerar, dada a inércia dos pactuantes (AC 20170205248/RN; AC 469264/CE; 0003502-80.2003.4.05.8110 (TRF-5)). Registrada virtualmente. Publique-se. Intimem-se. Sejam retiradas todas as eventuais restrições ao patrimônio da requerida, Adelina Alves de Oliveira, inclusive com a certificação nos autos do cumprimento do expediente de fls. 58. Não há interesse recursal (preclusão lógica), portanto, executadas as intimações, certifique-se o trânsito em julgado e, na sequência, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

COMARCA DE IGUATU - Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0171/2024

ADV: ROSA MARIA SALDANHA SILVA (OAB 489291/SP), ADV: THALITA HELENA PIEGAIA (OAB 485699/SP), ADV: BRENDA DE PAULA LOMBARDI (OAB 420495/SP) - Processo 0010394-08.2024.8.06.0091 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M. - REQUERIDA: K.S.L. - Pelo exposto, nos termos do art. 200, parágrafo único, do CPC, homologo, por sentença, o pedido de desistência da ação formulado pelo requerente, pelo que extingo o presente processo, sem resolução de mérito, a teor do art. 485, VIII, CPC.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE), ADV: FRANCISCO EVANDRO PAZ (OAB 18370/CE) - Processo 0010819-06.2022.8.06.0091 (processo principal 0001239-88.2018.8.06.0091) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - REQUERIDA: Maria da Glória Teixeira Moreno e outro - Tratam os autos de pedido de habilitação de Crédito em Inventário movida pelo Banco Bradesco S/A em face do Espólio de João Elmo Moreno Cavalcante. Alega o autor ser credor do espólio em face da dívida representada pelo contrato em anexo no valor de R$ 65.300,00, emitida em nome de Agropecuária Chapada do Moura Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 07.330.442/0001-45, no qual o de cujus é codevedor e avalista. Citada, a inventariante não reconheceu o crédito (fls. 50/58), contestando a existência, a legalidade do contrato e a liquidez do crédito, argumentando que a discussão deveria ser tratada nas vias ordinárias. A parte autora não apresentou réplica (fl. 62). É o relatório. Decido. A habilitação de crédito no inventário é medida de natureza facultativa, disponibilizada ao credor para facilitar a satisfação da dívida. Porém, essa habilitação do crédito demanda a concordância dos herdeiros e prova literal do crédito exigido. Havendo discordância dos herdeiros, o pedido deve ser remetido às vias ordinárias, nos termos do art. 643 do Código de Processo Civil prevê que: “o feito deve ser remetido às vias ordinárias quando há discordância de qualquer das partes do processo quanto ao pedido de habilitação nos autos do inventário”. Manifestada a discordância do espólio quanto à habilitação requerida, a solução da questão há de ser remetida para as vias ordinárias,

revelando-se, por conseguinte, irrelevante a tese de prescrição da divida, uma vez que a controvérsia não será dirimida nos autos da habilitação de crédito. Os procedimentos de habilitação de crédito se destinam à apuração das dívidas vencidas e exigíveis do Espólio, cabendo aos credores destes apresentarem as provas necessárias a comprovar a higidez do título originário da dívida, conforme inteligência do art. 642 do CPC. De tal forma, é necessário para a reserva de bens de que trata o art. 642 do CPC, que a dívida cobrada do espólio seja líquida e certa, não sendo suficiente a comprovação documental de sua existência. Nesse sentido, havendo incerteza tanto em relação à existência como à liquidez do crédito, não há direito subjetivo à reserva de bens no inventário para o seu pagamento, consoante a inteligência do parágrafo único do artigo 653 do Código de Processo Civil. Vejamos: APELAÇÃO CÍVIL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM AÇÃO DE INVENTÁRIO. IMPUGNAÇÃO POR PARTE DO ESPÓLIO. DISCORDÂNCIA QUE IMPEDE O DEFERIMENTO DA HABILITAÇÃO PRETENDIDA. DISCUSSÃO ACERCA DA LEGALIDADE DO CONTRATO E LIQUIDEZ DO CRÉDITO QUE DEVERÁ SER TRAVADA PELAS VIAS ORDINÁRIAS, NOS TERMOS DO ART. 643 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE RESERVA DE BENS PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA. DOCUMENTO ACOSTADO NÃO COMPROVA SUFICIENTEMENTE A OBRIGAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO CREDOR. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL EM TRÂMITE PARA COBRAR A MESMA DÍVIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-AL - AC: 07108911020208020001 Maceió, Relator: Des. Paulo Barros da Silva Lima, Data de Julgamento: 18/05/2023, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 22/05/2023). Face ao exposto, denego a habilitação de crédito na sucessão, com remessa da presente discussão as vias ordinárias. E, por conseguinte, indefiro o pedido de reserva de bens no inventário. Ex positis, JULGO EXTINTO o processo, sem a resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI do CPC/2015 por ausência da condição da ação. Isento de custas remanescentes e honorários advocatícios, ante a natureza deste incidente, nos termos dos artigos 85 e 88, caput e § 1º , do Código de Processo Civil. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos

ADV: FRANCISCO FLORENTINO TEIXEIRA (OAB 2984/CE) - Processo 0051068-67.2020.8.06.0091 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.S.L. - É dever da parte comunicar ao Juízo qualquer mudança de endereço no curso do processo (art. 77, V, do CPC). A desídia da parte autora em manter atualizado seu endereço, impossibilita o cumprimento dos atos e diligências que lhe competia, imprescindíveis ao prosseguimento da presente ação, o que resultou na paralisação do processo por mais de 30 (trinta) dias, em verdade, por anos, caracterizando o abandono da causa. Desse modo, imperiosa se faz a incidência do disposto no art. 485, III, do Código Processual Civil, resultando na extinção do processo sem exame do mérito. Vejamos: Art. 485. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (in omissis) III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Dispositivo: Ante o exposto, com suporte nos dispositivos de lei invocados e considerando o que dos autos consta, extingo o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas. Com o trânsito em julgado, arquivem-se após as formalidades legais.

ADV: JAKSON RODRIGUES DE SOUZA (OAB 36809/CE), ADV: LUCAS PALMEIRA DANTAS (OAB 37626/CE), ADV: MAYKSON ALVES CLEMENTE (OAB 36788/CE) - Processo 0051254-56.2021.8.06.0091 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.J.M.N. - Trata-se de ação de inventário com pedido incidental de reconhecimento de união estável promovida por Antonia Judaci Mota do Nascimento, objetivando a partilha dos bens deixados por Francisco Itailton Neves, falecido em 27 de março de 2021. Com a inicial vieram os documentos de fls. 04-36, inclusive declarações dos genitores e dos irmãos do extinto sobre a existência da união estável entre a autora e o de cujus, com reconhecimento notarial das assinaturas. Despacho de fl. 37 determinou a emenda da peça inicial. Emenda apresentada nas fls. 40-43, oportunidade em que a autora juntou comprovação da concessão de benefício previdenciário de pensão por morte, na qualidade de companheira do falecido. Citação dos herdeiros do falecido nas fls. 48 e 50. Revelia dos herdeiros declarada na decisão de fl. 54. É o breve relatório. Decido. O procedimento de inventário judicial deve ter rito objetivo e célere, ou seja, sem maiores delongas. Não foi por outro motivo que o Código de Processo Civil estabeleceu o prazo de 12 meses para seu encerramento: art. 611. O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 2 (dois) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes, podendo o juiz prorrogar esses prazos, de ofício ou a requerimento de parte. No presente caso, verifica-se que a autora realizou, na peça inicial, o pedido incidental de reconhecimento da união estável pós morte, alegando que conviveu com o autor da herança com o objetivo de constituir família, de maneira pública, contínua e duradoura. A inicial não aponta o período de duração da união em seus pedidos ou na fundamentação, porém, observa-se nas declarações dos genitores e dos irmãos do falecido (fls. 16-20), que a união teve início em meados de 2014 e durou até a data do óbito do autor da herança. Conforme entendimento do STJ, a união estável poderá ser reconhecida no processo de inventário, desde que as provas sejam incontestes. Com efeito, as provas apresentadas têm de ser aptas, seguras e suficientes para comprovar a convivência, bem como não exista nenhuma contrariedade no reconhecimento do relacionamento pelos demais herdeiros. A possibilidade de reconhecimento no processo de inventário está alicerçada nos princípios da instrumentalidade das formas, celeridade e na economia processual. Nesse sentido, colaciona-se o entendimento do STJ e do TJCE: PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE ABERTURA DE INVENTÁRIO. RECONHECIMENTO INCIDENTAL DE UNIÃO ESTÁVEL. COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL. POSSIBILIDADE. NÃO FIXAÇÃO DE TERMO INICIAL. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. I. O reconhecimento de união estável em sede de inventário é possível quando esta puder ser comprovada por documentos incontestes juntados aos autos do processo. II.Em sede de inventário, a falta de determinação do marco inicial da União Estável só importa na anulação de seu reconhecimento se houver demonstração concreta de que a partilha será prejudicada pela indefinição da duração do relacionamento marital. III. Na inexistência de demonstração de prejuízo, mantém-se o reconhecimento. IV. Recurso especial conhecido e desprovido. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.685.935 - AM - 2016/0262393-9. RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. Data de julgamento: 17 de agosto de 2017) (destaquei) DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES. AÇÃO DE ABERTURA DE INVENTÁRIO. RECONHECIMENTO INCIDENTAL DE UNIÃO ESTÁVEL. POSSIBILIDADE. ART. 612, CPC. FARTA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE IRRESIGNAÇÃO OU CONTRARIEDADE AO RECONHECIMENTO PELOS DEMAIS HERDEIROS. UNIÃO ESTÁVEL RECONHECIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cinge-se a controvérsia na possibilidade de reconhecimento de união estável nos autos da ação de inventário. 2. Infere-se da interpretação do art. 612, do CPC, a possibilidade de reconhecimento de união estável nos autos da ação de inventário, desde que documentalmente comprovada. 3. Assim, os Tribunais Pátrios, incluindo o STJ, possuem jurisprudência consolidada no sentido de considerar cabível o reconhecimento de união estável incidental nos autos da abertura de inventário, para fins de meação, quando haja prova convincente desse fato, e os demais interessados não neguem o fato ou não apresentem prova em contrário. 4. In casu, além da condição de legatária, comprovada por intermédio do testamento deixado pelo de cujus, no referido documento a agravante consta como companheira do extinto, aduzindo que vivem em união estável, havendo farta documentação que atesta o alegado, tais como certificado bancário Num. 85239086 - Pág. 2 de conta conjunta com o falecido, no Banco Espanhol Iber Caja, onde recebia o pagamento de sua aposentadoria; certidões oficiais do Censo de Logro o da Espanha, que atestam que a agravante e o de cujus residiram no mesmo endereço até o seu falecimento; bem como comprovante de que, juntos, contrataram cofre no citado banco estrangeiro, cujas provas confirmam a união vivida entre a agravante e o falecido. 5. Ademais, inexiste

discordância nos autos acerca da alegada união, ressaltando-se que o próprio inventariante reconhece a convivência, vez que representa processualmente a agravante e, também, a filha do de cujus, fatos que corroboram ainda mais a existência da união estável ora debatida. 6. Desse modo, conclui-se que a reforma da decisão interlocutória objurgada é medida que se impõe, reconhecendo-se a agravante como companheira/meeira do de cujus, em consonância com o parecer Ministerial. 7. Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO: Vistos, discutidos e relatados os presentes autos, em que são partes as pessoas acima indicadas, acorda a 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em julgamento de Turma, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. DESEMBARGADORA LIRA RAMOS DE OLIVEIRA Relatora(TJ-CE - AI: 06223388120178060000 CE 0622338- 81.2017.8.06.0000, Relator: LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 15/05/2019, 3ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 15/05/2019) (destaquei) Na certidão de óbito do de cujus consta, expressamente, que ele deixou um filho maior e uma filha menor. Verifica-se que ambos os herdeiros foram devidamente citados pessoalmente, porém nada contestaram. Os demais familiares confirmaram a união através das declarações juntadas. Na inicial, a requerente também juntou documentos a fim de demonstrar a residência em comum do casal (fls. 09-15); documentos médicos que comprovam que um acompanhava ao outro em consultas e internações, inclusive apontando um ao outro como cônjuge (fls. 22-30), e fotos do casal em ocasiões/lugares diversos (fls. 31-36). Além disso, conforme comprovado documentalmente nos autos, a autora recebe pensão por morte por ter sido comprovada sua condição de companheira do de cujus perante a autarquia federal. Nesse contexto, observa-se que as provas constantes nos autos, bem como a ausência de contestação dos herdeiros do falecido, demonstram que o de cujus conviveu em união estável com Antonia Judaci Mota do Nascimento, no período compreendido entre meados de 2014 até a data do óbito de Francisco Itailton Neves, devendo, portanto, ser reconhecida a união estável post mortem. Diante do exposto, para regular prosseguimento do feito, DECLARO que houve união estável entre Francisco Itailton Neves e Antonia Judaci Mota do Nascimento, no período de meados de 2014 a 27/03/2021, data em que se dissolveu a referida convivência, pelo falecimento do companheiro. Dando prosseguimento ao feito, a parte requerente demonstrou possuir legitimação concorrente para requerer a abertura do inventário dos bens deixados pelo autor da herança (CPC, art. 616). Nomeio como inventariante Antonia Judaci Mota do Nascimento, brasileira, professora, CPF: 966.661.533-91, sob compromisso de bem e fielmente desempenhar a função (CPC, arts. 618 e 619), em relação ao espólio de Francisco Itailton Neves, CPF 885.643.123-87, falecido(a) em 27/03/2021. Esta decisão servirá como termo de compromisso e certidão de inventariante, passando a considerar a parte requerente como inventariante compromissado(a), sendo dispensada qualquer outra formalidade. Intime-se o(a) inventariante, por publicação, para, no prazo de 20 (vinte) dias, prestar as PRIMEIRAS DECLARAÇÕES (CPC, art. 620), por procurador com poderes especiais (CPC, art. 618, III e art. 620, §2°), sob pena de remoção (CPC, art. 622). Atento ao dever de cooperação processual (CPC, art. 6°), além das informações exigidas no art. 620 do CPC, a inventariante deverá instruir os autos com a qualificação completa dos herdeiros, incluindo os respectivos contatos telefônicos atualizados para fins de celeridade e economia processual no momento da citação. Cumpre ao inventariante informar detalhadamente quem está na posse e na administração provisória dos bens do espólio, desde a abertura da sucessão. Na hipótese da relação do patrimônio do espólio incluir a propriedade de bem imóvel, deverá o inventariante instruir as primeiras declarações com a certidão cartorária atualizada de inteiro teor da matrícula do(os) imóvel(eis) que busca partilhar/adjudicar, informando corretamente as suas especificações, nomeadamente o local em que se encontra(am), extensão da área, limites, confrontações, benfeitorias, origem do(os) título(os), número(os) da(as) matrícula(as) e ônus que o(os) grava(am) (CPC, art. 620, IV, a). Se o que se busca é a partilha, em caráter particular, de direitos possessórios sobre bens imóveis alegadamente pertencentes ao falecido e que não se encontram devidamente escriturados/registrados, essa providência somente é admitida se o fato puder ser comprovado de forma inconteste, não sendo necessária a produção de outras provas (REsp n. 1.984.847/MG, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 21/6/2022, DJe de 24/6/2022). Forte nessa premissa, deverá a inventariante se pronunciar, desde logo, sobre a eventual necessidade de dilação probatória e a consequente incompatibilidade com o rito especial do inventário (CPC, art. 612), bem como esclarecer se existe discussão pendente em processo autônomo acerca da regularidade e da formalização da propriedade sobre o(os) referido(os) bem(ens). Incumbe à inventariante juntar os lançamentos fiscais dos bens imóveis declarados à herança (IPTU ou ITR) com a finalidade de auxiliar na futura avaliação dos bens. Deverá ainda, caso já não tenha feito, juntar certidões negativas das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal em relação ao CPF do(a) falecido(a). Oportunamente, deverá comprovar o lançamento e a quitação do ITCD, ou eventual isenção concedida pela SEFAZ. Como a declaração dos bens só é feita depois de processada a peça inicial, deverá a parte autora, se for o caso, corrigir o valor da causa para que corresponda ao valor provável da soma de todos os bens deixados pelo de cujus e que constituem o monte-mor. Considerando o caráter residual do procedimento de inventário, a inventariante deverá se pronunciar, ainda, sobre a possibilidade de conversão do inventário em arrolamento sumário ou comum, devendo, em caso afirmativo, juntar a concordância de todas as partes, ainda que haja interessado incapaz (CPC, art. 665).

Processo 0052162-16.2021.8.06.0091 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: A.G.C. - REQUERIDA: F.M.R.S. - F.C.S.S. - Trata-se de Ação de Guarda proposta por Antônia Gomes Cavalcante em favor da infante Jeniffer Mariano Saraiva da Silva, e em face de Flávia Mariano Ribeiro Souza e Fabio Cristino Saraiva da Silva, qualificados nos autos. Aduz a exordial que a requerente é avó paterna da infante e está com sua guarda de fato há mais de quatro anos. Aduziu que a criança está inserida no espectro autista. Decisão interlocutória deferindo a guarda provisória (fls. 35/37). Laudo social favorável à autora às fls. 48/53. Citações dos requeridos às fls. 71/148, decorrendo o prazo com nada apresentar. Parecer do Ministério Público às fls. 187/188. Eis o relatório. Fundamento e Decido. Primeiramente, decreto a revelia dos requeridos. À luz dos regramentos pertinentes, a guarda é instituto ínsito aos genitores, no exercício do poder familiar, competindo aos pais, quanto aos filhos menores, tê-los em sua companhia e guarda, como preconiza o art. 1.634, inciso II, do Código Civil. Assim, dispõe os dispositivos legais a seguir transcritos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. No caso objeto desta demanda, sendo a guarda um dos institutos do poder familiar constitui direito distinto e autônomo que visa regularizar a guarda de fato. Na esteira do que dispõe o artigo 33 da Estatuto da Criança e do Adolescente, vejamos: Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. § 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros. § 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados. § 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários. § 4º Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como

o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público. Analisando os autos, constata-se que a autora exerce a guarda fática da criança, mantendo-a sobre as suas responsabilidades e garantindo o bem-estar. Registre-se, por oportuno, que os elementos de prova estampados nos autos indicam, à evidência, a preservação dos superiores interesses das crianças, o que concorre para a procedência do pedido autoral. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na exordial, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para conceder a guarda definitiva da menor Jeniffer Mariano Saraiva da Silva, nascido aos 28/09/2010, natural de Iguatu/CE filho de Flávia Mariano Ribeiro Souza e Fabio Cristino Saraiva da Silva, RG nº 2017035887-3 SSPDS, CPF nº 008.035.143-8 a sua avó materna Antôia Gomes Cavalcante, brasileira, natura de Iguatu/CE, nascido aos 22/11/1963, filha de José Gomes Cavalcante e Maria Francisca de Jesus, RG nº 2007429776-1, CPF nº 759.110.863-87. Cópia desta decisão firmada digitalmente servirá como termo de compromisso, cabendo à guardiã a responsabilidade de cumprir, sob as penas da lei, com todas as atribuições e deveres constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais atos normativos correlatos, notadamente o de prestar assistência material, moral e educacional ao adolescente, zelando por sua integridade. O representante jurídico da autora deve juntar cópia desta decisão devidamente rubricada pela requerente, no prazo de 5 (cinco) dias. Sem custas ou honorários, pois concedo justiça gratuita à requerida. Registrada virtualmente. Publique-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas.

ADV: KARINNE KÉSIA MATIAS DUARTE (OAB 431354/SP) - Processo 0052478-29.2021.8.06.0091 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.D.S. - REQUERIDO: A.L.O. - O casamento entre as partes restou provado documentalmente nos autos (fl. 12), razão pela qual o feito foi julgado antecipadamente, nos termos do inciso I do artigo 355 do Código de Processo Civil, conforme decisão de fls. 23-25. Citada por edital acerca da decisão que decretou o divórcio, conforme se verifica às fls. 143-144, a parte requerida manteve-se inerte (fl. 145). Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para confirmar a decisão de fls. 23-25, que dissolveu o vínculo conjugal entre as partes, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988. A senhora Eliana Duarte de Oliveira continuará a usar o nome de casada. Não há condenação da parte promovida em sucumbência, considerando que não há comprovação da alegada resistência (princípio da causalidade). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Considerando a ausência de interesse recursal, certifique-se de imediato o trânsito em julgado. Esta sentença terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e do parágrafo 2º ou dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, já tendo a Secretaria desta Unidade Judiciária, em atenção à decisão anterior, providenciado a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, sentença e certidão de seu trânsito em julgado) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º), conforme fls. 39-40. Arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe.

ADV: FRANCISCO DIASSIS DO CARMO CARLOS (OAB 40417/CE), ADV: JOSÉ FRANCISCO LINO DE ABREU (OAB 40396/CE), ADV: OTAVIO MONTEIRO FARIAS (OAB 23950/CE), ADV: JORGE ANDRE MEDEIROS (OAB 15139/CE) - Processo 0200103-33.2022.8.06.0091 - Guarda de Família - Liminar - AUTOR: F.S.M. e outros - REQUERIDA: Maria Lúcia Pereira Gabriel e outros - Atento à informação de fl. 196, intimem-se as partes para que, no prazo de 05 dias, apresentem endereços e contatos telefônicos atualizados. Após a juntada dos endereços, determino a realização de estudo social. À Secretaria para designar perito, via SIPER, preferencialmente na área de assistência social, para realização de estudo social no endereço da parte autora e da parte requerida. Ao final, o perito deverá se manifestar, de forma conclusiva e justificada: (i) se os(as) partes possuem condições para o exercício da guarda; (ii) se as partes oferecem ambiente familiar adequado; (iii) a (in)existência de situações que exponham a criança a riscos.

ADV: RAFAEL HOLANDA ALENCAR (OAB 25624/CE) - Processo 0200304-54.2024.8.06.0091 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: R.A.N.F. - F.D.P.S. - REQUERIDO: P.F.R. - E.O.S. - Dispositivo: Diante do exposto e de acordo com o parecer ministerial, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para conceder a guarda definitiva da criança Emili Fernandes Oliveira aos requerentes Rita Aurea Nunes Fernandes e Francisco Dianes Pinto de Sousa, por melhor atender os seus interesses, nos termos do caput do artigo 227 da Constituição da República de 1988. Condeno a parte requerida a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, que fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do caput e dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Como a parte requerida é beneficiária da gratuidade da justiça, as obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, a respectiva parte credora demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade; passado o prazo acima, extinguem-se essas obrigações (CPC/15, art. 98, § 3º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Esta sentença servirá como termo de compromisso do art. 32 da Lei nº 8.069/90, passando a considerar a parte requerente como guardião(a) compromissado(a), sendo dispensada qualquer outra formalidade. Com o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe.

ADV: MICAEL PINHEIRO (OAB 44048/CE) - Processo 0201274-54.2024.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.A.A.O. - Dispositivo: Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo firmado, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, diante da ausência de sucumbência processual. Dispensado o prazo recursal por ausência de interesse, certifique de imediato o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LEANDRA OLINDA PORTO MAIA (OAB 10969/CE), ADV: MARCOS JOSE DE CASTRO SARAIVA (OAB 19814/CE), ADV: ÉDIPO PEREIRA DE QUEIROZ (OAB 37210/CE), ADV: RODOLFO RAONE FELIPE DE CARVALHO (OAB 40024/CE), ADV: ANTÔNIA VITÓRIA RODRIGUES VIEIRA (OAB 50742/CE) - Processo 0202021-04.2024.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.J.C.S.F. - REQUERIDO: M.B.S. - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o acordo de vontades celebrado entre as partes, no exato teor encartado à fl. 950, e, em consequência, extingo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Antes de arquivar os autos, em consonância com a Portaria Conjunta 2076/2018 do TJCE, proceda à intimação da parte autora, por seu(s) advogado(a)s, para acostar aos autos os comprovantes de pagamento das demais parcelas relativas às custas processuais iniciais, salientando que, não o fazendo, fica de logo determinada a adoção dos expedientes à Procuradoria Geral do Estado para inscrição na Dívida Ativa, sem necessidade de novo despacho. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Considerando a ausência de interesse recursal, certifique-se de imediato o trânsito em julgado. Após, arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe.

ADV: BISMARCK OLIVEIRA BORGES (OAB 41922/CE), ADV: ANTÔNIA IRIAN DE CARVALHO ALCOFORADO (OAB 23559/PB), ADV: LUIZ GONZAGA RICARTE VIEIRA (OAB 30914/CE), ADV: JOSE CICERO RICARTE VIEIRA (OAB 16429/CE) - Processo 0202046-51.2023.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.L.A. - REQUERIDO:

R.A.A.M.A. - Trata-se de ação de alimentos c/c outros pedidos em que as partes firmaram acordo durante a audiência de instrução, nos termos descritos na ata de audiência juntada aos autos. Presente no ato, o Ministério Público manifestou-se favorável à homologação da transação. É o breve relatório. Decido. Este processo deve tramitar em segredo de justiça, nos termos do inciso II do artigo 189 do Código de Processo Civil. No âmbito civil, sempre que a vontade das partes não for contrária à lei, sobre ela deverá prevalecer. Dentre as hipóteses de extinção do processo com julgamento de mérito, elencadas no artigo 487 do Código de Processo Civil, encontramos o caso de transigência entre as partes. No caso dos autos, ocorreu in totum, a previsão legal encartada no dispositivo mencionado acima, eis que acordo havido entre as partes atende a todos os requisitos legais para que seja homologado judicialmente. Dispositivo: Ante o exposto, homologo por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o acordo de vontades celebrado entre as partes e, em consequência, extingo o feito com resolução de mérito, na forma do art. 487, III, b, do CPC. Deferida a gratuidade da justiça, portanto sem cobrança de custas neste momento. Intimem-se as partes. Considerando a preclusão lógica, certifique-se o trânsito em julgado desta sentença e arquivem-se os autos com as devidas cautelas.

ADV: SUELDE MACEDO DO NASCIMENTO (OAB 30487/CE) - Processo 0202372-74.2024.8.06.0091 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.O.A. - Dispositivo: Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo firmado, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, diante da ausência de sucumbência processual. Dispensado o prazo recursal por ausência de interesse, certifique de imediato o trânsito em julgado e, em seguida, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Proceda-se com a averbação do divórcio do casal, conforme determinado às fls. 19/21, observando que a requerida retornará ao nome de solteira, Conceição Dayane Belo da Silva. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JOSUÉ ROBERT GOMES LEAL (OAB 50493/CE) - Processo 0203194-63.2024.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: D.D. - Assim, porque não produzida, ao menos neste momento, prova da modificação da capacidade financeira da parte alimentante ou da ausência das necessidades da parte alimentada, indefiro a tutela provisória de urgência. Por se tratar de causa que admite a autocomposição e diante do que dispõe o art. 695 do CPC, determino que seja designada audiência de mediação a ser realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) desta Comarca de Iguatu, por videoconferência. Cite-se/intime-se a parte promovida para a sessão de mediação supramencionada, ciente de que, caso não haja acordo, deverá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da aludida audiência (art. 335, I, do CPC). Intimem-se.

ADV: ZAQUEU QUIRINO PINHEIRO (OAB 21181/CE), ADV: JAKELLINE QUIRINO PINHEIRO (OAB 11879/CE) - Processo 0203761-94.2024.8.06.0091 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: C.B.L. - Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, para decretar o divórcio entre Carla Bezerra de Lima e Alexsandro Duarte de Lima, dissolvendo o vínculo conjugal entre eles, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988. A parte requerente voltará a usar o nome de solteira. Considerando a ausência de interesse recursal quanto ao pedido de divórcio, certifique-se de imediato a preclusão da presente decisão quanto ao referido capítulo. Esta decisão terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e do parágrafo 2º ou dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, devendo a Secretaria desta Unidade Judiciária providenciar a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, decisão e certidão de seu trânsito em julgado) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º). Do pedido de alimentos: A necessidade alimentar do infante é presumida (presunção absoluta) e a obrigação dos genitores decorre do poder familiar. Trata-se do dever de sustento da prole, oriundo da Constituição Federal, em seu artigo 229. Conforme prevê o § 1º, do art. 1.694 do Código Civil, a fixação dos alimentos deve atentar-se à proporção das necessidades de quem os recebe e das possibilidades de quem os paga, binômio este que mantém a proporcionalidade do encargo, afastando a possibilidade de haver o enriquecimento sem causa ou a penúria de quaisquer das partes. A obrigação alimentar (art. 1.694 do CC) decorre do grau de parentesco. A filiação registral está comprovada por meio do documento de identificação de fl. 13. No caso em apreço, em um juízo perfunctório, pelas alegações e documentos juntados pela parte autora sobre a renda do requerido, fixo os alimentos provisórios em favor da parte requerente no valor de 20% (vinte por cento) da base de cálculo consistente na remuneração bruta com todas as vantagens da parte requerida menos apenas as deduções obrigatórias (Imposto de Renda e Previdência Oficial), devidos a partir da citação/intimação, sem prejuízo de eventual adequação durante a tramitação processual, os quais devem ser descontados mensalmente na folha de pagamento da parte requerida, incidindo também sobre o décimo terceiro salário (gratificação natalina) e o terço constitucional de férias (gratificação de férias) (STJ, REsp 1106654/RJ, Min. Rel. Paulo Furtado (Des. convocado do TJ/BA) Segunda Seção, j. 25/11/2009 e p. no DJe 16/12/2009), por seu respectivo empregador e depositados na conta de titularidade da parte requerente (fl. 05). Por se tratar de causa que admite a autocomposição e diante do que dispõe o art. 695 do CPC, determino que seja designada audiência de mediação a ser realizada pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) desta Comarca de Iguatu, por videoconferência. Cite-se/intime-se a parte promovida para a sessão de mediação supramencionada, ciente de que, caso não haja acordo, deverá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da aludida audiência (art. 335, I, do CPC). Independentemente da efetivação da citação, oficie-se ao empregador da parte requerida- Forza Iveco Cariri- para cumprir o desconto em folha de pagamento do réu alimentante, bem como para que forneça cópia dos 03 (três) últimos contracheques do promovido, sob pena de incorrer o responsável legal em crime, nos termos do parágrafo único do artigo 22 da Lei nº 5.478/68. Intime-se a parte autora. Ciência ao Ministério Público.

ADV: ANTÔNIO SIDNEY DA SILVA (OAB 49755/CE), ADV: DANIEL MOURA BANDEIRA (OAB 51874/CE) - Processo 0203762-79.2024.8.06.0091 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: T.K.L.C. e outro - Ante o exposto, homologo por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o acordo de vontades celebrado entre as partes (fls. 01-07), nos termos do artigo 487, III, “b” do CPC, extinguindo o feito com resolução de mérito e DECRETANDO o divórcio de Thais Karen de Lima Carneiro, brasileira, casada, nascida aos 05/05/2000, natural de Iguatu/CE, filha de Roberio Alves Carneiro e de Tassia Kalline de Lima Melo, portadora do CPF nº 083.275.813-25 e do RG nº 20084188809 SSPDS/CE, e Diego Gomes de Souza, brasileiro, casado, nascido em 01/10/1996, natural de Iguatu/CE, portador do CPF nº 065.386.743-30 e do RG nº 20074325218 SSPDS/CE, filho de Francisco de Assis Augusto de Souza e de Maria Aparecida Gomes, com amparo no art. 226, § 6º, da CF/1988. Isenção do pagamento das despesas processuais para ambas as partes, dada a gratuidade da justiça, nos termos artigo 5º, inciso II, da Lei estadual nº 16.132/2016. Considerando a ausência de interesse recursal, certifique-se de imediato o trânsito em julgado. Esta sentença terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, devendo a Secretaria desta Unidade Judiciária providenciar a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, sentença e certidão de seu trânsito em julgado) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º). Observe-se que o cônjuge virago continuará usando o nome de casada.

Após, arquivem-se os autos com as devidas cautelas.

ADV: RONNEY CHAVES PESSOA (OAB 24121/CE) - Processo 0203870-11.2024.8.06.0091 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.E.P. e outro - Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para decretar o divórcio entre Francisco Edmar de Paulo e Elizete da Paixão de Paulo, dissolvendo o vínculo conjugal entre eles, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988. Esta sentença terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e do parágrafo 2º ou dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, devendo a Secretaria desta Unidade Judiciária providenciar a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, decisão e certidão de seu trânsito em julgado) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º). Isenção do pagamento das despesas processuais para ambas as partes, dada a gratuidade da justiça, nos termos artigo 5º, inciso II, da Lei estadual nº 16.132/2016. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Considerando a ausência de interesse recursal, certifique-se de imediato o trânsito em julgado. Após, arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0172/2024

Processo 0052478-29.2021.8.06.0091 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.D.S. - REQUERIDO: A.L.O. - O casamento entre as partes restou provado documentalmente nos autos (fl. 12), razão pela qual o feito foi julgado antecipadamente, nos termos do inciso I do artigo 355 do Código de Processo Civil, conforme decisão de fls. 23-25. Citada por edital acerca da decisão que decretou o divórcio, conforme se verifica às fls. 143-144, a parte requerida manteve-se inerte (fl. 145). Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na inicial, para confirmar a decisão de fls. 23-25, que dissolveu o vínculo conjugal entre as partes, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988. A senhora Eliana Duarte de Oliveira continuará a usar o nome de casada. Não há condenação da parte promovida em sucumbência, considerando que não há comprovação da alegada resistência (princípio da causalidade). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Considerando a ausência de interesse recursal, certifique-se de imediato o trânsito em julgado. Esta sentença terá força de mandados de averbação e de anotação, nos termos do inciso I do artigo 10 do Código Civil, da alínea a do parágrafo 1º do artigo 29, do caput do artigo 100 e do parágrafo 2º ou dos parágrafos 1º e 2º do artigo 107, todos da Lei nº 6.015/73, já tendo a Secretaria desta Unidade Judiciária, em atenção à decisão anterior, providenciado a remessa da cópia dos documentos indispensáveis (certidão de casamento das partes, sentença e certidão de seu trânsito em julgado) ao respectivo cartório de registro civil, via malote digital, para cumprimento (CPC/15, art. 98, § 1º, IX, e § 8º), conforme fls. 39-40. Arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe.

Processo 0200304-54.2024.8.06.0091 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: R.A.N.F. - F.D.P.S. - REQUERIDO: P.F.R. - E.O.S. - Dispositivo: Diante do exposto e de acordo com o parecer ministerial, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para conceder a guarda definitiva da criança Emili Fernandes Oliveira aos requerentes Rita Aurea Nunes Fernandes e Francisco Dianes Pinto de Sousa, por melhor atender os seus interesses, nos termos do caput do artigo 227 da Constituição da República de 1988. Condeno a parte requerida a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios, que fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do caput e dos incisos I, II, III e IV do parágrafo 2º do artigo 85 do Código de Processo Civil. Como a parte requerida é beneficiária da gratuidade da justiça, as obrigações decorrentes da sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, a respectiva parte credora demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão da gratuidade; passado o prazo acima, extinguem-se essas obrigações (CPC/15, art. 98, § 3º). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Esta sentença servirá como termo de compromisso do art. 32 da Lei nº 8.069/90, passando a considerar a parte requerente como guardião(a) compromissado(a), sendo dispensada qualquer outra formalidade. Com o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0173/2024

ADV: JEAN CARLOS BRAGA PEREIRA (OAB 31953/CE) - Processo 0050411-91.2021.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.L.S.M. e outro - PRESENTES Juiz de Direito: Eduardo André Dantas Silva. Promotor de Justiça: Jorge Luiz Guedes Granjeiro Requerente: Davi Lucas Soares Moreira (representado por sua genitora Danila Moreira da Silva). Advogado do Requerente: Jean Braga (OAB/CE 31.953). Requerido: Ricardo Soares da Silva. Advogado do Requerido: Lorran Isaac Lenno M. Silva (OAB/DF 46.504 e OAB/GO 47.833-A). OCORRÊNCIAS Aberta a audiência, o MM. Juiz instou as partes à conciliação, não tendo obtido o êxito no momento. DELIBERAÇÕES Por fim, o MM. Juiz de Direito deliberou nos seguintes termos: Considerando a juntada de documentos pela parte requerida (fls. 170/183), concedo o prazo de 15 (quinze) dias para a parte Requerente se manifestar. Decorrido o prazo concedido, com ou sem manifestação, abra-se vista para o Ministério Público. Eduardo Andre Dantas Silva Juiz de Direito

ADV: YARA MYCKAELLY SILVA VIEIRA (OAB 28074/CE) - Processo 0050527-97.2021.8.06.0091 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Zilma Neves Araujo - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpra-se o despacho proferido à pág. 175, para tanto, proceda à intimação da inventariante Maria Zilma Neves Araújo, para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos cópia da escritura pública, cuja minuta encontra-se nas fls. 171/173.

ADV: FRANCISCA ADRIELA VIEIRA NETA (OAB 26149/CE) - Processo 0200080-53.2023.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.A.F. - PRESENTES Juiz de Direito: Eduardo André Dantas Silva Promotor de Justiça: Jorge Luiz Guedes Granjeiro Requerente: Wedman de Lavor Vieira Advogado do Requerente: Cícero Deillsyon (OAB/CE 31.649) AUSENTES A parte autora e sua Advogada. OCORRÊNCIAS O presente ato restou prejudicado ante a ausência da parte autora e de sua advogada. MANIFESTAÇÕES A parte demandada e o representante do Ministério Público se manifestaram pela redesignação do ato processual, diante da inexistência de prejuízos imediatos aos interesses do incapaz, bem como pela aplicação de sanções em desfavor da parte ausente pela desídia processual. DELIBERAÇÕES Por fim, o MM. Juiz de Direito deliberou nos seguintes termos: “Compulsando os autos, observo que o promovido acostou o pedido de adiamento após o encerramento do expediente da sexta-feira (08/11/2024), inviabilizando o conhecimento da parte adversa e a decisão deste Juízo em tempo oportuno, malbaratando, assim, o dever de lealdade, cooperação e boa fé processual. A suspensão processual em decorrência do luto ocorre em prazo superior aos 7 dias, previstos no art. 244, II, do CPC (por analogia), razão pela qual a

justificativa apresentada não tem cabimento (fl. 96). A advogada que representa os interesses jurídicos do autor também não compareceu e não apresentou qualquer justificativa, de sua parte, para ausentar-se do compromisso profissional. Advirto que, doravante, esse comportamento será interpretado como resistência injustificada ao andamento processual e sancionado com multa por litigância de má-fé. À Secretaria para redesignar a audiência de instrução e julgamento para data oportuna com a finalidade de tomar o depoimento pessoal das partes". Eduardo Andre Dantas Silva Juiz de Direito

ADV: FRANCISCA ADRIELA VIEIRA NETA (OAB 26149/CE), ADV: CICERO DEILLYSON LIMA VIEIRA (OAB 31649/CE) - Processo 0200080-53.2023.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.A.A.F. - REQUERIDA: W.L.V. - ALIMENTANDO: I.H.H.L.A. - Redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para 24/02/2025 às 08:30h. A audiência será realizada na modalidade PRESENCIAL, em conformidade com as disposições estabelecidas na Resolução nº 481, de 22 de novembro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As partes deverão se fazer presentes acompanhadas de Advogado ou Defensor Público. As testemunhas, quando as partes forem representadas por Advogado, deverão ser cientificadas pelos próprios patronos (art. 455, caput do CPC). Proceda-se a análise do feito para verificar se a sua natureza se adequa a uma das possibilidades trazidas pelo art. 178, I, II ou III do CPC e, em caso positivo, remetam-se os autos para fins de ciência do Representante do Ministério Público. À Secretaria desta Unidade Judiciária para fins de cumprir os expedientes intimatórios necessários.

ADV: CARLOS ROBSON NOGUEIRA LIMA FILHO (OAB 21231/CE) - Processo 0200775-07.2023.8.06.0091 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: E.B.L.S. - PRESENTES Juiz de Direito: Eduardo André Dantas Silva Promotor de Justiça: Jorge Luiz Guedes Granjeiro Autora: Edenice Barbosa Lima dos Santos Advogado da Autora: Robson Nogueira Lima Filho (OAB/CE 21.231) Defensor Público (curador especial): Rafael Gois Requerido (Curatelado/Interditando): Francisco Ronivon Vitor OCORRÊNCIAS Aberta a audiência, o MM. Juiz procedeu a entrevista do Interditando e a tomada de depoimento pessoal da parte requerente sendo tudo reduzido a arquivos audiovisuais. MANIFESTAÇÕES O Advogado solicitou prazo para juntada de documentação comprobatória da incapacidade do requerente, haja vista tramitar na Justiça Federal processo com causa de pedir semelhante. DELIBERAÇÕES Por fim, o MM. Juiz de Direito deliberou nos seguintes termos: Defiro o pedido requerido pelo Advogado da parte autora e concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação dos documentos indicados. Escoado o prazo, colha-se a manifestação de mérito da Defensoria Pública e do Ministério Público.

ADV: ADSON SANTANA LIMA (OAB 52964/CE), ADV: JEDIEL LEONARDO BEZERRA DA CUNHA (OAB 39325/CE), ADV: MARIA NAZARÉ UCHÔA GOMES (OAB 37833/CE), ADV: ADRIA OLIVEIRA DA SILVA (OAB 36687/CE) - Processo 0202171-82.2024.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.L.V. e outro - REQUERIDO: F.A.V. - Trata-se de ação de alimentos proposta por Sophia Lima Vieira, representado por sua genitora, Jayana Pereira Lima, em face de Francisco Alves Vieira. A parte autora requer a fixação dos alimentos no patamar de 04 (quatro) salários mínimos. A parte requerida pugna pela fixação dos alimentos no percentual de percentual de 75% do salário mínimo. Fixo como ponto controvertido: a possibilidade/necessidade/proporcionalidade dos alimentos. Estabeleço que o ônus da prova incumbe a parte autora por se tratar de fato constitutivo do seu direito. Estabeleço que o ônus da prova será distribuído na forma do art. 373 do CPC, ou seja, incumbe: (i) ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; (ii) ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Intimem-se as partes, por seu advogado(a)/defensor, para que, no prazo de 15 dias, indiquem se desejam produzir prova, especificando qual fato deseja provar, justificando a necessidade, pertinência e relevância da respectiva prova para o deslinde do feito. Consigne-se que, em não havendo manifestação a respeito, entender-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos. Decorrido o prazo fixado in albis ou não havendo manifestação de provas, remetam-se os autos com vistas ao representante do Ministério Público para apresentar parecer de mérito. Após, retornem imediatamente os autos conclusos para análise de eventual requerimento ou, em sendo o caso, para o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do CPC).

ADV: MARCIANA AIRES DE OLIVEIRA (OAB 28069/CE), ADV: HELMO ROBERIO FERREIRA DE MENESES (OAB 28609/CE) - Processo 0202302-57.2024.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.A.A.V.A. - REQUERIDO: L.A.S. - Trata-se de ação revisional de alimentos proposta por Mariana Amorim da Silva, representados por sua genitora, Maria Alves de Amorim, em face de Lenilson Alves da Silva. A parte autora requer a majoração dos alimentos. A parte requerida pugna pela improcedência dos pedidos iniciais. Fixo como ponto controvertido: a sobrevinda de mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe (CC, art. 1.699). Estabeleço que o ônus da prova será distribuído na forma do art. 373 do CPC, ou seja, incumbe: (i) ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; (ii) ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Intimem-se as partes, por seu advogado(a)/defensor, para que, no prazo de 15 dias, indiquem se desejam produzir prova, especificando qual fato deseja provar, justificando a necessidade, pertinência e relevância da respectiva prova para o deslinde do feito. Consigne-se que, em não havendo manifestação a respeito, entender-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos. Decorrido o prazo fixado in albis ou não havendo manifestação de provas, remetam-se os autos com vistas ao representante do Ministério Público para apresentar parecer de mérito. Após, retornem imediatamente os autos conclusos para análise de eventual requerimento ou, em sendo o caso, para o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do CPC).

ADV: MYTSA KARLA FELIX NOGUEIRA (OAB 49188/CE), ADV: BEATRIZ DE SOUZA LIMA (OAB 52485/CE) - Processo 0202665-44.2024.8.06.0091 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: M.C.G.L.S. - REQUERIDO: F.A.B.S. - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo firmado em audiência de fls. 47/48, extinguindo parcialmente o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. B) Dos alimentos Para prosseguimento do feito com relação aos alimentos. Fixo como ponto controvertido: a possibilidade/necessidade/proporcionalidade dos alimentos. Estabeleço que o ônus da prova será distribuído na forma do art. 373 do CPC, ou seja, incumbe: (i) ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; (ii) ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Intimem-se as partes, por seu advogado(a)/defensor, para que, no prazo de 15 dias, indiquem se desejam produzir prova, especificando qual fato deseja provar, justificando a necessidade, pertinência e relevância da respectiva prova para o deslinde do feito. Consigne-se que, em não havendo manifestação a respeito, entender-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos. Decorrido o prazo fixado in albis ou não havendo manifestação de provas, remetam-se os autos com vistas ao representante do Ministério Público para apresentar parecer de mérito. Após, retornem imediatamente os autos conclusos para análise de eventual requerimento ou, em sendo o caso, para o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do CPC).

ADV: JEAN CARLOS BRAGA PEREIRA (OAB 31953/CE) - Processo 0202745-42.2023.8.06.0091 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDA: M.T.S. - Aos 11 de novembro de 2024, às 16h00, na sala de audiências virtual do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Iguatu/CE, onde se achava presente a mediadora certificada no CNJ, Lívia Alves Pinheiro (CPF: 007.567.893-46), para a realização de audiência de mediação, conforme dispõe o art. 334 do CPC/15. Fora dado o início a sessão, na modalidade de videoconferência, por meio do aplicativo Microsoft Teams.

Feito o pregão de estilo, foi constatada a presença da parte reclamante, o Sr. Douglas Vieira Braga (CPF n° 011.632.893-29), acompanhado de advogado, o Dr. Rafael Holanda Alencar (OAB/CE n°25.624). Bem como, fora constatada a presença da parte reclamada, a Sra. Mayonara Tomaz de Souza (CPF n°037.642.473-71), desacompanhada de advogado. Em decorrência deste fato, fora indagada se havia a percepção de estar em desvantagem neste ato, o que fora negativado pela parte, mediante os esclarecimentos da mediadora. Iniciada a audiência, na forma da lei, a mediadora propôs que houvesse acordo entre as partes, por mera vontade e liberalidade, não obtendo êxito. Diante da impossibilidade de acordo entre as partes, fica a demandada INTIMADA nesta audiência para apresentar a contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335, I do CPC. Não há custas, pois deferiu-se a gratuidade da justiça, conforme os artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Conforme aludido anteriormente, as partes foram informadas para que, com fins de comprovação de presença no ato, fossem inseridas na caixa de mensagens da sala de audiências virtual deste Centro (por intermédio do aplicativo Microsoft Teams), informações acerca de sua qualificação como parte, seu nome completo e numeração de documento de identificação e o aceite ao termo. Portanto, segue abaixo, como comprovantes, a(s) seguinte(s) captura(s) de tela (printscreen): ANEXO I: ANEXO II: Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o termo às 17h00, sendo os autos remetidos ao Juízo de origem. Acompanham o presente termo: os comprovantes de presença e identificação das partes (constados por meio de printscreens da caixa de mensagem referente à sala de audiências virtuais), bem como anuência ao referido termo. A sessão foi encerrada, o termo vai devidamente subscrito pela mediadora presente no ato. Eu, Lívia Alves Pinheiro, Mediadora, o digitei e subscrevo. Livia Alves Pinheiro Mediadora

ADV: HELMO ROBERIO FERREIRA DE MENESES (OAB 28609/CE), ADV: GUTEMBERG DE MEDEIROS FONTE (OAB 51569/CE) - Processo 0203687-40.2024.8.06.0091 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: K.F.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do pagamento informado às fls. 45-52 e requerer o que entender devido. Decorrido o prazo, abra-se vista ao Ministério Público para manifestação no prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: FRANCISCA DANIELLE ALVES NOGUEIRA (OAB 38394/CE) - Processo 0203792-17.2024.8.06.0091 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.A.C. - Ante o exposto, DEFIRO a liminar requestada para nomear provisoriamente a parte requerente MARILIA ALVES COSTA, brasileira, solteira, portador da carteira de identidade nº 99029168839 e do CPF nº 902.564.503-82, residente e domiciliada na Rua Maria Soares Alcanfor, 71, Veneza, Iguatu, Ceará, como CURADOR(A) PROVISÓRIO(A) do(a) interditando(a) JOSÉ AMORIM COSTA, brasileiro, casado, aposentado, portador da carteira de identidade nº 2015066202-0 e do CPF nº 674.743.063-87, residente e domiciliado na Rua Maria Soares Alcanfor, 71, Iguatu, Ceará, até o final deste feito. O exercício da curatela ficará adstrito aos fins patrimoniais e negociais conforme previsão dos arts. 84 e 85 da Lei nº 13.146/2015. Deixo de deliberar em relação aos demais atos da vida civil, diante da ausência de requerimento específico e fundamentado (REsp n. 2.013.021/MG, relatora Ministra Nancy Andrighi, relator para acórdão Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 21/11/2023, DJe de 11/12/2023). Ressalto que os atos de natureza negociais e patrimoniais estão sujeitos a restrições e autorizações judiciais, uma vez que devem observar as disposições concernentes à tutela, conforme Art. 1.774 do CC. Esta decisão servirá como termo de compromisso e "certidão de curatela provisória", passando a considerar a parte requerente como curador(a) compromissado(a), sendo dispensada qualquer outra formalidade. Em seguida, nos termos do art. 753 do CPC/2015, determino a realização de perícia médica para avaliação da capacidade do(a) interditando(a) para praticar atos da vida civil. Para tanto, NOMEIO perito cadastrado no SIPER, para a realização de perícia médica, cujos trabalhos serão realizados preferencialmente no Fórum da Comarca de Iguatu/CE. Ressalte-se que o formulário da perícia, conforme padrão estabelecido por este Juízo, será enviado ao perito nomeado, bem como ficará disponível na secretaria desta vara, podendo as partes apresentarem quesitos complementares se entenderem necessário. Os honorários periciais serão fixados de acordo com a tabela vigente no momento da nomeação, disponibilizada através de portaria pelo TJCE. A perícia será realizada preferencialmente na sala de audiências desta unidade, por meio de exame clínico e análise dos exames e documentos apresentados. O perito deverá responder se a parte interditanda possui ou não capacidade para praticar os atos da vida civil. O laudo deverá ser entregue em até 20 dias. Após a juntada dos laudos, designe-se audiência de entrevista do interditando e tomada do depoimento pessoal da parte autora, a ser realizada de forma presencial, em conformidade com as disposições estabelecidas na Resolução nº 481, de 22 de novembro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O mencionado procedimento se revela indispensável para que este magistrado possa realizar a avaliação das condições do interditando, a fim de identificar eventuais incapacidades ou limitações existentes. Tal avaliação presencial é essencial para subsidiar a tomada de decisões judiciais que visem à proteção dos direitos e interesses do(a) interditando(a). Caso a pessoa curatelanda não possa compreender a citação e/ou esteja impossibilitada de recebê-la e/ou não possa se deslocar até este fórum, o Oficial de Justiça descreverá e certificará minunciosamente essa(s) ocorrência(s), juntando, se possível, fotos e/ou vídeos. Somente na hipótese de impossibilidade de comparecimento pessoal do curatelando, a audiência será realizada por meio virtual ou este magistrado a ouvirá no local onde estiver (CPC, art. 751, § 1º). Cite-se a pessoa curatelanda, advertindo-a que poderá impugnar este pedido dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem impugnação, nomeio-lhe desde logo curador especial o Defensor(a) Público(a) oficiante neste juízo, nos termos do parágrafo 2º do artigo 752, combinado com o parágrafo único do artigo 72, ambos do Código de Processo Civil. Ciência ao Ministério Público.

COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0319/2024

ADV: MAYKSON ALVES CLEMENTE (OAB 36788/CE), ADV: LUCAS PALMEIRA DANTAS (OAB 37626/CE), ADV: JAKSON RODRIGUES DE SOUZA (OAB 36809/CE) - Processo 0001206-72.2019.8.06.0153 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: LUCAS SILVA GOMES e outro - Por tudo o que fora dito, RATIFICO o recebimento da denúncia realizado em face da acusada Maria da Conceição Pereira de Paulo. Indefiro o pedido de apresentação de rol de testemunhas em momento posterior formulado pela defesa e abro prazo de 5 (cinco) dias, a contar da intimação para a audiência de instrução e julgamento, para que, querendo, a defesa do réu apresente rol de testemunhas, aplicando, analogicamente, o art. 422 do CPP. Em seguimento ao processo, determino à Secretaria da Vara que designe data e hora para realização da audiência de instrução e julgamento, devendo ser intimados o acusado, o seu advogado, o Ministério Público e as testemunhas, observando-se a parte final do artigo 396-A, caput, do CPP.

ADV: GEORGE ARQUIMEDES DE SOUZA LOPES (OAB 29218/CE) - Processo 0200707-69.2024.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Carlos Marcos Atanázio da Silva - Conforme determinação da MM Juíza Titular desta Unidade Judiciária, a audiência de Instrução e Julgamento fica designada para dia: 25/11/2024, às 14:30h; cujos link e QRcode seguem adiante vistos: https://link.tjce.jus.br/d9226c

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0320/2024

ADV: JOSÉ FRANCISCO LINO DE ABREU (OAB 40396/CE) - Processo 0000566-69.2019.8.06.0153 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: C.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, a fim de efetivar os expedientes da audiência de Instrução e Julgamento designada para dia: 26/11/2024 às 15:30h; cujos link/QRcode seguem adiante vistos: https://link.tjce.jus.br/7884dd

ADV: MARIA LOPES DE ARAUJO (OAB 32174/CE) - Processo 0051459-85.2021.8.06.0091 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência - RÉU: José Gilberto Ramos - Destarte, reconheço a incompetência deste Juízo para a análise do pedido de prisão domiciliar e determino que a Secretaria entre em contato com a Distribuição SEEU, por meios céleres como telefone, e-mail ou outro meio disponível, solicitando urgência no cadastro da Guia Definitiva de fls. 282-284 junto ao SEEU (processo remetido para cadastro em 06/11/2024), diante das peculiaridades do presente caso. Dê-se ciência ao Ministério Público e à defesa. Após, tudo cumprido e informado o número da Execução Penal de José Gilberto Ramos, ARQUIVEM-SE os autos e proceda-se com a respectiva baixa. Expedientes Necessários.

COMARCA DE INDEPENDÊNCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0426/2024

ADV: FRANCISCO DEUSDETE DE SOUSA (OAB 33326/CE) - Processo 0000171-18.2009.8.06.0092 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio simples - RÉU: Luis de Olinda Farias - Após regular votação, o Conselho de Sentença, no que tange ao injusto penal de homicídio qualificado, por maioria, reconheceu a materialidade delitiva (1º quesito); por maioria, reconheceu a autoria delitiva (2º quesito); por maioria, negou o pleito absolutório (3º quesito); por maioria, não reconheceu que o crime foi cometido por motivo fútil (4º quesito); por maioria, reconheceu que o crime foi praticado mediante recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima (5º quesito); CONDENANDO, portanto, LUIS DE OLINDA FARIAS, pela prática do crime do art. 121, §2º, inc. IV, do Código Penal.

ADV: FRANCISCO JURANDIR TENORIO JUNIOR (OAB 32165/CE) - Processo 0017631-71.2016.8.06.0092 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Whallace Soares Almeida e outros - Em conformidade com o art. 400, do mesmo diploma legal, designo à Secretaria de Vara que apraze data e hora para realização de audiência de instrução e julgamento, devendo ser intimados para comparecerem ao referido ato: os acusados e seus defensores, bem como as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa. Na referida audiência, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 do Código de Processo Penal, interrogando-se, em seguida, a acusada, ex vi do art. 400 do referido Código. Caso as testemunhas das partes não residam nesta Comarca, expeçam-se cartas precatórias para realização de suas oitivas, com prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento, intimando-se as partes da expedição das precatórias (Súmula 273 do STJ) Sublinhe-se que, conforme regra inserta nos §§ 1º e 2º do art. 222 do Código de Processo Penal, a expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal e, findo o prazo marcado para o seu cumprimento, poderá realizar-se o julgamento, mesmo sem o seu retorno. Expedientes Necessários. Cumpra-se.

ADV: EURIANE DE SOUZA MENESES LINHARES (OAB 42776/CE) - Processo 0050340-23.2020.8.06.0092 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Desobediência - AUTOR FATO: Antonio Gilson Nascimento Ramalho - Mantenho a decisão de recebimento da denúncia (fls. 72/73) por não vislumbrar, nesta oportunidade, quaisquer das hipóteses de absolvição sumária do art. 397 do Código de Processo Penal, sendo certo que inexistem manifestas causas excludentes da ilicitude ou culpabilidade, que o fato narrado em tese constitui crime, assim como inexiste, até o momento, qualquer causa de extinção da punibilidade. Em conformidade com o art. 400, do mesmo diploma legal, designo à Secretaria de Vara que apraze data e hora para realização de audiência de instrução e julgamento, devendo ser intimados para comparecerem ao referido ato: os acusados e seus defensores, bem como as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa. Na referida audiência, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 do Código de Processo Penal, interrogando-se, em seguida, a acusada, ex vi do art. 400 do referido Código. Caso as testemunhas das partes não residam nesta Comarca, expeçam-se cartas precatórias para realização de suas oitivas, com prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento, intimando-se as partes da expedição das precatórias (Súmula 273 do STJ) Sublinhe-se que, conforme regra inserta nos §§ 1º e 2º do art. 222 do Código de Processo Penal, a expedição da precatória não suspenderá a instrução criminal e, findo o prazo marcado para o seu cumprimento, poderá realizar-se o julgamento, mesmo sem o seu retorno. Expedientes Necessários. Cumpra-se.

ADV: JOATAN BONFIM LACERDA (OAB 17307/CE) - Processo 0200445-70.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Terezinha de Oliveira Brígido - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, sobre o contraditório de fl. 128 usque 157 e documentos subsequentes, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 dias.

ADV: MANOEL CÔMPITO SILVA SIQUEIRA (OAB 42554/CE) - Processo 0200468-84.2022.8.06.0092 - Adoção - Direitos da Personalidade - ADOTANTE: J.C.A. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanada da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, certifico, que foi designada a audiência de Conciliação para 18/12/2024 às 08:30h, devendo ser citada a parte requerida, bem como a intimação da parte autora e seus representantes. a qual será realizada por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams. As partes deverão entrar na sala da audiência através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/r4616m Expedientes necessários. Independencia/CE, 15 de outubro de 2024. VANGLESO PEDROSA DE OLIVEIRA Técnico Judiciário

ADV: JOATAN BONFIM LACERDA (OAB 17307/CE), ADV: MARCELO VICTOR TORRES PINTO (OAB 32636/CE) - Processo

0200661-31.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria do Socorro Viana de Macedo - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, sobre o contraditório de fl. 76 usque 133 e documentos subsequentes, manifeste-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOATAN BONFIM LACERDA (OAB 17307/CE) - Processo 0200810-27.2024.8.06.0092 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.M.A.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para que tome ciência da decisão de fls. 09/10 e, no prazo de 05 (cinco) dias, compareça à Secretaria para assinar o termo de compromisso de curatela provisória.

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200811-12.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria Ioneide Soares Barbosa - julgo extinto o processo sem resolução do mérito por inadequação da via eleita, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC

ADV: FRANCISCO ELVYS SILVA RODRIGUES (OAB 40698/CE) - Processo 0200813-79.2024.8.06.0092 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.R.A.C. - intimem-se os requerentes, por meio de seu(a) Advogado(a), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende à inicial, sob pena de indeferimento, a fim de assinarem (ambos os cônjuges) todas as páginas da petição inicial

ADV: JOSE WELLINGTON VIEIRA (OAB 31494/CE) - Processo 0200815-49.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Geovane Ramalho Sousa - julgo extinto o processo sem resolução do mérito por inadequação da via eleita, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC

ADV: EMANUEL MATHEUS URIAS CEZARIO (OAB 49269/CE) - Processo 0200839-14.2023.8.06.0092 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Feminicídio - INDICIADO: Antonio Sousa Araujo - Mantenho a decisão de recebimento da denúncia (fl. 132) por não vislumbrar, nesta oportunidade, quaisquer das hipóteses de absolvição sumária do art. 397 do Código de Processo Penal, sendo certo que inexistem manifestas causas excludentes da ilicitude ou culpabilidade, que o fato narrado em tese constitui crime, assim como inexiste, até o momento, qualquer causa de extinção da punibilidade.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0427/2024

ADV: JOSE ERISVALDO VIEIRA COUTINHO (OAB 14511/CE), ADV: HELIO COUTINHO LACERDA (OAB 16522/CE), ADV: MARIA ALICE COUTINHO LACERDA (OAB 35675/CE) - Processo 0001054-13.2019.8.06.0092 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: A.R.R.A. - Intime-se a defesa para que apresente suas alegações finais em forma de memoriais também no prazo de 05 (cinco) dias. Por fim, voltem-me os autos em conclusão para sentença. Expedientes Necessários.

ADV: ALEX RENAN DA SILVA (OAB 40370B/CE) - Processo 0010050-63.2020.8.06.0092 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Carlos Antonio Brandão Pereira - Intimem-se as partes para se manifestarem nos termos do art. 422 do CPP, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou se manifestação, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: ÍCARO PACÍFICO FÉLIX FRANÇA (OAB 41010/CE) - Processo 0010361-15.2024.8.06.0092 (processo principal 0200653-15.2024.8.06.0299) - Relaxamento de Prisão - Crime Tentado - REQUERENTE: Carlos Vinícius Martins Menezes - Em atendimento à determinação constante do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, anoto que a necessidade da manutenção da prisão preventiva decretada nesta ação foi objeto de análise às fls. 172/175 dos autos principais. Assim, a fim de evitar desnecessária tautologia, vez que inalterados os motivos fáticos e jurídicos para a segregação da liberdade do acusado, avoco os fundamentos externados na decisão antes referida como razões de aqui decidir e mantenho a prisão preventiva decretada. No mais, designe-se data para realização de audiência de instrução e julgamento, com a maior brevidade possível, haja vista que o réu se encontra preso. Expedientes Necessários.

ADV: ANTONIO KLEINER PIMENTEL ARAUJO (OAB 30281/CE) - Processo 0011014-32.2015.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Alves de Sousa e outro - Intime-se a parte autora para dar início ao cumprimento de sentença no prazo de quinze dias.

ADV: JOAO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO (OAB 12049/CE) - Processo 0011328-80.2012.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Maria da Penha Rodrigues Maciel - Intime-se a parte autora para dar o início a fase do cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos

ADV: MILENA TORRES MELO MOREIRA (OAB 33380/CE) - Processo 0050139-31.2020.8.06.0092 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Antonia Zildene Ferreira de Sousa - Intimem-se as partes para se manifestarem nos termos do art. 422 do CPP, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou se manifestação, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: FILIPE DUARTE PINTO CASTELO BRANCO (OAB 35021/CE) - Processo 0050221-28.2021.8.06.0092 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônia Vanderlucia Alves de Sousa - Intime-se o devedor para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, § 1º, do CPC

ADV: SINTIA AMARO SALES (OAB 32071/CE), ADV: ÍCARO PACÍFICO FÉLIX FRANÇA (OAB 41010/CE) - Processo 0050483-75.2021.8.06.0092 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.R.P.R. - Ante o exposto, intime-se a parte exequente para emendar a inicial, de maneira a cumprir as seguintes determinações, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento: a) Informar sobre qual rito pretende que seja processado o presente cumprimento: a.1) Caso opte pelo rito do artigo 528 do CPC/15, qual seja o da prisão civil, deverá limitar as parcelas as 03 (três) últimas prestações vencidas anteriores ao ajuizamento da ação; a.1.1) Juntar planilha detalhada e atualizada dos débitos, com a incidência de juros e correção monetária; a.1.2) Adequar valor da causa para a soma das 3 (três) últimas parcelas vencidas; a.2) Caso opte pelo rito do artigo 523, do Código de Processo Civil (expropriação), deverá acostar planilha detalhada de débitos referente às prestações vencidas, indicando as datas de vencimento, os valores de cada parcela exequenda, com incidência de juros e correção monetária; a.2.1) Adequar valor da causa para a soma das parcelas vencidas; Desarquivem-se os autos. Intimem-se.

ADV: HELIO COUTINHO LACERDA (OAB 16522/CE) - Processo 0200040-34.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Retificação de Data de Nascimento - REQUERENTE: Antonia Alda Cavalcante - julgo procedente a presente ação, ordenando a expedição de Mandado de Averbação aos Cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais respectivos, a fim de que fique constando na certidão de nascimento, bem como na certidão de casamento da autora que a data de nascimento de ANTONIA ALDA CAVALCANTE é 15 de janeiro de 1969

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0200042-04.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Proceda-se com a prova pericial grafotécnica para comprovar se o contrato objeto da lide foi ou não firmado pela parte autora.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE), ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0200044-71.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Neide Pereira Araujo - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Proceda-se com a prova pericial grafotécnica para comprovar se o contrato objeto da lide foi ou não firmado pela parte autora.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE), ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0200051-97.2023.8.06.0092 (apensado ao processo 0200065-81.2023.8.06.0092) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria de Lourdes Souto Sousa - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - proceda-se com a prova pericial grafotécnica para comprovar se o contrato objeto da lide foi ou não firmado pela parte autora.

ADV: DOUGLAS VIANA BEZERRA (OAB 21587/CE) - Processo 0200065-47.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jarbson Vieira Coutinho - imponho a autora o pagamento de multa por ato atentário à dignidade da justiça, no percentual de 1% (um) por cento da vantagem econômica pretendida

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE) - Processo 0200072-39.2024.8.06.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Intimem o executado para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC)

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 30071A/CE), ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0200153-22.2023.8.06.0092 (apensado ao processo 0200140-23.2023.8.06.0092) - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Eneide Sousa da Silva - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - intimem-se as partes para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar termo de acordo assinado pelas partes ou por seus respectivos procuradores com poderes especiais para transigir

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0200175-80.2023.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o Banco promovido para recolher o valor dos honorários periciais, no prazo de 10 dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra, assumindo o Banco o ônus da ausência da prova pericial, nos termos da decisão interlocutória de págs. 335/336.

ADV: EUGÊNIO COSTA FERREIRA DE MELO (OAB 103082/MG) - Processo 0200263-21.2023.8.06.0092 (apensado ao processo 0200256-29.2023.8.06.0092) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - proceda-se com a prova pericial grafotécnica para comprovar se o contrato objeto da lide foi ou não firmado pela parte autora

ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF) - Processo 0200277-05.2023.8.06.0092 (apensado ao processo 0200256-29.2023.8.06.0092) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Ferreira Barros - Intime-se a parte autora para dar início ao cumprimento de sentença no prazo dez dias

ADV: ANNA RONNERIA LACERDA SOUZA (OAB 62386/DF), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0200324-76.2023.8.06.0092 (apensado ao processo 0200322-09.2023.8.06.0092) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Florintina Ribeiro da Silva - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - ARQUIVEM-SE OS AUTOS.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0200327-31.2023.8.06.0092 (apensado ao processo 0200322-09.2023.8.06.0092) - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Proceda-se com a prova pericial grafotécnica para comprovar se o contrato objeto da lide foi ou não firmado pela parte autora.

ADV: ANTONIO KLEINER PIMENTEL DE ARAUJO (OAB 30281/CE), ADV: ANTONIO ACÁCIO ARAÚJO RODRIGUES (OAB 31248-B/CE) - Processo 0200442-18.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.P.O. - REQUERIDO: L.H.B.P. - INDEFIRO o pedido de alteração da inicial

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE), ADV: EMANUELLA LIMA MARQUES (OAB 20742/CE) - Processo 0200462-77.2022.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Evaneide Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil

ADV: JOATAN BONFIM LACERDA (OAB 17307/CE) - Processo 0200621-49.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Francisco Arnaldo Coutinho - REQUERIDO: Banco do Brasil. Agência de Independência - À réplica.

ADV: MARCELO VICTOR TORRES PINTO (OAB 32636/CE), ADV: JOATAN BONFIM LACERDA (OAB 17307/CE) - Processo 0200629-26.2024.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Raimunda Alves Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se a parte autora em réplica. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JORDHAN LUIZ SOARES ANTONIO RODRIGUES (OAB 37375/CE) - Processo 0200683-26.2023.8.06.0092 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.N.F.S. - Cumpra-se a determinação de fl. 38

ADV: HELIO COUTINHO LACERDA (OAB 16522/CE) - Processo 0200699-43.2024.8.06.0092 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.V.M.F. - J.P.F. - com fundamento no art. 485, inciso IX do CPC, extingo o processo, sem resolução do mérito

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0200800-17.2023.8.06.0092 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - proceda-se com a prova pericial grafotécnica para comprovar se o contrato objeto da lide foi ou não firmado pela parte autora

ADV: MARIA TAYNARA SOARES (OAB 51720/CE), ADV: NIKOLAS CAIQUE FONTES NASCIMENTO (OAB 51518/CE) - Processo 0201489-93.2024.8.06.0070 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Francisca Gonçalves Gomes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, manifeste-se parte autora em Réplica à contestação, caso queira, nos termos do art. 350/CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 24498/PR), ADV: TERESA ARRUDA ALVIM (OAB 22129/PR) - Processo 0280006-51.2021.8.06.0092 - Ação Civil Pública - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RÉU: Banco Bradesco S.A - Compulsando os autos, observa-se que o feito comporta julgamento antecipado, tendo em vista que as provas são suficientes para o julgamento da lide, bem como as partes não requereram a produção de outras provas. Ante o exposto, com base no princípio da cooperação, anuncio o julgamento antecipado e determino a intimação das partes. Não havendo insurgência, volvam-me conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

COMARCA DE IPAUMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: JOSE VALDERI DIAS DANTAS (OAB 33660/CE) - Processo 0200181-81.2023.8.06.0094 - Boletim de Ocorrência Circunstanciada - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ADOLESCENTE: E.S.S.B. - Diante do exposto, desclassifico o ato infracional inicialmente imputado a ESRON SAMUEL DE SOUZA BARROS, para aquele previsto no artigo 28 da Lei 1343/2006, sujeitando-o ao cumprimento da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade, no Posto de Saúde do Alto Bandeirante, pelo prazo de 03 (três) meses, sendo 04 (quatro) horas semanais, que será prestada 01 (uma) vez por semana, no período em que o adolescente não estiver estudando ou trabalhando, exercendo a função a cargo do(a) respectivo(a) diretor(a), tudo sem prejuízo da PSC assumida nos autos nº 0200319-48.2023.8.06.0094, bem como de medida de proteção, consistente na participação em curso educativo contra drogas junto ao CREAS ou órgão municipal congênere e matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino, previstas nos artigos 101, III, 112, III, da Lei nº 8.069/90 e art. 28, III, da Lei de Drogas. Proceda a Secretaria à imediata realização dos expedientes que se fizerem necessários para a efetivação do cumprimento da medida ora aplicada, uma vez que o eventual recurso de apelação será recebido no efeito meramente devolutivo. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se, observadas as formalidades legais e dando-se baixa na distribuição e estatística. Sem custas processuais, nos termos do art. 141, § 2º, do ECA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: JOSE VALDERI DIAS DANTAS (OAB 33660/CE) - Processo 0200127-81.2024.8.06.0094 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.P.R.F. e outro - Ex positis, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e regulares, o acordo celebrado pelas partes, razão pela qual decreto o divórcio de JOÃO PAULO RODRIGUES FIDELIS e JOSINA FURTUNATO DE OLIVEIRA. Sem custas e sem honorários advocatícios, tendo em vista a gratuidade processual. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação. Caberá à parte interessada imprimir tal documentação pelo sistema SAJ do E. TJCE e encaminhar ao Cartório respectivo, acompanhado de cópias do(a): (I) certidão de trânsito em julgado, (II) acordo e (III) certidão de casamento. O documento ficará disponível no Sistema SAJ, assinado digitalmente, para impressão direta pelo(a) advogado(a) e o seu regular encaminhamento ao Cartório competente, ficando dispensada, assim, a impressão e retirada no balcão.

ADV: MYRIAM PIRES BENEVIDES GADELHA (OAB 21520/PB), ADV: WARGLA DORE SILVA (OAB 24785/PB), ADV: LUCIANA MEIRA LINS MIRANDA (OAB 21040/PB) - Processo 0200227-70.2023.8.06.0094 (apensado ao processo 0004021-30.2016.8.06.0094) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ryann Anthony da Silva e outros - REQUERIDA: Maria Moraes Clementino - João Clementino dos Santos - Ex positis, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e regulares, o acordo celebrado pelas partes ANA CLEIDE FELICIANO DA SILVA, MARIA MORAES CLEMENTINO e JOÃO CLEMENTINO DOS SANTOS, em favor de RIANN ANTHONY DA SILVA e RYHANNA LARA SILVA SANTOS. Sem custas e sem honorários advocatícios, tendo em vista a gratuidade processual. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: MATHEUS OLIVEIRA NOGUEIRA LACERDA (OAB 26462/PB) - Processo 0200377-17.2024.8.06.0094 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: L.B.F.N. e outro - Ex positis, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e regulares, o acordo celebrado pelas partes LUIZ BARBOSA DE FIGUEIREDO NETO e FABIANA ALVES GOMES, em favor do filho NIKOLAS HNERIQUE ALVES DE FIGUEIREDO. Sem custas e sem honorários advocatícios, tendo em vista a gratuidade processual. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

COMARCA DE IPU - VARA UNICA DA COMARCA DE IPU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0423/2024

ADV: MACKSWEL MESQUITA MORORO PINTO (OAB 25964/CE) - Processo 0005190-20.2014.8.06.0095 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Crime Culposo - QUERELANTE: Manoel Messias do Carmo - Ante o exposto, declaro a nulidade da sentença de fls. 72-73, a qual reconheceu a prescrição, e, com fulcro no art. 485, inc. V, do CPC, c/c art. 3º do CPP, extingo o presente feito. Publique-se. Intimem-se. Após a intimação do Ministério Público, independente do transcurso de prazo, ante a falta de interesse recursal, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: ANTONIO CLEMILTON DE LIMA COSTA (OAB 25809/CE), ADV: JOSÉ DE SOUSA FARIAS NETO (OAB 37623/CE) - Processo 0007151-20.2019.8.06.0095 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Francisco Leonardo Freitas Gomes - Ante o exposto, conheço dos presentes embargos e nego provimento, por não haver qualquer obscuridade ou omissão a ser sanada, bem como por não ser instrumento apropriado à rediscussão da lide. Intimem-se desta decisão, inclusive com a reabertura do prazo do recurso de apelação. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0007201-46.2019.8.06.0095 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Raimundo Otaviano Pereira e outro - VÍTIMA: ENEL -

Companhia Energética do Ceará - Ante o exposto, conheço dos presentes embargos e nego provimento, por não haver qualquer contradição ou omissão a ser sanada, bem como por não ser instrumento apropriado à rediscussão da lide. Intimem-se desta decisão, inclusive com a reabertura do prazo do recurso de apelação. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO FERNANDO ARAGÃO MARTINS MARQUES (OAB 36223/CE), ADV: FÁBIO PONTES LOPES (OAB 29107/CE), ADV: MOHAMEDE TAUMATURGO PASSOS MOURAO (OAB 31900/CE) - Processo 0050846-53.2021.8.06.0095 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonio Adauto Cunha Gomes - HERDEIRA: Maria Socorro de Brito - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, foi designada audiência de conciliação para o dia 25/11/2024, às 11:30 horas, a qual será realizada de forma presencial ou virtual, através do Link: https://link.tjce.jus.br/d3ec44 ou do QRcode abaixo disponibilizado. Ato contínuo, faço a intimação das partes e seus defensores para participarem do ato supracitado.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0200096-92.2023.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - INTIME-SE O EXECUTADO, por meio do seu causídico habilitado nos autos (CPC, artigo 513, §2º, I), para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigo 219, caput), realizar o adimplemento voluntário da obrigação corporificada no importe de R$ 7.517,40 - conforme demonstrativo discriminado e atualizado apresentado pelo credor (fls. 303/306) -, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento) que serão agregados ao valor do débito principal, para todos os efeitos legais, (CPC, artigo 85, § 1º e § 13), tudo na forma do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil. Saliente-se que, nos termos do art. 525, do Código de Processo Civil transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, observando-se que será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo (CPC, artigo 218, § 4º). Expedientes necessários.

ADV: FLÁVIO BARBOZA MATOS (OAB 28410/CE), ADV: ANTONIO FERNANDO ARAGÃO MARTINS MARQUES (OAB 36223/CE) - Processo 0200268-97.2024.8.06.0095 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Fixação - REQUERENTE: F.A.C.G. - REQUERIDO: F.C.C. - Assim, tendo em vista a composição entre as partes, HOMOLOGO o acordo de forma integral, por sentença, para que produza os devidos efeitos legais, qual reger-se-á pelas cláusulas e condições estipuladas na petição de fls. 74, julgando, assim, EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Ficam as partes sujeitas ao pagamento de custas divididos igualmente entre elas e honorários que arbitro em um salário-mínimo. Contudo, sendo a parte autora beneficiária da gratuidade da justiça, deve-se observar a suspensão da exigibilidade da referida obrigação, nos termos do §3º, do art. 98, do mesmo código. CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, independentemente da intimação das partes, porquanto o presente acordo foi firmado de forma livre, voluntária e espontânea por elas. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E INTIMEM-SE. Ultimadas as providências necessárias ao integral cumprimento desta decisão, arquivem-se os autos com baixa no sistema SAJ. Expedientes necessários.

ADV: ANDERSON JORGE MARTINS MADEIRA (OAB 33534/CE) - Processo 0200757-37.2024.8.06.0095 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.G.G.D. - Ante o exposto, HOMOLOGO os termos do acordo firmado às folhas 27, o qual se torna parte integrante desta decisão e, ato contínuo, julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, para que possa surtir os efeitos legais e jurídicos, pelo que decreto o divórcio do casal MARIA GLECIVÂNIA GOMES DINO e VINICIUS CAMELO DA COSTA, devendo o cônjuge virago continuar a usar o nome de solteira, visto que não o modificou por ocasião do casamento, qual seja, MARIA GLECIVÂNIA GOMES DINO. A CÓPIA DESTA SENTENÇA, ASSINADA ELETRONICAMENTE, SERVE COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS EM QUE FOI LAVRADO O ASSENTO DE CASAMENTO CIVIL DAS PARTES, PARA AS AVERBAÇÕES DE PRAXE. Sem custas ou honorários, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTONIO CLEMILTON DE LIMA COSTA (OAB 25809/CE), ADV: JOSÉ DE SOUSA FARIAS NETO (OAB 37623/CE) - Processo 0200761-74.2024.8.06.0095 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Alimentos - ALIMENTANDA: M.D.F.S. - Dessa forma, inexistindo óbice à transação realizada pelas partes, HOMOLOGO para todos os fins de direito o acordo firmado às fls. 38, pelo que JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em um salário-mínimo, pelas partes, considerando a inexistência de disposição acerca do tema no acordo em tablado, nos termos do art. 90, § 2º, do CPC. Com efeito, ressalte-se, que a parte autora é beneficiária da gratuidade da justiça, devendo-se observar, quanto a ela, a suspensão da exigibilidade da referida obrigação, nos termos do §3º, do art. 98, do mesmo código. CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, independentemente da intimação das partes, porquanto o presente acordo foi firmado de forma livre, voluntária e espontânea por elas, sem olvidar da expressa renúncia ao prazo recursal feito por ambas. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Em seguida, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 16018/CE), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0200765-14.2024.8.06.0095 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Diante do exposto, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surtam os jurídicos e legais efeitos, O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, declarando, em consequência, EXTINTO O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil.

ADV: GUILHERME JANDERSON MARTINS MADEIRA (OAB 35029/CE), ADV: FRANCISCO AZEVEDO OLIVEIRA (OAB 19075/CE) - Processo 0200774-73.2024.8.06.0095 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.A.M.S.S. - REQUERIDO: F.C.R.L. - Assim, tendo em vista a composição entre as partes, HOMOLOGO o acordo de forma integral, por sentença, para que produza os devidos efeitos legais, qual reger-se-á pelas cláusulas e condições estipuladas na petição de 27, julgando, assim, EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Determino que se proceda à devida averbação na Certidão de Nascimento do autor, perante o Cartório de Registro Civil onde João Emanuel Marques Sousa Santos foi registrado, e onde deverá ser inscrito como João Emanuel Sousa Lima, tendo como pai FRANCISCO CÉLIO RODRIGUES LIMA como pai; e como mãe Maria Aparecida Marques Sousa Santos, bem como os nomes dos avós paternos MANOEL SOARES LIMA e LUÍSA RODRIGUES LIMA, mantendo-se inalterados os demais termos ali existentes. EXPEÇA-SE ofício ao cartório competente, a fim de realizar as modificações determinadas. Ficam as partes sujeitas ao pagamento de custas divididos igualmente entre elas e honorários que arbitro em um salário-mínimo. Contudo, sendo a parte autora beneficiária da gratuidade da justiça, deve-se observar a suspensão da exigibilidade da referida obrigação, nos termos do §3º, do art. 98, do mesmo código. CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, independentemente da intimação das partes, porquanto o presente acordo foi firmado de forma livre, voluntária e espontânea por elas. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E INTIMEM-SE. Ultimadas as providências necessárias ao integral cumprimento desta decisão, arquivem-se os autos com baixa

no sistema SAJ. Expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GOES (OAB 33416/SC) - Processo 0200924-54.2024.8.06.0095 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Face ao exposto,JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 485, I e IV, c/c o art. 290, todos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se a parte autora, por seu advogado.Após o trânsito em julgado, CANCELE-SE a distribuição e arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO AGLEDSON SOARES PONTES (OAB 46046/CE) - Processo 0200938-38.2024.8.06.0095 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Antonio Agledson Soares Pontes - A parte autora não recolheu as custas processuais, tendo pleiteado a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária. Aliás, este juízo não vislumbra, a princípio, em especial pela sua condição e pelos documentos anexados à exordial, que a parte autora se enquadra no conceito de hipossuficiente. Em razão disso, intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo legal, e, com isso, apresentar a documentação comprobatória da sua condição de hipossuficiente processual (CPC, artigo 99, §2º), ou, caso contrário, emendar a inicial e recolher as custas processuais, sob pena de indeferimento (CPC, artigo 321, c/c artigo 290). Passado o prazo, retornem os autos conclusos para juízo de admissibilidade da peça exordial. Em tempo, determino que a Secretaria deste Juízo proceda a migração do presente processo ao Sistema PJe, conforme determina a portaria nº 2039/2024 GABPRESI, que dispõe sobre a expansão do Sistema Processual Judicial Eletrônico.

ADV: ANTONIO FERNANDO ARAGÃO MARTINS MARQUES (OAB 36223/CE) - Processo 0200987-79.2024.8.06.0095 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: N.N.S. - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: GUILHERME JANDERSON MARTINS MADEIRA (OAB 35029/CE), ADV: ANDERSON JORGE MARTINS MADEIRA (OAB 33534/CE) - Processo 0203733-58.2022.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Pedro Heliezio Rocha Pinto Filho - RELATÓRIO Vistos etc. O Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio de seu representante legal neste Juízo, apresentou denúncia contra Pedro Heliézio Rocha Pinto Filho, já qualificado nos autos, dando-o como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I, (motivo torpe/vingança) c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Narra a denúncia de fls. 56/59, em síntese, o seguinte: “Consta do incluso procedimento policial que, no dia 05 de setembro de 2022, por volta das 09h30, na localidade de Macaco, Zona Rural deste município de Ipu, o denunciado, fazendo uso de uma pistola calibre 380, efetuou disparos contra a vítima LUCAS GABRIEL ARAÚJO DE LIMA OLIVEIRA, tentando matá-la, tudo por motivo torpe, só não conseguindo o seu intento por circunstâncias alheia à sua vontade; que, no dia anterior, no Calçadão Gastronômico, no centro desta cidade de Ipu, ocorreu uma discussão entre um grupo de pessoas, dentre os quais estavam o réu e a vítima, tendo ocorrido agressões mútuas; que, no dia seguinte, o acusado, de posse de uma arma de fogo e insatisfeito com as agressões sofridas por parte da vítima, resolveu procurá-la em seu local de trabalho, pedindo para chamá-la; que, quando a vítima saiu, dirigiu-se ao réu, pensando que este iria conversar acerca do ocorrido no dia anterior, azo que o réu sacou de uma arma de fogo e, sem ofertar qualquer chance de defesa à vítima, passou a disparar em sua direção, dizendo que iria matá-la, vindo a efetuar pelo menos três tiros, os quais não acertaram a vítima em razão desta haver conseguido fugir dos disparos”. A denúncia foi recebida pela decisão de fl.62, datada de 17/01/2023. Citado, o réu apresentou defesa à acusação e arrolou testemunhas(fls.67/69). O recebimento da denúncia foi ratificado pela decisão de fls.98/99. A instrução criminal teve curso com os depoimentos da vítima, das testemunhas da denúncia e da defesa e, em seguida, com o interrogatório do acusado. Em suas alegações finais, por via oral, o Ministério Público requereu a pronúncia do acusado, como incurso no crime do art. 121, § 2º, I, (motivo torpe/vingança) c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, alegando que restaram provados a materialidade do delito e indícios suficientes da autoria. A defesa, ao revés, pugnou pela desclassificação da tentativa de homicídio qualificada para os crimes de disparo de arma de fogo em via pública e porte ilegal de arma de fogo. É o relatório. Passo a decidir. FUNDAMENTAÇÃO Conforme relatado, versam os autos acerca de crime capitulado como doloso contra a vida e, nessa qualidade, deve ser submetido ao procedimento especial do Tribunal do Júri. Ultrapassada a fase instrutória e apresentadas as alegações derradeiras pelas partes, deve o Magistrado analisar se a infração penal imputada ao(à) denunciado(a) é efetivamente da competência do Júri (art.74, § 1º, do CPP). No caso em tela, constato haver indício suficiente de tentativa de homicídio qualificado, o qual deve ser submetido ao crivo do Tribunal Popular do Júri desta Comarca. Na sentença de pronúncia impõe-se ao Juiz Presidente fundamentação revestida pela nota do comedimento, da moderação e da sobriedade, sem o uso de linguagem excessiva (STF, HC 94274, Relator Ministro CARLOS BRITTO; STF, RT 880/463, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI; STF, 72049, Relator Ministro MARCO AURÉLI-O; STF, HC 68606, Relator Ministro CELSO DE MELLO), tanto por conta da sua própria natureza, que constitui mero juízo de admissibilidade (ou de probabilidade) da acusação, a partir de mera cognição sumária regida pelo princípio do in dubio pro societate, como para se evitar que a decisão tenha qualquer influência sobre o ânimo dos jurados que formarão o Conselho de Sentença. Feita essa constatação inicial, devo dizer que, analisando detidamente os autos, estou convencida da materialidade do crime de homicídio qualificado na forma tentada, bem ainda dos evidenciados indícios suficientes de autoria, juízo que formo a partir da prova testemunhal colhida na fase da instrução criminal, a qual deixa evidente que o denunciado, na data de 05 de setembro de 2022, por volta das 09h30, na localidade de Macaco, Zona Rural deste município de Ipu, fazendo uso de uma pistola calibre 380, efetuou três disparos contra a vítima LUCAS GABRIEL ARAÚJO DE LIMA OLIVEIRA, não conseguindo alvejá-la por circunstâncias alheia à sua vontade. Restou demonstrado, ainda, que o fato se deu por motivo de vingança, haja vista que, no dia anterior, no centro desta cidade de Ipu, havia ocorrido um entrevero entre um grupo de pessoas, dentre os quais estavam o réu e a vítima, ocasião que ocorreram agressões mútuas entre os envolvidos, levando o réu, no dia seguinte, por insatisfação e de posse de uma arma de fogo, a procurar a vítima em seu local de trabalho, azo que pediu para chamá-la e, ao avistá-la em sua frente, sacou a arma de fogo que trazia consigo e, sem ofertar qualquer chance de defesa ao ofendido, passou a disparar em sua direção, vindo a efetuar pelo menos três tiros, os quais não acertaram a referida vítima em razão desta haver conseguido fugir dos disparos. Assim, entendo que a pronúncia do acusado por homicídio qualificado na forma tentada é medida que se impõe. A tese da defesa técnica visando à desclassificação do crime de homicídio qualificado na forma tentada para os crimes de disparo de arma de fogo em via pública e porte ilegal de arma de fogo não merece ser acolhida, porquanto os requisitos necessários para embasar uma decisão de pronúncia restaram cabalmente demonstrados, autorizando, assim, a submissão do réu a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri, o juízo natural da causa. Nesse sentido, entendo que as teses da acusação e da defesa merecem ser debatidas perante o juízo natural da causa, isto é, o Tribunal Popular do Júri, vez que os argumentos utilizados pelo defensor só possuiriam o condão de afastar de plano a submissão do réu ao plenário do júri caso não houvesse indícios de que o acusado em alusão praticou o delito ou restasse claro

e evidente de que tal delito foi uma resposta proporcional a uma injusta agressão, atual ou iminente, por parte da vítima. Como é cediço, a sentença de pronúncia não tem caráter definitivo, encerrando não mais do que um juízo de admissibilidade da acusação, a fim de que o Juízo competente por ditame constitucional, proceda ao exame aprofundado das teses em confronto. Inclusive, diante dessa competência constitucional prevista, recomenda a jurisprudência que o magistrado de primeiro grau não aprofunde o exame das teses em debate, evitando, assim, indesejável prejulgamento do caso, ou que haja influência no futuro veredicto dos jurados. A propósito do assunto, trazemos à colação, a título de ilustração, o seguinte julgado: "AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA. DECISÃO CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA NAS PROVAS DOS AUTOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A sentença de pronúncia possui cunho declaratório e finaliza mero juízo de admissibilidade, não comportando exame aprofundado de provas ou juízo meritório. Nesse diapasão, cabe ao Juiz apenas verificar a existência nos autos de materialidade do delito e indícios de autoria, conforme mandamento do art. 413 do Código de Processo Penal. 2. A presença de indícios de autoria não se cuida de prova de certeza da prática delitiva, exigível somente para a sentença condenatória. Não obstante, deve ser demonstrada, em decisão concretamente fundamentada, a presença dos referidos indícios, como ocorreu na espécie. 3. No caso dos autos, verifica-se que inexiste manifesto constrangimento ilegal a ponto de justificar a impetração deste habeas corpus substitutivo de recurso próprio, na medida em que a pronúncia foi concretamente fundamentada nas provas dos autos, especificamente na interceptação telefônica acostada aos autos. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no HC: 805189 CE 2023/0060804-0, Relator: RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 15/05/2023, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/05/2023)" No tocante à qualificadora de motivo torpe(vingança) (Inciso I, do § 2º, do art. 121 do CPB), entendo haver elementos mínimos para seu acolhimento, devendo, pois, serem submetidas à apreciação do Conselho de Sentença. Destarte, embora houvesse dúvidas a respeito da qualificadora, o que não é o caso dos autos, os tribunais superiores tem entendido que a mesma deve ser mantida na sentença de pronúncia, pois nesta fase é inaplicável a máxima do in dubio pro reo, valendo, no caso da dúvida, o in dubio pro societate. Assim sendo, como a qualificadora apontada nas alegações finais do Ministério Público guarda coerência com os fatos relatados na denúncia e com as provas produzidas nos autos, bem ainda por envolver matéria de fato, deve ser submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca. Sobre o tema, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará editou a Súmula nº 3, verbis: Súmula 3 do TJCE: As circunstâncias qualificadoras constantes da peça acusatória somente serão excluídas da pronúncia quando manifestamente improcedentes, em face do princípio in dubio pro societate. DISPOSITIVO Diante do exposto, com amparo no 413 do CPP, pronuncio o réu Pedro Heliézio Rocha Pinto Filho, submetendo-o a julgamento perante o Tribunal Popular do Júri, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, I, (motivo torpe/vingança) c/c 14, II, ambos do Código Penal. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e INTIMEM-SE, na forma do art. 420, I do Código de Processo Penal. Preclusa esta decisão, determino, desde logo, a intimação do Ministério Público e da defesa para que, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, apresentem, se quiserem, rol de testemunhas para depor em plenário perante o Conselho de Sentença, nos termos do artigo 422 do mesmo Estatuto Processual Penal. Expedientes necessários.

ADV: FRANKLIN DOURADO REBELO (OAB 46381A/CE) - Processo 0205837-86.2023.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Carlos Antonio Fernandes de Sousa - RELATÓRIO Vistos etc. O Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio de seu representante com assento neste Juízo, apresentou denúncia contra Carlos Antônio Fernandes de Sousa, já qualificado nos autos, dando-o como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, IV, (recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido) c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Narra a denúncia de fls. 83/86, em síntese, o seguinte: "Consoante o incluso procedimento policial, no dia 01 de dezembro de 2023, por volta da meia-noite, na localidade de Ingazeira, Zona Rural deste município de Ipu, o denunciado chegou embriagado em casa, onde residia com seu irmão Antônio Francisco Alves de Lima, ora vítima; que, ato contínuo, o réu se armou com um facão e partiu para cima da vítima, ocasião que esta se agarrou com o agressor e ambos caíram ao chão; que, neste momento, o denunciado atingiu a vítima com um golpe no lado esquerdo das costelas, cuja lesão perfurou-lhe as vísceras e o pulmão; que, após ferida, a vítima conseguiu desarmar o infrator e pediu socorro; que a Polícia Militar foi acionada e dirigiu-se ao local do fato, onde os agente de segurança encontraram o réu e o instrumento da prática do crime; que o infrator foi conduzido à Delegacia de Polícia Civil; que a conduta praticada pelo réu se define como dolo eventual, porquanto aquele, consciente e propositadamente, assumiu o risco de causar o resultado morte de seu irmão, na medida em que sabia que atingindo o ofendido com um facão em região vital(costela), existia grande chance de matá-lo; que a vítima foi surpreendida e lesionada pelo réu no momento que estava indo dormir, totalmente desprevenida e desarmada, o que configura a qualificadora de utilização de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido". A denúncia foi recebida pela decisão de fls.89/90, datada de 17/01/2024. Citado, o réu apresentou defesa à acusação(cf. fl.101). O recebimento da denúncia foi ratificado pela decisão de fl.102. A instrução criminal teve curso com os depoimentos da vítima, das testemunhas arroladas na denúncia e, ato contínuo, com o interrogatório do acusado. Em suas alegações finais, por via oral, o Ministério Público requereu a pronúncia do acusado, como incurso no crime do art. 121, Caput, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, alegando que restaram provados a materialidade do homicídio simples na forma tentada e indícios suficientes da autoria. A defesa, ao revés, pugnou pela desclassificação do crime de tentativa de homicídio para o de lesão corporal seguida de morte. É o relatório. Passo a decidir. FUNDAMENTAÇÃO Conforme relatado, versam os autos acerca de crime capitulado como doloso contra a vida e, nessa qualidade, deve ser submetido ao procedimento especial do Tribunal do Júri. Ultrapassada a fase instrutória e apresentadas as alegações derradeiras pelas partes, deve o Magistrado analisar se a infração penal imputada ao(à) denunciado(a) é efetivamente da competência do Júri (art.74, § 1º, do CPP). No caso em tela, constato haver indício suficiente de tentativa de homicídio, o qual deve ser submetido ao crivo do Tribunal Popular do Júri desta Comarca. Na sentença de pronúncia impõe-se ao Juiz Presidente fundamentação revestida pela nota do comedimento, da moderação e da sobriedade, sem o uso de linguagem excessiva (STF, HC 94274, Relator Ministro CARLOS BRITTO; STF, RT 880/463, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI; STF, 72049, Relator Ministro MARCO AURÉLI-O; STF, HC 68606, Relator Ministro CELSO DE MELLO), tanto por conta da sua própria natureza, que constitui mero juízo de admissibilidade (ou de probabilidade) da acusação, a partir de mera cognição sumária regida pelo princípio do in dubio pro societate, como para se evitar que a decisão tenha qualquer influência sobre o ânimo dos jurados que formarão o Conselho de Sentença. Feita essa constatação inicial, devo dizer que, analisando detidamente os autos, estou convencida da materialidade do crime de homicídio na forma tentada, bem ainda dos evidenciados indícios suficientes de autoria, juízo que formo a partir da prova testemunhal colhida na fase da instrução criminal e da documentação de fls.14/15, às quais deixam evidentes que o acusado, na data de 01/12/2023, por volta da meia-noite, na localidade de Ingazeira, Zona Rural deste município de Ipu/CE, ao chegar em casa embriagado, iniciou uma discussão com seu irmão Antônio Francisco Alves de Lima, com quem residia, tendo, em seguida, armado-se com um facão e partido para cima do referido irmão, ocasião que este se agarrou com o agressor e ambos caíram ao chão, momento em que o réu lesionou gravemente a vítima com um golpe no lado esquerdo das costelas. Mesmo ferida, a vítima conseguiu desarmar o infrator e pediu socorro, sendo conduzida ao hospital. Acionada, Polícia Militar dirigiu-se ao local do fato, onde os agentes de segurança prenderam o réu em flagrante e encontraram o instrumento da prática do crime. Assim,

entendo que a pronúncia do acusado por homicídio na forma tentada é medida que se impõe. A tese da defesa técnica visando à desclassificação do crime de homicídio na forma tentada para o crime de lesão corporal seguida de morte não merece ser acolhida, haja vista que os requisitos necessários para embasar uma decisão de pronúncia restaram cabalmente demonstrados, autorizando, assim, a submissão do réu a julgamento pelo Tribunal Popular do Júri, o juízo natural da causa. Não se pode olvidar, ademais, que a vítima sequer foi a óbito, como se infere das provas trazidas aos autos. Nesse sentido, entendo que as teses da acusação e da defesa merecem ser debatidas perante o juízo natural da causa, isto é, o Tribunal Popular do Júri, vez que os argumentos utilizados pelo defensor só possuiriam o condão de afastar de plano a submissão do réu ao plenário do júri caso não houvesse indícios de que o acusado em alusão praticou o delito ou restasse claro e evidente de que tal delito foi uma resposta proporcional a uma injusta agressão, atual ou iminente, por parte da vítima. Como é cediço, a sentença de pronúncia não tem caráter definitivo, encerrando não mais do que um juízo de admissibilidade da acusação, a fim de que o Juízo competente por ditame constitucional, proceda ao exame aprofundado das teses em confronto. Inclusive, diante dessa competência constitucional prevista, recomenda a jurisprudência que o magistrado de primeiro grau não aprofunde o exame das teses em debate, evitando, assim, indesejável prejulgamento do caso, ou que haja influência no futuro veredicto dos jurados. A propósito do assunto, trazemos à colação, a título de ilustração, o seguinte julgado: “AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DELITIVA. DECISÃO CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA NAS PROVAS DOS AUTOS. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A sentença de pronúncia possui cunho declaratório e finaliza mero juízo de admissibilidade, não comportando exame aprofundado de provas ou juízo meritório. Nesse diapasão, cabe ao Juiz apenas verificar a existência nos autos de materialidade do delito e indícios de autoria, conforme mandamento do art. 413 do Código de Processo Penal. 2. A presença de indícios de autoria não se cuida de prova de certeza da prática delitiva, exigível somente para a sentença condenatória. Não obstante, deve ser demonstrada, em decisão concretamente fundamentada, a presença dos referidos indícios, como ocorreu na espécie. 3. No caso dos autos, verifica-se que inexiste manifesto constrangimento ilegal a ponto de justificar a impetração deste habeas corpus substitutivo de recurso próprio, na medida em que a pronúncia foi concretamente fundamentada nas provas dos autos, especificamente na interceptação telefônica acostada aos autos. 4. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no HC: 805189 CE 2023/0060804-0, Relator: RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 15/05/2023, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/05/2023).” No tocante à qualificadora do recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido(Inciso IV, do § 2º, do art. 121 do CPB), em harmonia com a manifestação do nobre representante do Ministério Público, em sua alegações finais, entendo não haver elementos mínimos para seu acolhimento, haja vista que, conforme restou cabalmente provado, a vítima foi gravemente lesionada pelo réu na ocasião em que tentava desarmá-lo. Assim, não há falar-sem em recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido. DISPOSITIVO Diante do exposto, com amparo no 413 do CPP, pronuncio o réu Carlos Antônio Fernandes de Sousa, submetendo-o a julgamento perante o Tribunal Popular do Júri, como incurso nas sanções do art. 121, Caput, c/c 14, II, ambos do Código Penal. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e INTIMEM-SE, na forma do art. 420, I do Código de Processo Penal. Preclusa esta decisão, determino, desde logo, a intimação do Ministério Público e da defesa para que, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, apresentem, se quiserem, rol de testemunhas para depor em plenário perante o Conselho de Sentença, nos termos do artigo 422 do mesmo Estatuto Processual Penal. Expedientes necessários.

ADV: ROMÁRIO GUILHERME MARTINS MORORÓ (OAB 51118/CE) - Processo 0263495-52.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria de Fátima Peres de Lima - DISPOSITIVO ISTO POSTO, ante as considerações supra, INDEFIRO a petição inicial, com fundamento no art. 330, IV, do CPC, determinando a extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, da mesma lei. Custas a serem suportados pelo requerente. Todavia, sendo este beneficiário da justiça gratuita, ficam essas obrigações suspensas pelo prazo de 05 (cinco) anos, dentro do qual o credor pode demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, e findo o qual, extinguem-se tais obrigações do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se, registre-se e intime-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0424/2024

ADV: PEDRO AGUIAR CARNEIRO FILHO (OAB 30315/CE), ADV: GUILHERME EMANUEL SAMPAIO MORORO (OAB 20780/CE) - Processo 0200141-33.2022.8.06.0095 - Divórcio Litigioso - Liminar - REQUERENTE: Maria Ariella Oliveira Passos - Augusthus Marvin Oliveira Passos - Maria Kamila Oliveira da Silva - REQUERIDO: José Bezerra Passos Neto - Vistos. Compulsando os autos, entendo ser o caso de CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. Isso porque há documentos correspondentes à quebra de sigilo bancário do réu, juntados de forma sigilosa nas fls. 336-340, providência que houvera sido deferida por este Juízo na audiência cuja ata repousa nas fls. 213. Ora, da simples leitura de tais documentos, se depreende que nada há de nova informação acerca da situação financeira do requerido. Contudo, em face do princípio da não-surpresa, entendo que é o caso de INTIMAR-SE ambas as partes, para que no prazo comum de 3 (três) dias se manifestem a respeito de tal documentação, caso queiram. Transcorrendo in albis o prazo, deve o feito seguir concluso para SENTENÇA, sem necessidade de novo parecer ministerial, visto que a documentação de fls. 336-340 NADA TROUXE DE NOVO à lide. De toda forma, havendo requerimentos das partes, após, façam-se conclusos ao gabinete. Expedientes necessários.

ADV: AUDIZIO EMANUEL PAIVA MORORÓ (OAB 21639/CE), ADV: CARLOS RENATO MARTINS TORRES (OAB 22541/CE) - Processo 0200964-36.2024.8.06.0095 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.E.R.A. - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0200972-13.2024.8.06.0095 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: S.M.S. - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0200976-50.2024.8.06.0095 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.C.G.B. - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO.

ADV: CARLOS RENATO MARTINS TORRES (OAB 22541/CE), ADV: AUDIZIO EMANUEL PAIVA MORORÓ (OAB 21639/CE) - Processo 0200984-27.2024.8.06.0095 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.V.O. - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO.

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0200988-64.2024.8.06.0095 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.J.S.A. - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO.

ADV: JOSE MARQUES JUNIOR (OAB 17257/CE) - Processo 0201000-78.2024.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Terezinha Jeronimo de Sousa - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO.

ADV: MARCUS ANTONIO GOMES REGO (OAB 6603/CE), ADV: EMERSON RODRIGUES REGO (OAB 25946/CE) - Processo 0201003-33.2024.8.06.0095 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Leni Xavier da Cruz - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: LUCAS ROCHA DAMASCENO (OAB 49387/CE) - Processo 0201005-03.2024.8.06.0095 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Antonio Lucas Bandeira Martins - Diante do exposto, tendo em vista a ausência de interesse processual, INDEFIRO a petição inicial, JULGANDO EXTINTO o presente processo sem julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 330, III, c/c 485, I, do CPC. Custas pelo requerente, que ficam suspensas devido a concessão da gratuidade judiciária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

COMARCA DE IPUEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0514/2024

ADV: LUCAS TIMBO BEZERRA (OAB 27841/CE), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORREA (OAB 27988A/CE) - Processo 0007116-67.2013.8.06.0096 (apensado ao processo 0001258-45.2019.8.06.0096) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Eraldo Marcio Moreira Medeiros e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Se a averbação 06 descreve somente a consolidação, consequentemente, não deve ela ser cancelada, como sugere o ilustre Tabelião do 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis. Para fins de efetivação da ordem deferida à fl. 449, determino que: a) a Secretaria de Vara envie cópia do título de fls. 150/155 e senha de acesso integral aos presentes autos ao 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis; e b) o Banco Bradesco providencie/arque as custas extrajudiciais junto ao 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis desta Comarca.

ADV: JOSE CARLOS CATUNDA ESMERALDO (OAB 30851/CE), ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMÕES (OAB 17801/CE) - Processo 0050177-94.2021.8.06.0096 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Ferreira de Sousa - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Trata-se de pedido de desarquivamento dos autos, com o fito de concessão de vista pelo prazo legal para fins de análise. Pois bem. Trata-se de processo digital que, embora arquivado, a parte possui total acesso, podendo ler, consultar, realizar análise, e peticionar diretamente com o seu requerimento, sendo, portanto, desnecessária o desarquivamento para análise. Nessa toada, INDEFIRO o pedido. Mantenha-se os autos no arquivo. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE AURIVAN HOLANDA PINHO FILHO (OAB 22666/CE) - Processo 0200388-40.2024.8.06.0096 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Fátima da Silva Alves - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, diga a parte autora sobre a exceção de pré-executividade apresentada pelo réu(fls. 50/54), no prazo de 15 dias.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Ipueiras
Vara Única da Comarca de Ipueiras

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0200401-73.2023.8.06.0096**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Interditante	**José Moura de Lima**
Curatelado	**Jacinta Moura Braga**

O MM. Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Ipueiras/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de **JACINTA MOURA BRAGA,** brasileira, casada, “separada de fato”, desempregada, inscrita no RG sob o n° 2001028173260 SSP-CE, CPF nº 012.988.923-76, residente e domiciliada na localidade Videl dos Clementinos, Ipueiras, que é portadora de esquizofrenia (CID-10: F20). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, tendo a curatelada

comprometimento de sua saúde, a qual, sem o auxílio de terceiros, obsta sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Foi nomeado o Sr. **JOSÉ MOURA DE LIMA**, brasileiro, casado, aposentado, inscrito no RG sob o n° 2017242850-0 SSP-CE, CPF nº 886.010.053-49, residente e domiciliado na localidade Videl dos Clementinos, Ipueiras, **CURADOR DEFINITIVO** da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado procedente em 27.09.2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015.Eu, Edleusa Rodrigues de Araújo, Técnica Judiciária, mat. 3143, o digitei. Ipueiras/CE, em 01 de outubro de 2024.

Luiz Vinicius de Holanda Bezerra Filho
Juiz Substituto

Poder Judiciário
Comarca de Ipueiras
Vara Única da Comarca de Ipueiras

EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo nº: 0200797-50.2023.8.06.0096
Classe Assunto: Interdição/Curatela - Nomeação
Interditante: Julieta Pereira dos Santos e outro
Curatelado: Renato Pereira dos Santos

O MM. Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Ipueiras/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida e decretada a substituição de curador do curatelado, RENATO PEREIRA DOS SANTOS, CPF n. 732.073.903-82, residente e domiciliado na localidade de Cajueiro, zona rural, Ipueiras, Ceará, tendo sido nomeada como CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, a Sra. RENATA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, RG 2008347318-6 SSP-CE, CPF nº 067.684.913-00, residente e domiciliada no endereço acima, nos termos do art. 1.775, § 3º, do CC/02, observadas todas as restrições e obrigações estabelecidas no Código Civil, em substituição à antiga curadora JULIETA PEREIRA DOS SANTOS, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14.10.2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "**DISPOSITIVO. Posto isso, em consonância com o parecer ministerial julgo PROCEDENTE o pedido autoral, confirmando a decisão liminar de fls. 62/63 e determinando a substituição definitiva da antiga curadora JULIETA PEREIRA DOS SANTOS e, assim, NOMEAR a requerente RENATA PEREIRA DOS SANTOS como curadora definitiva de seu irmão RENATO PEREIRA DOS SANTOS, nos termos do art. 1.775, § 3º, do CC/02, observadas todas as restrições e obrigações estabelecidas no Código Civil, devendo a mesma desempenhar o referido encargo até decisão judicial em sentido diverso."** O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Ipueiras/CE, em 25 de outubro de 2024. Eu, Edleusa Rodrigues de Araújo, Técnica Judiciária, 3143, o digitei.Luiz Vinicius de Holanda Bezerra Filho -Juiz Substituto

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0515/2024

ADV: FRANCISCO NILTON GOMES DA SILVA (OAB 41565B/CE) - Processo 0050333-19.2020.8.06.0096 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERIDO: M.E.S.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, Intimo a parte recorrida para, no prazo de 15 dias, querendo, apresente contrarrazões ao recurso de fls. 134/137.

ADV: LUIZ FERNANDO PONTES DE SOUSA (OAB 18270/CE), ADV: ROSA DEIJLA MONTINEGRO SANTANA (OAB 39760/CE), ADV: CÁSSIO ALEXANDER SILVA REDIGHIERI (OAB 35602/ES), ADV: MACÁLISTER ALVES LADISLAU (OAB 36465/ES), ADV: LEANDRO CHRISTOVAM DE OLIVEIRA (OAB 33083/ES), ADV: GABRIELA DE OLIVEIRA ROELA (OAB 40903/ES) - Processo 0200669-93.2024.8.06.0096 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aurilene Alves de Sousa - REQUERIDO: Binclub Serviços de Administração e de Programas de Fidelidade Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, INTIMO as partes litigantes para, no prazo de 5(cinco) dias, especifiquem/justifiquem se possuem outras provas a produzir no presente feito, cientes que na inércia os autos seguirão conclusos para julgamento.

EDITAL DE REVISÃO DA LISTA GERAL PROVISÓRIA DO JÚRI POPULAR
PARA O ANO DE 2025

O EXCELENTISSIMO SENHOR DOUTOR LUIZ VINICIUS DE HOLANDA BEZERRA FILHO, JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL JÚRI POPULAR DESTA COMARCA DE IPUEIRAS, ESTADO DO CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER a todos que o presente **EDITAL** ou dele conhecimento tiverem, que, depois de observadas as disposições no Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, foi organizada a **LISTA DE JURADOS PROVISÓRIA**que servirão nas sessões ordinárias e/ou extraordinárias do **Tribunal do Júri Popular desta Comarca de Ipueiras\CE, relativo ao ano de 2025, assim composta:**

ORDEM	NOME	PROFISSÃO	
1	ADALGISA MARIANO MELO	AGENTE ADMINISTRATIVO	
2	ADALTO LIMA PASSOS	PROFESSOR	

3	ADILSON AUTON DE SOUZA	MOTORISTA	
4	ADRIANA DE F. MATOS MOREIRA	PROFESSORA	
5	ADRIANA M. ALVES E OLIVEIRA	ASSISTENTE AUDITORIA	
6	ALBANISA COSTA MOREIRA	PROFESSORA	
7	ALCINDO MEDEIROS LIMA	MOTORISTA	
8	ALEX JUAN TAVARES	PROFESSOR	
9	ALEXANDER GOMES MOREIRA	MOTORISTA	
10	ANA FÁTIMA FREIRE SALES	ENFERMEIRO	
11	ANA FLORENCIA PEREIRA ALVES	PROFESSORA	
12	ANA INGRID MOREIRA ARAGÃO	AGENTE DE SAÚDE	
13	ANA LARA ARAUJO FEITOSA	INSPETOR EDUCAÇÃO	
14	ANA LUCIA DA SILVA	PROFESSORA	
15	ANA LUCIA MOREIRA DA SILVA	PROFESSORA	
16	ANA MARCIA M. DA SILVA LIMA	PROFESSORA	
17	ANA MARIA BEZERRIL DA SILVA	AGENTE ADM.	
18	ANA MARIA LIRA PEREIRA	DIGITADOR	
19	ANA MARIA M. AZEVEDO	PROFESSORA	
20	ANA MARTA CAVALCANTE	SECRETARIO EXECUTIVO	
21	ANA MOREIRA DA ROCHA	PROFESS ORA	
22	ANA PAULA CAMELO MELO	PROFESSORA	
23	ANA PAULA L. FERREIRA ALVES	PROFESSOR	
24	ANA PRISCILA DESOUSA	C. FARMÁCIA HOSPITAL	
25	ANA ZELIA GOMES MARINHO	PROFESSORA	
26	ANASTACIO GOME FERREIRA	ADM. MERC. PUBLICO	
27	ANDREA MATOS MOREIRA	PROFESSORA	
28	ANDRELINA F. LEITE LOPES	AUX. ENFERMAGEM	
29	ANDREY ABREU ALVES	INSPETOR-EDUCAÇÃO	
30	ANA MARIA MELO O. ARAUJO	ASSISTENTE SOCIAL	
31	ANTONIA ALDENI M. ARAUJO	PROFESSORA	
32	ANTÔNIA ALMEIDA PORTELA	PROFESSORA	
33	ANTONIA ALVES BELO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
34	ANTONIA ANDREIA BEZERRA	ASSISTENTE SOCIAL	
35	ANTONIA CLAUDIAC. CHAVE	PROFESSORA	
36	ANTONIA CLEONILCE A, SILVA	INSPETOR-EDUCAÇÃO	
37	ANTONIA CLEUDE R. DE CARVALHO	PROFESSORA	
38	ANTONIA CRISTINA VIEIRA DO NASCIMENTO	AUX. SERVIÇOS GERAIS	
39	ANTONIA DAYANE DE SOUSA	DIRETORA ESCOLAR	
40	ANTª DE MARIA BATISTA DE SOUSA	AUX. DE ENFERMAGEM	
41	ANTª DE MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA	AGENTE DE SAÚDE	
42	ANTª DE MARIA SOUSA FARIAS	PROFESSORA	
43	ANTª EDNEUDA FALCÀO MORAIS	AGENTE ADMINISTRATIVO	
44	ANTONIA ELENI ALVES DO CARMO	MERENDEIRA	
45	ANTONIA ELIAS DA SILVA MARTINS	PROFESSORA	
46	ANTª FERNANDA DE SOUSA SILVA	AUX. DE ENFERMAGEM	
47	ANTª GILCELIA RODRIGUES DA SILVA	AUX. DE ENFERMAGEM	
48	ANTONIA GLEGDIANE MELO	SUPER. EDUCACIONAL	
49	ANTONIA GOMES FERREIRA	MERENDEIRA	
50	ANTª HELENILSE GONÇALVES DE SOUSA	PROFESSORA	
51	ANTª HELIANE CARVALHO MAGALHAES	SUPER. EDUCACIONAL	
52	ANTª IVANETE DE MELO OLIVEIRA	PROFESSORA	
53	ANTONIA IVANIA TIMBO PAIVA	PROFESSORA	
54	ANTONIA IVANILDE DE CARVALHO	ATEND. SERV. BIOMÉDICO	
55	ANTª IZANETE ALVES DA SILVA	AUX. SERVIÇOS GERAIS	
56	ANTONIA LUCIA MOREIRA ALVES	AUX. SERVIÇOS GERAIS	
57	ANTª MARTA PEREIRA RODRIGUES	PROFESSORA	
58	ANTONIA SILVANA E SILVA	PROFESSORA	
59	ANTONIA SIMONE SORES DA SILVA	SEC. ADJ. MEIO AMBIENTE	
60	ANTONIA TELMA DA SILVA	AUX. SERVIÇOS GERAIS	

61	ANTONIOSON ALVES OLIVEIRA	PROFESSORA	
62	ANTº ALESANDRO FELIX DA SILVA	DIR. AMD. DE FINANCEIRO	
63	ANTONIO ALVES NETO	SECRETÁRIO	
64	ANTONIO ARISTEU GOMES LINO	GARI	
65	ANTONIO DAVID BEZERRA SAMPAIO	INSPETOR EDUCACIONAL	
66	ANTONIO DE ASSIS COSTA	PROFESSORA	
67	EMANUEL BARBOSA LEITÃO	COMERCIANTE	
68	ANTº DE*NIL*SON FERREIRA FIRMINO	INSPETOR EDUCACIONAL	
69	ANTONIO DJACI FEITOSA	VIGIA	
70	ANTº EDMILSON CARVALHO MOREIRA	AGENTE DE SAÚDE	
71	ANTONIO ELIESIO DE OLIVEIRA	AGENTE DE ENDEMIAS	
72	ANTONIO EVERALDO DA SILVA	MOTORISTA	
73	ANTONIO FRANCIO MORAES DE SOUSA	EDUCADOR FÍSICO	
74	ANTONIO FCO DE OLIVEIRA	ELETRICISTA	
75	ANTº FCO WERNER DE OLIVEIRA	DIGITADOR	
76	ANTONIO HILARIO M. FILHO	AGENTE ADMINISTRATIVO	
77	ANTONIO IGOR M, DE SOUSA	ASS. ENG. CIVIL	
78	ANTONIO LISBOA LIMA	SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENT	
79	ANTONIO LUCAS R. NOBRE	DIRETOR	
80	ANTONIO OLIVEIRA GOMES	VIGIA	
81	ANTONIO ORLANDO OLIVEIRAE SILVA	PROFESSOR	
82	ANTONIO PASCELI CATUNDA FARIAS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	
83	ANTONIO PERES MARTINS	MOTORISTA	
84	ANTONIO RENATO JORGE DE ARAÚJO	MOTORISTA	
85	ANTº RODRIGUES DE CARVALHO	PROFESSOR	
86	ANTONIO RODRIGUES SAMPAIO	AGENTE DE ENDEMI AS	
87	ANTONIO RONALDO DE PAIVA MOURA	PROFESSOR	
88	ANTONIO VALTEMIR B. DA SILVA	MOTORISTA	
89	ANTONIO VERAS FEITOSA	PROFESSOR	
90	ANTONIZETE MOREIRA DE SOUZA	ATEND. SERV. BIOMEDICOS	
91	AUDACI SANTANA DA SILVA	PROFESSOR	
92	AUGUSTO CEZAR LIMA	PROFESSOR	
93	AUREA BEZERRA DE OLIVEIRA	SUPERVISOR EDUCAÇÃO	
94	BRENO SOUTO V. CATUNDA	COORD. DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS	
95	CAIKI VASCONCELOS D MOREIRA	CHEFE DO ARQUIVO	
96	CAIO CESAR LINHARES FERREIRA	OUVIDORIA GERAL MUNICIPAL	
97	CARLOS ALBERTO A, BARROS	ENG. AGRONOMO	
98	CARLOS ANDRE TAVARES MOREIRA	AUX, SERVIÇOS GERAI S	
99	CARLOS ARIEL FERREIRA DA SILVA CHAVES	SUP, DE EXECUÇÃO	
100	CARLOS EDUARDO SILVA MOURÃO	PROFESSOR	
101	CARLOS HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR	
102	CARLOS MARIO VIEIRA COSTA	ASSESSOR JURÍDICO	
103	CARLOS PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO	SECRETÁRIO DA JUNTA MILT AR	
104	CELIO PORTELA ALVES	AUXILIAR ADM.	
105	CICERA ELIANE DA SILVA MOREIRA	AGENTE DE SAUDE	
106	CLAUDIA MARIA BOMFIM DE ARAÚJO	PROFESSORA	
107	CLEOMILSON ALVES DE OLIVEIRA	PROFESSOR	
108	CLEUDA MARIA DA NEVES TAVARES	ATENDENTE CONSULTORIO DENTAL	
109	CLEUMA NEVES TAVARES DE MEDEIROS	ATEN. SERV, BIOMEDICOS	
110	CRISTIANE SATURNINO LEITE LEONCIO	AUXILIAR ADM.	
111	CRISTIANE FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADM,	
112	DAMIÃO GOMES DE BRITO	PROFESSOR	
113	DANIEL LIRA DE ARAÚJO	AG, DE ENDEMIAS	

114	DANIELLE CARVALHO DE SOUSA	ASSISTENTE SOCIAL	
115	DANILO GERMANO P. DE OLIVEIRA	AG. ARRECADOR	
116	DAVID ANTº DAMASCENO PORTELA	ASSESOR JURÍDICO PARA PROGRAMA	
117			
118	DENYSON FELIPE LINHARES	ASSIS, DE ARRECADAÇÃO	
119	DIANA DO CARMO ARAÚJO	PROFESSORA	
120	DIOMAR BEZERRA LIMA	PROFESSORA	
121	DIVANIA VERAS LIMA	SUPERVISOR EDUCAÇÃO	
122	DJACIR AUGUSTO DE OLIVEIRA	DIRETOR DO MERCADO PUBLICO	
123	DJANNE ARAGÃO MORAIS	AUX. DE SAUDE BUCAL	
124	DORATILIA CARDOSO DO NASCIMENTO	AG, ADMINISTRATIVO	
125	DORIS DA SILVA MOREIRA	PROFESSOR	
126	DORISMAR VIEIRA GOMES	MOTORISTA	
127	EDILSON ALVES DE OLIVEIRA	ELETRICISTA	
128	EDITE DARLA RODRIGUES LIMA	ASSISTENTE SOCIAL	
129	EDMILSON MATIAS LIMA	AUX, SERVIÇO GERAIS	
130	ELAINE ALVES ARAÚJO	SEC. ADJ, ASSISTSOCIAI.	
131	ELENIDES DE SOUSA TIMBO	PROFESSORA	
132	ELIANE DARLA MELO OLIVEIRA	PROFESSORA	
133	ELIANE MIGUEL DA COSTA	AUX, SERVIÇOS GERAIS	
134	ELIANE SILVINO DA SILVA	PROFESSORA	
135	ELICIO CHAVE SPEREIRA	PROFESSOR	
136	ELIZANGELA PEREIRA DA SILVA	AG, ADMINISTRATIVO	
137	ERASMO SOARES DA SILVA NASCIMENTO	AUX, ENFERMAGEM	
138	ERICK RODRIGUES DO NASCIMENTO ARAGÃO	PROFESSOR	
139	EUGENIA MARIA DA SILVA MARINHO	AUX, DE ENFERMAGEM	
140	EVELINO DE PAULA LIMA	ORIENTADOR DE UNID. ESCOLAR	
141	FABIANA FERREIRA DE ARAÚJO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
142	FABIANO DE MORAIS CONCEIÇÃO	AG, DE ENDEMIAS	
143	FATIMA CAMELO DA SILVA	PROFESSORA	
144	FATIMA MARIA FEITOSA LAUR1NDO	SUPERVISOR EDUCAÇÃO	
145	FELIPE NUNES PEREIRA	COOD, DE PROG. SOCIAL	
146	FERNANDA BARROSO RORIZ	COOD, NUTRIÇÃO HOSPITALAR	
147	FERNANDA MARIA CARVALHO E SILVA	PROFESSORA	
148	FERNANDA VASCONCELOS DAMASCENO	CHEFA DO SETOR CONTROLE	
149	FRANCISCA BEZERRA LINS DE OLIVEIRA	AGENTE DE SAÚDE	

150	FRANCISCA CERLANDIA FELIX DE OLIVEIRA	AUX,SERVIÇOSGERAIS	
151	FRANCISCA EDILENE PEREIRA	PROFESSORA	
152	FRANCISCA ELIANA GALVÃO	ASSEC, EXEC, ADM, SETO	
153	FRANCISCA ELIZETE DA SILVA SOUSA	PROFESSORA	
154	FRANCISCA ERY VERONICA OLIVEIRA MENDES	DIGITADOR	
155	FRANCISCA ESTELA DA SILVA BASTOS	PROFESSORA	
156	FRANCISCA GISLANDIA ALVES DE SOUZA	AUX, DE GABINETE DE SECRETARIA	
157	FRANCISCA JORDANA SOARES BEZERRA	INSPETOR EDUCACIONAL	
158	FRANCISCA LIDOINA MENDES SOUSA	PROFESSORA	
159	FRANCISCA MICHELE FARIAS ESMERALDO	AUX, DE GAB, SECRETARIA	
160	FRANCISCA MOREIRA DE SOUSA	PROFESSORA	
161	FRANCISCA RAQUELLE SABINO CHAVES PONTES	MONITORA DE CRECHES	
162	FRANCISCA ROCHELLI DE OLIVEIRA	INSPETOR EDUCACIONAL	
163	FRANCISCANO PEREIRA FILHO	AG, VIG, SANITARIA	
164	FRANCISCO ADRIANO MATOS MOREIRA	PROFESSOR	
165	FRANCISCO ALEX CAMELO DA SILVA	VIGIA	
166	FRANCISCO ALTEMIR MEDEIROS DE SOUZA	PROFESSOR	
167	FRANCISCO ANTONIO DE PAIVA	AUX, SERVIÇOS GERAIS	
168	FRANCISCO ANTONIO LUCIO DE ARAÚJO	MOTORISTA	
169	FRANCISCO BARBOZA GOMES	PROFESSOR	
170	FRANCISCO CAMELO DE PAIVA	AUX. ADMINISTRATIVO	
171	FRANCISCO CARLOS DE AGUIAR BARBOSA	AUX, ADMINISTRATIVO	
172	FRANCISCO CAVALCANTE DE ABREU	PROFESSOR	
173	FRANCISCO CRISTIANO CHAVES DE ARAUJO	MOTORISTA	
174	FCO DAS CHAGAS COSTA DO NASCIMENTO	PROFESSSOR	
175	FCO DAS CHAGAS MELO LIMA	AG, DE ENDEMIA	
176	FCO DAS CHAGAS MOREIRA MATOS	PROFESSOR	
177	FCO DAS CHAGAS SOARES RODRIGUES	DIRETOR ESCOLAR	
178	FRANCISCODE ASSIS LIMA	PROFESSOR	
179	FRANCISCO DO CARMO OTAVIANO	PROFESSOR	
180	FCO EDICLEY ARAUJO SACHO	COORD, TRANS, ESCOL AR	
181	FRANCICO EDILSON GALVÃO	DIGITADOR	
182	FCO EDSON DE CARVALHO	AG, DE ENDEMIAS	

183	FO EDSON GONÇALVES COELHO	MOTORISTA	
184	FRANCISCO EDUARDO DE SOUSA	VIGIA	
185	FCO ELIZEU MARQUES DA SILVA	AUX, TRANS, DO HMO M	
186	FRANCISCO EMANUEL BARROS PAIVA	ASSES.EXEC,ADMSE□f PO	
187	FRANCISCO EMIDIO DE ARAUJO PAIVA	VIGIA	
188	FRANCISCO FABIO DA SILVA ARAUJO	SEC,ADI,DETRNS	
189	FRANCISCO FELIPE OLIVEIRA	DIRETOR ESCOLAR	
190	FRANCISCO FORTENELE DIAS	ODONTOLOGO PSF	
191	FRANCISCO GILDEMAR DANIEL	COORD,DEMANUTENÇÃO	
192	FRANCISCO GILMAR DANIEL	CHEFE DE TRANS, HMOM	
	FRANCISCO GOMES DE SOUSA	PROFESSOR	
193	FRANCISCO HELTON CATUNDA BOMFIM	DIGITADOR	
194	FRANCISCO IRLANDIO SOARES BELO	AUX, DE GAB. DE SECRET.	
195	FCO IVANIR SAMPAIO FERREIRA	PROFESSOR	
196	FCO JOSE FERRE1RA DO NASCIMENTO	PROFESSOR	
197	FRANCISCO KELSON ALVES DA SILVA	PROFESSOR	
198	FRANCISCO MARTINS SOBRINHO	SUPERVISOR EDUCACIONAL	
199	FCO PINTO DE CARVALHO	AUX. DE ENFERMAGEM	
200	FCO REGINALDO ALCANTARA DASILVA	PROFESSOR	
201	FCO REMULO MOREIRA DE ANDRADE	PROFESSOR	
202	FCO RICARDO ALVES DE MESQUITA	AG. ADMINISTRATIVO	
203	FRANCISCO SERGIO PEREIRA PAIVA	COORDENADOR ESCOLAR	
204	FCO TARDELLI FERREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR	
205	FRANCISCO TORRES DE MELO	EDUCADOR FISICO	
206	FRANCISCO VITOR BARBOSA EUZEBIO	COORD, PROG SOCIAL	
207	FCO WASHINGTON RIBEIRO SALES	AG, DE ENDEMIAS	
208	FRANCISCO XIMENES FARIAS	VIGIA	
209	GEORGE BRANDÃO DE MELO JUNIOR	PROFESSOR	
210	GILBERTO TIMBO PORTELA	SEC. MEIO AMBIETE	
211	GIZEUDA CHAVES SAMPAIO	PROFESSORA	
212	GLAUCENY ALVES FERREIRA	PROFESSORA	
213	GLAUCIA SATURNINO DO VALE	AG. DE SAUDE	
214	GONÇALA MARIA ALVES SILVA	PROFESSORA	
215	GUI BRAVOS MONTEIRO JUNIOR	PROFESSOR	
216	GUI BRAVOS MONTEIRO NETO	ASSO, TECN, DE SAUDE MENTAL	
217	HELDER FERREIRA FREITAS	D1GTADOR	

218	HELSON CLEVER MOREIRA MEDEIROS	AG. ADMINISTRATIVO	
219	HOLANDA ALVES MONTE	AUX. SERVIÇOS GERAIS	
220	HUMBERTO LIMA FILHO	MOTORISTA	
221	IAGO LUIS MESQUITA DE SOUSA	SEC. DA SAÚDE	
222	IGOR TIMBO MEDEIROS	ASSESSOR EDIF PROJETOS	
223	IRACEMA ALVES MENDES DE OLIVEIRA	PROFESSORA	
224	IRENE XIMENES LOPES MIRANDA	DIR. NUCLEO DE SUPORTE AO MEIO AMBIETE	
225	IRISMAR DE OLIVEIRA SOARES	MOTORISTA	
226	IRENE MOREIRA DANTA	IRENE CONSTRÇÃO	
227	IURY LITSON DE OLIVEIRA MARTINS	DIRETOR DE CULTURA	
228	IVANEUDA SAMPAIO FERREIRA	AG, DE ENDEMIAS	
229	1ZABEL CRISTINA DE OLIVEIRA	ATED, DE CONSULTORIO DENTAL	
230	JANIA ALVES RIBEIRO LIRA	PROFESSORA	
231	JAQUEL1NE ARAUJO LIMA DE SOUZA	COOD, ASSIT, FARMACEUTICA	
232	JASSINTA ALVES DA ROCHA	PROFESSORA	
233	JAEN CARLOS PONTE MOREIRA	MOTORISTA	
234	JEFFERSON OLIVEIRA SALE CARVALHO	DIR, DO *NU. ACOES.* VINCULADAS	
235	JERONIMO BEZERRA NETO	AG, VIG, SANITARIA	
236	JOANA ALVES FERREIRA	PROFESSORA	
237	JOANA DARC FERREIRA SOUSA	INSPETOR EDUCACIONAL	
238	JOANA MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSORA	
239	.IOÃO PAULO DE SOUSA	CHEFE DIV. PATRIMONIO	
240	JOÃO ROBERTO CATUNDA FARIAS MARQUES	AG, ADMINISTRATIVO	
241	JOAQUIM WANCLEBER DE ARAUJO SILVA	SEC. TRANSPORTES	
242	JOCILEUDA ALVES MOREIRA MUNIZ	AUX. SERVIÇOS GERAIS	
243			
244	JOSÉ ARIMATEIA FERREIRA	INSPETOR EDUCACIONAL	
245	JOSÉ DE MELO LIMA	AG. DE ENDERMIAS	
246	JOSÉ DO EGITO LOPES BRAGA	ENFERMEIRO PSF	
247	JOSÉ ERIVANY MOURA FALCÃO	PROFESSOR	
248	JOSÉ FERNANDO LIMA MARTINS	PROFESSOR	
249	JOSE FERREIRA	PROFESSOR	
250	JOSÉ FLAVIO FERREIRA LIMA	AUX. ADMINISTRATIVO	
251	JOSÉ HELDER CARVALHO	CHEFE DE ARRACADÇÃO	
252	JOSÉ HELIO ALVES DA SILVA	MOTORISTA	

253	JOSÉ HELMAS ALVES SAMPAIO	FARMECEUTICO	
254	,IOSÉ HUMBERTO LIMA	VIGIA	
255	JOSE IVAN BRANDÃO	MOTORISTA	
256	JOSÉ RIBEIRO DO NASCIMENTO NETO	DIGITADOR	
257	JOSÉ ROBERTO DE ARAÚJO	PROFESSOR	
258	JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA	SEC. ADJ, DA SAÚDE	
259	.IOSÉ SILAS FALCÃO LEITE	MOTORISTA	
260	JOSÉ WILLIAM MOREIRA	PROFESSOR	
261	JOSÉ WILSON CAMELO DA SILVA	PROFESSOR	
262	JOSÉ WILSON PINHO DE SOUZA	VIGIA	
263	JOSELIDIA SOUSA SILVA	PROFESSORA	
264	JOSEPH FEITOSA LUCENA	FARMACEUTICO	
265	JOSIANE LIMA. DE SOUSA	ATED, DE CONS. DENTAL	
266	JOSÉ VICTOR FELIPE MOURÃO	COOD, DE TRANSPORTE	
267	JULYARA MARIA LIRA SILVA	AG, ADMINISTARTIVA	
268	JUVENAL MARINHO MARQUES	AG, ADMINISTRATIVO	
269	JUVENAL MONTE DE SOUZA JUNIOR	DIR, CONTABILDE DE PESSOAL	
270	KALLYNE ARAGÀO MORAIS	AG. ADMINISTRATIVO	
271	KAREN MATOS TIMBO	COORD. DA VIG. NUTRI	
272	KATIA MATOS VASCONCELOS FONTENELE	SECR.. DA EDUCAÇÃO	
273	LETICIA ALVES CORREA	PROFESSORA	
274	LIA RAQUEL DE SOUSA FRANCA	AG, ADMINISTRAT.	
275	LIDIANE ALVES DA SILVA MARTINS	PROFESSORA	
276	LINDALVA ALVES BEZERRA	AUX, SERVIÇOS GERAIS	
277	LISANDRA MARIA DA SILVA ABREU	MERENDEIRA	
278	LORENA GOMES DE CARVALHO	INSPETOR EDUCACIONAL	
279	LOURIVAL BEZERRIL DA SILVA	AG. ADMINISTRATIVO	
280	LUCAS MATOS DE ABREU OLIVEIRRA	COOD, DE PROC, DE LI CIT,	
281	LUCIA FERREIRA PAIVA	PROFESSORA	
282	LUCIANA MARIA DE SOUSA ESMERALDO	PROFESSORA	
283	LUCIANA MARIA MOREIRA MEDEIROS	PROFESSORA	
284	LUIS ADRIANO DASILVA	AG, DE ENDEMIAS	
285	LUIS GABRIEL FELIPE MOURÃO	ASSESSOR DE IMPRESA	
286	LUIZ CARLOS DE SOUSA SILVA	SUPER. EDUCACIONAL	
287	LUIZ CARLOS FELIX SOUSA SILVA	PSICOLOGO	

288	LUIZ CLAUDIO M DE CARVALHO	AUX, ADMINISTRATIVO	
289	LUIZ FELIPE GOMES MOREIRA	ASSESS. PROG, S, AGRI C,	
290	LUIZ MATUES ALVES DA COSTA FILHO	ASSESSOR PROJ. DE ENGE.	
291	MANOEL JORGE BEZERRA	DIRETOR ESCOLAR	
293	MANOEL MESSIAS LIRA	PROFESSOR	
294	MARCELO FONTENELE MOURÃO	PROFESSOR	
295	MARCIA ALVES DE MESQUITA	PROFESSORA	
296	MARCIA DENICE SARAIVA LIMA DE ARAÚJO	PROFESSORA	
297	MARCIA MARIA CARVALHO ALVES	PROFESSORA	
298	MARCIO LIMA BARROS	PROFESSOR	
299	MARCOS ANTONIO MELO	PROFESSOR	
300	MARCOS CAMELO DE MESQUITA	SEC. DE OBRAS INFR. M	
301	MARCOS KLINSMAN OLIVEIRA MELO	MOTORISTA	
302	MARDONIO FERREIRA COSTA	DIR. GERAL DO DEMUTRAN	
303	MARIA ALEXANDRINA ROSENO DA SILVA	DIGITADOR	
304	MARIA ALVES FERREIRA	PROFESSORA	
305	MARIA AMELIA R. DE SOUSA	AUX, ADMINISTRATIVO	
306	MARIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSORA	
307	MARIA AUREA DO NASCIMENTO ALVES	AG, DE SAÚDE	
308	MARIA CLAUDIA FEITOSA ARAÜJO	PROFESSORA	
309	MARIA CLEIA LIRA DO NASCIMENTO	PROFESSORA	
310	MARIA CLEONILCE SARAIVA DA SILVA	PROFESSORA	
311	MARIA DA CONCEIÇÃO PAIVA	DIRETOR ESCOLAR	
312	MARIA DA PENHA FERREIRA	PROFESSORA	
31	MARIA DE FATIMA DA COSTA	AG, ADMINISTRTIVO	
314	MARIA ELENILCE DE SOUSA LIMA	PROFESSORA	
315	MARIA ELENISE GONÇALVES FEITOSA	AG, ADMINISTRATIVO	
316	MARIA ELISANGELA DA SILVA POSSIDONIO	SUPER. EDUCACIONAL	
317	MARIA ERLEIDE RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSORA	
318	MARIA ESTEr TIMBO TEIXEIRA	AG. ADMINISTRATIVO	
319	MARIA IVONE ALVES DA ROCHA	PROFESSORA	
320	MARIA JHEILLY PEREIRA DE CARVALHO	AG, ADMINISTRATIVO	
321	MARIA JOSE MOREIRA FEITOSA	PROFESSORA	
322	MARIA KLECIA DAS NEVES TAVARES	ATED,CONS. DENTAL	

323	MARIA LAECE HOLANDA ROCHA	SEC. HABILITADO	
324	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA LIRA	AUX, ADMINISTRATIVO	
325	MARIA POMPEIA CATUNDA MOREIRA	PROFESSORA	
326	MARIA REGINA DA SILVA ANDRADE	ATEND. CONS. DENTAL	
327	MARIA ROSANGELA BELO FERREIRA	INSPETOR EDUCACIOI4AL	
328	MARIA ROSENI ALVES OLIVERA	PROFERSSORA	
329	MARIA SANDRA BARBOSA LEITÃO	AUX. ADMINISTRATIVO	
330	MARIA SANDRA BELO	INSPETOR EDUCACIONAL	
331	MARIA SANDRA FERREIRA SARAIVA	PROFESSORA	
332	MARIA SIRLIANE MARTINS LIMA MOREIRA	AUX, ADMINISTRATIVO	
333	MARIA TANIA MARTINS	DIR. EDUC. INFANTIL	
334	MARIA THARRENIA PEREIRA RODRIGUES	INSPETOR EDUCACIONAL	
335	MARIA VALDETE LIMA FARIAS	PROFESS ORA	
336	MARIA VALDIRENE GOMES DO NASCIMENTO	PROFESSORA	
337	MARIA VANESSA DO N. DA SILVA	INSPETOR EDUCAIONAL	
338	MARIA VANUSA MELO	PROFESSORA	
339	MARIANE ALVES DE SOUSA	COOR. VIG. NUTRI.	
340	MARIA ELLYSON DA SILVA OLIVEIRA	AG, ADMINISTRATIVO	
341	MARIANO RODRIGUES DA COSTA NETO	ASSESS. TECNICO PRCOG. ATENÇÃO	
342	MARINETE MOURA GOMES	DIRETOR DO SAME	
343	MAYKON DOUGLAS DE SOUSA LOPES	AUX, DE TRANSPORTES	
344	‘M1CHELE NASCIMENTO BRAGA	TECN, DE ENFERMAGEM	
345	NATALIA LUSTOSA SOUSA	AUX, ADMINISTRATIVO	
346	NILSA ALVES DOS SANTOS VIEIRA	MERERNDEIRA	
347	PATRICIA DE FATIMA MELO RODRIGUES	DIGITADOR	
348	PAULA EUSA MARTINS ARAGÃO	DIR. CENTRO .DE EDUC. INF	
349	PAULIANE ANDRADE DE OLIVEIRA	COORD, DO CAPS	
350	PAULO JOSÉ FERREIRA DE PAIVA	PROFESSOR	
351	PAULO RICARDO PINTO MARTINS	MOTORISTA	
352	PAULO ROBERTO PINTO MARTINS	VETERINARIO	
353	PAULO ROGERIO TERTO	AG. DE ENDEMIAS	
354	PEDRO ALAN SOUSA FEITOSA	ASSESS. DEP. FINANC.	
355	PEDRO GONÇALVES COSTA	PROFESSOR	
356	PEDRO HENRIQUE FERREIRA MELO	SUP, DA CENTRAL REGUL	
357	PEDRO IGOR BEZERRA DE SOUZA	CHEFE MANUT, ELETRICA	

358	RAIMUNDA DE SOUSA FRANCA	SEC. HABILITADO	
359	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA	SEC. ADJ. DE ADM,	
360	RAVENA MARTINS ARAGÃO	ENFERMEIRO DO PSF	
361	RENATA DE SOUSA ESMERALDA FEITOSA	AUX, DE GAB. DE SEC.	
362	RENATO MOREIRA DA ROCHA	PROFESSOR	
363	RILDO DE PAIVA BEZERRA	PROFESSOR	
364	RITA DE CASSIA DA SILVA RIBEIRO	CHEFA DEP FINANCEIRO	
365	RONALDO GOMES PONTES	DIGITADOR	
366	RONALDO MOREIRA ANDRADE	AUX. ADMINISTRATIVO	VILA SABOIA
367	ROSA MARIA BELO	DIR, ESC. DE ENS, BAS	ESTEVAM R, MOREIRA, SN, VILA NOVA
368	ROSITE ENEIAS RODRIGUES	AG, DE SAÚDE	CEL. GUILHERMINO, 745
369	SANDRA MARIA BOMFIM DE ARAUJO	PROFESSORA	CEL. JOSÉ POMPEU, 53
370	SANDRA SUELY DE PAIVA SILVA	ORIENTADOR ESC. ENS. INF E BASICA	VILA MADEIRO
371	SILVIA MARIA LIRA MESQUITA	DIR, ENS, INF E BASICO	LAMARÃO
372	SILVIO DE SOUSA CAVALCANTE	ENFERMEIRO PSF	PADRE ANGELIM, 200
373	TAIDE NASCIMENTO MATOS	OF, DE GAB, PREFEITO	CEL. MALAQUIAS, 93,
374	TEREZINHA AMARAL OLIVEIRA	PROFESSORA	BENEDITO F,SANTIAGO, 148,
375	THAINAR RODRIGUES DE SOUSA	ASSESS, TEC, PRO. LICIT.	VAMOS VER
376	THIAGO PINHO ARAGÃO	AG, ADMINISTRATIVO	CEL. JOSÉ BENTO, 162
377	THICIARA ALINE BEZERRA LIMA	FISIOTERAPEUTA	VICENTE POSSIDONIO, SN
378	TIAGO DE SOUSA MARQUES	DIGITADOR	CELMA NOEL MOURÃO, 461
379	TONY GLEYDSON ALVES DE LIMA	DIRETOR DE ESPORTE	MANOEL MOURÃO, 772
380	VANESSA ELLEN FIGUEIREDO M ELO	COOR, LAB. ANAL.CLI,	ESTAÇÃO
381	VANIA MARIA RODRIGUES MOREIRA	AG. ADMINISTRATIVO	CARNAUBAS
382	WILTON JOSÉ CARVALHO DE RAUJO	AUX. DE GAB, DEMUTRAN	ESTAÇÃO
383	ZULINETE BESERRA MOREIRA	DIR, ENS, INF BASICA	VICENTE FERREIRA LIMA, 62

Em obediência ao parágrafo 2º do art. 426 da Lei 11.689/2008, faço a transcrição dos arts. 436 e 446 do CPP.

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º – A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV – os Prefeitos Municipais;

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII – os militares em serviço ativo;

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 440.Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código , preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código .

E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital, que será publicado no Diário da Justiça e afixado no átrio do Fórum local.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ipueiras, Estado do Ceará, aos 8 (seis) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois (2024). Eu, Antonio Welington Saraiva, Diretor de Secretaria, o digitei.

Luiz Vinícius de Holanda Bezerra Filho
Juiz Presidente do Tribunal do Júri

COMARCA DE IRACEMA - VARA UNICA DA COMARCA DE IRACEMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IRACEMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0368/2024

ADV: FRANCISCO THIAGO GUERRA MAGALHÃES (OAB 34952B/CE) - Processo 0050116-36.2021.8.06.0097 - Inquérito Policial - Auto-acusação falsa - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - INDICIADO: Jose Osmar Dias de Queiroz Neto e outro - Ante o exposto, em consonância com a manifestação ministerial e, com fundamento no art. 28-A, §13º, do CPP, reconheço o cumprimento integral do acordo de não persecução penal e, em decorrência, JULGO EXTINTA a punibilidade do investigado Samuel Chaves de Queiroz. Sem custas. Não há bens apreendidos e vinculados ao processo pendentes de destinação. Os valores depositados em juízo a título de prestação pecuniária deverão ser transferidos para a conta única desta unidade judiciária e serão destinados oportunamente, em consonância com o regramento previsto no Provimento Conjunto nº 01/2024 - PRES/CGJCE, conforme sentença proferida no processo de execução penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o cumprimento integral das determinações da sentença, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ALCI CARNEIRO DE LIMA (OAB 37331/CE) - Processo 0200399-30.2024.8.06.0303 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Erisvan Honorato e outros - Ante o exposto, na conformidade do art. 316, parágrafo único, do CPP, MANTENHO o decreto de prisão preventiva dos acusados Erisvan Honorato, Ewerton Magalhães Ramos e Evanildo Gomes da Silva. Por oportuno, em relação ao requerimento formulado pela defesa do réu Erisvan Honorato às fls. 612/614, impende esclarecer que os procedimentos de visitas a pessoas privadas de liberdade nas unidades prisionais do Estado do Ceará são regulamentados pela Portaria nº 04/2020, editada pela Secretaria de Administração Penitenciária/SAP (disponível em: https://www.sap.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/17/2021/11/PORTARIA-No-04-2020-QUE-REGULAMENTA-AS-VISITAS.pdf), constituindo atribuição da direção de cada Unidade Prisional e, em situações excepcionais, da Coordenadoria Especial da Administração Penitenciária, a deliberação sobre os requerimentos. Assim, por se tratar de questão de natureza administrativa, este Juízo não é dotado de competência para conceder autorização à visitação dos filhos do acusado Erisvan Honorato, devendo a defesa apresentar o requerimento perante a autoridade competente, na conformidade do procedimento estabelecido na referida norma. De consequência, aguarde-se a resposta dos ofícios reiterados à Coordenadoria de Perícia Criminal - PEFOCE, monitorando o prazo concedido. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO THIAGO GUERRA MAGALHÃES (OAB 34952B/CE) - Processo 0200494-61.2022.8.06.0293 - Inquérito Policial - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Jose Edvan Pereira da Silva - Ante o exposto, em consonância com a manifestação ministerial e, com fundamento no art. 28-A, §13º, do CPP, reconheço o cumprimento integral do acordo de não persecução penal e, em decorrência, JULGO EXTINTA a punibilidade do beneficiado José Edvan Pereira Silva. Sem custas. Não há bens apreendidos e vinculados ao processo pendentes de destinação. Os valores depositados em juízo a título de prestação pecuniária deverão ser transferidos para a conta única desta unidade judiciária e serão destinados oportunamente, em consonância com o regramento previsto no Provimento Conjunto nº 01/2024 - PRES/CGJCE, conforme sentença proferida no processo de execução penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o cumprimento integral das determinações da sentença, arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: RAFAEL BARROSO FONTELLES (OAB 119910/RJ) - Processo 0200577-15.2024.8.06.0097 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vinicius Bento de Oliveira - REQUERIDO: BANCO VOLKSWAGEN S.A. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação e os

documentos apresentados pelo réu (fls. 69/90), nos termos dos arts. 350 e 351 do CPC. Após, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, informarem se têm outras provas a serem produzidas, especificando-as e justificando a sua necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO AIRTON AMORIM DOS SANTOS (OAB 5255/CE), ADV: JEAN EFFERTON RIBEIRO AMORIM DOS SANTOS (OAB 30960/CE) - Processo 0800010-32.2024.8.06.0097 - Produção Antecipada de Provas Criminal - Produção Antecipada de Provas - REQUERENTE: T.P.S. e outros - REQUERIDA: A.E.D.M. e outros - Ante o exposto, em consonância com a manifestação ministerial, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso VI, do CPC, ora aplicado por analogia. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0010036-25.2024.8.06.0097**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Furto Qualificado**
Réu: **Denilson Lopes Vieira**

A Dra. MARILIA FERREIRA DE SOUZA VARELLA BARCA, Juíza Substituta respondendo pela Vara Única da Comarca de Iracema, por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o réu DENILSON LOPES VIEIRA, RG 674928064, filho de Manoel Alves Vieira e Rita Aurenir Lopes, nascido em 08/09/2001, natural de Ribeirao Preto - SP, com endereço no Sitio Raposo, SN, Zona Rural, CEP 62980-000, Iracema – CE, atualmente em lugar incerto e não sabido, como incurso nas sanções do **Art. 155, §§ 1º e 4º, inciso IV, do CP.** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do art. 361, combinado com o art. 365, parágrafo único, ambos do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o denunciado fica citado, conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Iracema/CE, em 29 de maio de 2024.

MARILIA FERREIRA DE SOUZA VARELLA BARCA
Juíza Substituta

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IRACEMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0369/2024

ADV: OSIVALDO MARCIO CESAR DE SA LEITÃO (OAB 8433/RN), ADV: TALVANE ROBSON MOTA DE MOURA (OAB 31442/CE), ADV: JOSE ALEIXON MOREIRA DE FREITAS (OAB 28119A/CE) - Processo 0201512-53.2023.8.06.0303 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Telsangenes Diogenes - Vistos. Em cumprimento à liminar concedida no mandado de segurança criminal nº 0637096-21.2024.8.06.0000 (fls. 708/713), determino que a Secretaria adote as providências necessárias à intimação das testemunhas arroladas pela defesa no rol protocolado às fls. 660/663, com prioridade, diante da proximidade da realização da sessão de julgamento, designada para o dia 19 de novembro de 2024. Expedientes necessários.

COMARCA DE ITAPIPOCA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPIPOCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0305/2024

ADV: VICENTE TAVEIRA DA COSTA NETO (OAB 30021/CE) - Processo 0002051-86.2007.8.06.0101 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Antonio Francisco de Lima Silva, V. Cabeça e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, CERTIFICO a designação de Sessão Plenária do Júri para o dia 05/12/2024. Link: https://link.tjce.jus.br/2ec213

ADV: LUIS CARLOS TEIXEIRA FERREIRA (OAB 12593/CE), ADV: ÍTALO BARBOSA FERREIRA (OAB 38681/CE) - Processo 0009322-05.2014.8.06.0101 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Valricelio Pires Rodrigues - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, CERTIFICO a designação de audiência de Instrução e Julgamento para o dia 26/11/2024, às 14:00 , a se realizar por meio do link: https://link.tjce.jus.br/e7e620 Agendamento no SAV sob nº 20240707002.

ADV: VICENTE TAVEIRA DA COSTA NETO (OAB 30021/CE) - Processo 0052299-65.2021.8.06.0101 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: Leonardo Soares de Sousa - Vistos, etc.. 1. RELATÓRIO O Ministério Público do Estado do Ceará, através de seu representante, ofertou denúncia em desfavor de Leonardo Soares de Sousa, qualificado, imputando-lhe a prática da conduta tipificada no artigo 129, § 13º, do Código Penal c/c o artigo 7º, I, da Lei nº 11.340/06. Alega o Ministério Público que o denunciado, no dia 3 de novembro de 2021, no Sítio Calugi, neste município, em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, ofendeu a integridade física de sua companheira Irisvanha da Silva Ferreira, bem como a de sua genitora Rita Soares de Sousa, por razões da condição do sexo feminino. A denúncia foi recebida, em decisão proferida no dia 10 de abril de 2023. Após a citação pessoal do réu foi apresentada resposta à acusação. Ausentes causas de absolvição

sumária, o recebimento da denúncia foi ratificado, por decisão proferida em 17 de novembro de 2023. Designada audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas as vitimas e as testemunhas indicadas na denúncia. O Ministério Público requereu a dispensa das demais testemunhas, o que foi deferido sem objeção da defesa. O réu no seu interrogatório permaneceu em silêncio. As partes afirmaram não ter mais provas a produzir. Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela absolvição do réu, em razão da ausência de provas para a condenação. A defesa requereu a absolvição do réu, diante da ausência de provas da materialidade e autoria delitivas. No caso de condenação, requereu a aplicação da pena mínima, a imposição do regime aberto, a detração penal e a concessão do direito de apelar em liberdade. É o relatório. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO O acusado foi validamente citado e teve oportunidade de defesa assegurada. Não vislumbro nulidade dos atos processuais praticados, não havendo necessidade de qualquer diligência. Ressalte-se que não foi proposta a suspensão condicional do processo, em razão da vedação prevista no art. 41 da Lei n. 11.340/06. Passo ao exame do mérito do processo. CRIME DE LESÃO CORPORAL DECORRENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (ART. 129, § 13º, DO CÓDIGO PENAL) Quanto ao crime em tela, não vejo prova robusta da autoria e da materialidade do fato narrado na denúncia, suficiente a embasar uma sentença penal condenatória. Quanto à materialidade, há de se destacar que não foi elaborado exame de lesão corporal para a vítima Rita Soares de Sousa. Além disso, a prova oral produzida não está apta a confirmar os fatos delituosos imputados ao réu na denúncia. As vítimas ouvidas em juízo confirmaram que não forma agredidas pelo réu. Especificamente em relação à vítima Irisvanha da Silva Ferreira, em que pese constar nos autos laudo de exame corporal na página 25, o seu depoimento judicial é muito inseguro para sustentar um decreto condenatório, uma vez que nega veementemente a ocorrência da agressão por parte do réu, dificultando conferir nexo de causalidade entre a conduta do réu e o resultado atestado no laudo. As testemunhas inquiridas em juízo informaram, que em razão do decurso do tempo, não se lembravam do fato. O réu, por sua vez, no seu interrogatório usou do seu direito de permanecer em silêncio. Portanto, pelo que se observa, não há elementos no processo capazes de gerar um convencimento necessário para um decreto condenatório. Assim, as suspeitas levantadas contra o acusado durante a fase policial não foram confirmadas em Juízo, porquanto a prova produzida nos autos não se afigura hábil a sustentar uma sentença condenatória em seu desfavor. Ressalte-se que nos termos do artigo 156 do Código de Processo Penal, a prova da alegação incumbe a quem a faz. A acusação, no curso da instrução criminal, não conseguiu arregimentar provas no sentido de que o réu teria ofendido a integridade física das vítimas. No mais, frise-se que não é possível uma condenação com base exclusiva em elementos do inquérito policial, sob pena de ofensa ao disposto no artigo 155 do Código de Processo, porquanto aquele, possui valor meramente informativo, e tem como escopo tão somente o levantamento de dados atinentes ao crime. Dessa forma, em face da ausência de elementos substanciais necessários para prolatar o decreto condenatório, a absolvição do réu é medida que se impõe. É sabido que a condenação criminal depende de um juízo de certeza. Ao analisar os autos, não vislumbro a presença de qualquer prova cabal e robusta capaz de demonstrar que o réu praticou a conduta que lhe foi imputada, com o grau de certeza que deve presidir uma decisão condenatória. O processo penal tem seus contornos delineados por uma série de garantias e princípios constitucionais que demarcam os caminhos da persecução criminal. Os princípios da presunção da não-culpabilidade e do devido processo legal determinam que o julgamento seja feito com base em elementos de prova jurisdicionalizados e suficientes para a clara identificação da conduta delituosa e da participação do réu na conduta. Se o juiz, após a instrução criminal, não possuir provas seguras, consistentes e cabais para a formação de seu convencimento, o único caminho que lhe resta é o da absolvição. Vejamos a jurisprudência: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO EXCLUSIVO DA ACUSAÇÃO. PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. A PROVA COLHIDA É INSUFICIENTE PARA MODIFICAR O JUÍZO DE ABSOLVIÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de processo em que se apurou a prática, pelo acusado/recorrido, de crime de lesão corporal tipificado artigo 129, § 9º do Código Penal Brasileiro. Devidamente processado pelo Juízo da Comarca de Capistrano/CE, o réu fora absolvido sob o fundamento de inexistir provas que evidenciassem a autoria do crime, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal e pela incidência do princípio in dubio pro reo. 2. Havendo dúvida quanto à autoria, ante a inexistência de elementos probatórios robustos para amparar decreto condenatório, aplica-se o princípio in dubio pro reo, mantendo-se a absolvição, conforme artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. 3. No caso dos autos, diante do escasso acervo probatório produzido, não se pode concluir inequivocamente pelo cometimento de lesão corporal no contexto de violência doméstica pelo acusado/recorrido, pois este, em seu interrogatório, alegou que foi para a delegacia, juntamente com a vítima; que a delegada não observou hematomas na vítima; que após o interrogatório a queixa fora retirada; que o acusado afirmou que não voltaria a se relacionar com a vítima, e por isso, a vítima ameaçou denunciá-lo novamente. 4. Assim, não tendo sido apresentadas provas contundentes sobre a prática do crime imputado ao acusado/recorrido e persistindo dúvida razoável, mostra-se correta a decisão do magistrado de primeiro grau que concluiu pela absolvição, sob o fundamento do princípio in dubio pro reo. 5. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJ-CE - APL: 00002787320098060056 CE 0000278-73.2009.8.06.0056, Relator: RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, 3ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 12/09/2017). Destarte, se o conjunto probatório carreado aos autos não é suficiente para fundamentar um decreto condenatório, aabsolviçãodo réu é medida que se impõe. 3. DECISÃO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado na denúncia e, em consequência, ABSOLVO o acusado LEONARDO SOARES DE SOUSA, qualificado, pelos fatos narrados na denúncia e tipificados nos artigos 129, § 13º, do Código Penal, com fundamento no art. 386, II e V, do Código de Processo Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive as vítimas, observando o comando do art. 201, § 2º, do Código de Processo Penal. Despicienda a intimação do réu, eis que, segundo a jurisprudência do C. STJ, esta somente deverá ocorrer quando for proferida sentença condenatória (HC 357.373/RS, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, j. 19/4/2018, Dje 25/4/2018; AgRg nos Edcl no AREsp n.º 1.356.404/SP, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, 5ª Turma, j. 4/6/2019, Dje 14/6/2019; e AgRg no AREsp n.º 1.964.508/MS, Rel. Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, j. 29/3/2022, Dje 1º/4/2022). Após o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252/CE) - Processo 0200746-58.2022.8.06.0101 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Julio Cesar Soares Gonçalves - Vistos, etc.. 1. RELATÓRIO O Ministério Público do Estado do Ceará, através de seu representante, ofertou denúncia em desfavor de Júlio César Soares Gonçalves, qualificado, imputando-lhe a prática da conduta tipificada no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97). Segundo a denúncia: “No dia 31 de março do corrente ano - 2022, ao giro das 16h55min, na localidade de Arapari, próximo ao Distrito de Assunção, estrada CE 168, nesse Município, o denunciado acima qualificado foi flagrado por policiais aqui destacados quando conduzia veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. O caderno investigatório noticia que na data acima mencionada policiais militares lotados nesse Município foram acionados via COPOM para atender uma ocorrência onde um individuo estaria conduzindo uma FIAT Palio, de cor verde, aparentemente embriagado. Ao diligenciarem pela CE, os militares se depararam com o veiculo parado no meio da estrada, em razão de ter atolado em um buraco no caminho. Os fólios dão conta que ao abordarem o condutor do veículo, seu estado de embriaguez era evidente, azo em que Júlio César confessou ter feito uso de bebida alcoólica. Ato contínuo, os policiais conduziram o denunciado à Delegacia,

para que a autoridade policial instaurasse o devido procedimento". [sic] O réu foi preso em flagrante delito, no mesmo dia do fato, e posto em liberdade provisória no dia 22 de abril de 2022. Teste de etilômetro acostado na página 20. A denúncia foi recebida em decisão proferida no dia 19 de abril de 2022. Resposta à acusação acostada na página 75. Designada audiência de instrução e julgamento, foram ouvidas as testemunhas José Elenildo Vasconcelos, Cícero Elias Bezerra Júnior e Elilde Sousa de Andrade, indicadas na denúncia. Em seguida, o réu foi interrogado, ocasião em que admitiu os fatos que lhe foram imputados. As partes afirmaram não ter mais provas a produzir. Em alegações finais escritas, o Ministério Público pugnou pela condenação do acusado pela prática do crime previsto no artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro, sustentando haver prova suficiente da materialidade e da autoria do delito. A defesa requereu a absolvição do réu, pois ele não conduzia o veículo no momento da abordagem policial. Em caso de condenação, pugnou pela aplicação da pena no mínimo legal e o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea. É o relatório. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO O acusado foi validamente citado e teve oportunidade de defesa assegurada. Não vislumbro nulidade dos atos processuais praticados, não havendo necessidade de qualquer diligência. As preliminares arguidas pela defesa serão analisadas por ocasião do exame do mérito do processo. CRIME DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE (ART. 306, CAPUT, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) A materialidade e a autoria do fato narrado na denúncia restaram devidamente provadas nos autos, através da prova pericial e da prova oral produzida, que demonstram que o acusado conduzia veículo automotor, em via pública, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Com efeito, o exame de alcoolemia realizado pelo réu, no dia do fato, constatou a existência de 1,29 mg de álcool por de álcool por litro de ar alveolar, conforme documento acostado na página 20. A prova oral colhida comprova a conduta criminosa imputada pela acusação, restando comprovado que o réu estava com a capacidade psicomotora alterada em decorrência da ingestão de bebida alcoólica, como se observa dos depoimentos prestados em juízo. O policial militar José Elenildo Vasconcelos, declarou em juízo: que foram acionados para atender a uma ocorrência, na qual um indivíduo em um veículo Pálio estava dando "cavalo de pau", na localidade de Arapari; que foi dito que o suspeito estava bêbado e se dirigiu em direção ao Distrito de Assunção; que ao saírem do Distrito de Assunção encontraram o réu, que havia caindo em um buraco e danificou dois pneus do carro; que deram voz de prisão ao acusado; que o réu estava no volante, quando chegaram ao local; que foram em direção ao Arapari; que o réu não estava dirigido o veículo, pois ele tinha caído em um buraco, mas estava tentando sair do local com o carro, mas não era possível pois havia dois pneus furados; que disse ao réu que o veículo não tinha condições de sair do local; que conseguiram rebocar o carro. Por sua vez, a testemunha Cícero Elias Bezerra Júnior, disse em juízo: que não se recordava dos fatos. Já a testemunha Elilde Sousa de Andrade, policial civil, informou: que estava de permanente na delegacia; que não lembra do réu. Deve-se levar em conta que a prova colhida em juízo confirma a prova produzida durante as investigações policiais, mormente o depoimento do policial José Elenildo Vasconcelos, sem qualquer contradição digna de nota. No mais, a prova é coerente e harmônica desde a fase policial, o que permite ter a certeza necessária para a condenação. Ressalte-se que o depoimento de policial militar prestado em juízo constitui meio de prova idôneo a respaldar a condenação, notadamente quando ausente dúvida sobre a imparcialidade das testemunhas, cabendo à defesa o ônus de demonstrar a imprestabilidade da prova. O réu confessou a prática da conduta criminosa que lhe foi imputada, fornecendo detalhes da ação, afirmando que no dia dos fatos dirigiu o veículo após ingerir bebida alcoólica (três garrafas de cerveja), mas quando foi abordado estava fora do veículo, modificando a versão apresentada à autoridade policial. Disse que vinha de Itapipoca para Assunção. A confissão do acusado, confirmada em juízo, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, deve ser valorada como meio de prova, ainda mais quando compatível com os demais elementos probatórios colhidos durante a instrução processual, nos termos do art. 197 do Código de Processo Penal. A defesa técnica, por ocasião das alegações finais, não contestou a materialidade e a autoria do fato, mas pugnou pela nulidade da prova obtida com a prisão em flagrante do réu, pois ele não dirigia o veículo quando da abordagem policial. Contudo, a tese da defesa não merece prosperar, pois, o réu estava ao volante no momento da abordagem, tentando retirar o veículo, que estava parado, pelo fato de ter caído em um buraco e estourado dois pneus, segundo a prova testemunhal, pelo que se conclui que ele havia acabado de perpetrar o crime em questão. Ressalte-se que o deito previsto no artigo 306 da Lei nº 9.503/97, é crime de perigo abstrato, que prescinde de demonstrativo de condução anormal ou ocasionadora de risco a determinadas pessoas. Vejamos a jurisprudência: STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. DELITO DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. ELEMENTOS PROBATÓRIOS. ALTERAÇÃO DA CAPACIDADE PSICOMOTORA. DEMONSTRAÇÃO. DESNECESSIDADE. DELITO DE PERIGO ABSTRATO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Inicialmente, destaco que a controvérsia prescinde do reexame de provas; é suficiente, apenas, a revaloração dos fatos incontroversos explicitados no acórdão recorrido, o que, ao contrário do pretendido pelo agravante, é admitido na via extraordinária. 2. A Lei n. 12.760/2012, que alterou o art. 306 do CTB, ampliou os meios de prova, pois permite, agora, que, na ausência de exames de alcoolemia - sangue ou bafômetro -, outros elementos possam ser utilizados para atestar a embriaguez e a alteração da capacidade psicomotora do motorista, como vídeos, testemunhas ou quaisquer meios de prova em direito admitidos, respeitada a contraprova. 3. Para a tipificação do delito previsto no art. 306 do CTB, com a nova redação dada pela Lei n. 12.760/2012, é despicienda a demonstração de alteração da capacidade psicomotora do agente, visto que o delito de perigo abstrato dispensa a demonstração de direção anormal do veículo. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgInt no Resp: 1675592 RO 2017/0137549-7, Relator: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Data de Julgamento: 24/10/2017, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: Dje 06/11/2017) TJSC - APELAÇÃO CRIMINAL - DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SOB O EFEITO DE ÁLCOOL (LEI N. 9.503/97, ART. 306, CAPUT) E DESOBEDIÊNCIA (CP, ART. 330)- SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRELIMINAR AVENTADA NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE TODAS AS TESES AVENTADAS PELA DEFESA - INOCORRÊNCIA - MAGISTRADO QUE EXPÔS AS RAZÕES PELAS QUAIS ENTENDEU PELA CONDENAÇÃO DO ACUSADO - ADEMAIS, O SENTENCIANTE NÃO É OBRIGADO A REBATER TODOS OS ARGUMENTOS DA DEFESA, DESDE QUE FUNDAMENTE SUA CONVICÇÃO - PREFACIAL AFASTADA. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - AUTO DE CONSTATAÇÃO E TESTEMUNHAS COMPROMISSADAS - PRETENSA ABSOLVIÇÃO PELA AUSÊNCIA DE EXPOSIÇÃO DE RISCO A TERCEIROS - VEÍCULO PARADO NO MOMENTO DA ABORDAGEM - INVIABILIDADE - AUTO DE CONSTATAÇÃO QUE DEMONSTRA A PRESENÇA DE DIVERSOS SINAIS CAPAZES DE SE CONCLUIR PELA EMBRIAGUEZ (LEI N. 9.503/97, ART. 306, § 2º)- CRIME DE PERIGO ABSTRATO QUE PRESCINDE DA DEMONSTRAÇÃO DE DANO POTENCIAL À INCOLUMIDADE DE OUTREM - ACUSADO QUE ADMITE TER CONDUZIDO O VEÍCULO EM MOMENTO ANTERIOR À PARADA - CONDENAÇÃO MANTIDA. DESOBEDIÊNCIA - PLEITO ABSOLUTÓRIO - INVIABILIDADE - DESCUMPRIMENTO À ORDEM DE PARADA POR AUTORIDADE POLICIAL - CRIME CONFIGURADO - PRECEDENTES DO STJ - RESSALVA DA RELATORA - CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA - PENA-BASE - CONDUTA SOCIAL CONSIDERADA NEGATIVA COM BASE EM PROCESSOS EM ANDAMENTO - OFENSA À SÚMULA N. 444 DO STJ - PENA READEQUADA DE OFÍCIO, COM A CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA PARA O MEIO ABERTO E A SUBSTITUIÇÃO DA REPRIMENDA CORPORAL POR UMA RESTRITIVA DE DIREITOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SC - APR: 00043626020188240005 Tribunal de Justiça de Santa Catarina 0004362-60.2018.8.24.0005, Relator: Salete Silva Sommariva, Data de Julgamento: 23/02/2021, Segunda Câmara Criminal) Assim, a

conduta praticada pelo acusado encontra-se tipificada no art. 306 da Lei n. 9.503/97. Não há, nos autos, qualquer elemento que configure uma causa excludente da ilicitude da conduta praticada ou da culpabilidade do réu, devendo responder, portanto, pelo seu ato. Reconheço a presença da atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, d, do Código Penal, porquanto o réu admitiu o fato que lhe foi imputado. Deixo de reconhecer a agravante da reincidência, porquanto a punibilidade do réu foi extinta, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, nos autos da execução penal nº 10104-02.2020.8.06.0101/0. 3. DECISÃO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, em consequência, CONDENO o réu JÚLIO CÉSAR SOARES GONÇALVES, qualificado, pelo fato tipificado no artigo 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro. Passo à dosimetria da pena do acusado, em estrita observância ao disposto pelo art. 68 do Código Penal, com análise das diretrizes do art. 59 do referido Código. A culpabilidade do réu é acentuada, porquanto ele reitera na prática de crime da espécie, conforme os autos das ações penais nºs 11568-71.2014.8.06.0101/0 e 10776-79.2021.8.06.0293/0, cujas condenações impostas não foram capazes de impedir a pratica de novo crime, o que desborda das elementares do tipo penal, revelando a maior reprovabilidade da conduta, de sorte a justificar idoneamente a elevação da pena-base. O acusado não registra antecedentes criminais, aptos a gerar um incremento de sua pena. Não há, nos autos, dados seguros a respeito da conduta social e da personalidade do acusado, nem acerca dos motivos do crime. Nada de relevante quanto às circunstâncias e às consequências do crime. Não há falar de comportamento da vítima. Por fim, verifico não concorrerem dados necessários para se evidenciar a situação econômica do réu. Assim, consideradas as circunstâncias acima analisadas individualmente, estabeleço como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime a pena-base de 9 (nove) meses de detenção, 45 (quarenta e cinco) dias-multa, no valor mínimo, e a suspensão para dirigir veículo automotor pelo prazo de 6 (seis) meses. Presente a atenuante da confissão espontânea, pelo que atenuo a pena para 7 (sete) meses e 15 (quinze) dias de detenção, 37 (trinta e sete) dias-multa, no valor mínimo, e a suspensão ou proibição de se obter habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 5 (cinco) meses. Não vislumbro qualquer agravantes, causa de diminuição ou de aumento de pena, pelo que torno definitiva a pena acima fixada. Em vista do quanto disposto pelo art. 33, § 2º, c, do Código Penal, poderá a ré cumprir a pena privativa de liberdade aplicada inicialmente em regime aberto. Substituo a pena privativa de liberdade fixada por uma pena restritiva de direitos (art. 44, § 2º, do Código Penal), qual seja, prestação pecuniária, por entender que o apenado preenche os requisitos legais e ser a medida suficiente para punir o delito praticado. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, ante a inexistência de elementos para a decretação da prisão preventiva. Deve-se considerar, ainda, a quantidade de pena privativa de liberdade aplicada e o regime inicial de seu cumprimento, tendo sido a pena, inclusive, substituída por penas restritivas de direitos, de modo que a decretação da prisão preventiva, neste momento, se afiguraria manifestamente contrária ao princípio da proporcionalidade, que deve nortear a aplicação de qualquer medida cautelar, uma vez que se estaria impondo ao apenado uma situação mais gravosa da que teria se já estivesse definitivamente condenado, ao final do processo, em razão do encarceramento absoluto da custódia provisória. Condeno o acusado ao pagamento das custas processuais, suspensa a sua exigibilidade, com fundamento no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia, diante do evidente estado de pobreza. Deixo de fixar valor mínimo a título de reparação de danos resultantes da infração penal (CPP, artigo 387, IV), dada a inexistência de prova da extensão do dano e a ausência de pedido expresso na denúncia, nesse sentido. DISPOSIÇÕES FINAIS Após o trânsito em julgado da presente decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Extraia-se guia de recolhimento, com fiel observância do disposto nos arts. 105 a 107 da lei n. 7.210/84, computando-se como cumprimento de pena eventual período de prisão provisória, encaminhando-a à distribuição do SEEU; 2) Comunique-se à Justiça Eleitoral sobre a condenação do réu, para cumprimento do quanto disposto pelo art. 15, III, da Constituição Federal, e pelo art. 71, § 2º, do Código Eleitoral; 3) Intime-se o réu, para entregar a esta autoridade judiciária, em 48 (quarenta e oito) horas, a Carteira de Habilitação, nos termos do art. 293, § 1º, da lei n. 9.503/97, devendo ser comunicados o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e o DETRAN/CE da pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor, ex vi do art. 295 da citada lei; 4) Intime-se o condenado para efetuar o pagamento de pena de multa, devidamente atualizada, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo de pagamento expeça-se certidão de crédito judicial (CCJ), conforme Provimento Conjunto nº 16/2020/PRES/CGJCE, que deverá ser encaminhada ao juízo de Execução Penal; 5) Nos termos do artigo 809 do CPP, preencha-se o boletim individual e encaminhe-se ao órgão de estatística competente (DETIC -Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Civil), por meio de intimação eletrônica no Portal e-SAJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO JOSE CASSIANO UCHOA RODRIGUES (OAB 31908/CE) - Processo 0203526-25.2023.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: D.C.L. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, certifico a designação de audiência de depoimento especial, a se realizar no dia 13/11, às 09:00h, por meio do link: https://link.tjce.jus.br/rnoohp Agendamento no SAV nº 20241111098, para participação do réu preso. Promovo a intimação do advogado do réu, por meio de contato telefônico e e-mail, considerando a proximidade da audiência.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0306/2024

ADV: NIEFSON BRUNO OLIVEIRA SANTOS (OAB 27438/CE), ADV: MARÍLIA PAIVA VALLE (OAB 41626/CE) - Processo 0000078-28.2009.8.06.0101 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Sebastião dos Santos Cacau - META2 - CNJ Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, CERTIFICO a antecipação de Sessão do Júri para o dia 09/12/2024.

COMARCA DE ITAPIPOCA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0548/2024

ADV: ALBERICO TEIXEIRA DE MATOS (OAB 5692/CE) - Processo 0011434-10.2015.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.E.S.T. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM Juiz de Direito desta Unidade Judiciária, Dr. Luiz Guilherme Costa Pedroso Silva, para que possa

imprimir andamento ao processo, intime-se novamente a parte autora por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar o nome dos moradores/ocupantes do imóvel à Rua Antônio Castro Leite, 753, Área Nobre, ainda não informado.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: CLEUDIVANIA BRAGA VERAS (OAB 21560/CE) - Processo 0201187-05.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Auricelio Gonçalves Freires - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Recebo o pedido de cumprimento de sentença (fls. 179/189). Evolua-se a classe processual para cumprimento de sentença. 1. Intime-se os executados para que, no prazo de 15 (quinze) dias, procedam o pagamento do débito constante à fl. 188. 2. Nos termos do artigo 523, parágrafo 1º do Código de Processo Civil, não efetuado o cumprimento voluntário da obrigação no prazo supracitado, fixo multa no percentual de 10% (dez por cento) ao montante do débito e, também, os honorários advocatícios de 10% (dez por cento). 3. Decorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar planilha de débito atualizada, com a inclusão dos percentuais descritos no parágrafo acima. 4. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, desde logo, determino a penhora online, via sistema Bacenjud, por ser a forma mais célere de cumprimento do julgado (art. 523, § 3º c/c art. 835, I, ambos do CPC). 5. Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, intime-se o executado, independentemente de penhora ou nova intimação para apresentar impugnação no prazo legal (art. 525, caput, do CPC). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO MICAEL MONTENEGRO AGUIAR (OAB 41559/CE) - Processo 0202455-60.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Separação de Corpos - REQUERENTE: Maria Deigilane Barbosa Gomes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO JEYSON GOMES ARAÚJO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA LENILDA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0549/2024

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0201188-87.2023.8.06.0101 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Danielle Silva Fernandes Vasconcelos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM Juiz de Direito desta Unidade Judiciária Resp., Dr. Paulo Jeyson Gomes Araújo, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista que a parte requerente não foi localizada, conforme certidão de fl. 73, intime-se a autora por seu advogado do alvará de fl. 71.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO JEYSON GOMES ARAÚJO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA LENILDA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0551/2024

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0202824-54.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: R.M.S. - Em razão do exposto, reconheço a incompetência do juízo da 1ª Vara Cível de Itapipoca/CE para processar e julgar a presente demanda, ao tempo em que determino o encaminhamento destes autos para uma das VARAS DA COMARCA DE URUBURETAMA/CE, mediante os registros pertinentes, inclusive a baixa. Encaminhe-se o feito ao Serviço de Distribuição deste Fórum para os devidos fins. Publique-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0552/2024

ADV: JOSÉ ARMANDO DIÓGENES DE AQUINO JÚNIOR (OAB 40116/CE), ADV: GERALDO GOMES DE AZEVEDO FILHO (OAB 10281/CE) - Processo 0000293-48.2002.8.06.0101 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Romulo Cesar Aderaldo Menezes - Intime-se novamente o Requerente para que comprove o alegado às fl. 272 no prazo de 2 (dois) dias, visto que às fl. 254 consta informação do Cartório do 3º Ofício de Itapipoca - Cartório Gomes que falta apenas o recolhimento das custas para a conclusão do registro, sob pena dos autos retornarem ao arquivo.

ADV: MATHEUS BRUNO TEIXEIRA ALVES (OAB 35403/CE) - Processo 0052376-74.2021.8.06.0101 (apensado ao processo 0004884-41.2017.8.06.0032) - Embargos de Terceiro Cível - Busca e Apreensão - EMBARGADO: Anastácio Alonso Sousa Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM. Juiz de Direito Titular dessa Unidade Judiciária, Dr. Luiz Guilherme Costa Pedroso Silva, para que possa imprimir andamento ao presente processo, determino que proceda a secretaria desta vara com a emissão de guias para pagamento das custas processuais finais, a serem pagas pelo promovido, intimando-o, em seguida, através de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao recolhimento, sob pena de inscrição do nome na Dívida Ativa do Estado do Ceará.

ADV: VITORIA LIMA CASTRO ALVES (OAB 43049/CE), ADV: LUCAS BARBOZA MARINHO (OAB 36157/CE) - Processo 0200705-57.2023.8.06.0101 - Interdição/Curatela - Urgência - INTERTE: Z.N.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM Juiz de Direito desta Unidade Judiciária Resp., Dr. Paulo Jeyson Gomes Araújo, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a requerente por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre parecer ministerial de fl. 112/113.

ADV: LUCAS BARBOZA MARINHO (OAB 36157/CE), ADV: VITORIA LIMA CASTRO ALVES (OAB 43049/CE), ADV: INACIO RAONI CRUZ OLIVEIRA (OAB 32687/CE) - Processo 0201813-24.2023.8.06.0101 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: F.E.M.S. - . 3. DISPOSITIVO. À guisa das considerações expendidas, HEI POR BEM, com fulcro no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGAR EXTINTA A PRESENTE AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Custas pelas partes, suspensas pelo prazo de cinco anos em face da gratuidade antes já deferida. Com o trânsito em julgado desse decisum, proceda-se das devidas e necessárias anotações. Ciência ao MP.

ADV: VITORIA LIMA CASTRO ALVES (OAB 43049/CE) - Processo 0201865-83.2024.8.06.0101 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.P.M. - R.h Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre certidão meirinha às fls. 43/44, requerendo o que entender de direito. Expedientes

necessários.

ADV: LUCAS BARBOZA MARINHO (OAB 36157/CE), ADV: INACIO RAONI CRUZ OLIVEIRA (OAB 32687/CE) - Processo 0202116-38.2023.8.06.0101 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.W.F.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM Juiz de Direito desta Unidade Judiciária Resp., Dr. Paulo Jeyson Gomes Aráujo, para que possa imprimir andamento ao processo, diante parecer ministerial de fls. 97/98, intime-se a parte autora por seus advogados, para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ REGINALDO GONÇALVES (OAB 43841/CE), ADV: JEFFERSON GRÉGORY MAGALHÃES RODRIGUES (OAB 33282/CE) - Processo 0202254-39.2022.8.06.0101 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.F.S. e outro - REQUERIDO: J.F.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de ordem do MM Juiz de Direito desta Unidade Judiciária - Resp., Dr. Paulo Jeyson Gomes Araújo, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que desejam produzir, indicando a pertinência no deslinde do feito. Em caso de prova documental, deve esta ser juntada no prazo concedido.

ADV: INACIO RAONI CRUZ OLIVEIRA (OAB 32687/CE) - Processo 0202310-04.2024.8.06.0101 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Felipe Casavella Braga e outro - 3. DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, julgo procedente o pedido para autorizar a transferência do veículo para os requerentes Felipe Casavella Braga e Cristiane Menezes Braga do veículo existente em nove do de cujus Itamar Barbosa Braga. (certidão de óbito à fl. 09). Indefiro a transferência do veículo a terceira estranha a lide. Sem custas ou honorários tendo em vista a gratuidade judiciária. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para autorizar os levantamentos das quantias junto à Caixa Econômica Federal. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Empós, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: RAFAELA MOURA DE SOUSA (OAB 44518/CE) - Processo 0202829-76.2024.8.06.0101 - Tutela Cautelar Antecedente - Direitos da Personalidade - AUTORA: Lisonete Alves Teixeira - Nos termos da Portaria nº 1409/2024, parcialmente alterada pela Portaria nº 1245/2024 ambas da Presidência do TJCE, em decorrência do 2º Ciclo da 4ª Fase de Migração e Implantação do sistema processual PJE no Poder Judiciário do Estado do Ceará, desde o dia 19 de agosto de 2024, todos os novos processos de competência de Execução de Título Extrajudicial, Revisional de Contrato Bancário, Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, e Registro Público, desta Comarca devem tramitar exclusivamente no sistema PJE. Sendo assim, determino o cancelamento da distribuição desta ação no sistema SAJ, devendo a parte interessada ser intimada, por intermédio de seu advogado, para que interponha a ação no sistema PJE do TJCE. Expedientes necessário.

COMARCA DE ITAPIPOCA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0434/2024

ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE) - Processo 0001130-10.2019.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Aurelio Gomes Pires - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar a parte autora do inteiro teor da petição retro acostada e documentos que a acompanham, para no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender pertinente ao andamento do feito.

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 29481A/CE) - Processo 0002731-51.2019.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0011265-23.2015.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Banco Votorantim S.a - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Cumprir nos termos requeridos em petição retro acostada.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0014576-85.2016.8.06.0101 - Procedimento Sumário - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Votorantim S.a - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANA CRISTINA BONFIM FARIAS (OAB 9669B/CE) - Processo 0014922-02.2017.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Cumprir nos termos requeridos em petição retro acostada.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0029843-29.2018.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Panamericano S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 29481A/CE) - Processo 0050694-84.2021.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça

do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: CAROLINA MARIA GOIS DO NASCIMENTO (OAB 20570/CE), ADV: JOAO PAULO GOMES DIAS (OAB 20746/CE) - Processo 0051564-32.2021.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Maria Elaine de Abreu - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Dessa forma, HOMOLOGO integralmente o valores indicado às fls. 321/325 e DETERMINO a expedição, após o trânsito em julgado, de RPV/precatório, nos termos do art. 535, §3º do CPC. Confeccionados os requisitórios/precatórios, juntem-se aos autos e intimem-se as partes para manifestação no prazo de até 05 (cinco) dias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após, cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE os autos.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0200237-93.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0200776-25.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: LUCAS BARBOZA MARINHO (OAB 36157/CE) - Processo 0201117-51.2024.8.06.0101 - Divórcio Litigioso - Partilha - REQUERENTE: G.C.T. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2022, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Cumprir os expedientes da audiência de Conciliação para o dia 18 de dezembro de 2024, às 09:00h, na Sala do CEJUSC, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS. 2) Intimem-se. Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/4ba368 ou Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para entrar na audiência. Em caso de dificuldade de acesso, contatar o whatsapp deste Cejusc: (85) 9 8239-6358.

ADV: RAFAEL DUTRA FREIRE (OAB 35775/CE), ADV: MARCUS YURI SOUSA BARBOSA (OAB 37564/CE), ADV: LUCAS BARBOZA MARINHO (OAB 36157/CE) - Processo 0201672-68.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Radja Dilurdes Alves Magalhães e outro - REQUERIDA: Regiane Maria Anorato e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a Secretaria: 1) Intimar às partes que manifestem-se, no prazo comum de 05 (cinco) dias, dizendo se possuem interesse na produção de outras provas. Ato contínuo, mesmo prazo, em homenagem ao art. 139, V, CPC, digam se possuem interesse na composição amigável, devendo, neste caso, apresentar de pronto uma proposta. 2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação das partes, enviar os autos conclusos para análise do Magistrado quanto à necessidade ou não de produção de outras prova, bem como decisão de saneamento (art. 357 do CPC) ou de anúncio do julgamento conforme o estado do processo (art. 353 do CPC), a depender da convicção deste juízo ante os argumentos e provas constantes nos autos. 3) Não havendo pedido de produção de provas, encaminhar os autos conclusos, ficando as partes cientes que nesta hipótese será realizado o julgamento antecipado da lide por este juízo.

ADV: MARIA RACHEL DE ANDRADE COSTA (OAB 14437/CE) - Processo 0201739-67.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0201794-18.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0201961-35.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0202089-55.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0202260-12.2023.8.06.0101 - Tutela Cautelar Antecedente - Propriedade Fiduciária - RÉU: Banco do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0202348-50.2023.8.06.0101 - Tutela Cautelar Antecedente - Propriedade Fiduciária - RÉU: Banco do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado

do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0202464-56.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0202611-19.2022.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, deve a secretaria intimar a parte requerida para que realize o pagamento de custas judiciais que constam nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0435/2024

ADV: MARCOS ANTONIO CAMPOS BEZERRA JUNIOR (OAB 25505-N/CE), ADV: APARECIDA ERIKA DE MENESES DANTAS (OAB 16271/CE), ADV: CLAILSON CARDOSO RIBEIRO (OAB 13125/CE) - Processo 0009370-27.2015.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Poli Nutri Alimentos S/A - Sobre o constante às fls. 22/223, intime-se o exequente para manifestação em 10 dias, considerando que será responsável pelo pagamento de eventuais custas periciais. Expedientes necessários.

ADV: ANDERSON BARROSO DE FARIAS (OAB 19623/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANUEL SAMPAIO TEIXEIRA (OAB 8446/CE) - Processo 0010932-71.2015.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Rodrigues Ribeiro - REQUERIDO: Banco Itau Bmg Consigando S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para se manifestarem acerca do retorno dos autos da instância superior, para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 5 dias.

ADV: THAYS KRYSHANA MARINHO DA SILVA (OAB 29368-0/CE), ADV: LUCAS EVALDO MARINHO DA SILVA (OAB 34376/CE) - Processo 0015928-78.2016.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernanda Thays Fonseca Coelho - REQUERIDO: O Estado do Ceara - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes acerca do retorno dos autos da instância superior, para requererem o que entenderem de direito, no prazo de 10 dias.

ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0050280-86.2021.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Antonio Gonçalves Pinto - Sobre a exceção de pré-executividade, intime-se a parte autora para manifestação em 15 dias. Expedientes necessários.

ADV: CAIO ROGERIO BRAGA (OAB 31261/CE) - Processo 0200050-85.2023.8.06.0101 - Ação de Exigir Contas - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eduarda Rogério Braga - Considerando que a requerida não realizou a prestação de contas, nos termos do art. 550, §6º, intime-se o autor para apresentá-las, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO GUILHERME LOPES DE OLIVEIRA (OAB 41627/CE), ADV: MAILA NAPOLI BENEVIDES (OAB 31196/CE), ADV: MARCUS VINICIUS MESQUITA LIMA (OAB 31487/CE), ADV: MATHEUS BRUNO TEIXEIRA ALVES (OAB 35403/CE), ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE) - Processo 0200216-54.2022.8.06.0101 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Aurilene Rodrigues de Sousa - REQUERIDO: Maju Moda Intima, - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para se manifestarem acerca do retorno dos autos da instância superior, no prazo de 05 dias.

ADV: GIANA CARLA VASCONCELOS SALES GALDINO ALBUQUERQUE (OAB 39634/CE), ADV: ALBERICO TEIXEIRA DE MATOS (OAB 5692/CE) - Processo 0200307-47.2022.8.06.0101 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Aroldo Teixeira Braga - REQUERIDO: Raimundo Farias - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para se manifestarem acerca do retorno dos autos da instância superior, no prazo de 05 dias.

ADV: ALEXANDRE DA SILVA SAMPAIO (OAB 24787/CE) - Processo 0200409-35.2023.8.06.0101 - Arrolamento Sumário - Arrolamento de Bens - REQUERENTE: Sebastiana Gonçalves do Nascimento e outros - Intime-se a parte autora para ciência e manifestação sobre as informações apresentadas às fls. 102/105. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO AUGUSTO BARROSO DE ARAUJO (OAB 27513/CE), ADV: NATHALIA STELITA RODRIGUES SANTOS (OAB 49407/CE) - Processo 0200453-20.2024.8.06.0101 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro de vulnerável - ADOLESCENTE: I.J.S.T. - I.S.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designada audiência de instrução em continuação para o dia 18 de dezembro de 2024, às 09:00h, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, devendo as partes apresentarem suas testemunhas independentes de intimação, no máximo 03 (três). Ainda informando que, as testemunhas deverão usar o mesmo link da reunião que as partes, conforme Instruções que seguem abaixo. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/8f3a8f ou Aponte a câmera do seu celular para o QRCODE ao lado para entrar na reunião. Seguindo as orientações da Resolução nº 314, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e conforme Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 14/2020 (DJ 13/08/20) e nº 20/2020 (DJ 15/10/20) e da Recomendação nº 02/2020 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (DJ 15/09/20), considerando a pandemia causada pela COVID-19 bem como pela decretação de distanciamento social com a suspensão das atividades presenciais, inclusive as atividades do Poder Judiciário e a adoção de medidas de propagação do coronavírus, a presente audiência ocorrerá através de Videoconferência, não havendo necessidade da parte se deslocar ao fórum nem sair de sua residência. Para tanto, será necessário seguir os seguintes passos: ACESSO AO TEAMS PELO CELULAR 1. Possuir smartphone ou tablet conectado à internet; 2. Baixar na AppStore (iOS) ou PlayStore

(Android) do seu celular o aplicativo MICROSOFT TEAMS; 3. Clicar no link convite recebido e em seguida, através do aplicativo, clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo. ACESSO AO TEAMS PELO NOTEBOOK OU DESKTOP 1. Possuir notebook ou desktop conectado à internet; 2. Clicar no link convite recebido e em seguida, selecione como deseja ingressar na reunião do MICROSOFT TEAMS, se baixando o aplicativo para o Windows, se através do próprio navegador; 3. Clicar em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 4. Preencher os espaços respectivos com o link enviado com o seu nome completo. Em seguida, clique em PARTICIPAR DA REUNIÃO; 5. Ao entrar na reunião, você deverá autorizar o aplicativo a acessar sua câmera e seu microfone. Os dois devem estar ativados para sua participação na audiência; 6. Ative a câmera e o microfone do aplicativo. Em seguida, você deverá aguardar a aprovação do juiz para sua entrada na sala de audiências; 7. Pronto, basta aguardar as instruções do juiz. Não esqueça de que toda a audiência será gravada e, posteriormente, o vídeo será anexado ao processo; Intimem-se os advogados das partes através do DJ, e, cientifique-os de que deverão providenciar a presença de seus constituintes (autor, requerido e/ou preposto) na audiência, por videoconferência, em suas residências ou nos respectivos escritórios dos advogados, através de aparelhos de computador ou celulares (apple ou android), acessando ao link e dados acima apontados, baixando o aplicativo MICROSOFT TEAMS. A intimação deste ato serve de questionamento da anuência a adesão a audiência, em caso de omissão/silêncio, considerar-se-á que as partes concordaram com a realização do referido ato. Os advogados deverão intimar as testemunhas por eles arroladas, da data e do horário da audiência (art. 455 do CPC). No mais pelo Princípio da Cooperação, considerando a situação atualmente vivenciada, de enfretamento ao COVID-19, solicitamos ao(s) Senhores(as) advogados(as) que repassem às testemunhas que arrolaram: 1) os links de acesso à sala de videoconferência; 2) as instruções, que seguem anexas ao presente ato ordinatório, necessárias à participação no ato. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CANAIS DE ATENDIMENTO Informamos que a audiência SERÁ GRAVADA, após comando do magistrado que estiver presidindo a audiência, nos termos da Resolução 313, 329 e 354 do Conselho Nacional de Justiça e, posteriormente, inserida no Sistema de Automação Judiciária (SAJ); As testemunhas ficarão incomunicáveis, aguardando no “Lobby”, sendo admitida a sala uma por vez. Caso persista alguma dúvida, você pode entrar em contato conosco com antecedência de 48h (quarenta e oito horas) da data da audiência para realização de testes através do e-mail itapipoca.2civel@tjce.jus.br, pelo WhatsApp Business1 (85) 9 8234-7375, nos dias úteis de Segunda a Sexta, das 08h às 18h.

ADV: BRUNO BOYADJIAN SOBREIRA (OAB 38828/CE) - Processo 0201379-35.2023.8.06.0101 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Raimundo Joaquim Nonato Mendes - Intime-se a parte autora para que, em 15 dias, indique quem são as pessoas mencionadas à fl. 593, bem como apresente e esclareça os cálculos da fase de cumprimento de sentença, de forma que o feito possa ter a devida continuidade. Expedientes necessários.

ADV: LETICIA PELLEGRINO DA ROCHA ROSSI (OAB 13466/PR) - Processo 0201741-03.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Irineo Kraveck - Face ao exposto, atento às peculiaridades do caso sob apreciação, hei por bem DEFERIR PARCIALMENTE O PLEITO ANTECIPATÓRIO no sentido de conceder aos promovidos o prazo de 15 (quinze) dias para, voluntariamente, desocuparem o imóvel. Escoado referido prazo sem desocupação voluntária, FICA DE LOGO DEFERIDA A IMISSÃO DO AUTOR na posse do bem individualizado na petição inicial, se utilizando, inclusive, dos benefícios do artigo 212 e parágrafos do CPC e o uso da força policial no cumprimento do mandado. Citem-se os promovidos, para, querendo, apresentarem defesa no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, promovendo a desocupação voluntária do imóvel. Considerando por fim, que a parte autora acabou por recolher as custas processuais antes da expedição dos mandados, intime-se o autor para recolher as custas atinentes à diligência do oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias. Recolhida a despesa, expeça-se o mandado correspondente. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0202133-74.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - O credor apresenta pedido de cumprimento de sentença. Sendo assim, intime-se o devedor, através de seu advogado, para pagar a quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa no valor de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também na razão de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º, Código de Processo Civil. Registre-se que, havendo pagamento parcial do débito exequendo, incidirá a multa e honorários advocatícios acima mencionados sobre o valor restante. Findado o prazo para pagamento espontâneo pelo devedor, advirta-se desde já que se iniciará o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente impugnação ao cumprimento de sentença. Proceda-se com a evolução da classe processual. Expedientes necessários.

ADV: ÉRIC DA ROCHA DE MENEZES (OAB 46506/CE) - Processo 0202270-22.2024.8.06.0101 - Divórcio Litigioso - Partilha - REQUERENTE: Maria Irislene Sousa da Silva de Oliveira - Considerando o que já foi determinado às fls. 28/29, bem como a petição de fls. 41/42, informando possibilidade de venda dos bens a serem partilhados, existindo perigo de dano, defiro o pedido retro, determinado a imediata realização de pesquisa RENAJUD, com a inclusão de cláusula de intransferibilidade nos veículos que forem encontrados. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: RYVANA MESQUITA LOIOLA (OAB 32129/CE) - Processo 0202636-61.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Vagner Soares - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Fica designada audiência de Conciliação para o dia 24 de janeiro de 2025 às 10:00h na Sala do CEJUSC. A audiência será realizada através do plataforma Microsoft Teams, devendo as partes providenciar o necessário para o acompanhamento do ato na forma apontada, seja acessando a plataforma por computador, seja por aplicativo no celular, através do conforme link abaixo. Link: https://link.tjce.jus.br/4ba368 Em caso de dificuldade de acesso, contatar o whatsapp deste Cejusc: (85) 9 8239-6358, podendo comparecer presencialmente.

ADV: ANA CAROLINA BASTOS DE SOUSA (OAB 50216/CE) - Processo 0202816-77.2024.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Mauricio Marques Mota - Fica designada audiência de Conciliação para o dia 29 de janeiro de 2025 às 09:00h na Sala do CEJUSC. A audiência será realizada através do plataforma Microsoft Teams, devendo as partes providenciar o necessário para o acompanhamento do ato na forma apontada, seja acessando a plataforma por computador, seja por aplicativo no celular, através do conforme link abaixo. Link: https://link.tjce.jus.br/4ba368 Em caso de dificuldade de acesso, contatar o whatsapp deste Cejusc: (85) 9 8239-6358, podendo comparecer presencialmente.

ADV: ADEONIS FACUNDE DOS SANTOS (OAB 27763/CE) - Processo 0800012-24.2023.8.06.0101 - Ação Civil Pública - Anulação - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Itapipoca - Cpsmit e outro - Fica designada audiência de Conciliação para o dia 19 de dezembro de 2024 às 10:00h na Sala do CEJUSC.

A audiência será realizada através do plataforma Microsoft Teams, devendo as partes providenciar o necessário para o acompanhamento do ato na forma apontada, seja acessando a plataforma por computador, seja por aplicativo no celular, através do conforme link abaixo. Link: https://link.tjce.jus.br/4ba368 Em caso de dificuldade de acesso, contatar o whatsapp deste Cejusc: (85) 9 8239-6358, podendo comparecer presencialmente.

ADV: FLÁVIO SOUZA DE PAULA (OAB 26936/MS) - Processo 9202400-46.2023.8.06.0101 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Alves de Lima - Intime-se a parte autora para que, em 15 dias, apresente declaração de hipossuficiência, uma vez que requer os benefícios da justiça gratuita. Expedientes necessários.

COMARCA DE ITAITINGA - 1ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0279/2024

ADV: SAMUEL DIÓGENES BAQUIT LANDIM (OAB 44423/CE) - Processo 0003351-06.2018.8.06.0099 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Motim de presos - RÉU: Romario Cosmo Dantas do Nascimento e outros - Cls. Dou-me por ciente dos ofícios de fls. 402/203 (transferência de UINITON JERONIMO RUFINO e de JUVENAL DE MELO LOURENÇO para a UP POOII). Atualizem-se as situações dos réus para futuras intimações. Cumpra-se integralmente o despacho de fl. 396. Compulsando os autos, verifica-se que: RENE LOPES, NATANAEL LOPES, JUVENAL MELO, VENANCIO DA SILVA E UINITON JERÔNIMO já foram citados e já apresentaram defesa através da Defensoria Pública às fls. 298/299; ROMERIO COSMO, DANLEU CRISTIAN, ANTONIO ELDER, FERNANDO CORDEIRO E AURELIO LINO foram citados e ainda não apresentaram defesas, já tendo sido aberta vista à Defensoria Pública para patrocinar as suas defesas; LUIS FERNANDO, FRANCISCO AFONSO, MATHEUS WILLAMI, ALEXANDRE FREITAS e JOÃO VICTOR DE SOUZA DA SILVA ainda não foram citados. Em relação a Luis Fernando Gomes Duarte, reitere-se o ofício enviado à SAP PB (fl. 349). Determino que a secretaria busque contato preferencialmente por outros meios para solicitar a confirmação do recebimento do ofício enviado, certificando-se tudo nos autos. Em relação a Matheus Willami, Francisco Afonso e João Victor de Souza, cobre-se o retorno das Cartas Precatórias de fls. 338, 339 e 347. Em relação a Alexandre Freitas, aguarde-se o Ministério Público se manifestar, sendo que, se permanecer inerte, será determinada a citação por edital do acusado, conforme requerido no parecer ministerial de fls. 322-324. Expedientes necessários.

ADV: CICERO CEZAR QUEZADO FERNANDES (OAB 9947/CE) - Processo 0021252-84.2018.8.06.0099 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Marcos Aurelio Teixeira dos Santos - Abra-se vistas a defesa para, no prazo de 5 (cinco) dia, complementar suas alegações finais, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, para que requeira o que entender pertinente, como a repetição das oitivas ou a dispensa das testemunhas.

ADV: LEIDYANE PEREIRA RABELO (OAB 31891/CE), ADV: PATRÍCIA GIRÃO NOGUEIRA (OAB 33584/CE), ADV: CINTIA EMANUELA DANIEL ALVES (OAB 36138/CE), ADV: JOSE EDAVIVERTON ALVES DE SOUSA (OAB 43575/CE) - Processo 0050247-39.2020.8.06.0099 (apensado ao processo 0050294-13.2020.8.06.0099) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Corrupção passiva - RÉU: Milton Oliveira Martins Neto e outros - Cls. Acato o pedido da defesa e o parecer ministerial retro. Determino o desentranhamento dos documentos de fls. 1028-3211. Após, abra-se nova vista às defesas para apresentação de alegações finais. Expedientes necessários.

ADV: LEONARDO BESSA NOGUEIRA LIMA (OAB 19902/CE), ADV: JACQUELINE CHAVES BESSA MARTINS BATISTA (OAB 21692/CE), ADV: ALBERTO HALYSSON BEZERRA PRAXEDES (OAB 43661/CE) - Processo 0203097-52.2023.8.06.0300 (apensado ao processo 0203290-67.2023.8.06.0300) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTUADO: Fábio dos Santos Rodrigues e outros - INDICIADO: Michael Almeida Lima - Cls. Vistos em sede do Mutirão Processual Penal do Conselho Nacional de Justiça de 2024. Considerando que o presente processo se enquadra no grupo XXII do referido Mutirão ("prisões preventivas com duração maior do que 1 (um) ano, reavaliando-se os requisitos que ensejaram a custódia processual e a possibilidade de substituição da prisão por medida cautelar alternativa"), abra-se vista à defesa para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a reavaliação dos requisitos que ensejaram a custódia processual e a possibilidade de substituição da prisão por medida cautelar alternativa. Com o decurso do prazo acima fixado, venham os autos conclusos. Em paralelo, aguarde-se o decurso de prazo para a Defensoria Pública apresentar recurso em favor de Michael Almeida Lima. Expedientes necessários.

ADV: RAYMUNDO NONATO DA SILVA FILHO (OAB 36841/CE) - Processo 0205367-49.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Aniele dos Santos Moreira - Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público em desfavor de Aniele dos Santos Moreira, pela suposta prática do crime tipificado no artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 A acusada apresentou defesa prévia nas páginas 96/99, com procuração nas páginas 71/72. A denúncia foi recebida em 31 de janeiro de 2024, conforme decisão de páginas 109/111. Verifica-se Laudos Toxicológicos nas páginas 100/103 e 104/107. O Ministério Público arrolou as seguintes testemunhas: a) Cristóvão Mesquita de Morais, policial militar, qualificado na página 03; b) Ivanildo Henrique de Souza, policial militar, qualificado na página 13; c) Mailton Almeida de Lima, policial militar, qualificado na página 15; d) Francisco Adeilson Lopes Pereira, policial militar, qualificado na página 10; e) Gleiciene Rocha da Silva, qualificada na página 17; f) Jonas Filho Gregório do Nascimento, qualificado na página 21; g) Dhone Silva da Rocha, qualificado na página 28 Diante do exposto, DESIGNO audiência de instrução para o dia 21/01/2025, às 08:30 horas. Faça constar nas intimações, que é recomendável, para aqueles que optem em participar de forma remota, que instalem com antecedência o Microsoft Teams, bem como tentem acessar a sala de audiência com antecedência, e caso não logrem êxito, contate-se a Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Itaitinga/CE por meio do telefone (85) 9 8172-2599. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0280/2024

ADV: FRANCISCO VALDENI DA SILVA (OAB 11101/CE) - Processo 0200615-97.2024.8.06.0300 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTUADO: FERNANDA DUARTE MAGALHaES, registrado civilmente como José Fernandes Duarte - Considerando o termo do Termo de audiência de páginas 116/117, DESIGNO audiência de instrução para o dia 28/01/2025, às 10:00 horas, para a oitiva das testemunhas referidas: a) Gisele dos Santos Lopes, registrado civilmente como Francisco Johnny dos Santos (páginas 111/113); b) Anderson Costa da Silva (página 114); c) Jennifer Lopez da Silva, registrado civilmente como Dalvan Nojosa da Silva (página 115), e o interrogatório da acusada Fernanda Duarte Magalhães, registrada civilmente como José Fernandes Duarte. Cumpra-se com prioridade. (Ré presa) Expedientes e intimações necessárias

ADV: BRUNO VIEIRA DE MACÊDO (OAB 45967/CE), ADV: DEYVIDY DANTAS ANGELIM (OAB 45570/CE), ADV: JOÃO VICTOR FREITAS OLIVEIRA (OAB 49590/CE) - Processo 0205979-71.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Metropolitana de Itaitinga - AUTUADA: Joana Deborah dos Santos Capistrano e outro - Vistos, etc. Ao Ministério Público, para que se manifeste sobre a alegação de inépcia da denúncia trazida nas fls. 95/120, no prazo de 10 (dez) dias. Dê-se ciência à acusada Joana Deborah dos Santos Capistrano, por meio de seus advogados, quanto à negativa de propositura de ANPP pelo MP conforme fls. 138/144. Após, decorridos os prazos, com ou sem manifestações, retornem-se os autos para análise do recebimento da denúncia. Expediente. P.I.

COMARCA DE ITAITINGA - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1411/2024

ADV: BRUNO QUEIROZ DE FREITAS (OAB 23151/CE), ADV: DAVI DE PAIVA MACIEL (OAB 29819/CE) - Processo 0050529-43.2021.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Gislaine Costa de Oliveira Santos - Conforme disposto nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e de 28 de janeiro de 2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, determino que, para a devida continuidade do feito, as partes sejam intimadas a tomar ciência da presente expedição no prazo de 05 (cinco) dias. Ficam, desde já, cientes de que o Precatório referente a parcela tida como incontroversa às fls. 411-413, somente será efetivado após o transcurso do prazo da presente intimação.

ADV: AGATHA MARIA COSTA NASCIMENTO (OAB 9539/TO) - Processo 0200350-19.2024.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Gheller & Brum Ltda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a certidão colacionada em fl. 62, INTIME-SE a parte autora para se manifestar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: DYONNATHAN DUARTE DA SILVA (OAB 43029/CE) - Processo 0200517-36.2024.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adriano Alves de Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista o retorno do AR de citação em fls. 82/83, INTIME-SE a parte autora para se manifestar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0200623-66.2022.8.06.0099 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista o resultado da pesquisa no sistema Sisbajud (fls. 215/216), INTIME-SE o requerente para se manifestar nos autos, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUIS FERNANDO DA SILVA (OAB 427793/SP) - Processo 0200783-23.2024.8.06.0099 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gabriel da Cunha Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a ausência de resposta ao ofício expedido em fl. 45, REITERE-SE a ordem, no prazo de 10 (dez) dias. Ademais, INTIME-SE a parte autora para se manifestação sobre a petição de fl. 55, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0201042-86.2022.8.06.0099 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do retorno da consulta ao sistema RENAJUD.

ADV: VICTOR DE ARRUDA BEZERRA MOTTA (OAB 31850/CE) - Processo 0276714-35.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Intime-se a requerente desta decisão e para firmar o termo de curatela provisória advertindo-a de que deverá guardar documentos para eventual prestação de contas requisitada por este juízo.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1412/2024

ADV: GRISMAR GOMES DE ANDRADE (OAB 28540/CE), ADV: GLÉCIA CAVALCANTE ALVES (OAB 28663/CE) - Processo 0009464-78.2015.8.06.0099 (apensado ao processo 0010246-17.2017.8.06.0099) - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Maria Madalena Girao Rocha e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do retorno da carta de citação (fls. 127-128), sob pena de extinção. Itaitinga/CE, 12 de novembro de 2024. Francisco Lucas Queiroz Victor Diretor(a) de Secretaria

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0013289-93.2016.8.06.0099 - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamento S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 137, sob pena de extinção. Itaitinga/CE, 12 de novembro de 2024. Francisco Lucas Queiroz Victor Diretor(a) de Secretaria

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0013289-93.2016.8.06.0099 - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamento S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da

Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 137, sob pena de Extinção.

ADV: ANA FLORIPE RODRIGUES MOREIRA MOTA FERNANDES VIEIRA (OAB 20684/CE), ADV: GIOVANNI FERNANDES SANTOS (OAB 8522/CE), ADV: LIANA NOGUEIRA ALENCAR (OAB 22764/CE), ADV: IANNE AZEVEDO PESSOA (OAB 35966/CE) - Processo 0015356-94.2017.8.06.0099 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Olimpios Participaçoes e Corretagens de Imoveis Ltda - Me - REQUERIDO: Parque Dom Pedro Ii Loteamento Imobiliario Ltda - Trata-se de Cumprimento de Sentença apresentado por Olimpios Participações e Corretagens de Imóveis LTDA - ME e Aldemir Pessoa Júnior contra Parque Dom Pedro II Loteamento Imobiliário LTDA, buscando, em suma, o adimplemento dos valores adiantados a título de custas processuais, bem como o importe devido a título de honorários advocatícios sucumbenciais. Recebida a inicial, determinou-se a intimação do executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito discriminado na exordial com a advertência de que, recusado o cumprimento voluntário, o débito será acrescido de multa e honorários fixados no importe de 10% (dez por cento) do valor da dívida (fl. 369). Apesar de devidamente intimado o executado, quedou-se inerte ao chamado judicial para cumprimento voluntário da condenação (fls. 371/372). Sobreveio manifestação dos exequentes requerendo a aplicação da multa e dos honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença em virtude da não ocorrência do pagamento voluntário da condenação. Na ocasião, realizou a atualização do débito com os acréscimos acima indicados, pugnando pelo bloqueio dos ativos financeiros do executado, via SISBAJUD, na modalidade teimosinha de forma a quitar a dívida de R$ 347.141,83 (trezentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e três centavos) com a consequente penhora dos valores e expedição de alvará de levantamento para a conta de titularidade do causídico Aldemir Pessoa Júnior (fls. 373/375). Em virtude do não cumprimento voluntário da condenação, bem como diante do requerimento dos exequentes no sentido da consulta e bloqueio de numerário em conta de titularidade do executado, determinei a indisponibilidade do valor atualizado de R$ 347.141,83 (trezentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e três centavos), via sistema SISBAJUD (fl. 376). O detalhamento da ordem judicial de bloqueio de valores retornou com a informação da indisponibilidade da quantia de R$ 123.683,10 (cento e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e dez centavos - fl. 381). Os exequentes, em nova manifestação, reconheceram como devido o valor remanescente atualizado no importe de R$ 224.383,03 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e três centavos), bem como requereu a continuidade dos atos executórios, mediante nova ordem de bloqueio dos ativos financeiros da executada (via SISBAJUD), por meio da ferramenta teimosinha, de forma a obter a quitação do débito em sua integralidade. Na ocasião, requereu a penhora imediata dos valores bloqueados com a consequente expedição do alvará de levantamento para a conta do causídico Aldemir Pessoa Júnior (fls. 384/386). Instado o executado a se manifestar acerca da indisponibilidade dos valores via sistema SISBAJUD, pugnou pela intimação dos advogados Giovanni Fernandes Santos - OAB/CE n. 8.522, Liana Nogueira Alencar - OAB/CE n. 22.764 e Ana Floripe Moreira - OAB/CE n. 20.684 para se manifestarem acerca deste cumprimento de sentença, dada a sua atuação no processo de conhecimento. Na oportunidade, requereu que, caso autorizado o levantamento dos valores pelo advogado, seja garantido apenas o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) com fins de assegurar a isonomia para os demais advogados (fls. 400/401). Em última manifestação, os exequentes rechaçaram as alegações do executado, indicando que a) houve a revogação tácita da procuração anterior, mediante a juntada de nova procuração (fl. 368), constando somente como causídicos Aldemir Pessoa Júnior (OAB/CE n. 10.843), Carlos Eduardo Fernandes de Oliveira (OAB/CE n. 48.374) e João Victor Façanha Pessoa (OAB/CE n. 48.501); b) ilegitimidade do executado para representar direitos de terceiros (advogados); c) Ausência de manifestação do advogado Giovanni Fernandes Santos, apesar de devidamente intimado dos atos processuais do cumprimento de sentença. As advogadas Liana Nogueira Alencar e Ana Floripe Moreira não realizaram sequer um petitório em defesa dos direitos dos constituintes. Ao final, reiterou o pedido de penhora com a expedição do alvará de levantamento em seu benefício, bem como novo bloqueio de numerário, via SISBAJUD, na modalidade teimosinha (fls. 402/413). É a síntese desta fase de cumprimento de sentença. Decido. Analisando os autos, verifico que se busca o adimplemento dos honorários advocatícios sucumbenciais devidos aos patronos vencedores da querela principal, bem como os valores desembolsados pelo requerente Olimpios Participações e Corretagem de Imóveis LTDA - ME, a título de adiantamento das custas processuais iniciais. Como bem destacado pelos exequentes na inicial, indicou-se o valor de R$ 280.368,68 (duzentos e oitenta mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e oito centavos), devido aos causídicos vencedores da ação principal, a título de honorários advocatícios sucumbenciais. Além disso, apontou-se o valor de R$ 10.699,42 (dez mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos), devidos ao exequente Olimpios Participações e Corretagem de Imóveis LTDA - ME, a título de restituição dos valores adiantados das custas processuais iniciais. Nesse sentido, entendo prudente proceder à continuidade do presente cumprimento de sentença de forma individualizada em relação aos valores devidos aos exequentes, na medida em que diversa a titularidade dos referidos créditos. Dando continuidade, vejo que o exequente Olimpios Participações e Corretagem de Imóveis LTDA - ME, ao protocolar o presente cumprimento de sentença, apresentou nova procuração (sem ressalvas) outorgando poderes aos advogados Aldemir Pessoa Júnior (OAB/CE n. 10.843), Carlos Eduardo Fernandes de Oliveira (OAB/CE n. 48.374) e João Victor Façanha Pessoa (OAB/CE n. 48.501). É bem verdade que a apresentação de novo procuração ad judicia, sem ressalvas, na qual outorga poderes a novos causídicos, implica revogação tácita dos poderes conferidos aos patronos anteriores. A propósito: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTRUMENTOS DE MANDATOS. SUCESSÃO. MANUTENÇÃO DOS PODERES ANTERIORMENTE CONCEDIDOS. RESSALVA. AUSÊNCIA. REVOGAÇÃO TÁCITA. OCORRÊNCIA. RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Consoante o entendimento do STJ, a outorga de nova procuração, sem ressalva dos instrumentos procuratórios anteriores, caracteriza revogação tácita de mandato, ficando o Tribunal obrigado a retificar a autuação do feito (AgInt no REsp n. 1.837.482/PR, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 7/11/2023, DJe de 15/12/2023; AgInt no AREsp n. 1.096.126/GO, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 24/8/2020, DJe de 1º/9/2020.) 2. A procuração juntada à fl. 3012 pelo recorrente não contempla o advogado subscrevente do presente agravo interno de fls. 3132-3145, de modo que "É inexistente o recurso ou a ação quando o advogado subscritor não tem procuração e/ou substabelecimento nos autos" (RMS n. 23.672/MG, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 14/6/2011, DJe de 21/6/2011.) Agravo interno não conhecido. (STJ - AgInt no AREsp n. 2.241.372/MA, relator Ministro Humberto Martins, Terceira Turma, julgado em 18/3/2024, DJe de 20/3/2024.) Nesse sentido, entendo que a representação processual do exequente Olimpios Participações e Corretagem de Imóveis LTDA - ME (busca pelo adimplemento dos valores adiantados de custas processuais) encontra-se assegurada pelos advogados indicados na procuração ad judicia de fl. 368, dada a revogação tácita dos instrumentos procuratórios anteriores, devendo a diligente Secretaria de Vara providenciar as devidas retificações na autuação processual. No tocante à condenação do executado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais oriundos da fase de conhecimento, entendo que tais verbas possuem como titularidade apenas os causídicos efetivamente atuantes naquela fase processual. Com efeito, vejo que os advogados Carlos Eduardo Fernandes de Oliveira (OAB/CE n. 48.374) e João Victor Façanha Pessoa (OAB/CE n. 48.501) não participaram de quaisquer atos jurídicos praticados durante a fase de conhecimento, haja vista que sequer constavam na

procuração ad judicia outorgada por Olimpios Participações e Corretagem de Imóveis LTDA - ME, razão pela qual não figuram como titulares da verba honorária advocatícia sucumbencial concedida na fase de conhecimento. A propósito: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - SUCUMBÊNCIA - ADVOGADO QUE ATUOU DURANTE TODA A FASE DE CONHECIMENTO - NOVO PATRONO CONSTITUÍDO APÓS A SENTENÇA E HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Os honorários de sucumbência são devidos aos advogados que atuaram no feito na fase em que foram concedidos, nos termos do art. 22, do Estatuto da OAB, e art. 85, § 2º, do CPC. O causídico que não atuou durante a fase de conhecimento é parte ilegítima para pleitear os honorários de sucumbência arbitrados na sentença, pois estes pertencem exclusivamente aos advogados que atuaram na fase cognitiva. (TJMS. Agravo de Instrumento n. 1411632-28.2023.8.12.0000, Campo Grande, 1ª Câmara Cível, Relator (a): Juiz Waldir Marques, j: 10/10/2023, p: 17/10/2023) Revisitando os exatos termos da procuração ad judicia conferida à fl. 08, percebo que foram outorgados poderes aos advogados Aldemir Pessoa Júnior (OAB/CE n. 10.843), Giovanni Fernandes Santos (OAB/CE n. 8.522), Liana Nogueira Alencar (OAB/CE n. 22.764) e Ana Floripe Moreira (OAB/CE n. 20.684). Os honorários advocatícios sucumbenciais são a remuneração devida ao advogado vencedor que efetivamente tenha atuado em defesa dos direitos do seu constituinte, devendo a titularidade do direito ao seu recebimento ser garantida a todos os causídicos que, em algum momento, desempenharam o seu mister. Todavia, como bem destacou o advogado Aldemir Pessoa Júnior, as causídicas Liana Nogueira Alencar e Ana Floripe Moreira, apesar de incluídas no instrumento de procuração, não realizaram quaisquer atos jurídicos em defesa do constituinte. Isso porque as petições protocoladas nos autos foram subscritas/assinadas pelos advogados Aldemir Pessoa Júnior e Giovanni Fernandes Santos, em conjunto, ou por qualquer deles individualmente. Além disso, vejo que as intimações processuais destinadas ao autor, de igual forma, foram direcionadas aos causídicos acima indicados. Com efeito, entendo que a verba honorária sucumbencial concedida na fase de conhecimento é devida, exclusivamente, aos advogados que atuaram efetivamente na fase de conhecimento (Aldemir Pessoa Júnior e Giovanni Fernandes Santos), razão pela qual não há falar em direito aos honorários advocatícios que ora se requer o adimplemento em benefício das causídicas Liana Nogueira Alencar e Ana Floripe Moreira. Por outro lado, percebo que o causídico Giovanni Fernandes Santos, apesar de intimado diversas vezes neste cumprimento de sentença, não apresentou manifestação capaz de assegurar eventual direito ao recebimento dos honorários advocatícios sucumbenciais. Logo, diante da existência de dois ou mais patronos efetivamente constituídos nos autos do processo de conhecimento, entendo que há entre eles solidariedade ativa em relação aos honorários advocatícios sucumbenciais, autorizando-se que um dos credores execute a obrigação principal e receba em nome dos demais, cabendo aos interessados, caso queiram, pleitearem o seu quinhão em face do recebedor do montante, nos moldes dos arts. 264, 267, 268 e 272, todos do Código Civil Brasileiro. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO EM SENTENÇA QUE RECONHECEU A RELAÇÃO DE PATERNIDADE. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS ENTRE OS ADVOGADOS DA PARTE VENCEDORA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO REPARTIÇÃO PRÉVIA. INSTITUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE CREDITÍCIA. ARTIGOS 264, 269 E 272, TODOS DO CÓDIGO CIVIL. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA INTEGRAL SEM A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO NECESSÁRIO. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor (artigo 23 da Lei nº 8.906/94). É possível a distribuição dos honorários entre os advogados da parte vencedora, podendo ser analisado o trabalho efetivamente desenvolvido por cada um dos profissionais que atuaram na causa, na medida de sua atuação. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Nos casos em que o título judicial executado não contenha repartição prévia dos honorários sucumbenciais entre os profissionais advogados, a titularidade da referida verba honorária deve ser outorgada a todos eles, tendo-se em vista a instituição, por decisão judicial, de solidariedade creditícia ativa. Qualquer um dos credores poderá cobrar o valor integral dos honorários sucumbenciais do único devedor, extinguindo-se a dívida até o montante pago. Com o pagamento dos honorários sucumbenciais devidos, o advogado que receber o pagamento integral passará a responder aos demais credores solidários pela parte que lhes caiba, em procedimento próprio. No caso analisado, deve ser reconhecida a legitimidade ativa do Exequente para executar todo o montante correspondente aos honorários sucumbenciais, sendo desnecessária a formação de litisconsórcio ativo necessário. (TJMG - Agravo de Instrumento - Cv 1.0000.21.095652-0/001, Relator(a): Des.(a) Ana Paula Caixeta, 4ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/09/2021, publicação da súmula em 24/09/2021). Concluo, portanto, que não há impedimento para que o advogado Aldemir Pessoa Júnior, individualmente, requeira o cumprimento da condenação relativa aos honorários advocatícios sucumbenciais em sua integralidade. Superados tais pontos, passo a apreciar efetivamente a continuidade dos atos executórios capazes de assegurar o cumprimento da obrigação em sua totalidade. Como já adiantado, o executado, devidamente citado, não apresentou impugnação específica acerca do presente cumprimento de sentença. Pelo contrário, apesar de intimado para se manifestar acerca do bloqueio de numerário, resumiu-se em defender eventuais direitos dos causídicos da parte contrária atuantes na fase de conhecimento, razão pela qual a conversão dos valores bloqueados em penhora é a medida que se impõe. Dada a necessidade de garantir o adimplemento dos valores remanescentes da dívida e a inércia do executado em efetuar o pagamento do débito, tenho que a continuidade dos atos executórios se apresenta como a medida adequada para o caso dos autos. Nesse sentido, DEFIRO a renovação do bloqueio de numerário em conta de titularidade do executado (via SISBAJUD), desta feita, mediante a adoção da sistemática TEIMOSINHA, pelo prazo de 30 (trinta) dias ou até atingir a totalidade do valor de R$ 224.383,03 (duzentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e três reais e três centavos). No prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da resposta final ou do alcance do valor devido, determino o cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva. Tornados indisponíveis os ativos financeiros do executado, este será intimado na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, incumbindo-lhes, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que: a) as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis; b) ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros. Rejeitada ou não apresentada a manifestação acima, converta-se a indisponibilidade em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, através da transferência do montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução. Os resultados devem ser integrados aos autos com sigilo, dada a natureza das informações contidas. Independentemente do cumprimento dos expedientes anteriores, convertam-se os valores já bloqueados em penhora, transferindo-os para conta judicial. A diligente Secretaria de Vara deverá providenciar as devidas retificações na autuação processual determinadas no inteiro teor desta decisão. Publique-se. Intimem-se as partes e os causídicos citados no inteiro teor desta decisão. Demais expedientes necessários. Itaitinga/CE, 27 de setembro de 2024. Lucas Medeiros de Lima Juiz de Direito

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0200344-46.2023.8.06.0099 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da certidão de fl. 203, sob pena de extinção. Itaitinga/CE,

12 de novembro de 2024. Francisco Lucas Queiroz Victor Diretor(a) de Secretaria

ADV: FRANCISCA VANESKA DA SILVA FERNANDES (OAB 39999/CE) - Processo 0200502-67.2024.8.06.0099 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helcio Geraldo de Oliveira Filho - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca da certidão de fl. 46, sob pena de extinção. Itaitinga/CE, 12 de novembro de 2024. Francisco Lucas Queiroz Victor Diretor(a) de Secretaria

COMARCA DE ITAPAJÉ - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ

EDITAL DE CURATELA
JUSTIÇA GRATUITA
Processo nº: 0003813-23.2019.8.06.0100
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante MARIA DA PENHA MARCOS DE SOUSA
Curatelado ROSA MARIA MARCOS DE SOUSA
Promotor Ministério Público do Estado do Ceará

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Itapajé/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de ROSA MARIA MARCOS DE SOUSA, brasileira, solteira, relativamente incapaz, portadora do RG nº 2019145989-0, SSP-CE e inscrita no CPF nº 602.114.793-65, natural de Uruberatame/CE., nascida aos 07/12/1982, filha de Francisco Vicente de Sousa e Maria Ulenir Marcos de Sousa, residente e domiciliada no mesmo endereço da requerente, ou seja, PV Santa Urçula, DT Santa Cruz - tapajé/CE., que é portadora de retardo mental severo (CID 10 – F 72). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA DA PENHA MARCOS DE SOUSA, brasileira, casada, do lar, portadora do RG nº 3302073-98 SSP-CE., inscrita no CPF sob nº 975.680.403-30, natural de Uruburetama/CE., nascida aos 21/05/1979, filha de Francisco Vicente de Sousa e Maria Ulenir Marcos de Sousa residente e domiciliada no PV Santa Urçula, DT Santa Cruz - Itapajé/CE., CURADORA DEFINITIVA do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 19/06/2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Itapajé/CE, em 16 de outubro de 2024. Eu, CARLOS ALBERTO BASTOS FREIRE, Auxiliar Judiciário, 2973, o digitei.

Gabriela Carvalho Azzi
Juiz(a) de Direito

COMARCA DE ITAPAJÉ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0386/2024

ADV: JISELIA BATISTA SANTOS (OAB 26675/CE) - Processo 0010511-69.2024.8.06.0100 (processo principal 0200087-18.2023.8.06.0100) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - CREDORA: Jiselia Batista Santos - Trata-se de Ação de Habilitação de Crédito, em apenso ao Inventário deRÉGIA ADRIANA DE OLIVEIRA MONTEIRO, pelas razões fáticas e jurídicas declinadas na exordial, às fls. 01/06, tendo por fundamento o contrato de honorários advocatícios, assinado pela devedora, Régia Adriana de Oliveira e por seus herdeiros Eduardo Nogueira Peixoto, ora inventariante e Edilda Maria Carneiro Oliveira, sendo, portanto credora de um montante na ordem de R$ 39.529,57 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos). Com a inicial, vieram os documentos de fls. 07/30. Petições de fls. 31/33, acostada por Edilda Maria Carneiro Oliveira e de fl. 34, acostada pelo inventariante, Eduardo Nogueira Peixoto, concordando com o pedido. Petição da credora às fls. 35/36, requerendo a expedição de alvará. É o breve relatório do necessário. Decido. O objeto de uma ação de Habilitação de Crédito em Inventário consiste na habilitação de crédito que seja dotado dos requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade, não comportando instrução, pois a prova da dívida deve ser literal, bem como imprescindível a anuência de todos os herdeiros, conforme disposição do art.642, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Em que pese a prova da dívida atender aos requisitos da lei, haja vista se tratar de título extrajudicial observando-se inclusive, as características pertinentes a este, o espólio, representando pelo inventariante, assim como a genitora da de cujus manifestaram anuência ao pedido. A respeito do assunto colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM INVENTÁRIO. DECISÃO QUE, ENTENDENDO QUE O HABILITANTE NÃO MAIS DEMONSTRA INTERESSE NA HABILITAÇÃO DO CRÉDITO, DETERMINA O ARQUIVAMENTO. CASSAÇÃO. FEITO QUE SE MOSTRA PRONTO PARA JULGAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 1.012, § 3º, I, DO CPC. CONCORDÂNCIA EXPRESSA DOS HEREIROS QUANTO AO PEDIDO DE HABILITAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE SE IMPÕE, PARA DETERMINAR A RESERVA DE BENS NO VALOR APONTADO NA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 12ª C. Cível - 0003512-77.2018.8.16.0021 - Cascavel - Rel.: DESEMBARGADORA IVANISE MARIA TRATZ MARTINS - J. 23.08.2021) (TJ-PR - APL: 00035127720188160021 Cascavel 0003512-77.2018.8.16.0021 (Acórdão), Relator: Ivanise Maria Tratz Martins, Data de Julgamento: 23/08/2021, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: 23/08/2021) AGRAVO DE INSTRUMENTO - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO NO INVENTÁRIO - RECURSO CABÍVEL - Natureza da decisão de habilitação de credor em inventário - Habilitação configura um incidente processual, mesmo se processada separadamente - Art. 642, § 1º, do CPC - Decisão que a define não encerra o processo, apenas o incidente em si - Decisão de natureza interlocutória, portanto, sujeita a recurso de agravo de instrumento. AGRAVO DE INSTRUMENTO - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO NO INVENTÁRIO - Existência do crédito não contestada pelo Espólio - Apresentação, pelo credor, do contrato de honorários celebrado entre ele e a de cujus - Manifestação do Espólio admite o débito, com ressalva quanto ao montante,

propondo honorários de 20% sobre o proveito econômico da ação previdenciária - Agravante pode ser habilitado, sendo devido o pagamento de 20% do proveito econômico da referida ação no inventário - Parte remanescente (25%) deverá ser cobrada em via ordinária, visto que a defesa do Espólio não se respalda em quitação - Determina-se a reserva de bens suficientes no inventário para eventual pagamento do montante que venha a ser definido na ação de cobrança do total do crédito - Art. 642, § 2º e art. 643, caput e parágrafo único, do CPC. Agravo provido. (TJ-SP - AI: 22008149120238260000 Avaré, Relator: João Batista Vilhena, Data de Julgamento: 14/11/2023, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/11/2023) No tocante ao pedido de expedição de alvará às fls. 35/36, é cediço que os honorários possuem caráter alimentar, todavia, na ação de inventário só poderá ser determinado a expedição de alvará em casos de urgência, quando demonstrado o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, o que não ocorreu. Vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO JULGADOS NA MESMA SESSÃO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO PATRONO ANTES DE ULTIMADA A PARTILHA. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA URGÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO VERGASTADA MANTIDA. 1- No caso dos autos o escritório recorrente apresentou petição na origem requerendo o pagamento relativo a Contrato de Honorários Advocatícios com a competente expedição de alvará em favor do escritório agravante, antes de ultimada a partilha, alegando natureza alimentar da verba e anuência de todos os herdeiros. 2- Na espécie, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, tem-se que a julgadora a quo, por medida de cautela, deferiu os pedidos de expedição de alvará para levantamento de honorários advocatícios apenas em relação a advogada Viviane Elpídio de Sá Quesado, tendo em vista a comprovação de que está acometida por doença grave, de modo que restou demonstrada a imperiosa necessidade da percepção antecipada dos honorários. Da mesma forma, deferiu também pedido de expedição de alvará em favor da herdeira Silvia Helena Machado Reguffe, por estar igualmente acometida de doença grave, necessitando de recursos para o tratamento. 3- Todavia, em relação ao Escritório de Advocacia ora agravante e os demais escritórios que também realizaram o mesmo pedido, sem desconsiderar a natureza alimentar da verba, o pedido restou indeferido por ausência de comprovação da alegada urgência, já que não evidenciado o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação. (...) 6- Agravo de Instrumento conhecido e improvido. Agravo Interno prejudicado. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 4ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer e negar provimento ao Agravo de Instrumento nº 0620998-58.2024.8.06.0000, julgando prejudicado o Agravo Interno de nº 0620998-58.2024.8.06.0000/5000. Fortaleza, JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO Relator (TJ-CE - Agravo Interno Cível: 06209985820248060000 Fortaleza, Relator: JOSE EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO, Data de Julgamento: 25/06/2024, 4ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 25/06/2024) Dessa forma, indefiro o pedido de expedição de alvará às fls. 35/36, resguardando o valor de R$ 39.529,57 (trinta e nove mil, quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e sete centavos), até o final da partilha. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de Habilitação de Crédito e declaro habilitada a credora, determinando que se faça a separação de dinheiro para o pagamento. (art.642,§ 2º, doCPC/2015). Sem custas, em face da Gratuidade, que ora defiro, por entender presentes os pressupostos para o deferimento desse benefício. Publique-se. Registre-se e Intime-se. Transitada em julgado, traslade-se cópia desta sentença para os autos do Inventário. Em seguida, desapensem-se e arquivem-se.

ADV: ANTONIO LUCAS CAMELO MORAIS (OAB 24571/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0012012-05.2017.8.06.0100 - Cumprimento de sentença - Nulidade - REQUERENTE: Maria Mirian Lopes Braga - Compulsando os autos, observo que foi acostado pedido de habilitação de herdeiros à fl. 125. Contudo, as procurações em nome dos herdeiros (fls. 128 e 131) estão irregulares. Apesar de difícil visualização, é possível observar que os documentos de identidade juntados às fls. 129 e 132 constam a informação de que as partes são analfabetas. Acontece que os documentos supramencionados constam apenas a assinatura a rogo. Consoante entendimento jurisprudencial, além da impressão digital aposta, deve constar a assinatura a rogo, bem como ser atestado por duas testemunhas, conforme preceitua o art. 595 do Código Civil, o que não ocorreu no caso sub examine. Assim, determino a intimação da parte autora, por intermédio de seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos: 1. Procuração Ad Judicia das partes, subscrita à rogo e assinadas por 02 (duas) testemunhas, ambos devidamente qualificados (com endereço inclusive), juntamente com as cópias de seus documentos oficiais de identificação e respectivos comprovantes de endereço, nos moldes do art. 595 do CC, posto se tratar de pessoas analfabetas. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO LUCAS CAMELO MORAIS (OAB 24571/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288-0/CE) - Processo 0014984-11.2018.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernanda Moura Vieira Bastos - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, acostar provas do alegado à fl. 62, tanto no que diz respeito a baixa da empresa requerida quanto a demonstração de que Rodrigo Ritter Maia Dias seria o proprietário desta. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO LUCAS CAMELO MORAIS (OAB 24571/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0015184-18.2018.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Iolanda Barroso de Mesquita - Providencie a secretaria a alteração no sistema processual, passando este feito à fase de cumprimento de sentença. Intime-se a parte exequente para apresentar o valor atualizado do quantum debeatur, na forma do art. 524 do Código de Processo Civil. Apresentado o valor atualizado, intime-se a parte executada, na pessoa do advogado, para pagar voluntariamente a dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, cientificando-o de que não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), mais honorários também de 10% (dez) sobre o valor da execução. (art. 523, §2º, CPC). Na intimação do executado, advirta-o que transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se novo prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, alegando as matérias elencadas no art. 525 do CPC, ressaltando que a apresentação de impugnação não impede a prática de atos executivos. Informe-o ainda que se alegar excesso de execução, cumprir-lhe-á declarar o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, sob pena de rejeição liminar da Impugnação. Caso não ocorra o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, certifique a secretaria e, em seguida, intime-se parte exequente para que apresente demonstrativo atualizado do débito, com o acréscimo da multa de 10% (dez por cento), mais honorários também de 10% (dez) sobre o valor da execução (art. 523, §2º, CPC). Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante. Em seguida, proceda-se ao bloqueio de contas correntes de titularidade do executado, até o limite do débito indicado na atualização. Efetuado o bloqueio com êxito, retornem-me conclusos para análise das contas apresentadas. Da mesma forma, havendo apresentação de impugnação com pedido de efeito suspensivo, retornem-me os autos conclusos. Restando infrutífero o bloqueio de conta e não tendo sido apresentada impugnação, intime-se o exequente. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO JOVAN FREITAS PEDROZA (OAB 36929/CE) - Processo 0200506-38.2023.8.06.0100 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.T.M.B. - Em razão do exposto, homologo o acordo de

fl. 37 para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, e declaro Felipe Coelho de Sousa como pai biológico de João Lucas Mota, de modo que determino a expedição de mandado de averbação junto ao Cartório competente devendo ser incluído no assento de nascimento do autor o nome do demandado como pai, bem como da ascendência paterna, autorizada a inclusão do patronímico paterno ao nome do autor, a qual passará a se chamar João Lucas Mota de Sousa, mantendo-se os demais dados inalterados. Sem custas, face à gratuidade deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo. Procedidas com as determinações mencionadas, arquivem-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: JULIO CESAR RODRIGUES SILVA (OAB 30293/CE) - Processo 0200676-73.2024.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Pereira da Silva - Compulsando os autos, verifica-se que o requerido não compareceu à audiência, porém, a sua citação restou infrutífera, pelo motivo exposto à fl. 23. Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar endereço atualizado do requerido. Após, remetam-se os autos ao setor do CEJUSC para que seja designada nova data para a devida realização do ato, devendo as partes serem intimadas, em tempo hábil, para participarem da aludida audiência. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0387/2024

ADV: JULIO CESAR RODRIGUES SILVA (OAB 30293/CE) - Processo 0002980-05.2019.8.06.0100 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: FRANCISCO MESQUITA PINTO - Compulsando os autos, verifiquei que desde a petição acostada à fl. 94, decorreu um relevante lapso temporal. Por todo o exposto, determino a intimação da parte autora, para informar no prazo de 05 (cinco) dias, se a parte requerida desocupou o referido imóvel. Expedientes necessários.

ADV: ULIANA ARAUJO CAVALCANTE (OAB 37365/CE) - Processo 0050372-38.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: F.G.B.N. - 3. Dispositivo: Ante o exposto, julgo improcedente o pedido autoral, nos moldes do art. 487, inciso I, do CPC, de modo que revogo a obrigação de prestação alimentícia estabelecida pela decisão de fls. 11/15. Condeno o demandante nas custas e honorários de sucumbência, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, no entanto, suspendo a sua exigibilidade em razão da justiça gratuita que concedo ao autor, nos termos do artigo 98, §§ 2º e 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0050428-37.2020.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Antonio Reginaldo Vasconcelos Sousa - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - conheço dos Embargos de Declaração e dou-lhes integral provimento reformando sentença ambargada para determinar a incidência a título de danos morais dos juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, em virtude da relação contratual. Mantém-se inalterados os demais termos da sentença de 117/120. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0200570-14.2024.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdeci Ferreira Marques - Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

COMARCA DE ITAPAJÉ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0447/2024

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0002178-07.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Guilherme Braga - Consta as fls. 286-287 informação acerca do possível falecimento da parte requerente. Segundo o art. 110 do Código de Processo Civil, ocorrendo a morte de qualquer das partes dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, ocasião em que o feito deve ser suspenso, a fim de que seja procedida a devida habilitação (art. 687 e ss. CPC). Desta forma, intime-se o causídico para habilitar os herdeiros, na forma do artigo 689 do CPC no prazo de 30 dias. O pedido de habilitação devidamente instruído, com a juntada dos seguintes documentos: (a) Declaração de duas testemunhas com firma reconhecida (e seus documentos pessoais) informando a quantidade, qualificação e assinatura dos herdeiros deixados pelo(a) falecido(a); (b) Pedido de habilitação de todos os herdeiros, mediante apresentação de seus documentos pessoais, comprovante de endereço e procuração (original e atualizada) devidamente preenchida de cada um; e (c) Certidão de óbito da parte autora.Oficie-se o INSS requisitando informações no prazo de 10 (dez) dias sobre a existência ou não de dependentes habilitados do(a) falecido(a) naquele órgão, encaminhando-se para tanto cópia de seus documentos pessoais. Decorridos os prazos, certifique a secretaria e retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: PROCURADOR FAZENDA NACIONAL - DR. LUIZ DIAS MARTINS FILHO (OAB 3/CE) - Processo 0003778-78.2010.8.06.0100 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: União - Fazenda Nacional - Considerando o vasto lapso temporal decorrido, bem como o teor da certidão à fls. 61, REITERO o despacho de fls. 58, para que intime-se a parte exequente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que mais entender de direito. Itapaje, data da assinatura.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO MARCELLO ALVES NOBRE
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MANOEL VALDIR BARROS FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0448/2024

ADV: THYARA PINTO BARRETO DE SOUSA (OAB 26200/CE) - Processo 0200782-69.2023.8.06.0100 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: F.D.B.S.F. - Determino o cumprimento das providências requeridas pelo Ministério Público nas fls. 88/89, nos exatos termos do que foi solicitado.Expedientes necessários. Parecer de pág. 88/89: (...)Ante o exposto,

considerando-se, assim, o pedido de desistência da parte requerida no processo processo 0200190-25.2023.8.06.0100, assim como dos alimentos serem tratados nos autos 0050347-88.2020.8.06.0100, requer-se que a parte autora seja intimada a manifestar e justificar a necessidade de tramitação concomitante dos seus autos e a eventual existência de litispendência com relação a parte dos pedidos. (...)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0449/2024

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE), ADV: ANTONIO LUCAS CAMELO MORAIS (OAB 24571/CE) - Processo 0000987-58.2018.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: PAULO CESAR CRUZ DE SOUSA - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO c/c RESTITUIÇÃO EM DOBRO c/c DANOS MORAIS ajuizada por PAULO CÉSAR CRUZ DE SOUSA em face de BANCO BRADESCO. Em petição de pág. 02/07, o requerente apresentou a Inicial. Em petição de pág. 271/274, o requerido apresentou minuta de acordo devidamente assinada pela parte autora, requerendo a homologação do acordo. Pois bem. Compulsando os autos, noto que as partes, que são capazes, transigiram sobre direito disponível, de modo que é o acordo válido e eficaz, nos termos do art. 104 do Código Civil. A formulação do acordo representa desistência tácita quanto ao recurso interposto. Destarte, com esteio na regra do art. 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil (CPC), HOMOLOGO o acordo celebrado em todos os termos ali esboçados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, determinando que, após cumpridas as formalidades legais, sejam os autos remetidos ao arquivo, dando-se as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes pelo DJE. Expedientes necessários.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0001243-98.2018.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio Barbosa de Lima - Consta as fls 336/337 informação acerca do possível falecimento. Segundo o art. 110 do Código de Processo Civil, ocorrendo a morte de qualquer das partes dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, ocasião em que o feito deve ser suspenso, a fim de que seja procedida a devida habilitação (art. 687 e ss. CPC). Desta forma, intime-se o causídico para habilitar os herdeiros, na forma do artigo 689 do CPC no prazo de 30 dias. O pedido de habilitação devidamente instruído, com a juntada dos seguintes documentos: (a) Declaração de duas testemunhas com firma reconhecida (e seus documentos pessoais) informando a quantidade, qualificação e assinatura dos herdeiros deixados pelo(a) falecido(a); (b) Pedido de habilitação de todos os herdeiros, mediante apresentação de seus documentos pessoais, comprovante de endereço e procuração (original e atualizada) devidamente preenchida de cada um; e (c) Certidão de óbito da parte autora.Oficie-se o INSS requisitando informações no prazo de 10 (dez) dias sobre a existência ou não de dependentes habilitados do(a) falecido(a) naquele órgão, encaminhando-se para tanto cópia de seus documentos pessoais. Decorridos os prazos, certifique a secretaria e retornem-me os autos conclusos.Expedientes necessários.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0001854-17.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonio Costa Oliveira - Vistos. Intime-se a parte autora para em 15 dias apresentar réplica, em igual período, determino a intimação das partes para, no prazo comum de 15 dias, nos moldes do art. 348 do CPC, indicar se pretendem produzir outras provas além das já existentes nos autos.O desinteresse expresso ou ausência de manifestação acarretará o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: WALMIR VALENÇA SILVA FILHO (OAB 46328A/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0002190-21.2019.8.06.0100 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: V.M.O. - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se quanto ao interesse no prosseguimento do feito e justifique sua posição em relação ao teor da informação constante na fl. 71. Advirta-se que o não atendimento a esta determinação poderá resultar na extinção do processo, nos termos do artigo 485, inciso III, e §1º, do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0002970-58.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: MARIA SOCORRO MENDES MIRANDA - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - DISPOSITIVO Diante de todo o exposto, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, DOU POR EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço com esteio no art. 485, III, e §1º, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, entretanto, considerando que é beneficiária da justiça gratuita, a exigibilidade das custas ficará sobrestada até que demonstrada a alteração de sua situação econômica, no prazo prescricional de 5 (cinco) anos, de conformidade com o artigo 98, § 3º do CPC. Após trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos, com as devidas baixas. P. R. I. C.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE) - Processo 0003692-92.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: FRANCISCA MARIA VIERA ANDRADE - REQUERIDO: BANCO DO BRADESCO - AGÊNCIA DE ITAPAJÉ-CE. e outro - Verifico que, às fls. 184/189 dos autos, a parte requerida informou o óbito da parte requerente. Entretanto, extrai-se dos fólios que foi deferida a habilitação dos herdeiros às fls. 113/114, razão pela qual torno sem efeito o despacho de fl. 199 dos autos. Sem prejuízo, determino a intimação das partes para, no prazo comum de 15 dias, nos moldes do art. 348 do CPC, indicar se pretendem produzir outras provas além das já existentes nos autos. O desinteresse expresso ou ausência de manifestação acarretará o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: AMANDA ARRAES DE ALENCAR PONTES (OAB 32111/CE) - Processo 0005274-69.2015.8.06.0100 (apensado ao processo 0005923-05.2013.8.06.0100) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gerardo Bastos Pneus e Peças Ltda - Considerando o requerimento da parte autora, defiro o pedido de devolução do prazo de manifestação, a fim de assegurar o pleno exercício do devido processo legal e da ampla defesa, em conformidade com os princípios constitucionais que regem o processo civil. Intime-se a parte autora para que apresente sua manifestação no novo prazo restituído, contado a partir da intimação deste despacho.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288-0/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0014965-05.2018.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Joselita Moreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, como fundamento no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil, inserindo-se entre as matérias passíveis de conhecimento de ofício (art. 485, § 3º do CPC). Sem custas e despesas, porquanto não se pode imputar às partes a causa que acarretou a extinção da ação. Sem honorários advocatícios sucumbenciais, em razão de atividade nula da parte contrária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas. Expedientes necessários.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0050042-41.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - ARROLANTE: JOSÉ RODRIGUES DE

MELO - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Trata-se de AÇÃO DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO C/C DANOS MORAIS e ajuizada por JOSE RODRIGUES DE SOUSA em face de BANCO DO BRADESCO. Em petição de pág. 239/243, o requerido apresentou minuta de acordo. Analisando o documento apresentado, verifica-se que o requerente apresentou concordância, nos termos ali especificados, requerendo a homologação do acordo. Pois bem. Compulsando os autos, noto que as partes, que são capazes, transigiram sobre direito disponível, de modo que é o acordo válido e eficaz, nos termos do art. 104 do Código Civil. Destarte, com esteio na regra do art. 487, inc. III, b, do Código de Processo Civil (CPC), HOMOLOGO o acordo celebrado em todos os termos ali esboçados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, determinando que, após cumpridas as formalidades legais, sejam os autos remetidos ao arquivo, dando-se as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes pelo DJE.

ADV: SARAH CAMELO MORAIS (OAB 37288/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0050203-51.2019.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JOSEFA DE SOUSA ANDRADE - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Sem prejuízo, determino a intimação das partes para, no prazo comum de 15 dias, nos moldes do art. 348 do CPC, indicar se pretendem produzir outras provas além das já existentes nos autos. O desinteresse expresso ou ausência de manifestação acarretará o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0050594-35.2021.8.06.0100 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça de pág. 138 e requerer o que entender direito

ADV: THYARA PINTO BARRETO DE SOUSA (OAB 26200/CE) - Processo 0200511-60.2023.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: K.B.F. - Vistos, etc. Trata-se de Ação de guarda unilateral e regulamentação de visitas c/c alimentos, com pedido de tutela de urgência proposta por KAENIA BRAGA FERREIRA e MARIA PÉROLA FERREIRA NUNES neste ato representada por sua genitora em desfavor de GEILSON NUNES MATEUS. A menor em questão é filha do requerido de acordo com a certidão de nascimento de fl. 21 e recebia o suporte financeiro da parte dele de 195 reais, referente a mensalidade da escola. Pugnou, em razão disso, pelo arbitramento de verba alimentar, no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais, equivalente a 30% (trinta por cento) da remuneração bruta atualizada do requerido. Na decisão inaugural, foi concedida a gratuidade judiciária; fixados alimentos provisórios em favor da requerente, no percentual de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente; e, por último, determinada a designação de audiência. Em audiência, as partes firmaram acordo acerca dos alimentos pleiteados, de modo que o reclamado pagará a reclamante, a título de pensão alimentícia, quantia mensal equivalente a 28,32% do salário-mínimo, a ser reajustado quando este o for, correspondente à época do ajuste a R$ 400,00 (quatrocentos reais), mediante transferência pix a genitora da menor. No tocante a guarda da infante, ficou pactuado que esta ficará sob a responsabilidade compartilhada dos genitores e a visitação ficará em finais de semanas intercalados, sendo acordado, com prévia comunicação entre as partes, em caso de alguma alteração referente a uma viagem ou outra visita (fl. 63). Instado a se manifestar, o Ministério Público, opinou pela homologação da transação estabelecida pelas partes, por entender que preservou suficientemente os direitos indisponíveis da menor envolvida (fls. 71). É o breve relato. Decido. Compulsando os fólios, verifico que a composição firmada em audiência de mediação foi celebrada de forma livre e espontânea por partes capazes, em que foram resguardados satisfatoriamente os interesses da menor. Ao Magistrado cabe o estímulo à autocomposição entre os litigantes, que, inclusive, pode ser proposta a qualquer tempo, consoante dicção do seu art. 3º, §3º, do CPC, in verbis: Art. 3º. Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. (...) § 3º. A conciliação, amediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. Como se sabe, a ocorrência de transação importa na extinção do feito com resolução do mérito, a teor do art. 487, III, alínea b, da Lei Processual Civil Nesse sentido, Fredie Didier Júnior disserta: O inciso III do art. 487 cuida de um gênero da decisão: a decisão homologatória da autocomposição, pondo fim a controvérsia. Não há aqui, verdadeiramente, heterocomposição. Nada obstante, é decisão de mérito, apta a ficar imune pela coisa julgada material, passível, portanto, de ser alvo de futura ação rescisória (Didier Jr. Fredie. Curso de direito processual civil, vol 1, 17 ed. Salvador: Ed. Jus Podvim, 2015, pg. 732). O acordo entabulado em audiência preserva suficientemente os interesses da menor envolvida, notadamente quando estipula alimentos que atendem o binômio necessidade/possibilidade, guarda compartilhada e livre direito de visitação, a teor do art. 1589, do Código Civil. Além do mais, o Parquet, na qualidade de fiscal da ordem jurídica, não encontrou obstáculo à chancela da transação apresentada. Não se pode perder de vista também que as recentes alterações legislativas visam, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos com vistas a permitir uma prestação jurisdicional mais célere e, com isso, efetivar a ideia de duração razoável do processo. Assim, a homologação é medida que se impõe Ante o exposto, por atender as formalidades legais, HOMOLOGO o acordo firmado pelas partes em audiência (fl.63), e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, para que possa produzir todos os seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do artigo 487, III, alínea “b do CPC. Custas pro rata, aplicando-se a redução prevista no art. 3º da Lei nº16.132/2016. Contudo, suspendo a exigibilidade em relação às partes em razão de gozarem dos benefícios da gratuidade judiciária, que ora defiro, também, ao requerido (art. 98, §3°, do CPC). Deixo de condenar as partes em honorários sucumbenciais, em razão da solução consensual do conflito e da inexistência de vencido e vencedor. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se o feito com as baixas devidas.

ADV: MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 28531/CE) - Processo 0200794-49.2024.8.06.0100 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: F.C.G. - Considerando a manifestação do Ministério Público e a relevância do documento médico constante às fls. 17/21, que, embora indique potencial incapacidade para os atos da vida civil, carece de assinatura formal, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente o documento devidamente subscrito (física ou digitalmente). Após a juntada do documento solicitado, remetam-se os autos ao Ministério Público para nova vista, possibilitando a análise e parecer quanto ao pedido de curatela provisória. Para um melhor esclarecimento dos fatos e no interesse da proteção da pessoa interditanda, determino, ainda, a realização de estudo social, que deverá ser anexado aos autos com a maior brevidade possível. Por fim, designo audiência para entrevista da interditanda, com o objetivo de averiguar suas condições pessoais e assegurar o pleno exercício do contraditório. Expedientes necessários. Itapaje, data da assinatura. Francisco Marcello Alves Nobre

ADV: JOSE ALEXANDRE DE SOUSA (OAB 53136/CE) - Processo 0200860-29.2024.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Partilha - REQUERENTE: Meirelaine de Souza Almeida da Silva - Diante do exposto, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, homologo o pedido de desistência e dou por extinto o feito sem resolução de mérito, o que faço com esteio no artigo 485, VIII, §4º e §5º do Código de Processo Civil. Custas pela autora, se houver (art. 90, caput, do CPC). Sem honorários, ante a não formação do contraditório. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MARIA RITA GOMES DE MESQUITA (OAB 44034/CE) - Processo 0201121-91.2024.8.06.0100 - Procedimento Comum

Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Benedita Sousa da Silva - Determino a intimação da parte autora, por intermédio de seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial, por inépcia, nos termos do art. 485, inciso I e artigo 321, parágrafo único do CPC, para juntar aos autos o comprovante de residência no nome da parte autora ou declaração do titular acerca da residência da parte requerente. Expedientes necessários.

ADV: MARIA RITA GOMES DE MESQUITA (OAB 44034/CE) - Processo 0201124-46.2024.8.06.0100 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Maria Fernanda Rodrigues Olivera - Determino a intimação da parte autora, por intermédio de seu advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial, por inépcia, nos termos do art. 485, inciso I e artigo 321, parágrafo único do CPC, para juntar aos autos o comprovante de residência no nome da parte autora ou declaração do titular acerca da residência da parte requerente. Expedientes necessários.

COMARCA DE ITAPAJÉ - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPAJÉ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0261/2024

ADV: JOSE DIAS SOARES NETO (OAB 33863/CE) - Processo 0010333-31.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - AUTUADO: Joel Silva Freitas - Vistos em conclusão. Conforme certidão de fl. 66, o réu, apesar de devidamente citado (fl. 64), deixou transcorrer o prazo sem apresentar resposta à acusação. Assim, em obediência ao art. 396-A, §2º, do CPP, bem como em face da ausência de Defensor Público nesta Unidade Judiciária e tendo por base o Provimento 11/2021-CGJCE (DJe 05/05/2021), NOMEIO o DR. JOSÉ DIAS SOARES NETO, OAB/CE Nº 33863, como defensor dativo do acusado, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para apresentar resposta à acusação, restando encarregado também de patrocinar os demais atos necessários a defesa de seu representado até o trânsito em julgado desta ação, na forma do disposto no art. 22, § 1º, da Lei n. 8.906/94. Intime-se o defensor, a partir do contato do Anexo Único, 6ª Zona, Edital nº 10/2022-DJE 24/08/2022, dando-lhe ciência desta nomeação. Fica advertido sobre as condições estabelecidas no art. 3º do Provimento n. 11/2021 CGJCE. O advogado dativo será intimado pessoalmente através do e-mail/telefone (diasnetoce@hotmail.Com/(85) 9 9601-2302) fornecido para todos os atos processuais, bem como via DJe. A eventual alteração deve ser comunicada ao juízo para assegurar o cumprimento da comunicação processual, além de ser possível a solicitação de intimação por outra forma. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0262/2024

ADV: PAULO ROBERTO RAMOS (OAB 46567/CE) - Processo 0050304-60.2020.8.06.0098 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADO: Vivente Gonçalves da Silva Filho - Vistos em conclusão. Compulsando os autos, verifico que o réu, apesar de devidamente citado (fl. 59), deixou transcorrer o prazo sem apresentar resposta à acusação. Destarte, em consonância com o art. 396-A, §2º, tendo por base o Provimento 11/2021-CGJCE (DJe 05/05/2021), NOMEIO o DR. PAULO ROBERTO RAMOS, OAB/CE Nº 46567, como defensor dativo do acusado, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para apresentar resposta à acusação, restando encarregado, também, de patrocinar os demais atos necessários a defesa de seu representado até o trânsito em julgado desta ação, na forma do disposto no art. 22, § 1º, da Lei n. 8.906/94. O advogado dativo será intimado pessoalmente através do e-mail (advramos1979@bol.com.br/(85)9-85283585) fornecido para todos os atos processuais, bem como via DJe. Expedientes necessários.

ADV: RENATO ALVES BESERRA CAVALCANTE (OAB 40079/CE) - Processo 0204657-35.2023.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉ: Patricia Maria Gomes Sousa - Vistos em conclusão. O(a) advogado(a) dativo(a) foi devidamente intimado(a) da sua nomeação (fls. 47/51). Contudo, deixou transcorrer o prazo sem exercer o múnus ao qual restou encarregado. Dessa forma, com base no Provimento 11/2021-CGJCE (DJe 05/05/2021), DESCONTITUO A DRA. MARIA ERIVANE TEIXEIRA BRAGA, OAB/CE Nº 42276, E NOMEIO, COMO NOVO DEFENSOR DATIVO da acusada, o DR. RENATO ALVES BESERRA CAVALCANTE, OAB/CE Nº 40079, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para apresentar resposta à acusação, ficando responsável também por patrocinar os demais atos necessários a defesa de sua representada até o trânsito em julgado desta ação, na forma do disposto no art. 22, § 1º, da Lei n. 8.906/94. O(a) advogado(a) dativo(a) será intimado(a) pessoalmente através do e-mail/telefone (renatoadv23@gmail.com/(85) 9 87855236) fornecido para todos os atos processuais, bem como via DJe. A eventual alteração deve ser comunicada ao juízo para assegurar o cumprimento da comunicação processual, além de ser possível a solicitação de intimação por outra forma. Expedientes necessários.

COMARCA DE ITAPAJÉ - CEJUSC- ITAPAJÉ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ITAPAJÉ -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - ITAPAJÉ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0044/2024

Processo 0000217-55.2024.8.06.0100 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: S.D.G. - RECLAMADA: A.M.G. - Homologo por sentença, para que tenha eficácia de título executivo, nos termos do art. 515, III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de março de 2015), o acordo pré-processual realizado no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, de ITAPAJÉ-CE, celebrado entre SEBASTIÃO DOURADO GONÇALVES inscrito no CPF /CNPJ nº 842.758.123-87 e ANTONIA MOTA GONÇALVES inscrita no CPF /CNPJ nº 729.293.163-49 conforme Termo de Sessão de Conciliação/Mediação em anexo. Oficie-se ao cartório competente para que proceda a devida averbação do divórcio decretado, sem cobrança de emolumentos, encaminhando-se cópia de sentença e termo.

COMARCA DE ITAREMA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAREMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAREMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0433/2024

ADV: JOSE WEYNE DE AMORIM (OAB 5321/CE) - Processo 0001166-43.2019.8.06.0104 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: M.C.S.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição e documentos juntados às págs. 155/157, requerendo o que entender cabível. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, abra-se vista ao MP. Expedientes Necessários. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

ADV: MARIA SOCORRO SOUSA LIMA (OAB 9806/CE) - Processo 0003561-23.2010.8.06.0104 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Maria Yasmim Reinaldo de Lima-menor e outros - Diante de todo o expendido, EXTINGO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 274, parágrafo único e art. 485, inciso III, ambos do Código de Processo Civil, ante o abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o trânsito em julgado desta decisão e observadas que sejam as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos. Expedientes Necessários. Itarema/CE, data e assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

ADV: JOSE EURIAN TEIXEIRA ASSUNCAO (OAB 6252/CE), ADV: GERALDO MAGELA RIOS FILHO (OAB 8400/CE) - Processo 0005973-14.2016.8.06.0104 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: M.I.K.S.S. - REQUERIDO: A.C.A. - Tendo em vista o trânsito em julgado do acórdão, conforme se observa na certidão de fl. 374, intimem-se as partes para requererem o que entender cabível, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido das partes. Expedientes Necessários. Itarema/CE, data e assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz substituto titular

ADV: JOSE WEYNE DE AMORIM (OAB 5321/CE), ADV: LARISSA MARIA CARLOS OLIVEIRA (OAB 46911/CE) - Processo 0050529-28.2021.8.06.0104 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.N.V.A. - REQUERIDO: P.E.S. - Verifica-se, in casu, indubitável ausência superveniente de interesse de agir, haja vista o falecimento do requerido, certidão de óbito à pág. 96. Isto posto, pelos motivos acima expendidos, extingo a presente, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, incisos VI e IX, do CPC, pela perda do objeto da ação. Custas a cargo da autora, mas suspensas pela gratuidade deferida, por força do art. 98, § 3º, do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e adotadas as cautelas de praxe, arquivem-se com a devida baixa na distribuição. Itarema/CE, datado e assinado eletronicamente. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz substituto titular

ADV: JOSE WEYNE DE AMORIM (OAB 5321/CE) - Processo 0200070-67.2023.8.06.0104 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.H.S. - Ante o exposto, resolvo o mérito da demanda, na forma do inciso I do artigo 487 do CPC e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO constante na inicial, para designar LÚCIA HELENA DOS SANTOS como curadora de MARIA FERNANDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial. A curadora está obrigada a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, conforme o art. 84, § 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ademais, resta advertido a curadora de que deve, no exercício de seus poderes próprios, garantir o melhor tratamento possível à curatelada, com profissional capacitado à enfermidade, disponibilizado pelo Poder Público, com regularidade e frequência. Sem custas, ante o deferimento da justiça gratuita. Tendo em vista a ausência de sucumbência, deixo de fixar honorários advocatícios. Requisite-se, junto ao SIPER, os honorários periciais em benefício do expert, nomeado às págs. 72/73. Publique-se. Registre-se. Intimadas as partes em audiência, renunciaram ao prazo recursal. Com o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes providências: expeça-se o termo de curatela definitivo; b) expeça-se o mandado de averbação/registro da indicação de curador, encaminhando-se ao cartório competente, observado o art. 92 da Lei 6.015/73; c) expeça-se edital para publicação no Diário de Justiça, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da curatela e seus limites e, não sendo total a curatela, os atos que o curatelado poderá praticar autonomamente. d) Oficie-se o CAPS de Itarema para que proceda e garanta acompanhamento periódico regular ao curatelado, com profissional especializado na área psiquiátrica, informando ao juízo caso haja não comparecimento/atendimento no período proposto pelo médico responsável. Cumpridas todas as determinações, arquivem-se. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema

ADV: MARIA RAQUEL DA SILVA MARTINS (OAB 42444/CE), ADV: JOSE WEYNE DE AMORIM (OAB 5321/CE) - Processo 0200129-21.2024.8.06.0104 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.I.F.S. - REQUERIDO: L.V.S.M.L.S.V.G. - Considerando o fim da atividade postulatória, determino sejam intimadas as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, atentando-se para seus ônus especificados no art. 373 do CPC/15, em quinze dias. Alerto que o silêncio das partes poderá implicar em julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, I, do CPC/15, com aplicação objetiva das regras de ônus de prova. Após, sigam os autos conclusos. Intimem-se. Expedientes necessários. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema

ADV: ANTÔNIO MOACIR FELIX RODRIGUES (OAB 17941/CE) - Processo 0200133-92.2023.8.06.0104 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Maria Onete dos Santos Nascimento - José Antônio dos Santos - Ante o exposto, resolvo o mérito da demanda, na forma do inciso I do artigo 487 do CPC e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO constante na inicial, para designar MARIA ONETE DOS SANTOS NASCIMENTO como curadora de JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial. A curadora está obrigada a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, conforme o art. 84, § 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ademais, resta advertido a curadora de que deve, no exercício de seus poderes próprios, garantir o melhor tratamento possível à curatelada, com profissional capacitado à enfermidade, disponibilizado pelo Poder Público, com regularidade e frequência. Sem custas, ante o deferimento da justiça gratuita. Tendo em vista a ausência de sucumbência, deixo de fixar honorários advocatícios. Requisite-se, junto ao SIPER, os honorários periciais em benefício do expert, nomeado às págs. 91/92. Publique-se. Registre-se. Intimadas as partes em audiência, renunciaram ao prazo recursal. Com o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes providências: expeça-se o termo de curatela definitivo; b) expeça-se o mandado de averbação/registro da indicação de curador, encaminhando-se ao cartório competente, observado o art. 92 da Lei 6.015/73; c) expeça-se edital para publicação no Diário de Justiça, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da curatela e seus limites e, não sendo total a curatela, os atos que o curatelado poderá praticar autonomamente. d) Oficie-se o CAPS de Itarema para que proceda e garanta acompanhamento periódico regular ao curatelado, com profissional especializado na área psiquiátrica, informando ao juízo caso haja não comparecimento/atendimento no período proposto pelo médico responsável. Cumpridas todas as determinações,

arquivem-se. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema

ADV: ANTONIO SALOMÓN BRITO LEITÃO (OAB 41085/CE) - Processo 0200234-95.2024.8.06.0104 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família (Voluntário) - REQUERENTE: A.A.M. - Diante do exposto, e conforme tudo o mais que consta nos autos, por sentença, para que produza todos os seus efeitos, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC/15, JULGO PROCEDENTE o pedido constante da exordial para deferir ao promovente ALVARÁ JUDICIAL autorizando o levantamento dos valores indicados às fls. 33/34. AUTORIZO o destaque pedido de retenção de honorários advocatícios contratuais, no percentual de 20% (vinte por cento), conforme contrato de págs. 39/40. Expeçam-se os competentes alvarás nos termos acima descritos. Intime-se pessoalmente a parte autora da expedição do alvará. Sem custas, haja vista a gratuidade deferida à fl.30. Publique-se. Registre-se. Intime(m)-se. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades, arquive-se o feito com as devidas baixas no sistema. Expedientes necessários. Itarema/CE, datado e assinado eletronicamente. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema

ADV: JOSE WEYNE DE AMORIM (OAB 5321/CE) - Processo 0200254-86.2024.8.06.0104 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos Gravídicos - REQUERENTE: M.L.S.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de pág. 26, requerendo o que entender cabível. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, abra-se vista ao MP. Expedientes Necessários. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

ADV: MARCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP) - Processo 0200351-86.2024.8.06.0104 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Tendo em vista que há requerimento de desistência formalizado nos autos, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA manifestada pelo requerente, julgando sem resolução de mérito nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Custas pagas. Verificando que a parte autora pediu a desistência da presente ação, torno insubsistente a decisão de fls. 44/45, devendo desfazer todas as consequências dessas decisão, ou seja, que seja baixada qualquer restrição realizada nos presentes autos junto ao Sistema RENAJUD, bem como levantadas quaisquer restrições negativadoras em órgãos de proteção ao crédito decorrentes da presente ação. Transitada em julgado a sentença, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas de estilo, bem como oficie-se ao DETRAN para que baixe eventual restrição judicial decorrente da presente demanda. Sem condenação em honorários. Expedientes necessários. P.R.I. Itarema/CE, datado e assinado eletronicamente. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

ADV: RAIMUNDO NONATO ARAUJO (OAB 11410/CE), ADV: SABRINA DE SOUZA ARAUJO (OAB 23523/CE) - Processo 0200412-44.2024.8.06.0104 - Procedimento Comum Cível - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Maria Eneldina Paiva - Maria Erlina Miranda de Menezes - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial por Maria Eneldina Paiva, representada por sua irmã Maria Erlina Miranda de Menezes, de modo que determino a expedição do competente mandado de assentamento de registro de óbito de Maria Adriana Paiva dos Santos, ao competente Cartório de Registro Civil, prestando-se as informações necessárias para tanto e remetendo, inclusive, cópia dos documentos que instruem os autos, máxime a declaração de óbito, com fundamento no art. 109, da Lei. 6.015/73 c/c o art. 487, I, do CPC/15. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Após o trânsito em julgado, expeça-se o respectivo mandado. Sem custas ante o deferimento da justiça gratuita. Cumpridas as formalidades legais e cautelas de estilo, arquivem-se. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

ADV: CLARA LINDA AGUIAR RIOS (OAB 11387/CE) - Processo 0200428-66.2022.8.06.0104 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: N.A.B. - Ante o exposto, resolvo o mérito da demanda, na forma do inciso I do artigo 487 do CPC e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO constante na inicial, para designar NAZARÉ ARAÚJO BARROS como curadora de JOSÉ TIAGO ARAÚJO OLIVEIRA, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela que ora se estabelece aos atos de natureza patrimonial e negocial. A curadora está obrigada a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano, conforme o art. 84, § 4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ademais, resta advertido a curadora de que deve, no exercício de seus poderes próprios, garantir o melhor tratamento possível à curatelada, com profissional capacitado à enfermidade, disponibilizado pelo Poder Público, com regularidade e frequência. Sem custas, ante o deferimento da justiça gratuita. Tendo em vista a ausência de sucumbência, deixo de fixar honorários advocatícios. Requisite-se, junto ao SIPER, os honorários periciais em benefício do expert, nomeado às págs. 66/67. Publique-se. Registre-se. Intimadas as partes em audiência, renunciaram ao prazo recursal. Com o trânsito em julgado, adotem-se as seguintes providências: expeça-se o termo de curatela definitivo; b) expeça-se o mandado de averbação/registro da indicação de curador, encaminhando-se ao cartório competente, observado o art. 92 da Lei 6.015/73; c) expeça-se edital para publicação no Diário de Justiça, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e do curador, a causa da curatela e seus limites e, não sendo total a curatela, os atos que o curatelado poderá praticar autonomamente. d) Oficie-se o CAPS de Itarema para que proceda e garanta acompanhamento periódico regular ao curatelado, com profissional especializado na área psiquiátrica, informando ao juízo caso haja não comparecimento/atendimento no período proposto pelo médico responsável. Cumpridas todas as determinações, arquivem-se. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAREMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0434/2024

ADV: JOANA LAYS DE OLIVEIRA GOMES (OAB 43247/CE) - Processo 0010068-77.2022.8.06.0104 (apensado ao processo 0265950-87.2024.8.06.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo Cristiano de Castro - Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva formulado por MARCELO CRISTIANO DE CASTRO, devidamente representado por procurador constituído. O requerente aduz que está preso desde 07/03/2024, sob a acusação da prática dos crimes de posse ilegal de arma de fogo, tráfico de drogas e corrupção de menores. Alega, ainda que possui boas condições pessoais e não estão presentes os requisitos da manutenção da custódia. Requereu, ainda, a revogação da prisão ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares mais brandas. Juntou aos autos comprovante de endereço com data de 30/11/2020 e CTPS com assinatura data de admissão de 09/05/2022 (fls. 536/538). O Ministério Público emitiu parecer às fls. 558/561, opinando pela manutenção da prisão preventiva. Por fim, vieram os autos conclusos para a decisão. É o que cabe destacar. Decido. No que toca aos requisitos da prisão cautelar, faz-se necessário reiterar que o fumus comissi delicti restou bastante delineado nos autos, não se podendo, neste momento, se aprofundar em questões afetas ao mérito. Quanto ao periculum libertatis, impõe-se a necessidade de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal. E isso não decorre da simples gravidade do delito, mas sim, como bem destacou o Ministério Público, da

gravidade in concreto da conduta. Cabe ressaltar que a conduta criminosa foi perpetrada com a participação de dois menores o que denota uma reprovabilidade maior considerando o fato de que isto é capaz de inseri-los no mundo nefasto da criminalidade. Outro ponto que demonstra a gravidade da conduta é o modo como a ação foi supostamente praticada dado que o réu e sua companheira foram recrutados em outro município para participarem do tráfico no Município de Itarema/CE, demonstrando o grau de organização e poder de arregimentação do grupo criminoso. O pedido protocolado às fls. 531/535, veio acompanhado de comprovante de endereço e de cópia da CTPS. Entretanto, o comprovante de endereço data de aproximadamente 4 anos atrás e não é capaz de comprovar o endereço do réu por falta de contemporaneidade e a cópia da CTPS de fls. 538, não comprova de fato que o réu é o contratado, já que a foto é muito próxima e não se deduz que seja da mesma carteira de trabalho apresentada às fls. 537. Assim, o contexto narrado denota uma concreta gravidade, além do severo risco de reiteração delitiva, a justificar, portanto, a manutenção da prisão processual. Assim, até o momento, as hipóteses previstas no art. 319 do CPP não se mostram aptas a resguardar a ordem pública, considerando a gravidade concreta já exposta nesta decisão. Ante o exposto, com base com esteio no art. 312, do CPP, MANTENHO a prisão preventiva do acusado Marcelo Cristiano de Castro, negando, portanto, o pedido de revogação da prisão preventiva. Ciência ao Ministério Público e Defesa técnica. Compulsando os autos em apenso (0265950-87.2024.8.06.0001), verifico às fls. 01/10, informação oriunda da Delegacia do 17º Distrito Policial de Fortaleza/CE, dando conta da prisão do acusado Marcelo Cristiano de Castro, motivo pelo qual determino que a SVU realize consulta junto ao SIGEPEN com a finalidade de localizar a Unidade Prisional em que se encontra recolhido o acusado, para fins de citação do referido do réu, através de mandado judicial, com urgência. Considerando que há informação de que o réu encontra-se preso é necessário retirar a suspensão processual e determinar o prosseguimento do feito com a devida citação. Atualize-se as tarjas processuais e o histórico de parte, certificando nos autos. Expedientes necessários, com a urgência que o caso requer Itarema/CE, datado e assinado eletronicamente.

ADV: RAQUEL ROZALBA ALBUQUERQUE DE COUTO (OAB 27181/CE) - Processo 0050086-14.2020.8.06.0104 (apensado ao processo 0050115-64.2020.8.06.0104) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Idenê de Sousa e Outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021/CGJ/TJ-CE, a fim de que possa imprimir andamento ao processo, e de Ordem do MM. Juiz, intime-se a parte apelada para apresentar as contrarrazões recursais, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do art. 1.010, §1º, do CPC. Uma vez, apresentadas estas ou decorrido o prazo legal, determino que sejam REMETIDOS os autos ao Egrégio TJCE para o processamento e julgamento do recurso interposto.

ADV: RAQUEL ROZALBA ALBUQUERQUE DE COUTO (OAB 27181/CE) - Processo 0050087-96.2020.8.06.0104 (apensado ao processo 0050115-64.2020.8.06.0104) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Kelvia de Oliveira e Outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021/CGJ/TJ-CE, a fim de que possa imprimir andamento ao processo, e de Ordem do MM. Juiz, intime-se a parte apelada para apresentar as contrarrazões recursais, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do art. 1.010, §1º, do CPC. Uma vez, apresentadas estas ou decorrido o prazo legal, determino que sejam REMETIDOS os autos ao Egrégio TJCE para o processamento e julgamento do recurso interposto.

ADV: RAQUEL ROZALBA ALBUQUERQUE DE COUTO (OAB 27181/CE) - Processo 0050106-05.2020.8.06.0104 (apensado ao processo 0050115-64.2020.8.06.0104) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Aparecida de Lima e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021/CGJ/TJ-CE, a fim de que possa imprimir andamento ao processo, e de Ordem do MM. Juiz, intime-se a parte apelada para apresentar as contrarrazões recursais, no prazo de 15 (quinze) dias, a teor do art. 1.010, §1º, do CPC. Uma vez, apresentadas estas ou decorrido o prazo legal, determino que sejam REMETIDOS os autos ao Egrégio TJCE para o processamento e julgamento do recurso interposto.

ADV: VITÓRIA RÉGIA SANTOS DE SOUSA (OAB 45476B/CE) - Processo 0050330-06.2021.8.06.0104 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERENTE: T.L.O. - Evolua-se a classe processual para Cumprimento de Sentença com as anotações pertinentes nos registros processuais. Considerando o lapso de tempo transcorrido desde a juntada do pedido de cumprimento de sentença às págs. 51/53 até a presente data, intime-se a exequente, através de sua causídica, para que, no prazo de 05 (cinco) dias informe se o executado está cumprindo integralmente o acordo de págs. 35/36 que foi homologado por sentença, por este Juízo, às págs. 43/44. Ultrapassado o prazo fixado sem manifestação, certifique-se nos autos. Em seguida, conclusos. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

ADV: AFRANIO SANTOS RODRIGUES (OAB 10546/CE), ADV: JOSE WEYNE DE AMORIM (OAB 5321/CE) - Processo 0050362-45.2020.8.06.0104 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: R.N.C.N. - REQUERIDA: M.C.C. - Intimem-se as partes, através de seus causídicos, para tomarem ciência do laudo de avaliação de págs. 76/78. Após, tendo em vista a certidão de trânsito em julgado de pág. 70, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes Necessários. Itarema/CE, data da assinatura digital. Maycon Robert Moraes Tomé Juiz Substituto Titular da Vara Única da Comarca de Itarema/CE

COMARCA DE JAGUARETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1144/2024

ADV: MAXWELL ALVES BEZERRA DO ROSÁRIO (OAB 29215/CE) - Processo 0200210-95.2023.8.06.0106 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.D.A.F. - INTIME-SE a parte autora, pessoalmente, para que se manifeste acerca do parecer do Ministério Público constante às fls. 43/44.

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0200414-08.2024.8.06.0106 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Luiza Henrique de Souza - Nesse contexto, faculto à parte autora que demonstre, no prazo de 15 (quinze) dias, a alegada hipossuficiência, podendo comprová-la por meio das seguintes opções: (a) a apresentação das 03 (três) últimas declarações do imposto de renda com recibo de entrega junto à Receita Federal; (b) o comprovante de inscrição no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais); (c) extrato de benefício previdenciário, contracheques ou extratos de conta corrente. Caso a parte não comprove o direito à gratuidade judiciária, deverá proceder com o recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do processo sem resolução de mérito. Intime-se na pessoa de Advogado(a), pelo DJe.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO PAULWOK MAIA DE CARVALHO

DIRETOR(A) DE SECRETARIA MILENA FAGUNDES RABELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1145/2024

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0003942-44.2018.8.06.0106 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Marcio de Araujo da Silva e outro - Atendendo o determinado no ato judicial retro, designo o dia 10/02/2025, às 13:00h, para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser realizada mediante comparecimento presencial e/ou por videoconferência, acessando o Link: https://link.tjce.jus.br/9bc87f, utilizando o aplicativo Microsoft Teams. À Secretaria de Vara Única para providenciar os expedientes abaixo: Intimar o Ministério Público através de seu representante legal; Intimar o(a)(s) ré(u)(s) e seu(ua)(s) advogado(a)(s) constituído(a)(s) e/ou -defensor(a)(es) dativo(a)(s) nomeado(a)(s), advertindo-o(a)(s) a apresentar(em) sua(s) testemunha(s) de defesa, na audiência acima agendada, independente de intimação, ou no caso de não constar testemunha(s) arrolada(s) pela defesa, para querendo, juntar rol de testemunhas no prazo legal e apresentá-las ao referido ato, independente de intimação; Intimar a(s) testemunha(s) e/ou vítima(s) arrolada(s) na denúncia e, se tratando de Policial(is) Civil e/ou Militar e/ou de réu preso, deverá(ão) ser(em) requisitados através do sistema SAV. Expedientes necessários. Jaguaretama/CE, 12 de novembro de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO PAULWOK MAIA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MILENA FAGUNDES RABELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1146/2024

ADV: JOSIMAR FREIRE NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 36474/CE) - Processo 0014663-23.2017.8.06.0128 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Lucas Emanuel da Silva Nobre - Atendendo o determinado no ato judicial retro, designo o dia 10/02/2025, às 15:30h, para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, a ser realizada mediante comparecimento presencial e/ou por videoconferência, acessando o Link: https://link.tjce.jus.br/7dd3f8, utilizando o aplicativo Microsoft Teams. À Secretaria de Vara Única para providenciar os expedientes abaixo: Intimar o Ministério Público através de seu representante legal; Intimar o(a)(s) ré(u)(s) e seu(ua)(s) advogado(a)(s) constituído(a)(s) e/ou -defensor(a)(es) dativo(a)(s) nomeado(a)(s), advertindo-o(a)(s) a apresentar(em) sua(s) testemunha(s) de defesa, na audiência acima agendada, independente de intimação, ou no caso de não constar testemunha(s) arrolada(s) pela defesa, para querendo, juntar rol de testemunhas no prazo legal e apresentá-las ao referido ato, independente de intimação; Intimar a(s) testemunha(s) e/ou vítima(s) arrolada(s) na denúncia e, se tratando de Policial(is) Civil e/ou Militar e/ou de réu preso, deverá(ão) ser(em) requisitados através do sistema SAV. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA
JUIZ(A) DE DIREITO PAULO PAULWOK MAIA DE CARVALHO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MILENA FAGUNDES RABELO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1148/2024

ADV: PROCURADOR VANDA LEILA F. DE OLIVEIRA (OAB 3/CE) - Processo 0002090-29.2011.8.06.0106 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Inmetro - (instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial) - Cls. I RELATÓRIO. Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL ajuizada pelo EXEQUENTE em face do EXECUTADO, apontando a inicial de débito fiscal no valor de R$ 1.633,62 (um mil, seiscentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos). Certidão de dívida ativa às fls. 03. Às fls. 70, deferiu-se a suspensão do feito pelo prazo de 01 ano. Após análise dos autos, verifica-se que restaram se infrutíferas todas as tentativas de localizar bens penhoráveis. É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO. Analisando os autos, verifico que é o caso de extinção de execução fiscal por ausência de interesse de agir, em virtude de tratar-se de execução de baixo valor (menos de R$ 10.000,00). Sobre a matéria, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o recurso extraordinário, com repercussão geral (Tema 1.184), decidiu que o juiz pode encerrar processos judiciais iniciados pelos entes públicos (União, Estados e Municípios, por exemplo) para a cobrança de débitos (execuções fiscais), quando o valor da dívida for muito baixo. Tal providência considera a relação desproporcional de custo de movimentação do processo judicial versus valor recuperado, sendo despicienda a atuação do Poder Judiciário quando, através de outras vias, a Fazenda Pública pode buscar a quitação do débito, nos termos da Lei nº 12.767/2012. Além disso, a decisão do STF foi proferida com base em dados estatísticos contidos no relatório feito pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual apontou que há 27,3 milhões de execuções fiscais pendentes, ou seja, 1/3 de todos os processos judiciais do país. São ações com baixo percentual de resolutividade (apenas 12%) e com alto índice de temporalidade (média de 6 anos e 7 meses para encerrar). Em outras palavras, execuções fiscais como esta são ações prejudiciais ao funcionamento do judiciário e aos cofres públicos, pois, além de não gerar melhora na arrecadação do ente público, consome tempo útil e outros recursos de suas procuradorias, dado o grande volume de ações de baixo valor distribuídas. Nesse sentido, o STF fixou as seguintes teses de julgamento no Tema 1.184: 1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis. Ademais, o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Resolução nº 547, de 22 de fevereiro de 2024, com o objetivo de instituir medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do tema 1184 da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário 1.355.208, Rel. Min. Cármen Lúcia, j. 19/12/2023), acima citado. Transcrevo abaixo os artigos de relevância para o presente caso: Art. 1º. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. § 1º. Deverão ser extintas as execuções fiscais de valor inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) quando do ajuizamento, em que não haja movimentação útil há mais de um ano sem citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis. § 2º. Para aferição do valor previsto no § 1º, em cada caso concreto, deverão ser somados os valores de execuções que estejam apensadas e propostas em face do mesmo executado. § 3º. O disposto no § 1º não impede nova propositura da execução fiscal se forem encontrados bens do executado, desde que não consumada a prescrição. § 4º. Na hipótese do § 3º, o prazo prescricional para nova propositura terá como termo inicial um ano após a data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens

penhoráveis no primeiro ajuizamento. § 5º. A Fazenda Pública poderá requerer nos autos a não aplicação, por até 90 (noventa) dias, do § 1º deste artigo, caso demonstre que, dentro desse prazo, poderá localizar bens do devedor. Ante ao exposto, de acordo com a fundamentação precedente, JULGO EXTINTO O FEITO sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, incisos IV e VI do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. Havendo restrição judicial decorrente deste processo, torno-a sem efeito, procedendo-se com a consequente liberação. Eventuais expedientes, quando cabível, poderão ser firmados de ordem deste Juízo". Transcorrido o prazo, sem interposição de recursos pelas partes, certifique-se o trânsito em julgado. Havendo interposição de recursos, remetam-se os autos à superior instância, observando-se a titularidade do crédito objeto do processo, a quem caberá o juízo de admissibilidade (art. 1.010, § 3º do CPC). Transitado em julgado, arquive-se o processo mediante as cautelas de praxe. Publique-se. Intimem-se. Expedientes Necessários. Jaguaretama/CE, data da inserção da assinatura. José Ronald Cavalcante Soares Júnior Juiz de Direito Núcleo de Produtividade Remota- NPR.

COMARCA DE JAGUARIBE - 1ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE JAGUARIBE
SECRETARIA DE 1ª VARA
Fórum Dr José de Queiroz Lima, sito na Av. 08 de Novembro, s/n, centro, Jaguaribe/CE, CEP 63.475-000 - Fone (088) 3522-2403
E-mail: jagauribe.1@tjce.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS
Justiça Gratuita

PROCESSO Nº 200010-51.2024.8.06.0107

O Doutor LUCAS SOBREIRA DE BARROS FEITOSA, Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Jaguaribe, Estado do Ceará, por nomeação legal, etc…

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Intimação, com o prazo de 15 (quinze) dias, virem ou dele notícia tiverem, que por este Juízo e Secretaria de 1ª Vara desta Comarca de Jaguaribe, Estado do Ceará, está se processando um Requerimento de Medidas Protetivas de Urgência pela vítima Francisca de Assis Marcelino contra Francisco Edvan da Silva, Processo Nº 0200010-51.2024.8.06.0107, pelo presente fica INTIMADO o ofensor Francisco Edvan da Silva, andarilho, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, à respeito das medidas protetivas concedidas em seu desfavor, nos autos em epígrafe, quais sejam: NÃO se aproxime da vítima e do seu endereço residencial, devendo manter distância mínima de 150 (cento e cinquenta) metros da ofendida; NÃO mantenha contato com a ofendida e familiares por qualquer meio de comunicação, inclusive por intermédio de outras pessoas; NÃO frequente o lugar de trabalho da ofendida. Deverá o demandado ser cientificado das medidas protetivas decretadas, com a advertência no sentido de que o descumprimento de qualquer das determinações apontadas sujeitará o demandado a medidas coercitivas diversas, não descartada a hipótese de decretação de eventual prisão preventiva, na hipótese do artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal. Além disso, em caso de descumprimento das medidas aqui impostas, responderá o requerido pelo delito previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06. A fim de que não alegue desconhecimento, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital que será afixado no átrio do Fórum local, e publicado na forma da Lei. Outrossim, faz saber que o Fórum de Jaguaribe fica localizado à Av: 08 de Novembro, s/n. Dado e passado nesta Comarca de Jaguaribe, Estado do Ceará, aos 12 (doze) dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro (2024). Eu (Vicente Paulo de Sousa) Analista Judiciário, mat. 201546, o digitei. E, eu, (Thays Emilly Bandeira Alcantara), Diretora da Unidade Judiciária, o subscrevi.

LUCAS SOBREIRA DE BARROS FEITOSA
Juiz Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0224/2024
ADV: GABRIELLY SANTOS DO NASCIMENTO (OAB 41129/CE), ADV: JOYCE FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 17496/PI) - Processo 0200863-57.2024.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Juliana do Nascimento Silva e outro - 3- DISPOSITIVO Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado deduzida na presente ação penal e, com isso, condeno os acusados (a) FRANCISCO DANIEL DA SILVA LEORNE e JULIANA DO NASCIMENTO SILVA nas sanções do artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 e art. 12, da Lei 10.826/03, razão pela qual passo à dosimetria das penas a serem cominadas em desfavor dos acusados, na estrita forma prevista nas normas do artigo 68 do Código Penal, fazendo-o com esteio no artigo 42 da lei n. 11.343/06, cumulado com o artigo 59 do Código Penal.

COMARCA DE JAGUARIBE - 2ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0418/2024
ADV: JOSE JOACY BEZERRA JUNIOR (OAB 20980/CE), ADV: DAIANE PEREIRA SOUZA (OAB 20020/CE) - Processo 0000038-13.2018.8.06.0107 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: A.O.F. - DESIGNO audiência de ENTREVISTA para o dia 09/12/2024 às 16:00h, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, conforme instruções abaixo.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: ENILCE DE FREITAS TEIXEIRA GUEDES (OAB 18747/CE) - Processo 0005238-45.2011.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Alessandro Jucá Guedes - REQUERIDO: Bradesco Seguros S.a - Vistos em conclusão. Em respeito ao Acórdão de fls. 173/180, determino a realização de prova pericial. Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem quesitos à perícia e, se desejarem, indicar assistente técnico, caso já não tenha sido feito. Indico, desde já, como quesitos do juízo: I) O periciado sofre de alguma lesão compatível com o acidente automobilístico por ele alegado? II) Qual a natureza da lesão e quais as regiões atingidas? III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação? IV) Realizar o enquadramento da lesão constatada de acordo com a tabela anexo da Lei nº 6.194/1997 A) Invalidez permanente ( ) SIM ( ) NÃO ( ) PREJUDICADO B) Invalidez permanente total ( ) SIM ( ) NÃO ( ) PREJUDICADO C) Em caso de invalidez permanente parcial, especificar a porcentagem, de acordo com a área atingida: D) Invalidez permanente parcial completa ( ) SIM ( ) NÃO ( ) PREJUDICADO E) Em caso de invalidez permanente parcial incompleta, especificar a porcentagem, de acordo com o grau de repercussão. Proceda-se à inclusão do feito no próximo mutirão de perícias do DPVAT. Não sendo possível, nomeie-se perito médico, junto ao SIPER, e intime-o, via e-mail, encaminhando senha para acesso aos autos e cópia dos quesitos das partes e do juízo, para designar data, local e hora para realização do exame pericial no autor, no prazo de 30 (trinta), ou, se for o caso, apresentar escusa justificada à nomeação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 157, §1º, do CPC). Com a data da perícia informada nos autos, intime-se o(a) autor(a), por seu patrono, para comparecer na data, hora e local indicados, munido(a) de documento de identificação pessoal e documentação médico-hospitalar porventura existentes, tais como exames e laudos médico, para se submeter ao exame pericial, advertindo-o que a sua ausência injustificada importará em desistência da realização de tal prova. Intimem-se, ainda, os advogados das partes, da data da perícia, ficando estas encarregadas de comunicar os assistentes técnicos que porventura tenham designado. O laudo deverá ser encaminhado a este juízo nos 10 (dez) dias seguintes à realização da perícia. O pagamento dos honorários periciais será feito após a apresentação do laudo médico, nos termos da Resolução nº 04/2017, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará e das Portarias do TJCE nº 69/2019 e 602/2019. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: PEDRO PARENTE TEIXEIRA (OAB 25266-0/CE), ADV: JOSE LINDIVAL DE FREITAS JUNIOR (OAB 13116/CE) - Processo 0005978-32.2013.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jose Armando Nogueira Diogenes - Vistos em conclusão. Conforme apontado pela parte exequente em suas últimas manifestação, a decisão de fl. 387 foi cumprida equivocadamente, uma vez que não foi intimada o advogado para parte executada, mas, sim, da parte exequente (fl. 392). Ademais, o ato ordinatório de fl. 396, foi expedido com prazo diverso do previsto legalmente (art. 523, caput, do CPC), conforme também apontou a petição de fls. 399/400. Em vista a isso, chamo o feito à ordem para determinar o cumprimento integral da decisão de fl. 387. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: ROBERSON DIOGENES COELHO (OAB 15391/CE), ADV: PEDRO DIÓGENES LIMA CAVALCANTE (OAB 16973-0/CE) - Processo 0006423-16.2014.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria das Candeias Pinheiro de Queiros Barros - REQUERIDO: Municipio de Jaguaribe - Vistos em conclusão. Cumpra-se conforme determinado em Carta de Ordem de fls. 116. Intime-se igualmente a parte autora. Transcorrido os prazos, sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: DENNIS ROCHA PASSOS NUNES DOS SANTOS (OAB 31957/CE) - Processo 0010284-97.2020.8.06.0107 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - REQUERENTE: G.T.K.M.O. - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos planilha de cálculos devidamente atualizada, considerando que a última atualização ocorreu em 2020. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO ALBERNAN CRESCENCIO DANTAS (OAB 9274/CE), ADV: MARIANA PARENTE JUCÁ (OAB 34464/CE), ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0050403-66.2021.8.06.0107 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: F.A.P. - ALIMENTANDO: J.A.L.S. - DESIGNO audiência de INSTRUÇÃO para o dia 09/12/2024 às 15:00h, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, conforme instruções abaixo.

ADV: MARCOS AURÉLIO PINHEIRO MOURA (OAB 39144/CE) - Processo 0200011-70.2023.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Leiliane de Arruda Fernandes e outro - Vistos em conclusão. Ante a contestação de fls.28/45, ouça-se a parte adversa, na pessoa do seu advogado, no prazo de 15(quinze) dias. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Decorrido o prazo acima, voltem-me os autos conclusos para deliberação dos demais pedidos formulados pela contestante. Intime-se. Expediente necessário.

ADV: PEDRO ALBERNAN CRESCENCIO DANTAS (OAB 9274/CE), ADV: FRANCISCO VÍTOLO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 54272/PE) - Processo 0200059-92.2024.8.06.0107 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.P.C. - ALIMENTANDO: J.T.M.S. - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para manifestarem, no prazo comum de 10 dias, de maneira clara, objetiva e sucinta, se pretendem produzir outras provas, justificando a necessidade de sua produção e especificando os fatos que deverão ser provados, sob pena de indeferimento. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Vista ao Ministério Público para ciência/manifestação. Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200159-81.2023.8.06.0107 - Averiguação de Paternidade - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: J.S.S. - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do resultado do exame pericial de DNA, constante às fls. 135/137 Expedientes necessários.

ADV: ENILCE DE FREITAS TEIXEIRA GUEDES (OAB 18747/CE), ADV: VAN NIXON DE LUCENA BRITO (OAB 31152/CE) - Processo 0200190-04.2023.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: F.C.M. - Aos 08/11/2024, às 09:00h, nesta cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará, na sala de audiência virtual da 2ª Vara da Comarca de Jaguaribe, onde presente se encontrava a conciliadora, regulamentada nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ, abaixo-assinada, foi aberta a sessão de conciliação, em que, constatou-se a ausência das partes. Informo que, em razão do feriado municipal ocorrido na data programada, não houve expediente no fórum, o que inviabilizou a realização das audiências previstas para o dia. Em virtude dessa impossibilidade, as audiências restaram prejudicadas e serão oportunamente remarcadas, observando-se a disponibilidade das partes envolvidas e a adequação à pauta. REDESIGNO a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 11/12/2024 às 15:15h, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS. Segue abaixo o endereço eletrônico da audiência para acesso: https://link.tjce.jus.br/f374ce Nada mais havendo, foi encerrado o termo que

segue assinado digitalmente. JULIÊTA BARBOSA MAIA NETA Conciliadora

ADV: DAIANE PEREIRA SOUZA (OAB 20020/CE), ADV: CAIO YVES LUNA LUCAS (OAB 38823/CE), ADV: PEDRO OLIVEIRA DE QUEIROZ (OAB 49244/CE), ADV: STHEFANE DOS SANTOS GOMES (OAB 51071/CE), ADV: LUANA NUNES DE SOUSA (OAB 48378/CE), ADV: JOSE JOACY BEZERRA JUNIOR (OAB 20980/CE) - Processo 0200369-98.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Lindarifa de Lima Nogueira - REQUERIDO: AAPEN - Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para manifestarem, no prazo comum de 10 dias, de maneira clara, objetiva e sucinta, se pretendem produzir outras provas, justificando a necessidade de sua produção e especificando os fatos que deverão ser provados, sob pena de indeferimento. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE) - Processo 0200403-73.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Salete de Oliveira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Vistos em conclusão. A parte autora, na oportunidade da réplica à contestação, se manifestou pela produção de prova pericial. Sendo assim, intime-se a parte demandada para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se deseja produzir novas provas, em caso afirmativo, deverá especificá-las e justificar sua relevância. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0200410-65.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Nilce Batista Pereira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Vistos em conclusão. A parte autora, na oportunidade da réplica à contestação, se manifestou pela produção de prova pericial. Sendo assim, intime-se a parte demandada para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se deseja produzir novas provas, em caso afirmativo, deverá especificá-las e justificar sua relevância. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0200435-78.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Ester de Almeida Cavalcante - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Vistos em conclusão. A parte autora, na oportunidade da réplica à contestação, se manifestou pela produção de prova pericial. Sendo assim, intime-se a parte demandada para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe se deseja produzir novas provas, em caso afirmativo, deverá especificá-las e justificar sua relevância. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: DARCKSON IVO PEIXOTO SILVA (OAB 48296/CE) - Processo 0200644-81.2023.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.S.B. e outro - Aos 08/11/2024, às 09:45h, nesta cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará, na sala de audiência virtual da 2ª Vara da Comarca de Jaguaribe, onde presente se encontrava a conciliadora, regulamentada nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ, abaixo-assinada, foi aberta a sessão de conciliação, em que, constatou-se a ausência das partes. Informo que, em razão do feriado municipal ocorrido na data programada, não houve expediente no fórum, o que inviabilizou a realização das audiências previstas para o dia. Em virtude dessa impossibilidade, as audiências restaram prejudicadas e serão oportunamente remarcadas, observando-se a disponibilidade das partes envolvidas e a adequação à pauta. REDESIGNO a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 11/12/2024 às 14:30h, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS. Segue abaixo o endereço eletrônico da audiência para acesso: https://link.tjce.jus.br/f374ce Nada mais havendo, foi encerrado o termo que segue assinado digitalmente.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA DA SILVA (OAB 32694/CE) - Processo 0200675-04.2023.8.06.0107 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Vinicius da Silva Ferreira - REQUERIDA: Maria Celina Chaves e outro - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para manifestarem, no prazo comum de 10 dias, de maneira clara, objetiva e sucinta, se pretendem produzir outras provas, justificando a necessidade de sua produção e especificando os fatos que deverão ser provados, sob pena de indeferimento. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0200689-22.2022.8.06.0107 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Liberação de Conta - REQUERENTE: Maria Evanulia Lopes da Silva - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca da resposta do Banco do Brasil ao ofício encaminhado, constante às fls. 63. Expedientes necessários.

ADV: MANOEL ROZEMBERGUE CARLOS DANTAS (OAB 35655/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477A/CE) - Processo 0200692-06.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amanda Jessica da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A e outro - Ante a apresentação da peça defensiva, intime-se a parte autora, por sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, se manifestar sobre preliminar(es), fato(s) e documento(s) novos presentes na contestação (arts. 351 e 352, ambos do CPC). Nesta ocasião, a parte autora deverá se manifestar quanto a produção probatória, justificando-as. Intime-se também a parte ré para, no mesmo prazo, especificar outras provas que pretende produzir, justificando-as. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva,

o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso dos prazos acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE), ADV: FERNANDA RAFAELLA OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 32766/PE) - Processo 0200738-29.2023.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Diogenes Granja Filho - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Vistos em conclusão. Intimem-se as partes para manifestarem, no prazo comum de 10 dias, de maneira clara, objetiva e sucinta, se pretendem produzir outras provas, justificando a necessidade de sua produção e especificando os fatos que deverão ser provados, sob pena de indeferimento. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso do prazo acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: RAYANE SHEILA SARAIVA DE LIMA (OAB 47405/CE) - Processo 0200739-77.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria Dilma Lopes Ferreira - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: RAIMUNDO EDUARDO MOREIRA BARBOSA (OAB 5460/CE) - Processo 0200779-59.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Roberto de Lima Peixoto - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Não está suficientemente provada a hipossuficiência da parte autora, uma vez que a ficha funcional acostada aos autos (fl. 16) encontra-se desatualizada. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória atualizada da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: FRANCISCO DOMINGOS ACIOLY GUEDES VIEIRA (OAB 37261/CE), ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200799-50.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elza Maria de Oliveira Barreira Guedes - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE) - Processo 0200802-05.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Eudes Carvalho Pinheiro e outro - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a(s) parte(s) autora(s) faz(em) jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a(s) parte(s) autora(s), por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica dos dois (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: RAYANE SHEILA SARAIVA DE LIMA (OAB 47405/CE) - Processo 0200803-87.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Nicelma Saraiva de Almeida - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a(s) parte(s) autora(s) faz(em) jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a(s) parte(s) autora(s), por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de

cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: MARIA HELENA DIOGENES PINHEIRO PINTO (OAB 36965/CE) - Processo 0200818-56.2024.8.06.0107 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.M.S. e outro - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º) dos dois, qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE), ADV: FRANCISCO VÍTOLO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 54272/PE) - Processo 0200820-26.2024.8.06.0107 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.J.C. - Aos 08/11/2024, às 11:15h, nesta cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará, na sala de audiência virtual da 2ª Vara da Comarca de Jaguaribe, onde presente se encontrava a conciliadora, regulamentada nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ, abaixo-assinada, foi aberta a sessão de conciliação, em que, constatou-se a ausência das partes. Informo que, em razão do feriado municipal ocorrido na data programada, não houve expediente no fórum, o que inviabilizou a realização das audiências previstas para o dia. Em virtude dessa impossibilidade, as audiências restaram prejudicadas e serão oportunamente remarcadas, observando-se a disponibilidade das partes envolvidas e a adequação à pauta. REDESIGNO a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 11/12/2024 às 16:00h, a ser realizada mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS. Segue abaixo o endereço eletrônico da audiência para acesso: https://link.tjce.jus.br/f374ce

ADV: FRANCISCO VÍTOLO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 54272/PE) - Processo 0200838-47.2024.8.06.0107 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.E.S. - Vistos em conclusão. Trata-se de Ação de Alimentos proposta por ANTHONY MARCELO DA SILVA ALVES, LARA MIKAELLY DA SILVA ALVES, menores, impúberes, neste ato representado pela sua Avó Materna, MARIA LUCIA ELIAS DA SILVA, em face do genitor MARCELO JANUÁRIO ALVES. Quanto a representação processual, observa-se que a avó supostamente exerce a guarda fática dos netos. Neste cenário, não se obsta o direito da avó de representar os menores, em vista do princípio do melhor interesse da criança; não obstante isso, a avó deve demonstrar que os menores estão sob seus cuidados de fato. Em sendo assim, INTIME-SE a representante das partes autoras, por meio do advogado constituído para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos comprovação de que exerce a guarda fática dos netos ou justificar a impossibilidade de fazê-lo; sob pena de extinção do processo sem o julgamento do mérito e cancelamento da distribuição (CPC, arts. 321, parágrafo único, c/c 330, IV, arts. 290, e 485, I e X). Empós, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: CARLOS YURI ARAUJO CAMPELO RODRIGUES (OAB 44717/CE) - Processo 0200879-14.2024.8.06.0107 - Cumprimento Provisório de Sentença - Fato Atípico - REQUERENTE: Maria do Socorro Cardoso da Silva - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, juntar aos autos a decisão que deferiu os alimentos provisórios; sob pena de extinção do processo sem o julgamento do mérito e cancelamento da distribuição (CPC, arts. 321, parágrafo único, c/c 330, IV, arts. 290, e 485, I e X). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial.

ADV: IASMIM VIEIRA LOPES CARNEIRO (OAB 48565/CE) - Processo 0200881-81.2024.8.06.0107 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: C.S.S.L.N. - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários.

ADV: STEPHENSON FRANCISCO MAIA JOSUE (OAB 13179/CE) - Processo 0200892-13.2024.8.06.0107 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.N.S. - Vistos em conclusão. Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Cumpra-se. Jaguaribe/CE, data da assinatura digital.

ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE) - Processo 0200894-80.2024.8.06.0107 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Jander Robson Bezerra Gomes e outro - Vistos em conclusão. Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Cumpra-se. Jaguaribe/CE,

data da assinatura digital.

ADV: MARIA HELENA DIOGENES PINHEIRO PINTO (OAB 36965/CE) - Processo 0200897-35.2024.8.06.0107 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: K.E.S.M. - Vistos em conclusão. Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE) - Processo 0200917-26.2024.8.06.0107 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.P.S. - Vistos em conclusão. Intime-se o autor, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Cumpra-se. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0419/2024

ADV: ROBERSON DIOGENES COELHO (OAB 15391/CE), ADV: SILVANES PIRES DE SOUSA (OAB 10968/CE) - Processo 0000046-73.2007.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - INVENTARIANTE P: Antonia Alves Bezerra - Vistos em conclusão. Tendo em vista os termos da audiência realiza em 29 de novembro de 2017 (fl.174), onde as partes envolvidas requereram a suspensão do feito pelo prazo de 60 (sessenta dias), com o objetivo de obter levantamento georeferenciado de todas as terras dos titulares da herança. Após decorrido vasto lapso temporal, a diligência mencionada se concretizou em 28 de março de 2023, com o devido levantamento requisitado. Desse modo, intimem-se a parte autora (inventariante) para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se possui interesse na composição amigável da lide com os demais herdeiros. Ademais, sendo todos capazes, faculta-se a apresentação de plano de partilha amigável, a atender ao art. 651 do atual CPC, trazendo as expressas declarações de concordância de todos os herdeiros, o que acarretará a conversão do feito em Arrolamento Sumário. Intime-se.

ADV: DAVI PINHEIRO LIMA (OAB 30905/CE) - Processo 0005572-98.2019.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: José Edinor Silveira da Silva - Vistos. Após análise dos autos, verifico que a parte autora foi devidamente intimada a cumprir o despacho de fls. 52, mas permaneceu inerte. Diante disso, intime-se a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se quanto ao interesse na continuidade do feito e, em caso afirmativo, cumpra o que foi determinado no despacho de fls. 52, sob pena de remoção, conforme disposto no art. 622, inciso I, do Código de Processo Civil.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0005757-49.2013.8.06.0107 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Vistos, etc. Consoante análise dos autos, o presente processo tramita por aproximadamente 11 anos, sem obtenção de êxito na satisfação do crédito exequendo por parte do exequente. Assim sendo, em atenção ao disposto nos artigos 9º e 10 do CPC, intime-se o exequente para que, no prazo de 5 dias, manifeste-se acerca da possível incidência de prescrição intercorrente.

ADV: TAMIRA KELLY SALES DOS SANTOS (OAB 41348/CE), ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE) - Processo 0008451-83.2016.8.06.0107 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: José Edson Nogueira de França - Vistos em conclusão. Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento: a) das custas processuais referente ao cumprimento das cartas precatórias, conforme tabela de valores anexas à Lei nº 16.132/2016; b) das custas referentes ao Fundo de Custeio de Diligência dos Oficiais de Justiça (FCDOJ) criado pela Lei Estadual nº 16.273/2017 e regulamentado pela Portaria nº 1.208/2017 da lavra da Presidência do TJCE. Após o recolhimento, determino à Secretaria da Vara que elabore e encaminhe as remissivas pelo meio correto, em conformidade com as disposições da Resolução-GP nº 99, de 02/12/2023 TJMA, observando as informações fornecidas pelo Juízo Deprecado às fls. 256/257 dos autos. Expedientes necessários.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0009263-28.2016.8.06.0107 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil - S/A - Vistos em conclusão. Evolua-se de classe para "cumprimento de sentença". Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a juntada do AR de fls.102/103 e acerca da possível incidência da prescrição intercorrente, requerendo o que entender de direito. Empós, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0050683-71.2020.8.06.0107 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Rural - EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Vistos em conclusão. Intime-se o exequente para comprovar o recolhimento dascustas de expediçãode carta precatória e diligências do oficial de justiça, no prazo de 15 (quinze) dias. Recolhidas as custas, expeça-se carta precatória, direcionado os seguintes endereços: CARLOS ALBERTO DE SOUSA Endereço: Sitio. N Olinha, nº 0, Solonopole/CE - CEP: 63620-000 e ANTONIO PEIXOTO DE ALMEIDA Sítio Alegre, nº 0, Jaguaribe/CE - CEP: 63475-000, conforme consta à petição de fl.108. Com o recolhimento das custas supracitadas, proceda-se com os devidos expedientes. Intime-se.

ADV: FRANCISCO JERRY LIMA (OAB 32694/CE) - Processo 0200044-60.2023.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana Fernandes Leandro Augusto - Vistos em conclusão. Inicialmente, torno sem efeito o ato de fl.510, pois deixa de observar os ditames e prazos legais. Com efeito, INTIME-SEa parte autora para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarréplica a contestaçãode fls. 195/217, nos termos do art. 350 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200055-89.2023.8.06.0107 - Averiguação de Paternidade - Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetiva - REQUERENTE: C.A.O. - Vistos em conclusão. Trata-se de ação de reconhecimento de paternidade post mortem,ajuizada por Pedro Lucas Alves, representado pela genitora Camila Alves de Oliveira. Pois bem, considerando que devem figurar no polo passivo de demandas desta natureza (investigação de paternidade post mortem) todos os herdeiros do falecido, hei por bem determinar a intimação da parte autora, por sua advogada (via Dje), para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar a qualificação dos demais herdeiros do falecido, a fim de possibilitar a continuidade

do feito. Paralelamente, à secretaria para cumprimento do despacho de fl.23. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0200169-62.2022.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Jadnna Maria de Almeida Cunha Costa - Vistos em conclusão. Intime-se a inventariante para, no prazo de 15(quinze) dias, se manifestar a respeito do feito e apresentar as primeiras declarações, sob pena de sua remoção, bem como cumprir o que foi requerido pela Fazenda Pública Estadual: a) adote os procedimentos necessários ao lançamento do imposto causa mortis referentes à transmissão dos bens e o Imposto de doação, notadamente, efetuar o cadastramento das GUIAS do ITCMD, via internet, e em seguida, proceder ao recolhimento do referido tributo, nos termos do art. 142, do CTN (art. 146, inciso III, alínea b, do CF/88) da Lei nº 15.812/15; b) junte as certidões negativas de débitos municipais (Fortaleza), estaduais e federais atualizadas, e c) apresente o esboço de partilha, nos termos do artigo 653, do Código de Processo Civil, constando: a) o nome do autor da herança, do inventariante, do cônjuge ou companheiro supérstite, dos herdeiros, dos legatários e dos credores admitidos; b) o ativo, o passivo e o líquido partível, com as necessárias especificações, c) o valor de cada quinhão, d) folha de pagamento para cada parte, declarando a quota a pagar-lhe, a razão do pagamento e a relação dos bens que lhe compõem o quinhão, as características que os individualizam e os ônus que os gravam ou, se for o caso (discordância entre herdeiros ou existência de incapaz), o envio dos autos ao partidor judicial, nos termos do artigo 2016, do Código Civil. Cumpridas as determinações, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO VÍTOLO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 54272/PE) - Processo 0200187-15.2024.8.06.0107 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Francisca Amanda Caetano Pinheiro - Vistos em conclusão. Tendo em vista as questões levantadas pelo promovido às fls.32/38 e, em homenagem ao princípio dacooperaçãoe do contraditório substancial, bem como da vedação da prolação dedecisões surpresa, determino a intimação da parte promovente, para tomar ciência da petição mencionada, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Empós, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200245-18.2024.8.06.0107 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Beatriz Ferreira de Lima Bento - Vistos em conclusão. Defiro o pedido do Ministério Público constante às fls. 42. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe se ainda persiste o débito alimentar.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200299-18.2023.8.06.0107 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.S.S. - Vistos em conclusão. Considerando a manifestação ministerial de fls.45/46, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se ainda persiste interesse no prosseguimento do presente feito. Caso positivo, informar, ainda, se a criança já obteve seu registro de nascimento, dado o lapso temporal decorrido desde o ajuizamento da ação, sem qualquer notícia a respeito. Se ainda pendente, indique o nome e sobrenome do infante, conforme objetiva o órgão ministerial. Ademais, em paralelo, em razão da ausência de contestação por parte do promovido (fl.39), decreto-lhe a revelia, com fulcro no art. 344 do Código de Processo Civil (CPC). No entanto, a revelia no presente caso não induz o efeito do artigo supracitado, por se tratar de direito indisponível, na moldura do art. 345, II, do mesmo Diploma Legal. Solicite-se ao Laboratório responsável data para realização de exame de DNA. Com a resposta do Órgão marcando data para aquele exame, intimar as partes para lá comparecerem, munidas de seus documentos civis, devendo o requerido ser intimado com as cautelas do parágrafo único, do art. 2º-A, da Lei nº 8.560/1992, de que a recusa do réu em se submeter ao exame de DNA gera presunção de paternidade. Após o resultado do laudo pericial, intimar requerente e o requerido para se manifestarem, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200344-22.2023.8.06.0107 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Gracilene Damião da Silva - Vistos em conclusão. Defiro o pedido do Ministério Público constante às fl. 83. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe se ainda persiste o débito alimentar, nos termos do art. 485, §1º, do CPC.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200348-59.2023.8.06.0107 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Vanessa Alfredo da Silva - Vistos em conclusão. A parte pretende a cumulação dos ritos da coerção pessoal e da expropriação no mesmo procedimento executivo, o que é admissível, conforme entendimento do Tribunais Superiores. Assim, intime-se a parte exequente para que decline, expressamente, de forma separada, qual o valor do débito que pretende executar pelo rito da expropriação e os meses em atraso a ele correspondentes, bem como qual o montante da dívida que pretende executar pelo rito da coerção pessoal e as prestações a ela correspondentes, para fins de organização processual. Do mesmo modo, deve a exequente apresentar planilha atualizada do débito exequendo. Para tanto, concedo prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem conclusos. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE) - Processo 0200502-43.2024.8.06.0107 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: R. P. Oliveira Engenharia Ltda - Vistos em conclusão. INTIME-SE a autora, através de seu representante legal para, no prazo legal, juntar aos autos o comprovante de recolhimento das custas referentes as diligencias do Oficial de Justiça e Expedição de carta precatória; sob pena de extinção do processo sem o julgamento do mérito e cancelamento da distribuição (CPC, arts. 321, parágrafo único, c/c 330, IV, arts. 290, e 485, I e X). Emendada a inicial e recolhidas as custas, conclusos para decisão de ato inicial. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO VÍTOLO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 54272/PE), ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200545-14.2023.8.06.0107 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: F.S.S. - Vistos em conclusão. Defiro o pedido do Ministério Público constante às fls. 48/49. Intime-se a parte exequente no endereço informado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe se ainda persiste o débito alimentar e, caso positivo, informe o endereço e telefone atualizados do exequido, além de seu telefone de contato atualizado.

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0200609-24.2023.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lairton Mendes Pinheiro - Vistos em conclusão. Intime-se a inventariante, por seu advogado, para no prazo de 20 dias,apresentar as primeiras declarações, sob penade extinção e/ou remoção da inventariante. Em paralelo, proceda-se com o integral cumprimento da decisão de fls.11/12. Empós, com ou sem a juntada das primeiras declarações, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LEONARDO SOBRINHO (OAB 12856/RN), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: JOANA GONCALVES VARGAS (OAB 75798/RS) - Processo 0200676-52.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Liduina Vidal de Queiroz - REQUERIDO: Eagle Sociedade de Credito Direto S.a - Banco Bradesco S.A - Vistos em conclusão. Ante a apresentação da peça defensiva, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, se manifestar sobre preliminar(es), fato(s) e documento(s) novos presentes na contestação (arts. 351 e 352, ambos do CPC). Nesta ocasião, a parte autora deverá se manifestar quanto a produção probatória, justificando-as. Intime-se também a parte ré para, no mesmo prazo, especificar outras provas que pretende produzir, justificando-as. Em caso de prova oral, deverá a parte interessada esclarecer, de forma específica e objetiva, o(s) fato(s) que

será(ão) demonstrado(s) pela oitiva de testemunha(s), justificando a pertinência e necessidade, sob pena de indeferimento do pedido. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, podendo ser indeferidos, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias (art. 370, § único, do CPC). Após o transcurso dos prazos acima, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: RAYANE SHEILA SARAIVA DE LIMA (OAB 47405/CE) - Processo 0200742-32.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Vanja Maria Granja Alves - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: RAYANE SHEILA SARAIVA DE LIMA (OAB 47405/CE) - Processo 0200782-14.2024.8.06.0107 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Irani Firmino Bezerra - Vistos em conclusão. Verificando-se que a inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Cumpra-se. Jaguaribe/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: GILZA DUARTE FEITOSA (OAB 14249/CE) - Processo 0200790-25.2023.8.06.0107 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Maria Lúcia Quinto Diogenes - Vistos em conclusão. Em que pese o andamento processual e cumprimento da medidas já estabelecidas , intime-se a arrolante apresentar, em 10 dias: A) Plano de Partilha amigável, nos moldes do art. 653 do CPC, tudo subscrito por todos os interessados (meeira e herdeiro). B) Declaração de inexistência/existência de Testamento do CENSEC, requisitada ao Colégio Notarial do Brasil, conforme Provimento nº 56 de 14/07/2016 do CNJ. Empos, cumpridas as formalidades acima, voltem-me os autos conclusos para julgamento. Intime-se. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO VÍTOLO NOGUEIRA BEZERRA (OAB 54272/PE) - Processo 0200794-96.2022.8.06.0107 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Competência da Justiça Estadual - REQUERENTE: Maria das Candeias Peixoto - Vistos em conclusão. Antes de proceder com a análise e deliberação do pedido de fl.54, intime-se a parte autora, por intermédio de seu patrono, para, no prazo de 10 (dez) dias, anexar declaração de anuência do pai do extinto (se possível), pois afirma a autora que aquele teria abdicado de qualquer valor encontrado. No mesmo prazo de 10 dias, deve anexar declaração de inexistência de outros herdeiros além dos descritos na exordial e ACOSTAR a certidão de inexistência/existência de dependentes habilitados junto ao órgão previdenciário ao qual o(a) de cujus era vinculado, em sendo o INSS, segue o link: https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-certidao-de-inexistencia-dedependentes-habilitados-a-pensao-por-morte, através do site Meu INSS ou no endereço RUA PRINCESA ISABEL, Nº 1611 Fortaleza CE. CEP 60015061. Telefone: (85) 3231-0133. Empós, cumpridas as diligências acima, voltem-me os autos concluso para julgamento. Intime-se.

ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE) - Processo 0200858-09.2022.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Manoel Alves de Oliveira - Vistos em conclusão. Após uma análise pormenorizada doa autos, verifica-se que o inventariante, intimado pessoalmente para cumprir a totalidade da decisão de fl.16, até o presente momento nada apresentou, mantendo-se inerte ao comandado judicial referido, bem como o despacho de fl.23. Intime-se a inventariante por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar as primeiras declarações observando integralmente os parâmetros do art. 620 do Código de Processo Civil, sob pena de arquivamento. Expediente necessário.

ADV: FERNANDO ANTONIO HOLANDA PINHEIRO (OAB 7838/CE) - Processo 0200864-16.2022.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Elda Nunes Botão - Vistos em conclusão. Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias cumprir o que foi requerido pela Fazenda Pública Estadual: a) adote os procedimentos necessários ao lançamento do imposto causa mortis referentes à transmissão dos bens e o Imposto de doação, notadamente, efetuar o cadastramento das GUIAS do ITCMD, via internet, e em seguida, proceder ao recolhimento do referido tributo, nos termos do art. 142, do CTN (art. 146, inciso III, alínea b, do CF/88) da Lei nº 15.812/15; b) junte as certidões negativas de débitos municipais (Fortaleza), estaduais e federais atualizadas, e c) apresente o esboço de partilha, nos termos do artigo 653, do Código de Processo Civil, constando: a) o nome do autor da herança, do inventariante, do cônjuge ou companheiro supérstite, dos herdeiros, dos legatários e dos credores admitidos; b) o ativo, o passivo e o líquido partível, com as necessárias especificações, c) o valor de cada quinhão, d) folha de pagamento para cada parte, declarando a quota a pagar-lhe, a razão do pagamento e a relação dos bens que lhe compõem o quinhão, as características que os individualizam e os ônus que os gravam ou, se for o caso (discordância entre herdeiros ou existência de incapaz), o envio dos autos ao partidor judicial, nos termos do artigo 2016, do Código Civil. Cumpridas as determinações, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: RAQUEL LACERDA SOARES (OAB 32164/PA) - Processo 0200926-85.2024.8.06.0107 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.S.O. e outro - Vistos em conclusão. Observo que, em que pese tenha sido requerida a justiça gratuita, não foram acostados documentos comprobatórios aptos a provarem que a parte autora faz jus a essa benesse. Diante disso, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação comprobatória da condição de hipossuficiência econômica (CPC, artigo 99, § 2º), qual seja, a última declaração de imposto de renda ou declaração de isenção, os três últimos contracheques ou três últimos extratos de rendimentos/benefícios, inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou, caso contrário, recolher as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (CPC, artigo 290). Deverá, também, atribuir valor à causa. Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS GOMES BRITO (OAB 43666/CE) - Processo 0200943-24.2024.8.06.0107 - Interdição/Curatela - Nomeação

- INTERTE: A.N.S. - Vistos em conclusão. Verificando que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC, ou que apresenta defeitos e irregularidades que dificultam o julgamento de mérito, o juiz poderá determinar, de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias, a emenda ou a complementação, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (CPC, art. 321). Diante disso, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 dias, informe o nome correto do curatelando, considerando que os documentos juntados às fls. 12/15 não correspondem ao nome indicado na inicial. Decorrido o prazo ou apresentada a emenda, retornem os autos conclusos para o juízo de admissibilidade da inicial. Expedientes necessários.

ADV: RODOLFO MORAIS DA CUNHA (OAB 32467/CE) - Processo 0200981-07.2022.8.06.0107 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Geogiana de Oliveira Pinheiro - Vistos em conclusão. Após uma análise pormenorizada dos autos, verifica-se que a promovente (inventariante) relata que sua intenção na presente ação se traduz no objetivo de se habilitar em ação judicial trabalhista em curso, em fase de liquidação. Com efeito, considerando o decurso do tempo, pondero como necessária a prévia intimação da promovente, para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o andamento da mencionada ação trabalhista, se ainda persiste interesse no prosseguimento desta demanda de inventário. De todo modo, intime-se a inventariante para no prazo de 10 (dez) diasapresentar as primeiras declarações, sob pena deremoção, nos termos do artigo 620, combinado com o inciso I do artigo 622, todos do Código de Processo Civil. Intime-se. Expedientes necessários.

COMARCA DE JAGUARUANA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0431/2024

ADV: CELIA MARIA SERPA MARQUES (OAB 7029/CE) - Processo 0000170-62.2016.8.06.0197 - Cumprimento de sentença - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Adriana Maria Cardoso de Oliveira - Isto posto, intime-se a patrona da parte autora para, anexar aos autos, contrato de prestação de serviços, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de expedição do Precatório sem homologação do respectivo valor. Outrossim, analisando os autos, constatei que a decisão de fls. 405/404, a qual homologou os cálculos, não houve a intimação da Prefeitura de Itaiçaba. Portanto, intime-se a Prefeitura de Itaiçaba, pelo portal, para ciência, no prazo de 15 (quinze) dias. Após decorrido o prazo recursal para o ente municipal, e caso a autora apresente os documentos faltantes, voltem os autos conclusos, para homologação dos honorários contratuais. Diligencie-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0000351-34.2019.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Francisco Evenilson de Oliveira Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como disposição expressa na Portaria nº 03/2023, emanada da Diretoria do Forúm da Comarca de Jaguaruana/CE, disponibilizada no Dje de 03/02/2023, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação da audiência de Instrução e julgamento, para o dia 05/02/2025, às 15h15min, a ser realizada na sala de audiências do Fórum da Comarca e cidade de Jaguaruana, sito na Rua Cel. Raimundo Francisco, 1402, bairro Juazeiro, Jaguaruana/CE. Em casos de impossibilidade do comparecimento de forma presencial, segue link para acesso a sala de audiência por meio de videoconferência no sistema Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDE0ZjE1ZGItMmM1OS00Y2I1LWJjODEtYjhiZDUxNDJlNWZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22be17c2cf-4761-4029-aefa-7206c167b1bd%22%7d Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f7fe09

ADV: UEDNA SUSANA DA SILVA BATISTA (OAB 15005/RN) - Processo 0003646-55.2014.8.06.0108 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Allison de Morais Lira e outro - III - DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para DESCLASSIFICAR a imputação inserida na inicial acusatória feita a ALLISON DE MORAIS LIRA (art. 33, caput, da Lei 11.343/2006) para o de portar drogas para o consumo próprio, capitulado no art. 28, da Lei 11.343, de 2006, em consonância com o art. 383, do CPP, sem a necessidade de aditamento da inicial, por considerar que as circunstâncias do fato foram todas abordadas nesta peça, nada de novo surgiu em decorrência da instrução e, no mais, a discussão quanto à destinação da droga decorreu da análise destas circunstâncias fáticas frente às provas produzidas e ABSOLVER o réu SANDOVAL FAUSTO DE MELO FILHO, da imputação que lhe foi atribuída na denúncia, o que faço com fundamento no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal.

ADV: MICARTON ANTÔNIO PEREIRA BARBOSA (OAB 24328/CE) - Processo 0004054-46.2014.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Edilson da Silva - III- DISPOSITIVO Posto isso, JULGO PROCEDENTE a denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual para CONDENAR o réu JOSÉ EDILSON DA SILVA, pela prática da conduta tipificada nos art. 33, caput, c/c art. 40, inciso III, ambos da Lei n° 11.343/2006.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0004169-04.2013.8.06.0108 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Eugenio da Silva - III DISPOSITIVO Isto posto, pelas razões expostas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva do Ministério Público para, com amparado no artigo 419 do Código de Processo Penal, DESCLASSIFICAR a conduta do acusado FRANCISCO EUGÊNIO DA SILVA, vulgo Chiquim, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, II, c/c art. 14, inciso II, ambos, do Código de Processo Penal, e assim CONDENÁ-LO pela prática da infração prevista no artigo 129, caput, do Código Penal Brasileiro.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0004265-53.2012.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Incêndio - AUTOR: Justiça Pública - RÉU: Raimundo Camilo Araújo e outro - III DISPOSITIVO Ante o exposto, em face da perda da pretensão punitiva do Estado, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE ANTÔNIO WANDERSON BARBOSA DA SILVA, vulgo Pato, com fulcro no art. 107, IV c/c art. 109, III, ambos do Código Penal.

ADV: GUILHERME NETO CAMINHA (OAB 4128/CE) - Processo 0004804-82.2013.8.06.0108 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: José Roberto da Silva - Isso posto, PRONUNCIO o réu JOSÉ ROBERTO DA SILVA, qualificado nos autos, com base no art. 413, do Código de Processo Penal, como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, incisos II e IV do CP, tendo como vítima Francisco Ednaldo Batista, vulgo Cepacol e do art. 121, caput, c/c art. 14, II, todos do CP, tendo como vítima Marcos Antônio da Silva Carvalho, na forma do art. 69 do Código Penal, a fim de submetê-lo a julgamento perante o Tribunal do Júri.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0004912-09.2016.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Flávia Elcilene de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria

Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como disposição expressa na Portaria nº 03/2023, emanada da Diretoria do Forúm da Comarca de Jaguaruana/CE, disponibilizada no Dje de 03/02/2023, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação da audiência de Instrução e julgamento, para o dia 05/02/2025, às 10h30min, a ser realizada na sala de audiências do Fórum da Comarca e cidade de Jaguaruana, sito na Rua Cel. Raimundo Francisco, 1402, bairro Juazeiro, Jaguaruana/CE. Em casos de impossibilidade do comparecimento de forma presencial, segue link para acesso a sala de audiência por meio de videoconferência no sistema Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDE0ZjE1ZGItMmM1OS00Y2I1LWJjODEtYjhiZDUxNDJlNWZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22be17c2cf-4761-4029-aefa-7206c167b1bd%22%7d Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f7fe09

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE), ADV: MAIKON WANDERSON MARQUES BARRETO (OAB 28239/CE), ADV: ANGELA MARIA COELHO (OAB 4589/CE) - Processo 0005054-13.2016.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Francisco Sandiego de Sousa - Jonata Alisson Araújo da Silva - Francisco Alexandre da Silva - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE FRANCISCO SANDIEGO DE SOUSA, em face da perda da pretensão punitiva do Estado (prescrição em abstrato) com fulcro no art. 107, IV c/c art. 109, IV, ambos do Código Penal e de JONATA ALISSON ARAÚJO DA SILVA, ante a bem revelada a inutilidade desta persecução penal, e dada a superveniente ausência de interesse processual, o que faço por analogia (art. 3º do CPP) ao disposto no art. 485, VI e § 3º, do CPC.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0005337-36.2016.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: G.O.C.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como disposição expressa na Portaria nº 03/2023, emanada da Diretoria do Forúm da Comarca de Jaguaruana/CE, disponibilizada no Dje de 03/02/2023, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação da audiência de Instrução e julgamento, para o dia 05/02/2025, às 14h30min, a ser realizada na sala de audiências do Fórum da Comarca e cidade de Jaguaruana, sito na Rua Cel. Raimundo Francisco, 1402, bairro Juazeiro, Jaguaruana/CE. Em casos de impossibilidade do comparecimento de forma presencial, segue link para acesso a sala de audiência por meio de videoconferência no sistema Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDE0ZjE1ZGItMmM1OS00Y2I1LWJjODEtYjhiZDUxNDJlNWZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22be17c2cf-4761-4029-aefa-7206c167b1bd%22%7d Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f7fe09

ADV: ROBERTO ALBINO FERREIRA (OAB 8377/CE) - Processo 0006494-10.2017.8.06.0108 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERIDO: Prefeitura de Jaguaruana - Isso posto, envie o ofício ao ente devedor, através de portal, o qual deverá realizar o pagamento no prazo de 2 (dois) meses, contados da entrega da requisição, consoante dispõe o artigo 535, §3º II do Código de Processo Civil, devendo constar do ofício que o devedor poderá solicitar a retenção do imposto de renda, das contribuição previdenciária e o cálculo respectivo, caso que deverá ser depositado na conta remunerada o valor líquido devido, intimado-se em seguida o credor . Ultimadas as providências acima, certifique-se o seu cumprimento pela serventia. Em seguida, arquive-se o feito com as cautelas de praxe, dando baixa no sistema. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0007129-20.2019.8.06.0108 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 27/01/2025 às 09:00h na sala VIRTUAL da CEJUSC,por meio da plataforma do GOOGLE MICROSOFT TEAMS, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGU1MTdhODItNzFjNS00ZmJhLWIwMjEtOGRiZDhkZTQ4ZWYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22c9f399c3-35a9-4349-803e-630dbd2301ca%22%7d e/ou link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f316a1 “Mediação Data: 27/01/2025 Hora 09:00 Local: CEJUSC Situacão: Agendada no CEJUSC”

ADV: JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 34266/CE), ADV: JANAINA SOARES CLAUDIO BARBOSA (OAB 41086/CE) - Processo 0007174-24.2019.8.06.0108 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Francisco Leandro da Silva Oliveira -

ADV: IVILA DIAS PRACIANO RODRIGUES (OAB 39725/CE) - Processo 0050465-40.2020.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: Andreza Gomes Pimenta e outro - Visto em Inspeção Ordinária (Portaria n° 08/2024) Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como disposição expressa na Portaria nº 03/2023, emanada da Diretoria do Forúm da Comarca de Jaguaruana/CE, disponibilizada no Dje de 03/02/2023, para que possa imprimir andamento ao processo, em cumprimento eterminação de fls. 53/54 e 108/109, procedo ao agendamento da audiência para homologação de acordo de não persecução penal - ANPP em relação a TAYNARA SENA DA CONCEIÇÃO e audiência de instrução e julgamento em relação ALUISIO GALDINO DE ARRUDA e ANDREZA GOMES PIMENTA, para o dia 05/02/2025, às 11h15min, a ser realizada na sala de audiências do Fórum da Comarca e cidade de Jaguaruana, sito na Rua Cel. Raimundo Francisco, 1402, bairro Juazeiro, Jaguaruana/CE. Em casos de impossibilidade do comparecimento de forma presencial, segue link para acesso a sala de audiência por meio de videoconferência no sistema Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDE0ZjE1ZGItMmM1OS00Y2I1LWJjODEtYjhiZDUxNDJlNWZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22be17c2cf-4761-4029-aefa-7206c167b1bd%22%7d LINK ENCURTADO https://link.tjce.jus.br/f7fe09 QR CODE

ADV: MARINA RAYANNE BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 35896/CE) - Processo 0200157-74.2024.8.06.0108 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: M.G.S. - Vistos, etc... Tendo em vista que, conforme o documento de fl. 31, a perita nomeada não conseguiu localizar o endereço das partes para realização da visita pericial, devido ausência de informações e de contato telefônico. Intime-se a parteautora, via DJe, para que esta, no prazo de 10 (dez) dias, informe o endereço detalhado, bem como seu telefone de contato. Cumpra-se. Expedientes necessários. Jaguaruana (CE), data da assinatura eletrônica no sistema.

ADV: DIEGO SILVA OLIVEIRA (OAB 47549/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO DA SILVA (OAB 48145/CE) - Processo 0200332-68.2024.8.06.0108 (apensado ao processo 0203578-78.2024.8.06.0300) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - AUTOR: J.P. - MINISTERIO PUBL: M.P.E.C. - III - Dispositivo Diante de todo o exposto, e de tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na Denúncia, para CONDENAR o acusado FRANCISCO ERONDY DE SANTIAGO, qualificado(s) nos autos, pela prática do crime previsto no art. 217-A c/c art. 226, II, na forma do art. 71, ambos do Código Penal.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 34767A/CE), ADV: BIANCA BREGANTINI (OAB 114340/PR) - Processo 0200499-

85.2024.8.06.0108 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Lopes da Silva - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 39/42 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se pretendem produzir outras provas.

ADV: LOYANA SELMA LUCAS FERREIRA LIMA (OAB 30883/CE) - Processo 0200538-82.2024.8.06.0108 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho possessório - REQUERENTE: João Adiuso Lustosa - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 39/42 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação da parte requerente para apresentar réplica à contestação, no prazo legal.

ADV: MARIANA BATISTA SARQUIS QUEIROZ (OAB 48889/CE), ADV: ANA CAMILA SABINO DE SOUZA (OAB 45785/CE), ADV: MAURO FERNANDES PEDROSA (OAB 45787/CE), ADV: LUIS GONZAGA BATISTA JUNIOR (OAB 6500/CE) - Processo 0200539-04.2023.8.06.0108 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Antonio Rebouças de Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, bem como disposição expressa na Portaria nº 03/2023, emanada da Diretoria do Forúm da Comarca de Jaguaruana/CE, disponibilizada no Dje de 03/02/2023, para que possa imprimir andamento ao processo, promovo a intimação da audiência de Instrução e julgamento, para o dia 05/02/2025, às 09h45min, a ser realizada na sala de audiências do Fórum da Comarca e cidade de Jaguaruana, sito na Rua Cel. Raimundo Francisco, 1402, bairro Juazeiro, Jaguaruana/CE. Em casos de impossibilidade do comparecimento de forma presencial, segue link para acesso a sala de audiência por meio de videoconferência no sistema Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NDE0ZjE1ZGItMmM1OS00Y2I1LWJjODEtYjhiZDUxNDJlNWZi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22be17c2cf-4761-4029-aefa-7206c167b1bd%22%7d Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f7fe09

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0200841-96.2024.8.06.0108 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: F.D.S.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes de forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 27/01/2025 às 10:00h na sala VIRTUAL da CEJUSC, por meio da plataforma do GOOGLE MICROSOFT TEAMS, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGU1MTdhODItNzFjNS00ZmJhLWIwMjEtOGRiZDhkZTQ4ZWYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22c9f399c3-35a9-4349-803e-630dbd2301ca%22%7d e/ou link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f316a1 “Conciliação Data: 27/01/2025 Hora 10:00 Local: CEJUSC Situacão: Agendada no CEJUSC”

ADV: RAFAEL DE ALMEIDA ABREU (OAB 19829/CE) - Processo 0200854-95.2024.8.06.0108 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Célia Regina Moreira Herbster - Isto posto, na forma do art. 561 do Código de Processo Civil, DEFIRO O PEDIDO LIMINAR, a fim de que a parte requerente seja reintegrado na posse do imóvel em questão, devendo os requeridos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da ciência desta decisão, se abster de praticar qualquer ato atentatório ao direito de posse do autor, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, que fica limitada ao valor de 30 (trinta) dias de descumprimento. Expeça-se o competente mandado de reintegração de posse, que deverá ser cumprido com moderação, ainda que com o apoio de reforço policial, o que, caso necessário, fica desde já requisitado. Devendo ser procedida a citação da parte requerida, para, querendo, opor defesa, no prazo legal, observadas as normas dos artigos 565 do Código de Processo Civil. Após a juntada da contestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar réplica. Posteriormente, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se pretendem produzir outras provas, definindo os motivos de tal produção, sob pena de preclusão. Ficam, ainda, as partes advertidas que, caso desejem produzir prova oral, deverão juntar o rol ou ratificar o já apresentado, bem como esclarecer se comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação. Intimem-se o autor na pessoa de seu advogado.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0432/2024

ADV: TULIO MAGNO GOMES RIBEIRO (OAB 24853-0/CE) - Processo 0005851-86.2016.8.06.0108 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Hermison Fernandes Carneiro - REQUERIDO: Bv Financeira S/A - Crédito, Fianciamento e Investimento - Pelo exposto, sem maiores tergiversações, com fundamento no art. 494, I, do CPC/15, RETIFICO o ato decisório sentencial contenedor de equívoco material para esclarecer que, suspendendo a exigibilidade da condenação da parte autora HERMISON FERNANDES CARNEIRO em custas processuais e honorários advocatícios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando, então, a obrigação restará prescrita, salvo se, antes de transcorrido o lapso temporal assinalado, os beneficiários pela isenção puderem honrá-las, sem prejuízo do sustento próprio ou da família, ficando, dessarte, obrigados a pagá-las (art. 98, §3º, CPC). Chamo o feito à ordem para anular os atos processuais desde o despacho às fls. 196, pois ante a improcedência do pedido, e, suspensão da cobrança das custas e honorários advocatícios, não há cumprimento de sentença, pois o autor é beneficiário da justiça gratuita. Determino o desbloqueio imediato da quantia R$ 486,14 (quatrocentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos) no SISBAJUD às fls. 201/205. Registre-se. Publique-se. Intimem-se. Após, na ausência de pendências, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: AIRTON CESAR MELO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 49786/CE) - Processo 0200843-66.2024.8.06.0108 - Tutela Cautelar Antecedente - Retificação de Nome - AUTOR: Douglas Iran Oliveira da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes de forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 27/01/2025 às 13:00h na sala VIRTUAL da CEJUSC, por meio da plataforma do GOOGLE MICROSOFT TEAMS, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGU1MTdhODItNzFjNS00ZmJhLWIwMjEtOGRiZDhkZTQ4ZWYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22c9f399c3-35a9-4349-803e-630dbd2301ca%22%7d e/ou link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f316a1 “Mediação Data: 27/01/2025 Hora 13:00 Local: CEJUSC Situacão: Agendada no CEJUSC”

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0200846-21.2024.8.06.0108 - Interdição/Curatela - Bem de Família Legal - INTERTE: F.J.S. - ASSIM SENDO, com base na fundamentação supra, defiro o pedido para o fim

de decretar a curatela provisória de CARLA VITORIA MAIA, já amplamente qualificada nos autos. Nomeio a requerente FRANCISCO JOSINALDO DA SILVA para exercer o múnus de Curador Provisório da interditanda, devendo o mesmo ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer à Secretaria do Juízo e prestar o respectivo compromisso. Defiro a assistência judiciária, por estarem preenchidos os requisitos dos art. 98 a 102, CPC c/c Lei nº 1.060/1950. Designe a Secretaria da Vara data para realização de audiência para entrevista do(a) interditando(a). Cite-se a interditanda. Ciência ao Ministério Público. Após a entrevista supra, começará a contar o prazo de 15 (quinze) dias para a interditanda impugnar o pedido, caso o queira, conforme art. 752 do CPC. Destaque-se que caso a pessoa interditanda não constitua advogado, deverá ser nomeado defensor dativo para atuar como curador especial daquela. Determino que seja feito estudo social do ambiente familiar onde se encontra a pessoa interditanda. Desse modo, à Secretaria para nomear perito(a). Após a nomeação, intime-se o(a) perito(a) para cumprir o encargo acima, no prazo de 30 (trinta) dias, a fim de realizar estudo social detalhado no imóvel em que reside a pessoa interditanda, devendo ser observado o ambiente em que ela vive (aspecto de higiene, saúde, moral e afetividade), assim como sua aceitação pelos outros membros da família que residem no mesmo imóvel. Destarte, intimem-se as partes para os fins do artigo 465, § 1º, II e III do CPC, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, se quiser, no prazo de quinze dias úteis, podendo a alegação de impedimento e suspeição ser realizada a partir da tomada de conhecimento do(a) perito(a), no mesmo prazo, se assim desejarem, sob pena de preclusão. Realizada a perícia nos autos, intimem-se as partes para, no prazo legal, manifestarem-se sobre a referida prova técnica, devendo as partes, ainda, neste mesmo prazo, especificar outras provas que entendam necessárias, em especial se pretendem produzir prova em audiência, fundamentando o pedido de produção de provas. Após a juntada do laudo, vista ao Ministério Público para parecer.

ADV: JOSE EDSON MATOSO RODRIGUES (OAB 7869/CE) - Processo 0200847-06.2024.8.06.0108 - Interdição/Curatela - Bem de Família Legal - INTERTE: J.M.S. - ASSIM SENDO, com base na fundamentação supra, defiro o pedido para o fim de decretar a curatela provisória de FRANCISCA MARTA SOMBRA, já amplamente qualificada nos autos. Nomeio a requerente JOSÉ MARCOS SOMBRA para exercer o múnus de Curador Provisório da interditanda, devendo o mesmo ser intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer à Secretaria do Juízo e prestar o respectivo compromisso. Defiro a assistência judiciária, por estarem preenchidos os requisitos dos art. 98 a 102, CPC c/c Lei nº 1.060/1950. Designe a Secretaria da Vara data para realização de audiência para entrevista do(a) interditando(a). Cite-se a interditanda. Ciência ao Ministério Público. Após a entrevista supra, começará a contar o prazo de 15 (quinze) dias para a interditanda impugnar o pedido, caso o queira, conforme art. 752 do CPC. Destaque-se que caso a pessoa interditanda não constitua advogado, deverá ser nomeado defensor dativo para atuar como curador especial daquela. Determino que seja feito estudo social do ambiente familiar onde se encontra a pessoa interditanda. Desse modo, à Secretaria para nomear perito(a). Após a nomeação, intime-se o(a) perito(a) para cumprir o encargo acima, no prazo de 30 (trinta) dias, a fim de realizar estudo social detalhado no imóvel em que reside a pessoa interditanda, devendo ser observado o ambiente em que ela vive (aspecto de higiene, saúde, moral e afetividade), assim como sua aceitação pelos outros membros da família que residem no mesmo imóvel. Destarte, intimem-se as partes para os fins do artigo 465, § 1º, II e III do CPC, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, se quiser, no prazo de quinze dias úteis, podendo a alegação de impedimento e suspeição ser realizada a partir da tomada de conhecimento do(a) perito(a), no mesmo prazo, se assim desejarem, sob pena de preclusão. Realizada a perícia nos autos, intimem-se as partes para, no prazo legal, manifestarem-se sobre a referida prova técnica, devendo as partes, ainda, neste mesmo prazo, especificar outras provas que entendam necessárias, em especial se pretendem produzir prova em audiência, fundamentando o pedido de produção de provas. Após a juntada do laudo, vista ao Ministério Público para parecer.

ADV: DENIS WILSON ALENCAR LIRA (OAB 45799/CE) - Processo 0200853-13.2024.8.06.0108 - Ação de Exigir Contas - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Arthur Sousa de Menezes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 27/01/2025 às 11:00h na sala VIRTUAL da CEJUSC, por meio da plataforma do GOOGLE MICROSOFT TEAMS, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGU1MTdhODItNzFjNS00ZmJhLWIwMjEtOGRiZDhkZTQ4ZWYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22c9f399c3-35a9-4349-803e-630dbd2301ca%22%7d e/ou link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f316a1 “Conciliação Data: 27/01/2025 Hora 11:00 Local: CEJUSC Situacão: Agendada no CEJUSC”

COMARCA DE JARDIM - VARA UNICA DA COMARCA DE JARDIM

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JARDIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: SERGIO GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 2799/CE) - Processo 0001422-35.2000.8.06.0109 - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXCIPIENTE: Ibama-inst.b.do Meio Amb.dos R. N. Ren. - EXCEPTO: Fazendas Reunidas Massapê S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, proceda-se: Intimem-se as partes da minuta do PRECATÓRIO/RPV, para se manifestarem no prazo de 05 (Cinco) dias. CUMPRA-SE.

ADV: MARIA NIZA DE SOUSA LEITE RIBEIRO (OAB 50401/CE) - Processo 0005511-37.2019.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Maria Coelho de Lima Firmino - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia, com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 09h50. Expedientes necessários.

ADV: WILLIAM RODRIGUES VIEIRA (OAB 27127/CE) - Processo 0200041-65.2024.8.06.0109 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Inez Dona de Oliveira - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 10h30. Expedientes necessários.

ADV: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA (OAB 20787/CE) - Processo 0200079-48.2022.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.S. - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts.

129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 13h00. Expedientes necessários.

ADV: LURY MAYRA AMORIM DE MIRANDA (OAB 38747/CE) - Processo 0200157-08.2023.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.F.A.S. - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia, com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 14h20. Expedientes necessários.

ADV: HINA MIRELLA VILAR PORTELA AGUIAR (OAB 17179/CE), ADV: HIGOR NEVES FURTADO (OAB 39124/CE), ADV: YÁSKARA NOBRE PEREIRA (OAB 45149/CE) - Processo 0200237-69.2023.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.P.F. e outro - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia, com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 11h10. Expedientes necessários.

ADV: CICERO AURELIO MEDEIROS COSTA (OAB 31657/CE) - Processo 0200291-35.2023.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: D.F.S. - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia, com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 13h40. Expedientes necessários.

ADV: LURY MAYRA AMORIM DE MIRANDA (OAB 38747/CE) - Processo 0200331-17.2023.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: E.S.S. - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia, com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 08h40. Expedientes necessários.

ADV: LURY MAYRA AMORIM DE MIRANDA (OAB 38747/CE) - Processo 0200332-02.2023.8.06.0109 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: O.J.N. - De ordem do MM Juiz de Direito e por ato ordinatório exarado com fundamento nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, proceda-se: Designo agendamento de perícia, com o médico psiquiatra, para o dia 28/11/2024 às 09h10. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JARDIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0391/2024

ADV: PAULA RAYANE PINHEIRO RODRIGUES (OAB 38892/CE) - Processo 0200023-21.2022.8.06.0301 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jucier dos Santos Guedes - Cuida-se de ação penal sob o rito do Procedimento do Júri em face de Juscier dos Santos Guedes, imputando-lhe os crimes previstos no art. 121, §2º, incisos III, IV e V e art. 213, caput, ambos do Código Penal - CP. Encerrada a instrução criminal, o réu foi pronunciado com base nas sanções previstas pelos crimes imputados na denúncia. Hoje, o acusado foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca. Nos debates, o representante do Ministério Público pugnou a condenação do réu nos termos da denúncia. Ao passo que a defesa técnica pleiteou a exclusão da qualificadora prevista no art. 125, § 2º, incisos IV e V, do CP. O Egrégio Conselho de Sentença, respondendo ao questionário proposto, o qual não foi contestado pelas partes, acolheu a tese ministerial em sua integralidade. Cédulas lidas apenas até a obtenção de quatro respostas positivas ou negativas, não sendo lidos os demais votos a fim de preservar o sigilo das votações nos termos da legislação. Dispensado o relatório, nos termos do art. 492 do Código de Processo Penal CPP. Ante o exposto, amparado na soberana decisão do Egrégio Conselho de Sentença, condeno o acusado Juscier dos Santos Guedes como incurso nas penas dos crimes previstos no art. 121, § 2º, incisos III, IV e V, e art. 213, caput, ambos do Código Penal CP. Passo a dosimetria da pena. 1. Do crime do art. 121, § 2º, inciso III do CP Diante da existência de múltiplas qualificadoras do crime de homicídio, utilizarei uma delas para alterar os limites abstratos da pena e as demais para o aumento da reprimenda. Faço incidir, na hipótese, a qualificadora prevista no art. 121 § 2º, inciso III, do CP, consistente no meio cruel por emprego de asfixia, que será considerada para modificação da pena em abstrato. Analisando as circunstâncias judiciais que repousam junto ao art. 59 do CP, concluo que: 1. CULPABILIDADE: elevada, pois o crime foi cometido visando a ocultação de delito anterior, dado que restou comprovado e reconhecido pelo conselho de sentença que o acusado praticou o homicídio com objetivo de impedir que a vítima tornasse conhecido o estupro que acabara de sofrer, também praticado pelo réu. 2. O réu NÃO registra maus antecedentes; 3. Em relação à CONDUTA SOCIAL; poucos elementos foram coletados a respeito, o que impede a consideração pelo juízo. 4. A PERSONALIDADE não foi analisada em profundidade, razão pela qual não será considerada em desfavor do réu; 5. Quanto aos MOTIVOS, nada foi alegado a respeito, tendo o réu sido pronunciado por homicídio simples. Assim, deixo valorar os motivos do delito. 6. As CIRCUNSTÂNCIAS que acompanharam a conduta criminosa não desfavorecem o acusado, sendo típicas dos crimes dessa natureza; 7. As CONSEQUÊNCIAS do crime são as próprias do delito praticado e já consideradas pelo legislador, permanecendo neutras; 8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA não favorece o acusado, razão pela qual a considero como neutra. Assim, sopesadas as considerações supra, elevo a pena-base em razão do vetor negativo da culpabilidade, fixando-a em 14 anos. Na segunda fase da dosimetria, verifico a presença da agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea “c”, observando que restou reconhecido e considerado provado pelo conselho de sentença que o acusado cometeu o crime valendo-se da relação de confiança que mantinha com a vítima, por ser amigo de longa data de sua família. Em que pese a defesa tenha suscitado a ausência de provas da traição ou abuso de confiança, essas circunstâncias foram abarcadas pela sentença de pronúncia e posteriormente submetidas à quesitação, sendo incoerente e ilógico desconsiderá-las, mesmo que ao magistrado seja reservada a tarefa de dosar a pena. Apenas à título de reforço, saliento que a relação de proximidade existente entre o acusado, a vítima, e sua família, foi reiterada e destacada pelas testemunhas em sede policial e em juízo, bem como o fato de que a vítima, regularmente, frequentava a casa do réu. Ainda, o acusado empregou recurso que dificultou a defesa da vítima, ao amarrar as suas mãos para facilitar a concretização do intento criminoso. Dessa forma, aplico a fração de 1/6 e fixo a pena-intermediária em 16 anos e 04 meses. Na terceira etapa do sistema dosimétrico, não há causas de aumento ou de diminuição da pena, razão pela qual estabeleço a pena definitiva em 16 anos e 04 meses pelo crime de homicídio qualificado. 2. Do crime do art. 213, caput, do CP Analisando as circunstâncias judiciais que repousam junto ao art. 59 do CP, concluo que: 1. CULPABILIDADE elevada, pois o acusado, submetendo-o a vítima ao seu intento mediante violência, praticou com ela conjunção carnal de formas múltiplas, o que foi atestado pelos exames periciais, denotando a variedade da violência sexual perpetrada, o que autoriza a exasperação da pena base como consequência da maior reprovabilidade social da conduta, na esteira do que

tem entendido a jurisprudência pátria. 2. O réu NÃO registra maus antecedentes; 3. Em relação à CONDUTA SOCIAL; poucos elementos foram coletados a respeito, o que impede a consideração pelo juízo. 4. A PERSONALIDADE não foi analisada em profundidade, razão pela qual não será considerada em desfavor do réu; 5. Quanto aos MOTIVOS, nada foi alegado a respeito, tendo o réu sido pronunciado por homicídio simples. Assim, deixo valorar os motivos do delito. 6. As CIRCUNSTÂNCIAS que acompanharam a conduta criminosa não desfavorecem o acusado, sendo típicas dos crimes dessa natureza; 7. As CONSEQUÊNCIAS do crime são as próprias do delito praticado e já consideradas pelo legislador, permanecendo neutras; 8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA não favorece o acusado, razão pela qual a considero como neutra. Assim, sopesadas as considerações supra, tendo em vista a inexistência de circunstância judicial desfavorável, fixo a pena base em 7 anos de reclusão. Na segunda fase da dosimetria, incidem as agravantes previstas no art. 61, inciso II, alínea “c” e “d”, haja vista que o delito foi praticado mediante traição, dado que o acusado se valeu da confiança nele depositada pela vítima, por ser um antigo amigo de sua família, para atrai-la ao local onde crime foi cometido. Ainda, houve emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima, consistente no uso de fios para amarrar as suas mãos e impedir que manifestasse resistência. Aplico a fração de 1/6 para cada agravante e estabeleço a pena-intermediária 9 anos, 6 meses e 10 dias de reclusão. Na terceira etapa do sistema dosimétrico, não vislumbro causas de aumento ou de diminuição da pena, razão pela qual fixo a pena definitiva em 9 anos, 6 meses e 10 dias. de reclusão. 3. Do concurso material Cumprindo o determinado pelo art. 69, caput, do CP, somo as penas aplicadas ao condenado e estabeleço como total da condenação o período de 25 anos, 10 meses e 10 dias. 5. Disposições gerais Em consonância com o disposto no art. 33, §2º, “a”, do Código Penal, o réu deverá cumprir a pena dosada inicialmente no fechado. Detração a ser realizada quando do cadastramento da execução com a emissão de guia de recolhimento (art. 387, § 2º, do CPP), considerando também que a sua aplicação não influenciaria o regime de cumprimento da pena. Considerando não estarem preenchidos os requisitos do art. 44 do CP pela quantidade de pena imposta na presente sentença e ausência dos pressupostos legais, deixo de substituir a pena dosada por restritiva de direito, pelo mesmo motivo incabível a suspensão condicional da pena do art. 77 do CP. Nego ao acusado o direito de apelar em liberdade, mantendo a prisão preventiva do réu, tanto em razão da pena concreta aplicada ao delito cominado, quanto por força do entendimento vinculante fixado pelo Supremo Tribunal Federal STF no julgamento do Tema 1068, ao determinar que condenados pelo Tribunal do Júri devem iniciar imediatamente a execução da condenação. Deixo de condenar em custas em razão da condição de miserabilidade. Deixo de arbitrar valor a título de reparação de danos de que trata o art. 387, IV, do CPP, uma vez que inexistem elementos suficientes para aferir qualquer prejuízo. Havendo recurso, extraia-se a guia de recolhimento provisório. Em relação ao pedido da defesa, no sentido de que o réu seja encaminhado para instituição adequada, destaco a absoluta impertinência da sua apreciação, isso porque estado mental, psíquico e patologias não são verificadas em plenário, mas suscitadas em momento adequado, a fim de que haja a instauração do incidente de insanidade mental e a partir de argumentos e elementos indiciários suficientes, que não foram apresentados em nenhum momento da persecução penal, pelo contrário, o que se tem, até a presente data, é a plena compreensão de todos os atos da vida civil, bem como àqueles a ele imputados. Abirtro honorários em favor da advogada dativa, Dra. Paula Rayane Pinheiro Rodrigues, OAB/CE n° 38892, no importe de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem suportados pela Fazenda Pública Estadual. Certificado o trânsito em julgado, tomem-se as seguintes providências: a) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a condenação do acusado, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos artigos 71, §2º, do Código Eleitoral e 15, III, da Constituição Federal; b) Oficie-se ao setor de identificação da Secretaria de Segurança deste Estado, noticiando a condenação do acusado para que sejam efetuados os respectivos registros. c) extraia-se a guia de recolhimento definitivo, formando-se os Autos de Execução de Pena no sistema VEP, remetendo-os ao digno Juízo da Vara de Execuções Criminais. Registre-se. Intimem-se.

ADV: PAULO SOUZA BARBOSA NETO (OAB 28754/CE) - Processo 0200231-96.2022.8.06.0109 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - RÉU: Ernandes Fideles - Designo audiência de instrução e julgamento, a ser realizada neste fórum, no dia 30/01/2025, às 9h. Intime-se a testemunha arrolada pela acusação (fl. 2). Intime-se o réu, advertindo-o de que deverá comparecer acompanhado por advogado, do contrário será nomeado dativo. Comunique-se o Ministério Público. Expedientes necessários.

COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA - VARA UNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2024

ADV: JOSÉ VENANCIO RIBEIRO DE SOUSA (OAB 39962/CE) - Processo 0000909-65.2017.8.06.0111 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Jefferson de Sousa Arruda - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 33/199, do DJ-e que circulou em 16/02/2021, Capítulo IV, Seção III, artigo 129 a 133, págs. 75/83, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, e Portaria nº 19/2020 da M.M. Juíza, para que possa imprimir andamento ao processo, tendo em vista a aceitação de fls. 219, intime-se o advogado nomeado para apresentar a defesa do réu.

ADV: SAMYA BRILHANTE LIMA (OAB 32204/CE) - Processo 0010330-35.2024.8.06.0111 (processo principal 0050152-36.2021.8.06.0111) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: TIAGO CASSIANO DA SILVA - Diante do exposto, nego os pedidos do requerente Tiago Cassiano da Silva de relaxamento de prisão por excesso de prazo e de revogação de custódia cautelar por ausência de contemporaneidade de seus fundamentos, uma vez que a manutenção da referida cautelar se faz necessária como forma de garantir a ordem pública. Intime-se a defesa. Dê-se ciência ao Ministério Público. Colacione-se este decisum aos autos da ação penal principal. Após, arquivem-se.

ADV: SAMYA BRILHANTE LIMA (OAB 32204/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE DA CUNHA FROTA (OAB 46525/CE) - Processo 0201917-22.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: LUCIANO PEDRO DOS SANTOS e outro - DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia oferecida pelo Ministério Público para CONDENAR o réu LUCIANO PEDRO DOS SANTOS, nas penas dos arts. 33, caput, c/c 35, ambos da Lei nº 11.343/06 e art. 12 da Lei nº 10.826/06, nos termos do art. 69 do CP (concurso material) e LUCAS GOMES BRAGA nas penas dos arts. 33, caput, c/c 35, ambos da Lei nº 11.343/06, e ABSOLVER o réu LUCAS GOMES BRAGA pela prática do delito descrito no tipo penal do art. 12 da Lei nº 10.826/06. APLICAÇÃO DA PENA I - Condenado LUCIANO PEDRO DOS SANTOS 1. Dosimetria da pena 1.1. Circunstâncias judiciais As circunstâncias judiciais são valoradas conforme o artigo 59 do Código Penal e o artigo 42 da Lei 11.343/2006: Culpabilidade do agente: não observo grau de reprovabilidade da conduta do agente superior ao ordinário para o crime praticado; Antecedentes criminais: verifico que o réu possui maus antecedentes criminais, ostentando

em seu desfavor quatro outras ações penais em andamento pelos crimes de homicídio, tráfico de drogas e associação para o tráfico, uso de documento falso, resistência, dano e posse ilegal de arma de fogo. Conduta social do agente: há informações nos autos indicando que o réu chefiava o crime organizado local e o tráfico de drogas; Personalidade do agente: não há elementos nos autos no que diz respeito às qualidades morais; Motivos do crime: as razões subjetivas que estimularam o agente à prática da infração penal são inerentes ao próprio tipo violado, porquanto o condenado, em tal conduta, visou a obtenção de lucro fácil; Circunstâncias do delito: são negativas, considerando que o réu alugava um quarto na Vila de Jericoacoara/CE com a intenção de distribuir drogas entre os traficantes da localidade. Não obstante, detia em seu inventário drogas, arma de fogo, dinheiro e munições. Consequências do delito: não verifico consequências negativas anormais do delito, tendo em vista que as drogas e as armas foram apreendidas; Comportamento da vítima: inaplicável ao caso considerando se tratar de crime vago; Natureza e quantidade de drogas: são negativas ao caso, considerando a diversidade e a relevante quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas. Considerando a valoração das circunstâncias judiciais, fixo a pena-base do crime disposto no art. 33, caput, no patamar de 07 (sete) anos de reclusão e de 700 (setecentos) dias-multa para o crime de tráfico de drogas e 04 (quatro) anos de reclusão e de 800 (oitocentos) dias-multa para o crime de associação para o tráfico de drogas e 2 (dois) anos de detenção e de 50 (cinquenta) dias-multa para o crime de posse de arma de fogo de uso permitido. 1.2. Circunstâncias legais agravantes e atenuantes Verifico que há apenas uma circunstância atenuante de pena, qual seja a confissão do réu em juízo, razão pela qual reduzo a pena em 1/6. Apesar de ter sido parcial, o STJ tem consolidado o entendimento de que a confissão parcial pode sim gerar a atenuação da pena, desde que contribua de alguma forma para o julgamento do caso, conforme o seguinte entendimento: “A confissão espontânea, mesmo que parcial, é apta a ensejar a atenuação da pena, desde que tenha sido utilizada como fundamento para a condenação, nos termos do artigo 65, inciso III, alínea ‘d’, do Código Penal.” STJ, HC 389.082/SP. 1.3. Causas de aumento e de diminuição de pena Não incidem causas de aumento ou diminuição de pena. Por se tratar de concurso material de crimes (art. 69, CP), somo as penas aplicadas e fixo a pena definitiva ao acusado LUCIANO PEDRO DOS SANTOS em 10 (dez) anos e 10 (dez) meses de reclusão, e 1290 (mil duzentos e noventa) dias-multa. 2. Valor do dia-multa Considerando a ausência de informações acerca da situação econômica do condenado, fixo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato, consoante dispõe o artigo 49, caput e § 1º, do Código Penal. 3. Regime inicial de cumprimento da pena Aplico o regime inicial fechado de cumprimento de pena, a teor do artigo 33, § 2º, alínea a, do Código Penal. 4. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direito, considerando a falta dos pressupostos legais (artigo 44, incisos I a III, do Código Penal). 5. Suspensão condicional da pena Afasto a suspensão condicional da pena por ausência dos requisitos legais (artigo 77, incisos I a III, do Código Penal). 6. Direito de recorrer em liberdade Apesar dos crimes cometidos pelo réu não terem sido cometidos com violência ou grave ameaça, há um nível de periculosidade alto a ser resguardado pela justiça em razão da apreensão de arma de fogo acompanhada de munições em posse do réu, razão pela qual o resguardo a ordem pública faz-se imperioso no caso. Assim, NEGO o direito do réu recorrer em liberdade. II - Condenado LUCAS GOMES BRAGA 1. Dosimetria da pena 1.1. Circunstâncias judiciais As circunstâncias judiciais são valoradas conforme o artigo 59 do Código Penal e o artigo 42 da Lei 11.343/2006: Culpabilidade do agente: não observo grau de reprovabilidade da conduta do agente superior ao ordinário para o crime praticado; Antecedentes criminais: verifico que o condenado não possui maus antecedentes; Conduta social do agente: não há informações nos autos a respeito do comportamento do condenado em seus meios familiar, laboral e comunitário; Personalidade do agente: não há elementos nos autos no que diz respeito às qualidades morais do condenado (referentes a sua boa ou má índole); Motivos do crime: as razões subjetivas que estimularam o agente à prática da infração penal são inerentes ao próprio tipo violado, porquanto o acusado, em tal conduta, visou a obtenção de lucro fácil; Circunstâncias do delito: são neutras ao caso. Consequências do delito: não verifico consequências negativas anormais do delito, tendo em vista que a droga foi apreendida; Comportamento da vítima: inaplicável ao caso considerando se tratar de crime vago; Natureza e quantidade de drogas: são negativas ao caso, considerando a diversidade e a relevante quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas. Considerando a valoração das circunstâncias judiciais, fixo a pena-base do crime disposto no art. 33, caput, no patamar mínimo de 05 (cinco) anos de reclusão e de 500 (quinhentos) dias-multa para o crime de tráfico de drogas e 03 (três) anos de reclusão e de 700 (setecentos) dias-multa para o crime de associação para o tráfico de drogas e 01 (um) ano de reclusão para o crime de corrupção de menores. 1.2. Circunstâncias legais agravantes e atenuantes Verifico que há apenas uma circunstância atenuante de pena, qual seja a confissão do réu em juízo, razão pela qual reduzo a pena em 1/6. Apesar de ter sido parcial, o STJ tem consolidado o entendimento de que a confissão parcial pode sim gerar a atenuação da pena, desde que contribua de alguma forma para o julgamento do caso, conforme o seguinte entendimento: “A confissão espontânea, mesmo que parcial, é apta a ensejar a atenuação da pena, desde que tenha sido utilizada como fundamento para a condenação, nos termos do artigo 65, inciso III, alínea ‘d’, do Código Penal.” STJ, HC 389.082/SP. 1.3. Causas de aumento e de diminuição de pena Não incidem causas de aumento ou diminuição de pena. Por se tratar de concurso material de crimes (art. 69, CP), somo as penas aplicadas e fixo a pena definitiva ao acusado LUCAS GOMES BRAGA em 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, e 1000 (mil) dias-multa. 2. Valor do dia-multa Considerando a ausência de informações acerca da situação econômica do condenado, fixo o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época do fato, consoante dispõe o artigo 49, caput e § 1º, do Código Penal. 3. Regime inicial de cumprimento da pena Aplico o regime inicial semiaberto de cumprimento de pena, a teor do artigo 33, § 2º, alínea b, do Código Penal. 4. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritivas de direito, considerando a falta dos pressupostos legais (artigo 44, incisos I a III, do Código Penal). 5. Suspensão condicional da pena Afasto a suspensão condicional da pena por ausência dos requisitos legais (artigo 77, incisos I a III, do Código Penal). 6. Direito de recorrer em liberdade Considerando que os crimes cometidos pelo réu não foram crimes com violência ou grave ameaça, considerando que ele se manteve à disposição da justiça durante toda instrução processual e que não apresenta antecedentes criminais, CONCEDO ao réu o direito de recorrer em liberdade mediante cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão, em especial o uso de monitoração eletrônica. DISPOSIÇÕES FINAIS 1. Fixação de valor mínimo de indenização Deixo de fixar valor mínimo para reparação dos danos causados, haja vista não existir pedido expresso do Ministério Público nos autos (artigo 387, inciso IV, do CPP). 2. Perda do produto do crime Decreto o perdimento do valor apreendido de R$ 20 (vinte reais e setenta centavos) em favor do FUNAD. Guia de depósito fl. 143/144. 3. Detração Deixo a realização do cálculo de detração do período que os réus permaneceram custodiados provisoriamente a cargo do Juízo competente pela execução criminal. 4. Destinação dos bens apreendidos Determino a destruição das drogas apreendidas e descritas nos autos de fl. 17, inclusive, suas amostras, mediante certificação nos autos (artigos 50 e 50-A da Lei nº 11.343/2006). Determino que a arma de fogo e munições apreendidas sejam encaminhadas ao Comando do Exército para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, nos termos do art. 25 da Lei n. 10.826/03, com a redação dada pela Lei n. 13.886/2019. Considerando que a apreensão supera o período de 1 (um) ano, decreto o perdimento dos demais bens listados no termo de fl. 14, devendo ser destruídos, pois não ostentam valor econômico (art. 13, III, da Resolução 11/2015/TJCE). 5. Diligências após o trânsito em julgado Comunique-se o TRE/CE para

fins do art. 15, III, da CF. Expeça-se guia de execução definitiva e mandado de prisão. Proceda-se à liquidação da pena de multa e das custas processuais. Após, intime-se os réus condenados para realizar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias. Não sendo pago a multa, abra-se vistas ao Ministério Público para a execução do valor no prazo de 90 (noventa) dias. Sem custas processuais. Expedientes necessários e urgentes. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0349/2024

ADV: ANDERSON BRUNO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 35894/CE) - Processo 0200089-18.2024.8.06.0111 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.O.S. e outros - Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, na forma do art. 485, VIII, do CPC, extinguindo o processo sem resolução de mérito. Custas a cargo dos Autores, que, por sua vez, são beneficiários da justiça gratuita. Revogo a decisão de fls. 28/29. Intime-se. Em face do trânsito em julgado imediato, arquivem-se os autos. Jijoca De Jericoacoara/CE, 06 de novembro de 2024. Francisco de Paulo Queiroz Bernardino Junior Juiz em Respondência

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0200397-54.2024.8.06.0111 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, extinguindo o processo sem resolução de mérito, na forma do Art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas a cargo da parte Autora. Intime-se. Após, arquivem-se os autos. Jijoca De Jericoacoara/CE, 11 de outubro de 2024. Francisco de Paulo Queiroz Bernardino Junior Juiz em Respondência

ADV: ANA CRISTINA LIRA PESSOA (OAB 40145/CE) - Processo 0200398-73.2023.8.06.0111 - Inventário - Partilha - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Sousa e outros - Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Revogo a decisão de fl. 31. Intime-se. Sem custas. Expedientes necessários. Jijoca De Jericoacoara/CE, 06 de novembro de 2024. Francisco de Paulo Queiroz Bernardino Junior Juiz em Respondência

ADV: ELIAS CARNEIRO DE SOUSA FILHO (OAB 5547/CE), ADV: LÍVIO NOBRE SOARES DE LIMA (OAB 63801/DF) - Processo 0200405-02.2022.8.06.0111 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.S.L. - REQUERIDO: J.F.S. - Intimem-se as partes para que, em 05 (cinco) dias, manifestem-se sobre outras provas que tenham interesse em produzir, justificando-as, sob pena de julgamento do processo no estado em que se encontra. Após, abra-se vista ao representante do Ministério Público para manifestação Expedientes necessários. Jijoca De Jericoacoara/CE, 11 de outubro de 2024. Débora Danielle Pinheiro Ximenes Freire Juíza de Direito

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0200406-16.2024.8.06.0111 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Ante o exposto, HOMOLOGO a desistência e extingo o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Custas a cargo do Autor. Intime-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Jijoca De Jericoacoara/CE, 06 de Novembro de 2024. Francisco de Paulo Queiroz Bernardino Junior Juiz em Respondência

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 23189A/CE) - Processo 0200419-15.2024.8.06.0111 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consorcio Nacional Honda LTDA - Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistência, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Intime-se. Custas a cargo da Autora. Expedientes necessários. Jijoca De Jericoacoara/CE, 06 de novembro de 2024. Francisco de Paulo Queiroz Bernardino Junior Juiz em Respondência

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0412/2024

ADV: JOSEANNY VALESSA SOUSA BEZERRA (OAB 28216/CE) - Processo 0011356-65.2024.8.06.0112 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Jose Valmir Bezerra e Silva - Vistos etc., Trata-se de Embargos à Execução, ajuizado por José Valmir Bezerra e Silva e Joseanny Valessa Sousa Bezerra, em desfavor do Banco do Nordeste do Brasil, ambos qualificados nos autos, sendo que foi ajuizada ação idêntica com as mesmas partes e o mesmo pedido, tombada sob o nº 0010120-78.2024.8.06.0112, distribuída em 25/01/2024. É o sucinto relatório. DECIDO. Considerando que a presente ação foi ajuizada posteriormente (distribuída em 30/07/2024), forçoso reconhecer a identidade entre as ações e a litispendência, na forma do art. 485, 3º do CPC, devendo tramitar somente a ação que foi protocolada primeiramente. Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito com fulcro no art. 485, V do CPC. Sem custas, nem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se (DJE). Após, arquivem-se com as cautelas de praxe. Exp. Nec. Juazeiro do Norte/CE, data da assinatura eletrônica.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: SAMUEL PESSOA GONÇALVES DE ARAUJO (OAB 32803/CE), ADV: LUCAS ALMEIDA LEITE (OAB 37791/CE), ADV: FLAVIA DE VIVEIROS MOREIRA (OAB 162743/RJ), ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0201717-73.2023.8.06.0112 - Tutela Cautelar Antecedente - Nomeação - AUTORA: Giseli Luna Silva - REQUERIDO: Empresa de Concursos Rio de Janeiro - Processos Seletivos Ltda - Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte - FMJ - TERCEIRO: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. (Estácio Fic) - Vistos, etc. Trata-se de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente proposta por Giseli Luna Silva em desfavor da Empresa de Concursos do Rio de Janeiro - Processos Seletivos (ECONRIO) e Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte, pois requer obter a transferência definitiva da matrícula de graduação do curso de medicina, atualmente cursando na instituição de ensino superior Faculdade Paraíso, sediada em Araripina/PE, para a Universidade de Fortaleza - UNIFOR. A autora, estudante do terceiro período de Medicina na Faculdade Paraíso em Araripina-PE, participou de um processo seletivo de transferência de curso para a Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte, sendo alocada apenas no primeiro período daquela instituição. A autora argumentou que já cursa o terceiro período e, portanto, deveria ser classificada para o segundo período na nova instituição. Ela requereu a exibição de documentos emitidos pela IDOMED que a consideraram inapta para o segundo período, além de solicitar sua reclassificação. Como fundamento jurídico do pedido, Giseli destaca a violação dos seus direitos constitucionais à educação, conforme previsto nos artigos 205 e 208 da Constituição Federal, e do direito à informação e ampla defesa, com base no artigo 5º, inciso LV. Sustenta também que o resultado do processo seletivo foi inconsistente, especialmente porque outro candidato, com pontuação inferior à sua, foi classificado para o segundo período. Ao final, a autora pediu que fosse concedida tutela

antecipada para que a instituição exibisse o documento e reclassifique-a para o segundo período. Solicitou, ainda, a gratuidade de justiça por não ter condições financeiras de arcar com os custos do processo sem prejuízo de seu sustento. Em decisão interlocutória de fls. 293/240, o pedido de tutela de urgência foi deferido em parte, no seguinte sentido: Portanto, considerando que a embargante não comprovou a probabilidade do direito alegado, DEFIRO EM PARTE o pedido de tutela de urgência, devendo os requeridos apresentarem, no prazo de 5 dias, documento constando a inaptidão da candidata ao segundo período do curso de medicina da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte-CE, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), limitados ao montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais). Devidamente citados, os réus apresentaram contestação. A Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte alegou que agiu conforme as regras do edital do processo seletivo e que havia apenas uma vaga disponível para o segundo período, a qual não foi preenchida pela autora por não atender aos requisitos de carga horária e conteúdo das disciplinas. Destacou ainda que o edital previa que as instituições tinham autonomia nas decisões de isenção de disciplinas e que a transferência estaria condicionada à disponibilidade de vagas. A Empresa de Concursos Rio de Janeiro (ECONRIO) argumentou sua ilegitimidade passiva, afirmando ser apenas executora do processo seletivo, sem qualquer controle sobre as isenções de disciplinas, que seriam de responsabilidade do IDOMED. A empresa destacou que seguiu estritamente o que foi definido pelo edital, o qual não incluía a análise dos documentos para reclassificação dos candidatos. Sobre a contestação apresentada pela parte ré, a autora se manifestou em réplica argumentando que não houve apresentação dos motivos do indeferimento nem disponibilização da ementa da disciplina que supostamente teria impedido sua transferência. Sustentou que os réus não cumpriram a decisão judicial de exibir os documentos solicitados, requisitando que fosse decretada a revelia dos réus. A audiência de conciliação realizada não resultou em acordo. Devidamente intimadas, as partes não manifestaram interesse na produção de novas provas. Autos conclusos para julgamento. É o que basta relatar. DECIDO. Impõe-se o julgamento conforme o estado do processo, nos moldes do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, que permite o juiz conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença quando a questão de mérito for unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência, como é o caso dos autos. Importante ressaltar que o julgador é o destinatário final das provas, e cabe a ele determinar a suficiente instrução do processo, e no caso em tela, o julgamento antecipado não caracteriza cerceamento de defesa, tendo em vista que a prova documental existente nos autos é suficiente para persuadir racionalmente o livre convencimento deste juiz, de modo que a dilação probatória foi corretamente afastada. Dito isso, passo a análise do preliminar apresentada pela parte requerida. Não merece guarida a alegação de ilegitimidade passiva da EMPRESA DE CONCURSOS RIO DE JANEIRO - PROCESSOS SELETIVOS LTDA (ECONRIO), uma vez que o referido instituto atuou diretamente nos processos de elaboração, aplicação e correção do processo de transferência. Nesse íterim, colaciono o seguinte julgado do TJCE: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO C/C TUTELA DE URGÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. CARGO DE 2º TENENTE DO QOPM PMCE. INSURGÊNCIA CONTRA QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA. ALEGAÇÃO DE CONTEÚDO NÃO CONSTANTE DO EDITAL E DE MULTIPLICIDADE DE ITENS CORRETOS. INTERLOCUTÓRIA DO JUÍZO DE 1º GRAU INDEFERIU PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINARES APRESENTADAS EM SEDE DE CONTRARRAZÕES. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, INADEQUAÇÃO DO VALOR DA CAUSA, IMPUGNAÇÃO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADAS. ARTS. 99, §3º, E 292, § 2º, DO CPC, ART. 2º, § 2º, LEI 12.152/2009 E ART. 5º, INCISOS XXXV E LXXIV, CF/88. MATÉRIA RELATIVA À CORREÇÃO DE QUESTÕES DE CERTAME PÚBLICO. RE 632.853/CE. REPERCUSSÃO GERAL. PRECEDENTE STF. ERRO GROSSEIRO OU TERATOLOGIA. NÃO CONFIGURADOS. TUTELA DE URGÊNCIA. PROBABILIDADE DO DIREITO. NÃO DEMONSTRADA. ART. 300, CPC. EFEITO SUSPENSIVO. PROBABILIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO NÃO DEMONSTRADA. ART. 995, CPC. PRERREQUISITOS ENSEJADORES DA TUTELA NÃO CONFIGURADOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA PARA ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA RECORRIDA INALTERADA. 1. O cerne da controvérsia consiste em analisar o acerto ou desacerto do decisum do Juízo de 1º grau referente à demanda pela antecipação dos efeitos da tutela de urgência a fim de determinar a atribuição de efeito suspensivo na lide e o ingresso da agravante nas etapas posteriores à prova escrita do concurso para o cargo de 2º Tenente do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar (QOPM PMCE). 2. Não assiste razão à argumentação do ente estadual sobre a suposta ausência de interesse processual em vista da ausência de contestação do certame no âmbito administrativo, posto que, de acordo com o princípio do acesso à Justiça presente no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição de 1988, não é facultado à legislação excluir o a capacidade do Poder Judiciário de apreciar possível lesão ou ameaça a direito advindas do contexto fático. Outrossim, quanto à inadequação do valor da causa e a necessidade de sua redistribuição em vista da minoração do quantum, também não deve prosperar a alegação, visto que o montante atual da demanda foi aferido com base no art. 292, § 2º, do CPC, e no art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.153/2009, em observância a determinação constante da decisão interlocutória do Juízo de 1º grau. Preliminares do Estado rejeitadas. 3. Por fim, acerca das preliminares aventadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistência Nacional (IDECAN), cumpre destacar que a alegação de hipossuficiência formulada para pugnar por gratuidade de justiça presume-se verdadeira quando deduzida exclusivamente por pessoa natural, segundo o art. 99, § 3º, do CPC, em consonância com o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, inexistente nos autos qualquer documento comprobatório da não configuração da hipossuficiência da promovente, ora agravante. Ademais, posto que o referido instituto atuou diretamente nos processos de elaboração, aplicação e correção da etapa de prova discursiva do certame regido pelo Edital nº 001/2022 SSPDS/AESP 2º TENENTE PMCE, afigura-se como possuidor de legitimidade para integrar o polo passivo da lide. Preliminares do instituto elaborador do certame rejeitadas. 4. Em razão da via estreita do recurso de Agravo de Instrumento e em observância aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, o foco da apreciação deste Sodalício não abrange, no presente momento processual, um exame meritório definitivo acerca da controvérsia jurídica, limitando-se a verificar se necessária a reforma da decisão de 1º grau, especificamente, quanto à existência ou não dos pressupostos ensejadores do deferimento da antecipação da tutela requestada, não sendo admissível ao Juízo ad quem adentrar em questões referentes ao mérito da lide, sob pena de indevida supressão de instância. Destarte, sobre a tutela de urgência, cumpre destacar que seu deferimento depende da comprovação da ocorrência dos pressupostos previstos no art. 300, do CPC, quais sejam a probabilidade do direito, fumus boni juris, e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, periculum in mora. Por sua vez, o efeito suspensivo é medida capaz de impedir a eficácia dos efeitos da decisão quando restarem demonstrados o risco de dano grave ou de difícil reparação e a probabilidade do provimento do recurso, de acordo com o parágrafo único do art. 995 do CPC. 5. Sobre a controvérsia inerente à ação originária e ao presente agravo, cumpre salientar que o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de tema de Repercussão Geral relativo ao RE nº 632.853/CE, adotou o entendimento de que é vedada ao Poder Judiciário a revisão dos critérios de correção utilizados pela banca examinadora de concurso público para a aferição dos resultados do certame, ressalvada, em caráter excepcional, a hipótese de verificação da compatibilidade do conteúdo das questões de avaliação com aquele previsto no edital. 6. Nesse contexto, constato que ambas as partes constituintes da disputa

juntaram à inicial documentação explicativas, respectivamente, da admissibilidade ou inadmissibilidade do cômputo das questões objeto da controvérsia, compostas de parecer elaborado por professor doutor do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Ceará (UFC) e de resolução de questões de língua portuguesa por plataforma de estudo para concursos e pelo Ofício nº 0121/2023 JUR-IDECAN, emitido pelo instituto responsável pelo desenvolvimento da prova objetiva e solicitado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), ocorre assim a aposição de fundamentações distintas para as questões 6, 10 e 11, e, consequentemente, a não configuração de erro grosseiro ou teratologia para a totalidade dos itens controvertidos, pois o exame referente à corretude constituiria suplantação indevida do âmbito do controle jurisdicional do concurso público, invadindo a esfera administrativa. Desse julgamento, adveio a fixação da tese constante no Tema 485/STF, sobre a impossibilidade de revisão dos critérios de avaliação, dispondo que: Os critérios adotados por banca examinadora de um concurso não podem ser revistos pelo Poder Judiciário. 7. Por conseguinte, em vista da juntada de explanações teóricas acerca das questões pela agravante e pelo polo agravado, não resta demonstrada, a partir da apreciação perfunctória deste momento processual, a probabilidade do direito da agravante, pressuposto necessário para o deferimento da tutela de urgência, bem como foi não comprovada a probabilidade do provimento do recurso nas etapas subsequentes, medida ensejadora da atribuição do efeito suspensivo. Precedentes TJCE. 8. Exsurge, portanto, em análise perfunctória e não exauriente da lide, a ausência de razão da demanda recursal, inexistindo ensejo para a reforma da decisão interlocutória combatida, posto que não configurados os pressupostos caracterizadores da admissibilidade da antecipação de tutela e da aplicação de efeito suspensivo à eficácia do decisum. 9. Agravo de instrumento conhecido e improvido. Decisão interlocutória inalterada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a Segunda Câmara de Direito Público do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer do recurso de Agravo de Instrumento para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, data e hora indicadas pelo sistema. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator (Agravo de Instrumento- 0630357-66.2023.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) FRANCISCO GLADYSON PONTES, 2ª Câmara Direito Público, data do julgamento: 21/08/2024, data da publicação: 21/08/2024) Por essas razões de decidir, refuto a preliminar requestada. Passo a análise do mérito. Narra a promovente ser estudante de Medicina, regularmente matriculada no terceiro semestre na instituição de ensino superior Faculdade Paraíso, sediada em Araripina/PE. Relata que, em dezembro de 2022, participou de processo seletivo para transferência de curso para a promovida com o aproveitamento das disciplinas, sendo que, após a divulgação do resultado, teria ocupado a terceira posição não logrou êxito. Sustenta que as promovidas não foram claras na exposição dos motivos que geraram a colocação da autora em terceiro lugar, Diverso do que relatado na inicial, as promovidas indicaram os motivos pelos quais a promovente poderia ser admitida apenas no primeiro semestre, qual seja: não ter cursado a disciplina “Sistemas Orgânicos Integrados I”, consoante print do documento de fl. 107: Neste contexto, percebe-se que a parte autora, embora tenha interesse legítimo em ser transferida de universidade para que possa dar continuidade aos seus estudos próximo a sua família, não possui direito subjetivo que respalde o atendimento da sua pretensão. Isso porque, não obstante os princípios constitucionais que amparam o direito à saúde e à educação, a situação pleiteada não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico. Ainda não se pode relevar o fato de que determinações desse jaez podem comprometer seriamente a administração das instituições de ensino superior, na medida em que consistem em intervenções significativas na distribuição e remanejamento de vagas, cujos números variam de um período letivo para outro. Sobre o tema: ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. TRANSFERÊNCIA DE ESTUDANTE PARA OUTRA INSTITUIÇÃO. MOTIVO DE SAÚDE. APROVAÇÃO EM VESTIBULAR PRÉVIO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS NORMAS INTERNAS DA INSTITUIÇÃO. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. Sentença que indefere pedido para obrigar universidade a aceitar, por motivo de doença, aluno proveniente de outra instituição de ensino superior. 2. A teor do art. 49 da Lei n. 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo. 3. No caso vertente, o autor foi aprovado, no ano de 2017, no curso de Medicina da Universidade Federal de Sergipe - UFS (Campus Lagarto), chegando, inclusive, a realizar matrícula institucional. Todavia, acabou por optar por curso correlato ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (Campus Macaé). 4. Ainda que os distúrbios psicológicos do postulante encontrem-se devidamente comprovados por documento médico (transtorno depressivo recorrente e transtorno de personalidade emocionalmente instável), eles decorrem, em última análise, da escolha do autor de afastar-se da cidade natal, mesmo com a opção de lá permanecer. 5. Com o depoimento prestado pela Drª Karla Freire, Ex-chefe do Departamento de Medicina da UFS, id. 4058500.2878102, restou demonstrado nos autos a existência de 7 (sete) vagas no curso de Medicina na Universidade Federal de Sergipe. Porém, não há, no caso, o respectivo processo seletivo aberto para a referida finalidade de transferência externa de alunos. Além disso, o trâmite do aludido certame deve respeitar, primeiro, a concessão das vagas a outros discentes da mesma instituição de ensino. 6. Destarte, não há ilegalidade na conduta da Administração que justifique a intervenção do Poder Judiciário na presente demanda, considerando a necessidade de abertura de processo seletivo de transferência, a teor da Lei n. 9.394/1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), além da possibilidade da existência de outros alunos interessados, inclusive, por motivo de saúde, o que poderia infringir o princípio constitucional da isonomia. Precedente deste TRF5: Processo nº 08121528820184058100, Segunda Turma, Relator Paulo Roberto de Oliveira Lima, DJU:12/12/2019. 7. Apelação do particular improvida. (TRF-5 - AC: 08005104820194058500, Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt, Data de Julgamento: 12/03/2020, 4ª Turma). Denote-se que não se trata de restringir o acesso ao ensino, mas apenas de garantir de forma isonômica que todos os interessados ao ingresso no curso superior se submetam às mesmas exigências a todos impostas, mesmo se observando a famosa medida das desigualdades proferidas nas sábias palavras de Rui Barbosa, cuja exegese não conduz a uma decisão favorável ao pleito da parte autora. Em reforço ao argumento não se vislumbra hipótese de deferir a transferência de Instituição de Ensino Superior - IES, sem a devida submissão ao processo de vestibular ou seleção para ingresso de estudantes transferidos. Quanto à referida autorização sem prévia aprovação em processo seletivo, a legislação estabelece expressamente que tal previsão encontra-se restrita aos servidores públicos federais, civis ou militares (inclusive seus dependentes), que a tenha requerido em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio, conforme estipula o art. 1º da Lei nº. 9.536/97: Art. 1º A transferência ex officio a que se refere o parágrafo único do art.49 da lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, será efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independe da existência de vaga, quando se tratar de servidor público federal, civil ou militar estudante, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para a localidade mais próxima desta. Dito isso, observo que a parte autora, em nenhum momento, menciona enquadrar-se na condição de funcionária pública federal, ou ser dependente de servidor público federal, civil ou militar, de modo que não pode beneficiar-se da exceção supratranscrita. Além do mais, consoante o disposto nos arts. 44 e 49 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96, é inadmissível o ingresso ou transferência no ensino superior, sem o processo seletivo prévio. Vejamos: Art. 44 - A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (...) II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. (...) Art. 49. As instituições de

educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo. Parágrafo único. As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei. As universidades públicas e particulares são dotadas de autonomia para criarem seus próprios regulamentos, desde que respeitem os limites legais impostos pela constituição Federal e pela Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Assim, tendo em vista a ausência do preenchimento dos requisitos legais obrigatórios, tem-se que a parte requerente não faz jus a alteração do resultado do certame de transferência entre instituições. Na realidade, entendo que o acolhimento do pedido formulado na exordial significaria uma interferência equivocada na autonomia administrativa da instituição de ensino superior, indo de encontro ao princípio da isonomia de tratamento perante os demais discentes ao favorecer a promovente indevidamente. Nesse sentido, temos os seguintes julgados do Tribunais Estaduais: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. TRANSFERÊNCIA DE ALUNA ENTRE FACULDADES. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PRESSUPOSTOS ESTABELECIDOS NO ART. 49, DA LEI N.º 9.394/96 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. IMPRESCINDÍVEL A COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE VAGAS E APROVAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO. UNIVERSIDADES QUE GOZAM DE AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA, ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR A REALIZAR A TRANSFERÊNCIA EXTERNA DE ALUNOS QUE NÃO SE ENQUADREM NOS REQUISITOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (TJ-AL - AC: 07202727120228020001 Maceió, Relator: Des. Alcides Gusmão da Silva, Data de Julgamento: 11/05/2023, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 12/05/2023) PJE 0800835-31.2020.4.05.8001 EMENTA ADMINISTRATIVO. TRANSFERÊNCIA DE UNIVERSIDADE POR MOTIVO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. 1. Apelação interposta por ANA PAULA PEREIRA SALES em face de sentença que julgou improcedente o pedido, consistente na transferência da Faculdade de Medicina de Olinda para Universidade Federal de Alagoas, campus Arapiraca, em face de problemas de saúde. Honorários sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015. 2. Sustenta a apelante, em síntese, que: a) se submeteu ao Processo Seletivo da FMO - Faculdade de Medicina de Olinda, e, após os trâmites do certame, sobreveio a aprovação; b) mudou-se para cidade de Olinda/PE, deixando seu esposo que labora em Alagoas e seu filho de tenra idade (1 ano), este sob os cuidados de sua genitora (avó da criança), a qual nutria bastante afeto e era responsável por todos os cuidados do bebê; c) possui graves problemas de saúde, necessitando fazer tratamento regular e ficar junto de seus familiares; d) em 04/05/2020, a avó da criança faleceu, razão pela qual pleiteou a Transferência para a única Universidade que existe em sua cidade, para que pudesse continuar seu curso, dar manutenção ao núcleo familiar e dar continuidade ao tratamento médico; e) as garantias constitucionais do direito à saúde, à educação e à unidade familiar amparam a sua pretensão para fins de continuidade de tratamento médico, perto da família, afastando-se os entraves legais e burocráticos suscitados em âmbito administrativo. 3. A matéria devolvida para análise deste Tribunal diz respeito à possibilidade de transferência do curso de medicina da Faculdade de Medicina de Olinda para Universidade Federal de Alagoas, campus Arapiraca, em face de problemas de saúde. 4. A despeito das dificuldades apresentadas pela autora, os casos de doença não são hipóteses contempladas na lei para a transferência entre instituições de ensino, as quais encontram previsão no art. 49 da Lei 9.394/1996 ("As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo"). 5. O art. 49, parágrafo único, da Lei 9.394/1996, prevê, ainda, a possibilidade de transferências ex officio, cuja realização justifica-se nas previsões do art. 99 da Lei 8.112/1990 e do art. 1º da Lei 9.536/1997, que se referem, exclusivamente, ao estudante servidor público ou dependente destes, aos quais, preenchidos os pressupostos exigidos na lei, garante-se o direito à transferência universitária, hipóteses nas quais não se enquadra a recorrida. 6. No caso concreto, a autora não preenche os requisitos exigidos na legislação que trata da matéria, uma vez que não se submeteu a qualquer exame seletivo, nem é servidora pública, não podendo, dessa forma, ser deferida a pretendida transferência de curso. 7. Apelação desprovida. Honorários recursais fixados em 1% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015. (TRF-5 - Ap: 08008353120204058001, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO MACHADO CORDEIRO, Data de Julgamento: 29/06/2021, 2ª TURMA) No mesmo sentido convém salientar que este Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em casos análogos, vem adotando o mesmo posicionamento anteriormente colacionado: INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TRANSFERÊNCIA DE ESTUDANTES DE MEDICINA ENTRE INSTITUIÇÕES CONGÊNERES. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO PACÍFICO QUANTO À IMPERIOSA NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 49 DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCACAO NACIONAL. 1 - O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR foi criado pelo Código de Processo de 2015 como fórmula de racionalização, aperfeiçoamento e agilização da prestação jurisdicional mediante a fixação de entendimento uniforme sobre questão de direito repetitiva que encontra soluções antagônicas no âmbito do mesmo tribunal, de modo a ser resguardada a previsibilidade das decisões judiciais e a segurança jurídica. 2 - Os requisitos para que seja admitido o IRDR estão elencados no art. 976 do Estatuto de Ritos, quais sejam, a) efetiva repetição de processos com controvérsia jurisprudencial acerca da mesma questão unicamente de direito e b) risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica. Frise-se que os mencionados requisitos são cumulativos. 3 - In casu, porém, a despeito da argumentação ventilada na exordial restou manifestamente demonstrado que a posição adotada de forma pacífica por todas as Câmaras de Direito Privado deste Sodalício (órgãos judicantes competentes para processar e julgar a matéria) é no sentido da impossibilidade de transferência de alunos do curso de medicina entre instituições de ensino superior, ainda que congêneres, sem que sejam observados os requisitos estabelecidos no art. 49 da Lei nº 9.394/96. 4 - IRDR não admitido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os desembargadores integrantes da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em não admitir o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, nos termos do relatório e do voto da Relatora que passam a fazer parte integrante do presente acórdão. Fortaleza (CE), 29 de novembro de 2021. MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES Desembargadora Relatora (TJ-CE - Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: 06271220420178060000 CE 0627122-04.2017.8.06.0000, Relator: MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, Data de Julgamento: 29/11/2021, Seção de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2021) Assim, uma vez constatada a ausência do direito alegado pela autora, bem como pelo fato do não preenchimento dos requisitos necessários para a efetivação de transferência, e pelo não enquadramento da requerente na situação da exceção prevista em lei, entendo que não se admite o direito a qualquer forma de transferência de uma instituição de ensino superior a outra. Por todo o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o processo com julgamento de mérito, nos termos dos arts. 487, I, e 490, ambos do CPC. Revogo a tutela antecipada de fls. 239/240. Sem custas, haja vista que a parte autora é beneficiária da gratuidade judiciária. Condeno a parte autora ao pagamento dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, contudo, suspendo dita condenação por ser o sucumbente beneficiária da justiça gratuita, nos termos do artigo 98, § 3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes por meio de seus advogados constituídos nos autos, via DJe. Expedientes necessários.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0476/2024

ADV: JOSE ALEXANDRE XIMENES ARAGAO (OAB 14456/CE) - Processo 0010138-75.2019.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Vistos etc. Trata-se de pedido de pedido de pesquisa via sistema judicial SREI, assim como bloqueios de ativos via SISBAJUD, na modalidade "teimosinha". A aparte exequente requereu em petição fls. 130, a busca em nome da executada de patrimônios que possam a ser encontrado no seu nome, assim como o bloqueio de ativos financeiros na modalidade" teimosinha" no sistema SISBAJUD. Os autos vieram conclusos, no que DECIDO. Defiro o pedido da exequente, portanto, proceda-se com a pesquisa via sistema judicial SREI, assim como busca de eventuais ativos em nome da parte executada no sistema SISBAJUD, na modalidade "teimosinha". Após a juntada do resultado das pesquisas, abra-se vista ao exequente pelo prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ CARLOS ARRAES FERREIRA (OAB 9391/CE) - Processo 0034265-79.2014.8.06.0071 - Cumprimento de sentença - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Angelita Rofrigues dos Santos e outro - ISTO POSTO, nos termos da legislação pertinente (art. 924, II, do Código de Processo Civil), EXTINGO o Cumprimento de Sentença, com julgamento de mérito, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. P.R.I. Sem Custas. Após intimação das partes acerca da sentença, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, face a inexistência de interesse recursal.

ADV: ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA (OAB 94243/SP) - Processo 0204223-85.2024.8.06.0112 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - O autor requer a extinção do feito, com fulcro no art. 485, VI do CPC, sob argumento de que a dívida fora adimplida pelo requerido após ingresso da ação, ocorrendo, assim, a perda de objeto da ação. Não citado o requerido, inexiste condenação em ônus sucumbenciais. Assim, dou por extinto o feito sem resolução de mérito (CPC art. 485, VI). Custas pelo autor, já recolhidas. Inexistente anotações de restrições por ordem deste Juízo, determino o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado da sentença.

ADV: VIRLÂNIA DA SILVA CALOU (OAB 48774/CE) - Processo 0206996-06.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Aparecida Oliveira de Melo - Vistos, etc. Em análise dos autos observa-se que a demanda trata de matéria cuja obrigatoriedade é de tramitação no sistema PJe, conforme as Portarias nº 1409/2024 e 2039/2024, que dispõem sobre a expansão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a Competência Direito Privado, no âmbito do 1º Grau de Jurisdição da Justiça, in litteris: Art. 1º. Os processos que devem ser tramitar perante o sistema PJe, conforme portarias dos ciclos de migração, mas que tenham sido ajuizados perante o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), deverão observar o fluxo de cancelamento da distribuição. § 1º Constatada a hipótese do caput deste artigo, o magistrado responsável por supervisionar os trabalhos de distribuição determinará o cancelamento da distribuição, informando no sistema processual o movimento de decisão (Código 83 - cancelamento da distribuição) § 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se a processos oriundos das Comarcas do interior, bem como da Comarca de Fortaleza, e, também, do Serviço de Distribuição do Tribunal de Justiça, em segunda instância. § 3º Em cumprimento à ordem judicial, o servidor responsável pela distribuição, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos. Diante da impossibilidade de tramitação deste processo no sistema e-SAJ, determino o cancelamento da distribuição. Intime-se o peticionante acerca da presente decisão, informando-o de que deverá protocolar a ação no sistema PJe. Após, cumpra-se a ordem judicial, aplicando-se o movimento de Cancelamento de Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos. Adotem-se os expedientes necessários. Não havendo mais pendências, arquivem-se os autos, com baixa no Sistema SAJ.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0477/2024

ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP) - Processo 0005182-16.2019.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Bom Negócio Atividades de Internet (nome de fantasia "OLX") - Intime-se a parte requerida, por seu procurador, via DJe, para o recolhimento das custas finais, detalhadas fls. 844, conforme condenação em sentença fls. 763/764, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.

ADV: SHAKESPEARE TEIXEIRA ANDRADE (OAB 52383/CE), ADV: MARIA DAGMAR LEITE (OAB 10798/CE) - Processo 0010713-20.2018.8.06.0112 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria Silva Pereira - Intime-se o requerente por seu procurador, via Dje, para dizer se persiste interesse no prosseguimento do feito, cumprindo a determinação judicial de fl. 176, pena de extinção do processo por abandono, na forma do art. 485, inciso III c/c § 1º do CPC. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: FABIANE DE SOUSA ARAUJO (OAB 25010/CE), ADV: APARECIDO RICARDO RODRIGUES DA SILVA (OAB 42859/CE) - Processo 0052321-27.2020.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathalia Silva Amancio - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - ISTO POSTO, nos termos da legislação pertinente (art. 924, II, do Código de Processo Civil), EXTINGO o Cumprimento de Sentença, com julgamento de mérito, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Determino que, de imediato, expeça-se alvará em favor da exequente para levantamento do depósito judicial de f. 224/226, ID 040003200092410096, valor do crédito - R$ 50.181,35 (mais acréscimos legais), a ser transferido para a conta bancária informada às f. 230 dos autos - BANCO DO BRASIL (001), AG: 0433-2, CONTA CORRENTE: 139531-9, TITULAR: FABIANE DE SOUSA ARAÚJO, CPF: 852.262.383-04. P.R.I. Custas processuais a serem recolhidas pela executada, conforme sentença, f. 110/122.

ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE), ADV: ISAAC COSTA LÁZARO FILHO (OAB 18663/CE) - Processo 0054648-08.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Medidas de proteção - REQUERIDO: H.A.M. - Tratando-se de execução por quantia certa definitiva (CPC, art. 513) de sentença líquida (CPC, art. 509, §2º), intime-se a executada, por seu procurador, via DJ, para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC).

Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). À executada é facultado oferecer incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Intime-se, também, a executada, por seu procurador, via DJ, para recolhimento das custas judiciais, em cinco dias, sob pena de inclusão na Dívida Ativa do Estado.

ADV: SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES (OAB 24016/CE), ADV: MARILIA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 34374/CE), ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 16629/CE) - Processo 0200155-63.2022.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Custeio de Assistência Médica - REQUERENTE: Yhudy Thayller Pereira Santos - REQUERIDO: UNIMED DO CARIRI - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - ISTO POSTO, nos termos da legislação pertinente (art. 924, II, do Código de Processo Civil), EXTINGO o Cumprimento de Sentença, com julgamento de mérito, o que faço por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Determino que, de imediato, expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do depósito judicial de ID 040003200122410242, valor do crédito - R$ 8.792,75 (mais acréscimos legais), a ser transferido para a conta bancária informada às f. 596. Custas a serem recolhidas pela executada. Intime-se para pagamento sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. P.R.I. Transitada em julgado a sentença, recolhidas as custas e expedido o alvará, arquivem-se os autos.

ADV: WILSON JANUÁRIO DA SILVA (OAB 362475/SP) - Processo 0203836-70.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Eliana Januário dos Santos - Intime-se a autora, via procurador, para ciência da pesquisa via SISBAJUD, e requerer o que entender de direito prazo de 5 dias. Intimações e expedientes necessários.

ADV: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR (OAB 18937/CE) - Processo 0205225-27.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Documental - REQUERENTE: Kallel Yahn Ribeiro Feijo Gondim e outro - Desta forma, com suporte no disposto supra identificado c/c art. 485, V do CPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito Custas já recolhidas. Após intimação da sentença, determino que se certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, em vista da inexistência de interesse recursal.

ADV: TEREZINHA BERNADETE MAIA CABRAL (OAB 25060/CE) - Processo 0206877-45.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Miguel Ferreira Maia Cabral - Isto posto, e nos termos do que dispõe o artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, homologo a desistência, extinguindo o processo sem resolução do mérito. Sem Custas. Após intimação da sentença, determino que se certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, em vista da inexistência de interesse recursal.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0509/2024

ADV: DAYNNARA RODRIGUES DE LIMA (OAB 36616/CE) - Processo 0008329-50.2019.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cicera Josefa dos Santos e outro - R.H. Conclusão avocada. No despacho de página 118, conforme certidão de página 117, foi designado pelo profissional nomeado para funcionar como perito, o dia 29/07/2024, às 16h:30min, para a realização da perícia. Entretanto, não há resposta acerca de sua realização ou não nos autos. Ante o exposto, intimem-se as partes, para informar se a perícia foi realizada e explicar, caso se o caso, o motivo de sua não realização. Intime-se, também, o perito Dr. Thiago Caldas Leal, via e-mail (caldasleal@gmail.com), para informar se a perícia foi realizada ou não e, em caso positivo, junte o laudo pericial nos autos. Expedientes necessários.

ADV: POLIANA LOBO E LEITE (OAB 29801/DF) - Processo 0050133-27.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Requisitos - REQUERENTE: Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda ¿ Fundação Assefaz - R. H. Intime-se a parte autora, por seus advogados, para adimplir, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor apurado das custas processuais finais, no percentual de 50%, conforme condenação na sentença de páginas 299-302, que foi mantida na análise do recurso especial. Destaco que as guias para pagamento das referidas custas, podem ser obtidas no próprio SAJPG (custas), estando as mesmas devidamente cadastradas, de acordo com o relatório de páginas 460-461. Acaso decorra o prazo acima declinado sem a comprovação do pagamento das custas processuais, oficie-se à Procuradoria-Geral do Estado do Ceará, solicitando-lhe a inscrição do débito na dívida ativa do Estado do Ceará. No mais, aguarde-se o decurso do prazo para apresentação do pedido de cumprimento de sentença. Expedientes necessários.

ADV: SÉRGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 28561/CE) - Processo 0201629-69.2022.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Maria Lucilma de Macedo e outro - R.H. Na decisão de páginas 156-158, foi dada oportunidade de a parte autora juntar, novamente, documentos da inicial, ante sua ilegibilidade. A parte junta, então, às páginas 163-188, os referidos documentos e novos documentos. Diante disso, intime-se a parte promovida, para, em 15 dias se manifestar sobre os novos documentos trazidos aos autos pela parte autora, sob pena de preclusão. Cite-se Parte Reconvinda Francisco Nilton da Silva, por carta com aviso de recebimento, dando-lhe ciência da ação ajuizada em seu desfavor, bem como para apresentar resposta à reconvenção de págs. 64/75 no prazo de 15 dias, no endereço: Rua Martiniano de Santana, nº 343, Tiradentes, Juazeiro do Norte/CE, CEP 63.031-160, sob pena de revelia e presunção de veracidade dos fatos articulados pelo reconvinte. Expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 05 de novembro de 2024. Matheus Pereira Junior Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO JARDEL AMORIM GOMES (OAB 45900/CE) - Processo 0202130-52.2024.8.06.0112 - Demarcação / Divisão - Partilha - REQUERENTE: Jose Brito de Alcantara - R. H. Intime-se a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, para, em 10 (dez) dias, (i) apresentar manifestação acerca do “AR” de páginas 35/36, (ii) declinar o endereço atualizado da Parte Promovida, e/ou (iii) requerer o que reputar de direito. Expedientes necessários.

ADV: SÉRGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 28561/CE), ADV: ANDERSON MARIO MARQUES DA ROCHA (OAB 12898/CE), ADV: BRUNO RICARTH DOMICIANO (OAB 41105/CE), ADV: RENATO HOLANDA LIMA (OAB 35352/CE) - Processo 0202751-83.2023.8.06.0112 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Gurgel Carlos da Silva - REQUERIDO: Ronaldo de Oliveira Brandão - Andréa Pinheiro de Moraes - Intimem-se as partes, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem sobre a avaliação feita pelo Sr(a). Oficial(a) de Justiça (págs. 230/237).

ADV: VIRGINIA MARIA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 39826/CE) - Processo 0204743-79.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Provas em geral - REQUERENTE: Maria Lucilene Queiroz da Silva - INSPEÇÃO JUDICIAL ORDINÁRIA ANUAL (PORTARIA Nº 13/2023) Visto em Inspeção Judicial Ordinária Anual. Cogita-se AÇÃO ORDINÁRIA ajuizado por MARIA LUCILENE QUEIROZ

DA SLVA em face do Centro de Treinamento e Desenvolvimento CETREDE e do MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE/CE. O presente feito versa sobre matéria da Fazenda Pública. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (PJe). Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 2432/2022 expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 14 de novembro de 2022), que colaciono, in litteris: Art. 1º. Os processos que devem ser tramitar perante o sistema PJe, conforme portarias dos ciclos de migração, mas que tenham sido ajuizados perante o Sistema de Automação da Justiça (SAJ), deverão observar o fluxo de cancelamento da distribuição. § 1º Constatada a hipótese do caput deste artigo, o magistrado responsável por supervisionar os trabalhos de distribuição determinará o cancelamento da distribuição, informando no sistema processual o movimento de decisão (Código 83 - cancelamento da distribuição). § 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se a processos oriundos das Comarcas do interior, bem como da Comarca de Fortaleza, e, também, do Serviço de Distribuição do Tribunal de Justiça, em segunda instância. § 3º Em cumprimento à ordem judicial, o servidor responsável pela distribuição, após a intimação eletrônica do peticionante pelo meio eletrônico disponível, efetivará a ordem judicial aplicando o movimento nacional de código 488 - Cancelamento da Distribuição, de modo que a numeração única anteriormente atribuída fica cancelada e não surtirá quaisquer efeitos jurídicos. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 “Cancelamento da Distribuição”. Baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: BRUNO MACEDO LANDIM FERREIRA (OAB 40505/CE) - Processo 0204811-92.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria Leda Patricio de Moura - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A - R.H. Verifico que a matéria debatida nos autos envolve as demandas que tratam de eventual falha na prestação do serviço quanto à conta vinculada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo Conselho Diretor do referido programa. Destaco que o assunto foi objeto do Tema 1150 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual estabeleceu as seguintes teses a respeito da responsabilidade do Banco do Brasil (BB) por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculadas ao PASEP, in verbis: 1) o Banco do Brasil possui legitimidade passiva ad causam para figurar no polo passivo de demanda na qual se discute eventual falha na prestação do serviço quanto à conta vinculada ao PASEP, saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo conselho diretor do referido programa; 2) a pretensão ao ressarcimento dos danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao PASEP se submete ao prazo prescricional decenal previsto pelo artigo 205 do Código Civil; e 3) o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é o dia em que o titular, comprovadamente, toma ciência dos desfalques realizados na conta individual vinculada ao PASEP. (STJ. 1ª Seção. REsps 1.895.936-TO, 1.895.941-TO e 1.951.931-DF, Rel. Min. Herman Benjamin, julgados em 13/9/2023 (Recurso Repetitivo Tema 1150) (Info 787)) Portanto, observa-se que questões sobre a legitimidade passiva do Banco do Brasil, a prescrição e sua contagem inicial já foram resolvidas pelo STJ, devendo as ações contra o Banco do Brasil que discutam a questão tramitar na Justiça Comum. Saliento que cabe a Parte Autora indicar com precisão os pontos a serem questionados, apresentando, se for o caso, os valores defendidos como corretos a serem depositados e os índices de correção cabíveis, este último, na hipótese de discussão quanto à atualização do valor depositado, assim como os documentos mínimos aptos a consubstanciar seu pedido. Ainda, estabeleço como pontos controvertidos, que devem ser demonstrados pelas Partes: 1) a legitimidade dos cálculos apresentados com o respectivo índice aplicado; 2) em caso de pedido de indenização por danos morais, a indicação específica do dano moral sofrido, uma vez que não se cogita da modalidade presumida, sendo este ônus da Parte Autora. Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 (disponível em https://portal.tjce.jus.br/uploads/2022/08/NT-no-7-2024-PASEP-1.pdf) na qual indicou algumas recomendações à serem obedecidas em processos desta natureza. Tendo em vista tal informação, intime-se a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, (i) caso necessário, adequar os documentos apresentados a NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 de Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, (ii) apresentar manifestação acerca da contestação de p. 114-143 e dos documentos que a acompanham e (iii) declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Expedientes necessários

ADV: CRISTIANE MACEDO DE OLIVEIRA (OAB 26594/CE) - Processo 0204963-43.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Santos - Cicera dos Santos Lopes - Geralda Verônica dos Santos - Maria Nazare Vieira dos Santos - Roldão Manoel dos Santos Filho - Geraldo Marcos Santos - R.H. Verifico que a matéria debatida nos autos envolve as demandas que tratam de eventual falha na prestação do serviço quanto à conta vinculada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo Conselho Diretor do referido programa. Destaco que o assunto foi objeto do Tema 1150 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual estabeleceu as seguintes teses a respeito da responsabilidade do Banco do Brasil (BB) por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculadas ao PASEP, in verbis: 1) o Banco do Brasil possui legitimidade passiva ad causam para figurar no polo passivo de demanda na qual se discute eventual falha na prestação do serviço quanto à conta vinculada ao PASEP, saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo conselho diretor do referido programa; 2) a pretensão ao ressarcimento dos danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao PASEP se submete ao prazo prescricional decenal previsto pelo artigo 205 do Código Civil; e 3) o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é o dia em que o titular, comprovadamente, toma ciência dos desfalques realizados na conta individual vinculada ao PASEP. (STJ. 1ª Seção. REsps 1.895.936-TO, 1.895.941-TO e 1.951.931-DF, Rel. Min. Herman Benjamin, julgados em 13/9/2023 (Recurso Repetitivo Tema 1150) (Info 787)) Portanto, observa-se que questões sobre a legitimidade passiva do Banco do Brasil, a prescrição e sua contagem inicial já foram resolvidas pelo STJ, devendo as ações contra o Banco do Brasil que discutam a questão tramitar na Justiça Comum. Saliento que cabe a Parte Autora indicar com precisão os pontos a serem questionados, apresentando, se for o caso, os valores defendidos como corretos a serem depositados e os índices de correção cabíveis, este último, na hipótese de discussão quanto à atualização do valor depositado, assim como os documentos mínimos aptos a consubstanciar seu pedido. Ainda, estabeleço como pontos controvertidos, que devem ser demonstrados pelas Partes: 1) a legitimidade dos cálculos apresentados com o respectivo índice aplicado; 2) em caso de pedido de indenização por danos morais, a indicação específica do dano moral sofrido, uma vez que não se cogita da modalidade presumida, sendo este ônus da Parte Autora. Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 (disponível em https://portal.tjce.jus.br/uploads/2022/08/NT-no-7-2024-PASEP-1.pdf) na qual indicou algumas recomendações à serem obedecidas em processos desta natureza. Tendo em vista tal informação, intime-se a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias,

(i) caso necessário, adequar os documentos apresentados a NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 de Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, (ii) apresentar manifestação acerca da contestação de p. 231-266 e dos documentos que a acompanham e (iii) declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

ADV: SÉRGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 28561/CE) - Processo 0205077-79.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Cícera Gabriel Felix Souza - R.H. Verifico que a matéria debatida nos autos envolve as demandas que tratam de eventual falha na prestação do serviço quanto à conta vinculada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo Conselho Diretor do referido programa. Destaco que o assunto foi objeto do Tema 1150 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o qual estabeleceu as seguintes teses a respeito da responsabilidade do Banco do Brasil (BB) por saques indevidos ou má gestão dos valores em contas vinculadas ao PASEP, in verbis: 1) o Banco do Brasil possui legitimidade passiva ad causam para figurar no polo passivo de demanda na qual se discute eventual falha na prestação do serviço quanto à conta vinculada ao PASEP, saques indevidos e desfalques, além da ausência de aplicação dos rendimentos estabelecidas pelo conselho diretor do referido programa; 2) a pretensão ao ressarcimento dos danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao PASEP se submete ao prazo prescricional decenal previsto pelo artigo 205 do Código Civil; e 3) o termo inicial para a contagem do prazo prescricional é o dia em que o titular, comprovadamente, toma ciência dos desfalques realizados na conta individual vinculada ao PASEP. (STJ. 1ª Seção. REsps 1.895.936-TO, 1.895.941-TO e 1.951.931-DF, Rel. Min. Herman Benjamin, julgados em 13/9/2023 (Recurso Repetitivo Tema 1150) (Info 787)) Portanto, observa-se que questões sobre a legitimidade passiva do Banco do Brasil, a prescrição e sua contagem inicial já foram resolvidas pelo STJ, devendo as ações contra o Banco do Brasil que discutam a questão tramitar na Justiça Comum. Saliento que cabe a Parte Autora indicar com precisão os pontos a serem questionados, apresentando, se for o caso, os valores defendidos como corretos a serem depositados e os índices de correção cabíveis, este último, na hipótese de discussão quanto à atualização do valor depositado, assim como os documentos mínimos aptos a consubstanciar seu pedido. Ainda, estabeleço como pontos controvertidos, que devem ser demonstrados pelas Partes: 1) a legitimidade dos cálculos apresentados com o respectivo índice aplicado; 2) em caso de pedido de indenização por danos morais, a indicação específica do dano moral sofrido, uma vez que não se cogita da modalidade presumida, sendo este ônus da Parte Autora. Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 (disponível em https://portal.tjce.jus.br/uploads/2022/08/NT-no-7-2024-PASEP-1.pdf) na qual indicou algumas recomendações à serem obedecidas em processos desta natureza. Tendo em vista tal informação, intime-se a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, (i) caso necessário, adequar os documentos apresentados a NOTA TÉCNICA Nº 07/2024 de Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, (ii) apresentar manifestação acerca da contestação de p. 104-133 e dos documentos que a acompanham e (iii) declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

ADV: ELLEFERSON ADAN FERREIRA DA COSTA (OAB 49556/CE) - Processo 0206676-87.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alessio Silva de Paulo - Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 “Cancelamento da Distribuição”.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0510/2024

ADV: GWERSON JOCSAN QUEIROZ DE FIGUEIREDO (OAB 22776/CE) - Processo 0004894-05.2018.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia Pereira Marinho - R.H. Intime-se a Parte Autora, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, (i) apresentar manifestação acerca da contestação de páginas 67-88 e dos documentos que a acompanham; e (ii) declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, declinar as provas que pretende produzir nos autos, especificando a finalidade das mesmas, vedado o protesto genérico, sob pena de preclusão. Expedientes necessários.

ADV: NELSON GONÇALVES MACEDO MAGALHAES (OAB 16650/CE), ADV: RENATA DE ALENCAR BRAGA BORGES (OAB 15616/CE), ADV: JULIO MARIUDEDITH SARAIVA ALVES (OAB 8811/CE), ADV: CLAUVER RENNE LUCIANO BARRETO (OAB 16641/CE) - Processo 0045954-89.2017.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria de Lourdes Nascimento da Silva - REQUERIDO: Previjuno - Fundo Municipal de Previdencia Social dos Servidores do Municipio do Juazeiro do Norte-ce - R.H No petitório de pagina 150, o perito nomeado ROBERTO ANTONIO NADALINI MAUÁ requereu a realização da perícia de forma telepresencial. Ante o pleiteado, intime-se a parte autora, para, em 5 dias, e a parte promovida, em 10 dias, se manifestarem sobre o pedido, sendo o silêncio interpretado como anuência da realização da perícia telepresencial. Expedientes necessários.

ADV: SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES (OAB 24016/CE), ADV: MARILIA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 34374/CE) - Processo 0200291-89.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Medidas de proteção - REQUERIDO: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - ATO ORDINATÓRIO EXPEDIDO COM ARRIMO NO ART. 203, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NOS ARTIGOS 129 E SEGUINTES DO PROVIMENTO Nº 02/2021 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS). Inconformada com o teor da sentença de páginas 367/373 dos autos virtuais, a Parte Promovente interpôs recurso de apelação (p. 378/386), objetivando a reforma do decisório vergastado. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, apresentar contrarrazões ao apelo de páginas 378/386. Havendo a interposição de apelação adesiva, intime-se a Parte Promovente, por seu advogado, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo para contrarrazões, com ou sem estas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para fins de apreciação da pretensão recursal (art. 1.010, §3º, CPC/15).

ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: MARILIA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 34374/CE), ADV: ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES (OAB 24016/CE) - Processo 0200542-44.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERIDO: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - ATO ORDINATÓRIO EXPEDIDO COM ARRIMO NO ART. 203, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NOS ARTIGOS 129 E SEGUINTES DO PROVIMENTO Nº

02/2021 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS). Inconformada com o teor da sentença de páginas 331/334 dos autos virtuais, a Parte Promovente interpôs recurso de apelação (p. 342/346), objetivando a reforma do decisório vergastado. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, apresentar contrarrazões ao apelo de páginas 342/346. Havendo a interposição de apelação adesiva, intime-se a Parte Promovente, por seu advogado, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo para contrarrazões, com ou sem estas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para fins de apreciação da pretensão recursal (art. 1.010, §3º, CPC/15).

ADV: MARILIA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 34374/CE), ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 16629/CE), ADV: SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES (OAB 24016/CE) - Processo 0202298-54.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Maxemiliana Rocha Leite e outro - REQUERIDO: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Pelas razões escandidas, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL. Condeno a Parte Autora ao pagamento das custas processuaise de honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte adversa, que arbitro em R$ 1.000,00, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015. Em razão de ser a Parte Autora beneficiária da assistência judiciária gratuita, declaro a suspensão da exigibilidade da condenação nos ônus da sucumbência pelo prazo de 05 anos, a qual poderá ser afastada se o credor demonstrar que a situação de insuficiência financeira que justificou a concessão do benefício deixou de existir (art. 98, §3º, CPC/15). P. R. I. Empós o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: IGOR MACEDO FACO (OAB 16470/CE) - Processo 0203197-86.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica S.A e outro - ATO ORDINATÓRIO EXPEDIDO COM ARRIMO NO ART. 203, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NOS ARTIGOS 129 E SEGUINTES DO PROVIMENTO Nº 02/2021 DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS). Inconformada com o teor da sentença de páginas 107/111 dos autos virtuais, a Parte Promovente interpôs recurso de apelação (p. 114/130), objetivando a reforma do decisório vergastado. Intime-se a Parte Promovida, por intermédio de seus advogados, para, em 15 dias, apresentar contrarrazões ao apelo de páginas 114/130. Havendo a interposição de apelação adesiva, intime-se a Parte Promovente, por seu advogado, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo para contrarrazões, com ou sem estas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para fins de apreciação da pretensão recursal (art. 1.010, §3º, CPC/15).

ADV: LUÍS FERNANDO PACÍFICO MOREIRA (OAB 46864/CE), ADV: EDUARDO DA SILVA CAVALCANTE (OAB 24923/DF) - Processo 0205722-07.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Serviços de Saúde - REQUERENTE: Maria Sayonara Veras Angelim - REQUERIDO: GEAP - AUTOGESTÃO EM SAÚDE - Pelas razões escandidas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, ao passo que determino às Promovidas que forneçam à parte autora QUIMIOTERAPIA COM REGIME FOLFOX, conforme determinado em laudo médico, enquanto perdurar a necessidade - sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento, limitada ao montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). JULGO IMPROCEDENTE a pretensão de indenização por danos morais. Diante da sucumbência recíproca condeno ambas as Partes ao pagamento das custas processuais, no importe de 50% para cada, bem como de honorários sucumbenciais do causídico da parte contrária, que arbitro em 10% do valor da causa. Em razão de ser a Parte Autora beneficiária da assistência judiciária gratuita, declaro a suspensão da exigibilidade da condenação nos ônus da sucumbência pelo prazo de 05 anos, a qual poderá ser afastada se o credor demonstrar que a situação de insuficiência financeira que justificou a concessão do benefício deixou de existir (art. 98, §3º, CPC/15). P. R. I. C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MAGDA ELIZABETE DA SILVA ALMEIDA VITAL (OAB 41634/CE) - Processo 0206906-95.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Arnaldo Ribeiro Lopes e outros - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por Arnaldo Ribeiro Lopes Lima, Arlete Ribeiro Lima Bento e Alisson Ribeiro Lopes Lima em face de Brisanet Telecomunicações S/A. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: "Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 "Cancelamento da Distribuição". Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: MARILIA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 34374/CE), ADV: SHALON MICHAELLI ANGELO TAVARES (OAB 24016/CE), ADV: CANDICE ALENCAR CARDOSO (OAB 27906/CE) - Processo 0206950-85.2022.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Vicencia Soares Garcia Oliveira - REQUERIDO: Unimed do Cariri - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Pelas razões escandidas, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO AUTORAL, ao passo que torno sem efeito a decisão concessiva da tutela de urgência de páginas 181-184. Condeno a Parte Autora ao pagamento das custas processuais, bem como de honorários sucumbenciais em favor do advogado da parte adversa, que arbitro em R$ 1.000,00, nos termos do art. 85, § 8º, do CPC/2015. Em razão de ser a Parte Autora beneficiária da assistência judiciária gratuita, declaro a suspensão da exigibilidade da condenação nos ônus da sucumbência pelo prazo de 05 anos, a qual poderá ser afastada se o credor demonstrar que a situação de insuficiência financeira que justificou a concessão do benefício deixou de existir (art. 98, §3º, CPC/15). P. R. I. Empós o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa na distribuição.

ADV: VINÍCIUS ÉRBETHE FREITAS DE OLIVEIRA (OAB 51678/CE) - Processo 0206957-09.2024.8.06.0112 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Suely Pereira de Deus - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por Suely Pereira de Deus em face de Francisco de Assis Pereira. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: "Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente,

protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 "Cancelamento da Distribuição". Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: NÁDILA GOMES TAVARES (OAB 47270/CE) - Processo 0206991-81.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Cicero Gomes Duarte - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por Cicero Gomes Duarte em face de Banco do Brasil S/A. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: "Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 "Cancelamento da Distribuição". Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: TALLISSON LUIZ DE SOUZA (OAB 169804/MG) - Processo 0207009-05.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lindomar Lopes da Silva - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por LINDOMAR LOPES DA SILVA em face de BANCO MASTER S/A. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: "Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 "Cancelamento da Distribuição". Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: GUSTAVO ALVES DE ARAUJO (OAB 37844/CE) - Processo 0207014-27.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Marcio Andre Lima de Meneses - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por Márcio André de Lima Meneses em face de Pedro Antônio Araújo Gomes. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: "Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 "Cancelamento da Distribuição". Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA CLEONEIDE RABELO DINIZ (OAB 988B/PE) - Processo 0207022-04.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria de Lourdes Oliveira - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por MARIA DE LOURDES OLIVEIRA em face de BANCO DO BRASIL S/A. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: "Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 "Cancelamento da Distribuição". Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: MOÉSIA VÂNGELA SAMPAIO VIDAL DUARTE (OAB 38643/CE) - Processo 0207035-03.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Leonardo Figueiredo Calou - R. H. Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por ANTÔNIO LEONARDO FIGUEIREDO CALOU em face de FACULDADE DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS - FATEC. O presente feito versa sobre matéria Cível Comum. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará implementou ciclo de migração para todos os processos desta natureza para sistema diverso (Pje), conforme explicitado na Portaria nº 02039/2024 (DJE de 12.09.2024), tendo a referida migração ocorrido de 11.10.2024 a 13.10.2024 nesta Unidade Judiciária. Tratando-se os autos de processo adstrito a esta circunstância - que deve tramitar perante o sistema PJe, deverá observar o fluxo de cancelamento da distribuição, nos termos da Portaria nº 02039/2024, expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça (DJE

de 12 de setembro de 2024), que colaciono, in litteris: “Art. 5º Nos processos e procedimentos da matéria Cível Comum, que após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. §1º A secretaria após a intimação do peticionante, em cumprimento à ordem judicial, efetivará a cancelamento, observando o fluxo do SAJ. Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 “Cancelamento da Distribuição”. Intime-se a Parte Autora, por seus advogados, do teor desta decisão. Após, baixa na estatística. Expedientes necessários.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0428/2024

ADV: PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA - Processo 0002515-43.2008.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Francisca Elania Oliveira Nascimento - Rh. Manifeste-se o Inventariante, no prazo de 10(Dez) dias, acerca dos documentos de fls. 594/598. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL LEITE CABRAL (OAB 44811/CE) - Processo 0005253-18.2019.8.06.0112 - Cumprimento Provisório de Decisão - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucicleide Maria Celeste da Silva - Rh. Inicialmente, proceda-se a Secretaria com a retificação no cadastro de partes, excluindo a Defensoria Pública da representação da parte Exequente, posto que esta encontra-se representada por advogado particular. Ademais, reputo necessária a intimação da parte Exequente, a fim de que esta diga se ainda existe algum débito alimentar, devendo se for o caso apresentar planilha com valor atualizado do contrário deve a exequente informar a satisfação do débito alimentar o que levará a extinção do feito. De outro modo, defiro o pedido de fls. 212 no tocante ao encaminhamento de ofício à oficio a SEPLAG/CE, informando que, consoante o mês de novembro seja o ultimo mês do débito, conforme informou a parte Exequente e Executada, deverá ser descontada a quantia de R$ 487,60 (quatrocentos e oitenta e sete e sessenta), correspondente a 8,6% do salário liquido do Executado, frise-se que após esse pagamento, os descontos deverão ser cessados definitivamente, conforme requerido. Intime-se. Cumpra-se. Apresentada manifestação da parte Exequente, voltem-me os autos conclusos para Julgamento. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL TAVARES NETO (OAB 14394/CE) - Processo 0010769-19.2019.8.06.0112 (apensado ao processo 0059616-57.2016.8.06.0112) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: M.D.M.P. - Rh. Acolho o pedido de fls. 103 e intime-se novamente o executado, para a quitação do débito conforme cálculo de fls. 60. Expedientes necessários.

ADV: JOSEFA IRANIR MENDES LIMA HONORATO (OAB 6182/CE) - Processo 0011077-55.2019.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria do Socorro Gonçalves de Souza - Rh. Intime-se a Inventariante para, no prazo de 15(quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 415/416. Cumpra-se.

ADV: GWERSON JOCSAN QUEIROZ DE FIGUEIREDO (OAB 22776/CE) - Processo 0011931-10.2023.8.06.0112 (processo principal 0203014-52.2022.8.06.0112) - Habilitação de Crédito - Inventário e Partilha - CREDORA: Maria Elizabete Dias da Silva - R.H. Intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a petição de fls. 360/362. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR (OAB 18937/CE) - Processo 0013328-46.2019.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Danyra Gonçalves Soares e Sousa - Rh. Intime-se a Inventariante para, no prazo de 10(Dez) Dias, trazer aos autos as certidões negativas de débito devidamente atualizadas, conforme Despacho de fls. 326, empós, voltem-me os autos conclusos para Homologação da partilha. Cumpra-se.

ADV: JULIO MARIUDEDITH SARAIVA ALVES (OAB 8811/CE) - Processo 0050949-53.2014.8.06.0112 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Joao Batista de Oliveira e outros - R.H. Intime-se os autores, por seus procuradores, via DJ, acerca dos alvarás expedidos (fls. 85/87). Transcorridos 05 (cinco) dias sem qualquer manifestação, remetam-se os autos ao arquivo, sem necessidade de nova conclusão. Cumpra-se.

ADV: WASHINGTON AIRTON SOARES (OAB 352054/SP) - Processo 0053596-74.2021.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Orlenia de Lima Campos - Rh. Intime-se a Inventariante para manifestar-se acerca do petitório de fls. 327/328, no prazo de 10(Dez) dias, sob pena de Remoção do Encargo. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUCIANO COELHO DO NASCIMENTO (OAB 45171/CE) - Processo 0054439-39.2021.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: I.J.P. - Rh. Intime-se a parte exequente pessoalmente e por seu Defensor, para que manifeste-se no prazo de 10 (dez) dias sobre as respostas do ofícios, requerendo o que entender de direito. Empós, abra-se vistas ao MP. Expedientes necessários.

ADV: JOICE DO NASCIMENTO ALVES (OAB 38811/CE) - Processo 0055669-19.2021.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.S.D. - R.H. Verifico que a audiência anteriormente agendada diz respeito ao período de férias do magistrado, por tal motivo designo nova audiência de Instrução para 10/02/2025 às 09:00h. Expedientes Necessários. Cumpra-se.

ADV: EBERT RODOLFO TAVARES DE LIMA (OAB 32810/CE) - Processo 0055751-50.2021.8.06.0112 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Arrolamento de Bens - REQUERENTE: Fátima Vieira Militão e outros - Rh. Considerando a resposta ao ofício nas fls. 74/76, intime-se a autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: CAMILLA CHRISTINA PAES BARRETTO VILLAÇA (OAB 36669/CE) - Processo 0200057-44.2023.8.06.0112 - Tutela Cautelar Antecedente - Dissolução - REQUERENTE: R.G.F.F. - R.H. Verifico que os documentos juntados às fls. 62/72 não denotam situação fática compatível com a gratuidade judiciária. Além das vantagens econômicas auferidas pelo autor, há que se considerar o valor dos bens discutidos na presente demanda. Portando, após análise da documentação acostada aos autos, INDEFIRO a gratuidade pretendida. Intime-se o autor para proceder com o pagamento das custas processuais, as quais faculto que sejam pagas de forma parcelada, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: ZILMA NANDIALLA CARNEIRO ARRUDA DE SANTANA (OAB 43712/CE), ADV: RAQUEL ESTEVÃO BESERRA (OAB

43987/CE) - Processo 0202602-24.2022.8.06.0112 - Guarda de Família - Guarda - REQUERIDO: B.S.C. e outro - Rh. Intimem-se as advogadas do requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos comprovante de comunicação da renúncia, nos termos do art. 112 do CPC. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ TARSO MAGNO TEIXEIRA DA SILVA (OAB 10175B/CE) - Processo 0205677-03.2024.8.06.0112 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Bem de Família - REQUERENTE: Jorge Fernandes de Sousa - R.H. Ouça-se a parte autora, por seu procurador, acerca do ofício de fls. 24/27. Prazo de cinco (05) dias. Inexistindo outros requerimentos de diligências, faça-se conclusão para sentença, em obediência à ordem prevista no art. 12 do CPC. Cumpra-se.

ADV: AFONSO HENRIQUE DE LIMA NETO (OAB 44798/CE), ADV: DAVID NILSON GONDIM ALVES (OAB 34888/CE) - Processo 0206701-03.2023.8.06.0112 (apensado ao processo 0055141-19.2020.8.06.0112) - Execução Extrajudicial de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Joana Ferreira Bastos - R.h. Oficie-se novamente ao Ministério da Saúde, conforme determinação de desconto em folha do requerido, para informar os dados bancários da requerente conforme petição de fls. 78, uma vez que o ofício de fls. 67, não constou os dados bancários da genitora da menor. Ainda, manifeste-se a parte exequente da petição de fls. 54/55 e 69, requerendo o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: JOSE JOAO ARAUJO NETO (OAB 6039/CE) - Processo 0207012-57.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Cicera Maria do Nascimento - R.h. DEFIRO a gratuidade da justiça. Intime-se a parte requerente por meio do seu advogado, para, no prazo de 15(quinze) dias, juntar aos documentos do promovido, bem como juntar o rol de testemunhas. Empós, voltem os autos imediatamente conclusos. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: RAMON SAMPAIO PEREIRA (OAB 42603/CE) - Processo 0207382-70.2023.8.06.0112 - Tutela Cautelar Antecedente - Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) - AUTOR: M.T.M. - R.H. Intime-se a parte autora para manifestar, em 10 (dez) dias, se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Expedientes necessários. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0429/2024

ADV: JOSE PINTO QUEZADO NETO (OAB 5993/CE) - Processo 0006976-72.2019.8.06.0112 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.D.N. - EX positis, JULGO por SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, EXTINTO o presente processo, nos termos do art. 485, III, do CPC. Custas de lei. P .R. I. Com o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as cautelas de estilo.

ADV: ERIC AQUINO NOBREGA (OAB 36956/PE), ADV: ANTONIO CESAR TEIXEIRA DE SOUSA (OAB 25850/CE), ADV: KATYANA RIBEIRO DE AQUINO (OAB 25851/CE), ADV: MARIA ELIZA FERNANDES DE LAVOR (OAB 11899/CE), ADV: JOSE BOAVENTURA FILHO (OAB 11867/CE), ADV: ADRIANA DE FREITAS (OAB 42930/CE), ADV: LAUDENIR DA COSTA LANDIM (OAB 17188A/PA), ADV: ANA MARTINIANO CARDOSO (OAB 48807/CE), ADV: CICERO IGOR LIMA ALVES (OAB 39507/CE), ADV: FELIPE DE SOUSA BRITO (OAB 49634/CE), ADV: ADDA MARINA DE LIMA (OAB 30181/PE) - Processo 0008405-41.2000.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Zelia Pereira da Silva - Gutiara Bezerra Vieira - João Gutemberg Bezerra Vieira e outro - TERCEIRO: Imobiliaria Amorim S/c Ltda - Janaina Vieira Pereira e outros - R. H. Tendo em vista os supostos efeitos infringentes buscados através dos embargos de declaração juntados nas fls. 481/484, INTIMEM-SE os demais herdeiros para, no prazo de 05 dias, querendo, se manifestar, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC. Em relação ao pedido constante nas fls. 485/489, há que se considerar que já foi proferida decisão nos autos, o que não permitiria a sua análise no presente feito, nos termos do art. 658 do CPC, sem prejuízo de eventual transação firmada entre as partes antes do trânsito em julgado da sentença proferida nos presentes autos ou posteriormente, em sobrepartilha. Assim, considerando a possibilidade de transação e de modo a evitar novo litígio, INTIMEM-SE todos os interessados, por seus advogados, acerca do petitório de fls. 485/489.

ADV: FÁBIO GRIGÓRIO VIEIRA DE OLIVEIRA (OAB 28664/CE), ADV: FÁBIO LEONARDO GOMES CORREIA (OAB 28855/CE) - Processo 0033896-93.2013.8.06.0112 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Y.B.L.B. e outro - Rh. Intime-se a parte exequente por seu defensor, para que informe se a parte tem o contato telefônico (WhatsApp) do executado, para fins de intimação. Restando infrutífera a determinação acima, intime-se a parte executada por edital, conforme solicitação na petição de fls. 205/207. Expedientes necessários.

ADV: MARIA NATÁLIA ALVES BARBOSA (OAB 48783/CE), ADV: SÉRGIO QUEZADO GURGEL E SILVA (OAB 28561/CE) - Processo 0052052-51.2021.8.06.0112 - Divórcio Litigioso - Alimentos - REQUERENTE: K.D.T.M. e outro - Rh. Intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar a planilha de débito devidamente atualizada, podendo requerer o que entender de direito. Cumprida a determinação, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SERGIO GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 2799/CE), ADV: JOSE GURGEL CARLOS DA SILVA (OAB 7115/CE) - Processo 0063563-22.2016.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Margarida Feitosa Coelho - Rh. Intime-se a Inventariante para, no prazo de 10(Dez) dias, indicar o nome dos Herdeiros da senhora Vania Lima Silva Alves (falecida), a fim de que os mesmos sejam devidamente citados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALLYSON ALEX FONSECA BEZERRA (OAB 32607/CE), ADV: JOSE PINTO QUEZADO NETO (OAB 5993/CE) - Processo 0097902-41.2015.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Aparecida Ribeiro de Araujo - TERCEIRO: Jose Talys Santos Araujo e outros - Rh. Defiro o pedido de Suspensão requerido às fls. 171/172. Decorrido o prazo de 01(um) ano, intime-se o Inventariante para dar andamento ao feito, sob pena de Remoção do Encargo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO PONCIANO BENTO (OAB 48701/CE), ADV: CAMILA JOVELINO TEOBALDO (OAB 36600/CE) - Processo 0205098-26.2022.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.M. - D.M.C. e outro - Expeço o presente ato em cumprimento á decisão de fl.336, qual seja, “De outro modo, defiro o pedido de realização da audiência na modalidade remota para a Parte Autora, em razão do que foi alegado às fls. 334”, segue adiante o link. https://link.tjce.jus.br/5b1442

ADV: PRISCILA MACÊDO FEITOSA (OAB 29291/CE) - Processo 0205823-44.2024.8.06.0112 - Divórcio Consensual - Fixação - REQUERENTE: M.G.A. - C.K.S.S.A. - Isto posto, HOMOLOGO, por sentença, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC, os termos do acordo celebrado entre as partes na peça inaugural, resguardados os direitos de terceiros que não participaram do feito e que possam eventualmente ser atingidos, ao tempo em que decreto o divórcio do casal Mauricelio Gomes de Abreu e Christianne Kelly Soares dos Santos de Abreu, assim o fazendo com fundamento no art. 1.571, IV, do Código Civil combinado com o § 6º do art. 226 da Constituição Federal. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira. Sem custas.

ADV: LEILA TEIXEIRA DA SILVA (OAB 26308/CE), ADV: JOSE TARSO MAGNO TEIXEIRA DA SILVA (OAB 10175/CE) - Processo 0206115-63.2023.8.06.0112 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERENTE: Givaldo Alves Pereira - Isto posto, HOMOLOGO, com fundamento no art. 356 c/c o art. 487, III, b, do CPC, os termos do acordo celebrado nas fls. 70/71, ao

tempo em que decreto o divórcio do casal Givaldo Alves Pereira e Izabel Cristina de Araujo Pereira, assim o fazendo alicerçado no art. 1.571, IV, do Código Civil, combinado com o § 6º, do art. 226, da Constituição Federal. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira. P. R. I. Após o trânsito em julgado da decisão acima, EXPEÇA-SE o competente mandado para a averbação do divórcio no Termo nº 5713, às fls. 21 do livro B-26, do Cartório do Registro Civil do Distrito de Eugênio de Melo, Comarca de São José dos Campos-SP. II - da Organização do Processo Dando continuidade ao feito, faz-se necessário saber se houve a apresentação de resposta pela ré. Assim, certifique-se o transcurso do prazo contestatório. Caso se verifique a revelia da ré, deverá ser INTIMADA a parte autora para que especifique as provas que pretende produzir e/ou requeira o julgamento antecipado do pedido remanescente, se entender suficientes as provas produzidas.

ADV: VANESKA KARLA GOMES DE ANDRADE (OAB 48616/CE), ADV: JOSE MARCIUDEDITH SARAIVA ALVES (OAB 12473/CE), ADV: ALLANA SUYANE GOMES AMORIM (OAB 37073/CE) - Processo 0207028-11.2024.8.06.0112 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: N.P.C.O. - R.h. Defiro a gratuidade da justiça. Deixo para me manifestar sobre o pedido de tutela antecipada após audiência de entrevista do(a) interditando(a). Cite-se o(a) interditando(a). Designo audiência de Entrevista presencial para o dia 15.04.2025 às 09:00hs. Caso o(a) interditando(a) esteja impossibilitado(a) em comparecer a audiência, já fica autorizado a supervisão em disponibilizar link para audiência virtual, desde de que comunicado previamente os motivos da impossibilidade. Intime-se a parte requerente por seu Advogado, para comparecerem à audiência acima designada, bem como para apresentar o rol de testemunhas, no prazo de 15 dias, conforme Art. 357, §§ 4° e 5º do CPC e após agendado a audiência de instrução, comparecer ao ato munido de suas testemunhas independente de intimação. Após, certifique a secretaria o decurso de prazo do(a) interditando(a). Nomeio a assistente social a Sra. MARIA MARLY LUCENA NEVES, CRESS/CE - 8074, e-mail marlylucena@hotmail.com, telefone, (88)99664-130, credenciada junto ao Tribunal de Justiça do Ceará. Fixo para tanto o prazo de 15 (quinze) dias. Honorários periciais no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), conforme atualização da tabela de honorários do Tribunal de Justiça deste Estado. Proceda-se a nomeação da Assistente Social junto ao SIPER. Na forma do art. 245,§4º, do CPC c/c art. 752 do CPC, nomeio o Defensor Público Dr. ANDERSON LINS TAVARES BEZERRA como curador especial do(a) interditando(a), a fim de que atue em defesa deste(a). Proceda-se a citação do(a) interditando(a) na pessoa do curador especial. Determino que seja oficiada à Secretaria de Saúde do Município, para que indique no prazo de 10 (dez) dias, o nome do médico perito, data, local e horário, a fim de que seja realizada a perícia médica do(a) interditando(a), com antecedência mínima de 90 (noventa) dias a fim de viabilizar a confecção dos expedientes intimatórios. Tendo em vista que o promovido encontra-se em tratamento com o Dr. Jair Lopes, deverá ser nomeado outro profissional para a referia perícia, uma vez que o referido médico fica impedido. Com resposta do ofício da secretaria do município, intime-se as partes para comparecerem ao local, horário e data indicado. Indicado o profissional médico para a realização da perícia, deve o perito responsável responder aos quesitos deste juízo, descritos abaixo e aos que porventura forem formulados pela parte requerente. Faculto aos interessados a apresentação de novos quesitos e a indicação de assistente técnico, oportunamente, para tanto, intime-se as partes por seus representantes jurídicos assim como o Ministério Público. DA QUESITAÇÃO Quesitos genéricos Qual o estado geral de saúde física do paciente? Apresenta doenças ou transtornos físicos (seja comprometendo estruturas ou funções corporais) que estejam limitando sua capacidade funcional básica? Quais? Em caso positivo da resposta 01, a capacidade funcional básica está limitada para: 02a. capacidade para recepção de comunicação (tais como: deficiência visual, auditiva,afasia de compreensão, e outras), em intensidade de limitação: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) 02b. capacidade para produção de comunicação (tais como: deficiência da voz ou da fala, afasia de expressão, e outras), em intensidade de limitação: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) 02c. atividades mínimas de cuidado pessoal (tais como: tomar banho, vestir-se, ir ao banheiro, locomover-se em casa, alimentar-se, cuidar-se adequadamente quanto a processos de excreção), em intensidade de limitação: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) 02d. atividades instrumentais da vida doméstica (tais como: locomoção por deambulação nas proximidades de sua residência, fazer compras pequenas, fazer café, preparar sua comida ou realizar algum trabalho doméstico simples, tomar adequadamente seus remédios), em intensidade de limitação: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) Qual o estado geral de saúde psíquica do paciente? Apresenta diagnóstico sindrômico, ou diagnóstico aproximado de transtorno mental segundo o sistema CID? Quais? Em caso positivo da resposta 03, o quadro psicopatológico do paciente compromete as; 04a. atividades mínimas de cuidado pessoal Em intensidade: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) 04.b. atividades instrumentais da vida doméstica em intensidade: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) Em caso afirmativo da resposta 03: a. Qual a natureza do quadro ou transtorno mental? b. Congênito ou adquirido? c. Se adquirido, em que data ou época, ainda que aproximada, ocorreu sua primeira manifestação? d. Houve agravamento? A partir de que época? e. Pode haver cura ou recuperação? f. Se sim, parcial ou plena? g. Espontânea ou sob tratamento(s)? h. Que tipo de tratamento? i. Na hipótese de tratamento necessário mas não implementado, como seria a evolução natural presumida do transtorno? j. Em caso de intervenção terapêutica, a sua evolução é de caráter transitório e não recorrente, transitório e recorrente, ou de caráter permanente? Submetendo-se o paciente a tratamento: a. Em quanto tempo pode haver a cura ou recuperação? b. Em que condições (tais como hospitalização, tratamento ambulatorial farmacológico ou psicoterápico, tratamento domiciliar, ou outros)? c. Em caso da necessidade de internação, por quanto tempo e em que tipo de estabelecimento? d. No caso de necessidade de internação, o paciente tem capacidade ou discernimento suficientes para recusá-la? Quesitos específicos 07. De uma forma geral, quanto à capacidade funcional complexa, tem o paciente condições de discernimento, com capacidade, por si só, de gerir sua própria pessoa nos diversos: 07a. atos complexos da vida privada (morar sozinho, providenciar e administrar manutenção de sua residência, preencher cheque adequadamente, viajar desacompanhado, dirigir automóvel e outros) com limitação em intensidade: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) 3. grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) 07b. atos complexos da vida civil sem causar prejuízo a si mesmo ou a outrem? Com limitação em intensidade: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) 3. grave(50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) Se o paciente lhe parece limitado para os atos complexos da vida civil, considere se essa limitação abrange um ou dois dos seguintes sub-níveis: 07b. Incapacidade para atos de mera administração, tais como aqueles em que o paciente, segundo o papel administrativo que lhe cabe, delibera e executa atos concernentes a promover o andamento, a conservação e a frutificação corrente dos negócios, desde que para isso não precise dispor de bens de capital ou patrimoniais, conforme esclarecidos acima, ou, no caso de pessoa que não administra nenhum negócio, considerar transações correntes de compra ou troca de produtos para a residência, ou de uso pessoal, disponibilizar pequenas quantias (doação ou empréstimo) para amigo(a)s, cônjuges, parentes etc, sob risco de causar prejuízo significativo a si ou a outrem; com incapacidade: 1. leve (5 a 24%) 2. moderada (25 a 49%) 3. grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) 07b. Incapacidade para atos de disposição ou alienação, a saber, a de alterar a forma e a disposição em que lhe foram confiados os negócios que administra, no que se refere aos bens de capital ou patrimoniais próprios, da empresa ou de sua família (comprar, vender, alugar, contrair empréstimos, etc.); com incapacidade: 1. leve (5 a 24%) 3. moderada (25 a 49%) 3. grave (50 a 95%) 4. completa (96 a 100%) Em caso da presença de quaisquer das incapacidades discriminadas em 02, 04, 07a,

07b, 07b e 07b: a. Há quanto tempo manifestou-se essa(s) incapacidades(s)? b. Existe nexo de causalidade entre essa(s) incapacidade e a doença física ou o quadro psicopatológico? c. A(s) incapacidade(s) decorreu já da eclosão, ou somente do agravamento do transtorno físico ou psicopatológico? d. a(s) incapacidade(s) é(são) temporária(s) ou permanente(s)? e. A melhora do transtorno físico e/ou do transtorno psicopatológico poderá acarretar a cessação da(s) incapacidade(s)? f. Se sim, qual a previsão de tempo para ocorrer a cessação da(s) incapacidade(s)? Por último, demais considerações, pertinentes ao caso, que o perito julgue necessárias. Em se tratando, de um caso específico (isolado ou associado) de prodigalidade, conforme designa o Código Civil, descreva-o neste item. Considere aqui também os casos de pessoas cujos atos possam ter desdobramentos potencialmente danosos para si ou para outrem, e que exigem, para a deliberação de praticá-lo ou não, não só o discernimento para prever suas conseqüências, assim como (em tendo este discernimento) a capacidade de controle adequado da vontade e do impulso. Aqui se incluem situações de risco, como: dirigir automóvel e fazer compras ou negócios na vigência de hipomania ou mania; fazer compras, em se tratando de um comprador compulsivo; ou compras e negócios, para um paciente com transtorno orgânico da personalidade (p.ex., em demências subcorticais, atrofia fronto-temporal, e outros). Expedientes necessários. Cumpra-se!

ADV: JOAO AUGUSTO CRUZ VIEIRA DA CUNHA (OAB 3538/CE) - Processo 0207795-20.2022.8.06.0112 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Juliana Esmeraldo Rocha Correia e outro - R.H. Trata de Cumprimento de Sentença de Alimentos envolvendo as partes em tela. Ocorre que durante o curso do processo, a parte autora mudou de endereço, residindo atualmente na Cidade do Crato/CE, conforme petição de fl. 77. Assim sendo, considerando a mudança referida, tenho que a competência para julgar as ações de alimentos é regida pelo domicílio dos alimentandos, com especial atenção ao previsto no art. 147 do ECA. Neste caso, tendo em vista que a parte requerente informou seu novo endereço e opinou pelo o declínio de competência, hei por bem acolher o pleito, declinando a competência para o Juízo da Comarca do Crato/CE. Intime-se e após remetam-se os autos para o juízo acima referido, com as nossas homenagens. Expedientes necessários. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA DAMASCENO SOBRAL BENTES (OAB 39358/CE) - Processo 0228493-60.2020.8.06.0001 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: M.V.D.S. - Rh. Intime-se a parte Autora para, no prazo de 05(cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Cumpra-se.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0491/2024

ADV: LEONARDO DA SILVA CORDEIRO (OAB 38653/CE), ADV: SARA RODRIGUES MIRANDA (OAB 71677/DF) - Processo 0010522-62.2024.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.N.V. e outro - REQUERIDO: L.E.A.M. - É o que interesse relatar. Decido. O art. 43, do Código de Processo Civil estatui aperpetuatio jurisdictionis e determina que a competência se dá no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta. Nesse sentido, em se tratando de competência relativa, não pode o juiz manifestar-se de ofício, tal qual enuncia a Súmula 33, do STJ: “A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício”. Contudo, a disposição do art. 147, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, de que competência será determinada pelodomicíliodos pais ou responsável, em que pese basear-se em critérios territoriais, possui natureza de competência absoluta, como já assentado pelo Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO INTERNO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE ALIENAÇÃO PARENTAL C/C GUARDA E REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. ALTERAÇÃO DEDOMICÍLIODA CRIANÇA E DAQUELES QUE DETÉM SUA GUARDA.ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONES X JUIZ IMEDIATO. PREVALÊNCIA DESTE ÚLTIMO NA HIPÓTESE CONCRETA. 1. Conforme estabelece o art.87doCPC, a competência determina-se no momento da propositura da ação e, em se tratando de hipótese de competência relativa, não é possível de ser modificadaex officio. Esse mencionado preceito de lei institui, com a finalidade de proteger a parte, a regra da estabilização da competência (perpetuatio jurisdictionis). 2. O princípio do juiz imediato vem estabelecido no art.147,IeII, doECA, segundo o qual o foro competente para apreciar e julgar as medidas, ações e procedimentos que tutelam interesses, direitos e garantias positivados noECA, é determinado pelo lugar onde a criança ou o adolescente exerce, com regularidade, seu direito à convivência familiar e comunitária. 3.Embora seja compreendido como regra de competência territorial, o art.147,IeII, doECAapresenta natureza de competência absoluta, nomeadamente porque expressa norma cogente que, em certa medida, não admite prorrogação.4. A jurisprudência do STJ, ao ser chamada a graduar a aplicação subsidiária do art.87doCPCfrente à incidência do art.147,IeII, doECA, manifestou-se no sentido de que deve prevalecer a regra especial em face da geral, sempre guardadas as peculiaridades de cada processo. 5. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EDcl no CC 160.102/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, j. em 14-5-2019). CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DEINVESTIGAÇÃO DEPATERNIDADEC/C ALIMENTOS E REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA. PLEITO DEFLAGRADO PERANTE O JUÍZO DA COMARCA DE VIDEIRA. DECLINAÇÃO EX OFFICIO, POR DEPENDÊNCIA, AO JUÍZO DA COMARCA DE ITAJAÍ. EXEGESE DO ART.286,II, DOCPC/2015. AÇÃO PRETÉRITA EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. GENITORA QUE DETÉM A GUARDA DA INFANTE. DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE E DO JUÍZO IMEDIATO EM DETRIMENTO DA REGRA GERAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. EXEGESE DO ART.147, INC.II, DOESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APLICABILIDADE DA SÚMULA 383, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA, NO CASO, DO JUÍZO DA RESIDÊNCIA DA MENOR. CONFLITO NÃO ACOLHIDO. “’3. Embora seja compreendido como regra de competência territorial, o art.147,IeII, doECAapresenta natureza de competência absoluta, nomeadamente porque expressa norma cogente que, em certa medida, não admite prorrogação. 4. A jurisprudência do STJ, ao ser chamada a graduar a aplicação subsidiária do art.87doCPCfrente à incidência do art.147,IeII, doECA, manifestou-se no sentido de que deve prevalecer a regra especial em face da geral, sempre guardadas as peculiaridades de cada processo.’ (REsp 1404036/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 24/02/2017).”(CC n. 0003930-56.2018.8.24.0000, rel. Des. André Carvalho, j. em 21.05.2019). (Conflito de Competência n. 0000582-93.2019.8.24.0000, de Videira, rel. Des. Gerson Cherem II, Primeira Câmara de Direito Civil, j. 4-7-2019). Assim, pode

o juiz manifestar-seex officioacerca dessa espécie de competência quando evidenciado o interesse da criança e do adolescente no caso concreto. In casu, por se tratar de pedido de reversão de guarda, envolve do interesse de menor com apenas 10 (dez) anos, revela-se aplicável à norma especial que estatui de forma absoluta a competência do juízo no qual residente o infante e seu guardião, no caso, o genitor. Ademais, a fim de zelar pela celeridade do processo judicial e facilitação dos meios de obtenção de prova, é de melhor interesse do menor que a ação decorra no foro de seudomicílio. O enunciado da Súmula 383, do STJ ressoa esse entendimento: "A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro dodomicíliodo detentor de sua guarda". Assim, pelas razões acima expostas, considerando que o autor passou a residir no Rio de Janeiro/RJ, declino da competência para processar e julgar o feito, determinando a remessa dos presentes autos para a Comarca de Rio de Janeiro/RJ, com baixa no Sistema. Expedientes necessários.

ADV: WAGNER PEIXOTO DE ALENCAR (OAB 40890/CE) - Processo 0202134-26.2023.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Bem de Família Legal - REPRESENTANTE: C.O.M. - Considerando a juntada de estudo social em pp. 112/117, intimem-se as partes, para,em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem as alegações finais, nos termos do Art. 364, § 2ºdo CPC. Após decurso do prazo, abra-se vista ao Ministério Público, em ato contínuo a apresentação da manifestação, voltem-se os autos conclusos para sentença. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu causídico (via DJE). Intime-se o requerido, por intermédio da Defensoria Pública. Cumpra-se

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA DE ALMEIDA (OAB 11659/CE) - Processo 0203187-08.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Joeber dos Santos - REQUERIDA: Ana Cristina de Sousa Madeira - Com amparo na Portaria n° 0002/2019, expedida por este juízo e em cumprimento ao disposto no art. 2º e incisos, do Provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça do Ceará (Diário da Justiça do Ceará de 10.01.2019), através do presente Ato Ordinatório, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar certidão de nascimento ou documento de identificação da criança Pietra Jordana de Sousa Madeira Santos aos presentes autos. Intime-se a parte autora via DJE.

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA MOTA (OAB 40196/CE), ADV: PAULO ROBERTO RESSUREIÇÃO LIMA (OAB 39182/CE), ADV: MARIA IZABEL RODRIGUES DA SILVA (OAB 24384/CE), ADV: IGOR BRUNO QUESADO ALENCAR (OAB 18937/CE) - Processo 0203838-74.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Marciana Ana Alencar da Silva - REQUERIDA: Helane Pereira da Ressurreição e outros - Vistos. Considerando o teor da Portaria n° 22/2024 - Diretoria do Fórum, que disciplinou sobre o funcionamento do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte-CE, durante o período de reforma, determinando que as audiências designadas ocorram preferencialmente de forma virtual. Designo a audiência de Mediação e Instrução para o dia 11/02/2025 às 14:30 h, que se realizará por videoconferência utilizando a ferramenta gratuita Microsoft Teams. Seu LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTM3NDI5OTgtOGRkNi00NDE2LTk3YmYtODZlNGIwYzY0NDAy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227ffea72f-8156-4f76-bdea-ae6f1d49461a%22%7d Caso não exista rol de testemunhas apresentado nos autos, intimem-se os advogados habilitados e ou defensores públicos para o apresentarem no prazo de 15 dias, conforme art. 357, § 4º do Código de Processo Civil. Intimem-se a(s) parte(s), por seus advogados (via DJE), devendo os causídicos promoverem a(s) intimação das testemunhas apresentadas no rol para participarem da audiência designada, nos termos do art. 455, §§ 1º a 3º, do Código de Processo Civil.

ADV: JENNEFFEN KAILLANY DUARTE PEREIRA (OAB 48816/CE) - Processo 0204497-49.2024.8.06.0112 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.A.S. - Considerando o disposto no art. 203, § 4º do CPC, que autoriza a impulsão do feito através da prática de atos ordinatórios, bem como a remessa dos autos a este Centro Judiciário, conforme a Portaria nº 01/2020 do CEJUSC de Juazeiro do Norte, e, na forma dos arts. 3º e 4º da Portaria nº 02/2020 do NUPEMEC e 2º e 4º da Portaria nº 02/2020 deste CEJUSC de Juazeiro do Norte designo Audiência de Conciliação para a data de 10 de fevereiro de 2025 às 15:00h, a ser realizada pelo CEJUSC de Juazeiro do Norte, na modalidade Videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams. Link-convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWM2MzU1N2MtZmQ4YS00ZDBhLWJjMTMtM2Q5Yjg0ZDcwMTdi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%221ea9e7cb-ea75-4d52-8f37-42b40955f80e%22%7d Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/8fc829QRCode:Para participar da audiência, deverão as partes e advogados: 1. Aqueles que forem realizar o procedimento via celular/smartphone, deverão copiar/clicar no aludido link, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, para proceder ao download do aplicativo Microsoft Teams, e ingressar na audiência como convidado, sendo desnecessário qualquer cadastro; 2. Se o acesso for via computador, basta clicar sobre o link e, na janela que se abrir, optar pela modalidade "Continuar neste navegador", não sendo necessário baixar o aplicativo; 3. As partes deverão aguardar no lobby até que sejam admitidas à reunião virtual, portando documento para comprovação de identidade;4. Ao ingressar na sala virtual, ligue a câmera e o microfone do seu dispositivo. Em caso de dúvidas ou informações necessárias para acessar a sala de audiência virtual, as partes poderão entrar em contato com o CEJUSC por meio do WhatsApp +55 85 8230-8556 (preferencialmente) ou e-mail cejusc.juazeirodonorte@tjce.jus.br. A audiência poderá ser antecipada, com anuência de ambas as partes, observada a disponibilidade de data na pauta deste CEJUSC. Ante o exposto, encaminho os autos à Vara de Origem para que a SEJUD CARIRI providencie os expedientes necessários. Juazeiro do Norte/CE, 18 de outubro de 2024. Ingrid Viana Pinto da SilvaTécnica Judiciária Elaborado por: Natália Santos Silva Estagiária: 52095

ADV: EURIJANE AUGUSTO FERREIRA (OAB 16326/CE), ADV: IANNE BEZERRA LOPES (OAB 35715/CE) - Processo 0204923-95.2023.8.06.0112 (apensado ao processo 0203996-32.2023.8.06.0112) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.C.L.F. - REQUERIDO: C.G.A.D. - Trata-se de Cumprimento de Sentença formulado por Ana Júlia Alcântara de Lima e Geovanna Alcântara de Lima, representadas por Luciana Cristina de Lima França, em face de Carlos Gil Alcântara Dantas, pelas razões expostas na exordial de pp. 1/5. Petição de pp.262/264, pugnou por medidas necessárias para invalidar os efeitos da Decisão de fls. 101/102 que decretou a prisão do executado. É o brevíssimo relatório. Decido. Conforme sentença de pp. 158/159, houve extinção da execução, que revogou a ordem de prisão decretada às pp. 101/102. Embora a exequente tenha peticionado pelo desarquivamento da execução, inexiste ordem de prisão em aberto a ser cumprido em desfavor do executado. Sendo assim, determino a expedição de alvará de soltura ou contramandado. Cumpra-se.

ADV: LUIZA MÉRCIA FREIRE CORRÊA (OAB 43656/CE) - Processo 0205489-78.2022.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERIDO: F.A.S. e outro - Vistos. Trata-se de ação de cumprimento de sentença de honorários sucumbenciais, na qual a advogada da autora, legalmente constituída, figura como titular do direito aos honorários arbitrados na sentença de pp.556/560 dos presentes autos. Sendo assim, cite-se/intime-se o exequido, Fabio Amorim da Silva, para no prazo de 15 (quinze dias), efetuar o pagamento da dívida no valor de R$ 3.961,10 (três mil novecentos e sessenta e um reais e dez centavos), referente aos honorários sucumbenciais, sob pena de pronta expedição do mandado de penhora e avaliação nos termos do artigo 523 do CPC. No azo, intime-se o exequido, para no prazo de 15(quinze) dias comprovar o recolhimento das

custas processuais, sob pena de inscrição na dívida ativa. Intime-se por seu adivogado (via DJE). Cumpra-se.

ADV: ALÍCIA DOS SOUSA MOREIRA (OAB 51008/CE), ADV: SAMARA ANDRADE RODRIGUES (OAB 45232/CE), ADV: ROBERTO ARRUDA CAVALCANTE (OAB 15304/CE), ADV: RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO (OAB 26560/CE), ADV: LIBÂNIA THAYNÁ RABELO SABÓIA (OAB 43807/CE) - Processo 0206317-40.2023.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.S.C. - Vistos etc. O autor interpôs a presente ação revisional de alimentos em face da requerida pleiteando redução de alimentos, alegando em favor de sua pretensão, que teve redução de sua capacidade financeira. Juntou documentos de pp. 08/17. Decisão de pp. 18/19, deferiu a gratuidade da justiça, reduziu os alimentos para o percentual de 30% de um salário mínimo, encaminhou os autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação e determinou a citação/intimação do promovido. O ato conciliatório restou parcialmente frutífero, posto ajustado acordo quanto a guarda e convivência, restando pendência quanto aos alimentos (pp. 65/67). Em contestação às pp. 69/79 e documentos 80/99, o promovido possibilidade financeira em arcar com alimentos em um salário mínimo, posto ter renda mensal de aproximadamente R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Em réplica, o autor reiterou os termos da inicial (pp. 105/107). Agendada audiência de instrução para esta data, as partes fizeram o acordo abaixo: o genitor pagará a título de alimentos o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de um salário mínimo nacional até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante depósito em conta de titularidade da genitora do menor ou mediante PIX (85) 99858-4091; E, ainda, reiteraram acordo quanto a guarda e visitas do menor apresentados às pp. 65/67, qual seja: - A guarda do filho do casal será unilateral em favor da genitora, tendo o menor domicílio e residência na casa dela; - A convivência e visitas ao filho ocorrerá de forma livre, desde que acordado previamente entre os genitores e respeitando a vontade do menor, visto que o genitor mora em outra cidade. O Representante do Ministério Publico emitiu parecer favorável ao acordo celebrado entre as partes. Ante o exposto, considerando que os interesses da criança foram minimamente preservados; considerando, ainda, a manifestação ministerial favorável, HOMOLOGO por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos a avença firmada, deixando os acordantes co-obrigados nas cláusulas por eles estipuladas e por conseqüência declaro a extinção deste processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III do Código de Processo Civil. Sem custas em face da gratuidade processual. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal em audiência, arquivem-se com as cautelas de estilo.

ADV: MARIANA GOMES PEDROSA BEZERRA (OAB 19348/CE), ADV: MALGA BÁRBARA PEREIRA DA SILVA BRITO (OAB 51280/CE), ADV: VANESSA DE OLIVEIRA CLEMENTE (OAB 51657/CE), ADV: NAIZA DE CASSIA OLIVEIRA BRITO (OAB 38786/CE), ADV: RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA (OAB 36671/CE) - Processo 0206337-31.2023.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.S.F. - REQUERIDO: I.B.L. - Vistos. Considerando o teor da Portaria n° 22/2024 - Diretoria do Fórum, que disciplinou sobre o funcionamento do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte-CE, durante o período de reforma, determinando que as audiências designadas ocorram preferencialmente de forma virtual. Designo a audiência de Mediação e Instrução para o dia 23/01/2025 às 13:30 h, que se realizará por videoconferência utilizando a ferramenta gratuita Microsoft Teams. Seu LINK-CONVITE de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODMwY2M3ODUtMWFiNy00NmRlLWE5ZjUtY2VlZmI1YWI0YThi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%227ffea72f-8156-4f76-bdea-ae6f1d49461a%22%7d Intimem-se a(s) parte(s), por seus advogados (via DJE), devendo os causídicos promoverem a(s) intimação das testemunhas apresentadas no rol para participarem da audiência designada, nos termos do art. 455, §§ 1º a 3º, do Código de Processo Civil. Intime-se o Ministério Público.

ADV: FRANCISCO ADAILTON DE OLIVEIRA FILHO (OAB 34889/CE), ADV: WESLLEY THAINEY VIEIRA DE OLIVEIRA (OAB 38782/CE) - Processo 0206571-76.2024.8.06.0112 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.S.G. - Trata-se de ação de oferta de alimentos, guarda e regulamentação de visitação, ajuizada por Josiel de Souza Gomes em face de Vitória Januário de Oliveira, por si e representando Heitor Lucca Oliveira Souza, pelas razões expostas na inicial. Alega em síntese que, voluntariamente e dentro da possibilidade financeira, envia periodicamente pequenos valores (a título de pensão alimentícia) para o filho, acontece que nos últimos meses a genitora vem dificultando o autor de conviver e acompanhar o crescimento do menos, isso sem qualquer justificativa plausível. Oferta alimentos em favor do filho no valor de 15% (quinze por cento) do salário mínimo. Decisão de pp. 22/23 deferiu em parte o pedido de tutela antecipada para regulamentar o direito de visitas e convívio pelo genitor, arbitrou ALIMENTOS PROVISÓRIOS em favor do filho Heitor Lucca Oliveira Souza, no valor de 15% (quinze por cento) do salário mínimo, determinou a realização de audiência de conciliação pelo CEJUSC e a citação e intimação da parte requerida. A parte requerida foi citada e intimada, conforme se vê às pp. 31/35. A parte autora peticionou às pp. 40/43, informando o descumprimento da decisão de pp. 22/23 pela parte requerida, bem como, requerendo a expedição de mandado de busca e apreensão da criança, Heitor Lucca Oliveira Souza; a extração de peças para o Ministério Público apurar a desobediência judicial prevista no art. 330 do Código Penal, em face da mãe do menor, a aplica multa por descumprimento de ordem judicial em desfavor da mãe do menor, com fulcro no art. 536, § 3º, do Código de Processo Civil; e, a apuração da conduta da mãe do menor no que se refere a alienação parental. Decisão de pp. 46/47 determinou a intimação da genitora, para que cumpra a decisão de pp. 22/23, imediatamente, entregando o filho menor ao genitor, sob pena de se efetivar o quanto requerido pelo autor, qual seja, busca e apreensão da criança com uso de força, até mesmo policial, em sendo necessário. Arbitrou, também, multa diária no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), limitado a R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo por dia de visitas não realizada. A parte requerida apresentou contestação às pp. 52/157, informando que foi ameaçada de morte pela parte autora, bem como, requerendo a majoração dos alimentos provisórios fixados para o patamar não inferior a três salários mínimos ou subsidiariamente, não inferior a um, podendo ser majorado após a instrução e tornados definitivos e a revogação da decisão de pp. 22/23 e 46/47. Eis o relatório. Passo a decidir. Preliminarmente, defiro o pedido de concessão da gratuidade da justiça apresentado na contestação. DA NECESSIDADE DE REFORMA DA DECISÃO DE PP. 52/57. Segundo disposição do art. 1589, do Código Civil, os genitores poderão visitar seus filhos ou tê-los em sua companhia, quando não tiverem sua guarda: “Art. 1.589. O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação.” O direito de visitas visa manter as relações afetivas entre pais e filhos. Deve-se analisar o melhor interesse do menor, já que é um direito seu manter convívio saudável com seus genitores. Por certo que as visitas visam propiciar que o contato entre pais e filhos se mantenha, sendo isso salutar e indispensável ao desenvolvimento dos infantes. Todavia, restrições à visitação devem ser impostas se comprovadamente necessárias para preservar os interesses da criança. Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial, senão vejamos: FAMÍLIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA. VISITAS SUPERVISIONADAS. INTERESSE DO MENOR. 1.Aquele que não detém a guarda dos filhos, tem o direito devisitá-los e tê-los em sua companhia, conforme expressamente dispõe o artigo 1.589 do Código Civil. Todavia, esse direito não pode se sobrepor ao seu real objetivo, que é resguardar o melhor interesse e integral proteção da criança ou do adolescente. 2. Se, diante do quadro fático delineadonos autos e das alegações de que a conduta do genitor coloca em risco a segurança e bem-estar emocional do filho, deve-se determinar que a visitação ocorra de forma supervisionada, até que novo estudo psicossocial seja

realizado. 3.Agravo de Instrumento conhecido e provido em parte. (Acórdão 1247783, 0727779-53.2019.8.07.0000, Relator(a): GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA, 7ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 06/05/2020, publicado no DJe: 28/05/2020.) No caso em análise, há relatos da genitora, ora promovida, de ter sofrido ameaças por parte do autor, no seguinte teor: "SE HEITOR CHEGAR COM UM ARRANHÃO EU VOU ARRANCAR SUA CABEÇA!", conforme fazem prova os documentos de pp. 63 e 65/68. Ante o exposto, hei por bem, reformar a decisão de pp. 22/23, para autorizar o autor a visitar o filho no horário do recreio da escola, os dias ficarão à livre escolha do genitor, desde que previamente comunicado à genitora e à escola, bem como, obrigatoriamente, aos sábados, a cada 15 (quinze) dias, na praça de alimentação do Cariri Garden Shopping (Av. Padre Cícero, 2555 - Triângulo, Juazeiro do Norte - CE), das 16h às 18h, devendo a criança ser levada por pessoa de confiança da mãe até o local ora indicado e aos domingos, a cada 15 (quinze) dias, por videochamada, das 16h às 18h. Para efetivação da medida, fixo multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento injustificado desta decisão, aplicado sobre cada dia de visita (presencial ou por videochamda) não realizada pelo genitor, bem como, para cada videochamada ou visita presencial que deixe de ser realizada por obstáculo criado pela genitora, ficando limitada a multa total ao valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). DOS ALIMENTOS DEVIDOS À CRIANÇA Ademais, a requerida trouxe aos presentes autos, provas de que o autor ostenta um padrão de vida mais alto do que o que este informou na inicial, conforme se vê nos documentos acostados às pp. 85/101, motivo pelo qual, reformo a decisão de pp. 22/23 para majorar os alimentos provisórios fixados em favor da criança para 32% (trinta e dois por cento) do salário mínimo vigente, que corresponde atualmente a R$ 451,84 (quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos). DA PERÍCIA Observa-se a necessidade da realização de perícia, motivo pelo qual determino que seja realizado estudo psicossocial, com o enfoque de avaliar como se está se dando o regime de guarda e visitação da criança, os cuidados que estão sendo prestados a ela e como estão suas condições psicológicas frente aos atritos ocorridos entre seus genitores, nomeio para realização da referida perícia social, a Assistente Social e Psicóloga nas profissionais JACSA VIEIRA CALDAS (CRESS 6151 - 3ª Região, jacsacaldas@hotmail.com) e JULIANA DE LIMA FELIPE (CRP 11/13505, julianalima_psicologa@outlook.com), credenciadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme termo de homologação do Credenciamento n° 0057/2017, publicado no DJ de 11 de Dezembro de 2017. Fixo, para apresentação do resultado da mencionada perícia, o prazo de 20 (vinte) dias, e fixo honorários conforme tabela anexa à Resolução do Órgão Especial nº 04/2017. Comunique-se ao TJCE, para fins de reserva de valor. Oficie-se à Assistente Social e Psicologa nomeadas, remetendo cópia do ofício aos e-mails: jacsacaldas@hotmail.com e julianalima_psicologa@outlook.Com. Na oportunidade, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação de pp. 58/67. Intime-se as partes via DJE. Ciência ao MP. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0206978-82.2024.8.06.0112 - Arrolamento Sumário - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - ARROLANTE: Cicero Janderson Campos Feirreira e outro - Vistos, etc. Trata-se de arrolamento sumário dos bens deixados pelo falecido Luiz Batista Ferreira, tendo como herdeiros qualificados na inicial, Cicero Janderson Campos Ferreira e Emanuelle Campos Ferreira, ambos filhos do autor da herança. Compulsandos os autos, verifica-se que, a pessoa indicada para nomeação de inventariante do espólio (André Leitão Mavignier), não foi qualificada nos presentes autos, não deixando claro se é outro herdeiro do autor da herança, ou tratou-se de mero de erro material. Assim, atento ao disposto nos artigo 319 do Código de Processo Civil e, cumprindo o determinado no artigo 321 do CPC, determino, a intimação dos autores para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial sanando a divergência constante da inicial. Intime-se (DJE).

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0492/2024

Processo 0203187-08.2024.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Joeber dos Santos - REQUERIDA: Ana Cristina de Sousa Madeira - Com amparo na Portaria n° 0002/2019, expedida por este juízo e em cumprimento ao disposto no art. 2º e incisos, do Provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça do Ceará (Diário da Justiça do Ceará de 10.01.2019), através do presente Ato Ordinatório, intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar certidão de nascimento ou documento de identificação da criança Pietra Jordana de Sousa Madeira Santos aos presentes autos. Intime-se a parte autora via DJE.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0493/2024

ADV: LUIZ ALBERNAN MOURA (OAB 18315/CE), ADV: SEVERINO DA SILVA NUNES JUNIOR (OAB 45847/CE) - Processo 0053293-94.2020.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cicera Adriana Lima Amorim - Visto, etc. Considerando o Parecer Ministerial, bem como levantamento da suspensão às p. 251, em razão do decurso do prazo, intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe sobre o andamento do processo que tramita na 3ª Vara Cível desta Comarca, sob o nº 0055969-78.2021.8.06.0112, ou junte cópia da sentença, caso já tenha sido proferida, a fim de que dado andamento ao processo, com a apresentação do plano de partilha ou requeira o que entender de direito. Intime-se via DJE.

ADV: MARIANA GOMES PEDROSA BEZERRA (OAB 19348/CE), ADV: MALGA BÁRBARA PEREIRA DA SILVA BRITO (OAB 51280/CE) - Processo 0202681-66.2023.8.06.0112 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Claudenia Pereira Costa - Com amparo na Portaria n° 0002/2019, expedida por este juízo e em cumprimento ao disposto no art. 2º e incisos, do Provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça do Ceará (Diário da Justiça do Ceará de 10.01.2019), através do presente Ato Ordinatório, intime-se a inventariante e a herdeira Barbara Pereira Luna, por seus advogados (procurações de pp. 04 e 175), para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a proposta de acordo apresentada às pp. 251/252. Intime-se a inventariante via DJE. Intime-se a herdeira via DJE.

ADV: MARIA EUGENIA DIAS CALDAS (OAB 50964/CE) - Processo 0206645-67.2023.8.06.0112 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Joana D'arc de Alencar - Vistos, etc. Defiro os pedidos de pp. 90/92. Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o parecer de pp. 90/91, juntando documentação comprobatória referente à proposta de contratação do empréstimo consignado, em especial o número de prestações e valor mensal, bem como apresente cópia do contrato de locação habitacional do autor, informando os valores atualmente dispendidos com aluguel. Na oportunidade, determino que seja realizado estudo social, com o enfoque de verificar a situação em que vive o interditando, assim como, os cuidados que estão sendo prestados a ele. Para realizar o relatório social já determinado nos autos nomeio o(a) Assistente Social JACSA VIEIRA DE CALDAS, credenciado(a) junto ao Tribunal de Justiça do Ceará. Fixo, para apresentação do resultado da mencionada perícia, o prazo de 20 (vinte) dias e honorários periciais, conforme tabela anexa

à Resolução do Órgão Especial nº 04/2017. Comunique-se ao TJCE, para fins de reserva de valor, conforme estabelece o art. 7º da Resolução do ÓrgãoEspecial nº 10/2012 e o artigos 38, 39 e 40 da Resolução do Órgão Especial nº 04/2017, uma vez que já foi implantado o SIPER. Expeça-se ofício à assistente social. Intime-se a parte autora via DJE. Ciência ao MP. Cumpra-se.

ADV: AVILA DE CARVALHO LIMA (OAB 50969/CE) - Processo 0207037-70.2024.8.06.0112 - Divórcio Litigioso - Partilha - REQUERENTE: F.M.F. - É o brevíssimo relatório. Decido. Este processo deve tramitar em segredo de justiça, nos termos do art. 189, II do CPC. Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado na inicial, nos termos do art. 98, do CPC. Na ação de divórcio, não resta dúvida de que o artigo 20 da Lei nº 6.515/77 permite expressamente que seja formulado pedido de alimentos cumulativo em favor da prole comum, mesmo que ela não integre a lide formalmente como parte explícita, mas tão somente como substituída, valendo-se de um só procedimento. Depreende-se da norma prevista no art. 1.584, §2º do Código Civil, introduzido pela Lei 13.058, de 22/12/2014, que o regime de guarda compartilhada é a regra a ser aplicada para criação dos filhos menores, sendo um regime de responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns. O ordenamento jurídico pátrio, portanto, visando o melhor interesse da criança, conferiu, em regra, a ambos os pais a responsabilidade e os poderes inerente e necessários à criação dos filhos menores. Verificando a inexistência de motivos graves, impõe a manutenção do regime legal de guarda compartilhada, assegurando o direito de visitas do genitor e a convivência com a filha menor. Até decisão que regulamente de maneira mais detalhada a convivência, o direito de visitas será exercido de forma livre, previamente acordado entre os genitores e respeitando os horários de estudo e descanso das crianças. Em relação aos alimentos, nos termos do artigo 2º da Lei nº 5.478/68, a parte credora exporá suas necessidades, provando apenas o parentesco e indicando quanto ganha aproximadamente ou os recursos de que dispõe. No caso, trata-se de oferta de alimentos, constatando-se a existência de prova pré-constituída quanto à legitimidade das partes, haja vista o vínculo de parentesco existente entre as crianças e o genitor. Registre-se que a obrigação dos genitores quanto à assistência material e financeira da prole decorre de lei, sendo que a necessidades da(s) parte(s) substituída(s) são presumidas, por ser(em) menor(es) de idade. A título de pensão alimentícia o genitor oferta mensalmente o valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), à filha do casal. Apesar do valor ofertado, ainda que baseado nas alegações de fato apresentadas na inicial, deve ser fixado, em valor razoável com base no valor do salário mínimo e na atividade econômica exercida, uma vez que informou o autor, ser microempreendedor, podendo ser revisto após exercício do contraditório pela genitora. Com Sustentação no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 (Lei de Alimentos), ARBITRO ALIMENTOS PROVISÓRIOS, fixando-os em favor do(a) filho(a), no valor de 35% (trinta e cinco por cento) do salário-mínimo nacional vigente, a partir da citação, os quais devem ser pagos mensalmente até o dia 10 (dez) pelo genitor mediante depósito em conta de titularidade da genitora da menor. Determino a realização de audiência de conciliação. Cite-se/intime-se a parte requerida, a qual poderá oferecer, por petição, contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma do artigo 335, inciso III, do Código de Processo Civil. Se a parte requerida não contestar a ação, será considerada revel, sem contudo induzir-lhe os efeitos, posto tratar-se de ação de estado. Intime-se o requerente (via DJE). Expeça-se mandado de citação e intimação da parte promovida. Encaminhe-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência. Juazeiro do Norte, 11 de novembro de 2024.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0353/2024

ADV: DANYEL DENYS MENEZES DE SOUSA (OAB 17451/CE) - Processo 0001424-15.2008.8.06.0112 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: WAGNER GONÇALVES PEREIRA - Em relação a manifestação do Ministério Público (págs. 747), determino unicamente a juntada dos antecedentes criminais do acusado, caso já não constem nos autos, não havendo que se falar em elaborar certidão circunstanciada/narrativa do que constar criminalmente contra o mesmo, pois, caso exista algum outro procedimento em desfavor do réu, este, via de regra, são públicos e podem ser consultados pela parte, podendo esta, facilmente, consultar e analisar os pontos que interessarem a sua atuação jurisdicional e, em caso de necessidade, juntar a informação nestes autos, respeitando o determinado no artigo 479, do Código de Processo Penal. Defiro o pedido de oitiva das testemunhas de acusação referidas às págs. 747 em plenário. Sobre a manifestação da Defesa (págs. 749), indefiro o pedido, posto que as mídias do caso se encontram disponíveis e, caso queiram, pode a parte interessada exibi-las durante os debates, em seu momento de fala. Com isso, determino ao Gabinete a designação de data para a realização da Sessão do Tribunal do Júri. Expedientes necessários.

ADV: ANDERSON LIMA CELESTINO (OAB 40359/CE) - Processo 0002831-27.2006.8.06.0112 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Edvan Feitosa Coelho - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, abro vistas à Defesa para manifestar-se acerca das testemunhas não localizadas às fls. 295, 324 e 326, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO WAGNER RIBEIRO CABRAL (OAB 5219/CE) - Processo 0007907-75.2019.8.06.0112 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Luciano José da Silva - Ante o exposto, com esteio no parecer ministerial, DEFIRO o pedido formulado pela Defesa às págs. 273, autorizando o acusado a viajar pelo Estados do Maranhão e Pará, desde que a trabalho, devendo informar nos autos os períodos em que estará ausente da Comarca ou qual a periodicidade do afastamento. Mantenho as demais medidas cautelares diversas da prisão vigentes no caso, pelo prazo de 06 (seis) meses. Saliento que deverá o acusado manter seus dados atualizados junto aos autos. Ciência ao Ministério Público Intime-se o Acusado, por meio da sua Defesa, da presente Decisão. Expedientes necessários.

ADV: JUVIMARIO ANDRELINO MOREIRA (OAB 23897/PB) - Processo 0012009-67.2024.8.06.0112 (processo principal 0018480-42.2000.8.06.0112) - Relaxamento de Prisão - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: Miguel Joao Santana - Sendo assim, amparado no parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas cautelares pleiteado por Miguel João de Santana e mantenho integralmente as medidas cautelares outrora impostas. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Restando irrecorrida a presente decisão, arquivem-se os autos com as devidas baixas no sistema processual. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0354/2024

ADV: FRANCISCA ALINE DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 49921/CE) - Processo 0200288-86.2023.8.06.0301 - Ação Penal

de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Ana Paula Gomes da Silva e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, abro vistas à Defesa para qualificar os policiais arrolados como testemunhas às fls. 231, a fim de possibilitar requisição, no prazo de 05 (cinco) dias.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0333/2024

ADV: FRANCISCO HELDER RIBEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 25610/CE), ADV: JORGE FELIPE MADEIRA DE MATOS (OAB 29375/CE), ADV: RAFAEL RAMON SILVA LIMA UCHOA (OAB 31806/CE), ADV: JOSÉ CLELSO FERREIRA ARAÚJO TORQUATO (OAB 43455/CE), ADV: ANA MIKAELA BESSA FEITOSA (OAB 43454/CE), ADV: PRISCILA COELHO MARQUES (OAB 47303/CE), ADV: IURY INÁCIO RIBEIRO JAYME (OAB 50015/CE) - Processo 0011698-76.2024.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sérgio Moreira Oliveira e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as defesas nos termos da decisão de fls. 1300/1303.

ADV: PAULO SERGIO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 23510/CE), ADV: VINICIUS RAMOS DE SÁ SANTOS (OAB 41908/CE), ADV: FRANCISCO TADEU DE OLIVEIRA COSTA FILHO (OAB 45393A/CE) - Processo 0011699-61.2024.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Cícero Romão de Souza Nascimento e outros - Vistos, etc. Haja vista que a audiência designada anteriormente não se realizou, consoante informação de fl. 1394, redesigno o ato para a data de 13 de dezembro de 2024 com início às 08:30h. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/0d8fa2 Cumpra-se as intimações e notificações conforme determinado às fls. 1265/1268. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0334/2024

ADV: FRANCISCO TADEU DE OLIVEIRA COSTA FILHO (OAB 31685/PE) - Processo 0011320-23.2024.8.06.0112 (processo principal 0201581-81.2024.8.06.0293) - Restituição de Coisas Apreendidas - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Bruno dos Santos Beserra - Intime-se o requerente, por intermédio do advogado constituído, para que informe em cinco dias se foi realizada a restituição do bem, advertido que, se nada for apresentado, será determinado o arquivamento dos autos.

ADV: CICERO ANDRÉ DOS SANTOS GONÇALVES (OAB 52471/CE) - Processo 0205700-46.2024.8.06.0112 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Simples - REQUERENTE: Francisco Ivan Gonçalves Barros - Vistos, etc. Intime-se o querelante para que proceda à juntada do vídeo de fl. 33, por meio de peticionamento eletrônico, haja vista a impossibilidade de uso da plataforma Google Drive, pelas diretrizes do TJCE e possibilidade de alteração a qualquer momento pelo usuário. Expedientes necessários.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0317/2024

ADV: FRANCISCO HELDER RIBEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 25610/CE), ADV: PRISCILA COELHO MARQUES (OAB 47303/CE) - Processo 0111006-03.2015.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉ: Gessica Pereira da Silva e outro - De ordem do Exmo. Sr. Juiz de Direito Dr. Gustavo Henrique Cardoso Cavalcante, conforme disposição expressa do art. 129 do Provimento nº 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça, intimem-se as defesas para apresentação de memoriais, no prazo legal e comum. Expedientes necessários.

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - JUAZEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0326/2024

ADV: DANYEL DENYS MENEZES DE SOUSA (OAB 17451/CE) - Processo 0010690-74.2018.8.06.0112 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - RÉU: Joaquim Evangelista Landim Júnior - Assim, levando-se em conta o lapso temporal entre o recebimento da denúncia e a data de hoje, forçoso se faz reconhecer a prescrição em perspectiva. Assim, impõe-se o reconhecimento da prescrição penal antecipada, por questão de economia processual e da própria utilidade do processo, dada a inutilidade do prosseguimento do processo. Do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva em perspectiva em relação ao crime previsto no Art. 129, § 9º (lesão corporal) do Código Penal. Publique-se, registre-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intime-se o réu, pelo DJE. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE.

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0327/2024

ADV: FELIPE RIBEIRO VIANA (OAB 39739/CE) - Processo 0010800-10.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: JOÃO RODRIGUES LOPES - DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro no 387 ambos do CPP, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva Estatal para condenar o acusado JOÃO RODRIGUES LOPES, já qualificado, nas penas do art. 24-A da Lei n. 11.340/06. Por imperativo legal, passo à dosimetria da pena considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68, CP a) Culpabilidade: não agiu com dolo que ultrapassasse os limites da norma penal; b) Antecedentes Criminais: é tecnicamente primário (p. 178/181), não havendo antecedentes registrados nos autos; c) Conduta Social: nada foi apurado nos autos; d) Personalidade: não há dados técnicos nos autos para aferi-la, situação que milita em favor do réu; e) Motivos do crime: são próprios à espécie; f) Circunstâncias do crime: são intrínsecas ao próprio tipo penal; g) Consequências do crime: integram o próprio tipo, não havendo nada a ser considerado para não incorrer em bis in idem; h) Comportamento da vítima: em nada influiu para o âmago delituoso. Analisadas as circunstâncias judiciais supra, fixo a pena em 03 (três) meses de detenção. Presente a circunstância atenuante da confissão espontânea (art. 61, III, d, CP), uma vez que o acusado disse em juízo que se aproximou da residência da vítima, conforme entendimento da súmula nº 545 do STJ, porém deixo de minorar a pena, uma vez que foi estabelecida em seu patamar mínimo, nos termos da Súmula 231 do STJ. Inexistem circunstâncias agravantes, bem como causas de aumento ou de diminuição da pena. Por entender como necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, fica o réu condenado à pena PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 03 (três) meses de detenção. Fixo como regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade o ABERTO (art. 59 c/c art. 33, ambos do Código Penal). O artigo 44, I, II e III, do CP, preceitua que as penas restritivas de direito são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando aplicada pena não superior a 04 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. O réu não é reincidente e o delito perpetrado é daqueles que admitem o benefício. Assim, substituo a pena privativa de liberdade imposta ao condenado por uma pena restritiva de direitos (art. 44, §2º e art. 46, ambos do CP), na modalidade de prestação de serviço à comunidade, em entidade a ser designada pelo Juízo da Execução Penal, pelo período de 03 (três) meses (art. 46, §4º, do CP), a serem cumpridas durante uma hora de tarefa por dia de condenação, em dias úteis da semana ou, de forma a não prejudicar a jornada normal de trabalho do acusado, em sábados, domingos e/ou feriados (art. 46 § 3º do CP). Deixo de fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, nos termos do artigo 387, IV do CPP, haja vista que não h á requerimento na exordial acusatória (vide: STJ; 6ª Turma; AgRg no AREsp 352104, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior). Muito embora o artigo 387 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 12.736/12 estabeleça que a detração penal deve ser realizada pelo juiz de conhecimento no momento em que é prolatada a sentença condenatória, firmou-se entendimento de que é dispensável aplicá-la neste momento nos casos em que não influenciará no regime de pena, sendo este o caso destes autos, de modo que deixo de aplicar, por ora, a detração penal postergando a análise para quando da formação dos autos de execução. DISPOSIÇÕES FINAIS Ausentes os pressupostos da prisão preventiva, uma vez que o réu foi condenado a pena no regime aberto, AUTORIZO o réu JOÃO RODRIGUES LOPES a recorrer em liberdade. Cumpra-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará, aplicáveis à espécie. Condeno-o ao pagamento das custas processuais, as quais, pelo reconhecido estado de pobreza, evidenciado nos autos, suspendo o pagamento pelo prazo de 05 (cinco) anos, instante em que se extinguirá, salvo se provados, dentro desse prazo, justas condições de pagamento sem prejuízo próprio ou de sua família art. 98, CPC. Dada a revogação do artigo 393, do CPP pela Lei nº 12.403/11, não mais há o lançamento do nome do réu no rol dos culpados, todavia, efetue-se registro informatizado do sentenciado para fins de expedição de certidão de antecedentes criminais; transitada em julgado esta decisão, expeça-se carta de guia definitiva, consoante o disposto na LEP; oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição da República. Publique-se. Registre-se. Intimem-se Juazeiro do Norte/CE, data da assinatura do sistema. Patrícia Fernanda Toledo Rodrigues Juíza de Direito Núcleo de Produtividade Remota

COMARCA DE JUCÁS - VARA UNICA DA COMARCA DE JUCÁS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUCÁS

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0410/2024

ADV: LUIZ ENEAS COSTA EVANGELISTA (OAB 37761/CE) - Processo 0010727-96.2020.8.06.0091 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - INDICIADO: José Rodolfo Fernandes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 11 de junho de 2025, às 15h30min, no Fórum local, endereço: Rua Vereador Benedito Alves de Oliveira, S\\\<N, Bairro Novo Horizonte, Cariús\\\<CE. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDQ5YzRkYmUtNGI0Yy00NTAwLTkwMjUtODFhZjFmMGJmMTdk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: RAFAEL HOLANDA ALENCAR (OAB 25624/CE) - Processo 0050307-89.2021.8.06.0159 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - INDICIADO: Antonio Moraes Lima Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 09 de julho de 2025, às 08h30min, no Fórum local, endereço: Rua Vereador Benedito Alves de Oliveira, S\\\<N, Bairro Novo Horizonte, Cariús\\\<CE. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWI1NWM2MTAtODAwYS00ZmQ0LTgwYzgtYTUzY2RhNTdlMjk5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: JOAO GERSON FERNANDES DUARTE (OAB 23201/CE) - Processo 0200293-27.2022.8.06.0113 - Auto de Prisão em Flagrante - Leve - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - AUTUADO: Francisco Jonatas de Oliveira Leite - Conforme

disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 18 de junho de 2025, às 13h30min, no Fórum local, endereço: Rua Vereador Benedito Alves de Oliveira, S\\\<N, Bairro Novo Horizonte, Cariús\\\<CE. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YWY4MjdkNDItMWU2My00NTBkLTkxNWQtODgwMmE3ZmZhOTU2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUCÁS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0411/2024

ADV: JOHN KENNEDY VIANA DINIZ (OAB 14737B/CE) - Processo 0004559-22.2014.8.06.0113 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Robervania Alves da Silva e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 10 de setembro de 2025, às 13h30min, no Fórum local, endereço localizado acima. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YjhmMGUxYzUtYTAwYS00ZTYxLTlkZWMtMTkyNmIwMTU2ZTdi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: JOSE MAURO HOLANDA (OAB 7602/CE) - Processo 0010369-26.2024.8.06.0113 - Pedido de Medida de Proteção - Acolhimento institucional - REQUERIDO: M.G.V.S. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica agendada audiência de Conciliação para o dia 14 de novembro de 2024, às 11:30, no prédio do Fórum da Comarca de Cariús (funcionamento provisório), devendo comparecer Maria do Carmo da Silva (avó das crianças), Antonia Paula Vidal da Silva e seu companheiro, Juliana da Silva Vidal e Lucivania Vidal da Silva. Fica facultado às partes a participação por videoconferência através da ferramenta Microsoft Teams Link da audiência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZWIwMmY0MDYtZjUxYi00ZGIyLWI3MmUtMTI2YjQ3ZGEzMTQ0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CINTIA EVELINE DA SILVA PEREIRA (OAB 35216/CE) - Processo 0050815-76.2021.8.06.0113 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Roberto Gomes de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 17 de setembro de 2025, às 08h30min, no Fórum local, endereço localizado acima. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTg3MzE4MmYtZTdkYS00Y2JlLWE1MDctNjQzZGZjZTFlMDM5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: GILMARIO DOMINGOS DE SOUZA (OAB 30399/CE) - Processo 0200466-80.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Raimunda Felix Lemos de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em havendo interposição de recurso de apelação, intime-se a parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1.010, § 1º do ódigo de Processo Civil. Após o decurso de prazo, com ou sem contrarrazões, encaminhem-se os presentes autos ao Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, mediante as cautelas de estilo e com nossas homenagens, considerando o disposto no § 3º do artigo mencionado, nos termos da sentença de fls. 354/355.

ADV: DOUGLAS VIANA BEZERRA (OAB 21587/CE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142A/CE) - Processo 0200475-76.2023.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Ana Maria da Conceição Calixta - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos. Tendo em vista o retorno dos autos, intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, digam se têm algo a requerer no feito, cientes de que o silêncio será considerado como nada mais a requerer. Existindo manifestação no prazo, venham-me conclusos, caso contrário, nada mais havendo a providenciar no feito, dê-se baixa e arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIA INGRIND LIMA VIEIRA (OAB 47101/CE) - Processo 0200745-18.2023.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: Edson Alves da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 20 de agosto de 2025, às 10h30min, no Fórum local, endereço localizado acima. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NzM3MjMyMTYtZDEzYi00OTkyLWJmOTYtYTViN2I2MzJhYzBm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: BRUNA ALVES BEZERRA (OAB 44681/CE) - Processo 0200769-10.2022.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTUADO: Antônio Venâncio de Oliveira Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento,

designada para o dia 27 de agosto de 2025, às 08h30min, no Fórum local, endereço localizado acima. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YjQ3NGU2MzYtZjIyZi00MTk5LTg2NTMtYmI4NjU2NDgxMzc1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: ADRIANA PEREIRA LEDO (OAB 49888/CE) - Processo 0200901-25.2022.8.06.0113 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Abandono de incapaz - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará - AUTUADO: Mayara Monteiro Dias da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 10 de setembro de 2025, às 08h30min, no Fórum local, endereço localizado acima. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWNlMzQ0OGQtMzg1ZS00OTFiLTlhMmQtMTU1YmY3ODBlYjNh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: LUCAS RIBEIRO GUERRA (OAB 39861/CE) - Processo 0201271-82.2023.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: A.A.A.N. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 03 de setembro de 2025, às 08h30min, no Fórum local, endereço localizado acima. Ficam o e-mail da Vara (jucas@tjce.jus.br) e o Whatsapp business da Unidade (88) 3517-1109 monitorados durante a realização da audiência para quaisquer esclarecimentos. Link da audiência no Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MGM2NjFmODItYjdmMC00MDM5LTg5ZWUtYTA4YzQ0NjlhNThj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22cb0e3b69-dcc0-4f63-baf5-5eadaf654ef5%22%7d DÚVIDAS: ENTRE EM CONTATO CONOSCO ATRAVÉS DO WHATSAPP OU BALCÃO VIRTUAL. Atendimento de Segunda a Sexta das 8:00 às 15:00 horas.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201339-80.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.L.C. e outros - Considerando que a parte autora não supriu a irregularidade apontada no relatório, INDEFIRO a petição inicial e, em consequência EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, I do CPC. Publique-se, registre-se, intime-se. Transitado em julgado e não havendo pendências, arquivem-se os autos com as devidas anotações e baixa na estatística. Expedientes necessários.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201491-31.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Liduina Gomes - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201491-31.2024.8.06.0113 E 0201492-16.2024.8.06.0113, por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201492-16.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Liduina Gomes - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201491-31.2024.8.06.0113 E 0201492-16.2024.8.06.0113, por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201514-74.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Delmiro da Silva - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201514-74.2024.8.06.0113, 0201516-44.2024.8.06.0113, 0201515-59.2024.8.06.0113, 0201525-06.2024.8.06.0113, 0201527-73.2024.8.06.0113 , por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Jucás/CE, data da assinatura digital.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201515-59.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Delmiro da Silva - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201514-74.2024.8.06.0113, 0201516-44.2024.8.06.0113, 0201515-59.2024.8.06.0113, 0201525-06.2024.8.06.0113, 0201527-73.2024.8.06.0113 , por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Jucás/CE, data da assinatura digital.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201516-44.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Delmiro da Silva - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201514-74.2024.8.06.0113, 0201516-44.2024.8.06.0113, 0201515-59.2024.8.06.0113, 0201525-06.2024.8.06.0113, 0201527-73.2024.8.06.0113 , por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Jucás/CE, data da assinatura digital.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201525-06.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Delmiro da Silva - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201514-74.2024.8.06.0113, 0201516-44.2024.8.06.0113, 0201515-59.2024.8.06.0113, 0201525-06.2024.8.06.0113, 0201527-73.2024.8.06.0113 , por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Jucás/CE, data da assinatura digital.

ADV: MARIA ALINE TEIXEIRA DUARTE (OAB 42289/CE) - Processo 0201527-73.2024.8.06.0113 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Delmiro da Silva - Ante o exposto, indefiro as petições iniciais dos processos N 0201514-74.2024.8.06.0113, 0201516-44.2024.8.06.0113, 0201515-59.2024.8.06.0113, 0201525-06.2024.8.06.0113, 0201527-73.2024.8.06.0113 , por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Jucás/CE, data da assinatura digital.

COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0427/2024

ADV: SAMYR BEZERRA DA SILVA (OAB 35431/CE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 23747A/CE) - Processo 0005553-42.2017.8.06.0114 - Busca e Apreensão - Veículos - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Diante do exposto, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Revogo decisão de fls.71/72. Custas já recolhidas pela parte autora. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as devidas baixas.

ADV: ILDENICE JOSÉ DE BRITO MOTA (OAB 42532/DF), ADV: ILDENIR JOSE DE BRITO (OAB 57635/GO) - Processo 0048563-44.2014.8.06.0114 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMA: José Alysson de Souza Santos - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Luiz Ribeiro da Silva e outros - Diante do exposto, DECRETO A EXTINÇÃO do presente processo, sem resolução do mérito, ante a superveniente ausência de interesse processual, o que faço por analogia ao disposto no artigo 485, VI, do CPC. Revogam-se eventuais ordens de prisão e demais restrições impostas nesse feito. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Lavras Da Mangabeira/CE, data da assinatura digital. Leopoldina de Andrade Fernandes Juíza de Direito Núcleo de Produtividade Remota (NPR)

ADV: FRANCISCO JEAN OLIVEIRA SILVA (OAB 16190/CE) - Processo 0050081-25.2021.8.06.0114 - Cobrança de Cédula de Crédito Industrial - Averbação/Cômputo de tempo de serviço urbano - REQUERENTE: Régia Dácia Alves Guedes Leite - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes quanto ao preenchimento do Ofício Precatório (art. 7º, § 5º - Resolução 303/2019 - CNJ), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA (OAB 20787/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0050179-44.2020.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Neuza Santos de Oliveira - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a pretensão autoral, para, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil: a) declarar a inexistência do contrato questionado nesta demanda, supostamente realizado com o banco promovido, e, por conseguinte, determinar que seja realizada a suspensão dos descontos no benefício previdenciário da promovente; b) julgar improcedente o pedido de danos morais; c) condenar o promovido a devolver o valor cobrado indevidamente, com incidência simples, monetariamente corrigido pelo INPC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de cada desconto indevido até o dia 30/03/2021; d) condenar o promovido a devolver o valor cobrado indevidamente com incidência em dobro, monetariamente corrigido pelo INPC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de cada desconto indevido a partir do dia 30/03/2021; e) defiro compensação em relação a eventuais valores que tenham sido, comprovadamente, depositados em favor da parte autora em virtude do contrato questionado; Custas processuais e honorários sucumbências pro rata, tendo em vista a sucumbência recíproca. Considerando o valor irrisório do proveito econômico, fixo os honorários de sucumbência por equidade, na forma do art. 85, §8º, do CPC, estabelecendo-o em R$ 300,00 (trezentos reais), ficando a cobrança quanto à parte demandante suspensa, em virtude da gratuidade deferida. P. R. I. Transitado em julgado, intime-se a parte demandada para recolhimento das custas processuais no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Comprovado o pagamento, promova-se o arquivamento, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Ausente manifestação do promovido quanto ao pagamento das custas processuais finais, adotem as providências para inscrição na dívida ativa e arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: ELEONARA ARAÚJO LIMA (OAB 40724/CE) - Processo 0050501-30.2021.8.06.0114 - Cumprimento de sentença - Constrangimento ilegal - REQUERENTE: Maria de Fátima Moraes Gonçalves Araújo - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fls. 92/94 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários, em razão da gratuidade da justiça que ora concedo as partes. P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, defiro o prazo de 5 dias para que o patrono do promovido junte procuração aos autos. Expedientes necessários.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200250-19.2024.8.06.0114 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.C.L. - Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem a resolução do mérito, com fundamento no Art.485, IX, do Código de Processo Civil. Sem custas ou honorários. P.R.I. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição, adotando-se a cautela de estilo.

ADV: ANDERSON DE ALMEIDA FREITAS (OAB 22748/DF), ADV: STENIO MATEUS OLIVEIRA MACHADO (OAB 51218/CE) - Processo 0200312-59.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ana de Oliveira da Silva - REQUERIDO: Unaspub- União Nacional de Auxílio Aos Servidores Públicos - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fls. 76/78 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados. Expedientes necessários.

ADV: JOSE CICERO RICARTE VIEIRA (OAB 16429/CE), ADV: LUIZ GONZAGA RICARTE VIEIRA (OAB 30914/CE) - Processo 0200434-43.2022.8.06.0114 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - INDICIADO: Wagner Gomes de Freitas Junior - 3. DISPOSITIVO Isto posto, ACOLHO PARCIALMENTE a pretensão acusatória contida na Denúncia para o fim de declarar EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA quanto ao crime de ameaça, nos termos do art. 107, inciso IV c/c art. 109, inciso VI e 115, todos do código penal e CONDENAR WAGNER GOMES DE FREITAS JÚNIOR, já qualificado nos autos, como incurso no tipo penal tipificado no art. 129 § 13°, do Código Penal,com incidência da Lei Maria da Penha.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200557-70.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Pereira do Carmo - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.66/68 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados.

Expedientes necessários.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: SAMUEL OLIVEIRA MACIEL (OAB 72793/MG), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200705-81.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Antonia de Sousa Lima - REQUERIDO: Paulista Serviços de Recebimentos e Pagamentos Ltda - Pserv - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fls. 75/77 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados. Expedientes necessários.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200739-56.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Aristeu Estevam dos Santos - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.141/144 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados. Expedientes necessários.

ADV: JULIANA RIBEIRO PROCOPIO (OAB 52620/CE), ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: MARIA EUGENIA FILGUEIRAS MILFONT DE ALMEIDA (OAB 52483/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200774-16.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: João Oliveira Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, apresentada à Contestação, INTIME a parte requerente para a réplica no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200781-08.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Peixoto da Silva - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.152/154 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados. Expedientes necessários.

ADV: GLAUCIO CAVALCANTE DE LIMA (OAB 34157/CE) - Processo 0200792-37.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Irismar Vitor Nunes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 dias.

ADV: GLAUCIO CAVALCANTE DE LIMA (OAB 34157/CE) - Processo 0200794-07.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Irismar Vitor Nunes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, apresentada à Contestação, INTIME a parte requerente para a réplica no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: MARIA ERIVANIA RODRIGUES DE LIMA (OAB 48719/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE) - Processo 0200810-58.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Neusa Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.105/107 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados. Expedientes necessários.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE), ADV: MARIA EUGENIA FILGUEIRAS MILFONT DE ALMEIDA (OAB 52483/CE), ADV: JULIANA RIBEIRO PROCOPIO (OAB 52620/CE) - Processo 0200834-86.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Damião Alves de Freitas - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, , intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 dias.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200870-31.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Dourado de Sousa Beserra - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo o acordo de vontade das partes, levado a efeito às fls. 144/146, cujos termos passam a fazer parte integrante desta sentença, e, por conseguinte extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea b do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: JULIANA RIBEIRO PROCOPIO (OAB 52620/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE), ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: MARIA EUGENIA FILGUEIRAS MILFONT DE ALMEIDA (OAB 52483/CE) - Processo 0200876-38.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Dourado de Sousa Beserra - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 dias.

ADV: GLAUCIO CAVALCANTE DE LIMA (OAB 34157/CE) - Processo 0200877-23.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Alves Costa - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo

por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.150/152 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: GLAUCIO CAVALCANTE DE LIMA (OAB 34157/CE) - Processo 0200879-90.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Alves Costa - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.54/56 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0200900-66.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Damiana Francisca da Silva Viana - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo o acordo de vontade das partes, levado a efeito às fls. 46/48, cujos termos passam a fazer parte integrante desta sentença, e, por conseguinte extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea b do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: WRIALLE YUGO BEZERRA CALDAS (OAB 45143/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0200966-46.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aureste da Silva Ferreira - REQUERIDO: Banco Votorantim S.A. - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo por sentença o acordo de vontade das partes, com fulcro no art. 487, III, alínea b do CPC, que se regerá pelas cláusulas e condições expostas de fl.156/158 que passam a fazer parte integrante desta. Sem custas e honorários (art. 90, §3º do CPC). P. R. I. Considerando a renúncia ao prazo recursal, certifique-se imediatamente o trânsito em julgado e arquive-se, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Por oportuno, noticiado o pagamento via depósito judicial, intime-se a parte autora para manifestação no prazo de 5 dias. Não havendo insurgência, expeça-se alvará e arquive-se. Decorrido o prazo sem manifestação, mantenham os autos arquivados. Expedientes necessários.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE) - Processo 0201004-58.2024.8.06.0114 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a desistência formulada e EXTINGO O FEITO sem apreciação do mérito. Custas remanescentes pela parte desistente, nos termos que dispõe o art. 90 do Código de Processo Civil. P.R.I. Transitado em julgado, arquivem-se os autos dando a devida baixa. Expedientes necessários.

ADV: MARCIANA AIRES DE OLIVEIRA (OAB 28069/CE) - Processo 0201347-54.2024.8.06.0114 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Valeria Lopes da Silva - Ante o exposto, DECLARO satisfeita a obrigação para EXTINGUIR a presente execução de alimentos, com fulcro no art. 924, inciso II, c/c art. 771 e 513, todos do Código de Processo Civil. Sem custas posto que a desistência ocorreu antes do recebimento da inicial, equiparando-se a pedido de cancelamento da distribuição, na forma do art. 290 do CPC. Sem honorários, posto que não se instalou o contraditório. P.R.I. Transitado em julgado, arquivem-se os autos dando a devida baixa.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0201372-67.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Cavalcante Lopes de Jesus - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0201373-52.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Maria Cavalcante Lopes de Jesus - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE), ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE) - Processo 0201378-74.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Francisco Assis de Jesus - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC.

ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE), ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0201379-59.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Assis de Jesus - REQUERIDO: BRADESCO CAPITALIZACAO S/A - Ante o exposto, indefiro a petição inicial, por ausência de interesse de agir, nos termos do art. 330, inciso III, do CPC

ADV: MARCUS ANDRE FORTALEZA DE SOUSA (OAB 19091/CE) - Processo 0201423-78.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucimeire Angélica de Oliveira - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: MARCUS ANDRE FORTALEZA DE SOUSA (OAB 19091/CE) - Processo 0201424-63.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucimeire Angélica de Oliveira - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: MARCUS ANDRE FORTALEZA DE SOUSA (OAB 19091/CE) - Processo 0201425-48.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucimeire Angélica de Oliveira - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: MARCUS ANDRE FORTALEZA DE SOUSA (OAB 19091/CE) - Processo 0201426-33.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucimeire Angélica de Oliveira - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: MARCUS ANDRE FORTALEZA DE SOUSA (OAB 19091/CE) - Processo 0201427-18.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucimeire Angélica de Oliveira - Ante o

exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: FRANCISCO JEAN SAMPAIO DE LIMA (OAB 48836/CE) - Processo 0201428-03.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Soares da Silva - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: JHYULLY CAVALCANTE BESERRA LEITE (OAB 42362/CE), ADV: RENATO ALVES DE MELO (OAB 29801/CE) - Processo 0201440-51.2023.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Pinheiro da Silva - Posto isso, e considerando satisfeitas as exigências legais, homologo o acordo de vontade das partes, levado a efeito às fls. 77/79, cujos termos passam a fazer parte integrante desta sentença, e, por conseguinte extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea b do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intimem-se. Transitado em julgado, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: CICERA SOLANGE FERREIRA SOUZA (OAB 44424/CE) - Processo 0201441-02.2024.8.06.0114 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marinete Farias Lima - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição e extingo sem resolução de mérito a presente demanda, ante a inadequação da via eleita, na forma do art. 485, inciso IV, do CPC e art. 5º da Portaria nº 2039/2024 GABPRESI do TJCE. Sem custas e honorários. P.R.I. Oportunamente, arquive-se.

ADV: FRANCISCO JEAN SAMPAIO DE LIMA (OAB 48836/CE) - Processo 0201508-98.2023.8.06.0114 - Tutela Cautelar Antecedente - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Edinaldo Felix de Morais - Por todo o exposto e considerando o mais que consta dos fólios, acolho parcialmente a pretensão autoral para: a) declarar a inexistência do contrato questionado nesta demanda e, por conseguinte, determinar que a parte promovida se abstenha de realizar novos descontos na conta bancária da parte autora decorrente do referido contrato; b) julgar improcedente o pedido de danos morais; c) condenar o promovido a devolver o valor cobrado indevidamente com incidência em dobro, monetariamente corrigido pelo INPC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir de cada desconto indevido. Custas processuais e honorários sucumbências pro rata, tendo em vista a sucumbência recíproca. Considerando o valor irrisório do proveito econômico, fixo os honorários de sucumbência por equidade, na forma do art. 85, §8º, do CPC, estabelecendo-o em R$ 300,00 (trezentos reais), ficando a cobrança quanto à parte demandante suspensa, em virtude da gratuidade deferida. P. R. I. Transitado em julgado, intime-se a parte demandada para recolhimento das custas processuais no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Comprovado o pagamento, promova-se o arquivamento, sem prejuízo de eventual requerimento de cumprimento de sentença. Ausente manifestação do promovido quanto ao pagamento das custas processuais finais, adotem as providências para inscrição na dívida ativa e arquive-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0428/2024

ADV: HINA MIRELLA VILAR PORTELA AGUIAR (OAB 17179/CE), ADV: YÁSKARA NOBRE PEREIRA (OAB 45149/CE) - Processo 0201435-29.2023.8.06.0114 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: N.F.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Após juntada, abra-se vista dos autos ao MP, a DPE e o Advogado aqui nomeado para alegações finais, no prazo legal.

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0256/2024

ADV: GILVAN DOS SANTOS BEZERRA (OAB 10164/RN) - Processo 0051175-39.2020.8.06.0115 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Gilmar Pereira de Carvalho - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 40/165 do DJ-e que circulou em 29/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, abro vista do presente procedimento a defesa, a fim de que apresente suas alegações finais por memoriais.

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0397/2024

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0000459-57.2010.8.06.0115 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil - Intimar as partes para efeito do disposto no art. 854, do CPC, para conhecerem do(s) valore(s) tornado(s) indisponível(eis) via SISBAJUD, requerendo o que for de direito. Prazo 5 (cinco) dias.

ADV: CAMILA LINHARES DE CASTRO (OAB 20559/CE) - Processo 0001594-26.2018.8.06.0115 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: MOTO TRAXX AMAZONIA LTDA - Intimar a parte exequente para se manifestar e requerer o que entender de direito, em face da diligência infrutífera realizada junto ao Sisbajud, fls. 436/441.

ADV: DIEGO EMMANUEL PITOMBEIRA BANDEIRA RÉGIS (OAB 30376-0/CE) - Processo 0014765-84.2017.8.06.0115 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Aluilson Alves da Silva - Intimar o exequente para se manifestar e requerer o que entender de direito, em face do resultado da diligência realizada via Sisbajud, conforme detalhamento da ordem judicial de bloqueio de valores, fls. 274/276, no prazo de 5 (cinco) dias

ADV: THALYS SAVYO NUNES FREIRE (OAB 37806/CE), ADV: KILZA KELLY CANUTO DE SOUSA (OAB 30852A/CE) - Processo 0200022-41.2024.8.06.0115 (apensado ao processo 0201137-68.2022.8.06.0115) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.S.R. - REQUERIDO: J.M.N. - Intimar as partes para efeito do disposto no art. 854, do CPC, para conhecerem do(s) valore(s) tornado(s) indisponível(eis) via SISBAJUD, requerendo o que for de direito. Prazo 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA JOSE MAIA (OAB 17304/CE) - Processo 0200177-15.2022.8.06.0115 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERIDO: A.C.A. - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para: a) Manter a guarda unilateral em favor da mãe e fixar a pensão alimentícia no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, a ser pago pelo genitor, até o dia 10 (dez) de cada mês, com efeitos retroativos desta decisão à data da citação, nos termos do art. 13, § 2º, da Lei nº 5.478/68 (exceto para os alimentos já prestados, por serem irrepetíveis), mediante depósito em conta bancária, a ser informada nos autos. b) Regulamentar o direito de visita paterna, a ser cumprido pelo réu de forma livre. Condeno a parte ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios em favor do advogado da parte autora, que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

ADV: GILZA DUARTE FEITOSA (OAB 14249/CE) - Processo 0200213-23.2023.8.06.0115 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: DEUSDITE VITOR DA SILVA SANTOS - Isso Posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para DECRETAR a interdição do requerido FRANCISCO DOS SANTOS FERNANDES e DECLARÁ-LO, com esteio nos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, notadamente os de natureza negocial e os de cunho patrimonial, mais especificamente, receber proventos e benefícios previdenciários a que fizer jus a qualquer título, receber quantias, pedir emissão de cartões magnéticos, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração de seus bens, mantendo, porém, o controle sobre os aspectos existenciais de sua vida (artigo 85, caput, e § 1º da Lei nº 13.146/2015). Nomeio como curadora, para os fins acima especificados, a Senhora DEUSDITE VITOR DA SILVA SANTOS, a qual deverá exercer o encargo nos limites da presente sentença, ficando a Curadora advertida de que é responsável, civil e criminalmente, pela gerência de eventual patrimônio do interditando e em qualquer momento, poderá ser exigida a prestação de contas. Dispenso a curadora de indicação de bem para hipoteca legal ou prestação de caução, bem como prestação de contas, dado que a curatelada não tem renda própria ou bens. À(ao)curador(a) caberá a representação do(a) curatelado(a) e também o dever de garantir a estrutura necessária para sua subsistência e demais cuidados cotidianos voltados ao bem estar e segurança, notadamente acompanhamento médico e psicossocial, além de administrar o eventual patrimônio e rendimentos a ele(a) pertencentes. Expeça-se, desde logo, termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do(a) curador(a) (artigo 759, inciso I do Código de Processo Civil - CPC). O(a) curador(a) deverá imprimi-lo diretamente no Portal e-SAJ do Tribunal de Justiça, não necessitando comparecimento em cartório. Custas na forma da lei, observando-se a justiça gratuita deferida. Deixo de aplicar sucumbência, por serem todas as partes beneficiarias da gratuidade de justiça (autora, requerida e terceiro). Notifique-se o Ministério Público. Operada a preclusão do prazo para as partes manifestarem-se sobre o laudo pericial, deflagre-se o procedimento de pagamento, via Sistema SIPER, se for o caso. Após trânsito em julgado: (i) expeça-se mandado de averbação, para inscrição da presente decisão no Registro Civil competente, devendo a Unidade providenciar o encaminhamento, via malote digital, para o cartório competente; Em seguida, arquive-se, independentemente de novo despacho ou remessa à conclusão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cancele-se a audiência previamente designada, se for o caso.

ADV: MARIA JÉSSICA DA SILVA PAZ (OAB 42493/CE), ADV: FRANCISCA MICAELE SANTIAGO LIMA MACEDO (OAB 43593/CE) - Processo 0200412-45.2023.8.06.0115 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: H.M.M. - Não vejo necessidade de detenças maiores. Isso Posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para DECRETAR a interdição da requerida Maria Erilene Freitas Melo e DECLARÁ-LA, com esteio nos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, notadamente os de natureza negocial e os de cunho patrimonial, mais especificamente, receber proventos e benefícios previdenciários a que fizer jus a qualquer título, receber quantias, pedir emissão de cartões magnéticos, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração de seus bens, mantendo, porém, o controle sobre os aspectos existenciais de sua vida (artigo 85, caput, e § 1º da Lei nº 13.146/2015). Nomeio como curadora, para os fins acima especificados, a Senhora Hosana Maria de Melo, a qual deverá exercer o encargo nos limites da presente sentença, ficando a Curadora advertida de que é responsável, civil e criminalmente, pela gerência de eventual patrimônio do interditando e em qualquer momento, poderá ser exigida a prestação de contas. Dispenso a curadora de indicação de bem para hipoteca legal ou prestação de caução, bem como prestação de contas, dado que o curatelado não tem renda própria ou bens. À(ao)curador(a) caberá a representação do(a) curatelado(a) e também o dever de garantir a estrutura necessária para sua subsistência e demais cuidados cotidianos voltados ao bem estar e segurança, notadamente acompanhamento médico e psicossocial, além de administrar o eventual patrimônio e rendimentos a ele(a) pertencentes. Expeça-se, desde logo, termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do(a) curador(a) (artigo 759, inciso I do Código de Processo Civil - CPC). O(a) curador(a) deverá imprimi-lo diretamente no Portal e-SAJ do Tribunal de Justiça, não necessitando comparecimento em cartório. Custas na forma da lei. Deixo de aplicar sucumbência, por serem todas as partes beneficiarias da gratuidade de justiça (autora e requerida). Notifique-se o Ministério Público. Operada a preclusão do prazo para as partes manifestarem-se sobre o laudo pericial, deflagre-se o procedimento de pagamento, via Sistema SIPER, se for o caso. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação, para inscrição da presente decisão no Registro Civil competente, devendo a Unidade providenciar o encaminhamento, via malote digital, para o cartório competente; em seguida, arquive-se os autos, independentemente de novo despacho ou remessa à conclusão. Cancele-se a audiência previamente designada.

ADV: LAECIO DE SOUSA LIMA (OAB 30005/CE) - Processo 0200587-39.2023.8.06.0115 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.S.S. - Isso Posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para DECRETAR a interdição da requerida JOANA DARC SILVA DE SOUSA XAVIER e DECLARÁ-LA, com esteio nos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, notadamente os de natureza negocial e os de cunho patrimonial, mais especificamente, receber proventos e benefícios previdenciários a que fizer jus a qualquer título, receber quantias, pedir emissão de cartões magnéticos, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração de seus bens, mantendo, porém, o controle sobre os aspectos existenciais de sua vida (artigo 85, caput, e § 1º da Lei nº 13.146/2015). Nomeio como curadora, para os fins acima especificados, a Senhora JANEIDE SILVA DE SOUSA, a qual deverá exercer o encargo nos limites da presente sentença, ficando a Curadora advertida de que é responsável, civil e

criminalmente, pela gerência de eventual patrimônio do interditando e em qualquer momento, poderá ser exigida a prestação de contas. Dispenso a curadora de indicação de bem para hipoteca legal ou prestação de caução, bem como prestação de contas, dado que a curatelada não tem renda própria ou bens. À(ao)curador(a) caberá a representação do(a) curatelado(a) e também o dever de garantir a estrutura necessária para sua subsistência e demais cuidados cotidianos voltados ao bem estar e segurança, notadamente acompanhamento médico e psicossocial, além de administrar o eventual patrimônio e rendimentos a ele(a) pertencentes. Expeça-se, desde logo, termo de compromisso, válido por tempo indeterminado, independentemente de assinatura do(a) curador(a) (artigo 759, inciso I do Código de Processo Civil - CPC). O(a) curador(a) deverá imprimi-lo diretamente no Portal e-SAJ do Tribunal de Justiça, não necessitando comparecimento em cartório. Custas na forma da lei, observando-se a justiça gratuita deferida. Deixo de aplicar sucumbência, por serem todas as partes beneficiarias da gratuidade de justiça (autora, requerida e terceiro). Notifique-se o Ministério Público. Operada a preclusão do prazo para as partes manifestarem-se sobre o laudo pericial, deflagre-se o procedimento de pagamento, via Sistema SIPER, se for o caso. Após o trânsito em julgado: (i) expeça-se mandado de averbação, para inscrição da presente decisão no Registro Civil competente, devendo a Unidade providenciar o encaminhamento, via malote digital, para o cartório competente; em seguida, arquive-se, independentemente de novo despacho ou remessa à conclusão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cancele-se a audiência previamente designada, se for o caso.

ADV: ABDIAS DE CARVALHO RABELO (OAB 41943/CE) - Processo 0200661-93.2023.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: J.J.B.M. e outro - Ante o exposto, decreto a dissolução do vínculo matrimonial de JOCÉLIA DE JESUS BRITO MAIA e ANTÔNIO WILLIAM MATOS SILVA, com fundamento no art. 226, § 6º da Constituição Federal e art. 1571, inciso IV, do Código Civil e HOMOLOGO o acordo celebrado pelas partes às fls.1/6, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Tendo em vista que o acordo foi entabulado antes da prolatação de sentença, ficam as partes isentas do pagamento de custas finais, nos termos do artigo 90, § 3º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pedido de homologação de acordo, considero tal ato incompatível com o direito de recorrer (art. 1000, parágrafo único, do CPC), declarando o trânsito em julgado nesta data. Notifique-se o Ministério Público. P.R.I. Expeçam-se os mandados necessários aos Cartórios competentes, na forma do art. 109, § 4º, da Lei nº 6.015/1973. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos, com as baixas de estilo.

ADV: LAECIO DE SOUSA LIMA (OAB 30005/CE) - Processo 0201038-64.2023.8.06.0115 - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: WELLINDA KELLY MATOS SILVA - Isto Posto, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo. Em virtude da quitação do débito alimentar, revogo a decisão constante nas fls. 91/92. Expeça-se contramandadode prisão. Por fim, defiro a expedição de ofício ao INSS solicitando informações acerca do atual vínculo empregatício do executado. Caso a resposta seja afirmativa, deverá ser expedido ofício à empresa pagadora para que realize o desconto, a título de pensão alimentícia, do valor estabelecido na sentença nos autos de nº 0000420-56.2018.8.06.0155. P.R.I. Notifique-se o Ministério Público. Transitada em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos, com as baixas de estilo.

ADV: PAULO FRANCO ROCHA DE LIMA (OAB 9378/CE) - Processo 0201317-16.2024.8.06.0115 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: P F Rocha de Lima Construções Me - Conforme disposição expressa no Provimento nº 01/2019, emanada da Corregedoria Geral de Justiça/CE e Portaria 02/2019 deste Juízo, Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para providenciar a publicação do Edital de Citação de fls.64, no Diário de Justiça Eletrônico e juntar a publicação nos autos, para fins do prosseguimento do feito. Exp. Nec.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0398/2024

ADV: DARIO IGOR NOGUEIRA SALES (OAB 15813/CE), ADV: BÁRBARA LIMA BESSA (OAB 43569/CE) - Processo 0201018-10.2022.8.06.0115 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: O.B.G. - REQUERIDA: J.C.P.M. - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO a desistência formulada e com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Pergaminho Processual Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito.

COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0575/2024

ADV: ANACLEIA DE SOUSA LIMA (OAB 20353/CE) - Processo 0000278-52.2018.8.06.0155 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano Xavier de Lima - Evolua-se a classe processual para cumprimento de sentença. Intime-se a parte exequente para tomar conhecimento da certidão retro, bem como requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: ALEXANDRE BARBOSA COSTA (OAB 30098/CE) - Processo 0001747-59.2018.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: FRANCISCO HUGO DE SOUSA - Considerando a apresentação do Laudo Pericial sem impugnação das partes, em conformidade com a decisão de págs. 293/294, intime-se a parte requerida para efetuar o depósito judicial da outra metade do valor dos honorários periciais, no importe de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), no prazo de 05 (cinco) dias. Com a juntada do comprovante, expeça-se alvará eletrônico de transferência em favor do perito Paulo Sérgio Bezerra, através da conta bancária indicada à pág. 361. Após, proceda-se à migração do processo para o sistema PJE e, em seguida, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO RUBENS LIMA DE SOUSA (OAB 29284/CE) - Processo 0050415-83.2021.8.06.0106 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Valdenice da Silva Patrício - Recebo os autos. Intime-se a parte exequente, por seu advogado, para que informe, em até 05 (cinco) dias, se o débito alimentar persiste. Expedientes necessários.

ADV: ADRIANO JOSE DE OLIVEIRA (OAB 34003/CE) - Processo 0051432-64.2020.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hamilton João de Matos - Desarquivem-se os autos. Após, intime-se a parte exequente para informar conta bancária para fins de expedição de alvará eletrônico no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes Necessários.

ADV: AURIVANIA LIMA NOBRE (OAB 32156/CE) - Processo 0200021-56.2024.8.06.0115 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: M.I.N.V. - Considerando que, segundo se extrai dos autos, não há pensão

alimentícia fixada judicialmente em face da autora e, por conseguinte, não se há falar em exoneração, bem como em obediência ao art. 10 do CPC, intimem-se ambas as partes para se manifestar em até 05 (cinco) dias acerca de extinção do processo por ilegitimidade ativa. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ADAILSON BARBOSA TORRES (OAB 45514/CE) - Processo 0200576-73.2024.8.06.0115 - Divórcio Litigioso - Oferta - REQUERENTE: A.N.C. - Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO DE OFERTA DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS a serem pagos pela parte autora em favor de seus filhos JOSÉ ALEFF DE FREITAS COSTA e JOÃO ADRIEL DE FREITAS COSTA, na importância de 78% (setenta e oito por cento) do salário mínimo vigente, valor este que deverá ser depositado, mensalmente, em conta bancária a ser informada nos autos, com fundamento no art. 2º da Lei n° 5.478/68. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para designação de audiência de conciliação, da qual deverá a parte ré ser citada e a parte autora ser intimada para comparecimento, observando-se, para tanto, o prazo estabelecido no § 2º do art. 695 do CPC. Deverá a parte ré ser advertida de que o prazo para oferecer contestação será de 15 (quinze) dias, contatos a partir da audiência de mediação e conciliação, se restar inexitosa a conciliação, ou se qualquer parte deixar de comparecer, conforme dispõe o art. 335, inciso I, do CPC. Habilite-se nos autos o advogado constituído às págs. 62 para fins de intimação. Expedientes necessários.

ADV: OSILENE FERREIRA CASTRO (OAB 27596/CE) - Processo 0200974-88.2022.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Maria da Conceicao Martins Maia - Tendo em vista as alegações da parte autora na petição de fls. 115 sobre o não comparecimento na última entrevista marcada, determino a Secretaria que promova a designação de audiência para a realização de entrevista do interditando. Intime-se a parte autora por seu advogado, o interditando, a Defensoria Pública na qualidade de curador especial do interditando e o Ministério Público. Expedientes Necessários.

ADV: CATARINA DE GUSMAO FREIRE GUERREIRO (OAB 47656/CE) - Processo 0201075-28.2022.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edna Tatiane Guerreiro da Silva e outro - Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, se manifestar acerca do pedido de aproveitamento de prova emprestada do processo de n° 0201074-43.2022.8.06.0115 conforme formulado pelo requerido em petição de fls. 404/407. Expediente necessários.

ADV: PEDRO JULIÃO BANDEIRA RÉGIS JÚNNIOR (OAB 34772/CE) - Processo 0201230-60.2024.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Separação de Corpos - REQUERENTE: Erivania Soares de Oliveira e outro - Considerando que uma das filhas dos Requerentes é maior de idade (Iara Vanessa de Oliveira Caetano), mas que a maioridade, por si só, não é óbice ao pagamento de pensão alimentícia, intimem-se os Requerentes para, em até 10 (dez) dias, esclarecer na minuta do acordo a quem se destina a pensão alimentícia fixada, devendo ainda, constar a assinatura da Sra. Iara Vanessa na minuta de acordo, já que interfere no seu patrimônio jurídico (direito a alimentos). Expedientes necessários.

ADV: DIEGO EMMANUEL PITOMBEIRA BANDEIRA REGIS (OAB 30376/CE), ADV: PEDRO JULIÃO BANDEIRA RÉGIS JÚNNIOR (OAB 34772/CE) - Processo 0201274-79.2024.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Julião Bandeira Regis - Sendo assim, ausente a probabilidade do direito, INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência. Concedo a gratuidade da justiça, porque o Código de Processo Civil de 2015 trouxe a presunção de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida pela pessoa natural, não a infirmando a assistência por advogado particular, tudo nos expressos termos do art. 99, §§ 3º e 4º. Ademais, foram juntados os documentos de págs. 75/104, os quais não infirmam a presunção legal. Deixo de designar audiência de conciliação, em prol dos princípios da economia processual e duração razoável do processo, ante a quase inexistência de acordo em causas como a presente, segundo dados do CEJUSC dessa comarca, sem prejuízo de haver transação a qualquer tempo, caso as partes queiram. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser considerada revel e presumir-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. Expedientes necessários.

ADV: IRLA KARINE CAMELO DANTAS (OAB 52765/CE) - Processo 0201414-16.2024.8.06.0115 - Tutela Cautelar Antecedente - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AUTOR: Car Place Fotaleza Ltda - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a petição inicial em até 15 (quinze) dias, incluindo no polo ativo da demanda os dependentes do plano de saúde, bem como juntando documentos comprobatórios da contratação do plano junto a ré e condição de beneficiário/dependente dos autores. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, autos conclusos/decisão de urgência. Expedientes necessários.

ADV: DOUGLAS RODRIGUES RAMOS (OAB 53694/CE) - Processo 0201423-75.2024.8.06.0115 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antônia Tânia Lemos Pinheiro e outros - Considerando que, nos termos do art. 617, I, do CPC, o cônjuge ou companheiro do de cujus tem prioridade na nomeação de inventariante, bem como que o falecido era casado, intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a petição inicial em até 15 (quinze) dias, esclarecendo o motivo de não indicação da viúva como inventariante. Ainda, no mesmo prazo, deverá corrigir o valor da causa, adequando-o ao valor do patrimônio deixado pelo de cujus, ainda que por estimativa. Expedientes necessários.

ADV: PEDRO VICTOR SANTANA DA COSTA (OAB 39508/CE) - Processo 0201424-60.2024.8.06.0115 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Marliana Maria Torres dos Santos - Considerando que, nos termos do art. 528, §7º, do CPC, o débito alimentar que autoriza a prisão civil é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo, intime-se o exequente, por seu advogado, para que emende a petição inicial em até 15 (quinze) dias, adequando o valor executado ao rito da prisão. Expedientes necessários.

ADV: ANACLEIA DE SOUSA LIMA (OAB 20353/CE) - Processo 0201445-36.2024.8.06.0115 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: José Edilson de Oliveira - Intime-se a parte autora, por sua advogada, para que emende a petição inicial em até 15 (quinze) dias, esclarecendo quantos e quais filhos a interditanda possui e se todos anuem com esta ação, juntando no mesmo prazo as respectivas declarações de anuência. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GILDEVAN FREIRE GUIMARÃES (OAB 39101/CE), ADV: LIV LOUISE MAIA CHAVES (OAB 47028/CE) - Processo 0206113-98.2024.8.06.0293 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: M.G.S.V. - REQUERIDO: E.H.C.C. - Defiro a prorrogação do prazo pleiteada pela perita às págs. 91. Designe-se audiência , na forma determinada na decisão de págs. 46/48. Expedientes necessários.

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0401/2024

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE), ADV: TIBERIO ALMEIDA PERES (OAB 19230/CE) - Processo

0010207-34.2015.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Jose Napolitano Portela - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da Certidão de Oficial de Justiça de fl. 238. Expedientes Necessários.

ADV: RUDÁ BEZERRA DE CARVALHO (OAB 20502/CE) - Processo 0010758-14.2015.8.06.0117 (apensado ao processo 0011329-82.2015.8.06.0117) - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Katia de Brito da Silva - Tendo em vista a petição de fl. 317, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para a parte autora trazer aos autos as informações solicitadas no despacho de fl. 313. Expedientes Necessários.

ADV: DARIANA CRUZ DE CASTRO E SILVA (OAB 28594/CE), ADV: HERBSTER DA SILVA PAULA (OAB 28878/CE), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0015367-35.2018.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Edna Maria Marcelino - REQUERIDO: Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil - Centrape - Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez), se manifestarem acerca da proposta de honorários do perito nomeado à fl. 178 . Expedientes Necessários.

ADV: JOSE GIOVANI PORTELA (OAB 9333/CE) - Processo 0039009-47.2012.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Marcygley Monteiro da Silva - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da Certidão de fl. 158. Expedientes Necessários.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA ROCHA CRUZ (OAB 5496/CE) - Processo 0040836-25.2014.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Citação - REQUERENTE: Ubiratan Industria e Comercio de Confecção Ltda - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca dos avisos de recebimento de fls. 309/310. Expedientes Necessários.

ADV: HERBSTER DA SILVA PAULA (OAB 28878/CE) - Processo 0202692-80.2023.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Pedro Moreira da Silva - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca do retorno da Carta precatória de fl. 80/85. Expedientes Necessários.

ADV: RAÍSSA NOGUEIRA LIRA (OAB 41851/CE) - Processo 0203447-41.2022.8.06.0117 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Marilene Nogueira de Brito Lira - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca da Certidão de Oficial de Justiça de fl. 172. Expedientes Necessários.

ADV: ARIANE DA SILVA SOUSA (OAB 47564/CE) - Processo 0205363-42.2024.8.06.0117 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria das Graças Sousa Marcelino de Agrela e outro - Defiro a gratuidade pretendida. Intimem-se as partes para que acostem aos autos as certidões dos cartórios do 2º Ofício de Notas e Registros Públicos de Maracanaú (Cartório Marques) e do 2º Ofício de Notas e Registros Públicos de Maranguape (Cartório Paula Costa). Expedientes Necessários. Maracanaú, 05 de novembro de 2024.

ADV: JOSE ITALO ROGERIO DE HOLANDA (OAB 44875/CE) - Processo 0206303-07.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Zacarias Batista Nogueira da Silva - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tratam os presentes autos de Ação de Revisão do PASEP em que a parte autora busca a restituição de valores retirados de sua conta PASEP. Proceda a Secretária com a alteração de Assunto para PASEP. Cite-se o requerido para que componha o feito e apresente sua contestação no prazo legal. Intime-se. Expedientes Necessários.

ADV: ANTONIO RODRIGO DE ARAUJO PAZ (OAB 30288/CE) - Processo 0206305-74.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Comercial de Miudezas Freitas Ltda - Intime-se a parte requerente para que acoste aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o comprovante de recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição. Expedientes Necessários.

ADV: BIANCA BREGANTINI (OAB 114340/PR) - Processo 0206306-59.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisca Araujo da Cunha de Lima - Tratam os presentes autos de uma Ação Declaratória de Inexistência de Débito e Nulidade Contratual C/C Restituição de Valores e Indenização por Dano Moral. Tendo em vista que os feitos em trâmite, nesta Comarca, de processos de matéria Cível Comum devem tramitar perante o sistema PJE, determino o cancelamento da distribuição do presente feito, consoante artigo 2º da Portaria 2037/2024 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Dê-se ciência à parte autora. Expedientes Necessários.

ADV: PEDRO PAULO SILVA PEIXOTO (OAB 21624/CE), ADV: CAROLINE NEPOMUCENO GOMES (OAB 44916/CE) - Processo 0206307-44.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Socorro Jani Cavalcante Uchoa - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Tratam os presentes autos de Ação de Revisão do PASEP em que a parte autora busca a restituição de valores retirados de sua conta PASEP. Proceda a Secretária com a alteração de Assunto para PASEP. Cite-se o requerido para que componha o feito e apresente sua contestação no prazo legal. Intime-se. Expedientes Necessários.

ADV: JOÃO BATISTA BARBOSA DA SILVA (OAB 44409/CE) - Processo 0206329-05.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Elzina Vieira Martins - Tratam os presentes autos de uma Ação de Conversão da Reserva de Margem Consignável em Empréstimo Consignado. Tendo em vista que os feitos em trâmite, nesta Comarca, de processos de matéria Cível Comum devem tramitar perante o sistema PJE, determino o cancelamento da distribuição do presente feito, consoante artigo 2º da Portaria 2037/2024 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Dê-se ciência à parte autora. Expedientes Necessários.

ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA) - Processo 0206336-94.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Caixa de Previdencia dos Funcionarios do Banco do Brasil - Previ - Tratam os presentes autos de uma Ação de Cobrança. Tendo em vista que os feitos em trâmite, nesta Comarca, de processos de matéria Cível Comum devem tramitar perante o sistema PJE, determino o cancelamento da distribuição do presente feito, consoante artigo 2º da Portaria 2037/2024 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Dê-se ciência à parte autora. Expedientes Necessários.

ADV: RAIMUNDO NONATO ARAUJO ANDRADE (OAB 47339/CE) - Processo 0206353-33.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Katiane Mendonça Barreto - Trata-se de Ação de Revisão de Contratos cumulada com Devolução de Valores Pagos e Danos Morais. Tendo em vista que os feitos em trâmite, nesta Comarca, de processos de matéria Cível Comum devem tramitar perante o sistema PJE, determino o cancelamento da distribuição do presente feito, consoante artigo 2º da Portaria 2037/2024 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Dê-se ciência à parte autora. Expedientes Necessários. Maracanaú, 07 de novembro de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0402/2024

ADV: EVANDO CRISOSTOMO FILHO (OAB 31265/CE) - Processo 0204066-97.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Impostos - REQUERENTE: Adma Maria Vieira de Mesquita - Cuida-se de Ação Declaratória c/c Obrigação de Fazer c/c Com Pedido de Tutela Antecipada, intentada por Espólio de Lyndon Charles Monteiro de Souza, representado pelo cônjuge

supérstite Adma Maria Vieira de Mesquita, em face do DETRAN - CE. Tendo em vista que os feitos em trâmite, nesta Comarca, em face da Fazenda Pública devem tramitar perante o sistema PJE, determino o cancelamento da distribuição do presente feito, consoante artigo 1º da Portaria 2432/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Dê-se ciência à parte autora. Expedientes Necessários.

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0412/2024

ADV: DARIANA CRUZ DE CASTRO E SILVA (OAB 28594/CE), ADV: HERBSTER DA SILVA PAULA (OAB 28878/CE), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: JESSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS) - Processo 0005194-15.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Adalto Sousa Monteiro - REQUERIDO: Anapps - Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas - Tendo em vista o retorno dos autos do TJCE, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649A/CE) - Processo 0026607-89.2016.8.06.0117 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV Financeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte Exequente para atualizar o valor da dívida para fins de cumprimento do despacho de fls.94.

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 14503/CE) - Processo 0044702-41.2014.8.06.0117 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Multipla Credito, Financiamento e Investimento S.a - Tendo a penhora on-line sido infrutífera (valores bloqueados insignificantes em relação à dívida), determino que se proceda ao desbloqueio dos referidos valores e determino nova intimação da parte exequente para requerer o que for de direito no prazo de 15 dias.

ADV: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO (OAB 23599/CE), ADV: NEREU RODRIGUES CAVALCANTE NETO (OAB 42912/CE) - Processo 0201144-83.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Reginaldo dos Santos Silva - REQUERIDO: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Tendo em vista o retorno dos autos do TJCE, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

ADV: HERBSTER DA SILVA PAULA (OAB 28878/CE), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP) - Processo 0201977-04.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Paulo Costa Nascimento - REQUERIDO: Associação de Aposentados Mutualista para Benefícios Coletivos - Ambec e outro - Tendo em vista o retorno dos autos do TJCE, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

ADV: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 23649/CE), ADV: PAULO ROBERTO LOPES JUNIOR (OAB 46673/CE), ADV: GABRIEL MARCO PIMENTEL ARCHANJO DE OLIVEIRA (OAB 41822/CE) - Processo 0205610-91.2022.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú S/A - REQUERIDO: Jesualdo da Silva Oliveira - Tendo em vista o retorno dos autos do TJCE, intime-se as partes para se manifestarem no prazo de 05(cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, arquive-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0413/2024

ADV: ANTONIO EGEDEMO MARTINS (OAB 21740/CE) - Processo 0054052-43.2020.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Epitacio Lopes Ferreira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para no prazo de 05 (cinco) dias se manifestarem sobre a(s) minuta(s) da(s) requisição(ões) de pagamento de fls. 152/153, tal como determina o art. 3º, IV, a da Resolução nº 14/2023 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Na ocasião, devem informar se concordam com as informações preenchidas ou, caso desejem retificação, informar dados e juntar eventuais documentos necessários.

COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0420/2024

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0032582-97.2013.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - INTIME-SE a promovente, desta feita, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos a integralidade do contrato e manifeste interesse no prosseguimento do feito, conforme já determinado no despacho de fl. 160, sob pena de IMEDIATA extinção sem resolução do mérito. INTIME-SE também o réu para trazer aos autos em 15 (quinze) dias o contrato em tablado. Expedientes Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0421/2024

ADV: ADELGIDES FIGUEIREDO CORREIA NETO (OAB 8209/CE), ADV: MAXMILIANO DE MOURA CARDOSO (OAB 14805/CE) - Processo 0005001-49.2009.8.06.0117 - Imissão na Posse - Desapropriação - REQUERIDO: Francisco Jose Rodrigues Moreira e outro - Conforme disposição expressa no PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, que regula os atos ordinatórios que

devem ser praticados de ofício por esta secretaria de vara etc., constatei que o presente processo foi encaminhado à fila de análise da secretaria sem a confecção de todos os expedientes determinados pelo Juízo, portanto, intimar a parte ré, através de seu advogado, bem como o réu pessoalmente, para recolher as custas remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de início de procedimento de inscrição em dívida Ativa.

ADV: DJALMA ALVAREZ BROCHADO NETO (OAB 18602/CE), ADV: JAMYLLE DIONIZIO FREITAS (OAB 24862/CE), ADV: HENRIQUE FERREIRA XIMENES (OAB 30181/CE) - Processo 0005328-42.2019.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Camila Mota Ferreira - REQUERIDO: Instituto Pedagogico Sao Francisco de Assis Ltda - Colegio Sao Francisco Integral - DISPOSITIVO. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida por RODRIGO MOTA FERREIRA, representado por sua mãe CAMILA MOTA FERREIRA, em face de INSTITUTO PEDAGOGICO SAO FRANCISCO DE ASSIS LTDA - COLEGIO SAO FRANCISCO INTEGRAL, vez que inexistente o ato ilícito narrado na inicial, e extingo o processo, com resolução do mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Condeno o autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios; fixados 10% (dez por cento) do valor da causa, isento em razão da gratuidade concedida (págs. 23), conforme o disposto no art. 98, §1º, do CPC. Sentença registrada e publicada eletronicamente. INTIMEM-SE. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as devidas baixas.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 30962A/CE), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELI (OAB 30961A/CE) - Processo 0005732-16.2007.8.06.0117 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Busca e Apreensão - REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL II - Conforme disposição expressa no PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, que regula os atos ordinatórios que devem ser praticados de ofício por esta secretaria de vara etc., constatei que o presente processo foi encaminhado à fila de análise da secretaria sem a confecção de todos os expedientes determinados pelo Juízo, portanto, intimar a parte autora, através de seu advogado, bem como o réu pessoalmente, para recolher as custas remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de início de procedimento de inscrição em dívida Ativa.

ADV: GLAUCO CASTELO BRANCO JUNIOR (OAB 10586/CE), ADV: FRANCISCO REGIS FREITAS MATOS (OAB 9750/CE) - Processo 0006795-23.2000.8.06.0117 - Reintegração / Manutenção de Posse - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Castelo Branco Engenharia Ltda - REQUERIDO: Suzana Maria da Silveira - DISPOSITIVO. Diante do exposto, pelos elementos do processo e das provas produzidas nos autos, atenta ao disposto na legislação específica e aos entendimentos jurisprudenciais sobre a matéria, com esteio no disposto no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, pelo que determino a REINTEGRAÇÃO DE POSSE do autor CASTELO BRANCO ENGENHARIA LTDA contra SUZANA MARIA DA SILVEIRA, sobre o imóvel situado no Lote 196 da Quadra 11 do Conjunto Jereissati, localizado na Rua 46, no Município de Maracanaú/CE, conforme respectiva matrícula números 183, registrada no CRI da 2ª zona as comarca de Maracanaú/CE, devendo o Oficial de Justiça REINTEGRAR o(a) autor(a) na posse do imóvel e DESCREVER o estado em que encontrou o bem, assim como ENTREGÁ-LO ao próprio requerente, na pessoa de seu representante legal, ou à pessoa indicada pelo(a) autor(a), que ficará como depositário fiel, mediante termo nos autos. Caso a promovida ainda exerça posse no terreno, CONCEDO A OCUPANTE DO TERRENO O PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS) PARA DESOCUPAÇÃO VOLUNTÁRIA, a contar do trânsito em julgado desta sentença, ex vi art. 1.012 do CPC. Diante da sucumbência do réu, deverá arcar com a totalidade das custas processuais e pagar ao autor as despesas que eventualmente tenha antecipado (art. 82, §2º, do CPC). Condeno, ainda, a parte promovida ao pagamento de honorários advocatícios (art. 85, caput, do CPC), fixados estes últimos, com base no art. 85, §2º, do CPC, em 15% sobre o valor atualizado da causa, utilizando-se como índice de atualização do valor da causa o INPC/IBGE. Advirtam-se as partes de que a oposição de Embargos de Declaração manifestamente protelatórios atrai a incidência de multa no montante de 2% do valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, §2º, do CPC. Intimem-se as partes, vez que esta sentença segue registrada e publicada eletronicamente.

ADV: JOSE MESSIAS FERREIRA (OAB 13095/CE), ADV: MOISES BATISTA DE SOUZA (OAB 15474/CE), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974/CE) - Processo 0015079-24.2017.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Roberlania Gomes Araujo - REQUERIDO: BV Financeira - Vistos etc ... META 2/CNJ Trata-se de pedido de expedição de alvará em nome do causídico da parte promovente (fls. 114/115). Decisão interlocutória de fls. 116/117 indeferiu o pedido de expedição de alvará diretamente na conta bancária do advogado subscritor do pedido, e determinou a intimação da parte promovente para indicar conta bancária do efetivo beneficiário do valores, ou opte pelo alvará comum, para apresentação perante a rede bancária. A parte promovente apresentou os dados bancários do efetivo beneficiário dos valores, e reiterou o pedido de expedição do alvará para levantamento dos valores depositados em conta judicial (fls. 128/129). É o relatório. À Secretaria para expedir alvará no sistema SAE, devendo constar os dados do efetivo beneficiário, os quais se encontram nas fls. 128/129; Intimem-se as partes. Expediente Necessário.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0035577-54.2011.8.06.0117 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivanilton Eduardo da Costa - REQUERIDO: Banco do Brasil S.A - Da análise dos autos, diante dos depósitos judiciais realizados pelo executado, os quais se mostram suficientes e atendem aos valores devidos à título de condenação, consoante os cálculos acostados pelo exequente, JULGO EXTINTO O PROCESSO, na forma dos arts. 526, 924, inciso II e 925, do CPC. INTIME-SE o exequente para que informe os dados bancários para expedição do alvará de transferência de valores eletrônicos. Após informados os dados bancários, à Secretaria para que expeça alvará de transferência de valores eletrônicos, a serem distribuídos da seguinte maneira: R$ 10.596,85 (dez mil, quinhentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos) em benefício de IVANILTON EDUARDO DA COSTA; e R$ 2.119,37 (dois mil e cento e dezenove reais e trinta e sete centavos) referentes à honorários advocatícios à conta em nome do FAADEP FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (CNPJ: 05.220.055/0001-20) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Ag: 0919, Conta: 71003-8. À Secretaria para expeça as guias de recolhimento de custas finais, intimando o exequente acerca do pagamento em 5 dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa. Intimem-se as partes, vez que esta sentença segue registrada e publicada eletronicamente. Transitado em julgado, arquivem-se com baixa.

ADV: EDUARDO CESAR SOUSA ARAGAO (OAB 14750/CE), ADV: RAPHAEL BESERRA DA FONTOURA (OAB 26002/CE), ADV: LUIZ GONZAGA NOGUEIRA FILHO (OAB 23482/CE), ADV: JOSE WESLEY SOUZA DOS SANTOS (OAB 22732/CE), ADV: RAFAEL GONCALVES ROCHA (OAB 45494A/CE), ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 14503/CE), ADV: JOSE CARLOS MEIRELES DE FREITAS (OAB 2790/CE) - Processo 0038152-98.2012.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: V e B Industria e Comercio de Alimentos Ltda - REQUERIDO: Empresa Brasileira de Telecomunicacao S/A - Embratel e outro - Conforme disposição expressa no PROVIMENTO Nº 02/2021/CGJCE, que regula os atos ordinatórios que devem ser praticados de ofício por esta secretaria de vara etc., constatei que o presente processo foi encaminhado à fila de análise da secretaria sem a confecção de todos os expedientes determinados pelo Juízo, portanto, intimar a parte autora e ré, através de seus advogados, bem como o autor e réu pessoalmente, para recolher as custas remanescente, pela metade para cada parte, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de início de procedimento de

inscrição em dívida Ativa.

ADV: MARIA DEVANDI EVANGELISTA BARBOSA (OAB 4638/CE), ADV: ANTONIO AUGUSTO DE CARVALHO E SILVA (OAB 25639/SP) - Processo 0042509-24.2012.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisca Vanessa Ferreira de Sousa e outros - REQUERIDO: Banco Panamericana Seguros S/A - É o que tenho a relatar. Decido. Tendo em vista a paralisação processual por contumácia autoral, atenta ao disposto no Código de Processo Civil: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:(...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;, sem olvidar também a previsão do parágrafo único do art. 274, da mesma norma adjetiva que estabelece:"Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo...", mister a extinção do feito sem resolução de mérito. De fato, uma vez que o mandado de fl. 345 foi remetido para o endereço indicado na inicial, e foi constatada a mudança de endereço, sem prévio aviso a este juízo, presume-se válida a intimação para que a parte promovente manifestasse interesse no prosseguimento no feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito. Face ao exposto, ante a ausência de interesse da promovente e em conformidade com o art. 485, III do Código de Processo Civil, Julgo por Sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, EXTINGUINDO o presente feito, sem resolução de mérito. Condeno o autor em custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, contudo por ser beneficiário da justiça gratuita, o efeito da execução dos honorários restará suspenso em virtude do art. 98, §3º do CPC. Sentença registrada e publicada eletronicamente. INTIMEM-SE. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as devidas baixas.

ADV: TARCISIO MEDEIROS SA JUNIOR (OAB 34035/CE) - Processo 0050403-36.2021.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luis Carlos Coelho Leoncio - Diante do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso IV, do CPC, em face da ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo. Condeno o autor nas custas processuais. Entretanto, suspendo a exigibilidade, atenta aos benefícios da assistência judiciária gratuita concedida aos fólios 64-65. Incabível se mostra a fixação de honorários advocatícios, eis que não houve angularização da demanda. Advirtam-se as partes sobre a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com postulação meramente infringente, o que sujeitará a imposição de multa prevista no art. 1.026, §2º do CPC. Intimem-se as partes, vez que esta sentença segue registrada e publicada eletronicamente. Transitado em julgado, arquivem-se com baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0054324-37.2020.8.06.0117 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Vistos etc...META 2/CNJ Trata-se de AÇÃO DE EXIGIR CONTAS CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA ajuizada por ANTÔNIA KÉCIA DE SOUSA SANTANA, em face do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Sentença nas fls. 238/242 reconheceu o direito da parte autora de exigir contas com a instituição financeira. Comunicação de agravo de instrumento (fl. 247), sendo denegada a atribuição de efeito suspensivo (fl. 288). É o relatório. Intime-se a parte requerida para, em 15 (quinze) dias, prestar a contas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar (art. 550, §5º do CPC). À Secretaria para consultar se houve decisão sobre o mérito do agravo de instrumento interposto pela parte promovida. Expediente Necessário.

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0382/2024

ADV: ANTONIA MARGARIDA PEREIRA FORTALEZA (OAB 34166/CE) - Processo 0202108-76.2024.8.06.0117 - Guarda de Família - Nomeação - REQUERENTE: Tânia da Costa Castro - Conforme disposição expressa no despacho/decisão, a Secretaria designou audiência de Conciliação para o dia 11/02/2025 às 09:00h, que se realizará na sala virtual deste Juízo, através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/9f2051 AS PARTES E/OU ADVOGADOS QUE OPTAREM PELA PARTICIPAÇÃO REMOTA NA AUDIÊNCIA, DEVERÃO PROVIDENCIAR OS MEIOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO. AS PARTES QUE NÃO POSSUÍREM MEIOS DE PARTICIPAR DO ATO DE FORMA VIRTUAL, DEVERÃO COMPARECER AO FÓRUM DE MARACANAÚ, MUNIDAS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, ONDE SERÃO ORIENTADAS POR UM SERVIDOR E PARTICIPARÃO DA AUDIÊNCIA NA SECRETARIA.

ADV: LEILYANNE MARIA CARLOS FAMA LEOPOLDO (OAB 32918/CE) - Processo 0203443-33.2024.8.06.0117 - Guarda de Família - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.M.N.R. - Conforme disposição expressa no despacho/decisão, a Secretaria designou audiência de Conciliação para o dia 28/01/2025 às 10:00h, que se realizará na sala virtual deste Juízo, através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/9f2051 AS PARTES E/OU ADVOGADOS QUE OPTAREM PELA PARTICIPAÇÃO REMOTA NA AUDIÊNCIA, DEVERÃO PROVIDENCIAR OS MEIOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO. AS PARTES QUE NÃO POSSUÍREM MEIOS DE PARTICIPAR DO ATO DE FORMA VIRTUAL, DEVERÃO COMPARECER AO FÓRUM DE MARACANAÚ, MUNIDAS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, ONDE SERÃO ORIENTADAS POR UM SERVIDOR E PARTICIPARÃO DA AUDIÊNCIA NA SECRETARIA.

ADV: MARIA ROSANGELA BEZERRA DA SILVEIRA FREIRE (OAB 38703/CE) - Processo 0204298-12.2024.8.06.0117 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.L.B. - Conforme disposição expressa no despacho/decisão, a Secretaria designou audiência de Conciliação para o dia 21/01/2025 às 09:00h, que se realizará na sala virtual deste Juízo, através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/9f2051 AS PARTES E/OU ADVOGADOS QUE OPTAREM PELA PARTICIPAÇÃO REMOTA NA AUDIÊNCIA, DEVERÃO PROVIDENCIAR OS MEIOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO. AS PARTES QUE NÃO POSSUÍREM MEIOS DE PARTICIPAR DO ATO DE FORMA VIRTUAL, DEVERÃO COMPARECER AO FÓRUM DE MARACANAÚ, MUNIDAS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, ONDE SERÃO ORIENTADAS POR UM SERVIDOR E PARTICIPARÃO DA AUDIÊNCIA NA SECRETARIA.

ADV: AUGUSTO CESAR SOARES CAMPOS (OAB 8913/CE), ADV: ANA TARNA DOS SANTOS MENDES (OAB 18685/CE), ADV: ANA MARIA DE OLIVEIRA MESQUITA (OAB 31055/CE), ADV: DANIELE DE SOUSA RODRIGUES LIMA (OAB 36716/CE), ADV: CESARINY DIAS CAMPOS (OAB 38885/CE), ADV: NATASHA ROSANE DIAS CAMPOS (OAB 46053/CE) - Processo 0205566-72.2022.8.06.0117 (apensado ao processo 0205867-82.2023.8.06.0117) - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.D.R.M. - REQUERIDA: F.C.F.A. - 3 DISPOSITIVO ISSO POSTO, diante de tudo que dos autos consta: 3.1) HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado no termo de audiência de pp. 176/177, a seguir transcrito: ACORDO PARCIAL: Acordaram as partes sobre: 1. PERÍODO DE CONVIVÊNCIA: o período da

convivência teve início em junho de 2007 e fim em maio de 2022. 2. BENS DO CASAL: O imóvel e os dois veículos descritos na inicial foram adquiridos durante a convivência, porém, não houve acordo sobre a forma de partilha. 3. GUARDA DA PROLE E CONVIVÊNCIA PATERNA: Com relação a guarda dos filhos, acordaram que será na modalidade unilateral para a genitora e convivência livre com o pai. Quanto aos alimentos não houve acordo. 3.2) julgo PROCEDENTE o pedido não compreendido no acordo para: A) declarar que a posse/domínio do imóvel residencial duplex, localizada na Rodovia Senador Almir Pinto, nº 9848 - Jaçanaú - Maracanaú/CE, na qual possui (01) uma casa no andar de cima, com 06 (seis) cômodos e 02 (dois) pontos comerciais embaixo, bem como dos dois automóveis de placas OIN7748/CE e HVG 4613/CE, ambos descritos na inicial e no relatório desta sentença, pertence a ambas as partes, na proporção de (um meio) para cada uma delas, de modo que a sua venda somente será tida como válida se firmada por ambos ou, em havendo recusa, por ordem judicial; B) fixar alimentos a serem pagos pelo autor em favor dos filhos MARIAH GABRYELE DE ABREU MENDONÇA e FRANCISCO DANILO RODRIGUES MENDONÇA JÚNIOR, em montante equivalente a 30% (trinta por cento) da sua remuneração/benefício previdenciário, deduzidos apenas os descontos obrigatórios, mediante desconto em folha. No caso de desemprego formal ou perda do benefício , o percentual incidirá sobre o salário mínimo. OFICIE-SE ao INSS para implantar o desconto no percentual ora fixado, independentemente do trânsito em julgado. A presente sentença não surte efeito perante eventual direito de terceiro sobre o imóvel partilhado, devido à ausência de registro imobiliário. Custas pelo autor, bem como honorários que arbitro em 10% (dez por cento) da diferença entre o valor ofertado e o fixado nesta sentença, multiplicado por 12 (doze). Contudo, suspendo a exigibilidade dos ônus sucumbenciais em razão da gratuidade judiciária (art. 98, §3º, CPC). Sentença publicada nos autos. Intimem-se as partes por seus patronos. Intime-se o Ministério Público. EFICÁCIA DE MANDADO DE REGISTRO/AVERBAÇÃO A presente sentença poderá ser utilizada como mandado de registro/averbação da dissolução da união estável, consoante Provimento nº 37/2014 do Conselho Nacional de Justiça, indo devidamente instruída com certidão de trânsito em julgado, documentos de identificação das partes e certidão de nascimento dos filhos.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0383/2024

ADV: FRANCISCO WOLNEY NUNES DE BRITO (OAB 11747/CE) - Processo 0201912-43.2023.8.06.0117 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.V.S.M. - Vistos os autos. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se nos autos, requerendo o que entender cabível. Expedientes necessários.

ADV: MONICA ALMEIDA DA SILVA (OAB 25813/CE), ADV: THALYSSON DAVYD VIEIRA (OAB 52456/CE) - Processo 0202741-87.2024.8.06.0117 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERENTE: V.F.C. - Sobre a certidão de p. 72, manifeste-se a parte autora, por meio de seu patrono, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: FRANCISCO CLEBER FERREIRA (OAB 10179/CE), ADV: CAIO VINICIUS DUARTE RODRIGUES (OAB 43701/CE) - Processo 0203072-69.2024.8.06.0117 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ARROLANTE: F.A.H. - Sobre a certidão de p. 42 (não localização do requerido), manifeste-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: TIAGO MAGALHAES CAVALCANTE (OAB 27610/CE), ADV: ROBERTO FERNANDES TEXEIRA FILHO (OAB 29809/CE), ADV: DANIEL CARVALHO DE FARIA (OAB 44242/CE) - Processo 0206153-26.2024.8.06.0117 - Guarda de Família - Nomeação - REQUERENTE: Maria Suely da Silva - Vistos os autos. Defiro a gratuidade judiciária. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para, em 15 (quinze) dias, acostar certidão de óbito do genitor do infante sob pena de indeferimento da inicial (arts. 320 e 321, CPC). Expedientes necessários.

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0388/2024

ADV: ANTONIO ANDRE AVELAR DA COSTA FERREIRA (OAB 27923/CE) - Processo 0057936-46.2021.8.06.0117 - Arrolamento Sumário - Arrolamento de Bens - ARROLANTE: Maria Elzenira Tavares dos Santos - Vistos em conclusão. Intime-se a inventariante, através de seu causídico, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a comprovação de isenção/pagamento do ITCD. Expedientes necessários.

ADV: AFRANIO SANTOS RODRIGUES (OAB 10546/CE) - Processo 0201090-20.2024.8.06.0117 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.S.A. - Vistos em conclusão. Designe-se nova data oportuna e desimpedida para a realização da Audiência de Conciliação. Com a data nos autos, intime-se a parte autora, através de seu patrono, e cite-se a promovida nos endereços informado à fl. 36 para comparecerem ao ato. Expedientes necessários.

ADV: AFRANIO SANTOS RODRIGUES (OAB 10546/CE) - Processo 0201090-20.2024.8.06.0117 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.S.A. - Conforme a Disposição Expressa no Despacho de fls.37, a Secretaria designa Audiência de Conciliação para o dia 03/02/2025 às 14:20h, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Link de acesso (URL) reduzido para Audiência: https://link.tjce.jus.br/e9aaae ou ainda pelo link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzA4NmNlMWUtZTdmOC00NGI3LTk1ODItZDkxODU1NDNmZTM3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22c3a524f6-f641-421f-850e-0603b5aac8da%22%7d AS PARTES E/OU ADVOGADOS QUE OPTAREM PELA PARTICIPAÇÃO REMOTA NA AUDIÊNCIA, DEVERÃO PROVIDENCIAR OS MEIOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO, INCLUSIVE NO TOCANTE À PROVA TESTEMUNHAL. AS PARTES QUE NÃO POSSUÍREM MEIOS DE PARTICIPAR DO ATO DE FORMA VIRTUAL, DEVERÃO COMPARECER AO FÓRUM DE MARACANAÚ, MUNIDAS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, ONDE PARTICIPARÃO DA AUDIÊNCIA NA SECRETARIA DA VARA.

ADV: ANA TEREZA RODRIGUES SILVA (OAB 24355/CE) - Processo 0201245-57.2023.8.06.0117 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.S.M. - Vistos em conclusão. Diante do pedido de renúncia do prazo recursal de fl. 293, abra-se vista ao parquet do Ministério Público e ao patrono da parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANTÔNIO CARLOS STUDART CYSNE (OAB 40881/CE), ADV: JOSÉ AILTON CAVALCANTE ALVES (OAB 42955/CE) - Processo 0202798-76.2022.8.06.0117 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.P.S.F. - Vistos em conclusão. Antes de apreciar pedido de citação por edital, entendo em determina que a secretaria promova buscas junto ao INFOJUD e SIEL para fins de localização do endereço de VITORIA JESSICA CARNEIRO DA SILVA (documento pessoal de fl. 11). Caso negativo, diligencie juntos aos órgãos de praxe para fins de localização do endereço da promovido não localizada. Em

caso de êxito, designe-se nova data oportuna e desimpedida para realização de Audiência de Conciliação. Com data nos autos, intime o requerente, através de seu patrono, e cite-se a requerida. Expedientes necessários.

ADV: THYAGO ALVES DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 30390/CE), ADV: CARLOS HENRIQUE NUNES DE MENEZES (OAB 46899/CE) - Processo 0204545-90.2024.8.06.0117 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.B.N.S. - REQUERIDO: C.M.C.S. - ALIMENTANDO: M.V.B.S. - Conforme a Disposição Expressa na Decisão de fls.45/47, a Secretaria designa Audiência de Conciliação para o dia 10/02/2025 às 09:00h a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Link de acesso (URL) reduzido para Audiência: https://link.tjce.jus.br/e9aaae ou ainda pelo link abaixo: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YzA4NmNlMWUtZTdmOC00NGI3LTk1ODItZDkxODU1NDNmZTM3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22c3a524f6-f641-421f-850e-0603b5aac8da%22%7d AS PARTES E/OU ADVOGADOS QUE OPTAREM PELA PARTICIPAÇÃO REMOTA NA AUDIÊNCIA, DEVERÃO PROVIDENCIAR OS MEIOS TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, SOB PENA DE PRECLUSÃO, INCLUSIVE NO TOCANTE À PROVA TESTEMUNHAL. AS PARTES QUE NÃO POSSUÍREM MEIOS DE PARTICIPAR DO ATO DE FORMA VIRTUAL, DEVERÃO COMPARECER AO FÓRUM DE MARACANAÚ, MUNIDAS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO, ONDE PARTICIPARÃO DA AUDIÊNCIA NA SECRETARIA DA VARA.

COMARCA DE MARACANAÚ - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0109/2024

ADV: ALEXANDRINA CABRAL PESSOA DE FRANÇA (OAB 27003/CE), ADV: FRANCISCO ROBERTO CASTELO BRANCO PEREIRA FILHO (OAB 38829/CE) - Processo 0000891-87.2019.8.06.0074 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERIDA: M.C.S. e outro - Ante o exposto, confirmando a manifestação do parquet, reconheço a perda superveniente do objeto, razão pela qual, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após trânsito em julgado, arquivem os autos. Expedientes necessários. Maracanau/CE, data da assinatura eletrõnica. Marcelo Veiga Vieira Juiz de Direito Substituto-NPR (portaria 1937/2024)

ADV: FRANCISCO JORGE PEREIRA (OAB 46837/CE) - Processo 0015282-39.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Fornecimento de insumos - MENOR: J.D.F. - Recebido hoje. Indefiro o pedido acostado às fls. 85/89, eis que o Município de Maracanaú e o Estado do Ceará, foram citados e intimados da decisão de fls. 70/76, no dia 31.10.2024, conforme certidões do Oficial de Justiça às fls. 90/92, estando portanto, dentro do prazo processual. Demais disso, verifica-se que o Estado do Ceará, não obteve acesso ao processo, motivo pelo qual defiro o pleito acostado às fls. 94/95, para que seja providenciado o fornecimento da senha de acesso aos autos eletrônicos para o e-mail fornecido. Após, disponibilizada a senha, restituo os prazos processuais do Estado do Ceará conforme determinado às fls. 70/76. Intimem-se as partes. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SORMANY DA SILVA REBOUÇAS (OAB 20153/CE) - Processo 0052900-57.2020.8.06.0117 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Arthur Moreira da Silva - Extrai-se dos autos que o Juízo ad quem conheceu da Remessa Necessária e determinou seu desprovimento, conforme acórdão de fls. 139/145, transitado em julgado em 02/10/2024 (fl. 157). Desta forma, dê-se ciência às partes para que requeiram, no prazo comum de 10 (dez) dias, o que entenderem de direito. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os presentes autos, observando-se as formalidades legais. Expedientes necessários. Maracanau/CE, data da assinatura eletrônica. Marcelo Veiga Vieira Juiz de Direito Substituto - NPR Portaria 1937/2024 TJCE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0110/2024

ADV: GABRIELLY DE SOUSA ALVES (OAB 48014/CE) - Processo 0015599-37.2024.8.06.0117 - Procedimento Comum Infância e Juventude - Consulta - REQUERENTE: A.L.S.M. - Ante o exposto, com fulcro no art. 200 do Código de Processo Civil, homologo a desistência requerida às fls. 39, extinguindo o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do mesmo diploma legal, reputando desnecessária a anuência do promovido, visto que não chegou a ser citado. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Transitado em julgado, arquive-se, dando-se baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA VANESKA DA SILVA FERNANDES (OAB 39999/CE) - Processo 0052484-89.2020.8.06.0117 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Homicídio Qualificado - ADOLESCENTE: R.E.C.M. - Diante do exposto, ao considerar os motivos de fato e de direito ora explicitados, JULGO IMPROCEDENTE a ação socioeducativa ofertada em desfavor de R. D. C. M, tendo em vista a ausência de elementos probatórios robustos no que tange à comprovação da autoria do ato infracional imputado ao representado, por se tratar de requisito indispensável à formação de um juízo de valor desprovido de dúvidas acerca da veracidade dos fatos narrados na representação, com fulcro no art. 114, caput, c/c art. 189, IV, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Ministério Público e a Defesa. Expedientes necessários. Transitado em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Maracanau/CE, data da assinatura eletrônica. Marcelo Veiga Vieira Juiz de Direito Substituto-NPR (portaria 1937/2024)

ADV: JOAO MORAES RIBEIRO NETO (OAB 32538/CE) - Processo 0228454-24.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Abner Gael Sales Castro - Jessica Karolayne Sales Brito - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido autoral para que o Estado do Ceará realize a transferência do requerente Abner Gael Sales Castro para HOSPITAL TERCIÁRIO COM UTI NEONATAL e, caso alegue falta de vagas, custeie a transferência da parte autora para hospital da rede privada de saúde. Ato contínuo, declaro EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos temos do art. 487, I, do Processo Civil. Condeno o réu ao pagamento de honorários no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 85, §8º, do CPC. O réu fica dispensado das custas processuais. Sem custas. Em atenção à Súmula 45 do Tribunal de Justiça do Ceará, dispensa-se a remessa necessária, com fundamento nos arts. 496, § 3º, inciso II, § 4º, inciso II, e 932, inciso III, ambos do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o decurso de prazo, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Expedientes necessários.

COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0249/2024
ADV: CICERO ROBERTO BEZERRA DE LIMA (OAB 29999/CE) - Processo 0013506-04.2024.8.06.0117 (processo principal 0206010-08.2022.8.06.0117) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Qualificado - MASSA FALIDA: Maria Aline do Nascimento Rodrigues - Vistos em conclusão, Tendo em vista que este magistrado exarou decisão pelo indeferimento do pedido, cuja decisão foi devidamente acatada pela Defesa às fls. 114, arquivem-se os autos, com baixa. Expedientes necessários. Maracanau, 05 de novembro de 2024. Antonio Jurandy Porto Rosa Junior Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: 0052685-47.2021.8.06.0117
Classe Assunto: Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado e Corrupção de Menores
Réu: Neomar Barbosa de Souza

O Dr. **Antonio Jurandy Porto Rosa Junior,** Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **NEOMAR BARBOSA DE SOUZA**, RG 2007009024520, CPF 06290549324, pai Miguel Barbosa de Souza, mãe Veridiana Barbosa Soares, Nascido/Nascida 16/09/1993, natural de Maracanau - CE, como incurso(a) nas sanções do **Art. 121, §2º incisos I e IV do CPB em concurso material com art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente,** estando em local incerto e não sabido, sendo portanto desconhecido seu paradeiro. Mandou o MM. Juiz de Direito passar o presente edital de citação com prazo máximo de 15 (quinze) dias, afixando-o no local de praxe e publicando cópia do mesmo no Diário da Justiça do Estado, pelo qual cita o chama o mesmo para responder por escrito à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares, alegando. Qualquer matéria interessante à sua defesa, provas indispensáveis a produzir, oferecer documentos e justificação, cabendo-lhe ainda arrolar até 08 (oito) testemunhas, CONFORME ART. 406 do CPP. **CUMPRA-SE,** observadas as formalidades legais.

Maracanaú/CE, em 20 de Junho de 2024.

Antônio Jurandy Porto Rosa Júnior
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

Processo nº: 0014855-42.2024.8.06.0117
Classe Assunto: Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado
Réu: Italo Daniel Silva Salviano e outro

O(A) Dr.(a) **Antonio Jurandy Porto Rosa Junior**, Juiz de Direito da **1ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **FRANCISCO WERDESON XAVIER DA SILVA**, **RG 20082600575,** como incurso(a) nas sanções do **Art. 121, §2º, I, IV (homicídio qualificado consumado) do Código Penal Brasileiro, e art. 2º da Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa)**, estando em local incerto e não sabido, sendo portanto desconhecido seu paradeiro. Mandou o MM. Juiz de Direito passar o presente edital de citação com prazo máximo de 15 (quinze) dias, afixando-o no local de praxe e publicando cópia do mesmo no Diário da Justiça do Estado, pelo qual cita o chama o mesmo para responder por escrito à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares, alegando. Qualquer matéria interessante à sua defesa, provas indispensáveis a produzir, oferecer documentos e justificação, cabendo-lhe ainda arrolar até 08 (oito) testemunhas, CONFORME ART. 406 do CPP. **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais.

Maracanaú/CE, em 10 de Outubro de 2024.

Antonio Jurandy Porto Rosa Junior
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0250/2024
ADV: EDIRLANDIA ALVES MAGALHAES (OAB 26709/CE) - Processo 0015251-19.2024.8.06.0117 (processo principal 0207902-69.2023.8.06.0293) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Homicídio Simples - MASSA FALIDA: Deivit Matheus Torres Guimaraes - Posto isto, pelos fatos e fundamentos acima, INDEFIRO o pedido de Revogação de Prisão Preventiva com fulcro nos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal. Ressalto, ainda, que a prisão preventiva é regida pela cláusula “rebus sic stantibus”, conforme art. 316 do CPP, motivo pelo qual não há nenhuma circunstância concreta que tenha modificado a situação, desde o momento em que foi decretada sua prisão. Intime-se. Dê ciência ao representante do ministério público. Após, arquive-se com as baixas legais. Maracanau/CE, 11 de novembro de 2024. Antonio Jurandy Porto Rosa Junior Juiz de Direito

COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0334/2024

ADV: FABIO MARTINS DI JORGE (OAB 236562/SP) - Processo 0014820-82.2024.8.06.0117 (processo principal 0204860-75.2024.8.06.0293) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Mottu Locação de Veiculos Ltda - Isto posto, acolhendo o parecer ministerial, defiro o pedido autoral e ordeno a devolução do bem apreendido, qual seja, MOTTU/SPORT 110I, placa FRQ6F36, apreendida nos autos do processo nº 0204860-75.2024, ao requerente ou ao seu procurador constituído nos autos. Intime-se a Autoridade Policial, via portal, para que proceda com a restituição. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE), ADV: TIBERIO ALMEIDA PERES (OAB 19230/CE), ADV: FRANCISCO EVANDRO ROCHA (OAB 6150/CE) - Processo 0043697-81.2014.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins - RÉU: Francisco Felipe Gadelha de Lima - Nara Aline Mota de Lima e outro - Intime-se a defesa dos réus para apresentação das alegações finais, no prazo legal. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: RENAN BEZERRA CONDE (OAB 44966/CE) - Processo 0200817-32.2023.8.06.0293 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Everton Soares de Oliveira - Defiro o pedido de habilitação de fls. 84-85. Intime-o representante processual para apresentar defesa prévia no prazo de 10 dias. Expediente necessário.

ADV: SAMYA BRILHANTE LIMA (OAB 32204/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE DA CUNHA FROTA (OAB 46525/CE), ADV: DIOGO MACEDO LOPES (OAB 53346/CE) - Processo 0202005-40.2022.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADO: Cleison Lemos Maia - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a defesa do réu Cleison Lemos Maia para, no prazo de (05) cinco dias, apresentar alegações finais.

COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0319/2024

ADV: FRANCISCO MARCELO BRANDAO (OAB 4239/CE) - Processo 0200691-25.2023.8.06.0117 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Difamação - REQUERENTE: Maria Imaculada Mendonça Carvalho - Designo a audiência de Tentativa de Conciliação para 09/12/2024 às 08:45h. Considerando o disposto no art. 3º da Resolução nº 354/2020 do CNJ, com a redação dada pela Resolução nº 481/2022, e os princípios da eficiência procedimental e da cooperação processual, intimem-se as partes para que, no prazo de 05 dias, manifestem-se sobre a forma de realização da audiência (telepresencial ou presencial), ficando advertidas de que, em caso de inércia, o ato será realizado na modalidade presencial. Expedientes necessários.

COMARCA DE MARACANAÚ - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: CARLOS OLIVEIRA DE BRITO (OAB 14258/CE) - Processo 0014684-85.2024.8.06.0117 (processo principal 0206107-70.2024.8.06.0300) - Restituição de Coisas Apreendidas - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: Laísla Queiroz da Silva de Lima - Cls. Trata-se de pedido de restituição de bem apreendido realizado por Laísla Queiroz da Silva de Lima, já qualificada nos autos. Afirma a requerente ser colecionadora, atiradora desportiva e caçadora CAC- e proprietária das armas de marca TAURUS Modelo G3 e Modelo G2C, sob números de série ACN763173 e ADG471054; bem como das munições (88-Calibre 9MM e 2-Calibre 38); de dois carregadores nº de série NI, dois carregadores G2C e um G3C; de um protetor de munição; de um porta carregador universal; de um Coldre; de duas maletas de armamento; de 67 unidades de estojos de munição Calibre 9MM; de um cofre; de um carregador de pistola Calibre 9MM; de 15 unidades de munição Calibre 9MM; que foram apreendidos pela polícia. Requereu, assim, a restituição dos objetos acima listados. O Ministério Público se manifestou pelo deferimento do pedido, aduzindo que a requerente juntou prova hábil da propriedade dos bens e que não há mais necessidade da manutenção da apreensão, pois a prova pretendida já foi produzida (pp. 19/20). É o relatório. Decido. O art. 118 do Código de Processo Penal dispõe que, antes do trânsito em julgado da sentença, enquanto interessarem ao processo, as coisas apreendidas não poderão ser devolvidas. O Código de Processo Penal, no seu art. 120, acrescenta que, para que a restituição ocorra, não pode haver dúvidas quanto ao direito do reclamante. Assim, para o deferimento do pedido de restituição de bem apreendido, faz-se necessário o preenchimento de três requisitos de forma cumulativa: a ausência de interesse para o processo, o direito de quem a reclama e não ser efeito da condenação a perda do bem em favor da União. Analisando os autos, vislumbro que a requerente comprovou a propriedade das armas TAURUS Modelo G3 e Modelo G2C, sob números de série ACN763173 e ADG471054 e das munições correspondentes (pp. 08/12). Quanto às munições de cal. 38, elas não são de propriedade da solicitante, conforme informou perante à autoridade policial em seu depoimento (vide p. 9, proc. nº 0206107-70.2024.8.06.0300), assim, não devem ser a ela restituídas. Tendo em vista que os objetos já foram periciados e o Ministério Público declarou não haver mais interesse na manutenção da sua apreensão, faz jus a requerente à restituição dos seus pertences. Diante do exposto,

DEFIRO o pedido da requerente, devendo-lhe ser restituídas as armas TAURUS Modelo G3 e Modelo G2C, sob números de série ACN763173 e ADG471054, as munições de Calibre 9MM exclusivamente e os acessórios referentes às pistolas e o cofre (vide auto de apresentação e apreensão de pp. 14/15- proc. nº 0206107-70.2024.8.06.0300). A restituição deve ser feita mediante a apresentação de documento de identificação da requerente. Intime-se. Após, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Maracanau/CE, 05 de novembro de 2024. Cesar Morel Alcantara Juiz

ADV: ELISABETH ALVES MARTINS (OAB 25598/CE), ADV: MANUELA MARTINS PRATA (OAB 26220/CE) - Processo 0201473-95.2024.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Antonio Alisson Xavier de Oliveira - Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 12/02/2025, às 11:15h. Link da Audiência: https://link.tjce.jus.br/cf4778

ADV: JOSÉ RIBAMAR PEREIRA DE SOUZA (OAB 32436/CE) - Processo 0203383-94.2023.8.06.0117 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - INDICIADO: Marcos Pablo Santos Dourado - Vistos. Determino a renovação dos expedientes de intimação do advogado da defesa para que apresente as alegações finais por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias. Em caso de nova inércia injustificada do defensor, oficie-se ao Conselho de Ética da OAB, comunicando o fato e solicitando a devida apuração. Intime-se também pessoalmente o acusado para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, constitua novo advogado para sua defesa. Caso permaneça em silêncio, será nomeada a Defensoria Pública atuante neste juízo para assumir a representação. Providências necessárias.

COMARCA DE MARANGUAPE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MARANGUAPE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0318/2024

ADV: RICARDO MONTEIRO CAVALCANTI (OAB 25576/CE) - Processo 0001078-91.2018.8.06.0119 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: JOSE CLAUDIO DAMIAO NETO - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designada audiência de instrução e julgamento para o dia 09/12/2024, às 11:00h, a ser realizada de forma híbrida. Link: https://link.tjce.jus.br/61d0de

ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE) - Processo 0016685-47.2018.8.06.0119 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Moises Alves Bezerra Neto - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, fica designada audiência de instrução e julgamento para o dia 09/12/2024, às 12:00h, a ser realizada de forma híbrida. Link: https://link.tjce.jus.br/61d0de

ADV: NIVALDO MAURO DOS SANTOS (OAB 52120/CE) - Processo 0205539-75.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo qualificado - AUTUADO: Marcos Paulo Andrade Torres e outros - Posto isso, RECEBO A PRESENTE DENÚNCIA nos termos em que formulada. Citem-se os acusados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Em consonância com § 2º do artigo 396 do CPP, se os réus, citados, não apresentarem a resposta ou não constituir defensor no prazo legal, de logo nomeio a Defensora Pública em exercício para fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias. Caso os acusados constituas advogado ou, já conste advogado habilitado, intime-se-lhe pelo D.J. para apresentar resposta à acusação. Intime-se a Autoridade Policial para, no prazo legal, cumprir as diligências requeridas pelo Ministério Público em sua denúncia. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0319/2024

ADV: WAGNER SILVA DE SOUSA (OAB 32363/CE), ADV: TALLITA SARA OLIVEIRA RIBEIRO (OAB 47188/DF) - Processo 0018470-78.2017.8.06.0119 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Luciano de Sousa Nascimento Santos - Intime-se a defesa para apresentar as alegações finais no prazo de 5 dias.

COMARCA DE MARANGUAPE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0393/2024

Processo 0000348-80.2018.8.06.0119 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.F.M. - REQUERIDO: E.S.M. - Posto isso e por tudo o mais que dos autos consta, entendo bem homologar o acordo firmado entre as partes, que passa a fazer parte integrante desta sentença, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea “b” do Código de Processo Civil. Sem custas. Com o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Maranguape/CE, 05 de novembro de 2024. Débora Danielle Pinheiro Ximenes Freire Juíza de Direito

ADV: JOAO BOSCO FERNANDES (OAB 9761/CE) - Processo 0002537-39.2016.8.06.0139 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Paulo Pereira e outro - Vistos. Intime-se a parte, através de seu patrono, para que tome ciência da descida dos autos e, em 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: MARIO JORGE MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 6764/CE), ADV: MARCOS ANTONIO VIEIRA DE SOUZA (OAB 8754/CE) - Processo 0010735-04.2011.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Joelma Assunção dos Santos Viana - REQUERIDO: Oi Telemar Norte Leste S/A - Assim, JULGO IMPROCEDENTE o pleito autoral, resolvendo o feito com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Determino que o pagamento das custas e dos honorários de sucumbência pela parte autora, estes fixados em 50 UADS da Tabela da OAB/CE (item 4.10.5.2), conforme o art. 85, § § 8º e 8º-A. Publique-se, registre-se e intime-se Transitado em julgado, certifique-se e, em

seguida, arquive-se, dando-se a devida baixa.

ADV: JOAO FERNANDES SILVA NETO (OAB 25141-0/CE) - Processo 0011140-06.2012.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Danielly Silva dos Santos - Vistos. 1. Intime-se a parte embargada, através de seu advogado, a fim de que, querendo, manifeste-se, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre os Embargos de Declaração opostos, eis que seu eventual acolhimento implicará a modificação da decisão embargada (v. § 2º do art. 1.023, do CPC/2015). 2. Expedientes necessários.

ADV: GUILHERME ALEXANDRE JUNQUEIRA (OAB 405362/SP), ADV: PAULO CEZAR FEBOLI FILHO (OAB 254378/SP) - Processo 0051343-92.2021.8.06.0119 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Tex Cotton Indústria de Confecções Ltda - Pelo exposto, estando constituído de pleno direito o título executivo judicial em favor da parte autora independentemente de qualquer formalidade (§ 2º do art. 701 do CPC), proceda-se ao registro da fase executiva no SAJ, para a adequada alimentação tanto do Sistema eletrônico de tramitação processual quanto dos dados estatísticos pertinentes ao acervo desta Unidade Judiciária. Após, intime-se a parte credora, através de seu advogado, para que, em 05 (cinco) dias, apresente demonstrativo atualizado do débito para fins de prosseguimento da execução, haja vista que, na espécie, os cálculos exibidos remontam à época do ajuizamento da ação, no ano de 2021. Caso a parte credora mantenha-se inerte, deverá ser providenciada sua intimação pessoal, para que se manifeste em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo por abandono da causa (art. 485, e § 1º, do CPC). Tão logo apresentado o demonstrativo atualizado da dívida, intime-se a parte executada, pessoalmente (art. 513, § 2º, II, do CPC), para pagar o débito, em 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver (art. 523, CPC). Advirta-se o executado, ainda, de que (ex vi dos §§ 1º a 3º do art. 523, c/c art. 525, caput e § 6º, todos do CPC): a) não ocorrendo o pagamento voluntário no aludido prazo, o débito será acrescido de multa de 10 % (dez por cento) e, também, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento); b) efetuado o pagamento parcial nesse prazo, a multa e os honorários incidirão sobre o restante; c) não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, seguir-se-ão, desde logo, os atos de constrição e expropriação; d) transcorrido o referido prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se novo prazo de 15 (quinze) dias, desta vez para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação; e e) eventual apresentação de impugnação não impedirá a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, ressalvada a hipótese de, a requerimento e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-se efeito suspensivo, se os fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar-lhe grave dano de difícil ou incerta reparação. Expedientes necessários.

ADV: CARLOS SAMUEL DE GOIS ARAUJO (OAB 29852/CE), ADV: CARLOS ALBERTO DE ARAUJO (OAB 3061/RN), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0070005-75.2019.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Boa Hora Agroindustria Ltda Me e outros - REQUERIDO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A - Assentes tais premissas, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para DECLARAR válido o contrato de cédula de crédito industrial celebrado entre as partes, devendo ser mantido todos os seus termos Condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais (art. 82 do CPC) e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa (arts. 85, § 2º e 86, parágrafo único do CPC), suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade que lhe foi deferida (art. 98, § 3º, do CPC). Decorrido o prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado e, após, nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP), ADV: DANIEL CHARLEY FERREIRA UMBELINO FILHO (OAB 46524/CE), ADV: HENDERSON DE PAULA CAVALCANTE (OAB 28233/CE) - Processo 0200703-67.2022.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Alysson Santos da Silva - REQUERIDO: Cnk Administradora de Consórcio Ltda - ANTE O EXPOSTO, julgo IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. As custas e os honorários de sucumbência, estes arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, deverão ser arcados pelo autor. P.R.I. Expedientes necessários Transitado em julgado, arquive-se.

ADV: GINA GABRIELA LUCAS DO AMARAL (OAB 20126/CE), ADV: WALDYR FRANCISCO DOS SANTOS SOBRINHO (OAB 29442/CE), ADV: ANDRESSA FERNANDES LIMA (OAB 47997/CE) - Processo 0201007-95.2024.8.06.0119 - Guarda de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: M.M.M.G. - REQUERIDO: M.F.A.G. - Ante o exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA noticiada acima, em consequência, declaro extinto o feito, por sentença, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, para que se produzam todos os efeitos jurídicos e legais correspondentes. Custas pela parte autora, suspensas por conta da gratuidade concedida, nos moldes dos arts. 90 e 98 do CPC. Sem honorários, pois não houve triangularização processual. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após ultimados os expedientes necessários, arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO MARDÔNIO DE MELO XIMENES (OAB 38560/CE) - Processo 0201367-30.2024.8.06.0119 - Divórcio Consensual - Separação de Corpos - REQUERENTE: Maria Ivonete da Silva Nascimento e outro - III - DISPOSITIVO. Diante do exposto, e do mais que dos autos consta, por sentença, para que produza seus jurídicos e regulares efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes, e DECRETO O DIVÓRCIO do casal, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas nos termos da petição de págs. 41/45, ficando, assim, dissolvido o vínculo matrimonial. Por conseguinte, declaro extinto o presente feito com resolução de mérito, ex vi do art. 487, III, b, do CPC/2015. Em face da declaração de hipossuficiência econômica anexada às págs. 16 e 38, defiro os benefícios da Justiça Gratuita aos requerentes. Sem custas e honorários advocatícios. Com o trânsito em julgado, expeçam-se Mandados aos competentes Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. Por fim, ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais.

ADV: VIVIANO RAMOS JUNIOR (OAB 97648/RJ) - Processo 0201410-64.2024.8.06.0119 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.N.A. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Mediação na data de 29/11/2024 às 15:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital Decisão: “Designo sessão de Mediação para a data de 29/11/2024 às 15:00h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário,”

ADV: AFONSO CORDEIRO TORQUATO NETO (OAB 11942/CE), ADV: RAPHAEL PINHEIRO VITORINO DE HOLANDA (OAB 21044/CE) - Processo 0202810-90.2022.8.06.0117 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: C.S.S. - Vistos. Intime-se a parte ré, através de seu advogado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca dos pedidos e documentos de págs. 123/132. Expedientes necessários.

COMARCA DE MARANGUAPE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0395/2024

ADV: CLEONARDO PAULINO BARBOSA (OAB 36466/CE), ADV: EVANDRO MAIA DE LIMA (OAB 48275/CE) - Processo 0050047-35.2021.8.06.0119 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.L.S.L. - Os embargos de declaração possuem previsão legal no art. 1022 do CPC para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material. No caso em tela, verifica-se que, na realidade, a parcial curatela procedente comporta um ponto de erro material, e não omissão por este Juízo. O parecer Ministerial de pág.112/114 opina pelo parcial deferimento do pedido, pontuando ainda o livre convencimento do Juiz. Entretanto, apesar da interditanda demonstrar ter boa compreensão de alguns fatos da vida geral, nos termos da perícia de pág.80/84, é identificável que a periciada não é capaz de gerir seus atos da vida civil e seus bens individualmente, necessitando, assim, da assistência familiar. Logo, constatada a ocorrência de vício passível de integração na via dos embargos de declaração, faz-se imperiosa a integração da sentença. Assim, sendo, o recurso merece ser conhecido e provido para a correção não de omissão, mas de erro material, para o fim de integração da decisão recorrida. Ante o exposto, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS E JULGO-OS PROCEDENTES, nos termos do art. 1022 e seguintes do CPC, para sanar o ERRO MATERIAL na sentença de pág.115/120, modificando a decisão para que passe a constar na sentença, no parágrafo inicial do dispositivo: Diante do exposto, e com apoio no parecer do Representante do Ministério Público, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, nos exatos termos do art. 487, inciso I do CPC, para decretar a interdição de LUCINEIDE LIMA DIAS, nomeando como sua curadora a requerente MARIA LUZINEIDE DA SILVA LIMA , que deverá prestar compromisso definitivo em 05 (cinco) dias, após o trânsito em julgado da sentença. No mais, persiste a sentença tal como está lançada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Deve-se observar que o prazo recursal foi interrompido com a interposição destes Embargos e continuará a fruir a partir do momento da intimação desta decisão, nos termos do art. 1.026 do CPC. Expedientes necessários.

ADV: VIVIANO RAMOS JUNIOR (OAB 97648/RJ) - Processo 0200998-70.2023.8.06.0119 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Lucas Macieira de Melo - Isto posto, ante as considerações supra, revogo o decreto de prisão civil, determinando a imediata expedição do contramandado junto ao BNMP em prol do executado, EVANDRO DE AZEVEDO. Expeça-se o contramandado via sistema BNMP. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição e comprovante de pix juntado aos autos pelo executado às p. 87-90. Empós, abra-se vistas ao Ministério Público para manifestar-se acerca da petição da parte exequente de p. 62-77 e 87-90, na qual pugna pela extinção da execução dos autos, em razão do pagamento integral da dívida. Em seguida, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LETICIA DE FRANÇA PEREIRA (OAB 45466/CE) - Processo 0201111-24.2023.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônia Carneiro Rocha - REQUERIDO: Banco Pan S.a e outro - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR a nulidade do contrato que emitiu cartão de crédito que deu origem as dividas que ensejaram a negativação do nome da autora, cessando todos os seus efeitos, e, por conseguinte, declarar a inexistência da dívida que ensejou a referida negativação (vide p. 18-19, 133-134 e 148). II) DETERMINAR que a promovida exclua o nome da promovente dos cadastros de proteção ao crédito (vide p. 18-19, 133-134 e 148), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, caso ainda não tenha o feito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais); III) CONDENAR a promovida ao pagamento de indenização, a título de danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a fluir a partir da data do arbitramento (Súmula 362, do STJ), com base no INPC, e juros moratórios a incidirem a partir do evento danoso, com índice de 1% (um por cento) ao mês (art. 398, do CC, e Súmula 54, do STJ); Condeno a parte promovida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTO (OAB 129459/MG), ADV: EDMAR XAVIER GOMES (OAB 44712/CE) - Processo 0201368-49.2023.8.06.0119 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alysson Dhonattas Rodrigues Medeiros - REQUERIDO: 123 VIAGENS E TURISMO LTDA - Diante do exposto, com fulcro no Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, com resolução de mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, para condenar a promovida a ressarcir o requerente no montante de R$ 2.076,69 (Dois Mil Reais e Sessenta e Nove Centavos), e, a título de reparação por dano moral, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA desde a datado arbitramento (Súmula nº 362 do STJ) e acrescidas de juros de mora à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária aludido, na forma determinada pelo artigo 406 do Código Civil, a partir da citação. Sucumbente em maior parcela, condeno o requerido nas custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% do valor da condenação, nos termos do art.85, §2.º, do CPC. Intimem-se as partes. Com o trânsito em julgado deste decisum, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0396/2024

ADV: RICARDO MONTEIRO CAVALCANTI (OAB 25576/CE) - Processo 0200399-34.2023.8.06.0119 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUT PL: P.C.E.C. - ADOLESCENTE: W.A.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, conforme determinado no Termo de Audiência de pág. 65, designo a Audiência de Apresentação para o dia 11/02/2025 às 11:30h, que poderá ser realizada de forma híbrida, seja presencialmente na unidade ou por videoconferência através da plataforma digital da Microsoft Office 365/Teams, devendo as partes, se optarem pela modalidade remota acessarem a sala virtual através do link: https://link.tjce.jus.br/o2xwdr Maranguape/CE, 08 de novembro de 2024.

ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0201311-94.2024.8.06.0119 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Exoneração - REQUERENTE: F.A.J. e outro - Isto posto, EXTINGO processo com resolução do mérito, HOMOLOGANDO na íntegra o acordo celebrado às págs. 01/09 e 25/28, o qual passa a fazer parte integrante desta, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com base no art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, justiça gratuita deferida. Publique-se, registre-se, intimem-se. As partes renunciaram o prazo recursal. Ultimadas as providências legais, arquivem-se os autos com as devidas cautelas.

COMARCA DE MARCO - 1ª VARA DA COMARCA DE MARCO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MARCO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0166/2024

ADV: FRANCISCO EMÍDIO VIANA DE OLIVEIRA FILHO (OAB 28375/CE), ADV: ANA KELVIA CAPISTRANO (OAB 43042/CE) - Processo 0202037-31.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Valbi Diniz do Nascimento e outros - Pedi os autos. Na audiência realizada em 31/10/2024 às 13:30, foi indeferido, por este Juízo, os pedidos de diligências formulados pelas defesas dos dois réus, conforme decisão registrada em ata (fls. 319/320). O pleito, à época, foi negado com base no entendimento de que as diligências solicitadas estavam preclusas, uma vez que, durante o curso do processo, ocorreram diversas oportunidades para que tais requisitos fossem formalizados, uma vez que os relatos trazidos nos interrogatórios constaram desde a audiência custódia. Além disso, o adiamento de novas diligências implicaria em uma demora desarrazoada na tramitação do feito, o que seria contraproducente diante do empenho desse subscritor em tornar o Juízo cada dia mais célere. Não obstante isso, após refletir melhor, reavaliando os pedidos formulados pela defesa, entendo que as diligências solicitadas apresentam relevância suficiente para o andamento do feito, de modo que eventual morosidade consequente do resultado das diligências pode se apresentar necessária ao devido deslinde do feito. Portanto, e afim de evitar futuras alegações de cerceamento de defesa, hei por bem, reconsiderar a decisão anterior e, DEFERIR ambos os pedidos de diligências formulados na audiência de instrução pela defesa. Determino, assim, que seja remetido ofício à CGD, para que junte ao processo, caso haja, o percurso do veículo utilizado no dia dos fatos. Outrossim, oficie-se à Delegacia, para que proceda com a juntada aos autos da ficha de acompanhamento e as guias da substâncias toxicológicas encaminhadas à PEFOCE para perícia. Determino, ainda, que as partes sejam intimadas para ciência desta decisão. Expedientes necessários.

COMARCA DE MARCO - 2ª VARA DA COMARCA DE MARCO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MARCO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0392/2024

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0200396-42.2024.8.06.0120 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.I.C. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 28/11/2024 às 09:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/959300 ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: “Designo sessão de Conciliação para a data de 28/11/2024 às 09:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.” Marco/CE, 25 de outubro de 2024. FRANCISCO RIOS ALVES Analista Judiciário

ADV: DANIEL ANDERSON DE VASCONCELOS (OAB 50018/CE) - Processo 0200449-23.2024.8.06.0120 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: M.S.F. - Vistos, Preenchidos os requisitos essenciais da petição inicial (arts.319 e 320 do CPC), não sendo o caso de improcedência liminar do pedido. DEFIRO o benefício da justiça gratuita, conforme dispõe o art. 98 e ss. do CPC. Considerando o parentesco demonstrado nas certidões de nascimento acostadas nas fls. 15/17, a necessidade presumida de alimentos aos infantes e a ausência de informações robustas sobre a capacidade financeira do demandado, FIXO alimentos provisórios no percentual em 37,5% sob o salário-mínimo vigente, o que equivale atualmente o valor de R$ 529,50 (quinhentos e vinte nove reais e cinquenta centavos), a serem pagos por Célio Roberto de Andrade, em favor das crianças Miguel Arcanjo de Andrade, Francisco Diego de Andrade e Ana Kelvia de Andrade, mediante depósito bancário em nome da representante legal, até o 10º dia útil do mês respectivo. INTIME-SE a requerente para informar, no prazo de 5 dias, a conta bancária em que será realizado o depósito dos alimentos provisórios, advertindo que em caso de negativa, o devedor efetuará o pagamento dos alimentos em conta judicial vinculada ao processo. CITE-SE a parte promovida para compor a relação processual e tomar conhecimento sobre o inteiro teor da demanda. DETERMINO data e horário para audiência de conciliação, que deverá ser realizada por meio de videoconferência, intimando ambas as partes a comparecer ao ato. ADVIRTA-SE as partes que: I - o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, conforme previsto no artigo 334, §8º, CPC; II - havendo desinteresse na composição consensual, deverão informar por petição, apresentada com prazo de 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência; Acaso o acordo entre as partes reste infrutífero, a contestação deverá ser apresentada no prazo de 15 dias, alegando toda a matéria de defesa e especificando as provas que deseja produzir. (art. 336 do CPC). Expedientes necessários.

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0200476-06.2024.8.06.0120 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: C.E.F.S. - TERCEIRO: M.P.E.C. - Vistos etc, São pressupostos, para o deferimento da liminar pretendida pela parte, (1) a probabilidade do direito invocado ou fumus boni iuris, (2) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (periculum in mora) e a (3) não irreversibilidade dos efeitos da decisão. Reputo que inexistem, no momento, elementos que comprovem de plano a incapacidade de exercer atos da vida civil por si, uma vez que o laudo médico de fl. 06 apenas afirma que a paciente deve se manter afastada de suas atividades. De igual modo, ausente a demonstração concreta de perigo ou risco ao resultado útil do processo, a justificar a antecipação dos efeitos da tutela final. Por essas razões, indefiro o pedido de tutela antecipada, sem prejuízo de reanálise após entrevista com o interditando. No mais, apraze a Secretaria data para audiência de interrogatório da interditanda, citando-a e intimando inclusive para os fins de impugnação, a observar o disposto no art. 752 do Código de Processo Civil. Nomeie-se perito via SIPER para que realize estudo social do caso, no prazo de 15 dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0200477-88.2024.8.06.0120 - Guarda de Família - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: F.A.C. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 28/11/2024 às 11:40h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/846faa ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: “Designo sessão de Conciliação para a data de 28/11/2024 às 11:40h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.”

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0200483-95.2024.8.06.0120 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.V.F. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 28/11/2024 às 09:40h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/a5a919 ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: "Designo sessão de Conciliação para a data de 28/11/2024 às 09:40h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários." Marco/CE, 25 de outubro de 2024. FRANCISCO RIOS ALVES Analista Judiciário

ADV: PAULO ROGERIO ROCHA (OAB 9227/CE) - Processo 0200558-37.2024.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: P.N.A.D. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 28/11/2024 às 12:20h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/4083fd ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: "Designo sessão de Conciliação para a data de 28/11/2024 às 12:20h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários." Marco/CE, 25 de outubro de 2024.

ADV: MATEUS BARBOSA COUTO (OAB 463494/SP), ADV: MATEUS CAFUNDÓ ALMEIDA (OAB 395031/SP) - Processo 0200566-82.2022.8.06.0120 - Cumprimento Provisório de Sentença - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda - Epp - Vistos em inspeção, Retire-se a tarja de suspensão, ante o decurso do prazo deferido no despacho de fl. 213, conforme certidão de fl. 219. Intime-se a parte autora, por seus patronos (via DJe), para manifestar interesse no prosseguimento da ação, formulando os requerimentos que entender cabíveis. Expedientes necessários.

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0200590-42.2024.8.06.0120 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.S.S. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 28/11/2024 às 10:20h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/7d5e95 ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: "Designo sessão de Conciliação para a data de 28/11/2024 às 10:20h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários." Marco/CE, 25 de outubro de 2024.

ADV: ANA PAULA DE CARVALHO (OAB 21315/CE) - Processo 0200619-92.2024.8.06.0120 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.I.A.S.M. - Isto posto, e o que mais dos autos consta, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação formulado pela parte autora, determinando a EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, com esteio no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas na forma da Lei pela parte desistente, observada a gratuidade da Justiça que ora defiro, com aplicação da suspensão da exigibilidade do artigo 98, §3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se a parte autora, por sua patrona (via DJe), e o Ministério Público (via Portal), e transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades legais, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE) - Processo 0200737-05.2023.8.06.0120 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.M.S. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 28/11/2024 às 11:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/9be1b2 ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: "Designo sessão de Conciliação para a data de 28/11/2024 às 11:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários."

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MARCO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0393/2024

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458-A/CE) - Processo 0003993-18.2015.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Joaquim Anastacio da Costa - R. h Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o retorno dos autos, facultando-lhes manifestação pertinente no prazo de 15 dias. Escoado o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos, sem prejuízo de posterior desarquivamento a requerimento da parte interessada. Exp. Necessários.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0004385-57.2017.8.06.0129 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - R.H. Intime-se o exequente para que tome ciência de certidão de fl. 90, devendo requerer o que entender pertinente para o prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos.

ADV: ANA PAULA DE CARVALHO (OAB 21315/CE), ADV: BRUNO AMORA (OAB 45530/CE) - Processo 0200291-65.2024.8.06.0120 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: M.E.S.C. - REQUERIDO: I.M.F.P. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 03/12/2024 às 09:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/0036ee ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: "Designo sessão de Conciliação para a data de 03/12/2024 às 09:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários."

ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 37066A/CE) - Processo 0200316-49.2022.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Votorantim S.A. - Nos autos. Requerida a desistência da presente demanda à fl. 188 e apresentada contestação às fls. 27/40, intime-se a parte promovida, por seus patronos (via DJe), para manifestação nos termos do artigo 485, § 4º, do Código de Processo Civil, no prazo de 05 dias. Expedientes necessários.

ADV: MARIA MORGANA ROCHA SILVA (OAB 43001/CE), ADV: JEFFERSON DE OLIVEIRA SA (OAB 35357/CE) - Processo 0200329-77.2024.8.06.0120 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.N. - REQUERIDA: M.J.V.N. - Isto posto, diante dos termos contidos no processo, tendo a parte requerida aderido parcialmente ao pleito da parte autora, haja vista as manifestações de fls.30/36, julgo PROCEDENTE O PEDIDO, com espeque no artigo 487, inciso III, do Código de Processo Civil, DECRETANDO O DIVÓRCIO do casal MANOEL ROBERTO DO NASCIMENTO E MARIA JÚLIA DE VASCONCELOS DO

NASCIMENTO (fl. 11), deixando ditos cônjuges coobrigados nas cláusulas por eles avençadas, já que atendidas as prescrições legais atinentes à espécie. O cônjuge virago retornará ao nome de casada, qual seja, MARIA JÚLIA DE VASCONCELOS. Não há bens a partilhar. Custas na forma da Lei pela parte promovida, assim como honorários advocatícios os quais fixo em R$ 396,00, observada a suspensão da exigibilidade em razão gratuidade da Justiça que concedo à promovida. Aplico o artigo 98, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se as partes. E, transitando em julgado a presente sentença, observadas as formalidades legais, expeça-se MANDADO DE AVERBAÇÃO destinado ao Cartório referido à fl. 11, para que se insira à margem do registro de casamento respectivo todos os dados concernentes ao presente divórcio. Após, ARQUIVE-SE. Expedientes necessários.

ADV: ANA RÍVIA ALVES REIS (OAB 48228/CE) - Processo 0200362-67.2024.8.06.0120 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão - REQUERENTE: V.E.S. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 03/12/2024 às 11:40h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/42466b ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: “Designo sessão de Conciliação para a data de 03/12/2024 às 11:40h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.” Marco/CE, 25 de outubro de 2024.

ADV: DANIEL ANDERSON DE VASCONCELOS (OAB 50018/CE) - Processo 0200556-67.2024.8.06.0120 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: M.F.M. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 03/12/2024 às 11:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital. A Audiência foi devidamente registrada no sistema/aplicativo Microsoft Office Teams 365, e a sala virtual poderá ser acessada pelo link https://link.tjce.jus.br/eb61ab ou por meio do QR-Code a seguir: Decisão: “Designo sessão de Conciliação para a data de 03/12/2024 às 11:00h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.”

ADV: PAULO ROGERIO ROCHA (OAB 9227/CE) - Processo 0200580-32.2023.8.06.0120 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: F.A.M. - REQUERIDA: M.A.M. - Vistos etc. Intime-se a parte autora, por seus patronos (via DJe), para apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 350 do Código de Processo Civil. Após, com manifestação ou não, especifiquem as partes, no prazo comum de 05 (cinco) dias, de forma justificada, as provas que pretendem produzir para o deslinde do feito, indicando a natureza/espécie da prova desejada e os fatos que desejam provar para cada espécie de prova pleiteada. Em seguida, abra-se vistas ao Ministério Público para eventuais requerimentos, na forma do art. 179, II, do CPC. Esclareço que, não havendo manifestação ou requerimentos justificados, o processo será julgado no estado em que se encontrar. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: ANA THAÍS ROCHA SOARES (OAB 42516/CE), ADV: DANTE ARRUDA DE PAULA MIRANDA (OAB 22863/CE) - Processo 0200591-95.2022.8.06.0120 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.F.L. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, informo que a perícia médica foi agendada para o dia 28/11/2024, às 15 horas, no Fórum desta Comarca, localizado naPraça Rodrigues Bastos, S/N, Centro, Marco - CE.

ADV: ANTONIO HERLOM MARQUES URSULINO (OAB 52144/CE) - Processo 0200623-32.2024.8.06.0120 - Divórcio Consensual - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: M.E.A. e outro - Assim, intime-se a parte autora, por seu patrono (via DJe), para no prazo de 15 dias, emendar a inicial, sob pena de indeferimento, nos termos do artigo 321 do CPC, prestando as informações acima suscitadas, para juntar aos autos prova da insuficiência de recursos financeiros alegada pelos requerentes (declaração de imposto de renda, extratos de pagamento de salário/aposentadoria atualizados, extratos bancários, etc, de ambos), que possibilitem a devida análise da postulação de gratuidade judiciária ou, recolher as custas devidas. Expedientes necessários.

COMARCA DE MASSAPÊ - 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0268/2024

ADV: ADRIANA ABREU DE SÁ (OAB 16199/CE), ADV: FRANCISCO RAMON PARENTE CUNHA (OAB 26330/CE), ADV: GABRYELLA CUNHA NASCIMENTO SILVA (OAB 44582/CE) - Processo 0050117-80.2020.8.06.0121 (apensado ao processo 0010099-17.2020.8.06.0121) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Washington Elias de Souza - Antonio Schumacher de Araujo - Francisco Schong de Araujo Carvalho e outro - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o PEDIDO formulado na denúncia e, em consequência, ABSOLVO os réus WASHINGTON ELIAS DE SOUSA, ANTÔNIO SCHUMACHER DE ARAUJO, FRANCISCO SCHONG DE ARAÚJO CARVALHO E GABRIEL MENDES ARAÚJO, já devidamente qualificado, da conduta que lhe foi imputada, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, por não haver elementos probatórios quanto à autoria suficientes para condenação.

ADV: BENEDITO IGOR DE PAULA SILVA (OAB 45655/CE) - Processo -

COMARCA DE MASSAPÊ - 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0402/2024

ADV: JOSE NEWTON FREITAS FILHO (OAB 15833/CE), ADV: THAINA ANDREZZA DE SOUZA BORGES (OAB 25113/CE), ADV: ANDRESSA DE NAZARE CORDEIRO GONDIM (OAB 27425/CE), ADV: CAIRO DE SOUSA VASCONCELOS (OAB 29712-0/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0005551-56.2014.8.06.0121 - Cumprimento de sentença - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - EXEQUENTE: Benedito Arruda Carneiro - EXECUTADO: Banco do

Brasil S/A Agencia Massapê - Interposto o agravo de instrumento interposto pelo réu (fls. 648/666), mantenho pelo seus próprios fundamentos a decisão agravada prolatada às fls. 610/615, determinando o imediato cumprimento da referida ordem judicial. Expedientes necessários. Massape, 25 de setembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: RAIANE LIMA PAIVA (OAB 24546-0/CE) - Processo 0007376-64.2016.8.06.0121 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Parcelas de benefício não pagas - EXEQUENTE: Milton Aragão Simplicio - Reitere-se a intimação do exequente para apresentar os dados bancários necessários para a expedição da ordem de pagamento, sob penda de retorno dos autos ao arquivo. Expedientes necessários. Massape, 11 de novembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: BENEDITO IGOR DE PAULA SILVA (OAB 45655/CE) - Processo 0200211-98.2024.8.06.0121 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.C.S. - Acolho a promoção ministerial deduzida às fls. 39/40, de modo que determino à Secretaria que oficie-se ao LACEN/CE requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, data para realização do exame de DNA, nos termos indicados no parecer retro. Expedientes necessários. Massapê, 15 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0200216-57.2023.8.06.0121 - Arrolamento Sumário - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - ARROLANTE: Bruno Morais Vasconcelos - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as certidões negativas de débitos atualizados do de cujus perante asFazendasPúblicas. Expedientes necessários. Massapê, 11 de novembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: BENEDITO IGOR DE PAULA SILVA (OAB 45655/CE) - Processo 0200326-90.2022.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Raimundo Nonato Souza Faustino - Ante a certidão de fls. 102, aguarde-se eventual decurso do período de 30 (trinta) dias para que a autora pratique os atos necessários ao prosseguimento regular do feito, sendo que, em caso negativo, deve ser certificado nos autos o abandono. Na sequência, intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, dar regular andamento ao feito, sob pena de extinção do feito. Expedientes necessários. Massapê, 11 de novembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: ANNA LÍGIA DA COSTA SANTOS VIEIRA (OAB 43574/CE), ADV: KAIO SIRIDÓ SOARES (OAB 40296/CE) - Processo 0200407-68.2024.8.06.0121 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.C.F.J. - CURATELADO: P.S.F.J. - Ante o contido na Certidão de fls. 62, com arrimo no artigo 752, § 2º, do CPC e em consonância com o Edital nº 05/2023/CJGCE, nomeio a advogada, Dra. Anna Lígia da Costa Santos Vieira (OAB/CE 43.574), como curador especial do interditando, tendo o profissional já manifestado o aceite, conforme documentos de fls. 62/63. Assim, intime-se a curadora para apresentar contestação no prazo legal, sob pena de destituição do encargo. Oportunamente, autos à conclusão para o devido impulso. Expedientes necessários. Massapê, 31 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: HENRIQUE FERNANDES SOUZA (OAB 29163/CE) - Processo 0200430-14.2024.8.06.0121 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: I.M.S. - Tendo em vista o contido no Termo de Audiência de fls. 30, determino à Secretaria que oficie-se ao LACEN/CE requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, data para realização do exame de DNA. Expedientes necessários. Massapê, 17 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: WILKSON JUVENCIO GOMES DE SOUSA (OAB 49185/CE) - Processo 0200451-87.2024.8.06.0121 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Francimir Alves Rocha - Em tempo. Remetem-se os autos à distribuição para proceder a retificação da autuação, para fins de constar como classe 1682- Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil". Expedientes necessários. Massape, 17 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: EMANUELA FERREIRA MOITA (OAB 47521/CE), ADV: VICTÓRIA KAREN CARNEIRO VASCONCELOS (OAB 50865/CE) - Processo 0200517-67.2024.8.06.0121 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.M.S.B. - CURATELADA: M.L.S. - Ante o contido na Certidão de fls. 42, com arrimo no artigo 752, § 2º, do CPC e em consonância com o Edital nº 05/2023/CJGCE, nomeio a advogada, Dra. Emanuela Ferreira Moita (OAB/CE 47.521), como curadora especial da interditanda, tendo a profissional já manifestado o aceite, conforme documentos de fls. 42/43. Assim, intime-se a curadora para apresentar contestação no prazo legal, sob pena de destituição do encargo. Oportunamente, autos à conclusão para o devido impulso. Expedientes necessários. Massapê, 31 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: CÂNDIDO PARENTE AGUIAR FILHO (OAB 46896/CE), ADV: JOÃO VICTOR SOUZA ALBUQUERQUE (OAB 46784/CE), ADV: DIEGO HYURY ARRUDA (OAB 36038/CE) - Processo 0200552-61.2023.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan Bueno de Oliveira - REQUERIDO: Francisco Arailton Pontes e outros - Melhor analisando os autos,revogo odespachoretro, eis que se trata dedeterminaçãoequivocada. Ao passo que determino a Secretaria que designe nova data para a realização da Audiência de Conciliação e, após, renove-se a citação do Sr. Francisco José Rodrigues Fontinele e do Sr. Airton. Expedientes necessários. Massapê, 06 de novembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO RANULFO MAGALHAES RODRIGUES JUNIOR (OAB 21594/CE), ADV: GABRIELA DE OLIVEIRA ROELA (OAB 40903/ES), ADV: LEANDRO CHRISTOVAM DE OLIVEIRA (OAB 33083/ES) - Processo 0200666-63.2024.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Araujo - REQUERIDO: Sebraseg Clube de Benefícios Ltda - Intimem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem as provas que desejam produzir, indicando a respectiva utilidade e pertinência, sob pena de indeferimento (CPC, art. 370, parágrafo único), com advertência de que eventual inércia autorizará o julgamento antecipado do mérito (CPC, art. 355, I). Na sequência, caso haja requerimento de provas, anotem-se os autos conclusos na fila de "conclusos para Decisão interlocutória". Por outro lado, caso as partes se mantenham inertes ou não queiram produzir outras provas, anotem-se conclusos para prolação de Sentença. Expedientes necessários. Massape, 29 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: MILENA XAVIER COELHO (OAB 48360/CE) - Processo 0200760-11.2024.8.06.0121 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.S.M. - De ordem do MM Juiz (Decisão fls. 18/20), determino a intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, comparecer ao Balcão da Secretaria deste Juízo, ou ainda, no Balcão Virtual da Secretaria deste Juízo, nos dias de segunda-feira a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas, para assinatura do Termo Provisório de Curatela. Massape/CE, 11 de novembro de 2024.

ADV: DIEGO HYURY ARRUDA (OAB 36038/CE) - Processo 0200780-02.2024.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Descontos dos benefícios - MASSA FALIDA: Maria de Fatima Vasconcelos Arruda - Recebo a inicial. Defiro a gratuidade judiciária à parte autora. No mais, cite-se a parte ré, dando-lhe ciência da demanda, com a observação de que deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observando os termos iniciais contidos no art. 335 do CPC, sob pena de revelia. Diligências e intimações necessárias. Massape, 25 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: MILENA XAVIER COELHO (OAB 48360/CE) - Processo 0200790-46.2024.8.06.0121 - Guarda de Infância e Juventude

- Guarda - REQUERENTE: M.V.S.M. - Recebo a inicial. Concedo vista dos autos ao representante do Ministério Público para que posso se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca do pleito liminar. Massapê, 16 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: PABLO MAGALHÃES PESSOA MEDEIROS (OAB 43566/CE) - Processo 0200795-68.2024.8.06.0121 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Francisco Egildo Arruda da Cunha - Intime-se a parte autora, por seu procurador, para regularizar sua representação processual, juntando aos autos procuração e declaração de hipossuficiênciaeconômica, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da Inicial. Expedientes necessários. Massapê, 04 de novembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

ADV: BENEDITO IGOR DE PAULA SILVA (OAB 45655/CE) - Processo 0200842-76.2023.8.06.0121 - Execução Extrajudicial de Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Francisca Leiliane Rodrigues de Oliveira - Face o contido na certidão de fl. 55, à secretaria para expedir novas guias de pagamento para possibilitar o pagamento das custas finais pelo executado. Expedientes necessários. Massape, 17 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO

ADV: WENDELL SOUSA LINHARES (OAB 37954/CE), ADV: JADSON BRUNO ROCHA CAVALCANTE (OAB 40850/CE) - Processo 0205670-74.2023.8.06.0167 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.G.M.C. - Intime-se a atual curadora, a Sra. Simone do Nascimento para, no prazo de 10 (dez) dias, informar a este Juízo se ainda possui interesse de continuar exercendo o encargo, ou ainda, a sua concordância/ciência acerca da substituição, utilizando-se para tanto o endereço indicado na pesquisa de fls. 84. No mais, acolho a promoção ministerial deduzida às fls. 76/77, de modo que determino seja procedido ao Estudo Social do caso, cabendo a qualquer um dos profissionais credenciadas pelo TJ/CE junto ao sistema SIPER apresentar o Laudo em juízo, no prazo de 20 (vinte) dias. Expedientes necessários. Massapê, 03 de outubro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0403/2024

ADV: BENEDITO IGOR DE PAULA SILVA (OAB 45655/CE) - Processo 0200823-36.2024.8.06.0121 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: B.P.M.L. - fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário mínimo hodiernamente equivalente a quantia de R$ 423,60 (quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos), a serem pagos até o quinto dia útil de cada mês, mediante recibo de quitação. Designe-se data realização de Audiência de Conciliação, a ser realizada de modo presencial, pela conciliadora do CEJUSC. Aprazada data, cite-se a parte ré, dando-lhe ciência desta decisão de fixação de alimentos provisórios, com a observação de que deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, observando os termos iniciais contidos no art. 335 do CPC, sob pena de revelia, sem incidência dos seus efeitos materiais. Paralelamente, intimem-se ambas as partes para comparecerem à Audiência de Conciliação, advertindo-as de que: a) o não comparecimento injustificado à Audiência de Conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado; b) deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos; c) fica facultada às partes a participação na modalidade presencial ou virtual, devendo a Secretaria disponibilizar, desde já, nos autos o link para acesso à sala virtual Diligências e intimações necessárias. Massapê, 06 de novembro de 2024. GILVAN BRITO ALVES FILHO Juiz de Direito

COMARCA DE MAURITI - VARA UNICA DA COMARCA DE MAURITI

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MAURITI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0342/2024

ADV: EVERTON MONTENEGRO LEITE (OAB 16682/CE), ADV: ANDERSON CARDOSO DIAS DE SOUSA (OAB 37396/CE) - Processo 0202946-44.2022.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - AUTUADO: Jucivan Ribeiro da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo: Intime-se o requerido para pagar as custas finais de fls. 329/332 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de expedição de ofício à PGE/CE, nos termos dos artigos 399 a 401, bem como do Anexo XIV, do Código de Normas Judiciais (Provimento nº 02/2021/CGJCE).

COMARCA DE MILAGRES - VARA UNICA DA COMARCA DE MILAGRES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0411/2024

ADV: ANIBAL LEITE DE SA BARRETO (OAB 15553/CE) - Processo 0200513-55.2023.8.06.0124 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Felipe da Silva Sousa - III - DISPOSITIVO Do exposto e por tudo o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR O RÉU como incurso nas reprimendas do art. 129, § 13º, c/c o art. 14, inciso II, e art. 147, na forma do art. 69, todos do Código Penal c/c os arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/2006. III.1 DA DOSIMETRIA DA PENA Passo a dosar-lhe a pena atentando ao previsto no art. 68 do CP. A) DA PENA-BASE Será feita uma análise conjunta das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, mas destacando-se eventuais peculiaridades de cada delito: CULPABILIDADE: é alta com relação a ambos os delitos, haja vista que o acusado os praticou na presença de outras pessoas e no local de trabalho da vítima, sem que isso o intimidasse; ANTECEDENTES: imaculados, visto que o réu não possui maus antecedentes; CONDUTA SOCIAL: não há elementos que permitam uma valoração negativa; PERSONALIDADE DO AGENTE: nada registrado nos autos a tal respeito; MOTIVOS DO CRIME: nada de relevante a justificar a elevação da pena-base; CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME: nada de relevante a justificar a elevação da pena-base; CONSEQUÊNCIAS DO CRIME: nada de relevante a justificar a elevação da pena-base; COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: em nada contribuiu para a prática delitiva; A análise de tudo exposto impõe ao acusado a fixação da pena-base em: a) tentativa de lesão corporal: 01 ano, 04 meses e 15 dias de reclusão; b) ameaça: 01 (um) mês e 18 (dezoito) dias de detenção. Deixo de aplicar a pena de

multa de forma isolada para o crime de ameaça, em face da vedação prevista no art. 17 da Lei nº 11.340/06. B) DA PENA INTERMEDIÁRIA Com relação ao crime de lesão corporal, entendo pela incidência da atenuante do art. 65, inciso III, alínea "d", do CP, ainda que a confissão tenha sido qualificada. No entanto, considerando que a confissão foi apenas parcial, é cabível a aplicação da atenuante de forma mitigada (STJ - AgRg no HC: 736096 SP 2022/0108480-9, Data de Julgamento: 09/08/2022, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/08/2022). Quanto ao crime de ameaça, não incide atenuante, porém incide a agravante do cometimento do crime prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher (art. 61, inciso II, alínea "f", do CP). Assim, fixo a pena intermediária em: a) lesão corporal tentada: 01 ano e 02 meses de reclusão; b) ameaça: 01 mês e 26 dias de detenção; C) DA PENA DEFINITIVA Em relação ao crime de lesão corporal não incide causa de aumento, contudo incide a causa de diminuição por ter sido praticado em sua forma tentada (art. 14, inciso II, do CP), de forma que deve-se reduzir do cálculo da pena a fração mínima de 1/3 (um terço). Quanto ao crime de ameaça não incide causa de aumento ou diminuição. Desta forma, fica a pena definitiva estabelecida em: a) lesão corporal tentada: 09 meses e 10 dias de reclusão; b) ameaça: 01 mês e 26 dias de detenção; III.2 DO CONCURSO DE CRIMES Havendo concurso material, conforme exposto na fundamentação, as penas devem, em regra, ser somadas. No entanto, por se trata de penas de reclusão e detenção, incidem de forma isolada. Desta feita, a pena total fica assim definida: a) lesão corporal tentada: 09 meses e 10 dias de reclusão; b) ameaça: 01 mês e 26 dias de detenção; III.3 DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida, inicialmente, em REGIME SEMIABERTO (art. 33, § 2º, "b", e § 3º, do Código Penal), pois, embora seja primário, o réu possui circunstância judicial negativa, tornando a medida necessária para assegurar a necessidade e suficiência da pena. III.4 SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVAS DE DIREITO O crime foi cometido com violência e grave ameaça à pessoa. Portanto, o acusado não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, motivo pelo qual deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito, conforme também dispõe a Súmula 588 do STJ. III.5 SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA Outrossim, cumpre esclarecer que resta incabível a suspensão condicional da pena, nos moldes do artigo 77 do Código Penal, por ostentar circunstância judicial negativa. IV DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE Concedo ao sentenciado o direito de apelar em liberdade, uma vez que respondeu ao processo em liberdade e sua liberdade não representa perigo. V DA INDENIZAÇÃO MÍNIMA Considerando o que se apurou dos autos, em que o réu tentou agredir a vítima em seu local de trabalho, não se consumando por circunstâncias alheias à sua vontade, entendo que a situação ocasiona danos morais in re ipsa, conforme Tema 983 de Recurso Repetitivo do STJ, os quais estão abrangidos pela previsão do art. 387, IV, do Código de Processo Penal. Outrossim, houve requerimento por parte do Ministério Público de que fosse fixado valor mínimo indenizatório. Desse modo e dadas as peculiaridades do caso concreto, arbitro indenização mínima de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a ser paga pelo acusado em favor da vítima, com correção monetária pelo IPCA desde a sentença e juros de mora pela SELIC, excluída a parcela do IPCA, desde o evento danoso. VI EFEITOS DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA Após o trânsito em julgado: a) Comunique-se a suspensão dos direitos políticos através do sistema PÓLIS; b) Expeça-se "carta de guia" para fiscalização e acompanhamento da execução da pena imposta. VII - DETERMINAÇÕES FINAIS Isento o réu ao pagamento das custas por ser pobre na forma da lei. Intime-se a vítima desta sentença. Intime-se a Defesa via DJE e o Ministério Público pelo SAJ. Transitado em julgado e não havendo requerimentos, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MILAGRES
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0412/2024

ADV: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 141458-A/CE) - Processo 0006732-15.2016.8.06.0124 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Helena da Silva - Intime-se o advogado da parte autora para providenciar o ingresso de seus herdeiros no processo, no prazo de 15 dias.

ADV: BRUNA RANNA CRUZ QUEIROZ ALENCAR RIBEIRO (OAB 41426/CE), ADV: REGINALDO JOSE DO PRADO (OAB 88557/MG) - Processo 0050074-03.2021.8.06.0124 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Poluição - RÉU: Auto Novo Veiculos Ltda - Vistos etc. A audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 21/01/2025, às 10h, realizar-se-á de forma híbrida, facultando-se às partes a participação diretamente através de seus domicílios, independente de sala passiva. Intime-se a defesa técnica da empresa ré para sua ciência. Expedientes necessários.

ADV: ANDRÉ EUGENIO DE OLIVEIRA (OAB 33794/CE) - Processo -

ADV: MARLON CÉSAR MENEZES DOS SANTOS (OAB 46984/CE) - Processo 0200026-51.2024.8.06.0124 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Maria de Fatima dos Santos - Intime-se a parte exequente, para, no prazo de 5 dias, manifestar-se acerca dos comprovantes de pagamento acostados pelo executado, devendo informar se dá por quitada a obrigação alimentar remanescente. Em caso de resposta afirmativa, cancelem-se os bloqueios realizados no SISBAJUD e RENAJUD. Após, renove-se a conclusão dos autos para sentença.

ADV: ALBANITA CRUZ MARTINS MOREIRA (OAB 17965/CE) - Processo 0200181-88.2023.8.06.0124 (apensado ao processo 0200335-43.2022.8.06.0124) - Ação de Exigir Contas - Administração de herança - REQUERENTE: Roberto Pimenta da Silva Filho - Considerando o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte autora para que preste informações sobre eventual acordo entre as partes. Prazo: 15 dias.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS FEITOSA JUNIOR (OAB 38978/CE) - Processo 0200485-53.2024.8.06.0124 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - VÍTIMA: M.S.S. - Intime-se a requerente, através do advogado constituído às fls. 50, para que informe, no prazo de 10 dias, se subsiste interesse na manutenção das medidas protetivas, devendo esclarecer se houve a prática de fato novo pelo promovido, tendo em vista que as medidas não podem perdurar indefinidamente.

ADV: CYNTIA NUNES TAVARES (OAB 25925/CE) - Processo 0200491-60.2024.8.06.0124 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ana Cristina Valetim Belo e outros - Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito em 10 dias.

COMARCA DE MISSÃO VELHA - VARA UNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0387/2024

ADV: ROBSON ALAN MOREIRA FERNANDES (OAB 40281/CE) - Processo 0005626-10.2019.8.06.0125 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Moacyr Olegário Santana Filho - Tendo em vista a

manifestação retro, INTIME-SE a parte autora para ciência e para se manifestar, no prazo de 10 dias. Diligências necessárias.

ADV: ESPEDITO VIEIRA DE ALCANTARA NETO (OAB 37308/CE) - Processo 0005780-28.2019.8.06.0125 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Luciana Alves Figueirêdo - Vistos. Compulsando os autos, verifico que se trata de demanda previdenciária contra o INSS, em que há pendência de realização de perícia. Assim, tratando-se de jurisdição delegada, nos termos da cláusula 1.5.1 do Convênio 16/2018 entre o TJ/CE e o TRF-5 (prorrogado conforme extrato do primeiro aditivo publicado no DJe de 20/02/2020, Área Administrativa, Pág. 16), determino a expedição de carta precatória à seção judiciária de Juazeiro do Norte/CE para a realização da perícia médica. Antes do envio da carta precatória, determino à secretaria que certifique se a parte autora foi intimada para apresentação de quesitos e indicação de assistente técnico, caso entenda pertinente, em relação à perícia e se decorreu o prazo para apresentação (providenciando a intimação para fazê-lo no prazo de 05 dias, caso ainda não tenha ocorrido). Intime-se o INSS para, no prazo de 05 (cinco) dias, esclarecer se pretende apresentar quesitos suplementares para a perícia e indicação de assistente técnico (apresentando no mencionado prazo). Na carta precatória deverão conter os quesitos fixados por este juízo (págs. 89/90), bem como os quesitos apresentados pelas partes (págs. 52/53 e pág. 62).

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0388/2024

ADV: FRANCISCO ANDRE SAMPAIO DIOGENES (OAB 17765/CE) - Processo 0050392-80.2021.8.06.0125 - Tutela Cautelar Antecedente - Nomeação - REQUERENTE: Gilberto Pereira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, por ordem do MM. Juiz, INTIME-SE o ADVOGADO da PARTE AUTORA para MANIFESTAÇÃO sobre o LAUDO DA PERÍCIA MÉDICA, no PRAZO de 10 (DEZ) DIAS. Expedientes Necessários. Missão Velha/CE, 12 de novembro de 2024. JARBAS LÚCIO PEREIRA DO NASCIMENTO Técnico Judiciário - Mat. TJCE nº 305

ADV: DAVID NILSON GONDIM ALVES (OAB 34888/CE), ADV: AFONSO HENRIQUE DE LIMA NETO (OAB 44798/CE) - Processo 0200176-29.2024.8.06.0125 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.P.G. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, por ordem do MM. Juiz, abra-se VISTA ao DEFENSOR PÚBLICO para MANIFESTAÇÃO sobre o LAUDO DA PERÍCIA MÉDICA, no PRAZO de 10 (DEZ) DIAS. INTIME-SE, ainda o advogado da PARTE AUTORA para tomar CIÊNCIA do LAUDO e REQUERER o que for de direito, no mesmo prazo. Expedientes Necessários. Missão Velha/CE, 12 de novembro de 2024. JARBAS LÚCIO PEREIRA DO NASCIMENTO Técnico Judiciário - Mat. TJCE nº 305

ADV: RAIMUNDO PEREIRA DE BRITO NETO (OAB 51590/CE) - Processo 0200401-49.2024.8.06.0125 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Aluizio Sousa Martins e outros - I - Defiro à parte requerente os benefícios da Justiça Gratuita diante da presunção relativa de hipossuficiência financeira deduzida por pessoa natural (art. 99, § 3º, do CPC). II - Oficie-se à CEF e Banco do Brasil, requisitando informações sobre a existência - e o valor / exato - de eventuais valores pertencentes ao de cujus, inclusive a título de PIS/FGTS (CEF), e se algum valor foi sacado após o passamento. III - Oficie-se igualmente ao INSS requisitando certidão atualizada dos dependentes habilitados à pensão por morte do de cujus, se há valores pertencentes ao mesmo, empréstimos consignados ativos e se algum valor foi sacado após o passamento. IV - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, apresentar declaração de inexistência de outros bens a partilhar, sob as penas da lei, conforme disposto no art. 4º do Decreto 85.845/1981, o qual regulamenta a Lei nº 6.858/80. V - Com as informações, dê-se vista dos autos ao Parquet. VI - Tudo feito, voltem conclusos. VII - Aponto, desde já, que eventuais alvarás somente serão expedidos após a sentença. Expedientes necessários. Cumpra-se.

COMARCA DE MOMBAÇA - 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0231/2024

ADV: ALANNE NAYARA FERNANDES MARTINS (OAB 36773/CE), ADV: JEFERSON LIMA DE MATOS (OAB 42203/CE) - Processo 0200289-34.2024.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Gerlionilton Pereira Maltas e outros - Intime-se novamente o Ministério Público, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais. Sem prejuízo, considerando a necessidade de reavaliação da prisão preventiva, em respeito ao art. 316 do CPP, intimem-se o MP e a Defesa para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da (des)necessidade da manutenção da prisão domiciliar do réu Gerlionilton Pereira Maltas. Após, torne os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS PEREIRA LIMA MARQUES (OAB 19478/CE), ADV: SARA EVANGELISTA PINHEIRO (OAB 32037/CE), ADV: ALANNE NAYARA FERNANDES MARTINS (OAB 36773/CE), ADV: JEFERSON LIMA DE MATOS (OAB 42203/CE), ADV: EVELYN MOREIRA MOTA (OAB 44089/CE) - Processo 0202810-04.2023.8.06.0296 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria Nagila Oliveira de Souza e outros - Intimem-se as defesas dos acusados para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem alegações finais. Sem prejuízo, considerando a necessidade de reavaliação da prisão preventiva de Carlos André da Silva “Buru’’, Elisiana Ivo Beserra e Renário Eduardo Alves do Nascimento, e da prisão domiciliar de Maria Nágila Oliveira de Souza e Marcilene Oliveira de Andrade, em respeito ao art. 316 do CPP, intimem-se o MP e as Defesas para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da (des)necessidade da manutenção medida cautelar de privação de liberdade. Após, torne os autos conclusos para decisão. Expedientes necessários.

COMARCA DE MOMBAÇA - 2ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0283/2024

ADV: LUCIANA BENEVIDES COSTA (OAB 26284/CE) - Processo 0200323-52.2024.8.06.0126 - Divórcio Consensual -

Dissolução - REQUERENTE: M.R.S.L. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes para tomarem conhecimento da sentença de fl. 34/36.

ADV: CLAUDIO MILITAO SABINO (OAB 19570/CE), ADV: MATHEUS PEREIRA LIMA MARQUES (OAB 19478/CE) - Processo 0200955-78.2024.8.06.0126 - Divórcio Consensual - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Antonio Flavio Ferreira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se as partes para tomarem conhecimento da sentença de fl. 29/31 .

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA
JUIZ(A) DE DIREITO THIAGO MARINHO DOS SANTOS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA KELWYS DAVYD LEMOS COSTA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0282/2024

ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE) - Processo 0008526-60.2019.8.06.0126 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Considerando que o réu se manifestou antes mesmo de ser intimado para cumprimento da sentença, efetuando o pagamento do valor que entende devido, determino a intimação do executado para adimplir, voluntariamente, a diferença do valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Efetuado o pagamento, dê-se vista ao exequente para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem o efetivo pagamento, o valor do débito deverá ser acrescido de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), prosseguindo-se a execução, nos termos do art. 523, do Código de Processo Civil. Fica o(a) executado(a) cientificado(a) de que o início do prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de impugnação (art. 525, caput, do CPC) ocorrerá no dia útil seguinte àquele destinado ao pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Expedientes necessários.

ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE) - Processo 0011470-06.2017.8.06.0126 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca Alves Pinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S.a - Observe a Secretaria de Vara a evolução da classe processual para cumprimento de sentença, caso assim ainda não tenha procedido. Intime-se o executado pessoalmente, por meio do portal eletrônico ou por Carta, conforme seja instituição cadastrada no sistema eletrônico ou não, a pagar a quantia relacionada no cálculo apresentado pelo exequente, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Efetuado o pagamento, dê-se vista ao exequente para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem o efetivo pagamento, o valor do débito deverá ser acrescido de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), prosseguindo-se a execução, nos termos do art. 523, do Código de Processo Civil. Fica o(a) executado(a) cientificado(a) de que o início do prazo de 15 (quinze) dias para oferecimento de impugnação (art. 525, caput, do CPC) ocorrerá no dia útil seguinte àquele destinado ao pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação, não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Expedientes necessários.

ADV: ANA CAROLINA MOTA MOREIRA (OAB 33027/CE) - Processo 0050570-60.2020.8.06.0126 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: M.M.M.M.S. - Intime-se o exequente, por seu advogado constituído, para se manifestar sobre a justificativa prestada pelo executado, no prazo de 10 (dez) dias. Empós, decorrido o prazo assinalado, sigam os autos com vistas ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: MARIA LIA CHAVES CUSTÓDIO PEDROSA (OAB 34461/CE), ADV: EVELYN MOREIRA MOTA (OAB 44089/CE), ADV: MATHEUS SOUZA DE OLIVEIRA - Processo 0200035-41.2023.8.06.0126 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.P.O. - ALIMENTANDO: M.S.O. - REQUERIDO: J.S.A. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, mantendo inalterado o valor da pensão alimentícia em 25% do salário mínimo. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade judiciária deferida, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Interposta apelação, intime-se o recorrido para que oferte contrarrazões. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Mombaça/CE, data da assinatura digital. Mombaça/CE, 06 de novembro de 2024. Thiago Marinho dos Santos Juiz

ADV: ALANNE NAYARA FERNANDES MARTINS (OAB 36773/CE) - Processo 0200152-95.2024.8.06.0126 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: N.C.L.S. - 3. Dispositivo Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes acima nomeadas, em termo de audiência de p. 54/55, e, por conseguinte, JULGO EXTINTO esse processo, com fulcro no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais (art. 4º, III, Lei Estadual nº 15.834/2015). Ciência ao MP. Considerando a renúncia ao prazo recursal, imediatamente após a publicação desta sentença, certifique-se o trânsito em julgado, e após remetam os autos ao arquivo, promovendo-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: MARIA LIA CHAVES CUSTÓDIO PEDROSA (OAB 34461/CE), ADV: LEONARDO HENRIQUE FERREIRA (OAB 204131/MG) - Processo 0200198-84.2024.8.06.0126 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: A.W.L.S. - REQUERIDA: Y.T.N. - Intimem-se as partes para indicarem as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo assinalado, abra-se vista ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: EVELYN MOREIRA MOTA (OAB 44089/CE) - Processo 0200238-66.2024.8.06.0126 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.M.A. - V.L.A. - REQUERIDA: A.L.A.S. - Revogo a nomeação do (a) perito (a) de págs. 140/141. Fica desde já nomeada a assistente social cadastrada no SIPER PÂMELLA VIANA DE ANDRADE para elaboração de relatório de visita domiciliar na residência do menor, a ser entregue no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da nomeação, devendo identificar a dinâmica familiar atual, moradia, renda dos promoventes, condições de assistência material ao infante, e outras circunstâncias que julgar necessárias. Intime-se a profissional nomeada. Majoro os honorários periciais em R$ 600,00 (quatrocentos reais), conforme Portaria n° 00320/2024, os quais serão pagos na forma da Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 04/2017 tendo em vista a gratuidade da justiça outrora deferida à parte requerente. Apresentado o laudo pericial intimem-se as partes para que se manifestem, bem como para indicarem as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência, no prazo de 10 dias, e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos

honorários em benefício da expert. Sem prejuízo, intime-se a parte autora para se manifestar sobre a petição de p. 158/162 e documentos que a acompanham, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, dê-se vista ao MP. Expedientes necessários.

ADV: GABRIELA MARIA MATOS DE ARAÚJO EVANGELISTA (OAB 43283/CE), ADV: LUANA EVANGELISTA LOPES (OAB 40540/CE) - Processo 0200307-69.2022.8.06.0126 - Cumprimento de sentença - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: C.H.C. - REQUERIDO: B.A.L.N. - É o relatório do essencial. Decido. Conforme sentença proferida às p. 325/330, foram fixados honorários sucumbenciais em 10% do valor atualizado da condenação, em observância ao disposto no art. 85 do CPC. Em conformidade com a regra inserta no artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. Nas ações de alimentos, o provimento econômico consiste no montante referente a uma anuidade dos alimentos estabelecidos, conforme determina o artigo 292, III, do Código de Processo Civil. Portanto, julgado procedente o pedido deduzido na inicial da ação de alimentos, os honorários advocatícios devem ser fixados com base no valor da condenação, que foi o pagamento de alimentos mensais no valor equivalente a 1 (um) e meio salário-mínimo vigente, multiplicado por 12 prestações alimentícias. Diante do exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o presente incidente de impugnação ao cumprimento de sentença pelo que HOMOLOGO os valores dos cálculos apresentados pelo exequente. Aplico multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, nos termos do § 1º do art. 523 do CPC que incidirá sobre o valor não pago. INTIMEM-SE AS PARTES acerca da presente decisão. Precluso este decisum, INTIME-SE a parte exequente para juntar planilha atualizada referente aos valores da multa e honorários de 10%, bem como do valor atualizado da diferença não paga da condenação, no prazo de 10 (dez) dias. Com a juntada da planilha, intime-se o réu para promover o pagamento do valor da diferença, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO RAMYSON MENDONÇA TRAJANO (OAB 33271/CE) - Processo 0200360-79.2024.8.06.0126 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: C.H.P.L. - A parte autora requereu a desistência do pleito (p. 47). O Ministério Público opinou pela homologação da desistência (p. 51/52). Eis o sucinto relatório. Decido. A falta de interesse no trâmite processual equivalente ao requerimento de desistência formulado pela parte autora, se subsume à hipótese tratada no art. 485, VIII, do NCPC, que pleiteia a homologação da desistência. Destarte, é de se acolher a manifestação autoral, extinguindo o feito sem resolução do mérito, em face da desistência. Isto posto, EXTINGO O FEITO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com espeque no art. 485, VIII, do CPC, revogando a liminar concedida (p. 20/21). Dispenso a intimação do devedor visto sequer ter se manifestado. Sem custas, nem condenação em honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os fólios, com as baixas necessárias.

ADV: MATHEUS PEREIRA LIMA MARQUES (OAB 19478/CE) - Processo 0200423-07.2024.8.06.0126 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: N.C.A. - Intimem-se as partes para indicarem as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de julgamento antecipado da lide. Empós, decorrido o prazo assinalado, abra-se vista ao Ministério Público. Expedientes necessários.

ADV: DALILA LIMA COSTA (OAB 30325/CE), ADV: THAINARA VIEIRA BORGES, ADV: DULCE MARIA VIEIRA DA SILVA - Processo 0200425-74.2024.8.06.0126 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.V.B. - AUTOR: M.P.E.C. - REQUERIDO: J.W.C.S. - ALIMENTANDA: D.M.V.S. - 3. Dispositivo Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes acima nomeadas, em termo de audiência de p. 43/44, e, por conseguinte, JULGO EXTINTO esse processo, com fulcro no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais (art. 4º, III, Lei Estadual nº 15.834/2015). Ciência ao MP. Considerando a renúncia ao prazo recursal, imediatamente após a publicação desta sentença, certifique-se o trânsito em julgado, e após remetam os autos ao arquivo, promovendo-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: HÉLIO CÉSAR SÁ CAVALCANTE (OAB 6453/CE) - Processo 0200437-88.2024.8.06.0126 - Guarda de Família - Guarda - AUTOR: C.A.C. - V.P.C. - Embora regularmente citada (p. 40), a demandada não apresentou contestação, portanto, DECRETO SUA REVELIA. Ao presente caso, aplicam-se apenas os efeitos materiais da revelia, caracterizados, pela presunção como verdadeiros dos fatos alegados pelo autor em sua petição inicial, tendo em vista que os efeitos processuais que decorrem na dispensa da intimação para os atos do processo, não são aplicáveis considerando que houve comparecimento do demandado aos atos processuais. Intimem-se as partes para indicarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de julgamento antecipado. Empós, decorrido o prazo assinalado, dê-se vistas ao Ministério. Expedientes necessários.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 31478A/CE) - Processo 0200548-72.2024.8.06.0126 - Procedimento Comum Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda - Preenchidos os requisitos legais, recebo a petição inicial. DESIGNE-SE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO a ser realizada por videoconferência, no âmbito do CEJUSC, com a adoção das providências necessárias para viabilizar o ato. Intime-se a parte autora do dia e horário designados para a audiência, por meio do advogado constituído. Proceda-se à citação do requerido, por meio do portal eletrônico ou por Carta, conforme seja instituição cadastrada no sistema eletrônico ou não. Advirta-se que não havendo transação entre as partes deflagrar-se-á o prazo para oferecimento de contestação a partir da realização da audiência de conciliação. No expediente de intimação, as partes devem ser advertidas sobre a responsabilidade por baixar a ferramenta a ser utilizada para a videoconferência em suas estações remotas de trabalho, bem como a necessidade de ingressar na reunião no horário marcado. Apontada impossibilidade técnica ou prática por alguma das partes, voltem os autos conclusos para apreciação fundamentada conforme o art. 8º, Portaria nº 640/2020, Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Expedientes necessários. Mombaça, 03 de agosto de 2024. Thiago Marinho dos Santos Juiz

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 31478A/CE) - Processo 0200548-72.2024.8.06.0126 - Procedimento Comum Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Solfácil Energia Solar Tecnologia e Serviços Financeiros Ltda - Designo sessão de Conciliação para a data de 23/01/2025 às 15:00h, que será realizada na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de forma semipresencial, com o comparecimento ao Fórum apenas dos participantes que não possam acessar a sala de audiência de forma remota. Os demais participantes devem comparecer por meio de videoconferência através da plataforma “Microsoft Office 365/Teams”. As partes deverão baixar o aplicativo Microsoft Teams em suas estações remotas de trabalho e ingressar na reunião no dia e horário marcado, através do QR-Code abaixo ou link a seguir: https://link.tjce.jus.br/8fc418

ADV: CLAUDIO MILITAO SABINO (OAB 19570/CE), ADV: MATHEUS PEREIRA LIMA MARQUES (OAB 19478/CE) - Processo 0200564-26.2024.8.06.0126 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: G.A.S. - intime-se a parte autora para apresentar réplica a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS JONATHAN GOMES DE OLIVEIRA (OAB 24934/CE) - Processo 0200584-51.2023.8.06.0126 - Separação Consensual - Bem de Família Legal - REQUERENTE: Marcondes Marques Torres - Diante do exposto e à luz dos demais princípios e regras atinentes à espécie, com fundamento na nova redação do § 6°, do art. 226, da CF/1988, DECRETO o divórcio do casal Marcondes Marques Torres e Antônia Luciana Nogueira Marques, ambos devidamente qualificados nestes autos, dissolvendo o casamento havido entre estes, salientando que a mulher voltará a utilizar o nome de solteira: Antonia

Luciana França Nogueira". Na mesma ocasião, HOMOLOGO o acordo de vontades celebrado entre as partes (p. 23), nos termos do art. 485, III, b, e julgo PROCEDENTE o pedido inicial para CONCEDER a guarda unilateral das menores Camila Nogueira Marques e Fernanda Nogueira Marques em favor de Antônia Luciana Nogueira Marques. Certifique-se o trânsito em julgado após a publicação da sentença, expedindo-se o competente mandado de averbação em seguida. Sem custas e honorários. Após o cumprimento dos indicativos acima, remetam os autos ao arquivo, promovendo-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: ALISON ROMÁRIO LINHARES DE SOUSA (OAB 36478/CE) - Processo 0200976-54.2024.8.06.0126 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luis Marcondes Mendes da Silva - Brevemente relatado. DECIDO. As ações relativas à matéria Cível Comum, exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude devem tramitar no sistema PJe. Nesse caso, nos termos do art. 5º da Portaria 1409/2024, nos processos e procedimentos das matérias, referida no caput do art. 1º que, após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. Ante o exposto, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, facultando a parte autora a propositura da ação no sistema Pje. Intime-se. A secretaria, após a intimação do peticionante, deverá efetivar o cancelamento. Expedientes necessários.

ADV: FERNANDO LEONEL DA SILVEIRA PEREIRA (OAB 46009/CE) - Processo 0200977-39.2024.8.06.0126 - Tutela Cautelar Antecedente - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria Socorro Lucas Brito - Brevemente relatado. DECIDO. As ações relativas à matéria Cível Comum, exceto Família, Sucessões, Empresarial de Recuperação Judicial e Falências, Infância e Juventude devem tramitar no sistema PJe. Nesse caso, nos termos do art. 5º da Portaria 1409/2024, nos processos e procedimentos das matérias, referida no caput do art. 1º que, após o respectivo ciclo de migração, forem, eventualmente, protocolados por equívoco no sistema SAJ caberá ao magistrado determinar o cancelamento da distribuição, comunicando ao peticionante a necessidade de protocolar no sistema correto. Ante o exposto, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, facultando a parte autora a propositura da ação no sistema Pje. Intime-se. A secretaria, após a intimação do peticionante, deverá efetivar o cancelamento. Expedientes necessários.

COMARCA DE MONSENHOR TABOSA - VARA UNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0366/2024

ADV: ANDERSON RABELO DE SOUZA (OAB 42158/CE) - Processo 0030174-93.2019.8.06.0127 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Antonio Ronivon da Silva - Designo audiência de instrução, para as 10:30h do dia 22/04/2025, para oitiva das testemunhas arroladas e interrogatório do acusado, pelo que, desde já, ordeno expedientes na forma do art. 399 do CPP. Na referida audiência, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no art. 222 do Código de Processo Penal, bem como aos esclarecimentos dos peritos (se previamente requerido pelas partes), às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, os acusados, ex vi do art. 400 do referido Código. A audiência será realizada, a priori, de maneira virtual/híbrida para o réu e testemunhas que não residem na Comarca, por intermédio da plataforma Microsoft Teams, contudo, as testemunhas que residem na Comarca devem comparecer presencialmente à sala de audiências do fórum para participação. Ressalte-se que a ausência das testemunhas, com exceção dos policiais, ensejará aplicação de multa de 1 a 10 salários-mínimos, de condução coercitiva para depor em juízo, além de ser requisitada a instauração de persecução penal por crime de desobediência. Requisitem-se, via sistema, as testemunhas policiais abaixo: 1. Cícero Araújo Veras, policial militar, qualificado à fl. 13; 2. Ismaik de Sousa Lima, policial militar, qualificado à fl. 16; 3. Antônio Sérgio de Araújo Justino, policial militar, qualificado à fl. 18. Intime-se a testemunha de defesa João Paulo Melo de Sousa, conforme rol de fls. 173, para comparecer presencialmente à sala de audiências do fórum para participação. Notifique(m)-se pessoalmente o(s) acusado(s) no(s) endereço(s) apontado(s) da denúncia à fl. 01/08. Intime-se o Ministério Público.

ADV: MONIQUE MENDES DE MELO CARVALHO MADEIRO (OAB 32927/CE), ADV: VICTOR CARLOS MADEIRO (OAB 32928/CE) - Processo 0200148-89.2023.8.06.0127 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: Tayna Moreira da Silva - Diante do exposto, considerando que a obrigação foi satisfeita, EXTINGO A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 924, II, III e 925 do CPC/15. P.R.I. Decorrido o prazo legal, autosaoarquivo.

ADV: ANDERSON RABELO DE SOUZA (OAB 42158/CE) - Processo 0200247-25.2024.8.06.0127 (apensado ao processo 0200191-89.2024.8.06.0127) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.X.M. - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo de fl. 45. Assim, julgo extinto o processo, nos termos do art. 487, III, 'b', do Código de Processo Civil. Feito isento de custas. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, arquivem-se.

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0200276-46.2022.8.06.0127 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Defiro o pedido do perito nomeado à pág. 229. Dessa forma, Intime-se a parte demandada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente a via original do instrumento do contrato na Secretaria deste juízo, onde ficará depositada até posterior determinação, sob pena de admitir-se como verdadeiros os fatos que a parte requerente pretendia provar por meio do documento não exibido, nos termos do art. 400, II, do Código de Processo Civil. Ressalte-se que a parte demandada poderá agendar previamente a entrega da via original por meio dos canais de atendimento desta Unidade: WhatsApp (85) 98194-4132 ou e-mail: monsenhortabosa@tjce.jus.br.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0367/2024

ADV: JOSÉ ISLENO DA SILVA ALVES (OAB 46280/CE) - Processo 0200090-86.2023.8.06.0127 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: P.T.R.A. - Intime-se a parte autora para informar, no prazo de 10 dias, se houve o pagamento integral do débito, ou se há saldo devedor remanescente, sob penadeextinção. Após, vista ao Ministério Público. Expedientesnecessários.

ADV: FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE) - Processo 0200219-91.2023.8.06.0127 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - REQUERIDO: D.M.S. e outro - Pelo exposto, com fundamento no art. 19, §6º, da Lei n.º 11.340/2006 e art. 4º, §1º, parte final, da Orientação n.º 03/2024/CGJCE/COINT, DETERMINO a

REVOGAÇÃO das medidas protetivas de urgência concedidas, pois não subsiste mais risco apreciável à integridade da vítima. A teor da Orientação n.º 03/2024/CGJCE/COINT, considerando a variedade de movimentações no mesmo ato judicial, a teor do art. 3º, §§ 4º e 5º, determino à Secretaria da Vara que proceda com o lançamento da(s) seguinte(s) movimentação(ões), no sistema processual: 9987349 Revogada medida protetiva de Proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas para a mulher; e 9987355 Revogada medida protetiva de Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação para a mulher. Intime-se a requerente desta decisão, conforme exige o art. 21, caput, da Lei n° 11.340/2006, advertindo-lhe expressamente que, em sobrevindo necessidade, novas medidas protetivas poderão ser decretadas. Intimem-se os promovidos. Frise-se na intimação que tal decisão não autoriza nem franqueia a perpetração de atos de ameaça ou de violência em face da pretendente, os quais, se adotados, serão pronta e firmemente rechaçados pelas autoridades públicas e forças policiais, com a adoção de medidas rígidas de debelação e aplicação das sanções penais respectivas. Ciência ao Ministério Público. Nos termos do art. 6º da Orientação n.º 03/2024/CGJCE/COINT, com a revogação das medidas concedidas, os autos deverão ser arquivados definitivamente após a intimação das partes por qualquer dos meios admitidos pela legislação. Ao final, tudo cumprido, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE), ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0200284-52.2024.8.06.0127 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônia de Sousa Feitosa - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Defiro o pedido de habilitação de págs. 96/132, devendo o gabinete proceder com a inclusão do advogado no cadastro do processo. Ademais, aguarde-se o prazo de 15 (quinze) dias para a citada contestar a presente ação.

ADV: CÂNDIDA GABRIELLE SOUSA CALAÇA (OAB 29203/CE) - Processo 0200306-13.2024.8.06.0127 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Lucineide Lopes da Silva - Intime-se a parte requerente para emendar à inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando/indicando: A) Nome e endereço dos confrontantes (vizinhos dos lados e fundos que fazem divisa com o terreno do requerente); B) Documentos que comprovem o tempo de posse e moradia sobre o imóvel, no nome do autor; C) Planta atualizada ou levantamento planimétrico do terreno com Memorial Descritivo (assinada por profissional habilitado, com ART); D) Original da matrícula do Imóvel atualizada ou certidão negativa de todos os cartórios de registro de imóvel do Município; E) Original do contrato de Promessa de compra e venda (se houver); F) O documento de fls. 11/12, de forma completa e legível; G) Comprovante de hipossuficiência. Salienta-se que a inércia na realização da emenda resultará na extinção do processo, nos termos do art. 321, do CPC/15.

ADV: ANDERSON RABELO DE SOUZA (OAB 42158/CE), ADV: BRUNA MARTINS PEDROSA DA SILVA (OAB 43192/CE) - Processo 0200565-74.2024.8.06.0299 (apensado ao processo 0200596-94.2024.8.06.0299) - Pedido de Prisão Preventiva - Roubo Majorado - RÉU: M.S.M. e outros - Ante o exposto, acolho o pleito ministerial e determino o arquivamento dos presentes autos, dispensado o pedido de apensamento aos autos principais, vez que já foi realizado. Façam-se as anotações e registros pertinentes. Expedientes necessários.

COMARCA DE MORADA NOVA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MORADA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE MORADA NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0259/2024

ADV: LIDUINA MARIA SAMPAIO DE CASTRO (OAB 39802/CE) - Processo 0010282-64.2020.8.06.0128 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Leve - FLAGRANTEADAS: Jhane Sousa Oliveira e outros - Intime-se a advogada dos réus para apresentar toda a documentação exigida pela norma legal, especificamente o Cadastro de Credores do Estado, a Procuração, com firma reconhecida, caso o depósito seja feito em conta de terceiro e a cópia do documento de identificação do requerente da restituição e de seu representante/procurador, no prazo de 10 (dez) dias. Suspenda-se o processo pelo prazo estabelecido. Ultrapassado o prazo sem manifestação, volte-me os autos conclusos.

COMARCA DE MORADA NOVA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: WALYSON CARVALHO LIMA (OAB 53916/CE) - Processo 0201108-08.2024.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gonçalo de Oliveira Lima - Assim, nos termos do art. 5 da Portaria n. 2039/2024 publicada no DJe de 11.09.2024, o presente processo deve ser extinto (com a distribuição cancelada) e ajuizado pelo requerente no sistema correto (Pje), em nome da celeridade processual e até mesmo para não causar prejuízo à autora. Pelo exposto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, assim o faço com fundamento no artigo 485, IV, do CPC, diante da incompatibilidade de sistema.

EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA

Processo nº:
0200884-07.2023.8.06.0128
Classe Assunto:
Interdição/Curatela - Nomeação
Requerente:
Raimunda Nobre da Silva
Curatelado:
Requerida:
Francisco Nobre da Silva
Maria Brazinha Nobre da Silva

O Dr. Diogo Schenatto Irion, Juiz de Direito, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que neste Juízo e Secretaria da 1ª Vara tramita uma Ação de Substituição de Curatela requerida por RAIMUNDA NOBRE DA SILVA, brasileira, solteira, autônoma, RG: 35130452000/SSP-CE, CPF: 007.943.423-10, residente na localidade de Manoel Lopes, zona rural, Morada Nova/CE. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, especialmente os de natureza patrimonial e negocial. Foi removida a curatela exercida por MARIA BRAZINHA NOBRE DA SILVA, nomeado a Senhora RAIMUNDA NOBRE DA SILVA, brasileira, solteira, autônoma, RG: 35130452000/SSP-CE, CPF: 007.943.423-10, residente na localidade de Manoel Lopes, zona rural, Morada Nova/CE, CURADORA DEFINITIVA do curatelado FRANCISCO NOBRE DA SILVA, brasileiro, solteiro, deficiente, RG: 2798213/94 SSP-CE, CPF: 717.899.873-34, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 27/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: Ante o exposto, e em consonância com o parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE a pretensão autoral para nomear RAIMUNDA NOBRE DA SILVA como curadora definitiva de Francisco Nobre da Silva, em substituição à Maria Brasinha Nobre da Silva. Notifique-se o(a) curador(a) nomeado(a) para prestar o compromisso legal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, independentemente do trânsito em julgado e contado da intimação desta sentença, ficando advertido de que: I) não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens (móveis, imóveis ou de qualquer natureza) pertencentes à Interditada, sem autorização judicial; II) O novo curador passará a exercer somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial da interditada, inclusive representando-a junto ao INSS, instituições financeiras e repartições públicas, dentre outras, vedada a assunção de empréstimos bancários, bem como esclareço que os valores porventura recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem estar da interditada. Em obediência ao disposto no § 3º do art. 755, do CPC vigente, inscreva-se a presente sentença de interdição no Registro Civil de Pessoas Naturais servindo a presente sentença como mandado de averbação e publique-se na rede mundial de computadores, através do sítio do Tribunal de Justiça do Ceará, e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. Intime-se a curadora para prestar o compromisso legal, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, independentemente do trânsito em julgado e contados da intimação desta sentença, nos termos do art. 759, I, do novo CPC. Sem custas diante da gratuidade da justiça. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C. Expedientes necessários. Transcorrido o prazo recursal e cumpridas as determinações supra sem a interposição de recurso pelas partes, arquive-se os presentes autos independentemente de nova conclusão. Morada Nova/CE, data da assinatura digital. Eu, Francisco Arízio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Diretora de Secretaria, confiro e subscrevo.

Diogo Schenatto Irion
Juiz de Direito

EDITAL DE CURATELA/SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

Processo nº:
0200702-55.2022.8.06.0128
Classe:
Interdição/Curatela
Assunto:
Nomeação
Requerente
Maria Miriluce de Freitas Vicente
Curatelado
Fabiano Guimarães Matos

O Dr. Diogo Schenatto Irion, Juiz de Direito Titular 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de FABIANO GUIMARÃES MATOS, brasileiro, união estável, portador do RG: 2008464048-5, CPF: 731.550.633-00, nascido 12/05/1975, residente e domiciliado na Rua Mãe Rosário, 355, Padre Assis Monteiro, Morada Nova/CE, que é portador de Traumatismo Intracraniano, não especificado com Hemiplegia em Hemicorpo direito com Hipotrofia muscular, mão direita Fletida e pensamento de curso lentificado, com alteração da fala (CID10 S 06.9), sendo incapaz de gerir sua vida civil. Foi nomeada a Senhora MARIA MIRILUCE DE FREITAS VICENTE, brasileira, união estável, portadora do CPF: 982.343.153-15 e RG: 2001032047141, residente e domiciliada na Rua Mãe Rosário, 355, Padre Assis Monteiro, Morada Nova/CE, como CURADORA DEFINITIVA do referido curatelada, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 27/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: Destarte, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, com julgamento de mérito (art. 487, I, do CPC) para declarar a interdição de FABIANO GUIMARÃES MATOS, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do interditado, inclusive representando-o junto ao INSS, instituições financeiras e repartições públicas, dentre outras, vedada a assunção de empréstimos bancários e a venda de bens do interditando sem prévia autorização do juízo, isto com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil Brasileiro, c/c § 3º, do art. 84 e art. 85, ambos da Lei 13.146/2015. Sem custas e sem honorários, diante do deferimento da gratuidade da justiça, inclusive para fins do art. 98, IX, do Código de Processo Civil. Nomeio curador(a) do(a) interditado(a) o(a) autor(a): MARIA MIRILUCE DE FREITAS VICENTE. Anote-se no registro de pessoas naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no Site do TJCE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devendo permanecer por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme acima disposto e nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Lavre-se o respectivo termo. Diligências necessárias. Ciência ao Ministério Público (art. 178, II, do CPC) e à Defensoria Pública. Com o trânsito em julgado e após lavrado o termo definitivo de curatela, arquivem-se os autos." Morada Nova, data da assinatura digital. Eu, Francisco Arízio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Diretora de Secretaria, subscrevo.

Diogo Schenatto Irion
Juiz de Direito - Titular

EDITAL DE CURATELA/SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

Processo nº:
0200163-55.2023.8.06.0128
Classe:
Interdição/Curatela
Assunto:
Nomeação
Requerente
Daniele de Sousa Inacio
Requerido
Jailson de Sousa Inacio

O Dr. Diogo Schenatto Irion, Juiz de Direito Titular 1ª Vara Cível da Comarca de Morada Nova/CE, na forma da lei,

FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a interdição de JAILSON DE SOUSA INACIO, brasileiro, solteiro, sem profissão definida, portador do RG nº 2008010206082, CPF nº 048.843.483-11, residente e domiciliada no Sítio Patinhos, Patos, Distrito de Aruaru, Morada Nova/CE, que é portador Retardo Mental (CID.10 F 70.1), sendo incapaz de gerir sua vida civil. Foi nomeada a Senhora DANIELE DE SOUSA INACIO, brasileira, solteira, agricultora, portadora do RG nº 2007180203-1 e CPF nº 049.145.923-80, residente e domiciliada no Sítio Patinhos, Patos, Distrito de Aruaru, Morada Nova/CE, como CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 27/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: Destarte, JULGO PROCEDENTE o pedido constante na inicial, com julgamento de mérito (art. 487, I, do CPC) para declarar a interdição de Jailson de Sousa Inacio, conforme determina o artigo 755, I e II, CPC, restringindo a curatela somente os atos diretamente relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial do interditado, inclusive representando-o junto ao INSS, instituições financeiras e repartições públicas, dentre outras, vedada a assunção de empréstimos bancários e a venda de bens do interditando sem prévia autorização do juízo, isto com fulcro no art. 1.767, I, do Código Civil Brasileiro, c/c § 3º, do art. 84 e art. 85, ambos da Lei 13.146/2015. Sem custas e sem honorários, diante do deferimento da gratuidade da justiça, inclusive para fins do art. 98, IX, do Código de Processo Civil. Nomeio curador(a) do(a) interditado(a) o(a) autor(a) : Daniele de Sousa Inácio. Anote-se no registro de pessoas naturais e publique-se na rede mundial de computadores, no Site do TJCE e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, devendo permanecer por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme acima disposto e nos termos do artigo 755, § 3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Lavre-se o respectivo termo. Diligências necessárias. Ciência ao Ministério Público (art. 178, II, do CPC) e à Defensoria Pública. Com o trânsito em julgado e após lavrado o termo definitivo de curatela, arquivem-se os autos." Morada Nova, data da assinatura digital. Eu, Francisco Arízio Souza Lima, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Jakeline de Freitas Rabelo, Diretora de Secretaria, subscrevo.

Diogo Schenatto Irion
Juiz de Direito - Titular

COMARCA DE MORADA NOVA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA LUISA EMERENCIANO PINTO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CLYCIA RAVHENA SARAIVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0283/2024

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0004160-36.2000.8.06.0128 - Cumprimento de sentença - Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Banco do Brasil S.a - Na espécie, embora a presente execução tenha sido ajuizada em 03/01/1999, o feito foi extinto na data de 30/03/2015 e, após apelação da parte exequente, o Tribunal Alencarino deu provimento ao recurso para anular a sentença extintiva (fls. 196/203), transitando em julgado na data de 15/12/2016, já na vigência do Código de Processo Civil atual. Desde então, verifico que não decorreu o prazo trienal de prescrição do titulo judicial que embasa a execução (cédula de crédito industrial, conforme fls. 13/24, sem o impulsionamento da execução pelo credor, eis que na data de 06/11/2017 requereu penhora de valores (fls. 226/229), pedido deferido somente em 31/11/2019 e efetivado, embora sem resultado positivo, apenas em 09/12/2020. Depois disso, o exequente pleiteou, na data de 06/02021, por nova tentativa de penhora valores nos SISBAJUD e busca de veículos no RENANJUD, o que foi deferido em 09/06/2022, medidas efetivadas em 04/07/2022, embora sem êxito na localização de bens. Destarte, conclui-se que, desde o trânsito em julgado do acórdão que cassou a sentença que extinguiu a execução (15/12/2016), o exequente não incorreu em inércia por prazo superior a 03 (três) anos, tendo ocorrido, ao contrário, demora do Judiciário na apreciação dos seus pedidos e execução da medidas. Ademais, há nos autos termo de bens nomeados à penhora, ainda pendentes de execução, aparentemente não levada a cabo em razão dos embargos à execução que tramitaram durante considerável lapso temporal. Por essas razões, inexistindo inércia do credor e descartada, por ora, a hipótese de inexistência bens penhoráveis, a alegação de prescrição intercorrente, ao menos neste momento, deve ser REJEITADA. Intime-se o exequente para dar prosseguimento à execução, devendo manifestar se há interesse na execução dos bens nomeados à penhora às fls. 60 e requerendo o que entender de direito, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de suspensão do procedimento executório, nos termos do art. 921, III e §1º, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: MARCELO ANDERSON RAULINO SANTANA (OAB 23281/CE) - Processo 0050069-03.2020.8.06.0128 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE:

José Fabrício Cavalcante Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Face ao exposto, tendo em vista o abandono da ação pela autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas a cargo da parte autora, cuja exigibilidade fica suspensa, nos moldes do art. 98, §3º, do CPC, considerando que o beneplácito da Justiça Gratuita já foi deferido. Sem honorários, em razão de inexistir parte passiva. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, advindo o trânsito em julgado e cumpridas as demais formalidades legais, arquivem-se os autos com as devidas baixas. Demais providências e expedientes necessários.

ADV: PATRÍCIA GIRÃO NOGUEIRA (OAB 33584/CE), ADV: HUMBERTO COELHO RABELO (OAB 40919/CE) - Processo 0200037-05.2023.8.06.0128 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria de Jesus Angelo - Acolho pedido retro e REVOGO o ato ordinatório de fls. 231, por ter sido claramente anexado a estes autos por equívoco. Intime-se a inventariante do despacho de fls. 234. Expedientes e providências necessárias. Cumpra-se.

ADV: JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 26502/CE) - Processo 0200796-32.2024.8.06.0128 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PAN S.A. - Trata-se de ação de Busca e Apreensão ajuizada pelo Banco Pan S/A contra Francisco das Chagas da Cunha. Despacho de páginas 122 determinou a intimação da parte autora, por meio de seu advogado, para que comprovasse o recolhimento das custas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição. A intimação foi realizada e obedeceu ao pedido de intimação exclusiva feito na exordial, a ser direcionada ao advogado José Carlos Skrzyszowski Júnior, OAB - CE 26.502. Decorreu-se o prazo sem que nada fosse apresentado ou requerido, conforme certificou a Secretaria de Vara à fl. 126. Diante disso conforme determina o art. 290 do CPC, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO em razão da ausência de comprovação de pagamento das custas. Assim sendo, oficie-se ao setor de distribuição para as providências de praxe. Intime-se. Morada Nova/CE, na data da assinatura eletrônica.

ADV: THIAGO BATISTA DINZ (OAB 39435/CE) - Processo 0200801-54.2024.8.06.0128 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Paulo Henrique Ribeiro Sampaio e outros - Defiro o pedido de justiça gratuita, pois o patrimônio deixado é constituído de um único bem imóvel, o que, por razoabilidade, atrai a concessão da benesse perseguida, conforme jurisprudência pátria (destaquei): AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARROLAMENTO DE BENS. JUSTIÇA GRATUITA. Insurgência contra a decisão que indeferiu os benefícios da justiça gratuita. Concessão da gratuidade em arrolamento ou inventário que deve considerar a capacidade econômica do monte mor. Patrimônio constituído por um único bem imóvel. Decisão reformada, a fim de conceder a benesse postulada. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP - AI: 21522655520208260000 SP 2152265-55.2020.8.26.0000, Relator: Ana Maria Baldy, Data de Julgamento: 02/09/2020, 6ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/09/2020). Dito isso, destaco a disposição do Art. 664 do Código de Processo Civil: Art. 664. Quando o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos, o inventário processar-se-á na forma de arrolamento, cabendo ao inventariante nomeado, independentemente de assinatura de termo de compromisso, apresentar, com suas declarações, a atribuição de valor aos bens do espólio e o plano da partilha. Assim, tendo em vista que o valor atribuído ao bem pelos autores é inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos, RECEBO a inicial e determino o seu processamento sob a forma de ARROLAMENTO COMUM. NOMEIO como Inventariante o herdeiro Paulo Henrique Ribeiro Sampaio, com observância da ordem prevista no art. 617, II do Código de Processo Civil. INTIME-SE o Inventariante para, independentemente de compromisso, apresentar suas primeiras declarações com o plano de partilha, no prazo de 20 dias (art. 620 c/c o art. 664, caput, CPC). Oficie-se ao INSS para que informe acerca da existência de eventuais dependentes cadastrados em nome dos de cujus, no prazo de 15 (quinze) dias. Considerando que os demais sucessores mencionados na inicial já integram o polo ativo da demanda, em observância ao disposto no art. 626, §1º, do CPC, in fine, PUBLIQUE-SE edital, a fim de se dar a plena ciência sobre a instauração do presente processo de arrolamento a eventuais outros interessados incertos ou indeterminados, com prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: MANUEL CASTRO GOMES DE ANDRADE NETO (OAB 4677/CE) - Processo 0200822-30.2024.8.06.0128 - Adoção - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: J.M.R. - F.C.S. - A parte autora, devidamente intimada para emendar a inicial promovendo a inclusão da parte requerida no polo passivo, limitou-se a dizer que não é possível indicar ao polo passivo pessoa em lugar incerto e não sabido, informação essa que não guarda correspondência com a realidade do ordenamento jurídico pátrio. Friso que este juízo não olvida-se do fato de que o pai biológico do menor é falecido, o que inclusive impede o deferimento do pedido de destituição do poder familiar em relação ao genitor, posto que já destituído a partir do óbito, conforme redação do Art. 1.635, I do Código Civil. Ocorre que a mãe biológica do menor, pelo que se depreende dos fólios processuais, apenas se encontra em lugar incerto e não sabido, o que não afeta sua legitimidade de ser parte, pois, conforme previsão legal do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o genitor que se encontra em local incerto e não sabido será citado por edital com prazo de 10 (dez) dias (Art. 158, § 4º do ECA). Diante disso, concedo, pela última vez e sob pena de indeferimento da inicial, prazo para que os autores insiram no polo passivo a pessoa legítima para nele figurar. Prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOSE MARIA COSTA (OAB 3120/CE) - Processo 0201066-56.2024.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Luiz Barbosa do Nascimento - Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial devendo anexar o documento de fl. 69 de forma legível, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos dos arts. 321 e 330, IV do Código de Processo Civil. Expedientes necessários.

ADV: TÂNIA CRISTINA XISTO TIMOTEO (OAB 30863/GO) - Processo 0201074-33.2024.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Erasmo Saraiva - Nos termos do art. 321 do CPC, determino a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, sane a irregularidade relacionada à procuração acostada à fl. 57, que outorga poderes para proposição de ação declaratória de inexistência de débito, quando, em verdade, a presente ação foi juizada como obrigação de fazer. Por último, anexe aos autos o documento de fl. 67 em sua integralidade. Sob pena de indeferimento, intime-se.

ADV: TÂNIA CRISTINA XISTO TIMOTEO (OAB 30863/GO) - Processo 0201077-85.2024.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Erasmo Saraiva - Nos termos do art. 321 do CPC, determino a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, sane a irregularidade relacionada à procuração acostada à fl. 57, que outorga poderes para proposição de ação declaratória de inexistência de débito, quando, em verdade, a presente ação foi juizada como obrigação de fazer. Por último, anexe aos autos o documento de fl. 67 em sua integralidade. Sob pena de indeferimento, intime-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE) - Processo 0201081-25.2024.8.06.0128 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Pedro Francelino da Silva - Diante do fato de que a parte ajuíza a presente ação a fim de questionar desconto realizado diretamente em sua conta bancária, entendo necessária a emenda à inicial, nos termos do Art. 321 do CPC, para que seja anexado aos autos o documento/extrato bancário de fl. 13 de forma legível. Sob pena de indeferimento da inicial, intime-se com prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, façam-me conclusos os autos para sentença. Expedientes necessários.

COMARCA DE MORRINHOS - VARA UNICA DA COMARCA DE MORRINHOS

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Processo nº: 0005119-98.2018.8.06.0120
Apensos: Processos Apensos \<\< Informação indisponível \>\>
Classe: Guarda de Infância e Juventude
Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Requerente: Crisanto Freitas Teofilo
Requerido: Maria Janete de Araújo Mota

O Dr. Marcos Bottin, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Marco, do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, etc.

FAZ SABER AOS INTERESSADOS, e aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por este Juízo, tramita a ação de Guarda acima referida. E como consta nos autos que a requerida MARIA JANETE DE ARAÚJO MOTA, filha de Jeová Ferreira Mota e Felisbela Maria de Araújo, encontra-se em local incerto e não sabido, fica então CITADA, por força do presente Edital, de todos os termos da presente ação, bem como, para querendo, contestá-la no prazo legal, sob pena de se presumirem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo requerente, Crisanto Freitas Teofilo. CUMPRA-SE. Eu José Maria Laurindo Vasconcelos, Técnico Judiciário, digitei. Marco/CE., em 25 de junho
de 2024.
Marcos Bottin
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MORRINHOS - ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: 30025-91.2019.8.06.0129
Classe: Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Maria Lucimar do Nascimento
Curatelado: Francisco Natalino do Nascimento Mariano
Promotor: Ministério Público do Estado do Ceará

O Doutor MARCOS BOTTIN, Juiz da 2ª Vara da Comarca de Marco, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, por designação legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foram processados os autos de Interdição, requerido por Maria Lucimar do Nascimento em face de Francisco Natalino do Nascimento Mariano, processo nº 30025-91.2019.8.06.0129, tendo este Juízo nomeado a requerente, senhora Maria Lucimar do Nascimento, brasileira, casada, filha de José Euclides do Nascimento e de Maria Socorro da Silva Nascimento, residente no município de Morrinhos/CE, Curadora Definitiva do interditando Francisco Natalino do Nascimento Mariano. O processo foi julgado em 24/10/2024, pelo Dr. Marcos Bottin, cujo teor final da sentença é o seguinte: A avaliação médica a que foi submetida o interditando pelo Dr. Alaécio Sousa Oliveira, médico psiquiatra (CRM-CE 10159, RQE 6277), leva ao deferimento do pedido inicial, porquanto demonstrado, à exaustão, a impossibilidade do curatelando de gerir a própria vida, sendo portador de Retardo Mental Moderado (CID10:F71.0) mais Transtorno misto de habilidades escolares (CID10:F81.3), de causas permanentes, denotando-se sua incapacidade de entendimento e juízo da realidade de forma permanente, consoante avaliação médica de fl. 09, não possuindo capacidade de administrar seus bens e de tomar decisões sem auxílio de curador. Demais disso, em entrevista realizada por este Juízo às fls. 47/48, foi possível identificar que o interditando, apesar de ter respondido aos questionamentos realizados por este Juízo, apresentou inconsistência em suas informações, indicando que não sabia ler e nem escrever. Vê-se, pois, que a curatela requerida nos autos se revela absolutamente necessária e consulta ao melhor interesse da pessoa a ser submetida a tal regime excepcional (art, 84, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015). As constatações acima atraem, assim, a incidência das regras dos arts. 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, do Código Civil brasileiro, bem como do art. 747, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo atentar, por relevante, diante das novas disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em especial pelo que rezem seus artigos 6º e 85, que o alcance da Curatela que ora se defere é limitado exclusivamente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Por outro lado, quanto à pessoa indicada para assumir o múnus de curadora, verifica-se dos autos que restou amplamente esclarecido que é a pessoa apta a assumir tal encargo. Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o senhor FRANCISCO NATALINO DO NASCIMENTO MARIANO ao regime de curatela, declarando-o incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, Sra. MARIA LUCIMAR DO NASCIMENTO, que passa a representar o curatelado nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade do curatelado. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso devendo ser intimada por seu patrono. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo

legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete o curatelado revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos , e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do Juízo Eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Igualmente preservado o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela(restrita a atos negociais e patrimoniais). No mais, considerando que os editais são atos de publicização da curatela a terceiros, após a inscrição da sentença no registro de pessoas naturais (art. 755, §3º, do CPC), portanto, são independentes do trânsito em julgado. Autorizo, desde logo, a expedição do Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tal documento. Custas pela parte requerente, observada a gratuidade judiciária deferida às fls. 12, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Ciência ao Ministério Público, via portal. Intime-se a parte autora, por seus patrono (via DJe). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Marco/CE, data registrada no sistema. Marcos Bottin, Juiz de Direito". E, para que não se alegue ignorância foi expedido o presente edital que, além de afixado no Átrio deste Fórum, será publicado, por 3 (três) vezes, no Diário da Justiça, com intervalos de 10 (dez) dias entre as publicações. CUMPRA-SE. Dado e Passado nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu, José Maria Laurindo de Vasconcelos, Técnico Judiciário, digitei.

MARCOS BOTTIN
JuIz da 2ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MORRINHOS - ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: 270-56.2018.8.06.0129
Classe: Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Maria Jocelma da Penha
Curatelada: Joelma Maria da Penha
Promotor: Ministério Público do Estado do Ceará

O Doutor MARCOS BOTTIN, Juiz da 2ª Vara da Comarca de Marco, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, por designação legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foram processados os autos de Interdição, requerido por Maria Jocelma da Penha em face de Joelma Maria da Penha, processo nº 270-56.2018.8.06.0129, tendo este Juízo nomeado a requerente, senhora Maria Jocelma da Penha, brasileira, solteira, costureira, filha de Gonçalo Amarante da Penha e de Maria Marlucia Adriano da Penha, residente no município de Morrinhos/CE, Curadora Definitiva da interditanda Joelma Maria da Penha. O processo foi julgado em 16/10/2024, pelo Dr. Marcos Bottin, cujo teor final da sentença é o seguinte: Portanto, é nitidamente dispensável a prova pericial, diante dos elementos probatórios que demonstram a deficiência intelectual da curatelada e o comprometimento da sua autonomia pessoal, não configurando ofensa ao devido processo legal. Vê-se, pois, que a curatela requerida nos autos se revela absolutamente necessária e consulta ao melhor interesse da pessoa a ser submetida a tal regime excepcional(art, 84, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015). As constatações acima atraem, assim, a incidência das regras dos arts. 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, do Código Civil brasileiro, bem como do art. 747, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo atentar, por relevante, diante das novas disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em especial pelo que rezem seus artigos 6º e 85, que o alcance da Curatela que ora se defere é limitado exclusivamente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Por outro lado, quanto à pessoa indicada para assumir o múnus de curadora, verifica-se dos autos que restou amplamente esclarecido que é a pessoa apta assumir tal encargo. Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a senhora JOELMA MARIA DA PENHA ao regime de curatela, declarando-a incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, Sra. MARIA JOCELMA DA PENHA, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso devendo ser intimada por seu patrono. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos , e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do Juízo Eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Igualmente preservado o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou

não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela(restrita a atos negociais e patrimoniais). No mais, considerando que os editais são atos de publicização da curatela a terceiros, após a inscrição da sentença no registro de pessoas naturais (art. 755, §3º, do CPC), portanto, são independentes do trânsito em julgado. Autorizo, desde logo, a expedição do Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tal documento. Custas pela parte requerente, observada a gratuidade judiciária deferida às fls. 15, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Ciência ao Ministério Público, via portal. Intime-se a parte autora, por seus patronos (via DJe). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Marco/CE, data registrada no sistema. Marcos Bottin, Juiz de Direito. E, para que não se alegue ignorância foi expedido o presente edital que, além de afixado no Átrio deste Fórum, será publicado, por 3 (três) vezes, no Diário da Justiça, com intervalos de 10 (dez) dias entre as publicações. CUMPRA-SE. Dado e Passado nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu, , José Maria Laurindo de Vasconcelos, Técnico Judiciário, digitei.

MARCOS BOTTIN
JuIz da 2ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MORRINHOS - ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: 4868-80.2018.8.06.0120
Classe: Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Maria Laiane de Souza
Curatelada: Maria Naiane de Souza
Promotor: Ministério Público do Estado do Ceará

O Doutor MARCOS BOTTIN, Juiz da 2ª Vara da Comarca de Marco, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, por designação legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foram processados os autos de Interdição, requerida por Maria Laiane de Souza em face de Maria Naiane de Souza, processo nº 4868-80.2018.8.06.0120, tendo este Juízo nomeado a requerente, senhora Maria Laiane de Souza, brasileira, solteira, filha de José Salustiano de Souza e de Maria Lúcia Mariano, residente no município de Marco/CE, Curadora Definitiva da interditanda Maria Naiane de Souza. O processo foi julgado em 22/10/2024, pelo Dr. Marcos Bottin, cujo teor final da sentença é o seguinte: O resultado da avaliação médica a que foi submetida por ordem deste Juízo, leva ao deferimento do pedido inicial, porquanto demonstrado, à exaustão, a impossibilidade da curatelanda de gerir a própria vida, sendo portadora de Síndrome de Down (CID10-Q90) e retardo mental moderado (CID10-F71), de causa permanente, denotando-se sua incapacidade de entendimento e juízo da realidade de forma permanente, consoante laudo médico de fls. 133/135, não possuindo capacidade de administrar seus bens e de tomar decisões sem auxílio de curador. Vê-se, pois, que a curatela requerida nos autos se revela absolutamente necessária e consulta ao melhor interesse da pessoa a ser submetida a tal regime excepcional(art, 84, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015). As constatações acima atraem, assim, a incidência das regras dos arts. 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, do Código Civil brasileiro, bem como do art. 747, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo atentar, por relevante, diante das novas disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em especial pelo que rezem seus artigos 6º e 85, que o alcance da Curatela que ora se defere é limitado exclusivamente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Por outro lado, quanto à pessoa indicada para assumir o múnus de curadora, verifica-se dos autos que restou amplamente esclarecido que é a pessoa apta assumir tal encargo. Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a senhora MARIA NAIANE DE SOUZA ao regime de curatela, declarando-a incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, Sra. MARIA LAIANE DE SOUZA, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso devendo ser intimada por mandado. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos , e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do Juízo Eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Igualmente preservado o exercício pessoal pela curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente no órgão

oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela(restrita a atos negociais e patrimoniais). Autorizo, desde logo, a expedição do Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tal documento. Custas pela parte requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita (fls. 13). Ciência ao Ministério Público. Intime-se a parte autora, por suas patronas (via DJe). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Marco/CE, data registrada no sistema. Marcos Bottin, Juiz de Direito". E, para que não se alegue ignorância foi expedido o presente edital que, além de afixado no Átrio deste Fórum, será publicado, por 3 (três) vezes, no Diário da Justiça, com intervalos de 10 (dez) dias entre as publicações. CUMPRA-SE. Dado e Passado nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu, , José Maria Laurindo de Vasconcelos, Técnico Judiciário, digitei.

MARCOS BOTTIN
Juiz da 2ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MORRINHOS - ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: 5813-04.2017.8.06.0120
Classe: Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Francisco das Chagas Rios Neves
Curatelada: Filomena Maria do Nascimento
Promotor: Ministério Público do Estado do Ceará

O Doutor MARCOS BOTTIN, Juiz da 2ª Vara da Comarca de Marco, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, por designação legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foram processados os autos de Interdição, requerido por Francisco das Chagas Rios Neves em face de Filomena Maria do Nascimento, processo nº 5813-04.2017.8.06.0120, tendo este Juízo nomeado o requerente, senhor Francisco das Chagas Rios Neves, brasileiro, casado, filho de Manoel Neves Filho e de Maria do Carmo Rios Neves, residente no município de Marco/CE, Curador Definitivo da interditanda Filomena Maria do Nascimento. O processo foi julgado em 22/10/2024, pelo Dr. Marcos Bottin, cujo teor final da sentença é o seguinte: O resultado da avaliação médica a que foi submetida por ordem deste Juízo, leva ao deferimento do pedido inicial, porquanto demonstrado, à exaustão, a impossibilidade da curatelanda de gerir a própria vida, sendo portadora de demência não especificada (CID10-F03), de causa permanente, denotando-se sua incapacidade de entendimento e juízo da realidade de forma permanente, consoante laudo médico de fls. 113/115, não possuindo capacidade de administrar seus bens e de tomar decisões sem auxílio de curador. Vê-se, pois, que a curatela requerida nos autos se revela absolutamente necessária e consulta ao melhor interesse da pessoa a ser submetida a tal regime excepcional(art, 84, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015). As constatações acima atraem, assim, a incidência das regras dos arts. 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, do Código Civil brasileiro, bem como do art. 747, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo atentar, por relevante, diante das novas disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em especial pelo que rezem seus artigos 6º e 85, que o alcance da Curatela que ora se defere é limitado exclusivamente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Por outro lado, respeitante à pessoa indicada para assumir o múnus de curadora, verifica-se dos autos que restou amplamente esclarecido que é a pessoa apta a assumir tal encargo. Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter a senhora FILOMENA MARIA DO NASCIMENTO, ao regime de curatela, declarando-o incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, Sr. FRANCISCO DAS CHAGAS RIOS NEVES, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. O curador nomeado deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso devendo ser intimado por mandado. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da curatelada; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, o curador deverá ser advertido, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitado, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ela requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos da curatelada, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos , e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do Juízo Eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Igualmente preservado o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da curatelada e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela(restrita a atos negociais e patrimoniais). No mais, considerando que os editais são atos de publicização da curatela a terceiros, após a inscrição da sentença no registro de pessoas naturais (art. 755, §3º, do CPC), portanto, são independentes do trânsito em julgado. Autorizo, desde logo, a expedição do Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tal documento. Custas pela

requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade, por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita, que ora defiro. Ciência ao Ministério Públicoe ao Curador Especial. Intime-se a parte autora, por sus patrona (via DJe). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Marco/CE, data registrada no sistema. Marcos Bottin, Juiz de Direito". E, para que não se alegue ignorância foi expedido o presente edital que, além de afixado no Átrio deste Fórum, será publicado, por 3 (três) vezes, no Diário da Justiça, com intervalos de 10 (dez) dias entre as publicações. CUMPRA-SE. Dado e Passado nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu, , José Maria Laurindo de Vasconcelos, Técnico Judiciário, digitei.

MARCOS BOTTIN
JuIz da 2ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MORRINHOS - ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE INTERDIÇÃO

Processo nº: 50042-44-2020.8.06.0120
Classe: Curatela
Assunto: Nomeação
Requerente: Suely Carvalho Mendes
Curatelado: Manuel Edmundo Mendes
Promotor: Ministério Público do Estado do Ceará

O Doutor MARCOS BOTTIN, Juiz da 2ª Vara da Comarca de Marco, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições, por designação legal, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo foram processados os autos de Interdição, requerida por Suely Carvalho Mendes em face de Manuel Edmundo Mendes, processo nº 50042-44.2020.8.06.0120, tendo este Juízo nomeado a requerente, senhora Suely Carvalho Mendes, brasileira, casada, servidora pública municipal, filha de Manuel Edmundo Mendes e de Rita de Cássia Carvalho Mendes, residente no município de Marco/CE, Curadora Definitiva do interditando Manuel Edmundo Mendes. O processo foi julgado em 18/10/2024, pelo Dr. Marcos Bottin, cujo teor final da sentença é o seguinte: O resultado da avaliação médica a que foi submetido por ordem deste Juízo, leva ao deferimento do pedido inicial, porquanto demonstrado, à exaustão, a impossibilidade do curatelando de gerir a própria vida, sendo portador de declínio cognitivo grava, incapacidade de deambulação (CID10-R41), de causa permanente, denotando-se sua incapacidade de entendimento e juízo da realidade de forma permanente, consoante laudo médico de fls. 107/109, não possuindo capacidade de administrar seus bens e de tomar decisões sem auxílio de curador. Vê-se, pois, que a curatela requerida nos autos se revela absolutamente necessária e consulta ao melhor interesse da pessoa a ser submetida a tal regime excepcional(art, 84, §1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015). As constatações acima atraem, assim, a incidência das regras dos arts. 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, do Código Civil brasileiro, bem como do art. 747, do Código de Processo Civil Brasileiro, cabendo atentar, por relevante, diante das novas disposições previstas no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, em especial pelo que rezem seus artigos 6º e 85, que o alcance da Curatela que ora se defere é limitado exclusivamente aos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Por outro lado, respeitante à pessoa indicada para assumir o múnus de curadora, verifica-se dos autos que restou amplamente esclarecido que é a pessoa apta a assumir tal encargo. Ante o exposto, defiro o pedido vertido na exordial, para submeter o senhor MANUEL EDMUNDO MENDES, ao regime de curatela, declarando-o incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, Sra. SUELY CARVALHO MENDES, que passa a representar a curatelada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da curatelada. A curadora nomeada deverá comparecer em Juízo para prestar o devido compromisso devendo ser intimada por mandado. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade do curatelado; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a Curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso e Alvará Judicial a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, §3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Consigne-se, contudo, que sobrevindo o restabelecimento do curatelado poderá ele requerer a extinção da medida a qualquer tempo. Remanescem preservados os direitos políticos do curatelado, por força do que rezam os arts. 76, parágrafos e incisos , e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do Juízo Eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Igualmente preservado o exercício pessoal pelo curatelado dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Em respeito às regras dos artigos 755, § 3º, do CPC, e 9º, inciso III, do Código Civil, procedam-se às inscrições pertinentes junto ao Registro Civil respectivo, expedindo-se, para tanto, o competente mandado de averbação, devendo esta sentença ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses. Publique-se igualmente no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela(restrita a atos negociais e patrimoniais). No mais, considerando que os editais são atos de publicização da curatela a terceiros, após a inscrição da sentença no registro de pessoas naturais (art. 755, §3º, do CPC), portanto, são independentes do trânsito em julgado. Autorizo, desde logo, a expedição do Alvará Judicial, não havendo necessidade de aguardar-se o trânsito em julgado desta sentença para expedição de tal documento. Custas pela requerente, suspensa, todavia, a exigibilidade, por gozar a requerente dos benefícios da assistência judiciária gratuita (fls. 16). Ciência ao Ministério Público, pelo portal. Intime-se a parte autora, por seus patronos (via DJe). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Marco/CE, data registrada no sistema. Marcos Bottin, Juiz de Direito". E, para que não se

alegue ignorância foi expedido o presente edital que, além de afixado no Átrio deste Fórum, será publicado, por 3 (três) vezes, no Diário da Justiça, com intervalos de 10 (dez) dias entre as publicações. CUMPRA-SE. Dado e Passado nesta cidade de Marco, Estado do Ceará, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Eu, , José Maria Laurindo de Vasconcelos, Técnico Judiciário, digitei.

MARCOS BOTTIN
JuIz da 2ª Vara

COMARCA DE MUCAMBO - VARA UNICA DA COMARCA DE MUCAMBO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MUCAMBO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1165/2024

ADV: JOSE ARTUR MELO AGUIAR (OAB 15559/CE) - Processo 0200047-09.2024.8.06.0130 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.F. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 12/02/2025 às 10:00h na sala VIRTUAL da Sala de Audiências, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma digital Microsoft TEAMS, cujo link de acesso e QR CODE seguem. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/1a4b26 QR CODE:

ADV: ARTHUR AGUIAR MAGALHÃES (OAB 46831/CE) - Processo 0200128-89.2023.8.06.0130 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para se manifestarem acerca do laudo pericial social, conforme página(s) 52/53.

ADV: MANOEL PORTELA FILHO (OAB 10015/CE) - Processo 0200154-53.2024.8.06.0130 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: R.M.A. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para se manifestarem acerca do laudo pericial social, conforme página(s) 29/31.

ADV: RONEY CARLOS DE CARVALHO (OAB 30629/CE) - Processo 0200308-71.2024.8.06.0130 - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Francisco Kennay da Costa Abreu e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando o teor da manifestação ministerial acostada à fl. 39, intime-se a parte autora requerer o que for de direito no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MANOEL PORTELA FILHO (OAB 10015/CE), ADV: ALINE MESQUITA ALVES (OAB 49534/CE) - Processo 0200329-47.2024.8.06.0130 - Interdição/Curatela - Remoção - INTERTE: C.S.R. - CURATELADO: V.B.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando o teor da manifestação ministerial acostada à fl. 47, intimem-se as partes requererem o que for de direito no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HELTON HENRIQUE ALVES MESQUITA (OAB 21260/CE) - Processo 0200387-50.2024.8.06.0130 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.C.N.O. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 04/12/2024 às 14:00h na sala VIRTUAL da Sala de Audiência, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma digital Microsoft TEAMS, cujo link de acesso e QR CODE seguem. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/d4d74e

ADV: RICHARD SON NOGUEIRA DA COSTA (OAB 42644/CE) - Processo 0200411-78.2024.8.06.0130 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: F.L.M. - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 12/02/2025 às 10:30h na sala VIRTUAL da Sala de Audiências, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma digital Microsoft TEAMS, cujo link de acesso e QR CODE seguem. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/d28af3 QR CODE:

COMARCA DE MULUNGU - VARA UNICA DA COMARCA DE MULUNGU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MULUNGU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0347/2024

ADV: RITA DE CASSIA FERREIRA MONTEIRO (OAB 12186/CE) - Processo 0200104-24.2024.8.06.0131 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: P.J.G.R. - É o relatório. Fundamento e decido. Inicialmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência adaptou sistema jurídico às exigências da Convenção de Nova York de 2007. Tal tratado é relativo a direitos humanos e equivale às emendas constitucionais, conforme estabelece o art. 5º, §3º, da Constituição Federal, produzindo efeitos internamente já que fora promulgado pelo Decreto nº 6.949/09. A referida Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência dispõe, em seu art. 87, acerca da possibilidade de o juízo nomear curador provisório: Art. 87. Em casos de relevância e urgência e a fim de proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, será lícito ao juiz, ouvido o Ministério Público, de oficio ou a requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador provisório, o qual estará sujeito, no que couber, às disposições do Código de Processo Civil. Além disso, a legislação processual civil ratifica a possibilidade de nomeação de curador provisório: Art. 749. Incumbe ao autor, na petição inicial, especificar os fatos que demonstram a incapacidade do interditando para administrar seus bens e, se for o caso, para praticar atos da vida civil, bem como o momento em que a incapacidade se revelou. Parágrafo único. Justificada a urgência, o juiz pode nomear curador provisório ao interditando para a prática de determinados atos. Dessa forma, havendo autorização legal, passo à análise da tutela de urgência. O art. 300, do CPC, dispõe que para a concessão de tutela de urgência, cautelar ou satisfativa, se exige a demonstração de elementos que evidenciem a probabilidade do direitoe o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No tocante a probabilidade do direito, entendo que restou comprovado tal requisito, porquanto consta nos autos laudo médico (pág. 20) “portadora de HAS e Alzheimer, com histórico de

AVC em março de 2023 com sequelas do mesmo.", conforme atestou em 10/04/2024, a Dra. Andrea Valle Calheiros, Médica, CREMEC nº 13225. Por sua vez, o risco, no caso concreto, se observa, poisa requerida, segundo a narrativa, não tem condições de praticar atos essenciais da vida civil, podendo sofrer efetivos prejuízos, visto que necessita dos cuidados da requerente. Desse modo, em uma análise preliminar, defiro a curatela provisória. Nessa toada, designe-se audiência, a fim de que se realize a entrevista da interditanda, citando-a nos termos do art. 751 do Código de Processo Civil(CPC). Acaso não seja possível o comparecimento da entrevistada a este juízo, reserve-se data para a inspeção judicial no local em que estiver (CPC, art. 751, §1º, do CPC). Intime-se o Ministério Público para comparecer à audiência supracitada. Após a audiência inicial, o feito deverá aguardar o decurso do prazo de 15(quinze) dias para eventual impugnação da interditanda, conforme art. 752, do CPC. Inexistindo impugnação no prazo legal e, caso a interditanda não constitua advogado, deverá ser nomeado curador especial. Determino, desde já, a realização de perícia médica na interditanda, conforme art. 753 do Código de Processo Civil, nomeando um dos médicos credenciados no Sistema de Perícias do TJCE. Acaso a comarca disponibilize, a designação recairá sobre médico lotado na Secretaria de Saúde deste Município. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia, cabendo ao expert responder minuciosamente aos quesitos do juízo delineados a seguir: 1) O interditando é portador de alguma anomalia psíquica ou física? 2)Em caso afirmativo, é possível determinar a anomalia e sua classificação no CID? 3)Como e quando se deu o início da anomalia? Qual a sua provável data? 4)Em que estágio se encontra o desenvolvimento da anomalia psíquica ou física? 5)O quadro da anomalia é estacionário, regressivo ou progressivo? 6) Em razão da anomalia psíquica ou fisica, o interditando necessita de cuidados médicos e de medicação permanente? 7)Em razão da anomalia psíquica ou fisica, o interditando necessita de cuidados permanentes para auxiliá-lo nas atividades sociais? 8)A anomalia do interditando torna-o incapaz de reger sua própria pessoa ou, em outras palavras, torna-a incapaz para os atos da vida civil ou apenas para alguns atos? Quais são esses atos? 9)Submetido a tratamento adequado, a anomalia que o acomete é irreversível ou passível de cura? Intimem-se, desde já, as partes para, querendo, formularem quesitos para a perícia médica. Intime-se o médico, informando-o da nomeação e para que designe data para a realização do exame pericial, noticiando a este juízo através de ofício. De posse da informação supra, intimem-se as partes para realização do exame. Apresentado o laudo pericial, intimem-se as partes para que, no prazo preclusivo 15 (quinze) dias, se manifestem sobre o seu teor e requeiram, se for o caso, a produção de prova testemunhal apresentando o conducente rol de testemunhas. Nesse deslinde, determino, ainda, a realização de Estudo Social do caso, por meio de Assistente Social disponível na comarca, devendo o nomeado enviar o respectivo relatório no prazo de 15(quinze) dias, indicando se o pretenso curador está habilitado a exercer o múnus legal, bem como as demais condições presenciadas pelo expert. OFICIE-SE. Ante o exposto, declaro, por ora, que a requerida, ROSALIDIA GARCEZ RODRIGUES, CPF nº124.149.723-00, é pessoa relativamente incapaz de praticar os seguintes atos sem curador que a represente: emprestar, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, administrar os seus bens, firmar contratos, constituir advogado e receber valores; enquanto perdurarem as causas nesta ocasião consideradas para a concessão da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 4º, III, do Código Civil. Em consequência, NOMEIO como CURADOR PROVISÓRIO o requerente PEDRO JOSÉ GARCEZ RODRIGUES, inscrito sob o CPF nº 005.598.973-08, que deverá prestar contas na forma do art. 84, § 4°. da Lei n° 13.146/15, se e quando instado a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos a eventual patrimônio. Intime-se o requerente desta decisão e para firmar o termo de curatela provisória, advertindo-a que deverá assegurar o fornecimento de documentos em eventual prestação de contas requisitada por este juízo. Após, venham os autos conclusos. Intimem-se. Expedientes Necessários. Mulungu/CE, 04 de setembro de 2024. DANIEL GONÇALVES GONDIM Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MULUNGU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2024

ADV: FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE SOUZA (OAB 7321/CE), ADV: SILVANEIDE BARROSO DE SOUSA (OAB 13881/CE) - Processo 0007376-63.2018.8.06.0131 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.I.S. - REQUERIDA: M.N.S.P. - Considerando o lapso temporal, antes de decidir acerca do requerimento de págs. 203/204, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestarem acerca da atual situação do imóvel. Expedientes necessários.

ADV: SILVANEIDE BARROSO DE SOUSA (OAB 13881/CE), ADV: JHONATA PEREIRA MENDONÇA (OAB 39137/CE) - Processo 0050186-48.2021.8.06.0131 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.I.L.R. - CURATELADA: M.I.L.R. - Cls. INTIME-SE A PARTE PROMOVENTE PARA, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, APRESENTAR RÉPLICA À CONTESTAÇÃO, o que determino com base na aplicação dos arts. 350 e 351, do CPC. NA MESMA OPORTUNIDADE, INTIMEM-SE AMBAS AS PARTES, para, no prazo assinalado, manifestarem-se sobre o interesse em produzir provas, especificando-as e justificando a sua pertinência e utilidade, sob pena de indeferimento, em caso de pedido genérico. Em seguida, retornem-me os autos conclusos para a deliberação pertinente. Expedientes necessários.

COMARCA DE NOVA OLINDA - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1220/2024

Processo 0000637-47.2013.8.06.0132 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Ana Teles de Lacerda Feitosa - MUNICIPIO DE NOVA OLINDA - Vistos em conclusão. Diante da juntada da minuta de precatório às pp. 425/427, intimem-se ambas as partes quanto ao respectivo preenchimento, sendo-lhes concedido o prazo de 05 (cinco) dias - observando-se o prazo em dobro à que tem direito a Fazenda Pública Municipal - para, querendo, apresentarem manifestação. Decorrido o prazo sem impugnações, remeta-se para validação por parte deste Magistrado e posterior envio ao Tribunal de Justiça, via sistema SAPRE. Ademais, tendo em vista a juntada do comprovante de pagamento da RPV (pp. 428/430), intime-se a parte exequente especificamente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se a respeito e/ou requerer o que entender cabível, com a advertência de que, em caso de omissão, reputar-se-á o débito em questão (p. 418) como devidamente quitado. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: EMELIANO PEREIRA BRITO (OAB 20898/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0050129-34.2021.8.06.0162 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Deoclecio Amaro da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Vistos em conclusão, Diante da necessidade de realização de perícia para verificação da autenticidade das assinaturas no contrato apresentado na contestação

no que diz respeito à assinatura da requerente, determino a realização de perícia grafotécnica para verificação da assinatura no contrato e documentos de pp. 59/69. Formulo, desde já os seguintes quesitos A) As assinaturas constantes dos documentos do contrato impugnado nos autos pertencem ao Sr. Deoclécio Amaro da Silva e foram por este feitos diretamente nos documentos periciados? Para o prosseguimento do feito, determino ainda: I - Para a realização da perícia, realizado sorteio entre os peritos - da área a fim - credenciados no SIPER, nomeio o(a) perito(a) JEFFERSON LOPES DA SILVA - jeffersonlopesnew86@yahoo.com(77)98852-3561 (nomeação nº 167161). II - Intimem-se as partes para, caso queiram, apresentarem quesitos e assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 465, §1° do CPC. III - Intime-se o(a) Perito(a) sorteado(a), cientificando-o(a) da nomeação e determinando que o mesmo apresente sua proposta de honorários, currículo e contatos profissionais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 465 §2° do CPC. IV - Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para se manifestarem, no prazo comum de 05 (cinco) dias, ficando a instituição financeira requerida ciente de que arcará com os mesmos, nos termos do entendimento do STJ em sede de Recurso Repetitivo, na qual foi fixada a seguinte tese "Na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a sua autenticidade (CPC, arts. 6º, 368 e 429, II)" e assentou que, em casos tais, o dever de comprovar a autenticidade da assinatura engloba o ônus de arcar com as despesas relativas à prova pericial" (Tema Repetitivo 1061) (REsp n. 1.846.649/MA, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Seção, julgado em 24/11/2021, DJe de 9/12/2021.). V - Intime-se o(a) perito(a) por carta com aviso de recebimento, telefone, WhatsApp ou e-mail para que indique, também por qualquer dos meios anteriores, devendo necessariamente falar com o Supervisor desta Unidade Judiciária, o local e horário para realização da avaliação, em data que não exceda 30 (trinta) dias, nem seja inferior a 10 (dez) dias da intimação para iniciar os trabalhos da perícia (que ocorrerá depois do depósito dos honorários pela parte autora), comunicando a este Juízo, bem como se intimando as partes para o ato. VI - Após a juntada do laudo de avaliação, intime-se as partes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, bem como para requererem o que entender cabível, advertindo que, em caso de omissão, o feito será julgado no estado em que se encontra. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: MARCONI DE MATOS SOBREIRA (OAB 9463/CE) - Processo 0200441-10.2024.8.06.0132 - Interdição/Curatela - Direitos da Personalidade - INTERTE: I.M.F.S. - Ante o exposto, concedo a liminar de forma a nomear como CURADOR(A) PROVISÓRIO(A) DE ANTONIO ALVES DA COSTA, ISMÊNIA MARIA FÉLIX DE SOUSA, para a finalidade de praticar, em seu próprio nome, atos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, especialmente para fins de regularizar a situação do benefício previdenciário junto ao INSS. Lavre-se o termo de curatela provisória e intime-se o curador para compromisso. Destaco que a parte autora, ora nomeada como curadora provisória, não poderá se desfazer dos bens do interditado sem prévia autorização judicial. Ainda por excesso de cautela, determino a realização de consultas aos sistemas RENAJUD e SISBAJUD em nome do interditado. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, anexar aos autos os documentos do interditado, especialmente constando seu CPF, para viabilizar as consultas. Oficie-se ao INSS para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar informações sobre o bloqueio do benefício do interditado ANTONIO ALVES DA COSTA - Benefício n. 103.272.152-6 (BPC). Por fim, considerando que a perita foi intimada em 25/09/2024, determino sua intimação para, no prazo de 10 (dez) dias, anexar aos autos o laudo social. Expedientes necessários. Intime-se.

ADV: ELIAS EMERSON LEITE RIBEIRO (OAB 41254/CE) - Processo 0201311-33.2024.8.06.0301 - Inquérito Policial - Roubo - AUTUADO: Antonio Nataniel da Silva Xandu - Vistos etc. Trata-se de denúncia ofertada pelo Ministério Público em face de Antonio Nataniel da Silva Xandu pela suposta prática do crime previsto nos artigos 129, § 1º, e 157, § 3º, inciso I c/c arts. 14, inciso II, e 69, todos do Código Penal - CP. A denúncia está devidamente instruída com o respectivo inquérito policial e atende aos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal - CPP, eis que contém a exposição de fato que em tese constitui crime, realçando-lhe as circunstâncias, notadamente quanto ao(s) sujeito(s) ativo(s), sua (s) suposta (s) conduta(s), o bem jurídico penalmente protegido e pretensamente afetado, o tempo e o lugar do fato, trazendo, ainda, a qualificação do(s) denunciado(s), a classificação do crime que lhe(s) é(são) imputado(s) e o rol de testemunhas. Além disso, a justa causa para a ação penal está consubstanciada pela prova oral e documental coligada nos autos, notadamente pela prova oral e documental coligada nos autos, pela existência dos Laudos periciais n° 2024.0418813, n° 2024.0418983 e nº 2024.0445025 (respectivamente às fls.90/91, 92/93 e 96/97), comprovando que as vítimas sofreram ofensa à integridade física, produzida por instrumento contundente, inclusive, que incapacitaram a Sra. Maria Pinheiro Almeida para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, nos 07 (sete) depoimentos colhidos ao longo do Inquérito Policial (n°446-261/2024), a saber: FRANCISCO HELAECIO SILVA DE SOUSA (PM, fls. 06/07); FRANCISCO DARLAN CARVALHO MARCIANO (PM, fls. 10/11); FRANCISCO ELDON BERNARDES DINIZ (testemunha, fls. 12/13); JOAQUIM PINHEIRO ALMEIDA (irmão das vítimas, fls. 15/16), MARIA PINHEIRO DE ALMEIDA (vítma, fls. 18/19), MARIA PINHEIRO ALMEIDA (vítima, fls. 87/88) e ANTÔNIO NATANIEL DA SILVA XANDU (interrogatório, fls. 26/27). Outrossim, não se vislumbra, nesta oportunidade, quaisquer das hipóteses do art. 395 do referido diploma legal, sendo certo que o Ministério Público se perfaz como o titular da ação penal, nos termos do parágrafo único do art. 225 do Código Penal, assim como inexiste, até o momento, qualquer causa de extinção da punibilidade, não se cogitando, em primeira análise, de falta de justa causa para a provocação do jus puniendi. Assim, a análise preliminar dos autos revela a presença das condições da ação penal e dos pressupostos processuais, havendo ainda justa causa para o recebimento da denúncia. Diante do exposto, RECEBO A DENÚNCIA ofertada pelo Ministério Público contra Antonio Nataniel da Silva Xandu, por suposta prática do crime previsto nos artigos 129, § 1º, e 157, § 3º, inciso I c/c arts. 14, inciso II, e 69, todos do Código Penal. Cite(m)-se o(s) acusado(s) para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 do CPP). Advirta-se o(s) acusado(s) de que caso não apresente a resposta no prazo legal, ou se, citado(s), não constituir(em) defensor(es), ser-lhe-á(ão) nomeado(s) defensor(es) dativo(s), conforme § 2º do art. 396-A do Código de Processo Penal. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1221/2024

ADV: FRANCISCO GONÇALVES DIAS (OAB 10416-0/CE) - Processo 0002305-26.2014.8.06.0162 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Antonio Anderson Alves Coelho - À Secretaria de Vara para: Intimem-se as partes para, no prazo comum de 5 (cinco) dias, se manifestarem sobre as minutas de precatórios de p. 196/198 e p. 199/201; Decorrido o prazo, remeta-se para validação e envio por parte do magistrado. Expedientes necessários.

ADV: JOAO MIGUEL SAMPAIO (OAB 45598/CE) - Processo 0200550-24.2024.8.06.0132 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.L.S. - Vistos em conclusão, Trata-se de Ação de Interdição c/c Pedido de Curatela Provisória ajuizada por Lidiana Lopes da Silva na qual se requer a interdição e consequente nomeação como curadora de Marta Maria Alencar. Segundo consta na inicial, a requerente é neta e cuidadora da parte requerida MARTA MARIA ALENCAR, que atualmente possui 74 anos de idade. Informa que a cerca de dez meses a requerida vem apresentando incapacidade de resolução de atividades diárias devido

apresentar comorbidade de esquizofrenia e fobia social, tornando-a incapaz de executar atividades sociais, de maneira que é necessário que pessoas possam realizar suas atividades. Afirma que atualmente a requerida está sob os cuidados da sua neta e que necessita de tutor. Ressalta que a requerida não consegue gerenciar sua vida pessoal sem a intervenção e cuidados de sua neta, e ainda tem 05 filhos menores que também estão sob a guarda da neta, recebe benefício previdenciário, que ajuda em seu sustento e de seus filhos. Com a petição inicial, juntou os documentos de pp. 07/12. O despacho de p. 13 determinou a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, anexando documento que comprove o parentesco alegado e sua legitimidade para propor a ação. O descumprimento desta determinação acarretará o indeferimento da petição inicial e a extinção do processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do CPC, o que foi atendido às pp. 16/19. É o relatório. Decido. A liminar requerida na inicial deve ser deferida, pois a interdição foi proposta por pessoa com legitimidade para tanto (neta - pp. 18) e o documento de pp. 10/11 confirma a incapacidade relatada na exordial. Ex positis, de forma a garantir que o interditando seja devidamente representado extrajudicial e judicialmente e tenha seus interesses patrimoniais administrados por alguém capaz, concedo a liminar, nos termos em que foi requerida, DE FORMA QUE NOMEIO COMO CURADORA PROVISÓRIA DE MARTA MARIA ALENCAR, LIDIANA LOPES DA SILVA, para a finalidade de praticar, em seu próprio nome, atos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil. Lavre-se o termo de curatela provisória, e intime-se o(a) curador(a) para compromisso. Cite-se o(a) interditando(a) para comparecer perante este Juízo, em data e horário agendados pela Secretaria desta Vara Única, para a audiência de entrevista, após a qual o mesmo terá o prazo de 15 (quinze) dias para impugnar o pedido, em conformidade com o artigo 752 do Código de Processo Civil - CPC. Aproveito o laudo pericial produzido por médico da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Olinda, deixando de determinar perícia por enquanto, salvo posterior requerimento fundamentado das partes ou do Ministério Público. Proceda-se estudo social, no prazo de 15 (quinze) dias. Para realizar o relatório social, ora determinado, nomeio o(a) perito(a) ERENIR GOMES DA SILVA OLIVEIRA (nº da nomeação 167403), sorteado via SIPER, entre os peritos da área de Assistente Social credenciado(a) junto ao Tribunal de Justiça do Ceará. Fixo, para apresentação do resultado da mencionada perícia, o prazo de 15 (quinze) dias e honorários periciais no valor definido pela Resolução do Órgão Especial nº 04/2017 e reajuste/atualização promovido pela Portaria nº 320/2024 da Presidência deste Tribunal (DJE de 19/02/2024 - Caderno Administrativo), ou seja, R$ 600,00 (seiscentos reais). Comunique-se ao TJCE, para fins de reserva de valor, conforme estabelece o art. 7º da Resolução do Órgão Especial nº 10/2012 e o artigos 38, 39 e 40 da Resolução do Órgão Especial nº 04/2017, uma vez que já foi implantado o SIPER. Saliento, porém, que, conforme disciplina a Resolução 07/2024 (publicada no DJEA do dia 15/02/2024, Caderno administrativo) que O procedimento de pagamento dos honorários devidos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, nas demandas judiciais de natureza cível e de natureza penal, bem como nas demandas administrativas de apoio à jurisdição, será regulado por ato da Presidência do TJCE, após a conclusão dos trabalhos, conforme dispõe o art. 15 e ss da referida resolução. O relatório social deverá declinar a situação econômica, social e familiar do núcleo familiar das partes, declinando os nomes e qualificação pessoal dos seus integrantes, renda familiar e per capita, além de relatar a situação encontrada no lar objeto de estudo. Defiro a gratuidade da justiça (CPC, art. 98), sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (CPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º). Ciência ao MP. Expedientes necessários.

COMARCA DE NOVA RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0404/2024

ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0051088-92.2021.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, ENVIAR OS AUTOS AO NUPACI PARA REALIZAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE INTIMAÇÃO DO EXECUTADO PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS (GUIA DE FLS. 216/219).

ADV: ROGER ALEXANDRE VERAS (OAB 41920/CE) - Processo 0200139-46.2022.8.06.0133 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Gabriel Lucas de Carvalho Costa e outro - Vistos, Promova-se o recolhimento do mandado de fls. 96, tendo em vista a manifestação espontânea da requerente. No mais, intime-se a requerente para se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça de fls. 112, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAMILA BORGES MADEIRO (OAB 28848/CE), ADV: ROGER ALEXANDRE VERAS (OAB 41920/CE) - Processo 0200476-64.2024.8.06.0133 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXECUTADO: F.H.P.M. - Vistos, Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público. Intime-se o genitor, por seu advogado, para que se manifeste acerca do extrato bancário de fls. 46/47, informando em que conta foi depositado o valor referente ao documento de fl. 31. Prazo de 05 (cinco) dias. No mais, expeça-se ofício à Secretaria de Finanças do Município de Nova Russas para que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se o valor correspondente ao mês de abril foi retido do salário do alimentante e, em caso positivo que identifique a conta de destino dos referidos valores. Expedientes necessários.

ADV: SUELLEN CRISTINNI ANDRADE MOREIRA (OAB 52281/CE) - Processo 0200806-61.2024.8.06.0133 - Tutela Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: R.B.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando que foi selecionado o nome completo das partes e que é necessário a publicação da Sentença no Diário de Justiça, com respeito ao segredo de justiça expeço esse Ato Ordinatório reproduzindo parte da Sentença de fls. 39/41 a seguir: " Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, DEFERINDO a tutela de I. D. M. D. S. à sua avó materna R. B. D. M., em consequência, extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

ADV: IARA DE CASTRO HOLANDA LINHARES (OAB 52829/CE), ADV: ANTONIO FELIPE RAMOS SARAIVA (OAB 52278/CE) - Processo 0201220-59.2024.8.06.0133 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.D.C.D. - INTIMAÇÃO da parte autora para comparecer à AUDIÊNCIA de conciliação designada para a data de 12/12/2024 às 10:30h, no CEJUSC de Nova Russas. Em caso de dúvida entrar em contato pelo WhatsApp do CEJUSC(85) 98239-2656. Segue o link de acesso: https://link.tjce.jus.br/5d38cd. Foram arbitrados alimentos provisórios em 35% do salário mínimo vigente no país, tendo em vista o número de alimentando (1), a documentação de fls. 19/29 e a ausência, no momento, de comprovação de

rendimentos do alimentante, a serem depositados mensalmente na conta de titularidade da genitora.

ADV: TALES LEVI SANTANA DE MORAIS (OAB 41842/CE) - Processo 0201265-63.2024.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônio Rodrigues da Silva - Isto posto, DECLARO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, EXTINTO o processo, SEM resolução de mérito, por inadequação da via eleita, o que faço nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.. Intime-se o peticionante pelo meio eletrônico disponível e após, arquive-se. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0405/2024

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: MÁRDYLLA FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 44891/CE) - Processo 0200895-21.2023.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Marques de Sousa - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Vistos, Intimem-se as partes para manifestação acerca do retorno dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo requerimentos, ao arquivo.

ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE), ADV: MANUEL ELIESIO FERREIRA DIAS JUNIOR (OAB 31499/CE), ADV: GUSTAVO MUNIZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 2481/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 45388A/CE) - Processo 0201484-13.2023.8.06.0133 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Ferreira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Vistos, Intimem-se as partes para se manifestarem acerca do retorno dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo requerimentos, ao arquivo.

ADV: CARLOS JOSE EVANGELISTA DE CASTRO (OAB 12202/CE) - Processo 0800010-21.2024.8.06.0133 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERIDA: K.R.S. e outro - Vistos, Considerando a emenda apresentada pelo Ministério Público, em fls. 65/68, bem como intimação da requerida para manifestação na forma do art. 329, inciso II do CPC (fls. 97), não sendo apresentada oposição, recebo a emenda. Arbitro alimentos provisórios em 10% do salário mínimo vigente no país, na forma do art. 33, §4º do ECA, tendo em vista o número de alimentando (1), bem como análise prévia do binômio possibilidade/necessidade, a ser pago até o dia 05 de cada mês por meio de transferência pix para a chave aleatória 76219c18-759c-4c88-98cf-fabf9b068f86 de Maria Luzinete da Silva. Intime-se a requerida por meio de seu advogado. Aguarde-se audiência de instrução designada.

COMARCA DE NOVO ORIENTE - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVO ORIENTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO ORIENTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0430/2024

ADV: FRANCISCO EVERARDO CARVALHEDO SALES (OAB 11407/CE) - Processo 0000015-40.2005.8.06.0134 - Inventario - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Klaiton Fernandes Alves e outros - Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar ou comprovar o cumprimento das providências requeridas pelo Estado do Ceará, através da Procuradoria do Estado, ou seja, recolher a complementação do ITCM de imóvel constante na relação de bens, bem como proceder com apresentação de novo plano de partilha. Cumpra-se.

ADV: DANIELA FERNANDES DA SILVA (OAB 32737/CE), ADV: JOSÉ AMILTON SOARES CAVALCANTE (OAB 29099/CE) - Processo 0000253-05.2018.8.06.0134 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXECUTADA: M.R.S.M. - Ante o exposto: 1 Recebo a inicial pelo rito da expropriação de bens do art. 523 do Código de Processo Civil e concedo ao exequente os benefícios da gratuidade de justiça. 2 Intime-se a parte executada, por seu advogado (art. 513, §2º, CPC), ou pessoalmente se não tiver patrono nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia indicada na memória de cálculos pelo exequente, sob pena de de multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito e incidência de honorários advocatícios também na razão de 10 % (dez por cento) nos termos do art. 523 do CPC. a) Efetuado o pagamento total do débito: expeça-se alvará em favor da parte credora; intime-se o exequente para se manifestar sobre a satisfação do seu crédito no prazo de 10 (dez) dias; efetuado o levantamento e nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos. b) Efetuado o pagamento parcial do débito, expeça-se alvará em favor da parte credora; intime-se o exequente para apresentar cálculos atualizados com o valor do crédito remanescente, acrescido da multa de 10% e dos honorários respectivos, podendo indicar bens a penhora. 3 Cientifique-se o executado da possibilidade de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, que se inicia após o transcurso do período para pagamento voluntário da obrigação, nos termos do art. 525 do CPC. 4 Não efetuado o pagamento, determino a realização de pesquisa de bens da parte executada pelos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD (este restrito ao último exercício declarado). Ressalte-se que, no RENAJUD, somente será admitida constrição sobre bem sem qualquer restrição. 5 Sendo tornados indisponíveis ativos financeiros em nome do devedor: a) Intime-se a parte executada, por seu advogado (art. 513, §2º, CPC), ou pessoalmente se não tiver patrono nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que as quantias são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (art. 854, §3º, CPC). b) Rejeitada ou não apresentada manifestação da parte executada, a indisponibilidade será convertida em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, determinando-se à instituição financeira depositária que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo (art. 854, §5º, CPC). 6 Sendo tornados indisponíveis veículos, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. 7 Havendo penhora parcial de ativos financeiros, intime-se a parte exequente a fim de que indique bens passíveis de penhora, no prazo de 5 (cinco) dias. 8 Ressalta-se que, findo o prazo supra sem que o exequente logre êxito em indicar bens penhoráveis ou sejam eles insuficientes à satisfação do débito, suspenda-se o processo pelo prazo de 1 (um) ano, ficando suspenso também o prazo da prescrição, na forma do art. 921, inc. III e §1º, do CPC. a) Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que sejam encontrados bens penhoráveis, arquivem-se os autos na forma do §2º do art. 921 do Código de Processo Civil, podendo ser o processo desarquivado a qualquer tempo, se encontrados bens passíveis de penhora. b) Advirta-se a parte exequente que o termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis e que a prescrição será suspensa, por uma única vez, pelo período de 1 (um) ano (art. 921, §4º, CPC). 9 Altere-se a classe processual para Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos com as anotações pertinentes nos registros processuais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KATIELLE LOIOLA SERVOLO (OAB 25719/CE), ADV: MARIA RAQUEL GOMES MACEDO (OAB 31627/CE) - Processo 0000712-70.2019.8.06.0134 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REPR. LEGAL: M.D.N. - REQUERIDO: J.S.F. -

Intime-se a parte exequente para, em 15 (quinze) dias, juntar planilha atualizada dos débitos em atraso. Sem prejuízo, intime-se o executado para, em igual prazo, se manifestar sobre a petição fls. 168-169, notadamente acerca do pedido de prisão civil. Após, voltem conclusos para análise.

ADV: JOSE INACIO ROSA BARREIRA (OAB 8151/CE) - Processo 0004687-47.2012.8.06.0134 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - Intime-se a parte exequente para que se manifeste acerca da proposta de acordo formulada pela executada (fls. 129-130). Cumpra-se.

ADV: JOSE GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 17994/CE), ADV: ANNA PAULA ALVES BARACHO PEREIRA (OAB 38377/CE) - Processo 0004926-17.2013.8.06.0134 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: S.A.M. - Manifeste a demandante sobre os documentos retro e requeira o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Após façam os autos conclusos.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORREA (OAB 205961/SP) - Processo 0005231-64.2014.8.06.0134 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A - Considerando o resultado infrutífero do SISBAJUD (fls. 266-268), intime-se a parte exequente para impulsar o feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da execução. Cumpra-se.

ADV: JOSE AMILTON SOARES CAVALCANTE (OAB 29099-0/CE) - Processo 0005351-73.2015.8.06.0134 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco das Chagas Gonçalves Oliveira - Falecido o autor e sendo transmissível o direito em litígio, a representação em juízo compete ao seu espólio ou aos herdeiros. No caso em análise não consta nos autos a documentação necessária para a regularização do polo ativo. Assim sendo, antes de apreciar o pedido de fls. 232-234, intime-se o promovente para que junte a certidão de óbito e termo de inventariante do Espólio de Francisco das Chagas Gonçalves Oliveira ou regularize o polo ativo com todos os herdeiros, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido e extinção do feito. Cumpra-se.

ADV: MARIA CARMELITA COELHO FELIX (OAB 37556-0/CE) - Processo 0006929-66.2018.8.06.0134 - Tutela e Curatela - Nomeação - Nomeação - REQUERENTE: M.A.N. - Considerando que o CREAS informou não ter realizado o estudo social em razão da requerente e da requerida a ser interditada não residirem mais no endereço informado (fl. 99), intime-se a advogada constituída para que, no prazo de 5 (cinco) dias, informe novo endereço da requerente e da requerida, sob pena de eventual extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC. Transcorrendo o prazo, sem nada ser apresentado, certifique-se nos autos, e faça conclusão para sentença extintiva. Cumpra-se.

ADV: JOAO KENNEDY CARVALHO ALEXANDRINO (OAB 12049/CE), ADV: ÍTALO FEITOSA GONÇALVES ALEXANDRINO (OAB 29760-1/CE) - Processo 0007485-39.2016.8.06.0134 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade - REQUERENTE: Maria Francisca Mota Sampaio Araujo - Intimem-se as partes do retorno dos autos Tribunal ad quem, com o trânsito em julgado certificado, para que, havendo interesse/necessidade, promovam o início da fase de cumprimento de sentença no prazo de 5 (cinco) dias Nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: FULVIO EMERSON GONCALVES CAVALCANTE (OAB 13094/CE), ADV: RENATA PIMENTEL CASTELO (OAB 26567/CE), ADV: THAIS MUNIZ DE SOUSA (OAB 26897/CE) - Processo 0007597-71.2017.8.06.0134 - Monitória - Cheque - REQUERIDO: Jose Barreto Couto Neto - recebo o pedido de cumprimento de sentença apresentado e determino: 1 Evolua-se a classe processual para Cumprimento de Sentença com as anotações pertinentes nos registros processuais. 2 Intime-se a parte executada, por seu advogado (art. 513, §2º, CPC), ou pessoalmente se não tiver patrono nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia indicada na memória de cálculos pelo exequente, sob pena de de multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito e incidência de honorários advocatícios também na razão de 10 % (dez por cento) nos termos do art. 523 do CPC. a) Efetuado o pagamento total do débito: expeça-se alvará em favor da parte credora; intime-se o exequente para se manifestar sobre a satisfação do seu crédito no prazo de 10 (dez) dias; efetuado o levantamento e nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos. b) Efetuado o pagamento parcial do débito, expeça-se alvará em favor da parte credora; intime-se o exequente para apresentar cálculos atualizados com o valor do crédito remanescente, acrescido da multa de 10% e dos honorários respectivos, podendo indicar bens a penhora. 3 Cientifique-se o executado da possibilidade de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, que se inicia após o transcurso do período para pagamento voluntário da obrigação, nos termos do art. 525 do CPC. 4 Não efetuado o pagamento, determino a realização de pesquisa de bens da parte executada pelos sistemas SISBAJUD, RENAJUD e INFOJUD (este restrito ao último exercício declarado). Ressalte-se que, no RENAJUD, somente será admitida constrição sobre bem sem qualquer restrição. 5 Sendo tornados indisponíveis ativos financeiros em nome do devedor: a) Intime-se a parte executada, por seu advogado (art. 513, §2º, CPC), ou pessoalmente se não tiver patrono nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar que as quantias são impenhoráveis ou que ainda remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros (art. 854, §3º, CPC). b) Rejeitada ou não apresentada manifestação da parte executada, a indisponibilidade será convertida em penhora, sem necessidade de lavratura de termo, determinando-se à instituição financeira depositária que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo (art. 854, §5º, CPC). 6 Sendo tornados indisponíveis veículos, intime-se a parte exequente para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. 7 Havendo penhora parcial de ativos financeiros, intime-se a parte exequente a fim de que indique bens passíveis de penhora, no prazo de 5 (cinco) dias. 8 Ressalta-se que, findo o prazo supra sem que o exequente logre êxito em indicar bens penhoráveis ou sejam eles insuficientes à satisfação do débito, suspenda-se o processo pelo prazo de 1 (um) ano, ficando suspenso também o prazo da prescrição, na forma do art. 921, inc. III e §1º, do CPC. a) Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que sejam encontrados bens penhoráveis, arquivem-se os autos na forma do §2º do art. 921 do Código de Processo Civil, podendo ser o processo desarquivado a qualquer tempo, se encontrados bens passíveis de penhora. b) Advirta-se a parte exequente que o termo inicial da prescrição no curso do processo será a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis e que a prescrição será suspensa, por uma única vez, pelo período de 1 (um) ano (art. 921, §4º, CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA RAQUEL GOMES MACEDO (OAB 31627/CE) - Processo 0200225-77.2023.8.06.0134 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: E.S.C.M. - J.M.M.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes e o Ministério Público acerca do teor da sentença de fls. 29/30.

ADV: JHEANNA SHENGENI VIEIRA LIMA (OAB 43881A/CE) - Processo 0200354-48.2024.8.06.0134 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.E.T.R. - Ante o exposto, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Por consequência, decreto o divórcio e, assim, a dissolução do vínculo matrimonial entre as partes, com fundamento no art. 226, §6º, da Constituição Federal. Sem custas processuais, com fulcro no art. 90, §3º, do CPC. Honorários sucumbenciais indevidos. Publique-se. Intimem-se. Expeça-se mandado de averbação ao cartório competente (fl. 9), devendo a parte autora permanecer com o nome de casada. Ante a irrecorribilidade da sentença

homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANNA PAULA ALVES BARACHO PEREIRA (OAB 38377/CE), ADV: KEYNES RESENDE MOTA (OAB 28283/CE) - Processo 0200361-40.2024.8.06.0134 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.H.M.M. - REQUERIDA: H.B.M. e outros - Ante o exposto, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Sem custas processuais, com fulcro no art. 90, §3º, do CPC. Honorários sucumbenciais indevidos. Publique-se. Intimem-se. Ante a irrecorribilidade da sentença homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANNA PAULA ALVES BARACHO PEREIRA (OAB 38377/CE) - Processo 0200525-05.2024.8.06.0134 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerlyane Ferreira Araujo - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito por inadequação da via eleita, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intime-se. Determino o cancelamento na distribuição e a consequente baixa do processo no sistema processual, na forma da Portaria nº 2037/2024 do TJCE, devendo a parte autora realizar a sua propositura perante o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO ORIENTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0431/2024

ADV: PERICLES RODRIGUES SABOIA (OAB 11402/CE), ADV: NIXON MARDEN DE CASTRO SALES (OAB 26310/CE), ADV: ANTONIA NAIANA DE SOUSA OLIVEIRA TORRES (OAB 31366/CE), ADV: FRANCISCA MARIA DE SOUSA CHAGAS (OAB 36812/CE) - Processo 0005676-09.2019.8.06.0134 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.P.S. - REQUERIDO: J.H.G.M. - Intimem-se as partes do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com o trânsito em julgado certificado, para que, havendo interesse/necessidade, promovam o início da fase de cumprimento de sentença no prazo de 5 (cinco) dias. Nada sendo requerido, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SIQUEIRA BOM FIM (OAB 40908/CE) - Processo 0007015-37.2018.8.06.0134 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Francinaldo Cardoso Silva - Intime-se a defesa para apresentação de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, faça-se conclusão. Cumpra-se.

ADV: LUCAS EVANGELISTA RIBEIRO (OAB 43172/CE) - Processo 0007410-29.2018.8.06.0134 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - DENUNCIADO: Rodrigo Coelho Sampaio Neto e outro - Ante o exposto, e, fixo honorários advocatícios de R$500,00 (quinhentos reais), em favor do Dr. LUCAS EVANGELISTA RIBEIRO (OAB/CE nº 43.172), a ser corrigido desde a data do arbitramento, o qual deverá ser objeto de cobrança junto ao Estado do Ceará, nos termos do art. 6, §1º, do Provimento nº 11/2021/CGJCE. Intime-se.

ADV: FRANCISCO AIRTON CAVALCANTE DA COSTA (OAB 11064/CE) - Processo 0050420-21.2021.8.06.0134 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Agaci Alves Freitas - Considerando que a agência bancária oficiada afirmou a inexistência de saldo em favor de FRANCISCA FERNANDES FREITAS, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito. Nada havendo, façam-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ANNA PAULA ALVES BARACHO PEREIRA (OAB 38377/CE), ADV: MARÍLIA RODRIGUES BRÍGIDO (OAB 49060/CE) - Processo 0200139-72.2024.8.06.0134 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.C.A. - E.C.S. - F.A.C.S. - REQUERIDO: F.W.S.S. - Ante o exposto, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Sem custas processuais, com fulcro no art. 90, §3º, do CPC. Honorários sucumbenciais indevidos. Publique-se. Intimem-se. Ante a irrecorribilidade da sentença homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JORDHAN LUIZ SOARES ANTONIO RODRIGUES (OAB 37375/CE) - Processo 0200258-33.2024.8.06.0134 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: A.F.A. e outro - Ante o exposto, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Sem custas processuais, com fulcro no art. 90, §3º, do CPC. Honorários sucumbenciais indevidos. Publique-se. Intimem-se. Ante a irrecorribilidade da sentença homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANNA PAULA ALVES BARACHO PEREIRA (OAB 38377/CE), ADV: NATALIA BEZERRA CARVALHEDO SAMPAIO SALES (OAB 46853/CE) - Processo 0200372-69.2024.8.06.0134 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.M.S. - R.S.M. - Ante o exposto, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Sem custas processuais, com fulcro no art. 90, §3º, do CPC. Honorários sucumbenciais indevidos. Publique-se. Intimem-se. Ante a irrecorribilidade da sentença homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO AIRTON CAVALCANTE DA COSTA (OAB 11064/CE), ADV: ANTONIA NAIANA DE SOUSA OLIVEIRA TORRES (OAB 31366/CE) - Processo 0200406-44.2024.8.06.0134 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.M.N. - REQUERIDO: A.G.C.M. - "Ante o exposto, homologo o acordo firmado e julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do CPC. Por consequência, decreto o divórcio e, assim, a dissolução do vínculo matrimonial entre as partes, com fundamento no art. 226, §6º, da Constituição Federal. Sem custas processuais, com fulcro no art. 90, §3º, do CPC. Honorários sucumbenciais indevidos. Publique-se. Intimem-se. Expeça-se mandado de averbação ao cartório competente (fl. 9), devendo a parte autora voltar a usar o nome de solteira, qual seja, M. D. L. R. Ante a irrecorribilidade da sentença homologatória (preclusão lógica), o trânsito em julgado opera-se imediatamente à intimação das partes. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos."

COMARCA DE OCARA - VARA UNICA VINCULADA DE OCARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE OCARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: ZACARIAS ANTONIO OLIVEIRA PINTO (OAB 10395/CE) - Processo -

ADV: LEONARDO CARVALHO NOBRE (OAB 39066/CE) - Processo 0202257-97.2022.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo a Audiência de Instrução e Julgamento para 19/12/2024 às 11:00h, a referida Audiência acontecerá de forma presencial na sala de audiência deste juízo, no endereço acima informado. Dúvidas: 1 - E-mail: ocara@tjce.jus.br 2 - telefone: (85) 3322-1149 3 - Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEOCARA Ocara/CE, 12 de novembro de 2024. Marcos Antônio Rafael da Fonseca Técnico Judiciário 47160

ADV: PEDRO HENRIQUE BRASIL DE SOUZA (OAB 48040/CE) - Processo -

COMARCA DE PACAJUS - 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0298/2024

ADV: TEODORICO PEREIRA DE MENEZES NETO (OAB 44150/CE) - Processo 0011019-04.2024.8.06.0136 (processo principal 0201562-88.2023.8.06.0300) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Feminicídio - RÉU: L.A.L. - Ainda, considerando que o réu Lindemberg Aires de Lima foi preso preventivamente em 23 de março de 2023, e diante da interposição de Recurso Especial ainda pendente de julgamento, determino a instauração de incidente de liberdade provisória de ofício, a ser apensado nos autos principais de n.º 0201562-88.2023.8.06.0300, para reavaliação da prisão do réu. Proceda-se a intimação do MP e da Defesa para se manifestarem no prazo comum de 5 (cinco) dias, após, com ou sem manifestação, retornem-me conclusos para reavaliação da prisão preventiva do réu. Cumpra-se.

ADV: ZACARIAS ANTONIO OLIVEIRA PINTO (OAB 10395/CE) - Processo 0207508-62.2023.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Daniel Falcao Vitoriano - Recebidos hoje. Observo que o e.TJCE manteve na íntegra a decisão de pronúncia proferida por este juízo. Assim, diante da preclusão da pronúncia, intimem-se as partes para os fins do art. 422, do CPP, oportunizando a apresentação de rol de testemunhas que irão depor em plenário - até o máximo de 05 (cinco), juntada de documentos e requerimento de diligências. Em seguida, voltem-me conclusos.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0299/2024

ADV: FERNANDO WELLINGTON LIMA BRAGA (OAB 28244/CE), ADV: FRANCISCA IZÂNGELA SOUSA PAULA (OAB 28793/CE) - Processo 0201227-06.2022.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Jose Ribamar Alves Liberato - Vistos em conclusão. Nos termos dos art. 593, inciso I e art. 597 do CPP, recebo o recurso de apelação interposto nos efeitos legais pela Defesa, porque ser cabível e tempestivo, tendo sido exercitado dentro do quinquídio legal. Intime-se a defesa do sentenciado para apresentar as razões ao recurso, no prazo legal. Em seguida, intime-se o Ministério Público para oferecimento das contrarrazões ao recurso. Após, determino a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para apreciação do recurso. Cumpra-se.

COMARCA DE PACAJUS - 2ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0515/2024

ADV: HERACLITO SANTOS DA ROSA (OAB 18041/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0010429-81.2011.8.06.0136 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francine Gomes Batista - REQUERIDO: Banco do Brasil e outro - Isto posto, julgo os pedidos iniciais improcedentes em face de Banco do Brasil S/A e extingo o processo com julgamento do mérito, na forma do art. 487, inciso I, do CPC.

ADV: LUIZ AUGUSTO ABRANTES PEQUENO JUNIOR (OAB 23178/CE), ADV: MARCO ANDRE HONDA FLORES (OAB 24241A/CE), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP), ADV: JOSE GIOVANI PORTELA (OAB 9333/CE) - Processo 0013179-80.2016.8.06.0136 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Lorena de Sousa Lima - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Diante do exposto, com fulcro no artigo 487, I, CPC, JULGO IMPROCEDENTES o pedidos formulados pelo requerente.

ADV: ANTONIO JULIO BRILHANTE DE FREITAS (OAB 4120/CE), ADV: IRAN LUCAS SILVA PARENTE (OAB 34979/CE) - Processo 0050850-64.2021.8.06.0136 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: P.V.A. - REQUERIDO: R.G.D. - Por todo o exposto, acolho o parecer ministerial e determino a expedição de oficio à fonte pagadora do executado

ADV: TIAGO ALVES CAMELO (OAB 22321/CE) - Processo 0201097-86.2023.8.06.0136 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Deuzimar Muniz Nunes - Isso posto, INdefiro o pedido liminar formulado na inicial, pela ausência de probabilidade do direito do autor, requisito previsto no Artigo 300 do Código de Processo Civil. Intime-se o autor, por meio de seu advogado, desta decisão. Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 564 do CPC), intimando-o, na mesma ocasião, desta decisão. Apresentada a resposta, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer réplica à contestação da requerida. Expedientes necessários.

ADV: ELTON MOREIRA ALBANO (OAB 29749/CE) - Processo 0201172-91.2024.8.06.0136 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.I.G.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo,cumpra-se o Decisão de pág.14/15, bem como intimem-se as partes, para que compareçam à Audiência de Mediação para o dia 17/12/2024 às 09:00h. À audiência poderá ser realizada de forma facultativa as partes, nas modalidades presencial na sala do Cejusc, no Fórum local, por videoconferência pelo Microsoft Office 365/Teams, ou no formato híbrido. O acesso poderá ser feito através do link abaixo: https://link.tjce.jus.br/58f358. Em caso de dúvidas ou

informações sobre a realização da audiência, as partes poderão entrar em contato com o CEJUSC, através do e-mail: cejusc.pacajus@tjce.jus.br ou pelo telefone (whatsapp): (85) 9.8231.2761, enviando mensagem, informando o número do processo, vara de origem, nome das partes e data da audiência. Comparecer ao ato munida de documento de identificação.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0218230-27.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: F.T.P.R. - Devido a isto, acolho, por ora, o parecer ministerial e indefiro o pedido de curatela provisória. Defiro o pedido do Ministério Público para a designação de entrevista, bem como a realização de perícia médica oficial. Determino à Secretaria que proceda à nomeação de médico perito, através do sistema SIPER, preferencialmente da especialidade "psiquiatra ou generalista", para proceder à perícia na parte requerida.

ADV: MARCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE) - Processo 0218230-27.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: F.T.P.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, dando cumprimento a decisão de págs. 55/57, designo o dia 10 de dezembro de 2024, às 9 horas, para realização da audiência de entrevista, em formato híbrido. A interditanda, entretanto, deverá comparecer na sala de audiências da 2a Vara de Pacajus, salvo se comprovada a impossibilidade.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0516/2024

ADV: BRUNO ICARO CAVALCANTE CAMPOS (OAB 24575/CE) - Processo 0011741-87.2014.8.06.0136 - Alvará Judicial - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Bruna Alves Davi - Antes de analisar o pedido de desarquivamento, intime-se a requerente para declinar a finalidade, em 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO ELIZEUDO RODRIGUES DO MONTE (OAB 39889/CE), ADV: EDUARDO RONALD COSTA DE LIMA (OAB 33750/CE) - Processo 0050264-27.2021.8.06.0136 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.C.F. - REQUERIDO: R.S.R. - Movimente-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes para requerem o que entender de direito, no prazo de 10 dias. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

ADV: RUBENS EMIDIO COSTA KRISCHKE JUNIOR (OAB 25189A/CE), ADV: MATHEUS REBOUÇAS CELESTINO (OAB 27894/CE) - Processo 0050638-77.2020.8.06.0136 - Arrolamento Comum - Atraso de vôo - ARROLANTE: Hellen de Oliveira Lima - ARROLADO: Empresa de Transportes Aéreos de Cabo Verde Tacv S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela promovente da demanda, e, nesse passo, extingo o feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) Condenar a promovida ao pagamento de indenização por danos morais na quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com acréscimo de correção monetária a fluir a partir da data do arbitramento (súmula nº 362 do STJ), com base no INPC, e juros moratórios a incidirem a partir do evento danoso, com índice de 1% (um por cento) ao mês (art. 398 do CC e Súmula nº 54 do STJ). II) Julgo improcedente o pedido de indenização a título de danos materiais. Condeno a parte requerida ao recolhimento de custas processuais na proporção de 80% (oitenta por cento), além do pagamento de honorários advocatícios ao patrono da parte adversa, que, atento ao disposto no art. 85, §2º, I a IV, do Código de Processo Civil, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Diante da sucumbência recíproca, condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da empresa demandada, correspondentes a 10% sobre a diferença entre o valor pedido e o da condenação. Contudo, por ser a parte demandante beneficiária da gratuidade judiciária, suspendo a exigibilidade dos ônus sucumbenciais pelo prazo de 5 (cinco) anos, sob a condição do art. 98, §º, CPC/2015. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as baixas necessárias. Pacajus/CE, data da assinatura no sistema.

ADV: LEONARDO SAMPAIO PONTES (OAB 46459/CE) - Processo 0051071-47.2021.8.06.0136 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.H.S.O. - Da análise dos autos, verifico que a planilha de cálculos apresentada nas pág. 112 não especifica de maneira correta quais valores em aberto são cobrados em relação ao rito expropriatório e quais são em relação ao rito coercitivo. Dessa maneira, intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, apresentando nova memória de cálculo, dessa vez especificando quais valores correspondem a cada rito de maneira detalhada. Após, retornem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: RAQUEL MARIA DE SIQUEIRA TEIXEIRA ALENCAR (OAB 36489/CE) - Processo 0200241-88.2024.8.06.0136 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.A.B.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte Autora, por sua Advogada constituída, para que, no prazo de 10(dez) dias, junte a prova documental da nomeação judicial do perito/médico subscritor do Parecer Técnico de fls. 59/62, e, da utilização de tal documento perante à Justiça Federal, anexando cópia com prova de efetivo protocolo, e, ainda, se for o caso da sentença terminativa dessa lide perante à Justiça Federal, conforme requerido pelo Parecer do Ministério Público de página 68.

ADV: RENATA LUIZA DE ALCANTARA AVENA (OAB 327434/SP) - Processo 0200866-93.2022.8.06.0136 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERIDO: G M Ventura Embalagens Ltda (Best Box Embalagens - Intime-se a parte ré, por seu causídico, para se manifestar sobre a minuta de acordo de págs. 251/256 em 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

ADV: ANA VITORIA SOUSA RABELO (OAB 52549/CE) - Processo 0201152-03.2024.8.06.0136 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Jmf Veículos - Nestas condições, intime-se a parte autora, por seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar documentos que demonstrem a situação de hipossuficiência, sob pena de indeferimento da gratuidade judiciária. Expedientes necessários.

ADV: FABIO JUNIOR FERREIRA LIMA (OAB 46930/CE) - Processo 0201157-25.2024.8.06.0136 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: L.C.F.O. - Assim, intimem-se o advogado que subscreveu a inicial para, em 15 (quinze) dias, juntar aos autos instrumento que lhe confira poderes para representar todos os autores, bem como apresentar declaração de hipossuficiência econômica dos promoventes, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito. Expedientes necessários.

ADV: GLAUBER ROBSON OLIVEIRA LIMA (OAB 51041/CE) - Processo 0201173-76.2024.8.06.0136 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Osilene Lopes Peixoto - Deste modo, intime-se a requerente, por meio do advogado Glauber Robson Oliveira Lima, OAB/CE 51.041, para no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar os vícios apontados, sob pena de indeferimento da petição inicial e do benefício de gratuidade judiciária. Expedientes necessários.

COMARCA DE PACAJUS - CEJUSC- PACAJUS (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE PACAJUS -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - PACAJUS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0025/2024

Processo 0000065-93.2024.8.06.0136 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: R.A.F. - RECLAMADO: F.E.F.F. - Isto posto, considerando que o acordo respeita os direitos das partes, não havendo indícios de violação à norma legal ou de manifestação indevida de vontade, e para que tenha eficácia de título executivo, nos termos do art. 515, III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado entre as partes em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, e decreto o divórcio do casal.

Processo 0000068-48.2024.8.06.0136 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: J.A.L.F. - RECLAMADA: S.N.B.G. - Isto posto, considerando que o acordo respeita os direitos das partes, não havendo indícios de violação à norma legal ou de manifestação indevida de vontade, e para que tenha eficácia de título executivo, nos termos do art. 515, III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado entre as partes em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, e decreto o divórcio do casal.

Processo 0000069-33.2024.8.06.0136 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: A.R.F.M. - RECLAMADO: C.R.S. - Isto posto, considerando que o acordo respeita os direitos das partes não havendo indícios de violação à norma legal ou de manifestação indevida de vontade, e para que tenha eficácia de título executivo, nos termos do art. 515, III, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo realizado entre as partes em audiência, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, e decreto o divórcio do casal.

COMARCA DE PACATUBA - 1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0809/2024

ADV: MIGUEL BERNARDINO DO NASCIMENTO NETO (OAB 33436/CE) - Processo 0002444-77.2019.8.06.0137 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: RAFAEL RODRIGUES DA SILVA - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de instrução e julgamento para a data de 28 de janeiro de 2025, às 14h30min, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams. No dia e horário agendados podem ser acessados link ou QR Code abaixo.:

ADV: ANDRE RAMON TABOSA ALVES (OAB 27442/CE) - Processo 0009933-44.2014.8.06.0137 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMA: A Sociedade - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Julio Cesar Ribeiro do Nascimento - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de instrução e julgamento para a data de 20 de fevereiro de 2025, às 13h00min, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams. No dia e horário agendados podem ser acessados link ou QR Code abaixo.:

ADV: ANDRÉ LUIS MELO DE FARIAS (OAB 28885/CE) - Processo 0011831-87.2017.8.06.0137 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Edinaldo Ferreira da Cruz e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de instrução e julgamento para a data de 28 de novembro de 2024, às 10h00min, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams. No dia e horário agendados podem ser acessados link ou QR Code abaixo.:

ADV: PATRICK HARRISSON VIDAL CRUZ (OAB 43783/CE) - Processo 0012347-44.2016.8.06.0137 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Kayan do Nascimento Clemente - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de instrução e julgamento para a data de 28 de janeiro de 2025, às 15h30min, a ser realizada por videoconferência, por meio da plataforma virtual Microsoft Teams. No dia e horário agendados podem ser acessados link ou QR Code abaixo.:

ADV: FRANCISCO REGIS OLIVEIRA ABREU (OAB 31631/CE) - Processo 0200200-89.2022.8.06.0137 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes de Trânsito - AUTUADO: João Pedro Cunha da Silva - Cls. Intime-se o investigado João Pedro Cunha da Silva por mandado e o advogado Francisco Regis Oliveira Abreu (OAB/CE n. 31631) por DJ, para apresentar procuração assinada, no prazo impostergável de cinco dias, sob pena de ser revista a homologação do ANPP. Expedientes.

ADV: JONATHAN ALVES BRITO (OAB 46276/CE) - Processo 0200336-86.2022.8.06.0137 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Leve - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará e outro - RÉU: Antonio Wagner Silva Brito - Cls. Diante da comunicação de novo endereço (comprovante de p. 174) , expeça-se novo mandado de citação a ser cumprido mediante carta precatória. Outrossim, intime-se os advogados peticionantes (p. 173) para juntar procuração nos autos, regularizando a representação de seu cliente. Expedientes.

COMARCA DE PACATUBA - 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0406/2024

ADV: RENATO ALBUQUERQUE SOARES (OAB 18172/CE), ADV: TIBERIO ALMEIDA PERES (OAB 19230/CE), ADV: THIAGO ARAUJO DE PAIVA DANTAS (OAB 28711/CE) - Processo 0007775-84.2012.8.06.0137 - Imissão na Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Giuseppe Platania - REQUERIDO: ADONIAS SILVA TEOBALDO - Ante o exposto, na forma do art. 485, inciso VI, do CPC, RECONHEÇO A ILEGITIMIDADE PASSIVA do réu ADONIAS SILVA TEOBALDO, ficando excluído da relação jurídica processual. Considerando que o atual ocupante do imóvel compareceu espontaneamente nos autos, inclusive com peça contestatória, determino o cumprimento das seguintes providências: 1) Intime-se o autor para que promova a adequação do polo passivo com a inclusão do Sr. Francisco Firmino da Silva, que deixará de ser terceiro para ser parte, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção; 2) Vencido o prazo sem manifestação, tragam-me os autos conclusos; 3) Havendo correção do polo passivo na forma indicada, intime-se o réu Francisco Firmino da Silva para ciência e manifestação no prazo de 15 dias; 4) Proceda-se à atualização do cadastro dos autos. Nos prazos concedidos acima, as partes deverão indicar as provas que ainda pretendem produzir, sobretudo no que toca à oitiva de testemunhas e depoimento pessoal, sob pena de indeferimento. Na ocasião, deverão apresentar o respectivo rol. Sendo demonstrado o interesse probatório por qualquer das partes, designe-se audiência de instrução e julgamento para a primeira data desimpedida, oportunidade em que as partes também terão a oportunidade conciliatória. CUMPRA-SE.

ADV: MARIA DO SOCORRO SAMPAIO (OAB 5676/CE), ADV: IGOR ARAUJO LOIOLA (OAB 34603/CE) - Processo 0008933-43.2013.8.06.0137 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Cristiano Rodrigues Rabelo - Intime-se o autor para se manifestar sobre as petições de fls. 411, 416/417, oportunidade em que poderá especificar eventual área de domínio público e a manutenção ou não do interesse na referida parcela. Prazo de 10 dias. Diligencie-se.

ADV: JOÃO BOSCO CAVALCANTE SOUZA JUNIOR (OAB 35049/CE) - Processo 0050422-79.2021.8.06.0137 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERIDO: Raimundo Nonato Martins da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerida para no prazo de 15 dias apresentar contrarrazões ao recuso de apelação.

ADV: LUCAS RAFAEL BENICIO LOPES (OAB 33727/CE) - Processo 0201378-05.2024.8.06.0137 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: V.D.S.J. - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada em razão de não ter sido demonstrado os requisitos autorizadores de sua concessão inseridos no art. 300 do CPC. CITE-SE pessoalmente a parte demandada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para comparecer à audiência de conciliação e mediação junto ao CEJUSC. O mandado de citação deverá conter: 1) os dados necessários à referida audiência; 2) a observação de que a parte ré deve estar acompanhada de advogado no ato; 3) a advertência de que o não comparecimento injustificado à audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa; 4) o alerta de que o prazo de 15 dias para contestar o pedido, por imposição legal, terá como termo inicial a data da referida audiência; 5) a observação de que, caso não tenha interesse na realização da audiência, deverá informar, por petição, no mínimo com 10 (dez) dias de antecedência da realização do ato. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC para agendamento e processamento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO. Intime-se o(a) requerente sobre a audiência acima referida, por meio do seu advogado, com a advertência expressa do art. 334, § 8º, CPC. Havendo transação, tragam-me os autos conclusos para análise e homologação. Sendo caso de intervenção do Ministério Público, abra-se vista com prazo de 30 (trinta) dias antes da conclusão. Não havendo transação, aguarde-se o prazo de contestação. A secretaria deverá se atentar para a prática dos atos ordinatórios necessários, sobretudo com relação às intimações para réplica, abertura de vista ao Ministério Público e intimação para juntada de novo endereço etc.

ADV: MARIA HELENA DOS SANTOS BRASIL (OAB 4925/CE) - Processo 0237712-58.2024.8.06.0001 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.G.O.S. - De ordem do MM. Juíz titular desta Unidade Judiciária e com fundamento no Código de Normas Judiciais do Poder Judiciário do Estado do Ceará (Provimento nº 02/2021/CGJCE), AGENDO a audiência de Entrevista para o dia 03/12/2024 às 09h:00min, a qual ocorrerá de forma presencial na sala de audiências da Segunda Vara no Fórum da Comarca de Pacatuba/CE, no endereço supra mencionado no timbre deste documento. Segue para intimações e demais expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0407/2024

Processo 0007775-84.2012.8.06.0137 - Imissão na Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Giuseppe Platania - REQUERIDO: ADONIAS SILVA TEOBALDO - Ante o exposto, na forma do art. 485, inciso VI, do CPC, RECONHEÇO A ILEGITIMIDADE PASSIVA do réu ADONIAS SILVA TEOBALDO, ficando excluído da relação jurídica processual. Considerando que o atual ocupante do imóvel compareceu espontaneamente nos autos, inclusive com peça contestatória, determino o cumprimento das seguintes providências: 1) Intime-se o autor para que promova a adequação do polo passivo com a inclusão do Sr. Francisco Firmino da Silva, que deixará de ser terceiro para ser parte, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção; 2) Vencido o prazo sem manifestação, tragam-me os autos conclusos; 3) Havendo correção do polo passivo na forma indicada, intime-se o réu Francisco Firmino da Silva para ciência e manifestação no prazo de 15 dias; 4) Proceda-se à atualização do cadastro dos autos. Nos prazos concedidos acima, as partes deverão indicar as provas que ainda pretendem produzir, sobretudo no que toca à oitiva de testemunhas e depoimento pessoal, sob pena de indeferimento. Na ocasião, deverão apresentar o respectivo rol. Sendo demonstrado o interesse probatório por qualquer das partes, designe-se audiência de instrução e julgamento para a primeira data desimpedida, oportunidade em que as partes também terão a oportunidade conciliatória. CUMPRA-SE.

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0200249-33.2022.8.06.0137**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Interditante	**Elizabeth Lima de Souza**
Curatelado	**Edmar Barbosa de Souza**
Custos Legis	**Ministério Público do Estado do Ceará**

O Dr. **Jhulian Pablo Rocha Faria** Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca de Pacatuba, Estado do Ceará.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Secretaria de Vara, foram processados os termos da interdição de EDMAR BARBOZA DE SOUZA, a requerimento de sua filha, Sra. **ELIZABETH LIMA DE SOUZA,** tendo a respectiva sentença, datada de 14/06/2024, nomeada a Sra.**ELIZABETH LIMA DE SOUZA**, curadora do interditando **EDMAR BARBOZA DE SOUZA**, e declara este incapaz de gerir sua pessoa e administrar seus bens, não podendo praticar sozinho os atos da vida civil, nem sendo apto ao trabalho, com diagnóstico de Doença de Traumatismo Cranioencefálico TCE (CID S06), necessitando da ajuda de terceiros. E para que chegue ao conhecimento de todos, determinou o Meritíssimo Juiz de Direito que se expedisse o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça do Estado do Ceará, por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias (§ 3º do art. 755, do Código de Processo Civil) e afixado no local de costume. **Dá-se a GRATUIDADE DA JUSTIÇA, conforme despacho de pág.41 destes autos.** Do que, para constar, foi passado o presente edital, o qual será afixado no local público de costume e publicado no Diário da Justiça deste Estado. Pacatuba, Estado do Ceará, data da assinatura eletrônica no sistema. Eu, *Janalice Ferreira da Silva,* o digitei e eu, *Bruna Lorena Bessa Silva*, Diretora de Secretaria, o conferi.

Jhulian Pablo Rocha Faria
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0408/2024

ADV: RODRIGO PIERRE LINHARES MATTOS (OAB 31416/CE) - Processo 0201503-70.2024.8.06.0137 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.S.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo audiência de conciliação para a data de 03 de fevereiro de 2025, às 09h10min, a ser realizada por videoconferência, através da plataforma digital Microsoft Teams. No dia e horário agendados devendo ser acessados por meio do link ou QR Code em anexo. https://link.tjce.jus.br/4ef7f0

COMARCA DE PACOTI - VARA UNICA DA COMARCA DE PACOTI

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACOTI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0335/2024

ADV: PAULO OTAVIO MOTA CORREIA (OAB 12090/CE), ADV: DORIDELZA IZABEL DE VACONCELOS ARAUJO (OAB 26159/CE) - Processo 0000111-80.2016.8.06.0195 (apensado ao processo 0000093-59.2016.8.06.0195) - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria Genelita dos Santos - REQUERIDO: Pedro Henrique Correia de Holanda - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em respondência na Vara Única de Pacoti, Dr. Daniel Gonçalves Gondim, fica Vossa Senhoria intimado/a para comparecer/participar da Audiência De instrução para o dia 17/02/2025 às 10:30h, a realização será por videoconferência através da plataforma MICROSOFT TEAMS conforme o link. Opção 1- link do Teams: https://link.tjce.jus.br/50d560 Opção 2- Através do seguinte QR Code:

ADV: LEONIDAS FURTADO BRAGA FILHO (OAB 25401/CE) - Processo 0000155-36.2015.8.06.0195 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Regis Flor Vieira - Visto, etc. Sobre os embargos de declaração com efeitos infrigentes fls. 195/199, ouça a parte embargada no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem os autos concluso. Expediente necessário.

ADV: VANIA MARIA GOMES DUWE (OAB 12235/CE) - Processo 0000392-91.2008.8.06.0138 - Restabelecimento de benefício amparo assistencial c/c ped tutela antecipada - Capacidade Processual - PROMOVENTE: Rosa Maria da Silva Nascimento - Visto, etc. Perícia designada fls. 196/197, advogados intimados fls. 198/199, porém a parte autora não foi encontrada conforme certidão fls. 207. À Advogada para informar endereço atual da autora, inclusive a informando da próxima perícia a ser designada Determino ainda manifestação no prazo de 05 dias, dos embargos de declaração fls. 201/204. Expediente necessário.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112-N/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0000446-07.2013.8.06.0195 - Procedimento Comum Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Francisca Patricio da Silva - REQUERIDO: Banco Finasa Bmc S.a - Visto, etc. Intime as parte dos retorno dos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, arquive-se. Expediente necessário.

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE) - Processo 0004094-35.2014.8.06.0138 - Execução Fiscal - Dívida Ativa (Execução Fiscal) - EXEQUIDO: Banco do Brasil S/A - Visto, etc. Intime as partes para requererem o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Expediente necessário.

ADV: FRANCISCO MARCELIO DE ALMEIDA FARIAS (OAB 6874-0/CE) - Processo 0006486-06.2018.8.06.0138 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Suely Maria Nogueira de Sousa Guerra - Visto, etc. Intime a parte autora, para manifestação da certidão fls. 145/149, e petições retro, no praazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES LEAL FILHO (OAB 17458/CE) - Processo 0200084-12.2024.8.06.0138 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.P.S. - Designo a audiência de Conciliação para 27/11/2024 às 10:00h, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: https://link.tjce.jus.br/04269a ou através do Qr Code:

ADV: JOHN FITZGERALD KENNEDY MESQUITA CASTELO BRANCO MOREIRA (OAB 49774/CE) - Processo 0200185-49.2024.8.06.0138 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: J.A.B.M.J. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em respondência na Vara Única de Pacoti, Dr. Daniel Gonçalves Gondim, fica Vossa Senhoria intimado/a para comparecer/participar da Audiência De conciliação para o dia 27/11/2024 às 09:30h, a realização será por videoconferência

através da plataforma MICROSOFT TEAMS conforme o link. Opção 1- link do Teams: https://link.tjce.jus.br/12ff0d Opção 2- Através do seguinte QR Code:

ADV: VALONIA KELREN FEITOSA DA SILVA (OAB 42436/CE) - Processo 0200266-32.2023.8.06.0138 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.G.S.L. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em respondência na Vara Única de Pacoti, Dr. Daniel Gonçalves Gondim, fica Vossa Senhoria intimado/a para comparecer/participar da Audiência De instrução para o dia 17/02/2025 às 09:30h, a realização será por videoconferência através da plataforma MICROSOFT TEAMS conforme o link. Opção 1- link do Teams: https://link.tjce.jus.br/4be2f9 Opção 2- Através do seguinte QR Code:

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACOTI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0336/2024

ADV: JAMILLY BARBOSA DE FREITAS (OAB 30431/CE) - Processo 0006270-45.2018.8.06.0138 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - INDICIADO: Emerson Souza Pereira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em respondência na Vara Única de Pacoti, Dr. Daniel Gonçalves Gondim, fica Vossa Senhoria intimado/a para comparecer/participar da Audiência de instrução para o dia 30/01/2025 às 10:30h, a realização será por videoconferência através da plataforma MICROSOFT TEAMS conforme o link. Opção 1- link do Teams: https://link.tjce.jus.br/3ba98c Opção 2- Através do seguinte QR Code:

ADV: EVERTON DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 20148/CE) - Processo 0006391-44.2016.8.06.0138 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - VÍTIMA: Francisco Robeci Pereira Barbosa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em respondência na Vara Única de Pacoti, Dr. Daniel Gonçalves Gondim, fica Vossa Senhoria intimado/a para comparecer/participar da Audiência de instrução para o dia 27/03/2025 às 10:00h, a realização será por videoconferência através da plataforma MICROSOFT TEAMS conforme o link. Opção 1- link do Teams: https://link.tjce.jus.br/7f7c7f Opção 2- Através do seguinte QR Code:

ADV: LIDENIRA CAVALCANTE MENDONÇA VIEIRA (OAB 16731/CE), ADV: PAULO CÉSAR MAGALHÃES DIAS (OAB 28487/CE) - Processo 0050022-62.2021.8.06.0138 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Simples - QUERELANTE: Versuka Moura Faria - QUERELADO: Antonio Iran da Silva Dias - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, de ordem do Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito em respondência na Vara Única de Pacoti, Dr. Daniel Gonçalves Gondim, fica Vossa Senhoria intimado/a para comparecer/participar da Audiência preliminar para o dia 19/11/2024 às 10:00h, a realização será por videoconferência através da plataforma MICROSOFT TEAMS conforme o link. Opção 1- link do Teams: https://link.tjce.jus.br/462399 Opção 2- Através do seguinte QR Code:

COMARCA DE PARACURU - VARA UNICA DA COMARCA DE PARACURU

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0692/2024

ADV: MANUEL MICIAS BEZERRA (OAB 10315/CE), ADV: DANIEL SOUSA NOGUEIRA NETO (OAB 17113/CE), ADV: TEREZINHA BERNADETE MAIA CABRAL (OAB 25060/CE), ADV: CRISTIANE DE MELO LEITE SAMPAIO (OAB 25780/CE) - Processo 0005856-80.2014.8.06.0140 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joaquim Moreira da Rocha - REQUERIDO: Messias Alexandre Leitão - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, informo que em razão da readaptação de pauta, a audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 04/03/2025 às 13:00h, foi REDESIGNADA para o dia 21/11/2024 às 14:00h. A referida audiência se realizará, em formato híbrido, na sala de audiências do fórum da Comarca de Paracuru/CE, no endereço supra mencionado no timbre deste documento. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se o ato de comunicação do juízo (art. 455, caput, do CPP). Pode a parte se comprometer de levar a testemunha à audiência, independentemente de intimação feita pelo advogado. Presume-se, entretanto, a desistência de sua inquirição, caso a testemunha não compareça. Link: https://link.tjce.jus.br/4b2540 QR CODE: ADVERTÊNCIAS: A audiência realizar-se-á de modo híbrido somente para advogados e membros do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias dos Entes e das Procuradorias da Administração Pública Indireta. Partes ouvidas em juízo e testemunhas deverão comparecer presencialmente ao fórum de Paracuru/CE, no dia e horário da audiência, a fim de se resguardar a autenticidade de suas manifestações. Partes e testemunhas domiciliadas em outras cidades deverão comparecer ao fórum do município onde residem para participarem da audiência na modalidade híbrida. O litigante que não forem prestar declarações em juízo, pode optar pelo comparecimento presencial ou por meio da sala virtual. O link de acesso ficará disponível nos autos. Problemas com o acesso à sala virtual serão de responsabilidade exclusiva de partes e procuradores, uma vez que é facultada a participação presencial na sala de audiências do fórum local.

Processo 0050534-73.2020.8.06.0140 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.E.F.S. - V.B.S. e outro - REQUERIDO: J.C.S. - De fato, compulsando os autos, verifico que de fato houve erro na hora de redigir o nome da autora, motivo pelo qual reconheço o erro material da sentença de fls. 112/115 e, em razão disso, retifico a sentença proferida aos autos, para consta o nome correto da autora como sendo Maria Erivana de Freitas dos Santos, o que faço com fundamento no disposto no art. 494, I, do Código de Processo Civil, restando inalterados os demais termos do julgado. Sem custas, nem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta decisão, expeçam-se os mandados necessários ao cumprimento da sentença, que passa a valer com a correção ora determinada.

ADV: BRUNO LEÃO BRITO (OAB 33174/CE) - Processo 0205901-14.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTUADO: Wesley Max Ferreira da Silva - Defiro conforme requer a Defensoria Pública à fl. 113. Considerando a inexistência de renúncia de mandato nos autos, intime-se o patrono habilitado à fl. 74, para apresentar resposta à acusação, no prazo legal. Expedientes necessários.

ADV: MAIRSON FERREIRA CASTRO (OAB 20026/CE), ADV: CARINA BRAUNA BRUNO (OAB 35485/CE) - Processo 0206067-88.2024.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTOR: J.P. - Intimem-se os advogados peticionantes à fl. 92/93 para regularizar a renúncia, anexando a comprovação de notificação ao constituinte, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO AURELIO MONTEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO LEANDRO SOUSA DE LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0693/2024

ADV: CARINA BRAUNA BRUNO (OAB 35485/CE) - Processo 0010476-86.2024.8.06.0140 (processo principal 0206067-88.2024.8.06.0300) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Crimes do Sistema Nacional de Armas - MASSA FALIDA: Matheus Melo Mota - Diante do exposto, indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva de Matheus Melo Mota, uma vez que a restrição de sua liberdade se faz necessária como forma de garantir a ordem pública. Intime-se a defesa e o membro do Ministério Público do teor da decisão. Determino que a decisão seja juntada aos autos da ação principal. Certificado trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO AURELIO MONTEIRO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA FRANCISCO LEANDRO SOUSA DE LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0695/2024

ADV: FRANCISCA FATIMA PINTO DE SOUZA (OAB 4056/CE), ADV: RODNEY RODRIGUES DE SOUZA (OAB 37845/CE) - Processo 0004988-05.2014.8.06.0140 - Execução de Alimentos - Pagamento - EXEQUENTE: Vitor Vagner de Sousa Duarte e Ismael Vinicius de Sousa Duarte ,rep. Por Antonia Vania Rodrigues de Sousa - EXEQUIDO: Manoel Bezerra Duarte - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 21 de janeiro de 2025, às 13:30h. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA FATIMA PINTO DE SOUZA (OAB 4056/CE), ADV: ANTONIO ESMERALDO FERREIRA SILVA (OAB 26202/CE), ADV: JOAQUIM HOLANDA CRUZ (OAB 27145/CE) - Processo 0014532-75.2018.8.06.0140 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.A.T.M. - REQUERIDO: A.M.O. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 21 de janeiro de 2025, às 14:00h.

ADV: ANDERSON HENRIQUE DE SOUZA (OAB 182746/SP) - Processo 0200112-71.2024.8.06.0140 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.F.C.P. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 21 de janeiro de 2025, às 09:00h.

ADV: LUCIANO BEZERRA DA COSTA (OAB 4218/CE), ADV: ANDERSON HENRIQUE DE SOUZA (OAB 39553A/CE) - Processo 0200229-96.2023.8.06.0140 (apensado ao processo 0200179-70.2023.8.06.0140) - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: B.R.F. - REQUERIDA: A.R.S.F. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 21 de janeiro de 2025, às 13:00h.

ADV: ANDERSON HENRIQUE DE SOUZA (OAB 182746/SP) - Processo 0200356-97.2024.8.06.0140 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Y.S.C.F. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 21 de janeiro de 2025, às 11:00h. O referido é verdade. Dou fé.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARACURU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0694/2024

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495-0/CE), ADV: ÉMILE MAGALHÃES BARBOSA (OAB 40298/CE), ADV: MURILO DA SILVA AMORIM (OAB 40566/CE) - Processo 0014372-50.2018.8.06.0140 - Inventário - Inventário e Partilha - ESPÓLIO: Espólio de Maria Ferreira da Rocha Souza - Defiro o pedido de dilatação do prazo formulado pela inventariante às fls. 115/116, concedendo o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, para juntar o extrato detalhado do ITCD nº 256387, indicando a relação de bens lançados para o calculo do recolhimento do referido imposto, sob pena de remoção da inventariança. Apresentado a manifestação pela inventariante, cumpra-se as demais determinações constante da decisão de fls. 110/111.

ADV: NATHÁLIA EDWIRGENS MARTINS DIAS XIMENES (OAB 33105/CE) - Processo 0050303-46.2020.8.06.0140 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.T.G. - Considerando a ausência das partes na audiência de conciliação à fl. 146, intime-se a parte autora para apresentar justificativa à ausência, informando se persiste interesse no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, advertindo-se que sua inércia ensejará a extinção do processo. Expedientes necessários.

ADV: POLLYANNA NASCIMENTO DE ARAUJO REGADAS (OAB 41339/CE) - Processo 0200470-36.2024.8.06.0140 - Inventário - Levantamento - REQUERENTE: Jairli do Carmo Pinheiro - Vistos em inspeção. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, anexando aos autos a certidão negativa de existência de dependentes do INSS e a declaração de inexistência/abdicação de outros herdeiros, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

COMARCA DE PEDRA BRANCA - VARA UNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0446/2024

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0004937-82.2014.8.06.0143 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.C.M. e outro - Defiro o pedido de desarquivamento dos autos formulado às

fls. 70. Intime-se a parte interessada para requerer o que entende de direito no prazo de 10 (dez) dias

ADV: PAULO ANTÔNIO MÜLLER (OAB 50564A/CE) - Processo 0007361-58.2018.8.06.0143 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Contruição Anapps- Associaçõa Nacional de Aposentados e Pensionista da Previdência Social - Assim, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar demonstrativo de cálculos discriminadoe atualizado do crédito, indispensável ao regular processamento, ou requerer o que entender necessário, sob as penalidades processuais. Expedientes Necessários.

ADV: CELSO ALVES DE MIRANDA (OAB 13063/CE) - Processo 0007424-83.2018.8.06.0143 - Representação Criminal/ Notícia de Crime - Difamação - QUERELANTE: A.G.M.M. -

ADV: NEI CALDERON (OAB 33485/CE), ADV: PALOMA BRAGA CHASTINET (OAB 18627/CE) - Processo 0008025-26.2017.8.06.0143 - Monitória - Assunção de Dívida - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A - REQUERIDO: Farmacia N.C.L.B Ltda Me e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, expeço o presente ato ordinatório para possibilitar a intimação das partes acerca de decisão de fls. 390/391.

ADV: CARLOS ANDRE GOMES SEVERIANO (OAB 35917/CE) - Processo 0200151-59.2024.8.06.0143 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.A.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, IMPULSIONO, nesta data, os autos com a finalidade de DESIGNAR AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 16/12/2024 às 16:00hs, a ser realizada no FÓRUM de Pedra Branca/CE.

ADV: CARLOS ANDRE GOMES SEVERIANO (OAB 35917/CE) - Processo 0200151-59.2024.8.06.0143 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: M.A.O. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a autora, por seu patrono, para apresentar o termo de compromisso devidamente firmado pela curadora provisória.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE), ADV: FRANCISCA AUCICARLA BEZERRA LEITE (OAB 46035/CE), ADV: ÍCARO GONÇALVES DA SILVA (OAB 37906/CE) - Processo 0200404-81.2023.8.06.0143 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Holanda de Oliveira - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - VI CONCLUSÃO. Cumpra-se os expedientes necessários para efetivação dessa decisão. Intimem-se as partes, para que exerçam a faculdade prevista no art. 357, §1º, do Código de Processo Civil, sob pena de preclusão.

ADV: CELSO ALVES DE MIRANDA (OAB 13063/CE) - Processo 0200456-43.2024.8.06.0143 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Narlla Nunes dos Santos de Oliveira - Cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partesde forma on-lineà Audiência de Conciliação na data de 04/02/2025 às 11:00h na sala VIRTUAL da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, por meio de plataforma Digital A audiência deverá ocorrer forma híbrida, podendo a parte optar por comparecer presencialmente na sala de audiências do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de Pedra Branca, situado na Av. Francisco Vieira Cavalcante, s/n, Bairro Posto II, Pedra Branca - CE, ou participar por meio de videoconferência através do aplicativo Microsoft Teams, disponível para download nas lojas de aplicativos de smartphones, como o Play Store e a APP Store, por exemplo. O acesso a Sala Virtual de Audiências da CEJUSC deve ser solicitado através do link abaixo com antecedência de 15 (QUINZE) minutos ao horário designado para a audiência. Link: https://link.tjce.jus.br/1ac033 Serão tolerados apenas 15 minutos de atraso, salvo excepcionalidades. Fica disponível o WhatsApp da Secretaria de Vara Única de Pedra Branca (85) 9 8221-4940, para eventual necessidade de contato. CERTIFICO, ainda, que os expedientes citatórios/intimatórios pertinentes devem ser realizados pelo Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior - NUPACI, motivo pelo qual encaminho os autos para a tarefa respectiva da Secretaria, para o devido cumprimento.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE), ADV: TATIANA MARA MATOS ALMEIDA (OAB 30165/CE) - Processo 0200497-44.2023.8.06.0143 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio Teixeira da Silva Filho - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - VI - CONCLUSÃO Cumpra-se com as determinações expostas nos tópicos da presente decisão. Intimem-se as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, exerçam a faculdade prevista no art. 357, §1º, do Código de Processo Civil, sob pena de preclusão, bem como tomem ciência de que a intimação das testemunhas será realizada na forma preconizada pelo art. 455 do mesmo código. Expedientes necessários.

ADV: ROMARIZ PINHEIRO DE SOUZA NETO (OAB 40858/CE) - Processo 0200591-89.2023.8.06.0143 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERENTE: A.C.H.C.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando que foi selecionado nome completo da parte e que é necessária a publicação da sentença no Diário de Justiça, com respeito ao segredo de justiça, expeço este ato ordinatório, reproduzindo o dispositivo da sentença (fls. 39/40) a seguir, com as modificações necessárias: "À guisa das considerações expendidas, homologo o acordo formulado entre as partes e, além disso, DECRETO o Divórcio do casal D.B.R. E A.C.H.C. R., para que surta seus legais e jurídicos efeitos, extinguindo o processo com julgamento do mérito (art. 487, III, 'b', CPC/15). A requerente voltará a usar o nome de solteira: A.C.H.C.. Custas e despesas processuais a cargo de ambas as partes, todavia com exigibilidade suspensa com relação a parte autora, ante o deferimento da gratuidade judiciária (art. 98, §3º, CPC). Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público. Registrada virtualmente. Publique-se. Intimem-se. Trânsito em julgado. Expedientes necessários. Essa sentença munida do trânsito em julgado, tem força de mandado de averbação, devendo ser encaminhada para o cartório competente. Após, arquivem-se, com as devidas baixas".

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0447/2024

ADV: CELSO ALVES DE MIRANDA (OAB 13063/CE) - Processo 0005123-08.2014.8.06.0143 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: JOÃO CAMPELO BRITO e outro - Assim, INDEFIRO o pedido de fl. 118, e determino a INTIMAÇÃO da inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder com o pagamento das custas processuais já determinados na sentença de fl. 104, sob pena de inscrição em dívida ativa. Expedientes Necessários.

ADV: JONAS ALVES DE SOUZA NETO (OAB 505533/SP) - Processo 0005784-21.2013.8.06.0143 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Qualificado - VÍTIMA: Matias Moreira da Silva - RÉU: Antonio Messias Nascimento da Silva e outro - Vieram-me os autos conclusos para reavaliação dos pressupostos da prisão cautelar decretada em desfavor de ANTONIO MESSIAS NASCIMENTO DA SILVA, preso cautelarmente desde a data de 24/07/2024, conforme decisão proferida

na decisão de fl. 42. Decido. Compulsando os autos, verifico que não ocorreu, desde a decisão de fl. 42, nenhuma alteração na situação fática que possa justificar a revogação da decisão de decretação da custódia cautelar, uma vez que ainda se fazem presentes os pressupostos que a autorizara, como já salientando anteriormente no decreto prisional, permanecendo intactos os fundamentos de fato e de direito que deram suporte àquela decisão. Vale dizer, não foram trazidos ao conhecimento do Judiciário fatos novos capazes de alterar os fundamentos exaustivamente elencados pelo juízo ao decretar a prisão preventiva do réu. Nessa linha de raciocínio, acompanhando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, tem-se que a interpretação do novo dispositivo legal não pode levar a decisões desarrazoadas, no sentido de ser possível a liberação de agente preso preventivamente tão somente em razão do decurso do tempo. Por certo, permitir a conclusão de que o simples decurso do prazo de noventa dias é o suficiente para tornar ilegal a custódia do agente que supostamente praticou crime grave e encontra-se preso como forma de assegurar a ordem pública, vulneraria o princípio da proporcionalidade, na vertente em que veda que o Estado proteja de forma deficitária os interesses coletivos. Com efeito, consoante entendimento da ilustre Ministra Laurita Vaz, taxar a prisão preventiva de ilegal com base unicamente nesses fundamentos é o mesmo que permitir uma contracautela, de modo indiscriminado, impedindo o Poder Judiciário de zelar pelos interesses da persecução criminal e, em última análise, da sociedade (HC 589544/SC). Conclui-se, assim, que o mero decurso de tempo não tem o condão de alterar a convicção formada anteriormente, consubstanciada na periculosidade demonstrada pelo réu. Salienta-se, neste diapasão, que é certo que a alteração operada na legislação Processual Penal teve por característica principal reforçar o comando constitucional de que qualquer espécie de prisão provisória deve ser utilizada excepcionalmente, isto é, apenas quando inexistirem outras medidas menos gravosas à liberdade do agente aptas a regular o caso; no entanto, conforme já dito, as medidas recentemente inseridas no Código não se apresentam suficientes no caso em apreço, para o acusado, sendo justificável a manutenção da custódia cautelar. Ante o exposto, revisados os fundamentos que ensejou a prisão cautelar do acusado, MANTENHO a prisão preventiva de ANTONIO MESSIAS NASCIMENTO DA SILVA, o que faço com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal. 3. Ciência ao réu, por meio de seu Defensor. Ciência ao Ministério Público. 4. Caso transcorram mais de 90 (noventa) dias, a contar da presente decisão, sem que sobrevenha sentença, tornem conclusos para reanálise dos pressupostos da prisão cautelar. 5. Inclua-se o processo em pauta de audiência de instrução, em data próxima, assim que possível.

ADV: ESTEFÂNIA PATRÍCIA PEREIRA OLIVEIRA (OAB 18727/PI) - Processo 0010187-81.2023.8.06.0143 (processo principal 0200551-27.2023.8.06.0299) - Insanidade Mental do Acusado - Crimes do Sistema Nacional de Armas - REQUERENTE: Daniel Coelho Simão Filho - Trata-se de Exame de Insanidade Mental com relação a AÇÃO PENAL movida pelo Ministério Público Estadual em desfavor do réu, DANIEL COÊLHO SIMÃO FILHO, pela suposta prática do delito capitulado no art. 147 e 331, ambos do CPB e artigo 14 da Lei nº 10.826/03. Como se observa da análise dos autos, o réu Daniel Coêlho Simão Filho, encontra-se preso desde a data de 29.08.2023. Atualmente, a ação penal encontra-se suspensa, aguardando o resultado da perícia nestes autos de Insanidade Mental do acusado. É o relatório. Decido. Após a edição da Lei 13.964 de 2019, com início de vigência em 23 de janeiro de 2020, norma popularmente denominada de pacote anticrime, promoveram-se inúmeras alterações no Código de Processo Penal, bem como em inúmeras normas penais. Dentre as modificações em referência, têm-se a mudança do art. 316 e a inclusão de seu parágrafo único. Além do mais o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Portaria da Presidência n º 278 de 3 de setembro de 2024 estabeleceu procedimentos e diretrizes para a realização do Mutirão Processual Penal nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais do país, a serem realizados entre os dias 1 a 30 de novembro de 2024, onde serão revisadas as prisões preventivas com duração maior que um ano. Verifica-se que o acusado encontra-se preso há 1 ano, 2 meses e 13 dias, nos presentes autos e reexaminando os motivos que ensejaram o decreto prisional, entendo que para significativo número de delitos previstos em lei, mesmo na sentença final, pode o acusado ser beneficiado com o cumprimento da pena no regime aberto ou semi-aberto, ou mesmo ter a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos, mostrando-se, portanto, completamente desproporcional a decretação de custódia cautelar quando, o magistrado, ao vaticinar tomando por base a pior das imputações, concluir ainda assim que as penas não seriam suficientes para a adoção do regime fechado. No caso em tela, temos que os elementos de informação colhidos na fase policial fazem prova da materialidade e apontam para a autoria do acusado. Nada obstante, entendo ausentes os requisitos aptos a sustentar a decretação da prisão preventiva, uma porque o acusado goza de bons antecedentes, outra porque não há qualquer informação que aponte para a tentativa de fuga do distrito da culpa. É cediço que as recentes reformas na Lei Processual Penal, buscando alternativas ao encarceramento cautelar, bem como visando criar uma proporcionalidade entre a medida cautelar deferida e o crime, admitiu a possibilidade de imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Ante o exposto, por entender adequado ao caso em análiseREVISO E REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO DANIEL COÊLHO SIMÃO FILHO e diante da necessidade de resguardar a ordem pública, fixo as medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal,determinando ao acusado: A) Comparecimento perante a autoridade judicial todas as vezes que para tanto for intimado; B) Proibição de se ausentar da Comarca onde reside, por mais de 07 (sete) dias sem prévia autorização judicial; C) Comparecimento mensal e obrigatório ao fórum, local onde reside, para justificar suas atividades, até o 5° dia útil de cada mês; D) Recolhimento domiciliar no período noturno, a partir das 22h até às 06h do dia seguinte, todos os dias, incluindo feriados e finais de semana; 1- EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA, se por outro motivo não estiver preso. 2- Advirta-se que o não cumprimento das obrigações acima expostas poderá ensejar nova decretação de prisão preventiva. 3- Junte-se cópia desta decisão na ação principal. 4- Ciência ao Ministério Público e a defesa acerca da presente decisão. 5- Oficie-se à Secretaria de Saúde do Estado solicitando resposta do relatório biopsicossocial realizado no acusado Daniel Coêlho Simão Filho. 6- Oficie-se a PEFOCE, solicitando o resultado da perícia que estava agendado para o dia 16/10/2024, tendo como réu DANIEL COÊLHO SIMÃO FILHO.

ADV: HEPAMINONDAS FEITOSA SOBRINHO (OAB 14164/CE) - Processo 0200588-03.2024.8.06.0143 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Francisca Viana de Souza Lonhnhoff - Analisando os autos, verifico que se trata de demanda de competência Cível Comum, distribuída após 14/10/2024, ou seja, após a instalação e utilização do sistema Processo Judicial Eletrônico PJe, portanto, em desacordo com as normas legais, assim determino o cancelamento da distribuição deste feito, em consonância com as Portarias nºs. 2039/2024 e 2037/2024, todas do TJCE. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Intime-se. Nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

COMARCA DE PENTECOSTE - VARA UNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0351/2024

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0200574-16.2024.8.06.0144 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.S.S.S. - Designo a audiência de Conciliação para 09/12/2024 às 11:30h Pentecoste/CE, 11 de novembro de 2024. Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/2509e2

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO NETO (OAB 32418/CE), ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0200579-38.2024.8.06.0144 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: W.C.P. - REQUERIDA: S.F.P. - Designo a audiência de Conciliação para 09/12/2024 às 11:00h Pentecoste/CE, 11 de novembro de 2024. Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/3jb9oq

ADV: FERNANDA KELLY BARROS SILVA (OAB 49999/CE) - Processo 0200583-75.2024.8.06.0144 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.C.S.R. - Designo a audiência de Conciliação para 09/12/2024 às 10:30h Pentecoste/CE, 11 de novembro de 2024. Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/630fe4

ADV: FERNANDA KELLY BARROS SILVA (OAB 49999/CE) - Processo 0200691-07.2024.8.06.0144 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.S.M.S. - Designo a audiência de Conciliação para 09/12/2024 às 10:00h Pentecoste/CE, 11 de novembro de 2024. Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/409aa8

ADV: ANTÔNIA VALÉRIA BRAGA FIRMIANO (OAB 10829/CE) - Processo 0205870-70.2023.8.06.0300 (apensado ao processo 0205364-81.2024.8.06.0293) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Fernando de Lima Silva e outro - Vistos. Tendo em vista o parágrafo único do art. 316 do CPP, que determina a revisão de ofício da necessidade da manutenção da prisão preventiva decretada, a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, passo a me manifestar sobre a prisão de Fernando de Lima Silva e Rony Peterson Alves Oliveira, imputados a eles o crime tipificado no art. 121, §2º, inciso I, c/c artigo 14, II, ambos do Código Penal, sob a acusação de que, no dia 12/07/2023, nesta urbe, os réus, por motivo torpe, tentaram ceifar a vida de Francisco Geovane da Silva Sousa, mediante disparos de arma de fogo. Denota-se, portanto, que em reverência ao caráter transitório da prisão preventiva, o legislador estabeleceu que o juiz reavalie a determinação de acautelamento, de ofício, a cada lapso temporal de 90 (noventa) dias. Tal entendimento reforça a orientação emitida pelo Conselho Nacional de Justiça através da Resolução 66/2009: Art. 3º - Verificada a paralisação por mais de três meses dos inquéritos e processos, com indiciado ou réu preso, deverá a Secretaria ou o Cartório encaminhar os autos imediatamente à conclusão do juiz para que sejam examinados. Como visto, a norma estabelece que o reexame da presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva deve ser realizado a cada 90 dias. Contudo, não se trata de termo peremptório, isto é, eventual atraso na execução deste ato não implica automático reconhecimento da ilegalidade da prisão, tampouco a imediata colocação do custodiado cautelar em liberdade. Nesse sentido: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, ROUBO, FURTO, ESTELIONATO, FALSIDADE IDEOLÓGICA E LAVAGEM DE DINHEIRO. MERA REITERAÇÃO DE OUTRO WRIT. DESCABIMENTO. REVISÃO NONAGESIMAL DA CUSTÓDIA. ENTENDIMENTO DO STF NA ADI 6.581. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Os argumentos quanto à falta de fundamentação para a manutenção da prisão, à inexistência de provas e à substituição da prisão por outras cautelares constituem mera reiteração do HC 715.420/MT, já rejeitado com trânsito em julgado. 2. Conforme a decisão do STF na ADI 6.581, a falta de revisão da prisão preventiva a cada 90 dias não enseja automaticamente a revogação da custódia ou o reconhecimento de qualquer nulidade, mas somente a interpelação do juízo responsável para que faça a reavaliação legalmente determinada. 3. A demora para a conclusão dos atos processuais não pode ser verificada da simples análise dos prazos previstos em lei, devendo ser examinada de acordo com os princípios da razoabilidade e conforme as peculiaridades do caso concreto. 4. Tratando-se de processo complexo, com multiplicidade de réus e que segue marcha regular, não há, ao menos no presente momento, excesso de prazo na prisão preventiva. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 756.968/MT, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 14/11/2022, DJe de 18/11/2022.) Ressalte-se que é pressuposto para a prisão preventiva a materialidade do crime e indícios de autoria, consoante art. 312 do CPP, as quais foram devidamente tratados na decisão de decretação preventiva, sendo que a prova da autoria somente se faz necessária para a condenação. As circunstâncias em que o crime foi executado, revelam a gravidade e repercussão dos fatos, pois o fato ocorreu em decorrência de disputadas de organizações criminosas. A necessidade da custódia cautelar, portanto, justifica-se pela gravidade do crime em razão das circunstâncias relacionadas com a conduta delituosa, demonstrada concretamente no presente caso, o que evidencia o perigo que solto, os réus trazem a comunidade. Vale ressaltar que, além da gravidade e a violência acentuada na prática do delito, o contexto dos fatos narrados na denúncia, o fato de o réu Fernando de Lima Silva possuir outros processos em seu desfavor, nos termos da certidão de antecedentes criminais 83/85, inclusive de mesma matéria, revelam a periculosidade do agente, sendo necessário a segregação cautelar para garantia da ordem pública. Merece destaque o seguinte julgado: RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. DIVERSOS DISPAROS DE TIROS CONTRA A VÍTIMA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RESPONDE A OUTROS PROCESSOS CRIMINAIS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. DELITOS COMPLEXOS. PLURALIDADE DE RÉUS. RECORRENTE PRONUNCIADO. SESSÃO DO TRIBUNAL DO JURI DESIGNADA. TRÂMITE REGULAR DO FEITO. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP. Na hipótese dos autos, verifica-se, que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, pois resta demonstrada a periculosidade do ora agravante, ante o modus operandi - o recorrente, associado a três comparsas armados, em razão de richa de quadrilhas de tráfico de drogas, dispararam vários tiros contra a vítima, que veio a óbito -, bem como pelo risco de reiteração delitiva, haja vista que responde a outros processos criminais, recomendando-se a sua custódia cautelar para garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. 2. Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, inquéritos e ações penais em curso constituem elementos capazes de demonstrar o risco concreto de reiteração delituosa, justificando a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública. 3. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada. 4. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas. 5. Esta Corte Superior tem o entendimento de que, somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais. Na hipótese, não restou caracterizada a existência de mora na tramitação do processo

que justifique o relaxamento da prisão preventiva, porquanto este tem seguido seu trâmite regular. O maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a uma pluralidade de réus (4), delitos de homicídio qualificado e associação criminosa. Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem verifica-se que o recorrente foi pronunciado em 20/3/2018, marcada a sessão do plenário para 28/5/2019, a qual não foi realizada, sendo designada para 18/6/2020. Assim, não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputada ao Judiciário a responsabilidade pela demora, como bem fundamentado pelo Tribunal de origem. 6. Recurso em habeas corpus desprovido. (RHC n. 102.571/ES, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 4/2/2020, DJe de 13/2/2020.) (grifou-se) Além disso, há informações nos autos de que os réus são integrantes de organização criminosa. Dessa forma não verifico nos autos qualquer fato novo apto a derrogar os fundamentos pelos quais os acusados tiveram a prisão preventiva decretada, continuando insuficientes as medidas cautelares alternativas no caso concreto. Portanto, verifica-se que permanece a necessidade da manutenção da prisão preventiva decretada, bem como inexistem motivos para o seu relaxamento. Isso posto, MANTENHO a decisão que decretou a prisão preventiva dos acusados Fernando de Lima Silva e Rony Peterson Alves Oliveira. Intimem-se. Por fim, acolho a manifestação ministerial de página 93. Renovem-se os expedientes citatórios do denunciado Rony Peterson Alves Oliveira no endereço fornecido pelo parquet. Cumpra-se. Publique-se. Com urgência por se tratar de corréu preso. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0352/2024

ADV: MARIA CLARA RODRIGUES PINHO (OAB 8308/CE) - Processo 0200580-23.2024.8.06.0144 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: M.E.G.A. - Designo a audiência de Conciliação para 03/02/2025 às 09:30h Pentecoste/CE, 12 de novembro de 2024. Link da audiência agendada: https://link.tjce.jus.br/443c8b

COMARCA DE PEREIRO - VARA UNICA DA COMARCA DE PEREIRO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEREIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1041/2024

ADV: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA (OAB 21233/PE), ADV: MANOEL ROZEMBERGUE CARLOS DANTAS (OAB 35655/CE) - Processo 0200259-82.2024.8.06.0145 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonia Nubia Matias - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especificarem outras provas que pretendem produzir, justificando-as. O silêncio será interpretado como concordância com o julgamento no estado em que o processo se encontra. Findo o prazo, faça-se nova conclusão. Expedientes necessários. Pereiro/CE, datado e assinado digitalmente. Marcelo Veiga Vieira Juiz Substituto - Em Respondência

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0200293-28.2022.8.06.0145 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S.A. - Foi interposto Recurso por ELIZEU LIMA BARBOSA, acostado às fls. 169/175, contra-arrazoado às fls.185/190. Entretanto, da sentença de fls.148/156, foram apresentados embargos de declaração às fls. 165/167, ainda não decididos. Portanto, a Turma Recursal deu baixa na distribuição e determinou o retorno dos os autos a este juízo de origem. Nesse esteio, intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar contrarrazões ao embargos de fls. 165/167. Após, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos para decisão. Pereiro/CE, data e hora do sistema. Marcelo Veiga Vieira Juiz

ADV: FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA (OAB 35146/CE) - Processo 0201313-27.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - ACUSADO: Diogo Henrique Fonseca da Silva e outro - Com a juntada dos laudos, DECLARO ENCERRADA à instrução. Vista dos autos ao Ministério Público e à defesa para apresentação de memoriais escritos, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: JOSÉ CLAUDECIR SANTOS INÁCIO (OAB 39282/CE) - Processo 0201895-34.2023.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Douglas Pereira da Silva - Considerando que decorreu in albis o prazo para o réu apresentar resposta à acusação, nomeio para patrocinar a sua defesa, o Dr. JOSÉ CLAUDECIR SANTOS INÁCIO, OAB/CE 39.282, e-mail: claudecir_santos2007@hotmail.com, constante no Anexo I do Edital nº 05/2023/CGJCE (Cadastro de Advogados Dativos - Relação Definitiva - 4ª Zona Judiciária), que deverá ser intimado para dizer se aceita o múnus, e, em o aceitando, apresentá-la, no prazo de lei. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEREIRO
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO VEIGA VIEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DANDARA LEITE DE QUEIROZ MATIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1042/2024

ADV: FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA (OAB 35146/CE), ADV: IGOR LEITÃO CHAVES CRUZ (OAB 39741/CE) - Processo 0200040-40.2022.8.06.0145 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Carlos Charles Ferreira de Sousa - José Douglas Alves de Queiroz - Desse modo, em face do veredicto do Conselho de Sentença, declaro CONDENADOS os acusados JOSÉ DOUGLAS ALVES DE QUEIROZ e CARLOS CHARLES FERREIRA DE SOUSA nas penas prescritas 121, § 2°, inciso IV, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro, pelo cometimento do crime de homicídio qualificado tentado contra a vítima GENILDO ROCHA CARLOS. Assim, em obediência à soberania dos veredictos do Tribunal do Júri, passo a realizar a dosimetria da pena, em observância ao princípio constitucional de sua individualização (Constituição da República, art. 5º, XLVI) e consoante o disposto nos art. 59 e 68 do Código Penal. JOSÉ DOUGLAS ALVES DE QUEIROZ 1ª Fase: a) Culpabilidade: normal à espécie; b) Antecedentes: réu sem maus antecedentes de acordo com certidão de fls. 1.105; c) Conduta social: pelos elementos colhidos nos autos, constato que não há elementos seguros para o seu juízo positivo ou negativo. Portanto, tal circunstância não deve ser considerada em desfavor do acusado. d) Personalidade: pelos elementos colhidos nos autos, não se pode aferir tal circunstância judicial, motivo pelo qual a mesma não deverá ser considerada em seu desfavor. e) Motivos: não foram valorados motivos desabonadores além daqueles relacionados ao tipo penal; f) Circunstâncias: As circunstâncias do crime são desfavoráveis, pelo fato de ter o acusado tentando ceifar a vida da vítima em local público, o que colocou a vida em risco de crianças que estavam no local; g) Consequências: próprias dos delitos dolosos em apreço. h)

Comportamento da vítima: a vítima não contribuiu para a prática da conduta delitiva em comento. Nesse diapasão, considerando como necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, especialmente observando as circunstâncias do crime, circunstância judicial prejudicial ao mesmo, e utilizando-se da teoria do 1/8 um oitavo (precedente do percentual no HC nº 739080, Ministro Ribeiro Dantas, decisão de 14/06/2022), fixo a pena-base em: 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão. 2ª Fase: Passo à segunda fase de fixação das penas, e constato que não há incidência de agravantes ou atenuantes, fixo a pena intermediária em 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão. 3ª Fase: Na terceira fase da dosimetria da pena assinalo que não concorrem causas de aumento. De outro lado, tratando-se de delito tentado e observando o iter criminis percorrido, tenho que é o caso reduzir a pena de 1/3 (um terço), e torno a pena de forma definitiva em 09 (nove) anos e 6 (seis) meses de reclusão. DETRAÇÃO DA PENA E PENA DEFINITIVA Conforme sabedoria trazida pelo art. 42 do Código Penal, o tempo de prisão provisória, de qualquer espécie, deve ser computado como cumprimento de pena. No caso, a detração penal não importará na alteração do regime prisional, pelo que postergo sua aplicação para quando da expedição da guia de execução penal. REGIME DE CUMPRIMENTO Fixo como regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade o FECHADO, nos termos do art. 59 c/c art. 33, §1º, alínea a, ambos do Código Penal. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA Incabível, na hipótese, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44 do Código Penal, posto que a pena superou o patamar de 04 (quatro) anos, além do que o crime foi praticado mediante violência. Igualmente e pelos mesmos motivos, incabível a suspensão condicional da pena, consoante o artigo 77 do Código Penal. DA LIBERDADE PARA RECORRER E DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA PENA Já decidiu o Supremo Tribunal Federal, conforme Tema 1068 que A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada (STF. Plenário. RE 1.235.340/SC, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 12/09/2024 (Repercussão Geral - Tema 1068) (Info 1150). O STJ acompanhou o Supremo e passou a decidir que: Não configura flagrante constrangimento ilegal a imediata execução da condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada, nos termos da tese fixada pelo STF no julgamento do RE n. 1.235.340/SC (Tema 1.068), em sede de Repercussão Geral. STJ. 6ª Turma. AgRg no HC 788.126-SC, Rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador convocado do TJDFT), Rel. para acórdão Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 17/9/2024 (Info 826). AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA IMPOSTA PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PENA SUPERIOR A 15 ANOS DE RECLUSÃO. ART. 492, I, E DO CPP. ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI N. 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME). APLICABILIDADE IMEDIATA. ENTENDIMENTO DO STF. TEMA 1.068 DA REPERCUSSÃO GERAL. QUANTUM DA PENA. IRRELEVÂNCIA. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em diversas oportunidades, tem declarado a nulidade das decisões que afastam a aplicação do art. 492, I, e, do Código de Processo Penal, por violação da Súmula Vinculante 10 e da cláusula de reserva de Plenário, pois tal afastamento configura controle difuso de constitucionalidade que demanda a manifestação do órgão pleno ou do órgão especial.2. A jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça já vinha se alinhando ao entendimento do STF, aplicando a execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri. Precedentes.3. No julgamento do RE n. 1.235.340/SC (Tema 1.068 da Repercussão Geral), finalizado em 12/9/2024, o STF deu interpretação conforme à Constituição ao art. 492 do CPP, excluindo o limite mínimo de 15 anos para a execução da condenação imposta pelo Tribunal do Júri, firmando a tese de que a soberania dos veredictos autoriza a imediata execução da pena, independentemente do total da pena aplicada.4. Diante do posicionamento vinculante do STF e da recente orientação do STJ, torna-se inviável a concessão de habeas corpus que contrarie tais precedentes, devendo-se aplicar imediatamente a prisão ao réu condenado pelo Tribunal do Júri.5. Agravo regimental provido. (AgRg no HC n. 788.126/SC, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do Tjdft), relator para acórdão Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 17/9/2024, DJe de 27/9/2024.) Com esteio, não concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, uma vez que não é razoável nem jurídico, manter solto um réu que foi soberanamente julgado culpado pelo Tribunal do Júri. Assim, determino a prisão do acusado com a expedição do mandado de prisão para cumprimento provisório da pena. FIXAÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Deixo de fixar o valor mínimo do dano, nos termos do artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, por ausência de parâmetros, uma vez que não houve contraditório, tampouco pedido expresso nesse sentido. Vale ressaltar que os familiares poderão requerer a reparação de danos no competente Juízo Cível. CARLOS CHARLES FERREIRA DE SOUSA 1ª Fase: a) Culpabilidade: normal à espécie: b) Antecedentes: réu primário e sem maus antecedentes, de acordo com certidão de fls. 1.111; c) Conduta social: pelos elementos colhidos nos autos, constato que não há elementos seguros para o seu juízo positivo ou negativo. Portanto, tal circunstância não deve ser considerada em desfavor do acusado. d) Personalidade: pelos elementos colhidos nos autos, não se pode aferir tal circunstância judicial, motivo pelo qual a mesma não deverá ser considerada em seu desfavor. e) Motivos: não foram valorados motivos desabonadores além daqueles relacionados ao tipo penal; f) Circunstâncias: As circunstâncias do crime são desfavoráveis, pelo fato de ter o acusado tentando ceifar a vida da vítima em local público, o que colocou a vida em risco de crianças que estavam no local; g) Consequências: próprias dos delitos dolosos em apreço. h) Comportamento da vítima: a vítima não contribuiu para a prática da conduta delitiva em comento. Nesse diapasão, considerando como necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, especialmente observando a culpabilidade do agente, circunstância judicial prejudicial ao mesmo, e utilizando-se da teoria do 1/8 um oitavo (precedente do percentual no HC nº 739080, Ministro Ribeiro Dantas, decisão de 14/06/2022), fixo a pena-base em: 14 (quatorze) anos e 03 (três) meses de reclusão. 2ª Fase: Passo à segunda fase de fixação das penas, e constato que o réu era ao tempo do fato menor de 21 anos de idade, reconheço a atenuante da menoridade relativa. Fixo a pena intermediária em 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão. 3ª Fase: Na terceira fase da dosimetria da pena assinalo que não concorrem causas de aumento. De outro lado, tratando-se de delito tentado e observando o iter criminis percorrido, tenho que é o caso reduzir a pena de 1/3 (um terço), e torno a pena de forma definitiva em 07 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão. DETRAÇÃO DA PENA E PENA DEFINITIVA Conforme sabedoria trazida pelo art. 42 do Código Penal, o tempo de prisão provisória, de qualquer espécie, deve ser computado como cumprimento de pena. No caso, a detração penal não importará na alteração do regime prisional, pelo que postergo sua aplicação para quando da expedição da guia de execução penal., REGIME DE CUMPRIMENTO Fixo como regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade o SEMIABERTO, nos termos do art. 59 c/c art. 33, §1º, alínea b, ambos do Código Penal. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA Incabível, na hipótese, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do artigo 44 do Código Penal, posto que a pena superou o patamar de 04 (quatro) anos, além do que o crime foi praticado mediante violência. Igualmente e pelos mesmos motivos, incabível a suspensão condicional da pena, consoante o artigo 77 do Código Penal. DA LIBERDADE PARA RECORRER E DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA PENA Já decidiu o Supremo Tribunal Federal, conforme Tema 1068 que A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada (STF. Plenário. RE 1.235.340/SC, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 12/09/2024 (Repercussão Geral - Tema 1068) (Info 1150). O STJ acompanhou o Supremo e passou a decidir que: Não configura flagrante constrangimento

ilegal a imediata execução da condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada, nos termos da tese fixada pelo STF no julgamento do RE n. 1.235.340/SC (Tema 1.068), em sede de Repercussão Geral. STJ. 6ª Turma. AgRg no HC 788.126-SC, Rel. Min. Jesuíno Rissato (Desembargador convocado do TJDFT), Rel. para acórdão Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 17/9/2024 (Info 826). AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO DE CONCESSÃO LIMINAR DA ORDEM DE HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE PENA IMPOSTA PELO TRIBUNAL DO JÚRI. PENA SUPERIOR A 15 ANOS DE RECLUSÃO. ART. 492, I, E DO CPP. ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI N. 13.964/2019 (PACOTE ANTICRIME). APLICABILIDADE IMEDIATA. ENTENDIMENTO DO STF. TEMA 1.068 DA REPERCUSSÃO GERAL. QUANTUM DA PENA. IRRELEVÂNCIA. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em diversas oportunidades, tem declarado a nulidade das decisões que afastam a aplicação do art. 492, I, e, do Código de Processo Penal, por violação da Súmula Vinculante 10 e da cláusula de reserva de Plenário, pois tal afastamento configura controle difuso de constitucionalidade que demanda a manifestação do órgão pleno ou do órgão especial.2. A jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça já vinha se alinhando ao entendimento do STF, aplicando a execução imediata da pena imposta pelo Tribunal do Júri. Precedentes.3. No julgamento do RE n. 1.235.340/SC (Tema 1.068 da Repercussão Geral), finalizado em 12/9/2024, o STF deu interpretação conforme à Constituição ao art. 492 do CPP, excluindo o limite mínimo de 15 anos para a execução da condenação imposta pelo Tribunal do Júri, firmando a tese de que a soberania dos veredictos autoriza a imediata execução da pena, independentemente do total da pena aplicada.4. Diante do posicionamento vinculante do STF e da recente orientação do STJ, torna-se inviável a concessão de habeas corpus que contrarie tais precedentes, devendo-se aplicar imediatamente a prisão ao réu condenado pelo Tribunal do Júri.5. Agravo regimental provido. (AgRg no HC n. 788.126/SC, relator Ministro Jesuíno Rissato (Desembargador Convocado do Tjdft), relator para acórdão Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 17/9/2024, DJe de 27/9/2024.) Assim, determino a extração de guia de cumprimento provisório da pena para que, no juízo da execução penal, o acusado cumpra o regime semiaberto. FIXAÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS Deixo de fixar o valor mínimo do dano, nos termos do artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, por ausência de parâmetros, uma vez que não houve contraditório, tampouco pedido expresso nesse sentido. Vale ressaltar que os familiares poderão requerer a reparação de danos no competente Juízo Cível. PROVIDÊNCIAS FINAIS Transitada em julgado esta sentença, determino à Secretaria que cumpra as seguintes providências: a) A comunicação da condenação ao Tribunal Regional Eleitoral, para a suspensão dos direitos políticos dos condenados, conforme art. 15, III, da Constituição da República, procedendo às anotações de estilo; b) Expeçam-se as guias de execução provisórias e formem-se autos na Comarca de Jaguaribe/CE; d) Proceda-se às demais anotações e comunicações necessárias, nos termos da normatização da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará. Custas processuais pelos réus, nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal. No entanto, dispenso ante a pobreza demonstrada. Publicada nesta assentada de julgamento do Tribunal do Júri da Comarca de Pereiro/CE, dou as partes por intimadas. Após, autos conclusos para o arbitramento dos honorários do Advogado Dativo. Registre-se e cumpra-se. Intime-se com as cautelas de estilo. Sala das Sessões do Tribunal do Júri de Pereiro/CE, 21h50min do dia 11 de novembro de 2024. Pereiro/CE, 11 de novembro de 2024. MARCELO VEIGA VIEIRA Juiz Presidente do Tribunal do Júri

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEREIRO
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO VEIGA VIEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA DANDARA LEITE DE QUEIROZ MATIAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1043/2024

ADV: FRANCISCO DIEGO FERNANDES BEZERRA (OAB 35146/CE), ADV: IGOR LEITÃO CHAVES CRUZ (OAB 39741/CE) - Processo 0200040-40.2022.8.06.0145 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Carlos Charles Ferreira de Sousa - José Douglas Alves de Queiroz - Expedientes necessários. Pereiro/CE, data e hora do sistema. Marcelo Veiga Vieira Juiz de Direito Substituto

COMARCA DE PINDORETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0358/2024

ADV: YURI FERREIRA DE MEDEIROS (OAB 32023/CE) - Processo 0005640-28.2019.8.06.0146 - Procedimento Comum Cível - Seguro Acidentes do Trabalho - REQUERENTE: Antônio Paixão dos Santos - Dessa forma, entendo que a perícia foi conclusiva e os argumentos expostos na impugnação não merecem prosperar. Sendo assim, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, indicarem se ainda possuem provas a produzir, especificando qual fato desejam provar, justificando a necessidade, pertinência e relevância da respectiva prova para o deslinde do feito, sob pena de preclusão. Consigne-se que, em não havendo manifestação a respeito, entender-se-á que não há interesse na produção de quaisquer outras provas além das que já figuram nos autos. Decorrido o prazo assinalado, retornem imediatamente os autos conclusos para análise de eventual requerimento ou, em sendo o caso, para o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: JOILTA GOMES DA SILVA (OAB 51176/CE) - Processo 0200372-67.2023.8.06.0146 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: J.R.S. - Em atendimento ao que dispõe o art. 399 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria-Geral de Justiça (Provimento 02/2021/CGJ), verifico que houve o trânsito em julgado, conforme certidão de pág. 65, bem como verifiquei dos autos que a sentença condenou o requerido ao pagamento das custas processuais. Certifico que para emitir as custas, acima referidas, atualizei o valor da causa em conformidade com as disposições constantes na Portaria Conjunta nº 2076/2017, da lavra do TJCE e CGJCE, para isso utilizei como parâmetro a data da propositura da ação que se deu em 19/09/2023 e do trânsito em julgado que ocorreu em 15/05/2024, diante disso o valor da causa corrigido perfaz o montante de R$ 4.096,24, conforme informação em anexo. Dessa Forma, intime-se a parte requerida José Ricardo da Silva, através de seu advogado, para que no prazo de 15 (quinze) dias efetue o pagamento das custas, conforme guias de recolhimento às págs. 66/69, sob pena de inscrição em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o pagamento devido, confeccione-se o Termo de Solicitação de Inscrição de Débito na Dívida Ativa do Estado do Ceará, e intime-se a PGE, através do portal eletrônico, para ciência e providências necessárias.

COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0401/2024

ADV: DEBORA MARNY DE AGUIAR PARENTE (OAB 11463/CE) - Processo 0050478-07.2020.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - AUTUADO: José Erivan de Sousa Lima - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, seguem os autos para confecção de expedientes no sentido de intimar o advogado constituído nos autos para apresentação de defesa preliminar do réu, tendo em vista a certidão de pág. 234.

ADV: ALEXANDRE BASTOS SALES (OAB 28621/CE), ADV: EMANUEL DE PÁDUA ALMEIDA DE PAIVA (OAB 33178/CE), ADV: FRANCISCO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 41585/CE) - Processo 0201040-57.2022.8.06.0151 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Nayana da Silva Lima - Francisco Mateus Silva de Aquino - Jardênia da Paz Loureiro e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, disponibilizado em 18/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, remeto os presentes autos para confecção de expedientes no sentido de intimar os Advogados constituídos pelos réus, via Diário da Justiça Eletrônico, a fim de tomar conhecimento acerca da audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 18 de Novembro de 2024, às 10h:30min, a qual será realizada presencialmente nesta Secretaria, no Fórum Des. Avelar Rocha, Av. Jesus Maria e José, s/n, Jardim Monolitos, Quixadá/CE.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0402/2024

ADV: PABLO JORGE AGUIAR DO REGO (OAB 31293/CE) - Processo 0201675-38.2022.8.06.0151 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: ALESSON DAVID EDUARDO DE LIMA e outros - Vistos etc. Trata-se de requerimento, realizado pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), documento de Informação às fls. 868/947, da viabilidade da revogação da prisão preventiva com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, temporariamente, ou a transferência da ré MARIA LARA SILVA FEITOSA, para outra unidade prisional, em razão das reformas na unidade prisional em que se encontra a ré. Segundo consta no documento de págs. 947, observa-se que a Juíza Auxiliar da Corregedoria de Presídios, Dra. Luciana Teixeira, responsável pela inspeção na Unidade Prisional Feminina Desembargadora Auri Moura Costa (UPF), entabulou tratativas visando ao aperfeiçoamento do berçário dessa unidade. A equipe de engenharia da Secretaria da Administração Penitenciária e Ressocialização (SAP) apresentou um projeto de reforma com previsão de conclusão entre 8 meses e 1 ano. No entanto, para viabilizar a referida reforma, é necessário dar destinação adequada às internas grávidas a partir do sétimo mês de gestação, bem como às mães e seus filhos que se encontram recolhidos na unidade. O representante do Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido, fundamentando na vedação legal à conversão, prevista no Art. 318 - A, inciso I, do Código de Processo Penal, dada a natureza do delito, crime doloso contra a vida, devidamente consumado, pugnando assim, pelo indeferimento do pedido, págs. 952/953. Ademais, requereu o Parquet, o desmembramento do feito, em relação a ALESSON DAVID EDUARDO DE LIMA, vulgo ALESSON PRATEADO e ANTÔNIO ERMINO CÂNDIDODE OLIVEIRA, vulgo PIU-PIU a fim de prosseguir a persecução em relação aos demais réus, assim o fazendo com base no art. 80 do CPP. É o relatório. Passo a decisão. O art. 318 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 13.257/16, dispõe sobre a possibilidade de concessão de prisão domiciliar quando a ré for mulher com filho de até 12 anos, in verbis: Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: (...) V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; (Grifei). Acrescenta-se, contudo, que em dezembro de 2018, com o advento da Lei n º 13.769, foram acrescentados ao Art. 318 do CPP, os institutos 318-A e 318-B no CPP, estabelecendo que a prisão preventiva decretada em face de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa e que não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente, conforme se vê a seguir: Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). I- não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). (grifei) II- não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. (Incluído pela Lei nº 13.769, de 2018). Em decisão emblemática proferida no Habeas Corpus Coletivo nº. 143641/SP, o Supremo Tribunal Federal afirmou que as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, têm, EM REGRA, direito subjetivo à prisão domiciliar, salvo se: a) tiver praticado crime mediante violência ou grave ameaça; b) tiver praticado crime contra seus descendentes (filhos e/ou netos); c) existirem situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício. Veja-se e ementa do julgado: Ementa: HABEAS CORPUS COLETIVO. ADMISSIBILIDADE. DOUTRINA BRASILEIRA DO HABEAS CORPUS. MÁXIMAEFETIVIDADE DO WRIT. MÃES E GESTANTES PRESAS. RELAÇÕESSOCIAIS MASSIFICADAS E BUROCRATIZADAS. GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS. ACESSO À JUSTIÇA. FACILITAÇÃO. EMPREGO DE REMÉDIOS PROCESSUAIS ADEQUADOS. LEGITIMIDADE ATIVA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DA LEI 13.300/2016. MULHERES GRÁVIDAS OU COM CRIANÇAS SOB SUA GUARDA. PRISÕES PREVENTIVAS CUMPRIDAS EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. INADMISSIBILIDADE. PRIVAÇÃO DE CUIDADOS MÉDICOS PRÉ-NATAL E PÓS-PARTO. FALTA DE BERÇARIOS E CRECHES. ADPF 347 MC/DF. SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO. ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL. CULTURA DO ENCARCERAMENTO. NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO. DETENÇÕES CAUTELARES DECRETADAS DE FORMA ABUSIVA E IRRAZOÁVEL. INCAPACIDADE DO ESTADO DE ASSEGURAR DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS ENCARCERADAS. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. REGRAS DE BANGKOK. ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. APLICAÇÃO À ESPÉCIE. ORDEM CONCEDIDA. EXTENSÃO DE OFÍCIO. I Existência de relações sociais massificadas e burocratizadas, cujos problemas estão a exigir soluções a partir de remédios processuais coletivos, especialmente para coibir ou prevenir lesões a direitos de grupos vulneráveis. II Conhecimento do writ coletivo homenageia nossa tradição jurídica de conferir a maior amplitude possível ao remédio heroico, conhecida como doutrina brasileira do habeas corpus. (...) VII Comprovação nos autos de existência de situação estrutural em que mulheres grávidas e mães de crianças (entendido o vocábulo aqui em seu sentido legal, como a pessoa de até doze anos de idade incompletos, nos termos do art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA) estão, de fato, cumprindo prisão preventiva em situação degradante, privadas de cuidados médicos pré-natais e pós-parto, inexistindo, outrossim berçários e creches para seus filhos. VIII Cultura do encarceramento que se evidencia pela exagerada e irrazoável imposição de prisões provisórias a mulheres pobres e vulneráveis, em decorrência de excessos na interpretação e aplicação da lei penal, bem assim da processual penal, mesmo diante da existência de outras soluções, de

caráter humanitário, abrigadas no ordenamento jurídico vigente. (...) XI Cuidados com a mulher presa que se direcionam não só a ela, mas igualmente aos seus filhos, os quais sofrem injustamente as consequências da prisão, em flagrante contrariedade ao art. 227 da Constituição, cujo teor determina que se dê prioridade absoluta à concretização dos direitos destes. XII Quadro descrito nos autos que exige o estrito cumprimento do Estatuto da Primeira Infância, em especial da nova redação por ele conferida ao art. 318, IV e V, do Código de Processo Penal. XIII Acolhimento do writ que se impõe de modo a superar tanto a arbitrariedade judicial quanto a sistemática exclusão de direitos de grupo hipossuficientes, típica de sistemas jurídicos que não dispõem de soluções coletivas para problemas estruturais. XIV Ordem concedida para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes. XV Extensão da ordem de ofício a todas as demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições acima. (STF. 2ª Turma. HC 143641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/2/2018. In casu, a requerente teve seu decreto de prisão preventiva autorizado por este juízo, no presente feito, vez que que a custódia cautelar da requerente mostra-se como o medida de salvaguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação penal, dado o evidente risco de reiteração delitiva por parte do acusada. Narra a denúncia que, no dia 16 de junho de 2022, por volta das 21h, na Vila Mariano, localidade de Pedras Brancas, zona rural da cidade de Banabuiú-CE, os acusados Alesson e Antônio Ermino, fazendo uso de arma de fogo e mediante união de desígnios, em cumprimento de ordens proferidas por Tarcísio e Maria Lara, atingiram a integridade física da vítima Joaquim Ribeiro de Lima, que, pela gravidade das lesões, foi o suficiente para causar-lhe o óbito. A materialidade delitiva denota-se a sua existência, sem muitas dificuldades, valendo-se dos autos investigativos, enfatizando aqui o exame cadavérico da vítima, acostado às págs. 13/19 e os demais relatos testemunhais. Quanto à autoria delitiva, resta demonstrada pelos depoimentos produzidos em sede policial e em juízo, destacando conforme acima mencionado, todo o teor do que foi apurado em inquérito. E aqui ressalto os depoimentos testemunhais que corroboram com os demais detalhes colhidos nos autos. A partir de uma análise perfunctória, em individualização de condutas, conforme bem aponta a representante do Ministério Público em sua manifestação, os elementos probatórios indicam que a ré ora requerente na cena do crime, atuou de modo a ser a mandante do delito. Verifico pelo compulsar os autos que o crime em análise faz parte do rol de delitos dolosos contra a vida, devidamente consumado, o que atraí a vedação legal prevista no no Art. 318 - A, inciso I, do Código de Processo Penal, como bem cita a representante do Ministério Público. Segundo consta no informativo da unidade prisional, o tempo médio de período de amamentação é de 1 (um) ano e 2 (dois) meses, consta também que a criança da ré, nasceu em 22/03/2023 (fl. 880), conclui-se então que hoje a criança conta com 1 (um) ano e 7 (sete) meses de idade, e que a ré amamentou somente até 22/09/2023. Ademais, trata-se de crime cometido com violência, situação excepcionada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decisão acima colacionada, no julgamento do HC 143641/SP, pela 2ª Turma do STF, com relatorial do Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/2/2018. A legitimidade da custódia cautelar, neste momento processual, no presente caso em concreto a meu entender, se encontra bem evidenciada dada a periculosidade e gravidade na ação delitiva cometida pela requerente, de modo que conceder possível prisão domiciliar à requerente, seria medida inadequada e incompatível com o princípio da paternidade responsável, disciplinado no Art. 226 da Constituição Federal de 1988, dado o ato delitivo que lhe é imputado. A concessão da prisão domiciliar no presente caso, na forma como requerida, se fundamentaria em benefício do filho, o que não restou comprovado nos autos, pela análise dos documentos acostados, verificando assim, De tal forma, permanecerem hígidos os requisitos de manutenção da prisão preventiva, sendo que in casu, há vedação legal a conversão em prisão domiciliar, em razão da natureza e o modus operandi operado no cometimento do delito, tratando-se de homicídio consumado, cujo crime fora cometido com violência, situação excepcionada pelo Supremo Tribunal Federal, conforme decisão acima colacionada, no julgamento do HC 143641/SP, pela 2ª Turma do STF, com relatorial do Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/2/2018. Ademais, no que pertine a revogação do decreto preventivo e concessão de cautelares, em consonância com o Ministério Público, tenho que permanecem hígidos os requisitos permissivos para o decreto preventivo, vez que já houve sentença de pronúncia. De outra, trata-se de feito com multidenunciados, sendo que o andamento processual face a complexidade do feito, encontra-se com marcha de atos dentro de sua regularidade, sendo que a prisão neste momento processual faz-se necessária para fins de garantia da ordem pública, da comprovação da gravidade em concreto do caso, e ainda para fins de garantia de aplicação da lei penal. Conceder eventual liberdade a mesma neste momento processual, seria medida inoportuna e inadequada nos termos legais, apta à gerar concreto risco a prejudicialidade da instrução criminal, com eventual coação as testemunhas e familiares da vítima. Nesta senda, medidas cautelares diversas tornam-se também insuficientes, dada a gravidade do delito, não havendo nos autos ainda, qualquer elemento garantidor, de que em liberdade, possa comparecer aos atos processuais, havendo concreto risco de recidiva delituosa e periculosidade da agente. DISPOSITIVO: Diante do exposto, em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o pedido de PRISÃO DOMICILIAR e subsidiário de REVOGAÇÃO DA PRISÃO com concessão de cautelares, de modo que MANTENHO em custódia cautelar a denunciada MARIA LARA SILVA FEITOSA, por toda a fundamentação acima exposta. Considerando a impossibilidade da mesma de permanecer na área do berçário, determino a transferência da ré para a unidade prisional feminina. Ciência ao Ministério Público e a defesa, bem como Oficie-se ao GMF sobre a presente decisão. Determino o desmembramento do feito, em relação a ALESSON DAVID EDUARDO DE LIMA, vulgo ALESSON PRATEADO e ANTÔNIO ERMINO CÂNDIDODE OLIVEIRA, vulgo PIU-PIU, a fim de prosseguir a persecução em relação aos demais réus, assim o fazendo com base no art. 80 do CPP, conforme requerido pelo Parquet. Providências necessárias.

COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0315/2024

ADV: EMANUELE FERREIRA NOBRE (OAB 26038/CE) - Processo 0027594-52.2018.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Francisco Valdecio Lopes de Sousa - Intime-se a advogada Emanuele Ferreira Nobre (OAB/CE: 26.038) para providenciar a juntada de procuração de substabelecimento, bem como apresentar as alegações finais por memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Com a juntada dos memoriais da defesa, remetam-se os autos

conclusos para sentença. Expedientes necessários.

ADV: MÍRIAN MELO BRITO (OAB 44660/CE) - Processo 0050066-76.2020.8.06.0151 - Inquérito Policial - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Gabriel da Silva - Intime-se novamente a advogada do autuado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente a comprovação do pagamento da prestação pecuniária estabelecida no acordo de não persecução penal, sob pena de comunicação à OAB/CE, conforme preconiza o art. 265 do Código de Processo Penal. Certificado o decurso do prazo sem qualquer manifestação, intime-se pessoalmente Gabriel da Silva para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte a comprovação da prestação pecuniária acordada no âmbito do referido acordo de não persecução penal.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0316/2024

ADV: ALYSSON ARAGÃO DE AGUIAR (OAB 27083/CE), ADV: EYLHA RIBEIRO GALVINO (OAB 43246/CE) - Processo 0000271-10.2013.8.06.0196 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMA: Antonio Ivon Matos Cunha - Diante do exposto, determino a habilitação e acesso dos advogados da vítima (fl. 208) aos autos para fins de consulta e/ou extração de cópias que julgarem pertinentes, sem necessidade de mudança da situação processual, conforme art. 3º, §3º da PORTARIA CONJUNTA Nº 11/2022/PRES/CGJCE, a qual dispõe sobre o processamento eletrônico para pedidos de desarquivamento de processos eletrônicos ou físicos, inclusive arquivados em unidades extintas, transformadas ou agregadas. Intimem-se os advogados (fl. 208). Após as providências, voltem-se os autos ao arquivo. Expedientes necessários.

ADV: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 35179/CE) - Processo 0010770-42.2023.8.06.0151 (apensado ao processo 0027698-44.2018.8.06.0151) - Petição Criminal - Estelionato - REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S.A. e outro - Em que pese a certidão de fl. 50, atestando que houve a intimação dos advogados do requerente: Dr. José Lídio Alves dos Santos (OAB/CE: 35.180A) e Dra. Roberta Beatriz do Nascimento (OAB/CE: 35.179A), via Diário de Justiça Eletrônico, não se verifica nos autos a certidão que comprova a efetiva intimação dos advogados para ciência da sentença de fls. 46/47. Sendo assim, determino nova intimação dos referidos advogados, via DJE, para ciência e cumprimento da sentença de fls. 46/47, na qual foi deferido o pedido de restituição do veículo de MARCA HONDA - CITY FLEX LX-MT 1 - ANO 2011/2012, PLACA OCH6758 ao requerente, BANCO ITAUCARD S/A, mediante termo nos autos. Após o integral cumprimento da sentença, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Expedientes necessários.

ADV: JOSE HUMBERTO TORRES (OAB 9002/CE), ADV: RICARDO ALEXANDRE PINHEIRO COSTA (OAB 15547-0/CE) - Processo 0018445-42.2012.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Fato Atípico - AUTOR: Ministério Público - RÉU: Henrique Jorge Lelis Rabelo - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO, por sentença, EXTINTA A PUNIBILIDADE DE HENRIQUE JORGE LELIS RABELO, com fulcro nos artigos 107, IV, 1ª figura, 109, III, ambos do Código Penal, em relação ao delito previsto no art. 337-E do Código Penal, tendo em vista o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal.

ADV: ROMERO DE SOUSA LEMOS (OAB 12257/CE), ADV: THIAGO CANDIDO VIANA (OAB 24815/CE), ADV: NARCELIO FERREIRA DA SILVA JUNIOR (OAB 26935/CE), ADV: CLAUDIO HUMBERTO LINS VICTOR (OAB 27478/CE) - Processo 0019546-46.2014.8.06.0151 (apensado ao processo 0028133-86.2016.8.06.0151) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência - RÉU: Antonio Welinton Xavier Queiroz - Carlos Bruno Tome Amorim e outros - Posto isto, reconheço o implemento do lapso prescricional da pretensão punitiva estatal e, com fundamento nos arts. 107, IV e 109, IV, ambos do CP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANTÔNIO DE PÁDUA DA SILVA, ANTÔNIO ELERI FERREIRA, ANTONIO WELINTON XAVIER QUEIROZ, CARLOS BRUNO TOMÉ AMORIM e FRANCISCO DAS CHAGAS CÂNDIDO em relação aos crimes do art. 90, da Lei n. 8666/1993, e dos arts. 288 e 347, caput e parágrafo único, ambos do Código Penal, em face da prescrição da pretensão punitiva em abstrato, assim como JULGO extinto o processo, sem apreciação do mérito da causa, com aplicação analógica (art. 3º, do CPP) do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, por carência superveniente da ação penal, face ao desaparecimento do interesse de agir da Justiça Pública quanto ao crime do art. 299, do Código Penal. Ficam revogadas as medidas cautelares eventualmente impostas anteriormente em desfavor dos réus nestes autos e dos seus dependentes.

COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0826/2024

ADV: EVANDO TAVARES DE LIMA FILHO (OAB 25270/CE) - Processo 0000322-84.2014.8.06.0196 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Itamar Almeida de Queiroz - Emite-se o presente ato ordinatório, conforme disposição expressa no Provimento nº 02/20211, da Corregedoria Geral de Justiça estadual, visando intimar o(a)(s) procurador(a)(es)(as) da(s) parte(s) requerente(s) para manifestação sobre a diligência negativa (certidão de página 185, referente a carta precatória de fls. 167).

ADV: MARCELA DE SOUSA MARCOLINO CAVALCANTE (OAB 21963/CE) - Processo 0004067-86.2009.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: E.H.O. - Emite-se o presente Ato Ordinatório, conforme disposição expressa no Provimento nº 02/20211, da Corregedoria Geral de Justiça estadual, visando intimar o(a)(s) procurador(a)(es)(as) da(s) parte(s), através do Diário da Justiça eletrônico, para apresentar contrarrazões ao recurso interposto (páginas 309-316) e que, apresentadas ou não, o processo será encaminhado eletronicamente ao órgão recursal competente.

ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0015313-45.2010.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Execução Contratual - EXEQUENTE: N.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, para intimar a parte exequente (1) acerca do resultados das pesquisas nos sistemas: SISBAJUD (páginas 116-117), RENAJUD (páginas 119-120). (2) para que comprove o recolhimento das custas de diligência de oficial de justiça (R$ 60,37), para que seja expedido mandado de avaliação dos bens encontrados na pesquisa RENAJUD, nos termos da decisão de páginas 88-89.

ADV: HARNESSON CARNEIRO DE LIMA (OAB 21656/CE), ADV: DAVI COSTA PORDEUS (OAB 22270/CE) - Processo 0050785-58.2020.8.06.0151 - Curatela - Nomeação - INTERTE: D.C.N.S. - Vistos, etc. Tendo em vista o teor da certidão de

página 192: I - proceda ao envio, mediante ofício via malote digital, de cópia da sentença de páginas 135-140 (pois ela serve de mandado, conforme assentado na própria sentença) ao Cartório Bezerra, para os fins próprios. II - intime-se novamente a interditante Dalva da Conceição Nogueira de Souza (qualificação nas páginas 114 e 116) via WhatsApp e via advogados constituídos (pelo DJe) para, no prazo de 10 (dez) dias, comparecer à Secretaria de Vara e assinar cópia da sentença de páginas 135-140, pois ela serve de termo de compromisso, sendo facultada a extração eletrônica e a respectiva aposição de sua assinatura, devendo, nesse caso, juntar nos autos a cópia devidamente assinada em todas as suas peças, Havendo silêncio, nova conclusão. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0201834-10.2024.8.06.0151 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco Holding S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, em Ato Ordinatório com a finalidade de INTIMAR a parte autora para que realize o pagamento das custas referente a diligência do oficial de justiça para a expedição do Mandado de Busca e Apreensão no endereço apresentado na Petição de fls. 99.

EDITAL DE CURATELA DEFINITIVA – 2ª PUBLICAÇÃO

Processo nº: 0020711-94.2015.8.06.0151

Classe: Interdição/Curatela

Assunto: Tutela e Curatela

Requerente Elson Pinheiro de Almeida

Terceira Francisco Gelson Cavalcante Pinheiro e outros

O MM. Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Cível da Comarca de Quixadá, Wallton Pereira de Souza Paiva, FAZ SABER a quem o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que foi requerida e decretada a interdição de FRANCISCO GELSON CAVALCANTE PINHEIRO, brasileiro, CPF 011.818.693-07, tendo sido nomeada curadora definitiva a senhora MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTE, brasileira, CPF 243.782.673-49, filho de Antônio Edson Pinheiro de Lima e de Maria das Graças Cavalcante, cujo munus será exercido nos termos e limites da sentença, a saber: Prestado o compromisso, o curador assume a administração dos bens do curatelado (CPC, art. 759, § 2º), assim, esta sentença servirá como TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA DEFINITIVA, para todos os fins legais, prestando a curadora, ao receber uma cópia desta, o compromisso de: 1. Não alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao curatelado, sem autorização judicial. 2. Não aplicar os valores porventura recebidos pelo curatelado de entidade previdenciária em finalidade diversa, que não em favor do incapaz como em sua saúde, alimentação e no bem-estar. Aplica-se, no caso, o disposto no art. 553 do CPC e as respectivas sanções; 3. Não apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento do(a) curatelado(a), sob pena de 01 a 04 anos de reclusão, acrescida de 1/3 e multa (art. 89, da Lei nº 13.146/2015); 4. Não abandonar o curatelado em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres ou não prover suas necessidades básicas já que obrigado por lei, nos termos desta sentença, sob pena de 06 meses a 03 anos de reclusão e multa (art. 90, da Lei nº 13.146/2015); 5. Não reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento do curatelado destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem, sob pena de 06 meses a 03 anos de reclusão, acrescida de 1/3 e multa (art. 90, da Lei nº 13.146/2015); 6. Não deixar de praticar outras determinações estabelecidas em lei e estabelecidas a cargo do curador.

COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0526/2024

ADV: AURILA CAJAZEIRA GOMES (OAB 32244-0/CE) - Processo 0000285-76.2017.8.06.0188 - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Rita de Cacia Alves dos Santos Nunes e outro - Conforme disposição expressa nos artigos 129 a 133 do Provimento 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e, que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de Ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Quixadá, expediu-se o presente ato ordinatório com finalidade de intimar o requerente para que informe sobre o efetivo pagamento do RPV expedido nos autos, devendo requerer o que lhe for de direito no prazo legal.

ADV: JOSÉ IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: MARLA ISEUDA DA SILVA BARROS (OAB 34912/CE), ADV: MARIA LUCIMARA SARAIVA LEMOS (OAB 36683/CE) - Processo 0002332-28.2000.8.06.0088 - Cumprimento de sentença - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Francisco Antônio Nobre da Silva - Conforme disposição expressa nos artigos 129 a 133 do Provimento 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e, que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, e de Ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Quixadá, expediu-se o presente ato ordinatório com finalidade de intimar o requerente para que informe sobre o efetivo pagamento do RPV expedido nos autos, devendo requerer o que lhe for de direito no prazo legal.

ADV: GABRIELLY SANTOS DO NASCIMENTO (OAB 41129/CE), ADV: RAISSA BESSA SOUZA (OAB 40059/CE) - Processo 0002695-05.2009.8.06.0151 - Homologação de Transação Extrajudicial - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Francisco Assis dos Santos Souza e outro - Recebi hoje. Considerando o desarquivamento e digitalização dos autos, intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE), ADV: GEORGE CARNEIRO ROLIM (OAB 37357/CE), ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE), ADV: NATÁLIA BARBOSA TREVIZANI (OAB 40625/CE), ADV: RAFAEL PEIXOTO OLIVEIRA (OAB 36315/CE), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 27957/CE) - Processo 0200152-88.2022.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria de Fátima Freitas de Queiroz - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Recebi hoje. Altere-se a situação do processo , cadastrando o trânsito em julgado. Nada obstante, ante o retorno dos autos, intimem-se as partes requererem o que entenderem de direito, no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo, sem qualquer manifestação, arquive-se o feito, com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO (OAB 22941/CE) - Processo 0202369-36.2024.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Francisco Almeida de Sousa - Recebi hoje. Intime-se a parte autora para juntar atestado próprio de sanidade física e mental e certidão de antecedentes criminais, no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes

necessários.

ADV: EVANDO TAVARES DE LIMA FILHO (OAB 25270/CE) - Processo 0202812-84.2024.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Oferta - REQUERENTE: G.F.A. - Recebi hoje. Considerando que a menor Rayllane Alves de Sousa possui idade superior à 16 anos e inferior à 18 anos, intime-se a parte autora para emendar à inicial acerca da representação da adolescente, uma vez que consta como representada e não como assistida, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0527/2024

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0052911-47.2021.8.06.0151 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Wellington Leite de Lima Filho - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Recebi hoje. Inicialmente, altere-se o fluxo do presente feito, visto que não trata-se de processo de infância e juventude. Intime-se a executada para excluir o nome do exequente dos cadastro de proteção ao crédito e cessar imediatamente as cobranças, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00(quinhentos reais), no valor máximo de R$ 10.000,00(dez mil reais). Expedientes necessários.

ADV: SAMUEL NUNES DA SILVA (OAB 30465/CE) - Processo 0202444-75.2024.8.06.0151 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: M.A.S. - I - Recebo a inicial, por estarem preenchidos os requisitos necessários; II - Defiro a gratuidade da justiça pleiteada; III - Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação sobre o pedido de guarda provisória; IV- Designe-se audiência de conciliação, conforme disponibilidade de pauta. V - Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência, ciente de que, caso não seja firmado acordo, ou em caso de não comparecimento de qualquer das partes, disporá de 15 (quinze) dias para apresentar resposta (art. 335, “caput” do CPC), na qual deverá alegar toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido, sob pena de revelia (arts. 344 a 346 do CPC), especificando, ainda, todas as provas que pretende produzir (arts. 335 a 343 do CPC); VI- Não localizado o requerido no endereço existente nos autos, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atualizado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, ciente de sua obrigação de contribuir para o bom andamento do feito. Apresentado novo endereço, cumpra-se o item V; VII - Havendo acordo na audiência de conciliação, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, retornando os autos conclusos após a manifestação; VIII Não resultando em acordo e apresentada a resposta, dê-se vista dos autos à parte autora para a réplica, pelo prazo de 15 (quinze) dias, na qual também deverá especificar as provas que pretende produzir, certificando-se, neste caso, eventual decurso in albis do prazo; IX - Ficam cientes as partes de que, não havendo necessidade ou utilidade na produção das provas requeridas, ou caso sejam as mesmas meramente protelatórias ou, ainda, diante da revelia, poderá ocorrer o julgamento antecipado do mérito (art. 355 do CPC); X - Com a realização dos atos anteriores e manifestações das partes, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação de mérito; XI - Tudo feito, voltem conclusos. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL MIRANDA GOMES (OAB 33891/CE) - Processo 0206322-38.2022.8.06.0293 (apensado ao processo 0200140-02.2023.8.06.0293) - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Roubo qualificado - ADOLCTE: Aluisio de Almeida Filho - Expeça-se guia de execução definitiva e intimem-se as partes para ciência do retorno dos autos. Após, cumpra-se com a última determinação da sentença, no que diz respeito a comunicação ao Juízo responsável pela Execução e, por fim, o arquivamento dos autos. Expedientes necessários.

ESTADO DO CEARÁ - PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE QUIXADÁ
FÓRUM DESEMBARGADOR AVELAR ROCHA
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO
PROCESSO 0050274-26.2021.8.06.0151

O(A) Dr(a). Wallton Pereira de Souza Paiva, Juiz(a) de Direito 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de ANTÔNIO VALDECI DE SOUZA VICENTE, brasileiro, casado, agricultor, portador do RG nº 910120224922, SSPDS/CE, e do CPF de nº614.623.683-79, e MARIA ROCICLER CAMPOS AFONSO, brasileira, casada, agricultora, portadora do RG n° 2016182297-0 e do CPF DE n° 635.426.923-87 foi proposta a presente ação de adoção (proc. 0050274-26.2021.8.06.0151), contra RAIANE BARBOSA DA SILVA, e PAULO ROBERTO TEIXEIRA DE MARIA. E como conste o requerido (genitor da criança) estar atualmente em lugar incerto e não sabido, determinou-se a expedição do presente EDITAL, com prazo de 20 (vinte) dias, para CITA-LO sobre o inteiro teor da Petição Inicial e demais peças existentes, para querendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, por força do despacho a seguir transcrito: “Providencie-se a citação do requerido através de edital, com prazo de 20 dias. ”, com a advertência de que, não havendo contestação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. CUMPRA-SE conforme formalidades legais.DADO E PASSADO neste(a) 2ª Vara Cível da Comarca de Quixadá. Eu, Paulo Henrique Maia, Técnico Judiciário, matrícula 9946, o digitei. Quixadá/CE., em 04 de novembro de 2024.

WALLTON PEREIRA DE SOUZA PAIVA
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0528/2024

ADV: SERGIO HENRIQUE DE LIMA ONOFRE (OAB 25782/CE) - Processo 0052073-07.2021.8.06.0151 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.D.B. - Recebi hoje. Ante o teor da certidão de pág.151, intime-se a autora para informar endereço atualizado ou contato telefônico da requerida Verônica Moura Nobre. Com a informação, intime-a para manifestar-se acerca do acordo entabulado entre as partes, no prazo de 05 dias, consignando que o silêncio será interpretado como concordância. Expedientes necessários.

ADV: SAMUEL IGO DE PAIVA SALES (OAB 46585/CE), ADV: RUAN BARBOZA LOPES (OAB 52319/CE) - Processo 0200813-96.2024.8.06.0151 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Crimes de Trânsito - ADOLESCENTE: F.J.G.M. - Recebi hoje. Ante a remissão ofertada pelo Ministério Público, intime-se o infrator, através de sua Defesa para manifestar-se.

Expedientes necessários.

ADV: TABATA RIBEIRO BRITO MIQUELETTI (OAB 87889/PR) - Processo 0202571-13.2024.8.06.0151 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elcivan Fernandes Campelo - Recebi hoje. Considerando o lugar de domicilio da autora e o endereçamento da inicial, intime-se o requerente para se manifestar sobre o declínio de competência, no prazo de 15 dias. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXADÁ - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE QUIXADÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0116/2024

ADV: MARIA DAS GRAÇAS FURTADO CAVALCANTE FRAGA (OAB 44350/CE) - Processo 0052483-65.2021.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - INDICIADO: Francisco Renê Rodrigues Oliveira e outro - Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, recebo, nos efeitos devolutivo e suspensivo, o recurso apelatório interposto pelo Ministério Público (fl. 204). Na forma do art. 600 do CPP, intime-se o apelante, para, no prazo de 8 (oito) dias, apresentar as razões recursais. Em seguida, intime-se o apelado para apresentação de suas contrarrazões, em igual prazo. Empós, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

ADV: EVANDO TAVARES DE LIMA FILHO (OAB 25270/CE) - Processo 0200268-89.2023.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: César Nildo da Silva Nascimento - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 27 de fevereiro de 2025, às 11h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NmFiMzU3YjMtNTgwOS00NTAyLWJlYTUtN2E3MTdmNDFkOTA2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/74f4f1 Expedientes e intimações necessárias.

ADV: FRANCISCO MADSON PINHEIRO DO NASCIMENTO (OAB 39964/CE) - Processo 0200474-40.2024.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.G.P.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO ESPECIAL para o dia 03 de abril de 2025, às 14h:00min, bem como AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 03 de abril de 2025 as 14:30 a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: DEPOIMENTO ESPECIAL - (14:00) LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MWZjYjFjMzktNGJkYi00NGQ5LWJjNDEtMjVhNjM4N2ZhNzhh%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/6061c8 AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - (14:30) LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_YTBlNzc0M2UtYzVkYi00ZTc4LWFjYTYtZWU1Mjc0Y2RlZTRm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/3437db Expedientes e intimações necessárias

ADV: JOÃO BATISTA RODRIGUES GERÔNIMO (OAB 41204/CE) - Processo 0200503-61.2022.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Antonio Fagno Dias Bento - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 13 de março de 2025, às 11h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZjAyYzNkOGItYjZkYS00YjY1LTlkNTQtNDZjYTE0YjE2NjYy%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/497552

ADV: SAMUEL IGO DE PAIVA SALES (OAB 46585/CE), ADV: RUAN BARBOZA LOPES (OAB 52319/CE) - Processo 0201661-15.2024.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.M.N.S. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO ESPECIAL para o dia 08 de abril de 2025, às 14h:00min, bem como AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 08 de abril de 2025 as 14:30 a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: DEPOIMENTO ESPECIAL - (14:00) LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Zjg0YWU1MGUtNmE5OS00ZTc3LWFkMTUtNzMwOTllOWZkZWI3%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/9ab145 AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO - (14:30) LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZmQ2ZWM5MGEtYjNmYS00OTUyLTkxMWItZjA0MThlMzE4MzJm%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/4bc5b6 Expedientes e intimações necessárias.

ADV: JACINTA DE FRANÇA SOUZA NETA REIS (OAB 44769/CE), ADV: LUIS CLAUDIO DA SILVA REIS (OAB 46304/CE) - Processo 0201746-98.2024.8.06.0303 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - INVESTIGADO: J.V.S.D. - Recebo o recurso em sentido estrito de fls. 81/88, interposto pelo Ministério Público, por ser tempestivo. Intime-se o recorrido para, no prazo de 2 (dois) dias, oferecer, querendo, contrarrazões ao recurso interposto (CPP, art. 588). Após, com ou sem manifestação, regressem os autos conclusos, para os fins dispostos no art. 589, do CPP.

ADV: SALIM HISSA NETO (OAB 24711/CE) - Processo 0201873-41.2023.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia de Defesa da Mulher de

Quixadá - INDICIADO: Gabriel Sousa Lima - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão acusatória, e em consequência, ABSOLVO o acusado GABRIEL SOUSA LIMA, qualificado, com fundamento no art. 386, III e VII, c/c art. 3º, do CPP e art. 355, inciso I, do CPC, ora aplicado por analogia.

ADV: LUANA AMÉLIA PEREIRA RODRIGUES (OAB 50919/CE) - Processo 0202544-30.2024.8.06.0151 - Auto de Prisão em Flagrante - Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher - AUTUADO: Reges Antonio Pereira de Araujo - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 20 de fevereiro de 2025, às 10h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OWFhZTRkNGYtMTU3Ny00ZWUyLTg2NDYtNzg0M2NkOWYyNzZk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/7408ba Expedientes e intimações necessárias.

O(A) Dr.(a) Verônica Margarida Costa de Moraes, Juíza de Direito da Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) ANTONIO CICERO PEREIRA, Avenida 7 de Setembro, 830, (11) 5153-3226, Centro, CEP 76801-975, Porto Velho - RO, como incurso(a) nas sanções do art. 129, §13° c/c art. 5º, II e art. 7º, I da Lei nº 11.340/06. , nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP).

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Quixadá/CE, em 05 de novembro de 2024.

Verônica Margarida Costa de Moraes
Juíza de Direito

O(A) Dr.(a) Verônica Margarida Costa de Moraes, Juíza de Direito daJuizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) RANIERE CLEMENTINO PEREIRA, brasileiro, União Estável, Vendedor ambulante, RG 001110532, CPF 701.973.774-91, pai CESARIO CLEMENTINO DOS SANTOS, mãe FRANCISCA PEREIRA DA SILVA, Nascido/Nascida 20/04/1972, natural de Camocim - CE, Rua Luizinho Cavalcante, 10, Abelação III, CEP 59612-840, Mossoro – RN, como incurso(a) nas sanções do arts. 21 e 65 da Lei de Contravenções Penais, nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Quixadá/CE, em 05 de novembro de 2024.

Verônica Margarida Costa de Moraes
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE QUIXADÁ

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0117/2024

ADV: MARCELLO ORTIZ SILVA DE OLIVEIRA (OAB 24796/CE) - Processo 0029720-46.2016.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contravenções Penais - RÉU: Jose Augusto de Almeida - Ante o exposto, declaro extinta a punibilidade de JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA, em razão da prescrição da pretensão estatal, nos termos do art. 107, IV, do Código Penal. Proceda-se ao cancelamento da audiência outrora designada.

ADV: ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO (OAB 22941/CE) - Processo 0201278-37.2024.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Jose Venancio Pimentel Almeida - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 01 de abril de 2025, às 09h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NjZmMDJiZjYtNjE4ZC00MTViLWFhYmEtMWQyYjAwZGQ4MzEw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/3eef5b Expedientes e intimações necessárias.

ADV: FRANCISCO MADSON PINHEIRO DO NASCIMENTO (OAB 39964/CE) - Processo 0201644-09.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Pedro Paulo Nunes da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021,

emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 01 de abril de 2025, às 10h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NTQ3N2VhNTUtMTRjOS00ZWNhLWJhZWQtNDRmYzZiNjA1MTY4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/b5a84b Expedientes e intimações necessárias.

ADV: RENAN DE MATOS SILVA (OAB 24150/CE), ADV: BRUNO DE MATOS SILVA (OAB 46108/CE) - Processo 0202089-65.2024.8.06.0151 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: Francisco Nilson Nobre Morais - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 25 de março de 2025, às 11h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MzRkMzE5YzMtZDFiYi00NTY3LWJmN2EtYmZmMDk0Y2YxMWY5%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/3ee4d4 Expedientes e intimações necessárias.

ADV: NISA VITÓRIA TOMÉ DE SOUZA (OAB 49734/CE) - Processo 0208559-11.2023.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: F.C.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 01 de abril de 2025, às 11h:00min, a realizar-se por videoconferência, com a utilização da plataforma Microsoft Teams, através do seguinte link: LINK LONGO - https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mjc4ZmU3YjQtNmM5Zi00MmRmLTk3ZmQtZGVmN2M1Y2E0YTky%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2233abe6d6-d405-4694-b16b-d0672259524b%22%7d LINK CURTO - https://link.tjce.jus.br/19b8fa Expedientes e intimações necessárias.

COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: JOSE LOURINHO COELHO NETO (OAB 36559/CE) - Processo -

ADV: ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO (OAB 22941/CE), ADV: ADRYCIA KAROLINE FERNANDES SILVA (OAB 34906/CE), ADV: VITORIA MARIA DINIZ GOMES (OAB 49267/CE) - Processo -

ADV: ATHILA BEZERRA DA SILVA (OAB 38071/CE) - Processo 0029150-80.2018.8.06.0154 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Natalia Marciel de Araujo - Ante o exposto intime-se o advogado Dr. Athila Bezerra da Silva, OAB/CE nº 38071, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação. Expedientes necessários.

ADV: NATANAEL ALVES DE OLIVEIRA (OAB 29772/CE) - Processo -

ADV: KARLUS ANDRE HOLANDA MARTINS (OAB 26710/CE), ADV: LARISSA LOPES RODRIGUES (OAB 42327/CE) - Processo 0201941-83.2024.8.06.0303 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - AUTOR: J.P. - AUT PL: Policia Civil do Estado do Ceará e outro - AUTUADO: Francisco Antonio dos Santos Vital - Conforme disposição expressa do Provimento nº 01/2019, publicado às fls.12/16 do DJ-e que circulou em 10/01/2019, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, para que possa imprimir andamento ao processo, designo para o dia 10/12/2024 às 15h00min a Audiência de Instrução e Julgamento, e de ordem do MM. Juiz de Direito, considerando o disposto no art. 3º da Resolução nº 354/2020 do CNJ, com a redação dada pela Resolução nº 481/2022, e os princípios da eficiência procedimental e da cooperação processual, intimem-se as partes para que, no prazo de 05 dias, manifestem-se sobre a forma de realização da audiência (remota ou presencial), ficando advertidas de que, em caso de inércia, o ato será realizado na modalidade presencial. Expedientes necessários. Quixeramobim/CE, 07 de novembro de 2024. ANNA KELMA DE LIMA HOLANDA Servidora à cargo Link da Videoconferência: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Yzg3YmI4MTUtNTQzNi00NGVkLWFjODEtODAzMmQyNjk1N2Y0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320 a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%2266887a87-e8d3-45b4-88c2-40e3977bf9c8%22%7d Qualquer dúvida disponibilizamos o número telefônico para contato via whatsapp, (85) 9.8218-4468.

ADV: MARCELLO ORTIZ SILVA DE OLIVEIRA (OAB 24796/CE), ADV: RICELLY DE OLIVEIRA QUEIROZ (OAB 51497/CE) - Processo 0202835-93.2023.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Francisco Romario de Castro Pereira - Aguarde-se o decurso de prazo para o Ministério Público, o Assistente de Acusação e a Defesa do réu apresentarem alegações finais. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0414/2024

ADV: AFONSO HENRIQUE JALES DE CARVALHO LIMA (OAB 33265/CE) - Processo 0000139-60.2005.8.06.0154 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - TERCEIRA: Ana Paula Fernandes Câmara - À Secretaria para que expeça a complementação das custas referente ao desarquivamento dos autos. Ato contínuo, INTIME-SE a parte requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento complementar. Expedientes necessários.

ADV: MIGUEL MACHADO ALEXANDRINO (OAB 39837/CE), ADV: MIGUEL ALEXANDRINO DA SILVA NETO (OAB 21748/CE) - Processo 0000239-39.2010.8.06.0154 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: José Pimenta Vitor - Renove-se o expediente referente ao despacho à pág. 2488, intimando o inventariante José Pimenta Vitor através de seus advogados, Dr. Miguel Machado Alexandrino (OAB/CE nº 39.837) e Dr Miguel Alexandrino da Silva Neto (OAB/CE nº 21.748), para se manifestar acerca da petição às págs. 2464/2467, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: MAISA DANTAS RABELO (OAB 41961/CE) - Processo 0014172-35.2017.8.06.0154 - Cumprimento de Sentença de

Obrigação de Prestar Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.L.B.L. - Diante da tentativa infrutífera de conciliação entre as partes (págs. 210/211), intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender cabível para o prosseguimento do feito. Expedientesnecessários.

ADV: ANTONIO ADOLFO ALVES NOGUEIRA (OAB 30698/CE) - Processo 0022588-53.2023.8.06.0001 - Execução de Medidas Socioeducativas - Internação sem atividades externas - ADOLESCENTE: A.A.T.S. - Considerando o disposto no art. 41 da Lei nº 12.594/2012, intime-se a defesa da adolescente para tomar ciência e manifestar-se sobre a proposta de plano individual de atendimento de págs. 192/196, no prazo de 3 (três) dias. Após, com ou sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público pelo prazo sucessivo de 3 (três) dias para que se manifeste nos autos. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO EDINARDO DA SILVA (OAB 41185/CE), ADV: FABIO MOURAO DUTRA DE OLIVEIRA (OAB 461125/SP) - Processo 0050078-47.2021.8.06.0154 (apensado ao processo 0200329-09.2023.8.06.0154) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Juraci Vitoriano Oliveira - HERDEIRO: Antonio Vilami Vitoriano de Oliveira e outros - Intime-se o inventariante para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição às págs. 549/551. Sem prejuízo da determinação anterior, renove-se o expediente do despacho às págs. 545/546. Expedientes necessários.

ADV: MATHEUS PIMENTA FELICIO SALDANHA (OAB 38073/CE) - Processo 0050458-70.2021.8.06.0154 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Espólio de Eulália Maria Ribeiro Lima e outros - Ciente da renúncia de mandato à pág. 345. Defiro o pedido de habilitação de pág. 348. À Secretaria para observar as anotações e intimações pertinentes, quanto ao requerente Matheus de Pádua Ribeiro Lima. Após, intime-se a parte acima mencionada, por meio de seus advogados, para que se manifeste acerca da petição de págs. 333/334 ou requeira o que entender cabível, no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: DEVGI BRUNO DE SOUSA TEIXEIRA (OAB 28804/CE) - Processo 0050993-96.2021.8.06.0154 - Guarda de Família - Guarda - AUTORA: A.Y.F.T. - Assim, intime-se a exequente para adequação do requerimento, no prazo de 05 (cinco) dias, retirando o valor que ultrapassa o período de três meses anteriores ao cumprimento de sentença, qual seja, R$ 710,01 (setecentos e dez reais e um centavo), referentes a férias e décimo terceiro nunca pagos, devendo requerer sua satisfação pelo rito de expropriação. No tocante ao requerimento de cumprimento de sentença de págs. 283/286, verifico que o advogado pleiteia o pagamento pela parte requerida dos honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da causa, fixado em R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). No entanto, a sentença proferida às págs. 197/208 determinou que o pagamento dos honorários sucumbenciais fosse realizado de forma pro rata entre as partes. Diante disso, entendo que a pretensão do exequente em exigir da parte requerida o pagamento integral dos honorários sucumbenciais, contraria o decidido na sentença, assim, o requerimento carece de respaldo jurídico, uma vez que a sentença transitada em julgado determinou expressamente a divisão proporcional dos honorários entre as partes. Assim, diante do exposto, determino a intimação da parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o cumprimento de sentença observando a forma de pagamento pro rata dos honorários, conforme estabelecido na sentença. Expedientes necessários.

ADV: VICTOR MATHEUS PINHEIRO (OAB 46818/CE), ADV: ISAAC MATEUS DE ALMEIDA (OAB 50697/CE) - Processo 0200108-89.2024.8.06.0154 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.P.S.P. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, realizei o seguinte ato: Em obediência ao despacho de página 131, promovi, junto ao SAJ, a inclusão dos causídicos Victor Matheus Pinheiro e Issac Mateus de Almeida, como representantes jurídicos de José Pedro Sousa Pereira, ora alimentando.

ADV: BEATHRIZ RODRIGUES LOURENCO (OAB 45718/CE) - Processo 0200468-24.2024.8.06.0154 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.K.A.S. - INTIME-SE a autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos as referidas mídias ou, na impossibilidade, encaminhe para o e-mail desta Unidade Jurisdicional (quixeramobim.2@tjce.jus.br), sob pena de referida prova não ser considerada nos autos. Ademais, a autora deve se manifestar, no mesmo prazo, acerca dos pedidos de guarda e visitas realizados pelo requerido na contestação, considerando que não os impugnou em sua réplica. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos para análise. Expedientes necessários.

ADV: KARLA NEYANNE CALIXTO FEITOSA (OAB 47534/CE) - Processo 0200555-77.2024.8.06.0154 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Maria Isabele Carlos do Nascimento - Com base no art. 751 do Código de Processo Civil, designo a realização de audiência de entrevista com a interditanda para o dia 13 de novembro de 2024, às 12h30min. Cite para comparecer à entrevista, cientificando-o desde logo que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contado da entrevista, poderá impugnar o pedido e, não o fazendo, ser-lhe-á nomeado curador especial. Expedientes necessários. Quixeramobim, 11 de novembro de 2024. WESLEY SODRE ALVES DE OLIVEIRA Juiz de Direito - Respondendo

ADV: SONIA SZMID (OAB 369403/SP) - Processo 0200664-91.2024.8.06.0154 - Carta Precatória Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Claudio Alejandro Finkelstein - Analisando os autos, verifico que a carta precatória veio desacompanhada das primeiras declarações. Assim, determino o cancelamento do mandado de citação de pág. 90 e a intimação a advogada responsável pelo protocolo da presente precatória, Dra. Sonia Szmid, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos cópia das primeiras declarações. Expedientes necessários.

ADV: TATIANE DAS GRAÇAS MAFRA (OAB 287264/SP) - Processo 0200944-62.2024.8.06.0154 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.F.L.S. e outro - Considerando a certidão de pág. 43, DECRETO A REVELIA da promovida, sem, contudo, a produção dos seus efeitos, nos termos do art. 345, II, do CPC. INTIME-SE a parte autora, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o interesse em produzir provas, especificando-as em caso afirmativo. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO (OAB 22941/CE) - Processo 0200984-78.2023.8.06.0154 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Dayanne Mirelly Marreiro de Araújo - Compulsando os autos, verifico que não foram juntados os documentos pessoais da Sra. Nagila Oliveira Marreiro, representante do menor, bem como certidão negativa de inventário extrajudicial e certidão acerca da inexistência de testamento expedida pelo CENSEC, conforme determinado em despacho à pág. 29. Intime-se a inventariante para proceder com a juntada dos referidos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Empós, abra-se vista ao Ministério Público para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, observada a prerrogativa do prazo em dobro, na forma do art. 178, inciso II, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: PAULO EDUARDO DA SILVA PAZ (OAB 36039/CE) - Processo 0201253-54.2022.8.06.0154 - Divórcio Litigioso - Partilha - REQUERIDO: Francisco Edis do Nascimento Teodório - : Vanessa do Carmo Nascimento - Analisando os autos, verifico que a parte requerida solicitou audiência de instrução às págs. 228/229, bem como o parecer ministerial de págs. 392/396 opinou ela designação da referida audiência, neste sentido, intimem-se as partes, por meio de seus advogados, para que, no prazo de 05 (cinco) dias: a) informe se possui interesse na realização de audiência virtual ou presencial, considerando o art. 4º da Resolução nº 481/2022 do CNJ, o qual permite à parte requerer a realização de audiência telepresencial; b) apresente rol de testemunhas, atentando-se para os requisitos formais previstos no art. 450 do CPC (o rol de testemunhas conterá, sempre

que possível, o nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho), assim como o contato telefônico e/ou e-mail da(s) referida(s) testemunha(s); b) seu contato telefônico e/ou e-mail, bem como o de seu advogado, para o caso de realização de audiência virtual. Advirto que compete ao(s) advogado(s) informar ou intimar a(s) testemunha(s) por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, nos termos do art. 455, caput, do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência de instrução e julgamento. Expedientes necessários.

ADV: LEONARDO ALMEIDA JALLES (OAB 46052/CE) - Processo 0201391-84.2023.8.06.0154 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERIDA: A.J.S.N. e outro - Analisando os autos, verifico que a requerida apresentou hiperlink de acesso a arquivos de áudio hospedados na nuvem, constantes às pgs. 106, 131, 132 e 144. Ocorre que as provas devem ser disponibilizadas exclusivamente nos autos do processo, a fim de permitir ao magistrado e à parte contrária que tenham acesso ao conteúdo apresentado sem possibilidade de alteração ou supressão. Nesse sentido, e considerando o Ofício Circular nº 86/2024 GABPRESI do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que versa sobre a proibição de acesso a links externos que contenham peças processuais, INTIME-SE a requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos as referidas mídias ou, na impossibilidade, encaminhe para o e-mail desta Unidade Jurisdicional (quixeramobim.2@tjce.jus.br), sob pena de referida prova não ser considerada nos autos. No mais, determino a intimação das partes para informarem, motivadamente, quais provas pretendem produzir ou requerer o que entenderem de direito. Caso silenciem, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado da lide em consonância com o disposto do art. 355, inciso I, do CPC. O pedido genérico de prova, sem devida fundamentação, fica desde logo indeferido. Intimem-se com prazo comum de 5 (cinco) dias. Ultrapassado o prazo fixado, com ou sem manifestação das partes, retornem-me os autos conclusos para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: MERCIA DO NASCIMENTO VITOR (OAB 46844/CE) - Processo 0201399-27.2024.8.06.0154 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Arline Nunes Saldanha do Carmo - INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste da petição e comprovantes de pagamento às págs. 25 e 28. Expedientes necessários.

ADV: LIDAIANE FREIRES FERNANDES (OAB 41402/CE) - Processo 0201465-07.2024.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Francisca Michelle Rodrigues Ferreira - Não obstante, em atenção ao princípio de vedação à decisão surpresa (art. 10 do Código de Processo Civil), INTIME-SE a advogada Dra. Lidaiane Freires Fernandes para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da incompatibilidade atual para o exercício da advocacia privada durante a investidura no cargo de Procuradora-Geral do Município de Choró, nos termos do art. 29 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GLEYDSON SOARES VASCONCELOS (OAB 40827/CE) - Processo 0201466-89.2024.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Wellington Feijó Monteiro - Ante o exposto, determino o cancelamento da distribuição, nos termos art. 5º da Portaria nº 2039/2024 - GABPRESI do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, disponibilizada no DJEA em 11/09/2024, devendo a parte autora peticionar diretamente no sistema PJe. Intime-se o(a) autor(a) para ciência. Após a intimação, proceda-se ao cancelamento da distribuição. Expedientes necessários.

ADV: ANA THALYA APARECIDA DA SILVA BARBOSA (OAB 40848/CE) - Processo 0201471-14.2024.8.06.0154 - Sobrepartilha - Partilha - REQUERENTE: Raimundo de Almeida Freitas - Verifico que na ação de divórcio (n° 0011366-95.2015.0.06.0154), anteriormente proposta, o autor declarou a inexistência de bens a partilhar, sobreveio, assim, sentença que decretou o divórcio entre as partes, acostada aos autos às págs. 09/12. Nesse escopo, em respeito ao princípio da vedação à decisão surpresa, determino a intimação da parte autora para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. Expedientes necessários.

ADV: ARTUR RODRIGUES LOURENÇO (OAB 35633/CE) - Processo 0201622-48.2022.8.06.0154 - Arrolamento Comum - Arrolamento de Bens - ARROLANTE: José Ivan Carvalho Lima Neto e outros - Intime-se a inventariante para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o resultado da consulta via RENAJUD às págs. 212/213. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0415/2024

ADV: KARLUS ANDRE HOLANDA MARTINS (OAB 26710/CE), ADV: LARISSA LOPES RODRIGUES (OAB 42327/CE) - Processo 0050009-83.2019.8.06.0154 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTE: Luis Eduardo da Silva - Ante o exposto, com fundamento no § 1º, do art. 659 c/c art. 487, III, ambos do Código de Processo Civil, homologo, por sentença, a partir das declarações prestadas pelos requerentes, a PARTILHA dos bens deixados por Alcides Moreira Avelino e Antônio Avelino Sobrinho, atribuindo aos herdeiros nela contemplados os respectivos quinhões, nos termos do acordo de págs. 293/301 salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros, nos seguintes termos: a) o domínio útil de um imóvel residencial localizada na Rua 14 de Agosto, nº 209, Bairro Centro, em Quixeramobim, Estado do Ceará caberá exclusivamente à herdeira ANTONIETA MOREIRA AVELINO; b) o domínio útil de um imóvel residencial localizada na Rua 14 de Agosto, nº 205, Bairro Centro, em Quixeramobim, Estado do Ceará caberá exclusivamente ao herdeiro ALFREDO AVELINO DA SILVA NETO; c) o domínio útil do imóvel localizado na Rua 14 de Agosto, nº 17, Bairro Centro, em Quixeramobim, Estado do Ceará, caberá aos herdeiros LUIS EDUARDO DA SILVA, MARLI MOREIRA ARAÚJO, MARIA AUXILIA MOREIRA LIMA, JOSÉ MOREIRA DA SILVA, DOMINGOS AVELINO DA SILVA e ANTONIO DAVID AVELINO, cada um com sua cota parte correspondente. Os herdeiros MARLI MOREIRA ARAÚJO, MARIA AUXILIA MOREIRA LIMA, JOSÉ MOREIRA DA SILVA, DOMINGOS AVELINO DA SILVA e ANTONIO DAVID AVELINO decidiram vender, ceder e transferir seus direitos hereditários sobre o referido imóvel, que lhe cabem na partilha amigável, para o irmão LUIS EDUARDO DA SILVA, pelo preço de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), sendo R$ 43.000 (quarenta e três mil cada cota líquida, pois R$ 2.000,00 (dois mil reais) será destinado ao pagamento dos impostos e encargos atinentes ao inventário; d) o benefício residual da falecida ALCIDES MOREIRA AVELINO junto ao INSS (NB 079.861.125-6), será dividido em partes iguais entre todos os herdeiros. Quanto aos bens imóveis acima indicados, ressalto que essa decisão, baseada nas alegações dos autores, NÃO consiste em declaração de direito de posse ou de propriedade oponível em face de terceiros. Este juízo, em cognição sumaríssima pertinente ao processo de inventário, não adentrou em questões inerentes à legitimidade da alegada posse. Eventual controvérsia deve ser decidida nas vias ordinárias, nos termos do art. 612 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Certificada a ocorrência do trânsito em julgado, expeçam-se formal de partilha e os alvarás judiciais necessários, nos seguintes termos: a) autorizando a herdeira ANTONIETA MOREIRA AVELINO a transferir junto ao cartório de registro de imóveis, com inscrição de seu domínio útil, imóvel residencial localizada na Rua 14 de Agosto, nº 209, Bairro Centro, em Quixeramobim, Estado do Ceará; b) autorizando o herdeiro ALFREDO AVELINO DA SILVA NETO a transferir junto ao cartório de registro de imóveis, com inscrição de seu domínio útil, imóvel residencial localizada na Rua 14 de Agosto, nº 205, Bairro Centro, em Quixeramobim, Estado do Ceará; c) autorizando o herdeiro LUIS EDUARDO DA SILVA a transferir junto ao cartório de registro de imóveis, com inscrição de seu domínio útil, imóvel localizada

na Rua 14 de Agosto, nº 17, Bairro Centro, em Quixeramobim, Estado do Ceará, RESSALVADO O DIREITO DOS HERDEIROS/ CEDENTES DE PROMOVEREM A ANULAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA CASO DEIXE DE CUMPRIR COM AS OBRIGAÇÕES DE PAGAR ACORDADAS; d) autorizando a herdeira ANTONIETA MOREIRA AVELINO a receber o benefício residual da falecida ALCIDES MOREIRA AVELINO junto ao INSS (NB 079.861.125-6), sendo de incumbência e responsabilidade do inventariante o pagamento da cota dos demais herdeiros sobre esse montante. O pagamento do resíduo é feito por solicitação de PAB (Pagamento Alternativo de Benefícios) através do Banco do Brasil. Cumpridos os expedientes necessários, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: ARTUR RODRIGUES LOURENÇO (OAB 35633/CE), ADV: BEATHRIZ RODRIGUES LOURENCO (OAB 45718/CE) - Processo 0201107-76.2023.8.06.0154 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: E.A.L. e outros - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, realizei o seguinte ato: Considerando que a perícia foi designada para o dia 26 de novembro de 2024, às 13 horas, intimem-se as partes a fim de tomarem ciência.

ADV: BEATHRIZ RODRIGUES LOURENCO (OAB 45718/CE) - Processo 0201230-40.2024.8.06.0154 - Procedimento Comum Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Maria do Socorro Barbosa da Costa - No caso dos autos, a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita informando estar impossibilitada de custear as despesas judiciais sem prejuízo do sustento próprio e da família, inexistindo elementos nos autos que indiquem condições financeiras capazes de afastar o benefício. Assim, DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. No caso em tela, embora a parte autora tenha sido devidamente intimada para cumprir o teor do despacho que determinou a emenda à inicial de págs. 31 e 34, nada apresentou ou requereu, conforme certidão de pág. 37. Com efeito, diante da inércia da parte autora em cumprir as determinações deste Juízo, quanto à emenda à inicial, o indeferimento da inicial é medida que se impõe. Nesse sentido, o indeferimento da inicial implica a extinção do feito sem resolução do mérito, conforme dispõe o art. 485, I, do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial. Diante do que foi exposto, tendo em vista que a parte autora não cumpriu com o despacho que determinou a emenda à inicial, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e EXTINGO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no parágrafo único do art. 321 e no art. 485, I, ambos do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, no entanto, suspendo sua exigibilidade, em razão da gratuidade de justiça deferida neste ato (art. 98, §3º, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos. Expedientes necessários.

COMARCA DE QUIXERAMOBIM - CEJUSC- QUIXERAMOBIM (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - QUIXERAMOBIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0053/2024

Processo 0000272-38.2024.8.06.0154 - Reclamação Pré-processual - Dissolução - RECLAMANTE: A.G.C.S. - RECLAMADA: K.S.C. - Diante do exposto e à luz dos demais princípios e regras atinentes à espécie, homologo, por sentença, com fundamento no art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 334, § 11, do CPC, o acordo firmado entre as partes referidas em epígrafe, conforme termo de autocomposição anexo, para que produza todos os seus efeitos jurídicos e legais. Sem custas, conforme concessão da gratuidade nos procedimentos pré processuais do Cejusc, nos termos do art. 4, § 2º da Portaria 433/2016 do TJCE. Defiro o pedido para concessão dos benefícios da Justiça Gratuita às partes, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Ato contínuo à publicação da sentença, independente de decurso de prazo, haja vista que as partes dispensam prazo recursal, certifique-se o trânsito em julgado. Ultimados expedientes necessários, ARQUIVEM-SE os presentes documentos. Cumpra-se. Quixeramobim, 11 de novembro de 2024. WESLEY SODRE ALVES DE OLIVEIRA Juiz

COMARCA DE REDENÇÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1764/2024

ADV: PLINIO BELCHIOR FERNANDES MAGALHAES FILHO (OAB 23838/CE), ADV: BRUNO ICARO CAVALCANTE CAMPOS (OAB 24575/CE) - Processo 0005090-81.2011.8.06.0156 - Divórcio Litigioso - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M.L.S.R.L. - REQUERIDO: J.C.B.L. - Intimem-se as partes acerca do retorno dos autos do TJCE, vindo a requerer o que entender de direito no prazo comum de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem que nada seja requerido, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe, independente de nova determinação judicial e sem prejuízo ao posterior desarquivamento do feito mediante requerimento. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO CORDEIRO ANGELO (OAB 22693-0/CE), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 24217/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 16599A/CE), ADV: ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES (OAB 30035-A/CE) - Processo 0005223-21.2014.8.06.0156 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria da Gloria Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Companhia Brasileira de Meios de Pagamento-cielo - Intimem-se as partes acerca do retorno dos autos do TJCE, vindo a requerer o que entender de direito no prazo comum de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem que nada seja requerido, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe, independente de nova determinação judicial e sem prejuízo ao posterior desarquivamento do feito mediante requerimento. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA DE PAULA KARINE ALMEIDA MOREIRA (OAB 35165/CE), ADV: DANIELMO VACCARI MORAES (OAB 14867/CE) - Processo 0200589-80.2023.8.06.0156 - Tutela Cautelar Antecedente - Dissolução - REQUERENTE: Paulo Marcelo Rafael de Castro - REQUERIDO: Marcos Santos da Silva e outros - Intimem-se as partes, oportunizando - lhes a especificação de provas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351, CPC. Quanto à especificação de provas, que delimitem seu objeto e justifiquem a pertinência com o mérito da ação, devendo se abster de protestar genericamente neste sentido, sob pena de serem indeferidas e o feito ser julgado com os elementos até então apontados, com fulcro no art. 355, I, do CPC. Decorrido

o aludido prazo, voltem os autos conclusos. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ROCHA DE PAULA JUNIOR (OAB 40086/CE) - Processo 0200754-93.2024.8.06.0156 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Gomes da Silva - Intime-se a parte requerente para, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação nos termos dos artigos 350 e 351 do Código de Processo Civil. Ademais, intime-se as partes para especificar justificadamente as provas que pretendem produzir no prazo de 5 (cinco) dias, digam se desejam produzir provas e, em caso positivo, de logo explicitem os fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e utilidade para a elucidação da questão controversa e o deslinde de mérito da demanda em apreciação, na forma do art. 370, parágrafo único, do CPC . Advirtam-se as partes de que, em caso de inércia ou de requerimento probatório não fundamentado ou genérico, o feito será julgado no estado em que se encontra na forma do art. 355, I, do CPC. Ultrapassado o prazo fixado, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ROCHA DE PAULA JUNIOR (OAB 40086/CE) - Processo 0200758-33.2024.8.06.0156 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisca Martins Souza - Intime-se a parte requerente para, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação nos termos dos artigos 350 e 351 do Código de Processo Civil. Ademais, intime-se as partes para especificar justificadamente as provas que pretendem produzir no prazo de 5 (cinco) dias, digam se desejam produzir provas e, em caso positivo, de logo explicitem os fatos e circunstâncias cuja existência desejam comprovar e o grau de pertinência que entendem existir entre tal comprovação e utilidade para a elucidação da questão controversa e o deslinde de mérito da demanda em apreciação, na forma do art. 370, parágrafo único, do CPC . Advirtam-se as partes de que, em caso de inércia ou de requerimento probatório não fundamentado ou genérico, o feito será julgado no estado em que se encontra na forma do art. 355, I, do CPC. Ultrapassado o prazo fixado, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para apreciação. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO JONES DE OLIVEIRA (OAB 11720/CE) - Processo 0200826-80.2024.8.06.0156 - Guarda de Família - Guarda - AUTOR: A.V.C.C. - Cuida-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face da decisão de fls. 47/48 dos autos. Alega a parte embargante, em síntese, que há um erro material quando deferiu a guarda provisória à Requerente, porém, mencionou o nome de FRANCISCO ALMIR DA COSTA JÚNIOR, o requerido. Requer, assim, o conhecimento e provimento dos embargos, para que seja sanado o defeito apontado. A parte requerida ainda não fora citada. É o relatório. Decido. No presente caso, entendo que os embargos declaratórios devem ser conhecidos, porquanto satisfeitos os seus pressupostos de admissibilidade. Quanto ao mérito do recurso, assiste razão à parte recorrente. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver obscuridade, contradição, omissão ou erro material na decisão, segundo o disposto Novo Código de Processo Civil, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. No caso sub oculli, a decisão embargada concedeu a guarda à requerente, mas no dispositivo fora citado o nome do requerido. ISTO POSTO, reconhecendo o equívoco, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO aos embargos declaratórios de fls. 52/54, para, tornar sem efeito a Decisão de fls. 47/48, e conceder a tutela de urgência à parte requerente. Ante o exposto, concedo a tutela de urgência, conferindo a guarda provisória do menor ARTHUR DA COSTA SOARES, a requerente ANTONIA VALERIA DE CASTRO DA COSTA. Intime-se a parte desta decisão. Expeça-se o competente termo de guarda provisória (art. 32 do ECA) e intimem-se os requerentes para prestar compromisso e assinar o termo. Cite-se os genitores do menor, para, caso queira, responder ao pedido, no prazo legal de 15 (quinze) dias. Determino, ainda, a realização de estudo social na residência do menor, portanto, nomeio o(a) ASSISTENTE SOCIAL cadastrado(a) no SIPER, o qual deverá ser intimado(a) para ciência do encargo, para realização do Estudo Social, apresentando no prazo de 15 (quinze) dias relatório correspondente. Após, abra-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: ADONIRAN FREIRE PESSÔA (OAB 48846/CE) - Processo 0201040-71.2024.8.06.0156 - Outros procedimentos de jurisdição voluntária - Registro de Óbito após prazo legal - REQUERENTE: Alixandra Rodrigues Pereira Sousa - Assim, é responsabilidade do autor endereçar a petição de forma correta. Verifica-se que o feito tramita no sistema incorreto (SAJ), por ter sido cadastrado pela parte requerente de forma incorreta, inviabilizando a migração automática de sistemas. Como a redistribuição do feito não é possível ante a incompatibilidade das plataformas processuais (SAJ e PJe), determino o cancelamento da distribuição, devendo a parte requerente ajuizar a ação no sistema correto. Arquive-se. P.R.I.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS ROCHA SOLON
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA WILLIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1765/2024

ADV: MARIA TANIA DE CARVALHO (OAB 4133/CE) - Processo 0200728-95.2024.8.06.0156 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.A.F.P.S. - Compulsando os autos, verifico que embora tenha sido devidamente citado (fls. 15/17) para comparecer a audiência de conciliação, bem como cientificado no mandado, para, querendo oferecer contestação à inicial, no prazo legal de 15 (quinze) dias, o requerido quedou-se inerte (fl. 21). Considerando que decorreu o prazo sem que o requerido tenha apresentado contestação, decreto a revelia do mesmo, na forma do art. 344 do CPC. Dando seguimento à lide, intimem-se as partes litigantes para especificarem, no prazo de 15 (quinze) dias, de forma justificada se pretendem produzir provas, indicando fundamentadamente a sua pertinência com a causa, ficando desde já consignando que o silêncio será interpretado como anuência ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355 do CPC. Após, venham-me os autos concluso. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS ROCHA SOLON
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA WILLIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1766/2024

ADV: ADONIRAN FREIRE PESSÔA (OAB 48846/CE) - Processo 0200958-40.2024.8.06.0156 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.J.M.A.O. - Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO ajuizada por MARIA JOSÉ MOREIRA ALVES OLIVEIRA, em face de JOÃO BATISTA RODRIGUES DE OLIVEIRA. Despacho à fl. 12. Emenda a inicial à fl. 14. Despacho à fl. 17. Na audiência de conciliação as partes convergiram amigavelmente para parte da solução do litígio (fl.25). É o breve relatório. Passo a decidir. Observo que os direitos e interesses discutidos são transacionáveis e que os requisitos gerais do negócio jurídico - partes capazes, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita e não defesa em lei

(CC/02 art. 104) - foram atendidos no presente caso. É ressabido ser lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas (CC/02, art. 840) e, apesar dos atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais (CPC, Art. 200), é indispensável pronunciamento jurisdicional para a ultimação do processo. Assim, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de divórcio e HOMOLOGO a presente transação para que assim, surta os efeitos legais, pela qual as partes acordaram: []: I) as partes estão de acordo com o divórcio, bem como a requerente deseja voltar a usar o nome de solteira, qual seja, MARIA JOSÉ MOREIRA ALVES; II) as partes requerem a homologação do presente acordo, bem como renunciam ao prazo recursal." Sem custas e honorários na forma acordada entre as partes, nos termos do § 3º do art. 90 do CPC. Expeçam-se os pertinentes mandados de averbação a fim de que se proceda ao seu fiel cumprimento junto à serventia judicial, devendo ser observado que, em razão de as partes serem beneficiárias da justiça gratuita, a averbação e a segunda via do documento deverão ser levadas a efeito gratuitamente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ante a ausência de interesse recursal, o trânsito em julgado deve ser imediato, motivo pelo qual, após as diligências cabíveis, arquivem-se os autos. Expedientes necessários. Redenção/CE, data da assinatura eletrônica. Lucas Rocha Solon Juiz Substituto

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS ROCHA SOLON
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA WILLIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1767/2024

ADV: MARIA TANIA DE CARVALHO (OAB 4133/CE), ADV: MARLI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS SKOVRONSKI (OAB 37895/SC) - Processo 0200702-68.2022.8.06.0156 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: K.M.S.C. - REQUERIDO: M.D.A. - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão autoral, extinguindo o feito com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC), para condenar o réu ao pagamento de alimentos a parte autora no valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, retroagindo os valores devidos desde a citação (art. 13, § 2º, da Lei de Alimentos), os quais deverão ser corrigidos pelo INPC e juros legais de 1% ao mês. Intime-se a requerente para informar os seus dados bancários. Oficie-se a empresa pagadora do requerido, conforme documento constante à fl. 130, para que retenha na folha de pagamento de MILTON DAVID ALVES, CPF: 045.293.333-10, o valor de 30% (trinta por cento) sobre o seu salário mensal e salário-família e repasse, até o dia 30 (trinta) de cada mês, para a Sra. Karla Michele Santos de Castro, genitora do menor, para a conta bancária por ela informada. Tendo em vista o caráter alimentar da medida, antecipo os efeitos da tutela, devendo os alimentos ser pagos desde já pelo requerido, independente de trânsito em julgado. Condeno o réu ao pagamento das custas e honorários que fixo no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa, aferido na forma do art. 85, §2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado e a efetivação das diligências pertinentes, arquivem-se os autos com as baixas devidas. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS ROCHA SOLON
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA WILLIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO SILVA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1768/2024

ADV: RAQUEL MARIA DE SIQUEIRA TEIXEIRA ALENCAR (OAB 36489/CE) - Processo 0200328-81.2024.8.06.0156 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: L.M.N.F. - Assim, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a presente transação para que assim, surta os efeitos legais, pela qual as partes acordaram: [] I) os requeridos concordam que a requerente, Liduina Maria Nascimento Ferreira, detenha da guarda definitiva e unilateral do menor, CAIO VENÂNCIO NASCIMENTO DA SILVA; II) em relação as visitas, os genitores poderão visitar o menor de forma livre; III) as partes requerem a homologação do presente acordo, bem como renunciam ao prazo recursal. [...]" Sem custas e honorários na forma acordada entre as partes, nos termos do § 3º do art. 90 do CPC. Lavre-se o competente Termo de Guarda e Responsabilidade definitivo, confiando o menor à Guardiã, nos termos do art. 32 do ECA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ante a ausência de interesse recursal, o trânsito em julgado deve ser imediato, motivo pelo qual, após as diligências cabíveis, arquivem-se os autos. Expedientes necessários.

COMARCA DE RERIUTABA - VARA UNICA DA COMARCA DE RERIUTABA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
JUIZ(A) DE DIREITO CÉLIO ANTONIO DIAS
DIRETOR(A) DE SECRETARIA JOÃO WANDICK DIOGO SOARES FILHO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1356/2024

ADV: ANTONIA DE MARIA XIMENES CAETANO (OAB 22435/CE) - Processo 0200864-89.2024.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Y.O.F. - J.Y.O.F. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Conciliação para o dia 18 de fevereiro de 2025, às 09:10h . A audiência se dará de forma híbrida, podendo as partes e/ou testemunhas comparecerem presencialmente ao forum da comarca de Reriutaba/Varjota ou ingressarem por video conferência através do aplicativo Microsoft Teams, o qual poderá ser acessado pelo celular, baixando o aplicativo Microsoft Teams, ou através do computador, baixando o aplicativo no próprio navegador. QR Code (aponte a câmera do Celular) Link: https://link.tjce.jus.br/0804c3 Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MDJlY2Y0MmMtMjcwMi00OGFkLWI3MGMtZDVhZGE1YzY3OWUx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320-a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a346586f-d2a4-4306-8a3f-434a6c4a9c25%22%7d Caso ainda persistam dúvidas, as partes e/ou testemunhas poderão entrar em contato com esta secretaria através do whatsapp Business: (85) 3108-1848.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RERIUTABA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1357/2024

ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE), ADV: LUCAS MATOS PEREIRA (OAB 50524/CE) - Processo 0050131-19.2021.8.06.0157 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: L.M.B. - REQUERIDO: J.E.F.C. - TERCEIRO: M.P.E.C. - Ante o exposto, por sentença, JULGO EXTINTA a presente execução, em face do pagamento do débito, o que faço com esteio no art. 924, III e art. 925 do CPC. Sem custas referente ao cumprimento de sentença, diante do pagamento voluntário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Em razão da preclusão lógica, certifique-se, imediatamente, o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE) - Processo 0200305-69.2023.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: F.C.G.S. - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fixar o valor da pensão alimentícia, a ser suportado pelo requerido, no importe de 15% do salário mínimo vigente, a ser reajustado anualmente de forma automática, devendo ser pago à genitora da menor até o 5º dia útil de cada mês. Sem custas e honorários. Publique-se, registre-se e intime-se. Ciência ao Ministério Público. Transitado em julgado, arquive-se os autos.

ADV: ANTONIO CLAUDIO LOPES DE SOUSA (OAB 24510/CE), ADV: MARIA LÚCIA GOMES MELO (OAB 38523/CE) - Processo 0200430-37.2023.8.06.0157 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Josué Alves Caetano e outros - REQUERIDO: Procuradoria Geral Federal (PGF/AGU) Autarquias e Fundações Públicas Federais e outro - INTIMEM-SE as partes para, no prazo de 10(dez) dias, dizer se pretende(em) produzir outras provas, além das já presentes nos autos, devendo, caso queira(m) produzí-las, indicar provas, o fato que pretende(m) esclarecer e a utilidade desses fatos para a resolução do mérito no processo, sob pena de preclusão. Caso não haja provas a serem produzidas, venham os autos conclusos para julgamento.

ADV: SEPHORA TAMILLYS SOUSA ARAÚJO (OAB 43562/CE), ADV: FLAIRTON MARCELO VALE (OAB 48141/CE) - Processo 0200772-82.2022.8.06.0157 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.M.G. - REQUERIDO: F.J.S. - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fixar o valor da pensão alimentícia, a ser suportado pelo requerido, no importe de 25% do salário mínimo vigente, a ser reajustado anualmente de forma automática, devendo ser pago à genitora da menor até o 5º dia útil de cada mês. Sem custas e honorários. Publique-se, registre-se e intime-se. Ciência ao Ministério Público. Transitado em julgado, arquive-se os autos.

ADV: NADIA MARIA SARMENTO GUEDES (OAB 32488/CE) - Processo 0200916-85.2024.8.06.0157 - Tutela Cautelar Antecedente - Tempo de Serviço Urbano/Contribuições não Recolhidas - AUTORA: Nájla Maria Sarmento Gomes Ximenes - Por tais razões, DETERMINO A REMESSA DOS AUTOS AO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AOS TERMOS DA PORTARIA SUPRA MENCIONADA, aplicando o movimento nacional de código 488 “Cancelamento da Distribuição”. Baixa na estatística. Expedientes necessários.

COMARCA DE RUSSAS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0717/2024

ADV: RODRIGO ALVES BRITO OLIVEIRA (OAB 58833/PE) - Processo 0010693-75.2024.8.06.0158 (processo principal 0021730-80.2016.8.06.0158) - Liberdade Provisória com ou sem fiança - Estupro de vulnerável - REQUERENTE: Rodrigo Alves Brito Oliveira - Em razão disso, REVOGO a prisão preventiva do acusado ADILSON PEREIRA IGNÁCIO e imponho, para o referido acusado as seguintes medidas cautelares, nos moldes do artigo 321 c/c artigos 319 e 282 do Código de Processo Penal: (a) submeter-se ao monitoramento eletrônico; (b) comparecer a todos os atos do processo e mensalmente, até o último dia cada mês, na Secretaria do Juízo da Comarca onde reside, para indicar (atualizar ou confirmar) o seu endereço e justificar suas atividades; (c) não mudar de endereço e nem se ausentar da Comarca onde reside, por mais de 08 dias, sem prévia autorização deste Juízo; (d) manter seus dados atualizados, como endereço, telefone celular etc; (e) proibição de manter contato com a vítima e testemunhas arroladas na denúncia por qualquer meio de comunicação (seja físico ou eletrônico), bem como não se aproximar delas a uma distância inferior a 300 metros; e (f) recolhimento domiciliar no período noturno a partir das 18:00hs até às 06:00hs do dia seguinte, e nos fins de semana das 18:00hs da sexta-feira até às 06:00hs da segunda-feira. Nos feriados deverá ser recolher das 18:00hs do dia anterior até às 06:00hs do dia seguinte ao feriado. Expeça-se Alvará de Soltura e ponha-se o acusado em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Advirta-se ao acusado cientificando-o de que o descumprimento de qualquer das medidas cautelares acima poderá implicar em decretação da prisão cautelar (CPP, artigo 282, §4º). Intimem-se desta decisão. Ciência ao Ministério Público.

ADV: EDÍSIO JATAI CAVALCANTE NETO (OAB 27301/CE) - Processo 0051115-34.2020.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Francisco Jose Lourenço dos Santos - Trata-se de Ação Penal em face de Francisco José Lourenço dos Santos. Às fls. 84/85 consta termo de audiência em foi homologada a suspensão condicional do processo oferecida pelo Ministério Público em favor do acusado. Entretanto, a certidão de fls. 90 informa que não consta a quantidade de horas semanais para fins de cumprimento da prestação de serviços. Dessa forma, sendo constado mero equívoco quando da proposta da suspensão condicional do processo, DETERMINO o cumprimento da prestação de serviços comunitário por 05 (cinco) horas semanais, durante 06 (seis) meses. Mantenho as demais condições. Intime-se o réu através de seu advogado. Ciência ao Ministério Público.

ADV: PAULO RICARDO DE PAULA PONTES (OAB 38724/CE) - Processo -

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0718/2024

ADV: FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7030/CE) - Processo 0201145-29.2023.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Pedro Rodrigo Caires e outros - Magistrado proferiu o seguinte DESPACHO: “Intime-se a Defesa de Pedro Rodrigo Caires para que, no prazo de 02 (dois) dias, apresente Memoriais Finais por escrito. Após o retorno, volte-me concluso para Julgamento.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0719/2024

ADV: JOSE ALECIO CARVALHO MAIA (OAB 19600/CE) - Processo 0205360-44.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: Washington Luiz Santiago - Trata-se de Ação Penal em desfavor de WASHINGTON LUIZ SANTIAGO, por suposto cometimento do crime previsto no art. 158 do Código Penal. Defiro o pedido de habilitação do causídico constituído pelo réu, conforme fls. 157/159. À Secretaria para realizar o cadastro do advogado no sistema ESAJ. Sendo necessário, encaminhe-se senha para acesso aos autos. Outrossim, é entendimento jurisprudencial que o advogado constituído no curso do processo o assume no estado em que se encontra, não tendo direito à reabertura de oportunidade para a prática de atos processuais ou devolução de prazos. Dessa forma, intime-o da data da realização da audiência de instrução e julgamento designada às fls. 129.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0720/2024

ADV: JOSE ALECIO CARVALHO MAIA (OAB 19600/CE) - Processo 0205360-44.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - RÉU: Washington Luiz Santiago - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, esta Secretaria designou a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA 19/11/2024 às 11:00h LINK:https://link.tjce.jus.br/7b1655

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0721/2024

ADV: HERICKSON JOSE COELHO MONTE (OAB 25262/CE), ADV: GABRIELLE COSTA FERREIRA (OAB 41663/CE) - Processo 0200875-05.2023.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson Fernandes Filho - Francisco Mauricio Oliveira da Silva e outro - Ao fim, o Magistrado proferiu o seguinte DESPACHO: Intimem-se as defesas, para que no prazo de cinco dias, apresentem alegações finais em forma de memoriais. Por fim, os autos seguirão conclusos para sentença. A Secretaria, expeça-se ofício à OAB, para que seja verificada a conduta do advogado, Dr. Herickson José Coelho Monte OAB/CE 25.262, nos temos do art. 265 do Código de Processo Penal, visto que não compareceu a presente audiência. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0722/2024

ADV: EDUARDO RONALD COSTA DE LIMA (OAB 33750/CE) - Processo 0097647-42.2015.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - RÉU: Paulo Cesar da Silva Lopes - Trata-se de RECURSO EM SENTIDO ESTRITO interposto pela defesa do réu PAULO CÉSAR DA SILVA LOPES, devidamente qualificado nos autos, inconformado com a decisão de pronúncia de págs. 167/174, pleiteando a absolvição sumária do acusado, extinguindo a segunda fase do júri, por estar provado que o réu agiu amparado pela excludente de ilicitude da legitima defesa, nos termos do artigo 415, inciso II do CPP, tudo em conformidade com as provas produzidas, em especial os depoimentos na fase de instrução do processo. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público apresentou contrarrazões, pugnando pela manutenção da decisão recorrida e consequente improvimento do recurso (págs. 191/197). É o relatório. Decido. Reexaminando a decisão prolatada, concluo que a mesma não deve ser modificada, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que a mantenho. A materialidade delitiva restou bem demonstrada através do laudo cadavérico de págs. 06/08, o qual demonstrou que a vítima foi alvo de múltiplas lesões compatíveis com as produzidas por instrumento perfuro-cortante nas seguintes regiões: uma na região mamária esquerda; uma na região esternal; uma na região do hipocôndrio esquerdo; uma na região hipogástrica e outra na região lombar esquerda. Por sua vez, os indícios de autoria restam igualmente demonstrados pelos depoimentos prestados em juízo, inclusive,o interrogatório do réu, no qual confessou a autoria do delito, sendo o motivo do crime o fato de a vítima e um suposto amigo, terem vindo para agredi-lo, mata-lo com uma arma de fogo, quando estava de saída para uma pescaria. Assim, provada a existência do crime e de indícios suficientes de que seja o recorrente o autor, a denúncia oferecida pelo Ministério Público mostra-se admissível, devendo a decisão de pronúncia ser mantida. Impende salientar, que para a decisão de pronúncia bastam indícios de que o acusado tenha cometido o crime que lhe é imputado, conforme disposto no art. 413 do Código de Processo Penal. Por aplicável ao caso, colaciono entendimento jurisprudencial expresso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), no seguinte teor: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO POR MOTIVO FÚTIL E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRONÚNCIA. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. EXCLUDENTE DE ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA. EXCLUDENTE DA CULPABILIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. IN DÚBIO PRO SOCIETATE. QUESTÕES A SEREM DIRIMIDAS PELO CONSELHO DE SENTENÇA. ANÁLISE DEMANDA EXAME DE PROVA. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. PRESENÇA DAS QUALIFICADORAS. AFASTAMENTO QUE DESAFIA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A sentença de pronúncia possui natureza interlocutória mista, e encerra um juízo de admissibilidade da acusação dos processos submetidos ao rito do júri, sem decisão de mérito quanto ao delito, cabendo ao Magistrado apenas a indicação de provas da materialidade delitiva e indícios acerca da autoria. Assim, por ocasião da sentença de pronúncia, não há formação de juízo de valor acerca do delito, devendo a dúvida ser resolvida em favor da sociedade, com submissão do agente ao julgamento pelo Plenário do Júri, sob pena de usurpação da sua competência, constitucionalmente prevista. 2. Na hipótese dos autos, extrai-se do acórdão impugnado, que a materialidade delitiva, com prova da existência do

fato típico homicídio doloso, e os indícios de autoria restaram evidenciados, e, não havendo demonstração inequívoca acerca das teses defensivas de legítima defesa e inexigibilidade de conduta diversa, o Magistrado pronunciou o réu, exatamente nos termos do que dispõe o art. 413 do CPP, não havendo falar em ofensa ao art. 415, IV do CPP. 3. Para alterar a conclusão das instâncias ordinárias, acatando a tese defensiva da legitima defesa ou da inexigibilidade de conduta diversa -, seria necessário o revolvimento de fatos e provas, vedada na sede eleita, a teor da Súmula n. 7/STJ. 4. Também quanto às qualificadoras, a jurisprudência deste Tribunal Superior estabeleceu que a sua exclusão na sentença de pronúncia só é admitida quando demonstradas, sem sombra de dúvida, sua inexistência, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, que é o juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida. 5. Tendo as instâncias ordinárias apontado indícios acerca da existência das referidas qualificadoras, para adotar uma interpretação diversa, seria necessária reanálise minuciosa dos eventos e das evidências, o que é vedado em recurso especial, nos termos do estabelecido na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça - STJ. 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp n. 2.264.190/GO, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 26/9/2023, DJe de 3/10/2023.) Ante o exposto, MANTENHO, a decisão de pronúncia, o que faço com fulcro no art. 589 do CPP. Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará. Intimem-se.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO LUCAS SOBREIRA DE BARROS FONSECA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA RAVENA RAYANE SILVA LIMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0724/2024

ADV: KAIO GALVAO DE CASTRO (OAB 31507/CE) - Processo 0203689-71.2022.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Responsabilidade - RÉU: GIOVANNI DANTAS NUNES e outro - GIOVANI DANTAS NUNES, ingressou através de advogado constituído, com a petição de págs. 505/510, requerendo o deferimento da juntada da petição e da procuração judiial, habilitação nos autos e reabertura de prazo para apresentação da resposta à acusação. O signatário da petição acima referida, apresentou manifestação informando desconhecer o endereço do corréu (pág. 519). Ante o exposto, defiro o pedido de habilitação de advogado e consequente juntada de procuração. Defiro ainda, o requerimento de prazo para apresentação da resposta à acusação, concedendo ao requerente o prazo de 10 (dez) dias, para tal finalidade. Providencie a secretaria as devidas anotações no eSAJ, quanto ao advogado do acusado acima mencionado, intimando-o para apresentação da resposta escrita à acusação no prazo acima referido. Intime-se o subscritor da petição de págs. 505/510, para a apresentação da resposta escrita à acusação. Diligencie a secretaria junto à Central de Mandados, solicitando a devolução do mandado de citação expedido à pág. 483, devidamente cumprido, no prazo de 05 (cinco) dias.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0723/2024

ADV: FERNANDO ALVES PEREIRA (OAB 26210B/CE) - Processo 0060030-09.2019.8.06.0158 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - RÉU: V.L.S.G. e outros - Vistos em conclusão. Diante da petição de pág. 1285, providencie-se as devidas anotações no eSAJ, quanto ao novo patrono do réu Victor Luiz Siebler Gomes, intimando-o para apresentação das alegações finais, em forma de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Caso necessário, disponibilize-se senha do processo ao causídico. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ANTONIO QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7030/CE) - Processo 0201145-29.2023.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Pedro Rodrigo Caires e outros - Ato contínuo, o Magistrado proferiu o seguinte DESPACHO: “Intime-se a Defesa de Pedro Rodrigo Caires para que, no prazo de 02 (dois) dias, apresente Memoriais Finais por escrito. Após o retorno, volte-me concluso para Julgamento.

ADV: PAULO RICARDO DE PAULA PONTES (OAB 38724/CE) - Processo 0202347-07.2024.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - RÉU: Jonata Alisson Araujo da Silva - Vistos em conclusão. Verifico que, os autos foram encaminhados à Defensoria Pública, para apresentação da resposta escrita, em razão do acusado ter informado não possuir advogado constituído, conforme se verifica à pág. 88. À pág. 91, foi juntado pedido de habilitação de advogado, razão pela qual a Defensoria Pública se manifestou requerendo a intimação do advogado constituído, para apresentação da resposta escrita. Ante o exposto, defiro o pedido de habilitação de advogado, acima referido, devendo a secretaria da Vara providenciar as devidas anotações no eSAJ, bem como proceder à intimação do advogado constituído pelo réu, para apresentar a resposta escrita à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, conforme decisão de págs. 82/83. Expedientes necessários.

COMARCA DE RUSSAS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS

SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL DE RUSSAS
Processo nº: 0000704-55.2018.8.06.0158
Classe: Tutela e Curatela - Nomeação
Assunto: Tutela e Curatela
Requerente IVONEIDE RODRIGUES DOS SANTOS MAIA DA CUNHA
Requerido IVANIA RODRIGUES DOS SANTOS MAIA
Nome da Parte Terceira Principal \<\< Informação indisponível
\>\>

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Russas da Comarca de Russas/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de IVANIA RODRIGUES DOS SANTOS MAIA, RG nº 2018055713-5 SSP-CE e CPF nº 679.354.273-72, residente e domiciliado(a) na Rua Carlos Agostinho Santiago, nº 1016, que é portador de Transtorno Psicopatológico (CID10:F20.1). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). IVONEIDE RODRIGUES DOS

SANTOS MAIA DA CUNHA, brasileira, viúva, do lar, RG nº 2007119383-3 SSP-CE e CPF nº 685.622.093-68, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo

múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 12/09/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: Ante o exposto, JULGO

PROCEDENTE a demanda, nos termos do art. 755, inciso I, do CPC c/c art. 1.775, §3º, do Código Civil, para reconhecer a incapacidade civil relativa e confirmar a curatela de IVÂNIA RODRIGUES DOS SANTOS MAIA e nomear-lhe como curador(a) a pessoa de IVONEIDE RODRIGUES DOS SANTOS MAIA DA CUNHA, já qualificado(a), para assisti-lo(a) ou representá-lo(a) em todos os atos da vida civil em que se faça necessária a intervenção, nos termos acima, preservado o direito do(a) curatelado(a) à convivência familiar e comunitária, fazendo-se necessária autorização judicial prévia e específica quando se tratar de negócio jurídico de mútuo bancário ou disposição de bens imóveis em seu nome. . O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Russas/CE, em 07 de novembro de 2024.

Eu, MARIA NILDENE DE SOUSA CHAVES, Auxiliar Judiciário, 3005, o digitei.

JOÃO GABRIEL AMANSO DA CONCEIÇÃO JUIZ DE DIREITO - em respondência Portaria nº 1286/2024/TJCE 1ª Vara Cível da Comarca de Russas

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0341/2024

ADV: PRISCILA MARIA DA SILVEIRA FURTADO (OAB 21080/CE) - Processo 0013581-66.2014.8.06.0158 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Felipe Viana Bezerra Maia e outro - procedo com a intimação da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas referente ao Fundo de Custeio de Diligência dos Oficiais de Justiça (FCDOJ) criado pela Lei Estadual nº 16.273/2017 e regulamentado pela Portaria nº 1.208/2017 da lavra da Presidência do TJCE. Expedientes necessários.

COMARCA DE RUSSAS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAÃO TIAGO COSTA E MELO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA IRANLEIDES BEZERRA DOS SANTOS OLIVEIRA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1560/2024

ADV: LÁZARO LORANT MENDONÇA LIMA (OAB 42986/CE) - Processo 0051812-21.2021.8.06.0158 - Execução Extrajudicial de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Vanessa Cosmo Araújo - Do exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 115-117, o qual passa a fazer parte desta decisão, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Por consequência, REVOGO a prisão do executado e determino a expedição de alvará de soltura no BNMP 3.0. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Precluso o direito de recorrer, dada a inexistência de interesse processual (art. 1.000 do CPC), certifique-se, desde já, o trânsito em julgado. Tudo cumprido, arquivem-se os autos, com as cautelas legais.

COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0423/2024

ADV: ANTONIO NARCISO VARELA MORORO (OAB 12657/CE) - Processo 0201107-24.2024.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Maria Sefiza Vieira de Lima - Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA pretendida para o fim de nomear Maria Sefiza Vieira de Lima como curadora provisória de Maria Cristiane Sousa Barros. Intime-se a requerente para prestar compromisso de bem e fielmente exercer o seu encargo. Cite-se a interditanda, a qual poderá impugnar o pedido no prazo de 15 dias. O oficial de justiça pode, inclusive, certificar a impossibilidade de recebimento da citação pela interditanda. Designe-se a Secretaria de Vara data para realização de entrevista com a interditanda, nos termos do art. 751, do CPC. Determino a realização de estudo social, devendo ser nomeado perito (assistente social) via SIPER, para posterior confirmação por este magistrado. Na ocasião, o perito deve verificar o ambiente familiar em que vive a interditanda, bem como verificar se há justo motivo para nomeação da autora como curadora da interditanda, além disso, se ela possui capacidade plena para exercer o múnus de curadora. Fixo honorários em R$ 600,00, conforme a Portaria de n° 320/2024. Prazo de entrega do relatório do estudo social: 30 dias. A princípio, tendo em vista o laudo de fls. 30/33, deixo de determinar a realização de perícia médica, admitindo-se nova deliberação sobre o tema após a audiência de entrevista com o interditando. Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0424/2024

ADV: RAIMUNDO NONATO BRAGA MUNIZ (OAB 29298/CE), ADV: RHUAN PADUA MARTINS (OAB 29815/CE) - Processo 0200819-13.2023.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Luiz Francisco Braz - REQUERIDA: Flaviana Caraúba de Jesus - Tendo em vista a ausência de contestação no prazo legal, reconheço a revelia da parte demandada, contudo deixo de aplicar-lhe o efeito material ante a indisponibilidade do direito envolvido (art. 345, II, do CPC). Dessa forma, intime-se ambas as partes, por seus advogados, para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, especificarem as provas que pretende produzir, expondo para tanto as razões factuais e jurídicas.

ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0201099-81.2023.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joana do Nascimento Mesquita - Intime-se a parte autora, por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o cumprimento voluntário da obrigação de pagar às fls. 265/275, bem como requerer o que entender de direito.

COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE), ADV: IHÚNA MARIA RODRIGUES BARROS ROCHA (OAB 34024/CE) - Processo 0200642-15.2024.8.06.0160 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.S.L. - REQUERIDO: N.M.S. - Considerando o fim da atividade postulatória, determino sejam intimadas as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, atentando-se para seus ônus especificados no art. 373 do CPC/15, em quinze dias, justificando suficientemente a pertinência e relevância da prova escolhida à luz dos fatos controvertidos em causa, sob pena de indeferimento de que cuida o art. 370, parágrafo único, do CPC. Alerto que o silêncio das partes poderá implicar em julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, I, do CPC/15, com aplicação objetiva das regras de ônus de prova.

ADV: LYLIANE BASTOS SOARES DE VASCONCELOS (OAB 21435/CE), ADV: FRANCISCO LAÉCIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE) - Processo 0200791-11.2024.8.06.0160 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: I.N.L. - REQUERIDA: F.G.L.A.N. e outro - Considerando o fim da atividade postulatória, determino sejam intimadas as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, atentando-se para seus ônus especificados no art. 373 do CPC/15, em cinco dias, justificando suficientemente a pertinência e relevância da prova escolhida à luz dos fatos controvertidos em causa, sob pena de indeferimento de que cuida o art. 370, parágrafo único, do CPC. Alerto que o silêncio das partes poderá implicar em julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355, I, do CPC/15, com aplicação objetiva das regras de ônus de prova.

ADV: ANTONIO NIVALDO GOMES MORORÓ JÚNIOR (OAB 40535/CE) - Processo 0201567-11.2024.8.06.0160 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Carolina Armenia Parente Chaves - A teor do Provimento nº 02/2021/CGJCE, datado de 18.01.2021, da lavra do Desembargador Teodoro Silva Santos, Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará, publicado no DJ/CE de 18.01.2021 (Caderno 1, fl. 13/14). Fica designado o dia 27 de Novembro de 2024, as 11h, para realização da Audiência De Justificação, a ser realizada na plataforma Microsoft Teams. Para participar da audiência: 1) Acessar a sala virtual pelo link: https://link.tjce.jus.br/dd72b3 2) Acessar a sala virtual apontando a câmara do seu aparelho celular para o QR-Code (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QR-Code): Informo que as partes e advogados devem utilizar equipamentos que contenha microfone e câmera e ao clicar no link deve baixar o aplicativo Microsoft Teams, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Play Store (sistema Android) e Apple Store (sistema IOS). Para demais informações, as partes podem entrar em contato pelo Whatsapp da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Quitéria: (85) 98231-3754. Publique-se via DJe, com a maior brevidade possível.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0391/2024

ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAÚJO DE PAIVA (OAB 29297/CE), ADV: FRANCISCO JOSE LEAL DE VASCONCELOS (OAB 36441/CE) - Processo 0004401-25.2011.8.06.0160 - Inventário - Assistência Judiciária Gratuita - INVTE: Francisca Leal de Vasconcelos - HERDEIRO: Paulo Braga Gomes e outros - Nessa toada, não restando demonstrado o início de prova quanto ao direito possessório do de cujus em relação ao imóvel rural Rio Groaíras, indefiro sua inclusão no rol de bens do espólio. Ressalte-se que eventual direito possessório do herdeiro impugnante, pela transmissão de seu falecido genitor, poderá ser buscado em via própria. Quanto ao imóvel residencial alegado, verifica-se que o extinto e a inventariante casaram sob o regime de comunhão de bens (fls. 8), pelo que, independente daquele imóvel ter sido adquirido apenas pela viúva, conforme escrituras apresentadas, faz parte do acervo hereditário do de cujus e deve ser incluído no rol de bens do extinto. Intime-se a inventariante para, em 30 (trinta) dias, providenciar: 1) retificação das primeiras declarações, fazendo incluir aquele imóvel residencial no rol de bens do extinto; 2) juntada de certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais em nome do de cujus; 3) providenciar o lançamento administrativo do imposto ITCMD, nos termos referidos na manifestação da Fazenda Pública Estadual - fls. 75/76; 4) juntar declaração de anuência dos herdeiros quanto à venda do imóvel Intans; 5) intimar o herdeiro impugnante, através de seu advogado, para dizer, em 10 (dez) dias, se concorda com a venda do referido imóvel para pagamento do imposto e posterior rateio do saldo remanescente. Intimem-se.

ADV: ANTONIO BOSCO PEREIRA CID (OAB 17375/CE) - Processo 0050311-57.2021.8.06.0085 - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Adriana Pires de Sales - Vistos, Sobre a certidão de fls. 53/54, manifeste-se a parte autora em 10 (dez) dias, esclarecendo se ainda persiste a inadimplência do demandado e, se for o caso, apresentar planilha atualizada do débito e o endereço/ponto de referência/contato telefônico do executado. Sem prejuízo da determinação acima, certifique a Secretaria sobre o andamento da ação de alimentos correspondente (Processo 0050043-37.2020.8.06.0085 - fls. 10).

ADV: LUCAS TIMBÓ SOARES MESQUITA (OAB 37671/CE) - Processo 0050761-03.2020.8.06.0160 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: S.B.O.C. e outros - Vistos, Intime-se o subscritor da peça de fls. 218/224 para juntar aos presentes autos o instrumento procuratório e documento de identificação dos sucessores de José Gonçalves de Oliveira. Prazo: 15 (quinze) dias. Expedientes necessários.

ADV: DANIEL FARIAS TAVARES (OAB 24902/CE), ADV: JOÃO AFONSO PARENTE NETO (OAB 29387/CE) - Processo 0200666-77.2023.8.06.0160 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antenor Gomes Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada, considerando escorreita a conta realizada pelo exequente e HOMOLOGO o cálculo de fls. 233/236 para que produza seus legais e jurídicos efeitos. Em consequência, imponho adicionais de dez por cento de multa e acresço ao montante dez por cento de honorários em fase de cumprimento de sentença, tudo nos termos do art. 523 do CPC. Intime-se o devedor, inclusive, para que, querendo, adimpla a dívida reconhecida. Acaso transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem quitação, considerando o pedido de fls. 237, reserve-se o feito para constrição virtual de patrimônio da parte executada através dos sistemas próprios informatizados. Expedientes necessários.

ADV: BRENO LOPES PAIVA (OAB 37747/CE) - Processo 0201344-92.2023.8.06.0160 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: T.M.R. - Ante o exposto, e sem maiores delongas, imperiosa a extinção processual, sem apreciação do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso IV, do CPC. Custas isentas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e adotadas as cautelas de praxe, arquivem-se com a devida baixa na distribuição. Expedientes necessários.

COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE SANTA QUITÉRIA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: YAGO BRAGA MACEDO (OAB 43121/CE) - Processo 0204674-37.2024.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - INDICIADO: A.L.S.O. - O representante do Ministério Público, oficiante nesta unidade jurisdicional, com fulcro no incluso inquérito policial, ofertou peça delatória em desfavor de ANDRÉ LUIZ SOUSA DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, imputando-lhe a conduta prevista no art. 215-A do Código Penal, por fatos ocorridos em 26 de agosto de 2024. Não houve rejeição preliminar da denúncia e assim, a mesma foi recebida em decisão datada de 16 de outubro de 2024 (págs. 36/37). Devidamente citado (pág. 62), o acusado ANDRÉ LUIZ SOUSA DE OLIVEIRA apresentou resposta à acusação às páginas 83/89, através de advogado constituído (pág. 72). É o relatório. Decido. Passo a analisar as preliminares ora arguidas. 1) Da inépcia da inicial acusatória O artigo 41 do Código de Processo Penal dispõe que a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. Analisando detidamente a inicial delatória (págs. 01 a 05), tenho que os requisitos para o recebimento foram atendidos, sendo assim, não há como considerar a denúncia inepta, motivo pelo qual rejeito a presente tese defensiva. Neste sentido colaciono a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. NATUREZA FORMAL. EXISTÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não é inepta a denúncia que contém a descrição fática do fato delituoso e suas circunstâncias, a qualificação do acusado e a classificação do crime imputado, com os requisitos mínimos para o início da persecução penal, oportunizando o exercício do contraditório e da ampla defesa. (...)3. A análise da existência ou não de dolo implica revisão do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1706677/MA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 4/2/2019) 2) Da ausência de justa causa para o exercício da ação penal. Em conformidade com o atual entendimento jurisprudencial “O trancamento do exercício da ação penal somente se dá em hipótese excepcional, quando, sem necessidade de incursão probatória, é inequívoca a atipicidade da conduta, a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas, a presença de alguma causa extintiva da punibilidade ou a inépcia formal da denúncia, de tal gravidade que impeça a compreensão da imputação e, portanto, a ampla defesa” (HC 543.683/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 17/8/2021, DJe 2/9/2021), o que não ocorre no presente feito. Ao compulsar os atos, tenho que nenhuma das hipóteses excepcionais acima elencadas estão presentes neste processo. Verifico que a inicial delatória contem a exposição dos fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação dos crimes e o rol das testemunhas e com isso, noto a presença de um suporte probatório mínimo que demonstra a materialidade do crime e os indícios razoáveis de autoria, nos termos do artigo 41 do Código de Processo Penal. Sendo assim, não há como reconhecer a ocorrência de ausência de justa causa, motivo pelo qual rejeito a presente tese defensiva. Neste sentido colaciono a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. NATUREZA FORMAL. EXISTÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não é inepta a denúncia que contém a descrição fática do fato delituoso e suas circunstâncias, a qualificação do acusado e a classificação do crime imputado, com os requisitos mínimos para o início da persecução penal, oportunizando o exercício do contraditório e da ampla defesa. (...)3. A análise da existência ou não de dolo implica revisão do conjunto fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1706677/MA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, DJe 4/2/2019) ALMEJADO RECONHECIMENTO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. VÍCIO NÃO VERIFICADO. ELEMENTOS DO ART. 41 DO CPP PRESENTES. EXPOSIÇÃO DO FATO CRIMINOSO COM TODAS AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS NARRADO DE FORMA SATISFATÓRIA. ‘Não é inepta denúncia calcada em indícios suficientes para deflagrar a ação penal, tendo narrado com suficiente clareza a participação do réu na conduta delitiva’ (STJ - REsp 1465966/PE, rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, j. em 10-10-2017). Verifico, que a peça denunciatória se encontra pautada no inquérito policial que apontam para a possibilidade da autoria ser atribuída ao réu, fato que será devidamente esclarecido em sede de instrução criminal. A materialidade se assenta com base no inquérito policial, notadamente na declaração da vítima, no boletim de ocorrência (pág. 08), nos depoimentos prestados perante a autoridade policial e no relatório final (págs. 27/30). Entendo que não é o caso de absolvição sumária, pois não vislumbro existir manifesta causa de exclusão da ilicitude ou culpabilidade, não estando extinta a punibilidade do agente. Também, verifico que os fatos narrados na peça vestibular, em tese, se amoldam ao tipo legal apontado. Com efeito, RATIFICO O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA e determino que seja DESIGNADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, com a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, as acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Desta feita, determino a notificação do acusado, requisitando se for o caso, sua apresentação, seu defensor, Ministério Público e as testemunhas. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público e a seguir o réu poderá requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução e, em caso de deferimento, a audiência será concluída sem as alegações finais. Não havendo requerimento de diligências, ou sendo indeferido, serão oferecidas alegações finais orais por 20 (vinte) minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, prorrogáveis por mais 10 (dez) minutos, proferindo o juiz, a seguir a sentença (artigo 411, § 9º do Código de Processo Penal). Em caso de necessidade de precatória, assinalo o prazo de 60 (sessenta) dias, com intimação das partes da expedição (Súmula 273 do STJ). Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: RHUAN PADUA MARTINS (OAB 29815/CE) - Processo 0206549-57.2024.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTUADA: Antonia Sandy Soares Duarte - Considerando o instrumento procuratório anexado aos autos à pág. 89, DEFIRO a habilitação do advogado atualmente constituída pela acusada, o Dr. Rhuan Pádua Sales Martins, inscrito na OAB/CE sob o número 29.815. Expedientes necessários.

COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0414/2024

ADV: ROBERSON FELIPE VASCONCELOS DA PENHA (OAB 24029-0/CE), ADV: FRANCISCO EXPEDITO GALDINO JÚNIOR (OAB 34096/CE) - Processo 0006914-84.2016.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Tutela e Curatela - REQUERENTE: João Batista do Nascimento - INTERDO: Manoel Elias do Nascimento - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para comparecerem à perícia, designada para dia 26/11/2024, às 11:30 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: RAFAEL IGOR DE VASCONCELOS (OAB 44653/CE) - Processo 0050045-70.2020.8.06.0161 - Tutela Cautelar Antecedente - Nomeação - REQUERENTE: Carlos Evandir de Souza - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para comparecerem à perícia, designada para dia 26/11/2024, às 11:00 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: VICTOR MARCEL CARNEIRO RUBIÓ (OAB 28690/CE), ADV: REGINA SHIRLEY CARNEIRO VASCONCELOS (OAB 30549/CE) - Processo 0050805-19.2020.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Francisca Erisnete da Mota - REQUERIDA: Francisca Ivanete Lopes - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para comparecerem à perícia, designada para dia 26/11/2024, às 12:00 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: RAFAEL IGOR DE VASCONCELOS (OAB 44653/CE) - Processo 0200025-52.2024.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - INTERTE: J.R.P. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para comparecerem à perícia, designada para dia 26/11/2024, às 10:00 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: DAVI ALVES FREIRE (OAB 47033/PE) - Processo 0200060-46.2023.8.06.0161 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - MASSA FALIDA: Kevin Ítalo dos Santos de Paula - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE os co-herdeiros para assinarem os Termos de Renúncia, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÍTALO THIAGO DE VASCONCELOS PEREIRA (OAB 33797/CE) - Processo 0200113-90.2024.8.06.0161 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Simples - RÉU: A.M.P. - Com vistas a evitar confusão processual, sobretudo diferindo a natureza jurídica das medidas de proteção cautelar e ação penal, além dos fatos diversamente analisados, DETERMINO a autuação e desmembramento do feito quanto à ação penal em desfavor de ANTONIO MARCIDEI PONTE, mantendo ambos processos apensados. Assim, permanecem estes autos, sob nº 0200113-90.2024.8.06.0161, com a classe processual de Medidas Protetivas, devendo ser autuada em apartado a ação penal deflagrada. Em homenagem ao princípio da celeridade processual, decido quanto aos feitos nesta oportunidade. I - DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA Considerando que a decisão de fls. 18/20 teve por base a prática de crime de injúria, concedendo a medida pelo mesmo prazo da decadência do direito de representação, verifico que implementada a decadência e, igualmente o prazo de vigência das medidas de proteção, findo em 09/06/2024. Nesse sentido, INTIME-SE a vítima para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se mantém interesse na manutenção das medidas protetivas, declinando os motivos para tanto. Após, dê-se vista ao Ministério Público por igual prazo. Exp. II - DA RATIFICAÇÃO DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA Não houve rejeição preliminar da denúncia. O denunciadoANTÔNIO MACIDEI PONTES,através de seu advogado, apresentou resposta à acusação às fls. 57/60, ocasião em que pugnou pela rejeição da denúncia e absolvição sumária do réu, além da revogação de medida protetiva. Verifico, pois, que a peça denunciatória encontra-se pautada no inquérito policial que aponta para apossibilidade da autoriaser atribuída ao réu, haja vista a descrição de fatos criminosos pela vítima e demais testemunhas, fatos que serão esclarecidos em sede de instrução criminal. Amaterialidadese assenta nas declarações da vítima e testemunhas, bem como através do Exame de Corpo de Delito à fl. 13. Entendo que não é o caso de absolvição sumária, pois não existe manifesta causa de exclusão da ilicitude ou culpabilidade, não estando extinta a punibilidade do agente. Também, verifico que os fatos narrados na peça vestibular se amoldam ao tipo legal apontado. Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses do artigo 397 do CPP,RATIFICO o recebimento da denúnciae DETERMINO seja designadaaudiência de instrução e julgamento NOS AUTOS A SEREM DESMEMBRADOSem data desimpedida, com tomada de declarações das vítimas, inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, os réus. Desta feita, determino a notificação do acusado, requisitando se for o caso, a sua apresentação, seu advogado, Ministério Público e as testemunhas, observando-se a parte final do artigo 396-A,caputdo CPP. Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público e a seguir o réu poderá requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução (art. 402 do CPP) e, em caso de deferimento, a audiência será concluída sem as alegações finais (art. 404 do CPP) Em caso de necessidade de precatória, assinalo o prazo de 60 (sessenta) dias, com intimação das partes da expedição (Súmula 273 do STJ). Int. Expedientes, solicitando as certidões requeridas.

ADV: FRANCISCO JOSE SILVA AGUIAR JUNIOR (OAB 27898/CE) - Processo 0200114-75.2024.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.A.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM as partes para comparecerem à perícia, designada para dia 26/11/2024, às 9:30 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: JOSE MARIA SABINO (OAB 16088/CE) - Processo 0200157-46.2023.8.06.0161 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Termo de Conciliação Prévia - EXEQUENTE: J.H.S.P. - Diante da petição de acordo às fls. 86/87, comprovante de transferência (PIX) de fl. 98, hei por bem, ad cautelam, suspender a ordem de prisão civil do executado (fls. 72/73). Expeça-se, com urgência, Alvará de Soltura em prol do executado, via BNMP, devendo este ser imediatamente solto, salvo se por outro motivo tiver que permanecer preso. Intime-se a parte exequente, por meio da DJE, para que, querendo, se manifeste no prazo de 10 (dez) dias acerca da petição às fls. 96/97. Dê-se ciência ao Ministério Público. Exp. Nec.

ADV: ALVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO (OAB 24880/CE) - Processo 0200183-78.2022.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Ana Maria da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para comparecerem à perícia designada para dia 26/11/2024, às 13:00 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: ANA DÉBORA ROCHA (OAB 29556/CE) - Processo 0200190-36.2023.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.A.S.F.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99

do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para comparecerem à perícia, designada para dia 26/11/2024, às 10:30 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: ANDRESSA COSTA PONTE (OAB 34780/CE), ADV: ANTÔNIO CARLOS STUDART CYSNE (OAB 40881/CE) - Processo 0200199-32.2022.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: C.M.A. - CURATELADO: J.H.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intimem-se as partes para comparecerem à perícia no dia 26/11/2024, às 13:30 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: ANA CECÍLIA PEREIRA ARCANJO (OAB 47556/CE), ADV: PEDRO ALAN TAVORA LIMA (OAB 43462/CE) - Processo 0200305-91.2022.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Francisco Auriberto dos Santos - REQUERIDO: José Aurian dos Santos - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMEM-SE as partes para comparecerem à perícia designada para dia 26/11/2024, às 14:00 h, no Fórum desta Cidade.

ADV: ANA CECÍLIA PEREIRA ARCANJO (OAB 47556/CE) - Processo 0200405-12.2023.8.06.0161 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: A.C.M. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para se manifestar quanto ao laudo apresentado e, conforme for, requerer prospecção de outras provas, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSE MARIA SABINO (OAB 16088/CE) - Processo 0203661-71.2022.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Jonatas Carneiro - Douglas Diego do Nascimento e outro - Muito embora toda deferência que deve ser tributada à Defensoria Pública [instituição com assento constitucional e relevante munus], a efetiva impossibilidade de comparecimento do membro por déficit de estruturação/aparelhamento não deve justificar a redesignação dos atos; com este entendimento: AgRg no AREsp 1879045 / TO. Diante do exposto, excepcionalmente: Mantenho a realização do Júri, cujos expedientes já foram preparados e envolve réus presos; Oficie-se à OAB, na pessoa de seu representante nesta Comarca, para que informe no prazo de 48h a disponibilidade de profissional interessado em atuar no feito como dativo [mantendo, assim, a imparcialidade na designação sob gerência do órgão de classe]; Com a indicação, intime-se o respectivo profissional para participação na sessão plenária. Int.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0415/2024

ADV: RAFAEL IGOR DE VASCONCELOS (OAB 44653/CE) - Processo 0200343-35.2024.8.06.0161 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.J.M. - Visto em Inspeção Judicial Interna de 16/08/2024 a 30/08/2024 (Portaria nº. 15/2024-C400VUNI00, DJEA 02/08/2024) Defiro os benefícios da justiça gratuita. Trata-se de ação de curatela com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por João Junior Mendes em face de Maria Lucineide Alves Mendes, alegando que o(a) interditando(a) se encontra impossibilitado(a) de exercer os atos da vida civil. Com a inicial vieram documentos de fls. 07/14. Eis o relatório. Decido. O atestado encartado - demonstra que a interditanda “não apresenta” incapacidade pelo viés psicológico; consta recomendação de acompanhamento constante, que pode ser próprio e inerente à senilidade: sem, contudo, afetar a tomada de decisões. Posto isso, com fundamento no art. 300 c/c art. 749, parágrafo único, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a tutela de urgência. Designe-se data para audiência de entrevista. Cite-se o(a) interditando(a) e intimem-se o(a) requerente para comparecerem à audiência de entrevista, nos termos do art. 751 do CPC, oportunidade em que aquele será ouvido minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências, laços familiares e afetivos e capacidade para praticar atos da vida civil. Nos termos do art. 139, VI do CPC, determino desde logo a produção dos seguintes meio de prova: a) realização de estudo social, por meio de perito cadastrado no SIPER, na residência do(a) autor(a) e do curatelado (a), no prazo de 30 (trinta) dias; b) a realização de perícia médica junto ao SIPER, no prazo de 15 (quinze) dias - devendo a secretaria remeter os quesitos a serem respondidos pelo profissional: 1) o interditando é portador de alguma anomalia psíquica ou física? 2) Em caso afirmativo, é possível determinar a anomalia e sua classificação no CID? 3) Como e quando se deu o início da anomalia? Qual a sua provável data? 4) Em que estágio se encontra o desenvolvimento da anomalia psíquica ou física? 5) O quadro da anomalia é estacionário, regressivo ou progressivo? 6) Em razão da anomalia psíquica ou física, o interditando necessita de cuidados médicos e de medicação permanente? 8) Em razão da anomalia psíquica ou física, o interditando necessita de cuidados permanentes para auxiliá-lo nas atividades sociais? 9) A anomalia do interditando torna-o incapaz de reger sua própria pessoa ou, em outras palavras, torna-a incapaz para os atos da vida civil ou apenas para alguns atos? Quais são esses atos? 10) Submetido à tratamento adequado, a anomalia que o acomete é irreversível ou passível de cura? Ciência ao MPE. Intime-se.

ADV: ANA CECÍLIA PEREIRA ARCANJO (OAB 47556/CE) - Processo 0200345-05.2024.8.06.0161 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - MENOR: M.D.S. - Visto em Inspeção Judicial Interna de 16/08/2024 a 30/08/2024 (Portaria nº. 15/2024-C400VUNI00, DJEA 02/08/2024) Defiro os benefícios da justiça gratuita (art. 98, CPC). Processo em segredo de justiça (art. 189, II do CPC). Compulsando os autos, constato que o feito não autoriza a realização de composição amigável, em razão da indisponibilidade do direito envolvido. Na espécie, tratando-se de investigação de paternidade, o ato de reconhecimento voluntário é personalíssimo do pai. No caso, como o suposto genitor já é falecido, é inadmissível que terceiros façam o reconhecimento do pedido por ele, devendo o feito prosseguir para que a parte autora possa provar os fatos com as provas admitidas no ordenamento legal. Desta forma, deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC e, por consequência, determino a citação dos promovidos, por meio da representante legal para que, caso queiram, apresentem defesa no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO FRANCILEI BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 29196/CE) - Processo 0203661-71.2022.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Francisco Jonatas Carneiro - Douglas Diego do Nascimento e outro - De ordem do MM. Juiz Gustavo Ferreira Mainardes, Juiz Substituto, Titular da Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú e conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicação às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratiquei o seguinte ato: Designo a data do Júri Popular para o dia 19/11/2024, às 09:00h no Edifício do Fórum de Santana do Acaraú/CE. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO FRANCILEI BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 29196/CE) - Processo 0203661-71.2022.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jose Mauricio da Silva e outros - De ordem do MM. Juiz Gustavo Ferreira Mainardes, Juiz Substituto, Titular da Vara Única da Comarca de Santana do Acaraú e conforme disposição expressa

nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicação às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratiquei o seguinte ato: Considerando a indicação de fls. 313, intime-se o advogado Dr. Francisco Francilei Bezerra de Araújo, acerca da designação da sessão plenária do Júri para o dia 19/11/2024, às 09h, no fórum de Santana do Acaraú.

COMARCA DE SÃO BENEDITO - 2ª VARA DA COMARCA DE SAO BENEDITO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2477/2024

ADV: EDGAR LINHARES BRITO (OAB 50285/CE) - Processo 0050913-42.2020.8.06.0163 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Guarda - ADOTANTE: R.F.S. e outro - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico este ato para: 1.1- torno sem efeito o ato ordinatório de fls. 207; 1.2- desmarcar audiência retro, dada a determinação de férias da Magistrada ; 2- Intimar da nova data de Audiência de Instrução e Julgamento designada para dia 06/05/2025, às 08:30h, que realizar-se-á por vídeo conferência através aplicativo Microsoft Teams, pelo mesmo link: https://link.tjce.jus.br/bbe51d.

ADV: DENIO DE SOUZA ARAGAO (OAB 27990/CE), ADV: LARISSA SENTO SÉ ROSSI (OAB 16330/BA) - Processo 0051045-65.2021.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Eliene Sousa de Morais - REQUERIDO: Banco Bradesco - Trata-se de Pedido de Cumprimento de Sentença. A Secretaria da unidade para efetuar a evolução de classe do feito para cumprimento de sentença, realizando, por consectário, as retificações cabíveis. Após, intime-se a parte executada, por intermédio de seu advogado, via Dje, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o débito indicado pela exequente, nos termos do artigo 523, caput, do CPC, efetuando o depósito do valor principal e dos honorários de sucumbência em conta judicial distinta. Advirta-se a parte executada de que, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo assinalado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) mais honorários de 10% (dez por cento), na forma do art. 523, § 1º, do CPC. Ao final, não identifiquei que a parte executada tenha recolhido os valores correspondentes à sua condenação em custas finais, portanto, determino o respectivo pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Expedientes necessários. Sao Benedito (CE), 08 de novembro de 2024. Larissa Affonso Mayer Juíza de Direito

ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 30142/CE), ADV: MANOEL DE SOUSA SILVA JUNIOR (OAB 44326B/CE) - Processo 0200067-66.2022.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Margarida Maria de Medeiros - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Publiquem. Sao Benedito (CE), 07 de novembro de 2024. Larissa Affonso Mayer Juíza de Direito

ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE), ADV: IAGO SAVINO BEZERRA PONTES (OAB 44563/CE), ADV: CARLOS ALBERTO CAMPOS DE ARAUJO (OAB 45924/CE) - Processo 0200135-31.2022.8.06.0061 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.F.C. - REQUERIDO: V.L.S. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico este ato para: 1.1- torno sem efeito o ato ordinatório de fls. 108; 1.2- desmarcar audiência retro, dada a determinação de férias da Magistrada; 2- Intimar da nova data de Audiência de Instrução e Julgamento redesignada para dia 06/05/2025, às 09:30h, que realizar-se-á por vídeo conferência através aplicativo Microsoft Teams, pelo mesmo link: https://link.tjce.jus.br/20387d.

ADV: FRANCISCO MENEZES DE SOUZA (OAB 9747/CE) - Processo 0200167-84.2023.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: S.K.T.A. - Conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico este ato para: 1.1- torno sem efeito o ato ordinatório de fls. 62; 1.2- desmarcar audiência retro, dada a determinação de férias da Magistrada; 2- Intimar da nova data de Audiência de Instrução e Julgamento designada para dia 06/05/2025, às 10:30h, que realizar-se-á por vídeo conferência através aplicativo Microsoft Teams, pelo mesmo link: https://link.tjce.jus.br/4d9bfe.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO LARISSA AFFONSO MAYER
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULA ROSSANA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2478/2024

ADV: MARCELO NORONHA PEIXOTO (OAB 95975/RS), ADV: IGO BRITO ARAGAO (OAB 52945/CE) - Processo 0200738-21.2024.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Manoel Rosalina dos Santos - REQUERIDO: Aspercir Previdência - As partes formularam acordo como se vê às págs. 145-147, em que ajustaram a solução da lide, como permite o art. 840 do Código Civil. Tendo em vista a composição amigável do litígio e a disponibilidade do direito em discussão, não vislumbro óbices à homologação do acordo, visto que firmado por advogados com poderes específicos para transigir. Por isso, homologo o acordo por sentença, para que surta os jurídicos efeitos. Por conseguinte, declaro a extinção do processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil (CPC). Sem custas. Honorários de advogado, consoante o ajuste. Outrossim, visto que a presente sentença apenas ratifica a vontade das partes, intime-as sem estipulação de prazo. Após, expeça-se a certidão de trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO LARISSA AFFONSO MAYER
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULA ROSSANA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2479/2024

ADV: DENIO DE SOUZA ARAGAO (OAB 27990/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo

0201477-28.2023.8.06.0163 - Cumprimento de sentença - Tarifas - REQUERENTE: Maria Iraudice de Sousa Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Ante o exposto, HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado nas págs. 642/644, o qual passa a integrá-la, devendo o processo ser extinto com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO LARISSA AFFONSO MAYER
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULA ROSSANA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2480/2024
ADV: CINTIA MARIA GONCALVES GURGEL (OAB 14329/CE) - Processo 0200199-55.2024.8.06.0163 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: B.N.C. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, pelo que decreto o divórcio de B. do. N. C. e de E. R. C., condenando este último, ora requerido, a pagar aos seus filhos, J. K. do N. C., e J. K. do N. C., pensão alimentícia no percentual correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
JUIZ(A) DE DIREITO LARISSA AFFONSO MAYER
DIRETOR(A) DE SECRETARIA PAULA ROSSANA RIBEIRO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2481/2024
ADV: THAELLE MARIA MELO SOARES (OAB 32185/CE) - Processo 0201436-95.2022.8.06.0163 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Mirlene de Lima Silva - Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, por ser manifestamente improcedente diante da coisa julgada, o que faço com esteio no artigo 485, V, do Código de Processo Civil.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO BENEDITO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 2482/2024
ADV: TARCISIO REBOUCAS PORTO JUNIOR (OAB 7216/CE) - Processo 0007606-82.2013.8.06.0163 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Nordeste do Brasil S/A - De ordem da MM Juíza Dra. Larissa Affonso Mayer e conforme disposição expressa no Provimento nº 02/2021 da Corregedoria Geral da Justiça, Art. 130, inciso XII, alínea “d”, pratiquei o ato seguinte. Intime-se as partes sobre o retorno dos autos da instância superior para no prazo de 5 (cinco) dias requererem o que entenderem de direito. Sao Benedito/CE, 12 de novembro de 2024. José Maria Gonçalves de Souza À Disposição

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO 60 DIAS

Processo n.º: 0011101-29.2016.8.06.0164

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto: Furto
Ministério Público: Ministério Público do Estado do Ceará
Denunciado: Rozenilda Nunes de Sousa

O Dr. Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, a ré Rozenilda Nunes de Sousa, brasileira, solteira, filha de Vicente Garcia de Sousa e mãe Diva Nunes de Sousa Nascida 09/02/1969, com endereço à Rua da Cagece, S/N, Ômega,São Gonçalo do Amarante por infração ao art. 155, §4, II do CPB, fato ocorrido no dia 09/02/2016 foi condenada em pena definitiva em 08 (oito) meses de reclusão,no regime aberto, a pena foi substituída por uma restritiva de direito, consistente na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE por sentença datada de 20/08/2024 (fls. 164/168) . Como não foi possível intimá-la pessoalmente, pelo presente edital fica intimada da mencionada sentença, da qual poderá interpor, dentro de 5 (cinco) dias, a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado. São Gonçalo do Amarante/CE, em 21 de agosto de 2024.
Cesar de Barros Lima
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º: **0203181-53.2023.8.06.0300**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
Autoridade Policial: **Delegacia Municipal de São Gonçalo do Amarante**
Denunciado: **Antônio Douglas Ferreira de Sousa e outro**
Finalidade da Citação: **Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O Dr. **Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito** da **1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante** por nomeação legal.

Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o **ANTÔNIO DOUGLAS FERREIRA DE SOUSA**, brasileiro, Solteiro, RG 20075838618, CPF 60538346370, pai Antonio Rodrigues de Sousa, mãe Luciene Ferreira, Nascido/Nascida 26/08/1998, de cor Pardo, R. Maria Zenóbia Carneiro, Tel 85 986220754; 85 989532706; 85 992825096, Vila Velha, CEP 60345-825, Fortaleza - CE, como incurso nas sanções do **Art. 33, caput da Lei nº 11.343/2006,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o denunciado fica citado, conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. São Gonçalo do Amarante/CE, em 12 de setembro de 2024.

Cesar de Barros Lima
Juiz de Direito

EDITAL DE SENTENÇA (90 DIAS)

Processo n.º: **0007457-49.2014.8.06.0164**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Denunciado: **Tiago de Sousa Matos**

O Dr. **Cesar de Barros Lima,** Juiz de Direito da **1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, no processo a que responde perante este Juízo, o réu TIAGO DE SOUSA MATOS, brasileiro, nascido em 21/06/1988, natural de Uruburetama/CE, filho de Haroldo Feijó de Matos e Maria Lúcia Araújo de Sousa, **foi condenado em 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão em regime semi-aberto,** por infração no art. 157, § 2º, inc. II do CPB, fato ocorrido no dia 30/01/2014, por sentença datada de 23/09/2024. Como não foi possível intimá-lo pessoalmente, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença, da qual poderá interpor**, dentro de 5 (cinco) dias,** a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado. São Gonçalo do Amarante/CE, em 24 de setembro de 2024.

Cesar de Barros Lima
Juiz de Direito

EDITAL DE 90 DIAS

Processo n.º: **0007457-49.2014.8.06.0164**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Roubo**
Ministério Público: **Ministério Público do Estado do Ceará**
Denunciado: **Tiago de Sousa Matos**

O Dr. Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, a VÍTIMA VALDERI DE MELO SILVA NETO, pai Valderi de Melo Silva, mãe Ana Maria Araujo Melo, Nascido em 22/04/2003, natural de Caruaru - PE, brasileiro, pelo presente edital fica intimado da mencionada sentença de fls. 206/212, da qual poderá interpor, **dentro de 5 (cinco) dias,** a contar do término do prazo em questão, o recurso cabível sob pena de ver passar em julgado. São Gonçalo do Amarante/CE, em 25 de setembro de 2024

Cesar de Barros Lima
Juiz de Direito

EDITAL DE 15 DIAS

Processo n.º: **0200717-56.2023.8.06.0300**

Classe: **Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto: **Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
Ministério Público e Autoridade Policial: **Ministério Público do Estado do Ceará e outros**
Autuado: **Francisco Iran Oliveira Nascimento**

O Dr. **Cesar de Barros Lima,** Juiz de Direito da **1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante** por nomeação legal etc. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que,

MANDEI expedir o presente Edital de Intimação, através do qual o(s) eventual(ais) proprietário(s) de boa-fé da(s) armas(s) e demais objeto(s) a seguir discriminado(s) fica(m) intimado(s) para, **no prazo de 15(quinze) dias,** requerer(em) a(s) devida(s) restituição(ões), sob pena de perdimento caso não seja comprovada a devida propriedade ou posse.

PROCESSO: 0012342-04.2017.8.06.0164

DATA DA APREENSÃO: 08/02/2023 (IP nº 548-17/2023).

ACUSADO: Francisco Iran Oliveira Nascimento

ARMA: Classificação: Espingarda; Fabricação: Artesanal; Calibre: Prejudicado pela ausência do cano; Número de série: Ausente; Funcionamento: Tiro unitário simples e gatilho mono; Comprimento do cano: Prejudicado pela ausência do cano; Comprimento total da arma: Prejudicado pela ausência do cano; Altura da coronha: 13 cm; Acabamento: Oxidado; Aparelho de pontaria: Prejudicado pela ausência do cano; Coronha e telha: Em madeira, cor marrom; Sistema de percussão: Intrínseca, central, indireta; Sistema de segurança: Ausência de trava externa; Carregador: Ausente; Estado geral de conservação: Regular; Bandoleira: Ausente; Soleira: Ausente.(descrição conforme laudo pericial realizado em 27/03/2023, às pág. 125/128).

CARTUCHOS Qtde(02) ; Calibre nominal(12) Marca (CBC/Brasil) Projétil (Balins); Estado(Íntegro),Número do lote (Sem numeração),Qtde Utilizada(02); Qtde Remanescente (00) / Qtde(05) ; Calibre nominal(9 mm Treina) Marca (CBC/Brasil) Projétil (ETOG); Estado(Íntegro), Número do lote (Sem numeração),Qtde Utilizada(05); Qtde Remanescente (00). (descrição conforme laudo pericial realizado em 27/03/2023, às pág. 125/128). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. São Gonçalo do Amarante/CE, em 26 de agosto de 2024

Cesar de Barros Lima
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º:	**0200396-75.2022.8.06.0164**
Classe:	**Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto:	**Roubo Majorado**
Ministério Público e Autoridade Policial:	**Ministério Público do Estado do Ceará e outros**
Autuado:	**Antonio Eduardo do Nascimento Andrade e outro**
Finalidade da Citação:	**Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O Dr. **Cesar de Barros Lima, Juiz de Direito** da **1ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante** por nomeação legal. Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado pelo Ministério Público o **ANTONIO EDUARDO DO NASCIMENTO ANDRADE, RG 2005097036902, CPF 62279798301,** pai Eduardo Neto, mãe Lucia Ferreira Nascimento dos Santos, Nascido/Nascida 12/06/2000, como incurso nas sanções do art. 157, §2º, inciso II (concurso de duas pessoas), do Código Penal Brasileiro. **,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o denunciado fica citado, conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais.

Cesar de Barros Lima
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0265/2024

ADV: HENRIQUE ANDRADE GIRÃO (OAB 24625/CE), ADV: DAMIAO SOARES TENORIO (OAB 26614/CE), ADV: LARA CARNEIRO SAMPAIO (OAB 42165/CE), ADV: GABRIEL MOURA BRAÚNA (OAB 47866/CE) - Processo 0200678-16.2022.8.06.0164 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Difamação - QUERELANTE: Antônio José dos Santos Maia - Recebidos hoje. Intime-se o querelante, por meio de seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de pág. 100, indicando o endereço completo e atualizado do querelado Lutiane Alibio Martins, se possível com ponto de referência e contato telefônico/eletrônico e/ou requerer o que entender de direito. Ressalta-se que a audiência de conciliação está designada para o dia 09/12/2024, às 10:00h. Expedientes necessários. São Gonçalo do Amarante (CE), 08 de novembro de 2024. Cesar de Barros Lima Juiz de Direito

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0504/2024

Processo 0009131-33.2012.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Munícipio de São Gonçalo do Amarante - CE - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: JOAO RAFAEL DE FARIAS FURTADO (OAB 17739/CE), ADV: LUIS JORGE DA COSTA (OAB 39825/CE) - Processo

0050042-72.2021.8.06.0164 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Brazil Partner Investimentos e Participações Em Negocios Ltda - REQUERIDO: Trianon Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Tendo em vista a natureza da demanda, o requerimento das partes às fls. 205/206 e 242, e a pertinência da prova oral para o deslinde da questão sob apreciação, designe-se audiência de instrução, intimando-se as partes para ciência e para apresentar rol de testemunhas no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão, caso ainda não o tenham feito, ficando cientes de que cabe a elas sua intimação nos moldes do art. 455 do CPC, observadas as exceções de seu § 4º. Ante o requerimento de depoimento pessoal do réu, formulado pelo autor as fls. 242, intime-se o réu pessoalmente - preferencialmente por via eletrônica, observado o disposto nos arts. 8º a 10 da Resolução nº 354/2020 do CNJ - para comparecer à audiência, ficando advertido de que se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena (art. 385, § 1º, do CPC) e quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor (art. 386 do CPC). Expedientes necessários.

ADV: ANTONIA MARTINS DE CASTRO QUEIROZ (OAB 12681/CE) - Processo 0200166-62.2024.8.06.0164 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antonia Marcia Mendes Azevedo - Com amparo no art. 139, VI, do CPC e considerando a natureza da diligência necessária ao cumprimento da determinação proferida e o lapso decorrido, defiro parcialmente o requerimento de fls. 58/59, de modo a conceder ao autor o prazo adicional de 30 dias para o cumprimento das determinações do despacho anterior, sob pena de extinção do feito/indeferimento da inicial. Decorrido o aludido prazo sem manifestação, venham-me os autos conclusos para julgamento.

ADV: JOSE VIEIRA DA SILVA FILHO (OAB 82251/RJ) - Processo 0200196-34.2023.8.06.0164 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Joel Jacinto Silva - Compulsando os autos, verifica-se que, na petição inicial, a parte autora informa que os herdeiros serão nomeados e qualificados nas primeiras declarações, contudo, no petitório de fls. 42/43, não foram informados os endereços dos herdeiros, razão pela qual deve a parte autora ser intimada para apresentar os endereços dos herdeiros no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo. No mesmo ato, caso tal providência ainda não tenha sido cumprida, intime-se o inventariante para, no mesmo prazo de 15 dias, apresentar as certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais dos bens do espólio nos termos do art. 192 do CTN, sob pena de extinção do feito. Com os endereços nos autos, citem-se os herdeiros apontados na petição de fls 42/43 que não constem no polo ativo da ação para tomar ciência da demanda e intimem-se para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as primeiras declarações e as matérias elencadas no art. 627 do CPC. Havendo herdeiro incapaz ou ausente, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Como, nas ações de inventário, o valor da causa há de ser aquele referente ao monte mor (totalidade dos bens sucessíveis), a discussão sobre o recolhimento das custas pode ser realizada ao final do processo.

ADV: CÂNDIDO DA SILVA DINAMARCO (OAB 102090/SP), ADV: EMERSON SOARES MENDES (OAB 154248/SP), ADV: ANDRÉ FROSSARD DOS REIS ALBUQUERQUE (OAB 302001/SP), ADV: MAURÍCIO GIANNICO (OAB 172514/SP) - Processo 0200215-74.2022.8.06.0164 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Companhia Siderúrgica do Pecém S.a. - REQUERIDO: Porto do Pecem Geração de Energia S/A - Considerando a petição de fls. 1485, na qual o engenheiro civil nomeado via SIPER requer a dispensa do encargo por motivo de foro íntimo, revogo sua nomeação e determino seja nomeado novo perito vinculado ao Sistema de Peritos do TJCE (SIPER) da especialidade pertinente (engenharia civil), a fim de efetuar avaliação no imóvel objeto da demanda. Assim sendo, promova-se a nomeação do perito e intime-se este para tomar ciência de sua nomeação e dizer se a aceita e indicar o valor de seus honorários, currículo profissional e contatos profissionais no prazo de 05 (cinco) dias. Em seguida, intimem-se as partes para tomar ciência do perito nomeado e, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre eventual impedimento ou suspeição do perito nos moldes do art. 465, § 1º, do CPC, podendo indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos para a perícia. No mesmo ato, intimem-se as partes para manifestação sobre a proposta de honorários no prazo de 05 dias, após o que se arbitrará seu valor, observado o disposto na tabela atualizada de honorários do TJCE (tabela da Portaria nº 320/2024 do TJCE, DJea de 19/02/2024, e eventuais atualizações), promovendo-se nova intimação do interessado para o depósito judicial dos honorários periciais na forma dos arts. 95, caput e § 1º, e 465, §§ 3º e 4º, do CPC. Arbitrado o valor dos honorários por este Juízo e feito o depósito na forma mencionada, designe-se data para a perícia, devendo as partes ser intimadas da data e da hora do ato. Cientifique-se o perito de que o laudo deve ser entregue no prazo de 15 dias a contar da data da perícia, após o que as partes devem ser intimadas para manifestação no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico apresentar parecer em igual prazo (art. 477, § 1º, do CPC). Expedientes necessários.

ADV: MARIA EDUARDA OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 50757/CE) - Processo 0200281-83.2024.8.06.0164 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.V.S. - Isso posto, homologo o acordo firmado à fls. 35/38, para que produza os efeitos jurídicos pertinentes, extinguindo o feito nos termos do art. 487, III, b, do CPC.

ADV: KARISA CAROLINA TEIXEIRA DE SOUSA (OAB 18162/CE) - Processo 0200343-94.2022.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria de Fatima Andrade Silveira Capelo - REQUERIDO: Munícipio de São Gonçalo do Amarante - CE - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: BÁRBARA EVELLYN DE AZEVEDO GOMES (OAB 29156/CE) - Processo 0200550-25.2024.8.06.0164 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.T.S.M.G. e outro - Isso posto, homologo o acordo firmado à fls. 31/34, para que produza os efeitos jurídicos pertinentes, extinguindo o feito nos termos do art. 487, III, b, do CPC.

ADV: MARIA EDUARDA OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 50757/CE) - Processo 0200817-94.2024.8.06.0164 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.P. - ALIMENTANDO: E.G.S.A. - REQUERIDO: F.L.A.M. - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

ADV: AUGUSTO CÉSAR ARAÚJO BRAGA (OAB 35293/CE) - Processo 0200892-70.2023.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Francisco Sérgio Pereira da Costa - REQUERIDO: Pb Loteamentos e Corretagens Ltda - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0505/2024

Processo 0200343-94.2022.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Maria de Fatima Andrade Silveira Capelo - REQUERIDO: Munícipio de São Gonçalo do Amarante - CE - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

Processo 0200817-94.2024.8.06.0164 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.P. - ALIMENTANDO: E.G.S.A. - REQUERIDO: F.L.A.M. - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

Processo 0200892-70.2023.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Francisco Sérgio Pereira da Costa - REQUERIDO: Pb Loteamentos e Corretagens Ltda - Nos termos dos arts. 129 e 130 do Código de Normas Judiciais da CGJCE (Provimento nº 02/2021/CGJCE), considerando a certidão retro, intime-se a parte autora para apresentar o endereço atual do réu ou requerer o que for cabível para o prosseguimento do feito no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do feito.

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0011291-89.2016.8.06.0164
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica
Requerente Maria da Conceição Silva de Oliveira
Interditando Ancelmo Silva Oliveira

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante da Comarca de São Gonçalo do Amarante/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de ANCELMO SILVA OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador do RG n° 99027000434, CPF n° 788.069.173-15. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, portadora de RG°2007127004-1, CPF n° 003.726.353-69, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 04/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Isso posto, em consonância com o parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, extinguindo o feito na forma do art. 487, I,do CPC, para decretar a interdição de ANCELMO SILVA DE OLIVEIRA, declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil nos termos dos arts. 4º, III, e 1.767, I, do CC e nomeio-lhe como curador a requerente MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA DE OLIVEIRA, que deverá representá-lo na prática dos atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial (art. 85 do EPD) e, no tocante aos demais atos da vida civil, deverá simplesmente acompanhá-lo e orientá-lo sem, contudo, restringir ou suprimir sua vontade (art. 85, §º, do EPD), destacando-se que não poderá alienar ou onerar bens eventualmente pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. " O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. São Gonçalo do Amarante/CE, em 04 de abril de 2024.

VICTOR DE RESENDE MOTA
Juiz

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0506/2024

ADV: SARAH SUZYE OLIVEIRA DE MELO (OAB 39281/CE) - Processo 0008413-31.2015.8.06.0164 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Avelino Forte Filho e outros - Ao final, o MM Juiz proferiu a seguinte deliberação: "Encerrada a instrução do feito, a parte autora sai intimada para apresentar memoriais no prazo de 15 dias, após o que o demandado deverá ser intimado para apresentar suas razões finais no prazo de 15 dias; em seguida, os autos seguirão conclusos para julgamento.

Processo 0008461-92.2012.8.06.0164 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: J.M.C. - REQUERIDA: M.A.A.N. - M.N.A.S. - MENOR: João Celino Alves do Nascimento Medeiros - PROMOTOR(A): M.P.E.C. - Considerando as manifestações de fls. 287 e 291, cite-se a avó materna do menor, Maria Natividade Alves, no endereço informado na petição de fls 260/261, para tomar ciência da demanda e apresentar contestação no prazo de 15 dias, sob pena de revelia. Oficie-se ao Grupo Multidisciplinar, para, no prazo de 20 dias, realizar estudo social sobre o caso. Decorrido o prazo de contestação da referida demandada sem manifestação e com o aludido estudo nos autos, intimem-se as partes e o Ministério Público para ciência e manifestação no prazo comum de 10 dias, devendo especificar se há alguma prova ou diligência adicional a requerer, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.

ADV: PAULO SÍLVIO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 50639/CE) - Processo 0022275-64.2018.8.06.0164 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: José Eugênio Borges de Almeida - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, Intime-se o requerente para que no prazo de cinco dias, junte aos autos a outorga conjugal.

ADV: MARCIO JORIO FERNANDES ANDRE (OAB 41424/CE) - Processo 0200774-94.2023.8.06.0164 - Guarda de Infância e Juventude - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: A.W.H.G. - Designo sessão de Conciliação para a data de 23/01/2025 às 09:30h na Sala do CEJUSC, na modalidade de videoconferência através da plataforma "Microsoft Teams". Instruções do ingresso na audiência virtual: A participante deverá baixar os aplicativos Leitor Qr e Microsoft Teams no seu smartphone (Play Store, Apple Store etc.) ou outro dispositivo que comporte chamadas de áudio e vídeo, por exemplo, notebook, computador, tablet. Com os apps instalados, a parte, no dia e hora designados para a realização da audiência, deverá abrir o Leitor QR e posicionar a câmera do aparelho no código QR acima. Quando da leitura do código, o Leitor QR vai gerar um link de acesso, que a parte deverá clicar e na opção abrir com escolher o app Teams, Você será direcionado ao aplicativo e em seguida é só clicar em ingressar como convidado preenchendo com seu NOME, e depois clicando em participar da reunião. Lembrando que, no momento da reunião, a parte deverá estar em local silencioso e ajustar o volume dos fones de ouvido, para fins de perfeita comunicação. Orienta-se ainda, que as partes procurem verificar se o dispositivo utilizado (celular, notebook, computador, tablet, etc) encontra-se devidamente ajustado antes da audiência. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) No dia da audiência, 5 minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera, pelo link: https://link.tjce.jus.br/434f9b Ou pelo código QRCode: 2) Aguardar

que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. 3) As partes que não tenha acessibilidade de meios para participarem da audiência por videoconferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no fórum desta Comarca, sala de audiências do CEJUSC, endereço no timbre. Fica este CEJUSC à disposição para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.saogoncalo@tjce.jus.br e/ou WhatsApp: (85) 982388584. Encaminho os presentes autos à Secretaria de Vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários. São Gonçalo do Amarante-CE, data conforme assinatura digital. Allan Alcantara Conciliador e Mediador Assinatura Digital ²

ADV: FABRICIO REGO CAVALCANTE (OAB 40369/CE) - Processo 0200893-21.2024.8.06.0164 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Tereza Soares de Oliveira - Isso posto, determino o cancelamento da distribuição sem prejuízo de que a ação seja ajuizada no sistema adequado (PJE), considerando a natureza do direito material de que trata e o procedimento adequado.

ADV: MARIA EDUARDA OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 50757/CE) - Processo 0200898-43.2024.8.06.0164 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.K.A.B. - Designo sessão de Conciliação para a data de 23/01/2025 às 13:00h na Sala do CEJUSC, na modalidade de videoconferência através da plataforma “Microsoft Teams”. Instruções do ingresso na audiência virtual: A participante deverá baixar os aplicativos Leitor Qr e Microsoft Teams no seu smartphone (Play Store, Apple Store etc.) ou outro dispositivo que comporte chamadas de áudio e vídeo, por exemplo, notebook, computador, tablet. Com os apps instalados, a parte, no dia e hora designados para a realização da audiência, deverá abrir o Leitor QR e posicionar a câmera do aparelho no código QR acima. Quando da leitura do código, o Leitor QR vai gerar um link de acesso, que a parte deverá clicar e na opção abrir com escolher o app Teams, Você será direcionado ao aplicativo e em seguida é só clicar em ingressar como convidado preenchendo com seu NOME, e depois clicando em participar da reunião. Lembrando que, no momento da reunião, a parte deverá estar em local silencioso e ajustar o volume dos fones de ouvido, para fins de perfeita comunicação. Orienta-se ainda, que as partes procurem verificar se o dispositivo utilizado (celular, notebook, computador, tablet, etc) encontra-se devidamente ajustado antes da audiência. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado (a) deverão: 1) No dia da audiência, 5 minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera, pelo link: https://link.tjce.jus.br/a2ea27 Ou pelo código QRCode: 2) Aguardar que seja liberado o acesso por parte do Conciliador(a), o(a) qual poderá estar fora do ar no momento, ou ainda concluindo outra audiência anteriormente agendada. 3) As partes que não tenha acessibilidade de meios para participarem da audiência por videoconferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no fórum desta Comarca, sala de audiências do CEJUSC, endereço no timbre. Fica este CEJUSC à disposição para quaisquer dúvidas ou solicitações através do e-mail cejusc.saogoncalo@tjce.jus.br e/ou WhatsApp: (85) 982388584. Encaminho os presentes autos à Secretaria de Vara respectiva para a confecção dos expedientes necessários. São Gonçalo do Amarante-CE, data conforme assinatura digital. Allan Alcantara Conciliador e Mediador Assinatura Digital ²

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CEJUSC- SÃO GONÇALO DO AMARANTE (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - SÃO GONÇALO DO AMARANTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0030/2024

Processo 0000051-25.2024.8.06.0164 - Reclamação Pré-processual - Fixação - RECLAMANTE: A.G.S.S. - RECLAMADO: F.F.M.S. - Vistos, etc. Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Antonia Girlene da Silva Sales e Francisco Fabiano Melo Sales. O pedido inicial foi realizada a juntada dos documentos necessários. Audiência de mediação/conciliação às fls.17/20 as partes transigiram. No parecer de fls. 24, o Ministério Público opinou fosse homologado o acordo celebrado entre as partes. É o breve relatório. Decido. A Emenda Constitucional nº 66/2010, ao dar nova redação ao art. 226, § 6º, da CRFB/88, aboliu a necessidade de prazo prévio de separação de fato ou de direito para que seja decretado o divórcio, convertendo-o em direito potestativo e incondicionado dos cônjuges, consoante sólido entendimento jurisprudencial (TJ-SP - AC: 10108172420198260590 SP 1010817-24.2019.8.26.0590, Relator: Piva Rodrigues, Data de Julgamento: 22/07/2020, 9ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 22/07/2020). No tocante aos alimentos, a fixação do valor da obrigação alimentar deve obedecer o binômio formado pela necessidade econômica do alimentando e possibilidade financeira do alimentante conforme art. 1.694, § 1º, do CC, compreendido à luz da proporcionalidade. Quanto à partilha de bens, sabe-se que o direito de propriedade é direito real previsto no art. 1.228 do Código Civil (CC) e, no tocante a imóveis, se adquire mediante registro do título aquisitivo no registro de imóveis nos moldes do art. 1.245 do CC, ao passo que a posse é situação de fato que goza de tutela jurídica na forma dos arts. 1.196 e seguintes do CC. Como a posse de bens e de direitos é situação jurídica dotada de expressão econômica, é possível sua partilha judicial, mas seus efeitos são diversos da partilha de direitos de propriedade, notadamente nos casos que tratam de imóveis sem regularização formal e registral. Em se tratando de partilha de direitos possessórios de imóveis sem registro público regular, embora seja juridicamente viável sua partilha, é forçoso reconhecer que seus efeitos são de ordem pessoal e se limitam às partes celebrantes do acordo sem oponibilidade erga omnes, resguardados eventuais direitos de terceiros (vide julgados TJ-SP - AC: 10237772220218260564 SP, Relator: José Aparício Coelho Prado Neto, Julgamento: 03/11/2022, 10ª Câmara de Direito Privado, Publicação: 03/11/2022 e TJ-DF 07005161020198070012, Relator: ANA CANTARINO, Julgamento: 17/07/2019, 8ª Turma Cível, Publicação: 29/07/2019). No presente caso, verifica-se que estão satisfeitas as exigências legais, não se constatando nenhum vício de vontade que possa inquinar o acordo entabulado e afigurando-se livre e certo o desejo dos cônjuges de promover a dissolução da sociedade conjugal. Ademais, as partes firmaram acordo sobre partilha de bens, inclusive imóvel sem registro da escritura pública de aquisição, de modo que, na ausência de regularização formal e de juízo cognitivo exauriente, se afigura possível apenas a partilha de direitos possessórios nos moldes acima expostos, isto é, resguardados eventuais direitos de terceiros e com eficácia limitada às partes celebrantes da avença. Os requerentes também celebraram acordo acerca do valor da obrigação de alimentos, tendo o Ministério Público opinado favoravelmente à sua homologação por considerar que a solução preserva os interesses do menor, diante da capacidade financeira do alimentante, entendimento que se acolhe ante o binômio alimentar da necessidade/possibilidade e o conhecimento privilegiado que os familiares do menor têm

da condição econômica um do outro. Isso posto, homologo o acordo celebrado entre as partes na inicial para que produza os efeitos jurídicos pertinentes, decretando o divórcio dos cônjuges, de modo a dissolver o casamento na forma do § 1.º do art. 1.571 do Código Civil e do § 6.º do art. 226 da CRFB/88, extinguindo-se o feito nos moldes do art. 487, III, b, do CPC. Registre-se que a homologação da partilha de direitos possessórios dos bens não acarreta reconhecimento judicial de propriedade e não interfere em eventuais direitos de terceiros, apresentando eficácia limitada às partes celebrantes da avença, como acima exposto. Com o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil competente para que se promovam as necessárias anotações no registro civil de casamento das partes, ressaltando-se que todos os atos relativos ao cumprimento da presente são gratuitos, haja vista a gratuidade judiciária. Sem custas, haja vista a gratuidade deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Tendo em vista a ausência de interesse recursal, o trânsito em julgado deve ser imediato, razão pela qual, após as diligências devidas, arquivem-se os autos. São Gonçalo do Amarante, data conforme assinatura digital. Cesar de Barros Lima Juiz de Direito

COMARCA DE SENADOR POMPEU - 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO MIKHAIL DE ANDRADE TORRES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA CLOVIS ANTONIO DA SILVA SANTOS
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0450/2024

ADV: ANTONIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/CE) - Processo 0007712-65.2017.8.06.0143 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Cristiano Alves dos Santos - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que a audiência de Sessão do Tribunal do Júri designada para o dia 12/11/2024, às 09h, restou ADIADA para o dia 05 de fevereiro de 2025, às 09:00h, tendo em vista a necessidade da adequação de pauta. Certifico, ainda que, na impossibilidade da vítima e/ou das testemunhas comparecerem pessoalmente, deverão se fazerem presentes à sessão de julgamento do forma remota, através da plataforma Microsoft teams, pelo link: https://link.tjce.jus.br/74f9b1 O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 11 de novembro de 2024.

ADV: FERNANDO CARLOS NOBRE (OAB 31919/CE) - Processo 0201120-82.2024.8.06.0302 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: F.W.M.S. e outro - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03 de dezembro de 2024, às 15:30h, a ser realizada de forma presencial, no Fórum local, podendo a requerimento das partes, ser realizada de forma híbrida por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://link.tjce.jus.br/178902 O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 06 de novembro de 2024.

ADV: NATANAEL ALVES DE OLIVEIRA (OAB 29772/CE) - Processo 0202090-19.2023.8.06.0302 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Jefferson Felipe Neres da Silva - Fabio Junior Dutra Duarte - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que foi designada audiência de Sessão do Tribunal do Júri para o dia 15 de janeiro de 2025, às 09:00h, a ser realizada de forma presencial, no Fórum local, podendo a requerimento das partes, ser realizada de forma híbrida por meio do sistema MICROSOFT TEAMS, com o seguinte link de acesso: https://link.tjce.jus.br/78db76 O referido é verdade. Dou fé. Senador Pompeu/CE, 08 de novembro de 2024.

COMARCA DE SENADOR POMPEU - 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1657/2024

ADV: THALYS MENDES ALMEIDA (OAB 45137/CE), ADV: PEDRO HENRIQUE AIRES DE MORAIS (OAB 49627/CE) - Processo 0200733-58.2022.8.06.0166 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Inez Lopes Rodrigues - Vistos. Acerca da impugnação ao cumprimento de sentença às fls. 324/339, intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Exp. Necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1661/2024

ADV: JÚLIA SILVA LACERDA (OAB 35151/CE) - Processo 0201205-25.2023.8.06.0166 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.L.R. - Designo sessão de Mediação para a data de 05/12/2024 às 09:45h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

ADV: JÚLIA SILVA LACERDA (OAB 35151/CE) - Processo 0201296-81.2024.8.06.0166 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.Z.A.O. - Designo sessão de Mediação para a data de 05/12/2024 às 10:30h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1662/2024

ADV: CARLOS MAGNO ALEXANDRE VIEIRA (OAB 39746/GO) - Processo 0201451-84.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: José Eridan Ribeiro Teixeira - Designo sessão de Conciliação para a data de 18/12/2024 às 14:00h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1669/2024

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE), ADV: BANCO BRADESCO S.A - Processo 0007079-82.2017.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jose Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S.a - Banco Bradesco S.A - PERITO: HELEN MARINELLI SOUZA - Designo sessão de Conciliação para a data de 18/12/2024 às 14:30h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1656/2024

ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE) - Processo 0006478-42.2018.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Maria Lucimar da Silva - Vistos. Ouça-se a parte exequente, via DJe, acerca da petição de fls. 718/719, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE) - Processo 0007088-44.2017.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Ole Bonsucesso Consignado S.a - Vistos. Defiro o pedido de dilação à fl. 538, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte requerida acoste aos autos o comprovante de pagamento dos aludidos honorários periciais. Com o comprovante aos autos, diligencie a Secretaria a realização da perícia grafotécnica conforme determinado na decisão supramencionada de fls. 527/528. ADVIRTA-SE a parte demandada que o não pagamento dos honorários implicará em tácita renúncia à produção de prova pericial, prejudicando a tese que defende, visto que, em regra, é seu ônus de demonstrar a veracidade da assinatura aposta no contrato. Cumpra-se.

ADV: YAGO PINHEIRO SILVA (OAB 32825/CE) - Processo 0200165-08.2023.8.06.0166 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Direitos da Personalidade - REQUERIDO: Antonio Ivan Bezerra - Vistos. Ouça-se o executado, via DJe, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IRINALDO DE SOUSA (OAB 20552/RN) - Processo 0200173-48.2024.8.06.0166 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cláudio Ferreira - Maria de Fátima Alvino Ferreira - Vistos. Ouça-se a parte autora, via DJe, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

ADV: LIVIO MARTINS ALVES (OAB 15942/CE) - Processo 0201192-89.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gonçalo Mariano da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar réplica à contestação.

ADV: JÚLIA SILVA LACERDA (OAB 35151/CE) - Processo 0201233-56.2024.8.06.0166 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Rosiela Sarmento de Almeida - Vistos. Ouça-se a parte exequente, via DJe, acerca do comprovante de AR de fl. 32 e requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1670/2024

ADV: LIVIO MARTINS ALVES (OAB 15942/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0200633-35.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Maria Alves de Alencar - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Designo sessão de Conciliação para a data de 18/12/2024 às 15:00h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1671/2024

ADV: CARLOS MAGNO ALEXANDRE VIEIRA (OAB 39746/GO) - Processo 0201452-69.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: José Eridan Ribeiro Teixeira - Designo sessão de Conciliação para a data de 18/12/2024 às 13:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1659/2024

ADV: JÚLIA SILVA LACERDA (OAB 35151/CE) - Processo 0200301-05.2023.8.06.0166 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: J.M.O.S. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que Designo Audiência de Entrevista da Interditanda para o dia 11 de dezembro de 2024 às 08:30h. Em observância ao disposto no Art. 455 do Novo Código de Processo Cível, as intimações das partes e de eventuais testemunhas deverão ser realizadas por seus advogados. Qualquer duvida poderá entrar em contato através do telefone (85) 3108-1581. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JÚLIA SILVA LACERDA (OAB 35151/CE) - Processo 0201151-25.2024.8.06.0166 - Interdição/Curatela - Nomeação -

INTERTE: F.C.G. - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que Designo Audiência de Entrevista do Interditando para o dia 11 de dezembro de 2024 às 09:30h. Em observância ao disposto no Art. 455 do Novo Código de Processo Cível, as intimações das partes e de eventuais testemunhas deverão ser realizadas por seus advogados. Qualquer duvida poderá entrar em contato através do telefone (85) 3108-1581. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YAGO PINHEIRO SILVA (OAB 32825/CE) - Processo 0201244-85.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francisca Renata Bezerra Franco - CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que Designo Audiência de Entrevista da Interditanda para o dia 11 de dezembro de 2024 às 09:00h. Em observância ao disposto no Art. 455 do Novo Código de Processo Cível, as intimações das partes e de eventuais testemunhas deverão ser realizadas por seus advogados. Qualquer duvida poderá entrar em contato através do telefone (85) 3108-1581. O referido é verdade. Dou fé.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1672/2024

ADV: LIVIO MARTINS ALVES (OAB 15942/CE) - Processo 0200473-78.2022.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Siqueira da Silva - Vistos. Ouça-se a parte exequente, via DJe, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

ADV: LIVIO MARTINS ALVES (OAB 15942/CE) - Processo 0201188-52.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gonçalo Mariano da Silva - Vistos etc. Intime-se a parte autora para apresentar réplica à contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 350 do Código de Processo Civil. Exp. Necessários.

Processo 0201242-18.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Eronice Sousa da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A e outro - Resolvidas as questões processuais preliminares pendentes, passo ao saneamento, nos moldes do art. 357 do NCPC. Verifica-se a desnecessidade de realização de audiência de instrução, vez que a questão em tela demanda produção de prova exclusivamente documental e pericial. Quanto à distribuição do ônus da prova, determino a sua inversão, consoante prevê o art. 6º, VIII do CDC, recaindo sobre o promovido o ônus de comprovar a relação jurídica existente, por meio da apresentação do contrato impugnado na inicial. Verifico ainda que o feito não cabe julgamento antecipado do mérito, haja vista que o réu não é revel e há necessidade de dilação probatória (art. 355, inc. I e II, do Código de Processo Civil). Com efeito, da análise acurada dos autos, não é possível constatar com absoluta certeza a autenticidade das assinaturas apostas no instrumento de contrato, o que demanda a averiguação técnica para apurar evidências de falsidade ou não do autógrafo. Destarte, forçoso concluir pela necessidade da produção de prova grafotécnica, a fim de se aquilatar a alegação de falsificação de assinatura da parte demandante, uma vez que ela afirma e insiste no fato de não ter celebrado a avença discutida nos autos, sendo que tal afirmação exige uma análise especializada. Portanto, entendo que a produção de prova pericial (art. 480, do CPC) é imprescindível à solução do mérito da demanda, servindo-se como mais um suporte probatório para embasar o julgamento desta lide. Fixo os honorários periciais em R$ 441,68 (quatrocentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), conforme Portaria nº 2534/2022 TJCE, os quais serão pagos pela instituição financeira demandada antecipadamente em consonância com a tese firmada pelo C. Superior Tribunal de Justiça - STJ, sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 1061), segundo a qual o ônus da prova quanto à autenticidade da assinatura constante do contrato bancário impugnada pelo consumidor(a)/autor(a) compete ao banco réu. Tema1061 do STJ: “na hipótese em que o consumidor/autor impugnar a autenticidade da assinatura constante em contrato bancário juntado ao processo pela instituição financeira, caberá a esta o ônus de provar a sua autenticidade (CPC, arts. 6º, 368 e 429, II).” (2ª Seção, DJe de 0912/2021). Intime-se o banco, via DJe, para depositar o valor estipulado para a perícia, no prazo de 10 (dez) dias. ADVIRTA-SE a parte demandada que o não pagamento dos honorários implicará em tácita renúncia à produção de prova pericial, prejudicando a tese que defende, visto que, em regra, é seu ônus de demonstrar a veracidade da assinatura aposta no contrato. A Secretaria deverá nomear o perito cadastrado no Sistema de Peritos - SIPER, para proceder com a perícia grafotécnica no instrumento acostado aos autos, devendo o mesmo ser intimado para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, se algum motivo o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi do artigo 148, III, do CPC, c/c artigos 144 e 145, todos do CPC. O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, NCPC), cabendo ao expert responder minuciosamente aos quesitos apresentados pelas partes. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem seus quesitos e indicarem assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 465, § 1º, do vigente Código de Processo Civil. Realizada a prova, o perito supranomeado deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do NCPC, podendo falar no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentado o laudo pericial e não havendo impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, proceda a Secretaria com o pagamento dos honorários em benefício do expert. Cumpridos todos os expedientes aqui determinados e findos todos os prazos estipulados, voltem-me os autos conclusos. Intimações necessárias.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU
JUIZ(A) DE DIREITO HARBÉLIA SANCHO TEIXEIRA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA NÁGGILA BEATRYZ OLIVEIRA BRAGA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1658/2024

ADV: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0001312-92.2019.8.06.0166 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos. À frente, desarquivem-se os autos. Intime-se a parte autora, via DJe, para se manifestar acerca do ofício de fls. 83/84, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

ADV: ROKYLANE GONÇALVES BRASIL (OAB 31058/CE) - Processo 0006787-63.2018.8.06.0166 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonio Jose Noberto - Vistos. Intime-se a parte autora, via DJe, para se manifestar acerca da impugnação ao cumprimento de sentença - fls. 478/497, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cominações legais. Cumpra-se.

ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0050012-31.2021.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Vistos. Indefiro o pedido de reconsideração de fls. 253. Em razão do decidido fls. 236/237, ficam rejeitados novos pedidos de reconsideração com fundamento no mesmo argumento ou incompatíveis com a linha de raciocínio adotada. Fica a interessada ciente de que o pedido de reconsideração não suspende e nem interrompe eventuais prazos recursais, administrativos ou judiciais. Assim

sendo, rejeito o pedido formulado, mantendo a determinação contida em decisão interlocutória supramencionada e determino nova intimação, pela derradeira vez, do requerido a fim de cumprir o que lhe foi incumbido. ADVIRTA-SE a parte demandada que o não pagamento dos honorários implicará em tácita renúncia à produção de prova pericial, prejudicando a tese que defende, visto que, em regra, é seu ônus de demonstrar a veracidade da assinatura aposta no contrato Providências necessárias.

ADV: WELLINGTON DA COSTA E SOUZA (OAB 28530/CE), ADV: AMANDA ROBERTA DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 41983/CE) - Processo 0051316-65.2021.8.06.0166 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Francisca Orliene de Oliveira - Vistos. Regressados os autos do TJCE. Deve a Secretaria adotar as seguintes providências: 1. DAR CIÊNCIA às partes sobre o retorno dos autos; 2. AGUARDAR por quinze dias, contados da intimação, que as partes se manifestem; 3. Se as partes não se manifestarem, nos quinze dias seguintes à intimação, ARQUIVAR os autos; 4. DESARQUIVAR os autos se houver requerimento de qualquer das partes. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: ERICLES DE OLINDA BEZERRA (OAB 41130/CE), ADV: TÚLIO ALVES PIANCÓ (OAB 42491/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0201206-73.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria do Socorro Terto da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A - Vistos. Regressados os autos do TJCE. Deve a Secretaria adotar as seguintes providências: 1. DAR CIÊNCIA às partes sobre o retorno dos autos; 2. AGUARDAR por quinze dias, contados da intimação, que as partes se manifestem; 3. Se as partes não se manifestarem, nos quinze dias seguintes à intimação, ARQUIVAR os autos; 4. DESARQUIVAR os autos se houver requerimento de qualquer das partes. Cumpra-se. Expedientes necessários.

ADV: JOSE HELDER FEITOSA (OAB 25991/CE) - Processo 0201465-68.2024.8.06.0166 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: L.C.F. - Vistos etc. Intime-se a parte autora pela derradeira vez, a fim de que emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (Código de Processo Civil, art. 321), sob pena de indeferimento (Código de Processo Civil, art. 330), especificamente para que junte aos autos comprovante de residência. Exp. Necessários.

ADV: NATANAEL ALVES DE OLIVEIRA (OAB 29772/CE) - Processo 0201467-38.2024.8.06.0166 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Ana Sheilha de Souza Pinheiro - Vistos etc. Intime-se a parte autora pela derradeira vez, a fim de que emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (Código de Processo Civil, art. 321), sob pena de indeferimento (Código de Processo Civil, art. 330), especificamente para que junte aos autos comprovante de residência. Exp. Necessários.

5º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE EM SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0502/2024

ADV: MÔNICA MARIA MARQUES MATIAS (OAB 36745/CE) - Processo 0203228-96.2024.8.06.0298 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: Vitor de Souza Venâncio - Defiro o pedido de habilitação de fl. 231. Anote-se. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO ROMÃO VITOR PORTELA COSTA (OAB 37727/CE) - Processo 0204179-90.2024.8.06.0298 - Inquérito Policial - Crimes de Trânsito - AUTUADO: Francisco William Paulino de Souza - Designo a audiência para homologação de acordo de não persecução penal para 18/11/2024 às 08:30. A audiência será realizada virtualmente, por meio da plataforma Microsoft Teams. Link de acesso: https://link.tjce.jus.br/12f8a2

COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0485/2024

ADV: BRENO DE SIQUEIRA MENDES (OAB 34248/CE) - Processo 0200440-17.2024.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Francisco Bruno Ferreira Moita - Consoante determinação contida na Portaria nº 03/2018, da lavra do juízo da 1ª Vara Cível de Sobral, que trata dos atos ordinatórios, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, manifestar-se acerca da contestação e documentos acostados às págs. 35/63.

COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1070/2024

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: CINTIA CAVALCANTE DA SILVEIRA (OAB 48401/CE) - Processo 0201049-34.2023.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimunda de Aguiar Vasconcelos - REQUERIDO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A - Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa, a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). INTIME-SE igualmente para efetuar o pagamento das custas processuais.

ADV: ALEX OSTERNO PRADO (OAB 23048/CE), ADV: MARIA TALITA DE MIRANDA COSTA (OAB 45698/CE), ADV: INGRID NAIRA PONTES QUARIGUASY (OAB 47361/CE) - Processo 0205066-50.2022.8.06.0167 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Josilene de Sousa Paulino - REQUERIDO: Jose Gerardo Vasconcelos Filho - Conquanto haja presunção de hipossuficiência do declarante pessoa física nesse sentido, tal presunção é relativa e a evidência dos autos a afastam. No caso,

o fato do requerido ser servidor público e afirmar ser proprietário de um imóvel com área de 900m² (fl. 210), afasta a presunção de hipossuficiência. Assim, denota-se que o autor tem capacidade financeira de arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Portanto, indefiro o pedido de gratuidade e reitero a necessidade de o requerido juntar aos presentes autos o comprovante de pagamento da guia de diligência do oficial de justiça, referente à intimação pessoal para prestação de depoimento da parte autora, conforme solicitado às fls. 220. Cumpra-se. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1071/2024

ADV: AHIRAM MARINHO FREITAS (OAB 18119/CE), ADV: ROQUE HUDSON URSULINO PONTES (OAB 17717/CE), ADV: JOAO PAULO JUNIOR (OAB 11081/CE), ADV: JOSE MENESCAL DE ANDRADE JUNIOR (OAB 6018/CE), ADV: JOSE CLITO CARNEIRO (OAB 5334/CE), ADV: FABRICIO PONTE GOMES (OAB 27794/CE) - Processo 0005921-04.2008.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Adicional de Insalubridade - REQUERENTE: Emerson Andre de Carvalho - Edina Gomes Machado e outros - REQUERIDO: Municipio de Sobral - Ce - Intime-se os exequentes para pagar as custas referentes ao Cumprimento de Sentença. Após o pagamento das custas, intime-se o executado para cumprir o acórdão de fls. 750/763 (no capítulo que confirma a sentença de fls.681/686), concedendo aos autores o adicional de insalubridade de 20% sobre o vencimento salário base previsto na Lei Municipal nº 608/2005, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) para cada requerente, limitada a 30 dais, devendo apresentar comprovação nos autos. INTIME-SE, igualmente, o MUNICÍPIO DE SOBRALpara, nos termos do art.. 535 do CPC , no prazo de 30 dias e nos próprios autos, impugnar a execução, sendo certo que se alegar excesso de execução deverá apresentar planilha do valor que entende correto, a teor do art. 535, § 2º do CPC, sob pena de não conhecimento da arguição. Arbitro honorários advocatícios conforme art. 85, § 3º, III do CPC, devendo os advogados que atuaram na fase de conhecimento e recursal conduzem aos autos, oportunamente, planilha referente ao valor, individualizada para cada profissional. Após manifestação do executado, encaminhem-se os autos para Contadoria Judicial do TJCE. Intime-se.

ADV: MARILDY LIRA DIAS ARAGAO (OAB 24490/CE), ADV: FRANCISCO JEFFERSON ARAGAO (OAB 5898/CE) - Processo 0012255-92.2024.8.06.0167 - Petição Cível - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Centro Espírita Beneficente União do Vegetal - Trata-se de Petição Cível de desarquivamento de autos e digitalização apresentada pelo Centro Espírita Beneficiente União do Vegetal por seus advogados. Considerando que o requerimento foi atendido, intime-se os advogados constituídos para ciência. Empós, nenhum requerimento sendo apresentado, remetam-se os autos ao arquivo. Cumpra-se. Expedientes necessários. Intime(m)-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO QUEZADO SANTOS (OAB 36159/CE), ADV: FRANCISCA SUELY DE SOUSA ARAGÃO (OAB 34535/CE), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0050407-20.2021.8.06.0167 - Habilitação - Liberação de Conta - REQUERENTE: Florêncio Beserra Lopes - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Determino a intimação das partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca do laudo pericial e documentos de fls. 279/292 e 283/302. Caso sejam solicitados esclarecimentos, intime-se o perito para, no prazo de 05 (cinco) dias, responder os pontos indicados. Houve o levantamento de 50% do valor dos honorários (fls. 268/269). Não sendo apresentados pedidos de esclarecimentos, sejam os autos conclusos para sentença, ocasião em que será determinado o levantamento do restante dos honorários periciais. Expedientes necessários. Cumpra-se. Intime(m)-se.

ADV: FRANCISCO VICTOR VASCONCELOS (OAB 21214/CE) - Processo 0205822-88.2024.8.06.0167 - Liquidação de Sentença pelo Procedimento Comum - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Maria Gleiciane Ferreira Lemos - Cuida-se de pedido de Liquidação da Sentença proferida nos autos do processo nº 0002881-97.2018.8.06.0123, requerido por MARIA GLEICIANE FERREIRA LEMOS em desfavor de JOSE DALCI BRANDÃO. Colaciona cópia da sentença às fls. 20/26. Sobre a liquidação de sentença, dispõe o art. 509 do CPC: Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor. Consultando os autos do processo 0002881-97.2018.8.06.0123, que tramita pelo sistema PJE, constatei que a sentença proferida não condenou qualquer das partes em quantia ilíquida. A referida sentença transitou em julgado sem interposição de qualquer recurso. Assim, antes de receber a inicial e em atenção ao disposto no art. 10 do CPC, que assim dispõe: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”, determino a intimação da autora para manifestar-se sobre os elementos contidos nos autos e, sendo o caso, intentar a ação cabível contra o réu. Intime-se, para manifestação em 15 dias.

COMARCA DE SOBRAL - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0405/2024

ADV: ENVER CAVALCANTE DE SOUSA FERREIRA (OAB 26315/CE), ADV: ALVARO ANTONIO BARBOSA DE PAULA (OAB 26317/CE) - Processo 0005873-93.2018.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERIDO: V & V Ótica Ltda - Vistos etc. A parte solicitou, em 07/06/2024, dilação de prazo para resposta à intimação veiculada pelo ato ordinatório de pág.248. Nada requereu até o momento, pelo que abro à sua manifestação no prazo de 48h, sob pena de arquivamento do presente feito executivo. Exp.Nec.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0055306-61.2021.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Vistos etc. Quanto à obrigação de fazer determinada, fixo o prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias para seu cumprimento contrato nos termos em que delimitado pela sentença e pelo acórdão respectivos, sob pena de multa pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) (CPC, 536, §1º) para cada dia de descumprimento, limitado a R$25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Expeça-se alvará do quanto depositado (pág.323) e assentido expressamente como encerramento da obrigação de pagar na demanda (pág.335). Exp. Nec.

ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: MATHEUS CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 33676/CE) - Processo 0200838-32.2022.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Banco Bradesco S.a. - Vistos etc. Intimem o(s) executado(s) para adimplir, voluntariamente, o integral valor apurado pelo credor mais custas, se houver, no prazo de 15 (quinze) dias, situação em que não haverá a incidência da multa de 10% e de honorários de advogado de 10% (§ 1.º, art. 523, CPC). Optando pelo depósito da parte que entender incontroversa,

a multa incidirá sobre o restante (§ 2.º). Ao(s) executado(s) é facultado oferecer(em) incidente de impugnação no prazo de 15 (quinze) dias contados do transcurso do prazo para o pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525, CPC), não impedindo a prática de posteriores atos de execução e de expropriação (§ 6.º). Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0406/2024

ADV: FRANCISCO ALVES LINHARES NETO (OAB 36353/CE) - Processo 0200809-11.2024.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Esdras Aguiar de Souza - Intime-se a parte autora para no prazo de 10(dez) dias informar dados necessários para viabilizar a citação. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO THAIAN MACÊDO CAVALCANTE (OAB 46894/CE) - Processo 0206077-46.2024.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - MASSA FALIDA: Manoel Araujo Cavalcante - À luz do exposto, com fulcro no art. 485, inciso I, do CPC, indefiro a presente petição inicial junto ao SAJ, determinando o cancelamento da distribuição, podendo a parte repropor a demanda por meio do sistema adequado (PJE). P. R. Intime-se. Após, arquive-se. Expedientes necessários.

ADV: LEONARDO MENDES CRUZ (OAB 401518/SP) - Processo 0206196-07.2024.8.06.0167 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Vibra Energia S/A - À luz do exposto, com fulcro no art. 485, inciso I, do CPC, indefiro a presente petição inicial junto ao SAJ, determinando o cancelamento da distribuição, podendo a parte repropor a demanda por meio do sistema adequado (PJE). P. R. Intime-se. Após, arquive-se. Expedientes necessários.

COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0267/2024

ADV: MÔNICA MARIA MARQUES MATIAS (OAB 36745/CE), ADV: FRANCISCO ARI ALVES DE MOURA (OAB 42568/CE) - Processo 0200986-19.2023.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Gleydson Sousa Araujo - Rivelino Talles da Silva Loiola e outro - Vistos e etc. As defesas dos réus Francisco Gleydson Sousa Araújo e Rivellino Talles da Silva Loiola, ambos já qualificados nos autos, interpuseram recurso em sentido estrito, conforme petição de fls. 429/439 e 453/471. Em decisão de fls. 500/502, em sede de art. 589 do Código de Processo Penal, mantida a decisão, determinou-se a remessa dos autos ao juízo de 2º grau. Ocorre que, em petição de fls. 504, a defesa do réu Francisco Gleydson Sousa Araújo pugnou pela desistência do recurso interposto. Dessa forma, acolho o pedido de desistência e considerando que a decisão resta preclusa para o réu Francisco Gleydson Sousa Araújo, determino o desmembramento do feito, prosseguindo-se o feito somente quanto a este réu, em homenagem ao princípio da duração razoável de processo. No tocante ao réu Rivellino Talles da Silva Loiola, realizado o desmembramento, encaminhe-se os autos ao juízo de 2º grau.

ADV: MÔNICA MARIA MARQUES MATIAS (OAB 36745/CE) - Processo 0200986-19.2023.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Gleydson Sousa Araujo - Rivelino Talles da Silva Loiola e outro - Nesta data, abro vista dos presentes autos às partes para os fins do art. 422 do CPP.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0268/2024

ADV: THIAGO SCHUBERT ARAÚJO DE PAIVA (OAB 51065/CE) - Processo 0201282-26.2023.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Alan Sousa Filgueira - Nesta data, abro vista dos presentes autos às partes para os fins do art. 422 do CPP.

ADV: RAQUEL MARIA FERREIRA PAIVA (OAB 37341/CE) - Processo 0202805-54.2024.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Ermerson Barros Maciel - Designo a audiência de Instrução para 17/12/2024 às 13:30h Fica facultado à defesa, em dispondo dos meios necessários para a participação do ato por meio de videoconferência através da Plataforma Microsoft Teams, solicitar antecipadamente, o LINK de acesso à audiência virtual à Unidade Judicial. O contato com a Secretaria de Vara poderá ser realizado por meio da ferramenta Balcão Virtual, a qual poderá ser acessado através do seguinte LINK: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/1VARACRIMINALDACOMARCADESOBRAL ou por meio do E-mail: sobral.1criminal@tjce.jus.br

COMARCA DE SOBRAL - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0247/2024

ADV: OSEAS DE SOUZA RODRIGUES FILHO (OAB 21600/CE) - Processo 0011347-74.2020.8.06.0167 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucenio Luis de Sousa Silva - III DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para CONDENAR o réu LUCENIO LUIS DE SOUSA SILVA, como incurso na pena do artigo 14 da Lei 10.826/2003 e do art. 28 da Lei nº 11.343/06.

ADV: VIVIANE PINHEIRO DE PAIVA SOUSA (OAB 14652/CE) - Processo 0203745-04.2024.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGADO: Davi Duque de Aguiar e outros - Considerando o ofício de fls. 513-514, oriundo da 3ª Vara de Delitos de Tráfico de Drogas, determino que expeça-se ofício à autoridade policial da Delegacia Regional de Sobral/CE para que encaminhe o aparelho celular Apple Iphone à PEFOCE, o qual foi objeto do mandado de busca e apreensão no processo nº 0201857-97.2024.8.06.0298, a fim de que realize perícia e extração de dados. Tendo em vista a certidão de fl. 446, encaminhe-se os autos ao Ministério Público para que requeira o que entender de direito. Observa-se que às fls. 442 consta procuração do réu José Matheus de Sousa Paulino, constituindo advogado particular, dessa forma, intime-se o causídico para que apresente resposta à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art.

396 do CPP. Ademais, aguarde-se a devolução dos mandados dos demais réus que se encontram segregados.

COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1012/2024

ADV: DELANO CANCIO BRANDAO (OAB 14863/CE) - Processo 0003743-82.2008.8.06.0167 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria de Fatima Nascimento - INVDO: Urbano Cardoso de Sousa - HERDEIRO: João Batista dos Santos e outros - TERCEIRO INTER: Migração A Regularizar - Intimem-se nos termos do despacho de páginas 776/778, bem como manifestem-se os herdeiros, por seus patronos, acerca do pedido de habilitação do credor sobre o pagamento de suposta dívida, no prazo de quinze dias.

ADV: CARLA MELO DA PONTE (OAB 19081/CE) - Processo 0005681-76.2017.8.06.0077 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Pagamento - REQUERENTE: Fernanda Rute Lopes Pereira - Intime-se a parte exequente, para que informe, no prazo de 05 dias, acera do adimplemento da dívida, consoante alegado, às fls.236 sob pena de anuência, requerendo ainda o que entender de direito. Expedientes necessários.

ADV: ANTONIO CAVALCANTE CARNEIRO JUNIOR (OAB 25619/CE), ADV: FRANCISCO DE ASSIS PARENTE PONTES JUNIOR (OAB 33811/CE) - Processo 0021429-68.2000.8.06.0167 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.S.A. - REQUERIDO: A.L. - Proferido despacho às páginas 215/217, determinando a intimação das partes para apresentarem pareceres elucidativos. Instadas, não apresentaram parecer técnico. Isto posto, HOMOLOGO A AVALIAÇÃO de página 207 à míngua de outros elementos elucidativos e ausência de impugnação. Intimem-se as partes da decisão e para promoverem o que entender pertinente.

ADV: FRANKLIN CARTER LOPES DE FREITAS (OAB 19137/CE) - Processo 0200093-87.2022.8.06.0123 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Carolyne Marques Araujo e outros - Habilite-se o advogado (página 111). As primeiras declarações foram apresentadas e assinadas pelo referido casusídico que possui poderes para apresentá-las (página 48). Contudo, a referida peça não atende aos requisitos do art.620 do CPC, abaixo sublinhados, bem como juntar documentos comprobatórios da posse ou propriedade e certidões de nascimento ou casamento dos herdeiros (ou indicar página, se juntado):

ADV: GEANNY CRISTINA PRUDENCIO DE VASCONCELOS (OAB 29122/CE), ADV: AURELIO MAGALHAES PONTE (OAB 25665/CE) - Processo 0202159-34.2024.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Bem de Família Legal - REQUERENTE: A.H.S.N. - ALIMENTANDA: G.C.P.V. - De ordem da MM. Juiza de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes e representantes acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 02/12/2024 às 13h30, a ser realizada por videoconferência na sala virtual do CEJUSC. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/11bd62 Expedientes necessários. Sobral/CE, 11 de novembro de 2024. Wanderly Sales Bastos Diretora de Secretaria

ADV: SAMUEL OLIVEIRA ALCANTARA (OAB 38350/CE), ADV: MARCELINO FERREIRA LIMA (OAB 47309/CE) - Processo 0204954-13.2024.8.06.0167 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Helena Vandra de Brito Sousa e outros - Trata-se de requerimento de abertura de inventário dos bens deixados por NAZION ROMÃO DE SOUSA, cujos autos vieram redistribuídos em razão da conexão ao inventário dos bens deixados por ANTONIO ROMÃO DE SOUSA, pai do autor da herança, autuado sob nº. 0205341-62.2023.8.06.0167. Inicialmente reconheço a competência deste Juízo para o processamento do presente feito. Embora a requerente alegue que sua situação econômica não lhe permite pagar as custas do processo, trata-se de encargo que pode e deve ser suportado pelo espólio, razão pela qual indefiro o pedido de gratuidade e determino o recolhimento diferido das custas ao final do processo. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INVENTÁRIO. CONCESSÃO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. ÔNUS DO ESPÓLIO. BENS SUFICIENTES AO PAGAMENTO DAS CUSTAS. RECOLHIMENTO AO FINAL DO PROCESSO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I - O benefício da justiça gratuita é o direito à dispensa provisória de despesas, exercida em relação jurídica processual, cujo deferimento ou indeferimento compete ao juiz da própria causa. II - Em processo de inventário, a obrigação de pagamento das custas processuais recai sobre o espólio, sendo irrelevante a situação financeira dos herdeiros. III - A falta de condições financeiras dos herdeiros não impede o acesso à justiça, visto que a própria decisão vergastada assegura o pagamento das custas e despesas apenas ao final do processo. IV -Recurso conhecido e desprovido. (TJ-AM. AI nº 4005099-02.2017.8.04.0000, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 11/06/2018, Segunda Câmara Cível). AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. DECISÃO QUE INDEFERIU A JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO DA VIÚVA MEEIRA. HIPOSSUFICIÊNCIA ALEGADA. RESPONSABILIDADE DO ESPÓLIO DE ARCAR COM OS ENCARGOS PROCESSUAIS. PATRIMÔNIO BLOQUEADO EM PARTE. RECOLHIMENTO AO FINAL DO PROCESSO. PRECEDENTE DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO. "[. . .] A obrigação de arcar com as despesas processuais do inventário judicial, como se sabe, cabe ao espólio, e não aos herdeiros ou ao inventariante pessoalmente. Não havendo disponibilidade imediata de recurso para o pagamento das custas iniciais, é possível permitir o seu recolhimento ao final do processo, antes da partilha, quando do pagamento das dívidas do espólio. Tal forma de proceder, além de não causar qualquer tipo de prejuízo, propicia às partes o tão almejado acesso à Justiça"(AC n. 0304868-78.2015.8.24.0033, Des. Marcus Túlio Sartorato)" (AC n. 4004351-12.2017.8.24.0000, Rel. Des. Luiz Cézar Medeiros j. 12-6-2018). RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AI: 40042157820188240000 Tubarão 4004215-78.2018.8.24.0000, Relator: Ricardo Fontes, Data de Julgamento: 28/08/2018, Quinta Câmara de Direito Civil). Nomeio inventariante a requerente HELENA VANDRA DE BRITO SOUSA, nos termos do art. 617 do CPC, que deverá ser intimada para, no prazo de 05 dias, prestar o compromisso legal, dando-se prosseguimento ao feito. Prestado o compromisso, a inventariante deverá, no prazo de 20 dias, apresentar as primeiras declarações com plano de partilha, em observância às exigências do art. 620 do CPC, juntando ainda os documentos que comprovem suas afirmações. Deverá ainda juntar certidão atualizada da CENSEC (Provimento nº. 56/2016-CNJ), de modo a demonstrar a inexistência de testamento em nome do falecido. Atendidas as determinações supra, citem-se, para os termos do inventário e partilha, quando houver, o cônjuge, o companheiro, os herdeiros e os legatários, o que deverá ser feito pelo correio (art. 626, §1º), observado o disposto no art. 247, sendo, ainda, publicado edital, nos termos do inciso III do art. 259 do CPC. Após a manifestação dos interessados ou certificado o decurso do prazo sem que o façam, intimem-se a Fazenda Pública, o Ministério Público (se houver herdeiro incapaz ou ausente), nos termos do art. 626 do CPC. Cumpridas todas as diligências na ordem sequencial supra, ou na ocorrência de qualquer incidente ou impugnação, retornem os autos conclusos. À Secretaria de Vara para providências.

ADV: SAMEA MARIA LOPES (OAB 31477/CE) - Processo 0205113-53.2024.8.06.0167 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Doracy Lopes Vasconcelos - Trata-se do inventário dos bens deixado pelo falecido Carlos Augusto

Vasconcelos (óbito: 22/07/2024, página 21; certidão de nascimento, página 20). Através do despacho de página 35 a herdeira Doracy Lopes Vasconcelos foi nomeada inventariante. Termo de Compromisso do Inventariante (página 39). A inventariante junto a certidão do CENSEC (páginas 30/32). A inventariante apresentou suas declarações às páginas 01/06 e informou que o inventariado deixou a seguinte herdeira: 1) DORACY LOPES VASCONCELOS (procuração, página 07; não possui poderes especiais para apresentar primeiras declarações; não junto certidão de casamento; não juntou certidão de óbito do cônjuge). O inventariante apresentou as Primeiras Declarações às páginas 46/49 e informou que o inventariado deixou os seguintes bens: 1) saldo remanescente de benefício previdenciário na CEARAPREV (aguardando resposta de ofício); 2) saldo bancário no Itaú-ITI (neste despacho foi determinado expedição de ofício ao referido banco); 3) saldo bancário no Banco do Brasil S/A (páginas 45/46). A inventariante juntou certidão negativa das fazendas públicas municipal, estadual e federal às páginas 25/29. Intime-se a inventariante para, no prazo de 10 dias: 1) juntar nos autos sua certidão de casamento; 2) juntar nos autos a certidão de óbito do pai do inventariado; e 3) juntar nos autos procuração com poderes especiais para apresentar primeiras e últimas declarações. Sobre os termos da petição de páginas 48, oficie-se ao banco mencionado na referida petição e documentos de páginas 49/54 solicitando informações sobre a existência de saldo bancário de titularidade do inventariado.

ADV: FELIPE MACIEL MAIA (OAB 13998/PB) - Processo 0205535-28.2024.8.06.0167 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria / Pensão Especial - REQUERENTE: Ilko Correa de Araujo Filho - Processo em segredo de Justiça (art. 189, II, CPC). Diante da redistribuição do feito por sorteio, conforme consulta aos dados do processo junto ao Sistema SAJ, reconheço a competência deste Juízo para o processamento do feito. Antes de decidir acerca da gratuidade, determino a intimação da parte autora para comprovação do preenchimento de seus pressupostos, juntando comprovante de inscrição ou certidão negativa do CadÚnico, contracheque e extratos bancários, esses dos últimos três meses (art. 24, parágrafo único, da Resolução do Órgão Especial do TJCE n. 23/2019), ou recolhimento das custas processuais devidas, em 15 dias sob pena de indeferimento da inicial. À Secretaria de Vara para providências.

ADV: VITOR HENRIQUE MENESES BARRETO (OAB 43449/CE) - Processo 0205752-71.2024.8.06.0167 - Interdição/Curatela - Direitos da Personalidade - INTERTE: J.O.S. - Intime-se consoante parecer ministerial de fls. 19 (parte autora para adequar o pedido de interdição para substituição de curatela), no prazo de quinze dias, pena de indeferimento da inicial. Atenda-se.

ADV: JOSE ARNALDO DIAS MONTEIRO (OAB 23152/CE) - Processo 0205980-46.2024.8.06.0167 - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Nathan Warllen Vieira Borges e outro - Intime-se a parte autora para que emende a inicial devendo regularizar sua representação processual com a juntada de instrumento de procuração, o que deverá ser feito no prazo de 15 dias sob pena de indeferimento. Apense-se aos autos de nº 0206473-57.2023.8.06.0167. À Secretaria de Vara para providências.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Sobral
1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral
Juiz(a) de Direito: Janayna Marques de Oliveira e Silva
Av.Monsenhor Aloíso Pinto, 1300, Dom Expedito - CEP 60050-255, Fone: 85 3108-1749, Sobral-CE – E-mail: sobral.familia1@tjce.jus.brSobral

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0200238-40.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Raimundo Nonato de Araujo
Curatelando Raimunda Bento de Araujo

A Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobra, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que perante o mesmo Juízo e pelo expediente desta Secretaria de Vara, nos autos da ação de Curatela, processo nº. 0200238-40.2024.8.06.0167, movida por RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO, requerendo a interdição de RAIMUNDA BENTO DE ARAUJO, brasileira, solteira, maior incapaz, inscrita no CPF n° 079.734.673-27, portadora da Carteira de Identidade n° 2000031033300, sendo julgado procedente parcialmente o pedido inicial, através de sentença deste Juízo, proferida em 10/10/2024, devidamente transitada em julgado em 07/11/2024, declarando a incapacidade parcial do(a) curatelando(a) somente para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, com arrimo nos artigos 487, I, do Código de Processo Civil/2015, e artigo 85 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) autor(a) RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO, brasileiro, convivente, aposentado, inscrito no CPF n° 542.926.463-68, portador da Carteira de Identidade n° 2007576959-4. Do que para constar, para efeito do art. 755, inciso II, §3º do Novo Código de Processo Civil, foi passado este edital, que deverá ser publicado pela Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10(dez) dias de uma para outra publicação. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Sobral, Estado do Ceará. Aos 07 de novembro de 2024. Eu, Aldi Marques Rodrigues, Técnico Judiciário, mat 282-1-5, o digitei. Eu, Aldi Marques Rodrigues, Técnico Judiciário, 282, o digitei.

Janayna Marques de Oliveira e Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Sobral
1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral
Juiz(a) de Direito: Janayna Marques de Oliveira e Silva
Av.Monsenhor Aloíso Pinto, 1300, Dom Expedito - CEP 60050-255, Fone: 85 3108-1749, Sobral-CE – E-mail: sobral.familia1@tjce.jus.brSobral

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0200416-86.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Luzia de Albuquerque Nascimento Silva
Curatelado Mauricio de Albuquerque Rodrigues

A Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobra, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que perante o mesmo Juízo e pelo expediente desta Secretaria de Vara, nos autos da ação de Curatela, processo nº. 0200416-86.2024.8.06.0167, movida por LUZIA DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO SILVA, requerendo a interdição de MAURICIO DE ALBUQUERQUE RODRIGUES, brasileiro, RG Nº 2007722711-0, SSP-CE, CPF Nº 064.102.483-50, sendo julgado procedente parcialmente o pedido inicial, através de sentença deste Juízo, proferida em 14/10/2024, devidamente transitada em julgado em 11/11/2024, declarando a incapacidade parcial do(a) curatelando(a) somente para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, com arrimo nos artigos 487, I, do Código de Processo Civil/2015, e artigo 85 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de

Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) autor(a) LUZIA DE ALBUQUERQUE NASCIMENTO SILVA, brasileira, RG Nº 2000031073230, SSP-CE, CPF Nº 981.129.453-49. Do que para constar, para efeito do art. 755, inciso II, §3º do Novo Código de Processo Civil, foi passado este edital, que deverá ser publicado pela Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10(dez) dias de uma para outra publicação. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Sobral, Estado do Ceará. Aos 11 de novembro de 2024. Eu, Aldi Marques Rodrigues, Técnico Judiciário, mat 282-1-5, o digitei.

Janayna Marques de Oliveira e Silva
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Comarca de Sobral
1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral
Juiz(a) de Direito: Janayna Marques de Oliveira e Silva
Av.Monsenhor Aloíso Pinto, 1300, Dom Expedito - CEP 60050-255, Fone: 85 3108-1749, Sobral-CE – E-mail: sobral.familia1@tjce.jus.brSobral

EDITAL DE CURATELA

Processo nº: 0200719-03.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Tutela de Urgência
Interditante Adriano Neves Linhares
Curatelado Eliana das Neves Linhares

A Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, MMa. Juíza de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobra, no uso de suas atribuições legais etc... FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que perante o mesmo Juízo e pelo expediente desta Secretaria de Vara, nos autos da ação de Curatela, processo nº. 0200719-03.2024.8.06.0167, movida por ADRIANO NEVES LINHARES, requerendo a interdição de ELIANA NEVES LINHARES, brasileira, RG Nº 99031095703, SSP-CE, CPF Nº 018.969.143-30, sendo julgado procedente parcialmente o pedido inicial, através de sentença deste Juízo, proferida em 04/11/2024, devidamente transitada em julgado em 04/11/2024, declarando a incapacidade parcial do(a) curatelando(a) somente para os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, com arrimo nos artigos 487, I, do Código de Processo Civil/2015, e artigo 85 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, sendo-lhe nomeado(a) curador(a) o(a) autor(a) ADRIANO NEVES LINHARES, brasileiro, RG Nº 96031119420, SSP-CE, CPF Nº 624.435.503-20. Do que para constar, para efeito do art. 755, inciso II, §3º do Novo Código de Processo Civil, foi passado este edital, que deverá ser publicado pela Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10(dez) dias de uma para outra publicação. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Sobral, Estado do Ceará. Aos 07 de novembro de 2024. Eu, Aldi Marques Rodrigues, Técnico Judiciário, mat 282-1-5, o digitei.

Janayna Marques de Oliveira e Silva
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 1013/2024

ADV: JOSE DE ANCHIETA LOIOLA (OAB 32121/CE), ADV: BLENDA MARIA DE OLIVEIRA (OAB 43624/CE), ADV: IANA AGUIAR PARENTE (OAB 43582/CE) - Processo 0200340-62.2024.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.C.S. - REQUERIDO: C.R.D.T. - Manifeste-se a parte promovida, em cinco dias, sobre o pedido de quebra de sigilo formulado. Decorrido, retornem conclusos para decisão.

ADV: FRANCISCO LAECIO DE AGUIAR FILHO (OAB 23633/CE), ADV: CARLOS TIBERIO PORTELA PONTES (OAB 25367/CE), ADV: FRANCISCO IRAN DA SILVA SALES FILHO (OAB 25827/CE), ADV: ANTONIO FRANCISCO PORTELA PONTES (OAB 31423/CE) - Processo 0204840-45.2022.8.06.0167 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sandro Michel Lira - Paulo Ricardo Silva Lira e outros - Concedo o prazo adicional de trinta dias para juntada das certidões e demais documentos. Indefiro o pedido de expedição de ofício à Prefeitura Municipal uma vez que se trata de diligência que incumbe a parte. Outrossim, deverá a inventariante promover a citação do(s) herdeiro(s) não representado(s) pelo mesmo causídico ou juntar sua anuência ao plano de partilha apresentado, posto que, em se tratando de partilha amigável, o recolhimento do imposto se dará por via de lançamento administrativo e em momento posterior.

ADV: ALLANA PESSOA DE MELO (OAB 34925/CE) - Processo 0205823-73.2024.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: A.K.N.L. - De ordem da MM. Juiza de Direito, Dra. Janayna Marques de Oliveira e Silva, e nos termos do Provimento 02/2021 da Corregedoria Geral de Justiça: INTIMAR partes e representantes

acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 04/12/2024 às 10h30, a ser realizada por videoconferência na sala virtual do CEJUSC. Link de acesso para a audiência: https://link.tjce.jus.br/11bd62 Expedientes necessários. Sobral/CE, 12 de novembro de 2024. Wanderly Sales Bastos Diretora de Secretaria

COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0365/2024

ADV: ANDRESSA VIEIRA MAGALHÃES (OAB 46558/CE) - Processo 0204994-92.2024.8.06.0167 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Roberto do Nascimento Rodrigues - Conforme disposição expressa no Provimento nº. 02/2021, arts. 129 a 133, publicado às fls. 24/29 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade Judicial, Dr. Wyrllenson Flávio Barbosa Soares, intime-se a parte exequente, via DJe, para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de fl. 42, isto é, apresentar endereço atualizado do devedor, bem como contato(s) telefônico(s) e e-mail, caso saiba e tenha, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0205614-07.2024.8.06.0167 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Cleonice Andrade Damasceno - Defiro os benefícios da justiça gratuita (art. 98, CPC). Oficie-se à SEDUC para informar acerca dos valores devidos ao falecido Francisco de Assis Carlos (fl. 07), esclarecendo que deverá ser informado além do valor total, o valor de cada parcela, bem como qual delas já se encontra disponível para saque (fls. 36/37). Com a resposta, intime-se a autora, via DJe, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Caso haja concordância com os valores, retornem os autos conclusos para sentença.

Poder Judiciário do Estado do Ceará
2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral-CE
Processo nº 0200027-10.2022.8.06.0123
Requerente: Kelvene Ferreira Camara
Requerido: Cristiano Ferreira Camara
EDITAL DE CURATELA (1ª publicação)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Cristiano Ferreira Camara, brasileiro, solteiro, portador do RG n°: 2003019083675, inscrito no CPF sob o nº 673.508.103-00, residente e domiciliado LDR SOBRAL MERUOCA, 00009, Meruoca/CE, que é portador de "CID10 F 20.0 (ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE), F 20 (ESQUIZOFRENIA), F 20.9 (ESQUIZOFRENIA NÃO ESPECIFICADA) E F 78 (OUTRO RETARDO MENTAL) CONFORME ATESTADOS MÉDICOS E EXORDIAL. GRAU GRAVE. ". O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. Kelvene Ferreira Camara, brasileiro, divorciado, cabeleireiro, portador do RG n°: 90006006057, inscrito no CPF sob o nº 491.397.113-15, residente e domiciliado em LDR SOBRAL MERUOCA, 00009, Meruoca/CE, CURADOR DEFINITIVO do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 30 de outubro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE.

Poder Judiciário do Estado do Ceará
2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral-CE
Processo nº 0200399-56.2022.8.06.0123
Requerente: Lúcia Costa Lopes
Requerido: Crisleane Costa Lopes
EDITAL DE CURATELA (1ª publicação)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Crisleane Costa Lopes, brasileira, solteira, desempregada, que é portadora de CID – 10: F29 + F70. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Lúcia Costa Lopes, brasileira, casada, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 30 de outubro de 2024. Wyrllenson Flávio Barbosa Soares, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE.

Poder Judiciário do Estado do Ceará
2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral-CE
Processo nº 0202611-44.2024.8.06.0167
Requerente: Ana Maria Galdino de Carvalho
Requerido: Cicero Galdino de Carvalho
EDITAL DE CURATELA (1ª publicação)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Cicero Galdino de Carvalho, brasileiro, solteiro, inscrito no RG n° 96031025328 e no CPF nº 777.767.473-00, residente e domiciliado na Av. Dr. Antonio Paula Pessoa, Cohab II, Sobral/CE, foi diagnosticado (CID-10: F20.9). O conjunto das provas

documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Ana Maria Galdino de Carvalho, brasileira, casada, inscrita no RG nº 2004031019882 e no CPF nº 019.109.473-00, residente e domiciliado na Av. Dr. Antonio Paula Pessoa, Cohab II, Sobral/CE, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 29 de outubro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE.

Poder Judiciário do Estado do Ceará
2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral-CE
Processo nº 0202763-92.2024.8.06.0167
Requerente: Marinete Araujo Mesquita
Requerido: Samuel Mesquita da Silva
EDITAL DE CURATELA (1ª publicação)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Samuel Mesquita da Silva, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 066.977.603-38, residente e domiciliada na Fazenda Campo Novo, s/n, Forquilha-CE, que é portador de doença incapacitante (CID-10: F20.9). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Marinete Araujo Mesquita, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 939.538.103-59, residente e domiciliada na Fazenda Campo Novo, s/n, zona rural de Forquilha-CE, CEP: 62.115-000, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 22 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 30 de outubro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE.

Poder Judiciário do Estado do Ceará
2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral-CE
Processo nº 0203461-98.2024.8.06.0167
Requerente: Suzana Aquino Alves
Requerido: Elivaldo Aquino Alves
EDITAL DE CURATELA (1ª publicação)

O MM. Juizde Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Elivaldo Aquino Alves, brasileiro, solteiro, que é portador de CID-10:F10.1. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Suzana Aquino Alves, brasileira, casada, do lar, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 31 de outubro de 2024. Wyrllenson Flávio Barbosa Soares, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE.

Poder Judiciário do Estado do Ceará
2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral-CE
Processo nº 0203885-43.2024.8.06.0167
Requerente: Francisca Edna Florêncio Maciel
Requerido: Jaqueline Florêncio Maciel
EDITAL DE CURATELA (1ª publicação)

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Jaqueline Florêncio Maciel, brasileira, que é portadora de F29 – Psicose não-orgânica não especificada. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Francisca Edna Florencio Maciel, brasileira, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 31 de outubro de 2024. Wyrllenson Flávio Barbos Soares, Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0366/2024

ADV: JUAREZ MARQUES DE MEDEIROS (OAB 10998/CE), ADV: VIVIANE PINHEIRO DE PAIVA SOUSA (OAB 14652/CE), ADV: JUMARIO GOMES DE MEDEIROS JUNIOR (OAB 22882/CE) - Processo 0002146-69.2015.8.06.0123 - Inventário - Inventário e Partilha - HERDEIRO: Joana Alfredo da Silva - Antônio Porfírio Sobrinho e outros - Conforme disposição expressa no Provimento nº. 02/2021, arts. 129 a 133, publicado às fls. 24/29 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Unidade Judicial, Dr. Wyrllenson Flávio Barbosa Soares, nos termos dos Despachos de fls. 170 e 166, face a certidão de fl. 169, intimem-se os herdeiros, via DJe, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar interesse em assumir o encargo da inventariança. São eles, fls. 47/48: Joana Alfredo da Silva - fl. 128; Francisca Porfírio da Silva - fl. 89; Alfredo Porfírio da Silva - fl. 96; Maria Porfírio Santos - fl. 94; Zeneide da Silva Porfírio - fl. 92; Zenaide Porfírio da Silva - fl. 122; Francisco Porfírio da Silva - fl. 87; e Antônio Porfírio Sobrinho (falecido) filho de Maria Vilma Ferreira da Silva e Francisco Lindon Jonson Ferreira da Silva - fl. 79.

ADV: FRANCISCO WELLINGTON ALVES VASCONCELOS (OAB 4738/CE), ADV: KELTON GOMES OLIVEIRA (OAB 51491/

CE) - Processo 0201961-94.2024.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: C.A.R.E. - REQUERIDO: J.V.E. e outro - Em face do exposto, cumpridas as formalidades legais, com fundamento do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a transação realizada nas fls. 114/115 e, por consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Publicação e registro com a inclusão desta sentença no Sistema SAJ. Intimem-se as partes. Custas processuais pelos acordantes, que ficam suspensas em face da gratuidade da justiça deferida (art. 98, §3º, CPC). Ciência ao MPE. Dou esta sentença por transitada em julgado, em razão da sua natureza homologatória. Cumpridas as formalidades legais, arquive-se.

ADV: FRANCISCO VINICIUS XIMENES PAIVA (OAB 51597/CE) - Processo 0204972-34.2024.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.M.B.B. - REQUERIDO: M.B.G. - Em face do exposto, cumpridas as formalidades legais, com fundamento do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a transação realizada na fl. 30 e, por consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Publicação e registro com a inclusão desta sentença no Sistema SAJ. Intimem-se as partes. Ciência ao MPE. Custas processuais pelos acordantes, que ficam suspensas em face da gratuidade da justiça deferida (art. 98, §3º, CPC). Dou esta sentença por transitada em julgado, em razão da sua natureza homologatória. Cumpridas as formalidades legais, arquive-se.

ADV: SANDY SEVERIANO DOS SANTOS (OAB 32672/CE), ADV: JOEL SANTIAGO FERREIRA (OAB 51167/CE) - Processo 0205824-92.2023.8.06.0167 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: F.W.M.S. - Em face do exposto, cumpridas as formalidades legais, com fundamento do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a transação realizada na fl. 57 e, por consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Publicação e registro com a inclusão desta sentença no Sistema SAJ. Intimem-se as partes. Ciência ao MPE. Custas processuais pelos acordantes, que ficam suspensas em face da gratuidade da justiça deferida (art. 98, §3º, CPC). Dou esta sentença por transitada em julgado, em razão da sua natureza homologatória. Cumpridas as formalidades legais, arquive-se.

ADV: MARCOS LEVY GONDIM SALES (OAB 29326/CE) - Processo 0206035-94.2024.8.06.0167 - Homologação da Transação Extrajudicial - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Felipe Gomes Pinheiro - Mariana de Magalhães Carrapeiro Gomes - Em face do exposto, cumpridas as formalidades legais, HOMOLOGO, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a transação formalizada nas fls. 06/10 para decretar o divórcio de Felipe Gomes Pinheiro e Mariana de Magalhães Carrapeiro Gomes (fl. 12), o que faço na forma do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteiro(a): Mariana de Magalhães Carrapeiro Gomes. Condeno as partes ao pagamento das custas processuais, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada (art. 90, §2º, CPC), observando-se a gratuidade da justiça deferida (art. 98, §3º, CPC). Publicação e registro com a inclusão desta sentença no Sistema SAJ. Intimem-se as partes. Ciência ao MPE. Dou a sentença por transitada em julgado em razão da sua natureza homologatória. Expeça-se mandado de averbação ao Ofício do Registro Civil, na forma do art. 109, § 4º, da Lei nº 6015/1973, devendo aquela serventia extrajudicial atentar para a gratuidade judicial aqui deferida. Cumpridas as formalidades, arquive-se.

ADV: FRANCISCA AMANDA LIMA PEREIRA (OAB 28147/CE), ADV: BRUNA MONIK FEITOSA PARENTE (OAB 23612/CE), ADV: GUILHERME BALBUENA ALENCAR ROLIM (OAB 17741/CE) - Processo 0206340-15.2023.8.06.0167 - Tutela Cautelar Antecedente - Inventário e Partilha - AUTOR: Wallas de Alcantara de Sousa - Em face do exposto, cumpridas as formalidades legais, com fundamento do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, HOMOLOGO a transação realizada nas fls. 95/96 e, por consequência, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Oficie-se ao órgão empregador para fins de desconto em folha. Publicação e registro com a inclusão desta sentença no Sistema SAJ. Intimem-se as partes. Ciência ao MPE. Custas processuais pelos acordantes, que ficam suspensas em face da gratuidade da justiça deferida (art. 98, §3º, CPC). Dou esta sentença por transitada em julgado, em razão da sua natureza homologatória. Cumpridas as formalidades legais, arquive-se.

EDITAL DE CITAÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA)
Processo nº: 0203152-77.2024.8.06.0167
Classe Assunto: Guarda de Família - Guarda
Requerente: Antonia Lemos
Requerido: José Tupinambá Lemos Ferreira

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Antonia Lemos, foi proposta uma Ação de Guarda Judicial, contra José Tupinambá Lemos Ferreira, o qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADO o Sr. José Tupinambá Lemos Ferreira, brasileiro, solteiro, pedreiro, CPF nº. 807.089.863-15, filho de Francisco Ferreira Amancio e Antonia Lemos Ferreira, com a advertência de que, não havendo contestação no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. Sobral/CE, em 12 de novembro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

EDITAL DE CITAÇÃO (JUSTIÇA GRATUITA)
Processo nº: 0203152-77.2024.8.06.0167
Classe Assunto: Guarda de Família - Guarda
Requerente: Antonia Lemos
Requerido: Maria Isabel do Nascimento Alves e outroO MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CITAÇÃO virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Antonia Lemos, foi proposta uma Ação de Guarda Judicial, contra Maria Isabel do Nascimento Alves, a qual se encontra em lugar incerto e não sabido. Por isso foi expedido o presente EDITAL, através do qual fica CITADA a Sra. Maria Isabel do Nascimento Alves, brasileira, solteira, doméstica, CPF nº. 039.784.253-86, filha de Gonçalo Rodrigues Alves e Zilais do Nascimento Alves, com a advertência de que, não havendo contestação no prazo de 15 (quinze) dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na petição inicial, assim como será nomeado Curador Especial. Sobral/CE, em 12 de novembro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares . Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0050046-79.2021.8.06.0077

Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Ednaldo Sousa Lima
Curatelado José William de Sousa Lima
Perito e Promotor Allisson Farias Mororó e outros

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de José William de Sousa Lima, , brasileiro, solteiro, Auxiliar de Produção, RG nº 552664017 SSP CE e CPF nº 051.312.083-19, residente e domiciliado Rua Antonio de Lourdes Dias, S/N, Bairro Edmundo Rodrigues, Forquilha/CE, que é portador de doença incapacitante, (CID-10: F60,9 + F25). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. Ednaldo Sousa Lima, brasileiro, casado, desempregado, RG nº 2003031014556 SSP-CE e CPF nº 731.013.973-91 residente e domiciliado na Rua Antonio de Lourdes Dias, S/N, Bairro Edmundo Rodrigues, Forquilha/CE, CURADOR DEFINITIVO do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 30 de setembro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 01 de outubro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0202768-17.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Marlúcia Aragão Sousa
Curatelado Carlos Gabriel Sousa Lima
Promotor e Perito Ministério Público do Estado do Ceará e outros

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Carlos Gabriel Sousa Lima, brasileiro, solteiro, estudante, portador de RG nº 2008785173-8 SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 075.801.243-86, residente e domiciliado na Rua Acácio Alcântara, n° 309, bairro Sumaré, Sobral-CE, CEP 62014-215, que é portador de doença incapacitante (F71.1 – Retardo Mental Moderado. F84.9 Transtornos globais Não Especificados do Desenvolvimento). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. Marlúcia Aragão Sousa, brasileira, solteira, do lar, portadora de RG n° 2004031092920 SSP-CE, inscrito no CPF sob o n° 050.811.553-14, residente e domiciliada na Rua Acácio Alcântara, n° 309, bairro Sumaré, Sobral-CE, CEP 62014-215, CURADORA DEFINITIVA da referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 24 de setembro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 30 de setembro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0203272-23.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Francisco Flavio Farias Aguiar
Curatelado Ronielho Farias Aguiar
Perito e Promotor EMANUELLA DE SOUSA TEIXEIRA e outros

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Ronielho Farias Aguiar, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade de nº 2008354386-9, inscrito no CPF sob o nº 069.444.843-58, sem endereço eletrônico, residente e domiciliado no Distrito de Bilheira, Taperuaba, S/N, Zona Rural, Sobral/CE, que é portador de F71.0 – Retardo mental moderado (CID10 F71.0), Transtorno do Espectro Autista (CID10 F84.0), Epilepsia e síndromes epilépticas sintomáticas definidas por sua localização (focal) (CID10 G40.1) (parcial) com crises parciais simples. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado o Sr. Francisco Flavio Farias Aguiar, brasileiro, portador da cédula de identidade de nº 2000031039139, inscrito no CPF sob o nº 941.099.073-49, sem endereço eletrônico, residente e domiciliado no Distrito de Bilheira, Taperuaba, S/N, Zona Rural, Sobral/CE, CURADOR DEFINITIVO do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23 de outubrode 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dezdias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 30 de outubro de 2024.
Wyrllenson Flavio Barbosa Soares.Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0203248-92.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Luiza Cristina Bezerra Vasconcelos
Curatelado Francisco Felipe Vasconcelos de Araujo
Perito e Promotor MARIA DO CARMO MELO DE SOUSA e outros

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Francisco Felipe Vasconcelos de Araujo, brasileiro, relativamente incapaz, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 101. 987.493-76 e portador da cédula de identidade sob nº 2023259949-6, Rua Raimunda C Vasconcelos, s/n, Leste, Forquilha/Ce, CEP nº 62115-000, que é portador de doença incapacitante (CID-10: G40 + F71). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das

alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e

a seus bens. Foi nomeada a Sra. Luiza Cristina Bezerra Vasconcelos, brasileira, solteira, do lar, inscrita no RG sob nº 2000031099620 e no CPF sob nº 003.859.573-78, residente e domiciliada na Rua Raimunda C Vasconcelos, s/n, Leste, Forquilha/Ce, CEP nº 62115-000, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23 de outubro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Sobral/CE, em 29 de outubro de 2024. Wyrllenson Flavio Barbosa Soares Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

EDITAL DE CURATELA
Processo nº: 0203084-30.2024.8.06.0167
Classe: Interdição/Curatela
Assunto: Nomeação
Interditante Adriana Lima Marques
Curatelado Ray Lima Barros
Promotor e Perito Ministério Público do Estado do Ceará e outros

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Francisco Ray Lima Barros, solteiro, estudante, inscrito no CPF sob nº 636.416.293-22, portador do RG nº. 2020128519-8, residente e domiciliado na Rua da Entrada S/n, bairro Povoado Rosapoles, cidade de Alcântaras/CE, que é portador de doença incapacitante (CID-10: F70.1 F84). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o curatelado incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra.

Adriana Lima Marques, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob nº 812.476.483-20, residente e domiciliada na Rua da Entrada S/n, bairro Povoado Rosapoles, cidade de Alcântaras/CE, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 23 de setembro de 2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015.Sobral/CE, em 29 de outubro de 2024Wyrllenson Flavio Barbosa Soares Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Sobral/CE

COMARCA DE SOBRAL - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE SOBRAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO JANAILSON PEREIRA LUDUGERO
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIANA RODRIGUES LOBO
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0543/2024

ADV: RICARDO AUGUSTO SOUSA CARVALHO LIMA (OAB 4926/CE), ADV: NÍCOLAS GIVAGO DO NASCIMENTO DE PAULA (OAB 49264/CE) - Processo 0204116-70.2024.8.06.0167 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: T.M.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, encaminho os autos com vistas ao Ministério Público, para ciência da decisão de fls. 43.

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE SOBRAL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0544/2024

ADV: ANTONIO AMISTERNALDO DE SOUZA ALVES (OAB 10556/CE), ADV: JULIANA FREITAS ALVES (OAB 27757/CE) - Processo 0205332-66.2024.8.06.0167 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Psicológica contra a Mulher - REQUERIDO: J.C.L. - Trata-se de requerimento para aplicação de medidas protetivas com vista à proteção de IRAÍDES FREIRES LIRA, ante a suposta violência psicológica cometida por JAIRO CORDEIRO LIRA. Através do B.O. Nº 451-714/2024, a ofendida alega que o requerido, que é seu pai, há muito tempo vem lhe causando violência psicológica; que ele a xinga de vagabunda e afirma que ela não tem nada; que seu pai já lhe ofereceu dinheiro para deixar o marido e já puxou facão duas vezes; que numa ocasião ele ouviu quando a ofendida estava falando com uma tia e gritou que iria matá-la; que faz uso de ansiolíticos; que está muito abalada psicologicamente. É o relatório. Decido. O artigo 22 da Lei 11.340/2006 estabelece que serão concedidas medidas protetivas à mulher constatada a prática de violência doméstica e familiar. Apesar de considerar o caráter preventivo das disposições da Lei 11.340/2006 (art. 1.°) e as condições pessoais da vítima, entendo que, no caso em apreço, não há, neste momento, elementos suficientes para a concessão da medida pleiteada. O requerido é pessoa idosa e não restou claro se, em caso de afastamento do lar, teria para onde ir ou ficaria desamparado. Além disso, não foi informado nos autos de quem é a casa e se a ofendida é dependente economicamente do requerido. Ante o exposto, INDEFIRO, por ora, o presente pedido de fixação de medidas protetivas de urgência, devendo ser oficiado ao CREAS para realização de um estudo social na residência das partes, a fim de que seja esclarecido se a casa onde moram é de propriedade da ofendida ou do requerido e se este teria outro local para morar em caso de eventual afastamento do lar. Deve, ainda, ser melhor esclarecido em que consistem essas agressões psicológicas e se a ofendida possui dependência econômica em relação ao requerido e vice-versa. Após o envio do relatório do CREAS, que deverá ser enviado a este juízo no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de responder por crime de desobediência, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários.

COMARCA DE SOLONÓPOLE - 2ª VARA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0424/2024

ADV: FABIANA DE ARAUJO BICA (OAB 9018/CE) - Processo 0000351-49.2019.8.06.0200 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REPR. LEGAL: Selma Maria Pinheiro - Considerando o parecer do Ministério Público de fls. 284/285, determino a intimação da parte autora, por meio de sua representante legal, para que, no prazo de 10 (dez) dias, acoste aos autos o termo do acordo firmado entre as partes ou por seus advogados. Com ou sem a juntada do acordo nos autos, abram-se vistas ao Ministério Público. Após parecer ministerial, façam-se os autos conclusos. Certifique-se a tempestividade. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0425/2024

ADV: MARCUS ANDRE VIANA CAVALCANTE (OAB 39631/CE), ADV: ANDRE WILSON DE MACEDO FAVELA (OAB 19581/CE), ADV: JOSE GUERREIRO CHAVES FILHO (OAB 8393/CE) - Processo 0000457-21.2013.8.06.0200 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REPR. LEGAL: L.M.S. - REQUERIDO: R.R.N.V. - Isso posto, diante da mencionada renúncia do direito alimentar objeto deste feito, defiro a renúncia, extinguindo os alimentos e determino a extinção da presente ação nos termos do artigo 924, IV, do CPC. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Vistas ao Ministério Público para ciência. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: RONALDO NOGUEIRA SIMÕES (OAB 17801/CE) - Processo 0200158-44.2022.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antonia Evanira Paz de Sousa - REQUERIDO: BANCO PAN S.A. - Intimem-se as partes para que se manifestem sobre o retorno dos autos do 2° grau no prazo de 5 (cinco) dias. Caso não haja manifestação, os autos serão arquivados. Expedientes necessários.

ADV: JOSE IDEMBERG NOBRE DE SENA (OAB 14260/CE), ADV: MARISSOL JESUS FILLA (OAB 17245/PR) - Processo 0200190-49.2022.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Valdo Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Parana Banco S/A - Intimem-se as partes para que se manifestem sobre o retorno dos autos do 2° grau no prazo de 5 (cinco) dias. Caso não haja manifestação, os autos serão arquivados. Expedientes necessários.

ADV: PAULO RENATO DE SOUSA (OAB 23284/CE), ADV: ALYNE LOPES SILVA (OAB 49934/CE), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314A/CE) - Processo 0200288-97.2023.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Intimem-se as partes para que se manifestem sobre o retorno dos autos do 2° grau no prazo de 5 (cinco) dias. Caso não haja manifestação, os autos serão arquivados. Expedientes necessários.

ADV: ANTÔNIA BIANCA MORAIS TORRES (OAB 42286/CE) - Processo 0200316-65.2023.8.06.0168 - Tutela Cível - Nomeação - REQUERENTE: Luis Ineurimar de Souza Aquino - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerente através de seu advogado, para no prazo legal, manifestar-se acerca do Estudo Social juntado aos autos às fls.75/76.

ADV: PAULO RENATO DE SOUSA (OAB 23284/CE), ADV: ENY ANGÉ SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAÚJO (OAB 40797A/CE) - Processo 0200349-55.2023.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Paulino da Silva - REQUERIDO: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A - Aos 05/11/2024, por volta de 09:30h, nesta Comarca de Solonópole, Estado do Ceará, na sala de audiência da 2ª Vara, onde presente se encontrava o(a) Dr(a). Francisco Eduardo Girão Braga, Juiz de Direito. Presentes: A parte autora, acompanhada do(a) advogado(a), Dr(a). Alyne Lopes Silva, OAB/CE 49.934, assim como o requerido, representado pelo(a) advogado(a), Dr(a). Thaise Dayse Calheiros Lopes OAB/CE 45.400A e a preposta, Sra. Jéssica Vanessa Oliveira Conceição CPF 068.350.854-79. Iniciados os trabalhos, pelo MM. Juiz, colheu o depoimento pessoal da parte autora. Em seguida, a representante da parte autora requereu a realização de perícia grafotécnica, tendo em vista que o requerente não reconhece sua assinatura nos contratos. Ao final, o MM. Juiz manifestou-se nos seguintes termos: "Determino a realização de perícia grafotécnica, devendo a secretaria nomear perito cadastrado no Sistema de Peritos - SIPER, para proceder com a perícia grafotécnica no instrumento acostado aos autos, devendo o mesmo ser intimado para dizer, no prazo de 5 (cinco) dias, se algum motivo o torna suspeito ou impedido de realizar a perícia, ex vi dos artigos 144 e 145 c/c artigo 148, III, todos do CPC. Fixo os honorários periciais em R$ 536,60 (quinhentos trinta e seis reais e sessenta centavos), conforme Portaria nº 320/2024 e, em consequência, inverto o ônus da prova em favor do requerente, devendo os honorários do perito serem pagos pelo réu, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da intimação desse decisium, sob pena de reconhecimento da irregularidade contratual (Tema 1061 - STJ). O laudo deverá ser entregue no prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da perícia (art. 465, NCPC), cabendo ao expert responder minuciosamente aos quesitos apresentados pelas partes. Intimem-se as partes para, querendo, apresentarem seus quesitos e indicarem assistente técnico, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 465, § 1º, do vigente Código de Processo Civil. Realizada a prova, o perito nomeado deverá apresentar o laudo conclusivo no prazo retro assinalado, após o que deverão as partes ser intimadas para conhecerem seu conteúdo, nos termos do art. 477, § 1º, do CPC, podendo falarem no prazo comum de 15 (quinze) dias. Impugnado o parecer técnico do expert do juízo, dê-se vista dos autos à outra parte para contraminutá-lo, no prazo de 15 (quinze) dias." Os depoimentos foram gravados em audiovisual e armazenados em mídia digital, que segue anexo aos presentes autos. Expedientes necessários. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

ADV: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO (OAB 17762/CE), ADV: ANTÔNIO SIDNEY DA SILVA (OAB 49755/CE) - Processo 0200528-86.2023.8.06.0168 - Interdição/Curatela - Tutela de Urgência - INTERTE: G.R.S. - CURATELADO: J.G.R.S. - É o relatório do essencial. DECIDO. Conheço dos embargos eacolho-os, visto que,de fato, houve a referida omissão. Declaro, pois, a sentença, a fim de acrescentar nela o seguinte item: Em atenção à complexidade da causa e aos demais requisitos previstos no artigo 20, parágrafo 3º, do CPC, arbitro honorários ao curador especial nomeado (Dr. Antonio Sidney da Silva OAB 49.755 CE) no montante de R$ 500,00 (quinhentos reais), que deverão ser cobrados do Estado do Ceará, em ação própria, tendo em vista a responsabilidade que lhe gera a omissão em implantar a Defensoria Pública (Lei 8.906/94, art. 22, § 1º). No mais, persiste a sentença, tal como está lançada. Publique-se. Retifique-se o registro da sentença, anotando-se. Intimações e diligências necessárias.

ADV: ANTONIO SIGEVAL PINHEIRO LANDIM (OAB 3706/CE) - Processo 0200699-09.2024.8.06.0168 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.T.P. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, INTIMO a parte autora através do seu Advogado, para no prazo de 05(cinco) dias, assinar o

termo de compromisso e juntar nos autos.

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE), ADV: JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0200834-21.2024.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luiza Maria da Silva - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Designo sessão de Conciliação conforme determinado no Despacho de fls.119/120 dos autos, para a data de 06/12/2024 às 11:30h na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade de vídeo conferência através da plataforma "Microsoft Teams". Caso as partes na possuírem meios para participar da audiência por video conferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no Fórum desta Comarca, Sala de Audiências do CEJUSC de Solonópole - CE, endereço no timbre. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado(a) deverão: 1) No dia da audiência, 10(dez) minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera ativados, pelo Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/47efcb

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0200836-88.2024.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisco Santiago de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Designo sessão de Conciliação conforme determinado no Despacho de fls.85/86 dos autos, para a data de 06/12/2024 às 10:30h na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade de vídeo conferência através da plataforma "Microsoft Teams". Caso as partes na possuírem meios para participar da audiência por video conferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no Fórum desta Comarca, Sala de Audiências do CEJUSC de Solonópole - CE, endereço no timbre. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado(a) deverão: 1) No dia da audiência, 10(dez) minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera ativados, pelo Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/45170f

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE), ADV: THIAGO BARREIRA ROMCY (OAB 23900/CE) - Processo 0200837-73.2024.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisco Santiago de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Designo sessão de Conciliação conforme determinado no Despacho de fls.81/82 dos autos, para a data de 06/12/2024 às 10:00h na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade de vídeo conferência através da plataforma "Microsoft Teams". Caso as partes na possuírem meios para participar da audiência por video conferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no Fórum desta Comarca, Sala de Audiências do CEJUSC de Solonópole - CE, endereço no timbre. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado(a) deverão: 1) No dia da audiência, 10(dez) minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera ativados, pelo Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/2564ae

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE) - Processo 0200838-58.2024.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Santiago de Lima - Designo sessão de Conciliação conforme determinado no Despacho de fls.70/72 dos autos, para a data de 06/12/2024 às 09:00h na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade de vídeo conferência através da plataforma "Microsoft Teams". Caso as partes na possuírem meios para participar da audiência por video conferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no Fórum desta Comarca, Sala de Audiências do CEJUSC de Solonópole - CE, endereço no timbre. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado(a) deverão: 1) No dia da audiência, 10(dez) minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera ativados, pelo Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/624fe6

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE), ADV: ROBERTO DOREA PESSOA (OAB 12407/BA) - Processo 0200839-43.2024.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisco Santiago de Lima - Designo sessão de Conciliação conforme determinado no Despacho de fls.96/98 dos autos, para a data de 06/12/2024 às 09:30h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade de vídeo conferência através da plataforma "Microsoft Teams". Caso as partes na possuírem meios para participar da audiência por video conferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no Fórum desta Comarca, Sala de Audiências do CEJUSC de Solonópole - CE, endereço no timbre. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado(a) deverão: 1) No dia da audiência, 10(dez) minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera ativados, pelo Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/f436b7

ADV: GARIBALDE UCHOA DE ALBUQUERQUE (OAB 22179/CE) - Processo 0200840-28.2024.8.06.0168 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Francisco Santiago de Lima - Designo sessão de Conciliação conforme determinado no Despacho de fls.66/68 dos autos, para a data de 06/12/2024 às 08:30h na sala do CEJUSC, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade de vídeo conferência através da plataforma "Microsoft Teams". Caso as partes na possuírem meios para participar da audiência por video conferência, deverão comparecer pessoalmente no dia e hora da referida audiência, no Fórum desta Comarca, Sala de Audiências do CEJUSC de Solonópole - CE, endereço no timbre. Para participar da audiência as partes e o (a) Advogado(a) deverão: 1) No dia da audiência, 10(dez) minutos antes, portar documento de identificação e acessar a sala virtual utilizando equipamentos que contenham microfone e câmera ativados, pelo Link encurtado: https://link.tjce.jus.br/970c58

COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0364/2024

ADV: MAXSUEL DEIZON DE FREITAS GOMES (OAB 16547/RN) - Processo 0201558-08.2024.8.06.0303 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Importunação Sexual - AUTOR: J.P. - AUT PL: Delegacia Municipal de Tabuleiro do Norte - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Jose Elinilson de Almeida Alves - Vistos etc, Defiro o pedido formulado em folha 68-69, devendo a delegacia responsável anexar as mídias alegadas em folhas 33-38, e não sendo possível, que encaminhe a mídia a esta unidade para que a secretaria proceda com a sua juntada nos autos. Após juntada, intime-se as partes para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0365/2024

ADV: CRISTIAN MAURICIO DA SILVA CHAVES (OAB 22571/CE) - Processo 0000257-12.2012.8.06.0212 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Tabuleiro Aço Industria e Comercio Ltda - Em face da certidão de fls.68, intime-se a parte requerente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias para requerer o que entender pertinente. Expedientes necessários

ADV: ANTONIO JULIO BRILHANTE DE FREITAS (OAB 4120/CE) - Processo 0005847-94.2015.8.06.0169 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: ALMIR DE SOUZA MAIA - Vistos etc, Reitero, intime-se o autor para apresentar o cadastramento de guias ITCMD em 10 dias, tendo em vista que decorreu o prazo de 30 dias, anteriormente concedido. Determino ainda que junto as certidões negativas atualizadas em nome do de cujos (municipal, estadual, federal). Advirta-se que a inércia será entendida como abandono da causa, e poderá ensejar em extinção do processo sem resolução do mérito. Expedientes necessários.

ADV: GIOVANNI PAULO DE VASCONCELOS SILVA (OAB 8579/CE), ADV: ACHERNAR SENA DE SOUZA (OAB 29351/CE), ADV: ANA PAULA DE OLIVEIRA FILGUEIRA (OAB 28548/CE), ADV: JOAQUIM ROCHA DE LUCENA NETO (OAB 16042/CE), ADV: JOSE EDVALDO DE OLIVEIRA (OAB 10887/CE), ADV: MARILIA MOREIRA MOURA ALENCAR GOMES (OAB 17935/CE), ADV: JOSE MENESCAL DE ANDRADE JUNIOR (OAB 6018/CE) - Processo 0009548-29.2016.8.06.0169 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jakeline Chaves Guimaraes - REQUERIDO: Unimed Ceara - Federacao das Cooperativas de Trabalho Medico do Estado do Ceara Ltda - Intimem-se as partes acerca do retorno dos autos da instância superior para requerimentos que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais (fls. 244-248), considerando que o Acórdão julgou o pedido inicial improcedente. Advirta-a de que o não pagamento ensejará em inscrição na dívida ativa. Expedientes necessários.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0050136-05.2021.8.06.0169 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda - Em face da certidão de fls.109, intime-se a parte requerente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Expedientes necessários

ADV: TALINE FREIRE ROQUE (OAB 21167/CE) - Processo 0200033-05.2024.8.06.0169 (apensado ao processo 0200034-87.2024.8.06.0169) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edjanea de Lima Daniel - Vistos etc, Intime-se advogada legalmente constituída para cumprir com despacho de folha 59, em 10 dias, observando a certidão da oficiala de fls. 71-73, advertindo que o silêncio poderá ensejar na extinção do processo sem resolução do mérito. Expedientes necessários.ADV: MIGUEL ÂNGELO FILHO DE ANDRADE DE SANT'ANA (OAB 37502/CE) - Processo 0200033-73.2022.8.06.0169 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTE: Ednar Meneia Soares da Silva - Vistos etc, Diante da certidão judicial de fl. 179, intime-se a autora para requerer o que entender de direito no prazo de 10 dias. Expedientes necessários.

ADV: GISELE ALVES DE SOUZA (OAB 40450/CE) - Processo 0200540-63.2024.8.06.0169 - Divórcio Litigioso - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Eloy Silva - Às fls. 34-35, a autora apresentou pedido de reconsideração, mas não trouxe argumentos ou fatos novos, limitando-se a reiterar as razões já expostas na petição inicial, que foram analisadas na decisão liminar de fls. 31-32. No que tange à fixação dos alimentos, foi determinado o percentual de 20% sobre os rendimentos líquidos do promovido. Insatisfeita, a autora requer a elevação do percentual para 30%. Todavia, entendo que, até o presente momento, não há elementos suficientes para alterar a decisão que fixou os alimentos provisórios em 20%, visto que a autora não comprovou o valor exato dos rendimentos do promovido. Desse modo, INDEFIRO o pedido de reconsideração, para que mantenha a fixação de alimentos provisórios em 20% (vinte por cento), sobre os rendimentos líquidos do genitor. A prestação alimentícia deve ser paga diretamente à parte autora, mediante recibo, até o 5º dia útil de cada mês. Após o fornecimento de dados bancários, oficie-se ao empregador do requerente para proceder o desconto da pensão alimentícia em folha de pagamento e transferência para conta bancária informada pela parte demandada. Resguardo-me na possibilidade de rever esse entendimento por ocasião do julgamento do mérito. Aguarde-se a realização da audiência designada para o dia 13/12/2024, às 14h. Expedientes necessários.

ADV: CLINT CAVALCANTE MAIA (OAB 41443/CE) - Processo 0200546-70.2024.8.06.0169 - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: Ana Cecilia da Silva Cardozo - determino a intimação da parte autora, através de seu advogado, para regularizar a petição inicial, no prazo de 15 dias, devendo especificar se deseja executar o débito alimentar sob o rito de prisão ou pelo procedimento da coerção patrimonial. No mesmo prazo, deve retificar o valor da causa, excluindo o valor da indenização por danos morais e retificando o valor da execução da prestação alimentícia.

COMARCA DE TAMBORIL - VARA UNICA DA COMARCA DE TAMBORIL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAMBORIL

INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2024

ADV: ELIANE SOUSA DE OLIVEIRA DO VALE (OAB 39375/CE), ADV: BRUNA MARTINS PEDROSA DA SILVA (OAB 43192/CE) - Processo -

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200505-03.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Regina Alba Timbo Calaça - Vistos, etc. Compulsando os autos, observo que o advogado não juntou aos autos os documentos pessoais da parte autora, bem como não consta comprovante de endereço em nome da parte autora. Desta forma, determino a intimação da Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, anexando o acima aduzido, sob pena de indeferimento da petição inicial nos termos do art. 330, I e § 1º, III, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200509-40.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Fátima Maria de Melo Luz - Vistos, etc. Compulsando os autos, observo que o advogado não juntou aos autos os documentos pessoais da parte autora, bem como em documentos de fls. 12/44, divergem da parte autora mencionada na exordial. Desta forma, determino a intimação da Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, esclarecendo o acima aduzido, sob pena de indeferimento da petição inicial nos termos do art. 330, I e § 1º, III, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200523-24.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Francisco Jorge Peres - Vistos, etc. Compulsando os autos, observo que o advogado não juntou aos autos os documentos pessoais da parte autora, bem como não juntou declaração de residência ou comprovante de endereço no nome do autor. Desta forma, determino a intimação da Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, esclarecendo o acima aduzido, sob pena de indeferimento da petição inicial nos termos do art. 330, I e § 1º, III,

do CPC. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TAMBORIL
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0239/2024

ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 24314/CE), ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0200161-22.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia de Fátima Rodrigues de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A - Cuida-se de recurso de apelação de ambas as partes. Intime-se os apelados para contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem apresentação, remeta-se os autos ao TJCE, independentemente de juízo de admissibilidade, consoante artigo 1.010, § 3º do CPC/2015. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO GUSTAVO MUNIZ DE MESQUITA (OAB 31449/CE) - Processo 0200172-22.2022.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Anastacia Martins Sousa - Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJe, para que no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos a documentação requerida pelo perito em fls. 273/274. Expedientes necessários.

ADV: ELIANE SOUSA DE OLIVEIRA DO VALE (OAB 39375/CE) - Processo 0200452-90.2022.8.06.0170 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: A.G.A.S. - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil. Sem custas e nem honorários. Publique-se. Registre-se e Intime-se. Após o trânsito em julgado, certifique e arquive-se.

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200497-26.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Lima Araujo - Vistos, etc. Compulsando os autos, observo que o advogado não juntou aos autos os documentos pessoais da parte autora, bem como em documentos de fls. 14/30, divergem da parte autora mencionada na exordial. Desta forma, determino a intimação da Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, esclarecendo o acima aduzido, sob pena de indeferimento da petição inicial nos termos do art. 330, I e § 1º, III, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200506-85.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Rita Barbosa de Meneses - Vistos, etc. Compulsando os autos, observo que o advogado não juntou aos autos os documentos pessoais da parte autora, bem como não consta comprovante de endereço em nome da parte autora. Desta forma, determino a intimação da Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, anexando o acima aduzido, sob pena de indeferimento da petição inicial nos termos do art. 330, I e § 1º, III, do CPC. Expedientes necessários.

ADV: DIEGO RODRIGUES BEZERRA PEDROSA (OAB 38129/CE) - Processo 0200508-55.2024.8.06.0170 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Maria Vanda da Silva Rodrigues - Vistos, etc. Compulsando os autos, observo que o advogado não juntou aos autos os documentos pessoais da parte autora, bem como em documentos de fls. 09/11 e 33/47, divergem da parte autora mencionada na exordial. Desta forma, determino a intimação da Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, esclarecendo o acima aduzido, sob pena de indeferimento da petição inicial nos termos do art. 330, I e § 1º, III, do CPC. Expedientes necessários.

COMARCA DE TAUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0412/2024

ADV: FRANCISCO JUNIOR DE CASTRO SILVA (OAB 18099/CE) - Processo 0201505-06.2022.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: L.P.B. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerente para que junte nos autos dados bancários da mesma no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SUZANA BEZERRA DE LACERDA (OAB 48271/CE) - Processo 0202039-76.2024.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.G.M. - O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 19/03/2025 às 13:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 - GAPRE. Será realizada na data e horário acima indicado, sendo facultada as partes as seguintes opções: na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams pelo link https://link.tjce.jus.br/17f375 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, ou presencial na sala do CEJUSC no FÓRUM, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do contato telefônico/Whatsapp (85)98234-9304 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

ADV: BÁRBARA ANNARA ABREU OLIVEIRA (OAB 47283/CE) - Processo 0202134-09.2024.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Guarda - REQUERENTE: B.G.N. - Designo sessão de Mediação para a data de 30/01/2025 às 08:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 - GAPRE. Será realizada na data e horário acima indicado, sendo facultada as partes as seguintes opções: na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams pelo link https://link.tjce.jus.br/2b68b2 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, ou presencial na sala do CEJUSC no FÓRUM, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do contato telefônico/Whatsapp (85)98234-9304 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

ADV: RONISA ALVES FREITAS (OAB 23788B/CE), ADV: CAMILA RODRIGUES MACHADO (OAB 36048/CE), ADV: FABIO FRASATO CAIRES (OAB 29282A/CE) - Processo 0202230-24.2024.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Silva Barros - REQUERIDO: Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindicial - Sindnapi - Designo sessão de Conciliação para a data de 03/02/2025 às 08:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 - GAPRE. Será realizada na data e horário acima indicado, sendo facultada as partes as seguintes opções: na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams pelo link https://link.tjce.jus.br/726e80 e Qrcode e terão

acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, ou presencial na sala do CEJUSC no FÓRUM, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do contato telefônico/Whatsapp (85)98234-9304 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0413/2024

ADV: MARCOS VINICIUS ARAUJO VELOSO (OAB 8526/PI) - Processo 0000902-09.2019.8.06.0142 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neufridia Gonçalves da Silva - Ante o exposto, intime-se a parte autora para promover o cumprimento da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Caso seja apresentado cumprimento de sentença, remetam-se os autos ao sistema PJE e tornem-os conclusos para decisão. Na hipótese de o prazo transcorrer in albis, arquive-se o processo. Expedientes necessários.

ADV: JOAO ALVES DE LACERDA (OAB 4214/CE), ADV: ROZARIA NETA BOMFIM LACERDA (OAB 4224/CE), ADV: FRANCISCA DARA OLIVEIRA SILVA (OAB 42902B/CE), ADV: SUZANA BEZERRA DE LACERDA (OAB 48271/CE) - Processo 0002118-78.2019.8.06.0150 - Interdito Proibitório - Liminar - REQUERIDO: JOSE EDILSON DO NASCIMENTO - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a parte requerida para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar memorias. Por fim tornem os autos concluso para sentença.

ADV: ANTONIO MOREIRA CAVALCANTE (OAB 30385/CE), ADV: LAZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0051381-45.2021.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Francisco Moreira de Arquino - REQUERIDO: Crefisa S/A Crédito Financamento e Investimentos - Inicialmente, conforme Portaria nº 02039/2024 - DJe 12/09/2024, promova-se a migração do presente feito ao Sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico). Outrossim, nos termos do Provimento nº 21/2019/CGJCE, disponibilizado no DJ, em 14 de novembro de 2019, proceda-se a evolução de classe do processo de conhecimento ao pedido de cumprimento de sentença, adequando o valor da causa, se necessário, as partes em seus novos polos processuais. Após, sem a necessidade de nova conclusão, na forma do art. 523, do CPC, intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, a pagar a quantia determinada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogados de 10% (dez por cento), que serão devidos apenas se não houver o pagamento no prazo acima fixado. Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput do art. 523, a multa e os honorários incidirão sobre o restante. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, já autorizado o bloqueio de valores via SISBAJUD. Não havendo procurador constituído ou caso representado pela Defensoria Pública, o executado deverá ser intimado por carta com aviso de recebimento, consoante art. 513, §2º, II, do CPC. Após transcurso do prazo para pagamento voluntário, o executado poderá, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentar, nos próprios autos, sua impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo, no entanto, da prática de atos constritivos, salvo no caso de atribuição de efeito suspensivo. Expedientes necessários.

ADV: REBECA PEREIRA DE LACERDA CAVALCANTE (OAB 41681/CE), ADV: FRANCISCA DARA OLIVEIRA SILVA (OAB 42902B/CE) - Processo 0051988-58.2021.8.06.0171 - Guarda de Família - Guarda - REQUERENTE: C.B.F. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando o disposto no art. 348 do CPC, intime-se a parte autora para manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, se deseja produzir provas e, em caso positivo, para que desde logo as especifique de forma clara e objetiva, esclarecendo a necessidade de produzi-las, mediante a explicitação dos fatos e circunstâncias cuja existência deseja comprovar e o grau de pertinência que entende existir entre tal comprovação e o deslinde do mérito da demanda em questão.

ADV: RONISA ALVES FREITAS (OAB 23788B/CE), ADV: CAMILA RODRIGUES MACHADO (OAB 36048/CE) - Processo 0052018-93.2021.8.06.0171 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: N.A.P. - REQUERIDO: A.G.V.P. - Inicialmente, nos termos do Provimento nº 21/2019/CGJCE, disponibilizado no DJ, em 14 de novembro de 2019, proceda-se a evolução de classe do processo de conhecimento ao pedido de cumprimento de sentença, adequando o valor da causa, se necessário, as partes em seus novos polos processuais. Determino o desarquivamento dos autos. Após, na forma do art. 523, do CPC, intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, a pagar a quantia determinada, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogados de 10% (dez por cento), que serão devidos apenas se não houver o pagamento no prazo acima fixado. Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput do art. 523, a multa e os honorários incidirão sobre o restante. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, já autorizado o bloqueio de valores via SISBAJUD. Não havendo procurador constituído ou caso representado pela Defensoria Pública, o executado deverá ser intimado por carta com aviso de recebimento, consoante art. 513, §2º, II, do CPC. Após transcurso do prazo para pagamento voluntário, o executado poderá, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentar, nos próprios autos, sua impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, sem prejuízo, no entanto, da prática de atos constritivos, salvo no caso de atribuição de efeito suspensivo. Expedientes necessários. Taua (CE), data da assinatura digital. Francisco Ireilton Bezerra Freire Juiz de Direito

ADV: RAQUEL DIAS MAGALHAES (OAB 22808/CE) - Processo 0200919-95.2024.8.06.0171 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: I.P.B. - "Ante o exposto, defiro o pedido apresentado na exordial, para submeter a Sra. A.G.S.B. ao regime de curatela, declarando-a relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma da legislação já referida e do art. 4º, inciso III, do Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o previsto nos arts. 1.767 e seguintes, do mesmo diploma legal. Por conseguinte, nomeio-lhe curadora a parte requerente, filha da parte curatelada, a Sra. I.P.B., que passa a representar a parte interditada nos atos jurídicos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, incluindo o gerenciamento de eventuais benefícios assistenciais e previdenciários de titularidade da parte curatelada. A curadora nomeada deverá prestar o devido compromisso. Exaurida a prestação jurisdicional, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Outrossim, em respeito aos princípios protetivos previstos no caput e parágrafo único do art. 5º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, notadamente pela vulnerabilidade da parte curatelada; e com o intuito de preservá-lo de eventual dano patrimonial, a parte curadora deverá ser advertida, no Termo de Compromisso a ser expedido pela Secretaria Judiciária, de que qualquer ato de alienação de bens ou contratação de empréstimo em instituição financeira ficará condicionado à prévia expedição de Alvará específico, após a devida justificativa, ficando ciente, por fim, que deverá, sempre que requisitada, prestar contas de seu encargo perante este juízo. Muito embora, nos termos da legislação pertinente (art. 84, § 3º, da Lei nº 13.146/2015), a instituição

da curatela não possa ser fixada por prazo indeterminado, considero que tal dispositivo legal é inaplicável ao caso dos autos. Com efeito, na situação vertente, deixo de fixar termo final da curatela, uma vez que a enfermidade que acomete a curatelada revela-se irreversível. Remanescem preservados os direitos políticos da parte curatelada, conforme arts. 76, parágrafos e incisos, e 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ficando, a critério do juízo eleitoral respectivo, a aferição de sua efetiva capacidade eleitoral no momento de exercê-los. Remanescem igualmente preservados o exercício pessoal pela parte curatelada dos direitos relativos a quaisquer outras relações jurídicas não patrimoniais ou não negociais. Expeça-se mandado para registro desta sentença no Registro Civil de Nascimento da parte curatelada, além de edital, a ser publicado no site do Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses; na imprensa local, 1 (uma) vez; e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes da parte interditada e da parte curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, tudo consoante o art. 755, §3º, do Código de Processo Civil. Custas pela parte requerente, contudo, em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita, o pagamento das custas ficará suspenso pelo prazo de 05 (cinco) anos, sob as condições do § 3º, art. 98 do CPC. Expeça-se, de imediato, sem a necessidade de aguardar o trânsito em julgado desta sentença, termo de compromisso, competindo à curadora nomeada providenciar sua assinatura e a juntada do respectivo documento aos autos através de Advogado/Defensor Público, facultando à parte autora comparecer à Secretaria desta Unidade Judiciária para prestar o devido compromisso legal. Publique-se. Registre-se e Intime-se. Ciência à Curadoria Especial e ao Ministério Público, pelos respectivos portais. Certificado o trânsito em julgado e cumpridos os expedientes acima, arquive-se com baixa na distribuição".

ADV: ANTONIO MOREIRA CAVALCANTE (OAB 30385/CE) - Processo 0202297-86.2024.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Francisco Diassis Cavalcante de Abreu - Ante o exposto, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA, para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, razão pela qual JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais cuja exigibilidade se encontra suspensa, nos termos do §3º, do art. 98, do mesmo código, em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita, os quais ora defiro. Sem honorários, devido à ausência de sucumbência. Precluso o direito de recorrer, dada a inexistência de interesse processual. CERTIFICO O TRÂNSITO EM JULGADO NO ATO. Após cumprimento dos expedientes necessários, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Expedientes necessários.

ADV: MARTA PEREIRA TORQUATO ALVES (OAB 30581/CE) - Processo 0202341-08.2024.8.06.0171 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.E.N.F.F. e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, considerando que foi selecionado nome completo da parte e que é necessária a publicação da sentença no Diário de Justiça, com respeito ao segredo de justiça, expeço este ato ordinatório, reproduzindo o dispositivo da sentença (fls. 24/27) a seguir, com as modificações necessárias: "Ante o exposto, CONCEDO a gratuidade judiciária aos requerentes, bem como HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surta os seus jurídicos efeitos, a transação firmada entre as partes, conforme petição às fls. 01/08, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, e, por conseguinte, DECRETO a dissolução do vínculo matrimonial dos requerentes acima referenciados, com fundamento no Art. 226, parágrafo 6º da Constituição Federal e art. 1.580 do Código Civil. A autora retornará a utilizar o nome de solteira, qual seja: M.E.N.F. Considerando que as partes detêm apenas direitos possessórios sobre o bem, os efeitos da sentença serão inter partes, sem causar prejuízo a terceiros, inclusive a eventuais proprietários registrais. Custas e honorários suspensos, em razão dos benefícios da justiça gratuita. Sem honorários sucumbenciais. Dispensado o prazo de recursal, em razão do pedido de decretação do divórcio consensual. SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO AO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL COMPETENTE, para que faça constar à margem da certidão de casamento (fl. 17), o divórcio que ora se decreta, devendo a serventia extrajudicial atentar para a gratuidade judicial deferida. Considerando o disposto no art. 98 do CPC, especificamente, no inciso IX (os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido), a parte fica ciente que para expedição da 2ª via do respectivo documento deverá proceder com o recolhimento das custas cartoriais devidas. CERTIFICO O TRÂNSITO EM JULGADO NO ATO. Cumpridas as diligências, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários".

ADV: ISABEL CRISTINA TAVARES DOS SANTOS (OAB 44921/CE) - Processo 0202364-51.2024.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: José Cordeiro de Oliveira - À luz do exposto, com fulcro no art. 485, inciso I, do CPC, INDEFIRO a petição inicial, podendo a parte repropor a demanda junto ao sistema PJE. Sem custas. Sem honorários. Certifico o trânsito em julgado no ato. Após cumprimento dos expedientes necessários, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Expedientes necessários.

COMARCA DE TAUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0455/2024

ADV: ANTONIO MOREIRA CAVALCANTE (OAB 30385/CE), ADV: EDNAN SOARES COUTINHO MOURA (OAB 1841/PI), ADV: DANILO RIBEIRO CARVALHO (OAB 8697/PI) - Processo 0009002-02.2015.8.06.0171 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: M. Carvalho e Cia. Ltda. - REQUERENTE: Antonio Wilton Leitão - DECISÃO: Diante do exposto, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial e, em consequência: I - CONDENAR o REQUERIDO à restituir ao autor, o valor de R$60,00 (sessenta reais), referente ao serviço de assistência técnica, conforme recibo de página 21 e o valor referente a MOTOSSERRA STHIL 361, no valor de R$2.089,00 (dois mil e oitenta e nove reais), conforme nota fiscal de página 29, devidamente corrigidos da data do pagamento; II CONDENO O REQUERIDO A PAGAR AO AUTOR O VALOR DE R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, sendo que a correção monetária incidirá a partir desta data (súmula 362 do STJ), pelo INPC, e os juros moratórios incidirão desde a data do evento danoso (súmula 54 do STJ), no patamar de 1% a.M. III - CONDENO a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, do CPC, uma vez que o promovente sucumbiu em parte mínima do pedido, a teor do art. 86, parágrafo único, do CPC. Com o trânsito em julgado, proceda a Secretaria com a verificação acerca da existência de custas judiciais pendentes de recolhimento, com

estrita observância da Resolução do Órgão Especial n.º 23/2019, do TJCE, e da Portaria Conjunta n.º 428/2020/PRES/CGJCE, devendo, em caso positivo, certificar os valores devidamente atualizados e intimar o devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa, conforme art. 523, do CPC e art. 4º, da mencionada Portaria. Após cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, determino a migração dos autos para o Sistema PJE, conforme estabelecido na Portaria nº 0239/2024 do TJCE. Expedientes necessários. Taua/CE, data da assinatura digital. Francisco Ireilton Bezerra Freire Juiz de Direito

ADV: JOSE HERMES BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 23161/CE) - Processo 0200856-70.2024.8.06.0171 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.A.C. - O CEJUSC, designou sessão de Mediação para a data de 18/03/2025 às 13:30h na sala da Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário. Conforme Resolução nº 313 e 314/2020 do CNJ e Portaria nº 001 e 002/2020 do NUPEMEC e Ofício Circular nº 02/2021 - GAPRE. Será realizada na data e horário acima indicado, sendo facultada as partes as seguintes opções: na modalidade videoconferência, através da plataforma Microsoft Teams pelo link https://link.tjce.jus.br/944ef4 e Qrcode e terão acesso direto na Sala Virtual do CEJUSC, ou presencial na sala do CEJUSC no FÓRUM, ficando este Centro à disposição para qualquer esclarecimento ou orientações através do contato telefônico/Whatsapp (85)98234-9304 exclusivamente nos dias e horários de expedientes deste Centro (segundas às sextas, das 08h às 14h). Encaminho os presentes autos para a confecção dos expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0456/2024

ADV: AGILDO PEREIRA NOGUEIRA (OAB 3254/CE), ADV: PATRÍCIA KÉCIA NORONHA SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 36876/CE) - Processo 0008720-61.2015.8.06.0171 - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Luiz Gomes de Oliveira e outro - Verifica-se que o Município apresentou petição nos autos, manifestando interesse na causa e requerendo sua participação. Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca do interesse do Município na presente ação, por meio de sua nova representante judicial. Habilite-se a nova causídica, conforme petição de páginas 157/158, no sistema processual.

ADV: JOSE VANDERLANIO SOUSA BEZERRA (OAB 52475/GO) - Processo 0200334-43.2024.8.06.0171 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - FGTS - REQUERENTE: Maria José Pedrosa da Silva e outro - Trata-se de ação de alvará judicial em que uma das partes alega ser também filha do “de cujus”, embora ainda não reconhecida formalmente como tal. Diante disso, para a devida apuração dos fatos e considerando a necessidade de assegurar os direitos hereditários, converto o julgamento em diligência, determinando: Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente documentos comprobatórios ao reconhecimento de sua condição de herdeira, se for o caso.

COMARCA DE TAUÁ - 1ª VARA CRIMINAL DE TAUÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0306/2024

ADV: CINTIA EMANUELA DANIEL ALVES (OAB 36138/CE), ADV: TARCIANA DA SILVA MARTINS (OAB 39440/CE), ADV: LUCIANO ARAÚJO LIMA (OAB 41239/CE), ADV: VALERIA NELIS DE OLIVEIRA (OAB 41150/CE), ADV: FRANCISCO VALDONE ANCHIETA ARRAIS (OAB 46835/CE) - Processo 0201216-43.2023.8.06.0299 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: RUAN OLIVEIRA ROSENO e outros - Intime-se o Ministério Púbico e a defesa dos pronunciados Jhonatas Gonçalves Sousa Sobreira, Ruan Oliveira Roseno e Joaquim Modesto Fernandes Neto para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que porventura irão depor em plenário, até o máximo de cinco, podendo juntar documentos e requerer diligências, a teor do art. 422, do Código de Processo Penal. Intime-se o Ministério Público para para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo pronunciado Antônio da Silva Vieira Filho, no prazo de dois dias. Após, voltem os autos conclusos para os fins do art. 589, do Código de Processo Penal. Aguarde-se o decurso prazo para a defesa de Ramon do Nascimento Alves apresentar contrarrazões ao recurso de apelação. Em autos próprios a ser gerado por desmembramento, proceda-se ao declínio da competência, à Vara De Delitos de Organizações Criminosas, em relação aos acusados Luis Guilherme Dos Santos, v. “Hello Kitty”, “Fuzil” e Raogner Ferreira Mota. Atualize-se o histórico das partes, de tudo certificando.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0307/2024

ADV: JOSE HERMES BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 23161/CE) - Processo 0000185-22.2004.8.06.0142 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Alves de Castro e outro - Habilite-se o advogado que prosseguirá na defesa do acusado.

ADV: ROBERTO CRUZ CAVALCANTE (OAB 37091/CE), ADV: PAULO MARCELO SILVA FREIRE (OAB 42681/CE) - Processo 0200931-16.2024.8.06.0299 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Erlanio Jorge da Silva - No caso em tela, observa-se que a decisão impugnada não se enquadra em nenhuma das hipóteses autorizadoras do recurso de apelação, conforme previsto no art. 593 do Código de Processo Penal. NÃO CONHEÇO do recurso de fls. 458/465, por manifesta falta de cabimento, com fundamento no art. 593 do Código de Processo Penal. Intime-se a defesa para apresentar alegações finais em cinco dias.

COMARCA DE TAUÁ - 2ª VARA CRIMINAL DE TAUÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0274/2024

ADV: CASTELIANA CIDRÃO CASTELO TUPINAMBÁ (OAB 25385/CE) - Processo 0202091-72.2024.8.06.0171 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Ameaça - REQUERIDO: E.F.P. - Conforme disposição expressa nos

arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se o requerido ADVERTINDO-O, que cumpra fielmente as determinações de fls. 09/11, e que o descumprimento das restrições impostas, podem ensejar sua prisão preventiva, conforme requereu o parquet.

COMARCA DE TIANGUA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE TIANGUA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0959/2024

ADV: JOSÉ HELTER CARDOSO DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 17668/CE) - Processo 0202162-68.2024.8.06.0173 (apensado ao processo 0202238-92.2024.8.06.0173) - Pedido de Prisão Preventiva - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: R.G.R. - RH Defiro a habilitação solicitada às fls. 62, condicionada à juntada de instrumento procuratório. Após, conceda-se integral acesso aos autos. Apense-se ao processo principal informado às fls. 67. Arquive-se.

ADV: RAIMUNDO MURIELL ARAUJO SOUSA AGUIAR (OAB 36428/CE), ADV: FELIPE BOTO DE AGUIAR (OAB 47504/CE) - Processo 0202199-95.2024.8.06.0173 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - VÍTIMA: A.J.A.A. - Diante do pedido de revogação das medidas protetivas de urgência, intime-se a parte Requerente, através da advogada constituída, para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, vistas dos autos ao Ministério Público. Após, conclusos.

ADV: ANDERSON DE AMARANTE DANTAS (OAB 30672/CE) - Processo 0203175-18.2024.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUT PL: Central de Monitoramento - RÉU: Orlando Filho Araujo da Silva - INTIME-SE novamente o Dr. Anderson de Amarante Dantas (OAB 30.672/CE), advogado constituído pelo réu durante audiência de instrução à fls. 162-165, para apresentar alegações finais na forma de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de, não o fazendo, caracterizar indevido abandono do processo, a ser comunicada ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Ceará, nos termos do art. 265 do CPP. No caso de o advogado eventualmente não mais estar no patrocínio da defesa do denunciado, deve juntar a respectiva petição de renúncia nos moldes exigidos pelo art. 112 do CPC c/c art. 3º do CPP. Contudo, mesmo que apresente agora renúncia de mandato, com a devida comunicação ao cliente, ainda terá a obrigação legal de patrocinar a sua defesa pelos próximos 10 (dez) dias, portanto ainda assim deve apresentar a aludida manifestação, mormente para evitar prejuízo ao cliente/réu. Decorrido o prazo, determino, desde já, a intimação pessoal do acusado para que constitua nova defesa ou dizer se necessita de assistência judiciária gratuita, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de nomeação da Defensoria Pública pelo Juízo em caso de inércia, que neste último caso, será intimada para apresentar memoriais, independente de novo despacho.

Processo 0206057-84.2023.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Shadam Chuck Zafe Oliveira - INTIME-SE novamente o Dr. Raimundo Muriell Araújo Sousa Aguiar (OAB 36.428/CE) e Dr. Felipe Bôto de Aguiar (OAB 47.504/CE), advogados constituídos pelo réu, para apresentar alegações finais na forma de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de, não o fazendo, caracterizar indevido abandono do processo, a ser comunicada ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Ceará, nos termos do art. 265 do CPP. No caso de os advogados eventualmente não mais estarem no patrocínio da defesa do denunciado, deve juntar a respectiva petição de renúncia nos moldes exigidos pelo art. 112 do CPC c/c art. 3º do CPP. Contudo, mesmo que apresente agora renúncia de mandato, com a devida comunicação ao cliente, ainda terá a obrigação legal de patrocinar a sua defesa pelos próximos 10 (dez) dias, portanto ainda assim devem apresentar a aludida manifestação, mormente para evitar prejuízo ao cliente/réu. Decorrido o prazo, determino, desde já, a intimação pessoal do acusado para que constitua nova defesa ou dizer se necessita de assistência judiciária gratuita, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de nomeação da Defensoria Pública pelo Juízo em caso de inércia, que neste último caso, será intimada para apresentar memoriais, independente de novo despacho.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA CRIMINAL DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0960/2024

Processo 0203175-18.2024.8.06.0298 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - AUT PL: Central de Monitoramento - RÉU: Orlando Filho Araujo da Silva - INTIME-SE novamente o Dr. Anderson de Amarante Dantas (OAB 30.672/CE), advogado constituído pelo réu durante audiência de instrução à fls. 162-165, para apresentar alegações finais na forma de memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de, não o fazendo, caracterizar indevido abandono do processo, a ser comunicada ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Ceará, nos termos do art. 265 do CPP. No caso de o advogado eventualmente não mais estar no patrocínio da defesa do denunciado, deve juntar a respectiva petição de renúncia nos moldes exigidos pelo art. 112 do CPC c/c art. 3º do CPP. Contudo, mesmo que apresente agora renúncia de mandato, com a devida comunicação ao cliente, ainda terá a obrigação legal de patrocinar a sua defesa pelos próximos 10 (dez) dias, portanto ainda assim deve apresentar a aludida manifestação, mormente para evitar prejuízo ao cliente/réu. Decorrido o prazo, determino, desde já, a intimação pessoal do acusado para que constitua nova defesa ou dizer se necessita de assistência judiciária gratuita, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de nomeação da Defensoria Pública pelo Juízo em caso de inércia, que neste último caso, será intimada para apresentar memoriais, independente de novo despacho.

COMARCA DE TIANGUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
JUIZ(A) DE DIREITO DENYS KAROL MARTINS SANTANA
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA AMANDA LIMA DE VASCONCELOS TOGAWA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0632/2024

ADV: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA (OAB 20417/CE) - Processo 0201634-05.2022.8.06.0173 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: F.S.A. - Intima o(a) autor(a), por meio de advogado, para comparecer no consultório médico do perito, Dr. Francisco Ivo de Vasconcelos (CRM3374), no dia 19 de dezembro de 2024, às 09h00min, sito Avenida Dom José Tupinambá da Frota, nº 1977, ao lado da concessionária Yamaha, em Sobral/CE, a fim de realizar a perícia médica no(a) interditando(a), Edvan Silva Araújo, devendo o(a) mesmo comparecer munido(a)dos documentos referentes ao processo e documentos pessoais.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0633/2024
ADV: ANTONIO NUNES NETO (OAB 27236/CE), ADV: ANA MARIA DE OLIVEIRA MESQUITA (OAB 31055/CE), ADV: DANIELE DE SOUSA RODRIGUES LIMA (OAB 36716/CE), ADV: ANGELA DE ANDRADE M. E MOITA NUNES (OAB 39279/CE) - Processo 0201206-23.2022.8.06.0173 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: M.C.L.A. - REQUERIDO: F.F.A.F. - POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da CF, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE DIVÓRCIO e, por conseguinte, decreto a dissolução da sociedade e do vínculo conjugal, nos termos do artigo 1.571, IV, do Código Civil, consignado que a mulher voltará a usar o nome de solteira.

COMARCA DE TIANGUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0875/2024
ADV: BARCELLUS RAONNY MOITA CARVALHO (OAB 46298/CE) - Processo 0010620-58.2024.8.06.0173 - Execução de Medidas Socioeducativas - Abuso Sexual - ADOLESCENTE: A.C.S. - Conforme disposição expressa do Provimento nº 02/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, abro vista ao Ministério Público e a Defensoria Pública para que se manifeste acerca do PIA de fls. 36/53.
ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0201691-86.2023.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Intime-se a parte executada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da dívida (art. 523 do CPC), sob pena acréscimo de multa e honorários cada um em 10% (art. 523, § 1º do CPC).

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
JUIZ(A) DE DIREITO FELIPE WILLIAM SILVA GONÇALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA MARCIA LIMA DE AQUINO ALENCAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0876/2024
ADV: CICERO ANDERSON PORTELA SAMPAIO (OAB 39431/CE), ADV: JOSÉ ARMANDO DIÓGENES DE AQUINO JÚNIOR (OAB 40116/CE) - Processo 0201578-35.2023.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Contratuais - REQUERENTE: Maria Joarina Aguiar Paulino - REQUERIDA: Raimunda Teixeira Rozendo - Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o ACORDO de vontades celebrado entre as partes e, em consequência, declaro extinta a presente ação com apreciação do mérito, com fulcro no art. 487, III, b, do vigente Código de Processo Civil. Promovam-se os expedientes de transferência para conta judicial do valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, após, expedição de alvará judicial em favor de Maria Joarina Aguiar Paulino, para a conta acima indicada. Determino o desbloqueio do remanescente. Sem custas remanescentes. Sem honorários, em razão da participação de ambos os procuradores no acordo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dada a preclusão lógica, certifique-se o trânsito em julgado. Cumpridos os expedientes, arquive-se. Expedientes necessários.
ADV: JOÃO PEDRO SILVINO DE CARVALHO (OAB 45872/CE) - Processo 0201616-47.2023.8.06.0173 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cloves Vieira da Silva - Trata-se de acordo firmado entre as partes em epígrafe na presente ação afeta ao rito ordinário. As partes transigiram nos seguintes termos: “O autor Cloves Vieira da Silva compromete-se em devolver à requerida Maria Aparecida Ramos de Aguiar, no prazo de 48 horas, no estado em que se encontra, a posse do veículo automotor Fiat Uno modelo Vivace 2013/2014, placa OQR-6838, Renavam 00568032896. A requerida Maria Aparecida Ramos de Aguiar, por sua vez, compromete-se ao pagamento da quantia de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) em favor do autor, no prazo de 60 (sessenta) dias (11/01/2025)”. Dentre as hipóteses de extinção do processo com julgamento de mérito, elencadas no artigo 487 do Código de Processo Civil, verifica-se o caso de transigência entre as partes (art. 487, III, b). As partes são capazes e os direitos reclamados são disponíveis, não havendo qualquer óbice à homologação do acordo firmado, cujo objeto é lícito. Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que surta seus efeitos jurídicos, o ACORDO de vontades celebrado entre as partes e, em consequência, declaro extinta a presente ação com apreciação do mérito, com fulcro no art. 487, III, b, do vigente Código de Processo Civil. Em caso de descumprimento por qualquer das partes, FIXO multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser revertida em favor da parte contrária. Sem custas, em razão da gratuidade. Sem honorários, por falta de causalidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Considerando a preclusão lógica, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.

O Dr. **Felipe William Silva Gonçalves**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Tianguá, Comarca de Tianguá/CE, por nomeação legal, FAZ SABER aos que o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO, com prazo de 30 (trinta) dias,** expedido nos autos do processo n.° 0000422-21.2008.8.06.0173, virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso perante este juízo uma ação de Inventário, movida por Alexandre Carinhanha Alves Silva contra Edmilton Carinhanha Nunes Silva. Em cumprimento ao despacho de fl. 491, foi expedido o presente, através do qual ficam **INTIMADOS** os herdeiros ALEXANDRE CARINHANHA ALVES SILVA, EDMILTON ALVES CARINHANHA SILVA, RÔMULO ALVES CARINHANHA SILVA, DANIEL CARINHANHA ALVES SILVA SCHEFFER, THAYNARA CARINHANHA DE MENEZES, HYVYNNARA CARINHANHA DE MENEZES, ADYNNARA CARINHANHA DE MENEZES, representadas por ANTONIA ALVES DE MENESES, **para que manifestem interesse em assumir a inventariança. CUMPRA-SE.** Eu, Fco. Franknon P. Aguiar, Técnico Judiciário, o digitei. Tianguá/CE, em 07 de novembro de 2024.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
JUIZ(A) DE DIREITO FELIPE WILLIAM SILVA GONÇALVES
DIRETOR(A) DE SECRETARIA MARIA MARCIA LIMA DE AQUINO ALENCAR
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0877/2024

ADV: FRANCISCO WESLLEY PARENTE MORAIS (OAB 53125/CE) - Processo 0202254-46.2024.8.06.0173 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: M.V.P.S. - Trata-se de ação de alimentos ajuizada por M.V.S.C. e Joseph Souza Costa, respectivamente representada e assistido pela genitora, Maria Virleide Parente Souza, em face de Francisco Fernando Costa, devidamente qualificados. Defiro a gratuidade judiciária, considerando a hipossuficiência declarada, conforme art. 99, 3º, do Código de Processo Civil. A parte promovente requereu a fixação de alimentos provisórios, com base na Lei nº 5.478/68, que dispõe que o juiz fixará desde logo os alimentos provisórios a serem pagos pelo devedor, salvo se o credor expressamente declarar que deles não necessita. Considerando o disposto no art. 4º da Lei de Alimentos (Lei nº 5.478/68), a comprovação da filiação que permite o pagamento da prestação alimentar, a informação quanto à ocupação profissional do demandado como empresário, bem como o relato de peculiar situação de saúde que acomete os alimentandos (fls. 19/23), fixo os alimentos provisórios no valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário-mínimo vigente, a serem pagos mensalmente pelo genitor em favor de seus filhos, devendo a referida quantia ser depositada, até o quinto dia útil de cada mês, na conta bancária a ser indicada pela parte autora. Cite-se o requerido para ciência e cumprimento imediato da prestação alimentar, certificando-se o oficial de justiça sobre seu contato telefônico. Intime-se a parte autora para ciência e para informar a conta bancária, por seu advogado. Ciência ao Ministério Público. Remeta-se ao CEJUSC para fins de realização da audiência de conciliação e mediação, nos termos dos artigos 694 e 695 do CPC. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0878/2024

ADV: MODESTO MOITA NETO (OAB 23773/CE) - Processo 0202253-61.2024.8.06.0173 - Divórcio Consensual - Homologação Judicial - Requisitos - REQUERENTE: Karla Gabrielly Azevedo Lima de Aguiar - A renda auferida pelas partes e o patrimônio constituído ao longo do vínculo matrimonial evidenciam que não se enquadram no perfil econômico das pessoas hipossuficientes. Assim, intimem-se as partes para que, em 15 (quinze) dias, comprovem ser beneficiárias da justiça gratuita ou recolham as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, CPC). No mesmo prazo, ficam de logo instados a retificar o valor da causa, que deve corresponder à totalidade do patrimônio partilhável, montante que deverá ser utilizado como base de cálculo para recolhimento das custas. Expedientes necessários.

COMARCA DE TRAIRI - 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0407/2024

ADV: JOSE ELANO SILVEIRA DE OLIVEIRA (OAB 41818/CE) - Processo 0009975-42.2015.8.06.0175 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTE: Maria Juliana Paulo dos Santos e outros - Ante o exposto, diante da ausência de interesse processual da parte autora, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, CPC. Sem custas, ante a gratuidade que ora defiro. Sem condenação em honorários, haja vista a natureza da demanda. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, ausentes requerimentos, arquivem-se os presentes autos com as baixas e cautelas de estilo.

ADV: ANTONIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: MACKSON BRAGA BARBOSA (OAB 31841/CE) - Processo 0200571-36.2022.8.06.0175 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Rosiane Soares de Sousa - REQUERIDO: ENEL - Companhia Energética do Ceará - Ante o exposto, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ante a não demonstração de algum vício possível de ser apreciado através do recurso interposto, nos termos do artigo 1.022 do CPC, pelo que mantenho a decisão proferida às fls. 233/234 em todos os seus termos.

ADV: JOSE ELOISIO MARAMALDO GOUVEIA FILHO (OAB 15301/CE), ADV: ADRIANO SOUZA DE AZEVEDO (OAB 50854/CE), ADV: JOAO MATEUS SILVA PINHEIRO FREIRE (OAB 53792/CE) - Processo 0200625-31.2024.8.06.0175 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.H.F. - Diante do exposto, homologo o acordo realizado entre as partes, às fls. 31/33, com relação os alimentos, guarda e convivência familiar, ao tempo que julgo o presente processo com a resolução de seu mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Oficie-se a empresa Supermercado Super Lagoa, informado no termo de audiência, para proceder com os descontos mensalmente no percentual acordado.

ADV: HELDENITA MARIA CARVALHO DE FARIAS MONTENEGRO (OAB 6747/CE) - Processo 0200755-55.2023.8.06.0175 - Divórcio Litigioso - Separação de Corpos - REQUERIDO: Antônio Teixeira de Sousa - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e : a) Decreto o divórcio do casal Leila Maria Teixeira e Antônio Teixeira de Sousa, dando por termo a sociedade conjugal; b) Determino a partilha das benfeitorias realizadas no terreno, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes, devendo a autora pagar o requerido o valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) referente a metade do imóvel. c) determinar que o demandado desocupe o imóvel, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, tão receba o valor acima fixado.

ADV: TELMA SOFIA MACHADO DA SILVA (OAB 200520/SP) - Processo 0200975-19.2024.8.06.0175 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Bruna Andrade Silva Longhino e outro - Diante do exposto, determino a intimação dos autores, por intermédio da defesa, para que emendem a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprindo as seguintes determinações: A) Corrigir o valor da causa, nos termos do art. 292, II, do CPC; B) para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, deverão juntar os seguintes documentos, sob pena de indeferimento do benefício: B.1) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; B.2) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; C) ou pagar as custas processuais, caso não atendam ao determinado no item a.

EDITAL DE CURATELA

PROCESSO Nº 0200004-68.2023.6.0175
CLASSE: NOMEAÇÃO

REQUERENTE: CÍCERO MENDES TEIXEIRA
REQUERIDO: TAILANE PIRES MENDES
PROMOTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Trairi da Comarca de Trairi/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **TAILANE PIRES MENDES**, brasileira, solteira, deficiente, RG n.º 2006019020945 SSP/CE, CPF nº. 027.300.373-90, natural de Itapipoca/CE, nascida aos 24/11/2003, filha de Cicero Mendes Teixeira e Sagna Sousa Pires, residente e domiciliado(a) na localidade Córrego Fundo, s/n, Zona Rural, CEP 62.690-000, em Trairi/CE, portadora de Paralisia cerebral não especificada (CID 10 G80.9) e necessidade de assistência com cuidados pessoais (CID 10 Z74.1). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **CÍCERO MENDES TEIXEIRA**, brasileiro, solteiro, RG n.º 2004015045483 SSP/CE, CPF nº 377.603.863-20, natural de Itapipoca/CE, nascido aos 04/08/1970, filho de Oscar Elias da Costa e Nilta Moura Teixeira, residente e domiciliado na localidade Córrego Fundo, s/n, Zona Rural, CEP 62.690-000, em Trairi/CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 30/07/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, e em conformidade com o parecer ministerial, julgo procedente o pedido e decreto a interdição de Tailane Pires Mendes, declarando-a, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente certos atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curador, Cicero Mendes Teixeira, a qual deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único). Saliento que a curatela deferida tão somente impede a requerida de praticar os seguintes atos sem curador que o represente: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e administrar os seus bens enquanto perdurar as causas ora consideradas para a interdição, nos termos do art. 4º, III, do Código Civil (alterado pela Lei 13.146/15). O curador deverá prestar contas na forma do art. 84, §4º, da Lei 13.146/15. Em obediência ao disposto no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil e no art. 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, três vezes, com intervalo de 10 dias. Considerando que se trata de providência que somente pode ser deferida judicialmente, deixo de condenar as partes em custas processuais. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Trairi/CE, em 05 de agosto de 2024.

Eu, PEDRO CARDOSO DE CARVALHO NETO, Técnico Judiciário, 50874, digitei-o.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Trairi

EDITAL DE CURATELA

PROCESSO Nº 00200632-57.2023.8.06.0175
CLASSE: INTERDIÇÃO E CURATELA
REQUERENTE:ANA VIANA SANTOS
REQUERIDO: RITA FURTADO VIANA DE SOUSA
PROMOTOR: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Trairi da Comarca de Trairi/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de: ***Rita Furtado Viana de Sousa***, *brasileira, viúva, aposentada, RG nº 511.296 - SSP/AM, CPF nº 434.104.993-34, nascida aos 29/06/1926, filha de Antonio Silvino Furtado e Ana Ferreira Viana, residente e domiciliada no Alto São Francisco (casa da dona Rita Vaqueiro), PV de Serrinha, CEP 62.690-000,* que é portadora de de senilidade, devido ao processo de envelhecimento. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada relartivamente incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeada a Sra. ***ANA VIANA SANTOS****, brasileira, viúva, do lar, RG n° 2000010328883 - SSPDS/CE, CPF nº 229.807.413-53, residente e domiciliada no Alto São Francisco (casa da dona Rita Vaqueiro), PV de Serrinha, CEP 62.690-000, Trairi/CE.*, CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 18/03/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Ante o exposto, e em conformidade com o parecer ministerial, **confirmo a medida liminar** deferida às fls. 41/44 e julgo procedente o pedido, para **DECRETAR A INTERDIÇÃO de Rita Furtado Viana de Sousa**, declarando-a, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente certos atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo que **nomeio como curadora** sua filha **Ana Viana Santos**, a qual deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único). **Saliento que a curatela deferida tão somente impede a requerida** de praticar os seguintes atos sem curador que a represente: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e administrar os seus bens enquanto perdurar as causas ora consideradas para a interdição, nos termos do art. 4º, III, do Código Civil (alterado pela Lei 13.146/15). A curadora deverá prestar contas na forma do art. 84, §4º, da Lei 13.146/15". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Trairi/CE, em 02 de abril de 2024. Eu, Alceu de Oliveira Sales, Oficial de Manutenção/4192, o digitei.

André Arruda Veras
Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Trairi

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0408/2024

ADV: YURI MARTINS DE BORBA (OAB 25330/CE), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0002891-48.2019.8.06.0175 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Flechepar Organics Ltda - REQUERIDO: Unique Fazendas Brasil Agricultura Ltda e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, redesigno a audiência anteriormente marcada à fls.

226/227, para o dia 26/11/2024, às 16:00 horas, haja vista que o juiz titular, Dr. André Arruda Veras, se encontra de licença e o juiz em respondência Dr. Fernando Antonio Medina de Lucena, não poderá participar do ato, pois nesta data estará presidindo sessão de juri na comarca onde oficia.

ADV: YURI MARTINS DE BORBA (OAB 25330/CE), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE) - Processo 0002891-48.2019.8.06.0175 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Flechepar Organics Ltda - REQUERIDO: Unique Fazendas Brasil Agricultura Ltda e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, De ordem do MM. Juiz André Arruda Veras, designo a audiência de instrução, para 26/11/2024 às 16:00h, a ser realizada na sala de audiência deste juízo, de forma híbrida, facultando às partes o comparecimento presencial no endereço em epígrafe ou virtualmente à sala de audiência mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, conforme instruções que seguem adiante. O referido é verdade. Dou fé. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/f05571

ADV: DENISE SOARES VARGAS (OAB 477201/SP), ADV: BRUNO DE QUEIROZ PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 47225/DF) - Processo 0200115-52.2023.8.06.0175 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - ARROLANTE: Clara Braga Lopes Soares e outros - Ciente das declarações de fls. 89/94. Cite-se o herdeiro Raimundo Valmir Braga pelo correio, nos termos do art. 626, §1, do CPC, e intimem-se a Fazenda Pública e o Ministério Público, fazendo-se acompanhar a cópia das primeiras declarações no instrumento que corporificar a citação. Considerando que os demais herdeiros estão representados nestes autos por advogados, em atenção ao princípio da celeridade processual e a plena representação dos herdeiros, entendo que a intimação destes, por meio de seus advogados, é suficiente para assegurar o contraditório. Assim, intimem-se os herdeiros, por meio de seus advogados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem acerca das primeiras declarações de fls. 89/94, sob pena de preclusão. Ainda, publique-se edital, a fim de se dar a plena ciência quanto a instauração do presente processo de inventário aos demais herdeiros, com prazo de validade de 40 (quarenta) dias. Concluídas as intimações, incluindo-se o transcurso do prazo de validade de edital que vier a ser publicado, certifique-se nos autos. Em seguida, conclusão. Sem prejuízo das determinações anteriores, intime-se a inventariante para que, no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos procuração devidamente assinada pelo herdeiro César Antônio Braga, bem como certidão negativa de débitos, em nome do de cujus, da Região Administrativa de Ceilândia, Distrito Federal. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ELOISIO MARAMALDO GOUVEIA FILHO (OAB 15301/CE) - Processo 0200217-40.2024.8.06.0175 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.F.F.S. - Conforme disposição expressa nos seguintes atos normativos: Portaria nº 524/2014, Portaria nº 02/2020/NUPEMEC/TJCE e Portaria Conjunta nº 02/2020/DFCB/CEJUSC, designo sessão de Conciliação para a data de 05/02/2025 às 08:30h na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário, a ser realizada de FORMA HÍBRIDA, podendo as partes comparecerem presencialmente ao Fórum, ou por videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams, conforme instruções que seguem adiante. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 2 (duas) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link: https://link.tjce.jus.br/cb2e8f ou Apontar a câmera do seu aparelho celular para o QR Code abaixo (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QRCode)

ADV: JOSE LUCIANO JUNIOR (OAB 10160/CE), ADV: JEFFERSON ROMULO GRANGEIRO LEITE (OAB 38379/CE), ADV: JOSE ROCHA DE PAULA JUNIOR (OAB 40086/CE) - Processo 0200265-33.2023.8.06.0175 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria das Dores Farias - REQUERIDO: José Aldo de Sousa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, De ordem do MM. Juiz André Arruda Veras, designo a audiência de instrução, para 27/11/2024 às 14:00h, a ser realizada na sala de audiência deste juízo, de forma híbrida, facultando às partes o comparecimento presencial no endereço em epígrafe ou virtualmente à sala de audiência mediante videoconferência pela Plataforma MICROSOFT TEAMS, conforme instruções que seguem adiante. O referido é verdade. Dou fé. ORIENTAÇÕES TÉCNICAS Seu link convite de acesso à Sala de Audiências através da Plataforma MICROSOFT TEAMS é: Link: https://link.tjce.jus.br/f60d86

ADV: EMANOEL ALVES DE OLIVEIRA (OAB 40021/CE) - Processo 0200892-03.2024.8.06.0175 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: F.C.S.B. - Conforme disposição expressa nos seguintes atos normativos: Portaria nº 524/2014, Portaria nº 02/2020/NUPEMEC/TJCE e Portaria Conjunta nº 02/2020/DFCB/CEJUSC, designo sessão de Conciliação para a data de 05/02/2025 às 09:30h na Sala do CEJUSC, no Centro Judiciário, a ser realizada de FORMA HÍBRIDA, podendo as partes comparecerem presencialmente ao Fórum, ou por videoconferência, através da Plataforma Microsoft Teams, conforme instruções que seguem adiante. Para ingressar na sala virtual da sua audiência há 2 (duas) formas de acesso, você pode escolher a que achar melhor, assim, no dia e hora agendados você pode clicar no link: https://link.tjce.jus.br/cb2e8f ou Apontar a câmera do seu aparelho celular para o QR Code abaixo (caso não faça leitura, você deve baixar aplicativo de leitor de QRCode)

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

PROCESSO Nº 0200327-39.2024.8.6.0175
CLASSE: USUCAPIÃO
REQUERENTE: JOSE ALDERI DE SOUSA E OUTRO
VALOR DA CAUSA: R$ 90.000,00

O Exmo. Sr. Dr. **André Arruda Veras,** MM. Juiz de Direito Auxiliando esta Comarca de Trairi, Ceará, por nomeação legal etc, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital de intimação, virem ou dele tiverem conhecimento, que por parte de ***José Alderi de Sousa e sua mulher, Francisca Pascoal de Sousa***, foi proposta uma ação de USUCAPIÃO perante este Juízo, processo em epígrafe, objetivando obter o domínio de um imóvel, situado Pv Panan, 00030, Canaan, CEP: 62.690-000, Trairi/CE, posteriormente, depois de ter sido desmembrado uma parte em favor de seu irmão Fernando de Sousa Garça, foi cortado por uma Rodovia CE-346 - Canaan, Trairi/CE, repartindo-o em dois imóveis com a mesma localização, porém situando- os em lados opostos da nova Rodovia (CE-346 - Canaan, Trairi/CE), respectivamente, imóveis I e II, com Áreas(ha) de 4,4489/44489.17m² e 8,0335/80334.98m² e Perímetros de 857.369m e 1153.681m, com todos os bens e servidões neles encravados, sem exceção alguma. **IMÓVEL I:** ***Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto M00, de coordenadas N 9.641.214,347m e E 456.986,553m; deste segue confrontando com a propriedade de Espolio Fernando de Sousa Garça, com azimute de 191°18' 25,751" por uma distância de 226,395m, até o ponto M01, de coordenadas N 9.640.992,346m e E 456.942,164m; deste segue confrontando com a propriedade de Sebastiao Lucas de Sousa, com azimute de 272°23'01,121" por uma***

distância de 216,805m, até o ponto M02, de coordenadas N 9.641.001,363m e E 456.725,547m; deste segue confrontando com a propriedade de CE-346 - Canaan, Trairi - CE, 62690-000, com azimute de 17°25'08,668" por uma distância de 218,531m, até o ponto M03, de coordenadas N 9.641.209,872m e E 456.790,966m; deste segue confrontandovcom a propriedade de Antônio Fortunato Leitão e José Barbosa de Moura,vcom azimute de 88°41'21,517" por uma distância de 195,638m, até o ponto M00, onde teve início essa descrição. Com Área de 4,4489(ha)/44489.17m² e Perímetros de 857.369m. **IMÓVEL II**: ***Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto M00, de coordenadas N 9.641.278,325m e E 456.792,693m; deste segue confrontando com a propriedade de CE-346 - Canaan, Trairi CE, 62690-000, com azimute de 197°37'51,260" por uma distância de 290,679m, até o ponto M01, de coordenadas N 9.641.001,300m e E 456.704,651m; deste segue confrontando com a propriedade de Antônio Tomé Da Guia, com azimute de 262°21'06,757" por uma distância de 226,976m, até o ponto M02, de coordenadas N 9.640.971,092m e E 456.479,694m deste segue confrontando com a propriedade de Francisco Fortunato de Moura, com azimute de 359°12'07,469" por uma distância de 318,398m, até o ponto M03, de coordenadas N 9.641.289,459m e E 456.475,260m; deste segue confrontando com a propriedade de José Teixeira Matias e José Rodrigues Viana, com azimute de 92°00'31,798" por uma distância de 317,628m, até o ponto M00, onde teve início essa descrição. Com Área de 8,0335(há)/80334.98m² e Perímetros de 1153.681m***. O M. M. Juiz mandou expedir este edital de citação dos réus e confinantes incertos e não sabidos, para querendo, no prazo de quinze(15) dias, contestarem dita ação, sob pena de revelia, caso em que se presumirão aceitos os fatos articulados na inicial, pela parte autora. Dado e passado nesta Comarca de Trairi, Ceará, aos vinte e cinco (25) dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e quatro (2024). Eu, Aurilene dos Santos Rodrigues, Auxiliar de Secretaria, o digitei.

André Arruda Veras
Juiz de Direito

COMARCA DE UBAJARA - VARA UNICA DA COMARCA DE UBAJARA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UBAJARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0388/2024
ADV: MICHELLE SOBREIRA AUGUSTO LIMA (OAB 11373/CE) - Processo 0200608-89.2024.8.06.0176 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Pereira Campos - Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, considerando a presunção legal de veracidade da alegação de hipossuficiência deduzida por pessoa natural (artigo 99, § 3º, do CPC e artigo 1º, § 2º, da Lei nº 5.478/1968), assim como a inexistência nos autos de elementos que evidenciem a falta dos pressupostos exigidos por lei para a sua concessão (artigo 99, § 2º, do CPC). Outrossim, intime-se a autora, por sua advogada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, juntando o comprovante de endereço em seu nome, emitido dentro dos últimos 03 meses do ajuizamento da ação, ou a sua respectiva declaração de residência, sob pena de indeferimento da inicial (art.321, parágrafo único, do CPC/2015).

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0200552-90.2023.8.06.0176**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Interditante	**Luana Ximenes dos Santos**
Curatelado	**Gilberto Ximenes Santos**
	Nome da Parte Terceira Principal << Informação indisponível >>

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela, de GILBERTO XIMENES SANTOS, brasileiro, solteiro, nascido em 12/05/1989, inscrito no CPF nº 031.437143-52, portador do RG nº 200.509.915.624.7 SSPDS/CE, residente e domiciliado no Sítio Boa Vista, s/n, zona rural, Ubajara/CE portador de retardo mental grave, classificada como CID 10 F72. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). LUANA XIMENES DOS SANTOS, irmã do requerido, brasileira, solteira, agricultora, nascida em 07/08/1984, inscrita no CPF nº 022.840.613-70, portadora do RG nº 200.109.911.286.7 SSPDC/CE, residente e domiciliada no Sítio Boa Vista, s/n, zona rural, Ubajara/CE, como CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 21/08/2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Ubajara/CE, em 10 de outubro de 2024.

Eu, MARIA GORETE VASCONCELOS MARTINS, À Disposição, 40605, o digitei.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara

EDITAL DE CURATELA

Processo nº:	**0200224-63.2023.8.06.0176**
Classe:	**Interdição/Curatela**
Assunto:	**Nomeação**
Interditante	**Eliane Francisca de Araújo Xavier**
Curatelado	**Rosângela de Araújo Xavier**

Nome da Parte Terceira Principal << Informação indisponível >>

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de ROSÂNGELA DE ARAÚJO XAVIER, brasileira, RG n° 2018282004-6 e CPF 039.083.923-06 residente e domiciliada no Sítio Poço de Areia, s/n°, Zona Rural, Ubajara-CE, que é portador de depressivo grave com sintomas psicóticos, CID(10) F 322. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Eliane Francisca de Araújo Xavie**r, brasileira, casada, agricultora, RG n° 2008549567-5 SSP/CE, CPF 771.911.883-91, residente e domiciliada no Sítio Poço de Areia, s/n°, Zona Rural, Ubajara-CE, como, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 29/09/2024. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Ubajara/CE, em 08 de novembro de 2024.

Eu, MARIA GORETE VASCONCELOS MARTINS, À Disposição, 40605, o digitei.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Ubajara

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UBAJARA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0389/2024

ADV: FLAVIA VIEIRA DE SANTANA (OAB 45866/CE) - Processo 0200167-45.2023.8.06.0176 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha) - Criminal - Contra a mulher - REQUERIDO: M.C.S. - Diante do exposto, constatada a violação das garantias asseguradas à pessoa idosa e em face da existência de risco a integridade física e psíquica da vítima DETERMINO a prorrogação das medidas seguintes medidas de proteção conferidas em favor da vítima Pedro Vieira da Silva, diante da incidência do artigo 43, do Estatuto do Idoso: (I) proibição de ingresso no local de residência do requerente; (II) proibição de aproximação da requerente, fixando o limite mínimo de 300 (trezentos) metros de distância entre eles; (III) proibição de contato com a vítima por qualquer meio de comunicação.

COMARCA DE UMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE UMIRIM

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0383/2024

ADV: CHARLES RONALDO DE MENESES OLIVEIRA (OAB 32461/CE) - Processo 0000156-09.2018.8.06.0165 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - RÉU: Francisco Jorge Ferreira da Silva - Diante do exposto, em razão da ausência de Advogado constituído pelo réu e da não atuação da Defensoria Pública no âmbito desta Comarca, adotando para o arbitramento dos honorários, levando em conta a atuação do advogado no feito, arbitro os honorários advocatícios, a serem custeados pelo Estado do Ceará, para o Advogado Dr. Charles Ronaldo de Meneses Oliveira - OAB/CE 32.461, em R$500,00 (quinhentos reais).

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE), ADV: JOSE RAIMUNDO DE OLIVEIRA NETO (OAB 45281-A/CE) - Processo 0002532-05.2013.8.06.0177 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.R.O. - REQUERIDO: I.O.G. - 1. Diante do exposto, declaro apenas a prova documental como necessária ao julgamento da lide, nos termos do art. 370 do Código de Processo Civil e concluo pelo julgamento antecipado da lide no estado em que se encontra. 2. Abra-se vista ao Ministério Público para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, uma vez que o presente caso envolve interesse de incapaz (art. 178, II, do CPC). 3. Após, retornem os autos conclusos para julgamento.

ADV: CHARLES RONALDO DE MENESES OLIVEIRA (OAB 32461/CE) - Processo 0007254-45.2018.8.06.0165 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.C.A. - Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, e declaro extinto o processo com resolução do mérito, para fixar a obrigação de prestar alimentos ao requerente Luccas Coutinho Alves a ser suportada pelo requerido Leandro Alvez de Mesquita, no valor de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, desde a data da citação válida, nos termos do art. 13, §2º, da Lei 5.478/68. A quantia deverá ser depositada até o dia 10 (dez) de cada mês, em conta de titularidade da genitora do alimentando ou por aquela indicada.

ADV: NICOLE ANDRADE FURTADO (OAB 38388/CE), ADV: ALDENOR LEMOS SILVA (OAB 39277/CE), ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 39879/CE) - Processo 0050298-73.2021.8.06.0177 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Arquimedes Camelo Leitão - Face o exposto, nos termos do § 3º do art. 427 me manifesto favoravelmente ao pedido de desaforamento encaminhando os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para apreciação do pleito, destacando a necessária urgência por se tratar de réu preso. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para fins de julgamento do pedido de desaforamento. Proceda-se encaminhando a proposição de desaforamento, mediante ofício, acompanhado de cópia dos autos, através do SAJ/PG, possibilitando sua recepção pelo Tribunal de Justiça, quando receberão nova numeração, posto que considerados como ações originais de Segundo Grau. Intimações e expedientes necessários. Providências necessárias.

ADV: KAMILA MOREIRA PINHEIRO (OAB 26543/CE) - Processo 0200258-98.2024.8.06.0177 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Francisco Ivan Rodrigues da Costa - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 73/85 do DJ-e que circulou em 16/02/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e de ordem do MM Juiz de Direito Respondendo por esta Unidade Judiciária, Dr. JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS SOARES, proceda à intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Réplica à Contestação e Documentos de páginas 58/188.

ADV: DARIKSON FELIPE AZEVEDO TIAGO (OAB 47675/CE) - Processo 0206595-59.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Francisco Cosmo Viana Sousa - 1. Inexiste necessidade de apreciação deste juízo acerca da custódia do acusado, eis que o réu se em liberdade. 2. Notifique-se o Oficial de Justiça desta Comarca para devolver o mandado devidamente cumprido.

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0384/2024

Processo 0002532-05.2013.8.06.0177 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: W.R.O. - REQUERIDO: I.O.G. - 1. Diante do exposto, declaro apenas a prova documental como necessária ao julgamento da lide, nos termos do art. 370 do Código de Processo Civil e concluo pelo julgamento antecipado da lide no estado em que se encontra. 2. Abra-se vista ao Ministério Público para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica, uma vez que o presente caso envolve interesse de incapaz (art. 178, II, do CPC). 3. Após, retornem os autos conclusos para julgamento.

Processo 0050298-73.2021.8.06.0177 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Arquimedes Camelo Leitão - Face o exposto, nos termos do § 3º do art. 427 me manifesto favoravelmente ao pedido de desaforamento encaminhando os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará para apreciação do pleito, destacando a necessária urgência por se tratar de réu preso. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para fins de julgamento do pedido de desaforamento. Proceda-se encaminhando a proposição de desaforamento, mediante ofício, acompanhado de cópia dos autos, através do SAJ/PG, possibilitando sua recepção pelo Tribunal de Justiça, quando receberão nova numeração, posto que considerados como ações originais de Segundo Grau. Intimações e expedientes necessários. Providências necessárias.

Processo 0206595-59.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - MINISTERIO PUBL: Ministério Público do Estado do Ceará - RÉU: Francisco Cosmo Viana Sousa - 1. Inexiste necessidade de apreciação deste juízo acerca da custódia do acusado, eis que o réu se em liberdade. 2. Notifique-se o Oficial de Justiça desta Comarca para devolver o mandado devidamente cumprido.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

Processo n.º:	**0011783-09.2021.8.06.0293**
Classe:	**Ação Penal - Procedimento Ordinário**
Assunto:	**Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
Ministério Público e Autoridade Policial:	**Ministério Público do Estado do Ceará e outro**
Réu:	**João Caio da Silva Costa**
Finalidade da Citação:	**Apresentação de resposta escrita à denúncia**

O(A) Dr.(a) **José Arnaldo dos Santos Soares, Juiz de Direito** em respondência pela **Vara Única da Comarca de Umirim/CE** por nomeação legal.Faz saber a todos o presente edital, com o prazo acima mencionado, que virem ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, foi denunciado(a) pelo Ministério Público o(a) **JOÃO CAIO DA SILVA COSTA**, brasileiro, eletricista, RG 11409531, CPF 165.269.084-03, pai Luis Martins Leandro da Costa, mãe Lucilene do Carmo Coelho, nascido 15/11/2002, natural de Fronteiras - PI, como incurso(a) nas sanções do **Art. 33 da Lei 11.343/066,** nos autos do processo em epígrafe, pelo que, nos termos do Art. 361, combinado com o Art. 365, parágrafo único do Código de Processo Penal, expediu-se o presente edital, com o prazo de **15 (quinze) dias**, pelo qual o(a) denunciado(a) fica citado(a), conforme a nova redação do art. 396 daquele diploma legal, a **responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias,** para se ver processar até o julgamento final, sob pena de revelia, ficando, ainda, ciente de que, não apresentando resposta no prazo legal, ser-lhe-á nomeado(a) Defensor Público para atuar em sua defesa. **ADVERTÊNCIA**: O não comparecimento e a não constituição de advogado importarão na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a produção antecipada das provas urgentes e, se for o caso, decretar a prisão preventiva (art. 366 do CPP). **CUMPRA-SE**, observadas as formalidades legais. Umirim/CE, em 11 de novembro de 2024.

José Arnaldo dos Santos Soares
Juiz de Direito em respondência

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE UMIRIM
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0385/2024

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200154-09.2024.8.06.0177 - Guarda de Infância e Juventude - Guarda - REQUERENTE: E.B.C.M. - Isto posto, com fulcro no art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado à página 28, que passa a fazer parte integrante desta decisão para que surta os efeitos jurídicos e legais, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea ''b'', do Código de Processo Civil. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo e arquivando-se os autos com baixa definitiva. Desnecessária a expedição de termo de guarda, pois a sentença que fixa a guarda em favor de um dos genitores é suficiente para gerar os efeitos pretendidos. Sem custas e honorários advocatícios, porque defiro à gratuidade da justiça às partes. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200194-88.2024.8.06.0177 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.P.M. - Ante o exposto, é imperativo o reconhecimento da perda do objeto do pedido e, por conseguinte, a carência do direito de ação por falta de interesse de agir superveniente. Assim, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, o que faço à luz do art. 485, inciso VI, do CPC/15, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas e sem honorários, porquanto defiro os benefícios da gratuidade da justiça às partes. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime(m)-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Expedientes necessários.

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE), ADV: ENAILI CRISTINI SILVA DE BRITO (OAB 41058/CE) - Processo 0200209-91.2023.8.06.0177 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: I.R.M. - REQUERIDO: J.I.M.P. - Por essas razões, INDEFIRO a suspensão da prisão ante a existência de dívida alimentar em aberto (Súmula 309 do STJ). Intimar o EXECUTADO desta decisão, que indeferiu a suspensão do decreto prisional contra si expedido. Intimem-se todos. Notifique-se o Ministério Público. Diligencie-se.

ADV: NERILDO MACHADO (OAB 20982/CE), ADV: JEAN NERILDO MACHADO (OAB 27551/CE) - Processo 0200247-69.2024.8.06.0177 - Reconhecimento e Extinção de União Estável - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.B.F. - Isto posto, com fulcro no art. 487, inciso III, b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado à página 37, que passa a fazer parte integrante desta decisão para que surta os efeitos jurídicos e legais, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito, medida adotada com fulcro no artigo 487, inciso III, alínea ''b'', do Código de Processo Civil. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo e arquivando-se os autos com baixa definitiva. Desnecessária a expedição de termo de guarda, pois a sentença que fixa a guarda em favor de um dos genitores é suficiente para gerar os efeitos pretendidos. Sem custas e honorários advocatícios, porque defiro à gratuidade da justiça às partes. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários.

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200286-66.2024.8.06.0177 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.B.S.L. - Isto posto, com fulcro no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado à página 29, que passa a fazer parte integrante desta decisão para que surta os efeitos jurídicos e legais, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas e honorários porque defiro às partes o benefício da gratuidade da justiça. Ciência ao Ministério Público. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo e arquivando-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200309-12.2024.8.06.0177 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.B. - Isto posto, com fulcro no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado à página 27, que passa a fazer parte integrante desta decisão para que surta os efeitos jurídicos e legais, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas e honorários porque defiro às partes o benefício da gratuidade da justiça. Ciência ao Ministério Público. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo e arquivando-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCO WILLIAM BRAGA ROCHA (OAB 8089/CE) - Processo 0200312-64.2024.8.06.0177 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.N.R. - Isto posto, com fulcro no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado à página 28, que passa a fazer parte integrante desta decisão para que surta os efeitos jurídicos e legais, exonerando o autor de sua obrigação de prestar alimentos em favor do requerido. Por conseguinte, declaro extinto o presente feito, com resolução de mérito. Oficie-se ao empregador, caso necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas e honorários porque defiro às partes o benefício da gratuidade da justiça. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo e arquivando-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: JACQUELINE GASPAR DE OLIVEIRA CARNEIRO SMERTHU (OAB 24399/CE), ADV: GUSTAVO CARVALHO ESPÍNDOLA (OAB 43092/CE) - Processo 0200321-94.2022.8.06.0177 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Manoel Nunes dos Santos e outro - REQUERIDO: Auricélio Nascimento de Castro - 1. DEFIROo pedido de reconsideração de fl. 507. 1.1. EXPEÇA-SE o mandado de imissão na posse do bem objeto do presente litígio em favor da parte promovida. 2. CITEM-SE os requeridos qualificados de maneira completa na emenda inicial protocolada pela parte autora às fls. 525/529 para apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GLAYDSON ANTONIO RODRIGUES MOTA (OAB 48486/CE) - Processo 0200327-33.2024.8.06.0177 - Reintegração / Manutenção de Posse - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Francisco Moreira de Sales - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, e por ordem do MM. Juiz(a) de Direito em respondência da Comarca de Umirim/CE, Dr(a). José Arnaldo dos Santos Soares, proceda a INTIMAÇÃO das partes promoventes, na pessoa do seu patrono, acerca da Audiência de Conciliação designada para o dia 12 de dezembro de 2024, às 10:30h, que será realizada no formato HÍBRIDO, sendo que a parte presencial ocorrerá no Fórum local. Segue abaixo o link gerado pela Plataforma Microsoft Teams: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ODRmM2RmYWYtMzMzYS00NGMxLWFlYTMtYW ZkYTZhNTQ3NzRk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2208fb26ac-bd1d-4d20-b320- a86a0a35ce30%22%2c%22Oid%22%3a%22a795c049-317e-4e26- a864-5e4c2ff3adc9%22%7d

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200344-69.2024.8.06.0177 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.P.M. - Compulsando os fólios processuais, verifico a ausência de documento indispensável à propositura da ação (art. 320 do CPC/15). Por conseguinte, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, emendar a exordial, a fim de anexar aos autos a certidão de nascimento da menor impúbere Maria Paulyne Pereira do Nascimento, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/15). Expedientes necessários.

ADV: LÍVIA CRISTINA FERREIRA PONTES (OAB 46535/CE) - Processo 0200348-09.2024.8.06.0177 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Pinto da Silva - Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial no sentido de informar o número do CPF de Marília Bastos Araújo de Andrade e Antônio Bastos Braga Filho, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/15).

ADV: LÍVIA CRISTINA FERREIRA PONTES (OAB 46535/CE) - Processo 0200350-76.2024.8.06.0177 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Martinilsa Rodrigues Araujo - Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias emendar a inicial no sentido de (a) informar o CPF de Marília Bastos Araújo de Andrade, bem como de (b) anexar aos autos a declaração de hipossuficiência e o instrumento de procuração devidamente assinados, sob pena de indeferimento (art. 321 do CPC/15). Expedientes necessários.

ADV: DANILO TEIXEIRA CARDOSO (OAB 2325/CE) - Processo 0200356-83.2024.8.06.0177 - Tutela Cautelar Antecedente - Bem de Família Legal - AUTOR: João Felipe Batista Alves - Intime-se o autor, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, do CPC/15), emenda à inicial, a fim de: informar seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física CPF, seu endereço eletrônico ou telefônico, seu endereço, com o devido comprovante de residência; anexar a declaração de hipossuficiência; indicar do número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física CPF da parte requerida; juntar aos autos a certidão de nascimento da criança. Expedientes necessários.

ADV: JOSE ADENILSON LUZ DE AZEVEDO (OAB 34130/CE) - Processo 0200374-07.2024.8.06.0177 - Mandado de Segurança Cível - Pedido de Liminar - IMPETRANTE: Gerlucia Alves Cruz - Assim, intime-se o impetrante, na pessoa de seu

advogado, para emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de apontar a qualificação das autoridades coatoras, sob pena de indeferimento. Expedientes necessários

ADV: JOSUÉ DE SOUZA PORTELA (OAB 49892/CE) - Processo 0200378-78.2023.8.06.0177 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.P.S.P. - Isto posto, com fulcro no art. 487, III, b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo celebrado pelas partes, no exato teor encartado à página 63, que passa a fazer parte integrante desta decisão para que surta os efeitos jurídicos e legais, ao tempo que julgo extinto o presente feito, com resolução de mérito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sem custas e honorários porque defiro às partes o benefício da gratuidade da justiça. Ciência ao Ministério Público. Em face do caráter espontâneo do pedido ora homologado, a atrair a incidência do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, certifique-se desde já o trânsito em julgado, anotando-se no sistema a extinção do processo e arquivando-se os autos com baixa definitiva. Expedientes necessários.

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200390-92.2023.8.06.0177 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: G.S.S. - Ante o exposto, reconheço a perda do objeto do pedido e, por conseguinte, a carência do direito de ação por falta de interesse de agir superveniente. Assim, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, o que faço à luz do art. 485, incisos VI e IX, do CPC/15, para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Custas suspensas, face a gratuidade da justiça deferida. Sem honorários. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: IDERALDO LUIZ BELINE SILVA (OAB 6396/CE) - Processo 0200401-24.2023.8.06.0177 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Jose Mendes de Sousa - Isto posto, em atenção ao parecer ministerial e com amparo no art. 485, inciso VI, do CPC/15, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, em razão da ausência de interesse processual (carência do direito de ação). Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Expedientes necessários.

COMARCA DE URUBURETAMA - 1ª Vara da Comarca de Uruburetama

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0268/2024

ADV: FILIPE ALVES DE ARRUDA GOMES (OAB 33180/CE) - Processo 0001144-21.2000.8.06.0178 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Francisco Gonçalves de Almeida e outro - Tendo em vista a certidão de fl. 468, e considerando que o réu Francisco Gonçalves de Almeida não reside no endereço indicado à fl. 398, intime-se o advogado constituído à fl. 399 para fornecer o endereço atualizado do acusado. Expedientes necessários

ADV: FRANCISCO NEWTON MATOS JUNIOR (OAB 22499/CE) - Processo 0007717-11.2019.8.06.0178 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Levy Bagio Alves de Araujo - Acolho o parecer de fl. 134, e determino que a Secretaria de Vara designe nova data para realização da audiência de produção antecipada de provas, observando-se o prazo hábil para o cumprimento dos expedientes, e devendo a vítima Francisco de Assis Souza ser intimada no endereço fornecido às fls. 128/129, cito: Travessa Anastácio Braga, 25, centro de Uruburetama/CE, CEP:62650-000. Expedientes necessários.

ADV: JOSE VALDIR DE CASTRO MOURA NETO (OAB 31481/CE) - Processo 0200059-73.2024.8.06.0178 (apensado ao processo 0200135-68.2022.8.06.0178) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Gilberto Acácio dos Santos e outro - Tendo em vista a certidão de fl. 136, e considerando que o advogado constituído à fl. 129/130 (Dr. José Valdir de Castro Moura Neto) deixou transcorrer o prazo para apresentação de defesa preliminar do réu, intime-se novamente o referido causídico para, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, sob as penas da lei. Expedientes necessários.

ADV: FRANCISCA MIKAELLY BARROS SOUSA (OAB 33815/CE), ADV: FELIPE DOMINGUES DE VASCONCELOS (OAB 50612/CE) - Processo 0202913-83.2024.8.06.0293 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTUADO: Antonio Jocelio dos Santos Farias - Francisco Nerivan Miranda de Freitas - Recebo o recurso em sentido estrito interposto pela defesa dos réus (fls. 396/397), visto que tempestivo. Apresentadas as razões do recurso, nos termos do art. 588, do Código de Processo Penal, vale dizer, no prazo de 02 (dois) dias, remetam os autos com vistas ao representante do Ministério Público local para contrarrazões. Empós, retornem os autos conclusos para os fins do art. 589, do CPP. Expedientes necessários.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0269/2024

ADV: MILENA TORRES MELO MOREIRA (OAB 33380/CE) - Processo 0200054-51.2024.8.06.0178 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Raimundo José Rodrigues - Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses dos artigos 395 e 397 do CPP, ratifico o recebimento da denúncia e designo audiência de instrução e julgamento, devendo a Secretaria desta Vara agendar data e horário para a sua realização, com a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa (estas caso existam), acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Intime-se o acusado e as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela Defesa do réu (caso existam). Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa do réu. Expedientes necessários.

ADV: CLEITON MOREIRA SABOIA (OAB 27595/CE) - Processo 0200148-96.2024.8.06.0178 (apensado ao processo 0202576-94.2024.8.06.0293) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: Francisco Furtado Rodrigues - Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses dos artigos 395 e 397 do CPP, ratifico o recebimento da denúncia e designo audiência de instrução e julgamento, devendo a Secretaria desta Vara agendar data e horário para a sua realização, com a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa (estas caso existam), acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Intime-se o acusado e as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela Defesa do réu (caso existam). Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa do réu. Expedientes necessários.

ADV: ELAINE PEREIRA BEZERRA (OAB 35792/CE) - Processo 0204637-38.2023.8.06.0300 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Maus Tratos - INDICIADO: João Kennedy Damasio de Lima - Assim não ocorrendo qualquer das hipóteses dos artigos 395 e 397 do CPP, ratifico o recebimento da denúncia e designo audiência de instrução e julgamento, devendo a Secretaria desta Vara agendar data e horário para a sua realização, com a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação

e pela defesa (estas caso existam), acareações, se for o caso, o reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, ao final, o réu. Intime-se o acusado e as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela Defesa do réu (caso existam). Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa do réu. Expedientes necessários.

COMARCA DE URUBURETAMA - 2ª Vara da Comarca de Uruburetama

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0390/2024

ADV: REJANIA GOMES DE SOUSA (OAB 13290/CE) - Processo 0000524-93.2017.8.06.0216 - Tutela Infância e Juventude - Nomeação - REQUERENTE: MICKAEL DE SOUSA SILVAbrasileiro, agricultor, RG: 2007854650, CPF: 607.712.333-10 - Dessa forma, entendo que no caso configura-se o abandono da causa, que gera como efeito a extinção do processo sem resolução do mérito, pois a inércia do autor causa entrave intransponível ao andamento do feito, porque evidente a ausência de uma das condições essenciais ao válido desenvolvimento da ação: o INTERESSE, o que torna necessário a extinção do processo. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no SAJ. Ciência ao MP. Expedientes Necessários.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0050714-38.2021.8.06.0178 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Dissolução - REQUERENTE: M.M.F.G.S. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 dias, se manifestar acerca da impugnação apresentada nas fls. 112/115.

ADV: KESSIA IAMILLY DE SOUSA SETÚBAL (OAB 40813/CE), ADV: FRANCISCO LEANDRO FURTADO (OAB 42660/CE) - Processo 0200100-74.2023.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: J.A.V.F. - REQUERIDO: B.S.F. - Acolho o parecer ministerial de fl. 139. Desta forma, determino a intimação das partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, apresentarem memoriais finais, nos termos do art. 364, § 2º, do CPC.

ADV: LAURA DANIELLE JOVINO LOURENÇO (OAB 35823/CE), ADV: KESSIA IAMILLY DE SOUSA SETÚBAL (OAB 40813/CE) - Processo 0200179-87.2022.8.06.0178 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.I.G.B. - CURATELADO: F.R.V.B.J. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 122, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0200202-33.2022.8.06.0178 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: Suzanete Mendonça de Sousa (suzi) - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca do ofício de fls. 53/54 e requerer o que entender cabível para a continuidade do feito. Vistas ao Ministério Público.

ADV: ANA BEATRIZ BARROSO DE ALMEIDA (OAB 47855/CE) - Processo 0200259-80.2024.8.06.0178 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: N.A.S. - Ante o exposto, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos dos arts. 354 c/c 487, inciso III, b, do CPC e HOMOLOGO o acordo, nos seguintes termos: 1 - Sr. José Evanilson Gonçalves de Sousa, se compromete em pagar a título de pensão alimentícia aos filhos menores, José Everton Andrade de Sousa, Anna Layza Andrade de Sousa e Pâmela Ellen Andrade de Sousa, o percentual de 21,3% (vinte e um ponto três por cento) sobre o salário-mínimo, hoje equivalente a R$ 300,00 (trezentos reais) a ser pago por PIX cuja chave é CPF 044.382.203-43 até o dia 10 de cada mês; 2 - As partes pugnam pela homologação do presente acordo, ficando responsáveis pelos honorários de seus respectivos advogados. Sem custas, ante o benefício da gratuidade judiciária. Ciência ao Ministério Público. Publique-se Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANA BEATRIZ BARROSO DE ALMEIDA (OAB 47855/CE), ADV: FRANCISCO RONEY PINTO DE CASTRO (OAB 38382/CE), ADV: PAULO VICTOR FEITOSA FERREIRA (OAB 32718/CE) - Processo 0200348-74.2022.8.06.0178 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: M.C.C. - CURATELADO: V.C.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 82, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: HERCULLES OLIVEIRA PINTO (OAB 31950/CE) - Processo 0200458-39.2023.8.06.0178 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Adrielly Oliveira Santos - Chamo o feito à ordem. Tratam-se os autos de Execução de Alimentos apresentada por Adrielly Oliveira Santos, neste ato representada por Sayonara Castro de Oliveira Moita Carneiro, em face de Francisco Adriano Hilário dos Santos. O executado não foi localizado, conforme mostra a certidão de fl. 22, tendo sido recebida a contrafé pela sua companheira. Na fl. 30, fora determinada a intimação pessoal da exequente para informar acerca da quitação do débito, ou, sendo o caso, apresentar o valor atualizado do débito. Conforme mostra a certidão de fl. 44, o oficial de justiça não conseguiu localizar a parte autora no endereço informado na inicial. Antes de decidir acerca da extinção do feito, intime-se a parte exequente, por intermédio do seu advogado constituído nos autos, para no prazo de 5 dias, informar interesse no feito, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

ADV: ALBERTO CARLOS VERAS FILHO (OAB 13821/CE) - Processo 0200460-72.2024.8.06.0178 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de Nascimento Inexistente - REQUERENTE: Maria de Fátima Sousa - Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público e com fundamento no art. 109 da Lei 6.015/73, JULGO PROCEDENTE o pedido de registro tardio do nascimento e determino a expedição de mandado de averbação ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais de Uruburetama/CE a fim de que seja suprido o REGISTRO DO ASSENTO DE NASCIMENTO DE MARIA DE FÁTIMA SOUSA, observada as informações da certidão de nascimento acostada na fl. 08. Decreto, ainda, a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inc. I do CPC. Por oportuno, defiro o Benefício da Justiça Gratuita. Sem condenação em custas ou honorários, por se tratar de procedimento de jurisdição voluntária, sem efetiva lide. P.R.I. Intime-se o interessado através do advogado da procuração de fl. 05. Após o trânsito julgado e a expedição do mandado de averbação, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Expedientes necessários.

ADV: ANA JÚLIA ABREU MENDES (OAB 43393/CE), ADV: ANA BEATRIZ BARROSO DE ALMEIDA (OAB 47855/CE) - Processo 0200545-29.2022.8.06.0178 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: R.A.A. - CURATELADO: C.S.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 67, que designou data, horário e local para

realização da perícia.

ADV: ANA BEATRIZ BARROSO DE ALMEIDA (OAB 47855/CE) - Processo 0200629-30.2022.8.06.0178 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.K.R.P. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias, dar prosseguimento ao feito e cumprir a providência judicial determinada no despacho de fl. 73, sob pena de extinção do processo por abandono, na forma do art. 485, inciso III c/c § 1º do CPC.

ADV: FRANCISCO BRUNO NOBRE DE MELO (OAB 44674/CE) - Processo 0208600-44.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: J.C.S. - ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO O ACORDO (fls. 199/200) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, declarando o autor JOSE CORDEIRO DA SILVA exonerado do dever de prestar alimentos a sua filha MARIA EDIVIA GONCALVES DA SILVA, aos moldes do Art. 487, III, "b" do CPC. Considerando a probabilidade de direito consubstanciada na fundamentação desta sentença e o perigo de dano decorrente do desfalque da renda do autor, nos termos do artigo 300 do CPC, defiro a tutela de urgência para que a exoneração do autor do dever alimentar em face do requerido surta efeitos imediatos, independente do trânsito em julgado. Oficie-se o INSS, comunicando acerca desta sentença e do deferimento da tutela de urgência para fazer cessar os descontos em folha de pagamento. Sem custas. Sem condenação em honorários advocatícios, diante da ausência de contestação. P.R.I. Intime-se os requeridos para ciência da presente decisão. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: LOURENÇO GOMES GADELHA DE MOURA (OAB 21233/PE), ADV: FABIO JOSE ALVES NOBRE (OAB 13419/CE) - Processo 0260059-85.2024.8.06.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Alexandrina Avila Viana Dourado - REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - Considerando que já fora apresentada contestação, intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica à contestação (art. 350 e 351, do CPC), no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão, bem como, e, no mesmo prazo, intimem-se as partes para declinarem se pretendem produzir outras provas, indicando-as e especificando sua finalidade, vedado o protesto genérico, sob pena de indeferimento, advertindo-as de que sua omissão importará em julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do CPC).

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE URUBURETAMA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0391/2024

ADV: MARIA CAROLINA VASCONCELOS PONTES (OAB 26065/CE) - Processo 0000667-24.2013.8.06.0216 - Interdição/Curatela - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Maria Jaqueline Moreira Almeida - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 106, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: ANTÔNIO BERNARDO DE CASTRO (OAB 32741/CE) - Processo 0000693-46.2018.8.06.0216 - Interdição/Curatela - Nomeação - REQUERENTE: R.P.R. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 104, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: FERNANDO FRANCO JUNIOR (OAB 10972/CE) - Processo 0005370-78.2014.8.06.0178 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - EXEQUENTE: Fernando Franco Júnior - Desta forma, considerando que, embora o Estado do Ceará tenha sido devidamente intimado (fl. 55), mas nada requereu, HOMOLOGO os cálculos constantes às fls. 50/53. Em consequência, expeça-se RPV em favor do requerente, se necessário, intime-se a exequente para apresentar os dados bancários necessários à expedição. Antes de proceder o envio das requisições, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o integral teor do ofício de requisição eletrônica, com a finalidade de identificar a existência de alguma incorreção, nos termos do art. 3º, IV, alínea 'a', da Resolução nº 14/2023, do Órgão Especial do TJCE. Para tanto, concedo o prazo de 05 (cinco) dias, devendo ser observado o prazo em dobro para a Fazenda Pública.

ADV: FERNANDO FRANCO JUNIOR (OAB 10972/CE) - Processo 0006802-30.2017.8.06.0178 - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Pagamento - EXEQUENTE: Sandra Maria Santos de Sousa Mesquita - Desta forma, diante da fundamentação acima exposta, não acolho os argumentos do Município de Uruburetama e HOMOLOGO a atualização dos cálculos constantes às fls. 104/110. Determino a remessa dos autos à fila de trabalho adequada para a assinatura da requisição de pagamento referente ao valor principal, uma vez que o valor devido a título de honorários sucumbenciais já foi pago (fl. 171) e, caso seja necessário, autorizo desde já a expedição de nova requisição, tendo em vista o lapso temporal decorrido desde então. Em seguida, aguarde-se a regular tramitação da requisição, certificando-a nos autos. Intimem-se as partes sobre esta decisão, advertindo à parte executada que nova insurgência destituída de qualquer fundamentação lógica ensejará a aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do art. 77, IV, § 1º c/c art. 774, IV, ambos do CPC.

ADV: RODRIGO GONDIM DE OLIVEIRA (OAB 13859/CE), ADV: ANTONIO BERNARDO DE CASTRO (OAB 32741/CE) - Processo 0050716-08.2021.8.06.0178 - Interdição/Curatela - Interdição - INTERTE: R.N.C.C. - CURATELADO: I.C.C. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 92, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: BISMARCK FERNANDO ARARUNA MACEDO (OAB 47767/CE), ADV: NIEFSON BRUNO OLIVEIRA SANTOS (OAB 27438/CE) - Processo 0200035-79.2023.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Girlandia Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Eleneide Sousa Oliveira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 98, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: FRANCISCO DIEGO TAVARES DE LUNA (OAB 33694/CE), ADV: KESSIA IAMILLY DE SOUSA SETÚBAL (OAB 40813/CE) - Processo 0200126-38.2024.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Maria Clara Alexandre Santos - REQUERIDO: Braz Alexandre Rodrigues - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 40, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: CARLA SILVEIRA FONTELES MOREIRA (OAB 6732/CE) - Processo 0200147-48.2023.8.06.0178 - Procedimento

Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Joana Darc Sales Soares Barroso - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 81, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: TALES LEVI SANTANA DE MORAIS (OAB 41842/CE), ADV: ANA BEATRIZ BARROSO DE ALMEIDA (OAB 47855/CE) - Processo 0200202-96.2023.8.06.0178 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: A.R.L. - CURATELADO: P.R.L. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 59, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: GIANA CARLA VASCONCELOS SALES GALDINO ALBUQUERQUE (OAB 39634/CE) - Processo 0200240-11.2023.8.06.0178 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Marcos Antônio Alexandre Cruz - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 69, que designou data, horário e local para realização da perícia.

ADV: ANTONIO BERNARDO DE CASTRO (OAB 32741/CE) - Processo 0200554-54.2023.8.06.0178 - Tutela Cautelar Antecedente - Interdição - ARRESTANTE: Maria Eridan Teixeira - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, pratico o seguinte ato ordinatório: Ficam as partes intimadas acerca da certidão de fl. 57, que designou data, horário e local para realização da perícia.

COMARCA DE URUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE URUOCA

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0337/2024

ADV: FRANCISCO NEWTON ROCHA FROTA (OAB 33496-0/CE), ADV: FRANCISCO SAMPAIO DE MENESES JUNIOR (OAB 9075/CE), ADV: MATHEUS CAVALCANTE SAMPAIO (OAB 33676/CE) - Processo 0000349-53.2017.8.06.0199 - Cumprimento de sentença - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Maria Consuelo de Albuquerque - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo: intimar as partes para que se manifestem acerca da(s) minuta(s) do(s) alvará(s), no prazo de 10 dias, valendo o silêncio como aceitação do(s) documento(s) (publicação DJEN);nbsp

ADV: LINDOMAR RODRIGUES MONTE (OAB 40148/CE) - Processo 0200210-70.2023.8.06.0179 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.L.S. - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 09:30 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: JAMES KAUAN FONTENELE (OAB 49844/CE), ADV: LARISSA LIMA LINHARES (OAB 30848/CE) - Processo 0200241-56.2024.8.06.0179 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: J.W.S.A. - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 11 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: LINDOMAR RODRIGUES MONTE (OAB 40148/CE) - Processo 0200248-48.2024.8.06.0179 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.F. - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 12 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: LINDOMAR RODRIGUES MONTE (OAB 40148/CE) - Processo 0200261-47.2024.8.06.0179 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.P.R.C. - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 11:30 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: LINDOMAR RODRIGUES MONTE (OAB 40148/CE) - Processo 0200263-17.2024.8.06.0179 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Erineuda Gomes - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 12:30 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: LARISSA LIMA LINHARES (OAB 30848/CE), ADV: JAMES KAUAN FONTENELE (OAB 49844/CE) - Processo 0200270-09.2024.8.06.0179 - Ação de Alimentos de Infância e Juventude - Revisão - REQUERENTE: A.C.F.F. - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 10:30 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: JAMES KAUAN FONTENELE (OAB 49844/CE) - Processo 0200293-52.2024.8.06.0179 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.O.V. - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 10 horas. A

audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: ALVARO ALFREDO CAVALCANTE NETO (OAB 24880/CE) - Processo 0200435-30.2022.8.06.0081 - Procedimento Comum Cível - DPVAT - REQUERENTE: José Nilton Diniz Pereira - Designo a audiência de CONCILIAÇÃO para o dia 19/12/2024, às 09 horas. A audiência se dará de forma PRESENCIAL, na sala de audiência da Comarca de: ( ) Uruóca (X) Martinópole - CE. Para dirimir DÚVIDAS, as partes poderão entrar em contato com esta Secretaria de Vara Única através do Balcão Virtual: https://tjce-teams-apps-bv.azurefd.net/meeting/VARAUNICADACOMARCADEURUOCA Uruoca/CE, 11 de novembro de 2024. FRANCISCO BEBE OLIVEIRA JUNIOR Técnico Judiciário

ADV: CARLOS RENAN CARDOSO RIBEIRO (OAB 35730/CE) - Processo 0205369-25.2023.8.06.0298 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: JOSÉ EVANDRO FERREIRA - Recebo, em seus singulares efeitos (CPP, art. 597), o recurso interposto às fls. 183/184, posto ser tempestivo. Intime-se o recorrente para apresentar razões do recurso de apelação no prazo de 08 (oito) dias. Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para apresentação de contrarrazões Após, remetam-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado Ceará para apreciação da apelação interposta.

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0000386-51.2015.8.06.0199

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Lidiane Cardoso Linhares, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Martinópole/CE, que é portador de Transtorno Mental Grave, CID(F72). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Cristiane Cardoso Linhares, brasileira, união estável, do lar, residente e domiciliada em Martinópole/CE, **CURADOR(A) DEFINITIVO(A)** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 03/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "**Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de Lidiane Cardoso Linhares, qualificada nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curadora sua irmã, Cristiane Cardoso Linhares, que deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único). ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015**. Uruoca/CE, em 04 de setembro de 2024.

Eu, TAINAN ALMEIDA BONFIM, Técnico Judiciário, 47145, atuante no Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior – NUPACI, o digitei.

Frederico Augusto Costa
Juiz auxiliar em respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0000193-57.2019.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **MARIA DE JESUS BATISTA DE ARRUDA**, brasileira, solteira, RG nº 2008649666-7 SSP-CE e CPF nº 071.987.393-26 , residente e domiciliada na localidade de Casinhas, 21001, zona rural, Uruoca/CE CEP: 62460-000, que é portadora de retardo mental não especificado(CID-10:F79.) e perda de audição por transtorno de condução (CID-10:H90). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo a curatelada incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **MARIA ANTONIA BATISTA DE ARRUDA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 2007024853-7 SSP-CE e CPF nº 000.405.813-57, residente e domiciliada na localidade de Casinhas, 21001, zona rural, Uruoca/CE CEP: 62460-000 , CURADORA DEFINITIVA da referida curatelada, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a presente ação para CONCEDER A CURATELA da requerida MARIA DE JESUS BATISTA DE ARRUDA, nos termos do art. 755, I, do CPC/2015 c/c art. 84, §º da Lei nº 13.146/2015, sendo a curatela deferida exclusivamente para os atos de natureza patrimonial e negocial, consoante imperativo legal constante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pelo que nomeio-lhe CURADORA a sua mãe, Sra. MARIA ANTONIA BATISTA DE ARRUDA, por ter restado induvidosamente demonstrado nos autos sere esta a pessoa indicada para assumir tal munus, na forma da lei civil, reunindo condições de ordem moral para o exercício da curatela da requerida, bem como vínculo familiar e afetivo, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Ressalto que a curadora não poderá, sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome da curatelada e nem alienar bens a ela pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade da mesma, sempre que convocada a tanto. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, data da assinatura digital.

Eu, Daiane Cunha Pereira Leite, À Disposição, 44666, o digitei.

FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juíz Substituto - Em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS

PROCESSO: 0000239-20.2018.8.06.0199

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Antonio Laurindo Rodrigues, brasileiro, solteiro, residente nesta comarca, que é portador de retardo mental grave, CID (10 F72.0). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **JOSÉ DE LIMA RODRIGUES,** brasileiro, solteiro, residente nesta comarca, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 14/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de ANTÔNIO LAURINDO RODRIGUES, qualificado nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tepo em que nomeio como curador seu genitor, JOSÉ DE LIMA RODRIGUES, que deverá ser intimado para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único)". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, em 24 de julho de 2024.

Eu, TAINAN ALMEIDA BONFIM, Técnico Judiciário, 47145, atuante no Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior, o digitei.

FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juiz Auxilia em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0050624-27.2021.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **VANESSA GOMES ARAUJO,** brasileira, Amasiada, desempregada, inscrita sob o CPF: 086.118.763-69, portadora do RG: 2008464857-5, residente e domiciliado(a) na rua Manoel Feijó, nº 293, Martinópole/CE, CEP: 62450-000, , que é portador de Encefalopatia Crônica (CID G80 e F1.), sem possibilidade de gerir sua vida negocial e patrimonial, O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **MAIRLA MARQUES DE ARAUJO FELIX**, brasileira, inscrita no CPF nº 976.761.873-20, portadora do RG nº 2008464880-0 SSP/CE, residente na RR Boa Vista, Martinópole/CE CEP: 62450-000 , CURADORA DEFINITIVA do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 07/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a presente ação para CONCEDER A CURATELA da requerida VANESSA GOMES ARAÚJO, nos termos do art. 755, I, do CPC/2015 c/c art. 84, §º da Lei nº 13.146/2015, sendo a curatela deferida exclusivamente para os atos de natureza patrimonial e negocial, consoante imperativo legal constante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pelo que nomeio-lhe CURADORA a sua mãe, Sra. MAIRLA MARQUES DE ARAUJO FELIX, por ter restado induvidosamente demonstrado nos autos sere esta a pessoa indicada para assumir tal munus, na forma da lei civil, reunindo condições de ordem moral para o exercício da curatela da requerida, bem como vínculo familiar e afetivo, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, data da assinatura digital.

Eu, Daiane Cunha Pereira Leite, À Disposição, 44666, o digitei.

FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juíz Substituto - Em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0050006-19.2020.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **Cristiane Gomes Lopes**, Brasileira, Solteiro(a), desempregado, RG n° 20083173603, inscrita no CPF n° 069.051.363 10, residente no RR Boa Vista, Distrito de Boa Vista, Martinópole, Ceará, , que é portador de retardo mental moderado/grave (CID 10 F71/F72) e transtorno ansioso não especificado (CID 10 F41.9), sendo incapaz para os atos da vida civil. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Maria Edilia Gomes,** RG n° 3035395-96, inscrita no CPF n° 965.649.113-00, residente no 21 BOA VISTA , Martinopole - Ceará , CURADORA DEFINITIVA do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 22/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de CRISTIANE GOMES LOPES, qualificada nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curadora sua genitora, MARIA EDILIA GOMES, que deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único). Dispenso a prestação de garantia, por não se vislumbrar a necessidade da medida. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, data da assinatura digital.

Eu, Daiane Cunha Pereira Leite, À Disposição, 44666, o digitei.

FREDERICO AUGUSTO COSTA

Juíz Substituto - Em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0052334-53.2019.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de WELLINGTON BRENO CASSIMIRO, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da cédula de identidade nº 2004031001606, inscrito no CPF nº 012.317.953-01, também residente na Rufino Pereira, Martinópole/CE, que é portador de portador de retardo mental (CID-10: F79) estando impossibilitado de reger sua vida negocial e Financeira.. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). ANTÔNIA AURILENE CASSIMIRO COSTA, brasileira, solteira, do lar, portadora da cédula de identidade nº 2002031059128-2, inscrita no CPF nº 007.025.753-13, residente e domiciliada na Rua Rufino Pereira, Martinópole/CE, CURADORA DEFINITIVA do referido curatelado, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 12/05/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a presente ação para CONCEDER A CURATELA do requerido WELLINGTON BRENO CASSIMIRO COSTA, nos termos do art. 755, I, do CPC/2015 c/c art. 84, §º da Lei nº 13.146/2015, sendo a curatela deferida exclusivamente para os atos de natureza patrimonial e negocial, consoante imperativo legal constante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pelo que nomeio-lhe CURADORA a sua mãe, Sra. ANTÔNIA AURILENE CASSIMIRO COSTA, por ter restado induvidosamente demonstrado nos autos sere esta a pessoa indicada para assumir tal munus, na forma da lei civil, reunindo condições de ordem moral para o exercício da curatela da requerida, bem como vínculo familiar e afetivo, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. Ressalto que a curadora não poderá, sem a prévia e expressa autorização judicial, contrair empréstimos em nome do curatelado e nem alienar bens a ela pertencentes, prestando contas de todo e quaisquer valores recebidos de titularidade da mesma, sempre que convocada a tanto. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, data da assinatura digital.

Eu, Daiane Cunha Pereira Leite, À Disposição, 44666, o digitei.

FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juíz Substituto - Em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0050932-63.2021.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **JOSÉ WELLYTY GOMES DE LIMA**, brasileiro, solteiro, RG nº 2006097096687, residente e domiciliado na Travessa João Ferro, Centro, Martinópole/CE, que é portador de Encefalopatia Crônica, CID(G80 e F1). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **Iris Maria da Conceição Gomes de Lima**, brasileira, solteira, portadora do Registro Geral 2009097096100, CPF n° 604.350.763- 37, residente e domiciliada na Travessa João Ferro, Centro, Martinópole/CE, **CURADORA DEFINITIVA** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 07/02/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a presente ação para CONCEDER A CURATELA do requerido JOSÉ WELLYTY GOMES DE LIMA, nos termos do art. 755, I, do CPC/2015 c/c art. 84, §º da Lei nº 13.146/2015, sendo a curatela deferida exclusivamente para os atos de natureza patrimonial e negocial, consoante imperativo legal constante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pelo que nomeio-lhe CURADORA a sua irmã, Sra. IRIS MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE LIMA, por ter restado induvidosamente demonstrado nos autos sere esta a pessoa indicada para assumir tal munus, na forma da lei civil, reunindo condições de ordem moral para o exercício da curatela da requerida, bem como vínculo familiar e afetivo, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, em 10 de junho de 2024.

Eu, Vaniere Brito da Silva Frota, À Disposição, 46063, o digitei.

Rodrigo Campelo Diógenes
Juiz Substituto Respondendo

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0060430-94.2019.8.06.0199

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA, , brasileira, solteira, portadora do RG nº 1567870-88 SSP-CE e CPF n° 413.648.643-04, residente e domiciliada no Conjunto Conceição Fontenele, Centro em Martinópole/CE, que é portador de Esquizofrenia Paranoide, (CID-10: F20.0). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o Sr. GEAN FERNANDES OLIVEIRA, brasileiro, RG n°2020018466-5 SSP-CE e CPF n° 010.953.193-02, residente e domiciliado na Rua Rufino Pereira, Centro, Martinópole/CE, CURADOR DEFINITIVO do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 27/05/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a presente ação para CONCEDER A CURATELA da requerida MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA, nos termos do art. 755, I, do CPC/2015 c/c art. 84, §º da Lei nº 13.146/2015, sendo a curatela deferida exclusivamente para os atos de natureza patrimonial e negocial,

consoante imperativo legal constante da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, pelo que nomeio-lhe CURADOR o seu filho Sr. GEAN FERNANDES OLIVEIRA, por ter restado induvidosamente demonstrado nos autos sere esta a pessoa indicada para assumir tal munus, na forma da lei civil, reunindo condições de ordem moral para o exercício da curatela da requerida, bem como vínculo familiar e afetivo, extinguindo o presente feito com resolução meritória, na forma do art. 487, inciso I, do CPC. ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, em 24 de junho de 2024.

Eu, Vaniere Brito da Silva Frota, À Disposição, 46063, o digitei.

FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juiz Substituto em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0200113-07.2022.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **MARCOS VINICIUS DOURADO ALBANO**, brasileiro, solteiro, residente em Martinópole/CE, que é portador de CID-10: F79 / F84.9 e G40.9. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **MARIA RITA DOURADO ALBANO**, brasileira, solteira, estudante, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 21/07/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "**Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de MARCOS VINICIUS DOURADO ALBANO, qualificada nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curadora sua irmã, MARIA RITA DOURADO ALBANO, que deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único).** ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, em 13 de agosto de 2024.

Eu, TAINAN ALMEIDA BONFIM, Técnico Judiciário, 47145, atuante no Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior, o digitei.

Frederico Augusto Costa
Juiz Auxiliar em respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0200113-07.2022.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **MARCOS VINICIUS DOURADO ALBANO**, brasileiro, solteiro, residente em Martinópole/CE, que é portador de CID-10: F79 / F84.9 e G40.9. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). **MARIA RITA DOURADO ALBANO**, brasileira, solteira, estudante, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 21/07/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "**Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido para decretar a interdição de MARCOS VINICIUS DOURADO ALBANO, qualificada nos autos, declarando-o, por consequência, relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza patrimonial e negocial, na forma dos artigos 4º, inciso III, e 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, ao tempo em que nomeio como curadora sua irmã, MARIA RITA DOURADO ALBANO, que deverá ser intimada para prestar o compromisso de estilo no prazo de cinco dias (art. 1.187, CPC), contados do registro da sentença (LRP, art. 93, parágrafo único).** ". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, em 13 de agosto de 2024.

Eu, TAINAN ALMEIDA BONFIM, Técnico Judiciário, 47145, atuante no Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior, o digitei.

Frederico Augusto Costa
Juiz Auxiliar em respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0200195-38.2022.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida e decretada a substituição de curador do curatelado(a) **JOSE MAURENE LOPES**, brasileiro(a), viúvo(a), tendo sido nomeado(a) Ana Erlandia Lopes, brasileira, estudante, casado(a) como CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), em lugar de **MARIA JOSÉ SIQUEIRA LOPE**S, falecido(a) em 30/08/2021, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 09/04/2024, com trânsito em julgado em 05/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "**Desta forma, com arrimo na manifestação ministerial de mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nomeando a Sra. ANA ERLANDIA LOPES como curadora de JOSÉ MAURENE LOPES em substituição a MARIA JOSÉ SIQUEIRA LOPES, investindo-o nos poderes contidos nos**

artigos 1.741, 1.743, 1.747 e 1.748 do Código Civil. ”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Uruoca/CE, em 05 de agosto de 2024.

Eu, TAINAN ALMEIDA BONFIM, Técnico Judiciário, 47145, atuante no Núcleo Permanente de Apoio às Comarcas do Interior, o digitei

Frederico Augusto Costa
Juiz Auxiliar em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0200171-73.2023.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que foi requerida e decretada a substituição de curador do curatelada ANTONIA OLIVEIRA LOPES tendo sido nomeado FELIPE GUILHERME OLIVEIRA como CURADOR DEFINITIVO da referida curatelada, em lugar de FRANCISCO DE PAULA OLIVEIRA, cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 03/08/2024 , cujo teor final da sentença é o seguinte: “Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para nomear FELIPE GUILHERME OLIVEIRA curador definitivo de ANTÔNIA OLIVEIRA LOPES, nos termos do artigo art. 1.775, §3º, do CC/02, observadas todas as restrições e obrigações estabelecidas no Código Civil, devendo o mesmo desempenhar o referido cargo até decisão judicial em sentido diverso. Expeça-se termo de compromisso de curatela definitivo, intimando-se o curador nomeado para assiná-lo, independentemente do trânsito em julgado, em atenção ao disposto no artigo 1.773 do Código Civil. Não havendo notícias de que a interditada possua bens, recebendo apenas benefício previdenciário mensal, fica dispensada a caução. ”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes . Uruoca/CE, em data da assinatura digital.

Eu, Daiane Cunha Pereira Leite, À Disposição, 44666, o digitei.
FREDERICO AUGUSTO COSTA
Juíz Substituto - Em Respondência

EDITAL
PRAZO 10 (DEZ) DIAS
PROCESSO: 0200024-13.2024.8.06.0179

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Uruoca da Comarca de Uruoca/CE, na forma da lei, **FAZ SABER** aos que o presente **EDITAL DE CURATELA** virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de **JACILENE MARIA GOMES DE SOUSA**, brasileira, solteira, beneficiária do INSS, portadora da cédula de identidade nº 3159375-96, inscrita no CPF sob o nº 478099573 68, residente e domiciliada na Rua Manoel Feijó, Centro, Martinópole/CE, que é portadora de esquizofrenia, CID(10) F 20.0. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a).**FELICIANA RICARDINA GOMES SOUSA**, brasileira, solteira, desempregada, portadora da cédula de identidade nº 2004015017838, inscrita no CPF sob o nº 035.184.673-52, residente e domiciliada na Rua Manoel Feijó, Centro, Martinópole/CE, **CURADORA DEFINITIVA** do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 22/08/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: “JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nomeando a Sra. FELICIANA RICARDINA GOMES SOUSA como curador de JACILENE MARIA GOMES DE SOUSA em substituição a MARIA DE JESUS GOMES SOUSA, investindo-a nos poderes contidos nos artigos 1.741, 1.743, 1.747 e 1.748 do Código Civil. ”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, §3º, do CPC/2015. Uruoca/CE, em 01 de outubro de 2024.

Eu, Vaniere Brito da Silva Frota, À Disposição, 46063, o digitei.

Frederico Augusto Costa
Juiz em Respondência

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUOCA
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0338/2024

ADV: REBECA DOURADO LIMA (OAB 43949/CE) - Processo 0200173-09.2024.8.06.0179 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.J.R. - Conforme disposição expressa na Portaria nº 07/2016, publicada no Diário da Justiça de 18/07/2016, pp. 43/46, da lavra da Dra. Anna Karolina Cordeiro de Araújo Carvalhal. A secretaria procedeu aos expedientes necessários para Intimar a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica.

ADV: EDUARDO GALDAO DE ALBUQUERQUE (OAB 138646/SP) - Processo 0200282-57.2023.8.06.0179 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXECUTADO: CHUBB SEGUROS DO BRASIL SA e outro - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo: transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se novo prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, sua impugnação ao cumprimento de sentença.

COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE - VARA UNICA DA COMARCA DE VARZEA ALEGRE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0403/2024

ADV: ANA MECIA RIBEIRO CRUZ (OAB 35312/CE), ADV: ROOSWELT ALCANTARA ALENCAR (OAB 38746/CE) - Processo 0010152-17.2017.8.06.0181 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Francisco Oliveira da Silva - R. h. Tendo em vista que a Defensora do réu apresentou as razões do recurso de apelação desacompanhadas do instrumento procuratório, intime-se aquela para juntar instrumento procuratório, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem cumprimento da diligência, intime-se, pessoalmente, o réu para indicar novo Defensor, no prazo de 10 (dez) dias, com a advertência de que sua inércia acarretará a nomeação de Defensor Público/Dativo. Juntado o documento requisitado, cumpra-se o despacho de fl. 446. Expedientes necessários. Varzea Alegre/CE, 01 de novembro de 2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº 0050245-80.2021.8.06.0181

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de VANEZA ALMEIDA TAVARES, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2007048743-4 e inscrita no CPF nº 016.283.823-92, residente e domiciliado no Sítio Bom Jesus, nº170, Distrito de Canidezinho, no Município Várzea Alegre Ceará, que é portador de Síndrome de Down, CID 10-Q 90.0. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). MARIA INACIO DE ALMEIDA TAVARES, brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 2001029094614 e inscrita no CPF nº 792.918.993-72, residente e domiciliada no Sítio Bom Jesus, nº170, Distrito de Canidezinho, no Município Várzea Alegre Ceará, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido

nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 10/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: “Isso posto, e à vista das provas colhidas e do parecer favorável do representante do Ministério Público, julgo PROCEDENTE o pedido contido na inicial para decretar a interdição de Vaneza Almeida Tavares, como medida protetiva extraordinária, devendo durar pelo menor tempo possível, de acordo com a possibilidade de cura em definitivo, quando houver, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil, c/c art. 84, § 1º, da Lei nº 13.146/2015. ”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Várzea Alegre/CE, em 13 de agosto de 2024. Eu, ANTÔNIA SIMERY DE LIMA MENDES, Auxiliar Judiciário, 2732, o digitei.

Hyldon Masters Cavalcante Costa
Juiz(a) de Direito da
Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº 0050232-18.2020.8.06.0181

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de JOAQUIM CARLOS GOMES DINIS, brasileiro, portador do RG nº. 2007015038074, inscrito no CPF nº. 258.891.798-45, sem endereço eletrônico, residente e domiciliado no Sítio Caraibas, nº 4490, DT Canidezinho, Município de Varzea Alegre, Estado do Ceará, , que é portador de Esquizofrenia paranóide, CID 10 – F20.0,. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). BETTY SALLES BARROS DA SILVA, brasileira, portadora do RG nº. 2003005134272, inscrita no CPF sob o nº 018.477.233-81, sem endereço eletrônico, residente e domiciliada no Sítio Caraibas, nº 4490, DT Canidezinho, Município de Varzea Alegre, Estado do Ceará, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 10/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: “Isso posto, e à vista das provas colhidas e do parecer favorável do representante do Ministério Público, julgo PROCEDENTE o pedido contido na inicial para decretar a interdição de Joaquim Carlos Gomes Diniz, como medida protetiva extraordinária, devendo durar pelo menor tempo possível, de acordo com a possibilidade de cura em definitivo, quando houver, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil, c/c art. 84, § 1º, da Lei nº 13.146/2015.”. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Várzea Alegre/CE, em 12 de agosto de 2024. Eu, ANTÔNIA SIMERY DE LIMA MENDES, Auxiliar Judiciário, 2732, o digitei.

Hyldon Masters Cavalcante Costa
Juiz(a) de Direito da
Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº 0050397-65.2020.8.06.0181

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de FRANCISCA ISABEL DE OLIVEIRA, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Cédula de Identidade de nº 3073975-96, com presença de doença de alzheimer (CID 10 G30), residente e domiciliada na Rua Rodrigo de Freitas, nº 73, Dona Rosinha, Várzea Alegre, estado do Ceará. O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). CICERA MARIA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira,

agricultora, portadora da Cédula de Identidade Civil nº 2017021639-4 SSPDS/CE, inscrita no CPF sob o nº 865.552.513-87, residente e domiciliada na Rua Rodrigo de Freitas, nº 73, Dona Rosinha, Várzea Alegre, estado do Ceará, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 10/04/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: "Como limites da curatela (art. 755, I, NCPC), o(a) curador(a) não poderá, exceto com autorização judicial: 1) alienar ou onerar bens do(a) interditado(a); 2) contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). O(a) curador(a) deverá ainda: a) destinar os rendimentos do(a) interditado(a) unicamente para saúde, alimentação e bem estar dele(a); b) zelar pelos interesses do(a) interdito(a), de modo a propiciar-lhe melhor qualidade de vida, mediante a busca de assistência médica, psicológica e social.". O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Várzea Alegre/CE, em 12 de agosto de 2024. Eu, ANTÔNIA SIMERY DE LIMA MENDES, Auxiliar Judiciário, 2732, o digitei.

Hyldon Masters Cavalcante Costa
Juiz(a) de Direito da
Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO CEARÁ
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
EDITAL DE INTERDIÇÃO
PROCESSO Nº 200570-33.2022.8.06.0181

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Várzea Alegre da Comarca de Várzea Alegre/CE, na forma da lei, FAZ SABER aos que o presente EDITAL DE CURATELA virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi decretada a curatela de Maria Fernanda Costa Cavalcante Feitosa, brasileira, menor púbere, estudante, RG nº 2007129841-4, CPF nº 035.771.113-05, endereço no Sítio Buenos Aires, nº 80, Bairro Riachinho, Várzea Alegre-CE, CEP: 63.540-000, que é portadora de deficiência auditiva sensorioneural bilateral de grau profundo, atraso neuropsicomotor com transtornos globais de desenvolvimento e autismo (CID 10 - F84). O conjunto das provas documental e pericial revelam a veracidade das alegações da parte autora, sendo o(a) curatelado(a) incapaz de gerir a si e a seus bens. Foi nomeado(a) o(a) Sr(a). Flaviana Costa Cavalcante Feitosa, brasileira, viúva, fisioterapeuta, RG nº 97029029514, CPF nº 289.482.203-06, endereço no Sítio Buenos Aires, nº 80, Bairro Riachinho, Várzea Alegre-CE, CEP 63.540-000, CURADOR(A) DEFINITIVO(A) do(a) referido(a) curatelado(a), cujo múnus será exercido nos termos e limites da sentença. O referido processo foi julgado em 19/06/2024, cujo teor final da sentença é o seguinte: " Isso posto, e à vista das provas colhidas e do parecer favorável do representante do Ministério Público, julgo PROCEDENTE o pedido contido na inicial para decretar a interdição de Maria Fernanda Costa Cavalcante Feitosa, como medida protetiva extraordinária, devendo durar pelo menor tempo possível, de acordo com a possibilidade de cura em definitivo, quando houver, nos termos do art. 1.767, I, do Código Civil, c/c art. 84, § 1º, da Lei nº 13.146/2015. Nos termos do art. 755, I, do Código de Processo Civil de 2015, c/c § 3o do art. 1.775 do Código Civil, nomeio como Curadora da interditanda a Sra. Flaviana Costa Cavalcante Feitosa, que deverá atuar como representante daquele(a) nos atos da sua vida civil, especificamente quanto aos atos negociais e patrimoniais, até que se verifique o eventual levantamento da presente interdição, requerido por quem de direito, já que se trata de medida excepcional e extraordinária (art. 84, § 1º, da Lei nº 13.146/2015). Como limites da curatela (art. 755, I, NCPC), o(a) curador(a) não poderá, exceto com autorização judicial: 1) alienar ou onerar bens do(a) interditado(a); 2) contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). O(a) curador(a) deverá ainda: a) destinar os rendimentos do(a) interditado(a) unicamente para saúde, alimentação e bem estar dele(a); b) zelar pelos interesses do(a) interdito(a), de modo a propiciar-lhe melhor qualidade de vida, mediante a busca de assistência médica, psicológica e social. O presente edital deverá ser publicado 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma do art. 755, § 3º, do CPC/2015. Várzea Alegre/CE, em 08 de outubro de 2024.

Hyldon Masters Cavalcante Costa
Juiz(a) de Direito da
Vara Única da Comarca de Várzea Alegre

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0404/2024

ADV: AMANDA KELLY ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 42814/CE), ADV: JOSE AMARILO SAMPAIO (OAB 4788/CE) - Processo 0014555-42.2021.8.06.0293 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Leonardo Monteiro Ferreira - Vistos etc. Tendo em vista que a restituição de fiança se procede mediante abertura de processo administrativo pela Secretaria da Vara no sistema SAJADM-CPA, conforme dispõe a Portaria 190/2023 - GABPRESI de 21.01/2023, proceda-se a Secretaria com as diligências necessárias para abertura de CPA com a finalidade de restituição da fiança em favor do acusado. Expedientes necessários. Varzea Alegre/ce, 30 de outubro de 2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: DÉBORA QUITÉRIA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 39591/CE) - Processo 0200521-55.2023.8.06.0181 - Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Ceará e outro - REQUERIDO: Joao Vieira da Silva - PROMOTOR(A): Ministério Público do Estado do Ceará - 3. Dispositivo: À luz do exposto, HOMOLOGO O ACORDO constante nas páginas 183/187, destes autos em relação aos alimentos, reconhecimento e dissolução de união estável, guarda e bens, nos termos em que apresentado, que fica fazendo parte integrante desta sentença, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, 'b', do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Sem custas processuais por ser os demandantes beneficiários da Justiça Gratuita, nos estritos termos da lei nº 1.060/50. Expeça-se contramandado de prisão. Após o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Experientes de praxe. Varzea Alegre/CE, 08 de novembro de 2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: YSLA LETICIA COSTA NOGUEIRA (OAB 52147/CE) - Processo 0200537-72.2024.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Dano Moral / Material - REQUERENTE: Severina Gonçalves da Silva - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, II - oferecida resposta do requerido: a) no processo de conhecimento, apresentada a contestação e se nela arguidas preliminares ou juntados documentos, fica a parte REQUERENTE intimada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCILIO BATISTA COSTA (OAB 21406/CE) - Processo 0200827-87.2024.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonia Lucas Ferreira - Vistos etc. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Inicialmente, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, assiste razão à parte autora. O feito comporta aplicação do Código de Defesa do Consumidor - CDC, por envolver situação de consumo entre as partes, o que se extrai da narrativa contida na exordial. Assim, impõe a inversão do ônus da prova em desfavor da parte requerida, direito de facilitação da defesa do consumidor em juízo, assegurado à parte promovente na condição de consumidor, presentes que estão os requisitos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, quais sejam, a sua hipossuficiência, que no caso se configura por sua notável fragilidade ante a parte promovida, a qual possui melhores acessos aos meios probantes, estando em condições de realizar a prova de fato ligado à sua atividade, bem como a verossimilhança das alegações, presente nas declarações da parte autora, corroborado pelos documentos trazidos com a inicial. DEFIRO, pois, o pedido de inversão do ônus da prova, devendo a parte requerida comprovar que existe contrato firmado com a parte requerente, de acordo com os fatos alegados na inicial, apresentando junto com a contestação, sob pena de preclusão. Quanto ao pedido de justiça gratuita, não se verifica nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade judiciária, não podendo ser indeferido o pedido, a teor do art. 99, § 2º, do Código de Processo Civil, presumindo-se verdadeira a alegação de insuficiência financeira alegada pela parte (art. 99, § 3º, NCPC). DEFIRO, pois, o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98, caput, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Designo audiência de conciliação, a ser realizada pelo CEJUSC desta Comarca, e de forma híbrida (videoconferência e/ou presencial), para o 27 de janeiro de 2025, às 16:00 horas, em observância, assim, aos prazos legais mínimos para: a) audiência: 30 dias; b) citação: 20 dias, no mínimo. Tudo conforme prescrição do art. 334, do vigente Código de Processo Civil, observado ainda o § 3º, do mesmo dispositivo. Cite-se a parte requerida, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da data da audiência, intimando-a a comparecer no dia e horário agendados; c) da fluência do prazo para apresentar contestação de 15 (quinze) dias, contados da data da referida audiência; d) da imposição de multa de 2% sobre o valor da causa em caso de não comparecimento injustificado à audiência; e) da impossibilidade de considerar o seu eventual desinteresse na audiência de conciliação, haja vista que a parte autora já manifestou o seu interesse, isso porque o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. A contrário senso, se pelo menos uma das partes manifestar interesse, o ato torna-se obrigatório, como ocorrera no presente feito. Em resumo, a audiência somente não se realizará se ambas as partes manifestarem desinteresse (334, § 4ª, I), conforme precedente sobre o tema, oriundo do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região, AI nº 593772/SP, Agravante Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; agravado Américo Garcias de Castro; Relator Desembargador Federal Wilson Zauhy, DJ 07.10.2017). No caso dos autos, a parte autora já manifestou expressamente o seu interesse na realização da audiência de conciliação, pouco importando nesse caso colher acerca do (des)interesse da parte requerida, já que o ato se torna, assim, obrigatório, conforme visto alhures. Encaminha-se o feito à Secretaria de Vara para alteração da classe processual (Procedimento Comum) . Expedientes necessários. Varzea Alegre/CE, 07 de novembro de 2024 Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: ANA JULIA ARAUJO BEZERRA QUINCAS (OAB 53213/CE) - Processo 0200836-49.2024.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.D.F. e outro - 3. Dispositivo: À luz do exposto, HOMOLOGO O ACORDO constante nas páginas 01/04, destes autos em, reconhecimento de união estável, nos termos em que apresentado, que fica fazendo parte integrante desta sentença, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, 'b', do vigente Código de Processo Civil (NCPC), ao tempo em que RECONHEÇO a União Estável entre João Alves de Lima e Francisca Dalva Ferreira. Sem custas processuais por ser os demandantes beneficiários da Justiça Gratuita, nos estritos termos da lei nº 1.060/50. Após o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Experientes de praxe. Varzea Alegre/CE, 11 de novembro de 2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO IRLAN MACÊDO SALVIANO (OAB 43106/CE), ADV: RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 44519/CE) - Processo 0200840-86.2024.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Capitalização e Previdência Privada - REQUERENTE: Vicente Alves Ferreira - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro o pedido de tutela de urgência, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência da ação. Defiro o pedido de justiça gratuita. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Recebo a petição inicial em seu aspecto meramente formal. Deixo de designar audiência de conciliação, pelo menos neste momento processual, haja vista que a parte autora se manifestou desinteresse em sua realização, porém deve ser aguardada ainda a resposta do requerido quanto ao seu eventual interesse nesse ato para fins de verificação da incidência do art. 334, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 2015, que exige que as ambas as partes digam expressamente sobre o (des) interesse na referida audiência. Cite-se a parte demandada, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da fluência do prazo para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação, caso manifeste interesse na sua realização (art. 335, I, NCPC); c) da não realização da audiência de conciliação caso manifeste desinteresse na ocorrência desse ato, e que, nesse caso, a fluência do prazo para apresentar contestação inicia-se da data do protocolo do pedido de cancelamento/desinteresse quanto a essa audiência, nos termos do art. 335, II, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), para o qual estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias, podendo tal pedido já vir no próprio corpo da peça contestatória, caso entenda mais conveniente. Ressalte-se que apenas informar a falta de interesse na conciliação não basta, se a outra parte também não o fizer, porquanto o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Se pelo menos uma das partes manifestar interesse em sua realização, já que a audiência somente não se realizará se ambas as partes manifestarem desinteresse (334, § 4º, I), esse ato será levado a termo e, na ausência de uma delas, ou de ambas, injustificadamente, o ato torna legítima a imposição da multa, a qual pode chegar a 2% do valor da causa por ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça. (TRF 3ª Região, AI nº 593772/SP, Agravante Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; agravado Américo Garcias de Castro; Relator Desembargador Federal Wilson Zauhy, DJ 07.10.2017) - destaques nossos. No caso dos autos, somente a parte autora já manifestou expressamente o seu desinteresse na realização da audiência de conciliação, restando, por isso, colher ainda acerca do (des)interesse da parte demandada, o que poderá ser feito por petição ou dentro da peça de contestação, conforme item c, acima, caso em que, se optar pela sua realização, deverá o processo ser encaminhado para agendamento de data e horário por ato ordinatório, devendo o ato ser realizado por meio do CEJUSC pelo sistema híbrido com uso de videoconferência. Caso silencie ou opte por sua não realização, deverá ser intimada a parte requerente para se manifestar em réplica à contestação porventura apresentada. Intimem-se as partes desta decisão. Expedientes necessários. Varzea Alegre/ce, 05 de novembro de

2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO IRLAN MACÊDO SALVIANO (OAB 43106/CE), ADV: RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 44519/CE) - Processo 0200841-71.2024.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Olindrina Custodio Ferreira - DIANTE DO EXPOSTO, indefiro o pedido de tutela de urgência, sem embargo de nova apreciação quando da sentença final em caso de procedência da ação. Defiro o pedido de justiça gratuita. Defiro o pedido de inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Adoto o procedimento comum para o trâmite desta ação, previsto na Parte Especial, Título I, arts. 318 e seguintes, do vigente Código de Processo Civil (NCPC). Recebo a petição inicial em seu aspecto meramente formal. Deixo de designar audiência de conciliação, pelo menos neste momento processual, haja vista que a parte autora se manifestou desinteresse em sua realização, porém deve ser aguardada ainda a resposta do requerido quanto ao seu eventual interesse nesse ato para fins de verificação da incidência do art. 334, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 2015, que exige que as ambas as partes digam expressamente sobre o (des)interesse na referida audiência. Cite-se a parte demandada, dando-lhe ciência: a) dos termos da petição inicial; b) da fluência do prazo para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação, caso manifeste interesse na sua realização (art. 335, I, NCPC); c) da não realização da audiência de conciliação caso manifeste desinteresse na ocorrência desse ato, e que, nesse caso, a fluência do prazo para apresentar contestação inicia-se da data do protocolo do pedido de cancelamento/desinteresse quanto a essa audiência, nos termos do art. 335, II, do vigente Código de Processo Civil (NCPC), para o qual estabeleço o prazo de 15 (quinze) dias, podendo tal pedido já vir no próprio corpo da peça contestatória, caso entenda mais conveniente. Ressalte-se que apenas informar a falta de interesse na conciliação não basta, se a outra parte também não o fizer, porquanto o novo Código de Processo Civil instituiu a indispensabilidade da audiência prévia de conciliação ou autocomposição, a qual somente não ocorrerá quando o autor da ação manifestar, expressamente, em sua inicial, o desinteresse, e o réu também manifestar o mesmo desinteresse no prazo legal. Se pelo menos uma das partes manifestar interesse em sua realização, já que a audiência somente não se realizará se ambas as partes manifestarem desinteresse (334, § 4º, I), esse ato será levado a termo e, na ausência de uma delas, ou de ambas, injustificadamente, o ato torna legítima a imposição da multa, a qual pode chegar a 2% do valor da causa por ser considerado ato atentatório à dignidade da justiça. (TRF 3ª Região, AI nº 593772/SP, Agravante Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; agravado Américo Garcias de Castro; Relator Desembargador Federal Wilson Zauhy, DJ 07.10.2017) - destaques nossos. No caso dos autos, somente a parte autora já manifestou expressamente o seu desinteresse na realização da audiência de conciliação, restando, por isso, colher ainda acerca do (des)interesse da parte demandada, o que poderá ser feito por petição ou dentro da peça de contestação, conforme item c, acima, caso em que, se optar pela sua realização, deverá o processo ser encaminhado para agendamento de data e horário por ato ordinatório, devendo o ato ser realizado por meio do CEJUSC pelo sistema híbrido com uso de videoconferência. Caso silencie ou opte por sua não realização, deverá ser intimada a parte requerente para se manifestar em réplica à contestação porventura apresentada. Intimem-se as partes desta decisão. Expedientes necessários. Varzea Alegre/ce, 05 de novembro de 2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO CESAR GREGORIO DE OLIVEIRA (OAB 28543/CE) - Processo 0200854-70.2024.8.06.0181 - Procedimento Comum Cível - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Antonio Gonçalves da Costa - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontade dos cônjuges Antonio Gonçalves Costa e Luiza Maria da Costa, decretando-lhes o divórcio, fazendo dissolver a sociedade conjugal e extinguindo o vínculo matrimonial até então existente entre ambos, devendo reger-se pelas cláusulas e condições constantes no acordo de fls. 01/04, cujos termos passam a figurar como parte integrante da presente sentença. Não há bens a partilhar. O cônjuge virago voltará a usar o nome de solteira, qual seja: Luiza Maria de Jesus. Expeça-se o respectivo mandado de averbação ao Cartório competente, acompanhado de cópia desta sentença e de cópias da petição inicial. Certifique-se o trânsito em julgado de imediato, ato contínuo, arquivem-se os autos. Sem custas processuais por ser a demandante beneficiária da Justiça Gratuita, nos estritos termos da Lei nº 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Varzea Alegre/CE, 11 de novembro de 2024. Hyldon Masters Cavalcante Costa Juiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA
EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA DIAS)

O MM. Juiz de Direito, HYLDON MASTERS CAVALCANTE COSTA, titular da Vara Única desta Comarca de Várzea Alegre-CE, Estado do Ceará, por nomeação legal etc. FAZ SABER aos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria de Vara, correm os termos de uma AÇÃO [Retificação de Nome, Retificação de Data de Nascimento, Retificação de Outros Dados] nº 3000456-56.2024.8.06.0181 , proposta por REQUERENTE: ANTONIO CESAR LIMA GOMES , brasileiro, solteiro, agricultor, portador da cédula de identidade civil n° 2001097116733 (SSPDS/CE) e CPF n° 020.015.963-16, residente e domiciliado no Sítio Santa Rosa, S/N, Distrito: Ibicatu – Várzea Alegre/CE, objetivando que a a à necessária RETIFICAÇÃO NO ASSENTO DE NASCIMENTO DO REQUERENTE, fazendo constar o nome correto, qual seja, ANTÔNIO CÉSAR LIMA GOMES, data de nascimento 04 de fevereiro de 1984 e avó paterna MARIA AUGUSTINHA. E, para que se cumpra o disposto no art. 257, inciso III, do NCPC, expediu-se o presente, com o prazo de trinta (30) dias, que vai afixado no local de costume e publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA do Estado do Ceará, pelo qual ficam CITADOS todos os réus ausentes, incertos, desconhecidos e eventuais interessados, para acompanharem o feito em todos os demais termos até final julgamento, bem como para, querendo, responder os termos da ação no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia. Dado e passado nesta cidade de Várzea Alegre-CE, aos 5 de novembro de 2024 . Eu, ANTONIA SIMERY DE LIMA MENDES , o digitei. CUMPRA-SE.

HYLDON MASTERS CAVALCANTE COSTA
Juiz de Direito

COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0239/2024

ADV: DENISE ALVES DE SOUSA (OAB 39461/CE) - Processo 0200189-85.2023.8.06.0182 - Ação Penal - Procedimento

Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: A.R.A. - Conforme disposição expressa nos arts. 129 a 133 do Provimento nº 02/2021, publicado às fls. 24/99 do DJ-e que circulou em 28/01/2021, emanado da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, para que possa imprimir andamento ao processo, intime-se a defesa do réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar Memoriais.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0240/2024

ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE), ADV: DYEGO LIMA RIOS (OAB 28565/CE), ADV: LAURA KÉTTILA VASCONCELOS GRANGEIRO (OAB 32465/CE) - Processo 0200671-67.2022.8.06.0182 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência - RÉU: Milton Soares Gadelha - Pelo exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia ofertada pelo Ministério Público Estadual para CONDENAR o denunciado MILTON SOARES GADELHA, devidamente qualificado nos autos, como incurso nas sanções previstas pelos artigos 129, § 1º, inciso I, 147 e 150, § 1º, todos do Código Penal Brasileiro c/c artigo 7º da Lei nº 11.340/06 e ABSOLVER o acusado da imputação da prática do delito previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/06, nos termos do art. 386, inciso III do CPP. Por imperativo legal, passo a dosar, de forma individual e isolada, as respectivas penas a serem aplicadas, considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP e obedecendo ao sistema trifásico do art. 68, CP: ART. 129, §1º, INCISO I DO CP a) CULPABILIDADE - normal à espécie, nada tendo a se valorar que extrapole os limites do tipo; b) ANTECEDENTES não há nos autos certidão cartorária judicial que noticie a existência de uma condenação anterior transitada em julgado, contra si imposta, pela prática de fato delituoso (STJ, HC 49253/DF, Rel. Min. Paulo Medina, 6ª Turma, DJ 01/08/2006); c) CONDUTA SOCIAL sem maiores digressões nos autos, nada a valorar; d) PERSONALIDADE DO AGENTE sem maiores digressões nos autos, nada a valorar; e) MOTIVAÇÃO DO CRIME a mesma da figura clássica penal, confundindo-se com o dolo propriamente, portanto, nada a valorar; f) CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME o modus operandi do delito ultrapassou a dinâmica clássica, haja vista que fora cometido com violência contra a mulher na forma da lei específica, razão pela qual exaspero; g) CONSEQUÊNCIAS DO CRIME as consequências do crime são graves, tendo em vista que fora relatado nos autos que a vítima apresentou sequelas psicológicas em face da reiterada violência exercida pelo sentenciado, razão pela qual exaspero; H) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA não há o que se cogitar. Assim, considerando que a reprimenda pode variar de reclusão, de um a cinco anos, tendo duas circunstâncias desfavoráveis ao réu, FIXO A PENA-BASE em 02 (dois) anos de reclusão. CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS Não concorrem circunstâncias atenuantes. No entanto, verifico a circunstância agravante prevista no art. 61, II, “f” do CP, qual seja crime cometido com violência contra a mulher na forma da lei específica, razão pela qual passo a dosar a pena em 02 dois (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão. CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA Não se encontram presentes causas de diminuição da pena ou causas de aumento da pena. Razão pela qual fica o réu condenado, definitivamente, à pena de02 dois (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão. ART. 147 DO CP a) CULPABILIDADE - normal à espécie, nada tendo a se valorar que extrapole os limites do tipo; b) ANTECEDENTES não há nos autos certidão cartorária judicial que noticie a existência de uma condenação anterior transitada em julgado, contra si imposta, pela prática de fato delituoso (STJ, HC 49253/DF, Rel. Min. Paulo Medina, 6ª Turma, DJ 01/08/2006); c) CONDUTA SOCIAL sem maiores digressões nos autos, nada a valorar; d) PERSONALIDADE DO AGENTE sem maiores digressões nos autos, nada a valorar; e) MOTIVAÇÃO DO CRIME a mesma da figura clássica penal, confundindo-se com o dolo propriamente, portanto, nada a valorar; f) CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME o modus operandi do delito ultrapassou a dinâmica clássica, haja vista que fora cometido com violência contra a mulher na forma da lei específica, razão pela qual exaspero; g) CONSEQUÊNCIAS DO CRIME as consequências do crime são graves, tendo em vista que fora relatado nos autos que a vítima apresentou sequelas psicológicas em face da reiterada violência exercida pelo sentenciado, razão pela qual exaspero; H) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA não há o que se cogitar. Assim, considerando que a reprimenda pode variar de detenção, de um a seis meses, ou multa, tendo duas circunstâncias desfavoráveis ao réu, FIXO A PENA-BASE em 02 (dois) meses e 07 (sete) dias de detenção. CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS Não concorrem circunstâncias atenuantes. Verifico a circunstância agravante prevista no art. 61, II, “f” do CP, todavia, deixo de aplicar referida agravante, uma vez que já fora valorada nas circunstâncias do crime, evitando-se, assim, o bis in idem, razão pela qual mantenho a pena em 02 (dois) meses e 07 (sete) dias de detenção. CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA Não se encontram presentes causas de diminuição da pena ou causas de aumento da pena. Razão pela qual fica o réu condenado, definitivamente, à pena de02 (dois) meses e 07 (sete) dias de detenção. ART. 150, §1º DO CP a) CULPABILIDADE - normal à espécie, nada tendo a se valorar que extrapole os limites do tipo; b) ANTECEDENTES não há nos autos certidão cartorária judicial que noticie a existência de uma condenação anterior transitada em julgado, contra si imposta, pela prática de fato delituoso (STJ, HC 49253/DF, Rel. Min. Paulo Medina, 6ª Turma, DJ 01/08/2006); c) CONDUTA SOCIAL sem maiores digressões nos autos, nada a valorar; d) PERSONALIDADE DO AGENTE sem maiores digressões nos autos, nada a valorar; e) MOTIVAÇÃO DO CRIME a mesma da figura clássica penal, confundindo-se com o dolo propriamente, portanto, nada a valorar; f) CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME o modus operandi do delito ultrapassou a dinâmica clássica, haja vista que fora cometido com violência contra a mulher na forma da lei específica, razão pela qual exaspero; g) CONSEQUÊNCIAS DO CRIME as consequências do crime são graves, tendo em vista que fora relatado nos autos que a vítima apresentou sequelas psicológicas em face da reiterada violência exercida pelo sentenciado, razão pela qual exaspero; H) COMPORTAMENTO DA VÍTIMA não há o que se cogitar. Assim, considerando que a reprimenda pode variar de detenção, de seis meses a dois anos, tendo duas circunstâncias desfavoráveis ao réu, FIXO A PENA-BASE em 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão. CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS Não concorrem circunstâncias atenuantes. Verifico a circunstância agravante prevista no art. 61, II, “f” do CP, todavia, deixo de aplicar referida agravante, uma vez que já fora valorada nas circunstâncias do crime, evitando-se, assim, o bis in idem, razão pela qual mantenho a pena em 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão. CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO DE PENA Não se encontram presentes causas de diminuição da pena ou causas de aumento da pena. Razão pela qual fica o réu condenado, definitivamente, à pena de10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão. Em sendo aplicável a regra disciplinada pelo artigo 69 do Código Penal (concurso material de crimes), fica o sentenciado condenado, definitivamente, à pena de 02 (dois) anos de reclusão e 01 (um) ano e 22 (vinte e dois) dias de detenção, devendo aquela ser executada em primeiro lugar, por ser mais gravosa. Em atenção ao que dispõe o art. 33, §2°, alínea “c” do CP, o réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em REGIME ABERTO. Deixo de aplicar o disposto no art. 387, §2º do CPP, eis que apesar de comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado, tal situação em nada irá alterar o regime prisional estabelecido para cumprimento da pena. Incabível a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por restritiva de direitos ou multa, uma vez que o réu não preenche os requisitos estabelecidos no artigo 44 do Código Penal. Nego-lhe ainda o benefício previsto no artigo 77 do Código Penal, pois o condenado não satisfaz os requisitos necessários à suspensão condicional da pena. Não há pedido expresso de quantum mínimo de reparação (art. 387, IV, CPP), portanto, deixo de condenar o acusado

uma vez que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento sob a sistemática de recurso repetitivo, definiu que, nos casos de violência contra a mulher praticados no âmbito doméstico e familiar, é possível a fixação de valor mínimo indenizatório a título de dano moral, desde que haja pedido expresso da acusação ou da parte ofendida, ainda que não especificada a quantia, e independentemente de instrução probatória (REsp n. 1.643.051/MS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 28/2/2018, DJe de 8/3/2018.) CONCEDO ao réu o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, com fundamento no mandamento do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal. CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais. DISPOSIÇÕES FINAIS Após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências, arquivando-se os autos em seguida: 1) Lance o nome do Réu no Livro de Rol dos Culpados; 2) Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, em conformidade com o disposto no art. 50 do CP e 686 do CPP; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a condenação do Réu, para fins do disposto no artigo 15, inciso III, da Constituição Federal; 4) Oficie-se ao órgão estatal de cadastro de dados sobre antecedentes (Secretaria de Defesa Social/Instituto de Identificação), fornecendo informações sobre a condenação do Réu; 5) Expeça-se a Guia de Execução, remetendo-a para o Juízo de Execução Penal. Publique-se. Registre-se.Intime-se. Expedientes necessários.

COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0433/2024

ADV: PAULO CÉSAR OLIVEIRA DA SILVA (OAB 34333/CE) - Processo 0000324-57.2018.8.06.0182 (apensado ao processo 0000145-26.2018.8.06.0182) - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: ODETE MIRANDA DE OLIVEIRA e outro - Isto posto, em atenção ao principio da não surpresa previsto no art. 10 do CPC, INTIME-SE a parte autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da ocorrência da ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. No silêncio, façam os autos conclusos para a sentença. Expedientes necessário. Viçosa do Ceará, 09 de novembro de 2024. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: REGINALDO ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 21226/CE) - Processo 0050788-80.2021.8.06.0182 - Procedimento Comum Cível - Salário-Maternidade (Art. 71/73) - REQUERENTE: Tainara de Araújo Lopes - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre as informações de fls. 122/129. Após, voltem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Viçosa do Ceará/CE, 08 de novembro de 2024. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

ADV: FRANCISCO ALCIMAR DOS SANTOS GOMES (OAB 27164/CE) - Processo 0200145-32.2024.8.06.0182 - Interdição/Curatela - Nomeação - INTERTE: L.C.S. - ASSIM SENDO, com base na fundamentação supra, defiro o pedido para o fim de decretar a interdição provisória de GREGÓRIO INÁCIO RODRIGUES, já amplamente qualificada nos autos. Nomeio o(a) requerente LILIA DA CUNHA SIQUEIRA para exercer o múnus de Curador(a) Provisório(a) do(a) interditando(a), devendo o(a) mesmo ser intimado(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer à Secretaria do Juízo e prestar o respectivo compromisso. Determino a realização de Estudo Social no prazo máximo de 20 (vinte) dias, por Assistente Social nomeado mediante sorteio do sistema SIPER. Recebida a comunicação acerca do horário e local da perícia, INTIMEM-SE as partes acerca da data e local da produção da prova, devendo a pessoa sujeita à perícia ser intimada pessoalmente na pessoa de seu curador (§5º, do art.245 do CPC) Após a realização do Estudo Social, apraze-se audiência de entrevista, citando a Interditanda e intimando a Requerente para comparecer à audiência designada. Não podendo o interditando deslocar-se, o juiz o ouvirá no local onde estiver (CPC, art. 751, § 1º). Considerando os critérios previstos no art. 34 da RES. 04/2017 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, bem como o disposto na Tabela I, do Anexo Único, da Portaria nº 00320/2024, Edição 3249, da Presidência do TJCE, publicado no Diário da Justiça do dia 19 de fevereiro de 2024, arbitro os honorários do perito em R$ 600,00 (seiscentos reais). Ciência ao Ministério Público. Expedientes necessários. Viçosa do Ceará/CE, 08 de novembro de 2024. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito [Assinado por certificação digital]

COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - CEJUSC- VIÇOSA DO CEARÁ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ -CE)

JUÍZO DE DIREITO DA CEJUSC - VIÇOSA DO CEARÁ
INTIMAÇÃO DE PARTES E ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0073/2024

Processo 0000195-42.2024.8.06.0182 - Reclamação Pré-processual - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: A.M.T.R. - RECLAMADO: R.S. - Trata-se de procedimento principiado neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, na modalidade pré-processual, em que são participantes Ana Maria Tavares da Rocha e Rodrigo Silva. Em audiência de conciliação realizada, as partes chegaram a um acordo onde resolveram todas pendências apontadas na inicial (fl. 07). Isto posto, homologo, por sentença, para surtir seus jurídicos e legais efeitos, em todos os seus termos, o acordo realizado entre as partes, conforme art. 28, parágrafo único, da Lei n. 13.140/2015 c/c art. 487, III, b, do CPC. Cumpridas todas as formalidade legais, arquivem-se. Viçosa do Ceará, 11 de novembro de 2024. Moisés Brisamar Freire Juiz de Direito - Coordenador do CEJUSC [Assinado por certificação digital]

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Presidente **Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes - Presidente**
Endereço **Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. Cambeba - CEP: 60822-325**
Telefone **(85) 3207-7000**
Internet **www.tjce.jus.br**
Diário da Justiça Eletrônico

TRIBUNAL DE JUSTIÇA **2**
ÓRGÃO ESPECIAL 2
DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial 2
PAUTA DE JULGAMENTO 3
ACÓRDÃOS DA VICE- PRESIDÊNCIA 3
DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE 11
Seção de Direito Público 26
DESPACHOS - Seção de Direito Público 26
PAUTA DE JULGAMENTO 27
1ª Câmara de Direito Público 27
DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Público 27
2ª Câmara de Direito Público 28
DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Público 28
PAUTA DE JULGAMENTO 28
3ª Câmara de Direito Público 29
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Público 29
DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Público 34
PAUTA DE JULGAMENTO 34
Seção de Direito Privado 34
DESPACHOS - Seção de Direito Privado 34
1ª Câmara de Direito Privado 35
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara de Direito Privado 35
DESPACHOS - 1ª Câmara de Direito Privado 75
PAUTA DE JULGAMENTO 79
2ª Câmara de Direito Privado 109
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 2ª Câmara de Direito Privado 109
DESPACHOS - 2ª Câmara de Direito Privado 182
3ª Câmara de Direito Privado 185
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara de Direito Privado 185
DESPACHOS - 3ª Câmara de Direito Privado 197
PAUTA DE JULGAMENTO 200
ATOS, EDITAIS, AVISOS E OUTROS EXPEDIENTES 221
4ª Câmara de Direito Privado 222
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 4ª Câmara de Direito Privado 222
DESPACHOS - 4ª Câmara de Direito Privado 230
ATAS DAS SESSÕES 235
SEÇÃO CRIMINAL 274
DESPACHO DOS RELATORES - Seção Criminal 274
CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS 274
1ª Câmara Criminal 275
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 1ª Câmara Criminal 275
DESPACHOS - 1ª Câmara Criminal 297
2ª Câmara Criminal 301
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 2ª Câmara Criminal 301
DESPACHOS - 2ª Câmara Criminal 350
3ª Câmara Criminal 352
EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS - 3ª Câmara Criminal 352
DESPACHOS - 3ª Câmara Criminal 353
EXPEDIENTES DO 1º GRAU **355**
COMARCA DE FORTALEZA 355
DIRETORIA DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA 355
ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS JUDICIAIS 355
VARAS DA JURISDIÇÃO CÍVEL 468
VARAS CÍVEIS 468
EXPEDIENTES DA 1ª VARA CIVEL 468
EXPEDIENTES DA 2ª VARA CIVEL 468
EXPEDIENTES DA 4ª VARA CIVEL 468
EXPEDIENTES DA 5ª VARA CIVEL 468
EXPEDIENTES DA 6ª VARA CIVEL 469
EXPEDIENTES DA 7ª VARA CIVEL 471
EXPEDIENTES DA 9ª VARA CIVEL 472
EXPEDIENTES DA 15ª VARA CIVEL 473
EXPEDIENTES DA 16ª VARA CIVEL 473
EXPEDIENTES DA 17ª VARA CIVEL 474
EXPEDIENTES DA 22ª VARA CIVEL 474

SUMÁRIO

EXPEDIENTES DA 23ª VARA CIVEL 474
EXPEDIENTES DA 25ª VARA CIVEL 474
EXPEDIENTES DA 28ª VARA CIVEL 474
EXPEDIENTES DA 35ª VARA CIVEL 475
VARAS DE FAMÍLIA 477
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE FAMÍLIA 477
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE FAMÍLIA 481
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE FAMÍLIA 482
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE FAMÍLIA 483
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE FAMÍLIA 486
EXPEDIENTES DA 6ª VARA DE FAMÍLIA 493
EXPEDIENTES DA 7ª VARA DE FAMÍLIA 495
EXPEDIENTES DA 8ª VARA DE FAMÍLIA 504
EXPEDIENTES DA 9ª VARA DE FAMÍLIA 506
EXPEDIENTES DA 10ª VARA DE FAMÍLIA 507
EXPEDIENTES DA 11ª VARA DE FAMÍLIA 508
EXPEDIENTES DA 12ª VARA DE FAMÍLIA 509
EXPEDIENTES DA 13ª VARA DE FAMÍLIA 512
EXPEDIENTES DA 14ª VARA DE FAMÍLIA 514
EXPEDIENTES DA 15ª VARA DE FAMÍLIA 516
EXPEDIENTES DA 16ª VARA DE FAMÍLIA 517
EXPEDIENTES DA 17ª VARA DE FAMÍLIA 520
EXPEDIENTES DA 18ª VARA DE FAMÍLIA 522
VARAS DE SUCESSÕES 524
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DE SUCESSÕES 524
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DE SUCESSÕES 526
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DE SUCESSÕES 535
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DE SUCESSÕES 537
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DE SUCESSÕES 538
VARAS DA FAZENDA PÚBLICA 545
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 545
EXPEDIENTES DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA NOVA 545
EXPEDIENTES DA 11ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 546
EXPEDIENTES DA 15ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 546
VARAS EMPRESARIAIS 547
EXPEDIENTES DA 1ª VARA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS 547
EXPEDIENTES DA 2ª VARA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS 550
EXPEDIENTES DA 3ª VARA EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E DE FALÊNCIAS 552
VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL 555
VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS 555
EXPEDIENTES DA VARA DE DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS 555
VARAS CRIMINAIS 557
EXPEDIENTES DA 1ª VARA CRIMINAL 557
EXPEDIENTES DA 2ª VARA CRIMINAL 558
EXPEDIENTES DA 3ª VARA CRIMINAL 558
EXPEDIENTES DA 5ª VARA CRIMINAL 558
EXPEDIENTES DA 6ª VARA CRIMINAL 559
EXPEDIENTES DA 8ª VARA CRIMINAL 560
EXPEDIENTES DA 10ª VARA CRIMINAL 561
EXPEDIENTES DA 11ª VARA CRIMINAL 563
EXPEDIENTES DA 12ª VARA CRIMINAL 563
EXPEDIENTES DA 13ª VARA CRIMINAL 564
EXPEDIENTES DA 14ª VARA CRIMINAL 564
EXPEDIENTES DA 15ª VARA CRIMINAL 565
EXPEDIENTES DA 16ª VARA CRIMINAL 568
EXPEDIENTES DA 18ª VARA CRIMINAL 568
VARAS DO JÚRI 571
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DO JÚRI 571
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DO JÚRI 572
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DO JÚRI 572
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DO JÚRI 573
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DO JÚRI 575
NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - SEGURO DPVAT 576
VARA DA AUDITORIA MILITAR 586
EXPEDIENTES DA VARA DA AUDITORIA MILITAR 586
VARA DE DELITO SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES 587
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 587
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 588
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 589
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 590
EXPEDIENTES DA 5ª VARA DELITOS/TRAFICO SUBST. ENTORPECENTES 595

SUMÁRIO

VARAS DA JURISDIÇÃO ESPECIAL OU MISTA 595
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 596
EXPEDIENTES DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 596
EXPEDIENTES DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 596
EXPEDIENTES DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 596
EXPEDIENTES DA 4ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 598
1º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - EXECUÇÕES FISCAIS 598
EXPEDIENTES DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 598
EXPEDIENTES DO 2º JUIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 598
EDITAIS 599
VARAS CÍVEIS 599
EDITAIS DA 27ª VARA CIVEL 599
EDITAIS DA 28ª VARA CIVEL 599
EDITAIS DA 34ª VARA CIVEL 600
VARAS DE FAMÍLIA 600
EDITAIS DA 2ª VARA DE FAMÍLIA 600
EDITAIS DA 3ª VARA DE FAMÍLIA 602
EDITAIS DA 5ª VARA DE FAMÍLIA 604
EDITAIS DA 7ª VARA DE FAMÍLIA 605
EDITAIS DA 9ª VARA DE FAMÍLIA 606
EDITAIS DA 10ª VARA DE FAMÍLIA 608
EDITAIS DA 11ª VARA DE FAMÍLIA 610
EDITAIS DA 12ª VARA DE FAMÍLIA 611
EDITAIS DA 13ª VARA DE FAMÍLIA 611
EDITAIS DA 16ª VARA DE FAMÍLIA 612
EDITAIS DA 17ª VARA DE FAMÍLIA 613
EDITAIS DA 18ª VARA DE FAMÍLIA 616
VARAS DE SUCESSÕES 616
EDITAIS DA 1ª VARA DE SUCESSÕES 616
EDITAIS DA 4ª VARA DE SUCESSÕES 617
VARAS DA JURISDIÇÃO CRIMINAL 617
VARAS CRIMINAIS 617
EDITAIS DA 1ª VARA CRIMINAL 617
EDITAIS DA 2ª VARA CRIMINAL 619
EDITAIS DA 5ª VARA CRIMINAL 620
EDITAIS DA 7ª VARA CRIMINAL 621
EDITAIS DA 8ª VARA CRIMINAL 621
EDITAIS DA 10ª VARA CRIMINAL 622
EDITAIS DA 18ª VARA CRIMINAL 624
VARAS DO JÚRI 626
EDITAIS DA 2ª VARA DO JÚRI 626
EDITAIS DA 5ª VARA DO JÚRI 627
VARAS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 627
EDITAIS DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 627
EDITAIS DA 3ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 627
1º NÚCLEO DE JUSTIÇA 4.0 - EXECUÇÕES FISCAIS 628
EDITAIS DO JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 628
COMARCAS DO INTERIOR 629
EDITAIS, EXPEDIENTES E AVISOS 629
COMARCA DE ACARAÚ - 1ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ 629
COMARCA DE ACARAÚ - 2ª VARA DA COMARCA DE ACARAÚ 629
COMARCA DE ACOPIARA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA 632
COMARCA DE ACOPIARA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ACOPIARA 634
COMARCA DE ACOPIARA - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ACOPIARA 638
COMARCA DE AIUABA - VARA UNICA DA COMARCA DE AIUABA 638
COMARCA DE ALTO SANTO - VARA UNICA DA COMARCA DE ALTO SANTO 639
COMARCA DE AMONTADA - VARA UNICA DA COMARCA DE AMONTADA 640
COMARCA DE AQUIRAZ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ 640
COMARCA DE AQUIRAZ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AQUIRAZ 641
COMARCA DE AQUIRAZ - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE AQUIRAZ 642
COMARCA DE AQUIRAZ - CEJUSC- AQUIRAZ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE AQUIRAZ -CE) 643
COMARCA DE ARACATI - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ARACATI 644
COMARCA DE ARACATI - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI 644
COMARCA DE ARACATI - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARACATI 647
COMARCA DE ARACOIABA - VARA UNICA DA COMARCA DE ARACOIABA 650
COMARCA DE ARARIPE - VARA UNICA DA COMARCA DE ARARIPE 657
COMARCA DE ASSARÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE ASSARÉ 658
COMARCA DE AURORA - VARA UNICA DA COMARCA DE AURORA 659
COMARCA DE BARBALHA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BARBALHA 661
COMARCA DE BARBALHA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA 662

SUMÁRIO

COMARCA DE BARBALHA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARBALHA....668
COMARCA DE BARRO - VARA UNICA DA COMARCA DE BARRO....669
COMARCA DE BATURITE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BATURITE....670
COMARCA DE BATURITE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE....670
COMARCA DE BATURITE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BATURITE....671
COMARCA DE BEBERIBE -1ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE....671
COMARCA DE BEBERIBE - 2ª VARA DA COMARCA DE BEBERIBE....672
COMARCA DE BELA CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE BELA CRUZ....675
COMARCA DE BOA VIAGEM - 1ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM....676
COMARCA DE BOA VIAGEM - 2ª VARA DA COMARCA DE BOA VIAGEM....676
COMARCA DE BREJO SANTO - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE BREJO SANTO....677
COMARCA DE BREJO SANTO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO....678
COMARCA DE BREJO SANTO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BREJO SANTO....678
COMARCA DE BREJO SANTO - CEJUSC- BREJO SANTO (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE BREJO SANTO -CE)....679
COMARCA DE CAMOCIM - 1ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM....679
COMARCA DE CAMOCIM - 2ª VARA DA COMARCA DE CAMOCIM....680
COMARCA DE CAMOCIM - CEJUSC- CAMOCIM (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE CAMOCIM-CE)....680
COMARCA DE CAMPOS SALES - VARA UNICA DA COMARCA DE CAMPOS SALES....681
COMARCA DE CANINDE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CANINDE....682
COMARCA DE CANINDE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE....683
COMARCA DE CANINDE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CANINDE....684
COMARCA DE CANINDÉ - CEJUSC- CANINDÉ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE CANINDÉ -CE)....687
COMARCA DE CAPISTRANO - VARA UNICA DA COMARCA DE CAPISTRANO....689
COMARCA DE CARIDADE - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIDADE....690
COMARCA DE CARIRÉ - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRÉ....690
COMARCA DE CARIRIAÇU - VARA UNICA DA COMARCA DE CARIRIAÇU....692
COMARCA DE CASCAVEL - 1ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL....693
COMARCA DE CASCAVEL - 2ª VARA DA COMARCA DE CASCAVEL....694
4º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE CAUCAIA....694
COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA....695
COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAUCAIA....696
COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA....697
COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CAUCAIA....698
COMARCA DE CAUCAIA - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Caucaia....700
COMARCA DE CAUCAIA - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....702
COMARCA DE CAUCAIA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....702
COMARCA DE CAUCAIA - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....703
COMARCA DE CAUCAIA - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAUCAIA....705
COMARCA DE CEDRO - VARA UNICA DA COMARCA DE CEDRO....708
COMARCA DE CHOROZINHO - VARA UNICA DA COMARCA DE CHOROZINHO....709
COMARCA DE COREAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE COREAÚ....709
COMARCA DE CRATEUS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATEUS....710
COMARCA DE CRATEUS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS....710
COMARCA DE CRATEUS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATEUS....714
COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO....716
COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CRATO....717
COMARCA DE CRATO - VARA ÚNICA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE CRATO....718
COMARCA DE CRATO - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Crato....723
COMARCA DE CRATO - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO....723
COMARCA DE CRATO - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CRATO....724
COMARCA DE CROATÁ - VARA UNICA DA COMARCA DE CROATÁ....724
COMARCA DE CRUZ - VARA UNICA DA COMARCA DE CRUZ....725
COMARCA DE EUSEBIO - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE EUSEBIO....729
COMARCA DE EUSEBIO - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO....730
COMARCA DE EUSEBIO - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE EUSEBIO....732
COMARCA DE FARIAS BRITO - VARA UNICA DA COMARCA DE FARIAS BRITO....738
COMARCA DE GRANJA - 1ª VARA DA COMARCA DE GRANJA....739
COMARCA DE GRANJA - 2ª VARA DA COMARCA DE GRANJA....740
COMARCA DE GUAIUBA - VARA UNICA DA COMARCA DE GUAIUBA....744
COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE GUARACIABA DO NORTE....745
COMARCA DE HORIZONTE - 1ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE....751
COMARCA DE HORIZONTE - 2ª VARA DA COMARCA DE HORIZONTE....751
COMARCA DE IBIAPINA - VARA UNICA DA COMARCA DE IBIAPINA....752
COMARCA DE ICÓ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ICÓ....753
COMARCA DE ICÓ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ICÓ....755
COMARCA DE ICÓ - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ICÓ....756
COMARCA DE ICÓ - CEJUSC- ICÓ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ICÓ -CE)....757
COMARCA DE IGUATU - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU....757

SUMÁRIO

COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IGUATU....758
COMARCA DE IGUATU - Vara Única de Família e Sucessões da Comarca de Iguatu....758
COMARCA DE IGUATU - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IGUATU....765
COMARCA DE INDEPENDÊNCIA - VARA UNICA DA COMARCA DE INDEPENDÊNCIA....766
COMARCA DE IPAUMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE IPAUMIRIM....769
COMARCA DE IPU - VARA UNICA DA COMARCA DE IPU....769
COMARCA DE IPUEIRAS - VARA UNICA DA COMARCA DE IPUEIRAS....774
COMARCA DE IRACEMA - VARA UNICA DA COMARCA DE IRACEMA....786
COMARCA DE ITAPIPOCA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPIPOCA....787
COMARCA DE ITAPIPOCA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA....790
COMARCA DE ITAPIPOCA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPIPOCA....792
COMARCA DE ITAITINGA - 1ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA....796
COMARCA DE ITAITINGA - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAITINGA....797
COMARCA DE ITAPAJÉ - 2ª VARA DA COMARCA DE ITAPAJÉ....800
COMARCA DE ITAPAJÉ - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ....800
COMARCA DE ITAPAJÉ - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITAPAJÉ....802
COMARCA DE ITAPAJÉ - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPAJÉ....805
COMARCA DE ITAPAJÉ - CEJUSC- ITAPAJÉ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE ITAPAJÉ -CE)....805
COMARCA DE ITAREMA - VARA UNICA DA COMARCA DE ITAREMA....805
COMARCA DE JAGUARETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARETAMA....808
COMARCA DE JAGUARIBE - 1ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE....810
COMARCA DE JAGUARIBE - 2ª VARA DA COMARCA DE JAGUARIBE....810
COMARCA DE JAGUARUANA - VARA UNICA DA COMARCA DE JAGUARUANA....818
COMARCA DE JARDIM - VARA UNICA DA COMARCA DE JARDIM....821
COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA - VARA UNICA DA COMARCA DE JIJOCA DE JERICOACOARA....823
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....825
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....829
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....830
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....835
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....838
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....842
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....843
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE....843
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - JUIZADO DA VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - JUAZEIRO DO NORTE....843
COMARCA DE JUCÁS - VARA UNICA DA COMARCA DE JUCÁS....844
COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA - VARA UNICA DA COMARCA DE LAVRAS DA MANGABEIRA....846
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE....850
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE....850
COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LIMOEIRO DO NORTE....852
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ....853
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ....855
COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CIVEL DA COMARCA DE MARACANAÚ....855
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ....857
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MARACANAÚ....858
COMARCA DE MARACANAÚ - VARA ÚNICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MARACANAÚ....859
COMARCA DE MARACANAÚ - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ....860
COMARCA DE MARACANAÚ - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ....861
COMARCA DE MARACANAÚ - 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARACANAÚ....861
COMARCA DE MARACANAÚ - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Maracanaú....861
COMARCA DE MARANGUAPE - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MARANGUAPE....862
COMARCA DE MARANGUAPE - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE....862
COMARCA DE MARANGUAPE - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARANGUAPE....863
COMARCA DE MARCO - 1ª VARA DA COMARCA DE MARCO....864
COMARCA DE MARCO - 2ª VARA DA COMARCA DE MARCO....865
COMARCA DE MASSAPÊ - 1ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ....867
COMARCA DE MASSAPÊ - 2ª VARA DA COMARCA DE MASSAPÊ....867
COMARCA DE MAURITI - VARA UNICA DA COMARCA DE MAURITI....869
COMARCA DE MILAGRES - VARA UNICA DA COMARCA DE MILAGRES....869
COMARCA DE MISSÃO VELHA - VARA UNICA DA COMARCA DE MISSÃO VELHA....870
COMARCA DE MOMBAÇA - 1ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA....871
COMARCA DE MOMBAÇA - 2ª VARA DA COMARCA DE MOMBAÇA....871
COMARCA DE MONSENHOR TABOSA - VARA UNICA DA COMARCA DE MONSENHOR TABOSA....874
COMARCA DE MORADA NOVA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE MORADA NOVA....875
COMARCA DE MORADA NOVA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA....875
COMARCA DE MORADA NOVA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MORADA NOVA....877
COMARCA DE MORRINHOS - VARA UNICA DA COMARCA DE MORRINHOS....879
COMARCA DE MUCAMBO - VARA UNICA DA COMARCA DE MUCAMBO....884
COMARCA DE MULUNGU - VARA UNICA DA COMARCA DE MULUNGU....884
COMARCA DE NOVA OLINDA - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVA OLINDA....885

SUMÁRIO

COMARCA DE NOVA RUSSAS - 2ª VARA DA COMARCA DE NOVA RUSSAS....887
COMARCA DE NOVO ORIENTE - VARA UNICA DA COMARCA DE NOVO ORIENTE....888
COMARCA DE OCARA - VARA UNICA VINCULADA DE OCARA....890
COMARCA DE PACAJUS - 1ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS....891
COMARCA DE PACAJUS - 2ª VARA DA COMARCA DE PACAJUS....891
COMARCA DE PACAJUS - CEJUSC- PACAJUS (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE PACAJUS -CE)....893
COMARCA DE PACATUBA - 1ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA....893
COMARCA DE PACATUBA - 2ª VARA DA COMARCA DE PACATUBA....893
COMARCA DE PACOTI - VARA UNICA DA COMARCA DE PACOTI....895
COMARCA DE PARACURU - VARA UNICA DA COMARCA DE PARACURU....896
COMARCA DE PEDRA BRANCA - VARA UNICA DA COMARCA DE PEDRA BRANCA....897
COMARCA DE PENTECOSTE - VARA UNICA DA COMARCA DE PENTECOSTE....899
COMARCA DE PEREIRO - VARA UNICA DA COMARCA DE PEREIRO....901
COMARCA DE PINDORETAMA - VARA UNICA DA COMARCA DE PINDORETAMA....903
COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA....903
COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE QUIXADA....905
COMARCA DE QUIXADA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA....906
COMARCA DE QUIXADA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE QUIXADA....907
COMARCA DE QUIXADÁ - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Quixadá....909
COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 1ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM....911
COMARCA DE QUIXERAMOBIM - 2ª VARA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM....911
COMARCA DE QUIXERAMOBIM - CEJUSC- QUIXERAMOBIM (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE QUIXERAMOBIM -CE)....914
COMARCA DE REDENÇÃO - 2ª VARA DA COMARCA DE REDENÇÃO....914
COMARCA DE RERIUTABA - VARA UNICA DA COMARCA DE RERIUTABA....916
COMARCA DE RUSSAS - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE RUSSAS....917
COMARCA DE RUSSAS - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS....919
COMARCA DE RUSSAS - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RUSSAS....920
COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA....920
COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA....920
COMARCA DE SANTA QUITÉRIA - VARA ÚNICA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA....921
COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ - VARA UNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ACARAÚ....922
COMARCA DE SÃO BENEDITO - 2ª VARA DA COMARCA DE SAO BENEDITO....925
COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -1ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE....926
COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - 2ª VARA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE....928
COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CEJUSC- SÃO GONÇALO DO AMARANTE (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE -CE)....931
COMARCA DE SENADOR POMPEU - 1ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU....932
COMARCA DE SENADOR POMPEU - 2ª VARA DA COMARCA DE SENADOR POMPEU....932
5º NÚCLEO REGIONAL DE CUSTÓDIA E DE INQUÉRITO - SEDE SOBRAL....935
COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL....935
COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL....935
COMARCA DE SOBRAL - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOBRAL....936
COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL....937
COMARCA DE SOBRAL - 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SOBRAL....937
COMARCA DE SOBRAL - 1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL....938
COMARCA DE SOBRAL - 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SOBRAL....941
COMARCA DE SOBRAL - Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Sobral....945
COMARCA DE SOLONÓPOLE - 2ª VARA DA COMARCA DE SOLONÓPOLE....945
COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE - VARA UNICA DA COMARCA DE TABULEIRO DO NORTE....947
COMARCA DE TAMBORIL - VARA UNICA DA COMARCA DE TAMBORIL....948
COMARCA DE TAUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA....949
COMARCA DE TAUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TAUA....951
COMARCA DE TAUÁ - 1ª VARA CRIMINAL DE TAUÁ....952
COMARCA DE TAUÁ - 2ª VARA CRIMINAL DE TAUÁ....952
COMARCA DE TIANGUA - VARA UNICA CRIMINAL DA COMARCA DE TIANGUA....953
COMARCA DE TIANGUA - 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA....953
COMARCA DE TIANGUA - 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TIANGUA....954
COMARCA DE TRAIRI - 2ª VARA DA COMARCA DE TRAIRI....955
COMARCA DE UBAJARA - VARA UNICA DA COMARCA DE UBAJARA....958
COMARCA DE UMIRIM - VARA UNICA DA COMARCA DE UMIRIM....959
COMARCA DE URUBURETAMA - 1ª Vara da Comarca de Uruburetama....962
COMARCA DE URUBURETAMA - 2ª Vara da Comarca de Uruburetama....963
COMARCA DE URUOCA - VARA UNICA DA COMARCA DE URUOCA....965
COMARCA DE VÁRZEA ALEGRE - VARA UNICA DA COMARCA DE VARZEA ALEGRE....970
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 1ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ....974
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - 2ª VARA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ....976
COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ - CEJUSC- VIÇOSA DO CEARÁ (CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DA COMARCA DE VIÇOSA DO CEARÁ -CE)....976